CLÁUDIO VICENTINO ▪ GIANPAOLO DORIGO

HISTÓRIA

GERAL E DO BRASIL

editora scipione

HISTÓRIA

GERAL E DO BRASIL

Reformulação da obra *História para o Ensino Médio* – Série Parâmetros

CLÁUDIO VICENTINO

- Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo
- Professor de História em cursos pré-vestibulares e de Ensino Médio
- Autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Médio

GIANPAOLO DORIGO

- Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo
- Professor de História em cursos pré-vestibulares e de Ensino Médio
- Autor de obras didáticas

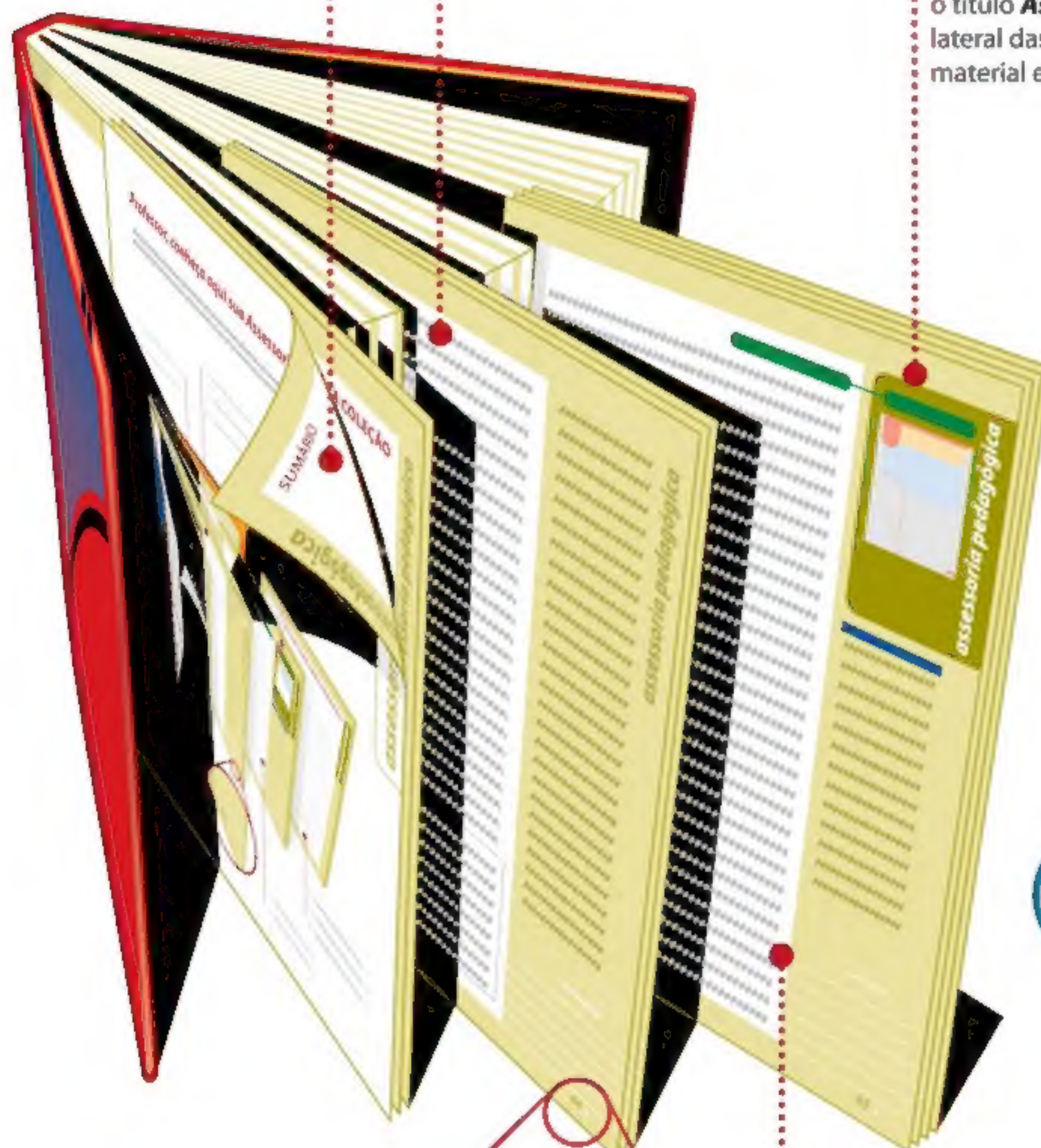
editora scipione

Professor, conheça aqui sua Assessoria Pedagógica.

Prática e funcional, apresenta todas as informações que irão auxiliá-lo no preparo das aulas e no uso em sala com os alunos, **articuladas com o conteúdo do livro do aluno.**

No **Sumário**, localizam-se facilmente todos os itens que compõem esta Assessoria.

As **orientações específicas** das unidades e dos capítulos que você está usando aparecem imediatamente antes deles, em páginas inseridas ao longo da obra.

As margens em cor diferenciada e o título ***Assessoria Pedagógica*** na lateral das páginas identificam o material exclusivo para o professor.

Na numeração das páginas:
- o **primeiro grupo** de dígitos corresponde às páginas do livro do aluno;
- o **segundo grupo** de dígitos é a numeração da própria Assessoria.

As **orientações específicas** oferecem muitos recursos e sugestões para professores e alunos.

HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL

www.scipione.com.br/hgb/

Além desta Assessoria Pedagógica, o *site* da obra traz complementos importantes para suas aulas. **www.scipione.com.br/hgb/**

assessoria pedagógica

SUMÁRIO

1 OS BASTIDORES DA OBRA

Existem certas questões que sempre estão presentes na redação de um livro didático de História ou mesmo na preparação de um curso de História: "Por que ensinar história?" e "Como ensinar história hoje?". Certamente continua fundamental estimular as novas gerações a discutir a trajetória da sociedade brasileira, encorajando-as a agir para atenuar as desigualdades e injustiças que marcam nosso tempo.

A História, como área de conhecimento, tem passado por transformações significativas ao longo do tempo, e antigos cânones têm cedido espaço a novas abordagens, novos objetos e problemas, a novas preocupações, enfim. As pesquisas sobre ensino de história também apresentam desenvolvimento semelhante.

O Brasil é um exemplo de síntese entre diferentes culturas, e fazemos essa afirmação acreditando que essa síntese não se deu de forma pacífica e harmônica como narrado no mito tradicional da mestiçagem das três raças que originam o povo brasileiro. Ao contrário, o que somos hoje é também resultado de séculos de exploração, escravidão, patriarcalismo, enfim, de múltiplas formas de violência. E é resultado ainda de mutirões, construção de comunidades e histórias de lutas pela liberdade. Essa postura crítica permite que enxerguemos e consideremos questões essenciais para a realidade nacional, como as feridas abertas do racismo, do extermínio de indígenas e das profundas diferenças econômico-sociais. Também nos aproxima da preocupação com o significado da identidade nacional e do que imaginamos e queremos que seja o Brasil e por que temos tanta dificuldade em nos tornar uma nação, no sentido cultural, social e, principalmente, solidário da palavra.

Vários modelos da sociedade brasileira (e a educação é um exemplo) são fortemente inspirados em padrões europeus ocidentais e, mais recentemente, norte-americanos – quando não abertamente copiados deles. Dessa forma, o Ocidente nos constitui desde a infância. Acreditamos que tal influência não se supera apenas pela disposição de estudar história, por exemplo, de maneiras diferentes: é preciso que reconheçamos nossa europeização, que compreendamos como ela se construiu e se instalou em nossa cultura, para iniciar um processo gradual, mas seguro, de reconstrução, no qual seja possível elaborar uma nova síntese, que não restrinja a participação dos negros, dos indígenas e dos orientais na constituição do Brasil e da brasilidade a algo adjetivo ou folclórico. Um dos grandes problemas nacionais é pensar que, pelo predomínio político e econômico de descendentes de europeus (afinal a sociedade brasileira foi construída por estes, para seu benefício prioritário), as outras culturas e etnias seriam secundárias. Pelo contrário, quando examinamos obras de grandes estudiosos do Brasil, como Sérgio Buarque de Hollanda e Darcy Ribeiro, podemos vislumbrar com maior clareza que outras culturas também nos constituem, mas que a sociedade brasileira se organiza em função do atendimento do interesse das elites brancas, as classes dominantes de origem e mentalidade europeia, só amiúde frequentadas por pessoas de outra origem étnica e social. As outras culturas que nos constituem precisam ocupar seu espaço se nosso projeto de país for democrático, não apenas formalmente, mas também social e culturalmente.

Por acharmos importante conhecer como essa nossa europeização se construiu, este livro mantém aspectos considerados eurocêntricos, como algumas sequências clássicas de conteúdos. Entretanto, procuramos apresentar esses elementos não como dados ou verdades absolutas, mas evidenciá-los como resultado de processos de produção do conhecimento histórico. Além disso, procuramos relativizar, sempre que possível, o foco europeu e ampliar as abordagens históricas de outros povos e culturas, em busca de uma maior sintonia com a compreensão de um mundo que sempre foi multicultural e policêntrico. Assim, tentamos ressaltar na obra o conhecimento, a discussão e o estudo de como se realiza essa produção que aparece diante do aluno em forma de material didático.

Na seção ***Bastidores da História***, no livro do aluno, propomos uma reflexão sobre o tempo e a relatividade cultural das periodizações, apresentando outros pontos de vista pelos quais a história pode ser lida. Dessa forma, o professor poderá destacar que a importância dos fatos históricos não é dada por eles mesmos, mas pela cultura que os constrói e que chama a atenção para eles. Essa parte do livro permite ao professor, logo no início do curso, demonstrar que os mesmos fatos podem ser interpretados de formas distintas, dependendo do universo cultural de cada indivíduo ou povo.

Esta nova edição traz, além do novo título, várias novidades. As unidades e os capítulos foram reorganizados; o conteúdo foi ampliado de acordo com a renovação historiográfica; a iconografia e outras fontes históricas ganharam maior destaque e as atividades foram totalmente reformuladas, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades e possibilitar a construção do conhecimento histórico pelo aluno. Esta edição é acompanhada de um Atlas com mapas de apoio ao livro-texto e uma linha do tempo com os principais acontecimentos da história da humanidade.

Nesta Assessoria Pedagógica, o colega professor de História terá uma visão geral de nossas concepções, bem como de informações adicionais e considerações específicas sobre os capítulos, sugestões de atividades e projetos pedagógicos. Com isso, esperamos que você possa entender os encaminhamentos e opções que fizemos em cada momento do livro e assim decidir qual a melhor prática em sala de aula, de acordo com as suas próprias concepções e necessidades pedagógicas.

Além desta Assessoria, o conteúdo das aulas poderá ser ampliado com os materiais complementares disponibilizados no *site*: <www.scipione.com.br/ap/hgb/>.

2 RUMOS DA HISTORIOGRAFIA, RUMOS DA SOCIEDADE

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

CAMÕES, Luís de. *Poesia completa.*
São Paulo: Nova Aguilar, 1988.

A escrita da História e a reflexão sobre essa escrita, a historiografia, não são estáticas nem isoladas do tempo em que são feitas. Respondem às demandas, às angústias, aos desejos de seu tempo. A historiografia não passa incólume pelas grandes crises de paradigma das ciências. Pelo contrário, participa de todos os movimentos importantes no campo da cultura, e esses afetam sua forma de ver, produzir e validar os saberes que são produzidos sob a égide da História como disciplina. Dizendo de outro modo, a reflexão sobre os seres humanos no tempo se modifica porque mudam os homens e mulheres, e mudam os tempos.

Os tempos, por sua vez, se aceleram. Nos últimos vinte anos, a ciência viveu seu período de maior desenvolvimento. Em plena sociedade da informação, os meios de comunicação disponibilizaram de forma instantânea uma massa de dados e conhecimentos tão grande que foi possível fazer mais coisas em menos tempo. Os capitais passaram a ser traduzidos em *bits* de computador e podem entrar e sair de países e bolsas de valores de modo instantâneo, derrubando moedas e levando economias à beira da falência. Diante disso tudo, embora o tempo cronológico continue o mesmo, o tempo histórico, o tempo que sentimos, o tempo dos ciclos de mudanças, acelerou-se. Como a História poderia continuar a mesma?

Nas últimas décadas também se consolidou a crise das utopias, das propostas de sociedade alternativa ao capitalismo liberal democrático. Por outro lado, a vigência indisputada do capitalismo neoliberal levou o mundo a uma das crises econômicas mais profundas desde 1929, e a História, que diziam terminada, continuou em movimento, com novas forças políticas que recolocaram os termos da economia e da sociedade, como é o caso da onda de vitórias da esquerda na América Latina e a histórica eleição do presidente Barack Obama nos Estados Unidos em 2009. As utopias, para continuarem válidas, não podem mais ser como eram antes, porque afinal, como cantava Renato Russo, "o futuro não é mais como era antigamente" (Legião Urbana. Índios. Canção do álbum *Dois*, de 1986).

Ao mesmo tempo em que sofrem com forças desagregadoras sobre sua disciplina, os historiadores podem reivindicar a tradição humanista da qual a História resulta, e devolver aos seus leitores um esforço de produção de novos significados, compatível com a valorização da vida e do interesse público acima dos interesses de minorias que concentram poder e dinheiro. O ceticismo e o pragmatismo do pensamento histórico dentro do pensamento humanista – que busca no passado e no tempo o "inventário das diferenças" (segundo Paul Veyne) – podem ser tomados como material e ferramenta para a construção de novas utopias.

Esta coleção não vai se aferrar a nenhuma vertente historiográfica em particular, pois uma obra didática não é uma obra de historiografia, e deve oferecer aos seus leitores – professores, alunos, pais – uma perspectiva geral e sintética da História para os não especialistas. A função da História ensinada na escola não é a de formar novos historiadores, mas de compartilhar alguns saberes e saberes-fazer dos historiadores, que devem ser úteis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em uma sociedade democrática. Para dar conta disso, entretanto, não pode fazer uma miscelânea sobreposta de vertentes da historiografia. A solução desse problema – que se impõe a toda obra didática – foi construída por nós por meio de alguns princípios e pressupostos para a abordagem do conhecimento histórico. Se definíssemos como base teórico-metodológica uma só vertente ou autor, certamente isso não daria conta dos diversos desafios, problemas e objetivos do ensino.

O primeiro item a destacar é a recusa da concepção de História como verdade pronta, como coleção de dados que pudesse representar o passado de modo objetivo. A verdade que a História pode produzir, dentro da perspectiva atual da disciplina, e mesmo de toda a epistemologia (ou seja, o estudo dos critérios de validade dos enunciados dos mais diversos campos do saber) é algo bem diferente disso. Se o resultado da História fosse um conjunto de dados indiscutíveis, restaria ao ensino de História apenas um processo de transmissão, e aos alunos apenas um processo de incorporação mnemônica desses dados. Mas – conforme a comunidade de pesquisadores e professores compreendeu ao longo do tempo –, esse não é o caminho da aprendizagem da História como a concebemos hoje, mas sim do conhecimento revelado ou autoritário. A relação pedagógica existente nesse modelo de conhecimento é aquilo que Paulo Freire chamou de "educação bancária", para a qual basta um aprendizado mecânico.

Assim, a concepção que embasa esta coleção recusa o dogmatismo e as ortodoxias, mas também descarta a ideia de que não existe objetividade possível na História, muito menos de que todas as narrativas são iguais em termos de validade. É claro que não temos que chegar a verdades absolutas, mas a História só tem alguma validade para a escola enquanto continuar buscando afirmações que possam ser aceitáveis, defensáveis, sustentadas nas evidências disponíveis e resultando do melhor argumento possível. Trata-se dos consensos mínimos construídos no debate entre as vertentes teóricas. Não são apenas "opiniões", mas os próprios fundamentos do conhecimento histórico.

Na perspectiva positiva, nossa concepção se sustenta então em algumas propostas, princípios e pressupostos que

são descritos a seguir. Eles se refletem na coleção de alguma forma, mas essa exposição tem primordialmente o intuito de estabelecer com os colegas um diálogo sobre a postura diante do ensino de História, que, como sabemos, vai além do livro didático.

O conhecimento é construído – A História, como os demais conhecimentos resultantes de pesquisa científica e avaliada pelos pares por meio da interlocução intelectual, é um conhecimento construído e em constante construção.

A produção da História não é resultado da aplicação de uma metodologia única, capaz de trazer à luz de modo mecânico tudo o que há para saber sobre o passado. Pelo contrário, a História que conhecemos resulta da construção constante de instrumentos intelectuais e práticos de pesquisa, que por sua vez resultam de várias e sucessivas perguntas que foram sendo feitas ao passado, baseadas nas perguntas que as gerações anteriores já tinham feito, nas respostas que conseguiram e nas questões que continuaram sem respostas convincentes.

Assim, o saber histórico, embora possa ser considerado certo e seguro, é sempre passível de novas interpretações. A História, portanto, também tem uma história! O conhecimento histórico é referenciado a seu tempo, dotado também de historicidade, como o(s) objeto(s) que ele busca reapresentar e explicar. Decorre desse princípio que, se o conhecimento foi construído por pessoas concretas com os instrumentos que tinham à mão, ele pode ser objeto de contestações, dúvidas, reconstruções; é importante que o aluno perceba que ele também pode, dentro de suas possibilidades, ser sujeito dessa atividade.

Não é possível aprender ou ensinar toda a História – A experiência humana no tempo é composta por uma quantidade praticamente inesgotável de informações. O estudo da história, tanto no campo da ciência quanto no campo da educação, nada mais pode ser do que um conjunto de recortes dessa imensa quantidade de possibilidades de enfoque. Um recorte é a expressão das concepções e objetivos do sujeito – individual ou coletivo – que o desenvolveu. A sequência tradicional de conteúdos também é um recorte. Por mais que se "disfarce" de síntese abrangente de toda a história, é um recorte que expressa uma tentativa da cultura ocidental – europeia e cristã – de atribuir um sentido a toda a história universal a partir da sua visão e liderança. Os recortes atendem a diferentes objetivos educativos e ideológicos e refletem, portanto, projetos de representação do passado e de construção ou reprodução de identidade nas novas gerações. Nessa obra, procuramos manter a organização cronológica dos eventos e processos, sincronizando-os com a história brasileira. Obviamente, só podemos falar de Brasil propriamente dito a partir do século XIX, mas é possível trabalhar em outros períodos de modo que o aluno possa perceber elementos importantes da nossa história, mesmo quando nem se cogitava que o território em que estamos pudesse vir a ser o que é hoje. É fácil exemplificar isso com o processo de ocupação humana da América, registrado também no atual território brasileiro com diversas e famosas pesquisas arqueológicas, como é o caso do sítio de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Buscamos diluir o foco europeu e eurocêntrico articulando processos semelhantes em regiões e tempos que podem não coincidir, como é o caso da revolução agrícola e da revolução urbana, ou as ondas do pensamento nacionalista.

A seleção de conteúdos está atrelada, na obra, aos seguintes princípios:

- busca de integração orgânica entre a história mundial e a nossa história, contemplando um âmbito geográfico mais amplo;
- referência para os casos semelhantes, na América Latina, aos processos históricos brasileiros;
- destaque para o papel africano e indígena na construção do Brasil, redimensionando a participação dos diferentes sujeitos;
- problematização de fontes que se referem à maioria dos assuntos abordados;
- discussão de diferentes pontos de vista quanto aos assuntos em foco, trazendo trechos de textos historiográficos quando adequado.

A questão da totalidade – É cada vez mais complicado elaborar sínteses que abarquem grandes parcelas da experiência humana. No ensino de História, entretanto, elas são fundamentais, porque estabelecem um ou mais sentidos históricos, tornando possível atribuir significados a fragmentos (fatos, evidências, opiniões) de um processo histórico. É lógico que não se trata de estabelecer significados permanentes e imutáveis, já que, como vimos anteriormente, o funcionamento da História é baseado na sucessão de argumentos e raciocínios que vão sendo superados ao longo do tempo. O que ocorre é que o aluno não pode ficar refém de fragmentos que só tenham sentido em si mesmos, pois isso significa que a história não será de nenhuma valia no seu processo de orientação temporal (conforme Jörn Rüsen), ou seja, não vai ajudar a produzir uma explicação genérica para o sentido do tempo que vivemos, de modo a favorecer o assumir de identidades e o planejamento de ações que visam objetivos para o futuro.

Sem isso, a história vai ser captada pelo aluno como um mosaico de pequenos objetos cujas lógicas são estanques entre si, e portanto um conhecimento que não faz sentido, que os alunos irão entender como uma obrigação inútil, destinada tão somente a atender ao arbítrio dos adultos que definem os currículos e programas.

A História é um conhecimento vinculado à legitimação social – O ensino de História cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações que são consideradas válidas, adequadas e corretas segundo os consensos mínimos que se pode construir na geração anterior. É o que chamamos de preparação para a vida adulta e para o exercício da cidadania. Esses consensos são desiguais conforme a sociedade e a conjuntura em que se vive; por isso, eles tanto podem ser resultado de uma discussão constante, ampla, democrática e esclarecida, como podem ser decididos entre poucos e assumidos pela maioria como se fosse dela mesma. Em qualquer caso, a história que é ensinada sempre tem uma função legitimadora de atos e instituições.

No Brasil atual, espera-se que o ensino de História legitime a sociedade democrática, baseada na representação política

sustentada em eleições livres e universais, um Estado laico e respeitador da liberdade de cultos, que seja capaz de distribuir não apenas a justiça pela igualdade formal, mas também pela igualdade material, por meio de processos redistributivos de educação, renda e poder. Essas posições gerais estão sustentadas na ideia de que o Brasil é um país com muitas desigualdades que foram se acumulando ao longo da sua história, e de que o futuro deve ser resultado da superação desses problemas e da realização plena dos potenciais econômicos, culturais e humanos do país. Pode-se entender esse conjunto de valores e interpretações como um conjunto dos consensos mínimos e fundamentais que orientam a nossa sociedade, o que não impede que diversos grupos internos possam fazer distintas críticas a esse modelo, seja na sua validade, seja na sua efetivação real, ou mesmo na sua viabilidade.

Quando uma sociedade se define sobre seus consensos mínimos, os diversos grupos internos se organizam para conservar ou para tentar mudanças em relação ao que está estabelecido, segundo sua projeção de futuro. Assim, alguns grupos propõem que se boicotem as eleições, outros promovem a sonegação de impostos como resistência passiva à corrupção nos governos, outros ainda promovem movimentos revolucionários visando mudar de um golpe as formas de estruturação da sociedade. Diante disso tudo, o ensino de História – para o qual a neutralidade é uma ilusão – deve sustentar-se nos consensos mínimos assumidos pelo Estado Nacional, firmados na Constituição Federal, que é expressão da soberania popular, embora não precise ser fechado aos questionamentos que são feitos àquele consenso. Pelo contrário, pela sua característica de disciplina destinada a estudar a historicidade das coisas e pela tarefa de propiciar aos alunos que desenvolvam suas análises e julgamentos baseados nas ferramentas da ciência, há espaço, e mesmo necessidade, para considerar as propostas alternativas. Mas não é o caso de promover visões particularistas, ou seja, vinculadas a posições político-partidárias determinadas, religiosas ou filosóficas, já que o ensino deve ter um caráter público, ao qual mesmo as escolas privadas ou confessionais estão vinculadas em algum nível.

Isso não constitui um universalismo ingênuo nem o desconhecimento do conflito entre grupos e classes sociais. O que acontece é o reconhecimento crítico de que a escola e o ensino de História legitimam posições e visões de mundo. O cuidado precisa ser no sentido de que, por um lado, não se desrespeite a ordem democrática, e que, por outro, o aluno seja respeitado como sujeito que precisa continuar tendo todos os elementos para formar sua opinião de modo autônomo, em vez de ter seu julgamento limitado por falta de informações ou por preconceitos instituídos.

O saber histórico não é invariável, e na escola assume a condição de saber histórico escolar – A forma científica, acadêmica, produzida e escrita a partir de regras rigorosas e de métodos aceitos dentro da comunidade internacional dos historiadores não é a única forma de registrar a reflexão sobre o passado e socializar esse registro. A escola, de fato, articula diferentes formas de relacionamento com saberes, símbolos e práticas que se ligam ao passado e à identidade coletiva, entre os quais se podem citar o jornalismo e os produtos editoriais para o grande público de uma forma geral, o apelo religioso, as demandas de formação cívica, os apelos comportamentais, bem como conhecimentos históricos não privilegiados pela academia, como a história local.

A história acadêmica tem finalidades de especulação teórica e ampliação do campo conhecido, de reflexão compromissada com os objetivos científicos, sem se limitar por fatores externos. Por isso, grande parte de seus conteúdos não tem interesse direto para a escola, e é um erro imaginar que a história ensinada seria tão boa quanto mais estivesse no mesmo compasso que a história acadêmica. Na escola, o conhecimento histórico tem finalidades formativas das novas gerações, que não se resumem à assimilação de conteúdos de origem científica, mas que devem dar conta de aspectos éticos e comportamentais que ultrapassam a reflexão histórica acadêmica, bem como de objetivos cognitivos que não se resumem à História, mas abarcam a relação com outras disciplinas.

O saber histórico escolar tem identidade própria e se relaciona com a história acadêmica por meio de uma relação de referência, ou seja, tem na academia um parâmetro último de validação das afirmativas e dos métodos. Mas os recortes, as ênfases, as formas de relação com o conhecimento não são na verdade mais simples ou mais restritas, mas efetivamente diferentes. A seleção de fontes, por exemplo, e a forma de se relacionar com elas é diferente em cada um dos campos. O saber histórico escolar responde ao saber acadêmico, mas também aos saberes tácitos, cotidianos, familiares. Por isso, diante do desafio de responder a necessidades educativas bem delimitadas, diferentes das necessidades do desenvolvimento científico, o saber histórico escolar fica em posição de ter um papel criativo e de dialogar com outros conhecimentos sobre a história. Um exemplo muito claro e que exige cuidado e dedicação do professor é o debate entre evolucionismo e criacionismo, que há alguns anos pensávamos estar resolvido, pela prevalência da posição da ciência na escola, nos currículos, e que hoje sofre pressões pelo avanço do pensamento religioso fundamentalista. Esse debate não vai ser resolvido pela escola ou na escola, e muito menos na parte específica que cabe à História. Mas cabe à ela, nesse debate, uma contribuição sobre os contextos e origens de cada uma das posições e a reflexão sobre o significado social e cultural das conquistas do pensamento e da ciência. Afinal, a História ensinada não se opõe necessariamente às opiniões e saberes que o aluno traz desde a sua experiência de vida, mas adiciona graus progressivamente maiores de racionalidade e dialogicidade ao conhecimento partilhado (por causa da sua relação de referência com a história acadêmica ou científica).

A História participa do processo de construção das identidades sociais – É fundamental o conhecimento histórico na definição, redefinição e absorção das mudanças no campo das identidades pessoais e coletivas. Isso porque a História é um dos principais campos de conhecimento a oferecer os primeiros conjuntos organizados de ideias, informações e imagens sobre o grupo e o indivíduo no tempo, assim como oferece esses mesmos elementos para representarmos os "outros" que não pertencem ao nosso grupo (família, nação etc.) em outros tempos e espaços. O conhecimento das diferenças faz parte

da definição de nós mesmos, e é por isso, por exemplo, que se sustenta a necessidade do estudo de grupos e civilizações que já desapareceram. O desconhecimento dos outros nos impede de pensar em nós mesmos e de refletir sobre as alternativas para melhorar nossas maneiras de viver, de nos organizar e de definir e buscar objetivos comuns. É por isso que é tão importante o trabalho do professor de História ao garantir a atenção, o interesse e o respeito à diversidade; e isso o aluno certamente vai precisar usar em sua vida. Daí a importância de enfatizar o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Precisamos também ter claro que cada sujeito articula várias identidades que respondem a aspectos diferentes da vida (sexualidade, lazer, política, economia, classe) e não é aceitável, no processo de autoconstrução que cada criança ou adolescente executa, o constrangimento ao assumir papéis que decorrem de estruturas e processos opressivos, como o racismo, o machismo, a homofobia, os preconceitos de classe, os regionalismos excludentes, entre outros.

A formação para a cidadania é também tarefa da História e significa a politização dos sujeitos – Desde seu surgimento como disciplina escolar, cabe à História uma parcela expressiva da tarefa de preparar os futuros cidadãos para a vida em sociedade, sobretudo para a participação na esfera política. No contexto da escola, a História participa dos objetivos de formar atitudes e concepções que sejam úteis para a vida pessoal e para a vida coletiva das novas gerações, como a tolerância, o espírito de justiça, o senso crítico, a dimensão da solidariedade e o assumir a responsabilidade pelo bem-estar dos outros cidadãos e pela preservação da cultura e da natureza. Também tem cabido em escala significativa à História a construção da identidade nacional. Esse objetivo, particularmente, tem sido objeto de algumas polêmicas: à acusação de ingenuidade e falta de senso crítico das abordagens tradicionais, sucede em grande parte das vezes uma perspectiva crítica destrutiva, iconoclasta, que não deixa nada no lugar do sentimento nacional que se propõe superar. Se, por um lado, não é o caso de aceitar as abordagens acríticas, valorizadoras de datas, fatos e personagens da classe dominante, por outro não se trata de simplesmente demolir esses valores, mas de substituí-los por uma versão mais democratica e popular da identidade coletiva no tempo. Sem algum sentimento positivo de pertencimento à nação, inviabilizam-se valores políticos (e não apenas morais) como a solidariedade e o senso de responsabilidade e colaboração com a coletividade. Por sua vez, a ausência desses valores não compromete apenas os projetos conservadores, mas quaisquer projetos de sociedade.

O que se projeta como objetivo e ideal no ensino de História e na escola em geral é a associação dos educandos a uma perspectiva democrática, plural e aberta de sociedade, não como uma identidade à qual nos ligamos apenas pelo nascimento, por sermos registrados juridicamente como cidadãos brasileiros, mas sim como membros ativos capazes de interferir nas definições e nos rumos do país, longe de prestarmos fidelidade cega e acrítica aos líderes nacionais em cada momento. Está presente aqui a ideia de que uma nação é um conjunto de pessoas que têm suas diferenças, mas também têm uma identidade dada pela opção de participar de um mesmo corpo político, sem perder de vista a identidade fundamental de seres humanos, a partir da qual traçamos relações fraternais e generosas com os outros países.

O ensino de história pretende construir nos cidadãos uma postura de sujeito ativo e participante decisivo nas decisões institucionais, comunitárias e mesmo nacionais. A ideia de que a História é a tarefa de grandes homens não colabora para a formação dessa postura, mas sim para uma perspectiva passiva e individualista, na qual o cidadão age apenas como expectador.

Esse sujeito deve ser capaz de avaliar e compreender as determinações, condicionamentos e possibilidades de ação na história. Somente com esses pressupostos será capaz de agir de modo autônomo, em vez de ser massa de manobra ou "figurante" nas grandes questões de nosso tempo. É evidente que essa postura deverá ser desejada e assumida pelo indivíduo, porque não há como impor a alguém a condição de sujeito; isso seria uma contradição completa.

Relatividade cultural e relativismos – Faz parte da tarefa educativa da História permitir que se perceba a historicidade e a relatividade de toda instituição, narrativa ou opinião. Os próprios juízos sobre a História só poderão ser entendidos dentro do contexto, interesses e sujeitos que os originaram. Entretanto, isso não pode conduzir à conclusão de que não há nenhuma verdade capaz de ultrapassar o ponto de vista particular e relativo. Embora possamos considerar superada a ideia restrita de que há um conhecimento ou uma verdade absoluta e universal, isso não exime a ciência de buscar a objetividade possível, as evidências e a construção de consensos provisórios e certos – embora temporários e suscetíveis a novas descobertas e interpretações. Não podemos mais pensar a verdade em termos absolutos, e não podemos nos contentar com a ideia de que a verdade é tão somente relativa. A saída é pensar a verdade como uma produção relacional, ou seja, estabelecida no consenso possível entre as diferentes posições. No ensino, é importante garantir que o aluno diferencie aquilo que é evidência, aquilo que já se consolidou na forma de consenso, e o que é passível de interpretações distintas ou mesmo de polêmicas. Por isso, tanto quanto possível, o ensino de História não se resume a uma enunciação de dados e narrativas, mas pode e deve contemplar também os processos de construção desses dados e narrativas, de modo a permitir que o aluno os avalie e julgue.

anotações

3 O ENSINO DE HISTÓRIA EM MOVIMENTO

Nas últimas décadas, as discussões contemporâneas no campo da Didática da História (ou da metodologia do ensino-aprendizagem de História) se desenvolveram e se tornaram bastante complexas. No Brasil não foi diferente. Há uma ampla e crescente gama de estudos universitários sobre o tema, e grande parte dos materiais em que constam esses debates está acessível em anais de eventos publicados em papel ou na Internet, e em periódicos tradicionais ou *on-line*, além de livros.

A partir de estudos inicialmente desenvolvidos por pesquisadores como Marcos Silva, Elza Nadai, Circe Bittencourt, Kátia Abud, Ernesta Zamboni e outros, o período pós-regime militar brasileiro foi marcado pela busca de novos rumos, diante da necessidade de refazer a disciplina, que havia sido atacada pelos governos como forma de levar à escola a Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, buscava-se trazer de volta a História, resgatando-a dos Estudos Sociais. Tratava-se de buscar novas perspectivas em termos de conteúdos, métodos e fundamentos do ensino da disciplina, adaptando-a às necessidades de formação para a cidadania em um novo tempo, democrático.

De lá para cá, os estudos se aprimoraram e se especializaram, alcançando espaço na pós-graduação das universidades brasileiras e influenciando fortemente políticas públicas para a educação, como currículos e programas.

Atualmente, a abrangência temática desse campo de investigação envolve todas as esferas do trabalho pedagógico com a História: currículos e programas, formação de professores, recursos para o ensino, linguagens alternativas, aspectos cognitivos, culturais e ideológicos da aprendizagem, estudos sobre o livro didático, formação de identidades, usos do passado e mesmo a história do ensino de História. Entre os conceitos que têm fecundado na área podemos destacar os de "saber histórico escolar" (vinculado à perspectiva da "cultura escolar") e "consciência histórica". O primeiro, conforme já vimos anteriormente, destaca o aspecto produtivo e criativo, em termos do conhecimento, da cadeia educativa que envolve a História, e abre a possibilidade de encarar o professor como um intelectual especializado e envolvido com uma forma particular de saber.

O conceito de consciência histórica, por sua vez, adiciona às análises educacionais a ideia de que a formação histórica do aluno não se resume à escola, e não depende somente dela, mas começa e permanece, ao longo de toda a vida, ligada às realizações práticas e às interpretações da História que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação. O principal efeito dessa perspectiva é reforçar a ideia de que a História ensinada na escola não é a única fonte de informação histórica do aluno, e que portanto é indispensável a formação de ferramentas mentais analíticas, capazes de qualificar o juízo que o indivíduo faz do tempo produzindo sua orientação temporal.

Os debates atuais sobre o ensino de História podem ser encontrados facilmente em livros e revistas, mas também na internet, em *sites* como o do Banco de Teses e Dissertações da Capes (www.capes.gov.br), o Scielo (www.scielo.br), o da Associação Nacional de História (www.anpuh.org) e da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (www.anped.org.br), entre outros.

História no Ensino Médio

Os educadores têm debatido a identidade (ou falta de identidade) do Ensino Médio no Brasil ao longo das últimas décadas, oscilando entre a análise de que ele deveria ter um caráter profissionalizante ou de que se trata de uma etapa de transição não muito bem definida entre a educação fundamental e a educação superior.

No campo da aprendizagem histórica, o Ensino Médio tem o caráter de revisão do que já se viu na disciplina durante o Ensino Fundamental, mas com um desafio distinto: ver "todo" o conteúdo, com menos anos de ensino e menos aulas semanais. Essa pressão traz duas tendências diferentes: reduzir o ensino a uma passagem panorâmica, superficial e desarticulada sobre milhares de informações, ou a desistência dessa abordagem "total" e enciclopédica em busca de recortes temáticos que permitam a formação dos conceitos principais da área e a composição de ferramentas intelectuais que permitam analisar dados históricos em geral. Nesse cenário, partindo de nossa prática em sala de aula, procuramos um caminho conciliatório, se podemos usar esse termo, pelo qual buscamos manter as informações mais relevantes, para construir um domínio de conteúdos minimamente suficiente, nos preocupando ao mesmo tempo com a formação de conceitos e habilidades gerais relativas ao pensamento histórico, principalmente nas seções dedicadas a essa discussão.

Instituído pelo MEC em 1998, o Exame Nacional para o Ensino Médio (Enem) tem por proposta avaliar habilidades e competências, servindo-se das disciplinas escolares como instrumentos. Acreditamos ser importante para o professor refletir sobre a aquisição de tais competências e habilidades, destacadas na prova do Enem de 2009 e apresentadas a seguir, e tê-las sempre em mente ao encaminhar seu curso e propor as atividades a seus alunos ao longo do ano.

anotações

Matriz de referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área	Habilidades
1. Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura. H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas. H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos. H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
2. Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder	H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos. H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações. H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social. H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial. H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
3. Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.	H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço. H12 – Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades. H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder. H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas. H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.
4. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.	H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção. H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais. H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano. H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.
5. Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social. H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas. H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades. H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades. H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.
6. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.	H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos. H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos. H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas. H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 17 fev. 2010

É notória a influência crescente do Enem sobre os programas de Ensino Médio. O exame iniciou-se com pretensões restritas, consolidou-se ao longo de mais de uma década e está, aos poucos, substituindo em importância o vestibular como fator de condicionamento do ensino oferecido em nível secundário. Ele impôs ao processo uma perspectiva muito interessante, que foi a cobrança da aprendizagem da capacidade de lidar com informações de modo criativo, reflexivo, solicitando mais o raciocínio e a capacidade de operar com os conceitos fundamentais de cada área do que a capacidade de memorizar fórmulas, dados, fatos, e simplesmente identificá-los corretamente nos enunciados.

O Enem tendia a concentrar questões que mobilizavam temas mais próximos do presente, e a dispensar o conhecimento de detalhes dos acontecimentos históricos, preferindo testar a capacidade de analisar os textos dos enunciados das questões. O que se mostrou modificado a partir de 2009, devido ao novo papel que o Enem assume ao passar também a selecionar alunos para ingresso nas universidades credenciadas, é a relação com o conteúdo. Se antes o conteúdo das disciplinas tinha um lugar claramente secundário em detrimento de conceitos e capacidades de gerenciar informação, agora ele passa a ter maior destaque. No caso da História, por exemplo, é possível perceber nas provas de 2009, também, questões que se referem de modo mais direto aos conteúdos da disciplina, sendo que, no formato anterior do exame, o conteúdo histórico aparecia bem mais discretamente, deixando o espaço central para competências e habilidades para as quais o estudo da História teria contribuído para formar. Por isso, optamos por uma obra que equilibre competências e habilidades com conteúdos, procurando conciliar a interpretação, a análise crítica, a discussão de diferentes pontos de vista com a narrativa de processos históricos centrais para a compreensão da nossa vida, como é o caso do século XX e início do século XXI.

4 AS PARTES COMPONENTES DA OBRA

A obra é composta de sete unidades.

Na estrutura das unidades está presente o princípio de uma história que recupera o papel do conjunto da humanidade em vez de um olhar eurocêntrico. A primeira delas, por exemplo, é chamada de "Os primeiros agrupamentos humanos". Com isso, pretendemos favorecer a ideia de que há um momento em que toda a humanidade se organizava em pequenos grupos (pelo menos no princípio). Ao recuperar tantas capacidades que os primeiros seres humanos tinham, procura-se ressaltar uma visão antropológica, ou seja, capaz de apreciar culturas contemporâneas de pequenos grupos e tecnologia pouco complexa sem a pretensão de medi-las de acordo com os parâmetros de nossa cultura. O princípio de integrar nossa história e a história geral aparece, por exemplo, na preocupação de contextualizar os períodos Paleolítico e Neolítico no continente americano.

A unidade 2 é chamada de "Civilizações antigas". Nela procuramos destacar o papel das experiências em uma outra forma de organização humana, que são as civilizações, capazes de organizar pessoas em grande número, e responsáveis pelo surgimento de uma ordem institucional cujo conceito é importante para nós até hoje: o Estado. As cidades, seu surgimento e desenvolvimento, sua relação com as civilizações e suas marcas para a contemporaneidade são um tema constante e gerador de reflexões, sobretudo nessa unidade. **Civilização** não é tratada como uma categoria evolutiva, como algo que supera a experiência da vida em pequenos grupos, mas como uma outra forma de viver, articulada com novas condições que foram se colocando para parcelas da humanidade e interferiram profundamente sobre a forma da vida social no presente. Não nos limitamos aos esquemas clássicos sobre o assunto e procuramos dar um panorama um pouco mais global da experiência civilizatória, trazendo também os casos do Extremo Oriente, África e América. Mantém-se a perspectiva de garantir que o aluno conheça as fontes do conhecimento que ele está partilhando, por meio de boxes sobre a construção do conhecimento, a metodologia da História e sua relação com outras disciplinas no campo do conhecimento humano.

A unidade 3 é chamada de "A Europa, periferia do mundo". Mais que falar sobre a Idade Média, procuramos apresentar um panorama mundial desse período e demonstrar as várias e distintas lógicas presentes em um mesmo momento, muitas delas não "cabendo" nesse recorte cronológico europeu de cerca de mil anos. Destacamos que, enquanto o que chamamos de Europa se fechava sobre si mesma buscando um novo equilíbrio de vida, religião e produção, outras experiências levavam à expansão econômica, especificamente comercial, e ao desenvolvimento da ciência, técnica e cultura no Oriente, especialmente no Islã. Procuramos os elos que integram a história, por exemplo, na presença muçulmana na Península Ibérica, que marcaria o futuro Brasil e a futura América Latina. Sempre que possível, reunimos texto didático e documentos históricos, além de trechos de textos historiográficos, para que os conhecimentos possam ser trabalhados multidimensionalmente.

A unidade 4, chamada "Europa, o centro do mundo", se dedica ao processo de construção da modernidade baseado em um mercado cada vez mais global, capitaneado por alguns dos países europeus. A história da África é discutida a partir do conceito de diáspora africana, que procura entender o importante fenômeno da escravidão no contexto da criação do mercado atlântico e da interferência europeia sobre o continente africano. O professor deve destacar os processos de resistência dos escravos, mas também os processos que geraram a cultura brasileira, na qual a contribuição africana não é apenas mais um item, mas

um de seus alicerces. Também procuramos destacar que, no contexto da criação da modernidade, a criação da América Latina é uma consequência. É importante o professor lembrar aqui que os traços comuns entre a América Hispânica e a Portuguesa são as bases de nossas proximidades.

Na unidade 5 "Para entender nosso tempo: o século XIX, procuramos tratar conjuntamente todas as revoluções – políticas, sociais e econômicas – que, embora cronologicamente anteriores ao século XIX, geram todas as estruturas que vão explicar esse primeiro momento da contemporaneidade. Novamente, procuramos tratar de modo integrado as perspectivas de história europeia, americana e da África e Oriente.

As unidades 6 e 7 dedicam-se ao século XX e início do XXI, dada a importância crucial do seu estudo para que a história aprendida seja utilizável na vida política, social e de trabalho dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. Em "Para entender nosso tempo: o século XX" e "Do pós-guerra ao século XXI", procuramos manter os princípios que nortearam a obra até aqui, privilegiando as narrativas que informam o leitor sobre os acontecimentos que constituem o presente da humanidade.

Estrutura da obra

A obra está organizada em unidades e capítulos. Na página de abertura das unidades, há sempre uma imagem sugestiva e um breve sumário de seu conteúdo que devem ser explorados com os alunos.

Cada unidade começa com a seção ***Discutindo a História***. Ela tem o objetivo de levantar a questão de como se construiu o conhecimento histórico que os alunos irão estudar. E a retira os assuntos de sua redoma de pretensa objetividade e evidencia métodos, teorias e informações adicionais sobre o trajeto, seus temas, desde o do surgimento, como foco de interesse para pesquisa, até serem ensinados nas escolas.

Pretende-se que os alunos tenham a oportunidade de notar que a discussão sobre como se constitui o discurso da História é uma forma de compreender a história que nos diz respeito, a história vivida.

Sugerimos aos professores que discutam o texto dessa seção em **aula dialogada**, levantando os conhecimentos prévios dos alunos e debatendo os interesses envolvidos no discurso histórico. É importante destacar que as versões sobre acontecimentos históricos nunca são inocentes e isentas, constituem apenas olhares sobre a história vivida. O papel do ensino de história, buscando abordagens que apresentam e desvendam variados enfoques, estimula a análise e o desenvolvimento crítico. Essa é a parte da obra que irá permitir esse tipo de discussão. No decorrer do estudo dos capítulos, caberá ao professor eleger os momentos em que esses tópicos poderão ser retomados e estabelecer as relações. Em alguns capítulos, sempre que possível e oportuno, retomamos essa discussão, contextualizando e relativizando os instrumentais teóricos utilizados na construção do texto.

Abrindo cada um dos capítulos, temos a seção ***Para pensar historicamente***, que objetiva estabelecer eixos para reflexão do assunto a ser estudado e algumas possíveis relações entre presente e passado, vinculando-o com o cotidiano dos alunos. Essa seção oferece ao professor a oportunidade de realizar um diagnóstico do conhecimento prévio que eles detêm sobre os assuntos. Ela deve ser trabalhada também em forma de aula dialogada, pois, assim como a seção ***Discutindo a História***, se destaca do restante do capítulo – é mais um recurso para que professor e alunos reflitam e discutam. Também neste caso, caberá ao professor selecionar no capítulo os momentos em que esses pontos serão retomados. Procuramos, sempre que possível, propor atividades que resgatem os temas dessa seção.

Os capítulos apresentam a matéria de forma cronológica, sempre que possível. Imagens e boxes com informações complementares procuram enriquecê-la e criar quebras de leitura que visam auxiliar o aluno em seu estudo. O texto dos capítulos não trata sistematicamente das discussões levantadas nas seções iniciais, pois acreditamos que isso foge do perfil de manual didático que pretendemos. Nessa fase de estudo, é importante que o aluno saiba que essas questões sobre o saber historiográfico existem, reflita sobre elas e as tenha presentes; no entanto, submeter cada tópico do conteúdo a uma análise desse tipo poderia mais confundir o aluno do que ajudar. Por isso, frisamos que essa tarefa caberá ao professor, que é o condutor do processo e saberá o melhor momento para retomar essas análises e de que forma, dependendo da realidade de cada turma. Por outro lado, isso não significa que apresentamos a matéria de forma estanque, nem os conhecimentos históricos como uma única verdade. Há constantes relativizações e, principalmente nos boxes, procuramos, quando pertinente, trazer algumas análises historiográficas para o primeiro plano, na medida em que nos pareceram mais adequadas para assimilação pelos alunos.

As **atividades** da obra estão dispostas no final e às vezes ao longo de cada capítulo, levando-se em conta o tamanho do capítulo ou a pertinência do tema. São elas:

- ***Exercícios de História*** – apresenta atividades variadas, incluindo leitura, reflexão, interpretação de textos e análise de imagens, com documentos, elaboração de textos, pesquisas. O nome da seção pretende justamente ressaltar que cada atividade solicitada constitui em si mesma exemplo da **prática** do historiador, um **exercício** de História propriamente dito. Pretende abrir caminho para reflexões, questionamentos e discussões. Nessas atividades tentamos criar condições para que o aluno perceba, primeiro que a História ensinada na obra e na escola não é a única fonte de informação que ele tem disponível (realizações práticas e interpretações da história que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação também são consideradas), segundo, que a História está em permanente construção.
- ***Para recordar/Esquema-resumo*** – presente em todos os capítulos, esses esquemas ajudam a marcar algumas das principais passagens do assunto estudado. Traz em geral uma ou duas atividades com questões objetivas que visam exercitar não só a leitura do esquema mas também a elaboração de textos, como síntese dos tópicos significativos do capítulo.
- ***Questões & testes*** – no final de cada unidade do livro apresentamos uma seleção de questões de vestibulares nacionais e também do Exame Nacional para o Ensino Médio (Enem), divididas por capítulos.

Estrutura desta Assessoria Pedagógica

Esta **Assessoria** oferece a você, professor, alguns subsídios que podem ser úteis na utilização desta obra em seu curso. Além da parte introdutória, ela contém:

- Um texto sobre a ***avaliação***; e o estudo de História, um convite à reflexão sobre nossa prática.
- ***Indicações bibliográficas***, selecionadas para o professor.
- ***Atividades integradoras de História e Geografia*** – essa seção apresenta propostas de atividades que integram as duas disciplinas, em conexão com as demais áreas do conhecimento. Ela atende às orientações curriculares para o Ensino Médio, que destacam as necessárias articulações entre as dimensões temporal e espacial, aproximando e integrando análises sobre os processos sociais e históricos e a espacialidade de diferentes eventos e fenômenos em diferentes escalas geográficas. A partir das proposições da seção, o aluno poderá também desenvolver competências gerais e das ciências humanas, associadas ao domínio de uso de diferentes linguagens, à leitura e produção de textos em diferentes gêneros, à leitura e interpretação de mapas, cartas e iconografias diversas e à construção de noções e conceitos para discutir temas sociais controversos, favorecendo o trabalho coletivo, interdisciplinar e contextualizado.
- ***Comentários e orientações*** – por capítulos – essa seção traz sugestões sobre o encaminhamento do conteúdo.

Contém ainda:

- *Indicações para aprofundamento do tema (bibliografia sobre ensino e historiografia; videografia, endereços eletrônicos)*
- *Sugestões de abordagens interdisciplinares*
- *Textos de apoio*
- *Comentários das atividades*

A interdisciplinaridade tem sido um fator cada vez mais importante no aprendizado em geral, e no aprendizado da História em particular. Isso porque se sabe que o conhecimento é um só, embora o processo de desenvolvimento da ciência e do ensino tenham fragmentado o saber em áreas para melhor abordá-las. O movimento do ensino deve ser o de reencontrar as ligações entre essas partes do saber. Por esse motivo, essa obra preocupou-se, na Assessoria, em apresentar alternativas para o professor adequar o material à sua realidade. Além das propostas de Atividades integradoras, a cada capítulo, encontram-se sugestões de temas para o trabalho interdisciplinar, que podem ser propostos aos outros professores e/ou desenvolvidos paralelamente. Em outras palavras, mesmo que a realidade da escola dificulte projetos conjuntos (que são o ideal), nada impede que os próprios professores se encarreguem de relacionar seus conteúdos com os de outras áreas, promovendo assim uma integração entre as disciplinas.

5 SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS (E DE PROFESSORES)

Todas as características que viemos trabalhando ao longo dessa parte da Assessoria Pedagógica impõem uma reflexão adicional sobre o tema da **avaliação**. De fato, já vai longe o tempo em que a avaliação era a verificação mecânica e classificatória da aprendizagem. Acreditamos que a avaliação não deve medir apenas a assimilação mecânica dos conteúdos, mas também a aplicação de habilidades e competências diversas.

Uma avaliação nos moldes tradicionais, com ênfase quase absoluta em provas mensais ou bimestrais, não deve ser o parâmetro. Embora tendo sua importância e validade, acreditamos que esse meio seria complementar a todo o processo e que o núcleo principal da avaliação decorreria da **participação** e do envolvimento dos alunos em discussões em sala de aula e na realização das atividades propostas.

Convocar os alunos, individual e coletivamente, para elaborar os conceitos gerais da avaliação (que incluiriam as dimensões conceituais da disciplina, mas também posturas e comportamentos individuais, das equipes e da classe como um todo) poderá servir para aferir o rendimento conseguido em sala de aula e preparar o caminho para os trabalhos seguintes. Dessa forma, aprimoram-se a atuação e as conquistas dos alunos e dos professores.

A coleção pretende dar condições para que o professor possa utilizar o processo de **avaliação contínua** (ao longo de todos os módulos do curso) para verificar o que o aluno realmente apreendeu. As diferentes atividades propostas são úteis para esse tipo de avaliação. Ao professor caberá também avaliar as próprias estratégias escolhidas para o seu curso e a necessidade ou não de rever procedimentos.

Nas exigências do Enem, que por sua vez expressam as exigências do mercado de trabalho e da participação cidadã na atualidade, não basta à avaliação recuperar dados que o aluno tenha retido, mas verificar o desenvolvimento de capacidades cognitivas, domínio e aplicação de conceitos.

Além da avaliação contínua, temos também a possibilidade da **avaliação diagnóstica**, que consiste no uso dos instrumentos de avaliação como recurso para verificar o desenvolvimento do aluno e seu sucesso em cada um dos objetivos propostos. Essa perspectiva de avaliação pressupõe a existência de objetivos que vão além de meramente "passar o conteúdo" e depois verificar se ele foi assimilado ou não. Tais objetivos têm caráter de conquistas cognitivas progressivamente mais complexas, mais do que uma restituição de informações fornecidas em aula. Dessa forma, a avaliação irá constituir para o professor e o aluno uma oportunidade de correção de rumos pessoais e do grupo, no ensino e na aprendizagem, permitindo que o processo todo possa ser repensado continuamente, tendo em vista o seu aperfeiçoamento constante. Dentro dessa perspec-

tiva, retira-se da avaliação a função de reprimir o aluno indisciplinado ou de classificar os alunos, estabelecendo identidades fixas de "bons" e "maus" estudantes, como rótulos que podem se fixar indefinidamente. Ao contrário, o esforço será para desenvolver no aluno uma disciplina pessoal de estudos que se manifeste de dentro para fora, paulatinamente.

Para atingir as metas de uma avaliação de caráter diagnóstico, os instrumentos utilizados, além de terem seus objetivos previamente expostos, de modo que se tornem claros e consensuais para todos os envolvidos, devem ter seus critérios de correção explorados exaustivamente. Isso é tanto mais necessário quanto mais abertas forem as questões, e as questões abertas são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades cognitivas mais complexas e sofisticadas. Por exemplo, ao solicitar um posicionamento pessoal quanto a um tema em estudo, o professor deve indicar quais são os parâmetros de argumentação e fundamentação aceitáveis, tais como levar em conta as evidências documentais disponíveis, considerar as limitações ou características do pensamento de época, sustentar aspectos éticos e humanísticos na argumentação e assim por diante. Dessa maneira, nem professor nem aluno ficam reféns de visões egoísticas ou pareceres meramente impressionistas, como o popular "achismo".

Em avaliação, o critério claro de correção é importante para que se desenvolvam conhecimentos e opiniões fundamentadas, de modo a permitir que progressivamente os alunos superem pontos problemáticos do senso comum, como preconceitos e perspectivas superficiais.

A avaliação que permite a criatividade do aluno é importante para a superação do que Paulo Freire chamou de "educação bancária" e Ausubel chama de "aprendizagem mecânica", ou seja, aquela composta principalmente de conteúdos que se aprendem por repetição constante e técnicas de memória, mas não chegam a constituir um todo significativo e aplicável à vida, e cujo destino, ao longo dos anos (meses ou dias) é desaparecer quase por completo. Instrumentos que incentivem a criatividade, a resolução de problemas e o levantamento de informações que sejam aplicadas na criação de novos enunciados, são benéficos a uma fixação do aprendizado não só em termos de conhecimento histórico, mas de um saber-fazer que será útil no cotidiano do cidadão, filtrando as informações necessárias às suas decisões.

As exigências educacionais contemporâneas, que são significativamente expressas no modo como o Enem avalia o aluno, caminham para encorajar e sustentar uma avaliação que permita analisar o desenvolvimento das capacidades de operar o conhecimento, aplicar conceitos e resolver problemas, mais do que reter informações. As informações e os dados são voláteis e passíveis de desatualização, e o mais importante que o aluno deve saber em relação a eles é como recuperá-los, buscá-los e reencontrá-los. As extensas bases de dados tradicionais e virtuais amplamente disponíveis devem ser apropriadas para a função de liberar o tempo e os recursos intelectuais do aluno para tarefas mais significativas. A memorização de conteúdos pode ser vista como ponte para o processo reflexivo, para o desenvolvimento de raciocínios e não como um fim em si. Também por esse motivo, é necessário pensar em formas de avaliação diversificada, que não se reduzam a testes periódicos escritos (provas), mas que avancem para o cotidiano.

Nas avaliações, professores e alunos podem beneficiar-se de uma linguagem coloquial, que introduza com detalhe e clareza o que se pede, investindo em situações-problema, abusando de textos introdutórios, fontes, textos e figuras para análise. É possível esperar melhores resultados com orientação clara e com o uso de verbos e explicações que apontem com precisão o que se espera do aluno. Assim, é possível requisitar as mais variadas capacidades, das mais simples (classificar, associar, identificar) às mais complexas (estabelecer relações, comparar, levantar hipóteses, avaliar, propor soluções). Obviamente, para que sejam avaliadas, devem ser exercitadas: o que é avaliado nas provas é o que se vivencia durante as aulas, e o que se vivencia durante as aulas pode e deve ser objeto de avaliação continuada.

Outro elemento cotidiano no ensino são as pesquisas demandadas como tarefa, fora de sala de aula. No passado, os alunos copiavam trechos de livros ou enciclopédias para atender às solicitações de pesquisas de seus professores. Atualmente, dada a disponibilidade quase ilimitada da internet, inclusive para os estratos mais desfavorecidos da população (as *lan houses* em bairros de periferia e favelas são um fenômeno crescente), a tendência é que esteja facilitada e generalizada a pesquisa de temas pelo "método Ctrl+C/Ctrl+V", ou seja, digitar o tema em servidores de busca, selecionar, copiar e colar os textos. Essa prática não obriga nem que se leia o que se colou no documento entregue ao professor e é uma prática completamente inócua. Exigir trabalhos escritos à mão não é uma solução e impõe um retrocesso técnico que chega às raias do insuportável para o aluno. Uma saída possível é propor trabalhos que não se esgotem na apresentação de informações, mas que exijam a compreensão, por meio de problemas a serem resolvidos com o uso da informação em foco, de formulações da pesquisa com uma ou mais perguntas, da solicitação de dados ou opiniões diferentes que sejam comparados e da elaboração de uma conclusão.

Com a disponibilidade de sítios de internet que armazenam programas de televisão, gravações em vídeo, trechos de filmes etc., é possível propor pesquisas nas quais o aluno extraia informação de temas disponíveis em reportagens ou entrevistas, por exemplo, e redija sua pesquisa a partir daí. Enfim, é possível reverter o mau uso dos recursos de informação para a pesquisa escolar, mas, para isso, a pesquisa tem que ter um caráter operatório, da mesma forma que a aula e a avaliação de História.

As atividades devem desenvolver habilidades de linguagem, capacidade de relacionar, analisar, interpretar dados, fatos, situações e modelos explicativos. Ao mesmo tempo, elas devem visar a produção de trabalhos individuais e coletivos, que permitirão avaliações diferenciadas.

Cabe ao professor ainda mobilizar os alunos no processo de **autoavaliação**, do qual devem fazer parte não só uma autorreflexão, mas os comentários feitos pelos colegas de sala.

No final, importa saber – e avaliar – o preparo dos estudantes para entender o mundo em que vivem e no qual devem atuar e interferir de modo mais preparado e consciente.

assessoria pedagógica

6 INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA PROFESSORES

Sobre o ensino de História e historiografia

AISENBERG, B., ALDEROQUI, S. (Comp.). *Didáctica de las Ciencias Sociales. aportes e reflexiones*. Buenos Aires. Paidós, 1994.

AMÉZOLA, Gonzalo de. *Esquizohistoria. La Historia que se enseña en la escuela, lo que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la historia escolar*. Buenos Aires. Zorzal, 2007.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

BUSQUETS, M. et al. *Temas transversais em Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, C. F. S., VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, Mario. *Construir y enseñar las Ciencias Sociales y la Historia*. Madrid: Aique, 1995.

______. *Documentos de identidad. La construcción de la memoria histórica en un mundo global*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de História nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-31, 2004.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUI, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALESSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Unesp, 1998.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FERRO, M. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação: a história dos dominados em todo o mundo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, S. G. *Caminhos da História ensinada*. Campinas. Papirus, 1993.

______. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAYRARD-VALY, Y. *The story of fossils: in search of vanished worlds*. Londres: Thames and Hudson, 1994. (New horizons)

GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise na escola pública*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOULD, S. J. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, E. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBY, R. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LE GOFF, J., CHARTIER, R., REVEL, J. (Dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIEBESNY, Bronia; OZELLA, Sergio. Projeto de vida na promoção de saúde. In: CONTINI et al. *Adolescência e Psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 61-7.

MANIQUE, A. P., PROENÇA, M. C. *Didática da História: património e história local*. Lisboa: Texto, 1994.

MINISTÉRIO da Educação, SECRETARIA de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/Semt, 1999.

MORAES, J. G. V. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OZELLA, Sergio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: CONTINI et al. *Adolescência e Psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História*. São Paulo. Unesp, 2000.

PINSKY, J. (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo. Contexto, 1997.

RUSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

QUEIROZ, T. A. P. *A História do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

REIS, J. C. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

______. *Escola dos Annales, a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, A. E. M., FALCON, F. J. C. *Tempos modernos, ensaios de História cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 2. ed. São Paulo: Global/Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1998.

SILVA, C. S. B., MACHADO, L. M. (Orgs.). *Nova LDB: trajetória para a cidadania?* São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

______. *Identidades terminais: as transformações na política da Pedagogia e na Pedagogia da política*. Petrópolis. Vozes, 1996.

______ (Org.). *Liberdades reguladas: a Pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis. Vozes, 1998.

VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6. ed. Barcelona: Crítica, 1999.

WHITROW, G. J. *O tempo na História: concepções de tempo da Pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

7 ATIVIDADES INTEGRADORAS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

▶ 1. "África, do berço da humanidade aos dramas e perspectivas atuais"

Atividade relacionada a tema do capítulo 1, unidade 1.

Introdução

Estudos sobre as origens do homem moderno levaram à descoberta de que as ossadas e fósseis mais antigos de seres humanos localizavam-se na África, dando a esse continente o título de berço da humanidade. Partindo dele, indivíduos e grupos da espécie *Homo sapiens* espalharam-se pelos outros continentes. Hoje, milhares de anos após esse processo, paradoxalmente o berço da civilização humana se debate entre dramas sociais como a fome, a pobreza, os conflitos armados e as epidemias, além de enfrentar o desafio de superar adversidades nos planos econômico e político. Esse quadro enseja um olhar e uma pesquisa sobre a África contemporânea, analisando os processos que levaram à emergência de profundas desigualdades – como o tráfico de escravos no período mercantilista, o neocolonialismo, a partilha do continente no século XIX, as lutas anticolonialistas na segunda metade do século XX – e examinando indicadores sociais e econômicos de países do continente onde foi identificado o mais antigo hominídeo conhecido até hoje, *Toumai*. É um trabalho de pesquisa que permitirá o estudo de aspectos históricos e geográficos.

Objetivos

- Reconhecer e analisar os quadros político, econômico, social e cultural da África contemporânea.
- Analisar indicadores sociais e econômicos da África contemporânea e avaliar ações e políticas de combate à fome, à pobreza, às epidemias e aos conflitos armados.
- Ler e interpretar mapas, plantas e cartas em diferentes escalas.
- Ler, escrever e interpretar textos de diversos gêneros e fontes.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa.

Conteúdos

África: política, economia, sociedade e cultura – Indicadores sociais e econômicos – África subsaariana – Sahel – África setentrional – Estado nacional e território – Fronteiras – Bases naturais – Conflitos internos e guerras civis – Neocolonialismo – Imperialismo – Lutas anticolonialistas.

Tempo estimado

Equivalente a 5 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que identifiquem, em atlas históricos e geográficos, a divisão política atual do continente africano e que a comparem aos resultados da partilha da África definida na Conferência de Berlim de 1884-1885.
- Oriente os alunos a se dividirem em pequenos grupos e a examinar mapas que denotam a exploração de riquezas naturais na África. Chame-lhes a atenção para a construção de ferrovias no território pelas potências coloniais, ligando áreas produtoras a portos de exportação. Representações cartográficas atualizadas, com as bases físicas (desertos, cadeias montanhosas, lagos, bacias hidrográficas, florestas etc), as riquezas minerais e os perigos à vida humana representados trarão novos dados sobre o continente.
- Auxilie os alunos a coletar, selecionar e organizar indicadores sociais e econômicos de países e regiões do continente. Entre esses dados, podem ser analisados: a taxa de mortalidade, a expectativa de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o PIB *per capita*, o Índice de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), a taxa da população com o vírus HIV e as ações desenvolvidas por países, pela ONU e por entidades internacionais (como Médicos Sem Fronteiras). É fundamental também o exame de conflitos armados e rivalidades étnico-culturais decorrentes da constituição dos Estados nacionais. Mostre aos alunos que a presença de petróleo, gás, urânio e metais preciosos desperta o interesse de nações emergentes – como China, Índia, Brasil e Rússia – e instiga a reafirmação de posições estratégicas no continente por potências mundiais – como Estados Unidos e Reino Unido.
- Assinale aos alunos as diferenças econômicas e sociais entre os países da África Subsaariana e os da porção Norte do continente, destacando o cinturão da fome na região do Sahel. Sugira também o levantamento de dados sobre a recente formação da União Africana.
- Solicite aos grupos de alunos a preparação de quadros-síntese de acordo com os dados e as informações levantadas e os objetivos propostos. A partir disso, eles poderão estabelecer conclusões sobre os rumos e as perspectivas da África contemporânea. Concluída essa etapa, promova uma discussão coletiva sobre os resultados.
- Avaliação: leve em conta a participação de cada aluno nas tarefas individuais e coletivas. Examine o domínio e a utilização dos conceitos em jogo e avalie a correção, a organização e a clareza na produção de textos. Recomenda-se que a turma faça uma autoavaliação sobre a experiência, destacando os principais ganhos de aprendizagem.

Bibliografia para o professor

FIORI, José Luís. Provavelmente, Deus não é africano. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 24 abr. 2008. Disponível em: <http://diplo.org.br/2008-04,a2365>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

NATIONAL Geographic Brasil. *Capitalismo angolano*. São Paulo: Abril, n. 108, mar. 2009. p. 26-34.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. Capítulo sobre bases naturais do continente. Disponível em: <www.novafronteira.com.br/_conteudo/capitulos/enxada_final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

Indicações de fontes para o aluno

ATLAS da história do mundo. São Paulo: Publifolha, 1995.

ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Fename, 7. ed. 1979. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/

DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24652>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CARTOGRAFIA histórica (em francês). Disponível em: <www.atlas-historique.net/>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MAGNOLI, Demétrio. *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAPAS históricos (em inglês). Disponível em: <www.henry-davis.com/MAPS/carto.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MÉDICOS Sem Fronteiras. Disponível em: <www.msf.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2007. (Viver, Aprender – EJA).

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2008.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

______. *Atlas dos conflitos mundiais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

ONU. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009*. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 20 mar. 2010.

UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br/agencias_unaids.php>. Acesso em: 20 mar. 2010.

2. "Povos indígenas no Brasil, ontem e hoje"

Atividade relacionada a tema do capítulo 11, unidade 4.

Introdução

A chegada dos portugueses às terras que mais tarde vieram a ser chamadas de Brasil suscita um trabalho conjunto entre História e Geografia sobre os povos indígenas. Estimada entre 1 milhão e 10 milhões de indivíduos em 1500, a população indígena soma hoje cerca de 400 mil indivíduos, que vivem em terras indígenas ou núcleos urbanos próximos. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), aproximadamente 0,2% da população total do país.

A população indígena está dividida em 220 povos falantes de cerca de 180 línguas pertencentes a dois grandes troncos, o Tupi e o Macro-Jê. A situação varia bastante entre os grupos: cerca de 150 deles têm menos de mil indivíduos, enquanto outros contam com milhares de membros. O crescimento demográfico também é variável. Há também dezenas de grupos isolados. Entre os direitos coletivos mais importantes que possuem, conquistados com a Constituição Federal de 1988, está o de permanecer nas terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Conforme dados do Instituto, hoje as terras demarcadas ou em demarcação correspondem a 12% do território nacional (são microterritórios e, em alguns casos, territórios mais extensos). Para alguns, direito inalienável; na opinião de outros, significa muita terra para poucos indivíduos. Na sequência de atividades abaixo, os alunos, com o auxílio do professor, poderão problematizar a questão e refletir sobre ela.

Objetivos

- Reconhecer e avaliar os efeitos do processo de colonização do Brasil sobre a organização social e cultura dos diferentes povos indígenas.
- Ler e interpretar mapas e cartas de parques e terras indígenas no Brasil e analisar sua distribuição e extensão no território nacional.
- Ler, escrever e interpretar textos de diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos de coleta, seleção e organização de dados e informações em diferentes fontes de pesquisa.

Conteúdos

Povos indígenas – Parques e terras indígenas – Culturas indígenas – Território – Estado nacional – Diversidade cultural no Brasil.

Tempo estimado

Equivalente a 4 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Promova uma roda de conversa para avaliar o que os alunos sabem sobre a questão indígena. Ouça-os e proponha que discutam: Há muita terra para poucos indígenas no Brasil? O que significa a demarcação e regulamentação das terras para esses povos? Quais os entraves e obstáculos para que esse direito seja alcançado?
- Examine as respostas e proponha que, em pequenos grupos, os alunos façam uma pesquisa. Inicialmente, eles podem examinar, em atlas geográficos e históricos, mapas com a distribuição de parques e terras indígenas no país. Em seguida, devem levantar dados sobre grupos determinados, como população, localização, língua falada, tradições culturais, modo de vida, lutas históricas etc.
- Posteriormente, solicite aos alunos que pesquisem em jornais, revistas, livros e *sites* dados e reportagens sobre conflitos ou acordos emanados da criação de novas terras indígenas. Observe que, mesmo garantidas as terras, elas não estão livres de ameaças como invasões, desmatamento, contaminação de recursos hídricos. Oriente os grupos para que cada um deles se concentre em um estudo de caso, com destaque para a diversidade cultural resultante da presença de povos indígenas no Brasil.
- Os resultados do trabalho devem ser apresentados e debatidos em sala de aula, gerando quadros-síntese e dissertações individuais sobre o tema.
- Avaliação: leve em conta o conjunto da produção dos estudantes e avalie a clareza e organização dos textos orais e escritos. Considere a participação de cada aluno nos momentos individuais e coletivos e o domínio de processos e conceitos históricos e geográficos. Reserve um tempo para que a experiência seja avaliada também pelos estudantes.

Indicações de fontes para o aluno

CONSELHO Indigenista Missionário (Cimi). Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 27 mar. 2010.

FUNDAÇÃO Nacional do Índio (Funai). Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2010.

IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 39. Disponível em: <www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/index.shtm>. Acesso em: 27 mar. 2010.

INSTITUTO Socioambiental (ISA). *Almanaque Brasil socioambiental*. São Paulo: ISA, 2005.

INSTITUTO Socioambiental (ISA). *Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <www.socioambiental.org/prg/pib.shtm#encicIop>. Acesso em: 27 mar. 2010.

MEIRELLES, José Carlos. Pela liberdade dos índios. *National Geographic Brasil*. São Paulo: Abril, n. 109, abr. 2009. p. 32-5.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2008.

▶ 3. "Globalização, uma nova escala geográfica de relações humanas"

Atividade relacionada a tema do capítulo 40, unidade 7.

Introdução

A chamada Terceira Revolução Industrial – apoiada nos avanços científico-tecnológicos de setores como a microeletrônica e a informática – e a hegemonia do modelo econômico e social neoliberal, temas do capítulo, suscitam pesquisas e seminários sobre a constituição da globalização – de especial interesse para as áreas de História e Geografia e outras das ciências humanas. Antes de tudo, a globalização vem se constituindo como nova escala geográfica de relações humanas, acima da escala nacional/territorial em vigência. Para o historiador Eric Hobsbawm, a globalização não se dá em todos os campos da vida humana. Embora ela tenha como "ponto focal" a economia, verifica-se também nos campos dos transportes, comunicações e novas tecnologias. Entre seus principais atores estão as firmas globais (transnacionais), o sistema financeiro e os próprios Estados nacionais, que condicionam ou facilitam a atuação dos empreendimentos globais. Para o geógrafo Milton Santos, ela se associa a um novo meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, em relação com o que chama de tirania do dinheiro e da informação, com a "unicidade técnica" e a "convergência dos momentos". O mesmo autor discute as possibilidades de "uma outra globalização", saindo do "pensamento único" para uma "consciência universal". Por meio da sequência de atividades proposta a seguir, os alunos deverão preparar um seminário, se aprofundando e se posicionando sobre o assunto.

Objetivos

- Compreender processos de constituição da globalização como nova escala de relações humanas e avaliar seus efeitos.
- Avaliar o papel das empresas transnacionais e do sistema financeiro no quadro da constituição da globalização.
- Ler e interpretar mapas e cartas em diferentes escalas para compreender fenômenos e processos histórico-geográficos.
- Ler, escrever e interpretar textos em diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa e consulta.

Conteúdos

Globalização – Novas tecnologias – Transporte, comunicações e informação – Redes geográficas – Empresa transnacional – Sistema financeiro global – Escala geográfica – Cidadania e globalização.

Tempo estimado

Equivalente a 6 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Converse com a turma sobre as concepções e ideias acerca da globalização. Ouça as opiniões e proponha a leitura de excertos dos livros indicados nas referências (Milton Santos e Eric Hobsbawm). Peça que avaliem as ideias e processos sobre essa nova escala geográfica e produzam quadros-síntese, comparando com períodos anteriores.
- Em seguida, sugira que pesquisem, selecionem e examinem textos, imagens e mapas sobre a distribuição geográfica das organizações transnacionais quanto às suas unidades de pesquisa, de produção e de vendas; a organização do sistema financeiro e sua atuação em todo o mundo, bem como dos conglomerados e redes de comunicação, além de eventuais quadros de desemprego e transformações nestes setores.
- Depois, os alunos poderão avaliar alguns efeitos positivos e negativos das inovações nos sistemas de transporte, comunicações e informação para as pessoas em geral, examinando também a questão do acesso e uso desses novos meios. O que significa, por exemplo, a internet para as interações sociais entre diferentes pessoas, grupos e lugares?
- Os dados, relatórios de pesquisas e discussões coletivas servirão à organização de seminários, com a apresentação de grupos de estudantes sobre a constituição, organização e extensão dessa nova escala de relações humanas e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
- Organize a apresentação dos grupos e discuta os resultados com toda a turma. Em seguida, peça dissertações sobre o tema. Como dica de estudo, os estudantes poderão resolver testes e questões sobre o tema, presentes em exames nacionais e provas de vestibulares.
- Avaliação: Avalie a participação de cada aluno nos momentos individuais e coletivos, bem como o domínio das noções, conceitos e processos em jogo. Examine a produção de textos da turma, considerando os gêneros trabalhados em classe. Observe também o domínio de conhecimentos e a clareza e organização nas exposições orais. Reserve um tempo para que a turma avalie a experiência.

Bibliografia para o professor

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 8. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 1.

HOBSBAWM, Eric. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

______. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1997.

Indicações de fontes para o aluno

DOSSIÊ TERRA. O estado do planeta 2010. São Paulo: National Geographic Brasil/Ed. Abril, 2009.

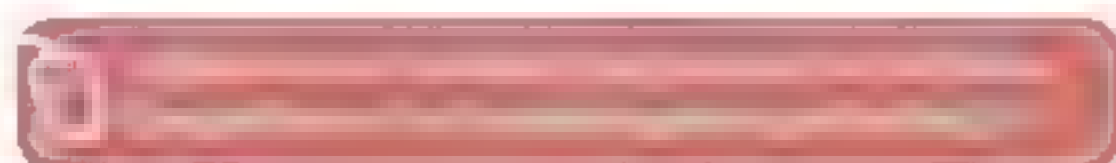
DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/index.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2010.

SIQUEIRA, Etevaldo. *Para compreender o mundo digital*. São Paulo: Globo, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2008.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. *A escola precisa debater as influências da globalização*. Entrevista a Karina Yamamoto. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_283631.shtml?func=2>. Acesso em: 23 mar. 2010.

APRESENTAÇÃO

Caros alunos

Queremos que vocês saibam que nós, os autores deste livro, temos as mãos "sujas de giz", ou seja, somos professores. Isso significa que a presente obra é fruto não apenas de estudos teóricos, mas, sobretudo, de nossa experiência em sala de aula. Nosso principal objetivo foi o de produzir um livro para alunos e professores do Ensino Médio que apontasse os inúmeros caminhos do saber histórico.

Ao redigir a obra, nossa primeira preocupação enquanto professores, sem dúvida, foi oferecer a vocês uma ferramenta poderosa para a compreensão da realidade à sua volta. O mundo nos fala o tempo todo e a História é um instrumento importante para conhecer os múltiplos significados desse dizer. Afinal cada indivíduo, incluindo vocês, possui condições de vida mais impregnadas pelo passado do que imagina.

Chamamos a atenção também para o fato de que o discurso histórico não é "fechado", ou seja, não enuncia verdades prontas e acabadas. A ideia de "conhecer o passado como ele realmente foi" simplesmente não é praticável. Assim, pretendemos que vocês comecem a entender como o conhecimento histórico é construído e qual o seu significado, observando as perguntas feitas pelos historiadores e os problemas ou limitações encontrados pelos especialistas. Partindo da constatação de que o discurso histórico é uma construção, queremos que vocês reflitam sobre a impossibilidade de um conhecimento neutro. O que sabemos sobre o passado, querendo ou não, reflete os valores dos historiadores de determinado tempo, projeta seus interesses e suas crenças.

Pensando em auxiliar os alunos do Ensino Médio que pretendem prosseguir seus estudos, oferecemos recursos para desenvolver as competências e habilidades avaliadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como conteúdos que fazem parte da programação dos grandes vestibulares.

Finalmente, acreditamos que um moderno curso de História envolve uma conexão permanente com outras áreas do conhecimento e com experiências cotidianas – ao contrário do conhecimento estanque, que se torna vazio, sem significado, e, por isso mesmo, desinteressante. Assim, nas próximas páginas vocês vão deparar com textos e atividades vinculadas à literatura, à arte, à política, à economia etc.

O livro que vocês têm em mãos agora é uma obra viva, está aberta ao debate e exige o engajamento de todos, professores, alunos e autores. Bom estudo!

Os autores

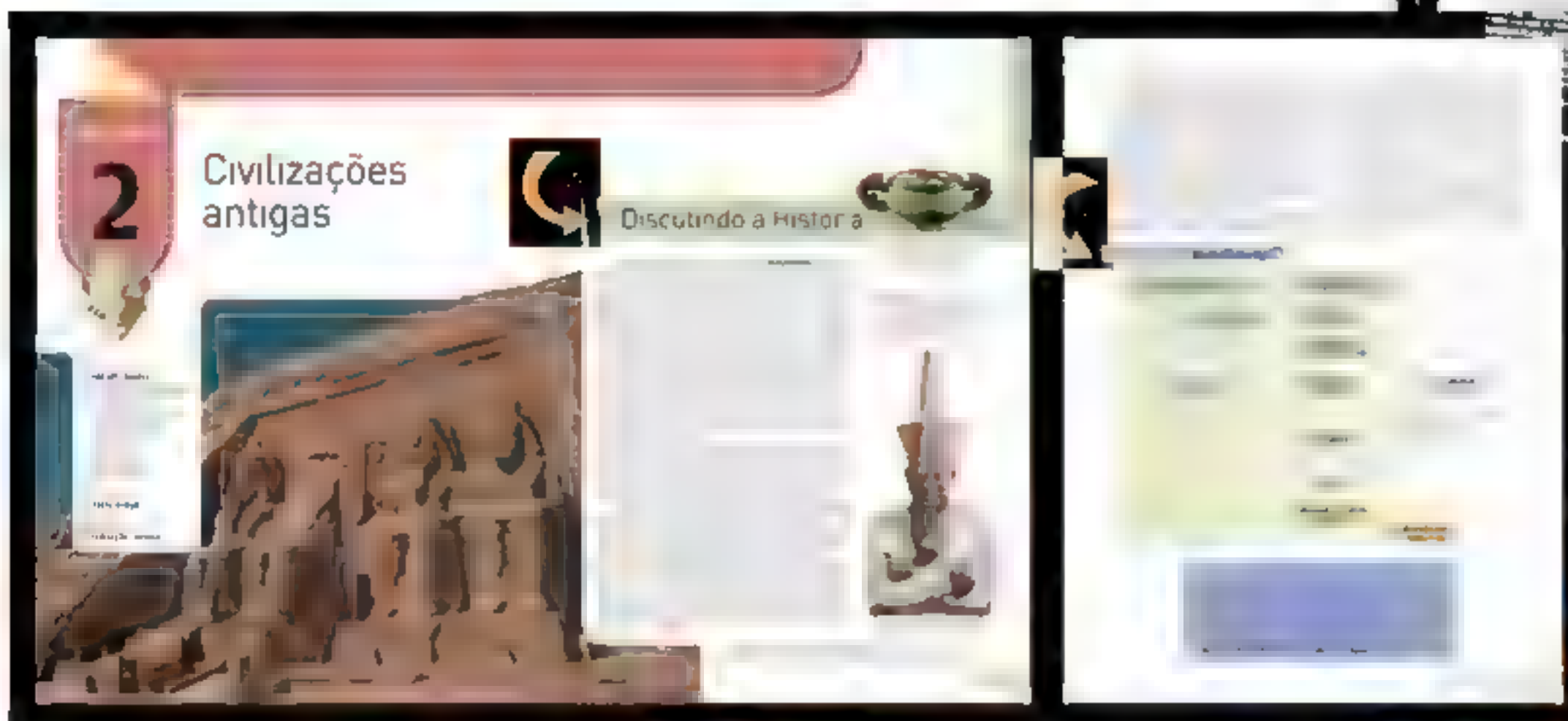
SUMÁRIO

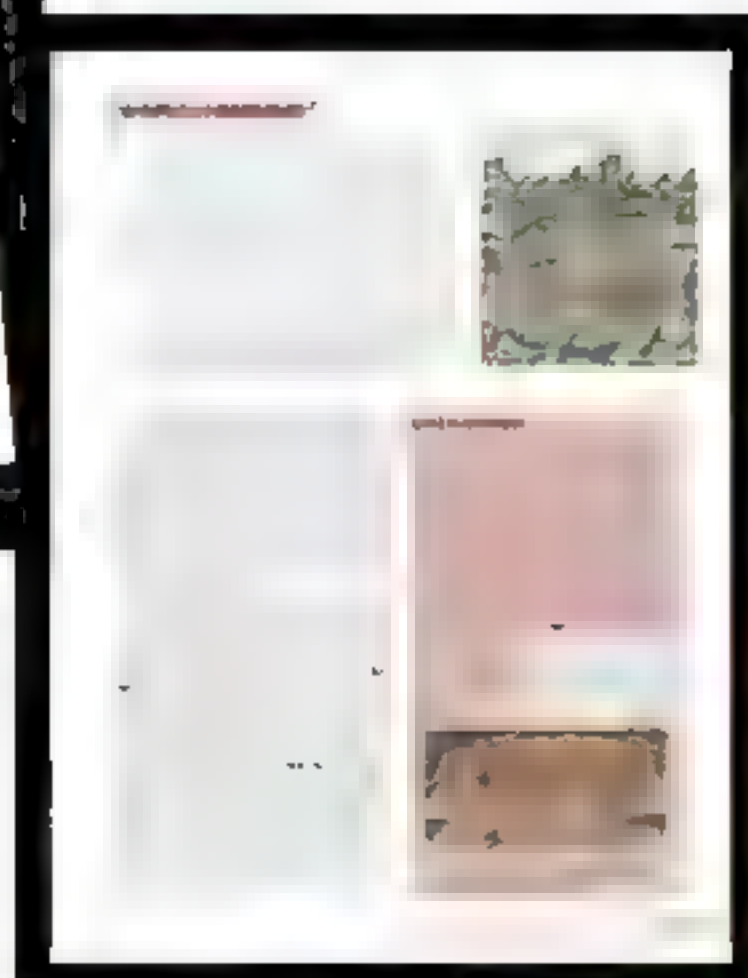
Você encontra conteúdos complementares no site da obra: <www.scipione.com.br/hgb/>.

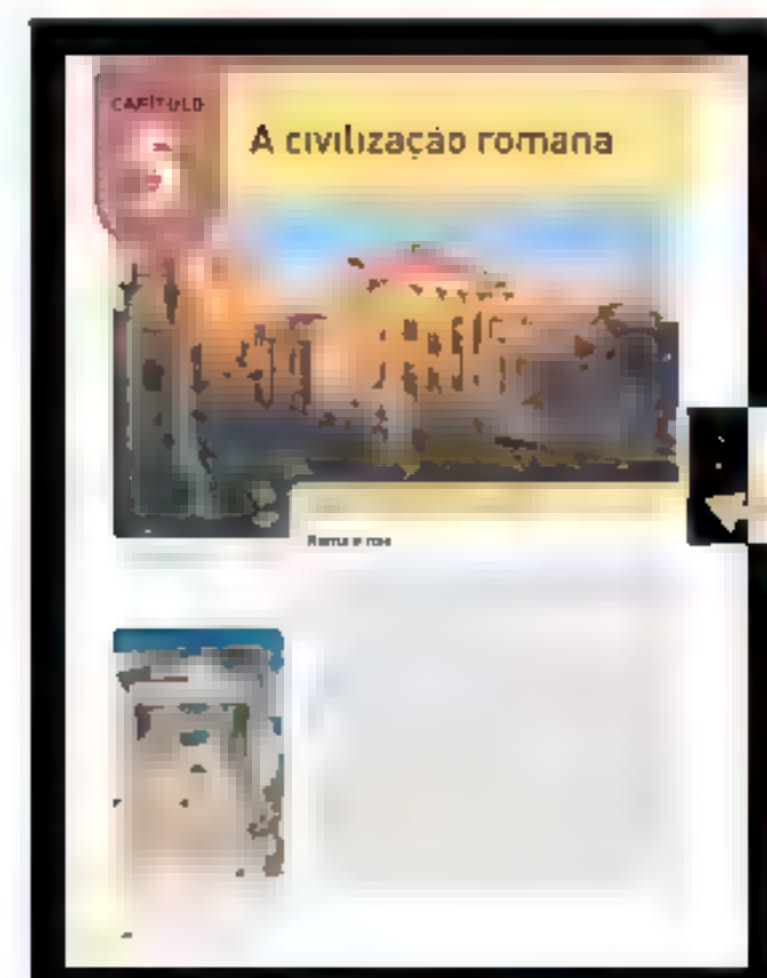
CONHEÇA SEU LIVRO

▸ **Leia** sumários e resumos, que são importantes auxiliares para perceber como o texto está organizado e quais são as relações entre suas partes. Procure o objetivo da unidade e a relevância do tema na seção *Discutindo a História*. Examine o *Sumário* e o *Esquema-resumo* (seção *Para recordar*) **antes** de começar o estudo da unidade para ter uma ideia geral do assunto. Após a leitura, retome o *Esquema-resumo* e realize a atividade sugerida.

2 Civilizações antigas

Discutindo a História

▸ **Procure** pistas sobre a organização do texto e o tratamento do assunto. Observar o que se destaca na página também é importante para perceber a estrutura geral do capítulo ou da unidade: títulos e subtítulos em letras coloridas, grandes ou pequenas são pistas sobre o que é considerado importante. Uma diferença de tamanho indica relação: o item menor está ligado ao item maior — ou está incluído nele ou é um exemplo dele.

As imagens, mapas, esquemas e boxes ilustram aspectos importantes ou complementam informações. Por isso, também podem dar boas pistas sobre a organização do todo e a importância das informações.

▸ **Pergunte!** Inicie a leitura com alguma questão em mente, algo que você queira saber e que acha que o texto responderá. Olhe as imagens e mapas, pois eles podem despertar sua curiosidade e sugerir perguntas. Pense no que já sabe sobre o assunto e no que mais gostaria de conhecer. Caso nenhuma pergunta lhe venha à cabeça, comece a ler refletindo sobre aquelas propostas na seção *Para pensar historicamente*. Logo você estará formulando as próprias questões, que lhe servirão de guia na sua leitura.

A civilização romana

▸ **Aprenda** a conviver com o desconhecido. Não deixe que o vocabulário atrapalhe sua leitura. Ao encontrar uma palavra cujo significado você ignora, continue lendo, porque se ela for fundamental ao entendimento do texto provavelmente será definida. Por exemplo, você está lendo sobre a crise do feudalismo, e encontra a palavra "cruzadista": *[...] movimento cruzadista, que contou com a participação de inúmeros cavaleiros de quase toda a Europa.*

Se você já tiver examinado a organização do capítulo, terá visto que há uma seção com o subtítulo "O movimento cruzadista". Assim, continue lendo e encontrará a explicação de "cruzada", que o ajudará a entender a palavra "cruzadista":

As cruzadas foram expedições principalmente militares, organizadas pela Igreja, com o objetivo de reconquistar a região da Palestina.

Fique atento também aos termos, destacados no texto com a cor lilás. Eles são explicados num boxe, na própria página.

Atente para as pistas que são comumente usadas para indicar que há uma definição, e note que o termo a ser definido geralmente aparece em negrito:

1. A explicação pode vir logo depois da palavra, entre vírgulas:

   *O **feudo**, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que eram membros do alto clero ou nobres guerreiros.*

2. A explicação pode ser introduzida pela palavra **ou**, que indica sinônimo:

   *Paralelamente, desde o século XII organizavam-se no norte da Europa as **hansas**, ou associações de mercadores.*

3. A explicação pode ser introduzida pelas expressões **isto é** e **ou seja**:

   *Ao longo das novas rotas comerciais multiplicavam-se os burgos, **isto é**, as cidades.*

   *A onisciência de Deus, **ou seja**, o conhecimento total que Deus teria do presente, passado e futuro, faria do homem um ser predestinado.*

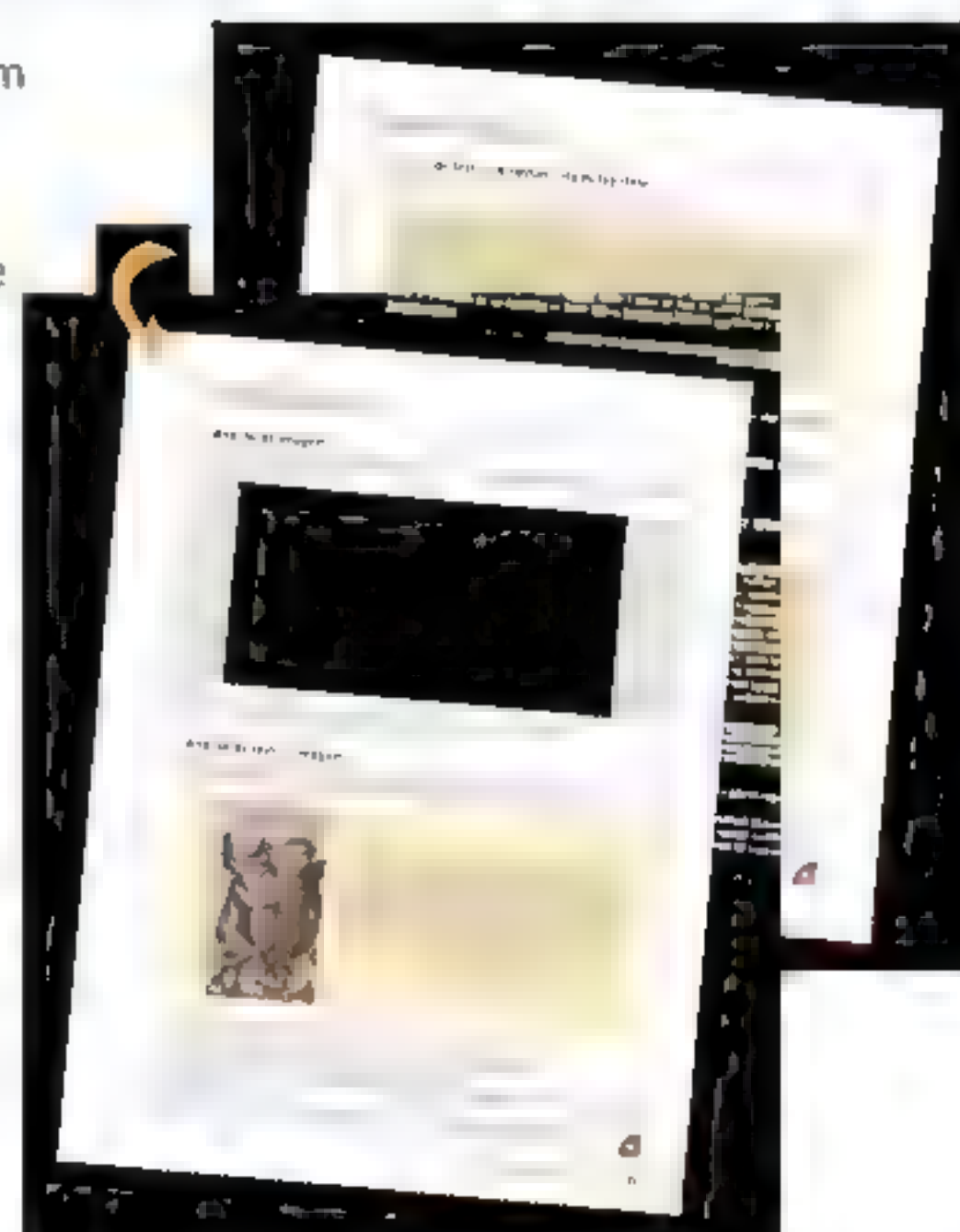
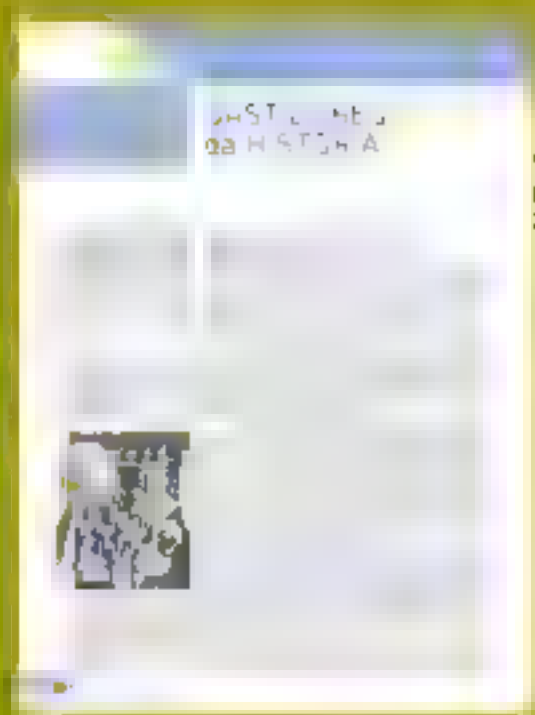
4. A explicação vem antes da palavra, que é precedida por expressões como **chamada de**, **denominada**, **conhecida como**:

   *Era comum o surgimento de seitas, facções ou orientações que, embora fundadas em princípios cristãos, se opunham à doutrina oficial da Igreja – eram as **chamadas heresias**.*

▸ **Relacione** o que você lê ao que você já sabe, ao que está aprendendo em outras disciplinas, à sua experiência cotidiana.

Utilize o livro como fonte preciosa de documentos e informações que podem ser usados para refletir sobre o mundo que você conhece e sobre o conteúdo de outras disciplinas. Como seria a vida do físico Newton, cujas leis você está estudando em Física? Sem os conhecimentos que possuímos hoje em Biologia, seria possível deter epidemias como a da peste negra?

▸ **Preste atenção** aos textos da seção *Exercícios de História*, escritos por historiadores, jornalistas, cronistas, romancistas, filósofos e pessoas comuns, que escreveram cartas, registraram listas de compras, só que há séculos, razão pela qual seus textos adquiriram valor histórico e são considerados documentos. Por isso, é importante começar a leitura buscando quem é o autor, quem está escrevendo. Isso ajudará a determinar de quando é o texto, se apresenta fatos ou opiniões ou se apresenta situações imaginárias, por exemplo.

assessoria pedagógica

Professor
Aqui começam as orientações para Bastidores da História (p. 10 a p. 23).

8 COMENTÁRIOS E ORIENTAÇÕES POR CAPÍTULOS

BASTIDORES DA HISTÓRIA

Esta seção de abertura do livro pretende ser um referencial para a seção ***Discutindo a História***, presente no início de cada unidade, e para a seção ***Para pensar historicamente*** de cada um dos capítulos, estimulando problematizações. O nome "bastidores" foi escolhido de acordo com a tentativa de desvendar os mecanismos de construção do conhecimento histórico, poucas vezes apresentados aos alunos.

Assim, a seção ***Bastidores da História*** requer a atenção do professor, que deve orientar e estimular os alunos a perceberem que os fatos históricos não podem ser vistos de uma forma única, afinal eles estão permeados pela visão de mundo de cada historiador. As reflexões propostas pela seção ressaltam o que apontamos como uma das contribuições desta obra: a possibilidade de conhecer e refletir sobre a produção do conhecimento histórico.

Essas três seções irão exigir uma atuação específica do professor, uma vez que não têm a mesma estrutura do restante dos capítulos. Daí a proposta de trabalhar com a aula dialogada, a partir da leitura individual dos textos. Caberá ainda ao professor retomar esses temas no decorrer do estudo, destacando nos capítulos pontos que retratam a construção do conhecimento histórico.

▶ Sugestões de atividades

Em janeiro de 2010, chuvas intensas causaram inundações e desmoronamentos em diversos estados do Sudeste brasileiro. Na cidade de São Luiz do Paraitinga, na região do Vale do Paraíba, em São Paulo, o transbordamento do Rio Paraitinga causou a destruição de muitos prédios históricos. Esse episódio pode ser rememorado em sala para dar início a uma discussão sobre a importância do patrimônio histórico e para refinar o entendimento dos alunos acerca das fontes primárias. Para estimular o debate, sugerimos as atividades a seguir.

1. Leia com atenção os textos a seguir:

1

A reconstrução possível

Seguindo-se à comoção geral vem a realidade dos fatos sobre a destruição do centro histórico de São Luiz do Paraitinga. A cidade nasceu em 1769, sob o plano de Morgado de Mateus, como ligação entre Taubaté e o porto de Ubatuba. O terreno escolhido foi aquele pouco acima do local do alagamento, onde se encontra a igreja do Rosário, descendo para a capela das Mercês (também levada pelas águas) até atingir as margens do rio. A cidade desenvolveu-se com um traçado ortogonal ao longo de vias paralelas, apertada junto ao rio e um morro íngreme. Com o cultivo do café no século XIX, tornou-se celeiro do vale com as culturas de feijão, mandioca e milho. Enriquecida, construiu a igreja e imensa praça com os casarões em área plana, porém alagadiça.

A técnica utilizada foi a do período colonial, taipa de pilão para as paredes estruturais e pau a pique para as divisórias.

Seu patrimônio urbanístico e arquitetônico foi reconhecido pelo Condephaat – órgão de preservação estadual –, que a aclamou em 1982. Agora, o Iphan – órgão nacional – já estava com o processo de tombamento como monumento nacional em fase final. A justificativa estadual fora fundamentada em seu traçado regular, expressão do pensamento de Morgado de Mateus que, ao fundar as vilas, determinava simetria, harmonia dos edifícios como espelho da ordem pública, economia e civilidade.

A cidade cresceu e construiu aquele que é considerado o mais coeso núcleo urbanístico paulista do período da cultura do café, junto com Bananal.

Que poderia ter sido feito para impedir a tragédia? Não ter construído os casarões ainda no início do século XIX em uma área que se sabia ser alagadiça?

A fachada da igreja fora ampliada, italianizada, pesando sobre sua estrutura parcialmente em taipa. As rachaduras na torre detectadas pelo IPT não chegaram a contribuir para a queda

Sem dúvida a força das águas foi a responsável. A técnica da taipa, com barro batido e divisórias com barro sobre taquara não suportou as inundações.

Reconstruir a cidade é possível. Dominar as forças das águas dos rios Chapéu e Piratininga? O primeiro, criando barragens ainda no município de Cunha; aprofundando a calha do segundo, ampliando áreas ao longo de seu leito. Estas são as sugestões dos técnicos, expostas em recentes entrevistas.

Os casarões que passaram por reformas estão de pé, segundos técnicos do Condephaat e do Iphan. As técnicas para reconstrução serão debatidas, se concreto e alvenaria interna mantendo as fachadas ou ainda o aproveitamento dos materiais. Os técnicos do Iphan certamente contarão com a experiência – mesmo que não tenha sido nesta dimensão catastrófica – da reconstrução da cidade de Goiás, em 2001. Paraitinga, a cidade cuja espiritualidade não foi abalada, saberá ver no encontro de imagem intacta de seu padroeiro, São Luis de Tolosa, o caminho a seguir.

TIRAPELI, Percival. A reconstrução possível. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0801201010.htm>. Acesso em: 8 jan. 2010.

2

Historiador: inundação de S. Luiz é 'chocante' para patrimônio

O historiador e professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Marins, classificou de "chocante" para a preservação do patrimônio cultural brasileiro a inundação que destruiu parte do centro histórico da cidade de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba paulista, no último dia 2.

A cidade era a única do Estado a ter preservado um conjunto arquitetônico de construções do século XIX em bom estado e em grande número. As edificações eram fundamentais para a economia da cidade, que girava em torno do turismo, e para a realização das manifestações culturais locais, como os festejos do Divino Espírito Santo, o Carnaval, as festas da Semana Santa e o Corpus Christi.

"São Luiz do Paraitinga tem essa convergência muito clara entre o patrimônio material e o imaterial, que faz dessa cidade semelhante ao que é Olinda para Pernambuco, ou Pirenópolis para Goiás", afirma o professor. "Não é só a perda das edificações que existem ali, mas o fato de que essas edificações mediam uma quantidade muito grande de festas, que ocorrem em meio a elas e dentro delas. Isso foi perdido".

São Luiz do Paraitinga é lugar privilegiado para o estudo do neoclassicismo no Estado de São Paulo. Outros municípios, como Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Itu e Campinas, têm imóveis da fase neoclássica, mas isolados e mesclados no conjunto da cidade a outras edificações dos séculos XX e XXI. Em São Luiz, havia uma configuração em grupo de um grande conjunto de imóveis, a maior parte deles erguidos no período de 1840 a 1870.

"Eles tinham características peculiares, como é o caso dos forros de dentro das casas, que são muito marcantes em São Paulo. Eles têm um desenho como se fosse um sol dentro das salas. A arquitetura, sobretudo de sobrados, também era muito significativa para o Estado, e é justamente com esse tipo de imóvel que houve uma perda muito grave para a cidade. Em alguns que sobreviveram, houve perda de revestimento e abalo estrutural".

As edificações de São Luiz eram um registro histórico da primeira área de expansão da cafeicultura brasileira no século XIX, no Vale do Paraíba. O período não é, geralmente, foco de políticas públicas de preservação de patrimônio, como acontece com as cidades com construções do período colonial, vinculadas à mineração mineira ou à economia açucareira nordestina.

"Para a população local, foi um desastre. E para aqueles que se preocupam com a preservaçao do patrimônio cultural é uma perda assim, não radical, como se noticiou inicialmente, talvez aquelas cifras enormes sejam revistas, mas, de qualquer maneira, o cenário que existe na cidade é de devastação", diz Marins.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a reconstrução dos prédios derrubados pela inundação deve ocorrer o mais rápido possível, com base nos registros de tombamento das construções da cidade.

"Nessas circunstâncias, pode-se ou fazer uma construção efetivamente contemporânea que dialogue com o passado da cidade, ou uma reconstrução, uma réplica da construção original, mas que a réplica seja evidentemente uma réplica, de maneira que não se confunda os tempos. Aquilo que era do século XIX e do início do século XX está perdido, aquilo que se terá é uma reconstrução do século XXI e é importante que isso seja bastante explicado", disse o professor.

HISTORIADOR: inundação de S. Luiz é "chocante" para patrimônio. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4197364-EI306,00-Historiador+inundacao+de+S+Luiz+e+chocante+para+patrimonio.html>. Acesso em: 11 jan. 2010.

3

Registros de Paraitinga serão recuperados página por página

A história das pessoas que nasceram, se casaram ou morreram em São Luiz do Paraitinga, cidade a 182 km de São Paulo e destruída pelas chuvas na virada do ano, foi transportada de caminhão para o município de Diadema, vizinho à capital paulista. É lá que cerca de 160 livros com os registros civis dos moradores, cujas datas remetem a 1875, passarão por um cuidadoso e demorado processo de restauro.

A oficial titular do cartório de registro civil da cidade, Lara Lemucche Cruz, 30 anos, passou a tarde de quarta-feira empilhando os livros na calçada para o transporte. Entre eles, estavam 72 de nascimento, 46 de óbito e 39 de casamento, além de outros três de registros diversos. Resignados, alguns moradores que têm o seu nome inscrito naqueles livros pararam para ver a cena. Estima-se que 80% das mais de 50 mil folhas possam ser recuperadas.

O trabalho de recuperação é delicado e será feito página por página. Lara afirma que não sabe ainda como será o recomeço de seu trabalho. "É um cartório pequeno, mas tem a história dos registros de toda a cidade aqui. Espero que consigam salvar muita coisa, mas certamente não conseguiremos salvar tudo", diz.

Segundo ela, de três anos para cá, aqueles que requisitaram, por exemplo, a segunda via de uma certidão, tiveram o documento microfilmado. "Mas a grande maioria do que tínhamos aqui, não tem registro eletrônico. Nunca imaginamos que pudéssemos enfrentar uma enchente desse tamanho. Para se ter uma ideia, o cartório ficou todo coberto pela água. Nada do que estava lá dentro escapou."

Um dos encarregados pelo transporte e restauro dos livros é Leno Zan de Souza, 34 anos. Experiente no trabalho, diz que é a primeira vez que que se depara com um volume desta dimensão. Ele ainda não sabe com o tamanho da equipe que vai contar, mas espera que o grupo seja grande o suficiente para que o trabalho possa ser executado de maneira mais rápida.

"Os livros precisam ser desmontados e as folhas separadas uma a uma. Aí são lavadas com um produto químico especial e colocadas para secar. Nesse momento, as páginas que rasgaram também são reconstituídas. É dada uma capa nova aos livros. Acredito que até 80% do material que está aqui possa ser recuperado", diz.

MAGALHÃES, Vagner. Registros de Paraitinga serão recuperados página por página. *Redação Terra*. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4190560-EI8139,00-Registros+de+Paraitinga+serao+recuperados+pagina+por+pagina.html. Acesso em: 11 jan. 2010.

a) Pesquise em livros, revistas e *sites* o significado do termo "tombamento".

De acordo com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), "o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, com o objetivo de preservar para a população, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo" (Disponível em: www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnextoid=a2663ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD#Pergunta4. Acesso em: 10 jan. 2010). A intenção é impedir que tais bens venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento pode ser promovido pelas esferas federal, estadual ou municipal. O órgão federal responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No caso do Estado de São Paulo, o órgão é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e na cidade de São Paulo é o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Ao longo do tempo, outras cidades vêm criando Conselhos Municipais sobre o assunto.

b) Que critérios foram usados pelos especialistas para justificar o tombamento de São Luiz do Paraitinga?

Os critérios usados na solicitação do tombamento foram: o papel da cidade no contexto da expansão da economia cafeicultora da região do Vale do Paraíba no século XIX, a conservação de um conjunto coeso de edificações típicas da arquitetura paulista de meados do século XIX e o traçado urbano regular da cidade, expressão de uma época em que uma nova concepção de civilidade começava a se impor.

c) Que fontes de pesquisa histórica foram afetadas pelo transbordamento do Rio Paraitinga?

Tanto fontes materiais quanto fontes escritas: edifícios, imagens religiosas, objetos de uso cotidiano e documentos de várias naturezas, como certidões de casamento e de batismo, processos judiciais etc.

d) Em sua opinião, por que o desastre em São Luiz do Paraitinga preocupou tanto habitantes da cidade, historiadores e pesquisadores em geral?

Resposta pessoal. Espera-se que os alunos percebam que a preservação do patrimônio histórico e cultural está relacionada à preservação de vínculos afetivos de uma comunidade. Os monumentos, imagens e documentos compõem a memória de uma comunidade e permitem o resgate de sua história, ou seja, de parte da história do país. Daí a preocupação com a tragédia ocorrida naquela cidade. É importante que os alunos observem a ligação entre patrimônio histórico e a identidade de um povo.

e) O restauro do patrimônio danificado pela enchente em São Luiz do Paraitinga deverá ser um processo longo e oneroso para o Estado. Em sua opinião, ele deve ser realizado ou o governo deve priorizar outros gastos?

Resposta pessoal. Essa questão pode suscitar polêmica. Alguns alunos podem demonstrar uma compreensão mais profunda sobre a importância e significado da preservação do patrimônio nacional, ao passo que outros podem defender posições mais imediatistas e pragmáticas. É recomendável que a questão seja resolvida pelos próprios alunos, a partir de argumentos propostos por eles com sua intermediação.

Depois de realizar a atividade, exiba aos alunos o filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé (Brasil, 2003, 100 min.). Antes da exibição, apresente-lhes o roteiro de observação a seguir.

- Identifique os principais personagens da trama.
- Como a história da personagem Biá é apresentada?
- O que leva os habitantes de Javé a escreverem a história da cidade?
- Compare as histórias contadas por Seu Vicente, Deodora, Firmino e do Negro Velho sobre a origem da cidade. Em que elas são parecidas? E em que diferem?
- Como Biá reage a cada história que escuta?
- Note que a última cena repete uma imagem já mostrada outras vezes no decorrer do filme. Qual?

Após a exibição, organize os alunos em **grupos** e promova um debate a partir das respostas obtidas com o roteiro. Se preferir, converse com eles sobre o filme a partir das seguintes questões:

a) De que maneira ficamos conhecendo a história da cidade de Javé?

Por meio da tradição oral.

b) Podemos dizer que alguma das histórias contadas pelos habitantes de Javé era melhor do que a contada por outro? Por quê?

Não, pois todas as histórias fazem parte do patrimônio comum da cidade de Javé.

c) Em sua opinião, Biá cumpriu o que prometeu aos habitantes de Javé?

Para essa pergunta os alunos poderão elaborar diferentes respostas. O debate será rico se todas elas forem consideradas plausíveis. Durante a discussão, é importante acrescentar que Javé não tinha uma, mas várias histórias, e que qualquer escolha que Biá fizesse como registro da história oficial da cidade implicaria a rejeição de outras e, assim, o empobrecimento do patrimônio comum de Javé.

d) Em sua opinião, a inundação fez desaparecer por completo a cidade de Javé? Explique.

Aproveite a questão e destaque a importância da tradição oral na construção da identidade dos habitantes de Javé. Observe como essa tradição fazia parte do patrimônio daquela comunidade. Pode-se aproveitar a ocasião para comparar o desaparecimento de Javé sob as águas da represa ao desastre ocorrido em São Luiz do Paraitinga.

2. Ao iniciar os estudos de História, uma opção interessante é propor um debate sobre o filme *Uma cidade sem passado* (*Das Schreckliche Mädchen*), de Michael Verhoeven (Alemanha, 1989, 92 min.). Baseado em uma história real, o filme versa sobre os percalços enfrentados pela jovem estudante Sonja (Lena Stolze) ao escrever uma monografia sobre a pequena Pfilzing, sua cidade natal, no tempo do Terceiro Reich. A cada descoberta sobre a relação da cidade com o regime nazista, Sonja encontra a resistência de seus habitantes, que se recusam a relembrar o passado.

Durante o debate, destaque os seguintes aspectos.

- A relação entre memória e história.
- O papel das instituições – como escolas, igrejas, bibliotecas – na preservação da memória coletiva.
- O direito ao acesso à informação.
- A importância da pesquisa histórica.

Caso haja tempo, proponha uma comparação entre o caso relatado no filme e as discussões que envolvem, em nosso presente, a abertura dos arquivos da época da ditadura militar no Brasil.

É interessante também observar que a cidade onde a história transcorreu realmente, Passau, na Baviera, foi alvo nos últimos anos de uma série de ataques perpetrados pela extrema-direita, incluindo a tentativa de assassinato do chefe de polícia local, acusado de perseguir os membros do Partido Nacional Democrático (NPD), de tendência nazista.

3. Outra possibilidade é trabalhar com o filme *Blade Runner*, de Ridley Scott (EUA, 1982, 188 min.), no qual um grupo de replicantes, seres geneticamente criados para trabalhar no lugar dos seres humanos em colônias espaciais, passa a agir de maneira inesperada, rebelando-se contra aqueles a quem deveriam servir.

   Em sala, é possível explorar a causa da atitude independente dos androides: sua humanização associada ao acúmulo de memórias e, a partir disso, o desenvolvimento da consciência sobre suas emoções e de vontade própria.

   Ao orientar os alunos à exibição do filme, peça-lhes que fiquem atentos ao papel das fotografias que aparecem em duas cenas: quando Deckard (Harrison Ford), o caçador de androides, encontra um punhado de fotos no fundo de uma gaveta no quarto onde Leon (Brion James), um dos replicantes foragidos, se hospedava; e a cena em que Deckard descobre que a delicada Rachael (Sean Young) não é humana e que suas memórias são de outra pessoa e foram implantadas pelo cientista que a concebeu. As duas ocasiões permitem um debate interessante sobre memória e identidade, sobre a confiabilidade da memória e sua relação com a construção do conhecimento histórico.

4. O uso de linhas do tempo é de grande auxílio para o desenvolvimento de noções temporais – como a de simultaneidade, sucessão, anterioridade, duração – e para a compreensão do conceito de contexto histórico.

   Ainda que os alunos disponham dessas informações no livro didático, sua mera visualização não assegura o seu entendimento. Assim, embora a elaboração de linhas do tempo seja uma atividade mais comum no Ensino Fundamental, alunos do Ensino Médio também devem ser orientados a produzi-las, pois frequentemente apresentam dificuldade em lidar com a cronologia e de fazer associações entre fatos históricos, principalmente entre aqueles que transcorreram ao mesmo tempo, mas em diferentes lugares do mundo.

   Num primeiro momento, para familiarizá-los com a periodização, oriente-os a montar, em papel *kraft*, uma grande linha do tempo, que deve ser fixada na parede da sala de aula. Nessa linha devem estar anotados, de maneira clara e visível, alguns acontecimentos e datas que marcam o início e fim de cada período da História, como no modelo abaixo:

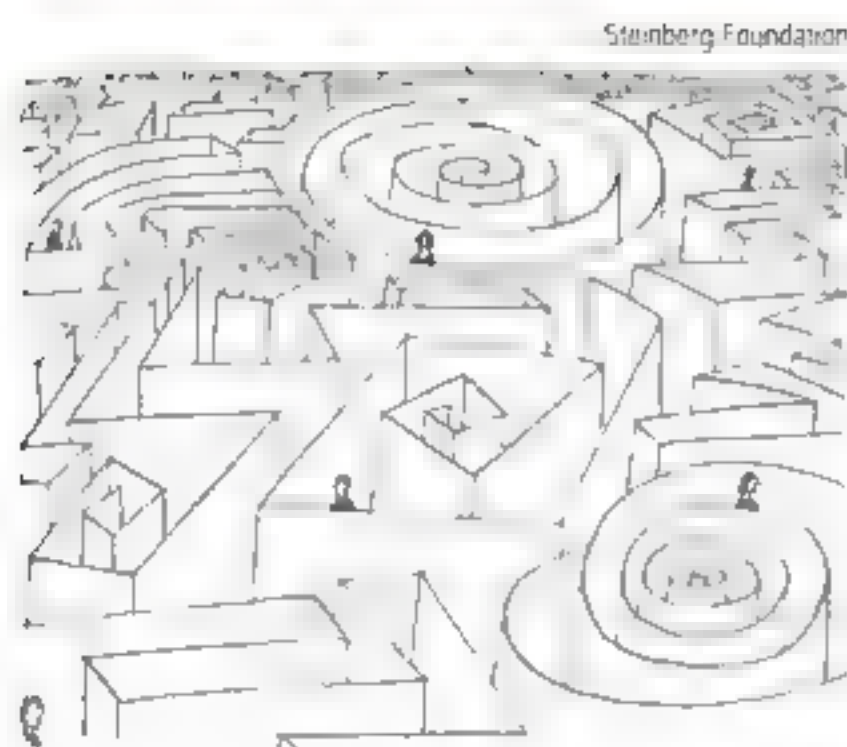
- descoberta da agricultura em 10.000 a.C., como marco do início do Neolítico;
- a invenção da escrita em 4.000 a.C., como marco do início da Idade Antiga;
- a tomada de Roma pelos hérulos em 476, como marco do princípio da Idade Média;
- a queda de Constantinopla em 1453, marcando o começo da Idade Moderna;
- a Revolução Francesa, em 1789, marcando o início da Idade Contemporânea.

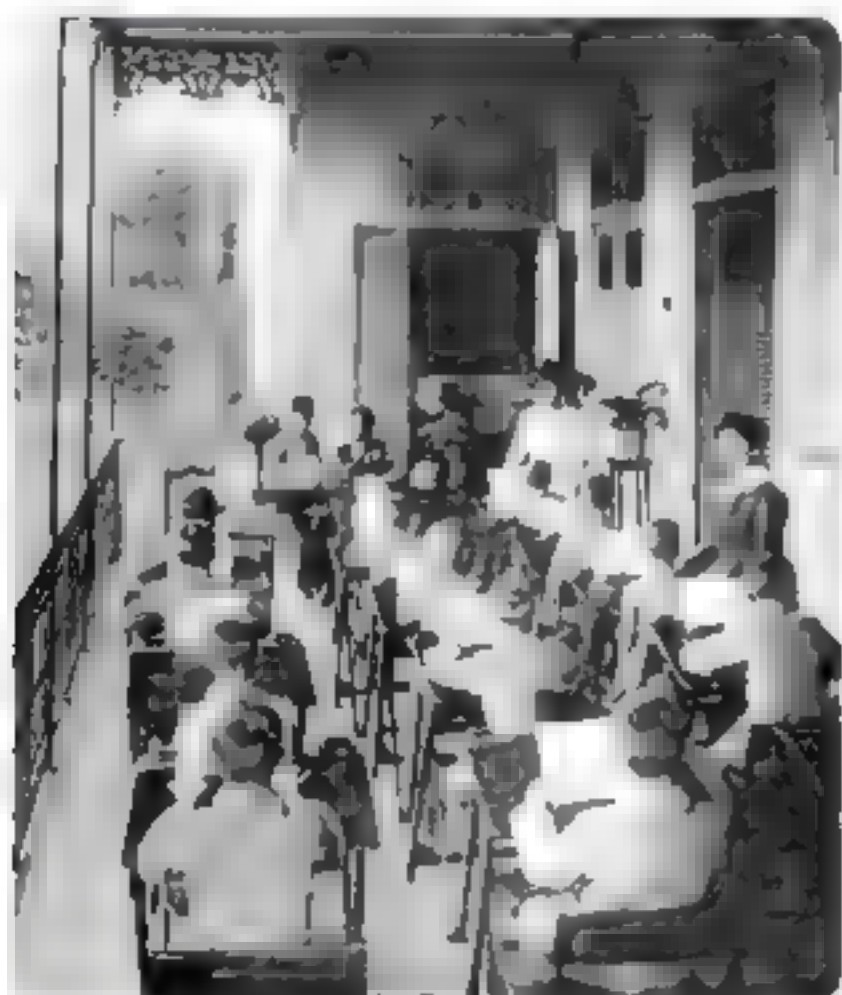
Ao longo do ano, os alunos poderão completar essa linha do tempo com os principais fatos estudados e imagens relativas a cada período, bem como trechos de jornais, revistas, livros etc. Ao final, se terá um grande painel ilustrado.

Durante a construção da linha, trabalhe com os alunos a indicação das datas antes e depois do nascimento de Cristo, as noções de século, era e período e o uso de escala.

anotações

BASTIDORES da HISTÓRIA

Steinberg Foundation

Charge de Saul Steinberg

bastidores: no teatro, parte do cenário ou do palco que não se vê da plateia. Metaforicamente, refere-se aos enredos e tramas particulares, que não vêm a público

Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro

Alunos do antigo ensino primário, hoje equivalente ao Ensino Fundamental I, assistem a aula no Instituto Muniz Barreto, Rio de Janeiro, em cerca de 1904. Neste nível de ensino e nesta época, a história religiosa era mais difundida na escola do que a história das civilizações

ESTUDAR HISTÓRIA: VÁRIOS VIAJANTES, MÚLTIPLOS CAMINHOS

Esta seção tem por objetivo oferecer a você, aluno, os bastidores dessa disciplina que começaremos a estudar. Acreditamos que isso o ajude a entender como a História é construída e modificada ao longo do tempo. Pretendemos que você entenda também por que é importante estudá-la hoje.

Não faz tanto tempo assim que se começou a ensinar História como disciplina autônoma na escola. No século XIX, o saber e o ensino de História privilegiavam os fatos políticos e os feitos de "grandes homens" e voltavam-se principalmente para a sustentação e legitimação das nações que nasciam ou se consolidavam. Grande parte dos relatos históricos baseava-se em documentos oficiais escritos, entendidos como a única e verdadeira versão dos acontecimentos.

De lá para cá muita coisa mudou na pesquisa e no ensino de História. A partir das primeiras décadas do século XX, houve uma renovação e ampliação das abordagens e temáticas de pesquisa, dos documentos considerados fontes históricas e do próprio papel do historiador, permitindo novos olhares e novas vozes na leitura, na construção do saber histórico e no ensino da História. As pesquisas passaram a se interessar por toda atividade humana, levando à noção de uma **história total**. Há algumas décadas, estudar História deixou de significar apenas a memorização de datas, "fatos importantes" ou "personagens ilustres" e passou a compreender uma leitura do passado com base nos problemas e indagações que nos são postos pelo presente.

No estudo de História, os temas e os elementos que nos importam (já que é uma ilusão estudar "toda a história") nos são dados pelas preocupações e anseios de nossa época. Mas precisamos tomar cuidado para não reduzir outros lugares e outros tempos à nossa visão de mundo. Isso vale tanto para os historiadores como para você que estuda História na escola: devemos tentar entender o passado considerando o ponto de vista de quem viveu em determinada época, com seus valores e conceitos, não com os nossos.

De acordo com sua origem, formação cultural, classe social e religião, por exemplo, cada historiador faz sua interpretação sobre a His-

tória, embora muitas das preocupações (os problemas ambientais, por exemplo) sejam comuns. Por isso, no subtítulo fizemos uma analogia dos historiadores com os viajantes: eles são vários, bem como os caminhos que cada um pode seguir.

A definição de passado é a de uma parte do tempo, anterior ao presente, que inclui tudo o que já aconteceu, e portanto sem possibilidade de modificação. Entretanto, nossas **formas de olhar para o passado** mudam conforme muda o presente, e é por isso que a História é um conhecimento dinâmico. Não se encerra um assunto depois de um primeiro mapeamento. O que sabemos, por exemplo, sobre os antigos romanos continua sendo constantemente atualizado; opiniões e afirmações são modificadas de acordo com os recortes temáticos do historiador, novas descobertas, pesquisas e abordagens.

Esse dinamismo caracteriza o trabalho do historiador, pesquisador dedicado a interpretar as experiências da humanidade com base em diversos tipos de registro (documentos escritos, pinturas, fotografias, vestígios materiais etc.).

FONTES HISTÓRICAS

O que distingue o conhecimento histórico de outras formas de conhecimento sobre o passado (como o discurso religioso ou o senso comum) é o modo como esse conhecimento é produzido. O método histórico pode ser chamado de racional, no sentido de que nele predomina o melhor argumento, sustentado por evidências e pelo raciocínio lógico. Essas evidências, que sustentam os argumentos históricos, são as **fontes**.

Fonte histórica ou **documento histórico** é tudo aquilo que de algum modo está marcado pela presença humana. Além dos documentos escritos, as fontes históricas compreendem uma grande variedade de vestígios e evidências em objetos e materiais diversos.

Ao mesmo tempo que existe uma pluralidade de pontos de vista sobre o passado, múltiplas são as "vozes" que nos falam dele. Essas "vozes", ou melhor, essas fontes de informações, estão nos discursos orais e escritos, monumentos, obras literárias, pinturas, obras de arte, objetos cotidianos e mesmo nos corpos preservados ou esqueletos de pessoas de agrupamentos antigos, bem como no DNA de seus descendentes. Portanto, para apreender as múltiplas "vozes" do passado, cabe ao historiador definir um enfoque, sem deixar de considerar a existência de outros.

As fontes não falam por si e não trazem a verdade pronta: é preciso que o pesquisador interrogue o contexto em que foram produzidas, que grupo ou valores representam, de que maneira abordam e retratam os diferentes grupos sociais. Essas perguntas são geradas pelos interesses do historiador e pelas questões de sua época. Por isso, diferentes perguntas revelarão diferentes respostas de um mesmo documento, ou levarão a outros documentos.

Museu Etrusco de Villa Giulia, Roma

▲ Prato de cerâmica etrusco datado do século III a.C. Peças como essas podem ajudar o historiador a conhecer mais sobre a cultura desse povo

Novos registros surgem a todo momento. O que antes o historiador não via como documento (por exemplo, as relações étnicas registradas no código genético humano) passou a ser concebido e aproveitado como evidência histórica, levando-nos a reescrever e reinterpretar o passado.

O olhar sobre a história se faz obrigatoriamente sobre uma "realidade" que de fato existiu, sobre situações concretas das quais não se pode escapar, embora não seja possível reconstituí-las totalmente. Trabalha-se com partes e fragmentos, como um quebra-cabeça cuja imagem completa não se conhece, mas que se pode supor com base nas partes já montadas. Ao historiador e ao estudante cabe não apenas analisar essa "realidade", que chega de forma fragmentada e interpretada por diferentes sujeitos no passado, mas também desvendar os pontos de vista e os interesses que transparecem em uma ou outra versão desses acontecimentos.

O trabalho do historiador com as fontes históricas

Para chegar ao historiador como evidência, a fonte precisa ser recolhida, escolhida e analisada.

As fontes não são uma janela que se abre e expõe diretamente o passado, pois entre o passado e o historiador há uma série de "filtros": a própria preservação de uma fonte, por exemplo, é um desses filtros.

A primeira etapa do trabalho do historiador é realizar o levantamento dos documentos que pretende analisar. Mas algumas vezes não é possível obter determinados documentos: muitos se perderam ou se danificaram em desastres e fenômenos naturais, como incêndios, enchentes, umidade e temperatura inadequadas, ataques biológicos (insetos e fungos, por exemplo); outros em fenômenos causados pelos seres humanos, intencionalmente ou não, como rasuras, danos provocados pelo uso de materiais como grampos ou clipes, destruição de documentos considerados irrelevantes.

Oliver Berg/dpa/Corbis/Latinstock

Quando um documento de importância histórica se estraga, seja pela ação do tempo, pela ação de insetos ou fungos, ou ainda pela ação humana, é necessário recuperá-lo. Para tanto, existem técnicas específicas utilizadas por profissionais habilitados, como esse da imagem ao lado, que higieniza um documento do Arquivo Histórico da cidade de Colônia, na Alemanha (foto de abril de 2009)

Além disso, a seleção desses documentos é feita de acordo com o tema, o interesse e outras variáveis adotadas pelo pesquisador. Assim, historiadores diferentes utilizarão fontes diferentes, e isso implicará reflexões e resultados também diversos. O modo como um historiador aproveita as informações dos documentos também não é sempre o mesmo e isso constitui mais um filtro entre ele e o passado.

AVALIANDO FONTES HISTÓRICAS

Ao analisar uma fonte, o pesquisador começa por se perguntar *por que* e *como* aquela fonte chegou até ele, *por quem* e *por que* foi produzida. Ele precisa definir a verdadeira data do documento, sua autoria, se ele é autêntico ou não, a qual série de documentos ele pode ser relacionado. Ele avalia ainda as informações e ideias que constam do documento, comparando-as com o que já se sabe sobre o período e com outros documentos. Até documentos considerados falsos (autoria falsa ou que não são do período que se alega) podem trazer informações importantes porque testemunham um interesse em jogo no processo histórico que levou à falsificação.

Variáveis como essas nos ajudam a compreender que os documentos não nos permitem "ver", mas sim "ler" o passado. O historiador faz uma **leitura** do passado, e leitura significa a produção de uma **interpretação específica**.

Um exemplo interessante é a famosa *Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, D. Manuel*. No final do século XIX, ela foi considerada uma espécie de "certidão de nascimento" do Brasil (considerando-se sob essa visão que o Brasil surge com a chegada dos portugueses). O documento – que descreve a terra, os habitantes, a fauna e flora – esteve esquecido por três séculos num arquivo português, até ser recuperado e publicado por historiadores brasileiros. Esses historiadores estavam interessados em construir uma narrativa que valorizasse o nascimento da nação brasileira. Nessa interpretação, destacavam a exuberância da natureza e os aspectos exóticos dos povos que aqui estavam. Apenas no século XX esse documento foi submetido a outra análise, mais crítica. Os historiadores passaram a ver na carta de Caminha uma importante fonte sobre a mentalidade dos navegantes europeus – que julgavam o que viam com a superioridade do conquistador – e sobre a maneira como descreviam as populações indígenas que encontraram, entre outros aspectos.

▲ Capa do filme *O descobrimento do Brasil*, do cineasta Humberto Mauro, de 1937. Considerado o pai do Cinema Novo (movimento voltado especialmente para a realidade social e econômica brasileira), o cineasta realizou uma superprodução baseada na carta de Pero Vaz de Caminha e em outras fontes históricas, como o quadro *A primeira missa no Brasil* (reproduzido ao lado), pintado em 1860 por Victor Meireles. Humberto Mauro foi responsável pela fotografia de diversos filmes oficiais do governo Getúlio Vargas e realizou uma obra de valorização da nação brasileira. O próprio filme é, assim, um documento revelando uma interpretação da história do país.

Evidentemente, nenhum historiador faz a leitura que bem entender sobre os documentos. Os conhecimentos são discutidos por outros estudiosos. Se algum historiador for arbitrário ou mesmo desonesto no uso das fontes, seu trabalho será desvalorizado e desacreditado entre os colegas.

O importante é ter claro que a história não é uma narrativa única e definitiva de tudo o que aconteceu. Ela é construída com base em vestígios, fontes e documentos, e grande parte dessas informações tem autores e intenções.

AS MÚLTIPLAS FORMAS DE EXERCITAR O PODER

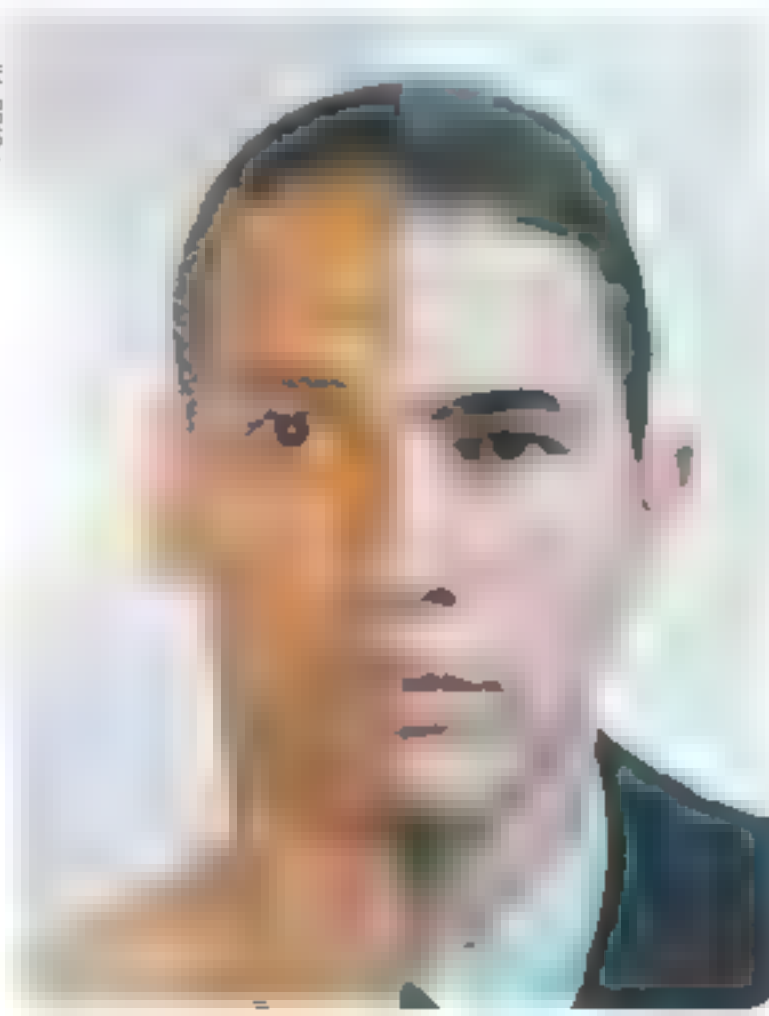
É preciso considerar que, ao longo da história, muitas vezes determinados grupos sociais se apoderaram dos destinos de uma coletividade. Passaram a escrever a história por meio da construção de um discurso quase uniforme da realidade social, encobrindo diversidades, conflitos, desigualdades e contradições. Mas também existiram – e existem – outros tipos de discurso: as memórias de idosos e relatos de suas vivências e modos de vida; os discursos criminais sob a ótica dos réus e das testemunhas; os registros materiais de intervenção no espaço geográfico; enfim, existem muitas vozes e muitos suportes por meio dos quais elas se manifestam e podem ser estudadas.

De modo geral, podemos dizer que a escrita da história é o resultado de uma série de disputas entre grupos sociais e suas formas de compreender e de explicar o mundo. Quando um grupo chega ao poder e coloca seu projeto em prática, uma de suas primeiras atitudes é procurar justificar sua força e as estratégias de sua atuação, no campo das ideias. Para isso, recorre ao passado e encontra uma forma que lhe pareça adequada de contar e explicar os eventos ocorridos.

Estar no poder implica ter acesso à maior parte dos recursos humanos e técnicos com que a sociedade conta (intelectuais; funcionários; a estrutura policial, educacional, religiosa e de comunicação) e a possibilidade de influenciar – incentivando, desestimulando e até proibindo – o que as pessoas falam, leem e escrevem.

Isso não quer dizer que os outros grupos, que não estão no poder, não possam contar o passado do seu ponto de vista. Ainda que não registrados pelo discurso oficial, esses grupos podem se manifestar, atuar politicamente, registrar e escrever sua própria história, mesmo que por caminhos alternativos. Ocorre que em contextos governamentais não democráticos esses registros não oficiais são encobertos, adulterados, invalidados e até destruídos. Se não houver meios de se perpetuar (pela criação e preservação dos documentos escritos, orais ou visuais), as memórias e os registros de certos grupos podem ser silenciados, provocando uma lacuna nas formas de representar o passado.

Fotos AFP

A imagem desta página é uma fotomontagem unindo as faces do suposto terrorista Hussain Osman e do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto em operação policial no dia 22 de julho de 2005 no metrô de Londres, duas semanas após a ocorrência de atentados terroristas de homens-bomba no sistema de transporte londrino. A polícia britânica apresentou a fotomontagem justificando a morte do brasileiro como resultado de uma série de eventos imprevisíveis e trágicos, como a sua suposta semelhança com Hussain Osman. A família alega que a foto utilizada do suposto terrorista não era a mesma a que os policiais tinham acesso no dia da operação policial. Eles dizem que Jean Charles estava diferente da imagem utilizada e que a fotomontagem constrói uma semelhança inexistente. O caso foi concluído com um acordo extrajudicial, mas levantou-se a dúvida sobre a interferência das autoridades policiais na produção das fotos.

Os casos retratados nas imagens (a fotomontagem da página anterior e a destruição de arquivos do período da ditadura militar no Brasil, ao lado) são exemplos do que pode acontecer na produção e interpretação das fontes históricas: o primeiro mostra a produção de uma prova policial (um documento oficial) com a intenção de justificar ou abrandar a falha da polícia londrina e que, em determinado período, pode ser utilizada como a "verdade" dos fatos. No segundo caso, se não existir cópia dos documentos queimados ou se não tiverem sido estudados anteriormente, o seu conteúdo não estará disponível como fonte histórica.

É preciso considerar também que os grupos que exercem o poder governamental não são sempre os mesmos. Quando falamos em elites econômicas ou grupos dominantes devemos ter em mente que ao longo da história os grupos com maior poder ou força política compunham-se de setores com interesses, ideais e origens diversificadas (e muitas vezes divergentes) e que, em momentos específicos da história, se alternaram no poder.

Além disso, se é certo que geralmente as elites dominam quase todos os setores da vida social, também é verdade que a história está repleta de momentos em que os grupos que não estão no poder mudam essa ordem, estabelecendo estratégias de resistência e negociação e provocando alterações no sistema de dominação política e/ou de exploração econômica.

No continente americano, no momento em que se defrontavam europeus e nativos, estava em jogo um embate entre pelo menos três interesses divergentes: o das populações indígenas; o dos jesuítas e, por fim, o das Coroas lusitana e espanhola representadas pelas autoridades metropolitanas e pelos colonos. As diversificadas populações indígenas (estima-se que por ocasião da chegada do europeu no atual território brasileiro existiam mais de mil povos e entre 2 e 6 milhões de habitantes) desejavam basicamente garantir sua sobrevivência, manter a posse de suas terras, suas organizações sociais, seus mitos, ritos e outras características culturais anteriores à chegada dos conquistadores europeus, ainda que tenham estabelecido intensas trocas culturais e materiais.

Os conquistadores europeus, por sua vez, promoveram a ocupação e a exploração do território americano, contando com os indígenas como trabalhadores forçados (por escravização e outras formas compulsórias de trabalho) ou considerando-os obstáculos a serem removidos (por expulsão ou extermínio). Por fim, os jesuítas utilizavam o trabalho indígena nos aldeamentos, combatendo a violência física dos colonos sobre as populações indígenas e tratando-as como povos a serem civilizados, tutelados (ou seja, cuidados, protegidos), pacificados e cristianizados.

Nessa luta de interesses e forças, os colonizadores impuseram sua dominação e contaram a história do seu ponto de vista. Até pouco tempo, em decorrência dessa visão, era comum que os nativos fossem descritos como preguiçosos, inferiores, selvagens e traiçoeiros. Praticamente sem registros escritos, o que possuímos a respeito dessas populações se restringe aos relatos dos cronistas europeus (e sua visão estereotipada e preconcebida do universo cultural indígena) e aos vestígios arqueológicos.

Apenas há algumas décadas as interpretações sobre os nativos começaram a ser repensadas em razão da releitura e da valorização de outras fontes históricas e da preocupação de entidades governamentais e não governamentais com os problemas indígenas, como a questão

Agência A Tarde

▲ Restos de documentos incinerados, localizados na Base Aérea de Salvador, Bahia, em dezembro de 2004. De acordo com os peritos que analisaram o material, os documentos secretos e confidenciais foram produzidos entre 1964 e 1985 pelos serviços de inteligência da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, bem como pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), polícia política do regime militar, e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Acredita-se que os arquivos não estavam sediados na Base Aérea, mas foram levados até lá após a queima. Por falta de provas testemunhais e de indício dos responsáveis pela queima dos arquivos, o processo de investigação foi arquivado em fins de 2006. Em 2009, o governo federal anunciou a abertura para consulta, na internet, dos arquivos sobre as lutas políticas no Brasil durante a ditadura militar. O projeto chama-se "Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985".

agrária e a preservação cultural. É visível na documentação produzida pelos colonos, por exemplo, a incorporação de práticas indígenas agrícolas e alimentares em seu modo de vida, demonstrando que, embora a cultura europeia tenha predominado, o processo de conquista não foi apenas impositivo e destruidor, mas houve um intenso contato cultural. Assim, a história das populações nativas e do processo de dominação, aculturação, resistência e permanência cultural está aos poucos sendo recuperada e reelaborada.

aculturação: refere-se ao processo de absorção de uma cultura pela outra, resultando em uma nova cultura que conserva aspectos da inicial e da absorvida. Pode acontecer quando um grupo impõe seus traços culturais aos grupos dominados ou como consequência dos contatos e interações entre diferentes culturas. Os colonizadores europeus, por exemplo, também adotaram práticas das populações nativas do continente americano.

Hoje as informações estão por toda parte, vindas simultaneamente das mais diversas fontes e representando muitas "vozes". Isso significa múltiplas possibilidades de apreender o presente. Ao mesmo tempo, em razão do caráter fragmentário dessas informações, torna-se difícil a elaboração de um quadro geral, articulado, da realidade em que vivemos.

A história pode nos servir de referencial para esse processo de compreensão do mundo, para o exercício da cidadania e para a busca de uma vida pessoal mais satisfatória, permitindo compreender melhor o mundo em que vamos atuar e realizar nossos projetos, com base na reflexão sobre nossas identidades pessoais.

Em síntese, o historiador e o estudante, ao pesquisarem o passado – motivados por preocupações do presente –, não podem deixar de considerar que tudo o que lhes chega é apenas uma das versões possíveis de um tempo e de um lugar. E eles próprios, em suas reflexões e análises, também produzirão apenas uma das versões possíveis, nesse trabalho dinâmico de interpretar a história.

Vale observar que a relação presente-passado exige cuidados: como já dissemos no início desta seção, é preciso fazer sempre as necessárias distinções entre os tempos. Por exemplo, cometemos equívoco histórico, denominado **anacronismo**, se julgamos determinados eventos do passado, de outras culturas, com outras regras morais, com base na cultura e nos valores de nossa sociedade. Em outras palavras, entre o atual e o antigo sempre se impõem atenção, cuidado, reflexões, relativizações e discussões, mas nunca censura ou juízos de valor.

A ideia de relativismo cultural nos foi legada pela Antropologia. O antropólogo norte-americano Franz Boas (1858-1942) dizia: "A humanidade é uma. As civilizações, muitas". A moralidade, as práticas e as crenças funcionam de formas diferentes em culturas diferentes, por isso não é possível julgar uma cultura de acordo com os pontos de vista de outra.

Antropologia: do grego *anthropos*, "homem", e *logos*, "razão", "pensamento". Ciência que estuda a humanidade de maneira abrangente desde os aspectos físicos (ou biológicos) aos aspectos culturais, que incluem crenças, costumes, rituais, linguagem, relações de parentesco etc.

O conceito de relatividade cultural afirma que os padrões do certo e do errado (valores) e dos usos e das atividades (costumes) são relativos à cultura da qual fazem parte. Na sua forma extrema, esse conceito afirma que cada costume é válido em termos de seu próprio ambiente cultural.

HOEBEL, Edward Adamson; FROST, Everett. *Antropologia cultural e social*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1996. p. 22.

Antes dessa contribuição da Antropologia, predominava na cultura ocidental a ideia de que as sociedades evoluíam das mais simples para as mais complexas, e assim existiriam grupos "atrasados" ou "adiantados". Contudo, sociedades que se organizavam de formas diferentes das que hoje predominam, por exemplo, não podem ser consideradas "atrasadas" ou inferiores por não dominarem tecnologias bastante difundidas.

Chegou-se à conclusão de que nenhuma cultura pode medir a qualidade das outras com base em sua própria cultura, pois cada uma tem um sistema de valores próprio que não pode ser imposto às outras. O texto abaixo aborda o impacto e a importância dos estudos do antropólogo Bronislaw Malinowski:

> Com Malinowski, a antropologia se torna uma "ciência" da alteridade que vira as costas ao empreendimento evolucionista de reconstituição das origens da civilização, e se dedica ao estudo de lógicas particulares das características de cada cultura. O que o leitor aprende ao ler *Os argonautas* é que os costumes dos trobriandeses, tão profundamente diferentes dos nossos, têm uma significação e uma coerência. Não são puerilidades que testemunham de alguns vestígios de humanidade, e sim de sistemas lógicos perfeitamente elaborados. Hoje, todos os etnólogos estão convencidos de que as sociedades diferentes da nossa são sociedades humanas tanto quanto a nossa, que os homens que nelas vivem são adultos que se comportam diferentemente de nós, e não "primitivos", autômatos atrasados [...] que pararam numa época distante e vivem presos a tradições estúpidas. Mas nos anos 1920 isso era propriamente revolucionário.
>
> LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81.

alteridade: condição do que é outro, do que é distinto. Colocar-se na condição do outro, perceber o outro.

***Os argonautas*:** a obra *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, foi publicada em 1922, como resultado dos estudos desenvolvidos durante três expedições aos Arquipélagos da Melanésia da Nova Guiné, principalmente nas ilhas Trobriand. Os trobriandeses são os nativos, descritos como povos pescadores, comerciantes e navegadores.

etnólogos: estudiosos de povos e suas culturas.

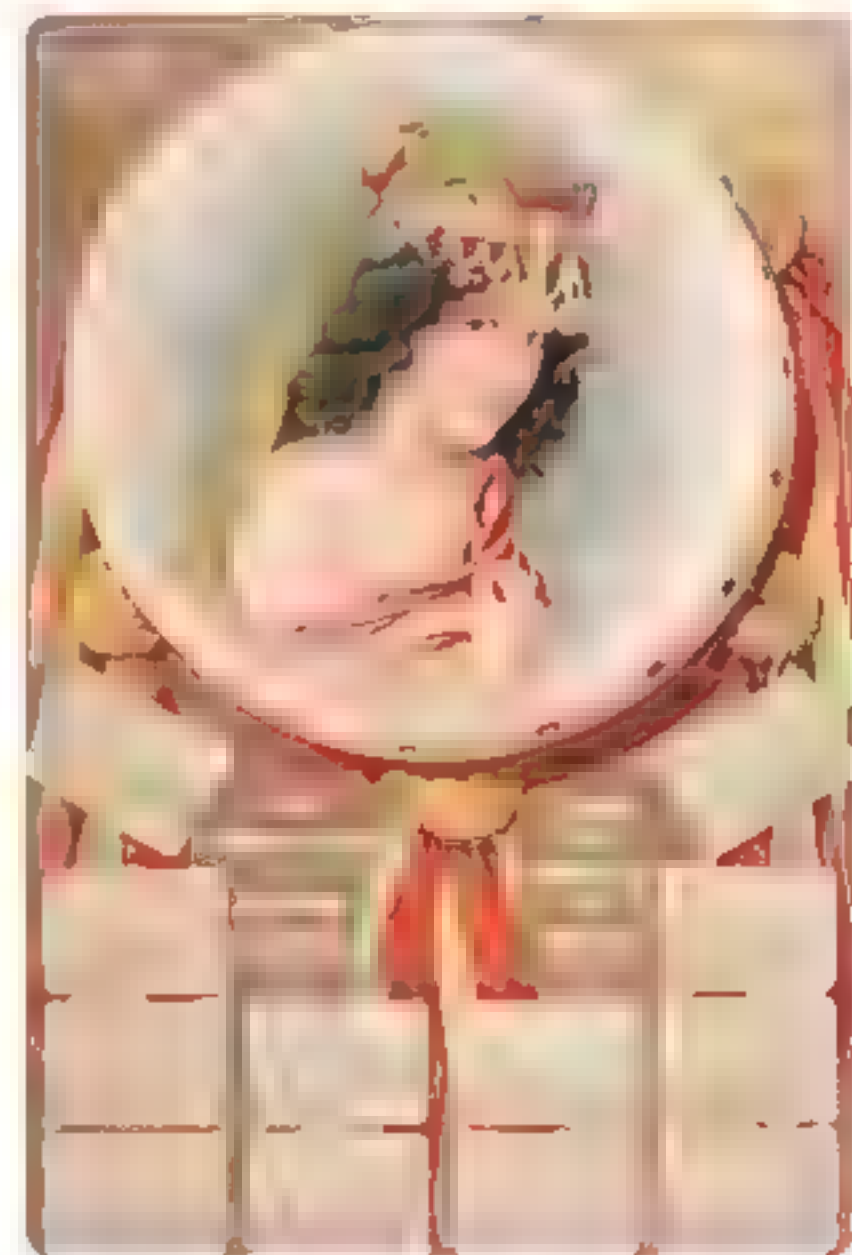
LEITURAS DO TEMPO

A História é o estudo das ações humanas ao longo do tempo e em um determinado espaço geográfico. As diferentes formas de organização, constituição e ocupação do espaço fazem parte do campo de estudo da Geografia, uma das ciências com a qual os estudos historiográficos dialogam. Mas como definir o tempo?

Santo Agostinho, um dos grandes filósofos do cristianismo, dizia que, se não lhe perguntassem, sabia o que era o tempo; mas, se tivesse de defini-lo, não saberia. Existem muitas temporalidades possíveis e diferentes formas de explicar e sentir a passagem do tempo.

Todos nós convivemos com fenômenos temporais: dia, noite, estações do ano, crescimento, envelhecimento. Várias civilizações estabeleceram uma divisão do tempo adotando como base a observação dos ciclos da natureza: o movimento da Terra, do Sol e da Lua. Além da Lua e do Sol, o calendário maia, por exemplo, baseava-se na observação do planeta Vênus. Muitos calendários surgiram da observação dos astros por sua influência sobre as plantações e a necessidade de definir os tempos de plantio, poda e colheita.

Uma volta do planeta Terra em torno de seu eixo (rotação) foi interpretada por várias culturas como um dia, que foi dividido em 24 partes iguais, chamadas de horas, por sua vez também subdivididas, e assim por diante. Decidiu-se que o dia não começa ao nascer do sol, mas aproximadamente seis horas depois que ele desaparece no horizonte. Outras civilizações poderiam fazer divisões diferentes: afirmar que o dia começa logo que o Sol aparece. Durante o século VIII a.C., na Babilônia, por exemplo, os astrônomos definiam o início do dia quando o Sol estava a pino, em seu ponto mais alto no céu.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Exemplar de um calendário contemporâneo, numa edição norte-americana para o ano de 1905.

A semana de sete dias pode ter surgido de acordo com as fases da lua.

Museu Arqueológico, Istambul/Erich Lessing/Album/Latinstock

Um relógio de sol, como este do século VI a.C. encontrado em território da atual Síria, tem seu funcionamento baseado na projeção da sombra de uma haste sobre a base em que está apoiada. Por isso, esse tipo de relógio não marca as horas da mesma forma que um relógio eletrônico. Afinal, o seu funcionamento depende da posição geográfica da localidade em que ele estiver instalado, das variações de velocidade da translação da Terra, da órbita do planeta, dentre outros fatores.

Essas diferentes formas de dividir o tempo correspondem ao **tempo físico** ou **cronológico**. Cada civilização tem uma leitura particular do tempo, que pode ser a melhor, a mais adequada ou a mais confortável para os membros de seu grupo. Embora muitos tenham aceitado e incorporado as divisões do tempo como se fossem naturais, podemos perceber que suas bases são arbitrárias, artificialmente definidas, sendo passível de críticas ou de modificações.

O tempo cronológico, embora fundamental para a compreensão da história, não é seu objeto de estudo, mas sim o **tempo histórico**, ou seja, os períodos da existência humana em que ocorrem eventos que fazem parte de estruturas e contextos mais amplos, como a economia, as ideias, a política.

RAWIN JS/SXC

TEMPO?

Dias, horas, semanas, meses são divisões do tempo integradas à nossa vida. Quando se estuda história, as divisões do tempo assumem outra dimensão, mais ampla, que nos ajuda a entender trechos do passado.

TEMPO FÍSICO

Os fenômenos da natureza de fácil observação, como o dia e a noite, as fases da lua, o aparecimento do Sol etc. deram origem às convenções de tempo que conhecemos hoje e foram criadas por diferentes culturas.

William Radcliffe/Science Faction/Latinstock

TEMPO HISTÓRICO ▸

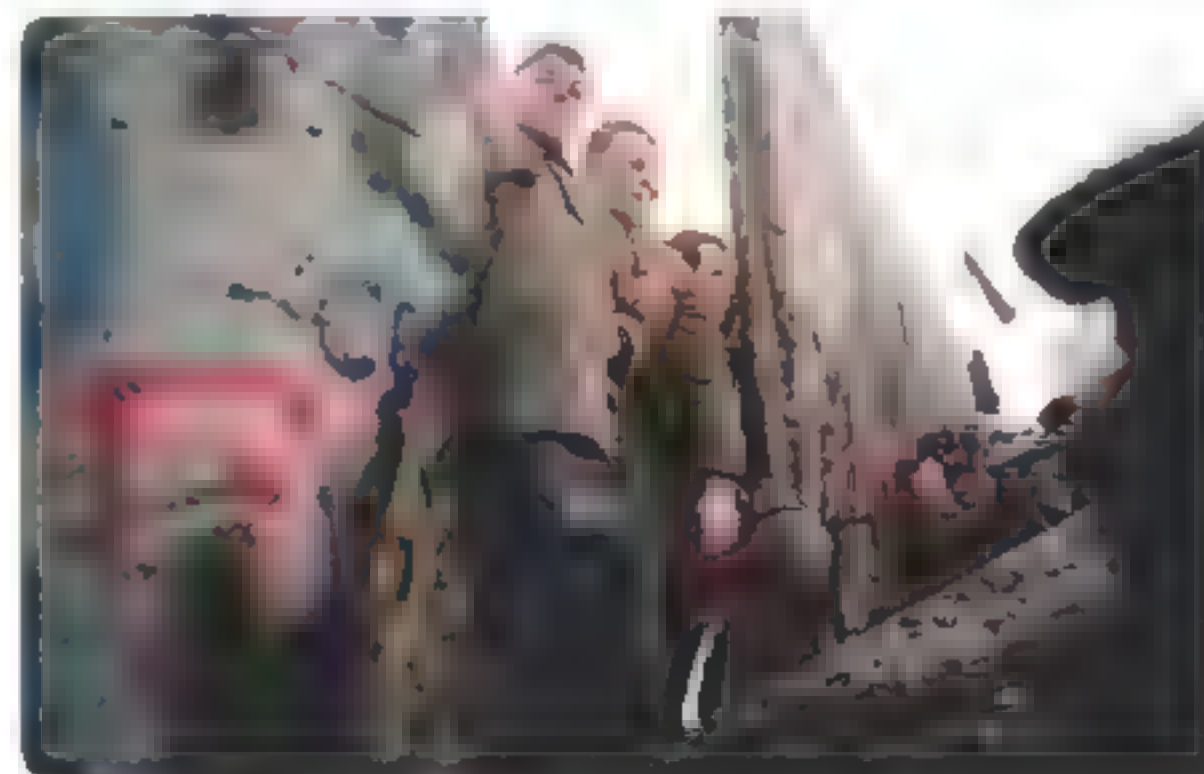
As formas de marcar o passado são convenções criadas pelos seres humanos. Elas podem se constituir de datas significativas para determinadas culturas ou indicar períodos em que se destaca um conjunto de acontecimentos e situações relacionados.

É lógico que esses períodos só existem mentalmente, pois a vida das pessoas não muda bruscamente na passagem de um período para outro. Datas, períodos, eras e outras formas de demarcar o tempo histórico são convenções e orientam a leitura do passado, mas não representam mudanças definitivas e rupturas em todos os aspectos da sociedade. Após uma revolução, por exemplo, algumas condições de vida ou o sistema de governo podem ser modificados de forma brusca, mas o modo de pensar, as práticas e atitudes diante dos acontecimentos mudam mais lentamente, em ritmos diversos. Entretanto, estudando os períodos históricos podemos compreender a história de uma forma mais ampla e realizar divisões de acordo com alguns critérios, como organização social, relações de trabalho e sistemas de governo.

O tempo histórico, portanto, não é regular, contínuo e linear como o tempo físico ou cronológico, mas composto de **diferentes durações**, já que está vinculado às ações dos grupos humanos e aos conjuntos de fenômenos – mentais, econômicos, sociais e políticos – que resultam dessas ações. Podem existir tantas divisões quantos forem os recortes ou pontos de vista: cultural, político, ideológico etc. Por exemplo, para alguns historiadores, o século XIX começa não em 1801, mas em 1789 (início da Revolução Francesa), e termina não em 1900, mas em 1914 (início da Primeira Guerra Mundial). Já o século XX teria se iniciado em 1914 e encerrado em 1991, com o fim da União Soviética. Isso porque essas datas – início da Revolução Francesa e início da Primeira Guerra Mundial – delimitam um período em que os eventos seguem algumas linhas mestras. Evidentemente não se trata de séculos no sentido de tempo cronológico, mas de tempo histórico.

Com base nessa ideia – de que o tempo das ações humanas não segue exatamente os relógios e os calendários –, outros historiadores argumentam que o tempo histórico pode ser de **longa**, **média** ou de **curta** duração. Nas relações do homem com o meio natural que o cerca e nas modificações climáticas e geográficas, por exemplo, essas mudanças se dariam de forma bastante lenta. Nas formas de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais (economia) e nas relações políticas, as mudanças seriam em uma conjuntura de tempo médio, marcada por rupturas e permanências; por fim, o tempo curto é o tempo do evento, do fato, aquele que tradicionalmente era valorizado na história que se escrevia no século XIX, como vimos inicialmente.

The Art Archive/Other Images

▲ Tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453). Detalhe de afresco do Monastério Moldovita, na Moldávia, Romênia, feito em 1537.

Tom Stoddart/Getty Images

▲ Queda do Muro de Berlim, em foto de 10 de novembro de 1989.

Medir o tempo histórico e dividi-lo em períodos (ou seja, **periodizá-lo**) é igualmente um ato arbitrário, pois a escolha do ponto inicial da contagem e dos eventos mais importantes é feita por algumas pessoas, segundo sua compreensão do mundo e da existência humana, e seguida por outros, sem que necessariamente exista uma concordância de todos. As periodizações são também expressões da cultura e evidenciam os principais valores de uma sociedade ou civilização.

Vejamos um exemplo. Há pouco mais de uma década chegamos ao ano 2000, mas os judeus já passaram dessa data há muito tempo (seu calendário está sempre 3 761 anos à frente do cristão). Já os que seguem o islamismo ainda não chegaram ao ano 2000 (a contagem de seu calendário se inicia no ano 622 do calendário cristão). Afirmar que "chegamos ao ano 2000" significa que, para nós, os tempos começam a ser contados a partir de um evento ocorrido há 2 mil anos, aproximadamente – no caso, o nascimento de Jesus de Nazaré, chamado de Cristo.

O SURGIMENTO DO CALENDÁRIO CRISTÃO

Logo no começo do cristianismo ainda não se contava o tempo a partir do nascimento de Cristo. Isso só viria a ocorrer algumas décadas depois do fim do Império Romano do Ocidente, em 525 d.C., quando Dionísio, o Exíguo (na época, abade de Roma), baseado na informação sobre a idade de Roma e em detalhes históricos do período do nascimento de Cristo, estabeleceu o ano em que Jesus teria nascido. Com esses dados, Dionísio definiu o ano 1 do calendário cristão como o ano 754 da fundação de Roma. Em 1582, o papa Gregório XIII reformou o calendário, motivo pelo qual o calendário cristão ocidental é chamado de **gregoriano**.

Concluindo: embora muitos no Ocidente não sejam cristãos, essa periodização se baseia na ideia de que o surgimento histórico de Cristo é tão importante para a humanidade que o tempo deve ser dividido em dois períodos: antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.) (ver esquema a seguir). Também por isso as sociedades cuja religião majoritária segue essa crença (como as das Américas pós-ocupação europeia e as da Europa) são chamadas, em conjunto, de **civilizações cristãs ocidentais**.

A CONTAGEM DOS SÉCULOS

nascimento de Jesus Cristo

a.C. ... 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 | 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 ... d.C.

século XXI a.C.	século XX a.C.	...	século IV a.C.	século III a.C.	século II a.C.	século I a.C.	século I	século II	século III	século IV	...	século XX	século XXI
2100 a.C. a 2001 a.C.	2000 a.C. a 1901 a.C.	...	400 a.C. a 301 a.C.	300 a.C. a 201 a.C.	200 a.C. a 101 a.C.	100 a.C. a 1 a.C.	1 a 100	101 a 200	201 a 300	301 a 400	...	1901 a 2000	2001 a 2100

▲ Como a história lida com longos períodos de tempo, costuma-se usar a unidade de tempo chamada século, equivalente a cem anos. O mecanismo de contagem dos séculos é similar ao dos anos. Por exemplo, o século XX vai de 1901 a 2000; o século XV, de 1401 a 1500; o século XXI, de 2001 a 2100; e o século IX a.C, de 801 a 900.

Os calendários

A história registra a criação de diferentes tipos de calendários: solares (como o calendário cristão); lunares (como o islâmico ou muçulmano); lunissolares, em que os anos seguem o movimento da Terra em volta do Sol e os meses acompanham o movimento da Lua em torno da Terra (como o calendário hebreu).

Entre os gregos, romanos e maias temos o predomínio da ideia de um tempo cíclico (em função dos ritmos naturais e da cosmologia, como vimos). Os povos antigos acreditavam que o tempo era circular e que os fenômenos se repetiam. Assim, não haveria um momento inicial de criação do Universo, ideia difundida pela tradição judaico-cristã.

A concepção de um tempo linear, não cíclico, marcado por acontecimentos únicos, era característica dos hebreus e persas zoroastras, tendo sido adotada pelos cristãos. O nascimento de Cristo e o fim do mundo (apocalipse) são exemplos de demarcações do tempo que não poderiam se repetir.

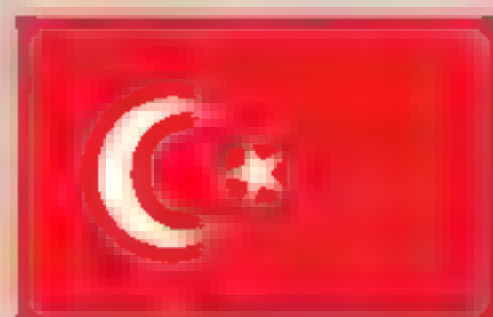
> **zoroastra:** seguidor do zoroastrismo, religião monoteísta fundada na antiga Pérsia pelo profeta Zaratustra (ou Zoroastro). As crenças em um juízo final, na ressurreição, no retorno de um messias, entre outras concepções, teria influenciado as concepções religiosas judaicas, cristãs e islâmicas. Admite a existência de duas divindades por meio da dualidade entre o Bem (Aura-Masda) e o Mal (Arimã), vencida pelo Bem

Museu Nacional de Arqueologia, México/Album/akg-images/Latinstock

▲ A Pedra do Calendário ou Pedra do Sol é uma gigantesca escultura asteca descoberta em 1790 na praça central da Cidade do México. Pesando 24 toneladas e medindo quase 4 metros de diâmetro, esse baixo-relevo (c.1300 a 1521) foi interpretado como a representação da divisão do tempo para os astecas. A figura central representa o quinto deus Sol (teriam existido quatro eras anteriores à que viviam, cada qual com o deus sol correspondente, representados no interior dos quatro quadrados), em torno do qual estão representados os vinte dias do calendário sagrado, chamados vintenas. No total, seriam 18 meses, e ao final do calendário existiriam mais cinco dias reservados à meditação. Há outra hipótese sobre sua função original: seria o lugar onde se realizavam sacrifícios humanos ao deus Sol. Uma cisão na pedra tornou-a imperfeita e impediu seu uso. Portanto, a maioria dos estudiosos a classifica como um altar de sacrifícios, com uma representação da divisão do tempo segundo os astecas. A escultura está localizada no Museu de Antropologia da Cidade do México

MUÇULMANO

Esse termo é muitas vezes usado erroneamente como sinônimo de árabe; vale a pena esclarecer essa diferença. A palavra árabe designa um povo semita que ocupa, principalmente, a Península Arábica; muçulmano é aquele, seja árabe ou não, que segue a religião muçulmana ou islâmica, fundada pelo profeta árabe Muhammad (Maomé) no século VII. O Alcorão (ou Corão), livro sagrado dos muçulmanos, é escrito em árabe e é nesta língua que as preces devem ser recitadas. O islamismo, num processo de expansão iniciado pelos árabes, acabou se tornando a religião de outros povos, como os turcos (na atual Turquia), os persas (atual Irã) e vários povos africanos e orientais. A expansão da civilização árabe também envolveu a irradiação de sua cultura, seus princípios religiosos, sua forma de compreender o mundo e seu calendário. Assim, existem árabes não muçulmanos (árabes católicos, por exemplo) e muçulmanos não árabes.

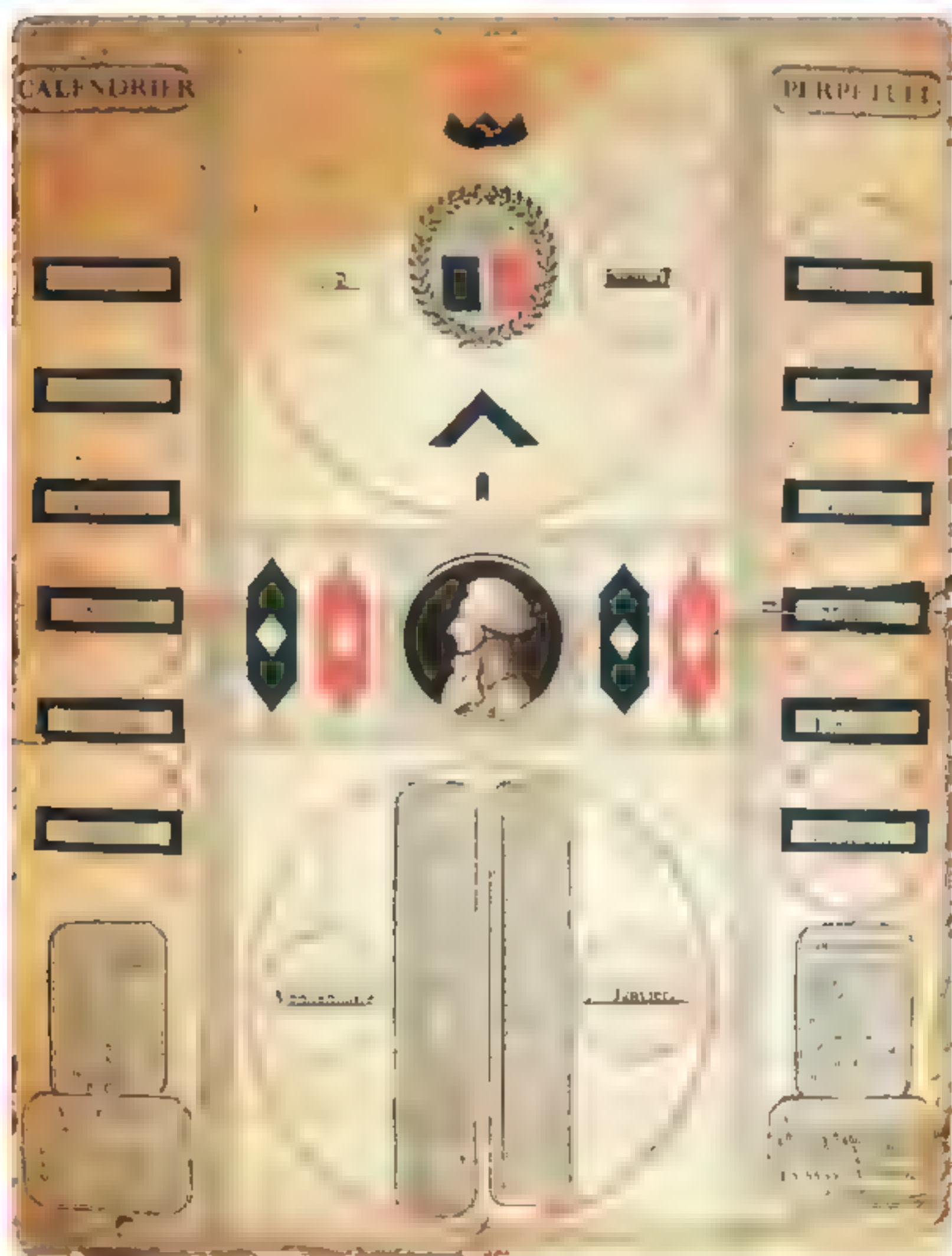
Paquistão

Turquia

Argélia

▲ A importância da Lua para os povos islâmicos não se restringe ao calendário, estende-se aos símbolos nacionais, como nas bandeiras dos países acima

Divisão de tempo e poder

No processo de expansão de determinado povo, sua forma de compreender, dividir e periodizar o tempo também é transmitida para outros povos. Ao conhecer a história do surgimento do calendário cristão, percebemos que a marcação do tempo está ligada aos indivíduos ou grupos sociais que detêm o poder, seja ele econômico, político ou religioso. Como esse calendário foi adotado pelos povos europeus, que expandiram seu poder econômico e político por todo o globo, tornou-se referência para vários outros povos. Os líderes chineses, por exemplo, adotaram o calendário gregoriano em 1912, por causa das relações comerciais com o Ocidente, mas entre o povo chinês continua valendo seu calendário tradicional, usado há mais de 5 mil anos.

Outro exemplo de uso político da marcação do tempo foi a criação de um novo calendário pelos revolucionários franceses de 1789, que começava a contar o tempo a partir da data inicial da Revolução Francesa. No entanto, ele deixou de ser adotado quando o grupo que o criou foi tirado do poder.

Calendário republicano instituído após a Revolução Francesa de 1789. Baseava-se no sistema decimal e foi aplicado no país a partir de 22 de setembro de 1792, perdurando enquanto os revolucionários estiveram no poder (MT).

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, o calendário pode ser entendido como um recurso de controle do tempo, geralmente por parte dos poderosos.

Sophie Bassouls/Sygma/Corbis/Latinstock

▲ O historiador Jacques Le Goff, em foto de 1999.

A conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem. De um modo não tão geral, observa-se como numa sociedade a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário: reis, padres, revolucionários.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 487.

Portanto, podemos dizer que o fato de utilizarmos o calendário cristão resulta de um processo que se originou na conquista da América pelos europeus. Subjugaram-se os povos nativos e suas culturas, diferentes povos africanos foram trazidos para cá e escravizados, moldando novas sociedades marcadas por esses atos de violência e exploração. O poder passou a ser exercido, inicialmente, por descendentes de europeus sustentados por instituições e modelos europeus (políticos, jurídicos, policiais, educativos, religiosos etc.). Por isso podemos dizer que o tempo (o calendário, a periodização) que utilizamos também é, até hoje, uma expressão da cultura do colonizador.

Nesse processo de colonização, herdamos também uma divisão da história de acordo com os grandes marcos ou eventos valorizados pela história cultural da Europa Ocidental. Essa divisão foi ampliada ao final do século XIX, com a inclusão da Pré-História, formando assim a chamada periodização clássica (veja esquema ao lado).

Podemos questionar os critérios utilizados nos recortes adotados por essa divisão clássica. A desagregação do Império Romano do Ocidente, por exemplo, não é um evento marcante para os chineses ou para as civilizações da América pré-colombiana. É importante, por isso, ter em mente que as periodizações, embora nos ajudem a compreender a história, refletem determinado poder político, econômico e cultural, que se expressa nas datas e temas escolhidos para serem estudados. Trata-se de uma visão centrada nos interesses europeus – o eurocentrismo.

O primeiro passo para superar o eurocentrismo na história é conhecê-lo historicamente, torná-lo objeto de estudo, procurando saber como foram feitas as escolhas e definidos os temas que constituíram a história que estudamos hoje.

> **eurocentrismo:** visão de mundo que considera os valores, referências, línguas etc. da Europa como elementos fundamentais de leitura e construção do passado e atribui a ideia de exotismo, inferioridade e atraso às culturas não europeias.

Não podemos dispensar a periodização, pois ela tem a função de facilitar o estudo da história, mas devemos a todo instante lembrar que ela reflete uma dada cultura (a do ocidente europeu) e que não consegue abranger a variedade de povos, temas e culturas existentes. Em outros lugares do mundo, a história é escrita e ensinada de acordo com critérios diversos. Assim, ao longo desta obra, procuraremos destacar que a história é construção e reflete as opções dos historiadores em diferentes momentos.

PERÍODOS HISTÓRICOS

PRÉ-HISTÓRIA

Hemis/AFP

4000 a.C. – invenção da escrita

HISTÓRIA

ANTES DE CRISTO [a.C.]

ERA CRISTÃ

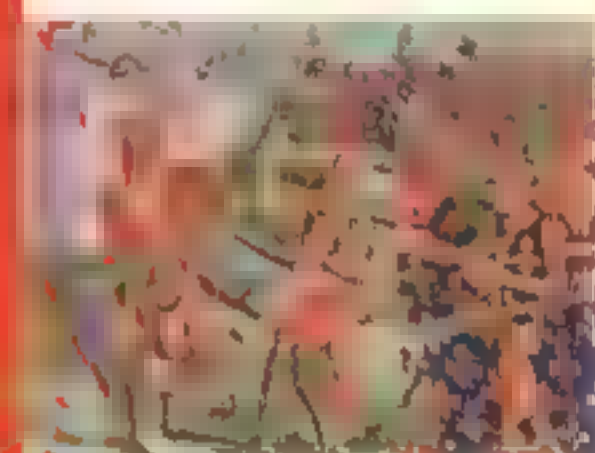
Idade Antiga
Da invenção da escrita aproximadamente 4000 a.C., até a desagregação do Império Romano do Ocidente, em 476 da era cristã

1

Museu Ashmolean, Oxford, Londres

476

Idade Média
De 476 até a tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos, em 1453

Biblioteca Nacional, Paris. The Art Archive/Other Images

1453

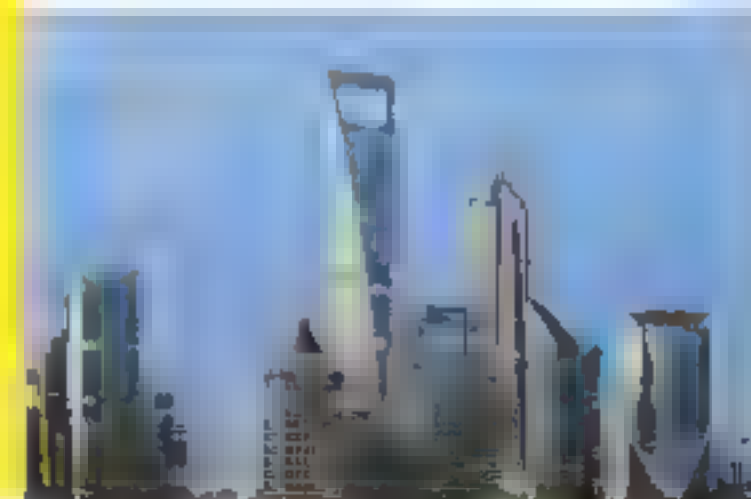
Idade Moderna
De 1453 até 1789, data do início da Revolução Francesa

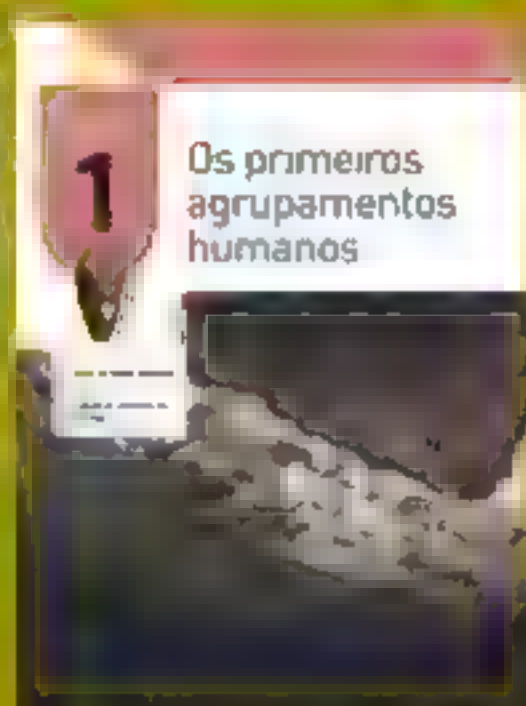
The Granger Collection/Other Images

1789

Idade Contemporânea
De 1789 até os dias de hoje

Imaginechina/AFP

UNIDADE 1

OS PRIMEIROS AGRUPAMENTOS HUMANOS

1 Os primeiros agrupamentos humanos

Professor:
Aqui começam as orientações para a Unidade 1 e o Capítulo 1 (p. 24 a p. 40)

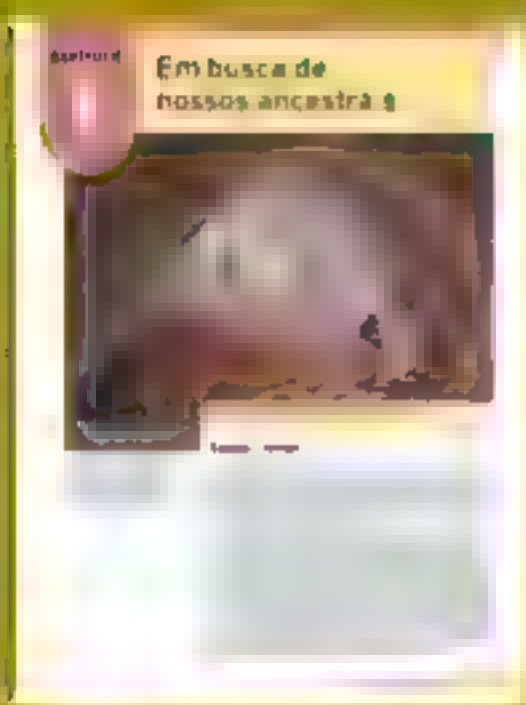
Esta unidade tem dois eixos fundamentais em torno dos quais são fornecidas informações sobre a vida dos seres humanos no período chamado de Pré-história. O primeiro eixo estrutura-se com a problematização e a contextualização histórica das ideias de "primitivo", "selvagem" ou "não civilizado". O objetivo é que o aluno compreenda as concepções sócio-históricas que tais termos evidenciam, bem como os preconceitos que carregam, associados à visão eurocêntrica de mundo. O segundo eixo diz respeito à noção de simultaneidade histórica associada à ideia de múltiplas temporalidades, que fica evidente na afirmação de que as formas de vida originais da humanidade podem também ser encontradas atualmente. A apreensão dessa noção é importante para a desestruturação de uma perspectiva evolucionista, que entende a História como uma sequência de fatos na qual o presente é necessariamente uma superação do passado.

As seções ***Discutindo a História*** e ***Para pensar historicamente*** potencializam a compreensão de aspectos relacionados à construção do conhecimento histórico. Uma melhor compreensão por parte dos alunos dependerá também da atenção dada a essas introduções e às reflexões em torno dos conceitos fundamentais apresentados.

O conteúdo proposto na seção ***Discutindo a História***, situada no início da unidade, poderá motivar debates que aproximarão a temática estudada ao contexto vivido pelos alunos. Esse trabalho poderá também ser enriquecido pela análise de filmes e desenhos animados – como *Os Flintstones*, produzido pelos estúdios Hanna Barbera –, tratando-se de leituras contemporâneas do passado. No decorrer da seção, são apresentados conceitos e feitas algumas problematizações em torno dos quais é possível organizar tanto o debate com os alunos, quanto a exposição didática. Destacamos: 1) a ideia de Pré-história relacionada àquela dos povos sem escrita, reforçando que os estudos contemporâneos têm buscado romper com essa concepção; 2) a associação entre o conceito de progresso histórico e a concepção evolucionista de História e articulação de ambos com as teorias sobre a superioridade dos europeus, as quais dão base ao pensamento racista; 3) o rompimento da concepção de que existe uma cultura, investindo-se na compreensão da existência de culturas plurais e diversificadas; 4) a existência de conhecimentos técnicos adequados às necessidades dos diferentes grupos humanos, hoje e no passado, entendendo-os como práticas culturais. Nesse sentido, o destaque é a discussão do que configura a definição de tecnologia.

Capítulo 1

EM BUSCA DE NOSSOS ANCESTRAIS

Em busca de nossos ancestrais

Na seção ***Para pensar historicamente***, a escolha dos eixos *espaço* e *tempo* é pertinente na medida em que os conteúdos referentes ao período chamado Pré-história dão maior visibilidade a esses dois aspectos do conhecimento histórico. Sugere-se construir mapas ilustrados, cronologias ou linhas do tempo que permitam aos alunos visualizar os processos de ocupação e dispersão dos diferentes grupos humanos ao longo desse período.

Para que os alunos percebam que os conhecimentos apresentados foram construídos por diferentes pontos de vista, é importante destacar os apontamentos feitos ao longo do capítulo a respeito de quando se passou a ver o ser humano como fruto de uma evolução biológica ou as duas hipóteses que passaram a existir com a descoberta de fósseis de hominídeos mais antigos; bem como as divergências sobre as visões que existem a respeito das práticas de coleta e da agricultura.

Neste capítulo, retoma-se a discussão da ideia de superioridade (cultural e racial) associada a um novo conceito: o darwinismo social. O assunto, abordado em ***Discutindo a História***, aparece agora com informações históricas sistematizadas a respeito da Pré-história, possibilitando que os alunos associem as informações e ampliem sua compreensão conceitual. São elencadas também características do fazer do historiador relacionadas ao conceito de vestígio. Os dois parágrafos iniciais do texto intitulado "África: nosso lugar de origem", podem motivar uma retomada do que foi abordado na seção ***Discutindo a História***, somando-se a isso termos mais específicos e relacionados ao período estudado, como *fósseis*, *paleontologia* e *arqueologia*.

Nas seções ***Para recordar*** e ***Exercícios de História*** retomamos os aspectos problematizados na seção ***Para pensar historicamente*** com a tentativa de possibilitar que os alunos articulem informações, datas e conceitos a respeito das reflexões teóricas sobre o período estudado e o fazer do historiador.

Indicações para aprofundamento do tema

Em todos os capítulos são feitas sugestões de títulos que, acreditamos, constituem boas fontes de consulta para os assuntos tratados no livro. Alguns são estudos clássicos de renomados especialistas, outras são obras mais recentes, que apresentam novos paradigmas de pesquisa no campo da historiografia.

É importante permanecer atento aos lançamentos sobre os assuntos, além de artigos em revistas especializadas, de divulgação científica e, até, de interesse geral. A História é uma ciência em constante renovação.

Sugerimos também, para cada capítulo, alguns filmes para debate ou aprofundamento dos assuntos tratados durante o curso. Consistem em filmes apresentados em grande circuito ou documentários. É importante considerar que o conteúdo do filme não diz respeito efetivamente ao período do qual trata. Ou seja, ele apenas faz referências a períodos históricos, mas está carregado da visão do diretor e do estúdio que o produziu, fazendo referências mais ao presente do que propriamente ao passado. Assim, vale ressaltar que nenhum deles é o retrato fiel dos personagens ou períodos históricos. Ou seja, recomenda-se não utilizar o filme como uma ilustração do que foi explicado em aula, mas como uma forma de problematizar diferentes visões sociais da história. Devido ao caráter lúdico, assistir a esses filmes (na escola ou em casa, para posterior análise e discussão) ou a trechos escolhidos, pode ser uma estratégia didática estimulante e enriquecedora, nunca se esquecendo de apresentar a ficha técnica e a biografia do diretor ou dos atores principais.

Sugira aos alunos que se mantenham atentos a novos lançamentos e que informem aos colegas as descobertas que fizerem. Pode-se até criar uma seção no mural da sala de aula com informações sobre novos lançamentos ou recomendações feitas pelos alunos.

As indicações estão dispostas nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Química:** uso do isótopo do carbono (carbono 14) para calcular a idade de fósseis animais ou vegetais.
- **História e Biologia:** exames de DNA e a investigação arqueológica: evolução e trajetória das migrações mais antigas na América.

Textos de apoio

A escrita no Egito

Desde o fim do IV milênio antes da nossa era, os egípcios praticavam a escrita. Adquiriram-na por si mesmos, sem imitação de nenhum sistema estrangeiro, pois os sinais adotados foram inspirados no espetáculo que o próprio país lhes oferecia, principalmente a flora e a fauna. Mas, da mesma forma que os mesopotâmios, que também criaram uma escrita, e talvez ainda antes, os egípcios não souberam – ou não quiseram – simplificar o seu sistema para facilitar-lhe o uso.

O ponto de partida é constituído pelo elementar enigma figurado, o desenho da perna significando "perna" e o do braço significando "braço". Mas o mesmo desenho adquiriu muitos outros sentidos: um sentido simbólico a fim de designar abstrações, a ação ordinariamente efetuada pelo objeto representado ou a ideia evocada pela sua visita; um sentido fonético, a fim de transcrever palavras de que o mesmo som participasse; um sentido silábico válido, como nos nossos enigmas, para escrever uma palavra polissilábica com muitos sinais correspondentes, cada um, a uma palavra monossilábica, enfim, para vinte e quatro sinais, um sentido alfabético, equivalente a uma letra, consoante forte ou próxima de uma de nossas vogais aspiradas. [...]

[...] O desenho primitivo exigia grande habilidade manual e, sobrecarregado de pormenor, fazia com que o trabalho se efetuasse em ritmo lento. Só foi conservado para as inscrições em madeira, pedra ou metal, isto é, praticamente, para os textos oficiais, por meio dos quais concorria com um elemento decorativo para os monumentos, quase todos de caráter religioso: em vista disso, os gregos darão a estes sinais o nome de "hieróglifos", ou seja, "gravuras sagradas". Quanto à escrita concorrente, reduzida aos contornos e deformada, para tornar-se mais rápida, houve, inicialmente, a escrita "hierática" (literalmente: "sagrada", o que é falso) que foi a dos documentos em papiro durante todo o período faraônico e, depois, em época posterior, a escrita "demótica", isto é, "popular".

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. p. 107. (História geral das civilizações, 1).

Bibliografia

A AURORA da humanidade. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril Coleções, 1993. (História em Revista).

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. (História Geral das Civilizações, 1).

CELORIA, F. *Arqueologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

CIVILIZAÇÕES Perdidas. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril Coleções, 1999-2000.

CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. *Brasil rupestre. Arte pré-histórica brasileira*. Curitiba: Zencrane Livros, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LEITE, B. *Fim de milênio: uma história dos calendários, profecias e catástrofes cósmicas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

LEITE, M. A falha arqueológica do Brasil. In: *Folha de S.Paulo*. 19 mar. 2000. Mais!, p. 4.

LIMA, M. R. de. *Fósseis do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1986.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: EdUnB, 1992.

________. *O Brasil antes dos brasileiros, a Pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

REVISTA USP – *Dossiê surgimento do homem na América*. São Paulo, n. 34, jun./jul./ago. 1997.

REVISTA USP – *Dossiê antes de Cabral*. São Paulo, n. 44, dez./jan./fev. 1999-2000.

TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

TRIGGER, B. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Museu de Arqueologia e Etnologia. *Origens e expansão das sociedades indígenas: guia temático para professores*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, 1997.

Endereços eletrônicos

Evolução Humana. Disponível em <www.assis.unesp.br/egalhard/humanev3.htm>. Acesso em: 25 ago. 2009. Interessante artigo sobre a evolução humana, cujo eixo central é a comparação das características anatômicas dos *Homo sapiens* e de outros hominídeos.

Institute of Human Origins – Arizona State University. Disponível em: <www.becominghuman.org>. Acesso em: 8 jan. 2010. O *site*, em inglês, traz vários artigos acadêmicos sobre pesquisas atuais a respeito da origem da espécie humana e da evolução anatômica dos hominídeos. Há ainda uma linha do tempo ilustrada.

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.mae.usp.br>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Museu do Homem Americano (PI). Disponível em: <www.fumdham.org.br/museu.asp>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Smithsonian Institute/National Museum of Natural History (em inglês). Disponível em: <www.mnh.si.edu>. Acesso em: 25 ago. 2009.

▶ Sugestão de leitura para os alunos

GUGLIELMO, Antonio Roberto. *A Pré-história: uma abordagem ecológica*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

2

A grande aventura humana

De fato, a grande aventura humana da ocupação do planeta se iniciou há um milhão de anos, quando algum membro do grupo dos *Homo erectus*, firmando-se sobre seus pés, esticou a cabeça por sobre a rala vegetação da savana africana e se perguntou sobre o que haveria para além das montanhas que ele percebia acima da linha do horizonte. Naquele instante, talvez não fosse relevante o problema alimentar ou a necessidade de mais espaço. Nada nos leva a crer que aquele nosso ancestral tenha abandonado seu hábitat para resolver alguma questão material. Tanto isso é verdade que a esmagadora maioria de membros do grupo permaneceu no continente africano. É até provável que sua saída tenha sido um risco não devidamente calculado, uma vez que estaria trocando o seguro pelo duvidoso, o poço de água conhecido ou o riacho ao lado do acampamento pelo perigo de uma área desértica; poderia estar ameaçado em sua segurança, já que saía de uma área onde os perigos eram conhecidos, rumo ao desconhecido; abandonava uma região em que a tecnologia da sobrevivência era dominada para se embrenhar em situações novas.

Então, por quê?

Por espírito de aventura.

Não negamos condições objetivas como fundamentais para a ação humana. Mas que não se negue a ação do homem na História, seu poder decisório, sua iniciativa.

Aliás, a própria humanização do homem se dá nesse processo. Sabemos que, quanto mais primitivo o ser vivo, mais indiferenciado ele é. Dois protozoários são mais semelhantes entre si do que dois peixes, que por sua vez são mais semelhantes entre si do que dois cães. Entre os homens, as diferenças são maiores; não se veem dois indivíduos iguais. Nessa linha de raciocínio, que não vale apenas para a aparência física mas também para o comportamento psicossocial, a atitude de aventurar-se, de ousar, é num certo nível um passo importante no processo de humanização.

PINSKY, J. *As primeiras civilizações*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1988. p. 17.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

O texto produzido pelos alunos deverá conter, entre outros aspectos, alguns dos pontos que indicamos a seguir. No período Paleolítico, os grupos humanos eram pouco numerosos e viviam constantemente se deslocando em busca dos recursos necessários à sua sobrevivência, uma vez que dependiam da caça, da pesca e da coleta. O deslocamento constante levava-os a viverem em abrigos provisórios, como tendas e cavernas. Também por essa razão, carregavam consigo poucos objetos, fabricados em geral com pedra lascada. Esse estilo de vida sofreu mudanças significativas com a domesticação de animais e vegetais. Sem depender tanto da natureza, os grupos humanos sedentarizaram-se e se tornaram mais numerosos. Por essa razão, precisaram desenvolver uma organização social mais ampla, atribuindo a um grupo a tarefa de organizar da vida coletiva. Ao mesmo tempo, a oferta mais constante e maior de alimento permitiu que parte da comunidade se dedicasse a outras atividades. Assim, ocorreu a especialização do trabalho: ceramistas e tecelões, por exemplo, podiam dedicar todo seu tempo à fabricação de potes de barro ou tapetes e depois trocá-los pelo alimento de que necessitavam. Esses grupos passaram a habitar cabanas e casas mais sólidas, formando aldeias. Seus instrumentos se multiplicaram e desenvolveu-se a técnica do polimento e, mais tarde, da metalurgia.

Exercícios de História

1. Análise de imagem
   a) A evolução é associada ao desenvolvimento da tecnologia bélica.
   b) Na charge, o progresso não está associado à conquista do conforto, do conhecimento ou da felicidade, mas da guerra e da crescente capacidade humana de promover a destruição. Nesse sentido, o progresso é mostrado como um longo caminho em direção à dizimação da espécie, que o macaco do desenho decide abreviar.
2. Análise de texto e imagem
   a) Freud faz referência à teoria da evolução.
   b) Porque tirou o ser humano da condição de criatura especial, feita à imagem e semelhança de Deus, como propunha a doutrina católica, e o inseriu no mundo animal, submetido às mesmas leis naturais de todas as demais espécies.
   c) Darwin é representado como um híbrido.
   d) Não, pois de acordo com a teoria da evolução os seres humanos não descendem dos macacos, mas de um primata primitivo que por meio da seleção natural, teria dado origem a várias espécies de primatas, dentre elas os antepassados do homem moderno.

   A atividade tem como objetivo promover o desenvolvimento da noção de empatia histórica apontada no segundo item da seção *Para pensar historicamente*. Para dar mais sentido à

proposta, é possível retomar o trecho da abertura do capítulo e relê-lo com os alunos. Ressalte o significado de dizer que é preciso compreender o passado em sua especificidade.

3. **Leitura de texto e reflexão**

a) Não, pois durante muito tempo os grupos humanos tenderam a se afirmar pela diferença em relação a outros grupos, considerando humanos apenas a si próprios. O conceito abrangente de humanidade é bastante recente.

b) O racismo e o etnocentrismo foram obstáculos à constituição do conceito de humanidade.

c) Os alunos podem apresentar respostas diferentes em função dos conhecimentos que mobilizarem. Caso considerem os reflexos do darwinismo nas teorias sociais, podem entender que a teoria da evolução forneceu as bases da ideologia imperialista do século XIX. Mas se considerarem as recentes pesquisas genéticas, que descartaram a aplicação do conceito de raça para os seres humanos, podem entender que a ciência favoreceu o desenvolvimento de um conceito mais abrangente de humanidade. Caso apareçam respostas diferentes na classe, estimule os alunos a debaterem suas ideias e defenderem-nas com argumentos sólidos.

d) Em geral os alunos apontam o uso da razão como o principal diferencial entre seres humanos e animais. Contudo, podem elencar outras características, como o uso da linguagem, a capacidade para fabricar ferramentas, a criatividade e a capacidade de imaginar, entre outros. Ocorre, porém, que as pesquisas recentes sobre comportamento animal têm mostrado que muitas das faculdades consideradas essencialmente humanas, não o são de fato e que, afinal, nossas habilidades diferem das de outros animais apenas em termos de grau. Por exemplo, a primatologia tem provado que os grandes símios são capazes de entender e dominar a linguagem humana, ainda que o façam de maneira limitada e utilizando a linguagem de sinais ao invés da fala. Alguns chimpanzés parecem ser capazes de entender a arte e se expressar por meio dela, mesmo que não representem o mundo como nós os vemos. Várias espécies de primatas fabricam ferramentas de vários tipos e a técnica de fabricação é ensinada aos membros jovens pelos indivíduos mais velhos dos bandos. Macacos *rhesus*, bastante distantes da espécie humana, são capazes de compreender e utilizar conceitos matemáticos simples. Todas estas descobertas têm colocado abaixo os critérios tradicionais de classificação e, hoje, há mesmo quem defenda a inclusão dos chimpanzés no gênero *Homo*. Assim, será bastante estimulante colocar os alunos diante destas descobertas, estimulando a reflexão e a busca de novas respostas à questão apresentada.

anotações

UNIDADE

1

Os primeiros agrupamentos humanos

Discutindo a História

Houve um momento em que os seres humanos organizavam-se em pequenos grupos, com pouco ou nenhum contato entre si. Viviam da caça, da pesca e da coleta, deslocavam-se atrás desses recursos naturais e tinham poucos objetos. Se olhássemos todo o planeta em busca deles, veríamos que nenhum grupo era muito numeroso, porque seu modo de vida não permitia. Se sua população crescesse muito, faltariam recursos e os deslocamentos seriam dificultados.

Essas primeiras formas de organização social, em pequenos clãs, dariam espaço para o processo de sedentarização e a ampliação de parte desses grupos, além do desenvolvimento de outras atividades, como a fabricação de instrumentos mais complexos, de cerâmicas utilitárias e cerimoniais, de gravuras e pinturas rochosas, as práticas agrícolas e a domesticação de animais. Práticas que não correspondem a todos os povos e não ocorreram simultaneamente em todas as regiões. Assim, esses pequenos grupos que marcam o começo da vida humana, tornar-se-iam bem numerosos, chegando a reunir milhares de pessoas.

Se esse período tivesse nesta coleção um espaço equivalente ao tempo em que essa situação perdurou, quase todas as páginas seriam dedicadas a essa época, e restaria apenas uma meia dúzia de páginas para todos os períodos que se seguiram. Cidades, reinos, civilizações, impérios, tudo isso é muito recente na trajetória do *Homo sapiens* sobre a Terra.

A ideia de que antes da invenção da escrita o que existiu foi **pré-história**, e não **história**, está ligada à noção de que a história não pode ser feita sem documentos escritos. Essa ideia se consolidou entre historiadores franceses e alemães, principalmente na segunda metade do século XIX, e constitui uma forma eurocêntrica de entender a história da humanidade, conforme vimos na seção *Bastidores da história*.

Recentemente, contudo, os especialistas foram levados a reconhecer a importância dos registros ágrafos (não escritos), como as pinturas, esculturas, os relatos orais e vestígios materiais, como fontes históricas. Além disso, como a escrita não surgiu ao mesmo

▲ Pinturas rupestres no sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara no Piauí. Essas pinturas datam, aproximadamente, de 12 a 29 mil anos

***Homo sapiens*:** expressão em latim que significa "homem sábio

◄ Pintura rupestre do *Grande Salão dos Touros*, nas cavernas de Lascaux, França. Datada em cerca de 17 mil anos. No detalhe, escultura de cabeça de 23 mil a.C., localizada em Dolni Vestonice, na atual República Tcheca

tempo em todos os lugares, e há alguns grupos que vivem no presente sem escrita, essa divisão ficou ainda mais inconsistente.

O termo "pré-história" se refere ao maior período da humanidade, envolvendo milhares de anos – descreve os tempos dos primeiros seres humanos até a invenção da escrita; já a pré-história na América refere-se ao período anterior à ocupação europeia, enquanto o período posterior envolve pouco mais de seis mil anos. Ele continua sendo usado, mas devemos ter em mente todas as suas limitações. Considerar, por exemplo, que o primeiro registro sobre as populações indígenas do Brasil foi a carta de Pero Vaz de Caminha é desconsiderar como fontes históricas os grafismos, objetos etc. produzidos anteriormente e assumir uma visão eurocêntrica do conhecimento, como veremos adiante.

PROGRESSO E ATRASO CULTURAL

A ideia eurocêntrica de que existiria uma pré-história contempla também a noção de **progresso histórico**. A humanidade evoluiria de estágios menos aperfeiçoados para situações melhores, conforme o tempo passa e as civilizações se sucedem. É como se existisse um roteiro, uma trajetória que devesse ser obrigatoriamente cumprida por todos os povos e sociedades, por toda a humanidade.

Assim, a pré-história corresponderia a um período em que a humanidade estaria ensaiando seus passos, em que ainda não se organizava em civilizações e engatinhava no domínio de tecnologias essenciais, como o uso do fogo e dos metais.

Assumir que a história começa com a invenção da escrita, por volta de 4 mil anos antes de Cristo entre os povos mesopotâmicos e egípcios, significaria acreditar, dentro da perspectiva evolucionista, que a parte da humanidade que havia elaborado sistemas de escrita já estava "desenvolvida", enquanto os demais estariam "atrasados" e não possuiriam uma cultura histórica.

Com essa visão, as nações europeias, já no século XVI, consideraram-se superiores às demais sociedades humanas e puderam justificar a conquista de povos, nações, reinos e até de continentes inteiros. Geralmente acompanhada de violência, exploração, escravização e extermínio físico e cultural, essa dominação foi, muitas vezes, apresentada como um "favor" aos povos submetidos e uma "missão" dos conquistadores, já que serviria para "melhorá-los", para "civilizá-los". A ideia de superioridade constituiu, além disso, uma base falsamente científica para a prática do racismo.

De forma mais radical, a exemplo do filósofo Friedrich Hegel (1770-1831), chegou-se mesmo a conceber que a África subsaariana, por exemplo, não tinha história. Segundo Hegel, em afirmação de 1830:

> A África não é uma parte histórica do mundo, não oferece qualquer movimento, desenvolvimento ou qualquer progresso histórico próprio. [...] O que entendemos propriamente por África é o espírito sem história, o espírito ainda não desenvolvido, envolto nas condições naturais
>
> HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Introdução à História da filosofia in Hegel – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 316-392

Museu de Etnologia, Berlim. Album/akg-images/Latinstock

▲ Representação de pássaro em relevo africano de bronze, de cerca de 1650. Benin, Nigéria.

Para Hegel, essa "África propriamente dita" correspondia à região além do Egito e ao sul do Saara, separada, portanto, da África mediterrânea do norte.

Estamos nos tempos da globalização, mas isso não significa que todos os grupos humanos estejam vivendo da mesma forma. Ainda existem, nas partes do mundo mais afastadas dos grandes centros urbanos, pessoas que vivem com pouca ou nenhuma tecnologia atual e de acordo com as permanências e recriações dos costumes e crenças de seus antepassados. Eles vivem em outro ritmo, e em outro tempo. Acreditar que suas referências cotidianas devem ser suprimidas ou "modernizadas" é desconsiderar sua história e suas culturas. Além disso, as populações das grandes cidades são formadas por pessoas de diferentes origens e referências culturais. Não existe uma cultura, mas sim culturas plurais e diversificadas.

Vivemos em um tempo de mecanização técnica. Lascar uma pedra para fazer uma ponta de lança ou trançar e tecer à mão, produzindo desde a fibra vegetal até o tingimento do tecido, são habilidades manuais que envolvem conhecimentos técnicos bastante específicos. Considerar essas práticas como atrasadas ou situá-las fora do contexto histórico significa dizer que elas não são suficientemente importantes. As técnicas e tecnologias não devem ser avaliadas e comparadas com juízos de valor, mas, sim, vistas como importantes testemunhos da vida material de diferentes povos, de suas modificações e adequações ao longo do tempo.

globalização: processo de integração econômica, social, cultural e política. É considerada a "terceira revolução tecnológica". Entre seus aspectos de maior impacto na atualidade estão o fluxo de informações em escala mundial (possibilitado principalmente pela tecnologia da informação como a internet, a televisão, o rádio) e a interligação de mercados mundiais.

Renato Soares/Pulsar Imagens

Há milênios, diferentes povos usam fibras naturais e técnicas específicas para fazer cestos e outros objetos de uso cotidiano. Na foto, de 2007, cestaria dos indígenas Kuikuru (MT).

predatória: que promove a destruição.

impacto ambiental: alterações sociais, econômicas e ecológicas no meio ambiente provocadas pelas atividades e ações humanas.

As sociedades "primitivas" (esse termo também se tornou depreciativo, mas significa "aquele que é o primeiro a existir, que coincide com a origem") eram capazes de produzir e preparar tudo o que necessitavam para viver com os recursos que a natureza lhes oferecia. Embora também tenham desenvolvido práticas predatórias, com impactos ambientais, podemos afirmar que esse convívio com o meio geralmente se fez de maneira mais harmoniosa e que a vida social e mítica integrava e incorporava os ritmos, seres e ciclos naturais.

Os órgãos indigenistas do governo brasileiro e as organizações não governamentais registram surtos de suicídio entre jovens indígenas, resultado de um longo processo de desestruturação cultural e de perda dos seus referenciais de identidade. Além disso, registram-se constantes mortes por epidemias, em razão do contato com as doenças "dos brancos". Outros problemas surgem ainda, neste cenário, como o acesso a drogas e bebidas alcoólicas e os conflitos fundiários. Fatos como esses nos fazem pensar: aquilo que poderia ser considerado "progresso" para algumas culturas se coloca para outras como retrocesso e destruição.

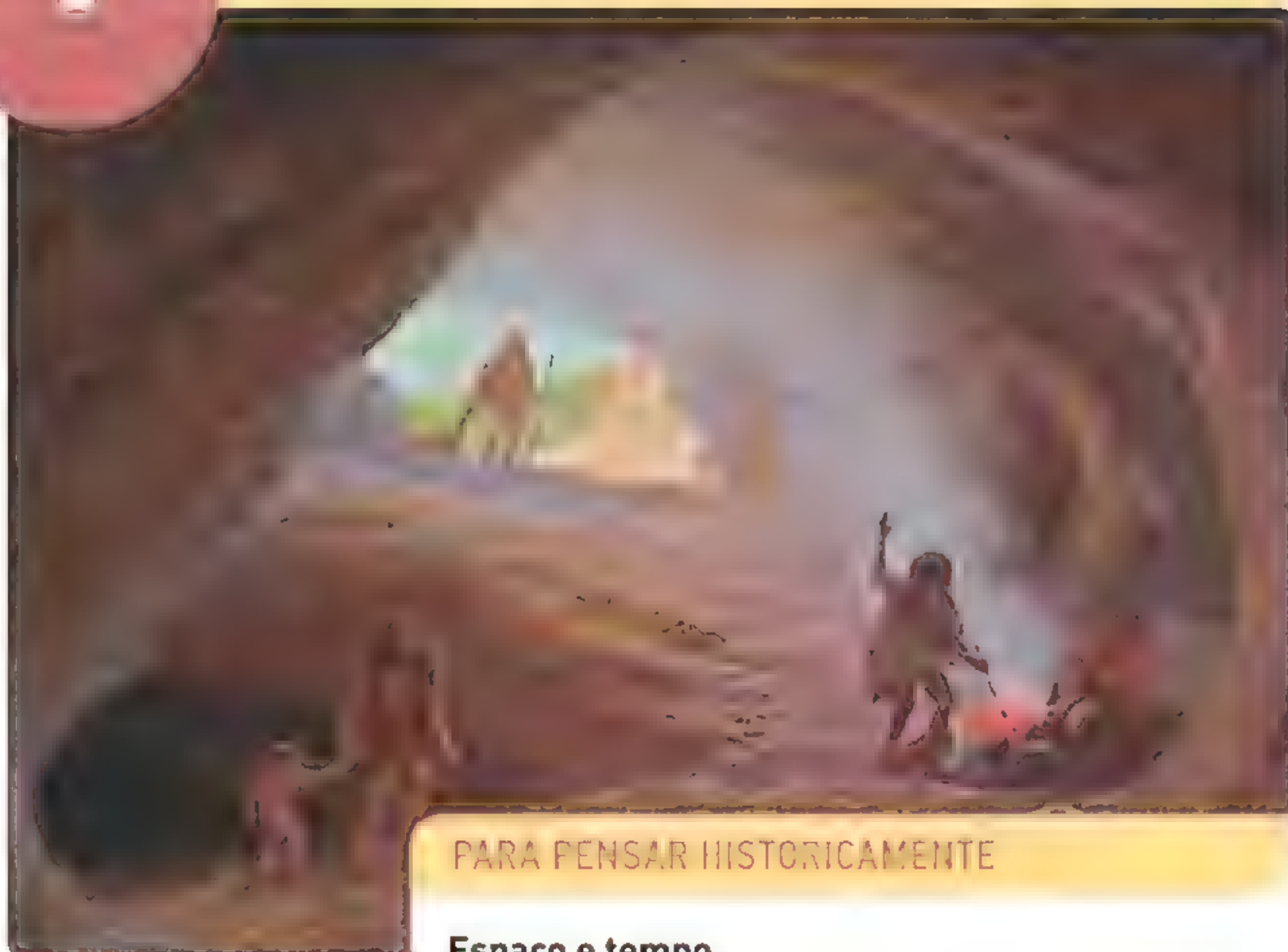
Ao estudarmos sociedades diferentes da nossa é importante nos mantermos abertos à compreensão de suas culturas, sem preconceitos ou julgamentos de valor. Afinal, se formos avaliar a sabedoria das sociedades europeias ocidentais, veremos que o "progresso" nem sempre significou "evolução" positiva e que a humanidade cria ameaças à sua própria existência no planeta. A destruição do meio ambiente, a produção da miséria, da fome e da violência, trocas pessoais baseadas na cultura do mercado e do consumismo, a constante ameaça das armas nucleares, entre outros desafios da atualidade, demonstram a necessidade de repensarmos nossos valores e nossa cultura.

Diz o historiador brasileiro Alfredo Bosi:

> O que estaria errado na "religião do progresso" não é, evidentemente, a justa aspiração que todos os homens nutrem de viver melhor, mas os hábitos de dominação que esse desejo foi gerando por via de uma tecnologia destrutiva e de uma política de violência. Em outras palavras: a sequência dos tempos não produz necessária e automaticamente uma evolução do inferior para o superior.
>
> BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 22.

Custódio

CAPÍTULO 1

Em busca de nossos ancestrais

Wilhelm Kranz/The Bridgeman Art Library/Getty Images

▲ Representação do século XIX, mostrando como poderiam ter se organizado os primeiros grupos humanos.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Espaço e tempo

O tempo e o espaço são dois elementos importantes no conhecimento histórico. Assim, pensar historicamente significa, entre outras coisas, localizar fatos no tempo e no espaço. Por isso, no decorrer da leitura do capítulo, procure responder: **onde** e **quando** os primeiros agrupamentos humanos ocorreram.

Considere que a concepção de tempo que usamos hoje e que explica a evolução dos primeiros grupos humanos não é necessariamente a concepção que esses grupos adotavam. Ao se "transportar" mentalmente para o passado e para lugares muito diferentes daquele em que você vive, é importante lembrar que, além das diferenças no tempo e no espaço, existem diferenças na maneira de ver, organizar e sentir o mundo.

Além disso, lembre-se sempre que a história é escrita e construída com base em diferentes versões e fontes. Como todo conhecimento científico, o que sabemos é válido enquanto não for refutado por novos estudos, novas descobertas e teorias. Esse aspecto é muito ressaltado no estudo dos primeiros grupos humanos. Descubra por quê.

ÁFRICA: NOSSO LUGAR DE ORIGEM

Os conhecimentos que temos sobre os primeiros tempos da humanidade vêm dos fósseis e objetos encontrados nas escavações paleontológicas, que ganharam maior impulso a partir do final do século XIX.

Os estudos dos vestígios deixados pela ação humana, obtidos em escavações arqueológicas, originam análises e teorias que serão confirmadas, aprimoradas ou negadas por descobertas e interpretações posteriores. Por eles, podem ser avaliadas as organizações sociais, as interferências humanas no meio ambiente e concepções das primeiras sociedades. Esses estudos abrangem vários campos das ciências como a geologia, filologia, antropologia, paleontologia, bioquímica e partem da análise de artefatos materiais (como instrumentos, fósseis, fragmentos cerâmicos, vestígios de alimentação) e dos contextos naturais e culturais onde estes materiais foram localizados (abrigos rochosos, cemitérios indígenas etc). Muitas vezes, esses artefatos são encontrados em fragmentos e em locais diferentes do seu contexto original, ou seja, de onde foram produzidos.

fósseis: vestígios petrificados de seres vivos de épocas remotas, que conservam características físicas essenciais

Paleontologia: ciência que estuda a vida de todos os organismos que viveram na Terra (animal, vegetal, a evolução primata-homem) e seu desenvolvimento no decorrer do tempo geológico. O paleontólogo investiga pisadas, fósseis ósseos, entre outros vestígios, reunindo conhecimentos biológicos e geológicos.

Arqueologia: ciência que estuda as culturas humanas do passado por meio de vestígios materiais, com o auxílio de disciplinas como a paleoantropologia, a biologia e a medicina

Filologia: ciência que estuda uma língua, literatura, cultura ou civilização sob uma visão histórica, com base em documentos escritos

Fabio Colombini

Fóssil de um pterodáctilo, réptil voador do período Jurássico com cerca de 200 milhões de anos, encontrado na Alemanha (foto de 2007).

Beronuas Cardoso/Folha Imagem

Fóssil de esqueleto humano datado de 10 mil anos. Parque Nacional da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, Piauí (foto de 2007).

Mas por que essas pesquisas ganharam intensidade nos últimos tempos? Porque foi necessário que os pesquisadores estivessem convencidos de que os seres humanos tiveram ancestrais biológicos. Isso só foi possível depois da assimilação do grande abalo no conhecimento científico causado pela publicação do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859. Antes disso, só havia explicações mítico-religiosas (bíblicas, no caso das civilizações judaico-cristãs; mitológicas no caso de povos africanos, indígenas, entre outros) para o surgimento da humanidade.

Charles Darwin (1809-1882): cientista inglês que propôs uma teoria da evolução das espécies segundo a qual as espécies evoluíram por seleção natural. De acordo com o darwinismo, ou evolucionismo, os seres vivos sofrem mutações genéticas; aqueles mais adaptados ao meio sobrevivem e deixam descendentes.

SOBRE EVOLUÇÃO

No século XIX, época de supremacia econômica europeia e da expansão imperialista, ganhou força a doutrina racista do filósofo inglês **Herbert Spencer**, conhecida como **darwinismo social**. Segundo Spencer, a Teoria da Evolução de Darwin podia ser perfeitamente aplicada à evolução da sociedade: assim como ocorria uma seleção natural entre as espécies, com o predomínio dos animais e das plantas mais capazes, ela existia também na sociedade: "A luta pela sobrevivência entre os animais correspondia à concorrência capitalista; a seleção natural não era nada além da livre troca dos produtos entre os homens; a sobrevivência do mais capaz, do mais forte, era demonstrada pela forma criativa dos gigantes da indústria, que engoliam os competidores mais fracos, em seu caminho para o enriquecimento".[1]

Deturpando as ideias de Darwin, que sempre evitou extrapolar os princípios do mundo animal e vegetal para as sociedades humanas, o darwinismo social foi utilizado como justificativa enganosa da superioridade de uns sobre outros nas sociedades europeias (ricos sobre pobres; vencedores sobre vencidos; dominadores sobre dominados), bem como entre sociedades distintas. Segundo essa lógica, haveria uma evolução histórica das civilizações em etapas, cabendo às sociedades europeias o estágio mais avançado, afirmando sua superioridade, a dos brancos, sobre os demais.

Michael Nicholson/Corbis/Latinstock

Charles Darwin.

Situando nossas origens

No centro-norte da África, na floresta tropical das imediações do Chade, hoje desérticas, foi encontrado o crânio fóssil do mais antigo hominídeo conhecido até agora, com idade entre 6 e 7 milhões de anos. Pertencia ao gênero *Sahelanthropus tchadensis* e foi batizado de Toumai. Na região que atravessa a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia foram encontrados outros fósseis de ancestrais humanos, como os do gênero *Australopithecus* (do latim *australis*, "do sul", e do grego *pithekos*, "macaco"), que viveu no continente desde pelo menos 4 milhões de anos atrás e se diferenciava de outros primatas pela dentição semelhante à dos humanos atuais, andar bípede e postura ereta. Também foram encontrados fósseis do gênero *Homo*, especialmente da espécie mais evoluída do *Homo habilis* (mais de 3 milhões de anos) e do *Homo erectus* (mais de 2 milhões de anos). Ali viveram, portanto, diversas linhagens paralelas de nossos ancestrais, que se entrelaçaram até o surgimento do homem moderno.

hominídeo: os primatas são divididos em prossímios e antropoides. Nestes últimos estão classificadas as famílias dos hominídeos (família humana) e a dos pongídeos (cujas espécies atuais são o gorila, o chimpanzé, o orangotango e o gibão).

GÊNERO E ESPÉCIE

No sistema tradicional de classificação biológica, os seres vivos são agrupados em gêneros, espécies e subespécies, conforme certas características. Assim, espécies que possuem um conjunto importante de características em comum formam um gênero.

No gênero *Homo* teria havido diversas espécies, entre elas o *Homo habilis*, o *Homo erectus* e o *Homo sapiens* (nossa espécie). As espécies teriam subespécies ou raças, como o *Homo sapiens sapiens*.

Essa classificação tem sido bastante discutida e sofre constantes alterações.

[1] BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1986. p. 9

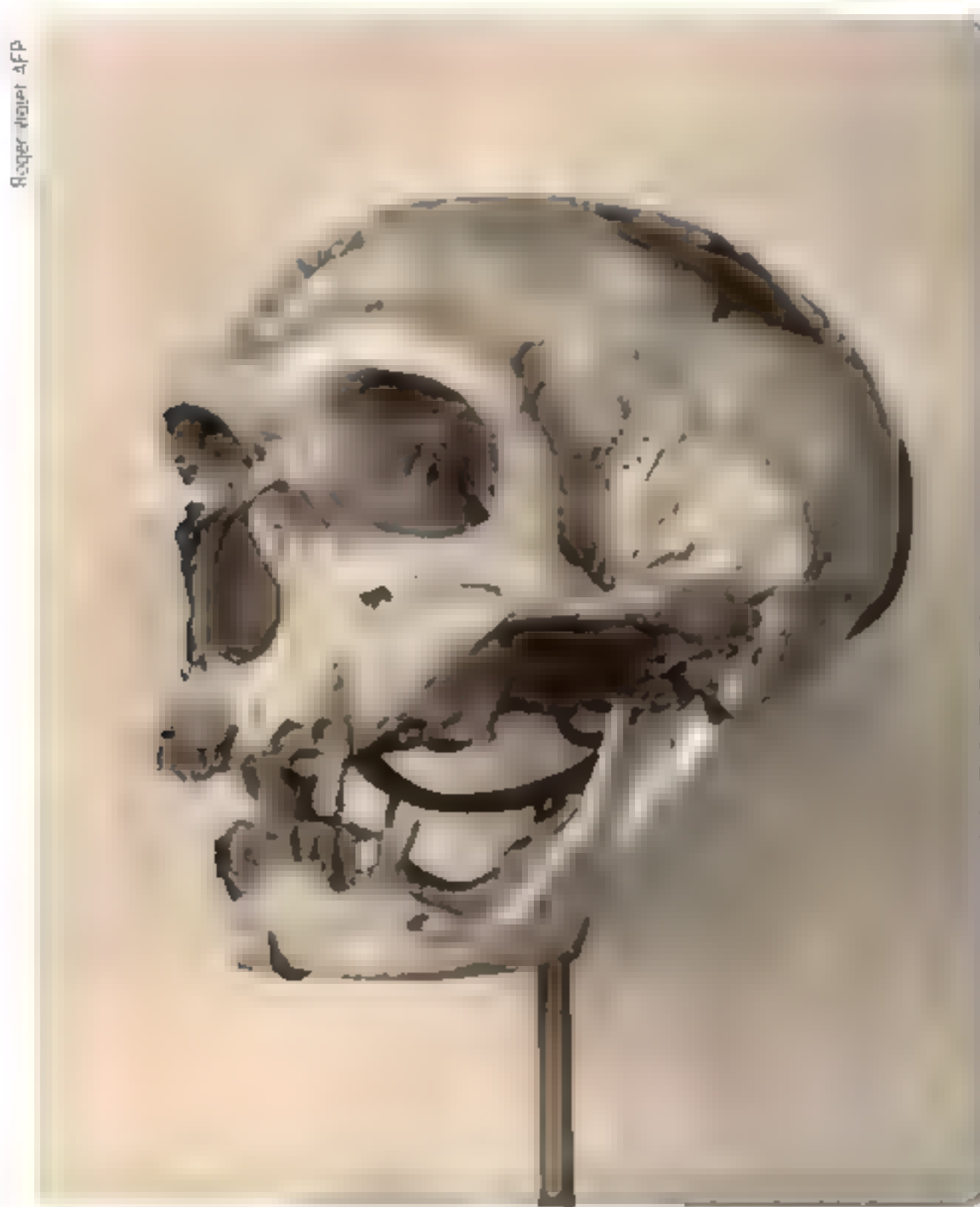
Uma das espécies de *Australopithecus* (entre as espécies registradas encontram-se os *afarensis*, *africanus*, *boisei* e *robustus*; os dois últimos são hoje em dia classificados como *Paranthropus*) era capaz de criar ferramentas e utilizar instrumentos rudimentares, conforme provam as evidências fósseis e os próprios instrumentos de pedra. Apenas os representantes do gênero *Homo* desenvolveram a linguagem e aprenderam a controlar o fogo. O *Australopithecus africanus* foi considerado o ancestral direto do gênero *Homo*, em especial da espécie *Homo erectus*, mas a descoberta de fósseis de hominídeos mais antigos que o *Australopithecus africanus* e que pertenceriam ao gênero *Homo* levantam duas hipóteses: a de que o gênero *Homo* se separou do *Australopithecus* antes do que se imaginava, ou os dois gêneros se desenvolveram de forma independente a partir de outro ancestral comum.

Alguns desses vestígios e outros do *Homo erectus*, posterior ao *Australopithecus*, foram encontrados especialmente no Quênia, na Etiópia e na Tanzânia (África); também em Java (Indonésia) e China. Do *Homo erectus* teriam evoluído o **homem de Neanderthal** (denominação dos fósseis encontrados desde 1856 na gruta de Neanderthal, perto de Düsseldorf, Alemanha), o **homem de Cro-Magnon** (denominação dos fósseis encontrados em 1868 em Cro-Magnon, Dordogne, na França) e a espécie humana atual (*Homo sapiens*) com todas as suas variações, em um processo ocorrido ao longo dos últimos 500 mil anos.

Existem fortes indícios de terem sido os descendentes do *Homo erectus* os primeiros a povoarem outros continentes, pois, até agora, já foram encontrados fósseis dessa espécie em várias regiões da Europa, em Java, na China, no Iraque etc.

O estudo da idade dos esqueletos de nossa espécie, *Homo sapiens*, e das marcas que os primeiros humanos deixaram levou os especialistas a concluir que o continente africano foi o berço da humanidade, e dali nossa espécie se espalhou por outros continentes: Ásia, Europa, América e Oceania.

Fósseis do homem moderno, conhecido como *Homo sapiens sapiens*, têm sido encontrados em diversas partes do mundo, mas alguns pesquisadores apontam como os mais antigos (até agora conhecidos) os da África, que datam de cerca de 160 mil anos, ao passo que os de outros lugares teriam menos de 100 mil anos. Entre esses achados africanos destacam-se os da África do Sul (da região de Klasies River Mouth) e os de Kanjera, no Quênia. Admitindo-se essa origem africana do homem moderno, acredita-se que, há cerca de 100 mil anos, indivíduos *Homo sapiens sapiens* empreenderam uma nova migração, dessa vez para todas as outras partes do mundo, suplantando ou incorporando outras linhagens.

Roger Viollet AFP

Crânio de homem de Neanderthal, do acervo do Museu Nacional de História Natural, localizado em Paris. Parte do DNA do *Homo neanderthalensis*, espécie extinta há cerca de 30 mil anos, foi sequenciada em 2006. Um grupo internacional de pesquisadores, sob a direção de Svante Paabo, estudioso do Instituto Max Planck de Antropologia Evolucionária, localizado em Leipzig, Alemanha, apresentou a descrição de 1 milhão de pares de base do DNA, o que permitiu conhecer as alterações genéticas, a transição dos hominídeos ao homem moderno e a separação das espécies, que teria ocorrido há cerca de 516 mil anos. Em outro estudo, apontou-se que o ancestral comum às duas espécies teria vivido há cerca de 706 mil anos. Calculou-se que 99,5% dos genomas são idênticos e as características primordiais de diferenciação para o homem moderno estão no 0,5% restante.

Ira Block/National Geographic/Getty Images

▲ Arqueóloga examina ossada humana recém-descoberta em localidade do Peru (foto de 2007).

Expansão humana a partir da África

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. FONTANA, Joseph. *Introducción al studio de la historia*. Barcelona: Crítica, 1999. p. 47.

Colaborando com essa versão, certas pesquisas genéticas, apoiadas em estudos de DNA, ressaltam "que todos os indivíduos investigados descendem de um só ancestral – de uma única Eva –, que viveu na África entre 143 mil e 285 mil anos"[2], tendo migrado para fora do continente e substituído as populações de *H. erectus* na Ásia e *H. neanderthalensis* na Europa. Trata-se da chamada **hipótese de origem única** ou **monogenismo**. As teorias da origem humana suscitam muitas divergências entre os estudiosos, assim como a determinação de rotas migratórias e de datas – quanto a essa última polêmica, há os que defendem, com base em pesquisas genéticas, ser de aproximadamente 500 mil anos a origem da "Eva africana".

[2] Conforme citado por HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 58.

Representação de Toumaï, da espécie *Sahelanthropus tchadensis*

Representação de Ardi, nome atribuído ao fóssil de uma fêmea com cerca de 1,20 metro que viveu há cerca de 4,4 milhões de anos na Etiópia, África. Da espécie *Ardipithecus ramidus*, Ardi foi encontrada em 1992 e até 2001 foi tratada como o mais antigo hominídeo, superando Lucy, a fêmea do gênero *Australopithecus*

Representação de Lucy, primeiro esqueleto quase completo de um *Australopithecus*, de 3 milhões de anos. Seu nome foi escolhido porque os arqueólogos estavam ouvindo a música *Lucy in the Sky with Diamonds*, dos Beatles, no momento da descoberta

Sahelanthropus tchadensis
(centro-norte da África)

Ardipithecus ramidus
(leste da África)

Australopithecus afarensis
(leste/sul da África)

6 A 7 MILHÕES DE ANOS

5,5 A 4 MILHÕES DE ANOS

4 A 3 MILHÕES DE ANOS

Representação de *Homo habilis*

Representação de *Paranthropus boisei*

Representação de *Australopithecus africanus*

Homo habilis
(leste da África)

Paranthropus robustus
(sul da África)

Paranthropus boisei
(leste da África)

Australopithecus africanus
(leste/sul da África)

2,5 MILHÕES A 1 MILHÃO DE ANOS

3 A 2 MILHÕES DE ANOS

Os *Homo ergaster* constituíram os primeiros hominídeos a deixarem a África. Fósseis foram encontrados no Oriente Médio e no Extremo Oriente (Homem de Java e Homem de Pequim). Indícios fósseis sugerem a manipulação do fogo com fogueiras de acampamentos há pelo menos 1,5 milhão de anos. O fóssil mais completo encontrado é o Menino de Turkana, ou, ainda, o crânio achado no Quênia, na África, datado de 1,5 milhão de anos

Representação de *Homo neanderthalensis*

Representação de *Homo erectus*

Representação de *Homo sapiens*

Homo erectus
(África oriental)

Homo ergaster
(África do Sul)

Homo sapiens
(savanas da África)

Homo neanderthalensis
(Europa e Ásia ocidental)

1 MILHÃO A 250 MIL ANOS

200 A 130 MIL ANOS

135 A 30 MIL ANOS

Representação de *Homo sapiens sapiens*

Representação de *Homo floresiensis*

Homo sapiens sapiens
(chegada à América do Sul)

Homo sapiens sapiens
(chegada à América do Norte, atravessando o estreito de Bering, entre o Alasca e a Sibéria, durante a última glaciação)

Homo floresiensis
(Indonésia)

Homo sapiens Cro-Magnon
(Oriente Próximo, norte da África e Europa)

50 A 12 MIL ANOS

100 MIL ANOS (APROXIMADAMENTE)

▸ Quadro do provável caminho evolucionário dos hominídeos desde o grupo dos *Sahelanthropus tchadensis* até o *Homo sapiens sapiens*, ao qual pertencem todos os atuais grupos humanos. Uma descoberta arqueológica de um esqueleto quase completo de uma mulher e restos ósseos de um grupo de indivíduos na Ilha das Flores, Indonésia, divulgada em outubro de 2004, provocou mais discussões sobre os primórdios da evolução humana. Ela revela que, entre 95 mil e 12 mil anos atrás, existiu outra espécie de hominídeo, o *Homo floresiensis*, de cerca de 1 metro de altura. A anatomia mistura características de *Australopithecus* e *Homo erectus* (extintas há 1,4 milhão e 200 mil anos respectivamente) com traços do homem moderno *Homo sapiens*, numa combinação que intriga os cientistas.

A VIDA EM GRUPO

Ao longo de seu processo de adaptação física ao meio, a espécie humana foi se tornando mais hábil com as mãos, aprendendo a utilizá-las como instrumento de trabalho. O desenvolvimento do cérebro favoreceu a capacidade de raciocínio, permitindo-lhe criar ferramentas que facilitavam suas atividades, como o preparo e o consumo de alimentos, e desenvolver sua criatividade, que, por sua vez, ampliou a cognição e o uso da capacidade cerebral.

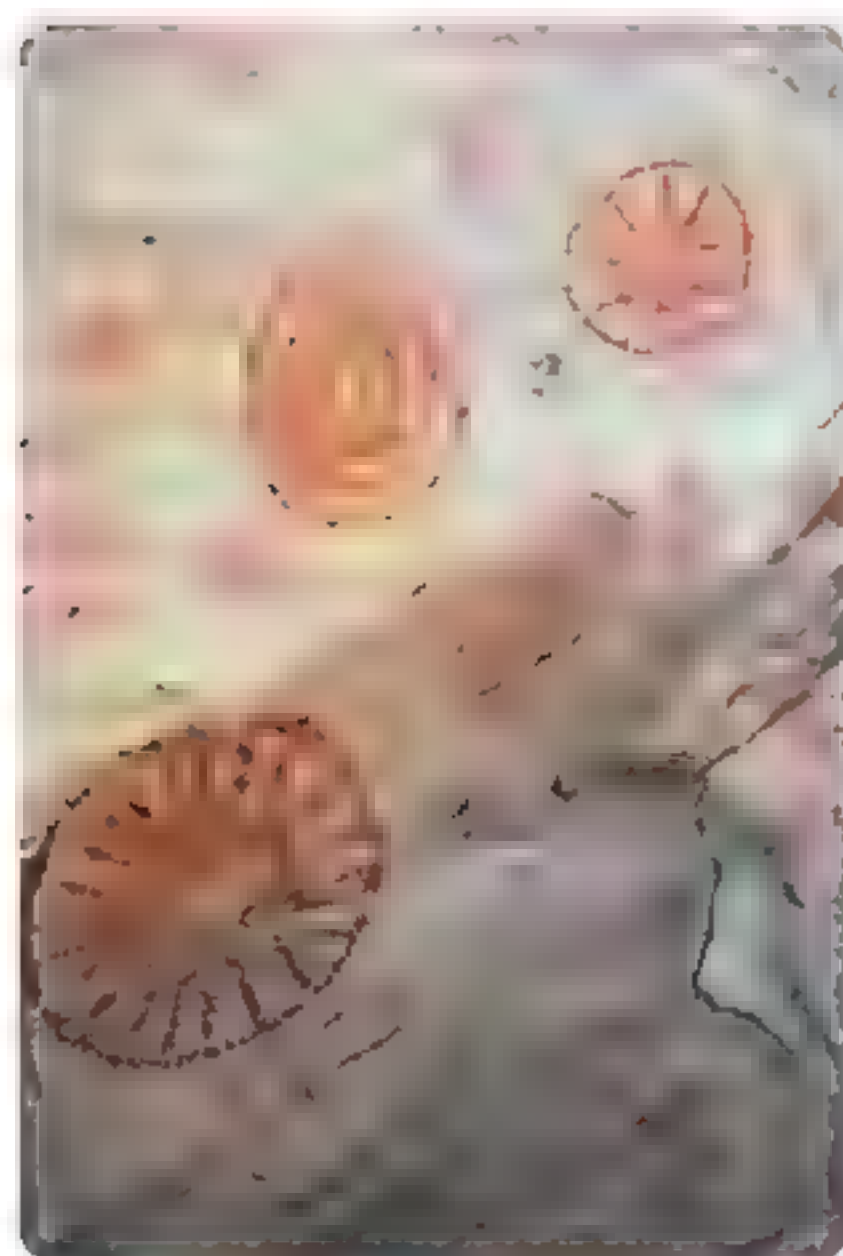
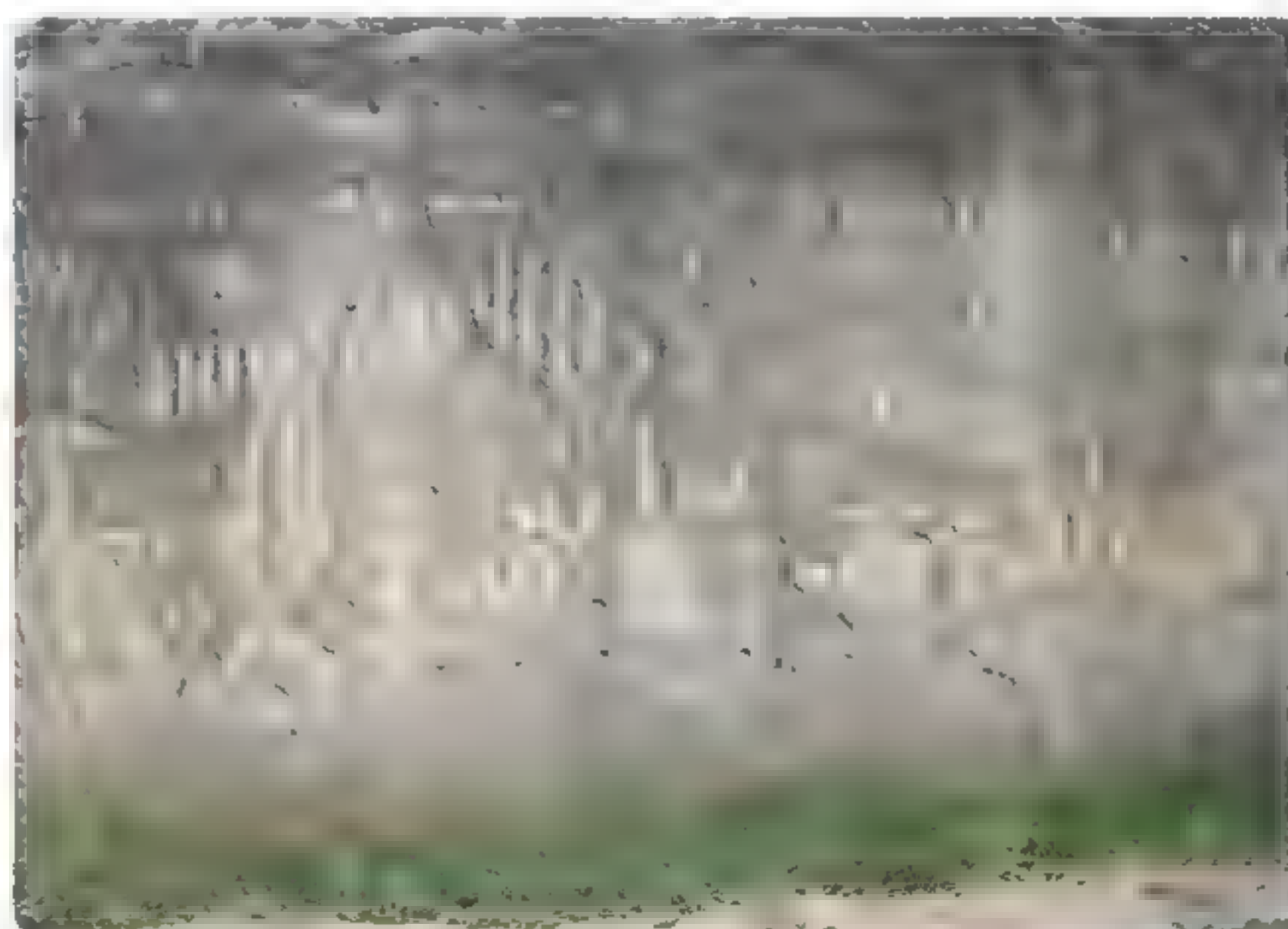
O exame dos instrumentos deixados pelos primeiros humanos foi um dos critérios adotados pelos estudiosos para estabelecer divisões em períodos.

Convencionou-se que o primeiro período foi o **Paleolítico**, ou **Idade da Pedra Lascada**, que se iniciou há aproximadamente 2,7 milhões de anos e se estendeu até 10000 a.C.

Os primeiros grupos humanos utilizavam instrumentos feitos basicamente de lascas de pedra, de ossos ou madeira. Dedicavam-se principalmente a retirar da natureza seus meios de sustento, pelas atividades da coleta, caça e pesca. O nomadismo, constante deslocamento na busca de novas áreas que lhe possibilitassem a sobrevivência, caracterizava a vida desses primeiros grupos humanos.

Há cerca de 40 mil anos, predominava a vida em bandos e a procura ou construção de habitações, como as cabanas feitas de gravetos e galhos de árvores, tendas de peles de animais ou cavernas. Em muitas dessas cavernas foram encontradas pinturas que reproduziam cenas cotidianas – as **pinturas rupestres**.

A arte rupestre testemunha uma grande conquista de nossa espécie, que é a capacidade de representar concretamente seu pensamento e suas observações. Essa capacidade está na base da linguagem. A própria escrita pode ser considerada uma "filha mais jovem" da arte, e em muitos idiomas, como o japonês, o desenho das letras é uma arte.

paleolítico: vem do grego e significa "pedra antiga".

Maurício Simonetti/Pulsar Imagens

Rubens Chaves

▲ A arte rupestre (rupestre = relativo a rocha) compreende pinturas e gravuras realizadas em fundos rochosos como abrigos, grutas ou lajeados e paredões a céu aberto. Podem ter sido pintadas com pigmentos minerais, como as encontradas em Serranópolis, em Goiás (foto à esquerda, de 2007), feitas há aproximadamente 11 mil anos. Outra variedade de arte rupestre é aquela gravada com auxílio de instrumentos de pedra, produzindo baixos-relevos, como os encontrados na Pedra do Ingá, na Paraíba (foto à direita, de 2007).

Evidências anteriores mostravam que o desenvolvimento da capacidade do *Homo sapiens sapiens* de se expressar por símbolos datava de aproximadamente 40 mil anos (inscrições e pinturas em rocha encontradas em grutas na França e Espanha). Contrariando essas evidências, foram descobertos fragmentos de argila com inscrições simbólicas no sítio arqueológico de Blombos, na África do Sul, datadas de 77 mil anos. Assim, até onde se sabe, desde essa época e cerca de 30 mil anos antes que o *Homo sapiens sapiens* chegasse à Europa, havia representações de arte, simbologia, pensamento abstrato e habilidades de aprendizagem, ou seja, cultura e inteligência, segundo os parâmetros do homem moderno.

O DOMÍNIO SOBRE A NATUREZA

O fim da última glaciação tornou possível a sedentarização humana, ou seja, a sua fixação à terra. Esse fenômeno climático, que alterou as formas de vida existentes no planeta, também estimulou a migração de animais e seres humanos para lugares onde houvesse abundância vegetal, levando-os a ocupar diversas regiões do globo.

GLACIAÇÃO

Na história da Terra ocorreram períodos de queda dramática de temperatura, entremeados por ligeiro aquecimento. Em conjunto, esses períodos de glaciação são denominados Era do Gelo, Idade do Gelo ou Era Glacial. A última glaciação terminou há cerca de 18 milhões de anos e calcula-se que tenha durado aproximadamente 52 milhões de anos, com temperaturas em torno de 50 graus negativos.

A fixação do ser humano em determinado lugar esteve associada à domesticação de animais e ao cultivo de plantas, que caracterizaram uma mudança profunda na história da humanidade. Essa mudança foi estabelecida lentamente por nossos ancestrais, e não aconteceu ao mesmo tempo em todo o planeta. Tradicionalmente conhecida como "revolução" neolítica ou agrícola, caracteriza o período denominado **Neolítico**, ou **Idade da Pedra Polida**, que se estendeu de aproximadamente 10000 a.C. a 4000 a.C. Outros grupos, porém, permaneceram nômades e adotaram outros modos de vida.

Como se deu o domínio da agricultura? O texto a seguir dá algumas informações e suscita reflexões a respeito de como os historiadores têm abordado essa questão desde o século XIX e como tem sido vista hoje.

Os historiadores acostumaram-se a separar a coleta e a agricultura como se fossem duas etapas da evolução humana bastante diferentes e a supor que a passagem de uma para a outra tivesse sido uma mudança repentina e revolucionária. Hoje, contudo, admite-se que essa transição aconteceu de maneira gradual e combinada. Da etapa em que o homem era inteiramente um caçador-coletor passou-se para outra em que começava a executar atividades de cultivo de plantas silvestres (limpava a terra, arrancava as ervas daninhas, aprendia a cultivar as plantas a partir das sementes) e de manipulação dos animais (reunião e proteção). Mas tudo isso era feito como uma atividade complementar da coleta e da caça.

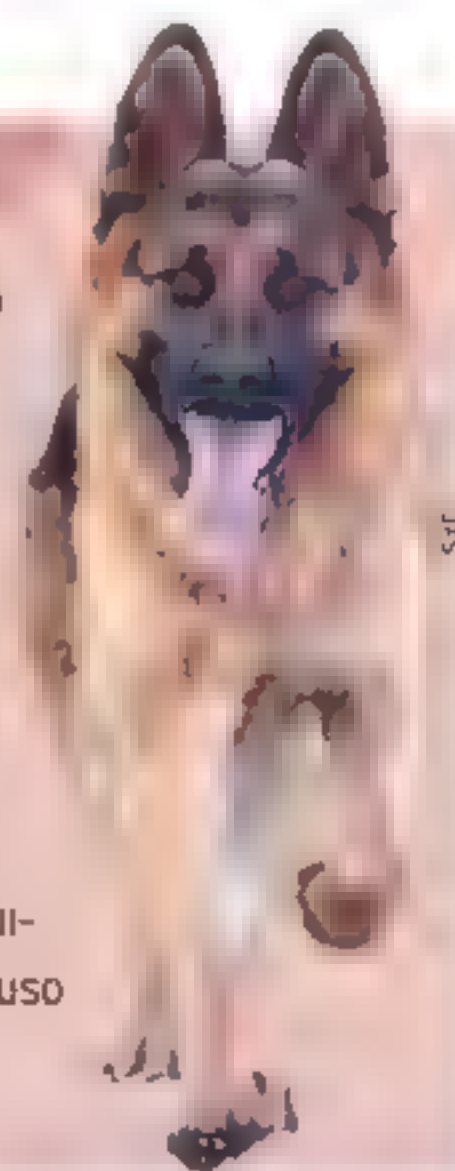
A passagem para a agricultura foi precedida da "domesticação" de plantas e animais – escolhendo as variedades mais interessantes para reproduzir e para cruzar mais adiante –, iniciando um processo de seleção artificial. Mas a domesticação não é mais que uma das condições da transição para a agricultura, que somente culminou quando se conseguiu obter uma dieta que proporcionasse todos os elementos nutritivos (cereais, carne e legumes) e que tornasse possível depender por completo do abastecimento de plantas e animais domesticados.

FONTANA, Josep. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Crítica, 1999. p. 90-1.

Considerando a historiografia atual, é possível afirmar que passar à agricultura e à pecuária como fonte principal de alimentação foi uma opção de vários grupos. Como consequência, esses grupos se sedentarizaram, geralmente em áreas férteis nas margens de grandes rios. Várias sequências de boas colheitas, com bastante alimentação durante longos períodos, levaram ao aumento da população, o que por sua vez demandou as mudanças na organização social do grupo.

No Neolítico, os homens aprimoraram o arco e a flecha e utilizaram largamente o fogo para cozinhar, espantar animais, iluminar as moradias e aquecer-se. Tornaram mais eficientes e sofisticados os instrumentos – de pedra polida – e passaram também a utilizar madeiras, tanto para a construção de moradias e canoas como para a fabricação de instrumentos de defesa.

O MELHOR AMIGO DO HOMEM

Foi provavelmente no Neolítico que teve origem a domesticação dos cães. Os seres humanos devem ter se aproveitado da proximidade de lobos (*Canis lupus*) interessados nos restos de comida e selecionado os mais adequados para ajudá-los na caça, pastoreio e guarda. Essa seleção artificial criou uma nova espécie, caracterizada por indivíduos muito diferentes entre si, conforme seu uso pelos humanos.

Em diversas regiões do continente africano, foram encontrados inúmeros vestígios desse período, como instrumentos de pedra lascada/polida, machados, serras, lanças, arcos e flechas, arpões, anzóis, pictografias, vasilhames de barro, redes etc. Tudo indica que a passagem das atividades de caça e coleta para as de produção de alimentos tenha acontecido bem cedo na região ao norte da Linha do Equador, provavelmente por volta de 8000 a.C., diferentemente do sul do Saara, onde a agricultura só se difundiu no início da Era Cristã.

Grandes mudanças climáticas ocorridas em todo o continente africano nos últimos milênios antes da Era Cristã também influenciaram fortemente o quadro histórico geral, em especial nas áreas que hoje denominamos Deserto do Saara. Tomando o deserto, que é o maior do mundo, como base, comumente são apontadas duas grandes sub-regiões do continente africano: a África Setentrional e a África Subsaariana.

Por volta de 6000 a.C., mais notadamente entre 2500 e 500 a.C., o clima começou a ter um progressivo ressecamento. Em consequência, enormes migrações foram se deslocando para o Norte, Sudoeste e Leste, abandonando a região [...]

Significativa parcela da população mais clara emigrou para o norte do deserto, dando origem à população mediterrânea, cuja língua (o berbere) estaria estruturada já por volta de 2000 a.C. Dela derivam os líbios, que ameaçaram o Egito faraônico; os habitantes do atual Marrocos; os ancestrais dos tuaregues do deserto etc.

A maioria da população negra, por sua vez, emigrou para o Sudoeste. Até hoje, na África Ocidental, grande número de povos (ussá, ioruba, ashanti) afirma descender de emigrantes vindos do nordeste do seu hábitat atual. As pinturas pré-históricas do maciço de Tassili (Argélia) representam máscaras quase idênticas às dos senufô da atual Costa do Marfim, assim como cerimônias ainda existentes entre os povos fulani que resistiram ao islã.

RODRIGUES, João Carlos. *Pequena história da África negra*. São Paulo: Globo, 1990. p. 18-9.

Hont_Lhote

▲ Pintura rupestre de cerca de 5500 anos em Tassili de Ajer, Deserto do Saara Central, centro-oeste da Argélia. Na época do Neolítico, a região era de clima mediterrâneo e de terras férteis, ricas em fauna e flora.

Ao sul do Saara prevalecem ainda hoje os descendentes dos primeiros agricultores, falantes de línguas relacionadas ao **banto**, denominação que designa uma origem linguística comum, possivelmente oriunda de um grupo de ancestrais africanos constituído nos últimos séculos antes de Cristo. Acredita-se que a origem do grupo banto esteja na região ao norte do Rio Congo, nas atuais áreas de Camarões e da Nigéria. Por muitos séculos, esse povo, que vivia da caça, pesca, domesticação de animais e agricultura de coivara e em permanente nomadismo, espalhou-se por áreas extensas da África Subsaariana.

Barbara Gindl, epa, Corbis, Latinstock

As figuras humanas (principalmente femininas) e os animais são temáticas bastante comuns nas esculturas das primeiras populações. A Vênus de Willendorf, que você vê ao lado, data de aproximadamente 25 mil anos atrás. Ela foi encontrada na Áustria e é feita de pedra calcária, trabalhada com ferramentas de pedra pontiaguda. ▸

Ao final do Neolítico, em algumas regiões do planeta, tornara-se generalizado o uso dos metais, com técnicas de fundição de cobre, ferro e bronze. Utensílios e armas foram aperfeiçoados, e essa época ficou conhecida como **Idade dos Metais**. Apesar da impossibilidade de estabelecer uma cronologia exata desses avanços, supõe-se que o bronze tenha sido utilizado em diversas áreas do Oriente já por volta de 4000 a.C., alcançando a Europa e o mundo mediterrâneo cerca de 2 mil anos depois.

Como vimos, o desenvolvimento técnico aplicado na agricultura possibilitou maior produção e um consequente aumento populacional. Alguns grupos familiares passaram a exercer domínio sobre outros grupos, gerando sociedades ampliadas. A necessidade de garantir a defesa e a produção em áreas relativamente extensas, habitadas por várias aldeias ou grupos familiares (as tribos), levou ao início da organização de Estados.

As grandes transformações ocorridas ao longo do período Neolítico mudaram radicalmente as formas de convivência humana em algumas regiões do mundo. A posse coletiva, que até então prevalecia nas comunidades, passou a coexistir com situações de posse privada: os instrumentos e o fruto do trabalho, antes pertencentes a toda a comunidade, agora se tornavam exclusivos de cada indivíduo, de famílias ou de grupos de famílias. Surgiram, nesse período, as primeiras organizações sociais, com a criação do Estado e o desenvolvimento da escrita – primeiramente, ao que parece, no Oriente Próximo, no Egito e na Mesopotâmia.

Oriente Próximo: nome que, antes da Segunda Guerra Mundial, era dado às terras mais próximas da Europa, estendendo-se do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico (veja o mapa da página 66)

ESTADO

O conceito de Estado é muito importante em História. Significa a autoridade própria que organiza uma sociedade, que define regras para a convivência do conjunto das pessoas submetidas a essa autoridade e que faz que as regras sejam cumpridas, valendo-se de um conjunto de instituições.

Períodos pré-históricos

PALEOLÍTICO →

Idade da Pedra Lascada
- coleta, caça e pesca
- nomadismo
- abrigos provisórios
- instrumentos de pedra, ossos e possivelmente madeira lascados
- bandos pouco numerosos

NEOLÍTICO →

Idade da Pedra Polida
- prática da agricultura e criação de animais
- sem nomadismo e sedentarismo
- moradias fixas
- instrumentos de pedra e de ossos polidos, cestaria e cerâmica

Idade dos Metais →
- metalurgia
- organizações sociais mais numerosas

ATIVIDADE

Tomando por base o esquema-resumo acima, elabore um texto diferenciando a vida dos grupos humanos nos períodos Paleolítico e Neolítico.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de imagem

→ Tendo em mente as informações estudadas neste primeiro capítulo, observe a charge e depois responda às questões abaixo no caderno.

Joaquín Salvador Lavado (QUINO)/Humor com humor se paga, N. 1. Dom Quixote. 1982

a) Na charge, a evolução humana é associada ao desenvolvimento de que tecnologia?

b) Qual é a crítica que a charge faz à ideia de progresso?

2 Análise de texto e imagem

→ Leia o texto abaixo, escrito pelo psicanalista Sigmund Freud por volta de 1920. Em seguida, observe com atenção a caricatura de Charles Darwin, publicada no periódico inglês *Fun*, em 1870.

The Granger Collection/Other Images

No decurso do tempo, a humanidade teve de aguentar, das mãos da ciência, duas grandes ofensas a seu ingênuo amor-próprio. A primeira foi quando percebeu que a Terra não era o centro do universo, mas apenas um pontinho num sistema de magnitude dificilmente compreensível. A segunda quando a pesquisa biológica lhe roubou o privilégio de ter sido criada especialmente, e relegou o homem a descendente do mundo animal.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Com base no texto, na sua leitura do capítulo e na observação da caricatura, responda:

a) O psicanalista Sigmund Freud está fazendo referência a qual pesquisa biológica?

b) Por que essa pesquisa teria ferido o amor-próprio da humanidade?

c) Na caricatura acima, Darwin é representado como um macaco ou como um híbrido de macaco e ser humano?

d) A imagem reflete corretamente as ideias de Darwin acerca da evolução humana? Explique.

3 Leitura de texto e reflexão

→ Depois de ler com atenção o texto a seguir, reúna-se com mais quatro colegas, discuta as questões que o acompanham e responda-as.

> *[...] aqueles dentre nós que pensam que somos humanos sentem total confiança em nossa identidade humana e em nossa capacidade de reconhecê-la em outros, mal paramos para nos congratular pela amplidão de nossas visões, sentindo a humanidade comum em espécimes de nossa espécie, apesar das diferenças de cor e cultura. Mas nosso conceito atual é um artifício recente: a maioria das pessoas na maioria das sociedades durante a maior parte da história teria sentido dificuldade de compreender a palavra "humano" ou encontrar um equivalente para o termo em sua própria linguagem, exceto como um modo de designar os membros do próprio grupo. Para essas pessoas, os outsiders pertenciam a alguma outra classe, alheia, junto com os animais ou os demônios. Os limites atuais do nosso conceito de humanidade não são óbvios e não são universais. Foram estabelecidos como produto de uma árdua e prolongada batalha no mundo ocidental para descobrir um modo de compreender a humanidade que abrangesse comunidades antes excluídas pelo racismo e pelo etnocentrismo, sem deixar de insistir numa distinção clara entre seres humanos e não humanos.*
>
> FERNANDEZ ARMESTO, Felipe. *Então você pensa que é humano? Uma breve história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 14.

a) De acordo com o autor do texto, o conceito de humanidade acompanhou a espécie humana desde o início da história? Explique.

b) No mundo ocidental, que obstáculos impediram, por muito tempo, o desenvolvimento do conceito de humanidade?

c) Tomando como base as informações oferecidas neste capítulo, você diria que as descobertas científicas favoreceram ou dificultaram a constituição do conceito de humanidade?

d) Que características podem ser apontadas como definidoras dos seres humanos e os diferenciam de outros animais?

Barbara Gindl/epa/Corbis/Latinstock

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 2 (p. 41 a p. 53)

Seguindo a orientação geral da obra, o capítulo apresenta informações a respeito das bases a partir das quais o conhecimento sobre o período de ocupação do continente americano foi elaborado. Nesse sentido, é possível chamar a atenção dos alunos para a relação determinante entre os achados arqueológicos e a fundamentação das hipóteses de diferentes pesquisadores.

A seção *Para pensar historicamente* apresenta norteadores de leitura que poderão ser retomados ao longo do capítulo, de forma a ajudar os alunos a construir o sentido do texto mantendo o foco em dois grandes eixos: as informações e conceitos a respeito da ocupação do território e as discussões teóricas que permeiam o conhecimento produzido sobre o assunto. As atividades propostas na seção *Para recordar*, além de promover a organização das informações centrais, objetivam também retomar os aspectos problematizados na seção inicial.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Texto de apoio

O que faz um arqueólogo?

Em busca de uma arca desaparecida que concederia poderes fantásticos, o arqueólogo Indiana Jones cruza desertos e enfrenta agentes nazistas que atravessam seu caminho. Com direção de Steven Spielberg, o filme *Caçadores da arca perdida*, que traz o ator Harrison Ford no papel de "Indy", foi sucesso de público em 1981 e vencedor de 5 Oscars no ano seguinte. O estereótipo da imagem do arqueólogo-super-herói criado pelo cinema norte-americano, e difundido por boa parte do planeta, pode ser rapidamente rebatido pela realidade vivida por um profissional da área. "As expedições arqueológicas são, na verdade, somente uma parte do trabalho do arqueólogo e, normalmente, acontecem apenas em algumas épocas do ano, quando as condições climáticas são mais propícias". A afirmação é da arqueóloga Tania Andrade Lima, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [...]

Atualmente, cerca de 95% dos arqueólogos do Brasil trabalham com arqueologia de contrato. Grande parte dos sítios arqueológicos são descobertos ao acaso, em meio a uma construção ou uma obra. Nesse caso, uma equipe de arqueólogos é contratada (daí o nome "arqueologia de contrato") para promover um salvamento do sítio, caso ele esteja em destruição iminente. Se não houver risco de destruição, o sítio deverá ser cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para posterior pesquisa. Então, entra o trabalho da arqueologia acadêmica. Na realidade, o profissional que trabalha por contrato passa mais tempo em expedições do que o arqueólogo acadêmico, justamente porque migra de um sítio ao outro.

Do campo ao laboratório

Em seu depoimento, Prous evidencia as dificuldades encontradas no trabalho de campo, seja por contrato ou realizando pesquisas acadêmicas. "O trabalho nos sítios não é fácil, você precisa ficar confinado, convive com um grupo limitado de pessoas muitas vezes por um longo tempo, se submete a variações climáticas. É preciso ser apaixonado pela profissão para ser arqueólogo."

Neves reclama da saudade enquanto está em expedição: "Eu adoro trabalho de campo, se eu pudesse passaria a vida no campo, mas é difícil por causa do distanciamento da família".

De acordo com Pedro Paulo Funari, do Departamento de História da Unicamp, o trabalho do arqueólogo pode ser dividido em quatro etapas: campo, processamento em laboratório, estudo e publicação.

Antes de ir a campo, o arqueólogo deve ter em mente o trabalho que irá realizar. Após realizada uma prospecção inicial, de superfície ou aérea, inicia-se o trabalho de escavação. "Usamos ferramentas normais de pedreiro e fazemos a escavação com as próprias mãos", afirma Neves. Durante as escavações, os materiais encontrados são registrados e descritos em fichas de campo. Numa fase posterior, o material é selecionado e apenas parte dele é levado para laboratórios específicos para que sejam estudados, analisados e, muitas vezes, comparados com o material encontrado em outros sítios.

Atualmente, as datações de todo material arqueológico encontrado no Brasil são feitas em laboratórios no exterior por meio de "testes cegos" (teste realizados em dois laboratórios diferentes para que os resultados possam ser comparados e, assim, mais precisos). Por isso, uma datação realizada por carbono 14 ainda é muito cara no Brasil.

"A datação não é Deus que te responde a idade de uma pedra, mas pode dizer, por exemplo, que um pedacinho de carvão foi queimado há mais ou menos 2500 anos", explica Neves. Datado

o material, cabe ao arqueólogo trabalhar o contexto do fóssil. "O arqueólogo tem que mostrar, por exemplo, no caso de um esqueleto encontrado, que o peixe do qual esse osso fazia parte morreu há tantos anos atrás, foi trazido para o sítio arqueológico porque foi pescado e consumido por uma comunidade. Os materiais que são datados estão no contexto de uma intervenção humana", conclui.

Por último, cabe também ao arqueólogo publicar o material trabalhado em catalogos de artefatos e fazer o relato da expedição que, muitas vezes, é publicado em algum periódico específico da área.

Disponível em: <www.comciencia.br/reprotagens/arqueologia/arq04.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2010

Comentários das atividades

Para recordar

O aluno pode compor o texto com informações variadas, conforme se apropriar do que foi oferecido pelo texto didático. Contudo, é importante que ele perceba que cada cultura que se desenvolveu no continente esteve associada à descoberta de estratégias para assegurar a vida dos seres humanos em ambientes particulares, com fauna e flora específicas. Ele deve perceber que, para se adaptar a diferentes ambientes naturais, os grupos humanos que povoaram o continente americano precisaram desenvolver diferentes estratégias de sobrevivência. Assim, os grupos que se estabeleceram no litoral criaram uma cultura baseada no consumo principalmente de peixes, crustáceos e moluscos, e desenvolveram conhecimentos de canoagem e pesca. Seus objetos rituais, feitos em pedra polida, estão associados a animais próprios da região, como peixes e aves. Os povos que se adaptaram às regiões de campo, por sua vez, aprimoraram as técnicas de caça a aves e de animais velozes, e a produção de instrumentos próprios para esse fim, como boleadeiras e flechas. Já aqueles que desenvolveram a agricultura, fabricaram peças de cerâmica e instrumentos de trabalho como mós e enxadas, muitas vezes decorando-os com motivos que remetem aos recursos mais importantes de sua região, como o milho na América Central.

Exercícios de História

1. Leitura e valorização do patrimônio histórico

a) A pesquisa arqueológica realizada na Amazônia nos permite conhecer as soluções encontradas ao longo dos séculos pelas populações pré-históricas que viveram na região, absorvendo seus conhecimentos e os adaptando às necessidades atuais.

b) Porque existe no Brasil uma tendência a se enxergar o passado como algo morto, sem vínculo com o presente e sem relação com experiências e necessidades atuais.

c) A pesquisa arqueológica tem feito consideráveis progressos no Brasil na última década e além de terem ocorrido descobertas importantes, iniciativas para a preservação de nosso patrimônio arqueológico têm sido tomadas. É possível discutir com os alunos os resultados das pesquisas, ajudando-os a perceber as vantagens advindas desses avanços. Pode-se também comentar sobre o crescimento do turismo arqueológico no Brasil. Para a realização dessa pesquisa, recomenda-se consultar *sites* de fundações, de órgãos governamentais e de revistas eletrônicas, como a do Cnpq. Há também publicações de qualidade disponíveis nas bancas de jornal, como as revistas *Pesquisa FAPESP, Ciência Hoje* e *Scientific America*.

2. Leitura e reflexão

a) Daniel Munduruku define cultura como o conhecimento gerado pelo domínio do homem sobre a natureza, que foi se transformando e aperfeiçoando ao longo de sua passagem de uma geração a outra. No decorrer desse processo, cada povo, cada cultura, foi desenvolvendo características próprias que o diferenciam de outros povos.

b) As populações que habitaram no passado o território do Brasil atual encontraram ambientes diferentes uns dos outros, que lhes impunham desafios diversos, para os quais precisaram desenvolver soluções específicas. Sendo o território brasileiro vasto e marcado pela diversidade natural, era de se esperar que também as culturas desenvolvidas ali fossem igualmente variadas e diversas.

c) A questão pode despertar um interessante debate. Alguns alunos poderão considerar que o contato com os europeus descaracterizou as culturas nativas e levou várias delas à extinção. Outros podem avaliar que esse contato impulsionou transformações no interior das culturas indígenas, mas não sua descaracterização, uma vez que a preservação de uma cultura não significa sua imobilidade.

3. Interpretação de uma letra de música

a) A civilização e a cultura são tomadas, na canção, como fatores exógenos à vida do "eu lírico", capazes de destruí-lo. Essa destruição implicaria a perda da autonomia e da identidade ("contanto que me deixem/ ficar na minha/contanto que me deixem/ficar com minha vida na mão").

b) Todas essas são manifestações da cultura popular, uma vez que estão ligadas a tradições e conhecimentos construídos ao longo do tempo e transmitidos de uma geração para outra.

Endereços eletrônicos

Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato, Piauí. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/fundacao.html>. Acesso em: 23 mar. 2010.

Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://muarq.ufms.br/>. Acesso em: 23 mar. 2010.

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana. Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/> Acesso em: 23 mar. 2010.

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.mae.usp.br> Acesso em: 25 ago. 2009

Museu de Arqueologia e Etnologia. Salvador, Bahia. Disponível em: <www.mae.ufba.br/> Acesso em: 23 mar. 2010

Museu Arqueológico de Xingó. Canindé de São Francisco, Sergipe. Disponível em: <http://max.org.br/> Acesso em: 23 mar. 2010.

Museu do Homem Americano (PI). Disponível em: <www.fumdham.org.br/museu.asp> Acesso em: 25 ago. 2009.

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/> Acesso em: 23 mar. 2010

Sugestões de leitura para os alunos

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. *Os primeiros brasileiros*. Rio de Janeiro: Record, 2000

GUARINELLO, Norberto Luís. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994

Aproveite o momento para discutir os conceitos de cultura erudita, cultura popular e identidade cultural.

4. **Observação, associação e dedução**

a) No primeiro, polimento da pedra; no segundo, perfuração das conchas e amarração delas com algum tipo de fio; no terceiro, modagem e preparo da argila.

b) O primeiro pode ter sido usado como objeto ritualístico; o segundo pode ter sido usado como adorno, possivelmente associado a alguma função mágica ou significado simbólico, e o terceiro, como objeto utilitário.

Essa atividade é importante por retomar, em um contexto prático, como o arqueólogo produz conhecimento a partir de artefatos encontrados. O momento da socialização das respostas pode ser propício à sistematização dos conteúdos abordados no capítulo e favorecer a ressignificação de conceitos ligados à produção de conhecimento científico nas Ciências Humanas.

Questões & testes

Capítulo 1

Enem

1. B; 2. E; 3. B

Vestibulares

4. Resposta pessoal dos alunos. É importante discutir com eles a influência do presente sobre o trabalho do historiador e o seu papel na atualidade.

5. VVFV; 6. C; 7. B; 8. A

Capítulo 2

Enem

9. B; 10. E; 11. E

Vestibulares

13. A; 14. C

12. Afirmar que o início da história do Brasil se deu em 1500 com a chegada dos portugueses, implica ignorar o passado ameríndio brasileiro, sendo, portanto, uma visão claramente eurocêntrica. Lembremos que os portugueses encontraram no Brasil aproximadamente 5 milhões de indígenas. Assim, afirmar que a história do Brasil se iniciou com os portugueses significa, acima de tudo, tirar desses povos o direito à existência. As comemorações dos 500 anos do Brasil foram marcadas por um caráter festivo e popularesco, encobrindo aspectos desagradáveis da nossa história, como o genocídio indígena ou o preconceito racial.

Olimpíadas da Unicamp

15. B

Veja atividades complementares no *site* <www.scipione.com.br/hgb/>.

anotações

CAPÍTULO 2

A ocupação do continente em que vivemos

João Prudente/Pulsar Imagens

▲ Arte rupestre localizada no sítio arqueológico Lajedo de Soledade, no município de Apodi, no Rio Grande do Norte. Essas pinturas datam de, aproximadamente, 3 a 10 mil anos atrás (foto de 2008)

Rogério Reis/Pulsar Imagens

▲ Pintura rupestre no sítio arqueológico Pedra Pintada, em Minas Gerais (foto de 2009)

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Ocupação e cultura

Quando e como o território americano foi ocupado? Que sociedades se desenvolveram nas terras do continente em que vivemos?

Neste capítulo, você irá percorrer parte dos movimentos migratórios das populações que se fixaram nas Américas e acompanhar algumas características culturais dos povos que aqui se desenvolveram.

A diversidade de hábitos, atividades, organizações sociais, costumes, artefatos materiais e paisagens geográficas é uma marca dessas sociedades. Observe a importância dos estudos arqueológicos e das ciências auxiliares ao possibilitarem a datação, o mapeamento genético e a recuperação da vida cotidiana desses primeiros agrupamentos humanos em nosso continente.

DESCOBRINDO CAMINHOS

Foi provavelmente por causa das glaciações que grupos humanos paleolíticos chegaram ao continente que chamamos atualmente de América, abandonando suas regiões de origem, há dezenas de milhares de anos. Não há consenso entre os estudiosos sobre a data aproximada da chegada humana ao continente americano. As divergências não são pequenas: alguns afirmam que ela ocorreu há cerca de 20 mil anos; para outros, em torno de 50 mil ou perto de 100 mil anos atrás. E a polêmica envolve as possíveis rotas de chegada dos primeiros grupos humanos.

A diversidade de características biológicas e linguísticas entre os nativos da América reforça as hipóteses de que o povoamento inicial do continente americano tenha se dado a partir de, pelo menos, dois caminhos migratórios de caçadores-coletores: do norte, pelo estreito de Bering, teriam vindo grupos asiáticos (a rota mais provável); e, do sul, pelo Oceano Pacífico, teriam chegado habitantes da Austrália e das ilhas polinésias (rota menos aceita no meio científico). Observe o mapa abaixo.

Hipóteses da chegada dos grupos humanos à América

- *Ardipithecus ramidus*
- *Australopithecus afarensis*
- *Australopithecus africanus*
- *Homo erectus*
- *Homo ergaster*
- *Homo floresiensis*
- *Homo habilis*
- *Homo sapiens*
- *Homo sapiens sapiens*
- *Paranthropus boisei*
- *Paranthropus robustus*
- *Sahelanthropus tchadensis*

Adap. BRANCATI, Antonio. *I popoli antichi 1*. Firenze: La Nuova Italia, 1997. p. 29.

Considerando a hipótese de que a ocupação humana da América do Norte se iniciou há pelo menos 20 mil anos, ela teria se estendido para o sul da América, em direção à Patagônia, antes de 10 mil anos atrás.

Os estudiosos consideram que os primeiros grupos humanos teriam percorrido pelo menos três caminhos para chegar à região que viria a ser o território brasileiro. Esses grupos teriam saído do litoral das atuais Colômbia e Venezuela e chegado à Amazônia; ou atravessado os Andes (em latitudes mais baixas); ou então entrado pelo litoral, seja vindo da Patagônia pelo Oceano Pacífico em direção ao norte, seja partindo do Caribe e entrando pelo litoral nordestino em direção ao Atlântico Sul.

Verifica-se, etnicamente, a existência de dois grandes grupos. O que chegou mais cedo se assemelha mais aos negros africanos e aos aborígines da Oceania. A esse grupo pertence o esqueleto feminino que, reconstituído com técnicas especiais, foi batizado de *Luzia*. O outro grande grupo, posterior, se parece mais com os asiáticos, e está na base da composição étnica da maior parte dos grupos indígenas atuais das Américas.

▲ Face reconstituída de Luzia, com base nos vestígios ósseos do crânio com cerca de 11 mil anos encontrados pela missão arqueológica desenvolvida por franceses e brasileiros na década de 1970, na região de Lagoa Santa (MG).

EXTRAINDO INFORMAÇÕES DO CHÃO

A arqueologia é a ciência que fornece as principais informações sobre os hominídeos que antecederam o *Homo sapiens* e sobre os grupos humanos já desaparecidos, tivessem eles ou não conhecimento da escrita. Essa ciência procura vestígios materiais da ação humana, que podem ser desde lascas de madeira queimada, ossos humanos ou peças de cerâmica até grandes construções. Os arqueólogos estudam os objetos encontrados, na tentativa de obter informações sobre quem os criou e usou; para isso, contam com vários métodos de análise, como a estratigrafia, a datação pelo carbono-14 e a análise de DNA.

Estratigrafia – Estudo da sequência das camadas de terra, que vão se sobrepondo com o passar do tempo. De acordo com o local, a posição e a profundidade em que cada objeto ou resto humano foi encontrado, o estudo de estratigrafia calcula há aproximadamente quanto tempo aqueles vestígios estão ali e de que modo estão relacionados a outros achados na mesma camada ou em outras.

Decaimento do carbono-14 – Cálculo da idade de um fóssil (de vegetal ou animal), medindo sua quantidade de carbono-14. No processo de fotossíntese ou no metabolismo, os animais e os vegetais captam da atmosfera certa quantidade do isótopo carbono-14, que passa a fazer parte de seus tecidos. Quando o ser morre, esse elemento captado vai se dissipando. Comparando-se a quantidade de carbono-14 de um fóssil com a quantidade que um ser vivo teria, é possível calcular sua idade com relativa precisão.

Análise de DNA – Recuperação e análise do código genético de fósseis. A recuperação e o estudo do DNA de ossos e outros tecidos que se decompõem mais lentamente abriram novas possibilidades de investigação para a arqueologia. Com técnicas recentemente descobertas, copiam-se fragmentos de DNA de restos mortais bastante antigos, graças à recuperação de DNA de ossos e dentes bem conservados. Com isso, pode-se entender a evolução do *Homo sapiens*, rastrear a trajetória das migrações mais antigas e investigar a origem de plantas e animais domésticos.

Arqueólogo trabalha em escavação de peças conhecidas como os guerreiros chineses de terracota, de mais de 2 mil anos atrás, em Shaanxi, na China, em 2009.

DIVERSIDADE DE CULTURAS

Quaisquer que tenham sido as rotas, os dados sobre esses primeiros povoadores são normalmente agrupados de acordo com a ocupação de regiões geográficas distintas. Pesquisas arqueológicas têm demonstrado que a América contou com civilizações que desenvolveram técnicas de agricultura, metalurgia e engenharia, além de sistemas de escrita, arte, organização social e política. Entre as sociedades americanas com o maior número de artefatos descobertos e preservados estão as da Mesoamérica, que se desenvolveram a partir de 1200 a.C., e as da região andina central, após 300 a.C.

Mesoamérica: região do continente americano que compreende, aproximadamente, o sul do México e os territórios da Guatemala, El Salvador, Belize e parte da Nicarágua, Honduras e Costa Rica.

Região andina central: refere-se à região da Cordilheira dos Andes. As civilizações andinas habitaram principalmente a região próxima da Linha do Equador, atravessando os atuais territórios de Peru, Bolívia e Chile.

OS POVOS PRÉ-COLOMBIANOS

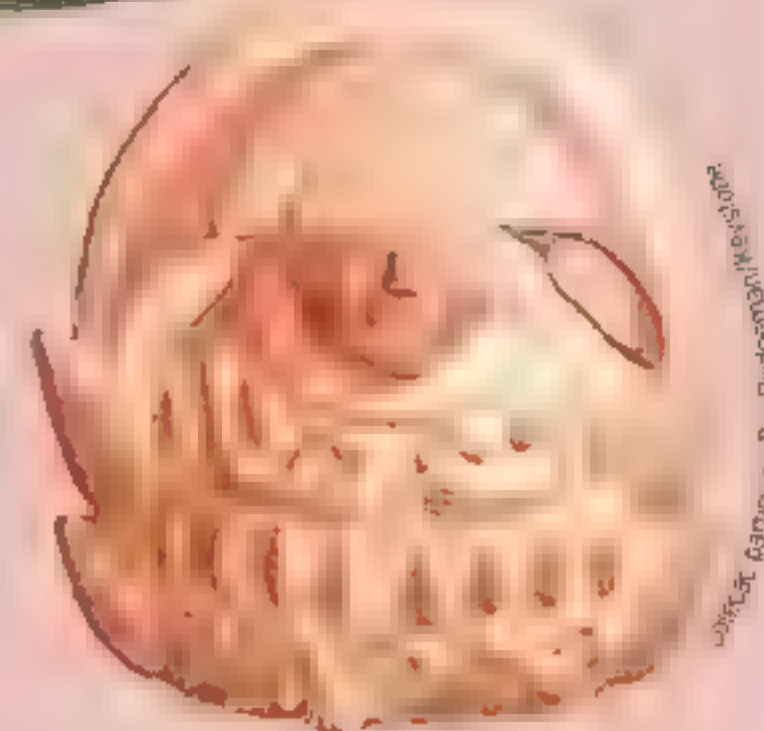
O período pré-colombiano nas Américas se refere ao período antes do encontro das populações nativas com os europeus. Entre as civilizações que mais se destacaram estão as desenvolvidas pelos povos incas, astecas e maias. O auge da civilização inca ocorreu no século XVI, com a formação do maior império já existente nas Américas e o domínio de cerca de 10 milhões de pessoas. De acordo com as teorias mais recentes, seus ancestrais eram caçadores que fizeram a travessia da Ásia para o Alasca, ocuparam a região andina central e tornaram-se agricultores sedentários, com a domesticação de animais e o domínio agrícola. A rica cultura inca é revelada em aspectos como: arquitetura, politeísmo, metalurgia, arte cerâmica, organização política e social, tradições agrícolas e alimentares, como o plantio e consumo da batata, do milho e cereais nativos, como a quinoa.

Os maias surgiram por volta de 700 a.C., entre a América do Norte e a América Central. Por volta de 300 d.C. ocupavam as regiões dos atuais territórios do México, de Honduras e da Guatemala. Os astecas viveram inicialmente no noroeste do atual território mexicano e por volta do século XIV ocuparam o planalto central do México. Dedicaram-se às práticas de guerra e ao desenvolvimento de técnicas próprias de cultivo do milho.

Museu Antropológico, México/Gianni Dagli Orti/The Art Archive/Other Images

Xilonen, deusa asteca do milho, c. 1500

Deus inca da agricultura, decorado com milho e abóbora, século XVI.

[illegible], Ganahuar, The Bridgeman/Keystone

O milho era considerado um alimento sagrado e foi a principal fonte de subsistência para os povos pré-colombianos, sendo também utilizado em trocas comerciais.

Antes da chegada dos europeus, a América do Norte também era ocupada por centenas de grupos nativos, falantes de mais de 300 línguas diferentes. Entre os mais lembrados que povoaram o território desde o Atlântico até o Pacífico, estavam os cherokees, iroqueses, comanches e apaches. Alguns nomes de regiões norte-americanas foram herdadas de alguns grupos, a exemplo de Iowa, Dakota, Illinois, Missouri, Massachusetts, entre outros. Como em outras regiões do continente, a chegada do europeu trouxe confrontos, dominação e novas doenças, como o sarampo e a gripe, causando epidemias com milhares de vítimas. Por séculos de colonização e expansão dos brancos de origem europeia, houve uma progressiva diminuição da população de origem nativa, e só recentemente ocorreu uma reversão, voltando a crescer.

Roger Viollet/AFP

Nativo norte-americano em fotografia de Edward S. Curtis, de 1923. Embora os registros de Curtis sejam considerados importantes por terem preservado visualmente costumes, hábitos, vestimentas, entre outros aspectos culturais dos nativos norte-americanos de fins do século XIX e início do XX, alguns críticos apontam que algumas de suas imagens trazem o predomínio de indígenas aculturados e não revelam a diversidade cultural e do ambiente natural desses povos.

Os primeiros agrupamentos humanos das Américas tinham como base de subsistência a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes e, em alguns casos, atividades agrícolas. Os registros mais antigos dessas sociedades na região do atual Brasil podem ser encontrados nos sítios arqueológicos do Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí, na Toca da Esperança, na Bahia, e em Lagoa Santa, em Minas Gerais.

Palê Zuppani/Pulsar Imagens

▲ Vista do sítio Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI). Foto de 2010.

As pinturas rupestres encontradas no atual Piauí, no município de São Raimundo Nonato, foram datadas por alguns especialistas em mais de 12 mil anos, enquanto as pedras lascadas e os restos de fogueiras, supostamente deixados por grupos humanos, foram estimados em mais de 50 mil anos. Essas datações foram contestadas por outros estudiosos, por considerarem que esses vestígios poderiam ser resultado de raios (como as madeiras queimadas), quedas de blocos de rocha e outros fatores naturais. Esses estudiosos estimaram datas bem inferiores, abaixo de 30 mil anos.

Os artefatos de caça, de fósseis e pinturas rupestres registrados para os primeiros grupos humanos habitantes do atual território brasileiro indicam a caça de grandes animais e a existência de uma vida grupal em cavernas. Os grupos de caçadores-coletores estiveram presentes em quase todo o território.

Ao sul, nos atuais territórios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi definida uma tradição denominada arqueologicamente **Humaitá**. Fazem parte dessa tradição grupos de caçadores-coletores dedicados à pesca, à caça e à coleta de raízes, moluscos e frutos silvestres, e à fabricação de objetos de pedra lascada e polida. Os registros mais antigos encontrados em Santa Catarina são vestígios de fogueiras datados de mais de 8 500 anos.

A descoberta de fragmentos de cerâmica no vale do Rio Canoas, em Santa Catarina, indica resíduos de milho com datação entre cerca de 340 anos até 4 mil anos atrás. O que essa descoberta significa? Trata-se de uma evidência do cultivo de milho, do sedentarismo e de organizações sociais diferentes do nomadismo dos caçadores-coletores. Esses povos seriam agricultores há mais de 4 mil anos.

Para a região Sul também são classificadas as tradições **Umbu** (cerca de 6 700 anos, caçadores-coletores dedicados à fabricação de instrumentos de caça) e **Itararé** (cerca de 1 500 anos, agricultores, construíam casas subterrâneas).

Já os vestígios da tradição sulista denominada **Taquara** foram localizados no Planalto Meridional, e compreendem principalmente cerâmicas datadas de 5 mil a 300 anos. Também com datação de cerca de 5 mil anos, são encontrados vestígios de povos pescadores e coletores (sambaquianos), os **sambaquis**. Alguns sambaquis atingem 10 metros de altura. Por meio da análise das camadas de matéria orgânica e inorgânica, é possível estudar os dados da vida material e cotidiana, como a base alimentar dessas populações.

tradição: termo usado pela Arqueologia para indicar um conjunto de práticas e técnicas de povos antigos que tenham características comuns, que persistem ao longo do tempo e são registradas em determinada região ou contexto geográfico, como características da produção de cerâmica etc. No Brasil, por exemplo, existem várias tradições, cada uma recebendo um nome diferente.

Planalto Meridional: banhado pelos rios Uruguai e Paraná, recobre a maior parte do território da região Sul do Brasil.

sambaquis: do tupi *samba*, que significa "marisco", e *ki*, "amontoamento". Montes de conchas, esqueletos de peixes, pontas de flechas, machados, cerâmicas e materiais orgânicos que passaram por um processo de fossilização química em decorrência das chuvas e ações do tempo. Localizam-se principalmente no litoral do Sul do país.

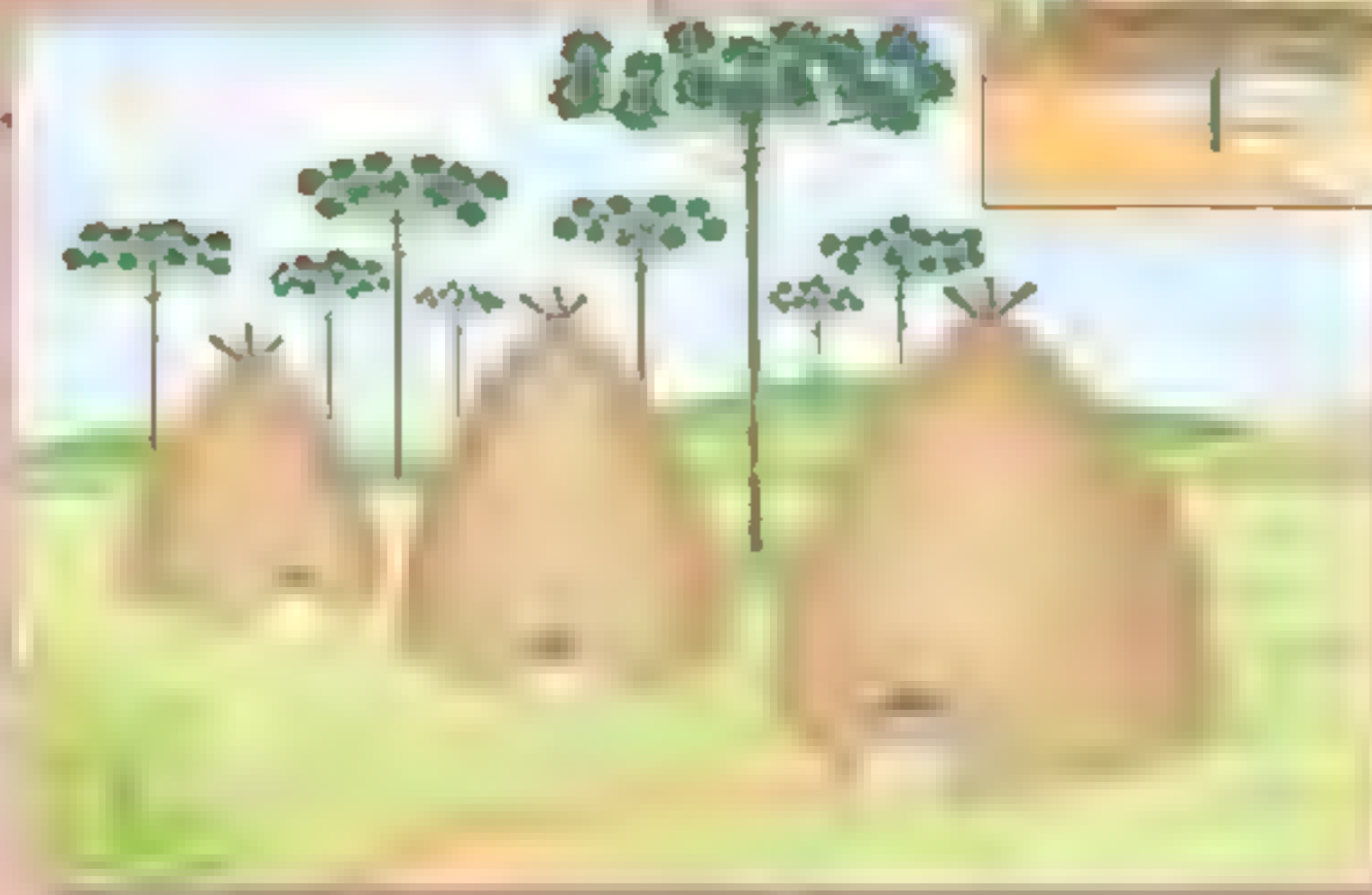
XOKLENG

No início da nossa era, os caçadores e coletores que até então tinham habitado o planalto do Brasil Meridional foram substituídos por populações de agricultores cuja economia repousava sobre o cultivo do milho e a exploração dos pinheirais típicos dos planaltos do Sul do país. Além de instalar suas aldeias a céu aberto, esses novos grupos indígenas abriam grandes poços de até mais de dez metros de diâmetro no solo, para serem usados como residências – provavelmente sazonais – ou armazenar os pinhões. Esse fruto, extremamente abundante na região, podia ser guardado durante meses e sabemos que, no século XIX, os pinhões participavam da base alimentar das populações Xokleng. A essas "casas subterrâneas" (de fato, apenas semienterradas) estão associadas várias estruturas cerimoniais, como aterros e muros circulares de terra, além de cemitérios em pequenos abrigos situados nas imediações das cachoeiras. Galerias artificiais teriam servido de refúgio durante as investidas dos inimigos Tupi-Guarani, que ocupavam as regiões mais baixas.

JORGE, Marcos; RIBEIRO, Loredana; PROUS, André. *Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira*. Curitiba: Zencrane Livros. p. 152.

Arquivo ... José Ferreira da Silva/Fundação Blumenau

Xokleng: povo indígena do oeste de Santa Catarina. Arqueólogos da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) encontraram vasos de cerâmica de 2860 a.C. Segunda descoberta mais antiga do Brasil (a primeira é de objetos amazônicos de 4000 a.C.). Atualmente não existem mais de mil representantes.

▲ Na foto, mulheres e crianças do povo Xokleng, em Santa Catarina, 1906. A dizimação desse povo ocorreu pelos ataques dos chamados bugreiros e também por causa de doenças respiratórias pós-contato com os colonos.
À direita, a ilustração procura reproduzir como teria sido a construção subterrânea feita pelos povos da tradição Itararé. As moradias tinham entre 2 e 22 metros e eram ligadas por túneis. Construídas nas áreas mais altas, acredita-se que serviam para proteger do frio e de ataques e armazenar alimentos.

Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

Adap. *Ciência Hoje*. São Paulo: SBPC, abr. 2002. v. 31. n. 181. p. 28.

Há cerca de 900 anos, registram-se os vestígios dos povos Tupi-Guarani, migrados da Amazônia e que se fixaram no litoral e vales dos rios do Planalto Meridional. Na região amazônica, os habitantes desenvolveram a confecção de objetos feitos de pedra e, posteriormente, de cerâmica desde pelo menos 5 mil anos. A cerâmica produzida na área da atual cidade de Santarém foi classificada como **cultura Santarém**. Por volta do ano 1000, sobressaiu a **cultura Marajoara**, como apontam os vestígios da cerâmica policrômica (muitas cores) que produziram. Há cerca de 700 anos, existiriam na Ilha de Marajó (Pará) cerca de 100 mil habitantes.

Urna funerária Marajoara em forma de mulher grávida.

Prato em cerâmica da cultura Marajoara.

A **tradição Aratu/Sapucaí**, registrada em diferentes localidades – de São Paulo a Mato Grosso e Goiás, e do litoral da Bahia ao Rio Grande do Norte –, tem registros que datam de antes do século VIII. Nessa tradição, destacam-se principalmente as cerâmicas denominadas utilitárias, como aquelas utilizadas para preparo e consumo de alimentos. A **tradição Guarita** foi desenvolvida por grupos humanos da região do Baixo Rio Negro, no Amazonas, a partir do ano 1000: destacam-se especialmente objetos cerâmicos cerimoniais, ou seja, utilizados em cerimônias e ritos como os de sepultamento.

Ainda envolvendo a área que hoje corresponde ao atual estado do Acre, estão sendo estudados cerca de duzentos sítios arqueológicos. Estima-se uma população de cerca de 60 mil pessoas, vivendo no interior da selva amazônica desde antes do ano 1000.

O quadro que os europeus encontraram ao chegar a essas terras era de expansão dos grupos Tupi-Guarani, que conquistaram e dizimaram povos caçadores-coletores, como os povos dos sambaquis, e ocuparam a maior parte da costa litorânea da região que viria a ser o Brasil.

Depois de milênios de ocupação do continente americano, desenvolvendo as mais diversas organizações sociais e culturais (observe a linha do tempo ao lado), deu-se o encontro entre as populações ameríndias e uma nova leva de conquistadores. A chegada dos europeus no século XV significou o início do processo de destruição das populações americanas, embora muitos elementos de suas culturas tenham sido incorporados às culturas miscigenadas que se formaram pelo contato.

OCUPAÇÃO HUMANA NO ATUAL TERRITÓRIO BRASILEIRO

- 12 000 – Primeiros vestígios comprovados de ocupação humana em terras brasileiras
  - Luzia – fóssil humano mais antigo das Américas
  - População de Lagoa Santa

Pintura rupestre no sítio arqueológico do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no Piauí (foto de 2005).

- 8 000 – Primeiras manifestações da arte rupestre em terras brasileiras (Nordeste e Centro)
  - Sambaquis fluviais (Sul)

Urna marajoara (restaurada). Ilha de Marajó, Pará.

- 5 000 – Primeiros objetos de cerâmica (Amazônica)
- 4 000 – Sambaquis, pesca e coleta (Litoral central e sul)
  - Primeiras práticas agrícolas em terras brasileiras
- 2 000 – Implantação generalizada da agricultura
- 1 000 – Comunidades organizadas em grandes aldeias (Centro, Nordeste, Amazônia)
  - Construções habitacionais subterrâneas (Sul)
  - Ondas migratórias vindas do continente Europeu

Período provável das primeiras migrações para o nosso território, assim como a ocorrência dos registros de arte rupestre, dos sambaquis, da pesca e coleta, o surgimento da cerâmica, de artistas ceramistas e artistas da pedra, dos primeiros indícios e a generalização da agricultura, grandes aldeias, casas subterrâneas até a imigração do Velho Mundo. Conforme vimos ao longo deste capítulo, observe as diferenças entre as regiões brasileiras em relação ao período de cada ocorrência.

Povoamento do continente americano

povoamento do continente americano

Caminhos migratórios de caçadores-coletores:

- Norte > Estreito de Bering > grupos asiáticos
- Sul > Oceano Pacífico > habitantes da Austrália e ilhas polinésias

Desenvolvimento de técnicas agrícolas, metalúrgicas, sistemas de escrita, arte, organização social

- mesoamericanas
- andinas
- nativos norte-americanos
- nativos sul-americanos

arqueológicas das culturas sul-americanas

- pinturas rupestres
- sambaquis
- produção de cerâmicas
- restos de fogueira
- artefatos de caça, pesca e coleta
- cestos

ATIVIDADE

Tomando por base as informações organizadas no esquema resumo acima, responda às duas questões que aparecem na seção *Para pensar historicamente* e discorra sobre as principais semelhanças e diferenças no processo de ocupação das diferentes regiões do continente americano.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e valorização do patrimônio histórico

→ Num artigo escrito para o portal Canal Ciência em 2002, o arqueólogo e pesquisador carioca Marcos Pereira Magalhães escreveu:

> *As sociedades amazônicas pré-históricas, com muitos milhares de anos de sucesso em sua integração ecossocial na floresta, deixaram inúmeros vestígios materiais. Entretanto, a sociedade brasileira atual ainda não consegue valorizar suas soluções, e tal como desvaloriza os descendentes atuais daquelas sociedades – os indígenas – despreza suas relíquias.*
>
> *Isso porque ainda vê esses descendentes e esses vestígios como parte de um passado morto, e não como integrantes da futura Civilização Brasileira, ora em gestação, que pode se valer da originalidade das soluções sociais e geopolíticas já testadas na floresta tropical. Daí o peso de uma visão que revaloriza o passado como ferramenta de construção do presente.*
>
> Nova teoria da pré-história amazônica valoriza culturas ancestrais. Disponível em: <www.canalciencia.ibict.br/pesquisas/pesquisa.php?ref_pesquisa=6>. Acessado em: 16 jan. 2010.

a) Para Marcos Pereira Magalhães, que contribuição a pesquisa arqueológica realizada na Amazônia poderia dar aos habitantes atuais da região?

b) Na opinião do estudioso, por que essas pesquisas são pouco valorizadas no país?

c) O artigo do qual foi extraído o excerto acima foi escrito no final de 2002. Faça uma pesquisa em jornais, revistas e *sites* da internet para saber se nos últimos anos ocorreu uma valorização maior do patrimônio arqueológico nacional. Discuta com seus colegas o resultado de suas pesquisas.

2 Leitura e reflexão

→ Daniel é um indígena do povo Mundukuru, formado em filosofia e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Leia o texto a seguir, escrito por ele, e depois responda às questões.

Ao ser criado, cada povo precisa distanciar-se do mundo animal. Como conta o mito dessana, as criaturas nascem com seus parceiros e com eles precisam construir um modo de sobreviver no mundo. Para isso precisam dominar a natureza. Num momento inicial, fizeram da própria natureza seus instrumentos e, com o passar do tempo, procuraram aperfeiçoá-los a fim de que seu domínio fosse total. Foi isso que fez com que o homem primitivo polisse a pedra transformando-a num machado; ou pegasse um osso e o transformasse numa ponta de flecha ou numa agulha; ou usasse fios de pelos animais e deles constituíssem uma linha resistente para fabricar suas roupas.

Dessana: povo indígena do Alto Rio Negro, no Amazonas, que fala a língua tukano.

Foi assim. Ele foi criando, transformando, armazenando, construindo casas mais bem acabadas para se proteger do frio ou do ataque dos animais selvagens. Esse domínio humano da natureza gerou um conhecimento que foi sendo passado de pai para filho. O modo de fazer as coisas, as casas, os casamentos, etc. gerou a cultura. Cultura é, assim, uma construção, uma passagem, um novo status humano. Esse status evolui proporcionalmente ao domínio desses novos conhecimentos.

Do ponto de vista da organização social também houve uma mudança. O homem primitivo percebeu que tinha de contar com a ajuda de outras pessoas para que seu trabalho rendesse mais. Para isso, ele se organizou em comunidades em que o fruto do trabalho era de todos e não apenas de alguns; a terra era de todos e não havia patrões e empregados, portanto, não havia exploração de uns sobre os outros.

MUNDUKURU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira.* 2. ed. São Paulo: Global, 2009. p. 36-7.

a) Segundo Daniel Mundukuru, o que é cultura e qual a relação entre o domínio da natureza e os saberes e utensílios criados pelos grupos humanos?

b) Tomando como base o texto acima, levante uma hipótese para explicar a diversidade cultural existente entre os povos que habitaram as Américas antes da chegada dos europeus.

c) Considerando o texto acima, que efeitos a imposição dos padrões europeus pode ter tido sobre as populações ameríndias?

3 Interpretação de uma letra de música

→ Leia com atenção a letra da canção abaixo. Depois, faça o que se pede.

Cultura e civilização

Gilberto Gil

a cultura
a civilização
elas que se danem
ou não
somente me interessam
contanto que me deixem meu licor de jenipapo
o papo
das noites de São João
somente me interessam
contanto que me deixem meu cabelo belo
meu cabelo belo
como a juba de um leão
contanto que me deixem
ficar na minha
contanto que me deixem
ficar com minha vida na mão
minha vida na mão
minha vida
a cultura
a civilização
elas que se danem
ou não
eu gosto mesmo
é de comer com coentro
eu gosto mesmo
é de ficar por dentro
como eu estive algum tempo
na barriga de Claudina
uma velha baiana
cem por cento

GIL, Gilberto. Cultura e civilização. In: *Gilberto Gil, 1969* (LP). Universal, 1969.

a) Segundo sua leitura da letra da canção, qual é a oposição que existe entre a civilização e o mundo que o compositor valoriza?

b) Em sua opinião, as comemorações de São João, a fabricação do licor de jenipapo, a utilização do coentro no preparo da comida, entre outros hábitos, são expressões culturais? Justifique.

Questões & testes

Enem

1.

O desenho do artista uruguaio Joaquín Torres-García trabalha com uma representação diferente da usual da América Latina. Em artigo publicado em 1941, em que apresenta a imagem e trata do assunto, Joaquín afirma.

Quem e com que interesse dita o que é o norte e o sul? Defendo a chamada Escola do Sul porque, na realidade, nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, senão em oposição ao nosso sul. Por isso colocamos o mapa ao revés, desde já, e então teremos a justa ideia de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América assinala insistentemente o sul, nosso norte.

TORRES GARCÍA, J. *Universalismo constructivo*. Buenos Aires: Poseidón, 1941; com adaptações.

O referido autor, no texto e imagem acima,

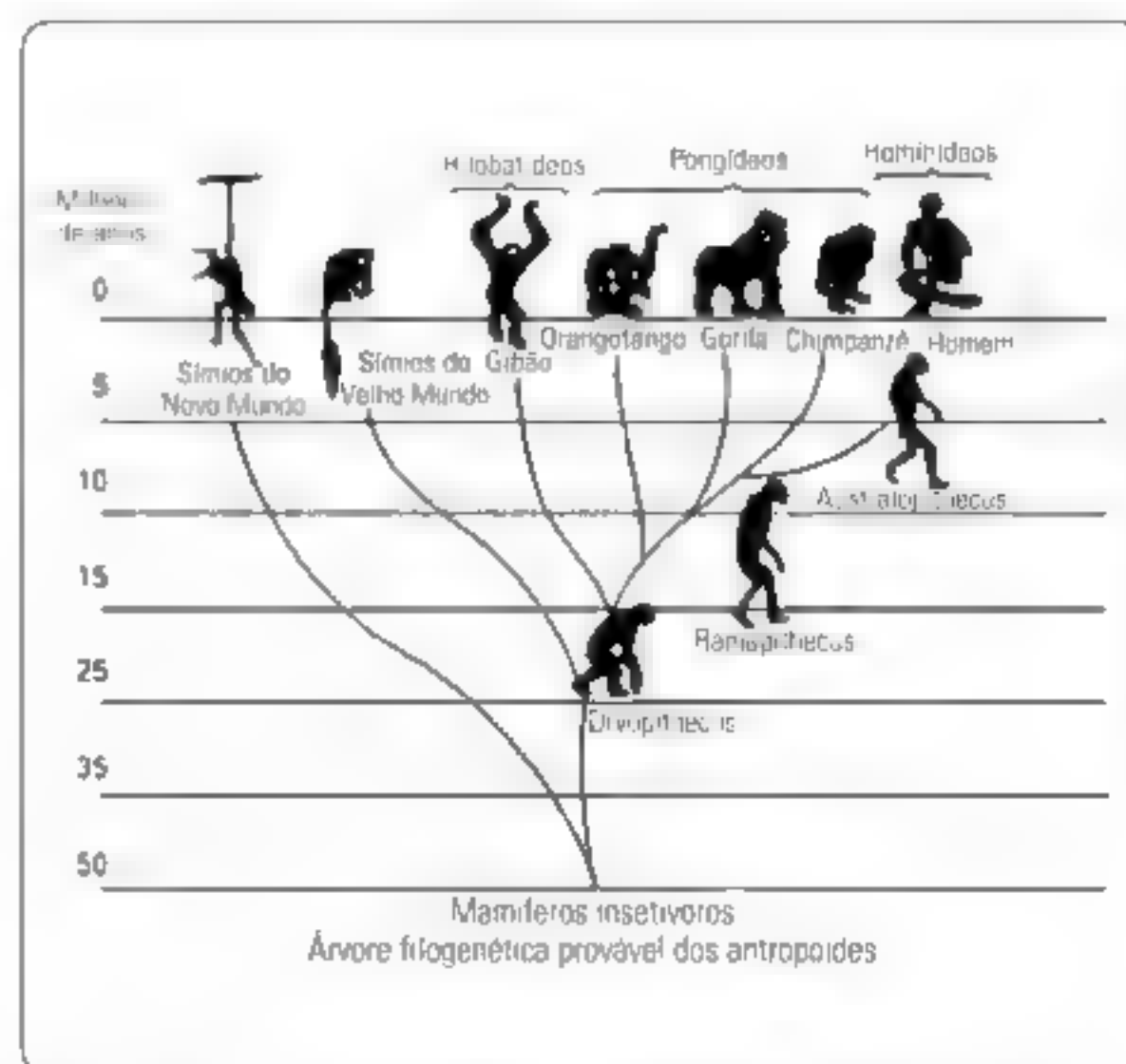
a) privilegiou a visão dos colonizadores da América.
b) questionou as noções eurocêntricas sobre o mundo.
c) resgatou a imagem da América como centro do mundo.
d) defendeu a Doutrina Monroe expressa no lema "América para os americanos".
e) propôs que o sul fosse chamado de norte e vice-versa.

2. Se compararmos a idade do planeta Terra, avaliada em quatro e meio bilhões de anos ($4{,}5 \times 10^9$ anos), com a de uma pessoa de 45 anos, então, quando começaram a florescer os primeiros vegetais, a Terra já teria 42 anos. Ela só conviveu com o homem moderno nas últimas quatro horas e, há cerca de uma hora, viu-o começar a plantar e a colher. Há menos de um minuto percebeu o ruído de máquinas e de indústrias e, como denuncia uma ONG de defesa do meio ambiente, foi nesses últimos 60 segundos que se produziu todo o lixo do planeta!

O texto acima, ao estabelecer um paralelo entre a idade da Terra e a de uma pessoa, pretende mostrar que:

a) a agricultura surgiu logo em seguida aos vegetais, perturbando desde então seu desenvolvimento.
b) o ser humano só se tornou moderno ao dominar a agricultura e a indústria, em suma, ao poluir.
c) desde o surgimento da Terra, são devidas ao ser humano todas as transformações e perturbações.
d) o surgimento do ser humano e da poluição é cerca de dez vezes mais recente que o do nosso planeta.
e) a industrialização tem sido um processo vertiginoso, sem precedentes em termos de dano ambiental.

3. O assunto na aula de Biologia era a evolução do Homem. Foi apresentada aos **alunos** uma árvore filogenética, igual à mostrada na ilustração, que relacionava primatas atuais e seus ancestrais.

Árvore filogenética provável dos antropoides

Após observar o material fornecido pelo **professor**, os alunos emitiram várias opiniões, a saber:

I - os macacos antropoides (orangotango, gorila e chimpanzé e gibão) surgiram na Terra mais ou menos contemporaneamente ao Homem.

II - alguns homens primitivos, hoje extintos, descendem dos macacos antropoides.

III - na história evolutiva, os homens e os macacos antropoides tiveram um ancestral comum.

IV - não existe relação de parentesco genético entre macacos antropoides e homens.

Analisando a árvore filogenética, você pode concluir que:

a) todas as afirmativas estão corretas

b) apenas as afirmativas I e III estão corretas

c) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

d) apenas a afirmativa II está correta.

e) apenas a afirmativa IV está correta.

Vestibulares

4. (PUC-SP) *... o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.*

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Mãos Dadas*, 1940

Se o presente é o tempo do poeta, resta ao historiador somente o tempo passado?

Justifique sua resposta, procurando discutir as relações que a história ou o historiador pode estabelecer entre presente e passado.

5. (UFPE-PE) "Revolução Neolítica" é uma expressão criada pelo arqueólogo Gordon Childe, nos anos 60. Essa revolução implicou uma série de mudanças. A que tipo de mudanças se refere essa expressão? (verdadeiro ou falso).

(0) Mudanças econômicas

(1) Mudanças nas estruturas sociais

(2) Mudanças tecnológicas

(3) Mudanças ideológicas

(4) Aumento demográfico

6. (UFRGS-RS) Foi fator decisivo para a sobrevivência dos povos do período Neolítico:

a) a utilização de metais como cobre e bronze.

b) o nomadismo típico dos povos caçadores e coletores

c) a revolução neolítica.

d) a revolução urbana e a formação dos impérios teocráticos.

e) a formação de religiões monoteístas.

7. (UFSCar-SP)

Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta:

— Para si o que é ser africano?

Falava-se, inevitavelmente, de identidade versus *globalização*

Respondi com uma pergunta.

— E para si o que é ser europeu?

O homem gaguejou. Ele não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho.

Mia Couto. In: Leila Leite Hernandez. *A África na sala de aula. Visita à história contemporânea*, 2005.

Segundo o texto, o autor

a) valoriza a ideia de que existe uma identidade natural entre os povos europeus, favorecendo a globalização.

b) denuncia a ideia genérica, presente entre os europeus, de que há uma suposta identidade natural entre os africanos.

c) lembra o fato de que a Europa tem uma história de tendência à globalização, em função da ausência de conflitos entre seus Estados-nação.

d) defende a existência de uma essência natural do que é ser europeu e do que é ser africano.

e) indica os valores culturais e nacionais europeus e africanos como fundadores do processo de globalização.

8. (UFSCar-SP)

[...] Pré-História do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por poucas pessoas [...] que chegaram à região até alcançar muitos milhões de habitantes na época da chegada da frota de Cabral. [...] não houve apenas um processo histórico, mas numerosos, distintos entre si, com múltiplas continuidades e descontinuidades, tantas quanto as etnias que se formaram constituindo ao longo dos últimos 30, 40, 50, 60 ou 70 mil longos anos de ocupação humana das Américas.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*, 2002

Considerando o texto, é correto afirmar que

a) as populações indígenas brasileiras são de origem histórica diversa e, da perspectiva linguística, étnica e cultural, se constituíram como sociedades distintas.

b) uma única leva imigratória humana chegou à América há 70 mil anos e dela descendem as populações indígenas brasileiras atuais.

c) a concepção dos autores em relação à Pré-História do Brasil sustenta-se na ideia da construção de uma experiência evolutiva e linear.

d) os autores descrevem o processo histórico das populações indígenas brasileiras como uma trajetória fundada na ideia de crescente progresso cultural.

e) na época de Cabral, as populações indígenas brasileiras eram numerosas e estavam em um estágio evolutivo igual ao da Pré-História europeia.

Enem

9. *A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu o projeto "Comunidades Negras de Santa Catarina", que tem como objetivo preservar a memória do povo afrodescendente no sul do País. A ancestralidade negra é abordada em suas diversas dimensões: arqueológica, arquitetônica, paisagística e imaterial. Em regiões como a do Sertão de Valongo, na cidade de Porto Belo, a fixação dos primeiros habitantes ocorreu imediatamente após a abolição da escravidão no Brasil. O Iphan identificou nessa região um total de 19 referências culturais, como os conhecimentos tradicionais de ervas de chá, o plantio agroecológico de bananas e os cultos adventistas de adoração.*

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14256&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acesso em: 1 jun. 2009 (com adaptações)

O texto acima permite analisar a relação entre cultura e memória, demonstrando que:

a) as referências culturais da população afrodescendente estiveram ausentes no sul do País, cuja composição étnica se restringe aos brancos.

b) a preservação dos saberes das comunidades afrodescendentes constitui importante elemento na construção da identidade e da diversidade cultural do País.

c) a sobrevivência da cultura negra está baseada no isolamento das comunidades tradicionais, com proibição de alterações em seus costumes.

d) os contatos com a sociedade nacional têm impedido a conservação da memória e dos costumes dos quilombolas em regiões como a do Sertão de Valongo.

e) a permanência de referenciais culturais que expressam a ancestralidade negra compromete o desenvolvimento econômico da região.

10. *Os Yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os Yanomami, urihi, a "terra-floresta", não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital, wixia, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os Yanomami, se os brancos a fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.*

ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA, 2007 (adaptado)

De acordo com o texto, os Yanomami acreditam que:

a) a floresta não possui organismos decompositores.

b) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.

c) o homem branco convive harmonicamente com *urihi*.

d) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.

e) *Wixia* é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

11. Segundo a explicação mais difundida sobre o povoamento da América, grupos asiáticos teriam chegado a esse continente pelo Estreito de Bering, há 18 mil anos. A partir dessa região, localizada no extremo noroeste do continente americano, esses grupos e seus descendentes teriam migrado, pouco a pouco para outras áreas, chegando até a porção sul do continente. Entretanto, por meio de estudos arqueológicos realizados no Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí), foram descobertos vestígios da presença humana que teriam até 50 mil anos de idade. Validadas, as provas materiais encontradas pelos arqueólogos no Piauí:

a) comprovam que grupos de origem africana cruzaram o Oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.

b) confirmam que o homem surgiu primeiramente na América do Norte e, depois, povoou os outros continentes.

c) contestam a teoria de que o homem americano surgiu primeiro na América do Sul e, depois, cruzou o Estreito de Bering.

d) confirmam que grupos de origem asiática cruzaram o Estreito de Bering há 18 mil anos.

e) contestam a teoria de que o povoamento da América teria iniciado há 18 mil anos.

Vestibulares

12. (Fuvest-SP) As comemorações dos 500 anos do descobrimento trouxeram à tona duas concepções históricas opostas sobre o Brasil: uma admite que a história do Brasil começou com a chegada dos portugueses, em 1500; outra considera que a chegada dos portugueses foi um marco inaugural falso, criado pela visão eurocêntrica do passado brasileiro. O que pode justificar esta última concepção?

13. (UERJ-RJ)

Pode-se falar de idade de um lugar? A propósito desta ou daquela cidade nascida com a colonização, é frequente ler que foi fundada em tal ou tal ano. Por exemplo, a cidade de Salvador, Bahia, "foi fundada" em 1549 por Tomé de Souza. Será possível falar da idade de um lugar segundo outro critério?

A Geografia e a História são ciências que estudam a sociedade a partir da inter-relação necessária das categorias tempo e espaço.

Com base na interpretação conjunta dos quadrinhos e do texto, pode-se relacionar tempo e espaço a partir do critério definido como:

a) era em que determinadas técnicas são inventadas em uma região

b) momento em que uma ou mais técnicas são difundidas em um território.

c) época em que avanços técnicos são realizados em função de guerras em um país.

d) período em que as técnicas são empregadas para a aferição da cronologia de uma área.

14. (UFMT) No Brasil, as questões relacionadas às etnias indígenas trazem à tona diversos problemas. Sobre a temática, assinale a afirmativa INCORRETA

a) A ocupação de grandes extensões de terras em território mato-grossense com o objetivo de implantar atividades agropecuárias fez com que algumas etnias indígenas perdessem parte de seus territórios, diminuindo a antiga área de perambulação e provocando uma correspondente diminuição na disponibilidade de recursos alimentares naturais

b) Os territórios dos povos Cinta-Larga, Zoró, Gavião e Suruí, nos estados de Rondônia e Mato Grosso, vêm sendo explorados por firmas madeireiras que denotam pouca preocupação com a conservação ambiental.

c) No território brasileiro não existem índios vivendo em isolamento haja vista que, desde 1997, a Fundação Nacional do Índio (Funai) adotou uma política de intensificar o contato, fato que contribuiu também para reduzir as taxas de mortalidade relacionadas às doenças tropicais e à má alimentação.

d) Parcela da etnia Paresí e da etnia Nambikwara passou por significativa desestruturação comunitária quando parte dos homens dessas aldeias se deslocou para a região de Comodoro (MT) a fim de explorar a venda ilegal de madeira

e) Os índios do Acre e do Amazonas, para sobreviver, se refugiam em pontos remotos da mata, mantendo alguns hábitos inalterados, e, sem acesso à saúde, estão sujeitos à malária, às verminoses e a outras doenças.

Olimpíadas Unicamp-SP

15. *Nos últimos 20 anos vários pesquisadores vêm sugerindo que a ocupação da América seria mais antiga, mas, há pouco tempo, surgiram provas convincentes. Entre elas está Luzia, cujos estudos trouxeram ainda outras novidades*

No município de Pedro Leopoldo, região de Lagoa Santa, Minas Gerais, um grupo de arqueólogos brasileiros e franceses encontrou, em 1975, partes de um esqueleto em uma gruta chamada Lapa Vermelha IV. As informações iniciais sugeriam que o esqueleto (de uma mulher entre 20 e 25 anos de idade – Luzia) deveria ser muito antigo, mas naquela época não foi possível datar com precisão o material. (...)

Só a partir das pesquisas feitas (por) Walter Neves, da Universidade de São Paulo, Luzia teve sua idade revelada. O resultado foi surpreendente: ela tinha vivido em Minas Gerais há 11 500 anos! Essa data, junto com outros vestígios de populações pré-históricas que teriam vivido há mais de 11 000 anos nas Américas do Sul e do Norte, revelou que o povoamento do nosso continente ocorreu antes do que se pensava. Apesar de existir muita discussão sobre o tempo necessário para que todo o continente tenha sido ocupado, a presença de humanos na América do Sul há 11 500 anos indica que os primeiros migrantes teriam chegado no continente americano há pelos menos 14 000 ou 15 000 anos

Hoje, muitos cientistas já admitem que a primeira migração deva ter ocorrido entre 15 000 e 20 000 anos. Mas há pesquisadores que admitem até 50 000 anos! Os dados que existem ainda não são suficientes para que possamos chegar a uma conclusão.

C. Rodrigues. Luzia. Ciência Hoje das Crianças, SBPC, n. 102 Maio 2000

O texto sobre descobertas arqueológicas no atual território brasileiro revela que:

a) existe uma pré-história na América do Sul.

b) assim como em outras áreas do conhecimento histórico, uma nova descoberta permite novas interpretações sobre o passado

c) a datação de Luzia permitiu retroceder a época da presença humana no continente americano.

d) o conhecimento sobre o passado remoto não tem base científica e por isso as datas podem apresentar enormes diferenças

UNIDADE 2

CIVILIZAÇÕES ANTIGAS

2 Civilizações antigas

O item ***Discutindo a História*** pretende introduzir o estudo das civilizações da Antiguidade chamando a atenção dos alunos à necessidade de se romper a divisão tradicional que tem marcado os estudos históricos sobre esse período. Além disso, foca o conceito de civilização, essencial ao estudo dos povos antigos. O texto retoma conceitos trabalhados na primeira unidade, como *progresso histórico* e *eurocentrismo*, inserindo-os agora no contexto desse período.

O principal objetivo das questões elencadas neste item é possibilitar que os alunos se aproximem da História, compreendendo como ela foi transformada em conhecimento, ou seja, com atenção à metodologia do estudo da História e à historicidade e relatividade do conhecimento histórico.

Capítulo 3

A VIDA EM CIDADES

A vida em cidades

O objetivo geral desse capítulo é abordar as primeiras civilizações a partir daquilo em que alterou significativamente a vida dos seres humanos, ou seja, o surgimento das cidades. Isso é feito em perspectiva global e multicultural, englobando a África (e não apenas o Egito) e a América, além do Extremo Oriente. Essa perspectiva que adotamos tem por alvo construir um panorama multicultural das origens da civilização e a sua relação com as cidades. Dessa forma, a Antiguidade, como aqui consideramos, mais que um período arbitrário e claramente delimitado no tempo, é um fenômeno humano, mundial e comum aos diversos povos, e significa basicamente a passagem da vida em pequenos grupos para a vida em grandes grupos – cidades, reinos, impérios – que são básicos para entendermos toda a história posterior, chegando até a atualidade.

Como se construiu o conhecimento que temos sobre esse tema? Quais os contextos culturais, geopolíticos e teóricos em que se elaboraram as informações sobre as primeiras civilizações do Oriente Próximo e Médio, do Extremo Oriente, da América e da África? Essas questões são parte do ***Discutindo a História*** desta unidade, que contém elementos para reflexão e debate referentes aos assuntos deste e de outros capítulos.

Trabalhar com as chamadas "grandes civilizações" da Antiguidade permite eleger diversos temas para discussão. Sugerimos como ponto de partida o tema das cidades como experiência humana compartilhada ao redor do planeta. A temática do surgimento das cidades e de seu significado histórico pode provocar o interesse dos alunos, pelo fato de a maioria deles provavelmente habitar ou conhecer pequenos, médios e grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, permitirá que eles identifiquem diferenças ao comparar as antigas cidades a sua própria experiência de vida – não se esquecendo de que se deve evitar esquemas baseados nas ideias de "superioridade-inferioridade", sempre buscando entender cada experiência diferente da nossa em sua especificidade e valor intrínseco.

A seção ***Para pensar historicamente*** levanta questões fundamentais abordadas no decorrer do capítulo. Sugere-se que, ao final do estudo de cada civilização, os alunos registrem a contribuição desses povos para a organização do que chamamos de cidade.

A primeira parte do capítulo e a primeira ocorrência da seção ***Exercícios de História*** destacam o processo de surgimento das aldeias e descreve como alguns grupos formaram agrupamentos mais parecidos com cidades. Sugere-se destacar aspectos que os teóricos consideram determinantes para se definir uma cidade, ressaltando-se a complexidade dessa definição.

De forma geral, o capítulo pretende incentivar a compreensão da relatividade cultural e promover uma postura ao mesmo tempo analítica e tolerante. Os alunos também são convidados a refletir sobre a sua própria cidade, aproveitando o que aprenderam sobre cidades antigas e exercitando um aspecto do método científico (que pode ser uma das bases do pensamento crítico): a elaboração de hipóteses.

Por fim, sugerimos a elaboração de uma linha do tempo que contenha datas fundamentais da História de cada uma das civilizações estudadas. Essa pode ser uma estratégia interessante para quebrar a ideia de que as civilizações sucediam-se no tempo. Ao convidar os alunos a compor gradualmente a linha do tempo, contribui-se para a construção da noção de simultaneidade ao potencializar a percepção de que os povos estudados conviviam, tinham

Professor:
Aqui começam as orientações para a Unidade 2 e o Capítulo 3 (p. 54 a p. 108).

(p. 54 a p. 108)

Bibliografia

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. (História Geral das Civilizações, 1)

BAKOS, M. *Fatos e mitos do antigo Egito*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade oriental*: política e religião. São Paulo: Contexto, 1997.

______. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1995.

______. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

DONATO, H. *A História do calendário*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

MUMFORD, L. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

relações comerciais, realizavam trocas culturais e guerreavam entre si por territórios e recursos naturais.

Esse capítulo é mais longo que os demais, mas ele está dividido em itens menores, acompanhados das respectivas atividades, o que o auxiliará no planejamento.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Matemática**: o uso e a origem das raízes quadrada e cúbica e da divisão do círculo em 360 graus.
- **História e Geografia**: as disputas no Oriente Médio, as paisagens e a história regional.
- **História e Economia**: comparação entre o modo de produção asiático e os demais modos de produção.

▶ Textos de apoio

1

As civilizações nos grandes rios

A história de nossa civilização ocidental tem origem no Oriente, onde, por volta de 3000 a.C., certos povos já haviam descoberto a escrita e tinham chegado a um sistema complexo de vida. Desenvolviam diversas atividades organizadas de trabalho, no campo e nas cidades, tinham uma forma definida de governo e leis que protegiam e defendiam os interesses da comunidade, tinham enfim uma cultura. É o que chamamos civilização.

As primeiras civilizações, cuja história podemos reconstruir parcialmente, evoluíram em regiões banhadas pelos grandes rios: na Índia, junto ao Indo; na China, às margens do Rio Amarelo (Huang-ho), na Mesopotâmia, no vale formado pelo Tigre e pelo Eufrates, no Egito, ao longo do Rio Nilo. Pouco se conhece a respeito das civilizações mais antigas na Índia e na China, mas dispomos de informações suficientes para saber como progrediram as civilizações do Egito e da Mesopotâmia.

HOLLANDA, S. B. de. *História da civilização*. São Paulo: Nacional, 1975. p. 11.

2

Êxodo

E os filhos de Israel partiram de Ramessés por Socot, sendo perto de seiscentos mil homens a pé, afora os meninos. E partiu também com eles uma inumerável multidão de toda sorte de gentes, e ovelhas, e gados, e animais de diversos gêneros em muito grande quantidade. E cozeram a farinha que tinham levado do Egito já amassada; e fizeram dela pães ázimos, cozidos no borralho; porque não puderam fazê-la levedar, apressando-os os egípcios a partir, e não lhes permitindo nenhuma demora; nem tinham podido preparar nada de comer. Ora o tempo que os filhos de Israel tinham morado no Egito, foi de quatrocentos e trinta anos. Completos os quais, todo o exército do Senhor saiu no mesmo dia da terra do Egito. Esta noite, em que os tirou da terra do Egito, deve ser consagrada ao Senhor; e todos os filhos de Israel a devem celebrar nas suas gerações.

BÍBLIA sagrada. Êxodo 12, 37-42. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1967.

▶ Comentários das atividades

Exercícios de História (*Dos grupos nômades às cidades*)

1. Leitura e reflexão

a) Ao afirmar que "cidades são produto da terra" o autor refere-se à ideia de que é do ambiente rural que provêm os recursos que serão transformados no meio urbano e em função dos quais os indivíduos definirão seu lugar uns em relação aos outros, e determinarão seus papéis e formas de relacionamento dentro da sociedade. Para o autor, dizer que "cidades são produto do tempo" significa afirmar que elas são expressão de um processo civilizatório, pelo qual a intrincada rede de relações que se estabelecem entre os indivíduos no interior de uma coletividade ao longo do tempo se articula e toma uma forma organizada. Nela, toda criação humana se potencializa e se recobre de novos significados.

Endereços eletrônicos

Cartilha didática (em inglês) sobre as escavações em Çatal Huyuk, incluindo diversas atividades e visita virtual. Disponível em: <www.smm.org/catal/top.php?visited=TRUE>. Acesso em: 25 ago. 2009. *Site* elaborado por uma arqueóloga, é destinado ao público juvenil. Apresenta muitas fotos e é de fácil navegação.

Locais históricos, monumentos e curiosidades do Egito. Disponível em: <www.tourism.egnet.net>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Exposição de peças egípcias do Museu Britânico. Disponível em: <www.britishmuseum.org/explore/world_cultures/africa/ancient_egypt.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2010. Muitas das peças levadas do Egito pelos britânicos encontram-se em exposição nesse museu. Há fotografias de peças e de pergaminhos, em que se pode observar a escrita hieroglífica.

Declaração de Independência do Estado de Israel. Disponível em: <www.webjudaica.com.br>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Lista de páginas eletrônicas sobre o Egito e outros povos antigos. Disponível em: <www.egyptology.com/reeder/links.html>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Locais históricos, monumentos e curiosidades do Egito. Disponível em: <www.tourism.egnet.net>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Museu do Egito. Disponível em: <www.egyptianmuseum.gov.eg/news5.html>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Museu do Louvre (Paris, França). Disponível em: <www.louvre.fr>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Museus Capitolinos. Disponível em: <www.museicapitolini.org>. Acesso em: 10 jan. 2010. Portal do conjunto de museus instalados em palácios romanos, disponibiliza várias informações e fotografias das peças romanas antigas que compõem o acervo.

Reportagem da revista *Superinteressante* de dezembro de 2006 que discute a hipótese de um descobrimento chinês do Brasil. Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_192404.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2009.

▶ Sugestões de leitura para os alunos

FUNARI, Raquel dos Santos. *O Egito dos faraós e sacerdotes*. São Paulo: Atual, 2000. (Cotidiano na história geral).

JACQ, Christian. *Ramsés*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. (Que história é esta?).

b) Resposta pessoal

c) Resposta pessoal

Procure verificar se os alunos foram capazes de diferenciar os vários tempos que se sobrepõem e se combinam numa cidade, e se conseguiram apreender o incrível dinamismo que marca as relações no seu interior. É desejável que os alunos consigam perceber que a vida urbana é marcada por espantosa maleabilidade, sendo capaz de se transformar conforme as circunstâncias.

2. **Análise de imagem e redação**

Durante todo o século XIX, a ideia de civilização esteve associada à de superioridade cultural. A relação foi estabelecida pelos estudiosos europeus que buscavam, assim, afirmar o domínio econômico e cultural dos povos colonizadores sobre as populações dos continentes americano e africano. Hoje, conforme o texto da seção ***Discutindo a História***, não se considera mais a civilização como o estágio mais avançado que todos os povos necessariamente teriam de alcançar. "Não é possível comparar as transformações das sociedades humanas com a evolução das espécies ou com o crescimento dos seres vivos." Tendo sido as cidades formadas a partir de um processo evolutivo inaugurado pelas aldeias, não se pode considerar que as sociedades que desenvolveram esse tipo de aglomeração são superiores às que permaneceram nômades ou seminômades, ou mesmo àquelas que vivem no espaço rural.

Nesta atividade retomamos a questão apresentada na seção ***Para pensar historicamente***. Sugerimos que, como parte de um trabalho que objetiva promover a desconstrução de preconceitos sociais reforçados por essa visão discriminatória e de uma visão de história de base eurocêntrica, essa discussão seja periodicamente retomada.

3. **Leitura de texto e pesquisa**

a) Para o autor, as mulheres, pela prática de culto aos mortos e a busca por lugares seguros e protegidos para dar à luz ("simbolizados pelo círculo remetendo à cidade com muralhas"), são as verdadeiras fundadoras de cidades e civilizações.

b) Se preferir, organize grupos de trabalho para o levantamento de informações em material previamente preparado por você. Também podem ser convidados membros da comunidade que possam trazer informações sobre a formação da cidade e o papel das mulheres nesse processo. Essa atividade pode favorecer o combate à discriminação de gênero na medida em que as narrativas mais tradicionais tendem a destacar apenas as ações dos homens, reconhecendo-os como fundadores e colonizadores. É possível também trazer exemplos de mulheres de diferentes classes sociais que tiveram um papel importante na constituição da sociedade brasileira.

Exercícios de História (*A civilização mesopotâmica*)

1. **Análise de texto**

O texto nos permite saber que, para os sumérios, o rei era alguém que governava por determinação dos deuses ("o pai dos deuses te deu um trono real e o teu destino"), mas não compartilhava de sua natureza, sendo mortal como os demais seres humanos ("a vida eterna não é o teu destino"). O rei era chefe militar ("Ele te garante a vitória nas batalhas de onde não escapam fugitivos, o sucesso e teu nas incursões militares e nos implacáveis assaltos por ti empreendidos") e juiz ("não abuses deste poder, sê justo com teus servos no palácio, faze justiça perante Shamash") e detinha enorme poder sobre seus súditos ("Ele te deu o poder de atar e desatar, de ser as trevas e a luz da humanidade. Ele te deu a supremacia sem paralelo sobre o povo").

2. **Leitura de imagem**

a) O relevo enfatiza a violência e a superioridade militar dos assírios sobre seus inimigos. A cena em que um soldado assírio, identificado pelo capacete pontiagudo, corta a cabeça do inimigo morto é particularmente forte, assim como o corpo decapitado à esquerda.

b) Para afirmar o poder real perante seus súditos e intimidar os inimigos dos assírios.

3. **Interpretação de texto e associação**

a) Não. Jean Bottéro defende que, antes dos gregos, os habitantes do Antigo Oriente já se esforçavam por compreender o universo por meio da organização e classificação de seus elementos.

b) O autor apresenta como indícios listas de palavras cuneiformes agrupadas segundo critérios que levam em conta semelhanças e diferenças percebidas entre os elementos arrolados.

c) Os artigos se organizam assim como as listas de Jean Bottéro: como uma lista de decisões tomadas por Hamurabi em casos particulares, sendo que estes casos são agrupados em função das semelhanças que guardam uns com os outros. Por exemplo, os artigos 200 e 201 tratam de casos jurídicos envolvendo danos aos dentes da vítima; o artigo 202 não se refere a dentes, mas a danos na face – percebe-se uma associação feita entre dentes/boca/face para se agrupar os artigos. Já os artigos 229 a 232 tratam todos de prejuízos relacionados a desabamentos de moradias.

Solicite aos alunos, após as atividades propostas acima, que organizem uma cronologia (usando as informações do capítulo sobre o processo de formação das cidades, de 10 000 a.C. até a constituição das cidades mesopotâmicas). Sugira-lhes que organizem uma lista de contribuições dos povos mesopotâmicos para os povos da contemporaneidade. Essa lista poderá ser alimentada ao final de cada item do capítulo.

Para recordar (*Mesopotâmia e Egito*)

1. Ao fixarem-se às margens de grandes rios e com o consequente desenvolvimento da capacidade de armazenar produtos agrícolas e domesticar animais, alguns grupos humanos sofreram um aumento populacional. Esse crescimento gerou a necessidade de se construir diques e canais, erguidos pelas coletividades locais e regionais conhecidas por *nomos*. Devido à atuação dos nomarcas, à expansão das atividades agrícolas e às disputas territoriais, os nomos foram unificados e posteriormente governados por um faraó.

2. Sim, pois o surgimento das cidades em meio ao crescimento de agrupamentos humanos provocado pela sedentarização no período Neolítico favoreceu as trocas comerciais entre as vilas que rodeavam as cidades.

3. Ambos os povos fixaram-se em regiões próximas a rios e desenvolveram técnicas de irrigação que permitiram o aumento da produção agrícola. Também houve, nos dois casos, o aumento da população em função da melhoria das condições de vida provocadas pela sedentarização e o consequente crescimento de algumas aldeias, que se transformaram em cidades. É possível identificar também na história das duas civilizações a existência de um Estado centralizado que, a certa altura, responsabilizou-se pela construção e manutenção de diques e canais de irrigação.

Exercícios de História (*A civilização egípcia*)

1. **Leitura de imagem**

   a) Estão transportando uma enorme estátua, possivelmente de um nomarca.

   b) Os personagens devem ser egípcios recrutados para trabalhar na construção de um monumento ou alguma outra obra de grande porte. Essa hipótese se justifica pelo fato de a população egípcia estar sujeita à servidão coletiva, sendo frequentemente convocada para prestar serviços em nome do faraó.

   c) O afresco pode significar o poder de comando do nomarca ou ser uma espécie de relato de seu esforço para cumprir todos os rituais fúnebres que poderiam facilitar seu caminho para o mundo de Osíris, assegurando a conquista da vida eterna.

2. **Leitura e reflexão**

   a) Era assegurar a ordem divina e estabilidade da vida por meio da perpetuação de um mundo cuja criação ocorrera no início dos tempos.

   b) Porque o faraó era considerado uma figura divina e, por conseguinte, imortal. Para os egípcios, a morte física do faraó representava a sua passagem para o céu e a transmissão de sua essência para o corpo do faraó seguinte.

   c) No Egito, o faraó era considerado um deus encarnado, ao passo que nos reinos mesopotâmicos o governante era apenas um representante dos deuses na terra.

3. **Comparação de pontos de vista**

   a) A relação entre o processo de centralização do poder e a realização das obras hidráulicas no Egito.

   b) Não, pois, enquanto Karl Wittfogel defende que a necessidade de coordenação das obras hidráulicas impulsionou a centralização do poder, Ciro Flamarion Cardoso argumenta que essa centralização ocorreu muito depois dos trabalhos de irrigação já terem se estabelecido localmente, nos nomos.

   c) Porque esse controle foi fundamental para a prática da agricultura, principal atividade econômica do Egito, e esteve no cerne de todas as suas relações econômicas, sociais, culturais, religiosas e políticas.

   O objetivo da atividade é que os alunos percebam que os historiadores elaboram explicações divergentes para determinados fatos históricos. É possível ressaltar esse aspecto ao final das discussões, solicitando aos alunos que fiquem atentos a essa questão no decorrer de todo o estudo do ano. É possível também solicitar a eles que retomem o texto do capítulo e verifiquem com qual das duas posições historiográficas os autores deste livro se identificam. Há trechos como o seguinte que permitem visualizar esse aspecto: "Estudos e pesquisas arqueológicas e históricas apuraram que a organização do trabalho nas margens do Nilo e a construção de diques e outras obras foram realizadas inicialmente pelas coletividades locais e regionais conhecidas como **nomos**. Mais tarde ficaram a cargo de uma estrutura governamental mais complexa").

Para recordar (*Hebreus, fenícios e persas*)

1. Os Dez Mandamentos apresentados por Moisés aos hebreus impuseram ao povo um código moral que, sendo atribuído a Deus, conferia unidade e estabilidade à comunidade, fortalecendo os vínculos e a identidade entre seus membros.

2. A civilização fenícia se desenvolveu numa estreita faixa de terra localizada entre o mar e as montanhas, onde eram escassas as terras férteis. Em função disso, praticamente o único recurso com o qual os fenícios contavam para sua sobrevivência era a navegação. Assim, se tornaram grandes pescadores e exímios comerciantes, tendo controlado as rotas marítimas de toda a costa mediterrânica. Esse domínio sobre os mares conferiu enorme poder a um grupo de grandes comerciantes e donos de embarcações, que assumiram o governo das cidades fenícias. Esse governo, comandado por uma elite de homens ligados à atividade marítima, é conhecido como talassocracia.

3. Para controlar seu enorme império, Dario I dividiu-o em unidades administrativas chamadas de satrápias e nomeou homens de sua confiança para governá-las. Para manter esses sátrapas sob sua autoridade, mantinha-os sob estrita vigilância. Além disso, impôs um único padrão monetário e criou um eficiente sistema de correios que agilizava a comunicação entre as várias partes do Império.

Exercícios de História (*A civilização dos hebreus, fenícios e persas*)

1. **Comparação e reflexão**

   Esta atividade analisa semelhanças e diferenças entre sociedades, permitindo retomar os conceitos de tempo-espaço e da relação presente-passado. Há um quadro a ser preenchido pelos alunos, sobre os seis povos indicados, cujas respostas poderão ser próximas às montadas na tabela abaixo.

   Caso julgue conveniente, o professor poderá solicitar um quadro parecido a ser preenchido com informações sobre o aluno: dados sobre espaço, tempo, local de moradia, idade, religião (dos pais ou do aluno), condição profissional e social etc. Isso permite buscar **semelhanças** e **diferenças** entre os alunos, entre alunos e outros grupos sociais da cidade e entre alunos e os povos da Antiguidade estudados no capítulo. É preciso cuidar para que se respeitem essas diferenças, reforçando o reconhecimento da pluralidade cultural. Ao professor cabe optar e esclarecer, acompanhar e orientar a atividade para alcançar os objetivos desejados. É possível, inclusive, priorizar certos itens a serem marcados nos quadros, especialmente aqueles que permitem novas discussões.

Civilização / características	Localização	Economia	Sociedade	Governo	Cultura	Religião	Datação
Egípcia	nordeste da África	predomínio da agricultura no vale do Nilo	servidão coletiva: faraó, sacerdotes, funcionários do Estado, nobres, camponeses e escravos	faraó: centralismo	culto dos mortos, mumificação, medicina, astronomia, engenharia e matemática	grande influência cultural: politeísmo antropozoomórfico	± 4000 a.C. a 525 a.C.
Império Assírio	norte da Mesopotâmia	pilhagem e agricultura	servidão coletiva: guerreiros e servidão coletiva dos conquistados	despotismo real	biblioteca de Nínive	politeísta	± 1300 a.C. a ± 612 a.C.
Segundo Império Babilônico	região da Caldeia	agricultura	servidão coletiva: monarca, sacerdotes, funcionários do Estado, comerciantes, artesãos, camponeses e escravos	monarquias despóticas teocráticas	de origem sumeriana: lenda do dilúvio; mito da criação; astronomia; arquitetura e escultura	politeística, de origem sumeriana	± 612 a.C. a 539 a.C.
Fenícia	área do Líbano atual	comércio	comerciantes/armadores e camadas populares (trabalhadores livres e escravos)	talassocracia	astronomia e matemática	politeísmo: Baal, Astarteia etc.	± 2500 a.C. a ± 500 a.C.
Império Persa	leste da Mesopotâmia	agricultura e comércio	servidão coletiva: monarcas, funcionários do Estado, nobres, camponeses e escravos	despotismo monárquico	administração: satrápias	Ormuz-Mazda e Arimã	± 539 a.C. a ± 330 a.C.
Hebraica	± Israel atual	pastoril e agrária	monarquia, proprietários/sacerdotes/funcionários do governo/comerciantes e camponeses/pastores/escravos	patriarcas, juízes e reis	arquitetura (Templo de Jerusalém) e força da religião	monoteísmo	± 2000 a.C. a ± 70 d.C.

2. Leitura de texto e levantamento de hipótese

a) Não, de acordo com o texto, na época em que abandonaram Ur, os hebreus ainda eram politeístas e antropomorfistas.

b) Moisés desencorajou o culto a outros deuses que não Javé, preparando o terreno para o estabelecimento do monoteísmo entre os hebreus.

c) Ao deixar o Egito depois de vários séculos estabelecidos no país, muitos hebreus devem ter absorvido hábitos e crenças egípcios. Essa aculturação pode ter enfraquecido o sentimento de unidade entre os hebreus. Ao defender o culto a um único deus, Moisés fortalecia a identidade hebraica, de modo a enfatizar a diferença entre hebreus e outros povos, e assim imprimia um sentimento de unidade ao povo que liderava.

3. Leitura e reflexão

a) Não, as fontes contrariam a versão bíblica. Os autores apresentam duas provas contrárias à versão de que os reinos de Judá e de Israel teriam se formado após conflitos entre as partes norte e sul do reino unificado: a primeira, oferecida pelas escavações arqueológicas, sugere que desde o início dos assentamentos hebraicos em Canaã, ocorreu a formação

de dois núcleos distintos, no norte e no sul; a segunda prova são textos escritos em que aparecem citados dois reinos na região do suposto estado de Israel, inclusive com a identificação de suas respectivas capitais.

b) Resposta pessoal. Aqui a ideia é discutir com os alunos o valor documental da Bíblia ainda que seus textos não relatem a "verdade" histórica. É importante que compreendam que seu conteúdo, cruzado com informações obtidas de outras fontes, ainda é fundamental para se compreender a formação do judaísmo e do cristianismo, e para se conhecer usos e costumes dos vários povos que habitaram a região do Oriente na Idade Antiga.

4. Análise de imagem

a) Duas características importantes são a figura do barco alongado, aparentemente uma trirreme de guerra, que remete ao domínio fenício dos mares, e as inscrições de letras do alfabeto desenvolvido pelos fenícios, logo abaixo dela.

b) Os fenícios desenvolveram uma ampla rede de comércio que se estendia por todo o Mar Mediterrânico. Em vários pontos do litoral mediterrânico os fenícios estabeleceram colônias e entrepostos comerciais, de modo que vestígios de sua presença são encontrados em toda a região.

5. Leitura e reflexão sobre a história recente

a) Porque essa associação o valorizaria na medida em que estabeleceria uma pretensa continuidade entre a época de ouro do Império Persa e o governo do xá Reza Pahlevi. Assim, o xá capitalizaria para si o prestígio dos antigos governantes persas.

b) Resposta pessoal. Estimule os alunos a pesquisarem mais informações sobre o tratamento que os antigos imperadores persas dispensavam a seus súditos e o tratamento dispensado pelo xá Reza Pahlevi ao povo iraniano. Enfatize a preocupação de Ciro, expressa no Cilindro de Ciro, em assegurar o bem-estar de seus súditos e a política de tolerância de seu reinado e a violência usada pelo xá contra seus opositores. Chame atenção também para o trecho do texto em que o autor comenta os gastos do governo com luxo em contraste com a pobreza da população iraniana.

c) Foi destruir a memória do governo anterior e marcar o início de um novo tempo, inaugurado pela revolução islâmica e a "fundação" de um novo Irã, desvinculado do passado persa. Assim, buscava-se substituir a identidade nacional por uma nova identidade conferida pela religião.

Para recordar (*O Extremo Oriente: Índia e China*)

1. As primeiras cidades chinesas se desenvolveram aproximadamente no vale do Rio Amarelo. Estas cidades estavam organizadas como cidades-Estado, não havendo então um poder central. O primeiro estado chinês foi criado no século XVIII a.C. pelos reis da **dinastia Chang**, que uniram várias cidades-Estado sob sua autoridade e iniciaram a construção de grandes templos, palácios e fortificações por meio da mobilização de milhares de camponeses e escravos. Derrubada pelo ataque de um reino do oeste por volta de 1100 a.C., a dinastia Chang foi substituída pela **dinastia Chou** (ou Zhou). Sob o reinado dos novos governantes, a China, conhecida então como Reino do Meio, atingiu grande esplendor cultural. Foi nesse período que o pensamento de Confúcio difundiu-se pelo Império, influenciando fortemente os governos seguintes. Contudo, o fortalecimento dos grandes senhores de terra e a consequente fragmentação do poder político favoreceram a invasão do Império por povos nômades vindos do norte e do oeste, o que causou o enfraquecimento dos Chou. Por isso, o período que se estende do século V a.C. ao século III a.C. foi marcado pelas guerras e pela instabilidade política, sendo conhecido como "período dos reinos combatentes". Essa situação só chegou ao fim com a ascensão ao poder de Shi Huang Ti, do reino Ch'in, que fundou a **dinastia Ch'in** e reunificou o Império. Durante seu reinado, ocorreu forte repressão política e foi iniciada a construção da Grande Muralha da China para proteger o Império contra os invasores nômades. A morte de Shi Huang Ti, em 210 a.C., abriu um novo período de rebeliões internas e disputas pelo poder, interrompidas em 202 a.C. com a ascensão ao poder de outra dinastia, a **Han**. Iniciar-se-ia aí uma fase de expansão e de contenção dos hunos, invasores nômades do norte. A dinastia Han foi marcada pela adoção do confucionismo como doutrina oficial, mas também pela penetração do budismo na China. Foi ainda um período de grande desenvolvimento intelectual e comercial.

Observe se os alunos foram capazes de reconhecer e selecionar para a elaboração de seus respectivos textos as informações relativas ao tema da política, diferenciando-as das demais. Avalie também se conseguiram articular essas informações com autonomia, ou se, ao contrário, se limitaram a copiar fragmentos soltos do texto didático.

2. Durante o apogeu da civilização védica, os indianos não constituíam um Estado unitário, com poder centralizado. Embora compartilhassem uma identidade cultural, estavam organizados em cidades-Estado que, ao se expandirem, constituíam pequenos reinos comandados pelos rajás. Em caso de uma ameaça maior, estes reinos uniam-se temporariamente sob as ordens de um marajá. A formação de um Império organizado sob a autoridade de um único chefe político ocorreu logo após o fim do domínio macedônico. Durante a dinastia Máuria, o Império Indiano conheceu um período de expansão. Contudo, após a morte do imperador Asoka, no século III a.C., o império se fragmentou novamente, só voltando a se unificar no século IV d.C., sob a dinastia Gupta.

Exercícios de História (*O Extremo Oriente: Índia e China*)

1. Análise e redação

a) A queima de livros e a construção de fortificações estão associadas a governos autoritários e militaristas que procuram impor seu poder por meio da força e do combate à reflexão crítica. Foi por meio desses recursos que a dinastia Ch'in conseguiu se estabelecer na China durante cerca de 20 anos e que outros governantes, de outras épocas e lugares, conseguiram a mesma proeza. Para completar a resposta, estimule seus alunos a investigarem outras situações em que a perseguição ao pensamento livre e o uso da força foram a base sobre a qual se assentaram governos, como ocorreu nos países sob influência da Igreja Católica na Idade Moderna, na Alemanha sob o nazismo, na URSS sob Stalin, na China de Mao-tsé-Tung e no Brasil, sob a ditadura militar.

b) Resposta pessoal. Incentive seus alunos a exporem suas respostas e discuta com eles os canais pelos quais a cultura oriental penetrou no Ocidente e de que maneira foi apropriada. Uma discussão interessante sobre esse assunto pode ser encontrada na obra *O roubo da História*, em que o cientista social Jack Goody contesta a originalidade da cultura ocidental, defendendo que muito do que é considerado produto do Ocidente é, de fato, resultado de um "roubo" das descobertas e invenções feitas por outros povos e de uma leitura etnocêntrica da História (Goody, Jack. *O roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008).

2. Leitura sobre sítio arqueológico

a) Ela deve ter servido como porto ou como forte para proteger o comércio marítimo com o Golfo Pérsico e Omã.

b) Os habitantes construíram grandes cisternas onde era armazenada a água das chuvas captada por um sistema complexo de represamento e canalização.

c) Embora a cidade de Dlolavira não contasse com grandes rios perenes, também necessitava de grandes obras de captação

e armazenamento de água, além de um sistema sólido de defesa. Alguns historiadores defendem que essas necessidades somente poderiam ser supridas mediante a formação de um poder forte e centralizado.

3. Leitura e análise de imagem

a) A divisão da sociedade indiana em castas ancora-se em uma explicação religiosa. As castas teriam se originado de diferentes partes do corpo de Brahma: os brâmanes seriam oriundos da cabeça, os xátrias, dos braços; os vaixás, das pernas; e os sudras, dos pés do deus. Em posição inferior estariam os indivíduos "sem casta", os párias, considerados impuros, pois não seriam oriundos do corpo de Brahma.

b) Resposta pessoal. A ocasião favorece uma análise do entendimento que os alunos têm de democracia. Para estimular a reflexão, proponha questões como: "Seria democrático reprimir o clero hindu e banir a literatura religiosa que prega a divisão da sociedade em castas?" ou "A democracia é o melhor sistema político para a Índia"? Essas e outras questões podem ser propostas com a finalidade de provocar o debate e a capacidade de argumentação dos alunos.

c) Resposta pessoal. É provável que muitos alunos, sobretudo nos grandes centros urbanos, já tenham presenciado cenas degradantes como a mencionada. Se não existe um sistema de castas no Brasil, há entre nós uma lógica social e econômica que dificulta a superação da pobreza e a eliminação da miséria. Incentive os alunos a refletirem sobre isso e buscarem explicações para o fato de um país com um PIB expressivo como o Brasil não ser capaz de oferecer condições de vida dignas para todos seus cidadãos. A ocasião também permite uma reflexão sobre que outros fatores, além do sistema de castas – hoje enfraquecido –, são responsáveis pela reprodução da miséria na Índia.

d) Resposta pessoal. A discussão sobre as ações afirmativas é o foco desta proposta. Para melhor fundamentar as discussões, peça para que os alunos se informem por meio de jornais, revistas e *sites* da internet sobre a legislação que regula a política das cotas (nas universidades, no mercado de trabalho etc.) e sobre a polêmica que o tema desperta.

Para recordar (*África*)

- A atividade comercial foi um dos principais fatores de interação entre os povos africanos.

Exercícios de História (*América e África*)

1. Análise de imagens

Três imagens

a) Não. As personagens representadas têm a pele mais escura do que as figuras egípcias vistas anteriormente e traços fisionômicos diferentes, como lábios e nariz mais grossos.

b) Na primeira imagem, as personagens estão ajoelhadas, com torso e cabeças empinados. Usam brincos grandes de argola e levam o que parece ser uma pena nos cabelos curtos. Seu peito e cintura estão cingidos por uma espécie de faixa de tecido e há uma corda unindo-os pelos pescoços, como se estivessem amarrados. Na segunda imagem, as figuras usam um saiote vermelho e branco, e parecem ter uma faixa em torno da cabeça. Todas estão enfileiradas, em marcha, e levam arcos e flechas nas mãos. A terceira imagem é de um homem de rosto arredondado, usando uma espécie de coroa imitando uma juba de leão e com duas cabeças de serpentes na altura da testa.

c) As imagens sugerem relações tanto de intercâmbio quanto de conflito. Na primeira imagem, os núbios aparecem amarrados, indicando que deviam se tratar de escravos. Isso sugere que a Núbia era alvo de ataques dos exércitos egípcios. Na segunda os núbios aparecem recrutados como soldados, o que nos leva a pensar que também ocorriam alianças entre os dois povos e, na terceira, um núbio figura como governante do Egito, o que indica que os africanos que viviam na região da Núbia chegaram a se tornar fortes o bastante para derrotar seus poderosos vizinhos do norte e submetê-los à sua autoridade.

Imagem de Yum Kaax

a) Ele estava associado ao milho.

b) Porque o milho estava na base da alimentação maia e a sobrevivência da população dependia das boas colheitas.

2. Análise de um conceito

a) Mia Couto e Kabengele Munanga destacam as desigualdades e diferenças das regiões e culturas africanas. Trata-se de um continente diversificado, ocupado e formado por mestiçagens e diferentes civilizações e culturas. Não é possível referir-se ao continente como se constituísse uma cultura uniforme, única, simples e exótica. Mesmo dentro de cada país, como é o caso de Moçambique, as identidades, cidadanias e referências culturas são diversas.

b) Dentro de uma visão maniqueísta da história, a África pré-colonial é representada como um universo atemporal e harmônico, sem conflitos; em oposição à Europa colonialista e escravocrata, que teria sido a responsável pela dizimação e pelo desequilíbrio africano.

c) Significa desmitificar a ideia de harmonia e equilíbrio na África pré-colonial e analisar a historicidade dos eventos e processos históricos. A escravidão já era praticada e não apenas no continente africano. A mudança principal foi que o tráfico de escravos praticado pelos europeus instaurou uma prática global voltada para o enriquecimento da Europa e da América.

d) Podemos citar: o ocultamento do envolvimento das elites africanas no colonialismo e no tráfico de escravos; a vitimização dos africanos, a distorção das análises históricas que deixam de considerar práticas locais anteriores ao escravismo europeu. Mia Couto afirma que grande parte dessas falsificações destinou-se a esconder as responsabilidades de grupos africanos que participaram dos sistemas de opressão e exploração dos povos e nações africanos.

e) Resposta pessoal. A proposta é que os alunos reflitam sobre suas referências identitárias: elas conservam elementos tradicionais advindos de suas origens familiares ou de sua região? Qual o peso das referências americanizadas e/ou de outros países no contexto de um mundo globalizado e tecnológico, em que a troca de informações e referências culturais se faz cotidianamente e alcança praticamente todas as camadas sociais? Quais referências culturais locais, regionais ou nacionais (sotaques, alimentos, formas de vestir etc.) seriam capazes de nos definir? Proponha um debate entre os alunos a partir dessas e de outras questões que julgar pertinentes.

anotações

UNIDADE

2

Civilizações antigas

Museo del Bardo, Túnis, Tunísia/Janin/Images...

Chris Rainier/Corbis/Latinstock

Discutindo a História

Museu Cernuschi, Paris/The Art Archive/Other images

▲ Vaso em bronze, do século IX a.C., representativo da arte da dinastia chinesa Chou.

Nesta unidade, estudaremos povos da Antiguidade. Foi nesse período que a humanidade começou a conhecer a experiência de viver em cidades, e com elas surgem os reinos, impérios e as cidades-Estado. Como você verá, para entender esse período, é preciso conhecer algumas transformações fundamentais: a revolução agrícola, o domínio dos metais, as grandes aglomerações urbanas e a intensificação das relações entre diversos povos. Tradicionalmente a Antiguidade é dividida em Oriental (que compreende a civilização egípcia e a mesopotâmica, bem como os fenícios, hebreus e persas) e Clássica ou Ocidental (gregos e romanos). Essa divisão tradicional, considera, portanto, apenas algumas civilizações, descartando as diferentes civilizações da África, América e Ásia, que incluímos nesta unidade.

Antiguidade: palavra que, por convenção, designa o período entre a invenção da escrita, em cerca de 4000 a.C. e a desagregação do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.

O surgimento de cidades e do Estado, como você verá, não aconteceu ao mesmo tempo em todo o mundo. A história abarca diferentes momentos e diferentes formas de sentir e vivenciar o tempo, ou seja, múltiplas temporalidades.

Você já imaginou como seria se resolvêssemos registrar todos os acontecimentos humanos nos últimos 10 mil anos e tentássemos apresentar isso para as novas gerações? Impossível, não é? Todas as narrativas sobre o passado são resultado de escolhas sobre o que é considerado importante conforme os objetivos do presente.

No início do século XIX, no Brasil, por exemplo, praticamente não se ensinava a história do Brasil. A história da civilização era ensinada apenas como um pequeno capítulo da História Sagrada, quer dizer, os ensinamentos sobre o passado conforme a Bíblia. Isso porque o Estado tinha uma forte ligação com a Igreja Católica.

Hoje, as escolhas do conteúdo e do modo de estudar História refletem as preocupações do presente, o surgimento de novas evidências históricas ou a reinterpretação das já conhecidas, os posicionamentos de historiadores, autores de livros de História e professores. Além disso, a forma de aprender esse conteúdo será guiada pela própria leitura e interpretação que você faz da história, segundo seus interesses, ideias e crenças.

Museu Egípcio, Cairo/The Bridgeman/Keystone

▲ Detalhe de uma estátua do faraó egípcio Mentuhotep II (2061 a.C. - 2010 a.C.)

◄ Grande Templo de Ramsés II em Abu Simbel, Egito, construído no século XIII a.C. No detalhe, máscara em terracota do século IV a.C., de Cartago, atual Tunísia

Em cada civilização tratada nesta unidade, você estudará recortes, peças de um quadro histórico muito mais amplo e diverso. Peças que poderão ser aumentadas com base em suas próprias pesquisas, seus interesses e na troca de ideias com seus colegas de turma, amigos e professores.

ESTUDANDO CIVILIZAÇÕES ANTIGAS

Para obter informações sobre as civilizações antigas, o historiador procura dois tipos principais de vestígios: os **voluntários** e os **involuntários**. Os primeiros foram produzidos com o objetivo de registrar determinada informação ou imagem de pessoas ou instituições; os segundos resultam das atividades do dia a dia, sem outra intenção além de viver a própria vida. Ambos compõem as **evidências** que tornam possível interpretar e reinterpretar o passado.

No caso dessas civilizações antigas, as pesquisas envolvem técnicas arqueológicas e de análise de evidências históricas, principalmente documentos escritos e vestígios materiais, como esculturas, utensílios, construções. Essas técnicas são relevantes para todo o período, mas especialmente para períodos anteriores, como o Neolítico e a Idade dos Metais, em que estão as raízes das mudanças que originaram as primeiras aldeias e, a partir delas, as primeiras cidades. A todo momento os pesquisadores fazem novas descobertas em sítios arqueológicos, até mesmo sítios subaquáticos, como vestígios de navios naufragados que trazem informações sobre rotas de transportes e características da cultura, política e comércio entre os povos.

Pesquisadores mapeam localização de vestígios em sítio arqueológico subaquático localizado no litoral do estado da Flórida, nos Estados Unidos. Foto de 2009.

Os materiais encontrados nos sítios arqueológicos são estudados por diferentes especialistas, que dispõem de técnicas específicas, como você pode ver no quadro.

Especialistas em ferramentas de pedra
Organizam e classificam os vestígios de pedra por forma, estilo e desgaste e procuram deduzir seu uso original. O microscópio eletrônico e as análises químicas ajudam nessa tarefa, permitindo encontrar vestígios de plantas, animais e sangue nessas ferramentas.

Especialistas em cerâmica
Procuram reconstruir objetos de cerâmica por meio de cacos, usando os mesmos recursos adotados pelos especialistas em ferramentas de pedra e outras técnicas.

Zoólogos
Identificam restos de animais, sobretudo ossos, em sítios arqueológicos, colaborando assim para o conhecimento sobre a dieta, a forma de organização social e a relação com a natureza dos primeiros seres humanos.

Botânicos
Têm papel semelhante ao dos zoólogos na Arqueologia, mas suas fontes são mais raras, já que os vegetais tendem a se deteriorar mais rapidamente. Mesmo assim, grãos, sementes, madeira, pólen e restos de fogueira são importantes para que se entenda o modo de vida em um sítio arqueológico.

Além do **carbono-14** e da **estratigrafia** que você viu na unidade anterior, também é possível datar os vestígios ou o próprio sítio utilizando outras técnicas, como a dendrocronologia e a termoluminescência.

Dendrocronologia: análise dos anéis que compõem o caule das árvores. A cada ano se forma um anel, e a espessura de cada anel varia de acordo com as condições climáticas. Comparando os anéis de árvores mais novas e mais antigas, o pesquisador calcula a idade média da árvore e obtém informações sobre o clima do passado.

Arqueólogo limpando peças cerâmicas em sítio de escavação de Jiaozuo, China. Foto de 2009.

Termoluminescência: estudo da luminosidade de certos materiais quando aquecidos. Por meio de técnicas que envolvem radiação nuclear, e da propriedade de muitos minerais emitirem luz, pode-se calcular o tempo entre um primeiro aquecimento no passado e o exame de termoluminescência. Assim, é possível datar a cerâmica, por exemplo, já que para ser durável a argila moldada precisa ser aquecida.

No caso dos documentos escritos, a análise implica a decifração e a tradução de inscrições em pedra, argila, conchas, papiro e outros materiais. Um dos estudiosos mais importantes na tradução da linguagem usada no Egito antigo foi o francês Jean-François Champollion (1790-1832), que começou a decifrar os hieróglifos – como são denominados os sinais da escrita do antigo Egito.

Durante muitos séculos, os hieróglifos aguçaram a curiosidade dos pesquisadores, que não conseguiam decifrá-los. Em 1799, numa expedição científica e militar ao Egito, sob o comando de Napoleão Bonaparte, foi encontrado um bloco de granito negro que continha a mesma inscrição gravada em grego, demótico e hieróglifos. A pedra, que se tornaria conhecida como Pedra de Roseta, por ter sido encontrada no local de mesmo nome, foi a chave para a decifração dos hieróglifos. Como o grego permaneceu uma língua conhecida e usada até então, as traduções puderam ser feitas.

O texto da Pedra de Roseta registrava um agradecimento dos sacerdotes egípcios ao faraó Ptolomeu V Epifânio, que havia concedido isenção de vários impostos ao povo egípcio.

hieróglifo: palavra de origem grega (*hieros* = "sagrado"; e *glýphein* = "escrita"). A arte de ler e escrever esses sinais "sagrados" era privilégio de sacerdotes, membros da realeza e escribas. É tido como o mais antigo sistema organizado de escrita no mundo. O hierático é uma forma simplificada, pintada em papiros ou placas de barro. A escrita com hieróglifos era utilizada principalmente nas paredes de templos e túmulos.

demótico: língua utilizada por antigos egípcios em textos cotidianos (entre os egípcios, apenas escribas e sacerdotes dominavam a leitura e a escrita dos hieróglifos)

▲ A Pedra de Roseta mede 114 cm de altura por 72 cm de largura. Foi gravada em 196 a.C.

CIVILIZAÇÃO

"Civilização" é uma palavra com muitos significados. As origens históricas do termo são diversas, podendo referir-se aos bons modos ou hábitos de civilidade (como comer com talheres); à intelectualidade; a um estágio avançado do desenvolvimento da cultura humana, em oposição ao estado de barbárie ou selvageria, por exemplo. No sentido que utilizamos, civilização equivale ao produto material e cultural do trabalho humano e às transformações da natureza. Refere-se especialmente às organizações sociais, políticas e simbólicas construídas pelo homem. Nesse sentido, todas as culturas humanas podem ser consideradas civilizadas, rompendo com a visão evolucionista e eurocêntrica construída durante o período de conquistas pelos europeus.

Eventos como o extermínio de milhões de pessoas promovido pelos nazistas alemães durante a Segunda Guerra Mundial, o lançamento de bombas atômicas sobre as cidades japonesas Hiroxima e Nagasáqui, em 1945, realizado pelos norte-americanos, bem como a corrida armamentista nuclear, protagonizada por povos "avançados" e "civilizados" durante o período da Guerra Fria, no século XX, mostraram que a associação de "civilização" com valores "superiores" e humanistas não era tão verdadeira como se pensava até então.

É preciso considerar que civilização não é um estágio mais avançado que todos os povos teriam necessariamente de alcançar, como se fossem pessoas que passam por fases de crescimento e amadurecimento. Não é possível comparar as transformações das sociedades humanas com a evolução das espécies ou com o crescimento dos seres vivos.

O que existe são diferentes respostas de distintos grupos humanos a seus respectivos meios, resultando em diferentes culturas, que não podem ser comparadas, como se umas fossem classificáveis como melhores ou piores, ou mais "avançadas" que outras.

Museu do Louvre, Paris/Scala Florence/Imageplus

▲ Tábua de argila com escrita cuneiforme, originária de Ebla, na atual Síria. Data provável: século XXIV a.C. A escrita cuneiforme é feita com auxílio de glifos (figuras, símbolos) em formato de cunha sobre tábuas de argila úmida, posteriormente levada ao forno. É, juntamente com os hieróglifos egípcios, o mais antigo tipo de escrita, tendo sido criado pelos sumérios na antiga Mesopotâmia por volta de 3500 a.C. Foi amplamente usada na Mesopotâmia durante aproximadamente 3 mil anos

O ORIENTE PRÓXIMO E MÉDIO: MESOPOTÂMIA, EGITO E HEBREUS

A Mesopotâmia é hoje ocupada pelo Iraque e em parte pelo Irã. Ainda é forte a crença de que foi nessa região que surgiu a vida urbana, embora descobertas recentes tenham encontrado cidades mais antigas do que as mesopotâmicas.

No final do século XIX, a região era dominada pelo Império Turco Otomano, aliado da Alemanha, que, como todas as potências europeias na época, procurava expandir o seu território ou a sua influência sobre a África e a Ásia. Por isso, os primeiros estudiosos das civilizações que ocuparam a região foram principalmente alemães, que fizeram escavações sistemáticas entre 1899 e 1917 (o Portal, ou Porta, de Ishtar, importante monumento mesopotâmico, foi levado para a Alemanha, lá reconstruído, e até hoje está em Berlim). Em 1920, após a Primeira Guerra Mundial e o esfacelamento do Império Otomano, a Mesopotâmia passou ao domínio inglês.

As escavações do final do século XIX foram estimuladas pela decifração da escrita cuneiforme, encontrada em tábuas de argila no início daquele mesmo século. Isso permitiu não só o conhecimento dos povos mesopotâmicos, mas também dos persas e fenícios, civilizações com as quais mantinham relações. O estudo dos caracteres cuneiformes permitiu aos pesquisadores analisar textos legais, contratos de propriedade, produção e comércio, entre outros documentos.

A civilização egípcia povoa a imaginação do Ocidente há cerca de três séculos. Está presente nas referências da arquitetura, em filmes e desenhos animados. Antes disso, as pirâmides estavam cobertas por areia, ou sendo saqueadas por ladrões de tumbas.

O Egito contemporâneo, localizado no nordeste da África, adquiriu um papel estratégico a partir de 1869, por oferecer aos europeus passagem terrestre e marítima, pelo Canal de Suez, para a Ásia. No final do século XVIII, Napoleão Bonaparte já ocupara o Egito para enfraquecer militar e comercialmente sua maior rival, a Inglaterra, controlando rotas comerciais terrestres e dificultando o domínio inglês da Índia.

A expedição militar de Napoleão, que encontrou a Pedra de Roseta, já mencionada, durou de 1798 a 1801 e incluiu grande número de estudiosos, que fizeram, pela primeira vez, extenso e exaustivo levantamento de informações e de objetos da antiga civilização local.

AFP

Dedicado à deusa babilônica Ishtar e construído aproximadamente em 575 a.C., o Portal de Ishtar foi o oitavo portal da cidade mesopotâmica da Babilônia. Sua reconstrução, com o material das escavações, encontra-se no Museu do Pergamon, em Berlim. Outras partes do portal estão em diversos museus ao redor do mundo: em Istambul, Detroit, Paris (no Museu do Louvre), Nova York, Chicago etc. Na foto, réplica erguida no local original, na região da antiga Babilônia, a 100 km ao sul de Bagdá, no Iraque. Foto de 2008.

Posteriormente, a Inglaterra, consolidada como maior potência econômica e militar do século XIX, foi impondo seu poder e influência sobre o Egito, até finalmente instalar funcionários ingleses em postos-chave do governo egípcio. Minada a soberania do país, o Egito tornou-se protetorado britânico em 1914. Nesse período, estudiosos ingleses foram os principais responsáveis pelas pesquisas arqueológicas em território egípcio.

protetorado: é um Estado posto sob a autoridade de outro

Hulton Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

A época da colonização e dominação das potências europeias sobre nações asiáticas e africanas foi também o período da transferência de diversos objetos históricos e arqueológicos desses povos antigos para os principais museus da Europa, especialmente da Inglaterra, França, Alemanha e do Vaticano. A foto de 1922 registra a abertura da tumba do faraó Tutancâmon, em Luxor, no Egito, uma das descobertas mais importantes dessa época, feita pela equipe dos ingleses Lorde Carnavon e Howard Carter.

O EXTREMO ORIENTE: INDIA E CHINA

Por muito tempo, o Extremo Oriente não passava de uma nota de rodapé em grande parte dos livros de História Geral, que se dedicavam apenas às civilizações antigas mais próximas da Europa. Mesmo assim, parte dos historiadores, inicialmente uma minoria, percebia que aquela História "Geral" estava deixando de lado grandes grupos humanos para os quais a Europa dava pouca ou nenhuma importância até poucos séculos atrás. Hoje, essa questão não pode ser mais ignorada, já que a maior parte da população mundial – e uma parte cada vez mais expressiva da economia planetária – está nos países da Ásia.

Conhecer dados sobre a origem de alguns desses povos nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos, bem como a olhar a experiência humana por ângulos diferentes daqueles a que estamos acostumados

Podemos ilustrar esse desinteresse da maioria dos historiadores por povos que não tinham relação direta com a Europa com um exemplo que não ocorreu na Antiguidade, mas no século XV. Por volta do ano 1400 de nossa era, o imperador chinês Zhong Di, da dinastia Ming, liderava um poderoso império com uma organização política distinta da que existia na Europa, onde os povos estavam divididos em reinos com seus feudos, aldeias e pequenas cidades. Nessa época, os chineses haviam aprimorado as técnicas em geral, em especial as de guerra e as de navegação.

Por ordem do poderoso imperador, foram construídos cerca de 300 navios gigantescos para a época, com aproximadamente 150 metros de comprimento, chamados de *ba chuan*. Uma frota deles partiu de Nanquim em 1421, atravessou o Oceano Índico e passou pela costa da África, chegando até a metade inferior do continente, já no Atlântico. Com isso, percorreu o dobro da distância da viagem em que Colombo, setenta anos depois, chegaria à América. Assim, certos pesquisadores supõem que essa armada de *ba chuans* conseguiu fazer uma viagem de circum-navegação, mais ou menos cem anos antes dos europeus.

A pergunta aqui não é se essa viagem continuou para a América depois de passar pela África – e nesse caso os asiáticos teriam chegado à América antes dos europeus. A pergunta a ser feita é: por que a viagem dos chineses parece uma grande novidade para nós, que nos acostumamos a aceitar que os europeus foram os primeiros conquistadores a chegar ao continente americano? O importante é percebermos que existiu, por parte dos historiadores, o desejo de contar a história como se nada houvesse de mais antigo ou de mais importante do que a Europa antes do século XVI, associado ao desconhecimento ou à desconsideração pelas culturas alheias.

Para ir além dessa visão centrada nos acontecimentos europeus, o estudo da Antiguidade aqui proposto inclui também a Ásia, representada pela China e pela Índia. Obviamente outras civilizações significativas existiram nessa parte do mundo ao longo dos últimos cinco mil anos.

AMÉRICA E ÁFRICA

Antigos livros de História no Brasil começavam com a chegada dos espanhóis e portugueses à América. Com isso, afirmavam implicitamente a ideia de que os europeus haviam trazido a história ao continente, e antes disso existiria apenas uma pré-história pouco interessante. Com a ajuda de arqueólogos, antropólogos e historiadores, foi possível perceber que essa visão deixava de lado civilizações e experiências humanas, desconsiderando suas histórias. Logo passou-se a recuperar o passado dos grupos que viviam como caçadores-coletores nômades, das aldeias que começavam a experimentar a agricultura e das civilizações que haviam erguido grandes cidades na América antes da chegada de Colombo.

◂ Detalhe de um *Tumi*, faca cerimonial representativa da arte pré-colombiana (cultura Chimu).

Vimos que a história tradicional do Ocidente, marcada por uma visão eurocentrista, quase sempre tratou como não relevante a história de outras regiões. Esse olhar, que tem subordinado e diminuído a importância de outros povos e que apresenta a Europa como eixo do movimento evolutivo, foi impulsionado desde a Antiguidade, época em que a região mediterrânea era definida como o centro do mundo. A África, desde então, passou a ser vista como distante, como a região dos "homens de faces queimadas".[1]

Trazendo um pouco dos estudos antes vistos como "secundários", pretendemos colaborar para o entendimento de que a história dos continentes americano e africano não é homogênea.

Galeria Antenna, Dakar, Senegal/The Art Archive/Other Images

▲ Máscara iorubá em bronze, do século VI, originária da atual Nigéria.

ANTIGUIDADE CLÁSSICA: GRÉCIA E ROMA

As civilizações grega e romana são consideradas a base histórica e cultural do que hoje chamamos de Ocidente. Das civilizações antigas, essas são as mais acessíveis aos pesquisadores, porque muitas fontes escritas e ruínas foram preservadas.

Mas, acima de tudo isso, um fator fundamental explica por que conhecemos melhor Grécia e Roma do que todas as outras civilizações antigas. A História moderna começa a surgir na Europa, por volta do século XVIII, e as primeiras buscas por origens feitas pelos colecionadores, eruditos e escritores de então se referiam ao legado das civilizações europeias antigas: Grécia e Roma. O próprio fato de serem civilizações importantes na origem do cristianismo, religião fundamental para entender a história europeia ocidental, também foi um incentivo a essas pesquisas, somado ao fato de que estudiosos e ordens religiosas cristãs ajudaram a preservar boa parte das obras da cultura clássica.

Juntando experiências históricas tão diversas como essas que mencionamos nesta seção *Discutindo a História*, você poderá entender de forma mais ampla o surgimento das cidades, o domínio crescente sobre a natureza, a formação de cidades-estado, reinos e grandes impérios, a complexidade crescente da arte e da cultura, o aprimoramento das regras de convivência – em síntese, as bases mais remotas do mundo em que vivemos.

Biblioteca Britânica, Londres/Heritage-Images/Other Images

▲ Pergaminho vem do grego *pergaméne*, termo que surge na cidade grega Pérgamo, onde foi fabricado pela primeira vez. É o nome dado a uma pele de animal, geralmente de cabra, carneiro, cordeiro ou ovelha, utilizada para o registro escrito. Desde o século IV a.C. e até a difusão do papel, por volta do século XIII, foi a base para o registro manuscrito mais utilizada. Muitos textos clássicos das civilizações gregas e romanas foram registrados em pergaminhos. Acima, fragmento de pergaminho com texto de Platão (**Fédon**), do século III a.C.

[1] Conforme DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 56

CAPÍTULO

3 A vida em cidades

Pep Roig/Alamy/Other Images

▲ Rua da cidade de Jodhpur, no Rajastão (Índia), em 2009. Ao fundo, o forte Mehrangarh.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Cidades na História

A probabilidade de você estar lendo estas linhas em uma cidade é de aproximadamente 85%. Podemos saber isso porque essa é a taxa de urbanização do Brasil, ou seja, a porcentagem de pessoas que moram em cidades. O índice é superior à média dos países da Europa, que têm 75% de urbanização, e está bem acima da média mundial de 50%.

Para que você tenha uma ideia de como esse cenário urbano se modificou ao longo do tempo, em 1800, a taxa mundial de urbanização era de cerca de 2%. E houve um tempo em que não existiam cidades tal como as conhecemos hoje.

Neste capítulo, você conhecerá um pouco mais sobre a formação das cidades e poderá refletir sobre a situação histórica que, em algumas regiões e em determinadas épocas, favoreceu essa organização dos grupos humanos.

DOS GRUPOS NÔMADES ÀS CIDADES

Como você viu antes, em alguns momentos (e esses momentos foram vários, em tempos diferentes e em distintas partes do globo) certos agrupamentos humanos começaram a trocar a vida da caça e da coleta pela agricultura e pecuária. Com essas novas atividades, já não precisavam se locomover constantemente em busca de alimento, tornando-se sedentários, isto é, estabelecendo moradias fixas. Isso não significa que a mudança tenha sido repentina, ou que as atividades de caça e coleta tenham sido totalmente eliminadas. Os especialistas concordam que essas formas conviveram, mas aos poucos a fixação à terra foi se tornando predominante.

Com a fixação dos grupos humanos em um mesmo lugar, surgiram **aldeias**. Nelas já estavam presentes as principais características da cidade: perímetro definido, separado dos campos agrícolas e pastos circundantes, moradias permanentes, depósitos para guardar bens (objetos, alimentos) e cemitérios. Nesse momento, a separação dos espaços rural e urbano não estava plenamente estabelecida.

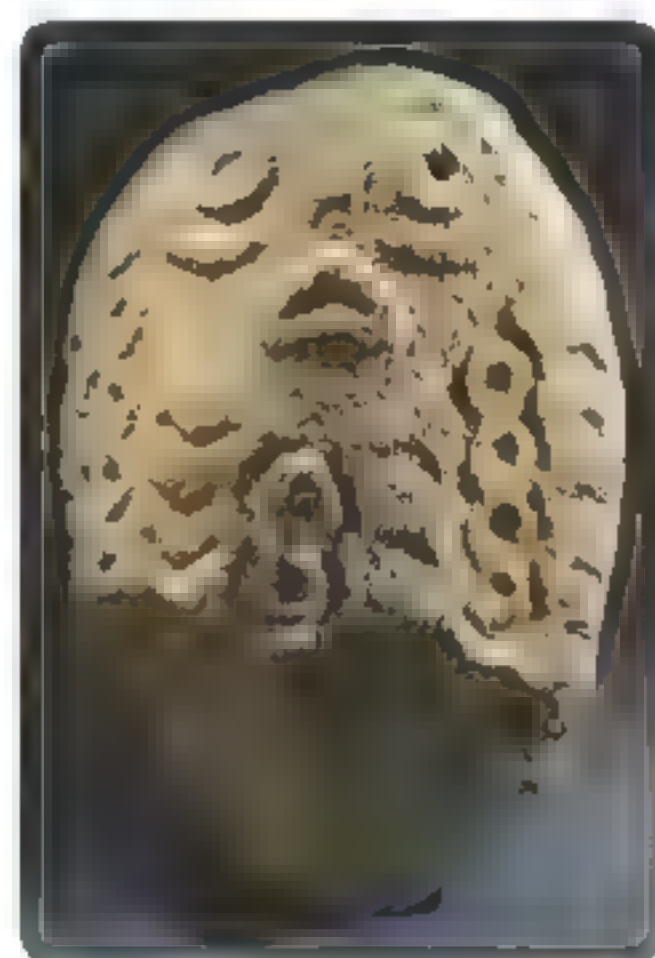
Essa nova configuração da sociedade humana foi propiciada pelo desenvolvimento da agricultura e da conservação de alimentos, no período Neolítico. Podia-se agora ter alguma segurança diante do risco de más colheitas, graças à armazenagem de alimentos – especialmente os cereais, como o trigo e o milho. Além disso, a produção de alimentos controlada pelas pessoas permitia alimentar aqueles que não trabalhavam diretamente na agricultura. Como nem todos precisavam dedicar-se à agricultura, as atividades se diversificaram.

As técnicas agrícolas dependiam da irrigação para obter bons resultados, por isso era comum que essas comunidades se localizassem perto de rios que tinham fluxo abundante de água, pelo menos durante parte do ano.

Estima-se que as aldeias do Neolítico tenham surgido há 11 mil anos. Uma delas, a aldeia de Çatal Huyuk, foi descoberta na década de 1960, após escavações na Turquia. Calcula-se que tenha existido há cerca de 10 mil anos, reunindo de 5 mil a 10 mil habitantes. Em escavações recentes, pesquisadores iugoslavos encontraram, na atual Sérvia, outro sítio da Antiguidade, um conjunto de vilas que foi denominado Lepenski Vir; estima-se que tenha existido há 8,5 mil anos.

Até as descobertas dessas povoações, considerava-se que as primeiras cidades teriam se desenvolvido na região do atual Iraque – conhecida como Mesopotâmia – há cerca de 5,5 mil anos. E, em períodos mais recentes (desde cerca de 4 mil anos), registrou-se a existência de cidades nas regiões da Índia, China, Egito e América Central.

Jason Quinlan/www.catalhoyuk.com

Museu Narodni, Iugoslávia/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ Representação de uma cabeça de peixe. Escultura datada de cerca de 5600 a.C.-4300 a.C., encontrada no sítio de Lepenski Vir (Sérvia).

◄ Turistas visitando as escavações em Çatal Huyuk, Turquia. Foto de 2008.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e reflexão

→ Leia o texto a seguir, de Lewis Mumford, e depois responda às questões.

A cidade, como se encontra na história, é o ponto de concentração máxima do poder e da cultura de uma comunidade. É o lugar onde os raios difusos de muitas formas separadas de vida entram em foco, com ganhos tanto em efetividade social quanto em significância. A cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada: é o assento do templo, do mercado, o palácio da justiça, a academia do aprendizado. Aqui na cidade os bens da civilização são multiplicados e diversificados, aí é onde a experiência humana é transformada em signos viáveis, símbolos, padrões de conduta, sistemas de ordem. Aí é onde as questões da civilização são postas em foco; aí, também, o ritual ganha lugar no drama ativo de uma sociedade plenamente diferenciada e autoconsciente.

Cidades são produto da terra. Elas refletem a habilidade do camponês em dominar a terra; tecnicamente eles apenas se valem de sua habilidade de aproveitar o solo para usos produtivos, ao guardar seu gado para segurança, ao regular as águas que umedecem seus campos, ao providenciar depósitos e celeiros para suas colheitas. Cidades são emblemas daquela vida sedentária que começa com a agricultura permanente: uma vida conduzida com a ajuda de abrigos permanentes, utilidades permanentes como pomares, vinhedos, e para intercâmbio e para novas combinações não dadas nos trabalhos de irrigação, e construções permanentes para proteção e armazenamento.

Cada fase na vida na zona rural contribui para a existência das cidades. O que o pastor, o lenhador e o mineiro sabem se transforma e se "sublima" por meio da cidade em elementos duráveis na herança humana: os tecidos e a manteiga de um, os fossos e açudes de outro, os barris de madeira e tornos do outro, os metais e as joias de um outro são finalmente convertidos em instrumentos da vida urbana: fundamentando a existência econômica das cidades, contribuindo com arte e saber para sua rotina diária. Dentro da cidade a essência de cada tipo de solo, labor e objetivo econômico é concentrada: então surgem grandes possibilidades de intercâmbio e novas combinações não dadas no isolamento de seus hábitats originais.

Cidades são produto do tempo. Elas são os moldes nos quais os tempos de vida dos homens são congelados e solidificados, dando forma definitiva, por meio da arte, a momentos que de outra forma desapareceriam com a vida e não deixariam formas de renovação ou maior participação atrás de si. Na cidade, o tempo torna-se visível: construções e monumentos e ruas públicas, mais abertas que o registro escrito, mais sujeitas ao olhar de muitos homens que os artefatos da zona rural, deixam uma marca sobre as mentes, tanto do ignorante quanto do indiferente. Por meio do fato material da preservação, o tempo desafia o tempo, o tempo se choca com o tempo: hábitos e valores sobrevivem ao grupo vivente, marcando em diferentes estratos do tempo o caráter de uma dada geração.

MUMFORD, Lewis. *The culture of cities*. Nova York: Harcourt Brace, 1996. p. 3-4.

Everett Collection/Keystone

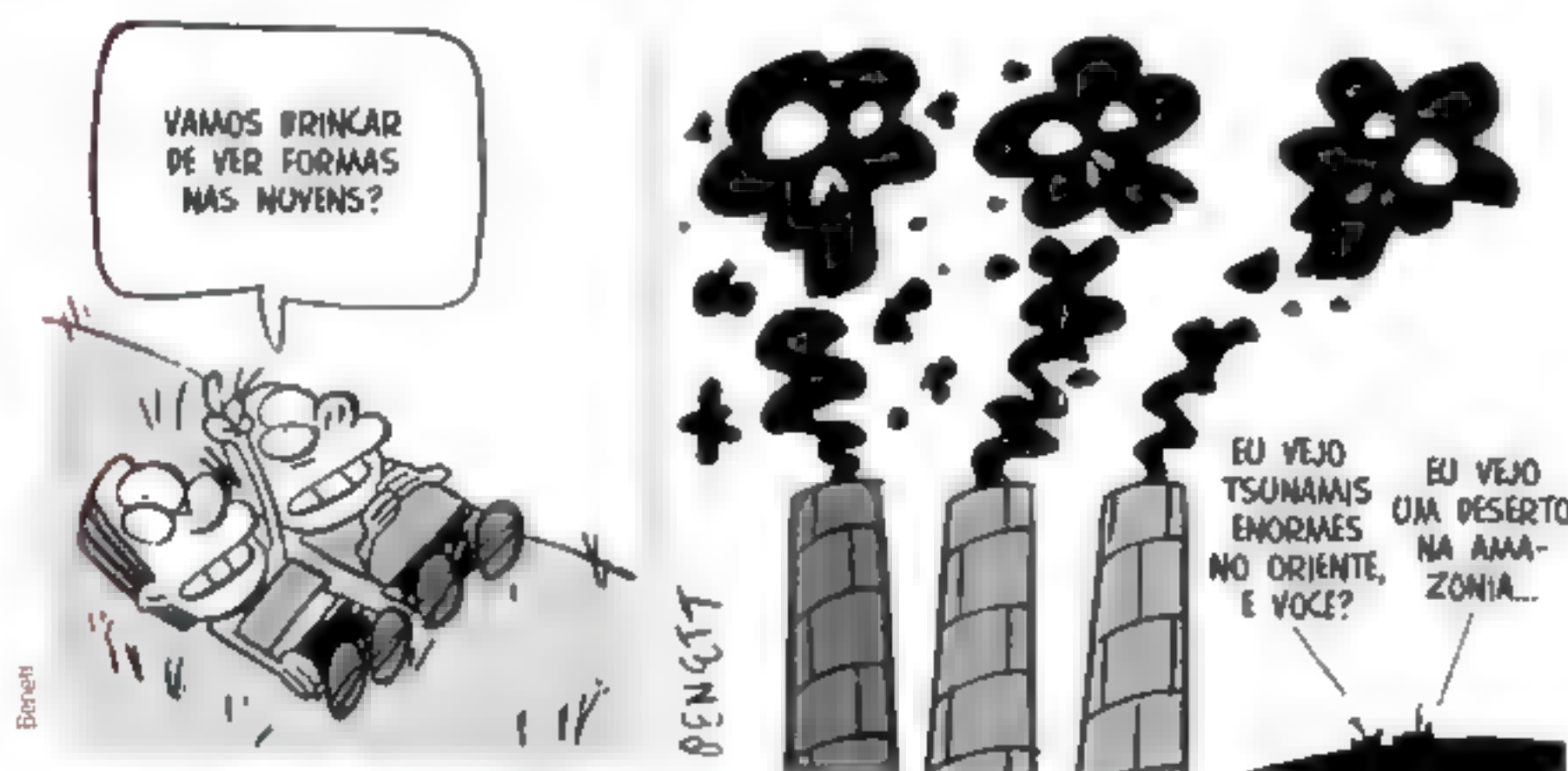
◄ O Fórum romano em cena do filme *A Queda do Império Romano*, de Anthony Mann, EUA, 1964.

a) Segundo o autor, o que significa dizer que "as cidades são produto da terra"? E afirmar que "as cidades são produto do tempo"?

b) Selecione do texto um trecho que melhor defina cidade para você.

c) De que maneira você se relaciona com sua cidade? Que locais urbanos ou rurais de sua cidade revelam vestígios históricos?

2 Análise de imagem e redação

→ A urbanização e as invenções tecnológicas não trouxeram apenas avanços nem deixaram apenas monumentos de beleza e importância histórica.

Das primeiras concentrações urbanas à intensa urbanização das cidades contemporâneas, muitos desafios foram criados: a degradação ambiental, as dificuldades de deslocamentos nas grandes cidades, a destruição de registros e referências históricas, entre outros aspectos a serem enfrentados pela humanidade.

a) Observe o quadrinho acima e retome os conceitos de civilização da seção *Discutindo a História*.

b) Em seguida, redija um texto, procurando explicar por que a história das criações humanas não significou necessariamente progresso e bem-estar social.

3 Leitura de texto e pesquisa

→ Veja a seguir uma hipótese sobre o surgimento das cidades.

Em seu clássico A cidade na história, *Lewis Mumford defende algumas teses fascinantes sobre a origem das cidades. Entre outras, afirma que a cidade dos mortos (necrópolis) antecedeu a cidade dos vivos (pólis). As verdadeiras fundadoras de cidades e civilizações teriam sido as mulheres, que cultuavam seus mortos em lugares aos quais, mesmo em períodos de nomadismo, voltavam com regularidade, erguendo santuários para aqueles que haviam partido deste mundo. As mulheres ainda procuravam lugares seguros e protegidos para dar à luz, lugares esses simbolizados pelo círculo remetendo à cidade com muralhas. A cruz, a grade ou o tabuleiro representariam de forma mais imediata as ruas da cidade e, metaforicamente, a ousadia, o expansionismo dos homens, sua atitude conquistadora e guerreira. Por isso, não surpreende que os hieróglifos de mulher, casa e cidade se confundem.*

Esse mesmo símbolo já foi encontrado em Nimrod, em escavações na Mesopotâmia, sob a forma de um baixo-relevo assírio, mostrando que a existência de cidades no Oriente Próximo antecedeu por milênios a existência das cidades ocidentais, incluindo as cidades da Antiguidade clássica como Atenas e Roma.

FREITAG, Bárbara. *Utopias urbanas*. Conferência de encerramento do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2001. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/9.1/d5.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2009.

a) Segundo o texto, qual seria o papel das mulheres no surgimento das cidades?

b) Faça um levantamento das informações que você tem sobre o surgimento de sua cidade. Depois, exponha aos colegas o que você descobriu.

DAS CIDADES AOS REINOS E IMPÉRIOS

Nas páginas seguintes, apresentaremos aspectos de cada uma das civilizações que selecionamos para esse nosso estudo. Não se pretende esgotar o assunto, mas apenas evidenciar alguns sinais da trajetória humana nesse período conhecido como Antiguidade, em que as cidades surgiram e se desenvolveram, das mais diferentes formas, em diferentes lugares do mundo. Com elas, firmavam-se espaços em que novas atividades ganhavam vida. Nas cidades estavam as construções públicas (ruas, pontes, templos, praças), o comércio (mercados e portos) e a sede do governo (palácios). Para proteção, geralmente eram cercadas por muralhas, demarcando seus limites com o campo da agricultura e do pastoreio.

A civilização mesopotâmica

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

Observe o mapa a seguir. A Mesopotâmia situa-se no Oriente Médio, entre os rios Tigre e Eufrates, na região conhecida como Crescente Fértil. Seu nome já sugere tratar-se de uma região fértil, embora localizada em meio a montanhas e desertos: Mesopotâmia vem do grego (*meso* = "meio"; *potamos* = "água") e significa "terra entre rios".

Quanto à organização socioeconômica, existem grandes semelhanças entre a mesopotâmica e a egípcia (que estudaremos a seguir); no entanto, algumas diferenças de caráter físico-geográfico podem ser destacadas. Situado entre dois desertos, o Egito vivia em relativo isolamento geográfico, o que lhe possibilitou longos períodos de estabilidade política; a Mesopotâmia, por sua vez, é ainda hoje uma planície aberta a invasões por todos os lados. Além disso, o regime de cheias do Tigre e do Eufrates não é tão regular como o do Nilo, no Egito, por isso são frequentes as inundações violentas e até períodos de seca na região banhada por eles.

Os primeiros vestígios de sedentarismo humano na Mesopotâmia datam de aproximadamente 10000 a.C. Com o crescimento populacional e dos primeiros núcleos urbanos da região, desenvolveu-se um complexo sistema hidráulico, que tornou possível a drenagem de pântanos, além da construção de diques e barragens, para evitar inundações e armazenar água para épocas de seca.

O sucesso das atividades produtivas levou à formação de grandes cidades com mais de mil habitantes já por volta de 4000 a.C., como Uruk. Essas cidades tinham principalmente função militar, protegendo a riqueza gerada pela agricultura e, ao mesmo tempo, exercendo o controle político da população da região.

Crescente Fértil

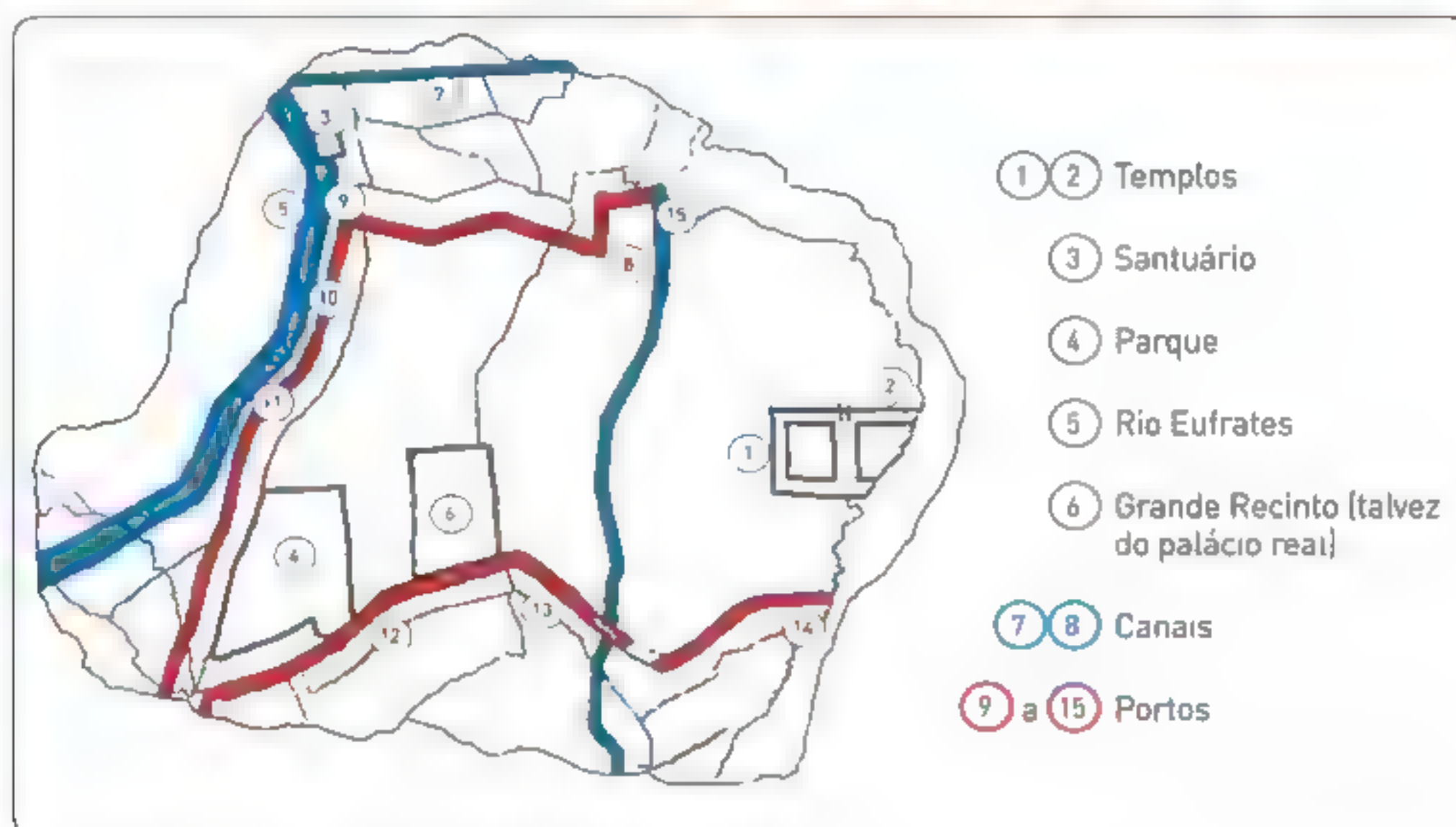
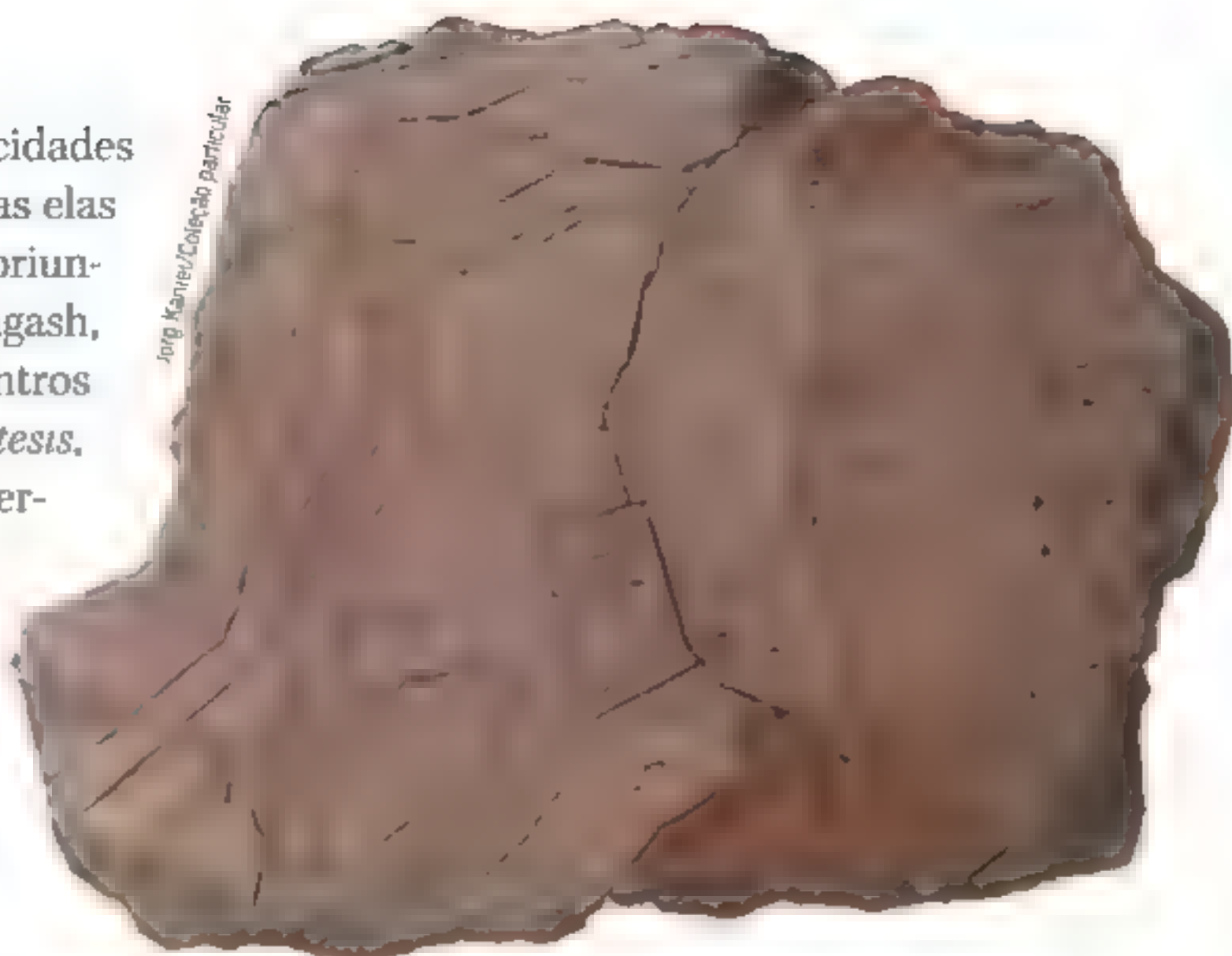
Allmaps/Arquivo da editora

Adap. ALBUQUERQUE, M. M. de; REIS, A. C. F.; CARVALHO, C. D. de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fename, 1979. p. 73.

Evolução política

Ao final do período Neolítico, diversas cidades já haviam sido criadas na Mesopotâmia, todas elas autônomas e habitadas por **sumérios**, povo oriundo do vizinho planalto do Irã. Ur, Nipur e Lagash, além da já citada Uruk, foram os principais centros urbanos. As cidades eram governadas por *patesis*, misto de chefes militares e sacerdotes, que exerciam o controle sobre a população, cobrando impostos e administrando as obras hidráulicas.

Jorg Kanet/Coleção particular

Planta da cidade sumeriana de Nipur, feita em tábua de argila, de cerca de 1600 a.C. Abaixo, reprodução da planta com identificação dos principais pontos.

1 2 Templos
3 Santuário
4 Parque
5 Rio Eufrates
6 Grande Recinto (talvez do palácio real)
7 8 Canais
9 a 15 Portos

Adap. BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 73. v. 1.

Os sumérios chegaram a estabelecer relações comerciais com povos vizinhos, tanto na direção oeste, indo para o Mar Mediterrâneo, como na direção leste, rumo à Índia. Desenvolveram a **escrita cuneiforme**, para registrar suas complexas transações econômicas.

Por volta de 2400 a.C., o **povo acádio**, que já vinha se introduzindo na região havia algum tempo, dominou a Mesopotâmia. O rei acádio Sargão I unificou as regiões centro e sul, submetendo os sumérios, ao mesmo tempo que incorporava sua cultura. Porém, contínuas invasões estrangeiras inviabilizaram a permanência do Império Acádio, que acabou desaparecendo por volta de 2100 a.C.

A partir do século XIX a.C., com os invasores **amoritas**, firmou-se uma nova tentativa de unidade da região, originando o Primeiro Império Babilônico. Com o rei Hamurábi (1792 a.C.-1750 a.C.), a cidade da Babilônia, a capital, transformou-se em um dos principais centros urbanos e políticos da Antiguidade. O império abrangia uma região que se estendia do Golfo Pérsico à Assíria.

Com Hamurábi foi organizado um código de leis escritas tido como um dos mais antigos de que se tem notícia. O **Código de Hamurábi** determinava penas para delitos domésticos, comerciais, ligados à propriedade, à herança, à escravidão e a falsas acusações, sempre baseadas na *lei de talião*, que pregava o princípio do "olho por olho, dente por dente".

A pena seria, na medida do possível, semelhante ao delito cometido, embora pudesse variar conforme a posição social e econômica da vítima e do infrator. Para um ladrão, por exemplo, a pena era ter uma das mãos cortada.

ARTIGOS DO CÓDIGO DE HAMURÁBI

Art. 200. Se um homem arrancou um dente de um outro homem livre igual a ele, arrancarão o seu dente.

Art. 201. Se ele arrancou o dente de um homem vulgar, pagará um terço de uma mina de prata.

Art. 202. Se um homem agrediu a face de um outro homem que lhe é superior, será golpeado sessenta vezes diante da assembleia com um chicote de couro de boi.

Art. 229. Se um pedreiro edificou uma casa para um homem, mas não a fortificou e a casa caiu e matou o seu dono, esse pedreiro será morto.

Art. 230. Se causou a morte do filho do dono da casa, matarão o filho desse pedreiro.

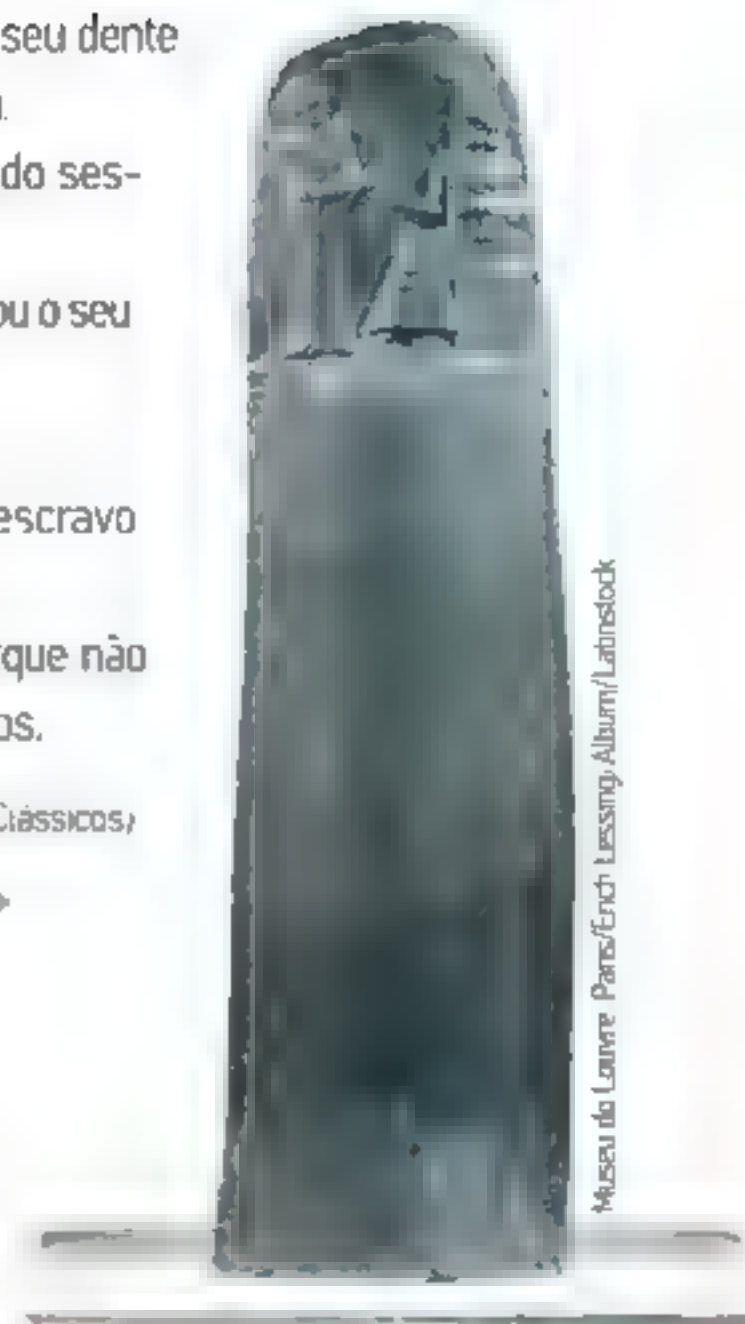
Art. 231. Se causou a morte do escravo do dono da casa, ele dará ao dono da casa um escravo equivalente.

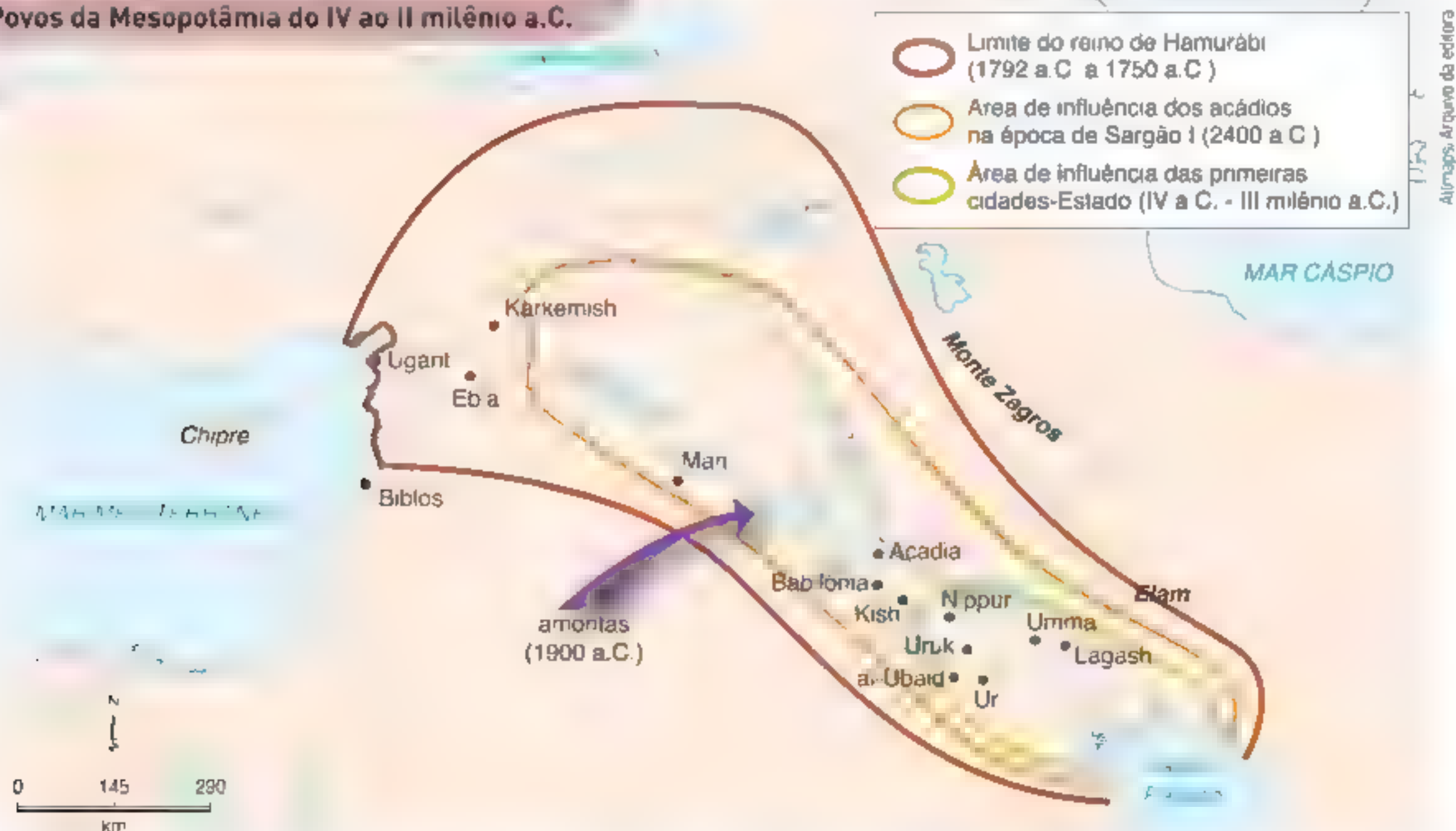
Art. 232. Se causou a perda de bens móveis, compensará tudo que fez perder. Além disso, porque não fortificou a casa que construiu e ela caiu, deverá reconstruir a casa que caiu com seus próprios recursos.

Código de Hamurábi. Bauru: Edipro, 1994. p. 36 e 38. (Clássicos).

mina: medida de peso equivalente a cerca de 500 gramas.

Museu do Louvre, Paris/Erich Lessing/Album/Latinstock

O Código de Hamurábi, em escrita cuneiforme, foi impresso em um bloco de rocha. Em sua parte superior, há uma representação de Hamurábi em frente ao deus sumeriano do sol. O rei mandou fazer cópias do código e espalhar por várias regiões de seu império. A descoberta do Código, em 1901-1902, abriu seguidos achados na região, atraindo a atenção de muitos pesquisadores. Atualmente faz parte do acervo do Museu do Louvre, em Paris, na França.

À desagregação do Primeiro Império seguiram-se invasões de diversos povos, chegando alguns a exercer eventualmente o controle da região (observe no mapa a seguir a localização de alguns desses povos do Oriente Próximo). Os **assírios** tornaram-se conhecidos por seu forte caráter militar e pela violência ao tratarem os vencidos de guerra. Já os **caldeus**, fundadores do Segundo Império Babilônico, ficaram famosos pelas seguidas conquistas e pelo governo de Nabucodonosor (604 a.C.-561 a.C.), com suas obras urbanas na Babilônia. Esse poderio não foi capaz de conter as tropas dos conquistadores **persas** comandadas por Ciro I. No século VI a.C., a Babilônia foi integrada ao Império Persa.

Povos da Mesopotâmia do IV ao II milênio a.C.

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BARBERIS, Carlo. *Storia antica e medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 61. v. 1.

Economia, sociedade e cultura na Mesopotâmia

Assim como no Egito, na Mesopotâmia a agricultura foi a principal atividade econômica praticada pela população. O Estado era responsável pelas obras hidráulicas necessárias para a sobrevivência da população, bem como pela administração de estoques de alimentos e pela cobrança de impostos. A estrutura social baseava-se na existência de uma elite que controlava a parcela da população submetida ao trabalho compulsório, caracterizando o domínio de todos os grupos sociais por meio de uma administração centralizada, de um governo despótico e teocrático, ou seja, associava-se a autoridade do governante à religiosidade.

Quanto aos escravos, seu número tendia a ser bastante elevado em certos períodos, principalmente durante o Império Assírio, e o comércio e o artesanato tiveram significativo desenvolvimento, pelos contatos com povos diversos.

A religião mesopotâmica servia de elemento de ligação entre a população e o governante. Os sacerdotes tinham importante função política e o governante era considerado um representante dos deuses – diferentemente do que ocorria no Egito, como veremos mais adiante, onde era visto como uma divindade viva.

Os povos da antiga Mesopotâmia eram politeístas, ou seja, adoravam vários deuses, que representavam elementos da natureza. Acreditavam que esses deuses – que habitariam os **zigurates**, templos em forma de pirâmides – podiam interferir em sua vida, causando o bem e o mal. Ishtar, deusa da chuva, da primavera e da fertilidade, ganhou muita importância na Mesopotâmia (ver foto do Portal de Ishtar, reconstruído, na página 58). Havia também deuses próprios de cada cidade.

Os povos mesopotâmicos destacaram-se na ciência, arquitetura e literatura. Observando o céu, os sacerdotes desenvolveram os princípios da astronomia e da astrologia. Os zigurates, além de morada dos deuses e de abrigar celeiros e oficinas, eram também verdadeiras torres de observação dos céus. Possibilitaram cálculos do movimento de planetas e estrelas e a posterior elaboração de sofisticados calendários. Foram os mesopotâmios que elaboraram o calendário dividindo o ano em 12 meses e a semana em 7 dias, cada um dos quais divididos em dois períodos de 12 horas.

Os mesopotâmios desenvolveram ainda cálculos algébricos, dividiram o círculo em 360 graus e calcularam as raízes quadrada e cúbica. Sua arquitetura introduziu o uso de arcos e a decoração em baixo-relevo. Na literatura, criaram poemas e narrativas épicas, como a *Epopeia de Gilgamesh*. Esse texto, considerado por alguns estudiosos a narrativa escrita mais antiga de que se tem notícia, data de 2600 a.C. e conta as aventuras do lendário rei sumério Gilgamesh, de Uruk, na Mesopotâmia, que teria sido o quinto rei da primeira dinastia após o dilúvio de Uruk. Um dos episódios traz a referência ao dilúvio, tema recorrente em muitas culturas, presente até mesmo nas narrativas mais antigas do Antigo Testamento, que faz parte do livro sagrado dos judeus e dos cristãos.

Shaun Freedman Corbis Latinstock

▲ O Zigurate de Ur, localizado em Nasiriya, Iraque (foto de 2002). Construído em homenagem ao deus da Lua, Nanna, entre 2113 e 2096 a.C., o Zigurate de Ur é o mais bem conservado da Mesopotâmia.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto

→ Para os historiadores, a *Epopeia de Gilgamesh* é um documento importante para entender a sociedade suméria. Leia o trecho abaixo e depois responda às questões.

> *Enlil da montanha, pai dos deuses, havia decretado o destino de Gilgamesh. Por isso Gilgamesh teve um sonho, e Enkidu disse: "O significado do teu sonho é o seguinte. o pai dos deuses te deu um trono, reinar é o teu destino, a vida eterna não é o teu destino. Por isso, não fique triste, não te atormentes nem te deixes oprimir por causa disso. Ele te deu o poder de atar e desatar, de ser as trevas e a luz da humanidade. Ele te deu a supremacia sem paralelo sobre o povo, te garante a vitória nas batalhas de onde não escapam fugitivos, o sucesso é teu nas incursões militares e nos implacáveis assaltos por ti empreendidos. Mas não abuses deste poder, sê justo com teus servos no palácio, faze justiça perante Shamash".*
>
> ANÔNIMO. *A epopeia de Gilgamesh*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 103.

- De acordo com o texto, o que podemos inferir sobre as características de um rei sumério? Identifique-as.

2 Leitura de imagem

→ O relevo reproduzido abaixo se encontra no palácio assírio do sudoeste de Nínive e representa a vitória do rei Assurbanipal sobre os elamitas em 653 a.C.

Werner Forman/Corbis/Latinstock

a) Que aspecto do combate entre assírios e elamitas o relevo enfatiza?

b) Com que objetivo essas cenas podem ter sido escolhidas para figurar nas paredes do palácio real?

3 Interpretação de texto e associação

→ Leia o texto abaixo e faça o que se pede:

[...] a criação da ciência tem sido creditada aos gregos, assim como tantas outras coisas. E os poucos historiadores que têm sido tão impetuosos a ponto de perguntar abertamente "O que havia de ante mão?" e voltaram sua atenção para o oriente pré-helenístico, acabaram até mesmo por superdimensionar os méritos dos gregos, por assim dizer, encontrando entre aqueles povos antigos nada além de um autêntico progresso técnico e absolutamente nenhum traço de qualquer forma de desenvolvimento teórico. [...]

Isso não é exatamente como as coisas se apresentam aos olhos de alguém que tenha entrado em contato diretamente com os documentos em cuneiforme e buscado seguir passo a passo a longa trajetória intelectual que eles revelam.

Entre as mais antigas tabuletas cuneiformes, [...] já podemos encontrar algumas listas em meio de centenas de contabilidades. Essas listas são grupos de palavras, classificadas de diferentes maneiras. Elas podem muito bem ter servido a princípio como catalogos de caracteres, de modelos indispensáveis à aprendizagem e ao ensino dos elementos da escrita. O uso contínuo dessas listas, que se expandiram tremendamente na história posterior do país, mostra-nos que tinham o propósito último de arranjar objetos, de delinear inventários de numerosos setores do mundo real que não era apenas o mais completo possível, como eram, especialmente, listas metódicas. [...] Temos aqui o testemunho e o resultado de um enorme e constante esforço intelectual, típico da mentalidade dos antigos mesopotâmicos, bem como uma tentativa de compreender o universo por meio da classificação e organização de seus elementos, arrolados pelos seus traços comuns e diferenças específicas.

BOTTÉRO, Jean. *Mesopotamia: writing, reasoning, and gods.* Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 29-30.

a) Jean Bottéro concorda com a ideia de que antes do despertar da cultura grega nenhum outro povo tenha feito qualquer avanço para produzir conhecimento científico? Explique.

b) Que indícios o autor encontra nos textos em cuneiforme que sustentam sua opinião?

c) Consulte os artigos extraídos do Código de Hamurábi que estão reproduzidos na página 68. Que associação podemos estabelecer entre seu conteúdo e as ideias defendidas por Jean Bottéro no texto acima?

▲ A datação de um fóssil, em cartum de Laerte

A civilização egípcia

Fundação Charles Edwin Wilbour/The Bridgeman/Keystone

Instalada no extremo nordeste da África, em região desértica, a civilização egípcia floresceu às margens do Rio Nilo, beneficiando-se do regime de cheias. As abundantes chuvas durante certos meses do ano na nascente do rio, ao sul, provocam o transbordamento de suas águas e o consequente depósito do húmus fertilizante em suas estreitas margens. Ao final do período de cheias, o Nilo volta ao seu leito normal e as margens, naturalmente fertilizadas, tornam possível uma rica agricultura.

Contudo, diante do aumento populacional no Neolítico, tornaram-se necessárias obras hidráulicas, como a construção de diques e canais para o cultivo agrícola. Estudos e pesquisas arqueológicas e históricas apuraram que a organização do trabalho às margens do Nilo, a construção de diques e outras obras foram realizadas inicialmente pelas coletividades locais e regionais conhecidas como **nomos**. Mais tarde, ficaram a cargo de uma estrutura governamental mais complexa.

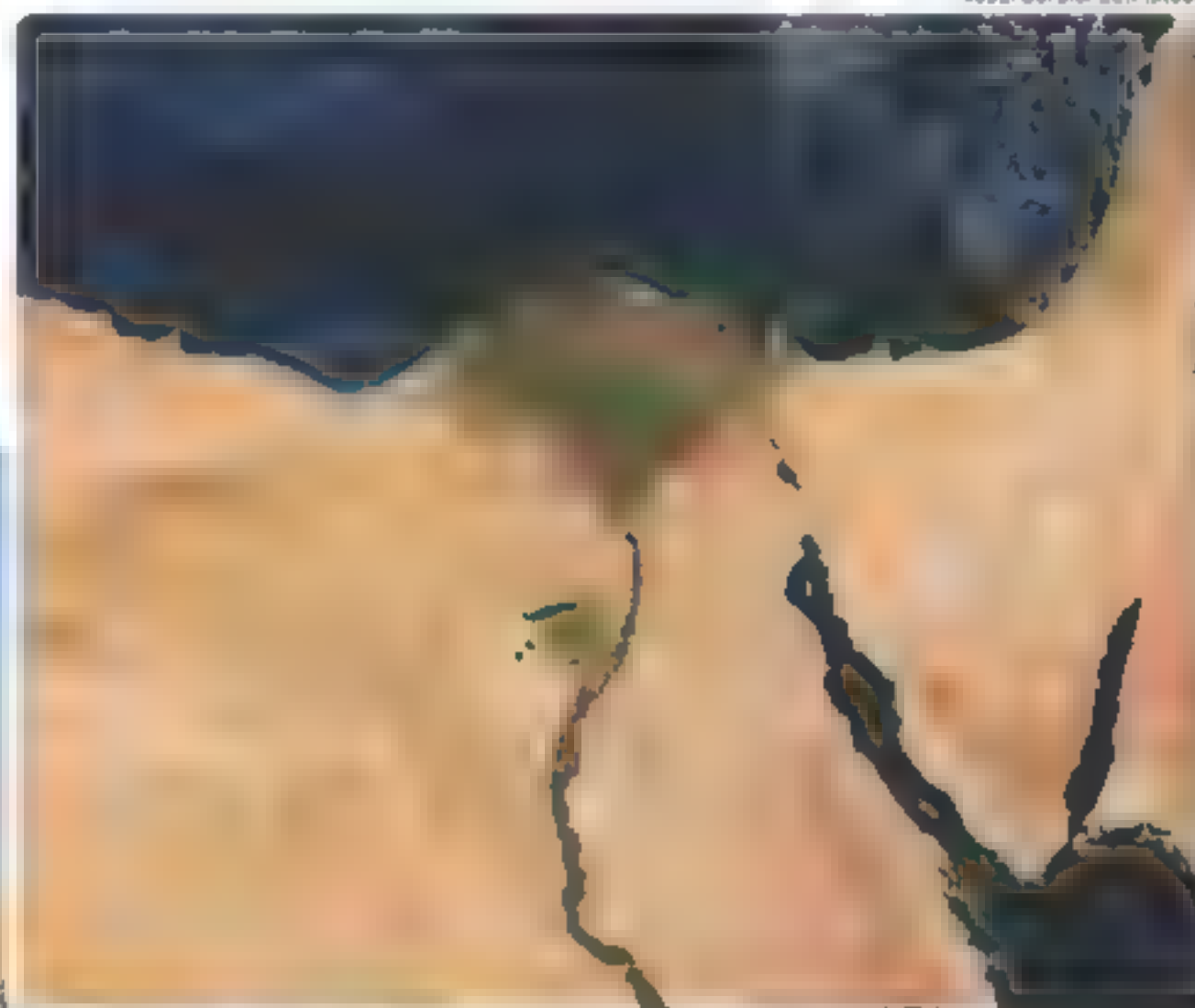
> **nomo:** nome que recebiam as regiões administrativas, econômicas e religiosas do Egito antigo. O seu governante era chamado de nomarca

Allmaps/Arquivo da editora

O Rio Nilo

Adap. DUBY, G. *Atlas Histórico Mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 6

Nasa/Corbis/Latinstock

Robert Harding Picture Library Ltd. Alamy/Other Images

Nesta foto de 2008, trecho urbano do Rio Nilo, na cidade do Cairo. Acima, imagem de satélite da Nasa de 2008, em que se vê a região fértil do vale do Rio Nilo. A cidade está situada no vértice do delta formado pelo rio, cuja extensão é de 6,7 mil quilômetros

Estima-se que uma das primeiras cidades surgidas na região do Rio Nilo foi **Maadi**, cerca de 3500 a.C. Os estudos arqueológicos no sítio que fica 15 quilômetros ao sul da cidade do Cairo indicam evidências de abrigos e cabanas, de estruturas administrativas, silos de grãos como o trigo e a cevada (caixas de armazenamento feitas com tijolos de barro) e locais de sepultamento. Também foram encontrados cobre e betume, que assim como os grãos eram utilizados para trocas comerciais na Antiguidade. Essas evidências mostram uma sociedade organizada, hierarquizada e levam a crer que Maadi foi um importante centro comercial. O cobre era utilizado na fabricação de diversos objetos, e o betume era valorizado por se atribuírem a ele poderes curativos, além de ser utilizado na mumificação.

Outras duas cidades surgidas no mesmo período de Maadi, e também no vale do Nilo, foram Hierakonpolis e Naqada, que ficavam próximas uma da outra e se tornaram muito importantes nas relações comerciais com as vilas vizinhas. Acredita-se que a cidade de Naqada se desenvolveu como núcleo urbano por causa de sua associação com um culto religioso ou santuário, tornando-se centro de ligação entre as vilas provavelmente organizadas em torno de clãs. Era o espaço para a troca de excedentes de comida e de atividades comerciais entre os aldeões próximos. Assim deve ter ocorrido com uma série de outras cidades que iam surgindo no vale do Nilo, estabelecendo-se em terras férteis e relacionando-se com centros urbanos próximos.

Entre as cidades egípcias, Abydos se tornou um centro importante, ao dominar uma grande região no delta do Nilo, dois séculos antes de a cidade de Mênfis tornar-se capital do Egito unificado. Em outros períodos, Núbia, Tebas e Karnac também se destacaram, e, no final do chamado Egito antigo, Alexandria teve seu momento de glória.

Vários estudiosos do Egito antigo apontam que o Estado egípcio foi precedido por uma intensa urbanização. As atuações dos nomarcas – chefes dos nomos –, a expansão das atividades agrícolas, graças às obras de irrigação e drenagem, e as seguidas disputas regionais contribuíram para a fusão dos nomos, originando, por volta de 3500 a.C., dois reinos: o do **Alto Egito**, ao sul, e o do **Baixo Egito**, ao norte, na região do delta do Nilo.

Séculos depois, perto de 3200 a.C., deu-se a **unificação**, formando o primeiro reino unificado de que se tem conhecimento na história. A sede inicialmente foi a cidade de Tínis, e mais tarde Mênfis, atual Cairo. Ao que parece, foi um chefe do Alto Egito que uniu os dois reinos, subordinando os cerca de 40 nomos e tornando-se o primeiro faraó. Há dúvidas sobre seu nome, tendo sido mais comumente atribuídos os nomes Menés ou Narmer (em grego): o primeiro nome aparece em alguns registros, como a Lista Real de Abydos e o Papiro de Turim, mas a existência de Menés, assim como a sua identidade como Narmer, não foram confirmadas por nenhum achado arqueológico.

> **faraó:** termo de origem egípcia que significa "casa grande" ou "grande morada". Inicialmente denominou o palácio do rei, depois passou a denominar o título dos reis. É importante destacar que a palavra só foi usada a partir do Novo Império (depois de 1580 a.C.).

PALETA DE NARMER

A imagem ao lado mostra uma das faces da **Paleta de Narmer**, em reprodução exposta no Museu de Ontario, no Canadá. A Paleta é um pequeno monumento de 63 cm e é considerada uma placa cerimonial egípcia. Foi encontrada em 1898 pelo britânico James Quibell em suas escavações realizadas em Hierakonpolis, antiga cidade pré-dinástica do Alto Egito. Hoje está sob a guarda do Museu do Cairo, Egito. Teria sido criada entre 3100 e 3200 a.C. Observe os relevos. Eles representam a unificação do Alto e do Baixo Egito e o primeiro faraó e rei unificador. Aos pés do faraó, do lado direito, há um homem agarrado pelos cabelos que simbolizaria o inimigo, as regiões conquistadas. Acima, também ao lado direito do faraó, está o deus falcão *Hórus*. As cabeças de vaca simbolizam a deusa *Hathor*.

Museu Egípcio, Cairo, Werner Forman Archive/Imageplus

Economia, sociedade e cultura na civilização egípcia

A **economia** egípcia apoiava-se na *servidão coletiva*: os camponeses eram obrigados a realizar grandes obras de irrigação coordenadas pelo Estado, além de construir depósitos de armazenagem, templos, palácios e monumentos funerários. O trabalho era feito quase sempre na época das cheias do Nilo, quando as atividades agrícolas eram interrompidas temporariamente.

O Egito era grande produtor de cereais, em especial trigo, além de algodão, linho e papiro. Os egípcios também criavam cabras, carneiros e gansos, e o rio oferecia a possibilidade da pesca. Praticava-se o artesanato e a produção de tecidos e vidros; e a indústria de construção naval era significativa.

papiro: planta com a qual se fazia um papel de mesmo nome; também era utilizado na fabricação de cestos e redes, além de servir como alimento

Papiro (*Cyperus papyrus*), planta bastante comum às margens de rios africanos (na foto, margem do Rio Okavango em Botswana). As fibras para a fabricação do papel e de outros produtos eram obtidas de seu caule e de sua raiz.

A organização da **sociedade egípcia** era bastante rígida. Com o início do período dinástico na história egípcia – o **Império Egípcio** –, a partir da unificação, o faraó passou a concentrar todos os poderes e a maior parte das terras, sendo considerado um deus vivo. Configurou-se assim uma **monarquia teocrática**. O governante se impunha como senhor supremo do Egito, exercendo o papel de chefe de um Estado centralizado. Controlava a economia do país, com funcionários que administravam templos, terras, homens, barcos e rebanhos, cobravam tributos e trabalhos. Esse poder em alguns momentos foi disputado com nomarcas, que acumulavam grandes riquezas e tinham grande poderio regional.

Logo abaixo na hierarquia vinham os sacerdotes, os grandes burocratas e os chefes militares. Os nomarcas passaram a ser funcionários, representantes do poder central, administrando aldeias e cidades, arrecadando impostos e fazendo cumprir as decisões do faraó. Em seguida vinha a baixa burocracia, formada pelos escribas, conhecedores da complexa escrita hieroglífica e responsáveis pelos registros administrativos. Nessa camada intermediária figuravam também os comerciantes, que ganharam mais expressão no período conhecido como **Novo Império** – iniciado com o fortalecimento do Egito após a expulsão dos hicsos, que dominaram boa parte da região antes de 1580 a.C.

A base da sociedade egípcia era formada pela grande massa de camponeses. Os camponeses e artesãos deveriam pagar tributos e servir ao faraó, por meio do trabalho compulsório em campos, oficinas, minas e obras públicas. Eventualmente havia também escravos, capturados nas guerras, embora essa categoria social não tivesse grande importância no sistema econômico egípcio.

Colheita de uvas para produção de vinho numa pintura egípcia feita na tumba do sacerdote, escriba e astrônomo Nakht, na cidade de Tebas, por volta de 1400 a.C. O afresco destaca a colheita cuidadosa dos cachos de uva. A atividade era acompanhada por um fiscal e um sacerdote, que recolhiam e registravam a oferenda à deusa Renenutet, representada sob a forma de uma cobra. Depois da colheita, a uva era esmagada e passava para a fase da fermentação. No final, o vinho era armazenado em ânforas de barro. A bebida principal dos antigos egípcios, entretanto, era a cerveja, produzida da cevada.

A **religião** egípcia foi muito importante para a manutenção da ordem existente e, portanto, do domínio dos camponeses pelo Estado. O culto era politeísta, resultado da diversidade de nomos que, fundidos, deram origem à civilização egípcia. Alguns dos deuses eram Amon Rá, Osíris, Ísis, Set, Hórus, Anúbis e Ápis.

Museu Nacional, Cairo

▲ Neste relevo do século XIV a.C., os raios do deus sol Aton iluminam o faraó Amenófis IV, sua esposa Nefertite e um de seus três filhos

Com o faraó Amenófis IV (1377 a.C.-1358 a.C.) foram realizadas profundas reformas de cunho político-religioso. Templos foram fechados e bens foram confiscados, valorizando o culto monoteísta ao deus Aton, representado pelo círculo solar, em lugar do politeísmo tradicional centrado principalmente no deus *Amon-Rá*. O próprio faraó teve seu nome mudado para Akhenaton (*Ech n-Aton* = "aquele que adora a Aton") e foi fundada uma nova capital próxima de Tebas chamada Ahketaton ("horizonte do disco solar"). A longo prazo, porém, essas reformas não vingaram, ao que parece por causa das crenças tradicionais e da impopularidade da nova religião. Com a morte de Amenófis IV, seu sucessor foi Tutancâmon e a religião tradicional politeísta foi restabelecida.

Como os egípcios acreditavam em vida após a morte e no retorno da alma ao corpo, cultuavam os mortos e desenvolveram técnicas de mumificação para conservar os cadáveres. Os corpos ficavam no túmulo junto com tudo o que seria utilizado no retorno à vida, como alimentos, utensílios, joias e objetos pessoais. No caso dos faraós, os corpos mumificados ficavam protegidos nas pirâmides, imensas construções repletas de passagens e câmaras para impedir a ação dos saqueadores de túmulos.

Para mumificar um corpo, geralmente se retiravam os principais órgãos, que eram tratados e depois recolocados, com exceção do cérebro. O coração, considerado o centro da inteligência e da força, era mantido. Em seguida, o corpo era coberto por um tipo de sal e deixado durante 40 dias para desidratar. Depois era embrulhado em camadas de linho embebido em diversas substâncias e coberto de resina. Com isso, os corpos se preservavam por milhares de anos.

A mumificação ampliou o conhecimento dos egípcios antigos sobre a anatomia humana. Conhecendo melhor os órgãos e sua localização, puderam realizar intervenções cirúrgicas e tratar doenças do estômago, coração e de fraturas.

Museu Britânico, Londres

◄ Vasos de canopo (urnas em que se guardavam órgãos do morto após a mumificação) decorados com os quatro filhos do deus do céu Hórus. Cada órgão era depositado em um vaso independente: da esquerda para a direita, Amset para o estômago e os intestinos; Duatmufed para os pulmões; Kebehsenuf para o fígado e Hapi para os órgãos menores. Esses vasos foram feitos por volta de 1069 a.C. a 945 a.C.

As técnicas desenvolvidas para a construção de templos religiosos e funerários (as pirâmides, por exemplo) e de obras hidráulicas, por sua vez, significaram um grande avanço da **arquitetura** e da **engenharia**.

O interesse em ciência demonstrado pelos egípcios é bastante claro em seus estudos de astronomia, que resultaram na criação de um calendário solar composto de 12 meses de 30 dias.

Com relação às **artes**, não se pode negar sua conotação religiosa. A pintura egípcia, destinada à representação de deuses, faraós e da nobreza em geral, caracterizava-se pela falta de perspectiva: tudo era representado no mesmo plano, sem a ideia de profundidade. Na escultura, muitas vezes monumental, as linhas eram rígidas e perfeitamente simétricas. Na literatura, cultivava-se a poesia; uma das peças mais famosas foi o "Hino ao Sol", composto por Amenófis IV. O texto ao lado faz uma reflexão sobre o papel da arte para reforçar as relações de poder.

A **escrita** egípcia desenvolveu-se de três formas:

- a hieroglífica, considerada sagrada, mais antiga e composta de mais de 600 caracteres;
- a hierática, uma simplificação da hieroglífica;
- a demótica, mais recente e popular, formada por cerca de 350 sinais.

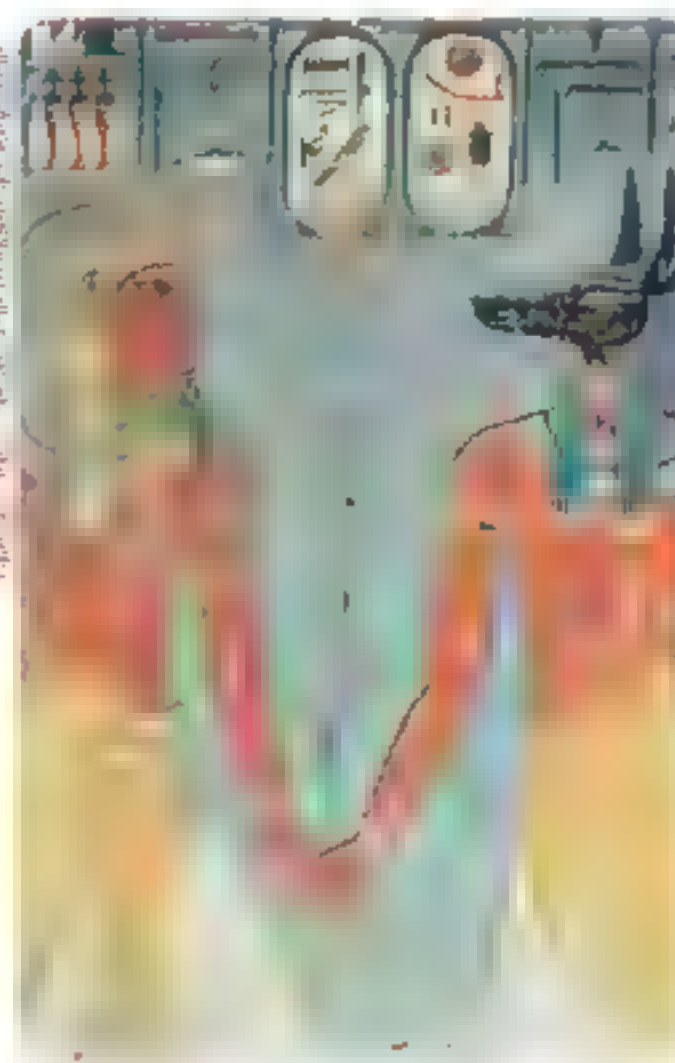
Os períodos da história egípcia

A longa história egípcia tradicionalmente tem sido dividida em três grandes períodos: o Antigo Império (de cerca de 3200 a.C. a 2300 a.C.), o Médio Império (de cerca de 2000 a.C. a 1580 a.C.) e o Novo Império (de 1580 a.C. a 525 a.C.).

SOBRE AS REPRESENTAÇÕES

Desde o começo, nas manifestações mais primárias e elementares, a história tem tido sempre uma função social – geralmente a de legitimar a ordem estabelecida –, ainda que tenha tendido a mascará-la, apresentando-se com a aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos. [...]

Também as representações figuradas guardam objetivos semelhantes. Os relevos do Egito faraônico ou as pinturas maias não só estavam destinados a perpetuar a memória dos soberanos, como também tinham uma função didática: a de recordar os fundamentos religiosos e profanos do sistema social vigente, tal como deviam explicá-los os sacerdotes. As cenas de triunfos militares, em que nunca falta a representação dos mortos e dos vencidos, serviram de advertência de que qualquer intento de subverter a ordem estabelecida seria reprimido duramente, tanto se procedesse de inimigo de fora como de dissidentes de dentro.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 1998. p. 15

General Horemheb, último rei da 18ª dinastia (à esquerda) e o deus Anúbis (à direita), representados na tumba de Horemheb (c. 1323 a.C.-1295 a.C.), Tebas, Egito. Anúbis era o deus da morte e da mumificação, geralmente retratado com a cabeça de Chacal ou na forma de um cão deitado.

Invasões no Egito antigo

Baixo Egito
Alto Egito
Região fértil
Limite do Antigo Império
Limite do Médio Império
Limite do Novo Império
Extensão máxima do Novo Império (1580 a.C. a 1085 a.C.)
Pirâmides

Invasões
Hicsos 1750 a.C.
Assírios 670 a.C.
Persas 525 a.C.
Macedônios 332 a.C.
Romanos 30 a.C.

Adap. BRANCANTI, Antonio. *I popoli antichi*. Firenze: La Nuova Italia, 1997. p. 34 e BARBEIRO, Heródoto. *História: de olho no mundo do trabalho*. Volume único. São Paulo: Scipione, 2004. p. 33

Em seus quase 3 mil anos de história de revoltas, conquistas e invasões estrangeiras, o Egito foi governado por faraós de 26 dinastias. A desagregação final do império se deu com a invasão dos persas em 525 a.C. Comandados por Cambises, filho de Ciro e rei da Pérsia entre 530 a.C. e 522 a.C., os persas derrotaram os egípcios na Batalha de Pelusa e conquistaram definitivamente a região. A partir daí, o Egito foi dominado por vários povos durante pelo menos 2 500 anos, tendo se tornado sucessivamente província do Império Persa, território ocupado por macedônios, romanos, árabes, turcos e finalmente ingleses.

Essas últimas invasões, como você verá, tiveram grande efeito sobre a cultura egípcia, sobretudo o domínio macedônico, que abriu caminho para as ideias gregas. Esse domínio instaurou no Egito uma dinastia de origem macedônica, chamada ptolomaica ou lágida, à qual pertenceu Cleópatra, uma das personagens mais famosas da história antiga. Ocupou o trono em 51 a.C., depois da morte do pai, Ptolomeu XII, e nele permaneceu até sua morte, em 30 a.C.

O filho de Cleópatra com o ditador romano Júlio César foi o último rei ptolomaico. Depois desse período, o Egito caiu sob domínio romano e, mais tarde, árabe – domínios que introduziram, respectivamente, elementos culturais cristãos e muçulmanos.

PARA RECORDAR Mesopotâmia e Egito

Revolução Neolítica: agricultura e domesticação de animais
aumento da produção agrícola, do consumo e da população
fixação das comunidades nos vales dos grandes rios
obras hidráulicas: irrigação e diques
necessidade de organização e cooperação
Estado (faraó ou rei ou imperador)
excedentes agrícolas
nova organização social
sacerdotes
funcionários
campo
cidade
indivíduos livres submetidos ou não ao trabalho compulsório
escravos
exército
especialização
agricultura
artesanato
comércio
possibilidade de expansão imperialista
dominação pelo Império Persa

ATIVIDADES

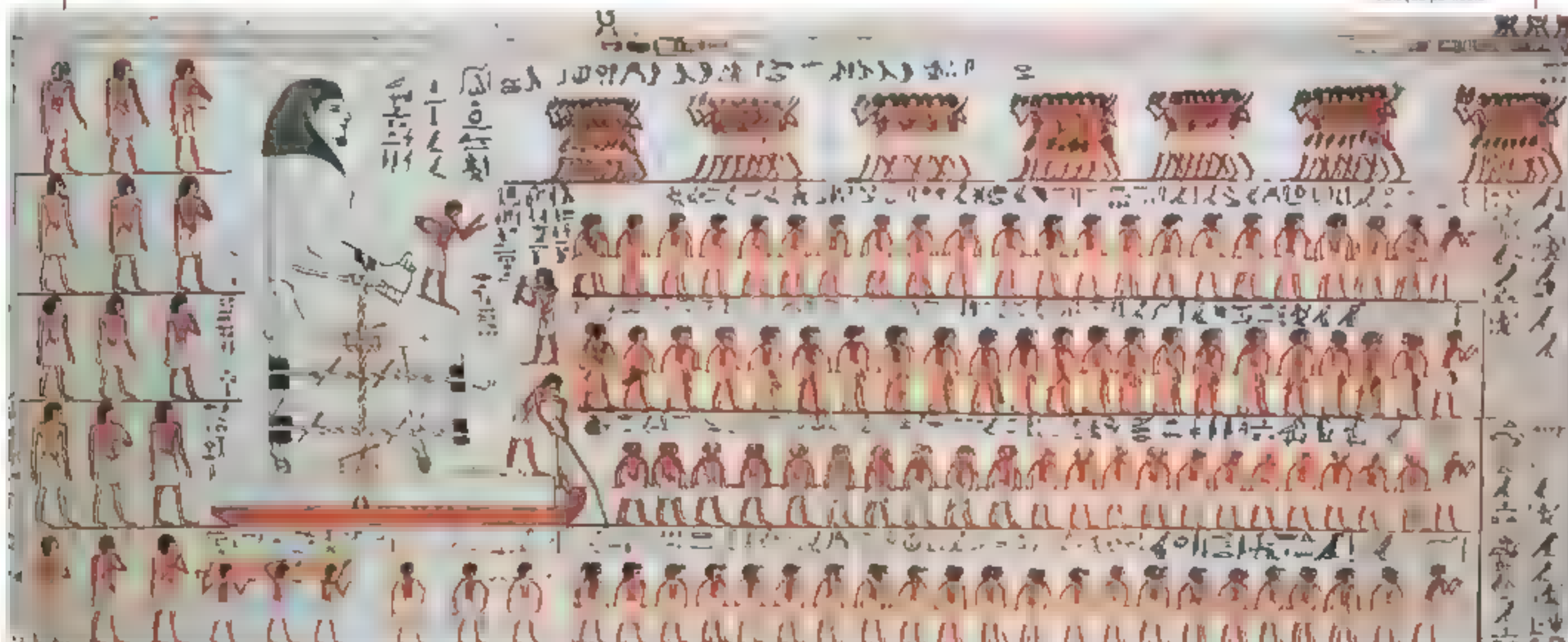
Responda às questões abaixo baseando-se no esquema-resumo.

- Explique como a fixação de grupos humanos nos vales de grandes rios favoreceu a criação de Estados com poder centralizado.
- Podemos considerar que o desenvolvimento da atividade comercial foi uma decorrência da Revolução Neolítica? Justifique.
- Que semelhanças você nota em relação ao desenvolvimento e às características das civilizações mesopotâmica e egípcia?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de imagem

→ Observe a imagem abaixo. É parte de uma pintura feita na parede do túmulo do nomarca Djehutihotep, construída na necrópole de Deir el-Bersha, durante a 12.ª Dinastia do Egito. Preste atenção na figura maior da imagem e nas características das personagens que a rodeiam. A seguir, responda às questões que a acompanham.

Coleção particular

a) O que essas personagens estão fazendo?

b) Com base em seus conhecimentos sobre o Egito antigo, quem são as personagens que rodeiam a figura central? Justifique sua hipótese por meio de seus conhecimentos sobre a sociedade egípcia.

c) Considerando que esse afresco estava nas paredes do túmulo de um nomarca, que significado ele pode ter?

2 Leitura e reflexão

→ Leia o texto abaixo, escrito pelo historiador das religiões, Mircea Eliade, e responda às questões que o acompanham.

[...] foram a religião, e, sobretudo, o dogma da divindade do Faraó, que contribuíram, desde o início, para modelar a estrutura da civilização egípcia. [...]

A fundação do Estado unificado equivalia a uma cosmogonia. O Faraó, deus-encarnado, instaurou um mundo novo, uma civilização infinitamente mais complexa, e superior à das aldeias neolíticas. O essencial era assegurar o modelo divino; em outras palavras, evitar as crises suscetíveis de abalar os alicerces do novo mundo. A divindade do Faraó constituía a melhor garantia. Uma vez que o Faraó era imortal, a sua morte significava somente sua transladação ao Céu. A continuidade de um deus-encarnado para um outro deus-encarnado e, consequentemente, a continuidade da ordem cósmica e social, estava assegurada.

dogma: ponto fundamental e indiscutível de uma doutrina

cosmogonia: princípios que buscam explicar a origem do universo

[...] O Faraó é a encarnação da ma'at, termo que se traduz por "verdade", mas cuja significação geral é "a boa ordem" e, consequentemente, "o direito", "a justiça". A ma'at pertence à Criação original ela reflete, portanto, a perfeição da Idade do Ouro [...]

Enquanto encarnação da ma'at, o Faraó constitui o modelo exemplar para todos os seus súditos. [...] A obra do Faraó assegura a estabilidade do Cosmo e do Estado e, por conseguinte, a continuidade da vida

Adaptado de: ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. t. 1, v. 1. p. 109-17.

a) De acordo com as crenças religiosas egípcias, qual era o papel principal do faraó?

b) Por que a morte do faraó não abria uma crise política no Egito?

c) Tomando por base seus conhecimentos de História, aponte a principal diferença que havia entre as monarquias teocráticas egípcia e mesopotâmica.

3 Comparação de pontos de vista

→ Leia com atenção os textos abaixo. O texto 1, de autoria do historiador Jean Vercoutter, foi extraído da obra *L'Egypte ancienne*. O texto 2 é um trecho do livro *O Egito antigo*, escrito pelo historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso.

Texto 1

Há quem se extasie muito a respeito da estabilidade do povo egípcio [...] Esta característica [...] foi favorecida pela necessidade de um governo politicamente forte para assegurar a irrigação [...] cuja manutenção não pode ser assegurada senão por um poder central forte que a saiba impor a todas as províncias. Assim, todo o sistema político egípcio repousa sobre uma necessidade física, geográfica, da qual não temos equivalente algum em nossas sociedades ocidentais.

VERCOUTTER, Jean. *L'Egypt ancienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. p. 18.

Texto 2

Os trabalhos recentes mostram que o sistema egípcio de irrigação por tanques tinha um caráter local a princípio: não há qualquer prova de uma administração centralizada de redes de irrigação até o Reino Médio, isto é, até mil anos depois da unificação do reino egípcio. Nestas condições, tudo indica que o papel da agricultura irrigada foi enorme na formação e consolidação das confederações tribais que deram origem, em cada região do país, aos [...] nomos, que no reino unificado funcionou como província [...] A irrigação não pode, porém, ser vista como a causa do surgimento do Estado centralizado e da civilização egípcia: pelo contrário, um sistema centralizado de obras hidráulicas para a agricultura irrigada surgiu como o resultado tardio de um Estado forte.

CARDOSO, Ciro F. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 24-5.

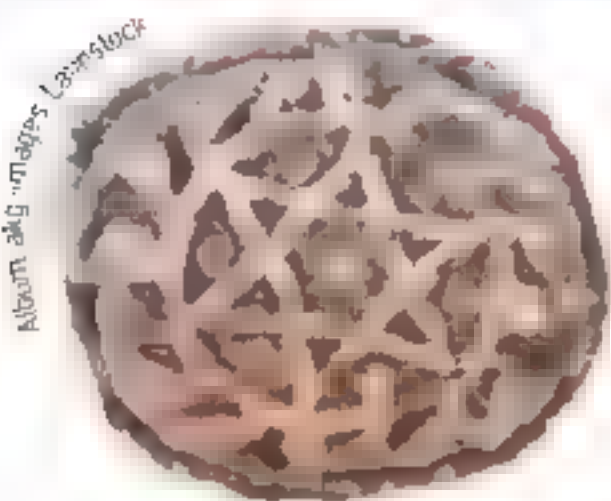
a) Qual é o assunto que está em discussão nos dois textos?

b) O autor do segundo texto defende a mesma tese do autor do primeiro? Por quê?

c) Por que a questão do controle sobre as águas do Nilo tem tanta relevância quando se discute a história egípcia?

A civilização dos hebreus, fenícios e persas

Na região do Crescente Fértil, as ricas terras encontradas nas margens dos grandes rios (Nilo, Tigre e Eufrates) possibilitaram não apenas o desenvolvimento das civilizações egípcia e mesopotâmica, mas também o de outros povos vizinhos, que, de alguma maneira e em algum momento, aproveitaram-se da riqueza daquelas. Trata-se de hebreus, fenícios e persas, responsáveis por alguns legados da cultura ocidental. Os hebreus se destacam por terem sido o primeiro povo a adotar o **monoteísmo ético**, religiosidade em que existe um só Deus e se exige um comportamento ético dos homens, ou seja, que ajam de maneira correta e justa. O monoteísmo ético está na base da religião de mais de 2 bilhões de pessoas hoje: os judeus, os cristãos e os muçulmanos.

Os hebreus

O povo hebreu estabeleceu-se na Palestina, região do atual território de Israel, às margens do Rio Jordão. Praticou a agricultura e o pastoreio, embora com grandes dificuldades, por causa do clima seco. Os primeiros hebreus que ocuparam a região, por volta de 2000 a.C., tinham origem semita, como os cananeus, que já eram habitantes da região, mas foram derrotados pelas tribos hebraicas.

Muitas das informações de que dispomos sobre os hebreus são provenientes da Bíblia, mais especificamente do Antigo Testamento. Na Bíblia, dados históricos misturam-se com relatos místicos e religiosos, envolvendo as principais personagens da história antiga hebraica, numa aura de mistério e religiosidade. Os estudos linguísticos e arqueológicos e os textos não bíblicos dialogam com essas representações.

O primeiro grande líder hebreu, segundo a tradição, foi Abraão, considerado o primeiro **patriarca** (chefe do clã). Pregava uma nova religião, monoteísta, que logo se tornaria o elemento unificador do povo hebreu. O deus único, Javé (também chamado Iahweh ou Jeová), teria prometido a ele e seus descendentes uma terra onde "jorraria leite e mel". De acordo com a Bíblia, Abraão foi sucedido pelos patriarcas Isaac e Jacó. Dos herdeiros deste último descenderam os grupos familiares originais, chamados de "as 12 tribos de Israel".

É importante ressaltar, contudo, que nenhum dos patriarcas é mencionado em qualquer outro documento de época que não seja o Antigo Testamento. Além disso, muitos historiadores afirmam que a religião monoteísta de Jeová só surgiu muito depois da época dos patriarcas.

Segundo o relato bíblico, as crescentes dificuldades econômicas fizeram com que muitos hebreus se dirigissem ao rico vale do Nilo. Embora a princípio essa ocupação tenha sido pacífica, posteriormente eles foram escravizados. A resistência à escravidão provocou o fortalecimento da unidade religiosa monoteísta.

A fuga dos hebreus do Egito, conhecida como Êxodo, ocorreu sob a liderança do patriarca Moisés. Durante essa fuga, ainda segundo a Bíblia, Deus lhe ditou os Dez Mandamentos, um conjunto de leis escritas em duas pedras. Após 40 anos de jornadas pelo deserto, os hebreus acabaram retornando à Palestina, já sob a liderança de Josué. A presença dos hebreus no Egito e o Êxodo também não são confirmados por outras fontes que não a própria Bíblia. Além disso, têm uma cronologia bastante duvidosa, seja pelas várias indicações bíblicas contraditórias, seja pela confrontação com outras fontes históricas, constituindo objeto de diferentes interpretações.

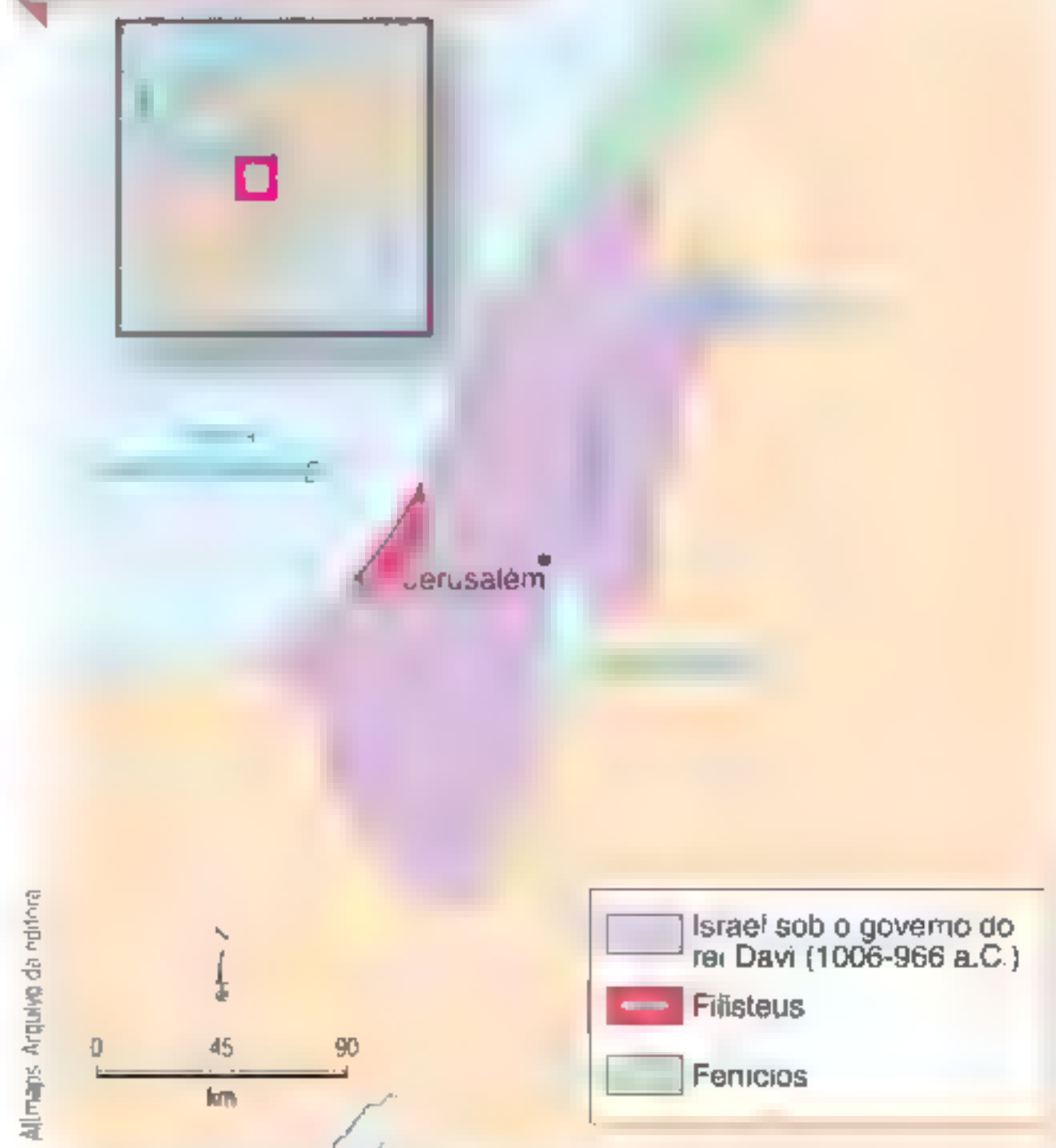
A região da antiga Palestina

Jerusalém

Israel sob o governo do rei Davi (1006-966 a.C.)

Filisteus

Fenícios

0 45 90 km

Adap. DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 8.

Segundo os relatos bíblicos, os hebreus ocuparam a cidade de Jericó e, divididos em tribos, passaram a nomear juízes para combater os filisteus que ocupavam o litoral da Palestina (observe no mapa da página anterior). Entre esses chefes guerreiros destacaram-se Gideão, Sansão e Samuel, que tentou promover a união das vários tribos. Após a provável instalação dos hebreus na Palestina, ocorreram várias tentativas de unificar as tribos em um reino único, mas a unificação só aconteceu com a liderança de Saul, em 1010 a.C., considerado o primeiro rei dos hebreus.

Davi, o sucessor de Saul, conseguiu lançar as bases para a formação de um verdadeiro Estado hebraico, com governo centralizado, exército permanente e organização burocrática. Jerusalém tornou-se capital do Reino de Israel. Sob o comando de Salomão, filho de Davi, o Estado hebraico antigo atingiu seu apogeu, com grande desenvolvimento comercial. Para os cultos foi construído um grande templo dedicado a Jeová: o Templo de Jerusalém (conhecido como Templo de Salomão), na capital hebraica.

Os elevados impostos e o trabalho compulsório dos camponeses, todavia, acabaram gerando descontentamentos. O Estado unificado não sobreviveu à morte de Salomão. Logo surgiram disputas pela sucessão, que resultaram na divisão dos hebreus em dois reinos: o de **Israel**, com capital em Samaria, e o de **Judá**, com capital em Jerusalém.

A consequência imediata da divisão foi a invasão estrangeira, inicialmente pelos assírios e mais tarde por Nabucodonosor, rei da Babilônia no século VI a.C. Depois de saquear Jerusalém e destruir o Templo de Salomão, Nabucodonosor levou um grande número de habitantes do Reino de Judá como escravos para a Mesopotâmia. Com a invasão persa à Babilônia, em 539 a.C., os hebreus escravizados foram libertados e puderam retornar à Palestina, embora politicamente fossem submetidos aos persas.

Os últimos invasores da Palestina na Antiguidade foram os macedônios e, a seguir, os romanos. A resistência à ocupação romana, em 70 d.C., foi reprimida brutalmente. Jerusalém foi destruída e os hebreus se dispersaram por outras regiões. Esse movimento tornou-se conhecido como **diáspora** e se estendeu por centenas de anos.

Alamy/Other Images

▲ O Muro das Lamentações na cidade de Jerusalém, em foto de 2009. Recebeu esse nome porque os judeus que o visitavam lamentavam a destruição do templo e a dispersão de seu povo. O muro foi a única parte que sobrou do Templo de Salomão, depois dos ataques do então general romano Tito à cidade, em 70 d.C. Hoje, é um lugar sagrado: os judeus fazem ali suas preces e depositam pequenos papéis com pedidos nos vãos das pedras.

Museu Real de Arte e História, Bruxelas/The Bridgeman/Keystone

Os fenícios e os persas

A **Fenícia** situava-se no litoral da Síria, no norte da Palestina, onde se localiza atualmente o Líbano (veja mapa da página anterior). Foi ocupada antes de 3000 a.C. por povos semitas que, além de desenvolverem a agricultura com o cultivo de cereais, videiras e oliveiras, a pesca e o artesanato, destacaram-se no comércio marítimo. A possibilidade de adquirir excedentes agrícolas do Egito foi um forte estímulo para a atividade comercial.

Os povos fenícios estavam organizados em cidades-Estado como Biblos, Sidon, Tiro. Na Fenícia, as cidades-Estado eram chefiadas pela elite mercantil e proprietária das embarcações, constituindo uma **talassocracia** (do grego *thálassa* = "mar", *kratía* = "força", "governo"), ou seja, um governo centrado no domínio marítimo.

cidade-Estado: cidade independente em termos de economia, organização social e poder político, com uma estrutura de Estado própria.

Os fenícios chegaram a estabelecer rotas mercantis por todo o Mediterrâneo e até no litoral Atlântico do norte da África (observe o mapa a seguir). Instalaram povoados em várias regiões no Mediterrâneo, verdadeiros entrepostos comerciais, como Cartago, no norte da África.

No contato com vários povos propiciado pelas relações mercantis, os fenícios conheceram várias culturas e suas artes, técnicas e descobertas, tornando-se depositários dos conhecimentos de muitas regiões e povos. Ao mesmo tempo, deram contribuições originais à humanidade, sendo a principal delas um alfabeto fonético simplificado, composto de 22 letras, que, incorporado pelos gregos e romanos, serviu de base para o alfabeto ocidental atual.

Museu Arqueológico Nacional, Madri. Fanny Paul Ord. Corbis/Latinstock

▲ Estatueta fenícia do século VI a.C.

Os fenícios desenvolveram a astronomia, associada às essenciais técnicas de navegação, e a matemática, ligada às necessidades do comércio. As diversas cidades-Estado cultuavam vários deuses, o mais importantes geralmente denominados Baal (do hebraico *Bahal* = "senhor"), associados ao Sol, e Astarteia, simbolizada pela Lua e representando a fecundidade.

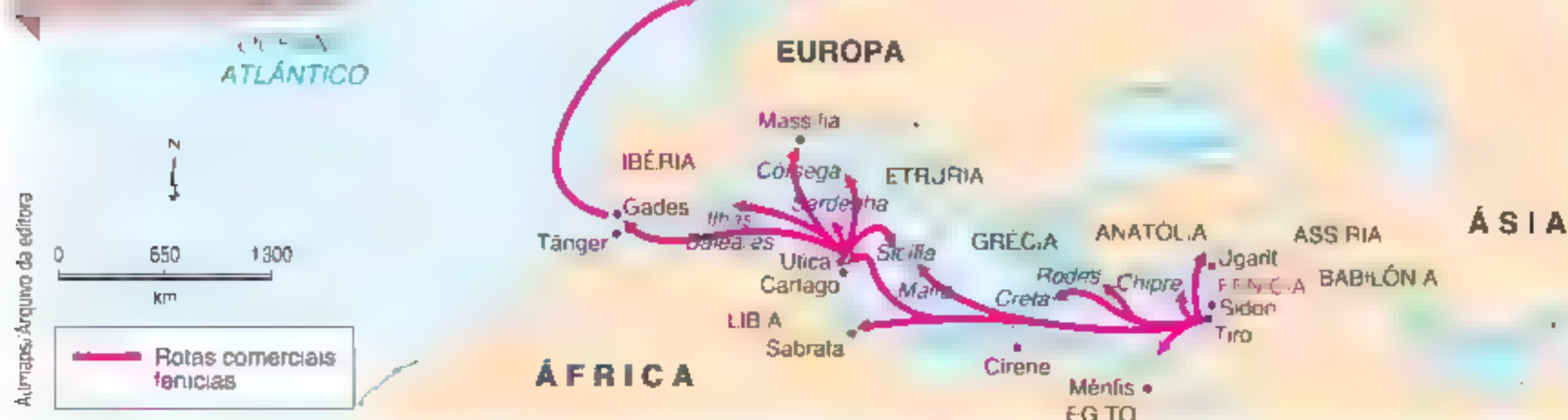
Já os povos que ocupavam o planalto iraniano, região chamada pelos gregos de *persis* ou *parsa*, usualmente denominada **Pérsia**, produziram uma civilização responsável por um dos maiores impérios do mundo antigo. Apesar da pobreza do solo, o planalto iraniano foi ocupado desde o sexto milênio antes da Era Cristã, recebendo grandes levas de populações indo-europeias por volta de 2000 a.C. O território foi unificado por Ciro I (559 a.C.-529 a.C.), rei persa que submeteu os povos vizinhos, os medos. Procurando expandir seus domínios, os persas invadiram a Mesopotâmia, a Palestina e a Fenícia e chegaram à Ásia Menor (no Ocidente) e à Índia (no Oriente).

Museu Nacional Etrusco de Villa Giulia, Roma

◄ Escrita fenícia numa placa de ouro, do século V a.C.

O comércio fenício

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. KINDER, H.; HILGEMANN, W. Atlas of World History. Nova York: Anchor Books, 1974. p. 38

▲ Os mercadores fenícios – os maiores comerciantes, marinheiros e exploradores do mundo antigo – buscavam e levavam mercadorias por toda a bacia mediterrânea.

Ciro, o principal conquistador, foi bastante hábil em se aliar às elites locais dos territórios conquistados, em vez de simplesmente submetê-las. Desse modo, garantiu relativa estabilidade a um vasto império. Como vimos, seu filho e sucessor, Cambises, atacou o Egito, conquistando o vale do Nilo após a vitória na batalha de Pelusa (525 a.C.). Contrariando as regras de tolerância de seu pai, deu início a um período de centralização autoritária e de submissão dos povos conquistados.

O período de maior florescimento persa ocorreu no reinado de Dario I (524 a.C.-484 a.C.), que dividiu o império em províncias, as **satrapias**. Os sátrapas eram encarregados de cobrar impostos em nome do imperador e eram fiscalizados, por sua vez, por inspetores oficiais, conhecidos como "olhos e ouvidos do rei".

Dario também mandou construir estradas que ligavam os principais centros urbanos do império (Susa, Pasárgada, Persépolis - veja no mapa a seguir), criou um eficiente sistema de correios, para maior controle das províncias, e implantou uma unidade monetária chamada *dárico*.

No Império Persa, assim como entre outros povos da Antiguidade oriental, a população estava submetida à servidão coletiva, prestando serviços obrigatórios ao Estado. O comércio era realizado por povos subjugados, como fenícios, babilônios e hebreus. A burocracia, formada pelos sátrapas e sacerdotes, tinha grande importância na sustentação do poder imperial.

O domínio do imperador era garantido pelo numeroso exército, mantido com propósitos expansionistas. A existência desse exército, porém, não impediu o fracasso dos ataques feitos por Dario I e seu sucessor, Xerxes I, à Grécia.

Durante quase todo o século V a.C., os gregos e os persas se enfrentaram em conflitos que se tornaram conhecidos como **Guerras Médicas** – nome que faz referência ao povo **medo**, da Pérsia – ou Guerras Greco-Pérsicas. Em seu expansionismo, os persas haviam dominado as cidades gregas da Anatólia, na atual Turquia, prejudicando o comércio da Grécia com o Oriente. Os gregos lutavam pela independência dessas cidades.

Os conflitos deram início à época áurea da Grécia, vitoriosa nas Guerras Médicas, e à desagregação do Império Persa. Mais tarde, todo o território persa seria dominado pelos macedônios.

Apesar de ter incorporado muitos conhecimentos de outros povos, como a escrita cuneiforme de origem mesopotâmica, a cultura persa teve características próprias. Sua religião era basicamente dualista, fundada na crença em duas divindades antagônicas principais: Ormuz-Mazda, deus do bem, da luz e do mundo espiritual, e Arimã, deus do mal e das trevas. O imperador seria o representante do bem na terra, em sua infindável luta contra o mal, o que mostra o forte vínculo da religião com as estruturas de poder.

O Império Persa

Núcleo do território persa
Império de Ciro
Conquistas de Cambises
Conquistas de Dario
Estrada real
Satrapias

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of world history*. Nova York: Anchor Books, 1974. p. 44.

A religiosidade popular, entretanto, se distinguia da oficial. Incluía várias divindades, muitas delas adotadas nos contatos com outros povos. Em geral, os persas também admitiam a vida após a morte e o advento de um Messias à terra, um salvador que libertaria os justos (assim como na religião judaica). Os princípios dessa religião, chamada de **zoroastrismo** ou **masdeísmo**, estavam no livro sagrado *Zend-Avesta*, que teria sido escrito por um personagem lendário: Zoroastro, também denominado Zaratustra.

Escadaria do palácio de Persépolis, no Irã, com relevo do século VI a.C. representando os súditos que levavam tributos a Dario I.

Corbis/Latinstock

PARA RECORDAR Hebreus, fenícios e persas

Hebreus

- agricultura
- pastoreio

relatos bíblicos

Abraão – o primeiro patriarca
monoteísmo (Javé)

- Isaac
- Jacó
- 12 tribos de Israel

Moisés – êxodo

- Dez mandamentos
- David – Estado hebraico
- Salomão – desenvolvimento comercial
- Templo de Jerusalém

Palestina unificação

- Saul – o 1.º rei dos hebreus

Divisão

- Israel – capital Samaria
- Judá – capital Jerusalém

Invasões estrangeiras

- assírios, macedônios, romanos

Fenícios

povos semitas

- agricultura
- pesca
- artesanato
- comércio marítimo

alfabeto fonético

cidades-Estado

- elite mercantil talassocracia
- rotas mercantis – entrepostos comerciais

Persas

- indo-europeus
- religião dualista / zoroastrismo

Ciro – unificação

- domínio dos medos

Dario I

- satrapias
- sistema de correios
- unidade monetária

ATIVIDADES

Consultando o esquema-resumo acima, responda às questões.

Explique a importância dos Dez Mandamentos para a construção de uma unidade hebraica.

Indique os fatores que contribuíram para o estabelecimento da talassocracia fenícia.

Que medidas tomadas por Dario I permitiram o controle do poder central sobre o vasto Império Persa?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Comparação e reflexão

→ Egípcios, mesopotâmicos, hebreus, fenícios e persas apresentaram grandes realizações, muitas delas influenciando outros povos e culturas. De certa maneira, muito da cultura ocidental atual conta com seus feitos. Vamos estabelecer uma comparação entre seis povos da Antiguidade Oriental.

Reproduza o quadro abaixo em seu caderno e preencha os espaços.

Civilização	Características gerais	Localização	Economia	Sociedade	Governo	Cultura	Religião	Período
Egípcia	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★
Império Assírio	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★
Segundo Império Babilônico	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★
Fenícia	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★
Império Persa	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★
Hebraica	★ ★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★	★ ★ ★ ★

2 Leitura de texto e levantamento de hipótese

→ Leia com atenção o texto abaixo e depois responda às questões que o acompanham.

[...] Antes de Moisés, todos os israelitas, começando por Abraão e incluindo naturalmente os que se instalaram no Baixo Egito, não conheciam ainda Javé, eram inevitavelmente politeístas e antropomorfistas, partilhando uma religião que conhecemos mal, mas que deveria remeter-se às dos outros povos – sobretudo semitas – do Oriente Próximo, em especial a potente e irradiante Mesopotâmia. O Javé pregado por Moisés não teve predecessor – salvo talvez por seu nome [...]. Simplesmente, Moisés, sabedor do fato de que os homens não trocam de deuses com facilidade, apresentou Javé (e talvez ele assim supusesse) como o mero nome novo de um dos deuses (nós ignoramos qual) já conhecidos e venerados por seus compatriotas [...].

Moisés [...] ensinou a seus compatriotas a necessidade de não ter outro deus além de Javé, de se ligar apenas a Ele, de só devotar culto religioso a Ele. É o que os historiadores da religião chamam de "henoteísmo": não se nega a existência de outros deuses (ainda é, portanto, politeísmo!), mas só se interessa e se aproxima de um, fica-se indiferente a todos os outros, que são ignorados. Em Israel, o monoteísmo autêntico é alcançado quando é possível afirmar: "Só Javé é Deus; e não há outro fora d'Ele". Foi o Deuterônimo que assim disse (capítulo 4,35), e ele é datado do século VII antes de nossa era, meio milênio depois de Moisés.

BOTTÉRO, Jean. O Deus da Bíblia. In: BOTTÉRO, Jean; OUAKNIN, Marc-Alain; MOINGT, Joseph. *A mais bela história de Deus. Quem é o Deus da Bíblia?* Rio de Janeiro: Difel, 2001. p. 21-2.

a) De acordo com o autor do texto, os hebreus que acompanharam Abraão na migração para Canaã já pregavam o monoteísmo? Explique.

b) Considerando as informações do texto, qual é a importância de Moisés na formação da cultura hebraica?

c) Em grupo ou em duplas, reflitam sobre o contexto histórico em que viveu Moisés, segundo o texto. Com base nele, levantem uma hipótese para explicar por que razão ele buscou convencer os hebreus a abandonarem o culto a outras divindades e aceitarem apenas o culto a Javé.

3 Leitura e reflexão

→ Leia o texto e faça o que se pede

Intensivos levantamentos arqueológicos nas regiões montanhosas centrais, na década de 1980, abriram perspectivas para a compreensão do caráter e das origens dos dois Estados, de Judá e de Israel. As novas perspectivas divergiam, de forma dramática, dos relatos bíblicos. Os levantamentos mostraram que a emergência dos israelitas nas regiões montanhosas não tinha sido acontecimento excepcional, mas, de fato, apenas uma de uma série de oscilações demográficas que podiam ser traçadas de um século antes.

[...] Mas ainda mais surpreendente, os levantamentos [...] indicaram que em cada onda de assentamento nas regiões montanhosas sempre pareceram existir duas sociedades distintas nas montanhas – no norte e no sul – ocupando mais ou menos as áreas dos futuros reinos de Judá e Israel.

[...] Como o posterior reino de Israel, o assentamento do norte era denso e possuía complexa hierarquia de sítios pequenos, médios e grandes, todos dependentes da agricultura sedentária. A região do sul, como mais tarde o reino de Judá, era bem pouco povoada e apresentava principalmente sítios menores, sem aquela variedade de tamanhos.

[...]

Além das indicações arqueologicas da divisão norte-sul, existe alguma evidência textual importante no Egito. Uma dessas fontes são os chamados textos de execração, inscrições ofensivas gravadas em fragmentos de cerâmica e em estatuetas de prisioneiros de guerra, que deveriam ser quebrados e enterrados numa cerimônia a fim de causar infortúnio aos inimigos do Egito. Como antigas versões das bonecas de vodu, cobertas por muitos rabiscos ameaçadores, esses textos oferecem traços da geografia política de Canaã durante aquela época, em particular daqueles lugares e povos que os egípcios consideravam assustadores. Os textos mencionam grande número de cidades costeiras e nas planícies, mas apenas dois centros nas regiões montanhosas: Shechem e (de acordo com a maioria dos eruditos) Jerusalém.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: Girafa, 2003. p. 212-5.

a) De acordo com o texto acima, as fontes materiais e textuais pesquisadas pelos historiadores e arqueólogos corroboram com a versão bíblica sobre a cisão dos hebreus nos Estados de Judá e Israel? Explique apontando as provas oferecidas por eles para fundamentarem sua visão.

b) Em sua opinião, os autores do texto acima desconsideram a Bíblia como documento histórico? Justifique.

4 Análise de imagem

→ Observe ao lado a imagem de uma moeda fenícia.

a) Em duplas, identifiquem duas características da moeda que permitem que os especialistas a classifiquem como de origem fenícia. Expliquem.

b) Moedas fenícias como a vista ao lado são encontradas em sítios arqueológicos escavados em toda a costa mediterrânica. Como se explica isso?

Werner Forman/Corbis/Latinstock

▲ Moeda fenícia do século X a.C.

5 Leitura e reflexão sobre a história recente

→ O texto a seguir trata da apropriação da antiga cidade de Persépolis, capital do Império Persa, pelos governantes contemporâneos. Leia-o atentamente e depois faça o que se pede.

Em outubro de 1967, os delírios de grandeza do xá da Pérsia, Mohamad Reza Pahlevi, o levaram a se autocoroar e proclamar a si mesmo legítimo sucessor da dinastia aquemênida. Pouco depois, em 1971, o xá foi mais além e decidiu utilizar as ruínas de Persépolis como cenário para celebrar o 2500 º Aniversário da criação do Império Persa. A pompa e o esbanjamento retrocediam à Pérsia, contudo desta vez em um contexto totalmente diferente: a Pérsia, um país cuja população estava afundada numa pobreza extrema, desperdiçou mais de 240 milhões de dólares na organização do evento. Os faustos foram impressionantes e até lá se dirigiram cerca de dez mil convidados, incluindo os principais mandatários políticos do mundo.

dinastia aquemênida: denominação da dinastia de Ciro I, o unificador de medos e persas.

Persépolis e o nome do Xá acabaram inevitavelmente unidos. Por isso, quando em 1979 eclodiu a revolução islâmica e a família Pahlevi foi expulsa, os extremistas ordenaram a demolição das tumbas reais de Dario, Xerxes e Artaxerxes. Apesar de que no final as escavadoras não entraram no recinto, os dirigentes muçulmanos proibiram qualquer símbolo relacionado com o Irã pré-islâmico, como os nomes de Ciro e Dario e, certamente, qualquer referência a Persépolis. Vinte e cinco anos após a revolução, o país considerou o turismo como uma oportunidade para sua economia e não teve outro remédio senão desempoeirar os antigos livros de história, aqueles que falam do passado glorioso do Império Persa. O governo iraniano destinou 5 milhões de dólares (em 2002) [...] para a restauração, proteção e promoção turística de Persépolis. [...] Só que hoje, as impressionantes ruínas servem de modelo para a construção de hotéis de luxo e para vender camisetas e souvenires. Sem dúvida, seu passado foi mais glorioso.

MARTORELL, Daniel. Persépolis, El escaparate imperial. In: *Historia y vida*. Barcelona: Mundo Revistas, n. 427, out. 2003. p. 67.

a) Reflita sobre a história do Império Persa e responda: por que razão, milhares de anos depois do fim da dinastia aquemênida, o governante do Irã procurou associá-la a seu nome?

b) Em sua opinião, a maneira de o governo do xá Reza Pahlevi agir em relação à população iraniana foi similar ou contrária à forma como agiam os antigos reis persas com quem ele buscou se identificar? Justifique.

c) Qual foi a intenção do governo islâmico, estabelecido no Irã em 1979, ao procurar apagar o passado remoto do país?

O EXTREMO ORIENTE: ÍNDIA E CHINA

Até aqui vimos algumas civilizações que se desenvolveram do Crescente Fértil até a região persa, aquelas mais próximas da Europa e mais destacadas tradicionalmente. Agora vamos mudar o nosso foco para outras regiões, começando com a Ásia, depois a América e a África, além do Egito antigo. Ao escolhermos algumas civilizações dessas regiões, tivemos a intenção de oferecer uma visão mais geral e panorâmica das civilizações antigas.

A Índia antiga

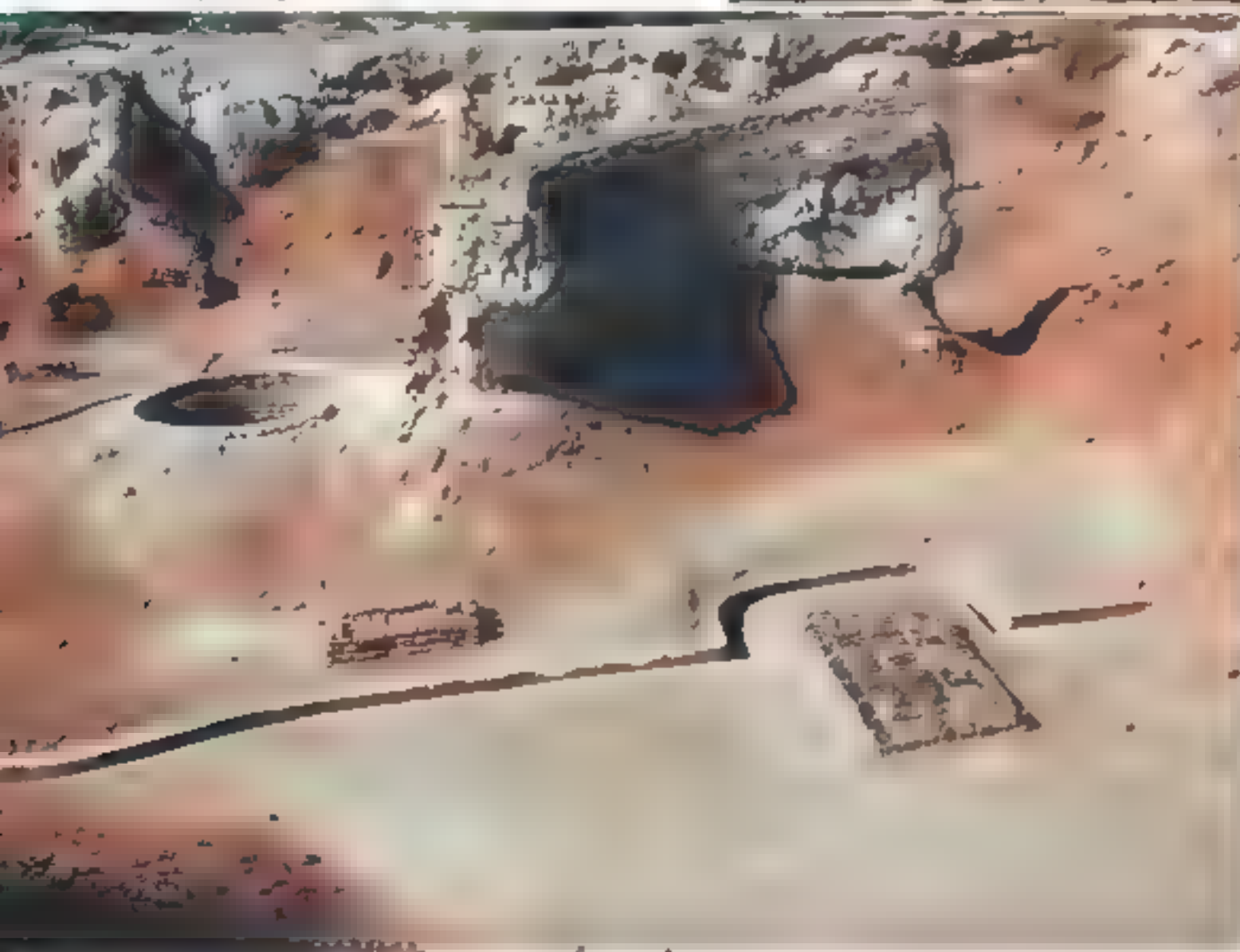
Museu Nacional Karachi/The Art Archive/Other Images

Escavações no vale do Rio Indo, realizadas especialmente na década de 1920, ampliaram os conhecimentos sobre as cidades de Mohenjo-Daro e Harappa. A região pertenceu à Índia e hoje está no território do Paquistão, criado em 1947.

As descobertas mostraram que as civilizações que antes eram denominadas "civilizações do Indo" se estendiam muito além do vale desse rio.

As duas cidades (veja mapa e fotos desta página), distantes 600 quilômetros entre si, foram erigidas em 3000 a.C. Tinham canalização de água e esgoto, com algum tratamento, até nas casas mais humildes. Isso, para a época, representava um grande sinal de desenvolvimento urbano. Além disso, a distribuição das edificações, organizadas em forma de tabuleiro de xadrez, indica que houve um planejamento urbano, o que só poderia ser feito sob a orientação de um governo centralizado.

Os arqueólogos encontraram também celeiros feitos com técnicas engenhosas de isolamento e ventilação. Imagina-se que a construção tenha servido como uma espécie de banco, pois na época todos os valores eram medidos com base em quantidades de cereais.

Allmaps/Arquivo da editora

A extensão da Índia antiga

Adap. *Word history atlas – Mapping the human journey*. Londres: Dorling Kindersley, 2005.

James L. Stanfield/National Geographic/Getty Images

Jupiterimages/AFP

◄ Ruínas de Mohenjo-Daro (acima, foto de 2006) e Harappa ▲ (ao lado, foto de 2008). Harappa e Mohenjo-Daro tinham diversos quarteirões cortados por ruas largas (algumas com mais de 10 metros) e divididos em três zonas: a primeira era reservada ao grupo dos senhores poderosos, local das melhores habitações; na segunda moravam os mais pobres, com habitações mais modestas; e numa terceira zona ficava a área reservada ao centro comercial. Templos, palácios e outros edifícios públicos ficavam em uma área especial. Havia também casas de banho público com água aquecida e um sistema de rede de esgoto com tubos abaixo do nível das ruas. As esculturas – principalmente femininas – também caracterizam a civilização aí desenvolvida.

A civilização aí desenvolvida era conhecida como **dravidiana**, em referência aos **drávidas**, grupo étnico que habitava o sul da Índia. Falavam idiomas que não pertenciam à família de línguas indo-europeias e desenvolveram uma escrita que ainda não foi decifrada.

línguas indo-europeias: família linguística que inclui, por exemplo, latim (que gerou o português, o espanhol e o francês, entre outros idiomas), russo, polonês, sânscrito e uma série de dialetos.

Ainda não se compreende como a civilização dravidiana desapareceu. Supõe-se que tenha sido por causa de deslocamentos humanos em massa motivados por secas ou terremotos. Seus descendentes são encontrados principalmente no sul da Índia, e muitas de suas práticas de meditação ajudaram a formar a religião hindu.

No decorrer do segundo milênio antes da Era Cristã, de forma lenta, com imigrações e invasões, a região registra a chegada de povos seminômades indo-europeus, chamados de **árius** ou **arianos**. Dominando a escrita, os árius descreveram sangrentos conflitos por meio dos quais teriam se instalado no vale do Rio Indo. Esses textos, que foram escritos em sânscrito, são conhecidos como *Vedas*, que significa "conhecimento". Por isso, a civilização que surge nesse momento é chamada de **védica**.

A civilização védica está na base histórica da Índia como hoje a conhecemos. Sua cultura foi compartilhada pelos diversos reinos que se formaram na região. Caracterizava-se pela religião – hinduísmo e, posteriormente, o bramanismo – e pela forma de organização social – o sistema de castas.

O **hinduísmo** fundamentava-se nas crenças descritas nos Vedas, com a adoração de várias divindades, inclusive animais, e a crença em reencarnação. Os seguidores tinham como objetivo principal a plena purificação – o chamado **nirvana** –, que poria fim ao eterno ciclo do nascimento, morte e reencarnação. Com o passar do tempo, o hinduísmo incorporou novos deuses e crenças, dando origem a uma religião mais complexa, conhecida como **bramanismo**. Entre as principais divindades do bramanismo estão Brahma, arquiteto do universo; Vishnu, deus da conservação; e Shiva, deus da destruição.

O domínio dos guerreiros (**xátrias**) e dos sacerdotes (**brâmanes**) sobre os demais grupos sociais indianos fundamenta o sistema de **castas**. Nesse sistema, uma pessoa já nascia em uma casta, ou seja, em uma posição na sociedade, e nela permaneceria por toda a vida. Mesmo que enriquecesse, um indivíduo nascido numa casta inferior jamais poderia ascender à casta superior. Apenas pessoas da mesma casta podiam se casar. Além disso, os membros de cada casta deveriam desempenhar funções sociais bastante específicas.

A divisão da sociedade indiana em castas tinha uma explicação religiosa. As castas teriam se originado de diferentes partes do corpo de Brahma: os brâmanes seriam oriundos da cabeça; os xátrias, dos braços; os vaixás, das pernas; e os sudras, dos pés do deus. Portanto, no topo dessa sociedade indiana estavam os **brâmanes**, poderosos sacerdotes que dominavam o conhecimento e a ordem política. Logo abaixo ficavam os **xátrias**, guerreiros, seguidos dos **vaixás**, comerciantes e artesãos. Mais abaixo na pirâmide social estavam os **sudras**, trabalhadores em geral, obrigados a servir às três castas superiores, pagando-lhes impostos. Na parte mais inferior da pirâmide social ficavam os "sem casta", os **párias**, considerados impuros e denominados "intocáveis" (não podiam ser tocados), pois não eram oriundos do corpo de Brahma. A eles cabiam os trabalhos considerados degradantes, que envolviam contato com excrementos e sangue, como queimar cadáveres e limpar latrinas. No interior de cada casta havia numerosas subdivisões.

Diversos hinos védicos, que fazem parte da literatura sânscrita, narram momentos importantes das divindades. O hino *Purusha Sukta*, por exemplo, narra o sacrifício do gigante cósmico Purusha para dar origem aos deuses, aos homens e a todas as coisas, bem como às castas. Leia um trecho no início da página seguinte.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

▲ Estatuetas em bronze representando Vishnu e suas esposas Bhu (a deusa da terra) e Lakshmi ou Shri (deusa da beleza e da prosperidade), Tamil Nadu, Índia, por volta do ano 1000.

Quando dividiram Purusha, quantos pedaços fizeram?
A que chamam sua boca, seus braços? A que chamam suas coxas e pés?
O Brahma foi sua boca, dos seus braços foi feito o Rajanya
Suas coxas tornaram-se o vaixá, de seus pés o sudra foi produzido
A Lua foi engendrada de sua mente, e de seu olho o Sol nasceu;
Indra e Agni nasceram de sua boca, e Vayu de seu alento.
De seu umbigo veio a atmosfera; o céu foi modelado de sua cabeça;
A terra de seus pés, e de suas orelhas as regiões. Assim eles formaram os mundos.

Hino Purusha Sukta, versos 12 a 15. Disponível em: <http://india-antiga-didatica.blogspot.com/2007/07/texto-de-apoio-o-purusha-sukta-hino-do.html> Acesso em 17 fev. 2010

POR QUE A VACA É SAGRADA NA ÍNDIA?

A tradição nasceu com o hinduísmo. Os *Vedas*, coletânea de textos religiosos de cerca de 1500 a.C., comentam a fertilidade do animal e o associam a várias divindades. Outra escritura hinduísta fundamental, o *Manusmriti*, compilado por volta do século I a.C., também enfatiza a importância da vaca para o homem. Nos séculos seguintes, foram criadas leis elevando gradualmente o *status* religioso bovino. No sistema de castas que ainda vigora na sociedade indiana, a vaca é considerada mais "pura" até do que os brâmanes (indivíduos pertencentes à casta mais elevada, dos sacerdotes) – por isso, não pode ser morta nem ferida e tem passe livre para circular pelas ruas sem ser incomodada. O leite do animal, sua urina e até mesmo suas fezes são utilizados em rituais de purificação.

A adoração, no entanto, não é unanimidade entre os hindus e suscita debates inflamados no país. Em seu livro *The Myth of Holy Cow* ("O mito da vaca sagrada", sem tradução para o português), o historiador indiano Dwijendra Narayan Jha, da Universidade de Delhi, sustenta a tese de que o hábito de comer carne era bastante comum na sociedade hindu primitiva e condena o "fundamentalismo em torno da santificação do animal", imposto pelos principais grupos religiosos da Índia. [...]

Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/mundoanimal/pergunta_286192.shtml#>. Acesso em: 2 out. 2009

Agni Fither Images

▲ A circulação do animal é livre pelas ruas, em toda a Índia. Foto de 2008, em Varanasi, Índia.

O hinduísmo sofreu mudanças ao longo dos séculos. Hoje é adotado por mais de 870 milhões de pessoas, predominando na Índia e no Nepal atuais com mais de 70% de seguidores. É a terceira crença com mais adeptos no mundo, depois do cristianismo e do islamismo.

Quanto às castas, em 1950 a Índia suprimiu esse sistema, mas na prática ele persiste até hoje. Em 1997, Kocheril Raman Narayanan, um membro da casta intocável, foi eleito presidente da Índia, fato inédito no país.

No século VI a.C., surgiu na cultura indiana uma doutrina que se opôs à sociedade de castas, o **budismo**. Foi criada pelo príncipe Sidharta Gautama, que, segundo a tradição, teria abandonado todo o luxo e poder e se engajado em uma caminhada mística que o levou à iluminação, ou nirvana. O budismo pregava a igualdade entre os seres humanos e defendia que cada pessoa deveria buscar a supressão dos desejos, alcançando assim a iluminação e tornando-se um buda ("iluminado"). Com disciplina moral, meditação e sabedoria, o budista exercitava a preservação da vida e a moderação.

Museu Guimet, Paris; The Bridgeman/Keystone

▲ Representação de Buda. Escultura do século X, de origem indiana

Após ganhar muitos adeptos na Índia, o budismo conquistou seguidores de outros reinos e países, especialmente no Extremo Oriente e Sudeste Asiático, como Japão, China, Vietnã e Laos. Atualmente, conta com mais de 370 milhões de adeptos, dos quais apenas cerca de 10 milhões estão na Índia.

Entre os vedas não prevaleceu a formação de grandes cidades. O centro da ordem política eram as cidades-Estado que, ao se expandirem, formavam pequenos reinos governados por chefes políticos denominados **rajás** (do sânscrito *rajan* = "rei"). Embora muitas vezes se envolvessem em disputas regionais, os reinos se uniam sob o comando de um líder central, o **marajá** (do sânscrito *maha rajá* = "grande rei") quando estavam diante de uma ameaça maior.

Em aproximadamente 500 a.C., no entanto, as invasões persas resultaram na conquista do noroeste indiano, a região do Rio Indo, que se converteu em uma satrápia (província) do Império Persa.

Depois de dois séculos sob domínio persa, a região do Indo foi anexada por Alexandre Magno – também conhecido como Alexandre, o Grande –, rei da Macedônia que governou de 336 a.C. a 323 a.C. O domínio macedônico durou pouco, de 334 a.C. a 327 a.C., tendo ruído logo após a morte de Alexandre (323 a.C.), quando seu império foi dividido.

Pouco depois, os reinos indianos se reunificaram sob a **dinastia Máuria**, família governante da região de Magadha. Um dos governantes dessa dinastia, Asoka (de 272 ou 268 a.C. a 235 a.C.), foi responsável pela expansão do império indiano do Ganges ao Indo e do Himalaia ao centro-sul da atual Índia (veja o mapa abaixo). Asoka converteu-se ao budismo e passou a propagar os ensinamentos de Sidharta Gautama. Tomou a decisão de não promover mais guerras, investiu em obras que beneficiavam a população, como hospitais, favoreceu a tolerância religiosa e proibiu o sacrifício de animais.

EDITO DE ASOKA

A dinastia Máuria foi fundada pelo nobre Chandragupta. Veja um edito (parte de uma lei) promulgado por seu neto, o imperador Asoka, sobre o necessário respeito que deveria haver entre as crenças indianas de sua época.

[illegible]

Após a morte de Asoka, o império foi repartido entre seus descendentes, fragmentando-se em vários reinos autônomos que foram atacados por novas invasões estrangeiras. O budismo perdeu importância para o bramanismo, e a dinastia de Asoka desapareceu em algumas décadas. Mesmo em meio ao fracionamento e a seguidas disputas políticas e invasões, durante o século I d.C. os indianos realizaram intenso comércio com o Império Romano, exportando animais, aves, marfim, seda e especiarias, entre outros produtos.

A Índia antiga

Adap. WORLD History Atlas: mapping the human jorney. Londres: Dorling Kindersley, 2005.

No século IV d.C., a **dinastia Gupta** conseguiu reunificar o império indiano (320 d.C.) e restabeleceu a supremacia do hinduísmo. Muitos templos foram construídos nesse período.

A economia da região se fortaleceu, com a ampliação dos cultivos agrícolas e dos rebanhos e o desenvolvimento da produção de tecidos. O comércio, principalmente com o Império Romano do Oriente, também prosperou durante a dinastia Gupta. O trabalho de artistas, cientistas e poetas era financiado pela Corte. Com o aumento de riquezas, a arrecadação de impostos também se elevou, o que tornou a dinastia rica e poderosa.

Por todos esses motivos, o período de reinado da dinastia Gupta é considerado a **Idade de Ouro** da Índia antiga.

O fim dessa dinastia se deu com a invasão dos hunos, povos nômades vindos da Ásia Central, no século VI d.C. Novamente, o império se fragmentou em pequenos reinos.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

Escultura indiana produzida durante a dinastia Gupta, século V d.C.

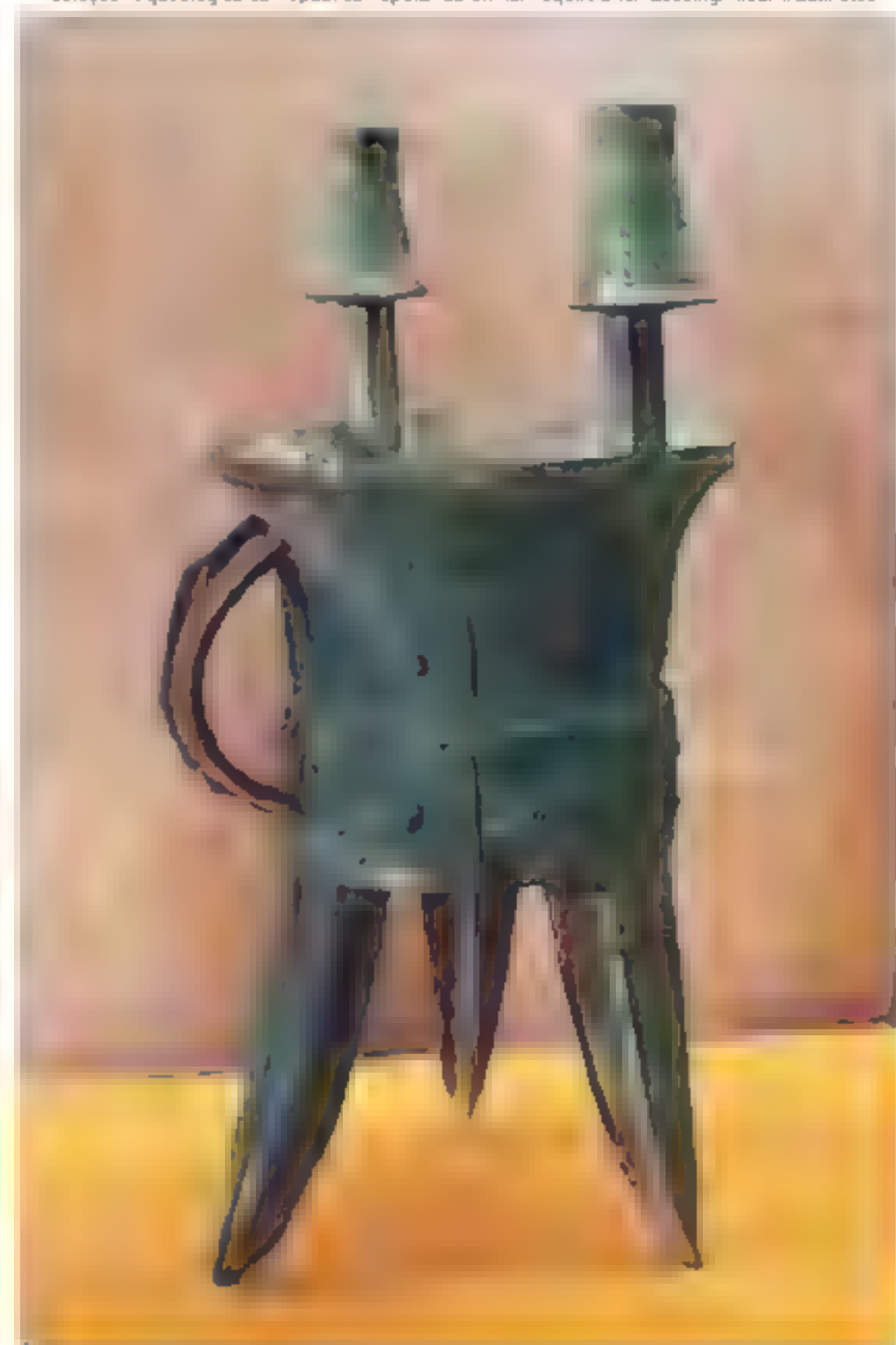
A China antiga

Coleção Arqueológica da República Popular da China. Erich Lessing/Album/Latinstock

Se Uruk foi uma das primeiras cidades de que se tem notícia, essa novidade não ficou restrita à Mesopotâmia. Também no Egito, como vimos, foram surgindo cidades que se bastavam a si mesmas, com economia, organização social e poder político próprios.

Aproximadamente em 1700 a.C. encontramos no norte da China suas primeiras cidades, no vale do Rio Amarelo. Os reis da **dinastia Chang** criaram, com base na unificação de várias cidades e suas áreas de influência, um grande Estado que teve continuidade até aproximadamente 1100 a.C. O que se sabe sobre a dinastia Chang vem de objetos rituais, como cascas de bambu, ossos e cascos de tartaruga, e textos escritos em ideogramas, encontrados em escavações realizadas entre 1920 e 1930.

ideograma: é um símbolo gráfico ou desenho que representa ideias, sentimentos, objetos ou conceitos. A escrita chinesa é ideográfica. Acredita-se que o primeiro sistema de escrita chinês surgiu na dinastia Chang.

Coleção Arqueológica da República Popular da China, Pequim/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ Recipiente para alimentos feito em bronze e usado em rituais durante a dinastia Chang

DINASTIAS CHINESAS

Na história política da China alternam-se períodos de unificação política e territorial e períodos de fragmentação com guerras e invasões. Para uma visão simplificada e geral, podemos dividir as dinastias chinesas em dois grandes períodos: o das Antigas Dinastias (Xia, Chang e Chou) desde antes do século XVII a.C. até o III a.C., e o da China Imperial (dinastias Chin, Han, Sui, Thang, Song, Yuan, Ming e Manchu) do século III a.C. ao XX d.C.

Biblioteca Nacional, Paris/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ Gravura do século XVII com o barco do Imperador Yang-Ti, da dinastia Sui (581-618), e o Grande Canal da China. Após um extenso período de fragmentação política foi promovida a reunificação territorial durante a dinastia Sui.

A capital do reino Chang foi mudada algumas vezes, mas se estabeleceu finalmente em Yin. A rica cultura material incluía a criação de vasos de bronze decorados com imagens de seres míticos e animais, esculturas em jade e instrumentos musicais. Ergueram-se palácios, tumbas e fortificações, envolvendo o trabalho de milhares de camponeses e escravos.

Uma invasão de povos vindos de um reino a oeste, os **Chou** (ou Zhou), por volta de 1100 a.C., derrubou a dinastia Chang. Foi durante a dinastia Chou (veja mapa na página seguinte) que se firmou a denominação **Reino do Meio**, atribuída pelos próprios chineses, que acreditavam ser o centro do mundo. Houve nesse período um grande impulso cultural, muitas vezes lembrado como a Idade de Ouro da filosofia chinesa.

Uma das fontes importantes para o conhecimento desse período da história da China são os escritos de Confúcio (Kong Fuzi ou Kung-Fu-Tze), que viveu no século VI a.C. (veja boxe na página seguinte). Ele deixou uma grande obra, reunindo muitos textos antigos por seu valor moral, sem se preocupar com a veracidade histórica.

Os chineses antigos se dedicavam a registrar os conhecimentos e os feitos dos líderes locais e imperadores, com o objetivo de deixar exemplos para as gerações futuras. No caso de Confúcio, ele não apenas recuperou textos, mas também desenvolveu um sistema de pensamento que influenciou fortemente o mundo chinês, tendo sido adotado como filosofia oficial durante a dinastia Han (de III a.C. a III d.C. — veja mapa na página seguinte). O confucionismo sustenta os princípios de altruísmo, cortesia ritual, conhecimento ou sabedoria moral, integridade, fidelidade e justiça, retidão e honradez. Esses valores continuaram a ser respeitados mesmo após a dinastia Han, e até hoje estão presentes na civilização chinesa.

Coleção particular/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ Vaso cerimonial produzido em bronze durante a dinastia Chou, localizado em escavação de 1969, na província de Shaanxi, China.

O CONFUCIONISMO E O TAOISMO

Confúcio (551 a.C.-479 a.C.), um dos mais importantes pensadores da China antiga, deu início a uma doutrina que pregava certos comportamentos na sociedade e na família, nas relações públicas e privadas. Sem negar a existência das divindades, defendia a ideia de que cabe a cada indivíduo a prática das virtudes, como o respeito aos pais e às tradições ancestrais.

O *confucionismo*, como ficou conhecida essa doutrina, prega que o ser humano é naturalmente bom, e que todo mal decorre da falta de conhecimentos. Por isso, defende uma educação para a virtude e a harmonia, pelo amor pela verdade, para o bem e a generosidade, sem recorrer a mandamentos ou revelações divinas. Depois de sua morte, contudo, Confúcio foi transformado pelas autoridades governamentais em objeto de culto, com templos e honrarias, adquirindo traços religiosos.

Lao-Tsé (cerca de 570 a.C.-490 a.C.), outro importante pensador do período, em seu livro *Tao Te King* ("Livro do caminho e da virtude"), expõe ideias que posteriormente foram desenvolvidas por seus discípulos (especialmente Li-Tsé e Tchoang-Tsé). Lao-Tsé defendia o abandono das vaidades do mundo, o retiro da vida pública e a dedicação à meditação solitária, que seria o caminho (Tao) para uma integração íntima com o universo. Por isso, essa doutrina ficou conhecida como *taoismo*.

Biblioteca Nacional, Paris/The Bridgeman/Keystone

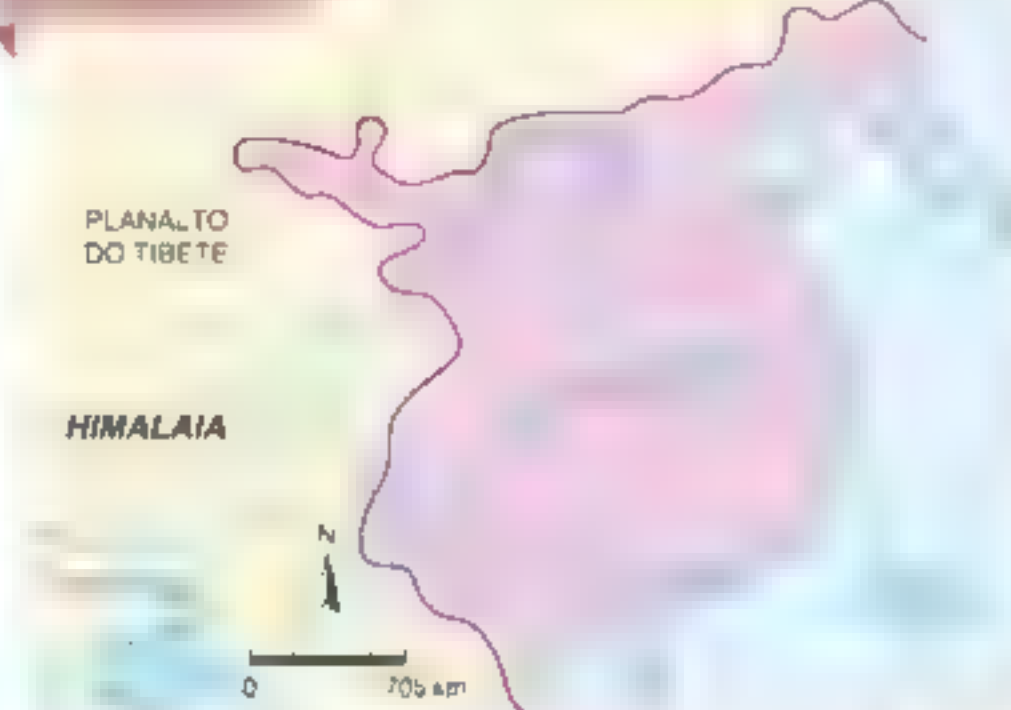
▲ Representação de Confúcio feita na China, no século XVII.

Assim como os textos de Confúcio, muitos outros escritos da Antiguidade chinesa ajudam os pesquisadores a desvendar e compreender o passado. Os primeiros registros históricos da China eram feitos por sábios ligados aos poderes políticos. Essas primeiras fontes disponíveis eram literárias, e mesclavam aspectos de arte, registro histórico e doutrina moral. Muitos sábios, ao estudar esses textos, acrescentavam nas entrelinhas seus próprios comentários, em caracteres menores. Quando esses textos eram recopiados, os caracteres menores se misturavam com os maiores. Para compreender esses textos, os especialistas modernos, auxiliados por descobertas arqueológicas, usam conhecimentos de gramática histórica (ou seja, o estudo das mudanças nas regras e no estilo da escrita) para tentar datar os diversos trechos dos textos e assim associá-los criticamente com períodos e acontecimentos históricos.

China atual

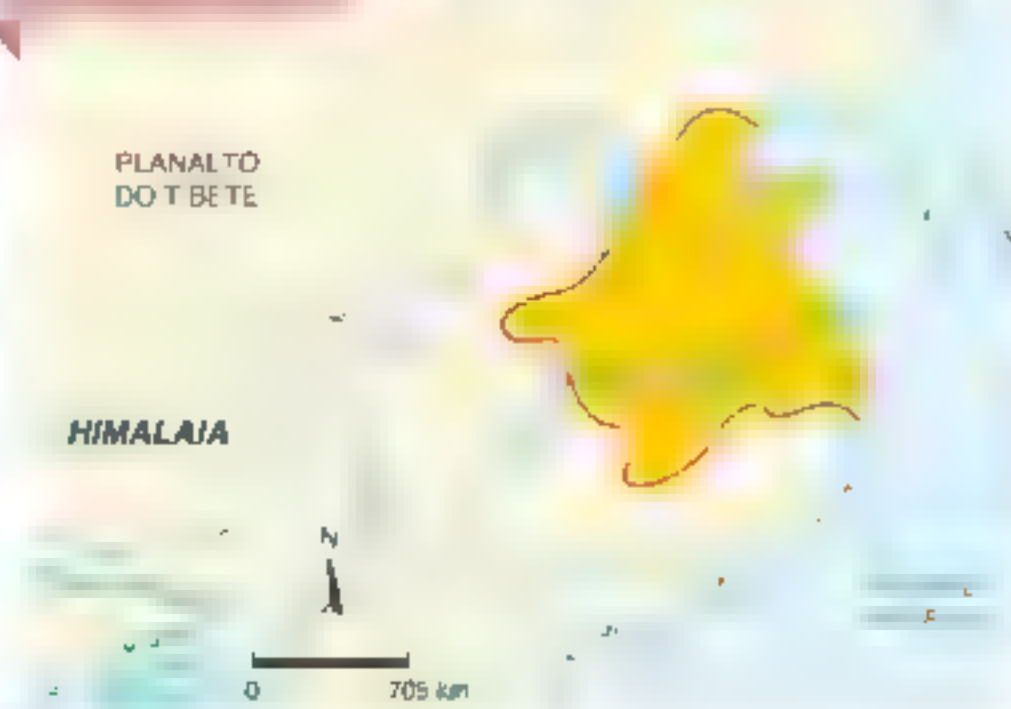
Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: EMBAIXADA da República Popular da China no Brasil. A China ABC. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter1/chapter10_01.htm>. Acesso em: 12 fev. 2008.

Dinastia Han

Adap.: WORLD ATLAS HISTORY: mapping the human journey. Londres: Dorling Kindersley, 2005.

Dinastia Chang

Dinastia Chou

Adap.: WORLD ATLAS HISTORY: mapping the human journey. Londres: Dorling Kindersley, 2005.

A análise de documentos e diversas evidências materiais indicam que os governantes da dinastia Chou criaram um sistema de doação de territórios a chefes poderosos, dividindo a China em principados. Com o passar do tempo, isso acabou por descentralizar o poder político e reduzir a autoridade dos governantes. A invasão de povos nômades vindos do norte e do oeste agravou ainda mais esse quadro. A formação de alianças entre os principados e a hegemonia de um principado mais forte garantiu, durante certo tempo, alguma estabilidade. A partir do século V a.C., porém, as alianças já não se sustentavam e as guerras se tornaram mais intensas. Os sete reinos (principados) então existentes passaram a guerrear pelo domínio. Por isso, o período entre os séculos V a.C. e III a.C. ficou conhecido como "período dos reinos combatentes".

A recuperação da ordem e a reunificação foram obtidas com o rei Shi Huang Ti, do reino Ch'in, que derrubou a dinastia Chou e iniciou a **dinastia Ch'in** (221 a.C. a 206 a.C.). É do nome desse reino que se originou o nome China.

Shi Huang Ti conseguiu criar um imenso império, impondo uma escrita comum, um calendário único, uma moeda única e a construção de grandes obras, como estradas e canais. Foi sob seu reinado que começou a ser construída a Grande Muralha, para proteger o império contra invasores nômades. O rei também adotou medidas para "apagar o passado" chinês, determinando a queima de livros e mandando matar estudantes e intelectuais. Muitos livros do período conhecido como Idade de Ouro da filosofia foram queimados.

Biblioteca Britânica, Londres/akg-images/Album/Latinstock

◂ Representação do imperador Shi Huang Ti (221 a.C.-206 a.C.), retratada de um manuscrito do século XIX. Tudo o que era considerado hostil ao seu governo foi reprimido ou eliminado. Muitos textos de Confúcio foram destruídos nessa época, mas alguns parecem ter sido salvos pelo próprio pensador: cerca de sete décadas depois de seu governo, encontrou-se cópia de obra de Confúcio escondida numa fresta de parede de sua casa.

A GRANDE MURALHA

A Muralha da China se estende de leste a oeste, na região norte do país. Com aproximadamente 2 300 quilômetros de extensão (tendo chegado a cerca de 6 mil quilômetros), 7,5 metros de altura e 3,75 metros de largura, levou cerca de 2 mil anos para ser construída (de 220 a.C., aproximadamente, até o século XVI).

Testemunho de vários períodos históricos, essa obra pode nos dizer muito sobre a China antiga. A construção envolveu grandes conhecimentos de engenharia e alto nível de desenvolvimento tecnológico, pois o muro acompanha o contorno de montanhas e vales. Suas torres de observação foram dispostas estrategicamente.

A Muralha não forma uma única estrutura, mas sim diversas muralhas construídas e retomadas por sucessivas dinastias. Calcula-se que tenha requerido o trabalho de milhares de pessoas pertencentes a muitas gerações, entre escravos, soldados e camponeses.

Na atualidade, possui grande importância histórica e turística, mas sua função original era defensiva, embora nem sempre tenha evitado as invasões estrangeiras, como a dos povos que fundaram a dinastia Wei, no século IV d.C. e os povos das estepes liderados por Gêngis Khan, cujo neto conquistou a China e fundou a dinastia Yuan em 1271. Desde 2007, a Muralha da China faz parte da lista das Novas Sete Maravilhas do Mundo, por eleição informal promovida por uma organização não governamental sediada na Suíça.

Alamy/Other Images

▴ Trecho da grande Muralha da China, em foto de 2008.

Após a morte de Shi Huang Ti, em 210 a.C., seguiram-se rebeliões internas e disputas pelo poder, e a dinastia Ch'in foi derrubada. Somente em 202 a.C., Lieu Pang conseguiu a reunificação imperial, iniciando outra dinastia, a **Han** (202 a.C. a 220 d.C. – veja mapa da página 94). Essa dinastia, contemporânea do Império Romano, expandiu seus domínios com várias conquistas, destacando-se os enfrentamentos com os hunos do norte – povos nômades que eram os tradicionais adversários da China. Vastas áreas da Ásia Oriental foram conquistadas, e o império chegou a estender-se por boa parte da China atual, mais o Vietnã e a Coreia.

No período da dinastia Han os chineses desenvolveram a técnica de fabricação do papel e inventaram a bússola. São também dessa época os registros escritos mais antigos sobre a acupuntura, que já era praticada havia milhares de anos e que se tornaria uma importante prática da tradicional medicina chinesa.

O confucionismo foi adotado como doutrina oficial, mas isso não impediu a penetração do budismo, facilitada pela expansão do império a oeste, próximo à Índia, e pelas relações comerciais. O intercâmbio comercial, afinal de contas, era, ao mesmo tempo, intercâmbio cultural, religioso, científico, tecnológico etc. Isso porque, em portos, feiras e entrepostos de negociação de mercadorias, comerciantes das mais diversas civilizações conviviam durante longos períodos, antes de iniciar a viagem de volta.

O Império Chinês, em suas sucessivas dinastias, chegou até o século XX da nossa era, quando foi derrubado por uma revolução republicana. De sua história de conquistas e invasões, desde a Antiguidade, resultou na China uma população diversificada: o país tem hoje 56 grupos étnicos oficiais, cada um com suas tradições e costumes; são 129 idiomas no total, pois alguns grupos falam mais de uma língua.

acupuntura: hoje adotada em diversas partes do mundo, consiste na estimulação, com o uso de agulhas, por exemplo, em pontos anatomicamente definidos do corpo. No Brasil, é reconhecida como especialidade médica desde 1995

A ROTA DA SEDA

A rota comercial mais importante da China foi a Rota da Seda – expressão criada no século XIX pelo pesquisador alemão Ferdinand von Richthofen. Durante mais de mil anos, esse caminho terrestre – já conhecido dos persas pelo menos desde o século VIII a.C. – foi provavelmente a única ligação significativa entre o Ocidente e o Oriente, unindo a China aos portos do Mediterrâneo (veja o mapa). O principal itinerário da rota tinha 12 mil quilômetros, partindo da China e chegando aos portos de Antioquia, na Síria, e os de Bursa e Constantinopla (a moderna Istambul), na Turquia. A rota prosseguia então por via marítima desses portos até Veneza. Ao longo do tempo, a rota foi sofrendo alterações, de acordo com a situação política dos diversos Estados cortados por ela.

Apenas quando Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, em 1498, a rota perdeu importância. Era frequentada por mercadores persas, árabes, chineses e europeus, que percorriam seus milhares de quilômetros no lombo de camelos e outros animais, transportando mercadorias ao longo de montanhas, desertos e estepes em jornadas que chegavam a durar vários anos. Também soldados, artistas, sacerdotes e peregrinos cruzavam aqueles caminhos da Ásia Central.

Rota da seda

Allmaps: Arquivo da editora

Caracórum
Samarcanda
Kashgar
Daton
Zhongdu (atual Pequim)
Ctesiphon
Chang an
Tiro
PLANALTO DO TIBETE
HIMALAIA
N
0 790 1 580
km

Adap. BARRACLOUGH, Geoffrey. Atlas da história do mundo. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 1995. p. 70 e 71.

Pela rota circulavam os mais diversos produtos, como especiarias, linho, joias, madeira, chás, porcelana e objetos de vidro – também considerados artigo de luxo até o século V, quando os chineses descobriram como fabricá-lo. A seda, no entanto, era considerada o produto mais importante dessa rede comercial, uma das mercadorias mais cobiçadas na Europa e no mundo árabe. E, por um bom tempo, apenas os chineses conheciam o segredo de sua fabricação, a partir do casulo de certas lagartas.

Foi também pela rota que se difundiram grandes inventos dos chineses, como o papel, a pólvora e os fogos de artifício.

PARA RECORDAR: Índia e China

Índia

- civilização dravidiana
- povos semi-nômades indo-europeus (arianos)
- Vedas
  - civilização védica → hinduísmo
    - budismo
    - bramanismo
      - brâmanes
      - xátrias
      - vaixás
      - sudras
      - párias
  - invasões persa, macedônica
  - reunificação: dinastia Máuria
  - dinastia Gupta
  - invasão dos hunos

China

- dinastia Chang
- dinastia Chou
  - Reino do Meio
  - confucionismo
- dinastia Chin
  - Muralha da China
- dinastia Han
  - fabricação do papel
  - invenção da bússola

ATIVIDADES

1. Em seu caderno, faça uma síntese da evolução política da China antiga, seguindo as indicações do esquema-resumo acima.
2. Orientando-se pelo esquema-resumo e consultando as informações do capítulo, compare a forma de organização política predominante da Índia durante o apogeu da civilização védica e o período imediatamente posterior ao domínio macedônico.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise e redação

a) O escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) escreveu que "queimar livros e erguer fortificações é tarefa comum dos príncipes". Escreva um texto relacionando essa afirmação à China antiga e a outras situações que você conheça.

b) Relacione em seu caderno alguns elementos da cultura chinesa destacados no texto. Quais desses elementos você acredita que influenciaram a cultura ocidental?

2 Leitura sobre sítio arqueológico

→ O texto abaixo descreve o sítio de Dholavira, localizado em Gujarat, na Índia, próximo à fronteira com o Paquistão. Habitado desde aproximadamente 3000 a.C., guarda importantes testemunhos da maneira como viviam os antigos habitantes da Índia.

Dholavira era uma cidade murada que ocupava cerca de 50 hectares numa ilha salpicada de cactos e vegetação espinhosa, em meio ao Rann de Kutch – uma área pantanosa ressecada que é inundada periodicamente pelo Mar da Arábia.

[...] Alguns estudiosos acham muito provável que Dholavira tenha sido um porto ou um forte que protegia o comércio marítimo com o golfo Pérsico e Omã. Atualmente não existe nenhuma via navegável unindo Dholavira ao mar, mas talvez tenha existido um canal na época em que surgiu a cidade, por volta de 2500 a.C.

[...] Numerosos reservatórios se espalhavam por Dholavira – e é provável que alguns fossem usados para os banhos rituais. Mas, sobretudo, disse Bisht, "o que importava para essa gente era não perder nenhuma gota d'água". Não havia nenhum rio de água doce fluindo para essas regiões costeiras de alta salinidade. Por isso, Dholavira decerto dependia muito das chuvas, na época das monções. Duas ravinas próximas à cidade foram represadas para captar as águas pluviais e uma série de canaletas as conduzia para os reservatórios.

A principal colina de Dholavira, que se eleva a cerca de 15 metros de altura, tem maciças muralhas de pedra e parece uma fortaleza. Ali morava o governante, acredita Bisht. Ele não discorda de [...] outros que consideram a civilização do Indo uma espécie de Império econômico, composto de várias cidades-Estado com uma cultura comum. De fato, Dholavira já revelou artefatos idênticos aos encontrados em Harappa e Mohenjo-Daro.

Entretanto, [...] Bisht considera Dholariva obra de um poderoso monarca. "Seria preciso dispor de vastos recursos para construir uma cidade assim", diz. E, a julgar pelo trabalho braçal necessário para construir a cidadela, as cisternas e as muralhas da cidade, Bisht considera provável a existência de escravos.

EDWARDS, Mike. A civilização do Indo. *National Geographic Brasil*. São Paulo: Abril, volume 1, n. 2, jun. 2000, p. 140 e 141.

a) De acordo com as informações do texto, quais podem ter sido as funções originais da cidade de Dholavira?

b) Sem a presença de fontes permanentes de água doce, como os habitantes da cidade conseguiam sobreviver?

c) Muitos historiadores consideram que a necessidade de realizar obras de grande vulto para controlar as águas de rios como o Nilo, o Tigre e o Eufrates explicam o surgimento dos Estados do Antigo Oriente. Se considerarmos as informações do texto, esse raciocínio se aplicaria também à cidade de Dholavira? Explique.

3 Leitura e análise de imagem

→ Leia o texto e observe a fotografia na página seguinte. A seguir, responda às questões propostas.

*Nascer hindu na Índia é entrar para o sistema de castas, uma das mais antigas formas de estratificação ainda em vigor. Arraigado na cultura indiana há 1,5 mil anos, o sistema segue um preceito básico: todos são criados desiguais. A hierarquização da sociedade hindu originou-se de uma lenda na qual os quatro principais grupos, ou **varnas**, emergem de um ser primordial [...].*

*Um quinto grupo consiste nas pessoas que são **achuta**, ou intocáveis. Não vieram do ser primordial. Eles são os excluídos – pessoas demasiado impuras para classificar-se como seres dignos. O preconceito*

define sua vida, particularmente nas áreas rurais, onde vivem três quartos da população indiana. Os intocáveis são evitados, insultados, proibidos de frequentar templos e casas de castas superiores, obrigados a comer e beber em utensílios separados em lugares públicos e, em casos extremos mas não incomuns, são estuprados, queimados, linchados e baleados.

O antigo sistema de crenças que criou os intocáveis prepondera sobre a lei moderna. Embora a Constituição da Índia proíba a discriminação de castas e especificamente tenha abolido a condição de intocáveis, o hinduísmo, religião de 80% da população da Índia, governa a vida diária com suas hierarquias e seus rígidos códigos sociais [...]

Os intocáveis executam o "trabalho sujo" da sociedade — atividade que requer contato físico com sangue e excrementos humanos. Os intocáveis cremam os mortos, limpam latrinas, cortam cordões umbilicais, removem animais mortos das ruas, curtem couro, varrem sarjeta. Esses trabalhos, e a condição de intocável, são transmitidos aos descendentes. [...]

Muita gente argumentaria que as formas mais brutais de discriminação já desapareceram, resultado de movimentos reformistas esporádicos. É verdade que, pelo menos na esfera pública, os intocáveis fizeram progresso desde o tempo em que eram espancados se sua sombra tocasse alguém de casta superior, usavam sinos para alertar de sua aproximação e levavam baldes para que não contaminassem o chão ao cuspir. Eles não podiam entrar em escolas nem se sentar em nenhum banco perto de alguém de casta superior.

A Constituição de 1950 impõe um sistema de cotas em que são reservados cargos na legislatura federal em proporção igual a dos intocáveis na população: 15%. No jargão jurídico e administrativo, eles agora são conhecidos como "castas arroladas". Lugares reservados aos intocáveis têm também legislaturas estaduais, conselhos de aldeia, no serviço público e nas salas das universidades.

Os partidos dirigentes da Índia apoiaram esse programa de cotas apesar da violenta oposição. Turbas causaram tumultos durante 78 dias, em 1981, no estado de Gujarat, quando um estudante de casta superior não foi admitido em uma faculdade de medicina para dar lugar a um intocável. [...]

O'NEILL, Tom. Intocáveis. *National Geographic Brasil*. São Paulo: Abril, junho de 2003. p. 38-67.

Mulher e crianças da casta dos intocáveis em frente a um abrigo plástico em aterro no estado de Bihar, ao norte da Índia, em 2007. Elas tiveram de fugir de sua aldeia, Dekha Batraulia, por causa das inundações. Foram obrigadas a ficar em uma área separada daquela ocupada pelas outras castas.

a) Com base na leitura do capítulo, explique como se justifica a existência do sistema de castas na Índia.

b) Em sua opinião, a vigência do sistema de castas na Índia é compatível com o sistema democrático que rege a vida política do país desde 1950? Justifique.

c) Observe com atenção a fotografia que ilustra o texto. Você já presenciou alguma cena semelhante a essa no Brasil?

d) Para combater a exclusão produzida pelo sistema de castas, os indianos adotaram um sistema de cotas que assegura aos intocáveis o acesso à Câmara Legislativa, à universidade e ao serviço público, por exemplo. No Brasil, o sistema de cotas também foi adotado com a finalidade de favorecer a inclusão de grupos historicamente vítimas de exclusão social. Em sua opinião, o sistema de cotas poderá, a longo prazo, favorecer a constituição de uma sociedade mais igualitária? Justifique.

América e África

Museu Britânico, Londres/Erich Lessing/Album/Latinstock

Na **América**, evidências e achados arqueológicos atestam que na Antiguidade o continente foi habitado por populações que viviam em grandes grupos em regiões esparsas da América do Norte até a América do Sul.

Os núcleos urbanos mais antigos de que se tem conhecimento na América foram os dos **olmecas**, que se estabeleceram entre as fronteiras dos atuais México e Estados Unidos e viveram aproximadamente no ano 1200 a.C. Construíram monumentos em forma de cabeças gigantes, que provavelmente representavam seus reis, e pequenas esculturas em jade. Foram também os primeiros a utilizar um sistema de escrita.

ESCRITA NAS AMÉRICAS TEM QUASE 3 MIL ANOS

Um bloco de pedra com desenhos padronizados descoberto no México pode ser o mais antigo registro da existência de comunicação escrita nas Américas. O achado comprova que a civilização dos olmecas, que ocupou a região centro-sul desse país de 1200 a.C. a 400 a.C., foi a primeira a desenvolver a linguagem escrita no continente. Estima-se que o bloco encontrado no sítio arqueológico de Cascajal, em Veracruz, tenha sido produzido entre 1000 a.C. e 800 a.C. [...]

O bloco de Cascajal antecipa em pelo menos 500 anos o surgimento de um sistema de escrita no continente americano – os mais antigos registros desse tipo de linguagem de que se tinha notícia até então eram do ano 300 a.C. Esse tipo de comunicação surgiu na América quase 3 mil anos depois do desenvolvimento do mais antigo sistema de escrita conhecido, criado na Mesopotâmia no quarto milênio antes de Cristo.

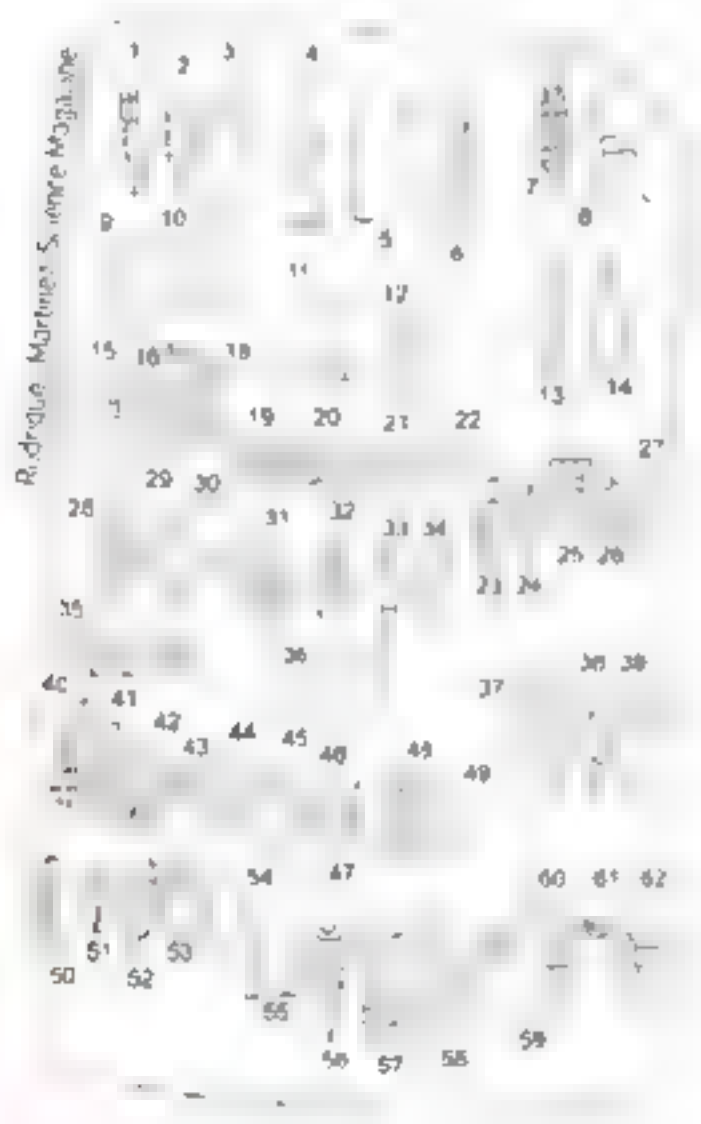
[...] Os glifos (pictogramas gravados em pedra, têm todos os aspectos esperados de uma linguagem escrita. O texto completo é formado por 62 sinais, em que 28 são desenhos distintos. Cada símbolo corresponde a uma unidade de significado e os diferentes agrupamentos dos sinais produzem sentidos distintos. Além disso, há evidências de que o bloco era um suporte específico para desenhar "letras", porque a superfície foi preparada para a inserção do texto e para possibilitar que ele fosse apagado e refeito.

[...] O significado do texto, no entanto, ainda é uma incógnita. "Ainda não é possível entender os glifos porque falta uma tradução que associe essa nova linguagem a uma já conhecida", afirma Stephen Houston, da Universidade Brown, nos Estados Unidos.

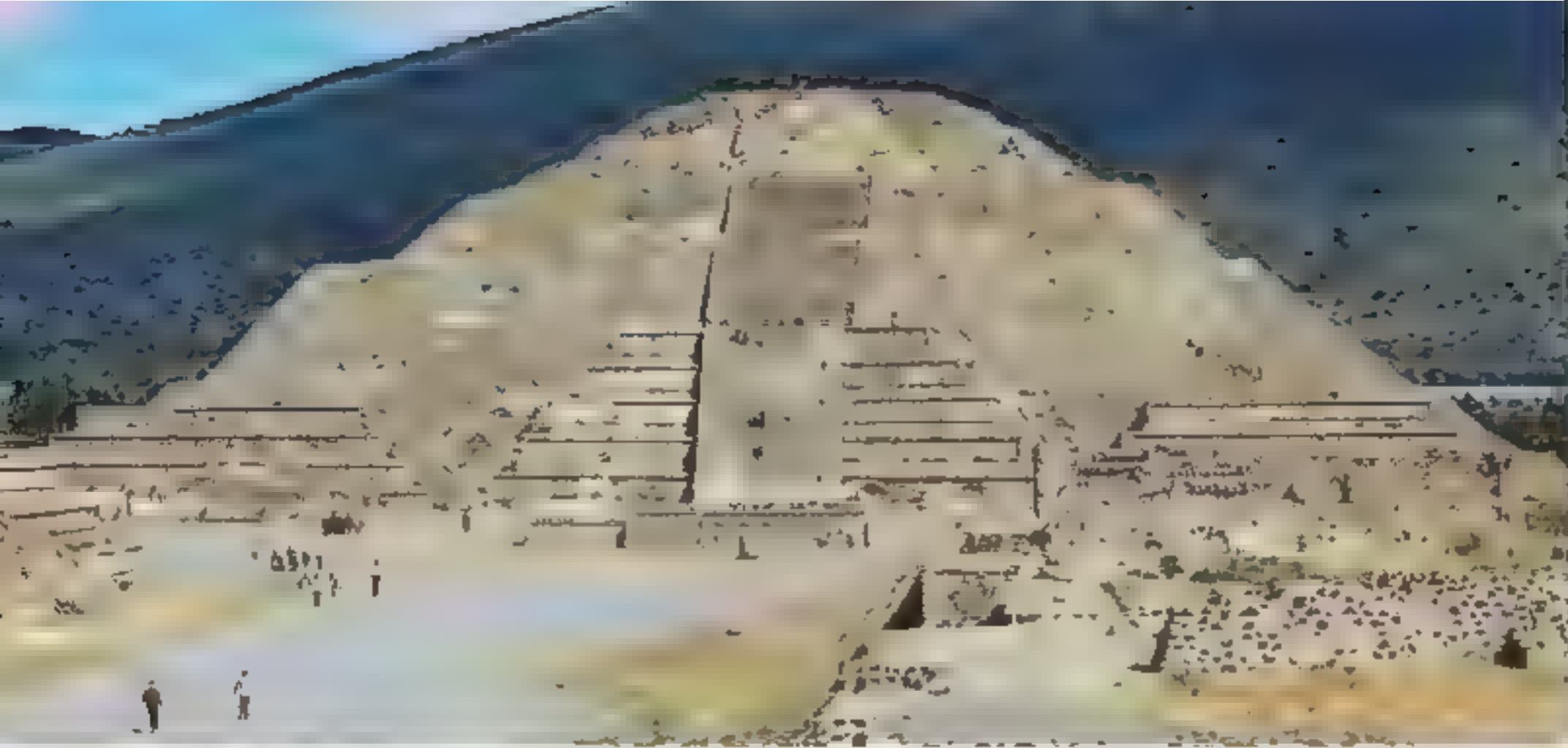
[...]

Anteriormente, pensava-se que os zapotecas (povo que habitou o sul do México entre os anos 500 a.C. e 700 d.C.) eram os responsáveis pela invenção da escrita na América.

Adap. LOVATI, Franciane. *Ciência Hoje On-line*, 14 set. 2006. Acesso em: 3 out. 2009.

Rodriguez Martinez/Science Magazine

▲ O bloco de Cascajal (à esquerda) pesa cerca de 12 kg e tem 36 cm de comprimento, 21 cm de altura e 13 cm na largura. À direita, uma representação dos símbolos identificados no bloco.

Acredita-se que a cultura olmeca esteja na origem das demais civilizações que se desenvolveram na América, como a dos astecas, maias e incas.

O sítio arqueológico de Teotihuacán testemunha a existência de algumas dessas culturas. Situado a 40 quilômetros da atual Cidade do México, no México, o sítio foi encontrado em 1864 e consiste em ruínas de uma cidade construída aproximadamente no século I a.C., com palácios, templos, canais de irrigação e mercados. Duas grandes pirâmides de 60 metros de altura atestam o papel central da religiosidade nesse local.

Enquanto as pirâmides do Egito destinavam-se a abrigar e proteger os corpos mumificados dos faraós, em Teotihuacán elas eram usadas como plataformas dos templos. A principal avenida da cidade é a Calçada dos Mortos, com um conjunto arquitetônico que inclui, entre outras, a Pirâmide do Sol, a Pirâmide da Lua (ao lado, em foto de 2008), o Templo de Quetzalcóatl, o Templo da Serpente Emplumada e outros templos e palácios.

Alamy/Other Images

Segundo alguns pesquisadores, a cidade teria sido ocupada por vários povos, em diferentes épocas. Ao ocupá-la, as construções eram modificadas e outras edificações eram feitas sobre as antigas.

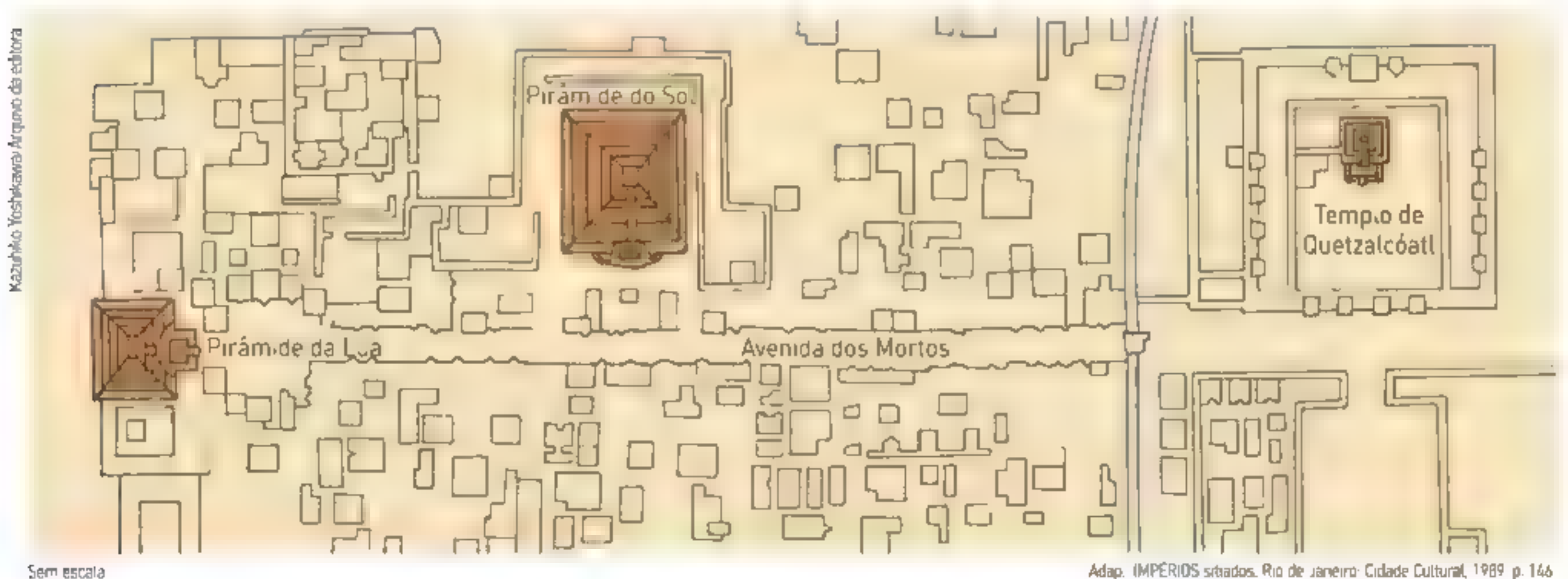
Uma avenida de quase 2 quilômetros (a Calçada ou Rua dos Mortos) e outras duas grandes ruas revelam a existência de planejamento para criar a cidade (veja ilustração abaixo).

Um pouco mais ao sul, na região entre o México e a Guatemala atuais, floresceu a cultura maia, entre os séculos III e X. Os maias formaram dezenas de cidades-Estado e tinham uma escrita complexa. Seus sacerdotes eram grandes sábios e conheciam a aritmética. Criaram dois calendários, um deles como o que hoje utilizamos, com ano de 365 dias. Seus artesãos construíram palácios, templos e pirâmides.

Bem mais tarde, os incas formaram um império que chegou a reunir 10 milhões de pessoas, já no século XIII. Nas diversas nações que constituíam o império eram faladas mais de 700 línguas. A capital ficava em Cuzco, que hoje faz parte do Peru. O imperador era considerado um deus, descendente do Sol. Acompanhamos algumas origens dessas civilizações no capítulo anterior e aprofundaremos o estudo mais adiante, no contexto dos confrontos com a chegada dos conquistadores europeus ao continente americano.

Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

Sem escala

Adap. IMPÉRIOS sitiados. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1989. p. 146.

LÍNGUAS-MÃES

[...] a **linguística** é também um importante instrumental para desvendar a antiguidade de cada grupo linguístico. Pela semelhança e diferenciação dos vocábulos, é possível identificar a antiguidade de um tronco linguístico e das possíveis línguas-mães. Assim, na região onde hoje é o Brasil, onde são encontrados dois troncos linguísticos — o macro-jê e o tupi —, o primeiro teria começado a diferenciar-se em famílias há 5 ou 6 mil anos atrás, enquanto a dispersão do tronco tupi ocorreu por volta de 3 a 4 mil anos. A quantidade de línguas indígenas que sobreviveram ao grande massacre na América do Norte, Sul e Caribe mostra a antiguidade desses povos e as sucessivas migrações.

PREZIA, Benedito. *Agenda latino-americana 2002*. p. 192-3. Disponível em: <http://latinoamericana.org/2002/textos/portugues/PreziaPort.htm>. Acesso em: 3 out. 2009.

Coleção F. D. Oldenburg, Museu Etnológico de Berlim

Voltando-nos agora para o contexto da **África**, destacamos algumas de suas raízes na Antiguidade. O estudioso Kabengele Munanga afirma que "áfrica" é um termo da Antiguidade greco-romana. Para os gregos, correspondia ao território atual da Líbia, e para os romanos, correspondia à atual Tunísia. Hoje engloba 56 países e uma grande diversidade cultural, geográfica, econômica e política.

Para termos uma noção da variedade desses povos africanos na atualidade, vejamos a seguinte classificação biológica e antropológica proposta pelo estudioso Kabengele. Ao norte do Deserto do Saara, predomina o grupo árabe-berbere, com descendentes de líbios, semitas, fenícios, assírios e greco-romanos. Ao sul do Saara, os grupos negroides foram classificados em cinco subgrupos: os melano-africanos (sudaneses, nilóticos, guineenses, congolenses e sul-africanos); os san (ocupavam a região sul do atual Zâmbia e hoje vivem no Deserto de Kalahari); os khoi-khoi (ocupavam a região ocidental da África meridional e hoje encontram-se no sudoeste africano; os pigmeus (na região dos atuais República dos Camarões, Gabão, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, Uganda); os etíopes (na região mais oriental da África).

Nas bordas do antigo Egito, surgiram reinos na Etiópia e, mais ao sul, também na Núbia, originados de criadores de gado que saíram do vale do Nilo e se instalaram na região dos Grandes Lagos. Com a desertificação do Saara, os povos que habitavam essas regiões foram migrando para o oeste e sul. Esses povos, que dominavam a metalurgia do ferro, falavam o idioma banto e se instalaram na região do Rio Níger. Essa palavra *banto*, criada no século XIX, visava dar conta de um vastíssimo grupo de falas aparentadas (mais de 300) de povos africanos (veja mapa abaixo). Atualmente essa denominação se aplica aos povos que fazem uso daquele idioma.

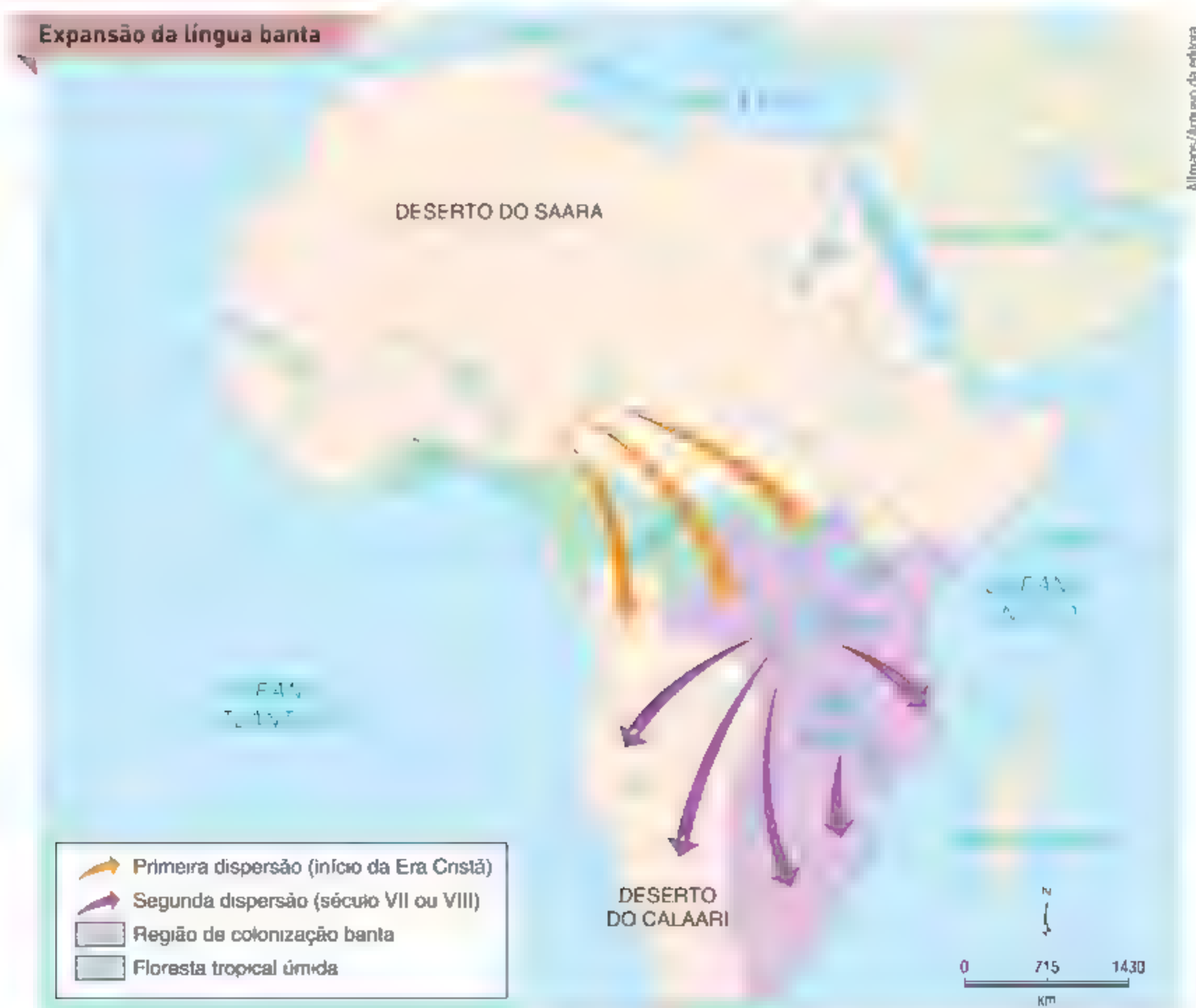
Expansão da língua banta

Allmaps/Arquivo da editora

DESERTO DO SAARA

DESERTO DO CALAARI

Primeira dispersão (início da Era Cristã)
Segunda dispersão (século VII ou VIII)
Região de colonização banta
Floresta tropical úmida

0 715 1430 km

Adap.: ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil. Primeira configuração espacial.* Brasília: Editora & Consultoria, 2005. p. 22.

AFRICANIDADES: UM CONTINENTE PLURAL

A África é um imenso continente de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e culturas distintas. Possui uma população de [...] milhões de habitantes distribuídos entre centenas de povos que falam diversas línguas ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. Geograficamente, o Deserto do Saara do Norte criou uma divisão natural do continente em duas partes desiguais em extensão territorial: a África do Norte e a África Subsaariana.

A África do Norte, chamada, segundo os interesses, ora de África branca, ora de África árabe, abriga os países do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia), Líbia e Egito.

A África Subsaariana, geralmente conhecida como África negra pelo fato de a maioria de sua população ser negroide, compreende todos os povos e países da África ocidental, oriental, central e austral. Considerar negra toda a África Subsaariana pode se constituir numa espécie de discriminação ou exclusão de uma minoria demográfica dessa população africana de ancestralidade ocidental, os eurodescendentes que se encontram em sua maioria na República da África do Sul, Zimbábue, Namíbia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009. p. 13.

Como já vimos, a civilização antiga mais investigada da África foi sem dúvida o Egito. Porém, essa não foi a única civilização africana da Antiguidade. As suas relações com outros povos do continente foram intensas e importantes para o desenvolvimento egípcio.

Na África ocidental, estima-se que as primeiras cidades tenham surgido cerca de três séculos antes de Cristo. Um exemplo é Jenne-jeno, no delta do Níger, no atual Mali, cuja existência e antiguidade só foi descoberta com escavações arqueológicas a partir da década de 1970. Por isso, embora essa cidade seja considerada patrimônio da humanidade pela Unesco, sua história ainda é pouco conhecida. As escavações já mostraram que em Jenne-jeno cultivavam-se arroz, sorgo, painço (um tipo de milho miúdo) e cereais em áreas inundadas. Sua população fazia joias e algumas ferramentas de ferro, embora não houvesse fontes de minério de ferro nas proximidades. Isso indica a existência de relações comerciais com outras regiões.

Localização de Mali

0 1 795 km

Allmaps: Arquivo da editora

Adap. SIMIELLI, Elena. *Geoatlas*. 33. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 53.

Museu de Arte de Indianapolis, The Bridgeman/Keystone

Foram encontradas no sítio arqueológico de Jenne-jeno, no atual Mali (veja mapa acima), inúmeras peças em cerâmica como essa representação feminina, datada do século XVI aproximadamente.

O Reino de Kush

Durante os últimos séculos da história independente do Egito antigo (IX a.C. ao VI a.C.), ganhou destaque o **Reino de Kush**, ao sul, na região mais tarde denominada Núbia, onde atualmente se situa o Sudão. Além de aquela ser uma região rica em ouro, sua capital, a cidade de Napata, atuava como intermediária comercial entre Tebas (Egito) e a África Central.

Aproveitando-se das disputas políticas e dos conflitos no vizinho Egito, os núbios de Kush dominaram o império egípcio e estabeleceram um novo governo sob seu controle, conhecido como **Kushita** ou dos **faraós negros**, que reinaram por algumas décadas. O poderio Kushita no Egito só desapareceu com a invasão assíria, cujos exércitos possuíam armas de ferro mais eficientes que as de bronze dos egípcios e núbios. Em 653 a.C., os assírios foram derrotados pelo egípcio Psamético, príncipe de Saís, que retomou a independência egípcia. A partir de então os faraós egípcios buscaram apagar os vestígios da presença do domínio Kushita no Egito.

Museu Egípcio, Cairo/The Art Archive/Other Images

Escultura de Amenirdis I, sacerdotisa, filha do imperador kushita Kashta (770-750 a.C.). Peça localizada no Templo de Karnak e depositada no Museu do Cairo, Egito.

Além de Napata, várias das cidades núbias antigas são alvo de estudos arqueológicos e históricos atualmente. Entre elas estão: Pnubs, Naga, Cartum, Dongola, Atbara, Meroe, Farás, Argos, Wad bem Naga, Kawa, Soba. Por meio do estudo de suas ruínas e vestígios, estão sendo levantados dados sobre o reino Kush e sua importante atuação na região egípcia e no centro sul africano.

Sudão

0 — 1 795 km

Allmaps: Arquivo da editora

Adap. SIMIELLI, Elena. *Geoatlas*. 33. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 53.

Pirâmides de Meroe no Sudão, fotografia de fevereiro de 2010. Meroe foi o centro econômico do império Kush.

Ashraf Shazly/AFP/Getty Images

Outro destaque do reino Kush foi a afirmação feminina no topo do comando político. "Várias mulheres ascenderiam ao poder e se fariam retratar, de ancas largas, gordas e enérgicas, com uma túnica franjada, tão pouco egípcia, a cair do ombro direito, cheias de colares e enfeites..."[1]. Conhecidas como "rainhas-mães", destacaram-se, por exemplo, no reinado da rainha Shanakdakhete (de cerca de 170 a.C. a 160 a.C), quando o centro administrativo estava na cidade de Meroe, e também no das rainhas Amanirenas e Amanishakehto.

O Reino de Kush ainda manteve sua atuação comercial pelos séculos seguintes, mas, diante da permanente ameaça de vizinhos e de seguidas invasões, foi finalmente conquistado pelo **Reino de Axum**, em 325 d.C., como veremos mais à frente, no capítulo 6.

PARA RECORDAR: África

Diversidade

geográfica

cultural

linguística

populacional

Etiópia, Núbia

- criadores de gado
- metalurgia de ferro
- idioma banto

Jenne-jeno (atual Mali)

- cultivo agrícola
- joias
- ferramentas de ferro
- comércio

Reino de Kush

- ouro
- comércio
- matriarcado

domínio

Reino de Axum

ATIVIDADE

1. Apesar da grande diversidade de etnias, religiões e culturas existentes no continente africano desde a Idade Antiga, poucos foram os grupos que se mantiveram isolados ao longo do tempo. Com base no esquema resumo, que fatores favoreceram o intercâmbio entre os diferentes povos africanos?

[1] COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 127.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de imagens

→ Observe as imagens a seguir com atenção. A primeira é um relevo do Grande Templo de Abu Simbel, localizado na parte sul do antigo Egito, e data do século XIII a.C. A segunda é uma escultura egípcia encontrada na tumba de um nomarca do Alto Egito feita por volta do século XXI a.C. A terceira é a esfinge do faraó Taharka, que reinou sobre o Egito no século VII a.C.

Jon Bodsworth

Oriol Alamany/Corbis/Latinstock

Alfredo Dagli Orti/The Art Archive/Corbis/Latinstock

a) Fique atento aos traços da fisionomia das personagens representadas e em suas vestimentas e ornamentos. Elas se parecem com as figuras egípcias vistas anteriormente? Explique.

b) Preste atenção na posição das personagens representadas e nos detalhes das imagens. Descreva o que vê em cada uma.

c) Tomando por base as imagens, que relações podemos supor que os povos africanos que viviam na região da Núbia, ao sul do Egito, mantinham com os egípcios?

→ A imagem ao lado representa Yum Kaax, uma importante divindade maia. Observe-a com atenção e responda.

a) A que produto da economia maia esse deus era associado?

b) Por que razão essa divindade era tão importante para os maias?

Coleção particular/The Bridgeman/Keystone

Cabeça de Yum Kaax, deus maia, de cerca de 500 d.C.

2 Análise de um conceito

→ O texto a seguir é do escritor moçambicano Mia Couto. Fala sobre diversidade, identidade e sobre os conceitos equivocados de africanidade.

Durante anos, dei aulas em diferentes faculdades da Universidade Eduardo Mondlane. Os meus colegas professores queixavam-se da progressiva falta de preparação dos estudantes. Eu notava algo que, para mim, era ainda mais grave: uma cada vez maior distanciação desses jovens em relação ao seu próprio país. Quando eles saíam de Maputo em trabalhos de campo, esses jovens comportavam-se como se estivessem emigrando para um universo estranho e adverso. Eles não sabiam as línguas, desconheciam os códigos culturais, sentiam-se deslocados e com saudades de Maputo. Alguns sofriam dos mesmos fantasmas dos exploradores coloniais: as feras, as cobras, os monstros invisíveis.

Aquelas zonas rurais eram, afinal, o espaço onde viveram os seus avós, e todos os seus antepassados. Mas eles não se reconheciam como herdeiros desse patrimônio. O país deles era outro. Pior ainda: eles não gostavam desta outra nação. E ainda mais grave: sentiam vergonha de a ela estarem ligados. A verdade é simples: esses jovens estão mais à vontade dentro de um video-clip de Michael Jackson do que no quintal de um camponês moçambicano.

O que se passa, e isso parece inevitável, é que estamos criando cidadanias diversas dentro de Moçambique. E existem várias categorias: há os urbanos, moradores da cidade alta, esses que foram mais vezes a Nelspruit que aos arredores da sua própria cidade. Depois, há uns que moram na periferia, os da chamada cidade baixa. E há ainda os rurais, os que são uma espécie de imagem desfocada do retrato nacional. Essa gente parece condenada a não ter rosto e falar pela voz de outros.

[...] A pergunta é: será que esses diferentes Moçambiques falam uns com os outros?

A nossa riqueza provém da nossa disponibilidade em efetuarmos trocas culturais com os outros. [...]

[...] Uma grande parte da visão que temos do passado do nosso país e do nosso continente é ditada pelos mesmos pressupostos que ergueram a história colonial. Ou melhor, a história colonizada. O que se fez foi colocar um sinal positivo onde o sinal era negativo. Persiste a ideia que África pré-colonial era um universo intemporal, sem conflitos nem disputas, um paraíso feito só de harmonias. [...] O modo maniqueísta e simplificador com que se redigiu o chamado "tempo que passou" teve, porém, outra consequência: fez persistir a ideia de que a responsabilidade única e exclusiva da criação da escravatura e do colonialismo cabe aos europeus.

Quando os navegadores europeus começaram a encher de escravos os seus navios, eles não estavam estreando o comércio de criaturas humanas. A escravatura já tinha sido inventada em todos os continentes. Praticavam a escravatura os americanos, os europeus, os asiáticos e os próprios africanos. A escravatura foi uma invenção da espécie humana. O que sucedeu foi que o tráfico de escravos se converteu num sistema global e esse sistema passou a ser desenvolvido de forma a enriquecer o seu centro: a Europa e a América.

[...] O colonialismo foi outro desastre cuja dimensão humana não pode ser aligeirada. Mas tal como a escravatura, também na dominação colonial houve mão de dentro. Diversas elites africanas foram coniventes e beneficiárias desse fenômeno histórico.

Por que é que estou a falar disto? Porque eu creio que a história oficial do nosso continente foi sujeita a várias falsificações. A primeira e mais grosseira destinou-se a justificar a exploração que fez enriquecer a Europa. Mas outras falsificações se seguiram e parte delas destinaram-se a ocultar responsabilidades internas, a lavar a má consciência de grupos sociais africanos que participaram desde sempre na opressão dos povos e nações de África. Esta leitura deturpada do passado não é apenas um desvio teórico. Ela acaba por fomentar uma atitude de eterna vítima, sugere falsos inimigos e alianças sem princípios.

É importante fazermos nova luz sobre o passado porque o que se passa hoje nos nossos países não é mais do que a atualização de conivências antigas entre a mão de dentro e a mão de fora. Estamos revivendo um passado que nos chega tão distorcido que não somos capazes de o reconhecer. Não estamos muito

longe dos estudantes universitários que ao saírem de Maputo já não se reconhecem como sucessores dos mais velhos

Se o passado nos chega deformado, o presente deságua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam a nossa identidade. [...]

Mas a pergunta é, o que é verdadeiramente nosso? Há aqui alguns mal-entendidos. Por exemplo, uns acreditam que a capulana é um vestuário originário, tipicamente moçambicano. Fiz por diversas vezes esta pergunta a estudantes universitários: que frutos são os nossos por oposição ao morango, ao pêssego, à maçã? As respostas, uma outra vez, são curiosas. As pessoas acreditam que são originariamente africanos, o caju, a manga, a goiaba, a papaia. E por aí afora. Ora nenhum desses frutos é nosso, no sentido de ser natural do continente. Outras vezes, sugere-se que a nossa afirmação se faça na base de vegetais usados na nossa culinária. O emblema do tipicamente nacional passa agora para o coco, a mandioca, a batata doce, o amendoim. Tudo produtos que foram introduzidos em Moçambique e em África. Mas aqui se coloca a questão: essas coisas acabam sendo nossas porque, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricamos à nossa maneira. A capulana pode ter origem exterior mas é moçambicana pelo modo como a amarramos. E pelo modo como esse pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira.

[...]

Numa Conferência em que este ano participei na Europa, alguém me perguntou: o que é, para si, ser africano?

E eu lhe perguntei, de volta: E para si, o que é ser europeu?

Ele não sabia responder. Também ninguém sabe exatamente o que é africanidade. [...]

As definições apressadas da africanidade assentam numa base exótica, como se os africanos fossem particularmente diferentes dos outros, ou como se as suas diferenças fossem o resultado de um dado de essência.

África não pode ser reduzida a uma entidade simples, fácil de entender. O nosso continente é feito de profunda diversidade e de complexas mestiçagens. Longas e irreversíveis misturas de culturas moldaram um mosaico de diferenças que são um dos mais valiosos patrimônios do nosso continente. Quando mencionamos essas mestiçagens falamos com algum receio como se o produto híbrido fosse qualquer coisa menos pura. Mas não existe pureza quando se fala da espécie humana. Os senhores dizem que não há economia atual que não se alicerce em trocas. Pois não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma. [...]

COUTO, Mia. *Economia — a fronteira da cultura (2003)*. Disponível em: <http://www.macua.org/miacouto/Mia_Couto_Amecom2003.htm>. Acesso em: 9 jan. 2010.

Tendo em vista a sua leitura do texto de Mia Couto, do texto de Kabengele Munanga da página 103 e do item sobre as primeiras civilizações africanas, responda:

a) Por que não existe uma África?

b) Segundo o moçambicano Mia Couto, de que maneira a África pré-colonial é representada?

c) O que significa considerar a escravidão e a dominação colonial de acordo com as práticas já existentes no continente africano?

d) Por que o autor acha que a história oficial africana esteve sujeita a muitas falsificações?

e) No seu entender, a leitura que Mia Couto realiza do passado colonial no continente africano e das referências americanizadas no presente dos jovens moçambicanos, levando-os a um afastamento das tradições e patrimônios históricos locais, pode ser utilizada também no contexto das Américas?

A GRÉCIA ANTIGA

Capítulo 4

Este capítulo sobre o mundo grego traz inúmeras opções para discussão. No ***Para pensar historicamente*** o foco é a relação entre ***cidade, cidadania*** e ***democracia***, elementos que permitem trabalhos interessantes sobre a relação passado/presente. Usualmente, ao se estudar a Grécia clássica reflete-se também sobre as origens da vida política. Por isso, optamos por destacar, desde o início, um dos seus fundamentos, que é a ideia de cidadania.

Ao analisar a democracia grega e a democracia contemporânea, buscamos privilegiar o exercício de identificação de semelhanças e diferenças evitando o desenvolvimento de ideias e noções anacrônicas.

Dentro da proposta da obra, preocupamo-nos também em indicar alguns elementos básicos da pesquisa histórica sobre a Grécia, articulada com os fatores políticos e culturais que fazem dela uma das civilizações mais conhecidas e estudadas da Antiguidade.

Propõe-se ter em vista durante o estudo de todo o capítulo que os fatos ali tratados são construções provenientes de estudos embasados em fontes históricas. Assim, no decorrer do estudo do papel da mulher na Grécia ou sobre aspectos da vida cotidiana grega, pode-se indagar aos alunos: de onde essas informações podem ter vindo? Esse exercício poderá ser sistematizado pela atividade 3 de *Leitura e compreensão de conceito*.

Mapas históricos e políticos com a divisão atual dos países são instrumentos importantes para o estudo do mundo antigo. Além da análise de Atenas e Esparta, oriente os alunos sobre outras cidades-Estado gregas para que possam visualizá-las no conjunto. Essa estratégia pode ajudar os alunos a compreender o processo de ocupação da Península Grega.

As relações entre a formação das cidades e sua proximidade a vias de escoamento fluvial podem ser retomadas nesse momento. Frisamos a necessidade de não se incidir em um determinismo geográfico – que procura explicar as ações humanas especificamente por aspectos relacionados à ocupação do meio –, mas de estabelecer uma relação passado/presente em que os alunos observem a relação meio ambiente/seres humanos como algo importante.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

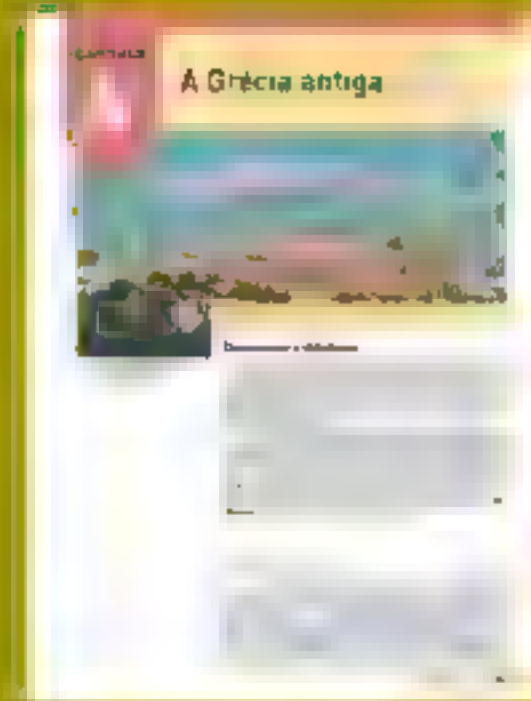
▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: pesquisar sobre elementos da cultura grega, elegendo uma obra, como *Ilíada* ou *Odisseia*, ou elementos como escultura, teatro, etc. e fazendo paralelos com a história grega.
- **História e Geografia**: pesquisar e analisar detalhadamente as características naturais da Península Balcânica (relevo, solo, hidrografia, clima, vegetação), associando-as à história das póleis gregas.
- **História e Sociologia**: traçar um paralelo entre o ostracismo, na Grécia antiga, e a política de exílio imposta no Brasil, na época da ditadura militar.

▶ Textos de apoio

A escravidão para a elite grega

Na Antiguidade, no auge da civilização grega, o direito à cidadania propriamente dita era restrito a uma reduzida classe de privilegiados. A nítida separação entre o cidadão – classe dirigente com direito a voto nas assembleias e a participação na vida política – e os demais estratos sociais excluídos de opinar sobre o destino da cidade ocorria, pois, no plano político. Aristóteles considerava que, sendo impossível a vida sem o necessário para a sobrevivência, a humanidade não poderia abrir mão dos escravos. A escravidão era encarada como uma lei natural, pois, "se existissem máquinas que se movimentassem sozinhas, não seria necessário o trabalho escravo". Os escravos eram utilizados para livrar os cidadãos das tarefas servis, permitindo à elite grega consagrar-se melhor à cidade, aos prazeres do corpo ou à investigação e à contemplação das coisas eternas do espírito. A distinção entre o cidadão e o escravo tinha um argumento sutil, que servia para o desencargo de consciência da elite grega: o escravo era desprezível, não por trabalhar, mas porque, em um dado momento de sua existência, tinha preferido a servidão ao risco de morrer pela liberdade.

CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Polêmica).

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 4 (p. 109 a p. 133).

assessoria pedagógica

Bibliografia

ANDRADE, M. M. *A cidade das mulheres: cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *O Oriente e a Grécia*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1960. (História Geral das Civilizações, 1).

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

______. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

______. *Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (Olho na História).

FLORENZANO, M. B. B. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo, Atual, 1996.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001.

JAEGER, W. W. *Paideia: a formação do homem grego*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LESSA, F. S. *Mulheres de Atenas. Melissa do gineceu à ágora*. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

MOSSÉ, C. *Atenas: a história de uma democracia*. 2. ed. Brasília: UnB, 1982.

MOURA, J. F. *Imagens de Esparta: Xenofonte e a ideologia oligárquica*. Rio de Janeiro: LHIA, 2000.

SANTOS JR., W. *Democracia: o governo de muitos*. São Paulo: Scipione, 1996. (Opinião & Debate).

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Tese

FRANCISCO, G. S. *Grafismos gregos: escrita e figuração na cerâmica ática do período arcaico (séculos VII-VI a.C.)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15052007-095155/>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Filmes

A Grécia antiga. Direção de Sergio Baldassarini Junior. Brasil, 1994. (30 min). História da humanidade, 3.

Alexandre. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 2004. (175 min).

Odisseia. Direção de Andrei Konchalovsky. Estados Unidos, 1997. (173 min).

Fúria de titãs. Direção de Desmond Davis. Inglaterra, 1981. (118 min).

Grécia: tempos de supremacia. São Paulo: Abril Coleções, 1999. (50 min).

300. Direção de Zack Snyder. Estados Unidos, 2007. (117 min).

Troia. Direção de Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 2004. (163 min).

Ulysses. Direção de Mario Camerini. Itália, 1953. (104 min).

Endereços eletrônicos

Grécia antiga e mitos. Disponível em: <http://warj.med.br>. Acesso em: 25 ago. 2009. *Site* do pesquisador Wilson Ribeiro Jr., com grande volume de informações sobre a literatura e a cultura material grega. Apresenta também *links* interessantes para arquivos virtuais e museus estrangeiros.

Ministério da Cultura Helênica – Grécia. Disponível em: <http://odysseus.culture.gr/h/1/eh152.jsp?>. Acesso em: 12 jan. 2010. Portal do governo grego, que reúne material exposto em alguns museus do país, além de disponibilizar informações sobre a história antiga da Grécia.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

HOMERO. *Ilíada*. Tradução e adaptação de N. de Holanda. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

______. *Odisseia*. Tradução e adaptação de Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica).

SÓFOCLES. *Édipo rei*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

STONE, Isidoro F. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

2

A escravidão segundo Aristóteles

Alguns pretendem que o poder do senhor é contra a natureza, que se um é escravo, e o outro livre, é porque a lei o quer, que pela natureza não há nenhuma diferença entre eles e que a servidão é obra não da justiça, mas da violência. A família, para ser completa, deve compor-se de escravos e de indivíduos livres. Com efeito, a propriedade é uma parte integrante da família, pois sem os objetos de necessidade é impossível viver e viver bem. Não se saberia pois conceber lar sem certos instrumentos. Ora, entre os instrumentos, uns são inanimados, outros vivos... O escravo é um instrumento vivo. Se cada instrumento pudesse, por uma ordem dada ou pressentida, executar por si mesmo seu trabalho, como as estátuas de Dédalo ou os tripés de Hefaístos, que, segundo Homero, dirigiam-se em marcha automática, às reuniões dos deuses, se as navetas tecessem sozinhas... então os chefes de família dispensariam os escravos... O escravo é uma propriedade que vive, um instrumento que é homem. Há homens assim feitos por natureza? Existem homens inferiores, tanto quanto a alma é superior ao corpo, e o homem ao bruto; o emprego das forças corporais é o melhor partido a esperar do seu ser: são escravos por natureza... útil aos próprios escravos, a escravidão é justa.

ISAAC, J.; DEZ G.; WEILER, A. *História universal: Oriente e Grécia*. São Paulo: Mestre Jou, 1964. p. 182.

3

Apologia de Sólon pelo próprio, citado por Aristóteles, Constituição de Atenas, 12, 4

Dentre os objetivos que me levaram a reunir o povo, há algum que não tenha concluído antes de me retirar? Quem poderia servir de testemunha, melhor do que ninguém, perante o tribunal do tempo, senão a Grande Mãe dos Olímpicos, a Terra negra, da qual tirei, um dia, as cercas, em milhares de lugares, essa Terra, outrora escrava e agora livre. Repatriei a Atenas, sua pátria fundada pelos deuses, muitos homens que haviam sido vendidos, ilegalmente ou não, outros, ainda, que foram levados ao exílio e que nem mais falavam a língua ática, como acontece quando vagamos por meio mundo. Outros, enfim, que aqui mesmo viviam na escravidão infame, sofrendo os caprichos dos seus senhores, alforriei. Isso tudo o fiz pela força da lei, unindo a força bruta à justiça. Fui até o fim, como havia prometido. Além disso, proclamei leis, tanto para os maus como para os bons, aplicando para cada qual a reta justiça. Se alguém estivesse no meu lugar, alguém malvado e arrogante, não teria mantido o apoio popular. Se quisesse fazer o que agradava os meus inimigos, ou, ao contrário, o que os adversários do povo tramavam contra aqueles, a cidade estaria, logo, viúva de um grande número dos seus. Por isso, juntando todas as minhas forças, combati como um lobo diante de uma matilha de cães.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 55.

Consulte outros textos no *site*
www.scipione.com.br/hgb/

▶ Comentários das atividades

Para recordar (*Das origens ao período arcaico*)

1 O **período pré-homérico** caracteriza-se pela formação e desenvolvimento da cultura minoica na Ilha de Creta e da civilização micênica, no Peloponeso. O período também é marcado pela chegada à Península Balcânica de povos indo-europeus, como eólios, aqueus, jônios e dórios. Há controvérsias sobre se esses últimos teriam sido os responsáveis pela Primeira Diáspora grega, marcada pelo esvaziamento das cidades, a retração do comércio e o deslocamento da população para as zonas rurais. Muitos historiadores afirmam que o conjunto de povos foi responsável. O período seguinte é conhecido como **período homérico**, pois foi associado às obras *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero. Nele ocorre a formação de comunidades gentílicas, baseadas na existência dos genos, chefiados por um *pater*. O crescimento populacional somado à escassez de terras férteis na Grécia levou a uma crescente desigualdade na distribuição das terras e na consequente desagregação das comunidades gentílicas. Essas transformações provocaram a Segunda Diáspora grega, quando os gregos se expandiram pelo Mar Mediterrâneo fundando colônias, e a formação e consolidação das cidades-Estado, as poleis, sob controle da aristocracia proprietária de terras. Esse terceiro período recebe o nome de **período arcaico**.

2 a) As transformações que causaram a dissolução das comunidades gentílicas foram o aumento demográfico combinado à escassez de terras férteis, processo que resultou na apropriação das melhores terras pelos parentes mais próximos dos chefes dos genos e no surgimento da desigualdade social no interior da sociedade grega.

b) A pólis grega se caracteriza pela existência de uma área rural e outra urbana (a acrópole), estando o centro de decisões concentrado nessa última. Para os antigos gregos, a pólis era uma comunidade de homens livres que decidiam de maneira autônoma sobre os destinos da coletividade.

Exercícios de História (*Das origens ao período arcaico*)

1. **Leitura e interpretação de texto historiográfico**
   a) De acordo com Pierre Vidal-Naquet, as obras *Ilíada* e *Odisseia* descrevem uma época que não é aquela em que seu suposto autor viveu e combinam elementos de diferentes épocas, sem diferenciá-las. Além disso, misturam aspectos históricos a elementos puramente imaginários.
   b) Não, pois a maneira como os antigos gregos entendiam seu passado e o significado que atribuíam a ele também são objetos de pesquisa histórica e podem ser analisados por meio dessas obras. Além disso, as informações contidas nelas podem ser cruzadas com outras fontes, como as arqueológicas, a fim de que se determine sua pertinência.

2. **Refletindo sobre o presente**
   a) Esse direito era negado aos estrangeiros (metecos), às mulheres e aos escravos.
   b) Todo brasileiro acima dos 16 anos que tenha título de eleitor ou maior de 18 anos, independentemente de sexo ou condição social, é considerado cidadão. Não gozam de direito à cidadania apenas estrangeiros residentes no país que não tenham se naturalizado.
   c) Resposta pessoal. Informe os alunos sobre a importância do registro de nascimento para o acesso à cidadania e discuta os casos que podem ser punidos com a sua suspensão. É também importante que os alunos compreendam os avanços democráticos conquistados na Constituição brasileira de 1988, como o reconhecimento do direito à cidadania aos povos indígenas.
   d) Resposta pessoal.

   A atividade busca provocar uma discussão sobre o conceito de cidadania, estendendo-o para além da compreensão de que cidadão é aquele que tem direito a votar e se eleger. Durante a discussão, enfoque a importância do envolvimento do indivíduo nos assuntos de interesse público e de sua participação ativa nas decisões coletivas. Direcione a discussão para o papel das novas tecnologias na transformação das práticas políticas, provocando os alunos a avaliar seus reflexos positivos e negativos na democracia.

3. **Leitura e compreensão de conceito**
   a) Não, pois o texto informa que escravos podiam possuir bens móveis e imóveis.
   b) Em Esparta, os hilotas eram sempre propriedade do Estado e não eram bens comercializáveis – ao contrário de Atenas, onde o escravo também podia ser uma propriedade particular. Além disso, segundo o texto, possivelmente parte dos escravos de Atenas era tratada com mais humanidade, já que assumia diversas funções na sociedade e não apenas os trabalhos pesados, como os hilotas em Esparta.

4. **Leitura de imagens**
   a) As figuras masculinas estão associadas ao esporte (luta) e à guerra, e as femininas à tecelagem e aos cuidados com a família.
   b) Os homens, como guerreiros e atletas, protegiam a pólis e honravam-na perante os deuses e as demais cidades. Nesse sentido, eram responsáveis pela esfera pública, cabendo-lhes o dever de zelar pelos assuntos que envolviam a vida coletiva – ou seja, pela política. Quanto às mulheres, desempenhavam funções que se desenrolavam no espaço da casa e da família, portanto, ligadas à vida doméstica, privada.

5. **Leitura, pesquisa e reflexão**

   Apesar das reformas promovidas no século VI a.C. pelos legisladores atenienses como Drácon e Sólon, os conflitos sociais que vinham desestabilizando Atenas não foram contidos. Nesse cenário, em 561 a.C., Psístrato, com apoio popular, tomou o poder pela força, implantando a tirania. Para manter o apoio das camadas populares e resistir à insatisfação da aristocracia ao seu governo, Psístrato realizou diversas reformas, como a divisão das grandes propriedades e medidas de apoio aos pequenos agricultores. Essas reformas foram importantes para reduzir o poder dos aristocratas e fortalecer os demos, impondo condições para a futura implantação da democracia em Atenas.

Para recordar (*Grécia: da pólis aristocrática à desagregação*)

1. Esparta não experimentou no século VII a.C. dificuldades econômicas profundas como aquelas que afetaram outras cidades-Estado gregas. Controlada por uma elite guerreira que mantinha sob seu poder os camponeses hilotas, organizou-se como uma oligarquia aristocrática e assim se manteve por centenas de anos. Atenas, por sua vez, organizou-se a princípio também como um regime oligárquico, controlado pela aristocracia proprietária de terras. Contudo, a instabilidade social produzida pela insatisfação dos pequenos agricultores livres e pela ascensão dos comerciantes acabou favorecendo a realização de reformas políticas que reduziram o poder dos aristocratas e permitiram maior participação dos demos nos processos de decisão política, instaurando a democracia.
2. Durante as Guerras Médicas, os atenienses assumiram a liderança da Liga de Delos e o controle sobre os recursos recolhidos das cidades-Estado gregas para financiar os gastos militares. Essa posição privilegiada permitiu que Atenas se destacasse como potência militar, sobretudo nos mares. Findos os conflitos contra os persas, os atenienses se negaram a abolir a Liga e os impostos. Usando seu poderio militar, passaram a impor seus interesses a outras cidades-Estado, inclusive interferindo da deposição de governos oligárquicos para favorecer os defensores do regime democrático no interior delas. Quanto aos recursos recolhidos, eram revertidos à realização de grandes obras em Atenas e utilizados na sustentação do seu regime democrático – por exemplo, no pagamento da mistoforia. Assim, o aprofundamento da democracia ateniense foi em grande medida subsidiado por sua ação imperialista sobre as demais cidades-Estado da Grécia.

   Esse último exercício pode ajudar a retomar a seção ***Para pensar historicamente*** que abre o capítulo. Pode-se promover uma comparação entre as fontes privilegiadas para o estudo da Antiguidade, discutindo-se que o estudo da vida cotidiana desses povos só foi possível quando os historiadores passaram a considerar os objetos da cultura material como fontes e na medida em que os estudos arqueológicos ganharam impulso no século XX.

Exercícios de História (*Período clássico e helenístico*)

1. **Análise de documentos**

   Aristófanes

   a) Atenas adotava um sistema democrático no qual todos os homens livres, maiores de 18 anos, nascidos em Atenas e filhos de atenienses podiam participar da vida pública. Esparta, diferentemente de Atenas, limitava o direito de participação política à elite espartana, formada exclusivamente pelos descendentes do sexo masculino dos antigos dórios.
   b) Trata-se da Guerra do Peloponeso, que opôs as várias cidades-Estado gregas e causou, no interior de cada uma, instabilidade política, em função das rivalidades entre aristocratas e defensores da democracia. Essa guerra causou o enfraquecimento de toda a Grécia e favoreceu sua conquista pelos macedônicos no século IV a.C.
   c) Na antiga Grécia, a guerra era um tema que dizia respeito aos homens. As mulheres não participavam e, por consequência, não tinham direito a decisões relativas à vida pública. Contudo, na peça de Aristófanes, diante da incompetência dos gover-

nantes para resolver as questões públicas, as mulheres tomam seu lugar e passam a controlar a vida política. Essa subversão da ordem, aos olhos dos antigos gregos, era tão absurda que assumia ares hilários.

Xenofonte

a) Para os gregos, a Arte deve imitar a natureza, buscando nela o Belo.

b) O Belo é expressão das virtudes humanas, tanto físicas quanto espirituais. Assim, a arte deve selecionar nos homens reais suas melhores qualidades, a fim de compor um "modelo" de homem.

c) Resposta pessoal.

A resposta do aluno deve buscar traços de continuidade e/ou transformação no conceito de beleza da Antiguidade clássica aos dias atuais. Será útil levar para sala fotografias de esculturas gregas e de corpos humanos e objetos contemporâneos tidos como belos e buscar extrair deles as características que os definem como belos para, a seguir, compará-las.

2. Leitura de texto e imagem, e reflexão

a) A transferência da assembleia da Ágora para a Pnyx pode ter ocorrido em função do desenvolvimento da democracia. O crescimento do número de cidadãos associado ao aumento da importância da atividade política deve ter gerado a necessidade dessa especialização espacial a qual o autor se refere.

b) O formato da Pnyx permitia que todo cidadão visse e fosse visto pelos demais, o que facilitaria o debate e aprofundaria a consciência individual de fazer parte de uma comunidade política.

c) Porque a presença física da cidade obrigava os participantes da assembleia a se lembrarem, a cada instante, de que tinham um compromisso com o bem-estar coletivo e não agiam em benefício próprio.

d) Resposta pessoal.

Essa questão tem como meta levar o aluno a refletir sobre a relação entre arquitetura/urbanismo e política. Discuta com eles a avaliação da Câmara dos Vereadores da cidade e o(s) significado(s) que atribuíram a ela. Fique atento à maneira como relacionam suas observações às práticas democráticas e se, ao fazerem isso, tomam como parâmetro a análise da Pnyx. Aproveite a ocasião para discutir a diferença entre democracia representativa e democracia direta.

3. Leitura de letra de música

a) Está presente a mitologia grega.

b) Resposta pessoal. Essa atividade permite avaliar as relações que os alunos conseguem estabelecer entre os trechos da música e os conteúdos trabalhados em aula, considerando as informações do texto didático e outras fontes, como as aulas, obras literárias e cinematográficas.

c) Porque a filosofia aristotélica está na base da construção do pensamento ocidental.

d) O helenismo foi a fusão das culturas grega e ocidental, resultante de um esforço de Alexandre de integrar as várias partes de seu Império. Há referências a esse processo em: "Ainda criança ele surpreendeu importantes visitantes/Vindos como embaixadores do Império da Pérsia/Pois os recebeu, na ausência de Filipe, com gestos elegantes/De que o rei, seu próprio pai, não seria capaz"; "Casou com uma persa, misturando raças, mudou-nos terra céu e mar".

Se considerar adequado, solicite um levantamento de informações sobre o compositor Caetano Veloso e promova, a partir de dados sobre a música, uma discussão sobre o porquê de ele escrever uma letra de canção abordando essa temática. A conversa pode possibilitar aos alunos visualizar os usos da História na contemporaneidade, em canções, documentários, filmes, livros de ficção etc.

anotações

CAPÍTULO

4

A Grécia antiga

Orestis Panagiotou/epa/Corbis/Latinstock

▲ Vista da Acrópole de Atenas, na Grécia, em foto de 2010

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Democracia e cidadania

As artes e obras arquitetônicas, o idioma, o pensamento filosófico, a mitologia e as instituições políticas são algumas das expressões culturais gregas que influenciaram as civilizações contemporâneas ocidentais. Conhecer parte desse legado permite reconhecer também importantes aspectos de nossa cultura.

Os governos do mundo ocidental contemporâneo, por exemplo, se baseiam nos princípios da democracia, termo de origem grega (*demos* significa "povo" e *cratos*, "poder"). Surgido em Atenas, no século VI a.C., esse sistema deveria ser exercido por cidadãos preparados, conhecedores dos problemas da cidade onde viviam. Daí a importância dada à educação e à formação dos cidadãos. É fundamental, porém, notar que os conceitos de democracia e de cidadania para os gregos são bem diferentes dos conceitos atuais, como veremos.

O LEGADO GREGO

Foi entre os gregos – mais especificamente entre os atenienses – que a cidade passou a significar mais do que um lugar onde se reuniam as atividades de comércio, administração, defesa, cultura e religião. Até então, a cidade era um lugar em que se concentrava o poder de um soberano ou de uma oligarquia. Com os gregos antigos, firmou-se a ideia de cidade como comunidade política, ou seja, um espaço de convivência entre os cidadãos e de decisão coletiva sobre os destinos do grupo. A cidadania,

portanto, era a condição de pertencimento a uma comunidade política, geradora de determinados deveres e direitos em relação a essa comunidade.

O grupo de cidadãos, de membros de uma cidade, reunidos em assembleia, constitui a primeira ideia de um corpo político no qual as pessoas trabalham – e mesmo vão à guerra – pelo que acreditam ser o bem comum. A noção de comunidade política que temos hoje em dia decorre, de certa forma, do embrião que é a cidade-Estado grega.

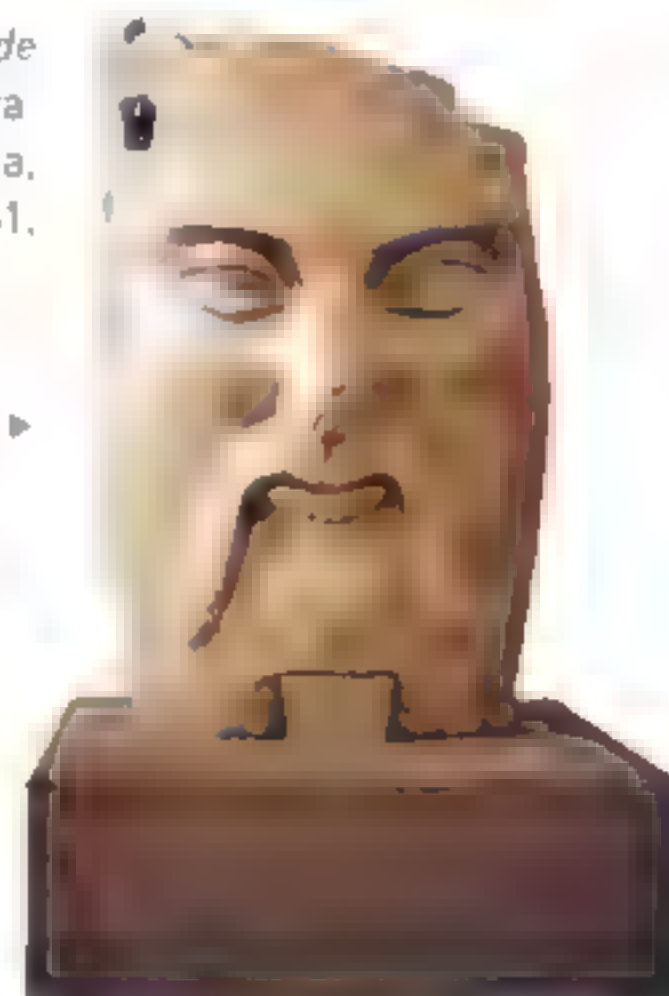
A ideia de democracia dos gregos antigos não é a única base de nossa concepção atual de democracia. Muitas outras influências se somaram – e mesmo colocaram em xeque – o conceito clássico de democracia. É inegável, entretanto, a contribuição dos gregos para as ideias políticas contemporâneas, bem como para nosso modo de entender e praticar a vida diária nas cidades. A importância do legado grego não se restringe ao pensamento político, como você poderá analisar ao longo deste capítulo, e justifica o grande número de investigações sobre a Grécia antiga. Esses estudos são beneficiados especialmente pelo fato de o grego ter continuado a ser uma língua utilizada e reconhecida até o período contemporâneo.

O desenvolvimento da escrita alfabética entre os gregos contribuiu para o nascimento da filosofia e propiciou uma vasta produção literária (veja alfabeto grego abaixo). Por esse motivo, as primeiras fontes para o estudo da História grega são as literárias.

Dois poemas épicos estiveram entre as primeiras fontes literárias gregas e ocidentais para os historiadores, a *Ilíada* e a *Odisseia*, cuja autoria é atribuída ao poeta Homero, que teria vivido entre 800 e 700 a.C., na Jônia (atual região da Turquia). As duas obras reúnem narrativas heroicas com referências históricas e mitológicas que eram transmitidas oralmente. Atualmente, questiona-se se essas obras teriam sido escritas pela mesma pessoa, e até a existência real de Homero. De qualquer maneira, por convenção, o período da história grega descrito nessas obras poéticas ficou conhecido como período homérico, como veremos adiante.

O historiador Moses Finley explica algumas diferenças encontradas nos poemas:

> A *Ilíada* está cheia de ação dos heróis. Mesmo quando se afasta do seu tema central, a ira de Aquiles, a sua atenção jamais se separa dos feitos e dos interesses heroicos. A *Odisseia*, se bem que mais curta, comporta dois temas diferentes e essencialmente distintos um do outro: a narrativa das viagens de Ulisses e a luta pelo poder em Ítaca. Se ela se situa na idade dos heróis, a *Odisseia* conhece apenas um único verdadeiro herói, Ulisses.
>
> FINLEY, Moses. *O mundo de Ulisses*. Trad. Armando Cerqueira. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 31.

Aquiles, herói da mitologia grega, foi o principal personagem e o maior guerreiro da *Ilíada*, obra épica atribuída a Homero. Muitos textos literários, pinturas e esculturas foram produzidos na Grécia antiga para exaltá-lo, como essa Máscara de Aquiles, de 470 a.C. (Museu de Berlim)

Ruggero Vanni/Corbis/Latinstock

ALFABETO GREGO

Maiúsculas	Minúsculas	Pronúncia	Maiúsculas	Minúsculas	Pronúncia
Α	α	alfa	Ν	ν	ni
Β	β	beta	Ξ	ξ	csi
Γ	γ	gama	Ο	ο	ômicron
Δ	δ	delta	Π	π	pi
Ε	ε	épsilon	Ρ	ρ	rô
Ζ	ζ	dzeta	Σ	σ	sigma
Η	η	eta	Τ	τ	tau
Θ	θ	teta	Υ	υ	ípsilon
Ι	ι	iota	Φ	φ	fi
Κ	κ	capa	Χ	χ	qui
Λ	λ	lambda	Ψ	ψ	psi
Μ	μ	mi	Ω	ω	ômega

▲ Alfabeto grego de maiúsculas e minúsculas. A palavra alfabeto provém das duas primeiras letras gregas: alfa α e beta β

épico ou epopeia: narrativa heroica de feitos e fatos históricos reais, lendários ou mitológicos.

Aquiles: um dos participantes da Guerra de Troia e personagem principal da *Ilíada*. Segundo a mitologia, sua mãe o mergulhou nas águas do Estige para torná-lo imortal, segurando-o pelo calcanhar. Como esta parte de seu corpo não foi banhada pelas águas, tornou-se seu ponto fraco e vulnerável. Por isso, quando nos referimos ao ponto fraco de alguma pessoa ou de uma instituição, usamos a expressão "calcanhar de Aquiles".

Ulisses: nome do rei de Ítaca. Em grego é Odisseu, daí o título do poema que descreve a peregrinação de Ulisses até Ítaca, após a Guerra de Troia, durante um período de dez anos.

Ítaca: ilha grega situada no Mar Jônico.

GUERRA DE TROIA

De acordo com as narrativas mitológicas, a Guerra de Troia foi um conflito entre gregos e troianos ocorrido entre 1300 a.C. e 1200 a.C. Disposto a se vingar do rapto de sua esposa Helena por Páris (príncipe de Troia, filho do rei Príamo), Menelau, rei de Lacedemônia (Esparta), reuniu os gregos em um exército comandado por seu irmão mais velho, Agamenon, rei de Micenas. Aquiles e Ulisses se destacaram entre a legião do exército, que atravessou o Mar Egeu a bordo de mais de mil navios. Durante dez anos cercaram Troia, até construírem um grande cavalo de madeira e fingirem o seu abandono. Por considerarem o cavalo um animal sagrado, os troianos recolheram o presente, levando-o para a cidade. De seu interior saíram os guerreiros de Ulisses, sendo Troia saqueada e destruída. Príamo foi morto e sua filha Cassandra violentada. O herói troiano Eneias, filho de Vênus, e alguns partidários se instalaram no Lácio, dando origem ao povo romano. Até a descoberta do sítio arqueológico com sete cidades superpostas, na Turquia no final do século XIX, por Heinrich Schliemann, questionava-se a existência real da cidade e da guerra como um fato histórico e não mitológico. Mais duas cidades foram escavadas na década seguinte. Essas nove cidades denominadas Troia registram evidências de diferentes períodos da história. Supõe-se que a chamada Troia épica seja a sexta.

◂ Cena da produção norte-americana *Troia*, direção de Wolfgang Petersen, 2004, Warner Bros.

Alex Bailey/Divulgação/Editora Abril

Além dos poemas épicos, foram preservadas narrativas dos acontecimentos considerados importantes pelos gregos, como as de Heródoto e Tucídides no século V a.C.

O termo **história** tal como entendemos hoje não existia. A palavra *historie* vem do grego e significa "aquele que viu, que testemunhou". Os relatos de Heródoto, considerado o "pai da história", eram baseados no que ele "viu ou ouviu dizer dos que viram" os fatos e declaravam uma verdade sobre o mundo dos homens por meio de uma narrativa escrita, diferenciando-se da poesia e do mito, formadas por narrativas e tradições orais. Heródoto teria registrado e reunido em seus escritos o que as testemunhas oculares narravam em diferentes versões e segundo suas memórias. Seus livros descrevem principalmente os "não gregos" (persas, babilônicos, egípcios, entre outros) e as Guerras Médicas, tratadas adiante.

ILÍADA E *ODISSEIA*: FONTES LITERÁRIAS NA HISTÓRIA

Ao trabalhar com fontes literárias, o historiador se coloca diante de um tipo especial de problema, que é o de trabalhar com a ficção. Não caberá ao historiador preocupar-se em separar elementos "verdadeiros" de "falsos", mas sim identificar fatores da vida cotidiana, do imaginário e da sociedade da época na qual e para a qual a obra foi escrita. Os pesquisadores partem do pressuposto de que as obras literárias não relatavam necessariamente fatos acontecidos de verdade. Porém, como se dirigiam a pessoas de verdade, usavam informações de contexto, que incluem linguagem, usos, costumes, mitos e aspirações – enfim, características daquela época e daquele povo, revelando ainda não apenas o modo de pensar e a visão do autor ou dos autores, como características de uma sociedade que ainda tinha na oralidade a sua principal forma de contar, transmitir e preservar histórias e tradições.

Uma fonte literária não pode ser o recurso único de conhecimento sobre uma sociedade. Como vimos, existem muitas fontes possíveis para o historiador: os vestígios da vida cotidiana como utensílios, esculturas, construções, pinturas. Combinadas com fontes do mesmo período e com as fontes posteriores (como comentários de outros autores gregos, por exemplo), as informações extraídas das narrativas gregas podem ser cruzadas pelos pesquisadores, possibilitando a construção de hipóteses e interpretações históricas. Logicamente, a descoberta de novas fontes ou o desenvolvimento de novas formas de pensar sobre as fontes já existentes podem alterar as conclusões dos estudiosos sobre determinado período.

A prática do teatro – que entre os gregos tinha diversas funções, incluindo a religiosa – está na base das experiências contemporâneas no campo da arte, não apenas na cultura erudita, mas também na cultura de massa, como a televisão e o cinema.

A arquitetura e a cultura material também fazem da Grécia uma das civilizações antigas mais bem conhecidas. As pinturas dos vasos gregos, por exemplo, revelam cenas do cotidiano popular, grandes acontecimentos vividos pela elite, assim como aspectos da religião e da cultura em geral.

Ao estudar a história da civilização grega antiga e as suas influências nas civilizações ocidentais atuais precisamos fazer algumas escolhas e recortes. Geralmente, um aspecto privilegiado é o estudo das cidades-Estado gregas. Como não é possível estudar todas as cidades-Estado, costuma-se selecionar duas das mais importantes ou representativas, que são Atenas e Esparta. Vamos fazer também esse recorte, mas não devemos nos esquecer de que existiram muitas outras cidades importantes, como Megara, Corinto e Tebas

GEOGRAFIA E HISTÓRIA

No capítulo anterior, você viu como grandes rios foram importantes para o surgimento das primeiras cidades de que se tem notícia. No caso da Grécia, não é diferente: a Geografia é um importante fator de explicação da História. Só que, nesse caso, não vamos falar de rios, mas dos mares Mediterrâneo, Jônico e Egeu. A formação da Grécia compreende um conjunto de povos que se desenvolveu nas regiões localizadas ao sul da Península Balcânica, nas ilhas do Mar Egeu e no litoral da Ásia Menor.

É importante destacar que os nomes **Grécia** e **gregos** surgiram entre os romanos (do latim *Græcia*). O território era chamado de Hélade – terra de Heleno ou, no grego, Héllas – e seus habitantes, de helenos. Além disso, é preciso destacar que não houve um território unificado politicamente, apesar de utilizarmos a denominação Grécia. A organização de cidades-Estado autônomas foi facilitada pelas condições geográficas, como o relevo montanhoso, as diversas reentrâncias do mar na parte continental da Grécia, uma grande quantidade de ilhas e o consequente isolamento relativo das localidades.

As transformações sociais, o solo pouco fértil e as dificuldades de aproveitamento agrícola contribuíram para que os gregos se dedicassem à expansão comercial e marítima a partir do século VIII a.C. Isso ajuda a explicar a criação de comunidades gregas em diversos pontos da orla do Mar Mediterrâneo, especialmente no sul da Itália, na região conhecida como Magna Grécia. Veja o mapa abaixo.

Península Balcânica: também chamada de Bálcãs (derivação da palavra turca para montanha), é a denominação histórica e geográfica da região sudeste da Europa, que engloba atualmente a porção da Turquia no continente europeu, Grécia, Bulgária, Macedônia, Albânia, Romênia, Sérvia, Montenegro, Kosovo (autoproclamado independente), Bósnia-Herzegovina, Croácia e Eslovênia

A Grécia antiga

Área de influência grega no século VII a.C.
Área de influência dos fenícios

Allmaps, Arquivo da editora

Adap.: BARRACLOUGH, G. *The Times Concise Atlas of World History.* Londres: Times Books Limited, 1986. p. 19

A Grécia antiga estabeleceu as bases de seu desenvolvimento na atividade comercial e na expansão marítima. Observe os mares que banham os territórios gregos, a localização da chamada Grécia continental e as ilhas situadas no Mar Egeu que formam a chamada Grécia insular

CIVILIZAÇÕES CRETENSE E MICÊNICA

A origem da civilização grega está ligada a duas civilizações que se desenvolveram no sul da Península Balcânica: a cretense (ou minoica) e a micênica. A civilização **cretense** floresceu na Ilha de Creta a partir do segundo milênio antes de Cristo. Os grandes centros dessa civilização formaram-se ao redor dos palácios de Cnossos, Festos, Mália e Cato Zacro.

minoica: na mitologia grega Minos é o rei de Creta. Conquistou Atenas e impôs o pagamento anual de um tributo: sete rapazes e algumas moças que serviriam de alimento para o Minotauro, monstro metade homem, metade touro, que ficava em um labirinto. Uma de suas filhas, Ariadne, se apaixonou pelo herói Teseu, que livrou Atenas dessa obrigação ao matar o Minotauro.

Museu do Louvre, Paris/The Bridgeman/Keystone

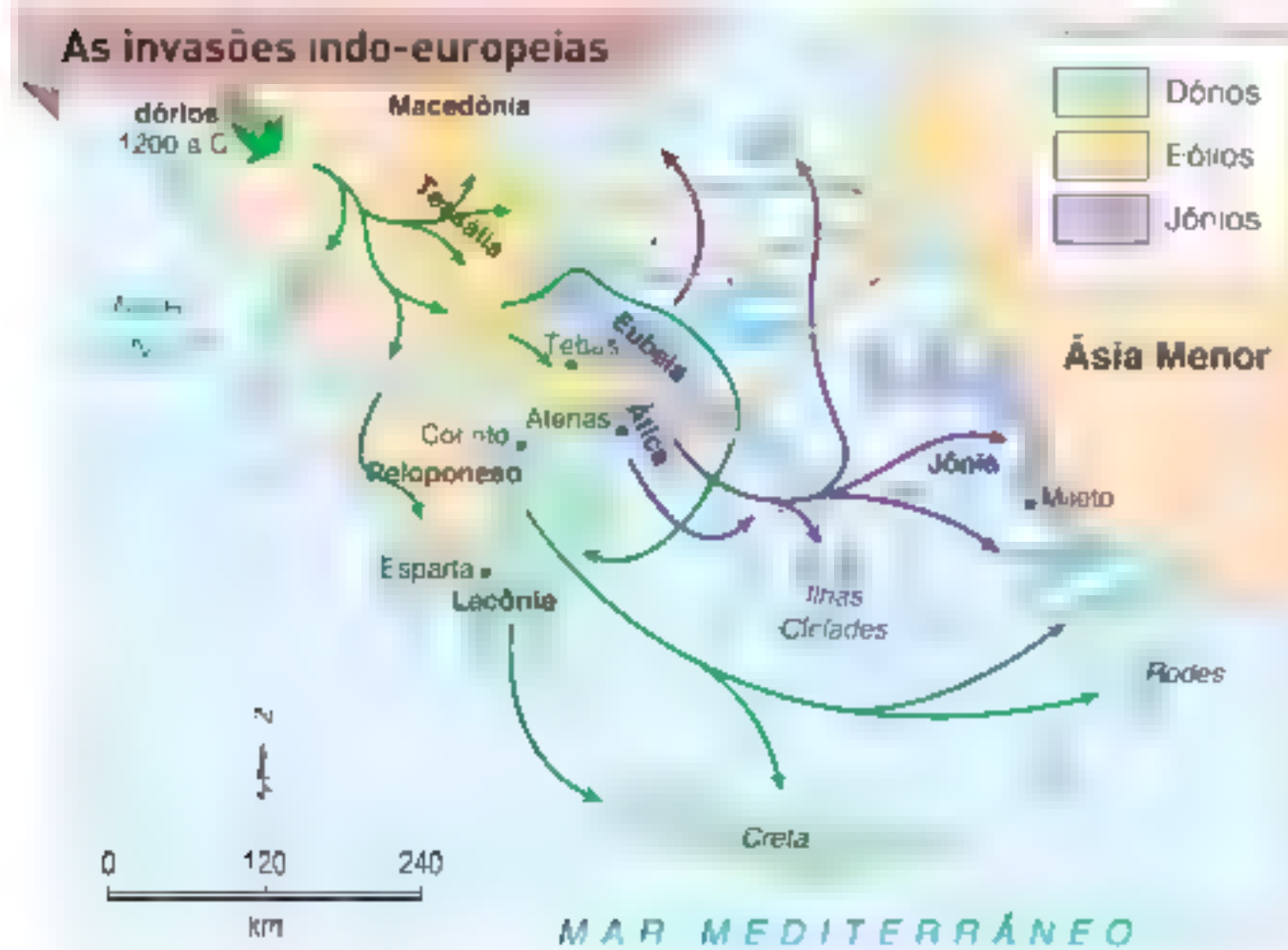
Detalhe da representação do mito de Teseu enfrentando o Minotauro, em ânfora de cerâmica grega do século VI a.C.

Dedicados à navegação e ao comércio, os cretenses entraram em contato com vários povos do Mediterrâneo e, partir do século XV a.C., fundiram-se com os aqueus, dando origem à civilização **micênica**.

Durante os séculos XX a.C. ao XII a.C., a península grega recebeu ondas migratórias de vários povos, destacando-se os indo-europeus, como os jônios, os eólios e, a partir do século XII a.C., os dórios. Foi nesse último século que a civilização micênica foi destruída, mas não existem evidências de que o fim tenha decorrido das invasões dos dórios, mas sim de um conjunto de invasores, sem que se saiba exatamente quais. Seja como for, as ondas de invasões dóricas estabeleceram domínios sobre a parte continental da Grécia, forçando a dispersão de diversos povos na direção das ilhas do Mar Egeu e litoral da Ásia Menor. A dispersão ficou conhecida como a **Primeira Diáspora Grega** e deu origem ao período conhecido na história da Grécia como período homérico.

As invasões indo-europeias

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 90.

Observe a localização das cidades-Estado de Atenas e Esparta.

indo-europeus: denominação para o conjunto de povos nômades da Europa e da Ásia que possuíam certa unidade linguística (línguas indo-europeias), mas não formavam uma unidade política, étnica e geográfica. Ao que parece, localizavam-se, desde o quarto milênio, ao norte do Mar Negro. Por volta do terceiro milênio antes da era cristã, iniciaram uma série de migrações fragmentando-se em vários grupos linguísticos. Alguns grupos migraram para a Ásia (armênio, indo-iraniano etc.), outros permaneceram na Europa (eslavo, celta, itálico, grego, germânico etc.). Cada grupo evoluiu independentemente e os movimentos migratórios se fizeram no tempo e no espaço, durante séculos.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA GRÉCIA

O arqueólogo Álvaro Alegrette é pesquisador da École Française D'Athènes, instituição francesa sediada na Grécia e um dos maiores especialistas em civilização cretense. Coordenou as escavações da Cripta Hipostila, na cidade de Malia, Ilha de Creta. Leia o comentário desse pesquisador, em reportagem de Rodrigo Gallo.

Por conhecer profundamente a estrutura dos edifícios minoicos, Allegrette fala com propriedade: o palácio de Cnossos, em Heráclio, onde o ateniense Teseu teria matado o Minotauro, realmente é um labirinto. O prédio possui sete pavimentos, inclusive quatro abaixo do pátio central, tornando-o confuso para quem não conhece bem sua arquitetura. Isso comprova que a mitologia cretense tem uma base fundamentada na realidade daquele povo. [...] dentro de 15 anos, será possível conhecer muito mais sobre o povo minoico. O motivo é que a linguagem conhecida como Linear-A ainda não decifrada, está sendo decodificada aos poucos pelos especialistas por conta de novos achados arqueológicos escritos nesse idioma. A importância disso é que, com esse conhecimento, será possível desvendar melhor os antigos hábitos e rituais religiosos do povo de Mália e Cnossos [...]

O arqueólogo argumenta ainda que a mitológica Guerra de Troia, narrada pelo poeta Homero, pode realmente ter ocorrido na Antiguidade. Porém, ele acredita que o conflito não foi ocasionado pelo rapto de Helena de Esparta, mas sim pela hegemonia das rotas comerciais da região. Enfim, para Alegrette, mitologia e história se misturam, dando origem às culturas gregas pré-helênicas.

GALLO, Rodrigo. Álvaro Allegrette: O explorador de Mália. *Leituras da História*. Portal Ciência e Vida, Escala, Edição 3. Disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/3/artigo65891-1.asp>. Acesso em: 20 maio 2010.

pré-helênico: denominação do período inicial de ocupação dos territórios gregos. Também denominado período pré-homérico.

▲ Vista do lado leste do palácio de Cnossos, edificado no século XVI a.C., aproximadamente.

DO PERÍODO HOMÉRICO AO PERÍODO ARCAICO (XII A.C. AO VI A.C.)

O período homérico (XII a.C.-VIII a.C.) foi caracterizado pela **comunidade gentílica**, uma sociedade rural, formada por pequenas unidades agrícolas autossuficientes – os *genos*. As poucas informações dessa época encontram-se nas obras *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero. Daí as denominações *homérico* e *pré-homérico* – período marcado pelas civilizações cretense e micênica.

Nos *genos*, os bens econômicos, como terras, animais, sementes e instrumentos de trabalho, estavam sob o controle do chefe comunitário, chamado *pater*, que exercia funções religiosas, administrativas e judiciárias.

A pobreza do solo e a expansão demográfica levaram ao progressivo colapso da sociedade gentílica. As disputas pelas terras cultiváveis, o surgimento de proprietários, não proprietários e grupos que passaram a se dedicar ao comércio, bem como os conflitos entre os diversos *genos*, resultaram na crescente instabilidade, o que motivou a união dos mais poderosos de vários *genos*, a fim de buscar o estabelecimento de um poder controlador e forte.

Os parentes mais próximos do *pater* apropriaram-se das terras mais ricas, passando a ser conhecidos como **eupátridas** (os "bem-nascidos"). O restante das terras foi dividido entre os ***georgoi*** ("agricultores"), pequenos proprietários. Os mais prejudicados com essa divisão foram os ***thetas*** ("marginalizados"), excluídos da partilha.

A continuidade da expansão demográfica e a permanente escassez de terras na Grécia fizeram com que os excedentes populacionais balcânicos buscassem outras áreas para sobrevivência. Iniciou-se assim o processo de expansão grega no Mediterrâneo, com o estabelecimento de diversas póleis gregas em toda a região, especialmente no sul da Península Itálica e na Ilha da Sicília. Os gregos também se voltaram para o Mar Negro, em cujo litoral multiplicaram sua presença com novas cidades. O processo ficou conhecido como **Segunda Diáspora Grega** (veja mapa abaixo).

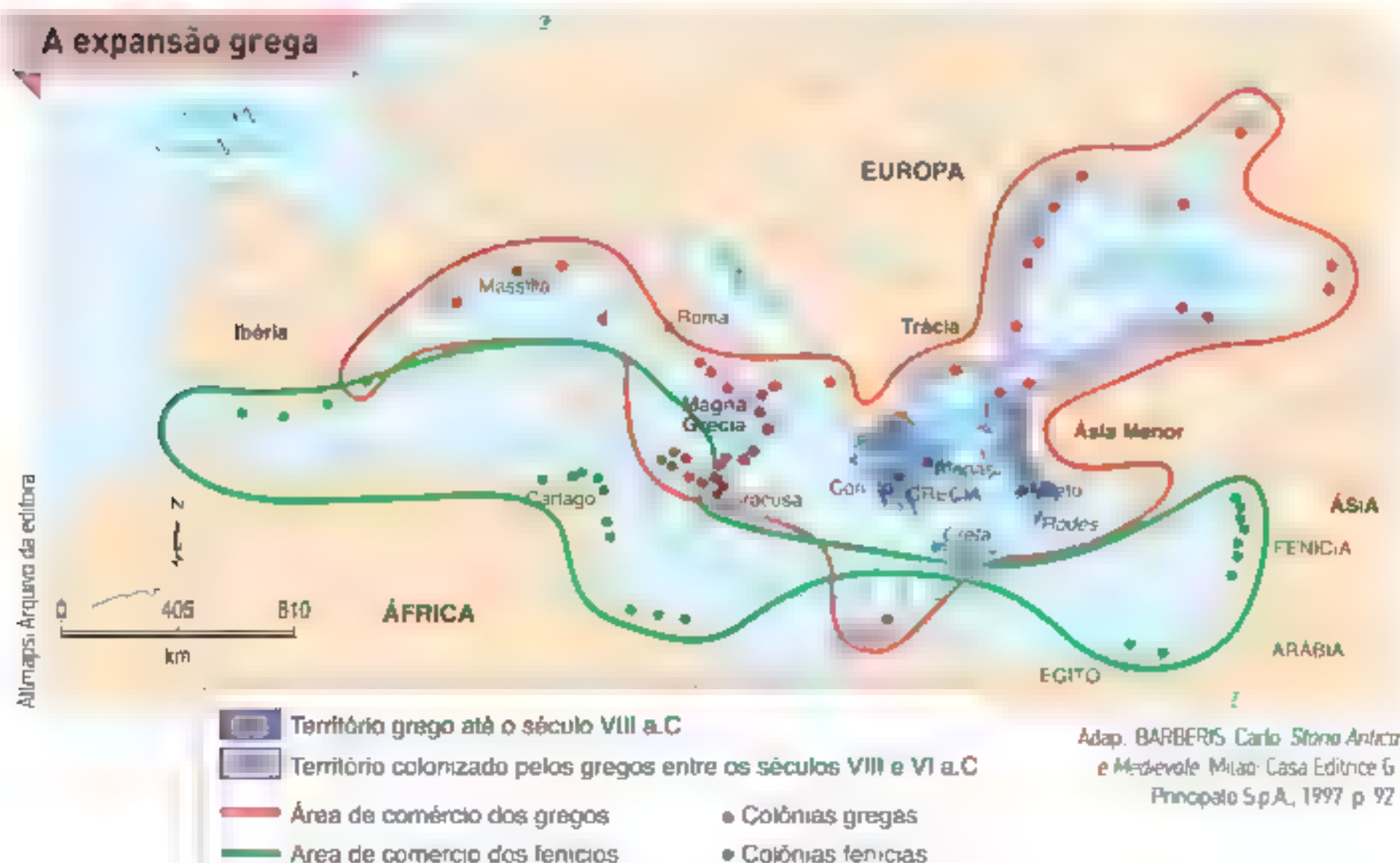
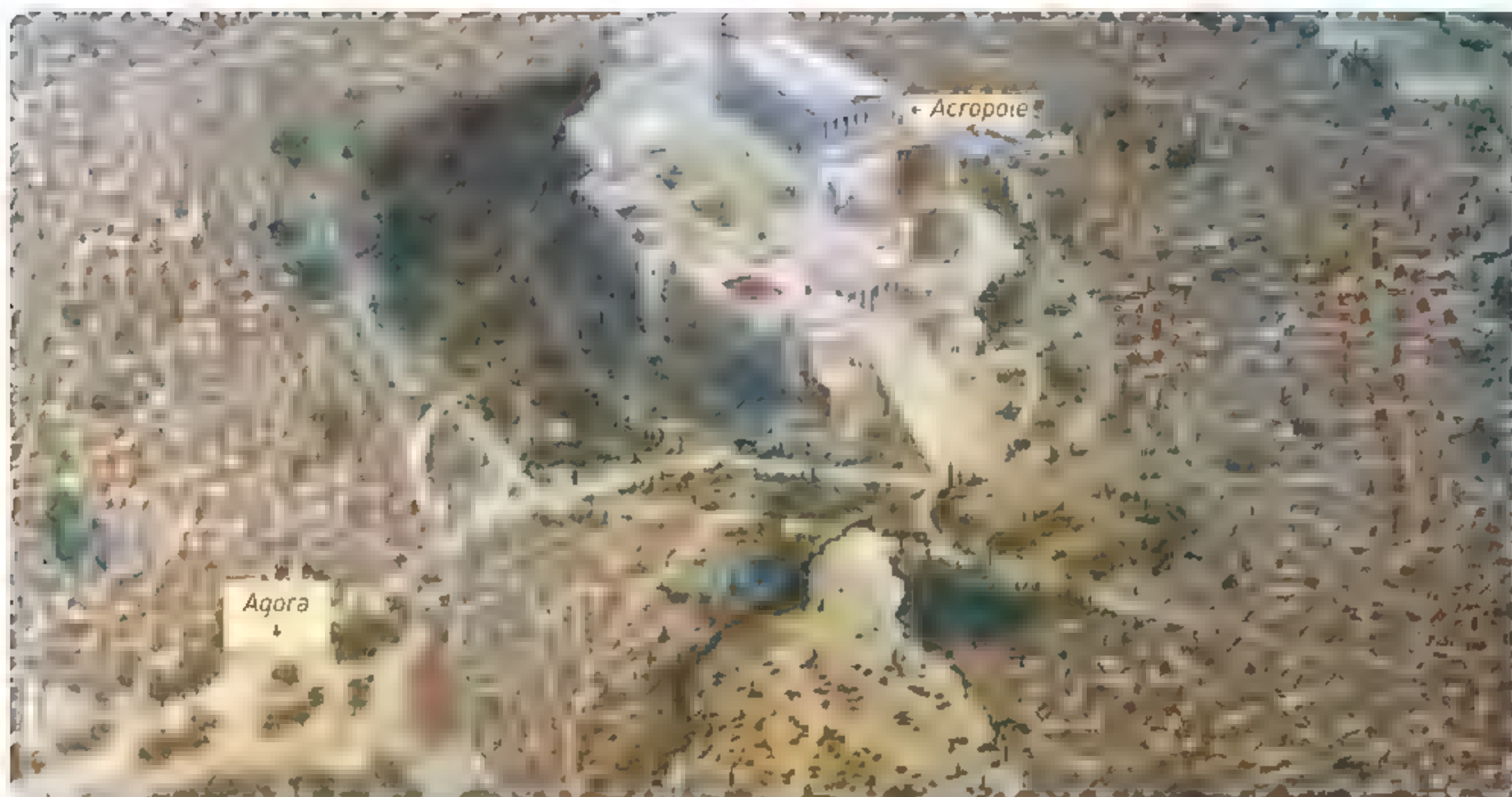
Desse modo, surgiram mais de cem póleis gregas, na Península Balcânica e na orla do Mar Mediterrâneo, sendo Atenas e Esparta as mais importantes.

Nesse momento da história grega, tem-se a consolidação da **pólis** (cidade-Estado) grega, inaugurando o que ficou conhecido como **período arcaico** (VIII a.C.-VI a.C.). Tendo como ponto geográfico central a **acrópole** – local mais elevado da povoação, e em torno da qual se desenvolveria um núcleo urbano –, as cidades-Estado foram inicialmente governadas por um rei (o **basileu**), depois substituído por um regime oligárquico-aristocrático, liderado pelos grandes proprietários de terras reunidos em um conselho de eupátridas.

oligarquia: do grego *oligos*, "poucos", e *arquia*, "poder", "autoridade", é o governo de poucas pessoas; o regime oligárquico se fundamenta no exercício do poder por parte de um grupo reduzido de pessoas, pertencentes à mesma família, grupo ou classe.

aristocracia: do grego *aristos*, "melhores", e *cratos*, "poder", "Estado", é a forma de governo em que o poder está nas mãos de grupos privilegiados; a palavra significa, literalmente, "poder dos melhores".

A expansão grega

Adap. BARBERIS, Carlo. *Storia Antica e Medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 92.

Observe a expansão grega pelo Mediterrâneo: na Primeira Diáspora, essa expansão dirigiu-se em especial para a Ásia Menor; na Segunda, para o sul da Península Itálica, na Magna Grécia.

Peter Connolly/Album/akg-images/Latinstock

Constituição da pólis grega. Acrópole – "cidade do alto", parte mais elevada da pólis, área fortificada onde os templos e principais edificações eram construídos; Ágora – a praça principal, parte mais pública da pólis, onde se localizavam os mercados, as feiras e as assembleias do povo.

A pólis de Esparta

Esparta situava-se na região da Lacônia, na Península do Peloponeso, em um terreno fértil que era uma exceção no conjunto geográfico grego.

Peloponeso: península no sul da Grécia. Seu nome deriva do herói grego Pelope, filho de Tântalo e antepassado dos Atridas, que teriam dominado toda a região.

Fundada no século IX a.C. pelos dórios, que logo subjugaram os primeiros habitantes da região, a sociedade espartana teve um desenvolvimento semelhante ao das demais póleis gregas pelo menos até o século VII a.C. As dificuldades econômicas pelas quais passaram as demais cidades-Estado na Grécia foram menos acentuadas em Esparta, que, diferentemente daquelas, não conheceu uma grande escassez agrícola combinada com o crescimento da população.

A sociedade espartana era formada por:

- **espartanos**: principal grupo social e elite militar, composto pelos descendentes dos conquistadores dórios; detentores do poder econômico, concentravam também o poder político e religioso, marginalizando as demais categorias sociais e utilizando a força militar para manter seus privilégios;
- **periecos**: habitantes da periferia da pólis, eram pequenos proprietários que se dedicavam às atividades rejeitadas pelos espartanos, como o artesanato e o comércio em pequena escala;
- **hilotas**: servos que eram propriedade da cidade-Estado; descendiam dos primitivos habitantes da Lacônia dominados pelos dórios; sem direitos políticos, seu trabalho era explorado pelos espartanos.

A legislação espartana teria sido criada por **Licurgo**, personagem lendário, e se baseava no monopólio político dos cidadãos-guerreiros, os espartanos, e na marginalização dos demais. Como as demais cidades-Estado gregas, Esparta evoluiu, do ponto de vista político, para um sistema oligárquico, encabeçado pela **ápela** (a assembleia de guerreiros) e a **gerúsia** (conselho de anciãos, formado por membros das famílias mais ricas, que exercia funções legislativas).

Diferentemente de outras póleis gregas que também tinham instituições oligárquicas, Esparta não passou pelas transformações econômicas (expansão do comércio, criação de novas cidades ao redor do Mediterrâneo que mantinham laços comerciais e religiosos com a pólis de origem) e sociais (ascensão de comerciantes enriquecidos e empobrecimento dos pequenos proprietários) ocorridas nas demais cidades-Estado. Essas transformações foram responsáveis pelas disputas sociopolíticas e favoreceram a introdução da democracia em outras póleis. A sociedade espartana, menos dinâmica que as demais, permaneceria, assim, oligárquica e aristocrática.

Outra peculiaridade espartana residia no fato de as terras e a mão de obra – representada pelos hilotas – pertencerem ao Estado, monopolizado pelos espartanos. As áreas mais férteis ficavam no centro da pólis; a exploração de áreas mais pobres e montanhosas, em regiões periféricas, cabia aos periecos.

Numericamente inferiores aos hilotas, os espartanos passaram cada vez mais a se **militarizar**, como forma de manter a ordem vigente. A educação espartana, que estava sob a responsabilidade do Estado, enfatizava o aspecto militar, exigindo obediência e aptidão física. Crianças que tivessem deficiências físicas eram sacrificadas ao nascer, pois no futuro não poderiam servir ao Estado. Meninos saudáveis, por sua vez, eram separados da família aos sete anos de idade e entregues ao Estado para receber formação militar. Aos 18 anos estavam prontos para ingressar no exército como **hoplitas**, soldados de infantaria armados de lanças e escudos e que envergavam pesadas armaduras. Aos 30 anos podiam casar-se e participar da vida política. Somente aos 60 deixavam de ter obrigações militares, e então poderiam ser eleitos para a gerúsia.

Em Esparta, as mulheres tinham uma vida mais ativa que em Atenas, onde permaneciam em casa, não tinham direitos políticos e deviam obediência ao pai e ao marido:

[...] o tratamento dispensado à mulher grega encontra-se diferenciado, a mulher ateniense aparece descrita nos relatos antigos reclusas em suas casas – o *oikos*, enquanto a mulher espartana exercita-se em público com vestes curtas. De acordo com os relatos dos antigos, a mulher espartana era livre para circular na cidade e recebia a educação estatal destinada a atender às necessidades do seu meio social. Essa mulher desempenhava a relevante função social de gerar filhos robustos e corajosos, ao passo que a mulher ateniense mantinha-se confinada em sua casa, aprendendo com as mulheres mais próximas, em geral a mãe, como administrar o lar e desenvolver as atividades domésticas, tais como tecer, fabricar utensílios de cerâmica e cuidar dos filhos. Contudo, esses modelos sustentados pelos antigos encontram-se incompletos, o que dificulta nossa interpretação da história da mulher grega no mundo antigo.

O século IV a.C., período do qual dispomos de maior informação sobre a mulher espartana, representou uma fase de transição entre a prosperidade do século V e a decadência do sistema políade no terceiro século antes de Cristo. Os escritos de Platão remetem à necessidade de inclusão da mulher no funcionamento da pólis. Para o filósofo, a mulher deve receber a mesma educação ministrada ao homem, qual seja, o ensino da música, ginástica e também da guerra (República, 452a). A cidade idealizada por Platão responsabiliza a mulher pelo funcionamento da pólis, e ainda garante ao sexo feminino a igualdade de condições na organização social, política e econômica da cidade-Estado. As ideias de Platão sobre o aproveitamento do potencial feminino demonstram a preocupação do filósofo em manter a independência da pólis, principalmente com relação aos que exigiam grandes quantias por seus serviços na defesa da cidade.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a participação feminina em Esparta. *Sæculum*, João Pessoa, jan./jun. 2005, p. 11-12.

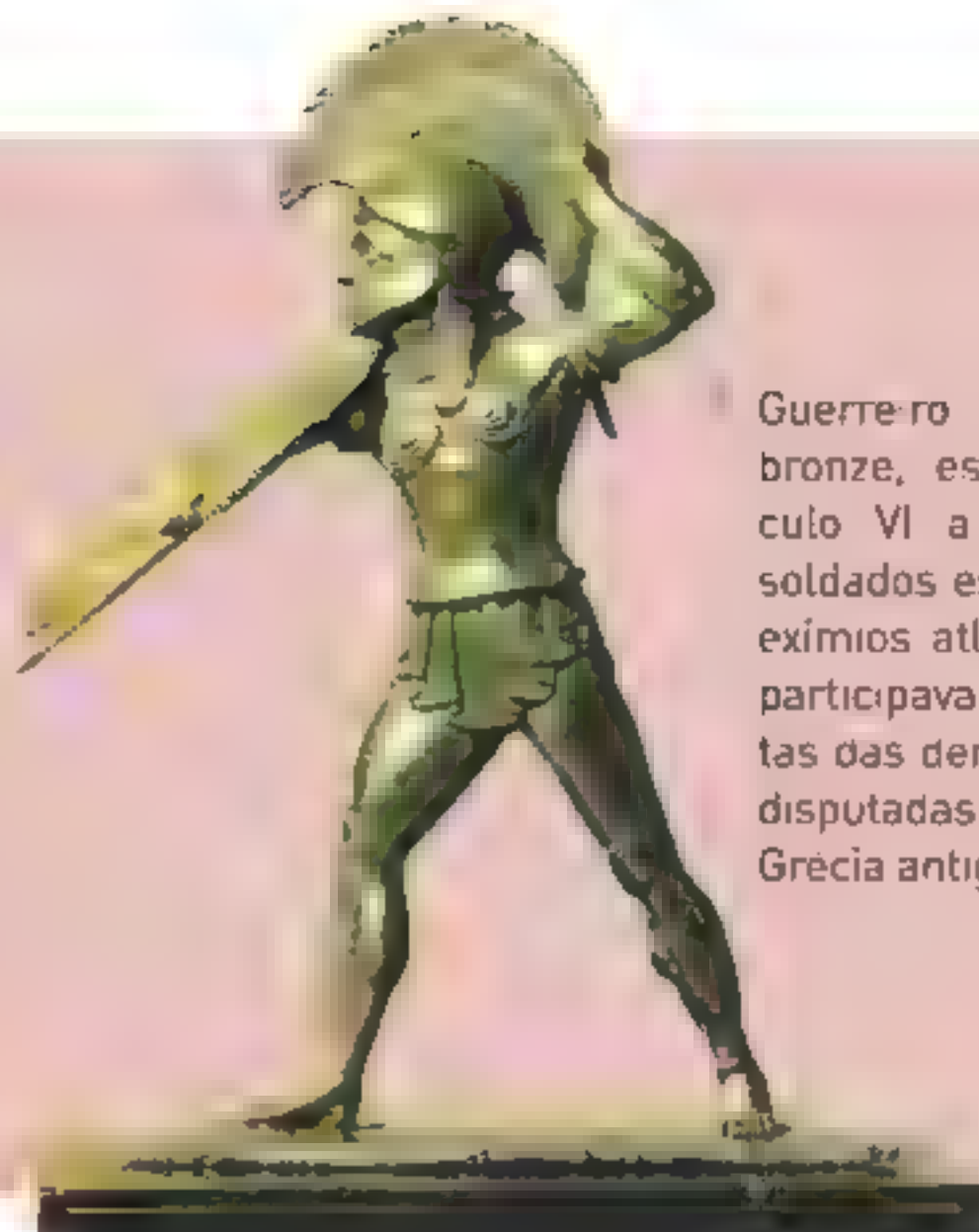
políade: relativo à pólis

Mulher tocando uma flauta, relevo grego de cerca de 470-60 a.C.

Museu Terma, Roma/The Bridgeman/Keystone

Apesar de seu tradicional isolamento, Esparta acabou por buscar sua expansão já no período clássico (V a.C.-IV a.C.), levada por pressões externas, ameaças estrangeiras e o desejo de se transformar em uma potência hegemônica.

AS OLIMPÍADAS

Em 2016, o Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos. Será a primeira cidade sul-americana a sediar as Olimpíadas. A origem do termo é grega. A cada quatro anos, se realizavam na Grécia antiga jogos esportivos, com a participação apenas de homens. Esses jogos eram organizados em diversas cidades, mas os jogos que se destacaram ocorriam na cidade de Olímpia, a 360 km de Atenas. Daí o nome jogos olímpicos. A primeira Olimpíada teria ocorrido em 776 a.C. Em 393 d.C., foram suspensas pelo imperador romano Teodósio, retornando apenas em 1896, por incentivo do barão francês Pierre de Coubertin. Após 1503 anos, Atenas sediou a primeira versão moderna dos jogos olímpicos.

Guerreiro espartano em bronze, escultura do século VI a.C. Muitos dos soldados espartanos eram exímios atletas e também participavam, com os atletas das demais póleis, das disputadas Olimpíadas na Grécia antiga.

Museu Britânico, Londres

A pólis de Atenas

Atenas, situada na região da Ática, sul da Grécia, tinha no porto de Pireu um centro irradiador para sua expansão. Ocupada inicialmente pelos aqueus, seguidos pelos eólios e pelos jônios, a Ática estava organizada em comunidades gentílicas. A unificação dessas comunidades em tribos, perto do século X a.C., impulsionou a formação de uma sociedade de classes em torno do centro político-militar-religioso representado pela acrópole ateniense.

Durante muito tempo, Atenas manteve um regime monárquico, até que o último basileu foi derrubado pela aristocracia proprietária de terras, a qual estabeleceu um regime oligárquico fundado no **arcontado**, órgão do poder formado por indivíduos com mandatos anuais e funções religiosas, jurídicas e militares. Havia ainda o **areópago**, conselho de eupátridas (os já citados "bem-nascidos"), responsáveis pelo controle e pela fiscalização dos arcontes.

A escassez de terras férteis, bem como os interesses comerciais, fizeram com que os atenienses, assim como os gregos de outras cidades-Estado, se voltassem para o Mediterrâneo, com o objetivo de fundar comunidades comerciais ou de povoamento (Segunda Diáspora Grega). Entre os séculos VIII a.C. e VI a.C. os atenienses se estabeleceram especialmente no sul da Península Itálica e no litoral do Mar Negro, além de progressivamente dominarem toda a Ática.

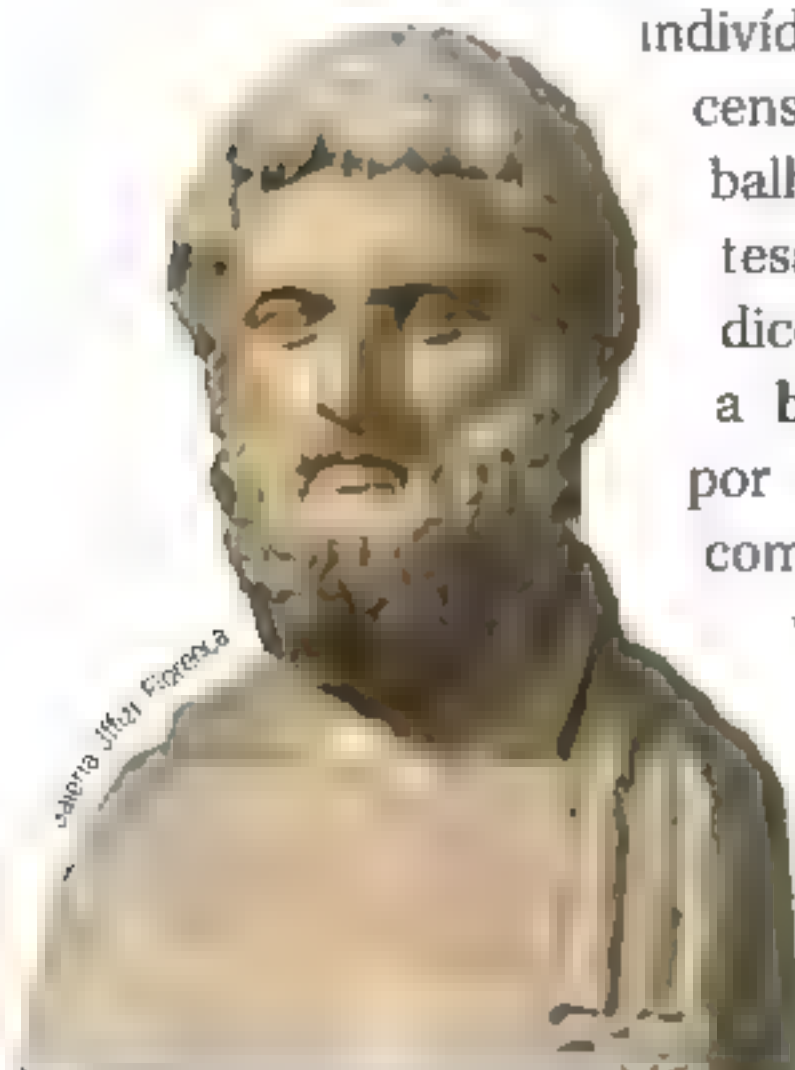
A expansão pelo Mediterrâneo provocou profundas alterações na estrutura econômica e social ateniense. Atenas praticava um vasto comércio com outras cidades-Estado, buscando nelas excedentes agrícolas (em especial trigo), metais e madeira, e vendendo-lhes produtos já beneficiados (vinho, azeite e peças de artesanato). Pequenos proprietários, os *georgoi*, incapazes de concorrer com o trigo barato que vinha dessas cidades e de oferecer produtos melhores, acabaram perdendo suas terras. Muitas vezes se endividavam e eram escravizados diante da impossibilidade de pagar suas dívidas.

Enquanto a tensão social crescia em Atenas, ameaçando a estabilidade do regime oligárquico, surgia uma categoria de homens enriquecidos pelo comércio que começaram a questionar o monopólio político dos eupátridas. A chegada de grande número de escravos – trazidos quase sempre como prisioneiros de guerra – consolidou uma economia fundada na exploração do trabalho escravo e aumentou as tensões já existentes. Tornava-se impossível a manutenção do poder nas mãos de um único grupo social.

Diante desse quadro, vários legisladores atenienses fizeram propostas para superar os conflitos e atenuar as tensões sociais. Os mais importantes foram:

- **Drácon** – organizou e tornou público um registro escrito das leis, que até então se baseavam na tradição oral e eram conhecidas apenas pelos eupátridas; apesar de significar um avanço, os privilégios dos eupátridas continuaram inalterados e a insatisfação social, crescente.
- **Sólon** – eliminou a escravidão por dívidas, libertando todos aqueles que haviam se tornado escravos por esse motivo; dividiu a sociedade de forma

censitária, ou seja, de acordo com a renda de cada indivíduo, possibilitando a ascensão dos demiurgos (trabalhadores livres, como artesãos, comerciantes, médicos, magistrados); criou a **bulé**, conselho formado por quatrocentos membros com funções administrativas e legislativas. As leis criadas pela bulé eram submetidas à **eclésia**, assembleia popular aberta a todos os cidadãos: homens livres com mais de 18 anos.

Galleria Uffizi, Florença

Busto de Sólon.

As reformas propostas por Sólon desagradaram a elite eupátrida, intensificando as lutas sociais e inaugurando um período de agitação política que atingiu seu ponto máximo com o advento de sucessivas tiranias.

Em 510 a.C., o estadista ateniense **Clístenes** (c. 570 a.C.-c. 508. a.C.) liderou uma rebelião contra o último tirano, derrubando-o e iniciando reformas que culminaram na implantação da democracia e na pacificação da pólis. Dividiu os cidadãos da Ática em dez tribos, de acordo com o território que habitavam e não pela riqueza. A bulé passou a ter 500 membros, 50 por tribo, sendo presidida de forma sucessiva, com períodos iguais de tempo ao longo do ano, por cada uma das tribos. A eclésia, assembleia popular, teve seu poder ampliado, dedicando-se a discutir e votar as leis.

> **tirania:** governo de indivíduos que assumem o poder em situações excepcionais, desconsiderando as regras estabelecidas e utilizando a força para manter-se no governo, embora, no contexto da Grécia antiga, se mantivesse a ideia de representação da vontade do povo.

Coleção particular

Ao criar o ostracismo, Clístenes pretendia defender os cidadãos contra o retorno da tirania. Na foto, fragmentos de cerâmica em que, na Grécia antiga, se escrevia o nome daquele que seria banido.

Finalmente, Clístenes criou o **ostracismo**, mecanismo de defesa da democracia: tratava-se do exílio, por dez anos, para todo aquele que fosse considerado uma ameaça à democracia. O exilado, todavia, não perdia suas propriedades. Para decisões importantes, como o ostracismo, exigia-se que o número de votantes na eclésia fosse de pelo menos 6 mil cidadãos.

As reformas de Clístenes encerraram o período arcaico ateniense e deram início ao período clássico (V a.C.-IV a.C.).

OS CIDADÃOS ATENIENSES

Todo cidadão tinha acesso à eclésia e, portanto, participava ativamente da tomada de decisões. Mas quem era o **cidadão** grego?

Na Grécia antiga, era considerado cidadão apenas o homem livre e ateniense (nascido em Atenas, filho de pai e mãe atenienses). Isso significa que mulheres, escravos e estrangeiros não participavam do processo político. Estes últimos formavam a maioria esmagadora da população da pólis ateniense, que, segundo algumas estimativas, reunia mais de 200 mil habitantes.

Segundo a visão que por muito tempo predominou na historiografia, Atenas era aberta ao comércio, rica, dinâmica e democrática, e apresentava-se como o oposto de Esparta – fechada, agrária e oligárquica. O boxe abaixo, porém, mostra que outras interpretações são possíveis.

UMA OUTRA VISÃO DE ESPARTA

Embora vista como oligárquica e fechada, Esparta foi uma das primeiras póleis gregas a criar um governo constitucional em que todo cidadão era igual perante a lei, e no qual o governante não podia fazer o que bem entendesse, mas tinha que se submeter à lei. Em um estudo recente, o historiador Paul Cartledge, da Universidade de Cambridge (Reino Unido), demonstra que, como os outros gregos, os espartanos eram altamente competitivos e prezavam muito a liberdade. No contexto espartano, liberdade significava que os cidadãos não seriam obrigados – graças aos servos – a fazer nenhum trabalho manual, exceto nos assuntos de guerra, e que eles eram livres para governar a si mesmos, por um sistema de governo de controle mútuo, ordens e obediência, submetido à disciplina militar espartana.

Durante o século V a.C., as dezenas de póleis gregas uniram-se militarmente pela primeira vez, para enfrentar um inimigo comum, os persas, que ameaçavam suas fronteiras orientais.

PARA RECORDAR Grécia – das origens ao período arcaico

Civilização cretense

invasão dos aqueus

Civilização micênica

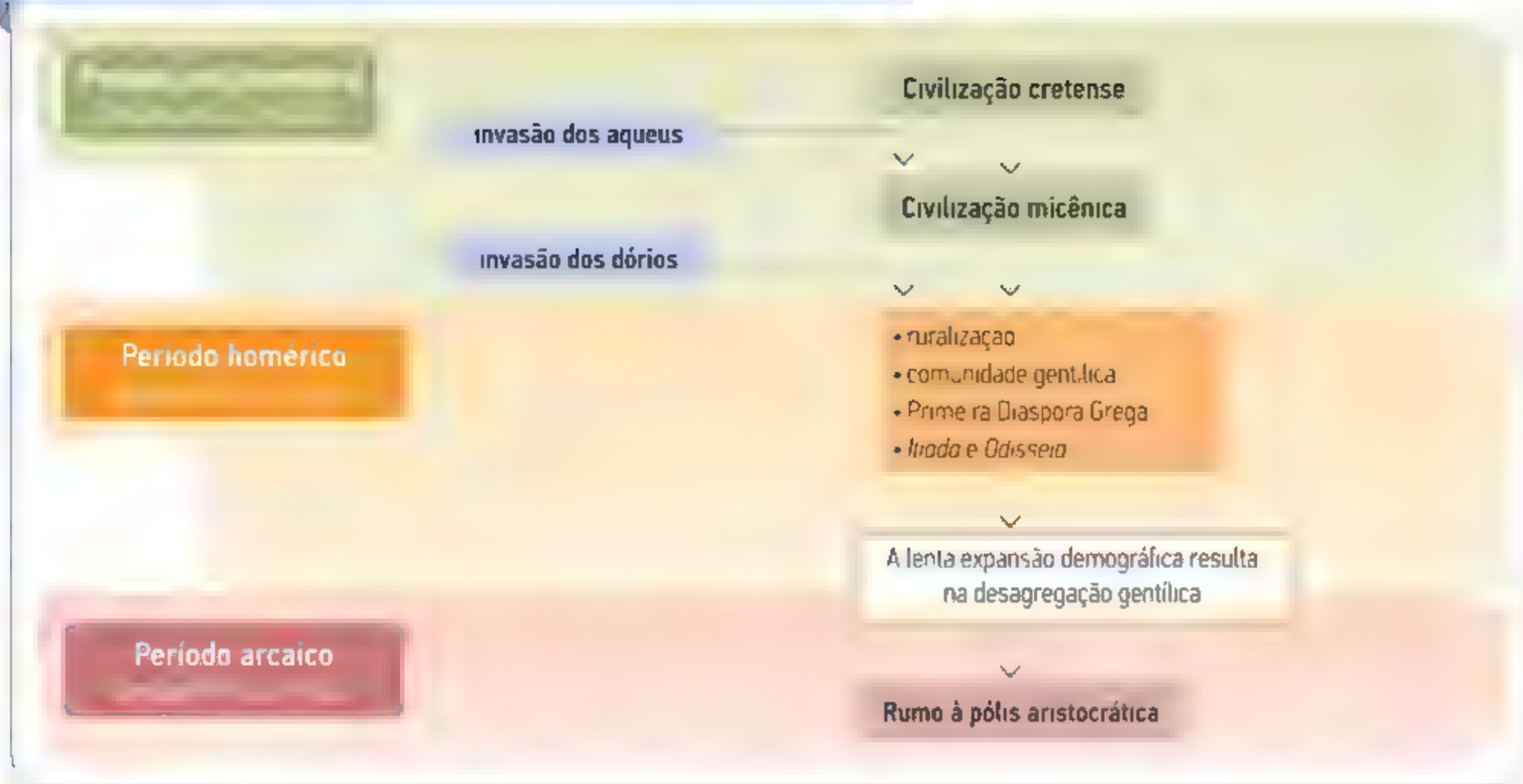
invasão dos dórios

Período homérico

- ruralização
- comunidade gentílica
- Primeira Diáspora Grega
- *Ilíada* e *Odisseia*

A lenta expansão demográfica resulta na desagregação gentílica

Período arcaico

Rumo à pólis aristocrática

ATIVIDADES

1. Consultando as informações do capítulo, escreva em seu caderno um texto breve caracterizando cada um dos períodos da história grega identificados no esquema-resumo.

Durante o oitavo século antes de Cristo, a civilização grega experimentou importantes transformações que tiveram como consequência o desmembramento das comunidades gentílicas e a formação das poleis. Pergunta-se:

a) Que transformações foram essas?

b) O que caracteriza a pólis grega?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Pierre Vidal-Naquet é um dos maiores especialistas em História da Grécia antiga. No trecho abaixo, ele faz algumas considerações sobre o conteúdo da *Odisseia* e da *Ilíada*, atribuídas a Homero. Depois de ler o texto, responda às questões que o acompanham.

Sem dúvida Homero, autor dos dois poemas épicos, quisera pintar uma sociedade muito antiga. A grande maioria dos lugares que evoca se situa na Grécia propriamente dita ou nas ilhas, incluindo Creta, que, para ele, é um mundo à parte, bem complexo [...] O que é notável constatar é que a Grécia asiática, de onde Homero era originário, está praticamente ausente da Ilíada. [...]

Mas o fato de Homero ter desejado evocar a Grécia micênica não significa que ele a tenha efetivamente descrito. Para começar, está faltando, entre outras coisas, a escrita dos escribas e toda a sociedade que ela implica: sociedade dominada pelo palácio do rei. Evidentemente Agamenon é o rei dos reis, e Ulisses é o rei de Ítaca e de algumas ilhas que a cercam, mas eles não são soberanos absolutos. Agamenon não toma decisão sem reunir a assembleia dos guerreiros e o conselho dos reis. Da mesma forma, Alcínoo, rei dos feaces, e Príamo convocam os seus aliados. Pode se falar, do lado aqueu, de uma sociedade? Temos apenas o quadro de um exército em campanha, do qual as mulheres e as crianças estão longe [...].

um exército coberto de bronze – o que, na época de Homero, homem da Idade do Ferro, tinha um sabor exótico –, mas um exército completamente imaginário, assim como o muro construído pelos aqueus para proteger os seus barcos [...].

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 28-29.

a) Segundo Pierre Vidal-Naquet, que problemas as obras de Homero impõem ao historiador?

b) Releia o texto do boxe Ilíada e Odisseia: *fontes literárias na história*, na página 111, e depois responda: os problemas apontados por Vidal-Naquet desqualificam as obras *Odisseia* e *Ilíada* como fontes de pesquisa histórica? Justifique.

2 Refletindo sobre o presente

→ A ágora, praça principal da pólis, era um espaço sem edificações, onde os cidadãos gregos conviviam e travavam discussões políticas. Por isso, é considerada um espaço da cidadania. Alguns pesquisadores contemporâneos afirmam que a internet é a ágora da atualidade, no sentido de permitir que todas as pessoas se expressem e se posicionem perante as questões sociais e políticas. Redes sociais criadas em espaços como Twitter, Orkut, *msn*, *blogs* e demais *sites* pessoais, ou mesmo as páginas do governo e de instituições públicas, permitem que pessoas de diferentes localidades estabeleçam debates políticos. Tendo em vista essas afirmativas, responda às questões abaixo em seu caderno e discuta-as com seus colegas:

a) Ao estudar a democracia ateniense você aprendeu que nem todos os membros da pólis gozavam do direito à cidadania. A quem esse direito era negado?

b) Consulte a Constituição brasileira e responda: no Brasil existem restrições ao direito à cidadania?

c) Em sua opinião, o direito à cidadania é suficiente para que todos os cidadãos brasileiros participem ativamente das decisões que envolvem os interesses coletivos? Justifique.

d) Você considera a internet um espaço adequado para a prática da cidadania? Justifique.

3 Leitura e compreensão de conceito

→ Leia o texto a seguir, que informa sobre algumas características da escravidão na Grécia clássica. Depois, faça as atividades.

É possível supor que em suas relações com escravos domésticos, os atenienses manifestassem maior humanismo que os habitantes de outras cidades. Por exemplo, nas conhecidas comédias de Aristófanes se pode encontrar amiúde entre os personagens um escravo que está instruindo e educando seu dono. Não se deve esquecer, entretanto, que a maior parte dos nossos conhecimentos se refere a escravos do Estado, cuja situação era consideravelmente melhor que a dos escravos de outras categorias. Na situação dos escravos podem notar-se grandes diferenças. Conhecemos escravos que trabalham de serventes domésticos, professores, médicos, comerciantes (inclusive grandes), e, por outro lado, sabemos de escravos das minas, do transporte, em que se apreciava não a qualificação, mas a resistência e a força física. Os proprietários de escravos consideravam às vezes vantajoso estimular alguns de seus escravos, colocando-os em situação privilegiada em relação aos outros. Alguns desses escravos chegavam a ter um bem-estar maior ou menor, possuir bens móveis e inclusive imóveis, e ter família (sempre com a permissão e sob a proteção de seu dono). Com tais escravos se preencheriam, essencialmente, as fileiras dos libertos. Todavia, ao lado destes, existiam milhares, especialmente nas minas, que se achavam submetidos a condições intoleráveis de trabalho. A estes se aplicava em grau maiúsculo o conselho de Xenofonte: "Fazer-lhes entrar em razão por meio da fome"; os escravos recebiam alimentos só em quantidade que lhes impedisse morrer de fome. A dureza de seu trabalho duplicava-se ainda pelo fato de que, para impedir que escapassem, lhes acorrentavam.

amiúde: com frequência.

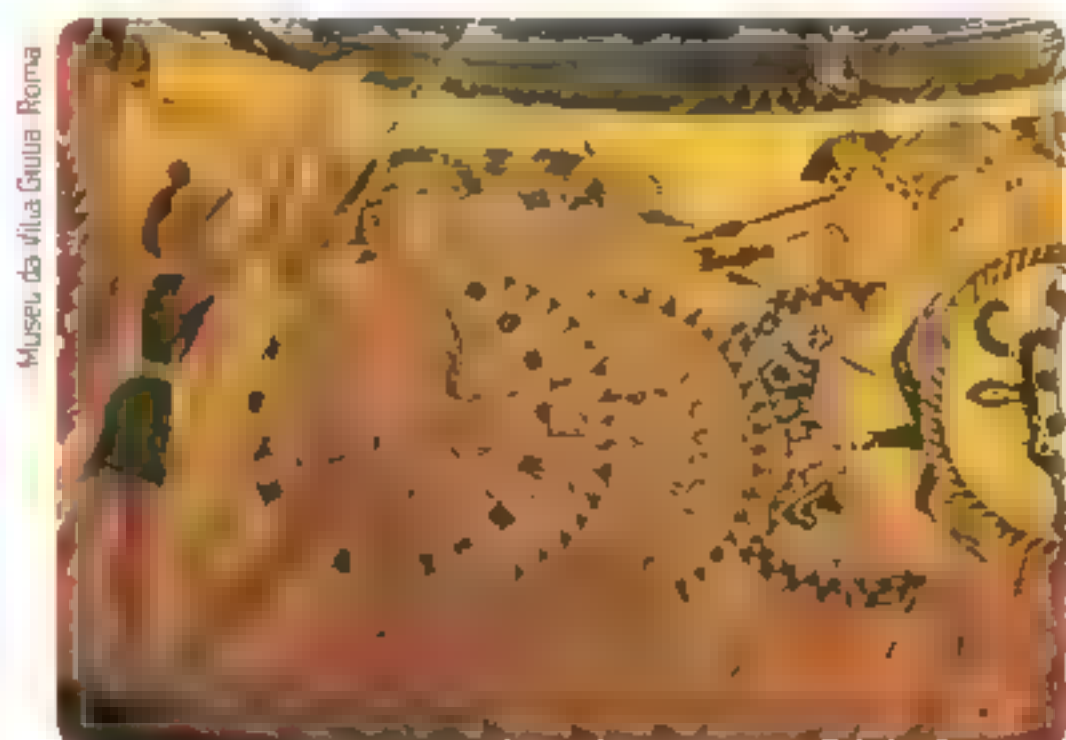
STRUVE, V. V. *Historia de la antigua Grecia*. Madri: Sarpe, 1985. (Texto adaptado.)

a) O texto nos permite afirmar que o que define a escravidão é a falta de compensação material pelo trabalho realizado? Por quê?

b) Tomando por base as informações do capítulo, explique em que sentido o escravo em Atenas se distingue do hilota de Esparta.

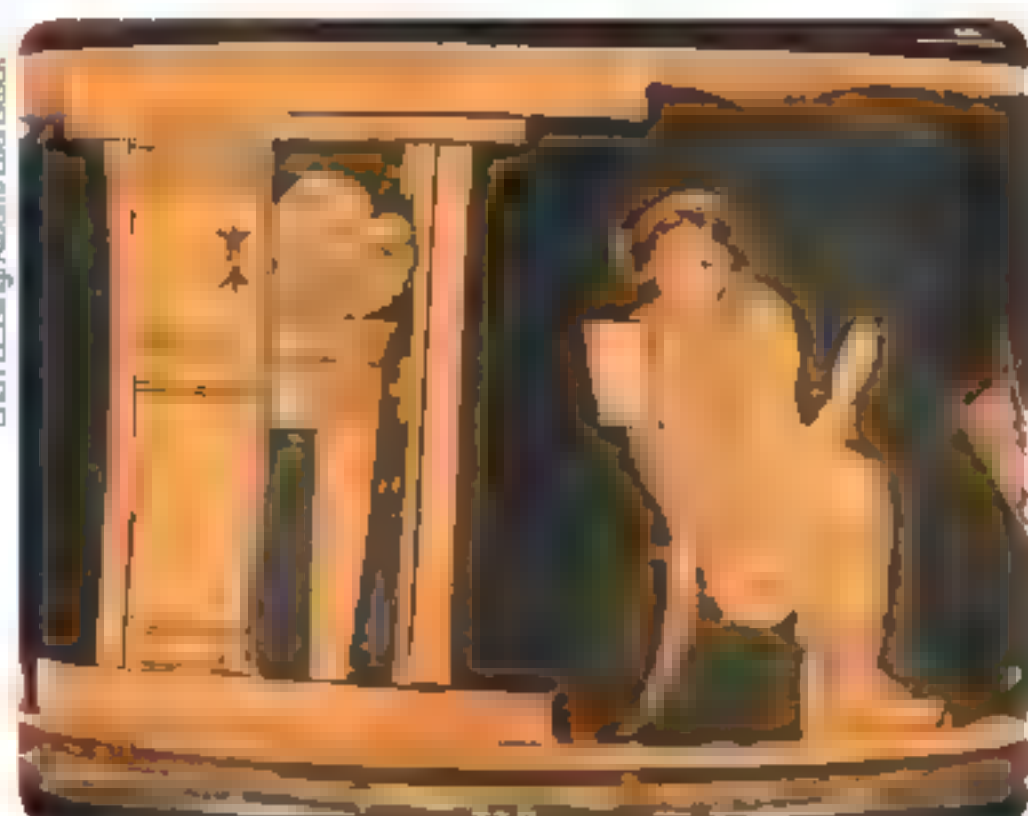
4 Leitura de imagens

→ Observe as imagens abaixo. Preste atenção nas personagens representadas, em suas vestimentas e ações. A seguir, responda às questões.

Museu da Villa Giulia, Roma

▲ Detalhe de vaso grego do século VII a.C.

Museu Arqueológico de Atenas, akg-images/Album/Latinstock

▲ Vaso grego de cerca de 540 a.C.

Museu Ashmolean, Universidade de Oxford, Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ Detalhe de vaso grego da segunda metade do século V a.C.

Museu Ashmolean, Universidade de Oxford, The Bridgeman/Keystone

▲ Vaso grego de cerca de 460 a.C.

a) A que funções as figuras femininas e masculinas aparecem respectivamente associadas?

b) Relacione as funções masculinas e femininas ao papel desempenhado por homens e mulheres na pólis grega.

5 Leitura, pesquisa e reflexão

→ Em *sites* da internet, revistas especializadas de História e livros paradidáticos, pesquise sobre o período das tiranias em Atenas. A seguir, explique a seguinte afirmação do historiador Ciro Flamarion Cardoso.

> *Ao apoiar-se politicamente nas massas populares, em favor das quais tomava diversas medidas, [...] a tirania promoveu a configuração do demos como força política mais estruturada do que o fora até então: ela significou, assim, a destruição, não dos aristocratas, mas da sociedade e do regime aristocrático mais ou menos exclusivo.*
>
> CARDOSO, Ciro F. *A cidade-estado antiga*. São Paulo: Ática, 1993. p. 31.

PERÍODO CLÁSSICO (SÉCULOS V A.C. A IV A.C.)

O período clássico foi marcado por violentas lutas dos gregos contra os persas e entre si. Apesar disso, o século V a.C. foi considerado o apogeu da antiga civilização grega, concentrando suas maiores realizações culturais. A partir das reformas de Clístenes, toda a Grécia acabaria recebendo influências atenienses, que se aprofundaram durante o governo de Péricles.

Por duas vezes os persas tentaram invadir a Grécia, provocando conflitos que ficaram conhecidos como Guerras Médicas (em referência aos **medos**, um dos povos que faziam parte da origem persa). A primeira das grandes guerras de gregos contra persas ocorreu entre 490 a.C. e 479 a.C. Liderados por Dario I, os persas desembarcaram na Grécia, mas foram surpreendidos pelo exército ateniense na Planície de Maratona, onde, apesar de sua superioridade numérica, foram derrotados pelos gregos. O prestígio ateniense cresceu tremendamente após essa vitória, e a cidade começou a se destacar entre as demais pólis gregas.

Precavendo-se contra um possível novo ataque persa, após a primeira Guerra Médica, os atenienses procuraram fortalecer sua marinha de guerra, já que o cenário das lutas seria o Mar Egeu (observe o mapa).

A segunda ofensiva persa iniciou-se em 480 a.C., quando o imperador Xerxes partiu com aproximadamente 100 mil homens em direção à Grécia. Os gregos uniram-se contra os invasores, mas, apesar do sucesso espartano em retardar o avanço do inimigo, no desfiladeiro de Termópilas, os persas conseguiram invadir e saquear Atenas.

Apesar de vitoriosa, a campanha persa acabou se enfraquecendo, na medida em que suas tropas não eram facilmente guarnecidas por suprimentos e reforços. A derrota na grande batalha naval de Salamina, diante de Atenas, selou o destino dos persas, que mais uma vez se retiraram sem terem conseguido tomar a Grécia.

Durante a guerra, as póleis gregas formalizaram uma aliança conhecida como **Liga de Delos**. Tratava-se basicamente de uma união militar contra os persas. As cidades que participavam da aliança pagavam impostos – que eram depositados na Ilha de Delos – para sustentar a frota e os exércitos conjuntos de todas as cidades-Estado. Atenas, com seu prestígio e poderio econômico, logo passou a administrar os recursos de Delos, tornando-se líder da liga.

Ao final das guerras contra os persas, os atenienses insistiram na manutenção da Liga de Delos e, portanto, na cobrança de tributos. As demais cidades gregas ficaram insatisfeitas com a medida, mas pouco podiam fazer contra o poderio militar ateniense. Chegava ao apogeu o **imperialismo ateniense**, ou seja, o período em que Atenas passou a dominar a Grécia antiga, subordinando boa parte das cidades-Estado.

Os atenienses começaram a interferir na vida política e social das outras póleis, transferindo o tesouro de Delos para Atenas e, com frequência, utilizando a força para manter a Grécia subjugada. O controle dos recursos de outras cidades abriu caminho para o apogeu ateniense, particularmente entre os anos de 461 a.C. e 429 a.C., época conhecida como a Idade de Ouro de Atenas – quando a cidade era, então, dirigida por **Péricles**.

All maps: Arquivo da editora

Adap.: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. Nova York: Anchor Books, 1974. p. 56

Nas Guerras Médicas, gregos e persas disputaram a hegemonia do Mar Egeu.

Durante o governo de Péricles, aprimorou-se a democracia. Observando que os homens livres pobres dificilmente participavam das instituições democráticas, Péricles criou uma pequena remuneração em dinheiro para os ocupantes de cargos públicos (subsídio denominado *mistoforia*), possibilitando a participação popular nos assuntos da administração da cidade.

Além disso, em seu governo Atenas foi reconstruída e embelezada; ergueram-se um templo dedicado à deusa Atena, o **Partenon**, e muralhas defensivas em torno da cidade.

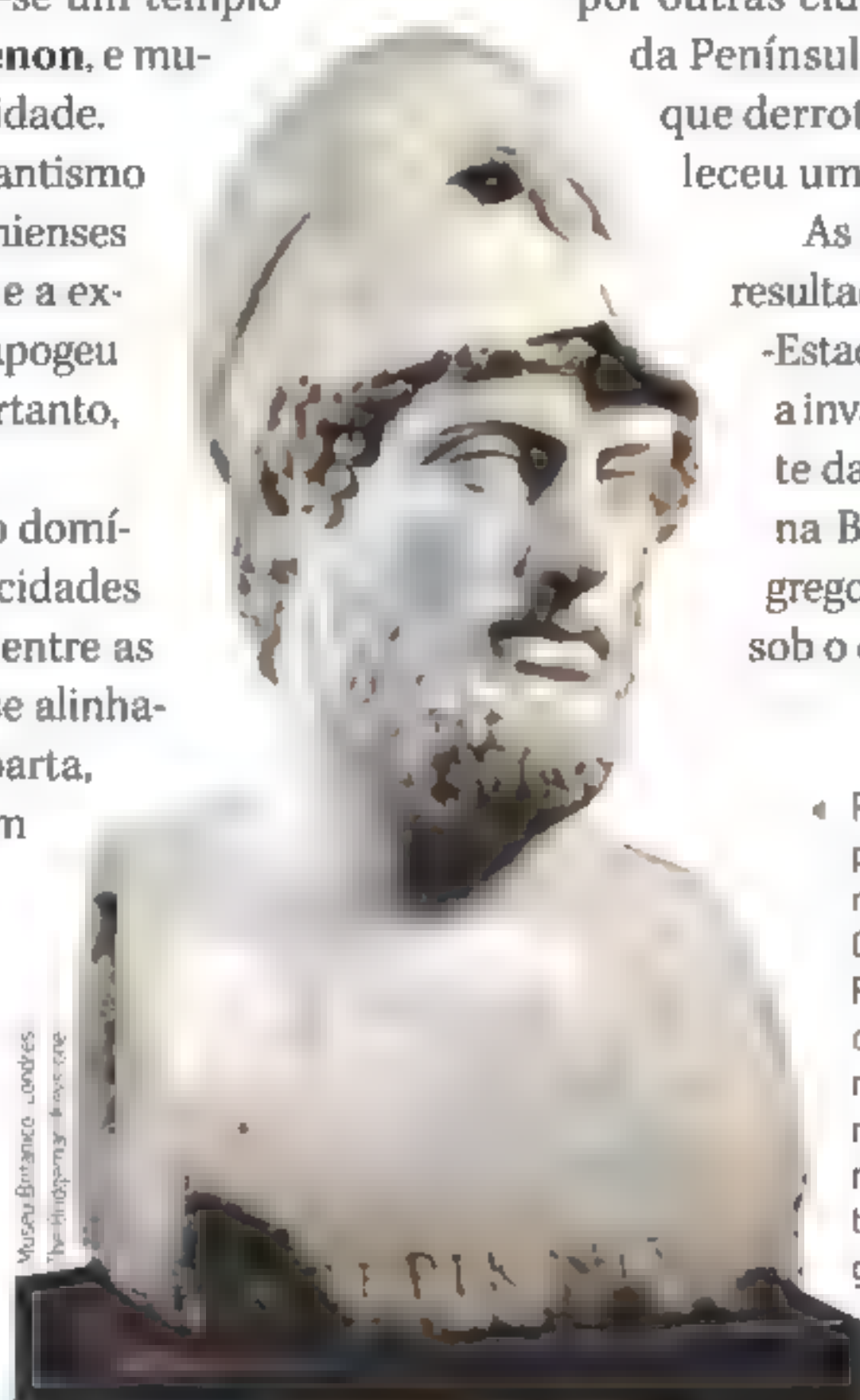
Em grande parte, o brilhantismo cultural e a prosperidade atenienses foram obtidos com a submissão e a exploração das demais póleis. O apogeu da democracia e de Atenas, portanto, assentava-se no imperialismo.

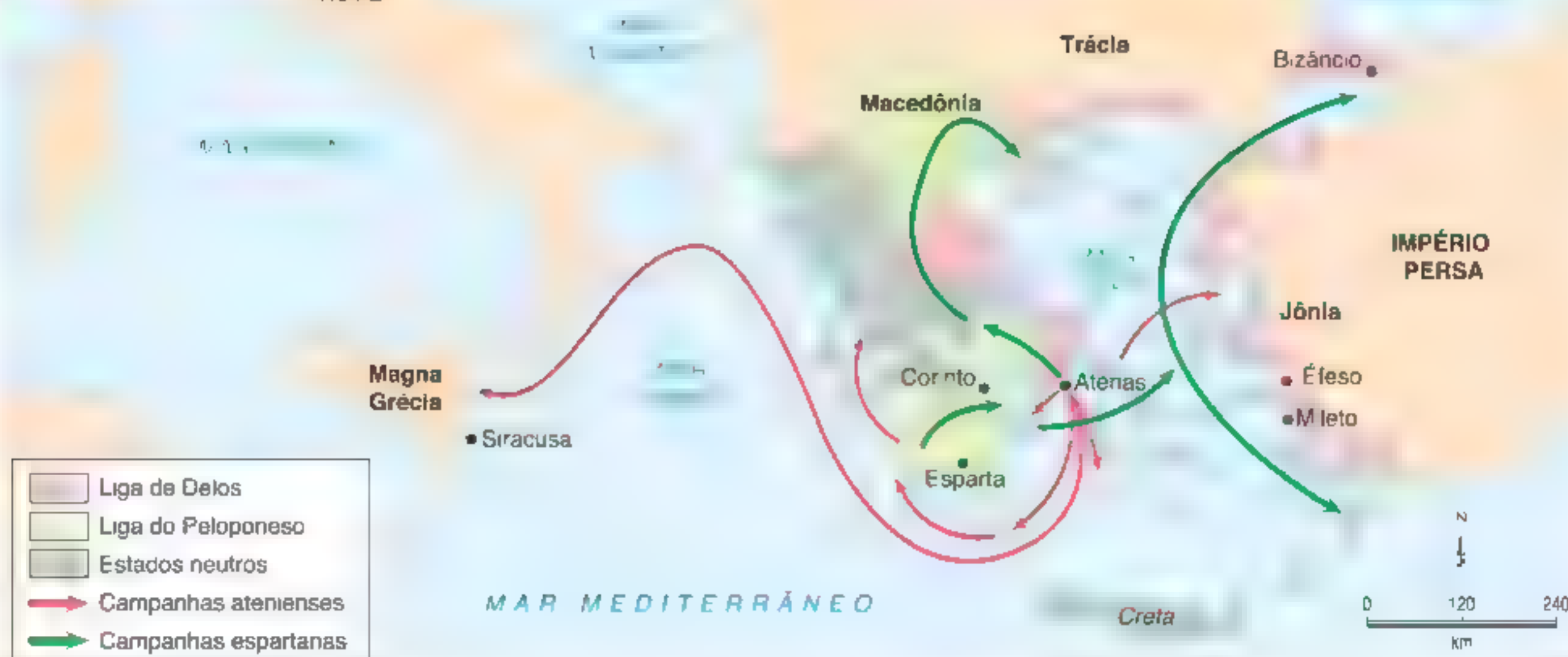
Havia insatisfação contra o domínio ateniense não apenas nas cidades da Liga de Delos, mas também entre as cidades aristocráticas que não se alinhavam a Atenas. Lideradas por Esparta, as póleis insatisfeitas formaram uma aliança contra Atenas, a Liga do Peloponeso.

Em 431 a.C., Atenas e Esparta entraram em guerra, arrastando as demais póleis para um conflito que ficaria conhecido como **Guerra do Peloponeso**. Atenas tinha o poderio marítimo, enquanto os exércitos de Esparta detinham o domínio terrestre. Nos 17 anos de guerra, os soldados espartanos devastaram os campos da Ática e cercaram Atenas. O conflito só terminou em 404 a.C., com a vitória final de Esparta.

Com o fim da democracia ateniense e o retorno do poder oligárquico na Grécia, iniciou-se o período de domínio espartano. Esse domínio foi ameaçado por outras cidades, que lutavam pelo controle da Península Balcânica. Foi o caso de Tebas, que derrotou Esparta em 371 a.C. e estabeleceu uma breve hegemonia.

As constantes guerras tiveram como resultado o enfraquecimento das cidades-Estado gregas, o que abriu caminho para a invasão dos macedônios, povo do norte da Península Balcânica. Em 338 a.C., na Batalha de Queroneia, os exércitos gregos foram derrotados e a Grécia caiu sob o domínio da Macedônia.

Museu Britânico, Londres

Péricles (c. 495/492 a.C.-429 a.C.) foi político, orador e líder democrático ateniense, viveu durante a chamada Era do Ouro de Atenas, apogeu da Grécia antiga. Foi responsável por grandes projetos de construção na acrópole. Sua importância no campo da política, das artes e letras resultou na denominação "Século de Péricles" para o século V a.C. Ao lado, busto de Péricles, cópia romana do original grego, feita no século II d.C.

A Guerra do Peloponeso

Adap.: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milão: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 135. (Adaptações do autor.)

▲ A Guerra do Peloponeso pôs fim ao imperialismo ateniense, dando lugar à hegemonia espartana.

A cultura grega

A Grécia atravessou um período de notável desenvolvimento artístico-cultural. O **Século de Péricles** constituiu o momento áureo da cultura grega, com seus principais teatrólogos, filósofos, arquitetos e artistas.

O pensamento grego tinha por base a razão e, por isso, valorizava o ser humano (antropocentrismo), influenciando significativamente o racionalismo ocidental dos séculos seguintes. As palavras do teatrólogo grego Sófocles (495 a.C.-406 a.C.) atestam a importância atribuída ao homem na cultura grega. Afirmava ele: "Muitos são os prodígios; entretanto nada é mais prodigioso do que o homem". Os artistas e os pensadores que fizeram da cultura grega uma das mais imponentes pertenciam, em geral, a uma elite sustentada por numerosos escravos e pequenos camponeses.

A **religião** grega caracterizou-se pelo politeísmo antropomórfico, ou seja, os gregos acreditavam em vários deuses que tinham formas e atributos semelhantes às da espécie humana: suas fraquezas, paixões e virtudes. Mas uma característica fundamental distinguia os deuses dos humanos: a imortalidade, que se devia ao alimento do qual se nutriam – a ambrosia.

Acreditavam que muitos de seus deuses habitavam o Monte Olimpo, de onde comandavam o destino humano. Em seus diversos mitos, alguns personagens são muito conhecidos, como Hércules, famoso por sua força extraordinária, ou Teseu, que, em tempos remotos, teria livrado a Grécia da opressão do Minotauro.

Entre as principais divindades estão: **Zeus**, senhor de todos os deuses; **Atena**, filha de Zeus, deusa da razão e da sabedoria e protetora da cidade de Atenas; **Apolo**, deus da luz e das artes; **Dioniso**, deus do vinho; e **Poseidon**, deus das águas.

O surgimento e a consolidação do teatro grego também pode ser associado à mitologia, pois surgiu a partir das manifestações em homenagem a Dioniso, o deus do vinho, ou Baco, para os romanos. As tragédias gregas mais conhecidas foram escritas por Ésquilo (525 a.C.-456 a.C.), Sófocles (496 a.C.-406 a.C.) e Eurípedes (484 a.C.-406 a.C.). O maior representante da comédia antiga grega foi Aristófanes (445 a.C.-386 a.C.).

Na **arquitetura** e na **escultura** buscava-se a expressão do humanismo, com o cultivo de princípios como o racionalismo e a simplicidade, o que resultava em equilíbrio, harmonia e ordem. As formas de pensar dos gregos influenciaram o desenho urbano das póleis e suas construções. Um exemplo é o Pnyx, construção na qual se reunia a eclésia (assembleia dos cidadãos), erguida aproveitando uma ladeira ou colina: originalmente, os cidadãos ficavam na parte de cima para ver o orador, que ficava na parte mais baixa, mas com o tempo essa disposição se inverteu, e o orador passou a ficar no alto.

Também na construção dos teatros a arquitetura da Grécia antiga utilizou o mesmo recurso, aproveitando a inclinação de montanhas para dar suporte às arquibancadas.

Algumas cidades gregas foram planejadas por meio do estudo do traçado das ruas e distribuição das construções. Mileto é um exemplo. Depois de ter sido destruída por um incêndio, foi completamente reconstruída em torno de 460 a.C., sob a orientação de Hipodamus de Mileto. A Mileto planejada tinha ruas retas e amplas que se cruzavam em ângulo reto, definindo com seu traçado diversos quarteirões retangulares. A zona central era reservada para a ágora e edifícios cobertos para comércio e negócios em geral. As zonas residenciais ficavam ao redor. O desenho de Mileto influenciou as cidades de Priene, Pérgamo, Éfeso e Corinto.

Em outros casos, os gregos planejaram a construção de cidades – denominadas *apoikiai* – em outras partes da Grécia ou do Mediterrâneo, especialmente para resolver o problema de superpopulação em uma pólis.

antropocentrismo: (do grego *anthropos*, "humano" e *kentron*, "centro") O homem como centro do universo e das explicações racionais.

racionalismo: explicação da natureza e de tudo o que existe pela razão. Pode referir-se à corrente filosófica dos séculos XVII e XVIII e ao uso da razão em detrimento das explicações baseadas nas crenças religiosas.

ambrosia: segundo a mitologia grega, a ambrosia e o néctar eram os alimentos ingeridos pelos deuses para reafirmarem sua imortalidade.

humanismo: forma de explicação da realidade centrada no ser humano e em seus valores. Busca da compreensão de conceitos ligados ao ser humano, como a felicidade, a ética, a virtude, a justiça.

Teatro de Dioniso, localizado no lado sul da Acrópole de Atenas. Desde meados do século V a.C., a localidade era utilizada para apresentações teatrais em homenagem ao deus Dioniso. O palco era de madeira e os espectadores se acomodavam na encosta da colina, sobre a terra batida. Somente no final do mesmo século, uma arquibancada foi construída em madeira, aproveitando a declividade do terreno. A sua substituição por pedra se deu por volta de 330 a.C. Foto de 2008.

Acima, o Partenon, templo da deusa Atena; ao lado, fragmento da colunata do templo de Apolo, em Corinto, atual Turquia. Abaixo, Erechtheion, em Atenas. Os estilos arquitetônicos refletiam importantes características das póleis gregas que lhes deram origem: o dórico de Esparta, o jônico de Atenas e o coríntio de Corinto.

A civilização grega foi também o berço da **filosofia** (palavra grega que significa "amor à sabedoria"), estudo que tem por objetivo procurar explicações racionais e universais para a vida e para a humanidade.

Inicialmente, desenvolveu-se na filosofia grega a linha ou escola de pensamento que se tornaria conhecida como **pré-socrática** ("antes de Sócrates"), ou dos **filósofos da natureza**, que tentavam buscar uma explicação para a origem das coisas que não fosse mítica ou religiosa.

Mais tarde, sobretudo em Atenas e no contexto da democracia, surgiu a escola sofista, que abriu mão de interpretações mais amplas sobre a origem das coisas e passou a enfatizar a prática da retórica, a arte do convencimento. Deixando de lado a busca por um conhecimento mais profundo, os sofistas estimulavam a expressão de opiniões como forma de atingir objetivos concretos (por exemplo, aprovação de uma lei). Um dos representantes dessa escola foi Protágoras (c. 485 a.C.-c. 410-a.C.), autor da frase "O homem é a medida de todas as coisas", com a qual evidenciava o deslocamento das atenções do Universo para o ser humano.

No século V a.C., época do apogeu ateniense, destacou-se o filósofo **Sócrates** (c. 470 a.C.-c. 399 a.C.), que não apenas criticava os sofistas, mas afirmava a existência de um conhecimento verdadeiro e a capacidade do ser humano de atingi-lo pela prática filosófica apoiada no diálogo. Crítico da ordem ateniense, acabou sendo julgado e condenado à morte por "corromper a juventude".

Os princípios desenvolvidos por Sócrates foram assumidos por seu discípulo **Platão** (c. 428 a.C.-c. 348 a.C.), considerado o fundador da filosofia ocidental. Em seus ensinamentos, Platão considerava a busca pelo conhecimento verdadeiro uma prática transcendente, isto é, que iria além dos dados obtidos pelos sentidos. Seria pelo pensamento que se chegaria às ideias eternas e imutáveis, como a beleza, a bondade e a verdade.

Finalmente, **Aristóteles** (384 a.C.-322 a.C.), já vivendo no período do domínio macedônico, levou a filosofia para outra direção, afirmando a preponderância dos sentidos como forma de obter o conhecimento verdadeiro. Platão e Aristóteles fundaram duas correntes do pensamento que dominaram o debate filosófico no Ocidente até pelo menos o final do século XVIII.

Museu Metropolitano de Arte, Nova York

sofista: do grego *sophistés*, que significa "sábio".

retórica: oratória; arte de bem argumentar, falar de modo a convencer, persuadir.

A morte de Sócrates, obra do francês Jacques-Louis David, feita em 1787. Condenado à morte, Sócrates toma cicuta (veneno) diante de seus discípulos, afirmando que preferia "a morte a ter que renunciar à filosofia".

PERÍODO HELENÍSTICO (SÉCULOS IV A.C. A II A.C.)

O período iniciado com a conquista da Grécia pela Macedônia, no século IV a.C., tornou-se conhecido como período helenístico e estendeu-se até o século II a.C. Inicialmente governados por Felipe II, vencedor da Batalha de Queroneia, os macedônios não se limitaram à conquista da Grécia, logo partindo para o Oriente. O principal responsável por essas grandiosas conquistas foi **Alexandre, o Grande**, filho de Felipe II.

Educado por Aristóteles, Alexandre assimilou valores da cultura grega e, após sufocar revoltas internas, partiu para a expansão territorial, tomando a Ásia Menor, a Pérsia e chegando até as margens do Rio Indo, na Índia. Morreu aos 33 anos (323 a.C.), e o grande império que conquistara não sobreviveu a seu fim. As divisões políticas e as constantes lutas internas levaram ao enfraquecimento do Império Macedônico e sua posterior ocupação pelos romanos.

Entretanto, a grande obra de Alexandre da Macedônia, no plano cultural, sobreviveu ao esfacelamento de seu império territorial. O movimento expansionista promovido por Alexandre acabou por difundir a cultura grega pelo Oriente. As cidades fundadas (várias delas batizadas com o nome de Alexandria) tornaram-se verdadeiros centros de difusão dessa cultura.

Elementos gregos somados às culturas locais deram origem à chamada **cultura helenística** ou **helenismo**.

helenismo: fusão da cultura grega com a oriental. Sendo herdeira da cultura grega, a denominação dessa nova cultura decorria da forma como os gregos chamavam a si mesmos – **helenos**, já que a Grécia antiga era conhecida como Hélade

A cultura helenística

Como vimos, o grande feito das conquistas de Alexandre foi favorecer o surgimento de uma nova cultura, herdeira da grega, mas diferente dela pela enorme dosagem de elementos orientais. Alexandria (no Egito), Pérgamo (na Ásia Menor) e a Ilha de Rodes (no Mar Egeu) constituíram alguns dos principais centros de difusão de seus valores.

A cultura helenística caracterizou-se por apresentar uma arte mais realista, exprimindo violência e dor, componentes constantes dos tempos de guerras. Na arquitetura, predominavam o luxo e a grandiosidade – reflexo da imponência do Império Macedônico. Na escultura, turbulência e agitação eram traços significativos.

Nas ciências, vale destacar o avanço da matemática com Euclides, criador da geometria; da física com Arquimedes de Siracusa; da geografia com Eratóstenes e da astronomia com Aristarco, Hiparco e Ptolomeu, este último defensor do geocentrismo, teoria aceita até o início dos tempos modernos (séculos XV-XVI).

O helenismo originou ainda novas correntes filosóficas, como:

- o **estoicismo**: fundada por Zenão, defendia a felicidade como equilíbrio interior, o qual oferecia ao ser humano a possibilidade de aceitar, com serenidade, a dor e o prazer, a sorte e o infortúnio;
- o **epicurismo**: fundada em Atenas por Epicuro, pregava a obtenção do prazer, base da felicidade humana, e defendia o afastamento dos aspectos negativos da vida;
- o **ceticismo**: do grego *sképtomai*, "olhar", "investigar", fundada por Pirro, esta filosofia caracterizava-se pela negação da possibilidade de conhecer com certeza qualquer verdade. O conhecimento depende do sujeito e do objeto estudado, sendo, portanto, relativo. A felicidade consistiria em não julgar coisa alguma.

O helenismo ainda acrescentou à cultura grega uma instituição já presente na cultura oriental: o **despotismo**, segundo o qual a autoridade do governante era inquestionável.

A divisão do Império Macedônico, que se seguiu à morte de Alexandre, e as sucessivas lutas internas resultaram em seu enfraquecimento político, o que possibilitou a conquista romana nos séculos II a.C. e I a.C. Entretanto, mesmo conquistando a Grécia, Roma assimilou muitos de seus valores culturais, especialmente sob a forma helenística.

Museu do Vaticano

A cultura helenística substituiu a concepção clássica de que o "homem é a medida de todas as coisas" pelo monumentalismo, pessimismo, negativismo e relativismo. Observe um dos mais famosos exemplos de escultura helenística: *Laocoonte e seus filhos*, cerca de 25 a.C.

PARA RECORDAR Grécia – da pólis aristocrática à desagregação

Pólis aristocrática

Segunda Diáspora

permanece aristocrática

Licurgo

transforma-se em pólis democrática

Drácon ◄ leis escritas

Sólon ◄ fim da escravidão por dívidas

Clístenes ◄ democracia ostracismo

auge da cultura grega

Gregos × Persas

hegemonia ateniense

Esparta × Atenas

Período helenístico

• desagregação grega: invasão estrangeira (macedônios)

• fim das cidades-Estado gregas independentes

• domínio macedônio
• cultura helenística

ATIVIDADES

1. Com base no esquema-resumo acima e no texto didático, escreva um texto no qual sejam diferenciados os processos de evolução política de Esparta e de Atenas.

2. Na Grécia Antiga, democracia e imperialismo estiveram associados. Elabore um texto evidenciando essa relação.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de documentos

→ Aristófanes viveu em Atenas, no século V a.C. Escreveu muitas comédias, entre elas *Lisístrata*, na qual as mulheres são as protagonistas. Nessa peça, cansadas de ficarem sem seus maridos, que estão sempre no campo de batalha, as mulheres inventam um interessante e engraçado estratagema para tê-los de volta. Numa passagem da peça, lemos o seguinte diálogo entre Lisístrata e a espartana Lampito.

Lampito: *Nós, em Esparta, convenceremos nossos homens a votar por uma paz justa, leal. Mas os atenienses, que são de briga, como vai ser possível aquietá-los?*

Lisístrata: *Não tenha receios quanto a isso. Daremos um jeito neles...*

Lampito: *Enquanto eles tiverem navios de guerra e o Tesouro lá na Acrópole estiver cheio, acho difícil.*

Lisístrata: *Mas nós pensamos nisso também. Vamos assaltar a Acrópole hoje, minha filha. As mulheres mais velhas têm ordem para isso, enquanto estivermos nos concentrando aqui, a pretexto de rezar juntas, elas ocuparão a Acrópole.*

ARISTÓFANES. *A greve do sexo (Lisístrata) e a revolução das mulheres.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 23.

a) No Período Clássico, as cidades de Atenas e Esparta defendiam sistemas de governos bastante diferentes. Compare-os.

b) A peça *Lisístrata* se passa no contexto de uma guerra que marcou a história de toda a Grécia. Com base no diálogo acima, identifique essa guerra e comente suas consequências para o mundo grego.

c) Explique por que o uso de personagens femininas em um debate sobre a situação de guerra contribui para criar o clima de comédia da peça de Aristófanes.

→ Leia com atenção o trecho abaixo. Ele foi escrito pelo pensador grego Xenofonte, discípulo de Sócrates, entre os séculos V-IV a.C.

Eventualmente, quando se demorava junto a algum artista que por motivos de trabalho exercitava a sua arte, era-lhe igualmente útil. Chegando certa vez em visita a Parrásio, o pintor, perguntou-lhe: "A pintura, Parrásio, não é representação daquilo que se vê? E, de fato, os corpos baixos e altos, à sombra e à luz, ásperos e macios, rugosos e lisos, jovens e velhos, vocês os imitam retratando-os por meio de cores". "É verdade", disse ele. "E quando representam modelos de Beleza, visto que não é fácil encontrar um homem perfeito em cada parte, vocês, juntando os mais belos detalhes de cada indivíduo, fazem com que pareça belo o corpo inteiro." "Fazemos justamente isso", disse. "E então, a atitude da alma extremamente sedutora, doce, amável, agradável, atraente, vocês conseguem reproduzir ou não se pode imitar?" "Como se pode imitar, Sócrates, aquilo que não tem proporção das partes, nem cor, nem nenhuma das coisas que enumeraste, e não é visível de forma alguma?" "E no entanto", retomou Sócrates, "não pode o homem olhar alguém com simpatia ou inimizade?" "Creio que sim", disse. "E tudo isso não se pode perceber na expressão dos olhos?" "Sem dúvida." "E te parece que tenham a mesma expressão no rosto aqueles que se mostram interessados no bem e no mal dos amigos e aqueles que não se interessaram?" "Certamente não, por Zeus! Quem se interessa tem uma expressão contente quando os amigos estão bem e torna-se sombrio se os amigos estão mal." "Logo, pode-se retratar também isso?" "E como!" "E assim também a magnificência, a generosidade, a grosseria, a indignidade, a temperança, a prudência, a arrogância e a vulgaridade transparecem no rosto e no comportamento do homem, tanto parado quanto em movimento." "É verdade." "Logo, podem ser imitadas?" "E como!" "E pensas que se contempla de melhor grado aquilo que deixa transparecer um caráter belo, bom, amável ou aquilo que o faz parecer feio, mau, odioso?" "Oh, há uma bela diferença, Sócrates!"

XENOFONTE. Memórias de Sócrates, III. Apud ECO, Umberto (Org.). *História da beleza.* Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 48.

a) De acordo com o texto de Xenofonte, qual seria a função da arte para os gregos?

b) A que conclusão nos leva o raciocínio de Sócrates sobre o Belo?

c) Em sua opinião, aquilo que identificamos hoje como Belo se assemelha em algum aspecto ao que os gregos consideravam Belo? Explique.

2 Leitura de texto e imagem, e reflexão

→ Leia com atenção o texto abaixo, observe as imagens que o ilustram e depois responda às questões que o acompanham.

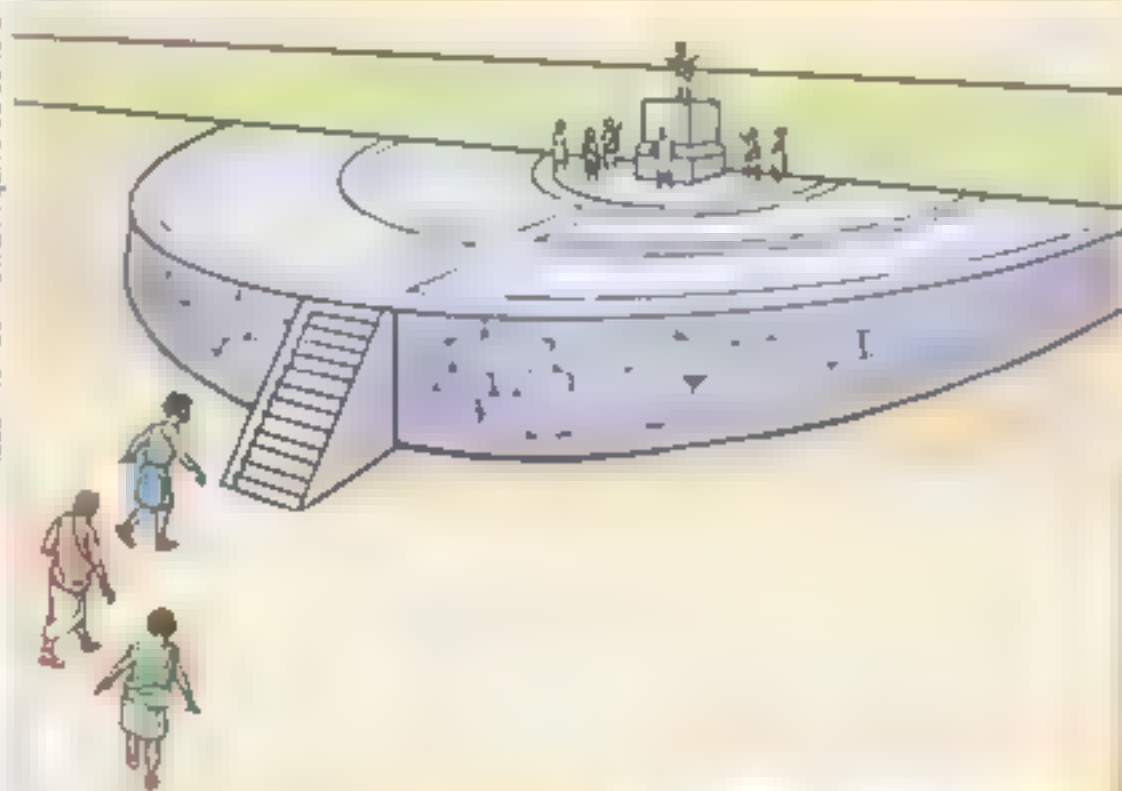
O recinto da assembleia na Pnyx surge assentado na declividade voltada para a cidade da colina de mesmo nome, a sudoeste de Atenas. [...] O aparecimento desse anfiteatro a céu aberto representa uma especialização espacial. O recinto abrigava a assembleia e nada mais. Anteriormente, quando as assembleias devem ter-se dado na Ágora ou aos pés da Acrópole, lá estavam alojadas também outras funções que não aquela única da reunião do conjunto dos cidadãos. Com a Pnyx, a assembleia passa a ser sediada em um local exclusivo, distinto de todos os outros. [...]

E o recinto da Pnyx, sendo como era, constituía-se em um espaço que comportava a assembleia de modo tal que não só dava possibilidade à presença física de todos como também possibilitava a cada um dos presentes o conhecimento de todos os demais. A presença física e imediata de todos não era lá só um fato objetivo, mas também um dado da consciência individual em todos e cada um dos presentes. A cada qual era possível totalizar diante de si o conjunto de todos os outros.

[...] a Pnyx não se encontrava, entretanto, em uma posição geográfica também dotada de centralidade. Sendo periférica sua localização, a sudoeste da cidade, não havia correspondência entre sua centralidade política e o centro geográfico da cidade [...] Para ver-se a cidade a partir da Pnyx não era preciso fazer girar o direcionamento do olhar, tal como acontece quando nos situamos no centro de uma região qualquer. Estando em localização lateral e voltando-se para a cidade, esta não se encontrava ao redor da Pnyx; estava diante dela. Assim sendo, os cidadãos quando lá reunidos tinham seus olhares não em outra coisa senão na própria cidade. Aquilo mesmo sobre o que decidiam, a cidade que tomavam sob seus cuidados, estava lá como um objeto à frente de seus olhos. [...]

MALACO, Jonas Tadeu Silva. *O lugar da assembleia dos cidadãos de Atenas*. São Paulo: Alice Foz, 2003. p. 13-18.

Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

Robert Harding Picture Library Ltd. Alamy/Other Images

▲ Acima, desenho da conformação da Pnyx; à direita, vista da Acrópole de Atenas do Monte Pnyx, em 2008. ▶

a) Que transformações ocorridas na cidade de Atenas entre o período arcaico e o clássico podem ter levado os atenienses a transferirem a assembleia da Ágora para a Pnyx?

b) De que maneira o formato da Pnyx favorecia o debate democrático?

c) Por que a posição em que a Pnyx se encontrava em relação à cidade reforçava seu caráter político?

d) Faça uma visita à Câmara dos Vereadores de sua cidade ou procure imagens dela em jornais, revistas e *sites* da internet. Preste atenção no local da cidade onde se encontra o prédio da Câmara e no que há em seu entorno. Fique atento aos acessos ao salão da assembleia e aos assentos onde ficam os vereadores. Observe se existe um lugar para se concentrarem outras pessoas que não os vereadores e avalie o tamanho e a posição desse recinto. Não deixe de prestar atenção nos quadros, fotos e ornamentos que existem no prédio. Reflita sobre a visão que os vereadores têm do exterior do prédio a partir janelas.

Depois de pensar sobre tudo isso, responda: em sua opinião, o prédio e o recinto que abrigam a assembleia de vereadores favorece a democracia? Por quê?

3 Leitura de letra de música

→ Leia a letra dessa composição de Caetano Veloso, anotando e pesquisando as palavras que você não conhece o significado. Responda às questões a seguir.

Ele nasceu no mês do leão, sua mãe uma bacante
E o rei, seu pai, um conquistador tão valente
Que o príncipe adolescente pensou que já nada restaria
Pra, se ele chegasse a rei, conquistar por si só
Mas muito cedo ele se revelou um menino extraordinário:
O corpo de bronze, os olhos cor de chuva e os cabelos cor de sol.
Alexandre
De Olímpia e Filipe o menino nasceu, mas ele aprendeu
Que seu pai foi um raio que veio do céu
Ele escolheu seu cavalo por parecer indomável
E pôs-lhe o nome: Bucéfalo
Ao dominá-lo, para júbilo, espanto e escândalo
De seu próprio pai, que contratou para seu preceptor
Um sábio de Estagira
Cuja cabeça ainda hoje sustenta o Ocidente:
O nome, Aristóteles – nome Aristóteles se repetiria
Desde esses tempos até nossos tempos e além.
Ele ensinou o jovem Alexandre a sentir filosofia
Pra que, mais que forte e valente, chegasse ele a ser sábio também.
Alexandre
De Olímpia e Filipe o menino nasceu, mas ele aprendeu
Que seu pai foi um raio que veio do céu
Ainda criança ele surpreendeu importantes visitantes
Vindos como embaixadores do Império da Pérsia
Pois os recebeu, na ausência de Filipe, com gestos elegantes
De que o rei, seu próprio pai, não seria capaz.
Em breve estaria ao lado de Filipe no campo de batalha
E assinalaria seu nome na história entre os grandes generais.
Alexandre

De Olímpia e Filipe o menino nasceu, mas ele aprendeu
Que seu pai foi um raio que veio do céu
Com Hefestião, seu amado
Seu bem na paz e na guerra
Correu em honra de Pátroclo – os dois corpos nus –
Junto ao túmulo de Aquiles
O herói enamorado, o amor
Na grande batalha de Queroneia, Alexandre destruía
A Esquadra Sagrada de Tebas, chamada A Invencível.
Aos dezesseis anos, só dezesseis anos, assim já exibia
Toda a amplidão da luz do seu gênio militar.
Olímpia incitava o menino do sol a afirmar-se
Se Filipe deixava a família da mãe
De outro filho dos seus se insinuar.
Alexandre
De Olímpia e Filipe o menino nasceu, mas ele aprendeu
Que seu pai foi um raio que veio do céu
Feito rei aos vinte anos
Transformou a Macedônia,
Que era um reino periférico, dito bárbaro,
Em esteio do helenismo e dos gregos, seu futuro, seu sol.
O grande Alexandre, o Grande, Alexandre
Conquistou o Egito e a Pérsia
Fundou cidades, cortou o nó górdio, foi grande,
Se embriagou de poder, alto e fundo, fundando o nosso mundo,
Foi generoso e malvado, magnânimo e cruel;
Casou com uma persa, misturando raças, mudou-nos terra céu e mar,
Morreu muito moço, mas antes impôs-se do Punjab a Gibraltar.
Alexandre
De Olímpia e Filipe o menino nasceu, mas ele aprendeu
Que seu pai foi um raio que veio do céu.

VELOSO, Caetano. Alexandre. In: Livro (CD). Polygram, 1997.

a) Que elemento primordial da cultura grega (e helênica) está presente em trechos da letra como "seu pai foi um raio que veio do céu", "junto ao túmulo de Aquiles", "corpo de bronze, os olhos cor de chuva e os cabelos cor de sol"?

b) A canção de Caetano Veloso faz referência a diversos fatos históricos estudados neste capítulo. Faça uma breve descrição dos que você conseguir identificar.

c) Segundo o que você estudou neste capítulo, por que a cabeça de Aristóteles sustenta o Ocidente?

d) O que foi o helenismo? Em que passagens da letra podemos encontrar referências à fusão entre a cultura grega e oriental?

assessoria pedagógica

Capítulo 5

A civilização romana

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 5 (p. 134 a p. 161)

A CIVILIZAÇÃO ROMANA

Consideramos importante estabelecer conexões entre passado e presente, uma vez que o estudo da história de Roma pode ser justificado para os alunos pelo fato de que toda sua ordenação jurídica e religiosa se constituiu como base para a organização da vida no mundo ocidental até os dias de hoje. Essa relação fica evidente na língua portuguesa, na ordenação do sistema jurídico brasileiro e na religião cristã. Os comentários e questões apresentados na seção ***Para pensar historicamente*** objetivam manter essa ideia em foco durante todo o estudo do capítulo.

O capítulo retoma o processo de formação das cidades romanas, oportunizando atividades de comparação com a história dos povos estudados até aqui. É possível convidar os alunos a retomarem o texto e examinarem as semelhanças e diferenças desse processo e como cada um deles relaciona-se às invenções políticas como a democracia clássica, a monarquia e a república.

Ainda dentro do espírito que rege a obra, no tocante às reflexões sobre as características do conhecimento histórico, sugerimos uma discussão a respeito dos usos que a lenda da criação de Roma tem tido ao longo dos anos. Seria interessante destacar que seu registro escrito ocorreu no século I a.C., na *Eneida*, de Virgílio. Caberia provocar os alunos para que levantem hipóteses explicativas sobre o porquê de esse registro ter ocorrido justamente nessa época, ressaltando-se a intenção oficial de se constituir uma memória da fundação de Roma, associando-a a um feito maravilhoso e heróico. A lenda também pode oportunizar uma discussão sobre os usos do passado, motivando reflexões a respeito das maneiras pelas quais os governos de diferentes civilizações apropriaram-se de fatos históricos e construíram versões oficiais que atendiam seus interesses. Uma outra possibilidade que o material oferece é de iniciar uma conversa (que será retomada e aprofundada no capítulo 6) sobre as diferentes formas de se utilizar as fontes históricas. Até pouco tempo, a historiografia considerava a lenda apenas como uma das principais fontes escritas para análise das origens de Roma. Recentemente, os historiadores a têm utilizado como importante fonte de estudo também do período do Império, por ter sido produzida naquele período.

O enfrentamento entre as elites e o povo romano permite colocar em discussão as semelhanças e diferenças entre a estrutura econômica e os problemas sociais originados por ela naquela época e no Brasil contemporâneo, tendo cuidado de ressaltar os contextos históricos distintos. É possível abordar elementos como a concentração fundiária brasileira ou as lutas dos diferentes grupos populares organizados, no campo e nas cidades, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou o Movimento dos Sem-Teto (esse último em especial pode motivar reflexões a respeito da ocupação do espaço na cidade). Pode-se também promover uma comparação entre a composição do Senado republicano e a do Congresso Nacional atualmente, apresentando aos alunos, por exemplo, o mapa da distribuição dos partidos na Câmara e no Senado, bem como a filiação desses partidos (às elites, à classe média, aos movimentos sociais etc.). Não se esqueça de que é necessário um cuidado muito grande para não comparar situações como se não estivessem vinculadas a contextos totalmente diferentes. A proposta de reforma agrária dos irmãos Graco, por exemplo, guarda tantas relações de diferença com as propostas contemporâneas que é melhor trabalhá-las exatamente por essas diferenças, evitando entender esse fenômeno no presente como se fosse uma herança direta daquele passado.

Algumas atividades que compoem a seção ***Exercícios de História***, tanto da página 145 (atividade 2) como da página 154 (atividade 3), podem subsidiar uma conversa a respeito dos tipos de fontes que são utilizadas pelos historiadores para escrever a história de Roma. Nesse ponto é possível retomar a questão apresentada no ***Para pensar historicamente*** sobre a abundância de fontes de diferentes tipos a respeito de Roma. Os estudantes podem ser convidados a pensar por que existe essa grande quantidade de fontes para esse tema e poucas para os hebreus ou os fenícios. Nesse ponto, pode-se destacar o fato de que a história de Roma relaciona-se à fundação de uma concepção de Ocidente que será reafirmada tanto ao longo da Idade Média como durante a Idade Moderna, nos projetos de colonização.

Um último ponto relevante desse capítulo é a abordagem do conceito de *imperialismo*, já realizada na seção ***Para pensar historicamente***. Sugerimos propor aos alunos que reservem uma folha a ser preenchida ao longo do estudo dos primeiros capítulos com informações que os ajudem a visualizar os diferentes elementos históricos que caracterizaram o imperialismo ao longo da história da Antiguidade e do período medieval. Se considerar oportuno, essas

Bibliografia

AYMARD, A.; AUBOYER, J. *Roma e seu império*. São Paulo: Difel, 1971. (História Geral das Civilizações, 1)

CARCOPINO, J. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORASSIN, M. L. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FUNARI, P. P. A. *Cultura popular na Antiguidade clássica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a História)

GIBBON, E. *Declínio e queda do império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JOLY, F. D. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.

VEYNE, P. (Org.). *Do império Romano ao ano mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (História da Vida Privada, 1)

anotações poderão servir de base ainda no ano seguinte. Esse exercício é importante na medida que possibilita o desenvolvimento da compreensão das características dos conceitos em História e suas diferenças em relação aos conceitos sociológicos.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Língua Portuguesa**: pesquisa e discussão das raízes latinas da língua portuguesa.
- **História, Sociologia e Política**: processo de reforma agrária no Brasil atual.
- **História e Direito**: pesquisa sobre o direito no mundo romano. Contar com advogados para expor as raízes romanas da jurisprudência moderna.

▶ Textos de apoio

Dois jovens no mito: Rômulo e Remo

Nas origens de sua cidade, os romanos colocavam, embora com destinos muito diferentes, dois jovens, gêmeos. Após vingarem o destino infeliz da mãe Rea Sílvia, detida por longo tempo pelo pérfido tio Amulio, e restituírem o reino de Alba ao avô Numitor, Rômulo e Remo teriam decidido, por conta própria, fundar com seus companheiros, também eles jovens e todos homens, uma cidade. De modo muito simples, segundo Tito Lívio, Rômulo e Remo foram tomados pelo desejo "de fundar uma cidade nos mesmos lugares em que haviam sido abandonados e criados", ou seja, às margens do Tibre. Segundo o grego Dionísio de Halicarnasso, foi o velho e prudente Numitor o astuto artífice do plano: depois de restabelecer a ordem em Alba, em seguida à queda do tirano Amúlio, Numitor "pensou logo em dotar os jovens de um poder pessoal graças à fundação de outra cidade. Ao mesmo tempo, dado que a massa de cidadãos aumentara de numero, considerou conveniente usar no trabalho uma parte deles, sobretudo os que lhe tinham sido hostis, para não ter de se preocupar com eles". Acrescenta Plutarco que a opção de Rômulo e Remo – fundar por conta própria uma cidade – tornara-se ainda mais necessária "porque haviam se agregado a eles muitos servos e rebeldes [...] e os habitantes de Alba não consideravam justo misturar- se aos rebeldes nem acolhê-los como cidadãos".

Embora no mundo antigo fosse prática comum glorificar as origens das cidades enobrecendo não só os fundadores mas também os primeiros habitantes, o caso de Roma é bem diverso: excetuando a inserção das famílias albanas de ascendência troiana, cuja emigração para Roma [foi] com a finalidade evidente de enobrecer seus "descendentes" da época histórica, a massa dos futuros cidadãos, que se reuniam ao redor de Rômulo e Remo, ao contrário, seria composta de "servos e rebeldes" com os quais os cidadãos de Alba não queriam se confundir ou, na melhor das hipóteses, cidadãos outrora sediciosos que o rei Numitor teria considerado melhor afastar de seu reino "para não ter de se preocupar com eles". De resto, os dois jovens, tão logo chegaram ao local onde Roma seria erguida, não satisfeitos com as origens suficientemente heterogêneas de seus acólitos, "instituíram um lugar sagrado como asilo para os rebeldes e o consagraram ao deus do Asilo: ali eram recolhidos todos, não se restituindo os escravos aos patrões nem o plebeu aos credores e tampouco os homicidas aos magistrados; antes afirmavam que, por uma resposta ao oráculo de Delfos, podiam garantir a todos o direito de asilo, fazendo com que a cidade logo se enchesse de gente". [...] Nas origens de Roma e junto aos gêmeos teriam estado não só servos, rebeldes e sediciosos, mas também escravos fugitivos, devedores insolventes, homicidas, reconhecidos como tais pelos magistrados de outras cidades: com a contribuição de personagens desse tipo e graças ao instituto do asilo, o corpo cívico romano teria se consolidado numericamente de modo a permitir, com o sucessivo rapto de mulheres comandado por Rômulo (o famoso rapto das sabinas), a própria sobrevivência da cidade.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 59.

Processo contra cristãos
Carta de Plínio, o moço, ao imperador Trajano, de 112 d.C. (Cartas, 10, 96)

Senhor, sempre lhe submeto às questões que tenho dúvidas. Quem melhor poderia orientar-me na hesitação ou instruir-me na ignorância? Até o momento, não atuei contra os cristãos e não sei, assim, quais fatos e em que medida devem ser punidos ou processados. Pergunto-me, um tanto hesitante, se há diferenças de pena segundo a idade ou se a infância e a maturidade estão

Tese

GARRAFFONI, R. S. *Técnica e destreza nas arenas romanas*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdig.unicamp.br/document/?code=vtls000314339>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Filmes

Asterix e Obelix contra César. Direção de Claude Zidi. França/Alemanha/Itália, 1999. (109 min)

Gladiador. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 2000. (154 min)

Nero, a lenda de um monstro. Direção de Martin Papirowski. Alemanha: Abril Coleções, 1997. (50 min) Civilizações perdidas.

Quo Vadis? Direção de Franco Rossi. Itália, 1986. (360 min)

Spartacus. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1960. (184 min)

Endereços eletrônicos

Museus Capitolinos. Disponível em: <www.museicapitolini.org>. Acesso em: 10 jan. 2010. Portal do conjunto de museus instalados em palácios romanos, disponibiliza várias informações e fotografias das peças romanas antigas que compõem o acervo.

Superintendência Arqueológica de Napoli e Pompeia. Disponível em: <www.pompeiisites.org>. Acesso em: 12 jan. 2010. *Site* oficial de Pompeia. Traz fotos e filmes dos sítios arqueológicos dessa cidade romana destruída pela erupção do Vesúvio em 79. Além disso, é rico em material sobre a arquitetura da cidade e disponibiliza um *tour* com visão em 360º por algumas ruas do local.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

GOSCINNY, René; UDERZO, Albert. *As aventuras de Asterix, o gaulês*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica)

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2001.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

num mesmo pé, se deve perdoar-se o arrependido ou se o verdadeiro cristão em nada muda ao desdizer-se, se deve punir-se o cristão enquanto tal, mesmo sem delito, ou se apenas segundo os delitos dessa denominação. Nesse ínterim, segui os seguintes procedimentos com relação aos que se me apresentaram como cristãos. Perguntei-lhes, pessoalmente, se eram cristãos. Aos que confessavam, perguntei-lhes duas, três vezes. Os que não voltaram atrás foram executados. Qualquer que fosse o sentido da sua fé, sabia que sua pertinácia e obstinação tinham de ser punidas. Outros, possuidores da cidadania romana, mantiveram-se na loucura e foram enviados para julgamento em Roma. Logo, como acontece nesses casos, a acusação ampliou-se com a extensão da investigação e muitos outros apareceram.

Afixou-se, então, um cartaz, sem assinatura, com um grande número de nomes. Os que negavam serem, ou terem sido, cristãos, se evocassem os deuses, segundo a fórmula que lhes ditava, e se sacrificassem, com incenso e vinho, diante da sua imagem, que trazia comigo para tanto, juntamente com estátuas de outras divindades, se, além disso, blasfemassem Cristo – atitudes que, diz-se, não são possíveis de obter de verdadeiros cristãos – considerei apropriado liberar...

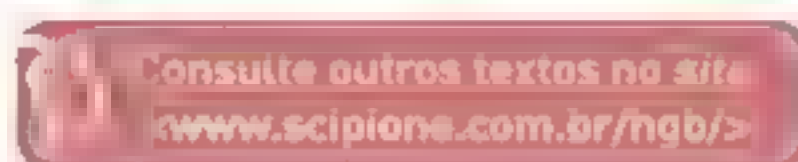
A questão pareceu-me digna de sua atenção, em particular devido ao número de envolvidos. Há muita gente, de toda idade, condição social, de ambos os sexos, que estão ou estarão em perigo. Não apenas nas cidades, como nos vilarejos e no campo, expande-se o contágio dessa superstição. Parece-me, entretanto, que se possa delimitá-la e corrigi-la.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 92

Resposta do imperador Trajano a Plínio (Cartas, 10, 97)

Meu caro Plínio, você agiu como devia tê-lo feito, examinando as causas daqueles que lhe foram delatados como cristãos. Não se pode ter uma regra geral e fixa a esse respeito. Não devem ser perseguidos, mas, se forem denunciados e perseverarem, devem ser punidos. Contudo, se alguém negar ser cristão e se o provar com atos, ou seja, sacrificando os nossos deuses, mesmo que seja suspeito quanto ao seu passado, terá o perdão pelo arrependimento. As denúncias anônimas não podem ter qualquer valor, em nenhum caso, pois esse péssimo tipo de comportamento não é mais de nosso tempo.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 92

Consulte outros textos no site <www.scipione.com.br/hgb/>

Comentários das atividades

Para recordar (*Roma: Monarquia e Republica*)

1. Entre as razões a serem indicadas no esquema do aluno devem constar o monopólio do poder político pelos patrícios e a decorrente marginalização dos plebeus, reduzidos à condição de dependentes ou agregados dos patrícios. Dentre os resultados, deve ser destacada a conquista de direitos civis e políticos pelos plebeus, exemplificada pela criação do tribunato da plebe, pela elaboração da Lei das 12 Tábuas, pela liberação do casamento entre patrícios e plebeus e pelo advento do acesso de plebeus a terras públicas. Observe se o esquema criado pelo aluno representa corretamente por meio de setas, verbos ou outros vínculos as relações pedidas.
2. Com a expansão territorial e militar romana, ocorreu um enorme afluxo de bens das províncias conquistadas, pela pilhagem de guerra ou pela cobrança de tributos, o que causou uma queda cada vez mais acentuada dos preços dos produtos agrícolas. Dos territórios conquistados chegavam milhares de escravos, consolidando a economia escravista. Ao mesmo tempo, surgia uma poderosa classe de comerciantes, os homens-novos, ansiosos por alguma participação política. Os patrícios ligados ao Senado concentravam em suas mãos as terras conquistadas, enquanto os pequenos proprietários plebeus da Península Itálica, não encontrando condições de sobreviver no campo, vendiam suas terras e transformavam-se em mão de obra barata na cidade. Em consequência, a cidade de Roma cresceu desmedidamente, o que elevou a tensão social. Toda essa situação configurou a crise da República romana, pois o governo oligárquico não tinha mais condições de fazer frente às crescentes pressões sociais e políticas.

Exercícios de História (*Roma: Monarquia e República*)

1. **Pesquisa e leitura de texto historiográfico e de notícia**
   a) A reforma proposta pelos irmãos Graco buscava colocar em prática uma antiga lei que

m tava a extensão das propriedades fundiárias, mas que acabara virando letra morta, e reduzir, assim, a enorme desigualdade que se instalava em Roma entre os grandes latifundiários e os pequenos proprietários. A Lei Agrária, ou Lei Semprônia (133 a. C.), pretendia limitar as propriedades em 125 hectares, obrigando os grandes proprietários a devolverem ao Estado as terras públicas (*ager publicus*) que haviam ocupado indevidamente para a criação de gado. Para quem tivesse descendentes, seria autorizada ainda a conservação de mais 62,5 hectares por filho, até o limite de 250 hectares.

b) Porque parte considerável das terras obtidas nas conquistas ficava sob controle dos patrícios, especialmente os senadores.

c) Não, pois sua aprovação não significou sua execução. Depois de aprovada, a lei passou por várias reformas que limitaram ao máximo seu alcance.

d) Espera-se que os alunos percebam que tanto na Roma antiga como hoje, no Brasil, existe uma resistência dos grandes proprietários em aceitar um programa de redistribuição de terras. No Brasil, como em Roma, as terras públicas são alvo de disputa entre diferentes grupos sociais e essa disputa desdobra-se em uma verdadeira batalha legislativa e jurídica. É importante salientar, durante as discussões, que existe no Brasil contemporâneo um movimento social altamente organizado e articulado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se envolve diretamente na luta pela concretização da reforma agrária, diferentemente do que ocorria em Roma na Antiguidade, quando as lutas pela redistribuição das terras ficavam sob responsabilidade dos tribunos da plebe.

e) Resposta pessoal. Pode-se discutir com os alunos os critérios para desapropriação de terras no Brasil. Consideramos importante dar atenção ao conceito de produtividade e à destinação das terras públicas para o programa da reforma agrária (artigo 188).

2. Observação e análise de fonte material

a) Trata-se de Marte, deus da guerra. Esse deus era representado, em geral, com aparatos de guerra, como o elmo e a lança. Além disso, está acompanhado de uma cena de batalha.

b) Os romanos se consideravam descendentes de Marte.

c) A imagem mostra dois guerreiros em luta e um terceiro caído ao chão. As personagens que estão em pé exibem escudos e elmos diferentes, o que parece indicar que pertencem a diferentes origens. As roupas e armas do combatente à esquerda identificam-no como um legionário romano.

d) No século II a.C. Roma era uma República e estava em franco processo de expansão.

e) Os alunos poderão exercitar sua capacidade de atribuir significados às fontes históricas. Sugerimos incentivá-los a elaborar suposições fundamentadas em informações estudadas até agora. Será importante estimular os alunos a explicar as associações que fizeram ao atribuir significado ao objeto. Ao fim das discussões, é possível verificar se perceberam que a moeda, objeto circulante, carregava consigo o testemunho da força e da dominação romana. A cada mão pela qual passava, lembrava seu possuidor de que ele estava sob uma autoridade maior.

Para recordar (*Império Romano*)

1. A exploração das riquezas das províncias e da mão de obra escrava em larga escala prejudicava os plebeus na medida em que barateava o custo da produção e dificultava a concorrência dos pequenos produtores. Porém, ao mesmo tempo, permitia a acumulação de riqueza nas mãos dos governantes, dos grandes comerciantes e dos patrícios, que financiavam a política do "pão e circo". Essa política, que consistia em oferecer alimento e diversão à plebe, mantinha-a minimamente saciada e ocupada, diminuindo as chances de revolta e o clima de crise social.

2. Com o fim da expansão territorial, caiu consideravelmente a oferta de escravos no Império. Como grande parte da produção dependia do trabalho escravo, o resultado foi uma crise de produção que, por sua vez, teve como efeito um aumento do custo de vida, principalmente nos centros urbanos. Pressionada pela miséria e pela fome, a população abandonou as cidades e buscou se fixar nas áreas rurais, trabalhando nas grandes propriedades agrícolas. Por sua vez, o Estado viu esvaírem-se seus recursos, tornando-se incapaz de sustentar a pesada máquina pública romana. Essa somatória de dificuldades (crise de mão de obra e de produção, queda na arrecadação dos impostos, alta do custo de vida, ruralização) contribuiu para o colapso do Império no século V.

Exercícios de História (*Império Romano*)

1. Leitura e análise de documento

a) No século I a.C., Roma já havia se transformado em um imenso império territorial. Os escravos e as riquezas derivadas das províncias haviam criado uma elite enriquecida, formada tanto por patrícios quanto por homens-novos, sem origem aristocrática. A grande maioria da plebe, arruinada e empobrecida, elevava a tensão social nos centros urbanos. Os principais líderes militares aumentavam seu poder pessoal e ameaçavam as instituições republicanas.

b) Arrio, homem enriquecido, mas vindo dos estratos inferiores da sociedade romana (é filho de um liberto), procura esconder sua origem lançando mão de um linguajar pretensamente sofisticado. Todavia, acaba traído pela maneira errada de pronunciar as palavras, revelando seu desconhecimento da língua culta.

c) No século I a.C., os homens-novos, classe formada por artesãos e comerciantes enriquecidos, aspiravam aumentar sua participação política e seu prestígio social em Roma. No poema, esse grupo é representado por Árrio, um indivíduo que circulava nos meios aristocráticos, a despeito de sua origem popular ("Creio que assim a mãe, assim o tio liberto /Assim o avô materno e a avó falavam"). Para obter apoio político dessa classe, Júlio César, e mais tarde os imperadores romanos, nomeava-os para importantes cargos políticos e administrativos, muitos deles nas províncias romanas ("Foi à Hispânia"). Todavia, essa ascensão era mal vista pelos aristocratas ("Foi à Hispânia e os ouvidos descansaram todos; / as palavras soavam leves, lindas"), que viam ameaçada sua hegemonia política.

d) Resposta pessoal. A atividade será enriquecida se contar com a participação da área de Língua Portuguesa. O objetivo é discutir a relação entre preconceito linguístico e preconceito social. Os debates poderão ser favorecidos pela leitura de textos de Marcos Bagno (há vários disponíveis em <www.marcosbagno.com.br/conteudo/textos.htm>. Acesso em: 5 abr. 2010).

2. Leitura e interpretação de fábula

a) O escritor e fabulista Caio Júlio Fedro nasceu na Macedônia, entre 29 a.C. e 14 a.C. Foi filho de escravos e teria servido ao Imperador Otávio Augusto. Fedro registrou e adaptou as fábulas de Esopo e foi autor de fábulas em que comumente são representados oprimidos e opressores, uma remissão ao contexto vivido por sua família. A sátira dos costumes, dos vícios políticos e injustiças de sua época acabaram por levá-lo ao exílio. A fábula valoriza a liberdade, rejeitando o comodismo, a sujeição e o escravismo e contrariando, portanto, o sistema vigente em sua época.

b) O cão valoriza o princípio da obediência e do trabalho em troca de abrigo, conforto e alimentos, em uma postura conformista e de sujeição; o lobo valoriza a liberdade acima de qualquer outro princípio.

c) Resposta pessoal. Como sugestão, a leitura em voz alta (ou representação teatral) do texto de Fedro pode abrir caminhos para diversas discussões. Podem ser apontados contextos de sujeição ou de anulação de princípios como liberdade e ética, em troca de favores ou vantagens pessoais; ou ainda exemplos de governos que ofereceram supostos direitos ou garantias à população, como um mecanismo de opressão e controle social.

3. Leitura e análise de fonte material

a) Os legionários estão uniformizados, em pé, aglomerados diante do imperador, formando um bloco organizado e homogêneo. Todos têm as cabeças voltadas em direção a Trajano e parecem escutá-lo atentamente. Nota-se que mesmo empurrado, um legionário à esquerda, situado na última fileira de soldados, permanece impassível, totalmente envolvido com a fala do imperador.

b) A impressão que a imagem causa no observador é que Trajano exerce uma espécie de influência quase hipnótica sobre a legião, mantendo-a sob seu estrito controle. Ele aparece como líder incontestе das forças militares romanas.

c) No século II, o império atinge sua extensão máxima. O sucesso das campanhas militares confere prestígio aos oficiais e assegura a convergência de riquezas e escravos para Roma. A estabilidade política, social e econômica do Império passa a ser uma preocupação constante de seus governantes, o que, em boa medida, dependia do seu controle sobre a máquina de guerra romana. Ou seja, para assegurar essa estabilidade, o imperador precisava manter a fidelidade de seus generais e a obediência da massa de legionários. A imagem da Coluna de Trajano parece comunicar ao observador que o imperador tinha tudo sob seu controle e que a estabilidade e prosperidade do Império estavam garantidas.

4. Leitura e reflexão

a) O poeta se inspirou no período de decadência do Império que se estende do século III ao século V. Nesse período esgotou-se o fôlego expansionista de Roma. A falta da mão de obra escrava causou uma crise de produção, levando a um aumento do custo de vida nas cidades e à fuga da população para as vilas. O Estado já não conseguia arcar com os gastos enormes da máquina pública, entrando em colapso. O cristianismo propagava-se pelo Império. A autoridade do imperador decaía, bem como as instituições do Império. Essa crise interna favoreceu a entrada dos povos ditos bárbaros no Império, de maneira tanto pacífica quanto violenta.

b) Nos relatos latinos, os bárbaros são temidos e sua aproximação gera pânico e terror. No poema, eles são esperados com ansiedade e placidez.

c) A civilização ocidental é concebida como um mundo desprovido de emoção e força criativa, estagnado e acomodado. Esse mundo parece não ter qualquer motivação para se transformar de dentro para fora e aguarda com resignação um movimento que se imponha do exterior. Trata-se de uma civilização esgotada, cujo sentido de ser há muito já se esvaiu.

d) Resposta pessoal. Pode-se lembrar os alunos de que o poema é do século XIX e que, assim, não testemunha as invasões em Roma, mas as interpreta à luz do seu tempo. O contexto das invasões no Império deve ser tratado, aqui, em sentido metafórico.

Questões & testes

Capítulo 3

Enem

1. A 2. A

Vestibulares

3. A 4. D 5. C 6. E 7. B

8. Numa economia basicamente agrária e de servidão coletiva cabia ao Estado egípcio a propriedade das terras e o direito ao excedente produzido. Por meio dos impostos cobrados às aldeias, o governo controlava a terra e a produção, que era armazenada em celeiros. Para garantir a produtividade, o Estado arregimentava os trabalhadores, construindo diques, canais de irrigação, além de palácios, templos e túmulos. A representação do Estado era feita, na prática, pelos altos funcionários do governo, como os nomarcas (governadores das províncias) e sacerdotes.

Capítulo 4

Enem

9. C 10. C

Vestibulares

11. A 12. E 13. C 14. C

15. a) Dentre as características da pólis grega, poderíamos citar: autonomia política, participação dos cidadãos no governo, abertura comercial para o Mediterrâneo, ausência de separação rígida entre cidade e campo, existência de uma área central de reuniões – a Ágora –, o que evidencia a importância do espaço público.

b) O conhecimento das leis limitou os poderes da aristocracia, abrindo caminho para novas formas de organização política. Dessa forma, as leis deixaram de ser consideradas divinas e passaram a ser entendidas como fruto da ação humana, fundada na razão.

16. A Confederação de Delos foi uma reunião das várias cidades gregas, sob a liderança ateniense, para enfrentarem os persas. Mas Atenas passou a liderar em proveito próprio e acabou dominando as cidades anteriormente aliadas. Diante do fortalecimento de Atenas, Esparta, sua tradicional rival, procurando contestar a supremacia ateniense, promoveu uma guerra entre elas, as Guerras do Peloponeso.

17. a) O teatro e a oratória, o debate público, a oralidade, a formação dos cidadãos atenienses voltada para o exercício democrático relacionam-se com o sistema político vigente em Atenas, a democracia.

b) A substituição do modelo de cidade-Estado pelo modelo imperial; as trocas culturais evidenciadas pela assimilação da cultura helenística pela cultura oriental e a absorção de aspectos da cultura oriental pelo império macedônio.

Capítulo 5

Enem

18. B

Vestibulares

19. E 20. E 21. VFVVF

22. D 23. A 24. D

25. a) Segundo a visão dos pagãos, Roma caiu devido à adoção dos maus costumes cristãos; segundo os cristãos, Roma caiu devido ao afastamento das práticas religiosas corretas, que levou os romanos ao afastamento da virtude e a uma vida em meio aos pecados.

b) Inicialmente, o cristianismo foi reprimido, passando a ser tolerado e protegido (com Constantino), para ser finalmente oficializado e institucionalizado (com Teodósio).

26. Dentre esses elementos, podemos citar:

- a ideia grega de democracia, sendo que o conceito de cidadania serve de base para os modelos políticos de grande parte da civilização ocidental até os dias de hoje.
- a ideia romana de república, considerando as questões de Estado de domínio público, tem influenciado de forma marcante os modelos políticos atuais.
- a racionalidade grega, responsável pelo afastamento das leis do mundo das da religião, pois, ao contrário destas, são fruto da ação e do pensamento humanos.
- a língua romana, o latim, base de diversas línguas atuais.

27. B 28. A 29. E

anotações

CAPÍTULO 5

A civilização romana

Ricardo Spila/Grand Tour/Corbis/Latinstock

▲ Ruínas do Fórum romano, Roma, foto de 2007.

Marion Kaplan/Alamy/Other Images

▲ Ruínas romanas em Dougga, cidade da Tunísia (África). Foto de 2009

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Roma e nós

Não é difícil entender a importância de estudarmos a civilização romana. Podemos dizer que é a civilização da antiguidade com mais influência sobre o mundo ocidental. Para isso ficar claro, é só nos perguntarmos se poderíamos entender a nossa vida hoje sem a língua portuguesa, o sistema jurídico e o cristianismo.

A língua portuguesa, "última flor do Lácio", segundo o poeta Olavo Bilac, é uma das ramificações do latim, língua original dos romanos. O cristianismo surgiu e se expandiu, a partir da Palestina, sob o domínio romano. A mesma civilização romana foi base para o domínio da igreja cristã, ao tornar-se religião oficial do Estado. Após certas divisões do cristianismo, essa vertente passou a ser chamada de Igreja Católica Romana.

Tudo isso só foi possível porque o domínio romano – que na sua fase mais importante tornou-se um Império – abarcava regiões tão distantes quanto Jerusalém e a Lusitânia. Nós já vimos anteriormente outros exemplos de Império. Um Império é uma outra forma de Estado além da cidade-Estado e do reino. Trata-se de um Estado que domina amplos territórios, sob a chefia de um imperador, que reúne povos etnicamente e/ou culturalmente distintos, e detém um poder hegemônico em sua área de influência. Como você já sabe, o Brasil já teve uma fase em que se denominou um Império, e isso, claro, não é à toa. E na atualidade, você consegue imaginar alguma situação que possa ser comparada a um Império?

AS FONTES HISTÓRICAS PARA O ESTUDO DE ROMA

Ao estudar a Roma antiga é importante refletir sobre a diversidade de interpretações.

As fontes de que os historiadores dispõem para escrever e reescrever a história de Roma são, principalmente, fontes literárias e a cultura material, com grande quantidade de obras de urbanismo, engenharia, arquitetura e monumentos. Um exemplo são os arcos do triunfo, erguidos a mando de imperadores para celebrar a vitória em suas batalhas. No Arco de Constantino, em Roma, estão esculpidas cenas da batalha e da vitória. Entretanto, é preciso cuidado com a utilização desse tipo de fonte, porque ela ressalta apenas a visão dos vencedores.

Quem chamamos de vencedores? Os grupos que detiveram e controlaram o poder político e econômico e que figuraram na escrita da história como os grandes e heroicos personagens: imperadores, juízes, grandes proprietários. No registro das chamadas fontes oficiais, quase nunca temos acesso à interpretação dos grupos dominados. Vencer, portanto, inclui vencer também nas interpretações e silenciar os vencidos. É através desse véu que os historiadores se esforçam por enxergar, procurando dar voz aos grupos silenciados para que uma realidade histórica mais ampla e diversa possa ser construída. E como isso é possível? Buscando perceber a mentalidade, os jogos políticos, os conceitos presentes nos discursos oficiais e procurando outros discursos e formas de registrar a história: a arte, a literatura, os artefatos materiais.

Ao falar em dominados e silenciados estamos nos referindo aos grupos que estiveram sob controle daqueles que detinham o poder governamental. Se entendermos que o exercício do poder se faz de muitas maneiras e pode ser encontrado em pequenas ações cotidianas de resistência e negociação, não é correto afirmar que uma sociedade se divide entre aqueles que detém o poder e os que não detém. O exercício do poder pode ser encontrado mesmo entre os grupos marginalizados, entre aqueles que não possuem posses materiais ou que não exercem cargos políticos.

O poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht procurou resgatar a história dos "silenciados", dos homens e mulheres anônimos que também fizeram parte da história da humanidade neste poema escrito nas primeiras décadas do século XX:

discurso: a prática social de produção de textos. Assim, o discurso é uma construção social e é realizado com base em um contexto histórico-social, refletindo as ideias de um determinado período histórico, as ideologias e visões de mundo de determinados grupos. Todos os elementos utilizados na construção de um texto – ou seja, recursos de escrita (linguísticos), conceitos, tipo de narrativa (carta, poesia, documento jurídico etc.) – podem ser analisados e considerados pelo historiador

PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO LETRADO

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis.
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias
Quantas perguntas

BRECHT, Bertolt. Perguntas de um operário letrado. In: *Poemas*. Tradução de Arnaldo Saraiva. Lisboa: Editorial Presença, 1971.
Disponível em: <www.univ-ab.pt/~castilho/noite%20e%20dia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2010.

MONUMENTOS, UM REGISTRO DA HISTÓRIA

Monumento em homenagem à vitória do imperador Constantino em 312 d.C. sobre Maxêncio, que disputava o controle da parte ocidental do Império. Com o fim dos confrontos, o poder romano foi unificado e Constantino tornou-se o único imperador do Império Romano. Conta-se que antes desta batalha, Constantino teria avistado uma cruz sobre as nuvens com os dizeres: *in hoc signo vinces* ("com este sinal vencerás"). Por essa razão, se convertera ao cristianismo. Os monumentos criam paisagens artificiais e reforçam na memória dos povos a celebração dos eventos históricos, dos grandes feitos e personagens heroicos.

Alamy Stock Images

Arco de Constantino, localizado em Roma, foi erguido em 315, aproximadamente. Foto de 2008.

Outro exemplo de documento histórico são as moedas. As moedas romanas que sobreviveram até chegar às mãos dos estudiosos da atualidade são importantes para ajudar a construir a cronologia de Roma. Porém, também são cunhadas pelos governos e glorificam os atos dos governantes, simbolizando suas ideias.

Grande parte da informação que chegou até nós deve-se a Políbio (c. 200 a.C.–c. 118 a.C.), escritor de origem grega que escreveu uma história de Roma, procurando entender a sua rápida expansão em direção ao Mediterrâneo. Parte de seu trabalho se perdeu, mas o que restou forneceu a base da informação a partir da qual os historiadores desenvolveram estudos críticos. Tito Lívio (c. 59 a.C.–c. 17 a.C.) também desenvolveu uma extensa história de Roma organizada ano a ano desde 753 a.C. ao século I d.C., intitulada *Ab urbe condita* ("Desde a fundação da cidade").

▲ As moedas romanas circularam durante parte da República e ao longo do Império Romano do Ocidente. Eram feitas de ouro, prata, bronze e cobre. Nas imagens, uma moeda de bronze do século V e duas moedas de ouro (sem data localizada).

Essas fontes são complementadas por objetos diversos, encontrados pelos arqueólogos, como utensílios domésticos, que permitem saber um pouco sobre a vida cotidiana. Outra fonte importante são as inscrições em espaços públicos, que hoje chamaríamos de pichações ou grafites.

No caso específico da Roma antiga, uma fonte preciosa para o estudo do cotidiano acabou resultando de uma tragédia: a cidade de Pompeia, próxima da atual cidade de Nápoles, na Itália. Surpreendidos pela explosão do vulcão Vesúvio em 79 d.C., os habitantes morreram muito rapidamente cobertos por lava e cinzas vulcânicas, e a cidade foi preservada tal como se encontrava no dia da erupção.

Esse fenômeno "engessou" a cidade, preservando-a praticamente como ela era naquele momento. Foram encontrados corpos petrificados de pessoas e animais na exata posição em que estavam no momento da tragédia. As escavações e os estudos prosseguem até hoje e os milhares de grafites encontrados em fachadas das casas e das lojas mostram manifestações dos habitantes sobre política, amor, sexo, filosofia e brincadeiras.

Alamy/Other Images

Giampiero Sposito/Reuters/Latinstock

▲ Em Pompeia, as casas, as ruas, os templos, os monumentos, os corpos, entre muitos outros vestígios, foram preservados graças às cinzas do Vesúvio. Eles fornecem uma imagem da época imperial romana e do desastre causado pelo vulcão. Acreditava-se que o início do desastre teria acontecido em 24 de agosto do ano 79 d.C., porém, pesquisas recentes apontam que o Vesúvio entrou em erupção em 24 de outubro de 79 d.C., às 13 horas, lançando cinzas e magma a 27 km de altura. No final daquela tarde e durante a noite, além das pedras, cinza e lava arremessadas sobre as construções de Pompeia, uma imensa fumaça combinada com gás tóxico encobriu tudo. Na manhã do dia seguinte, o Vesúvio continuava ativo, sepultando completamente essa cidade que possuía entre 15 e 20 mil habitantes. As primeiras escavações na região aconteceram em 1710, mais de um milênio e meio depois, e somente em 1763 os pesquisadores identificaram ser a cidade de Pompeia. Hoje é um grande museu a céu aberto na região da Campânia, nas redondezas de Napoles, na Itália. Acima, vista parcial da cidade, com o vulcão Vesúvio ao fundo, em foto de 2009. No detalhe, corpo de um morador da cidade preservado devido às cinzas vulcânicas.

MONARQUIA (DA FUNDAÇÃO DE ROMA AO SÉCULO VI A.C.)

Roma nasceu de um pequeno povoado nas terras férteis do Lácio, centro da Península Itálica, recebendo influência de diversos povos indo-europeus que se fixaram na região desde o século X a.C., como os latino-faliscos e sabinos. As colinas de Palatino, Esquilino, Quirinal, Célio e Viminal foram ocupadas por comunidades tribais. Evidências arqueológicas apontam que por volta de 900 a.C. teve início a imigração e o domínio dos etruscos no território do Lácio até que, no século VIII a.C., a cidade (urbs) de Roma teria sido fundada. Observe o mapa a seguir.

latino: habitante do Lácio, que, em latim, é chamado de *Latium*.

falisco: povo indo-europeu que falava uma língua itálica, o falisco, semelhante ao latim. Os faliscos habitavam a cidade de Faléria e arredores.

sabino: povo da região central da Península Itálica. O território original dos sabinos compreendia as atuais regiões do Lácio, Úmbria e Abruzzo.

etrusco: habitante da Etrúria, atualmente Toscana.

A localização de Roma

EUROPA
OCEANO ATLÂNTICO
Península Ibérica
etruscos
sabinos
Córsega
Roma
latinos
samnitas
Tarento
Sardenha
gregos
MAR MEDITERRÂNEO
Sicília
gregos
Siracusa
Cartago
ÁFRICA
Ásia Menor
0 250 500 km

Allmaps/Arquivo da editora

Org. pelo autor

▲ A Itália primitiva e seus principais povos.

Mas além desta versão histórica, há uma versão lendária sobre a fundação de Roma registrada pelo poeta Virgílio, na epopeia *Eneida*, e reelaborada por diversos autores gregos e romanos (leia o boxe a seguir).

Pesquisas históricas indicam que as aldeias que deram origem à cidade foram reunidas e viveram sob um governo monárquico até o século VI a.C. Os clãs eram comandados por um rei que detinha também o comando do exército e dos assuntos da justiça e a função de sacerdote. Os quatro primeiros reis (Rômulo, Numa Pompílio, Túlio Hostílio e Anco Márcio) fazem parte das narrativas lendárias da história romana. O período monárquico que compreende ao governo dos três últimos reis (Tarquínio, o velho; Sérvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo) refere-se ao período de dominação etrusca, ao qual registros históricos atestam a existência.

A LENDA DA FUNDAÇÃO DE ROMA

Segundo uma das versões da lenda, o troiano Eneias, filho de Vênus e Anquises, após sobreviver à destruição de Troia, foge com seu filho Ascânio. Ao chegar ao Lácio foi recebido por Latino, rei das tribos nativas, tomando por sua esposa a sua filha Lavínia. Após a morte de Eneias, seu filho cria a cidade de Alba Longa. Posteriormente, Numitor torna-se rei de Alba Longa e seu irmão Amúlio retira-o do trono, tornando-se rei. Reia Sílvia, filha de Numitor, engravida do deus Marte e dá à luz dois gêmeos. Amúlio, que havia determinado que Reia se tornasse *vestal* (sacerdotisa virgem, em dedicação à deusa Vesta), condena-a à morte e ordena que seus filhos sejam lançados no Rio Tibre. Deixados em um cesto nas margens do rio em Velabro, entre os montes Palatino e Capitolino, os gêmeos são nutridos por uma loba e depois são encontrados e criados pelo pastor Fausto e sua mulher Larentia. Já adultos, os gêmeos Rômulo e Remo descobrem sua origem e matam Amúlio, colocando o avô, Numitor, novamente no trono. Decidem fundar uma cidade no local em que foram encontrados, mas Rômulo mata Remo e dá o seu nome à nova cidade fundada sobre o monte Palatino, Roma, em 753 a.C., tornando-se o primeiro de sete reis do período monárquico romano.

Segundo a lenda da fundação de Roma, duas crianças foram abandonadas no Rio Tibre, dentro de um cesto. Essas crianças, Rômulo e Remo, teriam sido encontradas por uma loba, que as amamentou. Depois foram levadas por camponeses. Essa escultura feita em bronze durante muito tempo foi considerada do século V a.C. Pesquisas com carbono-14 divulgadas em 2008, no entanto, indicaram que ela foi feita mais de mil anos depois, entre os séculos VIII d.C. e XIV d.C.

Museu Capitolino, Roma. Scala/Imageplus

Roma, nesse período, possuía uma economia essencialmente agrícola. Do ponto de vista social, a elite romana era formada pelos patrícios, grandes proprietários de terras, que constituíam uma aristocracia detentora de privilégios políticos e religiosos. Abaixo deles estavam os plebeus, homens livres que não tinham direitos políticos, sendo, portanto, marginalizados. Muitos desses plebeus eram clientes – indivíduos que prestavam serviços aos patrícios, além de ser seus dependentes ou agregados. Na mais baixa situação social estavam os escravos, endividados ou vencidos em guerras, considerados simples instrumentos de trabalho e ainda pouco numerosos no período monárquico.

Do ponto de vista político, o rei acumulava funções executivas, judiciais e religiosas, mas seu poder era controlado pelo **Senado** ou Conselho dos Anciãos, dominado pelos patrícios. O conjunto dos cidadãos em idade militar e aptos para lutar formava a **Assembleia** ou Cúria.

No final do século VII a.C., a estabilidade romana foi quebrada pela dominação dos etruscos, que impuseram sua força militar e política, passando a nomear os reis de Roma. Tarquínio, o Soberbo, último rei de origem etrusca, que governou de 534 a.C. a 509 a.C., foi deposto por uma insurreição liderada pelos patrícios. A Monarquia foi abolida e o Senado passou a representar o poder supremo, configurando-se um regime de características oligárquicas: a **República**.

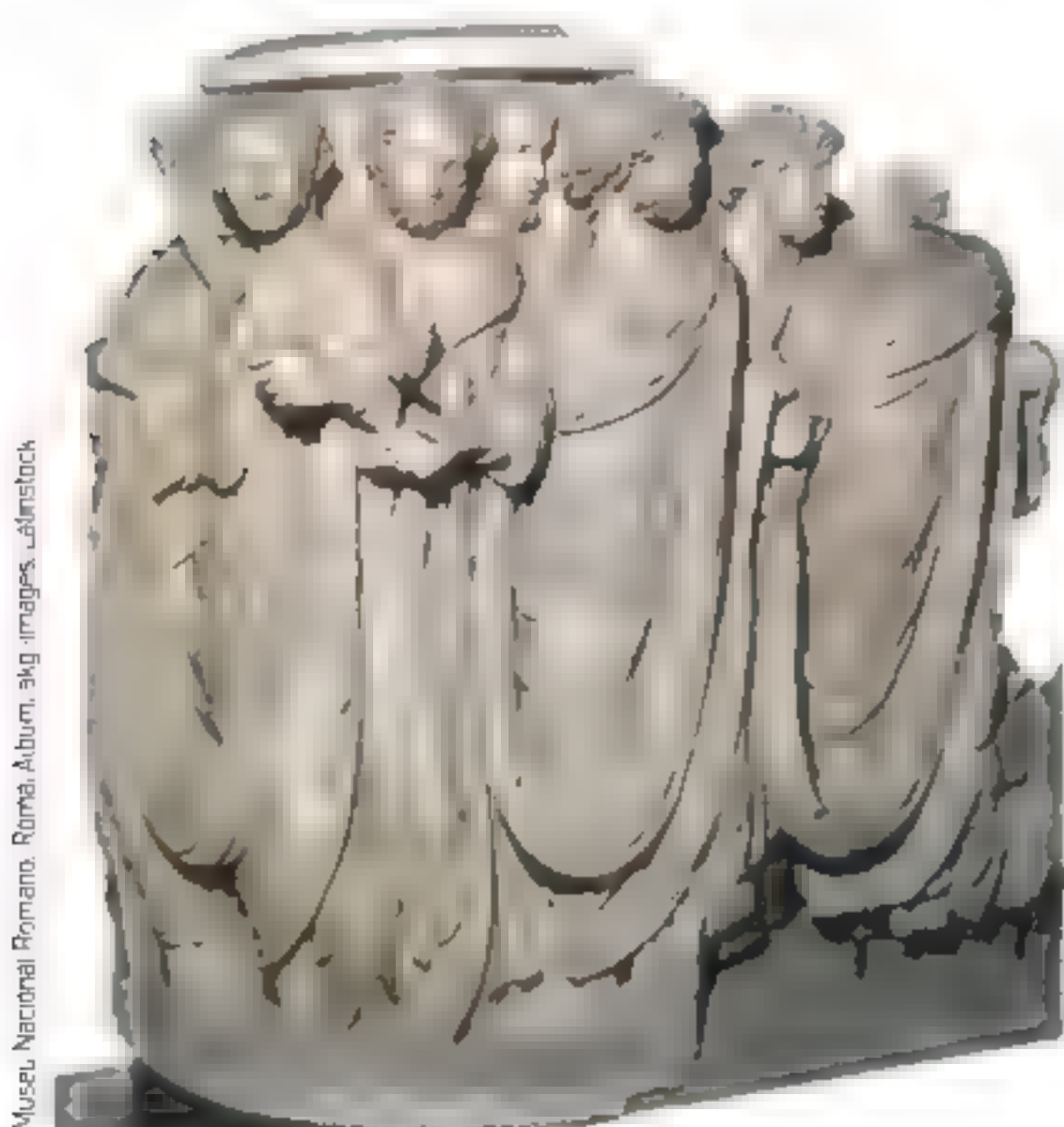
Senado: do latim *senatus*, mesma raiz de *senex*, que significa "senil", e de *senior*, que significa "ancião". Referia-se à composição do conselho: os chefes dos vários clãs da comunidade e sacerdotes.

REPÚBLICA (SÉCULOS VI A.C.-I A.C.)

O órgão máximo de poder na nova estrutura política instaurada em Roma era o Senado, que exercia funções legislativas e controlava toda a administração e as finanças, tendo poder até mesmo para declarar guerras.

Os magistrados que administravam a República romana eram:

- os **cônsules**, sempre em número de dois, que propunham as leis, presidiam o Senado e as assembleias e, em caso de guerra, nomeavam um ditador temporário;
- os **pretores**, que administravam a justiça;
- os **censores**, que faziam a contagem e a classificação da população de acordo com a renda;
- os **edis**, que cuidavam da conservação, abastecimento e policiamento da cidade;
- e os **questores**, encarregados do Tesouro público, ou seja, das finanças do governo.

As instituições republicanas completavam-se com as assembleias (centurial, curial e tribal), encarregadas da nomeação dos magistrados e da ratificação das leis.

Museu Nacional Romano, Roma. Album, akg images. Latinstock

▲ Representação de um grupo de senadores romanos, século II a.C. Durante a República, a oligarquia patrícia consolidou seu predomínio por meio do Senado, principal instância do poder.

magistrado: o termo originou-se do latim *magistratus*, que significa "o cargo de governar" ou a "pessoa que governa". Funcionário do poder público investido de autoridade. Em Roma, referia-se aos detentores de cargos políticos.

assembleias romanas: na Roma antiga, havia três assembleias: a **centurial**, convocada pelo cônsul, consistia numa reunião do exército dividido em centúrias (grupos de cem homens), sendo formadas por patrícios e plebeus ricos que votavam as leis, decidiam pela guerra ou pela paz e elegiam os magistrados; a **curial** dedicava-se aos assuntos religiosos; a **tribal** era formada por 35 tribos romanas. Inicialmente, existiam os *concilia plebis*, com a participação apenas da plebe (as decisões, *plebiscita*, eram aplicadas apenas aos plebeus). Depois, os plebiscitos se tornam obrigatórios a todos os cidadãos e as assembleias passam a contar com a participação de patrícios e plebeus. Elegiam os magistrados em votações realizadas no fórum, no local denominado *comitium*. Possuíam também atribuições judiciais e, a partir do século III a.C., passam a votar todas as leis.

ratificar: confirmar ou validar (no caso, confirmar a aprovação de uma lei que já passou pelo Senado)

Estrutura política da República romana

- funções legislativas
- controle

administração

finanças

assembleia tribal

Elege

- conservação, policiamento e abastecimento da cidade

questores

- exercício de funções administrativas (finanças)

pretores

- exercício de funções judiciais

Elege

- votação das leis
- eleição de magistrados

Elege

- contagem e classificação da população

- comando do exército
- convocação do Senado
- indicação do ditador

- casos excepcionais (guerras, revoltas etc.)
- caráter temporário

- decisões da plebe (plebiscitos)
- depois tornaram-se obrigatórios a todos os cidadãos patrícios e plebeus

- assuntos religiosos

O sistema político republicano era controlado pelos patrícios, daí seu caráter oligárquico. Os plebeus, marginalizados e descontentes com sua situação, eram fonte de crescente tensão, e a Roma republicana vivia sempre a possibilidade de uma convulsão social.

Em 494 a.C., os plebeus revoltados retiraram-se de Roma para o Monte Sagrado, passando a exigir representação política na cidade. Sem os plebeus, as atividades de Roma ficaram paralisadas, e com isso eles conseguiram demonstrar que sua importância real não se refletia em direitos políticos. Os patrícios cederam à pressão e criaram o cargo de **tribuno da plebe** que, eleito pelos plebeus, tinha poder de veto sobre as decisões do Senado. O acontecimento é tido por muitos como um dos primeiros casos de intensa mobilização popular para forçar a concessão de benefícios por parte das classes dominantes.

Outras concessões foram feitas pelos patrícios, visando atenuar as tensões sociais. Em 450 a.C. foi elaborada a **Lei das 12 Tábuas**, primeira compilação das leis romanas. Até então as leis eram transmitidas oralmente e quase sempre manipuladas a favor dos patrícios; agora as leis estavam escritas e ficavam expostas em tábuas no prédio do fórum romano, para conhecimento de todos. Em 445 a.C., foi permitido o casamento entre patrícios e plebeus. Em 367 a.C., os plebeus passaram a ter acesso às terras públicas.

Mesmo assim, os conflitos sociais continuaram, principalmente em consequência das transformações econômicas provocadas pela política de expansão territorial da República romana. Entre os séculos V a.C. e III a.C., Roma conquistou toda a Península Itálica. O ponto alto dessas conquistas ocorreu com as **Guerras Púnicas** contra Cartago. Essa cidade, fundada por fenícios, controlava praticamente todo o comércio na Bacia do Mediterrâneo desde o enfraquecimento grego decorrente das Guerras do Peloponeso. Sua situação geográfica privilegiada, uma vez que estava situada no norte da África e dominava a ilha da Sicília, contribuiu para o monopólio da ligação do Mediterrâneo ocidental com o oriental pelos cartagineses (observe o mapa a seguir).

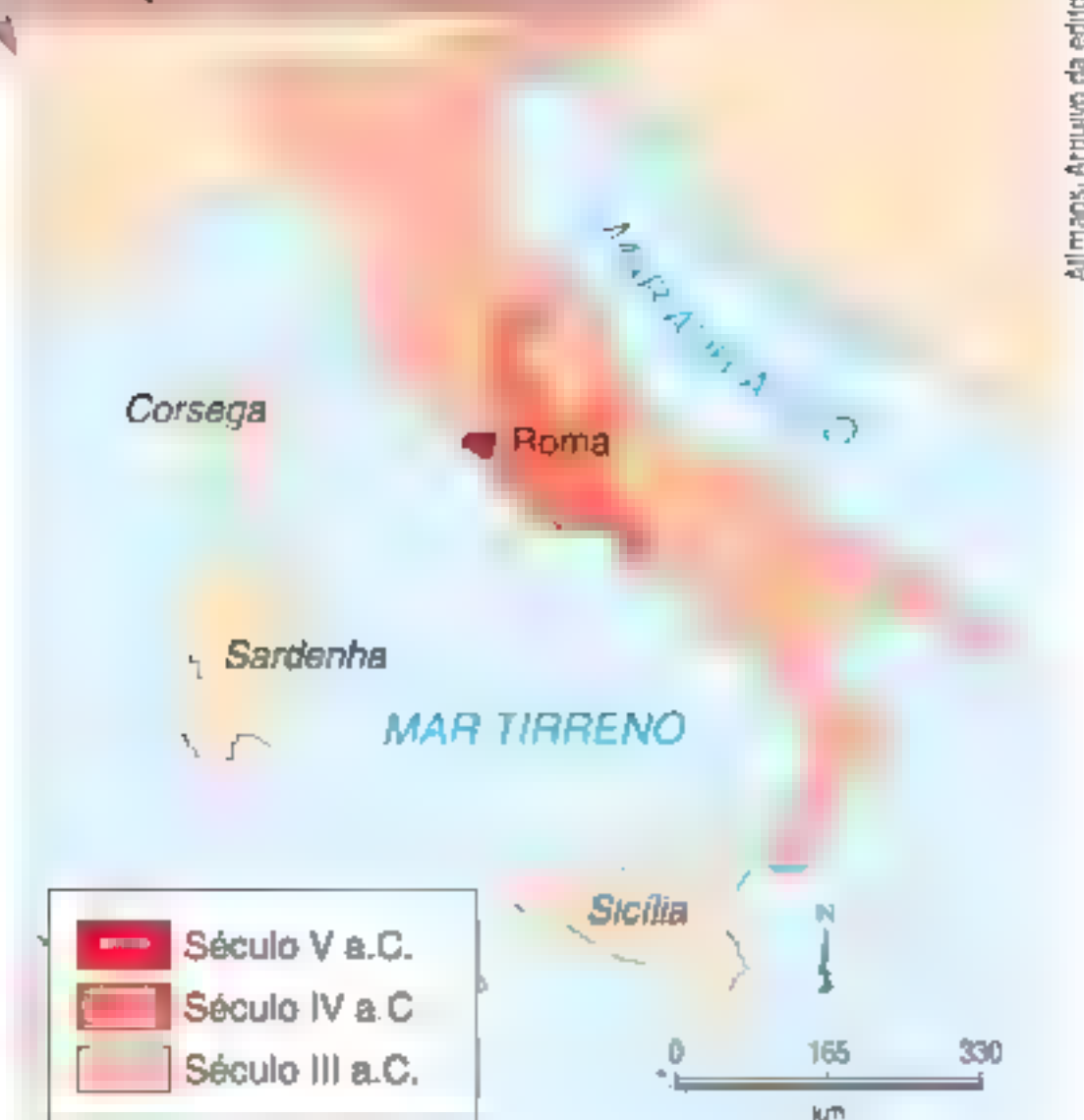
Bacia mediterrânea: *mare est nostrum*

Allmaps/Arquivo da editora

EUROPA
GALIA
ALPES
PIRENEUS
HISPANIA
Roma
MACEDÔNIA
Ásia Menor
Cartago
SICÍLIA
GRÉCIA
SIRIA
0 445 890
km
ÁFRICA
EGITO

Adap.: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milão: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 171 e 219.

▲ A expansão romana a partir da Península Itálica foi uma preparação para a conquista do Mediterrâneo, segundo a máxima "*Mare est nostrum*" ("O mar é nosso"), cunhada em moedas romanas da época. Veja no mapa da página seguinte a conquista da Península Itálica.

A conquista da Península Itálica

Allmaps; Arquivo da editora

Corsega
Roma
Sardenha
MAR TIRRENO
Sicília
Século V a.C.
Século IV a.C.
Século III a.C.
0 165 330 km

Adap. DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milão: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 171 e 219.

Os romanos viam a Sicília como um prolongamento da Península e tinham interesse em suas terras férteis. O choque de imperialismos entre Roma e Cartago acabou por desencadear a guerra. Entre 264 a.C. e 146 a.C., ocorreram três grandes conflitos, que culminaram com a destruição de Cartago e o controle romano de vastos territórios espalhados por todo o Mediterrâneo.

As conquistas provocaram profundas transformações em Roma. O Senado passou a administrar um vasto território, e a riqueza produzida convergia para a cidade, que agora era a capital de um grande Império. O enorme afluxo de bens das províncias conquistadas, pela pilhagem de guerra ou pela cobrança de tributos, produziu um impacto na economia, com a queda cada vez mais acentuada dos preços dos produtos agrícolas. Em outras palavras, a guerra expansionista passou a ser um elemento-chave da economia romana.

Os patrícios ligados ao Senado eram os maiores proprietários de terras. Os pequenos proprietários plebeus da Península Itálica, não encontrando condições de sobreviver no campo, vendiam suas terras e transformavam-se em mão de obra barata na cidade.

A cidade de Roma, em consequência, passou a crescer desmedidamente, o que elevou a tensão social. Dos territórios conquistados chegavam milhares de escravos, consolidando a economia escravista. Surgia uma poderosa classe de comerciantes, chamados de **homens-novos**, ansiosos por alguma participação política. Toda essa situação configurou a crise da República romana, pois o governo oligárquico não tinha mais condições de fazer frente às crescentes pressões sociais e políticas.

A GUERRA DOS ESCRAVOS

O gladiador Espártaco (em latim, *Spartacus*) viveu entre 120 a.C. e 70 a.C. Os escritos romanos (como os de Apiano e Plutarco) registram que Espártaco, ao desertar de uma tropa auxiliar do exército romano, foi capturado e tornado escravo. Possuindo grande força física, foi comprado por um negociante e levado para uma escola de gladiadores de Cápua (região da Campânia, na Itália), tornando-se líder da chamada **Guerra dos Escravos** ou **Guerra dos Gladiadores** (73 a.C. – 71 a.C.) e de cerca de 120 mil escravos fugidos, somados às mulheres e crianças. A revolta foi controlada pelo comandante Marco Licínio Crasso. Antes desta revolta, também chamada de **Terceira Guerra Servil**, ocorreram outras duas revoltas, em 135 a.C. e 104 a.C., na Sicília, contra a opressão da escravidão.

▲ Cena do filme *Spartacus*, produção norte-americana de Stanley Kubrick, de 1960.

A tensão social aumentava. Uma nova tentativa de superação da crise foi a ideia de **reforma agrária**, proposta pelos irmãos Graco. Os irmãos Tibério e Caio Graco, que exerciam o cargo de tribunos da plebe, viam na distribuição de terras uma forma de superar a crise, satisfazendo as necessidades da plebe empobrecida.

Em 133 a.C., Tibério propôs que as terras do Estado deveriam ser distribuídas para os cidadãos pobres. Sob forte oposição das elites romanas, a proposta foi aprovada, mas sua execução acabou sendo impedida. Anos mais tarde, o eleito tribuno Caio Graco, em 124 a.C., retomou o projeto da lei agrária sem, no entanto, considerar as terras controladas por alguns senadores, considerados os mais importantes. Em 121 a.C., pressionado, Caio pediu que seu escravo o matasse e seus muitos seguidores acabaram perseguidos e mortos.

Ao fim desse processo, o projeto de reforma política e agrária dos irmãos Graco fracassou e a concen-

tração de terras nas mãos dos patrícios permaneceu. A questão agrária continuou desencadeando tensões sociais e outras tentativas de redistribuição de terras foram defendidas, como a de 91 a.C., por iniciativa do tribuno Marco Lívio Druso, que acabou sendo assassinado.

Em meio ao conflito surgiram as ditaduras militares. Aliando-se ora aos aristocráticos patrícios, ora ao partido popular (composto de plebeus e homens-novos, que eram marginalizados politicamente), os ditadores eram generais do exército, e seus governos refletiram a grande importância assumida pelas forças armadas no momento da crise.

As constantes disputas de poder entre os militares resultaram na criação dos **triunviratos**, governos de três líderes político-militares — o que também acabou aguçando divergências. O primeiro triunvirato era formado por Caio Júlio César, Pompeu e Crasso. Júlio César proclamou-se ditador, iniciou uma série de reformas econômicas e administrativas e tentou, sem sucesso, criar um novo pacto político no qual seu poder seria maior que o do Senado. Sucedeu-se a proclamação da ditadura vitalícia de César e seu assassinato em pleno Senado em 44 a.C.

Seguiu-se o segundo triunvirato, formado por Marco Antônio, Otávio e Lépido, originando novos confrontos. Otávio, em 31 a.C., conseguiu derrotar seus rivais e recebeu do Senado os títulos de *princeps* ("primeiro cidadão") e *imperator* ("o supremo"). Atribuiu a si mesmo o título de *augustus* ("o divino"). Concentrando os poderes em suas mãos e realizando uma série de reformas, Otávio Augusto derrubou a República e instaurou o Império. Observe, no mapa abaixo, as conquistas de Otávio Augusto.

The Granger Collection/Other Images

Ao lado, reprodução da primeira página da obra *Comentários da guerra gaulesa*, de Júlio César, edição veneziana de 1517. Os feitos militares de Caio Júlio César, como as conquistas na Gália (antigo território ocupado pelos gauleses, província do Império Romano, correspondente a uma área maior do que a França atual), as lutas com Pompeu e a extensão do domínio romano até o Oceano Atlântico, foram registrados pelo próprio líder romano e em relatos de autores como Plutarco. As lutas com Pompeu foram registradas em *Comentários da guerra civil*.

Domínios de Otávio Augusto

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BARBERIS, Carlo. *Storia antica e medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A., 1997. p. 329.

Araldo de Luca/Corbis/Latinstock

O mapa indica os domínios romanos na época de Otávio Augusto. Acima, estátua de Otávio, de 20 a.C. aproximadamente, vestido como um comandante vitorioso (imperador).

PARA RECORDAR: Roma – Monarquia e República

MONARQUIA
(fundação – século VI a.C.)

invasão etrusca

REPÚBLICA
(séculos VI a.C. – I a.C.)

aristocrática

patrícios × plebeus
- Senado
- magistrados: cônsules, pretores, censores, edis, questores

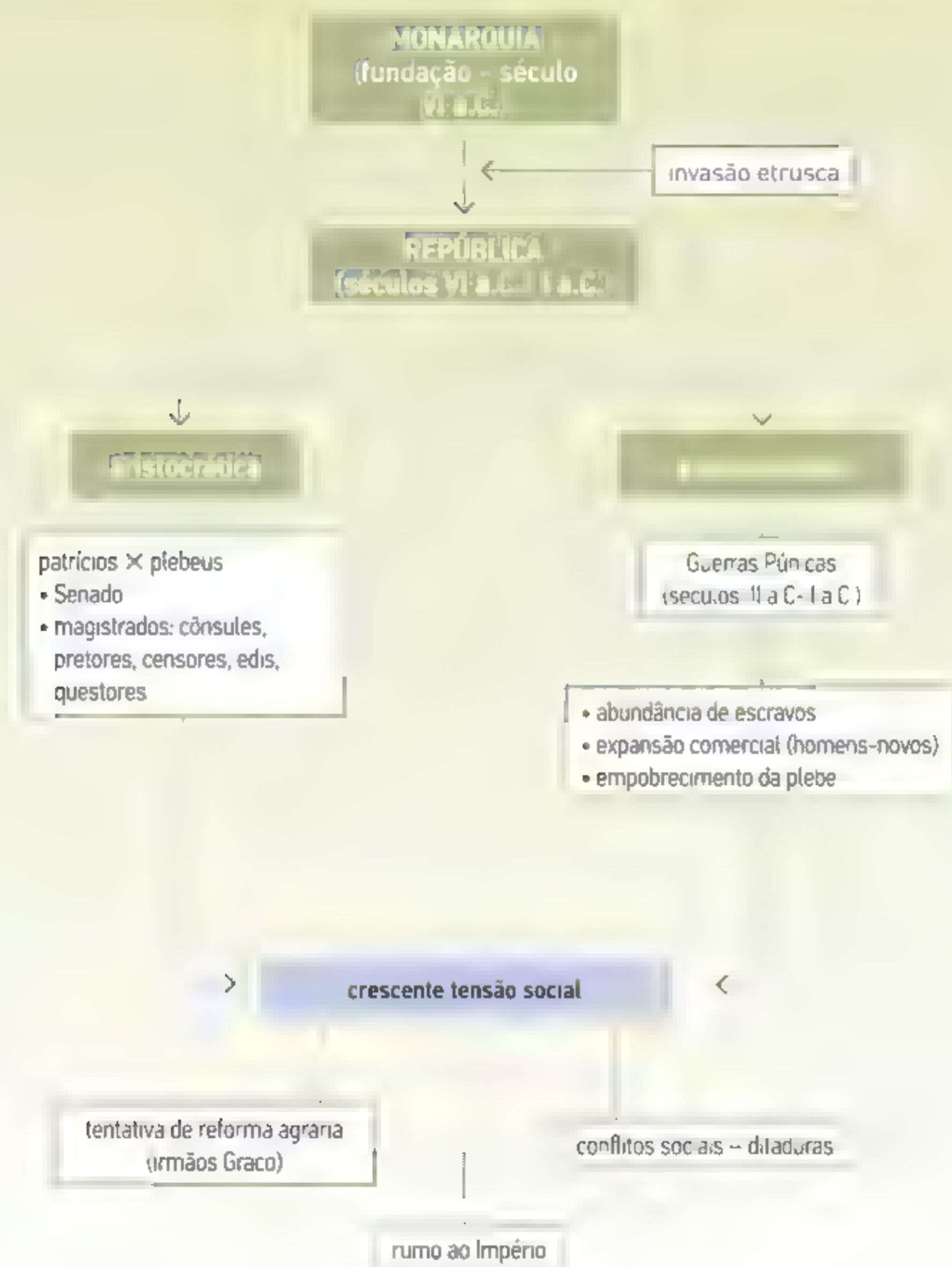
Guerras Púnicas
(séculos III a.C. – II a.C.)

- abundância de escravos
- expansão comercial (homens-novos)
- empobrecimento da plebe

crescente tensão social

tentativa de reforma agrária
(irmãos Graco)

conflitos sociais – ditaduras

rumo ao Império

ATIVIDADES

1. Reproduza em seu caderno o segmento do esquema-resumo que vai do estabelecimento até a crise da República romana. Depois, complete-o, indicando as razões e os resultados das lutas entre patrícios e plebeus.
2. Orientando-se pelo esquema-resumo acima e consultando as informações do capítulo, explique como a expansão territorial e militar romana desencadeou os fatores que levaram o governo republicano a uma profunda crise.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Pesquisa e leitura de texto historiográfico e de notícia

→ O primeiro texto reproduzido abaixo é de autoria da historiadora Maria Luiza Corassim e discute os limites da reforma agrária na Roma antiga. O segundo é uma notícia veiculada no *site* do jornal *Folha de S.Paulo* e trata do problema agrário no Brasil contemporâneo. Depois de ler os dois textos, faça o que se pede.

Texto 1

A lei agrária nunca foi revogada, mas foi sendo modificada em etapas sucessivas. Apiano descreve brevemente três leis que lhe alteraram o alcance, demolindo a reforma agrária dos Graco.

Os lotes distribuídos eram inalienáveis, esta precaução destinava-se a proteger a pequena propriedade. O primeiro passo contra a reforma foi abolir esse vínculo, os ricos puderam então expulsar os camponeses comprando seus pequenos lotes. Uma segunda lei proibiu novas distribuições de terras; a maior parte do ager publicus *consistia em terras ocupadas, e estas eram deixadas aos que detinham sua posse desde a lei de Tibério, mas os ocupantes ficavam obrigados a pagar um imposto cujo rendimento seria destinado às distribuições de trigo à plebe. Finalmente, o último passo: este imposto foi suprimido, declarando-se propriedade privada as terras já distribuídas e as ocupadas.*

Apenas as terras que não estavam ocupadas continuavam sendo consideradas ager publicus, *este foi liberado para o uso como pastagem. Com o tempo, provavelmente, terminou sendo ilegalmente cercado e apropriado pelo ricos.*

Apiano conclui o seu relato afirmando que no final os pobres perderam tudo e ficaram reduzidos à desocupação. Em 107, quando Mário, um "homem novo" que se elegera cônsul, precisou recrutar um exército para uma guerra na África do Norte, havia tal escassez de cidadãos assidui que decidiu permitir o alistamento de proletários. Esta foi uma mudança fundamental na história romana.

CORASSIM, Maria Luiza. A reação senatorial. In: *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 73-4. (Tudo é História)

Texto 2

Incra de SP diz que fazenda da Cutrale está em área da União

O superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo, Raimundo Pires Silva, disse ontem que estão irregularmente em terras da União todos os proprietários e empresas com fazendas no antigo Núcleo de Colonização Monções.

A área, de 50 mil hectares, fica no centro-oeste do estado, entre os municípios de Iaras, Borebi, Agudos, Lençóis Paulistas e Águas de Santa Bárbara.

Ali está a fazenda de 2 400 hectares da Cutrale invadida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na semana passada. Os sem-terra ficaram no local por dez dias, derrubaram pés de laranja e depredaram tratores, caminhões e imóveis da sede.

Segundo Silva, a região onde fica a fazenda foi comprada pela União em 1909 para instalar colonos. O projeto não vingou, e as áreas ficaram desocupadas, levando a um processo de ocupação irregular. O superintendente diz que o Incra, em 2003, foi condenado pela Justiça a implantar assentamentos no local. A partir daí foi feito um levantamento para identificar o histórico das terras. Os atuais ocupantes foram informados sobre a titularidade irregular.

"É um patrimônio público, pertence ao povo", disse Silva. Segundo ele, não foram verificados casos de falsificação de documentos e grilagem: as ocupações foram feitas de "boa-fé".

O Incra afirma que tentou acordo com as empresas. A Lwarcel Celulose reconheceu que sua terra era da União, propôs ficar ali e, em troca, deu ao órgão uma área em outra região. As empresas que chegaram a acordos são as únicas regularizadas, juntamente com descendentes dos antigos colonos do núcleo, segundo o Incra.

Na Justiça, há 50 processos questionando a posse das terras – entre eles o da Cutrale. Uma decisão da Justiça Federal entendeu que o órgão não tinha direito de reclamar a terra da multinacional, mas ainda não julgou se a propriedade é mesmo pública. O Incra recorreu.

O diretor de relações institucionais da Cutrale, Carlos Otero, não quis polemizar: "Nosso foco agora é recuperar o que foi destruído". Ele descartou firmar um acordo com o Incra. Diz que a Cutrale "é dona" da área e tem documentos.

Ontem, a Polícia Civil de Borebi anunciou que mais quatro integrantes do MST que invadiram a fazenda da Cutrale em Iaras (SP) foram identificados. Agora são 11 as pessoas do movimento reconhecidas. Anteontem, o delegado Jader Biazon, responsável pelo inquérito sobre a invasão, anunciou que indiciará e pedirá a prisão temporária de integrantes do MST, que atribuiu a depredação a uma "armação" da Cutrale.

VIZEU, Rodrigo. *Folha de S.Paulo*, 10 out. 2009.
Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200902.htm>. Acesso em: 18 fev. 2010.

a) Faça uma pesquisa em *sites* da internet, enciclopédias e livros paradidáticos e responda: no que consistia a proposta de reforma agrária dos irmãos Graco?

b) Por que a lei agrária desagradou os senadores romanos?

c) De acordo com Maria Luiza Corassim, a aprovação da lei agrária em Roma foi capaz de assegurar à plebe romana condições de vida melhores? Explique.

d) No Brasil, existe um programa de reforma agrária previsto pela Constituição (artigos 184 a 191) e regulamentado por lei federal (lei n. 8.629). Pesquise essa legislação e responda: a reforma agrária no Brasil, em sua opinião, contraria de modo contundente os interesses dos latifundiários? Justifique.

e) Com base na notícia publicada pela *Folha de S.Paulo*, compare o comportamento dos grandes proprietários romanos em relação à reforma agrária com a dos latifundiários brasileiros.

2 Observação e análise de fonte material

→ A fotografia ao lado é de uma moeda romana do século II a.C. Observe com atenção as figuras gravadas em suas faces e depois responda às questões propostas abaixo.

a) Na face da moeda exibida à esquerda, está representado um dos deuses do panteão romano. Pelas suas características e pelas cenas gravadas na outra face da moeda, tente identificá-lo.

b) Consulte o texto didático deste capítulo e responda: qual é a importância na mitologia romana da divindade representada na moeda?

c) Descreva a cena representada na face da moeda exibida à direita.

d) A moeda cuja imagem está reproduzida acima esteve em circulação no século II a.C. Nessa época, o que mais caracterizava a vida política e militar de Roma?

e) Considerando o contexto histórico do século II a.C. e as figuras observadas acima, que importância simbólica você pensa que a circulação dessa moeda poderia ter?

O ALTO IMPÉRIO (SÉCULOS I A.C.-III D.C.)

Com a centralização do poder nas mãos do imperador e a diminuição do poder do Senado, ocorreu uma profunda reforma política em Roma. O imperador passou não só a deter o poder político, mas também a ser cultuado como uma divindade, como indica seu título de *augustus* ("o divino"). Na prática, os imperadores eram ainda comandantes do exército e impunham sua autoridade pela força.

Otávio Augusto, ao implantar o Império, dedicou-se a instituir reformas administrativas que progressivamente favoreceram a constituição de uma **burocracia**, nomeada com base em critérios censitários, ou seja, de acordo com os rendimentos. A burocracia era a nova classe privilegiada de Roma, formada tanto pela antiga aristocracia patrícia (que assim mantinha seus privilégios, embora subordinada politicamente ao imperador) quanto pelos comerciantes enriquecidos com a expansão territorial (homens-novos que, dessa forma, ganhavam espaço na partilha do poder).

burocracia: nesse contexto, o termo refere-se a um sistema de hierarquias com distribuição de funções e responsabilidades na administração pública

Atenuava-se, assim, a tensão social entre as camadas mais abastadas. Otávio praticou várias vezes a doação de trigo (e, posteriormente, de pão) ao povo. Já os *munera* ou *ludi* (jogos, disputas e combates entre gladiadores) eram celebrados de acordo com a vontade do imperador e as circunstâncias políticas. Em obra denominada *O Pão e o Circo*, o historiador Paul Veyne, propõe um estudo sobre o funcionamento político de Roma, fazendo com que a expressão "pão e circo" tenha sido utilizada por alguns historiadores para descrever os mecanismos políticos na Roma antiga. Leia, a seguir, a interpretação do historiador francês sobre estas estratégias.

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

A doação ocupava um lugar muito importante na sociedade romana: pão (sob a forma da distribuição de trigo), circo (organização de lutas de gladiadores) e festins públicos para o povo, mas também distribuição de terras, presentes para marcar o início do ano, presentes para o imperador e seus funcionários etc. A maioria dos monumentos públicos das cidades greco-romanas (anfiteatros, basílicas, termas etc.) foi oferecida por notáveis. Eu estava convencido de que essas doações não guardavam relação nenhuma com uma tentativa de despolitização e de manobra dos poderosos para afastar o povo da política. Na sociedade romana, os notáveis não eram senhores que viviam em seus castelos, mas nobres que viviam na cidade – como, aliás, aconteceria mais tarde, na Itália medieval –, e essa nobreza enxergava a cidade como sua propriedade, que ela governava. Em lugar de embelezar seus castelos, os nobres embelezavam a própria cidade, com o mecenato: construíam monumentos públicos e assim, com sua generosidade, mostravam que eram ricos e poderosos. Essas doações ostentatórias também eram destinadas a mostrar que a cidade não podia viver senão graças a eles. Não se trata de uma despolitização dos espíritos, mas de um cálculo político mais sábio.

VEYNE, Paul. Paul Veyne e a História. Entrevista realizada por Martine Fournier. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 28 jun. 2009. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2009/09.06.PaulVeyneEAHistoria_entrevista.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2009.

Além de garantir os privilégios da elite burocrática e o sustento da plebe, Otávio manteve a expansão territorial como objetivo permanente do Império. Roma conquistava territórios cada vez mais extensos. Centenas de milhares de estrangeiros eram transformados em escravos, e seu trabalho se tornou a base da economia romana. Ao mesmo tempo, o exército se fortalecia, o que era sinônimo de estabilidade política, isto é, de um imperador também forte.

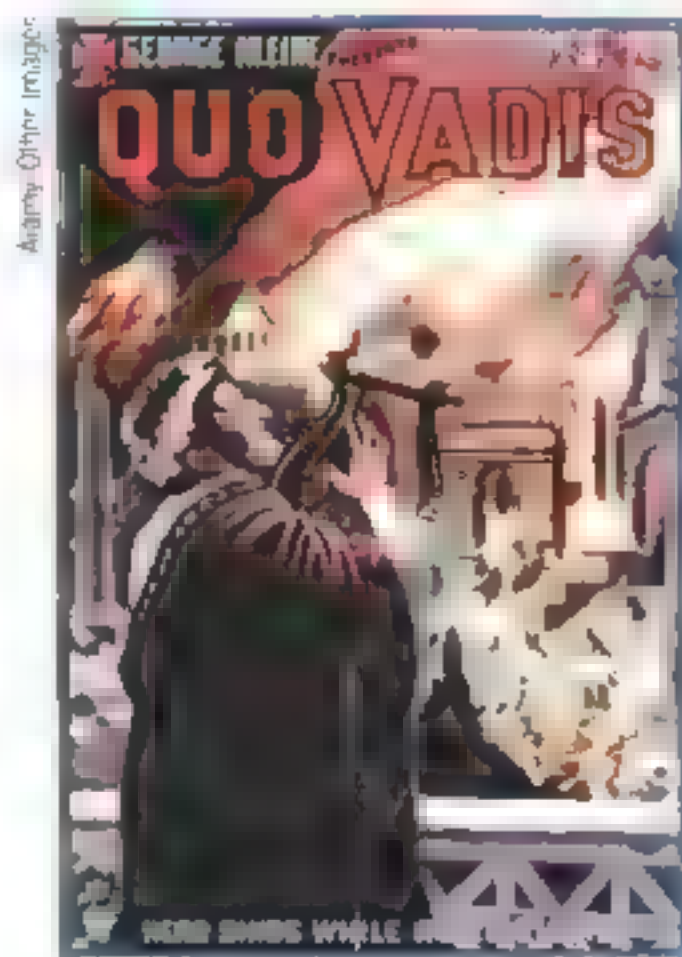
O governo de Otávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.) também foi caracterizado pela ampliação do comércio entre as províncias, construção de estradas, pontes e aquedutos e grandes realizações culturais. A literatura floresceu, destacando-se a atuação do ministro Mecenas, que apoiou financeiramente artistas e escritores como os poetas Virgílio, Horácio e Ovídio (origem da expressão mecenato). Esse período, considerado o mais rico da civilização romana em termos culturais, foi denominado Alto Império.

Após a morte de Otávio Augusto, assumiu o governo o imperador **Tibério**, seguindo-se diversos governantes tradicionalmente lembrados de maneira negativa. O governo de Tibério teria sido marcado pela imoralidade e pela corrupção, com intrigas, conspirações e perseguições. Foi durante seu governo que Jesus Cristo foi crucificado. Seu sucessor, **Calígula**, teria sido um déspota, e **Cláudio**, que o sucedeu, foi envenenado pela própria esposa.

O imperador **Nero**, por sua vez, foi acusado de atear fogo em Roma e culpar os seguidores do cristianismo – que por isso eram presos e levados às imensas arenas, para enfrentar leões ou outros animais selvagens, ou ainda gladiadores (soldados lutadores), em espetáculos públicos. Nero também teria ordenado a morte de sua mãe, a de seu meio-irmão e a de sua esposa. Embora as fontes históricas, como os escritos dos historiadores Tácito e Suetônio, não retratem o imperador de forma favorável, alguns relatos apontam a sua popularidade entre o povo romano. A historiografia tradicional do Nero como "imperador maldito", reforçada com produções de historiadores cristãos nos séculos seguintes, tem sido questionada e revista, apontando novas interpretações.

Leia a seguir uma comparação entre Nero e o imperador Constantino, que destacaremos mais à frente, feita pelo escritor italiano Massimo Fini.

> Entretanto, é essa mesma historiografia cristã, ou de inspiração cristã, que penetrou profundamente em todos os níveis nas nossas escolas e ainda dita normas. Assim, quando se fala de um imperador como Constantino, responsável pela adoção do cristianismo como religião do estado, omite-se que assassinou o filho e a mãe. Além disso, dá-se-lhe mais importância histórica do que realmente teve, enquanto Nero continua sendo tão somente um monstro. [...]
>
> Porém, a historiografia moderna dá um retrato muito mais equilibrado do "imperador maldito". Os historiadores anglo-saxões, franceses, romenos (pode parecer estranho mas, o mais importante centro de Estudos Neronianos está em Bucarest), além do italiano Mario Attilio Levi, foram os principais responsáveis pela recente e severa revisão crítica do personagem Nero e sua obra. E a imagem que resulta disso, ao menos como homem público, é muito diferente, ou melhor, completamente contrastante com as descrições habituais.
>
> FINI, Massimo. *Nero, o imperador maldito*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993. p. 13.

Alamy/Other Images

Capa do filme *Quo Vadis*, de George Kleine, de 1913. A expressão em latim vem da Bíblia e aparece também no século III, em obra popular em que Pedro se dirige a Jesus, no contexto de perseguição de Nero, perguntando: *Quo vadis Domine?*,"Onde vai senhor?". E Jesus responde: "Volto para Roma para ser crucificado". Observe a imagem e discuta com seus colegas a forma como Nero é representado e qual o cenário ao seu redor.

Roussel Bernard/Alamy/Other Images

Palco das lutas entre os gladiadores e de outros espetáculos, o Coliseu foi a maior das arenas romanas, comportando mais de 50 mil espectadores. Foi construído entre os anos 70 e 90 e sofreu os impactos de terremotos e pilhagens. É um dos principais símbolos do Império Romano. Foto de 2008.

Somente com a dinastia dos **Flávios** (68 d.C.- 96 d.C.) e, em especial, com a dos **Antoninos** (96 d.C.- 192 d.C.) foram superadas as violentas disputas sucessórias e Roma retomou a expansão territorial. As últimas anexações do Império e a estabilidade financeira firmaram a fase final do apogeu romano. Destacaram-se os imperadores Trajano, que retomou a ampliação do território, e Marco Aurélio, conhecido como o "imperador filósofo".

O BAIXO IMPÉRIO (SÉCULOS III D.C.-V D.C.)

A partir do século III da era cristã, a civilização romana mergulhou em sucessivas crises, iniciando um período que alguns historiadores denominam Baixo Império e outros, Antiguidade Tardia. A expansão territorial, base de toda a riqueza e estabilidade política e social do Império, foi se esgotando. Esse esgotamento ocorreu por vários motivos, como a própria dimensão territorial alcançada, com a pressão dos povos dominados e vizinhos e as dificuldades para novas anexações – devido à distância e aos custos. Além disso, havia obstáculos naturais detendo os romanos, desde os desertos da África e do Oriente Médio até as florestas da Europa Central.

Mais importante que expandir o território era manter e fortalecer as fronteiras do Império Romano. Sem novas conquistas, porém, não havia captura de escravos, e a mão de obra começou a tornar-se escassa. A economia romana, que se baseava no trabalho escravo, entrou em crise. Os elevados custos para manter as estruturas imperiais, militares e administrativas abalaram o poder romano, reativando as disputas entre chefes militares e acelerando a crise imperial.

Paralelamente, crescia em meio à população cativa a adesão a uma nova crença, o cristianismo, que surgira durante o governo de Otávio Augusto e logo passara a se expandir dentro das fronteiras do Império.

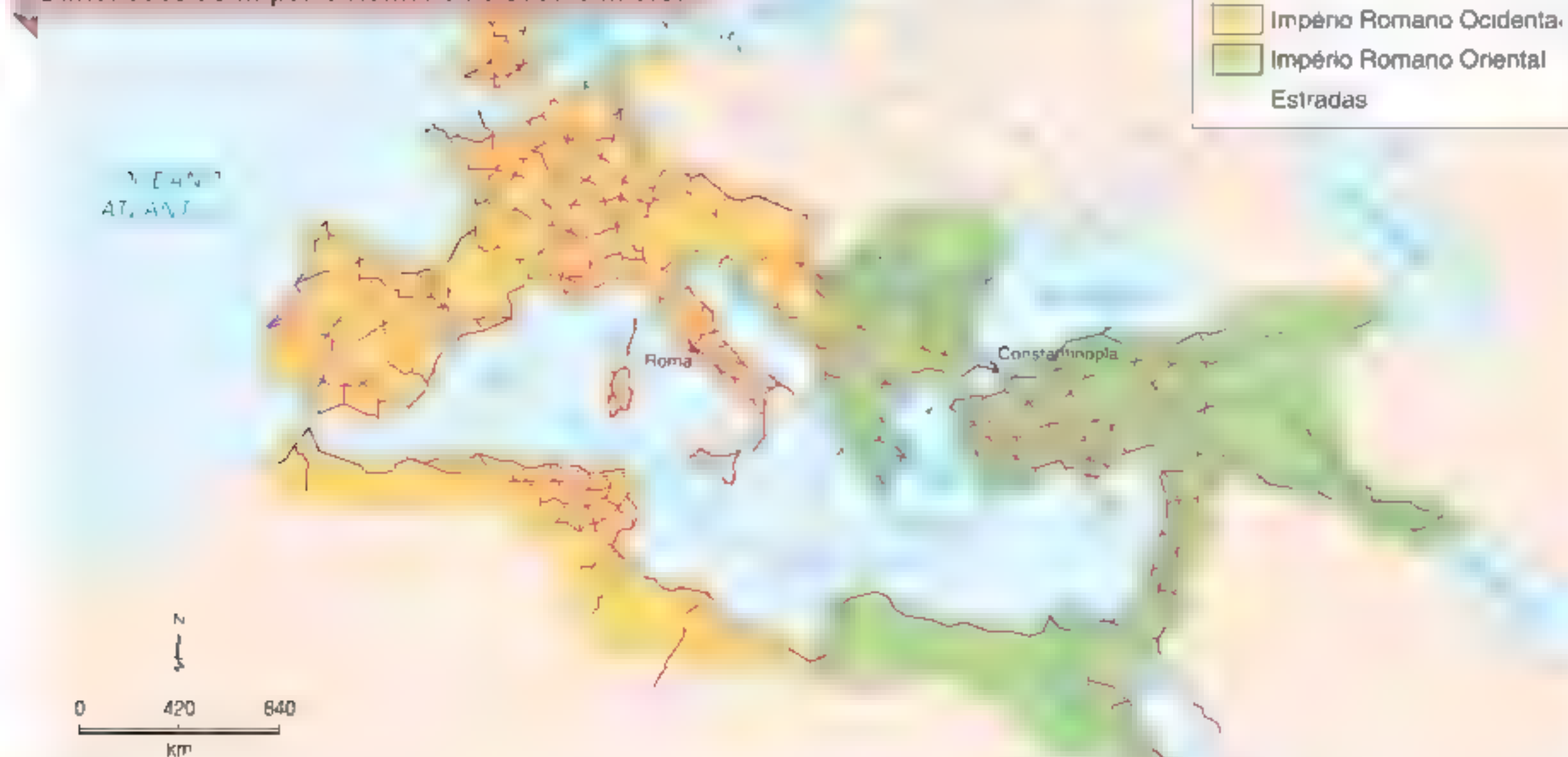
Para os escravos, o caráter ético do espiritualismo cristão era consolador e carregado de esperanças: para os bons cristãos, uma vida melhor após a morte (no paraíso); para os maus ou para os pagãos, o contrário (uma vida eterna no inferno). Em última análise, o cristianismo oferecia aos escravos uma alternativa de salvação, ainda que após a morte.

Capela Arcivescovile, Ravena/The Bridgeman/Keystone

▲ A ascensão do cristianismo correspondeu à desagregação do Império Romano. Cristo é representado neste mosaico do século V como um legionario que derrota o mal, simbolizado por um leão e uma serpente. Capela do Palácio Episcopal, Ravena, Itália

Dimensões do Império Romano no século III d.C.

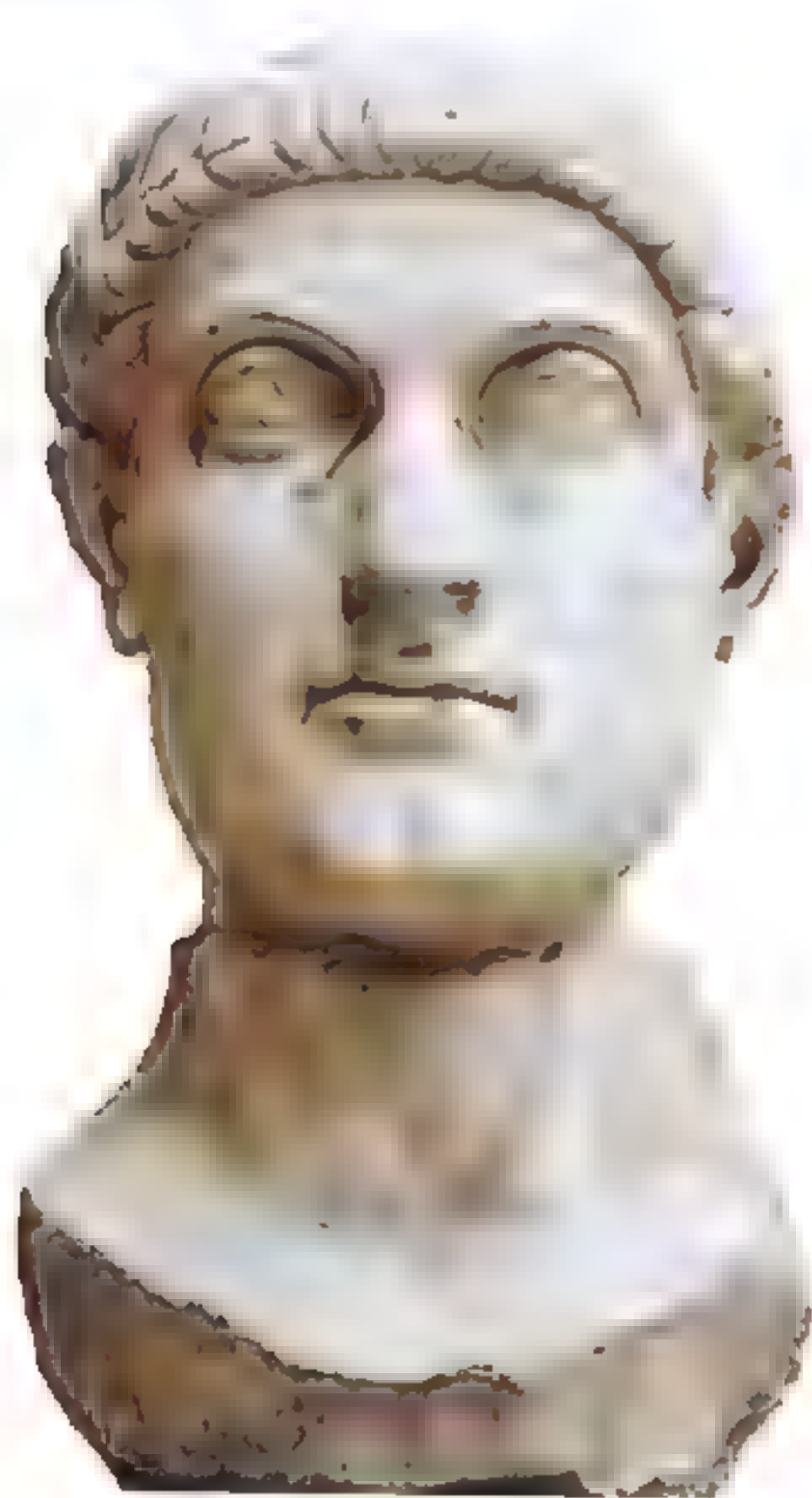
Império Romano Ocidental
Império Romano Oriental
Estradas

Roma
Constantinopla
N
0 420 840
km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. ATLAS of world history. Nova York: Oxford University Press, 2002. p. 55.

A nova religião passou a ter um caráter subversivo para a estrutura política romana, pois era universal, contrária à violência e rejeitava a divindade do imperador, bem como a estrutura hierarquizada e militarizada do império. Na medida em que o colapso econômico rondava o Império, cada vez mais homens livres se convertiam ao cristianismo.

Em meio às dificuldades, o Estado romano passou a intervir cada vez mais na vida econômica e social da população, tentando salvar o Império. Alguns dos imperadores que tomaram medidas nesse sentido foram Diocleciano, Constantino e Teodósio.

- **Diocleciano** (284-305): criou o Édito (decreto) Máximo, fixando os preços de mercadorias e salários, numa tentativa de combater a crescente inflação. Não teve sucesso e os problemas de abastecimento aumentaram.
- **Constantino** (306-337): tomou providências sobre a política religiosa do Império e, após reunião em Milão (313), firmou uma resolução que definia a liberdade de culto aos cristãos. Estabeleceu também uma segunda capital para o Império, em Constantinopla (antiga Bizâncio, uma cidade grega), a leste e próximo ao Mar Negro, em uma parte menos atingida pela crise do escravismo. Leia a seguir a resolução da liberdade de culto aos cristãos.

Araldo de Luca/Corbis/Latinstock

Constantino, escultura de 330. Museu Capitolino, Roma

> Nós, tendo-nos reunido em Milão sob ditosos auspícios e tendo cuidadosamente buscado tudo aquilo que pudesse ser útil ao bem e à tranquilidade públicos, entre outras coisas, que possam ser úteis à grande maioria dos homens, julgamos ser necessário regulamentar, acima de tudo, aquilo que respeita às honras devidas à Divindade a fim de podermos dar aos cristãos e a todos os outros a livre faculdade de terem a religião que escolherem. Que consequentemente, possa a Divindade, na sua morada, dar-nos testemunho de sua satisfação e mercê e seus favores, tanto a nós como aos povos que vivem sob nossa jurisdição.

Apud. ALENCAR, Rosane Dias de. *A construção da imagem do governante: uma análise das representações do imperador Constantino (306-337 d.C.)*. Goiânia, 2007. p. 39. Disponível em: <www.ufg.br/this2/uploads/files/112/Rosane_Alencar.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

- **Teodósio** (378-395): transformou o cristianismo em religião oficial do Império (Édito de Tessalônica), nomeando-se chefe da religião organizada. Dividiu o Império Romano em duas partes: do Ocidente (com capital em Roma) e do Oriente (com capital em Constantinopla), também chamado de Império Bizantino.

No governo de Teodósio, um novo problema agravou a situação já crítica de Roma: o aumento da penetração de povos **bárbaros** – como os romanos denominavam todos os povos que não viviam dentro das fronteiras do Império e não falavam latim. Inicialmente chegaram como trabalhadores agrícolas, muitas vezes arrendando vastas extensões de terras antes cultivadas por escravos, e logo sua entrada no Império se transformou em invasão. Em 476, um dos povos bárbaros, os hérulos, invadiram e saquearam a cidade de Roma, derrubaram o último imperador, Rômulo Augusto, e decretaram o fim do Império Romano, ao menos em sua parte ocidental.

As invasões bárbaras, contudo, não foram a causa única da desagregação do Império. Constituíram um sintoma de sua crescente debilidade, pois o Império, enfraquecido economicamente e politicamente pelas revoltas sociais e pelas crises políticas e do escravismo, época em que se acelerada a expansão do cristianismo, não teve condições de se defender de ataques externos.

A CULTURA ROMANA

A arte romana alcançou muito prestígio, em consequência do poderio político e militar obtido pelo Império romano. Construções como as fortificações e muralhas, e obras públicas como aquedutos, pontes e estradas resultaram da organização da sociedade romana e do sentido de utilidade que os romanos conferiam às suas criações arquitetônicas e artísticas.

Alamy/Other Images

O aqueduto costeiro em Israel (foto de 2009) foi construído por volta do século I a.C. Está a cerca de 9 km de Cesareia, na costa do Mediterrâneo, no sopé do Monte Carmel. O aqueduto revela o considerável conhecimento de engenharia dos romanos, permitindo que a água escoasse das fontes até a cidade, pela ação da gravidade. Escavações arqueológicas mostraram vestígios de diferentes períodos, como as fortificações da cidade cruzada e o teatro romano

Roma herdou dos gregos a visão humanista do mundo. Também eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses, incluindo as mesmas divindades gregas sob denominações diferentes. Assim, por exemplo, o deus grego Zeus passou a ser Júpiter para os romanos, Dioniso transformou-se em Baco, Poseidon em Netuno, Afrodite em Vênus. Os cultos aos deuses eram realizados por meio de orações, sacrifícios públicos, oferendas nos templos, danças e festas.

As pinturas murais, assim como as esculturas romanas, receberam influência etrusca, itálica e helênica.

Museu Arqueológico, Alexandria/The Art Archive/Other Images

Deusa Afrodite e seu filho Eros. Escultura em mármore de 323 a.C.

Os romanos também se destacaram na língua e na literatura, com Cícero, o maior orador latino; Ovídio, autor de *Arte de amar*; Tito Lívio, autor de *História de Roma*; e Virgílio, autor de *Eneida* (relato da fundação mítica de Roma), entre muitos outros.

O LATIM

Originalmente falada na região do Lácio, onde se desenvolveu a civilização romana, era a língua oficial do Império Romano e da Igreja Católica. O chamado latim clássico tornou-se também a língua de grande parte dos pensadores medievais. O latim vulgar originou as línguas neolatinas como o italiano, o francês, o espanhol e o português. Trata-se de uma língua morta (língua oficial da cidade do Vaticano, empregada nos ritos católicos, mas não é a língua materna de nenhum país), mas o alfabeto latino derivado dos alfabetos etrusco e grego (por sua vez, derivados do alfabeto fenício), continua a ser o mais amplamente usado no mundo e suas expressões são muito utilizadas também no meio jurídico.

O Coliseu e outros anfiteatros – arenas ovais ou circulares rodeadas de degraus a céu aberto – foram palco das encenações teatrais, festivais públicos e espetáculos de gladiadores.

As termas, local onde eram realizados os banhos públicos, também se destacaram no cotidiano romano. Ponto de encontro dos cidadãos, local de conversação e do exercício da vida política e intelectual, elas já existiam em outras civilizações, mas foram amplamente desenvolvidas e utilizadas em Roma. A estrutura das termas seguia a estrutura espacial da cidade romana e apresentavam pinturas e mosaicos decorativos.

Um dos maiores legados romanos à posteridade foi seu código de leis. Dividia-se em *Jus Naturale* (direito natural), compêndio de filosofia jurídica; *Jus Gentium* (direito das gentes), compilação de leis abrangentes, ou seja, não considerava nacionalidades; e *Jus Civile* (direito civil), leis aplicáveis aos cidadãos de Roma.

Termas de Caracalla, em Roma (foto de 2009). Exemplo das grandes termas imperiais, as termas de Caracalla foram construídas entre 212 e 217, durante o governo do imperador romano Caracalla. Suas ruínas, ainda preservadas, são atualmente ponto de interesse turístico, atraindo muitos visitantes.

Giorgio Cosulich/Getty Images

Teatro de Mileto, fundado no século IV a.C., na atual Turquia. Foi ampliado na época helenística e reformado no período imperial. Podia receber cerca de 15 mil espectadores. Foto de 2009.

Alamy/Other Images

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de documento

O poema abaixo foi escrito por Catulo, poeta latino que viveu no século I a.C. Suas poesias foram bastante controversas em seu tempo, pois abandonavam a tradição literária romana e lançavam mão de uma linguagem mais coloquial.

Poema 84

Arrio dizia "rúbrica" em vez de rubrica
e por pudico "púdico" dizia
e achava que falava tão incrivelmente
que, se podia, "púdico" dizia.
Creio que assim a mãe, assim o tio liberto,
Assim o avô materno e a avó falavam.
Foi à Hispânia e os ouvidos descansaram todos;
as palavras soavam leves, lindas
e tais palavras nunca mais ninguém temeu.
Súbito chega a hórrida notícia:
Os iberos, depois que Arria foi para lá,
Iberos já não eram, eram "íberos".

(tradução poética de João Ângelo Oliva Neto)

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 126.

a) Faça um rápido resumo do contexto histórico romano à época em que viveu o poeta Catulo. Dê atenção especial aos aspectos sociais do período.

b) No poema, Catulo satiriza uma personagem de nome Arrio. Qual é o foco da sátira?

c) A sátira presente na poesia dá a transparecer a tensão social existente em Roma. Mobilizando seus conhecimentos de História e partindo de passagens da poesia, explique-a.

d) Em sua opinião, é possível identificar a origem social de uma pessoa por meio da forma como ela fala? Explique.

2 Leitura e interpretação de fábula

O texto abaixo é a adaptação de uma fábula de Fedro, autor da época de Otávio Augusto (31 a.C.). Acusado por supostas implicações "subversivas" em algumas de suas fábulas, sofreu pressões e perseguições.

Relatarei sumariamente a doçura da liberdade

Um cão gordo e saciado encontra um lobo magro ao extremo: eles se cumprimentam e param:

– Diga-me de onde vem tanta exuberância? Que comida lhe deu esta corpulência? Eu, que sou bem mais corajoso que vocês, morro de fome.

– O mesmo destino lhe espera, se você puder servir o dono de maneira idêntica, responde bondosamente o cão.

– Em quê? Pergunta o outro.

– Vigiar a entrada, proteger a casa contra ladrões, mesmo à noite.

– Estou, seguramente, disposto a isto! Por ora sofro com a neve e a chuva, levo uma vida árdua nas

florestas; como me seria mais cômodo viver sob um teto sem fazer nada, alimentar-me e saciar-me de comida!

– Siga-me então.

No caminho, o lobo reparou no pescoço do cão, que a coleira tinha marcado:

– De onde vem isso, meu amigo?

– Não é nada.

– Conte-me, eu lhe peço.

– Acham-me muito fogoso, por isso prendem-me durante o dia para que eu repouse quando está claro e para que eu zele quando chega a noite. No crespúsculo, sou desatado e vou onde quero. Sem que eu tenha que me mexer, trazem-me pão, de sua mesa, meu dono me dá ossos e as pessoas da casa atiram-me porções de tudo aquilo que não querem. Assim, sem me cansar, encho meu estômago.

– E, diga-me, se você quiser ir a algum lugar, você pode?

– Não, absolutamente.

– Seja feliz a seu modo, cão; não gostaria de um trono que me tirasse a liberdade.

FEDRO, III, 6. In: PINSKY, Jaime. *100 textos de História antiga*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 103-4.

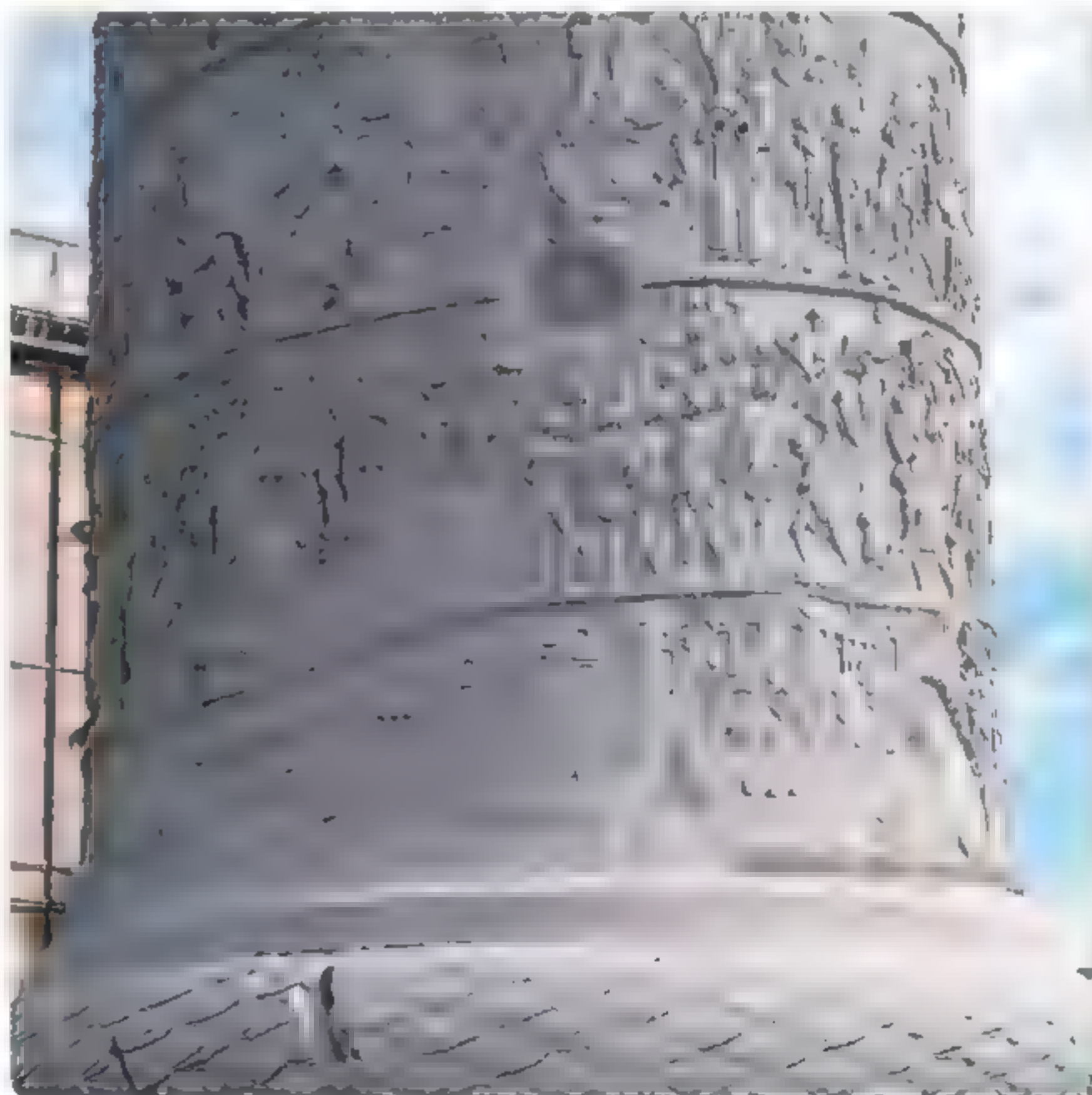
a) Por que tal fábula teria sido considerada "subversiva" em sua época?

b) Quais os princípios valorizados respectivamente pelo lobo e pelo cão?

c) Cite exemplos, hipotéticos ou reais, de situações em que princípios são trocados por vantagens pessoais imediatas.

Leitura e análise de fonte material

→ A fotografia ao lado evidencia uma cena do relevo que cobre a Coluna de Trajano, monumento construído no século II, para comemorar a vitória romana sobre os dácios. Observe-a com atenção.

Angelo Hornak/Corbis/Latinstock

Detalhe da base da Coluna de Trajano, localizada em Roma.

a) Trajano está representado em pé, sobre um muro ou mureta, à frente de outros comandantes e diante dos legionários, para quem fala diretamente. Como os legionários romanos aparecem representados?

b) Qual é a relação que o relevo estabelece entre o imperador e os legionários?

c) Que associação é possível fazer entre a representação na Coluna de Trajano e o cenário político de Roma no século II?

4 Leitura e reflexão

→ O poema abaixo é de autoria de Konstantinos Kavafis, poeta egípcio do século XX. Depois de tê-lo lido com atenção, responda às questões que o acompanham.

Esperando os bárbaros

O que esperamos na ágora reunidos?

É que os bárbaros chegam hoje.

Por que tanta apatia no senado?
Os senadores não legislam mais?

É que os bárbaros chegam hoje.
Que leis hão de fazer os senadores?
Os bárbaros que chegam as farão.

Por que o imperador se ergueu tão cedo
e de coroa solene se assentou
em seu trono, à porta magna da cidade?

É que os bárbaros chegam hoje.
O nosso imperador conta saudar
o chefe deles. Tem pronto para dar-lhe
um pergaminho no qual estão escritos
muitos nomes e títulos

Por que hoje os dois cônsules e os pretores
usam togas de púrpura, bordadas,
e pulseiras com grandes ametistas
e anéis com tais brilhantes e esmeraldas?
Por que hoje empunham bastões tão preciosos
de ouro e prata finamente cravejados?

É que os bárbaros chegam hoje,
tais coisas os deslumbram.

Por que não vêm os dignos oradores
derramar o seu verbo como sempre?

É que os bárbaros chegam hoje
e aborrecem arengas, eloquências.

Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?

Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.

KAVAFIS, Konstantinos. *À espera dos bárbaros*. Trad. José Paulo Paes. Disponível em <www.algumapoesia.com.br/poesia/poesianet064.htm>. Acesso em: 19 fev. 2010.

a) Em que período da história romana Kavafis se inspirou para compor "À espera dos bárbaros"? Caracterize-o.

b) O poema de Kavafis expõe a invasão bárbara de uma maneira inusitada, que contrasta com os relatos deixados pelos romanos. Onde reside essa diferença?

c) Considerando o poema acima, como o autor concebe a civilização ocidental, representada por Roma?

d) Em seu entendimento, por que os bárbaros seriam "a solução"?

Questões & testes

CAPITUL...

Enem

1. O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizeh, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo. O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois

a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.

b) representava para as populações do alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.

c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.

d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.

e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

2. Ao visitar o Egito do seu tempo, o historiador grego Heródoto (484-420/30 a.C.) interessou-se por fenômenos que lhe pareceram incomuns, como as cheias regulares do rio Nilo. A propósito do assunto, escreveu o seguinte

Eu queria saber por que o Nilo sobe no começo do verão e subindo continua durante cem dias; por que ele se retrai e a sua corrente baixa, assim que termina esse número de dias, sendo que permanece baixo o inverno inteiro, até um novo verão. Alguns gregos apresentam explicações para os fenômenos do rio Nilo. Eles afirmam que os ventos do noroeste provocam a subida do rio, ao impedir que suas águas corram para o mar. Não obstante, com certa frequência, esses ventos deixam de soprar, sem que o rio pare de subir da forma habitual. Além disso, se os ventos do noroeste produzissem esse efeito, os outros rios que correm na direção contrária aos ventos deveriam apresentar os mesmos efeitos que o Nilo, mesmo porque eles todos são pequenos, de menor corrente

HERÓDOTO. História (trad.). livro II, 19-23. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc. 2. ed. 1990. p. 52-3; com adaptações.

Nessa passagem, Heródoto critica a explicação de alguns gregos para os fenômenos do rio Nilo. De acordo com o texto, julgue as afirmativas abaixo.

I. Para alguns gregos, as cheias do Nilo devem-se ao fato de que suas águas são impedidas de correr para o mar pela força dos ventos do noroeste

II. O argumento embasado na influência dos ventos do noroeste nas cheias do Nilo sustenta-se no fato de que, quando os ventos param, o rio Nilo não sobe.

III. A explicação de alguns gregos para as cheias do Nilo baseava-se no fato de que fenômeno igual ocorria com rios de menor porte que seguiam na mesma direção dos ventos.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I.
b) II.
c) I e II.
d) I e III.
e) II e III.

Vestibulares

3. (UFAC-AC) Relativamente às primeiras civilizações da antiguidade, é errado afirmar:

a) surgiam por volta do século VII a.C., nas regiões desérticas do continente europeu.

b) a maioria dessas civilizações desenvolveu-se nas proximidades de grandes rios, aproveitando o regime de suas águas, que favorece a fertilidade da terra e a prática da agricultura.

c) essas civilizações começaram a se formar por volta de 7 mil anos atrás.

d) os vales do rio Nilo, Eufrates, Tigre, Ganges, entre outros, foram primordiais para a formação das civilizações egípcias, sumérias, babilônicas e hindu.

e) essas civilizações, pelas suas características, são chamadas de sociedades agrárias ou férteis

4. (UFSM-RS)

[...] E a situação sempre mais ou menos / Sempre uns com mais e outros com menos / A cidade não para, a cidade só cresce / O de cima sobe e o de baixo desce [...]."

Este trecho da música do pernambucano Chico Science (1966-1997) e grupo Nação Zumbi nos remete à vida em cidades, processo que passou a ser significativo na história, a partir do 4.º milênio a.C., na Mesopotâmia. Sobre esse processo é correto afirmar:

a) Com o surgimento e crescimento das cidades, houve um progressivo aumento da especialização do trabalho e da igualdade social, enfraquecendo o poder político.

b) A diminuição da produção agrícola assegurou excedentes para a manutenção de especialistas, desenvolvendo a urbanização em cidades-Estado socialmente desiguais.

c) Apesar da urbanização e das novas tecnologias de irrigação, mantém-se um Estado de caráter exclusivamente político e que não intervém na economia, conservando a ordem social hierarquizada.

d) A sedentarização do homem, o desenvolvimento de cidades, a especialização do trabalho e uma sociedade socialmente desigual levaram à constituição de polos de poder como o Templo e o Palácio.

e) Mesmo se legitimando através de conquistas militares ou como mediadores entre o mundo terreno e o mundo divino, os soberanos separaram a esfera política da religiosa no intuito de conservar uma sociedade desigual.

5. **(Vunesp-SP)** Observe a figura.

The Art Archive Other Images

▲ Painel decorativo da Tumba de Senedjem (Egito. Século XIII a.C.)

A respeito do contexto apresentado, é correto afirmar:

a) a imagem demonstra que os agricultores das margens férteis do rio Nilo desconheciam a escrita

b) ao contrário da economia da caça de animais, que exigia o trabalho coletivo, a agricultura não originava sociedades humanas.

c) a imagem revela uma apurada técnica de composição, além de se referir à economia e à cultura daquele período histórico.

d) os antigos egípcios cultivavam cereais e desconheciam as atividades econômicas do artesanato e da criação de animais.

e) a imagem comprova que as produções culturais dos homens estão desvinculadas de suas práticas econômicas.

6. **(UFG-GO)** Observe a imagem.

▲ Osíris. Disponível em: <www.akenatonjh.com.br>. Acesso em: 21 set. 2007.

A pintura egípcia pode ser caracterizada como uma arte que:

a) definiu os valores passageiros e transitórios como forma de representação privilegiada.

b) concebeu as imagens como modelo de conduta, utilizando-as em rituais profanos.

c) adornou os palácios como forma de representação pública do poder político.

d) valorizou a originalidade na criação artística como possibilidade de experimentação de novos estilos.

e) elegeu os valores eternos, presentes nos monumentos funerários, como objeto de representação.

7. **(UFC-CE)** Leia com atenção as afirmativas a seguir sobre as condições sociais, políticas e econômicas da Mesopotâmia.

I. As condições ecológicas explicam por que a agricultura de irrigação era praticada através de uma organização individualista.

II. Na economia da Baixa Mesopotâmia, a fome e as crises de subsistência eram frequentes, causadas pela irregularidade das cheias e também pelas guerras.

III. Na Suméria, os templos e zigurates foram construídos graças à riqueza que os sacerdotes administravam à custa do trabalho de grande parte da população.

IV. A presença dos rios Tigre e Eufrates possibilitou o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e também a formação do primeiro reino unificado da história.

Sobre as afirmativas anteriores, é correto afirmar:

a) I e II são verdadeiras

b) III e IV são verdadeiras.

c) I e IV são verdadeiras.

d) I e III são verdadeiras.

e) II e III são verdadeiras.

8. **(Fuvest-SP)** Caracterize as relações entre os camponeses e o Estado no Egito Antigo.

CAPÍTULO 4

Enem

9. *A ética nasceu na pólis grega com a pergunta pelos critérios que pudessem tornar possível o enfrentamento da vida com dignidade. Isto significa dizer que o ponto de partida da ética é a vida, a realidade humana, que, em nosso caso, é uma realidade de fome e miséria, de exploração e exclusão, de desespero e desencanto frente a um sentido da vida. É neste ponto que somos remetidos diretamente à questão da democracia, um projeto que se realiza nas relações da sociabilidade humana.*

Disponível em: <www.jornaldeopiniao.com.br>. Acesso em: 3 maio 2009

O texto pretende que o leitor se convença de que a:

a) ética é a vivência da realidade das classes pobres, como mostra o fragmento "é uma realidade de fome e miséria".

b) ética é o cultivo dos valores morais para encontrar sentido na vida, como mostra o fragmento "de desespero e desencanto frente a um sentido da vida".

c) experiência democrática deve ser um projeto vivido na coletividade, como mostra o fragmento "um projeto que se realiza nas relações da sociabilidade humana".

d) experiência democrática precisa ser exercitada em benefício dos mais pobres, com base no fragmento "tornar possível o enfrentamento da vida com dignidade".

e) democracia é a melhor forma de governo para as classes menos favorecidas, como mostra o fragmento "É neste ponto que somos remetidos diretamente à questão da democracia".

10. *No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como por exemplo Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega. No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado.*

No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia.

Folha de S. Paulo, ago. 2008 (adaptado)

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações elas são semelhantes pois

a) as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.

b) as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.

c) as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.

d) os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.

e) as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia

Vestibulares

11. (Vunesp-SP) *A cidade-Estado clássica parece ter sido criada paralelamente pelos gregos e pelos etruscos e/ou romanos. No caso destes últimos, a influência grega foi inegável, embora difícil de avaliar e medir.*

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Cardoso. A cidade-Estado antiga, 1985

Aponte quais eram as características comuns às cidades-Estados clássicas

I. Possuíam governo tripartido em assembleia, conselho e certo número de magistrados escolhidos entre os homens elegíveis.

II. Os cidadãos podiam participar de forma direta no processo político.

III. Havia separação entre os órgãos de governo e de justiça.

a) As afirmativas I e II estão corretas.

b) Apenas a afirmativa III está correta.

c) As afirmativas I e III estão corretas.

d) Apenas a afirmativa II está correta.

e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

12. (UEL-PR) *Com a nova divisão da sociedade, qualquer cidadão poderia participar das decisões do poder. Apenas os escravos e os metecos (estrangeiros) não participavam das decisões políticas, pois não tinham direito de cidadania*

Ao texto pode-se associar:

a) Drácon e a expansão colonial em direção ao Mediterrâneo.

b) Sólon e a militarização da política espartana

c) Pisístrato e a helenização da Península Balcânica.

d) Péricles e a hegemonia cultural grega no Peloponeso

e) Clístenes e a democracia escravista ateniense.

13. (UEPB-PB) Sobre o papel da mulher na sociedade grega, NÃO é correto afirmar que:

a) a mulher, durante a vida inteira, era considerada incapaz, devendo ter sempre um homem para gerir sua vida, fosse pai, filho ou esposo.

b) os costumes e as leis impediam a participação feminina na esfera pública, igualando as mulheres aos escravos e estrangeiros.

c) todas as mulheres gregas recebiam, desde a infância, um rigoroso treinamento físico e psicológico, e eram preparadas para serem mães e esposas de guerreiros.

d) as espartanas gozavam de maior liberdade, pois podiam participar dos jogos, de reuniões públicas e da administração do patrimônio familiar.

e) a democracia ateniense era patriarcal e excluía as mulheres da vida pública.

14. **(Vunesp-SP)** Observe e compare os monumentos.

Rene Mattes/Hemis/Corbis/Latinstock

▲ O Templo de Luxor, localizado na cidade de Luxor, sul do Egito, foi construído por Amenhotep III e ampliado nos períodos de Tutancamon, Horembeb e Ramsés II. Contém vários pátios com colunas e estátuas de Ramsés II.

▲ Pártenon, templo da acrópole de Atenas, construído no século V a.C. na Grécia.

▲ Palácio do Planalto, construído no século XX em Brasília.

O elemento comum às construções apresentadas constitui:

a) Um esforço de ostentação perdulária, de demonstração de hegemonia de poder de grandes impérios unificados.

b) Uma expressão simbólica das concepções religiosas da Antiguidade, que se estendem até os dias atuais.

c) Um aspecto da arquitetura monumental que se opõem à concepção do homem como medida de todas as coisas.

d) Um princípio arquitetônico estrutural modificado ao longo da história por concepções religiosas, políticas e artísticas.

e) Uma comprovação do predomínio dos valores estéticos sobre os religiosos, políticos e sociais.

15. **(Unicamp-SP)** *A época arcaica (séculos VIII-VI a.C.) é talvez o período mais importante da história grega. O período arcaico trouxe consigo inovações capitais em todos os domínios. A novidade maior é o desenvolvimento da pólis (cidade-Estado grega), cuja característica essencial é a unificação entre cidade e campo. Outras conquistas da época arcaica foram o aparecimento da noção de cidadão e a codificação das leis, que limitavam os poderes arbitrários dos poderosos; a justiça torna-se, portanto, um negócio público.*

Adaptado de AUSTIN, M. Austin, VIDAL-NAQUET, P. Vidal-Naquet. *Economia e sociedade na Grécia antiga.* Ed. 70, s.d.

a) Cite três características da pólis grega.

b) Por que a codificação das leis foi uma etapa importante na formação da pólis?

16. **(Fuvest-SP)** Analise, no processo histórico da Grécia, a relação entre os elementos citados abaixo.

a) Confederação de Delos.

b) Imperialismo ateniense.

c) Guerras do Peloponeso.

17. **(Unicamp-SP)** *Nada é mais presente na vida cotidiana da coletividade do que a oratória, que partilha com o teatro a característica de ser a manifestação cultural mais popular e mais praticada na Atenas clássica. A civilização da Atenas clássica é uma civilização do debate. As reações dos atenienses na Assembleia eram influenciadas por sua experiência como público do teatro e vice-versa. Trata-se de uma civilização substancialmente oral. O grego era educado para escutar. O caminho de Sócrates a Aristóteles ilustra perfeitamente o percurso da cultura grega da oralidade à civilização da escrita, que corresponde, no plano político e social, à passagem da cidade-Estado ao ecumenismo helenístico.*

Adaptado de MASARACCHIA, Agostino. La prosa greca del V e del IV secolo a.C. In: D'ANNA, Giovanni (Org.). *Storia della letteratura greca.* Roma: Tascabile Economici Newton, 1995. p. 52-4.

a) Estabeleça relações entre o modelo político vigente na Atenas clássica e a importância assumida pelo teatro e pela oratória nesse período.

b) Aponte características do período helenístico que o diferenciam da Atenas clássica.

CAPITULO 5

Enem

18. O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX. Todavia, percebe-se que tanto o *status* quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho. As variações mencionadas dizem respeito
   a) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais
   b) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
   c) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento
   d) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.
   e) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior

Vestibulares

19. **(Fuvest-SP)** Comparando-se as civilizações da Antiguidade Ocidental (Grécia e Roma) com as da Antiguidade Oriental (Egito e Mesopotâmia), constata-se que ambas conheceram as mesmas instituições básicas, muitas das quais, aliás, o Ocidente tomou do Oriente. Contudo, houve um setor original e específico da civilização greco-romana. Trata-se do:
   a) econômico, com novas formas de indústria e comércio que permitiram o surgimento de centros urbanos.
   b) social, com novas formas de trabalho compulsório e hierarquias sociais baseadas no nascimento e na riqueza.
   c) religioso, com o aparecimento de divindades com representação antropomórfica e poderes ilimitados.
   d) cultural, com o desenvolvimento das artes plásticas e de expressões artísticas derivadas do uso da escrita
   e) político, com a criação de práticas participativas no poder e instituições republicanas de governo

20. **(Fuvest-SP)** Cesarismo/cesarista são termos utilizados para caracterizar governantes atuais que, à maneira de Júlio César (de onde o nome), na antiga Roma, exercem um poder:
   a) teocrático.
   b) democrático
   c) aristocrático.
   d) burocrático
   e) autocrático

21. **(UFS-SE)** Considere o texto que segue:

[...] A Antiguidade Greco-romana sempre constituiu um universo centralizado em cidades. O esplendor e a solidez da antiga pólis helênica e a posterior República romana, que ofuscaram tantos períodos subsequentes, traduziam um nível de organização e cultura urbanas que jamais seriam igualados em outro milênio. [...]

ANDERSON, Perry Anderson. Passagens da antiguidade ao feudalismo. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 19

Analise as afirmações sobre a Antiguidade Clássica (e assinale verdadeiro ou falso):

( ) A riqueza material que sustentava a atividade intelectual e cívica provinha da agricultura; os proprietários de terras dominavam os agrupamentos urbanos.

( ) O cenário geográfico onde se desenvolveram as civilizações grega e romana foi fundamental para a expansão do comércio, que se baseou na abertura de vias terrestres de comunicação.

( ) O pleno exercício da cidadania repousava no trabalho escravo. A liberdade do cidadão estava intrinsecamente ligada à permanência da escravidão, tanto na Grécia quanto em Roma

( ) As cidades-estado gregas evoluíram em sua forma de governo mas permaneceram estados autônomos e não realizaram a unificação do território. Diferentemente das cidades-estados gregas, Roma estendeu seus domínios sobre o mundo da época e concedeu cidadania à parte das elites das regiões conquistadas e fundou um Império.

( ) A cultura helenística, que resultou do domínio dos Antoninos sobre o território grego, foi imposta pelos romanos aos povos conquistados quando transformaram o Mar Mediterrâneo em um lago romano, impulsionados pelos avanços dos macedônios

22. **(UFRR-RR)** Sabe-se que desde 510 a.C. Roma dedicou-se ao domínio de toda a península itálica. A partir de 264 a.C. voltou-se contra Cartago e as colônias cartaginesas no norte da África, Sicília, Sardenha, Córsega, Baleares e Península Ibérica. De 200 a.C. até o ano 476, Roma atravessou seis séculos de contínua expansão territorial, formando um império ainda mais vasto do que o de Alexandre, o Grande. Assim sendo, escolha a alternativa que está de acordo com o texto supracitado:
   a) O sistema econômico do Império romano era agrário, possuindo uma classe intermediária entre senhores e escravos, que era responsável pelo cultivo da terra. Essa classe era conhecida como "Bárbaros".
   b) A implantação do Império romano se deu pelas bases do cristianismo que absorveu as religiões pagãs das tribos gentias instaladas nas fronteiras.
   c) A divisão social em Roma era rígida e compreendia a corte do imperador, os sacerdotes, latifundiários, pequenos comerciantes, exército, bárbaros e servos. Esta divisão era regida exclusivamente pela economia.
   d) O regime de governo, durante o século VI a.C., era monárquico, no qual o rei, eleito pelo Senado, governava durante toda a vida, acumulando a chefia militar, administrativa, jurídica e religiosa

e) Júlio César foi o primeiro grande imperador de Roma, sua ascensão foi realizada por um golpe violento contra o Senado, bem como pela morte brutal de todos os chanceleres da corte

23. (UFPA-PA) Enfraquecida pelas lutas internas e pelas consequências do expansionismo, a República cedeu lugar ao Império na Roma antiga. Em relação à ordem Imperial, afirma-se que:

a) a concentração dos poderes de Otávio, nos primeiros momentos do Império, respondia pelas necessidades da nobreza senatorial em dispor de um governo capaz de sufocar a anarquia e as rebeliões de escravos.

b) a organização do Império contou com expressiva participação popular, haja vista a importância que o Partido Democrático ocupou na queda do regime republicano

c) o Império nasceu no Interior da grave crise econômica que caracterizou os últimos tempos da República, crise provocada pelas derrotas de Roma nas guerras pela conquista da Itália.

d) a criação do Império, obra elaborada pelo Primeiro Triunvirato, representou o produto da vontade dos generais no sentido de criar um governo capaz de controlar a crise social do final da República.

e) as bases do Império foram, politicamente falando, sustentadas pelo poder dos camponeses romanos, principais interessados na existência de uma ordem que lhes assegurasse o domínio da terra.

24. (ESPM-SP) *Eu, Constantino Augusto, assim como eu, Licínio Augusto, reunidos... para discutir todos os problemas relativos... ao bem público, entendemos dever regular, em primeiro lugar, entre outras disposições..., aquelas sobre as quais repousa o respeito pela divindade, isto é, dar aos cristãos, como a todos, a liberdade e a possibilidade de seguir a religião da sua escolha... a fim de que a divindade suprema, a quem rendemos espontaneamente homenagem, possa testemunhar-nos em todas as coisas o seu favor e a sua benevolência costumadas...*

FREITAS, Gustavo de Freitas. 900 textos e documentos de História

O documento apresentado é um fragmento do(a):

a) Edito do Máximo
b) Lei Canuleia.
c) Lei Licínia.
d) Edito de Milão
e) Edito de Tessalônica

25. (Unicamp-SP) *Após a tomada e o saque de Roma pelos visigodos, em 410, pagãos e cristãos interrogaram-se sobre as causas do acontecimento. Para os pagaos, a resposta era clara: foram os maus princípios cristãos, o abandono da religião de Roma, que provocaram o desastre e o declínio que se lhe seguiram. Do lado cristão, a queda de Roma era explicada pela comparação entre os bárbaros virtuosos e os romanos decadentes: dissolutos, preguiçosos, sendo a luxúria a origem de todos os seus pecados.*

Adaptado de LE GOFF, Jacques Le Goff. Decadência. In: História e memória. *Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 382-5*

a) Identifique no texto duas visões opostas sobre a queda de Roma.

b) Entre o surgimento do cristianismo e a queda de Roma, que mudanças ocorreram na relação do Império Romano com a religião cristã?

26. (Fuvest-SP) Indique e comente quatro elementos da Antiguidade greco-romana presentes ainda hoje no mundo ocidental

27. (FGV-SP) Leia as afirmativas sobre a República Romana (509-27 a.C.).

I. Nos primeiros tempos da República, a sociedade era composta por apenas dois setores: os patrícios e os escravos.

II. Os escravos, pouco numerosos no início da República, cresceram numericamente com as guerras de conquista.

III. Entre as funções públicas em Roma, havia os cônsules, os pretores e os tribunos da plebe.

IV. Em 494 a.C., plebeus rebelados se retiram para o Monte Sagrado, ameaçando fundar outra cidade se não tivessem, entre outras reivindicações, o direito de eleger seus próprios magistrados.

V. Com o expansionismo romano e as suas conquistas territoriais, houve um grupo especialmente beneficiado: os plebeus, que passaram a vender trigo para os povos dominados

São corretas as afirmativas

a) I, II e III, apenas.
b) II, III e IV, apenas.
c) II, III, IV e V, apenas.
d) III, IV e V, apenas.
e) I, II, III, IV, V

28. (PUC-PR) *Sob os teus olhos, Eneas dirigirá rude guerra, aniquilará tribos ferozes; dará aos seus guerreiros muralhas e leis. Depois dele, seu filho Ascânio (que se chamará também Júlio) deixará Lavínio para estabelecer o seu trono no rochedo de Alba, que ele cercará de sólidas muralhas. A sacerdotisa, de família real, cara a Marte, terá dois filhos gêmeos.*

O texto de Virgílio trata da fundação mítica de:

a) Roma.
b) Esparta.
c) Atenas.
d) Constantinopla.
e) Cartago.

29. (PUC-PR) Após a expansão no Mediterrâneo, a sociedade romana experimentou uma série de mudanças.

I. Com o enriquecimento geral da população, não houve mais necessidade de escravos.

II. Multiplicou-se o número de desocupados nas cidades, em virtude do aumento da mão de obra escrava

III. A religião sofreu uma grande reforma em face das influências monoteístas oriundas do Oriente, já no início do Império

IV. Houve o enriquecimento da minoria patrícia, enquanto que a maioria plebeia empobreceu, aumentando o número de clientes.

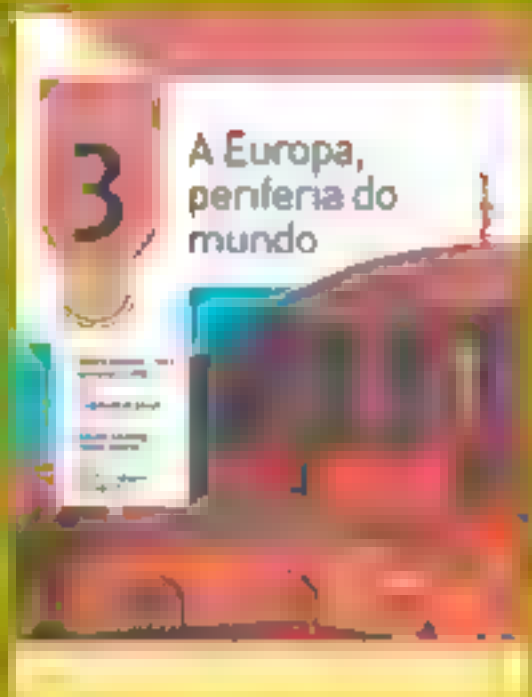
V. A conquista do Oriente trouxe uma orientalização dos costumes e a tendência à divinização dos imperadores

São afirmações corretas:

a) I, II e V.
b) I, III e IV.
c) I, III e V
d) II, III e IV.
e) II, IV e V.

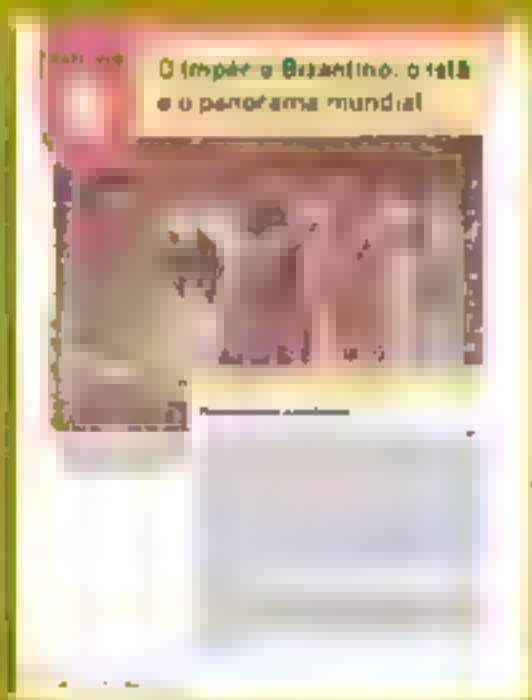
Você encontra mais testes no www.scipione.com.br/h

UNIDADE 3 — A EUROPA, PERIFERIA DO MUNDO

3 A Europa, periferia do mundo

No ***Discutindo a História*** desta unidade tem-se como foco a construção social e historiográfica do conceito de Idade Média. Pretende-se ressaltar que essa expressão refere-se a uma estrutura conceitual elaborada para identificar aspectos da história do continente europeu. Consideramos importante possibilitar que os alunos percebam que existem diferentes pontos de vista a respeito do que se compreende por Idade Média ao longo da história, destacando, mais uma vez, a ideia de uma realidade e de um discurso historiográfico multiperspectivado.

A discussão do conceito de Idade Média e uma série de outros temas importantes são tratados em duas obras centrais do historiador francês Jacques Le Goff: *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983; e *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980. Outra obra significativa, que certamente servirá de referência para os professores, é o livro de Hilário Franco Jr., *Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Capítulo 6 — O IMPÉRIO BIZANTINO, O ISLÃ E O PANORAMA MUNDIAL

O Império Bizantino, o Islã e o panorama mundial

Na seção ***Para pensar historicamente*** deste capítulo procuramos possibilitar que os alunos vejam a História para além da visão eurocêntrica. Além disso, mantivemos o objetivo da coleção de propor reflexões que relacionem passado e presente como um dos aspectos fundamentais para a aprendizagem da História. Nesse sentido, as perguntas propostas visam servir de guia para a leitura, podendo ser recuperadas ao final do capítulo em um contexto de sistematização dos conteúdos estudados.

O item ***E quem não estava no século V d.C.?*** oferece a oportunidade de se abordarem aspectos relacionados a diferentes temporalidades. Esse foco inicial permitirá, caso o professor julgue viável, a discussão sobre o tempo histórico linear e o circular, a longa e a curta duração nos estudos históricos, os diversos calendários, o entendimento e a representação espacial compreendida dentro de contextos históricos. Bons exemplos são a noção de Oriente e Ocidente, baseada no ponto de vista eurocêntrico, e as representações cartográficas que indicam o (Hemisfério) Norte – onde se localiza a Europa – sempre no alto dos mapas, assumindo um sentido privilegiado. Aliás, seria o caso de discutir que até a palavra **norte**, segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, origina-se do termo anglo-saxônico *north* e também tem o sentido de "guia, rumo, direção".

Os itens referentes à história do Império de Gana (na África), aos árabes e à temática do islamismo, às diferentes dinastias que se revezaram no poder no território que hoje chamamos de China e às populações que habitaram o continente americano têm dois objetivos: 1) motivar uma aprendizagem da História em uma perspectiva que efetivamente fuja àquela eurocêntrica e 2) possibilitar o desenvolvimento da noção de simultaneidade. Antes de iniciar o estudo de cada um dos itens, os alunos podem ser convidados a levantar hipóteses sobre quais seriam as semelhanças e as diferenças entre a história dos povos estudados até aqui e aqueles que serão estudados nesse capítulo. Pode-se pedir que eles "passem os olhos" pelas páginas do livro rapidamente, levantando informações a partir de títulos e subtítulos, imagens, legendas, percebendo de maneira geral a riqueza da história desses povos. Depois da leitura e exposição dos conteúdos, eles poderão retornar às hipóteses iniciais e checá-las, corrigindo o que for necessário. A atividade poderá servir como instrumento de avaliação das aprendizagens dos conteúdos trabalhados. O uso de mapas-múndi históricos para localizar as regiões estudadas também poderá ser um bom recurso de apoio. Pode-se sugerir aos alunos que, em grupos, elaborem um mapa-múndi só com o contorno dos continentes e, gradualmente, localizem nele os povos estudados.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Matemática**: pesquisa sobre as contribuições árabes na matemática durante a Idade Média.

Professor

Aqui começam as orientações para a Unidade 3 e o Capítulo 6 (p. 162 a p. 183).

Veja Atividades complementares para esta unidade no capítulo 9.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

DUBY, G. *A Europa na Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

FRANCO JR., H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História)

GIORDANI, M. C. *História do Império Bizantino*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

______. *História dos reinos bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1997. 2v.

HISTÓRIA em revista. Rio de Janeiro: Time-Life/Cidade Cultural, 1991-96. Vários volumes.

Textos de apoio

Surata das mulheres

3. Se temerdes ser injustos para com os órfãos, podereis desposar duas, três, ou quatro das que vos aprouver entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que está ao alcance de vossas mãos (cativas de guerra). Isso é mais adequado para evitar que cometais injustiças.

34. Os homens são os encarregados das mulheres, porque Deus os preferiu a elas e porque eles as sustentam de seu pecúlio. As boas esposas são obedientes, conservam seu pudor na ausência dos esposos em cumprimento à ordem de Deus. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), vedai-lhes vossos leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não as provoqueis. Sabei que Deus é Excelso, Magnânimo.

Surata das mulheres, versículos 3 e 34. *Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado*. Trad. Prof. Samir el Hayek. São Paulo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, 1989.

Moinhos d'água

Quando as primeiras rodas de moinho começaram a bater a corrente dos regatos, a parte de moer cereais já tinha, na Europa e nas civilizações mediterrâneas, um passado bem mais que milenar.

[...]

Nos rios da Gália, os primeiros moinhos sobre os quais nossos documentos se dignam a dizer alguma coisa são os que, no século III, eram movidos por um pequeno afluente do Mosela. Na Germânia meridional, o uso destes aparelhos se difundiu, bastante rápida e extensamente, após as invasões, tendo chamado a atenção das leis alemã e bávara desde a primeira metade do século VII. Ao Norte, em regiões sempre menos sujeitas às influências dos gauleses e de Roma, a propagação foi mais lenta; os documentos indicam claramente as linhas diretrizes. Escravos, como o bávaro que, cativo entre os turigenses, aí construiu, por volta de 770, um moinho para seu senhor; colonos, como os guerreiros francos, cuja aldeia, fundada antes de 775, no Undurt, recebeu o nome evocador de Muhlhausen (casario que se instala perto de um moinho – N.T.); religiosos ou religiosas, como os monges, [...] estabelecidos nas grandes florestas do Odenwald por volta de 732, tantos construtores de rodas de moagem; tantos imigrantes portadores das técnicas de suas pátrias.

BLOCH, M. Advento e conquistas do moinho d'água. In: GAMA, R. (Org.). *História da técnica e da tecnologia*. São Paulo: Edusp, 1985.

Comentários das atividades

Exercícios de História (*Império romano com capital em Bizâncio*)

1. Leitura e análise de imagens

Mapa da cidade de Constantinopla

a) As principais referências são os mares: ao norte, o estuário conhecido como Chifre de Ouro (Haliç); ao sul, o Mar de Mármara, ao lado, o Estreito de Bósforo.

b) Sim, pela presença de portos e pela ausência de indicação de áreas de cultivo, podemos deduzir que a principal atividade era o comércio marítimo.

c) No mapa, podemos perceber que Constantinopla estava localizada em uma península que avança em direção ao Estreito de Bósforo, protegida por mares por quase todos os lados, totalmente rodeada por sólidas e extensas muralhas.

d) Constantinopla era o principal centro comercial da Idade Média e por essa razão atraía mercadores italianos, principalmente florentinos, que ali compravam as lucrativas mercadorias orientais que depois seriam vendidas na Europa Ocidental.

O imperador triunfante

a) A composição é dominada pela figura do cavaleiro. Ele é representado com um uniforme das legiões romanas e com um manto. Usa uma coroa e, em uma das mãos, empunha uma lança.

b) Ao imperador, por causa da coroa.

c) À esquerda uma personagem vem lhe trazer um troféu com uma imagem da Vitória carregando uma coroa de louros. À direita, uma figura alada sobre um globo ornado com uma cruz também atesta o sucesso militar do imperador cavaleiro.

d) Logo acima, vemos uma imagem de Cristo sem barba, representando o Céu e a vontade de Deus. Abaixo, vemos uma fileira de homens barbados que usam calças

HOURANI, A. H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002. 2v.

LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1997.

MELLO, J. R. *O Império de Carlos Magno*. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios).

MICELI, P. *O feudalismo*. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994.

MONTEIRO, H. M. *O feudalismo: economia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios).

NABHAN, N. N. *Islamismo*. São Paulo: Ática, 1996. (Religiões na História).

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

RESENDE FILHO, C. *Guerra e guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1996.

Filmes

Apocalypto. Direção: Mel Gibson. EUA, 2006. (130 min).

Cruzada. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, Inglaterra, 2005. (145 min).

Os tempos medievais. Direção de Sérgio Baldassarini Junior. Brasil, 1994. (30 min). (História da Humanidade, 5).

Endereços eletrônicos

História do islamismo. Disponível em: <veja [illegible] mo/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2010. Este portal traz várias informações sobre a história do islamismo, desde seu surgimento até os desdobramentos e contextos atuais. Os *links* permitem acessar infográficos e mapas sobre o histórico da expansão desta religião, bem como artigos atuais, que discutem, entre outras coisas, a situação das mulheres nos países islâmicos atualmente.

Sugestões de leituras para os alunos

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JAROUCHE, Mamede Mustafa (Trad.). *O livro das mil e uma noites*. Rio de Janeiro: Globo, 2007. v. 3.

xadrez e carregam marfim, alimentos etc. como se fossem tributos. Entre eles há feras e outra imagem alada tocando a base da figura superior. Representam os "selvagens" bárbaros submetidos.

e) As frutas carregadas numa rede de tecido.

f) O cavaleiro está numa posição intermediária entre o Céu e a Terra, unindo os dois. De um lado, está sob a proteção divina e sua vitória é abençoada por Deus. De outro, submete os bárbaros e os coloca sob sua autoridade.

As atividades dessa seção ressaltam a diversidade de fontes que são utilizadas pelos historiadores para a escrita da História. Esse aspecto pode ser ressaltado também durante o trabalho de explicação dos conteúdos do capítulo a partir dos objetos que aparecem nas imagens que acompanham o texto.

Para recordar (*O mundo entre os séculos V e VI*)

Não, o esquema-resumo nos mostra que na Idade Média havia uma enorme diversidade de modelos de organização social, política e econômica, bem como diferentes padrões culturais. Em determinadas ocasiões, esse modelos e padrões conviviam de maneira mais ou menos pacífica, a despeito de suas diferenças, como nas situações em que mercadores árabes-muçulmanos negociavam tanto com reis africanos pagãos como com cristãos orientais, e mercadores cristãos eram recebidos pelos imperadores chineses, mas em outras ocasiões entravam em choque, como no episódio que opôs o papa e o imperador bizantino, culminando na separação das Igrejas Católica e Ortodoxa. Nesse período, apenas as civilizações americanas mantiveram-se afastadas das demais, em virtude do seu isolamento geográfico.

Exercícios de História

1. **Leitura e análise de documento**

a) Por meio de viajantes e mercadores que negociavam com o reino.

b) A maior riqueza era o ouro, que era controlado pelo rei.

c) Apontam para a existência de uma monarquia com poder centralizado, que controlava rigorosamente a economia do país.

d) Pelo contrário. Sugere a existência de Estado organizado e de um governo forte, que conta com um corpo de funcionários capazes de controlar a entrada e a saída de mercadorias do reino, e cobrar impostos sobre elas.

2. **Leitura e construção de analogia**

A Muralha da China foi construída para funcionar como uma poderosa barreira, primeiro contra os ataques de vizinhos ao reino de Quin e, depois, contra a invasão de povos estrangeiros ao império unificado, principalmente os nômades do norte. Da mesma maneira, a instalação de um sistema de *firewall* na rede chinesa visa impedir o "ataque" de influência indesejada estrangeira e frear internamente a difusão de conteúdos considerados subversivos pelo governo comunista. Contudo, assim como a muralha não pôde impedir a conquista da China pelos mongóis, também o sistema de proteção à rede tem falhas e não consegue bloquear completamente a transmissão de informações proibidas. Assim, em longo prazo, pode ocorrer que a China acabe "conquistada" por forças estrangeiras, no caso, o sistema capitalista.

Sugerimos o fornecimento de algumas informações gerais sobre a situação política da China atual a fim de apoiar a comparação proposta. O exercício pode se tornar muito interessante na medida em que propõe uma reflexão sobre as diferentes maneiras que os governantes, ao longo da história, procuram controlar os grupos oposicionistas. Ressalta também que todo governo sempre tem oposição e que a homogeneidade nunca é possível.

3. **Comparação e análise**

a) Para Kenneth Clark, só se pode afirmar que um determinado povo constituiu uma civilização de fato quando são encontrados vestígios de grandes obras de engenharia e arquitetura. Essas obras testemunham a existência de um povo cuja organização seria sólida, pensada em longo prazo.

b) Não. Para ele a realização de grandes obras está mais relacionada às necessidades materiais experimentadas por um povo do que ao seu grau de desenvolvimento. Ele argumenta que, talvez, os antigos habitantes da região amazônica, onde se desenvolveu a cultura marajoara, não tenham construído grandes obras não porque não fossem capazes de fazê-lo, mas simplesmente porque não precisaram delas.

c) Não, pois as diferentes formas de organização econômica, política e social podem produzir realidades muito complexas e distintas, de maneira que é muito difícil definir uma civilização por um único aspecto ou característica isolada. A definição depende de uma análise do conjunto de seus elementos e, em função dos critérios adotados nessa análise, as opiniões dos especialistas podem variar.

Aqui é possível retomar o conceito de civilização trabalhado no capítulo 3. Pode-se acrescentar à discussão conceitual e às questões relacionadas à formação dos alunos o aspecto referente à pluralidade de pontos de vista entre os estudiosos.

anotações

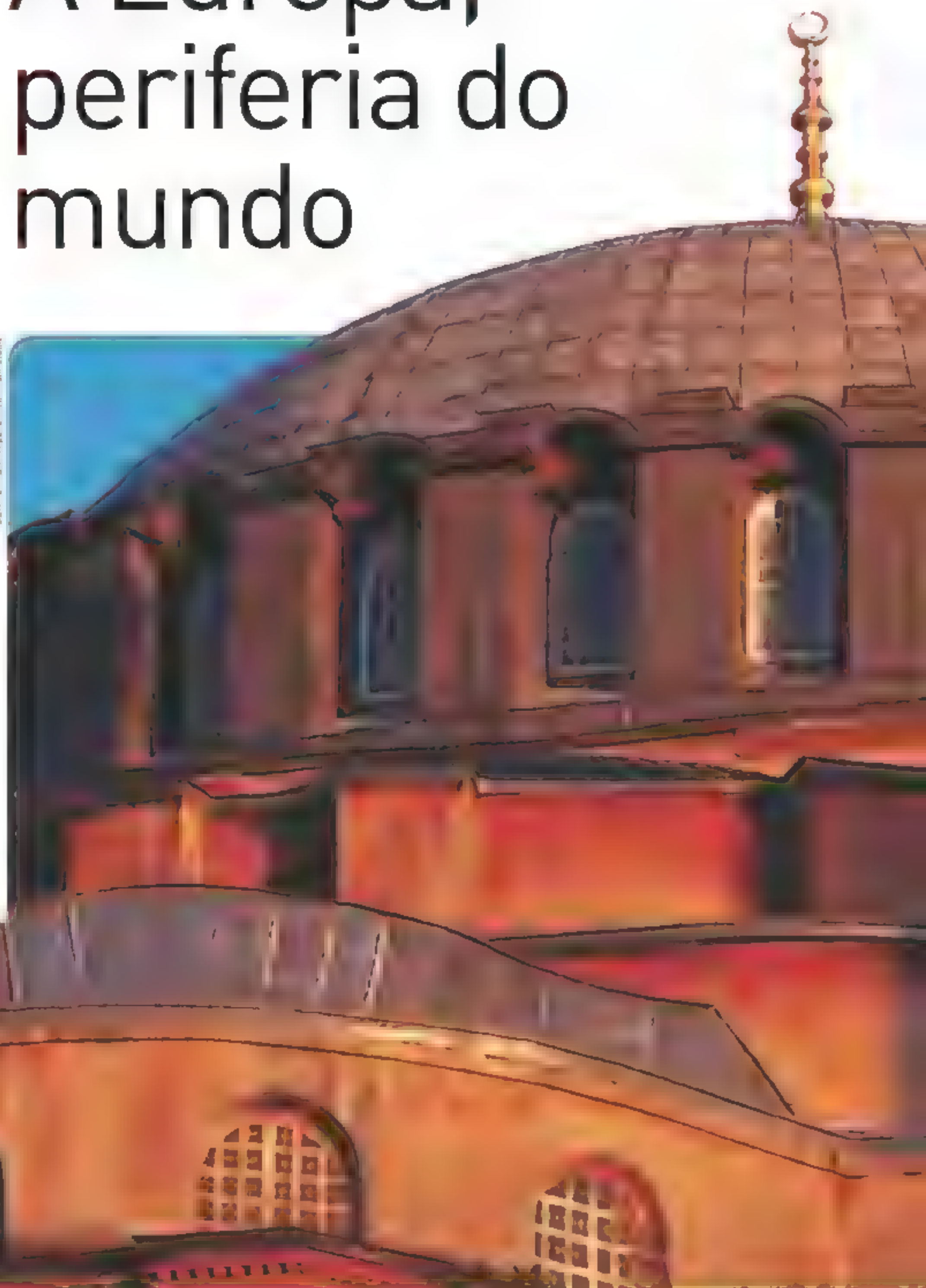
UNIDADE

3

A Europa, periferia do mundo

Discutindo a História

Kunstindustrimuseet, Oslo, Noruega/ The Bridgeman/Keystone

Detalhe de tapeçaria normanda do século XII

POR QUE IDADE MÉDIA?

Médio é uma palavra que usamos para designar algo que está no meio, em uma posição intermediária entre um ponto e outro. Na periodização eurocêntrica estabelecida no século XVIII, a Idade Média estaria no meio da História, entre a Idade Antiga e a Idade Moderna. Assim, o período de aproximadamente mil anos, que vai convencionalmente da desagregação do Império Romano do Ocidente – após sua ocupação pelos hérulos em 476 – até a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos em 1453, foi chamado de Idade Média. Mas essa indicação, especialmente hoje, para nós que vivemos na Idade Contemporânea, ficou deslocada.

Durante muito tempo, os estudiosos associaram ao período medieval as ideias de atraso, retrocesso, *escuridão* cultural, sob a alegação de que a Igreja, ao dominar todas as esferas da vida das pessoas, teria impedido o avanço do pensamento, da política e das artes.

A construção desse pensamento foi fundamentada pela comparação do longo período medieval com o chamado "renascimento". Entre os séculos XIV e XVI, se generalizou na Europa uma série de movimentos artísticos e científicos que tinham em comum o rompimento com valores do período anterior e a recuperação de ideais e modelos da Grécia e da Roma antigas. Esses movimentos receberam o nome de **Renascimento**, trazendo a ideia de que, na Idade Média, a ciência e as artes haviam ficado paralisadas.

Turco-otomanos: a palavra *turco* remete às populações da região central asiática. No século V, os chamados *gokturco* apareceram como os sucessores da civilização dos hunos que comandavam a Ásia Central. Em um processo de expansão pelo Império Bizantino, turcos convertidos ao islamismo (chamados de **selêucidas**) dominaram regiões da Península Ática nos séculos XI e XII. Grupos seminômades se deslocaram do norte para o oeste da Pérsia, aliando-se aos selêucidas. Esses grupos se fixaram em uma região próxima ao Império Bizantino e desenvolveram um estado centralizado. Um dos monarcas foi Osman I (ou Othman), nome que teria originado a denominação turco-otomano.

Museu Topkapi, Istambul/The Bridgeman/Keystone

Osman I, representação em tinta e folhas de ouro sobre papel, do século XVI

Vista do domo da igreja de Santa Sofia, construída entre 532 e 537 em Constantinopla, atual Istambul, Turquia. No detalhe, astrolábio do século XIV, de Milão.

Os renascentistas foram muitas vezes vistos como os continuadores dos ideais científicos, artísticos e estéticos das civilizações clássicas. Era como se houvesse um grande intervalo entre os antigos gregos e romanos e os renascentistas de então.

IDADE MÉDIA – IDADE DAS TREVAS?

Até o início do século XX, as análises sobre a Idade Média foram bastante influenciadas pelos historiadores da arte, para os quais a arquitetura, a pintura e a escultura medievais eram culturalmente inferiores em relação à produção da Antiguidade clássica. Durante o Renascimento, a Idade Média foi considerada o tempo do primitivismo, do atraso e do empobrecimento da cultura europeia, a ponto de os ingleses terem criado uma expressão que se tornou famosa para designar esse período: *Dark Ages*, Anos Escuros, ou Idade das Trevas, das Sombras.

Os intelectuais que inspiraram a Revolução Francesa, de 1789, também tiveram um papel importante na construção desse pensamento. Isso porque associaram a Idade Média aos privilégios da nobreza e do clero, à exploração servil dos camponeses e à restrição das atividades econômicas ao ambiente rural.

No século XIX, essa forma pejorativa de identificar a Idade Média foi aos poucos sendo revertida por um movimento conhecido como Romantismo, que, das artes às ciências, começou a revalorizar os elementos e heranças medievais.

Já no século XX, estudiosos como Henri Pirenne e Marc Bloch mostraram a riqueza e a importância cultural desse período europeu. Eles analisaram, entre outros aspectos, a complexa organização social das novas aldeias ou burgos, com a instalação planejada de castelos, fortificações e casas de camponeses. Mostraram que foi durante a Idade Média que surgiram mercadores preparados para viajar longas distâncias e cruzar os limites locais, ligando terras cristãs com culturas pagãs do norte e leste da Europa e da Ásia.

pagão: adepto de crenças religiosas politeístas, aquele que não segue as religiões judaico-cristãs.

Alamy/Other Images

A foto de 2008 mostra o Castelo Caerlaverock, na Escócia, construído na segunda metade do século XIII. Na Idade Média, os castelos serviam como residência fortificada para o rei ou para o senhor feudal. Também eram utilizados como prisão e para guardar armas e tesouros do reino.

Marc Bloch defendeu em suas obras que a Idade Média não foi inerte em relação à tecnologia. Nesse período houve algumas invenções importantes para a época, e muitas técnicas rurais e artesanais foram difundidas.

Parte dessa nova abordagem da Idade Média origina-se da evolução das técnicas de pesquisa, que permitiu resgatar, estudar e analisar, sob novo olhar, a cultura material, as obras de arte, as informações sobre demografia, as técnicas rurais e artesanais, a alimentação etc. Enfim, aprofundando a visão dos historiadores, passou-se

a valorizar o estudo da Idade Média não só com base em documentos escritos, mas também contando com fontes diversificadas – o que é fundamental, considerando-se que pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas naquele período e que o conhecimento histórico se faz a partir de diferentes olhares, vozes, vestígios e registros.

IDADE MÉDIA – ONDE?

Da mesma maneira que não se pode considerar aceitável a ideia de que entre 476 e 1453 o mundo tenha ficado coberto por um manto de trevas culturais, também é distorcida a ideia de que o mundo inteiro tenha passado pelos mesmos acontecimentos ocorridos na Europa. É preciso lembrar que a Idade Média é uma periodização que está circunscrita ao continente europeu, e não a toda a humanidade.

Se mudarmos o ponto de vista, poderemos dizer que, durante a Idade Média, a Europa era apenas a "periferia" do mundo muçulmano: tinha uma população relativamente pequena e estava cada vez mais isolada das principais rotas de comércio, que passavam pelo Mediterrâneo oriental. No mundo muçulmano, a matemática e a astronomia eram bem mais desenvolvidas que na Europa, e foi a esses conhecimentos que os europeus recorreram, no final da Idade Média, para realizar as navegações pelo Atlântico.

Museu Condé, Chantilly

▲ Iluminura medieval representando a colheita. Livro de Horas, Duque de Berry, século XV.

Na América, por sua vez, também floresciam civilizações que, posteriormente (século XVI), impressionariam os conquistadores europeus pela grandiosidade de suas cidades e arquitetura, como a capital dos astecas, Tenochtitlán, atual Cidade do México.

É essencial compreender, portanto, que a Idade Média é um período com algumas características homogêneas e que se refere à Europa. Não é uma periodização a ser aplicada a outras regiões do mundo, embora alguns conceitos – como o de feudalismo que veremos adiante – possam ser utilizados para analisar circunstâncias históricas parecidas em outras lugares.

Iluminura: ilustração feita em manuscritos da Idade Média. É semelhante a "miniatura", outro tipo de ilustração. A miniatura, porém, caracteriza-se por ornamentos e cores simples, enquanto a iluminura lança mão de maior variedade e gradação de cores.

POR QUE ESTUDAR A IDADE MÉDIA?

O estudo da Idade Média é muito importante para nós, pois a herança europeia tem um papel significativo na formação da sociedade brasileira. Em outras palavras, as heranças medievais da Europa são importantes para compreendermos a nós mesmos. O historiador francês Jacques Le Goff afirma que é nesse período que se originam elementos importantes da atualidade, como a matriz de nossas redes urbanas, o sistema de ensino, incluindo o sistema universitário, e até mesmo formas de comportamento, "a maneira de nos enamorarmos" e de constituirmos família. Para outro historiador, o brasileiro Hilário Franco Jr., a Idade Média também pode ser compreendida como o período de nascimento do Ocidente.

CAPÍTULO 6

O Império Bizantino, o Islã e o panorama mundial

Mosaico do século VI, localizado na Igreja de San Vitale em Ravena, Itália. Ao centro está representado Justiniano I, imperador bizantino

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Permanências e mudanças

Apesar da importância do Império Romano, quando ele desapareceu no Ocidente, a vida das pessoas continuou seu ritmo normal. Para a maior parte da humanidade – vivendo no Extremo Oriente, África, Oceania e América, por exemplo – nada mudou, porque tinham pouco ou nenhum contato com os romanos. Entre os povos que se libertaram da dominação imperial, marcas de Roma continuaram presentes por muitos séculos, na cultura, na religião, na administração, e em diversas formas de convivência. Na Europa que sobrevive ao fim do Império, é possível identificar mudanças na organização social, política e cultural. Na passagem da Idade Antiga para a Idade Média, período inicial que foi denominado Alta Idade Média, devemos ficar atentos tanto às mudanças quanto às permanências em relação ao período anterior.

O que sobreviveu das velhas estruturas? Como ocorriam as modificações ou as adaptações aos novos tempos? E hoje, o que retemos, transformamos e desprezamos em relação a períodos anteriores da nossa história? O quanto a história medieval europeia afetou o restante do mundo? Que escolhas se pode fazer para falar sobre esse período?

O IMPÉRIO ROMANO COM CAPITAL EM BIZÂNCIO

Tomando o início da denominada Idade Média europeia, observando que para os bizantinos de então não existia Império Bizantino, denominação dada pelos turcos muito tempo depois, e nem Império Romano do Oriente: somente Império Romano. Leia a seguir um texto sobre a permanência do Império Romano.

A CONTINUIDADE DO IMPÉRIO ROMANO

Quando pensamos na Idade Média, tendemos a pensar na queda do Império Romano e na vitória dos bárbaros. [...] Todavia, as coisas não foram realmente assim, posto que o Império Romano, na verdade, não caiu. Manteve-se durante a Idade Média. Nem Europa nem América seriam como são na atualidade se o Império Romano não tivesse continuado a existir depois de sua suposta queda. [...] A metade oriental do Império Romano permaneceu intacta, e durante séculos ocupou o extremo sudeste da Europa e as terras contíguas na Ásia.

Essa porção do Império Romano continuou sendo rica e poderosa durante os séculos em que a Europa Ocidental estava debilitada e dividida. O império continuou sendo ilustrado e culto em um tempo em que a Europa Ocidental vivia na ignorância e na barbárie. O império, graças ao seu poderio, conteve forças cada vez maiores dos invasores orientais durante mil anos; e a Europa Ocidental, protegida por essa barreira de força militar, pôde desenvolver-se em paz até que sua cultura formou uma civilização especificamente sua.

O império do sudeste transmitiu ao Ocidente tanto o direito romano como a sabedoria grega. Legou-lhe a arte, arquitetura e costumes [...]

Mas finalmente a Europa se fortaleceu e foi capaz de defender-se a si mesma, enquanto o império foi se esgotando. E de que maneira agradeceu a Europa Ocidental o que havia recebido? Com uma atitude de desprezo e de ódio. Fez todo o dano que pôde ao desamparado resíduo do grande império [...] e se negou a qualquer tipo de socorro. A ingratidão continuou ainda depois da morte, porque a história desse império é praticamente ignorada em nossas escolas, e quando se fala de algum fragmento dela, isso é feito sem simpatia.

ASIMOV, Isaac. *Constantinopla: el imperio olvidado*. Madri: Alianza Editorial, 2004. p. 2

O escritor Isaac Asimov (1920-1992) geralmente é lembrado por sua obra de ficção científica, com clássicos como *Eu, robô* e *O homem bicentenário*. Mas Asimov, professor de Bioquímica nascido na Rússia, também escreveu uma obra de divulgação histórica, de cujo livro sobre Constantinopla foi extraído o trecho acima. Seu texto pode ser criticado por vários ângulos. Em primeiro lugar, ele sustenta a visão de Idade Média como Idade das Trevas, afirmando que a Europa medieval "vivia na ignorância e na barbárie", o que não é aceito pela historiografia atual; para ele, a porção oriental do Império Romano permaneceu inalterada ao longo de mil anos, o que também não é aceitável do ponto de vista histórico; e por fim Asimov vê a Europa Ocidental e essa porção oriental do Império Romano como se fossem pessoas que tivessem sentimentos generosos ou negativos um com o outro, o que é apenas um recurso literário, e não algo que se possa sustentar historicamente.

Asimov tem razão, todavia, quando chama a atenção para a **continuidade**. Afinal não é por ter uma nova capital (Bizâncio) que o Império Romano deixaria de ser ele mesmo (o Brasil também mudou de capital federal e não deixou de ser o Brasil). Embora se alterasse ao longo do tempo, Bizâncio manteve a herança romana, mesclando-a aos poucos com elementos orientais. Manteve o cristianismo em unidade com Roma até o século XI, quando passou a ter um cristianismo independente. Quando o texto foi escrito por Asimov, essa questão da continuidade era pouco considerada pela historiografia europeia, situação que aos poucos vem mudando, dentro da necessidade de entender o mundo como um todo, e não apenas as partes que julgamos mais importantes só porque se relacionam diretamente conosco.

A cidade de Constantinopla (a antiga Bizâncio dos gregos, hoje Istambul, na Turquia), capital do Império Bizantino, sempre praticou um comércio dinâmico e uma agricultura rentável. Por isso, foi menos atingida pela crise do escravismo, quando o expansionismo dos romanos se paralisou e, consequentemente, o número de prisioneiros de guerra se reduziu.

Na ordem política, a autoridade máxima era o imperador, ao mesmo tempo chefe do exército e da Igreja. Ele era auxiliado por uma vasta burocracia, fundamental nas estruturas políticas imperiais.

O mais famoso imperador bizantino foi Justiniano (527-565), responsável pela temporária reconquista de grande parte do Império Romano do Ocidente, incluindo a própria cidade de Roma (veja o mapa na página seguinte). Seu maior legado foi a compilação

das leis romanas desde o século II, o *Corpus Juris Civilis* (frase em latim que significa, em português, **Corpo do Direito Civil**): uma revisão e atualização do direito romano que serviu de base para os códigos civis de diversas nações na atualidade.

Apesar de preservarem tradições jurídicas e administrativas romanas, os bizantinos sofreram clara influência helênica: o grego era a língua popular predominante, superando até mesmo o latim nos decretos imperiais. Tão grande era o predomínio que, no século VII, o grego foi transformado em idioma oficial do império.

A expansão bizantina

Allmaps. Arquivo da editora

Adap. BARBERIS, Carlo. *Storia antica e medievale*. Milão: Casa Editrice G. Principato S.p.A, 1997. p. 75.

O Império Bizantino alcançou sua maior extensão com Justiniano no século VI, época de intensa troca comercial no Mediterrâneo e com povos orientais.

Durante o governo de Justiniano foi construída a **Catedral de Santa Sofia**, monumento arquitetônico no estilo bizantino, com abóbadas e mosaicos voltados para a expressão da fé cristã (veja imagem abaixo).

Ao auge do governo de Justiniano, no século VI, seguiu-se um longo período de declínio com alguns intervalos de recuperação, culminando na desagregação do Império Bizantino em 1453, quando os turco-otomanos tomaram Constantinopla. Do século VI ao século VIII, sucederam-se crescentes pressões nas fronteiras orientais desse império, bem como sobre seus domínios no Ocidente. Os gastos com guerras se elevaram, bem como as dificuldades econômicas e administrativas. O território encolheu progressivamente.

Cisterna da Basílica é o nome dessa construção, em Istambul, localizada próximo da Catedral de Santa Sofia. Trata-se de um grande reservatório subterrâneo com o teto sustentado por colunas de mármore. Foi construída a mando do imperador Justiniano I. Foto de 2008.

Catedral de Santa Sofia, Istambul, Turquia. Foto de 2008.

Peter Chambers. Alamy/Other Images

UM OUTRO OLHAR SOBRE BIZÂNCIO

Até princípios do século VIII, Bizâncio desfrutou de grande prestígio no Ocidente. Pelo menos formalmente, este reconhecia a superioridade do sucessor cristão do Império Romano. [...]

Todavia, a ideia de uma romanidade cristã englobando Oriente e Ocidente e unida sob a autoridade do soberano de Constantinopla não resistiu ao choque das invasões, às evoluções culturais divergentes, aos sobressaltos das heresias orientais em face das quais o papa aparece como o mais importante guardião da ortodoxia...

BALARD, Michel. Bizâncio visto pelo Ocidente. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Coordenação de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. São Paulo: Edusc, 2002. p. 129 e 131. (Texto adaptado)

Coleção Stapleton, Londres/The Bridgeman/Keystone

No século V, o imperador Theodosio II determinou a construção de muralhas ao redor da cidade de Constantinopla. As muralhas estendem-se por 7 km, com torres e fossos ao longo de seu trajeto. Ao lado, representação da cidade fortificada, em iluminura alemã do século XV.

No Império Bizantino predominava o cristianismo, embora com características diferentes das que teve na parte ocidental do império. A Igreja funcionava em estreita ligação com o poder imperial, cabendo ao imperador, por exemplo, ser o principal chefe da Igreja – cesaropapismo –, diferentemente do que ocorria no Ocidente. Além disso, os religiosos de Constantinopla não se submetiam ao poder do papa – em meio à crise final do Baixo Império, o bispo de Roma, com apoio do imperador, havia sido elevado à chefia de toda a Igreja (em 455), tornando-se o primeiro papa da cristandade, com o nome de Leão I.

Havia também divergências quanto à doutrina e à interpretação do antigo e do novo testamento. Um exemplo eram os que defendiam que Cristo possuía somente a natureza divina, negando sua forma humana (monofisismo). Outro, era quanto ao culto dos ícones, as imagens representando santos, a Virgem Maria e Cristo. Entre os séculos VIII a IX, desencadeou-se um movimento de destruição de imagens, tidas como indutoras da idolatria, prática que, segundo algumas interpretações, seria condenada pelo texto bíblico. O movimento, conhecido como **iconoclastia**, foi tornado oficial pelo imperador Leão III no século VIII, e seguido por seus sucessores: Constantino V, Constantino VI e Leão V. Essas atitudes ativaram divergências com o comando cristão papal, sediado em Roma, que contestou tais medidas, condenando os iconoclastas.

ícone: do grego *eikon* ("imagem"), representação sacra pintada sobre um painel de madeira.

O CULTO ÀS IMAGENS

A utilização de imagens e representações de pessoas santificadas ou do próprio Cristo em pinturas, esculturas e figuras decorativas foi bastante comum nos ritos bizantinos.

Controlada pelos monges, a confecção desses ícones gerava grandes recursos e enriquecimento, vistos como fonte de poderes que ameaçavam a supremacia imperial. No Ocidente, apesar das tentativas de controlar o culto às imagens desenvolveu-se uma importante tradição iconográfica, com as imagens bíblicas presentes na arquitetura, por exemplo. As basílicas e os mosaicos eram encontrados tanto nas práticas artístico-cristãs orientais quanto nas ocidentais. Grande parte da iconografia de Constantinopla foi destruída pelos iconoclastas, pelas cruzadas ou pelos muçulmanos. Parte da tradição se manteve em regiões com influência do Império Bizantino, como a Rússia e os Bálcãs.

iconográfica: relativo a ícones, imagens, como pinturas, quadros, esculturas, retratos, medalhas e qualquer espécie de monumento, sem que se leve em conta o valor estético.

Alinari de Photodravel/... dimstock

Detalhe de mosaico da Igreja de Santa Sofia, de cerca de 912, que mostra o imperador bizantino Leão VI se ajoelhando diante de Cristo.

A iconoclastia foi um dos principais motivos da desestruturação da unidade cristã. Além disso, questionando os dogmas cristãos defendidos pelo clero que seguia o papa de Roma, os bizantinos deram origem a algumas **heresias**, correntes doutrinárias discordantes da interpretação cristã tradicional.

dogma: do grego *dokein* ("opinião", "decreto"). No cristianismo, dogmas são as verdades reveladas, indiscutíveis, propostas pelas autoridades da Igreja e que devem ser aceitas por todos os cristãos.

Esse panorama de tensões, alimentadas pelas diferenças entre o Oriente e o Ocidente, além das disputas pelo poder entre o papa e o imperador, culminaram na divisão da Igreja em 1054. Surgiu uma cristandade oriental, chefiada pelo imperador – a Igreja cristã ortodoxa, com sede em Constantinopla –, e uma ocidental, a Igreja católica apostólica romana, com sede em Roma e sob o comando do papa. O episódio recebeu o nome de **Cisma do Oriente** e consolidou as diferenças entre as tradições e as formas de organização do culto em cada uma das Igrejas.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de imagens

→ Observe abaixo o mapa da cidade de Constantinopla. Ele foi desenhado em 1422 pelo cartógrafo florentino Cristoforo Buondelmonte. Depois, responda às questões.

Biblioteca Britânica, Londres/The Bridgeman/Keystone

▲ Mapa de Constantinopla desenhado pelo cartógrafo Cristoforo Buondelmonti, século XV.

a) Com o auxílio de um atlas, identifique as principais referências geográficas mostradas no mapa.

b) O mapa oferece alguma pista sobre qual era a principal atividade econômica da cidade? Explique.

c) Que elementos do mapa de Constantinopla ajudam a entender por que os imperadores bizantinos conseguiram resistir à onda de invasões bárbaras que fez cair o Império Ocidental?

d) Levante uma hipótese para explicar a utilidade de um mapa de Constantinopla para os florentinos.

→ Abaixo está reproduzido um relevo bizantino do século VI. Feito em marfim, é conhecido como *O imperador triunfante*. Observe-o com atenção e, depois, responda às questões.

Museu do Louvre, Paris. The Bridgeman-Keystone

◂ *O imperador triunfante*, relevo em marfim, século VI.

a) Qual das figuras esculpidas domina a composição? Descreva-a.

b) A que personagem da sociedade bizantina você associaria a figura principal?

c) Que elementos da imagem levaram os pesquisadores a chamarem-na de *O imperador triunfante*?

d) Observe as imagens localizadas acima e abaixo da figura principal. O que elas representam?

e) A figura situada logo abaixo do cavaleiro, tocando a pata do cavalo, simboliza a terra. Que elementos indicam isso?

f) Note que o topo da lança do cavaleiro toca a imagem superior, ao passo que as patas do cavalo estabelecem a ligação com as imagens inferiores. Como você interpreta a posição do cavaleiro?

E QUEM NÃO ESTAVA NO SÉCULO V?

Em princípio essa pergunta parece estranha, não é mesmo? Se todos estão inseridos no mesmo tempo físico, astronômico, parece que as periodizações devem servir para todos. Mas não é assim. No quadro final da chamada Antiguidade clássica, por exemplo, só "estava" no século V quem fazia parte de alguma sociedade cristã. A Igreja foi uma das poucas instituições que sobreviveram intactas à desagregação do Império Romano do Ocidente. Utilizando boa parte de sua estrutura, expandiu-se até as fronteiras tanto do antigo império do Ocidente quanto do Império Romano do Oriente, ou Bizantino (veja o mapa a seguir). Mas havia povos que "não estavam" no século V, porque não se pautavam pelo cristianismo e tinham outros marcos para contar e medir seu tempo.

Expansão do cristianismo

Allmaps: Arquivo da editora

Áreas fortemente cristianizadas em c. 325
Áreas amplamente cristianizadas em c. 600

Adap. ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 93.

NA ÁFRICA

A totalidade da África do Norte era parte integrante do mundo clássico e do começo da Idade Média, mas só lentamente os ocidentais tomaram conhecimento do resto do continente africano. Em 429, no decorrer das "andanças tribais" dos povos germânicos, os vândalos passaram da Espanha ao norte da África e estabeleceram um reino que englobou grande parte da Argélia e Tunísia atuais, com seu centro em Cartago. A província foi reconquistada pelo Império Bizantino (533-48), mas as invasões muçulmanas do século VII provocaram uma radical e permanente alteração nas estruturas políticas do mundo mediterrâneo. Em 700, todo o norte da África estava em mãos muçulmanas e, 20 anos depois, também a maior parte da Espanha. Mercadores muçulmanos abriram rotas através do Saara desde o século VIII e seu controle político do Egito e do vale do Nilo asseguraram o contato contínuo com o Sudão e a Etiópia, e o perfeito conhecimento dessas regiões.

LOYN, Henry R. (org.). Verbete "África". *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

No período em que a Europa estava conturbada com a desagregação do Império Romano do Ocidente, na África estavam florescendo reinos importantes, entre eles os de Axum, Gana e os da Núbia. As informações de que se dispõe sobre eles é restrita. Isso se deve, em parte, à falta de interesse

em estudar a história africana que predominava até algumas décadas atrás. Em parte, também faltam documentos escritos preservados, embora os pesquisadores disponham de ricas fontes arqueológicas, bem como da linguística histórica e da tradição oral:

> Qualquer adjetivo seria fraco para qualificar a importância que a tradição oral tem nas civilizações e culturas africanas. Nelas é a palavra falada que transmite de geração a geração o patrimônio cultural de um povo. A soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o domínio das forças ocultas que cercam o homem, o segredo da iniciação nos diversos ofícios, o relato dos eventos do passado ou contemporâneos, o canto ritual, a lenda, a poesia – tudo isso é guardado pela memória coletiva, a verdadeira modeladora da alma africana e arquivo de sua história. Por isso já se disse que "cada ancião que morre na África é uma biblioteca que se perde".
>
> BÂ, Amadou Hampaté. A palavra, memória viva na África. In: Correio da Unesco. *A África e sua história*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1979. p. 17.

O Reino de Axum

Nesta obra, já estudamos alguns aspectos da história da África ao discorrer sobre os primórdios da humanidade, a civilização egípcia (conquistada pelos persas no século VI a.C. e depois dominada por gregos, macedônios e romanos) e a disputa entre Cartago e Roma pela hegemonia do Mediterrâneo. Também vimos, no capítulo 3, o Reino de Kush, que foi um importante produtor de ouro e centro de ligação comercial entre o nordeste e o centro africano. Observe, no mapa abaixo, a localização do Egito e de Cartago no continente africano.

Reinos africanos

Adap.: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORI, Giuseppina. *Il corso della storia 2*. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 56.

Em 325 d.C., o Reino de Kush foi conquistado pelo Reino de Axum, que surgiu em torno do chamado Chifre da África – região ao sul do Mar Vermelho e da Península Arábica, cuja forma se assemelha à de um chifre de rinoceronte (veja o mapa ao lado). A região, além de fértil para a agricultura, é estratégica para o comércio que envolve desde a região do Egito até a Índia e a China, por meio do Oceano Índico, rota de intenso movimento desde a Antiguidade.

Os achados arqueológicos indicam que o norte da atual Etiópia, onde se situa Axum, e o sul da atual Arábia desenvolveram-se de forma integrada durante a Antiguidade, pois objetos e inscrições são muito parecidos. Esses achados também permitem concluir que havia uma vida urbana intensa nessa região, provavelmente resultante da atividade agrícola e mineradora.

A cidade de Axum, capital do Reino de Axum, cresceu mais rapidamente que as demais e expandiu sua influência sobre elas – não se sabe ainda se por imposição militar ou não. Os axumitas – habitantes de Axum – negociavam com comerciantes de muitas partes do mundo, e, para defender seus interesses, combatiam a pirataria no Golfo de Aden e no Mar Vermelho. Provavelmente por isso, expandiram sua influência para além de sua região de origem, principalmente para o sul da Arábia, o que garantia o controle do Mar Vermelho.

A partir do século III, os axumitas – que tinham um alfabeto próprio – começaram a cunhar suas moedas. A análise dessas moedas permitiu identificar o nome de alguns de seus reis entre os séculos III e IV.

Mais à frente, no momento em que a Europa Ocidental adentra o século V, Axum continuava com intensas atividades comerciais, associadas a uma ampla rede de navegação. O cristianismo se expandia no reino, e várias igrejas foram construídas. Com o fortalecimento do reino, formou-se uma rica nobreza que construiu grandes palácios. Axum foi ainda um grande aliado comercial e militar de Constantinopla em disputas com reinos rivais, como os persas.

O poderio do Reino de Axum foi barrado no século VII pela unificação islâmica promovida por Maomé e pela posterior expansão desse movimento, que transformou o Mar Vermelho e o Mediterrâneo em espaços muçulmanos. Nesse período medieval, prevaleceu a conquista árabe de todo o norte africano, responsável pela introdução da religião islâmica no continente.

MONUMENTOS AFRICANOS

Um dos materiais de grande interesse arqueológico em Axum são as ruínas de monumentos e tumbas. O antigo reino africano tem 176 obeliscos gigantes, o maior deles com 33 metros de altura, esculpidos com o emblema do reino.

Um dos obeliscos, construído pelo rei Ezana no século IV para marcar a conversão do reino ao cristianismo, provocou crises diplomáticas entre a Etiópia e a Itália: durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas do ditador fascista italiano Benito Mussolini (1883-1945) invadiram a Etiópia e levaram para a Itália o obelisco de 180 toneladas e 24 metros de altura.

O monumento permaneceu numa praça de Roma até 2005, quando foi desmontado e devolvido a Axum.

National Geographic/Getty Images

▲ Obeliscos monolíticos em Axum, Etiópia. Foto de 2008.

O Reino de Gana

Na África ocidental, a oeste de Axum, por volta do século IV, consolidou-se outro reino, com a unificação de vilarejos estabelecidos entre os rios Níger e Senegal e o deserto do Saara: o Reino de Gana (veja mapa na página seguinte). Não era um império como o romano, em que o imperador unificava os territórios conquistados e lhes impunha seu domínio e suas leis. Em Gana, a dominação sobre as cidades, aldeias e grupos humanos visava a cobrar tributos e engrossar as fileiras de soldados, lavradores e servidores:

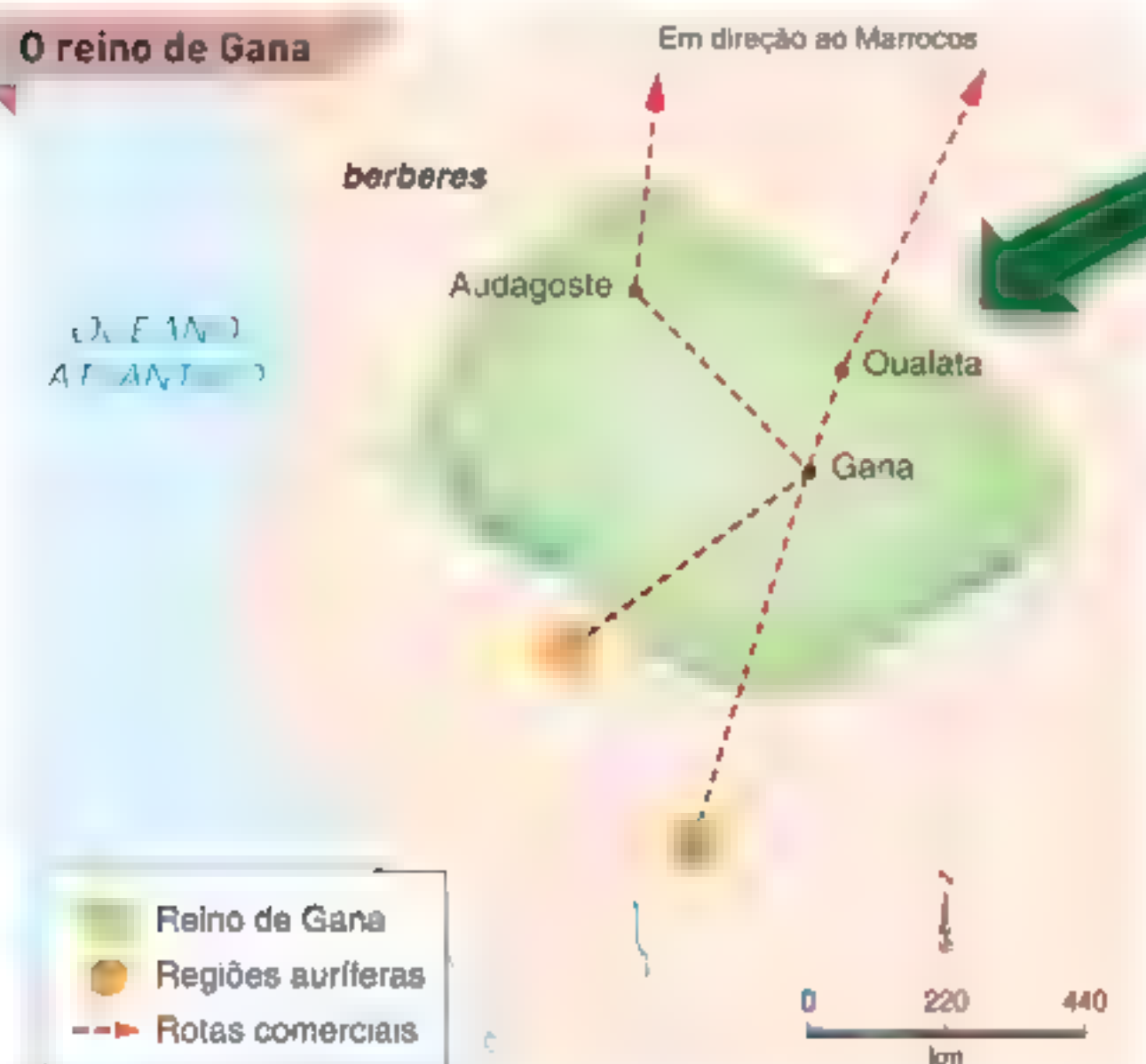
Gana, como Estado, possuía um núcleo coeso de poder, mas era sobretudo uma enorme esfera de influência. Nele, havia povos que respondiam diretamente ao rei e outros que, sujeitos a seus sobas [chefes] tradicionais, apenas se sabiam ligados ao caia-maga [soberano de Gana] por vínculos espirituais, pelo dever militar e pelo pagamento de tributos. As mais diversas formas de organização política conviviam dentro do reino, cuja frágil estrutura era quiçá permanentemente refeita pela ação das armas, com cisões e acréscimo de súditos, e mantida pela divisão dos povos em segmentos de nobres, homens livres, servos e escravos.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 277.

Articulados com os povos nômades do deserto, denominados *berberes*, os ganeses e os habitantes de reinos próximos procuravam manter o controle das rotas comerciais pelas quais os produtos africanos integravam-se ao comércio oriental. Os principais produtos comercializados em Gana eram ouro (que valeu à região a denominação Costa do Ouro), escravos (que sustentavam a economia do reino) e sal (importante para a conservação de alimentos e para a manutenção da saúde dos povos que cruzavam os desertos, uma vez que provoca a retenção de líquidos no organismo).

O Reino de Gana, que correspondia à área entre as bacias do alto Níger e do Senegal, adquiriu grande expressão com o surgimento e expansão do islamismo, pois beneficiou-se do desenvolvimento econômico e cultural propiciado pelas estruturas políticas imperiais dos muçulmanos. O auge da economia comercial em Gana se deu no século VIII.

O islamismo constituiu um dos centros de gravidade do mundo medieval, influenciando todo o Oriente Médio e expandindo-se para a África e mesmo para a Europa. Para entender o Brasil que começa a surgir da expansão portuguesa quase mil anos depois, é preciso entender também os árabes, que chegaram a dominar a Península Ibérica, onde se situam Portugal e Espanha.

O reino de Gana

Adap. LUGAN, Bernard. *Atlas historique de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris: Editions du Rocher, 2001. p. 70.

Divisão política atual

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Adap. SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 33. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 53; LUGAN, Bernard. *Atlas historique de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris: Editions du Rocher, 2001. p. 70.

OS ÁRABES E O ISLAMISMO

A Península Arábica é uma região desértica, com poucas áreas propícias ao estabelecimento de núcleos de povoamento permanente (oásis e áreas litorâneas). Seus primeiros habitantes foram tribos de nômades do deserto, os **beduínos**.

Por volta do século VI, mais de 300 tribos de origem semita habitavam a região, incluindo as tribos urbanas que ocupavam a faixa costeira do Mar Vermelho e do sul da península – área que tinha melhores condições climáticas e maior fertilidade do solo. Essas tribos concentravam se principalmente em Meca, sua principal cidade, e em Iatreb.

Semitas: povos pertencentes ao grupo linguístico semita, como os árabes e os hebreus. A origem do termo vem do Gênesis, livro do Antigo Testamento, referindo-se à linhagem de descendentes de Sem, filho de Noé. Se originaram na região da Etiópia ou Arábia e atualmente ocupam grande parte do Oriente Médio, indo do Mar Vermelho ate o Planalto Iraniano.

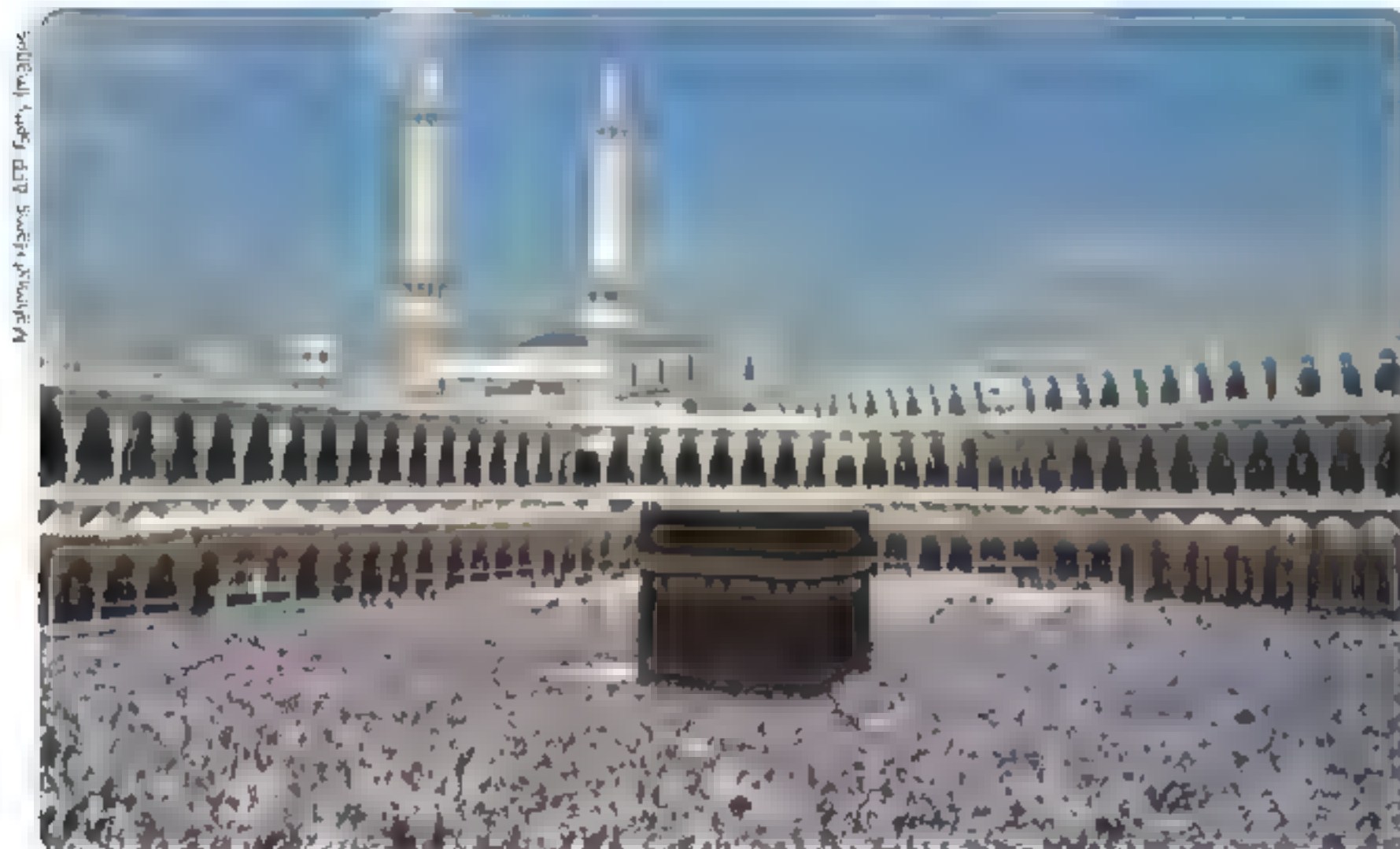
A importância de Meca era decorrente de seu valor comercial e religioso, uma vez que lá se encontrava a **Caaba**, santuário em que se depositavam as imagens dos diversos ídolos representando os deuses das tribos árabes. A tribo dos coraixitas detinha grande poder e prestígio e controlava a cidade de Meca.

Nascido em 570 e oriundo de uma família humilde da tribo coraixita, **Maomé** passou a difundir uma nova fé. Seus ensinamentos continham influências judaicas e cristãs e pregavam a existência de um deus único, Alá. Após a morte de Maomé, os fundamentos de sua crença – denominada islamismo – foram reunidos em um livro sagrado, o Corão.

Maomé condenava a peregrinação das tribos até Meca para idolatrar os vários deuses (politeísmo) representados na Caaba. Sentindo-se ameaçados, os coraixitas repudiaram a nova religião e expulsaram Maomé e seus seguidores, os quais se instalaram na cidade vizinha de Iatreb (que teve seu nome mudado para Medina, cujo significado "a cidade do profeta"). Essa fuga caracterizou, em 622, a **Hégira**, evento tomado como marco do início do calendário muçulmano.

Bem recebido em Iatreb, o profeta conseguiu o apoio dos comerciantes locais e a ajuda dos beduínos, que formaram um exército para conquistar Meca. Em pouco tempo, todos os povos árabes da península converteram-se ao islamismo, o que os unificou.

Após a morte de Maomé, em 632, o esforço de expansão religiosa prosseguiu. Esse empenho é chamado no islamismo de *jihad*, que significa a dedicação, a luta por conseguir a fé perfeita em sua própria consciência e na daqueles que ainda não a conhecem. Essa expressão também significa a "guerra santa" contra infiéis ou inimigos do islã.

Mahmoud Hams/AFP/Getty Images

islamismo: termo criado por Maomé, em árabe, islã significa "rendição" ou "submissão": seus seguidores têm a obrigação de obedecer à vontade de Deus

Caaba, na cidade de Meca, em foto de 2009, durante a peregrinação anual dos muçulmanos a este local. Observe ao centro a pedra negra, que teria sido oferecida por Alá a Ismael, filho de Abraão, considerado aquele que deu origem ao povo árabe. A peregrinação para Meca é um dos fundamentos do islamismo.

AFP/Getty Images

Muitas são as formas de as mulheres encobrirem os seus corpos e rostos. Em nome da chamada laicidade do estado, ou seja, a sua desvinculação de qualquer religião, alguns países restringem o uso das vestimentas religiosas em espaços públicos. Na França, proíbe-se o uso nas escolas e centros públicos. Nas imagens de 2009, exemplos de véus usados pelas mulheres islâmicas.

A expansão muçulmana

Adap. ALONSO, M. B. et al. *Geografia e historia*. 1.º ciclo. Madri: Anaya, 2000. p. 23.

Conquistada Meca, o Império Islâmico começava a se formar, conduzido pelo poder dos **califas**, como eram chamados os líderes árabes, ao mesmo tempo chefes religiosos e políticos.

A expansão do império se iniciou pelos vizinhos territórios bizantinos e persas e, durante a **dinastia Omíada** (661-750), avançou também para o Ocidente, tomando o norte da África e chegando à Península Ibérica. A expansão árabe em direção à Europa Ocidental só foi detida na Batalha de Poitiers (732), quando árabes e francos se enfrentaram. Observe o mapa acima.

A unidade do império foi quebrada sob a dinastia Abássida, que substituiu a Omíada em 750. Surgiram califados independentes, sediados em grandes cidades como Bagdá (no atual Iraque), Córdoba (na atual Espanha) e Cairo (no atual Egito).

A perda da unidade política foi acompanhada da divisão religiosa, com o crescimento de duas seitas principais: a dos **sunitas** e a dos **xiitas**. Os sunitas baseavam sua crença no Suna, livro de preceitos estabelecidos por Maomé; acreditavam na livre escolha dos chefes políticos pela comunidade de crentes. Os xiitas (do árabe, "seguidores de Ali"), por sua vez, defendiam que a autoridade política e religiosa deveria concentrar-se nas mãos de uma única pessoa que descendesse do profeta Maomé, exercendo o poder de maneira absoluta. Não admitiam outra fonte de ensinamento doutrinário que não fosse o Corão e seguiam as determinações de um grupo de religiosos – os *mujtahids*, cujos membros mais importantes são chamados de **aiatolás** (líderes espirituais).

As ações dos povos árabes tiveram consequências que foram além de seu próprio império. A expansão pela bacia do Mediterrâneo, o controle que obtiveram sobre a região e as constantes incursões realizadas no litoral sul da Europa intensificaram o declínio comercial e a ruralização na Europa Ocidental. Mesmo contidos pelos francos, foram vizinhos – e fronteira – do que viria a se constituir como Europa ao longo da Idade Média.

NA CHINA

Depois da longa unidade imperial durante as dinastias Ch'in (221 a.C. a 206 a.C.) e Han (202 a.C.-220 d.C.), os chineses estavam fragmentados em diversos reinos. Crises políticas e sociais, disputas, guerras, invasões e divisões prevaleceram nos séculos seguintes ao governo Han. A reunificação só aconteceria pouco antes do final do século VI da era cristã, sob a liderança da curta dinastia Sui (581-618), que deu continuidade à construção da Grande Muralha da China, além de ter realizado outras obras públicas importantes. Tudo isso era financiado por recursos retirados da população por meio de tirania e trabalho compulsório. Essa situação, somada a fracassos em campanhas militares, desestabilizou a dinastia Sui, substituída, após revoltas populares e traições, pela dinastia Tang no começo do século VII.

O período da dinastia Tang (618-907) é visto pelos historiadores como um ponto alto da civilização chinesa, rivalizando com o período da dinastia Han, que data da Antiguidade. Em termos de território, por exemplo, o império foi mais extenso durante a dinastia Tang. O intenso comércio com a Índia contribuiu para o enriquecimento cultural chinês em diversos campos. Na religião, o budismo, surgido na Índia mais ou menos na mesma época em que na China vivia Confúcio, integrou-se à cultura tradicional chinesa. A imprensa, criada na China, tornou a palavra escrita disponível para grandes públicos, centenas de anos antes de ser "inventada" na Europa.

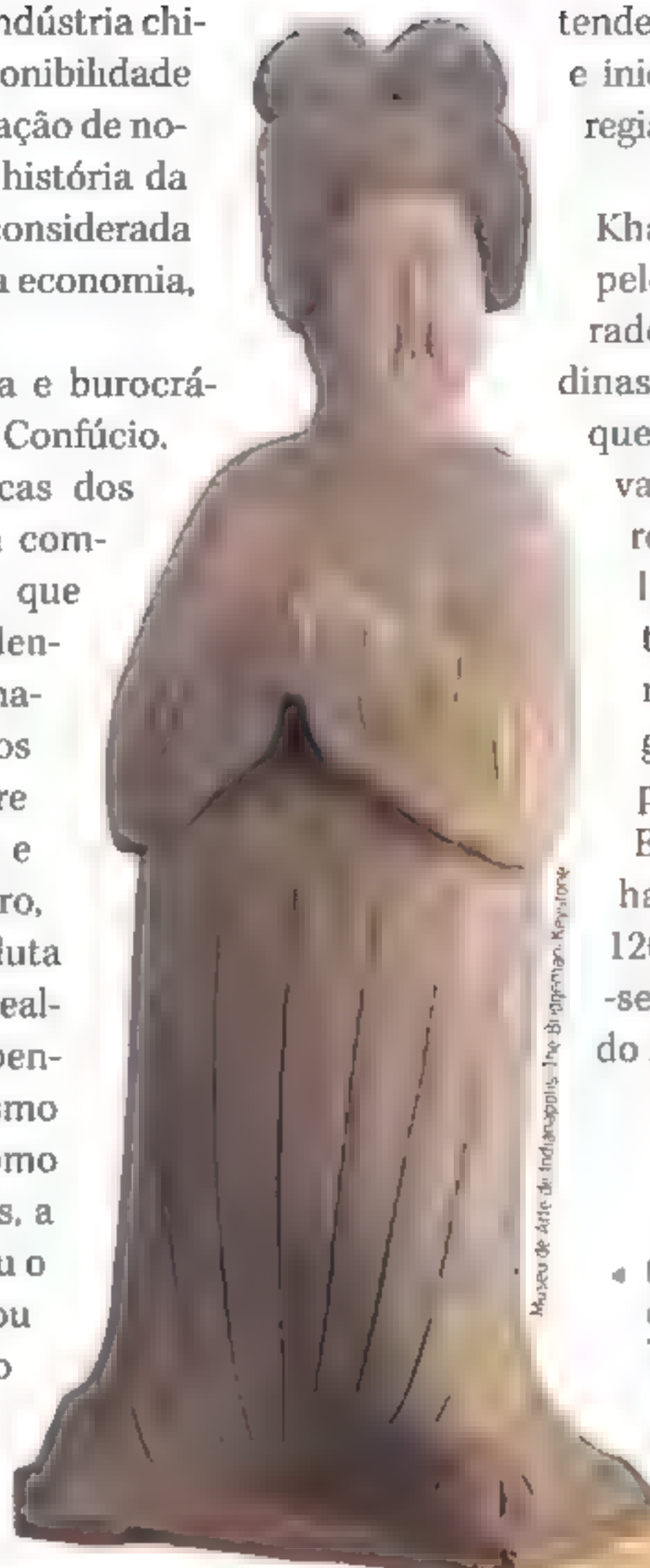
Em meio à estabilidade política, a indústria chinesa se desenvolveu. A grande disponibilidade de carvão e ferro impulsionou a criação de novas tecnologias e siderúrgicas. Na história da China, a era Tang, desse modo, é considerada um período de grande expressão na economia, literatura e arte.

A organização administrativa e burocrática inspirava-se nos escritos de Confúcio. Realizavam-se avaliações periódicas dos servidores civis e estimulava-se a competição pelos melhores cargos, o que permitia selecionar os melhores talentos para atuar no governo. Espalhados pelo império, esses funcionários atuavam como intermediários entre a Corte, de um lado, e os nobres e senhores da guerra locais, de outro, transmitindo os valores de conduta mais importantes e garantindo a lealdade desses súditos, dos quais dependia a estabilidade do império. Mesmo assim, uma série de revezes, como conflitos sociais e entre os estados, a partir do século VIII, desestabilizou o poder da dinastia Tang, que acabou por desaparecer no início do século X, dando lugar à dinastia Song (960-1279). A essência da estrutura administrativa adotada pela dinastia Tang, porém, permaneceu na China até o fim da monarquia imperial, no começo do século XX.

Sob a dinastia Song, os chineses empenharam-se no desenvolvimento agrícola ao sul do Rio Azul, no cultivo de arroz (por meio da irrigação por inundação, que permitia duas colheitas ao ano) e na montagem de um sistema de portos comerciais marítimos nas regiões da Coreia, Japão, Indochina e Indonésia.

Foi durante o final do governo Tang e com os Song que se acrescentou mais uma importante invenção chinesa, a pólvora, usada em fogos de artifício e nas guerras.

No século XII, cresceram continuamente as investidas contra a China ao norte da Grande Muralha, por povos nômades turcos e mongóis. Nessa época destacou-se o chefe militar Gengis Khan, que centralizou o poder na região da Mongólia no início do século XIII. Até então, as diversas tribos da Mongólia não tinham um governo único. Gengis Khan montou um grande império na parte noroeste da China, estendendo-se da China até o Golfo Pérsico, e iniciou conquistas sucessivas sobre a região chinesa.

O neto de Gengis Khan, Kublai Khan, concluiu a conquista da China pelos mongóis. Declarou-se imperador chinês em 1271 e deu início à dinastia Yuan (1271-1368). Ressalte-se que durante essa dinastia mongol prevaleceram muitas vezes a tolerância religiosa e o estímulo às atividades ligadas ao comércio e à indústria e também às artes e à filosofia. Mesmo assim, a ocupação afetou negativamente a agricultura chinesa, provocando revoltas e resistência. Estima-se que a população, que havia chegado a aproximadamente 120 milhões no século XII, reduziu-se para perto de 70 milhões no final do XIV.

Museu de Arte de Indianapolis/The Bridgeman/Keystone

◂ Estatueta em barro de uma mulher nobre, produzida durante a dinastia Tang (618-907).

Biblioteca Nacional, Paris/The Bridgeman/Keystone

▴ Genghis Khan em sua tenda, representação do historiador Rashid al-Din (1247-1318), século XIV

Foi também no século XIII que os imperadores chineses passaram a autorizar a entrada de europeus em seu território – e nesse contexto favorável ocorreu a famosa viagem de Marco Polo, que estabeleceu contatos entre a China e a Europa. Apesar de tantas pressões a oeste e norte, do século XIII ao XV a China chegou a dominar um amplo comércio marítimo, com ligações por toda a área asiática e a África.

Marco Polo (1254-1324): explorador e mercador veneziano, percorreu a Rota da Seda juntamente com seu pai Nicolau e seu tio Matteo no século XIII. Deixou registros detalhados de suas viagens pelos países asiáticos. Seus escritos formam a base documental europeia sobre a história da Ásia. Suas descrições geográficas são consideradas precursoras da geografia moderna. A primeira tradução em português destes escritos é de 1502, com o título de *Livro de Marco Polo*.

NA AMÉRICA

Podemos dizer que os povos mencionados até aqui tinham alguma ideia da existência uns dos outros. O Império Romano, por exemplo, comprava seda da China, ainda que com diversos intermediários. O norte da África comerciava com a Europa, e os árabes expandiram seus domínios até o Oriente, entrando em confronto com os chineses, e até a Europa, ocupando o que hoje é Portugal e Espanha durante um longo período. Até onde se sabe, porém, nenhum desses povos tinha conhecimento da existência da América e seus habitantes.

Tomando como exemplo as regiões que hoje são ocupadas pelo México e pelo Peru, pode-se ter uma pequena ideia do que ocorria na América quando os cristãos estavam próximos do ano 500 d.C.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

▲ Representação circular com a divisão do mundo conhecido no período medieval: Ásia na metade superior, abaixo a Europa à esquerda e a África à direita, circundadas por água. Mapa produzido no século XI.

A cidade de Teotihuacán, no atual México, já citada anteriormente, tinha funções religiosas e se manteve florescente por mais de um milênio, tendo sido ocupada e reformada por sucessivas civilizações. O que se costuma denominar *cultura de Teotihuacán* parece ter sido uma civilização da qual não se conhece a língua nem a origem exata. Teria existido aproximadamente do século I a.C. ao X d.C., deixando como testemunho ruínas arquitetônicas que incluem diversas pirâmides de grande magnitude – que, diferentemente das egípcias, são formadas de degraus externos e conduzem a santuários para sacrifícios –, além de uma escultura representando seus deuses, cenas do cotidiano e máscaras funerárias. As escavações permitem concluir que *Tláloc* era o principal deus dessa civilização, tendo sido cultuado também pelas culturas que a sucederam na área do México até o século XVI, com os astecas. Entre os restos de Teotihuacán figura uma serpente emplumada, considerada uma divindade por povos que viveram em épocas posteriores.

Os teotihuacanos desapareceram no século X por motivos ainda desconhecidos; foram sucedidos pelos toltecas, que, por sua vez, antecederam os astecas – povo que os espanhóis encontraram na região, ao iniciar a exploração e ocupação da América no século XVI.

Um pouco mais ao sul, na região chamada de Mesoamérica, onde atualmente estão a Guatemala e países vizinhos, desenvolveu-se desde o século III d.C. até o X d.C. a civilização maia. Caracterizada pela organização em cidades-Estado, mais ou menos como ocorria na Grécia antiga, suas principais cidades eram Palenke, Tikal e Copán. Cada cidade era dirigida por um *halach*, um cargo hereditário, mas não de poder absoluto, pois governava junto com um conselho. Os chefes locais eram escolhidos pelos *halach* de cada cidade.

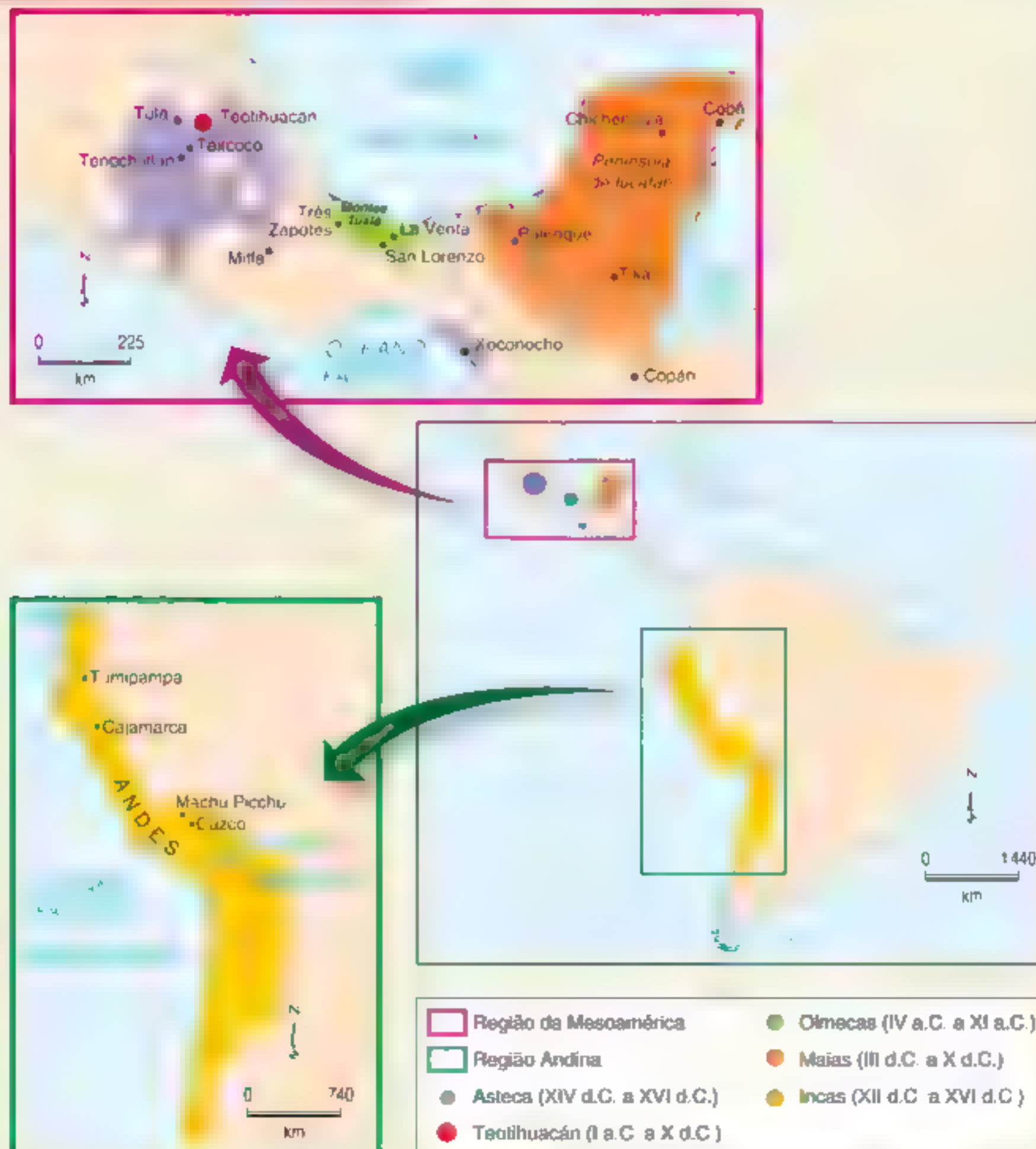
A sociedade maia era formada por quatro estratos: nobres, sacerdotes, o povo e os escravos, sendo estes últimos cativos de guerra ou maias que haviam desrespeitado as regras de seu povo. Os sacerdotes cuidavam das questões religiosas, mas também das artes e das ciências de sua sociedade, que incluíam a astronomia, a cronologia e a adivinhação (previsão do futuro).

Como outros povos, os maias tinham na agricultura a atividade central e destacaram-se na construção de palácios e templos, muitos dos quais ainda existentes. Os maias foram responsáveis pelo cultivo do cacau, embora o milho fosse sua base alimentar. Sua escrita era de tipo hieroglífico, de cujo significado ainda pouco se conhece. Destacaram-se ainda na astronomia e na matemática, tendo concebido o número zero, criação também atribuída aos indianos.

Na região andina, imediações do atual Peru, outras civilizações floresceram (veja mapa a seguir), com destaque para o Império Tiahuanaco e o Império Huari, entre os séculos VI e X. De todos, o mais famoso, que retomaremos mais à frente, seria o Império Inca, a partir do século XII.

Craig Lovell/Corbis/Latinstock

▲ Monumento em pedra representando um chefe maia da cidade-Estado Xukpi, atual Copán, em Honduras.

Principais culturas pré-colombianas

Allmaps/Arquivo da editora

Região da Mesoamérica
Região Andina
Asteca (XIV d.C. a XVI d.C.)
Teotihuacán (I a.C. a X d.C.)
Olmecas (IV a.C. a XI a.C.)
Maias (III d.C. a X d.C.)
Incas (XII d.C. a XVI d.C.)

Adap. ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 46, 144 e 145.

Assim, diversas outras culturas floresceram na América, destacando-se em campos como a arquitetura, escultura, cerâmica, pintura e astronomia. Para completar esse panorama da América nas proximidades dos anos 500 d.C., propomos voltar-nos para os indígenas da região que viria a ser o Brasil

Como os indígenas pré brasileiros – até onde se sabe – não tiveram escrita e pouco se registrou de suas tradições orais, não é possível traçar as fases de sua história política, como se faz com as civilizações indígenas centro-americanas e da região da Cordilheira dos Andes. Não sabemos nomes de líderes, fases, acontecimentos gerais, nem se é possível reconstruí-los.

No entanto, é possível reconstruir costumes, movimentos populacionais e algumas relações entre as diversas etnias indígenas, utilizando métodos da antropologia e da linguística. O quadro abaixo faz um apanhado dessas possibilidades de pesquisa com base na *antropologia física*, uma ciência que estuda a evolução biológica dos seres humanos, a herança genética, a adaptação dos seres ao ambiente e outros temas relacionados aos aspectos físicos.

Outro campo de pesquisa é o da linguística: comparando as línguas indígenas, o estudioso consegue ter indicações sobre as influências entre os povos, seus movimentos, a época em que viveram. Esse tipo de pesquisa mostrou que, por volta do ano 500 d.C., os Tupi e os Guarani não ocupavam ainda o litoral, como ocorria quando os portugueses chegaram, e que o grupo de língua Jê ocupava o que atualmente é o Brasil central. Obviamente, não se pode definir uma data específica em que tenha acontecido uma grande mudança coletiva envolvendo algum dos diversos grupos e etnias indígenas.

Cada etnia, a seu tempo, participaria da grande contribuição dada pelos indígenas à criação das sociedades pós-colombianas e pós-cabralina, que foi a adaptação ao clima, a domesticação de plantas para uso agrícola e o amplo conhecimento farmacológico de ervas, plantas e outros recursos.

Parte dos hábitos alimentares de cultivo e de consumo existentes hoje, possuem raízes históricas indígenas, tais como o consumo do tomate, da batata, do tabaco, da mandioca, do feijão e tantos outros cultivos que se tornaram a base da economia e da alimentação na Europa, África e Ásia. As populações agricultoras eram, em muitos casos, também produtoras de cerâmica.

[illegible]

Pesquisas em antropologia física	Reflexos no estudo da história indígena
Análises de ossos e corpos mumificados, observando a estrutura, o funcionamento e as substâncias químicas ali presentes.	Informações sobre modos de vida e padrões de doença de populações pré-históricas e históricas, ou seja, que doenças eram mais comuns, quando e onde ocorriam
Investigação de *marcadores genéticos* em ossos e corpos mumificados: identifica-se uma porção do DNA que está associada a determinada população; desse modo, é possível "seguir" essa população, analisando restos de corpos em diferentes sítios arqueológicos.	Indicações sobre migrações do passado
Estudos sobre a mobilidade, mortalidade e fertilidade de populações atuais.	Suposições sobre tais parâmetros em gerações anteriores.
Avaliações sobre padrões geográficos de doenças em populações do presente, ou seja, investigação sobre as regiões em que certas doenças são mais frequentes.	Evidências sobre a ocorrência de tais doenças em populações pré-históricas e históricas.
Pesquisas sobre as características físicas (morfologia) de populações atuais.	Análises sobre a influência de práticas culturais na morfologia de grupos do passado.

Informações consultadas em: SALZANO, Francisco M. O velho e o novo: antropologia física e história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EXISTIU ALGUMA GRANDE CIVILIZAÇÃO PRÉ-COLOMBIANA NO BRASIL?

Não, ao menos no sentido usado pelo historiador britânico Kenneth Clark, autor do livro e da série da BBC, *Civilização*. Para ele, o maior traço de uma civilização estaria na arquitetura e nas obras de arte projetadas para resistirem ao tempo – prova de uma organização sólida que permitia não se preocupar apenas com o curto prazo. "Se você usar critérios materiais, de fato não foi encontrado até hoje no Brasil nada semelhante ao que foi construído, por exemplo, pelos maias, no México, antes da chegada dos europeus na América", diz o arqueólogo Eduardo Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e estudioso das sociedades do Norte do Brasil.

De acordo com ele, a sociedade pré-colombiana (ou pré-cabralina) com vestígios materiais mais sofisticados no território que hoje é brasileiro é a civilização marajoara, da ilha de Marajó, no Pará. Lá foram encontrados vestígios de cerâmica sofisticados, aterros artificiais e faixas de terra próprias para a agricultura. Segundo os arqueólogos, a sociedade marajoara teria se desenvolvido entre os séculos IV e XIV e não era composta por uma única etnia, mas por várias populações. [...]

O arqueólogo [Eduardo Neves] lembra que o fato de não terem sido encontradas ainda construções não significa que essa sociedade fosse menos avançada. "A não existência de monumentos de pedra pode significar que a abundância de alimentos na região fez com que essa sociedade atingisse um grau de equilíbrio em que não havia necessidade de outros recursos materiais", diz o arqueólogo. "Como não tivemos acesso nem à língua deles, dificilmente saberemos quão avançada foi a sociedade."

CAVALCANTE, Rodrigo. *Aventuras na história*. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/cotidiano/existiu-alguma-grande-civilizacao-pre-colombiana-brasil-435493.shtml>. Acesso em: 22 maio 2010.

PARA RECORDAR: O mundo entre os séculos V e VI

Povos nômades da Ásia Central

Hunos

Povos germânicos

Império Romano do Ocidente (até século V)

Império Romano do Oriente (Bizantino)

Rotas comerciais terrestres

China

África romana (até século V)

Árabes (a partir do século VII)

Rotas comerciais marítimas

Rotas comerciais terrestres

Reinos africanos subsaarianos

- Gana (oeste)
- Axum (leste)

América (relativo isolamento)

- Cultura de Teotihuacán (México)
- Civilização maia (América Central)
- Culturas pré-incas (Andes)
- Cultura marajoara (Amazonas)

ATIVIDADE

O esquema-resumo acima nos permite concluir que, na Idade Média, a civilização ocidental ocupou posição hegemônica no cenário internacional, impondo a outros povos seus padrões culturais e seu modelo de organização política, social e econômica? Justifique exemplificando.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de documento

→ O texto abaixo foi escrito em 1068 por Al-Barki, geógrafo e historiador muçulmano da Andaluzia. Leia-o com atenção.

> *O rei [do Gana, no Sudão Ocidental, não o Gana atual] cobra um dinheiro de ouro para cada burro que entra carregado de sal no seu país, e dois dinheiros à saída. Cobra cinco "mitcal" por cada carga de cobre, e dez por carga de mercadorias. O melhor ouro local vem da cidade de Gaiarua, situada a 18 dias de marcha da cidade do soberano [...]. Se se descobre, em qualquer mina do reino que seja, ouro nativo, o rei apodera-se dele: não deixa aos seus súditos senão o pó de ouro. Sem isso, haveria demasiado ouro no mercado, correndo-se o risco da sua depreciação. As pepitas de ouro pesam entre uma onça e uma libra. Dizem que o rei possui um lingote de ouro grande como um rochedo. Há doze milhas entre Gaiarua e o Nilo: encontram-se aí muitos muçulmanos.*
>
> AL-BARKI. *Livro dos itinerários e dos Reinos*, 1068. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, s. d., v. 2, p. 41.

a) Sabendo que Al-Barki nunca deixou sua cidade natal, Córdoba, como ele pode ter obtido informações sobre o reino de Gana?

b) De acordo com o texto, qual era a maior riqueza de Gana e quem a controlava?

c) Os relatos sobre Gana apontam para a existência de que forma de governo na região? Explique.

d) A descrição de Gana sugere a existência de uma organização social e política primitiva na África? Explique.

2 Leitura e construção de analogia

→ Leia o texto e faça uma analogia entre a construção da Muralha da China, entre os séculos III a.C. e XV d.C., e a imposição pelo governo chinês de hoje de um *firewall* à internet.

> *A internet chinesa é controlada através do "Escudo Dourado", um firewall, sistema de segurança que bloqueia sites que contenham certas palavras consideradas "perigosas" pelo governo. Os sites bloqueados entram em uma espécie de lista negra e, a partir deles, tenta-se chegar a outras URLs "subversivas".*
>
> *[...] Por mais rigoroso que seja, o governo não consegue controlar trocas de informações entre pessoas. Além de folhetins "subversivos" que circulam de forma clandestina, há também brechas digitais. Um canal de comunicação ainda não controlado pelo governo, por exemplo, é a transmissão de textos, fotos e vídeos via celular.*
>
> *[...] CCTV é o canal de TV oficial. Além dele, que é nacional, há também estações regionais, mas todas são do governo. Por isso, na China não há transmissões ao vivo. As coberturas supostamente em tempo real têm um delay (atraso) de nove segundos, tempo suficiente para cortar ou mudar a imagem, caso algo inesperado aconteça.*
>
> PAIXÃO, Daniela. *Como funciona a censura na China?* Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/geografia/pergunta_287967.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2010.

3 Comparação e análise

→ Releia o texto *Existiu alguma grande civilização pré-colombiana no Brasil?*, da página anterior, e responda às questões a seguir.

a) Para o historiador britânico Kenneth Clark, que vestígios arqueológicos sugerem que um determinado povo tenha constituído uma civilização? Por quê?

b) O arqueólogo brasileiro Eduardo Neves concorda com as ideias de Kenneth Clark? Explique sua resposta.

c) Tendo em mente o texto em questão, poderíamos dizer que aquilo que caracteriza uma civilização é consensual entre os estudiosos? Justifique.

assessoria pedagógica

Capítulo 7

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 7 (p. 184 a p. 200).

O SURGIMENTO DA EUROPA

Na seção *Para pensar historicamente*, objetiva-se promover uma reflexão inicial a respeito do conceito de espaço em história. Como uma forma de promover o desenvolvimento de noções de permanências e mudanças, pode-se retomar o processo histórico de formação das civilizações antigas estudadas até agora (a configuração dos agrupamentos humanos a partir de necessidades sociais, políticas, econômicas e religiosas). Pode-se também estabelecer um paralelo com o processo de reconfiguração do continente europeu recente a partir do projeto de integração, destacando as motivações que embasaram o projeto de constituição da União Europeia.

O capítulo possibilita também uma discussão conceitual que se aproxima daquela proposta na seção *Discutindo a História* do início da unidade. Naquele momento, discutiu-se como a noção de Idade Média é uma construção social e histórica, construída ao longo de mil anos de história. A mesma ideia pode ser associada à discussão a respeito do espaço, destacando-se suas especificidades.

Sugere-se, ao longo do estudo do capítulo, recuperar o *Para pensar historicamente* a fim de que os estudantes sistematizem gradualmente as ações dos diferentes grupos na constituição desse espaço. Esse processo pode ser apoiado pelas duas atividades de sistematização apresentadas na seção *Para recordar*.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Demografia**: pesquisar em bibliotecas e na internet as estimativas da população da Europa Ocidental ou de determinada região durante vários períodos da Idade Média, com o objetivo de elaboração de gráficos com os dados coletados.
- **História e Cartografia**: pesquisar em bibliotecas e na internet mapas referentes à Idade Média. Classificá-los por **tema**: invasões, expansão, aspectos econômicos, aspectos políticos etc.; por **região**: França, Península Ibérica, Itália, bacia do Mediterrâneo, etc.; por **funcionalidade**: as legendas, a precisão, a clareza etc. Comentar sobre suas semelhanças, diferenças, contribuição etc. Tal atuação, com a contribuição do professor de Geografia, poderá ampliar o entendimento da elaboração de mapas e de aspectos da Idade Média.

Textos de apoio

1

Os direitos senhoriais em Verson

Em São João (24 de junho), os camponeses de Verson na Normandia devem ceifar os prados do senhor e levar os frutos ao castelo. Depois, devem cuidar do fosso. Em agosto, colheita do trigo que devem levar à granja. Eles próprios não podem recolher os seus feixes senão depois que o senhor tirou antecipadamente a sua parte. Em setembro, devem a "porcagem": um porco em oito e dos mais bonitos. Em São Diniz (9 de outubro) pagam o "censo", depois o direito de fechar o seu campo. No começo do inverno, corveia sobre a terra senhorial, para prepará-la, semear e passar a grade. Em Santo André (30 de novembro) paga-se uma espécie de bolo. Pelo Natal, "galinhas boas e finas". Depois, uma certa quantidade de cevada e trigo. Se o camponês vender a sua terra, a décima terceira parte do preço de venda pertence ao senhor. No domingo de Ramos, deve ele a "carneiragem" – um certo número de carneiros – e uma nova corveia de trabalho. Depois deve ir para a forja, ferrar os cavalos; no bosque, cortar as árvores para o senhor e fazer a corveia do carreto. Ainda mais: o moleiro do castelo, para moer o grão do camponês, cobra um alqueire de grão e uma certa quantidade de farinha; no forno, é preciso pagar também, e o "forneiro" jura que, se não tiver o seu pagamento, o pão do camponês ficará mal cozido e mal "virado".

LUCHAISE. La Société Française au Temps de Philippe Auguste. Citado por ALBA, A. *A Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1967. p. 33-4.

2

A cidade medieval

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mes-

Bibliografia

ANDRADE FILHO, R. O. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a História Geral)

BASCHET, Jérome. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

______. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

______. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

______. *Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRANCO JR., H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

______. *O Império Bizantino*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Tudo é História)

HEERS, J. *História medieval*. São Paulo: Difel, 1985.

LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005.

______. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002. 2 v.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1997.

______. *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna, 1999.

VEYNE, P. (Org.). *Do Império romano ao ano mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (História da Vida Privada, 1)

clam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. É assim que se delineiam, ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade, na qual os judeus são as primeiras vítimas. Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios. Uma concentração de criatividade de que é testemunha a jovem universidade que adquire rapidamente poder e prestígio, na falta de uma plena autonomia.

LE GOFF, J. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.* São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 25.

3

As feiras

As terras da Champagne eram assim um fato capital. Havia lá um mercado quase permanente do mundo ocidental. Desse modo, durante dois ou quatro meses do ano, reina nessas cidades uma animação extraordinária que o trovador Bertand de Barsur-Aube descreveu numa primavera:

Faz calor e o céu é claro,
A relva está verde e a roseira em flor.
Puseram-se a vagar os mercadores
Que trouxeram bens para vender.
Desde o raiar do dia,
Até a noite cair,
Não param de ir e vir,
Até que a cidade esteja repleta.
Fora da cidade se alojam nos prados,
Onde têm tendas e pavilhões fechados.

Para chegar lá, os mercadores fizeram uma longa e difícil viagem; os italianos que transpuseram os desfiladeiros alpinos passaram cinco semanas na estrada. Precisavam, em primeiro lugar, de alojamento. A princípio, construíam-se acampamentos provisórios nas praças ou fora da cidade. Depois, os habitantes alugavam aposentos ou casas aos mercadores. Por fim, foram construídas para eles casas especiais de pedras resistentes a incêndios, com grandes subterrâneos abobadados para armazenar as mercadorias.

LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.14-5. (Universidade Hoje).

Consulte texto adicional no site
www.scipione.com.br/hgb/

Comentários das atividades

Para recordar (*A Alta Idade Média – séculos V-IX*)

A conquista do Império Romano Ocidental pelos bárbaros deu origem à formação de vários reinos na Europa, dentre os quais o Reino dos Francos, que, graças a uma aliança firmada entre a monarquia e o papado, conseguiu se expandir e constituir um novo império. Todavia, o imperador já não gozava da mesma autoridade dos antigos governantes romanos. De um lado, a influência da Igreja sobre os assuntos políticos tendia a crescer e, de outro, a imposição da autoridade imperial dependia da lealdade da nobreza guerreira e proprietária de terras. Essa dependência tornou-se ainda maior depois que Carlos Magno dividiu o território do Império Franco em condados e marcas, e entregou sua administração para nobres por ele nomeados. Após a morte de Carlos Magno e a assinatura do Tratado de Verdun, aqueles nobres ampliaram seu poder e passaram a exercê-lo com enorme autonomia, tornando-se praticamente senhores absolutos das terras que administravam.

Exercícios de História (*A Alta Idade Média*)

1. Estabelecendo relações

Como Alcuíno de York é um membro da Igreja Católica, a qual se associou a Carlos Magno, respaldando seu poder, podemos dizer que o monge refere-se ao fato de que os povos não cristãos eram uma ameaça contida por Carlos Magno.

2. Leitura de textos, pesquisa e debate

a) Porque essa desagregação foi acompanhada de um rico amálgama de culturas e influências, resultante da invasão de povos de origens diversas, que revigoraram a tendência ao crescimento que já se verificava no início dos tempos carolíngios.

b) Parte da sociedade francesa acolhe o imigrante e defende sua integração ao país, mas parte expressiva dela – que inclui os próprios governantes – não vê com bons olhos a imigração para a França e procura criar mecanismos legais para dificultar seu crescimento.

Filmes

Coração valente. Direção: Mel Gibson. Estados Unidos, 1995. (177 min.)

El Cid. Direção de Anthony Mann. Estados Unidos/Espanha, 1961. (172 min)

Em nome de Deus. Direção de Clive Donner. Inglaterra/Iugoslávia, 1988. (105 min)

Excalibur. Direção: John Boorman. Inglaterra, 1981. (142 min)

Ivanhoé, o primeira batalha. Direção de Ralph Thomas. Canadá/França/Inglaterra, 1994. (93 min)

Lancelot, o primeiro cavaleiro. Direção: Jerry Zucker. Estados Unidos, 1995. (113 min) Sobre os Cavaleiros da Távola Redonda, Sir Lancelot e o Rei Artur.

O incrível exército de Brancaleone. Direção de Mario Monicelli, 1965. (90 min)

O nome da rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Alemanha/França/Itália, 1986. (130 min)

Robin Hood, o Príncipe dos Ladrões. Direção: Kevin Reynolds. Estados Unidos, 1991. (143 min)

Endereços eletrônicos

Biblioteca Nacional da Holanda. Disponível em: <www.kb.nl/manuscripts>. Acesso em: 12 jan. 2010. Esse portal disponibiliza centenas de reproduções de iluminuras medievais e de livros manuscritos desse período. Ideal para descobrir fontes para o estudo da história da cultura, do cotidiano e das artes medievais.

Cruzadas na Idade Média. Disponível em: <www.medievalcrusades.com>. Acesso em: 14 jan. 2010. Portal com *links* para mapas da Europa no período anterior às Cruzadas e dos caminhos percorridos pelos guerreiros cristãos, para coleção de moedas do período, para descrições das principais cidades e reinos que promoveram as expedições.

História medieval. Disponível em: <www.ricardocosta.com>. Acesso em: 12 jan. 2010. *Site* do professor universitário Ricardo Costa, com artigos, resenhas de livros acadêmicos e *links* para portais de universidades, grupos de pesquisa e museus.

Sociedade internacional de estudos medievais. Disponível em: <www.medievalsociety.org>. Acesso em: 14 jan. 2010. *Site* (em inglês) com muitos *links* para diversos aspectos da sociedade medieval, como as formas de organização social e as armas e táticas usadas nas guerras.

Sugestões de leituras para os alunos

MACDONALD, Fiona. *Como seria sua vida na Idade Média.* São Paulo: Scipione, 1996. (Como seria sua vida)

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

c) Resposta pessoal.

d) Tanto para Duby quanto para os idealizadores do projeto do novo Museu Nacional da História da Imigração, o objetivo é promover uma reflexão a respeito das motivações efetivas que levam à imigração: as necessidades econômicas de produção da própria sociedade francesa, o que fica evidente pelas recorrentes ondas de períodos de imigração massiva. Nesse sentido, com base nesse argumento, defendem a ideia de que a imigração tem sido um bem em todos os momentos da História e não um mal como o discurso oficial tem apontado.

O objetivo da proposta é promover, por meio do estudo do caso francês, um debate acerca dos movimentos migratórios pelo mundo hoje e dos problemas e questionamentos que os acompanham. A ocasião permite discutir também as contribuições que o conhecimento da História pode trazer para essa reflexão e valorizar atitudes de respeito e tolerância em relação ao "outro". O debate pode ser enriquecido com a exibição e discussão do filme *Entre os muros da escola* (direção de Laurent Cantet, França, 2008).

Para recordar (*As cruzadas e o renascimento comercial e urbano*)

Durante a Baixa Idade Média, houve uma reconfiguração do espaço, principalmente no que se refere ao renascimento comercial e urbano. A formação de cidades em torno dos castelos dos senhores feudais e nas principais encruzilhadas comerciais e a retomada de cidades abandonadas marcaram o período. Outra reconfiguração espacial foi causada pelas Cruzadas promovidas pela Igreja Católica, que visaram a difusão da fé católica, tomando novos territórios, especialmente a leste do Mediterrâneo. Podem-se utilizar mapas históricos como apoio na discussão da resposta a essa questão. É interessante elencar com os alunos os motivos que levaram aos diferentes movimentos percebidos, destacando-se as motivações econômicas.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto

a) De acordo com o texto, os árabes mostravam maior tolerância com seus adversários e, em situações de conflito, eram mais razoáveis e menos violentos. Assim, o texto retrata os francos como selvagens bárbaros, enquanto os muçulmanos assumem um comportamento digno e civilizado.

b) Porque Omar demonstra respeito pelos lugares santos dos cristãos e toma todas as precauções para evitar conflitos sangrentos entre os fiéis cristãos e muçulmanos.

c) No mundo contemporâneo, vem se difundindo, de maneira acelerada e crescente, um preconceito contra as comunidades muçulmanas. Esse preconceito está ancorado em um estereótipo dos muçulmanos, recorrentemente mostrados como indivíduos violentos e culturalmente atrasados, cuja origem remonta ao discurso construído no mundo cristão durante o movimento das Cruzadas. Ao recontar esse episódio do ponto de vista dos muçulmanos, Amin Maalouf nos faz lembrar que os estereótipos não refletem a realidade, mas são construções e, como tais, precisam ser pensados criticamente e relativizados.

2. Leitura e interpretação de documento

a) O papa justifica a necessidade das Cruzadas pela pressão demográfica existente na Europa.

b) São todos aqueles que, de alguma maneira, produziam tensão no interior da sociedade europeia: ladrões, cavaleiros andantes, mercenários, desesperados.

3. Leitura e interpretação de tabela e mapa

a) Houve um decréscimo no número de habitantes da Europa Ocidental.

b) A desorganização da economia e a deterioração das condições de vida decorrentes das invasões bárbaras, da desintegração do Estado romano e do deslocamento da população para as áreas rurais.

c) A população cresceu mais a partir do ano 1000, principalmente na Itália, na França e Países Baixos, na Alemanha e Escandinávia.

d) Os lugares e períodos onde a população mais cresceu coincidem com os principais centros de comércio surgidos na Europa ocidental durante a Alta Idade Média.

e) A partir do século X, as invasões bárbaras deixaram de ocorrer e a Europa conheceu um período de relativa paz. Ao mesmo tempo, novas técnicas agrícolas favoreceram o aumento da produção de alimentos, o que resultou na produção de um excedente agrícola passível de ser comercializado e em um aumento gradual e substancial da população europeia. A pressão demográfica daí decorrente foi um dos fatores que contribuíram para o início das Cruzadas, responsáveis pela abertura das rotas comerciais mediterrânicas para os mercadores cristãos. Com o revigoramento do comércio, as cidades cresceram, e parte da população antes concentrada nas áreas rurais, atraída pelas novas oportunidades de vida, passou a se deslocar para os centros urbanos mais dinâmicos, onde se concentrou e se multiplicou.

anotações

CAPÍTULO 7

O surgimento da Europa

Alamy/Other Images

▲ Vista da cidade de Toledo, na Espanha, mostrando a ponte de San Martín, remanescente do período medieval

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

O espaço como construção social e histórica

O espaço é dado. A forma como nos relacionamos com ele é variável, de acordo com nossas necessidades, expectativas e história. Embora as terras e águas que compõem a Europa estivessem lá desde milhões de anos, não havia, historicamente, aquilo que chamamos hoje de Europa, como um continente que, além de terras e águas, tem uma história comum – de acordos e de grandes conflitos também. É essa história comum que permite aos europeus a unificação da moeda, chamada Euro, e de vários procedimentos públicos que ensaiam a unificação de seus territórios, a ponto de já se falar em "cidadão da zona do Euro".

No período do Império Romano ainda não se podia falar em Europa. Ela começa a surgir no período chamado de medieval. O historiador francês Marc Bloch, em 1934, dizia que: "O mundo europeu, enquanto europeu, é uma criação da Idade Média, que, quase ao mesmo tempo, rompeu a unidade, pelo menos relativa, da civilização mediterrânea e lançou desordenadamente no crisol dos povos outrora romanizados junto com os que Roma nunca tinha conquistado. Então, nasceu a Europa no sentido humano da palavra... E esse mundo europeu assim definido, depois disso, nunca cessou de ser percorrido por correntes comuns."*

Será que a comunidade europeia seleciona seus membros apenas por razões históricas? Até que ponto a construção do espaço não é também o triunfo de um projeto, de uma vontade coletiva construída entre tantas outras opções?

Neste capítulo, você saberá um pouco sobre o início da construção social e histórica desse espaço.

* Citado por LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 13.

Os reinos bárbaros

As migrações bárbaras, que marcaram o final do Império Romano do Ocidente, não se encerraram em 476; continuaram durante boa parte da Alta Idade Média (veja mapa na página 186). São justamente as invasões, as trocas culturais e o estado de guerra constante na Europa Ocidental que nos permitem compreender a estrutura econômica e social do período, denominada **feudalismo**, assunto que estudaremos no capítulo seguinte.

Alta Idade Média: denominação utilizada pelos historiadores que corresponde ao período compreendido entre os séculos V e X (a Baixa Idade Média se estenderia do século XI ao XV, como veremos adiante).

Museu de Arte, Berna, Suíça

▲ Detalhe de escudo ornamentado, representando um guerreiro lombardo (século VII d.C.).

O contato da Europa Ocidental com os povos migrantes e a fragmentação político-cultural nos antigos domínios romanos acarretou o surgimento de vários reinos bárbaros e a introdução de diversos idiomas. Até então, o latim era a língua corrente, por imposição dos conquistadores romanos.

Vimos no capítulo 5 que os romanos denominavam bárbaros todos os povos que não tinham se romanizado e que não falavam o latim ou o grego. Os "não romanos" são em geral classificados de acordo com sua origem ou língua: tártaro-mongóis (asiáticos como os hunos e turcos), eslavos (como os povos originários dos russos, sérvios e búlgaros, entre outros) e germanos (que deram origem aos francos, visigodos, anglos, saxões, ostrogodos, vândalos, entre outros). Os germanos ocuparam um papel fundamental nas chamadas migrações bárbaras, a começar pela conquista da cidade de Roma pela tribo germânica dos hérulos, como vimos.

O texto do historiador medievalista Georges Duby, abaixo, destaca algumas questões sobre as transformações nas cidades, as características dos povos germânicos, especialmente de sua arte, e a permanência de tradições culturais romanas. As observações do estudioso francês são fundamentais para entendermos as migrações bárbaras como um processo dinâmico em que as diferentes culturas não se sobrepuseram completamente umas às outras, mas se mesclaram em influências e diálogos diversos.

INGREDIENTES DE UMA NOVA CIVILIZAÇÃO

A tradição situa no século V a passagem da Antiguidade para a Idade Média. Nesse momento a Europa não existe. Praticamente tudo o que o historiador é capaz de conhecer ainda se organiza em torno do Mediterrâneo, no quadro do Império Romano. No entanto, um movimento em marcha há muito tempo tende a desarticular tal quadro, afastando progressivamente a parte grega de sua parte latina. De fato, é a leste que se encontram toda a vitalidade, toda a riqueza, toda a força, e ali a civilização antiga prossegue a sua história sem rupturas, ao passo que se desagrega a oeste – desde sempre numa posição de fraqueza –, onde o desmoronamento é precipitado pelas migrações dos povos germânicos. Deste lado, instala-se a desordem por três séculos, durante os quais se misturam os ingredientes de uma nova civilização. De uma nova arte.

[...] por todo lado as cidades subsistem. São, é verdade, cada vez menos numerosas à medida que nos afastamos do Mediterrâneo, mas uma rede de caminhos indestrutíveis liga-as de uma ponta à outra do Império, criando uma estreita comunidade cultural. Essas cidades despovoam-se. Os dirigentes afastam-se aos poucos, vão viver em suas casas no campo. No entanto, continuam vivas, imponentes, com suas muralhas, suas portas solenes, seus monumentos de pedra, estátuas, fontes, termas, o anfiteatro, o fórum onde se discutem os negócios públicos, escolas onde se formam os oradores, colônias de negociantes orientais que usam a moeda de ouro, ainda sabem onde conseguir o papiro, as especiarias, os panos importados do Oriente, e nas vastas necrópoles que se estendem extramuros, os mausoléus, os sarcófagos dos ricos cobertos de esculturas. Todas essas cidades se voltam para Roma, seu modelo. Roma, a cidade imensa, implantada na própria fronteira que separa a latinidade do helenismo. [...]

Ao norte, a oeste, nos pântanos e nas florestas onde as legiões nunca penetraram, vivem as tribos "bárbaras". Essas populações ▶

dispersas, sem nômades, de caçadores, criadores de porcos e guerreiros têm costumes e crenças muito diferentes. Também sua arte é diferente: não é a arte da pedra, mas a do metal, das contas de vidro, do bordado. Não há monumentos, apenas objetos que as pessoas transportam consigo, armas, e essas joias, esses amuletos com que os chefes se enfeitam na vida e que são postos ao lado de seus cadáveres no túmulo. Não há relevos, apenas o cinzelado. Uma decoração abstrata, símbolos mágicos entrelaçados em que às vezes se inserem as formas estilizadas do animal e da figura humana.

Coleção particular/akg-images/Album/Latinstock

▲ Caldeira de cobre de origem germânica, de fins do século II

Alguns desses povos, por terem se aproximado durante suas migrações dos territórios helenizados, foram evangelizados. São eles os primeiros, chefiados por seus reis, a se embrenhar no Império do Ocidente, assaltando o poder. Outros povos os seguem, sendo estes pagãos que em seu avanço pelas antigas fronteiras apagam nos territórios que ocupam os tênues vestígios da presença de Roma. É possível perceber a que ponto a cultura "bárbara", nesses tempos conturbados, se sobrepôs à cultura romana e a submergiu: a linha muito nítida que, curiosamente estável, cruza a Europa atual e separa a região das línguas românicas e a dos outros idiomas marca os limites desse avanço.

[...] Entretanto, a cultura romana conservou o seu prestígio. Fascinou os invasores. Foi para se alçarem ao seu nível, para participarem dessa espécie de felicidade que julgavam partilhada pelos cidadãos romanos, que os germanos atravessaram as fronteiras, que seus chefes, agora detentores do poder, não hesitaram em se autodenominar cônsules que moravam nas cidades, que favoreciam, como Teodorico, o desabrochar das letras latinas, que arrastavam os companheiros e, como Clovis, mergulhavam nas águas do batismo. Tinham apenas um desejo: integrar-se. Para se integrarem de verdade, precisavam virar cristãos.

DUBY, Georges. *História artística da Europa – A Idade Média*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.

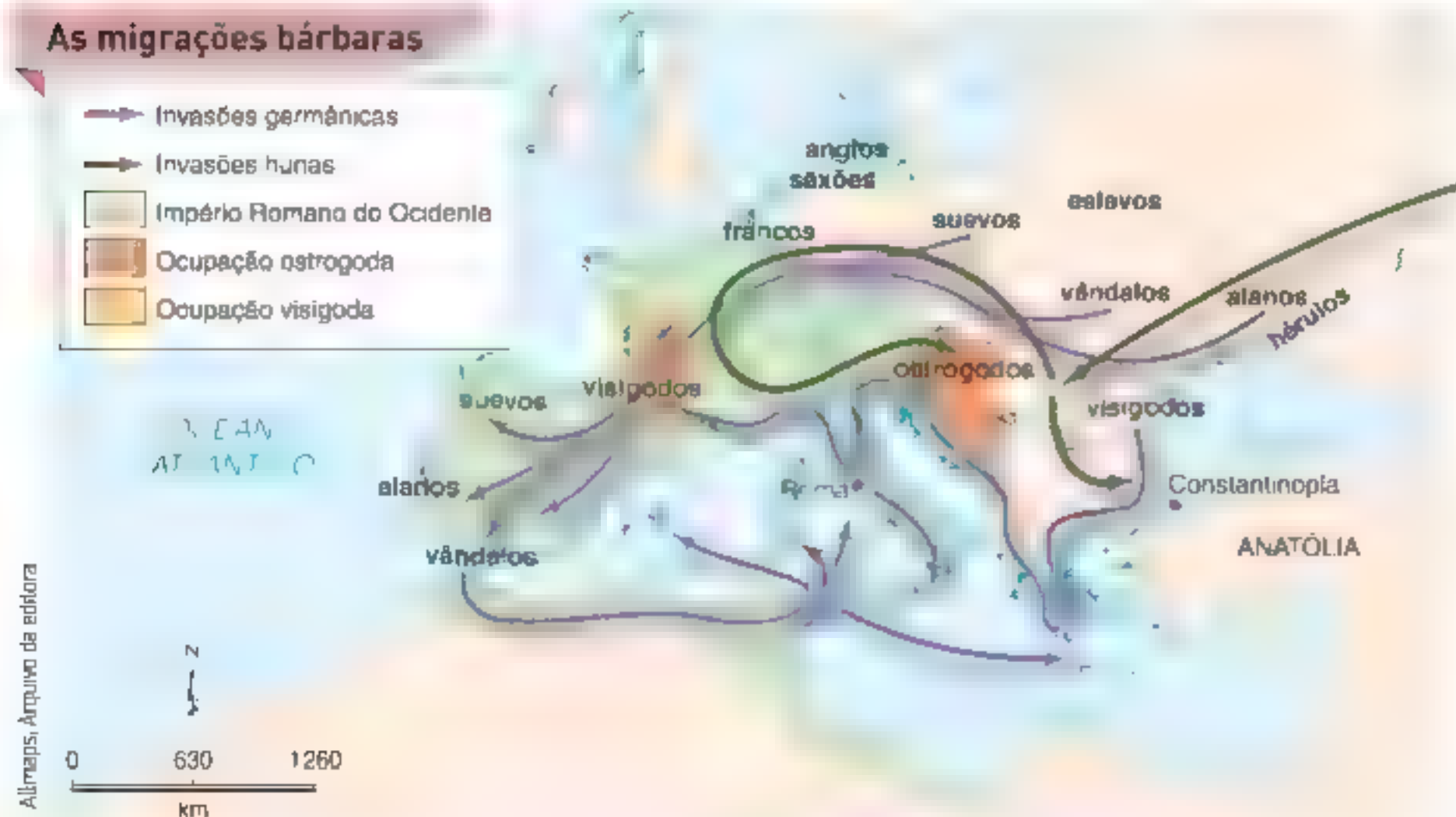
A **ruralização** foi uma característica da Europa medieval. Desde o final do Império Romano, as cidades vinham sendo abandonadas por causa das invasões e dos saques. Ao mesmo tempo, a falta de mão de obra escrava atraía vastos contingentes de trabalhadores para o campo, que arrendavam terras na condição de servos (a estrutura econômica, social, política e cultural que predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média você estudará no capítulo seguinte). O movimento dessa população marcou a volta a uma economia rural de subsistência.

Devido à instabilidade causada pelas guerras e à concentração da população em comunidades rurais, o comércio entrou em declínio, assim como a utilização de moedas. Para proteger-se da agressão externa, construíram-se castelos e residências fortificadas.

Ao mesmo tempo, ocorria o fortalecimento do cristianismo que, pouco a pouco, se impunha à nova sociedade em formação. Vários reinos bárbaros converteram-se à doutrina cristã, destacando-se o dos francos.

As migrações bárbaras

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 42.

◄ Observe no mapa as migrações dos povos "bárbaros" na Idade Média.

O reino cristão dos francos

Desde o século II, os francos vinham pressionando as fronteiras do Império Romano, até se estabelecerem na região da Gália, atual França. **Clóvis**, neto do herói franco Meroveu, foi convertido ao cristianismo, em 496. Contando com o apoio da Igreja, Clóvis esteve à frente da organização do reino franco e consolidou a dinastia *merovíngia*.

Quando o Império Romano do Ocidente se desagregou, desapareceu a ideia de Estado e bem público. A terra passou a ser distribuída entre o clero e a nobreza, como recompensa por serviços prestados. A figura do rei tornou-se, então, bastante frágil entre os francos, submetida ao poder dos proprietários de terra.

A pouca autoridade dos reis nesse período valeu-lhes o título de "reis indolentes". Usualmente, suas funções eram delegadas ao *major domus*, espécie de primeiro-ministro. O mais importante deles foi **Carlos Martel**, que comandou os francos na **Batalha de Poitiers** (732), derrotando os árabes e interrompendo sua expansão em direção ao centro do continente.

Biblioteca Nacional de Paris

▲ *O batismo de Clóvis* (iluminura do século XV), considerado o fundador do reino franco. Diz a lenda (versão divulgada pelo cronista Gregório de Tours, um bispo franco) que, em uma difícil batalha, Clóvis dirigiu seus olhos aos céus e invocou o Deus de sua esposa Clotilde, que era cristã, prometendo que seria batizado se alcançasse a vitória. Daquele momento em diante a sorte da batalha mudou em seu favor, levando os inimigos à fuga.

Em 751, o filho de Carlos Martel, **Pepino, o Breve**, contando com o apoio do papa, depôs o último soberano merovíngio. Iniciou-se uma nova dinastia, denominada *carolíngia*. Pelo apoio recebido, Pepino cedeu ao papa grande extensão de terra no centro da Península Itálica. Esse território foi transferido para a administração direta da Igreja, sob o nome de **Patrimônio de São Pedro**, e constituiu o embrião do atual Vaticano.

Carlos Magno, filho de Pepino, assumiu o trono em 768, fundando o Império Carolíngio; esse foi o período de maior poder dos francos na Alta Idade Média. Além de doar à nobreza e ao clero, em troca de lealdade, as terras adquiridas nas guerras de conquista, dividiu o território sob seu controle em **condados** e **marcas**.

Os administradores dessas áreas eram nomeados pelo imperador e fiscalizados por um corpo de funcionários chamados *missi dominici* ("emissários do senhor"). Dessa forma, Carlos Magno podia controlar um vasto território fazendo valer suas leis – conhecidas como Capitulares –, as primeiras leis escritas do Ocidente medieval.

O título de Imperador do Novo Império Romano do Ocidente foi concedido a Carlos Magno pelo papa Leão III no ano 800. O mandatário da Igreja via na ampliação do reino franco uma possibilidade de expansão do cristianismo e o retorno à própria concepção de império, desaparecida desde a desagregação do Império Romano do Ocidente. Se, de um lado, no contexto medieval, a ampliação do reino franco significaria uma certa renovação do Império Romano, de outro, para muitos historiadores recentes, representou um evidente afastamento do Mediterrâneo e um passo para a formação da Europa.

Carlos Magno foi responsável, portanto, por uma experiência centralizadora durante a Alta Idade Média, além de ter propiciado um significativo desenvolvimento cultural. Durante o chamado Renascimento Carolíngio fundaram-se escolas, o ensino foi estimulado e várias obras da Antiguidade greco-romana foram preservadas, graças principalmente à atuação da Igreja, que logo teria o monopólio da cultura no continente europeu. Foi na época carolíngia que os escribas passaram a separar as palavras e frases por um sistema de pontuação, o que representou um grande avanço no registro escrito. Sobre esse assunto leia o texto a seguir.

UMA NOVA ESCRITA

O Renascimento carolíngio foi gestado nos mosteiros da Gaula no sul da França, a partir do final do século VII. [...] Os escribas, que recopiavam os livros vindos de Roma, aperfeiçoaram a escritura, ancestral da Carolina, a escrita caligráfica surgida na Europa entre os séculos VIII e IX, que originou a distinção de maiúsculas e minúsculas nas modernas escritas europeias [...].

Desse modo, assim que Carlos Magno restaurou as escolas e os *scriptoria* em todo o reino, ele investiu no trabalho dos mosteiros. Em sua célebre *Admoestação geral*, coleção de antigos cantos eclesiásticos, trechos da missa e responsórios, ele insiste em que cada clérigo e cada monge deveria aprender a gramática, o cálculo, o canto e as notas tironianas. E especifica que o trabalho dos escribas não seria confiado a jovens, mas a homens de idade adulta, de modo que os missais, os evangeliários e os livros de salmos não tivessem nenhum erro. A partir de então, a nova escrita iria se impor em todos os *scriptoria*. Chamada de Carolina, por causa de Carlos Magno, ela se caracterizava pelo tamanho pequeno, bem legível e regular, que encontramos na escrita atual, desde que os primeiros impressores do século XV a escolheram entre muitas outras.

Jamais será excessivo insistir sobre o prodigioso trabalho dos *scriptoria* carolíngios. Milhares de manuscritos foram recopiados – quase oito mil foram conservados: as obras dos fundadores da Igreja, de gramáticos, poetas, prosadores. Graças aos copistas, uma grande parte da herança literária latina foi salva e preservada. Cícero, Virgílio, Tácito e muitos outros só se tornaram conhecidos pelo trabalho dos carolíngios.

[...] Muitos escribas eram inexperientes, alguns quase analfabetos, e recopiavam os textos de uma maneira automática, sem compreender seu conteúdo. Aqueles que escreviam a partir do ditado acabavam usando uma ortografia fonética.

[...] Depois do término do manuscrito, se fosse um livro luxuoso de salmos ou um evangeliário encomendado por um bispo, ou por um príncipe, o pintor sucedia o escriba. Ele decorava as iniciais, enquadrava as páginas, pintava o que ficara em branco, segundo seu próprio talento ou segundo o estilo da escola onde fora formado. Temos então o manuscrito copiado, corrigido e ornamentado.

Em seguida, era necessário reunir as folhas, formar os cadernos para fazer um códice. [...] Desde a época carolíngia, a encadernação era utilizada para os livros valiosos, e era feita com peles de cervos. Assim, Carlos Magno autorizou os monges de um mosteiro francês a caçar cervos para criar um estoque do couro destinado à encadernação. A superfície lisa das encadernações era confiada a ourives, ou a artesãos que trabalhavam com marfim.

scriptoria: espaços dos monastérios reservados à leitura e escrita.

Coleção particular. Costa/Leemage/Other Images

▲ Um monge copista em manuscrito do século XV.

RICHÉ, Pierre. Quando copiar era um estímulo intelectual. *História Viva*, edição 28, fev. 2006.
Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando__copiar__era__um__estimulo__intelectual_imprimir.html>
Acesso em: 19 jan. 2009.

O poderio do Império Carolíngio, porém, não sobreviveu à morte de Carlos Magno em 814. Novos grupos invasores – *vikings* da Escandinávia, magiares do Leste Europeu e novas incursões árabes do Mediterrâneo, aliadas às disputas sucessórias – levaram ao fim a unidade territorial desse império.

Luís, o Piedoso, filho de Carlos Magno, herdou o império e o governou até 841. Seus filhos, pelo **Tratado de Verdun** (843), fizeram a partilha do império e aceleraram sua derrocada.

No século IX, época da fragmentação do Império Carolíngio, nova onda de invasões tomava a Europa ocidental. Eram os húngaros, nórdicos e muçulmanos. Os nórdicos, mais conhecidos como *vikings*, dominaram a Península da Escandinávia e espalharam-se por vários territórios vizinhos, além de promoverem incursões pelos mares e rios do continente. Populações buscando refúgio e proteção subordinavam-se aos grandes senhores de terras. Condes, marqueses e outros nobres passaram a ter uma importância crescente, fortalecendo assim a tendência à descentralização. Consolidava-se, nesse contexto, o feudalismo.

> **viking:** civilização originária da Escandinávia (que hoje compreende Suécia, Dinamarca e Noruega). Destacou-se por suas avançadas técnicas de navegação.
>
> **magiar:** grupo étnico de origem asiática que invadiu a Europa e fundou o Reino da Hungria.

PARA RECORDAR A Alta Idade Média (séculos V-IX)

Desagregação do Império Romano do Ocidente (476)

↓

A Alta Idade Média

↓

Formação progressiva do feudalismo na Europa Ocidental

↓

Formação do reino franco

↓

Família dos merovíngios "reis indolentes". Destaque para o *major domus* Carlos Martel

↓

Dinastia carolíngia fundada por Pepino, o Breve. Apogeu com Carlos Magno, o imperador do novo Império Romano do Ocidente

↓

Renascimento Carolíngio

↓

843: Tratado de Verdun (divisão do Império Carolíngio)

ATIVIDADE

- Escreva uma explicação para o processo de fragmentação política ocorrido na Alta Idade Média a partir dos fatores destacados no esquema-resumo.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Estabelecendo relações

→ Em uma carta em que descrevia Carlos Magno, o monge inglês Alcuíno de York o identificou como "chefe sob cuja sombra os cristãos repousam em paz e que impõe terror nas nações pagãs". Mobilizando seus conhecimentos de História, explique o teor dessa citação.

2 Leitura de textos, pesquisa e debate

→ O primeiro texto reproduzido abaixo é de autoria do historiador francês George Duby. O segundo é uma notícia publicada no site da revista *História Viva*, em dezembro de 2007. Depois de tê-los lido atentamente, responda às questões que os acompanham.

Texto 1

No exato momento – meados do século IX – em que a renascença artística carolíngia atingiu o seu apogeu, a cristandade latina foi mais uma vez atacada, e de forma muito dura, por invasores. Já não se tratava, como quatrocentos anos antes, de povos em migração, mas de banditismo. Os ataques vinham de todo lado. Ao sul, quando se iniciava na Península Ibérica o recuo do Islã, aventureiros muçulmanos apoderavam-se pouco a pouco da Sicília, outros instalavam-se nas praias da Provença e assumiam o controle das passagens dos Alpes. Em 898 verificaram-se a leste as primeiras incursões das hordas húngaras, impelidas a avançar graças às tensões oriundas do centro da Ásia. Havia mais de um século que os piratas vikings tinham surgido na Irlanda, meio século que começaram a subir os rios gauleses, e mais de vinte anos que os dinamarqueses tinham tentado conquistar a Inglaterra.

[...] No entanto, as invasões também foram fator de rejuvenescimento. Varreram uma boa parte do que estava vetusto, deteriorado, do que criava obstáculos à inovação. Favoreceram todo tipo de transferências, de trocas.

Durante as tréguas, os acampamentos dos piratas tornavam se locais de negócio, e os monges que fugiam diante dos saqueadores não partiam de mãos vazias levavam os seus livros, os seus relicários, as suas lendas, os seus modos particulares de cantar os salmos ou de construir, e essas formas, transplantadas para as províncias onde se instalavam, misturavam-se com as locais, acelerando sua renovação. Como na época dos grandes deslocamentos populacionais da Alta Idade Media, extinguiram se as fronteiras que a norte e a leste separavam as terras cristianizadas das regiões ocupadas por outros povos Escandinavos e húngaros acabaram por fixar-se, converteram-se, introduziram-se na comunidade europeia com seus patrimônios culturais, seu modo de entalhar a madeira, de decorar os tecidos ou os amuletos. Os historiadores deixam de referir se a essa época como uma "idade obscura", um "século de ferro" Notam que a mola do crescimento, cujos sintomas foram sentidos no início dos tempos carolíngios, não se quebrou, muito pelo contrário Veem-no revigorado pela grande mestiçagem decorrente das incursões Distinguem já – mais ativos nas regiões que, como a Saxe, foram refúgios, ou naquelas, como a Catalunha e as margens do Mar do Norte e da Mancha, onde se operaram encontros e fusões os fermentos de criatividade que prepararam a brusca eclosão, depois do ano 1000, da grande arte medieval

DUBY, Georges. *História artística da Europa – A Idade Media* São Paulo: Paz e Terra, 1997 v 1

Texto 2

A polêmica da imigração na França

No mesmo dia em que São Paulo inaugurou a mostra comemorativa dos 120 anos da Hospedaria do Brás, desde 1998 transformada em Memorial do Imigrante, em Paris o novo Museu Nacional da História da Imigração abriu suas portas. Não sem muita controversia o país esta discutindo as novas medidas propostas pelo governo para dificultar a entrada de imigrantes. A polêmica é tanta que a ocasião não contou com a presença de autoridades, fato raro na França

Projeto lançado no final dos anos 1980, o museu tem como mote fixar um novo olhar sobre a imigração, ressaltando seus aportes para a constituição da cultura francesa tal como ela é hoje O tema parece, no entanto, estar na contramão do discurso oficial atual, em que o presidente Nicolas Sarkozy - ele mesmo filho de imigrantes húngaros – vem prometendo, desde o início de seu governo, dificultar o acesso de imigrantes ao país Quando anunciou a criação do Ministerio da Imigração, Integração, Identidade Nacional e Codesenvolvimento, em maio deste ano, oito historiadores que participavam do conselho científico do museu pediram demissão, como protesto ao ministério que associa o conceito de imigração ao de identidade nacional.

Mesmo sem inauguração oficial, o museu abriu, com a mostra permanente Repères, que aborda 200 anos de imigração no país. Seu percurso apresenta como, desde a Idade Media, a França acolhe estrangeiros, como o teólogo Tomas de Aquino, alem de mercadores e comerciantes A cronologia acompanha os principais momentos e movimentos migratórios do país, e indica as epocas em que sentimentos xenofobicos estiveram mais fortes, assim como os períodos em que a mão de obra estrangeira se fez necessária para a economia, como no entreguerras Contando com fotografias de manifestações recentes de estrangeiros sem documentos, a mostra termina com uma mensagem: "Os habitantes da França devem conhecer, e tornar seu, esse longo passado de imigração" [ ]

BETING, Graziela. A polêmica da imigração na França *História Viva*, 12 dez. 2007 Disponível em: <www2 uol com br/historiaviva/noticias/a_polemica_da_imigracao_na_franca html>. Acesso em 25 fev 2010

a) Por que George Duby rejeita o emprego da denominação "idade obscura" ou "século de ferro" para identificar o período de desagregação do Império Carolíngio?

b) De acordo com a notícia publicada no *site* da revista *História Viva*, como a sociedade francesa encara, hoje, a entrada de imigrantes no país?

c) Em jornais, revistas, *sites* da internet e livros paradidáticos, procure informar-se sobre os seguintes tópicos relacionados à relação entre franceses e imigrantes no presente:
- Qual é a origem da maioria dos imigrantes que vivem hoje na França?
- Que razões atraem esses imigrantes para a França?
- Em que condições os imigrantes vivem e trabalham na França?
- Que argumentos são apresentados pelos que defendem a restrição da entrada de imigrantes na França?
- Como os imigrantes que vivem na França reagem às manifestações de xenofobia?

d) Considerando as informações dos textos acima, você avalia que a abertura do Museu Nacional da História da Imigração, em Paris, é uma iniciativa importante para promover a boa convivência entre os franceses e os imigrantes que vivem no país? Ou, ao contrário, trata-se de uma iniciativa que pode ser interpretada como uma provocação e acirrar a xenofobia? Debata o tema com os colegas.

BAIXA IDADE MÉDIA

No período que vai do século XI ao século XV, chamado de Baixa Idade Média, começaram a se configurar algumas transformações na sociedade dita feudal.

As origens dessas mudanças estão no esgotamento da autossuficiência produtiva, progressivamente abalada pelas transformações em curso na Europa, sendo a principal delas o surto demográfico verificado a partir dos séculos X e XI. Com a diminuição progressiva no ritmo das invasões, que caracterizaram praticamente toda a Alta Idade Média, as condições de vida se tornaram mais estáveis, o que provocou gradativo, mas significativo, aumento de população. Na Inglaterra, por exemplo, a população teria passado de 1,5 milhão, no século XI, para 3,7 milhões, no início do século XIV. Nas áreas de domínio italiano, o salto no mesmo período foi de 5 milhões para 10 milhões; e na França, a população aumentou de 6 milhões para 15 milhões naquele intervalo de três séculos.

A expansão demográfica desdobrou-se em inúmeros efeitos produtivos e sociais. Exigiu aumento das áreas cultivadas, para ampliar a produção, além de um desenvolvimento comercial mais vigoroso, ativando as trocas locais, desbancando a tendência ao imobilismo feudal das unidades produtivas autossuficientes. A intensificação da circulação de produtos (grãos, ovos, aves, gado, peixes, lã, ferramentas etc.) impulsionou também diversos setores artesanais. Muitos deles haviam continuado ativos na Alta Idade Média, servindo a nobreza e o alto clero: armeiros, que trabalhavam para os nobres guerreiros; ourives, pintores e construtores, que trabalhavam na edificação de catedrais e castelos etc. Inovações técnicas aplicadas aos trabalhos agrícolas também ganharam força, como a utilização dos arados de ferro, mais fortes e eficientes que os de madeira usados até então, e o aperfeiçoamento de moinhos hidráulicos. As terras cultiváveis foram ampliadas por meio do aterramento de pântanos e da derrubada de florestas.

O aumento populacional, aliado às elevadas taxações cobradas pelos senhores territoriais, deixou muitos aldeões à margem da atividade rural. Muitos procuraram outras oportunidades de sobrevivência, alguns foram expulsos dos feudos. Essa marginalização social não ficou restrita aos servos, atingindo também senhores. Nobres sem terra, vítimas do **direito de primogenitura**, que dava apenas ao filho mais velho as terras e os títulos paternos, vagavam pela Europa como cavaleiros andantes. Ofereciam seus préstimos militares a outros senhores em troca de terras ou de rendas.

Muito mais numerosos e igualmente excluídos, os servos tentavam sobreviver ocultando-se em bosques e reocupando antigos centros urbanos abandonados. Por vezes, quando encontrados, eram perseguidos pelos nobres.

Bibliotheque Nationale, Paris/The Bridgeman/Keystone

The Granger Collection/Other Images

▲ No início da Baixa Idade Média, a força animal passou a ser bem mais aproveitada, com a difusão do uso da ferradura e de acessórios como o peitoral para cavalos e a canga para bois. Também a força das águas dos rios começou a ser mais utilizada, fazendo girar as pás dos moinhos, para moer principalmente grãos de trigo. Acima, iluminuras mostrando um moinho movido a água (século XIII) e o uso da ferradura de metal (de 1390)

aldeão: camponês; natural ou habitante de aldeia

cavaleiro andante: cavaleiro que, na Idade Média, percorria terras sozinho ou com alguns companheiros, com os mais diversos objetivos: guerrear, viver aventuras, defender os injustiçados, lutar pela Igreja etc., e em torno do qual foram construídas narrativas literárias e míticas

Nesse contexto, assiste-se na Baixa Idade Média a um crescente expansionismo: o chamado *Drang nach Osten* (Marcha para o Leste), isto é, a expansão germânica em que cavaleiros alemães (ou *teutônicos*), sob o pretexto da propagação do cristianismo, dirigiram-se para o Oriente, para a atual Rússia, subjugando a região báltica; assiste-se à Reconquista cristã dos territórios tomados pelos árabes na Península Ibérica; e ao movimento cruzadista, que contou com a participação de inúmeros cavaleiros de toda a Europa. Era a conquista de novas terras e riquezas para enfrentar as dificuldades que marcavam os primeiros séculos da Baixa Idade Média.

EL CID – CAVALEIRO MEDIEVAL

Os cavaleiros medievais, oriundos da nobreza e hábeis na cavalgaria e no uso de armas como a espada e a lança, foram retratados não apenas pelas narrativas históricas, mas também por obras literárias e cinematográficas. Na imagem de 2008 abaixo, temos a estátua representando Rodrigo Díaz, El Cid, na cidade de Burgos, na Espanha. O cavaleiro nasceu em 1043, no reino de Castela, e foi inspiração para o poema *Cantar de Mio Cid* de Per Abat, escrito em 1207. A imagem de El Cid chegou a ser utilizada como representação de um herói patriota pelo general Francisco Franco, ditador espanhol entre 1936 e 1975, embora muitos historiadores afirmem que o nobre guerreiro nem sempre lutou pelos cristãos espanhóis, fez alianças com os muçulmanos e se voltou contra as tropas do rei Afonso VI.

Audrey Olnes Images

O movimento cruzadista

As **Cruzadas** foram expedições principalmente militares, organizadas pela Igreja, com o objetivo de reconquistar a região da Palestina que estava dominada pelos muçulmanos desde o século VII. Tratava-se de Jerusalém, a Terra Santa, onde ficam os lugares que Jesus percorreu, assim como o Santo Sepulcro, local em que Jesus estaria enterrado.

A luta de reconquista já era desejada pelos imperadores bizantinos, que esperavam o auxílio do Ocidente no combate aos povos muçulmanos, especialmente os turcos **seljúcidas**. Esse povo, organizado pela dinastia turca seljúcida (do fundador Seldjuk), nos séculos de XI a XIII, tinha no islamismo e na união das tribos sua força expansionista. De Bagdá, conquistada em 1055, dirigia-se para a Ásia Menor, ameaçando o reduto cristão bizantino. No século XIII, ganhou força a nova dinastia turca dos otomanos, que, no século XIV, lideraria novo processo expansionista na região.

Ao organizar as Cruzadas, a Igreja católica também tinha por objetivo estender sua influência ao território bizantino, dominado pela Igreja ortodoxa – a Igreja bizantina criada com o Cisma do Oriente, em 1054, e independente do papa de Roma.

Os milhares de indivíduos de alguma maneira excluídos da estrutura social feudal foram essenciais na montagem dessas expedições. A espinha dorsal dos exércitos cruzados era formada por cavaleiros sem terra, enquanto a maior parte das tropas a pé era constituída de antigos servos. Além disso, milhares de pessoas, incluindo mulheres, crianças e idosos, dispunham-se a seguir os cruzados e fazer a peregrinação aos locais sagrados após a expulsão dos muçulmanos.

Havia outros interesses em jogo, como o comércio, atividade até então secundária, mas crescente em importância em meio ao surto demográfico que ocorria na Europa. Negociantes italianos desejavam conquistar entrepostos e vantagens no comércio de produtos orientais, bem como o acesso às rotas comerciais do Mar Mediterrâneo, dominadas pelos muçulmanos –, que impediam a livre navegação.

Em 1095, o papa Urbano II pronunciou um inflamado discurso no **Concílio de Clermont**, convocando os cristãos a ingressar nas expedições cruzadistas rumo ao Oriente. Do século XI ao XIII, partiram da Europa cristã oito expedições (veja o mapa dos movimentos cruzadistas, na página 194), entre as quais se destacaram as que apresentamos a seguir.

- Primeira Cruzada (1096-1099): denominada Cruzada dos Nobres, chegou a conquistar Jerusalém e a organizar na região um reino nos moldes feudais.
- Terceira Cruzada (1189-1192): também conhecida como Cruzada dos Reis, devido à participação dos monarcas da Inglaterra (Ricardo Coração de Leão), da França (Filipe Augusto) e do Sacro Império Romano-Germânico (Frederico Barba Roxa ou Barba Ruiva). Não tendo atingido seus objetivos militares, resultou no estabelecimento de acordos diplomáticos com os turcos, o que possibilitou as peregrinações.
- Quarta Cruzada (1202-1204): chamada de Cruzada Comercial, por ter sido liderada por comerciantes de Veneza, potência mediterrânea em grande ascensão. Foi desviada de Jerusalém, alvo religioso da investida cruzadista, para Constantinopla, que acabou sendo saqueada.

O misticismo e a espiritualidade que impregnavam a época medieval são plenamente visíveis na Cruzada das Crianças (1212), organizada com base na crença de que somente os "puros" e "inocentes" poderiam libertar Jerusalém. O mesmo aconteceu no início do movimento cruzadista, na chamada Cruzada dos Mendigos, organizada em 1096. Ambas foram dizimadas, principalmente no percurso europeu.

The Bridgeman/Keystone

▲ O ilustrador, pintor e escultor francês Gustave Doré (1832-1883) ilustrou obras como a *Divina Comedia*, de Dante, e *Dom Quixote*, de Cervantes. Na imagem, uma de suas ilustrações, de 1877, mostrando a Cruzada das Crianças.

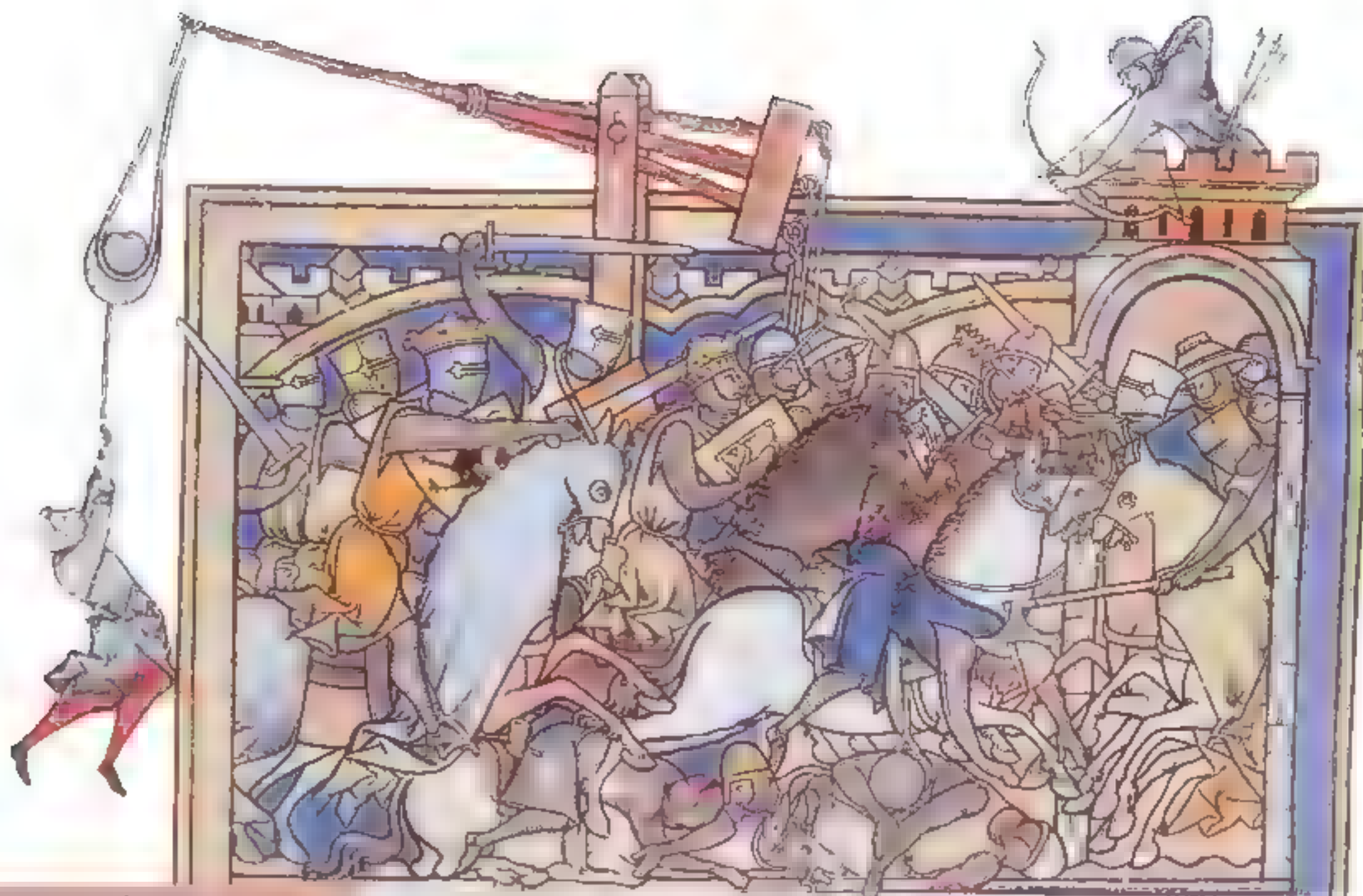
As expedições cruzadistas não conseguiram resolver totalmente as dificuldades europeias decorrentes do aumento populacional, da ambição por novas terras e da necessidade de aprimorar a produtividade agrícola para alimentar a crescente população. No entanto, algumas cidades, que nunca deixaram de fazer comércio durante os primeiros séculos da Idade Média, e outras, que emergiram ou ganharam impulso com a chegada de camponeses marginalizados nos feudos, tiveram amplas vantagens com as Cruzadas. Os exemplos mais marcantes são Gênova e Veneza, cujos comerciantes enriqueceram alugando barcos, financiando os cruzados e assumindo a liderança no comércio mediterrâneo.

Não foram somente essas expedições, ocorridas ao longo de quase duzentos anos, que levaram ao renascimento comercial da Europa, embora elas certamente tivessem contribuído para sua dinamização. Muitos dos nobres, que arcaram com os elevados custos militares, empobreceram com as Cruzadas, enfraquecendo-se e favorecendo o fortalecimento dos governantes. Além disso, em vez de unir a cristandade, criaram divergências de interesses entre algumas regiões (como entre os governantes da Terceira Cruzada, que rivalizaram por domínios), enquanto utilizavam muita violência contra os não cristãos.

As Cruzadas tiveram, contudo, um papel significativo na mentalidade europeia. O espírito dessas expedições foi importante motivação, por exemplo, para a Reconquista cristã da Península Ibérica, dominada por árabes muçulmanos, e para as Grandes Navegações, que levaram à América. Essa mentalidade conduziu à construção da imagem dos europeus como capazes de impor sua visão de mundo e seus valores a todos os povos com os quais entraram em contato, os quais consideravam "os outros".

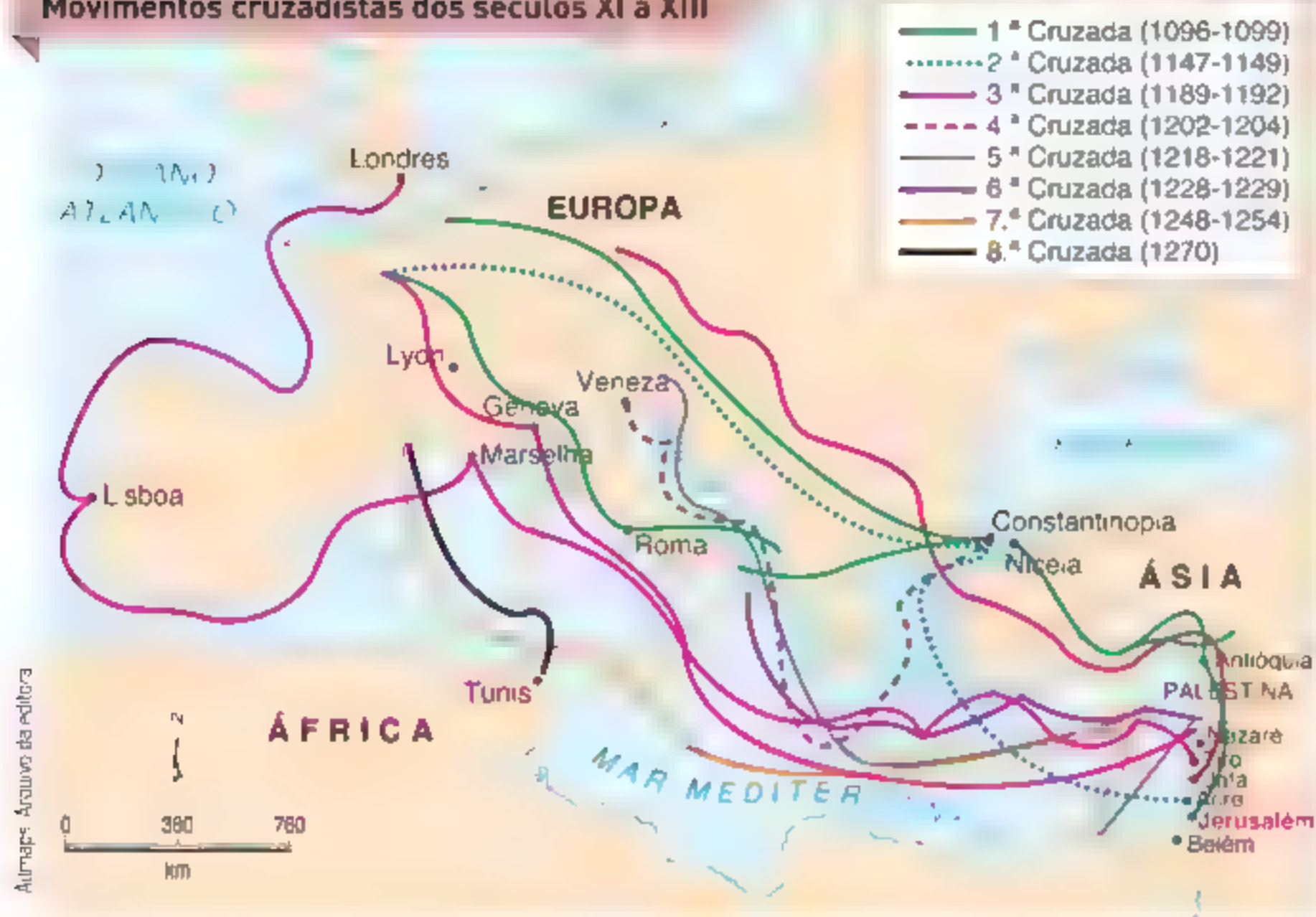
Para alguns historiadores atuais, a "cruzada emerge, pois, como o ponto de chegada de um lento processo que conduz a Igreja, no Ocidente, da não violência, predominante até o século IV, ao uso sacralizado e meritório das armas. É essa dimensão sacralizadora que permite entender a Cruzada como uma guerra santa, a qual tangencia certos aspectos que a assemelham com a *jihad*. Com efeito, durante vários séculos, as Cruzadas opuseram a cristandade e o mundo muçulmano pela posse de Jerusalém e dos lugares santos, posse que ainda hoje é mobilizadora nos intermináveis conflitos entre judeus e palestinos".*

Para a historiografia dos países árabes, as Cruzadas e a ocupação de Jerusalém foram a primeira manifestação do imperialismo ocidental, que iria revelar-se de modo mais incisivo nos séculos seguintes.

* GOMES, Francisco José Silva. *A guerra santa. Cruzada e jihad na obra de Jean Flori*. XI Encontro Regional de História – ANPUH. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Mesas/Francisco%20Jose%20Silva%20Gomes.doc>. Acesso em: 17 fev. 2010.

The Pierpont Morgan Library, Nova York

Movimentos cruzadistas dos séculos XI a XIII

- 1.ª Cruzada (1096-1099)
- 2.ª Cruzada (1147-1149)
- 3.ª Cruzada (1189-1192)
- 4.ª Cruzada (1202-1204)
- 5.ª Cruzada (1218-1221)
- 6.ª Cruzada (1228-1229)
- 7.ª Cruzada (1248-1254)
- 8.ª Cruzada (1270)

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. Nova York: Anchor Books, 1974. p. 150 e 206.

▲ O predomínio do espírito guerreiro na Idade Média decorreu de vários fatores, destacando-se a instalação dos povos bárbaros com seus valores militares, o fim da velha ordem garantida pelo Império Romano do Ocidente e os seguidos séculos de desordem, violência e insegurança. A miniatura do século XIII representa uma violenta cena de combate: cavaleiros medievais atacam uma cidade muçulmana.

◄ Por quase 200 anos, o Mediterrâneo oriental viveu o movimento das Cruzadas.

O renascimento comercial europeu

Paulatinamente, as cidades medievais foram assumindo o papel de entroncamento das rotas comerciais, primeiro com produtos de luxo originados de pontos diversos do Oriente (que mesmo em pequenas quantidades rendiam elevados lucros) e sal e, depois, com produtos de consumo geral, como cereais e madeira.

A rota do Mediterrâneo, antigo caminho das Cruzadas, logo se tornou a mais importante e lucrativa. Partia das cidades italianas de Gênova e Veneza e atingia centros comerciais do Mediterrâneo oriental. Essas cidades prosperaram muito, em especial porque seus comerciantes praticamente conquistaram o monopólio sobre os produtos provenientes do Oriente, como sedas e especiarias (pimenta e outros temperos). Paralelamente, desde o século XII, organizavam-se no norte da Europa as **hansas**, ou associações de mercadores. Na Inglaterra, destacava-se a *Merchants of the Staple*, associação que controlava a venda de lã (seu mais forte produto) e a importação de produtos oriundos da região flamenga.

flamengo: originário de Flandres, atual Bélgica.

Nesta iluminura italiana do final do século XIV, representação de uma loja de queijos. Em geral, a atividade comercial vinha em crescente desenvolvimento desde o século XI.

Biblioteca Nacional, Viena. Album/akg-images/Latinstock

Logo aconteceria a reunião de diversas hansas no norte da atual Alemanha, dando origem à **Liga Hanseática**, cujas poderosas cidades (Hamburgo, Brêmen, Lübeck, Rostock), habitadas principalmente por povos germânicos, passaram a controlar todo o comércio dos mares do Norte e Báltico. Seus comerciantes traziam trigo e pescado, importantes para a população que continuava a crescer, e madeiras, fundamentais para os empreendimentos de construção naval, além de outros produtos. Observe o mapa a seguir.

A Liga Hanseática e as rotas comerciais

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: DI SACCO, Paolo (Coord.). *Corso di storia antica e medievale*. Milão: Edizioni Scolastiche Bruno Mondadori, 1997. p. 133.

Área de atuação da Liga Hanseática com as principais rotas comerciais da Baixa Idade Média. Note que a Liga Hanseática, cujo eixo era o Mar do Norte, teve uma vasta área de atuação. Verifique também o forte vínculo entre o desenvolvimento comercial e a urbanização.

Dessa forma, consolidavam-se dois polos comerciais na Europa da Baixa Idade Média: um italiano e outro germânico. A ligação desses dois polos se fazia por rotas terrestres que convergiam para as planícies de Champanhe, região no centro da França. Lá se realizavam grandes **feiras**, onde os comerciantes do norte encontravam os do sul, constituindo centros de articulação do crescente comércio europeu.

O desenvolvimento comercial e as transações financeiras tornaram necessária a utilização em larga escala de moedas, o que gerou a introdução de letras de câmbio e o desenvolvimento de atividades bancárias em geral. A terra deixou de ser a única fonte de riqueza e, nesse contexto, surgiu um novo grupo social, o dos mercadores.

letra de câmbio: ordem de pagamento; um título que dá direito a um saque.

O renascimento urbano na Europa

Ao longo das novas rotas comerciais, multiplicavam-se os **burgos**, isto é, as cidades. Muitas vezes, tratava-se de antigas cidades romanas abandonadas, que foram sendo reocupadas e voltavam a prosperar. Outras vezes, eram aglomerados que surgiam nas encruzilhadas de rotas comerciais terrestres, em regiões de feiras ou às margens de rios. Cercados de muralhas defensivas, os burgos têm sua denominação derivada do germânico *burgs* para o latim *burgu*, que significa "pequena fortaleza".

Havia também as aglomerações formadas em torno de antigos castelos, que extrapolaram os limites das muralhas originais. Nesse caso, como se originavam em terras pertencentes aos senhores feudais, que compunham a camada social dominante, ficavam submetidas a sua autoridade e, frequentemente, à cobrança de impostos. Com a expansão do comércio e da vida urbana, os habitantes dos burgos começaram a buscar autonomia, derivando daí o **movimento comunal**, que significou a luta pela emancipação dos burgos, entre os séculos XI e XIII, até então submetidos à autoridade e à cobrança de impostos dos senhores feudais.

Um burgo podia obter sua independência de forma pacífica, quase sempre mediante pagamento de uma indenização ao nobre ou bispo local. Porém, no caso de resistência dos senhores feudais, era necessário apoio externo, geralmente por meio da intervenção real, que, nessa época, ganhava cada vez mais força, como você estudará mais adiante. As Cartas de Franquia eram os documentos que formalizavam a autonomia dos burgos, determinando isenção de pedágios, direitos senhoriais e outras obrigações, autorizando seus habitantes, os "burgueses", a cobrar impostos e organizar tropas, concedendo-lhes independência administrativa e judiciária.

À medida que as cidades iam obtendo autonomia, as atividades mercantis tendiam a crescer, dando origem a instituições como as corporações de mercadores e as de ofício.

Biblioteca Nacional Viena/akg-images/Latinstock/Interfoto Press

▲ Iluminura italiana de 1390 retratando particularidades do cotidiano da vida urbana na Baixa Idade Média. À esquerda, um alfaiate tira medidas de seu cliente; mais à direita, dois ajudantes executam seu ofício costurando os tecidos

As corporações de mercadores, também chamadas **guildas**, tinham por objetivo agrupar os negociantes locais para garantir o monopólio do comércio. As **corporações de ofício** reuniam os trabalhadores por especialidade, estabelecendo para seus membros a exclusividade de produção e definindo padrões de trabalho, visando à qualidade dos produtos e procurando evitar a concorrência dentro do burgo.

As corporações de ofício tinham uma organização fortemente hierarquizada, sendo controladas pelos **mestres-artesãos**, que não só realizavam o trabalho como também eram os proprietários das oficinas (muitas vezes localizadas em suas casas), das ferramentas, das matérias-primas e do conhecimento técnico necessário à produção. Abaixo do mestre vinham os **companheiros** ou **oficiais jornaleiros**, trabalhadores especializados, com ganhos estipulados pelo mestre.

Por fim, vinham os **aprendizes**, que, em troca do trabalho, recebiam alimentação, alojamento, vestuário e o aprendizado que lhes possibilitaria eventualmente se transformar em oficiais e, mediante autorização da corporação do seu ofício, em mestres.

Dessa forma, e ao contrário do que ocorria nos feudos, existia certa mobilidade social na atividade artesanal, mesmo que bastante reduzida no caso dos mestres, devido à dimensão do mercado urbano e ao controle da corporação exercido por eles.

Apesar desse dinamismo urbano, existia uma limitação cultural, típica da época, que dificultava o desenvolvimento dos negócios. Essa limitação referia-se ao pensamento cristão com base na filosofia denominada **escolástica**, que condenava o lucro e a prática da usura, considerados pecados capitais.

> **usura:** empréstimo de dinheiro sobre o qual se cobram taxas de juros excessivas. Durante o período medieval, condenava-se a prática da usura porque o lucro não seria decorrente do trabalho.

Essa mentalidade influenciava as corporações de ofício ao defender o "justo preço", que estipulava que cada mercadoria deveria ser vendida pelo preço da matéria-prima somado ao valor da mão de obra empregada. Rejeitando-se a possibilidade de lucro, inibia-se o acúmulo de capital (dinheiro e outros bens) e, evidentemente, de novos investimentos na produção, criando-se assim um freio ao crescimento econômico.

De qualquer forma, e a despeito das limitações, o comércio foi se difundindo. Embora lento, o enriquecimento dos comerciantes e de uma parcela dos mestres levou-os a controlar com exclusividade certas atividades comerciais e artesanais, a exemplo dos mercadores das hansas e dos mestres empregadores, indicando o processo de formação de um novo grupo social em ascensão: a burguesia. Observe-se, porém, que essa burguesia medieval é completamente distinta da burguesia que se formaria nos séculos XVIII e XIX. Além de o termo "burgueses" referir-se, originalmente, ao conjunto dos habitantes dos burgos (cidades), até mesmo os mercadores, artesãos e banqueiros enriquecidos nessa época medieval tinham atuações próprias e diferentes daquelas da classe que geralmente designamos por esse termo. As metas predominantes da burguesia medieval eram a busca da riqueza fun

diária e a integração à nobreza, com a aquisição de terras (feudos) e títulos de cavaleiro. Quadro muito diferente dos burgueses capitalistas cujo ganho nas atividades econômicas destina-se, essencialmente, ao reinvestimento de capital.

A expansão do trabalho remunerado e da vida urbana, a possibilidade de lucros individuais (apesar das restrições religiosas) e uma economia monetarizada dependente da atividade mercantil, ou seja, do comércio são elementos que nos permitem identificar, ao longo da Baixa Idade Média, transformações mais amplas das relações e estruturas sociais e econômicas, como veremos nos capítulos seguintes.

> **economia monetarizada:** economia que utiliza moeda em larga escala

British Library, Londres

Artesãos tingindo um tecido de lã, observados por um fiscal da corporação.

The Granger Collection/Other Images

Museu do Louvre, Paris/The Art Archive/Other Images

Nas comunas medievais, as duas principais fontes de riqueza eram os produtos do campo e do comércio. Paralelamente a essa atividade, foi ganhando força a *banca*, com o câmbio de moedas e empréstimos. Acima, artesãos recebendo seu salário, iluminura italiana do século XV, de autoria desconhecida. Ao lado, um banqueiro e sua esposa em representação de Quentin Metsys, do século XIV.

As Cruzadas e o renascimento comercial e urbano

fim das invasões

surto demográfico

marginalização social:
- senhores sem terra
- servos sem terra

reabertura do Mar Mediterrâneo

Renascimento comercial

Renascimento urbano

rotas

- Mediterrâneo (Gênova e Veneza)
- Norte (Liga Hanseática)
- Champanhe (feiras)

moeda

bancos

- burguesia
- trabalho livre
- corporações de ofício

ATIVIDADE

Com base no esquema resumo acima, elabore um texto coerente e coeso sobre as transformações ocorridas na Europa durante a Baixa Idade Média, no qual apareçam articulados os seguintes tópicos:

- crescimento demográfico na Europa;
- Cruzadas;
- ampliação do comércio;
- crescimento urbano.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto

→ O texto a seguir foi escrito pelo libanês Amin Maloouf com base em fontes muçulmanas. O autor faz uma descrição da chegada dos cristãos (genericamente chamados de *francos*) a Jerusalém, no final da primeira Cruzada. Leia-o com atenção e faça o que se pede adiante.

Os cruzados libertam Jerusalém

[...] A população da Cidade Santa foi passada ao fio da espada, e os francos estiveram matando muçulmanos durante uma semana. Na mesquita de Al Aqsa, mataram mais de 70 mil pessoas. E Ibn al Atir, que evita citar cifras nao comprováveis, corrige: mataram muita gente. Aos judeus, recolheram na sua sinagoga e lá os francos os queimaram vivos. Destruíram também os monumentos dos santos, e a tumba de Abraão – a paz esteja com ele!

Entre os monumentos saqueados pelos invasores, encontra-se a mesquita de Omar, erguida em memória do segundo sucessor do Profeta, o califa Omar Ibn al-Jattab, que havia tomado Jerusalém dos romanos em fevereiro de 638. A partir desse feito, os árabes aproveitaram sempre que puderam a ocasião de evocar aquele acontecimento com a intenção de realçar a diferença entre seu comportamento e o dos francos. Naquele dia, Omar havia entrado montado em seu célebre camelo branco, enquanto o patriarca grego [bizantino] da Cidade Santa ia a seu encontro. O califa havia começado por prometer que se respeitariam as vidas e os bens de todos os habitantes, antes de pedir-lhe que o acompanhasse na visita a todos os lugares santos do cristianismo. Quando se encontravam na igreja de Qyama, o Santo Sepulcro, como havia chegado a hora da oração, Omar perguntou a seu anfitrião onde poderia estender seu tapete para prostrar-se. O patriarca o convidou a permanecer onde estava, mas o califa o contestou: "Se eu o fizer, os muçulmanos amanhã quererão apropriar-se deste local, dizendo: 'Omar rezou aqui'". E, levando seu tapete, foi ajoelhar-se do lado de fora. Estava certo, pois nesse local foi onde se construiu a mesquita que leva seu nome. Os chefes francos, desgraçadamente, não são tão magnânimos. Celebram seu triunfo com uma matança indescritível e logo saqueiam selvagemente a cidade que dizem venerar.

MALOUF, Amin. *La invasión*. Madri: Alianza Editorial, 1994. p. 85-6.

a) O texto menciona a "diferença de comportamento" entre os árabes e os francos (cristãos). Explique a que diferença o texto se refere.

b) Por que o episódio da visita de Omar ao Santo Sepulcro é tomado pelos árabes como exemplo de seu comportamento em relação aos cristãos?

c) Reflita sobre seus conhecimentos sobre a Baixa Idade Média e o movimento cruzadista e responda: que intenções pode Amin Maloouf ter tido para escrever um livro em que as Cruzadas fossem contadas a partir do ponto de vista dos muçulmanos?

2 Leitura e interpretação de documento

→ Leia o texto abaixo, em que o papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095, pregava a necessidade das Cruzadas.

Deixai os que outrora estavam acostumados a se baterem, impiedosamente, contra os fiéis, em guerras particulares, lutarem contra os infiéis [...]. Deixai os que até aqui foram ladrões, tornarem-se soldados. Deixai aqueles que outrora se bateram contra seus irmãos e parentes, lutarem agora contra os bárbaros, como devem. Deixai os que outrora foram mercenários, a baixos salários, receberem agora a recompensa eterna.

Uma vez que a terra que vós habitais, fechada de todos os lados pelo mar e circundada por montanhas, é demasiado pequena a vossa grande população: sua riqueza não abunda, mal fornece o alimento necessário aos seus cultivadores [...] tomai o caminho do Santo Sepulcro, arrebatai aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmos. Essa terra em que, como diz a Escritura, "jorra leite e mel" foi dada por Deus aos filhos de Israel. Jerusalém é o umbigo do mundo, a terra mais que todas frutífera, como um novo paraíso dos deleites.

PAPA Urbano II. In: HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. São Paulo: Zahar, 1979. p. 28.

a) Como o papa Urbano II justificou a necessidade das Cruzadas?

b) Quem são os "soldados" convocados para lutar nas Cruzadas mencionados nesse texto?

3 Leitura e interpretação de tabela e mapa

→ A tabela abaixo nos oferece dados acerca das transformações demográficas ocorridas na Europa Ocidental durante parte da Idade Média. Leia-a, procurando identificar onde e quando ocorreram as maiores oscilações demográficas. Depois, observe novamente o mapa da página 195. Ele indica as principais rotas comerciais existentes na Baixa Idade Média. Fique atento às regiões onde há maior concentração de rotas comerciais. Responda às questões na sequência.

Região	Período			
	500	650	1000	1340
Grécia/Bálcãs	5,0	3,0	5	6,0
Itália	4,0	2,5	5	10,0
Espanha/Portugal	4,0	3,5	7	9,0
Total - Sul	**13,0**	**9,0**	**17**	**25,0**
França/Países Baixos	5,0	3,0	6	19,0
Grã-Bretanha	0,5	0,5	2	5,0
Alemanha/Escandinávia	3,5	2,0	4	11,5
Total - Oeste/Central	**9,0**	**5,5**	**12**	**35,5**

MEDIEVAL Sourcebook: Tables on Population in Medieval Europe. Disponível em: <www.fordham.edu/halsall/source/pop-in-eur.htm>. Acesso em: 3 mar. 2010.

a) De acordo com a tabela acima, o que aconteceu com a população europeia no início da Alta Idade Média?

b) O que poderia explicar a oscilação demográfica constatada acima?

c) De acordo com os dados da tabela, em que regiões e períodos a população da Europa Ocidental mais cresceu?

d) Que relação você percebe entre os dados oferecidos pela tabela e as informações contidas no mapa?

e) Mobilizando seus conhecimentos de História, proponha uma hipótese para explicar a relação estabelecida na questão anterior.

Biblioteca Nacional de Viena/akg-images/Intercontinental Press (detalhe)

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 8 (p. 201 a p. 219).

Na seção ***Para pensar historicamente*** deu-se destaque aos conceitos de relações sociais e cultura, uma vez que a temática do capítulo permite que os alunos conheçam os grupos sociais que se formaram e as relações que se instauravam entre eles a partir da estrutura econômica que se firmou ao longo da Alta Idade Média. As questões apresentadas têm a intenção de fortalecer a possibilidade de atribuição de sentido pelos alunos ao estudo dos conteúdos sobre o período. A discussão conceitual apresentada no ***Discutindo a História*** da unidade é aprofundada com a retomada da ideia de que os termos utilizados para se referir a processos e períodos históricos são construções conceituais de especialistas.

Na atividade *1. Leitura e interpretação de texto jornalístico e reflexão* (seção ***Exercícios de História*** no final do capítulo), pretende-se promover o desenvolvimento do conceito de tempo histórico. Nesse sentido, pode-se apontar para os alunos que a concepção atual de tempo é linear e homogênea, ou seja, ele pode ser medido por instrumentos mecânicos ou eletrônicos (relógios) e dividido em unidades "negociáveis". Assim, o patrão "compra" o tempo do trabalhador, que, em troca de um salário, dedica-se a uma atividade cujos fins não estão sob seu controle. A existência de outras concepções de tempo pode ser examinada em outras fontes e atividades. O livro do historiador francês Jacques Le Goff (*A civilização do Ocidente medieval*) tem igualmente capítulos que podem subsidiar o professor nessa discussão.

Há diferentes pontos do capítulo que permitem o estabelecimento de comparações presente/passado, o que pode ajudar os alunos a atribuírem sentido aos conteúdos trabalhados. Como exemplo, temos o texto *Opressão e desprezo aos de baixo*, que possibilita discussões sobre relações de subordinação, dominação sobre grupos populares do campo em outros momentos históricos, guardando as devidas distinções de seus contextos históricos. Um outro aspecto a discutir é o poder econômico da Igreja Católica naquela época e hoje.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, endereços eletrônicos e filmes, nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História, Literatura e Arte:** estudar os poetas trovadorescos da literatura portuguesa, como Gil Vicente. Verificar proximidades com a literatura de cordel e outras tradições do folclore nacional, que remetem a heranças medievais.

▶ Textos de apoio

1

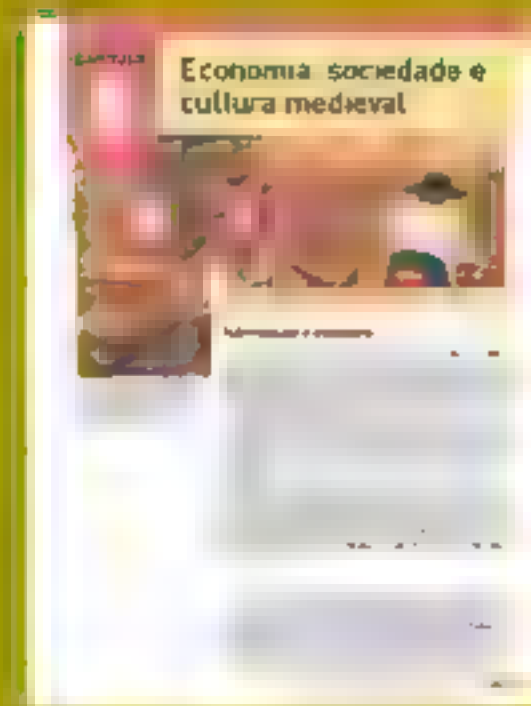
Cerimônias rituais

Desde a Alta Idade Média, a Igreja empreendeu longo combate contra as cerimônias rituais herdadas do paganismo, especialmente aquelas realizadas na passagem do ano, em que os leigos, recorrendo ao uso de máscaras de cervos, cabras e vacas, amuletos e talismãs com propriedades mágicas, metamorfoseavam-se em animais ou assumiam traços femininos, entregando-se a danças, cantos e alaridos ensurdecedores (Giordano, 1983, p. 103). Tais manifestações subsistiram no decorrer dos séculos, podendo ser observadas na Inglaterra, em meados do século XIII, nas comemorações camponesas em homenagem ao advento da primavera, as festas de maio, conhecidas pelos nomes May-day, May game ou May pole; nas encenações de combates rituais entre mouros e cristãos, conhecidas por Morris Dance, nas encenações de combate de São Jorge contra o dragão; ou no baile das espadas, chamado Sword Dance, cujo encerramento comportava diversas formas de danças rituais (Portillo, 1985, p. 228-232).

MACEDO, J. R. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. p. 208.

2

Cultura da burguesia

No começo, quando a falta de educação artística obrigava os novos-ricos a adotar o gosto das classes dominantes tradicionais e mais tarde quando os mercadores [...] se tornaram cada vez mais desejosos de ingressar na nobreza, suprimir as distâncias entre a antiga aristocracia e a nova que eles queriam constituir, as tendências artísticas burguesas não se distinguiram das da nobreza e da Igreja. Para tornar-se nobre, afirmou-se, o melhor meio era, antes de mais nada,

Bibliografia

BONI, L. A. *Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

DUBY, G. (Org.). *Da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (História da Vida Privada, 2)

FRANCO JR., H. *A Eva Barbada*: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Edusp, 1996.

INÁCIO, I. C.; LUCA, T. R. de. *O pensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios).

LAUAND, L. J. *Cultura e educação na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002. 2v.

MACEDO, J. R. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MELLO, J. R. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992.

QUEIROZ, T. A. P. de. *As heresias medievais*. São Paulo: Atual, 1988.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

assessoria pedagógica

Filmes

Giordano Bruno. Direção de Giuliano Montaldo. França, Itália, 1973. (123 min).

O corcunda de Notre-Dame. Direção de Michael Tuchner. Estados Unidos, 1982. (102 min).

O nome da rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Alemanha/França/Itália, 1986. (130 min).

Endereços eletrônicos

Museu de Arte Medieval. Disponível em: <www.newyorkcarver.com/museum.htm>. Acesso em: 14 jan. 2010. Portal que dá acesso ao acervo de vários museus e bibliotecas do mundo. É possível acessar imagens de arte sacra, mosaicos, vitrais, peças de vestuário, livros, bem como documentos e manuscritos da Idade Média.

Museu de Cluny – Museu Nacional da Idade Média. Disponível em: <www.musee-moyenage.fr>. Acesso em: 14 jan. 2010. Este museu contém o acervo medieval mais importante da França. O *site* disponibiliza imagens do Castelo de Cluny, onde está instalado o museu, bem como de peças do acervo, como vestuários, armas e moedas. Em inglês e francês.

Sugestões de leituras para os alunos

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FALCONES, Ildefonso. *A catedral do mar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FRANCO Junior, Hilário. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACEDO, José Rivair. *Religiosidade e messianismo na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1993. (Desafios).

adotar o "gênero de vida" nobre. Que domínio, melhor que o da literatura e da arte, oferecia aos mercadores o ensejo para essa assimilação? Foi aí que eles logo puderam imitar as maneiras nobres. Sabemos que Gênova foi "o centro de difusão da poesia provençal na Itália". Membros das maiores famílias de mercadores genoveses – um Calega Panzano, um Luccheto Gattilusio – cantam e rimam em provençal, naquele dolce stil nuovo no qual se reconheceu uma das formas mais aristocráticas, mais requintadas e mais "estetas" da poesia. Um negociante veneziano, Bartolomeo Zorzi, aprisionado em Gênova, dedica uma parte de seus lazeres forçados a justas poéticas com o genovês Bonifacio Calvo.

LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.116. (Universidade Hoje)

Comentários das atividades

Para recordar (*Relações de poder no feudalismo da Europa Ocidental*)

1. Os estudiosos do período medieval classificaram a sociedade feudal como estamental, ou seja, a posição dos indivíduos na sociedade era definida por sua origem familiar e dificilmente poderia ser alterada. No topo da pirâmide social encontravam-se os grandes senhores feudais, que compunham parte da nobreza e do clero. Eles controlavam as terras e, por meio da força e dos costumes, dominavam e exploravam uma numerosa camada de trabalhadores rurais, da qual uma parte expressiva se encontrava sujeita à servidão. Essa camada formava a base da sociedade. Os nobres estavam ligados uns aos outros por laços de lealdade, expressos nas relações de suserania e vassalagem. Essa estrutura era justificada pela religião, pois as autoridades eclesiásticas atribuíam sua existência à vontade divina. Assim, Deus haveria destinado alguns homens para a guerra (a nobreza), outros para as orações (o clero) e os demais para o trabalho (todo o resto da sociedade).
2. Resposta pessoal. O trabalho de pesquisa iconográfica deve ajudar o aluno a consolidar as informações apreendidas, a relacioná-las com a cultura material medieval e a se familiarizar com os motivos e estilos da arte produzida na Idade Média. Peça que eles comparem as imagens escolhidas e, a partir da identificação das semelhanças, busquem caracterizar a produção artística medieval. Para facilitar o trabalho, ofereça critérios para a comparação como temática, cores, representação do espaço, representação da figura humana etc.
3. Com a fragilização do Estado na Idade Média, não só a proteção do reino como também sua administração (cobrança de impostos, exercício da justiça, definição de unidades de peso e de medida etc.) passaram a ser feitas por nobres da confiança do rei, seus vassalos, a quem era atribuído um feudo (terras, um castelo, uma torre, o direito de cobrança de pedágio etc.) em troca de lealdade. Porém, como o senhor feudal podia também confiar um feudo a outros nobres, tornando-se assim suserano deles, formava-se uma teia de relações e compromissos na qual o poder de cada nobre estava ancorado no apoio que recebia de seus pares. Assim, não havia um centro efetivo de poder político de onde partissem as decisões, que se pulverizavam entre a nobreza, que acabava agindo com enorme autonomia em relação ao rei.

Exercícios de História

1. **Leitura de texto e levantamento de hipótese**
   a) Vilão era todo indivíduo que habitava o senhorio, a aldeia, e estava sujeito à dominação de um senhor.
   b) Porque na Europa da Idade Média os habitantes das áreas rurais não eram identificados por sua atividade e nem mesmo por seu estatuto jurídico.
   c) Hoje o termo é empregado para designar um indivíduo de índole má, alguém pronto a fazer o mal.
   d) A nobreza alimentou um desprezo notório pelos aldeões. Nos poemas medievais, eles eram ridicularizados e representados como indivíduos feios, vulgares, grosseiros e propensos a todo tipo de atitude mesquinha e sórdida. Com o passar do tempo, esse preconceito acabou associado à palavra **vilão.**

   É importante que os alunos percebam que a condição miserável de vida dos camponeses e a distância social deles em relação à nobreza produziu uma visão preconceituosa dos habitantes da aldeia, que se prolongou no tempo, associada à palavra que designava esse segmento da sociedade.
2. **Leitura e interpretação de documento**
   a) Não, pois em certas ocasiões se insurgiram contra a exploração de seus senhores.
   b) Explorados pela nobreza feudal e submetidos pela força, os camponeses medievais muitas vezes negaram a condição de bestas de trabalho que lhes era atribuída e mostraram capacidade de organização e reação. Contudo, desprezados pelas camadas dominantes, vistos como feras que deveriam ser controladas a qualquer custo, foram, em diferentes momentos e diferentes regiões da Europa, vítimas de violenta repressão.
3. **Leitura de imagem e reflexão**
   a) As duas são feitas de material sólido e resistente, projetam-se acima das demais construções e transmitem uma sensação de estabilidade e de poder inabaláveis.
   b) O castelo era a fortaleza do senhor, símbolo

de sua autoridade, e também de sua capacidade militar para assegurar tanto proteção à população no caso de um ataque quanto repreminha, se necessário. A catedral, por sua vez, simbolizava o poder e a riqueza da Igreja, bem como sua proximidade com Deus. Destacando-se no cenário da cidade medieval, exprimia ainda a onipresença da religião e da Igreja na vida cotidiana.

c) Resposta pessoal. É importante que os alunos relacionem as instituições ao exercício do poder, observando que este associa-se ao aspecto físico das construções contemporâneas.

Para recordar (*Idade Média: cultura*)

1. Para Santo Agostinho, bem como para São Tomás de Aquino, Deus criou, a partir do nada, o Universo e tudo o que há nele, incluindo o ser humano, cuja alma é imortal. Para Santo Agostinho, porém, o ser humano, feito à imagem e semelhança divinas, teria se corrompido desde o pecado original, de modo que a salvação dependeria exclusivamente de uma graça de Deus. Nesse sentido, nada do que ele fizesse deliberadamente poderia salvá-lo. Já São Tomás de Aquino defendia que o ser humano, sendo um ser racional, tinha livre-arbítrio para escolher entre o Bem e o Mal, podendo assim encontrar o caminho da salvação da alma. São Tomás buscava, deste modo, conciliar fé e razão, refutando a ideia agostiniana de predestinação.
2. Na Alta Idade Média, até o século XI predominou a arquitetura românica, com edifícios pesados, escuros, de planta horizontal e paredes grossas. Pouco ornamentados, eram prédios sóbrios, que conduziam o fiel à introspecção e ao silêncio. Essas características eram coerentes com um período de insegurança, em que se ansiava por proteção física e espiritual. No interior desses edifícios, o fiel estava mais propenso à contemplação e à obediência do que à ação e à reflexão crítica. Diferentemente, na Baixa Idade Média (século XII em diante), marcada pelo renascimento comercial e urbano, predominou a arquitetura gótica, com edifícios leves, muito altos e ornamentados, iluminados pelas janelas amplas de vitrais coloridos. Nesse ambiente, feito para congregar um número muito grande de pessoas, a sensação é a de leveza e otimismo, refletindo a vida mais dinâmica das cidades.
3. Resposta pessoal. São vários os pontos que podem ser lembrados. É importante avaliar se os alunos aplicaram a escala às linhas do tempo e se fizeram uma seleção pertinente dos acontecimentos e aspectos escolhidos para registrarem nas linhas. Observe ainda se as linhas estão organizadas e legíveis. Em sala, oriente os alunos a compararem as três linhas desenhadas e perceberem as diferenças em relação aos processos históricos de cada povo (europeus ocidentais e orientais, e muçulmanos), identificarem os momentos em que as histórias desses povos se encontram e perceberem relações de simultaneidade, anterioridade etc. Pode-se ainda, pedir aos alunos que acrescentem na linha do tempo aspectos das culturas chinesa e indiana, como a invenção do papel e da pólvora pelos (chineses), o nascimento da ideia de universidade ou a criação dos nove algarismos que usamos, mais o zero (indianos).

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto jornalístico e reflexão

a) Na Idade Média, a limitação dos recursos técnicos mantinha a produção no nível da subsistência. Sem a produção de excedente e sem a acumulação de capital proveniente da sua comercialização, as pessoas trabalhavam apenas o necessário ao seu sustento e ao de sua família, e ao pagamento das obrigações feudais. O nascimento e a morte, a doença e a saúde, a abundância e a carestia, por exemplo, não eram percebidos como resultado das ações e decisões humanas, mas da vontade divina. As maiores preocupações da vida não giravam, portanto, em torno da busca do enriquecimento e da acumulação de bens materiais, mas da salvação da alma. Por conseguinte, homens e mulheres dedicavam-se especialmente às suas obrigações religiosas e despendiam o tempo em que não estavam trabalhando participando das celebrações e festas promovidas pela Igreja.

b) Nas sociedades pré-modernas o ócio não caracterizava um momento separado das atividades produtivas, mas se articulava a elas e as permeava. Ou seja, não havia separação entre o tempo de produzir e o ócio. Nas sociedades modernas, ao contrário, essas esferas da vida estão claramente demarcadas, separadas e regulamentadas.

c) Resposta pessoal. Discuta com os alunos como o tempo é experimentado nas sociedades contemporâneas, nas quais as novas tecnologias tornaram a comunicação e o transporte extremamente ágeis. Discuta com eles como hoje o tempo livre é também tempo do consumo, e como muitas pessoas se angustiam diante da perspectiva de "não terem nada para fazer" em alguma parte de seu dia.

2. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) O texto afirma que a visão de Idade Média que temos não corresponde à Idade Média estudada pela História, mas àquela construída pela mídia. Nessa visão, o período é caracterizado de maneira romantizada e distorcida, fazendo com que o grande público não reconheça nele suas conquistas nos campos da política, da economia, das artes e da produção intelectual.

b) Resposta pessoal. Observe se seus alunos conseguem perceber as transformações ocorridas durante a Idade Média em relação à Antiguidade e se identificam adequadamente aspectos que contrariam a ideia de que a Idade Média foi um período de atraso. Também observe se atentam apenas para a Europa Ocidental ou se se lembram de incluir contribuições de outras sociedades e culturas.

3. Leitura e interpretação de documento

a) O dinheiro corrompe e torna as pessoas más.

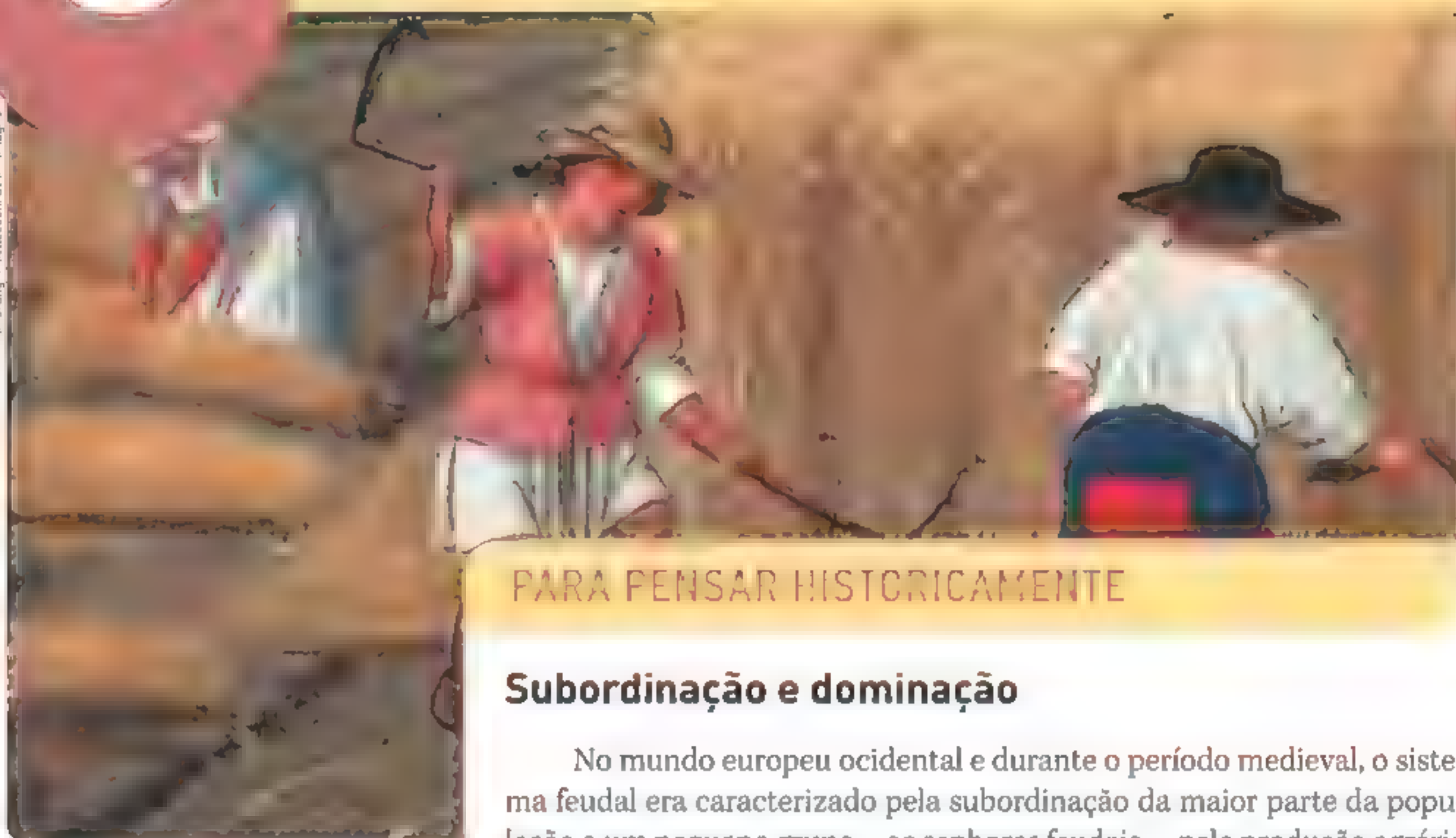
b) O dinheiro aprofunda as desigualdades, pois assegura vantagens aos ricos.

c) Aos prelados e aos juízes.

d) É coerente, pois a Igreja condenava o lucro e a ambição material, e o texto denuncia a deturpação que o dinheiro causa nos valores, denunciando também a hipocrisia das autoridades eclesiásticas que se deixam seduzir pelo mal que condenam.

anotações

CAPÍTULO 8

Economia, sociedade e cultura medieval

Iluminura mostrando o trabalho de corte do trigo em um feudo medieval. Ilustra o *Livro de Horas Flamengo*, de cerca de 1515.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Subordinação e dominação

No mundo europeu ocidental e durante o período medieval, o sistema feudal era caracterizado pela subordinação da maior parte da população a um pequeno grupo – os senhores feudais –, pela produção agrária autossuficiente voltada para o consumo e pela importância e força da Igreja católica em todas as esferas do cotidiano.

A religiosidade media e ordenava o tempo, definindo os momentos de trabalho e de ócio, as festas, os jejuns, as atividades profanas e de dedicação ao sagrado etc. Assim, os ritmos do cotidiano e das produções materiais, artísticas e intelectuais eram governados por essas formas de ordenar o tempo e refletiam o contexto e as características da organização feudal.

Como em outros momentos, também na cultura a Europa e as outras regiões do globo encontravam-se em processos históricos e ritmos de desenvolvimento diferentes. Neste capítulo, você compreenderá como se estruturava a dominação na Europa feudal, incrustada entre as fronteiras da sociedade islâmica e de Bizâncio. Poderá refletir sobre os mecanismos de subordinação e dominação sociais, culturais, econômicos e políticos.

A estrutura econômica, social, política e cultural que predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média, em substituição ao escravismo greco-romano, foi chamada pelos historiadores de **feudalismo**. É importante ressaltar que esse sistema não foi imóvel e muito menos estagnado. Ao contrário, formou-se durante a Alta Idade Média (do século V ao X) e, especialmente a partir do século XI, durante o período

que costuma ser denominado Baixa Idade Média (do século XI ao XV), mostrou seu dinamismo, com o desenvolvimento das cidades e das atividades artesanais e comerciais. Destaque-se ainda que as características do feudalismo variaram de região para região e de época para época ao longo dos séculos. Ao mesmo tempo, os vizinhos da Europa Ocidental – muçulmanos e bizantinos – tiveram outras formas de organização social e econômica, e a unidade imperial ou estruturas em califados permitia-lhes desenvolver intensamente o comércio. No período do feudalismo, as sociedades árabes e bizantinas tiveram grande desenvolvimento, e Bizâncio viveu seu auge.

Biblioteca Nacional, Paris

▲ Cena medieval representando o trabalho de servos no campo.

Em linhas gerais, do ponto de vista econômico, o sistema feudal, em sua formação, era caracterizado pelo predomínio da **produção para consumo local**, comércio bastante reduzido ou até quase inexistente e ausência ou baixa utilização de moeda. O **feudo**, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que eram membros do alto clero ou nobres guerreiros.

O trabalho na sociedade feudal estava baseado na **servidão**, relação que mantinha os trabalhadores (servos, ou vilãos ou aldeãos) presos à terra e subordinados a uma série de obrigações em impostos feudais e serviços. Nessa época era comum que as pessoas nascessem, vivessem e morressem sem jamais sair de um lugar, atreladas às obrigações para com o senhor do feudo.

	1º ano	2º ano	3º ano
campo 1	cevada	*pousio*	trigo
campo 2	trigo	cevada	*pousio*
campo 3	*pousio*	trigo	cevada

Note que todos os campos estão divididos em faixas, cultivadas por diferentes servos: cada letra identifica um deles. Por exemplo, o servo A cultiva uma faixa no campo 1, uma no campo 2 e outra no campo 3.

Kazuhiko Yoshikawa/Arquivo da editora

▲ Modelo de um feudo, unidade de produção típica da Idade Média. Ao lado, esquema de rotação de culturas, em três campos, que propiciava cultivos diferentes e o descanso a cada dois anos de cultivo, chamado *pousio*.

A sociedade feudal baseava-se na existência de dois grupos sociais principais – senhores e servos –, podendo ser caracterizada como **estamental**, na medida em que as categorias eram claramente definidas e não era comum haver qualquer tipo de mobilidade. O estamento inferior – a camada produtiva e dominada constituída pelos servos –, formava a maioria da população. Destaque-se que além desse quadro geral, dependendo da região e ao longo do tempo, existiram desde aqueles mais subordinados à servidão e submissos às tributações, até aqueles poucos com maior liberdade, inclusive em relação a tais obrigações.

A exploração do trabalho servil era legitimada pela Igreja. Para ela, cada membro da sociedade tinha funções a cumprir em sua passagem pela terra, o que disseminava uma mentalidade favorável à condição subordinada dos servos. Segundo essa mentalidade, era função do servo trabalhar, do clérigo rezar e do nobre proteger militarmente a sociedade.

A VIDA DOS SERVOS

Os tributos anuais pagos por um camponês francês chamado Guichard – que viveu na Borgonha (atual França), não longe das propriedades do bispo de Mâcon – eram típicos desses acordos. A cada páscoa, ele dava ao cônego Étienne, seu senhor, um cordeiro; na estação do feno, devia-lhe seis peças de dinheiro. Quando chegava a época da colheita, Guichard era obrigado a dar uma medida generosa de aveia, bem como se reunir com outros camponeses para oferecer um banquete ao cônego. Na colheita da uva, Guichard pagava nova quantia em dinheiro, além de três pães e um pouco de vinho. Estava livre de obrigações durante os magros meses de inverno até o início da quaresma, quando o senhor aguardava um capão. Na metade desse período de penitência, devia mais seis peças de dinheiro, e logo depois chegava o momento de sacrificar o cordeiro da páscoa e recomeçar todo o ciclo. [...]

A herdade (grande propriedade rural) feudal típica – a casa e as terras do senhor – era um mundo autossuficiente. Tinha sua própria igreja, seu moinho, uma cervejaria e uma padaria centrais, possivelmente uma taverna. Os campos eram divididos entre os lotes dos camponeses e o terreno pessoal do senhor. As cabanas dos camponeses geralmente ficavam agrupadas numa aldeia próxima da fonte de água; uma grande herdade podia conter várias aldeias. O senhor tinha seus próprios celeiros e estábulos, que geralmente ficavam perto de sua moradia ou castelo; seus arrendatários dividiam am ude suas cabanas com uma vaca ou cabra da família e com exceção dos mais pobres, todos tinham um porco

De uma geração para outra, o cenário rural dificilmente se alterava. O século VIII trouxera para a Europa os moinhos d'água, arados mais fundos e eficientes e o ciclo de três anos de plantações – trigo, depois aveia ou cevada, depois repouso – que alimentava homens e animais e permitia que a terra recuperasse sua fertilidade. [...]

CAMPANHAS sagradas: 1100-1200. Rio de Janeiro: Time-Life/Cidade Cultural, 1990. p. 31-2. (História em revista)

British Library, Londres

▲ Colheita representada em iluminura medieval. Inglaterra, século XIV.

Os senhores feudais, por sua vez, estabeleciam entre si relações de **suserania** e **vassalagem**. Isso ocorria, por exemplo, quando um nobre doava terras a outro nobre, em troca de ajuda em guerras e outras obrigações, como tributos. O senhor que doava o feudo tornava-se **suserano**, comprometendo-se a proteger militarmente o nobre que recebera a terra. Este passava a ser **vassalo** daquele, obrigado a prestar, principalmente, ajuda militar ao primeiro. Um suserano poderia ter diversos vassalos, e cada vassalo outros tantos, de forma que diversos senhores feudais, nobres guerreiros de uma região, assumiam um compromisso mútuo de defesa. Também ocorria de um nobre tornar-se suserano não por doar terras, mas por fazer outros tipos de concessão: por exemplo, ceder ao vassalo o direito de explorar pedágios em pontes ou estradas, ou recolher taxas numa aldeia ou região.

Para marcar essa relação de dependência, realizava-se uma cerimônia, a **homenagem**, durante a qual o senhor que recebia o benefício – por exemplo, a concessão de uma área territorial – fazia um juramento de fidelidade diante de uma relíquia religiosa ou perante os evangelhos.

Tratava-se de uma teia de relações em forma de pirâmide, em cuja base estavam senhores feudais menos poderosos e ricos que eram somente vassalos; no meio estavam nobres vassalos de um e suseranos de vários; e, no topo, geralmente, um senhor feudal mais poderoso que todos: o rei.

Ao longo dos séculos, na progressiva complexidade de relações medievais de dependência e fidelidade entre senhores, surgiram até mesmo reis vassalos de outros suseranos. O fundamental, já que havia uma fragmentação de poderes nas mãos dos senhores e um poder central fraco, era que as relações de suserania e vassalagem garantissem a coesão mínima entre os membros do grupo social dominante, o que era indispensável para enfrentar as ameaças que pudessem subverter a ordem estabelecida, especialmente por parte dos servos.

Os reis feudais não se caracterizavam por suas funções políticas e administrativas, mas principalmente pelas militares. No caso de agressão externa, como era comum durante a Alta Idade Média, o rei atuava como chefe militar de um exército formado por centenas de nobres e seus cavaleiros e tropas auxiliares.

OPRESSÃO E DESPREZO AOS DE BAIXO

A evolução da língua traduz com perfeição a carga de desprezo que oprime o campesinato: não ser nobre corresponde a ser ignóbil (*innobilis*), e o vilão (etimologicamente um habitante da vila, da aldeia) é por definição um ser grosseiro, do qual não se pode esperar nada além da vilania. Nessas condições, não faz sentido reconhecer a qualidade de homens livres a tais criaturas

BONNASSIE, Pierre. Liberdade e servidão. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru/São Paulo: Edusc/Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2. p. 71.

ISLÂMICOS E BIZANTINOS NA CONTRAMÃO DA EUROPA FEUDAL

Logo após a morte de Maomé, a expansão do Império Islâmico esteve baseada na sucessão de califas de Damasco, capital do Império. O islamismo significou, para os árabes, a unificação de diversas tribos e a realização de seu ímpeto expansionista de caráter religioso e econômico-comercial. No século VIII, o Império já se estendia do Rio Indo até a Península Ibérica, incluindo o norte da África e regiões do sul da Europa, como as ilhas da Córsega e a Sicília (veja mapa na página ao lado).

A expansão muçulmana, iniciada com os árabes, incluiu os berberes e outros povos, convertidos, aliados ou submetidos ao domínio islâmico. Seu período de expansão (do século VII ao VIII) corresponde a movimentos contrários aos do feudalismo: em vez de fragmentação em feudos e reinos, há a unificação de tribos por meio de um Império dirigido pelos califas; em vez de fechamento econômico, expansão comercial. Séculos depois, a expansão muçulmana enfrentou sua fragmentação, com a formação de califados independentes.

Para a história do Brasil, um dos califados mais importantes foi o de Córdoba, que comandava a Península Ibérica e marcou profundamente a formação dos espanhóis e portugueses modernos.

Os reinos de Portugal e Espanha, surgidos apenas nos séculos XII e XV, respectivamente, não foram precedidos por feudos nos moldes descritos até aqui na Idade Média europeia, mas pela dominação muçulmana – que demonstrava tolerância e acolhia judeus e cristãos, desde que afinados aos objetivos políticos e econômicos do califado.

Em Bizâncio, como vimos, o enfraquecimento do poder imperial, os ataques externos e o constante confronto com os muçulmanos em suas fronteiras foram provocando a desagregação do Império, que acabou por desaparecer em 1453, com a tomada de Constantinopla. Em seu lugar ergueu-se o Império Turco-Otomano, que se estendeu até o século XX.

A expansão muçulmana na Península Ibérica

Expansão muçulmana
Área cristã no século VIII (Astúrias)
Área muçulmana no século VIII

EUROPA
ÁSIA
ÁFRICA
Península da Arábia
Oviedo
Saragoça
Toledo
Valência
Lisboa
Sevilha
Córdoba
0 630 1260
km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. HAYWOOD, John. *Atlas histórico do mundo*. Colônia: Konemann, 1999. p. 80-1.

A IGREJA MEDIEVAL

Como você observou ao estudar a desagregação do Império Romano do Ocidente, o triunfo do cristianismo contribuiu para o desenvolvimento da forte religiosidade que marcou a mentalidade medieval. Foi nessa época que a Igreja começou a organizar-se com o objetivo de zelar pela homogeneidade dos princípios da religião cristã e a promover a conversão dos pagãos.

Presentes em todos os níveis da sociedade, os membros da Igreja medieval incitaram valores como a passividade e a subordinação dos homens comuns perante o senhor, tanto o senhor espiritual (clérigo), encarregado de proteger as almas, quanto o senhor feudal da terra (nobre), que protegia os corpos.

O poder da Igreja, portanto, não estava restrito ao plano espiritual, por mais importante que fosse a espiritualidade para as sociedades medievais; o poder da Igreja era também temporal. Isso porque ela foi, pouco a pouco, se transformando na maior proprietária de terras da Idade Média e construindo fortes vínculos com a estrutura feudal.

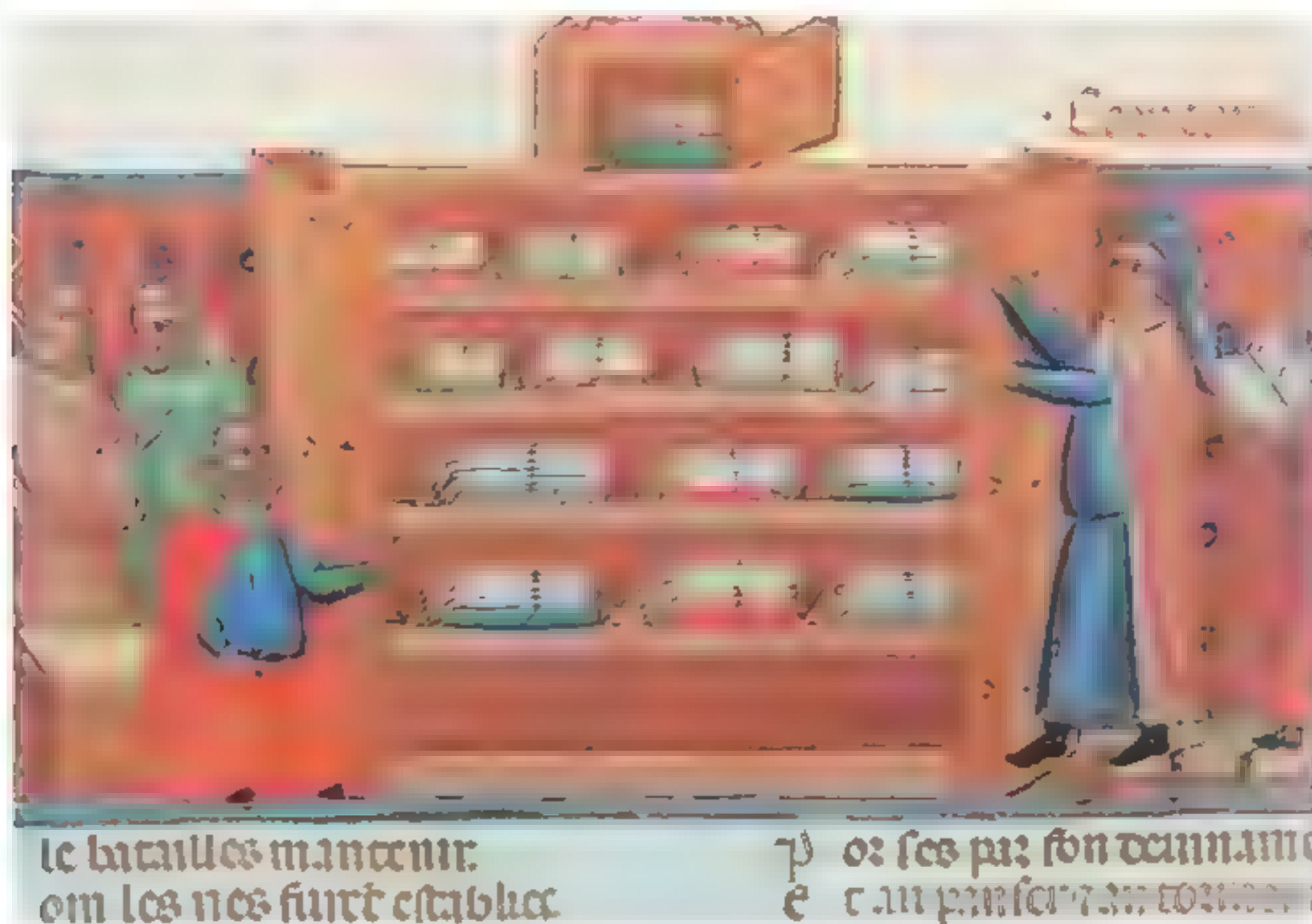
Além dos territórios diretamente controlados pelo papa (o Patrimônio de São Pedro), o alto clero (composto pelos bispos, arcebispos e abades) e várias ordens religiosas possuíam feudos. O celibato clerical, criado nos primeiros séculos do cristianismo e rigorosamente aplicado a partir do século XI, contribuía, além disso, para a manutenção do patrimônio eclesiástico feudal, ao evitar a divisão entre possíveis herdeiros dos membros do clero.

O crescente apego de parte do clero à terra e aos bens materiais acabou gerando reações dentro da própria Igreja. Surgiram ordens religiosas que procuravam afastar seus membros das tentações do mundo por meio do isolamento em mosteiros e abadias e de votos de castidade, pobreza e silêncio. Distinguiu-se, a partir de então, o **clero secular** (que vivia no *saeculum*, no "mundo", em contato com a terra, a administração e a exploração das riquezas) do **clero regular** (que vivia de acordo com a *regula*, as "regras", como eram chamados os votos que os religiosos faziam).

Com o tempo, num mundo em que uma restrita minoria era alfabetizada, as igrejas, os mosteiros e as abadias converteram-se nos principais centros da cultura letrada. Nesses mosteiros e abadias medievais funcionavam as escolas e bibliotecas da época. Era lá que se preservavam e restauravam textos antigos da herança greco-romana.

poder temporal: em oposição ao poder espiritual, o temporal refere-se ao mundo, à vida terrena.

celibato clerical: proibição de casamento imposta aos sacerdotes.

Apesar de todo seu poder e influência na sociedade, a estrutura da Igreja medieval encontrou dificuldades em manter a homogeneidade da doutrina cristã. Era comum o surgimento de seitas, facções ou orientações que, embora fundadas com base em princípios cristãos, se opunham à doutrina oficial da Igreja – eram as chamadas *heresias*. O difícil relacionamento com a Igreja bizantina também foi fator de ameaça ao poderio da Igreja com sede em Roma, que culminou, como já vimos, em 1054 no **Cisma do Oriente**.

Biblioteca Nacional, Paris

▲ Nessa iluminura do século XV está representada uma biblioteca com diversos manuscritos.

IGREJAS E CEMITÉRIOS

A rede de paroquias definiu as estruturas espaciais da Europa medieval, fixando a população no entorno do eixo que eram as igrejas e os cemitérios. Sobre isso comenta Jérôme Baschet:

> A presença dos cemitérios no centro das cidades e das aldeias é tão importante que pode ser considerada um sintoma ou até mesmo um elemento marcante específico da sociedade feudal. Não há, portanto, nada de surpreendente em constatar que é a partir da segunda metade do século XVIII que os cemitérios são expulsos para o exterior das zonas habitadas, para onde a Antiguidade os havia relegado. O feudalismo termina quando os mortos, que a Igreja havia posto no centro do espaço social, são reconduzidos para fora das cidades e das aldeias.
>
> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 281.

Biblioteca Nacional, Paris

A Igreja foi a mais poderosa instituição feudal, e o clero detinha não apenas o poder espiritual e psicológico, mas também o material. Durante a Alta Idade Média multiplicaram-se na Europa as igrejas paroquiais e os cemitérios em torno dos lugares de culto. A Igreja passou a controlar o casamento, os nascimentos (pelo batismo) e os falecimentos. Na imagem ao lado, do século XII, a consagração do altar-mor da abadia de Cluny, França, por Urbano II. A cerimônia de consagração purifica o altar, para que possa ser usado no culto.

PARA RECORDAR: Relações de poder no feudalismo da Europa Ocidental

Senhores feudais

suserania

vassalagem

Nobreza

clero regular

clero secular

agressão externa: invasões

guerrear

orar

monopólio da força

centros da cultura letrada: escolas e bibliotecas

trabalho servil

ATIVIDADE

1. Com base no esquema-resumo, descreva a sociedade feudal.
2. Em livros de História da Arte, revistas de História e *sites* da internet, faça uma pesquisa de imagens produzidas durante a Idade Média (afrescos, relevos, vitrais, iluminuras, artes decorativas etc.) que possam ser usadas para representar as informações contidas em cada um dos tópicos do esquema-resumo. Tire uma cópia ou escaneie e imprima as imagens escolhidas e, numa cartolina, reproduza o esquema-resumo acima, complementando os textos com as imagens.
3. Utilizando seus conhecimentos de História medieval, explique por que o sistema de suserania/vassalagem contribuiu para a descentralização do poder político na Europa Ocidental.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de texto e levantamento de hipótese

→ Leia o texto a seguir, que explica o sentido do termo **vilão** na Idade Média.

O termo vilão, que de início não é pejorativo, é sem dúvida o mais adequado, em primeiro lugar porque a noção moderna de "camponês" não tem equivalente nas concepções medievais. Nelas, os homens rurais não eram definidos por suas atividades (o trabalho na terra), mas pelo termo vilão, que abrange todos os aldeãos, seja qual for sua atividade (aí incluídos os artesãos), e que indica essencialmente residência local. Ele também não designa um estatuto jurídico (livre/não livre), questão que parece relativamente secundária. A base fundamental dessa relação social é antes de tudo de ordem espacial: ela designa todos os habitantes de um senhorio, os vilãos (ou, se quisermos, aldeãos) que sofrem a dominação do senhor do lugar.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 128.

a) Qual o sentido do termo **vilão** na Idade Média?

b) Por que, segundo o texto, o termo **camponês** não era correntemente empregado no contexto da Idade Média?

c) Atualmente, qual é o sentido cotidiano da palavra **vilão**?

d) Reflita sobre a condição social dos vilões na Idade Média e procure levantar uma hipótese para explicar por que o termo **vilão** adquiriu o significado atual.

2 Leitura e interpretação de documento

→ Retome o texto da página 209, do historiador Pierre Bonnassie, e leia o extrato a seguir. Depois, responda às questões propostas.

Os camponeses e os vilões / Os da mata e os da planície / Aos vinte, aos trinta, aos cem / Tiveram muitas reuniões / E espalharam a divisa de seu conselho / "Nosso inimigo é nosso senhor" / E falaram isso em segredo / E muitos juraram entre si / Que jamais, por sua vontade / Teriam senhor ou mediador [...] / Com tais ditos e palavras / E outras ainda mais loucas / Marcaram seu consentimento / E juraram solenemente / Que todos ficariam juntos / E juntos se defenderiam / E elegeram, não sei onde nem quando / Os mais hábeis, os que falavam melhor / Que foram por toda a região / Recolher os juramentos [...] / Raul se exaltou de tal modo / Que não fez qualquer julgamento / Colocou todos tristes e doloridos / De muitos arrancou os dentes / E outros mandou empalar / Arrancou os olhos, cortou os pulsos / A todos mandou assar os jarretes / Mesmo que com isso morressem / Outros foram queimados vivos / Ou colocados em chumbo fervente / Assim tratou a todos / Ficaram com aspecto horroroso / Não foram vistos depois disso em lugar nenhum / Onde não fossem reconhecidos / A comuna ficou reduzida a nada / E os vilões se portaram bem / Se retiraram e se demitiram / Daquilo que tinham começado.

Roman de Rou (Romance de Rolão), de Guillaume de Jumieges e Wace (Revolta de camponeses na Normandia em 997).
Apud LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 60-1.

a) Pela leitura do trecho acima, extraído de um romance do século IX, é possível afirmar que os camponeses eram completamente submissos e dominados pelos senhores feudais?

b) Ao estudar a condição dos camponeses na Idade Média, o historiador Pierre Bonnassie afirma que, diante da imagem que as camadas dominantes tinham dos camponeses, "não faz sentido reconhecer a qualidade de homens livres a tais criaturas". Com base nessa ideia, analise o trecho do romance do século IX, citado acima.

3 Leitura de imagens e reflexão

→ A solidez ou a fragilidade dos edifícios e das construções expressam as relações entre as pessoas da sociedade às quais se destinavam. Examine atentamente as duas construções seguintes.

guichaoua/Alamy/Other images

Idealink Photography/Alamy/Other

▲ No alto, em foto de 2008, castelo medieval em Najac (França); acima, em foto de 2008, a catedral de Notre-Dame (Nossa Senhora), em Paris (França).

a) Quais são as semelhanças entre as duas construções?

b) Qual é o significado de cada uma no contexto da sociedade feudal?

c) Que construções atuais você poderia citar como símbolos do poder dominante na sociedade?

As pessoas da Idade Média davam significados próprios às coisas de seu tempo, mas nem por isso estavam estagnadas ou atrasadas culturalmente. O monopólio cultural da Igreja, somado à intensa religiosidade que acabou se refletindo nas artes e na mentalidade da época, foi chamado de teocentrismo cultural.

teocentrismo: do grego *theos* ("Deus"); e *kentron* ("centro")

A educação formal entrou em crise na Alta Idade Média, ficando restrita principalmente ao meio clerical. Durante o período merovíngio, a Igreja manteve escolas episcopais para garantir a formação do clero, enquanto dentro dos mosteiros realizavam-se a leitura e a cópia de documentos escritos e de alguns livros das civilizações grega e romana, além de, um pouco mais tarde, árabe. Assim, não é de estranhar que um dos principais filósofos medievais tenha sido um religioso do Baixo Império Romano, preocupado basicamente com assuntos ligados à doutrina cristã. **Santo Agostinho** (354-430), nascido no norte da África, estudou em Cartago e em Roma e foi um dos doutores da Igreja responsáveis pela síntese entre a filosofia clássica e o cristianismo. Entre suas obras figuram *Confissões* e *Cidade de Deus*.

Inspirado no grego Platão, Santo Agostinho dedicou-se a conhecer a essência humana e preocupou-se com o modo de alcançar a salvação da alma. Quanto ao homem, Santo Agostinho o definia como um ser corrompido, por ser herdeiro do pecado original. Em oposição a Deus, espiritual, perfeito, existia o homem, imperfeito, feito de carne, impuro, mortal.

Desse modo, a salvação somente seria obtida pelo homem pecador graças à intervenção divina, na medida em que Deus incluía o perdão entre seus infinitos atributos. Ao homem restava apenas a fé silenciosa em Deus e, consequentemente, a obediência ao clero. Nas palavras de Santo Agostinho, "a fé precede a razão". A onisciência de Deus, ou seja, o conhecimento total que Deus teria do presente, passado e futuro, faria do homem um ser predestinado, seja à salvação ou à condenação.

A filosofia também teve grandes pensadores islâmicos, como Ibn Rochd (Averróis), que promoveu uma exposição clara e organizada do pensamento de Aristóteles. Para Averróis, o pensamento permitiria harmonizar fé e razão e reivindicar o desenvolvimento autônomo da filosofia, numa época em que o aspecto religioso era crucial para a vida social e política, seja na Europa, seja no Império Islâmico, seja ainda no Império Bizantino.

▲ Como vimos, o trabalho dos monges copistas, reclusos em mosteiros, permitiu preservar muitos manuscritos da Antiguidade Clássica. No período medieval, eles eram praticamente os únicos com cultura letrada. Acima, São Gregório com os escribas, relevo de marfim do final do século IX

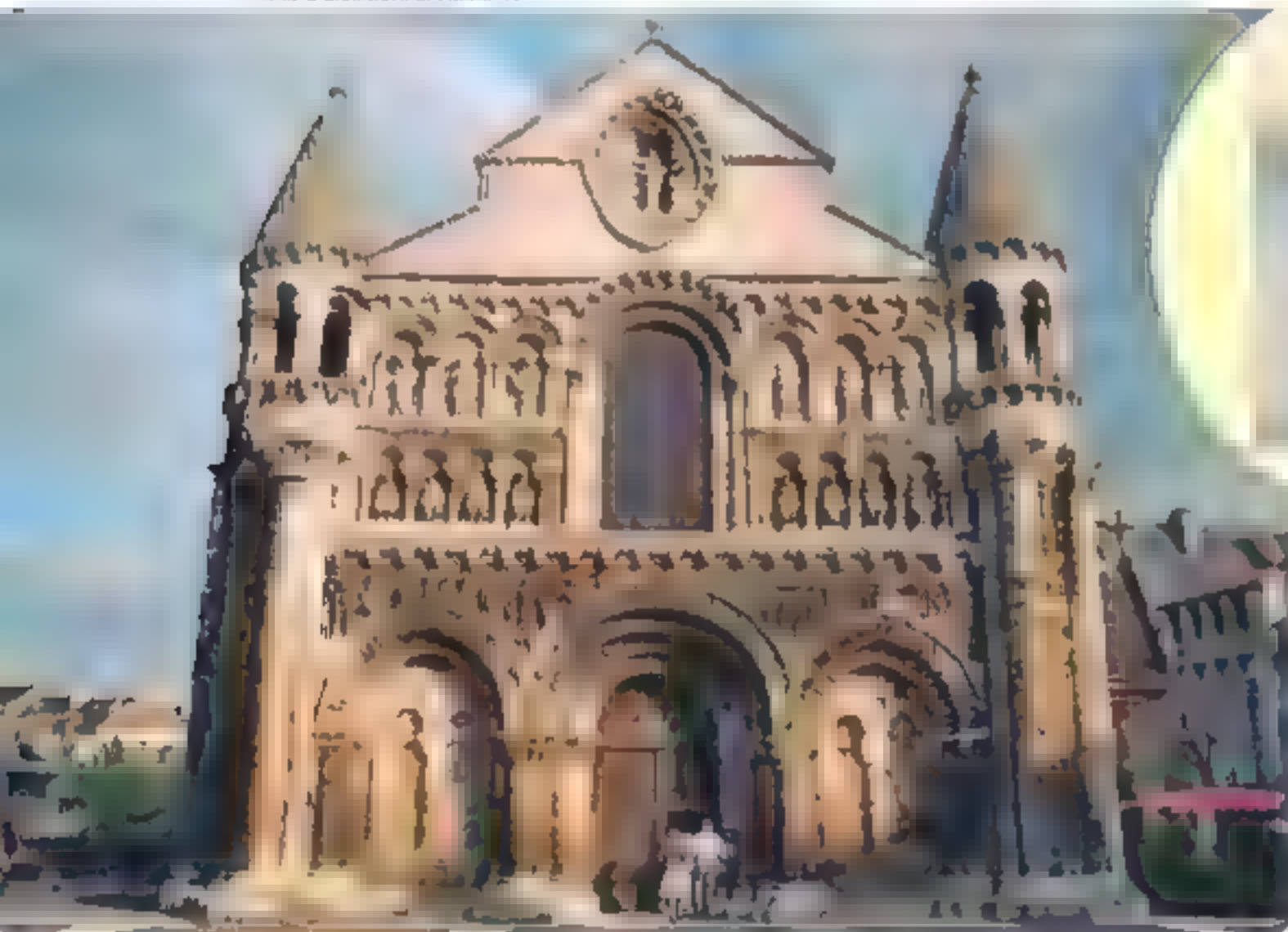
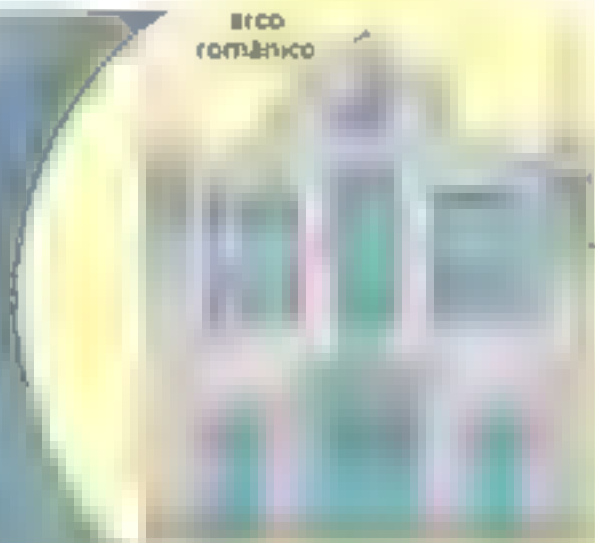
Além de Averróis, destacou-se a obra de Abu Hatim Alrazi, conhecido como Razi pelos povos latinos. Mesmo tendo vivido entre os séculos IX e X, Razi afirmava que os profetas eram impostores perigosos, os textos sagrados eram lendas que degradavam a inteligência e as religiões eram fontes de guerras e embrutecimento mental. Seus argumentos só puderam ser divulgados na Europa no século XVIII, no contexto do Iluminismo – movimento de valorização da racionalidade, ou seja, da busca de verdades independentes das verdades religiosas. Apenas fragmentos da obra de Razi chegaram até os dias de hoje.

Na Europa cristã, entre os séculos V e X, apenas uma parcela pequena da população dominava a leitura. A língua escrita era basicamente o latim, e as pessoas normalmente se comunicavam em dialetos do latim ou em idiomas de origem germânica. Isso explica, em parte, porque a **pintura** e a **escultura** europeias possuíam um papel educativo, além de contemplativo, na visão da Igreja católica. Assim, entre ornamentos dos mosteiros e igrejas, eventualmente se encontravam esculturas e afrescos, e os monges copistas ornamentavam os livros com as já citadas iluminuras. A **arquitetura** europeia medieval também refletiu a religiosidade herdada da Alta Idade Média. Os principais monumentos arquitetônicos do período foram igrejas, e o estilo predominante foi o **românico**, cujo máximo desenvolvimento se deu entre os séculos XI e XII com a construção de castelos, mosteiros e igrejas. Caracterizado por grandes edifícios maciços, com grossas paredes para sua sustentação e pequeno número de janelas, exibia predominância de linhas horizontais. A simplicidade ornamental do exterior e do interior das construções era outra característica do estilo românico, cujas curvas baseavam-se no arco romano, semicircular. Observe a igreja abaixo.

O interior das igrejas românicas era escuro e frio, mas suas grossas paredes criavam uma impressão de proteção.

Ao mesmo tempo, o Império Islâmico viveu o amplo desenvolvimento de suas potencialidades artísticas e culturais. Um modo de conhecer alguns aspectos dessa cultura é ler a obra *As mil e uma noites*, uma compilação de contos populares da época, de várias origens, reunidos a partir do século IX. Também os palácios e mesquitas construídos na Espanha muçulmana, como a Mesquita de Córdoba ou o Palácio de Alhambra, em Granada, são exemplos culturais da civilização muçulmana naquele momento.

Richard List/Corbis/Latinstock

arco românico

▲ A arte românica confere aos castelos, mosteiros e igrejas medievais uma aparência de solidez e estabilidade. Na foto, Igreja de Notre-Dame-la-Grande, de Poitiers (França).

Os bizantinos e, principalmente, os árabes se destacaram ainda em astronomia, medicina, matemática e física. Toda a nossa matemática está sustentada nos algarismos que chamamos de *arábicos* – que, apesar de terem sido criados na Índia, foram divulgados pelos árabes.

Embora o período medieval europeu tenha sido caracterizado como a época do obscurantismo das ideias e do predomínio da fé, diferentes elementos da cultura material atestam a importância e a riqueza do pensamento e da cultura medievais. Até mesmo narrativas posteriores sobre pretensos temores dos cristãos europeus quanto ao ano 1000, como sendo a chegada do final dos tempos, o fim do mundo, hoje são contestadas. Sobre isso, leia o texto a seguir.

O ANO 1000

Do século XVI ao XIX, argumentando com a presença de inúmeros prodígios na documentação, os historiadores não duvidaram da ocorrência daquela obsessão [do fim do mundo no ano 1000] [...] vários historiadores adotaram o fato como verdadeiro e reforçaram sua existência. [...] Aceitando a ideia, Cesar Cantu na Itália, Wilhelm Giesebrecht, na Alemanha, Augustin Thierry, na França e George Burr, nos Estados Unidos contribuíram para sua petrificação e difusão nos manuais escolares.

Reagindo contra essa postura desde fins do século XIX diversos estudiosos procuraram demonstrar a falsidade daquela tese. Argumentou-se que os textos de época jamais mencionaram explicitamente a crença no fim do mundo no ano 1000. Lembrou-se que, dos milhares de testamentos e cartas de doação da Alta Idade Média, apenas 35 referem-se ao fim do mundo, sem que nenhum deles assinale uma data precisa para tanto. [...] Assim, concluiu-se que "as pessoas do ano 1000 tinham outras coisas a fazer além de temer o fim do mundo".

FRANCO Jr., Hilário. *O ano 1000: tempo de medo ou tempo de esperança*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 16-7.

Vimos que todas as expressões culturais medievais foram marcadas pelo predomínio do pensamento religioso. Entretanto, na Baixa Idade Média, as grandes transformações provocadas pela expansão comercial afetaram o monopólio cultural exercido pela Igreja. O crescimento do comércio, a urbanização e o contato cada vez mais intenso e frequente com outros povos, principalmente do Oriente, fizeram com que os europeus adquirissem outros valores, deixando de subordinar sua vida a uma "vontade divina". Aliás, o impulso das mudanças atingiu até mesmo a própria Igreja: no imaginário sobre a vida após a morte, surgiu no século XII um terceiro lugar, ao lado do Céu e do Inferno: o Purgatório.

Região intermediária destinada a desaparecer no Juízo Final, o Purgatório era visto como um lugar transitório para aquelas almas que deviam purgar (pagar, limpar) seus poucos pecados (veniais) antes de ir para o Céu. Os clérigos poderiam obter o perdão – **indulgência** – para os mortos mediante pagamento, o que constituiu um intenso comércio a partir do século XIII.

veniais: os pecados menores, passíveis de serem pagos por confissão ou pelo purgatório, opõem-se aos pecados mortais, mais graves.

Com a dinâmica comercial, as cidades transformaram-se, aos poucos, em centros culturais e passaram a irradiar uma cultura cada vez menos subordinada aos valores da Igreja. No processo de renascimento urbano, comercial e intelectual, destacaram-se as **universidades**, que a partir do século XII se tornaram importantes centros de ensino (veja mapa a seguir), embora muitas ainda mantivessem sua estrutura original, geralmente concebida no reinado de Carlos Magno.

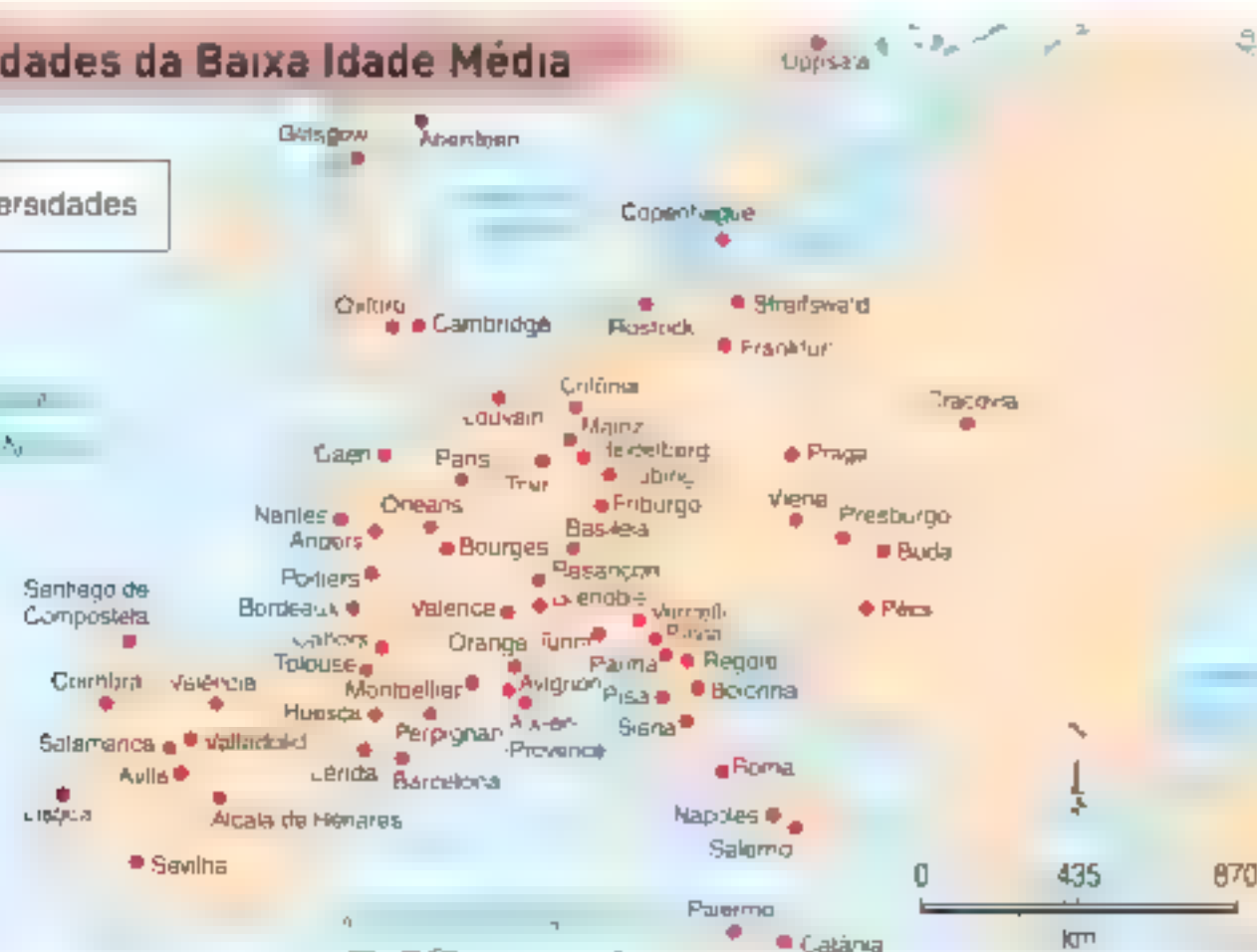
Nesse período, as antigas escolas monásticas e as catedrais, dedicadas basicamente ao estudo de textos religiosos, transformaram-se em centros de estudos mais amplos. A denominação *universitas*, inicialmente atribuída à coletividade urbana e aos trabalhadores de um ofício, logo designava também os trabalhadores intelectuais (alunos e professores) em alguns centros de estudos, que passaram a se chamar *universidades*. Constituída principalmente de membros da Igreja, a comunidade de alunos e professores passou a receber também representantes da nobreza e dos novos grupos sociais emergentes das cidades.

Nos centros de estudos, os cursos eram compostos pelo *trivium* (gramática, retórica e lógica) e pelo *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). Após esses estudos iniciais, o aluno era encaminhado para as "artes liberais", quando se preparava para exercer um ofício, ou então se especializava nas áreas de teologia, medicina ou direito. As primeiras universidades surgiram com base nessa estrutura e se dedicavam a um estudo universal, como o próprio nome da instituição sugere.

O pensamento filosófico da Baixa Idade Média ainda era dominado pela religião, embora a teologia agostiniana da Alta Idade Média estivesse sendo substituída por uma nova concepção, a da **filosofia escolástica**.

Também conhecido como *tomismo*, esse conjunto de ideias tem suas origens no pensamento de **Santo Tomás de Aquino** (1225-1274). Professor na universidade de Paris e autor da *Suma teológica*, inspirou-se em Aristóteles, desenvolvendo a tese de que o progresso humano não dependia apenas da vontade divina, mas também do esforço do homem. Assim, o homem surgiria como um ser privilegiado, uma vez que, dotado de razão, estava preparado para assumir seu destino. Santo Tomás de Aquino procurava, dessa forma, conciliar fé e razão, refutando a ideia agostiniana (de Santo Agostinho, conforme vimos) de predestinação.

Como ser racional, o homem teria plenas condições de encontrar o caminho da salvação, evitando o pecado por meio do livre-arbítrio (livre escolha). Ao mesmo tempo, essa filosofia preservava a função do clero como orientador espiritual e moral da sociedade.

Universidades da Baixa Idade Média

Adap.: BARBERIS, Carlo. *Storia antica e medievale*. Milão: Principato, 1997. v. 2. p. 632.

Allmaps/Arquivo da editora

O mapa indica os principais centros universitários fundados até o século XII. No século XIII, o chamado "século das universidades", já eram 80 as universidades europeias.

A liberdade de escolha estava condicionada às concepções eclesiásticas, ou seja, cabia ao clero indicar o correto caminho da salvação a ser trilhado pelo homem em vida. A realização de boas obras (boas ações, caridade etc.) confirmaria a salvação.

A filosofia escolástica reprovava a ambição do ganho – o lucro e o empréstimo de dinheiro a juros. Essa postura, todavia, era incompatível com a expansão da atividade comercial, e muitos membros da Igreja foram se mostrando tolerantes às novas práticas econômicas, o que provocou muitos conflitos. A própria Igreja obtinha lucros fazendo empréstimos a juros praticando a usura, numa flagrante contradição com seu discurso.

A **arquitetura** foi a maior expressão artística da Baixa Idade Média, com o surgimento do estilo gótico, também denominado ogival, difundido a partir do século XII, em oposição ao estilo românico predominante até então.

As catedrais góticas eram construídas unicamente dentro das cidades e tinham um aspecto de leveza, se comparadas às construções românicas. Eram verticalizadas, dotadas de altas torres que se projetavam em direção ao céu de forma imponente. Construídas com novas técnicas, que permitiam edificações mais elevadas e paredes menos espessas, tinham grandes janelas, cobertas por vitrais multicoloridos, que deixavam entrar a luz do dia. Observe a imagem desta página.

Tanto o interior quanto o exterior das catedrais góticas eram trabalhados com minúcias ornamentais. Por estarem no centro das cidades, não eram apenas lugares de culto, mas também de reunião e assembleias civis (como as dos membros das corporações de ofício) e verdadeiros centros da cultura e da arte do período. Representavam, assim, o poderio urbano e o da Igreja.

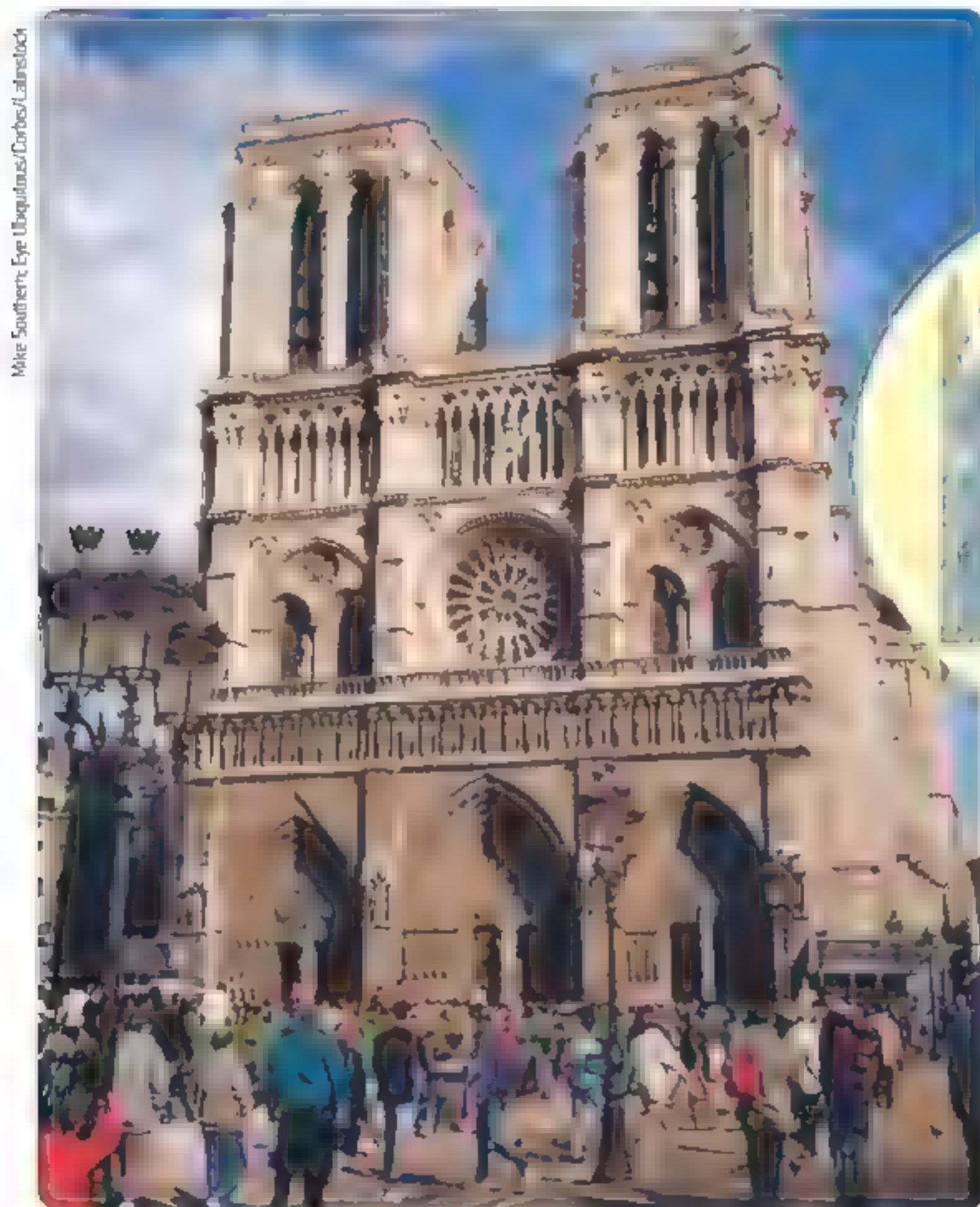
Durante a Idade Média, privilegiou-se o uso do latim em documentos escritos, pelo menos até o século XI, quando começaram a aparecer as primeiras obras escritas em línguas vulgares. O **trovadorismo** inaugurou uma nova fase da poesia medieval no século XII. Surgida no sul da França, na região de Provença, a poesia trovadoresca, também denominada *cortês*, espalhou-se por toda a Europa. Como na literatura medieval predominante até então, os trovadores ainda exaltavam a cavalaria, mas o tema preferido era o amor. Esse gênero literário louvava a mulher, o refinamento, a cortesia e a galanteria. O trovadorismo e a **poesia épica** foram a base dos primeiros romances medievais, exemplificados pelo ciclo da Távola Redonda, que narra as aventuras do mítico rei Artur, da Inglaterra, e seus cavaleiros. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento cada vez maior das cidades favoreceu o surgimento de um certo tipo de literatura urbana, os *fabliaux*, versos satíricos que criticavam figuras sociais decadentes, como cavaleiros e membros do clero.

língua vulgar: língua do povo, em oposição à língua culta, o latim.

Mike Southern; Eye Ubiquitous/Corbis/Latinstock

arco botante

ogiva

A verticalidade, os arcos cruzados em ponta ou ogival (formando uma semicircunferência, em ângulo agudo) caracterizam o gótico, estilo arquitetônico predominante na Europa Ocidental a partir do século XIII. Na foto, fachada da Catedral de Notre Dame, em Paris.

Havia ainda os poetas *goliardos*, que se diziam discípulos do gigante bíblico Golias: provavelmente estudantes pobres das escolas religiosas que voltavam sua produção literária à paródia do clero, até mesmo pelo conhecimento que tinham do latim e dos rituais litúrgicos. Suas atuações possuíam um tom profano, irreverente, e crítico em relação à sociedade e aos valores da época. A mordacidade de seus poemas é evidente na coletânea *Carmina Burana*, manuscrito copiado no século XIII.

No final da Idade Média, a literatura mostrava um afastamento ainda maior da influência absoluta dos valores religiosos e das normas estritas da Igreja. Emergiam novas preocupações e manifestações, uma renovação cultural com tons mais humanistas (leia o boxe a seguir).

Obras que merecem grande destaque nesse sentido são *O romance da rosa*, de Guilherme de Lorris e João Menung, e *A divina comédia*, do poeta florentino Dante Alighieri. Nessa obra, o autor relata sua viagem imaginária ao Inferno, Purgatório e Paraíso, encontrando mortos ilustres do passado ou de sua época (papas no Inferno e pagãos no Purgatório), discutindo fé e razão, religião e ciência, amor e paixões.

UM TRATADO DE FINS DO SÉCULO XII

Capítulo XI – Do amor entre rústicos

Para que não chegues a pensar que o que dissemos antes a respeito do amor entre os plebeus se aplica também aos camponeses, acrescentaremos algumas observações a respeito destes. Afirmamos que é perfeitamente impossível encontrar camponeses que sirvam na corte do Amor, pois eles são naturalmente levados a realizar as obras de Vênus como o cavalo e o mulo, que são ensinados pelo instinto natural. É que aos camponeses bastam os incessantes trabalhos da terra e os prazeres ininterruptos da lavoura e da charrua.

Mas mesmo que, contrariando a sua natureza, lhes aconteça – raramente, é verdade – ser instigados pelo aguilhão do amor, não convém iniciá-los na arte de amar: seria de se temer que, desejando comportarem-se em oposição às suas disposições inatas, eles abandonassem a cultura das ricas terras que frutificam habitualmente graças a seus esforços, e que estas se tornassem improdutivas para nós. Mas se por acaso o amor das camponesas te atrair, abstém-te de lisonjeá-las com muitos louvores, [...]. No entanto, dizendo isso, não pretendemos incitar-te a amar camponesas; queremos apenas que, se imprudentemente fores levado a amá-las, possas aprender com estes poucos preceitos que atitude adotar.

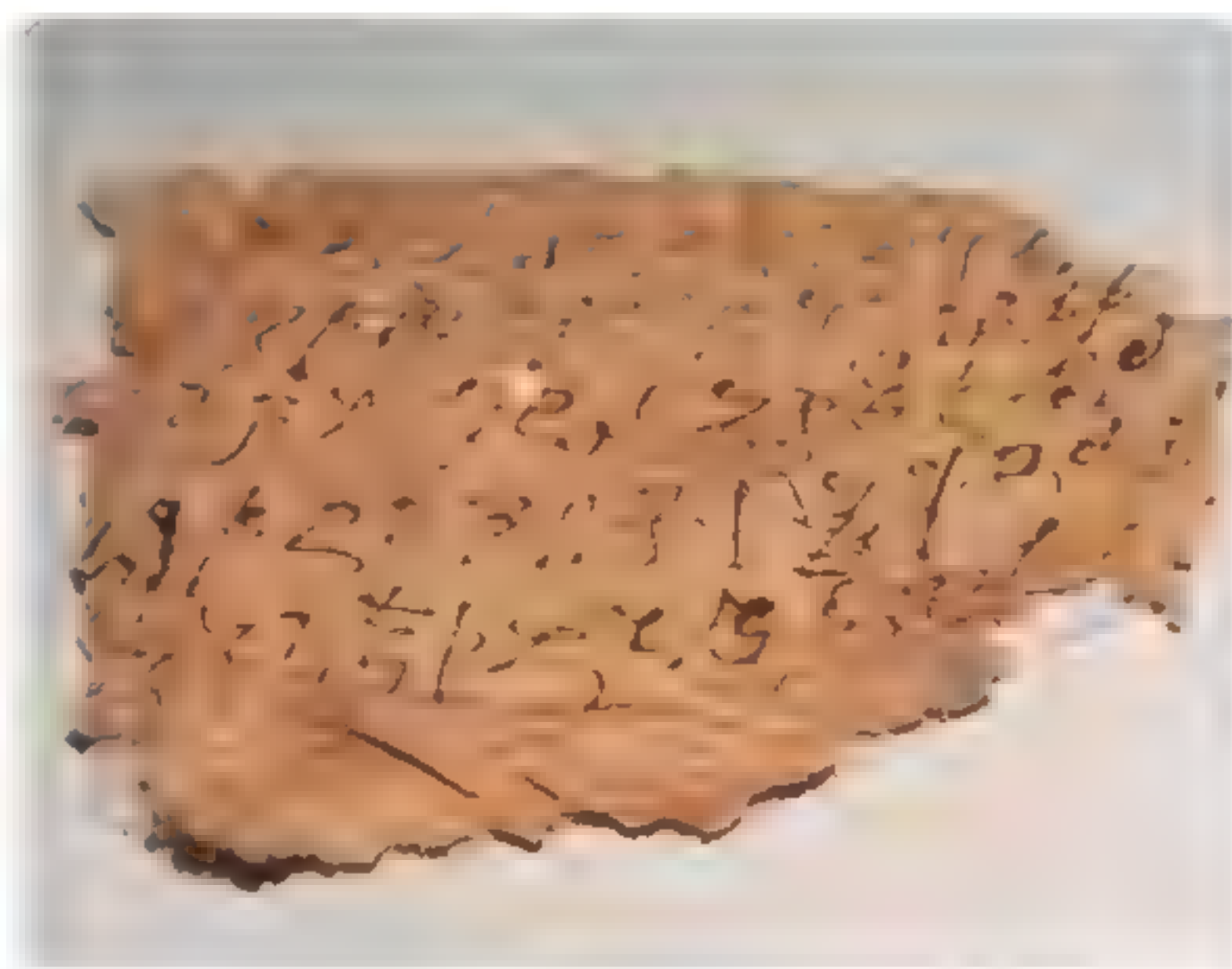
charrua: instrumento de arar a terra por tração animal ou mecânica

CAPELÃO, André. *Tratado do amor cortês*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 206-8.

O CONHECIMENTO AO REDOR DO MUNDO

Por volta do ano 1000, os chineses, os indianos e os árabes tinham mais acesso aos conhecimentos eruditos e técnicos do que os europeus.

Séculos antes, ainda quando o Império Romano do Ocidente dominava o Mediterrâneo, os chineses já fabricavam o papel. Os italianos só começaram a fabricá-lo (pela primeira vez na Europa) mais de mil anos depois. Além do papel, os chineses nessa época inventaram diversos utensílios e materiais (como a pólvora), e pensa-se que isso se deve, pelo menos em parte, à falta de uma mão de obra escrava abundante – como tinham os gregos e romanos da época clássica –, o que os obrigava a procurar soluções engenhosas para as necessidades do trabalho.

Coleção particular/akg-images/Album/Latinstock

▲ Fragmento de papel e escrita chinesa, de cerca de 250 a 420 d.C.

Os chineses desenvolveram a impressão com tipos móveis 400 anos antes dos alemães, com Guttenberg, e inventaram a bússola e os relógios mecânicos.

tipos móveis: processo de impressão baseado no encaixe de letras ("tipos") de madeira ou chumbo numa tábua, formando palavras e frases; agilizou a produção de documentos, livros e jornais, antes copiados manualmente, um a um

Os indianos, por sua vez, criaram os nove algarismos que usamos, mais o zero, cuja concepção ocorreu também entre os maias, na América. Os indianos criaram as bases do cálculo, que ainda hoje utilizamos, e os algarismos foram conhecidos na Europa por intermédio dos sábios árabes muçulmanos.

Em sua lógica expansionista, os árabes muçulmanos tomaram o Egito e a Ásia Ocidental, bem como a Península Ibérica. Com esses contatos, os conhecimentos, livros e textos dos sábios árabes chegaram aos sábios muçulmanos e judeus da região espanhola, bem como aos sábios cristãos. Obras como as de Aristóteles e Platão, desse modo, foram "redescobertas" pelos europeus medievais.

Yi Lu/Corbis/Latinstock

Bússola chinesa do século II a. C.

Além disso, para orientar as campanhas militares e atividades comerciais em seu vasto Império, os geógrafos árabes desenvolvem um intenso trabalho de conhecimento e mapeamento do mundo. Esse conhecimento geográfico também foi partilhado na Península Ibérica, e contribuiu para as navegações portuguesas, no final do período medieval e início do período moderno.

Os contatos com a China ocorriam ainda pelas rotas da seda e das especiarias. Tornou-se famosa, como já vimos, a história de um jovem mercador veneziano, Marco Polo (1254-1324), que viajou à China no século XIII em companhia do pai e acabou trabalhando para Kublai Khan, na época soberano mongol da China, quando os mongóis haviam conquistado grande parte desse território. Chegaram a assumir o governo, dando início à dinastia **Yuan** (1270-1368), como você viu no capítulo 3. Dessa famosa aventura de 25 anos de Marco Polo, resultou um livro que introduziu a China e suas províncias no imaginário europeu. Cidades com cerca de 1 milhão de habitantes, navios enormes, papel-moeda, sistema de correios, riquezas, costumes e alimentos exóticos (o pistache, o gergelim), especiarias e alguns exageros e fábulas compõem o relato de Marco Polo.

Biblioteca Nacional, Paris/akg-images/Album/Latinstock

Caravana de Marco Polo, em representação de cerca de 1375.

MARCO POLO FOI À CHINA?

No livro de Marco Polo há uma série de fatos imprecisos, descrições que não correspondem à realidade, omissões e até pistas que podem levar a crer que ele nunca sequer botou os pés na China. "Eu duvido que Marco Polo tenha ido à China e que o texto *Descrição do mundo* seja um relato escrito por apenas uma testemunha", afirma a historiadora Frances Wood, chefe do departamento de chinês da British Library, em Londres. Segundo ela, ele teria se apropriado de relatos orais e escritos de viajantes persas e árabes ou até do próprio pai, Nicolò, e do tio, Maffeo, que estiveram na década de 1260 em Caracorum, capital dos mongóis, onde teriam se encontrado com Kublai Khan em pessoa.

"Eu acho altamente provável que a base do material (o livro) tenha sido um guia persa para viajantes para o Oriente", afirma a sinóloga britânica. A desconfiança se deve ao fato de que Marco Polo usa nomes persas ou árabes para se referir a pessoas e localidades chinesas. Marco Polo afirma, todo gabola, ter servido à corte do fundador da dinastia Yuan por 17 anos. Mas, mesmo assim, ele nomeia o mandatário mongol da mesma forma que os persas faziam e como o Ocidente o conhece ainda hoje: Kublai Khan. Até a capital da dinastia Yuan, fundada por Kublai, é chamada de Cambaluc por Marco. Mas na China a cidade era conhecida como Dadu (em mongol) ou Zhongdu (em chinês). É muito estranho que ele use termos estrangeiros depois de quase duas décadas morando no local [...]."

Confirmar a tese de que Marco Polo não foi à China é uma tarefa dificílima.

Isso porque o texto original do *Livro das maravilhas* se perdeu e pouco se sabe sobre ele. Esse pouco se resume à quase certeza de que teria sido escrito em francês ou em um dialeto franco-italiano, as formas literárias mais usadas na época. Ao longo da história surgiram diversas versões: a mais antiga é de 1351, a mais nova do século XIX. Hoje, são 143 e todas muito diferentes entre si. "Os manuscritos tornaram-se mais longos e detalhados. Se alguém estava copiando-o e descobria novidades sobre a China ou o Oriente Médio, simplesmente adicionava a nova informação", afirma a historiadora Frances Wood. A cópia considerada mais próxima do original, usada como base das traduções atuais, é a *Divisement du Monde* (Descrição do Mundo).

O manuscrito data do final do século XIV e está na Biblioteca Nacional de Paris. Ele também serve de base para dividir as versões da obra de Polo em dois grupos. O primeiro deles reúne os volumes em que fica claro que outros autores deram pitacos, acrescentando passagens sabidamente falsas, como uma visita de Marco Polo ao Japão. No segundo, estão as versões que trazem informações históricas e geográficas que ajudam a esclarecer trechos obscuros do texto da Biblioteca de Paris. Por isso, há quem acredite que Marco Polo tenha feito duas versões de sua obra. Para o professor Mario Sproviero, a primeira foi rejeitada pelos europeus porque apresentava a China como uma civilização equivalente à Europa. "A segunda é muito mais fantasiosa e atendeu melhor ao gosto dos ocidentais."

SOMMA, Isabelle. *Aventuras na história*. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/fatos/marco-polo-foi-china-433411.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2010.

sinólogo: especialista em estudos sobre a China

gabola: convencido, que conta vantagens

Coleção particular. akg-images/Album/Latinstock

▲ Detalhe da capa de uma edição de 1477 da obra de Marco Polo.

O trajeto de Marco Polo segundo suas narrativas

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Concise Atlas of World History*. London: Times Books, 1986. p. 58, 59.

PARA RECORDAR Cultura

ALTA IDADE MÉDIA

realidade material

- guerra constante
- fim da unidade política
- descentralização
- diminuição do comércio
- ruralização
- perda do legado cultural greco-romano
- morte: experiência cotidiana

→

- insegurança
- medo
- pessimismo

→ triunfo do cristianismo ← busca de segurança espiritual

→ **FILOSOFIA**

Santo Agostinho
- homem corrompido
- salvação: nas mãos de Deus
- "fé precede razão"
- predestinação

→ **ARQUITETURA estilo românico**

- pesado
- horizontal ("preso à terra")
- ambientes escuros, propícios à entrega espiritual

BAIXA IDADE MÉDIA

realidade material

- expansionismo (cruzadas)
- renascimento comercial e urbano
- volta à unidade política (monarquias centralizadas)
- retomada do legado cultural greco-romano

→

- segurança
- mobilidade social

→ transformações feudais

→ **escolástica**

Santo Tomás de Aquino
- homem: privilegiado (razão)
- salvação: nas mãos do homem
- "livre-arbítrio"
- boas obras

→ **ARQUITETURA estilo gótico**

- leve
- vertical ("elevando-se" ao Céu)
- ambientes claros, mas propícios à busca racional

ATIVIDADE

- Tomando como referência o esquema-resumo, compare o pensamento de São Tomás de Aquino e de Santo Agostinho.
- Depois de analisar com atenção o esquema-resumo e observar analiticamente as fotografias reproduzidas no capítulo, explique de que maneira a arquitetura medieval refletiu as transformações do período.
- Consultando o esquema-resumo e as informações dos três últimos capítulos estudados, desenhe paralelamente numa cartolina três linhas do tempo da Idade Média (do século V ao XV). Divida as linhas em séculos e utilize uma mesma escala para as três (sugestão: 5 cm = 100 anos). A seguir, registre:
  - na primeira, os acontecimentos e aspectos mais marcantes ocorridos na Europa Ocidental;
  - na segunda, os acontecimentos e aspectos mais marcantes ocorridos no Império Bizantino;
  - na terceira, os acontecimentos e aspectos mais marcantes ocorridos no mundo muçulmano.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto jornalístico e reflexão

→ Leia o texto a seguir.

A expropriação do tempo

Na Antiguidade e na Idade Média, apesar do nível técnico inferior, o tempo de produção diária, semanal ou anual era bem menor que no capitalismo. Como a religião tinha primazia sobre a economia, o tempo das festas e dos rituais religiosos era mais importante do que o tempo da produção, havia inúmeros feriados, que foram em boa parte abolidos na esteira da modernização. Além disso, as sociedades agrárias da velha Europa caracterizavam-se por enormes disparidades sazonais no volume de atividades. As épocas mais quentes do ano concentravam tarefas, legando para a população camponesa um inverno relativamente calmo, utilizado muitas vezes para a celebração das festividades privadas de que nos dão notícia algumas canções populares.

A população artesã das cidades era menos estruturada pelas diferenças sazonais, mas em compensação seus dias de trabalho nas oficinas eram reduzidos. Documentos britânicos do século XVIII relatam que os artesãos livres trabalhavam somente três ou quatro dias por semana, segundo a vontade e a necessidade. Era costume prolongar o final de semana segunda-feira adentro. A história da disciplina capitalista e também a história da luta encarniçada contra essa "segunda-feira" livre, que só aos poucos foi eliminada.

[...] Mas o objetivo da produção, mesmo com meios modestos, não era um fim abstrato como hoje, mas prazer e ócio. Esse conceito antigo e medieval de ócio não deve ser confundido com o conceito moderno de tempo livre. Isso porque o ócio não era uma parcela da vida separada do processo de atividade remunerada, antes estava presente, por assim dizer, nos poros e nos nichos da própria atividade produtiva.

[...] Num sistema de identidade entre produção, vida pessoal e cultura, aquilo que talvez hoje nos pareça formalmente uma jornada de trabalho de 12 horas não significava 12 horas de atividade tensa, sob o controle de um poder econômico objetivado. Esse tempo de produção era atravessado de momentos de ócio; havia, por exemplo, longas pausas, sobretudo para o almoço, que se estendiam por horas de refeição comunitária. [...]

KURZ, R. In: *Folha de S.Paulo*, 3 jan. 1999. p. 5.

a) O texto afirma que, na Antiguidade e na Idade Média, "a religião tinha primazia sobre a economia". Explique essa afirmação, considerando o modo como o tempo era utilizado nas diversas atividades.

b) Segundo o texto, o **ócio** nas sociedades anteriores ao capitalismo era diferente do **tempo livre** das sociedades atuais. Qual é essa diferença?

c) De que maneira você emprega seu tempo livre? Procure perceber relações entre essa experiência e o mundo contemporâneo.

2 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Leia o texto a seguir.

A Idade Média foi dominada durante muito tempo, no espírito do grande público, por imagens de façanhas cavaleirescas e ritual cortesão, pelo fervor espiritual e pela sanguinária violência dos cruzados. Esses conceitos pitorescos têm sido propensos a obscurecer o verdadeiro valor do período como uma idade de real progresso em todas as áreas, de evolução política e social, de criatividade artística e intelectual, de avanço comercial e científico.

LOYN, Henry. *Dicionário ilustrado da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 13.

a) O que o texto afirma sobre a imagem que o grande público tem da Idade Média?

b) Selecione e registre em seu caderno elementos culturais trabalhados ao longo do capítulo que permitem contestar essa imagem.

3 Leitura e interpretação de documento

→ O poema abaixo é atribuído aos goliardos e faz parte da coletânea de poemas – em sua maioria anônimos – conhecida pelo nome de *Carmina Burana*. O documento que contém esses poemas estava guardado em uma abadia beneditina da Baviera, na Alemanha, e foi escrito em latim. Caracteriza-se especialmente pela sua natureza satírica e mordaz, estando recheado de críticas bem-humoradas às autoridades, valores e costumes medievais.

A mão que dá ("presente")

A mão que dá "presente"
Torna mau quem é bom
O dinheiro faz aliados
O dinheiro dá conselho (tentador)
O dinheiro torna liso o que é áspero
O dinheiro amansa inimigos
Em mão de prelados, o dinheiro
Equivale ao direito
Vós cedeis ao dinheiro
Ó juízes!
Lá onde o dinheiro fala mais alto
O direito é invertido
O pobre é passado para trás
Mesmo tendo direito
Enquanto o rico convence
Pelo valor de suas posses
O juiz presta ouvido ao dinheiro
Este faz o que ele pede
Em favor do que o dinheiro clama
O pedido por ele é satisfeito

CARMINA Burana. In: *Canções de Beuern*. Tradução, introdução e notas de Maurice van Woensel. São Paulo: Ars Poetica, 1994.

a) Para os autores, que papel o dinheiro desempenha na sociedade?

b) De acordo com o poema, que relação existe entre o dinheiro e a justiça social?

c) A que segmentos da sociedade o poema dirige sua crítica?

d) O poema acima é coerente com os valores cristãos medievais ou os contraria? Justifique.

Capítulo 9 — O MUNDO ÀS VÉSPERAS DO SÉCULO XVI

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 9 (p. 220 a p. 234).

Na seção *Para pensar historicamente* enfatiza-se a possibilidade de se refletir sobre o processo formativo das monarquias europeias e o quadro mundial às vésperas de 1500, abarcando a Ásia, a América e a África. Essa perspectiva pode contribuir para que os alunos compreendam os processos históricos ocorridos em diferentes regiões do planeta como fruto de relações determinadas sócio-historicamente. Evita-se também alimentar uma concepção eurocêntrica que ressalta tão somente uma primazia do estudo da Europa, desconsiderando os povos de outras regiões.

Sugerimos, no decorrer do estudo da formação das monarquias nacionais europeias, uma discussão sobre o conceito de legitimidade e em que circunstâncias um regime político busca sua afirmação. Seria interessante debater aspectos dos casos francês, inglês e português para que os alunos possam expor as suas reflexões e conclusões, articulando-as com acontecimentos recentes locais ou nacionais. Um discurso (ou afirmação ou determinação) do prefeito, do governador, do presidente etc. pode bem servir para traçar os paralelos.

Recorrer ao uso da linha do tempo pode ser interessante, na medida em que apoiará o exercício de comparação e o desenvolvimento da noção de simultaneidade.

Os alunos podem ser convidados a prestar especial atenção ao caso português, elaborando hipóteses antes da leitura do texto referente a esse assunto, com base no que compreenderam dos casos francês e inglês. Poderão também comparar esses casos com aqueles ocorridos em outras regiões, configurando-se o conceito de monarquia em uma perspectiva sociológica, e, simultaneamente, localizando os acontecimentos e dando-lhes um sentido histórico.

Uma possibilidade interessante seria discutir com os alunos os desdobramentos europeus das crises do século XIV, preparando-os, assim, para o ano seguinte (Expansão Ultramarina, tendo Portugal e Espanha à frente). No livro de Jérôme Baschet encontram-se subsídios interessantes para essa discussão. Reproduzimos a seguir um trecho.

Em tal esquema historiográfico, a crise deveria gerar um novo sistema, característico dos Tempos Modernos e marcado pela afirmação do Estado e do Capitalismo. Seria preciso concluir, a partir disso, que a Conquista e a colonização do Novo Mundo seriam o efeito dinâmico desses novos tempos, separados da Idade Média pela grande ruptura do Renascimento. No entanto, a perspectiva muda claramente se se reduz o alcance da crise da Baixa Idade Média, nuançando-a e considerando que nada permite ver nela a crise final do feudalismo. Como já se viu, a sociedade da Baixa Idade Média continua caracterizada pelas mesmas estruturas fundamentais de dois séculos antes. Encontram-se nela os mesmos grupos dominantes principais e os mesmos grupos dominados: a Igreja continua sendo a instituição hegemônica, enquanto prosseguem o desenvolvimento do mundo urbano e o reforço dos poderes monárquicos. O balanço estabelecido por Robert Fossier é inapelável: "Na história da sociedade, nenhuma novidade fundamental separa a Baixa Idade Média dos séculos XII ou XIII"; o que a caracteriza é somente a "aceleração de movimentos esboçados muito mais cedo". Existe, então, uma continuidade entre o desenvolvimento da Idade Média Central e a dinâmica reencontrada do fim da Idade Média, de modo que o elã que conduz à Conquista das Américas é fundamentalmente o mesmo que aquele que vemos em marcha desde o século XI. A colonização ultra-atlântica não é o resultado de um mundo novo, nascido sobre o humus em que se decompõe uma Idade Média agonizante. Para além das transformações, das crises e dos obstáculos, é a sociedade feudal, prosseguindo a trajetória observada desde a aurora do segundo milênio, que empurra a Europa para o mar.

BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 247.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Ciências**: estudar a peste negra do século XIV, pesquisando suas características epidêmicas, seu histórico e o quadro social urbano do período.

▶ Textos de apoio

Uma avaliação dos acontecimentos de 1383-1385

A Monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um de seus pontos mais significativos na revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

DUBY, G. (Org.) *Da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (História da Vida Privada, 2)

COSTA e SILVA, A. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v.2

FUENTES, C. *O espelho enterrado: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

LE GOFF, J., SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2002. 2v.

LEHMANN, Henri. *As culturas pré-colombianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

TUCHMAN, B. W. *Um espelho distante: o terrível século XIV*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

WOLFF, P. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo" no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o Ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência, quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se ao mesmo tempo a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, D. João, conhecido como Mestre de Avis, filho bastardo do rei Pedro I.

Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 uma revolução burguesa, o fato importante está em que ela reforçou e centralizou o poder monárquico, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis. Em torno dele, foram se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia castrense. Esse é o ponto fundamental na discussão das razões da expansão portuguesa. Isso porque, nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 22-3.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Nos séculos XIV e XV, os reis europeus buscavam aumentar o próprio poder, o que os colocava, muitas vezes, em rota de colisão com a nobreza feudal e as autoridades eclesiásticas. Contudo, a centralização política interessava aos grupos urbanos comerciais, para quem a fragmentação do poder representava um entrave à expansão de seus negócios. Assim, os reis puderam buscar junto a esses grupos os recursos necessários à formação de exércitos mercenários permanentes e à constituição de um aparelho de Estado que lhe permitisse impor sua autoridade sobre toda a sociedade. Desse modo, pôde unificar impostos, padronizar unidades de peso e medida, policiar estradas etc., assegurando a prosperidade da atividade comercial.
2. Os grupos que se beneficiaram foram a burguesia e a nobreza. A primeira foi beneficiada pela imposição de condições que conferiam maior segurança e solidez aos seus negócios, o que lhe garantiu prosperar economicamente. A segunda acabou encontrando na monarquia centralizada um apoio importante para controlar as revoltas camponesas e para ter seus privilégios assegurados. No processo, vale ressaltar as guerras civis, envolvendo os grupos sociais populares, a exemplos Wat Tyler, John Ball, Jacqueries.

Exercícios de História

1. **Leitura e interpretação de documento**
   a) A lei determinava a prisão e o confisco dos bens de qualquer um que organizasse forças militares para atacar, saquear ou extorquir os mercadores em trânsito pelo reino.
   b) Foram beneficiados pela lei os mercadores, ao passo que a nobreza, principalmente os cavaleiros, viu seus poderes reduzidos.
   c) A lei contribuiu para a centralização do poder político, pois colocou a nobreza feudal sob autoridade do rei, impedindo-a de agir com autonomia. Além disso, aproximou os reis da burguesia mercantil, assegurando-lhe seu apoio.
2. **Leitura e interpretação de texto historiográfico**
   a) A rápida expansão do islamismo pela África está associada à semelhança dos estilos de vida de árabes e berberes, e à conquista das principais rotas de comércio africanas pelos muçulmanos, o que facilitou e intensificou o intercâmbio com as populações africanas ao sul do Sahel.
   b) • A Europa vivia as migrações bárbaras e a fragmentação política. Foi o período de formação do feudalismo.
   • Nesse período, as Cruzadas estavam em andamento e a Igreja Católica se fortalecia. Ao mesmo tempo, o comércio ganhava novo dinamismo e as cidades voltavam a ganhar importância.
   • O poder político centralizava-se e o feudalismo entrava em crise. A burguesia enriquecia e expandia seus negócios.
   c) O processo de centralização política ocorreu em grande medida em função da convergência de interesses entre reis e burgueses. Os reis, financiados pela burguesia, aumentaram seu poder e organizaram Estados fortes, capazes de impor leis, unificar pesos e medidas, regulamentar as atividades econômicas etc., favorecendo especialmente o comércio. A ampliação da atividade mercantil, associada ao desejo dos estados europeus de se fortalecer e acumular riquezas, exigiu a dominação dos principais entrepostos e rotas comerciais, principalmente daquelas que davam acesso às lucrativas especiarias do Oriente e aos metais preciosos explorados por reinos africanos. Contudo, como esses lugares já estavam sob controle dos árabes, os europeus precisaram disputá-los com eles.

Filmes

- *Henrique V*. Direção de Kenneth Branagh. Inglaterra, 1989. (135 min).
- *Joana D'Arc de Luc Besson*. Direção de Luc Besson. Estados Unidos, 1999. (155 min).

Endereços eletrônicos

- Joana D'Arc. Disponível em: <www.jeanne-darc.dk>. Acesso em: 17 jan. 2010. Portal com informações sobre a Guerra dos Cem Anos, a formação dos Estados Nacionais – especialmente a França e a Inglaterra – e a biografia de Joana D'Arc. Há *links* interessantes para outros *sites* para linhas do tempo e obras de arte relacionadas ao período em questão. Em inglês.
- Aspectos da Idade Média. Disponível em <www.historianet.com.br>. Acesso em: 17 jan. 2010. No *link* de História Medieval há artigos sobre a Inquisição, a Guerra dos Cem Anos, a participação das mulheres na Igreja e nas guerras, entre outros.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

GORDON, Noah. *O Físico: a epopeia de um médico medieval*. São Paulo: Rocco, 1996.

JAROUCHE, Mamede Mustafá (Trad.). *O livro das mil e uma noites*. Rio de Janeiro: Globo, 2007. v. 3.

SHAKESPEARE, William. *MacBeth*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

YAZBEK, Mustafa. *A Espanha muçulmana*. São Paulo: Ática, 1987.

Questões & testes

Capítulo 6

Enem

1. E

Vestibulares

2. D

3. Dentre as três razões, o aluno poderia citar:

a) Presença de povos de nacionalidades e de culturas diferentes, como resultado da expansão territorial no sul da Europa e no norte da África.

b) Presença de elementos gregos, muçulmanos e cristãos na sua população; traços culturais latinos (romanos), gregos, e asiáticos (árabes e mongóis).

c) A língua grega como língua oficial (origem pagã) e o cristianismo como religião do Estado, a partir do governo de Justiniano (século VI).

d) A influência da cultura grega no cristianismo oriental, que daria origem à Igreja Católica Ortodoxa Grega a partir do século XI (1054).

e) Influência da arte oriental na arte romana, resultando em um estilo próprio — o bizantino.

Capítulo 7

Enem

4. B

5. C

Vestibulares

6. B

7. C

8. D

Capítulo 8

Enem

9. E

Vestibulares

10. E

11. As obrigações de um vassalo compunham-se de compromissos de reciprocidade estabelecidos nas relações horizontais, ou seja, entre senhores. As obrigações servis, entretanto, definiam a condição de submissão dos servos e a sua exploração pelos membros da nobreza e do clero.

12. a) Usura é um contrato de empréstimo em que o devedor é obrigado a pagar juros.

b) A Igreja condenava o usurário por considerar que ele não produz riqueza ao lucrar com aquilo que não lhe pertence. A prática da usura estaria, portanto, contrariando o princípio bíblico de que "ganharás o pão com o suor do seu rosto".

c) O renascimento comercial e urbano, ocorrido no final da Idade Média, desencadeou o processo de formação do capitalismo. A dinamização das atividades econômicas foi acompanhada da expansão das atividades de crédito, inclusive a prática dos empréstimos a juros. A mentalidade ainda fortemente religiosa, ao condenar a usura, acabava criando obstáculos para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Capítulo 9

Enem

13. A

Vestibulares

14. A

15. B

16. D

17. O motor dessas mudanças políticas foi o renascimento comercial, estimulado pela nova classe social, a burguesia. O renascimento provocou a desagregação do feudalismo e dos poderes locais e universais.

anotações

CAPÍTULO 9

O mundo às vésperas do século XVI

Biblioteca Nacional, Paris. Foto: Lessing/Album/Latinstock

A iluminura acima, presente na obra *Crônicas*, de Jean Froissart (século XIV), representa a *Jacquerie* em Meaux (França), ocorrida em 1358. As *jacqueries* eram revoltas populares lideradas pelos camponeses contrários às decisões da nobreza.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

As origens dos estados modernos

Neste capítulo, vamos investigar o processo de formação das monarquias centralizadas europeias, as maneiras como os reis europeus procuravam legitimar seu poder e os obstáculos que encontravam perante o clero, a nobreza e os camponeses. Você conhecerá parte dos conflitos, das mazelas e dos desafios enfrentados pela população medieval, como a peste negra. Por fim, verá qual o contexto histórico às vésperas de 1500 nos territórios asiáticos, africanos e americanos.

A quem interessava essa centralização europeia? Quais os seus resultados? E fora da Europa: havia o mesmo processo histórico? Quais dados poderiam ser elencados para justificar o título da unidade a que este capítulo pertence? E na atualidade, quais dados você apontaria para justificar os Estados Unidos como centro da dinâmica mundial?

O desenvolvimento comercial e urbano da Europa encontrou sérios obstáculos em algumas estruturas feudais. A diversidade regional e política, típica do feudalismo, com os vários feudos e seus poderes locais, constituía um estorvo ao comércio, na medida em que diversos senhores interferiam nas relações comerciais, cobrando impostos dos mercadores. Além disso, inexistia uniformidade territorial de leis, unidade monetária legal ou mesmo de pesos e medidas na Europa, dificultando as transações comerciais. Dessa forma, para o grupo de burgueses europeus, ou seja, os comerciantes, artesãos e banqueiros, seria conveniente um poder centralizado que impusesse normas e facilitasse o comércio, sobrepondo-se aos poderes locais. Assim, para garantir a autoridade do monarca, contribuíram para a formação de um exército mercenário a serviço do Estado.

Ao mesmo tempo, os diversos reis europeus tinham interesse em promover a centralização política como forma de reforçar sua autoridade, sobrepondo-se à nobreza e limitando o poder da Igreja. A comunhão de interesses entre rei e burgueses acabou levando à gradativa aproximação de ambos durante a Baixa Idade Média, o que transformaria inteiramente as relações políticas e desencadearia o processo de formação das monarquias centralizadas. Outro resultado importante foi que o exército do rei acabou servindo também aos interesses senhoriais, à nobreza, pois garantia a ordem contra as rebeliões rurais e mantinha a maior parte dos privilégios feudais.

FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS CENTRALIZADAS NA EUROPA

No final da Idade Média, vários reinos europeus fortaleceram sua autoridade e passaram a centralizar o poder. Neste capítulo, apresentaremos os casos francês, inglês e português, esse último de interesse direto para a compreensão da história do Brasil.

O reino francês

O processo de centralização francês contou com a atuação dos reis da **dinastia capetíngia**, fundada em 987 por Hugo Capeto e estendendo-se até 1328.

O primeiro dos reis capetíngios a destacar-se no processo centralizador francês foi **Filipe Augusto** ou Filipe II (1180-1223). Usando como pretexto a necessidade de combater os ingleses que ocupavam o norte da França, o monarca iniciou a cobrança de impostos em todo o território francês, seguida da montagem de um poderoso exército que garantiria o poder real e o domínio de um território unificado.

Tinha início assim a transformação da monarquia feudal, centrada nos feudos e comandada pelos suseranos e vassalos locais, em Estado centralizado.

Após derrotar os ingleses, Filipe II utilizou o poder armado para se impor à nobreza. Nomeou fiscais reais, que percorriam todo o reino cobrando impostos e fazendo prevalecer as leis e a justiça real sobre as dos nobres locais. Aliado da burguesia, o rei vendia Cartas de Franquia aos burgos que quisessem se libertar do controle dos senhores feudais e aceitar a proteção real. De outro lado, para os senhores territoriais, a força monárquica acabava servindo para garantir o poderio e os privilégios da nobreza, mantendo a ordem e a subordinação servil.

Biblioteca Nacional, Paris

▲ Antes da formação dos exércitos nacionais, a força militar dos senhores feudais era formada de cavaleiros vassalos e servos. Na gravura, combate entre franceses e ingleses em 1346, em Crécy, França, a primeira grande batalha da Guerra dos Cem Anos

Luís IX, que reinou de 1226 a 1270, levou adiante o processo de centralização, organizando uma rede de tribunais reais e instituindo uma moeda de circulação nacional. Participou da Sétima e

da Oitava Cruzadas, ambas fracassadas, falecendo na última delas. Após sua morte, foi canonizado pela Igreja como São Luís.

O reinado de **Filipe IV, o Belo**, de 1285 a 1314, deu continuidade ao empreendimento iniciado pelos antecessores. Herdando um Estado já fortalecido, Filipe IV preocupou-se com sua legitimação. Em 1302, criou a assembleia dos Estados Gerais sob o primado da soberania real. Essa assembleia era composta por representantes do clero, da nobreza e comerciantes das cidades. As camadas pobres da população francesa não participavam da assembleia, cujo caráter era meramente consultivo, ou seja, não tinha poder de tomar decisões ou criar leis. Além disso, não se reunia periodicamente: era convocada conforme a vontade do monarca.

Apoiado pela assembleia, Filipe IV aprovou a taxação sobre os bens da Igreja. O episódio deu início a uma grave crise, envolvendo, inclusive, o papa, que chegou a ameaçar o rei de excomunhão. Quando o papa morreu, em 1303, Filipe IV interferiu na escolha do sucessor. Impôs o nome de um francês, que viria a ser o papa Clemente V, e forçou a transferência da sede da Igreja de Roma para a cidade de Avignon, no sul da França.

O episódio iniciou o período que foi denominado por contemporâneos como **cativeiro de Avignon** (em referência ao texto bíblico do cativeiro da Babilônia do século VI a.C.): durante 70 anos os papas submeteram-se à autoridade do rei da França, o que demonstra claramente o fortalecimento desses monarcas. A nomeação de outro papa em Roma, no mesmo período, desencadeou o **Cisma do Ocidente**, com a divisão da autoridade suprema da Igreja católica entre dois papas. Tal situação só foi superada no início do século XV.

Para a França, embora diversos fatores contribuíssem para a formação de um sólido Estado centralizado, a **Guerra dos Cem Anos** suspendeu o fortalecimento do poder monárquico no país, ainda que temporariamente. Por sua longa duração –1337-1453 –, intermediada por vários períodos de paz, historiadores do século XIX lhe deram o nome de **Guerra dos Cem Anos**.

Em meio aos efeitos do confronto e necessitando da nobreza para ampliar seu exército para uma guerra particularmente violenta e prolongada, a monarquia francesa teve que fazer certas concessões aos nobres e passou por um relativo enfraquecimento. A insatisfação da burguesia com as primeiras derrotas na guerra, a fome generalizada no país e a **peste negra** (veja mapa abaixo) dificultaram a situação. Finalmente, eclodiram as rebeliões camponesas, denominadas *jacqueries* (uma alusão à expressão francesa *jacques bonhomme*, que equivale em português a "joão-ninguém"); a mais importante delas ocorreu em 1358 e caracterizou-se pela invasão de castelos e por assassinatos de senhores. Foram duramente reprimidas pelas forças da ordem, encabeçadas pelo Estado e seus nobres.

Peste negra: nome pelo qual se tornou conhecida, no período medieval, a doença transmitida aos humanos pela pulga de ratos contaminados com a bactéria *Pasteurella Pestis*, sendo sua forma mais comum a peste bubônica. Em meados do século XIV, quando as condições de higiene, alimentação e moradia eram precárias, a doença se espalhou rapidamente e matou cerca de um terço da população europeia, num total estimado de 25 milhões de mortos. A peste provocava feridas com pus e hemorragias que deixavam manchas escuras na pele, daí sua denominação.

A peste negra no século XIV

Adap.: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il Corso della Storia 1*. Bolonha: Zanichelli, 1997. p. 382.

Museu do Prado, Espanha/The Bridgeman/Keystone

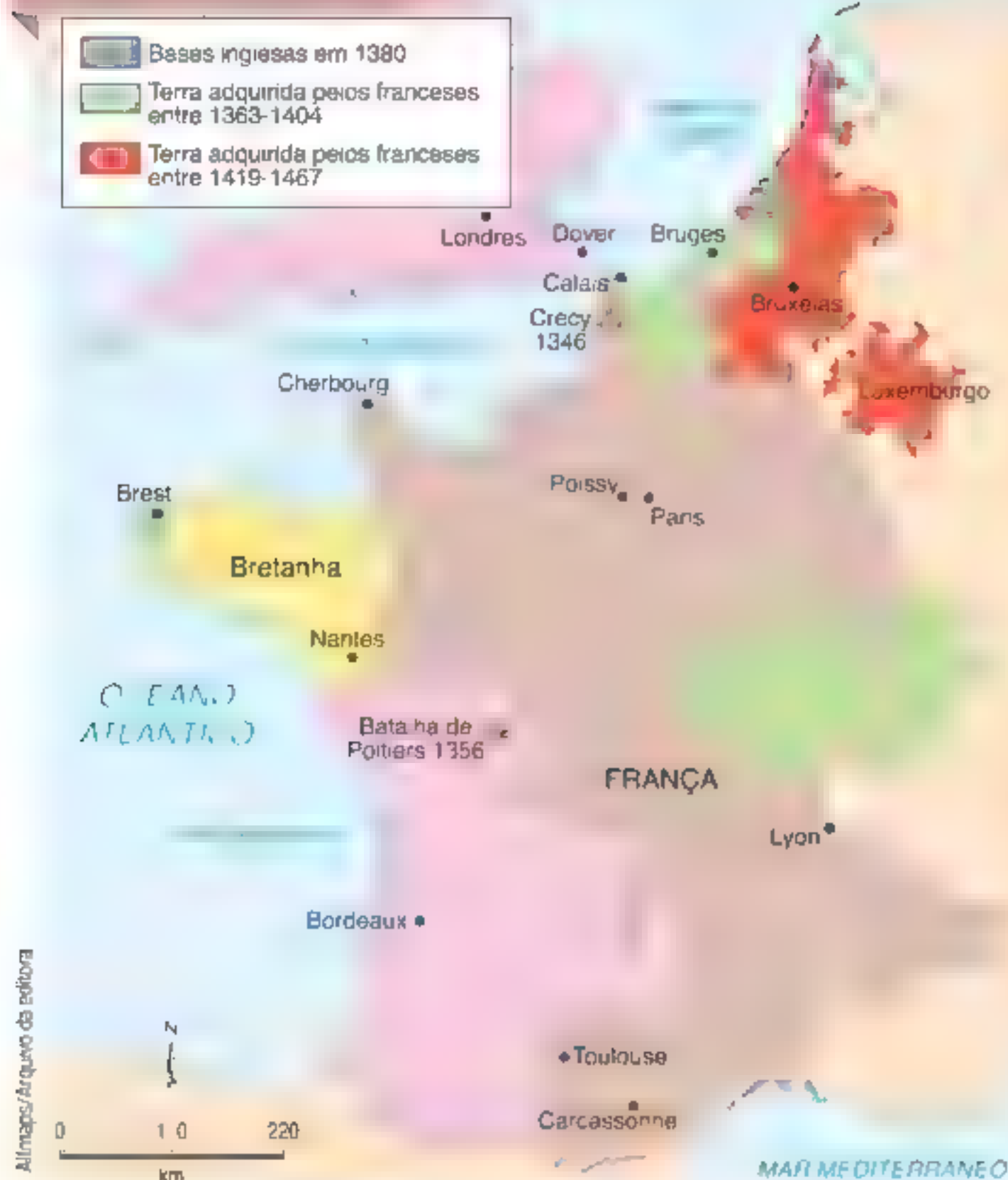
▲ A obra em tríptico (três pinturas) O *Jardim das Delícias*, de Jeronimus Bosch, pintada em 1505, aproximadamente, representa parte das preocupações e da mentalidade da sociedade medieval. À esquerda, *O Jardim de Éden*, representa onde a vida se originou, sob o ponto de vista católico, com Adão, Eva, alguns animais e Cristo ao centro. O painel central, *O Jardim de Encanto*, mostra os prazeres provocados pela música, pela comida e pelo amor. À direita, *O Inferno*, vemos demônios, monstros e seres fantásticos provocando o sofrimento dos seres humanos e povoando o imaginário do sobrenatural.

Museu de Berry, Bourges/The Bridgeman/Keystone

▲ Vítimas da peste negra diante do "triunfo da morte", numa representação do século XV, feita por artista anônimo da escola flamenga.

Somente a partir do início do século XV os franceses obtiveram vitórias militares decisivas, por ocasião de um grande levante popular contra os ingleses, quando prevaleceu uma forte ofensiva tendo à frente, principalmente, a figura de Joana D'Arc. Filha de camponeses humildes, Joana D'Arc dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês. Ela participou decisivamente de diversos combates que resultaram em vitória para os franceses, anulando a subordinação que se impusera à França para com a Inglaterra. Também levou Carlos VII a ser coroado em Reims, segundo as antigas tradições dos francos. Após ter sido aprisionada e entregue aos ingleses, em 1430, Joana D'Arc foi acusada de heresia e condenada à morte por um tribunal eclesiástico.

A guerra continuou até 1453, quando os franceses expulsaram os ingleses definitivamente de seu território. Veja a seguir mapa sobre o conflito.

A Guerra dos Cem Anos

Adap.: ATLAS da História do Mundo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995. p. 140.

▲ A Guerra dos Cem Anos foi decisiva para a definição das fronteiras da França.

Allmaps/Arquivo da editora

The Granger Collection/Other Images

Museu Condé, Chantilly/The Bridgeman/Keystone

Joana D'Arc foi condenada à fogueira no século XV. O culto nacional a Joana D'Arc teve grande impulso no século XIX e início do século XX. Nessa época, uns destacavam a heroína como uma força vinda do povo, encarnação viva da nação, da unidade nacional e vítima simbólica da Igreja. Em 1920, Joana foi canonizada e, anos depois, tornou-se padroeira da França. De heroína, passou-se à representação de santa católica, expiando os pecados dos homens, especialmente os crimes de Filipe, o Belo. Inúmeras representações de sua imagem foram construídas por cineastas, literatos, historiadores, escultores e pintores. No alto, à direita, ilustração para um manuscrito do século XV. Ao lado, escultura de 1872, intitulada *Joana D'Arc de Domremy*, alusão à localidade onde nasceu. Enquanto na representação mais antiga foi valorizada a guerreira, na escultura do século XIX sobressai a imagem de uma mulher humilde com olhar piedoso.

O reino inglês

No início do período medieval, a ilha da Grã-Bretanha foi ocupada por bárbaros germânicos, especialmente anglos e saxões. Na sucessão do rei anglo-saxão Eduardo, o Confessor (1042-1066), que não deixou filhos herdeiros, abriu-se a disputa pelo trono. No ano de 1066, os normandos – vindos do norte da atual França – invadiram a Inglaterra e, chefiados pelo rei **Guilherme, o Conquistador** (primo de Eduardo), derrotaram os anglo-saxões na **Batalha de Hastings**. Com a dinastia normanda, desenvolveu-se um eficiente sistema administrativo para cobrança de impostos e foi criado um forte exército. Guilherme (1066-1087) dividiu o reino em condados, os *shires*, controlados pela nobreza e fiscalizados por funcionários chamados *sheriffs*.

Em 1154 a dinastia normanda foi substituída pela **Plantageneta**, cujo primeiro rei foi Henrique II, que reinou de 1154 a 1189. Para fortalecer seu poder, esses monarcas estabeleceram a justiça real e a *common law*, conjunto de leis a ser aplicado em todo o território.

O sucessor de Henrique II, Ricardo I, ou **Ricardo Coração de Leão** (1189-1199), envolveu-se em guerras com a França e na Terceira Cruzada. Sua ausência no território durante grande parte do tempo contribuiu para enfraquecer o poder real na Inglaterra. A insatisfação da nobreza com o rei atingiu seu ponto culminante no reinado do sucessor de Ricardo, seu irmão **João Sem-Terra** (1199-1216).

Biblioteca Arsenal, Paris/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ O rei Ricardo Coração de Leão embarca na Terceira Cruzada, em 1191. Iluminura do século XV.

Tomando parte em guerras contra a França e indispondo-se com o papa, esse monarca gerou descontentamento crescente entre a população por causa da cobrança de impostos cada vez mais elevados. Tentou, além disso, taxar os bens da Igreja. Enfrentou a revolta da nobreza, que acabou por lhe impor a **Magna Carta** (1215), segundo a qual o monarca, a partir de então, só poderia criar novos impostos ou alterar leis com a aprovação do Grande Conselho, órgão controlado por membros do clero e da nobreza.

O poder real, desse modo, foi fortemente limitado na Inglaterra, retardando o processo de centralização política. O Grande Conselho pode ser considerado o embrião do atual Parlamento inglês. Enquanto esteve controlado por membros da velha ordem feudal, seu caráter foi relativamente conservador. Só em 1265 a participação dos burgueses começou a ser admitida.

Mantendo uma estrutura política descentralizada, a Inglaterra envolveu-se na Guerra dos Cem Anos contra a França, cujas origens estavam na briga por territórios no norte da Europa, notadamente a próspera região têxtil de Flandres. Disputas sucessórias desencadearam o conflito em 1337.

Os ingleses obtiveram vitórias iniciais importantes na Guerra dos Cem Anos, mas passaram por dificuldades internas durante o conflito. Assim como na França, a peste negra e as rebeliões camponesas (destacando-se o levante liderado por Wat Tyler e John Ball, em 1381) transtornaram a vida da população, e o prolongamento da guerra contribuiu para enfraquecer a nobreza. Leia a seguir trecho da pregação que John Ball fazia a populares denunciando as injustiças sociais.

A CRÍTICA DA DESIGUALDADE

Boa gente, as coisas na Inglaterra não podem ir bem, nem vão melhorar, enquanto todas as riquezas não forem postas em comum, enquanto houver servos e nobres e enquanto a gente não se unir [...] Por que é que eles nos mantêm na servidão? E se nós descendemos de um mesmo pai e de uma mesma mãe, Adão e Eva, como é que eles podem dizer e provar que eles são melhores senhores do que nós? [...] Quando Adão cavava a terra com a enxada e Eva tecia, onde é que estavam os nobres?

MOLLAT, Michel; WOLFF, Philippe. *Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles*. Paris: Champs/Flammarion, 1993. p. 192-4. Apud Alder Júlio Ferreira Calado. O novo no velho e o velho no novo: interfaces libertárias do segundo milênio inspirando caminhos e buscas para o próximo. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br>. Acesso em: 18 mar. 2010.

No final da Guerra dos Cem Anos, no século XV, iniciou-se uma disputa pela sucessão do trono inglês que afetaria ainda mais a nobreza: a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485). O conflito recebeu esse nome por causa das rosas que faziam parte do brasão das duas famílias em disputa, York e Lancaster, e, ao fragilizar a nobreza, abriu caminho para a centralização política do país.

Biblioteca Britânica, Londres/Album/akg-images

▲ Representação alegórica da rosa de Tudor em manuscrito inglês de 1516. A rosa vermelha, à direita, simboliza os Lancaster e a rosa branca, à esquerda, os York. Em destaque, ao centro, a rosa de Tudor, criada ao término da Guerra das Duas Rosas, com a união dos dois emblemas, em razão do casamento de Henrique Tudor (coroado Henrique VII) e Elizabeth de York.

Portugal e Espanha

Inicialmente povoada por iberos, celtas e ligures, a Península Ibérica sofreu a invasão dos visigodos, no final do Império Romano, e dos árabes, no século VIII. A formação dos Estados na região, durante a Baixa Idade Média, está estreitamente vinculada à **Guerra de Reconquista** dos territórios tomados pelos muçulmanos (veja o mapa).

A Reconquista Ibérica

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. SELLIER, J.; SELLIER, A. *Atlas de los pueblos de Europa occidental*. Madri: Acento, 1998. p. 60

▲ A Guerra de Reconquista serviu de base para a formação das monarquias centralizadas espanhola e portuguesa.

A religião islâmica foi levada para a Península Ibérica, onde já existia o cristianismo, pela invasão árabe, iniciada em 711. Os cristãos só conseguiram manter reinos independentes no norte da península, na região montanhosa das Astúrias. Dali partiu o movimento da Reconquista, iniciado no século XI.

Durante esse processo, organizaram-se os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão. Os dois últimos anexaram os demais reinos e, em 1479, se uniram por meio do casamento de seus monarcas, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, que ficaram conhecidos como os Reis Católicos.

Essa união real deu origem ao Estado centralizado espanhol, que, no entanto, só se consolidou com a conquista de Granada, último reduto árabe no sul da península, e a consequente expulsão dos mouros, em 1492.

Quanto a Portugal, suas origens remontam à doação de terras feita pelo rei Afonso VI de Leão a Henrique de Borgonha, nobre francês participante da Guerra de Reconquista.

A doação do feudo estava atrelada ao compromisso matrimonial de Henrique de Borgonha com a filha ilegítima do rei, dona Teresa. As terras doadas correspondiam ao **condado Portucalense**. A independência desse feudo em relação ao Reino de Leão foi conseguida, após muitas disputas familiares, em 1139. Nessa ocasião, o filho de Teresa e Henrique, D. Afonso Henriques, para garantir a independência do território, expulsou de Portugal sua mãe, que defendia a sujeição do condado Portucalense ao Reino de Leão.

mouro: habitante da antiga Mauritânia, designação para as populações árabe-berberes que ocuparam a Península Ibérica.

O ISLÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

Estas estradas, bordejadas por marcos miliários e que constituíram um dos mais poderosos meios da dominação romana, iriam novamente desempenhar a sua função, agora em favor dos exércitos muçulmanos e, sobretudo, em prol do estabelecimento de importantes rotas comerciais que possibilitaram o intercâmbio de produtos, de conhecimentos, de bens e de cultura.

Assim, mais significativo que os próprios militares, que se espalham pelo território, é a presença constante destes comerciantes árabes que, graças à relação que a Ibéria sempre manteve com o Mediterrâneo e suas rotas mercantis, percorrem agora todo o al-Ândalus e também o próprio Garb.

Este aspecto tornou-se decisivo na forma rápida como o islão se propagou pela Península Ibérica e na aceitação que teve nas comunidades que com ele tomavam conhecimento. O Islão é rapidamente absorvido pela população, que se arabiza e adota a língua os ritos e cultura árabe/berbere, isto quando não se converte à própria religião muçulmana (muladis).

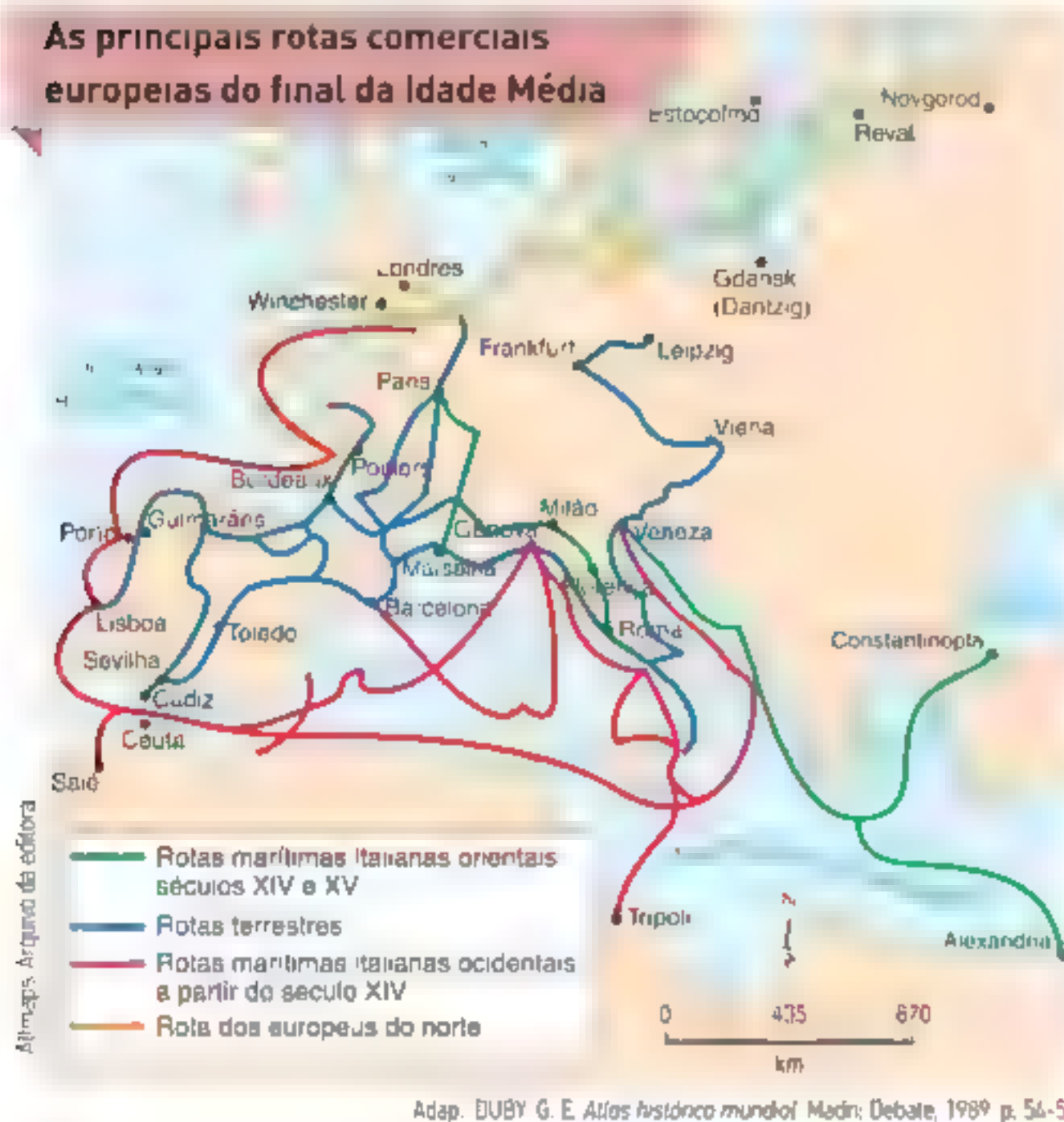
FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto. O Douro no Garb al-Ândalus: a Região de Lamego durante a presença árabe. Dissertação de mestrado em Patrimônio e Turismo. Universidade do Minho. Portugal, 2004. p. 44

Assegurada a independência, iniciou-se a dinastia de Borgonha (1139-1383), a primeira de Portugal, dando prosseguimento à guerra contra os muçulmanos e expandindo as fronteiras do reino para o sul. À medida que se estendia o território, a monarquia fazia doações de terras à nobreza guerreira, sem, no entanto, lhe dar a posse hereditária. Desse modo, em Portugal evitou-se a formação de uma nobreza proprietária e autônoma, mantendo-se a hegemonia da autoridade real.

O setor mercantil da sociedade portuguesa medieval, por sua vez, consolidou-se com a transformação de Portugal em escala da rota marítima que ligava o Mediterrâneo ao norte da Europa. Essa rota ganhou mais importância principalmente a partir do século XIV, quando a insegurança gerada pela crise europeia, abalada por guerras e pela peste negra, levou à busca de novos entrepostos comerciais (veja o mapa abaixo).

As principais rotas comerciais europeias do final da Idade Média

Allmaps/Arquivo da editora

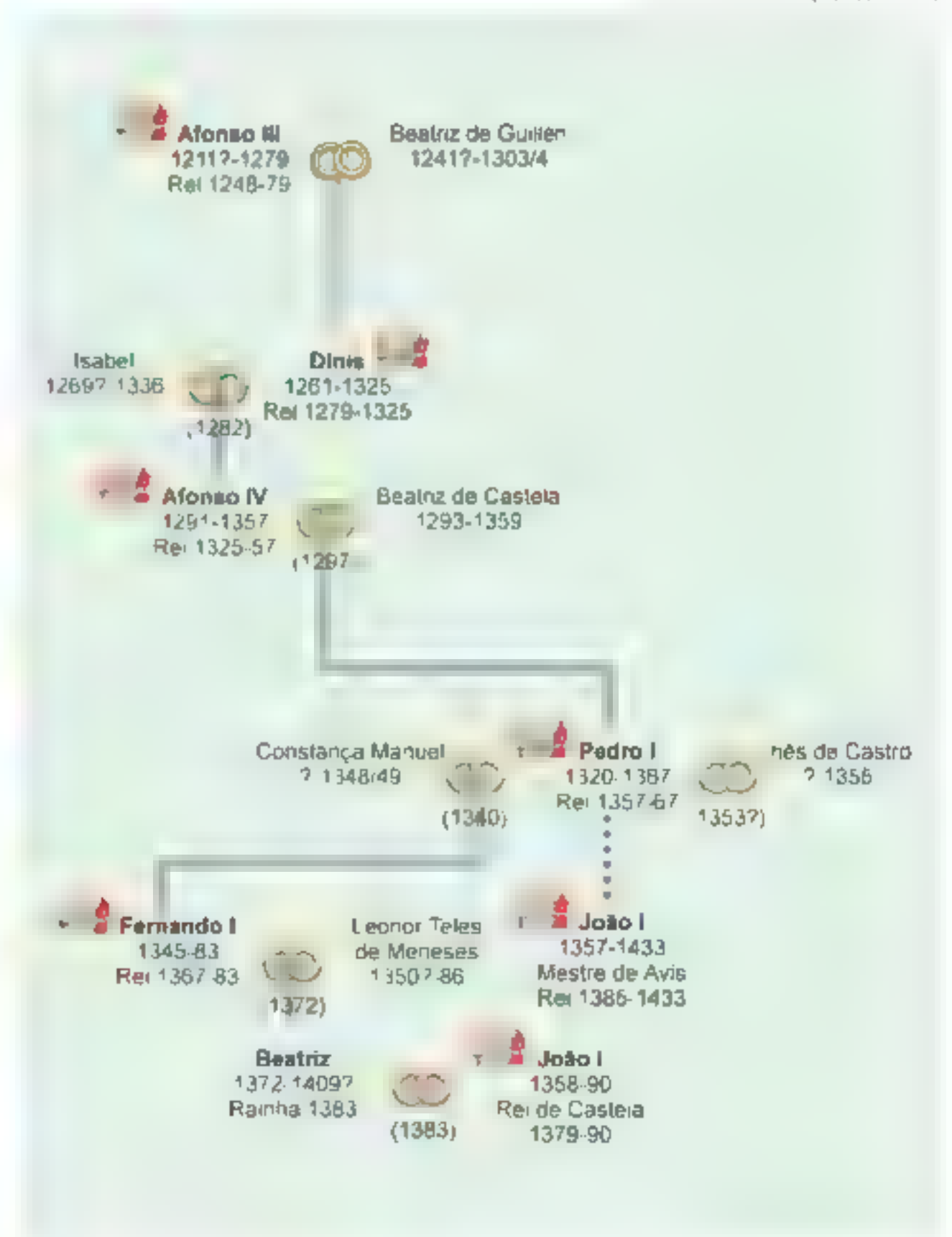
Adap. DUBY, G. E. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 54-5.

A rota marítimo-comercial do século XIV integrou a costa portuguesa ao desenvolvimento comercial europeu do final da Idade Média.

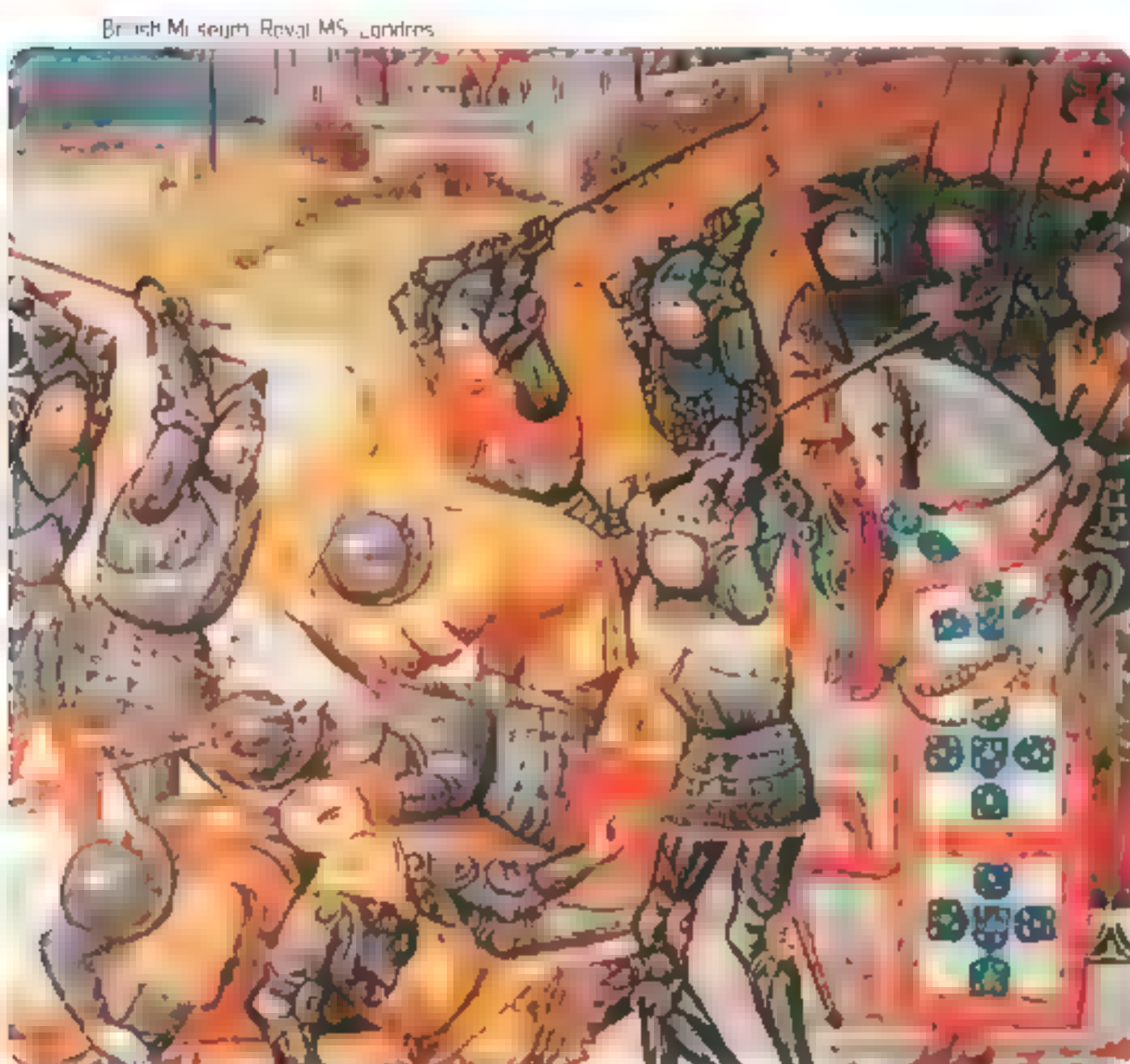
British Museum, Royal MS, Londres

Em 1383, a morte de Fernando I, último rei da dinastia de Borgonha, sem herdeiros diretos, desencadeou uma acirrada disputa sucessória.

Parte da nobreza apoiava a entrega da Coroa portuguesa ao genro de D. Fernando, o rei de Castela, representante de uma política eminentemente feudal. Entretanto, os comerciantes, aliados a setores populares, conseguiram impor o nome de D. João, mestre de Avis, ao trono. Foi a chamada **Revolução de Avis**. Em 1385, na Batalha de Aljubarrota, a derrota das tropas castelhanas garantiu a ascensão de D. João ao trono, dando origem à **dinastia de Avis**.

A nova dinastia caracterizou-se pela aproximação entre os interesses da monarquia e os do setor mercantil: os comerciantes pretendiam ampliar seus mercados e o rei desejava se fortalecer por meio da cobrança de impostos sobre o florescente comércio. Essa aliança de interesses terminou por desencadear o processo conhecido como **expansão marítima portuguesa**, a partir do século XV.

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Árvore genealógica da dinastia de Borgonha

Com a Revolução de Avis, Portugal integrou os interesses mercantis aos do Estado. Ao lado, Batalha de Aljubarrota, em ilustração do manuscrito *Chroniques d'Angleterre*, de Jean de Wavrin.

... na Ásia

Os muçulmanos haviam conquistado grande parte da Índia, e os sultões reinavam em Délhi. O sul estava dividido em Estados hindus; as populações hindus e muçulmanas estavam misturadas, e as línguas eram numerosas.

O budismo praticamente havia desaparecido da Índia, onde surgira, mas chegou às montanhas do Tibete. Numerosos monastérios budistas foram criados, e os monges sábios, chamados *lamas*, haviam traduzido em tibetano os textos do Buda.

Já na Ásia Central e Ocidental, o antigo Império Mongol criado por Gêngis Khan, que chegara a dominar grande parte da China, estava dividido entre vários líderes, alguns dos quais adotantes do islamismo. A Ásia Ocidental e o Oriente Médio se tornaram muçulmanos, e dois novos impérios foram criados. Um era o Império Persa, entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio, e o outro era o Império Otomano, sobre as ruínas do Império Bizantino: os otomanos e os turco-mongóis haviam vencido o imperador, e um sultão assumiu seu lugar em Constantinopla.

Na China, os imperadores governavam com funcionários que eram chamados de "letrados", porque eram recrutados por meio de concursos muito difíceis, nos quais deviam demonstrar, entre outras habilidades, o conhecimento de milhares de caracteres da escrita chinesa. Os letrados ou *mandarins*, não constituíam exatamente uma nobreza, porque os exames eram abertos a todos. Mas eles aproveitavam sua influência para adquirir terras e poder.

Como vimos, os chineses do norte tinham sido submetidos aos ataques dos povos mongóis, liderados por Gêngis Khan, cujos descendentes reinaram em Pequim, com a dinastia Yuan (1270-1368). Os lamas tibetanos, bem como os coletores de impostos muçulmanos e outros estrangeiros, serviram ao domínio mongol sobre a China, um breve período em que se buscou restringir o papel da elite chinesa nos poderes imperiais.

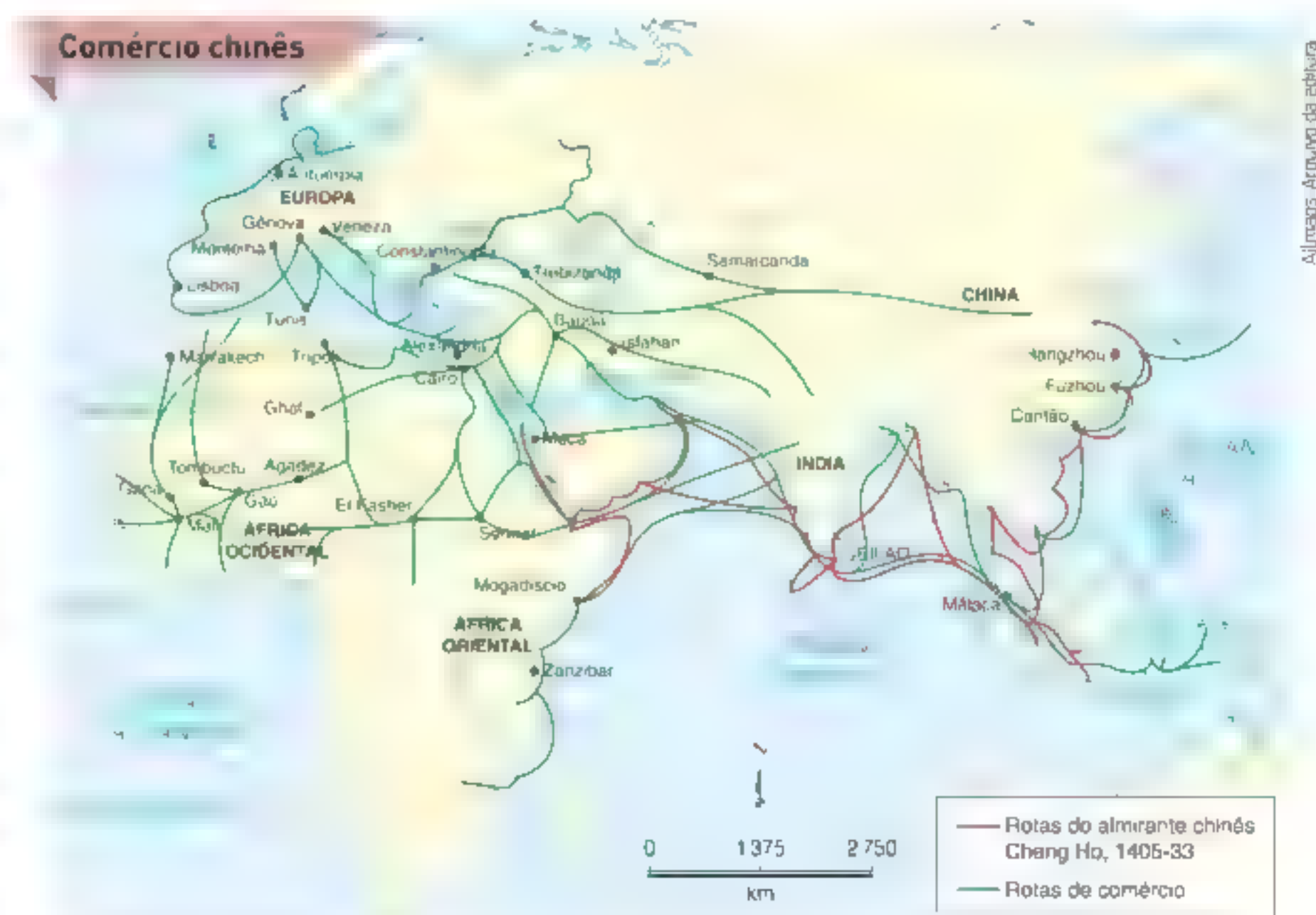
O reinado Yuan, mesmo conseguindo se entender com as elites chinesas, acabou derrotado por um movimento popular que visava à expulsão dos mongóis e ao retorno de uma dinastia chinesa. Seus membros contavam com uma organização secreta sustentada por camponeses e soldados, tendo entre seus líderes um filho de trabalhador agrícola e neto de um sacerdote. O movimento foi acumulando pequenas vitórias, até que tomou Pequim, fundando uma nova dinastia imperial, os Ming (1368-1644).

Com os Ming, a recuperação agrícola e a contínua expansão comercial que se seguiu possibilitaram o impulso populacional. Por volta de 1500, a China já havia superado 100 milhões de habitantes e grandes cidades haviam sido construídas. Observe o mapa abaixo.

Museu Ashmolean, Universidade de Oxford. The Bridgeman/Keystone

▲ Vaso chinês da Dinastia Ming

Comércio chinês

Allmaps Arquivo da editora

Adap.: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. 4. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 150

▲ No final do século XV o Império Ming era um dos mais poderosos Estados do mundo. Sua população era superior à de toda a Europa. Seu intenso comércio o ligava diversas regiões asiáticas, da Austrália e África. Bem antes de Vasco da Gama chegar às Índias em 1498, o almirante chinês Cheng-Ho, entre 1405 e 1433, havia realizado sete grandes viagens ao Golfo Pérsico e costa africana. Conhecido como "frota do tesouro", o conjunto de navios de carga, abastecimento e defesa chegou a transportar aproximadamente 28 mil tripulantes.

No século XVI, época das grandes navegações ibéricas, os portugueses chegaram à China e firmaram o contato entre o Ocidente europeu e o Oriente. Era a época do comércio das especiarias e de investidas conquistadoras dos europeus. No século seguinte, teve início a última dinastia imperial chinesa, a Manchu ou Qing (1644–1912), estabelecida com a invasão dos manchus, povos do norte. No século XIX as potências ocidentais dominaram e exploraram a China. A dinastia Manchu acabou sendo derrubada em 1911, quando foi proclamada a república. Em 1949, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, implantou-se o socialismo e, nas últimas décadas, a China transformou-se numa das maiores potências mundiais.

No Japão, prevalecia a crença de que o imperador descendia do Sol e que as almas dos mortos habitavam as cachoeiras, rios e vulcões, por exemplo, que eram lugares sagrados. Os japoneses foram muito influenciados pelo budismo vindo da China, mas acrescentavam a ele seus deuses anteriores. Também utilizaram a escrita chinesa de ideogramas para criar duas novas escritas próprias, a *hiranaga* e *katakana*, fundamentais para o desenvolvimento da literatura japonesa. Nesse país, situado sobre um arquipélago, os guerreiros e os camponeses eram os personagens mais comuns, e as grandes famílias disputavam o poder. Um chefe de clã governava no lugar do imperador, com o título de *xogum*. Os guerreiros, chamados de *samurais*, lhe deviam obediência.

INFLUÊNCIA CHINESA NO JAPÃO

Foi no Japão, entretanto, que a interação da cultura chinesa com a sociedade nativa teve os resultados mais idiossincráticos e historicamente significativos. É inegável que a influência chinesa ali foi muito profunda – tão profunda que o sistema numérico básico atual dos japoneses é composto de palavras tomadas do chinês. Do século VII ao IX, a instituição imperial japonesa foi sob muitos aspectos uma réplica provinciana daquela da dinastia Tang, textos jurídicos japoneses desse período foram usados por historiadores para reconstruir a legislação Tang que se perdera na China. [...] Em vez de ter uma sucessão de dinastias de estilo chinês, os japoneses desenvolveram um curioso dualismo: embora tenha se prolongado para sempre, sua dinastia imperial original conservou apenas as aparências exteriores do poder; na realidade, este passou para as mãos de governantes militares que vieram a ser chamados de xoguns. Em certa medida, isso se explica pela insularidade do Japão: estando bastante a salvo de invasões, as ilhas são menos sujeitas às severas disciplinas continentais que compelem à formação de Estados unitários e varrem instituições obsoletas. Antes do século XIX, houve um único e curto período em que um imperador tentou recuperar seus antigos poderes, a abortada restauração Kemmu de 1333-1336. [...]

idiossincrasia: característica específica, particular, de acordo com a pessoa, grupo ou cultura

COOK, M. A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 187

Os japoneses eram também exímios artistas, e inventaram uma arte original voltada para os jardins. Servir o chá era uma cerimônia com gestos estudados. O teatro era muito popular, e os marionetistas, exercendo uma arte que chegou ao Japão pela China no século VIII, ganhavam a vida apresentando-se de vila em vila. O espetáculo de marionetes é até hoje bastante valorizado, requerendo precisão nos movimentos gestuais refinados, que envolvem o controle de dezenas de fios.

A ilustração japonesa ao lado, de data desconhecida, remete à técnica de manipulação de marionetes denominada Bunraku, que se desenvolveu no século XVII, em Osaka. Sua origem, porém, é a antiga tradição com marionetes existente na civilização japonesa, iniciada no século VII

Coleção particular. The Bridgeman/Keystone

... na África

A África era um mosaico de povos com chefes disputando territórios, o que não chegava a impedir o comércio (veja o mapa a seguir).

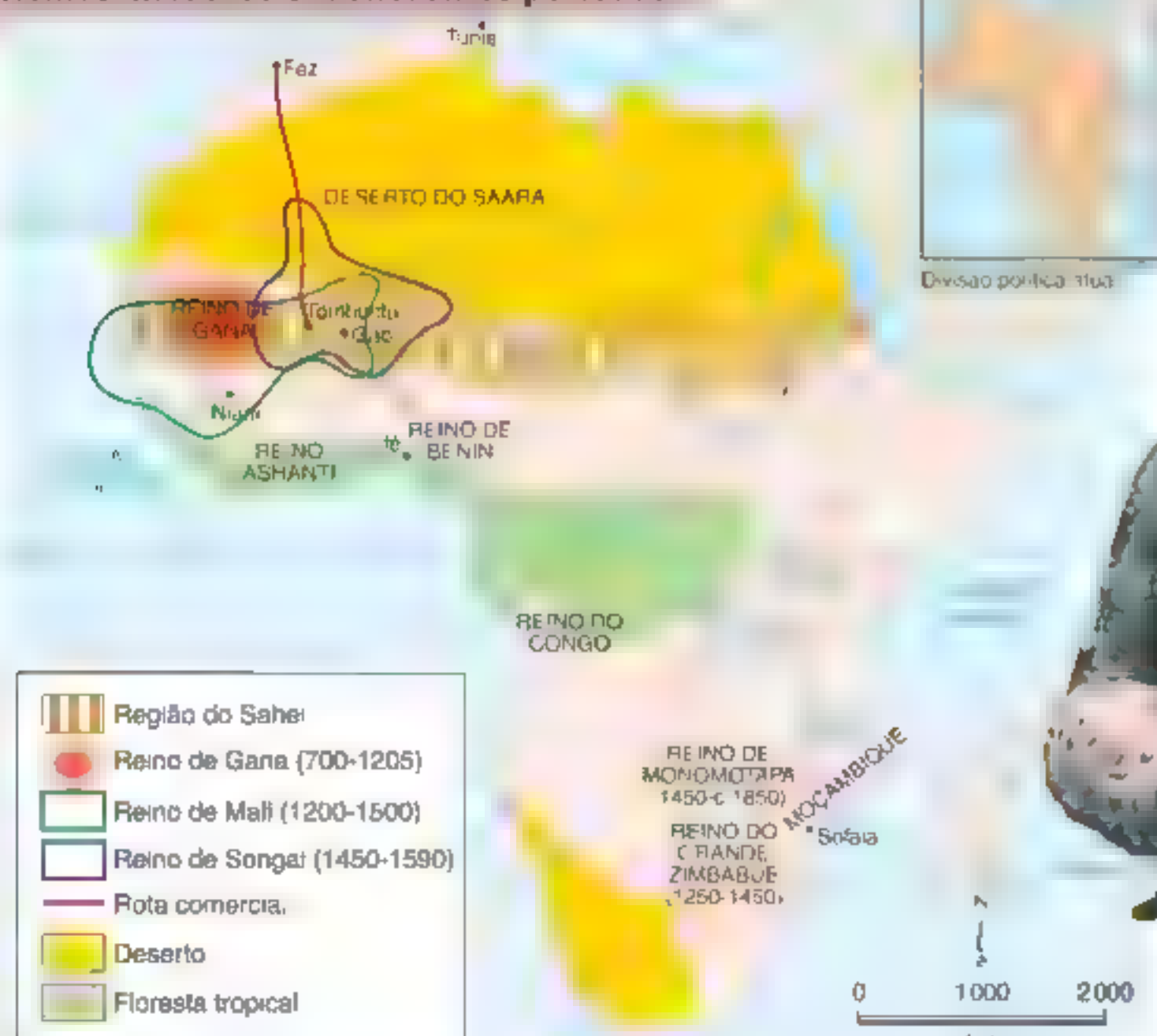
Ao norte do Saara, sob o domínio dos berberes, reinos próximos foram agregados, tendo como maiores cidades Fez e Túnis. Numerosas rotas através do Saara ligavam a África do Norte, muçulmana, aos reinos da África negra, localizados ao sul do Saara e formados por grupos negroides. A rota Fez-Tombuctu era uma das mais utilizadas e percorrida por caravanas de mercadores cameleiros e nômades tuaregues, povos habitantes do deserto descendentes dos berberes norte-africanos.

O Reino de Gana, que você estudou (capítulo 6), grande comerciante de ouro, sal e outros produtos, incluindo escravos, enfraqueceu-se bastante durante o século XII. Ao que parece, isso aconteceu em razão da concorrência na produção aurífera de outras áreas, do crescente ataque de vizinhos saqueadores e do avanço da desertificação na região do Sahel.

Sahel: faixa de terra situada entre o deserto do Saara, ao norte, e a floresta tropical, ao sul. Vem da palavra árabe *sahel*, que significa "margem", "litoral" – no caso, "margem" do Saara.

Allmaps/Arquivo da editora

Reinos africanos em diferentes períodos

Região do Sahel
Reino de Gana (700-1205)
Reino de Mali (1200-1500)
Reino de Songai (1450-1590)
Rota comercial
Deserto
Floresta tropical

Adap. PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il corso della storia 2*. Bolonha: Zanichelli, 1997. p. 56; SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 13.

Quanto ao comércio de escravos, é importante lembrar que o continente africano foi usado como principal fonte fornecedora para as mais antigas civilizações, para o mundo islâmico e a Índia e, posteriormente, para as Américas.

A queda de Gana na África Ocidental ocorreu paralelamente à ascensão do **Reino de Mali**, processo que se consolidou quando o príncipe Sundiata Keita, por volta de 1230, transformou-se em soberano do Mali, fixando a capital em Niani. Ampliando progressivamente seus domínios, no início do século XIV esse reino já alcançava a costa do Atlântico e o interior do Saara e controlava várias cidades e as rotas comerciais saarianas. Ficaram famosas as peregrinações de seus governantes a Meca, a terra santa para os muçulmanos, pelo luxo e riqueza das caravanas. O Reino de Mali também se destacou pela fundação de mesquitas e centros de estudo que contavam com arquitetos trazidos do Oriente Próximo.

No século XIV, em razão de frequentes invasões e saques, o Reino de Mali foi sobrepujado por outro, até então seu vassalo, chamado **Reino de Songai**. Em Songai, que se tornou um enorme império, destacaram-se como grandes centros comerciais as cidades de Gao e Tombuctu — esta, famosa por ter um exército profissional, uma universidade (que atraía eruditos e poetas) e uma arrecadação sistemática de impostos. Esse reino desestruturou-se em seguida, no século XV, devido a constantes ataques de povos do norte africano e dos portugueses, interessados no ouro e em várias outras mercadorias do comércio regional.

Mais ao sul ainda, os Iorubá construíram um próspero reino, ao redor da cidade sagrada de Ifé, com uma grande quantidade de artesãos – que esculpiram impressionantes estátuas de ébano, bronze e marfim.

The Granger Collection/Other Images

▲ Escultura em bronze, encontrada na região da cidade de Ifé, na atual Nigéria, feita em data incerta entre os séculos XII e XIV.

Na costa oriental da África, a relação com a Índia era antiga, e várias cidades mercantes prosperavam, reunindo árabes, persas e hindus. Elas tinham um importante papel no comércio de escravos. No sul do continente, o **Reino Monomotapa** substituiu o antigo **Reino do Zimbábue**, estendendo suas relações comerciais com o litoral de Sofala em Moçambique e estabelecendo um importante comércio de ouro com a Índia e a Pérsia. Suas cerimônias complexas na Corte do soberano impressionaram os portugueses, ao que parece os primeiros europeus a conhecê-las.

... na América

Os incas, na América do Sul, impuseram sua dominação a um grande conjunto de povos, construindo um império de aproximadamente 10 milhões de pessoas em um grande território. Não conheciam a escrita nem o ferro ou a roda. Engenheiros notáveis, construíram uma rede de estradas com pontes suspensas sobre os vales, cobrando da população tributos em forma de trabalho. Os mensageiros corredores, homens treinados para auxiliar na comunicação e administração, ficavam a uma distância de 2 a 5 quilômetros um do outro, o que permitia que as ordens do governante percorressem grandes distâncias em pouco tempo.

O imperador, além de chefe militar, era considerado um deus na terra, o "filho do Sol". O auge dessa civilização ocorreu nos séculos XV-XVI, entre 1438 e a chegada dos espanhóis à região, em 1531.

Nesse período, o território do Império Inca chegou a atingir 4 mil quilômetros, desde o atual Equador até o Chile, compreendendo o domínio sobre vários grupos étnicos. Sob o imperador Pachakuti, que governou de 1438 a 1471, Cuzco transformou-se na capital do império, chegando a ter uma população de cerca de 100 mil habitantes. Outra cidade importante, exemplo de planejamento e sofisticação urbana, foi Machu Picchu, cujos vestígios ainda hoje causam profunda admiração.

A população estava submetida à servidão coletiva, em uma sociedade fortemente hierarquizada. A terra era considerada propriedade do imperador, administrada por funcionários locais (*curacas*), que, em cada aldeia (*ayllu*), determinavam a organização do trabalho, o montante dos impostos destinados ao imperador e a *mita*, trabalho compulsório em obras públicas. Na agricultura, os incas utilizavam sistemas de irrigação e "terraços" cultiváveis nas íngremes encostas das montanhas andinas, garantindo a produção de excedentes.

Kuttig - Travel - 2/Alamy/Other Images

As ruínas de Machu Picchu dão uma ideia da grandiosidade do Império inca. Machu Picchu era um importante centro religioso e astronômico, localizando-se a 2 400 metros de altitude, próximo à Floresta Amazônica (foto de 2009).

Na América Central, a tribo dos astecas, vindos de mais ao norte da América, havia lentamente migrado e imposto sua lei a um conjunto de cidades e tribos. Sua capital, Tenochtitlán (atual Cidade do México), fundada em 1325, cobria uma área de 13 quilômetros quadrados e chegou a ter uma população estimada entre 80 mil e 500 mil habitantes. Era uma cidade grandiosa, com uma rede de ruas e muitos jardins, mercados e imensos templos. A população era composta de "homens comuns", que deviam obedecer aos sacerdotes e senhores, mas podiam também tornar-se senhores se fossem hábeis guerreiros e conseguissem fazer alguns prisioneiros na guerra.

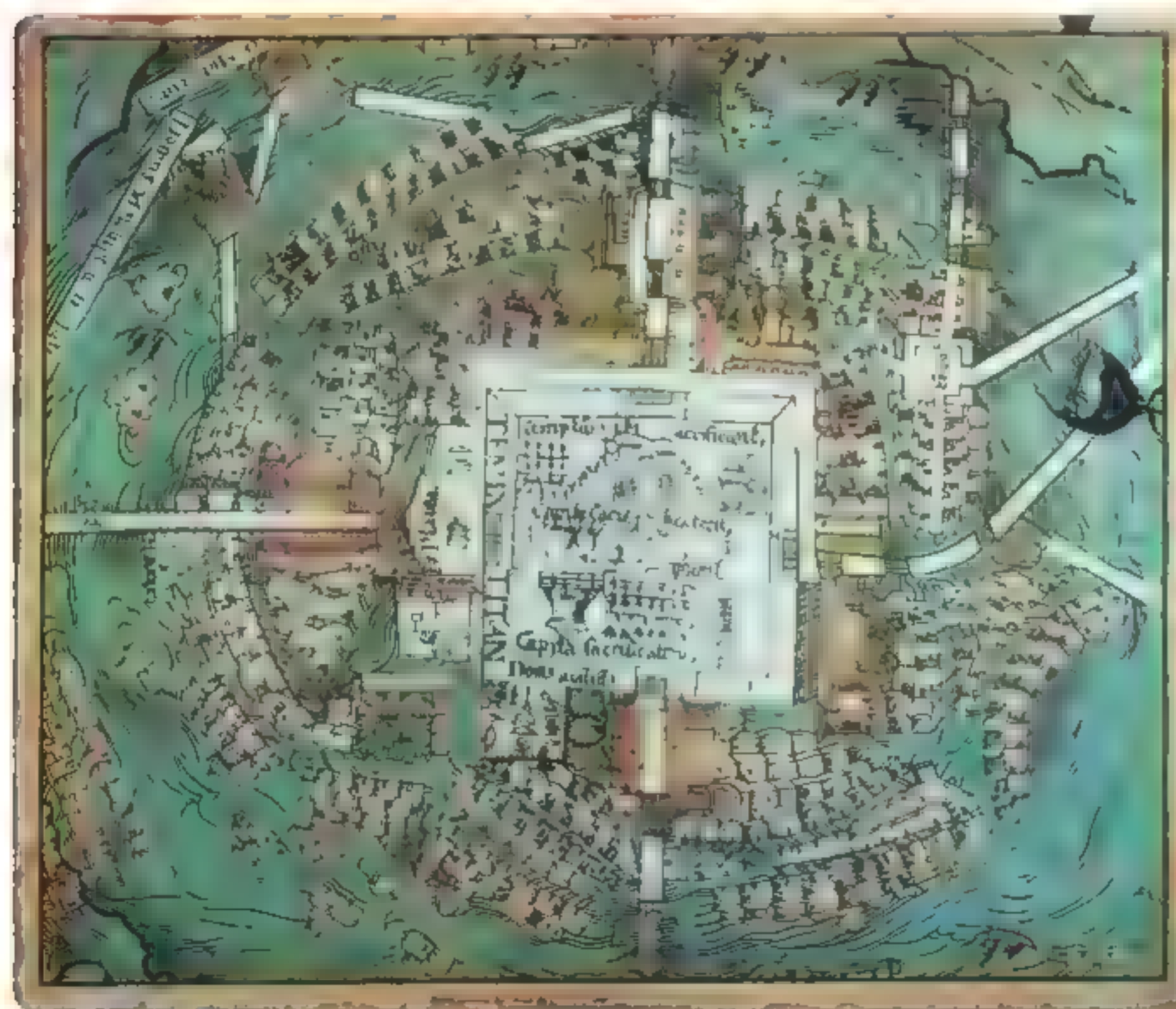
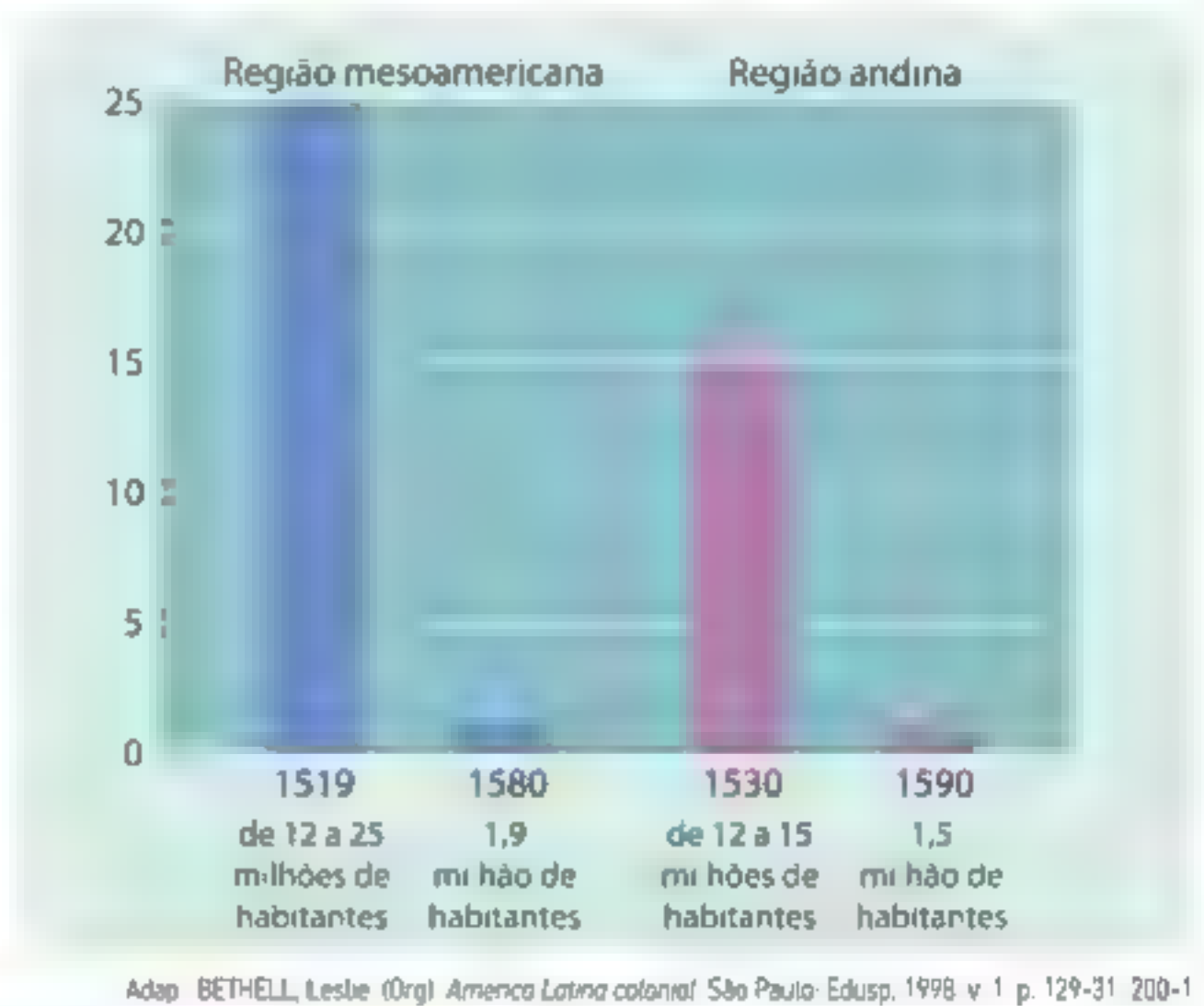
Os astecas chegaram a controlar um império que se estendia do oeste mexicano até o sul da Guatemala, com uma população de talvez 12 milhões de habitantes.

Os astecas exerciam rígido controle sobre os povos vizinhos, que eram obrigados a pagar-lhes tributos e estavam sujeitos a expedições punitivas. O império tinha uma estrutura política centralizada. O imperador dirigia a "casta" sacerdotal na qual se apoiava a atividade agrícola. Nas aldeias, com seus grupos familiares (*calpulli*), predominava a posse comunal da terra, embora parte da produção devesse ser transferida para o Estado para sustentar o imperador, os militares, os funcionários administrativos e os sacerdotes. Portanto, o sistema predominante era também o de servidão coletiva. A religião baseava-se na crença em vários deuses e na prática de sacrifícios humanos. Estima-se que tenha havido mais de 20 mil mortes anuais em cerimônias públicas, realizadas ao ar livre, seja na grande pirâmide do centro de Tenochtitlán, seja nos vários templos dos bairros. O mais comum nesses sacrifícios era abrir o peito da vítima com uma faca, extirpar o coração e desmembrar o corpo em partes que eram distribuídas, servindo como alimento aos astecas.

O Império Asteca foi formado no século XV, tendo entrado em declínio com a invasão espanhola. O último imperador, Montezuma II, assistiu à destruição de seu império e de sua capital durante a conquista promovida pelo espanhol **Fernão Cortez**, entre 1519 e 1521, que liderou um exército de 500 espanhóis e cerca de 25 mil índios inimigos dos astecas. Para os povos nativos do continente, a chegada dos europeus representou a dizimação de sua população, como mostra o gráfico abaixo.

Região mesoamericana
Região andina
25
20
15
10
5
0
1519 — de 12 a 25 milhões de habitantes
1580 — 1,9 milhão de habitantes
1530 — de 12 a 15 milhões de habitantes
1590 — 1,5 milhão de habitantes

Adap. BETHELL, Leslie (Org). *America Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1. p. 129-31; 200-1.

Museu Cidade do México/The Art Archive/Other Images

▲ Planta de Tenochtitlán do século XVI. É atribuída ao conquistador Fernão Cortez como ilustração de sua segunda carta a Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico. A capital asteca foi construída em uma ilha do lago Texcoco, com vários caminhos que ligavam a cidade ao continente.

PARA RECORDAR Formação das monarquias centralizadas (séculos XIV e XV)

centralização
aproximação
liberdade para comerciar
passa a exercer o poder nacional
passa a reivindicar o monopólio
enfrenta
oposição
apoio da burguesia
• da força: exército nacional
• da justiça: tribunais reais
• monetário: cunhagem de moeda
• fiscal: cobrança de impostos
• leis: legitima seu poder por meio de assembleias
nobreza feudal
• nobreza (poder local)
• papa (poder universal)
garante a ordem
usufrui a centralização
cobra impostos/dificulta o intercâmbio comercial

ATIVIDADES

1. De acordo com o esquema-resumo, descreva o processo pelo qual ocorreu a centralização política na Europa da Baixa Idade Média.

2. Com base no esquema-resumo, responda: que grupos sociais se beneficiaram da centralização do poder político na Europa do fim da Idade Média? Por quê?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de documento

→ Leia atentamente o texto abaixo.

Lei aprovada na França em 1439

Para eliminar e remediar e pôr fim aos grandes excessos e pilhagens feitas e cometidas por bandos armados, que há muito vivem e continuam vivendo do povo [...]

O Rei proíbe, sob acusação de lesa-majestade e perda para sempre, para si e sua posteridade, de todas as honras e cargos públicos, e o confisco de sua pessoa e suas posses, a qualquer pessoa, de qualquer condição, que organize, conduza, chefie ou receba uma companhia de homens em armas, sem permissão, licença e consentimento do Rei [...]

Sob as mesmas penalidades, o Rei proíbe a todos os capitães e homens de guerra que ataquem mercadores, trabalhadores, gado ou cavalos ou bestas de carga, seja nos pastos ou em carroças, e não perturbem, nem às carruagens, mercadorias e artigos que estiverem transportando, e não exigirão deles resgate de qualquer forma, mas sim tolerarão que trabalhem, andem de uma parte a outra e levem suas mercadorias e artigos em paz e segurança, sem nada lhes pedir, sem criar-lhes obstáculos ou perturbá-los de qualquer forma

Apud HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem* 15 ed Rio de Janeiro: Zahar, 1979 p 82

a) O que determinava a lei acima?

b) Com base no que você estudou, identifique os grupos sociais beneficiados com essa lei e aqueles que viram seu poder reduzido por ela

c) Como essa lei contribuiu para a formação do Estado nacional francês?

2 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Leia o texto abaixo e responda às questões que o acompanham.

O foco inicial de infiltração islâmica na África pode ser localizado no Egito, na decada de 640, por meio de contatos e trocas com comerciantes da Península Arabica, atraves do Mar Vermelho, e da parte oriental do Mediterrâneo A partir daí, as populações árabes se dirigiram para a conquista da região do Magreb, num movimento simultâneo de penetração e conversão, em que, aos poucos, foram se mesclando as noções tribais arabes e berberes Conforme assinalou D. T. Niane, "é comum indagar-se acerca das razões pelas quais o islã obteve aceitação tao rapida nao só na África como também em outros locais: ora, e preciso lembrar que o modo de vida dos nômades da Arabia pouco diferia, na época, daquele dos berberes e dos felás da África setentrional".

Quanto à África negra, essa expansão iniciou-se no século XII, com a conquista almorávida do Imperio de Gana Na época, as trocas comerciais eram feitas por meio da navegação ao longo da costa atlântica até a foz do Rio Senegal No século XVI, essa influência se intensificou, coincidindo também com o início da penetração europeia no continente A partir de então, assistir-se-ia ao estabelecimento de uma disputa entre árabes e europeus pelo controle do comercio com as diversas regiões da África.

MENDONÇA, Marina Gusmão de *Histórias da África*
São Paulo LCTE, 2008 p 66

a) De acordo com a autora, que fatores explicam a rápida expansão do islã pelo continente africano?

b) Consulte os capítulos referentes à Idade Média e identifique o que estava se passando na Europa Ocidental:
- por ocasião da expansão árabe pelo norte da África;
- no momento em que o islamismo penetrou na África negra;
- quando os comerciantes muçulmanos intensificaram suas relações com os povos africanos

c) Que relação é possível estabelecer entre o processo de centralização do poder político na Europa e o desenvolvimento da concorrência entre árabes e europeus pelos mercados africanos, no século XV ?

Biblioteca Britânica, Londres/Album/akg-images

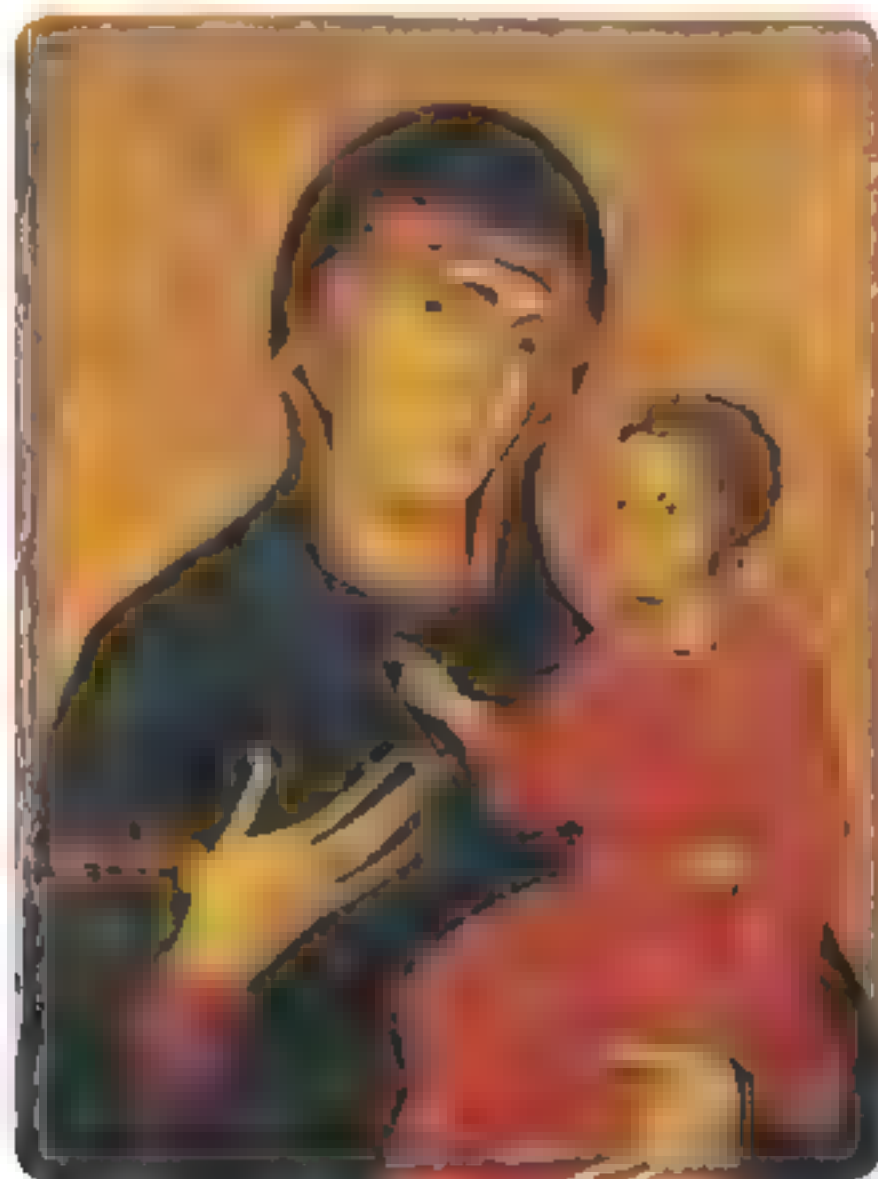
Questões & testes

CAPÍTULO 6

Enem

1. Existe uma regra religiosa, aceita pelos praticantes do judaísmo e do islamismo, que proíbe o consumo de carne de porco. Estabelecida na Antiguidade, quando os judeus viviam em regiões áridas, foi adotada, séculos depois, por árabes islamizados, que também eram povos do deserto. Essa regra pode ser entendida como:
   a) uma demonstração de que o islamismo é um ramo do judaísmo tradicional.
   b) um indício de que a carne de porco era rejeitada em toda a Ásia.
   c) uma certeza de que do judaísmo surgiu o islamismo.
   d) uma prova de que a carne do porco era largamente consumida fora das regiões áridas.
   e) uma crença antiga de que o porco é um animal impuro.

Vestibulares

2. **[Vunesp-SP]** Observe a figura.

Madona e Filho, *Berlinghiero, século XII (www.literaria.net/RP/L2/RPL2.html)*

O ícone, pintura sobre madeira, foi uma das manifestações características da civilização bizantina, que abrangeu amplas regiões do continente europeu e asiático. A arte bizantina resultou
   a) do fim da autocracia do Império Romano do Oriente.
   b) da interdição do culto de imagens pelo cristianismo primitivo.
   c) do "Cisma do Oriente", que rompeu com a unidade do cristianismo.
   d) da fusão das concepções cristãs com a cultura decorativa oriental.
   e) do desenvolvimento comercial das cidades italianas.

3. **[UFBA-BA]** O Império Bizantino, que atravessou a Idade Média chegando até o início da Idade Moderna, caracterizou-se, dentre outros aspectos, pelo **caráter multicultural de sua sociedade**.

   Com base nos conhecimentos sobre essa sociedade, identifique e explique **três razões** que justifiquem essa afirmação.

CAPÍTU[illegible]

Enem

4. Para uns, a Idade Média foi uma época de trevas, pestes, fome, guerras sanguinárias, superstições, crueldade. Para outros, uma época de bons cavaleiros, damas corteses, fadas, guerras honradas, torneios, grandes ideais. Ou seja, uma Idade Média "má" e uma Idade Média "boa". Tal disparidade de apreciações com relação a esse período da História se deve:
   a) ao Renascimento, que começou a valorizar a comprovação documental do passado, formando acervos documentais que mostram tanto a realidade "boa" quanto a "má".
   b) à tradição iluminista, que usou a Idade Média como contraponto a seus valores racionalistas, e ao Romantismo, que pretendia ressaltar as "boas" origens das nações.
   c) à indústria de videojogos e cinema, que encontrou uma fonte de inspiração nessa mistura de fantasia e realidade, construindo uma visão falseada do real.
   d) ao Positivismo, que realçou os aspectos positivos da Idade Média, e ao marxismo, que denunciou o lado negativo do modo de produção feudal.
   e) à religião, que com sua visão dualista e maniqueísta do mundo, alimentou tais interpretações sobre a Idade Média

5. A lei dos lombardos [*Edictus Rothari*], povo que se instalou na Itália no século VII e era considerado bárbaro pelos romanos, estabelecia uma série de reparações pecuniárias (composições) para punir aqueles que matassem, ferissem ou aleijassem os homens livres. A lei dizia

"para todas estas chagas e feridas estabelecemos uma composição maior do que a de nossos antepassados, para que a vingança que é inimizade seja relegada depois de aceita a dita composição e não seja mais exigida nem permaneça o desgosto, mas dê-se a causa por terminada e mantenha-se a amizade."

ESPINOSA, F. Antologia de textos históricos medievais. Lisboa: Sá da Costa, 1976. Texto adaptado.

A justificativa da lei evidencia que

a) se procurava acabar com o flagelo das guerras e dos mutilados.

b) se pretendia reparar as injustiças causadas por seus antepassados.

c) se pretendia transformar velhas práticas que perturbavam a coesão social.

d) havia um desejo dos lombardos de se civilizarem, igualando-se aos romanos.

e) se instituía uma organização social baseada na classificação de justos e injustos.

Vestibulares

6. **(UFU-MG)** A Alta Idade Média (século V a X) tem como uma de suas características singulares, que a define historicamente,

a) o desaparecimento dos reinos germânicos no Ocidente.

b) a consolidação e generalização do trabalho servil.

c) a formação das Cruzadas para combater os infiéis do Islã.

d) o desenvolvimento, com posterior centralização do poder real.

e) o renascimento comercial, que reorienta a vida econômica feudal.

7. **(Fuvest-SP)** As feiras na Idade Média constituíram-se:

a) instrumentos de comércio local das cidades para o abastecimento cotidiano dos seus habitantes.

b) áreas exclusivas de câmbio das diversas moedas europeias.

c) locais de comércio de amplitude continental que dinamizaram a economia da época.

d) locais fixos de comercialização da produção dos feudos.

e) instituições carolíngias para renascimento do comércio abalado com as invasões no Mediterrâneo.

8. **(UFPI-PI)** As Cruzadas influíram decisivamente na história da Europa na Baixa Idade Média. A mais significativa de suas consequências foi:

a) a reunificação das igrejas católica e ortodoxa, separadas em 1054 pelo Cisma do Oriente.

b) um novo Cisma no cristianismo com o início da Reforma protestante no século XVI.

c) a conquista dos lugares sagrados do cristianismo situados na Ásia Ocidental.

d) a "reabertura" do Mediterrâneo, que, possibilitando a reativação dos contratos entre Ocidente e Oriente, intensificou o renascimento comercial e urbano na Europa.

e) o declínio do comércio, o desaparecimento da vida urbana e a descentralização política no ocidente da Europa.

CAPÍTULO 8

Enem

9. Considere os textos a seguir.

(...) de modo particular, quero encorajar os crentes empenhados no campo da filosofia para que iluminem os diversos âmbitos da atividade humana, graças ao exercício de uma razão que se torna mais segura e perspicaz com o apoio que recebe da fé.

Papa João Paulo II. Carta Encíclica *Fides et Ratio* aos bispos da Igreja católica sobre as relações entre fé e razão, 1998.

As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã.

(Santo Tomás de Aquino – pensador medieval)

Refletindo sobre os textos, pode-se concluir que:

a) a encíclica papal está em contradição com o pensamento de Santo Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.

b) a encíclica papal procura complementar Santo Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.

c) a Igreja medieval valorizava a razão mais do que a encíclica de João Paulo II.

d) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.

e) tanto a encíclica papal como a frase de Santo Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

Vestibulares

10. **(Mack-SP)** *Nos primeiros tempos, o cavaleiro era o combatente à cavalo, que servia a alguém em troca de favores. Por volta do século XIII, tornar-se cavaleiro significava, antes de tudo, ascender a uma condição social privilegiada, que estava rigorosamente separada da massa desarmada, a quem o acesso à ordem de cavalaria estava barrado.*

(P. Miceli)

A sociedade estratificada, sem mobilidade, descrita no texto, é denominada.

a) oligárquica.
b) iconoclástica.
c) escravista.
d) teutônica.
e) estamental.

11. **(Fuvest-SP)** Qual a diferença entre as obrigações de um vassalo e as de um servo na sociedade feudal?

12. **(Unicamp-SP)** No século XIII, um teólogo assim condenava a prática da usura:

O usurário que adquirir um lucro sem nenhum trabalho e até dormindo, o que vai contra a palavra de Deus que diz: "Comerás teu pão com o suor do teu rosto". Assim o usurário não vende a seu devedor nada que lhe pertença, mas apenas o tempo, que pertence a Deus. Disso não deve tirar nenhum proveito.

Adaptado de LE GOFF, J. A Bolsa e a V da. São Paulo: Brasiliense, 1989

a) O que é usura?
b) Por que a Igreja medieval condenava a usura?
c) Relacione a prática da usura com o desenvolvimento do capitalismo no final da Idade Média.

CAPÍTULO 9

Enem

13. *A peste negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: "As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos (...) E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo.*

Di TURA, Agnolo. The Plague in Siena: An Italian Chronicle. In: BOWSKY, William M. The Black Death: a turning point in history? New York: HRW 1971. Texto adaptado

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da peste negra, que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que.

a) o flagelo da peste negra foi associado ao fim dos tempos.
b) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
c) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
d) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à peste.
e) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

Vestibulares

14. **(FCC-SP)** A Magna Carta (1215), aceita por João Sem-Terra, da Inglaterra, reveste-se de grande importância porque, entre outros aspectos:

a) assegurava aos homens livres proteção contra as arbitrariedades do poder político.
b) solucionava o conflito entre o Estado e a Igreja, decorrente do assassinato do bispo Thomas Beckett.
c) eliminava a influência política dos condes e barões na vida inglesa.
d) fazia com que a estrutura do governo inglês perdesse suas características feudais.
e) pôs fim à longa disputa com Filipe Augusto sobre os feudos ingleses na França.

15. **(FEI-SP)** Os problemas das heranças feudais, que haviam confundido destinos e províncias, tornaram inevitável a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. A eclosão desse conflito:

a) deu-se no primeiro quartel do século XI, a partir de problemas na sucessão do trono francês sobre o qual a Inglaterra tinha fortes interesses.
b) teve como causa principal a disputa pela região de Flandres que, feudatária da França, atraía fortes interesses econômicos da Inglaterra.
c) ocorreu na primeira metade do século XIV, a partir da disputa entre os dois países sobre inúmeros territórios flamengos e italianos.
d) foi provocada pelas disputas políticas entre a Rosa Vermelha (de Lancaster) e a Rosa Branca (de York).
e) aconteceu devido a interesses manufatureiros da França sobre Flandres, região feudatária da Inglaterra.

16. **(Vunesp-SP)** A respeito da formação das Monarquias Nacionais europeias na passagem da Idade Média para a Época Moderna, é correto afirmar que:

a) o poder político dos monarcas firmou-se graças ao apoio da nobreza, ameaçada pela força crescente da burguesia.
b) a expansão muçulmana e o domínio do Mar Mediterrâneo pelos árabes favoreceram a centralização.
c) uma das limitações mais sérias dos soberanos era a proibição de organizarem exércitos profissionais.
d) o poder real firmou-se contra a influência do Papa e o ideal de unidade cristã, dominante no período medieval.
e) a ação efetiva dos monarcas dependia da concordância dos principais suseranos do reino.

17. **(Fuvest-SP)** A partir do século XI, na Europa Ocidental, os poderes monárquicos foram lentamente se reconstituindo, e em torno deles surgiram os diversos Estados nacionais. Explique as razões desse processo de centralização política.

Você encontra mais testes no www.scipione.com.br/...

UNIDADE 4 — EUROPA, O CENTRO DO MUNDO

Professor,
Aqui começam as orientações para a Unidade 4 e o Capítulo 10 (p. 238 a p. 255).

A seção ***Discutindo a História*** fornece as linhas centrais sobre o período moderno, que será estudado na unidade. Assim, introduzimos a ideia da História como construção feita a partir de recortes geográficos e culturais variados (Brasil – Europa – mundo). Os capítulos procuram conciliar a progressão cronológica e a integração entre os diferentes recortes.

Algumas vezes, informações significativas para o capítulo em estudo aparecerão em capítulos posteriores. Assim, sempre que julgar necessário, o professor poderá alterar a ordem de estudo dos capítulos, mostrando aos alunos a complexidade e a não linearidade do tempo histórico.

A modernidade, a História universal e a História do Brasil são encaradas como construções e não como componentes do mundo natural. Portanto, alguns cuidados devem ser tomados: o Brasil não pode ser compreendido como uma unidade política e cultural que se projeta no tempo e que existia antes de sua criação/construção no século XIX; os processos históricos não podem ser entendidos a partir de uma única causa, pois sempre há vários fatores interferindo em um determinado cenário.

Capítulo 10 — A EXPANSÃO EUROPEIA

A partir da seção ***Para pensar historicamente***, o estudo do capítulo deve privilegiar a questão econômica e sua relação com a política. Assim, no amplo quadro dos "*tempos modernos*", as dinâmicas que favoreceram a expansão ultramarina são analisadas como um processo histórico decorrente de diferentes causas. São evidenciadas as mudanças no campo das ideias e os significados políticos e econômicos envolvidos na centralização do poder mundial pela Europa consolidada na historiografia, a começar pela primazia de Portugal e Espanha na expansão marítima e na dominação de outros povos.

No contexto do desenvolvimento náutico que tornou viável o projeto expansionista português, sugere-se atenção especial ao texto de Beatriz Siqueira Bueno sobre as representações cartográficas. Os mapas são fontes imprescindíveis para o estudo da História. Aborde as técnicas, escolhas e profissionais envolvidos em sua elaboração como parte da própria construção do conhecimento cartográfico e histórico.

Pode ser interessante resgatar aspectos cotidianos do período, como as condições enfrentadas pelos portugueses durante as viagens marítimas, abordadas no texto "Uma viagem fantástica". Aspectos como higiene, alimentação, doenças, superlotação, dimensões das frotas de navios e capitais exigidos para a sua construção etc. O estudo sobre a divisão das terras "descobertas e a descobrir" no Tratado de Tordesilhas demonstra as lutas políticas e as divergências de interesses no processo de expansão e dominação de outros povos.

Em ***Exercícios de História*** serão investigadas diferentes visões e versões sobre a expansão, diferentes discursos e fontes, como um documento que apresenta a versão europeia e "oficial" do primeiro contato entre portugueses e indígenas, uma análise provocativa de um estudioso do período, Eduardo Galeano, e a análise historiográfica do texto "Novo Mundo ou fim do mundo?", no qual os alunos discutirão o caráter de instrumento de poder das fontes históricas na construção de relatos e heróis nacionais, como o papel de Pedro Álvares Cabral no "descobrimento" do Brasil.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem indicações de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura:** a expansão ultramarina portuguesa na obra de Luís de Camões e de Fernando Pessoa.
- **História e Física:** a construção náutica – a técnica e os instrumentos marítimos da época da expansão ultramarina.

Bibliografia

BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GARCIA, [illegible] *Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus*. São Paulo: Atual, 1989.

MICELI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Textos de apoio

Em que se declara a repartição que fizeram os reis católicos de Castela com el-rei D. João III de Portugal

Para se ficar bem entendendo aonde demora e se estende o Estado do Brasil, convém que em suma declaremos como se avieram os reis na repartição de suas conquistas, o que se fez por esta maneira. Os reis católicos de Castela, D. Fernando e D. Isabel, sua mulher, tinham começado de entender no descobrimento das Índias Ocidentais e algumas ilhas, e porque esperavam de ir este descobrimento em tanto crescimento como foi, por atalharem as diferenças que sobre isso se podiam oferecer, concertaram-se com el-rei D. João o III de Portugal, se fizesse uma repartição líquida, para cada um mandar conquistar para sua parte livremente, sem escrúpulo de se prejudicarem. E acordados os reis desta maneira, deram conta deste concerto ao Papa, que além de aprovar, o louvou muito. E como tiveram o consentimento de Sua Santidade, ordenaram a repartição desta concordância, fazendo baliza na ilha das do Cabo Verde, de barlavento mais ocidental, que se entende a de Santo Antão, e contando dela 21 graus e meio equinociais de dezessete léguas e meia de cada grau, e lançada daqui uma linha meridiana de norte sul, que ficassem as terras e ilhas que estavam por descobrir para a parte do oriente, da coroa de Portugal; e lançada essa linha mental como está declarado, fica o Estado do Brasil da dita coroa, qual se começa além da ponta do rio das Amazonas da banda de Oeste, pela terra dos caraíbas, donde se principia o norte desta província, e indo correndo esta linha pelo sertão dela ao sul parte o Brasil e conquistas dêle além da baía de São Matias, por 45 graus pouco mais ou menos, distantes da linha equinocial, e altura do polo antártico, e por esta conta tem de costa mil e cinquenta léguas, como pelas cartas se pode ver segundo a opinião de Pedro Nunes, que nesta arte atinou melhor que todos os do seu tempo.

SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1971. p. 42.

Os portugueses na Índia alarmam os italianos (sobre a viagem de Vasco da Gama à Índia)

Toda Veneza ficou surpreendida e se alarmou. Os mais sisudos diziam que era a pior notícia que podia chegar-lhes. De fato, toda a gente sabe que Veneza tinha obtido o seu prestígio e a sua riqueza unicamente graças ao seu comércio marítimo que lhe proporcionava cada ano uma grande quantidade de especiarias, de tal maneira que os comerciantes estrangeiros afluíam para comprá-las. A sua presença e os seus negócios traziam-lhes fartos lucros. Mas agora, por este novo caminho, as especiarias de Leste serão transportadas para Lisboa, onde os húngaros, os alemães, os flamengos e os franceses irão procurá-las pois serão aí menos caras. Com efeito, as especiarias que chegam a Veneza têm de passar pela Síria e os territórios do sultão, e por toda a parte devem pagar direitos (aduaneiros) tão exorbitantes que, ao chegar a Veneza, o que tinha custado um ducado deve ser vendido por de oitenta a cem ducados. O caminho marítimo, esse, não tem de pagar todos esses impostos, e os portugueses podem vendê-las mais baratas. As pessoas mais bem informadas dão-se conta disso, outras não podem acreditar na notícia, e outras pessoas pensam que o rei de Portugal não poderá conservar por muito tempo esse caminho e este comércio com Calicute, pois das treze caravelas que para aí partiram, só seis voltaram, e as perdas são maiores que os lucros. Por outro lado, ele não encontrará facilmente homens dispostos a arriscar a sua vida numa viagem tão longa e perigosa, e pensa-se que o sultão (da Turquia), quando se aperceber das perdas que isto trará aos seus rendimentos, tratará de impedir esse comércio. Eis o que se diz, entre outras coisas, pois os venezianos, como de costume, procuram encontrar razões para não perder a esperança e recusam-se a acreditar e a ouvir o que não lhes convém.

PRIULI. Diários, 1499. In: Freitas, G. de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1975. p. 105-6. v. II. Apud: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. História moderna através de textos. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 69. (Textos e documentos, 3).

Comentários das atividades

Para recordar

1. Oriente os alunos a descreverem brevemente os aspectos econômicos, sociais e políticos do comércio europeu entre os séculos XI e XVI, tais como a balança comercial favorável, o metalismo, as práticas protecionistas, o colonialismo etc.
2. Espera-se que os alunos desenvolvam uma análise do mercantilismo, compreendendo-o de maneira ampla e reunindo os aspectos políticos, econômicos e sociais em uma frase explicativa, tais como o contexto da expansão e os posicionamentos da burguesia, nobreza e clero nesse processo.

RAMOS, F. P. *Naufrágios e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia portuguesa, 1497-1653*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000.

______. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

THEODORO, J. *Pensadores, exploradores e mercadores*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de apoio)

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Tese

TOMA, M. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2002. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000260367>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Filmes

1492 – a conquista do paraíso. Direção de Ridley Scott. Inglaterra/França/Espanha, 1992. (150 min)

O povo brasileiro – Darcy Ribeiro. Direção de Isa Grinspun Ferraz. Brasil, 2000. (280 min) Série em 10 programas.

Endereços eletrônicos

Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em: 10 abr. 2010. É interessante analisar a carta de "nascimento do Brasil" integralmente, já que os alunos, em geral, conhecem apenas trechos dela.

Obra de Luís Vaz de Camões. Disponível em: <http://users.isr.ist.utl.pt/~cfb/VdS/camoes.html>. Acesso em: 10 abr. 2010. No *site* estão disponíveis vários poemas de Camões e trechos de *Os lusíadas*.

Sugestões de leituras para os alunos

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Terra Brasilis)

CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote: o cavaleiro da triste figura*. Tradução e adaptação de José Angeli. São Paulo: Scipione, 1997. (Reencontro).

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

assessoria pedagógica

Exercícios de História

1. Análise de documento

a) A carta é extensa e constituída de temas diversos. Sobre o trecho em questão, os alunos poderão apontar o contato entre europeus e ameríndios; as referências às riquezas materiais, a descrição dos aspectos físicos e culturais das terras americanas e as diferentes reações dos ameríndios diante dos objetos e animais trazidos pelos europeus.

b) Um dos principais aspectos a serem considerados na análise da carta é a questão do outro, isto é, o que as descrições dos ameríndios, da natureza e da cultura do Novo Mundo revelam a respeito dos europeus, de sua cultura e modo de pensar. Auxilie os alunos a observar o interesse de Caminha em metais preciosos, o que fazia com que quaisquer gestos dos indígenas pudessem ser interpretados como indício de que possuíssem ouro e prata. Por toda a carta há interpretações nesse sentido. É interessante observar que, no último parágrafo selecionado, Caminha percebe a parcialidade de seus comentários, mas não os desmente.

c) Resposta pessoal.

2. Leitura e reflexão

a) O diário de navegação de Cristóvão Colombo.

b) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno ligue o sentido da frase à busca de riquezas pelas nações europeias no contexto da expansão marítima e da dominação colonial e à atuação das missões catequizadoras, as quais se aliaram aos propósitos metropolitanos, sustentando e legitimando o processo de conquistas.

c) Resposta pessoal.

Oriente os alunos na construção de suas respostas, destacando o caráter parcial, subjetivo e fragmentário das fontes documentais, principalmente por meio da análise do texto 2. É importante que o aluno reflita sobre os discursos históricos aos quais temos acesso. O silenciamento dos ameríndios e de outros grupos subjugados revela-se na construção do saber histórico com suas lacunas, como a inexistência de registros escritos formais sobre e para algumas populações, e o controle na produção documental pelos grupos que detêm o poder governamental.

3. Versões da história

a) De acordo com Gonçalo Fernandes de Oviedo, o processo de conquistas e conversões das populações indígenas estaria fundamento na vontade divina.

b) A versão construída pelos cronistas europeus justifica e procura legitimar as conquistas com o argumento de que ameríndios e africanos deveriam ser civilizados, convertidos à fé católica e/ou submetidos à escravidão pelos povos ibéricos, sendo estes os representantes da civilização. Além disso, as terras pertenceriam aos povos civilizados que primeiro a ocupassem, desconsiderando as civilizações anteriores à conquista.

c) Porque a identidade nacional foi construída com base em relatos, modelos e elementos da cultura europeia ocidental.

d) As versões das populações indígenas que ocupavam o continente americano antes da chegada dos europeus e que sofreram com a violência física, social e cultural praticada pelos colonizadores.

anotações

UNIDADE 4

Europa, o centro do mundo

Discutindo a História

▲ Escultura encontrada na cidade maia de Copán, localizada no atual território de Honduras.

HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA GERAL: DUAS HISTÓRIAS?

A partir desta unidade, você estudará a história do Brasil mesclada à de outras partes do mundo, principalmente Europa e Américas. Não se trata de dois níveis de uma mesma história, mas de construções sobre vários povos e até civilizações diferentes.

O estudioso apropria-se do passado, escolhendo o que e como narrar. Assim, a história universal (ou mundial, ou geral) com que temos contato hoje é uma construção, baseada no trabalho intelectual de centenas de historiadores, filósofos e outros estudiosos, principalmente europeus, durante a Idade Moderna e Contemporânea. A história do Brasil, da mesma forma, é uma construção feita por intelectuais brasileiros e estrangeiros que se dedicaram a esse estudo, principalmente nos séculos XIX e XX.

A periodização e a "regionalização" da história (ou seja, história da América, da Inglaterra, de Ouro Preto, por exemplo; a divisão e o enfoque em séculos, décadas passadas ou ontem...) constituem técnicas de estudo, formas de organizar e abordar um assunto. São recortes que evidenciam escolhas, e não uma constatação de que os eventos, na prática, se organizaram dentro daquela periodização ou tiveram efeito apenas na regionalização criada ou escolhida.

Por isso, ao fazer uma história do Brasil, é impossível trabalhar com todos os assuntos referentes a essa regionalização. Ao optar por certo ponto de vista histórico, os estudiosos selecionam eventos e processos que consideram fundamentais, e, desse modo, muitos outros ficam excluídos, principalmente no que se refere aos grupos ou projetos dominados, derrotados ou abandonados.

É necessário considerar ainda que a história universal é uma construção que advém do contexto de afirmação da Europa como centro do mundo, e a história do Brasil também nasce, inicialmente, para a afirmação da nação que se constituía no começo do século XIX.

▲ Anjo com cálice de fel, escultura atribuída a Aleijadinho presente na Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

◄ Torre de Belém, localizada junto ao Porto de Lisboa, na margem direita do Rio Tejo (foto de 2007). No detalhe, réplica da nau Santa Maria, que fez parte da esquadra de Cristóvão Colombo em 1492.

Por isso, denominar a região que viria a ser o Brasil como "Brasil Colônia" é impróprio e vem dessa necessidade de afirmação nacional.

João R. W. Fassal/Fyba

No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) iniciou-se a construção da História do Brasil, de acordo com a visão e os interesses do Império. Na foto, de 2010, o prédio do IHGB, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Vamos entender: está implícito no nome "Brasil Colônia" a mentalidade de que o período colonial seria o embrião da futura nação brasileira. Dessa forma, os historiadores do século XIX, contemporâneos da recente independência política (1822) e da instauração da República (1889), procuravam justificar a existência da nação brasileira já no passado colonial, usando para isso referenciais do momento em que viviam. No entanto, esses referenciais não existiam e nem faziam sentido para os séculos XVI, XVII e XVIII.

O arranjo político feito com o projeto vitorioso que instaurou o Império brasileiro livre de Portugal era mais convincente quando se assegurava que a nação já existia antes de ser independente, o que não é verdade. O território que hoje constitui o Brasil, além de ter sido habitado por centenas de povos diferentes antes da chegada dos europeus, teve partes que pertenceram a outras metrópoles europeias (Espanha, Países Baixos, França) e a outros países sul-americanos (Paraguai, Guiana Francesa, Bolívia).

Além disso, foi mais do que uma colônia portuguesa: foi também reino unido a Portugal e Algarves e, ainda que por pouco tempo, já esteve dividido em mais de um país independente (durante a Confederação do Equador ou a Revolução Farroupilha, por exemplo).

Todas essas possibilidades foram vencidas, e o Brasil que conhecemos hoje é apenas o resultado do sucesso de **um** dos projetos em jogo. Dessa forma, cometeríamos um grande erro se procurássemos compreender o passado de uma nação considerando somente o que ela se tornou. Estaríamos fazendo do presente o limitador absoluto do passado, desconsiderando as possibilidades não viabilizadas.

Confederação do Equador: conflito emancipacionista ocorrido em 1824, contrário à centralização política imperial. Iniciou-se na província de Pernambuco e posteriormente envolveu várias outras províncias próximas.

Revolução Farroupilha: também denominada Guerra dos Farrapos, ocorreu nos territórios que hoje correspondem ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1835 e 1845, o movimento proclamou a República Rio-Grandense (RS) e a República Juliana (SC).

IDADE MODERNA: EUROPA COMO CENTRO DO MUNDO

A expressão **Idade Moderna** dá ideia de algo renovador, progressista. Para o historiador francês Jean Chesneaux[1] a expressão "tempos modernos" está ligada à tentativa de a burguesia se colocar, no campo das ideias e dos valores, como impulsionadora da história. Essa classe social de fato está envolvida nas principais transformações do período que você irá estudar, desde a constituição dos Estados nacionais modernos, com o estabelecimento do Antigo Regime, até a sua derrubada ou a transformação das monarquias absolutistas em monarquias constitucionais.

Para o filósofo Enrique Dussel[2], a Europa, até 1492, pode ser interpretada como mera **periferia** do mundo muçulmano. Com poucas cidades, riqueza escassa, população relativamente pequena, artes e ciências engatinhando ou submetidas ao domínio da Igreja, o mundo europeu era

[1] No livro *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. p. 96.

[2] No livro *1492: o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

inexpressivo se comparado ao mundo muçulmano. O Império Árabe dominava as principais rotas de comércio do Velho Mundo, o Mar Mediterrâneo e os conhecimentos náuticos; tinha cultura e ciência relativamente mais exuberantes que os europeus, com ricas cidades e uma extensão geopolítica que envolvia partes da África, Ásia e Europa (Península Ibérica e leste europeu).

Com as viagens dos "descobrimentos", que levaram à conquista de povos e territórios até então desconhecidos e ao estabelecimento de rotas comerciais em vários pontos do planeta, o continente europeu deixou a sua condição de periferia e passou a ocupar um lugar cada vez mais central no cenário mundial. Espanha e Portugal firmaram-se como as primeiras sociedades da Europa a ter a experiência de descobrir outros povos (os nativos, cujas culturas eram absolutamente desconhecidas para os europeus), de subjugá-los e de controlá-los.

Biblioteca Pierpont Morgan, Nova York

▲ A nau de Nicolau Coelho, um dos capitães da armada de Pedro Álvares Cabral. Ilustração do livro de Lisuarte de Abreu, do século XVI.

A expansão do poder e da influência europeia representou uma característica importante da modernidade: de periferia do mundo muçulmano a Europa passou a ser um "construtor de periferias", e a América Latina é a sua primeira grande experiência de dominação sobre povos e terras desconhecidos até então.

Em 1992, época do aniversário dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América, houve intensos e acalorados debates entre europeus e americanos. Os poderes constituídos e as classes dominantes na Espanha propunham uma grande comemoração do que, para eles, foi o encontro entre dois mundos, o que possibilitou o surgimento das nações da América.

Entretanto, partes das populações latino-americanas, principalmente os indígenas e os negros, protestaram e defenderam a necessidade de reflexão sobre o significado desse marco histórico. Para eles, a violência e a destruição física e cultural que decorreram da chegada dos europeus ao continente americano eram não só dados importantes para se compreender o passado, mas também fenômenos que permaneciam ativos no presente, ainda que sob outras formas. No Brasil, em 2000, no aniversário dos 500 anos da chegada de Cabral ao nosso território, a situação não foi diferente, talvez tenha sido até pior, pois os manifestantes foram brutalmente reprimidos.

Lula Marques/Folha Imagem

▲ Indígena Terena utiliza seu próprio corpo para tentar impedir o avanço de policiais (Porto Seguro, Bahia, 22 de abril de 2000). Diversos povos indígenas realizaram protestos durante as comemorações dos 500 anos da chegada de portugueses ao atual território do Brasil.

Se os "descobrimentos" possibilitaram o surgimento das nações que conhecemos hoje na América, também significaram extermínio de vidas, de culturas, exploração do trabalho e de riquezas nativas. No Brasil, se lutamos, atualmente, para construir uma nação soberana e justa, boa parte das dificuldades e das possibilidades estão contidas no próprio processo de construção desse Novo Mundo. Antes de estabelecer um julgamento moral sobre esse processo, é preciso estudar, refletir, entender, para agir conscientemente.

Agora, sim, estamos em condições de compreender um pouco melhor a história que estamos estudando neste livro. Foi durante a chamada Idade Moderna que a Europa passou a centralizar o poder mundial, de acordo com a teoria de que a história teria um movimento evolutivo, tendo a própria Europa como eixo.

O filósofo alemão Georg Hegel foi um dos muitos formuladores dessa tese, na passagem do século XVIII para o XIX. O resultado é a criação das bases para o que conhecemos como história universal: um conhecimento do passado que, em resumo, é a explicação (ou a justificação) do poderio europeu.

Para o historiador francês François Furet, a elite europeia no século XVIII sentia-se culturalmente ligada à Antiguidade grega e romana, e essa é a base que se coloca para o próprio estudo e ensino da história como os conhecemos atualmente (em *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, [s.d.]. p. 113).

Por isso, tradicionalmente, o estudo da história começa pelo estudo das civilizações antigas da orla do Mar Mediterrâneo, continua com Grécia e Roma clássicas, avança para o feudalismo e aborda, em seguida, o mundo como um apêndice da Europa. A partir daí, povos, lugares e civilizações só entram em cena à medida que navegadores e comerciantes europeus atingem suas terras. Assim, para essa abordagem histórica, o Brasil só entra em cena com a chegada de Cabral.

Esse modelo levou à conhecida periodização em Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, o chamado modelo quadripartite. Sobre ele, o historiador Jean Chesneaux faz a sua crítica:

> O quadripartismo tem como resultado privilegiar o papel do Ocidente na história do mundo e reduzir quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não europeus na evolução universal. Por essa razão, faz parte do aparelho intelectual do imperialismo. Os marcos escolhidos não têm significado algum para a imensa maioria da humanidade: fim do Império Romano, queda de Bizâncio. Esses mesmos marcos destacam a história das superestruturas políticas, dos Estados, o que também não é inocente.
>
> CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. p. 95.

A ideia construída pelos europeus, comprometidos com a dominação de outros povos, de que seriam o ápice da humanidade e o centro da história está ligada àquelas de desenvolvimento, de progresso e, mais recentemente, de "ingresso no Primeiro Mundo" ou "mundo desenvolvido". Estabelece-se a concepção de que um povo, para atingir seus anseios, deve "desenvolver-se" ou "civilizar-se", isto é, deve imitar o modelo dos colonizadores. De diversas formas, essas ideias perpassaram a história e a política brasileiras, ocultando que não somos uma continuidade do mundo europeu, mas uma síntese inacabada de diversas contribuições étnicas, culturais e políticas.

Joaquín Salvador Lavado (QUINO). *Toda Mafalda*. Martins Fontes, 2000.

As guerras mundiais do século XX serviram de contraposição à ideia de progresso. A historiadora Gertrude Himmelfarb, criticando essa ideia de progresso, destacou que durante o século XX aprendemos que:

> [...] até mesmo as mais impressionantes descobertas científicas podem ser usadas da maneira mais grotesca; que uma política social generosa pode criar tantos problemas quanto os que soluciona; que até mesmo os mais benignos governos sucumbem ao peso morto da burocracia, enquanto os menos benignos mostram-se criativos na invenção de novos e horrendos modos de tirania; que as paixões religiosas se exacerbam num mundo crescentemente secular, as paixões nacionais,

num mundo fatalmente interdependente; que os países mais avançados e poderosos podem tornar-se reféns de um bando de terroristas primitivos; que nossos mais amados princípios – liberdade, igualdade, fraternidade, justiça, mesmo paz – foram pervertidos e degradados de maneiras nem sonhadas por nossos antepassados. A cada passo somos confrontados por promessas quebradas, esperanças fenecidas, dilemas irreconciliáveis, boas intenções que se desviaram, escolhas entre males, um mundo à beira do desastre – tudo isto já virou clichê mas é verdadeiro demais e parece desmentir a ideia de progresso.

HIMMELFARB, Gertrude. The new History and the old: critical essays and reappraisals. Cambridge: Harvard University Press, 1987. p. 155. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005. p. 22.

Reforçando a importância e amplitude do debate sobre essa questão, cabe acrescentar a observação de um importante historiador brasileiro da atualidade, Ciro Flamarion Cardoso. Segundo ele, apesar da necessária refutação de várias modalidades de evolucionismo:

[...] neste início do século XXI, tanto quanto antes, continua sendo possível afirmar tranquilamente coisas como estas: a sociedade baseada na agricultura não pôde surgir pela primeira vez no mundo (ou surgir independentemente) antes da sociedade de caçadores-coletores; a sociedade urbana, ao surgir pela primeira vez no mundo (ou ao surgir independentemente), não podia preceder o conhecimento da agricultura; a sociedade industrial, ao aparecer historicamente pela primeira vez neste planeta, não pôde fazê-lo antes de existirem agricultura e cidades.

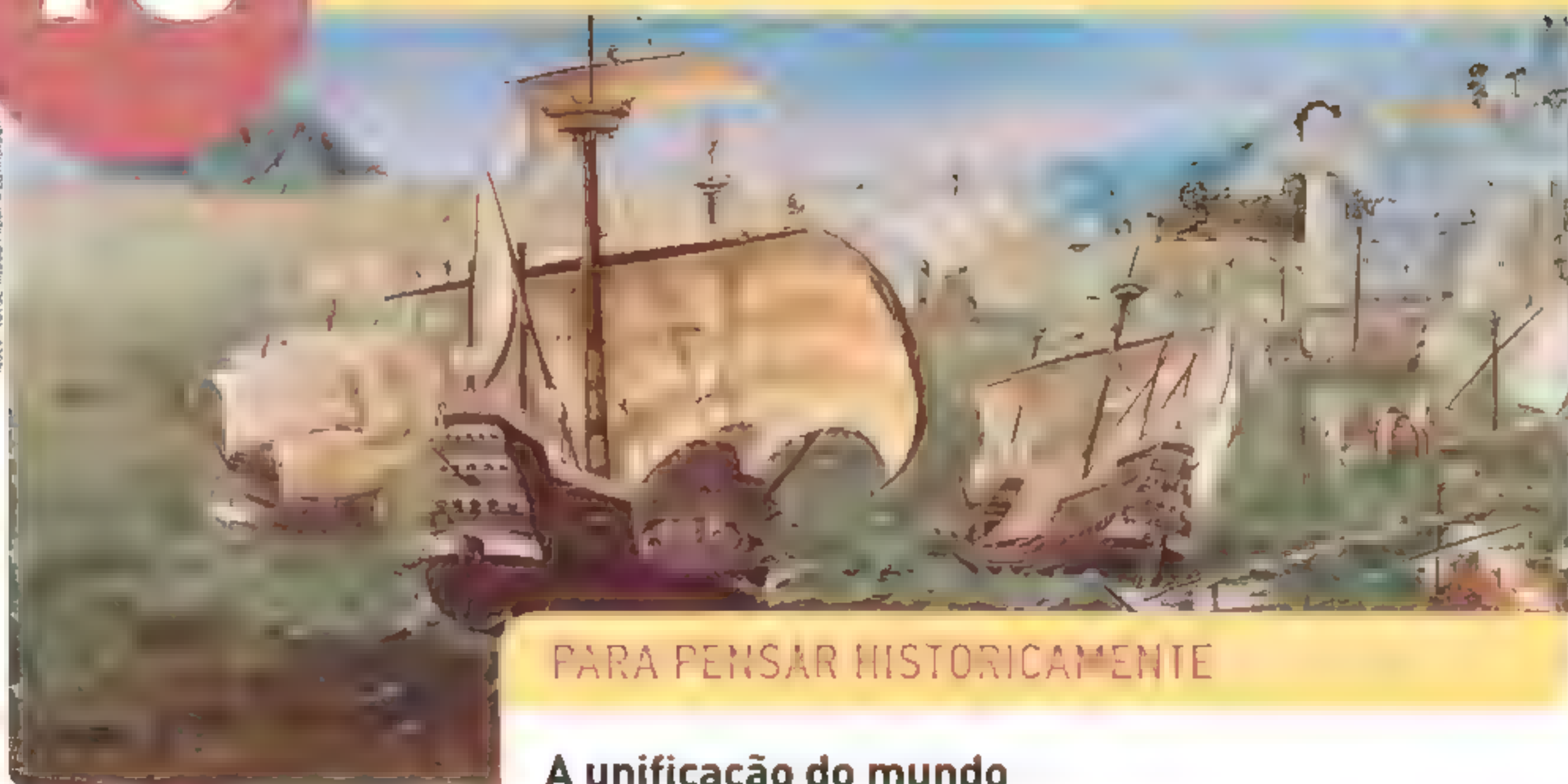
CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005. p. 25-6.

AFP/Getty Images

Iraquianos observam os danos materiais após um atentado terrorista em Khalis (Bagdá), em março de 2010. Além de perdas materiais, esse atentado causou a morte de 42 pessoas, segundo fontes médicas.

CAPÍTULO

10 A expansão europeia

Museu Naval, Lisboa Album/Latinstock

▲ *Embarcações portuguesas em uma costa rochosa*, ilustração de John Munday do século XVI

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

A unificação do mundo

O mundo por volta de 1500 pode ser descrito em parte pelas civilizações e culturas que o compunham: Europa cristã, o império turco, uma África com forte presença islâmica ao norte e composta por diversos reinos, tribos e impérios na sua parte meridional. Na Índia, o Sultanato de Délhi seria substituído em pouco tempo pelo império Grão-Mogol, islâmico, mas tolerante com o hinduísmo. No Sudeste Asiático a cidade mercantil de Málaca exercia influência sobre toda a região e facilitava a expansão do islamismo para a região da Insulíndia, até as Filipinas. O arquipélago que hoje é a Indonésia assistia ao fim de um império de origem hinduísta, e mergulhava na fragmentação. A China, livre da dominação mongol desde o século XIV, amealhava territórios que iam desde a Coreia até o Sudeste Asiático. Sem contar a América e a África, destacavam-se três grandes impérios: turco, indiano e chinês, bem como uma bem articulada economia no Oceano Índico.

A Europa não passava de uma periferia apagada. A Idade Moderna é o período em que se estuda como foi que a Europa criou, ao longo dos séculos seguintes, e sob sua liderança, uma economia mundial.

Não foram apenas as navegações europeias as responsáveis por isso. Embora o comércio tenha existido desde os primórdios da humanidade, e o lucro tenha sido a base disso, o capitalismo foi a "invenção" que permitiu – e exigiu – essa transformação mundial.

Mas o que é, afinal, o capitalismo? Ele tem sido sempre o mesmo desde o seu surgimento? A quem ele beneficia, e a quem prejudica? Nos próximos capítulos, vamos somar elementos para que você possa construir suas respostas a essas perguntas.

EMERGINDO DA IDADE MÉDIA

O final da Idade Média foi difícil para os europeus. A Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra (1337-1453), a epidemia da peste negra e a desorganização da produção agrícola, que levou a um surto de fome, tiveram profundas consequências. Muitas rotas comerciais terrestres foram interrompidas, a população diminuiu significativamente.

A retomada da atividade comercial se fez de forma lenta, na mesma medida em que a expansão demográfica ia se restabelecendo. A oferta de moeda se limitava cada vez mais na Europa, pois os metais preciosos eram desviados para o Oriente, em troca de especiarias e outros artigos de luxo, e as minas de ouro e prata do continente europeu se esgotavam. Essa falta de moeda prejudicou ainda mais o comércio.

Além disso, o monopólio da lucrativa rota mediterrânea das especiarias, exercido pelas cidades italianas, especialmente Veneza, restringia a possibilidade de lucros de outras cidades europeias.

Esses fatores acabaram por forçar a burguesia europeia a buscar novas alternativas para expandir o comércio. A saída foi a navegação atlântica. Teve origem assim o processo de expansão marítima europeia.

A empreitada de enfrentar a desconhecida navegação no Oceano Atlântico exigia investimentos de vulto, que estavam muito além das possibilidades de qualquer cidade europeia isoladamente. Por isso, a expansão marítima só foi possível onde havia uma população unificada por uma centralização monárquica.

akg-images/Intercontinental Press

▲ Gravura de 1579 que representa o movimentado Porto de Gênova, por onde passavam mercadorias das regiões mais longínquas do Oriente.

O ESTADO MODERNO

A formação dos Estados modernos na Europa, ou seja, a centralização do poder por um Estado, dominando várias cidades, iniciou-se com a aproximação entre a monarquia e a burguesia, que tinham o mesmo interesse e recursos monetários. Muitos reis europeus protegeram e estimularam os negócios burgueses, quer desmontando as estruturas feudais que entravavam o comércio, quer promovendo e gerenciando a expansão comercial com as grandes navegações (Portugal, Espanha, França) ou, ainda, incentivando a criação e a manutenção de colônias na América (França, Inglaterra, Países Baixos).

A interferência dos reis nas negociações mercantis foi uma das facetas do caráter absolutista de seu poder. Modificava-se, assim, o sistema político feudal, em que cada vassalo reinava soberanamente sobre seu feudo. Estimulando a atividade mercantil, o monarca ampliava a arrecadação de impostos e se fortalecia ainda mais. Com os recursos, mantinha uma poderosa administração estatal, com vasta burocracia, constituída essencialmente de membros da nobreza, que sustentavam seu poder.

Ao convocá-los para exercer novos papéis na sociedade, os reis possibilitavam aos nobres a manutenção de seus privilégios, contrabalançando a expansão burguesa. Dessa forma, tanto nobres como burgueses continuavam dependentes do rei. Juntos e articulados na estrutura do Estado moderno, monarcas, burgueses e nobres combinavam poderes que asseguravam a ordem, a submissão da população, a dinâmica comercial e os privilégios. Essas características corresponderam ao chamado **Antigo Regime**, denominação criada mais tarde, durante a Revolução Francesa, em referência ao período anterior, de domínio absolutista.

AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

A participação dos portugueses no comércio europeu ganhou impulso no início do século XV. A precoce centralização monárquica – com a Revolução de Avis, em 1385, como você já viu –, associando os poderes políticos concentrados nas mãos do rei aos interesses do setor mercantil, teve papel decisivo na organização das grandes navegações portuguesas.

Esse contexto foi favorecido pelos estudos náuticos liderados por **D. Henrique, o navegador** (1394-1460). Esse filho mais novo dos monarcas portugueses atraiu para sua residência, em Sagres, Algarve, navegadores, cosmógrafos, cartógrafos, mercadores e aventureiros, desde o início do século XV. O conjunto de conhecimentos ali desenvolvidos tornou viável o projeto expansionista português, que acabou por superar as limitações ao comércio continental europeu do século XV.

REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS

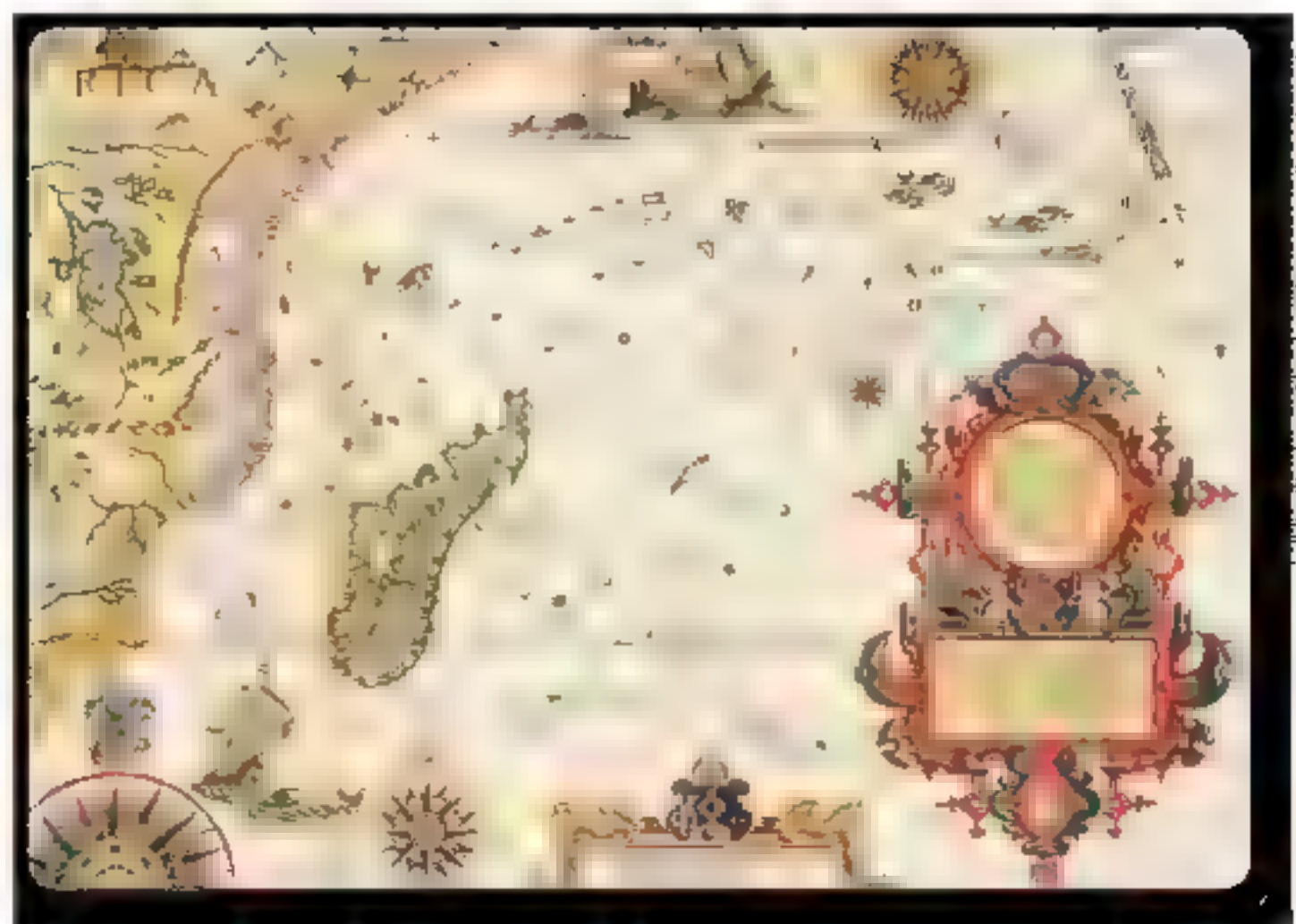
Tratados como evidências históricas materiais, os mapas revelam projetos, estudos, escolhas, técnicas e valores, como explica a historiadora da arquitetura Beatriz Siqueira Bueno:

Convém mencionar que, ao contrário dos cosmógrafos encarregados de realizar as cartas náuticas e auxiliar no processo de expansão ultramarina portuguesa, a partir do fim do século XVI, coube aos engenheiros militares realizar o mapeamento (geográfico, corográfico e topográfico) e efetivar a conquista das terras descobertas, auxiliando a Coroa nos seus desígnios de conhecimento e definição de "territórios".

Longe de serem uma reprodução fidedigna do real, mapas são representações. A transposição dos levantamentos de campo para o papel implica a representação gráfica da natureza por meio de uma série de convenções e códigos de representação. Em vez de questionar a precisão e o rigor dos nossos primeiros mapas, achamos interessante observar as condições técnicas da sua produção. Apesar de dizerem mais do que mil palavras, mapas merecem cuidados na interpretação da sua linguagem.

Para uma análise dos diferentes níveis de representação, partimos da metodologia de [...] Christian Jacob. Esse autor parte do pressuposto de que as cartas são objetos culturais, nos quais coexistem e se justapõem diferentes estratos e códigos figurativos. [...] As particularidades gráficas revelam determinadas escolhas culturais, concepções de mundo, estado do conhecimento científico e convenções cartográficas – medidas, códigos de figuração, paleta cromática, grafismos, ornamentos – próprios de cada período.

A indiscutível beleza dos mapas setecentistas portugueses nos remete à indagação: quais os instrumentos, técnicas e convenções empregados na sua feitura? Como os engenheiros militares, em Portugal e no Brasil, realizavam os levantamentos de campo, preparavam seu gabinete, sua mesa de trabalho, suas folhas de papel, seu estojo de desenho? Como riscavam as primeiras linhas a lápis, apagavam-nas com miolo de pão, preparavam as penas, empunhavam-nas corretamente, riscavam a nanquim, preparavam as tintas, davam as aguadas, colavam as diversas folhas, ornamentavam o conjunto?

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, Universidade de São Paulo, v. 12, jan.-dez. 2004. p. 194.

▲ Mapa da parte leste da África, do cartógrafo Arnold Florent van Langren, 1596

As viagens pelo Oceano Atlântico, que receberam na historiografia a denominação de **expansão marítima europeia**, tiveram como pano de fundo, desse modo, o estímulo governamental, somado ao interesse do grupo mercantil em ampliar sua área de atuação comercial. Os nobres também se envolveram nas expedições, interessados em conquistas e novos domínios. O evento considerado o marco inicial dessa expansão foi a tomada de Ceuta pelos portugueses, em 1415.

CEUTA, PRÉ-ESTREIA DA AVENTURA ULTRAMARINA

O pretexto da luta contra infiéis moveu caravelas

Onde tudo começou? Tudo começou em Ceuta, no Marrocos. Em uma visão um tanto hiperbólica dos fatos, pode-se mesmo afirmar que o Brasil português nasceu no norte da África, no portal do deserto. Em 14 de agosto de 1415, uma poderosa frota lusitana invadiu o rico entreposto de Ceuta, antiga possessão muçulmana, para onde convergia todo o comércio entre a África árabe e a África negra. Aquele foi um momento chave na história, pois estabeleceu o início da expansão portuguesa ao redor do globo.

A tomada de Ceuta foi a primeira ação imperialista dos portugueses e, depois dela, os súditos do rei dom João I sentiram-se seguros para iniciar seu avanço por mares nunca dantes navegados. A decisão de invadir Ceuta foi audaciosa e astuta: a cidade, localizada próxima ao estreito de Gibraltar, não apenas era riquíssima e relativamente desprotegida, como se tratava de um autêntico ninho de piratas cuja ação impedia o fluxo do comércio mediterrâneo.

Dispostos a obter o apoio da Igreja – então dividida entre três papas – e ver reconhecida sua independência com relação a Castela, os portugueses concluíram que um ataque aos "mouros infiéis" elevaria seu prestígio na Europa. E assim, durante os primeiros meses de 1415, dom João I armou uma poderosa frota: 33 galés, 27 trirremes, 32 birremes e 120 outros barcos, onde se amontoaram 50 mil soldados – todos "cruzados" (ou seja, com cruzes de tecido coladas aos uniformes, já que partiam para uma guerra santa).

O comando da armada foi entregue aos filhos do rei dom João I, entre os quais o infante dom Henrique. Na manhã de 14 de agosto de 1415, com Ceuta desprotegida – por um inexplicável desleixo do soberano Sala-bin-Sala –, os lusos invadiram a cidade como uma horda de bárbaros. Mataram milhares de mouros, saqueando tudo o que podiam encontrar. Arrancaram dedos e orelhas das vítimas para roubar brincos e anéis, destruindo lojas, bazares, mesquitas e o palácio do governante. Depois de dez horas de batalha desigual, contra adversários desarmados, os portugueses tornaram-se senhores de Ceuta.

O principal saque foi perpetrado por dom Afonso de Barcelos, membro da Casa Real lusitana e meio-irmão de dom Henrique. Dom Afonso levou para Portugal mais de 600 colunas de alabastro e mármore arrancadas do palácio de Sala-bin-Sala. Aquela foi a última cruzada e a primeira vitória dos europeus na África muçulmana desde os dias de glória do Império Romano. Foi também o início da expansão ultramarina lusitana – que, 85 anos depois, os conduziria até o Brasil.

BUENO, Eduardo. *Época* on-line.
Disponível em: <http://epoca.globo.com/especiais/500anos/990816.htm>.
Acesso em: 6 nov. 2009.

Biblioteca Britânica, Londres; Album/akg images; Latinstock

◂ Representação de Ceuta no século XVI, em gravura publicada na obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Georgius Braum e Franz Hagenberg de 1582.

Pouco a pouco, ganhou corpo o objetivo português de realizar a viagem em torno da África. A cada ano, as expedições portuguesas avançavam mais milhas em direção ao sul, atingindo pontos cada vez mais distantes do litoral da África e ilhas do Atlântico (Açores, Madeira, Cabo Verde). Em 1488, o navegador **Bartolomeu Dias** chegou ao Cabo da Boa Esperança (antes chamado de Cabo das Tormentas), isto é, ao extremo meridional da África, demonstrando a existência de uma passagem para outro oceano, o Índico. Em 1498, **Vasco da Gama** alcançou finalmente as Índias, em expedição de reconhecimento. Dois anos depois, partiu a primeira grande frota destinada a fazer comércio em larga escala com o Oriente, comandada por **Pedro Álvares Cabral**, que chegou ao litoral do novo continente, a América, na costa do território que viria a ser o Brasil.

UMA VIAGEM FANTÁSTICA

Para os portugueses, o oceano era um velho conhecido, em razão de sua posição geográfica, do comércio e da pesca. Mas aventurar-se para áreas pouco conhecidas era um grande desafio, e havia grande probabilidade de morrer na viagem, tais eram os perigos do mar, bem como os problemas de higiene e alimentação a bordo. Armar uma nau foi, nessas primeiras décadas, um empreendimento de grande porte que exigia grandes capitais. Em certo sentido, a preparação para uma expedição a mares desconhecidos pode ser comparada à preparação das primeiras viagens espaciais: conhecem-se os objetivos e os perigos, mas há grandes riscos, exatamente pelos elementos que não se conhecem.

No caso das viagens por mar, com grande número de tripulantes, muitas vezes as condições dentro dos navios ou nos desembarques em regiões tropicais com focos de malária representavam uma catástrofe, dizimando a tripulação.

O historiador Fábio Pestana Ramos relata as condições das viagens:

O cotidiano em Portugal era sofrido para as pessoas humildes, mas nada comparado aos dramas vividos a bordo das embarcações. Embora as naus da Índia fossem mais amplas, a superlotação, com cargas e passageiros – frequentemente, novecentos embarcados –, deixava o ambiente muito apertado [...]

O volume de víveres, somado ao transporte ganancioso de mercadorias e de passageiros, que apinhavam as embarcações, restringia o espaço por pessoa a cerca de 50 cm² em média, nunca excedendo o dobro dessa metragem. Havia portanto pouquíssimo espaço para as pessoas se movimentarem.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

Biblioteca Marciana, Veneza. Foto: Lessing Archive/Latinstock

A gravura do século XV mostra a construção de uma caravela.

Durante o período em que as navegações avançaram até que se conseguisse contornar a África, Portugal prosperou: seus navegadores adquiriam mais conhecimentos náuticos e Lisboa tornava-se importante entreposto comercial. Entretanto, o enriquecimento do reino português era apenas aparente. Além de contar com escassos recursos humanos e materiais, seus empreendimentos marítimos não condiziam com a dependência financeira em relação a outros centros, especialmente as companhias comerciais holandesas e italianas.

O capital gerado no processo de expansão marítima acabou sendo transferido para outros centros europeus, seja pela dependência de financiamentos externos, seja pelos gastos da Coroa e da nobreza, o que impediu a acumulação de capitais para investimento dentro do próprio reino.

A expansão marítima portuguesa

1415	Tomada de Ceuta, no norte da África.
1418-32	Ocupação do Arquipélago dos Açores, com a introdução do sistema de capitanias hereditárias.
1434	Gil Eanes dobra o Cabo Bojador
1444	Descoberta do Arquipélago de Cabo Verde
1482	Diogo Cão atinge a foz do Rio Zaire
1486	D. João II organiza duas expedições para o Índico: uma terrestre, comandada por Pero da Covilhã, e outra marítima, comandada por Bartolomeu Dias.
1488	Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança.
1498	Vasco da Gama atinge Calicute, na costa oeste da Índia
1500	Cabral oficializa a posse sobre as terras que formariam o Brasil

Adap. Atlas da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1994. p. 163.

▲ Na legenda do mapa estão relacionadas as conquistas portuguesas do século XV

UMA QUESTÃO HISTÓRICA: POR QUE A CHINA NÃO DESCOBRIU A EUROPA?

O historiador italiano Scipione Guarracino[3] lembra que, no início do século XIV, a China da dinastia Ming era a maior potência mundial, considerando sua estrutura político-administrativa sólida, o aparato técnico-científico e o rápido desenvolvimento de suas estruturas econômicas e comerciais. Nessa época, a dinastia imperial também empenhava-se intensamente na expansão marítima e comercial.

Os chineses fizeram grandes expedições marítimas, chegando a Calicute, na Índia, quase um século antes de Cabral. Além disso, estiveram no sul da África oriental e entraram pelo Mar Vermelho, enquanto os portugueses mal começavam a se aventurar na costa do norte da África. Entretanto, antes da década de 1440, a expansão marítima chinesa estagnou. E isso antes que pudessem dar a volta na África e chegar a Portugal ou ao Mediterrâneo. Várias hipóteses foram levantadas para explicar essa situação. Historiadores como Pierre Chaunu pesquisaram o assunto e sustentam que há indícios de que o motivo foi, pelo menos em parte, a estrutura social chinesa.

Por se tratar de uma "civilização vegetal" baseada em grãos e arroz, com alta densidade populacional, a China ocupava na agricultura uma grande parte dos recursos disponíveis. Isso dificultava a liberação de mão de obra para o trabalho nas florestas (indispensável para manter uma grande frota de navios), além das outras atividades produtivas não agrícolas.

Desde a dinastia Han, a China associava uma economia quase exclusivamente agrícola com uma forte burocracia estatal que incluía administradores, engenheiros e letrados de um modo geral. Essa burocracia não era hereditária, mas escolhida por concurso público, e tinha prestígio e renda alta. Assim, nem a propriedade privada nem a busca individual por riqueza tinham importância social significativa. O Estado chinês em geral resistia à iniciativa privada.

[3] GUARRACINO, Scipione. *L'Età medievale e moderna*. Milão: Edizione Scolastiche Bruno Mondadori, 1998. p. 246-47.

Os comandantes dos navios eram funcionários do Império, e não comerciantes sedentos de lucro, por isso a expansão marítima chinesa não teve ímpeto para continuar até a Europa. Já os europeus, movidos pela iniciativa privada com apoio do Estado e pela ânsia de ampliar suas riquezas, não viam limites para sua expansão.

Museu Marítimo Nacional, Greenwich · Erich Lessing/Album/Latinstock

Durante o segundo reinado da dinastia Ming, com o imperador Zhu Di, houve a expansão da frota chinesa e a construção de centenas de navios, os *Ba Chuan* ou juncos. De dimensões impressionantes (podiam chegar a cerca de 140 metros de comprimento, enquanto a maior nau portuguesa não chegava a 50 metros), entre março de 1421 e outubro de 1423, os juncos chineses teriam percorrido os oceanos Índico, Atlântico e Pacífico e regiões ao redor do globo, como a costa do continente americano. A expedição de circum-navegação de Fernão de Magalhães só ocorreu em 1519, cerca de cem anos depois das expedições marítimas chinesas. Acima, representação de junco chinês, em gravura do século XIX.

AS NAVEGAÇÕES ESPANHOLAS

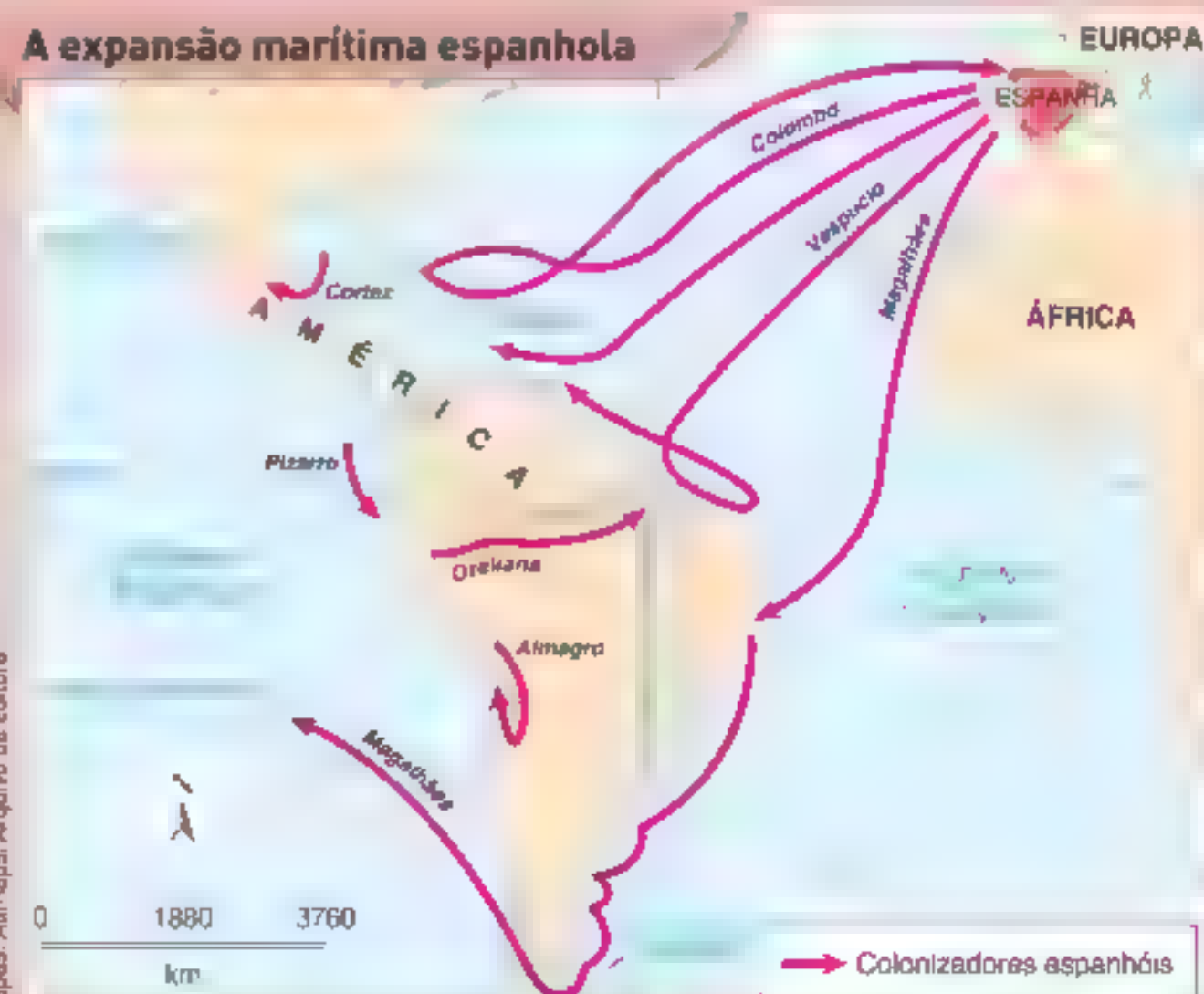
Pouco antes de a expansão marítima portuguesa atingir o objetivo de chegar às Índias, a Espanha acabou por organizar expedições atlânticas, tornando-se a segunda monarquia europeia a fazê-lo. A primeira viagem espanhola, bastante modesta, foi concebida em 1492 pelo navegador genovês **Cristóvão Colombo**. Partiu em agosto daquele ano, em três pequenas caravelas, com o objetivo de atingir as Índias contornando o globo terrestre, navegando sempre em direção ao Ocidente. Procurava, desse modo, uma rota alternativa àquela controlada pelos portugueses no sul, em torno da África.

Colombo chegou ao continente americano pensando ter alcançado as Índias e morreu acreditando nisso. Somente em 1504 desfez-se o engano, quando o navegador Américo Vespúcio confirmou tratar-se de um novo continente.

Principais conquistas espanholas na expansão ultramarina

- **1492:** Cristóvão Colombo chega à América, alcançando a Ilha de Guanahani, atual San Salvador, nas Bahamas.
- **1499:** Alonso Ojeda chega à Venezuela.
- **1500:** Vicente Iañes Pinzón chega ao Brasil, no Amazonas ("Mar Dulce" = Mar Doce)
- **1511:** Diogo Velasquez conquista Cuba.
- **1512:** Ponce de León conquista a Flórida.
- **1513:** Vasco Nunez Balboa alcança o Oceano Pacífico.
- **1516:** Dias Sólis chega ao Rio da Prata.
- **1519:** Fernão de Magalhães e Sebastião del Cano partem para a primeira viagem de circum-navegação.
- **1519:** Fernão Cortez inicia a conquista do México.
- **1531:** Francisco Pizarro inicia a conquista do Peru.
- **1537:** João Ayolas chega ao Paraguai.
- **1541:** Francisco Orellana explora o Rio Amazonas

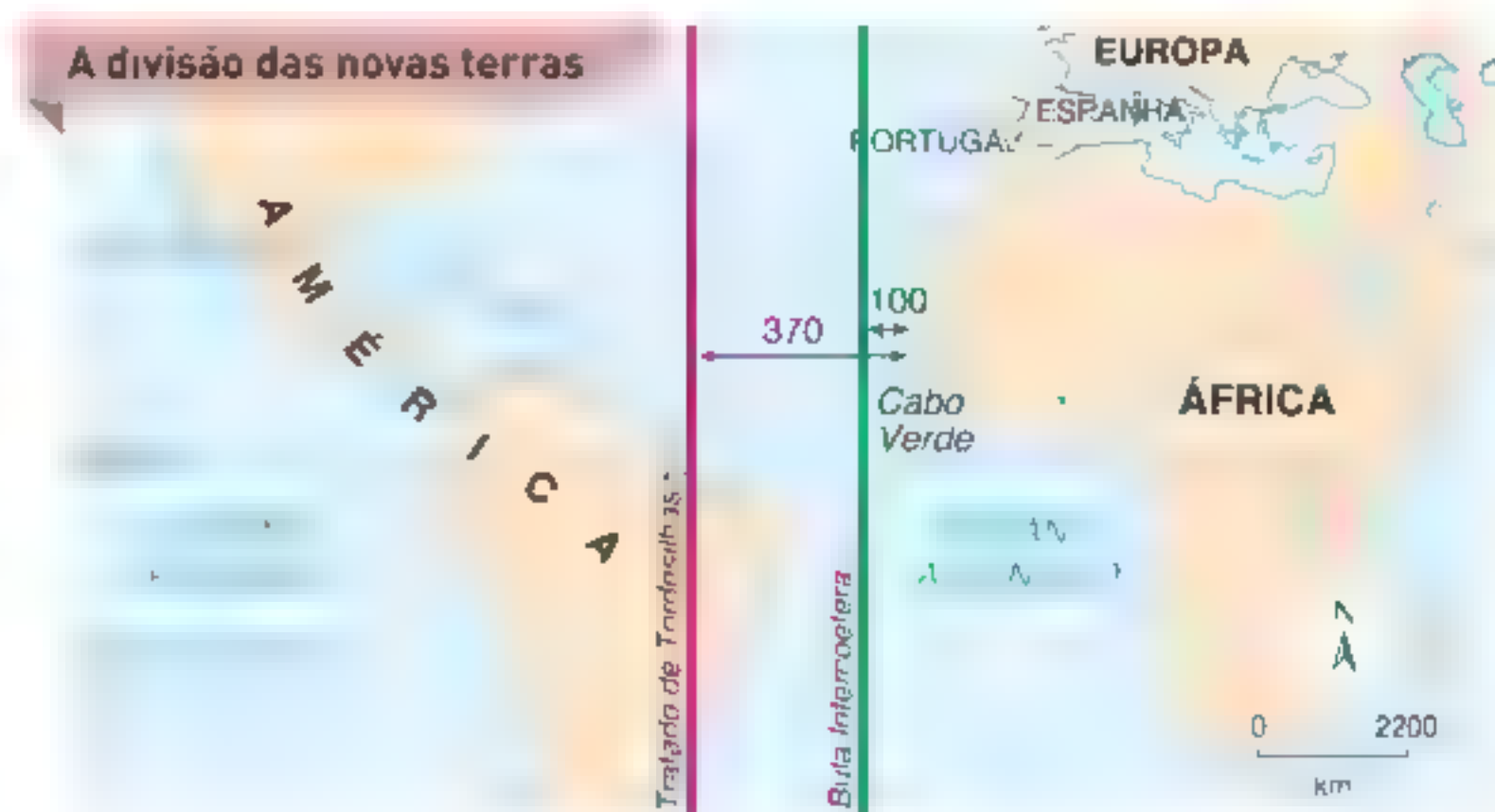
A expansão marítima espanhola

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Adap. KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas of World History*. Nova York: Anchor Books, 1974. p. 224.

A essa altura, portugueses e espanhóis, espalhados pelo Atlântico, detinham o monopólio das expedições oceânicas, sendo seguidos por outras nações a partir do início do século XVI, especialmente a França e a Inglaterra. Entretanto, os dois reinos ibéricos já haviam decidido a partilha do mundo antes mesmo que outras nações começassem a se aventurar nos novos territórios: em 1493, com a bênção do papa Alexandre VI, foi editada a *Bula Intercoetera*, substituída no ano seguinte pelo **Tratado de Tordesilhas**. Ambos estabeleciam uma divisão das terras "descobertas e a descobrir" entre a Espanha e Portugal. A bula privilegiava a Espanha, e o Tratado de Tordesilhas corrigiu a linha demarcatória, atendendo a apelos dos portugueses. O tratado estipulava que todas as terras a oeste do Meridiano de Tordesilhas (situado 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde) pertenceriam à Espanha, enquanto as terras a leste seriam portuguesas. Observe no mapa a seguir.

Os demais Estados europeus rejeitaram o tratado e, durante toda a Idade Moderna, ocorreram disputas pelos territórios recém-descobertos.

A divisão das novas terras

EUROPA
ESPANHA
PORTUGAL
AMÉRICA
370
100
Cabo Verde
ÁFRICA
Tratado de Tordesilhas
Bula Intercoetera
0 2200 km

Adap. ARMENTO, B. et al. *Across the centuries*. Boston: Houghton Mifflin, 2003. p. 378.

▲ Observe no mapa que em lugar do meridiano situado 100 léguas a oeste de Cabo Verde, definido pela *Bula Intercoetera*, o novo meridiano estabelecido no Tratado de Tordesilhas ampliava bastante o espaço luso na região atlântica.

O MERCANTILISMO

Uma das medidas adotadas pelos reis europeus para promover o fortalecimento financeiro do Estado moderno foi a adoção de um conjunto de práticas econômicas conhecidas como **mercantilismo**. Vale observar que esse termo não existia nesse período; ele só passou a ser usado por economistas do final do século XVIII, referindo-se às rígidas práticas intervencionistas do Estado na economia durante os séculos XV a XVIII. Tais práticas não constituíam um sistema coeso de ideias, uma teoria econômica, nem eram aplicadas de maneira homogênea na Europa, ao longo dos séculos da Idade Moderna. Vejamos alguns de seus aspectos.

O **ideal metalista** era a concepção de que uma maior quantidade de metais preciosos viabilizaria a obtenção de maior riqueza. Ter mais moedas (ouro/prata) era um meio para a compra de terras e títulos e para o Estado, mais poderes e domínios. O metal poderia ser obtido de forma direta, pela exploração de minas (aliás, esgotadas na Europa desde o século XV), ou pelo comércio, que possibilitava atrair e conseguir mais moedas. Outras práticas visavam obter uma **balança comercial favorável**, que associava o poderio e a riqueza de uma nação a sua capacidade de exportar mais que importar.

Baseados nesse entendimento sobre recursos econômicos, muitos reis adotaram medidas para ampliar as exportações. Por meio de estímulo à produção manufatureira e diminuição das importações, impunham barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros, principalmente às manufaturas que pudessem ser fabricadas dentro das fronteiras de seu Estado (**protecionismo**). Essas práticas mostram um alto grau de intromissão do Estado nas atividades produtivas, compondo uma política econômica intervencionista.

Museu Metropolitano de Arte, Nova York

▲ Máscara funerária de ouro pintado. Artefato da civilização chimu, que habitou a região do atual Peru entre os séculos X e XV.

Representando grandes possibilidades de acúmulo de riqueza, a **colonização** passou a ser o principal recurso pelo qual os Estados europeus tentaram atingir seus objetivos mercantilistas. Portugal e Espanha, precoces na expansão marítima e na partilha do mundo, usufruíram de meios significativos para enriquecer: Portugal pôde explorar o mercado de especiarias ao estabelecer rotas alternativas para as Índias. A Espanha apoderou-se de imensa riqueza em ouro e prata ao iniciar o processo de exploração das minas americanas, na primeira metade do século XVI.

As demais nações europeias não reconheceram a partilha do mundo entre as nações ibéricas e, ao longo do século XVI, cobiçaram ferozmente a riqueza acumulada pelos reinos ibéricos, com frequentes ataques a suas colônias. Países como França e Inglaterra, retardatários no processo de expansão marítima, pobres em colônias, enfatizaram outros aspectos do mercantilismo, como o **industrialismo**.

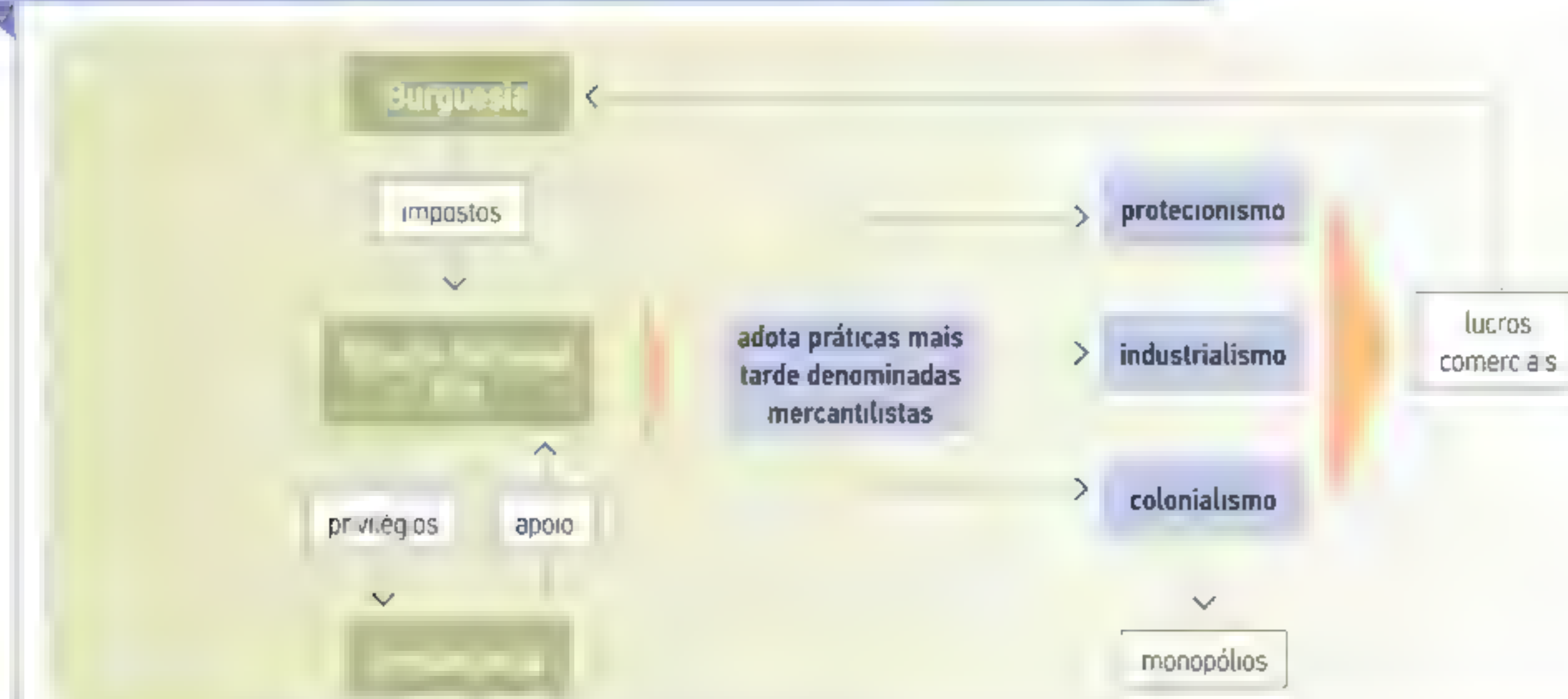
De certa forma, é irônico observar que na França e principalmente na Inglaterra a indústria manufatureira acabou por criar condições para a expansão capitalista. Já Espanha e Portugal, com vastas colônias das quais extraíam grande volume de metais preciosos, estagnaram economicamente. Tornaram-se cada vez mais dependentes de suas possessões na América e frequentemente passaram por violentos surtos inflacionários provocados pelo excesso de metais preciosos.

Além disso, a manutenção de estruturas políticas que beneficiavam a nobreza e o clero contribuiu para que as nações ibéricas se distanciassem do processo de desenvolvimento capitalista que se anunciava.

Biblioteca Britânica, Londres

▲ Os tesouros americanos fascinaram os europeus do século XVI, e as áreas coloniais se converteram em importante complemento da economia metropolitana. A gravura acima mostra fundição de prata e cobre na região andina; ela está presente na obra *Viagens ao Chile*, de Peter Schmidtmeyer, de 1824.

PARA RECORDAR Dinamização comercial e mercantilismo

Burguesia
impostos
privilégios
apoio
adota práticas mais tarde denominadas mercantilistas
protecionismo
industrialismo
colonialismo
monopólios
lucros comerciais

ATIVIDADE

1. Descreva em seu caderno o esquema-resumo acima, destacando os aspectos econômicos, sociais e políticos.
2. Depois, faça uma frase explicativa sobre a articulação dos três fatores.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de documento

→ O texto a seguir é um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, ao rei de Portugal. Leia-o e faça as atividades que se seguem.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém, um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente o castiçal, como se lá também houvesse prata.

alcatifa: tapete

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo, tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela [...].

Viu um deles um colar de contas de rosário, brancas, acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois, tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como que dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isso tomávamos nós por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas mais o colar, isto não o queríamos entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera.

RONCARI, Luís. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos.* São Paulo: Edusp, 1995. p. 31.

a) Quais são os principais temas da carta?

b) Como você descreveria a atitude dos portugueses em relação aos indígenas nesse primeiro contato?

c) Imagine como seria a descrição feita por um nativo indígena dos mesmos episódios narrados por Caminha. Registre sua hipótese escrevendo uma pequena carta.

2 Leitura e reflexão

→ A seguir temos dois textos do escritor uruguaio Eduardo Galeano. No primeiro, o escritor narra a chegada de Cristóvão Colombo à América. De forma jocosa, o segundo texto de Galeano faz referência ao possível ponto de vista das populações indígenas do Caribe diante da figura de Cristóvão Colombo. Leia-os e faça as atividades propostas:

Texto 1

Colombo ficou deslumbrado quando atingiu a ilhota de San Salvador [...] Presenteou aos indígenas "uns botões vermelhos e umas contas de vidro que se punham no pescoço, e outras muitas coisas de pouco valor com que fizeram muito prazer e ficavam tão nossos que era uma maravilha". Mostrou-lhes as espadas. Eles não as conheciam, seguravam-nas pelo fio, cortavam-se. Enquanto isso, conta o almirante em seu diário de navegação, "eu estava atento e trabalhava para ver se havia ouro, e tendo visto que alguns deles traziam um pedacinho pendente do buraco que tinham no nariz, por sinais que pude entender que indo ao Sul ou contornando a ilha pelo Sul, que estava ali um Rei que tinha grandes vasos disto, e tinha muitíssimo". Porque "do ouro se faz tesouro, e com ele quem o tem faz o que quiser no mundo e chega a levar as almas ao Paraíso."

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 25.

Texto 2

Do ponto de vista da coruja, do morcego, do boêmio e do ladrão, o crepúsculo é a hora do café da manhã.

A chuva é uma maldição para o turista e uma boa notícia para o camponês.

Do ponto de vista do nativo, pitoresco é o turista.

Do ponto de vista dos índios das ilhas do Mar do Caribe, Cristóvão Colombo, com seu chapéu de penas e sua capa de veludo encarnado, era um papagaio de dimensões nunca vistas.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 31.

a) De acordo com o texto 1, que fonte Eduardo Galeano usa para narrar esse episódio, ocorrido no século XV?

b) Explique que sentido pode ter, no texto 1, a afirmação de que "do ouro se faz tesouro, e com ele quem o tem faz o que quiser no mundo e chega a levar as almas ao Paraíso".

c) Em geral, a história a que temos acesso é aquela construída a partir dos relatos oficiais. Reflita e registre as razões pelas quais temos um silêncio histórico em relação aos pontos de vista não oficiais, ou seja, neste contexto, às versões das populações que foram submetidas ou pretensamente submetidas à dominação europeia durante o processo de expansão marítima.

3 Versões da história

→ O texto a seguir traça uma espécie de panorama das versões históricas sobre os "descobrimentos" e a construção de seus heróis. Utilize-o como base para fundamentar suas respostas às questões propostas.

Novo Mundo ou fim do mundo?

"E Deus quis que o Novo Mundo fosse descoberto pelos reis cristãos e seus vassalos, e que eles aceitassem alegremente o trabalho de converter e conquistar os idolatras. Bendito seja o Senhor!" Assim o espanhol Gonçalo Fernandes de Oviedo descreve o espírito de sua época, na obra Historia General de las Indias e de las Terras del Mar Oceano, *escrita em 1535. Tempo em que os espanhóis invadiam e dominavam as terras descobertas por Colombo, "para maior Glória de Deus". E foram os próprios conquistadores que começaram a transformar sua aventura em história. Oviedo, um fidalgo que veio às Américas para colonizar, foi o primeiro "cronista de Indias" da coroa espanhola – em outras palavras, historiador oficial encarregado de justificar e glorificar a conquista. A "descoberta" foi descrita como uma vontade divina. Os índios eram infiéis sem civilização, como os negros africanos: deviam se converter ou virar escravos.*

Cronistas da época também esculpiram a versão de que nenhum outro povo "civilizado" alcançara o Novo Mundo antes dos ibéricos. Nao à toa: o dono, claro, é quem chegou primeiro e a ele cabe o direito de ficar rico com isso. O mesmo raciocínio foi adotado uns dois séculos depois pelos colonizadores ingleses da Austrália: embora a ilha já tivesse sido avistada pelos portugueses em 1522, pelos holandeses em 1614 e talvez pelos chineses bem antes disso, o "descobridor oficial" foi o britânico James Cook, que tomou posse da terra em nome da Coroa inglesa. (De todos os possíveis descobridores da Oceania, só os chineses vestiam "longas túnicas", como os misteriosos visitantes das lendas aborígenes e maoris).

No Brasil, a transformação do apagado Pedro Álvares Cabral em herói só ocorreu no século 19. Até então, livros de história mal falavam nele. Em Portugal, também era pouco lembrado: a casa que pertencera a sua família, na cidade de Santarém, ficou abandonada por séculos e chegou a virar um prostíbulo, até ser restaurada em meados do século 20. "Depois da Proclamação da República, em 1889, o país buscava uma

identidade nacional, precisava de um herói em suas origens", diz Leandro Karnal, da USP. Colombo também permaneceu nas sombras por séculos e só foi reabilitado em 1866, quando americanos de origem italiana inventaram o Columbus Day, ou Dia de Colombo. O objetivo era sublinhar o papel da Itália na colonização da América – truque ideológico numa época em que os imigrantes italianos eram desprezados e até linchados pela elite anglo-saxã.

Com o tempo, a celebração da "descoberta" foi exportada para a América Central e do Sul e até hoje faz parte de muitos calendários nacionais. É um bom exemplo de história contada pelos vencedores: europeus, brancos e cristãos. Se nossos livros tivessem sido escritos pelos perdedores, talvez todos esses relatos não fossem contados como épicos, mas em tom apocalíptico. No México e no Peru, sacerdotes indígenas decretavam que seus deuses nativos estavam mortos e anunciavam o fim da civilização. O que os "descobertos" pensavam sobre a tal Idade dos Descobrimentos pode ser resumido em um verso, escrito por um poeta indígena do México na aurora do Novo Mundo: "Oh meus filhos, em que tempos detestáveis vocês foram nascer!".

BOTELHO, José Francisco. Descobridores do Novo Mundo. *Superinteressante*, ed. 233, dez. 2003. Disponível em <http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_192404.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2010.

a) De acordo com o espanhol Gonçalo Fernandes de Oviedo, qual o fundamento para o processo de conquistas e conversão das populações indígenas?

b) Qual a versão histórica construída pelos cronistas europeus?

c) O historiador Leandro Karnal esclarece que "depois da Proclamação da República, em 1889, o país buscava uma identidade nacional, precisava de um herói em suas origens". Por que podemos afirmar que essas origens e a construção dessa identidade firmaram-se a partir de bases europeias e não exatamente nacionais?

d) Que outras versões históricas do "descobrimento" foram silenciadas?

Museu Marítimo Nacional, Greenwich/Erich Lessing/Album/Latinstock

assessoria pedagógica

Capítulo 11

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 11 (p. 256 a p. 270).

A COLÔNIA PORTUGUESA NA AMÉRICA

Após o estudo da expansão marítima europeia, passamos à análise do efetivo processo de colonização portuguesa na América. O professor deve salientar, em relação à formação histórica do novo continente, a existência de diferentes projetos de ocupação e povoamento do território, como a coexistência de interesses mercantilistas voltados à exploração e à exportação de produtos coloniais e de interesses dos colonos, envolvidos em grande diversidade de práticas e contextos econômicos.

As diferenças dos projetos e dos atores envolvidos na colonização, assim como o papel das comunidades indígenas atuais em relação à construção de um discurso oficial sobre o "descobrimento", podem ser exploradas com a discussão do texto "Os índios e os 500 anos: a festa da exclusão". O objetivo é fazer os alunos refletirem sobre o peso da herança colonial no imaginário nacional. Também devem ser ressaltadas as diferentes posições sobre a utilização do trabalho indígena: de colonos, jesuítas e funcionários metropolitanos.

Aprofundando a temática da diversidade – de atividades econômicas, contextos locais, sujeitos históricos, papéis sociais etc. –, podem ser observadas as diferenças culturais, geográficas e econômicas das regiões brasileiras como parte do longo, diversificado e complexo processo de formação da sociedade brasileira.

A valorização dos estudos sobre o mercado interno colonial, em oposição à leitura clássica das "fases econômicas" voltadas estritamente ao mercado externo, permite reforçar a análise da diversidade colonial e da atuação de colonos e funcionários metropolitanos no povoamento e desenvolvimento da colônia.

As atividades da seção ***Exercícios de História*** possibilitam ao professor analisar com seus alunos o processo de cristianização dos indígenas, um mecanismo de dominação portuguesa, bem como a representação dos indígenas nas narrativas desse período; como faz o historiador Ulpiano T. Menezes sobre a tela de Benedito Calixto, *A fundação de São Vicente*. As propostas também reforçam a importância da iconografia como documento histórico, com seu contexto de produção e autoria.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros e filmes nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Geografia**: pesquisar em livros de História e anuários estatísticos o número de escravos que vieram para o Brasil e montar gráficos.

▶ Texto de apoio

Mercantilismo

Durante os séculos XVI e XVII, enquanto os novos valores do individualismo, os direitos de propriedade e o governo representativo levavam ao declínio o tradicional sistema feudal e minavam o poder da aristocracia, a antiga ordem econômica ainda era defendida por teóricos que acreditavam que o caminho de uma nação para a riqueza estava na acumulação de dinheiro através do comércio externo. A essa teoria foi dado mais tarde o nome de mercantilismo. Seus praticantes não se intitulavam economistas; eram políticos, administradores e mercadores. Eles aplicaram a antiga noção de economia – no sentido de administração da casa – ao Estado, este entendido como a casa do governante, e, assim, seus programas e métodos de gestão passaram a ser conhecidos como "economia política".

Esta designação manteve-se em uso até o século XX, quando foi substituída pelo termo moderno de "ciência econômica". A ideia mercantilista de balança comercial – a crença em que uma nação enriquece quando suas exportações excedem suas importações – tornou-se um conceito central do pensamento econômico subsequente. Foi indubitavelmente influenciado pelo conceito de equilíbrio da mecânica newtoniana, e era inteiramente compatível com a visão de mundo limitada das monarquias insuladas e escassamente povoadas desse tempo. Mas, hoje, em nosso mundo superpovoado e interdependente, é óbvio que nem todas as nações podem ganhar simultaneamente no jogo mercantilista. O fato de muitas nações – o Japão é o exemplo recente mais notório – ainda tentarem manter balanças comerciais inclinadas a seu favor pode redundar em guerras comerciais, depressões e em um conflito internacional.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1993.

Bibliografia

CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

FARIA, S. de C. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HOLANDA, S. B. de (Org.). *A época colonial*. São Paulo: Difel, 1963. (História Geral da Civilização Brasileira, 1, t.1-2)

LINHARES, M. Y. (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MAESTRI, M. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NOVAIS, F. (Dir.), MELLO E SOUZA, L. (Org.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 1)

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

REVISTA USP – *Dossiê Brasil Colônia*. São Paulo, n. 57, mar.-abr.-maio 2003.

RIBEIRO, B. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Podem ser citadas as seguintes atividades: a exploração do pau-brasil, o cultivo, refino e comercialização da cana-de-açúcar; o tráfico negreiro; o apresamento indígena, as lavouras de subsistência; a criação de animais; a produção de tabaco; a busca pelas drogas do sertão; a atividade mineradora. Entre os produtos desenvolvidos, temos: açúcar, melado, cachaça, tabaco, milho, feijão, arroz, as drogas do sertão (cacau, canela, baunilha, plantas medicinais, ervas aromáticas etc.) e metais preciosos.
2. As atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, tais como os pequenos engenhos e as lavouras de subsistência.
3. Cabia aos donatários: colonizar a capitania, fundar vilas, fiscalizar o monopólio real do pau-brasil e do comércio colonial e proteger a terra e seus colonos contra os ataques dos nativos e de estrangeiros. Cabia aos governadores-gerais: combater ataques indígenas ou propor alianças que neutralizassem suas ações, combater corsários, fundar povoações, construir navios e fortes, garantir o monopólio real sobre o pau-brasil, incentivar o plantio de cana-de-açúcar, procurar metais preciosos e defender os colonos.

Exercícios de História

1. Leitura e reflexão

a) Porque os organizadores da festa oficial não incluíram as representações indígenas. Além disso, as manifestações indígenas foram hostilizadas com ação policial.

b) Resposta pessoal.

2. Análise de charges

a) A exploração do pau-brasil sob monopólio da Coroa portuguesa.

b) O samba, o futebol e as telenovelas.

c) Sim, pois representou o momento da chegada dos europeus às terras brasílicas por meio de práticas e elementos que se tornaram símbolos da cultura brasileira contemporânea.

3. Pinturas históricas: leituras possíveis

a) Entre outros, objetos de arte, objetos domésticos e móveis, especialmente de personagens ilustres e portadores de valores cívicos.

b) As artes permitem comunicar valores e símbolos, tais como valores e símbolos da nobreza e do poder.

c) Porque revela o contexto histórico, os símbolos e o imaginário vivido por Benedito Calixto.

anotações

Filmes

A Missão. Direção de Roland Joffé. Inglaterra 1986. (125 min)

Anchieta, o Apóstolo do Brasil. Direção de Ruy Santos. Brasil, 1973. (13 min).

Desmundo. Direção de Alain Fresnot. Brasil 2002 (101 min)

República Guarani. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1982. (100 min)

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BUENO, Eduardo. *A coroa, a cruz e a espada.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (Terra Brasilis)

_______. *Capitães do Brasil.* Rio de Janeiro Objetiva, 2006. (Terra Brasilis)

_______. *Náufragos, traficantes e degredados.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2006 (Terra Brasilis)

FRANCO, Sílvia Cintra. SANTANA, Sergio Reinhardt. *A Inquisição ibérica.* São Paulo. Ática, 1995. (O cotidiano da História)

CAPÍTULO 11

A colônia portuguesa na América

Terra Brasilis (detalhe), mapa elaborado pelos cartógrafos Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, em cerca de 1519

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Projeto colonial para servir a quem?

Ao longo dos séculos, a Coroa portuguesa estabeleceu colônias e entrepostos comerciais na América, África e Ásia. Alguns exemplos: ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira, Angola, Guiné, Moçambique, no Atlântico e costa africana; Macau (na China, sob domínio português até 1999); Goa e Calicute (na Índia).

A montagem da colônia portuguesa na região que hoje é o Brasil foi parte de um projeto que se integrava à dinâmica política, social e econômica do desenvolvimento europeu da época. As vantagens da estruturação colonial ficaram evidentes: muito poder e riqueza para uma minoria; clientelismo e vantagens limitadas para alguns; suor e sofrimento para a maioria.

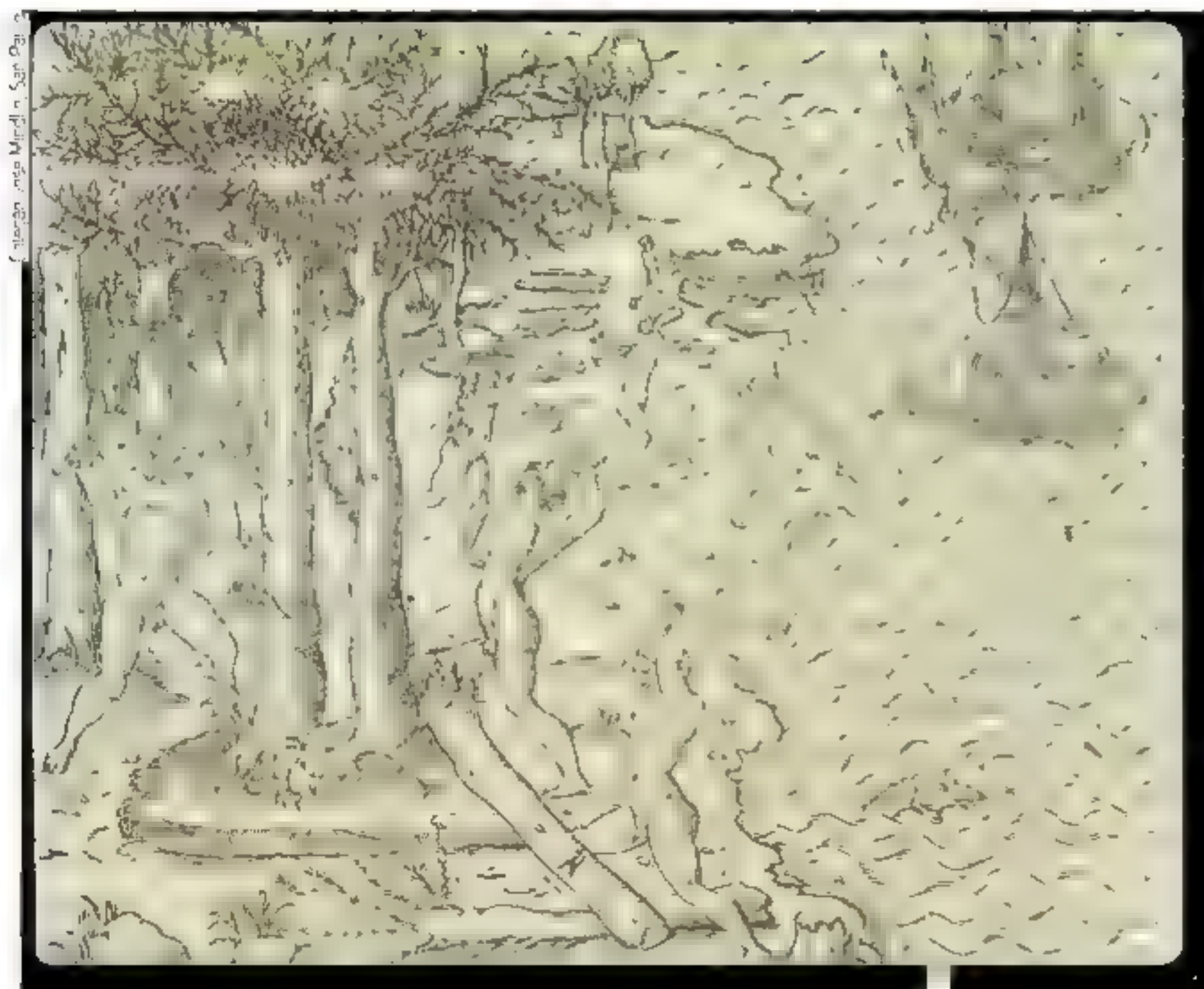
No entanto, a exploração da chamada "empresa colonial" não se restringiu aos produtos voltados para a exportação ou apenas aos interesses metropolitanos. Ao longo de todo o período colonial houve também uma diversificação econômica e social com o desenvolvimento de diferentes práticas econômicas voltadas para o consumo interno e para a efetiva ocupação das terras brasílicas.

De que maneira a história dessa ocupação pode ser contada pelos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira da atualidade? E hoje, como os vários segmentos da população podem participar da montagem de um projeto que sirva à maioria?

A GRADATIVA TOMADA DE POSSE

A instauração de uma Colônia portuguesa no território americano não se deu imediatamente após a tomada de posse por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Portugal mantinha seus recursos voltados para o comércio oriental, deixando a Colônia americana, por alguns anos, numa posição secundária, pois ainda não havia encontrado aqui metais preciosos nem produtos similares aos do rentável comércio afro-asiático: ouro, marfim, especiarias, porcelanas, seda, algodão, escravos, entre outros. A única preocupação com o território recém-conquistado era garantir sua posse, enfrentando as contínuas investidas de outros países europeus.

Para isso, nos primeiros anos após a chegada de Cabral, a Coroa mandou expedições a sua Colônia da América. A primeira expedição chegou em 1501. Além de nomear diversas localidades litorâneas, como a Baía de Todos-os-Santos e o lugarejo de São Sebastião do Rio de Janeiro, confirmou a existência do **pau-brasil**, madeira da qual se extraía um corante já utilizado na Europa para tingimento de tecidos. Em 1503, outra expedição fundou feitorias no litoral fluminense para a armazenagem da madeira e o carregamento de navios. As feitorias, além de guardar os produtos extraídos da colônia, eram postos de defesa contra outros conquistadores. Em torno da sede, formavam-se plantios e se criavam animais para o sustento dos feitores e militares locais, de modo que acabaram por tornar-se núcleos colonizadores.

Biblioteca Nacional, Lisboa

O Paço da Ribeira, em Lisboa (atualmente Praça do Comércio), abrigou a Casa da Índia entre o início do século XVI e meados do século XVIII. A essa organização metropolitana cabia a administração dos assuntos de comércio e navegação na África e Ásia. Acima, o Paço da Ribeira em desenho de Domingos Vieira Serrão, do século XVII.

Em virtude da abundância de pau-brasil no litoral brasileiro, a Coroa portuguesa estabeleceu o monopólio real sobre a exploração do produto. Mais tarde, os indígenas passaram a ser utilizados na extração da madeira. Por meio do **escambo** (troca), os indígenas realizavam o corte e o transporte da madeira e recebiam por isso objetos vistosos, mas de pouco valor, como espelhos, miçangas e instrumentos de ferro. Depois os indígenas passaram a receber também armas de fogo, pólvora, cavalos, espadas, em troca de farinhas, milho e "peças". "Peças" eram os chamados "negros da terra", indígenas aprisionados para serem escravizados. Em consequência, esse tipo de escambo estimulou, da mesma forma que na África, as guerras intertribais.

A extração do pau-brasil atraía também os contrabandistas estrangeiros, o que levou o governo português a enviar expedições militares ao litoral brasileiro em 1516 e 1526.

O escambo constituiu a primeira relação econômica entre os nativos e os europeus. A gravura ao lado, de autoria do frei André Thevet, representa o corte de pau-brasil e ilustra a obra *A cosmografia universal de André Thevet*, plubicada em 1575 em Paris (França).

OS INDÍGENAS E OS 500 ANOS: A FESTA DA EXCLUSÃO

Difícil de acreditar, mas os herdeiros dos primeiros habitantes da Terra de Vera Cruz não tiveram lugar nem vez na festa oficial dos 500 anos do descobrimento, em abril do ano passado. Eles foram hostilizados pelo governo do Estado da Bahia e pelo Ministério do Esporte e Turismo – os organizadores da festa.

Mais de 3 mil índios se deslocaram de várias aldeias do País até a área indígena de Coroa Vermelha, a 20 quilômetros de Porto Seguro. O centro de convergência foi a I Conferência Indígena, realizada na semana das comemorações do descobrimento, para tratar sobre o futuro dos índios brasileiros.

Os índios discordavam das comemorações dos "não índios" e deixaram claro que, para eles, não se tratava de "descobrimento", mas sim de "dominação". Tentaram manifestar esse sentimento e foram impedidos. A Polícia Militar da Bahia, com um contingente de 6 mil homens, foi truculenta e exerceu forte poder de repressão.

No início de abril os policiais destruíram, no meio da noite, um monumento-resistência que os índios pataxó estavam erguendo na praia de Coroa Vermelha. Seria um mapa da América do Sul, feito em relevo de cimento, sobre o qual estaria a escultura de um casal indígena e onde os participantes da Conferência depositariam suas oferendas. Segundo a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), com sede na Bahia, a vontade do ex-ministro de Esporte, Rafael Grecca, seria de construir no mesmo local um monumento que lembrasse uma caravela.

ÍNDIOS continuam lutando pela aprovação de seu Estatuto. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/501anos/br08.htm>. Acesso em: 2 fev. 2010.

▲ Duas charges criadas por ocasião dos 500 anos da "descoberta" do Brasil: a primeira, à esquerda, do chargista brasileiro Kayser, ironiza os impactos da exploração do pau-brasil, fazendo referência à mudança do nome de Terra de Santa Cruz para Brasil. À direita, charge publicada na revista portuguesa *Grande Reportagem* e a representação do imaginário português em torno do samba, das telenovelas e do futebol, símbolos nacionais contemporâneos que reduzem a diversidade cultural brasileira e foram transferidos para o contexto da ocupação portuguesa de 1500.

Apenas trinta anos depois da chegada de Cabral os portugueses se dedicaram a colonizar o território da América. O comércio português com o Oriente entrou em crise, reduzindo os lucros de Portugal. Além disso, invasões de outros povos europeus ameaçavam a posse da Colônia. A primeira expedição colonizadora foi comandada por **Martim Afonso de Sousa**, que chegou em 1531.

Nomeado capitão-mor da esquadra e das terras coloniais pelo rei de Portugal, Martim Afonso chegou trazendo homens, sementes, plantas, ferramentas agrícolas e animais domésticos. Detinha amplos poderes para procurar riquezas, combater estrangeiros, policiar, administrar e povoar as terras coloniais.

Além de organizar expedições que penetraram no território para reconhecimento e busca de riquezas, Martim Afonso dirigiu-se à foz do Rio da Prata, no sul, para efetivar o domínio luso diante da crescente presença de outros exploradores europeus na região. Lá aprisionou vários navios piratas franceses.

Sua política colonizadora consistiu na distribuição de **sesmarias** (lotes de terra) aos novos habitantes que se dispusessem a cultivá-las, bem como na plantação da cana-de-açúcar e construção do primeiro engenho da Colônia. Fundou, em 1532, as vilas de São Vicente e Santo André da Borda do Campo, respectivamente no litoral e no interior do atual estado de São Paulo.

Museu Paulista da USP, São Paulo

▲ Detalhe de *A fundação de São Vicente* (1532), de Benedito Calixto. Veja a imagem completa na página 269.

O PROJETO AGRÍCOLA DA EXPLORAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

A partir do século XVI, iniciativas colonizadoras diferenciadas marcaram a integração do continente americano à vida política e, principalmente, econômica da Europa. Parte da América do Norte foi colonizada por ingleses como uma região de povoamento, embora o sul do território dos atuais Estados Unidos fosse uma região de exploração.

Já a colonização ibérica na atual América Latina caracterizou-se por se basear no domínio monopolista metropolitano, a serviço do Estado e de sua classe mercantil, que tinha interesse em assegurar a posse e a exploração colonial e executar a administração e a fiscalização.

Pelas características peculiares da Colônia portuguesa e da expansão lusa, a colonização foi feita a partir da agricultura. Para viabilizar a ocupação e o povoamento da Colônia, a Coroa portuguesa recorreu ao cultivo da **cana-de-açúcar**, pois até então, ao contrário do que ocorrera nas áreas de dominação espanhola, não haviam sido descobertas jazidas de metais preciosos.

Embora Portugal já conhecesse o cultivo da cana-de-açúcar desde o século XIII, foi só no século XV que essa atividade ganhou amplitude e deixou de ser uma produção limitada e isolada. A mudança ocorreu com a instalação de engenhos na Ilha da Madeira, outra colônia portuguesa, onde as técnicas de cultivo se desenvolveram. O trabalho era feito por escravos, trazidos das regiões conquistadas na costa africana.

O investimento português contou com o apoio de mercadores e banqueiros de Flandres (norte da Europa), que ficaram responsáveis pelo financiamento, refino e distribuição do açúcar.

Nesse empreendimento de proporções tão grandes, que Portugal implantou em sua Colônia da América, a mão de obra também não representava um problema.

A escravidão havia muito tempo era praticada por europeus e árabes na chamada África negra (centro-sul do continente). Foi considerada uma instituição justa, quando, no seu início, os portugueses escravizavam os mouros, considerados infiéis pelos cristãos. A "infidelidade" religiosa acabou sendo também estendida aos negros africanos, legitimando sua escravização. Leia o que diz o historiador Ronaldo Vainfas sobre a relação entre a Igreja e a escravidão:

> A Igreja apoiou a escravidão. Através da bula papal *Dum diversas*, de 1452, o papado concedeu aos portugueses o direito de atacar, conquistar e submeter pagãos e sarracenos, tomando seus bens e reduzindo-os à escravidão perpétua. A bula *Romanus pontifex*, de 1455, ampliou o território de atuação dos portugueses, incluindo Marrocos e as Índias. Várias outras bulas ratificaram ou ampliaram os poderes concedidos aos portugueses com a finalidade de converter homens à fé católica, escravizá-los e comercializá-los.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 205.

sarraceno: a partir do período medieval foi o termo utilizado pelos cristãos para denominar os muçulmanos.

A utilização do trabalho escravo africano envolvia interesses ligados ao **tráfico negreiro**, que logo se tornou um empreendimento altamente lucrativo para a Coroa e para os mercadores portugueses.

Em relação ao trabalho indígena, havia diferentes formas de entender a legitimidade da utilização dessa mão de obra. Havia também diferentes interpretações das leis metropolitanas que regulavam as relações com os indígenas. Foi assim que foram se moldando as relações de colonos, jesuítas e funcionários metropolitanos com os indígenas. Como poderemos estudar no capítulo 16, a mão de obra indígena foi largamente utilizada seja por meio da aliança dos colonos com grupos nativos, da interferência dos jesuítas, que criaram aldeamentos indígenas, ou ainda por meio da dominação dos chamados "índios bravos", escravizados segundo o conceito de "guerra justa". Amparados por uma legislação contraditória e variada, colonos e jesuítas se beneficiaram do trabalho compulsório dessas populações. No entanto, mesmo nas regiões do território em que essa utilização foi comum, a dizimação cultural e física e a expulsão desses povos ao longo dos séculos levou ao predomínio do trabalho escravo africano nas atividades econômicas desenvolvidas na Colônia portuguesa na América.

guerra justa: o conceito de guerra justa legitimou o uso da força e a imposição de trabalhos aos indígenas que fossem hostis com os colonos e resistentes à conversão católica e ao aldeamento. A dominação indígena também poderia ocorrer em relação aos chamados "índios resgatados", indígenas que haviam sido feitos cativos por outros grupos indígenas.

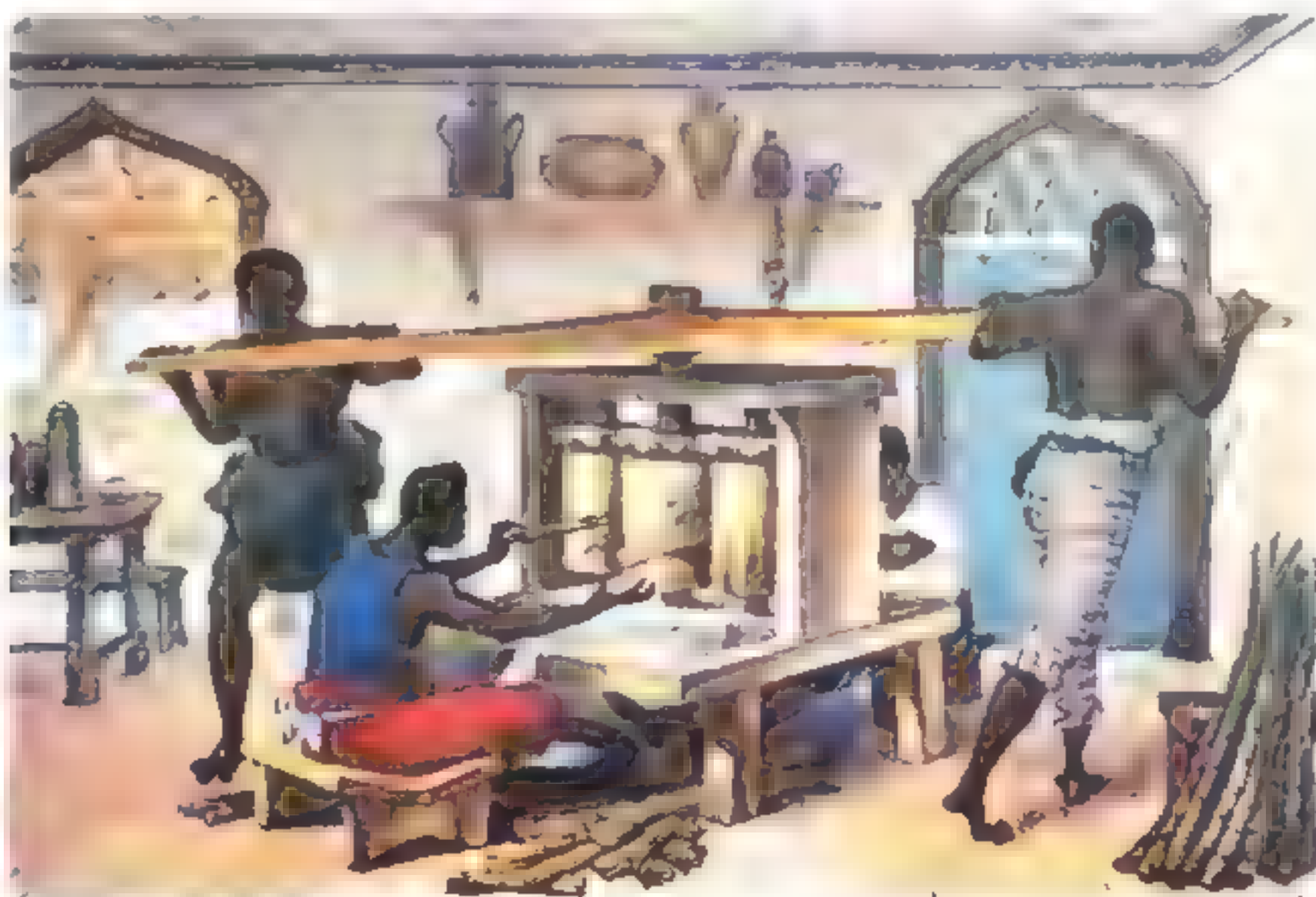
As instalações produtivas açucareiras

Martim Afonso de Sousa trouxe as primeiras mudas de cana-de-açúcar da Ilha da Madeira e instalou o primeiro engenho da Colônia em São Vicente, no ano de 1533. Inaugurava-se, assim, a base econômica da colonização portuguesa no Brasil.

Os engenhos multiplicaram-se rapidamente pela costa da América portuguesa, chegando a quatrocentos em 1610. A importância econômica do açúcar como principal riqueza colonial evidencia-se no valor das exportações do produto no período do apogeu da mineração (século XVIII): superior a 300 milhões de libras esterlinas, enquanto a mineração, na mesma época, gerou um lucro de cerca de 200 milhões[1].

A produção de açúcar voltava-se especialmente para a exportação. No entanto, a chamada **cultura do açúcar** movimentou um mercado interno e gerou hábitos alimentares, técnicas de produção e consumo dos derivados do açúcar (como o melado, a rapadura e a cachaça), e marcas permanentes na cultura material brasileira, tais como os utensílios, máquinas e locais destinados ao beneficiamento da cana-de-açúcar.

Embora inicialmente tenham sido destinados à produção canavieira grandes investimentos de capital, as melhores terras e a maior parte da mão de obra, os pequenos engenhos também tiveram importância nas vilas coloniais. Além disso, outras lavouras e práticas econômicas movimentaram a economia colonial e o mercado interno e foram desenvolvidas como suporte à manutenção do engenho: plantio de milho, feijão, arroz; criação de animais; produção de ferro e louças etc.

Pequena moenda portátil, aquarela de Jean-Baptiste Debret, do início do século XIX.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

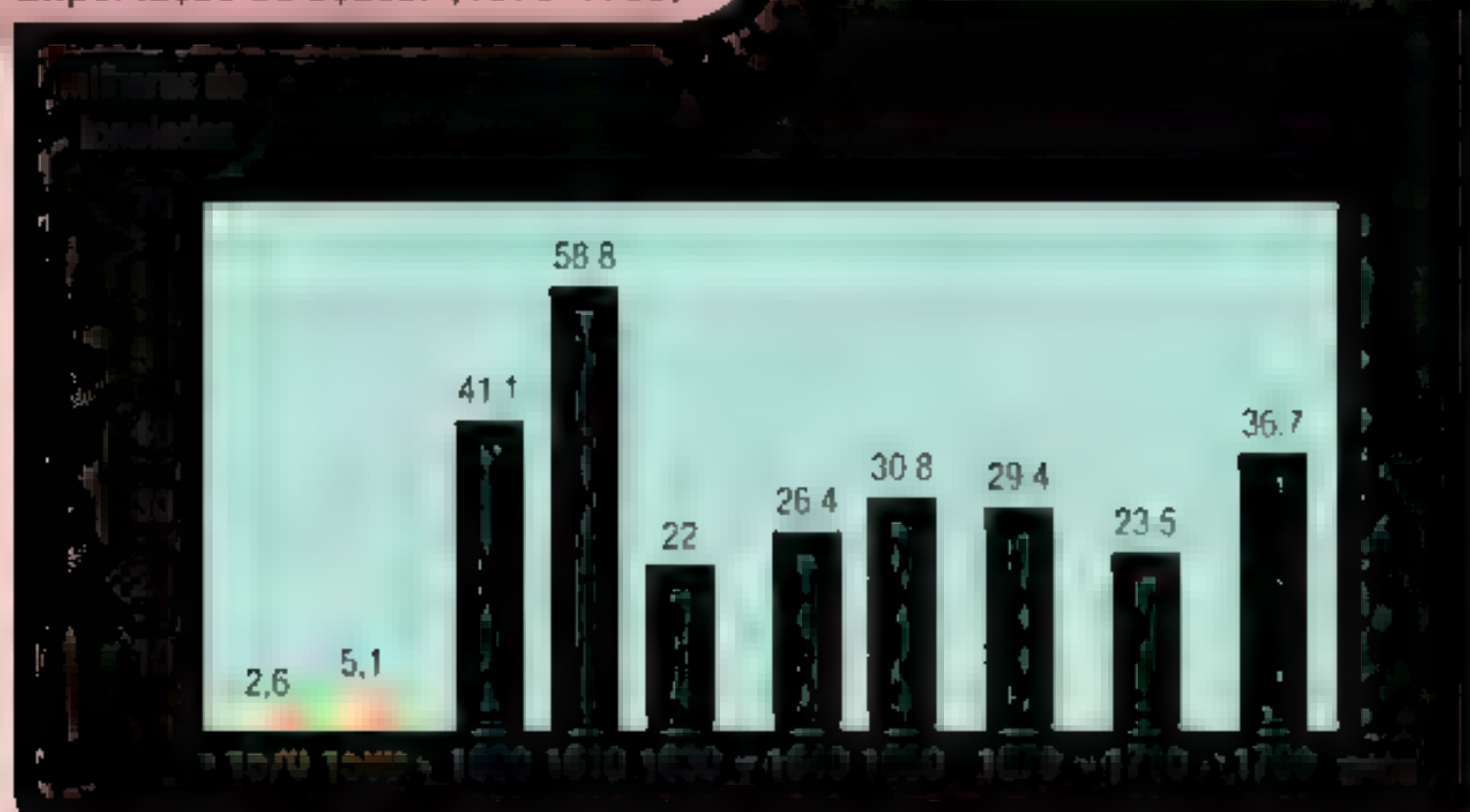
[1] Segundo Robert Simonsen, citado por SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa: o Brasil Colônia – 1500-1750. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 53-4.

O responsável pela produção açucareira – o **senhor de engenho** – tinha enorme prestígio social. Era um tipo de "nobre da terra", um membro da "**açucarocracia**[2]". No início da colonização e em algumas localidades da Colônia da América portuguesa, a agricultura assentava-se sobre o latifúndio monocultor (grandes extensões de terras destinadas a uma cultura agrícola), escravista e exportador, um padrão de exploração agrícola denominado ***plantation*** pelos estudiosos.

O Nordeste, destacadamente o litoral de Pernambuco e da Bahia, concentrou a maior produção de açúcar da Colônia. Observe o gráfico e a tabela a seguir.

▲ *Engenho de Pernambuco* (detalhe), tela pintada no século XVII pelo holandês Frans Post. Em primeiro plano, observam-se as instalações de produção, o engenho propriamente dito.

Exportação de açúcar (1570-1760)

ENGENHOS INSTALADOS NO BRASIL (1570)	
Pernambuco	23
Bahia	18
Ilhéus	8
Porto Seguro	5
São Vicente	4
Espírito Santo	1
Itamaracá	1

GANDAVO, Pêro de Magalhães. Tratado da terra do Brasil (157). In: VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 125.

Os engenhos eram instalados em propriedades de terra obtidas por doação (as sesmarias). O predominante sentido exportador dos engenhos acabou refletindo na falta de produtos para o abastecimento da população. Na busca de superação de tais dificuldades crescia a diversificação de atividades, com o desenvolvimento do tropeirismo, de lavouras voltadas para o consumo e de outras diferentes atividades econômicas.

Um grande engenho chegava a ter cerca de 5 mil moradores. Era constituído de áreas florestais, fornecedoras de madeira; plantações de cana; a casa-grande: residência do proprietário, de sua família, dos agregados e sede da administração; a capela; e a senzala, alojamento dos escravos. Uma área era destinada à lavoura de subsistência, com mandioca, milho, etc. A moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar formavam a fábrica do açúcar, o engenho propriamente dito. O produto era enviado para Portugal e depois para Flandres, onde era refinado e comercializado.

[2] Denominação dada pelo historiador Evaldo Cabral de Mello, segundo Sheila de Castro Faria. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 200.

No topo da sociedade açucareira estavam os senhores de engenho, proprietários das unidades agroexportadoras. Abaixo deles estavam os "senhores obrigados" ou lavradores de cana, fazendeiros que não possuíam instalações de fabricação de açúcar. Moíam a cana em um engenho próximo, pagando, em geral, com metade do açúcar obtido. Uns e outros eram geralmente homens brancos, de ascendência lusitana, que tinham algum capital e haviam recebido as terras como recompensa por serviços prestados à Coroa, o que lhes garantia prestígio social e influência política.

O poder da aristocracia açucareira expandia-se pelas vilas, dominando as **câmaras municipais** e muito da vida colonial. Refletia-se também no âmbito privado, já que os senhores eram obedecidos e temidos como chefes. As **mulheres** administravam a casa, onde deveriam permanecer recolhidas, e controlavam o trabalho dos escravos domésticos. Esse caráter típico das sociedades patriarcais, e predominante entre as elites coloniais, nem sempre vigorou. Entre as mulheres dessa elite, muitas comandaram engenhos (especialmente as viúvas), outras estiveram à frente de atividades comerciais e não era raro a reação à dominação masculina com pedidos de divórcio.

sociedade patriarcal: sociedade em que o chefe da família, senhor rural, proprietário de terras e de engenhos (no caso da Colônia portuguesa da América) controlava e dominava a organização familiar. No contexto colonial, trata-se de uma organização ampliada, que não se restringe ao núcleo básico de pais e filhos, incluindo os chamados agregados: parentes, criados, agregados e escravos

Como toda América Portuguesa não se resumia apenas aos grandes engenhos e seus senhores, tal predomínio masculino e sujeição feminina era menos efetivo em outros grupos sociais, com a existência de diferentes tipos de famílias. Havia a família dos africanos escravizados, dos indígenas, das concubinas que sustentavam seus filhos sozinhas, dos padres com suas amasiadas e filhos etc. Enfim, para além da organização familiar típica dos senhores de engenho, existia um mosaico variado de modelo familiar no conjunto da população colonial, cabendo a algumas mulheres muitas vezes ocupar o comando de unidades econômicas produtivas.

Na sociedade dos senhores de engenho prevalecia a rígida divisão social, com senhores e cativos. A mobilidade social não era proibida, mas era pouco provável. As **pessoas livres**, como feitores, capatazes, padres, militares, comerciantes e artesãos, dedicavam-se a atividades complementares no engenho e nos poucos núcleos urbanos dessa época. Os africanos **escravizados** formavam a base econômica da sociedade açucareira e eram responsáveis por quase todo o trabalho da Colônia, desde os serviços domésticos na casa-grande até a lavoura e a produção de açúcar. Em tudo eram vigiados por um feitor, que lhes aplicava castigos físicos constantemente.

A relação econômica entre a Metrópole e a Colônia se caracterizou pela exportação da produção (inicialmente o açúcar) e importação de artigos de luxo, para sustentar a opulência dos senhores de engenho do Nordeste. Os senhores mandavam vir roupas, alimentos e até objetos decorativos da Europa.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

▲ *Uma senhora em seu lar*, de Jean-Baptiste Debret, 1830. O artista compõe uma cena cotidiana no interior de uma casa senhorial. A senhora branca é retratada fazendo serviços domésticos com sua filha e escravos

Museu Castro Maya, Rio de Janeiro

Entre os castigos mais comuns aplicados aos escravos estava o açoite com o "bacalhau" (chicote de couro cru) e a prisão no "viramundo" (algemas de ferro que prendiam mãos e pés). Também não era rara a prática de cortar as orelhas e o nariz e marcar com ferro em brasa o corpo e o rosto de escravos. Ao lado, litografia *Castigos públicos*, de 1835, do artista alemão Johann Moritz Rugendas

Com o desenvolvimento da economia açucareira e o aumento da população nos engenhos e nos núcleos urbanos, a necessidade de alimentos, roupas e outros produtos também aumentou. Pouco a pouco, homens e mulheres assumiram o exercício de diversas outras atividades, ativando pouco a pouco um nascente mercado comercial interno de outras mercadorias.

NOVOS OLHARES SOBRE A ÉPOCA COLONIAL

Até a década de 1970, prevaleceu na construção do conhecimento histórico sobre a colonização da América portuguesa o enfoque que privilegiava as relações metrópole-colônia. Sob tal perspectiva, o traço fundamental da economia colonial era fundamentado pela produção e pelo trabalho com vistas ao mercado externo e ao atendimento dos interesses da metrópole. Segundo Cláudia Chaves: "O grande problema que decorre dessa análise é a pouca importância dada à economia interna". A autora destaca que os novos enfoques privilegiaram a análise da produção interna, permitindo "perceber o curso do desenvolvimento das estruturas coloniais". Assim:

No final da década de 70 e início da década de 80, vários trabalhos foram publicados abordando a temática do mercado interno. Trabalhos esses, de base empírica, que se encarregaram de demonstrar a forte presença de relações de troca e a sua significação para o desenvolvimento interno da colônia. Trata-se agora de avaliar as especificidades do mercado interno brasileiro, as diversas modalidades em cada região e a sua integração com a sociedade local.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Mercadores das minas setecentistas*. Annablume, 1999. p. 27, 31-2.

Açúcar: da supremacia à crise

Durante o século XVI e início do século XVII, o Brasil tornou-se o maior produtor de açúcar do mundo e o responsável pela riqueza dos senhores de engenho, da Coroa e de comerciantes portugueses. Mas foram sobretudo os holandeses que mais se beneficiaram com a atividade açucareira. Responsáveis pelas etapas de refinação e comercialização, eles ficavam com um terço do valor do açúcar vendido. Uma vez refinado em Flandres, o açúcar era comercializado na Europa por holandeses e portugueses (leia o boxe da página seguinte).

Por razões dinásticas, entre 1580 e 1640 o monarca espanhol Filipe II dominou vastas extensões na Europa. Nesse período – conhecido como União Ibérica –, Portugal e suas colônias também estiveram subordinados ao controle espanhol.

Uma das medidas do governo espanhol foi excluir do negócio açucareiro do Brasil os Países Baixos, que também eram dominados pela Espanha e estavam em guerra por sua independência. Como já conheciam as técnicas de refino e comercialização do açúcar, os Países Baixos passaram a produzi-lo em suas colônias, como as Antilhas, concorrendo em melhores condições com o produto brasileiro. Em consequência, entre 1650 e 1688 o preço do açúcar produzido na América portuguesa caiu para um terço de seu valor. Essa crise da produção açucareira trouxe prejuízos para a economia portuguesa e para a colonial.

Biblioteca Nacional, Paris/The Bridgeman/Keystone

A gravura ao lado mostra a produção de açúcar nas Antilhas e está presente na obra *História das Antilhas*, de Jean Baptiste Labat (século XVIII). A concorrência com o produto antilhano afetou severamente a economia colonial portuguesa na América

Diante da crise da produção colonial de açúcar, o rei de Portugal, D. Pedro II (1683-1706), por meio de seu ministro, o conde de Ericeira, baixou as leis "pragmáticas". Essas leis proibiam o uso de certos produtos estrangeiros, a fim de reduzir as importações e equilibrar a balança comercial lusa. Além disso, com a ajuda de técnicos estrangeiros, a Metrópole procurou reorientar as atividades produtivas no reino e nas colônias.

Estimulou-se na América portuguesa a produção do tabaco e de produtos alimentares destinados à exportação e intensificou-se a busca das **drogas do sertão**. Juntamente com a tentativa de revitalização da produção açucareira, essas medidas surtiram efeitos positivos um pouco mais tarde, já no início do século XVIII, coincidindo com o princípio da economia mineradora. Mesmo perdendo a supremacia no conjunto da economia colonial, o açúcar, que nessa fase propiciava ganhos bem menores que em séculos anteriores e concorria num mercado bastante competitivo, continuou a ser o principal produto exportado.

Em Portugal, porém, a política de desenvolvimento econômico praticada por Ericeira foi logo abandonada. O **Tratado de Methuen** (1703), resultado de pressões inglesas sobre Portugal, estabelecia que o reino português importaria da Inglaterra caros artigos manufaturados e exportaria vinho. Essas relações comerciais implicavam forte desigualdade de valor e de consumo, pois consumiam-se muito mais tecidos e produtos manufaturados do que vinhos. Isso contribuiu para as crescentes dificuldades econômicas de Portugal.

FLANDRES, PAÍSES BAIXOS, HOLANDA: EQUÍVOCOS E ANACRONISMOS

[...] Segundo Celso Furtado (economista), "a contribuição dos flamengos – particularmente dos holandeses – para a grande expansão do mercado do açúcar na segunda metade do século XVI constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil.

Especializados no comércio intraeuropeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar".

Destarte, o mercado internacional do açúcar e a implantação do sistema açucareiro no Nordeste teriam sido criação de capitais holandeses.

Tal afirmação resulta de um equívoco e de um anacronismo. O equívoco consiste em confundir o papel da Antuérpia ao longo do século XVI com o que será desempenhado por Amsterdã ao longo do XVII. O anacronismo reside em retroceder para o século XVI o que só veio a ocorrer no seguinte, isto é, a participação de capitais da República das Províncias Unidas dos Países Baixos na comercialização do produto, os quais eram, na realidade, capitais de flamengos e brabantinos e de cristãos-novos de origem portuguesa, ambos grupos refugiados em Amsterdã a partir do derradeiro decênio do século XVI. Para começar, existe um problema de palavras e essas são vitais nesse contexto. Celso Furtado utilizou a palavra "flamengos", que designa os naturais de Flandres, região da atual Bélgica, para designar também os "holandeses", então os naturais da Holanda, que originalmente não correspondia ao conjunto dos Países Baixos, como ocorre atualmente, mas apenas à principal província dos Países Baixos do norte. A identificação ainda podia ser válida para a primeira metade do século XVI, mas não o era para a segunda, devido à revolta dos Países Baixos do norte, a Holanda atual, contra a Espanha. Ora, foi nessa segunda metade, não na primeira, que o sistema açucareiro do Nordeste verdadeiramente deslanchou. É verdade que, até o século XVII, portugueses e espanhóis tinham o costume de designar também como "flamengos" todos os naturais dos Países Baixos do norte, mas é óbvio que, se queremos destrinçar o tema da fundação da agroindústria açucareira no Brasil, a primeira providência consiste em distingui-los cuidadosamente, de vez que eles eram súditos de diferentes entidades estatais, os holandeses, das Províncias Unidas dos Países Baixos; os flamengos, dos chamados Países Baixos espanhóis ou "províncias obedientes".

MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma questão de mudança*. 23 jan. 2000. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_2.htm>. Acesso em: 5 fev. 2010.

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E OS GOVERNOS-GERAIS

O primeiro passo para viabilizar a empresa açucareira e, portanto, a colonização na América portuguesa foi a adoção do sistema de capitanias hereditárias, já utilizado por Portugal em suas colônias das ilhas do Atlântico (Açores, Cabo Verde e Madeira). Tratava-se da doação de largas faixas de terra a capitães-donatários, regulamentada pelas Cartas de Doação e forais.

O donatário deveria colonizar a capitania, fundando vilas, e proteger a terra e seus colonos contra os ataques dos nativos e de estrangeiros. Deveria ainda fazer cumprir o monopólio real do pau-brasil (denominado **estanco**) e do comércio colonial. A Carta de Doação também estabelecia que caberia à Coroa um quinto dos metais preciosos que fossem encontrados. Apesar de seus amplos poderes administrativos, o donatário era um mandatário do rei, e não um senhor com autonomia total.

Ao todo foram criadas 15 capitanias, doadas a particulares entre 1534 e 1536 (veja o mapa ao lado), e posteriormente mais duas insulares, nas ilhas de Trindade e de Itaparica. As capitanias que mais prosperaram foram a de São Vicente e, sobretudo, a de Pernambuco. As condições climáticas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, a maior proximidade da Metrópole e a política de povoamento de seu donatário, Duarte Coelho, beneficiaram o desenvolvimento da capitania pernambucana.

O sistema de capitanias, utilizado como incentivo ao processo colonizador, acabou por fracassar. Mesmo sendo assistido pelo sistema de governos-gerais, uma forma que a Coroa encontrou de centralizar a administração colonial, o sistema não vingou especialmente em razão da falta de recursos e de interesse dos donatários. O Regimento de 1548, que criou o sistema de governos-gerais, reafirmava a autoridade e soberania da Coroa e fortalecia os instrumentos colonizadores.

O **governador-geral** tinha muitos poderes, mas também muitas obrigações: deveria neutralizar a ameaça constante dos indígenas, combatendo-os ou aliando-se a eles; reprimir os corsários; fundar povoações; construir navios e fortes; garantir o monopólio real sobre o pau-brasil; incentivar o plantio de cana-de-açúcar; procurar metais preciosos; e defender os colonos. Seus auxiliares, encarregados das finanças, da defesa do local e da justiça eram, respectivamente, o provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor. O primeiro governador-geral, nomeado em 1549, foi Tomé de Sousa, tendo como sucessores Duarte da Costa e Mem de Sá.

O quarto governador-geral, nomeado em 1570, não chegou a desembarcar na Colônia, pois foi atacado por piratas franceses em alto-mar. Mem de Sá permaneceu no cargo por mais dois anos, até falecer, em 1572, aos 74 anos. A Metrópole decidiu então dividir a administração da Colônia entre dois governadores: D. Luís de Brito, em Salvador, e D. Antônio Salema, no Rio de Janeiro.

A divisão do território colonial brasileiro em capitanias

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas história do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 7

▲ As capitanias destacadas no mapa acima tinham uma largura que variava de 200 a quase 700 quilômetros e iam do litoral à Linha de Tordesilhas.

A UNIÃO IBÉRICA E A AMÉRICA COLONIAL (1580-1640)

Com a morte do rei D. João III, em 1557, subiu ao trono seu neto, o menino D. Sebastião. Até sua maioridade, em 1568, foi substituído por dois regentes: sua avó, D. Catarina, e seu tio-avô, o cardeal D. Henrique. Após ter governado Portugal durante dez anos, D. Sebastião morreu lutando contra os mouros na Batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África.

Batalha de Alcácer-Quibir: ocorrida em 1578, nessa batalha, D. Sebastião aliou-se ao sultão local, que lutava contra o exército marroquino comandado pelo seu tio, considerado por ele um usurpador do trono.

Por falta de descendentes diretos do rei, a Coroa voltou às mãos do cardeal D. Henrique. E quando o cardeal morreu, em 1580, novamente não havia herdeiros diretos. O rei da Espanha, Filipe II, neto de D. Manuel, o Venturoso (foi em seu reinado que ocorreram as principais descobertas marítimas, entre elas a do caminho das Índias e das terras que formariam o Brasil), invadiu Portugal com suas tropas e assumiu o trono lusitano, unindo Portugal e Espanha e dando início à União Ibérica.

A promessa de Filipe II de garantir uma relativa autonomia a Portugal e de não submeter suas colônias diretamente à Espanha resultou em poucas mudanças políticas na Colônia portuguesa da América. Mudou apenas a metrópole que exercia o monopólio comercial e o controle administrativo.

Na prática, o domínio espanhol aboliu as determinações do Tratado de Tordesilhas, o que favoreceu o avanço dos colonos portugueses em direção ao interior. O território expandiu-se, sobretudo na busca por metais preciosos.

O envolvimento da Espanha em diversos conflitos militares na Europa, porém, colocou seus inimigos contra a Colônia portuguesa. Inglaterra, França e Países Baixos invadiram várias vezes o território da colônia. Isso enfraqueceu a economia lusitana e acarretou um movimento pela restauração da autonomia, liderado pelo duque de Bragança. O domínio espanhol só terminou em 1640, quando o duque foi coroado rei de Portugal com o título de D. João IV, inaugurando o governo da dinastia de Bragança.

Para combater as dificuldades econômicas herdadas do período anterior, o novo monarca intensificou a exploração e reforçou a administração colonial, criando o **Conselho Ultramarino**. Com a ampliação de seus poderes, os governos-gerais subordinaram colonos e donatários e, progressivamente, foram retomando as capitanias particulares.

A fiscalização da Metrópole tornou-se mais ativa, e os choques entre a Coroa e os interesses locais semearam várias manifestações contra a autoridade metropolitana.

O SEBASTIANISMO

A morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, e de mais de 10 mil soldados deixou marcas profundas na população portuguesa "A esse contexto de derrota e tristeza juntou-se, ainda no calor dos acontecimentos, a demora das notícias sobre o rei e seu exército logo após a batalha. A expectativa da volta do rei e as inúmeras histórias que contavam sobre a sua prisão ou fuga conjugaram-se às histórias pessoais de mulheres que esperavam seus filhos, pais, irmãos e maridos, pois, segundo crônica da época, não havia família no reino que não tivesse um parente ou conhecido no exército derrotado no Marrocos."[3] Em meio às incertezas da dominação espanhola, difundiu-se rapidamente a crença na volta do rei, que, ressuscitado, reorganizaria o reino e salvaria os portugueses das dificuldades que os assolavam.

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Album/akg-images/Latinstock

D. Sebastião retratado antes de sua maioridade. Tela do pintor português Cristóvão de Morais, de 1565.

O sebastianismo deixou raízes profundas no imaginário popular português e atravessou o oceano, espalhando-se entre os colonos. Mais de três séculos depois, no sertão baiano, esse mito reuniu milhares de fiéis em torno do líder Antonio Conselheiro na formação do Arraial de Canudos. Exemplos de sebastianismo – a crença na volta de um rei bom que trará uma vida melhor ao povo sofrido – encontram-se ainda hoje na literatura de cordel, popular no Nordeste brasileiro.

[3] HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 524.

A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA E OS PODERES LOCAIS

A administração da Colônia, dividida em dois governos-gerais, voltou a ser unificada com o governador Lourenço da Veiga, de 1578 a 1608. Nesse último ano, nova divisão, abandonada em seguida, foi feita. Em 1621, realizou-se outra divisão administrativa da Colônia, dessa vez entre o estado do Maranhão e Grão-Pará (com capital inicialmente em São Luís e depois em Belém) e o estado do Brasil, com capital em Salvador, e, a partir de 1763, no Rio de Janeiro. Depois de 1640, tornou-se cada vez mais comum usar-se o título de vice-rei em lugar de governador-geral.

As capitanias hereditárias e os governos-gerais continuaram convivendo até o século XVIII, enquanto se dava a progressiva criação de capitanias da Coroa, como a da Bahia de Todos-os-Santos e São Sebastião do Rio de Janeiro. Administradas por um governador nomeado pelo rei, foram aos poucos substituindo as capitanias hereditárias particulares por meio de compra, ou por falta de herdeiros ou, ainda, por não estarem efetivamente ocupadas.

O governador-geral da Colônia e os governadores das capitanias chegaram a contar com tropas regulares e profissionais. Eram compostas de **milícias** e **ordenanças**. As milícias eram regimentos portugueses, uma força auxiliar formada por homens da população urbana, que não recebiam remuneração e prestavam serviço obrigatório. As ordenanças eram organizadas sempre que necessário, reunindo toda a população masculina em condições físicas e idade militar (entre 18 e 60 anos).

Essa organização militar ajudou a impor as diretrizes metropolitanas, viabilizando a exploração colonial.

Na administração colonial, ocupavam papel secundário os senados das câmaras (câmaras municipais), que reuniam os administradores de vilas, povoados e cidades, responsáveis pelas questões políticas, administrativas, judiciárias, fiscais, monetárias e militares no âmbito local. Os vereadores que compunham as câmaras municipais eram todos grandes proprietários de terras, designados **homens bons**. Apenas os "homens bons" podiam votar e ser votados. A presidência da câmara cabia a um juiz, chamado de juiz de fora, quando nomeado pela autoridade régia, e juiz ordinário, quando eleito da mesma forma que os demais membros. A maioria da população, portanto, não participava da administração.

Muito descontentamento e mesmo a desorganização produtiva e a ruína de colonos foram causados pela forma abusiva com que eram feitos a arrecadação de tributos e os recrutamentos forçados. O recolhimento de tributos como o **dízimo**, décima parte de qualquer produção, era arrendado a particulares que detinham o poder de cobrar a população em troca de uma parte destinada à Coroa.

Da forma como estavam organizadas a administração e a exploração econômica, a Colônia e a maioria de sua população serviam ao Estado mercantilista português. Esse panorama propiciou o desenvolvimento capitalista europeu, segundo as diretrizes das elites administradoras, comerciais e proprietárias da Metrópole e da Colônia.

Biblioteca Britânica, Londres/The Bridgeman/Keystone

▲ *Fazendeiro com esposa em viagem*, de Henry Koster, de cerca de 1816. A autoridade do senhor de engenho ia além de suas terras, alcançando povoados e vilas, por meio de seu controle sobre as câmaras municipais.

Montagem da colonização

presença estrangeira
primeiras expedições
monocultura açucareira
administração
França
pau-brasil
defesa
colonização
plantation
governo-geral (1548)
Países Baixos (Holanda)
enfrentamento
feitorias
Martim Afonso de Sousa (1531)
capitanias hereditárias (1534)
associação
mercado externo
escravos
latifúndios
diversificação da economia colonial
tráfico negreiro
aristocracia rural
câmaras municipais
abastecimento interno

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo, responda às questões abaixo.

- Faça um levantamento das atividades e produtos desenvolvidos com a colonização portuguesa.
- Quais elementos vistos no capítulo poderiam servir para apontar a existência de uma dinâmica colonial que não se restringia apenas a fornecer benefícios, mesmo que limitados, à Metrópole portuguesa?
- Quais as funções dos donatários das capitanias hereditárias e dos governadores-gerais?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e reflexão

→ Este capítulo se iniciou com uma pergunta: "Projeto colonial para servir a quem?". Os efeitos de uma visão europeia sobre o período colonial permanecem até os dias atuais. Com base nessa questão e na sua leitura do texto da página 258, responda:

a) Por que a festa oficial do descobrimento foi excludente?

b) O monumento-resistência construído pelos indígenas Pataxó e a ideia de um monumento simbolizando uma caravela, assim como a discordância indígena em relação ao termo "descobrimento" revelam diferentes visões e versões sobre nossa história. No seu entendimento, o discurso oficial das comemorações representou as visões e os sentimentos nacionais?

2 Análise de charges

→ Reveja as charges produzidas no contexto dos 500 anos da chegada dos portugueses à América (página 258) e responda:

a) Que prática econômica do início da colonização está retratada na primeira charge e que grupo detinha o monopólio de sua exploração?

b) Que elementos da cultura brasileira estão presentes na charge portuguesa?

c) Podemos afirmar que a charge portuguesa apresenta um anacronismo, ou seja, uma imprecisão histórica em relação ao período retratado?

3 Pinturas históricas: leituras possíveis

→ O texto a seguir, do historiador Ulpiano Menezes, faz uma análise da tela de Benedito Calixto sobre a fundação de São Vicente e as suas leituras históricas possíveis. Observe a imagem e leia o texto para responder às questões propostas.

Museu Paulista da USP, São Paulo

▲ *A fundação de São Vicente* (1532), tela pintada no início do século XX por Benedito Calixto. A pintura foi feita sob encomenda da prefeitura de São Vicente.

Um visitante desprevenido, desejoso de saber com que outros documentos se faz História, além dos papeis dos arquivos, certamente ficaria confuso se se dirigisse a um museu histórico tradicional – e não só no Brasil. Com efeito, teria a impressão de que, nos museus, a matéria-prima do conhecimento histórico se constitui basicamente de móveis de aparato, porcelanas (de preferência brasonadas), armas vistosas e pinturas a óleo – retratos de personagens ilustres, cerimônias, cenas de batalha etc. Aliás, os museus históricos antigos podiam ser confundidos com museus de artes decorativas, categoria cuja natureza, hoje, tem suscitado discussões.

A vinculação destes museus históricos ao domínio estético não é mero acaso. Muitos deles, no modelo europeu, derivaram de museus de arte antiga. Além disso, o papel nobilitante das artes, para comunicar valores cívicos, sempre foi eficaz. No universo das imagens, especialmente, temos campo fértil para fixar sínteses simbólicas de alto impacto. [...]

nobilitante: enobrecedor

A tela, [de Benedito Calixto] datada de 1900, retrata o desembarque de Martim Afonso de Souza, com centenas de companheiros, no futuro local de São Vicente, em 1532, onde fundaria oficialmente a primeira vila do Brasil.

[...]

A ação não é dramática, concentrada, mas narrativa, incorporando situações diversificadas e ocupando todos os planos. Os indígenas comparecem em todos eles. E se nas extremidades, no primeiro plano, parece haver alguma tensão (um soldado português desembainhou a espada, olhando em sua direção, alguns índios se agitam), em todos os demais pontos há mescla de índios e europeus, em tranquilidade e desenvolvendo variada gama de comportamentos: diálogo com a comitiva de Martim Afonso de Souza (que constitui a ação principal), ou com missionários mais adiante, ou ainda bem longe, à beira-mar, na orla da mata, ou, até mesmo, brincadeiras de curumins.

A preocupação com o detalhe preciso é evidente: transparece nas roupas e armas, nos adornos e outros artefatos de portugueses e aborígines, assim como no interior da maloca. Estaria nesta precisão o valor documental da pintura? [...].

Não há, por exemplo, nenhuma preocupação com assinalar a paisagem original ou algum traço físico do assentamento. É que aqui, a cidade (vila) não aparece, como tipo de assentamento, mas como modo particular, formalmente determinado e explícito, de apropriação simbólica do território. Daí a importância fundamental dos suportes de sentido: cruzeiro, bandeiras, estandartes, armas, indumentária, gestos e expressões etc.

Note-se que, por isso mesmo, a oposição mais forte entre brancos e índios não se dá ao nível da aparência corporal, dos equipamentos ou armas em geral. É verdade que aparecem alabardas e espadas metálicas diante de tacapes e flechas, vestimentas requintadas e volumosas diante de peles e plumas; naus, diante de uma modesta urna cerâmica funerária. Mas não se opõem valores, nem se acentuam as distâncias.

[...]

Em suma, esta tela de Calixto é importante documento histórico, mas não relativamente ao século XVI. Na verdade, sabemos que a marca da colonização portuguesa não foi a ocupação de território, mas a exploração de recursos, o povoamento terá caráter eminentemente rural, de grande autonomia, e com um tipo de urbanização muitíssimo particular.

Em compensação, a tela nos remete aos tempos em que foi produzida e consumida. Ela é, sim, documento das necessidades simbólicas vividas por Calixto e sua sociedade, no final do século passado (N.E.: século XIX), procurando inventar uma história para a nação ainda jovem – e já superados os ressentimentos com a antiga metrópole.

A ocupação de território – ação expressa, em seu nível formal, como pacífica, nobre e tranquila, feita sob a egide da fé cristã e da coroa lusitana – integra os novos espaços e seus habitantes a um mundo já definido e superior [...].

Uma tela como esta é fonte preciosa de informações para reconstruir e entender o imaginário de sua época.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Pintura histórica: documento histórico?
Jornal da Tarde/O Estado de S. Paulo, 27 jul. 1991. Caderno de Sábado.

a) De acordo com o texto, quais documentos predominam nos museus brasileiros e internacionais?
b) Segundo Ulpiano, o que as artes permitem comunicar?
c) Por que a tela de Benedito Calixto informa mais sobre o período em que foi produzida do que sobre o século XVI?

Detalhe de imagem da p. 269

O capítulo trata de um dos maiores deslocamentos populacionais da história, conhecido por estudiosos e pelas lideranças de movimentos negros por "diáspora africana". O termo "diáspora" é tradicionalmente usado para o caso do povo judeu, mas, se considerarmos os dados fornecidos pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro sobre o número de escravos trazidos à América, é também adequado ao tráfico dos povos africanos durante a Idade Moderna.

O texto selecionado na seção ***Exercícios de História*** fornece importantes subsídios para que se discuta com os alunos o tráfico de escravos como uma forma de comércio altamente lucrativa e determinante no desenvolvimento da colonização portuguesa na América. É importante que se faça um paralelo com a tese de que os indígenas não foram escravizados porque não se adaptaram ao trabalho compulsório. Aproveite o tema do trabalho compulsório e, a partir do texto da seção ***Para pensar historicamente***, proponha uma reflexão sobre as justificativas com as quais durante a época moderna afirmou-se que certos povos eram adeptos à escravidão e outros não.

Trabalhar os argumentos utilizados na escravidão africana na América, durante a época moderna, permite desenvolver com os alunos um quadro comparativo sobre a mão de obra escrava e indígena na Américas Espanhola e Portuguesa. Depois de estabelecido esse quadro, é possível propor atividades com o objetivo de caracterizar as condições de viagens dos cativos, as condições e estrutura do trabalho escravo e, sobretudo, as várias formas de resistências que os cativos desenvolveram para se libertarem da escravidão. Nessa etapa de estudo, os textos selecionados nas atividades *1. Leitura e reflexão* e *2. Construção de um herói brasileiro* constituirão importantes referências.

Para o encerramento do capítulo, seria oportuno desenvolver um debate sobre identidade cultural a partir dos textos e imagem das atividades *3. Novos olhares, outros contextos* e *4. Análise da imagem e texto*. Após a discussão, os alunos poderão desenvolver um texto sobre alguns desdobramentos da escravidão africana, como, por exemplo, a importância da Lei 10.639/2003, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como as cotas raciais nas universidades brasileiras e americanas como uma das formas de diminuição das desigualdades econômicas e sociais das populações afro-descendentes.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, endereços eletrônicos e filmes na coluna lateral.

Endereços eletrônicos

Versão digital de amostra das fotografias do livro *Migrations*, de Sebastião Salgado. Disponível em: <www.pdngallery.com/legends/legends10>. Acesso em: 10 abr. 2010. Dedicado aos deslocamentos populacionais, a obra *Migrations* de Sebastião Salgado mostra, por meio de fotografias, a situação de pessoas que deixam seus locais de origem por razões variadas, como guerras, fome, secas etc.

Geledes – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <www.geledes.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2010. O portal traz várias informações não apenas sobre a questão das mulheres negras no Brasil, mas também sobre educação, combate ao racismo, ações afirmativas, entre outras bandeiras de luta do movimento negro. Além disso, traz várias notícias – atualizadas diariamente – sobre casos de racismo e de combate ao preconceito, que podem ser debatidos em sala de aula.

Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura). Disponível em: <www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2010. Neste *site* é possível conhecer as políticas públicas para maior inclusão dos negros na sociedade e o combate ao racismo, de acordo com o discurso oficial do governo brasileiro. É possível acessar projetos de lei, projetos sociais, galerias de fotos e publicações da Fundação Palmares.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Geografia**: pesquisar em livros de História e anuários estatísticos o número de escravos que vieram para o Brasil montar gráficos.

▶ Texto de apoio

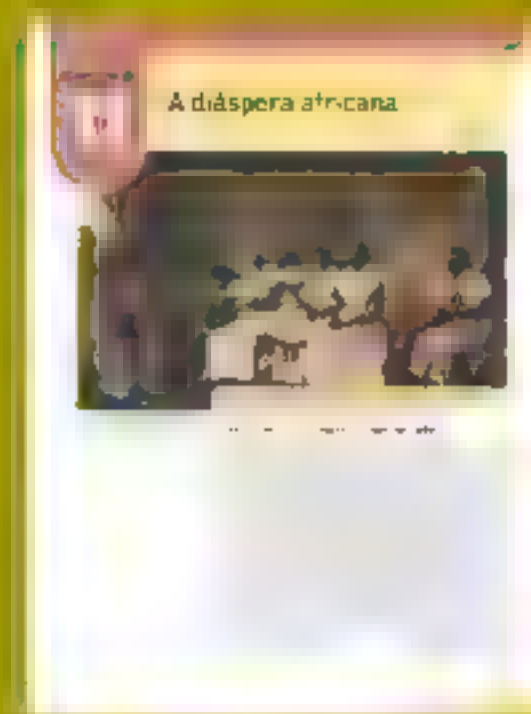
O navio negreiro

Biografia de Mahommah G. Baquaqua[1]

Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desventurado, o miserável desgraçado que tenha sido confiado em seus portais. Oh!

1 O africano Mahommah Baquaqua foi trazido para o Brasil, no início do século XIX, aproximadamente. Escravizado em Pernambuco, ali ficou até ser vendido a um capitão de navio. Depois de viajar ao Rio Grande do Sul, foi para os Estados Unidos onde fugiu para conseguir a liberdade. Sua biografia foi editada pelo abolicionista Samuel Moore e publicada em 1854, em Detroit.

Capítulo 12

A diáspora africana

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 12 (p. 271 a p. 281).

Bibliografia

COSTA e SILVA, A. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

DEL PRIORE, M. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

SALGADO, S. *Êxodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Tese

MATTOS, R. A. De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072007-120830/>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Filmes

Amistad. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1997. (162 min)

Ganga Zumba, Rei dos Palmares. Direção de Carlos Diegues. Brasil, 1964. (100 min)

Quilombo. Direção de Carlos Diegues. Brasil/França, 1984. (119 min)

▶ Sugestões de leituras para os alunos

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

OLINTO, Antonio. *A alma da África*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 3 v.

amigos da humanidade, tenham piedade do pobre africano, alijado e afastado de seus amigos e de seu lar, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro, para aguardar ainda mais horrores e misérias em uma terra distante, entre religiosos e benevolentes. Sim, até mesmo entre eles. Mas, vamos ao navio! Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga.

Oh! a repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas da minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto.

Que aqueles indivíduos humanitários, que são a favor da escravidão, coloquem-se no lugar do escravo no porão barulhento de um navio negreiro, apenas por uma viagem da África à América, sem sequer experimentarem mais que isso dos horrores da escravidão; se não saírem abolicionistas convictos, então não tenho mais nada a dizer a favor da abolição. [...] Imagino que, em toda criação, haja apenas um lugar mais horrível que o porão de um navio negreiro, e esse lugar é aquele onde os donos de escravos e seus lacaios muito provavelmente se encontrarão algum dia quando, ai de mim, será tarde demais, tarde demais!

A única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados assim, mas pareceu ser muito tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho por dia era tudo que nos permitiam e nada mais. Muitos escravos morreram no percurso. Houve um pobre companheiro que ficou tão desesperado pela sede que tentou apanhar a faca do homem que nos trazia água. Foi levado ao convés e eu nunca mais soube o que lhe aconteceu. Suponho que foi jogado ao mar.

Quando qualquer um de nós se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico (!). Como os demais fiquei muito mareado de início, mas nosso sofrimento não causou preocupação alguma aos nossos brutais donos. [...] Alguns foram jogados ao mar antes que o último suspiro exalasse de seus corpos; quando supunham que alguém não iria sobreviver, era assim que se livravam dele. Apenas duas vezes durante a viagem nos permitiram subir ao convés para que pudéssemos nos lavar – uma vez enquanto estávamos em alto-mar, e outra pouco antes de entrarmos no porto.

Chegamos em Pernambuco, América do Sul, de manhã cedo e o navio ficou zanzando durante o dia, sem lançar âncora. Ficamos sem comida e sem bebida o dia inteiro e nos foi dado a entender que deveríamos permanecer em silêncio absoluto, sem clamor algum, senão nossas vidas estariam em perigo. Mas quando "a noite lançou seu manto de trevas sobre a terra e o mar" deitaram ferro e nos permitiram ir ao convés para sermos vistos e manuseados por nossos futuros senhores, que vieram da cidade. Desembarcamos a algumas milhas da cidade, na casa de um fazendeiro, que era usada como uma espécie de mercado de escravos. O fazendeiro tinha uma grande quantidade de escravos e não demorou muito para que eu o presenciasse empregando livremente seu chicote contra um rapaz. Essa cena causou-me uma impressão profunda pois, é claro, imaginei que em breve este seria meu destino. E oh!, não tardou, ai de mim, para que meus temores se realizassem.

Biography of Mahommah G. Baquaqua. A native of Zoogoo, in the interior of Africa. Edited by Samuel Moore, Esq. Detroit: George E. Pommery and Co., Tribune Office, 1854. In: REVISTA Brasileira de História – Escravidão (São Paulo), v. 8, n.16, mar./ago. 1988, p. 272.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. A justificativa mais consolidada entre os historiadores para o predomínio da escravidão africana é econômica: o tráfico negreiro era uma importante atividade comercial, gerando altos lucros para os europeus e colonos negociantes. Outra explicação, sustentada pelo historiador Fernando Novais, é a de que a dispersão indígena dificultou o apressamento destes grupos, além de a população ter sido dizimada e desarticulada por epidemias, fugas, combates, alterações de sua economia de subsistência e trabalhos forçados.
2. Na África, as guerras intertribais eram estimuladas pelos traficantes. Os escravos eram negociados nos portos e vendidos nos principais portos da colônia, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

Exercícios de História

1. Leitura e reflexão

a) Sim. Podem ser citados os trechos: "o escravo vivia, em geral, com a família do dono e labutava ao seu lado, cumprindo as mesmas tarefas, e ao lado dos filhos, das mulheres, das filhas e das noras do senhor"; "Seus rebentos ou netos ou bisnetos acabavam por ser assimilados à linhagem do dono".

b) As práticas de escravidão foram profundamente alteradas após a chegada dos europeus. Grupos africanos passaram a provocar conflitos objetivando a captura e venda de prisioneiros. Assim, o que antes era uma consequência das guerras, passou a ser a sua causa, provocando um desequilíbrio social e cultural. O escravo africano, antes um prisioneiro de guerra, capturado em situações específicas, passou a ser uma mercadoria negociável no mercado atlântico.

2. Construção de um herói brasileiro

a) Resposta pessoal. Convide os alunos a uma reflexão sobre a permanência de situações de exclusão dos afrodescendentes, a importância dos estudos históricos da escravidão, da resistência escrava e da cultura afro-americana.

b) Por terem sido escritos pelos portugueses.

c) Resposta pessoal.

3. Novos olhares, outros contextos

a) O termo *agudá* pode referir-se aos africanos com sobrenome de origem portuguesa; aos católicos, no contexto nigeriano do século XIX; aos membros da colônia libanesa, síria ou indiana no Togo atual; aos descendentes de traficantes ou comerciantes brasileiros ou portugueses que se estabeleceram na costa africana; aos descendentes de escravos africanos que retornaram para a África.

b) As festas de Nosso Senhor do Bonfim, o Carnaval, a arquitetura, a culinária, a religiosidade, o vocabulário etc.

c) Manuela Carneiro da Cunha afirma que a construção das identidades se faz a partir das diferenças e de maneira situacional e conjuntural, no contraste e no confronto com outras identidades.

d) Saíram da condição de força de trabalho para a de senhores, ao lado de comerciantes e traficantes brasileiros.

4. Análise da imagem e texto

a) O candomblé surgiu na Bahia, no século XIX, reunindo tradições de povos iorubás, influências dos grupos fons (ou jejes) e outros grupos africanos. Adotou o culto dos orixás e a utilização de emblemas, nomes e outras características das divindades africanas, bem como a hierarquia de poder iniciático.

b) Resposta pessoal.

c) Resposta pessoal.

CAPÍTULO 12

A diáspora africana

Escravos esperando para serem vendidos – Richmond, Virgínia, gravura de Eyre Crowe de 1861

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Deslocamentos populacionais forçados

O período da escravidão moderna pode ser considerado o tempo de uma das maiores dispersões populacionais de toda a história. Calcula-se que mais de 12 milhões de africanos tenham sido levados para a América, estagnando a população da África, sendo que o número dos que saíam era bem maior do que os que chegavam aos portos americanos.

Hoje em dia, vários outros fatores obrigam as populações a se deslocar. É o caso dos conflitos armados entre povos, ou guerras civis dentro de um mesmo país. Grande parte desses conflitos tem acontecido na África.

Existe uma estreita relação entre a diáspora negra e a situação atual de intenso conflito e miséria em vários países da África. Além disso, as cicatrizes do sistema escravista na história contemporânea brasileira são enormes, embora nem sempre evidentes. As formas de discriminação, a má remuneração do trabalho braçal e as dívidas sociais com os descendentes das populações africanas escravizadas são alguns aspectos dessa história. Você saberia apontar exemplos concretos dessas cicatrizes?

diáspora: deslocamento de grandes grupos populacionais, em geral forçado ou incentivado

POVOS AFRICANOS NA ÉPOCA MODERNA

Como você já estudou, a África, além de berço da humanidade, abrigava uma intensa e complexa atividade humana desde os tempos antigos, com reinos, impérios, cidades-Estado e rotas comerciais. No início do século XV, quando foram feitos os primeiros contatos com europeus organizados em Estados nacionais, grande parte da África estava integrada à civilização islâmica, sobretudo no norte e leste do continente. Observe o mapa desta página.

O primeiro passo dos portugueses fora da Europa, a tomada da rica cidade de Ceuta em 1415, além de ter razões comerciais, relacionava-se com o próprio processo da Reconquista. Toda a expansão portuguesa para a África ocupou primeiro territórios islâmicos. Na África do Norte, encontrava povos de maioria semita, quer dizer, descendentes de tribos berberes e de árabes.

Na África subsaariana – ao sul do Deserto do Saara – a presença negra era dominante, mas muitos grupos já eram convertidos ao islamismo. Ali viviam diversas culturas africanas negras, como achantis, iorubas, dinkas, adalis e somalis. A África Central, região do centro para o sul do continente, era ocupada por povos bantos, como fantis, bacongos e bosquímanos.

Esses são só alguns exemplos na diversidade de povos que viviam na África naquele momento. Nem todos foram vítimas diretas do tráfico negreiro, mas a escravidão mudou a história do continente, gerando aquilo que muitos chamam de **diáspora africana**, o espalhamento dos africanos pelo mundo, sobretudo para a América colonial.

Em muitos reinos africanos, a estrutura do Estado estava apoiada em comunidades aldeãs. Nelas a população trabalhava seguindo princípios ancestrais, sendo comuns diversas formas de trabalho coletivo e de propriedade comunitária da terra para a prática da agricultura e pecuária.

Quando começou a ser realizada em grande escala pelos europeus, a escravidão não era novidade na África. Em alguns grupos, os prisioneiros de guerra eram escravizados; em outros, esse era um recurso para garantia de pagamento de dívidas, ou punição para crimes graves. Na dimensão que os europeus lhe deram, contudo, a escravidão representou um imenso desequilíbrio na sociedade, na cultura e na economia dos povos africanos.

A África no final do século XV

Trópico de Câncer
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO ÍNDICO
berberes
achantis
iorubas
fantis
adalis
dinkas
somalis
bacongos
bosquímanos

Grupos linguísticos
Afro-asiático
Niger-congo
Nilo-saariano
Coisan
Expansão islâmica

0 900 1 800 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 20

A INSERÇÃO DO ESCRAVISMO NO SISTEMA ECONÔMICO MUNDIAL

Com a interferência europeia, as práticas de escravidão mudaram completamente na África. Alguns grupos se especializaram em fazer guerra com o objetivo único de capturar prisioneiros e vendê-los.

De consequência de conflitos entre grupos e povos, a escravidão passou a ser uma causa, desequilibrando de forma profunda as relações que existiam anteriormente. Pode-se dizer que, após o contato com os europeus, a escravidão africana mudou de sentido, e o escravo, que antes era uma presa de guerra, passou a ser uma mercadoria negociável no mercado atlântico.

Os europeus formaram uma classe especial de comerciantes – os traficantes de escravos – e amealharam muito capital ao longo dos séculos de escravismo moderno.

Principais rotas do tráfico de escravos africanos

Allmaps/Arquivo da editora

Adapt. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas História do Brasil. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2002. p. 9.

▲ O tráfico negreiro teve várias rotas importantes, que se intensificavam ou enfraqueciam ao longo do tempo. A maior parte das rotas que alimentavam o escravismo no Brasil trazia escravos da África ocidental.

Segundo o historiador Charles Boxer[1], o grosso dos africanos escravizados obtidos pelos portugueses na África ocidental foi de início comprado na costa da Guiné e quase todos pertenciam à etnia sudanesa ocidental. **Guiné** era o termo usado para denominar uma região mais ampla que a Guiné atual, e ia da embocadura do Rio Senegal até o Rio Orange. O centro do comércio deslocou-se depois em direção ao sul, para o reino banto do Congo, e posteriormente para o reino de Angola.

Sobre a origem dos africanos trazidos à força para o Brasil, o historiador Jaime Pinsky afirma:

> Na verdade, se essa "Grande Guiné" foi uma das zonas de origem do negro escravo, Angola foi outra. Através de seus portos, como Benguela e Luanda, sem dúvida um número muito grande de negros foi enviado, desde o início do tráfico. De outras regiões, como ilhas africanas ocidentais, ou zonas da África Oriental – como Madagáscar e Moçambique – o tráfico foi menor, embora não desprezível.
>
> Deve-se, contudo, lembrar que o porto de origem do escravo não tinha, necessariamente, relação com sua origem étnica. [...] a captação de escravos dava-se, com frequência, no interior, muitas vezes a distâncias significativas dos locais de embarque.
>
> Dessa forma poderemos notar uma grande variedade de grupos negros trazidos ao Brasil pelos traficantes (portugueses e ingleses, os mais expressivos, já no século XVIII). Se temos os guinéus e os angolanos, temos também os bantus, os sudaneses, os minas, entre outros.
>
> PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 32.

[1] BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. p. 26.

A grande diversidade de grupos étnicos e de clãs que eram comprados nos portos africanos decorria não só do próprio processo de apresamento, mas também do interesse dos senhores, que preferiam ter escravos de origens diferentes. Adquirindo africanos escravizados de diversas etnias, cada uma com seu idioma e seus costumes, o proprietário dificultava sua integração e tornava mais difícil o risco de qualquer forma de organização para resistir à ordem escravocrata no Novo Mundo.

O tráfico negreiro, somado a outros fatores, acabou provocando um grande declínio demográfico na região de Angola. Mesmo assim os portugueses continuaram a obter a maioria de seus escravos daquela procedência; afinal, controlavam a área, não tendo ali concorrentes estrangeiros, o que tornava a atividade mais lucrativa.

As condições das viagens nos navios tumbeiros eram terríveis. Interessados em tirar o máximo de lucro de suas atividades, os traficantes lotavam os porões dos navios, pois o preço de venda do escravo – muito maior que o preço de compra – compensava a porcentagem que morria na travessia do Atlântico. Entre a captura e a venda, muitos escravos pereciam. Somando a brutalidade da captura e do transporte, a saúde fragilizada e o trabalho intenso após a chegada, cerca de 40% dos escravos, em determinadas épocas, faleciam nos primeiros seis meses após sua captura, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro. Apenas na viagem, aproximadamente 20% não resistiam. Por isso, além de diáspora negra, a escravidão moderna pode ser colocada ao lado dos grandes holocaustos da humanidade.[2]

Escravos africanos na América

Indígenas e africanos foram escravizados na América portuguesa. Porém, rapidamente, nos setores mais dinâmicos da economia colonial a mão de obra passou a ser predominantemente de origem africana. Para toda a América portuguesa, pode-se dizer que a escravidão africana prevaleceu em áreas voltadas à economia agroexportadora, como a açucareira nordestina desde o século XVII, depois também nas áreas centrais voltadas à mineração no século XVIII. A escravidão indígena foi intensa no Sudeste até o XVIII, e no Norte, até o século XIX. Muitas explicações já foram dadas para o predomínio da escravidão africana nos centros mais dinâmicos da colonização, mas a interpretação mais consolidada hoje é a de que a escravidão negra prosperou principalmente porque se tornou um bom negócio para comerciantes, sobretudo portugueses e ingleses, e integrou-se facilmente ao sistema comercial, que abrangia quase toda a margem do Oceano Atlântico no território que hoje conhecemos como Brasil.

Negros no porão, litografia de cerca de 1830, em que o pintor alemão Johann Moritz Rugendas retratou escravos africanos no porão de um navio negreiro ou navio tumbeiro, como são denominados os navios de tráfico e transporte dos escravos para a Colônia portuguesa na América. "Tumbeiro" vem de "tumba", fazendo referência ao destino de muitos africanos escravizados durante as longas viagens.

[2] Jaime Pinsky utiliza a expressão "holocausto negro". Veja PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 28.

Segundo o historiador brasileiro Fernando Novais[3], o tráfico de escravos africanos para as colônias foi uma das atividades econômicas mais importantes da Idade Moderna, ao lado do comércio das especiarias orientais, da produção de açúcar e da mineração. Uma das evidências dessa importância era a intensa luta pela dominação dos portos africanos onde se fazia o tráfico. Quase todos os países europeus participavam da atividade e se revezavam no monopólio desse comércio.

▲ Observe a cena de um mercado de negros retratada por Johann Moritz Rugendas em 1835. As duras condições do sistema escravista parecem atenuadas neste retrato do cotidiano

Há historiadores que explicam a introdução do escravo africano nas colônias, afirmando que sem esse recurso não haveria possibilidade de povoamento do Novo Mundo, pois na época a população europeia era insuficiente. Novais contesta essa ideia e cita o caso da França, que, mesmo tendo uma das maiores populações naquele momento, utilizou-se de escravos africanos em suas colônias. Segundo o historiador, as colônias não existiam para ser povoadas, mas sim exploradas economicamente.

Para discutir a escravidão, também é preciso compreender por que não se adotou o trabalho assalariado. Com tanta abundância de terras e a relativa facilidade de obtê-las – já que até 1850 as terras eram obtidas por doação ou por ocupação –, os imigrantes que viessem para o Brasil não se sujeitariam a trabalhar para outro. Desejariam eles mesmos tornar-se pequenos proprietários, como na Europa.

Na amplitude colonial e ao longo dos seus séculos, não existiu uma homogeneidade na utilização escravista. Observa-se uma maior intensidade do uso do trabalho escravo nas áreas açucareiras, contrastando com o uso mais modesto em outras lavouras, como a de tabaco e a de algodão. Havia ainda roças de subsistência controladas por africanos escravizados, que muitas vezes, aliás, conseguiram o direito de venda dos excedentes. Também era diversa a concentração da posse dos escravos nas áreas rurais ou nos centros urbanos.

Nos estudos sobre a escravidão no Brasil durante o período colonial, outro tema que ocupa os historiadores é a utilização da mão de obra indígena. Alguns historiadores sustentaram que o indígena mostrou-se inadaptado para o trabalho na lavoura, e por isso teria sido adotada a escravidão negra. Fernando Novais, no entanto, sustentou que a dispersão dos indígenas pelo território dificultava seu apresamento e transporte. E, mais uma vez, a questão econômica não pode ser deixada de lado: o tráfico negreiro era uma importante atividade comercial, que gerava altos lucros para os europeus e também alguns negociantes radicados nas áreas coloniais. Além desses argumentos, é preciso considerar que a diminuição da escravidão indígena, substituída pela africana durante o século XVI, deu-se em certas áreas do litoral e não por toda a Colônia.

Na América hispânica, o comércio de escravos era submetido a um rígido controle em proveito do tesouro real espanhol, que cobrava impostos e vigiava de perto a quantidade e a qualidade dos escravos introduzidos nas colônias espanholas. Os comerciantes espanhóis praticamente não traficavam africanos escravizados, apenas os compravam dos traficantes de outras metrópoles. No início, apenas dois portos poderiam receber escravos vindos da África: Cartagena, na Colômbia, e Vera Cruz, no México. No final do século XVIII, porém, o rei da Espanha liberou o comércio de africanos escravizados.

Nos séculos XVI e XVII, foram importados cerca de meio milhão de africanos escravizados para a região do Caribe, mais que todo o restante da América hispânica. Deve-se lembrar que no Caribe também se desenvolveu a economia açucareira.

[3] NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 79

Entretanto, foi entre o século XVIII e a metade do XIX que chegaram à América quatro quintos dos africanos escravizados. Nesse período, devido ao crescimento das atividades produtivas, uma grande quantidade de escravos aportou no sul das colônias inglesas na América do Norte, que viriam a formar posteriormente os Estados Unidos da América. Caribe, América portuguesa e América inglesa foram de longe os maiores importadores de africanos escravizados.

No sul dos Estados Unidos, entretanto, existiu uma situação completamente diferente da que ocorreu nas demais regiões americanas. A reprodução dos africanos escravizados foi muito incentivada, buscando-se com isso o aumento do número de escravos sem ter de recorrer ao tráfico negreiro. Essa estratégia era muito mais vantajosa e politicamente bem vista pelos países europeus que se opunham ao tráfico negreiro.

Do total de africanos escravizados desembarcados na América, a distribuição ocorreu da seguinte forma: 38% vieram para o Brasil, 17% para a América espanhola, 17% para as Antilhas francesas e Louisiana, 17% para as Antilhas britânicas, 5% para as Antilhas holandesas e dinamarquesas e 6% para os Estados Unidos.[4]

A partir da segunda metade do século XVIII, começou a perder força a ideia até então predominante de que a escravidão era um modo de geração de riquezas. Cada vez mais, considerava-se na América que a escravidão colocava em risco a segurança pública, devido ao alto índice populacional dos escravos e às revoltas por eles organizadas.

Os escravos na economia colonial

Diversos fatores determinaram a generalização do trabalho escravo africano no Brasil, a partir do final do século XVI, ao mesmo tempo que a mão de obra nativa deixava de ser opção viável.

A população indígena se reduzia, frequentemente vitimada por epidemias adquiridas em contato com os brancos, ou abalada pelo trabalho forçado, ou então pela desarticulação de sua economia de subsistência. Muitos morriam na luta de resistência contra os colonos, outros fugiam para o interior.

Além disso, a luta dos jesuítas contra a escravização dos indígenas levou os colonos a voltar-se cada vez mais para os escravos africanos. Mediante um pagamento, a Coroa cedia às companhias particulares o *assiento*, o direito de explorar o tráfico negreiro.

Na África, enquanto isso, o tráfico provocava grande desestruturação. Nas guerras intertribais, que passaram a ser estimuladas pelos traficantes, os que não morriam eram escravizados pelos chefes vencedores e vendidos nos portos. Os chefes locais africanos, denominados *sobas*, vendo aí uma grande fonte de ganhos, passaram então a capturar seus conterrâneos e negociá-los com os traficantes em troca de fumo, tecidos, cachaça, armas, joias, vidros e outros produtos.

Coleção particular/The Bridgeman Art Library/Getty Images

Escravas africanas provenientes de diferentes nações, litografia de Jean-Baptiste Debret, de 1839

[4] ALENCASTRO, Luis Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, 21, jul. 1988.

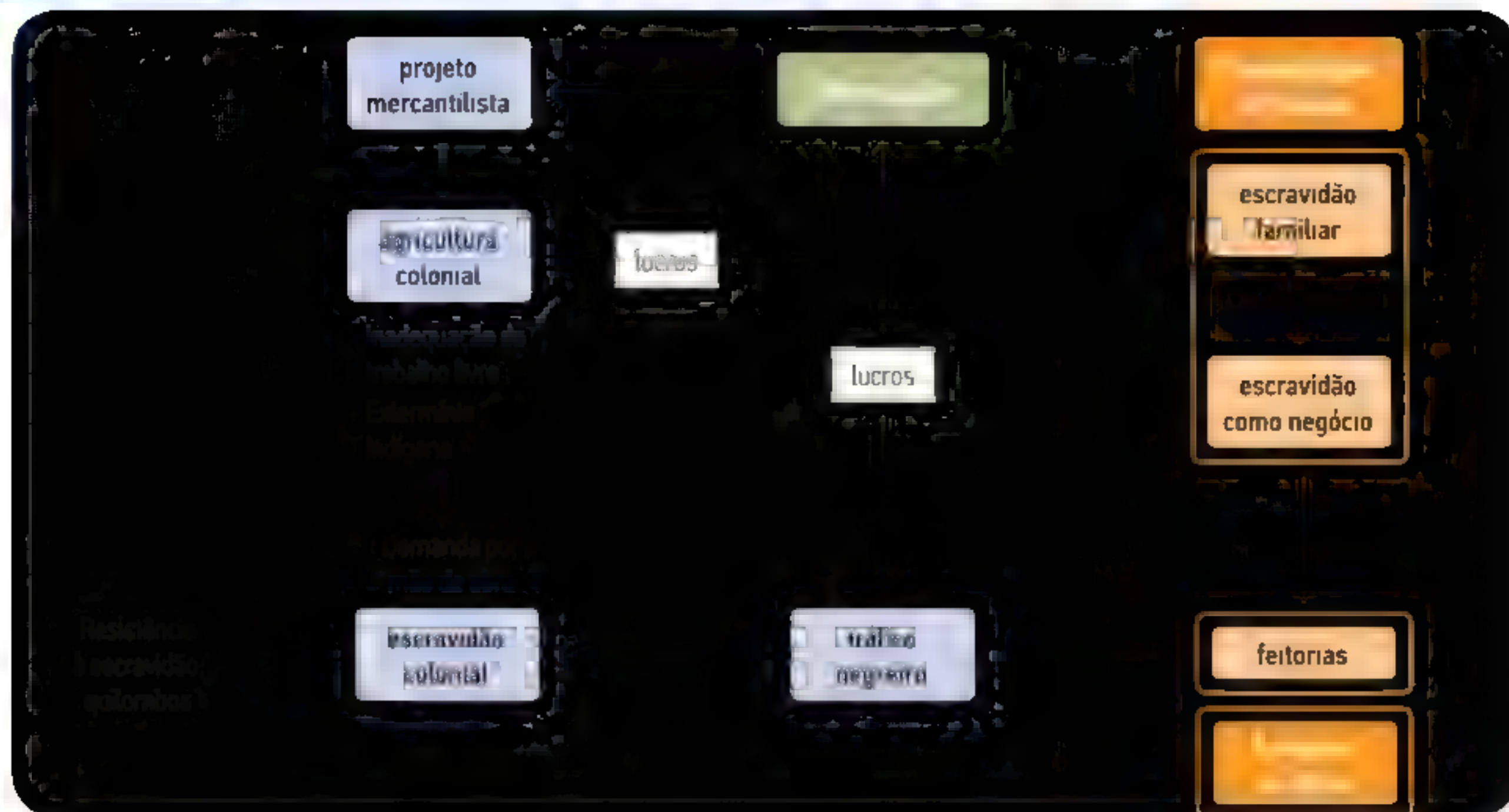
Após a longa viagem iniciada na África, os que sobreviviam à travessia eram desembarcados e vendidos nos principais portos da Colônia, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, completando-se a ligação entre o centro fornecedor de mão de obra (África) e o centro produtor de açúcar (América portuguesa). Para a Bahia dirigiram-se principalmente os sudaneses, trazidos da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim, enquanto os bantos, capturados no Congo, Angola e Moçambique, foram para Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Durante todo o período que durou a exploração dos africanos escravizados e seus descendentes na América portuguesa, registraram-se atos de resistência e rebeldia, como tentativas de assassinato de feitores e senhores, fugas e suicídios. Muitos dos fugitivos organizavam-se em **quilombos**, comunidades negras livres. O Quilombo de Palmares, em território do atual estado de Alagoas, foi o mais importante deles na resistência à escravidão.

Estabelecido no século XVII, Palmares era uma comunidade autossuficiente, que produzia gêneros agrícolas para seu próprio sustento e que chegou a abrigar mais de 20 mil escravos fugidos dos engenhos. O sucesso da organização era uma ameaça aos senhores de engenho, pois estimulava o desejo de liberdade e a formação de outros quilombos. O primeiro a chefiar Palmares foi **Ganga Zumba**, provavelmente eleito "rei de Palmares" por uma assembleia de líderes. Ganga Zumba firmou um acordo com o governador de Pernambuco (o Acordo de 1678), uma tentativa de pôr fim à guerra que já durava mais de setenta anos. O acordo garantia liberdade aos negros nascidos em Palmares, além da concessão de terras no norte de Alagoas. É possível que o acordo só tenha sido aceito por Ganga Zumba depois que vários parentes seus, inclusive filhos, netos e irmão, tenham sido aprisionados em 1677 e 1678. Contudo, o acordo dividiu os palmarinos e, nas lutas que se seguiram no quilombo, Ganga Zumba foi envenenado pelos dissidentes. Com sua morte, o controle de Palmares passou para as mãos de **Zumbi**.

Após diversos cercos malsucedidos, uma expedição sob contrato realizada em 1694 e liderada pelo bandeirante da região de São Paulo Domingos Jorge Velho destruiu o que restava do quilombo. Zumbi reorganizou a luta com os que haviam conseguido fugir, mas foi preso e morto em 20 de novembro de 1695. No Brasil essa data é, atualmente, consagrada como Dia da Consciência Negra.

Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ

Zumbi, óleo de Antônio Parreiras, século XIX. Zumbi é considerado o herói da luta dos africanos contra a dominação escravista no Brasil. Foi opositor ao Acordo de 1678, assinado por Ganga Zumba, pois esse acordo concedia direitos de liberdade a apenas parte dos palmarinos. Zumbi rejeitou diversos outros acordos similares propostos pelas autoridades metropolitanas.

A escravidão africana na América

projeto mercantilista

agricultura colonial

lucros

lucros

escravidão familiar

escravidão como negócio

escravidão colonial

tráfico negreiro

feitorias

Responda às questões propostas com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

Explique as razões do predomínio da mão de obra escrava africana.

Aponte os mecanismos de obtenção e fornecimento de escravos africanos para a Colônia portuguesa.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e reflexão

→ Leia o texto a seguir, que faz um relato sobre a escravidão na África de 1500.

Muito pouco se sabe sobre as várias formas e roupagens com que se apresentava a escravidão, no contexto de diferentes estruturas sociais, na África de 1500. A instituição tinha uma longa história no continente, uma história que se alongaria até o século XX [...]

É muito provável que prevalecessem na maior parte da África – uma África rural e pouco urbanizada, com uma profusão de diminutas cidades-Estado e de vilarejos regidos por formas desconcentradas de mando – os tipos de escravidão que tinham por principais objetivos aumentar o número de dependentes de cada linhagem e favorecer a fome de honra, de prestígio e de poder dos chefes de família, em sociedades de competição extremamente aberta, por nelas não se terem ainda cristalizado classes e grupos de status.

Nesses sistemas, o escravo vivia, em geral, com a família do dono e labutava ao seu lado, cumprindo as mesmas tarefas, e ao lado dos filhos, das mulheres, das filhas e das noras do senhor, pois, sendo escravo, nele não se distinguia o sexo na divisão de trabalho. Seu destino era corrigir a escassez de mão de obra e ampliar o número de dependentes de seu amo. Era estimulado a ter filhos. Estes, fossem de

casais escravos ou oriundos do matrimônio ou da concubinagem entre homem livre e mulher cativa, pertenciam ao senhor, mas, tal qual uma pessoa escravizada em criança, quase nunca eram vendidos Seus rebentos ou netos ou bisnetos acabavam por ser assimilados à linhagem do dono, perdendo, as sim, com o tempo, a condição servil.

COSTA E SILVA, Alberto *A enxada e a lança a África antes dos portugueses* Rio de Janeiro Nova Fronteira, 2006 p 667

a) Segundo o texto, podemos afirmar que o escravo na África acabava de certa forma por se integrar à família de seu senhor? Explique sua resposta e justifique-a com passagens do texto.

b) Com base no texto acima e no que você estudou no capítulo, explique o que mudou nas características da escravidão existente na África depois da chegada dos europeus.

2 Construção de um herói brasileiro

→ Foi na segunda metade do século XIX, com os abolicionistas, que Zumbi ganhou a versão de herói da causa negra no Brasil. Leia o texto e responda as questões:

Nesta sexta-feira, 20 de novembro, celebramos o Dia da Consciência Negra A data é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira e relembra o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, que atuou como um símbolo da resistência do negro à escravidão.

Não se sabe muito sobre a história de Zumbi, pois os muitos dos registros a respeito dele foram feitos por portugueses que colonizaram o Brasil e podem ter sido distorcidos Os africanos chegaram ao Brasil para trabalhar como escravos a partir da metade do século XVI.

A influência cultural dos negros no Brasil também é motivo de discussões nessa data. Um exemplo desse sincretismo é a Bahia, onde são usadas cerca de 5 mil palavras de origem africana.

HISTÓRICO: entenda o significado do Dia da Consciência Negra Disponível em <www.abril.com.br/noticias/brasil/historico-entenda-significado-importancia-dia-consciencia-negra-513108.shtml>. Acesso em. 28 fev. 2010

a) Considerando a história da escravidão na América e o que você estudou ao longo deste capítulo, qual a importância da celebração do Dia da Consciência Negra no Brasil?

b) Por que os relatos que possuímos a respeito de Zumbi podem ter chegado até nós de maneira distorcida?

c) Você considera que a herança cultural dos negros africanos foi absorvida no cotidiano cultural brasileiro? Se sim, em que aspectos?

3 Novos olhares, outros contextos

→ Os textos a seguir tratam do contexto das comunidades de escravos africanos libertos no Brasil e retornados ao Benim, na África, especialmente nas primeiras décadas do século XIX. Leia-os e responda às questões propostas.

Texto 1

Em seu regresso à África, os "retornados" levaram consigo pedaços de uma cultura brasileira que haviam, voluntária ou involuntariamente, incorporado a seu dia a dia. Essa cultura, que lhes fora a princípio imposta, terminou por constituir, a seu regresso, o esteio sobre o qual construíram sua identidade estrangeira, "Agudá", "Tabom", ou simplesmente "Brasileira".

As marcas do Brasil sobreviveram nessa comunidade e, aos poucos, foram se incorporando à bagagem cultural local Ela vê-se hoje nas festas que celebram Nosso Senhor do Bonfim e o carnaval, e que atraem sobretudo (mas não apenas) os "brasileiros" d'África, na arquitetura do velho centro de Lagos,

Porto-Novo e Uidá, onde os casarões, coloniais e brasileiros, não são menos nigerianos e beninenses; na culinária festiva e seleta, de rigor na celebração do Bonfim, mas também na presença unânime de iguarias como a mandioca e a carne seca, trazidas de portos brasileiros, na fé católica e muçulmana, que vieram do norte, da Europa e da própria África, mas também do oeste, do além-mar brasileiro, no vocabulário, enfim, que, a princípio restrito aos círculos "brasileiros", acabou se incorporando às línguas locais, substituindo palavras que já existiam ou agregando-se na definição das novidades trazidas por esses homens e mulheres.

FONSECA, Carlos da. Brasil na África. *Projeto Cartas D'África.*
Disponível em: <www2.mre.gov.br/cartafrica/brasil.htm>. Acesso em: 27 fev. 2010.

Texto 2

O termo agudá é utilizado, nesta região da África, para designar, em iorubá, fom ou mina, os africanos que possuem sobrenome de origem portuguesa. Na Nigéria do século passado, todos os católicos eram igualmente chamados de agudás [...], e no Togo atual, por sua vez, são assim designados também os membros da colônia libanesa, síria ou indiana. A palavra agudá teria se originado da transformação da palavra "ajuda", nome português da cidade de Uidá, devido ao já citado forte [...]. Em francês, a língua corrente no Benim atual, os agudás são chamados e chamam a si próprios simplesmente de "brésiliens", entre aspas quando por escrito.

O fato é que os agudás têm origens diversas e se encontram atualmente em todas as classes sociais, sendo católicos, na maioria, ou muçulmanos. A maior parte deles, sem dúvida, é constituída por descendentes de traficantes ou de comerciantes brasileiros ou portugueses estabelecidos nesta costa, ou ainda por descendentes de antigos escravos retornados do Brasil. Mas existem também aqueles cujos ancestrais nunca tiveram ligação com o Brasil, embora fossem social ou economicamente ligados aos brasileiros, e tenham sido então absorvidos pela dinâmica cultural destes.

Libertos no Brasil, esses antigos escravos retornados não o eram, entretanto, na África, onde continuavam sendo considerados escravos pela grande maioria dos autoctones. [...] Eles são diferentes dos outros, vestem-se como os brancos, comem com talheres e se dizem católicos, na maioria, ou muçulmanos. [...]

A identidade étnica constrói-se a partir da diferença [...], ou seja, em relação ao outro. Como enfatiza Cunha[5] "[...] a identidade é construída de maneira situacional e por contraste, ou seja, que ela constitui uma resposta política a uma determinada conjuntura, uma resposta articulada com as outras identidades envolvidas, com as quais forma um sistema". A construção da identidade baseia-se, portanto, em uma estratégia de valorização das diferenças, e neste aspecto, a situação é muito clara: os antigos escravos retornados consideram os autóctones como selvagens, e continuam sempre vistos por estes como escravos que imitam as "maneiras do branco". No seu conjunto, os antigos escravos — sejam de origem iorubá, fom, mina ou outras — só tinham em comum entre si o fato de terem sido escravos no Brasil, de falarem português, de terem "maneiras de branco" e de se dizerem católicos. É então com os brancos, no caso os brasileiros há muito estabelecidos na Costa, que eles vão se identificar e estabelecer alianças. E como "brasileiros" serão considerados.

Foi justamente a partir da experiência de vida adquirida do Brasil, comum a todos eles, que os antigos escravos conseguiram assimilar-se aos agudás — como já eram chamados os brasileiros estabelecidos na região — e assim compartilhar seu lugar na sociedade local. Esta experiência permitiu-lhes, sobretudo, se inserir na economia do lado dos que davam as ordens, e não simplesmente como força de trabalho. No momento em que o confronto entre a cultura tradicional e o capitalismo em expansão adquiriu contornos mais nítidos na região, eles estavam capacitados a assumir o papel de senhores e a impulsionar a economia ao lado dos comerciantes e dos traficantes brasileiros. Estes últimos os acolheram muito bem e os utilizaram para desenvolver os seus negócios. A reunião desses dois grupos — um composto pelos

[5] CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. *Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Cedec, v. 1, n. 1, 1995. p. 206.

comerciantes e traficantes brasileiros ou portugueses e o outro pelos antigos escravos retornados — desenhou o perfil da comunidade agudá tal qual ela é hoje. Nela encontramos ao mesmo tempo a soberba dos senhores de escravos condição que a maioria realmente adquiriu desde a sua chegada de volta à África — e os hábitos de escravos adquiridos no Brasil.

Ora, foi exatamente a partir da sua própria condição de escravos, ou seja, na sua experiência da escravatura no Brasil que eles encontraram a matéria prima para construir uma nova identidade coletiva que lhes permitiu exercer um papel na vida social e econômica como "cidadãos de primeira classe" na sociedade que os havia rejeitado.

GURAN, Milton. Agudás — de africanos no Brasil a "brasileiros" na África
História, Ciências e Saúde-Manguinhos [online] Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 7, n. 2, 2000. p. 415-24

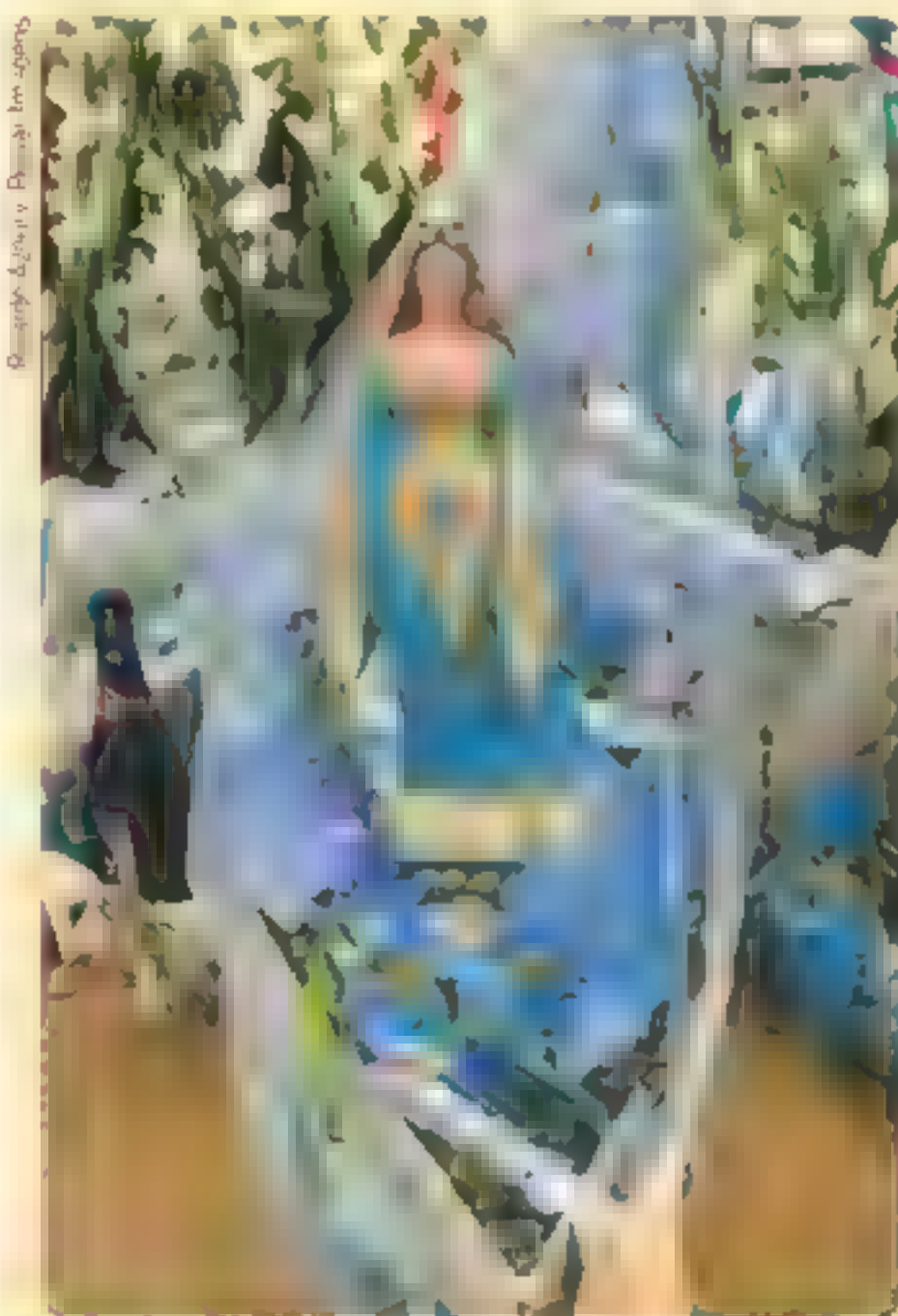
a) Quem são os *agudá*?

b) Segundo os autores, que elementos da cultura brasileira foram implantados pelos retornados na África?

c) De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, citada por Milton Guran, como ocorre o processo de construção das identidades?

d) Conforme destaca Milton Guran na parte final do texto 2, qual a principal mudança de *status* social e econômico vivida pelos escravos africanos e seus descendentes, ao retornarem para Benim?

4 Análise da imagem e texto

→ O texto abaixo é um fragmento de um estudo sobre a cultura material das sociedades africanas. Leia-o, observe a imagem e faça o que se pede.

[...] a vida dos povos africanos é tida como muito mais ritualizada que no mundo cristão. O mundo material e o espiritual são concebidos juntos, quase que inseparáveis, o que implica em modelos de culto e religião completamente diferentes do que se adotou no Ocidente, que por sua vez serviu de modelo para outros povos formados na modernidade, como é o caso brasileiro. Os Candomblés (são várias as formas como essa religião brasileira de origem africana se apresenta) conservam formas de culto muito próximas às de cultos tradicionais da África ocidental (sobretudo dos Fon e dos Ioruba), adotando emblemas, nomes e outras características de suas divindades (e, às vezes, das divindades dos povos de línguas bantu, ..., da África central) [...]

SALUM, Marta Heloísa Leuba. *África: culturas e sociedades*. Disponível em: <www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.htm>. Acesso em: 30 mar. 2010.

Oferenda para Iemanjá na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, às vésperas do Ano-Novo. Foto de dezembro de 2008.

a) Segundo o texto de Marta Salum, qual a relação entre os candomblés e os cultos tradicionais da África ocidental?

b) A estátua representa a imagem de Iemanjá. Descreva a maneira como é representada: vestimentas, acessórios, posição corporal etc.

c) Faça uma pesquisa sobre a associação de entidades africanas a santos católicos. Escreva em seu caderno algumas das correspondências encontradas.

Capítulo 13

ARTE E TECNOLOGIA

Professor: Aqui começam as orientações para o Capítulo 13 (p. 282 a p. 294).

O período do Renascimento cultural é abordado neste capítulo a partir de um conceito amplo de cultura, que permite ao professor salientar as múltiplas representações artísticas e as inovações das técnicas. A partir dessa perspectiva sobre o Renascimento, o texto do historiador Jean Delumeau, apresentado na atividade *5. Análise de conceito*, destaca que o Renascimento não foi uma ruptura brutal com o período medieval, mas um processo histórico lento e com raízes naquele período, cujo desenvolvimento foi favorecido pelo crescimento do comércio e das cidades. Nesse processo, a burguesia fortaleceu-se politicamente, interferindo cada vez mais nas questões de Estado, da religião e da cultura. Com efeito, os valores e padrões ditados pela Igreja Católica do período medieval foram suplantados por uma diversidade de ideias e por um crescente espírito crítico.

Como um movimento predominantemente urbano, originário na Península Itálica, o termo *Renascimento* significa, sobretudo, "renascer", e seus expoentes inspiraram-se no resgate da cultura clássica dos gregos e romanos — como demonstra a imagem *A Escola de Atenas*, de Rafael Sanzio — e foram além quando valorizaram o ser humano e a razão, dois pilares dos tempos modernos. Na exploração desse movimento de valorizar o ser humano, é possível aproveitar as imagens *Nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, e *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, para destacar como os pintores retrataram as formas humanas e a busca pela beleza.

As mudanças do período renascentista não ocorreram apenas nas artes e na política, ocorreram também em outros campos do conhecimento, como a Física, Astronomia, Matemática e Biologia. A partir da imagem do sistema heliocêntrico de Copérnico, mostre aos alunos as mudanças científicas do período, uma vez que a teoria heliocêntrica comprova que o Sol está no centro do universo, contrapondo-se à teoria do geocentrismo, da Igreja Católica. A teoria heliocêntrica também foi defendida por Galileu Galilei, que, junto com Copérnico, foi julgado e condenado pela Inquisição da Igreja Católica. O texto "Perdoai as nossas ofensas" permite a análise do impacto das novas teorias e da violenta repressão da Igreja Católica, que séculos depois pediu desculpas ao publicar encíclicas reconhecendo o valor das teorias e dos cientistas.

O caso da Índia é tomado como um importante contraponto, que permite ao professor colocar o Renascimento em perspectiva, auxiliando os alunos na compreensão da existência de várias temporalidades, espacialidades, manifestações e outras formas de convívio com a arte e a tecnologia. O texto da atividade *4. Comparação e reflexão* é importante fonte para a análise do intercâmbio de arte e tecnologia entre a Europa e outras partes do mundo, como a Índia, questionando a tese da supremacia europeia em termos culturais e artísticos em razão do comércio e da expansão colonial.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereço eletrônico na coluna lateral.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: estudar as características da pintura renascentista e sua influência sobre artistas e movimentos estéticos futuros (Barroco, Surrealismo etc.).
- **História e Filosofia**: levantamento das principais características dos pensadores renascentistas, suas origens e influências.
- **História e Literatura**: apresentação de trechos de obras de vários literatos do período renascentista, de modo a identificar algumas de suas principais características.
- **História e Astronomia**: apresentação das teorias geocêntrica e heliocêntrica.

▶ Texto de apoio

Galileu Galilei

Galileu, talvez mais do que qualquer outra pessoa, foi o responsável pelo surgimento da ciência moderna. O famoso conflito com a Igreja Católica se demonstrou fundamental para sua filosofia; é dele a argumentação pioneira de que o homem pode ter expectativas de compreensão do funcionamento do universo e que pode atingi-la através da observação do mundo real.

Galileu acreditou na teoria de Copérnico (de que os planetas giram em torno do Sol) desde o começo, mas foi apenas quando encontrou a evidência necessária à sustentação da hipótese que ele passou a defendê-la publicamente. Escreveu em italiano (não o latim acadêmico costumeiro)

Bibliografia

ALVARES, C. *Decolonizing History. Technology and culture in India, China and the West 1492 to the present day*. New York, Goa/Apex Press, Other India, 1991.

BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, J. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994.

GOMBRICH, E. H. *História da Arte*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

HELLER, A. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. 17. ed. São Paulo: Atual, 1994.

Filmes

Agonia e êxtase. Direção de Sir Carol Reed. Estados Unidos, 1965. (134 min)

Moça com brinco de pérola. Direção: Peter Webber. Inglaterra, 2004. (95 min)

Endereço eletrônico

Vida e obra de Leonardo da Vinci. Disponível em: <www.mos.org/LEONARDO/>. Acesso em: 10 abr. 2010. Em inglês, o *site* traz informações sobre as mentalidades na época do Renascimento, as inovações tecnológicas de Leonardo da Vinci, informações de sua biografia, seus estudos de anatomia, entre outros. Além disso, há *link* multimídia que explica passo a passo técnicas artísticas renascentistas, como perspectiva, ponto de fuga e *sfumato*.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 17. ed. São Paulo: Atual, 1994.

sobre a teoria de Copérnico, e em pouco tempo suas opiniões se tornaram amplamente difundidas além das universidades. O fato contrariou os professores aristotélicos, que se uniram contra ele, tentando persuadir a Igreja Católica a banir o copernicismo.

Galileu, preocupado com isto, viajou para Roma a fim de falar com as autoridades eclesiásticas. Argumentava que a Bíblia não pretendia se manifestar quanto a teorias científicas, e que era normal assumir que, onde a Bíblia conflitava com o senso comum, sua linguagem fosse alegórica. Mas a Igreja, temendo um escândalo que pudesse minar sua luta contra o protestantismo, tomou medidas repressoras. Em 1616 declarou "falsa e errônea" a doutrina de Copérnico, proibindo Galileu de "defendê-la ou sustentá-la". Galileu se sujeitou à decisão.

Em 1623 um velho amigo seu torna-se papa. Imediatamente Galileu tenta revogar o decreto de 1616. Falha, mas consegue autorização para escrever um livro discutindo tanto a teoria de Aristóteles quanto a de Copérnico, embora com duas condições: não tomar partido e chegar à conclusão de que o homem não pode, em caso algum, determinar como funciona o mundo, porque Deus poderia ter realizado os mesmos efeitos de maneiras inimagináveis pelos homens, que não podem fazer restrições à onipotência divina.

O livro *Diálogo sobre os Dois Sistemas Principais do Universo* foi concluído e publicado em 1632, com total endosso dos censores, e imediatamente acolhido em toda a Europa como uma obra-prima de literatura e filosofia. Em breve o papa, dando-se conta de que as pessoas aceitavam o livro como um argumento convincente a favor da teoria de Copérnico, arrependeu-se de ter permitido sua publicação. Argumentava ele que, embora o livro tivesse as bênçãos oficiais dos censores, o autor desacatara, ainda assim, o decreto de 1616.

Entregou Galileu à Inquisição, que o sentenciou à prisão domiciliar perpétua e obrigou-o a renunciar publicamente ao copernicismo. Pela segunda vez, Galileu se sujeitou.

Galileu permaneceu um piedoso católico, mas sua crença na independência do saber científico não foi abalada. Quatro anos antes de sua morte, em 1642, ainda detido em sua casa, o manuscrito de seu segundo livro de fôlego foi mandado clandestinamente a um editor da Holanda. Este trabalho, intitulado *Duas Novas Ciências*, mais do que seu apoio às teorias de Copérnico, foi a gênese da Física moderna.

HAWKING, S. *Uma breve história do tempo: do* Big Bang *aos buracos negros*. 29. ed. São Paulo: Rocco, 1999. p. 243.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) Podem ser citados: as influências medievais na produção de Dante Alighieri; a religiosidade medieval em *Odes a Laura*, de Petrarca; o diálogo entre paganismo e cristianismo, em Sandro Botticelli; entre outros.

2) Podem ser citadas as obras: *De África*, de Petrarca, de forte inspiração greco-romana; as pinturas de Rafael Sanzio, com destaque para *Escola de Atenas*, entre outras.

Exercícios de História

1. Observação de imagem e elaboração de texto

a) As três imagens apresentam os mesmos personagens descritos no episódio bíblico da anunciação: Virgem Maria e arcanjo Gabriel. Nas duas primeiras, há a presença de uma ave (pomba) representando a presença do Espírito Santo, conforme os cânones católicos. Quanto às diferenças, chama atenção a ausência de qualquer efeito de perspectiva na imagem medieval, resultando em figuras "chapadas" na superfície pintada e uma representação quase esquemática do episódio.

b) Nas imagens renascentistas, percebe-se, em Fra Angelico, o domínio da perspectiva e a superposição de planos como verdadeira exibição da técnica por parte do artista (1.º plano, a cena bíblica; 2.º plano, quarto vazio; 3.º plano, jardim ao fundo). O resultado é mais naturalista, observando-se inclusive uma evolução de Fra Angelico para Da Vinci. Finalmente, em Da Vinci, o artista demonstra não apenas amplo domínio na representação da imagem humana, como uma curiosa preocupação em representar, com fidelidade, a diversidade da natureza, como se observa na linha de árvores ao fundo.

2. Análise de texto

a) Entre mais de cem pedidos de desculpas, João Paulo II se desculpou pelo fato de a Igreja Católica ter compactuado com a escravização africana e indígena e não ter lutado efetivamente contra o nazismo, pelo uso da violência em contextos como o das Cruzadas e da Inquisição, pela marginalização das mulheres, pelas perseguições de protestantes e ortodoxos, pelas perseguições contra as teorias científicas de Galileu Galilei, Nicolau Copérnico e Charles Darwin.

b) O papa justifica a reabilitação de Darwin por meio das descobertas e dos avanços científicos que levaram ao reconhecimento da validade da teoria da evolução.

3. Reflexão sobre imagens e texto

a) A perfeição geométrica do espaço público, a exposição de uma suposta harmonia social e o rigor matemático na elaboração de modelos urbanos revelam o desejo de abolir o caráter de imprevisibilidade da História e da violência dos conflitos sociais.

b) No contexto da cultura renascentista urbana, o artista também desempenha a função de arquiteto e planejador dos cenários urbanos.

c) Harmonia, beleza, perfeição, equilíbrio e simetria das formas.

4. Comparação e reflexão

a) No Renascimento, há a afirmação do domínio da natureza pela razão. Na concepção dos chineses, exposta no capítulo, o homem é o centro do universo, mas não deverá prescindir da natureza.

b) O sistema agrícola da região de Malabar e Gujarat era mais adaptado ao tipo de solo, preservando sua fertilidade. A proximidade e sucessão das diversas plantas criavam as condições para um solo fértil, arejado e que não se tornava endurecido pelos efeitos do clima.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos identifiquem o período compreendido entre 1966 e 1976 e o papel de Mao Tse-tung na liderança das massas populares. Estimule-os a formular textos próprios, com base nos artigos disponíveis na internet. As questões sobre tecnologia e práticas culturais devem ser privilegiadas, de forma a dialogar com o texto e o tema do capítulo.

5. Análise de conceito

a) Não, pois o Renascimento absorveu permanências e influências culturais medievais, tais como representações religiosas, de festividades populares e de figuras populares medievais como os menestréis e trovadores.

b) Resposta pessoal.

c) Resposta pessoal.

CAPÍTULO

13 Arte e tecnologia

Galeria Nacional, Parma

▲ *Cabeça de mulher*, desenho de Leonardo da Vinci, de cerca de 1508.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Cultura, arte e tecnologia

Você já parou para pensar no que é arte? E tecnologia?

Se usarmos um conceito amplo de cultura, tanto a arte quanto a tecnologia expressam a cultura de um povo ou de um conjunto de povos.

Antes do processo de integração do mundo pelas navegações e pelo comércio mundial europeu, as sociedades mais ou menos isoladas entre si desenvolveram arte e tecnologia de forma paralela.

De maneira simplificada, tecnologia é o conjunto de conhecimentos práticos sobre como utilizar os ambientes físicos e seus recursos materiais (plantar, colher, fabricar ferramentas, da pedra lascada ao aço, da canoa à estação orbital). Para se adaptar ao meio ambiente o ser humano busca tecnologias específicas e necessárias em diferentes regiões e diferentes épocas.

Além de produzir bens de utilidade evidente, o ser humano também busca expressar no que produz seus sentimentos diante da vida. E aí se destaca a arte, que, como já se disse, é a tradução da beleza, ou o que vai além dela. Temos a arte que busca reproduzir a aparência do visível (a grega, por exemplo) e a arte que interpreta e representa o que se capta do mundo como sua essência (alguns grupos étnicos africanos e nativos americanos, por exemplo).

Todas as culturas possuem tecnologia e arte e expressam características próprias de sua época e sociedade. Pense em alguns exemplos de arte e tecnologia de diferentes povos, em diferentes épocas.

A EFERVESCÊNCIA CULTURAL EUROPEIA: O RENASCIMENTO

Na Europa, a dinamização comercial sustentou-se no fortalecimento da burguesia, que passou a ter papel cada vez maior na definição dos rumos políticos, religiosos e culturais da Europa. A hegemonia da nobreza ou da Igreja começou a ser suplantada pelos novos valores a partir dos séculos XV e XVI. A centralização política, a Reforma protestante e o Renascimento artístico e cultural devem ser entendidos nesse contexto.

O movimento artístico e cultural que floresceu na Itália a partir do século XIV é conhecido como Renascimento ou Renascença. Pode ser caracterizado como uma tendência cultural laica (isto é, não eclesiástica) que se estendeu até o século XVI. Inspirado na cultura greco-romana, rejeitava os valores feudais a ponto de considerar o período medieval a "Idade das Trevas". Para os renascentistas, a época obscura seria abolida por um "renascimento" cultural posterior, justamente o momento em que estavam vivendo.

O próprio termo "Renascimento", com o sentido de fazer "renascer" o mundo antigo, "trazendo de volta" o pensamento e as criações dos antigos gregos e romanos, não foi criado por historiadores posteriores, mas durante esse movimento artístico cultural. Muitos apontam que o primeiro a registrar a palavra "Renascimento" com tal sentido tenha sido o pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari (1511-1574).

Vale lembrar que, ao contrário da opinião dos renascentistas, o período medieval foi bastante rico culturalmente. Além disso, o Renascimento não foi um completo rompimento com o mundo medieval. Mesmo tomando a Antiguidade Clássica como principal fonte de inspiração, os renascentistas sofreram influências da própria cultura medieval. Os menestréis e os trovadores, por exemplo, figuras populares da Idade Média, foram resgatados no Renascimento.

menestrel: músico e poeta que no período medieval percorria os povoados levando música e espetáculos diversos.

trovador: poeta lírico que compunha textos e canções. Os trovadores surgiram no século XI e floresceram especialmente nas regiões que mais tarde iriam constituir a Itália, a França e a Espanha.

A presença de temas religiosos e as representações de festividades populares no Renascimento também remetem à Idade Média.

Além disso, é preciso observar que o Renascimento não foi o simples "renascer" de valores da Antiguidade Clássica. O resgate da cultura greco-romana e o abandono de determinados elementos medievais acompanhavam os interesses da burguesia ascendente, como você verá adiante.

A característica central do Renascimento foi o **humanismo**, no sentido da valorização do ser humano, criação privilegiada de Deus. Daí surgiu o **antropocentrismo** renascentista, a ideia de que a humanidade é o centro do u[illegible] teocentrismo medieval, o qual tinha Deus como centro de todas as coisas e enxergava o ser humano como ser inferior, corrompido pelo pecado.

Galeria da Academia, Florença/The Bridgeman Art Library/Getty Images

Representação de David, em escultura em mármore de Michelangelo Buonarotti, concluída em 1504

No período renascentista, valorizava-se o ser humano como ser racional, isto é, dotado de um dom quase divino, a **razão**, e por isso mesmo capaz de interpretar e conhecer a natureza. A aproximação dos seres humanos com Deus se fazia por meio da criatividade e da genialidade, atributos que lhes davam a imagem e a semelhança do Criador, possibilitando-lhes emergir das trevas da sujeição escolástica para exercer sua verdadeira humanidade.

O naturalismo, o hedonismo e o neoplatonismo também são características do movimento renascentista. O naturalismo prega a volta à natureza; a filosofia hedonista defende o prazer individual como o único bem possível; e o neoplatonismo, por sua vez, defende uma elevação espiritual, uma aproximação com Deus por meio da interiorização, da busca espiritual, em detrimento de qualquer desejo material. Assim, reafirma-se a colocação do ser humano no centro do mundo.

CIDADES ITALIANAS: ORIGEM DO RENASCIMENTO

O Renascimento surgiu e atingiu maior expressividade na Itália, justamente o local onde o desenvolvimento comercial foi mais precoce. De fato, não existia, então, Itália como país, e sim como expressão geográfica. A península estava dividida em várias cidades e regiões, cuja unidade política só seria alcançada no século XIX. Na época do Renascimento, as cidades italianas eram grandes centros mercantis, situação conquistada desde o final da Idade Média, com destaque para os portos de Gênova e Veneza, embora houvesse outras cidades importantes na região, como Florença, Milão e Roma.

Ao mesmo tempo, a riqueza da região tornou possível o surgimento dos **mecenas**, indivíduos ricos que, em busca de promoção pessoal, patrocinavam produções artísticas e científicas. Membros da família Médici em Florença e dos Sforza em Milão foram alguns dos mais importantes.

Os abundantes vestígios materiais da antiga civilização romana existentes em toda a Itália também serviram de fonte de inspiração e estímulo para os artistas do Renascimento. A riqueza das cidades italianas atraiu sábios bizantinos, herdeiros das tradições gregas e romanas clássicas, que fugiam da crescente pressão dos turco-otomanos após a queda de Constantinopla.

Um grande precursor do Renascimento literário na Itália foi **Dante Alighieri** (1265-1321), autor de *A divina comédia*. Apesar de criticar a Igreja, sua obra tem fortes influências medievais.

Na literatura, após a iniciativa de Dante Alighieri, generalizou-se a utilização do dialeto toscano (do norte da Península Itálica), que seria matriz da língua italiana contemporânea. Mas foi Petrarca (1304-1374) o "pai do humanismo e da literatura italiana". Petrarca escreveu *De África*, de forte inspiração greco-romana, e *Odes a Laura*, expressando uma religiosidade essencialmente medieval. Giovanni Boccaccio (1313-1375) é outro grande nome do *Trecento* (os anos trezentos), autor de *Decameron*, contos satíricos que criticam o ascetismo medieval.

Hulton Archive/Getty Images

O Hospital dos Inocentes, na Piazza della Santíssima Annunziata, em Florença, na Itália (foto de cerca de 1880). Essa obra foi projetada por Filippo Brunelleschi, arquiteto renascentista, em 1419.

ascetismo: no contexto da Igreja cristã medieval, o ascetismo é a autodisciplina voltar-se para as orações, para o espiritual, rejeitando prazeres

No século XV, em Florença, destacou-se o pintor **Masaccio** (1401-1428), considerado um mestre da perspectiva, com sua pintura imitando o real. **Sandro Botticelli** (1445-1510), outro destaque, acreditava que a arte era uma expressão ao mesmo tempo espiritual, religiosa e simbólica. Sua busca da beleza atingiu o ponto máximo em *Nascimento de Vênus*, pintura que reúne elementos pagãos e cristãos. Mais do que sugerir o amor físico, a estonteante beleza do corpo nu da Vênus remete à pureza.

Galeria Uffizi, Florença

▲ Botticelli conciliou os valores cristãos com os do paganismo. Acima, detalhe de uma de suas obras, *Nascimento de Vênus*, de cerca de 1483.

Leonardo da Vinci (1452-1519), com uma diversidade de interesses típica do homem renascentista, dedicou-se a vários ramos do conhecimento, tendo sido pintor, escultor, urbanista, engenheiro, físico, músico, filósofo e botânico – e em todas essas áreas atuou com genialidade. Como pintor, criou a *Gioconda* (a famosa *Mona Lisa*) e a *Última ceia*, duas das mais conhecidas obras de arte do Ocidente.

Museu do Louvre, Paris

A enigmática *Mona Lisa* (ou *Gioconda*), tela de Leonardo da Vinci feita entre 1503 e 1506. Pesquisas recentes indicam que a Gioconda era de fato uma senhora (*monna*) chamada Lisa Gherardini, casada com o rico negociante de seda florentino Francesco Del Giocondo (por isso o apelido). Da Vinci foi mestre no jogo de luz e sombra, na representação do primeiro plano e da profundidade, estimulando a imaginação do observador. A *Mona Lisa* encontra-se hoje no Museu do Louvre, em Paris, e mede 77 cm de altura por 53 cm de largura. ▶

Cidade e razão

A cultura renascentista, um dos marcos do início da Idade Moderna, foi sobretudo urbana. Seu viés racional influenciou não apenas a construção de elegantes e funcionais edifícios, como também o modo de pensar o espaço da cidade. O artista é também arquiteto e planeja o prédio e seu entorno: a praça, o monumento no centro da praça, a circulação das pessoas, a paisagem urbana.

Galleria Nazionale delle Marche, Urbino. Album/akg-images/Latinstock

▲ A proposta de uma cidade ideal, atribuída a Piero della Francesca (1420?-1492) e posteriormente a Francesco di Giorgio Martini (1439-1502), feita em cerca de 1470. Observe o equilíbrio dos volumes e a simetria das formas.

A tendência de pensar a cidade ideal foi mais longe e incluiu o movimento denominado "utopista". Dele fizeram parte **Thomas Morus** (autor de *Utopia*), **Francis Bacon** (*Nova Atlântida*) e **Tommaso Campanella** (*Cidade do Sol*). Nos três casos, segundo o historiador Nicolau Sevcenko:

> [...] essas utopias refletem modelos basicamente urbanos, dispostos numa arquitetura geométrica em que cada detalhe obedece a um rigor matemático absoluto. Nessas comunidades-modelo, a harmonia social deve ser uma derivação da perfeição geométrica do espaço público. Por trás desses projetos utópicos, o que se percebe é um desejo de abolição da imprevisibilidade da História e da violência dos conflitos sociais.
>
> SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 17. ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 24.

Em meio às utopias e às novas construções, o próprio papel das cidades passou por transformações.

A invasão da Itália pelo rei da França, Carlos VIII, em 1494, acabou com a autonomia de várias repúblicas italianas e impôs os poderes monárquicos sobre as liberdades conquistadas pelas cidades desde o final da Idade Média. O pensador florentino **Nicolau Maquiavel** (autor de *O príncipe*) identificou a nova relação de forças e abandonou a defesa da República, passando a pregar a necessidade de um governo forte, centralizado nas mãos de um príncipe astuto e virtuoso.

Não mais como palco do exercício das liberdades, as cidades continuaram sendo centros de poder, agora concentrado nas mãos de um monarca e exercido por órgãos de governo – todos eles dotados de grande visibilidade, pois estavam sediados em grandes edifícios nas cidades ou suas cercanias.

No século XVI, o principal centro da arte renascentista passou a ser Roma. Na literatura, sistematizou-e o uso da língua italiana com autores como **Francesco Guiciardini**, **Torquato Tasso**, **Ariosto** e, principalmente, o já mencionado Nicolau Maquiavel.

Nas artes plásticas, surgiu **Rafael Sanzio** (1483-1520), pintor que se tornou um dos mais populares artistas do Renascimento e que ficou conhecido como o "pintor das madonas". Entretanto, a maior figura do período foi sem dúvida **Michelangelo Buonaroti** (1475-1564).

Museus do Vaticano, Cidade do Vaticano

Escola de Atenas é um afresco (pintura mural) de 1510-11 encomendado ao artista italiano Rafael Sanzio pelo papa Júlio II para compor o salão de sua biblioteca particular. O artista representou 56 personagens, entre eles filósofos, matemáticos, poetas e outras figuras históricas de diferentes períodos. Ao centro, Platão e sua obra *Timaeus*. Ao seu lado, Aristóteles e sua obra *Ética*. O deus grego da beleza, Apolo, e a deusa romana da sabedoria, Minerva, aparecem nas colunas laterais

Considerado por muitos o "gigante do Renascimento", Michelangelo foi escultor e pintor, sendo responsável pelos monumentais afrescos da **Capela Sistina**, em Roma. Essas pinturas retratam uma particular síntese da Bíblia, especialmente a criação do mundo e de Adão; ao fundo da capela, ocupando toda uma parede, está retratado o Juízo Final. Seus trabalhos exprimem a dor e a paixão com intensidade inigualável, levando a estética renascentista ao máximo de suas potencialidades.

Akg-Images/Electa Intercontinental Press

Por encomenda do papa Júlio II, Michelangelo iniciou a decoração das paredes e do teto da pequena Capela Sistina, em Roma, entre 1537 e 1541. Na cena do *Juízo Final* (detalhe, ao lado), o artista retrata Cristo no centro

O RENASCIMENTO EM OUTRAS REGIÕES DA EUROPA

A expansão comercial de **Flandres** estimulou as artes e as ciências. **Erasmo de Roterdã** (1466-1536), considerado o "príncipe dos humanistas", buscou esclarecer questões religiosas usando uma linguagem menos rebuscada que seus antecessores filósofos. Em seu livro *Elogio da loucura*, chegou a denunciar alguns abusos da Igreja e a imoralidade do clero.

Na pintura, destacaram-se os irmãos **Van Eyck** e **Pieter Brueghel**, que retrataram temas do cotidiano da sociedade, incluindo festas populares e homens do povo. Entretanto, o mais singular dos pintores renascentistas foi **Hieronymus Bosch**, cujas pinturas retratavam cenas fantásticas e oníricas, com formas próximas a sonhos e delírios.

Museu de História da Arte, Viena/The Bridgeman/Keystone

Pieter Brueghel foi um dos maiores nomes do Renascimento artístico nos Países Baixos, retratando pequenas aldeias. Ao lado, *Dança dos camponeses*, de 1568

Na **Alemanha**, os pintores **Albrecht Dürer** (1471-1528) e **Hans Holbein** (1497-1543) foram os principais nomes do Renascimento.

Na **França**, **Rabelais** demonstrou todo o talento do humanismo em *Gargântua e Pantagruel*, exaltando o ser humano e criticando a Igreja. O filósofo **Montaigne**, em sua obra *Ensaios*, expôs seu ideal de equilíbrio: o sentimento de estar em harmonia com o universo aceitando-o como ele é.

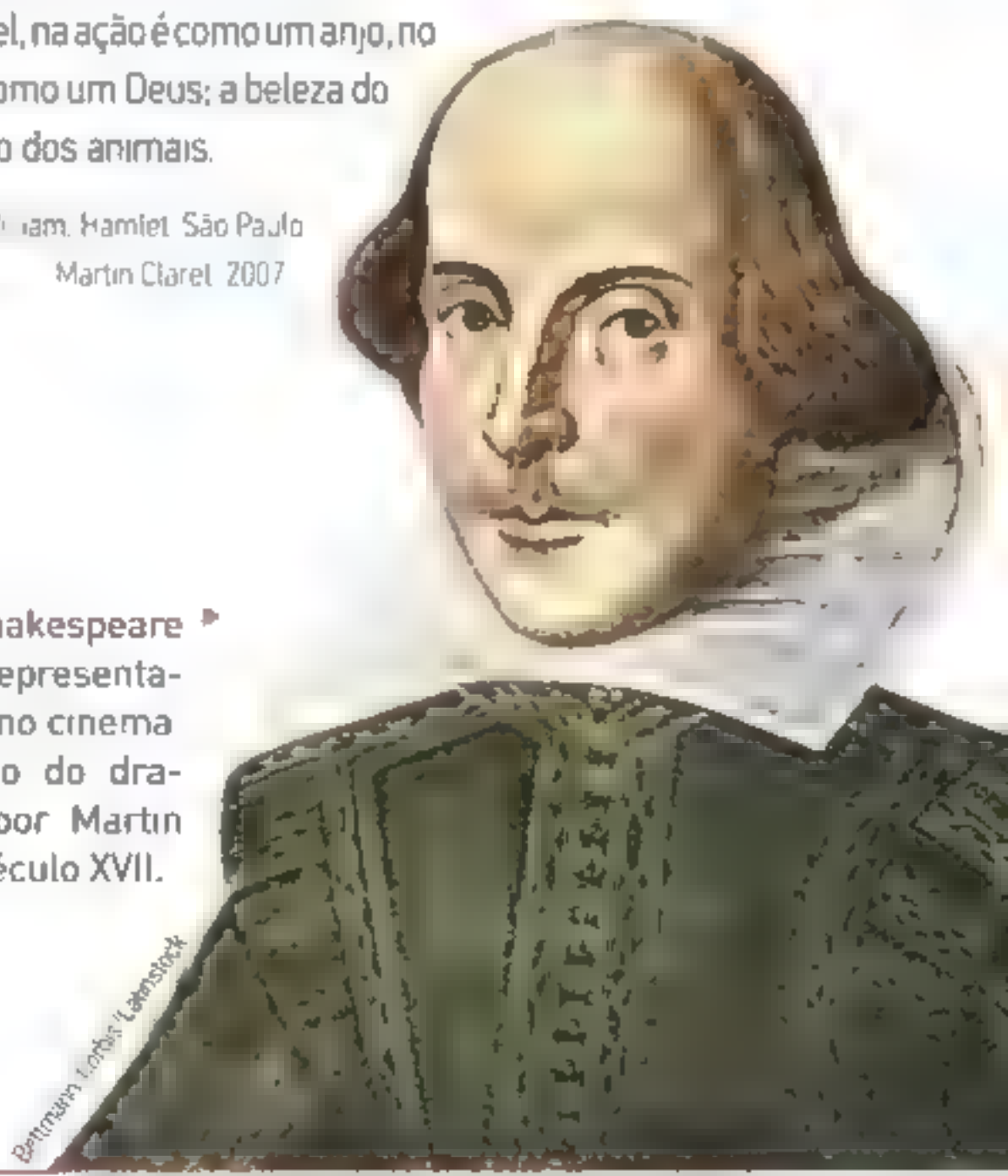
O **Renascimento inglês** só veio a florescer no século XVI, depois de prolongado período de guerras internas. Seus principais nomes estão na literatura, como o já citado **Thomas Morus**, autor de *Utopia*, obra que descreve uma comunidade perfeita, tolerante, erguida em bases essencialmente racionais, que condena a cobiça e o desejo pelo poder. O escritor mais importante nesse período, no entanto, foi o dramaturgo **William Shakespeare**. Em suas peças teatrais (*Hamlet*, *Romeu e Julieta*, *Otelo* e várias outras), apresenta personagens dotados de grande profundidade psicológica, traduzindo os dilemas da alma humana e debruçando sobre questões existenciais ainda atuais em nosso tempo.

BEM PERTO DA PERFEIÇÃO...

Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio; tão vário na capacidade; em forma e movimento, tão preciso e admirável, na ação é como um anjo, no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o exemplo dos animais.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. São Paulo: Martin Claret, 2007.

As obras de Shakespeare ainda hoje são representadas no teatro e no cinema. Ao lado, retrato do dramaturgo feito por Martin Droeshout no século XVII.

Bettmann/Corbis/Latinstock

O principal nome do **Renascimento espanhol** na pintura foi Domenico Theotokopoulos. Conhecido como **El Greco** (1541-1614), era dotado de estilo único em suas linhas nervosas e explosivas. Na literatura, o grande nome foi **Miguel de Cervantes** (1547-1616), autor de *Dom Quixote de la Mancha*, sátira aos valores medievais de cavalaria.

Em **Portugal**, destacaram-se o teatro de **Gil Vicente** (1465-1536) e, principalmente, a obra de **Luís Vaz de Camões** (1525-1580), autor de *Os lusíadas*, maior epopeia da língua portuguesa.

RENASCIMENTO ALÉM DA ARTE

Também no desenvolvimento de outras áreas do conhecimento, notadamente da Física, Astronomia, Matemática e Biologia, a ampliação da gradual independência em relação a dogmas e proibições religiosas gerou mudanças.

Contrariando as antigas concepções geocentristas defendidas pela Igreja, ganhou aceitação definitiva na época a **teoria heliocêntrica**, ou seja, a ideia de que é o Sol que está no centro do Universo. A teoria, proposta por Copérnico, foi defendida por Galileu Galilei.

Essas novas ideias, porém, provocaram reações violentas por parte da Igreja.

Na divulgação da nova concepção, destacaram-se **Nicolau Copérnico** (1473-1543), **Giordano Bruno** (1548-1600) e **Galileu Galilei** (1564-1642). Giordano Bruno foi condenado e queimado vivo pela Inquisição, por defender teses consideradas heréticas, e o matemático e físico Galileu foi também julgado e considerado suspeito pela Igreja. (somente em 1999 a Igreja católica retratou-se publicamente em favor de Galileu).

PERDOAI AS NOSSAS OFENSAS

"A Inquisição é um capítulo doloroso do qual os católicos devem se arrepender", afirmou João Paulo II no primeiro ano de seu pontificado, em 1978, como que antecipando o revisionismo que se seguiria. O primeiro alvo direto foi o obscurantismo científico: ele redimiu o italiano Galileu Galilei e o polonês Nicolau Copérnico, que derrubaram a cosmologia cristã ao descobrir que a Terra não se achava no centro do universo. "Galileu, fiel e sincero, mostrou-se mais perspicaz do que seus adversários teólogos", disse. Reabilitou também o inglês Charles Darwin, [...]. "Hoje, os novos conhecimentos e as descobertas obtidas em várias disciplinas nos levam a reconhecer na teoria da evolução mais que uma hipótese", afirmou. Depois de admitir que os "hereges" estavam certos, o papa publicou em 1998 a encíclica *Fides et Ratio*, que procura conciliar fé e razão e é considerada pelos teólogos uma espécie de testamento intelectual do pontífice. Fora do âmbito da ciência, João Paulo II pediu desculpas pelo fato de a Igreja Católica ter compactuado com a escravização de africanos e índios, e por não ter tido um papel mais efetivo na luta contra o nazismo. Foram, ao todo, mais de 100 pedidos de desculpas. O auge da expiação ocorreu na missa que deu início à Quaresma do ano 2000. "Perdoamos e pedimos para ser perdoados", proclamou João Paulo II na Basílica de São Pedro, passando em seguida a listar os atos a ser perdoados – entre eles pecados contra a unidade cristã (perseguição a protestantes e ortodoxos), uso da violência "a serviço da verdade" (cruzadas e Inquisição) e a marginalização das mulheres.

PERDOAI as nossas ofensas. Especial Papa João Paulo II. *Veja* On-line. 6 abr. 2005. Disponível em: <veja.abril.com.br/especiais/papa/p_044.html>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Coleção particular

Diagrama do sistema heliocêntrico de Copérnico, com a Terra e os planetas em órbita em torno do Sol. Esta ilustração está presente na obra *Harmonia Macrocósmica*, de Andreas Celarius, de 1660.

Outros nomes de destaque na astronomia foram **Tycho Brahe** (1546-1601) e **Johannes Kepler** (1571-1630), que chamou a atenção para o movimento elíptico dos astros.

O Renascimento nas áreas do conhecimento científico europeu rompeu com o monopólio da explicação do mundo e da natureza das mãos da Igreja, predominante no período medieval, abrindo caminho para explicações racionais, livres de limitações e dogmas. O racionalismo triunfava sobre concepções herdadas de uma tradição religiosa que se baseava na fé e não na observação, experimentação e formulação de hipóteses.

Mesmo assim, destaca-se que no panorama italiano surgiu, ao mesmo tempo, a censura ao Renascimento. A reação foi imposta pela Contrarreforma, que procurava recuperar o poderio católico, abalado após a Reforma protestante do século XVI. Os valores humanistas, considerados pagãos, eram condenados pela Igreja (assunto do próximo capítulo).

ARTE E TECNOLOGIA NA ÍNDIA APÓS AS GRANDES NAVEGAÇÕES EUROPEIAS

Para compreender melhor o período que você está estudando, é importante olhar para além da Europa e perceber outras formas de convívio com a arte e a tecnologia. A Índia é um bom exemplo.

No século XVI, os portugueses estabeleceram um entreposto comercial na Índia. Depois de cem anos de controle do comércio na região, contudo, começaram a perder espaço para outros comerciantes, como os holandeses e os ingleses, e mais tarde os franceses. Agora, competiam na Índia companhias comerciais de várias nações.

Na Índia não ocorreu um processo repentino de intensas mudanças culturais e tecnológicas como as que aconteceram na Europa a partir do século XIV.

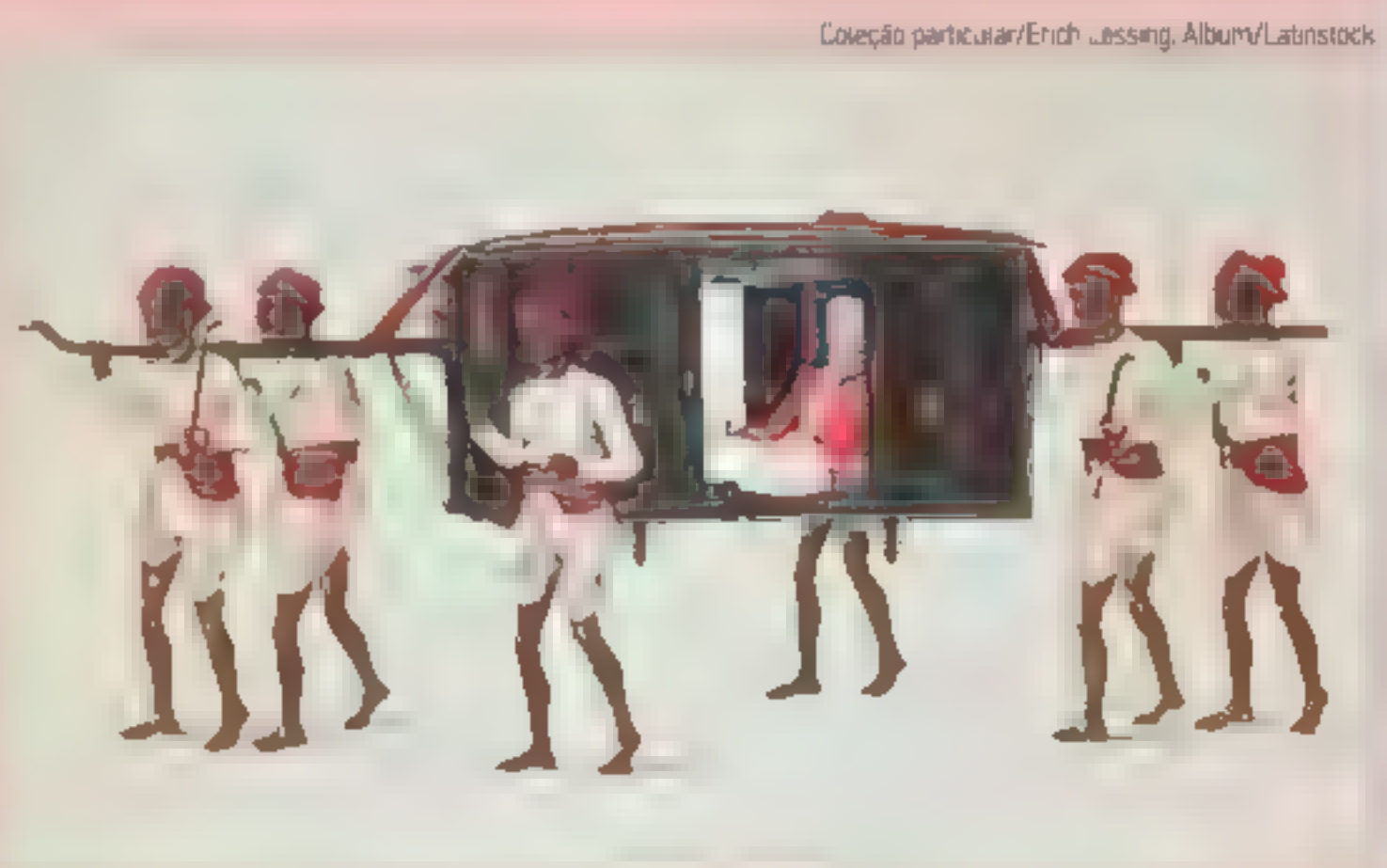
Muitos dos conhecimentos técnicos com os quais os europeus entraram em contato na Índia eram milenares. Enquanto os europeus valorizavam os instrumentos e métodos mais modernos, rápidos e lucrativos, os indianos procuravam manter funcionando os métodos e artefatos adequados ao meio ambiente e à sociedade.

Um dos exemplos mais significativos foi a agricultura. Aos olhos dos europeus, os arados utilizados em algumas regiões da Índia eram toscos e ineficientes. Os ingleses tentaram impor seus arados grandes e pesados, com uma grande quantidade de ferro. Nos lugares em que conseguiram fazer isso, o trabalho agrícola ficou mais extenuante para seres humanos e animais, além de menos produtivo. O complexo sistema agrícola da região de Malabar e Gujarat, por exemplo, que à primeira vista poderia parecer primitivo, na verdade era mais adaptado ao tipo de solo, pois mantinha sua fertilidade. Além disso, o cultivo envolvia a proximidade e a sucessão de diversas plantas, num equilíbrio que mantinha o solo fértil, arejado e não endurecido pelos efeitos do clima.

DOMÍNIO INGLÊS

No século XVIII o domínio inglês prevaleceu e, em meados do XIX, o governo britânico ampliou sua presença na Índia. Aboliu a Companhia das Índias Orientais e transferiu o governo da Índia diretamente para o controle do Parlamento e da Coroa britânicos, nomeando um governador-geral para representar a Coroa britânica.

A partir de então, a Índia deixou de ser um lugar de passagem ou de instalação de feitorias, para se tornar parte do império britânico. Para dominá-la, tornava-se necessário conhecer melhor sua cultura. Assim, multiplicaram-se no século XIX as expedições e estudos que, hoje, constituem fontes importantes para o conhecimento da perspectiva indiana sobre a relação entre o modo de vida, a cultura e as manifestações artísticas e soluções tecnológicas.

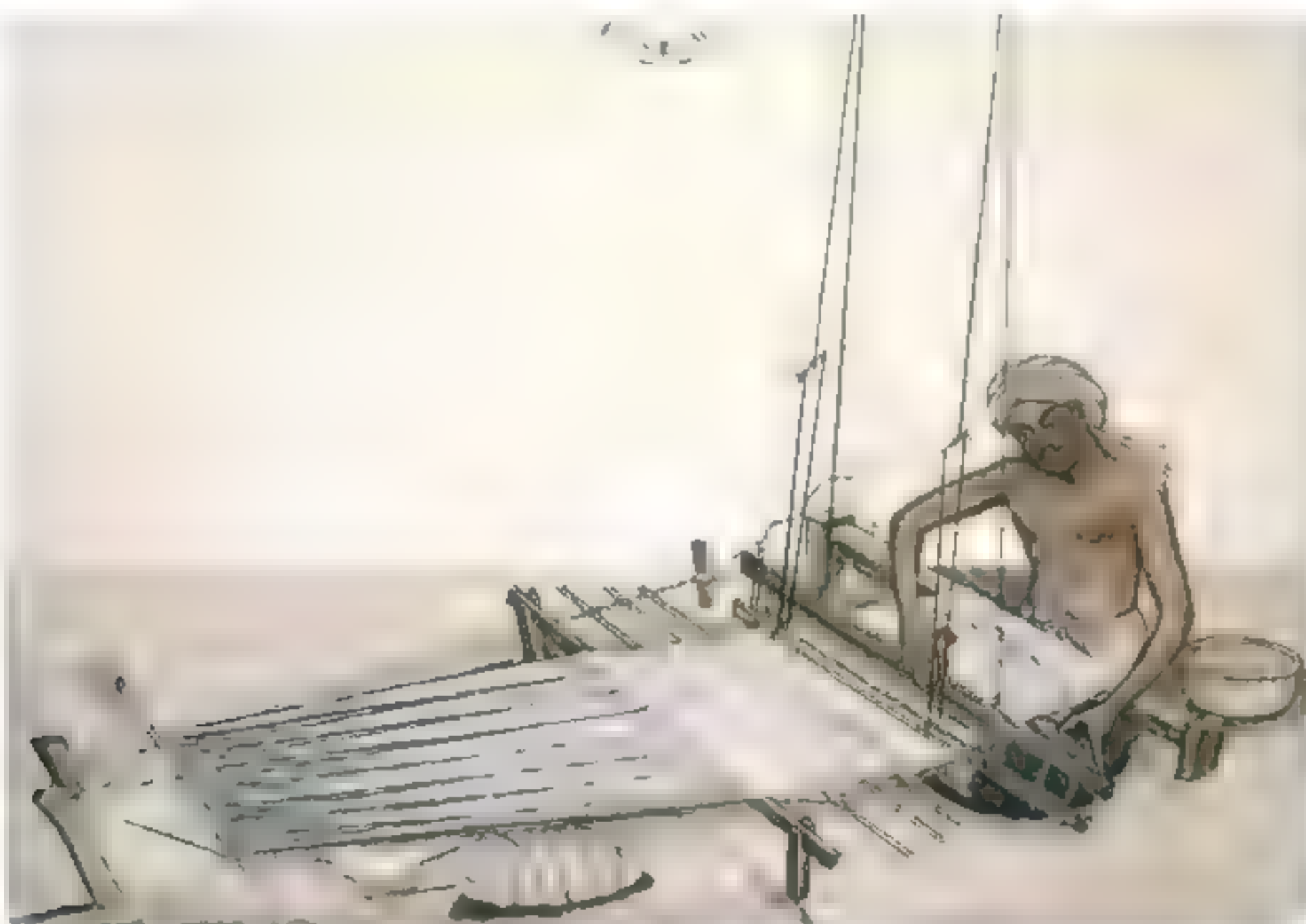
Coleção particular/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ A gravura acima, de 1828, mostra indianos carregando um oficial britânico.

A tecelagem indiana também foi subestimada. Até 1700, a Índia era o principal exportador de produtos têxteis do mundo, seguida de perto pela China. Até 1800, ou seja, mesmo já em plena Revolução Industrial inglesa, a Índia ainda produzia a maior variedade e abundância de produtos têxteis. O próprio desenvolvimento da indústria têxtil na Europa foi precedido pela imitação de técnicas indianas. Porém, ao contrário dos europeus, que usavam cada vez mais teares mecânicos com mão de obra pouco qualificada, as regiões têxteis da Índia empregavam uma grande massa de tecelões, a maioria com grande habilidade manual, tanto para tecer quanto para pintar os tecidos.

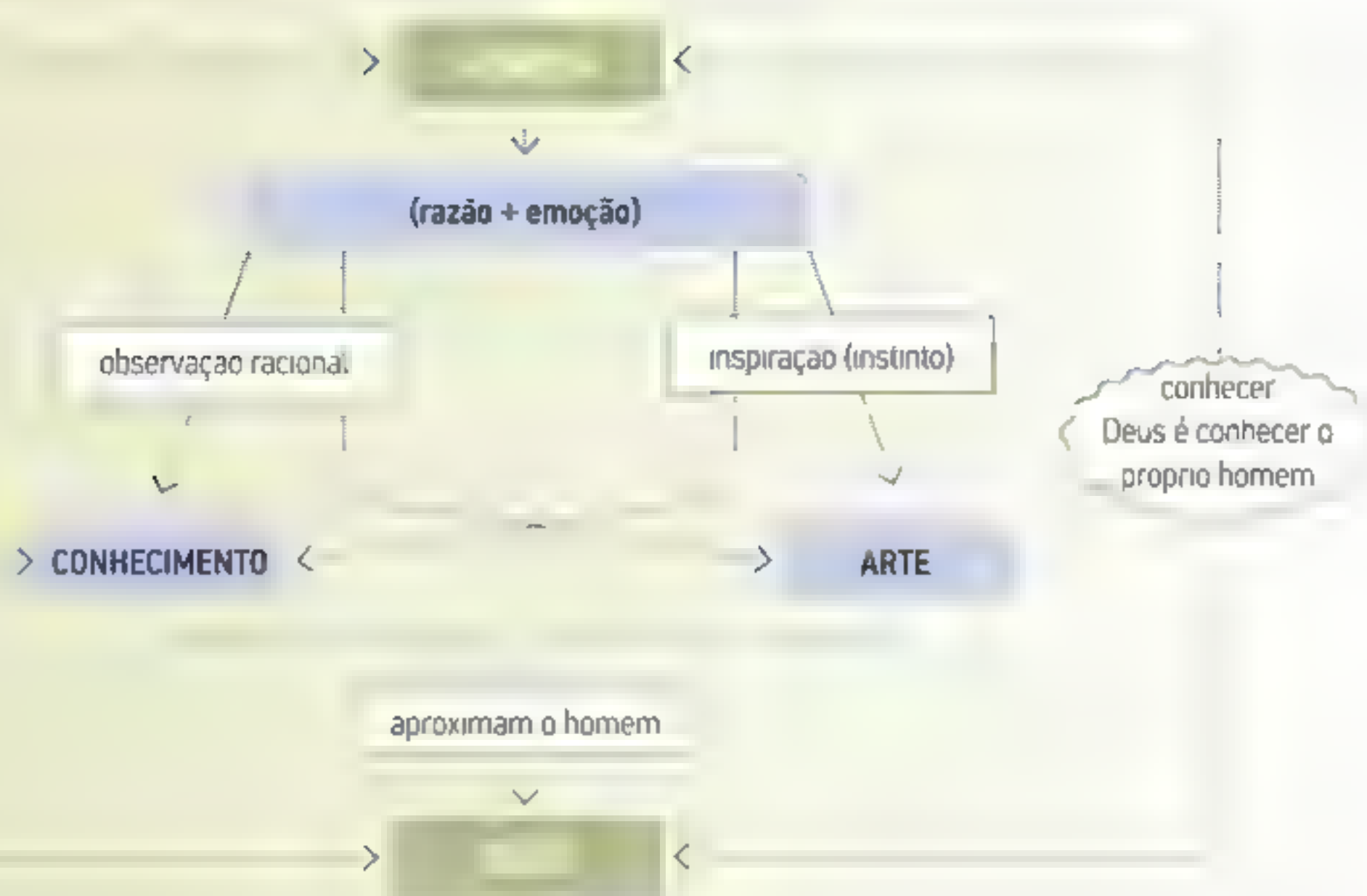
Também no campo da Medicina os indianos se destacaram: antes dos europeus, já concebiam a existência de micro-organismos e utilizavam a inoculação para imunizar as pessoas – por exemplo, contra a varíola.

Pode-se citar também o caso do aço. Apenas no início do século XIX os ingleses conseguiram reproduzir a técnica indiana para a produção de aço de alta qualidade.

Mas o importante é perceber que, apesar de ir se tornando o centro do mundo por causa do comércio e da expansão colonial, a Europa não era uma doadora de arte e tecnologia para o resto mundo: em muitos casos, o que ocorria era um trânsito de mão dupla.

Biblioteca Britânica, Londres/Album/akg-images/Latinstock

Aquarela indiana de 1873, mostrando um homem em um tear

Museu Vitória e Albert, Londres/The Bridgeman Art Library/Getty Images

Ilustração de um manuscrito de Bhanudatta, de cerca de 1660-70, representando as divindades hindus Krishna e Radha

Arte e conhecimento na mentalidade renascentista

(razão + emoção)

observação racional

inspiração (instinto)

conhecer Deus é conhecer o próprio homem

CONHECIMENTO

ARTE

aproximam o homem

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo, faça o que se pede

- Registre os elementos e as influências medievais na produção artística e literária renascentista que você conheceu neste capítulo
- Elenque as obras citadas ao longo do capítulo que tiveram como fonte de inspiração elementos da Antiguidade Clássica

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Observação de imagem e elaboração de texto

→ Examine a imagem ao lado e as da página seguinte e depois faça o que se pede.

A Anunciação, iluminura de um manuscrito francês do século XIV

Biblioteca Nacional, Paris; Erich Lessing/Album/Latinstock

A *Anunciação*, pintura de Leonardo da Vinci, de 1472-75, restaurada recentemente

Galeria Uffizi, Florença. The Bridgeman Art Library/Getty Images

Museu de São Marco, Florença/Erich Lessing/Album/Latinstock

A Anunciação, afresco do mosteiro dominicano de São Marcos, Florença (Itália). Essa pintura foi feita por Fra Angelico, em cerca de 1450

a) As três imagens, pintadas em momentos diferentes, representam a mesma cena bíblica: a Anunciação da Virgem Maria. Faça uma comparação entre elas, identificando suas semelhanças e diferenças.

b) Busque nas pinturas de Fra Angelico e Leonardo da Vinci características típicas da arte renascentista que os diferenciam da arte medieval.

2 Análise de texto

→ Retome o texto da página 289, *Perdoai as nossas ofensas*, e responda às questões propostas.

a) Quais foram os pedidos de desculpas anunciados por João Paulo II?

b) Qual a justificativa apresentada para a reabilitação de Charles Darwin?

3 Reflexão sobre imagens e texto

→ Reveja o projeto arquitetônico de Filippo Brunelleschi (página 284), a imagem da cidade ideal de Francesco di Giorgio Martini (página 286) e o texto do historiador brasileiro Nicolau Sevcenko sobre as utopias dos projetos urbanos (página 286). Com base na sua leitura do capítulo e dessas fontes, responda:

a) De acordo com o historiador, o que há por trás dos projetos utópicos?

b) Qual a função do artista no contexto da cultura renascentista urbana?

c) Quais elementos técnicos são valorizados na elaboração desses projetos urbanos?

4 Comparação e reflexão

→ Para responder as questões, leia o texto e retome a parte do capítulo sobre arte e tecnologia da Índia

[...] tanto no Ocidente quanto na China, homem e natureza formam os dois polos do pensamento. Quer dizer, em ambas as filosofias culturais, Ocidental e Chinesa, e nas teorias científicas pré modernas, e ainda nas práticas culturais baseadas nelas, pode-se distinguir uma orientação humanística de uma orientação naturalística. [...]

Entretanto, enquanto no Ocidente a atenção era dirigida principalmente para a natureza, e as ciências naturais eram desenvolvidas mais cedo e com mais favorecimento que as ciências humanas, na China, o homem formava o foco tanto da teoria quanto da pratica. Se, no Ocidente, o homem via-se como capaz de dominar a natureza, os chineses recusavam essa atitude, colocando ao invés o homem não meramente como central, mas, simultaneamente, como uma parte integrante da natureza. [...]

Na China a tecnologia dos objetos nao foi forte o suficiente para superar outra tecnologia, concernente à sociedade humana mesmo, uma forma de "engenharia humana" que mesmo em tempos recentes, durante a Grande Revolução Cultural Proletária, jogou um importante papel.

ALVARES, Claude. *Decolonizing History. Technology and culture in India, China and the West 1492 to the present day*. Nova York: Apex Press, Goa Other India, 1991. p. 86

a) No Renascimento, a humanidade ganha uma dimensão central no pensamento europeu, em oposição ao teocentrismo. Segundo o texto, o pensamento chinês tem o ser humano como centro, mas entendido na integração com a natureza. Comente essas diferenças.

b) Partindo da problemática da integração do ser humano à natureza e voltando-nos para o contexto indiano, por que o sistema agrícola praticado na região de Malabar e Gujarat era mais eficiente e adequado para o local do que as técnicas europeias?

c) Pesquise na internet o que foi e quando aconteceu a Revolução Cultural Chinesa.

5 Análise de conceito

→ O historiador Jean Delumeau, ao tratar do termo "Renascimento", considera-o carregado de preconceito, por caracterizar "a ideia de ter havido um corte brusco que veio separar uma época de luz de um período de trevas" (Idade Média). Leia o texto e faça o que se pede.

Criada pelos humanistas italianos e retomada por Vasari, a noção de uma ressurreição das letras e das artes graças ao reencontro com a Antiguidade foi, seguramente, fecunda [...]. Essa noção significa juventude, dinamismo, vontade de renovação [...]. Teve em si a inevitável injustiça das abruptas declarações de adolescentes, que rompem ou creem romper com os gostos e as categorias mentais dos seus antecessores.

Mas o termo Renascimento, mesmo na acepção estrita dos humanistas, que o aplicavam, essencialmente, à literatura e às artes plásticas, parece-nos atualmente insuficiente. Parece rejeitar como bárbaras as criações simultaneamente sólidas e misteriosas da arte românica e aqueloutras, mais esbeltas e dinâmicas, da idade gótica. Não dá conta nem de Dante, nem de Villon, nem da pintura flamenga do século XV.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p. 19

a) Considerando o que você leu neste capítulo e a posição de Delumeau acima, é possível afirmar a existência de um corte brusco entre o período medieval e a produção cultural do Renascimento?

b) Segundo o seu entendimento, o termo "Renascimento" é apropriado para referir-se à produção cultural do período?

c) Registre duas obras analisadas neste capítulo que você considerou mais representativas da continuidade de elementos do pensamento medieval.

O cristianismo em transformação

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 14 (p. 295 a p. 308).

As transformações do cristianismo em uma Europa profundamente marcada pela herança religiosa dos tempos medievais são o foco deste capítulo. As questões propostas na seção *Para pensar historicamente* devem ser discutidas no início do estudo e retomadas no final – importante registrar as primeiras impressões dos alunos para ter uma base de comparação.

A imagem dos clérigos comercializando as indulgências permite discutir os fatores do agravamento da crise religiosa: a desmoralização de parte dos clérigos com abuso de poder, o comércio desenfreado dos bens eclesiásticos e, o mais importante, a venda de indulgências, mesmo a Igreja condenando a usura e o lucro.

No texto "Olhares sobre as razões da Reforma", é apresentada a tese do historiador Jean Delumeau, a qual esclarece que os abusos de parte da Igreja Católica não eram novidades no século XVI, e, portanto, não podem ser consideradas como a principal razão para a Reforma. É importante demonstrar aos alunos como o historiador amplia o entendimento que se tem sobre o movimento reformista à medida que considera a mentalidade europeia da época, profundamente marcada por superstições, medos, peste, fome, guerras. Com efeito, Delumeau defende que um cristianismo popular somado a um individualismo avançado foram as principais razões do movimento reformista, contrapondo-se à tese de Karl Marx, para quem a Reforma foi um movimento de adequação à economia capitalista de uma Europa em franca expansão comercial.

A evangelização e a religiosidade tanto entre indígenas como entre africanos escravizados são tratadas nos textos de Manuel Alves Filho e de Jean Delumeau, nas atividades 1 e 2. Eles poderão embasar um debate com os alunos sobre o abismo entre as normas e as diretrizes do poder eclesiástico metropolitano com as práticas, os rituais, as festas e as várias formas de resistência que os indígenas e os africanos adotavam no cotidiano.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Teologia**: pesquisar e discutir as diferenças e semelhanças entre as diversas religiões cristãs. O trabalho deve centrar-se nas diferenças teológicas e no quadro histórico do surgimento e desenvolvimento das religiões cristãs.
- **História e Sociologia**: pesquisar o pensamento de Max Weber sobre a relação entre a religião calvinista e o desenvolvimento do capitalismo.

Textos de apoio

A Reforma protestante e o trabalho

Com a Reforma protestante ocorrida no século XVI, pouco a pouco os ensinamentos religiosos começavam a dar novo sentido ao sofrimento oriundo do trabalho, transformando-o em conformismo, em motivo de orgulho e sacrifício. Houve uma certa reavaliação da concepção cristã, ao se legitimar o princípio da obtenção de lucro.

Essa paulatina mudança fica evidenciada no estudo do sociólogo alemão Max Weber, acerca da ética protestante. Nesta a conduta racional tinha por princípio valores morais que iam ao encontro dos ideais do capitalismo emergente. Weber procura comprovar a existência de uma íntima afinidade entre a ideia protestante de "vocação" e a compulsão para o lucro. Com isso, mostra haver uma ligação entre a esfera religiosa e o desenvolvimento na órbita econômica. Segundo ele, parece haver uma relação, indireta, entre o protestantismo e a ascensão da economia capitalista, cuja base está na predestinação de alguns para o êxito na atividade profissional. Há uma ênfase de que a fé deve ser reforçada pelo trabalho. Essa conduta, que culminaria no enriquecimento, não sofreria a condenação de Deus, pois a riqueza não é condenável quando do adquirido só se tira o necessário para a subsistência pessoal e o restante é poupado ou reinvestido.

Para o protestantismo, é condenável o desfrute dos bens e tudo o que disso advenha, como a ociosidade e as tentações da carne. Não se deve, pois, desperdiçar o tempo, considerado dádiva divina. A maior produtividade no trabalho e a recusa ao luxo deram origem a um estilo de vida que influenciou indiretamente o espírito do capitalismo, criando um clima propício para a acumulação

de capital. Sendo o trabalho a melhor oração, a obtenção de êxito e prosperidade através dele revela a condição de "eleito" para entrar no reino de Deus. Trabalhar passou a constituir a própria finalidade da vida.

CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992. p. 26. (Polêmica).

2

Teses de Lutero

1. Dizendo "Fazei penitência...", nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis seja uma penitência.

2. O papa não quer, nem pode, perdoar alguma pena, exceto aquelas que ele tenha imposto por sua própria vontade...

[...]

20. O papa, quando fala em remissão plena de todas as penas, não as compreende todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21. Erram, pois, os pregadores das indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda a pena e fica salvo.

[...]

27. Pregam doutrina puramente humana (não divina) os que dizem "logo que o dinheiro cai na caixa a alma se liberta (do Purgatório)".

28. É certo que, desde que a moeda cai na caixa, o ganho e a cupidez podem ser aumentados; mas a intercessão da Igreja só depende da vontade de Deus.

[...]

32. Serão condenados para toda a eternidade, com os seus mestres, aqueles que creem estar seguros da sua salvação por cartas de indulgências.

[...]

43. É preciso ensinar aos cristãos que aquele que dá aos pobres, ou empresta a quem está necessitado, faz melhor do que se comprasse indulgências.

LUTERO, M. Obras. In: FREITAS, G. de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1976. p. 165. v. II

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) As reformas luterana, calvinista e anglicana.
2) A Companhia de Jesus e o Tribunal do Santo Ofício

Exercícios de História

1. Leitura de texto e análise de imagem

a) Por expressarem a adesão ao cristianismo com a utilização de elementos e simbologias advindos de suas tradições culturais originais.

b) A flexibilização decorre do fato de Sabina não ter sido presa, a despeito de suas práticas. O autor alega que parte das autoridades portuguesas utilizava-se dos rituais de Sabina e alegavam que a índia não produzia feitiços, retirava-os

c) A tela *Homem Tapuia* retrata um homem nu, com o rosto perfurado, adorno na cabeça, sandálias, carregando armas (lançador de dardos e borduna). Uma cobra jiboia é retratada aos seus pés e a paisagem é representada como uma natureza selvagem. A tela *Mameluca*, como o próprio nome indica, é a expressão da mistura entre europeus e indígenas. Seus traços físicos, sua roupa, brincos e colar revelam a influência europeia. O cesto que carrega é um traço do artesanato indígena e o fato de estar descalça também revela um hábito da população nativa

Para um aprofundamento da análise do quadro *Mameluca*, ver também a descrição contida no *site* do Instituto Ricardo Brennand, abaixo reproduzida:

A pintura da Mameluca é um emblema do estilo eckhoutiano. A pose da figura, equilibrando uma cesta e na outra mão segurando o vestido, assemelha-se a outras de suas pinturas. Nos retratos, verificam-se gestos passivos, em que se segura ou se levanta algo. É interessante observar o paradigma das composições eckhoutianas. Particularmente nos retratos em tamanho natural, as pessoas estão emolduradas, ora no lado direito ora no esquerdo, pela flora tropical. Enquanto isso, a pintura é elaborada com um primeiro plano elevado, em termos topográficos, promovendo, como recurso descritivo, a ampliação do horizonte e suas variações geográficas. Desse modo, o céu se mostra generoso em todas as suas telas. Esta característica faz parte da pintura holandesa de paisagem do século XVII. Nas composições de Eckhout, o céu tem uma proporção equivalente a 2/3 da tela.

Bibliografia

ARMSTRONG, K. *Uma História de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOCH, E. *Thomas Münzer, teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

CHAUNU, P. *O tempo das reformas (1250-1550)*. Lisboa: Edições 70, 1995.

GENTIL, F. *Tortura: instrumentos de tortura usados pela Inquisição e pelos tribunais da Idade Média*. Campinas: CGS, 1996.

GINSBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEBRUN, F. As reformas: devoções comunitárias e vida pessoal. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.) *Da Renascença ao século das luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 3)

LOPEZ, L. R. *História da inquisição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. de M. (Sel.). *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1993.

MULLETT, M. *A Contrarreforma*. Lisboa: Gradiva, 1985.

NOVINSKY, A. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

Tese

BARBOSA, L. M. R. *Igreja, estado e educação em Martinho Lutero: uma análise das origens do direito à educação*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122007085529/>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Este quadro reflete o preciosismo dos detalhes da natureza e da mulher retratada, ou seja, do conteúdo etnográfico. A representação da mameluca nos coloca diante das nossas raízes étnicas. Portanto, temos uma obra na qual a mestiçagem de brancos e índios mostra toda sua beleza nativa.

No âmbito da fauna, no canto inferior esquerdo, encontram-se dois porquinhos-da-índia (*Cavia porcellus*). Ladeando a mameluca, um cajueiro (*Anacardium occidentale*), ao pé do qual há uma *Heliconia* nativa com flor alaranjada. Com relação ao cajueiro, é interessante observar que se trata de uma alegoria. Pois, Eckhout pintou, numa única árvore, cajus amarelos e vermelhos. Entre os dados científicos de botânica, identificam-se, ainda, a *Jatropha* (flores brancas com folhas largas) e as flores azuis, classificadas como *Plumbago capensis*. Do lado esquerdo, apresenta-se a mamona (*Ricinus communis*). A mulher usa como adorno, nos cabelos, flores de laranjeira. Na cestaria, reconhecem-se flores de *Passiflora*, uma *Cucurbita* (amarela) e outras que não foram catalogadas.

A mameluca veste um vestido branco, que se supõe ser de algodão, com mangas brancas compridas bufantes, e possui como ornamentos belos brincos de ouro e pérolas; um colar de pedras e pérolas; pulseira de sementes; e um anel. Quanto à origem das joias, especula-se que seja oriental, provenientes das Índias Orientais. Não se sabe ao certo se as joias a pertenciam, se foram dadas por algum europeu ou se foram colocadas pictoricamente por Eckhout. Ao fundo, pode-se notar uma várzea de canaviais com matas remanescentes e casas, enfatizando-se, assim, o plantio da cana como atividade econômica.

Mas a mameluca seria uma estilização de deusas gregas ou do padrão renascentista? Afinal, nela há um quê mítico ou não? Vale a interpretação do olhar e o que se pode apreender da arte como rede de significações.

Disponível em: <www.institutoricardobrennand.org.br/pinacoteca/eckhout/pint18t.htm>. Acesso em: 10 abr. 2010.

2. Analisando práticas culturais

a) Jean Delumeau destaca a existência e permanência de cultos clandestinos praticados pelos indígenas, africanos e seus descendentes, que eram tolerados pelos senhores, seja pelo temor de sublevações, seja porque essas práticas acabavam por incorporar elementos e símbolos do catolicismo.

b) Porque expressavam os ritos de seus ancestrais e as ressignificações das práticas religiosas, em simbologias que reuniam elementos cristãos e de suas culturas tradicionais. Assim, ainda que na aparência os elementos católicos tivessem sido absorvidos, essa absorção se deu de acordo com o repertório e as referências culturais africanas e indígenas.

anotações

Filmes

A rainha Margot. Direção de Patrice Chéreaux. Alemanha/França/Itália, 1994 (139 min).

Lutero. Direção de Eric Till. Estados Unidos/Alemanha, 2003. (112 min)

Endereços eletrônicos

Comissão luterana de literatura. Disponível em: <www.lutero.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2010. Neste portal é possível acessar *links* sobre a vida e a obra de Martinho Lutero, bem como acompanhar o desenvolvimento da igreja Luterana no Brasil e no mundo ao longo dos séculos até a atualidade.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa Moderna-notas para um debate historiográfico. Produzido em concurso público da USP em 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2010.

▶ Sugestoes de leituras para os alunos

ARMSTRONG, Karen. *Uma história de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHEVALIER, Tracy. *Moça com brinco de pérola*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAPÍTULO 14

O cristianismo em transformação

Fine Art Photographic Library/Corbis/Latinstock

▲ *Martinho Lutero traduzindo a Bíblia, castelo de Wartburg, 1521*, pintura de Eugene Siberdt, de 1898

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Vida material e mentalidade

Neste capítulo discutiremos como a realidade material ajudou a moldar os valores burgueses e como eles se exprimiram em novas correntes religiosas. Essas, por sua vez, principalmente o calvinismo, serviriam de incentivo às práticas comerciais e financeiras. Veremos, também, como o catolicismo se alterou em reação à Reforma Protestante e como a intervenção da Igreja colaborou para o projeto colonizador da América, favorecendo a riqueza efêmera de Portugal e da Espanha.

Estudando esses temas, você poderá refletir sobre estas questões: Será que nossa mentalidade, incluindo a visão religiosa, afeta nossa vida material e a forma como agimos no mundo? E será que, ao mesmo tempo, essas mesmas ideias e sentimentos refletem as experiências materiais pelas quais passamos?

O CONTEXTO DA REFORMA

O processo de centralização monárquica, em andamento na Europa desde o final da Idade Média, tornou tenso o relacionamento entre os reis e a Igreja, até então detentora de sólido poder temporal. Como você já estudou, além do domínio espiritual sobre a população, os membros do clero detinham o poder político-administrativo sobre os reinos. Roma – isto é, o papa – recebia tributos feudais provenientes das vastas extensões de terra controladas pela Igreja em toda a Europa, e o advento dos Estados centralizados fez com que essa prática passasse a ser questionada pelos monarcas.

Ao mesmo tempo, a expansão comercial encontrava alguns obstáculos nas pregações da Igreja, que condenava a usura – cobrança de juros por empréstimos – e defendia o "justo preço" das mercadorias, ou seja, produção e comercialização não pelas leis de mercado, mas pelo que se considerava a correta remuneração do trabalho. A atividade bancária, por exemplo, ficaria comprometida na medida em que os empréstimos a juros eram considerados pecado. Essas situações colocavam parte da burguesia em uma crise de religiosidade.

Dentro da própria Igreja, dois sistemas teológicos se defrontavam. De um lado, o **tomismo**, corrente predominante assumida especialmente pela cúpula romano-papal, que via no livre-arbítrio e nas boas obras o caminho para a salvação. Do outro, a teologia **agostiniana**, fundada no princípio da salvação pela fé e predestinação, ou seja, a ideia de que as boas obras não eram condição para a salvação; pelo contrário, demonstravam que o indivíduo era predestinado à salvação, e por isso dotado de graça.

Um ingrediente poderoso na crise religiosa foi a desmoralização de parte do clero: abusos e poder excessivo de vários de seus membros contradiziam abertamente suas pregações moralizadoras. Embora condenassem a usura e desconfiassem do lucro, muitos membros da Igreja praticavam-nos de forma desenfreada. O comércio de bens eclesiásticos, o uso da autoridade para garantir privilégios, o desrespeito ao celibato clerical e até a venda de cargos eclesiásticos não eram raros na Igreja desde o final da Idade Média. O maior escândalo talvez tenha sido a **venda de indulgências**. As indulgências existiam havia muitos séculos no cristianismo, como obras que os fiéis deveriam fazer para compensar o mal originado pelos pecados que haviam confessado. Entretanto, no final da Idade Média, esse conceito foi distorcido e as obras foram substituídas por pagamentos a religiosos (incluindo o papa). Vale observar, como apontam alguns historiadores, que esse desregramento moral não envolvia todo o corpo eclesiástico, já que muitas ordens religiosas e parte do clero tinham uma conduta austera e mantinham seus votos cristãos de acordo com as proposições iniciais da Igreja, de observância aos ensinamentos e mandamentos de Cristo.

Coleção particular/The Bridgeman/Keystone

Esta gravura alemã do século XVI, de autoria de Lucas Cranach mostra a venda de indulgência pelo papa

OLHARES SOBRE AS RAZÕES DA REFORMA

O historiador Jean Delumeau é tido como um dos principais especialistas sobre o movimento reformista do século XVI. Em seu livro, *Nascimento e afirmação da Reforma*, aponta o quadro complexo das razões do movimento e destaca explicações tradicionais como insuficientes para justificar o movimento reformista. Uma delas é sobre os abusos da Igreja: "A tese segundo a qual os Reformadores teriam deixado a Igreja porque estava repleta de devassidões e impurezas é insuficiente".[1] Para fundamentar sua posição, Delumeau cita que os abusos da Igreja não eram novidades e que nem depois da Igreja buscar corrigir tais atuações conseguiu trazer de volta os que abraçaram o protestantismo, afora outros exemplos. Outra explicação tradicional que critica é a marxista:

Para Marx, as religiões são "filhas do seu tempo" e, mais precisamente, filhas da economia, essa mãe universal das sociedades humanas. Nessa ótica, a Reforma vinha a ser "a filha daquela nova forma de economia que surgiu [no século XVI] e ... [se impôs] ao mundo rapidamente conquistado, a economia capitalista".[2]

O historiador aponta que isso não explica por que a península itálica, região de grande prosperidade econômica no início do século XVI, ligada ao comércio mercantil, tenha permanecido católica. Buscando outros elementos importantes para a Reforma, Delumeau se debruça sobre a mentalidade da Europa daquela época, ressaltando um cristianismo popular, mais íntimo, num mundo de pestes, fome, guerras, superstições e medo. Juntavam-se o individualismo avançando e os fiéis sedentos de uma teologia mais adequada, de um movimento pela promoção da cristianização que os líderes protestantes souberam atender.

Sacro Império Romano-Germânico: a Reforma luterana

O grande rompimento religioso iniciou-se na Alemanha, região do Sacro Império Romano-Germânico. A Alemanha era ainda basicamente feudal, agrária, com alguns enclaves mercantis ao norte. A Igreja era particularmente poderosa no Sacro Império, onde possuía cerca de um terço do total de terras. A nobreza alemã, por essa razão, estava ansiosa por diminuir a influência da instituição, além de cobiçar suas propriedades.

A Reforma teve início com **Martinho Lutero**, membro do clero e professor da Universidade de Wittenberg. Crítico, pregava a teoria agostiniana da predestinação, negando os jejuns e outras práticas comuns apregoadas pela Igreja.

Em 1517, esse monge insurgiu-se contra a venda de indulgências, escrevendo um documento, conhecido como *As 95 teses*, que radicalizava publicamente suas críticas à Igreja e ao próprio papa. Em 1520, o papa Leão X redigiu uma bula condenando Lutero, exigindo sua retratação e ameaçando-o de excomunhão.

Lutero queimou a bula em público, agravando a situação. Estabeleceu-se uma verdadeira crise política, na qual a nobreza alemã dividiu-se, em parte a favor, mas, em sua maioria, contra o papa.

SIRG

O Sacro Império Romano-Germânico (Sirg) uniu as partes do império construído na época de Carlos Magno (Germânia e Lotaríngea). Foi fundado em 962 por Oto I, rei da Germânia. Ele conquistou a Lotaríngea (região da Itália) e foi coroado imperador pelo papa João XII, em agradecimento à sua proteção ao poder da Igreja em Roma. Por causa dessa união entre o poder da Igreja e do soberano, o império ficou conhecido como Sacro Império Romano-Germânico. Esse império desapareceu em 1806, com as guerras napoleônicas.

O Sacro Império Romano-Germânico

ESCÓCIA
IRLANDA
REINO DA INGLATERRA
REINO DA POLÔNIA
SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO
REINO DA FRANÇA
REINO DA HUNGRIA
PORTUGAL
REINO DE ARAGÃO
REINO DE CASTELA
REINO DE GRANADA
Sicília
IMPÉRIO MUÇULMANO
0 460 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il Corso della Storia*. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 32.

[1] DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59.

[2] Idem, p. 251.

Em 1521, o imperador **Carlos V** convocou uma assembleia, a chamada **Dieta de Worms**, na qual o monge foi considerado herege.

▲ A gravura, de 1557, procura recriar o cenário da Dieta de Worms, de 1521. O imperador Carlos V e Martinho Lutero estão representados ao centro.

Acolhido por parte da nobreza, Lutero passou a dedicar-se à tradução da Bíblia do latim para o alemão e a desenvolver os princípios da nova corrente religiosa. Mais tarde, em 1530, a **Confissão de Augsburgo** fundamentou a doutrina luterana. Seu conteúdo incluía:

- o princípio da salvação pela fé, rejeitando o tomismo;
- a livre leitura da Bíblia, vista como único dogma da nova religião (daí a importância de tê-la traduzida para o idioma comum do povo);
- a supressão do clero regular, do celibato clerical e das imagens religiosas (ícones);
- a manutenção de apenas dois sacramentos: batismo e eucaristia;
- a utilização do alemão, em lugar do latim, nos cultos religiosos;
- a negação da transubstanciação (transformação do pão e vinho no corpo e sangue de Cristo), aceitando-se a consubstanciação (pão e vinho representam o corpo de Cristo);
- submissão da Igreja ao Estado.

Ao subordinar a Igreja ao Estado, Lutero atraiu a simpatia de grande parte da nobreza alemã, ampliando o apoio à nova doutrina. Entretanto, essas mesmas ideias serviram para inspirar a revolta camponesa dos **anabatistas**. Liderados por **Thomas Münzer**, camponeses viram, na quebra da autoridade religiosa, uma possibilidade de romper com a estrutura feudal, passando a confiscar terras, inclusive da nobreza.

OS ANABATISTAS

O movimento reformista na região da atual Alemanha desencadeou diversos conflitos, destacando-se o movimento dos anabatistas. Liderado por um discípulo de Lutero, Thomas Muntzer (1490-1525), os anabatistas formaram um grupo religioso composto por camponeses que defendia, além do batismo para os adultos convertidos à nova fé reformista, também a abrangência da Reforma no plano social, através da coletivização dos bens. Firmando-se como uma grande ameaça à nobreza que apoiava Lutero, foram bastante perseguidos, dirigindo-se para o sul da Alemanha, integrando a Guerra dos Camponeses e acabando por serem esmagados em 1525. Estima-se a morte de mais de 100 mil camponeses nesses confrontos.

A Batalha de Frankenhausen, em 1525, culminou com a morte de milhares de camponeses e a prisão, tortura e decapitação de Thomas Muntzer. A imagem ao lado é uma interpretação contemporânea da batalha, feita pelo pintor Werner Tubke, em 1983. Nela, Muntzer aparece no centro, de preto, preparando os camponeses para a batalha.

Dos anabatistas descendem os mennonitas atuais, nome usado pela primeira vez em 1544. Tal denominação deriva do ex-pregador católico holandês Menno Simons (1496-1561) que se tornara batista, isto é, a favor de que o batismo só fosse ministrado aos crentes (e não às crianças recém-nascidas) e confirmado com base na fé pessoal. Sem acompanhar os revolucionários camponeses, Menno Simons organizou:

[...] na Suíça, o chamado Movimento da Reforma Radical, cujos princípios são: a autoridade suprema da bíblia, o batismo com base na profissão de fé consciente, o pacifismo, a recusa do juramento ou do uso de armas e a separação total entre Igreja e Estado.

Desde os tempos de Carlos V, passando por Lutero [...] e até Stalin, os mennonitas – assim como todos os anabatistas – foram vítimas de constantes perseguições que causaram a morte de centenas de milhares de pessoas. Seus quatro séculos de história caracterizam-se por um movimento migratório constante – da Holanda para a Alemanha, e depois para a Polônia, Ucrânia, Sibéria, Canadá, Estados Unidos, México e América do Sul (Bolívia, Brasil, Uruguai e Paraguai). Calcula-se, atualmente, que existam 700 mil mennonitas (batizados) no mundo (o que significa vários milhões de pessoas, considerando as famílias). Desse total, mais de 350 mil vivem nos Estados Unidos (entre eles, os amish), onde fica a sede de sua organização mundial, o Comitê Central Mennonita.

CASSEN, Bernard. Quatro séculos de perseguições. *Le Monde diplomatique*. Ago. 2001.
Disponível em: <http://diplo.org.br/2001-11,a98,2001-08.a6>.
Acesso em: 26 fev. 2010.

Lutero condenou violentamente os anabatistas, pregando a utilização da força para exterminá-los. Repeliu também a burguesia, pois considerava o dinheiro um instrumento do demônio para a disseminação do pecado.

Em 1529, na Dieta de Spira, os nobres alemães e o imperador Carlos V se reuniram para tentar restringir a expansão da nova doutrina. Decidiu-se que ela poderia ser praticada apenas nas regiões que a aceitassem, mas estava proibida a divulgação nas demais regiões. Na Dieta, os seguidores de Lutero eram minoria, e aceitaram as restrições **sob protesto** – razão pela qual os cristãos reformistas passaram a ser denominados **protestantes**.

Seguiram-se guerras religiosas que só foram resolvidas em 1555, pela **Paz de Augsburgo**, que estabeleceu o princípio de que cada governante dentro do Sacro Império poderia escolher sua religião e a de seus súditos (*cujus regis ejus religio* = "cada príncipe com sua religião").

▲ Xilogravura feita por Cranach e Giovante (cerca de 1545). Cranach era dono de uma prensa e distribuiu 1 milhão de cópias das 95 teses de Lutero. A figura representa, à esquerda, a Igreja de Lutero e, à direita, a Igreja Católica. A Igreja Protestante tem Lutero apontando o sacrifício de Cristo inspirado no Espírito Santo (pomba). Quase no centro, abaixo, está a pia de batismo e, mais abaixo, dois fiéis que comungam, ressaltando os dois sacramentos conservados pelos luteranos. No lado católico do púlpito, um sacerdote faz suas pregações tendo atrás de si, amparando-o, um demônio. Embaixo, à direita, o papa recolhe sacos de dinheiro. No alto, São Francisco implora a Deus, e o "Pai Eterno", desprezando tanta superstição e atuações indevidas, lança raios fulminantes de punição sobre clérigos.

Suíça: a Reforma calvinista

A Suíça separou-se do Sacro Império em 1499, e a Reforma protestante iniciou-se em seu território com **Ulrich Zwinglio** (1489-1531), que levou as ideias de Lutero ao país em 1529. As reações à nova doutrina provocaram uma violenta guerra civil, na qual o próprio Zwinglio foi morto. Pouco depois, chegou a Genebra o francês **João Calvino** (1509-1564), que logo passou a divulgar suas ideias, fundando uma nova corrente religiosa.

As ideias de Calvino fundamentavam-se no princípio da **predestinação absoluta**, segundo o qual todos os homens estavam sujeitos à vontade de Deus, e apenas alguns estariam destinados à salvação eterna. O sinal da graça divina estaria em uma vida plena de virtudes, como o trabalho diligente, a sobriedade, a ordem e a parcimônia. Dessa forma, a doutrina calvinista exaltava características individuais necessárias às práticas comerciais. Suas ideias, portanto, estavam mais próximas dos valores burgueses.

Inspirado em Lutero, Calvino considerava a Bíblia a base da religião, não sendo necessária sequer a existência de um clero regular. Criticava o culto às imagens e admitia apenas os sacramentos da eucaristia e batismo.

O calvinismo expandiu-se rapidamente por toda a Europa, mais do que o luteranismo, na medida em que atendia às expectativas espirituais da burguesia. Assim, chegou aos Países Baixos e à Dinamarca, além da Escócia (levado por John Knox), cujos seguidores foram chamados de **presbiterianos**, da França (**huguenotes**) e da Inglaterra (**puritanos**).

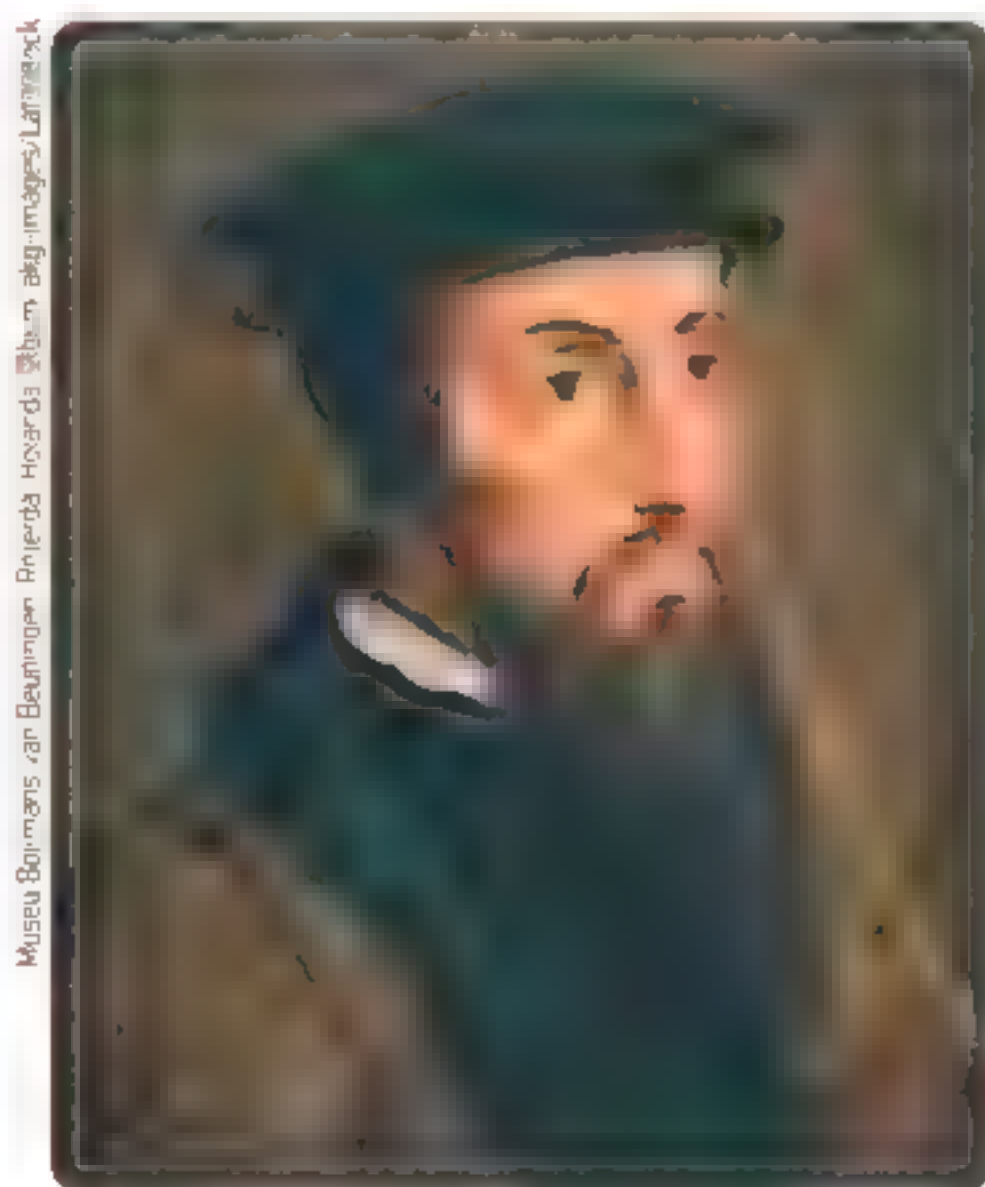
diligente: dedicado, ativo.
parcimônia: contenção nos gastos

O PENSAMENTO DE CALVINO

Da mão de Deus tens tu o que possuis. Tu, porém, deverias usar de humanidade para com aqueles que padecem necessidades. És rico? Isso não é para teu bel prazer. Deve a caridade faltar por isso? Deve ela diminuir? Não está ela acima de todas as questões do mundo? Não é ela o vínculo da perfeição?

CALVINO, João. Sermão CXLI sobre Dt 24.19-22. *Opera Calvini*, tomo XXVI, p. 204.

Museu Boymans van Beuningen, Roterdã, Holanda/Album/akg-images/Latinstock

Academia de Belas Artes, Viena/Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ À esquerda, Calvino representado em pintura francesa de cerca de 1555. À direita, *Uma família holandesa*, tela de Pieter de Hooch, de cerca de1662, representando os seguidores de Calvino. Para eles, servir ao Senhor e glorificá-lo constituía a missão primordial dos seres humanos.

A Reforma na Inglaterra

A Reforma Protestante foi desencadeada na Inglaterra pelo rei **Henrique VIII** (1509-1547), que obteve com ela vantagens políticas. O pretexto do monarca inglês para romper com o papa foi a recusa da Igreja em anular seu casamento com Catarina de Aragão (com quem não tivera nenhum filho homem para sucedê-lo no trono), já que Henrique havia decidido casar-se com Ana Bolena, uma dama da corte.

O rei, então, proclamou-se chefe da Igreja inglesa e, em 1534, publicou o **Ato de Supremacia**, criando a Igreja anglicana. Excomungado pelo papa, reagiu, confiscando os bens dos membros da Igreja distribuídos pelo reino. Inicialmente, a Igreja na Inglaterra permaneceu muito semelhante à Igreja Católica na doutrina e no cerimonial. A desaprovação às medidas do soberano inglês acabou provocando a decapitação do famoso humanista inglês Thomas Morus, que negava reconhecer a autoridade religiosa de Henrique VIII. Apenas com Elizabeth I, filha de Ana Bolena e Henrique VIII, é que a Igreja Anglicana se consolidaria como uma religião de doutrina protestante ministrada em língua inglesa. Também foram incorporados muitos princípios calvinistas, mas compostos com fundamentos católicos, como o culto e a estrutura eclesiástica, porém com a negação da autoridade papal e a valorização da justificação pela fé e pregação.

A REFORMA CATÓLICA

A expansão das doutrinas protestantes pela Europa gerou uma reação da Igreja, que procurou reverter o quadro. Além de atuações contrárias à difusão do protestantismo, denominadas de Contrarreforma, também buscou fortalecer a Igreja papal e moralizar todo o clero, adotando medidas que compuseram a Reforma Católica.

Uma iniciativa pioneira foi a fundação, em 1534, da **Companhia de Jesus**, ordem religiosa criada pelo ex-soldado espanhol **Ignácio de Loyola**. Organizados em rígida hierarquia e submetidos a uma disciplina quase militar, os "soldados de Cristo", como foram chamados, esforçaram-se em combater o protestantismo por meio do ensino e da expansão da fé católica. Daí deriva o projeto da catequese indígena na América e nos demais continentes onde havia colônias europeias.

Em 1542, o papa Paulo III convocou o **Concílio de Trento**, com o objetivo de discutir assuntos religiosos, inclusive com teólogos protestantes. Nenhum consenso foi possível, e o Concílio acabou apenas por reafirmar os princípios católicos, condenando o protestantismo. Entretanto, algumas medidas moralizadoras começaram a ser tomadas, como a proibição da venda de indulgências e a criação de escolas para a formação de eclesiásticos.

No Concílio de Trento, também ficou estabelecido o fortalecimento do **Santo Ofício da Inquisição**, direcionado para o combate aos fiéis reformadores ou que fossem apontados como ameaça. Nas décadas seguintes, sempre em nome do combate às heresias (entre as quais agora se incluíam as novas doutrinas) e comandada pelo superior da ordem jesuítica, a Inquisição condenou à tortura e à morte milhares de pessoas na Europa e nas colônias além-mar.

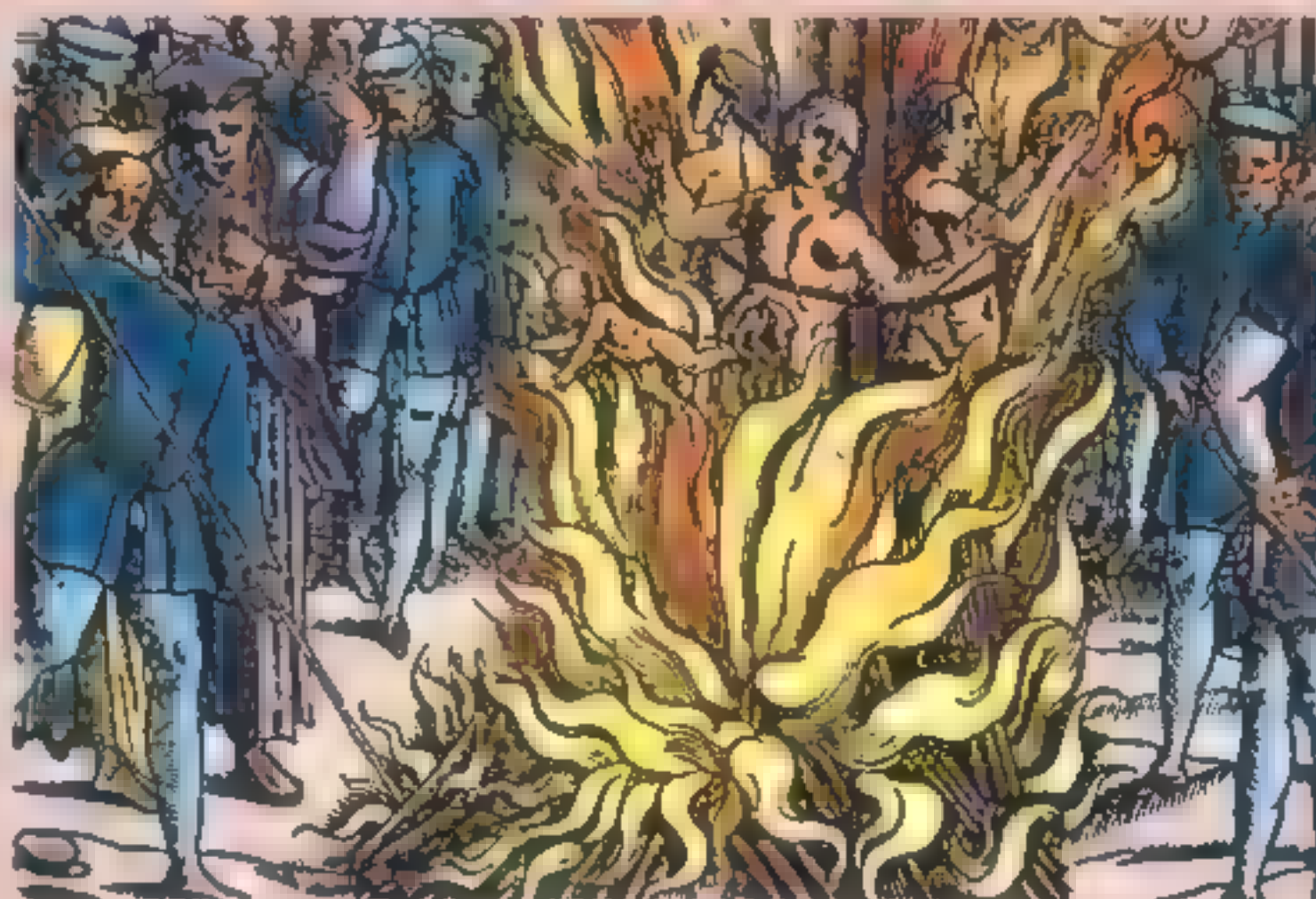
Acima, Ignácio de Loyola diante do papa Paulo III, em pintura de autoria desconhecida. De nobre família basca, o ex-soldado completou seus estudos em Paris (1528-1534), sendo depois ordenado sacerdote (1537), colocando-se a serviço do papa.

Foi criado também o **Index**, lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Dela faziam parte quaisquer obras consideradas contrárias aos princípios da fé, incluindo livros científicos (de Galileu Galilei e Giordano Bruno, entre outros) e as Bíblias protestantes.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

▲ Galileu Galilei diante da Inquisição em Roma em 1633, representado em litografia de cerca de 1865 feita com base em desenho do artista francês Albert Chereau

O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO

A Inquisição surgiu na Europa durante o período medieval com o objetivo de perseguir e condenar hereges. Foi oficializada em 1231, quando o papa Gregório IX convocou uma comissão de dominicanos para apurar os casos de heresia e de bruxaria. Na transição para o mundo moderno, confirmada depois com a Reforma Católica, a Inquisição deixou de ser subordinada diretamente ao papado e ganhou vínculos políticos com a região que investigava, dando mais força às perseguições. Assim, associava-se aos objetivos das monarquias, propondo-se defender tanto a igreja como o Estado centralizado. Em 1478, os reis de Aragão e Castela, Fernando e Isabel, recorreram à Inquisição para a investigação, julgamento e punição de mouros e cristãos-novos (judeus convertidos à fé católica), que continuariam a praticar secretamente seus atos religiosos antigos, mesmo após a conversão. A perseguição aos conversos levaria à expulsão dos judeus em 1492. Da Espanha em 1542, o papa Paulo III criou um órgão chamado Congregação do Santo Ofício para combater as religiões protestantes e garantir a unidade cristã. Na Península Ibérica, a Inquisição não se resumia aos mouros e cristãos-novos, mas alcançava toda a população, firmando-se como uma das mais violentas da Europa e sendo extinta apenas no século XIX.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

▲ A tortura foi amplamente utilizada pela Inquisição desde o período medieval, juntamente com o confisco de bens, a exposição pública e, em casos mais graves em que não havia confissão e/ou arrependimento, a morte. Acima, gravura de cerca de 1580, mostrando a Inquisição em Guernsey, ilha próxima ao atual território francês

A Contrarreforma e a Reforma Católica não destruíram o protestantismo, mas limitaram sua expansão. A atuação na América por meio das iniciativas catequéticas dos jesuítas, nos séculos XVI e XVII, deixaram marcas permanentes na cultura religiosa. Os esforços posteriores e as ações contínuas da instituição católica romana no território americano fizeram da América Latina o local de maior concentração de católicos no mundo.

GUERRAS RELIGIOSAS

As modificações no cristianismo europeu não foram assimiladas pacificamente em todos os lugares. Lembremos que o cristianismo oriental já se organizava em outra Igreja depois do Cisma do Oriente: no século XI, os cristãos dividiram-se entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Ortodoxa, esta fora da influência do papa. As Reformas provocaram guerras religiosas entre os próprios cristãos, pois cada lado acreditava ser o detentor da verdade. O próprio Lutero não era um personagem pacifista. Mas essa não era uma característica exclusiva da época. Como você já estudou, alguns séculos antes o papado incentivara as Cruzadas, expedições militares e religiosas contra os muçulmanos.

Muitos soberanos aproveitaram-se da Reforma para afirmar seu poder e reduzir ou eliminar a concorrência do poder temporal da Igreja Católica. Quando o soberano era católico, geralmente promovia perseguições contra os protestantes. Durante trinta anos (entre 1618 e 1648), os vários principados que constituíam o Império Germânico se tornaram um campo de batalha entre cristianismos. Em 1572, na França, sob iniciativa do rei, os protestantes foram assassinados em massa na Noite de São Bartolomeu. Só no final do século XVI é que a liberdade de culto foi estabelecida na França.

Em Portugal e na Espanha, o protestantismo não encontrou terreno favorável para desenvolver-se. E nas colônias desses países o protestantismo praticamente também não existiu. Só começou a ter maior presença no século XIX, com novos processos de imigração. Mesmo assim, no caso do Brasil, o Estado era católico e os cultos de outras religiões não podiam ser realizados em templos que tivessem símbolos exteriores.

A DEVOÇÃO RELIGIOSA

No ensaio intitulado *Ritos de violência* a historiadora Natalie Davis [...] recupera cenas cotidianas que opunham católicos e protestantes, demonstrando que os massacres não podem ser explicados apenas pelas ordens vindas de cima nem pela alta dos preços, nem como loucura coletiva. Segundo Davis, a religião era vivida de forma violenta por vários segmentos sociais.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia historia* [online], 2007, v. 23, n. 37, p. 130-50. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 mar. 2010.

Detalhe da obra *Massacre de São Bartolomeu*, de François Dubois, de cerca de 1576. Calcula-se que 100 mil protestantes foram mortos em Paris, França, em 24 de agosto de 1572, o dia de São Bartolomeu. Não escaparam crianças nem mulheres. Henrique de Navarra, candidato protestante à sucessão do trono francês, só se salvou refugiando-se no Palácio do Louvre.

Museu de Belas Artes, Lausanne

EFEITOS DAS REFORMAS NA AMÉRICA IBÉRICA

As Reformas tiveram profundas consequências sobre a América. Essa era a frente mais significativa da expansão europeia, pois a relação predominante era de ocupação da terra, enquanto na África e na Ásia, a questão era muito mais de manutenção das relações comerciais, e havia algumas feitorias de pouca extensão territorial. Na América do Norte a colonização teve nos protestantes um forte sustentáculo. Já na Europa, as regiões de influência protestante eram lugares prioritários de ação dos missionários jesuítas.

Na América Central e do Sul, a grande aproximação das monarquias portuguesa e espanhola – unificadas entre 1580 e 1640 – com a Igreja Católica tornou suas colônias um território aberto para a ação evangelizadora das ordens religiosas católicas.

A Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549 e iniciou oficialmente a história religiosa na Colônia. Além disso, os jesuítas atuaram também na América hispânica e, na América do Norte, divulgaram o cristianismo entre nativos e colonos do Canadá. Por toda parte, dedicavam-se à catequização dos indígenas, combatendo as tradições e os costumes que se chocavam com o cristianismo.

Nas colônias, os jesuítas se preocupavam em levar para a fé católica os negros africanos e os cristãos-novos. Entretanto, a conversão era, em muitos casos, apenas aparente, superficial.

A obra de cristianização das terras portuguesas e espanholas na América não contou apenas com jesuítas, como informa a historiadora Sônia Siqueira:

> [...] a obra capital da Igreja na América espanhola foi a conversão dos índios a um cristianismo sumário, primeiro e decisivo passo no sentido da europeização. O clero secular, desconhecedor das línguas indígenas, não se entregou à grande obra missionária. Mas as ordens religiosas – franciscanos, dominicanos, agostinhos – desempenharam no trabalho de conversão dos indígenas um papel capital antes que os jesuítas viessem ocupar o lugar de vanguarda nos séculos XVII e XVIII.

SIQUEIRA, Sônia. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 32.

Os jesuítas, em seu zelo missionário, acabaram criando conflitos com outros poderes militares ou econômicos. Um exemplo claro é o dos sertanistas, especialmente os bandeirantes da Vila de São Paulo, interessados em escravizar os indígenas das missões, onde viviam reunidos e estavam catequizados. Como já estavam adaptados ao trabalho agrícola e à manufatura, pela disciplina que lhes era imposta nas missões, esses indígenas eram mais valiosos que os demais. O historiador Pierre Chaunu faz uma reflexão a esse respeito, referindo-se à América hispânica:

> Os jesuítas exerceram sobre os índios de suas missões uma proteção vigilante mas muitas vezes tirânica. Forçados a viver em aldeias [*reduciones*] e a trabalhar aí a terra; castigados como crianças com punições corporais, eram mais os súditos de pequenas teocracias do que propriamente do Rei da Espanha. À frente de milícias índias, os jesuítas das célebres missões do Paraguai repeliam os assaltos dos caçadores de escravos, os bandeirantes paulistas.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964. p. 37.

Coleção particular

▲ *Aldeia de Tapuia*, de Johann Moritz Rugendas, de cerca de 1835. Essa gravura de Rugendas retrata sua visão do trabalho de catequização dos jesuítas.

Ao mesmo tempo, os religiosos das colônias espanholas na América se opunham às violências contra os indígenas e as denunciavam. O religioso dominicano Bartolomeu de Las Casas, por exemplo, denunciou os assassinatos e outras violências cometidas pelos espanhóis na conquista do México. O franciscano Bernardino de Sahagún recolheu e organizou todos os dados que pôde sobre os povos asteca e nahuátl, também no México, que hoje constituem umas das poucas fontes de informação sobre esses povos no período pré-colombiano.

Além da presença de religiosos nas missões de evangelização, a Contrarreforma também significou, tanto para a Europa quanto para a América, a retomada da Inquisição. A monarquia espanhola sustentava a Igreja na América espanhola e a considerava um dos melhores agentes da autoridade real. A atuação eclesiástica ajudava o rei a conservar o poder sobre a população da América espanhola por intermédio da Inquisição, instaurada por um decreto real de 26 de janeiro de 1509. O primeiro tribunal da Inquisição entrou em funcionamento em Lima em 1570, e no México em 1571.

No mundo hispano-americano os catequistas e os funcionários da Coroa lutaram contra manifestações religiosas surgidas nas colônias, principalmente quanto aos templos e ídolos.

Os governos de Portugal e Espanha não agiram uniformemente diante das práticas ameríndias. Não houve, pelo menos na Colônia portuguesa, nada semelhante às destruições movidas pelos espanhóis nos domínios de seu império. Além disso, não houve a instalação de um Tribunal do Santo Ofício da Inquisição na Colônia portuguesa. Por meio das chamadas visitações do Santo Ofício, uma rede de funcionários envolvia-se nos procedimentos e processos inquisitoriais nas vilas coloniais e submetia-se ao Tribunal de Lisboa. Na abertura de processos, o acusado seguia para Lisboa, onde ficava preso e era submetido a interrogatórios, frequentemente acompanhados de sessões de tortura, para que confessasse seu crime.

De acordo com a historiadora Laura de Mello e Souza, o Santo Ofício Lusitano, com menos de uma década de existência, estendeu seu braço sobre a Colônia portuguesa. Mas os documentos mostram que, apesar de importante, o domínio da Igreja sobre a mentalidade e as práticas dos colonos não era total. Em 1591, quando se deu a primeira visita do Santo Ofício às terras brasileiras, foram abertos diversos processos contra pessoas denunciadas por desacatar santos, clérigos e sacramentos, cometer práticas sexuais proibidas e realizar atos de feitiçaria. A Inquisição conclamava a população a denunciar os autores desses crimes, e muitos acabaram sendo denunciados por vingança pessoal ou por práticas da cultura indígena, como rituais de cura. Em tal quadro, tudo podia ser visto pela Inquisição como pecaminoso ou criminoso. Os bens dos condenados eram confiscados pela Igreja.

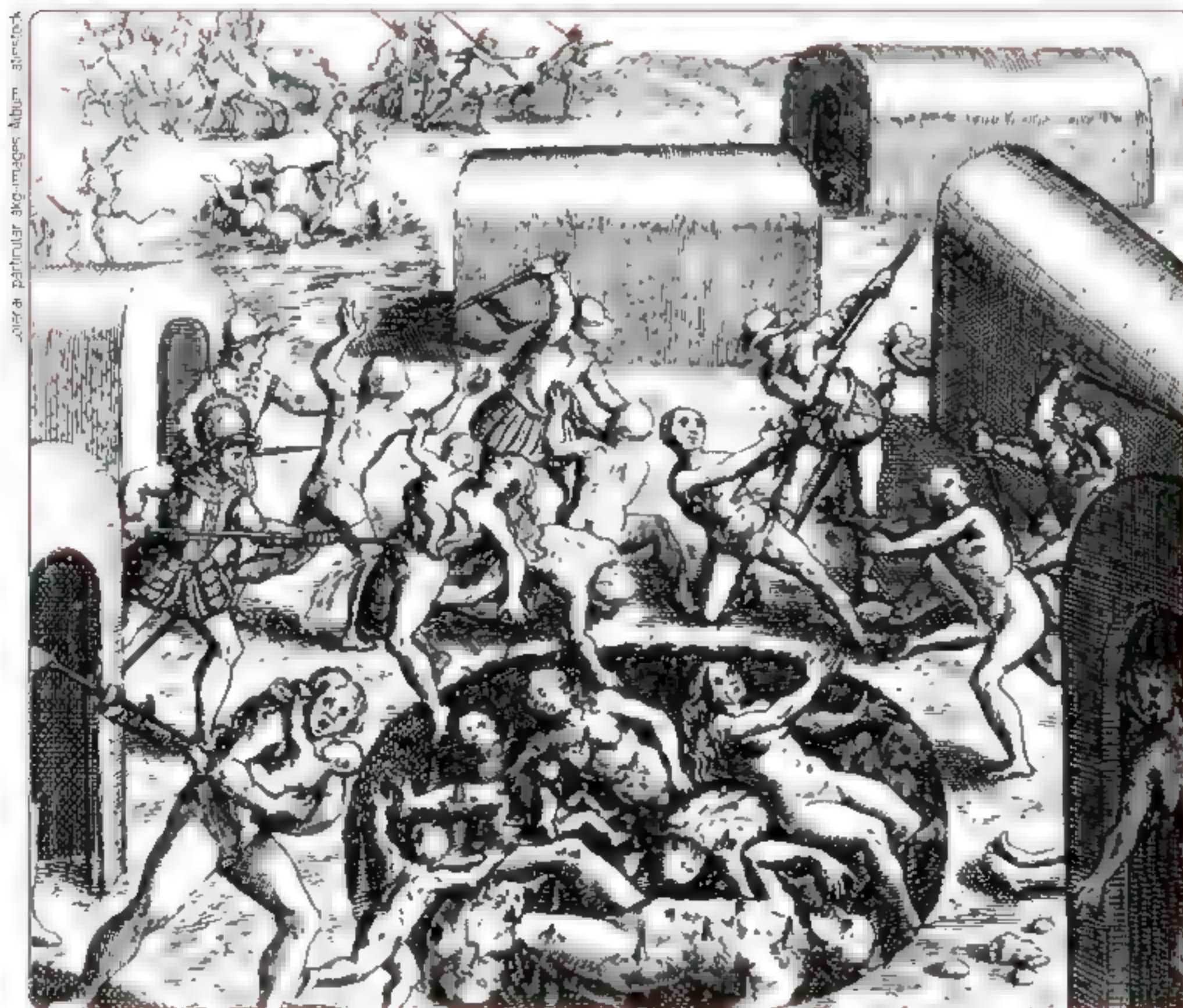



Ilustração de Theodore de Bry para a obra de Frei Bartolomeu de Las Casas, *Brevíssima relação da destruição das Índias*, de 1542

PARA RECORDAR Abalos e mudanças na Igreja

mudança

permanência

crise de espiritualidade

expansão marítima

Renascimento

religiões tradicionais

Reforma Protestante

"bárbaros" do Novo Mundo

ciência leiga

judeus/muçulmanos

choque

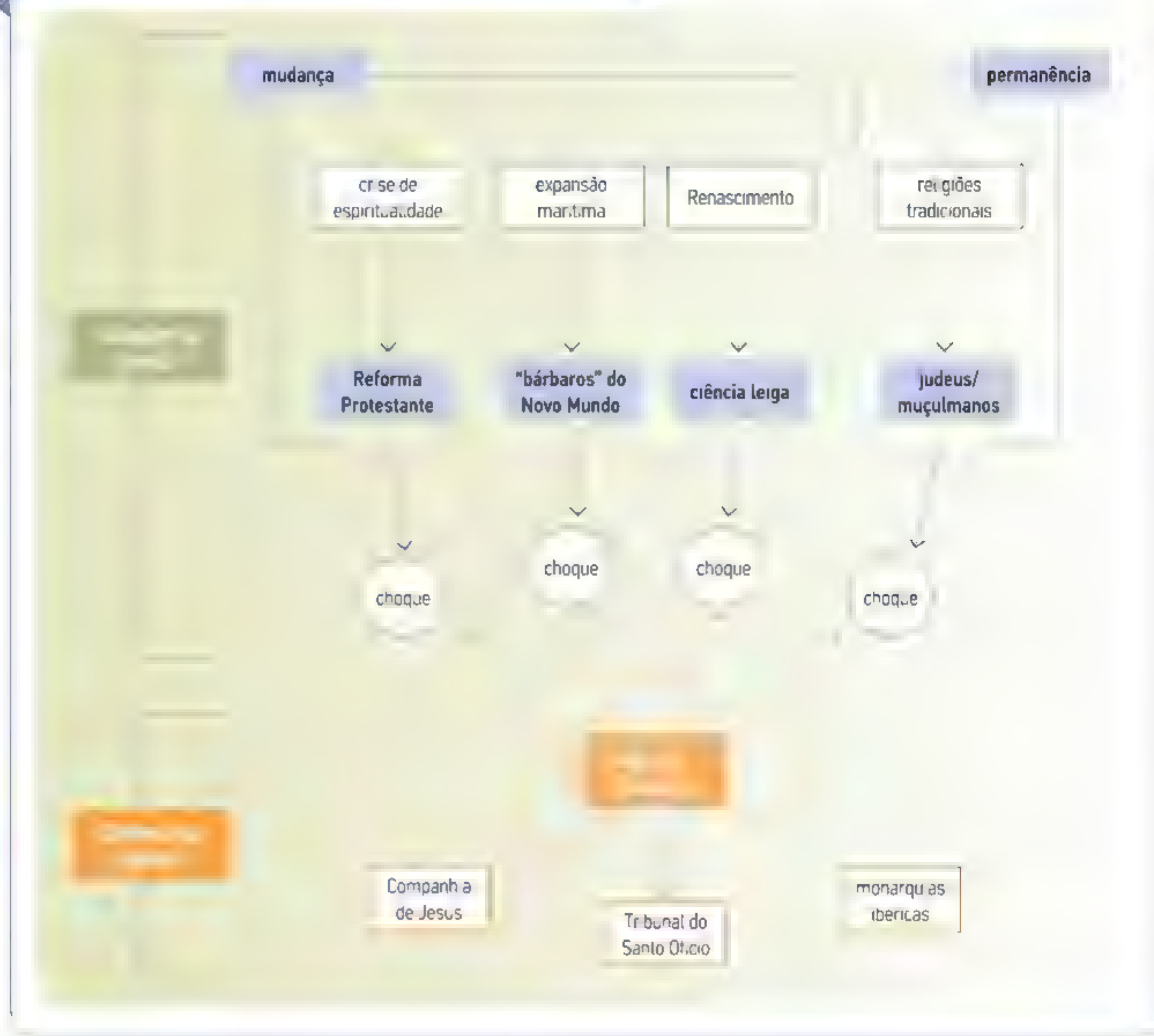
choque

choque

choque

Companhia de Jesus

Tribunal do Santo Ofício

monarquias ibéricas

ATIVIDADE

Tomando por base o esquema-resumo acima e o conteúdo que você estudou ao longo do capítulo:

- Quais são os movimentos e/ou práticas que entraram em choque com a Igreja Católica nos séculos XVI e XVII?
- Registre as instituições eclesiásticas que se firmaram com a Reforma Católica.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de texto e análise de imagem

→ O texto a seguir destaca algumas das conclusões de um estudo sobre o processo de conversão dos indígenas ao cristianismo. Leia-o, analise as imagens e faça o que se pede.

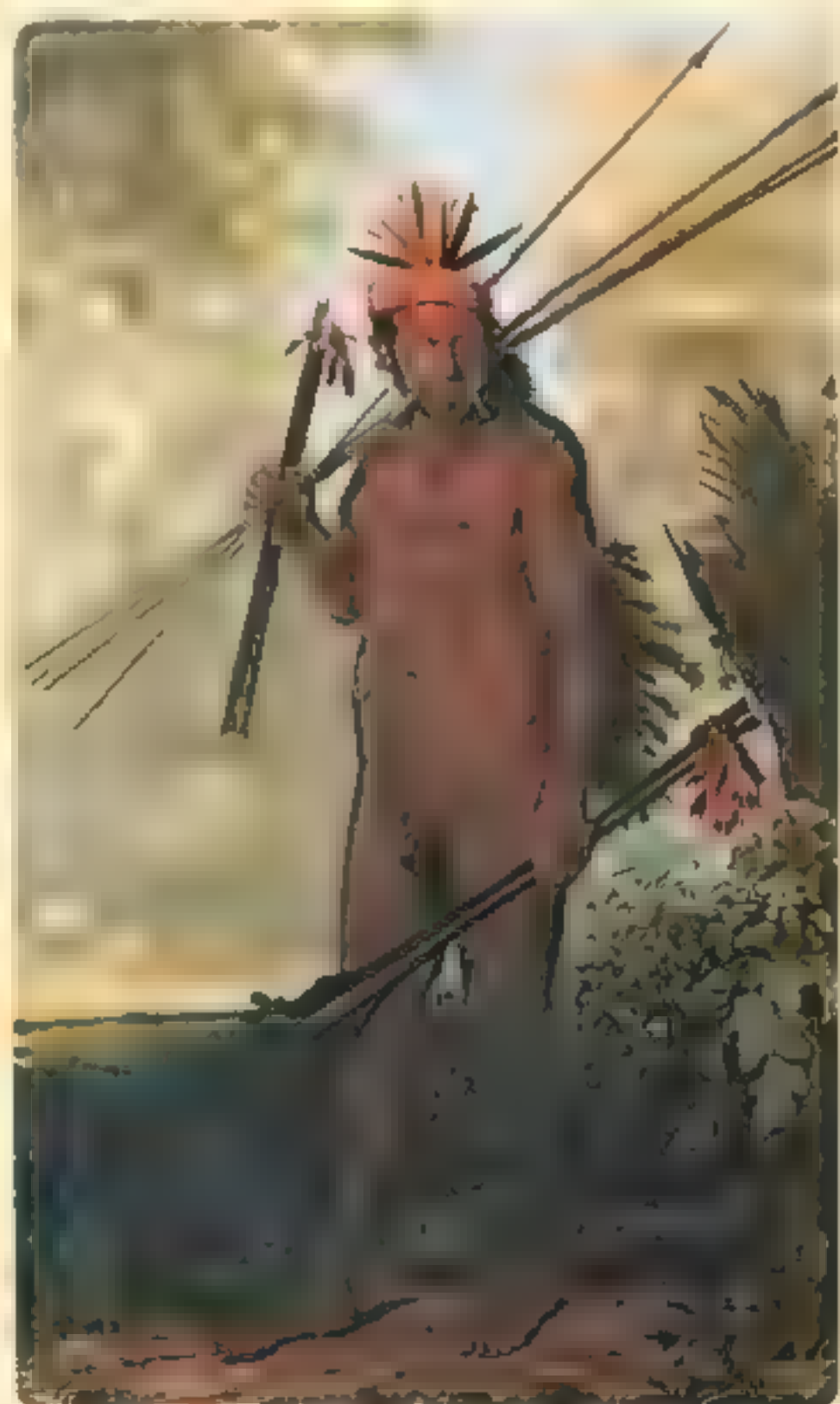
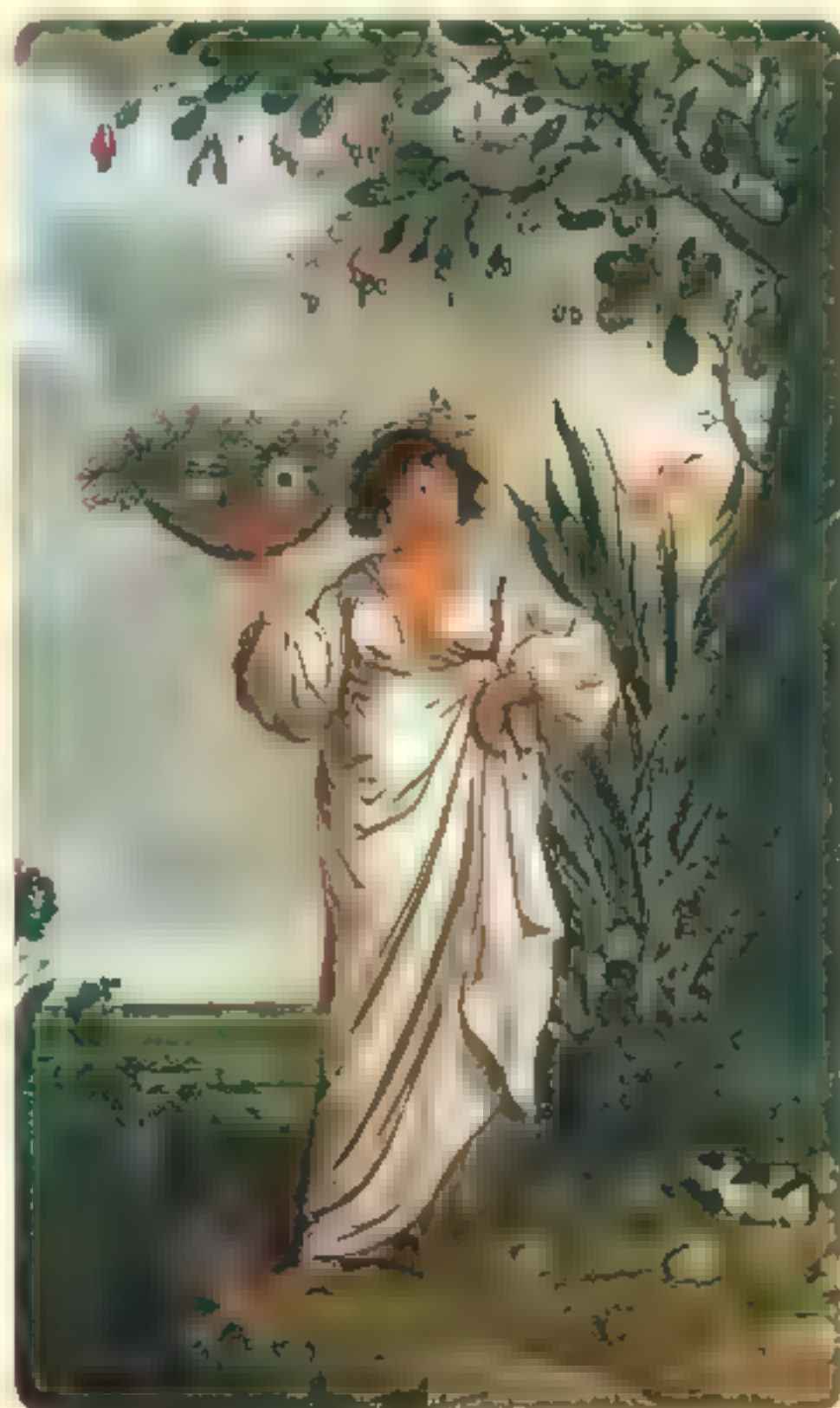
O processo de evangelização dos índios brasileiros não se deu de forma efetiva, como fora planejado pelas ordens religiosas que aqui se instalaram no período colonial. O fracasso parcial do projeto de conversão dos gentios ao cristianismo deveu-se menos à resistência imposta pelas diversas etnias presentes nos estados do Brasil e Grão-Pará e Maranhão e mais a fatores culturais. [...]

[...] Os religiosos demonstravam desconforto com a repetição de rituais pagãos entre homens e mulheres que já se consideravam cristãos. "Já havia três gerações de índios cristãos, mas os rituais baseados no universo cosmológico continuavam, conforme relatado nos documentos a que tive acesso", diz Carvalho Júnior. [...] Para o historiador, uma leitura atenta desses relatos revela a diferença entre a projeção feita pelos inquisidores e a articulação que as populações indígenas faziam entre as simbologias crista e cosmológica. "As atividades eram descritas como demoníacas, mas quando olhadas com mais cuidado, elas lembram rituais indígenas anteriores", sustenta. Carvalho Júnior também localizou acusações contra a índia Sabina, personagem histórico relativamente conhecido. Segundo as descrições dos comissários, a despeito de fazer orações cristãs e frequentar a igreja, ela reproduzia rituais indígenas, como sugar a doença pela boca, defumar a moradia ou administrar plantas medicinais. "Sabina não chegou a ser presa, pois gozava de certo prestígio junto às autoridades portuguesas, algumas delas suas clientes. Elas justificavam a condescendência dizendo que a índia não fazia feitiço, mas sim o retirava", esclarece o especialista.

A preservação dos costumes originais, no entender do historiador, foi a principal responsável pelo insucesso parcial do projeto evangelizador das ordens religiosas. [...] Na verdade, esses índios não resistiam propriamente ao processo de evangelização. Eles apenas buscavam nos rituais cosmológicos referências para poder traduzir o que estavam aprendendo. Eles se sentiam efetivamente cristãos, mas esse cristianismo tinha que fazer sentido. E para conferir sentido ao cristianismo, eles o articulavam com a simbologia anterior", argumenta Carvalho Júnior.

ALVES FILHO, Manuel. *Tese mostra como os índios recriaram padrões religiosos da catequização*. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju288pag05.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2010.

Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague

Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague

▲ O pintor neerlandês Albert Eckhout fez parte da comitiva de Maurício de Nassau e retratou as populações e a paisagem da região Nordeste do atual território brasileiro, durante o século XVII. À esquerda, *Mameluca*, de 1641; à direita, *Homem Tapuia*, de cerca de 1641.

a) De acordo com o estudioso Almir Carvalho Júnior, por que as práticas indígenas que poderiam ser consideradas um exemplo de resistência ao processo de evangelização revelam adaptações e permanências culturais?

b) Por que podemos dizer que a aceitação das práticas da nativa Sabina pelas autoridades metropolitanas e eclesiásticas revelava uma flexibilidade na aplicação dos modelos europeus na Colônia?

c) Observe as duas imagens de Albert Eckhout e descreva os sinais de europeização e os de permanência de traços culturais nativos

2 Analisando práticas culturais

→ Para fazer as atividades a seguir, leia o texto do historiador francês Jean Delumeau:

A realidade religiosa de hoje em dia na América Latina demonstra à evidência o caráter superficial da cristianização autoritária conduzida outrora pelo poder colonial No Brasil especialmente, cultos clandestinos subsistiram – e agora afloram novamente entre os índios e sobretudo entre os negros trazidos da África Os escritores e os viajantes dos séculos XVI-XVIII não puderam deixar de assinalá-los. Ao lê-los, percebe-se que o dia pertencia aos brancos e a noite aos escravos. Posto o sol, os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos que se trancafiavam em suas vastas moradas por temor dos escravos E estes aproveitavam a escuridão para reencontrar e exprimir uma sociabilidade que não podia moldar-se à forma do sistema colonial Contudo, para praticar com a maior liberdade possível essas liturgias pagãs, os escravos recorreram aos símbolos católicos que exteriormente significavam a sua integração à sociedade escravagista E porque as palavras da língua portuguesa eram suspeitas a seus olhos e veículos de uma dominação que recusavam, utilizavam poucas palavras em seus cultos, mas um gestual rico de significação A dança, a música e uma intensa efervescência religiosa alienavam seu apego aos ritos de seus ancestrais e sua vontade de não deixar destruir seu universo cultural No Brasil, os senhores acabaram por não mais tentar suprimir essas manifestações religiosas. Tendo um viajante do século XVIII parado uma noite na morada de um grande proprietário, este perguntou na manhã seguinte: "Como passastes a noite?" "Bem quanto à acomodação", respondeu o convidado "Mas não preguei o olho" Explicou por que, o alarido de cantos, de cantanholas, de tamborins e outros instrumentos o mantivera constantemente desperto, e "gritos tão horríveis que lhe evocavam a confusão do inferno" Ao que o proprietário retrucou: "Para mim, não há nada melhor do que esse barulho para dormir despreocupado". Reconhecimento de um vasto fracasso.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*
São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p 266-7

a) A historiografia recente aponta que em diferentes práticas coloniais e atuações metropolitanas é possível perceber um abismo entre aquilo que se desejava e idealizava instituir e as práticas reais, cotidianas, efetivas Partindo do contexto da realidade religiosa na America Latina retratado por Jean Delumeau, procure explicar essa afirmação.

b) No seu entendimento, por que a sociabilidade dos escravos africanos "não podia moldar-se à forma do sistema colonial"?

Detalhe da imagem da p 307

Este capítulo trata da consolidação dos Estados centralizados europeus, problematizando o pensamento dos teóricos e as atitudes dos governantes absolutistas dos tempos modernos, no que se refere à ligação entre a política e a moral como razão de Estado. Sugerimos explorar a seção ***Para pensar historicamente*** em aula dialogada e retomá-la no final do estudo do capítulo para que os alunos possam reavaliar suas primeiras impressões.

Conforme o texto de Antonio Carlos Azevedo, na atividade 4. *Comparação de pontos de vista*, **absolutismo** foi o termo adotado para caracterizar o regime político de diversos países europeus e que teve como principal característica a centralização do poder nas mãos do monarca. O texto da historiadora Claudia Atallah pode ser um importante ponto de partida para ressaltar que a consolidação e o fortalecimento das monarquias absolutistas foram particulares dos países europeus, como é o caso da França, Inglaterra, Portugal e Espanha.

No que se refere à teorização do poder absolutista, é importante colocar em discussão com os alunos a frase de Maquiavel, "os fins justificam os meios", em contraponto com a frase de Thomas Hobbes, outro importante pensador da natureza do poder centralizado, "o homem é o lobo do homem".

Sobre o poder absoluto legitimado pelo argumento do direito divino hereditário, no qual os monarcas e as monarquias eram dotados de um caráter sagrado desde o final da Idade Média, o texto do historiador Marc Bloch, "Os reis taumaturgos", é significativo.

No que se refere à natureza do poder absolutista na França, uma das principais fontes históricas a esse respeito são as "Memórias" do Rei da França, Luís XIV, cujo trecho foi reproduzido na atividade 3. *Análise de fonte histórica*. As imagens de Luís XIV e do Palácio de Versalhes apresentadas no capítulo podem ser úteis para destacar aos alunos a personificação e a força do poder político nas mãos do monarca.

Vale destacar o texto do historiador Vamireh Chacon sobre as cartas pessoais de Filipe II. Além de essas cartas serem importantes fontes históricas acerca da intimidade de um monarca tendo nas várias partes de seu Império, como na América durante a União Ibérica, elas revelam que, tratando-se de razão de Estado, nem sempre moral e política caminham juntas.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Sociologia**: os costumes cortesãos e o Antigo Regime. Pesquisa sobre a articulação entre os costumes e as estruturas de poder na Idade Moderna, tomando como partida os livros de Renato Janine Ribeiro, Norbert Elias e Peter Burke, citados na seção ***Indicações para aprofundamento do tema***.
- **História e Filosofia**: pesquisa sobre os pensadores políticos do Antigo Regime. Para iniciar a pesquisa, sugerimos os livros de Jean-Jacques Chevallier e Marilena Chaui, citados na seção ***Indicações para aprofundamento do tema***.

▶ Textos de apoio

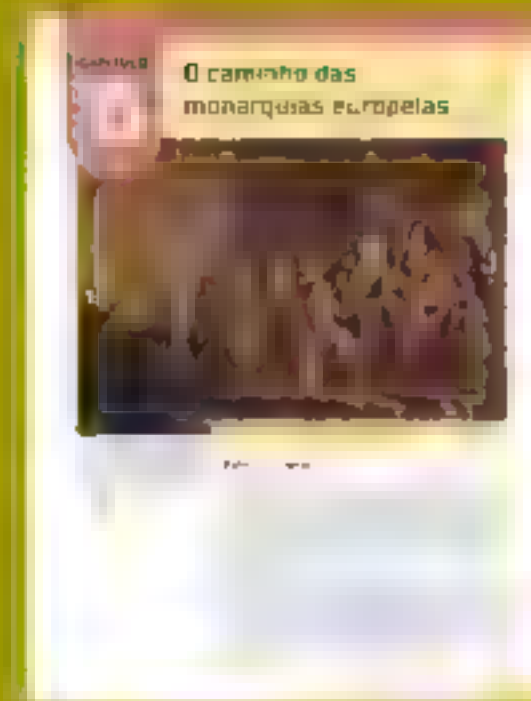
1

O poder de Luís XIV

É exclusivamente na minha pessoa que reside o poder soberano... é só de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso não pode nunca ser voltado contra mim; é a mim unicamente que pertence o poder legislativo sem dependência e sem partilha... a ordem pública inteira emana de mim, e os direitos e interesses da Nação, de que se ousa fazer um corpo separado do Monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam unicamente nas minhas mãos.

Resposta do Rei ao Parlamento de Paris, em 3 mar. 1766. In: FREITAS, G. de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1976. p. 22. v. II.

Capítulo 15

O caminho das monarquias europeias

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 15 (p. 309 a p. 319).

assessoria pedagógica

Bibliografia

ANDERSON, P. *Linhagens do estado absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARRUDA, J. J. de A. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: Revolução Inglesa e Revolução Industrial*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

______. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982. 2 v.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. (O processo civilizador, 1).

HILL, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1977. (Biblioteca de Ciências Humanas).

______. *O eleito de Deus. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

______. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LADURIE, E. L. R. *O Estado monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, R. J. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WILHELM, J. *Paris no tempo do Rei-Sol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (A vida cotidiana.)

Filmes

Cromwell. Direção de Ken Hughes. Inglaterra, 1970. (134 min)

Ligações perigosas. Direção de Stephen Frears. Estados Unidos, 1988. (120 min)

Os três mosqueteiros. Direção de Stephen Herek. Estados Unidos, 1993. (105 min)

Endereços eletrônicos

Rei Sol – Luís XIV. Disponível em: <www.louis-xiv.de/>. Acesso em: 11 abr. 2010. Em inglês, este *site* traz uma galeria de retratos do rei Luís XIV, além de fotografias e plantas baixas de seus castelos e jardins. É possível também acessar um panorama de seu período de governo, com resumos de seus feitos políticos e de sua vida amorosa.

Maquiavel. Disponível em: <www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=836>. Acesso em: 11 abr. 2010. Este artigo, de caráter didático, traz um resumo da vida e da obra do florentino Nicolau Maquiavel.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

DUMAS, Alexandre. *Os três mosqueteiros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

2

Pedro, o Grande

Pedro, o Grande, queria copiar Luís XIV com seu Palácio de Versalhes ao iniciar a construção de São Petersburgo, desejando ter ali a nobreza sob seu controle. Para obrigar as edificações a se instalarem na nova cidade, Pedro proibiu qualquer outra construção na Rússia, chegando mesmo a usar, não raramente, de trabalho forçado. Foram trazidos arquitetos, engenheiros, pintores, decoradores de vários países ocidentais, cujo trabalho era fiscalizado pessoalmente pelo próprio czar. Tal lance de grandiosidade culminaria, após várias vitórias bélicas contra vizinhos, na obtenção do título de "Pedro, o Grande, Imperador da Rússia e Pai da Pátria", dado pelo Legislativo russo.

Pedro morreu em 1725, quando mergulhou num rio gelado de sua cidade, São Petersburgo, tentando salvar um marinheiro.

VICENTINO, C. *Rússia antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995. p. 33. (Ponto de apoio)

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) A justificativa divina.

2) Motive os alunos a construir um quadro comparativo entre as monarquias francesa, inglesa e espanhola, destacando os elementos semelhantes e as características peculiares a cada contexto histórico.

Exercícios de História

1. Releitura e reflexão

a) De acordo com o bispo francês Jacques-Bénigne Bossuet, as decisões reais seriam infalíveis e inquestionáveis por emanarem do poder divino, que legitima e fundamenta o poder real. O maior delito que poderia ser cometido em um Estado centralizado seria o de lesa-majestade, justamente por representar um crime contra Deus.

b) Thomas Hobbes.

c) A superação do "estado da natureza" por meio do Estado centralizado, do estabelecimento de um contrato e da cessão dos direitos dos indivíduos ao soberano, evitaria o caos social e as destruições motivadas pela necessidade de satisfação dos interesses dos indivíduos.

2. Análise de imagens e de texto

a) O poder do rei se expressa, em primeiro lugar, pelo luxo da cena, que inclui a riqueza dos trajes e a opulência do local onde se encontra. Sua autoridade é expressa no cetro que carrega na mão direita; na espada que leva na cintura; na coroa que repousa sobre a cadeira ao lado, junto com a "mão de justiça", pequeno cetro utilizado desde o século XIII pelos reis da França para expressar seu monopólio em "fazer" a justiça. Observe a flor de lis adornando os tecidos do seu traje, símbolo da monarquia francesa e expressão de continuidade do poder dos reis.

b) Na monarquia absolutista, a imagem do rei deveria ser mostrada a todos, daí a importância de quadros que pudessem ser reproduzidos e fossem dotados de alto grau de simbolismo (no caso como forma de expressão do poder real). Rigaud pintou um rei já idoso (63 anos de idade) e sua tela agradou tanto ao monarca que ele imediatamente teria ordenado uma cópia, pelo próprio Rigaud. Atualmente, as duas telas se encontram na França, uma no Museu do Louvre, outra em Versalhes. Em um registro mais mundano, Rigaud teria representado (por sugestão do rei?) a vida amorosa exagerada do rei através de uma jovem que aparece em um baixo-relevo dourado, de braços estendidos para o corpo do rei. Tais insinuações eram típicas de uma arte que era feita por encomenda do rei e serviria para adornar os salões da nobreza, cada vez mais concentrada junto ao rei (lembre-se da construção de Versalhes), e envolvida em intrigas e jogos de poder cada vez mais complexos.

c) O enriquecimento proporcionado pelas finanças e pelo comércio, fazendo com que os burgueses passassem a se assemelhar aos nobres, os criados aos seus patrões. A diluição das diferenças sociais também teria alcançado os grupos populares e o que antes era considerado sinal de distinção social passou a ser utilizado por todas as camadas sociais.

3. Análise de fonte histórica

a) Luís XIV centralizava as decisões e funções do Estado em sua figura, representando a ideia de um rei onipresente e onipotente que agia de acordo com seus próprios critérios.

b) Deus.

c) O de submissão, obediência.

d) As razões de Estado seriam inquestionáveis e pressupunham o consentimento de toda a população. Apenas o governante poderia estabelecer e conhecer essas razões.

e) Resposta pessoal.

CAPÍTULO

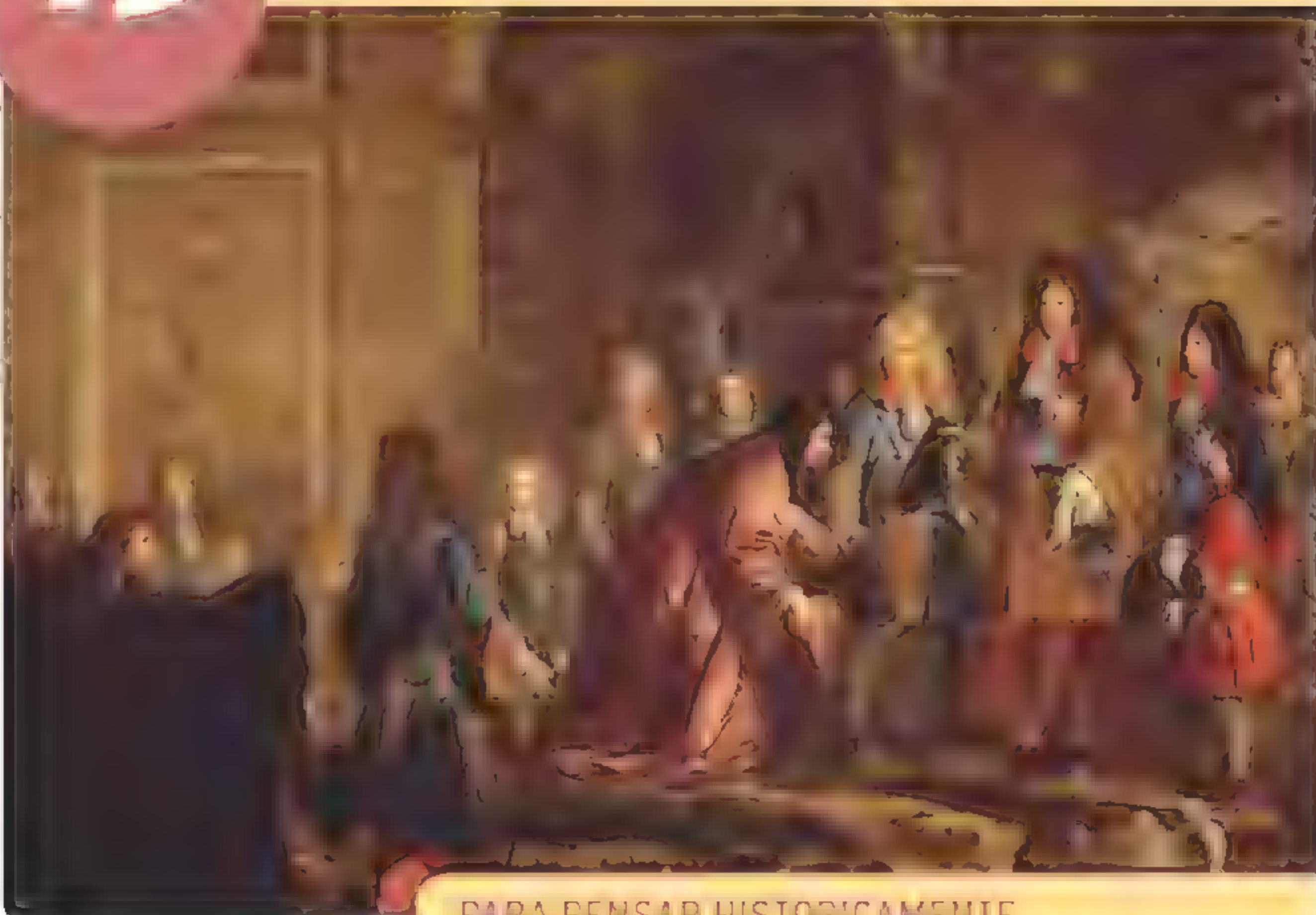
15

O caminho das monarquias europeias

Palácio de Versalhes e Trianon, França. RMN/Other Images

▲ O doge de Gênova se apresenta a Luís XIV, no Salão dos Espelhos, em Versalhes, em 1685. Pintura de Claude-Guy Hallé, de 1710. Nela ressaltam os sinais de riqueza da nobreza e a reverência prestada a Luís XIV

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Política e moral

No processo de formação e consolidação dos Estados centralizados europeus, no século XVII, certos governantes sempre estavam dispostos a fazer prevalecer a "razão de Estado", ou seja, a agir em benefício do fortalecimento deste, restringindo liberdades individuais, praticando o autoritarismo e até a violência. Nem por isso esse poder, tradicionalmente chamado de **absolutista**, era ilimitado. Entre outros exemplos, ressalte-se que o poder real não chegava a dispor das propriedades e dos súditos como bem quisesse.

Quanto aos teóricos políticos do período, pode-se observar que separavam (como fez Maquiavel) **política** e **moral** em dois campos distintos, que não se comunicam necessariamente. Estão aí duas esferas importantes nas reflexões sobre a história das sociedades humanas.

E hoje? O poder político constituído inclui considerações de ordem moral em seu processo de tomada de decisões? Qual a importância dessas considerações? Quais são as limitações do poder político?

PENSADORES DO ESTADO MODERNO

O processo de formação das monarquias centralizadas no final da Idade Média ocorreu em grande parte pela aproximação entre monarcas e burguesia, na busca da superação dos entraves políticos e econômicos derivados de antigas estruturas feudais. Entretanto, extraindo força econômica da burguesia, o monarca, uma vez no poder, também compunha com a nobreza, garantindo-lhe privilégios em troca de apoio político.

No conhecimento histórico sobre as monarquias europeias modernas, alguns historiadores destacam que os resquícios sociais, políticos, econômicos e cotidianos do feudalismo perduraram, de formas distintas e em diferentes partes da Europa, até as vésperas do século XX.

Outro aspecto importante é que alguns historiadores apontam as soberanias reais modernas como sendo decorrentes da ligação que tinham com suas burguesias e com a diminuição do poder da nobreza. Outros historiadores, ao contrário, viam na monarquia absolutista uma associação com a própria nobreza. De forma diferente, alguns historiadores preferiram explicar tais governos como resultado da fragilização da burguesia/nobreza em virtude de seus continuados confrontos, resultando em reis fortalecidos. A historiadora Claudia Cristina Azeredo Atallah, no texto abaixo, destaca dados distintos nos casos francês e inglês:

> Na França a crise feudal colocou a nobreza numa posição de dependência econômica em relação ao rei e, portanto, os nobres seriam submetidos a uma monarquia que oferecia proteção em troca de fidelidade. Por outro lado, essa atitude da coroa, ao invés de provocar um processo de efetiva centralização política, proporcionou a formação de redes que interligavam o centro, a monarquia, às diversas periferias que atuaram como agentes do poder do centro por todo território francês, fortalecendo ainda mais a corte como centro político. No caso inglês, não houve a necessidade de militarização, posto que os nobres mantivessem desde cedo um estreito vínculo com o comércio e com a agricultura, isso a partir da crise feudal, situação que os colocaria em uma posição mais independente com relação ao monarca e que explicaria a importância do parlamento como força reguladora da política do reino

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. Neotomismo e antigo regime em Portugal: uma discussão sobre a atuação da justiça. Anais do I Encontro Internacional de Historia Colonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set/out. 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_6/claudia_st6.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

Certamente, como regra geral, desde o momento da formação dos Estados centralizados, os reis imprimiram um caráter autoritário aos seus governos, sempre buscando construir a fidelidade à Coroa. Cada vez mais o poder real buscou a subordinação aos seus interesses e, no auge desse processo, ocorreu um afastamento maior em relação à burguesia. Antes disso, desde o início da Idade Moderna, diversos teóricos de então clamavam pela necessidade de Estados fortes, chefiados por reis cujo poder central, incontestável, estaria livre das amarras limitadoras, inclusive da Igreja.

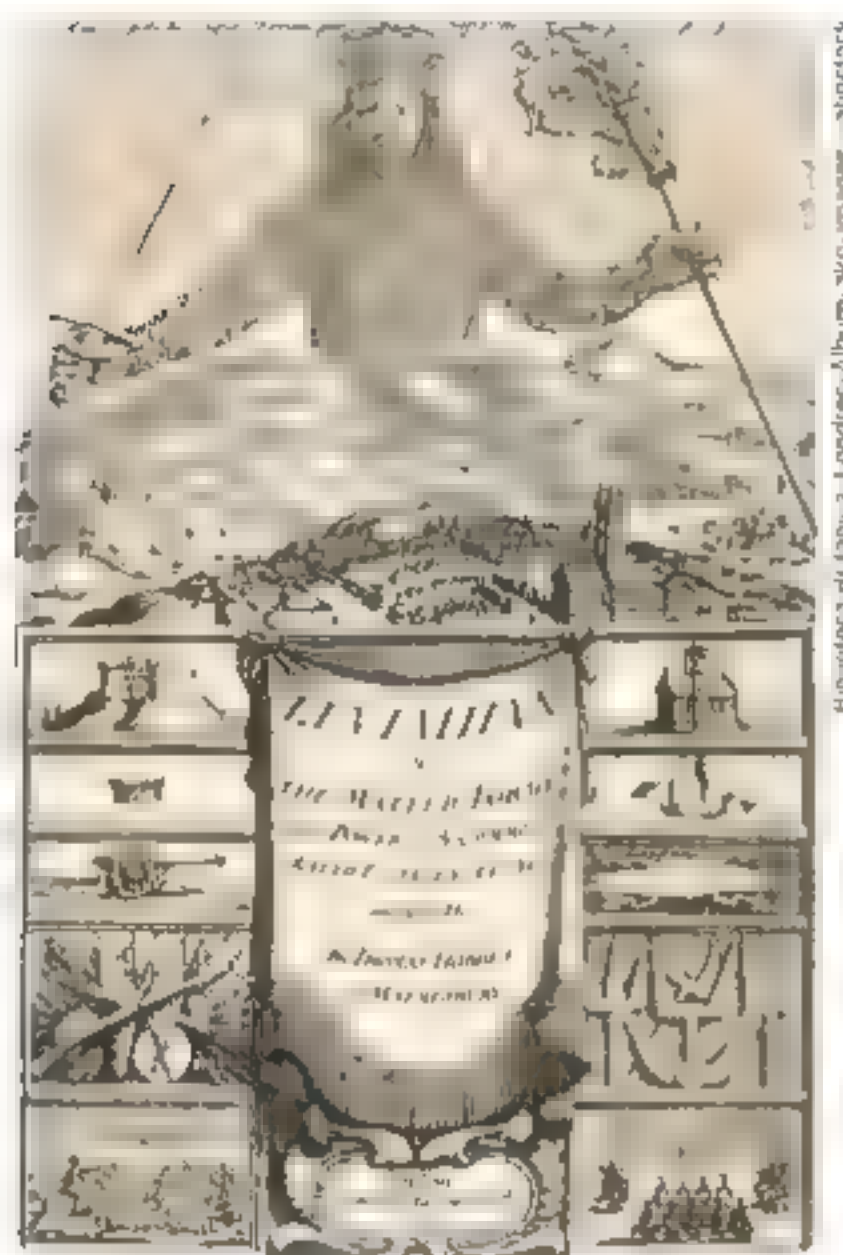
Um dos primeiros grandes pensadores a justificar o poder centralizado dos reis foi **Nicolau Maquiavel**, que defendia a unidade italiana, criticando a fragmentação política vigente e a rivalidade entre as diversas repúblicas. Em sua principal obra, *O príncipe*, propõe a separação entre moral e política, vistas como duas esferas inconciliáveis (pelo menos no que se refere à forma como a Igreja concebia o poder político, isto é, atrelado a princípios cristãos).

Para Maquiavel, as **razões do Estado** deveriam ser superiores a tudo, e, em prol do Estado, justificava-se a utilização de artimanhas, ardis políticos e até a força e a violência, pois, nas suas palavras, "a força é justa, quando necessária".

Maquiavel é autor da conhecida máxima "os fins justificam os meios", segundo a qual ao Estado era autorizado o uso de qualquer método para atingir seus objetivos na busca da supremacia do príncipe e da indiscutível autoridade do Estado.

Maquiavel retratado por Santi di Tito (século XVI). Maquiavel escreveu: "É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo sua necessidade".

Já **Thomas Hobbes** (1588-1679), na obra *Leviatã*, articulou um sistema lógico e coerente para explicar a necessidade de um governo absolutista, sendo considerado por muitos o principal teórico do período. Para Hobbes, o Estado absoluto representa a superação do "estado de natureza". Devido ao egoísmo intrínseco ao homem (daí sua maldade), a sociedade humana tinha uma tendência ao caos ou à desarticulação, pois seus membros estavam dispostos a destruir uns aos outros para satisfazer seus interesses. Tratava-se da guerra de todos contra todos; afinal, "o homem era o lobo do homem", como afirmava Hobbes.

Biblioteca di Tamua Londres/Album/akg-images/Latinstock

Fac-símile da primeira edição da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, de 1651.

Dotados de razão, os seres humanos tentavam superar esse caótico "estado de natureza" original, formando a sociedade civil e estabelecendo um contrato, segundo o qual cederiam seus direitos a um soberano. Renunciar-se-ia à liberdade em nome da própria sobrevivência da sociedade.

O bispo francês **Jacques-Bénigne Bossuet** (1627--1704) é o autor de *Política retirada da Sagrada Escritura*, segundo a qual o poder real está próximo de Deus. Essa proximidade faz com que as decisões reais sejam infalíveis, graças à inspiração divina. De Deus emana a autoridade do rei, e o maior delito dentro de um Estado absolutista é o crime de lesa-majestade, considerado crime contra Deus.

Para Bossuet, portanto, o direito divino é o fundamento e legitimação do poder real. Para alguns historiadores, o caso mais exemplar de governante que se serviu das ideias de Bossuet foi o do soberano francês Luís XIV, chamado "Rei Sol", que chegou a ser adorado e tido como dotado de poderes divinos. Outros historiadores, contudo, destacam o caráter sagrado atribuído aos monarcas e à realeza desde a formação das monarquias medievais, incluindo o poder de cura, pelo simples toque do rei. Luís XIV, assim, teria continuado tradições já existentes, utilizando a seu favor e reforçando as ideias do século XVII sobre o direito divino dos reis.

crime de lesa-majestade: crime cometido contra o rei ou contra o poder real, como traição, atentados etc.

OS REIS TAUMATURGOS

Os reis taumaturgos é o título da obra do historiador francês Marc Bloch, publicada em 1924. Taumaturgo é aquele que faz milagres. Bloch investigou a crença no poder de cura dos reis franceses e ingleses desde o período medieval (entre os séculos XI e XII) até a Idade Moderna: acreditava-se na capacidade de cura das escrófulas, uma doença das glândulas linfáticas associada à tuberculose, com o toque das mãos reais. Nessa obra, o autor destaca a paulatina modificação das estruturas políticas e da mentalidade popular em torno do poder divino dos reis e, em termos mais gerais, do próprio significado do sagrado na vida cotidiana. Leia a seguir um trecho.

> [...] na história das doutrinas políticas (como em todas as outras espécies de história) convém não levar muito a sério o corte tradicional que, obedecendo aos humanistas, costumamos fazer do passado da Europa nas proximidades de 1500. O caráter sagrado dos reis, tantas vezes afirmado pelos escritores medievais, permanece nos tempos modernos uma verdade que se mostra sem cessar.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 233.

A MONARQUIA FRANCESA

A França foi o país onde o centralismo monárquico da Idade Moderna se desenvolveu de maneira mais marcante. A crise sucessória capetíngia de 1328, que levou à ocupação do trono francês pela família **Valois**, resultou em disputas e em confrontação com a Inglaterra. O processo centralizador acabou interrompido pela Guerra dos Cem Anos, sendo retomado no século XVI, em um contexto marcado por disputas religiosas.

Esses conflitos envolveram a burguesia, a nobreza e populares e estavam ligados à fragmentação de poder e à definição dos limites do poder real. No governo de **Carlos IX** (1560-1574), intensificaram-se as lutas, envolvendo basicamente a burguesia calvinista (chamada de **huguenote**, na França) e a nobreza católica. O ponto máximo foi a Noite de São Bartolomeu, que já vimos no capítulo anterior.

Durante o governo seguinte, de **Henrique III**, prosseguiram os conflitos que culminaram na vitória dos partidários protestantes, apoiados pela burguesia calvinista, que assim garantiu o acesso ao trono e inaugurou a dinastia Bourbon.

Com **Henrique IV**, houve a pacificação do país após o rei converter-se ao catolicismo e ter decretado a liberdade de culto aos protestantes por meio do **Edito de Nantes**. Dessa forma, não apenas se limitavam os conflitos religiosos no país, como se retomava a aliança entre o rei e a burguesia.

▲ Reprodução da primeira página do Edito de Nantes, século XVI. O Edito de Nantes decretou anistia a todos os que estavam em guerra e liberdade de culto aos protestantes

Seu sucessor foi **Luís XIII**, em cujo governo o poder foi delegado a um ministro todo-poderoso, o **cardeal Richelieu**, que procurou transformar a França em uma potência continental na Europa.

Richelieu envolveu o país em violenta guerra contra a dinastia **Habsburgo**. Os membros dessa família, seguidores do catolicismo romano e opositores dos reformistas religiosos, controlavam a Áustria e a Espanha. Atacaram os protestantes dos Países Baixos, da Boêmia, Suécia e Dinamarca, visando a transformar-se na família hegemônica da Europa. A França saiu em defesa dos protestantes e enfrentou os Habsburgos, com o propósito de se fortalecer. Teve início assim a **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648). A vitória francesa abriu caminho para o apogeu do absolutismo no país, ainda no governo do sucessor de Luís XIII.

Luís XIV, que governou de 1643 a 1715, representou o ponto culminante do absolutismo francês. Durante o seu governo, concentrou grande poder em suas mãos, dando significado prático a sua frase *L'Etat c'est moi* (em francês, "O Estado sou eu"). Seu ministro, **Colbert**, lançou as bases do mercantilismo francês, promovendo a navegação marítima em busca de colônias e manufaturas e, desse modo, favoreceu a burguesia.

▲ Luís XIV, o Rei Sol, aqui retratado pelo pintor francês Hyacinthe Rigaud (1659-1743) em tela de 1701. O rei gostava de ver sua imagem associada à grandiosidade do poder. Observe a elegância e altivez na postura de Luís XIV e os sinais de sua soberania: a coroa, o cetro de ouro, o manto real com a flor de lis (símbolo da monarquia francesa) bordada em fios de ouro, a espada, entre outros elementos luxuosos. Posteriormente, a iconografia francesa revelaria uma face mais humana das rainhas e dos reis que sucederam Luís XIV

O apogeu do absolutismo, porém, também foi o auge de suas contradições. Ao mesmo tempo que garantia privilégios da nobreza, promovia a expansão dos negócios mercantis e manufatureiros, mas dificultava atuações políticas da burguesia. Luís XIV chegou mesmo a revogar o Edito de Nantes, servindo para justificar perseguições quando julgasse necessário. Os governos de seus sucessores, **Luís XV** (de 1715 a 1774) e **Luís XVI** (de 1774 a 1792), presenciaram o início do declínio da França e a ascensão da Inglaterra como potência europeia. Os excessivos gastos da Corte francesa e o envolvimento do reino em várias guerras, nem sempre vitoriosas, acabaram por comprometer as finanças do Estado e ameaçar a manutenção do próprio regime.

Marc Deville/Corbis/Latinstock

▲ Criado por decisão de Luís XIV e com uma estrutura que correspondia às imagens grandiosas do poder do Rei Sol, o Palácio de Versalhes transformou-se em sede da monarquia francesa. Na foto, de 2007, a Sala dos Espelhos, no Palácio de Versalhes, França.

A MONARQUIA INGLESA

A centralização política na Inglaterra da Baixa Idade Média foi frustrada pela **Magna Carta** de 1215, que limitava o poder real, submetendo-o ao controle do Parlamento. A Guerra dos Cem Anos pareceu apenas confirmar a primazia dos poderes locais sobre o do monarca; entretanto, o desenvolvimento burguês continuou existindo, bem como a busca por um Estado centralizado.

O poder dos barões ingleses (a nobreza) começou a ser ameaçado com os custos da Guerra dos Cem Anos e, principalmente, com a **Guerra das Duas Rosas**. Estendendo-se de 1455 a 1485, essa guerra foi provocada pela disputa do trono inglês entre as famílias York e Lancaster e acabou envolvendo toda a nobreza inglesa, que saiu enfraquecida de suas violentas batalhas. O final da guerra deu-se com a ascensão de uma nova família ao poder, a dos Tudor, e a pacificação dos York e Lancaster por Henrique VII.

Mas o Estado centralizado inglês ganhou forma com Henrique VIII (que governou de 1509 a 1547), da família Tudor. Após ter submetido o Parlamento, decretou o **Ato de Supremacia**, que, como vimos, tornava oficial uma nova doutrina religiosa na Inglaterra, o anglicanismo. A nova corrente religiosa agradou à burguesia.

Após um curto e violento intervalo, no qual o catolicismo foi temporariamente restaurado no reino durante o governo de **Maria I** (de 1553 a 1558), o anglicanismo voltou a ser oficializado no governo de **Elizabeth I** (de 1558 a 1603).

A rainha Elizabeth colocou em prática uma política mercantilista agressiva, com a construção de uma poderosa frota e a exploração de colônias na América. Atacou o império colonial espanhol, invadindo colônias e, principalmente, saqueando navios. Em resposta, a marinha inglesa foi atacada pela maior marinha da época – a chamada **Invencível**

Armada de Filipe II –, contra a qual, no entanto, os ingleses saíram vitoriosos.

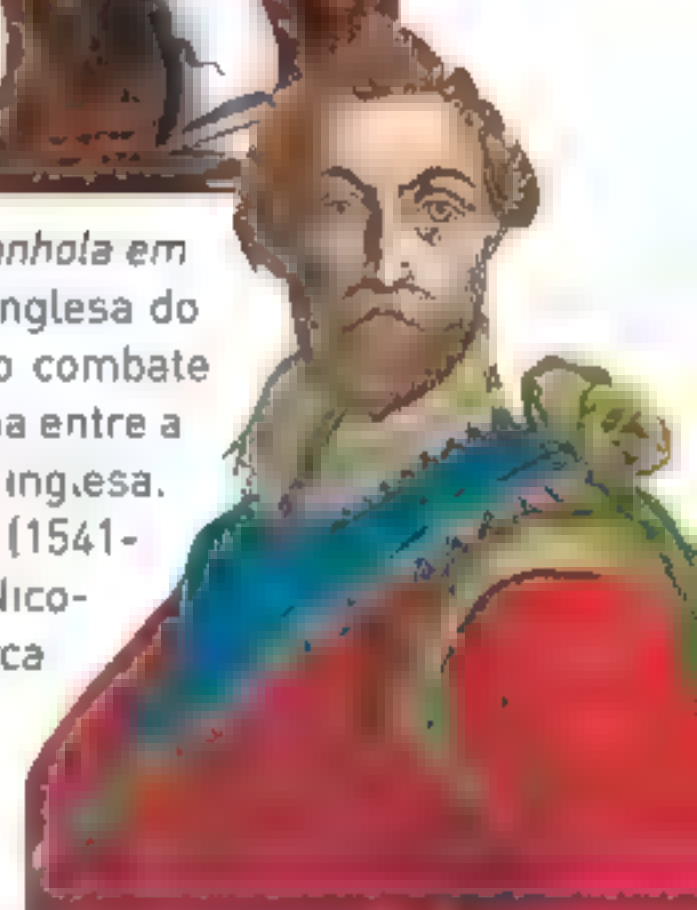
Não deixando herdeiros, Elizabeth I foi sucedida por Jaime I, que deu início à dinastia Stuart e governou de 1603 a 1625. Suas origens escocesas levaram-no a unificar os dois reinos.

Nesse período, estava em andamento uma importante transformação econômica, que começara no final da Idade Média: os **cercamentos** de terras agrícolas. Antigas propriedades autossuficientes, que produziam itens variados, passaram a se especializar na produção de um único produto voltado para comercialização no mercado. O caso mais comum era a criação de ovelhas para extração de lã, matéria-prima para as rentáveis manufaturas têxteis; em menor escala, havia plantações de trigo.

Museu Marítimo Nacional, Londres; The Art Archive/Other Images

▲ *A derrota da Armada espanhola em agosto de 1588*, pintura inglesa do século XVI que mostra o combate naval no Canal da Mancha entre a marinha espanhola e a inglesa. Ao lado, Francis Drake (1541-1596), em gravura de Nicolas de Lamerssin (cerca de 1600). Drake foi um ativo comandante nas incursões de corsários ingleses contra a Espanha, saqueando seus navios e suas colônias. Também participou, em 1588, da luta contra a Invencível Armada, levando ao fracasso a tentativa espanhola de desembarque na Inglaterra.

Akg-Images/Intercontinental Press

Hulton Archive/Getty Images

◄ A gravura ao lado, de cerca de 1650, mostra operários ingleses cultivando o solo com o auxílio de uma máquina.

Assim, terras comunais usadas coletivamente pela população rural, na antiga tradição feudal, passavam a ser exploradas em benefício de um proprietário único, um nobre, empregando reduzida mão de obra nas terras tomadas e cercadas. A contrapartida desse fenômeno de expulsão dos camponeses das terras em que viviam era o excedente demográfico, um contingente de população que deixou de ser absorvido pela economia rural.

Pode-se dizer que, na Inglaterra, graças à concentração de riquezas decorrente do processo dos cercamentos, grande parte da aristocracia se "aburguesou", sobrepondo-se ao rei. Lembre-se de que o centralismo político inglês tinha bases legais frágeis, uma vez que a Magna Carta limitava o poder real, submetendo-o às elites inglesas do Parlamento.

Finalmente, os Stuart, enfrentando poderes estabelecidos, desejavam reverter a situação e aumentar o poder do rei. Procuraram então acentuar os aspectos católicos do anglicanismo. Parte dos burgueses, por sua vez, passou a defender características calvinistas da doutrina anglicana e começou a questionar o poder do rei, fortalecendo o grupo dos **puritanos**.

Esses desentendimentos acentuaram-se e, em 1640, no governo de Carlos I (de 1625 a 1648), desencadeou-se uma **guerra civil** na Inglaterra, caracterizada como uma revolução burguesa. De um lado, os "cavaleiros", partidários do rei; de outro, os "cabeças redondas", partidários do Parlamento, foco da reação puritana e burguesa contra a monarquia absolutista.

Habilmente lideradas por Oliver Cromwell, as tropas do Parlamento obtiveram diversas vitórias. (Cromwell era um importante membro da Câmara dos Comuns que defendia a religião protestante e era contrário a inovações). O rei foi derrotado e condenado à morte por decapitação. Alçado ao poder, Cromwell proclamou a República, que foi chamada de Commonwealth, e passou a ter poderes ditatoriais garantidos pelo exército. O ditador invadiu o Parlamento e dispersou os membros que se opunham a seu centralismo. Recebeu o título vitalício de Lorde Protetor da Inglaterra, Irlanda e Escócia.

Câmara dos Comuns: câmara parlamentar do sistema bicameral surgida no século XIV. É chamada de câmara baixa (a primeira câmara ou câmara alta é a Câmara dos Lordes).

Atendendo diretamente aos interesses mercantis da burguesia, Cromwell decretou os **Atos de Navegação**, leis que protegiam os comerciantes ingleses e estimulavam a construção naval, visando enfrentar a poderosa concorrência holandesa.

Após a morte de Cromwell, em 1658, o país passou por grande instabilidade: seu filho Richard Cromwell não conseguiu conter a reação monárquica e antipuritana, o que possibilitou a restauração da monarquia Stuart. No entanto, a semente revolucionária fora lançada, e em 1688 iniciou-se a **Revolução Gloriosa**, quase um complemento da anterior.

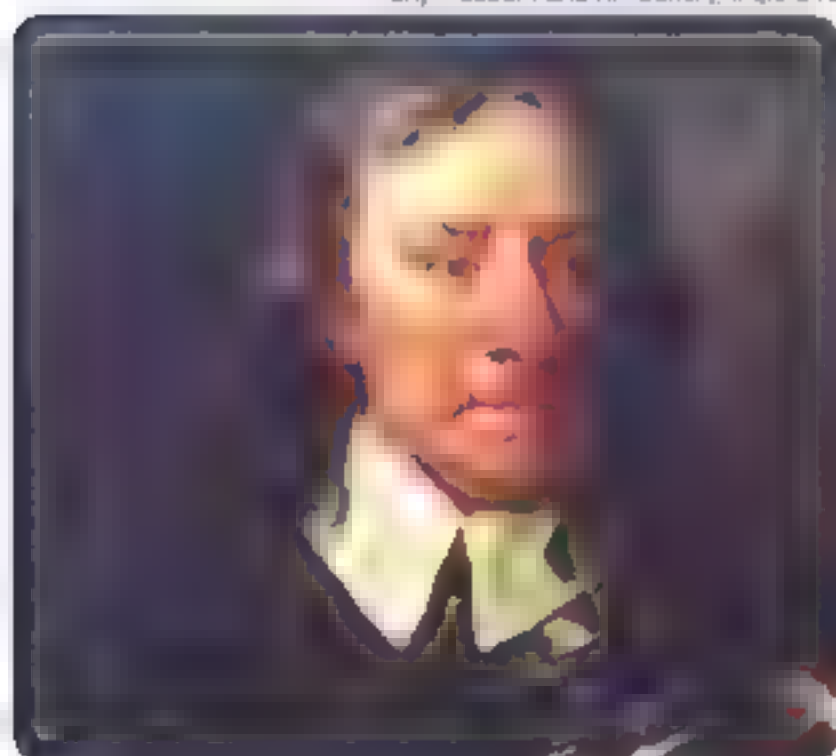
O rei Stuart Jaime II foi afastado, e a burguesia vitoriosa instalou no poder um novo monarca, o protestante **Guilherme de Orange**, holandês de origem e casado com a filha mais velha do monarca deposto. Coroado com o título de Guilherme III, recebeu o trono concordando em assinar a Declaração de Direitos ou, em inglês, *Bill of Rights*, por meio da qual abdicava, em seu nome e no de seus sucessores, de tentar submeter o Parlamento.

Garantiam-se, assim, os fundamentos da monarquia constitucional inglesa, além de serem firmadas a autonomia do judiciário, a liberdade de imprensa e a proteção à propriedade particular, temas de interesse dos membros da burguesia. Definiu-se ainda que novas taxações teriam de ser aprovadas pelo Parlamento e que haveria liberdade religiosa a todos os protestantes (**Ato de Tolerância**).

Para a Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688-1689 teve a mesma importância da Revolução Francesa para o restante da Europa. Precedeu-a em cem anos, o que significa que desde o século XVII a Inglaterra tinha um governo comprometido com o enriquecimento da classe dos homens de negócios. Isso explica, em grande parte, o notável desenvolvimento econômico do país nos duzentos anos seguintes.

Em outros Estados europeus a ordem absolutista firmou-se segundo especificidades regionais, a exemplo da Prússia, com a família dos Hohenzollern; da Áustria, com os Habsburgo; e da Rússia, com os Romanov.

City Museum and Art Gallery, Inglaterra

Coleção particular/SuperStock/Getty Images

▲ Oliver Cromwell (acima, numa pintura de P. Levy Birmingham feita entre 1652 e 1654) liderou o único período republicano da Inglaterra. Os conflitos com a Holanda resultaram em uma guerra, que terminou com o Tratado de Westminster (1654), em que a Holanda reconhecia o predomínio marítimo inglês. Ao lado, gravura de Benjamin West, de 1782, representando a dissolução do Parlamento inglês por Cromwell em 1653

A MONARQUIA ESPANHOLA: O CASO DE FILIPE II

Um soberano pode exemplificar o Estado centralizado espanhol: trata-se de Filipe II, que reinou de 1556 a 1598. Exercendo uma política sucessória e expansionista, reinou sobre vários outros reinos, inclusive Portugal, pela União Ibérica, de 1580 até sua morte. Por isso, podemos dizer que ele foi soberano das colônias hispano-portuguesas, na América e no resto do mundo. Beneficiando-se do princípio da hereditariedade dinástica, herdou boa parte dos tronos europeus de seu tempo, alguns dos quais negociou com parentes nobres.

Seu reinado foi marcado pelo autoritarismo em larga escala, traduzido em ações contra os protestantismos luterano, calvinista e anglicano, dentro e fora da Espanha. Sua intolerância religiosa era tamanha que chegou a expulsar judeus e muçulmanos da Espanha, privando o país de capitais e de grande parte de seus artesãos, em prejuízo de sua própria economia. Procurava controlar ideologicamente o reino, censurando as publicações de todo tipo. Ao mesmo tempo, promovia e impulsionava o catolicismo e a Inquisição.

Os estudos de historiadores a partir de fontes que se referem à intimidade do rei, como as cartas que trocava com os familiares, mostram uma imagem, entretanto, diferente daquela que se esperaria por conta de suas decisões de governo:

> Surpreendente também para um homem frequentemente acusado de ser obcecado pela religião, as cartas eram totalmente livres de religiosidade (inclusive as cartas às filhas). Fillipe II mencionava as funções da Igreja naturalmente, mas o tom era totalmente secular, sem efusões de sentimento piedoso. Livres tanto de didatismo quanto de beatice, as cartas têm um frescor e uma espontaneidade únicos em cartas reais.
>
> CHACON, Vamireh. *A grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência*. São Paulo: Unesp, Brasília: Paralelo 15, 2005. p. 117

Filipe II permaneceu três anos em Lisboa, governando seu reino a partir dali, o que contribuiu para deslocar o interesse espanhol do Mediterrâneo para o Atlântico. A América portuguesa foi inserida com destaque na estratégia naval mundial do soberano, que ordenou, por exemplo, a construção de uma cidade para ser capital da Paraíba, pensando em sua posição geográfica estratégica, por estar situada em um dos pontos do território mais próximos da África.

Museo do Prado, Madri. Erich Lessing/Album/Latinstock

▲ O rei Filipe II em tela de Peter Paul Rubens, pintada no século XVII.

O grande obstáculo às pretensões de Filipe II foi o reino da Inglaterra, que derrotou suas forças marítimas, frustrando suas pretensões de anexar também o reino inglês, o qual tinha comandado por um curto período ao casar-se com a rainha Maria I.

Muitos historiadores têm estudado o período do reinado de Filipe II, tentando entender melhor seus vários aspectos. Na biografia escrita pelo historiador norte-americano J. L. Motley, o rei é retratado praticamente como a encarnação do mal; historiadores espanhóis também afirmam que ele foi uma página sombria da história da Espanha. O escritor uruguaio Eduardo Galeano relata que a população espanhola chegou a reduzir-se no período em que Filipe II reinou. Outros pesquisadores chamam a atenção para sua falta de visão econômica: durante seu reinado, os metais preciosos trazidos da América foram desperdiçados; não houve estímulo para a instalação e o funcionamento de manufaturas; e a nobreza improdutiva fez gastos exorbitantes. O historiador francês Fernand Braudel, que escreveu uma importante obra sobre o período em que Filipe II reinou, afirma que, para os historiadores, ele ainda é um enigma.

PARA RECORDAR O caminho das monarquias europeias

legitimação

REI

controla

poder econômico

poder político

quer proteção econômica do Estado, portanto apoia o rei

Burguesia

Aristocracia

quer manter privilégios, portanto apoia o rei

exploração econômica

exploração econômica

tensão

Povo

tensão

tensão

ação econômica estatal pró-burguesia é incompatível com a manutenção de privilégios da aristocracia

ATIVIDADE

A partir da análise do esquema-resumo e do conteúdo do capítulo

Qual a principal justificativa para a sustentação do poder nas monarquias europeias?

As monarquias centralizadas europeias diferenciaram-se entre si. De acordo com sua leitura do capítulo, aponte as principais diferenças entre as monarquias francesa, inglesa e espanhola.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Releitura e reflexão

→ Para fazer as atividades a seguir, releia o item *Pensadores do Estado moderno*, na página 310.

a) Com base nas teorias do bispo Bossuet, estabeleça a relação entre política e religião nas monarquias centralizadas europeias.

b) Que autor destacado no capítulo estabeleceu a ideia de que a sociedade civil surge do contrato entre o monarca e o povo?

c) De acordo com esse mesmo autor por que haveria necessidade de superar o "estado da natureza"?

2 Análise de imagens e de texto

→ Para responder as próximas questões, examine a imagem e o texto abaixo. Observe também a imagem de Luís XIV, por Hyacinthe Rigaud, reproduzida na página 312.

O trecho a seguir, citado pelo historiador francês Darnton, foi escrito por um homem burguês que vivia do arrendamento de suas terras na cidade francesa de Montpellier, em 1768. Ele faz referência às divisões sociais: o Segundo Estado era formado pela nobreza e o Terceiro Estado, pelo povo. Havia ainda o Primeiro Estado, formado pelo clero.

Museu de Belas Artes, Paris/Album/akg-images/Latinstock

▲ Luís XV, retratado por Carle van Loo, no século XVIII. Em seu reinado, iniciou-se o processo de desagregação da Monarquia absolutista francesa.

Desde que as pessoas começaram a enriquecer rapidamente, com as finanças e o comércio, o Segundo Estado conquistou um novo respeito. Seus gastos e seus luxos tornaram-no alvo da inveja do Primeiro. Inevitavelmente, os dois se fundiram, e hoje não há mais diferenças na maneira como administram suas casas, dão jantares e se vestem. [...]

Também não é mais possível enxergar diretamente diferenças entre os ramos do Terceiro [Estado]. O mais ordinário artesão comporta-se como igual do mais eminente artiste [artista], ou de qualquer pessoa que pratique um negócio superior ao seu.

[...] deveria existir um regulamento exigindo que todo criado, do sexo masculino ou feminino, usasse um distintivo bem visível, na roupa. Porque nada é mais impertinente do que ver um cozinheiro ou um camareiro que enverga um traje enfeitado com galoes ou renda, poe a espada à cinta e se insinua em meio à melhor companhia, nos passeios públicos, ou ver uma camareira vestida tão elaboradamente quanto sua patroa, ou encontrar criados domésticos de qualquer tipo enfeitados como se fossem nobres. Tudo isto é revoltante. O estado dos criados é de servidão, de obediência às ordens de seus patrões. [...].

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 186-8

a) Descreva as imagens, tentando identificar os diversos objetos que cercam os reis Luís XIV e Luís XV, bem como suas vestimentas. Em que medida tais objetos expressam o poder real?

b) Assim como as pinturas retratam a realeza francesa, o texto revela a importância da visibilidade dos sinais de distinção social. Explique por que esses sinais de distinção social eram importantes.

c) Que transformações sociais são destacadas pelo membro da burguesia francesa?

3 Análise de fonte histórica

→ O texto abaixo é um trecho das memórias escritas pelo monarca francês Luís XIV, constituindo uma importante fonte histórica sobre o período, sobre as bases do Estado centralizado e sobre a atuação do monarca. Leia-o e faça as atividades propostas.

Informado de tudo, escuto os meus súditos mais humildes, conheço a todo o momento o número e a qualidade das minhas tropas, bem como a situação das minhas praças, dou incessantemente as minhas ordens para todas as suas necessidades; trato imediatamente com os ministros estrangeiros; recebo e leio os despachos, redijo, eu mesmo, uma parte das respostas e passo aos meus secretários o cerne das demais, regulo os ingressos e os gastos do meu Estado, faço com que me prestem conta diretamente aqueles a quem coloco nos cargos importantes, conduzo os meus negócios de forma tão secreta quanto nenhum outro tinha feito antes de mim; distribuo as graças pelo meu próprio critério e conservo, se não me engano, aqueles que me servem, embora favorecidos com benefícios, destinados a eles mesmos e aos os seus, dentro de uma modéstia muito longínqua da elevação e do poder dos primeiros-ministros. [...].

A tranquilidade dos súditos só se encontra na obediência. [...] Sempre é menos ruim para o público suportar do que controlar incluso o mau governo dos reis, do qual Deus é único juiz. Aquilo que os reis parecem fazer contra a lei comum funda-se, geralmente, na razão de Estado, que é a primeira das leis, por consentimento de todo mundo, mas que e, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam.

LUÍS XIV, Rei da França. *Memorias*. [Versão espanhola de Aurelio Garzon de Camino] México: Fondo de Cultura Economica, 1989. p. 28, 37

a) Partindo da leitura do primeiro parágrafo do texto, explique a expressão atribuída ao monarca Luís XIV: "o Estado sou eu".

b) Segundo as palavras de Luís XIV, qual o único juiz que poderia julgar um rei?

c) Explique que papel Luís XIV atribuía aos súditos no trecho citado acima.

d) De acordo com Luís XIV, de que maneira a chamada "razão de Estado" legitima e justifica as ações do rei?

e) Referindo-se à razão de Estado, Luís XIV afirma que ela "é, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam". Como você interpreta isso?

Capítulo 16

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 16 (p. 320 a p. 333).

AMÉRICA PORTUGUESA: EXPANSÃO E DIVERSIDADE ECONÔMICA

Este capítulo trata das condições de vida material e das atividades econômicas desenvolvidas nas Capitanias da América Portuguesa, no período colonial. Os questionamentos sugeridos na seção ***Para pensar historicamente*** podem servir de início para o diálogo com os alunos, tendo sempre o cuidado para não estabelecer comparações sem levar em conta diferentes contextos históricos.

O capítulo oferece vários recursos para a exploração do tema, destacamos alguns. A imagem antiga da Rua da Cruz, em Recife, e o texto "O legado holandês" podem servir para destacar o legado cultural dos holandeses em uma região que se estendia desde o litoral do atual Maranhão até o território que hoje corresponde ao Sergipe.

O texto selecionado para a atividade *2. Análise de documento histórico* demonstra a diversificação dos produtos cultivados para o comércio interno da Colônia. É possível construir com a classe uma tabela, listando de um lado produtos vindos da Europa e, de outro, aqueles produzidos na Colônia.

A leitura do texto "Um contexto histórico e geográfico diversificado" permite discutir as medidas tomadas pela Coroa Portuguesa para a ocupação da região, muito mais vasta do que a dos dias atuais. A principal base econômica para a ocupação da Amazônia foi a coleta de recursos florestais como as drogas do sertão, cacau, baunilha, guaraná, ervas medicinais e aromáticas, administradas pelos jesuítas, que utilizavam o conhecimento e a mão de obra indígenas. Os esforços de expansão territorial da Coroa Portuguesa também ocorreram na Capitania de São Paulo, com a organização das bandeiras.

De acordo com o importante documento histórico, "Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades", é possível ressaltar que as bandeiras mais importantes foram financiadas pela Coroa Portuguesa e destinadas à procura de metais preciosos. Essas expedições resultaram na descoberta do ouro nas regiões das Minas Gerais.

O texto da historiadora Kátia Abud, "O mito dos heróis bandeirantes", e os outros selecionados para a atividade *1. Interpretando a história* apresentam importantes argumentos que reforçam ser a história "filha de seu tempo", pois permitem que se destaquem as razões pelas quais se criou uma imagem heroica e mítica do bandeirante e as necessidades para a formação de uma visão crítica sobre suas violentas ações.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, endereços eletrônicos e filmes na coluna lateral.

Bibliografia

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Nacional, 1961.
FARIA, S. de C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
HOLANDA, S. B. de (Org.). *A época colonial*. São Paulo: Difel, 1963. (História geral da civilização brasileira, 1, t. 1 e 2)
______. *Raízes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
MAESTRI, M. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.
MELLO, E. C. de. *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
NOVAIS, F., MELLO e SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil. América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1.
PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
SEPP, Pe. A. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1980.
VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808*. São Paulo: Objetiva, 2000.
______. *O Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Geografia**: desenvolver pesquisa sobre tratados e limites, especialmente em relação ao sul do Brasil.

▶ Textos de apoio

Resistência dos guerrilheiros baianos às invasões holandesas

Vigiavam todas as noites sem cessar; passavam os dias sem descansar; tinham por casa o céu e a terra por cama; expostos ao frio e à calma, padecendo muitas fomes e sedes. Muitas vezes, particularmente no princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca

Teses

CATOZZI, V. R. W. *André Thevet: um cosmógrafo-viajante no Brasil*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000429324>. Acesso em: 12 abr. 2010.
MARANHO, M. F. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no império colonial português (1580-1720)*. São Paulo: FFLCH, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-111150/>. Acesso em: 12 abr. 2010.

Filmes

Hans Staden. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil/Portugal, 1999. (84 min)

O caçador de esmeraldas. Direção de Oswaldo de Oliveira. Brasil, 1979. (115 min)

Endereços eletrônicos

Engenho dos Erasmos – Santos. Disponível em: <www.usp.br/prc/engenho/index.html>. Acesso em: 12 abr. 2010. O Engenho do Governador (mais tarde, Engenho dos Erasmos), no litoral do estado de São Paulo, pertenceu a uma família da Antuérpia, e é uma das ruínas mais antigas do Brasil colonial. Neste *site* é possível conhecer a história desse engenho, acessar fotos e relatórios de pesquisas históricas e arqueológicas.

Arte barroca em Minas Gerais – Museu do Aleijadinho. Disponível em: <www.starnews200[illegible]>. Acesso em: 12 abr. 2010. No portal é possível ter informações sobre a história colonial na região de mineração e visitar obras de arte e edifícios barrocos, especialmente da cidade de Ouro Preto.

água. As folhas das árvores lhes serviam de prato de comer e de púcaros para beber. Menos sentiam, porém, esta falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado se disparava o segundo tiro não tinha com que atirar o terceiro; e não poucas vezes aconteceu levarem o arcabuz ao rosto em vão, para não mostrarem ao inimigo sua pobreza: que chegou a não haver em todo arraial mais do que um barril mui pequeno de polvora, com o qual se sustentou o capitão Francisco Nunes Marinho muitos dias, pregando fingidamente que havia muita polvora e uns barris que em casa tinha cheios de areia; e os nossos matavam uns holandeses para poder matar outros, servindo-se da pólvora que tomavam aos primeiros para poder atirar aos segundos. E com ser tão grande essa falta, nunca aos nossos faltou ânimo. Finalmente, tao bem os houveram que parecem e refizeram a quebra passada em que incorreram, quando largaram a cidade aos holandeses. Não ficaram aquém nessa empresa os índios frecheiros das nossas aldeias: antes eram a principal parte de nosso exército e que mais horrores metia aos inimigos; porque quando estes saiam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo flechas que os transpassava; e como lhes faltava ânimo de outro espartano, não se atreviam a resistir, porque enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas de arcos duas flechas...

Apud SANTOS, J. R. dos. *As invasões holandesas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. p. 30. (História nova, 3)

O Brasil colonizado pelos holandeses?

O sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrario, na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. Mas seria praticável entre nós semelhante sistema? O que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e em coesão social. Apenas o tipo de colonos que eles nos puderam enviar, durante todo o tempo de seu domínio nas terras do Nordeste brasileiro, era o menos adequado a um país em formação. Recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, "homens cansados de perseguições", eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra.

O malogro de várias experiências coloniais dos Países Baixos no continente americano, durante o século XVII, foi atribuído em parte, e talvez com justos motivos, à ausência na mãe pátria, de descontentamentos que impelissem à migração em larga escala. Esse malogro representou, em realidade, conforme nota o historiador H. J. Priestley, o testemunho do bom êxito da República holandesa como comunidade nacional. E, com efeito, as condições econômico-políticas das Províncias Unidas tinham alcançado tamanho grau de prosperidade, após as lutas de independência, que nos escritórios da Companhia das Índias Ocidentais só se anunciavam, à procura de passagens, soldados licenciados, que tinham ficado sem lar em virtude da Guerra dos Trinta Anos, *os germanorum profugi de Barlaeus*, pequenos artesãos, aprendizes, comerciantes (em parte judeus de ascendência portuguesa), taberneiros, mestres-escolas, mulheres do mundo e "outros tipos perdidos", informa-nos um pesquisador da história do Brasil holandês. O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, ingleses, irlandeses e neerlandeses.

Não há dúvida, porém, que o zelo animador dos holandeses na sua notável empresa colonial só muito dificilmente transpunha os muros das cidades e não podia implantar-se na vida rural de nosso Nordeste, sem desnaturá-la e perverter-se. Assim, a Nova Holanda exibia dois mundos distintos, duas zonas artificiosamente agregadas. O esforço dos conquistadores batavos limitou-se a erigir uma grandeza de fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade econômica em que se debatiam.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 62-3.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) As incursões francesas no litoral brasileiro no início do século XVI ocorreram, entre outros motivos, para: a realização de contrabando de pau-brasil, a fundação da França Antártica, uma colônia no Rio de Janeiro; o estabelecimento da França Equinocial, uma colônia do Maranhão etc.

Já as incursões holandesas foram motivadas pela tentativa de invadir Salvador, em 1630; por uma expedição às áreas açucareiras da região de Olinda e Recife.

2) O apresamento indígena, o tráfico de escravos, a atividade mineradora, a produção de cana-de-açucar, a pecuária, as expedições em busca das drogas do sertão.

Exercícios de História

1. Interpretando a história

a) As imagens míticas e heroicas dos bandeirantes foram construídas por meio da justificativa da expansão, povoamento e delimitação das fronteiras do território brasileiro; da criação da imagem de uma epopeia terrestre associada à epopeia dos descobrimentos marítimos e, por fim, da imagem de que os bandeirantes seriam descendentes, pelo lado paterno, dos portugueses, filhos de mulheres indígenas e colonizadores.

b) A prática de violência e genocídio das populações indígenas. Assim, a expansão territorial e o povoamento não deveriam ser considerados de forma isolada, desvinculados do massacre indígena praticado pelos bandeirantes durante as expedições de apresamento e busca de metais preciosos.

2. Análise de documento histórico

a) Farinha, vinho do Porto, especiarias e, principalmente, artigos de luxo, tais como peças de ouro e prata, tecidos, peças de vestuário.

b) Resposta pessoal.

c) Galinhas, carne de boi, carneiro, porcos, patos, canários, peixe, frutas (tais como laranjas, limões, figos, bananas, batatas-doces, melões), hortaliças, legumes (tais como abóboras, ervilhas) são apontados para o consumo interno. Metais preciosos, tabaco, açúcar e algodão eram destinados à exportação.

3. Leitura cartográfica

a) Oriente os alunos a registrarem em seus cadernos os produtos e as atividades econômicas desenvolvidas em cada região. Trata-se de uma forma de localizar espacialmente a diversidade econômica colonial e as diferenças culturais que podem ter produzido.

b) Resposta pessoal. Esta atividade pretende reafirmar a ideia de que as condições econômicas, geográficas e da vida material, assim como as razões e raízes históricas de ocupação e povoamento, são fundamentais na construção das culturas regionais, perceptíveis em elementos como os hábitos alimentares, o vestuário, as técnicas e tecnologias de trabalho etc.

CAPÍTULO 16

América portuguesa: expansão e diversidade econômica

Coleção particular

Repouso de uma caravana, de Johann Moritz Rugendas, litografia presente na obra *Viagem pitoresca ao Brasil*, de cerca de 1835

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Economia e sociedade

Até que ponto nossa vida depende das condições materiais e econômicas?

A vida de uma pessoa pode ser completamente diferente da vida de outra pessoa que more na mesma cidade na mesma época, dadas as suas condições econômicas, educacionais e de classe social. E pode ter muitas semelhanças com a vida das pessoas de outros tempos.

Grande parte das características culturais das diferentes regiões brasileiras da atualidade resultou das condições da vida material e das atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história colonial. Neste capítulo, você poderá refletir sobre esses temas, no decorrer dos estudos sobre os acontecimentos políticos e econômicos do Brasil no período colonial.

AS INVASÕES DE NAÇÕES EUROPEIAS

Desde a chegada de Cabral, o domínio português sobre sua Colônia na América foi ameaçado por outros países europeus. Nem mesmo a instauração dos governos-gerais em 1549 e a implantação bem-sucedida do empreendimento açucareiro conseguiram afastar as incursões estrangeiras que, ao contrário, aumentaram nos séculos XVI e XVII. A União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal e suas colônias passaram a integrar as posses da Espanha, atraiu para o Brasil os inimigos europeus dos castelhanos, descontentes com sua hegemonia, sobretudo franceses e holandeses.

Os **franceses**, após terem realizado o contrabando de pau-brasil no litoral brasileiro no início do século XVI, fundaram, em 1555, uma colônia no Rio de Janeiro: a **França Antártica**. Foram expulsos pelo governador-geral Mem de Sá, em 1567, mas intensificaram sua presença no Nordeste brasileiro. Tentaram estabelecer no Maranhão uma nova colônia, a **França Equinocial**. Também essa tentativa fracassou.

Em decorrência da União Ibérica, os **holandeses** estenderam sua inimizade pelos espanhóis às colônias do império português. Nos Países Baixos, que na época também incluíam o território da atual Bélgica, o desenvolvimento comercial e a adoção do protestantismo calvinista pela maioria da população levaram as elites mercantis flamengas a lutar pela autonomia política diante do domínio espanhol e católico. Em 1581, obtiveram a independência.

A luta com os Países Baixos enfraqueceu o poderio espanhol. Após uma trégua, os Países Baixos retomaram a ofensiva militar, fundando, em 1621, a **Companhia das Índias Ocidentais**, destinada a controlar o comércio do açúcar brasileiro e apossar-se dos domínios ibéricos na costa americana e africana. Depois de uma tentativa frustrada de invadir Salvador, em 1630, os holandeses organizaram uma grande expedição que atacou a principal área açucareira da América portuguesa, a região de Olinda e Recife, onde permaneceram por quase 25 anos.

O LEGADO HOLANDÊS

A presença holandesa na Colônia deixou inúmeros legados culturais: os monumentos arquitetônicos, como palácios, igrejas e pontes, as referências que ainda hoje permanecem na cultura popular, como letras e imagens carnavalescas; os registros de artistas, cientistas, cartógrafos, pintores, entre outros membros da comitiva de Maurício de Nassau.

Praça do Corpo Santo em Recife, desenho do século XIX de L. Schlappriz e litografia de F. H. Carls.

O domínio holandês na Colônia portuguesa estendeu-se desde o litoral do atual Maranhão até o território que hoje corresponde ao Sergipe. Para administrá-lo foi nomeado o conde **Maurício de Nassau**, que permaneceu no cargo entre 1637 e 1644. Preocupado em normalizar a rica produção açucareira, o conde conseguiu a colaboração de muitos senhores de engenho, concedendo-lhes empréstimos que permitiram o aumento da produtividade. Ele também trouxe artistas e cientistas da Europa, concedeu liberdade de credo e modernizou Recife urbanisticamente.

O Brasil holandês

Adap. ISTOÉ. Brasil – 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1998. p. 18.

Allmaps/Arquivo da editora

A extensão máxima do Brasil holandês foi atingida em 1641, quando a Holanda dominava 7 das 14 capitanias brasileiras. Recife foi a cidade colonial que mais se beneficiou com esse domínio.

Os últimos anos da administração de Nassau foram de muitas dificuldades, com a queda de preço do açúcar no mercado europeu, perda de safras por incêndios, pragas e inundações e falência de muitos senhores.

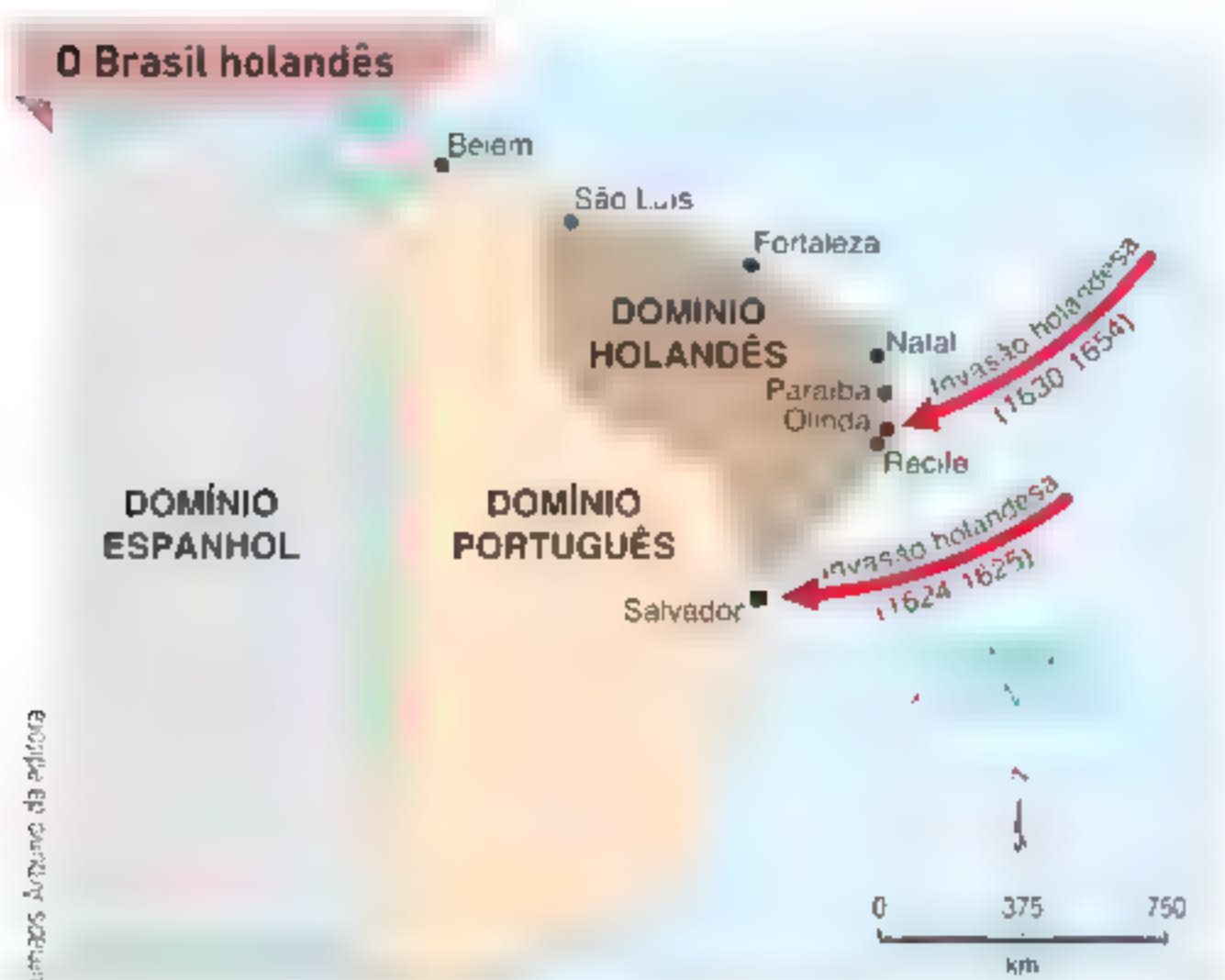
A Companhia das Índias Ocidentais, apesar de todas essas dificuldades, determinou a cobrança integral das dívidas dos senhores de engenho, com juros elevados. Nassau, contrário às medidas e acusado de mau uso dos recursos, entregou o cargo, decidindo voltar à Europa. Com a saída de Nassau, aumentou o confronto dos senhores de engenho com a Companhia. Antes mesmo que ele deixasse o Brasil, a luta havia se intensificado no Maranhão, culminando com a expulsão dos holandeses de São Luís. A insurreição alastrou-se pelo Nordeste, atingindo Pernambuco em 1645. Eclodiu então o movimento que expulsou definitivamente os holandeses, a **Insurreição Pernambucana** (1645-1654).

Inicialmente os colonos não contaram com a ajuda do reino de Portugal. Apenas depois das primeiras vitórias o movimento foi ganhando apoio e reforços metropolitanos. A luta, que tinha entre seus líderes o negro Henrique Dias e o indígena Filipe Camarão, se fortaleceu com a adesão dos senhores de engenho às forças populares.

Os holandeses foram obrigados a concordar com a **Paz de Haia**, assinada em 1661. Sob intermediação inglesa, reconheceram os domínios coloniais lusos em troca de uma indenização. Simultaneamente, aumentavam os vínculos entre Portugal e Inglaterra.

Expulsos do Nordeste brasileiro, os holandeses implantaram a empresa açucareira em seus domínios coloniais nas Antilhas, a partir de onde passaram a concorrer com vantagem sobre o açúcar brasileiro, já que eles haviam aprendido as técnicas de cultivo da cana e de produção do açúcar. Isso provocou a primeira crise da economia colonial, levando o Nordeste à perda de sua supremacia econômica na Colônia.

Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Recife

Detalhe de um painel de 1781 (anônimo) da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, no Recife, representando a expulsão dos holandeses pelos colonos brasileiros. Observe que as forças coloniais não usavam calçados.

OUTRAS ATIVIDADES E EXPANSÃO TERRITORIAL

A subordinação à Metrópole não impediu que houvesse certo dinamismo nas relações econômicas e comerciais na América portuguesa. Houve até mesmo um comércio direto com áreas que não pertenciam ao domínio português, como a região do Rio da Prata, no sul da América, e com regiões africanas, como Angola, Costa da Mina e Moçambique, além de Goa e Macau, na Ásia. Também no tráfico de escravos, vários comerciantes que abasteciam de escravos a Colônia portuguesa e aqui residiam, negociavam diretamente com fornecedores locais africanos. Outras atividades que reforçavam esse dinamismo eram o comércio interno de alimentos e os empréstimos. Alguns se dedicavam ainda a cobrar impostos em nome da Coroa, mediante contratos nos leilões da Coroa, prática usual metropolitana. Vários desses mercadores enriqueceram e, em geral, compraram terras e escravos, conquistando assim maior prestígio na sociedade colonial.

Além da atividade comercial, a Colônia também cultivava produtos como mandioca, arroz, milho, feijão, tabaco e algodão e produzia aguardente e rapadura, tanto para a subsistência dos colonos quanto para exportação. Como se pode ver, apesar da importância da empresa açucareira para a política colonizadora portuguesa, havia outras atividades econômicas na Colônia.

A mandioca estava na base da alimentação, especialmente dos escravos, e sua produção chegou a ser imposta aos senhores a fim de evitar crises alimentares, que poderiam afetar a população e comprometer o projeto colonizador.

O **fumo**, produzido principalmente na Bahia, era importante moeda de troca no comércio de negros escravos nas regiões africanas. Chegou a representar a segunda maior receita de exportação agrícola da Colônia. Sua importância econômica e o fato de o cultivo exigir menos terra e menos mão de obra atraíram inúmeros lavradores, especialmente entre o final do século XVII e início do XVIII. A produção de tabaco era controlada, sobretudo, por mulatos e negros livres, e não foi uma atividade da elite.

A produção de **aguardente** e **rapadura**, embora reduzida, também era muito importante na troca por escravos africanos, sendo realizada principalmente no litoral de São Vicente. O cultivo de **algodão**, mais intenso no Maranhão, estava ligado inicialmente à confecção das roupas dos escravos, já que os senhores e suas famílias usavam tecidos vindos da Europa. Porém, logo se transformou em produto de exportação.

A **pecuária** e a extração das **drogas do sertão**, juntamente com as expedições para o interior – enfrentando invasores estrangeiros ou procurando metais preciosos e indígenas – foram decisivas para a ocupação do interior brasileiro e a ampliação das fronteiras da Colônia. Nesses deslocamentos, os colonos enfrentavam muitas dificuldades. Era comum levarem indígenas como guias. Para se alimentar, saqueavam plantações de outros grupos indígenas, ou então plantavam gêneros alimentícios para colher na volta da expedição. Com o tempo, os habitantes dos povoados passaram a se fixar próximo dos caminhos, para oferecer pouso e alimentação, abrigando as pessoas e os animais usados no transporte.

Os perigos das viagens pelo interior eram muitos: animais ferozes ou venenosos, insetos, carrapatos, morcegos e aranhas, assim como a resistência de grupos indígenas manifestada em ataques e emboscadas. Os Caiapó, por exemplo, chegaram a viver do ataque e saque a expedições comerciais fluviais que se embrenhavam pelo interior.

Coleção particular

Preparação da farinha de mandioca, desenho de Rugendas do século XIX em litografia colorida

A ocupação do nordeste e da região amazônica

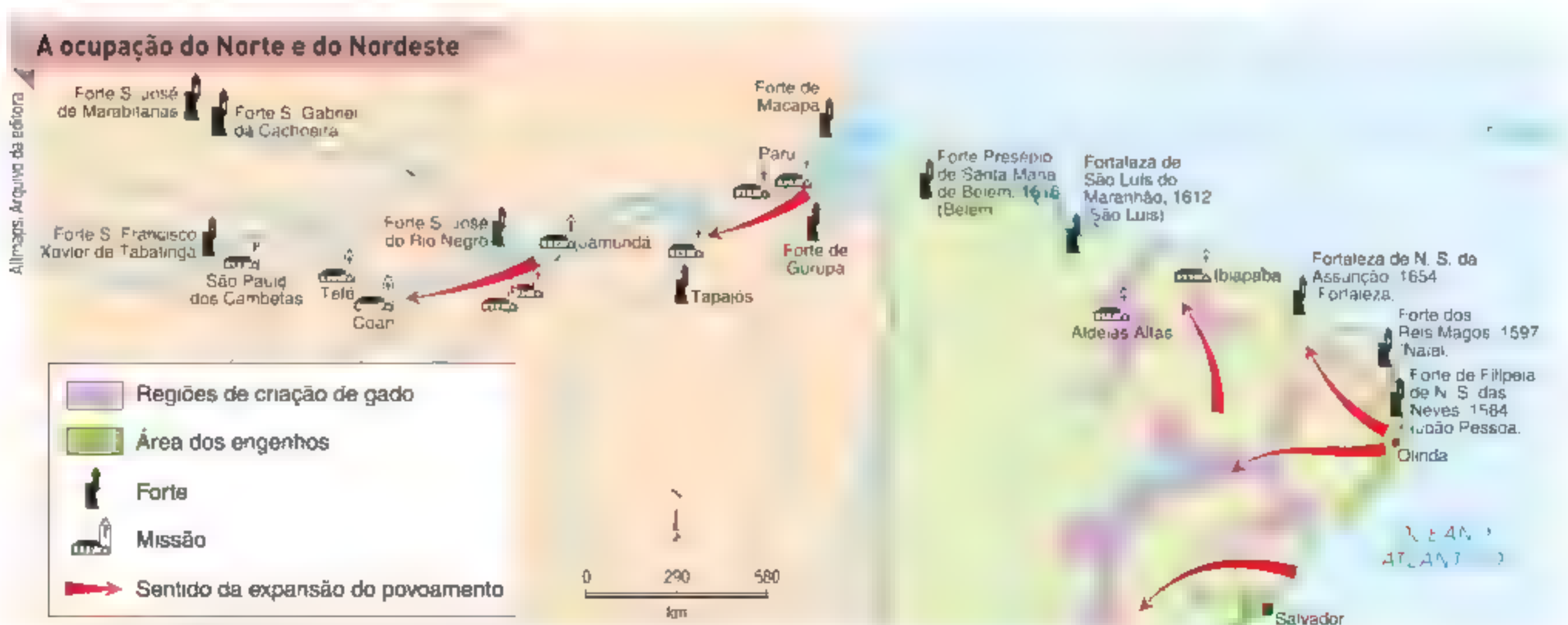
A criação de gado se desenvolveu perto dos engenhos, como uma atividade complementar da rica empresa açucareira, e deixou pouco a pouco o litoral para se transformar num importante fator de ocupação do interior das capitanias do Nordeste. A pecuária oferecia a força motriz dos engenhos, transporte, alimento e couro, usado na confecção de roupas, calçados, móveis e outros utensílios tanto para os moradores dos engenhos como para as populações das vilas.

A criação extensiva do gado, solto nas terras, requeria sempre novas pastagens, o que favoreceu seu avanço pelo sertão. Já no século XVII, a atividade dos vaqueiros alcançava as capitanias do Ceará e Maranhão, ao norte, e as margens do Rio São Francisco, ao sul, regiões onde surgiram importantes fazendas de gado, chamadas **currais**.

A criação de gado deslocou-se para o interior do Nordeste não só em busca de melhores pastagens, mas também para evitar que os animais destruíssem os canaviais. A atividade pecuarista utilizava principalmente trabalhadores livres, como mestiços de indígenas e negros. Como pagamento, normalmente recebiam uma cria para cada quatro animais criados ao longo de cinco anos, o que servia de estímulo ao vaqueiro. As dificuldades geradas pela crise açucareira atraíram muitos colonos de extratos sociais inferiores para a pecuária. Assim, em contraste com a sociedade do açúcar, essa atividade permitia uma maior mobilidade social.

No início do século XVIII, a necessidade de abastecimento alimentar e de transporte para a empresa mineradora no centro-sul da Colônia impulsionou a pecuária no nordeste e no sul da Colônia.

Carro de boi, tela de 1638, de Frans Post. Foram os currais que impulsionaram a ocupação do interior nordestino.

A ocupação do Norte e do Nordeste

Adap. ISTOÉ Brasil – 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Grupo de Comunicações Três S.A. p. 18

As fortificações erguidas para defender o domínio luso transformaram-se em importantes cidades

O combate à presença estrangeira, especialmente durante a União Ibérica, também contribuiu para a ocupação do interior do Nordeste e da região que hoje chamamos Amazônica. As fortificações construídas pelas expedições militares, organizadas para combater as invasões, transformaram-se, com o tempo, em importantes cidades da região, como a Fortaleza de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1584, na Paraíba, que se transformou na atual João Pessoa, e o Forte dos Reis Magos (1597), no Rio Grande do Norte, embrião da atual cidade de Natal.

Na região Amazônica, quando comparada a outras partes da América portuguesa, a conquista e a ocupação ocorreram relativamente tarde: apenas na época da União Ibérica. As dificuldades de comunicação entre o Maranhão e o resto do Brasil sugeriram a ideia de criar ali um estado independente. Por decisão do rei da Espanha, em 1621 foi criado o estado do Maranhão, que começava no Ceará, próximo do Cabo de São Roque, e ia até a fronteira setentrional, ainda indefinida, do Pará. Belém passou a ser uma base para repelir as investidas estrangeiras que colocavam em risco o acesso às minas de prata espanholas da região do Peru.

A ocupação das terras que constituem o atual estado do Amazonas contou ainda com apresadores de indígenas e com jesuítas, que fundaram dezenas de aldeias de catequese. Contudo, a principal base econômica para a ocupação da Amazônia foi a coleta de recursos florestais – as drogas do sertão, como cacau, baunilha, guaraná e ervas medicinais e aromáticas – administrada pelos jesuítas, que utilizavam o conhecimento e a mão de obra indígenas. Uma das motivações para a exploração das drogas nativas foi a perda de espaço dos portugueses no comércio de especiarias da Ásia.

Como em outras partes da Colônia, a ocupação da região norte encontrou resistência dos nativos.

Nem todos os grupos indígenas eram hostis aos colonizadores: muitas nações se aliaram à Coroa, combatendo "estrangeiros" e outros grupos nativos, como, aliás, ocorreu em toda a América portuguesa. Os conquistadores portugueses preferiam ter as nações indígenas a seu lado, e não lutando contra eles.

UM CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DIVERSIFICADO

Como bem discutiu a historiografia, os militares, os religiosos e os sertanistas tiveram um papel fundamental para assegurar a dominação portuguesa do Estado do Maranhão e para definir a forma de ocupação desse território. Entretanto, a ocupação dessa vasta região durante o século XVII não pode ser pensada sem o papel fundamental dos donatários, dos lavradores e dos moradores das vilas e cidades, que ocupavam esse mesmo território a partir de diferentes lógicas

A importância de pensar as distintas apropriações econômicas do território é indispensável para refletir sobre o que poderíamos chamar de "riscos da amazonização". É claro que existe uma realidade geográfica que podemos reconhecer como floresta amazônica. Entretanto, no século XVII (e no século XVIII também) a colonização portuguesa pensava essa região a partir de uma perspectiva político-administrativa que abrangia um território mais vasto que a Amazônia propriamente dita. Era o Estado do Maranhão e Pará, que em meados do século XVIII se transforma em Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa unidade administrativa do império português compreendia, em finais do século XVII, regiões tão diferentes como o Rio Negro, em plena floresta, e a capitania do Piauí, semiárida em parte do seu território, onde o gado havia se tornado a principal atividade econômica.

Poderíamos então afirmar a existência de uma Amazônia no século XVII? Claramente, a Coroa, bem como os moradores, as autoridades e também os próprios indígenas compreendiam as diferenças entre as diversas partes do Estado. No decurso do primeiro século de conquista, o Pará se tornou mais dependente dos produtos da floresta, como o cacau e o cravo de casca, e também dos próprios escravos indígenas. No Maranhão, por exemplo, a produção de algodão se tornava cada vez mais importante, inclusive porque, durante muito tempo, o tecido e o fio de algodão foram instituídos como moedas correntes da região. O Piauí se especializava em gado bovino fornecido em boa parte para o Estado do Brasil. Entretanto, todos esses espaços eram perpassados por uma mesma lógica política que os unia, e por uma preocupação geral da Coroa portuguesa, inquieta de sua delicada situação financeira e militar na região. [...].

Ao fazer uma "história amazônica" no período colonial, não estaríamos projetando no passado uma lógica espacial que é fundamentalmente contemporânea? Esta lógica se tornou hegemônica no século XX, quando o território brasileiro foi dividido em regiões, entre elas a região Norte, e quando se criou a Amazônia legal. O termo Amazônia não existe na documentação do século XVII nem do século XVIII. Isso é um indicativo de uma concepção espacial, ao menos para os portugueses, que pensava a região a partir de pressupostos diferentes dos nossos. Isso não quer dizer que a fundação do Estado do Maranhão criou uma realidade geografica – e esse argumento vale também para o século XX –, mas que a criação do Estado do Maranhão imprimiu um sentido à ocupação da região. Esse sentido incorporou os vetores de uma ocupação militar, missionária e sertanista, mas também agrupou vetores decorrentes da fundação de vilas, da doação de capitanias, da distribuição de sesmarias e da experimentação agrícola

[...] Escrever a história do território do Estado do Maranhão e Pará significa, então, compreender a sua heterogeneidade

CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. p. 6-7. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index2260.html>. Acesso em: 19 fev. 2010.

A expansão bandeirante

A pobreza da inicialmente próspera capitania de São Vicente, diante do sucesso do empreendimento açucareiro no Nordeste, levou à organização de **bandeiras**, expedições cujo objetivo era procurar riquezas no interior da Colônia e capturar nativos para vender como escravos. Em certa época, as expedições também passaram a ser contratadas para atacar quilombos.

A necessidade de mão de obra era cada vez maior. Os holandeses, em 1637, ocuparam os mais importantes portos africanos de fornecimento de africanos escravizados para o Brasil. Com exceção de Pernambuco, que também estava sob o domínio holandês, a Colônia não tinha acesso a carregamentos de escravos. Assim, embora as primeiras bandeiras de apresamento de indígenas visassem obter mão de obra para a pequena lavoura de São Vicente ou para regiões próximas, progressivamente passaram também a suprir as necessidades dos senhores de engenho do Nordeste, onde se localizava a maior produção agrícola baseada em mão de obra escrava.

Muitas bandeiras atacaram as missões jesuíticas do oeste e sul da Colônia, capturando dezenas de milhares de nativos. Os indígenas aculturados tinham valor mais alto que os demais, por estarem mais adaptados ao trabalho agrícola segundo o modelo europeu.

O bandeirismo e o ataque às missões jesuíticas

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 19.

As bandeiras e o caminho para o Brasil central

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 14.

▲ Nas missões jesuíticas (mapa à esquerda), os bandeirantes encontravam indígenas reunidos, catequizados e mais adaptados à cultura branca colonizadora. As bandeiras partiam de Sorocaba (São Paulo) e utilizavam principalmente os rios Tietê, Paraná e Pardo para atingir Mato Grosso e Goiás (mapa à direita).

A atividade apresadora de indígenas entrou em decadência com o fim do domínio espanhol e a retomada do comércio de africanos pelos portugueses, normalizando o abastecimento de escravos para a Colônia. As expedições, organizadas em bandeiras, dedicaram-se então a atacar aldeamentos de nativos insubmissos e de negros fugidos que viviam em quilombos. Essas expedições, a serviço dos fazendeiros ou da administração colonial, eram chamadas de **bandeiras de contrato**. Entre elas, destacou-se a de Domingos Jorge Velho, que venceu a resistência dos Cariri e Janduí e destruiu o Quilombo dos Palmares, em fins do século XVII. Sobre a resistência dos Cariri, veja a seguir os comentários da historiadora Adriana Machado Pimentel de Oliveira Kraisch.

GUERRA DOS BÁRBAROS OU CONFEDERAÇÃO DOS CARIRI?

Cariri é a designação da principal família de línguas indígenas do sertão do Nordeste, onde vários grupos locais ou etnias foram ou são referidos como pertencentes ou relacionados a ela. [...] Os muitos grupos Cariri existentes ao norte do Rio São Francisco, principalmente nos atuais estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, enfrentaram a epopeia de uma guerra de extermínio que se seguiu à expulsão dos holandeses e que durou toda a segunda metade do século XVII. Eles ocuparam, preferencialmente, as áreas próximas ao Rio São Francisco e seus principais afluentes, seguindo em direção setentrional em busca de outros locais adequados para sobrevivência.

[...]

Quando falamos em "Guerra dos Bárbaros" nos referimos aos conflitos dos povos generalizados como Tapuia do sertão nordestino. A própria documentação colonial, quando fala de sublevações indígenas, utiliza esta denominação. Segundo [o historiador Pedro] Puntoni, "a Guerra dos Bárbaros foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador".

[...]

Os colonizadores, na sua tentativa de estabelecer um domínio dos campos agrícolas e de criação de gado, tentaram, de todas as formas, eliminar as nações Tapuia, que se localizavam em todos os sertões do nordeste. Através da catequização e das chamadas "guerras justas", a escravidão e o massacre demonstraram que o europeu não estava preocupado em procurar conviver pacificamente com os processos culturais dos povos que viviam no interior. Estabelecer os núcleos de povoamento, na maioria das vezes, significava deslocar as populações indígenas localizadas nas proximidades dos rios e isto era estabelecer conflitos com estes Tapuia.

[...]

No Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte e no Ceará, a Confederação dos Cariris, embora muito menos falada, quase destruiu, em seus fundamentos, a colonização lusa. Ela pegou de surpresa muitos capitães-mores do interior, que, por terem sido muitas vezes pegos de surpresa, não conseguiram esboçar qualquer reação contra estes indígenas, num primeiro momento, fazendo com que os índios rebelados fossem duramente combatidos, causando uma guerra de extermínio que contou com o auxílio de forças armadas vindas de todo o país, sobretudo de bandeirantes paulistas.

Depois das batalhas, os prisioneiros mais fortes eram exterminados a ferro frio, as mulheres e as crianças eram escravizadas e enviadas para as fazendas para indenizar os proprietários de terra dos custos da "guerra justa". Dessas mulheres escravizadas e violadas descendemos nós – o povo caboclo. Darcy Ribeiro [antropólogo e político brasileiro] fala que esses primeiros "mestiços" eram "ninguém" e que, para existir, precisavam reinventar-se a si mesmos. Assim reinventamos uma nova cultura, uma nova civilização do semiárido.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. Os índios tapuias do Cariri paraibano no período colonial: ocupação e dispersão. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/adriana_kraisch_st2.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

As mais importantes bandeiras foram, contudo, as destinadas à procura de metais preciosos, incentivadas pela Metrópole. O financiamento das expedições na região de São Paulo atual resultou na descoberta de ouro na região de Minas Gerais – como em Vila Rica, atual Ouro Preto, e Sabará –, depois em Mato Grosso e Goiás, dando início à atividade econômica mineradora na Colônia.

Veja este trecho do documento "Informação do estado do Brasil e de suas necessidades", que data possivelmente de 1690 e é anônimo:

> Sua majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes honras e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, porque andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. E suposto que estes paulistas, por alguns casos sucedidos de uns para com outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil eles o conquistaram do gentio bravo [...].
>
> Também se lhes não pode negar que foram os conquistadores dos Palmares de Pernambuco e também se podem desenganar sem que os paulistas com seu gentio nunca se há de conquistar o gentio bravio [...].

Apud ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial*. Disponível em: <www.sertoes.art.br/htmls/sertaocapistranodeabreu.htm>. Acesso em: 12 nov. 2009.

As capacidades que o documento atribui aos "paulistas" não se referem aos portugueses, mas aos indígenas. A explicação é que os bandeirantes instalaram-se na região que viria a ser São Paulo por meio de acordos com indígenas, com os quais se aliaram. Esses acordos envolviam uniões com mulheres indígenas. Assim, o bandeirante é, em geral, um mestiço, que aprende com os indígenas a sobreviver na mata e a fazer a guerra com outros grupos indígenas, para a qual os seus aliados tinham suficiente prática, já que a guerra era um evento importante do universo dos indígenas desde antes da chegada dos portugueses.

Portugueses, estrangeiros e colonos de diversas partes do Brasil, apelidados pelos paulistas de **emboabas** ("forasteiros"), foram atraídos para a região das minas, entrando em conflito armado com os descobridores das jazidas e terminando por expulsá-los da região. Os bandeirantes dirigiram-se então para a região central da Colônia: em 1719, Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro em Cuiabá e, em 1722, Bartolomeu Bueno Filho achou riquezas em Goiás.

O MITO DOS HERÓIS BANDEIRANTES

As bandeiras procuravam riquezas, submetendo nativos e escravos fugidos e descobrindo metais preciosos. A versão histórica de glorificação desses aventureiros desbravadores de novos territórios surgiu no século XIX. O viajante francês Saint Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, escreveu sobre a expansão interiorana dos paulistas, enfatizando a coragem desses conquistadores e referindo-se a eles como "uma raça de gigantes". Outros historiadores seguiram pelo mesmo caminho, exaltando os feitos dos bandeirantes, transformando-os em homens cultos, ricos e "heróis da pátria". Contudo, considerando-se que, dos séculos XVI ao XVIII, o Brasil ainda era português, não se sustenta essa ideia de "heróis nacionais". E mais: os bandeirantes primaram pelo uso da violência, escravizando indígenas e atacando jesuítas e escravos rebelados. Por fim, ao contrário do mito construído, não predominava a riqueza na região paulistana dos bandeirantes, pois em boa parte eles haviam sido pequenos lavradores desejosos de mão de obra escrava indígena e pequenos comerciantes que procuravam a fortuna rápida. Veja a seguir, um trecho do artigo da estudiosa Kátia Maria Abud que procura as raízes da construção do mito

[...] a oportunidade para o bandeirante emergir como verdadeiro símbolo capaz de solucionar os conflitos que desafiavam a nação surgiu na crise da virada dos anos 1930. O movimento militar de 1930, liderado por Minas e Rio Grande do Sul, derrubou o presidente Washington Luís, representante da oligarquia paulista, e alçou ao poder Getúlio Vargas. Contrariados, grupos políticos de São Paulo formaram a Frente Única, apelando para a luta armada pela volta ao regime constitucionalista. Em 9 de julho de 1932, lançaram-se em combates para a derrubada do governo Vargas.

Para convencer a sociedade de que desafiava a ditadura em nome da unidade nacional, nada melhor do que resgatar o velho mito. Os bandeirantes voltam ao centro dos discursos políticos. Com suas virtudes já consolidadas — coragem, audácia, honradez e rigor moral — um símbolo capaz de congregar o povo paulista. No recrutamento dos cidadãos para pegar em armas convinha omitir a divisão de classes e os interesses de grupos. Uma causa maior se levantava, e ela tinha o irresistível apelo de um herói histórico.

[illegible] Kátia Maria. Paulistas uni-vos [illegible] Bandeirante [illegible] jul. 2008 [illegible]
Acesso em: 2 mar. [illegible]

Os pioneiros, tela de Rafael Falco, século XIX, mostra um acampamento de bandeirantes

Apesar de terem dizimado muitos grupos indígenas e submetido grande parte à escravidão, é inegável o papel das bandeiras para a ocupação e povoamento do interior do Brasil, fundando povoados, criando vilas, dando início à exploração mineradora e, sobretudo, ampliando as fronteiras da Colônia além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

A conquista do Sul

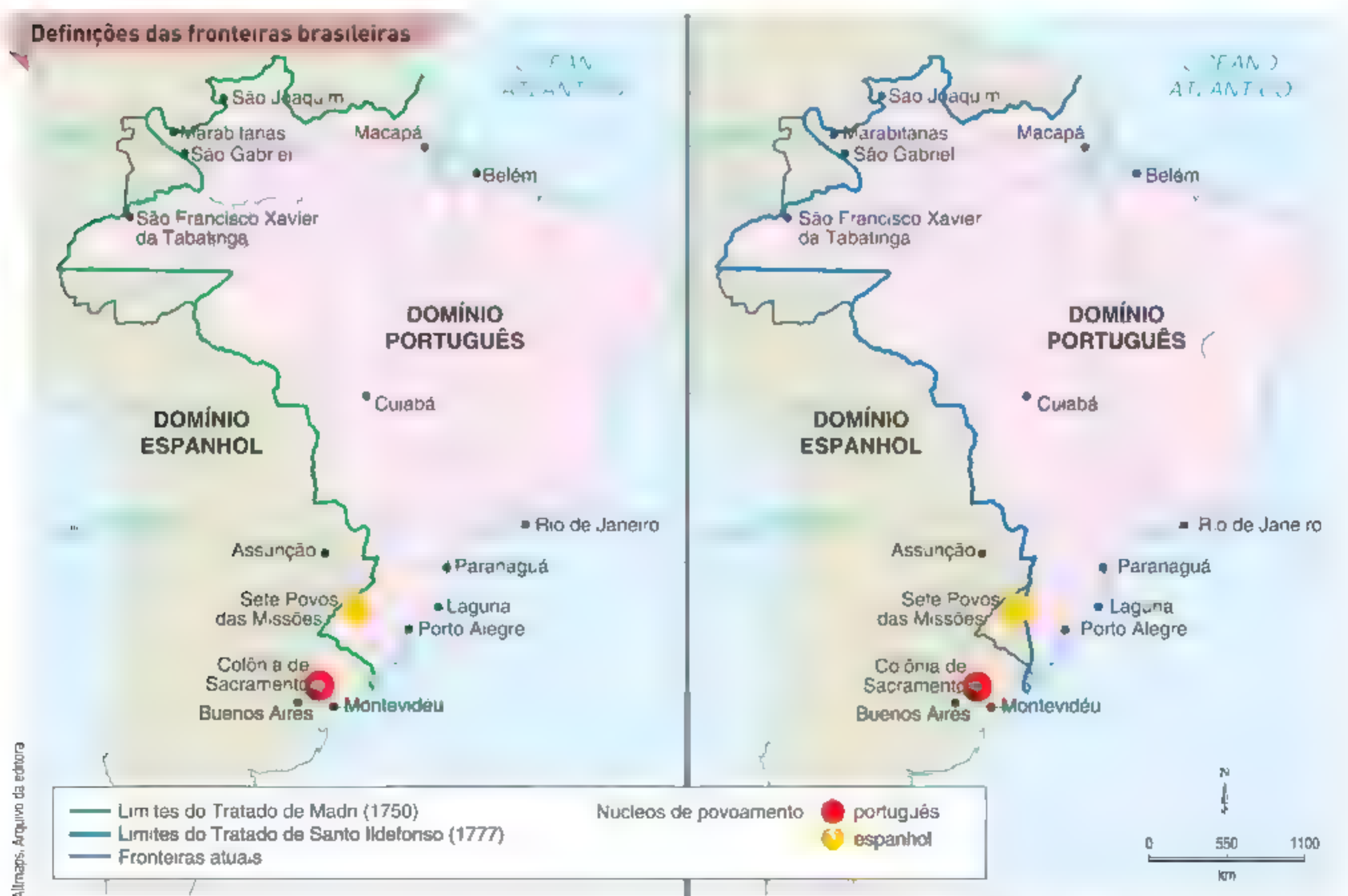
O domínio português estendeu-se pelo sul da Colônia, com a destruição das missões jesuíticas pelas bandeiras de apresamento de indígenas e com a fundação, próximo à cidade de Buenos Aires, da Colônia do Sacramento, em 1680. Constituída a fim de dominar o limite mais meridional de sua colonização e garantir a posse sobre o estuário do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento rivalizava com os espanhóis, que escoavam por ali sua produção mineradora de Potosí (que veremos no próximo capítulo). O sucesso inicial da presença lusa no extremo sul contou também com o apoio da Inglaterra, interessada no comércio da região.

Para sustentar a dominação lusa sobre o Sul, criaram-se as **estâncias**, grandes fazendas de gado cujo êxito foi favorecido pelas condições naturais dos pampas, uma planície forrada de excelente pastagem, e pelo mercado consumidor da região das minas. A pecuária sulista desenvolveu a produção de **charque**, carne-seca mais durável e fácil de transportar e utilizar. Esse produto superou o predomínio anterior da produção do couro. Aos poucos, a produção de charque tornou-se a base da economia da região, controlada pelos portugueses, consolidando-se plenamente no final do século XVIII.

Após a anulação dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, ocorrida durante a União Ibérica, foram estabelecidos novos tratados para resolver as contínuas disputas entre espanhóis e portugueses no sul da Colônia, como o Tratado de Madri, de 1750, o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, e o Tratado de Badajós, de 1801.

Definições das fronteiras brasileiras

Allmaps, Arquivo da editora

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 16.

▲ Somente em 1801 o Tratado de Badajós definiu as fronteiras do sul do Brasil, muito próximas das decisões indicadas no Tratado de Madri, de 1750.

PARA RECORDAR — As disputas europeias pela Colônia portuguesa na América

Presença estrangeira no Brasil

França

Inglaterra

Países Baixos (Holanda)

vínculos com a empresa açucareira

- Litoral
- França Antártica (RJ)
- França Equinocial (MA)

saques

1621: Companhia das Índias Ocidentais

Salvador

Pernambuco

Insurreição Pernambucana

holandeses nas Antilhas crise e declínio nordestino

presença portuguesa a oeste do limite de Tordesilhas

1750: Tratado de Madri

ocupação do interior e ampliação das fronteiras

drogas do sertão

pecuária

expedições

bandeiras

escravos indígenas

ouro

domínio holandês força busca por mão de obra indígena

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e nas questões trabalhadas ao longo do capítulo:

a) Aponte o contexto (local, período e motivações) das incursões estrangeiras na Colônia.

b) Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas durante o período colonial?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Interpretando a história

→ Segundo o historiador Carlos Henrique Davidoff, a concepção triunfal da figura do bandeirante, principalmente na historiografia paulista das três primeiras décadas do século XX, apesar de acabar sedimentando-se como interpretação dominante e como mito vivo, não foi a única existente. São encontradas visões críticas da figura heroica do bandeirante. Para fazer as atividades que se seguem, leia os textos abaixo e retome a discussão sobre o mito bandeirante presente no capítulo.

Capistrano de Abreu, em seus Capítulos de História Colonial, *assume uma postura crítica, em certo sentido radical, frente às ações dos bandeirantes paulistas, mais especificamente em relação às que ocorreram na região das missões jesuíticas. Valendo-se basicamente dos relatos do padre Montoya, superior do Guairá, sobre as práticas de violência e genocídio praticadas pelos bandeirantes nas suas incursões para apresamento de indígenas, questiona o valor da expansão territorial a eles atribuída no sul. [...] Numa passagem estratégica do livro citado, sobre um episódio de matança de indígenas, Capistrano de Abreu se pergunta: "Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?" O que esta indagação coloca de forma resumida, é que a expansão geográfica, no caso, não deveria ser considerada como um valor isolado e absoluto, desvinculando-a da reflexão sobre a presença de uma população indígena envolvida no próprio processo de expansão territorial e que sofreu verdadeiros massacres.*

DAVIDOFF, Carlos Henrique. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 88-9.

Graças à formação universal dos portugueses, ao seu espírito católico e ao seu gênio social transbordante de humanidade, o formidável esforço biológico da colonização portuguesa se revela nos descendentes diretos dos lusos e das brasilíndias, nos mamelucos e nos luso-descendentes. Eles ombreiam com seus passados pelo lado paterno, ao realizarem a epopeia das BANDEIRAS PAULISTAS, movimento de expansionismo terrestre, equivalente à epopeia dos descobrimentos marítimos. [...] E, se os portugueses dominaram três oceanos e uniram o comércio do Ocidente e do Oriente, os paulistas anexaram ao Brasil dois terços de seu atual território, povoando-o.

FERREIRA, Tito Lívio. O português na formação bandeirante. In: *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo em quatro séculos*. São Paulo: IHGSP, 1953. v. 1. p. 259.

a) Procure destacar as razões que levaram à construção de uma imagem heroica e mítica dos bandeirantes.

b) Aponte as razões para a formação de uma visão crítica sobre suas atuações.

Detalhe da imagem da p. 323

2 Análise de documento histórico

→ O texto a seguir é um relato anônimo de 1748, escrito a partir da passagem de um navio francês pelo Rio de Janeiro. Leia-o e responda as questões propostas.

Quase todo o comércio feito no Brasil depende dos produtos vindos da Europa. Em matéria de gêneros alimentícios, o país recebe de Portugal medíocres quantidades de farinha, de vinho do Porto e de especiarias, o suficiente para satisfazer a frugalidade portuguesa. O comércio de produtos de luxo é infinitamente mais significativo. Importa-se de tudo: peças de ouro e prata, galões, tecidos finos diversos, toalhas e uma série de outras mercadorias da moda, produzidas, na sua maioria, pelas manufaturas francesas. Uma vez por ano, entre os meses de setembro e outubro, Lisboa envia para a sua Colônia, sob escolta de três ou quatro navios de guerra, uma frota carregada com esses produtos. Esta frota, após distribuir a sua carga pela Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Rio de Janeiro, é carregada com ouro e alguns diamantes – provenientes dos Direitos do Rei ou pertencentes a alguns particulares interessados em remeter suas riquezas para Portugal – e volta a se reunir na Bahia em dezembro ou janeiro, retornando daí para Lisboa. Do país, os navios mercantes portugueses levam, além do ouro e da pedraria, somente tabaco, açúcar e algodão – este último, ao que parece, produzido contra a vontade da metrópole.

[...]

O gado grosso é bastante comum no Rio de Janeiro, pois os padres Jesuítas se encarregam de cuidar da sua conservação e reprodução. Para formar os seus rebanhos, esses religiosos fazem capturar nos bosques os vitelos e as novilhas selvagens, depois mandam abater uma parcela dos primeiros e confinam o restante, juntamente com as novilhas, nos muitos currais que têm, espalhados ao longo da costa do Brasil. Este processo lhes permite fornecer carne para todo o país.

A carne produzida, no entanto, por não ser vendida fresca, é bastante cara. Um boi inteiro custa cerca de 25 escudos portugueses, e o pedaço, 4 soldos a libra. Quanto à qualidade da carne – apesar de os animais serem criados em regiões onde abundam os pastos e as bananeiras, árvores cujas folhas e caule são muito apreciados pelos bovinos –, é bastante inferior àquela que se vende na Bretanha.

A carne de carneiro é de péssima qualidade, pois os animais não são castrados. Este descuido torna a carne seca e com um sabor tão insípido que mal se consegue distingui-la da carne de ovelha. Daí elas serem vendidas juntas e pelo mesmo preço.

Os porcos abundam no país e são vendidos a um preço igual ou inferior aos praticados na Bretanha. A carne destes animais, contudo, tem um inconveniente: como os habitantes têm o hábito de alimentar os seus porcos com peixe, ela apresenta um gosto demasiado forte de pescado.

As galinhas são grandes, bonitas e de qualidade, seu preço, contudo, é bastante elevado. Em geral, são vendidas a três libras francesas. Os patos e canários também têm boa aparência, mas as suas carnes não são muito saborosas. Os primeiros são vendidos a 6 libras a unidade; os últimos, a 3.

O país produz uma grande quantidade de frutas: laranjas, limões de diferentes espécies, figos, bananas, abacaxis, batatas-doces, melões d'água, pistaches, etc. Há também muitas hortaliças e legumes variados (couves, jerimuns, ervilhas, abóboras, etc).

O peixe é tão abundante que todo mundo tem por hábito secá-lo e estocá-lo, seja para consumo dos familiares, seja para a alimentação dos escravos. Apesar dessa prática, sobra ainda uma grande quantidade de pescado para ser usada como alimento para os porcos.

Apud FRANÇA, Jean M. Carvalho. Um visitante do Rio de Janeiro colonial. *Revista Brasileira de História*, 1997, v. 17, n. 34, p. 149-61.

a) De acordo com o relato anônimo, quais produtos eram importados da Europa?

b) O que a utilização de produtos europeus permite revelar sobre o cotidiano e os hábitos coloniais?

c) Descreva os produtos locais destinados ao consumo e os produtos destinados à exportação, conforme o relato do viajante francês.

3 Leitura cartográfica

→ Com base no capítulo e em sua análise do mapa das atividades econômicas coloniais no século XVIII, faça as atividades a seguir.

Atividades econômicas (século XVIII)

Pau-brasil
Cana-de-açúcar
Pecuária
Mineração
Drogas do sertão
Fumo
Algodão

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 15.

a) No caderno, relacione as atividades econômicas destacadas no mapa às regiões coloniais.

b) Partindo do conhecimento que você tem sobre os aspectos culturais das regiões destacadas (vestimenta, hábitos alimentares, artesanato) procure vincular esses aspectos às atividades econômicas aí desenvolvidas.

Detalhe da imagem da p. 320

assessoria pedagógica

Capítulo 17

A AMÉRICA ESPANHOLA E A AMÉRICA INGLESA

O capítulo trata das múltiplas formas de dominação, resistência e colonização das Américas espanhola e inglesa. O ideal da expansão da fé católica por meio da conversão dos indígenas foi o principal argumento para a exploração da América espanhola. O mural de Diego Rivera sobre o desembarque dos espanhóis em Vera Cruz, reproduzido na primeira seção de ***Exercícios de História***, pode ser o ponto de partida para a análise do impacto da chegada do europeu à região da Mesoamérica.

Destacam-se ainda algumas sugestões para o desenvolvimento do tema. Para tratar da violência dos conquistadores sobre os nativos, o professor poderá utilizar uma importante fonte histórica, o relato do Frei Bartolomeu de Las Casas (1484-1566). A gravura *Trabalhando nas minas de ouro de Potosí* e a que representa nativos peruanos sendo maltratados pelos espanhóis, ambas de Theodore de Bry, são recursos importantes, que podem ser utilizados ao se caracterizar a economia da América espanhola, assentada na extração de metais preciosos, como o ouro e a prata. Explore com os alunos o texto de Eduardo Galeano, que descreve detalhes sobre a *mita*.

O texto da atividade *2. Leitura e interpretação de texto historiográfico*, de Serge Gruzinski, é uma importante ferramenta à proposição de uma reflexão sobre as alianças entre as autoridades metropolitanas e a nobreza local para a garantia do funcionamento do empreendimento colonial.

Ao tratar da temática da América inglesa, a imagem do desembarque de *sir* Walter Raleigh na Virgínia, em 1584, é importante para o professor ressaltar como os cercamentos ingleses e a intolerância religiosa contribuíram para o povoamento da América do Norte, em especial da Virgínia, região onde os primeiros núcleos populacionais dedicaram-se ao cultivo do tabaco e depois o corante índigo, arroz e algodão.

No final do capítulo, o texto da atividade *1. Leitura e interpretação de texto literário*, um trecho do romance *Filha de feiticeira*, da inglesa Célia Rees, é importante para o professor ressaltar aos alunos como um texto literário também pode ser utilizado como fonte histórica, à medida que fornece informações relevantes da época em que se passa a trama ou em que a obra foi escrita. No caso específico, são as impressões de uma protagonista que escapou da miséria e da perseguição que vitimou sua avó, acusada de bruxaria, e que foi acolhida no Novo Mundo por uma família de puritanos, cujo universo é muito bem descrito. O universo puritano dos colonos da América do Norte não é uma questão de pouca relevância, uma vez que imprime as distintas características de colonização das regiões norte e sul das treze colônias.

O professor poderá aproveitar o texto da atividade *2. Leitura e interpretação de texto historiográfico* para que os alunos reflitam se o modelo de sociedade e trabalho implantados na América do Norte dos tempos coloniais pode ser considerado o embrião do modelo de democracia norte-americana.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, endereços eletrônicos e filmes nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Geografia**: selecionar artigos de jornais ou textos de livros que destaquem a questão de refugiados na atualidade. Vários exemplos podem ser focalizados no continente africano e no Oriente Médio. Com a ajuda do professor de Geografia, reunir dados que permitam o desenvolvimento de argumentos ou de textos atrelados à seção ***Para pensar historicamente*** que inicia este capítulo.
- **História e Música:** pesquisar músicas indígenas e sua relação com a noção de tempo. Para isso, recorrer a CDs e a textos (os do livro ou de outras publicações) sobre a concepção de tempo entre os indígenas do Brasil atual.

Textos de apoio

Os testemunhos Quíchuas da conquista do império Inca pelos espanhóis

Dom Francisco Pizarro e Dom Diego de Almagro e Frei Vicente da ordem do Senhor São Francisco. Como Atahualpa Inca foi dos banhos até a cidade e corte de Cajamarca e chegado com sua

A América espanhola e a América inglesa

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 17 (p. 334 a p. 350).

Bibliografia

AQUINO, R. S. L. de. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1998-9. v. 1 e 2.

COLL, J. O. de. *A resistência indígena: do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

FALCON, F. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAVRE, H. *A civilização inca*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KARNAL, L. (Org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORSE, R. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREGALLI, E. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1994.

Majestade e cercado de seus capitães com muito mais gente, o dobro de 100 mil índios, na cidade de Cajamarca, na praça pública, no meio em seu trono e assento, degraus que tem (que) se chama usno, se sentou Atahualpa Inca.

E logo começou Dom Francisco Pizarro e Dom Diego de Almagro a dizer-lhe com o intérprete, Felipe, índio Guancabilca. Disse-lhe que era mensagem e embaixador de um grande senhor e que fosse seu amigo, que somente a isso vinha. Respondeu muito atentamente ao que dizia Dom Francisco Pizarro e o que disse o intérprete, o índio Felipe.

Responde o Inca com majestade e disse que será a verdade que de tão longe vinham anunciar que acreditava que será grande Senhor, mas não tinha que fazer amizade, que também era ele grande senhor em seu reino.

Depois dessa resposta, entra Frei Vicente, levando na mão direita uma cruz e na esquerda o breviário. E diz ao dito Atahualpa Inca que também é embaixador e mensageiro de outro senhor, mui grande amigo de Deus, e que fosse seu amigo e que adorasse a cruz e cresse no evangelho de Deus e que não adorasse nada que tudo o resto era coisa de motejo.

Responde Atahualpa Inca e diz que não tem que adorar a nada senão o sol que nunca morre, nem seus guacas e deuses (que) também têm em sua lei: aquilo guardava. E perguntou o dito Inca a Frei Vicente quem lhe havia dito.

Responde Frei Vicente que isso lhe havia dito o evangelho, o livro. E disse Atahualpa: deem-me o livro para que me diga isso. E assim lhe deram o livro e o tomou nas mãos; começou a folhear as folhas do dito livro. E disse o dito Inca que, como não me disse nada, nem me fala a mim o dito livro, falando com grande majestade, sentado em seu trono, e arremessou o dito livro das mãos, o dito Inca Atahualpa.

Como Frei Vicente ordenou e disse: Acudam aqui, cavaleiros, esses índios gentios são contra a nossa fé! E Dom Francisco Pizarro e Dom Diego de Almagro, por sua vez, ordenaram e disse: Ataquem, cavaleiros, estes infiéis são contra nossa cristandade e nosso imperador e rei; demos neles!

(Folha 386) E assim logo começaram os cavaleiros e dispararam seus arcabuzes e fizeram escaramuça e os ditos soldados começaram a matar índios como formiga e com espanto de arcabuzes e ruídos de guizos e das armas e via-se o primeiro homem jamais visto, e cheia de índios a praça de Cajamarca. Derrubaram-se as paredes do cerco da praça de Cajamarca.

E se mataram entre eles, de apertar-se e pisar-se e tropeçar nos cavalos, morreram muitos dos índios que não se pôde contar. Do lado dos espanhóis morreram cinco pessoas, de sua vontade, porque nenhum índio se atreveu, de espanto assombrado. Dizem que também estavam entre os índios mortos os dito cinco espanhóis. Devem ter andado tantos como índio, devem ter tropeçado os ditos cavaleiros.

E assim, Dom Francisco Pizarro e Dom Diego de Almagro prenderam o dito Atahualpa Inca, de seu trono. Levou-o sem feri-lo e estava preso com algemas e guarda de espanhóis, junto do capitão Dom Francisco Pizarro. Ficou muito triste e desconsolado e despojado de sua majestade, sentado no chão, privado de seu trono e reino.

De como houve alvoroço neste reino entre irmãos. O rei Cápac Apo Huáscar, Inca legítimo, e seu irmão príncipe Auqui Atahualpa Inca, depois da morte de seu pai Guayna Cápac Inca, este dito alvoroço e guerra durou 36 anos. Desde menino o dito Huáscar foi muito soberbo e mísero e mal inclinado; pelo motivo mais fútil, mandava matar os ditos capitães. E assim fugiram dele. Depois nunca quis favorecer nenhum capitão nem soldado. Vês aqui como perde com a soberba todo seu reino; sempre que seja rei ou capitão, se é soberbo, avarento, perderá seu reino e a vida como Huáscar Inca.

E foi Deus servido que neste tempo enviasse seu embaixador e mensagem o rei imperador a Dom Francisco Pizarro e a Dom Diego de Almagro, capitães.

Teve batalha o legítimo da parte de Cuzco, o bastardo da parte de Quito. Nesta batalha morreram muitos capitães e soldados e se perdeu muitíssima "hacienda" dos incas e dos templos que até hoje ficaram escondidos em todo este reino e assim foi conquistado e não se defendeu.

PORTILLA, M. L. *A conquista da América Latina vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 108.

As razões do *self-government*

Todos os habitantes das colônias aspiravam a se governar por si mesmos. Para atrair os colonos, as companhias e os proprietários concediam-lhes geralmente o direito de se reunir em assembleia e votarem as leis. Se é verdade que havia muitos pobres diabos, camponeses e artesãos, entre os emigrantes, também o é que bom número deles era constituído por secundogênitos

PINSKY, J. (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SELLERS, C.; MAY, H.; McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

THEODORO, J. *América barroca*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Edusp, 1992.

WASSERMAN, C. (Coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

Teses

DURAN ROCCA, L. *A cidade colonial ibero-americana: a malha urbana*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MORALES, M. V. *O sonho e o despertar por vir: o diálogo solitário da confissão, uma reflexão sobre o sacramento da penitência na Nova Espanha na passagem do século XVI para o XVII*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. Disponível em: <http://libdig.unicamp.br/document/?code=vtls000375917>. Acesso em: 11 abr. 2010.

Filmes

Aguirre, a cólera dos deuses. Direção de Werner Herzog. Alemanha, 1972. (90 min)

Incas: segredos dos ancestrais. Produção e execução de Joel Westbrook/Time-Life Video and Television. Estados Unidos, 1995. (50 min). (Abril Coleções. Civilizações Perdidas)

Maias: o sangue dos reis. Produção e execução de Joel Westbrook/Time-Life Video and Television. Estados Unidos, 1995. (50 min). (Abril Coleções. Civilizações Perdidas)

Endereços eletrônicos

Las Huacas del Sol e de la Luna. Disponível em: <www.huacas.com>. Acesso em: 12 abr. 2010. Em inglês, o *site* traz informações sobre a cultura moche (ou mochica), que se desenvolveu no norte do Peru no I milênio d.C. Há uma grande quantidade de fotografias de objetos da cultura material e dos fantásticos edifícios construídos por esse povo, bem como *links* para linhas do tempo e informações históricas.

Museu Chileno de Arte Pré-colombiana. Disponível em: <http://precolombino.cl/es/index.php>. Acesso em: 12 abr. 2010. Em espanhol, o *site* dá acesso a informações sobre regiões da América. Basta clicar no mapa para que se abra um interessante portal com dados, notícias e imagens sobre as civilizações pré-colombianas que viveram em determinada região. Além de informações históricas, é possível ver vários objetos da cultura material desses povos, com interessante análise arqueológica.

Obra de Felipe Guamán Poma de Ayala – Biblioteca de Copenhague. Disponível em: <www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>. Acesso em: 12 abr. 2010. Felipe Guamán Poma de Ayala foi um indígena da região dos Andes, provavelmente descendente da realeza de seu grupo, que produziu riquíssimas ilustrações sobre a inserção do cristianismo e a colonização espanhola no Peru. Sua obra data de 1615 e foi dirigida ao rei espanhol Filipe III.

História do *Mayflower* (em inglês). Disponível em: <http://www.mayflowerhistory.com/History/history.php>. Acesso em: 12 abr. 2010. O *Mayflower* foi o navio que, em 1620, transportou os peregrinos do Porto de Southampton, na Inglaterra, para o Cabo Cod, em Massachussets. O navio transportava 102 passageiros, em sua maioria puritanos separatistas, que buscavam liberdade religiosa longe do poder hegemônico da igreja anglicana.

▶ **Sugestões de leituras para os alunos**

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio: a dramática história dos índios americanos*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FUENTES, Carlos. *O espelho enterrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

YAZBEK, Mustafa. *A conquista do México*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (O cotidiano da História)

de famílias aristocráticas, de pequenos nobres das zonas rurais, de negociantes, que chegavam dotados de capitais e de ideias constitucionais. Havia puritanos, como os "35 pais peregrinos" que, com 67 outros emigrantes expulsos pela crise econômica, chegaram com o Mayflower em 1620 e fundaram Plymouth para poderem viver "separados em verdadeira Igreja de Cristo" e que sonhavam com uma República independente. (...) Enfim, numa região à qual faltavam homens e em que todo abastecedor era bem-vindo, rapidamente os colonos adquiriram o senso de sua importância e sua dignidade.

MOUSNIER, R. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1960. p. 90. (História geral das civilizações, 2)

▶ Comentários das atividades

Para recordar (*Administração colonial na América espanhola*)

1. Para manter o controle de suas colônias, a Coroa espanhola criou a Casa de Contratação e o Conselho das Índias. A primeira era responsável pela atividade comercial e arrecadação de impostos, o segundo nomeava os vice-reis e fiscalizava sua administração. Além disso, o chamado regime de "porto único" foi instituído. De acordo com ele, somente um porto espanhol faria o comércio com a América. No Novo Mundo também era limitado o número de portos autorizados a comercializar com a metrópole.
2. Dois eram os focos de tensão nas colônias: o primeiro opunha os *chapetones* (espanhóis representantes da Coroa) e os *criollos* (a elite econômica americana), em razão da transferência para a metrópole da riqueza produzida nas colônias e da ilimitada autoridade dos *chapetones* sobre a elite americana, que a impedia de participar da administração colonial. O segundo foco de tensão envolvia as camadas populares, formadas em grande medida pelos indígenas submetidos ao trabalho compulsório, e *chapetones* e *criollos*, que os mantinham sob severo controle e vigilância.

Exercícios de História

1. Pesquisa e análise de imagem

a) Dentre as várias informações sobre Diego Rivera, é importante destacar: a relação do pintor com a vanguarda artística europeia do início do século XX, sobretudo o cubismo; seu vínculo com o movimento muralista e sua crítica à pintura convencional, considerada burguesa; seu vínculo com o comunismo e seu esforço para criar uma arte libertada dos laços opressivos da colonização espanhola e que despertasse a consciência da população mexicana explorada, sobretudo a população indígena. Em relação ao cenário político mexicano, devem ser destacadas a Revolução Mexicana de 1910, seguida de vários golpes de estado até a instalação no poder do Partido Nacional Mexicano, depois chamado Partido Revolucionário Mexicano, e as reformas de cunho econômico e social das décadas de 1930 e 1940, sob o governo de Cárdenas. Para uma análise detalhada do movimento muralista, consulte: <www.kleps dra net/klepsidra6/muralismo.html> (Acesso em: 10 abr. 2010)

b) Os conquistadores espanhóis têm, quase sempre, o cenho franzido e expressões desagradáveis e tensas. Vários personagens têm a tez pálida, ligeiramente esverdeada. Já os nativos são pintados com os rostos voltados para baixo, exprimindo sofrimento e submissão, ou são mostrados como uma massa humana de trabalhadores sem rosto, o que sugere a anulação de suas identidades ou mesmo de sua humanidade.

c) Os religiosos são pintados como protagonistas da dominação espanhola, ao lado dos conquistadores. São, portanto, seus aliados e cúmplices, doutrinando os indígenas para a submissão.

d) Os nativos, assim como os animais, são representados como rebanhos, subjugados pela força e obrigados ao trabalho pesado.

e) Cortez é representado como figura grotesca, com face esverdeada e deformada, corcunda e com pernas tortas. Essa deformação física remete a uma análoga deformação de caráter, referência reforçada pelo fato de, nas duas ocasiões, ele estar envolvido em situações que sugerem a ambição desmesurada e a corrupção.

f) O efeito da destruição, tanto da natureza quanto da população que habitava o território do atual México. Ao fundo, o pintor representa as árvores derrubadas e incendiadas, as colinas cortadas e indígenas enforcados. No litoral, as embarcações europeias denunciam os invasores.

g) Resposta pessoal. Durante a realização da análise do mural, é importante que os alunos mobilizem e articulem de maneira lógica e coerente todos os elementos listados acima e percebam que o mural tem um sentido político, na medida em que pretende criticar a ação dos europeus na América e chamar a população à consciência, incitando-a se libertar da dominação e da exploração.

2. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) Porque as elites astecas já impunham sobre o resto da população sua autoridade e controle. Assim, se eram elas que poderiam mobilizar os nativos contra os espanhóis, eram também elas que, conquistadas como aliadas, poderiam facilitar a dominação da população indígena.

b) De acordo com as concepções do renascimento europeu, os nativos estariam mergulhados na barbárie e apenas a abandonariam se assimilassem os valores superiores do humanismo. A intenção seria, portanto, civilizá-los e, desta forma, colonizá-los culturalmente, transformando seus valores e mentalidade

A educação das elites astecas fazia parte de um projeto de difusão do cristianismo, mas também de controle dos conquistadores sobre os conquistados.

c) Porque os espanhóis necessitavam de mão de obra para a exploração colonial. Além disso, uma massa indígena educada poderia elevar o risco de eclosão de um movimento de contestação da dominação colonial.

d) Sim, de acordo com o texto, a educação formal das elites coloniais favoreceu a preservação da cultura nativa, uma vez que permitiu o registro escrito, em língua nativa, de mitos, crenças, histórias etc.

e) Resposta pessoal. Esta questão tem como objetivo incentivar a problematização do texto. Para tanto, lembre os alunos de que os astecas já possuíam uma forma de escrita hieroglífica, cujo sentido estava intimamente articulado com sua visão de mundo, crenças e tradições. A substituição dessa forma de escrita pela alfabética certamente representou perdas importantes para a cultura nativa. Por outro lado, com a matança generalizada dos indígenas e a desestruturação de sua sociedade, a transmissão de sua cultura poderia, de fato, ter sido seriamente comprometida se não tivesse sido, em parte, compilada pela *intelligenzia* asteca, formada pelos missionários. Evite forçar uma conclusão, buscando tão somente coordenar a discussão entre os alunos e estimulá-los a construir argumentações para defenderem seu ponto de vista.

Para recordar (*A colonização inglesa na América do Norte*)

1. O desenvolvimento das manufaturas de tecido inglesas estimulou os cercamentos e a ascensão e fortalecimento da burguesia, cujo estilo de vida e mentalidade se aproximaram das religiões reformadas, principalmente do puritanismo. Com o passar do tempo, a burguesia passa a disputar o poder político com a nobreza tradicional e a contestar o poder absolutista dos reis. A reação dos setores conservadores se reveste de caráter religioso e os puritanos passam a ser perseguidos de maneira violenta. Ao mesmo tempo, a população rural, expulsa pelos cercamentos, se vê atirada em uma situação de penúria. Nesse contexto, a migração para a América desponta como uma alternativa tanto para os puritanos, que desejavam praticar livremente sua religião, quanto para milhares de trabalhadores sem perspectivas econômicas na Inglaterra do século XVII. A eclosão da Guerra Civil em 1640 acelerará ainda mais a fuga de ingleses para o Novo Mundo, favorecendo o processo de colonização das terras além-mar.

2. Nas colônias inglesas do sul predominou o estabelecimento de grandes propriedades agrícolas, voltadas à monocultura de exportação. Nessas colônias, o trabalho escravo foi largamente empregado e houve a formação de uma aristocracia dependente do comércio com a metrópole. Ao norte, as colônias assumiram características diferentes. Nessa região predominou a pequena propriedade voltada à produção de subsistência e o uso da mão de obra livre. Uma vez que seus vínculos com a metrópole eram mais frouxos, as colônias do norte formaram um mercado interno, impulsionando o desenvolvimento de uma sociedade mais diversificada e dinâmica.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto literário

a) No trecho selecionado, Célia Rees destaca o perfil puritano dos colonos, o predomínio da pequena propriedade e do trabalho livre, a prática da policultura, a inexistência de disparidades sociais e a rigidez dos costumes.

b) As características indicam se tratar de uma colônia localizada no norte.

2. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) Entendiam como a realização de um desígnio divino. A América seria como uma Nova Jerusalém, terra prometida para que os escolhidos de Deus plantassem uma nova civilização.

b) Os primeiros colonos planejavam implantar uma sociedade igualitária e livre, na qual as decisões que envolvessem a comunidade fossem tomadas na assembleia de fiéis, consoante seus princípios religiosos.

c) Resposta pessoal. O tema estimula a reflexão sobre as características de uma sociedade democrática. Há autores que consideram esses núcleos coloniais como a origem da democracia norte-americana, outros recusam essa interpretação por observarem no seio das sociedades coloniais puritanas uma tendência à repressão e à intolerância. Estimule a investigação de informações complementares sobre a colonização da América do Norte que possam subsidiar as argumentações dos alunos em um debate.

anotações

CAPÍTULO 17

A América espanhola e a América inglesa

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ *Tratado de Penn com os indígenas*, pintura de Edward Hicks, do século XIX, representando o fundador da colônia da Pensilvânia, William Penn, com um grupo de nativos americanos em 1682

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Cultura, dominação e refugiados

Não é possível entender completamente o significado da colonização do continente americano sem estudar a América do Norte, em especial o caso dos Estados Unidos. Inicialmente, as 13 colônias inglesas na América do Norte foram colonizadas, em grande parte, por indivíduos vitimados por dificuldades econômicas, pela intolerância e pela perseguição político-religiosa em sua região de origem. Na área colonial, buscaram uma nova vida e liberdade.

Na América hispânica, a conquista espanhola significou a dizimação de boa parte dos povos nativos e a desintegração da cultura daqueles que foram dominados. Os conquistadores manifestaram uma severa intolerância em relação aos diferentes modos de viver e de ver o mundo das populações pré-colombianas.

Colonizadores e colonizados integram processos que envolvem ideais e culturas diferentes, os quais, muitas vezes, se manifestam em choques violentos e em múltiplas formas de dominação e resistência.

Atualmente, guerras, conflitos, intolerância e, acima de tudo, o abismo econômico separando países ricos de pobres acabam forçando grandes contingentes de população a mudarem de país e de vida. Mas será que, nesse início do século XXI, ainda é possível fundarem-se países constituídos por uma população de refugiados, como ocorreu com a América colonial inglesa?

E como se apresentam os povos remanescentes das culturas pré-colombianas hoje em dia?

AMÉRICA ESPANHOLA: A CONQUISTA DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS

A integração da América ao contexto europeu se deu por meio do colonialismo mercantilista. Como você já viu, o crescimento do comércio europeu a partir do século XV, graças à expansão marítima, provocou uma dinamização comercial. Tendo definido que seu objetivo econômico era buscar riquezas, várias Coroas europeias partiram para a montagem e exploração de impérios coloniais.

Entre as colônias e as metrópoles foi estabelecido um conjunto de normas que regulamentou suas relações – chamado por muitos de **pacto colonial**. Segundo essas normas, as metrópoles exerceriam o "exclusivo comercial", ou seja, o monopólio sobre tudo o que as populações das colônias importassem ou exportassem. Outro princípio estabelecia que, enquanto a metrópole se concentraria no comércio, mais lucrativo, a colônia se dedicaria à produção. Dessa forma, a ideia de "pacto" aqui deve ser considerada mais uma relação de subordinação.

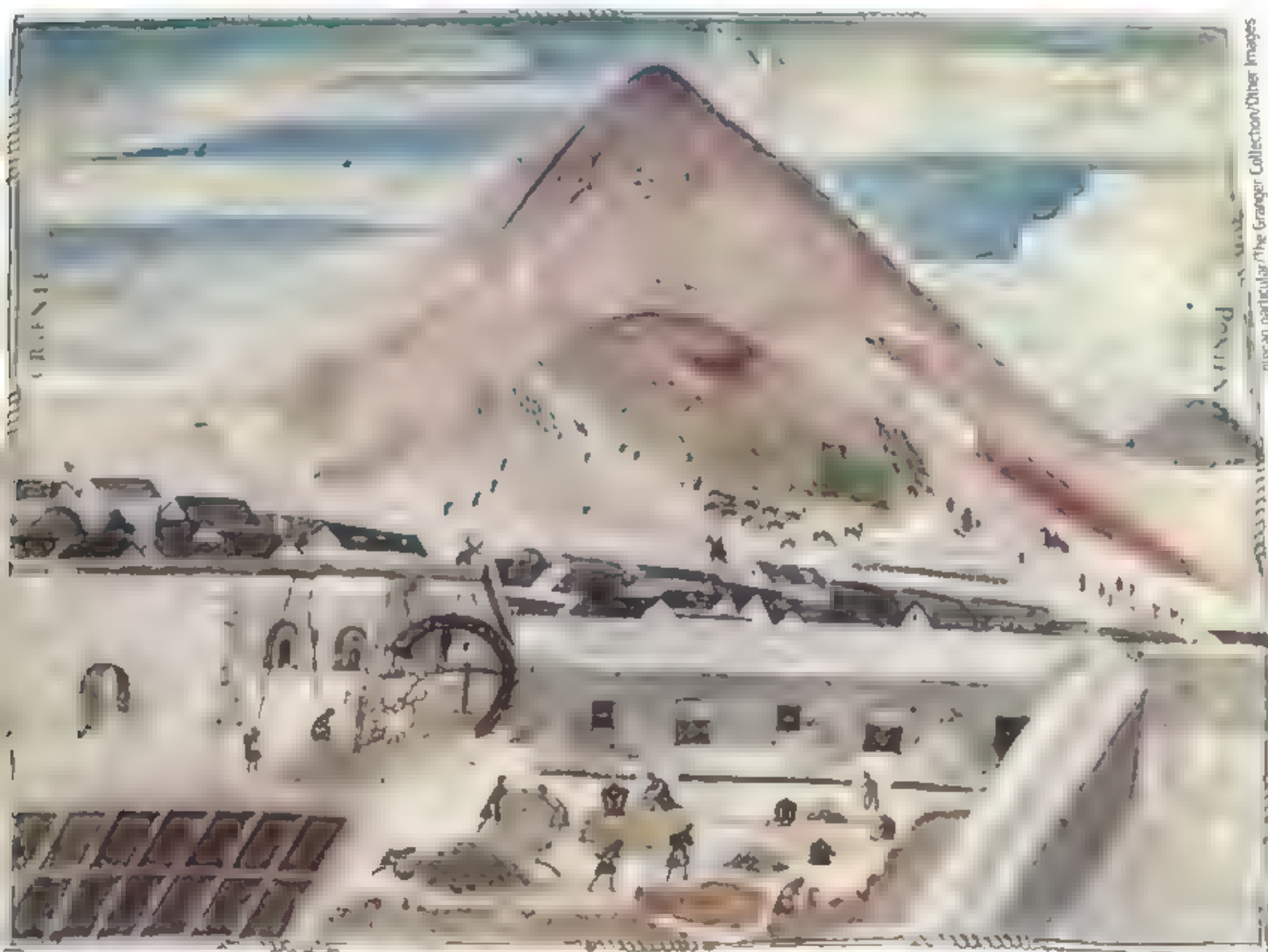
Um vantajoso comércio colonial era fundamental para a prosperidade das metrópoles e, portanto, para a manutenção de um Estado centralizador e forte. Foi com esse objetivo que os europeus se estabeleceram na América. Submetendo os nativos e explorando seu trabalho, exterminaram grande parte dessas populações, o que causou o declínio de povos como os incas da América do Sul e os astecas do México.

Por volta do final do século XV, estima-se que perto de 100 milhões de indígenas, pertencentes a diversos grupos étnicos, ocupavam a América. Durante séculos, várias civilizações se desenvolveram no continente.

Na Mesoamérica, trecho que vai do México à Costa Rica, sucederam-se civilizações como os olmecas, os toltecas, o Império Teotihuacán e, principalmente, os maias e os astecas.

Por volta do século XII, na região da Cordilheira dos Andes, especialmente nos territórios dos atuais Peru e Bolívia, diversos grupos quíchuas foram reunidos, formando o vasto **Império Inca**, que tinha como centro a cidade de Cuzco e era constituído pelos elementos culturais das civilizações precedentes.

Chefiados por um imperador que, além de chefe militar, era considerado um deus na terra, o "filho do sol", os incas conheceram seu auge nos séculos XV-XVI, até a chegada dos espanhóis à região, em 1531.

Coleção particular/The Granger Collection/Other Images

Esta ilustração de 1584 representa uma mina de prata em Potosí (na atual Bolívia). Utilizando a mão de obra nativa, os espanhóis extraíam enormes quantidades de prata e ouro de suas colônias americanas

Pouco antes dos espanhóis, com a morte do imperador Huayna Cápac, em 1525, travou-se uma violenta disputa entre seus dois filhos, Huascar e Atahualpa, concebidos por esposas diferentes, e o poder central do Império ficou abalado.

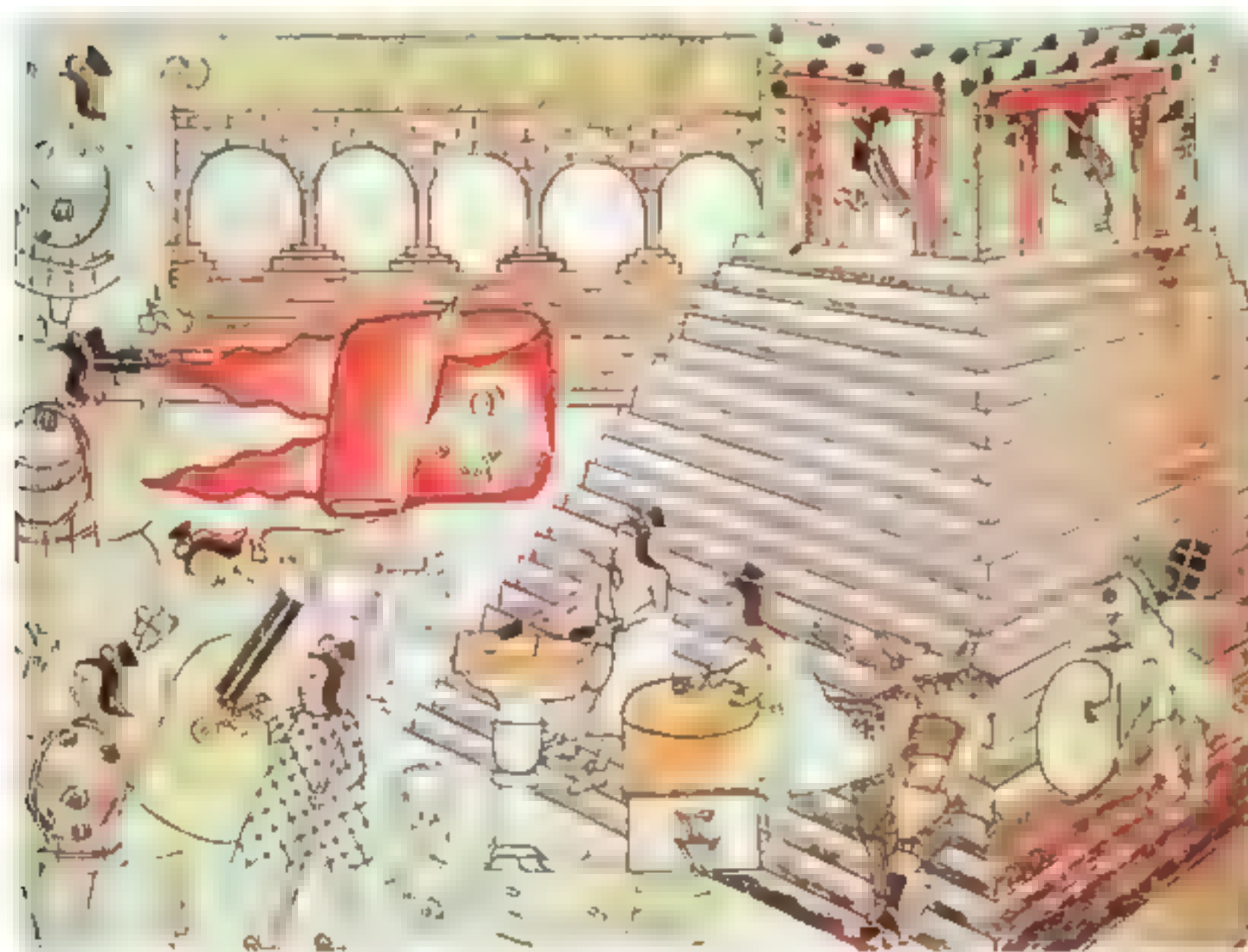
Sob o comando do conquistador espanhol **Francisco Pizarro**, tropas de conquistadores, vistos como aliados pelos homens de Huascar, capturaram Atahualpa, em Cajamarca. Na mesma época, os exércitos de Atahualpa capturaram, em Cuzco, o líder Huascar.

Essa situação insólita, em que Huascar era prisioneiro de Atahualpa, que por sua vez era prisioneiro de Pizarro, durou quase um ano. Em 1533, Huascar foi assassinado em meio a conflitos entre grupos étnicos e as autoridades do antigo Império. Atahualpa também foi condenado à morte por Pizarro, em agosto do mesmo ano. A dominação dos conquistadores, contudo, encontrou ainda uma forte resistência inca, que durou mais de 40 anos, até a morte do último imperador, Túpac Amaru, em 1572, quando em definitivo os espanhóis firmaram sua presença e domínio.

A **civilização maia**, cujo centro era a Península de Iucatã, na região sudeste do atual México, teve seu apogeu entre os séculos III e X. Organizava-se em cidades-Estado, e o domínio social, de caráter hereditário, era exercido por uma elite religiosa e militar. Em torno dos centros urbanos, que somavam mais de cinquenta, havia aldeias de camponeses submetidos à servidão coletiva.

Reunindo uma população superior a 2 milhões de habitantes, a civilização maia foi responsável pela criação de um sofisticado sistema de escrita e desenvolveu diversos calendários. Pouco se sabe sobre as causas de seu declínio. Suas cidades foram abandonadas e, na época da chegada dos espanhóis, já não existia uma civilização maia organizada.

A **civilização asteca** foi a mais grandiosa das civilizações da Mesoamérica. Com capital em **Tenochtitlán** (atual Cidade do México), fundada em 1325, reunia uma população estimada entre 80 mil e 500 mil habitantes. O fim do Império ocorreu com a conquista espanhola, sob o comando de Fernão Cortez, entre 1519 e 1521.

The Print Collector/Keystone

Esta representação, de autoria desconhecida, mostra guerreiros astecas defendendo o templo de Tenochtitlán contra os conquistadores (1519-1521).

Archive

Os maias, como todas as demais civilizações pré-colombianas, organizavam-se com base na servidão coletiva, imposta por um poderoso Estado e sua burocracia, reforçada pela religião e atuação sacerdotal. Na foto, inscrição em pedra do século VIII. No alto dessa inscrição, nomes de reis maias

A EXPLORAÇÃO DA AMÉRICA ESPANHOLA

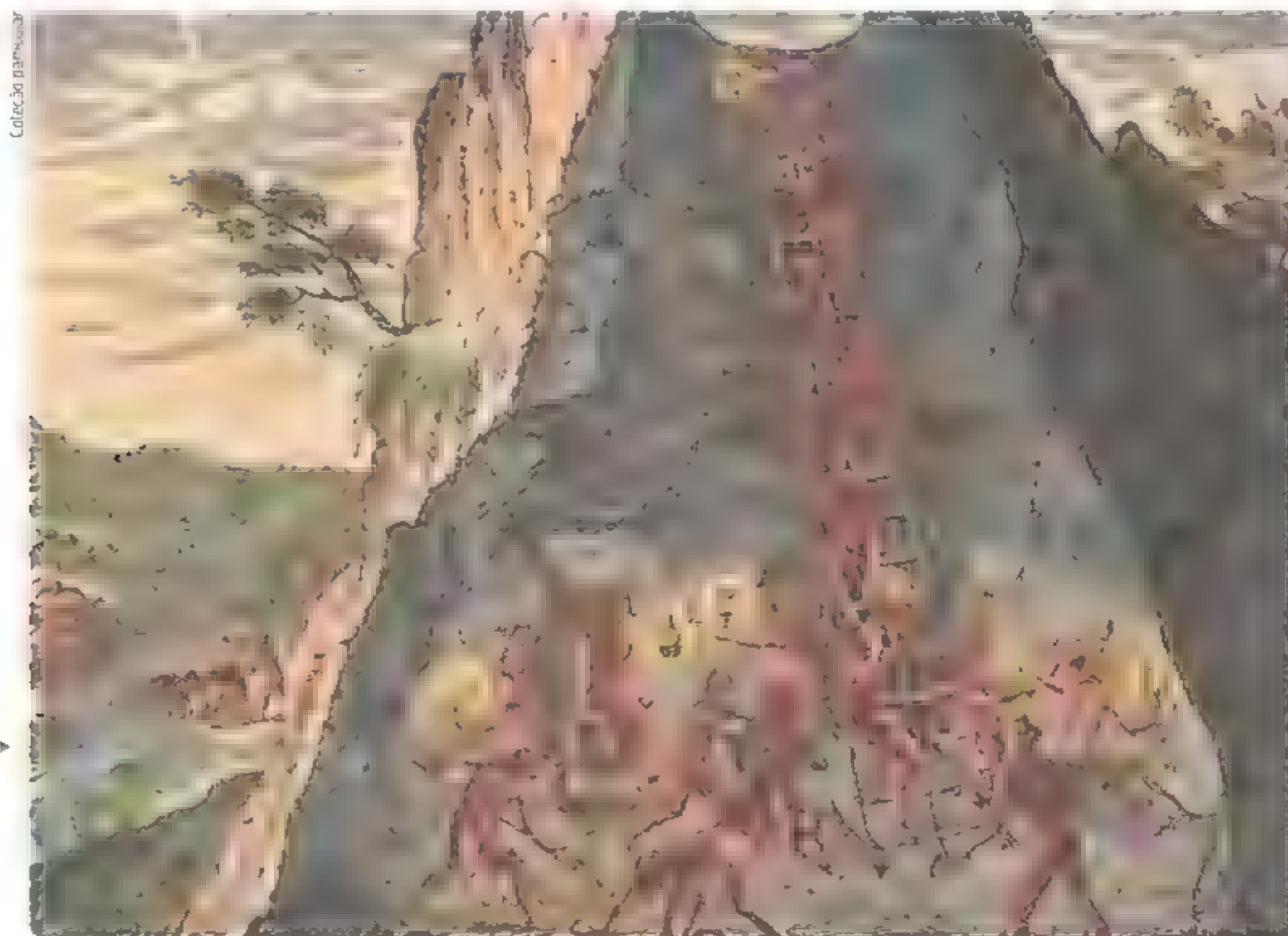
A ideia de expansão da fé católica por meio da conversão dos indígenas foi utilizada como justificativa para a exploração da América. Até o final do século XVI, os europeus já haviam subjugado os grandes impérios Inca e Asteca, por força de sua agressividade, superioridade técnica militar (uso de armas de fogo e cavalos, desconhecidos até então na América) e mesmo habilidade política, ao fazer e desfazer alianças, jogando povos indígenas uns contra os outros. As doenças europeias, desconhecidas dos nativos e para as quais seu organismo não tinha defesas imunológicas – como o sarampo, a gripe e a varíola –, também foram responsáveis pelo extermínio de grande número de ameríndios.

A violência dos conquistadores diante dos nativos, tidos como inferiores pelos europeus, é assim descrita por Bartolomeu de Las Casas (1484-1566), frade dominicano famoso por denunciar as atrocidades dos conquistadores:

> [Os espanhóis] entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria as entranhas de um homem de um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios da mãe e lhes esfregavam a cabeça contra os rochedos [...] Faziam certas forcas longas e baixas, de modo que os pés tocavam quase a terra, um para cada treze, em honra e reverência de Nosso Senhor e de seus doze Apóstolos (como diziam) e deitando-lhes fogo, queimavam vivos todos os que ali estavam presos. Outros, a quem quiseram deixar vivos, cortaram-lhes as duas mãos e assim os deixavam.

LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. p. 30.

Durante os primeiros dois séculos da colonização, XVI e XVII, os espanhóis se concentraram na extração de metais preciosos (ouro e prata do México e Peru), o que denotava o caráter de exploração das colônias hispânicas. Cumpriam-se os objetivos das práticas mercantilistas, com a transferência das riquezas coloniais para a Metrópole espanhola. Além da exploração mineira, o comando metropolitano também distribuiu terras a colonizadores, formando as *haciendas*, típicas da região do Chile e de certas regiões mexicanas. As *haciendas* eram grandes propriedades, trabalhadas por nativos e nem sempre dedicadas à monocultura. Assim como na América portuguesa, também na América espanhola surgiram outras formas de propriedade agrícola, muitas dedicadas ao consumo interno da área colonial.

Coleção particular

Extração de metal precioso das minas de Potosí, na gravura *Trabalhando nas minas de ouro de Potosí*, de Theodore de Bry, século XVI.

O trabalho nas minas era feito por indígenas. Retirados de sua comunidade, eram obrigados a extrair minérios para os conquistadores em troca de uma remuneração irrisória – forma de trabalho que caracterizava a ***mita***, também existente no Império Inca. A larga utilização da *mita* acabou por arruinar a estrutura comunitária indígena, contribuindo também para dizimar a população, vitimada pelas péssimas condições de trabalho nas minas.

O escritor Eduardo Galeano descreve o funcionamento da *mita* nas minas de prata de Potosí, cidade da atual Bolívia:

> Os índios entravam nas profundidades, e ordinariamente eram retirados mortos ou com cabeças e pernas quebradas, e nos engenhos todo o dia se machucavam. Os *mitayos* retiravam o minério com a ponta de uma barra e o carregavam nas costas, por escadas, à luz de uma vela. Fora do socavão, moviam enormes eixos de madeira nos engenhos ou fundiam a prata no fogo, depois de moê-la e lavá-la
>
> A *mita* era uma máquina de triturar índios. O emprego do mercúrio para extração de prata por amálgama envenenava tanto ou mais do que os gases tóxicos do ventre da terra. Fazia cair o cabelo, os dentes, e provocava tremores incontroláveis.
>
> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 52

Outra forma de exploração do trabalho foi a ***encomienda***, bastante empregada pelos espanhóis desde os primeiros anos de colonização. O rei da Espanha, por meio dos administradores coloniais, distribuía a *encomenderos*, obrigatoriamente espanhóis estabelecidos na América, o direito de explorar o trabalho de indígenas, devendo em troca oferecer-lhes uma educação cristã.

Pode-se considerar que os indígenas submetidos ao trabalho para enriquecer os espanhóis eram os sobreviventes da conquista, pois na derrubada dos impérios, sobretudo asteca e inca, milhões de nativos morreram. As estimativas mais conservadoras falam em 10 milhões de mortos, e as mais pessimistas falam em algumas dezenas de milhões, só no período de instalação do poder espanhol.

A sociedade colonial, hierarquizada, era controlada pelos *chapetones*, espanhóis provenientes da Metrópole que cuidavam da administração, da justiça, do clero e do exército. Abaixo deles estavam os *criollos*, a aristocracia colonial, formada por homens brancos, descendentes de espanhóis, porém nascidos na América. Eram grandes proprietários de terra ou dedicavam-se ao comércio. Politicamente, detinham um espaço de atuação em âmbito local, uma vez que exerciam o controle sobre as câmaras municipais (os chamados *cabildos* ou *ayuntamientos*).

Numa posição inferior encontravam-se os mestiços, nascidos da união de espanhóis com indígenas. Eram trabalhadores livres, diferentemente dos indígenas submetidos à *mita* e à *encomienda*. Finalmente, havia um limitado número de escravos africanos, em sua maioria concentrados na região do Caribe.

Do ponto de vista administrativo, o gerenciamento da colonização era feito na Espanha, por meio do Conselho Real e Supremo das Índias, cujos representantes nas colônias eram os *chapetones*.

Biblioteca Nacional, Paris/The Granger Collection/Other Images

A gravura de Theodore de Bry, de 1590, representa nativos peruanos sendo maltratados pelos colonizadores espanhóis.

A atividade comercial e a arrecadação de impostos eram realizadas pela **Casa de Contratação**, que, para melhor controlar o comércio colonial, instituiu o regime de "porto único". Por esse regime, somente um porto espanhol, de início o de Sevilha, onde ficava a sede daquela instituição, e no século XVIII o de Cádiz, ambos na Andaluzia, faria o comércio com a América. No Novo Mundo, os portos autorizados a realizar o comércio externo com a Metrópole eram o de Veracruz (México), Porto Belo (Panamá) e Cartagena (Colômbia). Com esse sistema, a Metrópole tinha condições de controlar tudo o que entrava nas colônias e saía delas, facilitando a aplicação da política mercantilista.

Algumas cidades da América espanhola tiveram um crescimento bastante expressivo, não apenas como centros comerciais e administrativos, mas também culturais. Já no século XVI foram fundadas universidades em Lima (no Vice-Reinado do Peru) e na Cidade do México (Vice-Reinado de Nova Espanha).

O **Conselho das Índias** nomeava os vice-reis e fiscalizava sua administração. Em cada vice-reinado havia divisões administrativas chamadas intendências, governadas pelos alcaides. As cidades mais importantes tinham sua própria Câmara Municipal (controlada pela elite *criolla*).

A crescente prosperidade econômica da América gerou tensões entre *criollos* e *chapetones*. Não foram raros os choques entre a Câmara Municipal e o alcaide e demais autoridades representadas pelos *chapetones*. Um dos principais motivos era a exploração colonial: grande parte da riqueza produzida na América, especialmente os metais preciosos, era transferida para a Metrópole, em prejuízo dos colonos. Ao mesmo tempo, a autoridade ilimitada dos *chapetones* sobre os *criollos* e o veto à participação dos *criollos* na administração colonial, exceto pelas câmaras municipais, provocaram tensões que culminaram, no século XIX, no movimento de independência da América espanhola.

A América espanhola

ESPANHA
PORTUGAL
Sevilha
Cádiz
Vice-reinado de Nova Espanha
Cidade do México
Veracruz
Capitania Geral de Cuba
ÁFRICA
Capitania Geral da Guatemala
Cartagena
Porto Belo
Capitania Geral da Venezuela
Vice-reinado de Nova Granada
Vice-reinado do Peru
Lima
Vice-reinado do Prata
Capitania Geral do Chile
N
0 1260 2520
km
Sistema de portos únicos

Adap. ATLAS da História do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 161

Allmaps/Arquivo da editora

▲ Divisão política da América espanhola antes das guerras de independência. De início, os espanhóis dividiram seus domínios americanos em dois vice-reinos: o de Nova Espanha (ao norte do atual Panamá) e o do Peru (toda a parte do Panamá para o sul). No século XVIII, o Vice-Reinado do Peru foi subdividido em Peru, Nova Granada e Prata. Completando a administração espanhola, foram criadas também as capitanias gerais.

A apropriação do espaço urbano

Para a conquista da América, os espanhóis não fizeram uso apenas da violência física, contaram também com vários outros mecanismos para subjugar as populações nativas. À imposição da fé cristã e dos hábitos europeus juntaram-se a destruição de objetos, templos e ídolos indígenas, além da renomeação das terras e locais tomados pelos conquistadores.

Os europeus encontraram na América cidades sofisticadas, onde os maiores edifícios eram sede de um poder ao mesmo tempo político e religioso. Dessa forma, a área central dessas cidades era dominada por templos e palácios de governo.

A apropriação dos monumentos religiosos pelos espanhóis era dotada de importante aspecto simbólico: é bem conhecida a iniciativa de Fernão Cortez, conquistador dos astecas, de plantar uma cruz no alto do principal templo em forma de pirâmide de Tenochtitlán, capital do Império. Dessa forma ele dava à conquista um sinal visível e aparentemente incontestável, no centro do espaço urbano. Assim, tanto a tomada quanto a construção de uma cidade eram instrumentos decisivos de dominação.

A fundação de cidades na América espanhola desenvolveu-se precocemente (ao contrário da América portuguesa, em que a urbanização só foi expressiva a partir do século XVIII, notadamente na área mineradora, como veremos). Segundo o historiador Richard Morse, a fundação de uma cidade era um ato litúrgico, que santificava a terra recém-apropriada. Mais que um mero exercício de cartografia, o planejamento urbano era o veículo para o transplante de uma ordem social, política e econômica, e exemplificava o "corpo místico" que estava no centro do pensamento político ibérico[1].

O plano em grade (quadriculado, com ruas se cruzando em ângulo de noventa graus) foi usado em larga escala na América, tendo como centro um quadrilátero, a praça principal ou "praça de armas". Essa disposição refletia a necessidade de ordem e um projeto burocrático de simetria: Igreja, palácio de governo e prisão deveriam dominar o espaço central da cidade.

Ronaldo Schemidt/AFP/Getty Images

Vista atual de Teotihuacan, conhecida como a "Metrópole dos deuses". A foto de 2008 mostra a "Avenida dos Mortos", tendo ao fundo o Templo do Sol, em forma de pirâmide. No auge, a cidade chegou a ter mais de 100 mil habitantes.

[1] MORSE, Richard. O desenvolvimento urbano da América Espanhola Colonial. In: BETHELL, L. (Org.) *História da América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1999. v. 2. p. 60.

Mais tarde, na América Latina, o crescimento explosivo da população iria dificultar a possibilidade de planejamento urbano abrangente e fundado em algum tipo de inclusão. A própria Cidade do México viria a se transformar em uma das maiores do mundo (com uma área metropolitana, Distrito Federal e adjacências, com mais de 20 milhões de habitantes), grande parte vivendo em condições precárias, em um espaço urbano improvisado.

Randy Faris/Corbis/Latinstock

▲ O Zocalo, praça central na Cidade do México. À esquerda, a Catedral, à direita, o Palácio Nacional, sede de governo. Ainda voltados para a praça: o *ayuntamiento* (antiga Câmara Municipal colonial) e a Suprema Corte de Justiça.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE AMÉRICA LATINA

[...] desde a segunda metade do século XIX, por iniciativa do colombiano José Maria Torres Caicedo, América Latina é o nome como passou a ser designada a parte desse continente que nos cabe viver. Não olvidemos que os espanhóis designavam essa região por Índias Ocidentais que, diga-se de passagem, abrangia uma vasta região que ia desde o Caribe, passava por México e Peru e suas áreas adjacentes, e ia até as Filipinas, terra de Filipe [...]

Assim, o nome América foi enunciado pelas elites *criollas* para se afirmar com/contra as metrópoles europeias, a geografia aqui servindo para afirmar uma territorialidade própria que se distinguia das metrópoles europeias, e o nome América Latina afirmado por José Maria Torres Caicedo, com seu poema *Las Dos Américas*, publicado em 1856, para nominar o que Bolívar já havia denunciado em 1826 contra a Doutrina Monroe (1823), inscrevendo assim a distinção entre uma América Anglo-saxônica e uma Latina que, mais tarde, levaria José Martí a falar de "nuestra América". Enfim, um anti-imperialismo precoce distingue as duas Américas.

Ora, América Latina ainda é uma América que se vê europeia – latina – e, com isso, silencia outros grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, a não ser sofrendo seus desdobramentos imperiais, que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica. Afinal, nos dirá Walter Mignolo, foi a latinidade e não a africanidade ou a indianidade que se impôs como nome do subcontinente.

olvidar: esquecer.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; PEREIRA, Edir Augusto Dias. De América Latina, de Abya Yala, de América Mestiça, de América *Criolla* e de suas contradições. In: *ALAI – América Latina en movimiento*, 23 set. 2009. Disponível em: <http://alainet.org/active/33221&lang=es>. Acesso em: 5 mar. 2010.

Administração colonial na América espanhola

REI

Casa de Contratação

Conselho das Índias

comércio

nomeia

administração

vice-reis

- Peru
- Prata
- Nova Espanha
- Nova Granada

capitães-gerais

- Chile
- Venezuela
- Guatemala
- Cuba

poder central

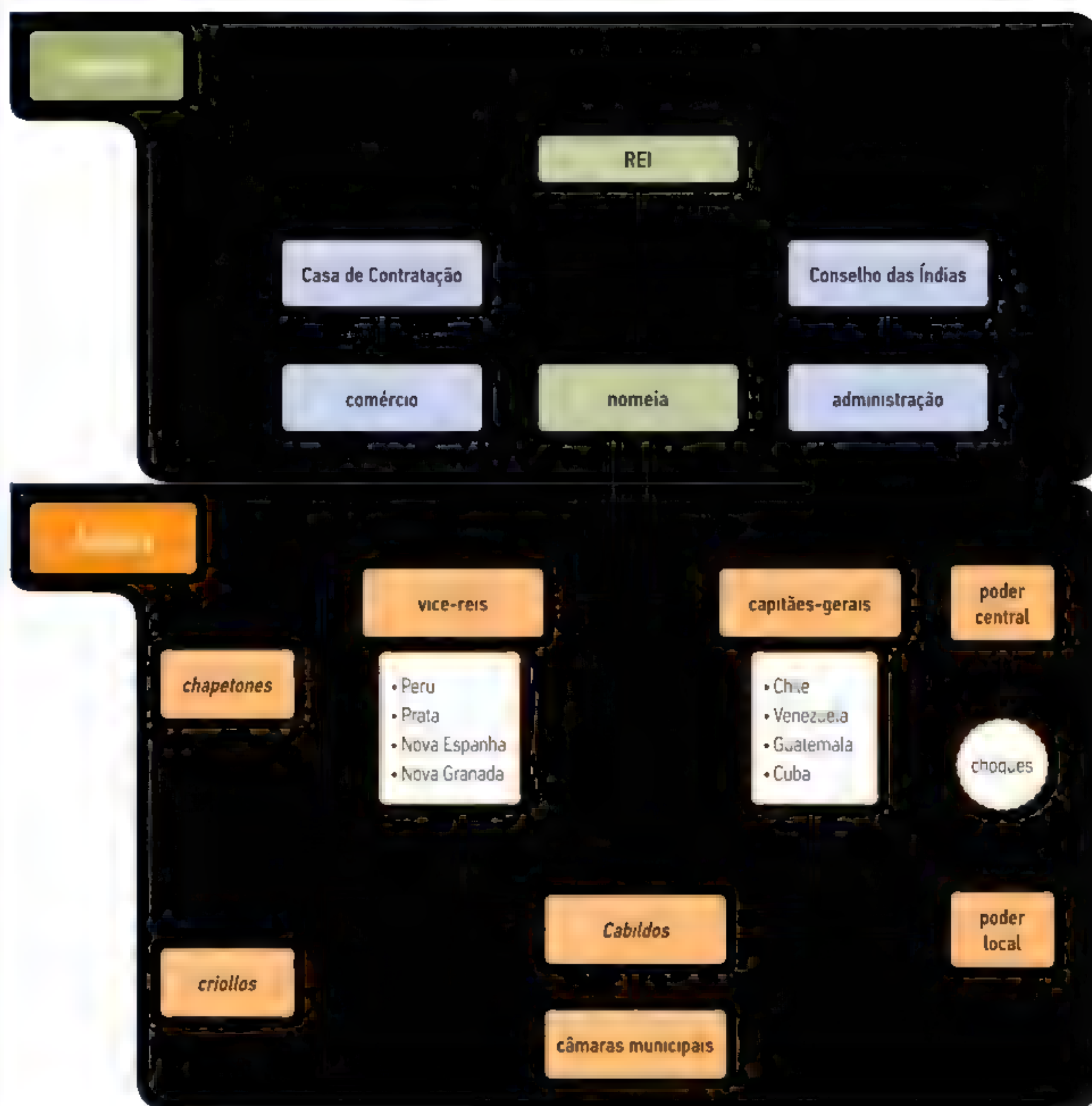
chapetones

choques

criollos

Cabildos

câmaras municipais

poder local

Tomando como referência o esquema-resumo acima explique os mecanismos empregados pela Coroa espanhola para tentar manter o controle sobre a exploração de suas colônias na América.

Também com base no esquema-resumo, identifique os focos de tensão política existentes nas colônias hispânicas na América.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Pesquisa e análise de imagem

→ A imagem abaixo é a reprodução de um mural pintado pelo artista mexicano Diego Rivera (1886-1957) no Palácio Nacional da Cidade do México.

Palácio Nacional, Cidade do México

▲ *A conquista ou chegada de Fernão Cortez em Veracruz*, de Diego Rivera, 1951.

a) Em livros de Arte, revistas e *sites* da internet pesquise a biografia de Diego Rivera e informações sobre o movimento muralista no México. Dê especial atenção às relações do artista e do movimento artístico que ele representou com o cenário político mexicano das décadas de 1930 a 1950.

b) Observe a imagem acima. Preste atenção no cenário, nos personagens representados e na maneira como foram caracterizados. Procure diferenciar os espanhóis dos nativos, identificando suas respectivas ações e expressões, bem como os objetos associados a cada um. Que características o pintor atribui aos conquistadores espanhóis? E aos indígenas?

c) Na obra acima, que papel Rivera atribui aos religiosos que desembarcaram na América com os conquistadores espanhóis?

d) Que associação a obra estabelece entre os nativos e os animais representados?

e) No mural, Fernão Cortez, o conquistador do México, aparece representado duas vezes: à direita, no alto, próximo à cruz de madeira e no centro, junto a dois outros espanhóis. Localize as duas cenas e descreva a figura de Cortez, imaginada por Diego Rivera.

f) No mural, que efeitos a chegada dos espanhóis parece ter produzido na paisagem mexicana?

g) Reflita sobre todos os aspectos que você destacou acima e, com base neles, elabore uma análise de como a conquista espanhola é representada na obra reproduzida acima, lembrando-se de considerar o contexto em que foi criada e as propostas defendidas pelo muralismo mexicano.

2 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Leia o texto abaixo e responda às questões que o acompanham.

Em 1519, a Cidade do México-Tenochtitlán contava com cerca de 400 mil habitantes, o que significa que, na época, era provavelmente a maior cidade do mundo, e que essa sociedade urbanizada com certeza dispunha de elites perfeitamente formadas para que pudesse funcionar de maneira eficaz. Compreende-se que, para administrar uma cidade de tal importância, os invasores não pudessem se abster dos saberes sofisticados, do prestígio e da influência da nobreza índia. Essa nobreza tinha uma formação notável. Antes da conquista espanhola, era formada em colégios de ensino superior, os calmecac, onde aprendia os saberes, os mitos, os rituais e as artes do mundo pré-colombiano. [...]

De fato, os missionários compreenderam cedo a importância estratégica das elites índias e rapidamente abriram escolas para assegurar uma educação cristã aos filhos da nobreza. É o que farão também, por toda a América, os missionários espanhóis e em particular os jesuítas. Mas devemos estar atentos à época em que foram abertas essas primeiras escolas no México. Os monges franciscanos que desembarcaram no México na década de 1520 são portadores do humanismo da Renascença, são leitores entusiastas de Erasmo e de Thomas Morus, querem que as elites indígenas conheçam os saberes europeus e para isso ensinam imediatamente a leitura, a escrita, o latim, a música, a pintura e a tipografia.

Os resultados foram prodigiosos. Em uma geração, os nobres indígenas aprenderam a ler e a escrever. Esse acontecimento é fundamental. É preciso compreender que a adoção da escrita latina constituiu uma verdadeira revolução técnica e intelectual, e ao mesmo tempo uma inovação tremendamente ambígua: de um lado, ler e escrever, pensar a língua indígena por intermédio do modelo do latim representa incontestavelmente uma forma sutil de colonização do imaginário, mas, por outro lado, essa aprendizagem teve também efeitos imprevistos, pois deu às elites índias o meio de redigir em língua nahuatl, e portanto de preservar uma quantidade impressionante de textos literários e de documentos de toda espécie.

GRUZINSKI, Serge. O renascimento ameríndio. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 285-6.

a) Por que as elites índias tinham uma "importância estratégica", segundo a visão dos missionários espanhóis que atuaram no México no século XVI?

b) Tomando por base seus conhecimentos de História, quais seriam as intenções dos missionários ao abrir escolas para a elite ameríndia?

c) Em sua opinião, por que as escolas fundadas pelos missionários não se destinavam a todos os jovens ameríndios?

d) De acordo com o texto, a educação formal da nobreza asteca teve efeitos positivos para as populações ameríndias? Explique.

e) Reflita sobre as informações do texto e responda: em sua opinião, a preservação da cultura ameríndia poderia ocorrer sem a educação das elites astecas? Argumente em favor de sua opinião.

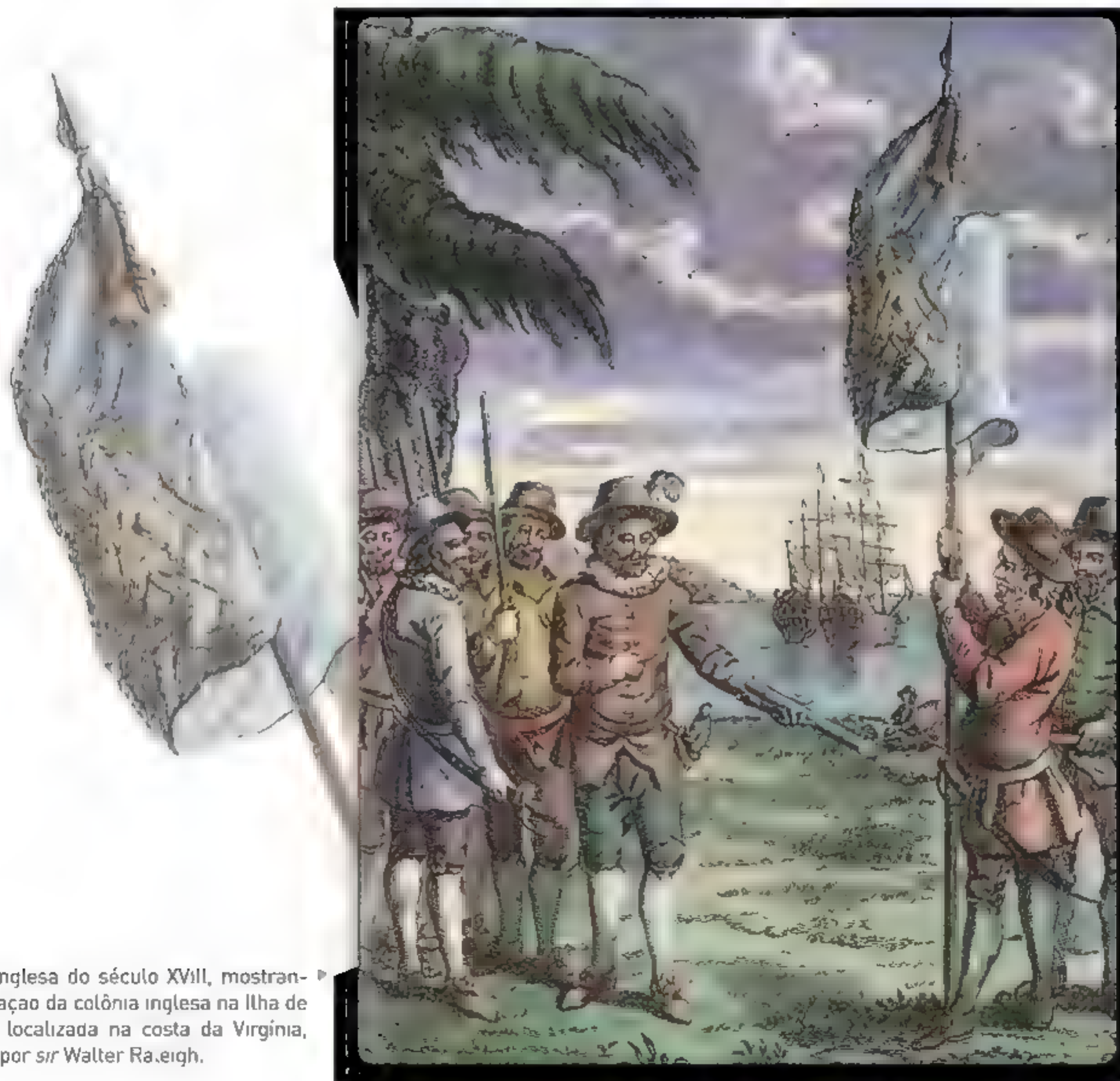
A AMÉRICA INGLESA

A ocupação da América do Norte pelos ingleses distinguiu-se da colonização ibero-americana em vários aspectos. Na América do Norte, o processo de colonização ocorreu mais tarde – a partir, principalmente, do fim do século XVI – e teve um caráter em grande parte espontâneo. Além disso, as próprias características físicas do litoral norte-americano eram diferentes, por se tratar de uma região não tropical e sem metais preciosos.

Na Inglaterra, a rainha Elizabeth I, que governou de 1558 a 1603, estimulou a construção naval e o comércio marítimo, no contexto da política mercantilista. O governo também apoiava outro tipo de presença inglesa no mar: no litoral do Caribe, os corsários ingleses saqueavam os galeões espanhóis repletos de metais preciosos que rumavam para a Europa.

Quando a Inglaterra se lançou à conquista colonial, no início do século XVII, o território da América tropical já estava sendo explorado por portugueses e, principalmente, espanhóis. Na América do Norte, era necessário disputar espaço com franceses e espanhóis. Quando os ingleses chegaram, as regiões que hoje correspondem ao Arizona, à Flórida e ao Novo México já eram territórios espanhóis.

A criação de companhias de comércio na Inglaterra, nas quais o Estado apoiava a burguesia nacional, fortaleceu o grupo que tomaria a frente no estabelecimento de colônias no Novo Mundo. Além disso, fatores políticos – como a derrota da nobreza feudal por Henrique VII e Henrique VIII – e culturais – o desenvolvimento de uma pequena burguesia com forte iniciativa econômica associada ao individualismo espiritual da teologia protestante – também foram importantes para a colonização da América inglesa. Como a Inglaterra oferecia poucos recursos para promover a colonização, diferentemente do que ocorreu nas demais regiões da América, esta decorreu fundamentalmente do empenho dessa pequena burguesia. Assim, as colônias inglesas começaram pobres e sem gerar importantes recursos para a metrópole inglesa.

As primeiras tentativas colonizadoras ocorreram entre 1584 e 1587, quando foram enviadas três expedições inglesas à América do Norte, sob o comando de *sir* **Walter Raleigh**, que resultaram, porém, em grande fracasso, por causa da violenta reação dos povos nativos. Somente em 1607 a fundação da Colônia de Virgínia, explorada por uma companhia de comércio – que reunia empresários acionistas e detinha o monopólio comercial e da colonização –, iniciou uma era de viabilidade econômica para a ocupação e exploração da região.

Gravura inglesa do século XVIII, mostrando a fundação da colônia inglesa na Ilha de Roanoke, localizada na costa da Virgínia, em 1587, por *sir* Walter Raleigh.

Um dos estímulos ao fluxo populacional da Inglaterra para a América do Norte, colaborando para seu povoamento, foi o processo de **cercamento** das propriedades agrícolas inglesas, o que gerou grande excedente demográfico. Expulsas do campo e não encontrando espaço na economia urbana, as vítimas dos cercamentos acabaram rumando para a América. Ao mesmo tempo, os crescentes conflitos políticos e religiosos dentro do Estado inglês estimularam a emigração de protestantes, como os puritanos e os *quakers*, grupo dissidente dos calvinistas ingleses fundado no século XVII.

> Ao enfatizar a soberania de Deus e a dependência do homem, o puritanismo (apenas com um pouco mais de energia do que o protestantismo em geral) chocava-se de frente com o espírito moderno de otimismo e individualismo confiante. Ainda assim, ao mesmo tempo, o puritanismo imprimia um poderoso ímpeto psicológico ao esforço individual. Os puritanos eram "atletas morais", convencidos de que a vida correta era a melhor prova (embora não garantia) de que o indivíduo desfrutava a graça de Deus. A vida correta incluía trabalhar tão arduamente e ser tão bem-sucedido quanto possível em qualquer ofício mundano e negócio em que Deus houvesse colocado a pessoa. Animados por essas convicções, não era de admirar que os puritanos fossem altamente vitoriosos em suas atividades temporais, em especial nas circunstâncias favoráveis oferecidas pelo ambiente do Novo Mundo.
>
> SELLERS, C. et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 29.

AS TREZE COLÔNIAS INGLESAS

Na região da Virgínia, os primeiros núcleos de produção inicialmente se dedicaram à obtenção do tabaco, produto largamente consumido na Europa. Mais tarde, também foram produzidos corante índigo (anil), arroz e algodão. Além da Virgínia, outras colônias se transformaram em grandes centros de produção agrícola, como Geórgia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Maryland e Delaware.

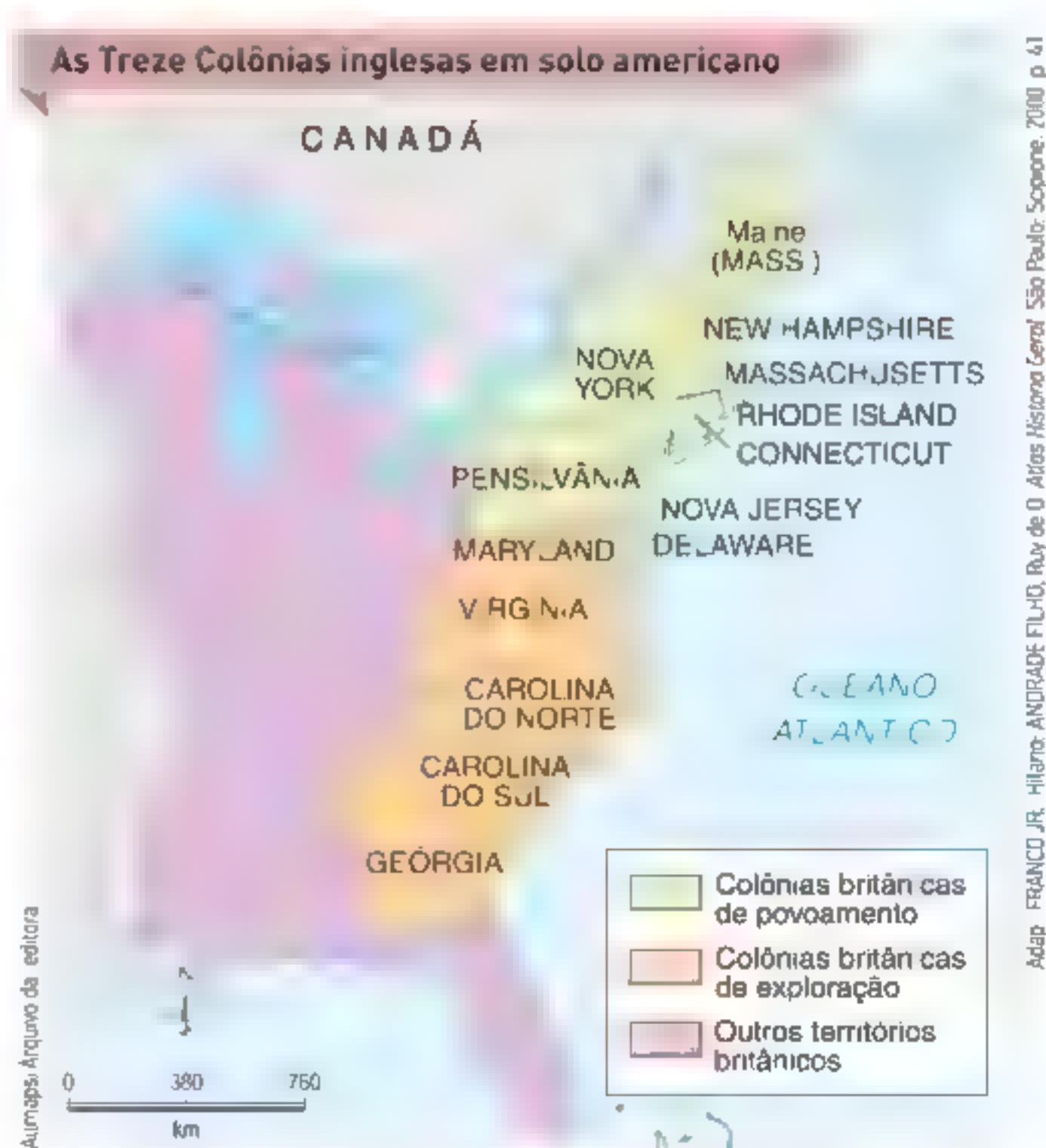
Essas colônias situadas ao sul do território inglês da América do Norte têm sido consideradas genericamente **colônias de exploração**, assemelhando-se às colônias portuguesas, no sentido de terem se fundado economicamente no regime de *plantation* (latifúndio monocultor, baseado em trabalho escravo e cuja produção estava voltada para o mercado externo).

A colonização dos territórios mais ao norte (atuais estados de Nova Jersey, Nova York, Pensilvânia, Connecticut, Massachusetts, Rhode Island e New Hampshire) teve, entretanto, características bastante diferentes.

Nessa região, concentrava-se boa parte dos colonos que sofriam perseguição religiosa na Inglaterra. O primeiro grupo desembarcou do navio *Mayflower* em 1620 e fundou a cidade de Plymouth, em Massachusetts, núcleo inicial da **Nova Inglaterra**, assim chamada porque pretendia reproduzir as condições de vida da pátria dos colonos. Mais tarde, a Nova Inglaterra participou do comércio triangular entre a América, a Europa e a África: ali os comerciantes fabricavam rum, a partir do melaço obtido nas Antilhas, para trocar por escravos na África e vendê-los nas colônias de exploração do sul e nas colônias do Caribe.

As Treze Colônias inglesas em solo americano

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas História Geral*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 41.

▲ As Treze Colônias da América do Norte, fundadas na região litorânea, tiveram características econômicas diferentes entre si e com seus parceiros comerciais.

Nas décadas seguintes, novas colônias próximas a essas foram fundadas, caracterizadas pela pequena e média propriedade e pela produção para subsistência da comunidade de colonos e para o mercado interno, distinguindo-se daquelas mais ao sul. No início, havia grande pobreza nas colônias do norte, pois a população mal conseguia produzir o suficiente para se manter. Porém, no longo prazo, a chegada constante de novos imigrantes e o predomínio do trabalho livre acabaram por criar um mercado consumidor local, impulsionando a produção de diversos produtos.

É importante observar que não se pode fazer uma classificação rígida entre colônias de povoamento e colônias de exploração. Assim como na América ibérica, houve nas diversas colônias da América inglesa tanto iniciativas de formação de núcleos de povoamento, nos quais a produção estava voltada para o consumo interno, quanto atividades em que se utilizava mão de obra escrava, cuja produção estava voltada para o mercado externo.

A grande diferença entre ingleses e ibéricos em seus domínios americanos consistiu na forma como as Coroas metropolitanas se impuseram no processo de colonização. Diferentemente dos espanhóis e portugueses, a Coroa britânica não exerceu uma fiscalização colonial intensiva no século XVII, em boa medida em razão de conturbações políticas internas. Sem um forte controle tributário, os colonos da América inglesa puderam dedicar-se a várias atividades produtivas e desfrutar de liberdade econômica e religiosa.

Mantendo poucos laços políticos e econômicos com a Inglaterra, as colônias do norte desenvolveram uma produção manufatureira e um comércio cada vez mais intenso e diversificado. A construção naval progrediu, tornando possível maior articulação entre as colônias, obtenção de itens externos e até comércio de longa distância, que envolvia o Caribe, a África e a Europa (veja o mapa abaixo).

O controle intenso sobre a Colônia, tão característico do colonialismo ibérico, não esteve presente na colonização inglesa da América do Norte. Desde sua fundação, jamais houve um efetivo projeto normativo inglês de colonização.

Ao mesmo tempo, os intensos conflitos políticos internos na Inglaterra do século XVII, como a Revolução Puritana de 1641, a posterior guerra civil e a Revolução Gloriosa de 1688, contribuíram para afrouxar mais ainda os laços de dominação.

Na verdade, já existia certa autonomia econômica e política, pelo menos entre as colônias da Nova Inglaterra. Mais tarde, no século XVIII, a monarquia liberal inglesa assegurou estabilidade política ao país e a Inglaterra emergiu como potência mundial. Nesse momento, buscou-se uma redefinição do papel das colônias, sujeitando-as a uma política fiscal inglesa e impondo o fim de suas liberdades comerciais e políticas. Os conflitos daí gerados culminariam no processo de independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte.

O regime de *plantation* e o comércio triangular das colônias norte-americanas

Principais zonas de recepção de escravos
Plantações de tabaco
Plantações de cana-de-açúcar
Plantações de cacau

0 — 1790 — 3580 km

Adap. KINDER, Hermann et al. *The anchor atlas of World History*. Nova York: Doubleday, 1974. p. 220-4

Allmaps/Arquivo da editora

PARA RECORDAR: A colonização inglesa na América do Norte

Inglaterra

- interesses mercantis
- cercamentos
- lutas religiosas
- guerra civil

puritanos

companhias de comércio

refugiados

- econômicos
- religiosos
- políticos

- grande propriedade
- exportação
- monocultura
- trabalho escravo

- dependência econômica
- estagnação social

- pequena propriedade
- mercado interno
- produção diversificada
- trabalho livre

- avanço rumo ao comércio/manufaturas
- dinamização social

ATIVIDADE

1. Observe o esquema resumo acima e explique por que as transformações econômicas e políticas ocorridas na Inglaterra no século XVII impulsionaram a colonização inglesa das terras norte-americanas.

2. Também com base no esquema resumo, compare a colonização do sul e do norte das Treze Colônias inglesas na América.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto literário

→ No romance *Filha de feiticeira*, da inglesa Celia Rees, a personagem Mary é enviada para a América a fim de escapar indigência e perseguição que vitimou sua avó, acusada de prática de bruxaria. Entregue aos cuidados de uma família de puritanos, Mary registra suas experiências e impressões em um diário. No trecho abaixo, Mary descreve suas primeiras impressões dos moradores da cidade de Salém, onde ela e a família que a acolhe se hospedam tão logo desembarcam no Novo Mundo.

As pessoas se assemelham às suas residências, a medida que nenhuma e muito humilde e nenhuma tem muitas posses. Não vi mendigos nem gente muito rica. O vestuário não revela nada, pois todos se vestem da mesma maneira, em cores tristes e sóbrias. Preto, marrom, marrom-avermelhado, tons de cinza e verde, sem adornos de renda ou seda. O que usam e podem usar é determinado pela lei. São rigorosos nisso e, desconfio, em muitas coisas mais. E difícil nao notar a prisão, o tronco e o pelourinho.

A boa gente de Salém nos mostra como será a vida. Isto não é nenhuma terra de leite e mel. Os rostos contam uma história de trabalho e dificuldades. Eles construíram a vida a partir do nada, moldaram-na pela floresta. Os pertences trazidos de casa são poucos e se destacam entre os móveis feitos com o que eles encontram à sua volta. Os utensílios de estanho são para exibir. Até os pratos, tigelas e colheres são de madeira.

As pessoas são hospitaleiras, dividem casa e comida conosco, mas sao carrancudas. Até o modo como falam e diferente. Um forte som nasalado torna a pronúncia áspera. Dão-nos mingau, e carne e legumes cozidos juntos. [...] A maior parte da comida é a mesma que faríamos em casa, menos o mingau, que é amarelo-forte. É feito do milho que cresce alto nos campos e jardins que cercam o povoado. Também há outras plantas. feijões e uma trepadeira baixa que dá frutos grandes, com gosto parecido com o da abóbora, mas que ficam redondos e alaranjados. Pelo menos a terra parece fértil. Uma das primeiras coisas que Martha fez foi se ajoelhar e apanhar um punhado.

"Boa terra de cultivo", disse esfarelando-a entre os dedos e mostrando a Jonah. Ele aprovou, com um gesto de cabeça, e sorriu de prazer. Vão plantar juntos. Não só plantas de comer. Estão planejando cultivar ervas de que precisam para fazer remédios.

REES, Célia. *Filha de feiticeira*. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, 2004. p. 80-1.

a) Que aspectos da colonização inglesa na América Célia Rees destaca no trecho selecionado?

b) Com base nas características identificadas, você localiza a história do romance no sul ou no norte das colônias inglesas estabelecidas na América?

2 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ O texto que segue trata da formação das primeiras colônias inglesas na América. Leia-o com atenção e responda às questões que o acompanham.

Em 1629, uma nova carta, outorgada por Carlos I, fundou a Massachusetts Bay Company. No ano seguinte, mil ingleses, todos formados na doutrina puritana, embarcaram de Southampton em direção ao Novo Mundo, a fim de estabelecer sobre essas terras virgens uma nova ordem eclesiástica e política, que lhes permitiria viver de acordo com suas crenças. Eles eram devotos, animados pela vontade de trabalhar e pelo senso do dever. Além disso, muitos tinham instrução: cadetes, filhos de grandes fazendeiros, ministros religiosos.

Esses homens e essas mulheres determinados concebiam sua migração ao Novo Mundo como um capítulo do drama que se desenrola desde a criação do mundo e que só acaba no Juízo Final. Deus os guiara

até esses lugares selvagens com o fim de arrancá-los das mãos de Satã e conduzi-los a Cristo. Seu destino era o de estabelecer uma nova idade do ouro na América do Norte. [...] Eles reconheciam um só soberano, Deus, o que tornava os homens do Novo Mundo irmãos, solidários. [...]

Concedendo a carta, o governo inglês pensou que a nova colônia, assim como a da Virgínia, seria governada a partir de Londres. Mas a Massachusetts Bay Company não entendeu dessa maneira, e o Massachusetts seria um estado quase independente durante meio século. A companhia instalou em Shawmut (Boston) um governador residente, assim como um conselho composto por grandes proprietários rurais, mercadores e pastores. Um acordo foi assinado por todos. O texto era curto: "Fazemos uma aliança (covenant) com o Senhor e entre nós, comprometendo-nos, na presença de Deus, a caminhar juntos em todas as suas sendas da forma que Ele desejar revelar-se a nós em Sua santa palavra da verdade".

Antes de existir politicamente, cada comunidade era de essência religiosa. [...] A Igreja e o Estado trabalhavam juntos para o bem da comunidade, buscando o consenso. Todas as decisões deviam ser unânimes – o que provocava debates intermináveis. Mas, uma vez obtido o consenso, os puritanos não contestavam a decisão tomada, convencidos de que "Deus esclarecera suficientemente os pastores e os magistrados de seu próprio povo para que estivessem preparados para governar com base na certeza e na verdade".

Eles não tinham deixado a Inglaterra para escapar a toda forma de governo, mas para trocar o que acreditavam ser um mau governo por um bom, ou seja, formado livremente por eles mesmos. Tanto no plano político como no religioso, acreditavam que o indivíduo só poderia se desenvolver em liberdade. Entretanto, convencidos de que a liberdade consiste em dar ao homem a oportunidade de obedecer aos desígnios divinos, ela apenas permitia ao indivíduo escolher o Estado que deveria governá-lo e a Igreja na qual ele iria louvar a Deus. [...]

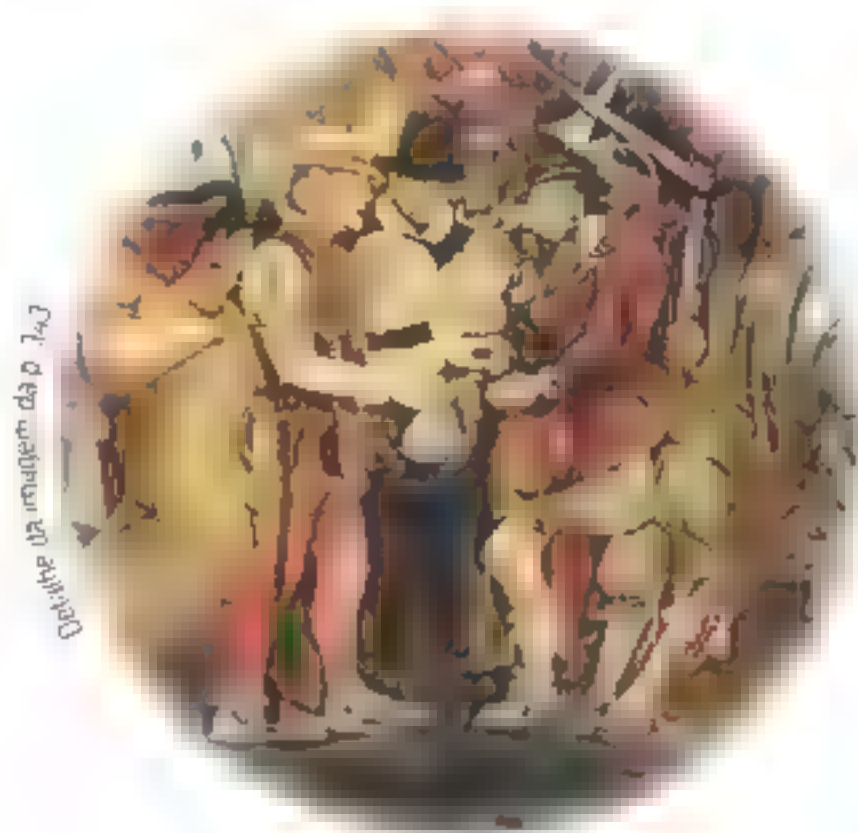
Não tenhamos, entretanto, nenhuma ilusão. Os puritanos, apesar da separação relativa entre Igreja e Estado e o cuidado com a liberdade de consciência, se mostravam intolerantes àqueles que não pensavam como eles, mais por medo do caos social que beatice. Por isso, alguns agricultores, como Roger Williams, acabariam se exilando em Rhode Island. Outros acabariam banidos, com proibição de voltar à colônia, sob pena de morte. Quatro quakers *recalcitrantes foram enforcados, entre 1658 e 1661. A ordem deveria reinar. O pensamento e a ação dos puritanos se inscreveram nos cânones de uma sociedade que primava pela ordem. [...]*

CRÉTÉ, Liliane. *As raízes puritanas*. Disponível em <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/as_raizes_puritanas_imprimir.html>. Acesso em: 6 fev. 2010.

a) De acordo com o texto, como os primeiros colonos a desembarcarem na América entendiam sua transferência da Inglaterra para uma terra além-mar?

b) Qual era o modelo de sociedade que os primeiros colonos ingleses planejavam fundar na América?

c) Em sua opinião, podemos afirmar que o modelo de sociedade criado pelos colonos ingleses na América foi o embrião da democracia norte-americana? Justifique.

Detalhe da imagem da p. 343

APOGEU E DESAGREGAÇÃO DO SISTEMA COLONIAL

Capítulo 18

O capítulo trata das estruturas de poder e dos grupos sociais que participaram do desenvolvimento e da desagregação do sistema colonial.

A gravura do século XVIII que retrata a vila de Sabará, em Minas Gerais, não só representa o deslocamento do eixo econômico do litoral para o interior – sem que a atividade açucareira no litoral diminuísse sua importância – como também exemplifica uma série de medidas tomadas para garantir o abastecimento da região mineradora, como a abertura de estradas e a construção de caminhos de ligação entre a região das minas e o porto do Rio de Janeiro. É importante evidenciar também a ampliação do mercado consumidor, decorrente do crescimento populacional e da riqueza obtida com o ouro.

Sobre as mudanças na estrutura social da colônia, o texto do historiador Eduardo França Paiva é um bom recurso para se abordar como o ouro circulava entre as pessoas comuns, como os escravos das minas conseguiram amealhar algum pecúlio e algumas vezes até conseguiram comprar cartas de alforria.

O texto da atividade 3, *Leitura de imagem e texto*, do historiador Eduardo França Paiva, e a imagem de Johann Moritz Rugendas são recursos que ajudam a ressaltar o papel das mulheres escravas nas atividades exploratórias nas regiões de mineração, tanto na África como no Brasil.

O tema do Barroco na arte e na arquitetura da região pode ser tratado a partir da discussão do texto "Um barroco de traços peculiares", permitindo também uma pesquisa mais ampla com a área de Arte, conforme sugerido a seguir no tópico ***Sugestões de abordagens interdisciplinares***.

O gráfico sobre as exportações e a população no Brasil colonial é importante para ressaltar o peso da América portuguesa no equilíbrio das finanças da metrópole, então comprometida com a luta contra o domínio espanhol e abatida pela crise da empresa açucareira após a expulsão dos holandeses. Por meio de sua análise é possível perceber, também, os efeitos das medidas que o Marquês de Pombal adotou, entre 1750 e 1777, a fim de melhorar as atividades mercantis com as colônias, aumentar a rentabilidade da Coroa e reequilibrar a deficitária balança comercial.

Ao final do capítulo, retome o questionamento proposto na seção ***Para pensar historicamente***, avaliando o quanto os alunos refletiram sobre o assunto.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, endereço eletrônico e filmes nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura**: com o professor de Literatura, selecionar obras que possam ser exploradas tanto sob o enfoque histórico quanto literário (por exemplo, obras de Gregório de Matos Guerra, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, entre outros).
- **História e Arte**: pesquisar o Barroco brasileiro (origens, características, variações locais, maiores obras, maiores artistas) elaborando um panorama desse estilo e modo de ver a arte e a vida. Também seria muito interessante fazer um contraponto com o Barroco europeu (e suas variações nacionais).

▶ Texto de apoio

Uma Carta Régia datada de 29 de outubro de 1698, relativa a um Bando (ordem do Governador, que possui força de lei), proclamado em São Paulo, comina penas contra aqueles que não pagam o quinto e praticam o contrabando. Assim dispõe:

Artur de Sá Meneses, Amigos:

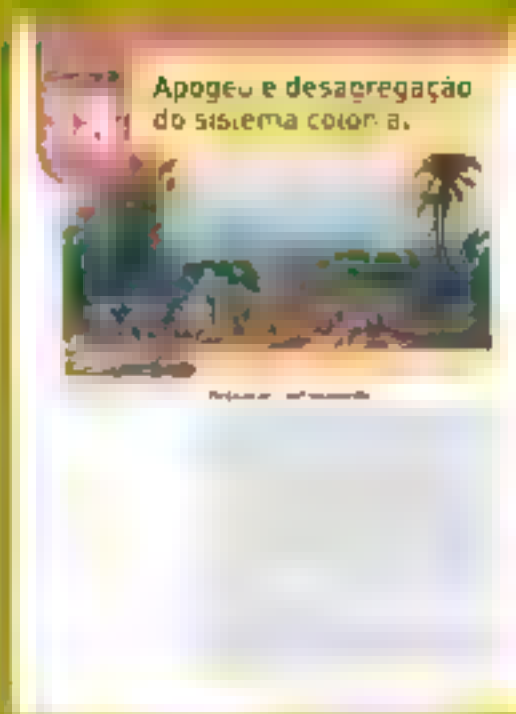
Foi-me presente vossa carta datada de 30 de maio deste ano, incluindo o Bando que fizestes proclamar a respeito das fraudes do quinto, e agradeço-vos pelo vosso zelo. Porém, quanto às penas que determinastes para aqueles que fazem moedas falsas, entre outras, p. ex., aquela que determina que sejam queimados, parece-me que esta pena deve ser aplicada unicamente contra aqueles que desencaminham cunhos falsos para selar ouro, e aqueles que desencaminham o quinto deverão ser punidos de maneira que percam o ouro, sendo ainda obrigados a pagar o seu tríplice valor.

Aos denunciantes se deverá dar metade do ouro que se encontrar nas mãos dos contrabandistas e violadores das leis, e como o interesse é um incentivo para os denunciantes, aumentará a receita real.

El Rey.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. p. 94. v. 1.

assessoria pedagógica

Apogeu e desagregação do sistema colonial

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 18 (p. 351 a p. 362).

Bibliografia

ARRUDA, J. J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOLANDA, S. B. de (Org.). *A época colonial*. São Paulo: Difel, 1963. (História geral da civilização brasileira, 1, t. 1 e 2).

MELLO E SOUZA, L. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

______. *O império deste mundo, 1680-1720*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos, 4).

MAXWELL, K. *A devassa da devassa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

assessoria pedagógica

Tese

FREITAS, L. G. de. *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão indígena no século XVII (1629-1696)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375968>. Acesso em: 12 abr. 2010.

Filmes

Idade do ouro. Direção de Rachel Esther Figner Sisson e Renato Neumann. Brasil: Funarte, 1973. (15 min)

O Aleijadinho. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasil: Funarte, 1978. (22 min)

Endereço eletrônico

Museu virtual de Ouro Preto. Disponível em: <www.museuvirtualdeouropreto.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2010. O *site* disponibiliza uma visita virtual pela cidade histórica de Minas Gerais. É possível "visitar" as igrejas e outros edifícios de arquitetura colonial, com visão de 360° em alguns casos.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REGO, [illegible]; BRAGA, Ângela. *Antônio Francisco Lisboa: o Aleijadinho*. São Paulo: Moderna, 1999.

SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) As áreas ocupadas e povoadas no processo de expansão territorial foram: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Houve também uma articulação do Nordeste com o Sul e o deslocamento da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A mineração promoveu a chamada interiorização da metrópole, principalmente em decorrência da abertura de estradas, do desenvolvimento das atividades de transporte, do comércio de mercadorias e da necessidade de abastecer as regiões de extração dos metais preciosos.

2) Resposta pessoal na qual podem ser inclusas atividades ligadas ao comércio, à arte e a pequenas unidades produtivas agrícolas e mineradoras.

Exercícios de História

1. Análise de texto e reflexão

a) Inicialmente, Vieira observa a miséria da condição do escravo, condenado à exploração, o que contraria os desígnios divinos da criação e da salvação. Por terem todos os seres humanos o mesmo Cristo e o mesmo céu, a escravidão é caracterizada como algo triste, cruel e inimigo.

b) Na segunda parte do texto, Vieira associa o sofrimento dos escravos ao de Cristo; e, fortalecendo seu argumento com uma analogia extraída da Antiguidade clássica (saturnais), observa que, após a morte, os escravos terão para servi-los, por toda a eternidade, ninguém menos que Deus. Justifica-se, portanto, a escravidão.

c) Porque cristianizar os negros palmarianos implicaria no reconhecimento e na legitimação das organizações quilombolas, incentivando novas fugas e levando a escravidão à ruína.

d) Resposta pessoal.

2. Releitura e sistematização

Auxilie os alunos a desenvolver o quadro-resumo com todas as informações que julgarem importantes para a compreensão das rebeliões.

a) Os líderes eram representantes de setores médios e altos da sociedade, tais como fazendeiros e comerciantes e, no caso da rebelião de Tupac Amaru, rico comerciante e descendente de imperadores incas, houve grande mobilização indígena.

b) Espera-se que os alunos percebam que essas rebeliões não representavam uma comunhão de interesses, mas eram manifestações isoladas de insatisfação dos colonos, que não chegavam a propor alterações socioeconômicas profundas, embora constituam importante exemplo de mobilização social.

c) A sociedade mineradora foi alvo de violenta exploração metropolitana por meio da cobrança de impostos, o que acabou gerando grande tensão com a população local. Nas minas havia grande número de homens livres, que dependiam do trabalho para sobreviver e que eram mais sensíveis à cobrança de impostos. O mesmo não ocorria com a sociedade açucareira do Nordeste, por exemplo, dominada por um grupo de grandes proprietários, que explorava o trabalho escravo.

3. Leitura de imagem e texto

a) De acordo com o historiador, as mulheres desempenharam papéis centrais nas atividades mineradoras na África e no Brasil, atuando em todas as etapas de obtenção, preparo e transporte dos metais preciosos.

b) Além da intensa participação das mulheres na extração aurífera, Eduardo França Paiva destaca a atuação das mulheres comerciantes, com seus filhos a tiracolo, na região mineradora africana de Ashanti e nas Minas Gerais, no Brasil.

c) A imagem de Rugendas apresenta mulheres carregando carumbés, gamelas para o transporte do minério, nas cabeças, descendo e subindo a montanha do Itacolomi.

anotações

CAPÍTULO

18

Apogeu e desagregação do sistema colonial

Museu Paulista da USP, São Paulo

▲ *Entrada para as Minas*, tela de Oscar Pereira da Silva de 1920

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Negociação e enfrentamento

Na colonização americana houve uma transladação de mecanismos político-administrativos que vigoravam na Europa. Com o desenvolvimento da colonização, esses mecanismos foram se ajustando às necessidades dos grupos locais. A monarquia e as elites negociavam e barganhavam cargos, recompensas, favores e poderes para a imposição da autoridade. Formavam o que alguns historiadores denominam "autoridades negociadas".

Estruturas de poder dependem da negociação de grupos sociais para viabilizar a neutralização das forças de oposição. A dominação gera resistência, não raro evoluindo para confrontos abertos, que questionam a ordem vigente e originam projetos alternativos de poder e de sociedade.

No período colonial da América, a contestação à ordem não só partiu das camadas submetidas (escravos africanos ou populações indígenas), mas também daqueles que usufruíam as práticas exploratórias metropolitanas.

Muitas vezes, comerciantes, senhores de engenho, funcionários da administração, clérigos, *criollos*, entre outros, ao expressarem seu descontentamento, buscaram o apoio popular às suas demandas contra aspectos da administração colonial.

Será que essas elites locais desejavam a transformação radical da sociedade, com metas de favorecimento mais amplo da população, ou suas reivindicações limitavam-se aos interesses de seus negócios e condições de vida?

Nas próximas páginas, você poderá refletir sobre essa questão.

A ATIVIDADE MINERADORA: INTERIORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Inumeráveis cartas, crônicas e relatórios da época contam-nos que os europeus que chegaram à América tinham algo que os nativos chamavam de "sede de ouro". Foi nos domínios da Espanha que primeiro se encontraram metais preciosos, logo no século XVI. O caso de Potosí, na atual Bolívia, em que foram descobertas grandes jazidas de prata, é significativo. A cidade concentrou uma população e uma riqueza gigantescas para a época, financiando a vinda de espetáculos europeus, a construção de palácios e uma vida de luxo ostensivo para os colonizadores, enquanto os trabalhadores indígenas nas minas estavam submetidos à exploração e à degradação, trabalhando sob o regime da *mita* e não sobrevivendo muito tempo. A todo momento, novos contingentes de indígenas eram levados para substituir os que morriam. Milhões de indígenas morreram no trabalho de extração dos milhares de toneladas de prata transferidos para a Espanha.

Coleção particular

A Vila de Sabará, em Minas Gerais, em gravura de Estevão, do século XVIII, situava-se em plena região mineradora. Além de área mineradora, foi importante centro comercial e ainda hoje guarda expressivos monumentos arquitetônicos do período da mineração, em estilo barroco mineiro.

barroco mineiro: designação do estilo barroco, com as características peculiares que assumiu na região de Minas Gerais entre o início do século XVIII e o final do século XIX. Foi introduzido no Brasil como instrumento de doutrinação cristã e adquiriu características próprias.

Quando a prata se esgotou, no final do século XVII, a maioria dos europeus deixou a América espanhola, levando o que era possível. E a Bolívia, de onde foi extraída a prata, é hoje um dos países mais pobres da América. Outras cidades mineiras da época colonial, como Guanajuato e Zacatecas, no México, tiveram o mesmo destino: esplendor na época da extração da prata, decadência e miséria após esse período.

Na Europa, por diversos fatores, incluindo os culturais e religiosos, grande parte dessa riqueza foi gasta, e não acumulada ou investida em manufaturas ou outros negócios.

Na América portuguesa havia a mesma "sede de ouro". As primeiras descobertas de ouro na América portuguesa estão ligadas à expansão bandeirante e datam do final do século XVII, quando a produção e a comercialização do açúcar enfrentavam um período de crise. A notícia da descoberta de ouro e diamantes na Colônia, tão esperada desde 1500, atraiu para a região das minas milhares de portugueses e colonos de outras regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste. A população colonial passou de 300 mil habitantes no final do século XVII para 3,3 milhões no final do século XVIII.

A ocupação e o povoamento da região mineradora, como o atual estado de Minas Gerais e, em seguida, Goiás e Mato Grosso, alteraram o caráter predominantemente rural da colonização, com o surgimento de diversas vilas e cidades.

O desenvolvimento de um novo eixo econômico, deslocando as atividades principais da costa litorânea nordestina para o centro-sul, determinou a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

A abertura de estradas e caminhos ligando a região das minas ao Porto do Rio de Janeiro propiciou a intensificação do comércio, visando, sobretudo, ao abastecimento da região mineradora. O mercado consumidor se ampliou e se aqueceu, em decorrência do crescimento populacional e da riqueza obtida com o ouro. Além disso, estimulava-se a importação de artigos manufaturados, bem como a produção interna de alimentos e a criação de gado. A integração econômica das várias regiões e a consolidação do crescente

mercado interno foram favorecidas pelo transporte de mercadorias feito por **tropas de mulas** que cruzavam o território colonial em direção a Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O caráter urbano associado à atividade mineradora provocou mudanças significativas na estrutura social da Colônia. Os exploradores que se dirigiram para a região das minas passaram a habitar as vilas próximas às áreas de mineração, estimulando as atividades culturais e a diversificação das atividades econômicas, bem como o comércio.

O ouro encontrado passou a circular entre as pessoas comuns, inclusive entre os escravos. Muitos viram nessa situação a possibilidade de comprar sua liberdade – por meio das **Cartas de Alforria**. Assim, embora a sociedade colonial ainda fosse demarcada por profundas desigualdades sociais, houve a possibilidade de uma relativa mobilidade social, com o surgimento de um número muito maior de artesãos, comerciantes, pequenos proprietários, intelectuais, padres e funcionários públicos. Isso possibilitou a relativa distribuição de riquezas entre ricos e um segmento médio produtivo, composto de homens livres.

O historiador Eduardo França Paiva, com suas pesquisas e publicações, tem apontado o impulso da prática das alforrias. No texto abaixo, destaca o quadro diverso e dinâmico da sociedade colonial.

Em sua primeira fase, a atividade mineradora exigia poucos investimentos, de forma que quase todos podiam participar da extração aurífera e diamantífera. As técnicas de **faiscação** e **garimpagem** utilizadas no início da mineração, ou seja, a retirada do ouro encontrado nos rios e barrancos (denominado **ouro de lavagem**), exigiam poucos recursos e pouca mão de obra. Mais tarde, quando se consolidou a exploração mineradora, estruturaram-se grandes unidades exploradoras – as **lavras** –, exigindo maiores investimentos para as escavações e grande número de escravos.

Apesar da presença de homens livres ou escravos forros, a mineração – assim como a produção de açúcar – era realizada majoritariamente por escravos africanos. No garimpo, os escravos que trabalhavam por conta própria eram obrigados a entregar determinadas quantidades de ouro a seus senhores; alguns chegavam a ser alforriados, como recompensa.

Em razão dos acidentes e das doenças a que estavam sujeitos nas lavras, os cativos tinham baixa expectativa de vida, não ultrapassando os 12 anos de atividade. Mesmo violentamente combatidas pela elite colonizadora, as fugas eram constantes, dando origem a grande número de quilombos em Minas Gerais.

A SOCIEDADE EM MOVIMENTO

O ouro, de início, fomentou as mudanças, mas não foi ele o único elemento responsável por elas. Já nas primeiras décadas de ocupação das terras das Minas Gerais, gente de variada origem tentou fazer fortuna não apenas minerando, mas plantando roças e criando animais, oferecendo serviços de todo tipo e, sobretudo, praticando algum comércio. Nas vilas e arraiais das Minas tudo isso existiu, e nunca os escravos estiveram excluídos dessas possibilidades. Ruas, vielas, chafarizes e becos hospedaram milhares e milhares de escravos de ganho, de negras de tabuleiro, de coartados – cativos que pagavam sua alforria em parcelas, durante três ou quatro anos – e de forros. Enquanto alguns sobreviviam a duras penas, outros, e não foram poucos, conseguiam ganhar dinheiro, com o qual compravam a liberdade, casas, roupas, ferramentas de trabalho, joias e também escravos.

As mulheres ocuparam lugar destacado nesse mundo urbano colonial. Quando escravas, várias conheciam, além de autonomia, alguma fortuna. Depois de libertas, muitas outras ascendiam social e economicamente, transformavam-se em importantes comerciantes e proprietárias de escravos, e engrossavam a camada média urbana que habitava a antiga capitania. Mulheres como essas foram responsáveis por grande parte do consumo de tecidos produzidos na Índia especialmente para o Brasil.

Ignácia Ribeira, forra, moradora no arraial do Pompeu em 1777 possuía uma venda de secos e molhados, um escravo, ouro lavrado em barra, um colar de corais e tinha pago uma quantia avultada por sua liberdade: cerca de 300 mil réis. Izabel Pinheira, angolana, morreu viúva, no arraial da Roça Grande, em 1741, possuindo sete escravos que ficaram alforriados e coartados no testamento deixado por ela. Entre as mais afortunadas, estava a crioula Bárbara de Oliveira, natural da Bahia que se mudara para Sabará, onde morreu em 1766. Ela possuía 22 escravos (mais mulheres que homens – um conjunto de grande porte, incomum até mesmo entre proprietários brancos). Também tinha muitas joias e roupas guardadas em canastras, como "uma saia de primavera de seda, uma de droguete preto e uma de seda passado de ouro". Ela possuía, ainda, ouro lavrado e em pó e muitos créditos na praça.

[...]

Cada vez mais a nova historiografia demonstra que essas mulheres não eram exceções nem gente alienada. Elas não lutaram contra a escravidão dos irmãos de cor e de raça, mas, ao atuarem no dia a dia, ajudaram a constituir uma sociedade diferente.

PAIVA, Eduardo França. As outras Chicas da História. *Aventuras na história*. São Paulo: Abril, 2009. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/cultura/outras-chicas-silva-433508.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2010.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

▲ *Escravos na extração de diamantes*, de Carlos Julião, século XVIII. O aumento populacional advindo da migração metropolitana, atraída pela economia mineradora, foi acompanhado da intensificação do tráfico negreiro e do tráfico interno. Apesar da inexistência de censo oficial, estimativas apontam que dos 320 mil habitantes da capitania de Minas Gerais, em 1776, havia cerca de 130 mil alforriados ou descendentes de ex-escravos, 110 mil escravos e 80 mil brancos, segundo o historiador Eduardo França Paiva[1].

Para administrar a região mineradora, a Metrópole criou, em 1702, a **Intendência das Minas**, subordinada diretamente a Portugal, e não às autoridades coloniais. A Intendência controlava de perto a exploração aurífera. Era responsável pela distribuição dos lotes a serem explorados, denominados **datas** – que variavam de acordo com o número de escravos do minerador –, e pela cobrança do **quinto** – imposto de 20% sobre o ouro encontrado.

O contrabando, contudo, era intenso. Para coibi-lo, a Coroa criou, em 1720, as **casas de fundição**. A partir de então, todo ouro encontrado nas minas ou nos garimpos deveria ser fundido em barras, tornando-se proibida a circulação do ouro em pó e em pepitas, formas mais fáceis de esconder e contrabandear. No momento de fundir o ouro, já era extraído o quinto pertencente à Coroa. O pagamento era comprovado com a emissão de um certificado, e a barra de ouro recebia uma chancela.

As remessas de metais preciosos da Colônia para a Metrópole aliviaram durante certo tempo as dificuldades financeiras de Portugal, decorrentes das relações comerciais desfavoráveis que mantinha na Europa e dos gastos excessivos com os luxos da Corte. O rei D. João V, que governou de 1706 a 1750, teria sintetizado assim a situação de seu reino: "Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo e não devo"[2].

Diante dos crescentes sinais de esgotamento da produção aurífera, que se anunciava havia algumas décadas, o governo português determinou que o quinto mínimo seria de 100 arrobas de ouro (1 468,9 quilos) anuais para todos os municípios. Se o quinto recolhido no ano não atingisse o valor mínimo, a diferença seria completada pela **derrama**, cobrança compulsória feita por soldados metropolitanos autorizados a invadir casas e confiscar bens e propriedades, até completar o valor correspondente às 100 arrobas. A medida provocou conflitos e insatisfações na Colônia.

O esgotamento das jazidas e o uso de técnicas rudimentares na mineração levaram ao declínio da produção do ouro na Colônia, que se acentuou na segunda metade do século XVIII, num processo diferente do ocorrido com a economia açucareira, que, mesmo depois da crise da segunda metade do século XVII, nunca deixou de ser uma atividade econômica significativa.

A urbanização, o desenvolvimento comercial e de outras produções internas, como as de abastecimento da população, entretanto, permaneceram ativas e em expansão[3]. Outra herança que permaneceu foi o desenvolvimento das artes associado à mineração. A arquitetura barroca é um exemplo. Assim como a música, a arquitetura foi influenciada tardiamente pela arte europeia, embora com traços peculiares, como se observa nas igrejas mineiras do século XVIII.

Nas artes, destacou-se o nome de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Filho de um construtor português e de uma escrava, suas obras estão espalhadas por várias cidades de Minas Gerais (leia o texto a seguir).

[1] Apud PELEGRINI, Liliane. *Para atualizar a História*. Disponível em: <www.overmundo.com.br/overblog/para-atualizar-a-historia>. Acesso em: 20 fev. 2010.

[2] BOXER, Charles. *O império marítimo português – 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 171.

[3] Conforme aponta a historiadora Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 26.

UM BARROCO DE TRAÇOS PECULIARES

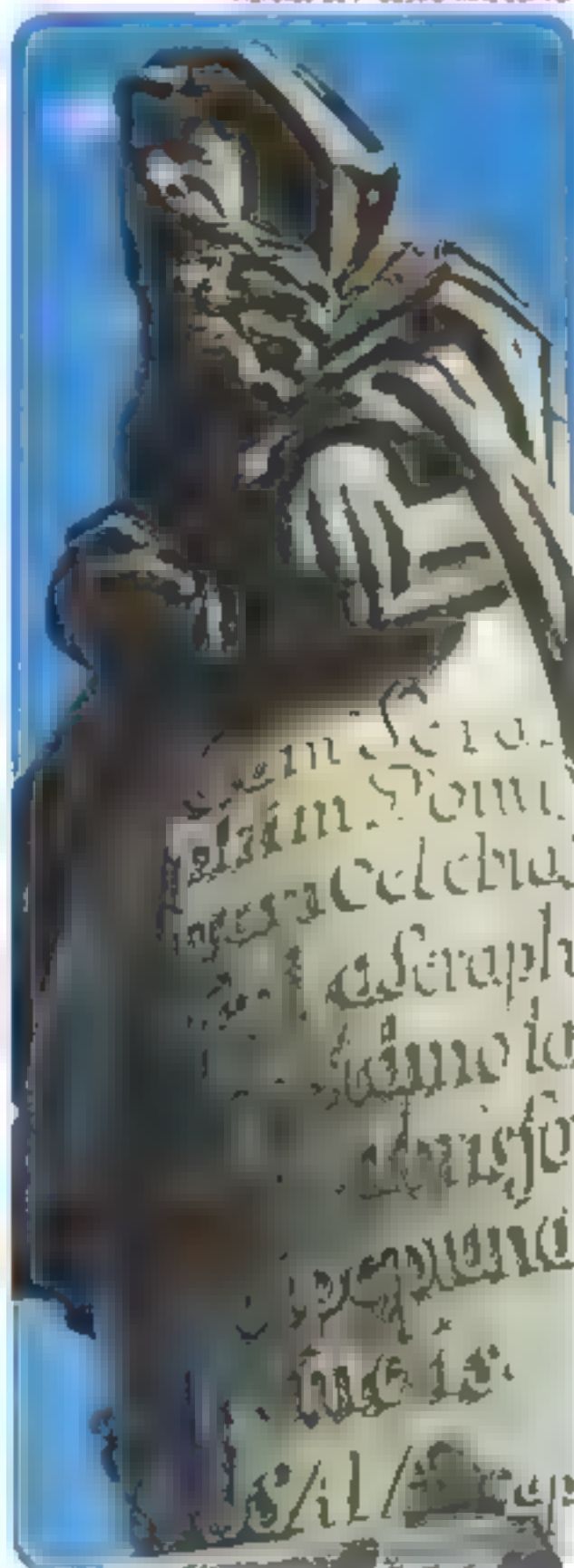
Os modelos barrocos europeus se aclimatam e se desenvolvem no Brasil ao longo do século XVIII, resvalando em soluções rococó – mais leves, simples e suaves – nas vilas e cidades de Minas Gerais a partir de 1760. Aí, as construções perdem suas feições monumentais, e os templos adquirem toques intimistas e dimensões reduzidas. A decoração em pedra-sabão constitui outro traço peculiar e original do barroco mineiro que se expande por diversos núcleos de mineração da colônia. A vida urbana de Vila Rica (elevada à categoria de cidade em 1714 e batizada Ouro Preto, em 1897) abriga uma população heterogênea, um intenso comércio e diversos tipos de artes, música, literatura (os integrantes da Arcádia), arquitetura, pintura e escultura. A predominância de mestiços nas artes plásticas mineiras, nesse período, é explicada em função da relativa liberdade desse segmento na obtenção de serviços que não podem ser feitos nem pelos escravos, nem pelos brancos, que não realizam trabalhos manuais. É nesse ambiente urbano que surgem novos profissionais, como o Aleijadinho, cujo aprendizado se dá pela prática no canteiro de obras, na elaboração de riscos, na escultura em pedra-sabão e na talha de altares. O contato com artistas mais experientes é outro fator decisivo na formação do artista: além de seu pai, Manuel Francisco Lisboa, ele se beneficia das relações com João Gomes Batista (desenhista e medalhista), e com José Coelho de Noronha e Francisco Xavier de Britto (entalhadores).

VERBETE Igreja São Francisco de Assis, Ouro Preto (MG). Disponível em: <www.itaucultural.org.br/AplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=4093>. Acesso em: 6 mar. 2010.

Mauricio Simonetti/Pulsar Imagens

▲ Detalhe da escultura em pedra-sabão do pórtico da Igreja de São Francisco de Assis, atribuída a Aleijadinho, século XVIII.

Cláudio Larangeira/kino.com.br

Haroldo de F. Castro/kino.com.br

▲ Baruc (à esquerda) e Isaías, dois profetas esculpidos em pedra-sabão no século XVIII por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, um dos maiores artistas do barroco brasileiro.

Ao mesmo tempo, os filhos de proprietários enriquecidos eram enviados à Europa para realizar os estudos universitários, tomando contato com os ideais iluministas difundidos no Velho Mundo. Alguns intelectuais e homens de letras ganharam destaque nesse período, como os poetas **Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa** e **Inácio de Alvarenga Peixoto.**

A atividade mineradora no Brasil acelerou o desenvolvimento do capitalismo europeu, já que toneladas de ouro foram levadas para a Europa, por intermédio de Portugal, na forma de impostos ou pagamento pelos diversos produtos importados, especialmente os manufaturados ingleses.

Os termos do **Tratado de Methuen,** assinado em 1703 com os ingleses e conhecido como "tratado dos panos e vinhos", inviabilizaram o desenvolvimento industrial em território português, ao obrigar Portugal a importar produtos manufaturados da Inglaterra. Diante de suas dificuldades econômicas, o governo português utilizava boa parte das volumosas riquezas extraídas em sua Colônia na América para pagar as dívidas desse comércio. Na Inglaterra, as riquezas obtidas do Império português impulsionaram o desenvolvimento econômico, ampliando o poderio dos banqueiros, comerciantes e industriais.

Algo semelhante ocorria com a Espanha. Endividada, transferia a prata extraída na América a grandes banqueiros estrangeiros. Como, da mesma forma que Portugal, os espanhóis não investiam na produção manufatureira interna, ampliava-se sua dependência de produtos externos. E era, em grande medida, o fluxo de metais preciosos da América que sustentava essas importações.

Exportações e população no Brasil Colonial

Exportações (em libras esterlinas)

População

3 milhões

2 milhões

1 milhão

1650 1700 1750 1760 1800

5,3 milhões

300 mil

200 mil

1700 1800

Açúcar

Ouro

Outros (pau-brasil, couros, tabaco, algodão etc.)

1725 – Descoberta de ouro em Goiás

1719 – Descoberta de ouro em Cuiabá

1703 – Tratado de Methuen

1693 – Descoberta de jazidas de ouro em MG

População total (excluídos os indígenas "não integrados")

População de escravos

Cassiano Röda, Arquivo da editora

A CRISE PORTUGUESA E O REFORÇO DO CONTROLE COLONIAL

Embora Portugal reforçasse a fiscalização e o controle da atividade mineradora, a exploração do ouro de sua Colônia americana não lhe permitiu reequilibrar as finanças, que estavam parcialmente comprometidas pela luta contra o domínio espanhol e pela crise da empresa açucareira após a expulsão dos holandeses.

Diante do esgotamento progressivo das jazidas minerais, a Coroa criou mecanismos para arrecadar ainda mais impostos. Os governos centralizados da dinastia de Bragança resolveram, então, aumentar as restrições mercantilistas sobre a Colônia, reforçando o controle colonial. Assim, a partir do século XVII intensificaram o arrendamento de setores da economia e aumentaram a participação direta do Estado em diversas atividades, criando companhias privilegiadas de comércio. Novos mecanismos para arrecadação de impostos foram estabelecidos.

Ao mesmo tempo que procurava expandir seus negócios e extrair o máximo de seus domínios, o Estado português estava comprometido com o grupo mercantil pertencente às elites nacionais e internacionais. Assim, fazia concessões a esses grupos em troca de vantagens econômicas, como a antecipação de pagamentos.

dinastia de Bragança: dinastia que reinou em Portugal de 1640 a 1910 e no Império do Brasil entre 1822 e 1889

Coleção particular

Vila Rica, gravura de Johann Moritz Rugendas, século XIX. No século XVIII, Vila Rica era um dos focos de tensão no relacionamento cada vez mais conflituoso entre a Metrópole portuguesa e a Colônia

Na Colônia, o sistema de monopólios estabelecia que certos produtos só poderiam ser importados da Europa por meio das companhias de comércio; eram também as companhias as únicas autorizadas a vender no exterior certas mercadorias produzidas na Colônia. Para garantir lucros elevados, as companhias pagavam pouco pelos produtos da Colônia e vendiam por preços altos os produtos importados da Europa. Insatisfeitos, os colonos por vezes agiam com violência contra essa situação desfavorável, e a Coroa se via obrigada, muitas vezes, a rever essas reservas de mercado.

No século XVIII, enquanto a Metrópole portuguesa reforçava o controle fiscal e administrativo e a espoliação da Colônia, por meio das casas de fundição e da derrama, cresciam, em diversos países da Europa, e mesmo em certas regiões da América, ideias contrárias ao colonialismo mercantilista. O **Iluminismo**, por exemplo, condenava antigas estruturas de privilégios, absolutistas e colonialistas, características do que chamavam pejorativamente de **Antigo Regime**. Esse movimento – do qual fizeram parte intelectuais como Voltaire, Montesquieu e Rousseau – defendia a reorganização da sociedade segundo uma lei básica, a Constituição, que garantiria a liberdade econômica individual, cabendo ao Estado apenas cuidar da segurança e do aprimoramento da nação.

Na América colonial, os ideais iluministas chegavam principalmente por meio dos filhos da elite, que eram mandados à Europa para realizar seus estudos universitários. Esses ideais contribuíram para firmar os anseios emancipacionistas que culminaram na independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e dos demais países ibero-americanos, no século seguinte. Além disso, inspiraram os participantes da Revolução Francesa de 1789, cujos desdobramentos alterariam substancialmente o panorama sociopolítico ocidental.

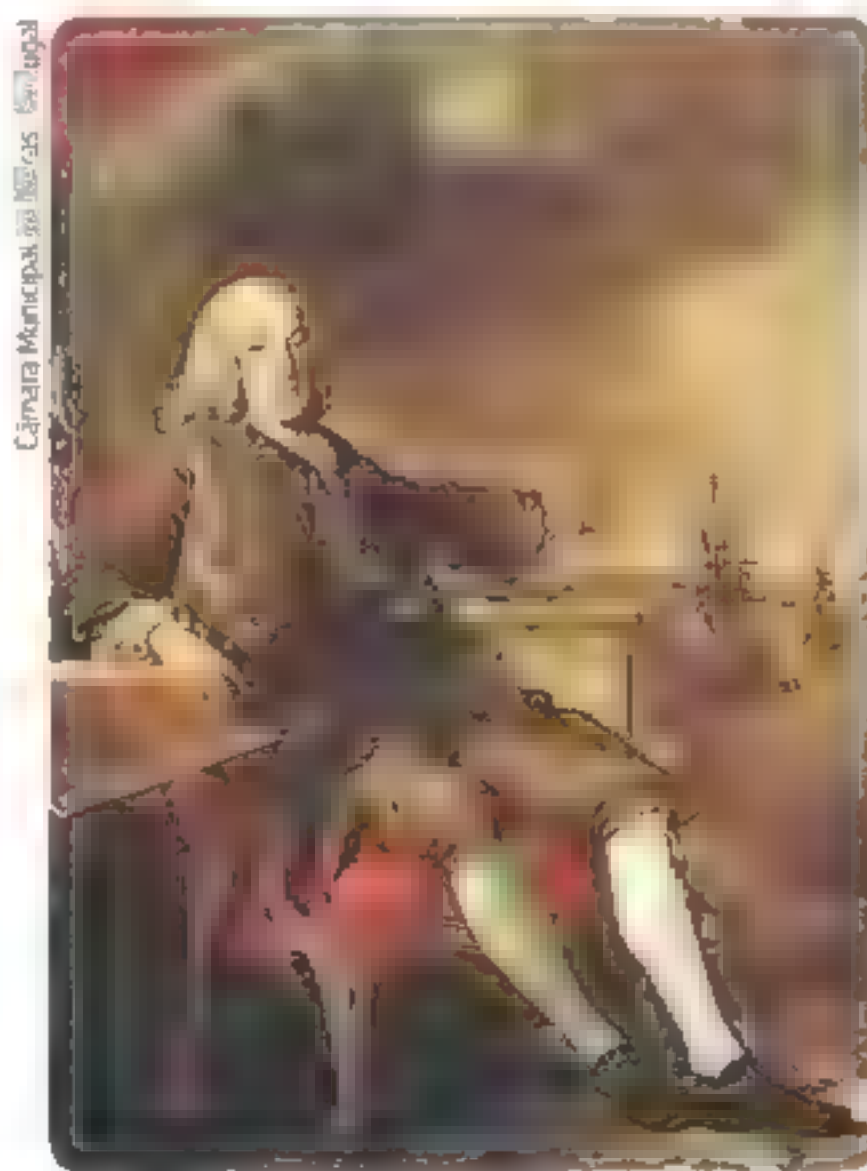
Em Portugal, o **marquês de Pombal**, ministro do rei D. José I, percebeu a extrema dependência econômica de seu país em relação à Inglaterra e preocupou-se em reequilibrar a deficitária balança comercial lusa. Buscou, de um lado, maior eficiência administrativa e desenvolvimento econômico no reino e, de outro, reforço às práticas mercantilistas referentes à Colônia na América portuguesa. Suas iniciativas expressaram o chamado **despotismo esclarecido** (assunto que você estudará no próximo capítulo) em terras lusas da América.

Enfrentando oposição do clero e da nobreza aos ideais iluministas e encontrando um pretexto na Guerra Guaranítica (1750), Pombal resolveu expulsar os jesuítas, rompendo a autonomia de que essa ordem religiosa desfrutava perante a Coroa. Confiscou-lhes as propriedades e transferiu para o Estado a responsabilidade sobre o ensino, até então praticamente monopólio da Companhia de Jesus. Para custear a educação, Pombal criou um imposto, o **subsídio literário**, que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente.

Com o objetivo de integrar os nativos da Colônia ao reino, Pombal extinguiu a escravidão indígena, em 1757, incorporando algumas aldeias, sob a forma de vilas, à administração portuguesa. Suprimiu também a distinção entre "cristãos-velhos" e "cristãos-novos" (descendentes de judeus convertidos ao catolicismo), dada a importante atuação econômica e social dos judeus, tanto na Metrópole como em suas colônias. Embora sem grande sucesso, Pombal tentou também fomentar a produção manufatureira, especialmente em Portugal.

Nesse período, a Coroa estava em dificuldades econômicas ainda maiores, devido ao terremoto que, em 1755, destruiu a cidade de Lisboa. Assim, ao mesmo tempo que se reduzia a entrada de recursos, em virtude dos crescentes sinais do declínio da produção de ouro no Brasil, a Coroa precisava investir na reconstrução da capital do reino. Pombal recorreu ao aumento dos tributos e ao estabelecimento de monopólios, favorecendo os produtos portugueses.

Durante a administração pombalina, as capitanias hereditárias foram extintas e incorporadas aos domínios das capitanias da Coroa, cujos governadores eram nomeados diretamente pelo rei. Pombal também criou companhias de comércio, como a do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), para controlar o comércio colonial e aumentar a renda metropolitana. A capital da Colônia,

Câmara Municipal de Oeiras, Portugal

▲ *Marquês de Pombal*, obra de L. M. Van Loo. Como déspota esclarecido, D. José serviu-se do marquês de Pombal – como se tornou conhecido o ministro Sebastião José Carvalho e Melo, conde de Oeiras –, que combinou o absolutismo dos Braganças e interesses das antigas elites metropolitanas com o racionalismo iluminista

como já foi visto, foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, de onde era mais fácil fiscalizar a exportação de ouro. Pombal também estabeleceu o controle da Metrópole sobre a exploração de diamantes.

O marquês de Pombal deixou o ministério após a morte de D. José I e muitas de suas realizações, como as companhias de comércio e o funcionamento de manufaturas na Colônia – proibido pelo Alvará de 1785 –, foram anuladas por seus opositores. A rainha D. Maria I, a Louca (1777-1816), foi responsável por tais mudanças.

À crise da mineração seguiu a retomada agrícola, que se beneficiou da procura por produtos coloniais, como algodão e tabaco, desencadeada pela Revolução Industrial inglesa. O desenvolvimento da indústria têxtil europeia passou a exigir a importação de uma quantidade cada vez maior de algodão. O tradicional fornecedor europeu de algodão eram os Estados Unidos, que naquele momento estavam envolvidos em sua guerra de independência. Com isso, a produção algodoeira do Brasil, principalmente do Maranhão, ganhou espaço no mercado internacional. A exportação brasileira de tabaco, produzido principalmente no Recôncavo Baiano, também aumentou, em razão do crescimento do tabagismo na Europa.

Acrescente-se que, no final do século XVIII, o açúcar brasileiro ganhou novo impulso, valorizando-se no comércio internacional, com a interrupção da produção do açúcar nas Antilhas provocada por insurreições de escravos.

OS CONFRONTOS COLONIAIS: ALGUNS DESTAQUES

Movimentos coloniais de revolta às medidas metropolitanas, surgidos a partir do século XVII, não expressavam um sentimento comum de identidade dos habitantes da América e não chegaram a reivindicar a independência nacional. Eram manifestações contra medidas isoladas e contrárias aos interesses dos colonos de determinadas regiões. Elas serviram, contudo, para evidenciar os interesses distintos das populações já enraizadas na América.

No caso da América portuguesa, essas rebeliões isoladas não revelam indícios de uma tomada de consciência nacional, visto que não reivindicavam o fim da ordem colonial ou mesmo da escravidão, com a integração social da população cativa; tampouco almejavam profundas alterações na estrutura socioeconômica sedimentada ao longo do período colonial.

Museu Antônio Parreiras, Niterói

▲ *Beckman no sertão do Alto Mearim*, pintura de Antonio Parreiras, século XIX

Em 1682, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, com o objetivo de controlar os atritos entre fazendeiros e religiosos na disputa pelo trabalho indígena, mais barato que o africano, e incentivar a produção local. O Maranhão era uma região pobre, que se sustentava principalmente na exploração das drogas do sertão e na pequena lavoura.

A companhia venderia aos habitantes do Maranhão produtos europeus, como azeite, vinho e tecidos, e deles compraria o que produzissem, como algodão, açúcar, madeira e as drogas do sertão, para comercializar na Europa. Também deveria fornecer à região quinhentos escravos por ano, uma fonte alternativa de mão de obra, diante da resistência jesuítica em permitir a escravização de nativos. Os preços cobrados pela companhia, entretanto, eram abusivos, e ela não cumpria os acordos, como o fornecimento de escravos. Liderados pelo fazendeiro **Manuel Beckman**, os colonos tomaram a cidade de São Luís, expulsaram os representantes da companhia e os jesuítas e ocuparam o governo do Maranhão por quase um ano. O conflito ficou conhecido como **Revolta de Beckman**.

O movimento foi reprimido, e seus principais líderes, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, foram enforcados. Os fazendeiros, porém, depois de comprovar suas queixas, conseguiram extinguir a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, em 1685.

No século XVII houve conflitos na região de Minas Gerais. De um lado, europeus e colonos de outras províncias; de outro, os descobridores das minas de ouro, os bandeirantes da região que atualmente é São Paulo. Apelidados de **emboabas**, os europeus e colonos enfrentaram os paulistas em vários combates. Esses conflitos ficaram conhecidos como **Guerra dos Emboabas**.

Em 1709, a fim de pacificar a região e melhorar sua administração, o governo português separou a capitania de São Paulo e Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro. Rechaçados, os bandeirantes partiram em busca de ouro na direção dos atuais estados de Goiás e Mato Grosso. Alguns deles, enriquecidos com a mineração, retornaram a São Paulo, onde estabeleceram unidades de produção de gêneros de abastecimento para as minas, integrando a economia paulista à mineira.

Em Pernambuco, a expulsão dos holandeses e a consequente crise da economia açucareira haviam lançado a aristocracia rural da vila pernambucana de Olinda em dificuldades econômicas. Entretanto, ainda era a aristocracia que controlava a vida política da capitania, por meio de sua Câmara Municipal, à qual estava submetido o povoado de Recife.

Enquanto Olinda predominava politicamente, Recife tornava-se o principal centro econômico de Pernambuco, com o intenso comércio exercido pelos portugueses, apelidados de **mascates**. Os comerciantes, que obtinham grandes lucros com sua atividade, passaram também a emprestar dinheiro a juros altos aos olindenses empobrecidos.

A emancipação do Recife, que lhe dava o estatuto de vila independente, obtida em 1709 por pressão dos comerciantes portugueses, revoltou os olindenses e deu início à **Guerra dos Mascates**. Os principais envolvidos no conflito foram presos. O governador pernambucano nomeado pela Coroa um ano depois, Félix José Machado, manteve a autonomia do Recife – transformada no ano seguinte em sede administrativa de Pernambuco.

Na América hispânica, uma das revoltas anticoloniais foi a de 1781, liderada por Túpac Amaru, descendente direto dos antigos imperadores incas e rico comerciante. A revolta teve características de conflito étnico: os indígenas se mobilizaram contra os espanhóis e toda a situação de exploração e extermínio a que eram submetidos.

A rebelião eclodiu em Tinta, no Peru. Os revoltosos depuseram as autoridades espanholas, tomaram toda a província, proibiram a *mita* para as minas de Potosí e libertaram os escravos. Recebendo cada vez mais apoio dos indígenas, atacaram Cuzco, centro administrativo do Vice-Reinado do Peru, realizando vários combates. A revolta terminou com a traição do líder por um de seus chefes, que o entregou aos espanhóis. Túpac Amaru foi executado com toda a sua família.

Para evitar o surgimento de um novo líder, os espanhóis exterminaram a nobreza indígena. Entretanto, a revolta inspirou outros movimentos contra os colonizadores, embora sem o mesmo grau de ameaça aos interesses coloniais.

Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro

▲ *Vista da Cidade Maurícia e do Recife*, de Frans Post, 1653. Recife conseguiu autonomia municipal, a despeito dos olindenses e da Guerra dos Mascates.

PARA RECORDAR — A atividade mineradora e o acirramento das tensões entre Metrópole e Colônia

Mineração

garimpo

estreitamento do controle da Metrópole

expansão territorial

imigração

- ocupação dos atuais estados de MG, GO, MT, MS
- articulação do Nordeste com o Sul

escravos

trabalhadores livres

- transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro
- Intendência das Minas
- casas de fundição

impostos, derrama

transferências de recursos para o exterior

- mercado consumidor
- camada média
- urbanização

nova sociedade colonial

choque de interesses

aceleração do desenvolvimento capitalista europeu

ATIVIDADE

Responda às questões propostas com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

Relacione no caderno as regiões ocupadas com a expansão territorial e explique de que maneira a atividade mineradora contribuiu para essa expansão.

Em diferentes momentos do capítulo, afirma-se a diversidade social e a dinâmica econômica das áreas mineradoras, decorrentes, entre outros fatores, da urbanização. Refaça o esquema resumo no seu caderno ou numa folha avulsa, incluindo algumas das ocupações desempenhadas pelos colonos que faziam parte da camada média, ampliando as informações.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e reflexão

→ O primeiro texto foi escrito pelo Padre Antônio Vieira e o segundo, por uma historiadora brasileira. Eles apresentam uma interpretação a respeito do posicionamento de Vieira sobre a escravidão. Leia-os e responda às questões propostas.

Texto 1

Eles mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam e vós trabalhais, eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que o das vossas oficinas, mas toda essa doçura, para quem é? Sois como abelhas, de quem disse o poeta [...]. As abelhas fabricam o mel, sim; mas não para si.

Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquenta o mesmo sol? Que estrela é logo aquela que os domina, tão triste, tão inimiga, tão cruel?

Antigamente entre os deuses dos gentios havia um que se chamava Saturno, o qual era deus dos escravos, e quando vinham as festas de Saturno, que por isso se chamavam saturnais, uma das solenidades era que os escravos naqueles dias eram os senhores que estavam assentados, e os senhores os escravos que serviam de pé. Mas, acabada a festa, também se acabava a representação daquela comédia, e cada um ficava como dantes era. No Céu não é assim, porque tudo lá é eterno e as festas não têm fim. E quais serão nos céus as festas dos escravos? Muito melhores que as saturnais. Porque todos aqueles escravos que neste mundo servirem a seus senhores como a Deus não são os senhores da Terra que os hão de servir no Céu, senão o mesmo Deus em Pessoa, o que os há-de servir. Quem se atrevera a dizer nem imaginar tal cousa, se o mesmo Cristo não o dissera [...] "Bem-aventurados aqueles escravos a quem o Senhor no fim da vida achar que foram vigilantes em fazer sua obrigação".

VIEIRA, Antônio. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 144-7.

Texto 2

A solução possível para o "problema Palmares" passaria primeiramente pela concessão da liberdade aos cativos e, somente depois, é que os religiosos poderiam cristianizar os rebeldes. Entretanto, o próprio Vieira sabia que se esta liberdade fosse dada aos palmarianos:

"seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é o próprio corpo."[4]

O que Vieira deixa claro aos seus ouvintes e posteriores leitores é que a cristianização só era possível aos negros enquanto cativos e pacíficos. Nunca ao negro rebelado, contestador do sistema de uma forma ou de outra. Assim, dar qualquer tipo de orientação religiosa aos palmarianos significaria reconhecer como legítima sua organização, e isto significaria a ruína da escravidão, e consequentemente, do Brasil: "sem escravidão não há Brasil, e, como deve haver Brasil, assim deve haver escravidão."

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII.* São Paulo: Annablume, 2008. p. 105.

a) De acordo com a primeira parte do texto 1, qual a posição do padre Vieira em relação à escravidão?

b) Qual a análise que você faz dessa afirmação de Vieira: "Porque todos aqueles escravos que neste mundo servirem a seus senhores como a Deus não são os senhores da Terra que os hão de servir no Céu, senão o mesmo Deus em Pessoa, o que os há de servir."?

c) De acordo com o segundo texto, por que não seria possível cristianizar os negros rebelados?

d) Analisando cada texto e comparando-os, você encontra contradições na postura do padre Vieira? Explique.

[4] Carta do padre Antônio Vieira a um certo fidalgo. Bahia, 2 de junho de 1691. Apud AZEVEDO, J. L. *História de Antônio Vieira*. Lisboa: Clássica, 1992. p. 372.

2 Releitura e sistematização

→ Releia o item sobre os confrontos coloniais e faça no caderno um quadro resumo das revoltas. Depois, observe seu quadro e responda às perguntas:

a) A que setores da sociedade pertenciam os líderes desses conflitos?

b) Os conflitos tinham por objetivo alterar a ordem social e beneficiar as camadas menos favorecidas? Fundamente sua resposta.

c) De que maneira as tensões entre a Metrópole portuguesa e sua Colônia americana foram ampliadas com o desenvolvimento da mineração?

3 Leitura de imagem e texto

→ Para responder as próximas questões, analise o texto do historiador Eduardo França Paiva e a imagem de Johann Moritz Rugendas:

> *Embora seja esse um quadro moldado a partir da demanda interna da Colônia, é necessario sublinhar que tradições culturais africanas também deram suporte à sua conformação. Por exemplo, na África negra, nas regiões de mineração de ouro, as mulheres desempenhavam papéis centrais nas atividades exploratórias. No reino Ashanti, atual Gana, de onde saíram muitos escravos para a América portuguesa, elas chegaram a dominar setores importantes dessa atividade. Segundo Suzanne Preston Blier, referindo-se a esse reino africano,*
>
> *"As mulheres monopolizavam o trabalho de faiscação do ouro, desde a prospecção até o transporte do metal recolhido, passando pela peneiração da lama aurífera e pela lavagem das pepitas soltas [...]."*
>
> *Não obstante à ideia generalizada que subestima e, ate mesmo, negligencia a atuação feminina na mineração, elas se transformaram em mão de obra especializada na área, tanto na África, quanto no Brasil. Alem disso, na mesma região Ashanti, mulheres (com suas crianças ao lado ou sendo carregadas nas costas das mães) montavam vendas nas ruas das cidades, onde ofereciam alimentos e objetos variados, pagos com ouro em pó, que servia de moeda para as transações. Ora, novamente, e não por pura coincidência, o quadro, quase que de maneira idêntica, pôde ser facilmente constatado nas Minas Gerais.*

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. p. 187-207. In: ________; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2002. p. 190.

Coleção particular

◄ *Lavagem de minério de ouro perto da montanha do Itacolomi*, Johann Moritz Rugendas, 1835.

a) De acordo com o historiador brasileiro, qual o papel das mulheres na mineração?

b) Quais as semelhanças entre o contexto africano e o da Colônia portuguesa na América?

c) Identifique na imagem de Rugendas elementos que permitem confirmar as ideias defendidas pelo historiador brasileiro.

O ILUMINISMO E A INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS INGLESAS DA AMÉRICA DO NORTE

Capítulo 19

assessoria pedagógica

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 19 (p. 363 a p. 375).

O capítulo trata da difusão do Iluminismo na Europa do século XVIII. A seção ***Para pensar historicamente*** propõe uma ponte interessante com a questão dos direitos políticos. A democracia e as ideias liberais deverão, ao longo do capítulo, ser articuladas com as ideias dos principais pensadores iluministas, especialmente em relação à igualdade política e às desigualdades sociais, destacando as posturas elitistas de teóricos como Voltaire e Montesquieu em oposição a Rousseau (veja a atividade *2* do primeiro ***Exercícios de História***).

O texto da atividade *1. Leitura e interpretação de texto*, de Tzvetan Todorov, permite analisar em que medida o Iluminismo e a reflexão sobre a condição humana no que se refere ao bem-estar e à felicidade dos seres humanos configura-se em uma ideologia que representa uma ruptura com o cristianismo. No que se refere à garantia de felicidade aos seres humanos, o texto da atividade *2. Leitura, interpretação de texto e reflexão* estabelece um paralelo com o texto anterior sobre o papel do Estado. Para Rousseau, um Estado só pode ser consistente se houver a garantia de que *nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar outro e que nenhum seja bastante pobre para se achar constrangido a vender-se*. Já para Lavoisier, *a verdadeira finalidade de um governo deve ser aumentar a soma dos prazeres, a soma da felicidade e do bem-estar de todos os indivíduos*. O que está em questão nas duas análises é encorajar as reformas sociais, valorizando as experiências individuais.

A discussão dos filósofos iluministas sobre a condição humana não é de pouca relevância, uma vez que está na base dos movimentos revolucionários ocorridos no final do século XVIII. De acordo com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, publicada em 4 de julho de 1776, por Thomas Jefferson, com a colaboração de Benjamim Franklin e John Adams, a liberdade e a busca pela felicidade são direitos inalienáveis da igualdade entre os homens. No final do capítulo, o texto da atividade *Leitura de texto e reflexão* é uma importante ferramenta para o professor destacar a discordância entre os historiadores norte-americanos sobre a fundação dos Estados Unidos e os princípios liberais da constituição americana, principalmente no que se refere a seus objetivos econômicos em relação aos princípios da democracia americana.

O texto de Mona Ozouf, extraído do livro *Varennes: a morte da realeza, 21 de junho de 1791*, é importante para ressaltar que o movimento americano serviu de inspiração tanto para franceses, nos anos que precederam a Revolução, como para o horizonte de expectativa dos colonos da América no final do século XVIII. Pela primeira vez uma colônia havia rompido os laços de sujeição com sua metrópole.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, endereço eletrônico e filmes nas colunas laterais.

Bibliografia

APTHEKER, H. *Uma nova História dos Estados Unidos: A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 1.

FLORENZANO, M. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HUBERMAN, L. *Nós, o povo: a epopeia norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, R. J. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

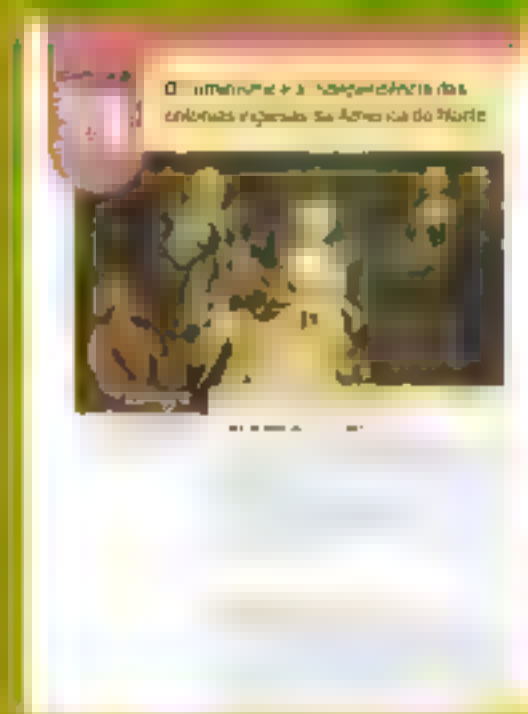
ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Clássicos).

SELLERS, C.; MAY, H.; MCMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

STAROBINSKI, J. *A invenção da liberdade: 1700-1789*. São Paulo: Edusp, 1994.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1977.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Filosofia**: pesquisa sobre as ideias de Voltaire, Montesquieu, Rousseau e o contexto histórico do século XVIII.
- **História, Física, Química e Biologia:** pesquisa sobre os avanços científicos do período e suas consequências, relacionando-as com a dinâmica política iluminista.

Filmes

Amadeus. Direção de Milos Forman. Estados Unidos, 1984. (158 min).

O último dos moicanos. Direção de Michael Mann. Estados Unidos: Warner Home Video, 1992. (113 min).

O patriota. Direção de Roland Emerich. Estados Unidos, Alemanha, 2000. (164 min).

Endereço eletrônico

Declaração de Independência das Treze Colônias da América. Disponível em: <www.earlyamerica.com/earlyamerica/freedom/doi/text.htm>. Acesso em: 13 abr. 2010. É possível ter acesso ao texto (em inglês) do documento de "nascimento" da nação estadunidense. Além disso, há *links* para outros arquivos da história inicial dos Estados Unidos, como biografias de personagens ilustres e galerias de imagens.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, da colônia à independência*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a História).

McCULLOUGH, David. *1776: a história dos homens que lutaram pela independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

▶ Textos de apoio

Sobre a liberdade e a autoridade

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão... Toda outra autoridade (que a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem [...] O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a República, e que o fixem e restrinjam entre limites; pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem.

DIDEROT, D. Autoridade política. In: FREITAS, G. de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1977. p. 22. v. III.

Carta de Thomas Jefferson a John Dickinson

Um governo republicano justo e sólido, estabelecido aqui, será um monumento perene e um exemplo para os anseios e imitação dos povos de outros países; e junto-me a você na esperança e fé de que eles verão no nosso exemplo que um governo livre é, entre todos, o mais energético; que a interrogação que a nossa revolução e suas consequências têm provocado na massa humana terá sua resposta nas melhoradas condições de vida dos homens de uma vasta parte da Terra. Que satisfação sentimos ao contemplar os efeitos benfazejos de nossos esforços, comparando aos daqueles líderes que se colocaram do outro lado, que consideraram o avanço das ciências como inovações perigosas, que se esforçaram por submeter as filosofias e as ideias republicanas à condição de matérias sujeitas à reprimenda dos mais velhos, por persuadir-nos de que o homem não poderia ser governado senão pelo chicote, etc, etc. Eu terei a felicidade de morrer na esperança do contrário.

JEFFERSON, T. In: APTHEKER, H. *Uma nova História dos Estados Unidos: a Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 114.

▶ Comentários das atividades

Para recordar (*Pensamento iluminista*)

1. Voltaire e Montesquieu, como os demais pensadores iluministas, criticavam a concentração de poder nas mãos dos reis absolutistas. Contudo, nenhum deles propunha transformações radicais na sociedade, que alterassem suas estruturas. Ambos defendiam um governo monárquico moderado e consoante aos princípios racionais. Rousseau, diferentemente, entendia que a principal função do governo era restabelecer a igualdade entre homens, desfeita pela imposição dos interesses dos mais fortes aos mais fracos. Criticava a propriedade privada, pois via nela a origem da desigualdade, e defendia que o bem coletivo fosse colocado à frente dos interesses pessoais.
2. John Locke é considerado o pai do liberalismo político. De acordo com ele, os homens possuem direitos inatos, dados pela natureza. Locke rejeitava a justificativa religiosa para o poder real. Para ele, os governos eram instituições criadas a partir de um acordo entre os homens, com a finalidade de proteger seus interesses e propriedades. Depois de Locke, todos os pensadores iluministas construíram teorias assentadas sobre essas duas ideias fundamentais: a de que os homens têm direitos naturais e inalienáveis e a de que os governos são instituições criadas por acordos firmados entre os homens.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto

a) Não, para Todorov o Iluminismo representou uma flexibilização do cristianismo, pois incorporou os valores cristãos dissociando-os, porém, de sua origem religiosa.

b) Para os iluministas, toda reflexão e ação deveriam ter como finalidade última o bem-estar do homem, que, por sua vez, estaria intimamente associado à felicidade, cuja origem estava não no céu, mas nas relações cotidianas, nos laços de afeto que uniam os indivíduos. É da valorização dessas relações interpessoais e dos sentimentos que elas envolvem que nasce o Romantismo.

c) Resposta pessoal. Oriente a discussão para uma reflexão acerca das relações entre as esferas pública e privada. Discuta com os alunos que elementos são importantes para a felicidade dos homens e em que medida o Estado pode assegurar condições para que ela se realize.

2. Leitura, interpretação de texto e reflexão

a) Para que um Estado se torne consistente é preciso que haja a superação das desigualdades sociais, as quais produzem injustiças e permitem que o rico imponha sua vontade e interesses aos demais.

b) Para os pensadores do século XVIII, o Estado é produto de um contrato firmado entre os homens e entre estes e seu governante, e sua função é assegurar os interesses dos governados. Contudo, para Rousseau, se o Estado representa apenas o interesse da minoria endinheirada, e agirá em prejuízo dos demais. Nesse sentido, não estará verdadeiramente firmado nas bases de um acordo, de um contrato, mas de uma imposição.

c) Resposta pessoal. O objetivo da atividade é fazer com que os alunos reflitam sobre as relações entre democracia e justiça social. Oriente-os a refletir sobre questões como distribuição de renda, corrupção, políticas afirmativas etc.

3. Leitura e comparação de imagens

a) A marca mais evidente da figura 1 é a distribuição racional das construções e a planta geométrica da cidade. No centro, ocupando uma grande praça, estão aparentemente os edifícios públicos. É para esse centro que convergem todas as grandes vias de transporte. Ao seu redor, distribuem-se grandes propriedades e a amedas e, mais além, a zona suburbana. Todas essas partes parecem integradas e organizadas de maneira funcional.

b) Na imagem 2 vemos uma prateleira contendo estruturas mecânicas, outras com objetos óticos e uma terceira com pedras ou rochas. À frente, notamos esculturas e um homem lendo um livro. Esses objetos estão todos dispostos de maneira racional, organizados e classificados segundo critérios claros.

c) Nas duas imagens notamos uma preocupação dos seus autores com a racionalização. Na primeira a planta assume formas regulares e geométricas, enquanto na segunda objetos são disciplinadamente classificados de acordo com seu uso ou sua natureza. Ambas exprimem o desejo dos pensadores iluministas de compreender o mundo racionalmente, por meio da ciência, e com o intuito de controlar e colocar a natureza a serviço do homem.

Para recordar (*Independência das Treze Colônias da América do Norte*)

1. Em meados do século XVIII, o governo da Inglaterra procurou aumentar o controle sobre suas colônias na América. Tal mudança estava associada tanto ao desenvolvimento industrial inglês, quanto à disputa pelo controle de áreas coloniais com a França. Primeiro, o governo metropolitano tentou impedir o livre comércio interno e externo, assim como as atividades manufatureiras nas colônias. Além disso, criou diversas taxas e impostos, aumentando a pressão fiscal sobre os colonos. Inconformados com a perda de autonomia, sobretudo nas colônias do norte da América, a reação dos colonos foi firme, o que despertou a fúria repressiva da metrópole. Diante da inflexibilidade do governo inglês, os colonos passaram a organizar um movimento armado pela independência.
2. No século XVIII, a Inglaterra tentou modificar sua relação com as colônias, apertando os laços de dominação sobre estas. Os colonos se recusaram a se submeter às novas leis e taxas que lhes eram impostas, argumentando, inspirados pelas ideias iluministas de representação política, que não tinham deputados no Parlamento britânico e, por conseguinte, não aceitavam nenhuma medida que tivesse sido tomada de maneira autoritária, sem sua participação. A Coroa reagiu prontamente à rebeldia dos colonos, enviando tropas para reprimi-los. Estes, por sua vez, não relutaram em pegar em armas para defender sua liberdade. Justificavam sua ação nas ideias de John Locke, segundo o qual um governante deve estar a serviço dos governados, assegurando-lhes o direito natural à liberdade, à igualdade e à propriedade. De acordo com Locke, caso o governante não cumpra sua função, é legítimo que os cidadãos se levantem contra ele. Em 1776, foi aprovada pelo Congresso Continental a Declaração de Independência dos Estados Unidos. O documento não só formalizou a primeira independência das colônias na América, mas realizou a primeira aplicação efetiva do ideal iluminista de liberdade e de direito individual, e a ideia de soberania popular.

Exercícios de História

• Leitura e compreensão de texto jornalístico

a) O texto trata de um movimento político ocorrido nos Estados Unidos e organizado pela ala mais conservadora do Partido Republicano. Trata-se de um movimento de oposição ao programa de reformas proposto pelo presidente Obama que estaria atrelado ao aumento dos impostos.

b) O jornalista é antipático ao movimento e o considera reacionário, como podemos notar pelo tom sarcástico do texto e pelo emprego de termos e expressões cujo objetivo é, nitidamente, desqualificá-lo ("flibusteiros", "pensei que fosse um bloco de Carnaval", "agressivo", "senhoras patuscas" etc.).

c) O termo "Tea Party" faz referência à passagem da História norte-americana em que colonos, em sinal de protesto contra as medidas intervencionistas da Coroa inglesa nas colônias da América, invadiram navios da Companhia Inglesa das Índias e atiraram ao mar o carregamento de chá. Atualmente, o mesmo nome é usado para identificar um movimento que se opõe às medidas do governo Obama, entendidas como expressão de uma intervenção abusiva do Estado na vida pública e, portanto, como uma ameaça à liberdade dos cidadãos.

d) O movimento defende a liberdade do indivíduo em relação ao Estado. Entende, assim, liberdade como a possibilidade de o indivíduo decidir, por si próprio, onde e como deve aplicar seus recursos, priorizando a esfera privada em relação à esfera pública, e a primazia dos interesses pessoais sobre os interesses coletivos.

e) Resposta pessoal. Esta questão visa discutir o conceito de liberalismo e sua relação com a democracia. Durante os debates, traga à baila as concepções de liberdade, igualdade, representação e Estado defendidas pelos pensadores iluministas.

Questões & testes

Capítulo 10

Vestibulares

1. C 2. B 3. D

4. a) Trata-se de uma referência ao período da expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI.
   b) Em razão da precariedade de meios, ao desconhecimento dos mares e às crescentes rivalidades entre as nações europeias.
   c) Porque representavam a garantia de sucesso econômico por meio da expansão comercial.

5. a) De acordo com o texto, Colombo tinha objetivos eminentemente religiosos em sua viagem, ou seja, promover a defesa da cristandade e levantar recursos para uma nova cruzada.
   b) As cruzadas foram expedições armadas, convocadas pela Igreja, com o objetivo de defender e expandir os domínios do cristianismo, sobretudo no Oriente, tendo como foco a libertação de Jerusalém. Nesse sentido, os muçulmanos ("infiéis") eram considerados inimigos.

Capítulo 11

Enem

6. E 7. A

Vestibulares

8. D 9. A

10. a) De acordo com o texto, nobreza e mercadores portugueses beneficiaram-se com o acesso aos mercados espanhóis, incluindo o metal precioso proveniente da América. Os espanhóis, por sua vez, beneficiaram-se com o acesso ao comércio com os territórios portugueses, incluindo os portos brasileiros e as possessões portuguesas na África e Índia.
    b) Trata-se de um movimento messiânico que acreditava na volta do rei D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir (1578), marco inicial da crise que resultou na União Ibérica. O sebastianismo expressava a desilusão portuguesa com o domínio estrangeiro e a decadência.

Olimpíadas da Unicamp

11. C

Capítulo 12

Enem

12. C 13. B

Vestibulares

14. Porque se tratava dos portos mais importantes da Colônia, sendo o porto de Salvador também o da sede do governo colonial português. Destaque à localização geográfica de Salvador e de Recife na rota da navegação com a Europa e a África. / Porque tratava-se da área mais expressiva da produção açucareira da Colônia, sendo Salvador e Recife portos de exportação do açúcar para Portugal. / Área de produção de gêneros privilegiados no escambo de escravos na costa da África: fumo de corda e aguardente, além da maior proximidade dos portos africanos de onde vinha a maioria dos escravos no período colonial./ Do processo de colonização no século XVI, gradativamente substituir a mão de obra indígena (mais utilizada no primeiro século) pela procedente da África, constatando ser o tráfico de africanos um negócio lucrativo que atendia aos interesses do capitalismo nascente.

Olimpíadas da Unicamp

15. A

Capítulo 13

Enem

16. D 17. E

Vestibulares

18. B

Capítulo 14

Enem

19. D

Vestibulares

20. D 21. A 22. E 23. A

Capítulo 15

Enem

24. B

Vestibulares

25. B 26. C 27. E

28. a) O texto se refere à Revolução Puritana de Cromwell, que foi o primeiro ensaio revolucionário burguês em direção ao poder político.
  b) As revoluções podem se direcionar contra certos alvos, mas ao mesmo tempo podem se apegar a certos mitos.

29. a) Segundo o texto, o componente "sobrenatural" (religioso, milagreiro) do poder dos reis deve ser entendido como forma de legitimação do seu poder.
  b) Trata-se da teoria que visava considerar o poder dos deuses como um prolongamento do poder de deus, derivando daí a autoridade monárquica.
  c) A política econômica dos estados europeus na Idade Moderna foi chamada de mercantilismo, e estava fundada em práticas como: intervencionismo, o monopólio do comércio, o protecionismo, o metalismo e a busca da balança comercial favorável.

Capítulo 16

Enem

30. E

Vestibulares

31. A 32. C

33. a) Os holandeses atacaram o nordeste brasileiro em decorrência do embargo açucareiro decretado por Filipe II, rei da Espanha, e, nos termos da União Ibérica de 1580 a 1640, também rei de Portugal.
  b) A longa duração de Palmares é, em grande parte, fruto do longo conflito com os holandeses em Pernambuco (1630-1654). Apesar de um período de apaziguamento, os atritos entre holandeses e portugueses ou brasileiros estimulavam as fugas de escravos e contribuíam para o fortalecimento do quilombo.

Capítulo 17

Enem

34. A

Vestibulares

35. C 36. B 37. D 38. E 39. A

40. O texto reflete o extermínio das populações indígenas da América de colonização espanhola, notadamente no Caribe, onde ocorreu verdadeiro desaparecimento das populações nativas. Apesar da visão inocente e idealista dos indígenas da América presente nas palavras do religioso, percebe-se o reconhecimento da existência do caráter humano no indígena, visto como ser dotado de alma e razão. A maior parte dos colonizadores da época (inclusive membros do clero) negava essa visão.

41. a) A economia romana fundava-se na exploração em larga escala do trabalho escravo, caracterizando o sistema escravista. Tornavam-se escravos, inicialmente, os homens livres endividados, porém, cada vez mais, a maior parte da mão de obra escrava passou a ser proveniente de submissão de povos conquistados por Roma. Já na América colonial, a economia estava integrada ao sistema capitalista, no qual a exploração do trabalho do escravo (fornecido por traficantes) surge como um elemento no processo de acumulação de capital vigente no período. Além disso, formas alternativas de trabalho compulsório, como a *mita* e a *encomienda*, foram empregadas em larga escala.
  b) A escravidão romana pertence à antiga ordem escravista fundada no expansionismo romano, enquanto a escravidão colonial americana faz parte do contexto da acumulação primitiva de capitais no desenvolvimento capitalista. Em ambos os casos, a escravidão representou a estrutura central da riqueza e do poderio dos escravizadores.

  Tanto em um caso como noutro, a resistência dos escravizados ocorreu por meio de fugas, rebeliões e enfrentamentos das mais diferentes formas (preservação de cultos, costumes, referências linguísticas etc.).

42. D 43. E 44. C

Capítulo 18

Enem

45. E

Vestibulares

46. D 47. B 48. C 49. E 50. A

51. Portugal/Holanda: Parceria na produção e no mercado de açúcar até 1580; disputa pelas áreas produtoras de açúcar no nordeste da colônia; ocupação holandesa no Brasil em 1624/1625 e de 1630 a 1654.

  Portugal/Inglaterra: Dependência comercial de Portugal com relação à Inglaterra desde o século XVII, descoberta do ouro no Brasil aprofundando essa dependência, pois Portugal comprava mercadorias da Inglaterra pagando com o ouro do Brasil; Assinatura, em 1703, do Tratado de Methuen (vinhos e azeites portugueses em troca de tecidos e manufaturados ingleses); publicação do alvará de 1795 proibindo indústrias no Brasil.

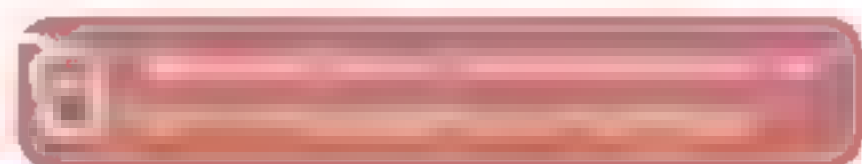
Olimpíadas da Unicamp

52. B

Capítulo 19

Vestibulares

53. E 54. C 55. C 56. A 57. C

58. a) O primeiro texto apresenta a concepção do Estado monárquico absolutista, característico da Idade Moderna, em que o poder real fundado no direito divino era ilimitado. O segundo texto apresenta uma concepção liberal, fundada no direito natural, em que o governo emana do consentimento dos seus governados e tem poderes limitados pelo respeito à liberdade, prosperidade e felicidade.
  b) No primeiro texto, o indivíduo, considerado súdito da monarquia absoluta, é submetido pelo Estado. O segundo texto, fundado no liberalismo, assegura ao indivíduo direitos naturais, inalienáveis, cabendo ao Estado representá-los e garanti-los por meio de legislação e instituições.

CAPÍTULO 19

O Iluminismo e a independência das colônias inglesas da América do Norte

▲ *Lição de Geografia*, feita em 1750 por Pietro Longhi, reflete a busca pelo saber que marca o século XVIII

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Liberalismo político e democracia

Neste capítulo, você entenderá melhor o surgimento e a difusão do Iluminismo na Europa do século XVIII. Compreenderá também que essa ideologia fundamentou a busca por novas formas de poder político e organização econômica.

Desse modo, conhecerá as origens do liberalismo político, a ideologia que hoje sustenta a ideia de democracia.

Mas, considerando que as posses de uma pessoa tendem a ampliar o seu poder de interferir nas decisões do Estado, até que ponto o liberalismo político é democrático?

A EMERGÊNCIA DO ILUMINISMO

O auge dos Estados centralizados modernos no século XVIII significou também o ponto máximo de suas contradições. As tensões envolvendo os monarcas, a nobreza e a burguesia geraram na Europa uma situação pré-revolucionária. A partir do final do século, a burguesia foi se equipando com armas teóricas que serviriam para questionar o poder dos reis conhecidos

como absolutistas, justificar a revolução e criar uma nova ordem política. **Iluminismo** é o nome que se dá à ideologia que foi sendo desenvolvida e incorporada pela burguesia com base nas lutas revolucionárias do final do século XVIII. Essa ideologia não era de uso exclusivo de burguesia, já que nem toda nobreza era avessa às suas propostas. Basta lembrar que vários pensadores iluministas eram nobres, e não burgueses, sem contar seus leitores, muitos deles também das elites tradicionais francesas nos salões e academias.

O pensador inglês **John Locke** (1632-1704) costuma ser considerado um precursor do movimento, tendo lançado as bases da filosofia política iluminista. Locke foi o autor do *Segundo tratado sobre o governo civil*, obra na qual defendia a ideia de que os homens eram portadores de direitos naturais, como a vida, a liberdade e a propriedade. Para garantir que todos os indivíduos usufruíssem seus direitos, os homens criaram os governos.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Locke envolveu-se com a Revolução Gloriosa, sendo um dos principais ideólogos do liberalismo. Acima, o pensador representado em gravura de Freeman, colorida por Godfrey Kneller

Por consentimento da maioria, ainda segundo Locke, o governante recebia a autoridade e o dever de garantir os direitos das pessoas. Seria um "contrato" entre governante e governados, a princípio como também havia proposto Thomas Hobbes. Como você já estudou, Hobbes é considerado por muitos estudiosos o principal teórico dos governos centralizados modernos e elaborou todo um sistema lógico e coerente para explicar a necessidade do denominado Estado absolutista. No entanto, ao contrário do que Hobbes propunha, Locke defendia que, se o governante rompesse o contrato, utilizando os poderes delegados pela sociedade para obter vantagens pessoais, a sociedade teria o direito de destituí-lo.

Surgia, assim, um verdadeiro princípio revolucionário por trás de toda a teoria política de Locke, que, dessa forma, rejeitava o absolutismo e refutava as teorias de Hobbes e de Jacques-Bénigne Bossuet, para quem o direito dos reis advinha de Deus.

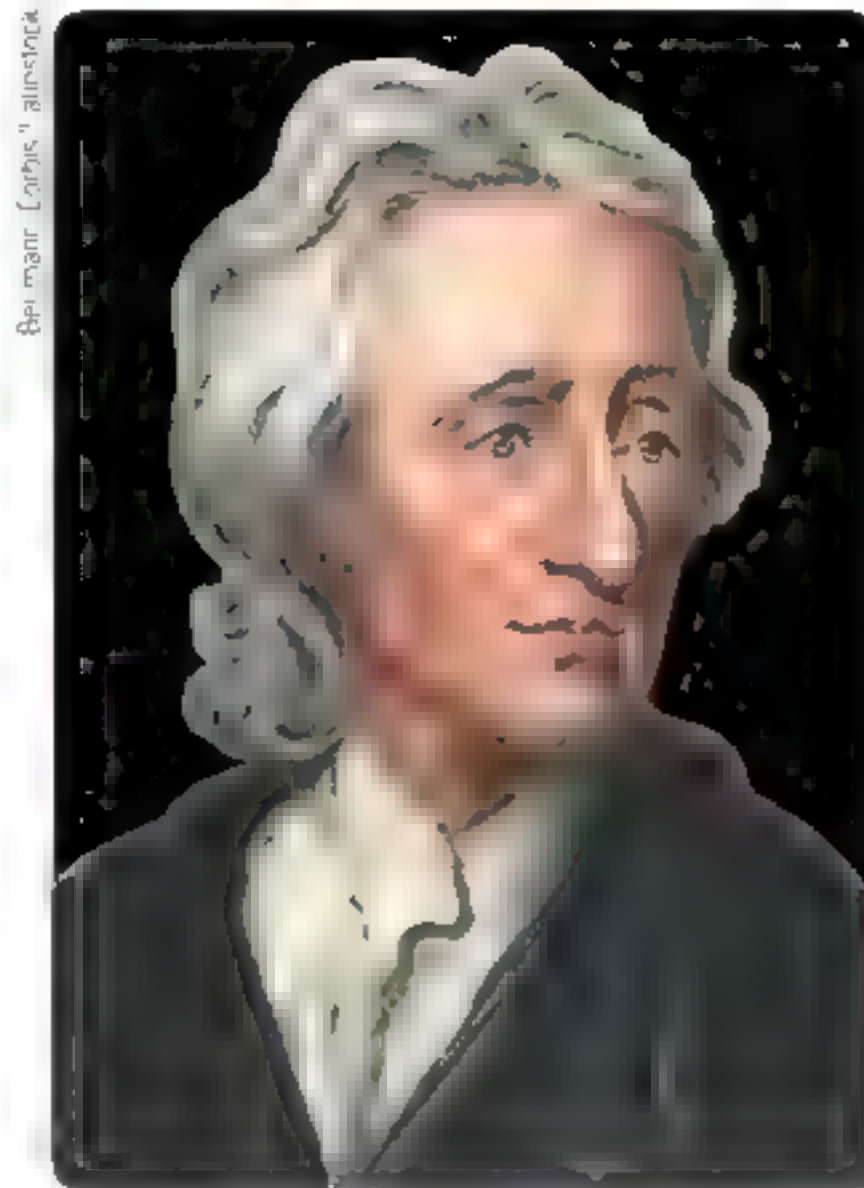
"O Século das Luzes" (XVIII)

Um dos maiores nomes do Iluminismo foi o francês **Voltaire** (1694-1778), que criticava violentamente a Igreja e o clero, embora fosse deísta, ou seja, acreditava que Deus estava presente na natureza e no homem. Em seu livro *Cartas inglesas*, criticou não apenas a Igreja, mas também os resquícios da servidão feudal. Ao mesmo tempo, acreditava que a livre expressão era um dos direitos naturais do homem e condenava firmemente a censura. Uma das frases mais conhecidas de Voltaire é: "Posso não concordar com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o direito de dizê-la".

Voltaire também criticava a guerra e rejeitava a ideia de revolução, acreditando que as reformas realizadas por monarcas, sob orientação dos filósofos, poderiam resultar em um governo progressista, "esclarecido". Durante sua vida, Voltaire procurou aproximar-se de vários monarcas absolutistas europeus, como os da Prússia e da Rússia, sugerindo reformas como conselheiro. O movimento reformista inspirado em suas ideias recebeu o nome de **despotismo esclarecido**.

O barão de **Montesquieu** (1689-1755), autor de *O espírito das leis*, propunha a divisão dos poderes em três instâncias: Executivo, Legislativo e Judiciário. Dessa forma, o governante seria um simples executor da vontade da sociedade, conforme as leis redigidas por um corpo de legisladores e julgadas pelos tribunais, o que limitaria o poder absolutista dos reis. Montesquieu também pregava a necessidade de um conjunto de leis que expressassem os valores de toda a sociedade e que fossem obedecidas por todos, inclusive pelos governantes: seria a **Constituição** de um Estado. Em *Cartas persas*, denunciou os abusos do poder autoritário e os excessos cometidos no reinado de Luís XIV.

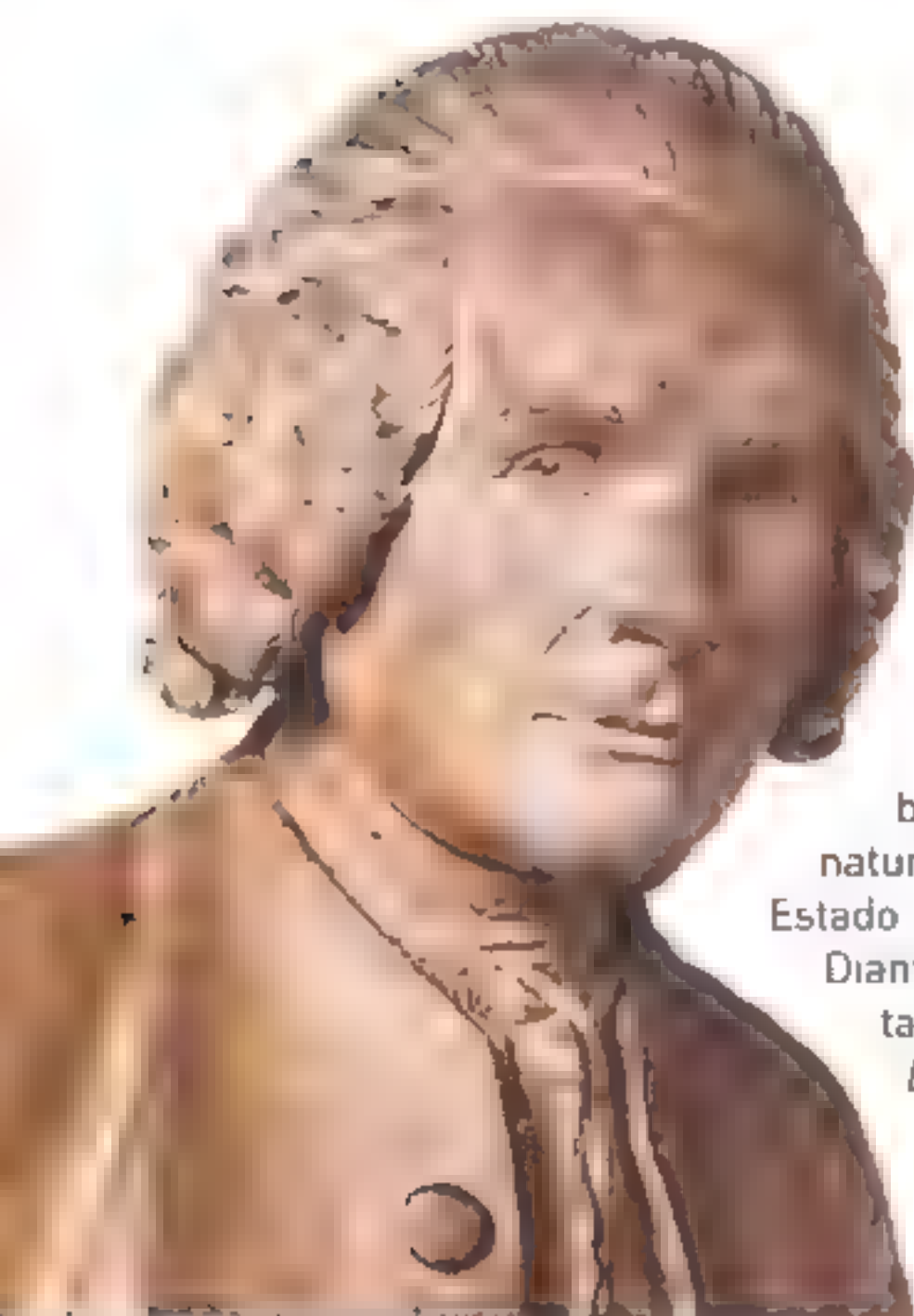
Outro grande nome do Iluminismo francês no século XVIII foi **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778). Em sua obra *O contrato social*, manifestou sua crença na liberdade dos homens, na medida em que nasciam todos iguais e, por meio de sua livre vontade, criavam as leis e organizavam a sociedade.

Rousseau foi grande defensor da democracia, não como a compreendemos hoje, indissociável de eleições e de voto universal, mas como expressão da vontade geral da população de uma nação. Criticava

o excessivo racionalismo, que, a seu ver, reprimia os sentimentos: o conhecimento e a felicidade humanos dependeriam, em grande parte, de cultivar e expressar os sentimentos.

Suas ideias, rejeitadas pela alta burguesia em razão da crítica ao racionalismo, ao elitismo governamental e à opulência, tiveram aceitação nos setores médios e mais populares, provocando grande impacto na posterior Revolução Francesa, em seus momentos mais radicais.

> O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!"
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a desigualdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 259. (Os pensadores)

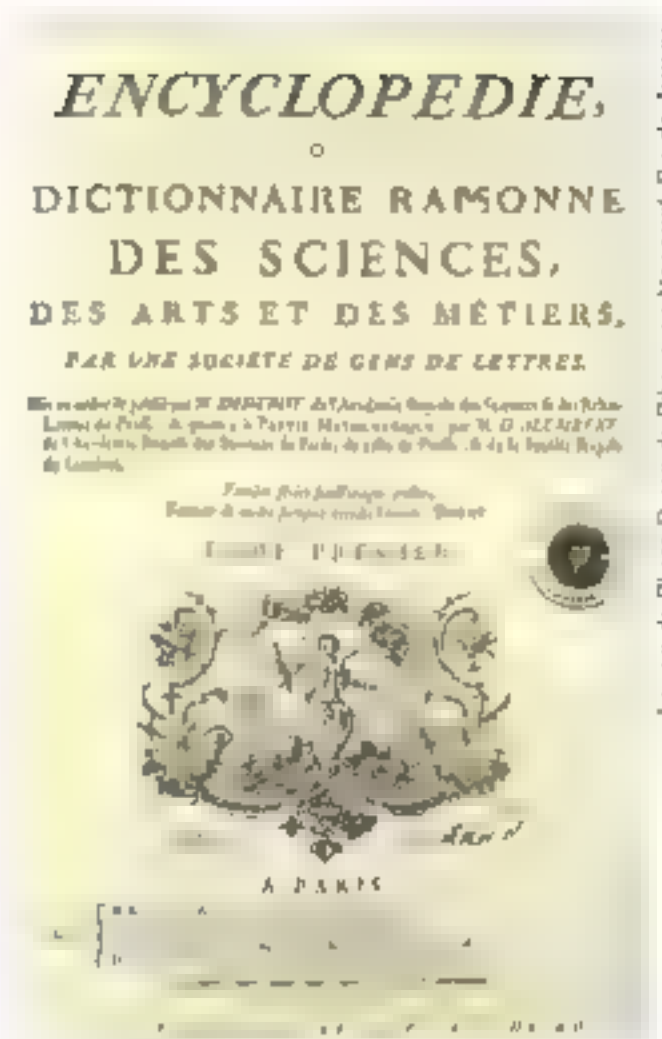
Os filósofos **Diderot** (1717-1783) e **D'Alembert** (1713-1784) foram os responsáveis pela compilação da *Enciclopédia*, obra dividida em 35 volumes que constituiu uma tentativa de reunir todo o conhecimento humano acumulado até então, conforme entendido pelos iluministas. A empreitada teve 130 colaboradores entre eles Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

◄ *Rousseau Idoso*, escultura de Jean-Antoine Houdon (1741-1828). Em *Emílio*, Rousseau defendia a liberdade essencial do homem natural e, em *O contrato social*, um Estado submetido à vontade geral. Diante das pressões de seus antagonistas do governo (a obra *Emílio* foi apreendida e queimada) e da decretação de sua prisão pelas autoridades, Rousseau foi obrigado a fugir de Paris.

Museu de Belas-Artes, Orleans

A obra expressa valores como a substituição da fé pelo racionalismo; o estímulo à ciência; o deísmo (crença em Deus como força impulsionadora do universo); e a ideia de contrato entre governantes e governados. Mesmo expressando divergência de opiniões entre seus autores, a *Enciclopédia* foi fundamental como instrumento divulgador dos ideais liberais para a política e para a economia.

ENCYCLOPEDIE, OU DICTIONNAIRE RAISONNÉ DES SCIENCES, DES ARTS ET DES MÉTIERS, PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES.

A PARIS

Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

▲ Reprodução do frontispício da *Enciclopédia*, cuja publicação enfrentou resistência e pressão dos grupos aliados ao Antigo Regime. Em 1759 foi condenada pelo papa Clemente XIII.

PROGRESSO E TECNOLOGIA: DO CULTO À CRÍTICA

O fundamento progressista das ideias iluministas, a crença num continuado aperfeiçoamento com base na razão, no avanço apoiado nas ciências, serviram de base às sociedades ocidentais dos séculos XIX e XX. Assim, o desenvolvimentismo, o eurocentrismo e outras considerações destacadas no "Discutindo a História" desta unidade entrelaçam-se.

Foi em meados do século XX que emergiram críticas ao Iluminismo, por parte de pensadores da geração de exilados da Segunda Guerra Mundial que contestaram a ideia de progresso e a validade da tecnologia para a história da humanidade. Entre tais filósofos, membros do que ficou conhecido como Escola de Frankfurt, estavam Theodor Adorno e Horkheimer. Esses pensadores apontaram que:

> [...] uma vez derrotado o fanatismo religioso, o homem passou a ser vítima de um novo fanatismo criando outro dogma, o da ciência e da tecnologia.

Nas últimas décadas do século XX surgiu outra corrente filosófica contrária ao Iluminismo, a pós-modernidade. Criticando o predomínio das sociedades ocidentais sobre o mundo e a imposição de seus valores a todas as culturas em contato com os ocidentais, os pós-modernos passaram a criticar a supremacia do cientificismo e do progresso. O culto ao progresso entrou em decadência nos meios intelectuais e os limites entre razão, senso comum e religiosidade começaram a ser repensados. Apesar disso, a estrutura de pensamento predominante no Ocidente continua a ser derivada do Iluminismo, e alguns autores atuais, inclusive, pregam a revalorização dos princípios iluministas.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 212.

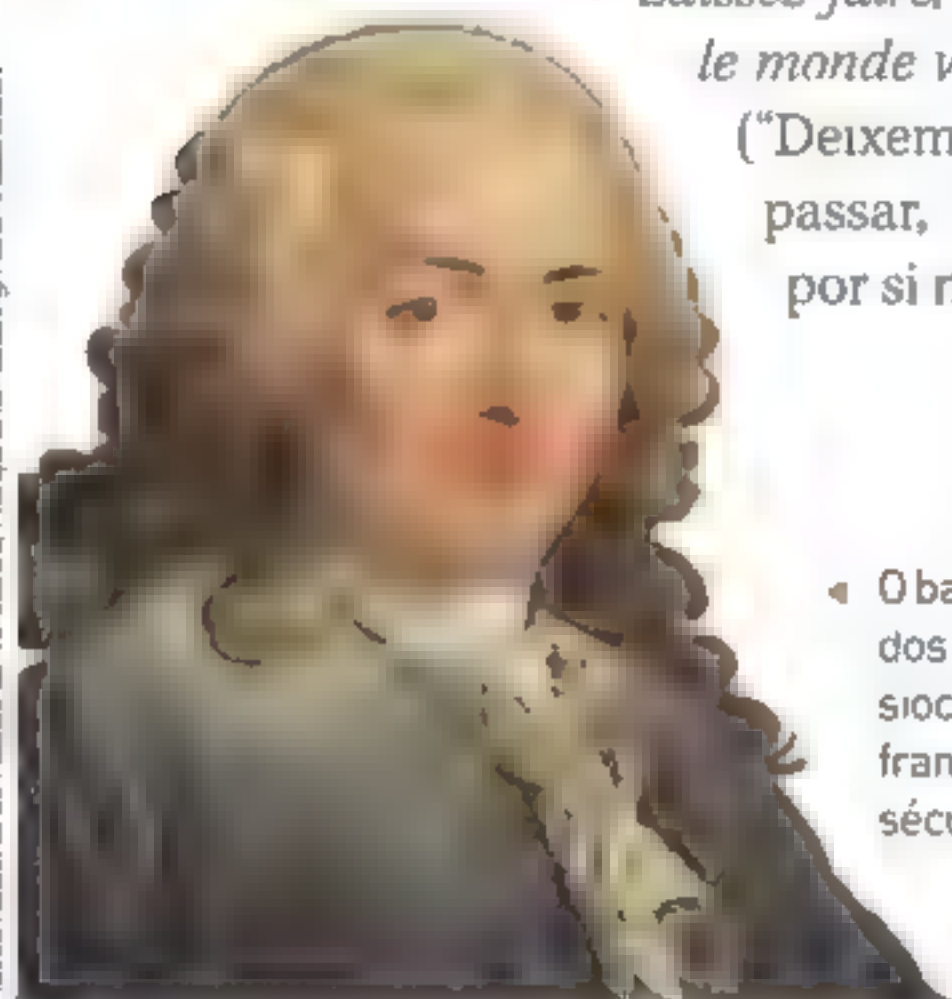
Os economistas do Iluminismo

Os pensadores iluministas produziram duas correntes distintas de interpretação da economia dos reinos e das nações: a **fisiocracia**, cujos princípios estiveram em voga no final do século XVIII, e o **liberalismo**, que logo passou a ser aceito como a "verdade" econômica.

A escola econômica fisiocrata despontou como crítica às concepções mercantilistas dominantes. Rejeitando o metalismo, os fisiocratas consideravam a **terra** – e não o acúmulo de metais preciosos – a única fonte de riqueza, sendo o comércio e a atividade manufatureira apenas meios de transformar ou fazer circular essa riqueza.

Seus principais nomes foram **Quesnay** (1694-1774), **Gournay** (1712-1759) e **Turgot** (1727-1781). Ao defender o fim das regulamentações que limitavam a atividade econômica, Gournay cunhou a expressão *Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même* ("Deixem fazer, deixem passar, o mundo vai por si mesmo").

Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França/Erich Lessing/Album/Latinstock

O barão de Turgot, um dos defensores da fisiocracia, em gravura francesa anônima do século XVIII

O britânico **Adam Smith** (1723-1790) é considerado o "pai da economia como ciência". Sistematizou a análise econômica, elaborando e demonstrando leis. Condenava o controle estatal, afirmando que o **trabalho** é a única fonte de riqueza, e não o comércio.

Acreditava que os Estados enriqueceriam se aumentassem a produtividade do trabalho, o que seria possível pelo racionalismo. A concorrência, a divisão do trabalho e o livre-comércio permitiriam que se atingisse o equilíbrio social. Suas ideias caracterizam o **liberalismo econômico**, a cartilha do capitalismo liberal.

O despotismo esclarecido

No final do século XVIII, diversos reis absolutistas europeus, devidamente assessorados por seus ministros "esclarecidos", realizaram reformas de cunho iluminista. Essas reformas consistiram em atenuar as tensões entre monarcas e burguesia, por meio da modernização e do aumento da eficiência administrativa dos reinos e do incentivo à educação pública, com a criação de escolas e o apoio às academias literárias e científicas. Desse modo, os reis tentavam garantir uma sobrevida ao Estado absolutista.

O movimento ficou conhecido como despotismo esclarecido e carregava uma contradição fundamental: se, por um lado, alguns reis estavam dispostos a realizar reformas, por outro não iriam tolerar limitações ou perda de poderes. Assim, a burguesia local recebeu bem as reformas, mas, mais cedo ou mais tarde, também acabou exigindo mudanças políticas inaceitáveis para os monarcas com poderes excessivamente centralizados.

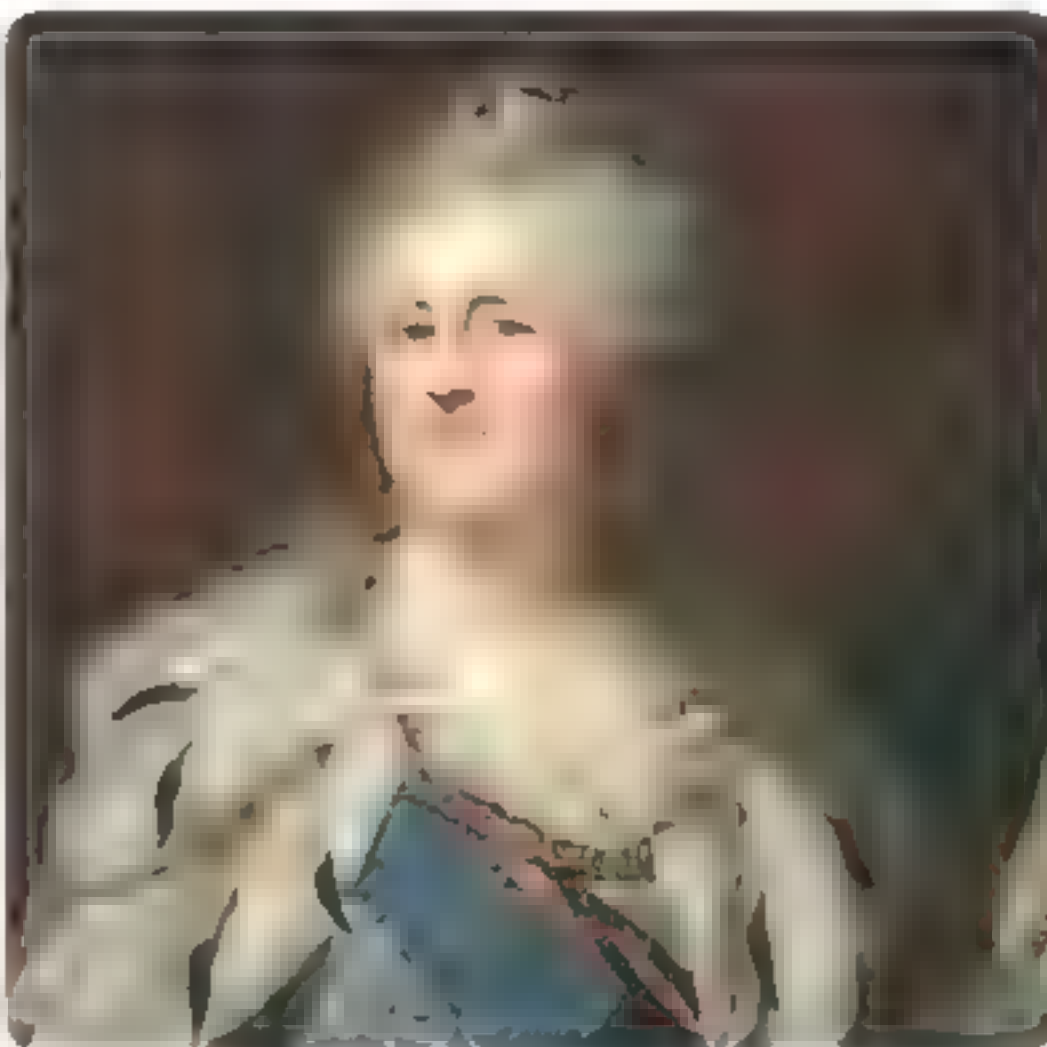
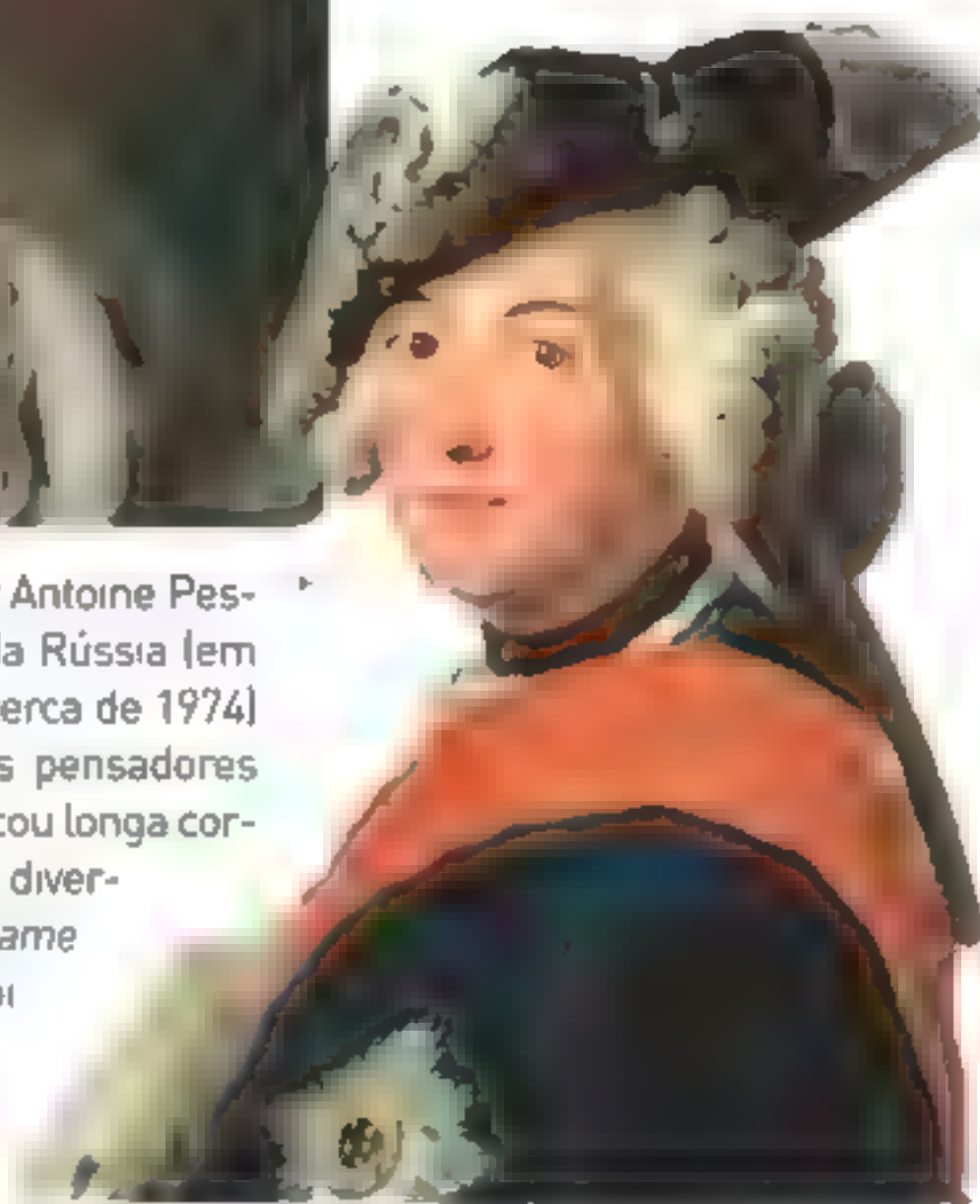
Museu de Belas-Artes, Rouen

Salão de Madame Geoffrin, óleo sobre tela de Anicet Lemonnier, de 1814. A efervescência intelectual do período iluminista fez surgirem salões que reuniam a aristocracia esclarecida e intelectuais.

Os principais déspotas esclarecidos foram os reis da Áustria (José II), da Prússia (Frederico II), de Portugal (D. José II, com seu ministro, o marquês de Pombal), da Espanha (Carlos III, com seu ministro, o conde de Aranda) e a rainha da Rússia (Catarina II).

As reformas enfatizaram o aspecto econômico, procurando acomodar os interesses da nobreza e da burguesia locais a novas práticas mercantilistas, de modo que pudessem recuperar suas finanças e enfrentar a concorrência da França e da Inglaterra, já consolidadas como as maiores potências econômicas da Europa. As reformas também incluíram o estímulo à cultura, às artes e à filosofia.

Quanto às demais monarquias europeias, a inglesa já havia se submetido à autoridade de um parlamento burguês desde 1688, com a Revolução Gloriosa, como você estudou no capítulo 15. Os reis franceses, entretanto, permaneceram irredutíveis e não cederam às reformas, de modo que as relações entre os vários segmentos da sociedade foram se deteriorando cada vez mais. No final do século XVIII, assistiu-se ao rompimento da ordem existente, pela eclosão de uma revolução burguesa, a partir de 1789.

O sucesso da Revolução Francesa e sua expansão, bem como a vitória do movimento de independência dos Estados Unidos, fizeram com que as ideias iluministas deixassem de ser meras propostas e passassem a fundamentar o sistema político conhecido como **liberalismo político**, que iria se consolidar em grande parte do Ocidente a partir do início do século XIX.

Frederico II da Prússia (retratado por Antoine Pesne em cerca de 1745) e Catarina II da Rússia (em pintura de Johnn Baptist Lampi, de cerca de 1974) mantiveram amizade com influentes pensadores iluministas. O monarca prussiano trocou longa correspondência com Voltaire e publicou diversas obras, como *Anti-Maquiavel* ou *Exame do Príncipe de Maquiavel*. Catarina II foi protetora de Diderot e leitora entusiasta de outros enciclopedistas.

Galeria de Arte da Baixa Saxônia, Hanôver, Alemanha/Album/akg-images/Latinstock

Anton Graff, 1764/Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz, Berlim

A QUEDA DO ANTIGO REGIME E A ERA DAS REVOLUÇÕES

No final do século XVIII, desencadeou-se na Europa o processo que levaria à queda do Antigo Regime. Esse processo pode ser caracterizado pelo colapso do Estado moderno centralizado e sua substituição por um novo tipo de Estado, controlado pela burguesia, chamado Estado liberal. A mudança não foi imediata. Teve várias idas e vindas e não se concluiu da mesma forma em toda a Europa, já que diversos países mantiveram ou restauraram monarquias com amplos poderes para o soberano.

Nesse processo, grande parte dos últimos resquícios do feudalismo foi eliminada, e uma série de privilégios associados à velha aristocracia desapareceu. Foi possível assistir, portanto, à emergência de um novo mundo, marcado pelo sucesso burguês e pelo desenvolvimento máximo do capitalismo com a industrialização. Foram elementos desagregadores do Antigo Regime: a independência dos Estados Unidos (1776), a Revolução Industrial na Inglaterra (cerca de 1760-1850) e a Revolução Francesa (1789-1799).

A independência dos Estados Unidos, marco do início da derrocada do Antigo Regime, foi influenciada pela difusão das ideias iluministas, como o direito à liberdade e o direito de resistir a um governo autoritário. Essas ideias forneceram a base teórica não só para a independência, mas também para a edificação do novo Estado.

Pensamento iluminista

Razão

Iluminismo

John Locke

Voltaire

- reforma política

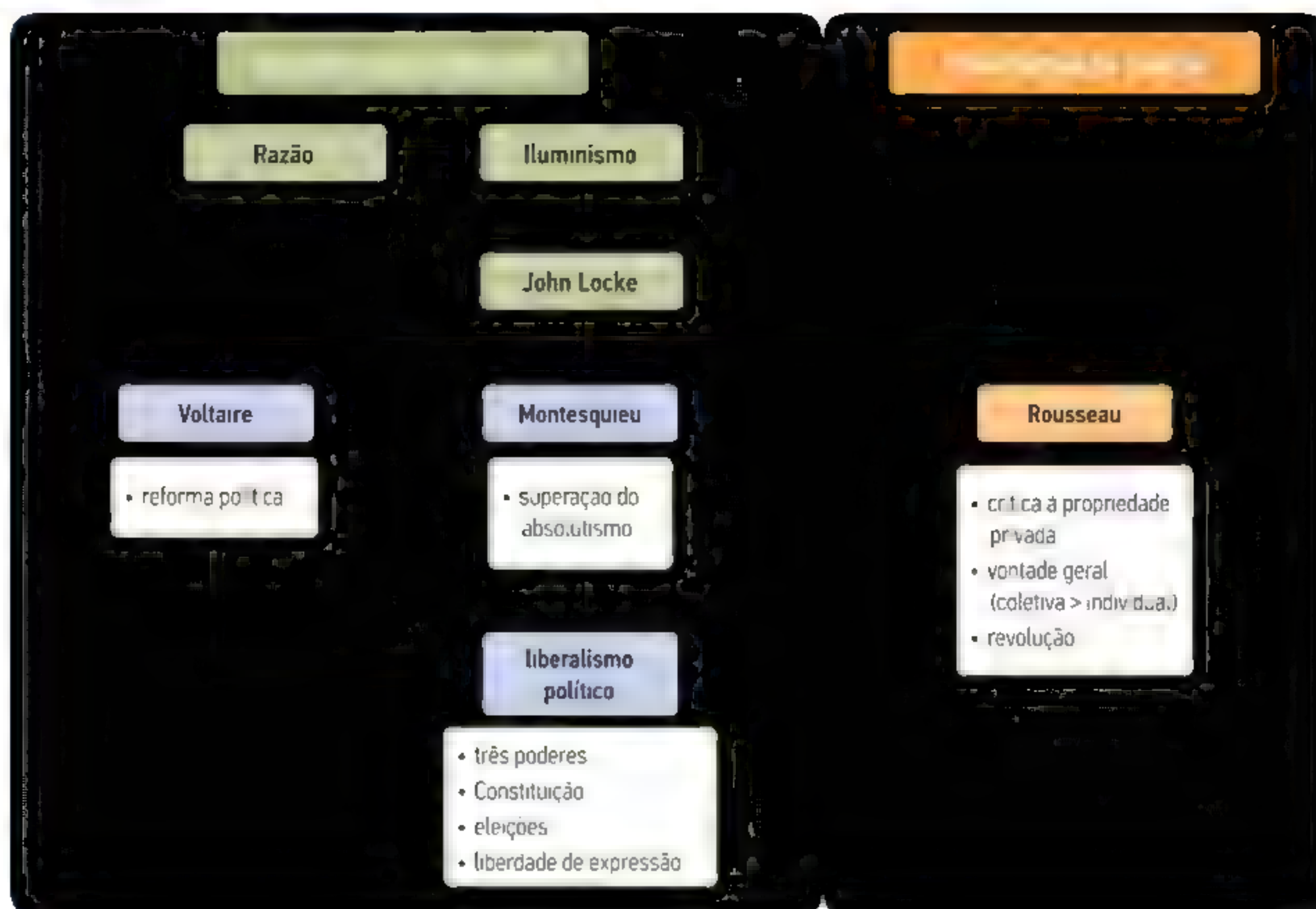
Montesquieu

- superação do absolutismo

liberalismo político

- três poderes
- Constituição
- eleições
- liberdade de expressão

Rousseau

- crítica à propriedade privada
- vontade geral (coletiva > individual)
- revolução

Orientando-se pelo esquema-resumo acima, explique por que as transformações políticas propostas por Rousseau podem ser consideradas mais radicais do que as propostas por Voltaire e Montesquieu.

Consulte as informações oferecidas pelo capítulo e aponte em que aspecto o pensamento de John Locke influenciou os demais teóricos do pensamento político iluminista.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto

→ O texto abaixo é de autoria do historiador e ensaísta búlgaro Tzvetan Todorov e faz parte de um livro dedicado à análise do pensamento iluminista. Depois de tê-lo lido, responda às questões propostas adiante.

A autonomia sozinha não basta para descrever a maneira como as Luzes concebem o ideal da conduta humana. É melhor ser dirigido por sua própria vontade do que por uma regra vinda de fora, decerto, mas para ir aonde? Nem todas as vontades e ações são equivalentes. Ora, não se pode mais apelar ao céu para decidir quais são as boas e quais são as más, é preciso ater-se às realidades terrestres. Da finalidade longínqua – Deus – deve-se passar a uma finalidade bem mais próxima. Esta, proclama o pensamento das Luzes, é a própria humanidade. É bom o que serve para aumentar o bem-estar dos homens.

Tal afirmação representa uma flexibilização da doutrina cristã mais do que sua rejeição. Esta colocou de fato a equivalência dos dois amores, a Deus e ao próximo. São Paulo proclama diversas vezes que "aquele que ama o próximo cumpriu a Lei". Simplesmente, os pensadores das Luzes declaram se satisfazer com um só termo dessa equação. "Basta que os homens se apeguem ao amor cristão, pouco importa o que aconteça à religião cristã" – escreveu Lessing em 1777: o quadro doutrinal e institucional é afastado, não o conteúdo que ele valorizava. É o mesmo espírito deísta que Franklin ilustra dez anos mais tarde, afirmando: "O culto mais agradável a Deus é fazer o bem aos homens". O amor pelos seres humanos não tem necessidade de uma justificativa divina [...].

Daí o ser humano se tornar o horizonte de nossa atividade, o ponto focal para o qual tudo converge. Quando Diderot se interroga sobre o princípio que unifica seu projeto enciclopédico, ele só vê um: o homem. E assim é para o universo que essa Enciclopédia tenta apreender e representar: "Por que não introduzimos o homem em nossa obra como ele está colocado no universo? Por que não faríamos dele um centro comum?" É ao mesmo tempo um direito e um dever: o homem se torna o centro da obra porque ele é o centro do mundo – ou melhor, é o que lhe dá sentido. [...]

Uma palavra designa o bem-estar humano nesta Terra: é a felicidade. Sua busca se torna legítima e substitui a salvação. [...] Os quadros dos pintores representam os encantos da vida campestre, as diversões da vida privada, a felicidade citadina, a felicidade doméstica, os prazeres e as alegrias dos homens.

Onde é preciso procurar as chaves da felicidade? A maioria dos filósofos e escritores não se contenta em encorajar as reformas sociais, mas valoriza as experiências individuais. E entre estas, o primeiro lugar é ocupado pelas afeições que ligam cada um aos seres que o cercam. [...]

Por volta do fim do século XVIII, pretende-se erguer a felicidade como finalidade, não apenas da existência individual, mas também do governo do Estado. A "busca da felicidade" figurará nos Estados Unidos da Declaração da Independência; na França, Lavoisier, ao mesmo tempo químico notável e homem político, escreveu uma tese em 1787: "A verdadeira finalidade de um governo deve ser aumentar a soma dos prazeres, a soma da felicidade e do bem-estar de todos os indivíduos." [...] A Revolução, da qual será vítima Lavoisier, mostrará que é pouco recomendável deixar a totalidade de uma existência humana aos cuidados do governo. Resta, no entanto, o princípio segundo o qual as instituições sociais de um país devem estar a serviço dos homens e das mulheres que nelas vivem.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes.* São Paulo: Barcarolla, 2008. p. 103-7.

a) De acordo com Todorov, o pensamento iluminista representou uma ruptura com o cristianismo? Explique.

b) O Romantismo nasceu no final do século XVIII na Alemanha, Inglaterra e Itália, tendo se espalhado rapidamente pela Europa. Especialmente forte na França, valorizava os sentimentos e a emoção, a liberdade criativa, a história e o ideal de nação. Considerando o texto acima, explique que relação o surgimento do Romantismo pode ter tido com a difusão do Iluminismo.

c) Em sua opinião, de que maneira o Estado pode se tornar promotor da felicidade humana? Desenvolva argumentos para sustentar seu ponto de vista.

2 Leitura, interpretação de texto e reflexão

→ Leia o texto de Rousseau, a seguir. Depois faça as atividades.

[...]

Quereis, portanto, dar consistência ao Estado? Aproximai os graus extremos, tanto quanto possível: não suporteis nem opulentos nem indigentes. Essas duas condições, naturalmente inseparáveis, são igualmente funestas ao bem comum. [...] Que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar outro e que nenhum seja bastante pobre para se achar constrangido a vender-se. [...]

ROUSSEAU, Jean-Jacques. In: CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias.* Rio de Janeiro: Agir, 1980. p. 166.

a) Para Rousseau, qual é a condição fundamental para que um Estado se torne consistente? Explique.

b) Que relação podemos estabelecer entre as considerações expressas no texto e a concepção de Estado construída no século XVIII?

c) Se partirmos das observações feitas por Rousseau, podemos considerar o Estado brasileiro consistente? Justifique.

3 Leitura e comparação de imagens

→ Observe com atenção as duas imagens abaixo. A primeira é uma perspectiva da cidade de Chaux, segundo projeto do arquiteto francês Claude Nicolas Ledoux (1736-1806). A segunda, um detalhe da pintura *O gabinete de Bonnier de la Mosson*, do também francês Jacques de Lajoue, datada de 1734.

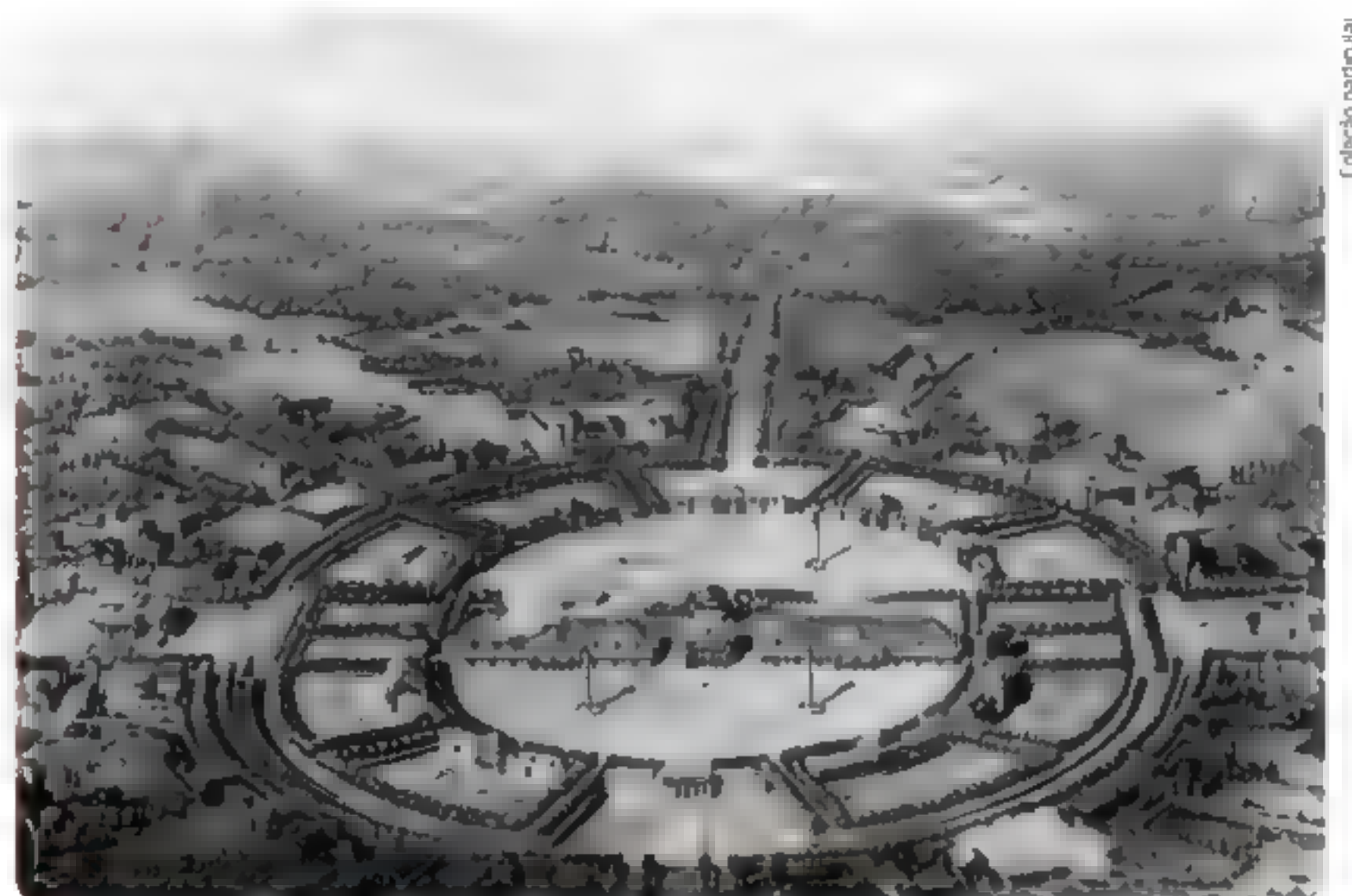
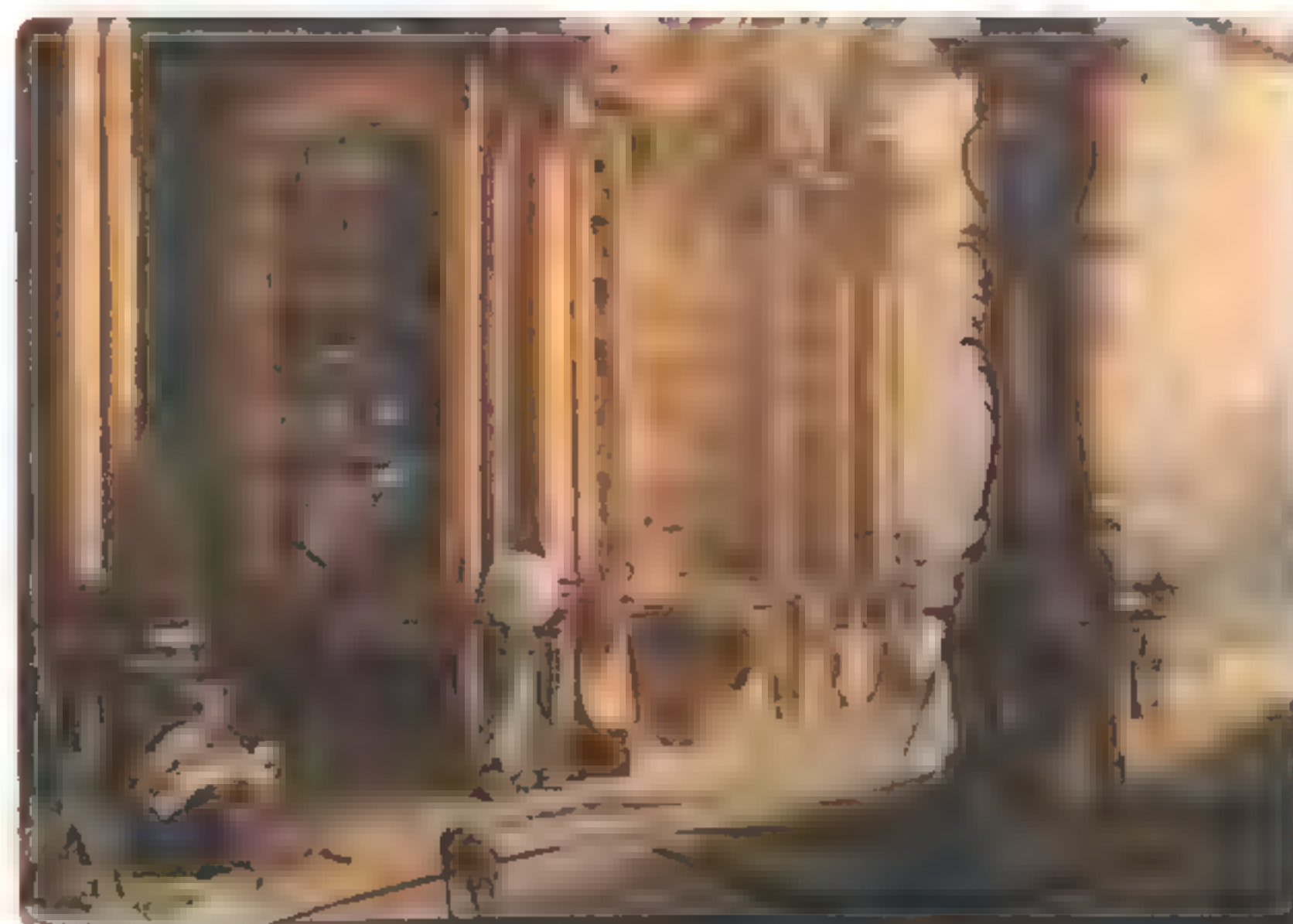
Figura 1 ▸

Coleção particular

Figura 2 ▸

Coleção particular

a) Identifique e descreva a característica mais marcante da planta urbana mostrada na figura 1.

b) Identifique os elementos que compõem a imagem da figura 2 e escreva em seu caderno sobre a maneira como estão distribuídos na cena pintada.

c) Em dupla, comparem as duas imagens e, com base nas semelhanças identificadas, relacionem-nas ao pensamento iluminista do século XVIII.

A FUNDAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nas colônias inglesas da América do Norte aconteceu a primeira aplicação efetiva dos ideais iluministas, com a geração de um movimento político e a organização de um novo país. Até então, a ideia e a prática de república restringiam-se à Antiguidade, ou eram uma exceção localizada em territórios exíguos, como nas repúblicas italianas.

Como você já estudou, no início da colonização o controle inglês sobre suas Treze Colônias na América do Norte foi brando. As revoluções inglesas no século XVII e o envolvimento em guerras europeias contribuíram para a debilidade do fiscalismo estabelecido pela Metrópole. Livres da exploração, aos poucos as colônias conquistaram expressivo desenvolvimento econômico, não apenas as do sul agroexportador, mas também as do norte, onde havia intensa atividade comercial e manufatureira.

A expansão econômica do norte chegou a fazer concorrência com a Inglaterra, no comércio de longa distância com o Caribe, a África e a própria Europa. Além disso, com os progressos da Revolução Industrial durante o século XVIII, o reino inglês se lançou em busca de novos mercados consumidores, o que incluiu as próprias Treze Colônias.

Aos poucos, o Parlamento inglês foi lançando as bases de uma política fiscal, ou seja, de uma legislação voltada para a cobrança de impostos na América.

Guerra dos Sete Anos: desencadeada pela competição econômica e colonial entre a França e a Inglaterra na América do Norte e em outros territórios. No conflito, boa parte dos indígenas das colônias norte-americanas aliaram-se aos franceses. A Inglaterra venceu o conflito, mas sua economia foi abalada.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) contra a França acelerou o processo, ao desequilibrar as finanças do Estado inglês. Além disso, o fato de o conflito ter se desenrolado parcialmente em território norte-americano serviu como pretexto para a cobrança de impostos. Os ingleses argumentaram que, por ter sido uma guerra em defesa da América inglesa contra as agressões francesas, os colonos deveriam ajudar a cobrir seus gastos.

O estreitamento dos laços entre a Inglaterra e suas colônias, entretanto, contrariava os princípios iluministas de liberdade e autodeterminação, além de comprometer a autonomia de que sempre gozaram as colônias. Os conflitos tornaram-se constantes.

Coleção particular

William Penn desembarcando na Pensilvânia, ocupada por nativos indígenas e holandeses (1682), obra de J. G. L. Ferris, do século XIX. William Penn foi o fundador da província da Pensilvânia e idealizou um local com liberdade de expressão religiosa.

Em 1764, a Inglaterra lançou o **Sugar Act** ("Lei do Açúcar"), taxando todos os carregamentos de açúcar que não fossem provenientes das Antilhas inglesas. A determinação prejudicava diretamente os interesses dos colonos, que adquiriam por todo o Caribe o melaço, matéria-prima para a produção de rum.

No ano seguinte, o governo inglês, visando a ampliar a arrecadação, estabeleceu o **Stamp Act** ("Lei do Selo"), segundo o qual todo o material impresso publicado nas colônias deveria receber um selo vendido pela Metrópole. Inconformados, os colonos reuniram-se em Nova York, no Congresso da Lei do Selo, rejeitando o novo imposto e repudiando qualquer relação, inclusive comercial, com a Metrópole, pelo menos enquanto os habitantes das Treze Colônias não tivessem uma representação no Parlamento inglês.

Mesmo na Inglaterra, as arbitrariedades cometidas pelo governo causavam certo mal-estar em alguns meios. Na crítica cada vez mais violenta à política colonial inglesa, destacou-se o estadista **William Pitt**. Em discurso no Parlamento, declarou: "Sou de opinião de que este reino não tem direito de taxar colônias. Os americanos são filhos da metrópole, e não seus bastardos [...]"[1].

1 O COMPLEXO equilíbrio do poder público. Disponível em: <www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume3/cap3.htm>. Acesso em: 20 fev. 2010.

Em 1766, a Lei do Selo foi revogada. Em 1767, todavia, a Inglaterra criou novos impostos para as colônias, principalmente por iniciativa do ministro Charles Townshend. As novas taxações deflagraram a oposição dos colonos, como acontecia a cada nova medida fiscal. A tensão aumentou em 1770, quando uma manifestação dos colonos foi reprimida pela guarda metropolitana inglesa, que disparou contra a população, matando cinco pessoas – episódio conhecido como Massacre de Boston.

Em 1773, foi elaborado o **Tea Act** ("Lei do Chá"), por meio do qual o produto passou a ser monopolizado pela Companhia das Índias Orientais, sediada em Londres. A medida, criada por Townshend, intensificava a tributação colonial e ampliava o controle da venda do produto, combatendo o contrabando do chá holandês e excluindo os norte-americanos do comércio do chá britânico.

▲ No Porto de Boston, a maior manifestação de protesto dos colonos ("A Festa do Chá de Boston"), numa gravura de cerca de 1850.

O estabelecimento de um regime de monopólio provocou, mais uma vez, violenta reação contra a Metrópole. Em dezembro, colonos atacaram e ocuparam três navios ingleses no porto de Boston, jogando ao mar sua valiosa carga de chá. O episódio ficou conhecido como **Boston Tea Party** ("A Festa do Chá de Boston").

A reação inglesa não tardou. A Metrópole promulgou uma série de leis que os colonos chamaram de **Leis Intoleráveis**: o porto de Boston (o mais movimentado das Treze Colônias) ficaria fechado, enquanto os colonos não pagassem a pesada indenização cobrada pela carga de chá perdida; a Colônia de Massachussetts (onde se localiza Boston) seria ocupada por tropas inglesas; os funcionários ingleses que cometessem crimes no período das investigações seriam julgados por tribunais de outra Colônia ou na Inglaterra. Ao mesmo tempo, determinou-se o controle militar inglês sobre o território a oeste das colônias, impedindo-se assim a expansão territorial dos colonos para além da faixa litorânea.

Indignados, os líderes dos colonos reuniram-se no **primeiro congresso continental** da Filadélfia, em 1774, e decidiram boicotar os produtos metropolitanos. No ano seguinte, no **segundo congresso**, determinou-se a separação em relação à Inglaterra.

Em 4 de julho de 1776, foi publicada a **Declaração de Independência** dos Estados Unidos da América. Redigida por **Thomas Jefferson**, com a colaboração de **Benjamin Franklin** e **John Adams**, entre outros, inspirava-se fortemente nas ideias iluministas de John Locke. Leia a seguir um trecho da Declaração:

> Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário um povo dissolver laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.
>
> Considerando estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.
>
> Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-se em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar a segurança e a felicidade.

JEFFERSON, Thomas. Declaração de Independência. In: CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América e Declaração de Independência. São Paulo: Jalovi, 1987. p. 9.

Após a proclamação da autonomia, Benjamin Franklin foi enviado à França para obter apoio ao novo país, enquanto George Washington foi encarregado de preparar um exército para enfrentar a reação metropolitana e garantir a independência. Após a vitória na Batalha de Saratoga, em 1777, sob a liderança de George Washington, os norte-americanos obtiveram o apoio decisivo da Espanha e da França. No caso dos franceses, o apoio estava ligado ao grande interesse em debilitar a Inglaterra e recuperar as perdas sofridas na Guerra dos Sete Anos.

Em 1781, o general inglês Cornwallis rendeu-se na Batalha de Yorktown, dando início às negociações que culminariam com a assinatura do Tratado de Versalhes (França), em 1783. Por meio desse tratado, a Inglaterra reconheceu a independência das Treze Colônias que, pouco depois, passaram a se denominar Estados Unidos da América.

A formação do novo Estado

Ao final da guerra de independência, reuniu-se na Filadélfia novo congresso continental, mas agora denominado **convenção constitucional**, para redigir a **Constituição** do novo Estado independente. Basicamente, duas facções apresentaram propostas: os republicanos de Thomas Jefferson e os federalistas de Alexander Hamilton e George Washington.

Os republicanos defendiam a instauração de um poder central fraco e a concessão de grande autonomia para os estados, que seriam, na prática, como treze países independentes. Já os federalistas acreditavam na necessidade de um poder central forte, para garantir a união permanente dos estados. A solução encontrada e incorporada à Constituição de 1787 foi a criação dos Estados Unidos da América, uma **república federativa**, ou seja, dotada de um poder central forte que atribuía relativa autonomia aos estados membros.

Adotou-se o sistema presidencialista, sendo George Washington o primeiro presidente. Fiel aos princípios iluministas de Montesquieu, o novo país estabeleceu a divisão política entre três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A participação da sociedade da nova República ficava restrita aos homens comerciantes e latifundiários, tradicionalmente brancos, ingleses ou descendentes. Os indígenas e os negros continuaram excluídos das decisões políticas, o que evidenciava uma permanência herdada do Antigo Regime. Bastante concisa, a Constituição de 1787 permanece em vigor nos Estados Unidos até hoje, acrescida de algumas emendas.

O processo de independência dos Estados Unidos representou, portanto, um momento no qual propostas iluministas forneceram as justificativas teóricas para um movimento político concreto e as bases para a edificação de um novo tipo de Estado. Essa ação, por sua vez, serviu de inspiração para outros movimentos emancipacionistas em todo o continente americano, precipitando a desagregação do antigo sistema colonial estabelecido pelas metrópoles europeias desde o início das Grandes Navegações no século XV e, dessa forma, de todo o Antigo Regime.

▲ *Declaração de Independência, 4 de julho de 1776*, obra de John Trumbull, do século XVIII.

Com a Revolução Norte-Americana, a ideia de que a República estava destinada a apenas territórios exíguos sucumbiu. O exemplo dos Estados Unidos, com sua República no além-Atlântico e num grande território, também ganhou seguidores na Europa, especialmente na França, então às vésperas da Revolução de 1789 (leia o texto ao lado).

Museu de Belas-Artes de Boston, Massachusetts

Um verdadeira paixão pelos Estados Unidos tomara conta dos franceses nos anos que precederam a Revolução, como testemunham Chateaubriand e o próprio Franklin, que escrevia de Paris a seus correspondentes americanos: "Aqui é comum dizer que nossa causa é a do gênero humano". Além do mais, essa República fora fundada por colonos com quem a França tecera contra a Inglaterra uma aliança vitoriosa: os que tinham se engajado na aventura eram conhecidos por ter sofrido [...] de "inoculação americana"; voltaram de lá, se não republicanos, pelo menos decididamente hostis ao absolutismo

OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza, 21 de junho de 1791*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-6

◂ O forte sentimento de liberdade enraizado entre os colonos norte-americanos foi decisivo para a conquista da emancipação política e econômica, estimulando as lutas pela independência. Nessa pintura de 1849, *Washington atravessa o Rio Delaware*, o artista Marck representa os conflitos que antecederam a independência

PARA RECORDAR Independência das Treze Colônias da América do Norte

Guerra dos Sete Anos (1756-1763)
industrialização
INGLATERRA
interesse em controlar a América
impostos
- açúcar
- selo
- chá

Leis Intoleráveis
guerra
TREZE COLÔNIAS
desenvolvimento econômico: agrícola, comercial e manufatureiro
relativa autonomia
Boston Tea Party
Declaração de Independência (1776)
George Washington
Batalha de Yorktown (1781)
Tratado de Versalhes (1783)
princípios iluministas
vitória dos colonos
Constituição de 1787
- poder central forte
- relativa autonomia dos estados membros
- presidencialismo
- três poderes

ATIVIDADE

1. Consultando o esquema resumo da página anterior, explique as alterações que ocorreram, a partir do século XVIII, nas relações entre as Treze Colônias inglesas na América e a Metrópole britânica e comente suas consequências.

Consultando o esquema resumo e as informações do capítulo, explique de que maneira a Revolução Norte-Americana, que culminou com a independência das Treze Colônias inglesas da América, refletia os ideais iluministas.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

• Leitura e compreensão de texto jornalístico

→ O texto abaixo é um artigo escrito pelo jornalista Ruy Castro por ocasião de uma reunião de ativistas de um movimento conhecido como Tea Party, ocorrido nos Estados Unidos em fevereiro de 2010. Leia-o com atenção e faça as atividades que o acompanham.

Fantasia de patriota

RIO DE JANEIRO – Ao ver a foto do grupo de flibusteiros – casacas de veludo azul e vermelho, cabelos empoados, chapéus de três bicos e cada qual com um mosquetão, tudo com cara de brechó –, pensei que fosse um bloco de Carnaval. Mas no Idaho, um dos Estados mais caretas e sem graça dos EUA? A legenda da foto explicou: era um grupo de "patriotas" americanos um conclave de organizações com nomes como Amigos da Liberdade, Aliança pela Liberdade ou Defensores da Liberdade. Na verdade, gente que está à direita de George W. Bush e para quem Barack Obama é o bicho e precisa ser exterminado antes de instalar sua "tirania socialista". Por tal tirania entendam-se medidas sociais, proteção a imigrantes e injeções de dinheiro do Federal Reserve, o Banco Central americano, para salvar a economia à custa, dizem eles, de suas economias. Meio que inspirando e unindo essas organizações está o agressivo "Tea Party", sendo "Tea" um anagrama para "taxes enough already", ou "chega de mais impostos" – um movimento surgido há um ano na esteira da recessão, do desemprego e da própria existência de Obama. Não é ainda um partido, mas, pela preocupação do Partido Republicano com o seu crescimento, não demora a ser. O "Tea Party" é composto de senhoras patuscas que, até há pouco, estavam de avental sujo de ovo, fritando bolinhos, e não saberiam apontar Washington no mapa. Hoje promovem comícios com seguranças armados, usam retórica racista, estimulam a formação de milícias e falam até numa nova guerra civil. Sua heroína é Sarah Palin, candidata a vice na chapa Republicana derrotada por Obama e uma das mulheres mais ignorantes – e espertas – da América. Decididamente, essa turma fantasiada de patriota parece a fim de tudo, menos de Carnaval.

CASTRO, Ruy. Fantasia de patriota. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2010.
Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702201005.htm>. Acesso em: 3 mar. 2010.

a) Escreva um parágrafo explicando do que o texto trata.

b) No seu entendimento, que opinião o jornalista manifesta em relação ao movimento do Tea Party? Justifique.

c) Com base em seus conhecimentos de História, explique por que o movimento em questão é chamado Tea Party?

d) Explique o conceito de liberdade que está por trás desse movimento.

e) Em sua opinião, o Tea Party é um movimento de caráter liberal? Justifique.

Questões & testes

CAPÍTULO 10

Vestibulares

1. **(UFRN-RN)** Nos séculos XV e XVII, com as chamadas Grandes Navegações, os europeus chegaram às Américas, onde iniciaram um processo de conquista e colonização. Estes empreendimentos aceleraram a acumulação do capital e garantiram o desenvolvimento do capitalismo europeu, pois a burguesia mercantil europeia:
   a) utilizou a mão de obra assalariada colonial para baratear os custos dos produtos manufaturados na metrópole.
   b) quebrou o protecionismo econômico metropolitano, abrindo o mercado nacional e favorecendo a eclosão da Revolução Industrial.
   c) apropriou-se dos lucros advindos tanto do monopólio comercial que as metrópoles mantinham com as colônias quanto do tráfico de escravos.
   d) apossou-se da maior parcela dos lucros do comércio colonial, de modo a substituir, na metrópole, a mão de obra escrava pela mão de obra servil.

2. **(UPM-SP)** "Antigamente a Lusitânia e a Andaluzia eram o fim do mundo, mas agora, com a descoberta das Índias, tornaram-se o centro dele". Essa frase, do séc. XVI, referia-se:
   a) ao poder das monarquias francesa e inglesa, que se tornaram centrais desde então.
   b) à alteração do centro de gravidade econômica da Europa e à importância crescente dos novos mercados.
   c) ao papel que os portos de Lisboa e Sevilha assumiram no comércio com os marajás indianos.
   d) ao fato de a América ter passado a absorver, desde então, todo o comércio europeu.
   e) ao desenvolvimento da navegação a vapor que encurtava distâncias.

3. **(Fuvest-SP)** *Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas da maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao Imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-nas mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição.*

   Carta de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527

   O texto remete diretamente:
   a) à competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.
   b) aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.
   c) ao duplo papel da marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.
   d) às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.
   e) à aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima

4. **(Fuvest-SP)** Leia o poema e, em seguida, responda às questões.

   Ó mar salgado, quanto do teu sal
   São lágrimas de Portugal!
   Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
   Quantos filhos em vão rezaram!
   Quantas noivas ficaram por casar
   Para que fosses nosso, ó mar!
   Valeu a pena? Tudo vale a pena
   Se a alma não é pequena
   Quem quer passar além do Bojador
   Tem que passar além da dor.
   Deus ao mar o perigo e o abismo deu
   Mas nele é que espelhou o céu.

   PESSOA, Fernando. Mensagem

   a) Qual o período da história de Portugal que está sendo recuperado pelo poeta Fernando Pessoa?
   b) Por que as aventuras marítimas, nesse período, eram empreendimentos tão arriscados?
   c) Por que a conquista e o domínio dos mares foram tão importantes naquele período?

5. **(Unicamp-SP)** *Os motivos que levaram Colombo a empreender a sua viagem evidenciam a complexidade da personagem. A principal força que o moveu nada tinha de moderna: tratava-se de um projeto religioso, dissimulado pelo tema do ouro. O grande motivo de Colombo era defender a religião cristã em todas as partes do mundo. Graças às suas viagens, ele esperava obter fundos para financiar uma nova cruzada*

   Adap.: Todorov, Tzvetan. Viajantes e indígenas. In: GARIN, Eugenio. O homem renascentista. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 233

   a) Segundo o texto, quais foram os objetivos da viagem de Colombo?
   b) O que foram as cruzadas na Idade Média?

Enem

6. Distantes uma da outra quase 100 anos, as duas telas seguintes, que integram o patrimônio cultural brasileiro, valorizam a cena da primeira missa no Brasil, relatada na carta de Pero Vaz de Caminha. Enquanto a primeira retrata fielmente a carta, a segunda — ao excluir a natureza e os índios — critica a narrativa do escrivão da frota de Cabral. Além disso, na segunda, não se vê a cruz fincada no altar.

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

▲ *Primeira Missa no Brasil* — Victor Meirelles (1861)

Coleção particular/Reprodução autorizada por João Candido Portinari

▲ *Primeira Missa no Brasil* — Candido Portinari (1948)

Ao comparar os quadros e levando-se em consideração a explicação dada, observa-se que:

a) a influência da religião católica na catequização do povo nativo é objeto das duas telas.
b) a ausência dos índios na segunda tela significa que Portinari quis enaltecer o feito dos portugueses.
c) ambas, apesar de diferentes, retratam um mesmo momento e apresentam uma mesma visão do fato histórico.
d) a segunda tela, ao diminuir o destaque da cruz, nega a importância da religião no processo dos descobrimentos.
e) a tela de Victor Meirelles contribuiu para uma visão romantizada dos primeiros dias dos portugueses no Brasil.

7. *Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens.*

FREYRE, G. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que:

a) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
b) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
c) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
d) a Metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferro.
e) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.

Vestibulares

8. **(UFSCar-SP)** *É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo; é indispensável ter ao menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada e um criado para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem essa corte de africanos estaria seguro de passar por um homem abjeto e de economia sórdida.*

José da Silva Lisboa, Cartas, 1781.

Considerando o texto, é correto afirmar que a escravidão:

a) impunha um modo de vida de trabalho para ricos e pobres.
b) expressava a decadência moral dos brasileiros.
c) contrastava com a riqueza das elites portuguesas.
d) moldava as relações sociais e econômicas no Brasil.
e) barrava o desenvolvimento dos transportes.

9. (Cesgranrio-RJ) *O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.*

O comentário de Antonil, escrito no século XVIII, pode ser considerado característico da sociedade colonial brasileira porque:

a) a condição de proprietário de terras e de homens garantia a preponderância dos senhores de engenho na sociedade colonial.

b) a autoridade dos senhores restringia-se aos seus escravos, não se impondo às comunidades vizinhas e a outros proprietários menores.

c) as dificuldades de adaptação às áreas coloniais levaram os europeus a organizar uma sociedade com mínima diferenciação e forte solidariedade entre seus segmentos

d) as atividades dos senhores de engenho não se limitavam à agroindústria, pois controlavam o comércio de exportação, o tráfico negreiro e a economia de abastecimento

e) o poder político dos senhores de engenho era assegurado pela metrópole através da sua designação para os mais altos cargos da administração colonial.

10. (Unicamp-SP)

A união de Espanha e Portugal, em 1580, trouxe vantagens para ambos os lados. Portugal era tratado pelos monarcas espanhóis não como uma conquista, mas como um outro reino. Os mercados, as frotas e a prata espanhóis revelaram-se atraentes para a nobreza e para os mercadores portugueses. A Espanha beneficiou-se da aquisição de um porto atlântico de grande importância, acesso ao comércio de especiarias da Índia, comércio com as colônias portuguesas na costa da África e contrabando com a colônia do Brasil

Adap.: SCHWARTZ, Stuart B
Da America Portuguesa ao Brasil
Lisboa. Difel, 2003. p. 188-189

a) Segundo o texto, quais foram os benefícios da União Ibérica para Portugal e para a Espanha?

b) No contexto da União Ibérica, o que foi o sebastianismo?

Olimpíadas da Unicamp

11. Documento escrito por Padre Manoel da Nóbrega em 1549

Carta do Brasil (1549)

Parece-me cousa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas mui bem, com tanto que nao sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casarão mui bem, porque é terra muito grossa e larga (...) De maneira que logo as mulheres terão remédio de vida, e os homens (daqui) remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.

O documento afirma que:

a) seria conveniente que o rei enviasse mulheres para o Brasil, pois havia poucas no território

b) enviando mulheres da Europa, mesmo as de má reputação, seria evitada a miscigenação com as indígenas.

c) o matrimônio sugerido seria benéfico para os colonos e para as mulheres de "pouco remédio de casamento".

d) o casamento entre mulheres portuguesas e colonos ajudaria a povoar a terra e daria "remédio à vida" das indesejadas na Europa

CAPITULO 12

Enem

12. O tráfico de escravos em direção à Bahia pode ser dividido em quatro períodos.

1.º – O ciclo da Guiné durante a segunda metade do século XVI,

2.º – O ciclo de Angola e do Congo no século XVII;

3.º – O ciclo da Costa da Mina durante os três primeiros quartos do século XVIII;

4.º – O ciclo da Baía de Benin entre 1770 e 1850, estando incluído aí o período do tráfico clandestino.

A chegada dos daomeanos (jejes) ocorreu nos dois últimos períodos. A dos nagô-iorubás corresponde, sobretudo, ao último. A forte predominância dos iorubás na Bahia, de seus usos e costumes, seria explicável pela vinda maciça desse povo no último dos ciclos.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos seculos XVII a XX. Tradução de Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987 p. 9, com adaptações.

Os diferentes ciclos do tráfico de escravos da costa africana para a Bahia, no Brasil, indicam que:

a) o início da escravidão no Brasil data do século XVI, quando foram trazidos para o Nordeste os chamados "negros da Guiné", especialistas na extração de ouro.

b) a diversidade das origens e dos costumes de cada nação africana é impossível de ser identificada, uma vez que a escravidão moldou os grupos envolvidos em um processo cultural comum.

c) os ciclos correspondentes a cada período do tráfico de diferentes nações africanas para a Bahia estão relacionados aos distintos portos de comercialização de escravos.

d) o tráfico de escravos jejes para a Bahia, durante o ciclo da Baía de Benin, ocorreu de forma mais intensa a partir do final do século XVII até a segunda metade do século XVIII.

e) a escravidão nessa província se estendeu do século XVI até o início do século XVIII, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do País.

13. *A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu o projeto "Comunidades Negras de Santa Catarina", que tem como objetivo preservar a memória do povo afrodescendente no sul do País. A ancestralidade negra é abordada em suas diversas dimensoes: arqueológica, arquitetônica, paisagística e imaterial. Em regiões como a do Sertão de Valongo, na cidade de Porto Belo, a fixação dos primeiros habitantes ocorreu imediatamente após a abolição da escravidão no Brasil. O Iphan identificou nessa região um total de 19 referências culturais, como os conhecimentos tradicionais de ervas de chá, o plantio agroecológico de bananas e os cultos adventistas de adoração.*

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14256&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 1 jun. 2009; com adaptações.

O texto acima permite analisar a relação entre cultura e memória, demonstrando que:

a) as referências culturais da população afrodescendente estiveram ausentes no sul do País, cuja composição étnica se restringe aos brancos.

b) a preservação dos saberes das comunidades afrodescendentes constitui importante elemento na construção da identidade e da diversidade cultural do País.

c) a sobrevivência da cultura negra está baseada no isolamento das comunidades tradicionais, com proibição de alterações em seus costumes

d) os contatos com a sociedade nacional têm impedido a conservação da memória e dos costumes dos quilombolas em regiões como a do Sertão de Valongo.

e) a permanência de referenciais culturais que expressam a ancestralidade negra compromete o desenvolvimento econômico da região.

Vestibulares

14. (UFBA-BA)

Século	Quantitativo	Portos receptores
XVI	100 000	Salvador, Recife
XVII	600 000	Salvador, Recife
XVIII	1 300 000	Salvador, Recife, Rio de Janeiro

ALENCAR et al., p. 31

Levando em consideração os dados da tabela, indique um dos fatores responsáveis pela predominância dos portos do Nordeste, como importadores de africanos escravizados. Justifique sua resposta.

Olimpíadas da Unicamp

15. A revista *Ciência Hoje* publicou a seguinte notícia:

O Brasil no Atlântico Sul

O historiador Luis Felipe de Alencastro defende que, nos séculos XVI e XVII, o Brasil foi um polo de produção escravista dependente e organicamente ligado a Angola, um outro polo produtor de mão de obra escrava para a agricultura brasileira. A formação do Brasil, portanto, seria um resultado da relação entre esses dois países.

"A nossa História não está restrita ao nosso território", afirma o autor. Tendo o Atlântico Sul como ligação, a trajetória do Brasil dos séculos XVI e XVII está intimamente ligada à de Angola. Com uma ocupação portuguesa efetiva, esse país teve seus reinos independentes dizimados e limitou-se a desenvolver uma economia complementar à brasileira. A prioridade era o fornecimento de escravos para o mercado brasileiro, e atividades que pudessem concorrer com a agroindústria exportadora do Brasil não eram incentivadas. Sob esse aspecto, Alencastro sustenta que o Brasil, tradicionalmente visto como um país explorado, também explorou. "Angola foi pilhada pelos brasileiros, ou pelos colonos deste enclave lusitano", afirma o historiador. Isso ocorreu por meio de guerras com o intuito de aumentar o tráfico de escravos.

Baseado nesta reportagem, pode-se pensar sobre o Brasil colônia:

a) o Atlântico sul relacionava a América e a África, logo a formação do Brasil não se restringiu apenas ao binômio Brasil-Portugal.

b) o tráfico de escravos foi um negócio formador do território brasileiro.

c) Angola foi explorada e colonizada por brasileiros.

d) o trabalho compulsório no Brasil colônia foi formado pelo tráfico de escravos africanos e também por "negros da terra".

Enem

16. ( ) *Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.*

COPÉRNICO, N. De Revolutionibus Orbium Caelestium.

Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem

teme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

VINCI, L. da. Carnets.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é:

a) a fé como guia das descobertas

b) o senso crítico para se chegar a Deus.

c) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos

d) a importância da experiência e da observação.

e) o princípio da autoridade e da tradição.

17 O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] bata o ar com asas como um pássaro. [...] Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.

Apud BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon:

a) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da Humanidade.

b) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da Humanidade.

c) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial, ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais

d) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também se baseavam na tradição e na teologia.

e) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções

Vestibulares

18. (Unifesp-SP) O Renascimento Cultural se iniciou na Itália, no século XIV, e se expandiu para outras partes da Europa nos séculos seguintes. Uma de suas características é:

a) adoção de temas religiosos, com o objetivo de auxiliar o trabalho da catequese.

b) pesquisa técnica e tecnológica, na busca de novas formas de representação.

c) recusa dos valores da nobreza e a defesa da cultura popular urbana e rural

d) manutenção de padrões culturais medievais, na busca da imitação da natureza.

e) rejeição da tradição clássica e de seu princípio antropocêntrico.

CAPÍTULO 14

Enem

19. Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto abaixo, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses) o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas [...].

Nesse texto, Jean de Léry:

a) despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.

b) revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de "selvagens".

c) reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.

d) valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.

e) valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos

Vestibulares

20. (UFPB-PB) Em 1517, o monge Martinho Lutero divulgou suas 95 teses nas quais criticava duramente a venda de indulgências e as arbitrariedades cometidas pela Igreja. Esse fato marcou o início da Reforma Protestante.

Quanto às características da Reforma Protestante, identifique com V a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e com F a(s) falsa(s):

( ) Lutero acreditava que o dinheiro obtido com a venda de indulgencias deveria ser aplicado, diretamente, nas regiões de sua arrecadação, e não enviado à Roma.

Com essa tese, ele obteve o apoio dos príncipes germânicos, que lutavam contra o domínio do Papa.

( ) Lutero considerava que a relação entre o cristão e Deus deveria ser direta, sem interferências dos sacerdotes. Segundo essa tese, cada pessoa poderia interpretar livremente a Bíblia, o que se confrontava com o dogma de Roma, afirmativo da autoridade exclusiva da Igreja na interpretação dos textos sagrados.

( ) A salvação do crente, para Lutero, vinha unicamente da fé, e não de suas obras ou da intersecção dos santos. Com isso, Lutero reafirmava a independência do indivíduo em relação às hierarquias religiosas, o que representou mais um ponto de conflito com a Igreja.

( ) As teses de Lutero motivaram uma série de revoltas e guerras civis disseminadas pela Europa. Uma trégua provisória só foi alcançada em 1555, com a Paz de Augsburgo, um tratado segundo o qual a religião de cada país deveria ser escolhida por meio de eleições livres.

A sequência correta é:

a) FVVF
b) FVFV
c) VFFV
d) VFVF
e) VVFV

21. (UPM-SP) Considere o texto abaixo e as afirmações I, II, III, IV e V.

[...] 6. O papa não tem o poder de perdoar culpa, a não ser declarando ou confirmando que ela foi perdoada por Deus; ou, certamente, perdoados os casos que lhe são reservados. Se ele deixasse de observar essas limitações, a culpa permaneceria

[...] 21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa

[...] 52. Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas

Teses 6, 21 e 52 das "95 Teses" de Wittenberg — 1.º out. 1517

I) A salvação do homem não depende de suas obras, mas é alcançada por sua fé.

II) O pão e o vinho não se transformam no sangue e no corpo de Cristo. A comunhão é a reafirmação da fé na ressurreição de Cristo.

III) A veneração e o culto devem ser prestados somente a Deus. A adoração de imagens de santos e santas constitui idolatria

IV) A Igreja tem, no bispo de Roma, cuja palavra é infalível, sua máxima autoridade.

V) A interpretação das Sagradas Escrituras é privilégio da Igreja, fonte única da verdade

Pertencem à doutrina da religião reformada, em cujas origens desempenhou um papel fundamental o documento acima,

a) apenas I, II e III.
b) apenas II, III e IV.
c) apenas I, II , IV e V.
d) apenas III, IV e V.
e) I, II, III, IV e V.

22. (Unifesp-SP) No século XVI, nas palavras de um estudioso, "reformar a Igreja significava reformar o mundo, porque a Igreja era o mundo". Tendo em vista essa afirmação, é correto afirmar que.

a) os principais reformadores, como Lutero, não se envolveram nos desdobramentos políticos e socioeconômicos de suas doutrinas

b) o papado, por estar consciente dos desdobramentos da reforma, recusou-se a iniciá-la, até ser a isso obrigado por Calvino.

c) a burguesia, ao contrário da nobreza e dos príncipes, aderiu à reforma, para se apoderar das riquezas da Igreja

d) os cristãos que aderiram à reforma estavam preocupados somente com os benefícios materiais que dela adviriam.

e) o aparecimento dos anabatistas e outros grupos radicais são a prova de que a reforma extrapolou o campo da religião.

23. (Ibmec) Segundo o texto a seguir, e o fato de muitos teóricos considerarem o calvinismo a religião do capitalismo, é correto afirmar que.

Nós chamamos de predestinação à decisão eterna de Deus pela qual determinou o que queria fazer com cada homem. Pois ele os cria todos em condições semelhantes, mas ordena uns à vida eterna e outros à eterna danação. Assim, conforme o fim para o qual o homem foi criado, dizemos que ele está predestinado para a morte ou para a vida

CALVINO, J. L. Institution de la religion chrétienne
Paris Les Belles Lettres, 1938. p. 62-3.

a) o trabalho passou a ser visto como uma vocação divina e o sucesso decorrente dele um sinal da predestinação, da graça divina.

b) bastava aos homens trilharem o caminho do bem, amarem seu semelhante, realizando obras em nome de Deus, e eles estariam salvos.

c) o arrependimento e a fé levavam o homem à vida eterna, enquanto o enriquecimento desmedido levava o homem à eterna danação.

d) o sinal da predestinação só era obtido perto da morte quando Deus os revelava por meio da Extrema-Unção

e) a confissão de seus pecados, a penitência e o perdão do padre, aliados à força de vontade em trabalhar eram os caminhos para a salvação.

CAPÍTULO 15

Enem

24. *I – Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra, universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada. Dentre outras tendências que dialogam com Thomas Hobbes, destaca-se a definida pelo texto abaixo.*

    II – Nem todas as guerras são injustas e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz sempre um valor.

    BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

    Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que:

    a) em ambos, a guerra é entendida como aceitável e justa.
    b) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
    c) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
    d) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
    e) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

Vestibulares

25. **(PUC-SP)** O Ato de Navegação de 1651 foi editado por Oliver Cromwell, no contexto das chamadas Revoluções Inglesas do século XVII. Era uma forma de:

    a) assegurar mercado consumidor para produtos ingleses e impedir a concorrência de novas potências industriais, como a França e a Alemanha.
    b) obter maior controle sobre a circulação marítima comercial e, dessa forma, ampliar a presença britânica sobre os mares.
    c) beneficiar os interesses da nobreza britânica, que finalmente conseguia se impor à burguesia nas lutas religiosas, sociais e políticas internas.
    d) impedir as exportações francesas para a América do Norte e, dessa forma, impedir a autonomia econômica das colônias inglesas na região.
    e) facilitar o acesso às colônias do norte da África, para assegurar o fornecimento de carvão e de minérios para as fábricas inglesas.

26. **(Fuvest-SP)** No século XVII, a Inglaterra conheceu convulsões revolucionárias que culminaram com a execução de um rei (1649) e a deposição de outro (1688). Apesar de as transformações significativas terem se verificado na primeira fase, sob Oliver Cromwell, foi o período final que ficou conhecido como Revolução Gloriosa. Isto se explica porque

    a) em 1688, a Inglaterra passara a controlar totalmente o comércio mundial tornando-se a potência mais rica da Europa.
    b) auxiliada pela Holanda, a Inglaterra conseguiu conter em 1688 forças contrarrevolucionárias que, no continente, ameaçavam as conquistas de Cromwell.
    c) mais que a violência da década de 1640, com suas execuções, a tradição liberal inglesa desejou celebrar a nova monarquia parlamentar consolidada em 1688.
    d) as forças radicais do movimento, como Cavadores e Niveladores, que assumiram o controle do governo, foram destituídas em 1688 por Guilherme de Orange.
    e) só então se estabeleceu um pacto entre a aristocracia e a burguesia, anulando-se as aspirações políticas da *gentry*.

27. **(UFPA-PA)** Observadas as realidades históricas pertinentes ao absolutismo monárquico na Europa moderna, é possível apresentar-se a seguinte conclusão:

    a) as monarquias absolutas foram mais expressivas nos países em que predominou a influência protestante, haja vista que o luteranismo exaltava os poderes do Estado como necessários para a glória de Deus.
    b) na Inglaterra, a monarquia absoluta é suprimida, ainda no século XVII, através da revolução com que Oliver Cromwell derrubou a dinastia dos Stuart e consagrou o papel do Parlamento como agente constitucional britânico.
    c) nos países em que foi menos expressiva a presença da Igreja católica, inexistiu, virtualmente, a monarquia absoluta, fato que se verificou em relação a Portugal e Espanha.
    d) as monarquias absolutas resultaram, em última análise, das profundas transformações produzidas pelo fim do feudalismo. Na Itália, por exemplo, o desmoronamento da ordem feudal resultou na formação do Estado moderno italiano.
    e) na França, o apogeu do sistema absolutista ocorre num momento em que a economia francesa experimentava uma fase de desenvolvimento e de consolidação, graças à política executada por Colbert no governo de Luís XIV.

2 . **(Unicamp-SP)** Você já deve ter aprendido que a história pode ser representada pelas várias etapas do progresso humano. Os momentos cruciais desse desenvolvimento histórico foram denominados revolucionários. Diante dessa afirmação, leia atentamente o texto abaixo.

    A burguesia, conduzida por Oliver Cromwell, inspirada por um deus calvinista e motivada por ambição de conquista, derrotou o movimento nivelador e tudo o mais. Em consequência, ele foi odiado por muitos pobres, o que sabia e reconhecia. Em uma de suas marchas pela cidade, comentou com seu acompanhante a respeito da multidão:

    — Eles estariam mais barulhentos e também mais felizes se você e eu estivéssemos a caminho da forca.

O deus de Cromwell era um deus do trabalho e da conquista: da Jamaica, da Escócia, e o que não será esquecido, da Irlanda.

LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram, 1985.

a) Caracterize segundo os seus conhecimentos o processo revolucionário a que o texto se refere.

b) Como você utilizaria o texto acima para discordar da ideia de que as revoluções representam sempre um período de progresso humano?

29. (Unicamp-SP) *Da Idade Média aos tempos modernos, os reis eram considerados personagens sagrados. Os reis da França e da Inglaterra "tocavam as escrófulas", significando que eles pretendiam, somente com o contato de suas mãos, curar os doentes afetados por essa moléstia. Ora, para compreender o que foram as monarquias de outrora, não basta analisar a organização administrativa, judiciária e financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos, nem extrair dos grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou direito divino. É necessário penetrar as crenças que floresceram em torno das casas principescas.*

Adapt.: BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-4

a) De acordo com o texto, como se pode compreender melhor as monarquias da Idade Média e da Idade Moderna?

b) O que significa "direito divino dos reis"?

c) Caracterize a política econômica das monarquias europeias entre os séculos XVI e XVIII.

CAPITULO 16

Enem

30. *Quando tomaram a Bahia, em 1624-5, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela e Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.*

Adap.: ALENCASTRO, L. F. Com quantos escravos se constrói um país? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são

a) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.

b) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.

c) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas

d) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para Europa.

e) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas reprodutoras de escravos.

Vestibulares

31. (UFMG-MG) Leia o texto:

A língua de que [os índios] usam, toda pela costa, é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. [...] Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente [...]

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz, 1576.

A partir do texto, pode-se afirmar que todas as alternativas expressam a relação dos portugueses com a cultura indígena, exceto:

a) a busca de compreensão da cultura indígena era uma preocupação do colonizador.

b) a desorganização social dos indígenas se refletia no idioma.

c) a diferença cultural entre nativos e colonos era atribuída à inferioridade do indígena.

d) a língua dos nativos era caracterizada pela limitação vocabular.

e) os signos e símbolos dos nativos da costa marítima eram homogêneos.

32. (UPM-SP) *Os bandeirantes foram romantizados [...] e postos como símbolo dos paulistas e do progresso, associação enobrecedora. A simbologia bandeirante servia para construir a imagem da trajetória paulista como um único e decidido percurso rumo ao progresso, encobrindo conflitos e diferenças.*

ABUD, K. Maria. In: MATOS, M. I. S. de. São Paulo e Adoniram Barbosa.

Ainda que essa imagem idealizada do bandeirante tenha sido uma construção ideológica, sua importância, no período colonial brasileiro, decorre

a) de sua iniciativa em atender à demanda de mão de obra escrava do Brasil Holandês, durante o governo de Maurício de Nassau.

b) de sua extrema habilidade para lidar com o nativo hostil, garantindo sua colaboração espontânea na busca pelo ouro.

c) de sua colaboração no processo de expansão territorial brasileira, à medida que ultrapassou o Tratado de Tordesilhas e fundou povoados, garantindo, futuramente, o direito de Portugal sobre essas terras.

d) de sua atuação decisiva na Insurreição Pernambucana, que resultou na expulsão dos holandeses do nordeste, em 1654, considerada como o primeiro movimento de cunho emancipacionista da colônia.

e) da colaboração dos mesmos na formação das Missões Jesuíticas, cujo objetivo era a proteção e catequização de índios tupis, obstáculo à ocupação do território colonial

33. (UFMG-MG) *Restituídas as capitanias de Pernambuco ao domínio de Sua Majestade, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar, sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiu, nunca foram capazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daqueles.*

Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678, citado por CARNEIRO, Edson. Quilombo dos Palmares. *2. ed. São Paulo: CEN, 1958. v. 302. (Brasiliana)*

O texto faz referência tanto às invasões holandesas ("... dos inimigos que de fora as vieram conquistar") quanto ao quilombo de Palmares ("... o contrário, que das portas adentro nos infestou"). O quilombo de Palmares, núcleo de rebeldia escrava no Nordeste brasileiro, alcançou considerável crescimento durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco. Mesmo após a expulsão dos invasores estrangeiros pela população local, o quilombo resistiu a inúmeros ataques de tropas governistas.

a) Apresente uma razão para a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.

b) Explique, com base em um argumento, a longa duração de Palmares.

CAPÍTULO 17

Enem

34. Na América inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América inglesa quanto na portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo destes últimos e, muitas vezes, escravizados. No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América portuguesa:

a) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América inglesa.

b) mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América inglesa.

c) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América inglesa.

d) diferenciaram-se dos indígenas da América inglesa por terem suas terras devolvidas.

e) resistiram, como os indígenas da América inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

Vestibulares

35. (Unesp-SP)

[...] como puder, direi algumas coisas das que vi, que, ainda que mal ditas, bem sei que serão de tanta admiração que não se poderão crer, porque os que cá com nossos próprios olhos as vemos não as podemos com o entendimento compreender.

CORTÉS, Hernan. Cartas de Relacion de la Conquista de Mexico, *escritas de 1519 a 1526.*

O processo de conquista do México por Cortés estendeu-se de 1519 a 1521. A passagem acima manifesta a reação de Hernán Cortés diante das maravilhas de Tenochtitlán, capital da Confederação Mexica. A reação dos europeus face ao novo mundo teve, no entanto, muitos aspectos, compondo admiração com estranhamento e repúdio. Tal fato decorre

a) do desinteresse dos conquistadores pelas riquezas dos Astecas.

b) do desconhecimento pelos europeus das línguas dos índios.

c) do encontro de padrões culturais diferentes.

d) das semelhanças culturais existentes entre os povos do mundo.

e) do espírito guerreiro e aventureiro das nações europeias.

36. (UFMG-MG) Considerando-se as reduções, ou missões, jesuítico-guaranis fundadas no início do século XVII, na América do Sul, é incorreto afirmar que

a) entraram em conflito com os *encomenderos* da América Espanhola e com os bandeirantes, que penetravam na região com o objetivo de aprisionar e escravizar os indígenas.

b) resistiram às pressões das Coroas Espanhola e Portuguesa e continuaram a existir até o fim do período colonial, tendo sido destruídas por ocasião dos movimentos de independência.

c) se estabeleceram na região platina, em áreas fronteiriças dos Impérios Espanhol e Português, que correspondem, atualmente, a territórios do Paraguai, do nordeste da Argentina e do sul do Brasil.

d) tinham por objetivo a cristianização dos índios guaranis, que foram concentrados em comunidades aldeãs, administradas pelos jesuítas, sob rígida organização e disciplina de trabalho.

37. (PUC-SP) Sobre as civilizações indígenas americanas no momento da conquista europeia, podemos afirmar:

a) somente os maias e tupis foram escravizados e tiveram sua cultura destruída no processo de conquista e colonização da América.

b) cheienes, cheroquis, iroqueses e dakotas ocupavam várias regiões na América do Norte, foram exterminados pela colonização francesa, e sua marcha expansionista de norte a sul e de leste a oeste teve como resultado a dominação das terras do atual Estados Unidos.

c) tupis, jês, nuaruaques e caraíbas ocupavam praticamente toda a região do atual território brasileiro, foram caçados para serem transformados em escravos pelos senhores espanhóis e holandeses, cujo objetivo seria vendê-los como produtores de especiarias para o Oriente.

d) maias, astecas e incas, que viviam na América Central, vale do México e região andina, foram dominados pelos espanhóis no século XVI e perderam autonomia e controle sobre sua sofisticada organização sociocultural e política, permanecendo submetidos através do sistema de *encomiendas*, *mitas* ou *quatequil* que os reduzia à escravidão permanente ou temporária.

e) os indígenas brasileiros tupis e jês foram exterminados no processo da conquista portuguesa, sendo apenas possível seu conhecimento pela arqueologia.

38. (UFRGS-RS) O fato de os astecas e incas não haverem sido eliminados ou expulsos pelos conquistadores espanhóis se deveu:

a) à existência de excedente de produção e de força de trabalho organizada nessas civilizações.

b) ao respeito dos colonizadores pelas culturas desses povos.

c) aos tratados com os *criollos*, que regulamentavam as formas de convivência.

d) à associação com os colonizadores na exploração dos povos mais fracos.

e) à existência de ouro e prata nas regiões ocupadas por esses povos.

39. (Fuvest-SP) *Para o conjunto da economia europeia, no século XVI, caracterizada pela produção em crescimento e pelo grande aumento das transações mercantis, ao lado de um novo crescimento de sua população, o efeito mais importante dos grandes descobrimentos foi a alta geral dos preços...*

O efeito a que o texto se refere foi provocado:

a) pelo grande afluxo de metais preciosos.

b) pela ampliação das áreas de produção agrícola.

c) pela redução do consumo de produtos manufaturados.

d) pela descoberta de novas rotas comerciais no Oriente.

e) pelo deslocamento do eixo comercial para o Mediterrâneo.

40. (Fuvest-SP) Frei Antônio de Montesinos, em 1512, no Caribe, pregava aos conquistadores espanhóis:

Com que direito haveis desencadeado uma guerra atroz contra essas gentes que viviam pacificamente em sua própria terra? Por que os deixais em semelhante estado de extenuação? Por que os matais a exigir que vos tragam diariamente seu ouro? Acaso não são eles homens? Acaso não possuem razão e alma? Não é vossa obrigação amá-los como a vós próprios?

Explique essas palavras de Montesinos dentro do contexto da conquista espanhola da América.

41. (Unicamp-SP) *No ano de 73 a.C., um grande número de escravos e camponeses pobres se rebelou contra as autoridades romanas no Sul da Itália. Os escravos buscavam retornar às suas pátrias. Depois de resistirem aos exércitos romanos durante dois anos, a maioria foi massacrada.*

Traduzido e adaptado de P. Brunt, Social Conflicts in the Roman Republic.

a) Compare a escravidão na Roma Antiga e na América colonial, identificando suas diferenças.

b) Quais foram as formas de resistência escrava nesses dois períodos?

42. (Fuvest-SP) *O puritanismo era uma teoria quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita (...) o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade.*

Essa passagem de *A Democracia na América*, de A. de Tocqueville, diz respeito à tentativa:

a) malograda dos puritanos franceses de fundarem no Brasil uma nova sociedade, a chamada França Antártida.

b) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Canadá.

c) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no sul dos Estados Unidos.

d) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no norte dos Estados Unidos, na chamada Nova Inglaterra.

e) bem-sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

43. (UFV-MG) Considerando as peculiaridades da colonização europeia no Novo Mundo, numere a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a alternativa que constitui a sequência numérica correta.

1 – Espanha
2 – França
3 – Holanda
4 – Inglaterra
5 – Portugal

[ ] Não respeitava o tratado de Tordesilhas. Foi o primeiro país a fazer uma tentativa séria de colonização no Canadá.

[ ] Possuía o principal banco da Europa. Criou a Companhia das Índias Ocidentais.

[ ] Seus filhos nascidos na América tinham situação social inferior à dos nascidos no país de origem. Buscava metais preciosos e não explorava a agricultura.

[ ] Inicialmente, mandou algumas expedições exploratórias para conhecer as possibilidades da terra. Somente com o declínio do comércio de especiarias passou a cultivar suas terras na América.

[ ] Sua colonização teve caráter ocupacional. Buscava terras, liberdade religiosa e política, além do enaltecimento nacional.

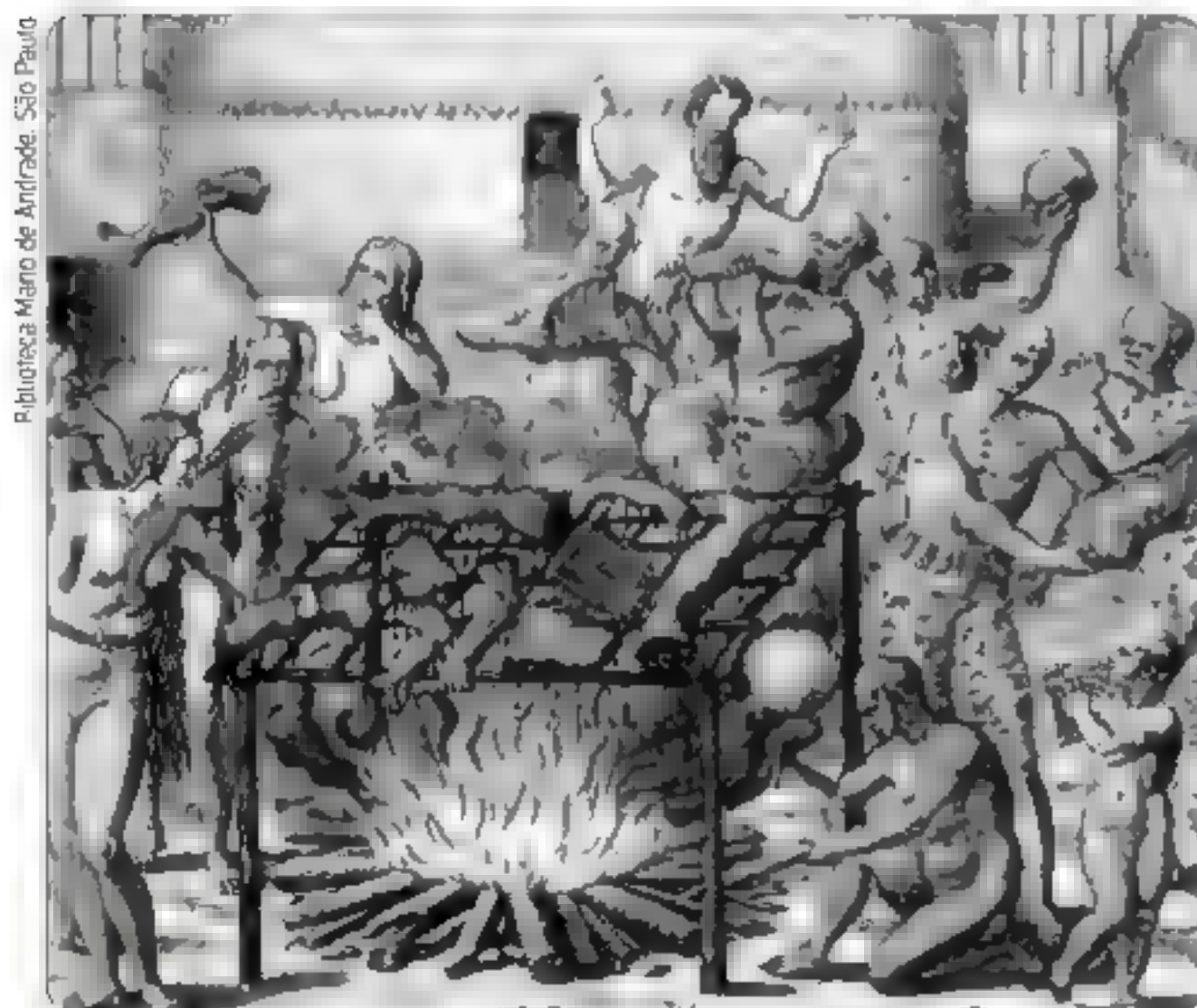
a) 1, 5, 3, 4 e 2
b) 3, 1, 4, 2 e 5
c) 5, 4, 2, 3 e 1
d) 4, 2, 5, 1 e 3
e) 2, 3, 1, 5 e 4

44. (Ibmec) A emigração para a América inglesa ocorreu durante o século XVII, na época dos Stuart, e está relacionada:

a) ao processo inquisitorial que se iniciou no século XV após a reforma religiosa, levando judeus e marranos a fugirem da Inglaterra para a América
b) ao desterro de nobres ingleses que após uma luta acirrada durante a revolução gloriosa, viram-se obrigados a começar uma vida nova no continente americano
c) às lutas constantes entre diferentes facções religiosas surgidas com a Reforma Protestante e à perda de terras dos pequenos proprietários ingleses para os latifundiários
d) à busca por ouro, iniciada com a colonização espanhola e seguida por notícias de novas jazidas no oeste do atual Estados Unidos
e) ao cumprimento das novas regras territoriais, decididas pelo Papa, que dividiram o continente americano entre quatro países: Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda

Enem

45. A primeira imagem abaixo (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda, acima, à direita, mostra Tiradentes esquartejado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo

▲Theodor De Bry, século XVI

Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora

▲*Tiradentes esquartejado*, Pedro Américo, 1893

A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

I. Os artistas registraram a antropofagia e o esquartejamento praticados no Brasil.

II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena e o esquartejamento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.

III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre "bárbaros" e "civilizados", indígenas e europeus.

Está correto o que se afirma em:

a) I apenas.
b) II apenas.
c) III apenas.
d) I e II apenas.
e) I, II e III.

Vestibulares

46. (PUC-SP) *Quando a capitania das Minas Gerais conhecia o seu apogeu, milhares de homens viviam na miséria, passavam fome, vagavam sem destino pelos arraiais, tristes frutos deteriorados de um sistema econômico doente e de uma estrutura de poder violenta. Da riqueza extraída das Minas, quase tudo ia para a Metrópole, onde se consumia em gastos suntuários, em construções monumentais (...), no pagamento das importações de que Portugal necessitava.*

SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Opulência e miséria nas Minas Gerais.* São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 75-6.

O texto mostra várias faces da exploração do ouro nas Minas Gerais durante o período colonial. A partir dele e de seus conhecimentos sobre o período, indique a alternativa correta.

a) Poucos se beneficiaram da riqueza oferecida pelos minérios e nenhum brasileiro enriqueceu com a extração de ouro ou de diamantes porque apenas os portugueses podiam realizá-la.

b) A mão de obra escrava predominava nas Minas Gerais porque a Igreja Católica impedia que os índios trabalhassem e nenhum homem livre se dispunha a enfrentar as dificuldades da região.

c) O sonho do enriquecimento fácil e rápido atraiu milhares de pessoas para a região e todos podiam explorar livremente, pois a metrópole não estabelecia qualquer limite ou restrição à atuação dos mineradores.

d) A imensa riqueza extraída era compartilhada de forma desigual, dada a forte dependência da Metrópole, o alto custo dos alimentos na região e o grande volume de impostos.

e) Quase todos os escravos que trabalharam nas Minas Gerais obtiveram alforria, por meio do furto de parte do minério encontrado ou porque os proprietários libertavam aqueles que descobriam ouro.

47. (Fuvest-SP) *E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estranhos e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil...*

ANTONIL, João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711

Esta frase indica que as riquezas minerais da colônia

a) produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.

b) foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra.

c) prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.

d) foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando na região do rio da Prata.

e) possibilitaram os acordos com a Holanda que asseguraram a importação de escravos africanos.

48. (UFT-TO) Considerando-se a descoberta de metais preciosos no interior do Brasil, no período colonial, é incorreto afirmar:

a) a Derrama consistia na cobrança de impostos atrasados quando não eram preenchidas as cotas anuais, estabelecidas pelas autoridades portuguesas.

b) a escassez de alimentos, nos primeiros anos de ocupação da região mineira, se deveu ao rápido crescimento populacional.

c) a mineração determinou uma ocupação do território marcadamente rural, o que impediu a formação de cidades importantes.

d) o excesso do rigor fiscal da Coroa portuguesa, no decorrer do século XVII, provocou várias revoltas – como as de 1720 e 1789

49. (Fuvest-SP) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que:

a) atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizaram a mineração.

b) a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal.

c) a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil.

d) o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração

e) a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil e foi fator de diferenciação da sociedade

50. (Ibmec) Leia o trecho abaixo sobre o Marquês de Pombal, importante ministro de Portugal, entre 1750 e 1777.

A longa preeminência de Pombal nos assuntos de Estado não ocorreu, é claro, isolada do resto da experiência histórica do século XVIII português. O contexto social, político e econômico criou poderosas restrições ao que qualquer ministro, por mais poderoso que fosse, pudesse alcançar. Para Pombal, essas restrições decorriam das características especiais do longo século XVIII português, que começou no final da década de 1660 e terminou em 1807. Foi, na verdade, a avaliação sagaz de Pombal da realidade das circunstâncias de Portugal que lhe forneceu muitas das alavancas que ele utilizou para consolidar o seu poder e, depois, levar a influência do Estado a apoiar os propósitos de reforma

Trecho retirado de KENNETH, Maxwell. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 37

Sobre a reforma citada no texto é correto afirmar que Pombal:

a) Buscava a modernização portuguesa inspirado em princípios iluministas; porém usava mecanismos tradicionais do poder absolutista para tentar efetivá-la.

b) Dificultava, como legítimo representante da nobreza lusitana, qualquer mudança proposta pela burguesia de seu país que buscasse a adoção de princípios liberais

c) Ampliava a autonomia da colônia portuguesa na América por meio da diminuição de impostos e pela liberdade comercial entre Brasil e África

d) Restringia a participação da nobreza portuguesa nos negócios da colônia, em benefício dos membros da Igreja Católica, principalmente os jesuítas.

e) Apoiava a reforma educacional proposta pelos defensores da retomada de valores cristãos nos cursos de direito, diante do avanço de ideais cientificistas.

51. (UFBA-BA) Com base nos conhecimentos sobre o período colonial brasileiro, indique, para cada situação em destaque, um fator que comprove a importância da economia colonial brasileira para as relações econômicas entre Portugal/Holanda e Portugal/Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII

Olimpíadas da Unicamp

52. Documento enviado ao Rei pelo Conselho Ultramarino em 1725:

Conselho Ultramarino

Representação legal

Pede o Conselho que Vossa Majestade mande passar ordem ao governador das Minas pelas quais se lhe que não possa daqui em diante ser eleito vereador ordinário, nem andar na administração das vilas daquela capitania, homem que seja mulato dentro de quatro graus em que o mulatismo é impedimento, e que também não possa ser eleito [...]. Desta forma, ficarão aqueles ofícios dignamente ocupados e se conseguir que homens daquele país procurem deixar descendentes não defeituosos, impuros [...].

Por meio do documento, podemos afirmar que:

a) o Conselho preocupava-se em livrar o governo de três categorias distintas de pessoas: mulatos, indivíduos com deficiências físicas e indivíduos com deficiências morais

b) o Conselho considerava aptas a ocuparem cargo público apenas as pessoas brancas.

c) tratava-se da lógica da "limpeza de sangue", ainda vigente na colônia no século XVIII.

d) o pedido do Conselho Ultramarino ao rei indica que era possível que indivíduos mulatos pleiteassem cargos públicos.

CAPITULO 19

Vestibulares

53. (UFSCar-SP) Considere as proposições abaixo e assinale as que se incluem entre as ideias políticas e sociais defendidas pelos escritores iluministas do século XVIII.

I. A razão é o único guia infalível da sabedoria e é o único critério para o julgamento do bem e do mal.

II. A prosperidade de um país está condicionada à acumulação de metais preciosos, ouro e prata

III. O poder político vem de Deus, que é a fonte única de toda autoridade

IV. O homem é naturalmente bom e a educação aperfeiçoa as suas qualidades inatas

V. O poder político emana do povo, que deve ter o direito de escolher os seus governantes.

a) I, II e IV
b) I, III e V
c) II, III e IV
d) II, III e V
e) I, IV e V

54. (UFF-RJ) *O fracasso estrondoso de* O contrato social, *o livro menos popular de Rousseau antes da Revolução, levanta um problema para os estudiosos que investigam o espírito radical na década de 1780: se o maior tratado político da época não conseguiu despertar interesse entre muitos franceses cultos, qual foi a forma das ideias radicais que efetivamente se adaptou aos seus gostos?*

DARNTON, Robert. O lado oculto da Revolução. São Paulo. Companhia das Letras, 1988. p. 130

Assinale a resposta que está mais de acordo com as colocações do autor:

a) A literatura clandestina que circulava na França no século XVIII foi um empreendimento econômico e uma força ideológica que legitimou o poder de Luís XV e o Antigo Regime.

b) Ao contrário da afirmativa acima, *O contrato social* de Rosseau foi um *best-seller* da época, pois traduzia os anseios e expectativas da nobreza francesa em crise.

c) A progressiva separação entre ciência e teologia no século XVIII não liberou a ciência da ficção. Neste sentido a ideia mística sobre a natureza e seu poder transformador traduzia-se numa visão radical que alimentou o espírito revolucionário dos franceses às vésperas da Revolução

d) As ideias radicais que alimentaram o espírito revolucionário dos franceses eram tributárias da literatura da época, pois a população francesa era majoritariamente analfabeta.

e) A Revolução Francesa representou o fim dos privilégios da nobreza e a consagração dos interesses burgueses. Neste sentido, a literatura da época expressou tão somente a tensão entre a nobreza e a burguesia.

55. (UFV-MG) Durante os séculos XVII e XVIII a Europa viveu um importante movimento de ideias que revolucionou o pensamento científico e político. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a alternativa correta.

1 – John Locke

2 – Montesquieu

3 – Descartes

4 – Rousseau

5 – Voltaire

( ) A tendência natural do homem é abusar do poder que lhe foi confiado. Para evitar o despotismo, a autoridade do governo deve ser desmembrada em três poderes – legislativo, executivo e judiciário.

( ) A liberdade de pensamento e de religião, bem como a igualdade perante a lei, é direito natural do homem.

( ) O governo existe pela necessidade de garantir os direitos e a segurança dos homens, mas seus poderes não podem ultrapassar os limites estabelecidos por aqueles que o escolheram.

( ) A razão é a única forma de se chegar ao conhecimento verdadeiro dos fatos.

( ) Todo poder emana do povo e é em nome do povo que ele é exercido.

a) 4, 3, 2, 1 e 5

b) 3, 4, 5, 2 e 1

c) 2, 5, 1, 3 e 4

d) 1, 2, 4, 5 e 3

e) 5, 1, 3, 4 e 2

56. **(Fuvest-SP)** Carlos III, rei da Espanha entre 1759 e 1788, implementou profundas reformas — conhecidas como bourbônicas — que tiveram grandes repercussões sobre as colônias espanholas na América. Entre elas,

a) o estabelecimento de medidas econômicas e políticas, para maior controle da Coroa sobre as colônias.

b) o redirecionamento da economia colonial, para valorizar a indústria em detrimento da agricultura de exportação.

c) a promulgação de medidas políticas, levando à separação entre a Igreja Católica e a Coroa.

d) a reestruturação das tradicionais comunidades indígenas, visando instituir a propriedade privada.

e) a decretação de medidas excepcionais, permitindo a escravização dos africanos e, também, a dos indígenas.

57. **(Cesgranrio-RJ)** *(...) Estas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve estar totalmente dissolvida*

JEFFERSON, Thomas.
Declaração de Independência, 1776

A afirmação de liberdade e independência contida no trecho lido relaciona-se.

a) ao propósito das colônias do Norte de se separarem do Sul escravista, em função dos entraves que a organização social sulina criava ao desenvolvimento capitalista

b) ao interesse dos colonos norte-americanos em se alinharem com a França revolucionária, que lhes oferecia oportunidades mais ricas e proveitosas para as trocas comerciais.

c) à reação dos colonos, sustentada nas ideias dos filósofos iluministas, contra o reforço das medidas de exploração colonial imposto pela Inglaterra.

d) ao propósito de alcançar a autonomia política, embora preservando o monopólio comercial, que favorecia a economia das colônias do Norte

e) à formalização de uma separação que, na verdade, já existia, como atesta a liberdade comercial que gozavam tanto as colônias do Norte quanto as do Sul.

58. **(Unicamp-SP)** *Todo o poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus.*

BOSSUET, Jacques.
Política Tirada das Palavras da Sagrada Escritura, 1709

(...) Que seja prefixada à Constituição uma declaração de que todo o poder é originalmente concedido ao povo e, consequentemente, emanou do povo.

Emenda constitucional proposta por Madison, em 8 de junho de 1789

a) Explique a concepção de Estado em cada um dos textos.

b) Qual a relação entre indivíduo e Estado em cada um dos textos?

UNIDADE 5

PARA ENTENDER NOSSO TEMPO: O SÉCULO XIX

Esta unidade contém uma série de assuntos referentes ao século XIX, cuja construção é comentada na seção ***Discutindo a História*** por meio de três temas centrais: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o processo de independência do Brasil.

O objetivo é relativizar o conhecimento e tocar no ponto sensível de sua construção e historicidade, evitando que o passado apareça como um dado pronto e natural. O professor tem elementos para discutir os diferentes papeis que a Revolução Francesa adquiriu para os pesquisadores. O mesmo se dá com a Revolução Industrial, que é interpretada não apenas a partir da tecnologia, mas também por meio das formas de adaptação cultural das sociedades às novas técnicas. A independência do Brasil é mostrada como uma construção ligada à representação do poder, resultado da negociação e do choque de projetos diferentes.

Capítulo 20

UMA ERA DE REVOLUÇÕES

O capítulo trata das mudanças políticas, econômicas e sociais na Europa do século XVIII, especialmente na Inglaterra e na França.

Tomamos como ponto de partida, para nortear o trabalho do capítulo, a questão da **igualdade** e **propriedade**, temas centrais da formação do mundo contemporâneo. Na seção ***Para pensar historicamente***, além de questionarmos esses aspectos, acrescentamos uma problematização, buscando vincular o conteúdo do capítulo à desigualdade social brasileira na atualidade.

Optamos por trabalhar com uma abordagem unificada da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Apesar de preservar a especificidade de cada tema, visamos demonstrar que se trata de dois processos quase concomitantes que constituem as duas grandes linhas de força necessárias para a compreensão de quase todos os acontecimentos políticos, econômicos e sociais do século XIX.

Acreditamos que o professor deva, em aula, desenvolver as etapas da Revolução Francesa tendo em vista essa problematização e discutindo exemplos da realidade dos alunos. A Revolução Industrial fornece um outro referencial, em que sistemas políticos são submetidos à agenda econômica. Os debates serão bastante interessantes se os ideais de liberdade e de igualdade forem vistos tendo a noção de propriedade privada e de lucro como pano de fundo.

O texto da atividade *1. Leitura e interpretação de texto literário*, de Charles Dickens (1812-1870), é importante para refletir com os alunos em que medida a industrialização da segunda metade do século XVIII, a partir da mecanização do setor têxtil, interferiu no espaço urbano e na vida das pessoas.

As imagens do filatório, da máquina de fiar, do tear mecânico e de James Watt aperfeiçoando a máquina a vapor destacam os avanços tecnológicos e as principais invenções mecânicas ocorridas na Revolução Industrial.

O texto do historiador Bluche é importante para destacar que a Revolução Francesa, embora tenha aberto as portas para uma ordem política mais compatível ao capitalismo, teve um elevado custo econômico para a França. As medidas econômicas adotadas durante a Revolução não foram suficientes ao desenvolvimento da indústria e do comércio franceses para que pudessem competir com os ingleses. Já o texto do historiador Albert Soboul ressalta que a Revolução Inglesa *colocou um ponto final na Idade Média*. Para ele, *a Revolução Inglesa foi muito menos radical que a Francesa*, pois *foi estreitamente burguesa e conservadora em comparação com a Revolução Francesa, largamente burguesa e democrática*. Os dois textos são importantes para ressaltar que as interpretações históricas dependem das perspectivas de análise de seus autores, como: desenvolvimento econômico, avanço social, distribuição de propriedades e direitos políticos. É importante evidenciar que nem sempre uma nova ordem de progresso social encontra paralelo em uma nova ordem de progresso econômico.

Outro exemplo desse processo de análise de um determinado fato histórico é o texto da atividade *2. Leitura e interpretação de texto historiográfico*, no final do capítulo, no qual o historiador Eric Hobsbawm explicita as contradições dos projetos da burguesia francesa no decorrer do processo revolucionário, delineadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Para o historiador, se por um lado o documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, por outro, não é um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária, pois o que estava subjacente aos projetos da burguesia francesa explicitados era a propriedade privada como um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável.

Professor

Aqui começam as orientações para a Unidade 5 e o Capítulo 20 (p. 390 a p. 415).

Tese

MENEGUELLO, C. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000229504>. Acesso em: 13 abr. 2010.

Filmes

Casanova e a revolução – a noite de Varennes. Direção de Ettore Scola. Inglaterra/França, 1981 (133 min).

Danton – o processo da revolução. Direção de Andrzej Wajda. França, 1982 (136 min).

Daens: um grito de justiça. Direção de Stijn Coninx. Bélgica, 1992 (132 min).

Germinal. Direção de Claude Berri. Bélgica/França/Itália, 1993 (155 min).

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de tese, filmes, livros e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: pesquisa de imagens de época e posteriores sobre a Revolução Francesa. Identificar autoria, data e origem de cada uma. Analisar os elementos, o estilo e a mensagem. Elaborar um pequeno texto analisando as conclusões obtidas.
- **História e Física**: pesquisa sobre os avanços científicos (motor a vapor, processo de obtenção do aço, dínamo, telégrafo, telefone, indústria química, automóvel, avião) do período e suas consequências para a vida das pessoas.

▶ Textos de apoio

Exploração do trabalho infantil

Entrar para uma fábrica era, diziam, como ir para um quartel ou para uma prisão. [...] A maioria desses infelizes seres eram crianças assistidas, fornecidas – poderíamos dizer vendidas – pelas paróquias por elas responsáveis. Os manufatureiros, principalmente durante o primeiro período do maquinismo, quando as fábricas eram construídas fora das cidades, e, em geral, longe delas, teriam tido grande dificuldade para obter a mão de obra de que necessitavam em sua vizinhança imediata. Por seu lado, as paróquias só queriam se desembaraçar de suas crianças. Aconteciam verdadeiros negócios, vantajosos para ambas as partes, embora não para as crianças, que eram tratadas como mercadorias, entre os fabricantes e os administradores do imposto dos pobres. Cinquenta, oitenta, cem crianças eram cedidas em bloco e enviadas, como gado, com destino à fábrica onde deveriam ficar fechadas durante longos anos. [...] Os operários se recusavam, e com razão, a mandar as suas. Sua resistência, infelizmente, não durou muito tempo, levados pela necessidade, resignaram-se àquilo que, a princípio, tanto os havia horrorizado. [...] Longe de se indignarem, os contemporâneos achavam isso admirável. Yarranton recomendava a abertura de escolas de indústria, como vira na Alemanha, onde duzentas meninas fiavam sem descanso, sob a ameaça da palmatória de uma mestra, submetidas a um silêncio absoluto, e chicoteadas se não fiassem bem ou rápido o bastante [...] De Föe, ao visitar Halifax, ficou maravilhado ao ver as crianças de quatro anos ganharem a vida como pessoas adultas...

[...] Abandonados ao arbítrio dos patrões, que os mantinha fechados em seus edifícios isolados, longe de qualquer testemunha que pudesse comover-se com seu sofrimento, padeciam uma escravidão desumana. O único limite para seu dia de trabalho era o esgotamento completo de suas forças: durava quatorze, dezesseis e até dezoito horas... Frequentemente, para não paralisar o funcionamento das máquinas, o trabalho continuava sem interrupção, dia e noite. Nesse caso, eram formadas equipes que se revezavam: "as camas não esfriavam nunca". Os acidentes eram frequentes, sobretudo no final dos dias de trabalho muito longos, quando as crianças, exaustas, ficavam trabalhando meio adormecidas; foram incontáveis os dedos arrancados, os membros esmagados pelas engrenagens.

[...] As fábricas eram, geralmente, insalubres: seus arquitetos pouco se preocupavam com a higiene e com a estética. Os tetos eram baixos, de forma a se perder o menos possível de espaço, as janelas eram estreitas e, quase sempre, ficavam fechadas...

MANTOUX, P. *A Revolução Industrial no século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, s.d. In: CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992. p. 31-2. (Polêmica).

A saúde dos operários no início da industrialização

Os trabalhadores achavam, pois, difícil adaptar-se à disciplina imposta pela fábrica. No passado, os artífices e os camponeses trabalhavam muitas horas, mas podiam descansar de vez em quando. A máquina cruel, contudo, precisava de atenção constante. A pontualidade e a rigorosa atenção ao trabalho eram reforçadas por multas e pela ameaça de demissão.

O novo sistema industrial arruinou a saúde de muitos trabalhadores. Quase todas as indústrias tinham as suas doenças características e as suas deformidades físicas. Os oleiros, os pintores e os cortadores de arame sofriam de envenenamento pelo chumbo; os mineiros, de tuberculose, de anemia, de vista e de deformações da espinha; os afiadores, de asma; os fiandeiros, de perturbações brônquicas; os fabricantes de fósforos, de envenenamento pelo fósforo. Jules Simon, escrevendo acerca das fábricas francesas, declarou: "os visitantes não podem respirar nesses tristes lugares". Nos países continentais que tinham recrutamento militar, verificava-se que os recrutas das regiões

Bibliografia

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1969.

FLORENZANO, M. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FURET, F. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. São Paulo: Verbo/Edusp, 1979.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: Europa – 1789-1848*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A era do capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IGLÉSIAS, F. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEFEBVRE, G. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Ibrasa, 1966.

_____. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

OZOUF, M. *Varennes, a morte da realeza. 21 de junho de 1791*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4).

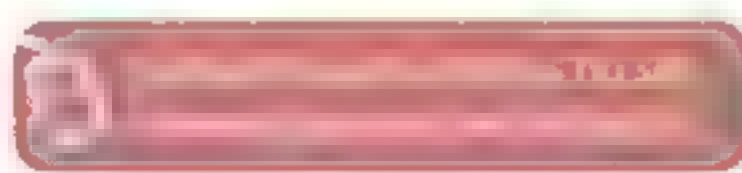
POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STAROBINSKI, J. *1789, os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

industriais tinham muito mais defeitos físicos do que os jovens dos distritos rurais. A expectativa de vida dos trabalhadores das fábricas e dos mineiros era pequena. Tem-se dito que na indústria de cutelaria de Sheffield, em 1865, a média da idade dos amoladores de tesouras era de 32 anos, dos afiadores de utensílios de lâmina e tesouras de tosquiar, 33 anos, dos afiadores de facas de mesa, 35 anos, enquanto, entre 290 amoladores de navalhas de barba então trabalhando, só 21 tinham chegado aos 50 anos de idade.

Além disso, ocorriam muitos acidentes em fábricas e minas. Quedas de carvão e explosões subterrâneas eram causas frequentes de mortes e de ferimentos nas minas. No Ruhr, por exemplo, os acidentes fatais subiram de 26 em 1850, a 537, em 1900. E nos dias em que os maquinismos raramente eram resguardados, tornava-se inevitável que os operários recebessem sérios ferimentos. Operários de construção, operários de docas e marinheiros também se ocupavam em trabalhos perigosos.

HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. São Paulo: Verbo/Edusp, 1979. p. 123 4.

▶ Comentários das atividades

Para recordar (*Revolução Industrial e trabalho*)

1. A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII esteve associada a uma série de fatores. a) O processo de cercamento das terras comunais, tornadas propriedades privadas, obrigou um número expressivo de camponeses a abandonar as áreas rurais e a se dirigir para as cidades em busca de trabalho, o que resultou numa grande oferta de mão de obra barata para as manufaturas inglesas. Além disso, a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, entre Portugal e a Inglaterra, favoreceu a entrada dos produtos manufaturados ingleses no mercado lusitano e colonial. Como consequência, a riqueza vinda da exploração das colônias portuguesas foi transferida à Inglaterra, onde foi investida no processo de industrialização. b) A Inglaterra possuía inúmeras minas de carvão em seu território – o principal recurso energético da primeira Revolução Industrial. Esses fatores, entre outros, impulsionaram a industrialização inglesa e transformaram o país, no século seguinte, na maior potência econômica e política do século XIX.

2. Com as revoluções Puritana e Gloriosa, a burguesia, representada no Parlamento britânico, passou a controlar o poder político e a determinar medidas que tinham por objetivo a expansão de seus negócios e de seus interesses no cenário internacional. Desse modo, a política externa britânica passou a ser conduzida de acordo com as necessidades do capitalismo inglês.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto literário

a) A cidade industrial é caracterizada pela fuligem expelida pelas chaminés, pela repetição de um padrão urbano, com casas e ruas parecidas e pela existência de um numeroso proletariado, cuja vida é moldada pela rotina da fábrica.

b) Na cidade descrita por Dickens, ruas, casas e pessoas se parecem umas com as outras, como os bens fabricados em série na linha de produção das fábricas. Além disso, os operários são descritos como peças de uma enorme engrenagem, que impõe às suas vidas um ritmo mecânico, repetitivo e condicionado pelo processo de produção. Ou seja, o texto de Dickens aponta para uma desumanização do trabalhador humano, na medida em que este acaba fundindo-se à máquina e se tornando indissociável dela.

2. Leitura de textos e produção de síntese

Avalie se os textos produzidos pelos alunos apresentam coesão e coerência. Observe se os estudantes conseguiram elaborar uma síntese dos três textos apresentados, identificando neles elementos sobre os tópicos indicados no enunciado. É importante que eles percebam a separação entre trabalho braçal e intelectual na sociedade industrial e a alienação a que o proletariado está submetido. Devem, ainda discutir o papel da educação escolar como meio para disciplinar o trabalhador, mais do que para qualificá-lo. Em relação ao último item, proponha aos alunos discutirem e opinarem, coletivamente, que aspectos do trabalho fabril atravessaram o tempo sem sofrer mudanças significativas e quais se transformaram. Nesse debate, é importante considerar, entre outros aspectos, a automatização da produção, o surgimento de novas profissões técnicas e legislação trabalhista.

Para recordar (*Etapas da Revolução Francesa*)

1. Avalie os motivos elencados pelos alunos para explicar a eclosão da Revolução Francesa. Devem aparecer no esquema-resumo a difusão das ideias iluministas, a crise financeira da França, a ascensão econômica, as aspirações políticas da burguesia e a crise social (más colheitas, alta dos preços e fome). Alguns alunos poderão acrescentar o desprestígio da corte de Luís XVI, aspecto bastante explorado pela indústria cinematográfica.

Endereços eletrônicos

Banco de imagens sobre o "período do terror" do governo jacobino. Disponível em: <www.blastm k.com/decolletel gui otine>. Acesso em: 13 abr. 2010. Em francês, este *site* disponibiliza um banco de imagens com ilustrações de cunho político (como caricaturas) e desenhos técnicos do funcionamento das guilhotinas.

Coleção de panfletos da Revolução Francesa. Disponível em: <http://libx.bsu.edu/cdm4/browse.php?CISOROOT=FrnchRev>. Acesso em: 13 abr. 2010. O portal disponibiliza uma grande coleção de panfletos distribuídos pelo "Terceiro Estado" durante diferentes fases da revolução. É possível acessar fac-símiles dos documentos. Em inglês.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções. Europa – 1789-1848*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cândido ou o otimismo*. São Paulo: Scipione, 2001.

YAZBEK, Mustafa. *A conquista do México*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (O Cotidiano da História).

2. Nessa questão é importante avaliar o respeito pela cronologia dos fatos e a maneira como os alunos articularam as várias etapas do processo revolucionário. Devem constar nos resumos:

a) A formação da Assembleia Nacional Constituinte, a queda da Bastilha e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão;

b) A fase da monarquia constitucional e a ofensiva das nações absolutistas contra a França e a prisão do rei;

c) A fase da Convenção Nacional, os debates entre jacobinos e girondinos, a radicalização da revolução e o Terror jacobino;

d) A fase da Convenção Termidoriana, a guinada conservadora da revolução e a formação do Diretório;

e) A fase de instabilidade durante o governo do Diretório e o golpe do 18 Brumário.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de imagem

a) Jacques-Louis David (1748-1825) foi um pintor francês contemporâneo da Revolução Francesa. Influenciado na juventude pelo estilo rococó, filiou-se à escola neoclássica – que exaltava os valores e a estética greco-romana – durante os anos em que estudou na Itália. A partir de 1782, sua carreira decolou e David tornou-se um pintor renomado. Durante o processo revolucionário, aproximou-se dos jacobinos, tendo sido amigo próximo de Marat e de Robespierre e membro da Convenção Nacional. Desde então colocou sua arte a serviço da revolução, transformando-a em verdadeiro panfleto político. Após a queda dos jacobinos, David tornou-se pintor oficial de Napoleão, realizando alguns de seus retratos mais famosos. Com a queda de Napoleão e a restauração da monarquia, passou a viver exilado em Bruxelas, onde morreria.

b) O quadro faz referência ao episódio em que os deputados do Terceiro Estado, impedidos de entrar na sala da Assembleia dos Estados Gerais, se retiram para a sala de jogo de pela do palácio e se declaram em Assembleia Nacional Constituinte, exigindo o fim do absolutismo na França.

c) e d) A análise do quadro pode ser feita em duplas ou grupos pequenos. É importante que os alunos elaborem o roteiro de observação por escrito – depois alguns podem ser apresentados à classe para discussão. O quadro *O juramento do jogo de pela* representa a reunião dos deputados franceses para um juramento na sala do palácio onde se reuniram em Assembleia Nacional. Uma linha horizontal divide a tela em dois campos. Na parte superior, há um grande espaço aberto, ocupado apenas pelas janelas laterais e pela luz que a atravessa, incidindo sobre a personagem que está no centro da pintura, e se espalhando sobre as demais figuras reunidas no campo inferior. Nas janelas podem ser vistas pessoas de diferentes classes sociais. Estão como espectadores, e a presença delas parece legitimar o que se passa na sala. A luz remete à razão, ao esclarecimento, que ilumina os deputados reunidos. Pela janela, percebemos também a entrada de uma lufada de vento, que pode remeter à ideia de renovação. Outras duas linhas diagonais cruzam-se praticamente na altura da palma da mão da personagem central, que estende o braço para o alto em sinal de juramento. Pintada numa posição mais elevada, sobre uma mesa, ela ocupa o vértice de um triângulo imaginário, cuja base abriga as figuras de outras três personagens que se abraçam em sinal de concórdia: uma está caracterizada como um religioso, outra como um nobre e a terceira como um burguês, representando os três estados da sociedade francesa. Todas as demais personagens convergem para a figura central, com os braços estendidos para o alto em sua direção, num movimento centrípeto, que atrai inevitavelmente o olhar e a atenção do espectador. A imagem dá a ideia de união da nação em torno de um mesmo ideal e convida o espectador a participar desse movimento. As únicas personagens que não acompanham o gesto são dois homens que se atracam no canto esquerdo, numa região de penumbra, de escuridão.

2. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) Porque previa a existência de distinções sociais; o caráter inviolável, sagrado e inalienável da propriedade privada, considerada um direito natural e a manutenção de uma oligarquia possuidora de terras que moldava as determinações da monarquia constitucional.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos reflitam sobre as condições de desigualdade social e a permanência de grupos privilegiados na sociedade francesa.

c) De acordo com Hobsbawn, a igualdade defendida pelos revolucionários limitava-se ao aspecto jurídico, sem que fosse acompanhada de qualquer proposta de superação das desigualdades sociais. Na prática, a igualdade defendida era aquela que assegurasse o controle político da França pela elite econômica francesa.

anotações

UNIDADE 5

Para entender nosso tempo: o século XIX

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

Discutindo a História

O LONGO SÉCULO XIX

Nesta unidade estudaremos o período que alguns historiadores chamam de "longo século XIX". Durante mais de cem anos, vários acontecimentos políticos, econômicos e sociais, em toda a sociedade ocidental, foram influenciados pelo evento que lhes dá início: a Revolução Francesa de 1789.

Trata-se de um século marcado por tentativas de restauração da monarquia – agora sujeita à limitação imposta pelos opositores cada vez mais expressivos do absolutismo – e pela repressão aos movimentos de afirmação popular, em meio às sucessivas conquistas políticas e sociais da população mais pobre. Em termos sociais e econômicos, pode-se observar a consolidação da burguesia, da industrialização e de um de seus principais efeitos: a expansão imperialista e o conflito entre as nações, que, conforme sabemos hoje, acabou por desembocar na grande guerra mundial de 1914. Aliás, retomando a reflexão já desenvolvida aqui anteriormente sobre a visão eurocêntrica da história, a corrida imperialista e a consequente partilha da Ásia e da África foram realizadas em meio a justificativas preconceituosas e a uma visão racista. Numa posição radical, relembramos a concepção de que a África negra não tinha história, defendida pelo filósofo Hegel (1830), apontada no capítulo 1.

Contudo, a importância de cada processo histórico só se torna evidente quando os historiadores analisam detalhadamente os fatores que o causaram e as consequências dele derivadas, além dos desdobramentos que provoca na sociedade. Como já apontamos, o conhecimento histórico, ao ser produzido, depende do olhar do historiador e das circunstâncias políticas, ideológicas e sociais em que está inserido. São esses fatores que o sensibilizam para considerar este ou aquele motivador do processo, ou, ainda, este ou aquele impacto na sociedade.

Comissão Nacional dos Museus e Monumentos

▲ Escultura ioruba em terracota

Schomburg Center Nova York

▲ Gravura do século XVIII que carrega um sentido de união amável, singela, entre a Europa, ao centro, a África, à esquerda, e a América, à direita.

◄ *A fábrica de ferro*, tela de Adolph Friedrich Erdmann von Menzel, de 1875. No detalhe, a representação de um *sans-culotte*, em litografia colorida do século XIX.

Partindo de três temas que estudaremos nesta unidade, a Revolução Francesa, a independência do Brasil e a Revolução Industrial, é possível entender melhor como o conhecimento histórico pode ser produzido segundo interesses e pontos de vista diversos, sem, contudo, deixar de ser história.

REVOLUÇÃO FRANCESA – LEITURAS

Diversos episódios ocorridos entre 1789 e 1799, na França, foram reconhecidos pelos que os vivenciaram como desencadeadores de uma grande mudança histórica. Alguns líderes desse conturbado período chegaram a instituir um novo calendário, entendendo que estava em curso uma revolução que, tanto quanto o nascimento de Cristo, mudaria irremediavelmente a história.

Os primeiros pesquisadores que se dedicaram a estudar esse movimento concluíram que houve, sim, uma revolução, independentemente de serem contra ela ou a seu favor, pois reconheciam uma relação entre os fatos ocorridos e uma grande mudança para todo o continente europeu e para o mundo. A Revolução Francesa acabou sendo tomada, no século XIX e mesmo no século XX, como modelo para os que pretendiam fazer outras revoluções contra as estruturas dominantes.

Próximo ao bicentenário da Revolução Francesa, em 1989, um grupo de historiadores insistiu na sua falta de importância, afirmando em linhas gerais que a França teria tido o mesmo desenvolvimento político caso não tivesse passado pela Revolução, o que contradizia completamente a opinião dos estudiosos do século XIX e dos teóricos marxistas, ligados de alguma forma à Revolução Russa de 1917.

Hoje, continua a haver divergências entre aqueles que a estudam. E, apesar dos mais de duzentos anos que nos separam desse acontecimento, a Revolução ainda significa um elemento de referência para os diversos posicionamentos políticos. Isso mostra o quanto o passado participa do presente, mediado pela memória e pela ciência histórica, e quanto é necessário continuar a estudá-lo.

Biblioteca Nacional de Paris, Bettmann/Corbis/Latinstock

Execução do rei Luís XVI. Nesta gravura de Charles Monnet, de 1793, uma vista geral da multidão assistindo em 1793 à execução, na guilhotina, do rei Luís XVI – monarca absolutista que foi deposto pela Revolução Francesa. A produção de pinturas e gravuras sobre um evento como esse contribui para reforçar um posicionamento histórico

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL

Quando se fala em independência do Brasil, é muito comum associá-la à imagem de D. Pedro I sacando a espada e proclamando impetuosamente a separação entre Brasil e Portugal, como na tela abaixo. Essa imagem, arraigada na mentalidade dos brasileiros, é resultado de escolhas feitas por historiadores e outros estudiosos ainda no século XIX.

Museu Paulista da USP, São Paulo

▲ *Independência ou morte* mostra D. Pedro I proclamando a independência política do Brasil, em São Paulo, em 1822. A tela foi pintada em 1888 por Pedro Américo e está no Museu Paulista, em São Paulo (SP).

Na verdade, não houve um momento específico em que a região que constituía a Colônia portuguesa na América tenha se tornado uma nação. Houve, sim, um período no qual diversas atitudes foram tomadas, de parte a parte, e que acabaram resultando na fundação de um império brasileiro reconhecido por outras nações. Assim, a escolha de uma data ou de um fato para marcar essa passagem foi arbitrária, *a posteriori*, e refletiu o que se quis valorizar no momento.

Em 1822, os vários personagens envolvidos no processo tinham diferentes opiniões sobre qual acontecimento seria o mais significativo para simbolizar a independência. Alguns defendiam o dia 1.º de agosto (em que D. Pedro I convocara uma Assembleia Constituinte); outros, o dia 6 de agosto (quando reivindicara a condição, para o Brasil, de "reino irmão" de Portugal); ou, ainda, 12 de outubro (em que o povo aclamou D. Pedro I como imperador do Brasil).

A rigor, o dia 7 de setembro só passou a fazer parte das datas nacionais em 1826, quando D. Pedro I precisava afirmar-se perante a elite e a população brasileira, diante da desconfiança que havia sobre seu desejo de reunificar as Coroas do Brasil e de Portugal. A data escolhida, que até hoje se comemora, surgiu assim de um interesse político em apresentar D. Pedro I como o grande responsável pela independência, colocando em segundo plano os demais atores e acontecimentos.

A independência da Colônia portuguesa na América resultou da vitória de um dos vários projetos possíveis, pensados entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Outros caminhos poderiam ter sido

tomados. Os mais evidentes foram aqueles que não se identificavam com a criação de um império, com a unidade territorial, com a continuidade de um português na liderança do governo ou mesmo com a manutenção da elite tradicional no poder.

Exemplos disso são a Conjuração Mineira, a Revolta dos Alfaiates ou a Confederação do Equador. São eventos que não podem ser reduzidos a "momentos" do processo ou a contribuições para a independência de 1822, pois, além de haverem defendido objetivos diferentes, foram derrotados.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Por muito tempo, as grandes mudanças tecnológicas que ocorreram no sistema produtivo europeu no final do século XVIII foram atribuídas ou à aplicação dos avanços científicos em novas invenções ou a fatores naturais, como a disponibilidade de matérias-primas para a indústria.

Nessas interpretações, a tecnologia aparece como motivo central de todas as mudanças, como uma força autônoma que vai, por sua conta, transformando o mundo da produção. A crítica que se faz a essa postura baseia-se no fato de que a tecnologia não pode explicar todas as transformações envolvidas, pois sua aplicação ao sistema produtivo ocorreu em ritmos diferentes em várias partes do mundo.

Se a tecnologia fosse o fator determinante, a mudança teria mais ou menos a mesma intensidade em todos os lugares, e não foi o que aconteceu. A industrialização inglesa, por exemplo, foi muito mais acelerada que a francesa, mas foi mais lenta que a norte-americana, ocorrida posteriormente.

A explicação está não só nas novas técnicas, mas também nas formas de adaptação cultural das sociedades, dos patrões e dos operários a essas técnicas. Muitos historiadores argumentam que o sistema de fábrica não foi introduzido apenas por razões de eficiência, mas por ser adequado à necessidade dos capitalistas de controlar a mão de obra. Certos pesquisadores vão mais além e chegam a afirmar que foram as questões de hierarquia e poder social que estimularam as mudanças tecnológicas e organizacionais da produção, levando ao chamado sistema de fábrica.

A organização de fábricas, com máquinas e homens para operá-las, dividiu e simplificou as tarefas. Nesse cenário, não mais cabia o antigo oficial (artesão), um exímio conhecedor de todo o processo de obtenção daquilo que fabricava. Ele foi parcialmente substituído por máquinas que executavam serviços antes feitos manualmente e impunham um ritmo mais veloz à produção.

Os operários que trabalhavam nas fábricas não precisavam conhecer todo o processo produtivo, constituindo assim mão de obra mais barata que os operários especializados.

Museu da Ciência, Londres/The Bridgeman/Keystone

Tear hidráulico de cerca de 1775 projetado e construído pelo inglês Richard Arkwright. A Revolução Industrial na Inglaterra iniciou-se pelo tradicional setor têxtil, que empregava milhares de pessoas

A Revolução Industrial é um tema especialmente significativo para nós, que vivemos num mundo também convulsionado por rápidas e profundas mudanças tecnológicas provocadas pela informática, pela robótica, pelas telecomunicações e pela biotecnologia. Da mesma forma, vivemos os desdobramentos socioambientais impulsionados pela Revolução Industrial, especialmente quanto aos crescentes padrões de produção, consumo e urbanização, bem como quanto aos problemas ambientais globais surgidos em virtude das poluições – emissões de gás carbônico e de muitos outros poluentes que produzem o efeito estufa, as chuvas ácidas e a destruição da camada de ozônio. Assim, a Revolução Industrial é um tema importante não para buscar lições no passado, mas para adquirir elementos que enriqueçam as reflexões sobre os nossos tempos.

Os padrões de produção e consumo gestados ao longo dos últimos séculos passaram a redefinir, cada vez mais profundamente, tanto o estado das águas, do ar, dos solos, da fauna e da flora quanto as próprias condições históricas da existência humana: seus espaços de moradia e de trabalho, seus fluxos migratórios, as situações de saúde e morte. Por conseguinte, é histórica a relação entre riscos industriais, meio ambiente e saúde das populações, que muda com as feições das diferentes formas civilizatórias. Nas sociedades industriais contemporâneas tal relação de historicidade mostra-se particularmente forte e perceptível quando são focalizados ramos industriais poluentes em demasia, como o petroquímico, o químico e o nuclear.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. *Ciência & saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7151.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2010.

Coleção particular/Album/akg-images/Latinstock

▲ A industrialização gerou a formação de uma imensa massa de trabalhadores assalariados. Acima, Fundição Krupp, em Essen, na Alemanha, representada em pintura de Kley (século XX).

CAPÍTULO

20 Uma era de revoluções

▲ Representação da invasão da Assembleia pelos parisienses, em gravura francesa do século XIX.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Processos revolucionários

O século XVIII assistiu a muitas mudanças na economia, na política e no cotidiano. A Inglaterra, um pouco antes, passara por um ciclo revolucionário que abriu caminho para o desenvolvimento econômico e tecnológico que caracterizou a Revolução Industrial.

Na França, a persistência do absolutismo continuava gerando tensões entre a burguesia e o Estado aristocrático. Os entraves ao desenvolvimento econômico e outros fatores também colocavam o povo mais pobre em uma situação no mínimo incômoda.

A Revolução Francesa foi feita em nome de alguns princípios como os da liberdade, da igualdade e da fraternidade, além do direito à propriedade. Porém, ela foi feita por diversos sujeitos sociais, desde os miseráveis até os mais ricos comerciantes e industriais. Para os diferentes segmentos sociais da França revolucionária, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade significavam coisas diferentes. Para alguns, por exemplo, a propriedade era condição para a liberdade, e para outros a propriedade tornava impossível a liberdade e a fraternidade.

Você saberia apontar exemplos na atualidade em que atuações econômicas e políticas teriam significados diferentes para segmentos sociais distintos?

REVOLUÇÃO INGLESA, REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No marco implantado pela historiografia como passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, Portugal e Espanha já não eram protagonistas. Pioneiros na conquista e colonização da América, construíram impérios territoriais ao redor de todo o mundo, mas ficaram cada vez mais dependentes de suas colônias. Sua riqueza, obtida da exploração colonial, aos poucos foi transferida para outros países, como pagamento do grande volume de importações necessárias para atender a suas necessidades, uma vez que tinham poucas manufaturas. Dessa forma, o capital acumulado em moeda ou metais preciosos se esvaiu em pouco tempo. E, perdendo o poder econômico, perderam também a supremacia e o poder, deixando de ocupar o centro de decisões e de influência.

O processo de desenvolvimento capitalista, intensificado pela dinamização comercial dos séculos XVI e XVII, estava ligado de modo intenso à circulação de mercadorias. A partir da segunda metade do século XVIII, entretanto, a produção, em larga escala, via **mecanização industrial**, iniciada na Inglaterra, passou a ser o principal motor desse processo.

A perspectiva de lucros motivou o desenvolvimento técnico da produção, e com o aumento dos lucros, por sua vez, ampliava-se o capital investido nas novas tecnologias, gerando um ciclo ascendente. Isso implicou grandes mudanças, tanto de ordem econômica quanto social, que possibilitaram o desaparecimento de relações e práticas feudais ainda existentes e o definitivo predomínio de valores e da economia e sociedade capitalistas.

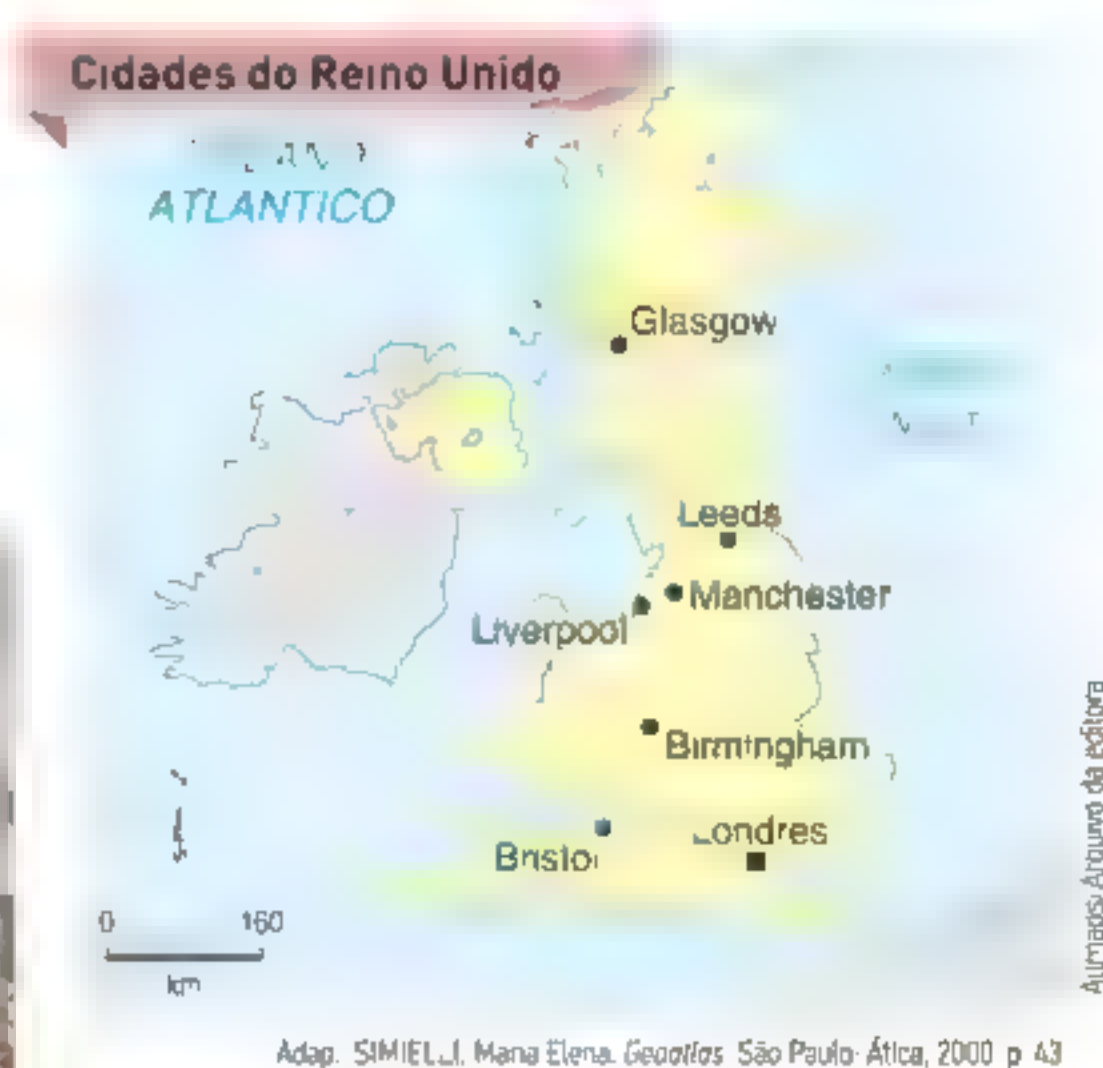
O início do processo industrial na Inglaterra deve-se em parte a seu acúmulo de capital durante os séculos XVII e XVIII. Nesses séculos, a Inglaterra, graças a seu poderio naval e comercial, conseguiu formar uma extensa rede comercial mundial. O impulso inicial decorreu da vitória inglesa contra a Invencível Armada espanhola em 1588, quando a marinha espanhola reagiu às investidas inglesas em suas colônias. Importante papel exerceram também os Atos de Navegação, leis decretadas na Inglaterra em 1651 por Oliver Cromwell, que protegeram os comerciantes ingleses e atingiram especialmente os Países Baixos, seu maior rival no comércio e nos mares. Além disso, o Tratado de Methuen, de 1703, assinado com Portugal, abriu os mercados portugueses e de suas colônias aos manufaturados ingleses. Acrescente-se também a existência de grandes jazidas de carvão mineral e minério de ferro no solo britânico. Havia, além disso, uma grande população desempregada – portanto, mão de obra barata – expulsa do campo pelos processos de cercamento. Londres, por exemplo, de 1700 a 1800 era a cidade mais populosa da Europa. Com a escassez de emprego, essa volumosa mão de obra de baixíssimo preço atendia aos anseios dos industriais: já que o custo da força de trabalho era muito pequeno, eles podiam aplicar grandes somas de capital em novas instalações.

Leeds Museus e Galerias de Arte, Leeds, Reino Unido/The Bridgeman/Keystone

Cidades do Reino Unido

ATLÂNTICO
Glasgow
Leeds
Manchester
Liverpool
Birmingham
Bristol
Londres
0 160 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2000. p. 43.

As grandes cidades britânicas, nos anos 1800 (veja mapa), tiveram intenso impulso populacional com a industrialização. No campo, além das mudanças socioeconômicas, as transformações técnicas afetaram a tradicional paisagem rural, como mostra a gravura ao lado, de cerca de 1840, em que o artista Alphonse Douseau retratou a cidade de Leeds. As chaminés, por todo o país, eram muito mais que simples marcas da paisagem: eram símbolos de uma ampla revolução produtiva e social.

O cenário que propiciou a industrialização da Inglaterra era favorável também no âmbito internacional. Seu principal concorrente na Europa, a França, fora superado na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Passo a passo, a política internacional inglesa foi consolidando sua supremacia mundial, contando com uma frota mercante cada vez maior, à frente de toda a Europa. Até o início do século XX, a Inglaterra se destacou como a maior potência econômica.

Politicamente, a Inglaterra sepultara o absolutismo após a Revolução Gloriosa, em 1688, quando ficou estabelecida a supremacia do Parlamento e inaugurou-se o Estado liberal inglês. Como você já estudou, o governo, controlado pelo Parlamento, estava comprometido com o enriquecimento da burguesia – pré-requisito para a plenitude capitalista burguesa que se instalaria com as maquinofaturas. A própria aristocracia inglesa, por não dispor de pensões como acontecia na França, acabou vendo com simpatia as atividades comerciais e industriais, e muitas vezes dedicou-se a elas.

Os avanços tecnológicos

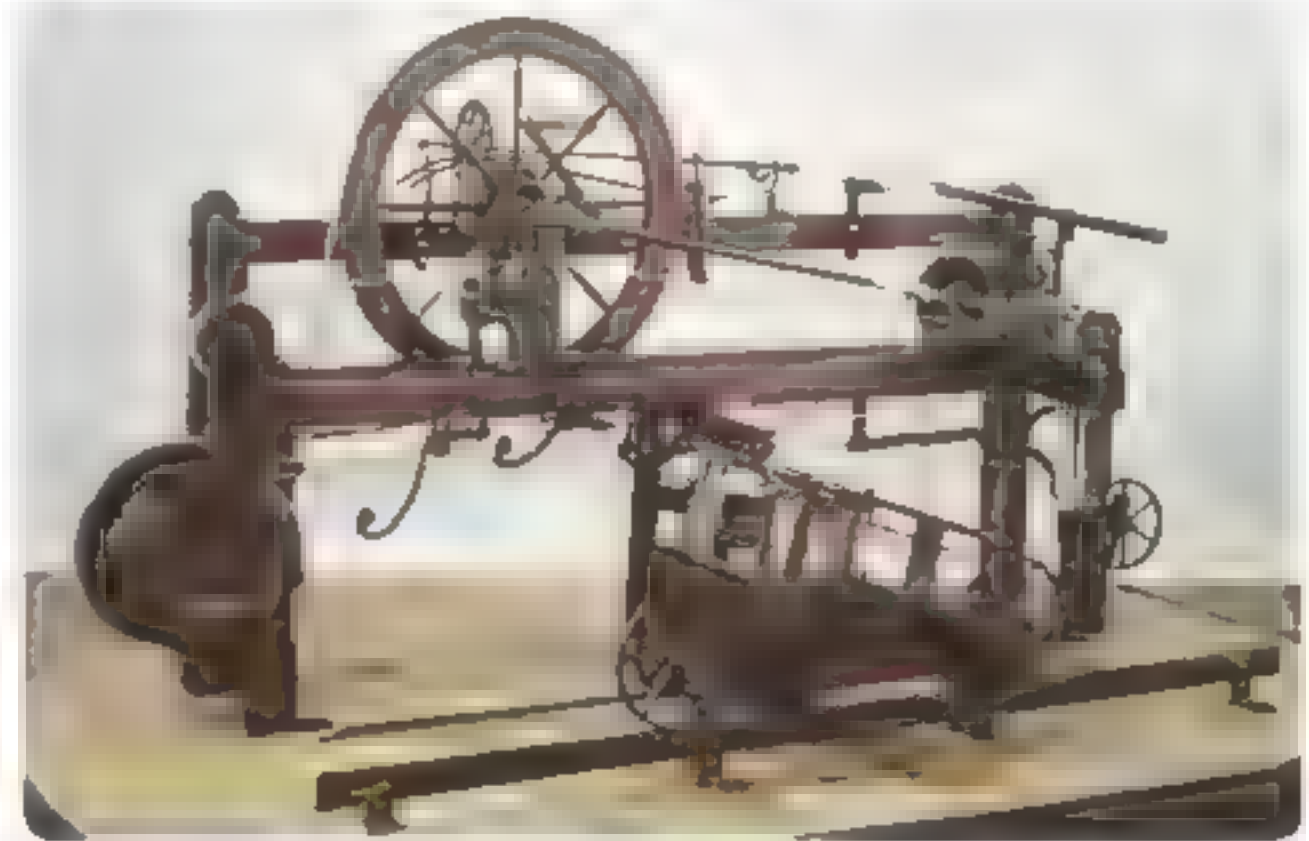
Após as revoluções agrícola e pastoril, no Neolítico, a humanidade teve relativamente poucos avanços tecnológicos de grande impacto mundial. Um deles foi a Revolução Industrial, salto produtivo que mudou a face do mundo e colocou definitivamente a Europa em seu centro.

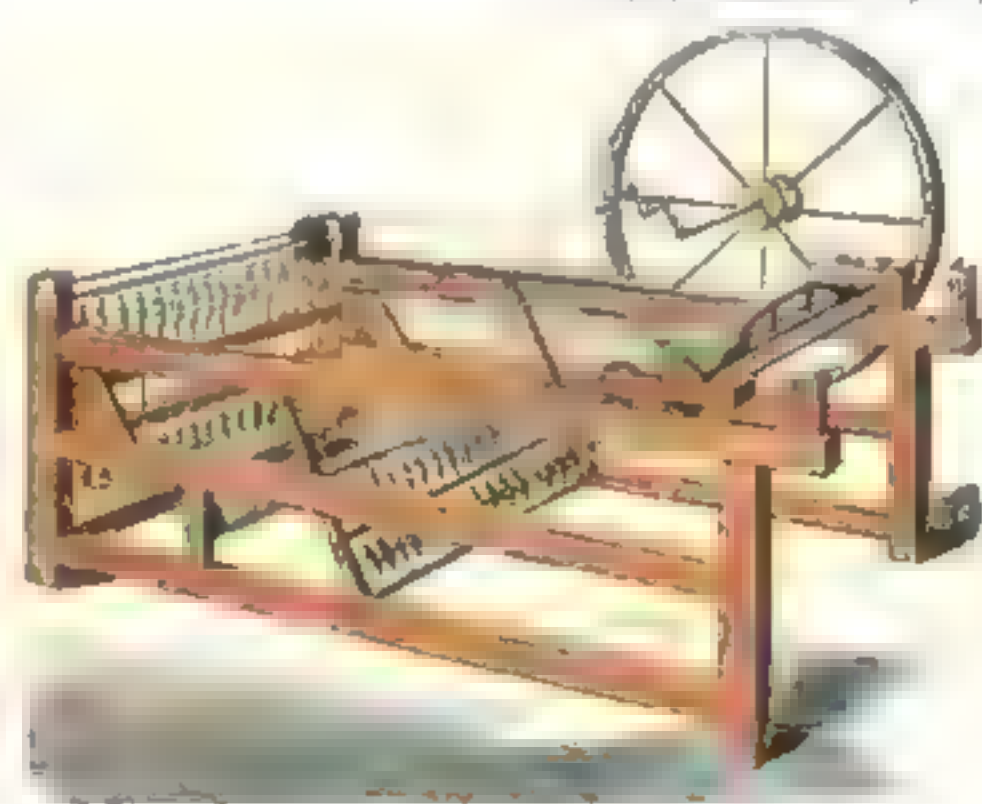
A industrialização da segunda metade do século XVIII iniciou-se com a mecanização do setor têxtil, cuja produção tinha amplos mercados nas colônias, inglesas ou não.

Coleção particular

▲ Tear mecânico em uma fábrica de tecido de algodão na Inglaterra (gravura de 1833)

Entre as principais invenções mecânicas do período, destacam-se a **máquina de fiar**, de James Hargreaves, o **tear hidráulico**, de Richard Arkwright, e o **tear mecânico**, de Edmund Cartwright. Todos esses teares tinham em comum, além de serem invenções do último terço do século XVIII, o fato de aumentarem muito a produção e diminuírem drasticamente a necessidade de mão de obra.

Museu da Ciência, Londres/The Bridgeman/Keystone

▲ Réplica da máquina de fiar inventada por Samuel Crompton, em cerca de 1772-1779

Coleção particular/Album/akg-images/Latinstock

▲ Máquina de fiar (Spinning Jenny) inventada por James Hargreaves em 1764, em gravura de 1887.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ James Watt, em seu laboratório, aperfeiçoando a máquina a vapor.

Esses inventos ganharam maior capacidade quando passaram a ser acoplados à **máquina a vapor**, inventada por Newcomen (1712) e aperfeiçoada por James Watt (1765). Com a sofisticação das máquinas, houve aumento ainda maior da produção e de geração de capitais, que por sua vez eram reaplicados em novas máquinas. A mecanização alcançou o setor metalúrgico, impulsionou a produção em série e modernizou e expandiu os transportes.

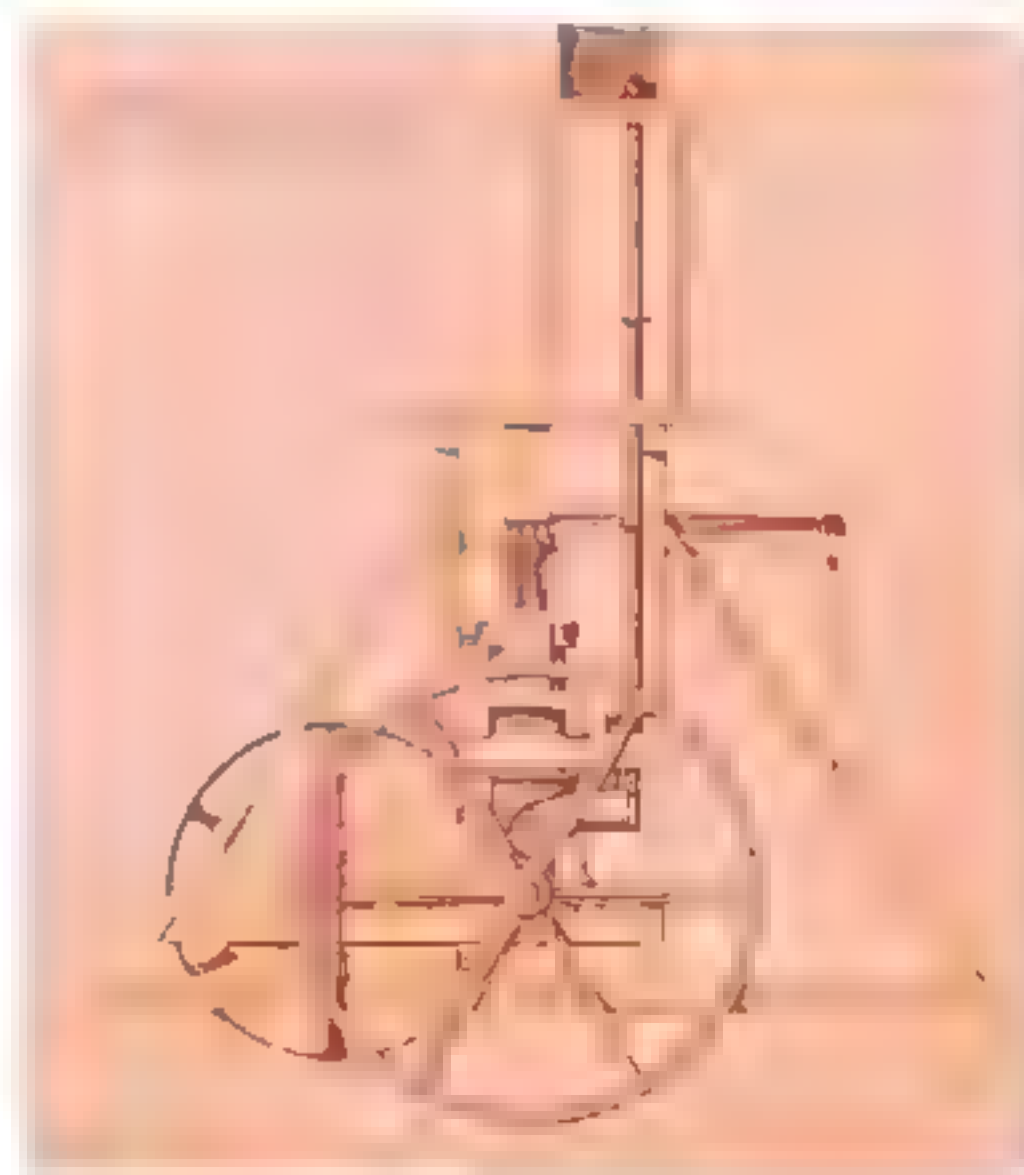
A descoberta do uso do vapor como força motriz também beneficiou os transportes. Em 1805, o norte-americano Robert Fulton revolucionou a navegação marítima criando o **barco a vapor** e, em 1814, George Stephenson idealizou a **locomotiva a vapor**. Na década de 1830, começaram a circular os primeiros trens. Além disso, a impressão de jornais, revistas e livros com o uso do vapor desenvolveu as comunicações e favoreceu a difusão cultural, as quais, por sua vez, permitiram o surgimento de novas técnicas e invenções.

A Revolução Industrial logo alcançou o continente e o resto do mundo, chegando à Bélgica, à França e posteriormente à Itália, à Alemanha, à Rússia, aos Estados Unidos e ao Japão. Ao contrário da Inglaterra, esses países não adotaram o liberalismo econômico de modo tão pleno, assumindo atuações protecionistas que serviram para consolidar suas indústrias nacionais. A expansão industrial estimulou o imperialismo do século XIX, uma grande corrida colonial por novos mercados, indispensáveis para garantir que a produção fosse vendida e realimentasse os lucros e reinvestimentos. Gerava-se desse modo o contínuo crescimento de capital que caracteriza o sistema capitalista. Como você estudará mais adiante, essa corrida por mercados envolveu conflitos de interesses, que culminaram com a Primeira Guerra Mundial.

Coleção particular/The Granger Collection/Other Images

S. S. Britannic, navio a vapor da companhia britânica *White Star Line*, em foto de cerca de 1896

SSPL/Getty Images

Foto de 1876, de locomotiva a vapor inglesa, construída em 1813, por William Hedley

Conservatoire des Arts et Metiers, Paris

Bomba hidráulica, 1768

▲ Exemplos de invenções que impulsionaram a produção em série, a instalação de maquinofaturas e os transportes

Para aumentar os lucros, elevou-se a **especialização do trabalho**. Isso representou a alienação do trabalhador em relação a sua atividade. Enquanto na Antiguidade ou na Idade Média o artesão conhecia todo o processo de produção, realizando ele mesmo todas as etapas, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo um salário em troca da atividade mecânica realizada, o operário **alienava** o seu trabalho aos capitalistas, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado.

alienação: conceito aplicado por Karl Marx em seus escritos, segundo o qual o trabalho especializado que caracterizou a industrialização "alienou" o operário, ou seja, separou-o do produto de seu trabalho. O trabalhador, desse modo, em vez de realizar-se pelo trabalho, se desumanizava, exercendo suas tarefas mecanicamente.

Museu Britânico, Londres

Bettmann/Corbis/Latinstock

A atividade artesanal medieval e a indústria do século XIX representam estruturas produtivas bem diferentes. Em cima, iluminura de 1390 mostrando artesãos: pequena produção, trabalhadores donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho, habilidade criativa e produtiva. Na foto inferior, de 1881, trabalho industrial nos Estados Unidos: operários, grande produção, salários, sujeição à máquina e alienação.

Novas formas de trabalho

A industrialização gerou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana. Na estrutura socioeconômica, deu-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados. Na maior parte dos casos, eliminou-se a antiga organização corporativa da produção utilizada pelos artesãos.

Os trabalhadores já não eram os donos das ferramentas e máquinas, passando a viver da única coisa que lhes pertencia: sua força de trabalho, transformada em mercadoria e explorada ao máximo. Para refletir sobre o quadro social da nova ordem industrial, associaram-se em organizações como as *trade unions* (sindicatos).

Coleção particular/Album/akg-images/Latinstock

A gravura acima, de Friedrich Paul Meyerheim (século XIX), retrata o ambiente de uma fábrica de locomotivas.

A industrialização estabeleceu a supremacia burguesa na ordem econômica, isto é, toda a estrutura produtiva estava voltada para atender aos interesses de lucro da burguesia. Ao mesmo tempo, acelerou o êxodo rural, o crescimento urbano e a formação da classe operária – ou **proletariado**. Inaugurava-se uma nova época, na qual a política, a ideologia e a cultura gravitavam entre dois polos: a burguesia industrial e o proletariado.

Estavam fixadas as bases do progresso tecnológico e científico, visando à invenção e ao aperfeiçoamento constantes de novos produtos e técnicas para o maior e melhor desempenho industrial. Definiam-se também as condições para o imperialismo colonialista e o confronto entre burguesia e proletariado, que iriam definir as décadas seguintes da história europeia e mundial e ajudar a formar as bases do mundo contemporâneo.

PARA RECORDAR: Revolução Industrial e trabalho

INGLATERRA

revolução burguesa precoce
puritanos

cercamentos

Revolução Gloriosa (1688-1689)

"aburguesamento" da aristocracia

relações capitalistas no campo

fim da propriedade comunal

Atos de Navegação

governo burguês (Parlamento)

desenvolvimento naval

desenvolvimento do comércio

acesso a mercado consumidor mundial

liberação de mão de obra

acúmulo de capital

INDÚSTRIA

- avanços técnicos
- ferro
- carvão

ATIVIDADE

Utilize o esquema-resumo acima para estabelecer uma associação de cada um dos itens abaixo com o início da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII.

o processo de cercamento das terras comunais (*enclosures*).

a existência de minas de carvão na Inglaterra.

Com base no esquema-resumo, explique por que a Revolução Gloriosa favoreceu a projeção da Inglaterra como potência econômica no cenário europeu do século XVIII.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto literário

→ O trecho a seguir foi extraído do livro *Hard times* ("Tempos difíceis") do escritor inglês Charles Dickens (1812-1870). Nele, Dickens descreve a cidade de Coketown (Preston). Leia-o com atenção e, a seguir, faça o que é pedido adiante.

> *[Era] uma cidade de tijolos vermelhos, ou que seriam vermelhos se a fumaça e as cinzas o permitissem; tal como era, porém, a cidade tinha tonalidades artificiais de vermelho e preto que lembravam os rostos pintados dos selvagens.*
>
> *[...]*
>
> *Continha algumas ruas grandes, todas muito parecidas, e muitas ruas pequenas, ainda mais parecidas, habitadas por pessoas igualmente parecidas, que chegavam e saíam todas nas mesmas horas, fazendo o mesmo som nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem todos os dias eram iguais à véspera e ao dia seguinte, e todos eram a imagem do ano anterior e do subsequente.*
>
> Apud WILLIAMS, Raymons. *O campo e a cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 214.

a) De acordo com Dickens, o que caracteriza a cidade industrial?

b) Como, no texto de Dickens, a cidade mimetiza a fábrica e reflete o ritmo da produção fabril?

2 Leitura de textos e produção de síntese

→ Os textos abaixo foram redigidos, respectivamente, em 1747, 1934 e 1973 e descrevem diferentes aspectos da vida e do trabalho do proletariado industrial. Baseando-se nos textos, faça uma dissertação com o tema "O trabalho na era industrial". Na sua dissertação, procure abordar as seguintes questões:

- Qual o tipo de qualificação necessária para o trabalhador industrial?
- Na sociedade industrial, qual é a relação que se estabelece entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal?
- Que mudanças e/ou permanências podem ser identificadas no trabalho industrial entre a primeira Revolução Industrial, no século XVIII, e os dias de hoje?

> **Texto 1 (1747)**
>
> *É fato notório [...] que a penúria até certo grau estimula a indústria; e que o operário que pode prover às suas necessidades trabalhando só três dias ficará ocioso e bêbado o resto da semana [...] Os pobres, nos condados onde há manufaturas, jamais trabalharão mais horas do que é preciso para custear a alimentação e suas orgias semanais [...] sem temor podemos dizer que uma redução dos salários das manufaturas laníferas seria uma bênção e uma vantagem para a nação e não seria um prejuízo real para os pobres. Com esse recurso, poderíamos preservar nosso comércio, manter nossas rendas e, além de tudo, corrigir as pessoas.*
>
> SMITH, J. Memoirs of Wool, 1747. In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 65.

Texto 2 (1934)

As mulheres são metidas num trabalho inteiramente maquinal, no qual só se lhes pede rapidez. Quando digo maquinal, nem imagine que seja possível sonhar com outra coisa enquanto se trabalha, e muito menos refletir. Não. O trágico dessa situação é que o trabalho é maquinal demais para fornecer assunto ao pensamento, e, além disso, impede qualquer outro pensamento. Pensar é ir menos depressa; ora, há normas de rapidez estabelecidas por burocratas sem piedade e que é preciso cumprir, para não ser despedido.

[...]

II – O mistério da fabricação é claro, o operário ignora o uso de cada peça: 1) a maneira como se ajusta às outras; 2) a sucessão das operações por que passa; 3) o uso final do conjunto.

Mas tem mais: a relação de causas e efeitos no interior do próprio trabalho não é apreendida.

Não há nada de menos instrutivo que uma máquina [...].

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 68 e 96.

Texto 3 (1973)

A crescente qualificação social dos trabalhadores não reside, ao contrário do que afirma tese bem difundida, no aumento do seu conhecimento útil ou inútil (escolar); na escola, eles aprendem bem menos do que antigamente. Se são escolarizados é que, com o pretexto da instrução e enquanto ela se processa (desviada de seu objetivo aparente), pretende-se socializá-los de uma certa maneira: ensinar-lhes a veneração pelo Saber dos Outros e pela cultura erudita monumental, em detrimento da cultura viva não codificada, ensinar-lhes a submissão, a disciplina, o respeito à hierarquia. É precisamente isto que não funciona mais: a crise da escola e do despotismo da fábrica estão intimamente ligadas. [...] E a "cultura do trabalho" torna-se inaceitável, porque há muito tempo já se transformou em seu oposto: na descultura do trabalhador, visando adaptá-lo à desumanização da fábrica, à divisão hierárquica, parcelada, do trabalho militarizado.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 85.

Para fazer sua dissertação, lembre-se de:

a) identificar as ideias principais de cada texto;

b) considerar pontos em comum entre os textos;

c) registrar, num rascunho, as ideias que pretende mobilizar, sem perder de vista os tópicos propostos anteriormente;

d) elaborar uma introdução, apresentando o tema ao leitor;

e) desenvolver sua argumentação, buscando expor de maneira lógica e articulada as ideias que registrou no rascunho;

f) terminar com um parágrafo conclusivo.

REVOLUÇÃO FRANCESA

A Revolução Francesa pode ser considerada, para o mundo político, aquilo que a Revolução Industrial foi para a economia. Em outras palavras, não se poderia mais entender a política dali em diante sem os referenciais da Revolução Francesa – por exemplo, a noção de esquerda e direita, que não existia antes, ou a ideia de soberania popular. A Revolução Industrial, cujo momento mais decisivo aconteceu um pouco antes e durante a Revolução Francesa, difundiu-se depois pela Europa e, lentamente, por outras partes do mundo. A Revolução Francesa, do mesmo modo, disseminou suas ideias pela Europa e pelo mundo, sendo o primeiro movimento ocorrido entre cristãos que, segundo o historiador Eric Hobsbawm, teve influência real sobre os povos islâmicos, que incorporaram noções como "pátria" e "liberdade".

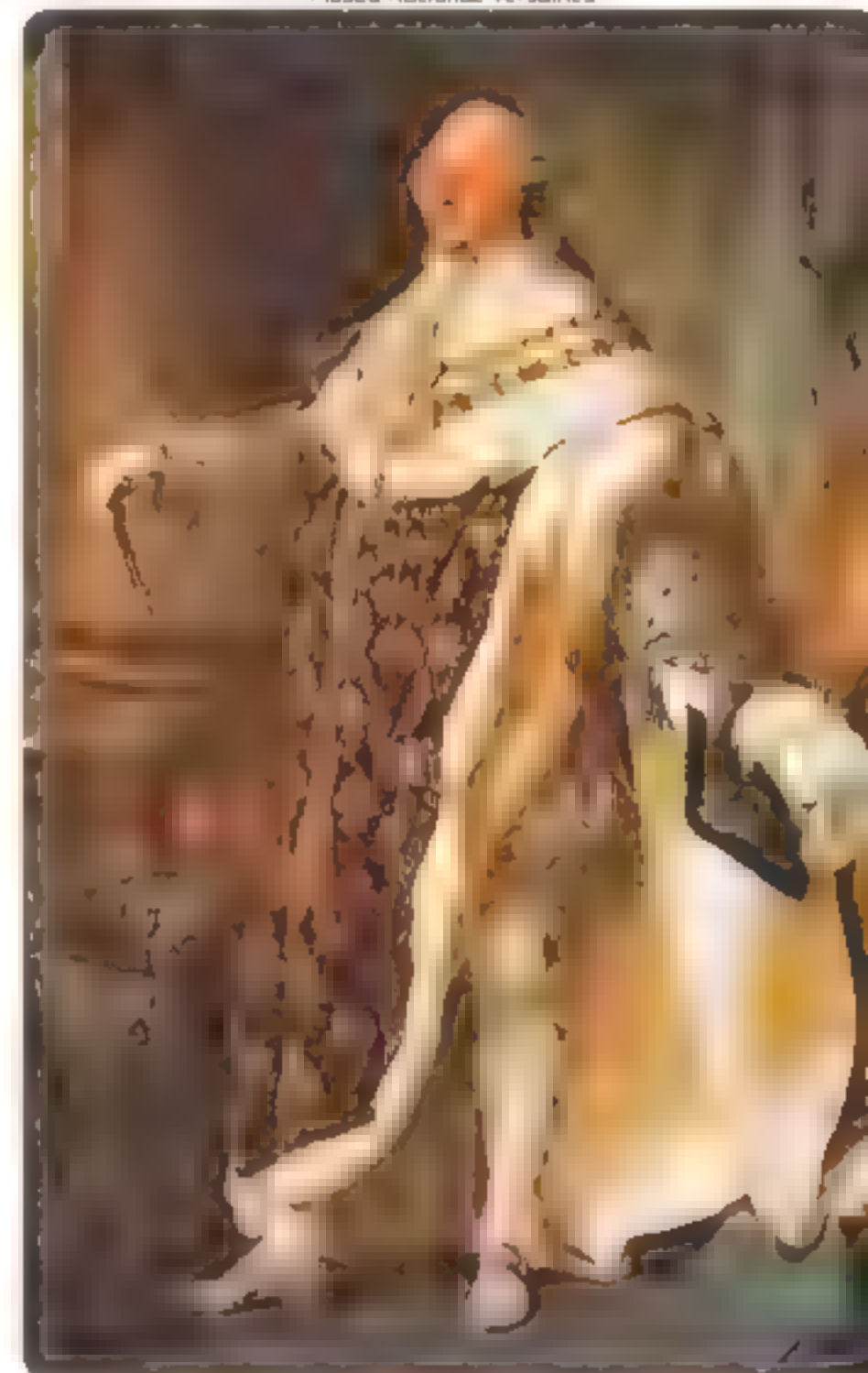
Com a Revolução Francesa, os entraves sociais, políticos e econômicos ao capitalismo foram decisivamente enfraquecidos. Embora no século XVIII os interesses burgueses orientassem as finanças e o comércio, ainda existiam obstáculos na estrutura de propriedade e direitos feudais apoiados na ordem do **Antigo Regime** – expressão francesa de então, referindo-se ao período que antecede a Revolução, caracterizado por um Estado centralizado, sustentado na sociedade de privilégios.

Além disso, verificava-se na França um crescimento demográfico expressivo, que exigia um desenvolvimento econômico correspondente. Em vez disso, a baixa produção agrícola decorrente dos empecilhos feudais à produtividade, agravada por secas e inundações, causou acentuada elevação no preço do trigo, e até mesmo o pão se tornou um item quase proibitivo para a população de baixa renda, espalhando miséria e fome no território francês.

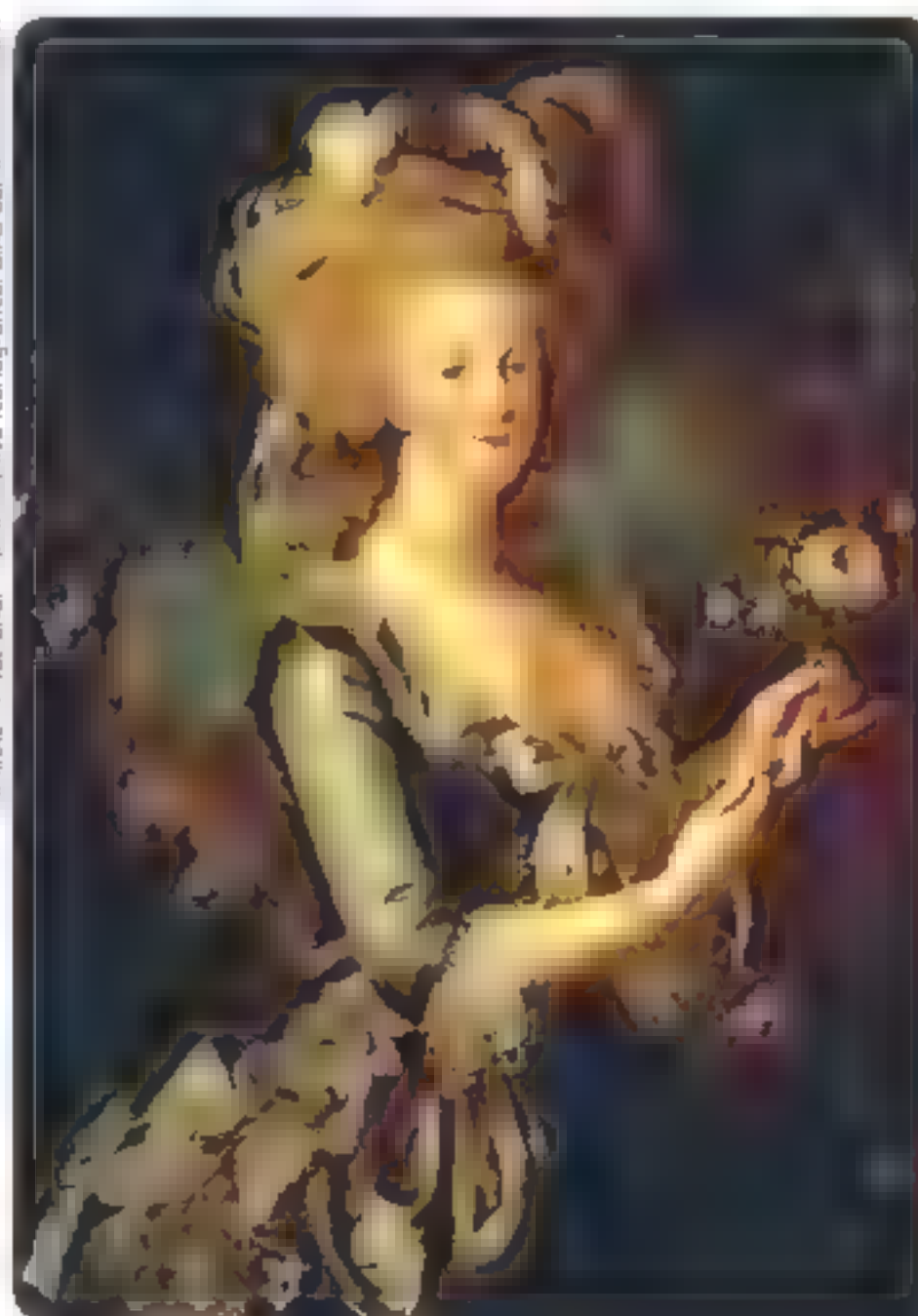
Assumindo as insatisfações do período, os comerciantes, industriais e artesãos tornaram-se a vanguarda dos diversos grupos sociais que surgiam.

Museu Nacional, Versalhes

Luís XVI, rei da França e Navarra, de Antoine François Callet, 1789

Retratos do século XVIII de Luís XVI e Maria Antonieta. Nas vésperas da Revolução, o trono absolutista já não tinha o prestígio de seus antecessores. O monarca não representava mais um poder supremo a ser cultuado; era alvo de acusações e chacotas

Museu da Cidade de Paris/The Bridgeman/Keystone

Gravura francesa de 1789 que retrata a nobreza e o clero sendo carregados por um camponês.

Biblioteca Nacional, Paris. Arquivo Iconográfico S.A./Corbis

Maria Antonieta, retratada por Elizabeth Vigee Lebrun em 1783

Na França do século XVIII, o poder ainda se alicerçava na teoria do direito divino dos reis: Luís XVI governava sem nenhum empecilho à sua autoridade. A Assembleia dos Estados-Gerais (um conselho com representantes das várias camadas sociais) não era convocada desde 1614.

Essa situação passou a ser questionada pela sociedade, em meio à crise financeira do reino, provocada pela desordem administrativa, pelos gastos colossais com a manutenção da luxuosa corte de Versalhes e os enormes custos das diversas guerras dos monarcas Bourbon. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a participação na guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1781), além de acarretarem gastos elevados, comprometeram todo o império colonial francês. Diante das dificuldades financeiras, o Estado impôs tributos e adotou medidas fiscais e comerciais, buscando receita orçamentária mas prejudicando os negócios.

A ascensão econômica da burguesia esbarrava nos regulamentos, proibições e taxações ditados pelo Estado absoluto. Assim, era imperativo eliminar as práticas mercantilistas para que pudesse haver o progresso econômico apregoado pelos teóricos liberais.

Embora o papel econômico da burguesia fosse essencial para o Estado, ela não tinha suficiente influência política e era marginalizada socialmente. Essa situação decorria da **organização estamental** da sociedade francesa, dividida em **clero**, **nobreza** e **terceiro estado**. A burguesia (bastante heterogênea, composta de banqueiros, profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes) fazia parte do terceiro estado com as camadas populares (artesãos, trabalhadores manuais, *sans-culottes* e camponeses). A sociedade era sustentada principalmente pelos tributos pagos pelo terceiro estado, já que as duas outras camadas sociais tinham o privilégio da isenção de tributos.

Os iluministas, "filósofos da Razão", ao criticarem o absolutismo, deixavam clara a inadequação da ordem social e política à ordem econômica, o que acabou por transformar o Iluminismo na bandeira ideológica da Revolução Francesa.

SANS-CULOTTES: OS AGITADORES

O termo *sans-culottes*, referido às pessoas que usavam calças compridas em vez dos calções até o joelho da gente rica, foi originariamente aplicado num sentido puramente social aos pequenos comerciantes, assalariados e vagabundos, quer da cidade, quer do campo. Durante a revolução, o termo passou a ser mais geralmente aplicado aos indivíduos politicamente ativos dessas classes, e o seu âmbito alargou-se com a inclusão dos agitadores mais radicais daquele período, independentemente do respectivo estrato social. Ativos tanto na Comuna de Paris (a designação que foi dada ao novo governo local da cidade) como nas sessões, os *sans-culottes* iriam constituir a base de poder em que os políticos populares haviam de firmar as suas exigências de uma política radical

MCCRORY, Martin; MOULDER, Robert. *Revolução Francesa para principiantes*. Lisboa: Dom Quixote, 1983. p. 67

Sans-culotte, em gravura anônima do século XVIII

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

A luta da aristocracia

As difíceis condições socioeconômicas que a população francesa vivenciava na década de 1780 causaram revoltas cada vez mais violentas nas cidades e no campo, na capital e nas províncias. A situação agravou-se a partir de 1786, quando a França reduziu as taxas alfandegárias de produtos têxteis e metalúrgicos ingleses, prejudicando a incipiente indústria francesa. A concorrência dos produtos ingleses provocou uma onda de falências, acompanhada de desemprego e queda de salários, arruinando o comércio nacional. A produção agrícola também estava enfraquecida, devido principalmente a secas e inundações. Os preços de produtos essenciais se elevavam, fomentando a insatisfação geral.

À crise econômica somava-se a política, com sucessivas demissões de ministros, que tinham seus projetos reformistas barrados pela intransigência da aristocracia. Quando, por exemplo, o ministro das Finanças de Luís XVI, Charles Alexandre Calonne, propôs a cobrança de impostos da nobreza e do clero, houve revoltas da aristocracia em muitas províncias, e a medida foi abandonada. A elite não admitia perder seus privilégios e direitos feudais para sanear a crise socioeconômica nacional. A crise política agravou-se, e Calonne acabou por se demitir. Luís XVI nomeou em seu lugar **Jackes Necker**, que o convenceu a convocar a Assembleia dos Estados-Gerais para maio de 1789.

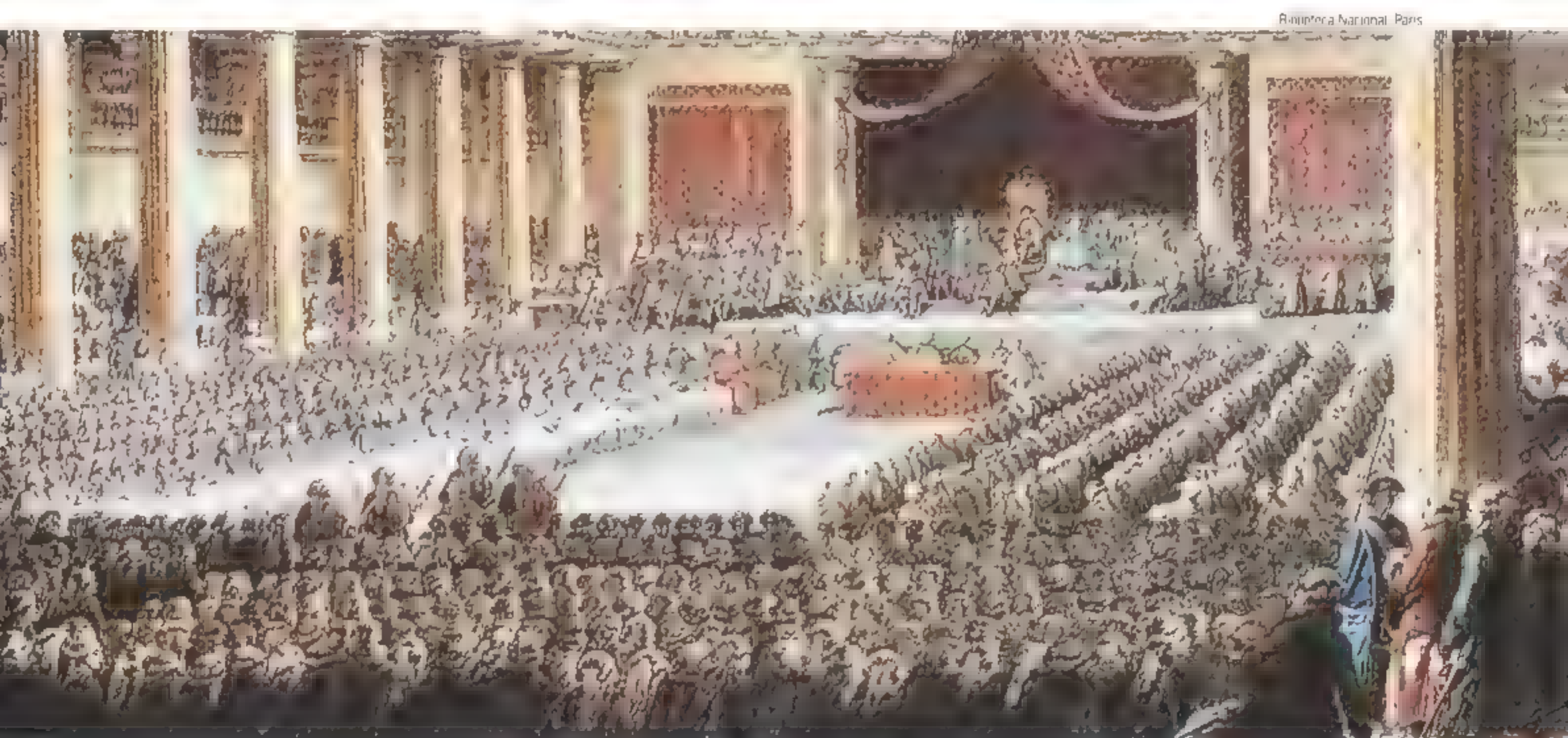
Os membros do terceiro estado exigiram a substituição da tradicional votação por estado (clero, um voto; nobreza, um voto; e povo, um voto) por uma representação de deputados compatível com sua base.

Em 5 de maio de 1789, quando se abriu a sessão dos estados-gerais no Palácio de Versalhes, os interesses antagônicos dos grupos sociais ali representados entraram em choque. Os representantes do terceiro estado exigiram a votação individual, em vez da votação por estado pois, desse modo, com o apoio dos deputados do baixo clero e da nobreza togada, poderiam mais facilmente alcançar a maioria na Assembleia dos Estados-Gerais.

Diante da impossibilidade de conciliar os interesses, Luís XVI tentou dissolver a Assembleia, impedindo a entrada dos deputados na sala de sessões. Os representantes do terceiro estado rebelaram-se e invadiram a sala do jogo da pela (espécie de tênis em quadra coberta), onde permaneceram reunidos. Juraram que não se dispersariam enquanto não tivessem dado à França uma Constituição. Em 9 de julho, juntamente com muitos deputados do baixo clero, declararam-se em Assembleia Nacional Constituinte. Os ânimos se exaltavam e aumentavam as propostas de pegar em armas.

Luís XVI tomou medidas enérgicas para enfrentar a Assembleia. Demitiu Jacques Necker e nomeou em seu lugar o conservador barão de Bretevil. Enquanto isso, formava-se uma milícia burguesa, a **Guarda Nacional**, para resistir ao rei e liderar a população civil, que começava a se armar.

O povo, percebendo que os conflitos anunciavam novos rumos para a França, participou de modo decisivo dos protestos. Em 14 de julho, a multidão invadiu a fortaleza da Bastilha, onde eram encarcerados os inimigos da realeza: foi o estopim da rebelião, que se alastrou de Paris para o resto da França. A Bastilha, mais que uma prisão, era um símbolo do poder absolutista, e sua queda foi uma espécie de sinal da fraqueza do rei. No campo, onde os privilégios da aristocracia eram maiores, os camponeses invadiram e incendiaram castelos e mataram nobres. Esse período se tornou conhecido como Grande Medo.

Biblioteca Nacional, Paris

▲ A gravura do século XVIII representa a abertura da Assembleia dos Estados-Gerais em maio de 1789. Ao fundo está o trono de Luís XVI; na parte central estão, de um lado, os membros do clero, de outro, os membros da nobreza; nas galerias laterais, os representantes do terceiro estado.

A Assembleia Nacional

A primeira etapa da Revolução Francesa, conhecida como **fase da Assembleia Nacional** (1789-1792), caracterizou-se pela atuação da burguesia nas cidades e dos camponeses no interior. A burguesia lutava por conquistas sociais e políticas nas ruas e na Assembleia; os camponeses destituíam autoridades e nobres de seus castelos e repartições.

A Assembleia dos Estados-Gerais aboliu os privilégios feudais. Desse modo, tentava restabelecer a ordem dirigindo a insatisfação apenas contra os resquícios do feudalismo. Inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos, foi aprovada a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, que estabelecia a igualdade de todos perante a lei, o direito à propriedade privada e o direito de resistência à opressão.

The Bridgeman/Keystone

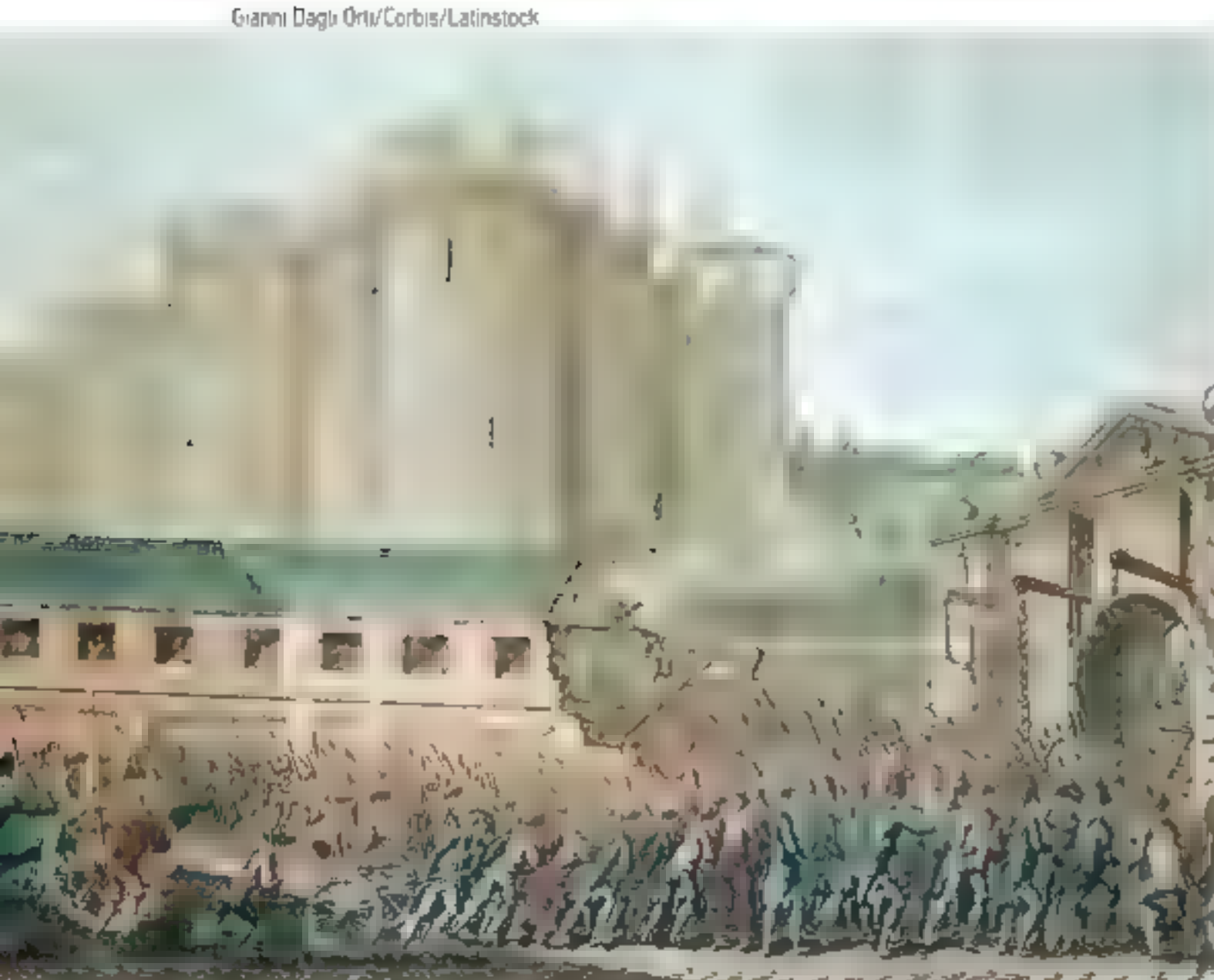
Cidadão com a Declaração dos Direitos do Homem. Detalhe de obra de Le Sueur Brothers, século XVIII. Museu Carnavalet, Paris

Os bens da Igreja foram confiscados e transformaram-se em lastro para a emissão de uma nova moeda, os *assignats*. Ao mesmo tempo, a **Constituição Civil do Clero**, aprovada em julho de 1790, determinou que os padres passavam a subordinar-se ao Estado, no papel de funcionários públicos – o que gerou manifestações de protesto e resistência entre os membros do clero.

lastro: garantia para o valor do dinheiro emitido pelo governo

Em 1791, a Assembleia Nacional proclamou a primeira Constituição da França, estabelecendo a monarquia constitucional. O rei exerceria o Poder Executivo, limitado pelo Poder Legislativo, cujos deputados seriam eleitos a cada dois anos.

Só podiam votar, no entanto, aqueles que tivessem determinada renda mínima. Essa medida e outras que se seguiram – como a proibição de greves e de associações de trabalhadores – mostravam que a França estava sob comando burguês. Eliminavam-se os privilégios aristocráticos, mas ao mesmo tempo se firmava a distinção da burguesia diante do conjunto do terceiro estado.

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

Na pintura anônima do século XVIII, o grande símbolo da Revolução Francesa: a queda da prisão da Bastilha

Museu da Revolução Francesa/Bridgeman/Keystone

Procissão dos membros do clero que não obedeceram à Constituição Civil do Clero, em gravura do século XVIII

Na Assembleia Nacional, a disputa política era acirrada. Um dos grupos, o dos **girondinos**, representava a alta burguesia; eram assim chamados em referência à região de Gironda, no sul e sudeste da França, de onde vinha a maioria de seus componentes. Havia também os **jacobinos**, cujo nome estava ligado ao convento dos frades jacobinos (dominicanos), local de reunião dos parisienses revolucionários. Os jacobinos inicialmente faziam parte da ala moderada, mas, depois de 1792, transformaram-se no principal elo entre os membros radicais da Assembleia e o movimento popular, que ganhava cada vez mais força nas ruas, conferindo ao termo "jacobino" uma conotação de radicalismo político.

Conforme as medidas revolucionárias avançavam e se consolidavam, parte da nobreza ficava mais acuada, enquanto um grande número migrava para o exterior, buscando apoio para restaurar o Estado absolutista. Os monarcas das potências absolutistas vizinhas incentivavam esses movimentos, pois temiam a irradiação das ideias revolucionárias. Em 1791, esses países assinaram a Declaração de Pillnitz, na qual afirmavam a necessidade de restaurar a dignidade da monarquia francesa e ameaçavam invadir a França.

No mesmo ano, Luís XVI e sua família tentaram fugir para o vizinho Império Austríaco, mas foram presos na fronteira, na cidade de Varennes, e reconduzidos a Paris. O plano de Luís XVI era unir-se aos nobres exilados e invadir a França com o apoio de exércitos estrangeiros, num golpe contrarrevolucionário.

Museu da cidade de Paris/The Bridgeman/Keystone

▲ Numa gravura francesa do século XVIII, anônima, Luís XVI é apanhado em flagrante durante a desastrada fuga do casal real.

Paralelamente, cresciam as dificuldades econômicas do governo revolucionário, obrigando-o à intensa emissão de *assignats*, o que desencadeou especulação e uma inflação descontrolada. Os ânimos revolucionários se acirravam, principalmente dos *sans culottes*, que exigiam medidas radicais. Enquanto isso, o exército absolutista, que tinha em suas fileiras muitos nobres emigrados, marchava sobre a França. Em meio a essas tensões, os jacobinos proclamaram a "pátria em perigo" e forneceram armas à população.

Coleção particular/akg-images/Intercontinental Press

Representação da República francesa com os dizeres "Unidade indivisível da República" e "Liberdade, igualdade, fraternidade ou a morte". ▶

Formou-se assim um exército popular sob o comando dos jacobinos **Marat**, **Danton** e **Robespierre**. Foi essa força que enfrentou o exército dos emigrados e prussianos e o conteve às portas de Paris, na **Batalha de Valmy**. O rei foi acusado de traição ao país, por colaborar com os invasores, e os revolucionários proclamaram a República.

A Convenção Nacional (1792-1795)

A Assembleia Nacional Constituinte, transformada em uma nova instituição, a **Convenção Nacional**, assumiu o governo em 20 de setembro de 1792.

Nas reuniões, sentados à direita da presidência das sessões, ficavam os deputados **girondinos**, que desejavam consolidar as conquistas burguesas, estancar a Revolução e evitar a radicalização. Ao centro ficavam os deputados da **Planície** ou **Pântano** – assim denominados por se agruparem na parte mais baixa –, burgueses sem posição política previamente definida. À esquerda, formando o partido da **Montanha**, pois se colocavam na parte mais alta do edifício, ficavam os representantes da pequena burguesia jacobina, que liderava os *sans culottes*, defensores de um aprofundamento da Revolução.

O CALENDÁRIO REVOLUCIONÁRIO FRANCÊS

O governo popular da Convenção adotou um novo calendário, o Republicano, que tinha seu início em setembro de 1792. Introduzido oficialmente em 1793, era dividido em 12 meses de 30 dias; os restantes 5 dias que faltavam para completar os 365 dias anuais eram feriados públicos, chamados de "dia dos *sans-culottes*". O domingo (*die dominicus* – dia do Senhor) foi abolido. Os meses tinham nomes relacionados aos ciclos agrícolas e da natureza:

Vindimário (do latim *vindemia* = vindima, colheita da uva), de 22/9 a 21/10
Brumário (do francês *brumas* = nevoeiro), de 22/10 a 20/11
Frimário (do francês *frimas* = geada), de 21/11 a 20/12
Nivoso (do latim *nivosus* = neve), de 21/12 a 19/1
Pluvioso (do latim *pluviosus* = chuvoso), de 20/1 a 18/2
Ventoso (do latim *ventosus* = vento), de 19/2 a 20/3
Germinal (do latim *germem* = germinação), de 21/3 a 19/4
Floreal (do latim *florens* = flores), de 20/4 a 19/5
Prairial (do francês *prairie* = prado), de 20/5 a 18/6
Messidor (do latim *messis* = colheita), de 19/6 a 18/7
Termidor (do grego *therme* = calor), de 19/7 a 17/8
Frutidor (do latim *fructus* = fruto), de 18/8 a 16/9
Dias dos *sans-culottes*, de 17/9 a 21/9

Em janeiro de 1793, Luís XVI foi guilhotinado na Praça da Revolução, em Paris. Vários países europeus, como Áustria, Prússia, Países Baixos, Espanha e Inglaterra, temendo que o exemplo francês se refletisse em seus territórios, formaram a **Primeira Coligação** contra a França. Encabeçando-a, a Inglaterra financiava os grandes exércitos continentais para conter a ascensão burguesa da França, sua potencial concorrente nos negócios europeus.

As dificuldades se avolumavam: à ameaça externa se somavam a crise econômica, as divisões políticas e as insatisfações gerais. Houve até mesmo levantes antirrepublicanos regionais, como a **Revolta da Vendeia**, no oeste da França.

Em junho de 1793, os jacobinos, comandando os *sans-culottes*, tomaram a Convenção, prendendo os líderes girondinos. Os jacobinos Marat, Hébert, Danton, Saint-Just e Robespierre assumiram o poder, dando início ao período da **Convenção Montanhesa** (1793-1794).

Biblioteca Britânica, Londres

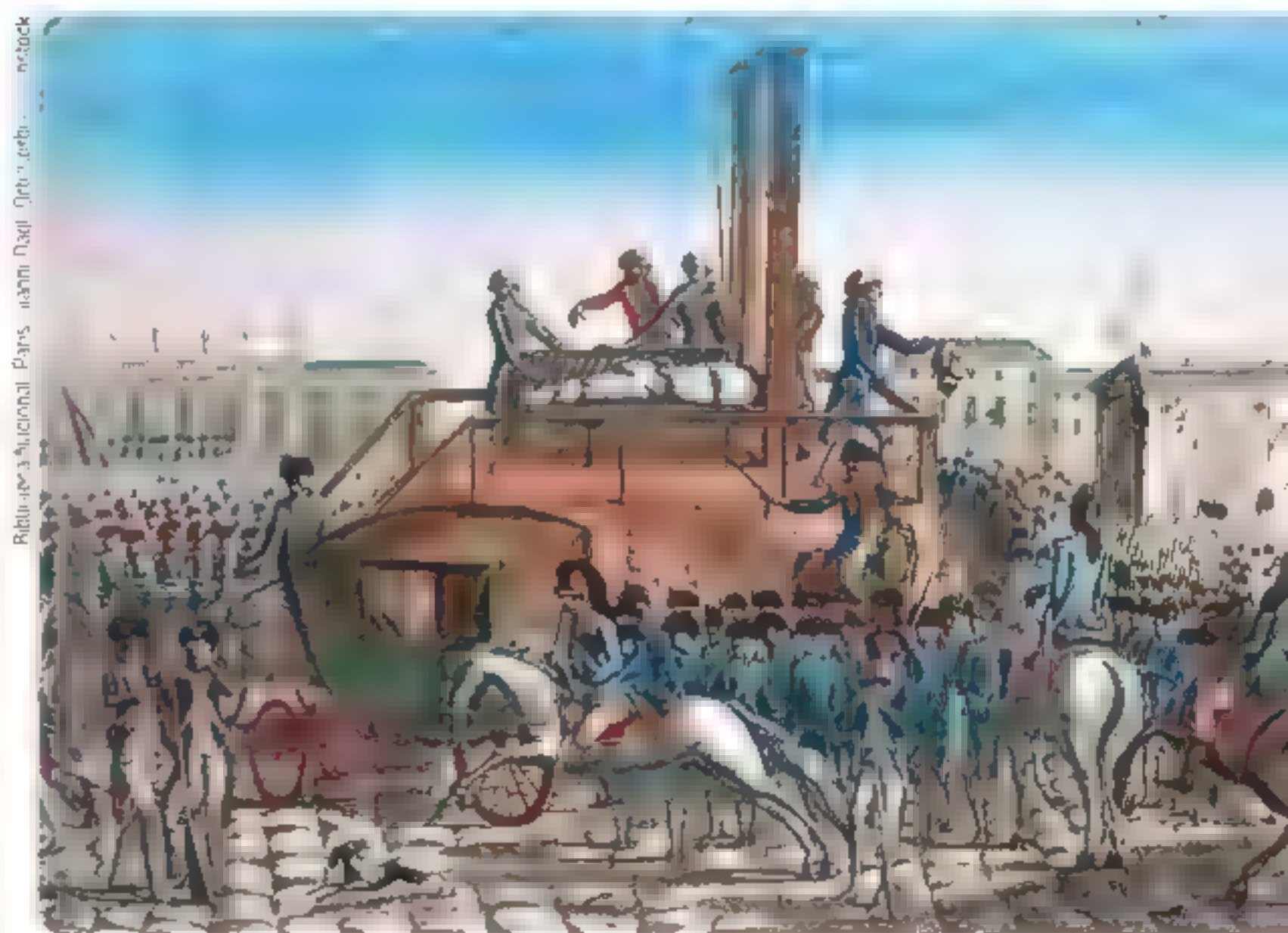
▲ Partitura de *La marseillaise* (A marselhesa), canção revolucionária composta por Rouget de l'Isle em 1792, que mais tarde acabou se tornando o hino nacional francês.

DESMORALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE LUÍS XVI

A gravura anônima ao lado retrata a execução de Luís XVI na guilhotina, em 1793. Bem antes da guilhotina, o desprestígio real ficara evidente quando de sua prisão em Varennes (21 de junho de 1791), ao tentar dirigir-se para a Áustria. Ali sua carruagem foi vistoriada e o rei, personagem tradicionalmente "sagrado", é reconhecido, preso e conduzido de forma desmoralizada para Paris. Comparativamente, alguém:

> [...] lembra que Voltaire, na estrada para Paris, em fevereiro de 1778 (...), foi parado nas barreiras por funcionários da alfândega preocupados em verificar se o veículo não transportava "nada contra as ordens do rei"? "Cavalheiros", respondeu Voltaire, "creio que aqui, de contrabando, só eu." Então um dos dois guardas exclamou: "Por Deus, é o senhor de Voltaire!" Acabavam-se as suspeitas, para-se de imediato a revista, e passa a carruagem, diante do respeito maravilhado de todos.

OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza, 21 de junho de 1791*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13.

Biblioteca Nacional, Paris

Em razão do predomínio da atuação popular, esse período caracterizou-se como o mais radical de toda a Revolução Francesa. Em 1793, foi aprovada nova Constituição – a Constituição do Ano I –, que enfatizou o sufrágio universal e a democratização.

Os jacobinos dirigiam o país por meio do **Comitê de Salvação Pública**, responsável pela administração e defesa externa do país, de início comandado por **Danton**, seu criador. Abaixo vinha o **Comitê de Salvação Nacional**, que cuidava da segurança interna, e a seguir, o **Tribunal Revolucionário**, que julgava os opositores da Revolução.

Durante o governo montanhês, a radicalização política chegou ao auge e muitos foram guilhotinados, acusados de apoiar o rei. Quando, em julho de 1793, Marat, o ídolo dos *sans-culottes*, foi assassinado por uma girondina, **Charlotte Corday**, os ânimos se exaltaram.

Considerada excessivamente moderada, a liderança de Danton foi sendo sobrepujada pela de Robespierre. Iniciava-se, assim, o período do **Terror**, que vigorou entre setembro de 1793 e julho de 1794. Nesse período, milhares de pessoas acusadas de serem contrarrevolucionárias foram executadas: desde Maria Antonieta, a ex-rainha, até os próprios jacobinos, além de girondinos.

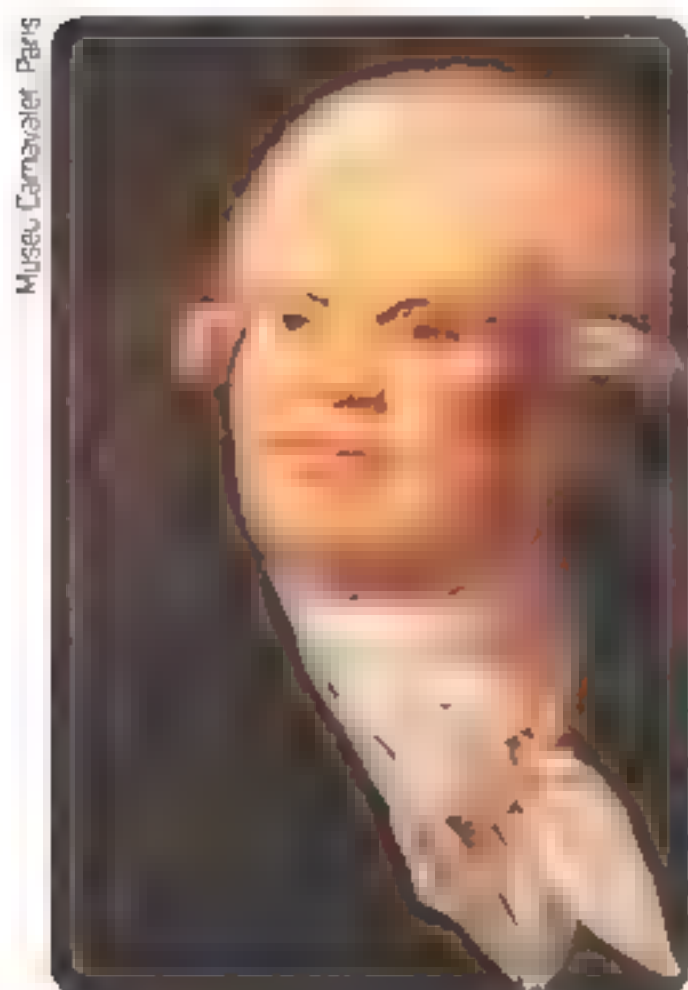
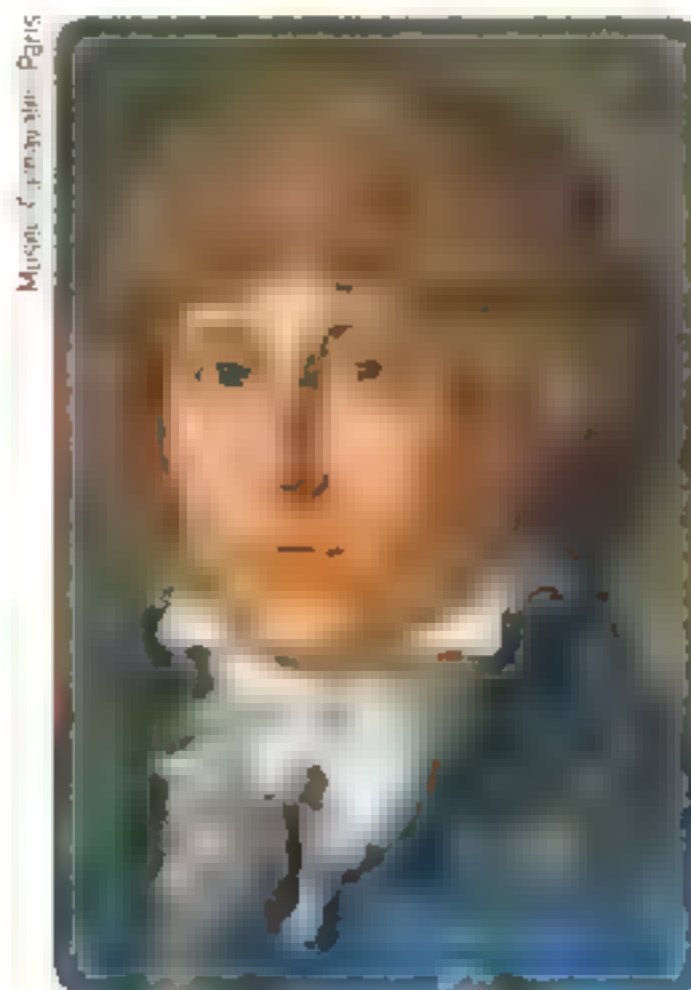
Administrativamente, o governo montanhês adotou medidas que favoreciam a população, como a Lei do Preço Máximo, que tabelava os preços dos gêneros alimentícios; a venda pública, a preços baixos, de bens que pertenciam à Igreja e a nobres emigrados; a abolição da escravidão nas colônias; a criação do ensino público e gratuito. O governo empenhou-se também em acabar com a supremacia da religião católica e de seu clero, desenvolvendo um culto revolucionário fundado na razão e na liberdade. A Catedral de Notre-Dame, em Paris, por exemplo, foi transformada no Templo da Razão.

As cisões entre os revolucionários dentro da Convenção, entretanto, desagregavam o poder dos jacobinos. Havia os **radicais**, liderados por Hébert, que pregavam a ampliação das execuções, e os **indulgentes**, tendo à frente Danton, que desejavam conter a Revolução e acabar com as prisões e execuções. Para resolver a disputa, Robespierre ordenou a execução de ambos, e com isso perdeu parte do apoio popular ligado especialmente a Danton.

As dificuldades econômicas e militares, somadas à insegurança da população provocada pelas sucessivas execuções, levaram Robespierre a perder progressivamente o prestígio como líder nacional.

Aproveitando-se da situação, a burguesia se reorganizou e, em julho de 1794, retomou o poder na Convenção, derrubando os líderes do partido da Montanha numa sessão que se tornou conhecida historicamente como Golpe do Termidor, em referência ao mês do novo calendário republicano. Robespierre e Saint-Just, entre outros, foram guilhotinados. Os representantes do Pântano assumiram o comando da Revolução e devolveram o governo à burguesia.

A **Convenção Termidoriana** foi curta (1794-1795), mas permitiu a reativação do projeto político burguês, com a anulação de várias decisões montanhesas, como a Lei do Preço Máximo e o fim da supremacia do Comitê de Salvação Pública. Nas ruas de Paris, jovens de direita assaltavam os clubes republicanos, perseguindo, intimidando e executando os líderes dos *sans-culottes*; foi o chamado **Terror Branco**.

Em 1795, a Convenção elaborou uma nova Constituição – a Constituição do Ano III –, que restabelecia o critério censitário para as eleições legislativas, marginalizando, assim, grande parcela da população. O Poder Executivo seria exercido por um Diretório, formado por cinco membros eleitos pelos deputados.

Georges Jacques Danton (esquerda), líder da fase radical da Revolução e que disputou com Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (centro) e Louis Antoine Saint-Just (direita) o destino do governo montanhês. Os retratos são do século XVIII. O de Danton e Saint-Just são de pintor anônimo. O de Robespierre é de Vigneron.

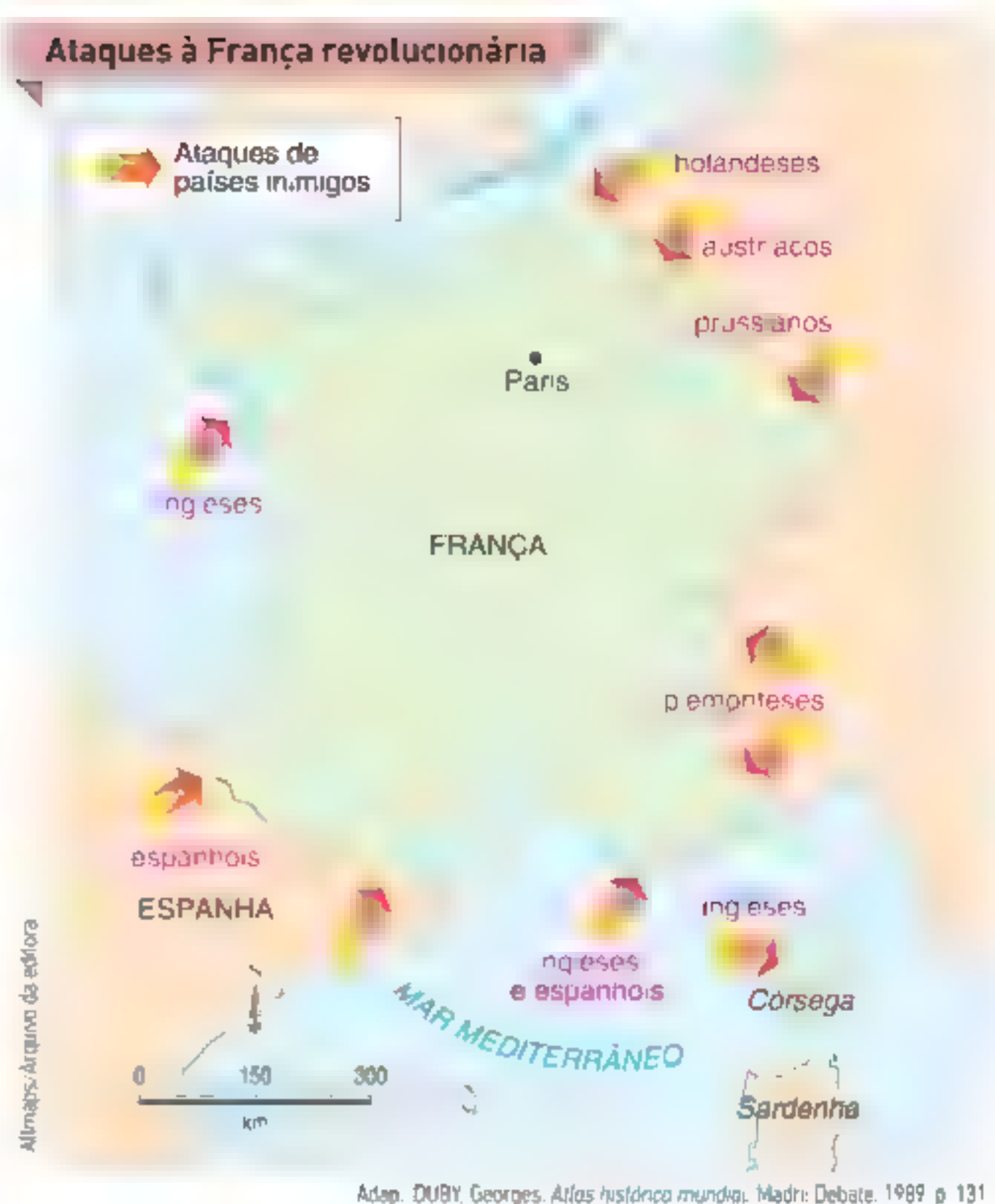
O Diretório e a instalação do Consulado (1795-1799)

O Diretório caracterizou-se pela supremacia girondina, que sofria oposição dos jacobinos, à esquerda, e dos defensores da monarquia, os realistas, que desejavam o retorno dos Bourbon, à direita. Enfrentou levantes populares internos e a continuidade das ameaças estrangeiras. Em 1795 e 1797, houve golpes realistas; em 1796, ocorreu a Conspiração dos Iguais, um movimento dos *sans-culottes* liderado por François Nöel **Babeuf**, também conhecido pelo pseudônimo Graco, que condenava a propriedade privada e lutava por uma "ditadura dos humildes". Babeuf defendia o fim de todas as desigualdades e o estabelecimento do bem-estar para todos.

Externamente, o exército francês acumulava vitórias contra as forças absolutistas da Europa que, em 1799, formaram a Segunda Coligação contra a França revolucionária.

Destacou-se nos levantes franceses a figura de **Napoleão Bonaparte**, jovem militar brilhante e habilidoso. Os girondinos, necessitando consolidar a República burguesa contra as ameaças internas, aliaram-se a Bonaparte e, sob seu comando, desfecharam um golpe contra o Diretório, o chamado **Golpe do 18 Brumário** (9 de novembro de 1799).

O Diretório foi substituído por nova forma de governo, o **Consulado**, formado por três representantes, sendo Napoleão um deles. O poder, na realidade, concentrou-se nas mãos de Napoleão, que ajudou a consolidar as conquistas burguesas da revolução.

Em dez anos, de 1789 a 1799, a França passou por profundas modificações políticas, sociais e econômicas. A aristocracia do Antigo Regime perdeu seus privilégios, o que libertou os camponeses dos antigos laços que os prendiam aos nobres e ao clero. Nas cidades desapareceram também as amarras feudais do corporativismo, que limitavam as atividades da burguesia, e criou-se um mercado de dimensão nacional.

A Revolução Francesa foi a alavanca que levou a França em definitivo para o capitalismo. Isso só foi possível a partir de mudanças sociais e políticas, a herança mais importante deixada pelos revolucionários franceses às nações de todo o mundo.

Ataques à França revolucionária

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 131.

Palácio de Versalhes e Trianon, França/RMN/Other Images

Napoleão convencera o Diretório da necessidade de uma ofensiva militar contra a Inglaterra. A pintura de Antoine-Jean Gros, de 1806, retrata a derrota francesa pelos ingleses na Batalha de Aboukir, ocorrida no Egito, em 1799.

BALANÇO DAS REVOLUÇÕES

Se a Revolução Francesa abriu as portas para uma ordem política mais favorável ao capitalismo, também é possível afirmar que ela teve um elevado custo econômico para o país:

> Se não é certo que a França estivesse prestes a alcançar a Inglaterra em 1789, o balanço econômico do período revolucionário é, ainda assim, negativo, incluindo, entre outros, fenômenos de desindustrialização e desastre do comércio marítimo e colonial. A recuperação napoleônica foi insuficiente: em 1815, expandira-se a distância entre a França e uma Inglaterra definitivamente dona dos mares e dominante em todos os circuitos comerciais. A revolução jurídica contribuiu para liberar – à custa de uma miséria notoriamente maior para os mais desfavorecidos – certas forças antigamente obstruídas; porém, não se pode considerar modernizador o desenvolvimento considerável da pequena propriedade agrícola induzido pela Revolução. Ademais, o período revolucionário e imperial parece ter enraizado comportamentos pouco favoráveis ao desenvolvimento econômico, a começar pelo gosto excessivo das elites pelas carreiras na administração pública e no exército.
>
> BLUCHE, F. et al. *Revolução Francesa*. Porto Alegre: L&PM, 2009. p. 141.

É interessante notar que os autores desse texto criticam o "gosto excessivo das elites pelas carreiras na administração pública e no exército" como um entrave ao desenvolvimento econômico francês, chamando a atenção para a falta de um comportamento de iniciativa empresarial. As reformas promovidas pela Revolução, segundo o texto, teriam de fato produzido mais liberdade, mas não uma situação suficientemente propícia ao desenvolvimento da indústria e do comércio em escala tal que tornasse a economia francesa uma concorrente importante para os ingleses.

Já o historiador Albert Soboul, dedicado ao estudo da Revolução Francesa, comenta a Revolução Inglesa, que precedeu a Revolução Industrial:

> Levando em consideração seus resultados gerais, a Revolução Inglesa desempenhou na história da Inglaterra um papel equivalente ao da Revolução Francesa na história da França. Ela não só substituiu uma poderosa monarquia absoluta por um governo representativo, porém não democrático, terminando com o domínio exclusivo da Igreja de Estado perseguidora, como também preparou o caminho para o desenvolvimento do capitalismo. Segundo um dos seus mais recentes historiadores, "ela colocou um ponto final na Idade Média". Os últimos vestígios do feudalismo foram varridos, os arrendamentos feudais abolidos, assegurando à classe dos proprietários fundiários a absoluta posse dos seus bens. O confisco e a venda dos bens da Igreja, da Coroa e dos partidários do rei romperam as tradicionais relações feudais no campo e aceleraram a acumulação de capital. As corporações perderam toda importância econômica; os monopólios comerciais, financeiros e industriais foram abolidos. Foi o fim da intervenção paternalista de um governo incompetente; o controle da vida econômica passou para o Parlamento, que favoreceu uma maior liberdade do comércio interno. "O Antigo Regime teve de ser derrubado", escreveu Charles Hill, "para que a Inglaterra pudesse conhecer esse desenvolvimento econômico mais livre, necessário para aproveitar ao máximo a riqueza nacional e para obter uma posição de liderança no mundo; para que a política, inclusive a política estrangeira, passasse para o controle daqueles que eram realmente importantes na nação; para que a sociedade se liberasse da obrigação de submeter-se às regras antiquadas, impostas por uma Igreja de Estado perseguidora [...]". No entanto, a Revolução Inglesa foi muito menos radical que a Francesa: utilizando a expressão de Jaures em sua *Histoire socialiste*, ela foi "estreitamente burguesa e conservadora" em comparação com a Revolução Francesa, "largamente burguesa e democrática".
>
> SOBOUL, Albert. Posfácio. In: LEFEBVRE, Georges. *O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 322-3.

Como se pode perceber, a reflexão sobre a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa depende dos critérios adotados. A avaliação será completamente diferente se a perspectiva for o quanto de desenvolvimento econômico do país cada revolução permitiu, ou o quanto de avanços sociais, distribuição de propriedades e direitos políticos. Por isso, as avaliações sobre essas revoluções se desdobram em inúmeros caminhos interpretativos.

PARA RECORDAR: Etapas da Revolução Francesa

ASSEMBLEIA (1789-1792)

destruição da velha ordem (aristocrática)

- Declaração dos Direitos do Homem
- fim dos privilégios
- Constituição Civil do Clero

construção de uma nova ordem (burguesa)

- Constituição de 1791
- monarquia constitucional
- voto censitário

oposição da nobreza → crise ← oposição popular

invasão estrangeira → crise

CONVENÇÃO (1792-1795)

Constituição do ano I (República), 1793

Legislativo → Convenção (voto universal)

Legislativo → delega poder → Executivo → comitês

- Danton
- Robespierre (ditador)

Judiciário → tribunais revolucionários → Terror

controla

Constituição do ano III, 1795

DIRETÓRIO (1795-1799) → vitórias militares → ascensão de Napoleão Bonaparte

oposição de esquerda (jacobinos) ← DIRETÓRIO → oposição de direita (realistas)

instabilidade política → Golpe do 18 Brumário ← ascensão de Napoleão Bonaparte

ATIVIDADE

1. Em seu caderno, crie um esquema-resumo para explicar os fatores que levaram à eclosão de uma revolução na França.
2. Orientando-se pelo esquema-resumo acima, faça um resumo das principais etapas que marcaram o processo revolucionário francês, destacando os aspectos mais importantes de cada uma.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de imagem

→ Observe a imagem com atenção. É uma tela de Jacques-Louis David, datada de 1791. Intitula-se *O juramento do jogo de péla.*

a) Faça uma pesquisa para saber quem foi Jacques-Louis David. Registre os dados principais de sua biografia (aqueles que, em sua opinião, podem ter interferido em sua produção artística).

b) Consulte o capítulo do livro e identifique o episódio da Revolução Francesa ao qual o quadro faz referência.

c) Com base no roteiro de observação abaixo, elabore uma análise do quadro.

- Repare na forma como o quadro foi "planejado": onde recai a luminosidade? Para onde convergem os gestos dos personagens?
- Identifique o personagem que recebe maior destaque e descreva seus gestos.
- Repare nos três personagens que estão abraçados à frente do personagem central. Tente identificá-los e procure refletir sobre por que estariam se abraçando.
- Repare que há diferenças entre os personagens que estão no chão e os que estão no alto, nas "janelas".
- Atenção aos movimentos do quadro: que "grupos" de movimentos você identifica?

d) Pensando nas suas respostas anteriores, procure refletir sobre que ideia Jacques-Louis David constrói do processo revolucionário.

2 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Leia o texto do historiador inglês Eric Hobsbawm e depois faça as atividades.

Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento, mas se a corrida começasse sem handicaps *era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. A Declaração afirmava (como contrário à hierarquia nobre ou ao absolutismo) que "todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis", mas "pessoalmente ou através de seus representantes". E a assembleia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática.*

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 77.

handicap: posição de vantagem numa corrida ou outras competições.

a) Segundo o historiador, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, era um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas isso não significava que fosse a favor de uma sociedade igualitária. Explique por quê.

b) O que você entendeu sobre essa afirmação feita no texto: "Os homens eram iguais perante a lei [...] mas se a corrida começasse sem *handicaps* era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos".

c) Em síntese, segundo Hobsbawm, quais os limites à igualdade presentes nos princípios revolucionários burgueses?

Detalhe da imagem da p. 196.

assessoria pedagógica

Capítulo 21

"Colando os cacos" do poder monárquico

Professor:

Aqui começam as orientações para o Capítulo 21 (p. 416 a p. 428).

"COLANDO OS CACOS" DO PODER MONÁRQUICO

A seção ***Para pensar historicamente*** destaca os projetos políticos em confronto, herança da Revolução Francesa, que apresentariam uma evolução peculiar durante o governo de Napoleão e, mais tarde, com o Congresso de Viena. Nesse capítulo, pretende-se construir a ideia de que a restauração das monarquias, do absolutismo e do conservadorismo não são uma mera volta no tempo, mas uma reordenação das forças reacionárias na Europa e em suas áreas de influência.

É interessante confrontar o projeto popular-jacobino com o liberal-burguês, de origem girondina (será preciso retomar o capítulo anterior), assumido na prática por Napoleão. Essa comparação permitirá enxergar a ordem social, econômica e política em construção, na França e na Europa, durante o período revolucionário e napoleônico.

A estabilização política, efetivada por Bonaparte, significou a derrota dos anseios políticos mais populares. No outro extremo, as elites burguesas deram apoio político a Napoleão.

A retomada do Antigo Regime, com a derrota do Império napoleônico e a vitória do Congresso de Viena, pode ser trabalhada considerando-se o progresso industrial-capitalista em curso na França e no restante da Europa. Pode-se perguntar aos alunos: esse processo refletia a permanência de elementos ligados à velha ordem monárquica? Dentro da lógica de integração dos conteúdos de História geral e do Brasil, propomos que se trabalhe a vinda da família real portuguesa ao Brasil como parte do contexto da Europa napoleônica e, consequentemente, a independência do Brasil dentro do quadro de reação contrarrevolucionária do Congresso de Viena, o que explica em parte o caráter tão distinto da independência brasileira em relação à independência de outros países da América do Sul e Central.

Várias imagens do capítulo podem ser usadas como ponto de partida para uma discussão com os alunos. A imagem do Rio de Janeiro no início do século XIX pode ser um recurso para trabalhar as mudanças ocorridas com a chegada da família real. A gravura sobre o Congresso de Viena, por exemplo, pode auxiliá-lo a encerrar o capítulo, demonstrando aos alunos os vários fatores que desagregaram a Santa Aliança e as propostas do Congresso de Viena, cujo sistema de alianças foi engolido pelas revoltas liberais europeias e pelos processos de independência das colônias na América Latina.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: propor um trabalho sobre representações dos principais monarcas absolutistas (Luís XIV, o Rei Sol, Luís XVI, ou Catarina, a Grande, por exemplo), do período revolucionário ou anterior, e do Império napoleônico em livros de História variados e também em livros de arte, com o objetivo de levantar os elementos que caracterizam esses momentos da história europeia e como seus artistas – que fazem parte dessa história – representaram os acontecimentos e personagens. Poderia ser proposta isoladamente ou complementando a atividade apresentada no capítulo anterior.

Textos de apoio

A coroação do Imperador Napoleão I

Chegado a Notre-Dame (catedral de Nossa Senhora de Paris), o imperador demora-se algum tempo no arcebispado para aí se revestir do traje de cerimônia, que parecia esmagá-lo um pouco. A sua fraca figura fundia-se sob este enorme manto de arminho. Uma simples coroa de louros lhe cingia a cabeça: parecia uma medalha antiga. Mas estava extremamente pálido, verdadeiramente comovido, e a expressão do seu olhar parecia severa e um pouco perturbada. Toda a cerimônia foi imponente e muito bela. O momento em que a imperatriz foi coroada produziu um movimento geral de admiração, não pelo ato em si, mas ela estava tão graciosa, caminhou para o altar tão bem, ajoelhou-se duma maneira tão elegante e ao mesmo tempo tão simples, que satisfez todos os olhares. Quando teve de ir do altar para o trono, ela teve um momento de altercação com as cunhadas, que lhe levavam o manto com tanta repugnância que vi o instante em que a nova imperatriz não poderia continuar a andar. O imperador, que se apercebeu disso, dirigiu a suas irmãs algumas palavras secas e firmes que puseram toda a gente em movimento. O Papa durante toda esta cerimônia teve sempre um pouco o ar duma vítima resignada.

REMUSAT, Mme. Memórias. In: FREITAS, G. de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1976. p. 118-9. v. III

Bibliografia

FERNANDES, F. *O que é Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros passos)

FURET, F. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GODECHOT, J. *A Revolução Francesa: cronologia comentada: 1787-1799*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta Brasil, 2007.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções. Europa – 1789-1848*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

______. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4)

SAINT-JUST, L. A. L. *O espírito da revolução e da constituição na França*. São Paulo: Ed. Unesp, 1989.

VOVELLE, M. (Org.). *França revolucionária. 1789-1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

2

A derrota do Grande Exército na Rússia

A Rússia foi invadida e Moscou ocupada. Se o czar tivesse feito a paz, como a maioria dos amigos de Napoleão tinha feito sob circunstâncias semelhantes, o jogo teria terminado. Mas o czar não estabeleceu a paz, e Napoleão se viu diante da opção entre uma guerra interminável, sem perspectiva clara de vitória, ou a retirada. Ambas eram igualmente desastrosas. Os métodos do exército francês, como vimos, implicavam rápidas campanhas em áreas suficientemente ricas e densamente povoadas para que ele pudesse retirar sua manutenção da terra. Mas o que funcionou na Lombardia e na Renânia, onde estes processos tinham sido desenvolvidos pela primeira vez, e ainda era viável na Europa Central, fracassou totalmente nos amplos, pobres e vazios espaços da Polônia e da Rússia. Napoleão foi derrotado não tanto pelo inverno russo quanto por seu fracasso em manter o Grande Exército com suprimento adequado. A retirada de Moscou destruiu o Exército.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: Europa – 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 105.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) Oriente os alunos a buscarem informações sobre o Bloqueio Continental, apontando as consequências da desobediência de Portugal à intervenção francesa imposta por Napoleão, que levaria à transferência da corte portuguesa ao Brasil.
2) Espera-se que os alunos articulem as informações destacadas no esquema-resumo com as obtidas na leitura do livro e com as explicações do professor sobre o Congresso de Viena.

Exercícios de História

1. O Haiti ontem e hoje: reflexão em grupo

Oriente os alunos na pesquisa, de forma que consigam localizar não apenas os relatos da situação enfrentada pelos haitianos e das entidades envolvidas no processo de reconstrução do país, mas também as raízes históricas das dificuldades sociais, econômicas e políticas do país. O Haiti passou longo período de sua história sob governos ditatoriais. Depois disso, houve tentativas de democratização do país por meio de eleições livres, mas fraudes, corrupção, violência, tentativas de golpe e disputas internas impediram o país de atingir estabilidade política. Em decorrência dessa situação, a ONU enviou tropas de paz ao Haiti para dar garantias mínimas de segurança e estabilidade à população. A ocupação permanecia quando ocorreu o terremoto.

Apesar da luta por mudanças sociais, melhores condições de vida e crescimento econômico, o Haiti pouco mudou ao longo do tempo. A maior parte de sua população vive na linha de pobreza e não conta com saneamento básico, serviço médico, escolas e empregos. Assim como na época da sua independência, uma minoria rica domina o país.

2. Análise de imagem

a) Os personagens do quadro são:
– os soldados franceses, mostrados de costas, como expressão de uma força bruta que não tem face;
– os populares, desesperados, cobrindo a face, colocados diante de uma terra já manchada de sangue;
– referências religiosas, como um padre e o personagem central, de braços abertos em posição que lembra Cristo e que tem toda a luz concentrada em si. De joelhos, demonstra uma imperfeição anatômica, pois se levantasse seria muito maior que, por exemplo, os soldados.

b) Resposta pessoal.

anotações

WILSON, E. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Tese

STOIAN, R. *Da espada à águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: FFLCH, USP, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11062006-221202>. Acesso em: 13 abr. 2010.

Filmes

Guerra e paz. Direção de King Vidor. Estados Unidos/Itália, 1956. (208 min).

Os duelistas. Direção de Ridley Scott. Inglaterra, 1977. (95 min).

Carlota Joaquina, princesa do Brasil. Direção de Carla Camurati. Brasil, 1995. (100 min).

Endereço eletrônico

Napoleão Bonaparte. Disponível em: <www.napoleon.org>. Acesso em: 13 abr. 2010. O *site* reúne uma grande quantidade de textos, documentos e imagens do período de governo de Napoleão. Apesar de ser em francês, a navegação é fácil e há vários *links* multimídia voltados ao público jovem.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

STENDHAL. *A cartuxa de Parma*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

______. *Napoleão*. São Paulo: Boitempo, 2001.

______. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

TOLSTÓI, Leon. *Guerra e paz*. São Paulo: Ediouro, 2000.

CAPÍTULO 21

"Colando os cacos" do poder monárquico

Coleção particular

Vista do Largo do Palácio, no Rio de Janeiro, no dia da aclamação de Dom João VI, pintura de Jean-Baptiste Debret do início do século XIX

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Projetos políticos em confronto

Depois que um vaso se quebra, ele pode até ser colado de volta, mas não volta mais a ser o mesmo. Assim aconteceu na Europa pós-revolução: as guerras napoleônicas mudaram o mapa político de modo que a reação monárquica não conseguiu reconstituir totalmente o panorama político.

Teria ocorrido a consolidação da Revolução no governo de Napoleão Bonaparte? A luta contra o retorno do Antigo Regime foi uma característica do período napoleônico, entretanto, os projetos populares mais radicais também foram enfrentados e rejeitados.

Que grupo foi beneficiado com o advento do Estado napoleônico? Qual é a sua relação com o surgimento do Estado brasileiro?

A ASCENSÃO DE NAPOLEÃO BONAPARTE

Nascido na ilha francesa de Córsega em 1769, Napoleão projetou-se rapidamente na carreira militar e política durante o processo revolucionário francês, conquistando, com apenas 26 anos de idade, a patente de general. Ao somar sucessivas vitórias contra inimigos estrangeiros, como aconteceu na campanha da Itália, em 1797, quando tropas francesas sob seu comando venceram os austríacos e obtiveram importantes vantagens territoriais para a França, Napoleão Bonaparte passou a ser visto por muitos como um herói nacional.

Napoleão Bonaparte exerceu grande influência sobre a imaginação de muitos jovens de sua época. Com ele ganhou impulso a ideia de que a ambição, o estudo e o esforço seriam ingredientes fundamentais para se conseguir sucesso, reconhecimento e fama.

De certa forma, a trajetória de Napoleão foi algo possível porque a Revolução Francesa mudou as relações sociais de forma decisiva. Até então, todos os grandes conquistadores, como Alexandre, o Grande, Júlio César ou Carlos Magno, tinham origem real ou nobre. Napoleão não vinha de família aristocrática ou de grandes posses; havia estudado em um colégio militar francês, o que facilitou seu ingresso no exército, tornando-se cabo. Conseguiu – em grande parte por seus próprios méritos – dominar quase todo o continente europeu.

Sua chegada ao poder deu-se em meio às guerras que as monarquias europeias, temerosas da expansão revolucionária, investiam contra a França. Além disso, a própria sociedade francesa sentia-se insegura com os rumos da Revolução. Essa situação debilitou o poder do Diretório. A burguesia, especialmente, ressentia-se da instabilidade social e política, pois a paz era fundamental para o progresso de seus negócios. Napoleão era a escolha lógica da burguesia para liderar uma reação – que se concretizou no Golpe do 18 Brumário, em 1799, com a entrega do poder a Napoleão.

Palácio de Versalhes, França. The Bridgeman/Keystone

▲ Essa pintura de Charles Thevenin, de 1806, representa as tropas napoleônicas atravessando os Alpes, durante a campanha da Itália.

O Consulado (1799-1804)

O Golpe do 18 Brumário dissolveu o Diretório e o substituiu pelo Consulado, instituição de características aparentemente republicanas, mas com poder centralizado e dominado por militares.

Prestigiado no meio militar e assumindo o governo pelas mãos da burguesia (comerciantes, industriais e financistas), Napoleão obteve também o apoio das populações rurais, concedendo-lhes as terras da Igreja e dos nobres emigrados que haviam sido confiscadas durante a Revolução. Esse era seu tripé político, sua base de poder.

ENTRE AS BATALHAS E OS SALÕES LUXUOSOS

Da infância vida com poucos recursos econômicos, Napoleão passou ao convívio nos luxuosos salões e teatros franceses. Em 1795, relatou ao seu irmão José sua visão desses ambientes festivos:

O luxo, o prazer e as artes ressurgem aqui de maneira espantosa, ontem apresentaram a Fedra, na ópera, em benefício de uma velha atriz; a assistência era imensa desde duas horas da tarde, embora os preços fossem triplicados. As carruagens, os elegantes reaparecem, e mais do que depressa se esquecem de tudo, como de um longo sonho, em que nunca deixaram de brilhar. As mulheres aparecem em toda parte: nos espetáculos, nos passeios, nas bibliotecas. Nos gabinetes dos sábios, veem-se belas criaturas. Entre todos os lugares da terra é somente aqui que elas merecem ter o governo; também os homens daqui são uns loucos, não pensam senão nelas e não vivem senão para e por elas. [...] Este grande povo entrega-se ao prazer: as danças, os espetáculos e as mulheres que aqui são as mais belas do mundo tornam-se a grande preocupação. A abastança, o luxo, o bom tom, tudo voltou, não se recorda mais o terror senão como um sonho. [...] Vive-se aqui muito bem, com muita preocupação de alegria; dir-se-ia que cada um procura descontar o tempo de sofrimento e que a incerteza do futuro leva a nada poupar dos prazeres do presente [...]. Quanto a mim, estou satisfeito; não me falta senão poder entrar nalgum combate; é preciso que o guerreiro conquiste os louros ou morra no campo da glória. Esta cidade sempre a mesma: tudo para o prazer, para as mulheres, os espetáculos, os bailes, os passeios, os ateliês dos artistas.

LÉVY, Artur. *A vida íntima de Napoleão*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. p. 35.

As prioridades do Consulado eram enfrentar as ameaças externas ao país e reorganizar a economia e a sociedade francesas. Para sanear as finanças nacionais, deterioradas pelo longo período de guerras, foi fundado em 1800 o **Banco da França**, de propriedade do Estado. Criou-se um novo padrão monetário, o **franco**, em lugar dos *assignats* emitidos durante a Revolução. A indústria nacional e a produção agrícola foram estimuladas por financiamentos. Essas medidas visavam à recuperação e ao avanço da economia francesa.

Coleção particular/Album/akg-images/Latinstock

▲ O Banco da França em gravura de Charles Heath, de 1931

Em 1801, o governo reatou as relações com a Igreja, por meio de um acordo assinado com o papa. No ano seguinte, foi elaborada uma nova Constituição, que deu a Napoleão mais poderes. Como primeiro-cônsul, ele detinha o controle do Poder Executivo por dez anos, e os demais cônsules tornavam-se simples conselheiros.

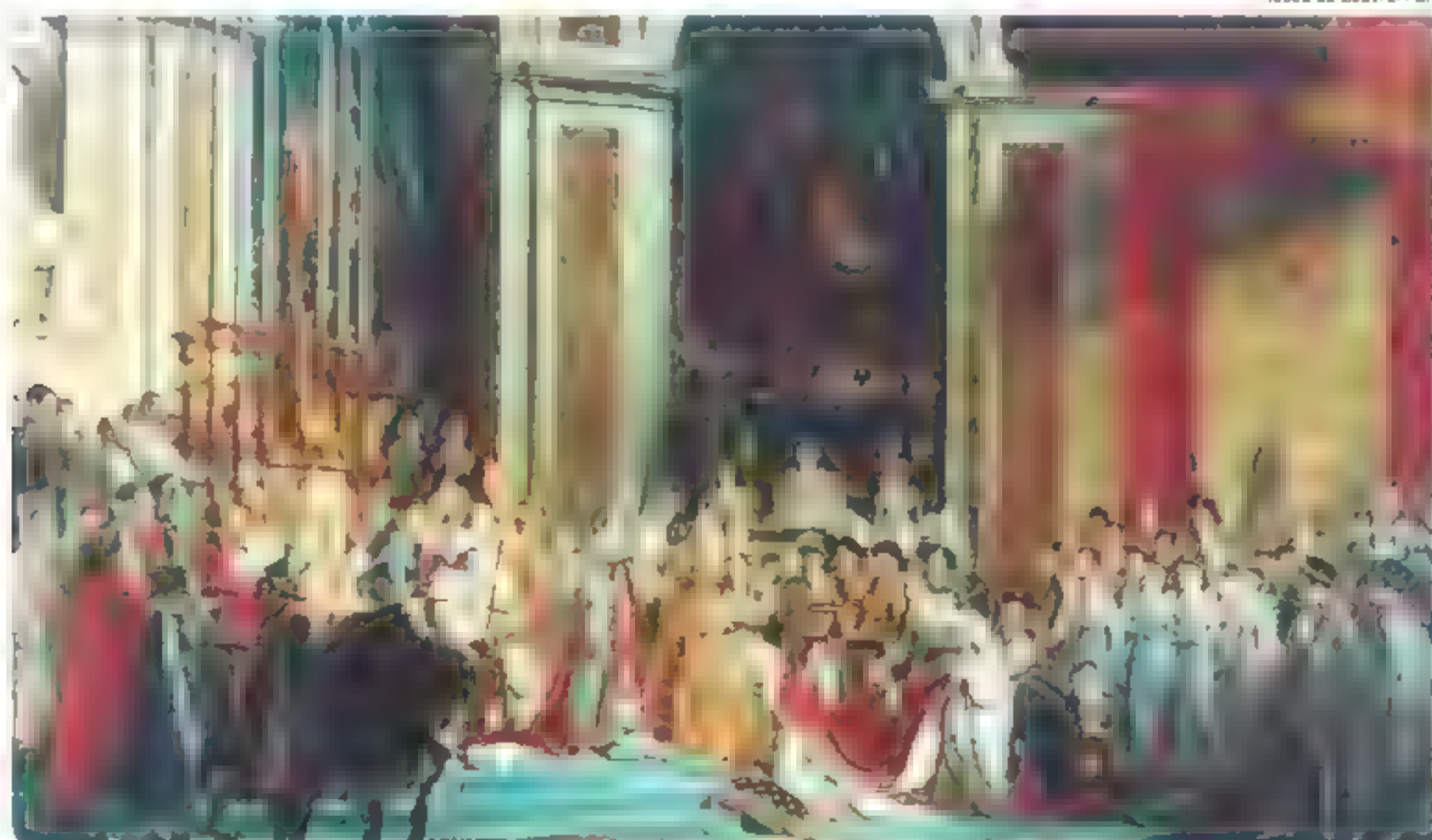
A centralização político-administrativa permitiu a Napoleão escolher os ministros e os membros do Conselho de Estado, órgão cuja função era preparar os projetos de lei. De decreto em decreto, anulou discórdias e ameaças de golpe, restabelecendo a ordem no país. A autonomia das unidades administrativas francesas foi modificada, ampliando os poderes dos prefeitos como chefes das administrações departamentais.

Em 1804, foi promulgado o **Código Civil Napoleônico**. Inspirado no Direito Romano, o Código assegurava, por exemplo, a igualdade de todos os indivíduos perante a lei, o direito à propriedade privada e a proibição de sindicatos de trabalhadores e greves, garantindo assim as conquistas burguesas. Além disso, restabeleceu a escravidão nas colônias. O Código Civil Napoleônico exerceu profunda influência em toda a Europa e se transformou em referência de diretrizes legais e jurídicas do Ocidente capitalista.

Ainda no Consulado foi estabelecida uma reforma no ensino, tornando a educação responsabilidade do Estado e adequando-a às necessidades nacionais. Foram criados os liceus, internatos responsáveis pela formação dos futuros oficiais do exército ou ocupantes de altos cargos civis, e enfatizou-se o ensino superior por meio das escolas de Direito, Política e Técnica Naval.

Depois de ter sido proclamado primeiro-cônsul vitalício, Napoleão recebeu o título de imperador em 1804, sendo coroado na Catedral de Notre-Dame com o título de Napoleão I. Assim, progressivamente, foi concentrando todos os poderes nacionais em suas mãos.

Museu do Louvre, Paris

A consagração do imperador Napoleão e a coroação da imperatriz Josefina, sua esposa, conforme a visão do pintor Jacques-Louis David em 1806-1807, contemporâneo dos acontecimentos ▶

NAPOLEÃO E O IMPÉRIO (1804-1815)

Os primeiros anos do Império foram marcados pela prosperidade resultante das reformas promovidas por Napoleão. Mas havia muitos enfrentamentos externos que ameaçavam o Império. Eram comandados, em geral, pela Inglaterra, que tinha na França uma rival para seus produtos industrializados. Os demais países que formaram as diversas coligações – até 1815, foram sete – normalmente eram monarquias centralizadas que temiam os reflexos da Revolução Francesa sobre sua estabilidade política. Assim, por razões econômicas ou políticas, a França via-se cercada por diversos inimigos.

Superiores em terra, as forças napoleônicas, mesmo com o apoio da armada espanhola, não conseguiram vencer os britânicos no mar, quando tentaram invadir a Inglaterra. Contudo, os exércitos de Napoleão venceram a **Batalha de Ulm**, contra a Prússia, e a **Batalha de Austerlitz**, contra o Império Austríaco. Além disso, derrotaram a Terceira Coligação e levaram à extinção do Sacro Império Romano-Germânico, surgindo em seu lugar a **Confederação do Reno**. Com isso, muitos principados alemães ficaram sob o domínio político de Napoleão.

A hegemonia francesa sobre o continente europeu, entretanto, dependia da neutralização da Inglaterra, a maior potência econômica do período. Para enfraquecê-la, Napoleão decretou em 1806 o **bloqueio continental** (também chamado de Decreto de Berlim). Segundo esse decreto, os aliados franceses não mais poderiam comerciar com a Inglaterra, nem comprando suas manufaturas, nem fornecendo matérias-primas, sob o risco de serem invadidos pelas tropas francesas.

Ao mesmo tempo, entre 1806 e 1809, Napoleão venceu outras coligações de países europeus, dominou todo o continente e disseminou pelos países conquistados os princípios liberais da Revolução Francesa, especialmente o Código Civil, derrubando as velhas estruturas aristocráticas. Entretanto, quando as invasões passaram a ser acompanhadas pela exploração das populações e pela submissão à França, os sucessos militares deram lugar à resistência e ao fracasso. O domínio napoleônico na Península Ibérica e na Rússia, por exemplo, resultou em lutas nacionalistas e no início da decadência de Bonaparte.

Portugal foi um dos primeiros a sofrer a intervenção francesa por desobedecer ao bloqueio continental imposto por Napoleão. As fortes ligações econômicas e financeiras com os ingleses impediam que o príncipe regente de Portugal, D. João, rompesse as relações comerciais com a Inglaterra. Com a invasão napoleônica a Portugal, a família real portuguesa fugiu para o Brasil, em 1808.

Coleção particular. Album/akg-images/Latinstock

Representação da Batalha de Austerlitz, em gravura feita com base em desenho de Golles, de 1854

Observe no mapa a seguir os limites e a abrangência do Império de Napoleão Bonaparte.

Napoleão também impôs seu domínio sobre a Espanha, depondo o rei e nomeando governante seu irmão José Bonaparte, o que provocou forte resistência do povo espanhol. A luta popular de guerrilhas, financiada pela Inglaterra, irradiou-se pela Península Ibérica, desgastando as forças napoleônicas.

O Império de Napoleão na Europa

Allmaps. Arquivo da editora

Adap. ATLAS da História do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 200-

Depois de conseguir estender seus domínios por grande parte da Europa continental, Napoleão continuava ameaçado pela maior potência econômico-naval da época: a Inglaterra.

RIO DE JANEIRO, SEDE DA MONARQUIA PORTUGUESA (1808-1821)

Enquanto Portugal permaneceu ocupado pelas tropas francesas, sua Colônia americana tornou-se o centro político-administrativo do Império português. A família real e centenas de funcionários da Corte se transferiram para o Brasil, contando com a escolta da marinha inglesa durante a viagem. Firmava-se assim uma inversão: Portugal perdia sua autonomia e a Colônia americana tornava-se o eixo do Império.

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

As campanhas napoleônicas não só disseminaram os ideais revolucionários, mas também impuseram a dominação francesa. A intervenção em Portugal provocou a fuga da família real para o Brasil. Segundo alguns, essa fuga foi desastrada, refletindo a fragilidade da monarquia lusa. Para outros, ela representou uma manobra hábil para manter os domínios portugueses a salvo das transformações revolucionárias. A gravura acima, de cerca de 1808, foi feita por um artista anônimo a partir de pintura de Nicolas Delariva. Ela reproduz o embarque de D. João e da família real no Porto de Belém, Portugal, em 1807.

Entre os outros domínios coloniais portugueses, alguns até mais próximos da Metrópole, o Brasil foi escolhido como sede da Corte por causa de seu crescimento econômico e sua posição estratégica, possibilitando que os comerciantes britânicos tivessem acesso a outras áreas coloniais.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, D. João desembarcou em Salvador em janeiro de 1808 e logo decretou a **abertura dos portos**. A medida derrubava as limitações comerciais que caracterizavam o chamado "exclusivo colonial" – segundo o qual a Colônia só poderia comerciar com a Metrópole. Com a "abertura dos portos", ficava autorizada a importação de quaisquer produtos vindos de países que mantivessem relações amigáveis com Portugal, o que beneficiava diretamente a Inglaterra, então em plena Revolução Industrial. No mês seguinte, a esquadra portuguesa deixou Salvador, levando D. João e sua Corte para o Rio de Janeiro, a nova sede da monarquia.

Ainda em 1808, D. João revogou o alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas e indústrias no Brasil. Isso, entretanto, não foi suficiente para promover o início da industrialização na Colônia, pois era impossível concorrer com os produtos ingleses, abundantes e a preços mais baixos.

Procurando ampliar ainda mais sua participação na economia da Colônia, a Inglaterra pressionou Portugal a assinar os **tratados de 1810**, que garantiam a taxação privilegiada de 15% de imposto sobre os produtos ingleses vendidos no Brasil, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16% e as dos demais países, 24%.

Os ingleses não conseguiram apenas vantagens econômicas. Conquistaram também outros benefícios, como o julgamento dos cidadãos ingleses por juízes ingleses, caso cometessem crimes dentro do Império Luso. Além disso, nas terras portuguesas, os protestantes ingleses adquiriam o direito à liberdade de culto, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, onde eram perseguidos. Como o governo português dependia da proteção britânica para conter a ameaça napoleônica, na prática, a Inglaterra conseguia subordinar os interesses lusos aos seus.

Transformado na capital do Império Luso, o Rio de Janeiro ganhou ares de capital europeia, com a instalação de órgãos públicos, como ministérios e tribunais, e a criação da Casa da Moeda e do Banco do Brasil. Foram fundados também o Jardim Botânico, as escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, o Teatro Real, a Imprensa Real, a Academia Real Militar, a Academia Real de Belas-Artes e a Biblioteca Real, que constituíram estímulos à produção artística, científica e cultural da Colônia.

Em represália pela invasão de Portugal, D. João declarou guerra à França e invadiu a Guiana Francesa, em 1809, devolvendo-a em 1817, após Napoleão Bonaparte ter sido derrotado pelas forças europeias. Aproveitando-se das guerras pela independência da América espanhola, iniciadas com o período napoleônico, D. João invadiu também o território pertencente à Espanha, ao sul do Rio Grande do Sul, transformando-a na **Província Cisplatina**. O atual Uruguai tornou-se independente do Brasil em 1828.

Coleção particular

Carruagem levando o santíssimo sacramento aos ricos ou pessoas importantes. Essa aquarela foi feita por Jean-Baptiste Debret no início do século XIX e mostra o Rio de Janeiro como sede da monarquia portuguesa

O FIM DO IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

As derrotas francesas foram aniquilando o mito da invencibilidade de seus exércitos, o que estimulou outros povos a resistir às forças de Napoleão. Aos poucos, quebrou-se a hegemonia continental napoleônica. Ao mesmo tempo, os colonos da América espanhola tiveram a oportunidade, com a crise na Metrópole, de avançar no processo de independência.

Enquanto isso, diante do estrangulamento da economia russa em virtude do bloqueio continental, o czar Alexandre I desprezou as ameaças de Napoleão e abriu os portos russos aos ingleses. Como sua própria economia não tinha capacidade de substituir a da Inglaterra nas relações comerciais do continente, a França viu naufragar sua estratégia econômica.

Inconformado, em 1811, Napoleão respondeu à atitude da Rússia reunindo um poderoso exército de mais de 600 mil homens, que atravessaria toda a Europa Central e marcharia sobre a Rússia, na que viria a ser sua mais audaciosa e mais trágica campanha militar. Para enfrentar o imenso poderio do exército francês em homens e armamentos, os russos muitas vezes utilizaram a tática da **terra arrasada**: na iminência de invasão de alguma região, a própria população e os soldados russos destruíam tudo o que pudesse ter valor ou ser útil ao inimigo. Dessa forma, ao mesmo tempo que evitavam confrontos sanguinários, abatiam o ânimo dos franceses, impedidos de fazer saques e de reabastecer-se de alimentos.

Quando, depois de longas batalhas, o exército napoleônico finalmente conseguiu entrar em Moscou (1812), encontrou a cidade abandonada e incendiada. Sem abrigo, sem alimentos, fustigados pelo rigoroso inverno e enfrentando as implacáveis guerrilhas russas, os homens de Bonaparte iniciaram a retirada, permitindo que os russos assumissem a ofensiva. Napoleão saiu da Rússia com menos de 100 mil soldados, desmoralizado e tendo de enfrentar o restante da Europa, que se mobilizara contra ele.

Esgotado, o imperador francês sofreu diversas derrotas. Formara-se a **Sexta Coligação**, composta por Prússia, Inglaterra, Rússia e Império Austríaco, que acabou por vencê-lo na **Batalha das Nações**, em Leipzig, em outubro de 1813. Em março do ano seguinte, Napoleão foi obrigado pelos vitoriosos a assinar o **Tratado de Fontainebleau**. O tratado estabelecia que o imperador abriria mão do trono francês, recebendo em troca uma pensão de 2 milhões de francos anuais e plena soberania sobre a **Ilha de Elba**, situada no Mar Mediterrâneo, perto da Córsega, onde deveria permanecer exilado.

Com seu afastamento, restabeleceu-se a dinastia Bourbon na França, sendo coroado rei **Luís XVIII**, irmão de Luís XVI, que fora guilhotinado durante a Revolução Francesa. Os Bourbon, contudo, ficaram no poder somente por alguns meses, pois Napoleão deixou Elba e desembarcou na França em março de 1815 com 1 200 soldados

Stapleton Collection/Corbis/Latinstock

A campanha da Rússia contou com mais de 600 mil soldados. A estratégia da terra arrasada, do general Kutuzov, não poupou sequer Moscou, incendiada pelos próprios russos antes que fosse tomada pelos franceses. Ao lado, *Incêndio de Moscou*, de William Heath, gravura de cerca de 1812

Comprovando sua ainda forte popularidade entre os membros do exército, foi recebido festivamente por seus ex-comandados e pela população e marchou em direção a Paris. Luís XVIII fugiu para a Bélgica, e Napoleão novamente tomou o poder na França. Foram, porém, pouco mais de três meses de governo, período conhecido como **Os Cem Dias**. Os governantes europeus, reunidos no **Congresso de Viena**, surpreenderam-se com o retorno de Napoleão e organizaram uma reação imediata. Ameaçado, Napoleão precisou reunir um exército e enfrentar as forças russas, prussianas, britânicas e austríacas. Na Batalha de Waterloo, aldeia da Bélgica, seus homens foram derrotados. Exilado na longínqua e isolada Ilha de Santa Helena, colônia da Inglaterra no Atlântico Sul, Napoleão morreu em 1821.

▲ *Napoleão em seu leito de morte*, gravura de François Georgin, século XIX

No período em que Napoleão liderou a França e comandou seus exércitos, grande parte das conquistas sociais e políticas da Revolução se disseminou por outros países europeus. Assim, apesar das tentativas de restauração do Antigo Regime, as monarquias não conseguiriam restabelecer a velha ordem, pois a Europa tinha agora outro perfil histórico.

DA REVOLUÇÃO FRANCESA À REVOLUÇÃO HAITIANA

Enquanto o processo revolucionário francês se refletia no restante da Europa, uma das mais ricas colônias francesas, a Ilha de São Domingos, depois oficializada com o nome de Haiti, empreendia uma revolução escrava que se desdobraria na guerra de independência. A Revolução Haitiana foi bastante significativa, pois além de buscar a independência em relação à Metrópole, representou uma importante revolução social.

Quando Cristóvão Colombo ocupou a ilha, em 1492, chamou-a de Hispaniola ("A Espanhola"), denominação depois alterada para São Domingos. Já os habitantes originais da região, os arauaques, chamavam a Ilha de Haiti (*Ahti*), que em seu idioma significa "terra alta", "montanhosa".

Localização do Haiti

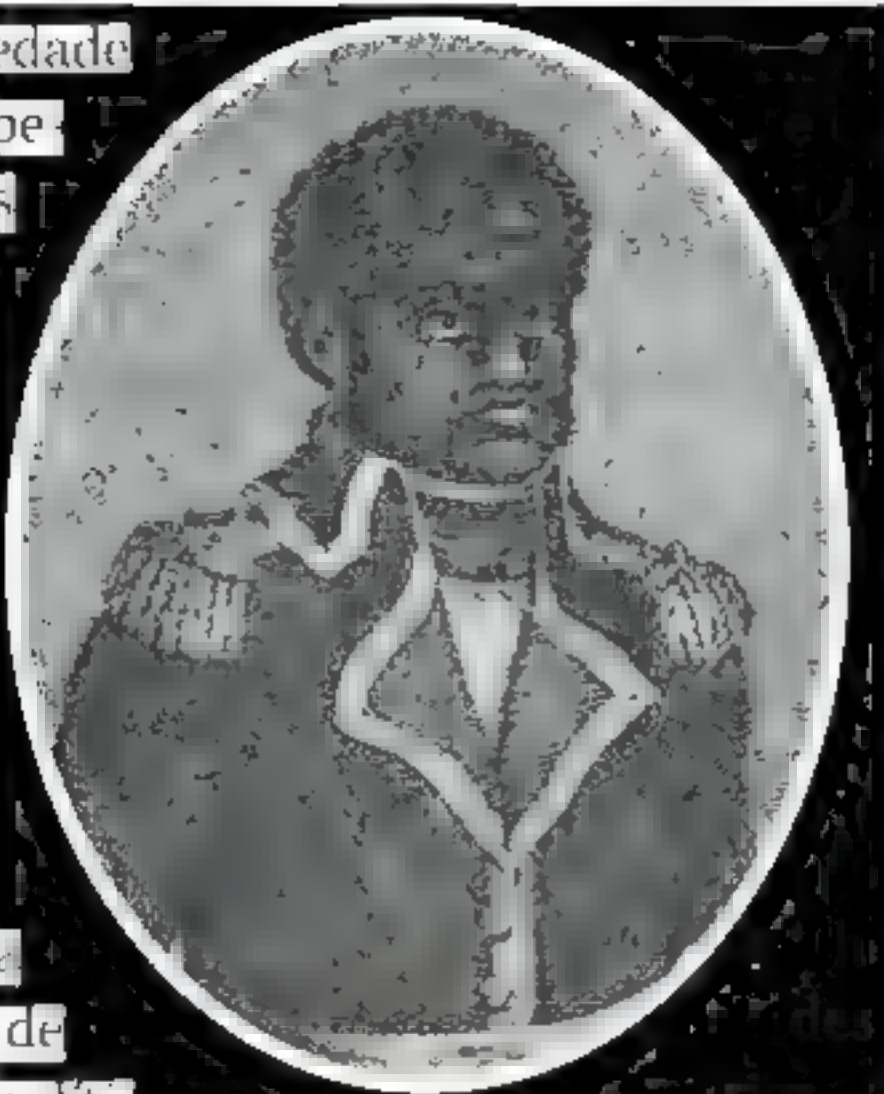
▲ Localização do atual Haiti: primeira Colônia americana a abolir a escravidão; primeira República negra da história.

Foi durante o século XVII que, em meio às disputas coloniais entre as potências europeias, a França ocupou a parte ocidental da ilha, que pouco a pouco se transformou num dos principais polos de produção de açúcar, sob o sistema de *plantations* (monocultura em grandes extensões de terra, com uso de mão de obra escrava e voltada para exportação).

No final do século XVIII, a sociedade colonial haitiana era composta de apenas 5% de brancos (ricos proprietários e homens livres pobres); 10% de negros livres e mestiços ricos e pobres; e 85% de escravos.

Em 1791, escravos, ex-escravos e mestiços ricos se uniram momentaneamente, inspirados pelos acontecimentos revolucionários da Metrópole, ou seja, a Revolução Francesa. Seu objetivo era lutar contra o domínio da pequena elite branca que subjugava a esmagadora maioria de escravos de origem africana e excluía política e socialmente os mestiços ricos.

O desdobramento revolucionário resultou na abolição da escravidão na Colônia caribenha francesa. Sob a liderança inicial de **Toussaint Louverture**, esse movimento das massas escravas prosseguiu mesmo após a repressão dos exércitos napoleônicos.

Deportado para a França, Louverture morreu na prisão em 1803. Um ano depois, sob o comando de **Jacques Dessalines**, foi proclamada a independência do Haiti. Dessalines foi coroado imperador da primeira nação negra independente da história americana. Em 1806, Dessalines foi assassinado, e o Haiti adotou o regime republicano. Apenas em 1825, em troca de uma indenização de 150 milhões de francos, o rei francês Carlos X reconheceu a independência do país.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades nos primeiros anos do século XIX, o movimento revolucionário haitiano serviu de estímulo à rebeldia escrava americana contra a exploração e submissão herdadas da época colonial. A notícia da revolução espalhou-se pela América, gerando pânico entre os senhores de escravos e esperança entre os africanos cativos. Muitos escravos consideraram heróis os líderes negros haitianos. No Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, há registros de que a figura de Dessalines foi encontrada tatuada no corpo de africanos escravizados.

Retratos dos principais líderes da Revolução Haitiana: acima, Jean-Jacques Dessalines (1758-1806); ao lado, Toussaint Louverture (1743-1803).

Bettmann/Corbis/Latinstock

Gravura do século XVIII que retrata cena da revolta liderada por Toussaint Louverture, em São Domingos, 1791.

O CONGRESSO DE VIENA

Quando Napoleão Bonaparte foi derrotado na Batalha de Waterloo, em 1815, as grandes potências europeias já estavam mobilizadas para restabelecer no continente a situação política anterior à Revolução Francesa. Depois da Batalha das Nações, que resultou no exílio de Napoleão na Ilha de Elba, o Império Austríaco, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia e a França restaurada reuniram-se em Viena para definir acordos duradouros que evitassem conflitos entre os principais países da Europa e que garantissem a estabilidade política e social conservadora, antiliberal e antirrevolucionária. Interrompido durante os Cem Dias, o Congresso era presidido pelo representante austríaco, príncipe Metternich, e contava, ainda, com o czar Alexandre I (Rússia), Frederico Guilherme III (Prússia), Wellington e, depois, Castlereagh (Inglaterra) e Talleyrand (França), além de representantes de outros Estados.

Christel Gerstenberg/Corbis/Latinstock

▲ Reunião dos delegados do Congresso de Viena, em imagem de Jean-Baptist Isabey, de cerca de 1880. Os Estados que venceram Napoleão reorganizam o mapa político europeu.

O Congresso de Viena pautou-se por dois princípios básicos: um era o princípio da legitimidade, proposto por Talleyrand, visando restaurar nos Estados europeus as dinastias e as fronteiras nacionais que vigoravam no período pré-revolucionário, as únicas consideradas legítimas. O outro princípio era o do equilíbrio europeu. A restauração de fronteiras não foi inteiramente respeitada, já que Inglaterra, Rússia, Império Austríaco e Prússia apossaram-se de territórios de Estados mais fracos, como Polônia, Itália e a França derrotada.

Quanto à partilha colonial, a Inglaterra foi a grande beneficiada, pois obteve diversos novos territórios coloniais. Os Países Baixos incorporaram a Bélgica, e a Rússia ficou com a maior parte da Polônia. A Itália foi totalmente dividida. A Suíça passou a ser um Estado neutro. A Prússia ficou com parte da Polônia e da região do Rio Reno, e o Império Austríaco ficou com outra parte da Polônia e o norte da Itália. Veja no mapa a seguir.

A Europa do Congresso de Viena (1815)

Aquisições
- da Grã-Bretanha
- da Áustria
- da Prússia
- da Rússia
- da Suécia
- do Piemonte Sardenha
- Confederação Germânica
- Fronteiras em 1815

Adap. FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. Atlas: História Geral. São Paulo: Scipione, 2000. p. 57.

▲ As fronteiras europeias em 1815.

Do Congresso de Viena surgiu ainda a **Santa Aliança**, proposta pelo czar Alexandre I, que, sob o pretexto de proteção à paz, à justiça e à religião no continente, objetivava lutar contra as manifestações nacionalistas e liberais decorrentes das ideias implantadas pela Revolução Francesa – como os movimentos de independência das colônias.

Vários fatores conjugados, porém, desagregaram os planos estabelecidos no Congresso de Viena bem como a Santa Aliança. A Revolução Industrial espalhou-se por vários países, fortalecendo valores burgueses, liberais e nacionalistas e consolidando o capitalismo. Os princípios do Antigo Regime, restabelecidos em Viena em 1815, representavam entraves à nova sociedade. Assim, embora a Santa Aliança tivesse imposto suas decisões logo após a derrota napoleônica, gradativamente o sistema de alianças foi sendo mutilado, até ser engolido pelas revoltas liberais europeias e pelos processos de independência das colônias da América Latina.

A expansão de mercados consumidores era importante para a Inglaterra industrializada, que apoiava os movimentos de independência das colônias latino-americanas, defendendo o **princípio da não intervenção**. Essa atitude contrariava os interesses da Santa Aliança, que propunha a manutenção do domínio colonial e o envio de tropas às regiões que se rebelassem.

Numa demonstração de que os tempos haviam mudado e de que não seria admitida nenhuma tentativa de recolonização, os Estados Unidos lançaram a **Doutrina Monroe**, em 1823, cujo lema era "A América para os americanos".

O **nacionalismo** emergiu também na Europa, com alguns avanços na conquista de independência, como é o caso da Grécia, que em 1822 conseguiu sua emancipação do Império Turco-Otomano.

Na França, em 1830, estabeleceu-se novamente um governo liberal, com a queda da dinastia Bourbon e a ascensão da família Orléans; ao mesmo tempo, a Bélgica proclamava sua independência dos Países Baixos. Desmoronavam, assim, as principais conquistas do Congresso de Viena e rompiam-se os laços que sustentavam a Santa Aliança.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ A Doutrina Monroe determinava que os Estados Unidos estenderiam sua influência a todo o continente americano, descartando a tradicional ingerência europeia. Na pintura acima, de Clyde Osmer de Land, de 1912, o presidente Monroe expõe sua doutrina. Na charge desta página, de autoria de Louis Dalrymple (século XIX), uma representação da doutrina

PARA RECORDAR: A era napoleônica e o Congresso de Viena

REVOLUÇÃO FRANCESA

Diretório (1795-1799)

oposição
- popular
- potências europeias
  - absolutistas
  - Inglaterra

Golpe do 18 Brumário

1799 = cônsul
1804 = imperador

Napoleão Bonaparte (1799-1815)

política externa
- bloqueio continental
- guerras

política interna
- Banco da França
- Código Civil
- reforma educacional
- de acordo com a Igreja

campanha russa

primeira derrota

Os Cem Dias (1815)

Waterloo

derrota final de Napoleão

CONGRESSO DE VIENA

Talleyrand
- legitimidade
- equilíbrio europeu
- Santa Aliança

sistema Metternich

×

liberalismo burguês

×

- Doutrina Monroe (Estados Unidos)
- princípio da não intervenção (Inglaterra)

ATIVIDADE

Faça as próximas atividades com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

- Observe o item "bloqueio continental" no esquema-resumo. Copie-o em seu caderno e crie uma nova conexão para "ele", incluindo informações sobre o posicionamento de Portugal em relação ao bloqueio e suas consequências.
- Explique o que foi o Congresso de Viena, destacando e ampliando as informações do esquema-resumo (Talleyrand, sistema Metternich etc.).

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 O Haiti ontem e hoje: reflexão em grupo

→ Junte-se a dois colegas para fazer esta atividade. Você viu que o Haiti, além de uma guerra de independência, organizou uma revolução que tinha o objetivo de transformar as estruturas sociais então vigentes.

Em janeiro de 2010, esse país foi sacudido por um violento terremoto que deixou centenas de milhares de mortos e de desabrigados. O caos que se seguiu expôs ao mundo a miséria e as dificuldades enfrentadas pelo povo haitiano.

a) Façam uma pesquisa em livros, jornais ou na internet sobre

- a ação da ONU no país;
- as condições sociais do Haiti antes do terremoto;
- os planos de reconstrução do país.

b) Debatam com seus outros colegas os resultados das investigações de seu grupo.

2 Análise de imagem

→ Examine a imagem e depois faça o que se pede. Trata-se do quadro *Os fuzilamentos do 3 de maio*, de 1814, e refere-se ao massacre de populares realizado por tropas napoleônicas durante a invasão da Espanha. Seu autor, o pintor espanhol Francisco Goya (1746-1828), foi testemunha da invasão e deixou uma representação da violência da guerra em uma série de obras, dentre as quais se destacam a pintura abaixo e a série de gravuras *Os desastres da guerra*.

Museo do Prado, Madri

a) Descreva os personagens do quadro. Considere como estão dispostos na cena, a expressão de seus rostos e a posição dos corpos, as roupas que vestem, as cores usadas.

b) Com base nessa descrição, tente identificar a forma como o pintor expressou ou interpretou a violência da guerra na Espanha. Elabore um breve texto comentando o que descobriu.

O capítulo trata das revoltas do final do século XVIII e início do século XIX, e do peculiar processo de independência política do Brasil, ocorrido em 1822. Trata-se de um período conturbado para o Império português, às voltas com o enfrentamento de uma série de conflitos surgidos nas principais capitanias da América portuguesa que colocaram em xeque os termos da relação colonial. Imersos na turbulência revolucionária do período, os rebelados receberam a influência dos ideais iluministas, da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789) – conforme indica o texto "O que liam os Conjurados?".

O ponto de partida do capítulo, exposto na seção ***Para pensar historicamente***, são os **limites da independência** do Brasil. É importante que se questione o que é de fato independência nacional, hoje e na época em que foi proclamada. O projeto político para um país sempre envolve as divisões da sociedade e suas oposições, interesses e mentalidades diversas.

Pergunte aos alunos se os descendentes de negros africanos e de indígenas, bem como as camadas economicamente inferiores da sociedade colonial, foram integrados nos projetos criados na crise do sistema de dominação portuguesa. E no processo de proclamação da independência? E atualmente? A situação é diferente? (Lembre o fato de que os analfabetos obtiveram o direito de voto apenas a partir de 1988.)

Sugerimos ao professor discutir cuidadosamente o tema da independência ao longo de todo o capítulo. O aluno deverá perceber a independência brasileira como um processo, e não apenas como um acontecimento, além de vislumbrar diferentes possibilidades e projetos de autonomia, não se restringindo ao projeto vencedor.

O trecho do documento relativo à Inconfidência Mineira, chamado *Autos da Devassa*, reproduzido na atividade *2. Análise de documento*, é importante para destacar os princípios e projetos políticos dos inconfidentes, bem como a violenta repressão da Coroa Portuguesa, que acabou por condenar à pena capital Tiradentes, o mais pobre dos partícipes da revolta.

Dez anos depois, na manhã de 12 de agosto de 1798, homens livres, pobres e pardos afixaram em locais públicos da cidade de Salvador panfletos (pasquins) convocando a população da cidade a participar do levante que criticava os pesados tributos cobrados por Portugal e instituiria a República Bahinense que, entre outras reivindicações, aumentaria o soldo do corpo de milícias, decretaria o livre comércio com as nações amigas, especialmente a França, e dinamizaria o comércio de abastecimento da cidade.

Para a análise de ambas as revoltas, o texto de Patrícia Valim é uma importante ferramenta. A historiadora ressalta como a qualificação ou o nome desses movimentos estão relacionados às suas respectivas composições sociais circunstanciadas pelas autoridades locais da época e que perduram até os dias de hoje. Nesse sentido, o texto da atividade *1. Leitura de textos e tabela*, do historiador José Murilo de Carvalho, é fundamental para a análise de como determinado sujeito da História é transformado em herói, a que demandas políticas ele deve atender para tanto. Entendendo, assim, por que Tiradentes foi considerado herói e as razões pelas quais os quatro homens livres, pobres e pardos mortos na Conjuração Baiana de 1798, ao contrário, não foram transformados em símbolos da pátria.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

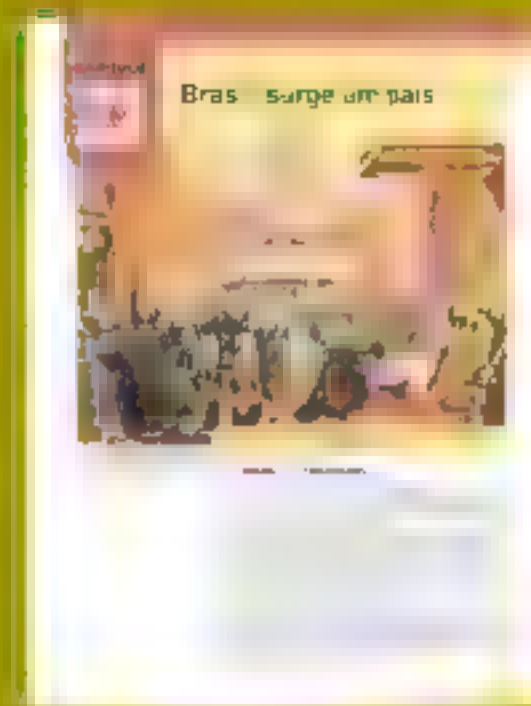
Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura**: ler a obra *O Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles. Levantar dados sobre a autora, a que movimento literário pertencia, qual a posição do poema em relação ao movimento (exaltadora, crítica, mitificadora etc.). Pesquisar outras obras sobre o tema.

▶ Textos de apoio

Abertura dos portos

Por recomendação de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, uma das primeiras medidas tomadas no Brasil pelo príncipe D. João, durante a escala em Salvador e antes mesmo de chegar ao Rio de Janeiro, foi esta carta em que autorizava o acesso dos navios estrangeiros aos portos da Colônia:

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 22 (p. 429 a p. 441).

Bibliografia

ALGRANTI, L. M. *D. João VI: os bastidores da independência*. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios).

CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, M. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAVENATO, J. J. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio).

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

JANCSÓ, I. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EdUFBA, 1996.

LEITE, G. L. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.

MAXWELL, K. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MICELI, P. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Tese

VALIM, P. Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica. São Paulo: FFLCH, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111026>. Acesso em: 13 abr. 2010.

Filmes

A independência do Brasil. Direção de Sergio Baldassarini Junior. Brasil. SB, 1993. (30 min). (História do Brasil, 3)

Os inconfidentes. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasil, 1972. (100 min)

Endereço eletrônico

Museu do Ipiranga – Museu Paulista. Disponível em: <www.mp.usp.br>. Acesso em: 13 abr. 2010. Fundado em 1895, o Museu do Ipiranga é o marco histórico da independência do país, o parque que circunda o museu abriga o monumento a D. Pedro I com a cripta onde está enterrado seu corpo. No *site* é possível acessar boa parte do acervo e fazer visitas virtuais a algumas salas.

▶ Sugestão de leitura para os alunos

TORERO, José Roberto. *O chalaça*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

Conde da Ponte, do meu Conselho, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, amigo. Eu, o príncipe-regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo.

Atendendo à representação que fizestes subir à minha real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta capitania, com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha real fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: Sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte:

Primo: Que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha real coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber, vinte de direitos grossos, e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, porque até o presente se regulam cada uma das ditas alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nelas satisfaziam.

Secundo: Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer, a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitanias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas-régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero. Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808. Príncipe.

BONAVIDES, P.; VIEIRA, R. A. A. *Textos políticos da História do Brasil: independência e Império*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s. d. v. 1, p. 24-5.

Panfleto anunciando a rebelião espalhado na cidade de Salvador – Bahia, em 1789

O Poderoso e Magnífico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando os muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa e no que respeita à inutilidade da escravidão do mesmo Povo tão sagrado e digno de ser livre, com respeito à liberdade e igualdade ordena, manda e quer que para o futuro seja feita nesta cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o péssimo jugo reinável na Europa, segundo os juramentos celebrados por trezentos e noventa dos Digníssimos Deputados Representantes da Nação em consulta individual de duzentas e oitenta e quatro Entes que adotam a total Liberdade Nacional, contida no geral receptáculo de seiscentos e setenta e seis homens, segundo ao prelo acima referido. Portanto faz saber e dá ao prelo que se acham as medidas tomadas para socorro estrangeiro e comércio de açúcar, tabaco e pau-brasil e todos os mais gêneros de negócios e mais vires, contanto que por aqui virão todos os estrangeiros tendo porto aberto, mormente a nação francesa. outrossim manda o povo que seja punido com pena vil para sempre todo aquele Padre regular e não regular que no púlpito, confessionário, exortação, conversação por qualquer forma, modo e maneira persuadir os ignorantes, fanáticos e hipócritas, dizendo que é inútil a liberdade popular. também será castigado todo aquele homem que se achar na (mesma) culpa não havendo isenção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que todos os membros militares da linha, milícia e ordenanças, homens brancos, pardos e pretos concorram para a liberdade popular: manda o povo que cada soldado perceba de soldo dois tostões cada dia além das suas vantagens que serão relevantes. Os oficiais terão aumento de posto e soldo, segundo as dietas cada um indagará quais sejam os tiranos opostos à liberdade e estado livre do Povo para ser notado: cada um Deputado escreverá os atos da igreja para notar qual seja o sacerdote contrário à Liberdade: o Povo será livre às Leis do novo código e reforma do formulário, será maldito da Sociedade nacional todo aquele coerente ao homem, e mais agravante será a culpa, havendo dolo eclesiástico: assim seja entendido aliás.

O Povo

MENDES JUNIOR, A.; RONCARI, L.; MARANHÃO, R. *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo: Hucitec, 1989. v. 2. p. 71.

Consulte outros textos no *site* www.scipione.com.br/hgb

Comentários das atividades

Para recordar

1) Oriente os alunos para que registrem as principais características dos movimentos, tais como: causas, líderes, consequências e o contexto histórico.
2) Enquanto os modernizadores pleiteavam uma constituição e o fim do absolutismo em Portugal, havia os reacionários, que defendiam o restabelecimento das antigas relações coloniais entre Brasil e Portugal, como a revogação da abertura dos portos e a adoção de medidas contrárias à autonomia administrativa do Brasil.

Exercícios de História

1. Leitura de textos e tabela

a) O mito de um herói pode surgir das lutas de grande repercussão popular ou mesmo por efeito da propaganda, quando assim for interessante a determinado grupo. Essa criação parece comum a todas as nações, seja espontânea ou arbitrária, com o objetivo de promover a identificação e coesão de um povo.

b) Resposta pessoal.

c) Para que não seja ridicularizado ou ignorado, um herói tem que mobilizar simbologias ligadas a modelos, personalidades e aspirações coletivas, promovendo uma relação de identificação com a população e com a nação.

d) A historiografia atual resgata a história de personagens históricos reais, em sua atuação nos contextos político, social, econômico e em relação ao ideário de uma época. Os novos estudos desmitificam a construção forjada de grandes heróis.

2. Análise de documento

a) O réu é Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, alferes que foi julgado responsável pela Conjuração Mineira. Foi o único rebelde condenado à morte pela forca.

b) Algumas das marcas que evidenciam a origem do texto são:
- o uso de adjetivos negativos em relação aos revoltosos, e elogiosos em relação à rainha.
- o argumento de que a separação das minas significaria um crime de lesa-majestade, ou seja, prejuízo ao patrimônio real, que era composto por Portugal e todas as colônias.
- a defesa da obediência à monarquia como obrigação natural e a ideia de desobediência como crime político e religioso, indicativos de um momento em que Estado e Igreja estão unificados na composição do poder.

3. Leitura de imagem e reflexão

a) Diferente das explicações historiográficas que atestam a não participação popular no processo de independência do país, a pintura de Moreaux representa D. Pedro montado em um cavalo, rodeado por populares. Muitos o saudam, enquanto outros se irmanam, sugerindo apoio, aprovação e felicidade das pessoas pelo ato da proclamação da independência.

b) Sim, pois a cena mostra D. Pedro sendo aclamado pela população nas ruas, quando se sabe que a proclamação se deu com a ausência de populares e às margens do riacho do Ipiranga em São Paulo. Outro indicador é o fato de D. Pedro estar em um plano mais elevado que as outras pessoas, ou seja, como futuro imperador sua postura é nobre, acima das pessoas comuns. Além disso, todos à sua volta olham-no com veneração, atitude só dirigida aos santos e aos heróis.

anotações

CAPÍTULO

22 Brasil: surge um país

Coleção particular

▲ *Coroação de D. Pedro, imperador do Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, início do século XIX.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Os limites da independência

Talvez devêssemos sempre usar aspas ao falarmos em "independência" do Brasil, por termos dúvidas em relação ao verdadeiro significado desse termo. Quando um país ou um território é efetivamente independente? O que significa "ser independente"?

De fato, em 1822, o Brasil formalizou sua separação política de Portugal. Mas será que a partir de então (e até hoje) somos verdadeiramente independentes, no sentido de apenas nós, brasileiros, tomarmos as decisões que dizem respeito ao nosso futuro? De 1822 até hoje, quais são as forças externas que influenciam a vida do conjunto de brasileiros ou limitam a real independência do país?

Esse questionamento mostra a existência de diferentes interpretações e projetos de independência, o que ela realmente vem a ser e como poderia ser implantada. Também permite pensar nos significados das lutas separatistas e do processo de independência para os afro-brasileiros, mestiços, indígenas e colonos pobres.

A Proclamação de Independência do Brasil não ocorreu da noite para o dia. Em uma série de situações, diferentes sujeitos históricos questionaram a situação colonial. Desde o final do século XVIII, as tensões entre as autoridades metropolitanas e os interesses dos colonos se multiplicaram, dando origem a movimentos anticolonialistas, de ruptura com a Metrópole. Merecem destaque especial a **Conjuração Mineira**, também denominada Inconfidência Mineira, e a **Conjuração Baiana**, que, embora tenham tido um caráter regional, não se limitaram a contestar este ou aquele imposto ou algum tipo de abuso, mas sim vínculos de subordinação à Metrópole portuguesa. Imersos na turbulência revolucionária do período, os rebelados receberam a influência dos ideais iluministas, da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

INCONFIDÊNCIA OU CONJURAÇÃO?

O termo inconfidência tem sido utilizado pela historiografia para caracterizar os movimentos de contestação à metrópole ocorridos no Brasil em fins do século XVIII. Cabe distinguir, porém, os termos inconfidência e conjuração, muitas vezes tratados como sinônimos: inconfidência se associa à ideia de traição e infidelidade ao soberano e à metrópole, ao passo que conjuração espelha melhor a perspectiva dos colonos, levados a urdir conspirações em defesa de seus interesses. De todo modo, tenham sido inconfidências ou conjurações, foram movimentos inseridos nos contextos da crise do sistema colonial.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Inconfidência Mineira. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 301.

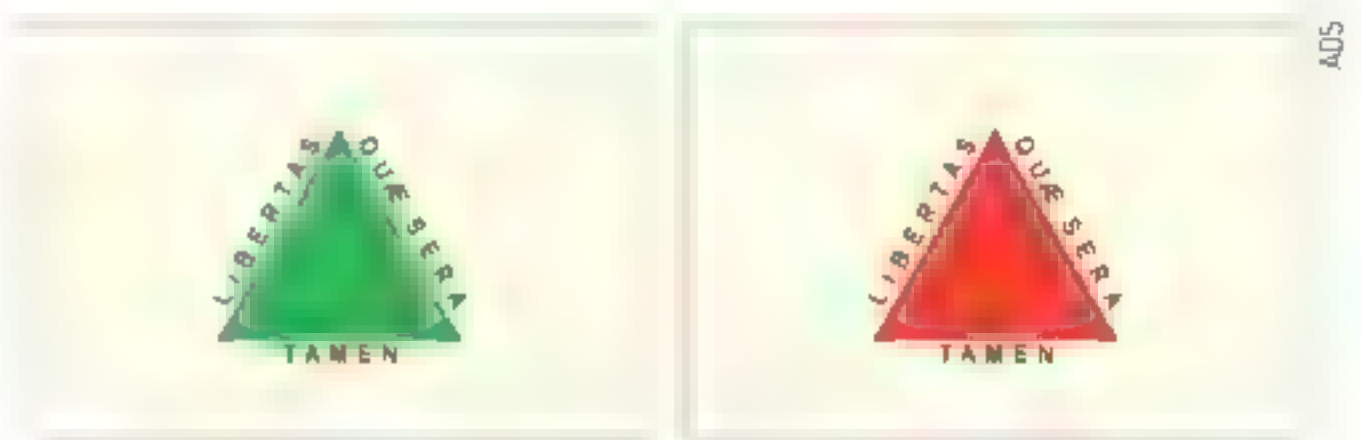
A Conjuração Mineira – 1789

A queda da produção mineradora de ouro na segunda metade do século XVIII dificultou o pagamento dos pesados tributos que a Metrópole cobrava da Colônia. Julgando que os mineiros estivessem sonegando os impostos devidos, o governo português usava da violência da derrama para obrigar a população da Capitania das Minas a entregar parte dos seus bens para pagar as dívidas.

O descontentamento dos colonos era ainda agravado pelos altos preços cobrados por mercadorias importadas, como tecidos, calçados, ferramentas e outros produtos manufaturados, proibidos de serem fabricados na Colônia. Além disso, as autoridades portuguesas exerciam severo controle sobre a divulgação de ideias, proibindo na Colônia a impressão de jornais e livros. Nesse contexto, um grupo de colonos começou então a se reunir secretamente em Vila Rica, para conspirar contra o governo português e preparar uma insurreição. A maioria pertencia à alta sociedade mineira, e alguns eram recém-chegados da Europa, onde haviam tido contato com as ideias revolucionárias iluministas.

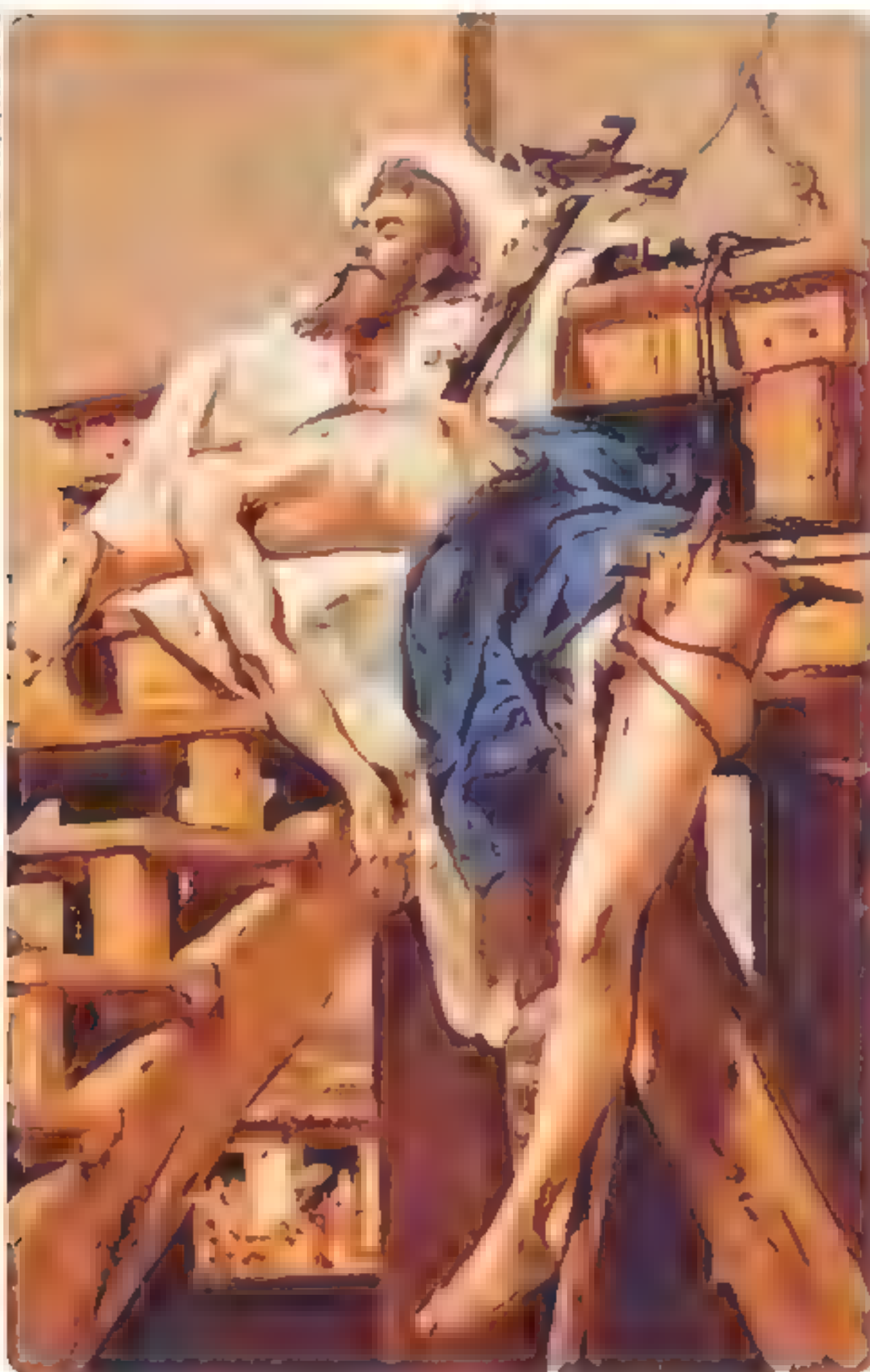
Entre os mais ativos desse grupo, destacavam-se os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, bem como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como **Tiradentes**, um dos poucos participantes de origem modesta, que era responsável pela divulgação do movimento para o povo.

Os rebeldes reivindicavam um governo republicano, tomando a Constituição dos Estados Unidos como modelo. Defendiam a transformação de São João del Rei (grande produtora de alimentos e gado) na capital do novo país, a obrigatoriedade do serviço militar e o apoio à industrialização. Nada ficou definido quanto à escravidão, pois a maioria dos conjurados possuía terras e muitos escravos. Além disso, não havia intenção de libertar todo o Brasil, mas apenas a região das minas e do Rio de Janeiro. O movimento conseguiu apenas manifestações de simpatia, não obtendo um apoio efetivo da sociedade.

A05

▲ A atual bandeira de Minas Gerais baseia-se na bandeira dos conspiradores da Conjuração Mineira, mas seu triângulo é vermelho.

No início de 1789, a iminência de uma derrama em Vila Rica acelerou a eclosão da revolta. Os líderes do movimento decidiram que, quando tivesse início a cobrança, prenderiam o novo governador da região, o visconde de Barbacena, com o apoio da população revoltada. Tiradentes deveria ir ao Rio de Janeiro para divulgar o movimento e obter apoio, armas e munições. A rebelião em Vila Rica, no entanto, não aconteceu, porque foi denunciada por alguns de seus participantes, como Joaquim Silvério dos Reis, em troca do perdão de suas dívidas pessoais. O visconde de Barbacena suspendeu a derrama e determinou a prisão dos conspiradores.

Mesmo negando a participação na conspiração, os demais envolvidos foram condenados em 1792 ao desterro, ou seja, foram exilados nas colônias portuguesas da África e proibidos de retornar. Apenas Tiradentes assumiu integralmente a responsabilidade pela revolta e foi condenado à morte. Enforcado em 21 de abril de 1792, no Campo de São Domingos, no Rio de Janeiro, teve seu corpo esquartejado e seus membros distribuídos pelas cidades onde estivera buscando apoio. Sua cabeça foi exposta publicamente em Vila Rica a fim de intimidar possíveis conspiradores e evitar novas rebeliões.

Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora

Tiradentes esquartejado, de Pedro Américo (1893). Pintura da época da instalação da República, quando se consolidava a imagem de Tiradentes como herói do Brasil. Na construção do ídolo, a pintura associa o mártir esquartejado (como se estivesse sobre um altar) com a simbologia cristã: o sangue e o corpo do redentor que morrera pela nação. Esse sentido mítico-religioso dado à imagem de Tiradentes confirma-se nos versos de Cecília Meireles: *Parecia um santo, / de mãos amarradas, / no meio de cruzes, / bandeiras e espadas. / – Se aquela sentença/ já se conhecia, / por que retardaram / a sua agonia? / (Não soube. Ninguém sabia)* [1]

A transformação de Tiradentes em herói nacional e mártir só aconteceu no período republicano, quando ganhou força a oposição ao regime imperial e se exaltou a atuação dos líderes da conjuração.

O QUE LIAM OS CONJURADOS?

Com base em estudos de história da leitura, o historiador Luiz Villalta procurou reconstruir as bases intelectuais que sustentaram e inspiraram a Conjuração Mineira, estudando as bibliotecas dos conjurados. Suas fontes, da mesma forma que os revolucionários da independência dos Estados Unidos, eram bastante variadas.

Liam autores da Antiguidade Clássica, como Virgílio (que inspirou o lema da bandeira *Libertas quæ sera tamen*), filósofos das "Luzes" como Montesquieu e o menos conhecido Raynal, que mencionava o Brasil e suas potencialidades como pátria, desde que se libertasse da dominação econômica de Portugal.

Os conjurados também buscaram fontes próprias de sua cultura de origem, como as ideias da Segunda Escolástica, que admitiam ser legítima a revolta de um povo contra um governo tirânico, as obras do Padre Antônio Vieira, crítico severo da corrupção dos funcionários coloniais portugueses, e livros sobre a Restauração portuguesa de 1640, que consideravam legítimo o movimento dos portugueses contra o domínio espanhol.

Segunda Escolástica: denominação dada às ideias e práticas culturais desenvolvidas pelos jesuítas a partir do século XVI, em Portugal, buscando fundir o Humanismo com a Escolástica medieval advinda principalmente de S. Tomás de Aquino.

A Conjuração Baiana – 1798

A Conjuração Baiana é conhecida como a mais popular das rebeliões coloniais, tendo contado com a participação de homens livres pobres, inclusive alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como Rebelião dos Alfaiates.

A transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, acarretou dificuldades econômicas para a ex-capital, a cidade de Salvador, onde vivia uma população miserável, sobrecarregada de tributos, que frequentemente contestava a exploração exercida pela Metrópole. O sucesso da independência dos Estados Unidos, as realizações da Revolução Francesa e a rebelião escrava na Ilha de São Domingos (chamada pelos nativos de Ilha *Ahti*, seguindo descrição feita a Cristóvão Colombo em 1492, raiz da denominação Haiti) propagaram na Bahia os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, por intermédio dos intelectuais e profissionais liberais, empolgando parte da população de Salvador.

[1] MEIRELES, Cecília. Romance LXI. In: *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 207-8.

Para incitar a população a se rebelar, em 12 de agosto de 1798 apareceram em lugares públicos de Salvador panfletos (pasquins) pregando o levante geral do povo. Um dos panfletos espalhados por Salvador durante a Conjuração Baiana dizia:

> Animai-vos Povo bahiense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais.
>
> RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 68.

No entanto, o movimento acabou descoberto pelas autoridades portuguesas, e o então governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, reagiu com uma violenta repressão. Muitos dos envolvidos no movimento foram presos.

Segundo indícios obtidos da análise da devassa que as autoridades realizaram e outros documentos apreendidos, nos encontros secretos eram discutidos princípios revolucionários e a possibilidade de conspiração contra as autoridades lusas, contando com a participação de alguns membros da pequena elite baiana e, principalmente, das camadas pobres da população de Salvador. Os conspiradores pregavam a proclamação de um governo republicano, democrático e livre de Portugal. Reivindicavam liberdade de comércio e aumento dos soldos dos soldados. Nos pasquins, afixados em diversos pontos da cidade de Salvador, destacavam-se questões variadas, como a isonomia dos critérios de ascensão social e a liberdade de comerciar com outras nações. Além disso, denotavam a influência dos ideais revolucionários franceses, propondo a fundação de uma "República Bahiense".

> **devassa:** averiguação, inquérito. Os *Autos da Devassa* são os inquéritos judiciais abertos pelas autoridades coloniais e imperiais para apurar responsabilidades em rebeliões.

Entre os participantes mais pobres, muitos foram condenados às penas mais duras: alguns receberam castigos corporais e outros foram enforcados e esquartejados, como os alfaiates João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga. Entre vários outros envolvidos, alguns foram inocentados e tiveram suas penas revogadas.

CONJURAÇÃO BAIANA E SUAS APROPRIAÇÕES

A história da Conjuração Baiana tem sido um longo processo de disputas, controvérsias e apropriações. A começar pelos nomes que recebeu, demonstrando uma constante disputa por sua interpretação, como aponta a historiadora Patrícia Valim[2].

Desde sua origem até hoje, o que as autoridades metropolitanas denominaram de Sedição dos Mulatos ganhou diversas outras denominações ao longo dos séculos XVIII a XX: sublevação; insistente sublevação; sublevação intentada; revolução e movimento; conjuração de João de Deus; conspiração republicana; primeira revolução social brasileira; articulação revolucionária; movimento revolucionário baiano; sedição de 1798, movimento democrático baiano; ensaio de sedição; inconfidência baiana; revolução dos alfaiates; conjuração baiana de 1798.

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

Reprodução de retrato de Cipriano José Barata de Almeida, médico e ativo participante da Conjuração Baiana.

Cada leitura, filha de seu tempo, deu sua versão. As autoridades do Tribunal da Relação da Bahia, órgão responsável pelas devassas do movimento, consideraram o episódio ocorrido no final do século XVIII em Salvador um levante político protagonizado por homens livres, pobres, milicianos e soldados, que contou com o conhecimento de outras pessoas, entre elas alguns cativos. O possível envolvimento de membros da administração ou das elites e seus respectivos cativos, estes entregues às autoridades para serem presos e livrarem seus senhores de algumas acusações, foi uma questão desconsiderada pelo poder local e metropolitano da época. Porém, a participação popular no levante, tratada de forma negativa e pejorativa pelas autoridades metropolitanas e pelos intelectuais do século XIX, constituiu-se, ao contrário, de forma positiva no eixo das análises históricas do século XX. Essa inversão dos polos das análises sobre a Conjuração Baiana serviu de enfoque para historiadores e autoridades políticas do presente, a exemplo do discurso de 2003, do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, abrindo um encontro em que tratou da "questão de gênero e raça". Leia a seguir um trecho desse discurso.

[2] VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111026/>. Acesso em: 23 fev. 2010.

> [...] nesta cidade de Salvador da Bahia em 1798 – e lá se vai muito tempo –, homens pardos, pretos, mestiços todos, levantaram-se pela transformação da Bahia em uma terra da liberdade. Postulavam os princípios contemporâneos da Revolução Francesa: a liberdade e a igualdade. Aqueles soldados e alfaiates do povo conceituaram muito precisamente a liberdade que propugnavam. Diziam eles, em um de seus panfletos revolucionários, que a liberdade era o "estado feliz do não abatimento". Entendiam que nada deveria abater, rebaixar, humilhar o cidadão perante seu semelhante nem perante o Estado. Compreendia-se o abatimento econômico, o rebaixamento social, a humilhação racial, a exclusão política, o abatimento moral. A felicidade como materialização da liberdade só teria sentido pela realização radical da igualdade. Ainda hoje este ideal está vivo!
>
> Apud VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111026/>. Acesso em: 23 fev. 2010.

A Revolução Pernambucana – 1817

Em 1817, teve início na capitania de Pernambuco outra rebelião. A região já havia passado por momentos de confronto de interesses, a exemplo da **Insurreição Pernambucana** (1645-1654), contra os holandeses, e da **Guerra dos Mascates** (1709), que opôs os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes do Recife. Com ideias de liberdade e independência, a população se revoltava agora contra o aumento dos impostos determinado após a chegada da Corte ao Brasil, em 1808.

Museu Antonio Parreiras, Niterói

▲ A Revolução Pernambucana foi uma das últimas rebeliões que precederam a independência. Acima, em *Os mártires de 1817*, de Antonio Parreiras (século XIX), a execução do padre Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida Castro), fuzilado no Largo do Campo da Pólvora, em Salvador, em 12 de junho de 1817, e outro revoltoso preso com correntes.

A elevação de tributos para custear as despesas da Corte ocorreu em meio a uma difícil situação financeira, decorrente da baixa dos preços de produtos produzidos na capitania, como algodão e açúcar, aumentando o descontentamento dos colonos. Grupos populares e a camada média da população – que reunia padres, militares, comerciantes e intelectuais – desejavam mais autonomia e a instalação de um regime republicano sediado em Recife.

Os revoltosos derrubaram o governador e decretaram a extinção de alguns impostos, aumento dos soldos aos militares, instituíram a liberdade de imprensa e de religião e a igualdade entre os cidadãos.

Pretendendo abolir alguns costumes considerados servis, os revoltosos também decidiram substituir o tratamento de "vossa mercê" por "vós" e de "senhor" por "patriota"[3]. A Lei Orgânica, publicada pelo governo republicano à maneira de uma Constituição, garantia a igualdade de direitos e de propriedade privada, incluindo o direito de possuir escravos, o que tranquilizava a elite local, mas desagradava alguns de seus líderes, defensores do fim da escravidão.

O movimento conquistou adeptos em Alagoas, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, entretanto, acabou derrotado por divergências internas e pela violenta repressão das tropas portuguesas vindas da Bahia e do Rio de Janeiro. Seus participantes foram presos e alguns,

[3] NEVES, Guilherme Pereira das. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 651.

executados sem julgamento. A revolução, que começara em 6 de março de 1817, foi dominada em 19 de maio do mesmo ano. O fracasso da rebelião, no entanto, deixou profundas raízes na sociedade de Pernambuco e também em Portugal, como é possível observar neste trecho de um artigo do jornal *O conciliador lusitano*, favorável ao rei e contrário ao movimento liberal que ocorria na Metrópole já às vésperas de setembro de 1822:

> Quando em 1817 se arvorou o Estandarte Republicano, não foi para aclamar um Rei, foi para não terem Rei. Esta semente perversa está espalhada no Brasil, e alguma veio para cá. Alguns há que tendo parte naquele partido Republicano gritam agora em Lisboa, com direitos do Brasil, e com união para com a Mãe Pátria: porém devemos acreditar em semelhantes monstros? Os Independentes do Rio tem a sua origem em Pernambuco, e se aqueles não queriam Rei, também estes não o querem. [...]
>
> Por estas causas, e motivos, dizemos muito abertamente, que deve vir tropa, e tropa suficiente para rebater o colo orgulhoso de semelhantes indivíduos, e fazê-los obedecer à Voz da Pátria Mãe, quando lhe fala pelo órgão da Lei, e da autoridade pública, a que estão sujeitos. Deve vir tropa para se mostrar ao Brasil, que o lobo não teme o coice da ovelha, que Portugal não teme o Brasil, que a América é súdita de Portugal, de quem deve ouvir as Leis, e receber as ordens
>
> [...] Para evitar estas desordens iminentes, para segurar as vidas, e as propriedades dos cidadãos pacíficos, que têm direito à proteção do Governo, para salvar um príncipe dos laços da traição, e para conservar intacta, e indivisível, a Monarquia Portuguesa, é de necessidade absoluta mandar tropa ao Brasil; não como tropa hostil, mas como tropa de segurança para conter os facciosos.

O CONCILIADOR LUSITANO, v. 1, n. 1, 10 jun. 1822. p. 45

O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA

Embora derrotadas, as rebeliões separatistas mostravam a insatisfação provocada pela exploração da Metrópole sobre a Colônia e a impossibilidade de manter o sistema colonial no Brasil. Além disso, o processo de consolidação do capitalismo promovia o fortalecimento dos interesses comuns entre setores coloniais e as grandes potências industriais, exigindo uma economia livre do controle mercantilista.

O processo pela independência brasileira está relacionado com a era das revoluções, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, seja por se servir dos ideais e das transformações do período, seja por acarretar maior integração do Brasil aos principais centros econômicos, livre do controle metropolitano. A burguesia derrubava as últimas antigas barreiras ao seu desenvolvimento, como aconteceu na independência norte-americana e na Revolução Francesa. Os desdobramentos da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, com a consequente transferência da Corte e da família real para o Brasil, aceleraram o processo de independência da Colônia portuguesa na América.

Como você viu, D. João transformara o Rio de Janeiro em sede do Império Luso. Isso implicou muitas mudanças, entre as quais a reestruturação urbana e administrativa, com a ampliação do poderoso aparelho burocrático, criando empregos para as elites portuguesas (funcionários graduados, aristocracia, comerciantes, oficiais, diplomatas, destacados negociantes e proprietários). A vida pública e a atuação política na Corte também atraíam as elites coloniais (latifundiários e grandes negociantes), que passavam a vivenciar novos comportamentos e convenções típicos das cortes monárquicas.

Por lei de dezembro de 1815, assinada por D. João, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, legitimando a permanência do rei no território americano e permitindo a participação portuguesa no Congresso de Viena, que estava redefinindo as fronteiras europeias depois da queda de Napoleão Bonaparte. Com essa medida, de um lado atendiam-se às aspirações e aos interesses dos súditos do novo reino, mas de outro desagradavam-se os súditos em Portugal, que se viam ameaçados ao serem igualados aos ex-colonos.

Em 1818, com a morte da rainha D. Maria I, o príncipe regente foi coroado rei, com o título de D. João VI, numa cerimônia no Rio de Janeiro, sede do Império.

AS DUAS FACES DO RIO DE JANEIRO

Desde que o Rio é Rio de Janeiro, ou melhor desde 1763, quando desbancou Salvador e tornou-se capital – e o grande centro administrativo colonial e depois imperial –, duas faces pretensamente distintas convivem, se suportam. De um lado, a Cidade Maravilhosa, cuja natureza deixou estupefatos tantos e mais tantos estrangeiros. Aí está o paraíso edenizado, descrito por suas colinas e baías, com seus golfinhos pulando nas águas e o sol a dourar tudo e todos. Do outro lado, reside o espetáculo da população mestiça, dada a hábitos estranhos, como diziam e reclamavam os viajantes. Os relatos mencionam a existência de "africanos por toda parte", com seus dorsos nus, danças lascivas, vozerio alto e festas barulhentas, descontroladas. Tal qual Janus, o deus grego de duas faces, o Rio de Janeiro mais lembrava uma cidade dividida: uma face representava a civilização e a corte, que pretendia se assemelhar aos Bourbons, Habsburgos e também Braganças; a outra reproduzia o mundo escravo, com costumes e práticas considerados "odiosos". E esse tipo de dicotomia tomou as descrições e a imaginação dos cientistas, naturalistas, ou meros curiosos, que foram se acumulando com o passar dos anos. Na mesma medida em que tentavam compreender essa exótica corte tropical dos portugueses, estranhavam as ambiguidades de todos os tipos que por aqui grassavam.

O viajante inglês Luccock diz a que todo cuidado era pouco quando se caminhava pelas ruas. O andarilho desavisado, que pretendia apenas tomar "uma fresca", podia facilmente levar um balde de excrementos na cabeça. Abriam-se janelas e gelosias e, do alto do segundo pavimento das casas, um líquido escuro era arremessado, sendo antecipado por um breve aviso: "Lá vai carga!". Dispositivos foram criados com o objetivo de impedir tal prática, assim como se tentou disciplinar o cheiro pestilento das ruas, recorrendo-se aos tigres. Tigres, ou tigrados, eram escravos cuja atividade resumia-se a recolher os detritos que se acumulavam nas ruas e nas calçadas. O apelido era, por sua vez, resultado da naturalização da vexatória profissão: de tanto lidarem com as fezes, ficavam como que camuflados; tigrados. Nada de esgotos, banheiros públicos ou privados, a prática implicava, simplesmente, deixar as amostras ao ar livre.

Não é de hoje, portanto, o problema que assola nossos governantes cariocas.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. De tigres a mijões. *O Estado de S. Paulo*. 21 fev. 2010. p. J-8.

▲ *Os refrescos do Largo do Palacio*, gravura de Jean-Baptiste Debret, publicada em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, no século XIX. Nesta gravura, o artista retrata a vida urbana do Rio de Janeiro no início do século XIX.

Enquanto isso, em Portugal, graças ao apoio inglês, a população havia vencido as tropas invasoras napoleônicas, mas se defrontava com crescentes dificuldades econômicas e a intervenção militar inglesa, representada pelo governo do comandante militar lorde Beresford, desde que a família real se ausentara. Essa situação, em meio à difusão intensa dos ideais iluministas, determinou a eclosão, em 1820, da **Revolução Liberal** na cidade do Porto.

Seus líderes decidiram redigir uma Constituição para Portugal que pusesse limites aos poderes reais e, para isso, convocaram as Cortes portuguesas. Ao mesmo tempo, exigiram o afastamento de lorde Beresford e o imediato regresso de D. João VI, a quem impunham o juramento à obediência à nova Constituição. Receoso de perder a Coroa, o monarca português voltou para Portugal em abril de 1821, com a família e a Corte, deixando seu filho D. Pedro como príncipe regente no Brasil.

Cortes portuguesas: Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, assembleia criada durante a Revolução do Porto. Era formada por deputados eleitos em todo o Império Luso especificamente para redigir uma Constituição para Portugal.

Se, por um lado, os líderes do movimento defendiam o liberalismo em Portugal, reformulando a estrutura política do reino segundo princípios europeus, por outro, as cortes procuravam, para fazer frente às dificuldades econômicas que enfrentavam, assegurar a hegemonia de Portugal no Império Luso-Brasileiro. Propunham a restauração de predomínios portugueses e a anulação da autonomia administrativa representada pelos diversos órgãos criados por D. João durante sua permanência no Rio de Janeiro e pela regência do príncipe D. Pedro. Do regente exigiu-se o imediato regresso a Portugal, sob pretexto de completar sua formação cultural.

A regência de D. Pedro e a proclamação da independência

Na Colônia, sentindo-se ameaçados em sua autonomia, alguns indivíduos favoráveis à independência e contrários ao retorno das medidas controladoras por parte de Portugal formaram o **Partido Brasileiro.** Apesar do nome, a organização não tinha as características de um partido político de nossos tempos – era apenas um agrupamento de pessoas que lutavam em defesa de interesses comuns. Esse grupo representava basicamente os interesses de aristocratas rurais e de burocratas e comerciantes, alguns nascidos na Colônia e outros portugueses que tinham vínculos econômicos com o Brasil.

O Partido Brasileiro, em sua oposição às medidas lusas, buscou o apoio de D. Pedro; entregou-lhe um documento com cerca de 8 mil assinaturas, no qual pedia ao regente que permanecesse, alegando que, caso retornasse a Portugal, como desejavam as Cortes, o Brasil perderia a autonomia administrativa conquistada.

Ao receber o documento, o príncipe concordou em permanecer no Brasil. Esse dia, 9 de janeiro de 1822, ficou conhecido como o **Dia do Fico** e representou mais um avanço em direção ao rompimento com Portugal.

Museu Castro Maya, Rio de Janeiro

A rebelião do Porto obrigou a família real portuguesa a retornar a Portugal em 1821. Ao lado, *Partida da rainha para Portugal*, registrada por Jean-Baptiste Debret em cerca de 1830.

As reações à decisão de D. Pedro se sucederam rapidamente. As tropas portuguesas que permaneceram no Rio de Janeiro manifestaram sua contrariedade, provocando a interferência pessoal do príncipe regente para forçar seu comandante a abandonar o Rio de Janeiro. Em seguida, a demissão em massa dos ministros portugueses levou D. Pedro a organizar um novo ministério, formado só por brasileiros, sob a chefia de José Bonifácio.

O novo ministério estabeleceu, em maio de 1822, o "Cumpra-se", decreto pelo qual as ordens de Portugal só seriam executadas dentro do território brasileiro com a expressa autorização do príncipe regente. Por essas e outras atitudes que confirmaram seu comprometimento com os brasileiros, D. Pedro foi intitulado Defensor Perpétuo do Brasil, pela Câmara do Rio de Janeiro. Em junho de 1822, convocou uma **Assembleia Constituinte** para elaborar a lei básica que deveria regulamentar a vida dos brasileiros, tornando cada vez mais inevitável uma confrontação com Portugal. Em agosto, enquanto estava em visita às comarcas da província de São Paulo, chegaram novas ordens de Lisboa, anulando suas decisões e exigindo seu imediato regresso, sob a ameaça de envio de tropas portuguesas ao Brasil.

D. Pedro voltava de Santos e, no caminho, encontrou um mensageiro enviado por José Bonifácio com as notícias recém-chegadas da Corte. O encontro se deu na tarde do dia 7 de setembro, às margens do Riacho Ipiranga, em São Paulo. Ao ler as notícias e as considerações feitas pelo conselheiro José Bonifácio e por sua esposa D. Leopoldina, que o substituíra durante sua ausência, D. Pedro decidiu proclamar o Brasil independente de Portugal.

D. Pedro teve ainda que enfrentar as tropas portuguesas sediadas no Brasil, que se opunham à independência. Depois de derrotá-las, foi coroado imperador do Brasil, com o título de **D. Pedro I.**

O processo de independência, dirigido pela aristocracia e contando com a participação popular tão somente nos enfrentamentos contra as tropas portuguesas, trouxe o fim da subordinação a Portugal, mas não implicou mudanças na estrutura produtiva nem na sociedade brasileira. Significava a libertação de amarras coloniais, mas a dependência econômica permaneceria enquanto se mantivessem os privilégios ingleses. O predomínio socioeconômico e político da aristocracia rural, subjugando a maioria da população, foi mantido, garantindo-se os interesses da elite agrária: a escravidão, que era a base da economia brasileira, e a produção agrícola voltada para a exportação. Como as elites não eram politicamente homogêneas e não tinham um projeto claro de ordenamento para a nova nação, a questão a se discutir era como se estruturaria o Estado nacional brasileiro.

Museu Paulista, São Paulo

O príncipe D. Pedro e Jorge Avilez na fragata União, em 8 de janeiro de 1822 (detalhe). Retratado como herói por Oscar Pereira da Silva, nessa pintura de 1922 (ano do centenário da independência do Brasil), D. Pedro trata com firmeza o representante militar das Cortes portuguesas. Assim se constrói um mito nacional.

A independência do Brasil

guerras napoleônicas
enfrenta
Inglaterra
bloqueio continental (1806)
oposição
derrota de Napoleão (1815)
invasão da Rússia (1811)
invasão da Península Ibérica (1807)
apoia
domínio estrangeiro em Portugal
fuga do rei de Portugal
período joanino na Colônia
abertura dos portos (1808)
fim do domínio francês sobre a Europa
em Portugal: Revolução Liberal do Porto (1820)
Cortes portuguesas
objetivos
modernizadores
reacionários
rejeita
- Constituição
- fim do absolutismo em Portugal

- revogação da abertura dos portos
- medidas contrárias à autonomia administrativa do Brasil

reconhece (1825)

rei português + elite agrária brasileira =

ATIVIDADE

Com base no que foi estudado ao longo do capítulo e do esquema-resumo acima, faça o que se pede.

- Faça um novo esquema-resumo com as principais características das conjurações mineira e baiana e da Revolução Pernambucana.
- Indique as diferenças entre os objetivos modernizadores e reacionários, apontados no esquema-resumo, das cortes portuguesas no contexto da Revolução Liberal do Porto.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de textos e tabela

→ Os textos a seguir abordam a questão da construção de heróis nacionais. O primeiro é do historiador brasileiro José Murilo de Carvalho e o segundo, uma reportagem da Agência Senado. A tabela relaciona os nomes que figuram no Livro dos Heróis da Pátria. Leia-os e responda às questões.

Texto 1

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação dos regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua o seu panteão cívico. Em alguns casos, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade de aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55-6.

Texto 2

[...], o que dá a um vulto histórico a dimensão heróica? Ou, como lembram os historiadores, vale a pena cultuar heróis?

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht cunhou a frase "Infeliz o país que precisa de heróis". Mas todos os países têm os seus. Os americanos cultuam a memória dos seus chamados founding fathers *(pais fundadores), como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin. Um Panteão em Paris abriga os restos mortais de célebres franceses como Voltaire e Victor Hugo. As guerras são pródigas em produzir heróis (conforme o lado que se vê e dependendo de que lado você esteja). Mas, hoje, até este conceito — em um mundo onde o terrorismo sem face é muitas vezes o maior adversário de uma nação — perdeu essência.*

O modelo brasileiro, de seleção de heróis por meio de projetos de lei, não tem paralelo em outros países. Em geral, o status *de herói — aliás, duramente criticado pela historiografia contemporânea — é alcançado por meio do tempo e pelo reconhecimento do povo. No caso mais recente, da indicação pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) de Getúlio Vargas para integrar a lista, entra em cena outro aspecto do debate: afinal, os "heróis" precisam ser "perfeitos", à imagem dos personagens mitológicos como Hércules e Aquiles?*

— Se o fossem, teríamos que reescrever a história do Brasil. Esta postura só revela a ignorância sobre a competente historiografia que vem sendo realizada em nossas universidades, que traz à tona não "heróis" cuidadosamente maquilados, mas atores históricos de carne e osso, interagindo com os diferentes momentos políticos, a sociedade, a economia e as mentalidades de uma época — diz a carioca Mary Del Priore, autora de livros e professora de pós-graduação em História.

Ela ensina que, para se sair da vida e entrar na história — como disse Getúlio em sua famosa carta-testamento —, é preciso descartar as representações falsas e estereotipadas sobre os atores históricos, adaptando-as às imagens dadas pelas pesquisas mais recentes.

Não é assim, todavia, que os congressistas encaram a questão. Além dos quatro nomes já aprovados e aguardando inclusão no Livro dos Heróis da Pátria, há quase duas dezenas de projetos propondo novos candidatos, inclusive, e por uma questão de justiça, também mulheres (Maria Quitéria, Ana Néri e Anita Garibaldi). [...].

— Ao privilegiar o culto à figura do "herói nacional", criou-se, no imaginário coletivo da população brasileira, a ideia de que a solução para nossos inúmeros problemas sociais depende, única e exclusivamente, da ação isolada de um homem/mulher. A historiografia contemporânea considera que todos fazem a História, ou seja, todos somos sujeitos históricos — ensinava o deputado [federal Paulo Lima, do PMDB-SP].

LIVRO dos Heróis da Pátria tem hoje apenas dez nomes. 20 mar. 2009. Disponível em: <www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=89065&codAplicativo=2>. Acesso em: 15 mar. 2010.

Herói	Data da lei	Data da inscrição
Tiradentes	11/12/1989	21/4/1992
Deodoro da Fonseca	11/12/1989	15/11/1997
Zumbi dos Palmares	20/11/1996	21/3/1997
Dom Pedro I	30/8/1999	5/9/1999
Plácido de Castro	2/5/2002	17/11/2004
Duque de Caxias	28/1/2003	28/1/2003
Almirante Tamandaré	5/12/2003	13/12/2004
Chico Mendes	22/9/2004	Ainda não ocorreu
José Bonifácio	19/5/2005	21/4/2007
Almirante Barroso	25/5/2005	11/6/2005
Santos Dumont	9/5/2006	26/7/2006
Frei Caneca	11/10/2007	Ainda não ocorreu
Marechal Osório	27/5/2008	Ainda não ocorreu
Barão de Serro Azul	15/12/2008	Ainda não ocorreu

AGÊNCIA Senado. Disponível em: <www.senado.gov.br/Comunica/agencia/quadros/qd_019.html>. Acesso em: 15 mar. 2010.

a) De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, como surge o mito de um herói?

b) Analisando a listagem do livro de heróis, que personagens históricos já estudados por você foram transformados em heróis?

c) Para José Murilo de Carvalho, que característica um herói deve possuir para que não seja ignorado ou ridicularizado?

d) De acordo com a historiadora Mary Del Priore, qual a contribuição da historiografia atual no que diz respeito à heroificação?

2 Análise de documento

→ Os *Autos da Devassa* são a documentação mais importante para compreender a Conjuração Mineira. Ao mesmo tempo, sua principal limitação é a de refletir predominantemente a visão da monarquia portuguesa. Leia um trecho da sentença contra os réus conjurados e responda às questões propostas.

Mostra-se que na capitania de Minas, alguns vassalos da Rainha, nossa senhora, animados do espírito da pérfida ambição, formaram um infame plano para se subtraírem da sujeição e da obediência devida à mesma Senhora, pretendendo desmembrar e separar do Estado aquela capitania, para formarem uma república independente por meio de uma formal rebelião, da qual se erigiram em chefes e cabeças, seduzindo a uns para ajudarem e concorrerem para aquela pérfida ação, e comunicando a outros os atrozes e abomináveis intentos, em que todos guardavam maliciosamente o mais inviolável silêncio, para que a conjuração pudesse produzir o efeito que todos mostravam desejar [...]. Pelo que não só os chefes cabeças da conjuração, e os ajudadores da rebelião, se constituíram reus do crime de lesa majestade da primeira cabeça, mas também os sabedores e consentidores dela pelo seu silêncio, sendo tal a maldade e a prevaricação destes réus, que sem remorso faltaram à mais recomendada obrigaçao de vassalos e

de católicos, e sem horror contraíram a infâmia de traidores, sempre inerente e anexa a tão enorme e detestável delito.

Mostra-se que entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as ideias da república foi o réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi de cavalaria paga da capitania de Minas, o qual há muito tempo que tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos daquela capitania a uma rebelião, pela qual se subtraíssem da justa obediência devida à dita Senhora, formando para este fim publicamente discursos sediciosos, que foram denunciados ao governador de Minas, antecessor do atual, que então sem nenhuma razão foram desprezados [...].

SENTENÇA proferida contra os réus da Inconfidência Mineira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 8, 1846. p. 312-13.

a) Quem é o réu citado no texto e por que está sendo julgado?

b) Analise o trecho de documento acima e procure identificar as marcas de sua origem, ou seja, o Estado português.

3 Leitura de imagem e reflexão

→ Observe a pintura e responda às questões propostas.

Museu Imperial, Petrópolis

▲ *Proclamação da independência*, pintura de François-Rene Moreaux, feita a pedido do Senado Imperial em 1844.

a) Compare a cena retratada na tela aos fatos que relatam a Proclamação da Independência expostos no capítulo principalmente em relação à participação social. De que maneira a imagem e o texto do capítulo representam a participação popular na Proclamação da Independência?

b) Em sua opinião, a maneira como o pintor retratou o momento da Proclamação pode estar relacionada à criação do mito do herói citada no texto de José Murilo de Carvalho? Por quê?

Capítulo 23

AS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA ESPANHOLA

As independências na América espanhola

Professor:

Aqui começam as orientações para o Capítulo 23 (p. 442 a p. 451).

O capítulo trata dos processos de independência da América espanhola e a formação dos Estados Nacionais latino-americanos em contrapartida ao nosso peculiar processo de independência política em 1822.

A seção ***Para pensar historicamente*** traz a proposta de conhecermos nossos países vizinhos, começando pelo surgimento desses Estados. Pode-se debater a divisão da América espanhola após a independência, contrapondo o republicanismo, instaurado nos países vizinhos, e a monarquia, no caso do Brasil.

Outros pontos a serem destacados seriam a escravidão, a Doutrina Monroe norte-americana e os interesses ingleses e dos diversos grupos sociais coloniais (populares e elites) nos projetos de independência.

No texto da atividade *1. Leitura e interpretação de documento*, Maria Lígia Prado comenta como a independência política e a formação dos Estados nacionais na América Latina foram processos dirigidos por setores dominantes da Colônia. Com a intensificação das rebeliões em várias regiões da América espanhola, os ideais de independência foram se fortalecendo entre os colonos até a revolução que libertaria a maioria dos países latino-americanos, ocorrida entre 1817 e 1825.

Observe com os alunos o mural mexicano de Diego Rivera, *A Guerra de Independência do México*, que retrata a emancipação política mexicana, distinta dos demais processos de independência da América espanhola por ter sido uma tentativa das massas populares e por seu caráter predominantemente rural. A atividade *2. Análise de imagem* também permite um exercício de observação e interpretação dos símbolos usados para representar a independência mexicana.

A entrevista com o historiador István Jancsó é importante para estabelecer com os alunos um paralelo entre os processos de independência ocorridos na América espanhola, que resultaram em várias repúblicas, e o processo de independência política do Brasil, em 1822, que resultou numa monarquia centralizada e constitucional.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Geografia:** pesquisa e debate sobre as alianças regionais latino-americanas das últimas décadas, levantando o histórico, os objetivos e os resultados alcançados.

▶ Textos de apoio

Pronunciamento de José Gabriel Túpac Amaru

D. José Túpac Amaru, de sangue real e tronco principal – Faço saber aos camponeses moradores da província de Lampa e suas imediações, que vendo o jugo tão forte que nos oprime com tanto tributo e a tirania dos que agem com este encargo, sem ter consideração às nossas infelicidades, e abusando delas com suas impiedades, determinei sacudir esse jugo insuportável e conter o mau governo que experimentamos dos chefes que compõem estes corpos, por cujo motivo morreu em público cadafalso o Corregedor desta província de Tinta, em cuja defesa vieram a ela da cidade de Cuzco uma porção de chapetones, compelindo a meus amados crioulos, que todos pagaram com suas vidas sua audácia e atrevimento. Sentindo apenas pelos crioulos camponeses, aos quais nunca foi meu desejo se lhes ocorresse nenhum prejuízo, senão que vivamos como irmãos e congregados num corpo, destruindo aos europeus.

Para esse feito, faço saber a todos os camponeses, que se escolheram essa opinião, não se lhes ocorrera prejuízo algum, nem em vida, nem em bens; mas se, desprezando minha advertência, fizerem o contrário, experimentarão sua ruína, convertendo minha mansidão em ira e fúria, reduzindo essa província e as opostas à minha opinião em cinzas. Que como se dizê-lo saberei cumprir, pois tenho para isso forças e à minha disposição 60 mil índios, fora os crioulos e de outras províncias que se me ofereceram. Em virtude do que não estimem pouco esta minha advertência, nascida do meu amor, clemência e caridade.

Os Srs. Sacerdotes terão o apreço e o acatamento devido ao seu estado, e do mesmo modo as religiões e mosteiros, sendo meu único ânimo cortar o mal governo de tanto ladrão, que nos

Bibliografia

BARRACLOUGH, G. (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

BETHELL, L. *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1998. 2 v.

COGGIOLA, O. (Org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990.

FERRO, M. *História das colonizações, das conquistas às independências, séculos XIII ao XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

POMER, L. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, M. L. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1987.

rouba o mel de nossos favos. Em breve me certificarei de vossas intenções e reconhecerei a opinião que escolham, premiando aos leais e castigando aos rebeldes: que uns conhecerão seu benefício e outros não alegarão ignorância. É quanto posso lhes dizer.

Tangusca, 25 de novembro de 1780.

José Gabriel Túpac Amaru.

BELOTTO, M., CORRÊA, A. M. M. (Org.). *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos (Sel.).* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979. p. 79-80

Frei Caneca e a independência da América Latina

Todos sabem que a América do Sul está toda livre: Buenos Aires, Chile, Colômbia, México e outras províncias não têm um soldado espanhol. Há apenas uma guarnição de trezentos, no castelo de S. João de Ulloa, e, no Peru, a muito arrebentar poderá haver cinco a seis mil homens reiunos. [...] passo a transcrever os seguintes artigos da Gazeta Nacional, de Filadélfia, de 5 de janeiro e do Constitucional, de março.

O presidente libertador, general Bolívar, fez uma entrada triunfal na cidade de Lima, na qual ocasião houve um geral e entusiástico regozijo.

Um congresso se reuniu, e elegeu-se um presidente

O general Bolívar foi nomeado ao supremo comando de todos os exércitos do Peru, até que os espanhóis sejam de todo lançados do território daquela importante seção do sul da América.

A maior alegria se manifestou, e todos, descansando sobre os talentos e princípios do chefe colombiano, antecipam já prontos e completos sucessos.

O Constitucional, de 19 de março, traz a seguinte correspondência do Panamá:

"Notícias do Peru anunciam que este país tem estado em perigo.

Riva-Agnero, o ídolo do povo, presidente da República do Peru, tinha traído sua pátria e se correspondia com os espanhóis, mas Bolívar, o gênio da liberdade, o penetrou, e Agnero assim como todos os seus cúmplices têm sido capturados e são agora presos em Guaiaquil.

Tudo parece reviver e tomar novo aspecto.

Teretagle foi nomeado presidente da República, mas o comando civil e militar está nas mãos de Bolívar, que tem um poder ilimitado para a continuação da guerra.

As outras notícias do Peru são muito satisfatórias.

Nossas tropas têm destruído muitos destacamentos inimigos. O Libertador tem agora debaixo das suas ordens quinze mil homens e o general Sucre tem cinco mil. Ele vai dar um grande golpe e não se pode duvidar do seu sucesso.

Mas fiquem certos de que as ex-Américas espanholas estão tão perdidas para a Espanha como o Brasil para Portugal. Fernando VII sem recursos, porque na Europa ninguém está disposto a emprestar dinheiro a um mau pagador, já consente – são palavras do Constitucional – que se pronuncie, em toda Espanha, o terrível nome de Cortes, pois que só elas poderão fazer aquilo que a impotente camarela é incapaz de fazer".

Como, pois, poderá ela tentar coisa alguma contra a América do Sul?

Qualquer que seja a forma de governo que ela adote, a independência é certa.

A Inglaterra e os Estados Unidos gritaram fora, fora; quanto mais que uma planta chamada Itúrbide não se pode climatizar no terreno daqueles estados.

E pois, Sr. Redator, para meter raiva à Estrela e à Pernambucana, que rogo a vosmecê queira dar lugar no seu periódico a estas poucas linhas de um seu

Amigo Liberal.

Cautela, união, valor constante.

Andar, assim, é bom andar

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, praia da Boa Viagem.

5.ª feira, 1.º de julho de 1824.

Extraído de *O Typhis Pernambucano*, p. 215-6, Edição Comemorativa de 160.º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Senado Federal, 1984. In: MOTA, C. G. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1986. p. 196-7.

Comentários das atividades

Para recordar

1. O início do século XIX foi marcado pela crise do Antigo Regime na Europa e, com ela, pelo enfraquecimento do sistema colonial. A Revolução Industrial e a ascensão da burguesia ao poder exigiam o fim do

Tese

PIMENTA, J. P. G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

Filmes

Vera Cruz. Direção de Robert Aldrich. Estados Unidos, 1954. (94 min).

Walker. Direção de Alex Cox. Estados Unidos, 1988. (95 min).

Endereços eletrônicos

Dados atuais sobre os países da América Latina. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2010. No portal do IBGE é possível consultar informações e dados estatísticos sobre todos os países do mundo. É interessante comparar os antigos contornos geográficos das colônias espanholas às fronteiras políticas dos países na atualidade.

Independência do Chile e biografia de José de San Martín. Disponível em: <www.crucedelosandes.com.ar/historia_sanmartiniana.asp>. Acesso em: 13 abr. 2010. No *site*, em espanhol, é possível acessar informações biográficas sobre San Martín e imagens das principais batalhas da guerra de libertação chilena.

Sugestões de leituras para os alunos

MÁRQUEZ, Gabriel García. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

assessoria pedagógica

sistema de monopólios e a abertura dos mercados coloniais. Ao mesmo tempo, na América, as elites *criollas* ansiavam por maior participação na vida política e pela conquista de liberdades comerciais. Com as guerras napoleônicas e o enfraquecimento da monarquia espanhola, os colonos encontraram a oportunidade ideal para iniciarem a luta contra os *chapetones* e pela independência americana.

2. Nas colônias espanholas, a grande maioria da população era formada por índios e mestiços, que era explorada pela elite econômica *criolla*. Esta, por sua vez, controlava o poder local por meio dos *cabildos*, mas se via impedida de ascender aos principais cargos decisórios, reservados aos *chapetones*. A independência atendia aos interesses dessa elite, uma vez que a livrava das amarras impostas pelo sistema colonial: assegurava a abertura dos mercados e lhe permitia assumir o controle político dos novos estados que se formavam. Contudo, a manutenção do seu *status quo* exigia a preservação das estruturas socioeconômicas coloniais, o que significava manter a concentração fundiária e a submissão das massas indígenas. Assim, após as independências das colônias hispano-americanas, a tendência foi a implantação de Repúblicas controladas pelos *criollos*, sem participação política das camadas populares. Além disso, as disputas pelo controle do poder político entre os principais chefes locais impediram a união das colônias, que acabaram dando origem a vários estados independentes, marcados nas décadas seguintes pela instabilidade política.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de documento

De acordo com a historiadora Maria Lígia Prado, a independência das colônias hispano-americanas atendeu aos interesses das elites coloniais, preocupadas em fortalecer seu poder e aumentar sua riqueza a partir do rompimento com a metrópole. Deste modo, elas poderiam não só adquirir os produtos industrializados europeus – principalmente ingleses – por preços mais baixos, como também poderiam negociar melhores condições de venda de seus produtos. Todavia, tais vantagens dependiam, também, da manutenção do controle sobre as camadas populares, compostas tanto por indígenas e mestiços como por negros trazidos da África na condição de escravos. Assim, a independência foi o resultado tanto do acirramento das disputas pelo poder entre segmentos diferentes das classes dominantes, como da afirmação do domínio das classes proprietárias brancas sobre as massas trabalhadoras indígena, negra e mestiça.

2. Análise de imagem

a) Hidalgo liderou um grande movimento popular contra as elites coloniais e contra a opressão metropolitana; Itúrbide foi responsável pela repressão ao movimento popular e articulador da independência mexicana, realizada conforme os interesses da elite *criolla*.

b) No centro do quadro vemos a alegoria da pátria, representada como uma nobre indígena sendo libertada pelas figuras de Hidalgo e Iturbide das correntes que a prendiam. Na sua mão direita identificamos uma haste onde está pendurado o barrete frígio, símbolo da liberdade. À sua direita, vemos Itúrbide, tendo à mão os elos da corrente partida. Do lado oposto, Hidalgo segura sobre sua cabeça uma coroa de louros, enquanto pisa sobre um homem caído, provavelmente um espanhol, que é atacado por uma ave de rapina. No chão, vemos espalhados objetos associados à guerra, como estandarte, corneta, baioneta e flechas.

c) A imagem associa a pátria a uma nacionalidade idealizada, ligada ao passado indígena, e aos princípios liberais. Associa ainda a libertação mexicana à ação de Itúrbide e Hidalgo, nivelando seus papéis e criando uma impressão harmoniosa de sua participação no processo de independência, como se entre as duas personagens houvesse um entendimento e uma interação. Os despojos da guerra indicam que essa fase já está terminada.

d) Resposta pessoal.

Note se seus alunos conseguem perceber o esforço do artista para conciliar as contradições presentes na história da independência mexicana. Hidalgo incitou uma rebelião popular no México, que logo se espalhou, colocando em risco a dominação exercida pela Igreja, pelos *criollos* e pelos *chapetones*. Iturbide foi o general indicado justamente para debelar esse movimento, mas depois que conseguiu controlar as forças populares, rompeu com os chapetones e passou a defender a independência, agora controlada pela elite *criolla*.

anotações

CAPÍTULO 23

As independências na América espanhola

Museu Histórico Nacional, Buenos Aires/Gianni Dagli Orti/The Art Archive/AFP

▲ José de San Martín e seu exército cruzando a Cordilheira dos Andes, em 1817. Pintura de Augusto Ballerini de 1890.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Américas e seus processos de independência

Desde pequenos, somos acostumados a determinadas visões sobre o nosso país e a outras visões sobre os países vizinhos. Embora conheçamos mal a sua história, nos achamos no direito de definir o "caráter nacional" e o comportamento dos habitantes dos outros países da América. De acordo com o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov, o conhecimento pode conduzir à compreensão e à comunicação não violenta. Para isso, nada melhor que começar pelo surgimento dos atuais estados nacionais latino-americanos e pensá-los em comparação com o processo de surgimento do Brasil.

Em que medida o processo de independência na América espanhola foi diferente do ocorrido na América portuguesa? E hoje, o que nos une aos demais países latino-americanos e o que nos separa deles?

PREPARANDO O CENÁRIO DAS INDEPENDÊNCIAS

O desenvolvimento econômico capitalista, o triunfo do liberalismo, o imperialismo e uma grande efervescência nacionalista e socialista na Europa, que você estudará no próximo capítulo, também envolveram as Américas no século XIX, seguindo, porém, as peculiaridades históricas regionais. Conquistadas e colonizadas por europeus, as Américas (do Sul, Central e do Norte) exerceram um papel decisivo no desenvolvimento capitalista ocidental, especialmente com o crescente e volumoso comércio transatlântico e, mais tarde, entre o norte e o sul do próprio continente americano.

Biblioteca Nacional, Buenos Aires/Gianni Dagli Orti/The Art Archive/AFP

▲ Gravura de 1818, de Emeric Essex Vidal, representando o mercado público em Buenos Aires, Argentina.

Rebeliões latino-americanas do século XVIII

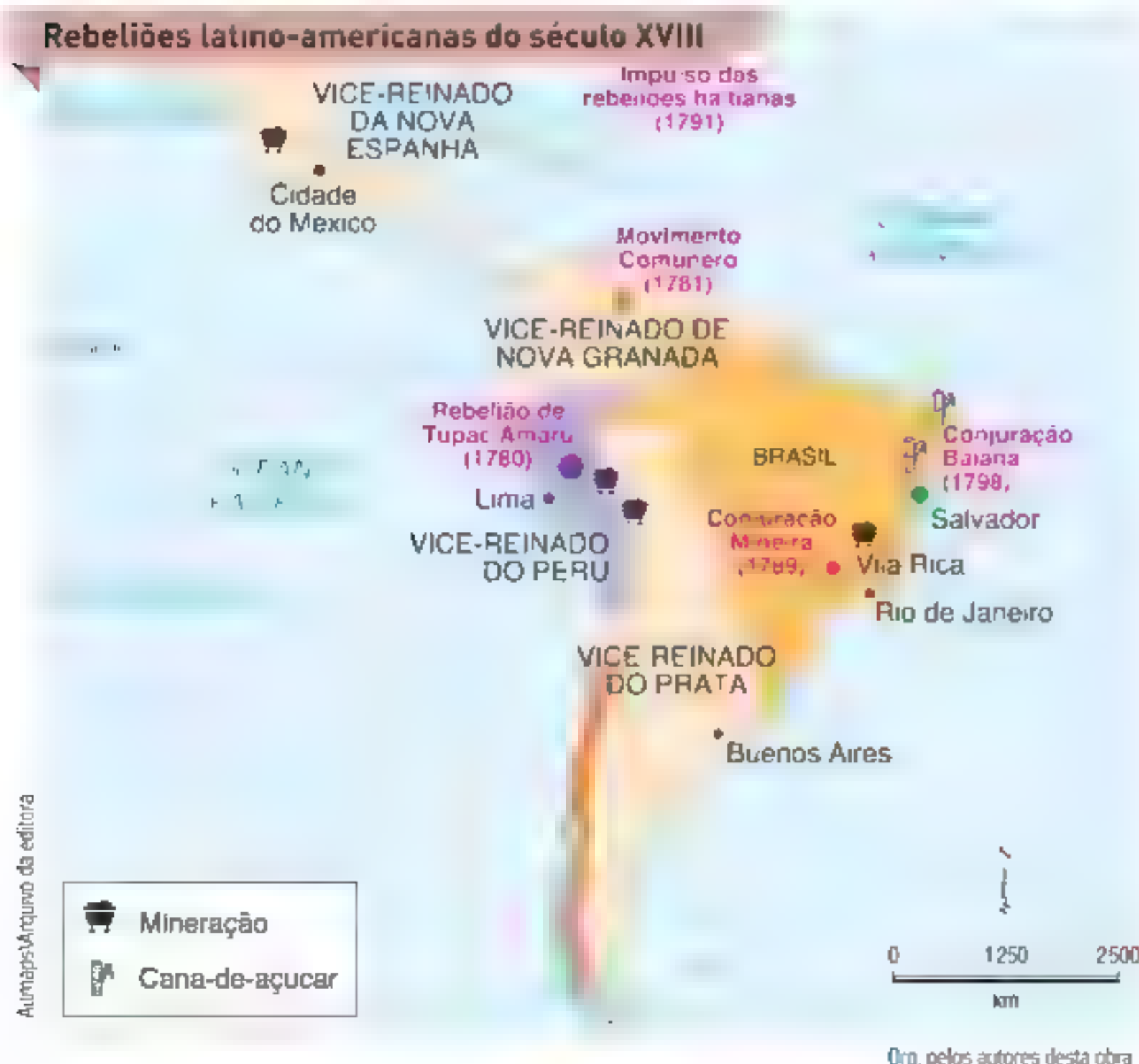
Mineração
Cana-de-açúcar

Allmaps/Arquivo da editora

Org. pelos autores desta obra

Na passagem do século XVIII para o XIX, com o declínio do Antigo Regime, o liberalismo político e econômico forneceu a base ideológica para a superação definitiva dos entraves ao progresso capitalista. Enquanto os Estados Unidos lutavam por sua independência, as metrópoles ibéricas continuavam envolvidas com as práticas mercantilistas e colonialistas, que dificultavam o livre-comércio e o desenvolvimento manufatureiro, condições fundamentais para a autonomia e o sucesso econômico no mundo da época.

Na Espanha, o reinado de Carlos III (de 1759 a 1788) foi um exemplo de **despotismo esclarecido**, assumindo medidas direcionadas para modernizar a administração, com a fundação de escolas, a expulsão dos jesuítas, o estímulo à produção e ao comércio e, diante da rivalidade com a Inglaterra, o apoio aos revolucionários norte-americanos na guerra de independência. Com Carlos III, houve a reorganização do sistema fiscal e o fortalecimento das regras do comércio monopolista com as colônias, além da intensificação do combate ao contrabando de produtos industrializados ingleses. O resultado foi um aumento do custo de vida nas colônias, gerando crescente insatisfação contra a Espanha de Carlos III e, em seguida, contra seu sucessor Carlos IV (de 1788 a 1808). Quando as tropas napoleônicas invadiram Portugal e ocuparam a Espanha, enfraquecendo as metrópoles e desencadeando o processo de independência da América Latina, os colonos já haviam organizado diversas manifestações contra a dominação ibérica.

Os *criollos*, membros das elites hispano-americanas, desejavam romper com a Metrópole monopolista, que lhes dificultava as transações mercantis, sobretudo com a Inglaterra, principal polo econômico do mundo. Para os colonos, a Coroa espanhola restringia os setores produtivos, além de limitar o acesso aos cargos administrativos e políticos. Para a Inglaterra, contudo, interessava a independência das colônias, uma vez que eliminaria as barreiras monopolistas comerciais e ativaria novos mercados, indispensáveis ao seu progresso industrial. *Criollos* e ingleses tinham, portanto, interesses comuns, que convergiam para o mesmo objetivo: a independência das colônias espanholas na América.

Com a derrota de Napoleão na Europa, em 1815, a Metrópole espanhola tentou reativar o colonialismo, mas não teve sucesso. Nas guerras de independência de 1817 a 1825, os ingleses respaldaram a vitória das elites coloniais contra os espanhóis. Também a Doutrina Monroe, instituída pelos Estados Unidos (resumida no lema "América para os americanos"), ajudou a consolidar a independência latino-americana.

No início do século XIX, estima-se que a população total da América espanhola chegava perto de 20 milhões de habitantes. Destes, mais de 12 milhões eram indígenas; 6 milhões, mestiços (descendentes de espanhóis e populações locais); 800 mil, negros escravos; e 3 milhões, *criollos*.

Os *chapetones*, grupo minoritário da América espanhola (cerca de 300 mil indivíduos), composto de espanhóis nascidos na Metrópole, ocupavam os mais altos cargos da administração colonial, vivendo em permanente confronto com a elite local – e desejavam a manutenção das relações Metrópole-Colônia. Os *criollos*, que se guiavam pelos ideais iluministas liberais e pelo exemplo norte-americano, eram partidários do livre-comércio e da luta pela independência, embora não cogitassem mudanças na estrutura socioeconômica.

As rebeliões locais, de um lado, como manifestações isoladas, sinalizavam o esgotamento do sistema colonial; de outro, expressavam os vários projetos de independência. Diversas rebeliões eclodiram na América hispânica contra os espanhóis e seu domínio, organizadas tanto por *criollos* quanto por indígenas. Destacou-se, entre estas últimas, a rebelião de **Túpac Amaru** (1780), no Vice-Reinado do Peru.

A rebelião de Túpac Amaru (1780)

Desde o início da dominação espanhola foram constantes as revoltas indígenas americanas, criando uma dificuldade permanente para a Metrópole. No século XVIII, época da expansão iluminista e ao mesmo tempo de uma crescente fiscalização metropolitana, os confrontos entre os habitantes da Colônia e as autoridades da Metrópole se intensificaram.

Os espanhóis utilizavam o trabalho dos indígenas em larga escala desde o início da colonização, com jornadas que chegavam a 16 horas diárias. Para garantir a subordinação indígena, na região dos Andes, os colonizadores recorriam aos **caciques** ou **curacas** (que comandavam os *ayllu* – as aldeias). Em troca de alguns benefícios – como redução de tributos e dispensa da obrigação de trabalhar para os colonos –, esses chefes indígenas colaboravam na manutenção da estrutura colonial.

Foi um curaca, porém, que liderou uma das maiores revoltas da América espanhola, reagindo contra a tributação imposta por autoridades metropolitanas: José Gabriel **Condorcanqui** Noguera, que dizia descender de Túpac Amaru, um líder inca do século XVI que resistiu à conquista espanhola.

Condorcanqui realizou estudos em escolas eclesiásticas e na universidade de São Marcos (Lima, no Peru), onde foi influenciado pelas ideias do iluminismo. Adotou o nome de **Túpac Amaru II** e obteve apoio de muitos *criollos* contra as autoridades metropolitanas e a elite branca de Lima, deflagrando, em 1780, uma rebelião que começou com o enforcamento de um *chapetone* e se irradiou por várias regiões.

Túpac Amaru II recebeu apoio de dezenas de milhares de indígenas, mestiços, escravos e alguns colonos empobrecidos, que radicalizaram o projeto inicial da rebelião.

A historiadora Maria Ligia Coelho Prado comenta a radicalização da rebelião de Túpac Amaru II:

> Ao lado da proclamação de Túpac Amaru como rei, as massas camponesas destruíram, com violência inédita, as propriedades espanholas e todos os símbolos da dominação. Não fizeram distinções entre peninsulares e *criollos*. Desejavam a volta do Tawantinsuyo, o império incaico. A derrota da rebelião deixou marcas profundas. De um lado, entre os *criollos*, um verdadeiro terror diante da possibilidade de novas rebeliões. Da parte dos índios, os resultados foram devastadores: desde 1782 se suprimiram os títulos de nobreza incaica e determinou-se a explícita proibição entre as populações indígenas de qualquer tipo de manifestação que pudesse servir para reviver as tradições incas. Os indígenas foram até mesmo proibidos de se autoidentificarem como incas quando falavam os seus nomes. Os nobres incaicos terminaram política e economicamente derrotados. Restou apenas a esperança messiânica indígena, com sentimentos populares que persistiram mesmo que de maneira subterrânea.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na independência da América espanhola. *Revista História*. São Paulo: Ed. da Unesp, v. 22, n. 2, 2003. p. 27.

Juliana Laurino/Folha Imagem

▲ Monumento representando Túpac Amaru II, sua esposa e seus filhos. Praça de Armas em Cusco, Peru. Foto de 2007.

A radicalização do movimento, colocando em risco toda a ordem colonial, levou à oposição entre a elite *criolla* e alguns curacas privilegiados.

O movimento foi duramente reprimido e Túpac Amaru II foi capturado e executado com grande violência: amarraram lhe os pés e as mãos a quatro cavalos, tentando com isso estraçalhar o seu corpo, mas não tiveram sucesso. Decidiu-se então decapitar e esquartejar o líder, enviando seus restos para diversas regiões do vice-reino, para que servisse de advertência. Em seguida, mataram em praça pública vários outros de seus familiares.

Mesmo depois disso, as batalhas dos rebelados prosseguiram por mais dois anos, resultando em aproximadamente 80 mil rebeldes mortos, na maior revolta colonial americana.

AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

O enfraquecimento da Metrópole espanhola – com a invasão de Napoleão Bonaparte, que destituiu o rei Carlos IV (da dinastia Bourbon) e coroou José Bonaparte, seu irmão – estimulou o movimento autonomista liderado pelos *criollos*. Organizados em *cabildos* (câmaras municipais), os colonos depuseram as autoridades metropolitanas e assumiram a administração das colônias, instalando **juntas governativas**. Entre 1810 e 1814, os centros urbanos coloniais hispano-americanos transformaram-se nos grandes irradiadores dos ideais separatistas, contando com o apoio da Inglaterra e a adesão de parte da população.

Em 1814, porém, a dinastia Bourbon foi restaurada na Espanha, e a Inglaterra aliou-se aos espanhóis na luta contra Napoleão. Isso permitiu que a Espanha reorganizasse a repressão aos movimentos separatistas. Sem a ajuda inglesa, as rebeliões foram derrotadas.

Embora frustrados os primeiros movimentos de independência, seus ideais se fortaleciam entre os colonos. A revolução que libertaria a maioria dos países latino-americanos aconteceu entre 1817 e 1825, tendo como líderes **Simón Bolívar e José de San Martín**, que percorreram quase toda a América Latina, com o apoio efetivo da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os rebeldes foram favorecidos ainda pela distância da Metrópole e pela situação interna da Espanha, que novamente se desestabilizava: depois que os exércitos de Napoleão Bonaparte foram expulsos, eclodiu a Revolução Liberal entre 1820 e 1823 – o que dificultou o envio de tropas contrarrevolucionárias à América.

Rota dos libertadores

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1979. p. 52-4

Simón Bolívar, que ficou conhecido como "o Libertador", foi um exemplo típico dos ideais da elite *criolla*. Nascido na capitania-geral da Venezuela, republicano, comandou a luta pela libertação da América Latina partindo dos atuais territórios da Venezuela e do Peru em direção ao sul. Defendia uma América do Sul livre, unida e republicana. San Martín, da re-

gião que viria a constituir a Argentina, embora com os mesmos ideais de independência, era a favor da monarquia constitucional e iniciou seus movimentos de independência partindo de Buenos Aires em direção ao norte, no chamado "movimento sulista".

Museu Bolívar, Caracas, Venezuela. Foto: Dagli Orti/The Art Archive/Other Images

▲ Simón Bolívar recebeu o título de "o Libertador" nas lutas latino-americanas de independência. Em diversas oportunidades expressava o ideal de uma América espanhola independente e unida, dizendo: "Ciertamente la unión es la que nos hace falta para completar la obra de nuestra redención". Acima, o líder Bolívar numa pintura de Arturo Michelena (século XIX).

A perspectiva de expansão da independência dos hispanho-americanos fez que Bolívar e San Martín participassem, pessoalmente ou pelo envio de tropas, das guerras de independência em boa parte da América do Sul.

Em 1810, ocorreu a primeira tentativa de emancipação política no **México** (na época, Vice-Reinado de Nova Espanha), que se distinguiu dos demais movimentos da América espanhola por ter sido uma iniciativa das massas populares e por seu caráter predominantemente rural. Encabeçando a insurreição, sucederam-se **Miguel Hidalgo**, o **padre Morellos** e **Vicente Guerrero**, que deram ênfase às reformas sociais populares, propondo o fim da escravidão e a igualdade de direitos e opondo-se à aristocracia fundiária e aos altos funcionários.

AS MULHERES NA GUERRA DE LIBERTAÇÃO

Quando se fala em exército, nesse período, imaginamos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, lutando. Esquecemo-nos de que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos-soldados; além disso, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam – cozinhando, lavando ou costurando – em troca de algum dinheiro [...]. Expostas à dureza das campanhas e aos perigos das batalhas, enfrentavam corajosamente os azares das guerras [...]

[Havia, ainda] a presença não apenas de mulheres que seguiam ao lado de seus companheiros, mas de várias mulheres soldados que pegaram em armas para conseguir a libertação das colônias.

[...]

Há variadas narrativas sobre outro tipo de participação das mulheres, por exemplo, as que trabalhavam como mensageiras, levando informações para os insurgentes. Sua condição de mulheres supostamente levantava menos suspeitas; entretanto, várias delas acabaram sendo descobertas, presas e algumas condenadas à morte.

PRADO, Maria Ligia Coelho. A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: ____. *América Latina no século XIX – tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. p. 34-5 e 40.

Os ideais populares divergiam dos propósitos das elites *criollas* mexicanas, que quase sempre estiveram mais atreladas aos *chapetones* e controlavam a maior parte das áreas rurais. Cerca de metade das terras mexicanas pertencia ao clero.

Para os mestiços e indígenas que formavam 80% dos 6 milhões de habitantes da região, a luta pela independência do México deveria incluir propostas para resolver a situação dos camponeses diante das grandes propriedades fundiárias controladas pela aristocracia.

Enviado pelo vice-rei para lutar contra os insurretos mexicanos, **Agustín Itúrbide**, de forma oportunista, aliou-se a Guerrero em 1821, formulando o **Plano de Iguala**, que proclamava a independência do México, a igualdade de direitos entre *criollos* e espanhóis, a supremacia da religião católica, o respeito à propriedade e um governo monárquico. A Coroa foi oferecida a Fernando VII da Espanha, que sofria forte oposição dos defensores de ideias liberais em seu país. Confirmava-se assim que o projeto de independência em curso era aquele que atendia aos interesses das mesmas elites (*criollos* e *chapetones* laicos e o clero) que dominavam o México na fase colonial.

SIMBOLOGIAS HISTÓRICAS – UMA OBRA DE DIEGO RIVERA

Neste mural, Rivera retrata alguns personagens da Guerra de Independência, iniciada em 1810, por meio da representação pictórica dos líderes de maior vulto desse fato histórico: Hidalgo e Morelos, de um lado, ocupam o centro desta cena, enquanto no canto esquerdo, o Imperador Iturbide aparece com um peso negativo, aliás o único a ser representado com esta conotação. Deste grupo central, o padre Hidalgo é o personagem principal que carrega na sua mão direita uma corrente quebrada, simbolizando a liberdade, a ruptura, o fim do domínio colonial, enquanto em sua mão esquerda sustenta um estandarte com a imagem da Virgem de Guadalupe. Ao lado de Hidalgo está o padre José Maria Morelos, o principal general e ideólogo da Guerra. Morelos aponta seu braço para a direita, em direção ao futuro, gesto este acompanhado por um estranho personagem situado mais abaixo que se encontra vestido com uma armadura e uma planta de milho a seus pés como símbolo da terra e que está carregando uma espada em sua mão direita e uma espingarda na esquerda. Da mesma forma que Morelos, este personagem indica, com sua espada, a direção do futuro para um grupo de camponeses armados com rifles e sabres. Seus interlocutores são os camponeses mas também o espectador dos murais.

É importante notar neste detalhe as duas intenções de Rivera como artista engajado politicamente. O primeiro aspecto a ser destacado é a relação e o sentido eminentemente social que o autor empresta às lutas pela independência, expressa na questão da demanda por terras pelos camponeses. Esse aspecto estabelece uma relação entre passado e presente, pois na guerra pela independência está em questão o "pensamento social mexicano", ou uma "revolução agrária" [...]

A representação da águia ocupa uma posição central, um pouco mais abaixo da representação do padre Miguel Hidalgo. Esta imagem está baseada num monumento de pedra pertencente à cultura mexicana, encontrado em 1926 na ala sul do Palácio Nacional, outrora o local onde se situava o Palácio de Montezuma. O ponto principal do monumento é a águia que sustenta em seu bico uma serpente apoiada sobre um pé de nopales, que simboliza a fundação de Tenochtitlán. Desta maneira, Rivera se apoia na arqueologia para reforçar o mito que funda a identidade cultural mexicana e serve de vínculo tangível entre o México moderno e seu passado remoto. Deste modo reforça-se sobre este achado um capital ideológico. É a imagem do centralismo político, como reflexo de um Estado forte, condição que desde o século passado, se pensava como indispensável para integrar uma nação. O discurso que este símbolo traz refere-se ao mito de origem e a sede do poder político contemporâneo. Este inclusive é o símbolo da atual bandeira mexicana. [...] Visualmente se estabelece então uma poderosa fonte de legitimidade política.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O'Gorman. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 153, dez. 2005. p. 295-7.

Detalhe de mural representado *A guerra de independência do México* (1810), do pintor mexicano Diego Rivera (1886-1957), produzido em 1929-1935. Em seus diversos murais pintados no Palácio Nacional, no México, Rivera procurou abarcar a história mexicana desde seus mitos de origem às projeções do futuro.

Em 1822, entretanto, Itúrbide proclamou-se imperador, com o título de **Agustín I**. Logo a seguir, foi deposto e fuzilado num levante republicano. Em 1824, o México tornava-se efetivamente independente e elegia seu primeiro presidente, o general Guadalupe Vitória. A estrutura agrária e social que mantinha a maioria da população submetida ao controle das elites mexicanas permaneceu basicamente a mesma.

Na América do Sul, o **Paraguai** constituiu uma República em 1813, chefiada pelo *criollo* Gaspar Francia. A atual **Argentina** proclamou sua independência em 1816, a qual só seria consolidada com os êxitos militares de **Manuel Belgrano** e **San Martín**. O **Uruguai**, que desde 1821 estava incorporado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, transformou-se em Estado independente em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.

O **Chile** foi libertado por San Martín, à frente de cerca de 5 mil homens no chamado Exército dos Andes, em 1818, após as batalhas de Chacabuco e Maipú. **Bernardo O'Higgins**, líder do movimento de libertação na região, foi nomeado dirigente do Estado chileno.

Dirigindo-se para o **Peru**, acompanhado pelo mercenário inglês lorde Cochrane, San Martín alcançou e libertou Lima, principal centro de resistência espanhola, em 1821. Simón Bolívar, por sua vez, apoiado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, organizou um exército regular e libertou a **Venezuela** em 1817, a **Colômbia** em 1819 e o **Equador** em 1821, rumando ele também para o Peru.

Instituto Nacional Sanmartiniano, Buenos Aires/Dmpoz Album/Latinstock

▲ O general San Martín em pintura de cerca de 1815

As forças de Bolívar e San Martín encontraram-se em Guayaquil, no Equador, no ano seguinte. Depois desse encontro, San Martín desistiu de seu projeto monárquico diante da proposta republicana de Bolívar, a quem coube consumar a independência do Peru – só conseguida definitivamente com a **Batalha de Ayacucho**, em 1824.

No **Congresso do Panamá** (1826), quando quase toda a América Latina já estava independente, Bolívar tentou concretizar seu ideal de unidade política, defendendo alianças entre os Estados hispano-americanos, a criação de uma força militar comum e a abolição da escravidão, entre outras medidas. Seus esforços de solidariedade continental, no entanto, encontraram a oposição dos ingleses e norte-americanos e das próprias oligarquias locais e seus dirigentes, como a monarquia brasileira de D. Pedro I, recém-instalada, comprometida com as elites escravistas.

Veja, no mapa abaixo, as datas das independências na América Latina e os desdobramentos separatistas na América Central.

Inicialmente unida ao México, a América Central proclamou sua independência em 1824, formando as Províncias Unidas da América Central, unidade que pouco durou, devido a pressões inglesas e norte-americanas. A região fragmentou-se em repúblicas autônomas a partir de 1838: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

Embora tivessem acabado com o domínio metropolitano e obtido liberdade política, os novos Estados latinos assumiam outra forma de dependência, agora econômica. Atendendo aos interesses do desenvolvimento capitalista, a América Latina, dividida em vários Estados governados pela aristocracia *criolla*, assumiu a função de fornecer matérias-primas e consumir manufaturados ingleses. Dessa forma, preservavam-se as antigas estruturas, apenas adaptadas aos novos tempos.

Independência da América espanhola

(1821) Data de independência

* As datas referem-se à separação dos atuais países da antiga Grã-Colômbia, nação independente fundada por Simón Bolívar em 1821.

** Refere-se à segunda proclamação da independência em relação aos espanhóis. A primeira foi em 1821

Adap. FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas História Geral*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 52.

Allmaps\Arquivo da editora

◄ Sem unidade, os novos Estados independentes da América Latina ficaram como áreas frágeis ao intervencionismo europeu (época da Santa Aliança) e às hegemonias econômicas e políticas das potências mundiais

AMÉRICA ESPANHOLA E BRASIL NA INDEPENDÊNCIA: FRAGMENTAÇÃO E UNIDADE TERRITORIAL

Numa entrevista à Agência de Notícias do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em 22 maio de 2009, o historiador István Jancsó respondeu da seguinte maneira ao ser questionado sobre o porquê de o Brasil ter mantido o território íntegro ao contrário da América espanhola na independência:

Permanece sendo uma boa pergunta. Mas as duas monarquias traziam, desde suas origens, algumas diferenças de fundo. Havia diferenças entre seus modelos de ordenamento interno, transferido para a montagem dos respectivos sistemas coloniais. A América espanhola, desde a origem, foi constituída por unidades administrativas à semelhança de reinos europeus – os vice-reinos da Nova Espanha, da Nova Granada, e assim por diante, cada um com seu centro de gravidade articulando os interiores. Em torno desses centros de poder, durante 250 anos, os homens iam e voltavam para buscar privilégios, pagar impostos, conseguir cargos, honrarias e títulos. De lá se mandava coisa para a Espanha. Isso consolidava determinados ritos, solidariedades e características próprias. Quando o sistema imperial entra em colapso, essa gente busca preservar a ordem que conhecia: a ordem local com seu centro e suas hierarquias.

No Brasil isso não aconteceu porque a monarquia portuguesa que colonizou o país era uma monarquia precocemente unificada – existia correspondência entre Estado e nação portuguesa anterior à expansão colonial. Na Espanha não era assim – o rei da Espanha era rei de Aragão, de Castela e assim por diante. Era uma monarquia compósita que serviu de modelo para um império colonial de diversidade. No caso de Portugal, tudo convergia para Lisboa. Esse fundamento nacional do antigo regime serviu de modelo para o Brasil.

Entrevista concedida a Fábio de Castro. *Crise e identidade*. Disponível em: <www.agencia.fapesp.br/materia/10532/entrevistas/crise-e-identidade.htm>. Acesso em: 24 fev. 2010.

No aspecto político, chefes locais, em geral líderes oriundos das forças militares mobilizadas pelos *criollos* nas guerras de independência, passaram a disputar o poder de suas respectivas regiões. Comandantes carismáticos, autoritários, personalistas, que irradiavam magnetismo pessoal na condução de seus comandados, esses chefes foram denominados **caudilhos**.

A divisão de poderes criou um quadro de dificuldades para a consolidação dos novos Estados nacionais, que enfrentaram desunião e instabilidade. Leia o texto a seguir:

Quando o período da luta pela independência ficou para trás, os jovens países tenderam a proteger-se dentro de seus limites territoriais e olharam desejosos para as metrópoles capitalistas, cada um por sua conta e risco. O potencial de desenvolvimento contido na ação conjunta que havia se manifestado de maneira brilhante na gesta emancipadora se perdeu de vista. Acreditou-se que o empenho na construção nacional era incompatível com a prática, por parte dos países, de uma política aberta em relação aos pares e vizinhos. Pelo contrário, os países se envolveram em suas próprias guerras, como as que desencadearam Brasil e Argentina, com o apoio do Uruguai, contra o Paraguai, entre 1864 e 1870, e aquela chamada de Guerra do Pacífico, em que se enfrentaram Chile, Peru e Bolívia entre 1879 e 1884, cuja memória traumática agita hoje com força os cidadãos dos países envolvidos naquela contenda. A perda da integridade territorial da hispano-américa pela ação bélica dos Estados Unidos sobre o México não causou em seu tempo uma reação vigorosa e unânime no subcontinente. Foi preciso esperar o último período do século XIX quando, na luta pela independência de Cuba, Jose Martí enunciou a ideia de "Nuestra América".

MEDINA, Medófilo. *Pasado comun, memorias fragmentadas*. Bogotá: Convênio Andrés Bello, 2007. p. 16. Tradução dos autores.

Detalhe da imagem da p. 442

A independência da América espanhola

Antigo Regime

desenvolvimento comercial > burguesia comercial > Estados absolutistas > mercantilismo (monopólios) > colonização da América

Revolução Industrial <> revoluções burguesas

revoluções burguesas → Revolução Inglesa Revolução Francesa

capitalismo > burguesia industrial > Estados liberais > liberalismo (não intervenção) > INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA

ATIVIDADE

1. Com base no esquema-resumo acima, estabeleça relações entre o contexto político e econômico europeu do início do século XIX e a eclosão dos movimentos emancipacionistas hispano-americanos.

2. Consulte o capítulo do livro e, com base nele e no esquema-resumo, explique como as características das sociedades latino-americanas influenciaram o rumo da independência das colônias hispano-americanas.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de documento

→ Com suas palavras, explique a seguinte afirmação da historiadora Maria Ligia Coelho Prado.

> *A independência política e a formação dos Estados Nacionais na América Latina se fizeram a partir do rompimento do sistema colonial, dirigidas por setores dominantes da colônia, descontentes com a impossibilidade de usufruir as "novas vantagens" que o capitalismo do novo século lhes oferecia. [...] Além disso, aqui havia, antes da colonização espanhola e portuguesa, culturas autóctones que se rebelaram e lutaram para sobreviver depois do impacto da chegada dos europeus. Junto a elas estavam os negros africanos que também foram incorporados a este continente.*
>
> PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1985. p. 2.

2 Análise de imagem

→ Observe a imagem abaixo. Trata-se de uma pintura de autoria desconhecida, datada de 1835. Intitula-se *Alegoria de Hidalgo, a Pátria e Itúrbide*.

Coleção particular

a) Consulte as informações oferecidas pelo capítulo e explique quais foram os papeis de padre Hidalgo e de Itúrbide no processo de independência mexicano.

b) Descreva a imagem. Para isso:
- observe como e onde estão representados Hidalgo e Itúrbide;
- preste atenção na figura que representa a pátria e em suas características;
- repare na figura deitada ao chão, à esquerda de Hidalgo;
- observe os objetos espalhados pelo chão.

c) Com base nos elementos observados e nos seus conhecimentos de História, analise a imagem, procurando compreender seu significado.

d) Reflita sobre os papéis de Hidalgo e Itúrbide no processo de independência do México. Depois, responda: em sua opinião, a pintura oferece uma visão crítica da independência mexicana? Justifique sua resposta.

Capítulo 24

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 24 (p. 452 a p. 461).

NOVOS PROJETOS POLÍTICOS: LIBERALISMO, SOCIALISMO E NACIONALISMO

As doutrinas e as teorias que de alguma forma regularam a nova ordem capitalista burguesa, com as transformações econômicas, políticas e sociais em voga na passagem do século XVIII para o século XIX, são o foco deste capítulo.

Na seção *Para pensar historicamente*, escolhemos o tema **a conquista do futuro** como forma de relacionar temáticas políticas do século XIX com as do século XX, na medida em que tratamos de projetos políticos, sociais e econômicos que vislumbram a possibilidade de planejar o futuro de acordo com as suas expectativas e assim agir no presente.

O capítulo oferece vários recursos, como o texto do historiador Edward Palmer Thompson, importante para destacar a forma como a nova configuração social da Inglaterra industrializada, sem legislação trabalhista ou inspeção estatal, gerou a organização e a reação dos trabalhadores da indústria têxtil. A reação à situação de crise foi formulada por vários pensadores, que prospectavam reformas que garantissem uma nova etapa de progresso social. Entre os pensadores, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), na obra *O manifesto comunista*, afirmam, em tom de denúncia, que "a condição social da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos dos particulares", e "a condição da existência do capital é o trabalho assalariado", cujo valor remunerado de sua força é apropriado pelos capitalistas.

O texto da atividade *1. Leitura e reflexão*, de Edmund Wilson, é importante para ressaltar a perspectiva histórica dos autores, na qual a luta de classe é o agente transformador da sociedade e o ponto de partida da ação política do operariado contra a ordem capitalista e a sociedade burguesa, atingindo uma nova etapa de progresso social pela Revolução Socialista.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Sugestões de abordagem interdisciplinar

- **História e Economia:** "Na história do Brasil, alguma vez o salário mínimo foi suficiente para a sobrevivência de quem o recebe?" A partir desta questão, propor uma pesquisa e estabelecer qual deveria ser o valor do salário mínimo que possibilitasse a sobrevivência com dignidade.

Textos de apoio

Uma "máquina" entre máquinas

Já explicava Marx que, no processo produtivo, os homens, além de atuarem sobre a natureza, "atuam uns sobre os outros". Para produzir, estruturam relações entre si e através destas atuam nas várias esferas da sociedade, família, escola, numa gama de relações sociais decorrentes desse processo.

Os proprietários dos meios de produção – sejam particulares ou burocratas do Estado – incorporam o trabalho assalariado, que, acumulado em suas mãos, transforma-se em capital.

O processo de acumulação capitalista depende de certas precondições relacionadas aos trabalhadores. Estes devem:

a) estar separados dos meios de produção;

b) ter liberdade de vender sua força de trabalho sem constrangimento escravista ou servil;

c) maximizar os lucros patronais, seja estendendo sua jornada diária de trabalho, seja intensificando seu ritmo de trabalho.

Esse processo, em sua totalidade, é comandado pela lógica do capital, que procura integrar o trabalhador. O trabalhador assina o contrato de trabalho porque não tem outra opção de sobrevivência.

Na fábrica tudo conspira contra a inteligência do operário, expropriado dos meios de produção, dos frutos do trabalho e do conhecimento. Integrado à linha de produção ou vinculado à máquina, o trabalhador constitui "uma máquina" entre máquinas; ele perde a consciência.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986. (Polêmica)

Bibliografia

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1975.

______. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 1.

FERREIRA NETO, E. L. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções. Europa – 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros passos)

MARQUES, J. L. *O socialismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

MARX, K. *Formações econômicas capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

______. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1984.

MELLO, A. F. de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MERQUIOR, J. G. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

O que é a propriedade?

Se tivesse que responder à seguinte pergunta: Que é a escravatura? E respondesse simplesmente: É o assassinato, o meu pensamento seria imediatamente compreendido. Não necessitaria de um longo discurso para mostrar que o poder de privar um homem de seu pensamento, vontade e personalidade é um poder de vida e de morte e que, fazer de um homem um escravo, é assassiná-lo. Assim, por que é que a esta pergunta: Que é a propriedade? não posso responder também: É roubo, sem ter a certeza de ser entendido, se bem que esta segunda proposição não seja mais do que a primeira transformada.

PROUDHON. Qu'est-ce que La propriété? In: GURVITCH, G. *Proudhon*. Lisboa: Ed. 70, 1983. p. 131.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

Na descrição do esquema-resumo a resposta será pessoal. Podem ser citados os pensadores liberais, Adam Smith (1723-1790) e Thomas Malthus (1766-1834) e os pensadores socialistas, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Exercícios de História

1. Leitura e reflexão

a) Marx e Engels formularam uma teoria dinâmica, sustentada na ideia de uma progressão na História e no papel das classes populares como sujeitos sociais, podendo, portanto, influenciar e mudar os rumos da História.

b) A análise marxista sustenta a ideia de que a ação política do operariado, manifestada na luta de classes, é o agente primordial de transformação social. A inauguração de uma nova sociedade seria possível apenas por meio da revolução socialista, eliminando-se a propriedade privada e socializando os meios de produção.

2. Análise e comparação de imagens

a) e b) A primeira imagem ironiza a "fraternidade socialista", mostrando pessoas discutindo e se agredindo. Trata-se de um reflexo do desacordo entre as diversas correntes trabalhistas da época, notadamente marxistas e anarquistas. A segunda imagem, mais otimista, expressa a união dos trabalhadores que, de fato, foi obtida na Segunda Internacional. Finalmente, a terceira imagem já exibe o nome "comunista" e mostra uma cena revolucionária russa, reflexo da influência do leninismo e da Revolução Russa na organização mundial dos trabalhadores.

anotações

PERROT, M. (Org.) *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4).

PETITFILS, J. C. *Os socialismos utópicos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

PROUDHON, P. J. *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SANDRONI, P. (Org. e Sup.). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

______. *O que é mais-valia*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros passos).

SPINDEL, A. *O que é comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

______. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx*: roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

Tese

ARCARI, V. *As esquinas perigosas da História*: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. São Paulo: FFLCH, USP, 2000. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24052002-150419>. Acesso em: 13 abr. 2010.

Filmes

Pelle, o conquistador. Direção de Bille August. Dinamarca/Suécia, 1988. (150 min).

Rosa Luxemburgo. Direção de Margarethe von Trotta. Alemanha, 1985. (122 min).

Unidos contra a opressão. Direção de Richard Lowenstein. Austrália, 1983. (100 min).

Endereços eletrônicos

Adam Smith. Disponível em: <www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/adam_smith.html>. Acesso em: 13 abr. 2010. Nesta página é possível encontrar biografias de vários pensadores importantes para a história da Economia, assim como artigos acadêmicos e atalhos para trechos de obras de Adam Smith e outros.

História do socialismo. Disponível em: <www.moreira[illegible]>. Acesso em: 13 abr. 2010. *Site* criado pelo professor Aluízio Franco Moreira, com artigos sobre a história do socialismo e sua influência nos movimentos históricos e nas artes.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

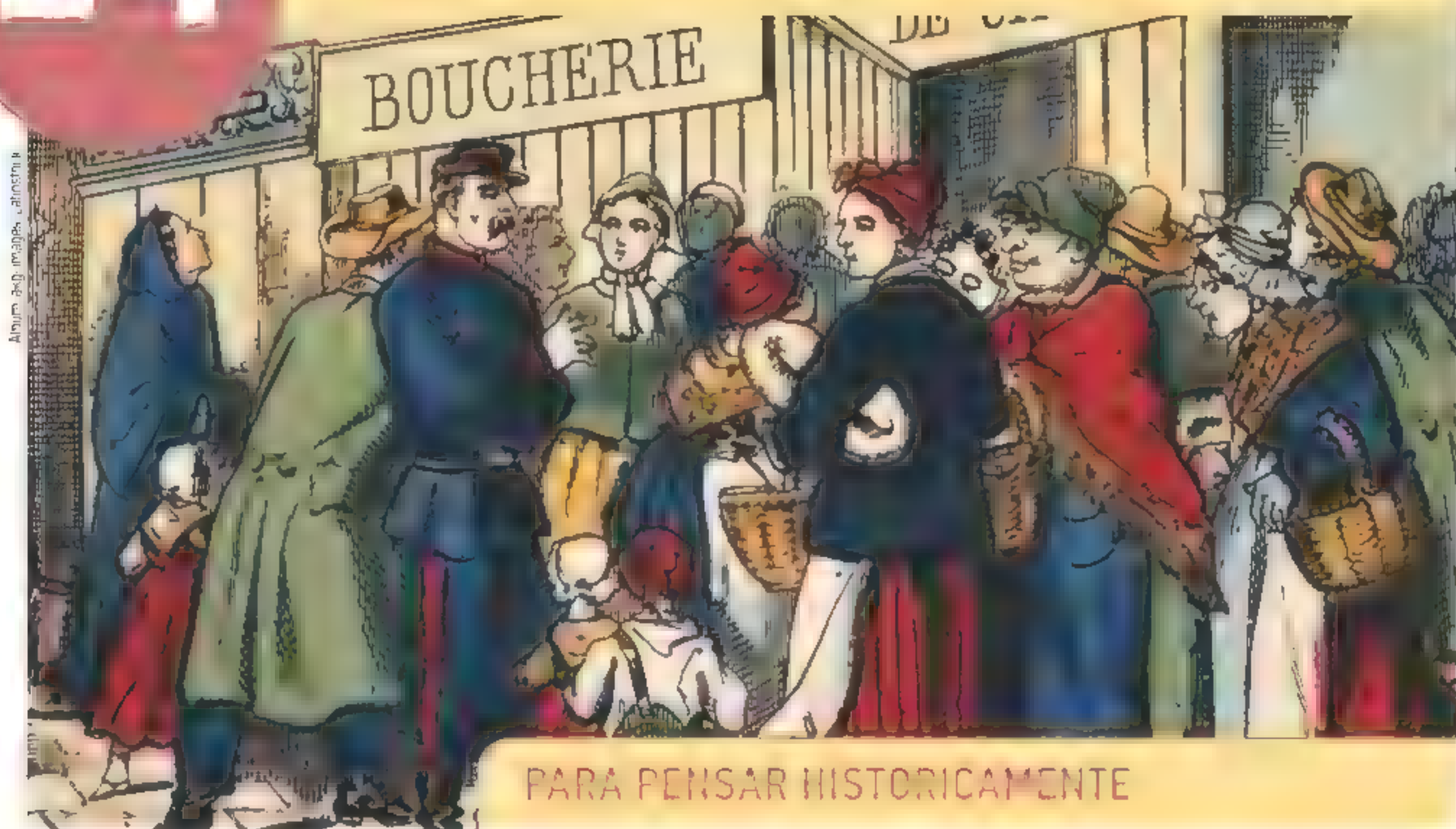
HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac&Naify, 2006.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 2002.

WILSON, Edmundo. *Rumo à estação Finlândia*: escritores e atores da História. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAPÍTULO 24

Novos projetos políticos: liberalismo, socialismo e nacionalismo

Album/akg-images/Latinstock

▲ Distribuição de alimentos na porta de um açougue durante a Comuna de Paris (1871). Litografia do século XIX, de autoria desconhecida.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

A conquista do futuro

Liberalismo e socialismo: dois projetos concorrentes herdeiros do Iluminismo. O nacionalismo está em uma outra ordem de projeto e pode ser tanto liberal quanto socialista, embora estes sejam, a princípio, internacionalistas. No entanto, uma vez aplicados, os projetos não são o que os seus criadores queriam deles, mas aquilo que os processos históricos permitiram que eles fossem. E foram essas as ideias que "deram as cartas" na história desde então.

O pensamento marxista deu à palavra "revolução" novos sentidos. Além disso, no nome dos partidos políticos brasileiros da atualidade, multiplicam-se as referências a expressões criadas pelo pensamento do século XIX, como "social-democracia", "liberal" e outras.

Até que ponto os atuais partidos políticos refletem as ideias expressas em seus nomes? Até que ponto os projetos de futuro dessas ideias se concretizaram, e qual o saldo desses projetos na atualidade?

As grandes transformações econômicas, políticas e sociais do final do século XVIII e início do século XIX, na Europa e nas Américas, foram acompanhadas por doutrinas e teorias que buscavam ou justificar e regular a ordem capitalista burguesa que se estabelecia, ou condená-la ou reformá-la. Estruturaram-se, então, respectivamente, o pensamento **liberal** e as doutrinas **socialistas**, todas vinculadas a um novo ramo do conhecimento, a **economia política**, campo interdisciplinar que estuda as relações entre a economia e o poder político.

O PENSAMENTO LIBERAL

Surgidas com o Iluminismo e lançadas pelos fisiocratas franceses, as bases do **liberalismo** eram a defesa da propriedade privada, do individualismo econômico e da liberdade de comércio, de produção e de contrato de trabalho (salários e jornada), sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos.

O pensamento liberal ganhou contornos definidos com **Adam Smith** (1723-1790). Em sua obra *A riqueza das nações*, mostrava que a divisão do trabalho era essencial para o crescimento da produção e do mercado, e que a **livre concorrência** forçaria o empresário a ampliar a produção, buscando novas técnicas, aumentando a qualidade do produto e baixando ao máximo os custos de produção.

> [...] O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição quando se permite que ele atue com liberdade e segurança constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva frequência obstrui seu exercício.
>
> SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. II. p. 44.

▲ Adam Smith, em gravura de 1790.

O consequente decréscimo do preço final favoreceria a **lei natural da oferta e da procura**, viabilizando o sucesso econômico geral. Ao Estado competia somente zelar pela propriedade e pela ordem, não lhe cabendo intervir na economia, já que a harmonização dos interesses individuais ocorreria por uma **"mão invisível"**, levando ao bem-estar coletivo.

Seguindo a linha de Adam Smith, surgiram vários outros teóricos continuadores do liberalismo clássico, como David Ricardo e Thomas Malthus.

Thomas Malthus (1766-1834), em sua obra *Ensaio sobre o princípio da população*, afirma que a natureza impõe limites ao progresso material, já que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética. Para ele, a pobreza e o sofrimento são inerentes à sociedade humana, e as guerras e as epidemias ajudam no equilíbrio temporário entre a produção e a população.

A Lei dos Pobres (1834), votada pelo Parlamento inglês, foi um reflexo das ideias de Malthus. A lei determinava a centralização da assistência pública. Os desempregados eram recolhidos às *workhouses* ("casas de trabalho"), onde ficavam confinados à espera de trabalho. Havia instalações separadas para homens e mulheres, que viviam ali em condições precárias. A medida, portanto, ao mesmo tempo que retirava das ruas boa parte da população mais miserável e a mantinha sob controle – desestimulando o crescimento populacional e a pobreza –, fornecia mão de obra barata ou quase escrava para a indústria nascente.

A Inglaterra adquiria uma nova configuração social com a industrialização e o êxodo rural. No campo predominavam grandes propriedades; nas cidades, onde vivia grande contingente de miseráveis, ficava a maioria das fábricas. Como não existia nenhuma legislação trabalhista ou inspeção estatal, as fábricas eram instaladas em locais insalubres e chegavam a ter jornada de trabalho superior a 14 horas.

Interessados em obter a mão de obra mais barata possível, os industriais muitas vezes preferiam mulheres e crianças – algumas com idade inferior a 8 anos, que trabalhavam em troca de alojamento e comida. Em 1802, um decreto parlamentar determinou que as crianças oriundas das *workhouses* não trabalhariam mais de 12 horas diárias. Depois, o decreto foi estendido a todas as crianças operárias.

▲ Gravura de Gustave Doré, de 1872, mostrando o interior de uma *workhouse*.

Além de condições sub-humanas de trabalho, os operários enfrentavam grandes dificuldades em épocas de guerra, como no período napoleônico, quando os preços dos gêneros alimentícios subiram tanto que a fome se disseminou pelo continente europeu. Enquanto isso, o emprego de máquinas no processo produtivo substituía trabalhadores e obrigava-os a vender sua força de trabalho aos empresários a preços cada vez mais baixos.

The Granger Collection/Other Images

Em cartum de 1812, trabalhadores destroem uma tecelagem sob o comando de Ned Ludd

No início do século XIX, os trabalhadores da indústria têxtil se organizaram para denunciar que a situação de crise e miséria que enfrentavam se devia ao maquinário instalado. Liderados, ao que parece, por um trabalhador de nome Ned Ludd, o **movimento luddita** ou luddismo, como ficou conhecido, pretendia resolver o problema da miséria social com a destruição das máquinas industriais. A iniciativa, que causava grandes prejuízos aos donos de indústrias, foi reprimida com a pena de morte e a deportação dos implicados. Conforme Edward Palmer Thompson:

> [...] podemos ver o movimento ludista como uma transição. Devemos encarar, através da destruição das máquinas, os motivos dos indivíduos que brandiam as marretas. Enquanto um "movimento do próprio povo", fica-se surpreendido não com seu atraso, mas com sua maturidade crescente
>
> Longe de ser "primitivo", ele demonstrou alto grau de disciplina e autocontrole. [...] foi uma fase de transição em que as águas do sindicalismo, represadas pelas Leis de Associação, lutaram por irromper e se converter numa presença manifesta e explícita.

THOMPSON, Edward Palmer. Um exército de justiceiros. In: ________. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 3. p. 179.

O descontentamento aumentava, prenunciando uma revolução social. Formaram-se as primeiras organizações trabalhistas, as *trade unions*, que procuravam catalisar as insatisfações e organizar as lutas da classe operária; por isso, foram vistas pelos industriais como órgãos de ação criminosa.

AS DOUTRINAS SOCIALISTAS

Em reação às crises sociais relacionadas à Revolução Industrial, surgiram correntes de pensamento como o **socialismo** e o **anarquismo**, que propunham reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo.

O maior teórico do socialismo foi o filósofo e economista alemão **Karl Marx** (1818-1883), que contou, em muitas de suas obras, com a colaboração do pensador **Friedrich Engels** (1820-1895), também alemão.

No *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels esboçaram as proposições e postulados do chamado **socialismo científico**, que foram definidos em *O capital*, a obra mais conhecida de Marx e que causou nas décadas seguintes uma revolução na economia e nas ciências sociais. A obra propõe uma interpretação socioeconômica da história, conhecida como **materialismo histórico**, e define os conceitos de luta de classes, mais-valia e revolução socialista. A seguir, leia um trecho do *Manifesto Comunista*.

> A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis
>
> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Disponível em: <www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm>. Acesso em: 11 nov. 2009.

▲ Retrato de Karl Marx, de 1875, autoria anônima.

Segundo o **materialismo histórico**, toda sociedade é determinada, em última instância, por suas condições socioeconômicas, a chamada **infraestrutura**. Adaptadas a ela, as instituições, a política, a ideologia e a cultura como um todo compõem o que Marx chamou de **superestrutura**.

De forma simplificada, seria tomar a Revolução Francesa como exemplo. Naquele momento, fazia-se necessário transformar a ultrapassada ordem político-jurídica (a superestrutura) que caracterizava o Antigo Regime, de modo que se adaptasse à infraestrutura então vigente.

A **luta de classes**, na análise marxista, é o agente transformador da sociedade. O antagonismo entre dominadores e dominados – como senhores e servos na Idade Média, ou operários e burgueses no mundo contemporâneo – induz às lutas e às transformações sociais. Esse antagonismo está relacionado à estrutura produtiva, especialmente à existência da propriedade privada.

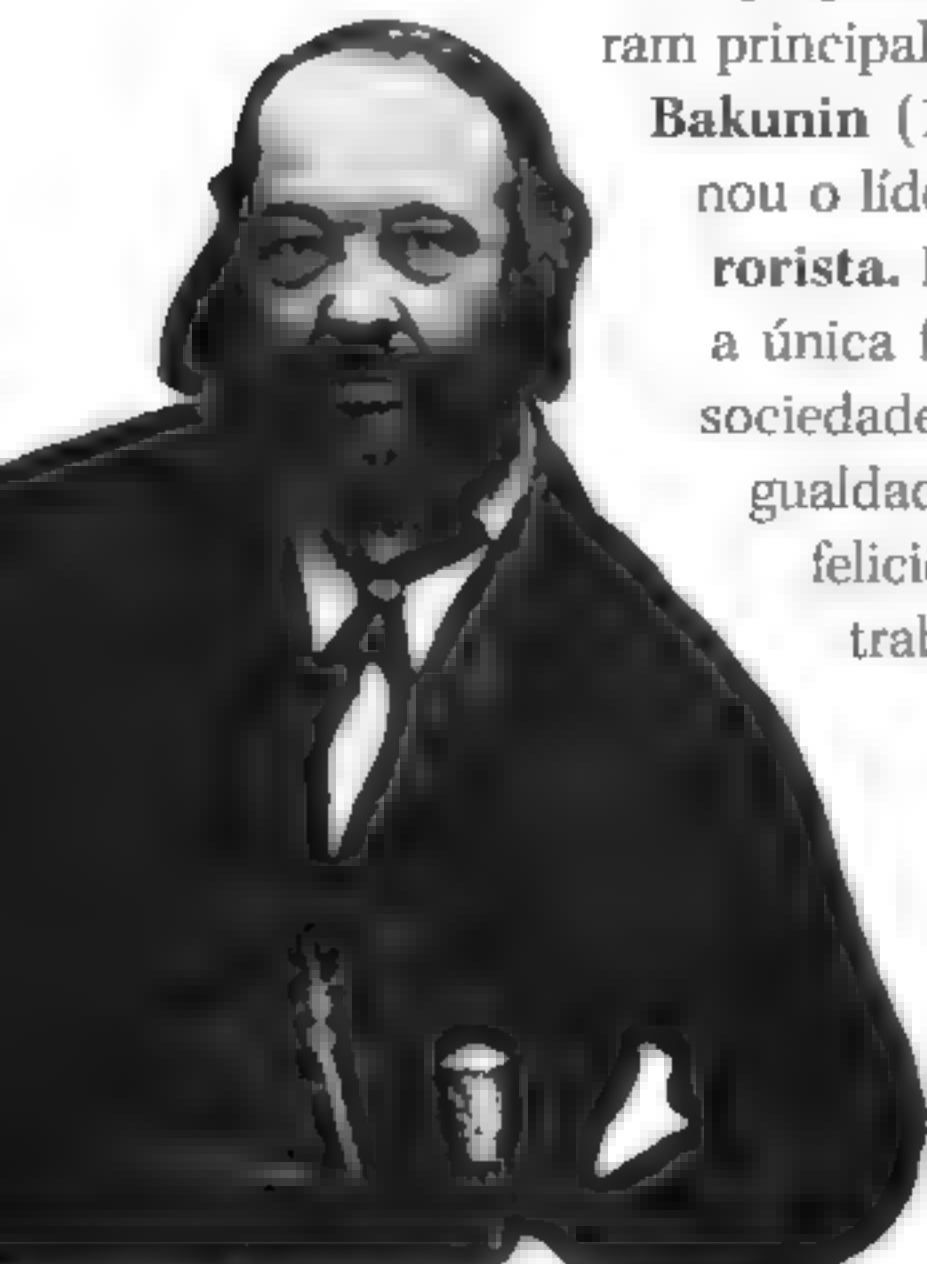
O conceito marxista de **mais-valia** corresponde ao valor da riqueza produzida pelo operário que excede o valor remunerado de sua força de trabalho e que é apropriado pelos capitalistas. Caracteriza a exploração dos operários, um fator imprescindível para a acumulação de capital pela burguesia.

Contra a ordem capitalista e a sociedade burguesa, Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a **revolução socialista**, que inauguraria a construção de uma nova sociedade. Num primeiro momento, seriam instalados o controle do Estado pela **ditadura do proletariado** e a socialização dos meios de produção, eliminando a propriedade privada. Numa etapa posterior, a meta seria o comunismo, que representaria o fim de todas as desigualdades sociais e econômicas, inclusive o fim do próprio Estado.

Outra corrente ideológica surgida no século XIX foi o **anarquismo**, que pregava a supressão de toda e qualquer forma de governo, defendendo a liberdade geral. Entre seus precursores destaca-se **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865), que em sua obra *O que é a propriedade?* critica a ordem econômica e defende valores liberais, atacando os abusos do capitalismo. Proudhon enfatiza o respeito à pequena propriedade e propõe a criação de cooperativas e de bancos que concedam empréstimos sem juros aos empreendimentos produtivos, além de crédito gratuito aos trabalhadores.

Fotografia de Proudhon, metade do século XIX ▶

Propõe ainda uma sociedade sem classes, sem exploração, uma sociedade de homens livres e iguais. O Estado seria destruído e substituído por uma "república de pequenos proprietários".

As propostas de Proudhon inspiraram principalmente o russo **Mikhail Bakunin** (1814-1876), que se tornou o líder do **anarquismo terrorista.** Para ele, a violência era a única forma de alcançar uma sociedade sem Estado e sem desigualdades, um novo mundo de felicidade e liberdade para os trabalhadores braçais.

◄ Fotografia de Bakunin, em 1865, provavelmente na Rússia

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

O anarquismo, também conhecido como **comunismo libertário**, e o marxismo coincidem quanto ao objetivo final: implantar o comunismo, estágio em que não haveria mais divisões de classe, exploração, nem mesmo o Estado. Para os marxistas, entretanto, antes dessa meta é necessária uma fase intermediária socialista sob controle da ditadura do proletariado. Já para os anarquistas, cujo alvo era erradicar o Estado, as classes, as instituições e as tradições, o comunismo seria instalado imediatamente.

As críticas mútuas entre anarquistas e marxistas motivaram uma convivência de seguidos choques e divergências.

Historical/Corbis/Latinstock

▲ Anarquistas, socialistas e outros tentando derrubar a Estátua da Liberdade (Nova York), em cartum de C. J. Taylor, de 1886

O NACIONALISMO

O progresso econômico capitalista e a insustentabilidade do Antigo Regime enfraqueceram as decisões do Congresso de Viena (1815). A partir da Revolução de 1830, na França – que derrubou o governo absolutista dos Bourbon —, o liberalismo e o socialismo se estabeleceram como correntes ideológicas no mundo capitalista emergente.

O nacionalismo é mais um fenômeno que surgiu em plena "era das revoluções". Parte do princípio de que um povo tem o direito de se autogovernar e exercer sua soberania sobre um território, de forma autônoma. Esse princípio acabou servindo às colônias, desde as americanas até, mais tarde, as africanas e asiáticas, para reivindicar sua independência. Dois exemplos de nacionalismo em ação foram os processos de unificação da Itália e da Alemanha, que até a segunda metade do século XIX não existiam como os países que hoje conhecemos.

A unificação italiana

A Península Itálica, até o século XIX, estava fragmentada em vários Estados e ducados, segundo determinações impostas pelo Congresso de Viena. Era mais uma expressão geográfica do que uma unidade política, como se pode verificar no mapa na página seguinte.

A Itália dividida

FRANÇA

IMPÉRIO AUSTRÍACO

Tirol

TRENTINO

SAVOIA

REINO DA VENEZA LOMBARDIA

PIEMONTE

Ístria

TOSCANA

ESTADOS PONTIFÍCIOS

Córsega

Roma

Sardenha

REINO DAS DUAS SICÍLIAS

0 165 330 km

Anexado em 1866 ao Reino da Itália

Parte dos Estados Pontifícios reanexados ao Reino da Itália

Territórios cedidos à França em 1860

Reino do Piemonte-Sardenha

Territórios unidos em 1860

Reino da Itália em 1861

Adap. FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. Atlas história Geral. São Paulo: Scipione, 2000. p. 59

Allmaps/Arquivo da editora

▲ O Congresso de Viena dividiu a Itália em sete Estados dominados por austríacos, por franceses e pelo papa.

A Itália, imbuída de forte sentimento nacionalista, despertado principalmente pelas divisões impostas pelo Congresso de Viena, aceleraria sua política de unificação.

No início do século XIX, destacaram-se os carbonários – cujo nome está associado às cabanas dos carvoeiros, onde se encontravam secretamente –, tidos como os precursores dos movimentos pela unificação italiana. Reunindo monarquistas e republicanos, sem uma linha de ação definida, os carbonários atuavam em toda a Itália. A partir das lutas de 1848, destacaram-se os republicanos, liderados por **Mazzini** e **Garibaldi** (que também participou da Revolução Farroupilha, no Brasil), e os monarquistas, liderados pelo conde **Cavour**. Estes últimos tomaram a frente das lutas pela unificação a partir do reino do Piemonte-Sardenha, Estado independente, industrializado e progressista, governado por Vítor Emanuel II.

No rastro das revoluções europeias de 1848, conhecidas como **Primavera dos povos**, houve rebeliões liberais por reformas em quase todos os reinos italianos. O movimento pela unificação italiana foi enfraquecido pelas diversas derrotas para os austríacos e só voltou a ganhar força novamente na década de 1860.

Nesse mesmo ano, os "camisas vermelhas" de Garibaldi, forças populares republicanas que já haviam conquistado Parma, Módena, Toscana e parte dos Estados Pontifícios, libertaram a Sicília e o sul da Itália, governados pelo monarca absolutista da família Bourbon, Francisco II. Entretanto, eram os monarquistas liberais e burgueses, instigados pelo jornal *Risorgimento*, que lideravam os movimentos de libertação do restante da Itália, especialmente da República de Veneza e da parte não conquistada dos Estados Pontifícios. Assim, mesmo contrário a uma unidade monarquista, Garibaldi abandonou a política para não dividir as forças italianas de unificação, favorecendo Vítor Emanuel II.

Museu Nacional do Ressurgimento Italiano, Palermo

▲ Pintura do século XIX, na qual Garibaldi aparece retratado na tela pendurada na parede

Com a ajuda da França, o Piemonte anexou vários territórios italianos ao norte. Depois, também anexou Veneza. Diante das incursões italianas contra os Estados Pontifícios, a França retirou seu apoio aos unificadores, passando a apoiar o papa. Porém, as forças de unificação aproveitaram a conjuntura de guerra entre a França e a Prússia de 1870 e invadiram Roma, contrariando a vontade do papa, e a tornaram capital italiana. Em janeiro de 1871, Vítor Emanuel II transferia-se para Roma, completando o processo

unificador e, pouco depois, um plebiscito consagraria a anexação. O reconhecimento do Estado italiano pelo papa, no entanto, só aconteceu em 1929, já sob o governo de Mussolini.

Mesmo com a unificação italiana, várias questões ficaram pendentes, como a das províncias setentrionais do Tirol, Trentino e Ístria, de população predominantemente italiana e em mãos dos austríacos. Essas regiões, que formavam as **províncias irredentas** (ou seja, não libertadas), eram reivindicadas pela Itália. Essa foi uma das razões que levaram a Itália a entrar na Primeira Guerra Mundial contra a Áustria.

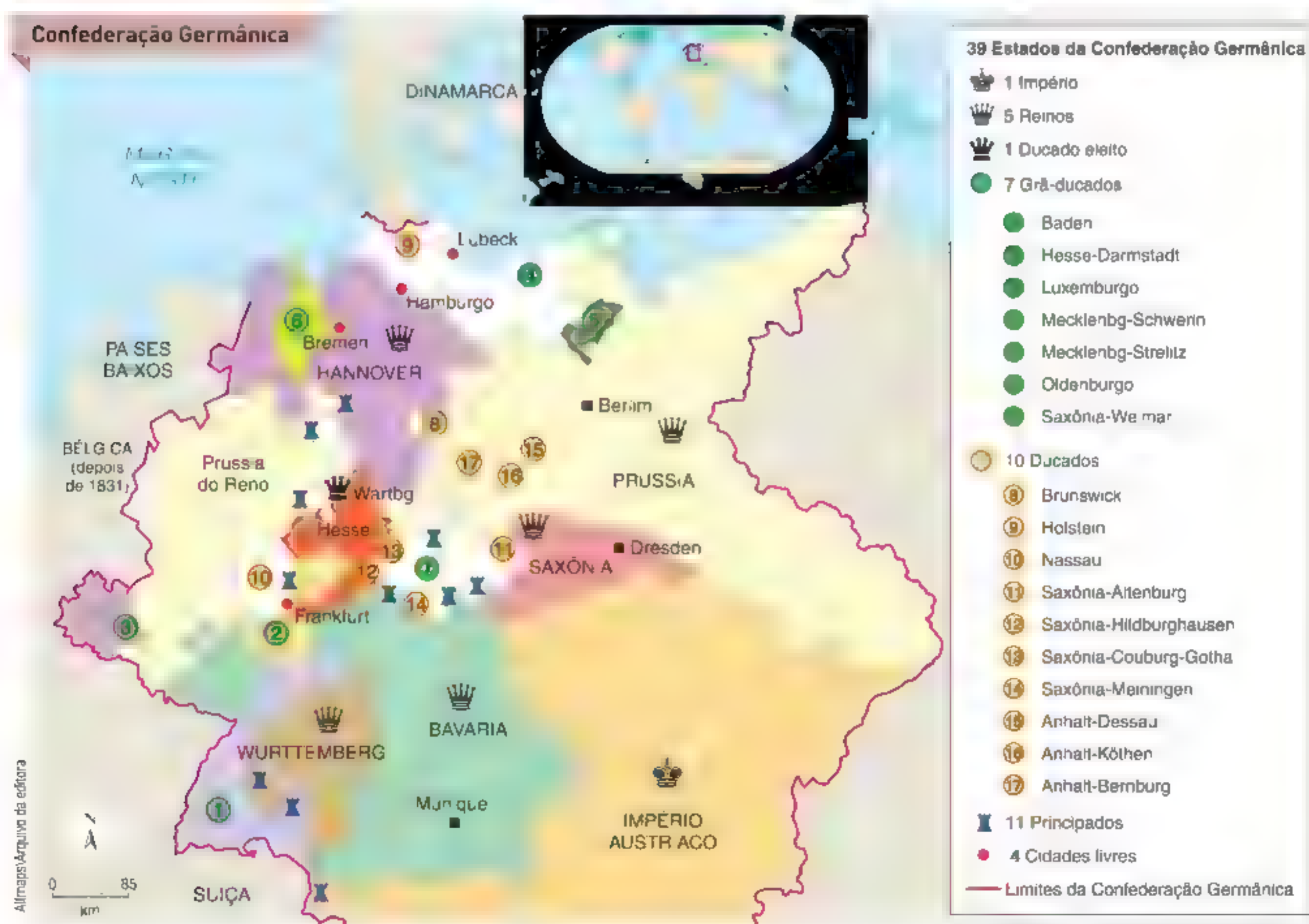
A unificação alemã

O Congresso de Viena acabou com a **Confederação do Reno**, criada por Napoleão I, e em seu lugar formou a **Confederação Germânica** (*Deutscher Bund*), composta de 39 Estados soberanos e liderada pelo Império Austríaco – absolutista e de economia agrária (observe o mapa ao lado). À Áustria contrapunha-se a Prússia, que, mais desenvolvida comercial e industrialmente, pretendia edificar um grande Estado germânico que se projetasse no cenário internacional.

O passo fundamental para a unidade foi dado, inicialmente, em 1834, com a criação do *Zollverein* – união alfandegária que derrubou as barreiras aduaneiras entre os Estados alemães, proporcionando uma efetiva união econômica que dinamizaria o capitalismo alemão. Deixada fora do *Zollverein* pela diplomacia prussiana, a Áustria reagiu, ameaçando a Prússia de guerra e obrigando-a a recuar. O Império Austríaco recuperava, dessa forma, sua supremacia na Confederação Germânica.

A Prússia, por seu lado, iniciou em 1860 um programa de modernização militar sustentado pela aliança da alta burguesia com os grandes proprietários e aristocratas. Tendo à frente o chanceler Otto von Bismarck, reiniciaram-se as lutas pela unificação alemã com uma estratégia que visava à exaltação do espírito nacionalista alemão por meio de sua participação em guerras.

Confederação Germânica

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate, 1989. p. 104.

▲ A soberania dos 39 Estados da Confederação Germânica foi estabelecida pela Dieta (Assembleia) de Frankfurt; os Estados mais fortes tinham direito a maior número de votos.

Na Guerra das Sete Semanas (1866), desfez-se a Confederação Germânica e a Prússia saiu vitoriosa sobre a Áustria, organizando a Confederação Germânica do Norte sob a liderança do *kaiser* Guilherme I Hohenzollern, de quem Bismarck era ministro. O processo de unificação de toda a Alemanha, entretanto, encontrava obstáculos nos Estados autônomos do sul, apegados às soberanias locais ou ainda sob influência austríaca.

Napoleão III opunha-se à completa unificação alemã, pois faria emergir uma grande potência em suas fronteiras orientais. O aguçamento das tensões deu-se quando, em 1869, o trono espanhol ficou vago, cabendo a Coroa a um primo do *kaiser* Guilherme I, Leopoldo Hohenzollern. Napoleão III vetou a sucessão, vendo-a como um cerco da família Hohenzollern à França.

Napoleão III: sobrinho de Bonaparte, foi imperador da França entre 1852 e 1870

Como era previsto por Bismarck, os Estados do sul da antiga Confederação Germânica uniram-se aos do norte na guerra contra a França, vencendo-a na Batalha de Sedan e completando a unificação germânica. Em janeiro de 1871, Guilherme I foi coroado imperador do Segundo *Reich* ("Império") em Paris. Pouco depois foi assinado entre os dois Estados o Tratado de Frankfurt, segundo o qual a França teria de pagar uma indenização à Alemanha e entregar-lhe o território da Alsácia-Lorena.

Nos arredores de Paris, na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, os alemães coroaram seu imperador Guilherme I e consagraram o Segundo *Reich*, o Segundo Império depois do Sacro Império Romano-Germânico. Pintura do século XIX

Com a unificação, a Alemanha cresceu vertiginosamente, a ponto de, em 1900, superar a Inglaterra na produção de aço. O desenvolvimento industrial alemão colocou em risco a hegemonia britânica mundial, causando muitos atritos. A exigência alemã de uma redivisão colonial que a favorecesse, somada às alianças político-militares, levou à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

AS LUTAS TRABALHISTAS E AS INTERNACIONAIS OPERÁRIAS

O socialismo está inseparavelmente ligado aos movimentos dos trabalhadores e seus projetos de mudança social. O movimento operário europeu, durante o século XIX, teve períodos de ascensão e de refluxo. Na Inglaterra, a ascensão trabalhista desembocou no **cartismo**, movimento popular que reivindicava reformas nas condições de trabalho (especialmente limitação da jornada) e direitos políticos (sufrágio universal). Na década de 1850, porém, após revoluções sociais frustradas em 1848 e a repressão do Estado, o movimento operário foi consideravelmente abalado.

Em 1864, o movimento operário voltou a ganhar força, quando foi fundada em Londres a **Primeira Internacional Operária**, também chamada de Associação Internacional dos Trabalhadores. Os primeiros encontros foram marcados pelas divergências entre marxistas, anarquistas e sindicalistas. O conflito teórico entre Marx e Bakunin ganhou maior repercussão com os acontecimentos da **Comuna de Paris** (1871), um governo popular de curta duração.

Em 1872, num congresso em Haia, nos Países Baixos, Bakunin e seus seguidores anarquistas foram expulsos da Internacional e, em 1876, a própria associação foi dissolvida em razão da divisão entre os trabalhadores

Numa nova investida trabalhista, foi fundada a **Segunda Internacional Operária** (1889), com um sentido mais reformista e menos revolucionário, adotando os ideais da Social-Democracia Alemã, primeiro partido político socialista. Segundo esses ideais, o socialismo seria alcançado lentamente, pelas reformas, pelo voto, pela via parlamentar. Mas a união dos trabalhadores foi breve: no início do século XX, os marxistas revolucionários, liderados pelo russo **Vladimir Lênin** e pela alemã **Rosa Luxemburgo**, opuseram-se aos moderados.

Participantes do congresso da Primeira Internacional Operária, reunidos em 1866.

As massas trabalhadoras dividiram-se ainda mais durante a Primeira Guerra Mundial, sepultando a Segunda Internacional. Em 1919, em Moscou, em meio à Revolução Russa, formou-se a **Terceira Internacional,** que assumiu o nome de Internacional Comunista, conhecida também como Comintern, e que seria o embrião dos partidos comunistas em todo o mundo.

Os moderados ou reformistas da Segunda Internacional, discordantes dos revolucionários russos, tentaram reorganizá-la, adotando, a partir de 1923, o nome de Internacional Socialista, base dos partidos socialistas. A partir de então, comunistas e socialistas separaram-se, com visões de mundo e propostas diferentes. Enquanto os socialistas passaram a ser rotulados pelos comunistas de seguidores do reformismo utópico, os comunistas eram acusados de serem radicais, revolucionários e autoritários.

PARA RECORDAR: Liberalismo e socialismo

CAPITALISMO
- propriedade privada
- domínio burguês
- exploração do proletariado

liberalismo: defesa do sistema

crítica

anarquismo

marxismo

passagem direta para a sociedade sem classes

SOCIALISMO
- fim da propriedade privada
- ditadura do proletariado

social-democracia: busca reformas visando ao bem-estar social, sem necessariamente abolir a propriedade privada

COMUNISMO

não existem:
- propriedade privada
- Estado
- classes sociais

etapa de transição

Primeira Internacional (1864)

Segunda Internacional (1889)

reformistas

Internacional Socialista (1923)

Terceira Internacional (1919)

Internacional Comunista - partidos comunistas

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo e no capítulo faça a atividade a seguir.

- Descreva o esquema-resumo acima, indicando os principais líderes teóricos das correntes socialistas e liberais.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e reflexão

→ Leia o texto abaixo, retome as ideias de Marx e Engels trabalhadas no capítulo (incluindo o trecho do Manifesto Comunista da página 455) e responda as questões propostas.

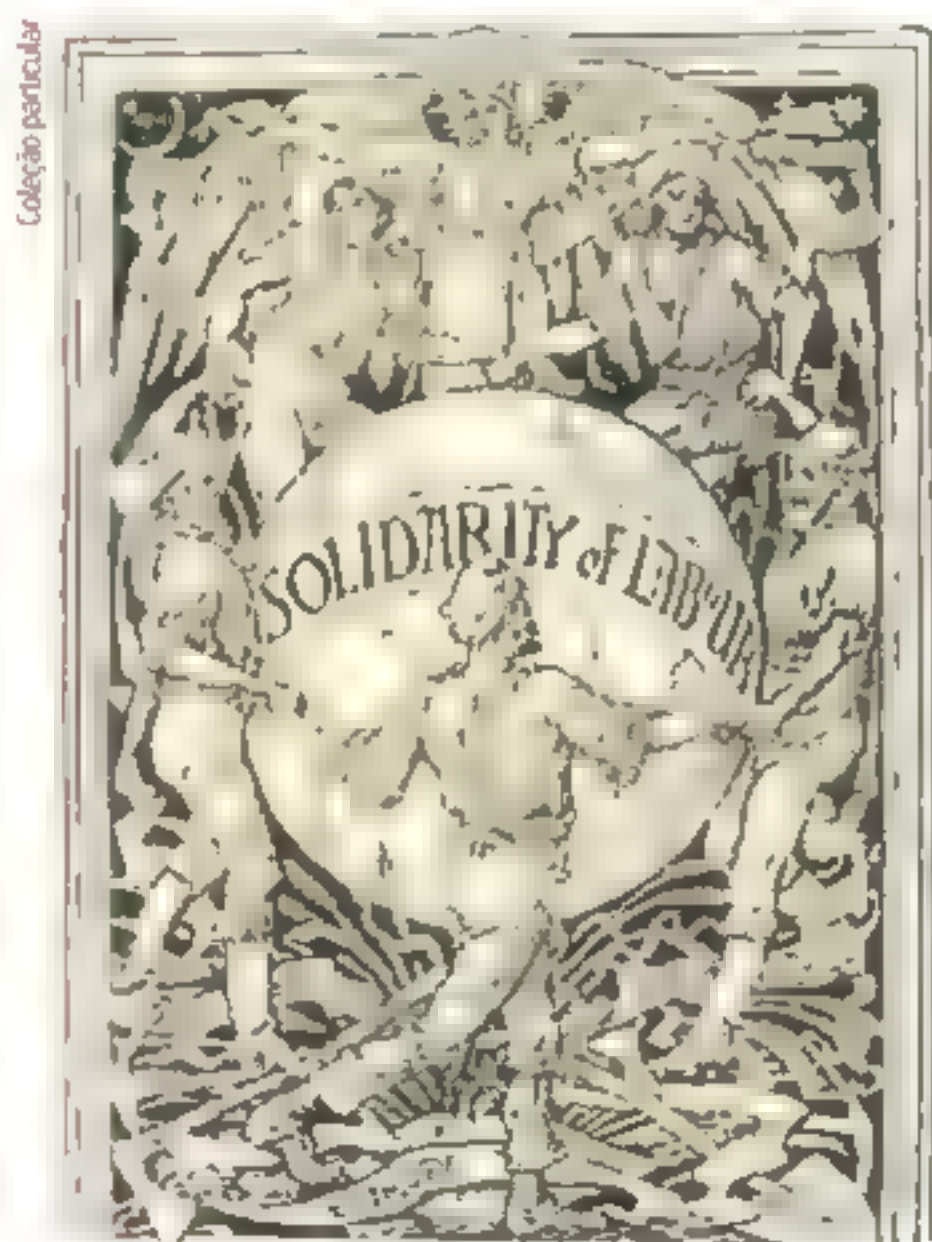
> *Marx e Engels – que assimilaram com extraordinária rapidez o pensamento social e histórico de sua época – elaboraram, portanto, uma teoria completa e coerente, que explicava mais mistérios do passado, simplificava mais complicações do presente e abria para o futuro um caminho aparentemente mais prático do que qualquer outra teoria dessa espécie jamais proposta. E fizeram mais: apresentaram um "princípio dinâmico" (expressão usada por Marx em sua tese de doutorado) [...] que impulsionava todo o sistema, motivava de modo convincente uma progressão na história, como nenhuma outra generalização histórica fizera antes, e que não apenas despertava o interesse do leitor num grande drama, mas também o obrigava a reconhecer que ele próprio era parte dele e o estimulava a desempenhar um papel nobre.*
>
> WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia: escritores e atores da História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 153.

a) Explique os trechos sublinhados.

b) Qual a importância da ação política do operariado na análise marxista?

2 Análise e comparação de imagens

→ As imagens abaixo referem-se, na ordem, às três Internacionais, movimentos dos trabalhadores vistos no capítulo. Observe-as e responda as questões.

Coleção particular

▲ Cartaz inglês em que se lê "solidariedade no trabalho".

Coleção particular

▲ Cartaz russo em que se lê "Viva a Terceira Internacional Comunista" em inglês, francês, italiano e alemão.

Coleção particular

◄ Desenho francês em que se lê "fraternidade socialista".

a) Identifique as diferenças entre as imagens.

b) Explique como cada imagem representa as características do respectivo movimento.

assessoria pedagógica

Capítulo 25

Europa e Estados Unidos no século XIX

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 25 (p. 462 a p. 478).

EUROPA E ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX

A questão central do capítulo é a supremacia da ordem liberal como corporificação do Estado burguês, reflexo do desenvolvimento capitalista industrial. Por ter sido bastante conturbado esse processo, a seção ***Para pensar historicamente*** chama a atenção para os vários confrontos ocorridos ao longo do século XIX, na Europa, tanto no interior de cada país como entre os países, envolvendo os mais diversos interesses.

Movimentos de caráter burguês, motivados por ideais nacionalistas, ganharam intensidade e novos formatos. São emblemáticos os que resultaram nas unificações alemã e italiana. Ambos podem servir de gancho para a discussão de outros movimentos nacionalistas do período, como o polonês, o irlandês, dos povos balcânicos etc.

Explore com os alunos o texto "Papéis femininos", da historiadora Catherine Hall. É importante ferramenta para ressaltar as formas pelas quais o processo de regulamentação do trabalho feminino também foi uma demanda masculina, fortalecendo cada vez mais os movimentos populares na Inglaterra vitoriana.

O texto "Um retrato da Revolução de 1830" e a pintura *A liberdade guiando o povo* proporcionam uma análise da Revolução de 1830 e seus desdobramentos políticos, no que se refere às lutas populares e à ascensão de Luís Filipe de Orleáns ao trono.

O texto da atividade *1. Leitura e reflexão*, da historiadora francesa Michelle Perrot, é fundamental para destacar as ações de Luís Bonaparte, proclamado Imperador Napoleão III, especialmente no que se refere à modernização de Paris, capital do Império, e seu desenvolvimento econômico. Michelle Perrot demonstra a contradição desse projeto de modernização da França somada a uma série de conflitos externos com outras potências da época, que foram as razões pelas quais o escritor Victor Hugo (1802-1885) definiu Napoleão III como o "assassino da França".

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura:** ler o livro *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe. E abordar um texto que explique e relacione o sucesso dessa obra (em 1852, vendeu mais de 300 000 exemplares nos Estados Unidos) ao contexto político-ideológico nos anos de 1850 e 1860.

Textos de apoio

1

Como os Estados Unidos entraram em Cuba

Os Estados Unidos sempre estiveram de olho nessa diminuta colônia espanhola. Afinal, um território a cento e trinta quilômetros de sua costa deve ser visto com muito cuidado. Os governos fizeram várias propostas de compra, uma delas de cem milhões de dólares, a Espanha recusou todas. E continuava a administrar mal Cuba. Os governos se sucediam na América do Norte, mas a obsessão continuava. O Senador Stephen Douglas, em dezembro de 1858, declarou. "É nosso destino ter Cuba, e é bobagem discutir o assunto. Ela pertence naturalmente ao continente americano". Paul Sweezy e Leo Huberman dizem que, todavia, os cubanos tinham ideias diferentes. "Ocorrera-lhes a curiosa noção de que Cuba "pertencia naturalmente" aos cubanos". E iniciaram as lutas pela independência. Houve uma guerra de dez anos, a partir de 1868, morreu muita gente, os campos foram arruinados e os financistas norte-americanos puderam comprar a preço de batata terras muito férteis.

As indústrias açucareiras foram transformadas. Para competir com a produção europeia de açúcar de beterraba, foi necessário introduzir máquinas melhores e reformular os métodos. Era necessário capital, investimento. Os usineiros cubanos não tinham como se financiar e os americanos entraram. Compraram usinas, minerações, investiram em plantações de fumo, modernizaram as estradas de ferro, construíram novas estradas para escoamento da colheita e produção.

Houve nova revolta em 1895, estimulada por José Martí, o pai da independência cubana, cujas teorias influenciaram mais tarde a ideologia de Fidel Castro e seu exército rebelde. Em 1898, a luta continuava e os Estados Unidos viam o movimento com simpatia, estando dispostos a entrar em Cuba, contra a Espanha, para que "aquele povo tivesse sua independência".

[...] A intervenção americana decidiu a guerra rapidamente e um tratado assinado em Paris, em 1898, dava Cuba como independente. A pacificação interna do país e a defesa da propriedade

Bibliografia

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRIGNOLI, H. P. *América Central: da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATANI, A. M. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

EISENBERG, P. L. *Guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRIEDRICH, O. *Olympia: Paris no tempo dos impressionistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GONZALEZ, H. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBSBAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

privada correriam por conta dos americanos. O general Wood se instalou no país, convocou um constituinte e estava redigindo a Constituição quando os Estados Unidos votaram uma emenda que deveria ser anexada à constituição cubana. Tenham ideia do que era a emenda, conhecida como Platt, por estes dois artigos:

"Terceiro: o governo de Cuba concorda que os Estados Unidos podem exercer o direito de intervir para a preservação da independência cubana, para a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade e liberdade individual e para a execução das obrigações relacionadas com Cuba que lhe foram impostas pelo Tratado de Paris e que agora devem ser cumpridas pelo governo de Cuba."

[...]

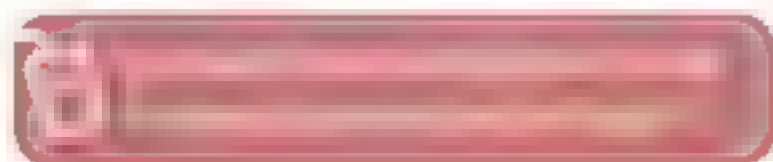
"Sétimo: para permitir aos Estados Unidos manterem a independência de Cuba, e protegerem o povo cubano, bem como para sua própria defesa, o governo cubano venderá ou arrendará aos Estados Unidos a terra necessária para a instalação de bases ou estações navais, em certos pontos específicos, a serem estabelecidos pelos presidentes dos Estados Unidos." (Guantánamo, base americana até hoje, foi arrendada por dois mil dólares anuais.)

BRANDÃO, I. de L. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*. São Paulo: Cultura, 1978. p. 19-20.

A unificação italiana: situação política em 1848

Somos um povo de 21 a 22 milhões de homens designados, há tempos imemoriais, sob o nome de povo italiano, encerrados dentro dos limites naturais mais precisos jamais traçados por Deus: o mar e as montanhas mais altas da Europa. Falamos a mesma língua, temos as mesmas crenças, os mesmos costumes, os mesmos hábitos; orgulhamo-nos do mais glorioso passado político, científico, artístico conhecido na história europeia.

Não temos bandeira, nem nome político, nem posição entre as nações europeias. Estamos desmembrados em oito estados, todos independentes uns dos outros, sem aliança, sem unidade de objetivos, sem ligação organizada entre si. Não existe liberdade de imprensa, nem de associação, nem de palavra, nem de petição coletiva, nem de introdução de livros estrangeiros, nem de educação: nada. Um desses Estados, que compreende um quarto da península, pertence à Áustria; os outros dela seguem, cegamente, a influência.

MAZZINI, G. A Itália, a Áustria e o papa, 1845. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. *Coletânea de documentos históricos para o 1.º grau: 5.ª a 8.ª séries*. São Paulo: SE/Cenp, 1979. p. 90.

anotações

______. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUBERMAN, L. *Nós, o povo: a epopeia norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PERROT, M. (Org.) *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4).

SELLERS, C., MAY, H., McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

WASSERMAN, C. *História contemporânea da America Latina: 1900-1930*. Porto Alegre: EdUFGRS, 1992.

Filmes

Anjos assassinos. Direção de Ronald F. Maxwell. Estados Unidos, 1993. (255 min)

O leopardo. Direção de Luchino Visconti. França/Itália, 1963. (185 min)

Pequeno grande homem. Direção de Arthur Penn. Estados Unidos, 1970. (150 min)

Endereços eletrônicos

Museu da unificação italiana – *Museo Nazionale Del Risorgimento Italiano*. Disponível em: <www.regione.piemonte.it/cultura/risorgimento>. Acesso em: 14 abr. 2010. Em italiano, o *site* permite visitar algumas salas com obras de arte sobre o processo da unificação da Itália e o acesso a documentos escritos do período.

História dos Estados Unidos. Disponível em: <www.spartacus.schoolnet.co.uk>. Acesso em: 14 abr. 2010. O portal dá acesso a vários *links* para artigos sobre diferentes períodos da História estadunidense, desde a época colonial até os dias atuais.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

DICKENS, Charles. *Retratos londrinos*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FLAUBERT, Gustave. *Bouvard e Pécuchet: dois patetas iluminados*. Tradução e adaptação de Paulo Mendes Campos. São Paulo: Scipione, 2002. (Reencontro literatura)

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do pai Tomás*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

Comentários das atividades

Para recordar

1) Resposta pessoal

2) A Doutrina Monroe ("A América para os americanos") e o Destino Manifesto (expansionismo como vontade divina e os norte-americanos como os povos eleitos para conduzir essa expansão) fundamentaram o sentimento nacionalista norte-americano e a ampliação das fronteiras do território, efetivada por meio da expropriação das terras de nativos e da compra de terras de potências europeias.

Exercícios de História

1. Leitura e reflexão

a) O prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), remodelou a capital do Império, reformando e construindo parques, bulevares e construções elegantes; aperfeiçoou a rede de distribuição de águas e o sistema de esgoto e sediou exposições internacionais, que atestavam o progresso cultural e técnico francês.

b) Em contraste com as ações planejadas e executadas pelo prefeito de Paris, a historiadora Michelle Perrot expõe as condições de insalubridade das habitações operárias e o registro de um número maior de vítimas da epidemia de cólera entre os seus moradores, em decorrência da miserabilidade e sujeira das periferias. Assim, as ações de revitalização e reforma da capital do Império restringiram-se às suas áreas mais centrais e nobres. Ao retomar-se a indagação inicial, apresentada na seção ***Para pensar historicamente*** deve ser avaliada a abrangência das vantagens conquistadas pelos diferentes grupos sociais europeus e norte-americanos, no século XIX, destacando as disparidades na distribuição das benesses do progressismo.

2. Análise de imagem

a) Ao movimento cartista, entre as décadas de 1830 e 1840.

b) Trata-se de um grupo de populares que estão se manifestando por meio de cartazes em um ambiente urbano.

c) Podem ser citados: o fim do censo eleitoral para a Câmara dos Comuns em 1858; a ampliação do direito de voto em 1867, o voto secreto e a extensão do direito de voto aos trabalhadores rurais; o reconhecimento dos sindicatos e a regulamentação da jornada de trabalho de adultos e crianças em fins dos anos 1880; a estruturação do Partido Trabalhista por líderes sindicais em 1893 e o sufrágio universal britânico em 1918.

d) Enfocando a Inglaterra do século XIX, a historiadora Catherine Hall estabelece um paralelo entre as concepções do trabalho feminino e dos papéis que deveriam ser assumidos por homens e mulheres, segundo as classes abastadas e as classes operárias. A autora relativiza a questão da regulamentação do trabalho feminino, demonstrando o receio de burgueses e operários com esse tipo de trabalho. Com relação aos burgueses, tratava-se de uma concepção do que era considerado feminino e dos papéis atribuídos às mulheres; assim, uma burguesa não deveria assumir trabalhos considerados "tipicamente" da esfera masculina; em relação às mulheres pobres, aceitavam-se os ofícios que tinham ligação com a "natureza" feminina, tais como limpar, cozinhar, cuidar da casa e das crianças. Em ambientes mistos, as mulheres passaram a significar competição com os homens, com rebaixamento de seus salários, além de serem coibidas situações que expunham o corpo da mulher, afrontando a moral pública. Assim, trabalhadores como os mineiros prefeririam receber o salário-família e manter suas esposas em casa. Embora suas condições de trabalho não fossem ideais, grande parte das mulheres necessitava do dinheiro e queria obter a liberdade de trabalhar. A historiadora afirma que suas reivindicações não foram consideradas e a delimitação dos papéis a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade inglesa do século XIX era: "os homens foram definitivamente reconhecidos como trabalhadores, e as mulheres como esposas e mães, por obra do Estado, da burguesia filantrópica e dos operários".

anotações

CAPÍTULO 25

Europa e Estados Unidos no século XIX

Hulton Archive/Getty Images

▲ A grande reunião cartista realizada em Kennington Commom, em abril de 1848 (gravura do século XIX)

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Liberalismo, socialismo, nacionalismo e imperialismo

Confrontos violentos, na Europa e na América, foram constantes no século XIX. Dentro de cada país e entre eles cresceram disputas envolvendo os mais diversos interesses. A consolidação do Estado liberal, as reivindicações socialistas, as unificações políticas nacionais e as disputas por mercados internacionais firmaram-se como as marcas do século.

Será que essas lutas atingiram do mesmo modo todos os segmentos sociais? Quais foram os beneficiados nos diferentes casos?

UM MUNDO EM MOVIMENTO

No processo de consolidação do Estado liberal burguês, com a industrialização e o progresso do capitalismo na Europa, viu-se o triunfo do imperialismo, em meio à efervescência do sentimento nacionalista e da doutrina socialista. Os enfrentamentos não se restringiam ao campo das ideias, e foram muitos os conflitos armados, grande parte envolvendo a disputa por mercados coloniais. A população europeia, mergulhada em guerras e instabilidade política e econômica, enfrentava condições sociais adversas, com baixa remuneração para a maioria da população, falta de moradia, desabastecimento e perseguições.

Procurando sobreviver e recomeçar a vida, grandes massas de emigrantes buscaram novas oportunidades em outras terras.

O mapa ao lado mostra as principais rotas de emigração entre o século XIX e o início do século XX. Uma análise dessas rotas fornece importantes informações sobre a situação mundial naquele período.

Observe no mapa que os principais fluxos migratórios partiam da Europa e da Ásia rumo à América do Norte, América do Sul e Austrália. Calcula-se que entre 1815 e 1914 cerca de 40 milhões de europeus abandonaram definitivamente seus locais de origem para se instalarem nos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Austrália e Nova Zelândia.

O grande movimento populacional da Europa para outros continentes – o Novo Mundo, como era denominada a América, e o Novíssimo, como passou a ser conhecida a Oceania (Austrália, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné e outras ilhas) – esteve associado ao clima de crise e turbulência política dos países europeus.

Rotas dos emigrantes do século XIX e início do século XX

CANADÁ
AMÉRICA DO NORTE
ESTADOS UNIDOS
EUROPA
SIBÉRIA
ÁSIA
JAPÃO
CHINA
ÁFRICA
AMÉRICA DO SUL
BRASIL
ARGENTINA
ÁFRICA DO SUL
AUSTRÁLIA
NOVA ZELÂNDIA
0 3300 6600 km

Britânicos
Escandinavos e alemães
Mediterrâneos e centro-europeus
Da Europa oriental e judeus
Japoneses
Indochineses e malaios
Indianos
Chineses
Áreas de imigração europeia
Principais países que receberam os imigrantes europeus

Allmaps: Arquivo da editora

Adap. SANTACANA, Juan; ZARAGOZA, Gonzalo. *Historia – Ciencias Sociales. Secundária*. Madri: SM, 1996. p. 19.

No século XIX[1], a população mundial passou de aproximadamente 900 milhões para 1,6 bilhão de habitantes. Alguns estudiosos calculam que nesse período a população das Américas, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Sibéria tenha aumentado de quase 6 milhões para 200 milhões de habitantes[2].

Nova Zelândia: colonizada pelos ingleses, apesar da presença inicial dos holandeses, também resultou numa atuação que provocou a dizimação dos nativos – os maoris, originários da Polinésia. Já em 1898 – em virtude da grande presença de ativistas sindicais entre os colonizadores –, foi um dos primeiros países a praticar políticas públicas sociais (aposentadoria, assistência médica e outros benefícios para os trabalhadores de origem britânica).

Austrália: calcula-se que, antes da chegada dos europeus, a população de aborígines, primeiros habitantes do território, era de 150 a 350 mil; atualmente está reduzida a cerca de 60 mil. Colonizada pelos ingleses, a Austrália foi utilizada no XVIII como lugar para deportação de condenados – criminosos ingleses. A partir de meados do século XIX, atraiu muitos colonos com suas pastagens, indústria de lã e a corrida do ouro.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

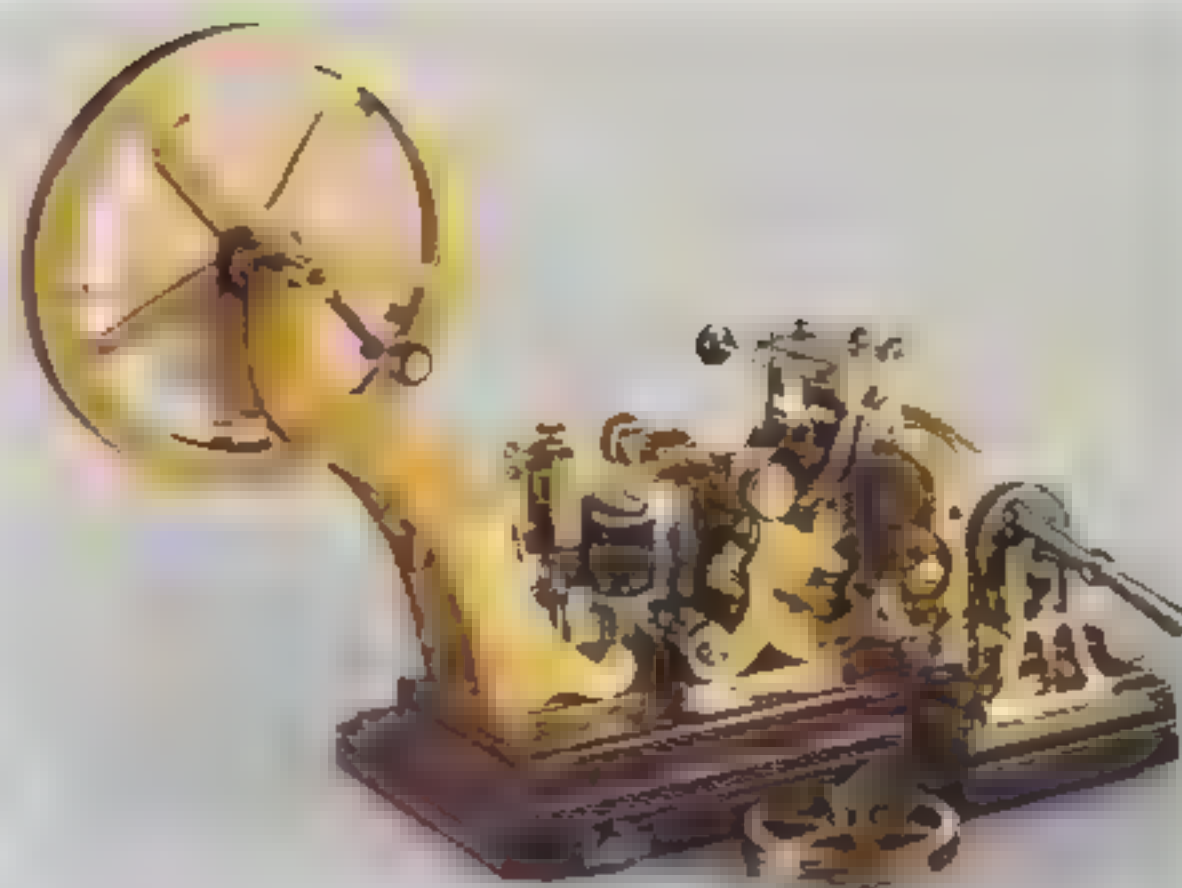
Como você já estudou, ao longo do século XIX o processo de industrialização iniciado principalmente na Inglaterra acelerou-se e chegou a outros países, como França e Bélgica e, um pouco mais tarde, Itália, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e Japão. Na segunda metade do século, ocorreram diversas inovações técnicas: a descoberta da **eletricidade**; o desenvolvimento do processo para transformação do **ferro em aço**; o surgimento e o avanço de novos meios de transporte (ampliação das **ferrovias** seguida da invenção do **automóvel** e do **avião**, a partir da invenção do motor de combustão interna) e, mais tarde, dos meios de comunicação (invenção do **telégrafo** e do **telefone**); o desenvolvimento da **indústria química** e de outros setores. Esse conjunto propiciou às sociedades da época uma nova dinâmica e ficou conhecido como **Segunda Revolução Industrial**.

[1] Dados de PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 204.

[2] Dados citados por SANTACANA, Juan; ZARAGOZA, Gonzalo. *Historia – Ciencias Sociales*. Madri: SM, 1996. p. 18-9. Tradução dos autores.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Automóvel desenvolvido por Charles E. Duryea em 1895

Museu dos Correios/Album/akg-images/Latinstock

▲ Telégrafo de Samuel Morse, usado pela primeira vez em 1844

Com o objetivo de obter maiores lucros, levou-se ao extremo a **especialização do trabalho.** Além disso, a produção foi ampliada, passando-se a fabricar **artigos em série**, o que barateava o custo por unidade. Surgiram as linhas de montagem, esteiras rolantes pelas quais circulavam as partes do produto a ser montado, de forma a agilizar a produção e aumentar sua eficiência.

Implantadas primeiramente na indústria automobilística Ford, nos Estados Unidos, as esteiras conduziam o chassi do carro por toda a fábrica. Os operários distribuíam-se ao longo da linha de produção e montavam o carro com peças que chegavam a suas mãos em outras esteiras rolantes. Esse método de racionalização da produção em massa, que foi chamado de **fordismo**, estava ligado ao princípio de que a empresa deveria dedicar-se a apenas um produto e dominar as fontes de matéria-prima.

O fordismo, desse modo, integrou-se às teorias do engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, conhecidas como **taylorismo**, que propunham o aumento da produtividade por meio do fracionamento das etapas do trabalho, controlando os movimentos das máquinas e dos homens no processo de produção. Ao mesmo tempo, começaram a surgir os grandes conglomerados industriais, culminando na criação de *holdings*, trustes e cartéis.

A CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL

- ***Holdings*:** grandes empresas financeiras que controlam vastos complexos industriais, sendo proprietárias da maior parte de suas ações.
- **Trustes:** companhias que absorvem seus concorrentes ou estabelecem acordos entre si, monopolizando a produção de certas mercadorias, determinando os preços e dominando o mercado. Podem ser horizontais (com empresas do mesmo ramo) ou verticais (empresas de ramos diferentes).
- **Cartéis:** grandes empresas independentes, produtoras de mercadorias de um mesmo ramo, que se associam para evitar a concorrência, estabelecendo divisão de mercados e definindo preços.

Album/akg-images/Latinstock

▲ Linha de montagem (volante para o automóvel Ford, Modelo T) em foto de 1911. O Modelo T foi produzido entre 1908 e 1927 e se tornou um símbolo da produção em série na indústria automobilística.

INGLATERRA E A ERA VITORIANA

Nas primeiras décadas do século XIX, a Inglaterra consolidou-se como principal potência mundial, situação que vigorou até o início do século XX – não sem contestações e disputas.

A rainha Vitória ocupou o trono inglês durante a maior parte desse século, governando o reino por mais de 60 anos (1837-1901). Adotou uma política marcadamente burguesa e impulsionadora do liberalismo. Essa fase de apogeu britânico tornou-se conhecida como Era Vitoriana.

Stapleton Collection/Corbis/Latinstock

▲ Pintura da rainha Vitória do início do século XIX, de Franz Winterhalter. Seu longo reinado de 63 anos só terminou três semanas depois de ter acabado o século XIX, o chamado "século britânico".

O rápido crescimento industrial, a poderosa marinha mercante e o Estado solidamente estruturado garantiam o poderio britânico, que desde a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815, não encontrava nenhum rival suficientemente forte para ameaçar de forma decisiva sua estabilidade, liderança e hegemonia internacional. Foi a era da libra esterlina como moeda do comércio internacional.

O período vitoriano foi também uma época de grandes conquistas trabalhistas. Organizações de trabalhadores como as *trade unions* venceram a resistência do empresariado e obtiveram sucessivas melhorias nas condições de trabalho (legislação trabalhista, redução da jornada de trabalho, melhores salários), bem como maior espaço na vida política inglesa.

Em 1838, os operários ingleses elaboraram uma petição ao Parlamento, a **Carta do Povo**, que reivindicava o sufrágio universal, o voto secreto, o fim do critério censitário (renda mínima pessoal) para votar e ser votado, a remuneração dos eleitos e eleições anuais. O documento foi rejeitado pelo Parlamento, mas inspirou um movimento de massas, o **movimento cartista**, que pressionou os governantes e obteve algumas conquistas, como a regulamentação do trabalho infantil e feminino, a permissão de associações políticas e a jornada de trabalho de 10 horas. Mais do que isso, o cartismo foi um importante marco na organização dos trabalhadores.

Stapleton Collection/Corbis/Latinstock

A miséria da Inglaterra industrial é ▸ retratada nesta imagem de 1872, de autoria de Gustave Doré.

Os movimentos populares foram retomando força e conquistando, em 1858, o fim do censo eleitoral para a Câmara dos Comuns e, em 1867, a ampliação do direito de voto, deixando ainda de fora os trabalhadores industriais mais pobres. Posteriormente, foi estabelecido o voto secreto e o direito de voto foi estendido aos trabalhadores rurais. No final dos anos 1880, os sindicatos foram oficialmente reconhecidos e foi regulamentada a duração da jornada de trabalho dos adultos (homens e mulheres) e crianças.

Após as eleições de 1906, as disputas políticas e a busca pela ampliação dos direitos eleitorais e sociais estruturaram definitivamente o Partido Trabalhista, formado em 1893 por líderes sindicais, e também levaram ao sufrágio universal britânico em 1918.

PAPÉIS FEMININOS

A historiadora Catherine Hall analisou como se processou a distinção entre os espaços públicos e os espaços privados e entre os papéis que deveriam ser assumidos por homens e mulheres, na Inglaterra do século XIX. A autora expõe como os ideais de privacidade e dos papéis femininos defendidos pelas classes abastadas foram, em certa medida, adotados pelo operariado. Além disso, a regulamentação do trabalho feminino não é tratada exatamente como uma conquista, mas resultado de uma imposição masculina:

Pode-se ver uma convergência entre as ideias dos evangélicos e as de alguns meios do operariado no desenvolvimento de uma política oficial, no decorrer da década de 1840, relativa ao trabalho das mulheres. Entre 1830 e 1840, os homens foram reconhecidos como cidadãos responsáveis, ao passo que as mulheres eram maciçamente reduzidas ao silêncio. A ideia então defendida [...] era que o homem devia receber um "salário familiar", uma quantia suficiente que lhe permitisse sustentar toda a sua família. [...] as reivindicações salariais em sindicatos de operários qualificados anunciam a ideia do "salário familiar". No entanto, não é o caso de ver aí uma aceitação irrestrita das ideias da burguesia, tratando-se antes de uma adaptação e uma reforma de um ideal específico de classe.

No começo da década de 1840, para tomar apenas um exemplo, o receio da burguesia quanto ao emprego de mulheres em ofícios incompatíveis com sua natureza manifestou-se com relação ao trabalho feminino nas minas. [...] uma burguesa que trabalhasse para ganhar dinheiro não era feminina. No caso do trabalho das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As mulheres podiam ter um ofício, se fosse um prolongamento do seu papel feminino "natural". Não se considerava inconveniente que as empregadas domésticas limpassem, cozinhassem e cuidassem das crianças. [...] Mas certos ofícios executados pelas mulheres eram considerados totalmente incompatíveis com a natureza delas, principalmente se fossem exercidos num ambiente misto. Uma mulher trabalhando em subterrâneos era a negação mais categórica da concepção de feminilidade sustentada pelos evangélicos. A comissão nomeada para investigar o trabalho infantil nas minas ficou assombrada e horrorizada ao ver as condições de trabalho das mulheres. Além do mais, elas trabalhavam ao lado de homens, sem estarem inteiramente vestidas como deveriam. Era uma afronta à moral pública, que ameaçava de ruína a família operária.

[...] observavam que, se as mulheres dos donos das minas podiam ficar em casa, isso também devia valer para as suas. [...] O trabalho feminino era visto como uma ameaça ao setor, pois a presença das mulheres mantinha o baixo nível dos salários. Os mineiros tinham suas boas razões para preferir, em termos ideais, sustentar as necessidades de suas mulheres em casa. [...] Elas detestavam suas condições de trabalho, mas precisavam de dinheiro. Não foram ouvidas e, ao final de um dos maiores debates da década de 1840, os homens foram definitivamente reconhecidos como trabalhadores, e as mulheres como esposas e mães, por obra do Estado, da burguesia filantrópica e dos operários.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 79-82.

Museu Nacional de Artes e Tradições Populares, Paris/The Bridgeman Art Library/Getty Images

Interior de uma cabana de mineiros de carvão, gravura de Godefroy Engelmann de 1829.

A FRANÇA NO SÉCULO XIX

Após a queda de Napoleão Bonaparte em Waterloo (1815), como já vimos, foi coroado Luís XVIII, irmão do rei Luís XVI, que fora guilhotinado durante a Revolução Francesa. Uma nova Constituição restabeleceu na França um governo elitista, combinando o absolutismo com um aparente liberalismo, voto censitário e cerceamento dos direitos e da liberdade conseguidos durante a Revolução Francesa. Seu sucessor e também irmão, Carlos X, que reinou de 1824 a 1830, chegou a restabelecer os moldes de um governo centralizado e restaurar os privilégios do clero e da nobreza.

A forte oposição dos liberais a Carlos X, sob a liderança do duque Luís Filipe de Orléans e da imprensa, mobilizou a sociedade, preparando o palco em que aconteceria a Revolução de 1830. Nesse ano, diante das decisões de Carlos X em suprimir a liberdade de imprensa e conter as medidas de controle político, populares reagiram com levantes e barricadas nas ruas de Paris, pressionando por mudanças. Carlos X abdicou do trono e exilou-se na Inglaterra.

Caricatura de Carlos X, mostrando-o como uma figura risível, ligada ao clero e aos militares

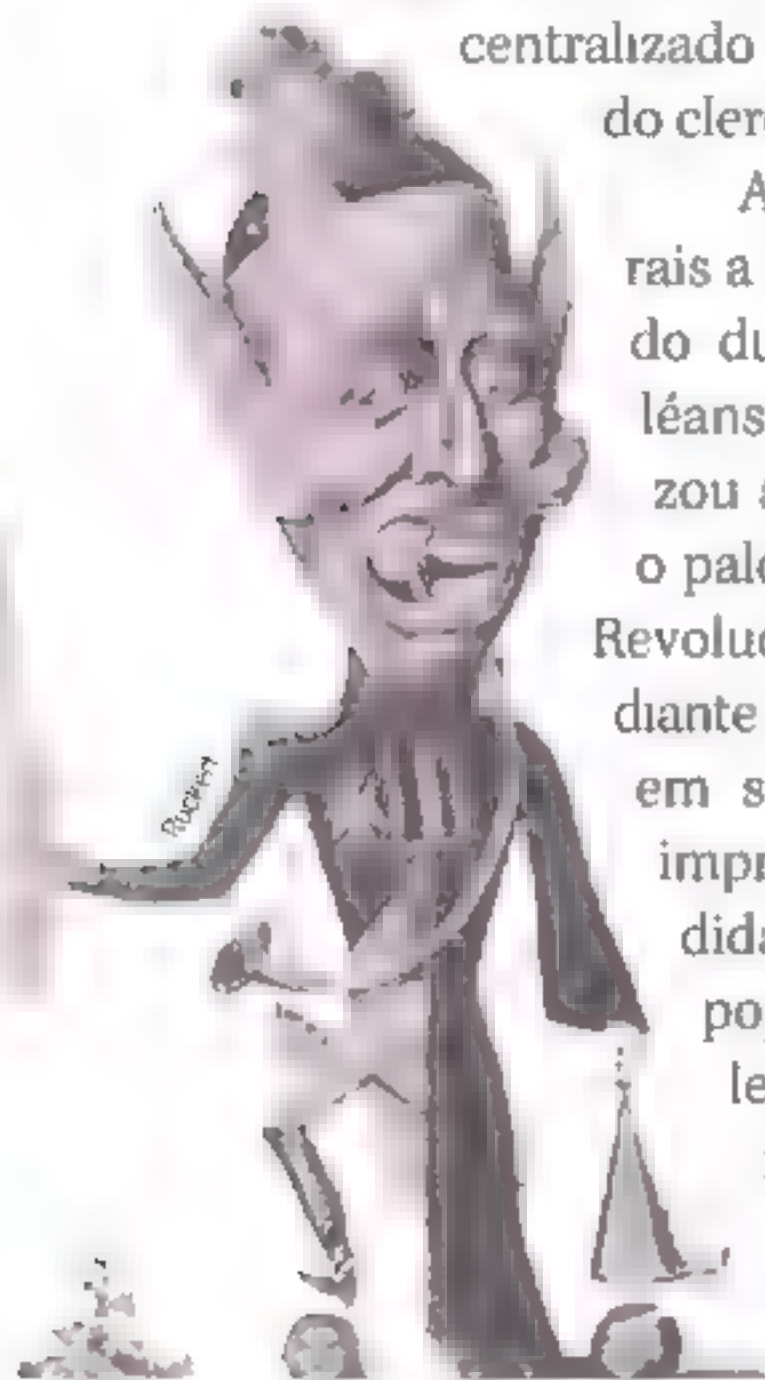
A Revolução de 1830 sepultou definitivamente as intenções restauradoras do Congresso de Viena, motivando um período de progressismo, de ímpeto revolucionário, que levaria às revoluções de 1848 e a diversos movimentos nacionalistas.

Com a queda da dinastia Bourbon, subiu ao trono Luís Filipe de Orléans, que se tornaria conhecido como o "rei burguês" ou o "rei das barricadas" – pois foi coroado com o apoio da burguesia francesa, depois de liderar os levantes com barricadas nas ruas de Paris. Sua posse representou um avanço liberal que repercutiu por toda a Europa, pois simbolizava os anseios das nações prejudicadas pelas medidas adotadas pelo Congresso de Viena. Inspirou o nacionalismo na Bélgica, que se proclamou independente dos Países Baixos, bem como na Alemanha, na Itália e na Polônia, que iniciaram as lutas nacionais contra a dominação estrangeira.

UM RETRATO DA REVOLUÇÃO DE 1830

A liberdade guiando o povo celebra a revolução de julho de 1830, na qual diversos setores da população francesa lutaram contra a restauração conduzida pelo rei Carlos X. A liberdade é representada pela figura de uma mulher, também símbolo da pátria: segura, protetora, generosa e maternal (observe os seios à mostra). As pessoas do povo olham-na e seguem-na, como se aguardassem sua voz de comando. Nos detalhes percebem-se os últimos acontecimentos: confrontos armados, fumaça, corpos sem vida e personagens representativos – o trabalhador de uma manufatura (com o sabre e de avental); o migrante rural (de lenço vermelho na cabeça); o aluno parisiense, simbolizado no garoto que, provavelmente, retrata um personagem de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, e, à esquerda, de cartola, o próprio pintor, Delacroix, que, não tendo participado do movimento, tenta, segundo ele mesmo, compensar essa omissão retratando-se de arma em punho.

Museu do Louvre, Paris

A liberdade guiando o povo, pintura a óleo de Eugène Delacroix, de 1831.

Luís Filipe reformulou a Constituição dos Bourbon, enfatizando o liberalismo: submeteu-se à Constituição, fortaleceu o Legislativo, aboliu a censura e determinou que a religião católica deixaria de ser a religião oficial no país. Porém, manteve o limite censitário para o voto e para a candidatura a cargos legislativos. Atendeu, assim, exclusivamente aos interesses da burguesia, ignorando os do proletariado.

Além da falta de direitos civis, os operários e as massas urbanas em geral enfrentavam condições precárias de vida e de trabalho. Muitos não encontravam emprego. Desencadeou-se em fevereiro de 1848 um novo movimento revolucionário, com intensa mobilização popular e operária, bem como a adesão da Guarda Nacional. Luís Filipe abdicou e, assim como seu antecessor, refugiou-se na Inglaterra. A revolução exaltou em outros países da Europa central e oriental o ânimo das massas populares que ansiavam por mudanças profundas, desencadeando uma sucessão de levantes que passou à história como **Primavera dos povos**.

Museu Luís Felipe, Palácio d'Eu, Paris

▲ Caricatura de Luís Filipe de Orleans, cuja ascensão representou o retorno da burguesia ao poder.

A derrubada de Luís Filipe levou ao retorno do sistema republicano, que havia vigorado entre 1792 e 1804. O novo governo proclamou o fim da pena de morte e o estabelecimento do sufrágio universal nas eleições. Os conflitos entre os líderes operários e burgueses, entretanto, afloravam. Os socialistas, tendo como meta a criação de uma república social, reivindicavam medidas governamentais que garantissem empregos, direito de greve e limitação das jornadas de trabalho. Conseguiram alguns avanços, mas eram combatidos pelos liberais moderados, que temiam um novo governo radical, como ocorrera durante a Revolução Francesa.

Em abril de 1848, ocorreram novos conflitos, quando o governo provisório instalado no lugar de Luís Filipe, com o objetivo de organizar uma nova Constituição republicana, realizou a eleição de deputados para a Assembleia Constituinte. Os moderados venceram as eleições, apoiados principalmente por proprietários rurais, o que aumentou a polarização política entre socialistas e burgueses. Os populares voltaram a manifestar-se nas ruas, tumultuando Paris. O governo reagiu com violência: sob o comando do general Cavaignac, suspendeu os direitos individuais e massacrou a revolta, com mais de 3 mil fuzilamentos e 15 mil deportações.

Guarda Nacional: força de segurança de natureza militar; na França, teve origem nas milícias formadas entre os populares durante a Revolução Francesa (1789)

A PRIMAVERA DOS POVOS: UMA IMAGEM

Na pintura *Primavera dos povos*, os cidadãos de todas as nações caminham, agitando suas bandeiras, em direção à estátua feminina que representa a República e ergue a tocha da liberdade. À frente, na fila das bandeiras tricolores e guiando os povos, está a bandeira francesa, seguida pela alemã, austríaca e italiana. No primeiro plano, no chão, estão águias e coroas abandonadas e quebradas, símbolos do poder monárquico imperial. No céu, a palavra "fraternidade" brilha como uma auréola sobre um Cristo que abençoa o promissor e romântico amanhã de liberdade e igualdade entre os povos.

Primavera dos povos, de Frederic Sorrieu, século XIX. ▸

Museu da cidade de Paris, Museu Carnavalet/The Bridgeman/Keystone

Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

Vista da Praça da Bastilha e das barricadas em 1848, em pintura de Jean-Jacques Champin, de cerca de 1849. Paris era o epicentro do terremoto revolucionário da Primavera dos povos. Para conter essa força contestadora, Cavaignac não mediu limites na violência repressora

Em seguida foi aprovada a nova Constituição republicana, em que o Poder Legislativo caberia a uma assembleia eleita por sufrágio universal por três anos e o Poder Executivo ficaria a cargo de um presidente, eleito por quatro anos.

Em dezembro de 1848, com 73% dos votos, foi eleito presidente **Luís Bonaparte,** sobrinho de Napoleão I, a grande figura carismática nacional. Os franceses viam em Luis Bonaparte a chance de voltar à glória da época do Império.

Museu de Belas Artes, Paris/akg-images/Latinstock

Luís Napoleão Bonaparte, num retrato de 1860, de Franz X. Winterhalter, tornou-se o novo imperador francês com o nome de Napoleão III

Em seu governo, Luís Bonaparte procurou unir e pacificar o país, enfatizando o ideal de progresso e de poderio nacional. Em 1851, para perpetuar-se no poder, fechou a Assembleia e estabeleceu uma ditadura. O golpe ficou conhecido como "o 18 Brumário de Luís Bonaparte", em referência ao golpe que deu início à era napoleônica. Por meio de um plebiscito, Bonaparte ganhou poderes para elaborar uma nova Constituição, segundo a qual passou a ser cônsul, como seu tio Napoleão I. Após um novo plebiscito em que obteve 95% dos votos, transformou a França novamente em Império, recebendo o título de Napoleão III.

Durante o governo ditatorial desse período, denominado Segundo Império, em que o Poder Legislativo e as forças de oposição foram marginalizados, a França modernizou-se e sua economia se desenvolveu. A capital do Império, Paris, foi dotada pelo prefeito Haussmann de parques, bulevares e construções elegantes; sediou exposições internacionais, que divulgaram o progresso cultural e industrial de todo o mundo.

As pressões liberais aumentaram a partir de 1860, obrigando o imperador a conceder liberdade de imprensa, além de ampliar os poderes da Assembleia Nacional.

A aliança com potências monarquistas garantia a Napoleão III a aprovação para a restauração do Império. A política externa francesa, no entanto, foi ambígua. Ao mesmo tempo que defendia a política das nacionalidades – ou seja, o princípio de que as nações deveriam ter seu próprio país –, Napoleão III também tentou impor sua dominação a outros países. Chegou a dar apoio aos unificadores italianos. Depois se opôs a eles, diante das pressões católicas, transferindo o apoio ao papa contra os unificadores

As rivalidades com a Rússia levaram a França e a Inglaterra a se aliarem ao Império Turco-Otomano contra os russos. Napoleão III também envolveu o país em uma guerra no México (1862-1867), para defender o comércio francês na América e conter a hegemonia norte-americana.

A França lutou ainda contra a Prússia, que liderava o processo de unificação da Alemanha. Como você já viu, os exércitos franceses enfrentaram os alemães, tentando impedir a unificação do país, e foram derrotados. Em batalha, Napoleão III foi capturado pelos prussianos. Foi o fim do Segundo Império. No acordo de paz, os franceses perderam o território da Alsácia-Lorena, região rica em minérios, e tiveram de pagar uma pesada indenização – o que gerou um desejo de revanche que se realizaria na Primeira Guerra Mundial.

A queda de Napoleão III levou à proclamação da Terceira República francesa. Os embates externos e a crise interna originada da derrota provocaram intensos conflitos políticos e sociais, ganhando força projetos e visões de mundo antagônicos. Firmava-se um caldo de cultura de ativismo político em efervescência, juntando em disputas valores nacionais, monárquicos, republicanos, liberais e socialistas. A confluência dessa diversidade de anseios e posições deu-se em março de 1871, com a proclamação de um governo autônomo, a **Comuna de Paris.**

A AURORA DOS GRANDES IDEAIS

Grande escritor do século XIX, Victor Hugo (1802-1885) considerava esse século como a "aurora dos grandes ideais", o ponto de partida da edificação das bases para a felicidade humana. Em 1848, o escritor considerava Luís Bonaparte uma alternativa para resgatar a grandiosidade francesa bonapartista. Tempos depois, definiu Napoleão III como o "assassino da França", firmando-se como um de seus mais intransigentes opositores. Esse destacado literato romântico chamava Napoleão Bonaparte, a quem admirava, de "o grande", ao contrário de Luís Bonaparte, a quem apelidou de "Napoleão, o pequeno".

Time Life Pictures/Getty Images

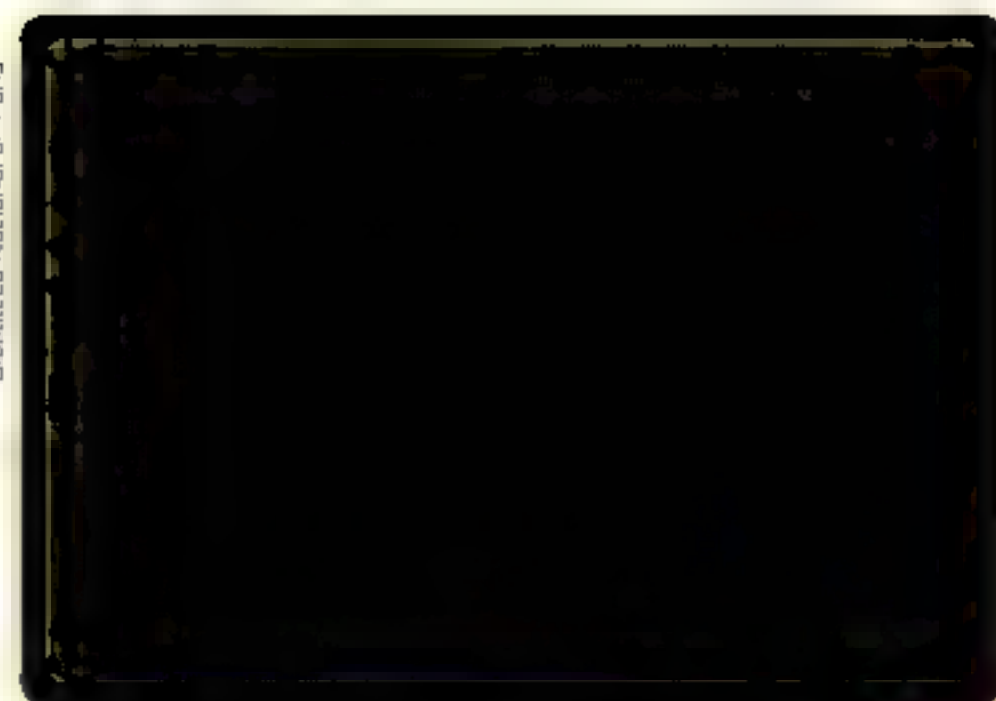
Vitor Hugo, em foto de 1853

Coleção particular

Napoleão III, prisioneiro, é escoltado pelo chanceler alemão Otto von Bismarck (a cavalo, à esquerda), em pessoa. Pintura de Wilhelm Camphausen, de 1876.

Formada por dezenas de membros de várias tendências políticas radicais, a Comuna era a administração municipal eleita pelo povo. Aboliu o serviço militar obrigatório e estabeleceu que a Guarda Nacional, única força militar desde então permitida em Paris, passaria a ser formada por todos os cidadãos parisienses; declarou nulos os decretos de Versalhes e proclamou a autonomia municipal extensiva a todas as cidades da França. Em sua breve duração de 72 dias, praticou uma política de forte inspiração socialista, proclamando a absoluta igualdade civil de homens e mulheres, suprimindo o trabalho noturno e criando pensões para viúvas e órfãos. Caracterizou-se como a primeira experiência histórica de autogestão democrática e popular.

A Comuna de Paris foi derrotada pela Terceira República com ajuda dos alemães, numa repressão sangrenta que matou mais de 20 mil pessoas e exilou outras 70 mil para a Guiana Francesa.

A Terceira República sobreviveu até 1940, quando a França foi invadida por Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Biblioteca Nacional de Paris

O governo da Comuna de Paris cabia a um conselho composto por 71 membros, mais da metade formada por operários (25) e artesãos (12). Além deles também participavam do conselho vários intelectuais e especialistas e seis comerciantes. No alto, detalhe do manifesto da Comuna de Paris, de 29 de maio de 1871, em que se lê: "República Francesa. Liberdade, igualdade, fraternidade. A Comuna de Paris DECRETA: 1. O alistamento obrigatório é abolido; 2. A Guarda Nacional é a única força militar permitida em Paris; 3. Todos os cidadãos válidos fazem parte da Guarda Nacional". Acima, população parisiense armada

PORTUGAL E ESPANHA

Após a independência de suas colônias na América, Portugal e Espanha passaram por um período de ofuscamento, tendo que lidar com seus problemas internos. Na primeira metade do século XIX, Portugal enfrentou sucessivos abalos em seu poderio, começando pelas invasões napoleônicas e a independência do Brasil. Com a morte de D. João VI, a sucessão foi definida por meio de uma guerra civil, opondo D. Pedro (que havia abdicado do trono do Brasil) e seu irmão D. Miguel. D. Pedro apoiava as forças liberais, enquanto D. Miguel estava ligado aos setores centralizadores.

A guerra civil estendeu-se de 1832 a 1834, quando foi coroada D. Maria II, filha de D. Pedro – que renunciou ao trono em seu favor. Derrotado, D. Miguel foi obrigado a exilar-se, embora continuasse reclamando o direito ao trono. D. Pedro, que em Portugal era o rei D. Pedro IV, morreu pouco depois, de tuberculose, como um herói liberal – enquanto no Brasil ficou marcado pelas atitudes centralizadoras.

Abalada por revoltas e instabilidades, a política portuguesa só se equilibrou na década de 1850, quando então o Estado português pôde investir na modernização da economia do país. Em todo esse período, o governo português manteve sua presença colonialista na África, impondo seu domínio em regiões como Angola e Moçambique.

A Espanha, assim como Portugal, foi invadida pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o que provocou a renúncia sucessiva dos Bourbon Carlos IV e Fernando VII, sendo nomeado como rei da Espanha o irmão do imperador francês, José Bonaparte. Os espanhóis resistiram organizando guerrilhas e contando com o auxílio britânico. As forças napoleônicas se desgastaram e em 1814 a dinastia Bourbon foi restaurada.

Reassumindo a Coroa como rei da Espanha, Fernando VII (1814-1833) enfrentou diversos motins liberais e intervenções militares francesas, desestabilizando a vida política e econômica do país. Os movimentos separatistas se multiplicavam nas colônias americanas, e as medidas de repressão empreendidas pela Espanha apenas adiaram a definitiva independência de seus domínios na América espanhola.

O governo de Isabel II (1833-1868), que a sucedeu, não foi mais estável. Durante sua menoridade, o trono era continuamente ameaçado pelas pretensões de seu tio D. Carlos, que mesmo após a coroação da rainha continuou a disputa, com golpes, intrigas e escândalos.

Consolidou-se por fim uma Monarquia liberal, interrompida durante algum tempo pela primeira República espanhola (1873-1874). As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo impulso industrial e pela perda de quase todas as colônias que restavam do Império colonial espanhol. Depois dos movimentos de independência no início do século XIX, a Espanha perdeu para os Estados Unidos o domínio sobre Cuba, Porto Rico, Guam (Ilha da Micronésia) e Filipinas, na Guerra Hispano-Americana (1898).

Burstein Collection/Corbis/Latinstock

▲ *Os desastres da guerra* (n. 5), uma das 82 gravuras produzidas entre 1810 e 1814 pelo pintor espanhol Francisco Goya, retratando os horrores de guerra contra as tropas francesas.

OS ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX

A organização política do Estado norte-americano realizou-se em meio a duas tendências partidárias: a **republicana**, que desejava maior autonomia para os Estados e que deu origem ao atual Partido Democrata, e a **federalista**, que defendia um forte governo central e que foi o embrião do Partido Republicano.

As duas tendências foram combinadas na Constituição de 1787, elaborada por deputados dos Treze Estados iniciais, organizando uma República federativa presidencialista e assegurando a cada estado da federação o direito de ter sua própria Constituição. O Poder Executivo ficaria com o presidente eleito por seis anos, e o Legislativo, com a Câmara de Deputados e o Senado. À Suprema Corte de Justiça caberia o Poder Judiciário e a função de zelar pela Constituição.

Em 1789, o Congresso elegeu George Washington o primeiro presidente dos Estados Unidos. Em seu mandato consolidou-se o desenvolvimento comercial, industrial e financeiro do país, o que atraiu um grande número de imigrantes europeus.

O progressismo e o crescimento demográfico estimularam a conquista de territórios na América do Norte (expansão interior) e a ampliação da atuação econômica em todo o continente americano (expansão exterior). Na expansão para o interior, a população indígena foi massacrada em intensos confrontos.

O expansionismo dos norte-americanos, que ambicionavam a região do Canadá, somado aos atritos comerciais, provocou uma nova guerra contra a Inglaterra, ao final da qual ficaram definidos os limites entre os Estados Unidos e o Canadá inglês.

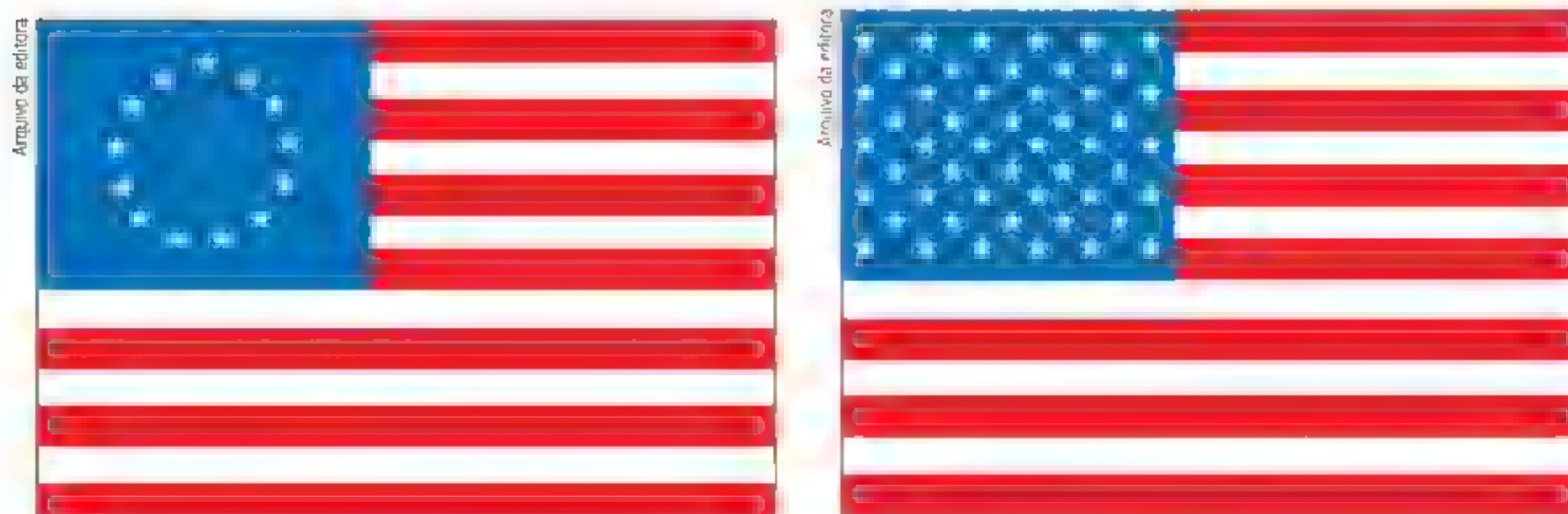
A guerra despertou o sentimento nacionalista norte-americano com relação à unidade territorial e à ameaça que as potências europeias representavam para o crescente comércio entre os Estados Unidos e a América Latina. O nacionalismo foi expresso na Doutrina Monroe (1823), defendida pelo presidente James Monroe e resumida em sua mensagem ao Congresso: "A América para os americanos".

Em meados do século XIX, o país atingiu dimensões continentais, com a expropriação de nativos e a compra de áreas coloniais pertencentes a potências europeias – caso da **Louisiana**, que pertencia à França; da **Flórida**, domínio da Espanha; e do **Alasca**, comprado da Rússia. Além disso, foram anexados os territórios mexicanos do Texas, Califórnia, Novo México, Arizona, Utah e Nevada, após uma guerra entre os Estados Unidos e o México (1845-1848). Esse ideal de "dilatação das fronteiras" sustentava-se em parte na ideia de **Destino Manifesto**, segundo a qual Deus teria reservado um destino glorioso aos Estados Unidos.

Expansão territorial dos Estados Unidos

- As Treze Colônias
- Territórios conquistados na guerra de independência, em 1783
- Territórios pertencentes à Espanha, anexados em 1812 e 1819
- Territórios pertencentes ao México, cedidos ou anexados entre 1845 e 1853
- Territórios pertencentes à Inglaterra
- Territórios pertencentes à França (Louisiana), até 1803
- Territórios fora dos limites continentais

Adap. FRANCO JR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. Atlas História Geral. São Paulo: Scipione, 2000. p. 51

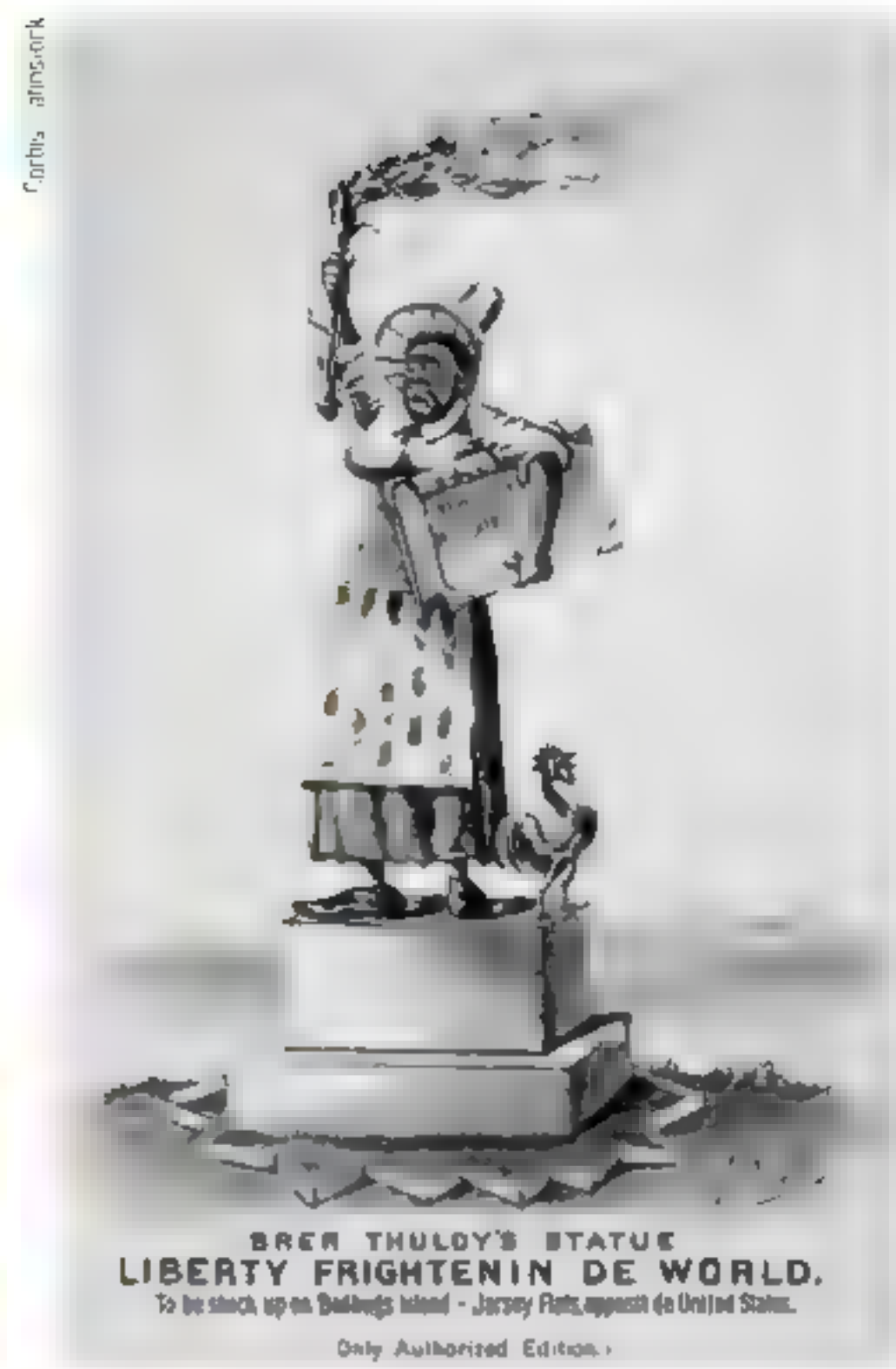
▲ Em sua marcha para o oeste, os Estados Unidos conquistaram os territórios situados entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Posteriormente, passaram a dominar também o Alasca e o arquipélago do Havaí.

▲ À esquerda, bandeira norte-americana representando os Treze Estados (antigas Treze colônias). À direita, bandeira norte-americana atual.

A conquista da costa oeste deu aos Estados Unidos acesso direto aos cobiçados mercados da China e do Japão. A anexação da Flórida abriu caminho para o Golfo do México e o Mar das Antilhas, pontos importantes para alcançar toda a América Latina.

Ao mesmo tempo que se davam a expansão territorial e econômica e o desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, crescia a rivalidade econômica, social e política entre os estados do norte, predominantemente industrial, e os do sul, em que a atividade agrícola prevalecia.

Por volta de 1860, os nortistas precisavam expandir seus mercados, e a escravidão sulista era um entrave: escravos não eram compradores nem podiam fazer parte do mercado interno. Para os sulistas, os escravos eram a base da economia latifundiária. Tarifas de proteção contra os produtos estrangeiros eram outro ponto de discórdia, pois favoreciam as indústrias do norte e prejudicavam a exportação dos produtos agrários do sul. Nas eleições de 1860, o debate sobre a escravidão foi a grande questão entre o candidato democrata Stephen Douglas e o republicano nortista Abraham Lincoln, terminando com a vitória de Lincoln.

Quando o presidente Abraham Lincoln colocou em prática políticas prejudiciais aos fazendeiros sulistas, as divergências se agravaram.

Descontentes, os estados do sul separaram-se da União e formaram os Estados Confederados da América. Os estados do norte (federalistas), porém, eram autossuficientes. Utilizando armas e navios construídos por eles mesmos, conseguiram derrotar as forças sulistas (confederadas). A guerra, que ficou conhecida como Guerra de Secessão (separação), durou quatro anos e mobilizou mais de 2,5 milhões de homens, com o emprego de recursos bélicos modernos. Mais de 600 mil pessoas morreram no confronto, que foi o mais sangrento do século XIX. A vitória dos nortistas consolidou sua supremacia; os estados do sul ficaram totalmente arrasados.

▲ A Estátua da Liberdade em duas insólitas versões oitocentistas. Na primeira foto, a imagem da estatua é usada em propaganda de lápis; na segunda, compõe uma mensagem racista, antiabolicionista.

LINCOLN: O ANTIESCRAVISMO E A UNIÃO

A maior parte dos sulistas ficou irritada com a eleição de Lincoln, visto por eles como um verdadeiro abolicionista. Já alguns nortistas o viam como conservador, na medida em que não defendia abertamente uma luta para terminar com o regime escravista, embora condenasse como um grande erro da humanidade.

Seu discurso ambíguo e carregado de retórica foi capaz de administrar, por algum tempo, a forte pressão sofrida durante seu mandato. Afirmava, por exemplo, que a "raça branca" era sim superior. Dizia que não toleraria que algo fosse feito contra a escravidão nos territórios em que ela já existia, mas, ao mesmo tempo, que defenderia a todo custo os interesses da União, que invadir a estados que quisessem se separar e recolheria, da mesma forma, os direitos aduaneiros de importação nos estados que fossem a favor da secessão. O próprio Lincoln demonstrou suas expectativas ao afirmar que não esperava que a "casa" não caísse, mas que, ao menos, deixasse de ser dividida.

O presidente pode ser considerado um antiescravista, mas nunca um abolicionista aberto e declarado.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 130-2.

federalista: no contexto da Guerra de Secessão, defensor da República presidencialista federalista estabelecida pela Constituição de 1787.

confederado: no contexto da Guerra de Secessão, separatista que defendia a criação dos Estados Confederados da América.

A VISÃO DOS CONFEDERADOS

De família aristocrática do sul, Jefferson Davis (1808-1889) era escravagista e separatista. O trecho abaixo fez parte do seu discurso no Congresso Confederado, em 1861, que o elegeu presidente dos Estados Confederados da América. Mesmo com o fim da guerra e a derrota do sul, continuou defendendo a secessão sulista.

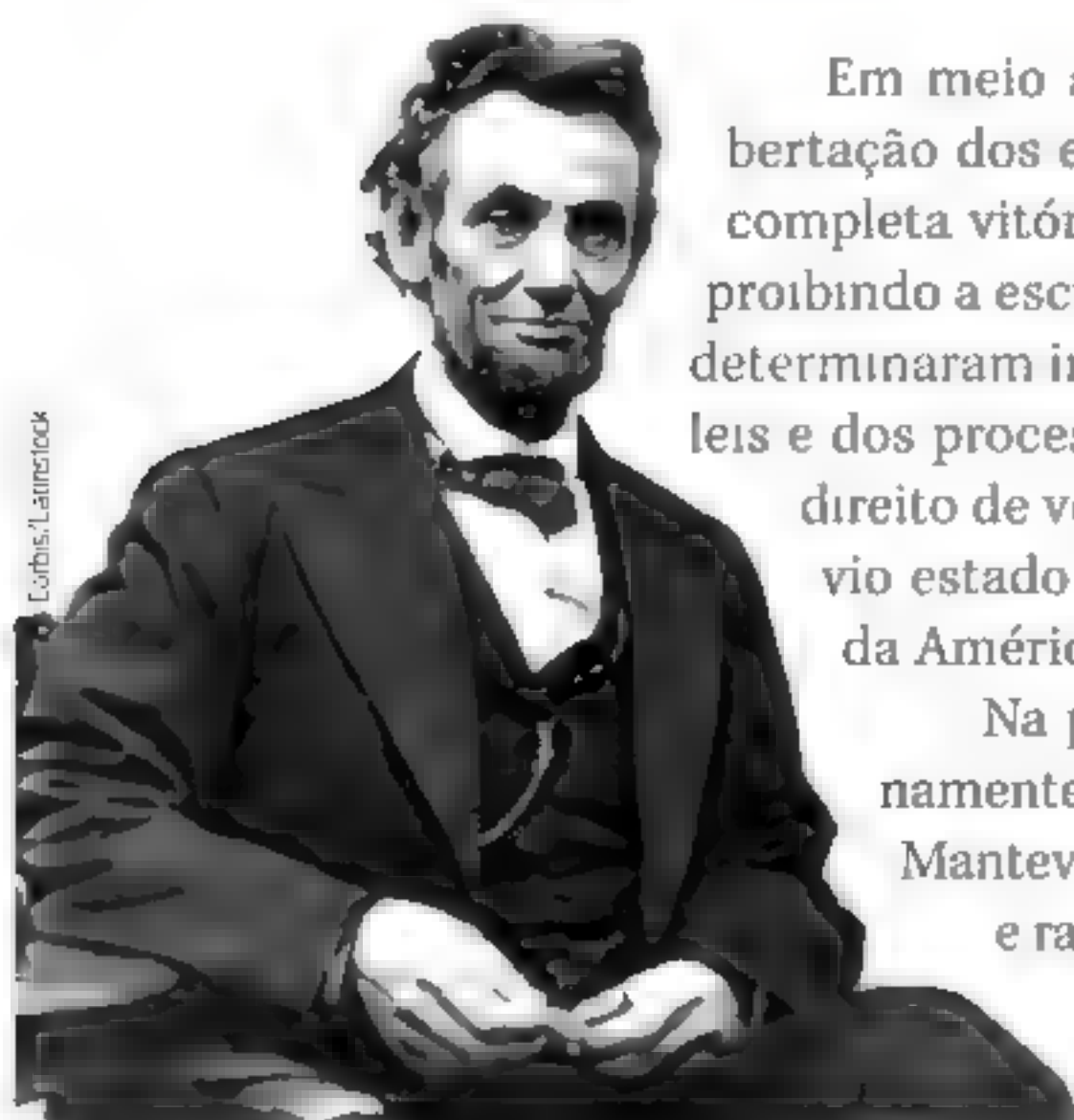
Sentimos que a nossa causa é justa e sagrada; solenemente proclamamos, para todo o gênero humano, que desejamos a paz ao preço de qualquer sacrifício, menos o da honra e da independência. Não procuramos conquista alguma, nem engrandecimento, nem concessão alguma de qualquer espécie dos Estados dos quais faz pouco tempo éramos confederados. Tudo o que pedimos é sermos deixados em paz, que aqueles que nunca mandaram em nós agora não tentem subjugar-nos pela força das armas.

Jefferson Davis, primeira fala ao Congresso dos Estados Confederados da América, 1861. Apud EISENBERG, P. L. *A guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 7.

Guerra de Secessão

Estados do norte (União)
Estados do sul (Confederados)
Estados constituídos após a Guerra de Secessão
Estados escravagistas não confederados

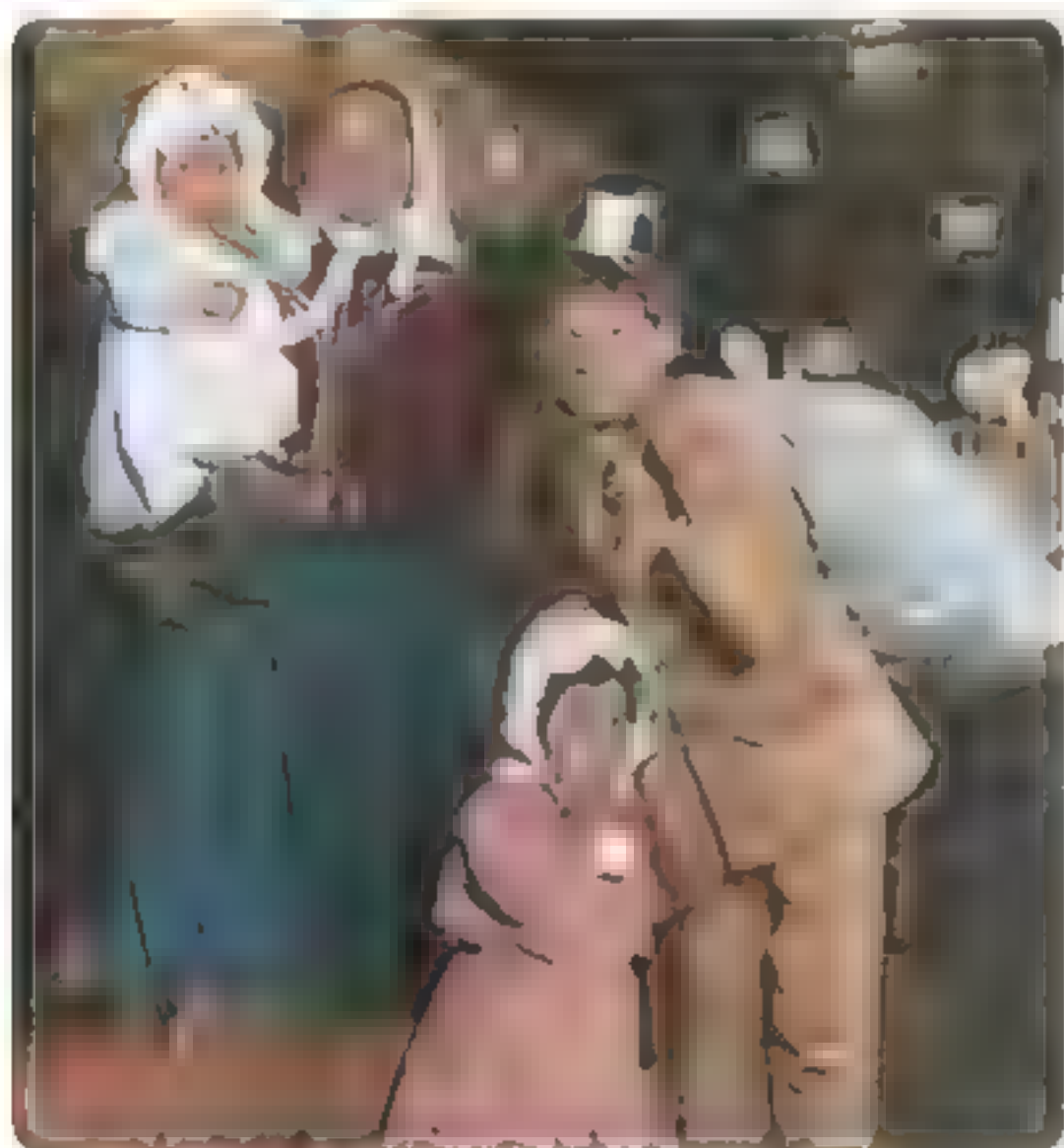
Adap.: ATLAS História do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 218.

▲ As acentuadas desigualdades entre os estados do norte e os do sul desencadearam a Guerra de Secessão norte-americana. O mapa mostra, com a divisão política atual, a posição que os estados adotaram no conflito. No detalhe, representação de uma batalha naval em fotogravura de W. H. Overend (s/d).

Em meio à guerra, Lincoln assinou um decreto que determinava a libertação dos escravos apenas nas áreas rebeldes. Somente em 1865, com a completa vitória militar nortista, foi aprovada uma emenda à Constituição proibindo a escravidão em todo o país. Outras duas emendas (de 1868 e 1870) determinaram importantes conquistas legais: a garantia de igual proteção das leis e dos processos judiciais para todos os cidadãos dos Estados Unidos e o direito de voto para todos, sem exceções motivadas por "raça, cor ou prévio estado de servidão" (Emenda XIV, Constituição dos Estados Unidos da América, 1870).

Na prática, porém, os 4,5 milhões de libertos não alcançaram plenamente os mesmos direitos que o restante da população americana. Manteve-se a segregação social e política que motivaria constante lutas e radicalismos.

▲ Abraham Lincoln, em foto de 1865.

Uma potência mundial emergente

O desenvolvimento industrial – que impulsionou a construção de ferrovias ligando o país de costa a costa – tornou os Estados Unidos, já no final do século XIX, a primeira potência mundial possuída do maior parque industrial do planeta. Ao fim de um século de expansão territorial, a nova potência, passara de 16 estados em 1800 para 45 em 1900, com limites leste/oeste definidos por dois oceanos. A prosperidade tornou-se atrativa à imigração, resultando em grande crescimento demográfico: de pouco mais de 30 milhões de habitantes em 1865, a população passou para mais de 90 milhões em 1914. Ao mesmo tempo, como você viu, a instabilidade política e econômica na Europa contribuía para que as populações desejassem encontrar oportunidades de vida em outros continentes, com várias levas dirigindo-se para os Estados Unidos. Em sentido inverso, contando com o clima de confronto e seus efeitos nos Estados Unidos, também houve um fluxo de norte-americanos em direção ao Brasil. A maioria, formada por pequenos proprietários, se fixou nas cidades de Santa Bárbara D'Oeste, Americana e Piracicaba, interior de São Paulo.

▲ Família de imigrantes italianos chegam a Nova York (Estados Unidos), em 1905.

A consolidação do capitalismo após a Guerra de Secessão favoreceu também o expansionismo imperialista norte-americano para o restante do continente americano e para a Ásia. No final do século XIX, o país anexou o Havaí e derrotou a Espanha na Guerra Hispano-Americana, conquistando territórios no Pacífico (Filipinas e Guam) e no Caribe (Porto Rico). Esse confronto atendeu aos interesses norte-americanos sobre o açúcar e o tabaco de Cuba.

▲ A influência dos Estados Unidos era marcante na vida dos cubanos até o fim da década de 1960. Na foto, de setembro de 1958, automóveis de fabricação norte-americana estacionados em frente a típicos parquímetros norte-americanos, tendo ao fundo o palácio presidencial, na cidade de Havana.

A Doutrina Monroe e a teoria do Destino Manifesto serviram como base ideológica para que os Estados Unidos assumissem a tutela sobre toda a América, especialmente a América Central. Adaptados pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), os fundamentos da Doutrina Monroe tornaram-se conhecidos como **Corolário Roosevelt** e foram utilizados pelos Estados Unidos como justificativa para intervir nos países do continente, na posição de "salvadores da América". Era a política do **Big Stick** ("grande porrete"), sintetizada na frase do presidente Roosevelt: "Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete". Entre as várias intervenções norte-americanas na América Latina, desde o final do século XIX até as últimas décadas do XX, destacaram-se as efetuadas em Cuba, no Panamá e na Nicarágua.

A política do Big Stick foi definida por Roosevelt em sua mensagem presidencial ao Congresso de 1904:

> Se uma nação demonstra que sabe como agir com adequada eficiência e decência em assuntos políticos e sociais, se mantiver a ordem e respeitar suas obrigações, não precisará temer uma interferência norte-americana. A injustiça crônica ou a impotência que resultam de um afrouxamento geral das regras de uma sociedade civilizada podem exigir, afinal de contas, na América ou em outro continente, a intervenção de uma nação civilizada – e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe poderá vir a forçar os Estados Unidos, embora contra a sua vontade, em casos flagrantes de injustiça ou de impotência, a exercer um poder de polícia internacional.

Disponível em: <www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=old&doc=56>. Acesso em: 10 fev. 2010.
Tradução dos autores.

PARA RECORDAR: França no século XIX

- restauração do absolutismo (1815-1830)
  - Luís XVIII (moderado)
  - Carlos X (absolutista)
  - oposição
    - burguesia
    - popular
- Revolução de 1830
- Luís Filipe (1830-1848)
  - o "rei burguês"
- Revoluções de 1848
  - Primavera dos povos
- Segunda República (1848-1851)
  - Luís Bonaparte
- Segundo Império (1852-1870)
  - Napoleão III
  - política das nacionalidades
    - Itália
    - Alemanha
  - Guerra Franco-Prussiana
- Comuna de Paris (1871)
- Terceira República (1870-1940)
  - revanchismo

PARA RECORDAR: Estados Unidos: de colônia a potência continental

CAPITALISTA

- 1776 - Independência
  - republicanos
  - federalistas
- Constituição de 1787
- 1823: Doutrina Monroe
  - expansão territorial: Destino Manifesto
- Guerra de Secessão: vitória nortista industrial (Lincoln e o fim da escravidão)
  - 30 milhões
- Corolário Roosevelt
- 1914: emergente potência continental e mundial
  - 90 milhões

ATIVIDADE

1. No seu caderno, faça um esquema-resumo do item *Guerra Franco-Prussiana*, incluindo as consequências desse evento.
2. Explique a relação entre a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto, indicada no esquema-resumo acima.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e reflexão

→ Leia o texto a seguir da historiadora francesa Michelle Perrot e responda as questões propostas.

Sabe-se hoje que o escândalo da moradia popular foi assinalado, ao longo do século XIX, pelos reformadores sociais vindos dos mais diferentes horizontes, desde os partidos conservadores até os anarquistas [...] Sobre Paris, que foi o território mais examinado, as observações abundam desde o início do século. Todas concluem pela exiguidade e insalubridade generalizadas da habitação operária, o que será confirmado pela pesquisa oficial realizada após a epidemia de cólera de 1832, que fez 18 602 vítimas na capital. O relatório, com efeito, concluiu: "Ali onde uma população miserável encontra-se amontoada em alojamentos sujos, exíguos, foi também onde a epidemia multiplicou suas vítimas". Nas ruas mais estreitas e sórdidas, as taxas de mortalidade pela cólera foram de 33,87%; nas demais, de 19,25%.

Sob o Segundo Império, Haussmann ocupa-se apenas dos bairros bons e constrange os proletários a um êxodo para a periferia. À margem de suas brilhantes avenidas, os pardieiros prosperam sem peias.

PERROT, Michelle (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 358. (História da Vida Privada, 4).

a) Procure informações no capítulo sobre as ações do prefeito Haussmann na capital do Império.

b) Compare essas ações com a situação das moradias populares francesas relatada por Michelle Perrot.

2 Análise de imagem

→ A figura a seguir é uma ilustração do século XIX. Observe-a e faça o que se pede.

Coleção particular

◂ Nos cartazes, pode-se ler: *sustento à Coroa; reforma, sem impostos; a união faz a força; Tom Paine: os direitos do homem* (refere-se ao pensador anglo-americano do século XVIII, autor de *Os direitos do homem*, que propunha reformas políticas liberais e democráticas); *o rei é amigo do povo, orçamento da reforma, lista negra* (lista de trabalhadores grevistas e agitadores em geral, cuja contratação seria evitada por diversos proprietários).

a) A que movimento inglês e a qual período estudado no capítulo a ilustração se refere?

b) Quem são os personagens retratados e o que estão fazendo?

c) Quais as reivindicações de seus participantes?

d) Releia o texto de Catherine Hall da página 466 e aponte as diferenças entre as concepções acerca do trabalho e dos papéis femininos e masculinos na Inglaterra.

Os embates políticos e os projetos de nação no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro até meados do século XIX são os assuntos deste capítulo. O tema da seção *Para pensar historicamente* – Projetos para o Brasil – recupera itens já destacados em outros capítulos, mas permite novas abordagens. A perspectiva da História como um conjunto de múltiplas possibilidades, das quais uma sai vencedora, é retomada. A vitória do projeto monárquico lusófilo de independência destaca que o Estado brasileiro, desde a sua estruturação, ficou marcado por um caráter profundamente oligárquico. Portanto, este é o momento de definir e retomar o conceito de oligarquia, que será bastante usado nos próximos capítulos.

O texto da atividade *1. Análise documental*, referente ao Capítulo VI da Constituição de 1824, é fundamental para a análise dos setores da sociedade que ficaram excluídos do projeto de nação definido pelo centralismo de D. Pedro I. Mesmo assim, como demonstra a historiadora Keila Grinberg, no texto "Brasil do século XIX e a cidadania", os setores populares encontraram brechas e mecanismos para serem incluídos no corpo político da recente nação, conquistando cada vez mais seus direitos civis.

Importante a leitura do documento no qual o Ministro da Justiça do Império, Clemente Ferreira França, desqualifica o movimento da Confederação do Equador – destacar a violência com a qual a política de D. Pedro I reprimiu os revoltosos, tornando-se politicamente fragilizado aos olhos das autoridades locais.

Na seção *Exercícios de História*, as atividades 2 e 3 permitem trabalhar com análise de charges da época, sobre o tema da corrupção, e com um texto do historiador Carlos Eugênio Soares sobre as condições e hábitos dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX.

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 26 (p. 479 a p. 498).

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses e filme nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Direito**: pesquisar o Código do Processo Criminal de 1832 e o quadro político regencial.

▶ Textos de apoio

O sistema eleitoral no Império (1822-1881)

A primeira legislação eleitoral brasileira, elaborada em 1821 sob a influência liberal da constituição espanhola de Cádiz, estendeu o direito de voto a quase toda a população adulta. Foram excluídos apenas as mulheres e os escravos. Essa lei eleitoral, destinada a eleger os deputados para as Cortes de Portugal, foi, segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, a mais liberal que vigorou no Brasil até a década de 1930.

Com a independência, em 1822, a lei eleitoral voltou a restringir o direito de voto. Além da limitação da idade – mínimo de 20 anos –, o critério econômico-profissional voltou a discriminar os trabalhadores assalariados, os quais, juntamente com os religiosos de ordens regulares, que representavam o estrato hierarquicamente inferior na estrutura da igreja, estavam excluídos do processo eleitoral.

A Constituição de 1824 – a primeira do Império – restringiu ainda mais os eleitores, aumentando a idade mínima para 25 anos e excluindo os estrangeiros e os criados do rol dos votantes. Introduziu, também, de forma direta e sem rodeios, o critério da renda pessoal. Podiam votar "nas eleições primárias os cidadãos que possuíssem uma renda de pelo menos 100 mil réis, provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria ou comércio. Não era uma renda elevada, mas era o primeiro limite à participação de todos".

As eleições processavam-se em dois níveis. Inicialmente os votantes de paróquia escolhiam os eleitores. Para ser eleitor, era preciso ter renda mínima de 200 mil réis, também proveniente de bens de raiz, e não ser escravo liberto. Os candidatos escolhidos nessas eleições primárias (eleitores) formavam o colégio eleitoral, que escolheria deputados e senadores. [...]

Dos candidatos a deputado exigia-se, além das qualidades anteriormente definidas, ser católico e ter renda mínima de 400 mil réis. Para ser candidato ao senado, a renda mínima dobrava para 800 mil réis. Essa pirâmide de riqueza, somada aos critérios de discriminação sociocultural, garantia às

Bibliografia

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem, a elite política imperial*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Relume-Dumará, 1996.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio).

FAORO, R. *Os donos do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1994. (Didática 1).

FERREIRA NETO, E. L. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

HOLANDA, S. B. de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 3 e 4.

LEITMAN, S. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

oligarquias locais e provinciais, formadas por grandes comerciantes e profissionais liberais, participação exclusiva no governo do Brasil império.

[...]

Em 1846, a natureza restritiva da lei eleitoral aprofundou-se. Introduziu se a junta eleitoral e a qualificação dos votantes e eleitores. As restrições à aquisição da cidadania foram duplicadas. A renda mínima exigida dos votantes passou de 100 para 200 mil reis. Na mesma proporção passou-se a exigir, sucessivamente, 400, 800 e 1 600 mil réis, para ser eleitor, candidato à câmara e candidato ao senado, respectivamente. Nessa mesma legislação foram excluídos do processo eleitoral pela primeira vez os praças de pré, que eram os soldados das forças armadas e da polícia.

Em 1881, nova lei eleitoral eliminou o sistema de dois níveis, introduzindo a eleição direta e acabando com a distinção entre votante e eleitor. Manteve, entretanto, o censo mínimo de 200 mil réis. Excluiu, contudo, os serventes de repartições públicas e os analfabetos, considerados, a partir de então, incapazes de escolher os representantes e de serem cidadãos.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 111-2. (Ponto de apoio).

Carta de Rompimento (22/9/1822)

Alguns dias após o 7 de setembro de 1822, D. Pedro escreveu esta carta ao seu pai, D. João VI. Observe que D. Pedro assina a carta como Príncipe Regente do Brasil e declara ser súdito de seu pai.

Rio, 22 de setembro de 1822.

Meu Pai Senhor,

Tive a honra de receber de Vossa Majestade uma carta datada de 3 de agosto, na qual Vossa Majestade me repreende pelo modo de escrever e falar da facção luso-espanhola (se Vossa Majestade me permite, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito o estado de coação em que Vossa Majestade jaz sepultado), eu não tenho outro modo de escrever e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despóticas cortes executivas, legislativas e judiciárias, cumpria ser assim, e como eu agora, mais bem informado, sei que Vossa Majestade está positivamente preso, escrevo (esta ultima carta sobre pastas já decididas pelos brasileiros) do mesmo modo porque, com perfeito conhecimento de causa estou capacitado que o estado de coação, a que Vossa Majestade se acha reduzido, e que o faz obrar bem contrariamente ao seu gênio liberal. Deus nos livrasse se outra coisa pensássemos.

Embora se decrete a minha deserção, embora se comentam todos os atentados que em clubes carbonários forem forjados, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: "Vede o fim de quem se expôs pela pátria, imitai-me".

Vossa Majestade manda-me, que digo! mandam as cortes por Vossa Majestade que eu faça executar e execute seus decretos; para eu os fazer executar e executá-los era necessário que nós brasileiros livres obedecêssemos à facção: responderemos em duas palavras: "Não queremos".

Se o povo de Portugal teve direito de se constituir – revolucionariamente – está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque vai se constituindo, respeitando-me a mim e às autoridades estabelecidas.

Firme nestes inabaláveis princípios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao mundo inteiro), a essa califa sanguinária, que eu, como Príncipe Regente do Reino do Brasil e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar a todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas Cortes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizeram para o Brasil, nulos, írritos, inexequíveis, e como tais como um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos, que unidos, a mim, me ajudam a dizer: "De Portugal nada; não queremos nada".

Se esta declaração tão franca irritar mais os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropas aguerridas e ensaiadas na guerra civil, que lhes faremos ver qual é o valor brasileiro. Se por descoco se atreverem a contrariar nossa santa causa, em breve verão o mar coalhado de corsários, e a miséria, a fome e tudo quanto lhes pudermos dar em troco de tantos benefícios, será praticado contra esses corifeus; mas quê! quando os desgraçados portugueses os conhecerem bem, eles lhes darão o justo prêmio.

Jazemos por muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz. Se Vossa Majestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo prezar sua liberdade e independência, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonários e assassinos, como os que têm Vossa Majestade no mais ignominioso cativeiro.

Triunfa e triunfará a independência brasílica, ou a morte nos há de custar

NOVAIS, F. (Dir.), ALENCASTRO, L. F. de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2)

SOUZA, I. L. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUZA, P. C. *A sabinada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Teses

MACHADO, M. M. *A trajetória da destruição: índios e terras no império do Brasil*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2007. Disponível em: <www.bd [illegible] pro cessaPesquisa.php?listaDetalhes[=12 12&processar=Processar>. Acesso em: 14 abr. 2010.

SANTOS, S. C. dos. *Cabanagem*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004. Disponível em: <http://libdig.unicamp.br/document/?code=vtls000314882>. Acesso em: 14 abr. 2010.

Filme

Um certo capitão Rodrigo. Direção de Anselmo Duarte. Brasil, 1972. (106 min)

▶ Sugestões de leituras para os alunos

FLORES, Moacyr. *A revolução dos farrapos*. São Paulo: Ática, 1998. (Guerras e revoluções)

VERISSIMO, Érico. *Um certo capitão Rodrigo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

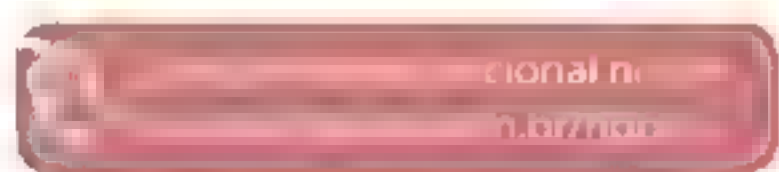
O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não: porque enquanto houver sangue em nossas veias há de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o Rapazinho e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas cortes estrangeiras.

Peço a Vossa Majestade que mande apresentar esta às cortes! as cortes que nunca foram gerais, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divirtam, e gastem ainda um par de moedas a este tísico tesouro.

Deus guarde a preciosa vida e saúde de Vossa Majestade, como todos nós brasileiros desejamos.

Sou de Vossa Majestade, com todo o respeito, filho que muito o ama e súdito que muito o venera.

ass.: Pedro

CASTRO, T. de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 149-51.

Comentários das atividades

Para recordar

1. Resposta pessoal. Auxilie os alunos a identificarem o elitismo e a exclusão na política brasileira do Primeiro Reinado e do período regencial, articulando as características de cada partido à proxima atividade dedicada às rebeliões regenciais.
2. Resposta pessoal. Os alunos deverão descrever as principais motivações e características (local, datas, grupos envolvidos) da: Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Revolução Farroupilha.

Exercícios de História

1. Análise documental

a) Os menores de vinte e cinco anos (com exceção de homens casados e oficiais militares maiores de vinte e um anos, bacharéis e clérigos); os filhos-família que morassem com os pais, empregados (criados de servir), com exceção de guarda-livros, primeiros-caixeiros de casas de comércio, criados da Casa Imperial de galão branco, administradores de fazendas rurais e fábricas. Galão é uma tira de tecido que era costurada na manga das fardas ou no chapéu de funcionários de algumas categorias da Casa Imperial; os religiosos enclausurados e aqueles que possuíssem uma renda anual inferior a 100 mil réis. Na segunda etapa, eleição de deputados, senadores e membros dos conselhos de Província, acrescentavam-se as exceções, os que não possuíssem renda anual de 200 mil réis, os libertos e os criminosos. Percebe-se assim pela leitura do texto da Constituição, a manutenção de um projeto político que centralizava o poder político nas mãos da elite.

b) Espera-se que os alunos reflitam sobre as atuações e mobilizações populares, destacando as brechas possíveis que foram destacadas no capítulo em contraste com as limitações impostas pelo texto constitucional.

2. Análise de imagem e texto

a) Na primeira charge, de Ângelo Agostini (1843-1910), temos a representação de um político sentado negociando a venda de armas, cédulas em branco, cédulas em favor de liberais, cascudos e prévios. Cascudo era um termo utilizado pelos liberais para designar os membros do Partido Conservador. A segunda charge representa a venda de títulos de nobreza, sendo retratado um homem negociando, um observando, dois carregando sacos de dinheiro com os quais comprarão seus títulos, na estante encontram-se os distintivos das ordens militares (condecorações da Ordem de São Bento de Avis, Ordem de Cristo e da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul) e dos títulos (barões, marqueses) e um ameríndio agachado e escondendo seu rosto com as mãos.

b) Na primeira, a compra de votos. Na segunda, a venda de títulos e honrarias. O sistema eleitoral do período imperial, elitista e excludente de grande parte da população, permitia a instituição de fraudes, tais como a inclusão de votos de falecidos e crianças, favorecimentos pessoais em troca de votos etc.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos concluam que o sistema eleitoral permitia a utilização de intimidações por meio de ameaça e violência.

d) A postura do indígena (agachado e escondendo o rosto) indica a vergonha diante da prática de venda de títulos e honrarias.

e) Maria Kinzo destaca: o voto era aberto e oral, e cabia às mesas eleitorais determinar quem estava qualificado ao pleito, no mesmo dia da eleição, além de ser responsável pela apuração dos votos, favorecendo o direcionamento do resultado eleitoral. As mesas eram dirigidas por membros referendados pela população, mas indicados pelo pároco e pelo presidente da assembleia local, figuras ligados ao governo, por isso poderiam influenciar a votação de acordo com seus interesses.

3. Análise de texto historiográfico e imagem

a) Os escravos de ganho eram escravos urbanos que desempenhavam uma grande variedade de ofícios, tais como o transporte de cargas e venda de alimentos. Ao final de um dia, uma semana de trabalho ou outro período estipulado, deveriam entregar aos seus senhores determinadas quantias em dinheiro. Com o excedente de dinheiro que conseguiam acumular, o chamado pecúlio, poderiam comprar suas alforrias.

b) A imagem de Debret retrata escravas e escravos preparando o angu em caldeirões, vendendo e se alimentando. São retratados outros escravos negociando em um ambiente urbano, tais como as chamadas negras de tabuleiro, ao fundo. Podem ser observadas as vestimentas e a reunião dos escravos em torno da comida.

c) *Malês* era a denominação para os africanos muçulmanos. O levante ocorreu em Salvador, Província da Bahia, em 1835. Liderado por escravos muçulmanos e envolvendo escravos de outras crenças religiosas, pretendia-se confiscar bens, tomar o poder e libertar os escravos.

d) Os *zungus* reuniam grande quantidade de escravos da nação *mina*, muitos fugidos de Salvador ou vendidos pelos seus senhores após o levante dos malês. Acredita-se também que os *zungus* tenham abrigado os primeiros terreiros de candomblé estabelecidos no ambiente urbano do Rio de Janeiro.

e) A definição de *zungu* escrita pelo visconde revela a desqualificação da cultura e das práticas de sociabilidade dos africanos e seus descendentes empreendida pelos olhares europeus.

anotações

CAPÍTULO 26

A construção do Estado brasileiro

Iconographia

▲ Praça da Boa Vista em Recife, Pernambuco. Desenho de Schlappriz e litografia de F. H. Carls de 1863.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Projetos para o Brasil

O processo de construção do Estado nacional brasileiro estendeu-se pelo século XIX, após ter sido iniciado pelo imperador D. Pedro I. Resultou de um projeto vencedor, uma composição entre uma fração da monarquia portuguesa, associada com proprietários rurais e comerciantes brasileiros. Entretanto, esse arranjo logo começou a manifestar divergências. Projetos que não haviam sido contemplados na independência também se manifestaram. Liderando o processo, encontravam-se os grupos oligárquicos (latifundiários), criadores de mecanismos políticos que garantiriam sua perpetuação no poder. No lado oposto, uma boa parte da população continuava excluída do Estado "nacional" monárquico brasileiro. Quais foram esses mecanismos de concentração do poder? Eles ainda existem hoje? Que projetos para o Brasil podemos identificar na atualidade?

A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO (1822-1831)

O Primeiro Reinado iniciou-se com a proclamação da independência, que garantiu ao Brasil autonomia em relação a Portugal. D. Pedro I passou a ser o eixo da nova ordem política, que estava livre da Corte portuguesa, mas ainda precisava ser definida e inserida no sistema internacional.

Diferentemente do que ocorreu em outras ex-colônias americanas, que após longas lutas por sua independência adotaram o regime republicano, no Brasil foi instituído rapidamente o regime monárquico. De imediato, a ordem socioeconômica não sofreu alteração, nem mesmo em suas estruturas predominantemente coloniais, como o escravismo, o latifúndio e o domínio político da aristocracia. Mas é preciso destacar que o processo de emancipação política e de construção do Estado Imperial não foi pacífico e não envolveu apenas um único projeto político.

Para garantir a independência, D. Pedro I contou com o apoio das elites locais, formadas principalmente por altos funcionários públicos e membros da aristocracia rural. Expulsou as tropas portuguesas que se opunham à separação entre Brasil e Portugal e arrecadou impostos para reorganizar as milícias, comprar navios e contratar experientes militares britânicos e franceses para lutar contra as forças metropolitanas.

Depois do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul aderirem à independência com D. Pedro, seguiram-se as demais províncias, umas mais tarde até por problemas de distância e dificuldades em comunicação. Maiores resistências em favor de D. Pedro foram localizadas nas províncias do norte, na Bahia e na Cisplatina, seguindo-se a violência de vários e intensos combates e de represálias.

No Pará, por exemplo, um desses militares contratados, o oficial inglês Grenfell, subordinado a Thomas Cochrane, comandou a repressão local. Depois de controlada a província e da prisão de 254 civis e soldados tidos como partidários de Lisboa, Grenfell os encarcerou no porão de um navio, levando quase todos à morte por asfixia.

O reconhecimento da independência

A independência brasileira ocorreu em meio à reação monárquica centralizadora europeia que se seguiu à derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815, aos resultados do Congresso de Viena e à Santa Aliança, o que dificultou o reconhecimento internacional da autonomia.

Museu Paulista da USP, São Paulo

D. Pedro I, o primeiro dos dois monarcas brasileiros, numa pintura de 1902, de Benedito Calixto

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em 1824. A Inglaterra atuou como mediadora entre o Brasil e as cortes portuguesas, que só em agosto de 1825 reconheceram a independência, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil. Os ingleses emprestaram ao Brasil cerca de 2 milhões de libras esterlinas para o pagamento da indenização exigida por Portugal, embora o dinheiro não tenha chegado a sair de Londres, já que os ingleses logo cobraram de Portugal uma dívida no mesmo valor.

A ação mediadora do reino britânico permitiu-lhe reafirmar, em 1827, os tratados de 1810, ratificando as tarifas aduaneiras reduzidas pagas pelos produtos britânicos. Depois da Inglaterra, outras nações europeias e repúblicas da América Latina reconheceram a independência do Brasil.

Palácio do Itamaraty, Brasília

Coroação de D. Pedro I como primeiro imperador do Brasil, em 1822, representada num óleo de Jean Baptiste Debret, pintado em 1828

O baixo preço das mercadorias que ingressavam no Brasil, especialmente as britânicas, representava uma concorrência que desestimulava o desenvolvimento da produção industrial interna, provocando um crescente déficit no comércio internacional do país.

Essa situação obrigou o Brasil a recorrer a frequentes empréstimos, o que o endividava cada vez mais e aumentava a dependência econômica em relação à Inglaterra. Consolidava-se, assim, uma divisão das funções econômicas: o Brasil abastecia o mercado internacional de produtos primários e permanecia dependente do núcleo econômico capitalista, liderado pela Inglaterra.

A organização política do Estado brasileiro

A organização do novo Estado independente coube a noventa deputados pertencentes à aristocracia (grandes proprietários, membros da Igreja, juristas), reunidos em maio de 1823, em Assembleia Constituinte. A maioria dos deputados constituintes defendia o estabelecimento de uma monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e limitasse os poderes do imperador, sem, contudo, promover alterações estruturais que afetassem o domínio aristocrático-escravista ou que dessem origem a um regime amplamente democrático.

▲ José Bonifácio de Andrada e Silva, em retrato pintado por Oscar Pereira da Silva em 1925.

O deputado Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, um dos principais articuladores da independência, apresentou à Assembleia um projeto de Constituição no qual se destacavam dois princípios básicos: a soberania do Poder Legislativo (deputados e senadores) – ao qual estavam subordinados tanto o Poder Executivo (do imperador) como as forças armadas – e a instituição do voto censitário – o eleitor ou candidato ao Legislativo teria de comprovar elevada renda, conseguida, especialmente, por meio da atividade agrícola e avaliada segundo a quantidade de terras e escravos.

Assim, o projeto constitucional de Antônio Carlos de Andrada, apelidado de **"Constituição da mandioca"**, em virtude da exigência de renda superior ao equivalente a 150 alqueires de mandioca, impedia a participação política da grande maioria da população brasileira, visto que somente uma pequena elite detinha terras e escravos. Dessa forma, lançavam-se as bases para a criação de um regime oligárquico no país. Ao propor a limitação do poder do imperador, ficava claro que essa elite tinha um projeto próprio de país independente, que era diferente do projeto monárquico de D. Pedro e daqueles que o apoiavam.

D. Pedro I, vendo seu poder limitado por esse projeto, recorreu à força para interromper os trabalhos da Constituinte, usando como pretexto a crítica oposicionista veiculada por jornais ligados aos irmãos Andrada contra militares e burocratas portugueses. Dissolveu a Assembleia e, em novembro de 1823, ordenou a prisão e o exílio dos irmãos Andrada.

O projeto monárquico no papel: a Constituição de 1824

Após dissolver a Assembleia Constituinte, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado, formado por seis ministros e quatro personalidades políticas, para ajudá-lo a redigir a Constituição. Ficou pronta em março de 1824 e foi outorgada (aprovada sem consulta popular), apesar de o texto constitucional ter sido remetido a algumas câmaras municipais para avaliações e sugestões, buscando certa legitimidade. Entre outras determinações, a Constituição de 1824 estabelecia a monarquia hereditária, a divisão político-administrativa do território em províncias e a separação do poder político em quatro ramos: Poder **Executivo** (imperador e ministros de Estado, responsáveis pela execução das leis), Poder **Legislativo** (Câmara de Deputados e Senado, encarregados da elaboração das leis), Poder

Judiciário (juízes e tribunais, que zelariam pelo cumprimento das leis e julgamento dos infratores) e Poder **Moderador** (atribuição exclusiva do imperador, que regularia os demais poderes), combinando o constitucionalismo a mecanismos centralizadores.

Os deputados teriam mandato de quatro anos e seriam escolhidos por eleições indiretas, em duas etapas: os **eleitores de paróquia** escolheriam os **eleitores de província**, responsáveis pela escolha dos deputados e senadores numa segunda eleição.

Considerando cidadãos todos os homens livres nascidos no Brasil ou naturalizados brasileiros, com igual acesso aos direitos civis, a Constituição de 1824 firmava diferenças quanto aos direitos políticos. Como o voto era censitário, o eleitor ou candidato deveria comprovar determinada renda mínima anual, que variava conforme a categoria de eleitor e o cargo pleiteado pelo candidato. Os cidadãos foram classificados em três grupos: os **cidadãos passivos** não alcançavam a renda suficiente para ter direitos políticos; os **cidadãos ativos votantes** tinham renda suficiente para votar mas não para se candidatar; e os **cidadãos ativos eleitores elegíveis** tinham renda suficiente para votar e se candidatar. Acrescente-se ainda que a Constituição não apresentava qualquer "critério racial que diferenciasse os descendentes de africanos de qualquer outro cidadão brasileiro. Enquanto os libertos [alforriados que tinham obtido a liberdade] propriamente ditos não podiam ser eleitores, seus filhos e netos poderiam exercer os direitos de cidadania brasileira em toda sua plenitude, caso tivessem a renda e a propriedade exigidas"[1].

Arquivo AE

Capa, primeira e última páginas da Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824.

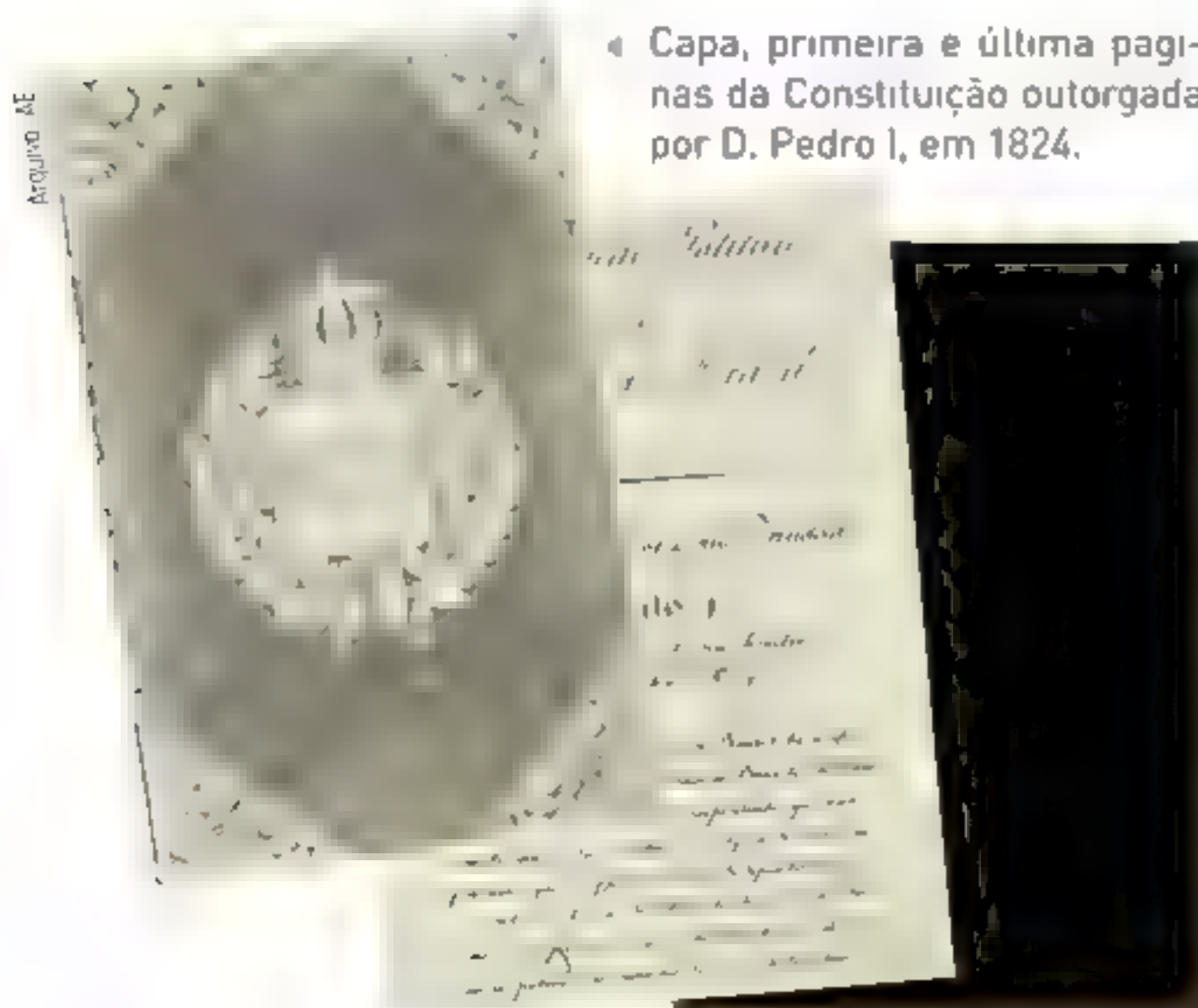
A Constituição estabelecia que as províncias seriam governadas por presidentes nomeados pelo imperador, oficializava a religião católica e subordinava a Igreja ao controle do Estado, sendo seus membros considerados funcionários públicos. Em suma, a Carta restringia ou impedia a participação política dos grupos sociais menos favorecidos e mantinha a essência elitista da "Constituição da mandioca", diferenciando-se pela implantação do Poder Moderador, cujo exercício era atribuição exclusiva do imperador.

Ao longo de todo o período em que vigorou a Constituição de 1824, a despeito da afirmação da igualdade de direitos civis para todos os cidadãos, o exercício cotidiano da cidadania quase nunca foi o mesmo entre brancos e negros, entre ricos e pobres, entre senhores poderosos e demais indivíduos, em razão das influências, fraudes, pressões e outros recursos de favorecimento.

BRASIL DO SÉCULO XIX E A CIDADANIA

As diferenças sociais quanto ao exercício de direitos civis e políticos durante o Império fizeram com que o conceito de cidadania fosse visto como inaplicável no Brasil do século XIX. Contrária a isso, a historiadora Keila Grinberg destaca que "a historiografia tem ressaltado que, nesse período, um número sem precedentes de indivíduos foi incluído no corpo político da nação"[2] e lembra estudos destacando muitas mobilizações populares decorrentes de expectativas de direitos civis e de igualdade efetiva entre cidadãos, como no caso dos "alistamentos em massa dos escravos no serviço militar, objetivando alforriar-se – e com isso conquistando direitos civis"[3]. Outros exemplos estariam ligados ao crescimento da pressão jurídica contra a escravização ilegal, por exemplo de alforriados, e outras inúmeras ações contra certas atuações de donos de escravos

Um outro projeto de país: a Confederação do Equador

O fechamento da Assembleia Constituinte e a imposição da Constituição de 1824 pelo imperador provocaram protestos em várias províncias, especialmente no Nordeste. Somaram-se ao descontentamento político as constantes dificuldades econômicas regionais, provocadas por crises como a do açúcar e a do algodão, relacionadas à concorrência estrangeira, e pelos crescentes impostos determinados pelo governo central.

[1] GRINBERG, Keila. Cidadania. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 139.
[2] GRINBERG, Keila. Cidadania. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 140.
[3] GRINBERG, Keila. Cidadania. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 140.

Em Pernambuco, a população se rebelou quando D. Pedro I nomeou um novo presidente para a província. Ainda estavam na memória dos pernambucanos os ideais republicanos da Revolução de 1817; além disso, esse regime estava sendo adotado em toda a América. Sob o comando do governador deposto, **Manuel de Carvalho Paes de Andrade**, o movimento pernambucano, de caráter separatista, republicano e basicamente urbano e popular, espalhou-se pelo Nordeste, obtendo a adesão do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba e depois de Alagoas e Sergipe. Em outras províncias vizinhas, como Piauí e Pará, também ocorreram manifestações de apoio.

No documento abaixo fica clara a oposição dos revoltosos não só a D. Pedro, mas também à monarquia:

> Não é preciso, brasileiros, neste momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças por havermos escolhido, enganados, ou preocupados, tal sistema de governo e tal chefe do poder executivo! [...] Brasileiros! salta aos olhos a negra perfidia, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas.

Manifesto de Paes de Andrade. In: DELGADO, L. *Gestos e vozes de Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2008. p. 73.

As províncias insurgentes formaram a Confederação do Equador, cujo nome se refere à localização geográfica das províncias rebeldes, próximas à Linha do Equador. Os revoltosos decidiram extinguir o tráfico negreiro e convocar o recrutamento geral para enfrentar as tropas monárquicas.

Além de Paes de Andrade, os principais líderes do movimento foram Joaquim do Amor Divino Rebelo, mais conhecido como **frei Caneca**, divulgador dos ideais republicanos em seu jornal, e **Cipriano Barata**, veterano das insurreições de 1798, na Bahia, e 1817, em Pernambuco, dirigente de vários jornais do Nordeste. Um dos participantes, o major Emiliano Mundurucu, redigiu um manifesto por uma revolução de caráter radical, como a haitiana, atemorizando aliados e inimigos da Confederação.

Para dominar os rebelados, D. Pedro I contou com empréstimos feitos na Inglaterra. Enviou à região tropas comandadas por Francisco Lima e Silva e contratou navios e os serviços de lorde Cochrane. Os revoltosos foram brutalmente reprimidos, sofrendo ataques por terra e por mar.

A visão oficial sobre a Confederação do Equador é dada pelo ministro da Justiça do Império, Clemente Ferreira França. Veja um trecho de seu relato ministerial de 1825:

> Homens sediciosos e ignorantes, tão ambiciosos, como desprovidos do verdadeiro mérito e da necessidade moralidade, arvorarão o estandarte revolucionário nas Províncias do Norte, e pregando aos povos a liberdade, e os princípios da infernal demagog'a, se erigirão em seus mais cruéis e insolentes ditadores.
>
> A posteridade recordará com espanto os feitos destes intitulados filantropos, falsos filósofos e encarniçados inimigos da humanidade. Oh Deus, que horror! O sangue corre, a paz se desterra, a inocência se oprime, confundem-se os direitos, o merecimento se persegue, a confiança desaparece, até no centro das próprias famílias, os cofres públicos se exaurem, os particulares tornam-se sem segurança, o direito de propriedade desvanece-se, e as Províncias marcham a passo largo para a sua total ruína.

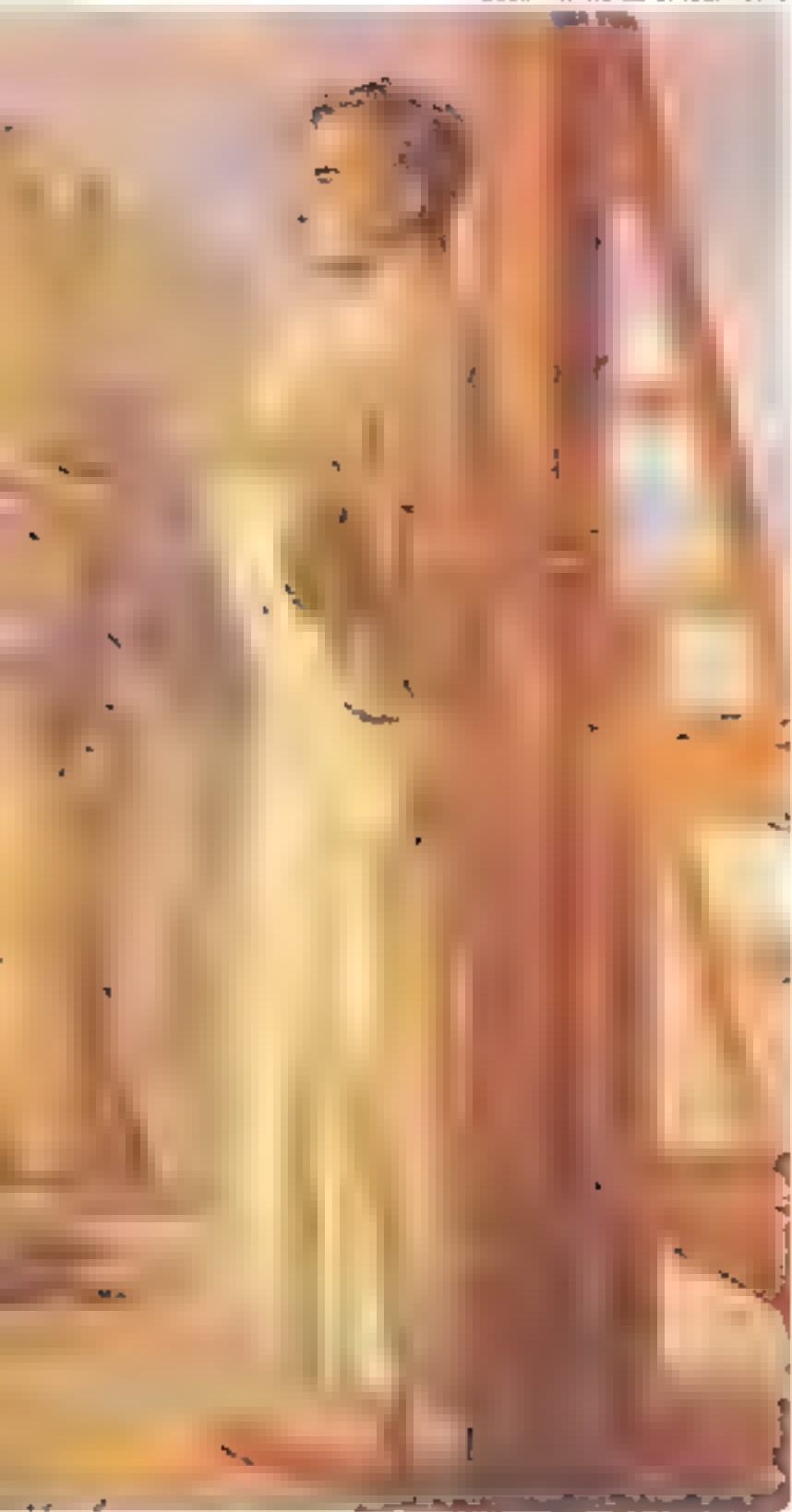
CONTA, que a Sua Magestade o Imperador dá ao Ministro e Secretário d'Estado dos negocios da justiça, do tempo da sua administração. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. p. 6.

Coleção particular

CONTA,
QUE
A SUA MAGESTADE
O IMPERADOR
DA'
O MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO
DOS
NEGOCIOS DA JUSTIÇA;
DO
TEMPO DA SUA ADMINISTRAÇÃO.

RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA IMPERIAL E NACIONAL.
1826.

▲ Publicação que contém o relato impresso do Ministro Clemente Ferreira França, 1826.

Museu Murillo La Greca, Recife

Os revoltosos foram julgados por um tribunal presidido por Lima e Silva, que condenou à execução 16 participantes. A pena de enforcamento de frei Caneca teve de ser mudada para a de fuzilamento, pois os responsáveis pela execução da sentença, mesmo sob ameaças, recusaram-se a enforcar o padre carmelita.

Execução de frei Caneca, detalhe da obra de Murillo la Greca. Joaquim do Amor Divino, Frei Caneca, foi padre, professor, jornalista, escritor e a grande expressão revolucionária da Confederação do Equador.

De vencedor a vencido: a abdicação de Dom Pedro I

A balança comercial deficitária e o aumento da dívida externa, em virtude de frequentes empréstimos obtidos da Inglaterra, fragilizaram a economia do Primeiro Reinado. A diminuição das receitas obtidas com o comércio exterior deveu-se a duas principais razões: a queda das importações por parte dos países europeus, resultante das dificuldades causadas pelas guerras napoleônicas, e a crescente oferta de produtos primários, como açúcar e algodão, graças ao aumento da produtividade de outros países.

A partir de 1820, o café produzido na região que corresponde à atual Baixada Fluminense começou a despontar na pauta de exportações brasileiras, das quais representava cerca de 20%. Contudo, sua importância econômica só ultrapassaria a do açúcar e a do algodão na década seguinte, não servindo ainda para aliviar as dificuldades financeiras do Império.

Os elevados gastos com a organização do Estado e a inexistência de uma significativa fonte nacional de recursos levaram D. Pedro I a autorizar sucessivas emissões de dinheiro, desvalorizando a moeda circulante e produzindo crescente inflação. Em 1829, devido a essa situação, foi decretada[4] a falência do Banco do Brasil.[5]

A alta inflacionária barateava os produtos de exportação, ao mesmo tempo que encarecia as importações necessárias ao abastecimento do mercado interno. Essa situação aumentou a hostilidade contra os comerciantes portugueses, que controlavam boa parte do varejo e usufruíam de privilégios com o imperador.

Além disso, o autoritarismo de D. Pedro I, que governou o Brasil sem o Poder Legislativo até 1826, descontentava a elite agrária e os grupos urbanos e desgastou as relações políticas entre eles. Muitos jornalistas, como **Líbero Badaró** e **Evaristo da Veiga**, passaram a criticar a atuação do imperador.

Em artigos publicados nos jornais, centravam suas críticas no autoritarismo imperial e, especialmente depois do episódio da Confederação do Equador, acusavam o imperador de ser antibrasileiro. Também alertavam os leitores para as intenções recolonizadoras de D. Pedro I, o que, ressaltavam, se comprovava por sua proximidade dos grupos portugueses. Ao mesmo tempo, o governo passou a proteger um periódico – a *Gazeta do Brasil* –, onde em algumas ocasiões fez publicar textos de sua autoria, nos quais criticava os deputados opositores e reafirmava que seu poder se sobrepunha ao das Câmaras. A *Gazeta* é considerada o primeiro jornal subvencionado (com concessão de dinheiro ou de vantagens pelo governo) na história da imprensa brasileira.[6]

Coleção particular

Entre os jornalistas que criticavam o autoritarismo de D. Pedro I na imprensa, destacaram-se Evaristo da Veiga (1799-1837), na litografia acima, de Sebastién Auguste Sisson, do século XIX, e Líbero Badaró (1798-1830).

[4] Ainda não se empregava o termo "inflação", mas o deputado mineiro Bernardo de Vasconcelos já falava em algo parecido quando aludia à "inchação" do meio circulante.

[5] Estudiosos designam como o primeiro Banco do Brasil esse que funcionou de 1808 a 1829. Bem mais tarde, em 1851, o barão de Mauá criou seu Banco do Brasil privado, que durou até 1853, quando o ministro da Fazenda do Império o encampou e fez sua fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, transformando-os, em 1854, no segundo Banco do Brasil.

[6] Conforme NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. In: VAINFAS, Ronaldo de (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 123.

Duas situações ocorridas nas primeiras décadas do século XIX agravaram a animosidade contra o imperador, a ponto de impedir sua permanência no poder: a Guerra da Cisplatina e a Guerra de Sucessão portuguesa.

A Província Cisplatina, anexada ao Brasil por D. João VI, iniciou sua guerra de independência em 1825, contando com o apoio da Argentina, que desejava incorporá-la a seu território. O conflito, que teve sucessivas derrotas das forças militares brasileiras, onerou os cofres do governo imperial, obrigando-o a pedir novos empréstimos aos bancos ingleses – e, consequentemente, aumentando a dívida externa e a fragilidade econômica nacional.

Em 1828, a Província Cisplatina obteve sua independência política, constituindo a República Oriental do Uruguai. A partir de então, ficou garantida a livre navegação na bacia do Rio da Prata, o que atendia aos interesses ingleses de acesso comercial à região e também ao trânsito fluvial brasileiro para alcançar a região de Mato Grosso.

O imperador foi criticado por sua obstinação em manter anexada a Cisplatina ao território brasileiro, e a situação se agravou com sua participação na questão sucessória de Portugal, por ocasião da morte de seu pai, D. João VI, em 1826. A possibilidade de ascensão de D. Pedro I ao trono lusitano reacendeu nos brasileiros o temor da recolonização. O imperador passou a ser pressionado para abdicar da Coroa portuguesa em favor de sua filha **Maria da Glória**, de 7 anos de idade. Até sua maioridade, ela seria substituída por um regente, seu tio D. Miguel.

Entretanto, D. Miguel proclamou-se o novo rei de Portugal. D. Pedro I reagiu, iniciando uma guerra contra o irmão para garantir a Coroa à filha, o que trouxe enorme prejuízo ao Brasil, na organização e no financiamento de tropas.

Além dos enormes gastos com as despesas de guerra, o recrutamento forçado de soldados para participar dos combates provocou insatisfação e revolta entre as pessoas simples e pobres, que ansiavam por melhores condições de vida após a independência.

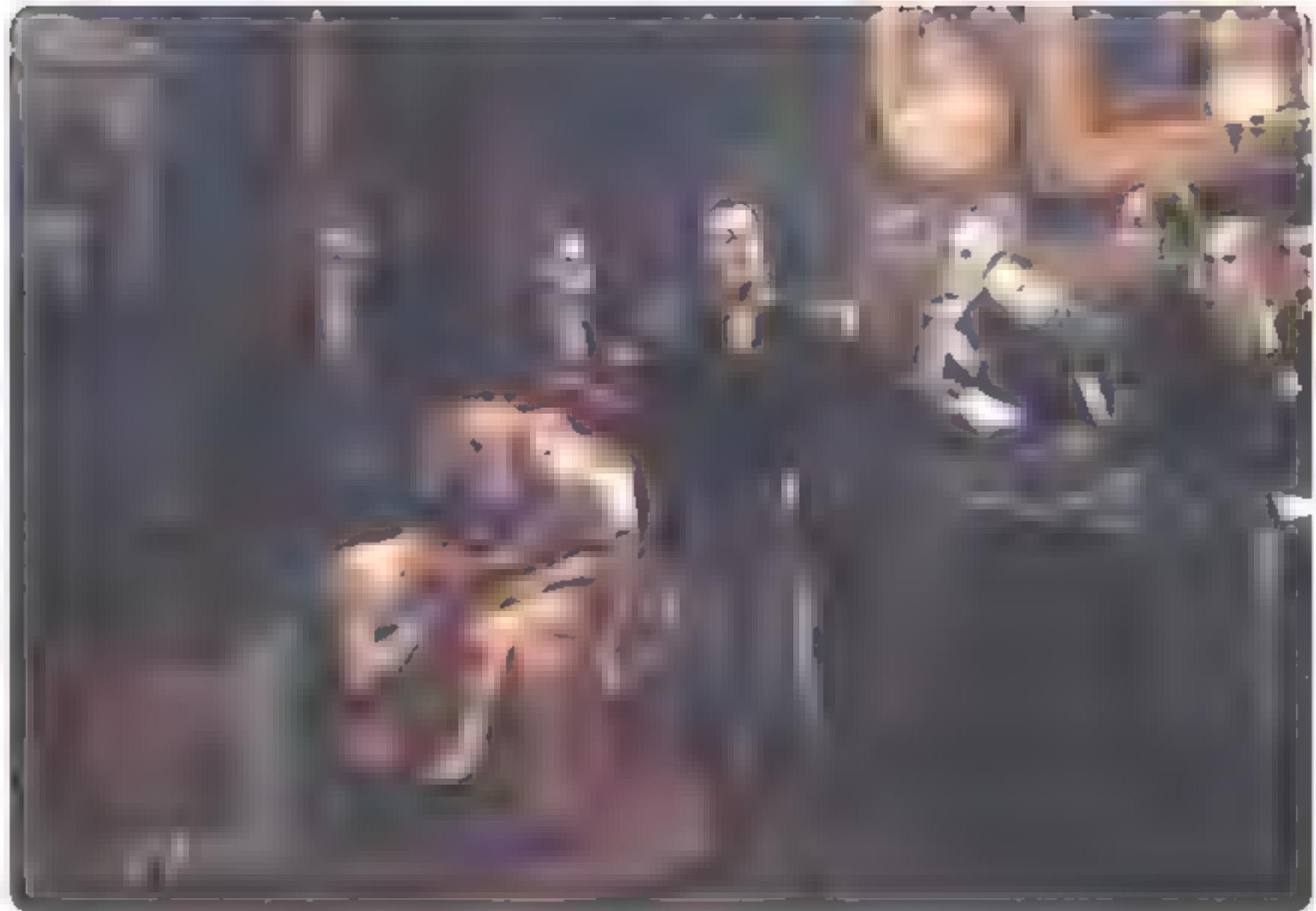
Os enfrentamentos políticos no Brasil, enquanto isso, se acirravam. Numa resposta violenta às críticas feitas ao imperador, vindas principalmente da imprensa, seus aliados políticos assassinaram em 1830, em São Paulo, seu ferrenho opositor, o jornalista liberal Líbero Badaró. Isso aconteceu na mesma noite (20 de novembro) em que estudantes de Direito de São Paulo realizavam uma passeata comemorando a derrubada de Carlos X na França, com a Revolução Liberal. Após esse episódio, manifestações contrárias ao despotismo imperial do Brasil agitaram as províncias. Em Ouro Preto, Minas Gerais, o imperador foi recebido com faixas negras em sinal de luto pelo jornalista assassinado.

No Rio de Janeiro, os partidários de D. Pedro I, portugueses em sua maioria, decidiram organizar uma recepção por ocasião da volta de D. Pedro de Ouro Preto, a fim de compensar as hostis manifestações mineiras. Iluminaram as casas com luminárias e acenderam fogueiras. A oposição dos brasileiros, porém, deu origem a numerosos conflitos de rua com gritos de "morte aos pés de chumbo" e "morte aos estrangeiros". Durante os confrontos que se seguiram, estudantes, cadetes e outros manifestantes apagavam fogueiras "portuguesas" e atacavam as casas iluminadas, recebendo em resposta garrafas e cacos de vidro atirados pelas janelas – foi a chamada **Noite das Garrafadas** (13 de março de 1831). Essa manifestação integrou-se às lutas liberais ocorridas na Europa contra a restauração aristocrática imposta pelo Congresso de Viena.

O imperador adotou algumas manobras para se reconciliar com os brasileiros, como a nomeação de um ministério liberal composto apenas de brasileiros. No entanto, logo o ministério foi destituído e substituído por um outro, de tendência centralizadora. As elites nacionais, porém, passaram a limitar a margem de ação do imperador, com o apoio das tropas do Exército e da crescente movimentação popular. D. Pedro viu-se obrigado a abdicar do trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade. D. Pedro, embarcou para Portugal, onde enfrentou e venceu seu irmão D. Miguel, tornando-se o novo monarca português com o título de D. Pedro IV. Em 1834, abdicou novamente do trono português em favor de sua filha, Dona Maria da Glória.

No Brasil, como D. Pedro de Alcântara era menor de idade, decidiu-se que, obedecendo à Constituição de 1824, o governo seria exercido por uma regência. O futuro imperador ficaria sob os cuidados de José Bonifácio, que havia retornado do exílio em 1829.

A volta de D. Pedro I a Portugal afastava definitivamente a ameaça de atrelamento a Portugal que assombrava o país, consolidando a independência brasileira. Ao mesmo tempo, tinha início um período de transição política no qual se concretizou a hegemonia da elite agrária, comercial e burocrática, apesar de inúmeras manifestações contrárias.

Abdicação do imperador D. Pedro I do Brasil, pintura de Aurélio de Figueiredo, de cerca de 1890. Sentado junto à mãe, vê-se o menino D. Pedro de Alcântara.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O PERÍODO REGENCIAL

O período compreendido entre 1831 e 1840 foi um dos mais agitados da história brasileira. Após a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de apenas 5 anos de idade, determinou-se a escolha de uma **regência** para governar o país. Segundo a Constituição, entretanto, a eleição dos regentes deveria ser feita pela Assembleia Geral que, naquele momento, estava em recesso, com boa parte dos parlamentares ausentes da capital, o Rio de Janeiro.

Para contornar a situação, os poucos deputados presentes na capital decidiram escolher uma regência provisória, até que os demais parlamentares retornassem e a eleição pudesse, enfim, ser realizada.

A Regência Trina Provisória, formada por senadores, readmitiu o "ministério dos brasileiros", deposto por D. Pedro I. Em seguida, anistiou os prisioneiros políticos, decretou a suspensão temporária do exercício do Poder Moderador e convocou eleições para escolher uma regência permanente.

A Regência Trina Permanente, com um mandato de quatro anos, foi eleita por deputados e senadores reunidos em Assembleia Geral. Foi indicado para o Ministério da Justiça **Diogo Antônio Feijó**, que se tornou responsável por manter a ordem no país, reprimindo as constantes e crescentes rebeliões. Criou, logo no início de seu mandato, a **Guarda Nacional**,[7] milícia armada dirigida por brasileiros abastados, que passou a ser o principal instrumento do governo para reprimir os levantes populares.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Formada por cidadãos ativos (brasileiros livres com fortuna), a Guarda Nacional era uma força repressiva que expressava simbolicamente a ordenação elitista do Império. Na gravura acima, coleção de figurinos para a Guarda Nacional.

[7] A concepção dessa organização paramilitar dos "cidadãos armados" deu-se já no Primeiro Reinado, mas só se efetivou com a Lei de 18 de agosto de 1831. Segundo o regulamento, seria composta por todos os brasileiros entre 21 e 60 anos, desde que fossem "cidadãos ativos" (eleitores e eleitores elegíveis). Dessa forma, estava excluída a maioria esmagadora da população. A Guarda Nacional só foi extinta em 1922.

A ação da Guarda Nacional tinha um caráter local (o alistamento era obrigatório para todos os cidadãos com direito de voto nos municípios) e um sentido simbólico elitista e determinava uma redução dos quadros militares, já que seus membros eram dispensados de servir o Exército.

O comando dessa milícia cidadã em cada município cabia ao **coronel**, patente geralmente vendida pelo governo aos grandes fazendeiros. Ao garantir, localmente, a ordem e os poderes existentes, eles acabavam por assumir o papel do Estado, ao mesmo tempo que defendiam seus interesses pessoais.

No Brasil regencial, as divergências entre os indivíduos mais abastados quanto à forma de governar, de modo a preservar seus interesses, originaram três tendências políticas.

O grupo **restaurador** ou **caramuru**, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil e contava com o jornal *O Caramuru* como veículo de divulgação de suas ideias, era formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos e era liderado por José Bonifácio. Mostrava-se contrário a reformas socioeconômicas e era favorável à centralização monárquica.

O grupo **liberal moderado** ou **chimango** incluía membros da aristocracia rural que atuavam no governo regencial, defensores da ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, fontes de seus privilégios. Opunham-se à volta do ex-imperador e advogavam o governo centralizado no Rio de Janeiro e a manutenção da unidade territorial do Brasil, tendo como principais líderes o **padre Feijó**, o jornalista **Evaristo da Veiga** e o político **Bernardo Pereira de Vasconcelos**.

Por fim, o grupo **liberal exaltado** era de tendência mais "radical" dentro do cenário político brasileiro. Dele participavam proprietários rurais e membros das classes médias urbanas e do Exército, que defendiam a autonomia das províncias e, consequentemente, a descentralização do poder imperial.

Os membros mais radicais do grupo liberal exaltado eram favoráveis ao fim da monarquia e à instauração da República, destacando-se entre seus líderes o major do Exército **Miguel Frias** e o jornalista **Cipriano Barata**. Suas propostas de mudança eram bem recebidas pelos setores menos favorecidos da sociedade. Graças a sua fácil penetração nesses grupos, ficaram conhecidos como **farroupilhas**. Tanto os liberais exaltados como os moderados concordavam, de início, com a necessidade de reformas que garantissem maior autonomia às províncias, bem como a unidade do Império. Dessa forma, empreenderam as mudanças descentralizadoras do início do período regencial, constituindo um avanço liberal entre 1831 e 1835.

As pressões por mudanças continuavam, denunciando que, por baixo dos acordos que permitiram a continuidade do Império após a abdicação, outros projetos para o Brasil continuavam ativos, opondo-se ao predomínio da aristocracia rural. Foi elaborado, então, em 1834, um Ato Adicional que estabelecia alterações na Carta Outorgada de 1824 e visava a conciliar as tendências políticas centralizadoras dos moderados e descentralizadoras dos exaltados. Fazia concessões à descentralização política do Brasil, como a criação das Assembleias Legislativas Provinciais e a substituição da Regência Trina pela Regência Una, eleita pelas Assembleias Provinciais do país. Além disso, suspendia o Poder Moderador até que houvesse um novo imperador.

Iconographia

Litografia de Bartichen de cerca de 1856 mostrando a Câmara dos Senadores no Campo da Aclamação, no centro da cidade do Rio de Janeiro, atual Praça da República. Após a abdicação de D. Pedro I, o Legislativo foi fortalecido e passou a ser um dos eixos principais dos desdobramentos políticos regenciais

Nessa nova fase, aconteceram as regências de Feijó (1835-1837) e de Araújo Lima (1837-1940), o primeiro de orientação mais liberal e descentralizadora, e o segundo conservador e centralista. Nesses dois períodos ocorreram no país diversas revoltas que questionavam a autoridade central do Império, o regime monárquico, a estrutura de classes ou a escravidão.

Durante as regências surgiram as duas principais forças políticas do Império, o **Partido Liberal**, composto pela classe média urbana, clérigos e proprietários rurais do Sudeste e Sul do país (tendência denominada progressista), e o **Partido Conservador**, em sua maioria grandes proprietários rurais, comerciantes, magistrados e burocratas (tendência regressista). Os liberais eram favoráveis à manutenção da autonomia provincial das Assembleias e adeptos do governo Feijó, enquanto os conservadores eram mais centralistas e defendiam total rigor contra os questionamentos à ordem social, política e econômica do Império.

Em 1840, os liberais que lutavam para recuperar o poder fundaram o **Clube da Maioridade**, que reivindicava a antecipação da maioridade de D. Pedro II, na época com 14 anos. Segundo eles, a presença do imperador no trono poria fim às revoltas regionais em curso e afastaria o fantasma da fragmentação política e territorial do país, argumento que cativou a elite política. A coroação de D. Pedro II, em julho de 1840, conhecida como **Golpe da Maioridade**, foi uma vitória desse grupo e encerrou o período regencial. Contudo, a tendência centralizadora que se manifestara durante o período regressista, iniciado em 1837, permaneceu no período seguinte.

Museu Paulista da USP, São Paulo

Regente Feijó, representado por Oscar Pereira da Silva, em 1925

Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro

Coroação de D. Pedro II (detalhe), de René Moreaux (século XIX). D. Pedro II tornou-se imperador aos 14 anos

OUTROS PROJETOS: AS REBELIÕES

As chamadas rebeliões regenciais nasceram num período de grande instabilidade política. Questionaram não só o excesso de centralização política e a cobrança de vários tributos, instituídos para organizar e manter o novo Estado brasileiro, mas também a situação de miséria em que se encontrava a maioria da população; reivindicavam liberdade e maior acesso ao cenário político.

A Matutina Meiapontense, Pirenópolis, Goiás

No período regencial, em meio à turbulência política, surgiram diversos jornais em todo o Brasil ligados a uma ou outra facção. Ao lado, fac-símile da edição de 2 de novembro de 1833 do jornal goiano *A Matutina Meiapontense*.

A Cabanagem (Pará, 1835-1840)

De 1835 a 1840 ocorreu no Pará um levante que teve como ponto de partida a divisão da elite paraense em torno da nomeação do presidente da província. Contou com a adesão da população pobre: indígenas, mestiços e negros, que viviam em cabanas na beira dos rios – daí serem chamados **cabanos** –, em condições miseráveis.

Os rebeldes tomaram a cidade de Belém, cujo porto escoava toda a produção da província, controlada por uma elite de comerciantes locais composta sobretudo de portugueses que exploravam a população mais humilde. Os insurgentes assumiram o governo provincial e decidiram proclamar a independência da província.

O movimento, de caráter eminentemente popular, acabou fracassando pela traição de vários participantes, pela falta de consenso entre seus líderes e pela indefinição quanto aos rumos do governo da província. Foi violentamente sufocado por tropas governamentais enviadas à região: a "pacificação", em 1840, custou a vida de aproximadamente 20% da população total da província.

A Sabinada (Bahia, 1837-1838)

Na Bahia, palco de resistência e luta contra a opressão desde a época colonial, como foi o caso da Conjuração Baiana (ou Rebelião dos Alfaiates) de 1798, ocorreram na fase regencial diversas rebeliões de escravos, como a dos malês.

O recrutamento forçado da população, em 1837, para combater os farroupilhas gaúchos (outra rebelião que ocorria no Sul, como veremos mais adiante), foi o estopim para a revolta contra as dificuldades econômicas da população da província. Expressava o descontentamento dos grupos médios urbanos e a resistência da população local contra as determinações do governo central.

Os revoltosos, tendo à frente o médico **Francisco Sabino Barroso** – de quem deriva o nome do movimento –, conquistaram o poder na Bahia e proclamaram a **República Bahiense**. Decidiram manter o governo republicano e independente até que D. Pedro II pudesse assumir o trono, o que deveria ocorrer em 1843. Pretendiam ainda libertar os escravos nascidos no Brasil que apoiassem a revolução, mantendo os demais sob cativeiro.

As tropas regenciais, com a ajuda dos senhores de engenho da região do Recôncavo, fiéis ao Rio de Janeiro, cercaram e venceram os revoltosos em Salvador, em 1838, aprisionando e executando milhares de pessoas, entre as quais seus líderes mais expressivos.

▲ Em Salvador, a Sabinada defendia a liberdade somente aos escravos "crioulos" (nascidos no Brasil). Acima, a cidade representada numa litografia de Aubrun, a partir de foto de Victor Frond, 1859

A Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

Na época dessa revolta, a economia maranhense enfrentava graves dificuldades em razão da concorrência norte-americana na produção de algodão. Os pobres e miseráveis da região, inclusive escravos, que compunham metade da população local, logo passaram a contestar os privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses.

Os principais líderes rebeldes foram o vaqueiro **Raimundo Gomes,** o "Cara Preta", **Manuel dos Anjos Ferreira**, o "Balaio", fabricante de cestos e inspiração para o nome da revolta, e o negro **Cosme Bento**, que liderou uma força de cerca de 3 mil escravos. Os balaios chegaram a ocupar a Vila de Caxias, importante centro urbano da província, e ameaçavam tomar também a capital, São Luís.

O movimento foi derrotado pelas tropas do governo sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, que graças a essa vitória recebeu o título de barão de Caxias. Cosme Bento foi enforcado e os negros rebelados foram novamente escravizados.

A Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

A mais longa rebelião da história brasileira, a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, recebeu seu nome dos pobres esfarrapados que compunham a maioria da tropa insurgente, embora fosse liderada pelos estancieiros (fazendeiros de gado do sul do país). Reivindicavam maior autonomia provincial e a redução dos altos impostos que incidiam sobre o **charque** gaúcho (carne-seca). Os estancieiros não tinham condições de competir em situação de igualdade com o charque da região do Prata; outros subprodutos do gado, como couro e sebo, destinados a outras províncias, enfrentavam obstáculos semelhantes.

A Revolução Farroupilha teve início em 1835, quando **Bento Gonçalves**, filho de um rico proprietário de terras no Rio Grande do Sul, tomou a cidade de Porto Alegre, depondo o presidente da província. No ano seguinte, os revoltosos proclamaram a **República Rio-Grandense**, com sede na Vila Piratini. Logo a revolta alastrou-se pelo sul do país, atingindo Santa Catarina, onde foi proclamada a **República Juliana**, com o auxílio de **Davi Canabarro** e **Giuseppe Garibaldi**, líder revolucionário italiano que participou ativamente do movimento.

Durante o Segundo Reinado, a rebelião entrou em declínio, especialmente diante da repressão empreendida pelo governo central, comandada pelo barão de Caxias. O acordo de paz com o Império garantia anistia geral aos revoltosos e o atendimento de algumas reivindicações que originaram a revolta. Por sua importante atuação, Caxias recebeu o título de "Pacificador do Império".

Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre

▲ A Revolução Farroupilha resultou na tentativa de separar do Império brasileiro a província do Rio Grande do Sul. Acima, imagem comemorativa da Nova República, do artista Antônio Parreiras, de 1912-1914.

A EXCLUSÃO DOS "FARRAPOS"

Não estavam em jogo a organização social, o destino dos trabalhadores escravizados e o acesso à terra dos gaúchos delas desprovidos.

O comportamento dos chefes farroupilhas diante dos escravos revela o conteúdo nulamente libertário da revolta. A Constituição republicana era clara: "A Republica do Rio Grande é a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses". Isto é, dos "homens livres nascidos no território da república". Nada mudava no relativo à pedra angular da organização social do Império: a escravatura. As terras confiscadas aos inimigos da república foram vendidas, arrendadas ou entregues para serem exploradas pelos grandes fazendeiros republicanos. Jamais foram repartidas entre a tropa miúda constituída de ex-escravos e gaúchos.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 79.

Os excluídos dessa história: negros e indígenas

Em muitos aspectos, a vida no Império não se distinguia muito da que predominara no período colonial. A grande mudança política representada pela independência não implicou significativas mudanças sociais e econômicas. Exceto pela participação de alguns batalhões formados por negros nas guerras de independência (entre os quais muitos conseguiram a liberdade por isso), os setores da sociedade que eram subjugados não viram mudanças expressivas em sua condição de vida.

Fora de toda a movimentação política no Rio de Janeiro e das capitais das províncias estavam, por exemplo, os indígenas. Desde o período colonial, o indígena era considerado um obstáculo para o projeto de país acalentado pelas elites, um grupo inferior que atrapalhava as atividades econômicas e que geralmente não interessava nem como escravo. Os grupos indígenas continuavam sendo alvo constante de agressão por parte da sociedade dominante, com a participação ou conivência dos organismos estatais.

José Bonifácio e alguns outros humanistas, ao mesmo tempo, desejavam promover a integração do indígena à sociedade nacional. Os estudos e os debates que Bonifácio promoveu tanto nas Cortes de Lisboa quanto na sede do poder Legislativo brasileiro após a independência, porém, não receberam muita atenção. Pelo contrário, o Estado brasileiro preferiu políticas de "europeização" da população brasileira, com projetos de imigração de suíços e alemães, ten-

do os primeiros, já a partir de 1818, e os alemães, a partir de 1824, ocupado áreas próximas à capital do Império. Apenas no final do século XIX começou a ser questionada com mais vigor a ideia até então predominante de que negros e indígenas eram inferiores aos europeus.

A atitude desses povos discriminados, contudo, não era de passividade. Para além das fronteiras da sociedade dominante, ou seja, onde acabava o alcance do Estado ou dos proprietários, começavam terras distantes e relativamente livres para negros, indígenas e mestiços, que promoviam saques, atacavam povoações e faziam emboscadas contra as expedições governamentais. Os brancos viviam, assim, em constante alerta diante da ameaça de que essa contínua guerra sociorracial pudesse espalhar-se e destruir a ordem estabelecida.

Fotos: Coleção particular

▲ *Escravos de ganho*, aquarela de Joaquim Cândido Guillobel, 1812.

D. Pedro I seguiu a política que seu pai, D. João VI, adotara no Brasil, empreendendo uma guerra de extermínio contra os Botocudo e os Kaingang, para garantir a posse e a comunicação entre as províncias do sul, envolvendo também o sul de São Paulo, que no Segundo Reinado viria a se tornar o Paraná. O aldeamento, por meio de colônias-presídio para indígenas sobreviventes, foi uma prática constante de controle que acabava tendo por resultado a morte da maioria dos confinados. Dessa forma, continuavam século XIX adentro os levantes e confrontos de indígenas com a nascente civilização brasileira.

Os africanos e seus descendentes escravizados eram um grupo essencial para a sociedade naquele momento. Isso porque, além de constituir a principal força produtiva, realizavam todos os tipos de trabalhos manuais. Na mentalidade lusitana da época, os trabalhos braçais eram aviltantes, e uma pessoa de boa posição social nunca poderia ser vista trabalhando, ou mesmo carregando alguma mercadoria ou objeto volumoso, o que seria considerado uma grande vergonha.

Com o crescimento das cidades, sendo o maior exemplo o Rio de Janeiro após a vinda da família real e da independência, a figura do **escravo de ganho** passou a ser muito comum. Tipicamente urbanos, esses escravos desempenhavam vários ofícios, do comércio aos serviços de higiene pessoal e saúde. Ao final do dia ou da semana, deviam apresentar a seu senhor a quantia em dinheiro por ele estipulada, caso contrário recebiam castigos físicos severos. A escravidão urbana permitia, entretanto, que o escravo obtivesse mais dinheiro do que a quantia exigida por seu senhor, e com o tempo pudesse conseguir a alforria. Tornou-se comum que alguns poucos forros (escravos alforriados) passassem a ter vários escravos, ou chegassem, por exemplo, à condição de oficiais nas Forças Armadas. Nesse caso, o ex-escravo apenas liderava regimentos de negros, o que mostrava uma outra face do preconceito: os soldados não negros não aceitavam ser comandados por negros. Um indicador que diferenciava negros forros dos escravos era o uso de sapatos, restritos a pessoas livres. Havia punições para escravos que usassem sapatos.

O fenômeno dos quilombos, iniciado no período colonial, continuou acontecendo no Império. Longe de ser uma prática isolada de resistência, o ato de fugir e organizar comunidades fora do alcance do poder do Estado ou dos senhores era mais regular do que se supunha na época.

Os dados citados pelo antropólogo Kabengele Munanga, nascido na República do Congo e radicado no Brasil, demonstram que os quilombos foram uma prática de resistência comum e constante, e que muitas comunidades remanescentes dos quilombos resistem até os dias atuais:

> Graças às pesquisas recentes concluídas e em andamento, foram descobertos em todas as regiões do Brasil os sítios dos quilombos resultantes desse grande movimento organizado de "fuga". De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares [www.palmares.gov.br], foram levantadas cerca de 743 comunidades remanescentes de quilombos em todo o Brasil, das quais apenas 178 foram formalmente registradas e, destas, apenas 70 teriam o título da terra regularizado. No entanto, o Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica [Ciga] da Universi-

dade de Brasília informa ter catalogado 2228 comunidades quilombolas, que abrigam uma população de 2,5 milhões de pessoas

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009, p. 93.

A constante vigilância das forças policiais contra negros e mestiços também levou a outras formas de organização não violentas. Muitos negros aproveitavam as práticas do catolicismo para se reunir e se ajudar mutuamente e para recordar suas tradições africanas sob a forma de irmandades ou confrarias. Na confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, por exemplo, nas províncias do Nordeste do país, realizavam-se festas em que se elegiam e se coroavam os reis do Congo.

Várias revoltas de escravos ocorreram durante o período regencial, e o poder constituído tentava precaver-se judicialmente: o Código Criminal de 1830 previa a pena de morte para os líderes dessas insurreições, caracterizadas como tais sempre que reunissem vinte ou mais cativos em rebelião. Uma lei de junho de 1835 reforçou o espírito punitivo, determinando julgamento sumário e forca para os escravos que atentassem contra a vida de seus senhores, feitores e familiares. Mesmo sob essa forte ameaça, as revoltas escravas continuaram acontecendo, como a de Carrancas e a dos Malês.

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

No mês de maio, os negros celebram a festa de Nossa Senhora do Rosário. É nesta ocasião que têm por costume eleger o Rei do Congo, o que acontece quando aquele que estava revestido dessa dignidade morreu durante o ano, quando um motivo qualquer o obrigou a demitir-se, ou ainda, o que ocorre às vezes, quando foi destronado pelos seus súditos. Permitem aos negros do Congo eleger um rei e uma rainha de sua nação, e essa escolha tanto pode recair num escravo como num negro livre. Este príncipe tem, sobre seus súditos, uma espécie de poder que os brancos ridicularizam e que se manifesta principalmente nas festas religiosas dos negros como, por exemplo, na de sua padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Às onze horas fui à igreja com o capelão e, não demorou muito, vimos chegar uma multidão de negros, ao som dos tambores. Homens e mulheres usavam vestimentas das mais vivas cores que haviam encontrado. Quando se aproximaram, distinguimos o Rei, a Rainha, o Ministro de Estado. Os primeiros usavam coroas de papelão, recobertas de papel dourado. As despesas da cerimônia deviam ser pagas pelos negros, por isso haviam colocado na igreja uma pequena mesa à qual estavam sentados o tesoureiro e outros membros da irmandade negra do Rosário, os quais recebiam os donativos dos assistentes dentro de uma espécie de cofre.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Paris: Engelmann, 1835.

Coleção particular

Festa de Nossa Senhora do Rosário, de Johann Moritz Rugendas, litografia presente na obra *Viagem pitoresca através do Brasil*, do início do século XIX.

A Revolta de Carrancas (Minas Gerais – 1833)

Pouco conhecida na historiografia, a Revolta de Carrancas tem chamado a atenção dos pesquisadores pelos autos relativos às penas aplicadas aos escravos rebeldes. Foi a maior condenação à pena de morte por enforcamento aplicada a escravos no Brasil durante o Império: 16, no total. A revolta, pelo clima de terror instaurado, com a invasão das sedes das fazendas e morte de fazendeiros e familiares, é considerada a maior revolta escrava da província de Minas Gerais. Iniciada na freguesia de Carrancas, região estratégica próxima das estradas que ligavam Minas Gerais com as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, restringiu-se às fazendas da família Junqueira. Seu início, num movimento contra castigos e por liberdade, deu-se em meio às disputas políticas regionais entre restauradores (caramurus) e liberais moderados. Entre seus participantes, os autos destacam como líder principal o escravo Ventura Mina.

NEGROS REBELDES EM MINAS GERAIS

O historiador Marcos Ferreira de Andrade destaca a importância da revolta, a diversidade étnica e cultural dos participantes e a afirmação de um projeto de liberdade no contexto imperial brasileiro

Os escravos da família Junqueira se apropriaram, a seu modo, do contexto de disputas entre a elite que estava colocado naquele instante. Apropriaram-se até mesmo dos apelidos que os membros da elite utilizavam para desqualificar ou enquadrar seus oponentes. O depoimento de Maria Joaquina do Espírito Santo, mulher parda, agregada e moradora na fazenda Bom Jardim, é revelador, nesse aspecto. O grupo de escravos, liderados por Ventura, que se dirigiu para aquela fazenda, na noite do dia treze, passou pela casa da testemunha. Depois de ameaçá-la, exigiu que lhes entregasse logo as espingardas que havia na casa. Um dos escravos que fazia parte do grupo, o preto Antônio Benguela, "pulava no seu terreiro e batia nos peitos dizendo para ela e seu companheiro: Vocês não costumam a falar nos caramurus, nós somos os caramurus, vamos arrasar tudo"

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e temor do haitianismo no Brasil regencial (1831-1835)*. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/MarcosFerreiradeAndrade.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

Ainda que a Revolta de Carrancas ficasse restrita às propriedades da família Junqueira, não deixaria de ser uma história de grande importância e mereceria ser resgatada dos papéis velhos que, muitas vezes, ficam escondidos em nossos arquivos à espera de historiadores curiosos para trazer das sombras do passado personagens e histórias esquecidas. Mas essa história é bem mais que isso. Trata-se da maior rebelião escrava da província de Minas Gerais e que, no contexto das rebeliões regenciais, causou grande temor no seio da elite do sudeste escravista do império do Brasil. [...]

[...] o que mais chama a atenção na Revolta de Carrancas foi a organização e sucesso do levante enquanto não houve repressão além do número de escravos condenados à pena de morte superando os da Revolta dos Malês, e a composição étnica variada dos participantes. A revolta contou com a participação de cativos de origens diversas: crioulos, minas, angolas, benguelas, congos, cassanges e moçambiques. Dos 31 escravos indiciados no processo, nove (29%) eram crioulos, e 17 (54,8%) oriundos da África Central e dois minas. Constata-se a presença significativa de escravos falantes de bantu, considerados pela historiografia como mais acomodados e menos afeitos a revoltas, diferente dos "minas" e "nagôs". A diversidade étnica e cultural dos escravos da freguesia de Carrancas não impediu que eles se associassem, pelo contrário, revela a superação de tais diferenças para que o projeto de liberdade fosse alcançado [...]

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais, a revolta dos escravos de Carrancas (1833)*. Disponível em: <www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

Fotos: Coleção particular

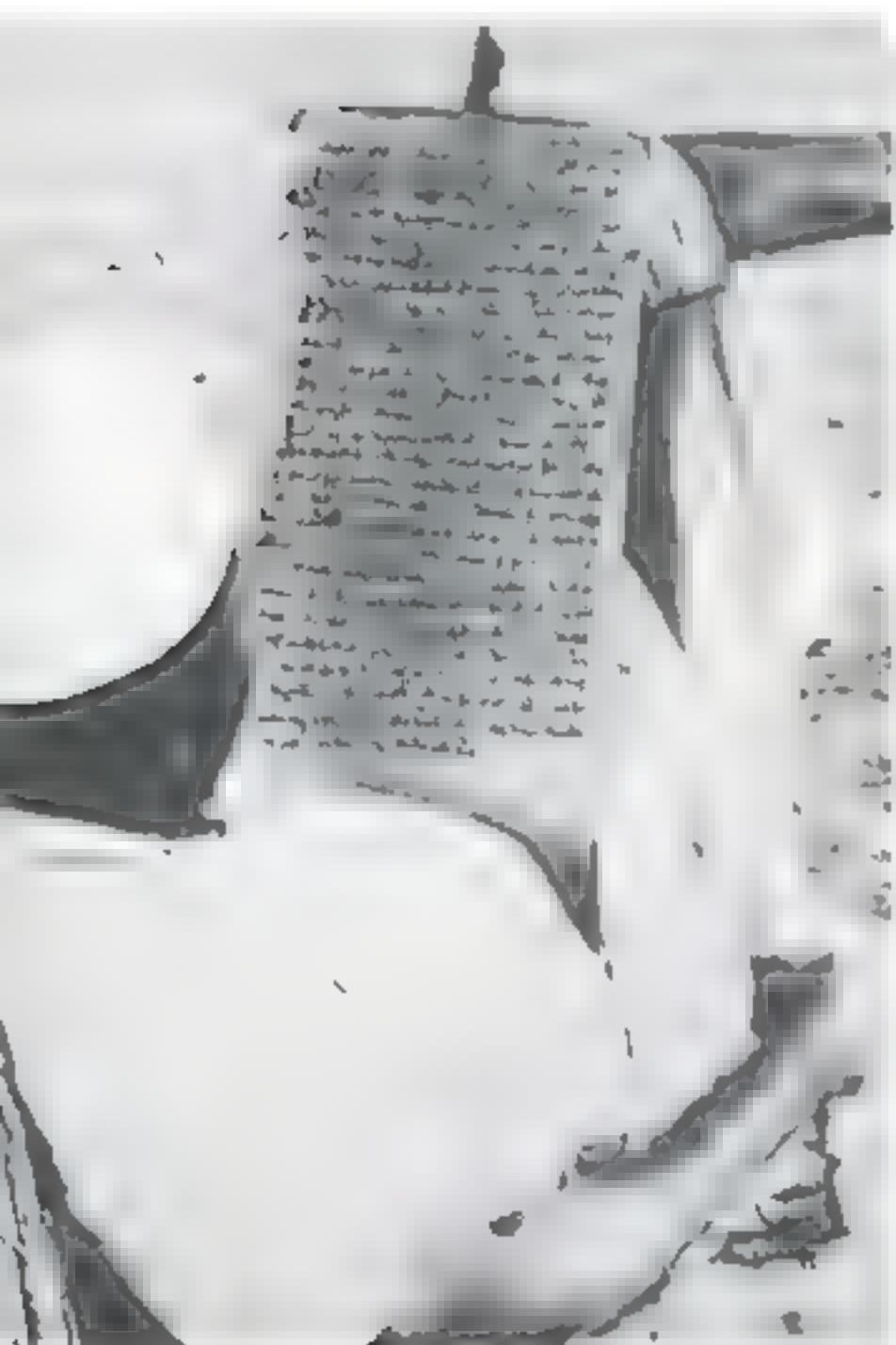
▲ Africanos de diferentes origens representados por Johann Moritz Rugendas em 1835: à esquerda, de Moçambique; no centro, de Benguela; e à direita, de Angola.

A Revolta dos Malês (Bahia, 1835)

Foi principalmente no século XIX que o Brasil começou a receber africanos do tronco linguístico iorubá, da África Ocidental. **Malê** era o termo usado para os africanos que sabiam ler e escrever em árabe, e eram muçulmanos.

Na preparação do levante, os escravos muçulmanos, liderando diversos grupos de outras crenças, se organizaram para tomar o poder e instalar "uma Bahia só de africanos". Há quem afirme que um dos projetos era escravizar brancos e mestiços ou crioulos, estes vistos como cúmplices dos senhores.

No levante, que durou apenas alguns dias, não houve invasões, saques nem atentados contra senhores e suas famílias. Mesmo assim, as forças da situação reprimiram a revolta com violência.

Coleção particular

Muçulmano com tabua de escrever e teçubá, espécie de rosário utilizado em orações muçulmanas diárias. Foto do século XIX, em Salvador (BA).

A repressão estancou a adesão ao levante em Salvador e impediu que os revoltosos realizassem o plano de chegar até os engenhos e libertar os negros da zona rural. Derrotados, quase todos os cerca de 600 africanos que aderiram à revolva acabaram punidos: alguns dos líderes foram executados e os demais castigados publicamente com açoites, prisões e deportações.

Assim como em Minas Gerais (Carrancas), a Revolta dos Malês na Bahia aumentou os temores de "haitianismo" – como os poderes estabelecidos denominavam o conjunto de levantes escravos, lembrando a rebelião no Haiti, décadas antes. Artigos do jornal *Aurora Fluminense*, entre fevereiro e março de 1835, expõem esses temores:

***Aurora Fluminense*, 23 de fevereiro de 1835**

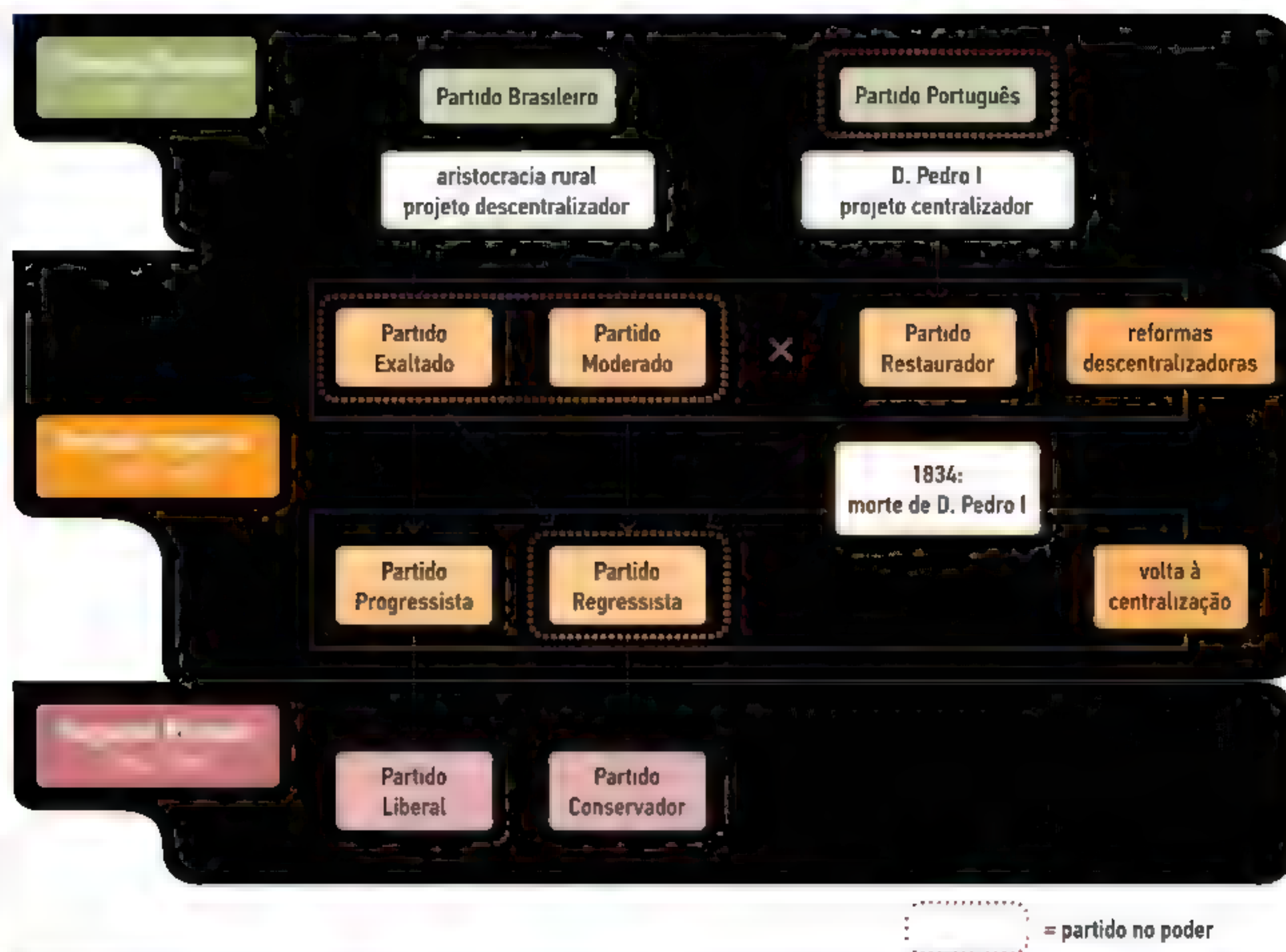
Tem corrido o boato de que alguma coisa se tenta no Rio de Janeiro, de análogo ao que sucedeu na Bahia. Cuidamos que o temor exagera as suspeitas: mas em objeto tão melindroso, não é perdida toda a vigilância da parte das autoridades. Nós ousamos chamar sobre esta matéria a atenção do Exmo. Ministro da Justiça e do Sr. Chefe da Polícia.

***Aurora Fluminense*, 27 de março de 1835**

A todos consta que as doutrinas Haitianas são aqui pregadas com impunidade; que os escravos são aliciados com o engodo da liberdade, e concitados por espíritos vertiginosos, nacionais e estrangeiros, dentro e fora da Província, para romper nas mesmas comoções, de que estão os da Bahia dando funestíssimo exemplo: que há na Corte Sociedades secretas que trabalham sistematicamente nesse sentido; que têm cofres para os quais contribui grande numero de sócios de cor, livres e cativos; que desses cofres saem os subsídios com que se entretêm e mantêm emissários, encarregados de propagar doutrinas subversivas pelos escravos das fazendas de lavoura, onde se introduzem a título de mascates ou pombeiros! Os membros dessas Sociedades, e seus fautores, nacionais e estrangeiros, são indigitados pela voz pública... e todavia parece que a Administração policial da Corte ou tudo ignora, ou estranhamente descuidada dorme sobre a cratera do vulcão! E entretanto o incêndio já lavra perto da porta!

Apud ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitianismo no Brasil Regencial (1831-1835). *4.º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, maio 2009. Curitiba. p. 17-8. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/MarcosFerreiradeAndrade.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

Revolta de Manoel Congo (Paty do Alferes, 1838)

Em 1838 outra revolta menos espetacular aconteceu em Paty do Alferes, nas imediações de Vassouras, Vale do Paraíba fluminense. Foi a **Revolta de Manoel Congo**. Mais de duas centenas de escravos fugiram das fazendas da região e enfrentaram as forças da repressão da Guarda Nacional e tropas do Exército, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Vencidos após alguns dias, 60 rebelados foram condenados a receber 50 açoites diários durante 13 dias e a andar com ferros no pescoço sob a vigília do senhor. Manuel Congo foi condenado à forca, por sua liderança, e executado em novembro de 1839.

Forças político-partidárias do Brasil no século XIX

	Partido Brasileiro aristocracia rural projeto descentralizador		Partido Português D. Pedro I projeto centralizador	
Partido Exaltado	Partido Moderado	×	Partido Restaurador	reformas descentralizadoras
			1834: morte de D. Pedro I	
Partido Progressista	Partido Regressista			volta à centralização
Partido Liberal	Partido Conservador			

[pontilhado] = partido no poder

Faça as atividades a seguir com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

- Descreva no caderno o esquema-resumo, caracterizando cada partido citado.
- Elabore um novo esquema com o resumo das rebeliões regenciais.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise documental

→ Analise o Capítulo VI da Constituição de 1824 e faça o que se pede.

CAPITULO VI

Das Eleições

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Geraes das Províncias, serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em Assembleias Paroquiais os eleitores de Província, e estes os Representantes da Nação, e Província.

Art. 91. Têm voto nestas eleições primárias.

I. Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.

II. Os estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais.

I Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, e oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados, e clérigos de Ordens Sacras.

II Os filhos de famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos

III Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda livros e primeiros-caixeiros das casas de comércio, os criados da casa Imperial, que forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

V Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos.

[...]

Art 94 Podem ser eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Província todos, os que podem votar na Assembleia Paroquial. Excetuam-se:

I. Os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, comércio, ou emprego.

II. Os libertos.

III. Os criminosos pronunciados em querela, ou devassa.

Art 95 Todos os que podem ser eleitores, hábeis para serem nomeados Deputados Excetuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Disponível em. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao24.htm>
Acesso em: 16 mar 2010

a) Quem estava excluído do poder político de acordo com o texto constitucional de 1824?

b) Retome o texto *Brasil do século XIX e a cidadania*, na página 482 e faça uma relação das brechas encontradas pela população para o exercício da cidadania.

2 Análise de imagem e texto

→ As sátiras políticas foram um importante recurso de contestação e crítica durante o período imperial. Para fazer as atividades a seguir, analise as charges reproduzidas na página seguinte, publicadas no periódico *O Cabrião*, impresso na cidade de São Paulo nos anos de 1866 a 1867 Em seguida, relacione-as ao que foi estudado no capítulo e aos trechos da historiadora Maria D'Alva Gil Kinzo, citados abaixo

O voto, segundo a Carta Constitucional de 1824, era oral e a descoberto "o votante dava pessoalmente os nomes das pessoas em quem queria votar aos secretarios das mesas paroquiais (mesas de votação), os quais formavam com ele a cédula que, depois de lida, era assinada pelo votante com uma cruz".

Tal situação "advinha por um lado da noção corrente na época de que o voto constituía um ato público e uma forma de o eleitor manter abertamente suas opiniões, embora, na verdade, funcionasse como uma forma de controlar o voto Por outro lado, respondia a uma questão prática, na medida em que o direito de voto se estendia aos analfabetos".

É preciso considerar que, mesmo entre a elite agrária, a maioria dos indivíduos era analfabeta.

Quanto ao controle do voto, ele era possível graças à força das mesas eleitorais, que fizeram da fraude e da corrupção uma prática constante nas eleições brasileiras. Dada a falta de leis precisas sobre os trabalhos eleitorais, cabia às mesas determinar quem estava qualificado ao pleito e isto no mesmo dia da eleição, além de ser responsável pela apuração dos votos, o que, de certa forma, já dirigia o resultado eleitoral.

A composição da mesa eleitoral dava-se da seguinte forma:

"o presidente da assembleia (que deveria ser um juiz de fora) juntamente com o pároco propunham à massa do povo, reunida na matriz, quatro cidadãos de 'confiança pública' – dois para serem secretários e dois para escrutinadores – que, se aprovados por aclamação do povo, formariam com eles a mesa eleitoral. Por este processo de composição da mesa, pouco se poderia esperar da neutralidade dos trabalhos eleitorais, pois, na verdade, quem determinava a escolha dos cidadãos que preencheriam as funções da mesa eleitoral, cabendo a multidão apenas referendá-los ou não, eram o presidente e o pároco, ambos figuras ligadas ao governo. E assim as eleições se faziam, aceitando a mesa o voto de quem queria e recusando outros a pretexto de falta de condições legais, iniciando e terminando a votação no momento que lhe aprouvesse, e apurando os votos como lhe convinha".

Trechos de KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980. p. 51 e 70.

Charge 1

Charge "Compra de votos", de Ângelo Agostini, publicada no jornal *O Cabrião*, que circulou em São Paulo no final do século XIX.

Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo

Charge 2

Charge "Venda de títulos e honrarias", de Paulo R. Salomão, publicada no jornal *O Cabrião*.

Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo

a) Descreva os elementos de cada charge.

b) Quais as práticas representadas nas duas imagens?

c) O que é possível supor quando percebemos a presença de diferentes tipos de armas na primeira charge?

d) Em sua análise da segunda charge, o que a figura do indígena está representando?

e) De acordo com o texto de Maria Kinzo, por que o sistema eleitoral permitia fraudes e corrupções?

3 Análise de texto historiográfico e imagem

→ O texto a seguir foi escrito pelo historiador brasileiro Carlos Eugênio Soares. Analise-o juntamente com a imagem de Jean-Baptiste Debret e responda as questões propostas.

Nas décadas de 1820 e 1830, um novo tipo de refúgio urbano entra em cena a casa de angu As evidências apontam que eram locais onde escravos urbanos, em grande maioria ambulantes ou "colocados ao ganho", nas palavras da época, se encontravam para saborear o onipresente angu, a comida básica do cativo no campo e na cidade. No Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX era comum observar nas ruas multidões de africanos comendo com as mãos o primordial alimento. [...].

As casas de angu eram públicas e frequentadas à luz do dia, o que permite intuir que eram mais utilizadas pelos escravos em suas fainas diárias, embora também sentissem o peso do braço repressor do Estado. [...].

Embora o angu tenha continuado a comida básica do africano e do negro, a casa de angu perde popularidade dentro dos informes policiais por algum motivo difícil de compreender. A casa de angu começa a desaparecer e o zungu a emergir das sombras justamente na virada da década de 1830 para a de 1840, quando houve um acirramento da repressão sobre a população escrava e liberta da cidade e, ao mesmo tempo, um recrudescimento do tráfico atlântico clandestino.

A partir dos anos 1840, a nação africana dominante nos zungus é a dos minas, termo que geralmente indicava procedência da (atual) Nigéria Depois do fracasso do levante malê de 1835, em Salvador, esses africanos da Bahia (muitas vezes lá chamados de nagôs) aportam aos milhares nas costas do Rio, fugindo da repressão, vendidos por seus senhores temerosos, ou mesmo como libertos em busca de mercados mais promissores para seus produtos de rua Eles também trazem o credo religioso que vai fazer dos zungus portas de acesso ao sobrenatural para centenas de africanos ansiosos por fé, rito, religiosidade [...].

É possível que os primeiros terreiros de candomblé criados no perímetro urbano do Rio de Janeiro do século XIX fossem zungus.

[...]

O visconde de Beaurepaire-Rohan (1811-1894), figura [...] da literatura da epoca, no seu Dicionário de Vocábulos Brasileiros (1889), definia zungu como asilo de "gente da mais baixa ralé, vagabundos, capoeiras, desordeiros e ébrios" [...] Para o pesquisador Robert Slenes, da Unicamp, uma das maiores autoridades em cultura banto no Brasil escravista, zungu é uma corruptela de dois termos da região dos bakondos, na altura do antigo reino do Congo: nzi (casa) + angu (alimento do escravo urbano). Assim, zungu seria apenas uma transformação de um termo que já existia antes do seu aparecimento, ou seja, casa de angu.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. O reino do *zungu* *Nossa História*, ano 3, n 29, mar de 2006 p. 47-9

Coleção particular

▲ *Negras cozinheiras vendedoras de angu*, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1826 O angu é uma mistura cremosa à base de fubá (farinha de milho) e água, podendo conter miúdos de vaca e porco.

a) De acordo como texto e com o que você estudou no capítulo, quem eram os "escravos de ganho" ou "colocados ao ganho"?

b) Descreva a imagem de Debret, relacionando-a aos hábitos alimentares destacados no texto de Carlos Eugênio Soares

c) Segundo o que você estudou no capítulo, o que foi o "levante malê"?

d) Qual a importância religiosa dos *zungus*?

e) O que a definição de *zungu* escrita pelo visconde de Beaurepaire-Rohan permite revelar sobre a visão que os europeus tinham dos hábitos e práticas sociais dos africanos e de seus descendentes?

A seção *Para pensar historicamente* trata da questão do "outro" no processo de expansão imperialista. O primeiro passo para o estudo do capítulo é fazer a diferenciação entre o processo colonialista dos séculos XVI e XIX. Outros temas relevantes, para prosseguir a análise, são a Conferência de Berlim, a liderança inglesa e a situação de retardatários dos alemães e italianos na partilha colonial.

Lembrar que o caso japonês é exceção no panorama de dependência e sujeição ao domínio estrangeiro. A Era Meiji não permitiu que elites locais se aliassem aos estrangeiros na sujeição do país. Por isso, impulsionaram o desenvolvimento japonês dentro dos parâmetros imperialistas ocidentais.

A atividade *1. Leitura, reflexão e elaboração de texto*, dos historiadores Leila Hernandez e Marc Ferro, reforça a temática do capítulo e a ponte com a seção ***Para pensar historicamente***, deixando evidente como o "outro" era visto pelos colonizadores do século XIX. Os alunos devem perceber qual foi o ponto de partida para o processo de hierarquização entre os povos, no qual os "europeus mais aptos e capazes" carregavam o "fardo do homem branco" de mostrar o "caminho da civilização aos africanos subalternos".

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 27 (p. 499 a p. 509).

assessoria pedagógica

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e abaixo.

Filmes

As montanhas da Lua. Direção de Bob Rafelson. Estados Unidos, 1990. (135 min).

55 dias em Pequim. Direção de Nicholas Ray. Estados Unidos, 1963. (148 min).

Indochina. Direção de Régis Wargnier. França, 1992. (154 min).

Shogun. Direção de Jerry London. Estados Unidos, 1980. (151 min).

Endereços eletrônicos

África. Disponível em: <www.paises-africa.com>. Acesso em: 14 abr. 2010.

Ásia. Disponível em: <www.asia-turismo.com>. Acesso em: 14 abr. 2010. Nos dois portais é possível encontrar informações sobre turismo, dados sobre os países dos continentes, banco de imagens etc.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

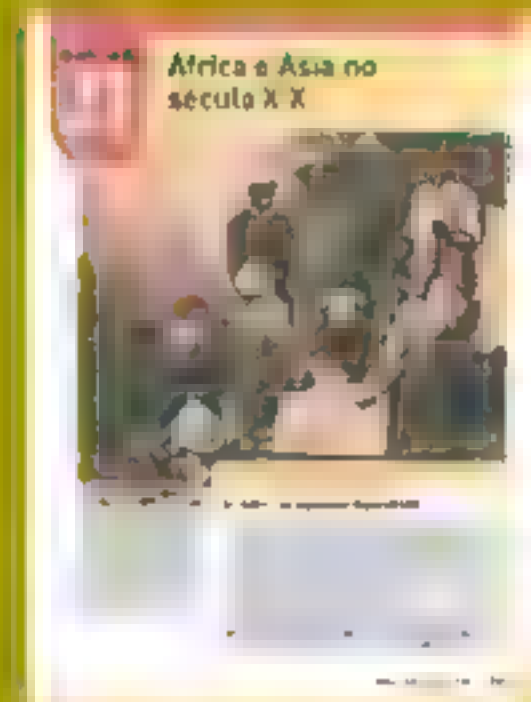
- **História e Arte**: fazer uma pesquisa para recolher charges referentes ao imperialismo do século XIX, tomando livros de História como fontes. Comparar as charges, as legendas, os autores e o contexto de sua criação (contemporâneas ou não ao imperialismo do século XIX), destacando as linguagens utilizadas.
- **História e Literatura**: fazer uma pesquisa sobre a vida e obra do escritor inglês, nascido em Mumbai, na Índia, Rudyard Kipling (1865-1936), bem como possíveis vínculos com o expansionismo imperialista inglês do período.

▶ Texto de apoio

Tratado entre a França e o rei Peter, de Grand Bassam

O rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka, considerando que é de seu interesse estabelecer relações comerciais com um povo rico e bom, e organizar-se sob a soberania de seu poderoso monarca, instituem diante de testemunhas subscritas os artigos do tratado que se segue, assinado por Charles-Phillippe de Kerhallet, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do briguecanhoneira L'Alouette, e Alphonse Fleuriot de Langle, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do briguecanhoneira La Malouine, operando em nome de Edouard Bouet, Capitão de Corveta, Comandante da estação das costas ocidentais da África, e por conseguinte em nome de S. M. Luís Filipe I, Rei dos franceses, seu soberano.

Artigo 1. A plena soberania do país e do Rio de Grand Bassam é concedida ao Rei dos franceses; os franceses sozinhos terão portanto o direito de aí arvorar seu pavilhão e de aí fazer todas as construções e fortificações que julgarem úteis ou necessárias, comprando as terras dos proprietários atuais.

Nenhuma outra nação poderá estabelecer-se aí em razão da soberania, concedida ao Rei dos franceses.

Bibliografia

BRUIT, H. H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1986.

BRUNSCHWIG, H. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985.

CATANI, A. M. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

DOWBOR, L. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MORTON, A. L. *A História do povo inglês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4).

SELLERS, C.; MAY, H.; MCMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1998.

Tese

GEBARA, A. L. A. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações*. São Paulo: FFLCH, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-101657/>. Acesso em: 14 abr. 2010.

Artigo 2. O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka cedem igualmente duas milhas quadradas de terras, quer seja nas margens do rio, quer na praia, uma milha em cada um destes locais.

Artigo 3. Em troca dessas concessões, será outorgada ao Rei e a seu povo a proteção dos navios de guerra franceses. Ademais, será pago ao Rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

10 peças de tecidos sortidos,
5 barris de pólvora de 25 libras,
10 fuzis de um tiro, 1 saco de tabaco,
1 barril de aguardente,
5 chapéus brancos,
1 guarda-sol,
2 espelhos,
1 realejo.

Os chefes Quachi e Wuaka receberão a metade dos presentes concedidos ao Rei Peter.

Quando da tomada de posse das duas milhas quadradas concedidas, será pago um valor igual, o qual o Rei dividirá com os proprietários atuais da referida terra, conforme convenção estabelecida entre eles.

Artigo 4. Fica bem entendido que a pacífica navegação e frequências do rio e de todos os afluentes são asseguradas aos franceses de agora em diante, assim como o tráfego livre de todos os produtos, tanto os do país como os que são trazidos do interior.

O Rei e toda população sob suas ordens se comprometem, portanto, a se conduzir de boa-fé com relação aos franceses, respeitando suas pessoas, propriedades ou mercadorias. Assim, um presente anual facultativo será outorgado ao Rei pelo governo ou pelas partes contratantes como recompensa.

Artigo 5. Se algumas desavenças surgirem entre as partes contratantes e os nativos, devem ser solucionados pelo comandante do primeiro navio de guerra que chegar ao país, o qual deve fazer justiça aos culpados não importa a que lado pertençam.

Artigo 6. Os navios de comércio serão respeitados e protegidos. Eles não serão de nenhuma maneira perturbados em suas relações comerciais ou outras; se um deles naufragasse, conceder-se-ia um terço dos objetos recuperados aos nativos que tivessem cooperado no salvamento.

Artigo 7. O presente tratado vigorará a partir de hoje quanto à soberania estipulada; do contrário os signatários exporiam seu país aos rigores da guerra que nesse caso lhes fariam os navios de guerra franceses.

Quanto ao pagamento de mercadorias de trocas, realizar-se-á, como diz o artigo 3, após a ratificação do tratado pelo Rei dos franceses.

O dito tratado, lido e relido ao Rei, em francês e em inglês, foi feito em duas vias e de boa-fé por nós, no ancoradouro, do Grand Bassam, em 19 de fevereiro de 1842 a bordo de L'Alouette.

[...]

Visto e aprovado,
O Capitão de Corveta
Comandante da estação das costas ocidentais da África.
Bouët

Tratado entre a França e o rei Peter, de Grand Bassam. In: BRUNSCHWIG, H. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 76-8. Apud. MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História contemporânea através de textos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 99-101.

Comentários das atividades

Para recordar

1) O colonialismo do século XVI foi liderado por Portugal e Espanha, motivado pela busca de gêneros tropicais e metais preciosos nos territórios americanos, sustentado pela lógica mercantilista e pela liderança dos estados metropolitanos e justificado pela necessidade de converter as populações colonizadas à fé católica. Já o colonialismo do século XIX foi liderado pela Inglaterra e por empresas privadas, motivado pela busca de matérias-primas (como ferro, cobre, petróleo, manganês, trigo e algodão) e mercados consumidores de manufaturados, transformando as áreas colonizadas – principalmente da África e Ásia – em locais de recepção dos excedentes populacionais e áreas de investimento e justificado pela missão civilizadora dos países europeus.

2) Resposta pessoal. Espera-se que os alunos utilizem os exemplos de resistência ao imperialismo apontados no capítulo, como a resistência das forças armadas argelianas e senegalenses à conquista francesa; a resistência etíope ao domínio italiano; o Levante Indiano de 1857 contra os ingleses; a resistência das autoridades chinesas à disseminação do uso do ópio em 1839.

Exercícios de História

1. Leitura, reflexão e elaboração de texto

a) De acordo com Leila Leite Hernandez, os negros foram tratados com violência e exclusão e raramente foram considerados como cidadãos, plenos de direitos, tendo sido, em geral, relegados à categoria de indivíduos de "segunda classe". As raízes históricas foram criadas pelo tráfico de escravos no contexto do colonialismo do século XVI, pela construção do racismo europeu sustentado e legitimado pelos estudos etnográficos e pelo imperialismo na África no século XIX. A etnografia europeia do século XIX justificou a missão civilizadora e a expansão imperialista europeia ao estabelecer como pressuposto a ideia de que os ocidentais eram mais aptos e capazes e poderiam civilizar os povos atrasados. As noções de diferenciação de raça fundamentaram a construção do racismo e a submissão dos povos coloniais.

b) Marc Ferro expõe a visão de Joseph Chamberlain que se fundamentava na ideia de que cabia aos ingleses "civilizar o mundo", educar e formar os povos considerados inferiores com seus ideais, cultura e ciências superiores.

c) Resposta pessoal.

2. Imagem e texto: análise e reflexão

a) O exotismo e estereótipos das representações imagéticas permitiam a afirmação do poder das nações imperialistas, a criação de papéis e identidades nacionais atribuídos às nações colonizadas e a construção de imagens do mundo idealizado pela lógica imperialista.

b) Atendiam aos interesses capitalistas na medida em que reforçavam os papéis que cabiam a cada nação ou continente, estabelecendo, por exemplo, quais atividades econômicas deveriam ser realizadas em determinado território ou qual a posição dos grupos étnicos representados em relação aos demais povos.

c) Resposta pessoal. Os alunos deverão refletir sobre a representação de cenários africanos "em miniaturas" e sobre as simbologias do exotismo e do diferente, sem considerar as culturas africanas em suas especificidades, mas retratando-as como se fossem culturas a serem dominadas, civilizadas, tornadas semelhantes ou aproximadas às culturas europeias.

CAPÍTULO 27

África e Ásia no século XIX

Bettmann/Corbis/Latinstock

Gravura de data desconhecida representando o jornalista Henry Morton Stanley e um grupo de exploradores consultando o mapa da África, sob o olhar de nativos. O jornalista britânico realizou diversas viagens ao território, apoiando sua exploração comercial e influenciando o rei belga Leopoldo II na criação do Estado Independente do Congo.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

O "outro" na expansão imperialista

A expansão imperialista do século XIX foi um novo passo no processo de mundialização da ordem capitalista. As populações africanas e asiáticas foram subjugadas e incorporadas à ordem europeia.

Ao longo da história ocidental, os africanos foram conquistados, escravizados, inferiorizados e estigmatizados. O tráfico de escravos rendeu fortunas a algumas elites econômicas e muita miséria, exploração e sofrimento para dezenas de milhões de africanos.

Na Ásia, o colonialismo europeu, sustentado em guerras de conquista e pela manutenção do domínio também deixou um enorme saldo de imposições culturais e econômicas, bem como de mortos, feridos e famintos.

Como essa trágica herança afeta hoje os países africanos e asiáticos?

PRÁTICAS IMPERIALISTAS

A história tradicional do Ocidente, com uma visão eurocentrista, quase sempre tratou como não relevante a história de outras regiões. Esse olhar, que tem a Europa como eixo do movimento civilizatório e evolutivo, como já destacamos, foi construído desde a Antiguidade, época em que a região mediterrânea era definida como o centro do mundo. A África, desde então, passou a ser vista como distante, como a região dos "homens de faces queimadas" [1]. Daquele período até o final da Idade Média, especialmente com a religiosidade cristã medieval, a cor negra foi associada ao pecado e ao demônio, firmando a visão preconceituosa em relação aos povos africanos. Também os asiáticos foram vistos com estranhamento e desconfiança, mas também com fascínio por sua cultura tão distinta. Poucos eram os que conseguiam considerar africanos e asiáticos como seres humanos iguais aos europeus, diferentes apenas no aspecto étnico e cultural. Essa ideia da supremacia europeia e consequente inferioridade de outras culturas, especialmente as africanas e asiáticas, como vimos, consolidou-se durante a Idade Moderna, quando a Europa passou a centralizar o poder econômico, político e militar mundial.

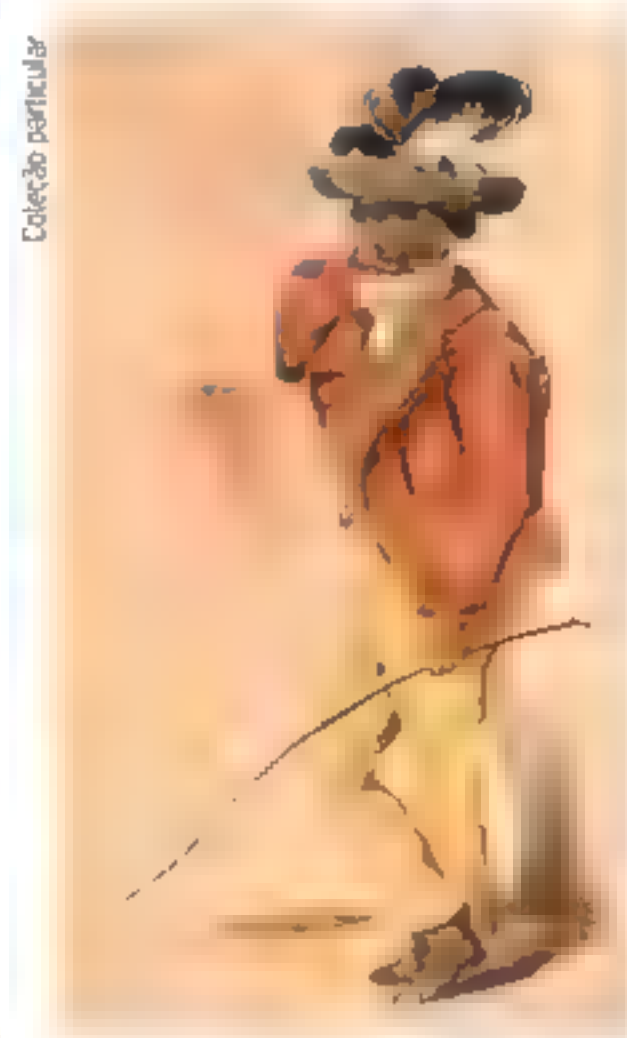
As práticas imperialistas intensificaram-se na segunda metade do século XIX, a partir dos países europeus industrializados, principalmente a Inglaterra, e levaram à partilha dos continentes africano e asiático. Na mesma época, também os Estados Unidos e o Japão exerceram práticas imperialistas, em especial em suas regiões de influência – respectivamente América Latina e costa oriental da Ásia.

Diferentemente do **colonialismo** do século XVI, cuja meta era a obtenção de especiarias, gêneros tropicais e metais preciosos no continente americano, o **neocolonialismo** do século XIX procurava mercados consumidores de manufaturados e fornecedores de matérias-primas (como ferro, cobre, petróleo, manganês, trigo e algodão).

Além disso, naquele momento as potências buscavam colônias para instalar parte de seu excedente populacional e novas áreas de investimento de capitais. Vale destacar que a população europeia havia passado de 70 milhões para 190 milhões entre 1500 e 1800. No século XIX, teve um aumento ainda maior, chegando a 423 milhões (enquanto a população mundial passava de 900 milhões para 1,6 bilhão[2]). Com áreas coloniais recebendo esses excedentes e novas populações sendo conquistadas, garantiam-se impostos e contingentes para os exércitos imperialistas.

Outro aspecto característico do impulso imperialista do século XIX foi a conquista de bases estratégicas para a segurança do comércio marítimo.

Motivada, portanto, pelo **capitalismo industrial e financeiro**, a intervenção imperialista ocorreu principalmente na África e na Ásia.

Biblioteca Britânica, Londres

Ao lado, o escritor indiano Rudyard Kipling (num quadro de Sir Edward Burne-Jones), conhecido como "poeta do imperialismo", que considerava a colonização "o fardo do homem branco". Abaixo, duas gravuras do século XIX: à esquerda, nativos africanos com peças de vestuário europeu, demonstrando a interferência neocolonial no continente; à direita, pastor africano vestindo roupas europeias

Coleção particular

[1] Conforme DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 56.

[2] Conforme dados de PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 204

Além da Inglaterra, participaram da corrida neocolonial do século XIX a França, a Rússia, os Países Baixos e a Bélgica, entre outras nações. Também a Alemanha e a Itália, depois de unificadas no último quartel do século XIX, iniciaram sua atuação nesse processo, assim como Portugal e Espanha, metrópoles coloniais desde o século XVI.

As disputas entre potências por áreas coloniais agravaram conflitos e estimularam o **armamentismo**, o que levou à formação de blocos de países rivais e à criação de uma conjuntura tensa e propícia a uma confrontação em grande escala.

A MARCA DO COLONIALISMO NA ÁFRICA

Por séculos prevaleceu a mentalidade de enquadrar os africanos num grau inferior da escala evolutiva, a mesma que classificava os vários povos em avançados e atrasados ou civilizados e primitivos. Comerciantes, conquistadores e teóricos ressaltavam uma suposta selvageria dos povos da África, característica quase sempre relacionada à natureza do continente, fundamentando assim a crença de que a identidade daqueles povos seria determinada meramente por traços físicos ou biológicos, e não por sua história. Impunham a ideia de que o homem africano era incapaz de produzir cultura e história, argumento que serviu aos escravagistas e aos imperialistas do século XIX, que, aliás, utilizaram também o discurso justificador de "civilizar" a África. Além dos indisfarçáveis interesses de conquista, exploração e dominação, esse discurso tradicional encobria as diversidades e características próprias dos povos africanos, decorrentes de milênios de sua história. Nesse caso, insere-se até mesmo a insistente utilização de certas denominações, como "africanos" e "europeus", que mais acobertam do que esclarecem as especificidades de tais povos, uma vez que essas denominações "não são sequer conceitos, menos ainda categorias analíticas capazes de definir seus membros, pelo grau de generalização que comportam"[3].

Durante a Idade Moderna, Portugal e vários outros Estados europeus ocuparam militarmente algumas regiões costeiras da África, usando-as como base para o comércio de ouro, marfim e sobretudo escravos.

Não é possível entender a África atual sem o flagelo do tráfico de escravos, que teve como um dos principais destinos o Brasil. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que os primeiros abolicionistas foram os próprios escravos, com sua permanente resistência e constantes revoltas. A resistência dos cativos africanos à escravidão deu-se das mais variadas formas, apesar das limitadas possibilidades de sucesso e das severas e violentas punições. Além das resistências individuais, isoladas, foram inúmeras as coletivas, como mostram vários documentos. Fugas ocorriam logo após o aprisionamento, durante as marchas dos libambos (colunas de escravos amarrados), nos mercados e embarques, quando empurrados para os tumbeiros (navios negreiros), durante as viagens e nos desembarques. Nas unidades escravistas, a situação não era diferente, com a organização de quilombos e revoltas constantes.

Até o século XIX, os Estados europeus não avançaram para regiões mais interiores do continente. Com a explosão industrial, as potências lançaram-se vorazmente sobre a África, dividindo-a em regiões e determinando fronteiras desordenadamente, conforme o desfecho de suas disputas imperialistas. Diante da grande resistência de populações locais, os colonizadores buscavam aliados estimulando discórdias entre as tribos. No final do século XIX, a posse de armas sofisticadas, como a metralhadora, garantiu a supremacia europeia por quase toda a África.

Os conquistadores sustentaram sua expansão com um discurso de que os africanos eram incapazes de governar a si próprios, e que por isso precisavam dos europeus para seu próprio bem, para sair da barbárie e chegar à civilização. A mesma justificativa era utilizada no caso dos asiáticos. Esse seria o "fardo do homem branco", ou seja, cuidar de povos "inferiores" para que pudessem progredir e aceitar o cristianismo. Essa foi uma das fontes mais importantes do racismo contemporâneo, e tem na sua base o interesse econômico nas riquezas dos povos colonizados. Ao repetir o discurso, ignoravam ou fingiam desconhecer toda a história anterior das civilizações africanas e asiáticas.

[3] RODRIGUES, Jaime. África, "uma sociedade mais feliz do que a nossa": escravos e senhores transitórios nas redes do tráfico negreiro. In: *Projeto História*. São Paulo: Educ, n. 27, jul./dez. 2003. p. 124.

A "MISSÃO CIVILIZADORA"

Os glorificadores da expansão conseguiram fazer triunfar a ideia, hoje ainda viva em vários setores da vida econômica, de que a expansão ultramarina era o objetivo final da política, tendo sido os ingleses, entre outros, os primeiros a associar os benefícios do imperialismo ao triunfo da civilização, esse grande feito dos "povos superiores". No momento em que os avanços da ciência e o sucesso do darwinismo asseguravam aos mais dotados a tarefa de espalhar pelo mundo os benefícios do progresso, os ingleses se julgavam necessariamente destinados, em essência, a realizar essa tarefa. "Eu acredito nesta raça", diz a Joseph Chamberlain em 1895. Graças ao seu avanço, ao seu *savoir-faire* ["saber fazer"], os ingleses se encarregavam de civilizar o mundo, "este fardo do homem branco". Os franceses, movidos pela doutrina das Luzes e pelo brilho da Revolução de 1789, julgavam sobretudo estar cumprindo uma missão libertadora [...] Ademais, ao considerarem os indígenas como crianças, eram levados por suas convicções, republicanas ou não, a julgar que, educando-os, eles se civilizariam. Portanto, resistir-lhes era dar provas de selvageria.

Ora, essa ideia de civilização não era neutra. A história e o direito ocidental haviam codificado os fundamentos dela: princípio e formas da propriedade, modalidades de transmissão das heranças, legislação aduaneira, liberdade dos mares etc. Assim, um conceito cultural, a civilização, e um sistema de valores tinham uma função econômica precisa. Aqueles que não se conformassem a essas regras de direito tornavam-se delinquentes, criminosos, e, portanto, passíveis de punição.

FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 22-3.

No caso da África, em especial, os conquistadores logo descobriram que não poderiam governar sem o apoio de alguns dos chefes locais, ou sem aproveitar as estruturas de poder que já existiam. Era óbvio, portanto, que os africanos podiam se autogovernar, e a ocupação estrangeira tinha motivos econômicos e militares, não humanitários.

Em poucas décadas, importantes reinos desapareceram na África e na Ásia, a exemplo dos axantis e Benin na África, e Vietnã no sudeste asiático. Na Ásia Central, além disso, os russos submeteram os turcomenos, os cazaques e os quirguis, povos muçulmanos.

Em 1869, os interesses econômicos europeus levaram à abertura do Canal de Suez, ligando o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Com isso, já não era preciso circum-navegar a África para chegar à sua costa oeste e ao Oriente (veja o mapa da página seguinte).

As resistências coloniais não foram poucas. Na Argélia, as forças armadas do chefe muçulmano Abd el-Kader conseguiram resistir por dez anos ao exército francês. No Senegal, a conquista francesa também desencadeou ações de resistência, o mesmo ocorrendo com o Reino Axanti. No Saara, os nômades tuaregues, montados sobre camelos, mostraram ser guerreiros difíceis de vencer. Na África do Sul, os colonos bôeres (descendentes de holandeses), resistiram aos ingleses e chegaram a um acordo, dividindo o país com eles e criando um sistema de segregação racial. O Reino da Etiópia enfrentou os italianos e conseguiu manter sua soberania por meio de um tratado no qual fazia diversas concessões.

Os europeus tiveram a seu favor a nova onda de inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial. Desde o quinino – substância química tomada para prevenir a malária –, passando pelas estradas de ferro e o telégrafo, até as armas mais eficientes e baratas, a tecnologia tornou viável e lucrativa a expansão colonial sobre a África e a Ásia.

akg-images/Intercontinental Press

Após dez anos de construção, o Canal de Suez foi inaugurado em 1869, encurtando distâncias e facilitando os negócios com os domínios imperiais. Ao lado, xilogravura colorida de 1869 registra o dia da inauguração do canal.

AS TECNOLOGIAS E A EXPANSÃO IMPERIALISTA

O que as armas de carregamento automático, a metralhadora, a navegação a vapor, o quinino e outros inventos conseguiram foi diminuir o custo, tanto em termos financeiros quanto humanos, da penetração, conquista e exploração de novos territórios. O efeito de redução dos custos foi tão significativo que agora não só o governo, como os grupos menores podiam participar do imperialismo. A Bombay Presidence abriu a Rota do Mar Vermelho; a Royal Niger Company conquistou o califado de Sokoto, e até indivíduos como Macgregor Laird, William Mackinnon, Henry Stanley e Cecil Rhodes puderam precipitar os acontecimentos e reivindicar direitos a vastos territórios que depois se converteram em partes de impérios. Tendo-se tornado tão mais barato, devido ao fluxo das novas tecnologias do século XIX, o imperialismo começou a ganhar aceitação entre os povos e os governos da Europa e levou as nações a se transformar em impérios.

HEADRICK, Daniel R. *The tools of empire: technology and European imperialism in the nineteenth century*. Nova York, Oxford University Press,1981. p. 205

Revista *Punch*, Londres

Alvo da partilha imperialista, a África foi palco de várias disputas entre as potências industriais. Na caricatura ao lado, do final do século XIX, o ambicioso e aventureiro Cecil Rhodes (1853-1902), que personificou as ambições do domínio britânico no continente.

O caso do Congo Belga (atual República do Zaire) foi o mais impressionante exemplo de desestruturação social devastadora e de perda de vidas na África colonizada.

Em 1877, o rei Leopoldo II, da Bélgica, criou na África o Estado Independente do Congo, em área que adquiriu como propriedade particular. Ali, a violência foi associada não apenas à repressão às rebeliões, mas também à exploração sistemática de riquezas, como o marfim e a borracha. Com um discurso humanitário e de combate à escravidão, a política do rei Leopoldo II provocou milhões de mortes entre os africanos que lutavam contra a dominação. Explorada ao extremo no trabalho e vitimada por doenças, essa população enfrentou uma violência física e cultural que talvez só tenha encontrado precedente na conquista e exploração da América.

A África no século XIX

Allmaps: Arquivo da editora

Adap. ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 236-7

Veja os locais dos principais domínios no continente africano durante o século XIX. Siga também as direções dos avanços sobre a África dos conquistadores das três potências indicadas na legenda do mapa.

África atual

Adap.: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 33. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 53.

Jornalistas e missionários esforçaram-se em denunciar as atrocidades no Congo, no que pode ser considerada a primeira campanha internacional de direitos humanos. Pressões internacionais, em 1908, forçaram o rei Leopoldo II a entregar suas possessões privadas no Congo ao governo belga.

A África é um continente que representa cerca de 22% da superfície terrestre do planeta (30 milhões de km²), tem cerca de 1 bilhão de habitantes[4], 53 países e uma imensa riqueza cultural – a maioria dos países é multiétnica. O continente luta para superar seus graves problemas sociais e econômicos.

O COLONIALISMO EUROPEU NA ÁSIA

Na **China**, o grande crescimento demográfico em meados do século XIX atraiu o interesse das potências imperialistas, que desejavam explorar esse mercado consumidor. A penetração dominadora da Europa, dos Estados Unidos e do Japão realizou-se por meio de várias guerras, entre as quais a **Guerra do Ópio** (1841).

ópio: droga viciante, extraída da papoula, que tem propriedades anestésicas.

Até o século XVIII, o ópio era utilizado pelos chineses como medicamento. Os ingleses, que produziam grandes quantidades desse produto em seus domínios na Índia, desejavam forçar a exportação de ópio para a China. Para isso, disseminaram o vício entre os chineses.

As autoridades chinesas, diante dos malefícios que o entorpecente estava causando à população, reagiram em 1839, obrigando o representante britânico a entregar cerca de 20 mil caixas de ópio, que foram jogadas ao mar.

O episódio provocou uma guerra, cuja vitória inglesa, sustentada em navios de casco de ferro e outras inovações técnicas aplicadas à guerra, obrigou a China a abrir cinco de seus portos ao livre-comércio e entregar a Ilha de Hong Kong à Inglaterra.

Anos depois, sob o pretexto de vingar o assassinato de um missionário francês, um exército franco-inglês, apoiado por norte-americanos e russos, ocupou a capital chinesa, Pequim. Nessas condições, o governo chinês foi obrigado a abrir mais sete portos ao comércio internacional, além da instalação de embaixadas europeias e o direito de atuação de missões cristãs em território chinês. Algumas décadas depois foi a vez da investida japonesa sobre a China.

A **Gerra dos *Boxers*** (1900) foi outro dos grandes conflitos imperialistas que atingiram a China. Os "punhos fechados" ou *boxers*, como eram chamados pelos ingleses, eram chineses nacionalistas radicais que queriam libertar o país. Em 1900, organizaram uma grande rebelião em que morreram cerca de duzentos estrangeiros, inclusive o embaixador alemão. Em represália, uma força expedicionária internacional, composta por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e norte-americanos, invadiu a China, subjugando o país e obrigando suas autoridades a reconhecerem todas as concessões já realizadas às potências imperialistas.

Em 1911, o Partido Nacionalista Chinês – **Kuomintang** –, sob a liderança de **Sun Yat-sen**, promoveu o fim da monarquia milenar, proclamando a República. Não conseguiu, contudo, superar os entraves ao desenvolvimento autônomo chinês, principalmente pela presença imperialista internacional no país.

No **Japão**, os Estados Unidos organizaram em 1854 uma investida militar e, sob a ameaça de seus

[4] Conforme dados do Censo Americano (US Census Bureau). Disponível em: <www.census.gov/ipc/www/idb/region.php>. Acesso em: 22 mar. 2010.

navios de guerra, obrigaram os japoneses a abrir os portos ao comércio mundial, fechado desde o século XVIII. A abertura comercial japonesa deu início à europeização do país, que passou por profundas transformações econômicas, militares, técnicas e científicas. A sujeição do Japão ao Ocidente, ao mesmo tempo, ativou o nacionalismo e a oposição ao xogum, por ter permitido a abertura.

O xogunato foi criado no século VIII, como um título para comandantes militares. Ao longo dos séculos essa instituição ganhou enorme prestígio e acabou sob o domínio de uma única família – Tokugawa – rival de outros clãs poderosos no século XIX. Instalado na cidade de Edo, antigo nome de Tóquio, o xogunato sobrepunha-se mesmo ao poder do imperador – também chamado de micado – que ficava na cidade sagrada de Quioto.

Diferentemente da China, entretanto, o imperador japonês decidiu modernizar seu país para enfrentar o imperialismo. Apoiado pelos opositores às transformações, especialmente os clãs rivais do xogunato, o imperador Mutsuhito promoveu a centralização política. Inaugurou uma nova fase na história japonesa, a partir de 1868: a era do industrialismo e da modernização, que ficou conhecida como **era Meiji**.

O Japão industrializou-se rapidamente. Ao mesmo tempo, empreendeu uma política imperialista contra os chineses. Em 1894, declarou guerra à China, com o objetivo de tomar a região da Manchúria (observe o mapa ao lado).

A expansão japonesa

RÚSSIA
Ilha de Sacalina
Manchúria
Após 1905
Port Arthur
COREIA
Após 1910
CHINA
JAPÃO
OCEANO PACÍFICO
Xangai
Formosa
Após 1895
0 435 km
Possessões ou influência
Russa
Inglesa
Japonesa
Limite do Império Chinês (1850)

Allmaps/Arquivo da editora
Adap. PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. *Il corso della storia*. 3. *Il novecento*. Bolonha: Zanichelli, 1997. p. 98.

▲ Durante a era Meiji, o imperador Mutsuhito, que reinou de 1868 a 1912, mudou a capital de Quioto para Tóquio. Transferiu os complexos industriais do Estado para poderosos grupos financeiros – os *zaibatsu* – e iniciou a versão imperialista do Japão, conquistando vários domínios no continente asiático e ilhas do Pacífico.

Também interessada na região, a Rússia opôs-se e, em 1904, teve início a Guerra Russo-Japonesa, com a tomada, pelos japoneses, de Port Arthur e de parte da Ilha de Sacalina. Pelo Tratado de Portsmouth, a Rússia acabou se rendendo à supremacia japonesa sobre a China.

akg-images/Intercontinental Press

▲ O desenvolvimento econômico japonês desdobrou-se no expansionismo imperialista. A guerra com a China em 1894-1895 definiu a redivisão de forças no Extremo Oriente, esbarrando na Rússia czarista. Acima, gravura de 1894, de Yoshu, que representa o ataque japonês a Ping-Yang, na China.

No início do século XX, o Japão já se tornara um dos países mais avançados e poderosos do mundo, graças a sua dinâmica desenvolvimentista, superior à de muitos países industriais do Ocidente. Promoveu também maior expansão colonialista, o que logo esbarrou no expansionismo norte-americano que avançava sobre o Oceano Pacífico, originando muitos atritos entre as duas potências no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

A **Índia**, por sua vez, foi arruinada pelo imperialismo inglês. Depois de haver prosperado sob o domínio mongol – quando o soberano Akbar (que reinou de 1556 a 1605) preocupou-se em favorecer a agricultura, melhorar e abrir estradas e fortalecer o artesanato. Mas a Revolução Industrial arruinou seu comércio, pois os ingleses compravam o algodão indiano e o revendiam como tecidos já prontos, a baixo custo, para a própria Índia, fazendo grande concorrência com a produção local.

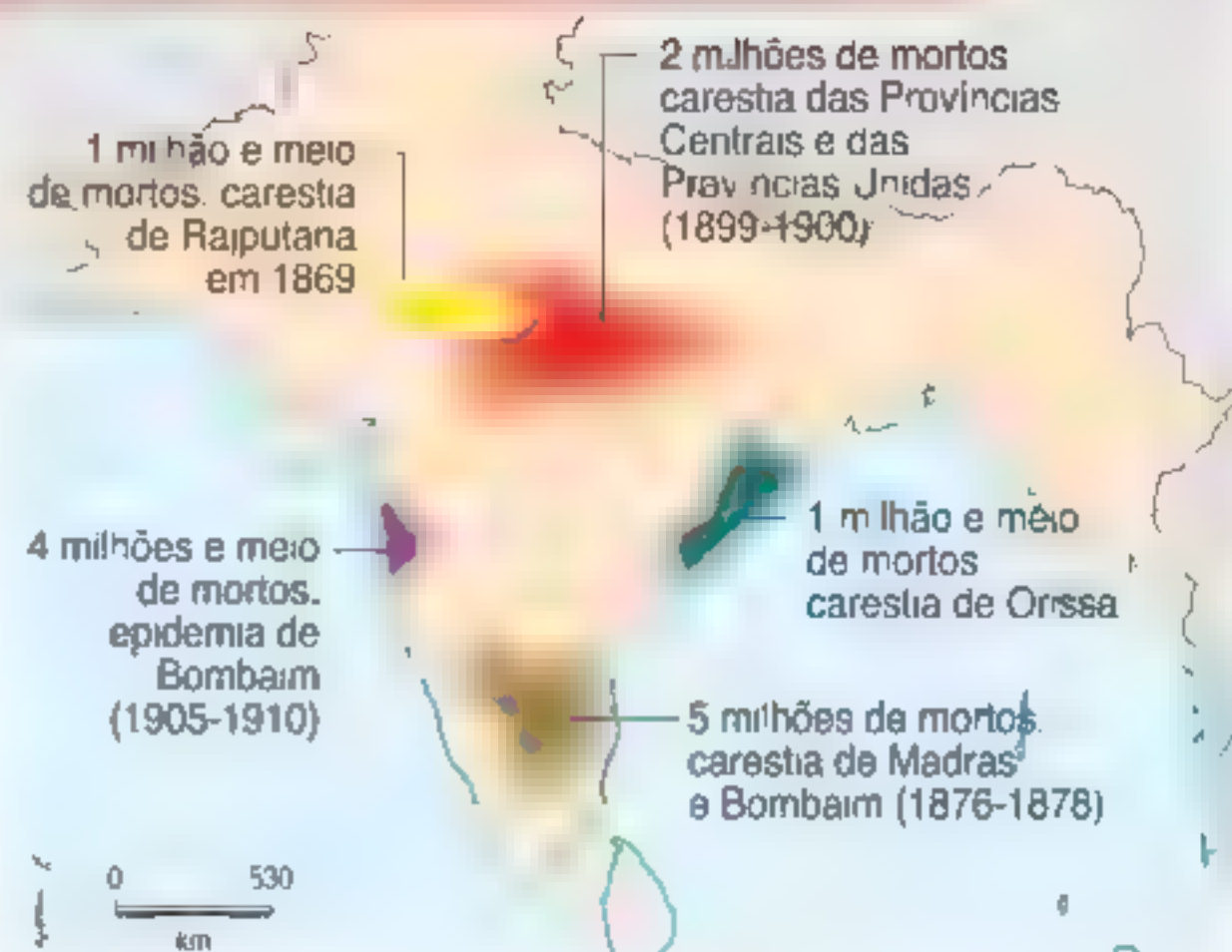
Alguns historiadores, entretanto, têm outra explicação para a crise que a tecelagem indiana sofreu no século XIX. Segundo eles, os tecidos indianos tinham custo inferior e qualidade superior à dos tecidos ingleses. Por isso, a Inglaterra precisou levantar uma proteção com tarifas alfandegárias até o século XIX, com o objetivo de proteger sua indústria têxtil. Essa atitude efetivamente teria arruinado a tecelagem indiana, e não exatamente a mecanização.

Ainda assim, a mecanização inglesa não podia competir com a seda artesanal indiana, de alta qualidade, e sobre ela também recaíram tarifas de importação da Inglaterra. O famoso liberalismo econômico inglês só se concretizaria na segunda metade do século XIX.

A indústria têxtil indiana, desse modo, acabou por falir. O equilíbrio ancestral da vida e da economia foi rompido pela colonização. Nos séculos XVIII e XIX, em razão das imposições dos ingleses e da consequente desestruturação de sua economia local, espalhando a miséria, cerca de 50 milhões de indianos morreram de fome.

A dominação da Índia pelos ingleses começou com uma empresa privada, a Companhia Britânica das Índias Orientais, que estabeleceu entrepostos comerciais nas principais cidades costeiras, e a partir daí foi ocupando territórios. No final do século XIX, diversos grupos indianos se revoltaram e empreenderam uma guerra contra os ingleses. Foi o Levante Indiano de 1857, conhecido como Guerra dos Sipaios (denominação da milícia nativa que servia aos britânicos), iniciado nas unidades militares contra os oficiais (ingleses). O movimento foi reprimido com extrema violência. Mais tarde, em 1876, o primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli transformou a Índia em parte do Império Britânico, sendo a rainha Vitória coroada com o título de imperatriz da Índia.

Carestia e epidemias na Índia colonial inglesa

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia XVIII e XIX secolo*. Bolonha: Zanichelli, 1997. p. 979.

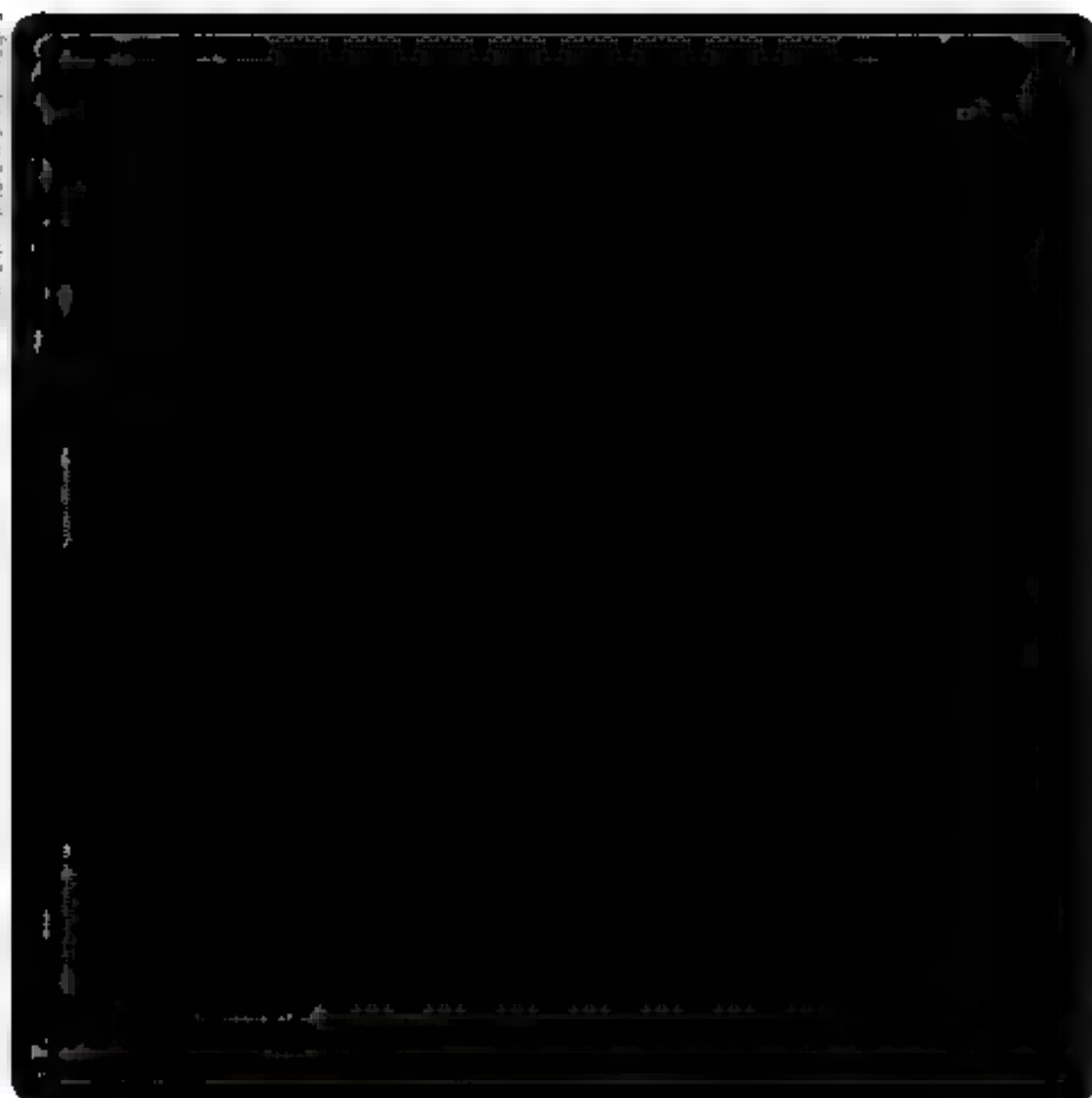
Coleção particular

▲ Litografia publicada em *Le Petit Journal* (França), de 1897, retratando indianos miseráveis pedindo comida aos seus senhores britânicos. Fome e peste devastaram a Índia entre 1866 e 1900. Estima-se que tenham causado a morte de pelo menos 9,5 milhões de indianos.

Os ingleses não governaram diretamente toda a Índia. Em algumas regiões, estabeleceram um sistema em que os soberanos locais eram mantidos, mas na condição de vassalos da Coroa da Inglaterra.

No final do século XIX, a Inglaterra controlava, além da Índia, a Birmânia e várias regiões vizinhas, como o Tibete e o Afeganistão, dominando vastos territórios, que iam do Mar Vermelho ao Oceano Índico. Avançava também sobre a Bacia do Pacífico, a Austrália e as ilhas vizinhas, numa cadeia de pontos estratégicos.

Time Life Pictures/Getty Images

Charge de 1858, publicada no jornal satírico *Punch*, mostrando a subordinação da Índia à Rainha Vitória

Em 1900, as colônias britânicas e a Inglaterra constituíam o maior império colonial do mundo. Temendo a emergência de outras potências imperialistas, estabeleceram um pacto, que deu origem à British Commonwealth of Nations (Comunidade Britânica de Nações). Existente até hoje, a Commonwealth, como é conhecida, compõe-se de países que, depois de sua autonomia política, continuaram unidos por interesses comerciais e diplomáticos comuns, como Austrália, África do Sul e Canadá.

Imperialismo capitalista do século XIX

colonialismo no século XVI ← liderança ibérica
- gêneros tropicais
- metais preciosos
- mercantilismo
- liderança do Estado
- levar a "fé aos fiéis"
- América

colonialismo no século XIX ← liderança inglesa
- matérias-primas
- mercados consumidores
- áreas de investimento
- centros para excedentes demográficos
- liderança de empresas privadas
- "missão civilizadora"
- África e Ásia

→ Conferência de Berlim

disputas coloniais
- → resistência anti-imperialista
  - → África: Guerra dos Bôeres
  - → Índia: Guerra dos Sipaios
  - → China: Guerra dos *Boxers*
- → choques entre potências imperialistas → acirramento da tensão internacional → rumo à Primeira Guerra Mundial

Faça as atividades a seguir com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo:

1. Compare o colonialismo do século XVI ao do século XIX conforme as informações do esquema-resumo e registre em seu caderno.
2. Copie no seu caderno o tópico "resistência anti-imperialista" do esquema-resumo e complete-o com mais informações sobre os mecanismos de resistência ao imperialismo na África, Índia e China.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura, reflexão e elaboração de texto

→ O primeiro texto abaixo foi escrito pela pesquisadora da História da África, Leila Hernandez, e o segundo, pelo historiador francês Marc Ferro. Leia-os e faça as atividades propostas.

Texto 1

O século XX já foi adjetivado de várias formas. Talvez a mais conhecida seja a de Eric Hobsbawm, "breve século XX". [...]

lembramos [...] de crueldades derivadas da violência institucional e simbolica como as referentes às questões raciais dos negros, por exemplo nos Estados Unidos e no Brasil, e seus desdobramentos que nos levam à hipótese de que os negros na sua grande maioria são considerados apenas indivíduos, por vezes cidadãos, mas sempre de segunda classe.

Essa situação a partir da modernidade tem raízes histórico-estruturais no tráfico atlântico de escravos, elemento fundamental do sistema colonial do século XVI, e foi reforçada pelo imperialismo colonial de fins do século XIX na África. Mas, enquanto este tem sido por vezes qualificado como contingente, o racismo integra um corpo ideológico que antecede e transcende o imperialismo colonial.

Para esse corpo ideológico foi fundamental o papel da etnografia europeia da segunda metade do século XIX, cujo ponto de partida era o pressuposto de que apenas os ocidentais porque "mais aptos" e "muito mais capazes" podiam, de acordo com uma nova consciência planetária, conceber e apresentar ideias sobre os povos coloniais. Constituiu-se, assim, uma identidade imaginada, a partir da ideia de que nada era mais natural do que a submissão das racas dos mundos dominados da Ásia e da África, uma vez reduzidas a subprodutos do racialismo europeu.

Temos aqui o ponto central em torno do qual se organizaram as exposições universais, verdadeiros rituais de massa em que os grandes impérios se afirmavam segundo sistemas classificatórios tanto para produtos em exibição como para povos e as nações participantes. Assim, povos e culturas expostos obedecendo a uma organização temporal eram classificados em selvagens, bárbaros e civilizados, em uma palavra, o planeta foi dividido entre uma raça superior glorificada por uma missão civilizatória autoatribuída e raças inferiores.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula. visita à História contemporânea*. São Paulo. Selo Negro, 2005. p. 131-2

Texto 2

"Acredito nesta raça [...]", dizia Joseph[5] em 1895. Ele entoava um hino imperialista à glória dos ingleses e celebrava um povo cujos esforços superavam os de seus rivais franceses, espanhóis e outros. Aos outros povos, "subalternos", o inglês levava a superioridade de seu savoir-faire, de sua ciência também; o "fardo do homem branco" era civilizar o mundo, e os ingleses mostravam o caminho.

Essa convicção e essa missão significavam que, no fundo, os outros eram julgados como representantes de uma cultura inferior, e cabia aos ingleses, "vanguarda" da raça branca, educá-los, formá-los – embora sempre se mantendo a distância. Se os franceses também achavam que os nativos eram umas crianças, e sem dúvida os consideravam inferiores, suas convicções republicanas levavam-nos, porém, a fazer afirmações de outro teor, pelo menos em público, ainda que estas não estivessem necessariamente em consonância com seus atos.

Todavia, o que aproximava franceses, ingleses e outros colonizadores, e dava-lhes consciência de pertencerem à Europa, era aquela convicção de que encarnavam a ciência e a tecnica, e de que este saber permitia às sociedades por eles subjugadas progredir. Civilizar-se.

FERRO, Marc. *História das colonizações. das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 39

[5] Joseph Chamberlain (1836-1914). Político inglês, foi prefeito de Birmingham, deputado, ministro do Comércio e típico representante da política imperial britânica como secretário das colônias.

a) Segundo Leila Hernandez, como os negros foram considerados nas questões raciais, sociais e políticas do século XX e quais as raízes histórico-estruturais dessa visão?

b) De acordo com Marc Ferro, qual era a missão dos ingleses diante dos povos considerados inferiores?

c) Com base nas ideias expostas pelos autores, escreva um pequeno texto, respondendo ao questionamento da seção *Para pensar historicamente*: "Como essa trágica herança afeta hoje os países africanos e asiáticos?"

2 Imagem e texto: análise e reflexão

→ O recurso às imagens foi um dos mecanismos utilizados pelas nações imperialistas para se autorrepresentarem em suas missões civilizatórias, bem como para representarem as demais nações como selvagens e/ou exóticas. Para responder às questões, leia o texto e analise a imagem do cartão-postal a seguir.

É importante ver fixada [...] a função principal que se atribui à fotografia no âmbito das exposições universais.

Na iconografia de 89 [1889, Exposição Universal de Paris], vê-se que a gravura é utilizada para a representação de todos os tipos de assuntos: vistas panorâmicas, espetáculos noturnos, o "exótico" e também a arquitetura, objetos técnicos e objetos artesanais de luxo [...] Benedict [Burton Benedict, antropólogo] [...] analisa as diferentes formas com que ingleses, franceses e americanos trataram suas colônias nas exposições universais. O ponto que nos parece um dos mais importantes de sua análise é a afirmação do poder das exposições de criar imagens estereotipadas (que podem conduzir ao estabelecimento de papéis) de determinados grupos étnicos e de incuti-las nesses mesmos grupos, a ponto de, após sua independência política, eles passarem a usar essas mesmas imagens, como símbolos da identidade nacional.

Assim, reservam-se a cada nação, colônia ou mesmo continente (geopolítica), e a determinados ramos da atividade humana, certos papéis a cumprir no "concerto das nações". Esses papéis são concebidos, sobretudo, em função das necessidades da indústria, em escala mundial [...].

A classificação é, assim, além de um problema de ordenação de produtos, também um problema de ordenação de papéis e de criação e difusão de imagens a eles correspondentes. E, em última análise, a grande imagem que se cria é a imagem do próprio mundo, ou melhor, do mundo que se deseja implantar.

BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 36-45.

Coleção particular

◄ Cartão-postal de uma loja de departamentos francesa com a imagem de um dos pavilhões da Exposição Universal de Paris, de 1889. O pavilhão reproduzia o exotismo de uma cidade senegalesa. As exposições ou feiras universais do século XIX foram grandes manifestações e reproduções das cidades modernas, reunindo objetos, projetos, discursos e imagens do progresso técnico, da ciência e do mercado.

a) De acordo com o texto, qual a importância das mensagens veiculadas por meio de imagens no contexto das exposições universais?

b) Em que medida as classificações (de nação, das atividades humanas, da sociedade) atendiam aos interesses imperialistas?

c) O cartão-postal reproduz uma cidade senegalesa na Exposição Universal de Paris, em 1889. Na sua opinião, o que a representação do "exotismo" africano informa sobre as práticas imperialistas e eurocêntricas da França?

Capítulo 28

O Segundo Reinado no Brasil

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 28 (p. 510 a p. 528).

O SEGUNDO REINADO NO BRASIL

O capítulo trata do Segundo Reinado brasileiro, período em que D. Pedro II esteve às voltas de grandes mudanças na esteira do avanço da economia agroexportadora, cujo motor foi a importante produção cafeeira que promoveu a melhoria nos transportes públicos, nos serviços urbanos e propiciou o aparecimento dos primeiros núcleos industriais do país.

O texto da historiadora Sheila de Castro Faria, chamado "Títulos de nobreza e cooptação" demonstra como os chamados "barões do café" dedicavam-se também às atividades econômicas urbanas, como o comércio, bancos e indústrias, diversificando a economia do período, especialmente na transformação da Província de São Paulo em novo eixo econômico. Esse movimento, de certa forma, contribuiu para o início da industrialização no Brasil, se considerarmos também o fim do tratado de comércio com a Inglaterra e a Tarifa Alves Branco, que aumentava o tributo sobre produtos importados.

Na seção ***Para pensar historicamente***, problematizamos a questão da **escravidão** e da **cidadania**, buscando destacar sua construção histórica. Essas reflexões abrem caminho para olhar as profundas diferenças do quadro social do final do Império, requisitadas na atividade da seção *Para recordar*.

O texto da atividade *1. Leitura e interpretação de texto historiográfico*, adaptado do livro de Celso Castro, é importante para destacar a conjuntura da queda da Monarquia no Brasil, em 1889. Após sucessivos conflitos reprimidos com violência pelo poder imperial, a aliança entre membros do exército, cafeicultores paulistas e setores médios urbanos possibilitou a implementação do regime republicano de governo, especialmente depois do processo de Abolição da Escravidão, no qual as aristocracias do nordeste e do sul sentiram-se traídas pelo poder imperial e resolveram se unir à causa republicana.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura:** pesquisar as escolas literárias predominantes no Brasil no século XIX, seus principais representantes e obras. Vincular as características literárias com o pano de fundo histórico em que se desenvolviam.

▶ Textos de apoio

O que fazer sem os escravos?

Em tais circunstâncias, que poderá fazer o proprietário de terras, ou de minas, que vive isolado, embora disponha de recursos, se lhe falta a mão de obra? Perder tempo inutilmente a percorrer as vizinhanças, num raio de 6, 8, 10 milhas, em busca de homens livres que queiram trabalhar? Ou, caso os encontre, vê-los abandonar o serviço logo depois de engajados, ou ser obrigado a despedi-los logo em seguida?

Assim, seu único recurso é alugar escravos, ou adquiri-los por compra. Só neste caso é que poderá contar com serviço permanente, que lhe dá lucro, mesmo que o seu custo se eleve três vezes mais.

Em 1821, o preço de um escravo sadio, de 16 a 20 anos, era, no Rio de Janeiro, de 150 a 200 mil réis, ou seja, 225 a 300 reich taller, respectivamente.

Calculando-se em 28$000 a renda anual de um escravo em Minas Gerais, livre de todas as despesas, conclui-se que, no prazo de cinco a cinco anos e meio, estará amortizado o capital empatado na compra. Isto se o dono não tiver a infelicidade de perder o escravo por morte natural.

O capital empatado vence, pois, juros de 17 a 20%. A renda obtida nos anos seguintes pode ser considerada, portanto, lucro líquido.

O lavrador, desse modo, poderia vender seus produtos a preços accessíveis, sem prejuízo para si. O mesmo aconteceria com os mineiros, que poderiam explorar as lavras mais pobres, que produzissem apenas o suficiente para pagar o sustento dos escravos e o aluguel semanal de $600 por cabeça.

Agora, pergunta-se, o que sucederia ao lavrador, ao industrial e ao mineiro, caso o tráfico fosse suprimido?

Bibliografia

BERNARDES, D. *Um Império entre repúblicas: Brasil século XIX*. São Paulo: Global, 1983.

BESOUCHET, L. *Pedro II e o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CALDEIRA, J. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, F. de. Reflexões sobre a escravidão colonial. In: PRIORE, M. DEL et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio)

CARDOSO, C. F. S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, M. S. de. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

DORATIOTTO, F. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FAORO, R. *Os donos do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

MAESTRI, M. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MARQUES, M. E. C. M. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MARTINS, J. de S. *O cativeiro da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Longe de mim justificar a escravidão, que considero uma instituição infamante. Se, porém, eu fosse brasileiro, teria dúvida em concordar com a abolição desse comércio. Não concordaria mesmo nunca se essa medida me fosse imposta por outra Nação, como sucedeu com o Brasil.

MAUÁ, V. de. Autobiografia (Exposição aos credores e ao público, seguida de "O meio circulante do Brasil", 1878, 2. ed.). Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. p. 215, 217-9. In: LEITE, M. M. *Iniciação à História social contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 147-8.

Os caudilhos rio-grandenses contra o Barão de Mauá

"As terras da República (do Uruguai) tiveram valor depois que os brasileiros com sua industria e atividade as enriqueceram com seus gados e que a inteligência de um brasileiro notável, qual o Sr. Barão de Mauá, a quem deve o Estado Oriental a fundação do melhor estabelecimento bancário que nele funciona, tem concorrido por meio de suas bem combinadas operações, não só para o desenvolvimento comercial do país e por conseguinte para a sua riqueza, como para restaurar o credito público que era nulo e que hoje ainda se sustenta em uma posição favorável nao obstante todas as desgraçadas ocorrências que pesam sobre a nação."

Este comentário do Jornal do Commércio era um despacho jornalístico vindo de Montevideu, provavelmente a mando do próprio Barao de Mauá. Ele torna evidente o que se tem afirmado aqui: a intervenção no Uruguai contraria os interesses econômicos do Império do Brasil, representados pelo Barao de Mauá. Mas os rio-grandenses estabelecidos no Uruguai, de forma enérgica, acusam o Império de ficar inerte ante as violências que dizem sofrer – e no mais das vezes praticam, em lugar de serem vítimas – para não se atingir os interesses de Mauá. Os rio-grandenses pouco se importavam com os interesses do Império. Essa dissociação de interesses com o Império chega a um tempo que vem, de forma aparentemente paradoxal, satisfazer as necessidades do governo imperial: quando o Brasil precisa deixar de lado seus próprios interesses no Uruguai para criar uma situação que permita a deflagração da guerra. Aí as pressões exercidas pelos "colorados" rio-grandenses contra os "blancos" do governo uruguaio podem ser aceitas como um "dever patriótico". Isso não quer dizer que o Barão de Mauá não protestasse: A notícia citada acima no Jornal do Commercio era uma defesa das acusações que faziam contra ele e o Império no Rio Grande. Como esta, por exemplo, no mesmo jornal de 1.º de outubro de 1863: "Nós rio-grandenses, chegada a última necessidade, saberemos fazer com que nos respeite. Torna-se inevitavel um conflito do Imperio com a Republica (do Uruguai) ou com a província do Rio Grande". Como se vê, os rio-grandenses punham a questão clara: se o Império do Brasil não intervier no Uruguai, satisfazendo suas aspirações – que contrariam o governo "blanco" que já lhes proibiu a escravidao e aumentou os impostos sobre o gado e as terras – a província do Rio Grande do Sul pode se voltar contra o Império, numa ameaça que sempre fez tremer a corte de D. Pedro II: a quebra da unidade nacional. Claríssima a continuação do Jornal do Commércio. "Se a nacionalidade não serve aos nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, para nada mais lhes presta". Esses comentários foram transcritos de um jornal rio-grandense: a própria transcrição já era uma pressão sobre a Corte. Em 24 de fevereiro de 1864, transcreviam os jornais do Rio esse apelo divulgado no Rio Grande do Sul:

"Os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental devem apelar para o seu próprio valor, para a sua força, emprestando apoio ao elemento colorado e rasgar em mil pedaços o xiripá sangrento dos ferozes blanquillos." Essa violência era apoiada e transcrita no Rio, nada menos que por José Maria do Amaral, ex-representante do Império no Uruguai.

Mauá – e isso fica claro na sua biografia por Alberto de Faria – acaba por submeter-se à política do Império, "do qual ele era um interventor oficial", e alia-se aos "colorados" de Venâncio Flores, apoiados pelos rio-grandenses proprietários de terras no Uruguai. A contradição é tão flagrante que, mesmo com todo o apoio que continua recebendo do novo governo uruguaio, o Banco Mauá abre falência alguns anos mais tarde: o grande banqueiro termina seus dias na pobreza.

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 91-3.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1) A Guerra do Paraguai fortaleceu e institucionalizou o exército, na medida em que fez nascer um grande e disciplinado corpo de oficiais experientes, pronto a defender os interesses da instituição. Contudo, sua importância não era reconhecida pela Monarquia, que continuava a subestimar esse grupo da seguinte forma: os soldos eram baixos, contrariando as expectativas de setores das camadas médias urbanas, que buscavam fazer carreira militar; as promoções eram lentas e os investimentos, insignificantes; além disso, a participação de muitos escravos na guerra colaborou para aproximar o exército dos ideais abolicionistas. Soma-se a este quadro a penetração da filosofia positivista, amplamente divulgada entre os estudantes da Escola Militar, que defendiam a modernização do país. Assim, o corporativismo existente no

MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONTEIRO, H. M. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios)

MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

POMER, L. *Paraguai, nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1984.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

______. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

Teses

RODRIGUES, M. S. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. São Paulo: FFLCH, USP, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220>. Acesso em: 15 abr. 2010.

SANTOS, Y. L. dos. *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: FFLCH, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113154>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Filmes

A moreninha. Direção de Glauco Mirko Laurelli. Brasil, 1971. (96 min)

Gaijin – os caminhos da liberdade. Direção de Tizuka Yamazaki. Brasil, 1980. (112 min)

Guerra do Brasil: toda verdade sobre a Guerra do Paraguai. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1987. (104 min)

Endereço eletrônico

Memorial do Imigrante. Disponível em: <www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2010. No *site* é possível acessar parte do acervo do museu mantido pelo Memorial do Imigrante, bem como conhecer um pouco mais a respeito da história da imigração de grupos europeus e asiáticos para o Brasil.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BERNARDES, Denis. *Um império entre Repúblicas. Brasil século XIX*. São Paulo: Global, 2000.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO DE ASSIS. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

______. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

exército, somado à sua adesão às ideias republicanas e abolicionistas, colocaram-no em rota de colisão com a Monarquia. O ápice dessa tensão viria com a questão militar, em 1883.

2) No último quartel do século XIX, o principal produto de exportação brasileiro era o café, cujos rendimentos faziam a fortuna dos cafeicultores. Uma parcela desses fazendeiros começava a investir em outras atividades, como o comércio e a indústria, acelerando o crescimento urbano. Para os cafeicultores, a Monarquia ia se tornando um entrave e as ideias republicanas ganhavam mais e mais terreno. Enquanto isso, o trabalho escravo era progressivamente substituído — principalmente em São Paulo — pelo trabalho assalariado de imigrantes vindos da Europa. Muitos imigrantes, contudo, abandonavam o campo e se dirigiam para as cidades, onde engrossavam a oferta de mão de obra disponível para atividades como o comércio e a indústria. Com isso, a composição das camadas populares diversificava-se e a vida urbana se dinamizava, dando origem a um setor médio em expansão. Se a grande maioria da população era mantida à margem da vida política e contava mesmo com muitos simpatizantes da Monarquia, sobretudo, entre os ex-escravos, os setores médios passaram a desejar conquistar maior representatividade política, fortalecendo a defesa da República.

Exercícios de História

1. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) Não, de acordo com o texto, os defensores da República eram uma minoria da população e mesmo entre os militares não havia unidade. Assim, a Proclamação da República foi um golpe, protagonizado apenas por uma parcela dos militares.

b) A derrubada da monarquia foi articulada pela "mocidade militar", jovens oficiais de baixa patente, formados pela Escola Militar e adeptos do positivismo.

c) A chamada "mocidade militar" defendia o republicanismo, derivado da valorização simbólica do mérito individual e do cientificismo. Tomavam como modelo o liberalismo francês, acreditando que a racionalidade científica seria capaz de colocar o país no caminho do progresso.

d) Não, para os golpistas havia apenas a certeza de que a República era a única forma "científica" de governo. Essa indefinição acerca de um projeto político nacional acabou por favorecer a fragmentação dos militares após a Proclamação da República.

2. Análise de tabela

a) A importação é maior entre 1847 e 1849, período em que a economia cafeeira está em expansão.

b) Em 1850 é assinada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia a importação de escravos.

c) A diminuição da importação de escravos incentivou a contratação de mão de obra imigrante, bem como o tráfico interno de escravos. Além disso, liberou capitais para serem investidos internamente em atividades como o desenvolvimento do comércio e das atividades industriais, favorecendo a acumulação.

3. Observação e análise de fotografias

a) Nas duas fotos os chefes da família são os homens mais velhos. Em todas, eles trajam terno e estão em pé, destacados no centro da imagem. Também nas duas fotos, os homens estão ao lado da esposa sentada e rodeados pela prole. As mulheres se vestem de maneira sóbria, com vestidos longos e sem decotes.

b) Em primeiro lugar, nas duas fotografias o autor procurou representar, por meio da imagem, a hierarquia de poder no seio familiar: o homem, chefe da família, em destaque e posição mais alta e central, dando o equilíbrio do conjunto. A mulher, sentada ao seu lado, sugerindo submissão. Seu ar sério e suas roupas sóbrias deixam claro que ela é uma esposa contida e reservada, o que lhe confere respeitabilidade. A prole, ao redor do casal, atesta sua fertilidade e a transmissão segura da linhagem e da herança. O que é interessante observar é como as famílias negras, formadas por escravos recém-libertos, busca reproduzir o modelo das famílias brancas, inserindo-se, pela imagem, na sociedade que por tanto tempo os excluiu. A nova condição de cidadão dos negros exige, também, a construção de uma nova imagem de si, condizente com a posição de indivíduos livres.

▶ Questões & testes

Capítulo 20

Enem

1. D 2. C 3. B

Vestibulares

4. F; V; V; F; F 5. C 6. E

7. a) O movimento revolucionário francês ameaçava propagar as ideias liberais, o que provocou a reação dos demais estados monárquicos absolutistas europeus. Além disso, a ascensão da burguesia na França acabou gerando uma rivalidade econômica com a Inglaterra.
   b) O acelerado ritmo de destruição da guerra naval provocava a necessidade de construção de novos navios (na época, de madeira), o que chegou a provocar desmatamento em larga escala.

8. O primeiro texto refere-se à Idade Média e a uma percepção do tempo marcada pela Igreja, que ajudava a definir o ritmo das atividades cotidianas. O segundo texto refere-se à Revolução Industrial e ao tempo do trabalho, considerado uma atividade que causa sofrimento e que tem como alternativa o "tempo livre", do não trabalho, ocupado por um lazer alienante.

Capítulo 21

Vestibulares

9. A 10. B 11. B 12. B

Olimpíadas da Unicamp

13. A, D

Capítulo 22

Enem

14. E 15. A

Vestibulares

16. D 17. B

18. a) A tensão social decorrente da prolongada decadência da produção açucareira pernambucana e a influência de ideias iluministas.
    b) Os grandes proprietários tinham interesse econômico na Proclamação da Independência, que significava basicamente a extinção do regime de monopólio. Além disso, tinham interesse em assumir o controle político do Brasil.

Olimpíadas da Unicamp

19. D

Capítulo 23

Enem

20. C

Vestibulares

21. B 22. D

23. Entre os principais motivos, o candidato poderia citar: a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico interno das

colônias promovido pela elite *criolla* e a vigência do pacto colonial imposto pela metrópole; a influência das ideias iluministas e do processo de independência dos Estados Unidos; os desdobramentos da Revolução Francesa, com a invasão napoleônica da Península Ibérica; o apoio inglês aos movimentos de emancipação; a crescente afirmação da identidade dos "povos americanos", conforme expresso numa produção cultural que antecipava o nacionalismo.

24. a) Nos dois casos, a liderança do processo de independência pertenceu à elite colonial, influenciada pelas ideias liberais e apoiada pela Inglaterra capitalista industrializada; após a vitória do separatismo, essas oligarquias assumiram o controle dos recém-criados Estados nacionais latino-americanos e mantiveram inalterada a estrutura social e econômica do período colonial, além de impedirem a participação política das camadas populares.
    b) No caso brasileiro ocorreu uma transição conservadora rumo à independência, uma vez que, ao contrário da América Espanhola, a ruptura com a Metrópole não foi realizada por meio de revoltas ou revoluções, e as lutas contra as autoridades de Lisboa foram localizadas e tiveram curta duração. Após a independência, em 1822, sob a liderança do regente português D. Pedro, foi adotado o regime monárquico e se manteve a unidade política nacional. Na América Espanhola, a autonomia política foi seguida pela implantação de regimes republicanos e presidencialistas, e seu território fragmentou-se, dando origem a vários Estados nacionais.

▶ Capítulo 24

Enem

25. C

Vestibulares

26. A 27. D 28. B 29. D 30. A

31. A escravidão foi predominante na Antiguidade, a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado na Idade Contemporânea. Na escravidão, o trabalho é um instrumento de produção, uma mercadoria, enquanto os servos possuem direitos, estando presos à terra que trabalham e sendo donos dos instrumentos produtivos que utilizam. No trabalho assalariado, o trabalhador é dono apenas de sua força de trabalho, sendo remunerado pela sua venda no mercado, constituindo um meio de produção.

▶ Capítulo 25

Enem

32. D 33. D

Vestibulares

34. A 35. E 36. C

37. a) Dentre as concepções, pode-se citar:
    – o **liberalismo político**, com origem no Iluminismo e na Revolução. Suas propostas giravam em torno da criação de uma Constituição (garantindo direitos dos cidadãos), da tripartição dos poderes (em executivo, legislativo e judiciário) e do direito de voto.
    – o **nacionalismo**, fruto do Iluminismo e do direito à autodeterminação dos povos.
    – o **socialismo**, resultado das tensões sociais provenientes da industrialização. No período, o movimento era chamado de "utópico", em razão do caráter difuso e pouco prático de suas propostas.
    – o **liberalismo econômico**, também fruto da Revolução Industrial e fundava-se na defesa do livre comércio entre as nações.
    b) Dentre os movimentos sociais, podem ser citados:
    – **Revolução de 1830**, movimento liberal e antiabsolutista.
    – **Revolução de 1848**, conhecida como "Primavera dos Povos" e marcada por ampla mobilização popular, com propostas nacionalistas e socialistas (utópicas).
    – **Cartismo**, que foi a luta dos trabalhadores pelo direito de voto.
    – **Independências** na América, expressando tanto o nacionalismo quanto o liberalismo (sobretudo econômico).

▶ Capítulo 26

Enem

38. B 39. C

Vestibulares

40. A 41. B 42. E 43. C

44. a) A Cabanagem foi um movimento de caráter acentuadamente popular, enquanto a Farroupilha foi iniciada e liderada pelas elites gaúchas.
    b) As revoltas visavam maior autonomia para as províncias, entrando em choque com o projeto centralizador monárquico.
    c) Dificuldades econômicas geravam insatisfação das elites, que buscavam superar suas dificuldades assumindo o controle do poder local.

Olimpíadas da Unicamp

45. A, B

▶ Capítulo 27

Enem

46. D

Vestibulares

47. E 48. A 49. D 50. D

51. A frase de Jomo Kenyatta (primeiro presidente do Quênia, 1964-1978) expressa alguns dos grandes dramas da submissão dos povos africanos ao imperialismo europeu. Os conquistadores, sob a máscara do avanço cultural, e considerando-se os porta-vozes únicos da civilização (o que inclui o conhecimento da religião "correta"), desencadearam um violento processo de espoliação econômica. Dessa forma, conforme os africanos assumiam os valores da cultura imposta (a Bíblia), foram sendo espoliados de sua riqueza (a terra).

▶ Capítulo 28

Enem

52. A 53. A

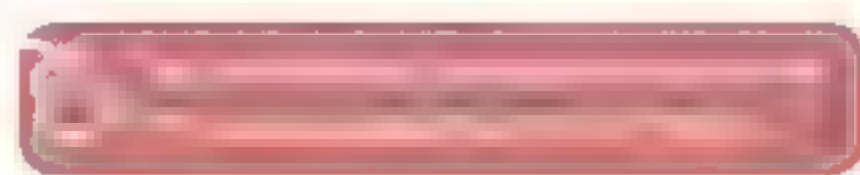
Vestibulares

54. D 55. A 56. V; V; V; F; F

57. a) Tratava-se de um sistema centralizado e autoritário, em que o poder era monopolizado pela aristocracia tradicional. A prática do voto censitário e a existência da escravidão reduziam drasticamente o alcance da cidadania.
    b) A expansão da cafeicultura e o fortalecimento dos cafeicultores, principalmente na província de São Paulo, fez com que propostas descentralizadoras (republicanas e federativas) tivessem cada vez maior espaço. Ao mesmo tempo, a progressiva urbanização fez surgir uma camada média interessada em mudanças.

Olimpíadas da Unicamp

58. A, B, C

CAPÍTULO 28

O Segundo Reinado no Brasil

Acervo Instituto Moreira Salles

Partida para a colheita de café no Vale do Paraíba. Fotografia de Marc Ferrez, do século XIX

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Sociedade escravista em ebulição

A principal marca do Segundo Reinado no Brasil foi a questão escravista. Ela esteve presente nos principais debates políticos no Parlamento, nos confrontos militares, como a Guerra do Paraguai, na expansão cafeeira, que impulsionou a economia no final do século XIX, e nas revoltas e movimentos sociais.

A escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Preconceitos de cor, marginalização e abismos sociais, desvalorização do trabalho manual e desrespeito aos trabalhadores são apenas alguns traços deixados pela escravidão. Alguns desses traços são visíveis em seu cotidiano, em suas relações pessoais ou familiares?

Coleção particular

Carregadores de café a caminho da cidade. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, de cerca de 1826.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, em 1840, teve início o Segundo Reinado, apogeu da monarquia brasileira, representante legítima dos interesses das elites. Deu-se continuidade à centralização política e administrativa iniciada em 1837 e "pacificou-se" o país, com a repressão às revoltas herdadas do período anterior, bem como a novos movimentos que colocariam em risco a ordem monárquica. Conservadores e liberais, os dois partidos de então, integraram o governo elitista de D. Pedro II, durante o "período de conciliação", como foi denominado, contribuindo para consolidar a ordem imperial oligárquica brasileira.

A oligarquia escravista-exportadora, em especial açucareira e cafeeira, bem como seus representantes na organização imperial, marcaram a feição do país durante o Segundo Reinado, mantendo a ordem socioeconômica construída ao longo do processo de colonização.

Apesar da aparente continuidade entre o período colonial e o Império, emergiram novas forças sociais, em especial as nascidas do surto industrial e do processo de urbanização, na segunda metade do século XIX. O **cacau** e a **borracha**, de alto valor comercial no mercado externo, ganharam destaque na produção agrícola brasileira, e a mão de obra escrava foi sendo gradualmente substituída pela assalariada, constituída basicamente de imigrantes.

Ao mesmo tempo que se mantinha o caráter elitista da dominação política, a economia tornava-se mais racional e produtiva, avançando no sentido do desenvolvimento capitalista, o que por sua vez envolvia mecanismos próprios de exclusão social. As transformações promoveram a definitiva transferência do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, com grande crescimento populacional no novo polo econômico e mudanças na estrutura étnico-social da população.

Em termos demográficos, o número absoluto de escravos, que aumentou até a década de 1850, passou a declinar acentuadamente até a década de 1880; na contagem total da população, o progressivo aumento do número de indivíduos livres e de brancos revelava a substituição da mão de obra escrava pela livre e a entrada de numerosos imigrantes europeus. A maioria desses indivíduos que compunham o novo perfil da população, no entanto, continuava excluída tanto de maior participação na riqueza produzida no país quanto dos mecanismos de poder político do Estado imperial.

A ascensão da cafeicultura

Na Europa, o café era considerado uma bebida de luxo desde o século XVII. Sua viabilidade como produto de exportação, porém, só se deu no fim do século XVIII, quando a produção colonial francesa se desorganizou e entrou em crise, em razão de turbulências revolucionárias. A produção brasileira passou a ser realizada em larga escala e voltada para a exportação.

Cultivado em pequenas lavouras próximas ao Rio de Janeiro, o café logo atingiu a Zona da Mata mineira e boa parte do litoral fluminense. Em sucessivas etapas de expansão, fixou-se no Vale do Paraíba, entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por volta de 1850, irradiou-se pelo oeste da província de São Paulo, atingindo a região de Campinas. A crescente demanda do produto no mercado internacional favoreceu a expansão do cultivo em direção ao Oeste Paulista, sobretudo a partir dos anos 1870. Nessa região, o café encontrou solo e clima bastante favoráveis, transformando a província de São Paulo no principal centro produtor do país. O Porto de Santos, por sua vez, situado no litoral paulista, tornou-se o mais importante escoadouro da produção cafeeira, ultrapassando o Rio de Janeiro em importância comercial. Da região de Campinas, as fazendas de café espalharam-se em direção a Ribeirão Preto, alcançando mais tarde o sul de Minas Gerais e o norte do Paraná.

O transporte do café era feito em tropas de mulas e, após os anos 1860, por ferrovias até os portos, sendo os do Rio de Janeiro e de Santos (escoamento da produção do Vale do Paraíba e de São Paulo, respectivamente) os principais exportadores de café. Ali ficavam as casas comissárias, cujos donos eram responsáveis pela negociação da produção e, às vezes, fornecedores de valores antecipados, por conta da produção futura. Ao lado, *Porto de Santos* na província de São Paulo, numa pintura de Benedito Calixto, do início do século XX.

Location Pinacoteca di Brera, Milan. Corbis/Latinstock

Em contraste com as regiões ditas "velhas" da lavoura cafeeira (Vale do Paraíba), as áreas "novas" (Oeste Paulista) firmaram-se após a proibição do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, nos anos 1850. Diante da necessidade de mão de obra da área cafeeira, voltada sobretudo para o abastecimento dos crescentes mercados norte-americano e europeu, ganhou impulso o tráfico interno (interprovincial e intraprovincial) de escravos, num total estimado de aproximadamente 400 mil até 1885, quando também foi proibido (Lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários).

No tráfico interprovincial, as províncias do Norte e Nordeste passaram a suprir as áreas de café do Sudeste. No intraprovincial (ou intermunicipal), o fluxo se deu de áreas mais pobres para áreas mais dinâmicas, por exemplo de áreas urbanas para as lavouras. Juntavam-se interesses entre donos de escravos: uns necessitavam de mão de obra e outros, de outras regiões sem o dinamismo cafeeiro ou mais pobres, eram atraídos pela elevação dos preços dos seus cativos, vendendo-os. Estimativas apontam que na região fluminense e de São Paulo estava boa parte dos cativos do país, cerca de 30% em 1872, a maioria na lavoura cafeeira.

Na dinâmica desses fluxos, ganhou força o desaparecimento dos pequenos proprietários de escravos, bem como a diminuição do número de escravos urbanos direcionados para as lavouras. Certamente esses elementos contribuíram para o fortalecimento da causa abolicionista mais à frente.

À medida que foram ganhando maior importância na vida econômica e política do país, com a transformação da província de São Paulo em novo eixo econômico, os chamados "barões do café" fixaram-se nos elegantes arredores das cidades. Contavam com o desenvolvimento dos meios de transporte (estradas de ferro e portos) e de comunicação (telégrafo e telefone). Não raro, dedicavam-se a outras atividades econômicas urbanas, como o comércio, bancos e indústrias, diversificando a economia nacional.

A partir da década de 1830, o café assumiu a liderança das exportações brasileiras, enquanto produtos até então importantes, como açúcar, algodão, fumo e couros, perdiam posição. Nos anos 1880, a produção cafeeira brasileira já era responsável por 56% da produção mundial, ampliando-se ainda mais nas décadas seguintes, na época republicana.

A rota do café no século XIX

Expansão da produção cafeeira
Rota do café
MATO GROSSO
Ribeirão Preto
MINAS GERAIS
SÃO PAULO
RIO DE JANEIRO
Vassouras
Campinas
PARANÁ
Rio de Janeiro
São Paulo
0 123 246 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 24.

Com o café, o Sudeste do país assumiu a liderança na economia agroexportadora brasileira.

TÍTULOS DE NOBREZA E COOPTAÇÃO

A busca de titulagem nobiliárquica respondia ao reconhecimento do prestígio e poder econômico das elites do Império. A concessão de títulos de nobreza por parte da monarquia integrava-se à política de cooptação dos proprietários. No geral, os títulos mais elevados – como os de visconde, conde, marquês e duque – eram dados aos proprietários e altos burocratas que tinham cargos públicos ou militares, já o mais baixo – o de barão – aos proprietários rurais que não faziam parte da elite política.

Inúmeros foram os cafeicultores do Vale do Paraíba cafeeiro que receberam títulos de nobreza durante o período imperial, embora os senhores de engenho, os banqueiros, os comissários e os comerciantes também tenham sido agraciados. Por não ser uma concessão hereditária, era necessário que nova solicitação fosse feita, inclusive para os filhos dos titulares. Entrar para a nobreza constituía o coroamento de um conjunto de atitudes e investimentos que deveria demonstrar poder e prestígio, antecedido, quase sempre, de certa fortuna acumulada.

FARIA, Sheila de Castro. Barões do Café. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 78.

O início da industrialização brasileira: a "era Mauá"

As dificuldades impostas ao desenvolvimento manufatureiro no Brasil, com a baixa tarifa alfandegária (15%) sobre os importados britânicos, estabelecida pelos tratados de 1810, diminuíram no Segundo Reinado: em 1842, o governo não renovou o Tratado de Comércio com a Inglaterra e decretou, em 1844, a **Tarifa Alves Branco**, que elevava o tributo sobre os produtos importados.

Embora não tivesse sido essa a intenção (pretendia-se na verdade aumentar a arrecadação de impostos), a decisão acabou por favorecer um surto de desenvolvimento manufatureiro interno. Já no ano seguinte à implantação das novas taxas de importação, somou-se ao aumento da arrecadação alfandegária a elevação do preço dos gêneros importados, o que estimulou a implantação de indústrias, sobretudo no ramo têxtil, para abastecer o mercado interno. Mesmo assim, as exigências do fisco acabaram rebaixando em 30% a taxação sobre os tecidos de algodão importado, quando se pleiteava cerca do dobro disso, limitando empreendimentos. Pressões dos "agraristas", que viam as tarifas protecionistas como um risco de medidas similares sobre os produtos agrários nacionais que eram exportados, acabaram se sobrepondo às intenções "industrialistas" assentadas em medidas alfandegárias de proteção.

A sobrevivência de algumas fábricas nos anos 1860-1870 deveu-se também a uma conjuntura favorável: a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), que quebrou sua produção de algodão, estimulando a produção têxtil no Brasil, e a Guerra do Paraguai (1866-1870), cujas despesas obrigaram o governo a buscar maior arrecadação elevando as tarifas alfandegárias de importação.

Nos empreendimentos, que contavam com capitais advindos das áreas agrícolas ou comerciais, acabaram prevalecendo esforços isolados na criação de indústrias. O principal exemplo coube a Irineu Evangelista de Souza, o **barão de Mauá**, que esteve à frente desse surto industrial brasileiro. Em meados do século XIX, possuía inúmeros empreendimentos industriais particulares. Mauá também se associou ao governo na construção de ferrovias e rodovias e, em 1874, fez instalar o cabo submarino para comunicação telegráfica direta entre o Brasil e a Europa. Mesmo assim, seu sucesso relativo foi muito mais decorrente de suas relações pessoais do que de uma política governamental de incentivos. Em 1860, por pressão dos cafeicultores ("agraristas"), foi reduzida a taxa para os importados, o que desestimulou investimentos em produção nacional. Mauá perdeu seus empreendimentos para os ingleses e acabou falindo em 1878.

A atuação de Mauá e de outros empreendedores mostrou a potencialidade da economia brasileira, que podia integrar-se à modernidade capitalista e desenvolver-se de maneira autônoma, embora ainda fosse inibida pelas permanências em sua estrutura escravocrata e provinciana.

A instalação de empreendimentos industriais no Brasil do Segundo Reinado, significou uma mudança nas relações entre o país e as potências capitalistas da época (Inglaterra e Estados Unidos, principalmente), sem, entretanto, romper a dependência. Apesar de certa modernização tecnológica, que permitiu rearranjos econômicos à medida que se desenvolviam as forças produtivas globais do capitalismo, o surgimento de novas e várias indústrias no Brasil nada mais foi que um "surto", e não um verdadeiro processo de industrialização.

Biblioteca Nacional de Camberra, Canadá

▲ Eixo das decisões políticas e de inovações econômicas, o Rio de Janeiro era a feição urbana da modernidade conservadora do Segundo Reinado. Observe nesta gravura de Augustus Earle, de 1820, o intenso movimento no porto da cidade.

Outro aspecto do processo de modernização da economia brasileira foi a instalação de estradas de ferro com o objetivo de melhorar o sistema de comunicações e transportes e, assim, facilitar o escoamento da produção agrícola. Em 1854, foi inaugurada a primeira **estrada de ferro** do Brasil, a Rio-Petrópolis, obra de Mauá, ligando a Baía de Guanabara ao sopé da serra, com 14 km de extensão. No ano seguinte, com o patrocínio de empresas inglesas, teve início a construção da Ferrovia Recife-São Francisco e da Ferrovia D. Pedro II, mais tarde chamada de Central do Brasil, que recebeu também recursos do governo e de diversos empresários brasileiros, devendo interligar o Rio de Janeiro e São Paulo.

A **modernização dos transportes** esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico do Império, unindo os centros produtores aos portos pelos quais a produção escoava, com destaque para o açúcar no Nordeste e, especialmente, o café no Centro-Sul. Após a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, as ferrovias foram avançando até a Zona da Mata, em Minas Gerais, e pelo interior paulista.

A questão da mão de obra no Segundo Reinado

Até o início do século XIX, o tráfico escravista era legal e amplamente praticado. O desenvolvimento capitalista, consolidado com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, ampliou o mercado consumidor de gêneros industrializados, multiplicando as pressões pelo fim da escravidão, considerada um entrave ao crescimento capitalista. Os britânicos lideravam as pressões internacionais, e ao fazê-lo desejavam também preservar, na África, a mão de obra necessária aos empreendimentos que então estavam iniciando no continente.

Além das razões econômicas, o desenvolvimento e a consolidação dos princípios liberais levaram diversos grupos a combater a escravidão mundial por razões humanitárias.

Logo após a independência, D. Pedro I assumiu o compromisso de extinguir o tráfico negreiro até 1830, em troca do reconhecimento da emancipação do Brasil pela Inglaterra. O acordo, ratificado pela Regência em 1831, no entanto, não saiu do papel, sendo apenas uma lei "pra inglês ver".

Graças à existência de empresas inglesas no Brasil, que controlavam mais da metade das exportações nacionais, e sob ameaças militares e políticas, o governo brasileiro cedeu aos interesses britânicos. Dentre as pressões destaca-se a aprovação pelo Parlamento inglês, em 1845, da Lei Bill Aberdeen, definindo como legal o apresamento de qualquer navio brasileiro empregado no tráfico negreiro. As incursões britânicas em águas territoriais do Império e os seguidos conflitos levaram à assinatura da **Lei Eusébio de Queirós**, em 1850, que proibiu o tráfico de escravos pelo Atlântico, interrompendo o abastecimento de africanos escravizados, embora muitos continuassem a praticar o tráfico ilegalmente.

Coleção Particular

▲ *Desembarque de negros*, de 1835, de Johann Moritz Rugendas, mostra um lote de escravos sendo contabilizado pelos negociantes

Igualmente decisivas para o fim do tráfico foram as pressões e resistências internas (fugas e rebeliões de escravos, bem como a atuação de novas forças sociais contrárias à escravidão) e o estímulo à imigração para fornecer novos trabalhadores.

Como já vimos, a falta de mão de obra nas lavouras de café, provocada pela extinção do tráfico legal de africanos, foi solucionada temporariamente pelo tráfico interprovincial e intraprovincial de escravos, do Norte e Nordeste para a região Centro-Sul. A cafeicultura, porém, em franca expansão, demandava mais trabalhadores. Diante do problema, os fazendeiros, a partir da segunda metade do século XIX, agenciaram a vinda de milhares de imigrantes europeus para trabalhar nos cafezais.

A queda do tráfico de escravos para o Brasil

número de indivíduos; Importação de escravos; anos: 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852

Cassiano Röda. Arquivo da editora

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. p. 92

▲ O aumento da importação de escravos nos anos imediatamente anteriores à Lei Eusébio de Queirós decorreu da preocupação dos senhores brasileiros com o esperado desfecho das pressões inglesas. A lei, por sua vez, não extinguiu completamente o tráfico, que continuou ilegalmente, mas de forma bastante reduzida e em declínio. Contudo, se o tráfico negreiro declinava, o tráfico interno ganhava impulso, abastecendo as áreas produtoras de café.

A primeira iniciativa importante de incentivo à imigração foi o **sistema de parceria**, adotado em 1847 pelo senador **Nicolau de Campos Vergueiro**, na fazenda de Ibicaba, em Limeira, interior da província de São Paulo. O sistema consistia em custear, a título de antecipação dos rendimentos, o transporte de trabalhadores europeus até as fazendas, bem como sustentá-los e a suas famílias nos primeiros tempos de permanência na propriedade. Instalados, os imigrantes deviam dar início ao trabalho, cultivando café e gêneros de subsistência. Ficavam com um terço dos lucros, cabendo o restante ao fazendeiro, para amortizar a dívida inicial.

A parceria, no entanto, fracassou. Os juros cobrados sobre a dívida inicial eram elevados (de até 12% ao mês); os trabalhadores eram maltratados pelos fazendeiros – habituados ao sistema escravista –; e a remuneração paga pelo café cultivado era muito baixa. Em algumas fazendas, inclusive a de Campos Vergueiro, ocorreram revoltas de colonos que exigiam a quitação de suas dívidas ou melhores condições de trabalho e maior remuneração. Na "**revolta de Ibicaba**" ou "revolta dos parceiros" (1856-1857) destacou-se a atuação do suíço Davatz, que além de tratar do cafezal era mestre-escola da fazenda. Descontentes com as contas apresentadas sobre dívidas e a remuneração devida, os colonos incumbiram Davatz de apresentar uma lista de reivindicações. No impasse das negociações, em meio às tensões de parte a parte, Davatz acabou demitido, retornando para a Suíça. Lá, escreveu um livro descrevendo detalhes das condições de trabalho e acusando os fazendeiros de tratarem os colonos como escravos. A repercussão da "revolta de Ibicaba" contribuiu para suspender temporariamente a corrente emigratória de suíços e alemães, e a imigração europeia só foi retomada nos anos 1870, principalmente com italianos.

O impulso da emigração para o Brasil contou com a difícil conjuntura europeia da segunda metade do século XIX. À crise econômica agregaram-se os efeitos de diversas guerras, obrigando uma grande massa camponesa a abandonar seu país e procurar oportunidades em outras regiões.

Ao mesmo tempo, no Brasil, avançava a campanha abolicionista e investia-se no trabalhador estrangeiro. O governo imperial adotou o sistema de imigração subvencionada, substituindo a iniciativa privada pela estatal, e regulamentou as relações entre fazendeiros e trabalhadores.

A Itália e a Alemanha, que passavam por muitas dificuldades, como as guerras pela unificação nacional, foram os maiores "exportadores" de mão de obra para o Brasil. De lá vieram os mais numerosos grupos de imigrantes, seguidos dos eslavos. Esses europeus dirigiram-se principalmente para as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Guilherme Gaensly/Fundação do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo

▲ De 1870 a 1920, entraram no Brasil cerca de 1,4 milhão de italianos (43% do total de imigrantes)[1]. "Para chegar era preciso suportar 'Trenta sei giorni di machina e vapore', como dizem até hoje os descendentes de italianos na canção, um tanto melancólica, chamada 'Merica, Merica'"[2]. Na foto do início do século XX, imigrantes italianos recém-chegados à Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, hoje transformada no Memorial do Imigrante.

Com a entrada maciça de imigrantes no país, a possibilidade de surgirem pequenas propriedades com mão de obra familiar e voltadas para o mercado interno incomodava os latifundiários, que precisavam de toda mão de obra disponível para manter suas lavouras e garantir-se como classe dominante. O governo imperial, pressionado, aprovou uma lei que dificultava o acesso dos imigrantes recém-chegados e homens livres às terras, principalmente as mais produtivas.

A **Lei de Terras**, aprovada em 1850, foi uma medida decisiva para conter o desvio da mão de obra livre para outras atividades que não a agroexportação. A partir de então, as terras públicas só poderiam tornar-se propriedade privada por meio da compra, e não mais por doação ou posse. Com os preços propositalmente elevados, as terras se tornaram inacessíveis à maioria da população.

Os vínculos da aristocracia econômica com o Estado imperial escravista estabeleceram uma quase monopolização dos recursos econômicos (terras, capitais e trabalho). Mantinham-se, dessa forma, as bases complementares da economia brasileira e sua dependência internacional. Assumindo o controle político, as elites, especialmente a cafeeira, puderam acionar mecanismos para garantir e maximizar seus lucros e suas fontes de poder, firmando o caráter oligárquico do Segundo Reinado.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO SEGUNDO REINADO

Os interesses e projetos dos dois principais grupos políticos do Império, o Partido Conservador e o Partido Liberal, não eram substancialmente diferentes. Com pequenas diferenças, sem coesão interna, lutando com todas as armas pelo poder, ambas as correntes aceitavam e defendiam a estrutura oligárquica, imperial e escravista da sociedade brasileira, divergindo apenas na forma de mantê-la. Isso explica a alternância desses grupos no controle do governo imperial.

Museu do Estado de Pernambuco, Recife

D. Pedro II, por João Maximiano Mafra (1851) ▸ D. Pedro II fez o governo mais longo da história brasileira, marcado por relativa estabilidade política, transformações sociais e desenvolvimento econômico.

[1] ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 383.

[2] SANTI, Mário. A saga dos imigrantes no Sul. In: *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 3 mar. 1998. Relatório, p. 9.

O Mequetrefe, 9 jan. 1878

Com sua política diplomática, D. Pedro II sustentava e, ao mesmo tempo, manipulava os partidos Liberal e Conservador (charge de Cândido de Faria, publicada no semanário *O Mequetrefe*, em janeiro de 1878).

Após algumas situações iniciais de confronto entre os grupos, que envolviam eleições ilegítimas, com o recurso à violência (as chamadas "eleições do cacete"), e lutas contra o poder central, como a Revolução Farroupilha e a Revolta Liberal de 1842, reprimidas pelo duque de Caxias, foi estabelecido o parlamentarismo, em 1847, reforçando a consolidação do Império. Era o chamado **parlamentarismo às avessas**, de caráter centralizador e oligárquico, não representativo da sociedade brasileira, em virtude da exclusão escravista e do critério censitário. Em 1853, estabeleceu-se a **conciliação** partidária em um novo ministério, formado por liberais e conservadores. A tranquilidade propiciada pela conciliação durou até 1858, quando se retomou o revezamento de liberais e conservadores no poder, situação que predominou até o final do Império.

A manutenção do esquema conciliador foi impedida pela emergência na vida política de novos setores sociais ligados ao café, bem como pelos efeitos da Guerra do Paraguai (1865-1870). Além disso, alguns membros do Partido Liberal passaram a exigir reformas sociais mais profundas, como a ampliação do direito de voto, maior autonomia provincial e a abolição gradual da escravidão, fundando em 1870 o **Partido Republicano**. A partir de então, começava a reversão da ordem monárquica, que acabaria culminando na Proclamação da República, em 1889.

A Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850)

A última das rebeliões provinciais ocorreu em Pernambuco, em 1848, restabelecendo o clima de instabilidade que aparentemente havia sido superado com a derrota dos "balaios" no Maranhão e com o controle dos levantes liberais de 1842 e da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A Revolução Praieira (1848-1850) foi o desfecho de um longo ciclo revolucionário pernambucano, depois do qual a região se inseriu na ordem política do Império.

O movimento recebeu esse nome porque o jornal divulgador dos ideais dos revoltosos tinha sua sede na Rua da Praia. Nesse jornal, em 1848, os rebeldes publicaram o "Manifesto ao Mundo", escrito por Borges da Fonseca, no qual expunham suas principais reivindicações: voto livre e universal, liberdade de imprensa, garantia de trabalho, nacionalização do comércio (que estava em mãos de portugueses), independência dos poderes e extinção do Poder Moderador. Contavam com o apoio de alguns senhores de engenho ligados ao Partido Liberal e entre seus principais líderes estavam o **capitão Pedro Ivo** e o **general Abreu e Lima**, que pregava a divisão das fortunas.

Ocorrida no contexto da Primavera dos povos, conjunto de revoluções populares que em 1848 se sucederam na Europa e em várias localidades na América, a Praieira teve suas origens nas difíceis condições econômicas e sociais da província de Pernambuco e na enorme concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários.

A rebelião foi derrotada em 1850 pelas tropas governamentais.

Coleção particular

Vista do Porto de Recife no século XIX, local da Revolução Praieira.

No início do Segundo Reinado, a atenção do governo esteve voltada para a ordenação política e social, consolidando pouco a pouco a aliança entre os poderosos do país, como os membros da alta magistratura, do grande comércio e da grande propriedade.

A coesão de altos interesses – garantindo a monarquia, a unidade territorial e a centralização administrativa, com reduzida representatividade popular – permitiu que os conflitos internos da elite contassem com a mediação do governo, assegurando que divergências e disputas oligárquicas não viessem a implodir a ordem que servia a todos os seus membros.

A instauração do parlamentarismo imperial garantiu a concretização do regime, enquanto a fase de conciliação, na década de 1850, significou o auge da dominação oligárquica durante o Império. Consolidado internamente o projeto político imperial, as atenções governamentais voltaram-se para a política externa. Nessa fase, ocorreram diversos conflitos na região do Prata, no extremo sul do país, e atritos diplomáticos com a Inglaterra.

A Questão Christie (1863)

Os frequentes empréstimos ingleses ao governo brasileiro criaram uma forte dependência econômica. Durante o Segundo Reinado, porém, o Brasil obteve alguma autonomia, graças às crescentes exportações de café, que dinamizavam a economia.

Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial havia se expandido, alcançando a França, a Alemanha e os Estados Unidos, dos quais o Brasil passou a comprar gêneros industrializados, ameaçando a tradicional hegemonia da nação inglesa, antes conhecida como "oficina do mundo".

Em meio às tensões entre os dois países, emergiu a questão do tráfico de escravos, contestado pela Inglaterra e tido como fundamental para a estrutura produtiva brasileira agroexportadora.

Apesar de a extinção do tráfico de africanos estar prevista no Tratado de Comércio de 1827 e na Lei Regencial de 1831, as elites escravistas locais não permitiam que entrasse em vigor, gerando descontentamento entre os diplomatas ingleses e estimulando contínuas represálias da marinha inglesa aos navios negreiros. A decisão do governo brasileiro de não renovar o Tratado de Comércio com a Inglaterra, aprovando em seu lugar a Tarifa Alves Branco, em 1844, aliviou a situação financeira do governo imperial, mas afetou diretamente o comércio inglês no país.

Em resposta, o Parlamento inglês aprovou a Bill Aberdeen, que dava à marinha inglesa poderes para apreender qualquer navio negreiro que cruzasse o Atlântico em direção ao Brasil.

▲ Capitais de países que viviam a Segunda Revolução Industrial passaram a fluir para o Brasil, garantindo alguma autonomia diante da Inglaterra. Na charge de Angelo Agostini, a entrada de capitais estrangeiros.

Como já vimos, em 1850, por pressão inglesa, foi aprovada no Brasil a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico de escravos.

Em 1860, houve um embate diplomático, quando o embaixador inglês no Rio de Janeiro, **William Dougal Christie**, abusando de sua autoridade, acobertou dois marinheiros de seu país que tinham assassinado um agente alfandegário. O fato foi publicado em jornais cariocas, e seguiram-se diversos protestos. Em 1861, um novo incidente precipitou as desavenças entre os dois países, quando o navio inglês *Prince of Wales*, naufragando no litoral do Rio Grande do Sul, teve sua carga roubada por desconhecidos. O embaixador inglês no Rio de Janeiro exigiu que um oficial inglês acompanhasse as investigações e que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra pela perda.

No ano seguinte, enquanto se discutia a questão da carga roubada do navio inglês, ocorreu um novo incidente, com a prisão de alguns marinheiros ingleses que, embriagados e em trajes civis, promoviam arruaças nas ruas do Rio de Janeiro. Mesmo com a imediata soltura dos prisioneiros, depois de constatada sua condição de militares, o embaixador Christie exigiu o pronto pagamento da carga do navio roubado, a de-

missão dos policiais que haviam efetuado a prisão dos marinheiros ingleses e desculpas oficiais do governo imperial à Inglaterra.

Diante da negativa do Brasil em cumprir as exigências britânicas, Christie ordenou que seus navios de guerra aprisionassem cinco navios brasileiros ancorados no Porto do Rio de Janeiro. A decisão acirrou os ânimos na capital, resultando em diversas manifestações contra a Inglaterra.

D. Pedro II, procurando resolver o problema amistosamente, recorreu ao rei da Bélgica, Leopoldo I, para arbitrar a questão e, antes mesmo de sua decisão, pagou a indenização referente ao roubo da carga. Leopoldo I deu parecer favorável ao Brasil, mas o governo inglês recusou-se a pedir desculpas oficiais pela atitude de seu embaixador. Em consequência, em 1863, D. Pedro II rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra. Era o desfecho da Questão Christie. Quando o governo inglês apresentou desculpas oficiais ao imperador brasileiro, em 1865, as relações foram reatadas.

As intervenções brasileiras na região do Rio da Prata

As disputas territoriais, o desejo de controlar a navegação nos rios da Bacia do Prata, para garantir o acesso a algumas províncias, especialmente Mato Grosso, e a tentativa de impedir o surgimento de algum poderoso Estado rival nas fronteiras brasileiras do sul foram razões para que o Brasil se envolvesse em conflitos armados na região do Rio da Prata, a partir de 1850. O mapa abaixo sintetiza esses conflitos.

A emancipação política do Vice-Reinado do Prata, no início do século XIX, fragmentou a região em três países: a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, este anexado inicialmente ao Brasil. Controlando o estuário do Prata, o Porto de Buenos Aires dominava o fluxo de mercadorias na região e motivava o ideal argentino de reconstrução da unidade platina. As elites interioranas do Prata, contudo, se opunham a esse projeto, pois viam a unidade como sujeição ao controle alfandegário de Buenos Aires. O Uruguai (Província Cisplatina), anexado em 1816 por D. João VI e mantido como parte do Brasil independente após 1822, transformou-se no polo de rivalidades com a Argentina em seu projeto de unificação. Resultaram daí disputas que culminaram com a independência do Uruguai em 1828, com apoio argentino e mediação inglesa.

Mesmo após a independência do Uruguai, a fraqueza dos Estados da região platina favorecia a influência brasileira, que defendia a liberdade de navegação nos rios da região, garantindo a forte presença comercial da Inglaterra. Porém, quando ganharam força projetos políticos de criação de um grande país platino, na segunda metade do século XIX, ameaçando a

O imperialismo brasileiro no Prata

Guerras platinas	Data	Aliados e adversários
1 Cisplatina	1825-1828	Brasil × Argentina, Uruguai
2 contra Oribe	1850-1851	Brasil + *colorados* × Argentina + *blancos*
3 contra Rosas	1852	Brasil × Argentina
4 contra Aguirre	1864-1865	Brasil + Argentina + *colorados* × *blancos*
5 do Paraguai	1864-1870	Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) × Paraguai

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 37

Allmaps/Arquivo da editora

▲ Disputas e conflitos na região platina: o imperialismo brasileiro.

ordem vigente, emergiram vários confrontos armados entre facções uruguaias e atuações argentinas e gaúchas, motivando a primeira intervenção significativa do Brasil na região, de 1851 a 1852. Interferindo na política interna desses países em busca de objetivos estratégicos e comerciais importantes para o Império, D. Pedro II ordenou a ocupação de Montevidéu e Buenos Aires, depondo os governantes Oribe e Rosas e substituindo-os por Rivera, no Uruguai, e Urquiza, na Argentina.

As contínuas disputas entre os partidos Blanco e Colorado no Uruguai e a interferência frequente de pecuaristas gaúchos na política platina, contudo, agravaram a situação no Prata, a partir de 1863. O Uruguai, nessa época, era governado pelo *blanco* **Aguirre**, com o apoio do governante paraguaio **Solano López**, criador de uma respeitável marinha fluvial e de um poderoso exército em seu país.

Contando com o apoio do líder *colorado* **Venâncio Flores** e sob o pretexto da recusa do presidente Aguirre em indenizar os fazendeiros gaúchos pelos prejuízos causados com os ataques de uruguaios às suas fazendas, as tropas imperiais brasileiras derrubaram Aguirre e empossaram Flores, em 1864. Em resposta a essa intervenção no Uruguai, o governo paraguaio rompeu relações com o Império brasileiro.

A Guerra do Paraguai (1864-1870)

As razões dessa guerra, também chamada pelos argentinos e uruguaios de **Guerra da Tríplice Aliança** e pelos paraguaios de **Guerra Grande**, são bastante diversas. O Paraguai no século XIX era um país que destoava do conjunto latino-americano por ter alcançado certo progresso econômico autônomo, a partir da independência em 1811. Durante os longos governos de José Francía (1811-1840) e Carlos López (1840-1862), erradicara-se o analfabetismo no país e haviam surgido fábricas – inclusive de armas e pólvora –, indústrias siderúrgicas, estradas de ferro e um eficiente sistema de telégrafo. As "estâncias da pátria" (unidades econômicas formadas por terras e instrumentos de trabalho distribuídos pelo Estado aos camponeses, desde o governo Francía) abasteciam o consumo nacional de produtos agrícolas e garantiam à população emprego e invejável padrão alimentar.

Nesse quadro de relativo sucesso socioeconômico e de autonomia internacional, Solano López, cujo governo iniciou-se em 1862, teria enfatizado a política militar expansionista, a fim de ampliar o território paraguaio. Segundo essa versão, divulgada pela ótica dos vencedores, Solano pretendia criar o "Paraguai Maior", anexando, para isso, regiões da Argentina, do Uruguai e do Brasil (como Rio Grande do Sul e Mato Grosso). Obteria, dessa forma, acesso ao Atlântico, tido como imprescindível para a continuação do progresso econômico do país. Enfim, a guerra teria como motivo a agressão paraguaia, obrigando o Império a reagir. Porém, certamente foi a política externa brasileira no Prata, marcada pelo intervencionismo, que colaborou para criar uma situação potencialmente explosiva.

Solano López, contando com um exército bem mais numeroso que o brasileiro, tomou a ofensiva ao romper relações diplomáticas com o Brasil, em 1864. Logo depois, como medida complementar, ordenou o aprisionamento do navio brasileiro **Marquês de Olinda**, no Rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da província do Mato Grosso, Carneiro de Campos. A resposta brasileira foi a imediata declaração de guerra ao Paraguai.

Mantendo-se na ofensiva, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e o norte da Argentina, e os governos do Brasil, Argentina e Uruguai criaram a **Tríplice Aliança** contra Solano López.

Apesar de as primeiras vitórias da guerra terem sido paraguaias, o país possuía uma população muito menor que os países da Tríplice Aliança e não conseguiu resistir a uma guerra prolongada. Além disso, Brasil, Argentina e Uruguai puderam contar com o apoio inglês, recebendo empréstimos para equipar e manter poderosos exércitos.

A vitória brasileira do almirante Barroso na **Batalha do Riachuelo**, já em 1865, levou à destruição da frota paraguaia. A partir daí, as forças da Tríplice Aliança passaram a ter a iniciativa na guerra, controlando os rios, principais meios de comunicação da Bacia Platina, até a vitória definitiva, em 1870.

Apesar de todas as dificuldades, o Paraguai resistiu perto de cinco anos de guerra, mostrando o grau relativamente alto de desenvolvimento e autossuficiência que havia obtido, além do engajamento de sua população em defesa do país.

O maior contingente das tropas da Aliança foi fornecido pelo Exército brasileiro, que até então praticamente inexistia. Como já vimos, a Guarda Nacional cumpria, ainda que mal, as funções normalmente destinadas ao exército.

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

▲ A Guerra do Paraguai (1864-1870) deu início a grandes mudanças políticas no Império. Acima, representação da Batalha do Avaí. Pintura de Pedro Américo (1872-1877).

Para ampliar o contingente de soldados, em novembro de 1866 foi decretado que os escravos que voluntariamente se apresentassem para lutar na guerra obteriam a liberdade. Muitos se alistaram dessa maneira, mas outros foram obrigados a fazê-lo no lugar dos filhos de seus senhores que haviam sido recrutados. Esses soldados, recrutados à força, receberam, depois, o apelido de "voluntários a pau e corda".

Em 1868, o Brasil alcançou expressiva vitória na **Batalha de Tuiuti**. Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, assumiu o comando das forças militares imperiais, vencendo rapidamente importantes batalhas que foram chamadas de "dezembradas", por terem acontecido no mês de dezembro de 1868. Essas batalhas abriram caminho para a invasão de Assunção, capital paraguaia, tomada em janeiro de 1869. O **conde D'Eu**, genro do imperador, liderou a última fase da guerra, conhecida como **Campanha da Cordilheira**, completada com a morte de Solano López em 1870.

A guerra devastou o território paraguaio, desestruturando sua economia e causando a morte de mais de 300 mil pessoas, número que nas Américas só foi inferior às perdas humanas da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Acredita-se que a Guerra do Paraguai tenha sido responsável pela morte de mais de 90% da população masculina paraguaia com mais de 20 anos, sobrevivendo a população formada predominantemente por velhos, crianças e mulheres.

Além das mortes em combate, foram devastadoras as epidemias, principalmente a de cólera, que atingiram os homens de ambos os lados da guerra. Acrescente-se ainda que os governos da Tríplice Aliança adotaram uma política genocida contra a população paraguaia.

AS CAUSAS DA GUERRA: UM TEMA POLÊMICO

Existem diferentes visões sobre as causas da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança:

- a versão oficial da época, sustentando que o Paraguai defendia a livre navegação nos rios e que a ocupação do Uruguai pelo Império brasileiro impunha riscos para o equilíbrio do Prata;
- os interesses econômicos da Inglaterra, que pretendia submeter o modelo econômico autossustentável do Paraguai e conseguir sua abertura aos produtos ingleses;
- a agressão militar por parte do Paraguai (Mato Grosso e Corrientes); o despotismo e as ambições políticas de López;
- a versão dos historiadores contemporâneos, que incluem vários elementos, como persistência do problema da indefinição das fronteiras, imperícia da diplomacia paraguaia, imposição da hegemonia regional de Brasil e da Argentina etc.[3]

Nem a visão detratora do Paraguai nem a vitimizadora resistiram à crítica histórica mais cuidadosa.

A ideia tão difundida de que a Grã-Bretanha tinha interesse na guerra, dela participou indiretamente e com ela lucrou de maneira expressiva parece carecer de provas concretas, conforme sugere o historiador inglês Leslie Bethell no importante ensaio "O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai".[4]

Para o Brasil, além da morte de aproximadamente 40 mil homens (sobretudo negros e mestiços), a guerra trouxe forte endividamento com os ingleses. Tida como principal beneficiária do conflito, a Inglaterra forneceu armas e empréstimos, ampliando seus negócios na região e acabando com a experiência peculiar da economia paraguaia.

[3] Paraguay Ñane retã. *Estudios sociales para el 3.º ciclo de la Educación Escolar Básica* (livro didático paraguaio). Assunção: Fundación en Alianza, 1998. p. 131. Texto adaptado.

[4] VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 323.

O Brasil conseguiu a manutenção da situação na Bacia do Prata, embora a um preço exorbitantemente alto, dadas as grandes perdas geradas pela guerra. Mas a principal consequência da Guerra do Paraguai foi o fortalecimento e a institucionalização do Exército, com o surgimento de um grande e disciplinado corpo de oficiais experientes, pronto a defender os interesses da instituição. Além disso, seu poder bélico tornava-o uma organização capaz de impor suas ideias à força, caso necessário – o que acrescentou uma dose de instabilidade ao regime imperial.

O FIM DO IMPÉRIO

A política neutralizadora adotada por D. Pedro II, conciliando os grupos oligárquicos, não impediu que os conflitos de interesses emergissem novamente, em meio às grandes transformações socioeconômicas do período. As divergências na elite imperial acabaram por enfraquecer a monarquia.

Um exemplo foi o clima de discórdia que cercou o **fim da escravidão**, quando a economia cafeeira se fortalecia no Centro-Sul e a economia nordestina perdia força. Como vimos, depois da Bill Aberdeen, tornou-se mais intenso o tráfico interprovincial de cativos para a cafeicultura, com o deslocamento de escravos para as fazendas de café. Os cafeicultores precisavam da mão de obra e só aceitavam a abolição se recebessem indenizações por suas perdas. No quadro internacional antiescravista, o Brasil era o único país independente da América que ainda não abolira a escravidão.

O envolvimento governamental na efervescência das campanhas abolicionistas e a posição conservadora dos cafeicultores chegaram ao ápice em 1871, quando foi aprovada a Lei do Ventre Livre, mesmo com os votos contrários das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Pela lei, os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Vale registrar que a votação dessa lei, reunindo a oposição ao abolicionismo, acentuou preocupações entre as autoridades do Império de intensificação dos conflitos entre essas províncias e as demais. Lembravam do recente caso norte-americano da Guerra de Secessão, entre sulistas e nortistas, o que motivava buscar medidas para conter o tráfico intraprovincial de escravos e estimular mais intensamente a vinda de imigrantes europeus.

Os escravocratas protestaram, e os efeitos da **Lei do Ventre Livre** foram reduzidos. Estabeleceu-se que o escravo permaneceria sob a tutela do proprietário da mãe até atingir 8 anos de idade, quando o senhor escolheria se preferia receber uma indenização ou explorar gratuitamente o trabalho do escravo "livre" até que completasse 21 anos. Nos artigos da lei constavam várias outras medidas: a garantia do direito à alforria segundo indenização e, caso não se chegasse a um acordo do valor, caberia ao Estado o arbitramento; a libertação dos escravos pertencentes ao Estado ou que serviam à Coroa; a criação de um Fundo de Emancipação constituído por meio de impostos e doações, para a compra de liberdade de escravos; e um recenseamento de todos os escravos do Império (medida que deixou valiosa documentação sobre a escravidão). A aprovação da Lei do Ventre Livre firmou uma forte intervenção governamental na questão escravista e serviu de incentivo à atuação abolicionista.

Revista Ilustrada, 1876

▲ De imediato, de forma prática, a Lei do Ventre Livre pouco significou para uma intensa e rápida libertação dos escravos. No entanto, impulsionou atuações abolicionistas, seja por seus críticos, que exigiam muito mais pela abolição, seja por seus apoiadores. Acima, charge de Angelo Agostini, do final do século XIX, sobre a Lei do Ventre Livre

Em 1885, foi aprovada a **Lei dos Sexagenários**, que libertava os escravos de mais de 60 anos de idade, sob indenização e a exigência da prestação de serviços por mais alguns anos ao proprietário. A lei também transformava em crime passível de prisão dar guarida a escravos fugidos. Um número muito reduzido de escravos foi beneficiado pela lei, uma vez que poucos atingiam essa idade. Já aqueles que o conseguiam quase sempre não estavam mais em condições de trabalhar, e sua libertação representava também a liberação dos custos de sua manutenção para o proprie-

tário. Em consequência, o escravo liberto, muitas vezes, ficava sem condições de se manter.

Apesar de prever a extinção da escravidão num prazo de 13 anos, A Lei dos Sexagenários acabou servindo de motivo para lutas mais aguerridas dos abolicionistas (escravos e os que apoiavam a abolição) e, em contrapartida, para a repressão a muitos dos seus ativistas, sem conseguir inibir e mesmo conter sua irradiação.

A legislação abolicionista criada pelo governo imperial, mesmo sem grandes resultados na prática imediata, não conseguia aplacar o movimento abolicionista, particularmente forte na imprensa. Os números da população escrava ao longo do século XIX, mediante dinâmica social do Império, especialmente com as fugas e alforrias, mostram sua contínua queda:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO BRASIL

Data	Total de escravos	% da população
1817	1 930 000	50,5
874	1 540 829	15,8
1887	723 419	5,0

MATOS, Hebe. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 17-8.

Assim, a impossibilidade de controlar as fugas cada vez mais frequentes de escravos também acelerou o processo de abolição. Até o Exército brasileiro, fortalecido politicamente após a Guerra do Paraguai, tinha fortes tendências abolicionistas, não sendo raros os oficiais que desobedeciam às ordens de caça a escravos fugidos. Algumas províncias, como Ceará e Amazonas, anteciparam-se ao governo imperial, abolindo a escravidão em seus territórios em 1884, sendo seguidas por algumas cidades do Rio Grande do Sul no ano seguinte.

O **movimento abolicionista** confundia-se com o crescente **republicanismo**, em suas críticas ao Império. Aumentava a agitação política pelo fim da escravidão, com atividades panfletárias e jornalísticas nos grandes centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro. Em São Paulo ganhou destaque o grupo dos **caifazes**, que combatiam a escravidão com medidas práticas, infiltrando-se nos alojamentos dos escravos, planejando fugas em massa, criando rotas de fuga e áreas de concentração de cativos fugidos, muitas vezes dentro de grandes cidades.

No ano de 1888, a princesa Isabel, que governava interinamente o país, assinou a **Lei Áurea**, decretando a libertação de todos os escravos no Brasil. Esse documento selou o fim da decadência escravista, iniciada com a imigração europeia e a instituição do trabalho livre assalariado, bem como com o fim do tráfico em 1850 e as fugas e resistências seculares dos escravos.

Outro fator de desgaste do governo imperial no final do século XIX foi o atrito com a Igreja Católica, em virtude de conflitos derivados do regime do padroado, ou seja, o poder do imperador de nomear os bispos, controlando a hierarquia eclesiástica e o conjunto do clero. A bula papal que impedia membros da maçonaria de pertencer aos quadros da Igreja foi rejeitada pelo imperador – D. Pedro II, como o pai, era maçom –, que acumulara o direito de ratificar ou não o cumprimento das ordens do papa no país. A maior parte dos religiosos permaneceu fiel ao imperador, porém os bispos de Olinda e de Belém preferiram acatar o papa e expulsaram de suas dioceses párocos ligados à maçonaria. O imperador decidiu punir os bispos "rebeldes", processando-os e condenando-os à prisão com trabalhos forçados.

Embora os dois bispos tenham sido anistiados anos depois, o episódio levou vários membros da Igreja a opor-se à monarquia, que haviam considerado muito severa na punição aos bispos. A Igreja não chegou a conspirar contra o poder monárquico, mas ficou evidente que o clero não o apoiaria caso fosse ameaçado.

Paralelamente, no final do século XIX, membros do Exército foram assumindo uma posição cada vez mais contrária ao governo imperial.

Após a Guerra do Paraguai, que transformara o Exército, as Forças Armadas começaram a atrair cada vez mais jovens provenientes de classes menos abastadas. Estavam interessados na carreira de oficial, que garantia a perspectiva da ascensão profissional (e, portanto, social) quase exclusivamente por méritos próprios. As escolas militares começaram a ganhar importância, com destaque para a **Escola Militar da Praia Vermelha**, no Rio de Janeiro.

Em razão do controle que o poder civil exercia sobre os militares e do pouco interesse que o governo imperial tinha no Exército, destinando-lhe baixos soldos, lentas promoções e investimentos quase inexistentes, surgiram atritos entre oficiais do Exército e os "casacas", como eram chamados pejorativamente os políticos civis.

Alguns oficiais do Exército passaram a assumir posições radicalmente contrárias às da monarquia em todas as questões relevantes do final do Império, defendendo a abolição e a instalação da República. Nas escolas militares crescia a **mentalidade positivista**, teoria criada por Auguste Comte em meados do século, que, além de sua postura científica diante dos fenômenos sociais e naturais, sustentava-se na ideia de ordem com base na "aliança" das classes sociais e de progresso.

No Brasil, pregava-se, acima de tudo, a modernização, que passaria pela instalação de uma República, no lugar do "carcomido" regime imperial. Ao Exército caberia garantir firmemente a ordem, para viabilizar o progresso capitalista, livrando o Estado dos civis ("casacas") corruptos e antipatriotas.

Os choques não tardaram. Em 1883, o tenente-coronel **Sena Madureira** manifestou-se publicamente pela imprensa contra as reformas no sistema de aposentadoria militar. Após sua punição, o governo proibiu todo tipo de declaração dos militares na imprensa sobre qualquer assunto relacionado à política. Pouco depois, Sena Madureira homenageou o jangadeiro cearense Francisco Nascimento, apelidado de "Dragão do Mar", que havia se recusado a transportar escravos em sua embarcação.

O governo imperial, sensível a críticas contra o escravismo, determinou que o tenente-coronel fosse detido e transferido do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, gerando grande inquietação na oficialidade. Em 1886, o mesmo Sena Madureira fez declarações públicas e teria sido mais uma vez punido, não fosse a recusa de seu superior Deodoro da Fonseca em repreendê-lo, num claro ato de insubordinação ao governo imperial. O descontentamento atingira seu auge, configurando o que se tornou conhecido na história como **questão militar**.

Fotos: Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo

A questão religiosa representou um sério abalo no já enfraquecido Império. A charge de Angelo Agostini, publicada em cerca de 1886 na *Revista Illustrada*, mostra o rompimento entre Estado e Igreja.

Os choques com o Exército, no contexto da questão militar, ajudaram a precipitar o fim do Império. Na charge de Angelo Agostini, publicada em cerca de 1886 na *Revista Illustrada*, o marechal Deodoro da Fonseca, que se recusou a punir Sena Madureira, é deposto pelo gabinete ministerial do cargo de presidente e comandante de armas do Rio Grande do Sul.

A expansão do republicanismo

Em 1870, a imprensa do Rio de Janeiro publicou o Manifesto Republicano, elaborado por membros de uma dissidência radical do Partido Liberal. Tratava-se, nesse momento, da divulgação de um movimento em formação, ainda que cada vez mais importante em certos círculos intelectuais e jornalísticos do Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois, fundou-se o **Partido Republicano** e, em 1873, o **Partido Republicano Paulista**. No mesmo ano, um grupo com alguns dos principais cafeicultores paulistas aderiu ao movimento republicano na **Convenção de Itu**.

Assim, em poucos anos, o movimento republicano cresceu, deslocando-se para São Paulo, mais especificamente para o interior do estado, o que atestava o apoio cada vez maior dos cafeicultores ao projeto republicano.

Havia algum tempo, o Oeste Paulista era o centro mais dinâmico da economia do país. O rápido escoamento do café pelas ferrovias e a utilização do trabalho assalariado (imigrantes, principalmente) geravam um mercado consumidor em franca expansão e um dinamismo pouco conhecido em outras regiões do país.

O poder econômico dos cafeicultores, no entanto, não encontrava contrapartida na política, uma vez que o Império era excessivamente centralizado no Rio de Janeiro. A elite burocrática imperial era, em grande parte, proveniente de outras áreas do país (Nordeste e região fluminense), portanto desvinculada dos interesses ligados à moderna cafeicultura do Oeste Paulista. Assim, surgia um descompasso entre a modernização paulista e o imobilismo burocrático do governo imperial.

Museu Republicano Convenção de Itu (SP)

▲ O movimento republicano se articulava; a adesão dos cafeicultores do Oeste Paulista foi decisiva. Acima, *Convenção de Itu*, óleo de J. Barros, de 1873.

Os cafeicultores, sabendo que qualquer mudança no quadro institucional do Império geraria resistência da burocracia estatal, abraçaram o ideal de República, que envolvia a ideia de federação, isto é, de autonomia para os estados-membros. A Província Imperial de São Paulo, fortemente dependente do governo central, poderia assim se transformar no estado de São Paulo, com grande autonomia.

A aliança entre membros do Exército, cafeicultores paulistas e setores médios urbanos, todos sem participação no cenário político do Império, possibilitou o advento do republicanismo, observado passivamente pela Igreja. Os membros das aristocracias agrárias tradicionais (nordestina e sulista), por sua vez, viam na abolição da escravidão uma traição do governo imperial. Por isso, distanciaram-se dele a partir de 1888, enfraquecendo ainda mais o regime.

Tentando salvar a monarquia, no final daquele ano, D. Pedro II nomeou para o cargo de primeiro-ministro Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, que lançou um projeto de reformas políticas em grande parte inspiradas nas ideias republicanas. O Parlamento, cujos deputados tentavam ainda manter seus privilégios, recusou o projeto, desencadeando uma crise que culminou com o fechamento da Assembleia Legislativa e a convocação de novas eleições.

Os republicanos aproveitaram a crise para divulgar o boato de que o governo iria desencadear violenta repressão aos oficiais do Exército, incluindo a prisão de **Deodoro da Fonseca** e **Benjamin Constant**, feroz crítico do regime.

Na noite de 14 de novembro, as unidades militares estacionadas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, se rebelaram. Na manhã do dia seguinte, os rebeldes marcharam em direção ao centro da cidade, sob o comando de Deodoro da Fonseca, e depuseram o imperador, enviando-o para o exílio dois dias depois. Na tarde do mesmo dia, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, **José do Patrocínio** declarava a proclamação da República. Enquanto isso, os cafeicultores do Oeste Paulista aplaudiam e preparavam-se para participar da montagem do novo regime.

▲ *Declaração da República*, litografia de Frias A. da Silveira. D. Pedro II recebe a declaração de que o Brasil deixara de ser monarquia para tornar-se uma República.

PARA RECORDAR: O Segundo Reinado (1840-1889)

SEGUNDO REINADO

política interna

política externa

mudança econômica

parlamentarismo

Poder Moderador

agressiva

cafeicultura

atividades complementares

alternância de liberais e conservadores

concentração de poder

guerras no Prata

cafeicultores

setores médios urbanos

pequena representatividade política

imobilismo

Guerra do Paraguai

fortalece

Exército

Igreja

projeto descentralizador

projeto modernizador

republicanos

questão militar

questão religiosa

rompimento com o Império

ATIVIDADE

1. A Guerra do Paraguai, ocorrida durante o reinado de D. Pedro II, acabou produzindo uma das principais condições para a queda da Monarquia no Brasil. Explique tal condição, tomando por base o esquema-resumo acima.
2. Segundo o esquema-resumo, descreva a situação dos setores populares, médios e urbanos no último quartel do século XIX e explique como cada um se posicionava diante do regime monárquico.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ O texto abaixo trata do movimento militar que culminou com a queda da monarquia no Brasil em 1889. Leia-o com atenção e responda as questões que o acompanham.

A própria forma pela qual em geral nos referimos aos eventos ocorridos em 15 de novembro de 1889 – a "Proclamação da República" – já incorpora algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que ocorreu uma "proclamação". Mas o que é "proclamar"? É apenas anunciar publicamente algo – no caso, que a Monarquia fora substituída pela República. Logo surgem outras ideias, como a de que a República no Brasil teria sido algo inevitável, uma etapa necessária da "evolução" da sociedade brasileira. Mais ainda, podemos imaginar que o fácil sucesso do golpe de Estado – que, tecnicamente, foi o que aconteceu no 15 de Novembro – seria resultado de um consenso nacional, e que os militares, os principais protagonistas do movimento, teriam atuado de forma unida e coesa.

Não é essa a visão que hoje podemos ter desses fatos. Não havia uma maioria republicana no país e nem mesmo unidade entre os militares. De fato, apenas uma pequena fração do Exército, e com características muito específicas, esteve envolvida na conspiração republicana.

O golpe de 1889 foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então "proclamada" sempre esteve, em alguma medida, marcada por esse sinal de nascença (ou, para muitos, pecado original). Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estiveram praticamente ausentes da conspiração. O golpe republicano foi sem dúvida militar, em sua organização e execução. No entanto, ele foi fruto da ação de apenas alguns militares. Quase não houve participação da Marinha, nem de indivíduos situados na base da hierarquia militar (as "praças", como os soldados ou sargentos). Mas isso não significa que o movimento foi promovido por oficiais situados no topo da hierarquia. Dos generais, apenas Deodoro da Fonseca esteve presente. Os oficiais superiores podiam ser contados nos dedos, e o que mais se destacou entre eles não exercia posição de comando de tropa: trata-se do tenente-coronel Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar.

Quem foram, então, os militares que conspiraram pela República e se dirigiram ao Campo de Santana na manhã do dia 15 de novembro de 1889 dispostos a derrubar o Império? Basicamente, um conjunto de oficiais de patentes inferiores do Exército (alferes-alunos, tenentes e capitães) que possuíam educação superior ou "científica" obtida durante o curso da Escola Militar, então localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Na linguagem da época, a "mocidade militar".

[...]

O republicanismo da "mocidade militar" era oriundo da valorização simbólica do mérito individual somada à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais. A "mocidade militar" era francamente republicana desde muito antes da "Questão Militar" de 1886-1887, geralmente considerada um marco da radicalização política dos militares ao final do Império. A partir de 1878, alunos da Escola Militar criaram clubes secretos republicanos e, em diversas ocasiões, cantaram ou tentaram cantar, desafiando seus superiores, a Marseillaise, o hino revolucionário francês. É notável o radicalismo de sua atuação e o fato de que, nos escritos e nas memórias dos jovens "científicos", não apareçam referências a professores ou políticos convertendo-os ao republicanismo. As referências a esse respeito levam sempre a livros por eles adquiridos e devorados e, principalmente, à influência de outros jovens "científicos" agrupados em associações e clubes de alunos.

Entre a "mocidade militar" não havia clareza a respeito de como a República vindoura seria organizada. Parece ter sido suficiente saber que se tratava da única forma "científica" de governo, aquela onde reinaria o mérito, ordenador de toda a vida social. A falta de definição a respeito de como seria a República facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da "mocidade militar" antes do golpe de 1889, por outro lado, ajudou a apressar sua fragmentação tão logo a República foi instituída. [...]

Adaptado do livro de Celso Castro, *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 86 p. (Coleção Descobrindo o Brasil). Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/ProclamacaoRepublica.htm>. Acesso em: 12 mar. 2010.

a) Podemos considerar que a proclamação da República do Brasil, em 1889, decorreu de um consenso nacional? Justifique.

b) Que setor da sociedade brasileira articulou a derrubada da monarquia?

c) Que ideais e valores permearam o movimento republicano entre a chamada "mocidade militar"?

d) Os grupos que participaram da instauração da República no Brasil tinham um projeto político claro para a nação? Explique.

2 Análise de tabela

→ Observe com atenção a tabela ao lado. Tendo em mente seus conhecimentos sobre o processo de abolição do tráfico negreiro no período coberto pela tabela, responda as questões.

a) Em que período é maior a importação de africanos escravizados? O que pode explicar o crescimento dessa importação?

b) Como se explica a queda nas importações de escravos africanos a partir de 1850?

c) Que efeitos a diminuição da importação de escravos africanos pode ter tido sobre a economia nacional? Explique, tomando por base seus conhecimentos de História do Brasil.

[illegible]			
1842	17 435	**1848**	60 000
1843	19 095	**1849**	54 000
1844	22 849	**1850**	23 000
1845	19 453	**1851**	3 387
1846	50 324	**1852**	700
1847	56 172	**1853/1856**	128 (em média)

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977. p. 103

3 Observação e análise de fotografias

→ Observe as duas imagens e faça as atividades propostas.

▲ Família negra retratada nas primeiras décadas do século XX. Autor desconhecido.

▲ Família imperial do Brasil, em gravura de Auguste Sisson feita com base em fotografia de Victor Frond, de 1860.

a) Aponte semelhanças entre as duas fotografias.

b) Uma fotografia é uma representação, uma composição que atende a determinados interesses e reflete o olhar do fotógrafo, assim como o contexto em que se insere. O que as fotografias acima nos sugerem acerca da sociedade do final do século XIX e início do século XX e das pessoas retratadas?

Questões & testes

CAPÍTULO 1

Enem

1. *A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.*

   THOMPSON, E. P. The making of the english working class. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado)

   Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:
   - a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
   - b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
   - c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
   - d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
   - e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

2. A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários que vinham da área rural cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

   Pode-se afirmar que as conquistas no início deste século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:
   - a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
   - b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
   - c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
   - d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo em que diminuía a representação operária nos parlamentos.
   - e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

3. Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra "restaurante". Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765, surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e mal cuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o *Dicionário da Academia Francesa* oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual.

   A mudança do significado da palavra restaurante ilustra:
   - a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
   - b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
   - c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
   - d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
   - e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

Vestibulares

4. **(UFS-SE)** Considere o trecho que segue.

   A História "moderna" termina em 1789, com aquilo que a Revolução batizou de "Antigo Regime". [...] 1789 é a chave para o antes e o depois. Separa-os, e portanto os explica.

   FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 17

Diversos historiadores enfatizaram a importância e o significado histórico da Revolução Francesa para o mundo Ocidental. Analise as proposições que justificam as afirmações feitas pelo autor (assinale verdadeiro ou falso):

( ) A Revolução Francesa foi um processo radical de insurreição popular contra a monarquia, a Igreja Católica, a desigualdade social, a sociedade estamental e a propriedade privada, cujos princípios ideológicos inspiraram o socialismo.

( ) O caráter antifeudal, anticlerical e a liderança burguesa foram fatores da Revolução Francesa que impulsionaram a consolidação do capitalismo e inauguraram o que se considera "uma nova era", marcada pelo estabelecimento de um novo calendário.

( ) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabeleceu a soberania da nação, a liberdade de expressão, a igualdade jurídica e a obrigação do Estado na defesa dos direitos naturais dos cidadãos, rompendo com a sociedade hierárquica e os privilégios nobiliários até então vigentes.

( ) O processo revolucionário francês foi composto por sucessivas etapas nas quais se verifica a gradual adesão de todos os setores da sociedade a ideais liberais e republicanos, cujo desfecho culminou no fim do absolutismo e na implantação do primeiro governo democrático ocidental.

( ) A fase denominada "República Jacobina" caracterizou-se pelo definitivo rompimento com o antigo regime e pela pacificação da sociedade francesa, pois nesse período de estabilidade econômica foi estabelecido o sufrágio universal, a reforma agrária e a anistia a todos aqueles anteriormente considerados inimigos do povo.

5. (UERJ-RJ) *Nós habitantes da paróquia de Longeley abaixo-assinados, tendo-nos reunido em virtude das ordens do rei, dia 6 do presente mês de maio de 1789, resolvemos o que se segue:*

Pedimos que todos os privilégios sejam abolidos. Declaramos que se alguém merece ter privilégios e gozar isenções, são estes, sem contradição, os habitantes do campo, pois são os mais úteis ao Estado, porque por seu trabalho o fazem viver.

CADERNOS de Súplicas para os Estados Gerais.

Essa reivindicação dos camponeses franceses às vésperas da eclosão da Revolução Francesa traduzia um desejo comum aos demais membros do Terceiro Estado, a saber:

a) a convocação dos Estados-Gerais para dar soluções à crise financeira.

b) a formação de uma democracia rural, composta de camponeses autônomos.

c) a supressão de uma ordem social baseada no privilégio e na sociedade estamental.

d) o advento de uma sociedade igualitária com o estabelecimento do sufrágio universal.

e) a distinção da sociedade fundamentada na proposta de cidadãos ativos e cidadãos passivos.

6. (PUC-SP) *[...] a revolução que não se radicaliza morre melancolicamente, como a burguesa. A rigor, uma só revolução existe, a que se deflagrou em 1789: enquanto viveu, ela quis expandir-se, e, assim, a República Francesa se considerou e se tentou universal – até o momento em que a pretensão de libertar o mundo se converteu na de anexá-lo, em que os ideais republicanos se reduziram ao imperialismo bonapartista.*

RIBEIRO, Renato Janine. A última razão dos reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O motivo pelo qual o conjunto de mudanças políticas que resultou na implantação do regime republicano na França, no século XVIII, pode, genericamente, ser classificado como uma revolução burguesa, é o fato de que nesse processo.

a) a estrutura social francesa viu-se reduzida a uma polarização entre o bloco de apoio ao Antigo Regime — no qual se encontravam a aristocracia, os camponeses e os trabalhadores urbanos, de um lado, e o bloco de apoio à República operário-burguesa, de outro.

b) a burguesia conseguiu a adesão ideológica da aristocracia, especialmente no que respeita à "abertura das carreiras públicas aos talentos individuais", o que possibilitou a ascensão de seus representantes ao poder de Estado.

c) o comando da burguesia desde o início se revelou como irrefutável, uma vez que ela colocou a serviço de seus objetivos revolucionários os mais variados setores da população, liderando assim uma restauração do Antigo Regime.

d) as vanguardas operário-camponesas colocaram-se ao lado da burguesia, pois tinham claro que suas reivindicações somente alcançariam um patamar de consequência numa sociedade em que as relações burguesas de produção já estivessem desenvolvidas.

e) os resultados políticos das sucessivas convulsões sociais geradas nos quadros da crise do Estado monárquico francês foram, ao final, capitalizados pela burguesia, que pôde assim dar início à viabilização de seus interesses políticos e econômicos.

7. (Unicamp-SP – modificada) O texto abaixo se refere à guerra entre a Inglaterra e a França no contexto da Revolução Francesa no final do século XVIII:

A cada navio que os canhões inimigos punham fora de combate, os governos da Inglaterra e da França procuravam desesperadamente mais dois mil carvalhos que pudessem substituí-lo. Para abastecer a marinha francesa, desmataram-se cadeias montanhosas inteiras, que nunca foram reflorestadas. Ao mesmo tempo, seus concorrentes ingleses transportavam madeira das florestas canadenses.

Adaptado de SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 188.

a) Por que a Revolução Francesa levou a uma guerra entre a França e outros países europeus?

b) Que relação o texto estabelece entre essa guerra e o desmatamento das florestas do Hemisfério Norte?

8. **(Unesp-SP)** *As horas canônicas eram anunciadas pelo toque do sino que mandavam a distância o som que funcionava como voz da eternidade marcando o tempo de todas as pessoas. Tempo de repouso e tempo de trabalho; tempo de oração e tempo de festa; tempo de vida e tempo de morte*

MICELI, Paulo. O feudalismo

O operário transforma-se, por sua vez, num especialista em "olhar o relógio", preocupado apenas em saber quando poderá escapar para gozar as suas escassas e monótonas formas de lazer que a sociedade industrial lhe proporciona.

WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas

Nos dois momentos históricos descritos, considerando o cotidiano do homem, compare a percepção e o controle do tempo.

CAPÍTULO 21

Vestibulares

9. **(Cesgranrio-RJ)**

Aterrei o abismo anárquico e pus ordem no caos.

Napoleão Bonaparte

Sobre o período napoleônico na França, entre 1799 e 1815, podemos afirmar que:

a) no 18 brumário (9/11/1799), Napoleão destituiu o Diretório controlado pelos girondinos, assumindo o poder através do Consulado.

b) no Consulado (1799-1804), o confisco e a distribuição de terras da Igreja aos camponeses provocaram o rompimento das relações entre o clero e o Estado, expresso na concordata de 1801.

c) no Império (1804-1815), a aliança militar com a Áustria e a Rússia provocou o fim da expansão territorial francesa na Europa e no norte da África.

d) no período dos Cem Dias (1815), Napoleão ratificou a paz com a Inglaterra e a Prússia, acatando a legitimidade das fronteiras europeias anteriores à Revolução Francesa

e) o Decreto de Berlim (1806), ao instituir o bloqueio continental, restaurou as antigas aristocracias e monarquias no governo dos países recém-invadidos, como Portugal e Espanha.

10. **(Unifesp-SP)** Em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil. Esta transferência está ligada à:

a) tentativa portuguesa de impedir o avanço inglês na América

b) disputa pela Inglaterra e França pela hegemonia europeia.

c) perda, por Portugal, de suas colônias na costa da África.

d) descoberta recente de ouro na região de Minas Gerais.

e) intenção portuguesa de proclamar a independência do Brasil.

11. **(UFPI-PI)** No Congresso de Viena (1815), as decisões foram tomadas pelas grandes potências Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia, tendo como um de seus principais resultados:

a) a difusão das ideias revolucionárias, realizada, principalmente, pela maçonaria.

b) a restauração das fronteiras anteriores à Revolução Francesa

c) a restauração das antigas monarquias parlamentares, como, por exemplo, a de Portugal.

d) a intervenção do papado em domínios territoriais do Sacro Império Romano-Germânico.

e) o auxílio prestado a movimentos revolucionários embasados nos princípios iluministas.

12. **(Fuvest-SP)** *Neste território não poderá haver escravos. A servidão foi abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres...*

Todo homem, qualquer que seja sua cor, pode ser admitido em qualquer emprego.

Artigos 3 e 4 da Constituição do Haiti, assinada por Toussaint L'Ouverture, 1801

Lendo o texto acima e associando-o ao processo de independência das Américas espanhola e francesa, é possível concluir que:

a) como no Haiti, em todos os demais movimentos houve uma preocupação dominante com as aspirações populares.

b) a independência do Haiti foi um caso especial nas Américas, pois foi liderada por negros e mulatos.

c) na mesma década da independência do Haiti, as demais colônias do Caribe alcançaram a libertação.

d) o movimento de independência do Haiti foi inspirado pelo modelo dos Estados Unidos.

e) a independência do Haiti foi concedida por Napoleão Bonaparte, com base nos princípios liberais.

Olimpíadas da Unicamp

13. ***Abaixo o João Bobão***

Quando lembradas, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e suas personagens costumam receber um tratamento simplista e caricato. [...] Os principais meios de comunicação como cinema, teatro e televisão, têm contribuído para a produção e difusão desses estereótipos, tornando-o senso comum entre os brasileiros. Quem não se lembra do filme Carlota Joaquina, *de Carla Camurati, ou da minissérie* Quinto dos infernos, *da TV Globo, paródias sobre esse momento histórico? E de suas personagens, o bobão D. João e a ninfomaníaca, grotesca e ambiciosa D. Carlota?*

Frequentemente, o ensino de história, em vez de acompanhar as inovações da historiografia, reproduz as caricaturas dos filmes e da TV como "ilustração" do que se viu nas aulas, ou seja, como "verdades históricas", sem qualquer reflexão crítica. Em vez de subverter o cânone, utilizando essas produções como fontes a serem discutidas, a escola o reitera.

Perde-se, assim, a oportunidade de abordar em sala de aula toda a complexidade e a importância daquele período, além de dispensar a análise do momento político e cultural em que as referidas obras de ficção foram produzidas. Os anos de permanência da Corte no Brasil (1808-1821) trouxeram mudanças radicais na vida e nos costumes da antiga colônia. Nesse processo, D. João, longe de ser bobalhão, mostrou-se um político hábil.

VILLALTA, Luís Carlos; BECHO, André Pedroso. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, jan. 2008, ano 3, n. 28.

Assinale as afirmativas corretas. Os historiadores Luís Carlos Villalta e André Pedroso Becho afirmaram:

a) filmes e séries de TV que retratam uma época têm também uma historicidade própria.
b) o processo de metropolização/urbanização do Rio de Janeiro entre 1808-1821 pode ser interpretado como uma habilidade governativa de D. João ao transformar esta cidade na capital do império luso-brasileiro.
c) ao se considerar D. João como um glutão, figura tola, se compreende o comentário de Napoleão Bonaparte sobre ele: "O único a me tapear em todos os tempos".
d) a transferência da corte, nesta abordagem, foi mais uma estratégia político-diplomática-militar do que uma apressada debandada da família real.

CAPÍTULO 22

Enem

14. As imagens a seguir reproduzem quadros de D. João VI e de seu filho D. Pedro I nos respectivos papéis de monarcas. A arte do retrato foi amplamente utilizada pela nobreza ocidental, com objetivos de representação política e de promoção social. No caso dos reis, essa era uma forma de se fazer presente em várias partes do reino e, sobretudo, de se mostrar em majestade.

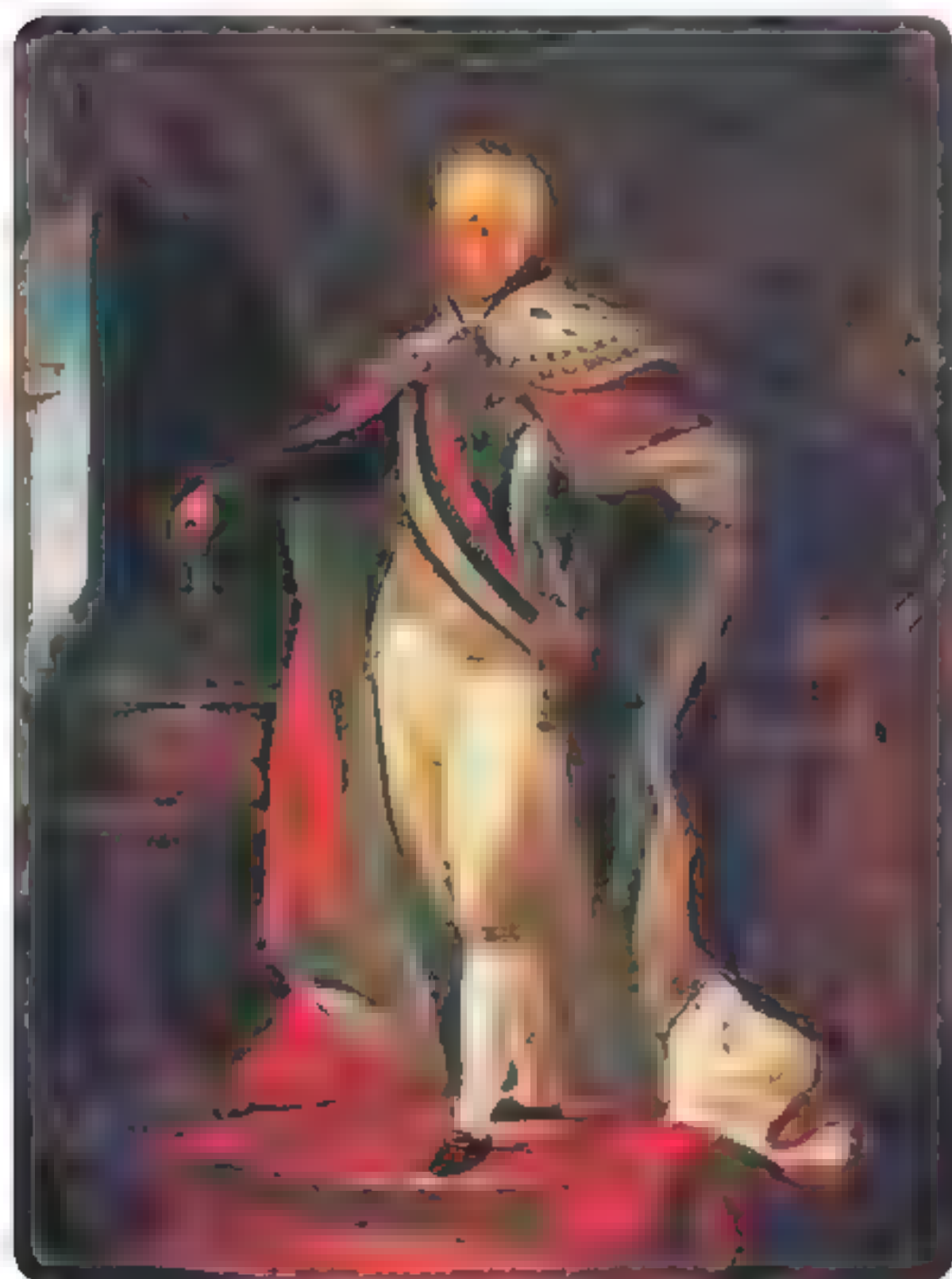
Imagem I

▲ *Retrato de D. João VI*, de Jean-Baptiste Debret, 1817. Óleo sobre tela, 60 × 42 cm.

Imagem II

▲ *Retrato do imperador em trajes majestáticos*, de Henrique José da Silva. Gravura sobre metal feita por Urbain Massard, 64 cm × 44 cm.

A comparação das imagens permite concluir que:

a) as obras apresentam substantivas diferenças no que diz respeito à representação do poder.
b) o quadro de D. João VI é mais suntuoso, porque retrata um monarca europeu típico do século XIX.
c) os quadros dos monarcas têm baixo impacto promocional, uma vez que não estão usando a coroa, nem ocupam o trono.
d) a arte dos retratos, no Brasil do século XIX, era monopólio de pintores franceses, como Debret.
e) o fato de pai e filho aparecerem pintados de forma semelhante sublinha o caráter de continuidade dinástica, aspecto político essencial ao exercício do poder régio.

15. No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados

Todos devem se acabar,

Porque só pardos e pretos

O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. Estudos pernambucanos. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.

b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.

c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.

d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.

e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

Vestibulares

16. **(Fuvest-SP)** *Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco, em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido [colocar] sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos tratar.*

VARNHAGEN, F. A. História geral do Brasil, 1854.

O texto trata da Revolução pernambucana de 1817. Com relação a esse acontecimento é possível afirmar que os insurgentes:

a) pretendiam a separação de Pernambuco do restante do reino, impondo a expulsão dos portugueses desse território.

b) contaram com a ativa participação de homens negros, pondo em risco a manutenção da escravidão na região.

c) dominaram Pernambuco e o norte da colônia, decretando o fim dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

d) propuseram a independência e a república, congregando proprietários, comerciantes e pessoas das camadas populares.

e) implantaram um governo de terror, ameaçando o direito dos pequenos proprietários à livre exploração da terra.

17. **(Cesgranrio-RJ)** A concretização da emancipação política do Brasil, em 1822, foi seguida de divergências entre os diversos setores da sociedade, em torno do projeto constitucional, culminando com o fechamento da Assembleia Constituinte.

Assinale a opção que relaciona corretamente os preceitos da Constituição Imperial com as características da sociedade brasileira.

a) A autonomia das antigas capitanias atendia aos interesses das oligarquias agrárias.

b) O poder moderador conferia ao imperador a proeminência sobre os demais poderes.

c) A abolição do padroado, por influência liberal, assegurou ampla liberdade religiosa.

d) A abolição progressiva da escravidão, proposta de José Bonifácio, foi uma das principais razões da oposição ao imperador D. Pedro I.

e) A introdução do sufrágio universal permitiu a participação política das camadas populares, provocando rebeliões em várias partes do país.

18. **(UFRJ-RJ)** *[...] o povo nada ganhou absolutamente com a mudança operada. A maioria dos franceses lucrou com a Revolução que suprimiu privilégios e direitos auferidos por uma casta favorecida. Aqui, lei alguma consagrava a desigualdade, todos os abusos eram o resultado do interesse e dos caprichos dos poderosos e dos funcionários. Mas são estes homens que, no Brasil, foram os cabeças da revolução. [...]*

SAINT-HILAIRE, A. de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo – 1822. In: MATTOS, Ilmar R.; ALBUQUERQUE, Luís Affonso S. de. Independência ou morte: a emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991. p. 63-4.

O processo de ruptura do pacto colonial assumiu dimensão definitiva por ocasião das mudanças ocorridas quando da era napoleônica. Os interesses colonialistas sofreram contestações e o ideário da Revolução Francesa influiu decisivamente nos movimentos políticos ocorridos no interior das colônias americanas. No Brasil, esse processo reflete-se em ações que resultaram na independência de 1822, precedida de movimentos, como o da Insurreição Pernambucana de 1817, que visavam ao rompimento com a metrópole.

a) Cite duas razões que contribuíram para a eclosão da Insurreição Pernambucana de 1817.

b) Justifique o apoio dos grandes proprietários ao processo de independência no Brasil.

Olimpíadas da Unicamp

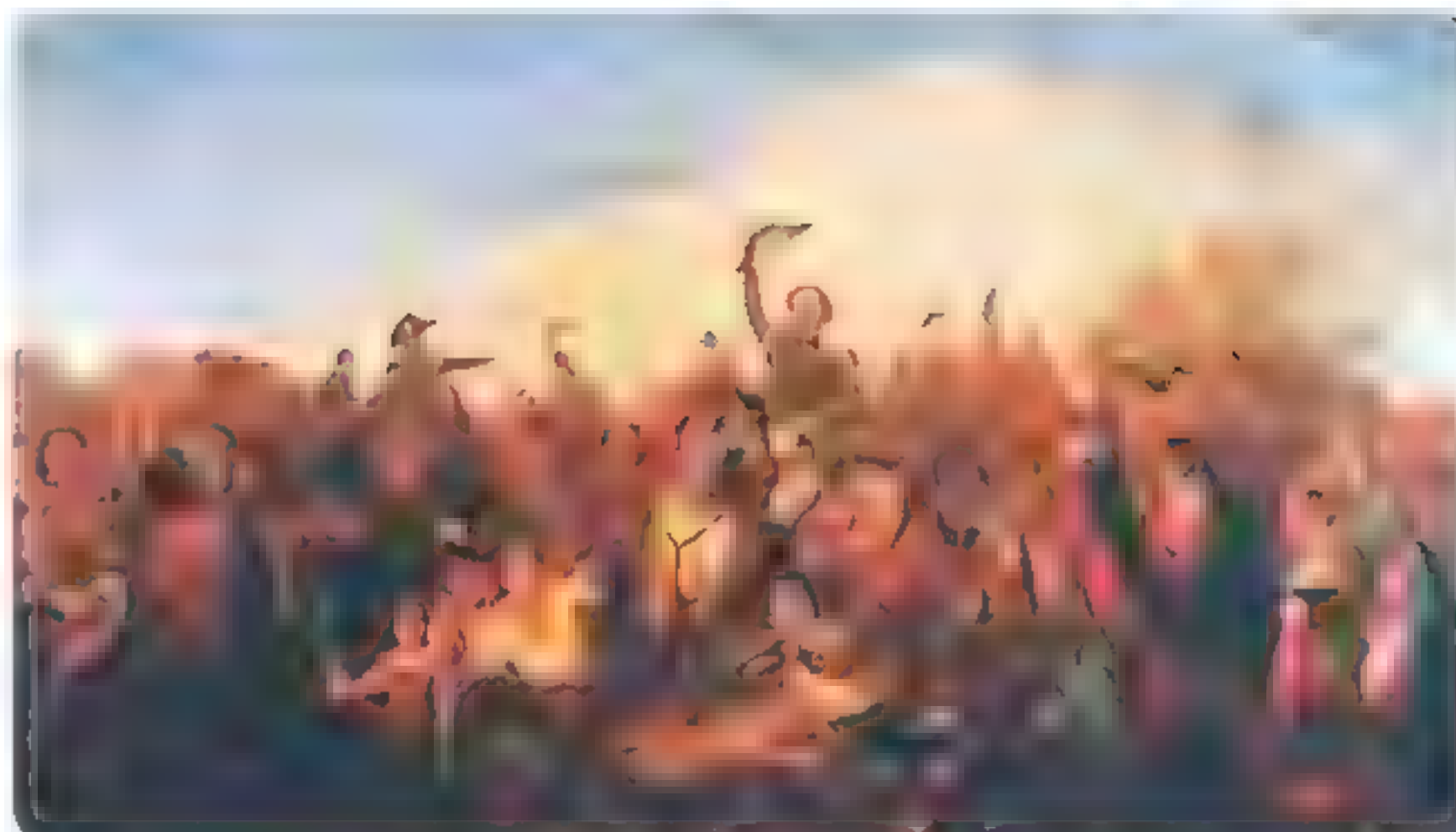
19. O quadro do pintor francês François-René Moreaux expressa uma percepção diferenciada do ato de independência do Brasil e assim de seu processo, sobretudo se comparado ao importante quadro de Pedro Américo, situado no Museu Paulista, São Paulo.

Assinale a alternativa correta. Após observar as duas telas, pode-se afirmar que:

a) a independência no quadro de Moreaux valoriza a participação popular enquanto o de Pedro Américo valoriza a importância dos militares no processo.

b) o quadro de Pedro Américo dá ênfase muito maior à centralidade e hierarquia da figura do imperador.

c) a diferença entre os quadros se explica porque Pedro Américo era o pintor oficial da Corte e testemunhou a cena que retratou.

d) o quadro de Pedro Américo, assim como o próprio Museu do Ipiranga, consagraram-se como a representação visual e edificada da memória oficial da independência.

Museu Imperial, Petrópolis

Museu Paulista da USP, São Paulo

Enem

20. *Por volta de 1880, com o progresso de uma economia primária e de exportação, consolidou-se em quase toda a América Latina um novo pacto colonial que substituiu aquele imposto por Espanha e Portugal. No mesmo momento em que se afirmou, o novo pacto colonial começou a se modificar em sentido favorável à metrópole. A crescente complexidade das atividades ligadas aos transportes e às trocas comerciais multiplicou a presença dessas economias metropolitanas em toda a área da América Latina: as ferrovias, as instalações frigoríficas, os silos e as usinas, em proporções diversas conforme a região, tornaram-se ilhas econômicas estrangeiras em zonas periféricas.*

DONGHI, T. H. História da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, adaptado.

De acordo com o texto, o pacto colonial imposto por Espanha e Portugal a quase toda a América Latina foi substituído em função:

a) das ilhas de desenvolvimento instaladas nas periferias das grandes cidades.

b) da restauração, por volta de 1880, do pacto colonial entre a América Latina e as antigas metrópoles.

c) do domínio, em novos termos, do capital estrangeiro sobre a economia periférica, a América Latina.

d) das ferrovias, frigoríficos, silos e usinas instaladas em benefício do desenvolvimento integrado e homogêneo da América Latina.

e) do comércio e da implantação de redes de transporte, que são instrumentos de fortalecimento do capital nacional frente ao estrangeiro.

Vestibulares

21. (UFV-MG) Assinale a alternativa que identifica corretamente uma característica ou consequência do processo de independência da América Latina.

a) O caudilhismo, atuante nos meios urbanos dos jovens países da América Latina de origem espanhola, não interferiu na vida política nacional pela pouca influência exercida nos campos.

b) As independências na América Latina não tiveram como causa a existência prévia da nação ou do nacionalismo, mas estes começaram a se constituir após a conquista da soberania política.

c) A aliança entre as lideranças populares e as elites *criollas* forjou a marca democrática e liberal dos países hispano-americanos que começaram a ser construídos após a independência.

d) A história dos países hispano-americanos, nas primeiras décadas do período pós-independência, foi marcada pela estabilidade política decorrente do entendimento entre as elites.

22. (PUC-SP) As independências políticas na maior parte da América Hispânica e no Brasil aconteceram nas três primeiras décadas do século XIX. Sobre elas, pode-se afirmar que:

a) as independências na América Hispânica foram bastante influenciadas pela Revolução do Haiti, daí o caráter popular e antiescravista que assumiram, enquanto a do Brasil não provocou qualquer mudança social.

b) a independência do Brasil envolveu disputas políticas e combates militares de caráter localista, o chamado caudilhismo, à semelhança do que aconteceu na América Hispânica

c) as independências na América Hispânica, à semelhança do que aconteceu no Brasil, contaram com apoio militar e financeiro dos Estados Unidos, interessados em ampliar o mercado para seus produtos industriais.

d) a independência do Brasil manteve a unidade política oriunda do período da colonização, daí o temor que provocou nos vizinhos hispano-americanos, receosos de que o Império brasileiro tivesse intenções expansionistas.

e) as independências na América Hispânica mantiveram no poder a elite criolla, composta por descendentes de brancos nascidos na América, enquanto a do Brasil acarretou o banimento dos portugueses

23. (Unesp-SP) Leia atentamente o texto.

O período de pré-independência assistiu ao nascimento de uma literatura de identidade, na qual os americanos glorificavam seus países, proclamavam seus recursos e louvavam seu povo. Enquanto mostravam a seus compatriotas as suas qualidades, esses autores apontavam as qualificações dos americanos para os cargos públicos e na verdade para o autogoverno. Os próprios termos instilavam confiança por repetição – pátria, país, nação, nossa América, nós americanos. Embora ainda se tratasse de um nacionalismo mais cultural do que político e não fosse incompatível com a unidade imperial, mesmo assim ele preparava as mentes dos homens para a independência, ao lembrar-lhes que a América tinha recursos independentes e as pessoas para administrá-los.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. Leslie Bethell. História da América Latina, 2001

Indique os principais motivos que levaram as colônias espanholas à independência

24. (Unifesp-SP) A independência do Brasil, quando comparada com a independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças Indique as principais:

a) semelhanças, b) diferenças.

CAPÍTULO 24

Enem

25. A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início do século XX, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais

b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.

c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.

e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

Vestibulares

26. (Ufop-MG) As ideias socialistas difundidas ao longo da primeira metade do século XIX, ampliaram as reivindicações democráticas na Europa. Em relação ao socialismo da primeira metade do século XIX, assinale a alternativa incorreta.

a) O socialismo utópico era contrário a qualquer fundamento da sociedade industrial, defendendo a constituição de pequenas comunidades agrárias como alternativa

b) Robert Owen, proprietário de fábricas e reformador social, preocupou-se com as péssimas condições de trabalho infantil, recusando-se a contratar crianças abaixo de 10 anos.

c) O saint-simonismo defendia a substituição da elite clerical e aristocracia no poder por uma nova elite de cientistas e industriais, mais apta a governar a sociedade.

d) Teve como principais pensadores, divulgadores e implantadores de sociedades comuna s Saint Simon, e Charles Fourier, além do inglês Robert Owen.

27. (UPM-SP) *Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou – o que é a mesma coisa – pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens.*

A riqueza das nações, 1776.

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe

Manifesto do Partido Comunista, 1848

Os trechos anteriores pertencem a duas obras clássicas do pensamento político e econômico moderno Em suas páginas, definiram-se modos distintos de se encarar o mundo capitalista. Seus autores são, respectivamente.

a) Jean-Jacques Rousseau e Voltaire.
b) Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.
c) Jean Bodin e David Ricardo.
d) Adam Smith e Karl Marx.
e) John Keynes e F. Engels.

28. (PUC-SP) *Para nós, a autoridade não é necessária à organização social; ao contrário, acreditamos que ela é sua parasita, que impede sua evolução e utiliza seu poder em proveito próprio de uma certa classe que explora e oprime as outras. Enquanto houver harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém quiser ou puder explorar os outros, não haverá marcas de autoridade; mas, quando surgirem lutas internas e a coletividade se dividir em vencedores e vencidos, então a autoridade aparecerá, autoridade que, naturalmente, estará a serviço dos interesses dos mais fortes e servirá para confirmar, perpetuar e reforçar sua vitória.*

MALATESTA, Enrico. Textos escolhidos. *Porto Alegre: LPM, 1984. p. 25*

O fragmento anterior defende postura:

a) humanista: acredita na harmonia entre os homens e opõe-se a qualquer tipo de conflito social.
b) anarquista: rejeita a necessidade da autoridade e a vê como instrumento de poder e de dominação
c) autoritária: concebe a autoridade como natural e exclui qualquer tentativa de utilizá-la na vida em comunidade
d) socialista. critica a autoridade exercida pela classe dominante e defende o poder nas mãos dos trabalhadores
e) liberal: celebra o valor universal da liberdade e recusa a imposição da vontade de uns sobre outros.

29. (Famerp-SP) As ideias básicas do chamado socialismo científico (1848-1867) definem uma reforma da sociedade a fim de·

a) criar uma estrutura eminentemente fabril que proporcione predominância do campo sobre a cidade
b) conseguir a harmonia entre todos os homens organizados em comunidades
c) estruturar a organização social com base em cooperativas agrícolas.
d) eliminar a propriedade privada, assim como o sistema capitalista.
e) gerar uma nova ordem que valorize a espiritualidade do homem

30. (Fuvest-SP) *No final do século XIX, a Europa Ocidental torna-se "teatro de atentados contra as pessoas e contra os bens. Sem poupar os países do Norte... esta agitação afeta mais a França, a Bélgica e os Estados do Sul... Na Itália e na Espanha, provoca ou sustenta revoltas camponesas. Numerosos e espetaculares atentados são cometidos contra soberanos e chefes de governo.*

SCHNERB, R O século X X, *1969*

O texto trata das ações empreendidas, em geral, por:

a) anarquistas.
b) fascistas.
c) comunistas.
d) militaristas.
e) fundamentalistas

31. (Unicamp-SP) Escravidão antiga, servidão e trabalho assalariado são formas que o trabalho humano assumiu em diferentes períodos históricos. Identifique esses períodos e descreva as diferenças entre essas três formas de trabalho.

Enem

32. Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos Estados Unidos, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é.

a) submeter o indivíduo à proteção do governo
b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses
c) estimular a formação de propriedades comunais
d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

33. Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos Estados Unidos

A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra

TOCQUEVILLE, A. Democracy in America. Chicago. Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990 (adaptado)

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte--americanos do seu tempo:

a) buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas
b) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
c) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético
d) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
e) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica

Vestibulares

34. (UFSCar-SP) A *Big Stick Policy*, estabelecida nos Estados Unidos da América no início do século XX, consistiu.

1 – numa reforma ampla do sistema policial, a fim de melhor reprimir as revoltas da população negra.
2 – numa política interna com a qual se pretendeu corrigir os excessos do sistema federativo.
3 – numa política externa com a qual se pretendeu reservar o direito de intervir na América Latina

Assinale a opção correta.

a) Apenas a alternativa 3 está correta.
b) Apenas a alternativa 1 está correta.
c) Nenhuma alternativa está correta
d) Apenas a alternativa 2 está correta.
e) As alternativas 1 e 2 estão corretas.

35. (Fuvest-SP) *No Ocidente, o período entre 1848 e 1875 "é primariamente o do maciço avanço da economia do capitalismo industrial, em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo"*

HOBSBAWM, E. J. A era do capital – 1848-1875.

A "ordem social" e as "ideias e credos" a que se refere o autor caracterizam-se, respectivamente, como:

a) aristocrática e conservadoras
b) socialista e anarquistas.
c) popular e democráticas.
d) tradicional e positivistas.
e) burguesa e liberais.

36. (PUC-SP) A primavera dos povos, como foram batizadas as Revoluções de 1848 na Europa, trouxe uma novidade para o panorama político europeu. Pela primeira vez

a) a ideia de revolução foi conjugada com o ideal liberal de uma sociedade cuja organização fosse fundada num pacto social.
b) o regime republicano era instaurado sob o patrocínio exclusivo da burguesia, uma vez que os trabalhadores abdicaram da participação na reordenação política.
c) o proletariado fazia sua aparição política com reivindicações classistas e propostas de mudança da ordem social.
d) o internacionalismo proletário foi experimentado, tendo sido o motivo para a simultaneidade das revoluções em toda a Europa.
e) a proposta de um centralismo democrático na estruturação do Partido Liberal foi testada, tendo como resultado a efetiva conquista do poder por esse grupo.

37. (Fuvest-SP) As agitações políticas e sociais que marcaram o período 1820-1848, no Ocidente, guiaram-se por concepções decorrentes tanto da Revolução Francesa de 1789, quanto da Revolução Industrial inglesa (em curso desde a década de 1780).

a) Descreva uma dessas concepções.
b) Relacione-as com um movimento social e/ou político do período (1820-1848).

CAPÍTULO 26

Enem

38. *A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares, que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas ideias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta pressão organizada pelo governo imperial.*

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996, adaptado

Com base no texto, é possível concluir que a composição da Confederação do Equador envolveu, a princípio:

a) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado

b) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.

c) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tencionava subjugar o Rio de Janeiro.

d) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.

e) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

39. ***Constituição de 1824:***

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.

Frei Caneca:

O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.

Voto sobre o juramento do projeto de Constituição

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 era

a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador

b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.

c) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade

d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação

e) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política

Vestibulares

40. (Fuvest-SP) A organização do Estado brasileiro que se seguiu à independência resultou do projeto do grupo.

a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado

b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão

c) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.

d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico

e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

41. (UFMG-MG) Durante o período regencial, várias revoltas, ocorridas nas províncias, agitaram a vida política do país. O Segundo Reinado, no entanto, vai assistir, em 1848, à última rebelião provincial.

Todas as alternativas apresentam medidas políticas adotadas a partir de 1840, com vistas à centralização política e ao restabelecimento da autoridade do imperador, exceto:

a) a antecipação da maioridade de D. Pedro II e o restabelecimento do Conselho de Estado.

b) a extinção da Guarda Nacional, que eliminou a competição com o exército e o encarregou da ordem local e nacional

c) a modificação do Código do Processo Criminal, que retornou o poder judiciário para o governo central.

d) a retirada de atribuições políticas dos poderes provinciais pelo Ato Adicional.

42. (Fuvest-SP) *Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações... O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio.*

Padre Antonio Feijó, em 1836

Essa reflexão pode ser explicada como uma reação à:

a) revogação da Constituição de 1824, que fornecia os instrumentos adequados à manutenção da ordem.

b) intervenção armada brasileira na Argentina, que causou grandes distúrbios nas fronteiras.

c) disputa pelo poder entre São Paulo, centro econômico importante, e Rio de Janeiro, sede do governo.

d) crise decorrente do declínio da produção cafeeira, que produziu descontentamento entre proprietários rurais

e) eclosão de rebeliões regionais, entre elas a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no sul do país

43. (UFMG-MG) Leia o texto.

[...] consideram-se os senhores de engenho a parte mais importante e de mais prestígio da população da Bahia, eles próprios se julgam a nobreza do país, e, por sua extraordinária riqueza, ocupam os primeiros postos nas milícias, as quais aqui são muito bem organizadas. [...] Como as milícias da cidade são constituídas pela gente melhor e mais úteis do que a polícia, porque esta é impotente, age sem consequência, por falta de meios e por

causa da grande quantidade de negros, que podem ser contratados para qualquer mau intuito.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, p. 153. v. 2. 1981

O trecho do relato dos viajantes Spix e Martius refere-se:

a) à formação de contingentes militares profissionalizados por influência da Guerra do Paraguai.

b) à generalização de exércitos particulares de jagunços que serviam aos senhores de engenho

c) ao embrião de uma estrutura paramilitar que ajudava no controle da ordem política e social

d) ao recrutamento de grande número de escravos para integrar os contingentes policiais.

44. **(Unicamp-SP)** *Iniciada como conflito entre facções da elite local, a Cabanagem, no Pará (1835-1840), aos poucos fugiu ao controle e tornou-se uma rebelião popular. A revolta paraense atemorizou até mesmo liberais como Evaristo da Veiga. Para ele, tratava-se de gentalha, crápula, massas brutas. Em outras revoltas, o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema da grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845.*

Adaptado de CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 252-253

a) Segundo o texto, o que diferenciava a Cabanagem da Farroupilha?

b) Quais os significados das revoltas provinciais para a consolidação do modelo político imperial?

c) O que levava as elites agricultoras e pecuaristas a se rebelarem contra o poder central do Império?

Olimpíadas da Unicamp

45. Quadrinha cantada pelas ruas do Recife durante o movimento conhecido como a Confederação do Equador (1824).

Quadrinha de 1824
Sem grande corte na Corte
Não se goza um bem geral;
Que o corte é que nos faz bem,
A Corte, é quem nos faz mal

Assinale as afirmativas corretas. A partir da quadrinha acima podemos verificar que:

a) havia descontentamento dos pernambucanos com o governo de Dom Pedro I.

b) a expressão "corte na Corte" refere-se à vontade separatista.

c) que o descontentamento não era com o imperador, mas com os políticos que não representavam bem as suas províncias

d) que a restrita possibilidade de participação no governo de Pedro I justificava o rompimento entre o nordeste e o resto do país

CAPÍTULO 27

Enem

46. *William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa*

Internet: www.fo.usp.br, com adaptações.

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

a) De fraternidade, já que ambos visavam aos mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.

b) De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.

c) De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.

d) De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da coroa inglesa.

e) De médico-paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

Vestibulares

47. **(UPM-SP)** *A expansão imperialista do século XIX foi um novo passo no processo de mundialização da ordem capitalista, depois das cruzadas, da expansão ultramarina, da colonização etc. As populações africanas e asiáticas foram tragadas e incorporadas a uma ordem essencialmente europeia*

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo.

Considerando o fragmento de texto acima, assinale a alternativa correta

a) A busca por mercados consumidores de manufaturados e fornecedores de matérias-primas determinou que a dominação imperialista fosse realizada por meio de alianças com as elites locais

b) A doutrina científica conhecida como darwinismo social oferecia respaldo para a ocupação dos novos territórios, apesar de os intelectuais europeus serem contrários a essa prática de dominação

c) Assim como no século XVI, defendia-se que era necessário levar a verdadeira fé cristã aos infiéis, sendo as nações capitalistas responsáveis pela expansão espiritual, que efetivamente ocorreu sem resistências

d) As nações imperialistas afirmavam que os europeus estavam envolvidos em uma "missão humanista", que consistiria em melhorar as condições de vida dos nativos, sem entrar em choque com as culturas locais

e) Caberia ao homem branco europeu cumprir sua "missão civilizadora" e levar aos povos primitivos os benefícios provenientes das sociedades industrializadas e detentoras de modernas tecnologias.

48. **(Ufop-MG)** Das duas últimas décadas do século XIX até os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, ocorreu a expansão das economias capitalistas. A respeito das consequencias do imperialismo nos continentes asiático e africano, no período indicado, assinale a alternativa incorreta.

a) Os povos asiáticos e africanos aceitaram pacificamente as políticas implementadas pelas potências europeias em seus países.

b) Ocorreu a desorganização das atividades econômicas tradicionais, como a agricultura de subsistência, o artesanato coletivista e a pecuária itinerante.

c) Na Índia, houve a decadência da industrial têxtil artesanal, pois essa foi obrigada a comprar produtos industrializados da Inglaterra.

d) Ocorreu a divisão territorial da China em várias zonas de influência europeia e norte-americana

49. **(FGV-SP)** No século XIX, potências europeias protagonizaram conflitos no continente asiático, devido ao comércio com a China e à produção e venda de ópio Com relação a tais conflitos, é correto afirmar.

a) A primeira "Guerra do Ópio" foi desencadeada pela Inglaterra, preocupada em eliminar a produção da droga no Oriente e o seu consumo, que se alastrava pela sociedade chinesa e pelo Oriente.

b) A primeira "Guerra do Ópio" permitiu aos chineses o controle sobre o tráfico de ópio no Oriente e a recuperação da Mandchúria, tomada inicialmente pelas tropas inglesas.

c) O fim da primeira "Guerra do Ópio" resultou no controle sobre a distribuição do chá pelos comerciantes chineses e no fim da participação dos ingleses no tráfico de ópio.

d) Ao final da primeira "Guerra do Ópio", os ingleses obtiveram, pelo Tratado de Nanquim, a concessão da ilha de Hong Kong e o acesso a novos portos comerciais chineses

e) A primeira "Guerra do Ópio" decretou o fim das intervenções ocidentais na China e o estabelecimento de uma política de isolamento semelhante àquela adotada pelo Japão no mesmo período.

50. **(Unifesp-SP)** *Em meados da década de 1890, em meio à terceira longa depressão em três décadas sucessivas, difundiu-se na burguesia uma repulsa pelo mercado não regulamentado, em todos os grandes setores da economia*

O autor (Martin Sklar, 1988) está se referindo à visão dominante entre a burguesia no momento em que o capitalismo entrava na fase:

a) globalizada.
b) competitiva.
c) multinacional.
d) monopolista.
e) keynesiana

51. **(Fuvest-SP)** *Quando os brancos chegaram, nós tínhamos as terras e eles a Bíblia, depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles as terras.*

Essa frase – atribuída a Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia – remete à partilha da África, no quadro do imperialismo europeu

Comente e interprete o trecho.

CAPÍTULO 28

Enem

52. *O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: "Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings (reuniões públicas), da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5º) a ação da família imperial".*

NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo. Martin Claret, 2005. p 144, com adaptações

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta·

a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.

b) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial

d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza

53. *Viam-se de cima as casas acavaladas umas pelas outras, formando ruas, contornando praças. As chaminés principiavam a fumaça; deslizavam as carrocinhas multicores dos padeiros; as vacas de leite caminhavam com seu passo vagaroso, parando à porta dos fregueses, tilintando o chocalho; os quiosques vendiam café a homens de jaqueta e chapéu desabado; cruzavam-se na rua os libertinos tardios com os operários que se levantavam para a obrigação, ouvia-se o ruído estalado dos carros de água, o rodar monótono dos bondes.*

AZEVEDO, A. *Casa de pensão*. São Paulo: Martins, 1973.

O trecho, retirado de romance escrito em 1884, descreve o cotidiano de uma cidade, no seguinte contexto:

a) a convivência entre elementos de uma economia agrária e os de uma economia industrial indica o início da industrialização no Brasil, no século XIX.

b) desde o século XVIII, a principal atividade da economia brasileira era industrial, como se observa no cotidiano descrito.

c) apesar de a industrialização ter-se iniciado no século XIX, ela continuou a ser uma atividade pouco desenvolvida no Brasil.

d) apesar da industrialização, muitos operários levantavam cedo, porque iam diariamente para o campo desenvolver atividades rurais

e) a vida urbana, caracterizada pelo cotidiano apresentado no texto, ignora a industrialização existente na época.

Vestibulares

54. (UFMG-MG) Analise estas duas imagens:

Relacionando-se essas imagens à crise da ordem imperial brasileira, é correto afirmar que elas expressam:

a) a força dos ideais contrários à abolição da escravidão e à república, que retardou a crise da ordem imperial brasileira após a Guerra do Paraguai.

b) a fusão dos ideais monárquicos e republicanos, o que ajudou a acelerar a abolição da escravidão no final do século XIX

c) o militarismo predominante no Império do Brasil, indicado pela presença marcante dos militares – inclusive o próprio imperador – no poder.

d) os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a ordem imperial e a crescente influência do republicanismo no cenário político brasileiro.

Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

55. (UFBA-BA) Por volta da metade do século XIX, o Brasil ingressa em um processo de mudanças a que se dá o nome de modernização. Tais mudanças repercutiram sobre a economia e, também, sobre as práticas e valores da sociedade brasileira da época. A respeito desse processo, leia o texto a seguir:

A extinção do tráfico muda as circunstâncias – o poderoso comércio negreiro encontra-se sem emprego, com disponibilidades monetárias de grande cabedal. Cerca de 16 000 contos, para um papel-moeda em circulação de 46 000, provocaram súbitas febres no mercado [...]. Coincidiu o fato extraordinário com a maturação da economia cafeeira, que projetava no setor urbano, as sobras, muitas, mais aparentes do que reais, dos investimentos e reinvestimentos agrícolas. É a época de ouro da liderança de Mauá [...], financiada com empréstimos autorizados pelo Poder Legislativo. O grande empresário funda, agora com capitais privados, o Banco do Brasil (1851). [...] O folhetinista do Jornal do Comércio, de 28 de maio de 1854, via bem o momento: "Ao jogo, cidadãos, ao jogo! Abandonai o comércio, abandonai vossos empregos, abandonai todos os interesses de vossas vidas, e da sociedade [...] não se perca tempo, banco comercial, banco hipotecário, banco nacional, estrada de Mauá, iluminação à gás [...], navegação do Paraguai, tudo serve; podem representar no baralho da especulação como damas, valetes e reis. [...] Iluminai o Pão de Açúcar, o corcovado [...]"

FAORO, Raymundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Nacional, 1976. p. 252 e 254.

Sobre a modernização brasileira no Império, é correto afirmar:

a) Os capitais liberados pelo tráfico negreiro deram margem à criação de bancos, companhias de navegação, de transporte e de serviços urbanos, tais como iluminação, água e esgoto, mas também à criação de muitas empresas de fachada, que colocaram títulos e ações na Bolsa como mero jogo de especulação financeira.

b) Os capitais liberados com o fim do tráfico negreiro, em 1850, eram vultuosos, porém, não puderam ser utilizados em atividades urbanas, porque o Governo Imperial, vinculado aos interesses agroexportadores, só permitiu o seu reinvestimento em culturas agrícolas para o mercado externo.

c) O incentivo do Governo, isentando de impostos a importaçao de máquinas, possibilitou um irreversível processo de industrialização, cujo efeito foi a substituição das manufaturas inglesas por produtos nacionais, direcionados para o atendimento do mercado interno.

d) Os empreendimentos do Barão de Mauá, maior empresário brasileiro do período, tiveram enorme êxito devido ao seu consórcio com cafeicultores, interessados em investir seus excedentes de capitais, e com capitalistas industriais ingleses, interessados em ampliar o mercado consumidor de suas manufaturas.

e) O lucro e a riqueza, com o jogo especulativo-financeiro desencadeado durante o processo modernizador, converteram-se em novos valores sociais, expressando mudanças profundas na sociedade brasileira em seu conjunto, ou seja, a passagem de uma configuração agrária para uma configuração, predominantemente urbano-industrial.

56. (UFS-SE) Considere a afirmação a seguir

O desenvolvimento do capitalismo industrial central, gerando a necessidade de uma contínua expansão do mercado, pressionava no sentido do desaparecimento da mão de obra escrava nas suas áreas periféricas.

JUNIOR, Hilário Franco, PAN CHACON, Paulo. História econômica geral e do Brasil. São Paulo: Atlas, 1980. p. 269.

A expansão do mercado mencionada pelos autores se relaciona à transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que no Brasil contou com o apoio de algumas nações e determinados setores da sociedade. Analise as proposições que tratam das condições e das pressões que marcaram esse processo de transição (e assinale verdadeiro ou falso).

( ) A Lei Eusébio de Queirós, que extinguia o tráfico de escravos, não foi suficiente para dar cabo dessa prática e foi complementada alguns anos depois pela Lei Nabuco de Araújo, que punia autoridades portuárias que colaborassem com o tráfico ilegal.

( ) O *Bill Aberdeen* foi um decreto aprovado pelo Parlamento inglês que autorizava a marinha britânica a atacar navios negreiros no Atlântico; entretanto, essa pressão inglesa foi incapaz de conter a comercialização de escravos.

( ) O encarecimento do preço do escravo acelerou a transição para a mão de obra assalariada e o fim do tráfico fez com que investimentos fossem direcionados para o setor industrial, que viveu um "surto" conhecido como Era Mauá.

( ) O crescimento da mão de obra assalariada no Brasil não significou um aumento no mercado consumidor, uma vez que muitos trabalhadores imigrantes, apesar de assalariados, trabalhavam em condições de semiescravidão.

( ) A imigração subsidiada pelo Estado e a repercussão internacional da Lei de Terras e das vantagens do sistema de Parceria foram estímulos importantes para a vinda de milhões de europeus para as zonas rurais brasileiras.

57. (Unicamp-SP) *O progresso econômico no Brasil da segunda metade do século XIX acarretou profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político. Na década de 1880, o sistema político concebido a partir de 1822 parecia pouco satisfatório aos setores novos. O Partido Republicano recrutou adeptos nesses grupos sociais insatisfeitos.*

Adaptado de COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. p. 15-16.

a) Dê duas características do sistema político brasileiro concebido em 1822

b) Quais as transformações ocorridas no Brasil da segunda metade do século XIX que levaram ao desequilíbrio entre poder econômico e poder político?

Olimpíadas da Unicamp

58. *Navegação a vapor do Rio Amazonas*

Navegação a vapor do Rio Amazonas. Esta foi uma das grandes empresas que criei. Na época em que ninguém acreditava em empresas, foi anunciado pelo governo achar-se autorizado a contratar esta navegação, mediante subvenção e privilégio exclusivo

Ninguém se apresentou, não obstante as folhas diárias repetirem o anúncio durante alguns meses!

Amigo pessoal e dedicado de um dos ministros deste período de descrença, fui instado para encarregar-me da missão civilizadora que esse fato levava em suas entranhas, e aceitei um contrato pelo qual modestos favores me foram concedidos, avultando, porém, entre eles o privilégio exclusivo da navegação do Amazonas e seus afluentes por trinta anos, ao passo que o serviço obrigatório que o contrato impunha era mínimo e assim era preciso, desde que o capital que se empregava ia arrostar o desconhecido.

[...]

A necessidade de converter em riqueza os grandes elementos naturais, disseminados sobre a extensão de um território tão vasto como o que compreende o Brasil, onde a população é comparativamente escassa, deu lugar a várias concessões amparadas com a garantia do Estado ou subvenções a companhias nacionais e estrangeiras, que se encarregaram de dar execução a empresas destinadas a conseguir tão importante fim.

[...]

Neste inventário imperfeito de alguns serviços prestados ao meu país, a que as circunstâncias em que me vejo colocado me obrigam, considero um dos maiores a realização da navegação a vapor no vale do Amazonas, no tempo em que ninguém acreditava nela.

Quando os poderes públicos decretaram primitivamente concessões, tratava-se de uma experiência que podia falhar; os resultados podiam não corresponder às previsões.

Os fatos vieram dar razão à política previdente e atilada que semeou a colher, pois a colheita apareceu, e o vale do Amazonas que, embora represente a mais vasta circunscrição do território pátrio, contém uma população insignificante, não obstante já restitui aos cofres públicos em grossa torrente, e com enorme lucro, os adiantamentos que, para tão importante mister, foram sabiamente decretados, sem falar no bem-estar social, e grandioso incremento da riqueza pública e particular que esse fato determinou."

Glossário *realizado a partir das anotações de Cláudio Ganns (1896-1960), que lançou a primeira edição da autobiografia na década de 1940*

- *"foi anunciado pelo governo achar-se autorizado a contratar esta navegação, mediante subvenção e privilégio exclusivo."*

A lei n. 586, de 6 de setembro de 1850, art.2.º, parágrafo 1.º, autorizava o governo a estabelecer no Amazonas e águas do Pará a navegação por vapor, para correios, transportes e rebocagem até as províncias vizinhas e territórios estrangeiros. A mesma lei consignava prestações a quem se propusesse a manter a navegaçao ou a empregar embarcações do Estado. A comarca do Alto Amazonas, na província do Grão-Pará, havia sido elevada à categoria de Província

- *"Amigo pessoal e dedicado de um dos ministros deste período de descrença"*

O Visconde de Mauá se refere a seu amigo o Ministro Monte Alegre, da pasta do Império, que havia referendado a criação da província do Amazonas.

- *"considero um dos maiores a realização da navegação a vapor no vale do Amazonas, no tempo em que ninguém acreditava nela."*

A Companhia do Amazonas de Mauá cobria com seus vapores 580 léguas – 3 828 quilômetros – do Rio Amazonas brasileiro e 200 léguas – 1 320 quilômetros – do Rio Tocantins e outros rios vizinhos

Visconde de Mauá. *Autobiografia ("Exposição aos credores"). Edição prefaciada e anotada por Cláudio Ganns. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/Estaleiros Mauá, 1998. p.130, 134, 136-7*

Assinale as afirmativas corretas. A partir das afirmações do então Visconde de Mauá (1813-1889) em sua autobiografia, e de seus conhecimentos, podemos dizer que:

a) havia preocupação por parte do governo de D. Pedro II em integrar, através de vias de comunicação, a região norte ao Império brasileiro.

b) no Brasil do século XIX, a justificativa de investimento em áreas de fronteira a serem desbravadas vinha acompanhada do argumento da missão civilizadora.

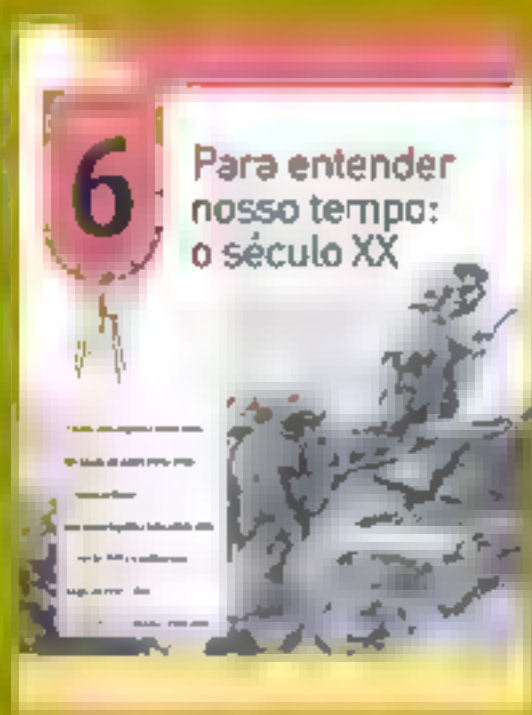
c) o Visconde de Mauá foi pioneiro empreendedor na construção de estradas de ferro, telégrafo, navegação, indústrias e bancos, entre outras atividades comerciais.

d) correio, transportes de mercadoria, rebocagem e utilização dos modernos navios a vapor foram fundamentais para garantir o domínio político e as atividades comerciais na região do vale do Rio Amazonas e seus afluentes, que se encontrava à época aberta à navegação internacional.

Você e[...]ntra mais testes no site www.scipio[...]com.br/hgb

assessoria pedagógica

UNIDADE 6

PARA ENTENDER NOSSO TEMPO: O SÉCULO XX

Nesta unidade, a seção ***Discutindo a História*** destaca algumas das principais características do século XX, propiciando uma visão geral do acelerado processo de transformação pelo qual diversos povos ao redor do mundo passaram.

As mudanças abordadas não ocorreram simultaneamente, e, em muitos países, o processo de urbanização sofreu grandes resistências. Ainda hoje há populações que se comportam dentro dos ritmos e dos valores estabelecidos nas sociedades rurais, ignorando o tempo acelerado do capitalismo. É fundamental que essas diferenças também sejam percebidas.

Um outro aspecto importante do século XX, já abordado em diferentes momentos ao longo desta obra, é que a ciência histórica consolidou-se nesse período. A parcelarização do trabalho e a crescente especialização propiciou o surgimento, já no final do século XIX, de cursos superiores de História. No Brasil, esses cursos surgiram a partir da década de 1930, sendo que esse processo de especialização cada vez maior, associado à reflexão das regras e dos princípios de produção do conhecimento histórico, permitiu a multiplicação de temáticas e de fontes. A crescente preocupação das populações em guardar objetos, registrar momentos, colecionar lembranças é algo que também foi intensificado.

A angústia gerada pelo imediatismo, presente nas sociedades modernas, tem levado diferentes grupos sociais a lutar pela preservação da memória e valorização do passado, combatendo o processo de perda da experiência apontado por Walter Benjamin já no início do século XX. Dessa forma, ao iniciar esta unidade, pode ser oportuno promover um debate sobre a sensação de passagem do tempo que os jovens possuem hoje, bem como sobre a maneira com que se relacionam com o passado. Esse debate poderá motivar questões que irão direcionar a reflexão sobre o estudo de alguns acontecimentos ocorridos no século XX.

Capítulo 29

O BRASIL, UMA REPÚBLICA (1889-1914)

O objetivo deste capítulo é possibilitar aos alunos a percepção de que a Proclamação da República foi fruto de enfrentamentos de diferentes projetos para o país e que, para sua consolidação, houve embates durante os primeiros anos de vigência da nova forma de governo envolvendo os defensores de outros projetos e monarquistas. Embates que poderão ser explorados ao se estudar as iniciativas do governo do marechal Deodoro da Fonseca, o teor da Constituição de 1891 e os conflitos ocorridos durante o governo de Floriano Peixoto.

Este capítulo também se propõe a discutir o quanto a mudança de sistema de governo não promoveu um novo pacto capaz de beneficiar social, econômica e politicamente as classes menos favorecidas. Para tanto, vale a pena se deter na análise do texto de Florestan Fernandes que problematiza a inserção do "homem livre de cor" no sistema de trabalho assalariado, e nos textos selecionados para a atividade *2. Leitura, comparação e interpretação de documentos*, pelos quais é possível ajudar os alunos a também perceber aspectos da cultura popular entre os seguidores de Antônio Conselheiro (texto 2) e a forma como os agentes do governo os qualificavam (texto 3).

O texto de Claudio Batalha, na atividade *3. Leitura e interpretação de texto historiográfico*, traz outro aspecto importante: o movimento operário do início do século XX. A análise deste assunto deve ser articulada à análise dos movimentos de resistência ocorridos em torno dos outros embates sociais do período tratados no capítulo: a Revolta de Canudos, a da Vacina e a da Chibata.

Professor:
Aqui começam as orientações para a Unidade 6 e o Capítulo 29 (p. 544 a p. 570).

▶ Indicações para aprofundamento do tema

As indicações de teses, filmes, endereços eletrônicos e livros aparecem a seguir e nas colunas laterais.

Bibliografia

BETHEL, L. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

______________. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASALECCHI, J. E. *A Proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
CUNHA, E. da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
DEAN, W. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
FAUSTO, B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 8-9.
MAESTRI FILHO, M. *1910, a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.
MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.
NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
PRADO JUNIOR, C. P. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1999. (História em aberto).
VILLA, M. A. *Canudos: o povo da Terra*. São Paulo: Ática, 1995. (Ensaios).

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História, Cinema e Biologia:** assistir ao filme *Sonhos tropicais*, de André Sturm, Brasil, 2002 (126 min). Baseado no romance homônimo de Moacyr Scliar, a obra traça um paralelo entre a vida do médico sanitarista Oswaldo Cruz e da personagem fictícia Esther, polonesa que veio para o Brasil para se casar, mas que, em razão de infortúnios, acaba por se prostituir. A narrativa, que se passa nos primeiros anos do século XX e reconstitui a Revolta da Vacina, favorece a discussão sobre as condições de vida dos segmentos pobres na então Capital Federal, a questão da saúde pública diante de uma epidemia e a ideia de desenvolvimento defendida pelos dirigentes republicanos no início do século XX.

Textos de apoio

Decreto n.º 1 da República (15/11/1889)

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1.º: Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira – a República Federativa.

Art. 2.º: As Províncias do Brasil, reunidas pelo laço da Federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3.º: Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus Governos locais.

Art. 4.º: Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil e bem assim à eleição das Legislaturas de cada um dos Estados, será regida a Nação brasileira pelo Governo Provisório da República; e os novos Estados pelos Governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por Governadores delegados do Governo Provisório.

Art. 5.º: Os Governos dos Estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros.

Art. 6.º: Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade publicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7.º: Sendo a Republica Federativa brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular.

Art. 8.º: A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas Províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente de Governo Provisório da República, podendo os Governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados.

Art. 9.º: Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisório da República todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao Governo central da Nação brasileira.

Art. 10: O território do Município Neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do Governo Provisório da Republica e a Cidade do Rio de Janeiro constituída, também, provisoriamente,

Teses

BOVO, A. P. M. C. *Antônio Conselheiro: os vários*. São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000430223>. Acesso em: 18 abr. 2010.
CÁNOVAS, M. D. K. *Imigrantes espanhóis na pauliceia, trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde08112007-161310/>. Acesso em: 18 abr. 2010.

Filmes

Guerra de Canudos. Direção de Sérgio Resende. Brasil, 1997. (170 min).
Policarpo Quaresma, herói do Brasil. Direção de Paulo Thiago. Brasil, 1998. (123 min).

Endereços eletrônicos

Canudos. Disponível em: <www.portfolium.com.br/canudos.htm>. Acesso em: 18 abr. 2010.
Museu Republicano "Convenção de Itu". Disponível em: <www.mp.usp.br/mr>. Acesso em: 18 abr. 2010.

Sugestões de leituras para os alunos

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
HARDMAN, Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernismo nas selvas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
ISHIKAWA, Tatsuzo. *Sobô*. São Paulo: Ateliê, 2008.
SANTOS, Joel Rufino dos. *Afinal, quem fez a República?* São Paulo: FTD, 1989.

sede do Poder federal.

Art. 11: Ficam encarregados da execução deste Decreto, na parte que a cada um pertença, os Secretários de Estado das diversas repartições ou Ministérios do atual Governo Provisório.

Sala das Sessões de Governo Provisório, 15 de novembro de 1889, primeiro da República.

MARECHAL MANUEL DEODORO DA FONSECA

Chefe do Governo Provisório

S. Lôbo, Rui Barbosa, Q. Bocaiuva

Benjamin Constant, Wandenkolk Correia

Disponível em: <www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Convênio de Taubaté

Art. 1.º: Durante o prazo que for conveniente, os estados contratantes obrigam-se a manter, nos mercados nacionais, o preço mínimo de 55 a 65 frs. em ouro, em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de 70 frs., conforme as conveniências do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação, americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

Art. 2.º: Os governos contratantes, por meio de medidas adequadas, procurarão dificultar a exportação para o estrangeiro dos cafés inferiores ao tipo 7, e favorecer, no que for possível, o desenvolvimento do seu consumo no país.

Art. 3.º: Os estados contratantes obrigam-se a organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café, com o fim de aumentar o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos atuais mercados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraudes e falsificações.

Art. 4.º: Os governos contratantes, quando for julgado oportuno, estabelecerão os tipos nacionais de café, promovendo a criação de Bolsas ou Câmaras Sindicais para o seu comércio; de acordo com os novos tipos, serão então fixados os preços a que se refere o art. 1.º.

Art. 5.º: Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebenefício.

Art. 6.º: Os governos contratantes obrigam-se a criar uma sobretaxa de 3 frs., sujeita a aumento ou diminuição, por saca de café que for exportada por qualquer dos seus estados e, bem assim, manter as leis que neles dificultam, por impostos suficientemente elevados, o aumento das áreas dos terrenos cultivados com café, nos seus territórios, pelo prazo de dois anos, que poderá ser prorrogado por mútuo acordo.

Art. 7.º: O produto da sobretaxa, de que trata o artigo anterior, paga no ato da exportação, será arrecadado pela União e destinado ao pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários à execução deste convênio; sendo os saldos restantes aplicados ao custeio das despesas reclamadas pelos serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobretaxa, depois de verificado o disposto no art. 8.º.

Art. 8º: Para a execução deste convênio, fica o estado de São Paulo, desde já, autorizado a promover, dentro ou fora do país, com a garantia da sobretaxa de 3 frs. de que trata o art. 6.º e com responsabilidade solidária dos três estados, as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado como lastro para a caixa de emissão ouro e conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor de moeda.

§1.º: O produto da emissão sobre este lastro será aplicado, nos termos deste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuízo para a Caixa de Conversão, de outras dotações para fins criados em lei.

§2.º: O estado de S. Paulo, antes de ultimar as operações de crédito assim indicadas, submeterá as suas condições e cláusulas ao conhecimento e aprovação da União e dos outros estados contratantes.

§3.º: Caso se torne necessário o endosso ou fiança da União para as operações de crédito, serão observadas as disposições do art. 2.º, no 1.º, da lei n.º 1452, de 30 de dezembro de 1905.

Art. 9.º: A organização e a direção de todos os serviços de que trata este convênio serão confiadas a uma comissão de três membros, nomeados um por cada estado, sob a presidência de um quarto membro, apenas com voto de desempate, e escolhido pelos três estados.

§ único: Cada diretor terá um suplente de nomeação, igualmente, dos respectivos estados, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 10: A comissão, de que trata o artigo antecedente, criará todos os serviços e nomeará todo o pessoal necessário à execução do convênio, podendo confiar, em parte, a sua execução, a alguma associação ou empresa nacional, sob sua imediata fiscalização, tudo na forma do regulamento.

Art. 11: A sede da comissão diretora será a cidade de São Paulo.

Art. 12: Para a execução dos serviços deste Convênio, a comissão organizará o necessário regulamento, que será submetido à aprovação dos estados contratantes, os quais, no prazo de 15 dias, se pronunciarão sobre o mesmo, sob pena de considerar-se aprovado por aquele que não fizer.

Art. 13: Os encargos e vantagens resultantes deste convênio serão partilhados entre os estados contratantes, proporcionalmente à quota de arrecadação da sobretaxa, com que cada um concorrer pela forma estabelecida no regulamento.

Art. 14: Os estados contratantes reconhecem e aceitam o presidente da Republica como árbitro em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar na execução do presente convênio.

Art. 15: O presente convênio vigorará desde a data da sua aprovação pelo presidente da República, nos termos do §16.º do art. 48 da Constituição Federal. Paço Municipal de Taubaté, 26 de fevereiro de 1906.

[Ass.] Nilo Peçanha; Francisco Sales; Jorge Tibiriçá.

In: CARONE, E. *A primeira Republica (1889-1930): texto e contexto*. 2. ed. São Paulo: Difel, s.d. p. 137-40.

Comentários das atividades

Para recordar

1. Durante a República Velha, os problemas sociais eram tratados pelo governo como "caso de polícia", ou seja, deveriam ser controlados por meio da repressão. Assim, tanto os conflitos que eclodiram no campo, como Canudos, quanto os que tiveram lugar nas cidades, como a Revolta da Vacina e as greves operárias, foram debelados por meio da violência.
2. Campos Sales (1898-1902) foi o primeiro presidente a implantar uma estratégia para angariar o apoio das bancadas estaduais no Legislativo, com a intenção de governar sem a resistência do Congresso. Conhecida como política dos governadores, consistia num acordo pelo qual os governadores assegurariam a eleição de uma

bancada de deputados e senadores que apoiaria o presidente da República e, em troca, o presidente não faria intervenções nos estados, viabilizando a manutenção no poder de certos grupos oligárquicos locais. Para conseguir a eleição de seus candidatos, tais grupos contavam com o apoio dos "coronéis", que exerciam uma forma de clientelismo: tomavam setores da população sob sua proteção, já que o Estado não se comprometia com suas necessidades básicas e, em troca, exigiam sua subserviência. Caso não a conseguissem dessa forma, apelavam para o uso da violência. O voto fraudado pelos "coronéis" elegia os candidatos de um grupo oligárquico estadual, que, por sua vez, respaldava a presidência da República, cuja política favorecia as elites paulista e mineira.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de charge

a) O sanitarista é representado com uma cabeça enorme, fisionomia carrancuda e dedo em riste. O ar é de severidade e o gesto sugere autoritarismo. No pescoço carrega, de maneira um tanto patética, um grande borrifador usado para matar mosquitos.

b) A personagem é corcunda e tem uma postura pesada, de quem se arrasta. Os braços longos reforçam essa impressão. Muito sutilmente, vemos uma sobrancelha arqueada e um canto de boca voltado para baixo, dando ar de enfado e impressão de mau humor.

c) A charge foi produzida durante a campanha de saneamento do Rio de Janeiro, que acompanhava um arrojado plano de reforma urbana encampado pelo prefeito Pereira Passos. Ela foi marcada pela truculência com que os funcionários do Estado tratavam a população, forçando a entrada nas casas e usando de brutalidade para forçar a vacinação. Na charge, Oswaldo Cruz é mostrado como um homem intransigente e autoritário, que deliberadamente dispensa tratamento diferente para a elite política e para as camadas populares. Enquanto instrui o funcionário bronco e mal-humorado a não incomodar os primeiros, adverte-o para não poupar o povo miúdo, obrigando-o, pela força, a aceitar as medidas ordenadas.

2. Leitura, comparação e interpretação de documentos

a) O autor do primeiro documento é o barão de Geremoabo, um latifundiário baiano; o segundo é um autor anônimo, morador de Canudos, portanto um indivíduo das classes populares; e o terceiro é o tenente Pires Vieira, militar comandante da I Expedição contra Canudos.

b) O primeiro documento manifesta a preocupação com o êxodo da mão de obra e com a perda do controle sobre as camadas populares. É pertinente considerar que o poder político das principais famílias da elite advinha justamente do seu controle sobre os homens das camadas sociais inferiores, que formavam seu curral eleitoral.

c) O segundo documento indica que os moradores de Canudos viam com suspeição o novo governo e seus agentes, associando-os às expressões "malvados" e "desgraçados" e à ideia de "anticristo".

d) Os habitantes de Canudos são vistos como bandidos bárbaros, fanáticos e sanguinários, que se esgueiravam nas sombras para realizar ataques desleais à força republicana. Chama a atenção a preocupação do tenente em relação ao número de homens lutando na defesa de Canudos e suas desconfianças quanto à conivência da população com o arraial.

e) O Arraial de Canudos foi visto pelo governo e pelos grandes proprietários como um núcleo de subversão, que poderia colocar em xeque a ordem socioeconômica estabelecida. O crescimento de Canudos prejudicava tanto o poder econômico quanto o poder político dos coronéis da Bahia, além de a associação feita pelos seus moradores entre política e religião confrontar os próprios fundamentos do governo republicano. Para muitos, Canudos estaria associado àqueles que defendiam a restauração monárquica e desafiavam as instituições republicanas. Também a Igreja Católica via sua autoridade sobre a população diminuir sob a influência de Antônio Conselheiro, pressionando as autoridades para restabelecerem a ordem na região. A derrota das forças repressivas mobilizadas pelo governador da Bahia apenas contribuíam para desmoralizar ainda mais o novo governo. Assim, na visão da elite política e econômica, a destruição do arraial tornou-se fundamental para a afirmação da República no país.

3. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) Não, pois de acordo com o texto os trabalhadores tinham a expectativa de que o governo republicano promovesse mudanças a seu favor, como a regulamentação do trabalho, e lhes garantisse direitos sociais e políticos. Ou seja, os trabalhadores esperavam conquistar representação no novo governo.

b) A República não foi uma revolução social porque não produziu transformações estruturais na sociedade brasileira, e assegurou a permanência da elite econômica no poder.

c) Sim, pois acabou contribuindo para que os trabalhadores tomassem consciência dos seus interesses de classe, e, ao negar-lhes os direitos reivindicados, favoreceu a formação de organizações operárias voltadas para a resistência. Além disso, a compreensão de que a República não daria respaldo aos trabalhadores fez crescer a adesão aos projetos socialista e anarquista.

anotações

UNIDADE 6

Para entender nosso tempo: o século XX

Julia Marques/Pulsar Imagens

Bettmann/Corbis/Latinstock

Discutindo a História

Arquivo do Estado, São Paulo

▲ Detalhe da capa da revista quinzenal *A Cigarra*, publicada em São Paulo, em julho de 1925.

SÉCULO XX – A HISTÓRIA SE ACELERA?

O século XX foi marcado por uma série de transformações. Boa parte delas ocorreu em função do desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico de diferentes países, os quais mudaram as feições das relações sociais, políticas, econômicas e culturais em vários lugares do mundo. Essas transformações afetavam também as maneiras pelas quais a história era escrita e estudada. Alguns elementos podem ser apontados como característicos desse século:

- **boa parte do mundo urbanizou-se rapidamente no século XX;** assim, aumentaram as aglomerações populacionais, que têm um ritmo de vida (em termos de produção econômica, divulgação de informações, acesso à educação, comunicações e transportes etc.) distinto do antigo mundo majoritariamente rural, em que o tempo histórico estava mais próximo dos ciclos do Sol, da Lua, das estações do ano — enfim, do tempo da natureza;
- **a população mundial cresceu de forma avassaladora;** no século XX, viveram mais pessoas que em qualquer outra época da humanidade, e o planeta fechou o século com mais de 6 bilhões de habitantes; existindo mais pessoas, obviamente "acontecem" mais fatos significativos, e sempre há mais gente interessada e capacitada a registrá-los, narrá-los e comentá-los;
- **o número de historiadores (profissionais ou não) e as fontes à disposição também aumentaram;** a informática, com o avanço das ciências que auxiliam o resgate de informações sobre o passado e com a multiplicação de acervos documentais, também ampliou as fontes de trabalho dos historiadores;
- **os interesses de pesquisa mudaram;** aceitam-se hoje novos temas, novos objetos e novas abordagens para tentar explicar, comparar, compreender modos de vida, crenças, soluções econômicas de diferentes sociedades – e de parcelas específicas da sociedade, como as mulheres, os operários, os migrantes etc. – em tempo e locais diferentes.

Marcelo ... Filho/AE

▲ Imagem do passaporte de um casal de imigrantes que desembarcou no Porto de Santos, em 1908.

Arno Silva/AE

▲ Nesta imagem de 1938, um registro das obras realizadas no trilho do bonde que levava ao bairro da Pompeia, em São Paulo.

◄ Soldados canadenses em trincheira durante a Primeira Guerra Mundial. No detalhe, *Roda de bicicleta*, obra de Marcel Duchamp, de 1913.

O SOCIALISMO E AS GUERRAS

Em termos de tempo histórico, o século XX é balizado por dois eventos de significado fundamental para se entender as relações político-ideológicas, sociais e econômicas entre os povos: o início da **Primeira Guerra Mundial** e a **queda da União Soviética** e do socialismo no Leste Europeu.

A partir de 1945, o mundo esteve dividido, predominantemente, em blocos de países sob influência dos Estados Unidos e da União Soviética, que entraram em confronto sempre de forma indireta (apoiando seus respectivos aliados em conflitos locais) e mantiveram o mundo sob a tensão de uma guerra nuclear iminente, a Guerra Fria. O fim desse conflito, em 1989, iniciou uma nova ordem internacional.

Todos esses eventos geraram uma grande quantidade de fatos a serem narrados e analisados. A **seleção**, a **escolha** do que se vai ou não estudar e considerar importante, e de como se vai abordar, tornou-se uma questão mais complexa.

Multiplicaram-se também os focos com base nos quais essa seleção é feita e, assim, ficou mais fácil conhecer outros lados da história que é contada. Passou a haver o enfoque das nações socialistas e o das classes dominantes dos chamados países capitalistas ocidentais.

Fazer prevalecer dentro de uma sociedade determinada versão de algum evento da história é fundamental para dar suporte a políticas particulares, já que elas se sustentam na opinião pública – situação incomum dentro das estruturas de poder vigentes até o século XIX, quando só uma minoria participava das definições das políticas das sociedades e de seus Estados nacionais.

Em vista disso, é fundamental que sejamos hábeis em compreender a história e saibamos nos posicionar criticamente diante das versões disseminadas todos os dias pelos mais variados meios de comunicação (imprensa escrita, televisiva e informatizada, livros etc.).

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, que também se deu graças à mobilização popular, é um marco divisor entre o período da Guerra Fria e o da nova ordem internacional. Na foto, populares tentam destruir o muro.

HISTÓRIA EM MÚLTIPLOS FOCOS

O surgimento de um espaço para a visão dos vencidos é uma mudança historiográfica que não pode ser atribuída a um único autor ou tendência nem a um momento exato.

A Segunda Guerra Mundial, no entanto, contribuiu para essa perspectiva dos fatos. As descolonizações no século XX na África e na Ásia também contribuíram para mudar a forma de escrever e explicar a história: os povos

que conseguem se constituir como nações soberanas têm a necessidade de recuperar sua visão da dominação para dar um sentido ao processo de libertação e de construção nacional.

No Brasil, especificamente, vários grupos tidos como oprimidos passaram a buscar, escrever e valorizar suas histórias: os negros nas sociedades (aberta ou veladamente) racistas, as mulheres nas sociedades patriarcais e machistas, os trabalhadores, as minorias étnicas, os homens e as mulheres com diferentes opções sexuais etc.

Desse modo, várias transformações na maneira de compreender a história como ciência, dentro e fora do Brasil, exigiram que ela fosse construída e ensinada de novas formas. Em termos políticos, a emergência das reivindicações dos operários, trabalhadores rurais, negros e mulheres – entre outros **sujeitos históricos** – propiciou novos focos para a história, seu registro, sua escrita.

Há outros, ainda, que afirmam que a história finalmente encontrou uma multiplicidade de eixos ou focos. Mas a síntese é que a história universal, única, homogênea, que traz apenas uma teoria da história, da sociedade e do homem, está em crise irreversível. Nas palavras do historiador francês contemporâneo Marc Ferro:

> O espelho quebrou. A história universal morreu, está morta por ter sido a miragem da Europa, que a dimensionou na medida de sua própria mudança. Os outros povos dela só participavam, a título de passageiros, quando a Europa andou por eles; no Egito, por exemplo: antes de nascer, depois sob Roma, no tempo da Cruzada ou de Bonaparte, de Mehmet-Ali ou de Nasser. Verdade para o Egito, verdade também para a Índia, a Armênia e que sei eu: a história deles só era História quando se cruzava com a nossa.

FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação.* São Paulo: Ibrasa, 1983. p. 290.

Manifestantes saem às ruas para exigir eleições diretas após vinte anos de ditadura militar no Brasil. Comício realizado em São Paulo, em abril de 1984.

Arquivo Rizzutti/AE

CAPÍTULO 29

O Brasil, uma República (1889-1914)

Sonia Parma/Coleção da Pinacoteca Municipal, São Paulo

Proclamação da República, tela de 1893 pintada por Benedito Calixto.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

O nascimento da República e a inclusão social

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, gerou expectativas em torno da criação de um novo pacto social, no qual fossem incluídos grupos até então marginalizados politicamente.

No entanto, desde o início da República ficou claro que tentativas de alteração da ordem ou expressões de desagrado seriam reprimidas.

Enquanto estuda este capítulo, você poderá refletir sobre o que os movimentos populares reivindicavam e o que significava para eles, naquele momento, a *inclusão social*. Por fim, compare: essa inclusão é a mesma que os grupos populares procuram atualmente?

DIFERENTES PROJETOS REPUBLICANOS

A Proclamação da República em 1889 e a libertação dos escravos um ano antes representaram o surgimento de uma alternativa histórica excepcional para o Brasil: a possibilidade de criar um regime baseado na soberania popular, no exercício pleno da cidadania, que chegaria aos setores da população marginalizados na sociedade ou simplesmente excluídos do jogo político até então.

Na prática, a Proclamação da República foi, em grande parte, resultado da aliança dos cafeicultores paulistas com o exército contra o inimigo comum – o Império –, embora as duas forças tivessem projetos políticos republicanos distintos.

Nos primeiros dias após o 15 de novembro, porém, houve consenso de que os militares deveriam exercer o poder político durante o delicado período de gestação e instalação das instituições republicanas.

A República recém-nascida era frágil e temia-se um contragolpe monárquico. Portanto, parecia conveniente um governo forte, sob controle militar, para proteger o regime em seus primeiros anos.

Esse período inicial da história republicana do Brasil – 1889-1894 – ficou conhecido como República da Espada, por ser comandado pelos governos militares dos marechais **Deodoro da Fonseca** (1889-1891) e **Floriano Peixoto** (1891-1894).

Vencida a primeira etapa de instauração do regime republicano, o consenso entre cafeicultores e militares sobre a permanência do Exército no poder rompeu-se, pois o grupo paulista não estava disposto a aceitar por mais tempo a hegemonia política militar.

Nesse contexto, é possível identificar três projetos de República para o Brasil de 1889: um liberal, um jacobino e um positivista.

- Projeto **republicano liberal:** defendido principalmente pelos cafeicultores paulistas, pregava a descentralização política e, consequentemente, a autonomia dos estados (como em breve seriam chamadas as províncias) e a formação de uma República federativa.

Inspirado pelo sistema norte-americano, enfatizava a necessidade de uma administração cujas funções fossem: garantir as liberdades individuais (direitos de locomoção, de propriedade, de livre expressão), um sistema de livre competição econômica, a separação dos três poderes (sendo o Legislativo bicameral, isto é, dividido em câmaras alta – Senado – e baixa – Câmara dos Deputados), a instauração de eleições e a separação entre Igreja e Estado.

- Projeto **republicano jacobino:** defendido por setores da população urbana, que incluíam baixa classe média (pequenos comerciantes, funcionários) e setores intelectualizados (jornalistas e profissionais liberais, como médicos, advogados e professores).

Tomando como inspiração a Primeira República Francesa (1792-1794), de Danton e Robespierre, defendia a liberdade pública (e não apenas privada) de reunião e discussão. Reivindicava que o destino do país fosse decidido coletivamente e sustentava que a participação popular na administração pública era uma necessidade, requisito de um regime baseado na liberdade e na vontade geral. Ao mesmo tempo, o grupo era bastante sensível a medidas que tivessem algum alcance social.

Revista Ilustrada 21 jun. 1890

Alegoria republicana publicada em junho de 1890 na *Revista Ilustrada*: a República francesa abraça a República brasileira. Observe a diferença de postura entre a figura que representa o Brasil (mulher mais baixa) e a que representa a França (mais alta).

- Projeto **republicano positivista:** baseado nas ideias do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), esse projeto tinha ampla aceitação no Exército. Visava à promoção do progresso, sempre com um espírito ordeiro, não revolucionário, e forte atuação do Estado.

Segundo os positivistas, cabia ao Estado, por meio da administração científica e racional de seus líderes, zelar pela ordem, proteger os cidadãos e garantir seus direitos. O estabelecimento desses direitos não deveria advir da livre manifestação dos indivíduos; caberia ao Estado promover o progresso. A ideia de um governo forte, centralizado, uma verdadeira "ditadura republicana", portanto, sustentava o ideário positivista.

Uma das características principais do novo regime foi a exclusão do povo mais pobre. Isso já começara pela Proclamação da República. Como relatou o jornalista republicano Aristides Lobo na época, "o povo assistiu bestializado" aos eventos da Proclamação.

O GOVERNO PROVISÓRIO DE DEODORO DA FONSECA (1889-1891)

O governo provisório da recém-instalada República tinha por objetivo resolver os primeiros e mais urgentes problemas criados pela Proclamação e dirigir o país até que pelo menos fosse redigida uma nova Constituição. O próprio apoio dos cafeicultores devia-se a esse caráter provisório, já que o marechal Deodoro da Fonseca, presidente que assumira o poder, desde o início havia se cercado de oficiais positivistas, como **Benjamin Constant**, nomeado ministro da Guerra.

Alguns problemas iniciais que afetaram o novo regime foram a falta de apoio da Marinha, ainda fortemente monarquista, e o excessivo autoritarismo de Deodoro. Por sua experiência no Exército, que incluía a Guerra do Paraguai, e afeito à disciplina rígida, estava acostumado a dar ordens e a ser obedecido. Esbarrava, assim, em vários interesses civis, dificultando articulações políticas e inviabilizando consensos com os cafeicultores.

Arquivo Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro

▲ Benjamin Constant, propagandista da República, foi mais um homem de letras do que um soldado. Professor da Escola Militar, dedicava-se a divulgar os ideais positivistas fundados na trilogia "amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim", mais tarde fixados por ele na bandeira brasileira sob o lema "ordem e progresso". Foto de Juan Gutierrez, século XIX

Mesmo assim, cumprindo a função provisória, o governo Deodoro da Fonseca implantou as primeiras e mais urgentes medidas, destacando-se: extinção das instituições imperiais; convocação de eleições para a Assembleia Constituinte; banimento da família imperial; separação entre Igreja e Estado; a "grande naturalização", projeto que oferecia a cidadania brasileira a todos os estrangeiros então residentes no Brasil.

Outra importante medida do período foi a nomeação do intelectual baiano **Rui Barbosa** (1849-1923) para o Ministério da Fazenda. Apesar de ser considerado um livre-pensador, Rui Barbosa defendia algumas ideias simpáticas ao Exército, em geral, e aos positivistas, em particular. Sua atuação marcou o primeiro momento em que a política do Estado brasileiro decidiu por uma proposta industrialista.

Os dois maiores obstáculos ao desenvolvimento industrial eram a falta de recursos e a grande demanda por moeda, associados à expansão do trabalho assalariado após a libertação dos escravos e à entrada maciça de imigrantes no país. Rui Barbosa determinou a emissão de papel-moeda, concedendo a alguns bancos privados esse direito, e criou leis para facilitar o estabelecimento de sociedades anônimas. Criou ainda um novo regime de taxas alfandegárias para encarecer os produtos estrangeiros e favorecer o surgimento de indústrias no Brasil.

O resultado da emissão de grandes somas de papel-moeda sem lastro foi um violento processo inflacionário conhecido como Crise do Encilhamento, caracterizado por febre especulativa, falência de indústrias recém-surgidas e desemprego.

sociedade anônima: empresa em que o capital não pertence a um proprietário específico; ele é dividido em cotas (ações), cada uma delas representando uma fração do capital. As ações são negociadas na bolsa de valores, as pessoas que compram essas ações são proprietárias de uma parte da empresa.

lastro: garantia para o valor do dinheiro emitido pelo governo. Antigamente todo dinheiro emitido deveria ter seu valor correspondente em ouro ou bens depositado nos cofres do governo

Tentando manter-se no poder, Deodoro da Fonseca e o grupo positivista retardaram ao máximo a instalação de uma Assembleia Constituinte. As eleições só foram convocadas em junho de 1890, após intensas pressões do grupo paulista, e os deputados constituintes eleitos foram empossados em novembro de 1890. Após três meses de debates sobre um projeto já preparado por um grupo liderado por Rui Barbosa, promulgou-se a nova Constituição.

As principais características da Constituição de 1891 foram as seguintes:

- O Brasil passava a ser uma **República federativa**, com um governo central e vinte estados membros que desfrutavam de grande autonomia, incluindo jurídica, administrativa e fiscal.
- Procedia-se à **divisão dos três poderes**, independentes entre si, com Legislativo bicameral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

- Estabelecia-se o **voto universal masculino**, não secreto, que excluía do processo eleitoral mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados.

Em suma, apesar de ampliar o acesso à chefia do Executivo, antes restrito a membros da família real, e de mudar o critério de seleção de eleitores, o sistema político continuava tão excludente quanto era sob o regime imperial. Sobre isso escreveu o historiador José Murilo de Carvalho:

> Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar a sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial.
>
> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 44-5.

praça de pré: militar abaixo da patente de oficial.

Na Constituição de 1891, ficava determinado também que o próximo presidente da República após a promulgação da Constituição, excepcionalmente, seria eleito pela Assembleia Constituinte. Em março de 1891, Deodoro da Fonseca passou a ser o primeiro presidente constitucional da República brasileira.

O TERMO "ENCILHAMENTO"

Denominava-se assim o local cheio de barracas, no Derby ou no Jocquey Clube, onde se amontoavam, ao redor dos jóqueis encilhando cavalos, os grupos de jogadores, apostadores e demais viciados em corridas de cavalos, que se misturavam aos curiosos em geral. Ali, na beira da raia, um pouco antes da largada do páreo, se imiscuíam para palpitarem sobre as corridas e discutirem sobre as qualidades dos potros e éguas. O clima de confusão, de desordem de febril jogatina que ali reinava fez com que, por injusta mas correta comparação, assim fosse denominada a instável e claudicante política econômica da nascente República brasileira.

SCHILLING, Voltaire. Encilhamento: a nuvem de papel. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2002/08/28/001.htm>. Acesso em: 18 fev. 2010.

▲ Encilhamento: a especulação afetou os poderosos; as falências e a inflação atingiram a todos. A charge de 1890, de Angelo Agostini, reforça a crítica ao programa monetário brasileiro, empreendido por Rui Barbosa.

A "REPÚBLICA DA ESPADA"

O marechal Deodoro da Fonseca venceu a eleição com uma reduzida vantagem sobre Prudente de Morais (129 votos contra 97); o candidato a vice da oposição, Floriano Peixoto, teve uma votação superior à do próprio candidato a presidente. Foram escolhidos presidente e vice de chapas diferentes, conforme as normas de então.

A vitória do marechal Deodoro deveu-se à pressão dos militares sobre os cafeicultores e as oligarquias agrárias em geral. Para as elites civis, porém, que criticavam os efeitos desastrosos da política econômica do governo e acreditavam que era tempo de os militares voltarem aos quartéis, o governo provisório já havia cumprido sua missão de garantir a nova Constituição e dar os primeiros passos para a consolidação republicana.

Apesar de suas tendências autoritárias, Deodoro da Fonseca agora deveria submeter sua vontade à de um Congresso em grande parte controlado por cafeicultores. Os choques entre o presidente e o Congresso se tornaram frequentes, acrescentando à crise econômica a primeira grande crise política republicana.

Uma das medidas que geraram descontentamento tanto entre os oficiais positivistas quanto entre os cafeicultores paulistas foi a nomeação de uma grande figura da monarquia para o Ministério da Fazenda (o barão de Lucena). A reação do presidente foi a decretação do estado de sítio em novembro de 1891, com o fechamento do Congresso e a prisão de vários políticos da oposição, caracterizando um golpe de Estado. Alguns dos principais opositores, porém, tiveram uma atitude inesperada: tendo escapado à prisão, articularam o enfrentamento ao golpe. O movimento espalhou-se pelo país e até dentro do Exército, sob a liderança de Floriano Peixoto. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, iniciou-se uma greve dos trabalhadores contrários ao golpe.

estado de sítio: suspensão, por um período determinado, de direitos garantidos pela Constituição, como o direito de ir e vir e a liberdade de imprensa. É uma medida de exceção, que visa a ampliar as possibilidades de ação do Estado para restabelecer a ordem constitucional em situações de anormalidade.

Revista Illustrada, ano 16, n. 619, abr. 1891

▲ A charge de Angelo Agostini, publicada na *Revista Illustrada* em abril de 1891, mostra o barão de Lucena, de origem monárquica, sentado na Constituição da República.

No dia seguinte, a insatisfação da Marinha veio à tona, quando o almirante **Custódio de Melo** mandou apontar os canhões dos navios atracados na Baía de Guanabara para a cidade, ameaçando bombardeá-la e exigindo a renúncia do presidente. Deodoro da Fonseca cedeu às pressões e em seu lugar assumiu o vice-presidente Floriano Peixoto.

Bastante hábil, diferentemente de seu antecessor, Floriano Peixoto conseguiu articular em torno de si o apoio dos republicanos radicais (a ponto de "florianismo" poder ser considerado sinônimo de "jacobinismo") e dos positivistas. Embora também autoritário, procurou seguir a Constituição e conseguiu agradar a diferentes grupos políticos. Sua política econômica voltou-se tanto para as pretensões sociais e populares do republicanismo radical quanto para as ambições modernizadoras dos positivistas.

Revista Illustrada, ano 17, n. 640, mar. 1892

▲ Floriano Peixoto (1839-1895), chamado pela imprensa de Esfinge, retratado como guardião dos interesses públicos nesta charge da *Revista Illustrada* de março de 1892. No Egito antigo, a figura da esfinge era utilizada para guardar as pirâmides, e representava ao mesmo tempo poder e mistério.

O apoio dos cafeicultores, porta-vozes de um projeto republicano liberal, foi outra grande conquista de seu governo. Intimidados com as medidas de força de seu antecessor, tidas como ameaçadoras à ordem republicana, acercaram-se de Floriano.

No início, sua ascensão ao poder foi vista como uma volta à normalidade, uma vez que o Congresso foi reinstaurado e o presidente suspendeu o estado de sítio. Os governadores que apoiaram o golpe de Deodoro da Fonseca foram substituídos por partidários de Floriano Peixoto – medida autoritária bem recebida, pois representava a defesa da República.

Nos primeiros dias de seu governo, Floriano Peixoto baixou uma série de medidas que beneficiaram a população mais pobre da capital federal, como a construção de casas populares, o que o tornou uma figura querida nesses setores da sociedade do Rio de Janeiro, embora no restante do Brasil ele permanecesse pouco conhecido. Essas ações tiveram um papel importante para a sustentação do governo Floriano.

A concessão de benefícios instituída por Floriano Peixoto caracterizou o **paternalismo**, uma relação política na qual se oferecem vantagens, como se fossem um "presente", sem no entanto permitir maior participação política. Nascia desse modo uma prática política muito comum na história do Brasil republicano: o paternalismo combinado à sujeição agradecida, um estilo governamental que seria muito aprimorado posteriormente, esvaziando qualquer ação política de maior envergadura e duração daqueles que poderiam pôr em xeque a ordem dos poderes estabelecidos.

Na verdade, o espírito de lealdade política ligada às compensações tinha suas origens na relação entre rei e súditos da época colonial, evoluindo para a dominação oligárquica, as trocas de favores entre poderosos e as relações conservadoras entre o poder e o povo. Paralelamente, Floriano Peixoto estimulava a indústria, com linhas de crédito abertas pelo Banco do Brasil.

Revoltas e oposição

Apesar de Floriano Peixoto contar com o apoio do Congresso Nacional e de parte da sociedade brasileira, começou a enfrentar oposições. Pouco depois de ter assumido a presidência, um grupo de militares contestou a legitimidade de seu governo. Isso porque Deodoro renunciou antes de dois anos no poder, e nesse caso a Constituição previa nova eleição, e não a posse do vice visando completar o mandato.

Em abril de 1892, treze generais do Exército redigiram um manifesto pedindo o afastamento do presidente e a realização de eleições. A reação de Floriano foi pronta e dura, e os oficiais envolvidos foram afastados e presos, com base no Código Militar, acusados de insubordinação.

Nos estados, enquanto isso, as disputas políticas entre grupos locais desestabilizavam o governo. No Rio Grande do Sul, a disputa envolvia o governo estadual, liderado por Júlio de Castilhos, da base de sustentação do presidente Floriano Peixoto, e positivista – pois nesse estado foi mais comum o positivismo entre os civis. A Castilhos e sua agremiação, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR), opunha se Silveira Martins, líder do Partido Federalista, contrário à excessiva centralização política vigente no estado. Em fevereiro de 1893, os federalistas se levantaram contra os republicanos, e Floriano Peixoto assumiu a defesa do governador rio-grandense. Logo o conflito local transformou-se em conflito nacional, já que os opositores de Floriano acabaram apoiando o movimento federalista.

Revista Illustrada, maio 1892

▲ Após o Manifesto dos Treze Generais, Floriano reagiu com demissões e muitas promoções (charge de maio de 1892, publicada na *Revista Illustrada*)

MARAGATOS X PICA-PAUS

Muitos acabaram emigrando para o Uruguai e Argentina, para daí invadirem o Rio Grande do Sul em levas sucessivas. A primeira invasão ocorreu em fevereiro de 1893, quando os revoltosos tentaram tomar a cidade de Bagé. Iniciava-se, então, uma das mais violentas revoluções da história brasileira: a Revolução Federalista apelidada de "Revolução da Degola", devido ao grande número de pessoas degoladas, por ambas as partes

Os federalistas receberam de seus inimigos o apelido de "maragatos". A origem do termo é controvertida. Porém, ao que tudo indica, a palavra originou-se no Uruguai, de onde partiu Gumercindo Saraiva, chefiando um grupo de uruguaios conhecidos por "maragatos", por serem descendentes de espanhóis vindos da região de La Maragatería. Os castilhistas passaram a usar o termo de forma pejorativa, identificando os federalistas como "invasores estrangeiros e mercenários".

Aos castilhistas atribuiu-se o apelido de "pica-paus", pois usavam roupas azuis e quepe vermelho.

O símbolo dos "maragatos" era um lenço vermelho, enquanto o dos "pica-paus", um lenço branco.

MOCELLIN, Renato. *Federalista: a revolução da degola*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989. p. 17

Tendo de um lado federalistas e de outro republicanos, a **Revolução Federalista**, como se tornou conhecida, ganhou nova dimensão e se expandiu para outros estados do Sul, em decorrência da eclosão de outra revolta, a **Revolta da Armada**.

Juan Gutierrez/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

▲ Soldados do 4.º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional, em 1894, durante a Revolta da Armada

A nova Revolta da Armada eclodiu no Rio de Janeiro em setembro de 1893, desencadeada por uma situação política peculiar. A Marinha – abrigando tendências monarquistas em seu corpo de oficiais – contava ainda com o republicanismo de alguns oficiais que apoiavam as pretensões políticas do almirante Custódio de Melo, que desde 1891 ambicionava a presidência.

Repetindo o episódio da Revolta de 1891, os oficiais da Marinha dirigiram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro, exigindo a renúncia de Floriano Peixoto, que, ao contrário do que fizera Deodoro, resistiu. Entre setembro de 1893 e março de 1894, a capital foi constantemente bombardeada pelos canhões dos poderosos navios da Marinha, enquanto o Exército e as fortalezas em terra respondiam ao ataque. Em meio à destruição provocada pelo fogo cruzado, a população fugia para o interior, enquanto alguns batalhões de voluntários protegiam as praias para evitar o desembarque dos rebeldes.

Em novembro de 1893, as tropas federalistas gaúchas avançaram sobre Santa Catarina, encontrando-se em Desterro (capital do estado) com destacamentos navais revoltosos. A Revolução Federalista unia-se à Revolta da Armada e, em janeiro do ano seguinte, os rebeldes já chegavam ao Paraná, tomando a capital, Curitiba.

Os revoltosos, porém, foram vencidos pelas tropas florianistas no Paraná. A chegada de reforços paulistas possibilitou o início da contraofensiva, que expulsou os rebeldes federalistas para o sul, sendo reconquistada a cidade de Desterro, daí em diante chamada de Florianópolis.

No Rio de Janeiro, os navios de guerra recém-adquiridos por Floriano Peixoto derrotaram os últimos navios ainda sublevados, levando à rendição dos rebeldes da Marinha no início de 1894. Fracassavam as revoltas, e Floriano iria governar até o último dia de seu mandato.

legalista: defensor do governo legalmente constituído

Marc Ferrez/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O couraçado Aquidaban, em foto de 1894, em reparos após combate com tropas legalistas, durante a Revolta da Armada em 1893. Observe o rombo no casco provocado por explosão de torpedo

Equilíbrio político delicado

Com a proximidade da sucessão presidencial, os paulistas, cujos principais líderes estiveram ao lado do presidente, escolheram o republicano histórico Prudente de Morais como candidato para a primeira eleição presidencial direta. Seu vice era baiano (Manuel Vitorino) e intimamente ligado ao grupo florianista. Realizadas as eleições e contados os votos, os cafeicultores paulistas assumiram o controle do primeiro governo civil da República.

A Constituição, redigida de acordo com o projeto liberal dos paulistas, estava consolidada, e o regime, fortalecido, enquanto pouco a pouco perdiam força o republicanismo radical (ou jacobinismo florianista) e o positivismo republicano. O colapso desses dois projetos republicanos esteve ligado à falta de uma base social significativa para viabilizá-los.

Assim, a vitória coube ao projeto de **República liberal** dos cafeicultores paulistas, mas essa República seria bem pouco democrática, se comparada com o modelo norte-americano. Aqui, a exclusão política e a fraude, não raro contando com o apoio da autoridade constituída, seriam a norma.

No caso do Brasil de 1890, tratava-se basicamente de manter a injustiça social e os privilégios de poucos. A própria ideia de um sistema que garantisse a livre competição entre os indivíduos soava, no mínimo, esdrúxula, num país marcado por desigualdades sociais tão drásticas. A lei pressupunha uma sociedade que na realidade não existia. O principal instrumento para o exercício da cidadania, o voto, era acessível a poucos.

Apenas aparentemente liberal, o novo período republicano, inaugurado pela eleição de Prudente de Morais, esteve longe de ser pacífico. As camadas economicamente inferiores desconfiaram da República, mantendo quase sempre uma atitude de indiferença, ou então apoiaram o regime na medida em que conseguiam extrair dele umas poucas vantagens imediatas; ou, ainda, reagiram violentamente, quando nem mesmo suas mínimas necessidades estavam sendo satisfeitas pelo regime.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A Monarquia — não é por falar mal, mas com franqueza ... eu esperava outra coisa

A República — eu também!

A charge *15 de novembro*, de K. Lixto (publicada como capa da revista *Fon-Fon!* em 13 de novembro de 1909), pode ser interpretada como um balanço negativo do cenário republicano. À esquerda, a figura de uma senhora representando a monarquia; à direita, a República na figura de uma jovem senhora em trajes elegantes

TRANSIÇÃO PARA O PODER CIVIL

O caráter transitório da administração de Prudente de Morais (1894-1898) deve-se à presença ainda significativa de políticos florianistas próximos ao poder e à possibilidade bastante real de um retorno dos militares ao governo. Enquanto isso, a Revolução Federalista ainda estava em andamento na ocasião da posse do novo presidente, acrescentando razoável dose de intranquilidade ao período.

A principal obra de Prudente de Morais deveria ser, portanto, fazer o país retornar à normalidade dentro do projeto político liberal da oligarquia cafeeira. Entre suas primeiras realizações, esteve o fim da Revolução Federalista, em agosto de 1895. A habilidade política de Prudente, anistiando os principais líderes rebeldes, foi importante para o encerramento relativamente pacífico das hostilidades.

Arquivo AE

Prudente de Morais em foto de 1894, ano de sua eleição para a Presidência da República

O conflito de Canudos

Durante o governo de Prudente de Morais, aconteceu a revolta que seria denominada Guerra de Canudos (1896-1897), um grande conflito que envolveu a população sertaneja do Nordeste, destacadamente da Bahia. Suas principais causas estão ligadas à injusta situação fundiária do país e ao total abandono em que se encontravam as populações mais humildes.

A uma estrutura agrária marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos e pelo predomínio do latifúndio improdutivo em vastas áreas, somava-se o total descaso das elites e do governo com as carências da população sertaneja. A tensão social explodia com frequência, quase sempre em momentos de seca prolongada, como nas duas últimas décadas do século XIX.

Fotos: Flávio de Barros. Álbum Canônico virtual de Canudos. Acervo Instituto Moreira Salles

Imagens do Arraial de Canudos (1897): acima, quatrocentos jagunços feitos prisioneiros; ao lado, um casebre típico do povoado

Durante as secas prolongadas, a população perdia suas fontes de sustento e muitas pessoas procuravam sobreviver migrando para outra região. Aumentava o banditismo social, sob a forma de cangaço – assaltos e invasões de fazendas e povoados, por grupos armados. Também se disseminava nessas épocas o misticismo religioso: uma vez condenados à miséria material, os sertanejos passavam a buscar apoio no imaginário espiritual, levando uma vida de devoção religiosa e exaltação mística. O misticismo religioso quase sempre se desenvolvia em torno de um líder messiânico, ou seja, um líder carismático, cujo discurso era capaz de mobilizar as populações com promessas como a salvação eterna em troca das misérias terrenas.

Antônio Maciel, o **Antônio Conselheiro**, foi um desses líderes. Percorria o interior do Nordeste a pé, fazendo seus discursos e profecias, dando conselhos, proclamando a fé no Reino de Deus. Além das pregações, prestava alguma assistência à população mais pobre, erguendo ou reformando igrejas e construindo cemitérios. Entre seus fiéis havia um número expressivo de cangaceiros.

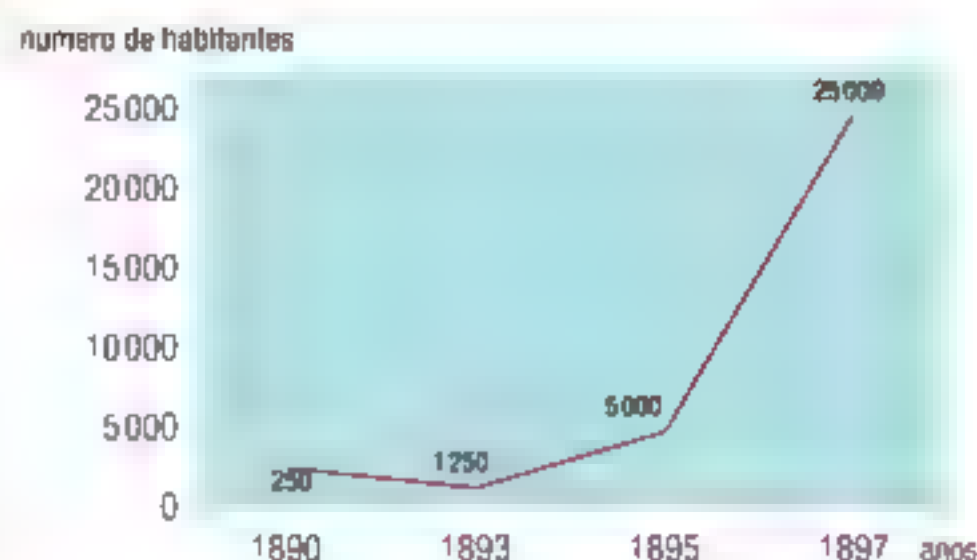
Em 1893, Conselheiro e seus seguidores estabeleceram-se na antiga fazenda de Canudos, nas margens do Rio Vaza-Barris. Fundaram a aldeia de Belo Monte, que logo começou a atrair grande quantidade de sertanejos, por representar uma alternativa para o tradicional regime de exploração a que estavam submetidos havia séculos. Essa comunidade livre era vista como uma ameaça pelos poderosos, e não demorou para que o governo do estado da Bahia resolvesse acabar com o "mau exemplo" de Conselheiro e sua comunidade mística.

Antônio Conselheiro foi acusado de monarquista. Em grande parte, isso se deveu a versos recolhidos pelo jornalista e escritor Euclides da Cunha entre os membros da comunidade, e que faziam referências elogiosas a um passado monárquico fantasioso, em que existiam reis benfeitores que protegiam o povo.

Além disso, Conselheiro criticava o governo republicano e apelava ao rei português Dom Sebastião, falecido em luta no norte da África no século XVI. Dessa forma, retomava as antigas lendas de origem portuguesa do sebastianismo, que previam a volta (mística) do rei D. Sebastião, inaugurando uma era de prosperidade. A acusação de monarquismo ajudava os inimigos a mobilizar a República contra Canudos.

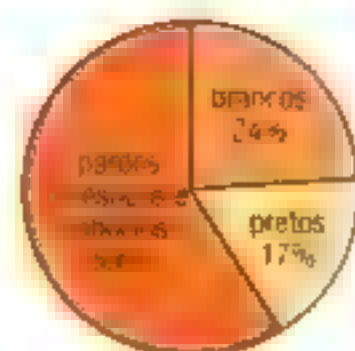
Em novembro de 1896, uma expedição de aproximadamente cem homens do Exército enviada para destruir a comunidade foi massacrada pelos moradores de Canudos. O governo da Bahia e depois o governo federal enviaram outras expedições, também sem sucesso.

A segunda expedição do Exército (janeiro de 1897), com mais de quinhentos soldados, munida de metralhadoras e canhões, sob o comando do major Febrônio de Brito, fracassou a caminho de Belo Monte. Sob o comando do coronel Moreira César, veterano vencedor da Revolução Federalista, a expedição seguinte (março de 1897), composta por mais de 1 300 homens trazidos do Sul do país, também fracassou diante da resistência dos conselheiristas.

População de Canudos (estimativas)

ATAÍDE, Yara D. Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. *Revista USP* n. 20, 93/94. p. 97.

População dos municípios sob influência do Conselheiro

Censo de 1890.

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Autoria anônima, gravura, século XIX

▲ Observe nos gráficos o rápido crescimento da população de Canudos e sua composição, o que dá margem a uma analogia com os quilombos. Antônio Conselheiro (à direita, em gravura anônima do século XIX) era visto por uns como uma ameaça à República e, por outros, como redentor do povo sertanejo.

Alguns meses depois, em junho de 1897, chegou a quarta expedição, que contava com cerca de 15 mil soldados trazidos de todas as partes do país e que montou um cerco a Canudos. Os combates prosseguiram durante os meses seguintes, sem que se chegasse a um termo. Mais tarde, partiu do Rio de Janeiro o próprio ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, com mais alguns milhares de reforços.

Submetido a intenso bombardeio pelas peças de artilharia do Exército e absolutamente carente de suprimentos, Canudos parecia estar com o destino selado. No entanto, a população da comunidade continuava a crescer, aproximando-se dos 30 mil habitantes. Chegava gente de todo o Nordeste, fazendo o possível para romper o cerco das tropas do governo, preferindo a morte, ao lado de Conselheiro, à miséria. Em 5 de outubro de 1897 Canudos foi finalmente derrotado, e os últimos defensores foram mortos pelas tropas.

A sucessão de Prudente de Morais

Vítima de um atentado realizado pelo soldado Marcelino Bispo durante a cerimônia de recepção das tropas vitoriosas que retornavam de Canudos em 5 de novembro de 1897, Prudente de Morais declarou estado de sítio. Desconfiando de uma conspiração florianista, embora nada de concreto tivesse sido provado, realizou violenta perseguição policial aos inimigos do regime. Foi nesse momento que as oligarquias conseguiram garantir a concretização de seu projeto hegemônico, na medida em que o florianismo começava a se esfacelar como alternativa política.

A posse do presidente seguinte, Campos Sales, paulista e cafeicultor, iniciou um poderoso domínio oligárquico na política brasileira.

O APOGEU DA ORDEM OLIGÁRQUICA (1898-1914)

Desde o final do período colonial, o domínio oligárquico vinha se estruturando no exercício do poder por intermédio de uma parte da elite agrária brasileira, embora muitas vezes de forma indireta, como durante a monarquia. Nessa época, a centralização política e a decorrente dependência de uma burocracia imperial impediam que os latifundiários exercessem um domínio pleno sobre os mecanismos políticos. Embora a vasta burocracia imperial fosse recrutada em meio às elites, elas muitas vezes eram tradicionais e não tão poderosas do ponto de vista econômico, como a elite nordestina, agarrando-se a seus cargos como forma de evitar um enfraquecimento ainda maior.

A situação tornou-se incontrolável a partir da expansão da lavoura do café, a nova riqueza econômica do país, rumo ao Oeste Paulista, e da consequente formação de uma nova aristocracia cafeeira, menos dependente da escravidão, que começou a questionar os antigos mecanismos políticos imperiais. Daí o advento da República.

Os governos do período foram: Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914).

A partir de Campos Sales, as oligarquias exerceram o poder de forma direta, principalmente por meio de seu setor mais avançado – o dos fazendeiros de café. Porém, foi justamente nesse período que começou a crise do café, com a queda brutal e constante dos preços do produto no mercado mundial.

Não deixa de ser curioso que, justamente no momento em que a oligarquia cafeeira assumiu plenamente o controle político do país, suas bases econômicas estivessem sendo corroídas. Boa parte da história econômica do período pode ser resumida na ação do Estado em financiar o sucesso da cafeicultura ou, em outros termos, transferir recursos do país para os cafeicultores.

Augusto Malta

▲ As elites do Rio de Janeiro tinham na Avenida Rio Branco, esquina com a Rua do Ouvidor, o eixo de sua vida social e cultural na capital do Brasil (foto de 1906)

Economia: o combate à crise do café

A queda nos preços do café no mercado internacional abalou a economia do país, uma vez que por volta de 1900 o produto correspondia a mais de 56% do valor das exportações brasileiras.

Um dos efeitos da crise era a impossibilidade de pagar a dívida externa que vinha crescendo desde a independência. Ao mesmo tempo, a excessiva emissão de moeda nos primeiros anos da República, agravada pelos déficits crônicos na receita governamental, acabavam por produzir inflação. Campos Sales enfrentou o problema com novos empréstimos para pagar os juros da dívida em troca de um acordo com os credores para sanear a economia brasileira. A garantia do empréstimo era a receita pública futura das taxas de alfândega, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Essa política ficou conhecida como *funding loan*.

O *funding loan* representou uma **moratória**, ou seja, em troca de uma suspensão temporária no pagamento da dívida externa, concordava-se com seu aumento e a ampliação dos prazos para pagá-la. Nos primeiros anos após a assinatura do acordo, o país viveu um período de relativa tranquilidade econômica. Entretanto, as causas da crise se mantiveram e logo o problema voltou à tona, obrigando a um novo acordo com os banqueiros no mandato de Hermes da Fonseca.

Para o saneamento financeiro, Campos Sales contou com a atuação do ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, encarregado do combate à inflação. Uma das medidas tomadas foi a redução de gastos do governo, paralisando quase totalmente as obras públicas e aumentando os impostos, com novas taxas, especialmente sobre os produtos de consumo.

Com o equilíbrio orçamentário, o governo pôde reduzir drasticamente a emissão de papel-moeda, obtendo algum resultado na queda da inflação, mas seus desdobramentos sobre a economia nacional colocaram dúvidas sobre o sucesso do plano.

A diminuição, em volume, do meio circulante levou à recessão, com uma queda acentuada da atividade econômica em todo o país. A elevação indiscriminada dos impostos acabou por atingir todas as categorias sociais, principalmente os setores mais humildes, que não tinham como se defender e, além disso, enfrentavam desemprego cada vez maior por causa da recessão

A valorização cambial da moeda – o mil-réis –, por sua vez, acabou barateando os produtos importados, em sua maioria industrializados, o que dificultou a sobrevivência da frágil indústria nacional.

Para combater a desvalorização do café originada pelo excesso de produção mundial, na qual o Brasil ocupava o primeiro lugar, os cafeicultores reuniram-se em 1906 na cidade de Taubaté. Combinou-se um plano de intervenção governamental na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto e, assim, assegurar os lucros dos produtores. O acordo ficou conhecido como **Convênio de Taubaté**.

meio circulante: soma de todo dinheiro que está em circulação no país, inclusive nos bancos

recessão: diminuição generalizada da atividade econômica.

valorização cambial: trata-se da valorização da moeda nacional diante de moedas estrangeiras

Guilherme Gaensly/Arquivo Nosso Século

▲ A política de valorização do café deu novo impulso à cafeicultura, ainda que com prejuízos para o resto da economia do país. Foto do início do século XX, de Guilherme Gaensly, que retrata imigrantes colhendo café numa fazenda em Araraquara, São Paulo.

Os governadores dos três principais estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) concordaram em comprar toda a produção cafeeira e criar **estoques reguladores**. Os produtores não perderiam seus lucros, pois o café seria vendido de qualquer maneira; e o preço internacional seria mantido, pois o governo só venderia o produto dos estoques reguladores no mercado internacional conforme surgisse a demanda. Isso porque, havendo uma superoferta internacional do produto, seu preço tenderia a cair. A oligarquia cafeeira havia encontrado um meio de evitar, ainda que temporariamente e por meios artificiais, a decadência econômica.

A princípio o café se valorizou. A economia do país, no entanto, foi prejudicada. O café era comprado dos fazendeiros por um elevado preço fixo, e isso só foi possível graças a um volumoso empréstimo externo feito pelos governos estaduais, envolvendo bancos ingleses e também norte-americanos, que iniciavam suas operações no Brasil. Além disso, se a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques teriam de ser destruídos, transferindo os prejuízos para o governo e socializando as perdas para toda a população.

Outro problema é que o Brasil não era o único país produtor de café. A própria elevação dos preços no mercado internacional acabou por estimular a produção de café em outros países, aumentando a concorrência e levando o plano ao naufrágio. A política de valorização do café adotada pelos três principais estados produtores chegou a ser proposta ao governo federal, mas foi repudiada em 1906 pelo então presidente Rodrigues Alves, que alegou a necessidade de conter gastos e deter a inflação, herança das políticas de Campos Sales e seu ministro Joaquim Murtinho.

No entanto, o novo presidente – Afonso Pena, empossado no mesmo ano – promoveu a adoção da política de valorização do café pelo governo federal. O mesmo fizeram seus sucessores, pelo menos até Artur Bernardes (1922 1926), quando o estado de São Paulo passou a bancar sozinho a política de valorização.

A borracha: alternativa ao café?

O desenvolvimento da indústria em diversos países era intenso no início do século XX, podendo-se falar de uma segunda Revolução Industrial, que já vinha ocorrendo desde meados do século anterior. Novos setores industriais emergiram e outros se aprimoraram tecnologicamente, acarretando novas demandas de matéria-prima.

Tradicionalmente integrado à economia capitalista como área dependente e produtora de matérias-primas, o Brasil passou a suprir parte das novas necessidades da indústria. Uma delas foi a **borracha**, produto fundamental para a próspera indústria de pneumáticos e de automóveis.

A borracha é extraída da seringueira – *Hevea brasiliensis* –, vegetal nativo das florestas tropicais da América, sendo a bacia do Amazonas a maior reserva natural da espécie. Já em 1887, a exportação da borracha atingiu 17 mil toneladas, e a partir de então o crescimento da exportação do produto foi bastante acelerado. O preço alcançou seu ápice em 1910, quando a borracha foi responsável por 40% do valor das exportações brasileiras, aproximando-se do percentual ocupado pelo café.

Os trabalhadores responsáveis pela extração – nascidos na região ou migrantes nordestinos fugindo da seca – habitavam cabanas miseráveis nas margens dos rios e percorriam a cada dia vários quilômetros a pé em plena mata, para extrair a seiva utilizada na produção da borracha. Completamente isolados, esses trabalhadores sobreviviam no limite da subsistência. Vendiam a borracha extraída para os seringalistas, proprietários de vastas áreas de floresta. Estes, sim, prosperavam, vendendo grandes lotes de borracha para o exterior.

Coleção Gilberto Ferrez

Vista de embarque de café no porto de Santos, em sacas de 60 kg. Com a valorização do produto no governo Afonso Pena, o café recebeu o título de "ouro negro" das exportações e do poderio da elite nacional. Foto de 1895, de Marc Ferrez.

A borracha, contudo, jamais ocupou o lugar do café na economia brasileira. Caracterizou-se como um **surto** econômico, que teve seu início, apogeu e decadência em aproximadamente cinquenta anos. Mesmo assim, a economia da borracha acabou provocando um problema entre o Brasil e a Bolívia em 1903, quando trabalhadores brasileiros ocuparam o Acre, território até então boliviano.

Depois de contendas com o Exército daquele país, brasileiros e bolivianos assinaram um acordo, o Tratado de Petrópolis, segundo o qual o Brasil anexaria o Acre e, em troca, pagaria uma pesada indenização de 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia.

Palacete Bolonha, em Belém, concluído em 1915. Inspirado no estilo neogótico europeu, em plena Amazônia. Foto de 2004.

Renato Chalu/O Liberal/AE

AS LUTAS SOCIAIS

A revolta popular de 1904

Entre 1902 e 1906, a capital da República, Rio de Janeiro, foi reconstruída, principalmente a região central. De velha cidade colonial, com ruas estreitas, atravancadas e insalubres, passou a moderna capital, nitidamente inspirada em Paris e em seus planos de urbanização, realizados pelo arquiteto Haussmann no século anterior.

Com edifícios construídos no melhor estilo eclético europeu, então na moda, suas belíssimas e rebuscadas fachadas contribuíam para o projeto de fazer do Rio de Janeiro uma moderna Paris tropical à beira-mar.

No entanto, vastos contingentes de populares foram sumariamente expulsos de suas habitações para dar passagem ao "progresso". Derrubaram-se os cortiços, ergueram-se belos edifícios, construindo-se um cenário para as elites e, simultaneamente, excluindo o povo, principal vítima das medidas de combate à inflação iniciadas por Joaquim Murtinho anos antes, mas ainda em vigor. Por tudo isso, a tensão social no Rio de Janeiro era explosiva.

Iconografia

A Avenida Central, marco da nova Rio de Janeiro que se modernizava, apesar do aumento da exclusão social. Observe as ricas fachadas se abrindo para a larga avenida, repleta de transeuntes, num dia de Carnaval, em 1907.

Nesse tenso ambiente foi iniciado o saneamento da cidade, planejado e executado pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz. Era necessário combater a peste bubônica, a malária e a varíola, males endêmicos que afligiam os habitantes da cidade e faziam a má fama da capital brasileira no exterior.

Assim, em outubro de 1904 aprovou-se uma lei que instituía a vacinação obrigatória contra a varíola, estopim para uma revolta popular, comumente chamada de Revolta da Vacina. Não convencida quanto aos efeitos da vacina; com uma moral resistente à exposição de partes do corpo a agentes sanitários do governo (por exemplo, os ombros das senhoras); insuflada pelos últimos remanescentes de uma oposição jacobino-positivista, mas, principalmente, humilhada por um poder público autoritário e violento, a população do Rio de Janeiro revoltou-se.

Charge de 1905, extraída da revista *O Malho*, alusiva à campanha da vacinação obrigatória. Enquanto Oswaldo Cruz é enforcado, os ratos andam soltos

As ruas e avenidas elegantes foram tomadas de assalto. Barricadas foram erguidas e, durante uma semana, a capital da República foi palco de violentos combates, até que as forças da polícia e do Exército conseguiram reprimir os rebeldes.

Revolta da Chibata (1910) e do Contestado (1914)

Nos couraçados Minas Gerais e São Paulo, considerados durante alguns anos os mais poderosos do mundo, a situação era bastante tensa em novembro de 1910. Ali sobrevivia um velho regimento disciplinar que, entre outros exageros, previa castigos corporais violentos com utilização da chibata até para infrações leves. Os maus-tratos aos marujos por parte dos oficiais, as más condições de alojamento e a má alimentação serviram de estopim para a revolta.

Sob o comando de **João Cândido**, marujo negro e analfabeto, sublevaram-se os marinheiros dos dois grandes navios, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro com os potentes canhões. Enviaram uma mensagem ao recém-empossado presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914), reivindicando o fim dos castigos com chibata na Marinha – razão pela qual a rebelião se tornou conhecida como **Revolta da Chibata**.

Diante do poder de fogo dos rebeldes, o governo aceitou negociar, determinando, a princípio, a entrega dos navios em troca do perdão aos líderes do movimento e da promessa de discutir a abolição dos castigos.

Poucos dias depois, os fuzileiros navais, paralisados na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, estimulados pela aparente vitória de seus colegas marinheiros, revoltaram-se em defesa de propostas semelhantes às dos marujos. Sem contar com o poder de fogo intimidador dos marinheiros, os fuzileiros não conseguiram sequer estabelecer negociações com o governo, que reprimiu violentamente o movimento.

A Revolta da Chibata foi uma das rebeliões sociais do início do século no Brasil. João Cândido é o marinheiro assinalado

Em meio à repressão aos fuzileiros, o governo decretou estado de sítio e mandou aprisionar os principais líderes da revolta, desrespeitando a anistia concedida anteriormente. Dos seiscentos prisioneiros, poucos sobreviveram aos maus-tratos na prisão ou aos trabalhos forçados na Amazônia, castigos que caracterizaram um ato de arbitrariedade poucas vezes igualado na história da República.

Desfecho igualmente sangrento teve a **Revolta do Contestado**, com um número de vítimas ainda maior. Suas origens remontam ao isolamento e abandono em que vivia a população de uma vasta área situada entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, num território "contestado" pelos dois governos estaduais.

Enquanto esteve abandonado, o território não recebeu nenhuma atenção oficial, atraindo grupos marginalizados de origens diversas. Lá se desenvolveram comunidades místicas em torno de **líderes messiânicos**, sendo o principal deles o "monge" **José Maria**, supostamente irmão de outro líder messiânico da região no final do século XIX, **João Maria**.

Ao criar uma alternativa ao poder político dos "coronéis" e com a disposição até de enfrentá-los, o movimento do Contestado representava, do ponto de vista das elites, um perigo a ser eliminado, o que aconteceu quando, no final de 1913, começaram a ser enviadas tropas para exterminar as comunidades populares da região, com o massacre de seus habitantes.

Os movimentos operários

O crescimento das cidades e o avanço da industrialização tiveram como consequência o desenvolvimento de uma classe operária numerosa, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. O exemplo de São Paulo é expressivo: em 1872, o estado tinha pouco mais de 800 mil habitantes; e a capital, 23 mil habitantes; em 1900, no estado havia aproximadamente 2 milhões e 200 mil, e na capital, 580 mil habitantes. O número de indústrias quintuplicou de 1889 a 1907 e quase quintuplicou novamente até 1920, chegando a 13 mil [1].

Descontente com seus salários e com a situação econômica do país, associada a constantes elevações do custo de vida, o proletariado urbano se organizou em associações e sindicatos, com o objetivo de ajudar-se mutuamente e lutar por melhores condições de vida e trabalho. A influência dos anarquistas, principalmente de origem italiana e espanhola, e depois dos comunistas, dava uma base ideológica aos movimentos operários, estimulando greves e outras atividades organizativas e reivindicatórias.

O crescimento da indústria na República foi acompanhado de crescente movimentação operária. O Estado, que como vimos estava mais diretamente a serviço das classes dominantes, considerava crime essa movimentação de trabalhadores, e a reprimia violentamente.

Da mesma forma que a capoeira era proibida pelo Código Penal de 1890, por ameaçar a ordem constituída, as Leis Adolfo Gordo previam a expulsão do país para estrangeiros considerados indesejáveis para a "manutenção da ordem". A cada movimento grevista, diversos imigrantes eram expulsos do Brasil. A polícia invadia domicílios, espancava e deportava líderes operários e fechava associações de trabalhadores. Segundo Washington Luís, quando ainda era presidente do estado de São Paulo, a questão social era um caso de polícia.

Mesmo assim, os trabalhadores conquistaram diversas vitórias, tanto em termos salariais e de condições de trabalho quanto em termos de legislação trabalhista: nesse período foram aprovadas algumas leis em defesa dos trabalhadores nos estados e no âmbito federal.

Marginalização e lutas dos negros

Divididos quanto à política, monarquistas e republicanos concordavam em pelo menos um aspecto: a população negra era uma ameaça para seu poder. Por esse motivo, entre outros, é que se incentivou a imigração de europeus. O discurso, ainda no Império, era de "falta de braços", mas após a Abolição foram comuns o desemprego e a marginalização dos ex-escravos.

Na Primeira República consolidou-se a marginalização dos negros, que o sociólogo Florestan Fernandes traduziu como "o negro no mundo dos brancos". Apesar da igualdade formal entre brancos e negros, para conseguir ascensão social e melhores espaços no mercado de trabalho e no Estado o negro era forçado a assimilar um padrão de comportamento imposto pelo branco, distanciando-se de suas origens étnicas e culturais. A partir de então, passava a ser relativamente aceito e sua negritude era relevada pelas elites.

A continuidade do racismo, que teve apoio até de teorias científicas da época, como o darwinismo social, foi um fator decisivo para a exclusão dos afrodescendentes, que tiveram de lutar contra muitas adversidades para conquistar seu espaço na sociedade. Pode-se dizer que essa luta ainda está por se concluir na sociedade brasileira.

[1] MOREIRA, Silvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 9

Museu Nacional de Belas Artes/IPhan/MinC/Rio de Janeiro

A redenção de Cã, de Modesto Brocos, de 1895, tem sido interpretada como uma representação da ideologia do branqueamento da população brasileira: a matriarca negra em posição de agradecimento ou prece religiosa diante de seu neto, fruto da união entre sua filha mestiça e um homem branco. O título dado à pintura, fundamental para essa interpretação, retoma uma visão bíblica sobre o filho de Noé, Cã, do qual teriam surgido os descendentes negros.

"O negro no mundo dos brancos"

A Abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do "homem livre de cor". Na verdade, a Abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o "homem de cor" viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu repentinamente em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. Só com o tempo é que iria aparelhar-se para isso mas de modo tão imperfeito que ainda hoje se sente impotente para disputar "o trabalho livre na Pátria livre".

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971. p. 47.

MECANISMOS POLÍTICOS DO PODER OLIGÁRQUICO

O poder político no âmbito federal era exercido pelo presidente da República. Com o objetivo de controlar a presidência e, assim, defender seus interesses privados, as oligarquias paulista e mineira, respectivamente representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), formalizaram uma aliança que previa a alternância de políticos dos dois estados no cargo máximo do Executivo. O acordo resultou de longas articulações políticas.

Os três primeiros presidentes civis – Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves – eram paulistas. O primeiro mineiro a ocupar a presidência, a partir de 1906, foi Afonso Pena. A aliança entre esses dois estados deve-se ao fato de que, juntos, detinham o poder econômico — proveniente do café (São Paulo era o principal produtor do país) — e o poder político, isto é, votos, pois Minas Gerais (grande produtor de leite) era na época o estado com maior número de eleitores. Nascia assim a **política do café com leite**.

Os interesses comuns dos partidos mineiro e paulista garantiam sucessões presidenciais isentas de traumas ou modificações substanciais na condução do Estado brasileiro. No entanto, o controle político exercido por paulistas e mineiros só seria incontestável se houvesse o apoio dos demais estados da federação. Afinal, o presidente da República, em última análise, deveria seguir as leis que emanavam do Poder Legislativo.

O primeiro presidente a necessitar do apoio dos estados – isto é, das bancadas estaduais no Legislativo – para colocar em prática sua política foi Campos Sales (1898-1902). Aliás, ele foi o idealizador do mecanismo de articulação do poder central com as oligarquias estaduais: a **política dos governadores**.

Iconographia

Com a política do café com leite, paulistas e mineiros aliavam-se para controlar a Presidência da República. Charge de Raul publicada na *Revista da Semana* em 3 de março de 1917.

Também chamada por seu criador de "política dos estados", consistia basicamente num acordo entre o chefe do Executivo federal e os governadores estaduais: em troca da autonomia dos estados, os governadores elegeriam uma bancada de deputados e senadores que apoiaria o presidente da República.

Todos os meios eram válidos para eleger deputados e senadores "fiéis", até mesmo a fraude eleitoral. Por sua vez, o presidente não faria intervenções nos estados, viabilizando a manutenção de certos grupos oligárquicos locais no poder, muitas vezes representados por famílias. Esses grupos utilizavam a fraude em benefício do presidente da República e também em benefício próprio.

Todo o sistema político da República Velha – como foi chamado mais tarde o primeiro período da história republicana do país – fundava-se na fraude, pois o voto não era secreto, o que permitia sua manipulação. A prática da fraude eleitoral e da manipulação de votos ficava geralmente a cargo dos "coronéis", que exerciam uma forma de **clientelismo**, estabelecendo o controle sobre a população mais pobre, que vivia sob sua influência. Os coronéis tomavam setores da população sob sua proteção, já que o Estado não se comprometia com suas necessidades básicas e, em troca, exigiam sua subserviência.

Esse poder era exercido, por exemplo, nas eleições, quando cada "coronel" controlava seu "curral" eleitoral (isto é, a massa de eleitores sob sua influência), de acordo com os interesses do momento. Esse voto dirigido ficou conhecido como **voto de cabresto**.

De posse de um grande número de votos, o "coronel" negociava com o governador de seu estado, isto é, oferecia esses votos em troca de benefícios. Dessa forma, o voto fraudado pelos "coronéis" saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a Presidência da República, sendo canalizado para o candidato paulista ou mineiro.

Apesar de todo esse sistema de poder, frequentemente ocorriam conflitos. Nas eleições presidenciais de 1910, por exemplo, paulistas e mineiros se desentenderam e o eleito foi o marechal Hermes da Fonseca – que disputou a eleição com Rui Barbosa, cuja campanha baseava-se no argumento de que o poder deveria ficar com os civis (Campanha Civilista).

Iconographia

Os poderosos "coronéis" exerciam o controle das populações rurais. Na foto de 1920, o conselheiro Antonio Prado inspeciona seus cafezais na fazenda São Martinho, em São Paulo.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O voto de cabresto retratado pelo traço do chargista Alfredo Storni. *Revista Careta*, Rio de Janeiro, 1927.

Diferentemente de seus predecessores militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que eram voltados para a modernização do país, Hermes da Fonseca governou o país de forma conservadora do ponto de vista econômico, permanecendo atrelado aos planos de valorização do café. Na área política, porém, realizou uma sistemática intervenção nos estados, promovendo a substituição de grupos oligárquicos por outros. Esse processo costuma ser denominado **Política das Salvações**.

A substituição de grupos oligárquicos liga-se à própria forma como se deu a ascensão de Hermes da Fonseca, numa eleição disputada. Assim, se a oligarquia do estado da Bahia apoiou Rui Barbosa, por que mantê-la no poder? O mesmo se aplicava ao senador gaúcho Pinheiro Machado, que representava um estado de grande importância econômica e peso eleitoral na federação. Apesar de não ocupar nenhum cargo decisivo, Pinheiro Machado conseguiu criar um bloco parlamentar, o bloco "pinheirista", formalizado em seguida com o nome de Partido Republicano Conservador (PRC), reunindo a bancada dos pequenos estados. Sua ascensão acabou se tornando intolerável por criar uma alternativa ao monopólio político exercido por São Paulo e Minas Gerais. Nesse quadro, a "salvação" consistiria em promover intervenções nos estados pinheiristas, substituindo uma oligarquia fiel ao senador gaúcho por um grupo mais ligado ao presidente da República.

As "salvações" foram realizadas com sucesso nos estados da Bahia, de Pernambuco e de Alagoas, fracassando na Paraíba, no Piauí e no Rio Grande do Sul. No Ceará, o coronel do Exército Franco Rabelo candidatou-se ao cargo de governador em 1912, com o apoio da oposição estadual. Durante a campanha, o governador Nogueira Acioli, pinheirista, representando a situação, desencadeou violenta perseguição ao seus adversários, chegando a utilizar forças policiais do estado e agindo com extrema violência. Pressionado, acabou renunciando, abrindo caminho para a vitória de Rabelo.

Logo em seguida, porém, o deputado Floro Bartolomeu iniciou a reação, revoltando-se contra o novo governador. Era a **Revolução Cearense de 1914**. A cidade de Juazeiro foi tomada e os revoltosos, das mais diversas origens, abençoados pelo **padre Cícero Romão Batista**, rumaram em direção à capital do estado, onde derrubaram o governador e promoveram o retorno de Nogueira Acioli, ou seja, de um político ligado a Pinheiro Machado.

O episódio demonstra que os mecanismos político-oligárquicos, apesar de adequados à finalidade para que foram criados, estavam longe da perfeição. O imobilismo gerado pela política dos governadores, por meio da qual o mesmo grupo oligárquico permaneceria indefinidamente no poder, gerava forte insatisfação em outros grupos oligárquicos dos estados. O próprio monopólio político de São Paulo e Minas Gerais descontentava outros estados, notadamente o Rio Grande do Sul.

Além disso, as revoltas sociais ocorridas nos primeiros anos da República deixaram claro que a marginalização social e política continuou inalterada no país. Qualquer proposta de realização da cidadania republicana permaneceu como mera promessa.

◄ O senador Pinheiro Machado exercia grande influência sobre o governo federal, graças à verdadeira "máquina" por ele montada no Congresso.

PARA RECORDAR: A República Velha (1889-1930)

REPÚBLICA VELHA

- > cafeicultura → política de valorização do café
- > questão social > "caso de polícia" > repressão > Canudos; Revolta da Vacina; Revolta da Chibata; Contestado; greves operárias
- > domínio oligárquico
  - > federal > política do café com leite
  - > estadual > política dos governadores
  - > municipal > coronelismo

ATIVIDADE

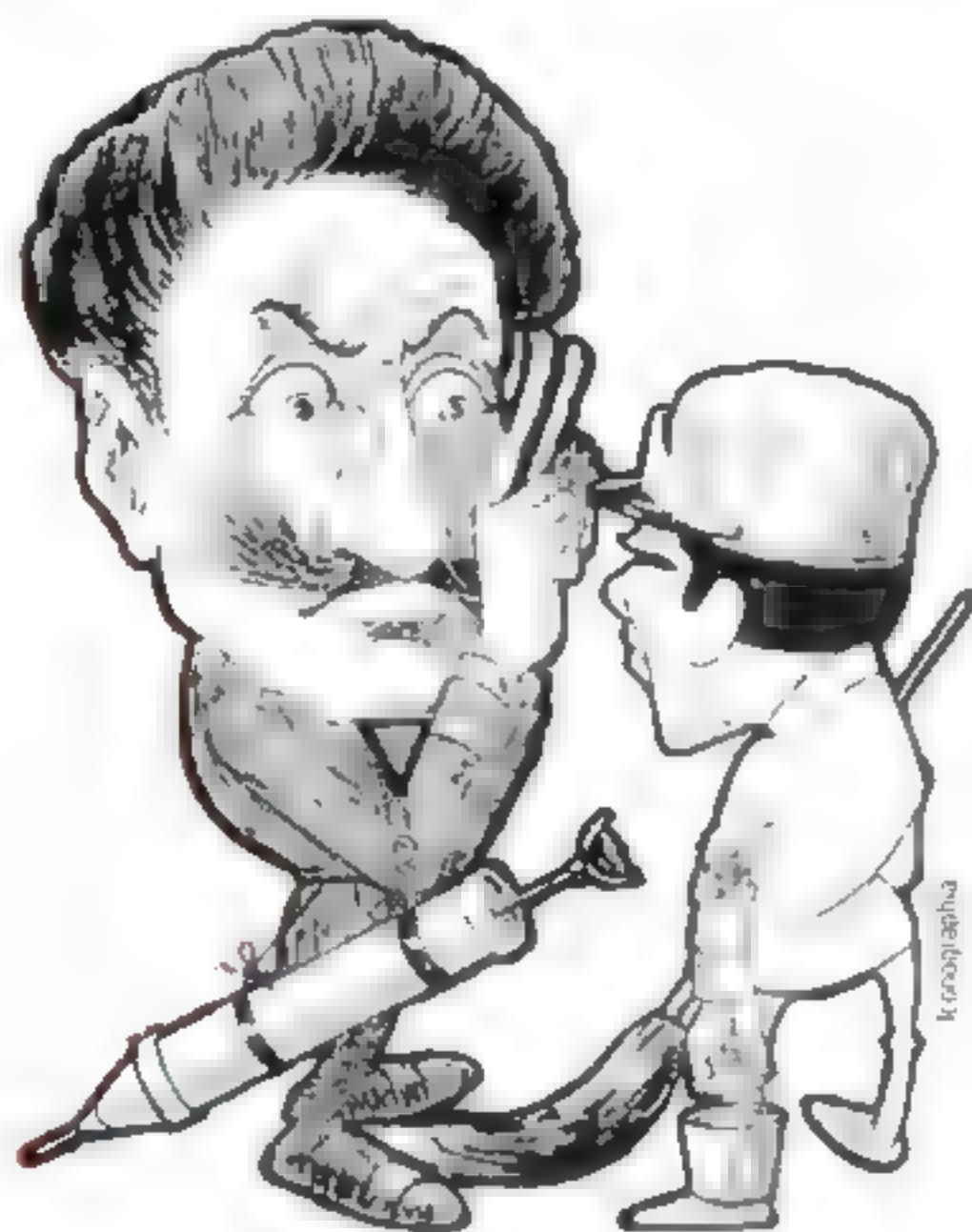
Com base no esquema resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

1. Analise a forma como o governo brasileiro lidava com os problemas sociais no período conhecido como República Velha.
2. Explique a relação existente entre as práticas coronelistas e a política dos governadores.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de charge

→ A charge abaixo foi criada pelo desenhista J. Carlos (1884-1950) na época em que a vacinação obrigatória contra a varíola e as medidas de saneamento básico de Oswaldo Cruz eram implementadas no Rio de Janeiro. Observe-a atentamente e leia a legenda que a acompanha. Em seguida, faça as atividades propostas.

Iconographia

"O Senhor nada tem a fazer em casa dos Senhores Deputados... Só pode atacar as casas dos particulares, e não os poupe; é carregar pra frente no povo miúdo."

a) A pessoa mais alta representada na charge é uma caricatura do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Que características dele foram ressaltadas pelo desenhista?

b) Apesar de o rosto da segunda pessoa representada estar omitido, sua postura corporal sugere algumas de suas características. Em sua opinião, que características são essas?

c) Analise a charge considerando:
- o contexto histórico em que foi produzida,
- as características das personagens representadas e
- a legenda que a acompanha.

2 Leitura, comparação e interpretação de documentos

→ Leia os textos a seguir. Eles foram escritos por diferentes sujeitos, mas todos são referentes ao Arraial de Canudos, fundado pelo beato Antônio Conselheiro no final do século XIX.

Texto 1

Palavras do Barão de Geremoabo, latifundiário baiano:

O trabalho estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro, muitos pequenos proprietários também vendiam seus bens e partiam para Canudos.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus do Conselheiro. *Revista da USP*. São Paulo, n. 20, 1993-94. p. 89.

Texto 2

Versos recolhidos em Canudos, por Euclides da Cunha:

Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos as leis de Deus
Eles têm a lei do Cão!
Bem desgraçados são eles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Implantando a lei do Cão!
Casamento vão fazendo
Para o povo iludir
Vão casar o povo todo
No casamento civil!

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!
O Anticristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar!
Visita vem nos fazer
Nosso rei D. Sebastião
Coitado daquele pobre
Que viver na lei do Cão!

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed.
Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. p. 139.

Texto 3

Relatório do tenente Pires Vieira, comandante da I.ª Expedição contra Canudos:

Combate de Uauá – Logo que chegamos ao arraial, no dia dezenove, mandei estabelecer o serviço de segurança, postando guardas avançadas nas quatro estradas que ali conduzem em distância conveniente, a fim de evitar qualquer surpresa, nomeei o pessoal de ronda, e conservei toda a força no acantonamento. O dia vinte passou-se sem nenhum incidente notavel, a não ser o abandonado arraial à noite, e furtivamente, por quase todos os habitantes. Das informações que colhi consta que assim procederam com receio da gente do Antônio Conselheiro. Inclino-me, porém, a crer que se achavam mancomunados com esta para atraiçoarem a força pública, como o fizeram, pois que ate os poucos que ficaram no arraial não foram ofendidos pelos bandidos, e garantiram-me antes do combate que ali não havia fanáticos, nem adeptos do Antônio Conselheiro, que este e o seu povo se achavam em Canudos, de onde não sairiam, não obstante terem eles a certeza quando isso me afirmaram de que os mencionados bandidos se achavam a quatro léguas de distância, dirigidos por Quimquim Coyam, e viram atacar a força na madrugada do dia imediato.

Às cinco horas da manhã do dia vinte e um, fomos surpreendidos por um tiroteio partido da guarda avançada, colocada na estrada que vai ter a Canudos. Esta guarda, tendo sido atacada por uma multidão enorme de bandidos fanáticos, resistiu-lhes denodamente, fazendo fogo em retirada. Por essa ocasião o soldado da segunda companhia Theotonio Pereira Bacellar, que por se achar muito estropiado não pode acompanhar, a guarda foi degolado por um bandido. Imediatamente, dispus a força para a defensiva, fazendo colocar em distância conveniente do acantonamento uma linha de atiradores, que causou logo enormes claros nas fileiras dos bandidos. Estes, nao obstante, avançaram sempre, fazendo fogo, aos gritos de Viva o nosso Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a monarquia! etc. etc. etc., chegando até alguns a tentarem cortar a facão os nossos soldados. Um deles trazia alçada uma grande cruz de madeira, e muitos outros traziam imagens de santos em vultos. Avançaram e brigaram com incrível ferocidade, servindo-se de apitos para execuçao de seus movimentos e manobras. Pelo grande número que apresentaram foram por algumas pracas calculados em 3 mil! Há, porém, nisso exagero, proveniente de erro de apreciação, seriam uns quinhentos, mais ou menos, os que nos atacara, divididos em vários grupos, que procuravam envolver a nossa força e apoderar-se do arraial, o que nao conseguiram devido às enérgicas providências que tomei, eficazmente auxiliado pelos oficiais e a disciplina das praças [...].

A HISTÓRIA de Canudos. Disponível em: <http://canudos.portfolium.com.br/>. Acesso em: 26 fev. 2010.

a) Identifique o autor de cada um dos documentos. A que estrato da sociedade cada um deles está associado?

b) No primeiro documento, que preocupação é manifestada em relação ao arraial?

c) De acordo com o segundo documento, como os habitantes encaravam a instauração da República no Brasil?

d) Como são descritos os habitantes de Canudos no terceiro documento?

e) Reflita sobre suas respostas dadas às questões anteriores. Com base nelas, analise os motivos que levaram as autoridades republicanas a organizar um feroz combate ao Arraial de Canudos.

3 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ O texto abaixo trata da gênese do movimento operário no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. Leia-o atentamente e depois faça o que se pede.

A República trouxe inicialmente esperança, que logo deu lugar à decepção, àqueles que buscavam obter a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores. Mesmo a parca legislação aprovada visando à melhoria das condições de trabalho [...] ficou só no papel, pela falta de vontade política e de uma estrutura de fiscalização para seu cumprimento. Ao mesmo tempo não deixaram de ocorrer arbitrariedades, como a expulsão sem processo de operários estrangeiros acusados de anarquismo, determinada por Floriano Peixoto, com base no Código Penal de 1890. Assim os primeiros anos da última década do seculo XIX transcorreram sob o impacto da tomada de consciência dos limites da nova ordem e da experiência de sua capacidade repressiva. A República não foi uma revolução social, e não promovera a libertação do "quarto estado", o proletariado, como haviam almejado os trabalhadores envolvidos no movimento republicano. Para muitos destes, as saídas encontradas iam desde a adesão a projetos que visavam a retomar o rumo do qual a República supostamente se desviara até a busca de ideais que ultrapassavam o projeto republicano, dentro deste quadro o socialismo, em suas muitas vertentes, e o anarquismo, que tampouco era homogêneo, tornaram-se saídas plausíveis.

[...]

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosao de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903, por outro, a proliferacão de organizacões operarias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical. Em alguns casos, essas organizações surgiram em decorrência de movimentos grevistas, em outros precederam as greves; em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 37-9

a) Ao estudarmos o movimento que instaurou a República no Brasil, vimos que ele não contou com a participação popular. Considerando o texto do historiador Claudio Batalha, pode-se afirmar que essa ausência era acompanhada, também, de uma indiferença dos trabalhadores em relação ao novo regime? Justifique.

b) Por que o autor afirma que "a República não foi uma revolução social"?

c) A instauração da República no Brasil foi acompanhada de um processo de politização dos trabalhadores? Explique.

Ao reconhecer que a Primeira Guerra Mundial foi gerada por um conflito de interesses entre nações europeias, a seção ***Para pensar historicamente*** convida os alunos a questionarem se tais interesses eram das respectivas populações nacionais ou de apenas alguns de seus grupos sociais, e se quem arcou com o ônus do conflito – responsável por cerca de 9 milhões de mortes e que dissem nou a fome, a doença e traumas entre os sobreviventes – foram apenas seus beneficiados ou toda a população. É possível traçar paralelos com inúmeras situações conhecidas pelos alunos, em que interesses individuais ou de determinados grupos são disseminados como sendo coletivos. Tais questionamentos serão enriquecidos com a análise do texto "Depoimentos de quem lutou na guerra" e da carta de um oficial inglês, apresentada na atividade *2. Leitura e reflexão*, os quais trazem o ponto de vista dos soldados e oficiais sobre o cotidiano das trincheiras. Com a atividade *3. Observação e interpretação de mapas*, os alunos poderão sistematizar as informações e os dados estudados, compor uma visão processual da Primeira Guerra Mundial e avaliar os seus desdobramentos.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereço eletrônico na coluna lateral da página seguinte.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura**: pesquisar sobre as principais escolas literárias do século XX, no Brasil e na Europa, suas características e representantes. Elaborar uma linha do tempo, indicando períodos de atuação e datas de nascimento e morte dos principais representantes.
- **História e Arte**: fazer um painel com imagens representativas dos principais movimentos artísticos europeus do final do século XIX e início do XX e associá-los ao painel histórico em que estavam inseridos. Será necessária uma pesquisa prévia.
- **História e Filosofia**: pesquisar e montar painéis de discussão sobre as principais escolas filosóficas e pensadores do período da Primeira Guerra Mundial na Europa. Elaborar esquemas-resumo de suas principais ideias.

Textos de apoio

Ascensão dos Estados Unidos no início do século XX

Os jornais ingleses comemoraram a passagem do século XIX para o XX constatando que nunca como naquele momento a extensão do Império britânico havia sido tão grande.

[...]

Em agosto de 1900, dois sintomas do novo século: a Coca-Cola chega à Inglaterra, 14 anos depois de sua aparição nos Estados Unidos, iniciando-se a importação do seu país de origem. E, no mesmo mês, os Estados Unidos ganham pela primeira vez a Copa Davis. Dois símbolos do século XX – a Coca-Cola e o desempenho esportivo – começam a apontar em outra direção.

[...]

Por detrás da decadência britânica havia indícios claros, já nos primeiros meses do novo século, da ascensão dos Estados Unidos como potência imperial, a partir de sua vitória na guerra contra a Espanha, que lhe tinha propiciado a dominação sobre Cuba, Porto Rico, Filipinas e a ilha de Guam, além do reconhecimento por parte das outras potências capitalistas da esfera privilegiada de influência norte-americana sobre o conjunto do continente.

[...]

O clima do começo do século XX era, assim, o de frenéticos movimentos por parte das potências imperialistas para consolidar zonas de dominação, avançar sobre outras, estabelecer alianças, combater movimentos rebeldes. Um clima que confirmava de maneira clara as previsões de que o capitalismo havia passado a uma nova fase de sua história, que seria marcada pelo enfrentamento militar aberto entre as grandes potências, dado que todo mundo já estava incorporado às zonas de dominação de alguma delas. A tendência à expansão que a economia capitalista abriga em seu bojo requeria que cada uma das potências só conseguisse expandir-se à custa da outra, isto é, sob forma de choque militar direto.

Em outras palavras, o século XX se abria sob a égide da luta interimperialista, marca da nova fase histórica do capitalismo, característica que, de uma ou outra forma, se estenderá ao longo de todo o século. A ponto de que quem quiser calar-se sobre o fenômeno do imperialismo deverá calar-se sobre o século XX.

[...]

SADER, E. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 17-23.

Bibliografia

BRUIT, H. H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1986.

CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985.

CATANI, A. M. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

______. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARQUES, A. M. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

MAYER, A. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada 4).

REIS, J. C. *Escola dos Annales, a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, L. C. B. *A Primeira Guerra Mundial*. 13. ed. São Paulo: Atual, 1994.

WERNET, A. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 1996.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Revan, 1998.

Filmes

Adeus à inocência. Direção de Delbert Mann. Estados Unidos, 1979. (128 min).

Lawrence da Arábia. Direção de David Lean. Inglaterra, 1962. (222 min).

Feliz Natal. Direção de Christian Carion. França, Alemanha/Reino Unido/Bélgica, 2005. (94 min).

Endereço eletrônico

Heranças da Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <www.greatwar.n>. Acesso em: 18 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

HILLS, Ken. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1990. (Guerras que mudaram o mundo).

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

2

A subordinação da economia nacional aos interesses de guerra

A mobilização de milhões de homens para as frentes e para os serviços de guerra ocasionou a escassez de mão de obra e uma brusca queda da produção de matérias-primas, artigos de alimentação e de amplo consumo.

No curso da Primeira Guerra Mundial foram criados novos elementos bélicos. Pela primeira vez a aviação de combate foi amplamente aplicada nas frentes de batalha. Já durante o decorrer da guerra foram construídos os lança-minas e os tanques. A contenda conduziu à destruição de imensos valores. Vastas regiões que foram teatro de combates ficaram convertidas em desertos. Milhares de navios de guerra e mercantes foram afundados e um grande número de unidades similares tiveram que ser construídas para substituí-las. A guerra de trincheiras exigia quantidades verdadeiramente fabulosas de cartuchos e balas de canhão.

Para atender às necessidades da guerra era preciso dispor de reservas colossais de matérias-primas, de máquinas, de combustíveis, de materiais de guerra, de mão de obra e de provisões de boca. Para assegurar a vitória era mister pôr em máxima tensão todas as forças de um país.

Nenhum dos Estados beligerantes se achava em condições de satisfazer completamente as necessidades de sua frente e de sua população civil e em primeiro lugar eram tomadas em contas as impostergáveis necessidades de guerra. Os governos de todos os Estados beligerantes submeteram sua economia nacional aos interesses da guerra. Para isso estabeleceram o controle por parte do Estado da produção industrial e toda a vida econômica da nação. Submeteram a um severo controle estatal todas as reservas de matéria-prima existentes. Para assegurar a mão de obra nas empresas militares, todos os Estados combatentes implantaram o regime de trabalho obrigatório, o qual caiu com todo o seu peso sobre os ombros dos trabalhadores. Ao esclarecer o significado da pressão militar dos capitalistas sobre a classe operária da Alemanha, Lênin dizia: "Na Alemanha, os *junkers* (latifundiários) e os capitalistas implantaram o serviço geral obrigatório de trabalho, que se transforma inexoravelmente para os operários em campo militar de trabalhos forçados". Por esse caminho enveredaram também todos os demais beligerantes.

JVOSTOV, V. M.; ZUBOK, L. I. *História contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1964. p. 211-2.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. No final do século XIX, algumas potências capitalistas europeias, especialmente a Inglaterra, impunham ao resto do mundo seus interesses econômicos. Essa hegemonia, contudo, vinha sendo ameaçada pela ascensão de novas forças econômicas e políticas: nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente e na Alemanha recém-unificada, a indústria bélica prosperava, assinalando o desejo alemão de entrar na corrida imperialista, o que colocava o país em rota de colisão com a Inglaterra e a França. A esses conflitos ameaçadores à paz mundial somavam-se as reivindicações das minorias nacionais europeias que, baseando-se nos ideais italianos e alemães de unificação, exigiam direito de autogoverno, intensificando o militarismo. Poloneses, irlandeses, finlandeses e, principalmente, povos do antigo Império Austro-Húngaro (húngaros e grupos eslavos, como os sérvios, os croatas e os eslovenos) lutavam por sua independência, envolvendo as grandes potências e estimulando rivalidades.
2. A primeira fase, de movimento, estava relacionada à estratégia ofensiva da Alemanha que previa a mobilização de boa parte do exército alemão para invadir o território francês pela Bélgica e pela Alsácia-Lorena, e render Paris. Contudo, a eclosão de uma ofensiva russa inesperada do lado leste, ainda em 1914, obrigou as forças alemãs a se dividir, deslocando tropas para a região da ex-Prússia Oriental. A França, beneficiando-se do apoio inglês, conteve o ataque alemão na Batalha do Marne, em setembro do mesmo ano. Com o fracasso da guerra de movimento, teve início a guerra de posição ou de trincheiras, em que os exércitos combatentes passaram a disputar palmo a palmo as posições conquistadas. Nessa fase, milhões de vidas foram perdidas sem que nenhum dos países envolvidos na guerra conseguisse realizar algum avanço significativo.
3. Os dois fatos determinantes para a mudança de rumo da guerra foram a saída da Rússia do conflito, após a revolução bolchevique, e a entrada dos Estados Unidos, em 1917, como resposta ao ataque alemão ao transatlântico Lusitânia.

Exercícios de História

1. Leitura de documento

a) De acordo com o manifesto, a arte de vanguarda deveria estar em sintonia com a nova realidade produzida pela revolução tecnológica, orientando-se pelas novas sensações e experiências, como a movimentação contínua e vertiginosa, a velocidade, o imediatismo e a renovação constante.

b) Marinetti propõe uma arte marcada pelo movimento produzido pela impulsividade e pela experiência sensorial pura e irracional. Defende uma arte que traria a revolução estética por meio da destruição de todos os padrões consagrados pelo passado e pela tradição, em direção ao futuro.

c) Resposta pessoal. Relembre os alunos de que, no início do século XX, a Itália recém-unificada, pátria do autor do manifesto, esforçava-se para avançar na industrialização e na escalada tecnológica, o que dependia de uma vitória sobre as nações industrializadas concorrentes. Nesse sentido, a arte futurista pode ser apontada como reflexo das tensões que se disseminavam às vésperas da Primeira Guerra e, ao mesmo tempo, combustível para ela, na medida em que valorizava uma estética da destruição e fazia a apologia da guerra como impulso de renovação. A valorização da máquina, da engrenagem, do movimento estroboscópico presente na concepção estética futurista tem como corolário uma negação do humano e da razão, ideia que estará na base da constituição de uma ideologia favorável à guerra.

2. Leitura e reflexão

a) Estabeleceu-se um clima fraterno e cordial entre os combatentes.

b) Não, pois em 1914 a Europa vivia a Primeira Guerra Mundial, durante a qual os países europeus se envolveram em enfrentamentos sangrentos e o nacionalismo alimentava a xenofobia e a rivalidade entre diferentes países.

c) A leitura propõe uma reflexão sobre até que ponto os homens comuns que combatiam nas trincheiras assimilavam, de fato, os motivos e as justificativas de seus dirigentes para a guerra, e viam sentido nela.

d) Resposta pessoal. Com esta questão espera-se que os alunos reflitam sobre o sentido de uma guerra que arrastou milhões de homens para a morte e alimentou o ódio para beneficiar apenas uma minoria de indivíduos – empresários e banqueiros –, para quem as vitórias militares trariam lucros.

3. Observação e interpretação de mapas

Sendo possível, antes de os alunos trabalharem esta atividade, convide-os a assistirem à animação de mapas disponível no *site* <www.the-map-as-history.com/demos/tome06/index.php> (em inglês). Acesso em: 26 abr. 2010.

a) O primeiro mapa representa a divisão política da Europa às vésperas da Primeira Guerra e o sistema de alianças. O segundo, a nova formação política do continente ao fim do conflito.

b) A Tríplice Aliança era composta por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália. A Tríplice Entente era formada por França, Império Russo e Inglaterra.

c) A Tríplice Entente, pois além de impor aos inimigos duas frentes de luta (pelo leste e pelo oeste), contou com maior número de aliados – inclusive da Itália, que se uniu à Entente no decorrer das lutas – e conseguiu deter os avanços da ofensiva alemã.

d) A Primeira Guerra causou o desmembramento dos Impérios Russo, Austro-Húngaro e Otomano, fez surgir novos Estados europeus, favoreceu a ascensão do primeiro governo comunista e fragmentou o território alemão com a criação do "corredor polonês".

e) A nova conformação política criou novas tensões, uma vez que não atendeu a reivindicações territoriais de parte dos países envolvidos na guerra, como a Itália; estimulou movimentos separatistas e alimentou os nacionalismos; e propiciou a oposição de dois sistemas: capitalismo e comunismo. Ao discutir esta resposta com os alunos, aproveite para relembrar outras consequências da Primeira Guerra. Por exemplo: o início da ascensão dos Estados Unidos como potência econômica, a criação da Liga das Nações, o impressionante número de mortos e mutilados, a disseminação de uma crise econômica profunda principalmente na Alemanha, Itália e URSS e a ascensão de regimes totalitários em vários países europeus.

4. Leitura de gráficos e levantamento de hipóteses

Esta atividade permite um trabalho interdisciplinar com a área de Biologia, o que contribuirá para a compreensão do comportamento do vírus da gripe espanhola, a razão de ser tão letal e as condições que favorecem sua transmissão. Desta forma, os alunos poderão avaliar o impacto da ocorrência da pandemia no contexto do início do século XX.

a) Nos Estados Unidos.

b) Nesse período, a gripe passou a causar a morte de um número maior de adolescentes e de adultos jovens.

c) Sim, pois causou a morte de indivíduos em idade de alistamento, aumentando a mortandade dos combatentes.

d) A gripe afetou a economia na medida em que causou uma rápida e drástica redução da mão de obra, principalmente nos centros urbanos, e obrigou os governos europeus, num período em que já sofriam os efeitos da guerra, a aumentar os gastos com saúde fazendo crescer o déficit público.

e) Sim, a guerra promoveu o deslocamento de pessoas de um país para outro, facilitando a transmissão da gripe pelo mundo. Além disso, a degradação do sistema de saneamento, a escassez de alimentos nas cidades, as péssimas condições de vida nos campos de batalha, entre outros fatores, contribuíram para debilitar a saúde da população e facilitar a contaminação do vírus.

anotações

CAPÍTULO 30

Um mundo em guerra (1914-1918)

Photographe Amateur:ador photos/Album/Latinstock

▲ Soldados caminham em campo devastado na Bélgica. Foto de agosto de 1917

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Um século inaugurado pela guerra

Uma outra marca do século XX são as chamadas guerras mundiais. Neste capítulo, você estudará a Primeira Guerra Mundial, que ficou conhecida como a Grande Guerra até 1939, quando outra guerra de proporções ainda maiores fez com que as pessoas começassem a chamá-la de Primeira Guerra Mundial. Para muitos historiadores, ela representou a inauguração efetiva do século XX.

Cerca de 9 milhões de pessoas perderam as suas vidas. O luto, a fome, os ferimentos e as doenças foram outras desgraças que acompanharam os sobreviventes. A consequência populacional dessas mortes acompanhou a Europa por várias décadas. Diante desse quadro, ficam as perguntas:

- O conflito entre as nações que se enfrentaram referia-se a interesses das suas populações nacionais ou de apenas alguns de seus grupos sociais e políticos?
- As riquezas vindas do domínio colonial eram concentradas na mão de poucos. Os ônus do conflito armado que se originaram pelas disputas coloniais foram pagos apenas pelos seus beneficiados, ou foram "socializados" para toda a população?

A POLÍTICA DE ALIANÇAS

No final do século XIX, o mundo se sujeitava à supremacia econômica de algumas potências capitalistas europeias, sobretudo a Inglaterra. Surgiam, entretanto, indícios do deslocamento desse centro dinâmico, pois alemães e norte-americanos sobrepunham-se aos ingleses na produção de ferro e aço, matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento industrial do período.

Nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente e, na Alemanha, a indústria bélica prosperava com o programa naval de 1900, que visava a conquistar um tardio império colonial, o que despertava e acirrava a rivalidade britânica. Além disso, as ambições coloniais alemãs no norte da África se chocavam com os interesses franceses, como ficou evidente na disputa dos dois países pelo controle do Marrocos, na chamada Questão Marroquina de 1904. Esse é o contexto da charge inglesa do *kaiser* (imperador) Guilherme II na banheira, reproduzida nesta página: ela tem um tom de ironia, por enfocar um nobre em uma atividade cotidiana, mas também de crítica, ao indicar que o *kaiser* entende a Europa como um objeto de seu uso pessoal.

Coleção particular

▲ A charge inglesa de 1914 mostra o *kaiser* Guilherme II estendendo a mão sobre a saboneteira em forma de Europa. A frase diz: "Ele não será feliz enquanto não a possuir".

A Inglaterra, por meio de suas casas bancárias, era responsável por mais da metade do total de capitais investidos em várias partes do mundo e constituía o maior Império colonial e uma das maiores potências militares do início do século XX. Apesar disso, cada vez mais, sua hegemonia, a chamada *Pax Britannica*, era ameaçada por outros países imperialistas que exigiam a redivisão colonial, sobretudo na África e na Ásia.

A esses elementos desafiadores da paz mundial vieram se somar as reivindicações das minorias nacionais europeias, que exigiam direito de autogoverno, baseando-se nos ideais de unificação italianos e alemães e intensificando o militarismo europeu. Poloneses, irlandeses, finlandeses e, principalmente, os povos do antigo Império Austro-Húngaro (húngaros e grupos eslavos, como os sérvios, os croatas e os eslovenos) lutavam por suas independências, envolvendo as grandes potências e ativando suas rivalidades.

Como vimos, a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana acarretou a perda da região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, o que despertou um forte espírito nacionalista, de revanche, entre os franceses, abrindo a possibilidade de uma nova guerra europeia. A Alemanha, desde sua unificação, fundamentou a política externa no isolamento da França, criando um sistema internacional de alianças político-militares que cerceassem o revanchismo francês.

Coleção particular

▲ Charge sobre a Entente Cordiale, com o feliz casal: o marinheiro e a graciosa Marianne, representando, respectivamente, a potência marítima inglesa e a França.

Em 1873, o chanceler alemão Otto von **Bismarck** instaurou a **Liga dos Três Imperadores**, da qual faziam parte a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Entretanto, as divergências entre a Rússia e a Áustria com relação à região dos **Bálcãs**, originadas do apoio russo às minorias eslavas da região, que almejavam a independência, acabaram com essa aliança em 1878. Em 1882, o *Reich* (império) alemão firmou a **Tríplice Aliança**, unindo-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália. Somente na última década do século XIX a França começou a sair de seu isolamento internacional, conseguindo estabelecer um pacto militar com a Rússia em 1894.

A Inglaterra se aproximou da França, formando com ela o bloco denominado **Entente Cordiale**, em 1904, que fundia os interesses comuns dos dois países no plano internacional.

A partir de então, as antigas hostilidades franco-inglesas foram esquecidas para que os dois países enfrentassem um inimigo comum: o sucesso econômico da Alemanha, sua expansão colonial e seu exaltado nacionalismo.

A adesão da Rússia à Entente Cordiale originou a **Tríplice Entente**. Assim, passavam a existir na Europa dois grandes blocos antagônicos: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, que fomentaram a tensão que levou os países europeus aos preparativos armamentistas. Essa situação está representada no mapa abaixo.

O posicionamento da Itália diante desses dois blocos era dúbio, pois, embora fizesse parte da Tríplice Aliança, cultivava sérios conflitos com o Império Austro-Húngaro. Por causa da disputa pelas regiões irredentas – Trentino, parte sul do Tirol e da Ístria –, chegou a assinar acordos secretos de não agressão com a Rússia e com a França, países da Tríplice Entente.

A política de alianças: preparação para a guerra

Tríplice Entente
Tríplice Aliança
Países neutros, depois unidos às potências da Entente (1915-1917)
Países neutros
Colônias e territórios sob domínio alemão em 1914
Influência alemã em 1914

Allmaps/Arquivo da editora

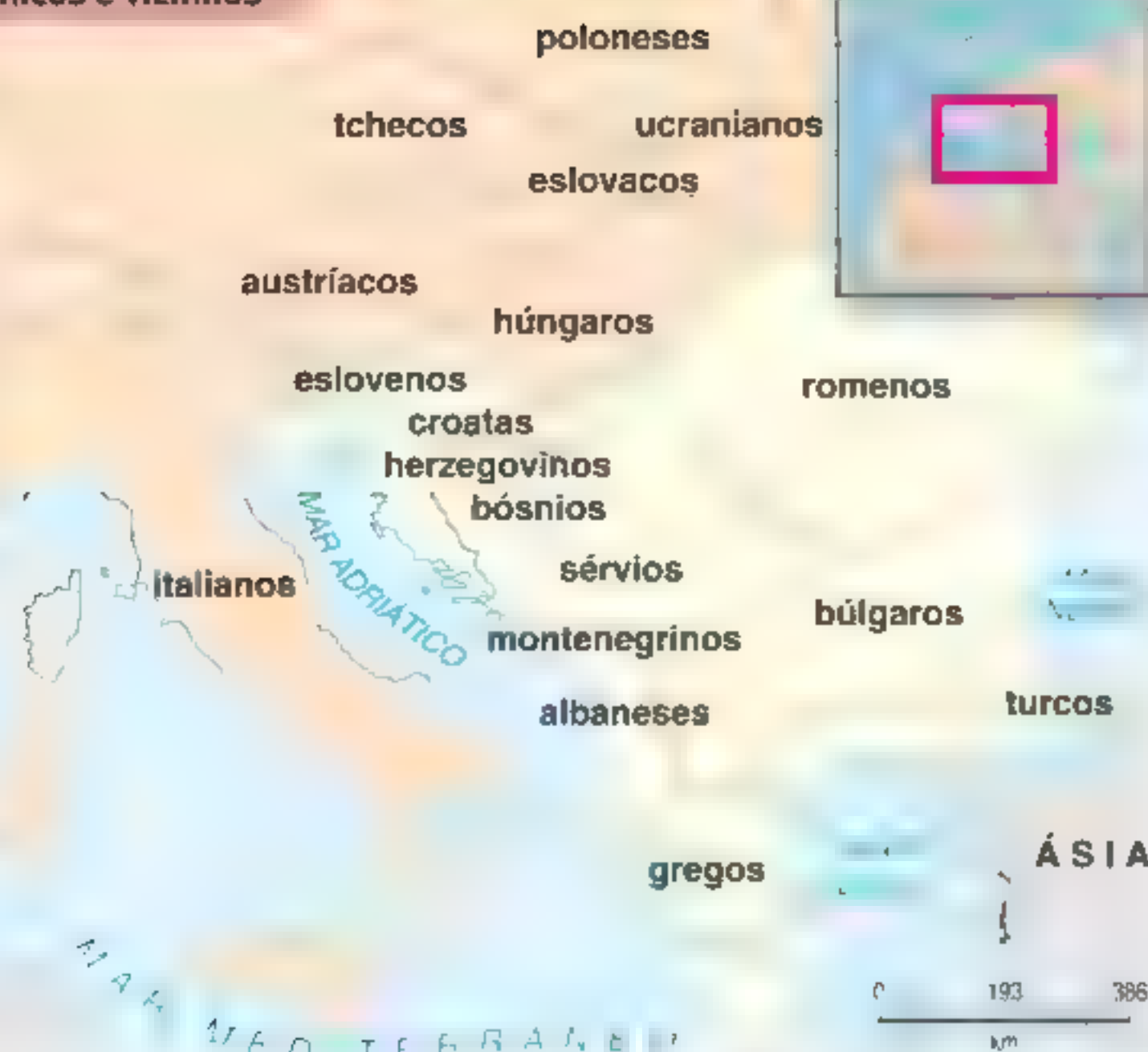
Adap. CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia XX secolo*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1 169. v. 3.

▲ A expansão colonial alemã colocou em xeque os domínios herdados no século XIX – daí as crescentes tensões entre as potências que rivalizaram na Primeira Guerra Mundial.

A QUESTÃO BALCÂNICA

A disputa pelos Bálcãs – região entre os mares Negro e Adriático – iniciou-se no final do século XIX, com o desmembramento do Império Turco-Otomano, que se encontrava em rápida desagregação após mais de quatro séculos de existência (lembre-se da tomada de Constantinopla em 1453). A intervenção imperialista internacional na região, polarizada pela Tríplice Entente e pela Tríplice Aliança, e as lutas nacionalistas dos diversos povos que faziam parte do Império originaram agudas crises locais e internacionais. Veja no mapa da página a seguir alguns dos povos que compunham o mosaico étnico dos Bálcãs.

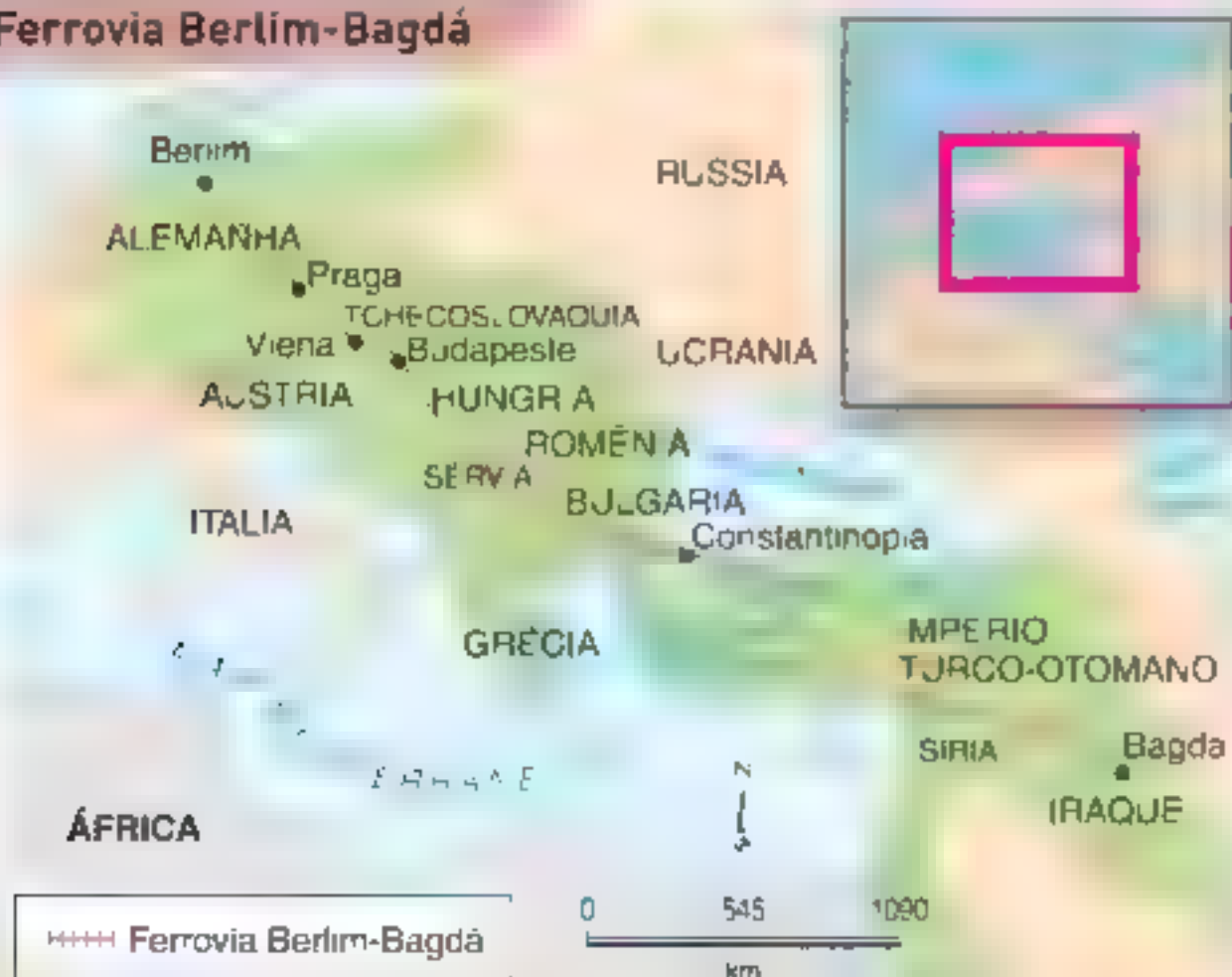
Pretendendo dominar a região do Mar Negro ao Mar Egeu, passando pelos Bálcãs, a Rússia defendia o **pan-eslavismo** e a independência das minorias nacionais. Sua intenção era unificar os povos eslavos balcânicos, libertando-os do enfraquecido Império Turco e garantindo sua influência e supremacia sobre as novas nações.

Povos balcânicos e vizinhos

Adap. PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da História do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S. Paulo, 1995. p. 210.

Mapas Alemagos/Arquivo da editora

Os povos eslavos pertencem originariamente ao grupo indo-europeu: russos, ucranianos, sérvios, croatas, eslovenos, tchecos, eslovacos, morávios e polacos, entre outros. A fixação de vários grupos eslavos e de outros povos na região balcânica, favorecendo a diversidade de nacionalidades e de lutas autonomistas, ajudou a transformá-la num eixo de atuações de vizinhos e no estopim da Primeira Guerra Mundial.

Os russos, entretanto, encontraram resistência do Império Austro-Húngaro e da Alemanha, que projetava construir a **estrada de ferro Berlim-Bagdá**, para ter acesso às áreas petrolíferas do Golfo Pérsico. Cruzando os Bálcãs e seguindo em direção ao sul, pelo Estreito de Bósforo, a ferrovia atravessaria territórios pertencentes ao Império Turco.

O ideal de unificação eslava, encabeçado pela Sérvia e que resultaria na **Grande Sérvia**, tornou-se mais distante quando as regiões da Bósnia e da Herzegovina foram tomadas ao domínio turco e anexadas à Áustria-Hungria, em 1908. Desse modo, para conquistar a unidade, os sérvios tinham agora de lutar contra os impérios Turco e Austro-Húngaro. Nos anos seguintes, essa situação provocou agitações nacionalistas na região, promovidas pela Sérvia com respaldo russo.

Le Petit Journal, 18 out. 1908. Biblioteca Nacional, Paris

A charge acima, publicada em outubro de 1908 no *Le Petit Journal*, mostra os imperadores da Áustria-Hungria e da Rússia partilhando os Bálcãs, enquanto o sultão turco (Abdul Hamid II), à direita, assiste impotente e furioso ao desmembramento do Império Otomano.

Ferrovia Berlim-Bagdá

Org. pelo autor

A ferrovia Berlim-Bagdá reforçava as rivalidades entre as potências na região balcânica.

A morte do herdeiro do Império Austro-Húngaro

Reunidos, a partir de 1912, em uma coligação de países balcânicos contra o arruinado Império Turco, os países da região acabaram se desentendendo quanto à definição de fronteiras. Em 1913, a Bulgária, apoiada pela Áustria-Hungria, atacou a Sérvia, mas foi derrotada pela coligação desta com Montenegro, Romênia e Grécia.

Ao mesmo tempo, os povos eslavos da Bósnia e da Herzegovina, submetidos ao domínio austro-húngaro, aproveitavam-se da situação e rebelavam-se, buscando a independência, com respaldo da Sérvia.

Pretendendo acalmar os ânimos na região, em 1914 o herdeiro do trono austro-húngaro, **arquiduque Francisco Ferdinando**, viajou a Sarajevo, capital da Bósnia, para anunciar a formação de uma monarquia tríplice austro-húngaro-eslava. Teoricamente, a Bósnia e a Herzegovina seriam elevadas ao mesmo nível de importância da Áustria e da Hungria.

Em 28 de junho de 1914, entretanto, Francisco Ferdinando foi assassinado por terroristas bósnios, num atentado planejado pela organização secreta sérvia Mão Negra (também denominada União ou Morte), que desejava frustrar o projeto austríaco. Em represália, o governo austríaco deu um ultimato à Sérvia, exigindo a eliminação de todas as organizações nacionalistas locais. Os sérvios não aceitaram a exigência, o que frustrou as possibilidades de uma solução pacífica para o impasse criado com o assassinato.

Em 1.º de agosto de 1914, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. Imediatamente, a Rússia posicionou-se a favor da Sérvia e, a partir de então, o sistema de alianças foi ativado, resultando na entrada da Alemanha, França e Inglaterra no conflito, que se generalizou.

Exatamente um mês depois, os grandes exércitos marchavam para a guerra. O atentado em Sarajevo foi, portanto, o gatilho que acionou uma arma há muito preparada.

Time Life Pictures/Getty Images

▲ O arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa Sophie em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, momentos antes de serem assassinados

O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

A Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial foi assim chamada por envolver todas as grandes potências do mundo ocidental da época. No esforço de guerra, cada Estado assumiu o controle da economia e todos os cidadãos foram recrutados para participar tanto do Exército quanto da produção industrial, principalmente de armamentos. Os tanques de guerra, os encouraçados, os submarinos, os obuses de grosso calibre e a aviação, entre outras inovações tecnológicas da época, constituíram artefatos bélicos de um poder de destruição até então inimaginável.

De forma sintética, pode-se dizer que o conflito teve duas fases: em 1914, houve a **guerra de movimento** e, de 1915 em diante, a **guerra de posição** ou **de trincheiras**. A primeira fase estava relacionada ao **Plano Schlieffen**, estratégia ofensiva alemã elaborada ainda em 1905, sob os efeitos do clima de revanchismo francês que preponderava em sua política externa. Esse plano previa a mobilização de boa parte do Exército alemão para invadir o território francês, pela Bélgica e pela Alsácia-Lorena, e render Paris ao final de seis semanas. Alcançado tal intento, os alemães julgavam que estariam livres para enfrentar os russos, direcionando suas tropas para o ataque e a invasão daquele país.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Apesar da proibição do uso de armas químicas, estabelecida pela Convenção Internacional de Haia, assinada em 1899, alta quantidade de gases letais e inabilitadores foi utilizada na Primeira Guerra Mundial. Na foto, soldados e cães alemães com máscaras antigases. Data incerta, entre 1916 e 1918.

Para atacar a França, os alemães invadiram a Bélgica, violando a neutralidade desse país. Esse foi o pretexto para a Inglaterra declarar guerra à Alemanha. Mesmo assim, a marcha dos exércitos alemães em direção a Paris surpreendeu as tropas francesas. Do lado leste, uma ofensiva russa inesperada, ainda em 1914, obrigou as forças alemãs a se dividirem, deslocando tropas para a região da ex-Prússia oriental. A França, beneficiando-se do apoio inglês, conteve o fulminante ataque alemão na **Batalha do Marne**, em setembro do mesmo ano. Com o fracasso da guerra de movimento, teve início a guerra de posição ou de trincheiras, que, devido às condições dos combatentes, originou a usual denominação de "guerra de sangue e barro" para o período. Outras potências entraram no conflito, posicionando-se ao lado da **Tríplice Entente** (França, Inglaterra e Rússia): Japão (1914), Itália (1915), Romênia (1916) e Grécia (1917). Ao lado das chamadas **potências centrais** (Alemanha e Áustria-Hungria) colocaram-se o Império Turco-Otomano (1914) e a Bulgária (1915). Veja o mapa ao lado.

Cenário da Primeira Guerra Mundial

Adap. PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da História do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S. Paulo, 1995. p. 248-9.

Allmaps/Arquivo da editora

◄ A Primeira Guerra Mundial começou com uma grande ofensiva das tropas alemãs e desembocou nas trincheiras, com poucos avanços ou recuos.

Enquanto na Frente Ocidental a guerra entrava na fase das trincheiras, na Frente Oriental ocorria uma sequência de vitórias alemãs, como na Batalha de Tannenberg, na qual 100 mil russos foram aprisionados. Em 1916, em Verdun, frustrou-se nova ofensiva alemã contra a França, mantendo-se em geral as posições já existentes. O ano de 1917, ao contrário, foi marcado por acontecimentos decisivos para a guerra.

As contínuas derrotas russas aceleraram a queda da autocracia czarista, culminando nas revoluções de 1917, que resultaram na implantação do regime socialista. Com a ascensão do novo governo, concluiu-se um acordo de paz em separado, o **Tratado de Brest-Litovski**, de 1918, oficializando a saída dos russos da guerra.

Também em 1917, a derrota italiana na **Batalha de Caporetto** possibilitou às potências centrais voltarem-se para a Frente Ocidental franco-inglesa, e a Alemanha intensificou o bloqueio marítimo à Inglaterra, objetivando deter seus movimentos e o abastecimento da ilha da Grã-Bretanha.

Sentindo-se ameaçados pela agressividade marítima alemã, os Estados Unidos, que até então se mantinham neutros, embora fornecessem alimentos e armas aos países da Entente, usaram como pretexto o afundamento do transatlântico Lusitânia (que resultou na morte de dezenas de passageiros norte-americanos) para declarar guerra contra as potências centrais. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1917, com seu imenso potencial industrial e humano, reforçou o bloco liderado pela Inglaterra e pela França, que passou a obter sucessivas vitórias perante os alemães a partir do final de 1918.

A derrota das potências centrais diante da superioridade econômico-militar dos aliados, como eram denominados os integrantes da Entente, acarretou a renúncia do *kaiser* alemão, em novembro de 1918, e a assinatura do armistício. O cessar-fogo foi conseguido por meio de um plano de paz formulado pelo presidente norte-americano **Woodrow Wilson** (os chamados **14 Pontos de Wilson**), que pregava "uma paz sem vencedores".

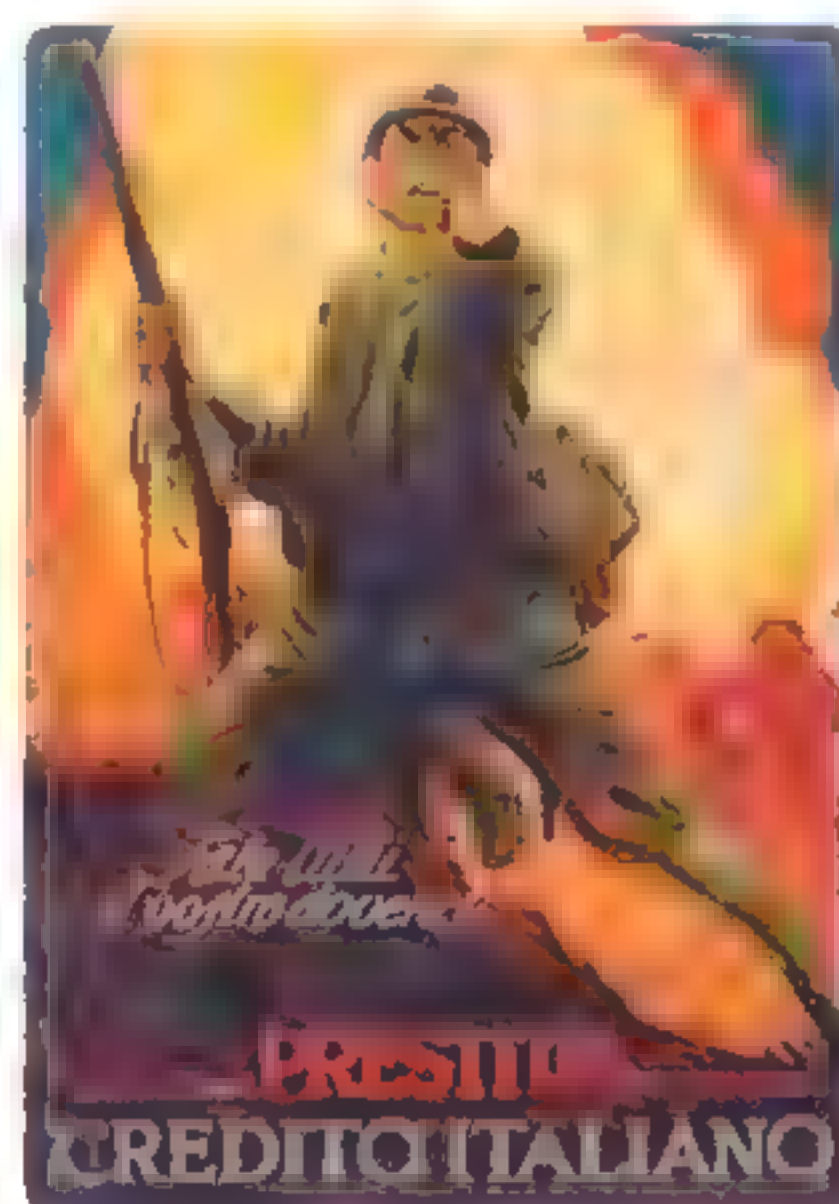
Imperial War Museum, Londres/The Bridgeman/Keystone

Cartaz inglês de 1915 em que Lord Kitchener (ministro da Guerra e popular herói das lutas coloniais que antecederam a Primeira Guerra Mundial) solicita alistamento voluntário no Exército. Essa imagem mais tarde inspirou o cartaz estadunidense que você observa abaixo.

akg-images/Intercontinental Press

Cartaz alemão de propaganda, divulgando campanha de arrecadação de fundos para o financiamento do esforço de guerra alemão.

Swim Ink 2, LLC/Corbis/Latinstock

Cartaz americano de 1917 em que o Tio Sam, símbolo do estado norte-americano, convoca voluntários para a guerra.

akg-images/Intercontinental Press

Cartaz italiano convocando todos para o cumprimento do dever, incluindo a participação nas campanhas para "empréstimos" (financiamento) de guerra.

DEPOIMENTOS DE QUEM LUTOU NA GUERRA

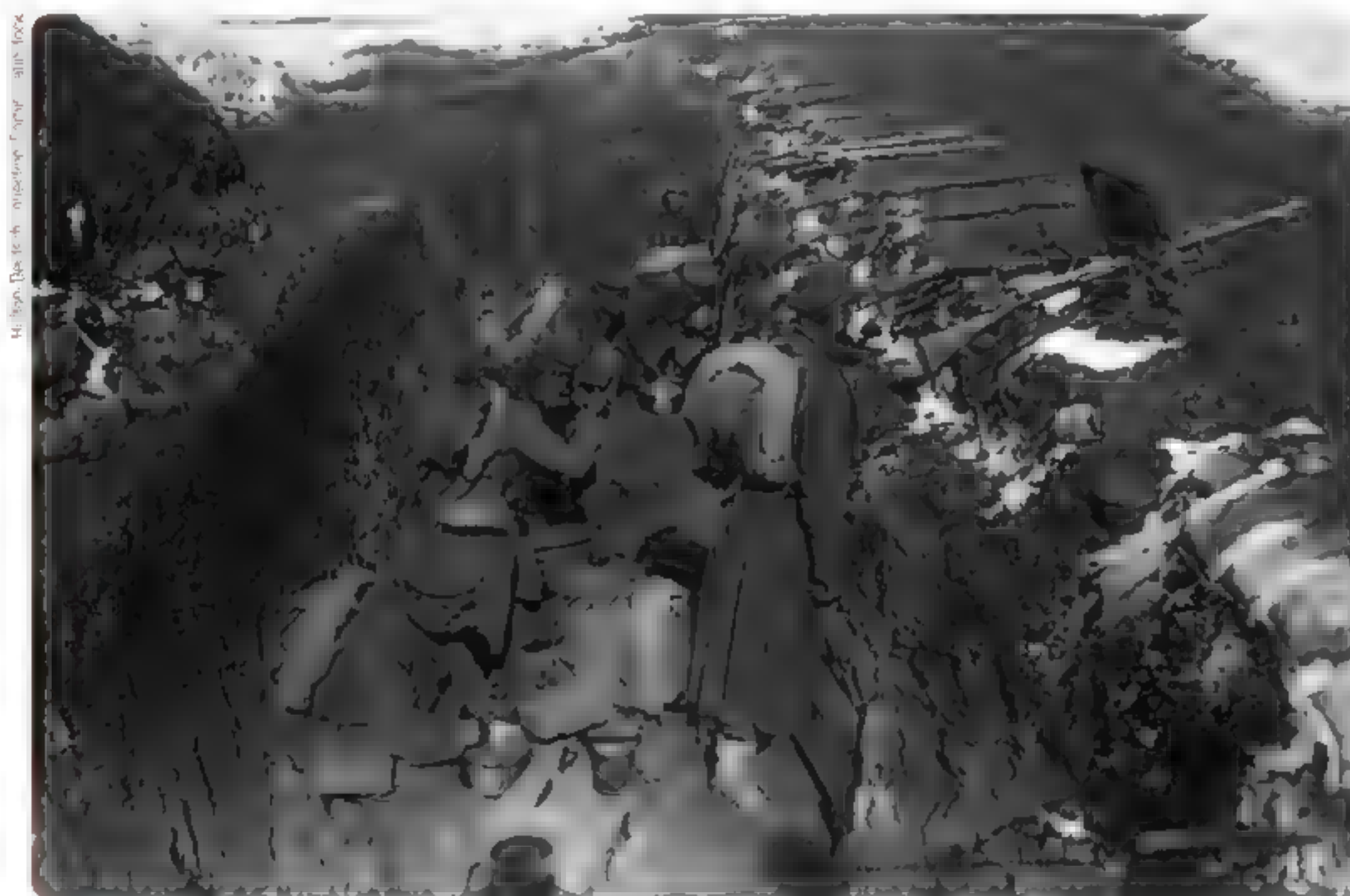
O equilíbrio das forças em conflito a partir de 1915 fez com que a guerra se configurasse como uma guerra de trincheiras, visando manter posição e desenvolver combates para tomar território ao outro Exército. A guerra de trincheiras foi extremamente cruel, e chegou-se ao uso de armas químicas – os gases venenosos – para tentar contornar os impasses.

"Ainda estou atolado nessa trincheira. [...] Não me lavei, nem mesmo cheguei a tirar a roupa, e a média de sono, a cada 24 horas, tem sido de duas horas e meia." (Capitão E. G. Venning, França)

"Em geral, para dormirmos aquecidos, deitávamos uns junto aos outros, dividindo cobertores – cada homem levava dois. O frio, no entanto, se mostrou preferível à lama (formada com o degelo) [...] Pelo menos, podíamos nos mover." (Sargento E. W. Wilson, Rio Somme)

"O campo de batalha é terrível. Há um cheiro azedo, pesado e penetrante de cadáveres. Homens que foram mortos no último outubro estão meio afundados no pântano e nos campos de nabos em crescimento. [...] Um pequeno veio de água corre através da trincheira, e todo mundo usa a água para beber e se lavar; é a única água disponível. Ninguém se importa com o inglês pálido que apodrece alguns passos adiante." (Rudolf Binding, que serviu numa das divisões da Jungdeutschland)

"Na verdade, gentileza e compaixão com os feridos foram talvez as únicas coisas decentes que vi na guerra. Não é raro ver um soldado inglês e outro alemão lado a lado, num mesmo buraco, cuidando um do outro, fumando calmamente." (Tenente Arthur C. Young, França, 16 de setembro de 1916)

Documentos compilados por Marques; Berutti; Faria. *História contemporânea através de textos*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-20

▲ Soldados búlgaros comem em trincheira. Foto de 1915, aproximadamente

As características da guerra

Para a época em que ocorreu, a Grande Guerra teve uma duração incomum. No final do século XIX, as guerras entre países costumavam ser mais rápidas; as mais demoradas eram conflitos coloniais, ocorridos longe da Europa. No início, todos os contendores esperavam uma guerra de movimento (em que tropas se deslocam e conquistam outro território), rápida, mas nenhuma potência conseguiu vantagem suficiente para sobrepor-se a outra e vencer o conflito. Por isso, ele derivou para uma guerra de posição (em que o objetivo é não perder terreno e, aos poucos, ir conquistando território do inimigo), o que tornou as trincheiras a marca registrada da Primeira Guerra Mundial.

Além disso, o equilíbrio de forças levou os oponentes a tentar convencer os países neutros a se engajar em um lado ou em outro. Para isso, foram feitas promessas de territórios e benefícios que não puderam ser cumpridas ao final da guerra, provocando novos descontentamentos.

Em termos de extensão do conflito, a amplitude também foi uma marca importante do confronto, resultado do sistema de "paz armada", que juntava o armamentismo com alianças que iam se estendendo pelos continentes com base em interesses comuns entre países. Pela primeira vez, todos os grandes países da Europa entram em guerra ao mesmo tempo.

A África foi envolvida no conflito na medida em que a maior parte do seu território, naquele momento, era de colônias europeias. Na Ásia, o governo japonês viu mais vantagens em envolver-se no conflito do que em se manter neutro, e declarou guerra à Alemanha interessada nas bases alemãs na China. Os chineses, por sua vez, entraram na guerra, pelo menos nominalmente, para não se inferiorizarem diante do Japão. O Oriente Médio foi arrastado para a guerra junto com a Áustria e a Alemanha.

Em termos de intensidade, a Primeira Guerra Mundial pode ser vista como a primeira experiência de "guerra total", ou seja, que exige que todos os habitantes de um país e todas as suas forças se voltem para sustentar as tropas com recursos materiais e humanos. Isso se deveu ao impasse criado pela guerra de posições. O Estado passou a dirigir toda a economia para o esforço nacional de vencer os inimigos, e por isso uma das estratégias da guerra é atingir a economia e a produção dos outros. A guerra também avançou para o setor psicológico: esse era o objetivo de bombardear a população civil nas cidades distantes dos *fronts*, ou seja, abater o moral dos adversários. Essa prática seria tristemente comum nas guerras do século XX.

OS TRATADOS DE PAZ

Com o fim das operações militares, os vitoriosos reuniram-se em 1919 no Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, para as decisões do pós-guerra. O encontro foi dirigido pelo presidente norte-americano Wilson e os chanceleres Lloyd George, da Inglaterra, e Georges Clemenceau, da França.

O plano proposto pelo presidente norte-americano foi inviabilizado por diversos acordos paralelos e, principalmente, por pressão da França e da Inglaterra. As conversações resultaram no **Tratado de Versalhes**, que considerou a Alemanha culpada pela guerra e criou uma série de determinações que visavam a enfraquecê-la e desmilitarizá-la.

Por esse tratado, estabelecia-se a devolução da Alsácia-Lorena à França e o acesso da Polônia ao mar por uma faixa de terra dentro da Alemanha que desembocava no porto livre de Dantzig – seria o chamado "corredor polonês". A Alemanha perdia todas as suas colônias ultramarinas e parte de seu território europeu para os franceses, ingleses e seus aliados. Perdia também a artilharia e a aviação; passava a ter um exército limitado a 100 mil homens e ficava proibida de construir navios de guerra. Era ainda obrigada a indenizar as potências aliadas pelos danos causados, num total aproximado de 30 bilhões de dólares, valor que foi sendo renegociado na década de 1920 até ser extinto em 1932.

Uma grande multidão estava presente no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, França, durante a assinatura do tratado de paz, em 28 de junho de 1919

O Tratado de Versalhes também oficializou a criação da **Liga das Nações**, que funcionaria como um fórum internacional no interesse da paz mundial. Essa pretensão, porém, não se concretizou, pois a liga não contou no início com a participação da Alemanha e da Rússia nem do próprio país que a idealizara e que se transformara na maior potência mundial: os Estados Unidos. Por discordar de muitas das decisões de Versalhes, os norte-americanos preferiram assinar com a Alemanha um acordo de paz em separado.

No mesmo ano de 1919, o Império Austro-Húngaro foi desmembrado pelo Tratado de Saint Germain. A Áustria perdeu a saída para o mar e foi obrigada a reconhecer a independência da Polônia, da Tchecoslováquia e da Hungria e a criação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (que, em 1929, adotaria o nome de Iugoslávia), perdendo, assim, a maior parte de seu território.

Desse modo, o conjunto de tratados assinados entre 1919 e 1921 selou a desintegração territorial dos impérios Austro-Húngaro, Turco-Otomano (Tratado de Sèvres, depois reformado pelo Tratado de Lausanne) e Alemão. Ao mesmo tempo, determinou o início do processo de consolidação da independência de novos Estados, cuja soberania foi ratificada pelas populações envolvidas por meio de plebiscito. Tais países, quase todos situados na Península Balcânica e constituídos de etnias eslavas, passaram a integrar as novas áreas para a atuação dos interesses capitalistas das potências vencedoras (veja mapa a seguir). Com a Hungria foi assinado o Tratado de Trianon e com a Bulgária, o Tratado de Neuilly.

Coleção particular

▲ Caricatura de E. Schilling, de 1919, que mostra como as determinações de Versalhes representaram um fardo pesado para o povo alemão

Somado ao fato de que essas mesmas potências conseguiram, ao final das discussões diplomáticas ocorridas no período, manter praticamente intactas suas possessões na África e na Ásia, verificou-se, na década de 1920, o fortalecimento da supremacia econômica e financeira dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. Vinte anos mais tarde, essa supremacia seria contestada pelo espírito revanchista alemão que não havia morrido em Versalhes nem nos acordos posteriores.

Grandes impérios autoritários foram destruídos: o Império Otomano, o domínio monárquico dos Habsburgos, que comandava boa parte da Europa Central, a Alemanha monárquica dos *kaisers* e a Rússia dos czares. A origem desses regimes dinásticos era muito anterior à Revolução Francesa, e seu desaparecimento levou junto seus vestígios do Antigo Regime.

As novas nações europeias

Allmaps. Arquivo da editora

Adap. PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da História do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 240-1.

PARA RECORDAR: O sistema de alianças (1873-1918)

Alemanha procura isolar a França

Liga dos Três Imperadores (1873-1878)
- Alemanha
- Áustria-Hungria
- Rússia

Tríplice Aliança (1882)
- Alemanha
- Áustria-Hungria
- Itália

oposição

Tríplice Entente (1907)
- França
- Inglaterra
- Rússia

Entente Cordiale (1904)

O atentado de Sarajevo dá início à Primeira Guerra Mundial.

1914: guerra de movimento
1915-1918: guerra de trincheiras

novas armas/tecnologias

1917

Rússia sai da guerra
- revolução

Estados Unidos entram na guerra
- guerra submarina alemã
- interesses econômicos

- vitórias militares dos aliados
- plano de paz 14 Pontos de Wilson
- "uma paz sem vencedores"

armistício novembro/1918

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

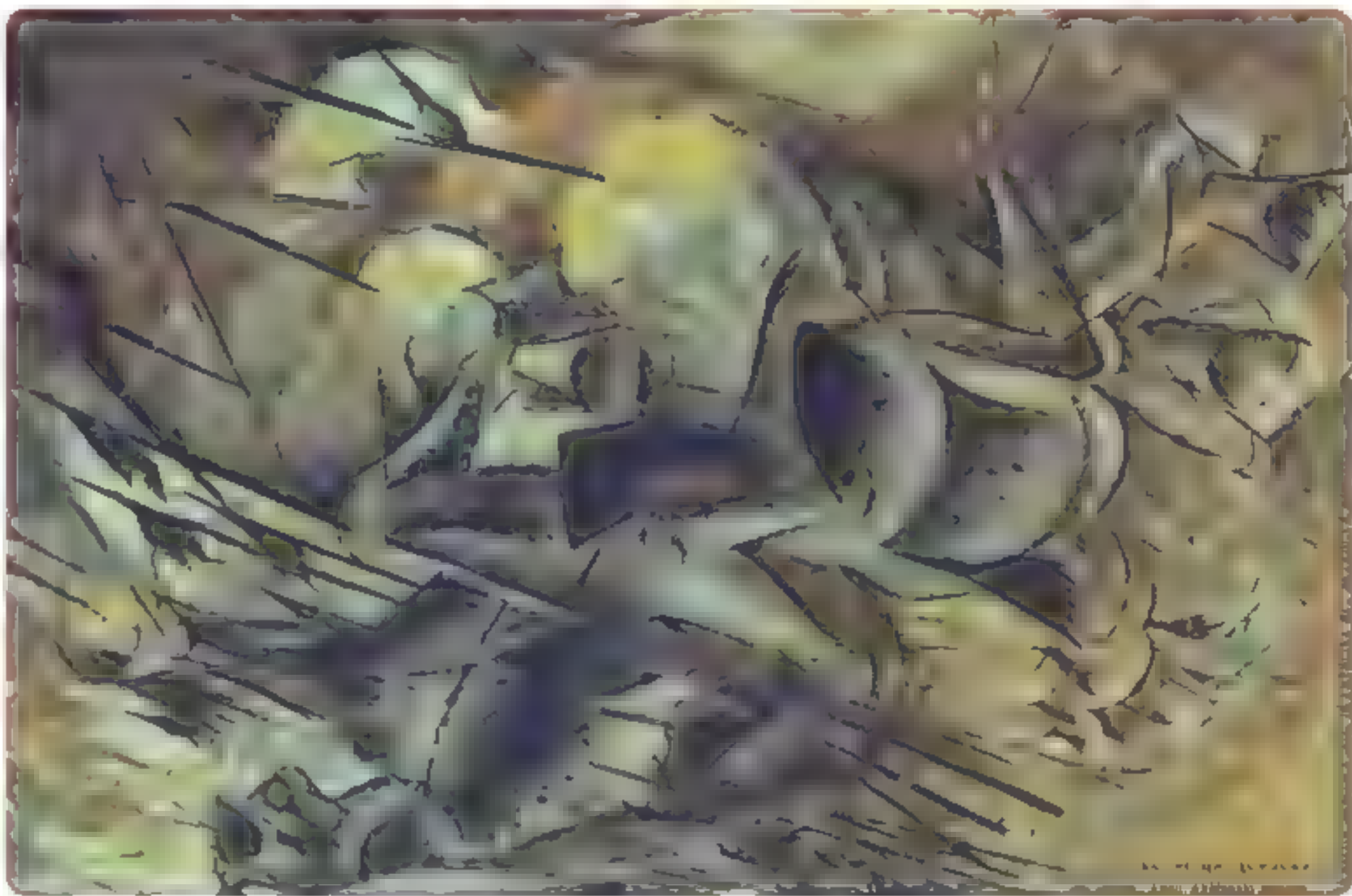
- Explique os interesses em jogo que levaram à formação do sistema de alianças na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial.
- Explique as diferenças entre a fase da guerra de movimento e a fase da guerra de trincheiras que marcaram o desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial.
- Identifique no esquema-resumo e anote em seu caderno os dois fatos determinantes para uma mudança de rumo da guerra e a vitória da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de documento

→ O texto abaixo foi escrito pelo artista Filippo Marinetti e publicado no jornal italiano *Le Figaro*, em fevereiro de 1909. Trata-se do *Manifesto Futurista*, que propunha uma nova concepção estética, afinada com os novos tempos da era industrial. Leia-o com atenção e responda em seu caderno as questões propostas.

1. *Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da temeridade.*
2. *A coragem, a audácia, a rebelião serão elementos essenciais de nossa poesia.*
3. *A literatura exaltou até hoje a imobilidade pensativa, o êxtase, o sono. Nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco.*
4. *Nós afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu de uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com o seu cofre enfeitado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais bonito que a Vitória de Samotrácia.*
5. *Nós queremos glorificar o homem que segura o volante, cuja haste ideal atravessa a Terra, lançada também numa corrida sobre o circuito da sua órbita.*
6. *É preciso que o poeta prodigalize com ardor, esforço e liberdade, para aumentar o entusiástico fervor dos elementos primordiais.*
7. *Não há mais beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um caráter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem.*
8. *Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipotente.*
9. *Queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo –, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher.*
10. *Queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda a natureza, e combater o moralismo, o feminismo e toda a vileza oportunista e utilitária.*
11. *Cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação, cantaremos as marés multicores e polifônicas das revoluções nas capitais modernas, cantaremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas lutas elétricas, as estações esganadas, devoradoras de serpentes que fumam; as fábricas penduradas nas nuvens pelos fios contorcidos de suas fumaças; as pontes, semelhantes a ginastas gigantes que cavalgam os rios, faiscantes ao sol com um luzir de facas; os piróscafos aventurosos que farejam o horizonte, as locomotivas de largo peito, que pateiam sobre os trilhos, como enormes cavalos de aço enleados de carros; e o voo rasante dos aviões, cuja hélice freme ao vento, como uma bandeira, e parece aplaudir como uma multidão entusiasta.*

Manifesto Futurista. Disponível em: <http://memoriavirtual.net/2005/02/da-vinci/futurismo-manifesto-futurista>. Acesso em: 24 mar. 2010.

Museu de Arte Contemporânea, Itália/Album/akg-images/Latinstock

▲ *A carga dos lanceiros*, de Umberto Boccioni, de 1915. Boccioni foi um dos autores e principais teóricos do Manifesto Futurista de Pintura

a) Que relação o *Manifesto Futurista* estabelece entre a arte e a tecnologia?

b) O que Marinetti propõe no lugar da arte marcada pela "imobilidade pensativa, o êxtase, o sono"?

c) Em sua opinião, a concepção estética futurista pode ser vista como um reflexo do contexto político europeu do início do século XX? Justifique.

2 Leitura e reflexão

→ Leia a carta de um oficial inglês, publicada no jornal *The Times* de 1.º de janeiro de 1915, no período de conflito conhecido como guerra de trincheiras, contando o Natal de seus soldados. Com base nele, responda as questões propostas a seguir:

Foi só um estranho Natal! Tudo calmo, a não ser uns tiros de emboscada do lado direito, mas nada no fronte. Nas trincheiras, aconteceram as cenas mais extraordinárias. Em frente a nossa barricada, nossos homens saíram e se misturaram com os alemães, conversando, trocando cigarros etc. Alguns dos nossos foram mesmo até as trincheiras inimigas e lá ficaram algum tempo, entretidos! Começaram a cantar, cada lado uma canção, até que todos terminaram com o "God Save the King" ("Deus Salve o Rei"), que os saxões cantaram com bastante sentimento. Um dos meus homens recebeu uma garrafa de vinho e o regimento chegou a jogar uma partida de futebol com os saxões, que saíram vitoriosos por 3 a 2!

Carta de um oficial, citada no *The Times*, Londres, 1.º jan. 1915. In: *História do século XX. Jornal do século*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 491

a) De acordo com o texto, qual foi o clima que se estabeleceu entre os combatentes alemães e ingleses no Natal de 1914?

b) O clima descrito pelo autor é coerente com o contexto político europeu de 1914? Justifique.

c) Que reflexão a leitura do depoimento propõe sobre as divergências que opunham a Alemanha e a Inglaterra?

d) Retome o *Para pensar historicamente* e, com base no depoimento acima, registre sua opinião sobre as questões propostas naquela seção.

3 Observação e interpretação de mapas

→ Observe os mapas abaixo e responda as questões a seguir:

Europa: divisão política em 1914 e a Primeira Guerra Mundial

Tríplice Aliança (1882) e aliados
Tríplice Entente (1907) e aliados
Maio 1915 – Itália entra na guerra, mas do lado da Tríplice Entente
Países neutros
Países invadidos pelas forças da Alemanha e Áustria-Hungria

Adap. HAYWOOD, John. Atlas histórico do mundo. Colônia: Könemann, 2001. p. 88 V.

Europa: divisão política após a Primeira Guerra Mundial (1921)

Novos países

Adap. HAYWOOD, John. Atlas histórico do mundo. Colônia: Könemann, 2001. p. 191.

Mapas: Ai maps/Arquivo da editora

a) O que foi representado em cada um dos mapas?

b) De acordo com o primeiro mapa, que países compunham, a princípio, a Tríplice Aliança? E a Tríplice Entente?

c) Ainda conforme o primeiro mapa, qual dos dois sistemas de aliança ganhou força no decorrer da guerra? Justifique.

d) De acordo com o segundo mapa, que transformações a Primeira Guerra produziu no cenário político europeu?

e) Em sua opinião, a nova conformação política da Europa, mostrada no segundo mapa, estimulou a eclosão de novas tensões ou colocou fim nas que existiam antes da Primeira Guerra? Justifique.

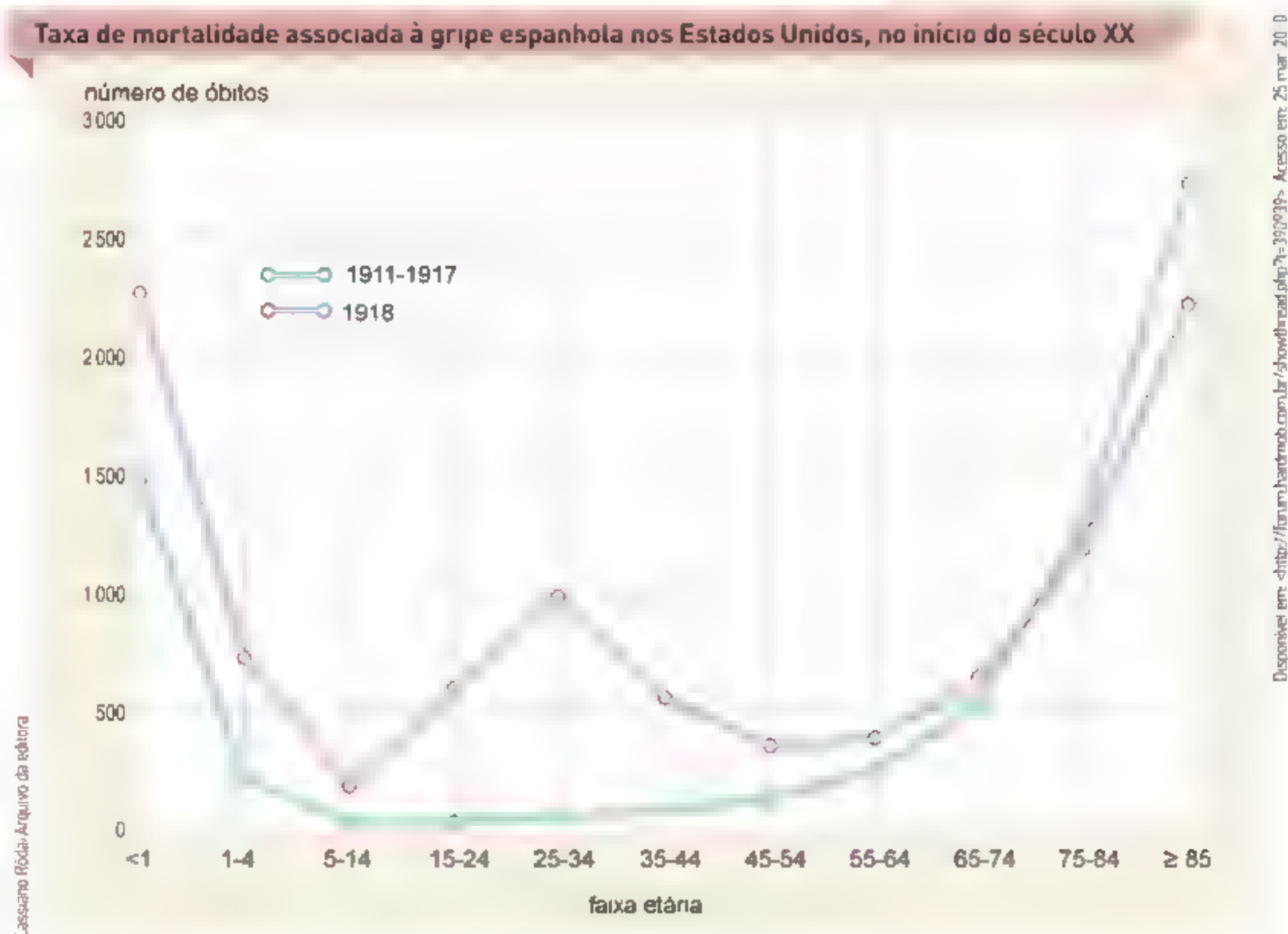
4 Leitura de gráficos e levantamento de hipóteses

→ Em 2009, grande parte do planeta alarmou-se com uma provável pandemia de gripe causada pelo vírus H1N1. Nos momentos de pico da doença, muitos se lembraram da gripe espanhola que, em 1918, fez milhões de vítimas no mundo. Na ocasião, o mundo vivia o fim da Primeira Guerra Mundial. Observando o gráfico abaixo, podemos pensar nos efeitos da gripe espanhola no início do século XX.

Taxa de mortalidade associada à gripe espanhola nos Estados Unidos, no início do século XX

número de óbitos
3 000
2 500
2 000
1 500
1 000
500
0
1911-1917
1918
<1 | 1-4 | 5-14 | 15-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | 55-64 | 65-74 | 75-84 | ≥ 85
faixa etária

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Disponível em: <http://forum.hardmob.com.br/showthread.php?t=392939>. Acesso em: 25 mar. 2010.

a) O gráfico acima diz respeito aos casos de gripe espanhola observados em que país do mundo?

b) Em relação à mortalidade dos casos de gripe espanhola, o que mudou no período entre 1911-1917 e 1918?

c) Considerando os dados do gráfico, pode-se dizer que a pandemia de gripe espanhola afetou os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial? Explique.

d) Em sua opinião, que efeitos a pandemia de gripe espanhola pode ter causado sobre a economia dos países afetados pela doença? Justifique sua hipótese.

e) Em sua opinião, é possível fazer alguma associação entre a guerra e a ocorrência da pandemia de gripe espanhola?

Capítulo 31

A REVOLUÇÃO RUSSA

A Revolução Russa

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 31 (p. 586 a p. 597).

O capítulo propõe questões que remetem à reflexão sobre a Revolução Russa como um processo histórico complexo e que exerceu grande impacto entre as potências capitalistas. Nesse sentido, a dimensão proletária e revolucionária do governo defendido por Lênin poderá ser analisada por meio de seu discurso proferido em 1917 e apresentado na atividade *1. Leitura de documento*.

A questão da manutenção da coerência, ou não, dos ideais revolucionários dos bolchevi-ques diante da sociedade soviética e da comunidade internacional, após assumirem o poder, é outro aspecto que reforça a importância de se estudar a Revolução Russa na atualidade. A preservação dos ideais deve ser analisada à luz das iniciativas concretas adotadas tanto por Lênin como por Stálin. Para tanto, ao ser trabalhada a atividade *3. Leitura e análise de tabela*, é importante que os alunos considerem também o teor do gráfico da página 593 sobre o desempenho do setor privado em relação ao estatal e o significado da foto dos participantes do IX Congresso do PCUS de 1920 (na página 594), em que alguns participantes estão assi-nalados para serem assassinados.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História, Política e Cinema**: assistir aos filmes *Encouraçado Potemkin* (1925) e *Outubro* (1928), ambos dirigidos por Sergei M. Eisenstein, e *Reds* (1981), de Warren Beatty. Eleger aspectos comuns aos filmes para debater com os alunos.

Textos de apoio

Revolução Russa: início do impulso espontâneo

No capítulo anterior assinalamos o entusiasmo generalizado da juventude russa instruída pela teoria marxista, por volta de 1895. Foi também nessa mesma época que as greves operárias, após a famosa guerra industrial de 1896 em Petersburgo, revestiram-se de um caráter geral. Sua extensão por toda a Rússia atestava claramente a profundidade do movimento popular que de novo surgia: e se falamos do "elemento espontâneo", é certamente nesse movimento de greves que devemos considerá-lo, antes de tudo. Mas há espontaneidade e espontaneidade. Houve, na Rússia, greves nas décadas de 1870 e 1880 (e mesmo na primeira metade do século XIX) que foram acompanhadas da destruição "espontânea" de máquinas etc. Comparadas a esses "tumultos", as greves após 1890 poderiam mesmo ser qualificadas de "conscientes", tal foi o progresso do movimento operário nesse intervalo. Isto nos mostra que o "elemento es-pontâneo", no fundo, não é senão a forma embrionária do consciente. Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindi-cações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc. [...]

LÊNIN, V. I. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 23-4.

O capitalismo de Estado na União Soviética

A burocracia estatal soviética cumpriu o mesmo papel industrializante que a burguesia clássica cumprira no Ocidente. A União Soviética tornou-se uma grande potência e sua política corresponde a isso. Comparativamente, o nível de vida médio soviético é superior ao do período czarista.

Porém a burocracia administra o Estado como uma propriedade privada. A adoção do tayloris-mo nas fábricas, o papel disciplinador conferido aos sindicatos – o que levou à formação de uma oposição sindical, dirigida pelo metalúrgico Klebanov – e a manutenção do salariato conferem ao Estado russo o caráter de um capitalismo de Estado integral.

Bibliografia

GONZÁLEZ, H. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986.

GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

HOBSBAWM, E. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

______. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

REED, J. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Fulgor, 1963.

REIS FILHO, D. A. *A Revolução Russa, 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

______. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SADER, E. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TROTSKY, L. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 v.

VICENTINO, C. *Rússia antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995. (Ponto de apoio).

Nesse sentido, Stálin foi um perfeito continuador da obra de Lênin e Trotsky, de início profeta armado, criador do Exército Vermelho e, depois, expulso da União Soviética (1920), converteu-se em profeta desarmado. Somente após perder o poder é que Trotsky retoma o tema da democracia operária como reivindicação socialista.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986. p. 44.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Às vésperas da Revolução, a Rússia era um país essencialmente agrário, com a grande maioria das terras concentrada nas mãos da nobreza. Algumas iniciativas visando à modernização do país haviam feito nascer uma indústria ainda incipiente. Politicamente, era uma autocracia, com o poder controlado pelo czar. A estrutura social era bastante hierarquizada, marcada por diferenças profundas entre a população camponesa e operária (submetida a uma exploração brutal) e as elites econômicas. A burguesia russa, ainda fraca, ansiava por medidas que acelerassem o desenvolvimento do capitalismo no país.
2. A participação da Rússia na Primeira Guerra foi marcada por uma série de revezes que colaborou para desgastar o regime do czar. A guerra consumia recursos e afetava a produção nos campos, espalhando a miséria e a fome entre a população, cuja insatisfação crescia a cada dia. Os oficiais russos foram desmoralizados e as sublevações de soldados e marinheiros se tornaram mais frequentes. A Revolução ocorrida em março de 1917 alimentou as esperanças de que o governo decidisse pela saída da Rússia da guerra. Contudo, as ligações dos mencheviques com a burguesia impediram que essa decisão fosse tomada, o que contribuiu para a radicalização do processo revolucionário e a tomada de poder pelos bolcheviques em outubro do mesmo ano.
3. Após a morte de Lênin, em 1924, o controle sobre a Rússia passa a ser disputado por Trotsky e Stálin. Trotsky defendia a revolução permanente, que pressupunha a difusão do socialismo para o resto do mundo. Stálin, ao contrário, defendia o fechamento da Rússia e a consolidação do socialismo no interior de suas fronteiras, sob a batuta de um Estado forte.

Exercícios de História

1. Leitura de documento

a) Lênin dirige seu discurso ao povo russo, especialmente às demais lideranças bolcheviques, aos militares e trabalhadores.

b) Na Europa o capitalismo aprofundava-se. As burguesias nacionais empurraram o mundo para a Primeira Guerra Mundial ("A guerra pirata do imperialismo"), buscando fazer valer seus interesses. Em muitos países industrializados os trabalhadores agitavam-se. Na Rússia, o czar havia sido destronado e a monarquia substituída pela República ("a vitoriosa revolução russa"), controlada pelos mencheviques. Contudo, a política adotada pelo governo de Kerenski não se mostrava capaz de resolver os sérios problemas enfrentados pela população russa ("Não sei ainda se vocês estão de acordo com o Governo Provisório").

c) Lênin projeta a internacionalização da revolução e a implantação de governos socialistas em outros países capitalistas.

d) Lênin lança mão de um discurso inflamado e sugere uma relação de identidade, e não de hostilidade, entre os trabalhadores russos e os trabalhadores dos inimigos da Rússia, como a Alemanha. Propõe, assim, a aliança de todos os trabalhadores contra o capitalismo e o imperialismo, e a radicalização da revolução. A palavra de ordem é a síntese das Teses de Abril, "paz, pão e terra", pela qual acena com a tão esperada saída da Rússia da guerra e com uma política de combate à fome e de reforma agrária.

2. Leitura e análise de cartazes

a) No primeiro quadro há um soldado em guarda, de costas para o observador e indiferente ao que se passa às suas costas. Atrás dele vemos uma roda de gordos comensais, sentados sobre as costas de pessoas prostradas no chão, em torno de uma mesa onde é servido frango e vinho. Entre os participantes do banquete há uma mulher de chapéu e seios fartos sentada no colo de um oficial, e outros três homens que representam a elite russa, formada por nobres, clérigos da igreja ortodoxa e burgueses.

b) No cenário do primeiro quadro vemos uma fila de forcas onde corpos estão pendurados. Possivelmente remetem à repressão promovida pelo czar e os sacrifícios impostos ao povo russo para que o luxo da elite pudesse ser sustentado.

c) No segundo quadro vemos o mesmo soldado da primeira imagem, na mesma posição. Contudo, no lugar dos comensais, vemos três homens segurando bandeiras. O primeiro, com uma foice, representa o campesinato; o segundo, com um martelo, o proletariado; e o terceiro, com um fuzil, os militares.

d) As frases ("Terra e Liberdade", "República democrática" e "Livre") remetem à revolução, que representou o fim do regime autocrático opressor, a reforma agrária e a tomada de poder pelo povo.

e) Mayakóvski (1893-1930): poeta, dramaturgo e desenhista. Nasceu na Geórgia, província russa, em uma família de poucas posses. Cedo se associou ao Partido Operário Social-Democrata russo, tornando-se um ativista bolchevique. Após um longo tempo preso em razão de suas atividades políticas, fundou, com

Teses

FREITAS, F. M. C. *Lênin e a educação política: domesticação impossível, resgate necessário*. Campinas, Instituto de Educação, Unicamp, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000349343>. Acesso em: 21 abr. 2010.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde11072007-112541>. Acesso em: 21 abr. 2010.

Filmes

Dr. Jivago. Direção de David Lean. Estados Unidos, 1965 (198 min).

Outubro. Direção de Sergei Eisenstein. União Soviética, 1928 (103 min).

Reds. Direção de Warren Beatty. Estados Unidos, 1981 (188 min).

Endereço eletrônico

Notícias do *The Times* sobre a Revolução Russa de 1917 (em inglês). Disponível em: <www.timesonline.co.uk/tol/system/topicRoot/Russian_revolution_1917/>. Acesso em: 21 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BABEL, Isaac. *O exército de cavalaria*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Sashenka*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução Russa, 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

amigos, o movimento cubo-futurista russo. Em 1915 foi convocado para lutar na Primeira Guerra, mas conseguiu permanecer em São Petersburgo na condição de desenhista. Defensor da saída da Rússia da guerra, Mayakóvski participou ativamente da revolução de março de 1917. Como outros bolcheviques, contudo, logo passou a criticar o governo Kerenski e engajou-se na revolução de outubro. Nos anos de guerra civil dedicou-se à criação de textos e peças de propaganda bolchevique e, depois, entregou-se a intensa produção literária. Sua criatividade, porém, o faz desviar das rígidas regras impostas à arte pelo governo de Stálin. Mal compreendido pelas massas populares e criticado pelos defensores de uma arte proletária, viu suas peças e poesias desprezadas e até boicotadas. A depressão sofrida por Mayakóvski aprofundou-se com uma ruptura amorosa e, aos 36 anos, o poeta suicidou-se.

Por fim, acerca dos desenhos dos alunos, avalie se conseguiram representar graficamente a decepção de Mayakóvski com os rumos na revolução e as dificuldades que encontrou para expressar livremente sua arte na Rússia pós-revolucionária.

3. Leitura e análise de tabela

a) No período coberto pela tabela, a Rússia havia acabado de sair de uma guerra civil entre vermelhos e brancos, e sofria com uma profunda crise de desabastecimento. Para evitar o colapso econômico, Lênin instituiu a Nova Política Econômica (NEP). Nela sob a tutela do Estado, princípios econômicos socialistas e capitalistas eram mesclados. O plano estimulava a pequena manufatura privada e o comércio dos excedentes produzidos pelos camponeses a fim de incentivar a produção e garantir o abastecimento. Em 1928, com a subida de Stálin ao poder, a economia soviética foi totalmente socializada e o NEP abolido.

b) Em 1924 a população russa enfrentou uma queda significativa no abastecimento de cereais, embora naquele mesmo ano houvesse ocorrido uma ampliação de mais de 20% das áreas cultivadas. Sem o aumento da produtividade, os resultados não foram suficientes para abastecer uma população que tendia a crescer.

c) Analisando os dados da tabela, podemos perceber que a Nova Política Econômica (NEP) conseguiu gerar um aumento da produção, num primeiro momento, e que logo se estabilizou em níveis insuficientes para atender ao crescimento populacional, como se percebe na coluna "Consumo por habitante". Logo, os dados colaboram para atestar que os problemas da economia russa, neste aspecto da produção agrícola, não foram corrigidos.

anotações

CAPÍTULO 31

A Revolução Russa

Bettmann/Corbis/Latinstock

Populares de Petrogrado, adeptos da revolução, em foto de 1918

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Reflexões sobre as experiências históricas

Na Revolução Russa, líderes do proletariado comandaram o processo revolucionário, forçando uma ruptura social e política inédita cujos desdobramentos se refletiram internacionalmente por todo o século XX.

Entretanto, como você estudará mais adiante, após os acontecimentos de 1917 o movimento revolucionário não manteve coerência em relação aos desafios postos pela sociedade soviética e pela comunidade internacional.

Qual seria, então, o caráter do sistema soviético? Foi uma tentativa malsucedida de criar uma sociedade sem classes? Teria sido uma forma de resistir ao imperialismo capitalista, mas por meio de um novo tipo de imperialismo?

A resposta a essas questões depende do critério que usamos, ou seja, se avaliamos uma experiência histórica pelo que seus sujeitos dizem dela, ou pelos resultados que efetivamente produziu. Ao estudar este capítulo, reflita sobre as várias análises possíveis de uma experiência histórica.

A CORROSÃO DO CZARISMO RUSSO

As contradições vividas pela Rússia no início do século XX – muitas delas decorrentes dos valores impostos pelo Antigo Regime – chocavam-se com o mundo capitalista emergente. Os grandes proprietários de terras, o clero e os oficiais do Exército, no alto da pirâmide social, configuravam uma sociedade baseada na posse de terras e de títulos honoríficos. Mantendo uma estrutura que carregava muitos aspectos do mundo feudal, a sociedade russa não mostrava o dinamismo de outras sociedades capitalistas.

Os nobres proprietários possuíam a maior parte das terras férteis e exploravam o trabalho dos camponeses, que viviam em situação próxima da servidão.

Album/akg-images/Latinstock

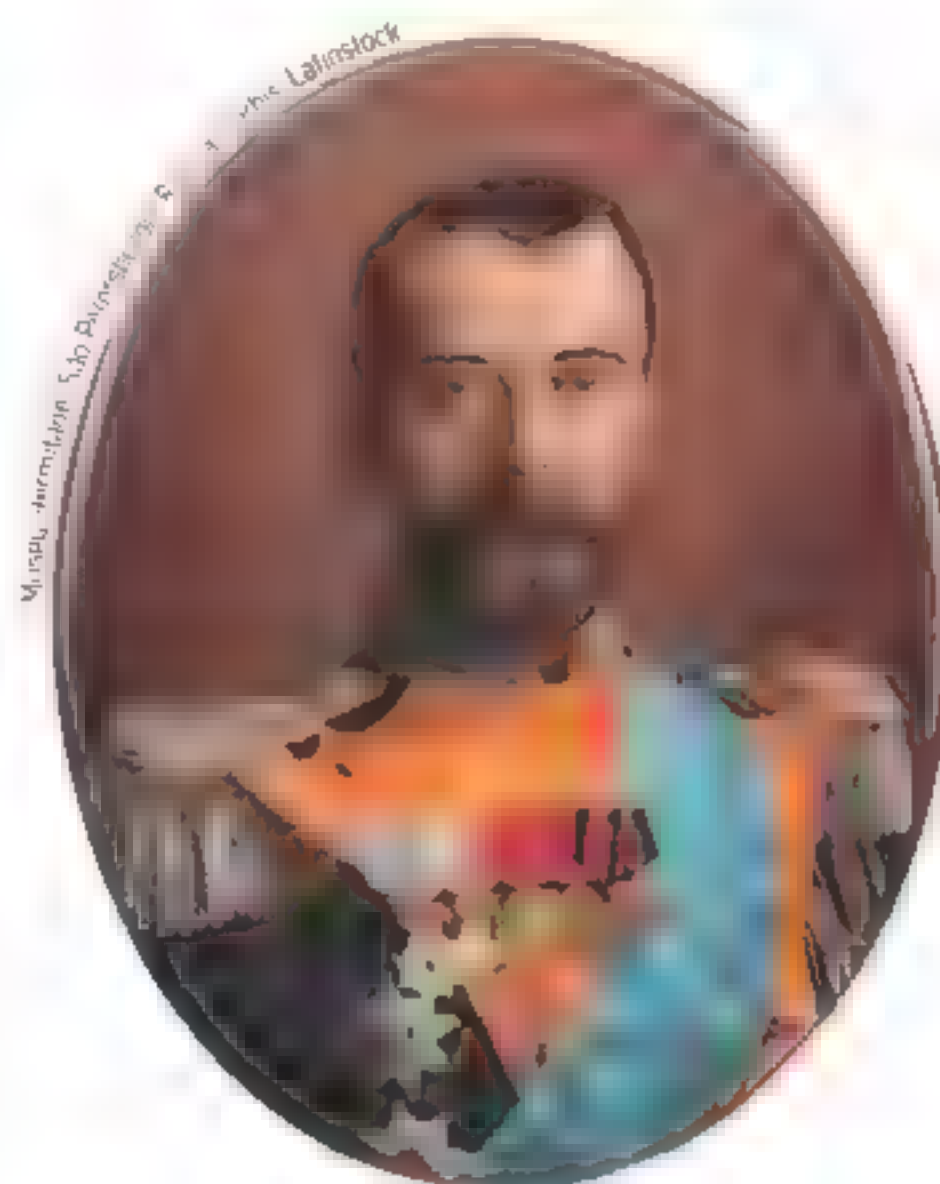
▲ Trabalhadores agrícolas russos, em foto de 1917

Coleção particular/Keystone

▲ A repressão contribuía para a manutenção do czarismo – especialmente com a atuação da Okrana (polícia política), que intimidava as manifestações populares, perseguindo implacavelmente ou eliminando os opositores. Acima, uma ilustração publicada em 1904 no jornal francês *Le Petit*, representando a repressão a uma manifestação popular em São Petersburgo

Desde o final do século XIX, diversos imperadores vinham adotando tímidas políticas modernizadoras. Entre elas estão a abolição da servidão e o encorajamento de investimentos estrangeiros para impulsionar a industrialização russa. Ao mesmo tempo, a modernização industrial aumentava o contraste entre a estrutura oligárquica que sustentava o czar e as cidades modernizadas. Anarquistas e marxistas russos conseguiam difundir suas ideias entre as populações urbanas e rurais, e grandes greves operárias marcaram a Rússia do começo do século XX. Além deles, outros sujeitos sociais se opunham à estrutura autoritária do czarismo e todos concorreram para a Revolução de 1917.

Os monarcas da **dinastia Romanov**, no poder desde 1613, governavam de forma autoritária. O czar se confundia com o Estado e agia politicamente sustentado na grandeza imperial e voltado para a ampliação de seu poder como déspota. Essa postura, naturalmente, não satisfazia as aspirações burguesas de industrialização e modernização.

A corrosão do czarismo, devido a seu caráter despótico, em contraste com os regimes constitucionais de muitas nações europeias, também se revelava no plano internacional, no jogo de forças com outras potências por domínios imperialistas, fragilizando seu poderio e debilitando o regime. O fracasso do czar Nicolau II na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), ao disputar a Coreia e a Manchúria, acabou por incentivar as forças de oposição a intensificar o desagravo ao despotismo dos Romanov.

▲ Nicolau II em retrato de 1913

A primeira evidência de impasse político se deu em 22 de janeiro de 1905, quando uma manifestação popular em frente ao Palácio de Inverno dos monarcas, em São Petersburgo, foi reprimida violentamente. Os manifestantes, pacíficos e desarmados, queriam uma entrevista com o czar para lhe pedir a convocação de uma Assembleia Constituinte e a implantação de melhores condições de trabalho e regras trabalhistas.

São Petersburgo: cidade mais tarde chamada de Petrogrado, depois de Leningrado e, atualmente, São Petersburgo, seu nome de origem.

Ria Novosti Album, akg images, Latinstock

Na foto, forças militares reprimem a população em frente ao Palácio de Inverno dos monarcas russos, em São Petersburgo, no dia 22 de janeiro de 1905. Com o Domingo Sangrento, como este dia ficou conhecido, instalou-se o descrédito e a revolta da nação russa com o Estado czarista.

Apesar de não desrespeitarem a autoridade do czar, para quem chegaram a cantar o hino da fidelidade ao governo, *Deus salve o czar*, os manifestantes acabaram sendo dizimados às centenas, por tropas de soldados e da polícia. O episódio ficou conhecido como **Domingo Sangrento**.

Depois disso, uma onda de protestos e intranquilidade espalhou-se pelo Império Russo, resultando em uma greve geral e em levantes militares, como o do **encouraçado Potemkin**, da esquadra do Mar Negro. Essa situação obrigou o czar a assinar o Tratado de Portsmouth, em 5 de setembro de 1905, pondo fim ao conflito com o Japão. O país foi obrigado a entregar ao vencedor a parte setentrional da Ilha de Sacalina e a Península de Liaotung e a reconhecer os direitos exclusivos dos japoneses sobre a Coreia.

Diante das crescentes manifestações, no mês seguinte o czar lançou o **Manifesto de Outubro**, prometendo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar. As agitações populares, tanto de trabalhadores da indústria como de camponeses, estimularam a formação dos **sovietes** – conselhos de trabalhadores – em várias regiões da Rússia, o que ativou a participação popular.

O ENCOURAÇADO POTEMKIN

O episódio envolvendo esse navio ocorreu na cidade de Odessa. Sobre ele, o cineasta russo Serguei Eisenstein realizou em 1925 o filme *O encouraçado Potemkin*, para relembrar os vinte anos da revolta de 1905 – ocasião em que marinheiros de um navio do czar rebelaram-se contra a tirania de seus comandantes e assumiram o controle do Potemkin. A população de Odessa apoiou a revolta, mas as forças repressoras do regime czarista esmagaram o movimento com violência desmedida.

Album akg images, Latinstock

O encouraçado Potemkin foi construído em 1898 e serviu à Marinha russa até 1918. Na foto, marinheiros amotinados a bordo do navio, em 1905. Esta foi mais uma demonstração popular do descontentamento com o governo czarista.

Áreas disputadas durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)

Vitórias do Japão em áreas disputadas com a Rússia (1904-1905)

IMPÉRIO RUSSO

Sacalina

Manchúria

Manchúria do Sul

Port Arthur

COREIA

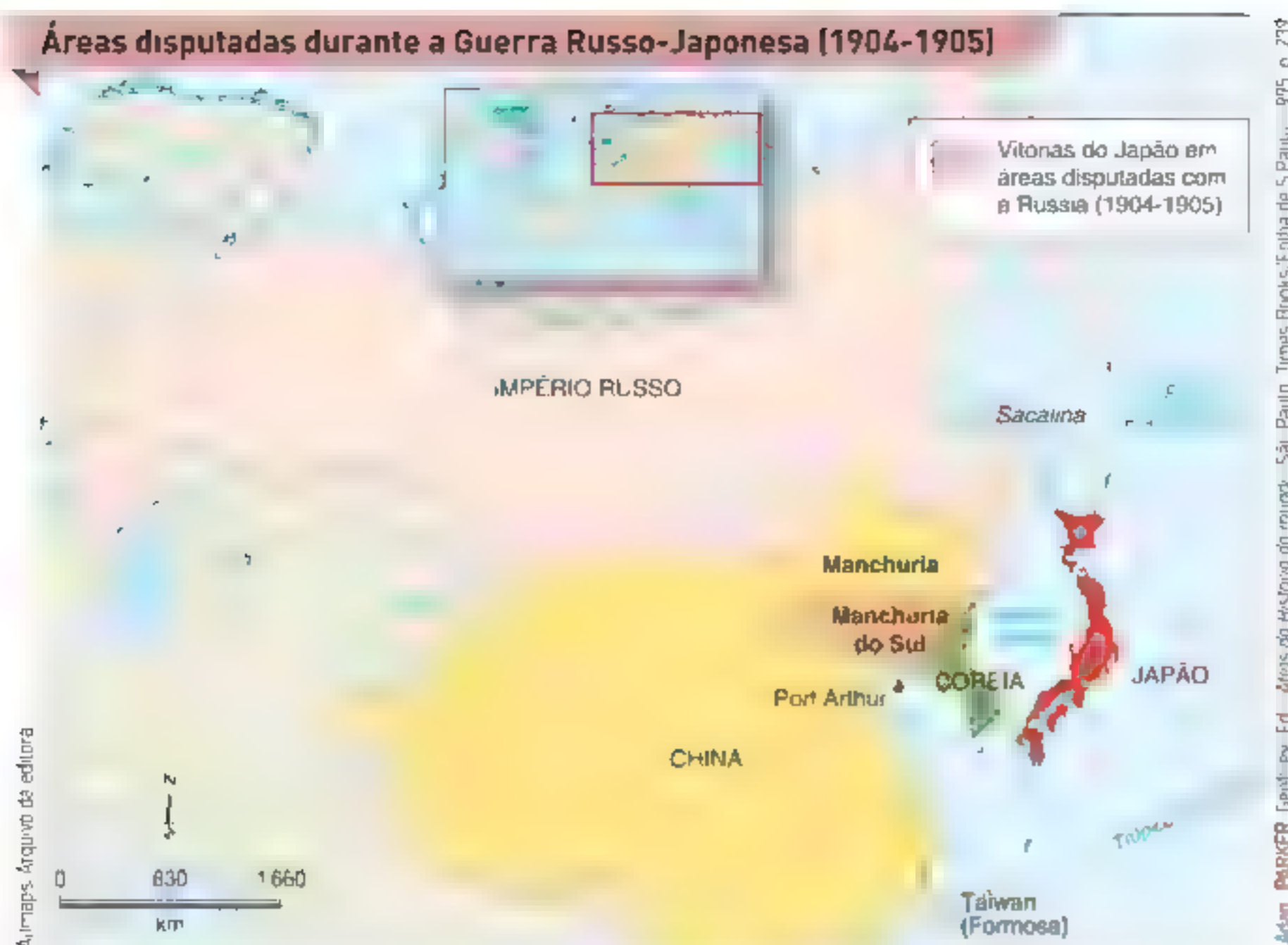
JAPÃO

CHINA

Taiwan (Formosa)

0 830 1 660 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. PARKER, Geoffrey. Ed. Atlas da História do mundo. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 239.

▲ Mapa do Império Russo até o início do século XX. Veja as áreas perdidas com o Tratado de Portsmouth.

Entre os opositores do czarismo, destacaram-se várias agremiações político-ideológicas, como os *narodnikis* (populistas), os anarquistas (partidários das ideias de **Bakunin**) e principalmente os social-democratas (defensores dos princípios marxistas).

Os social-democratas dividiram-se, a partir de 1903, em duas facções. Os **mencheviques** (do russo *menshe* = "menos", indicando sua presença minoritária no Congresso da Social-Democracia dos Trabalhadores Russos) caracterizavam-se como marxistas ortodoxos e pregavam o desenvolvimento e o amadurecimento do capitalismo para só então almejar o socialismo. Eram liderados por Gheorghi Plekhanov e Iulii Martov.

Em 1906, Nicolau II cumpriu a promessa de instaurar uma Duma (parlamento), para redigir uma nova Constituição para o país. Controlada por deputados predominantemente originários das elites nacionais, a Duma no entanto acabou ficando submetida à autoridade do czar, que aumentou seus próprios poderes por meio de decretos. As críticas dos parlamentares levaram-no, no ano seguinte, a dissolver a Duma.

O movimento de abertura do regime czarista mostrava-se oscilante, pendular. Em 1911 a reação absolutista se impôs novamente. A monarquia autocrática czarista convivia com a Constituição, com a Duma e com os sovietes – todos, agora, sem poderes efetivos.

A outra facção dos social-democratas russos era a dos **bolcheviques** (do russo *bolshe* = "mais", indicando o caráter de maioria no mesmo congresso), que defendiam a revolução socialista, a instalação da ditadura do proletariado, com a aliança de operários e camponeses, e tinham como líder **Vladimir Ilitch Lênin**.

A progressiva divisão dos social-democratas levou-os à separação definitiva em 1914. Apesar disso, tanto bolcheviques como mencheviques continuavam a catalisar o crescente e generalizado descontentamento da população russa em relação ao czarismo.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

◄ A foto de maio de 1906 mostra o czar Nicolau II abrindo os trabalhos da Duma no Palácio de Inverno de São Petersburgo.

O COLAPSO DO CZARISMO

Membro da Tríplice Entente, juntamente com a Inglaterra e a França, a Rússia lutou contra a Alemanha e a Áustria-Hungria durante a Primeira Guerra Mundial, visando a conquistas territoriais. A guerra, porém, agravou as contradições sociais e políticas internas.

As sucessivas derrotas da Rússia diante do poderio militar alemão, pelas quais o czar foi responsabilizado, foram acompanhadas de deserções em massa de soldados da frente de batalha, favorecendo a organização das oposições que se preparavam para a insurreição.

Bettmann/Corbis/Latinstock

◄ Grigorij Efimovitch Novych, mais conhecido por Rasputin (1871-1916), teve grande influência sobre a corte de Nicolau II, especialmente sobre a czarina. Era considerado um homem santo por ter sido capaz de curar o filho do czar, o príncipe herdeiro, afetado por hemofilia. Rasputin angariou grande poder, nomeando ou destituindo ministros e altos funcionários do Estado. Atraiu crescente rivalidade e morreu assassinado em 30 de dezembro de 1916. O caso Rasputin contribuiu bastante para a desmoralização do Estado czarista de Nicolau II.

No final de 1916, após a conquista de boa parte de seu território pelos alemães, a Rússia estava militarmente aniquilada e economicamente desorganizada. Sua população convivia com o desabastecimento e a escassez de gêneros básicos. Em fevereiro de 1917, os trabalhadores fizeram várias greves e manifestações, apoiadas por motins de soldados e marinheiros, o que acabou por gerar a deposição de Nicolau II.

A REVOLUÇÃO MENCHEVIQUE

Em março de 1917, foi instalada a República da Duma, sob a chefia de um nobre politicamente moderado, o príncipe Lvov, sobre o qual pesava a influência de **Alexandre Kerensky**, líder menchevique. Kerensky era membro do Soviete de Petrogrado, outro centro de poder criado logo após a queda do czar, composto de operários, marinheiros e soldados.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Kerensky, no carro e de uniforme militar, inspeciona tropas no *front* de 1917.

ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO

O clima de radicalização ao qual chegou a Rússia às vésperas da revolução é relatado pelo jornalista norte-americano John Reed, que mais tarde participaria do governo bolchevique.

"Nós, americanos, custávamos a crer que a luta de classes fosse capaz de gerar ódios tão intensos. Vi oficiais da Frente Norte que preferiam abertamente uma catástrofe militar a qualquer entendimento com os comitês de soldados. O secretário da seção dos cadetes de Petrogrado garantiu-me que o descalabro econômico geral era parte de um plano organizado para desmoralizar a revolução aos olhos das massas. Um diplomata aliado, cujo nome prometi não revelar, confirmou o que me dissera o oficial. Soube ainda que muitas minas de carvão perto de Khárkov tinham sido incendiadas e inundadas por seus próprios donos, e que muitos engenheiros de fábricas têxteis, antes de abandoná-las em poder dos operários, destruíram suas máquinas. Empregados ferroviários haviam sido igualmente surpreendidos por trabalhadores quando inutilizavam suas locomotivas."

Grande parte da burguesia preferia os alemães à revolução. Nesse número, contava-se o próprio Governo Provisório, que não escondia mais seu ponto de vista.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984. p. 32.

Kerensky só assumiu efetivamente o poder da Duma em julho de 1917, com a renúncia de Lvov. Comprometido com a ideia de desenvolver o capitalismo russo para depois lutar pelo socialismo, conforme pregavam os mencheviques, ele manteve a Rússia na Primeira Guerra Mundial, atendendo aos compromissos e ligações com a burguesia que o apoiava. Essa situação diferenciava-se da oposição bolchevique, que defendia que a revolução proletária estava prestes a ocorrer, o que levaria à paz no plano internacional e às mudanças almejadas no plano interno.

Liderados por Vladimir Lênin e Leon Trótski, os bolcheviques ganharam popularidade com as **Teses de abril**. Sintetizadas na plataforma de "paz, terra e pão", propunham a saída da Rússia do conflito, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno. Sob o lema "todo poder aos sovietes", Trótski recrutou uma milícia revolucionária em Petrogrado, a **Guarda Vermelha**, entre trabalhadores bolcheviques dos sovietes.

Museu Central da Revolução, akg-images, IPress

▲ Cartaz russo de 1920, alusivo à vitoriosa união de operários e camponeses, tanto na revolução quanto na guerra civil que se seguiu.

A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

Em 7 de novembro (ou 25 de outubro, no calendário juliano, até então em vigor na Rússia), os bolcheviques tomaram de assalto os departamentos públicos e o Palácio de Inverno, em Petrogrado. Destituíram o governo republicano menchevique e em seu lugar criaram o Conselho de Comissários do Povo.

Assim, deram início ao novo governo russo, com a publicação do primeiro documento oficial da revolução, "Apelo aos trabalhadores, soldados e camponeses", redigido por Lênin e que transferia todo o poder para os sovietes. No comando do conselho estavam Vladimir Lênin, como presidente, Leon Trótski, como encarregado dos negócios estrangeiros, e Josef Stálin, chefiando os negócios internos.

O governo de Vladimir Lênin (1917-1924)

De início, o novo governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu as terras no campo e firmou um armistício com a Alemanha, em Brest-Litovski. Para sair do conflito, a Rússia teve de abrir mão de alguns territórios (Estônia, Letônia, Lituânia, Finlândia, Ucrânia e Polônia).

As mudanças nas estruturas tradicionais de poder, entretanto, ativaram a oposição dos mencheviques e czaristas (que passaram a ser chamados de **russos brancos**). Com o apoio das potências aliadas, que receavam a propagação da revolução de caráter popular pelo mundo, as duas facções mergulharam o país numa sangrenta guerra civil, que só terminou em 1921, com a vitória dos bolcheviques (denominados **russos vermelhos**, por serem oriundos da Guarda Vermelha, que havia sido fundada por Trótski).

▲ As sucessivas derrotas russas na Primeira Guerra Mundial aceleraram a decomposição do Estado liberal menchevique. Na foto de 1940, Trótski passando em revista um destacamento do Exército Vermelho.

Durante a guerra civil, o governo de Lênin adotou como política econômica o **comunismo de guerra**, caracterizado pela centralização da produção e pela eliminação da economia de mercado, típica do capitalismo. Seu objetivo era conseguir recursos para enfrentar o cerco internacional e a guerra contra os russos brancos e seus aliados europeus. As requisições forçadas, com o confisco pelo Estado da produção agrícola, fizeram desaparecer os procedimentos de compra e venda de produtos, tornando desnecessário até o uso de moeda.

Bovenaige/Time Life Pictures Getty Images

▲ Derrotando os brancos com a cunha vermelha. Propaganda gráfica revolucionária, 1920

Em 1921, apesar da vitória bolchevique sobre os russos brancos e aliados, surgiram sérias crises de abastecimento, além de revoltas camponesas provocadas pelo confisco da produção agrícola.

A fim de evitar o colapso total da economia após a guerra civil, Lênin instituiu a **Nova Política Econômica** (NEP), um planejamento estatal sobre a economia que combinava princípios socialistas com elementos capitalistas. A NEP estimulava a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a venda livre de produtos pelos camponeses nos mercados. Pretendia, dessa forma, motivar a produção e garantir o abastecimento.

▲ Vladimir Ilitch Lênin comandou a Revolução Bolchevique e foi o primeiro presidente da Rússia socialista. Justificava os ingredientes capitalistas da NEP com a frase "dar um passo atrás para dar dois passos à frente". Foto de data desconhecida

Lênin justificava a inserção de componentes capitalistas na economia russa sob a alegação de que eram necessários para fortalecê-la e, desse modo, possibilitar a implantação do regime socialista. A NEP, que durou até 1928, levou à recuperação parcial da economia soviética e à reativação de setores fundamentais, fazendo crescer a produção industrial e agrícola e o comércio.

Em contraste com a relativa liberalização econômica, consolidou-se o centralismo governamental sob a supremacia do Partido Comunista Russo, nome dado pelos bolcheviques, a partir de 1918, ao único partido permitido no país. Nesse mesmo ano foi elaborada uma Constituição que criava a República Soviética Socialista Russa e, em 1923, outra, que instituía a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, mais conhecida por União Soviética. Esse foi o resultado de um acordo de união das diferentes regiões do antigo Império russo, convertidas em repúblicas federativas e socialistas. Com a mudança do nome, o ex-partido bolchevique transformou-se, em 1925, no Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Com a morte de Lênin, em 1924, o poder soviético foi disputado por Leon Trótski, chefe do Exército, e Josef Stálin, secretário-geral do Partido Comunista. Trótski defendia a revolução permanente, que pretendia difundir o socialismo pelo mundo. Stálin pregava a consolidação interna da revolução, a estruturação de um Estado revolucionário forte e a implantação do socialismo num só país, para então tentar expandir a revolução para a Europa. Stálin saiu vitorioso e, nos anos seguintes, marginalizou Trótski e seus seguidores até eliminá-los.

URSS (1923)

URSS

CHINA

0 550 1 100
km

Org. pelo autor

Alumagas/Arquivo da editora

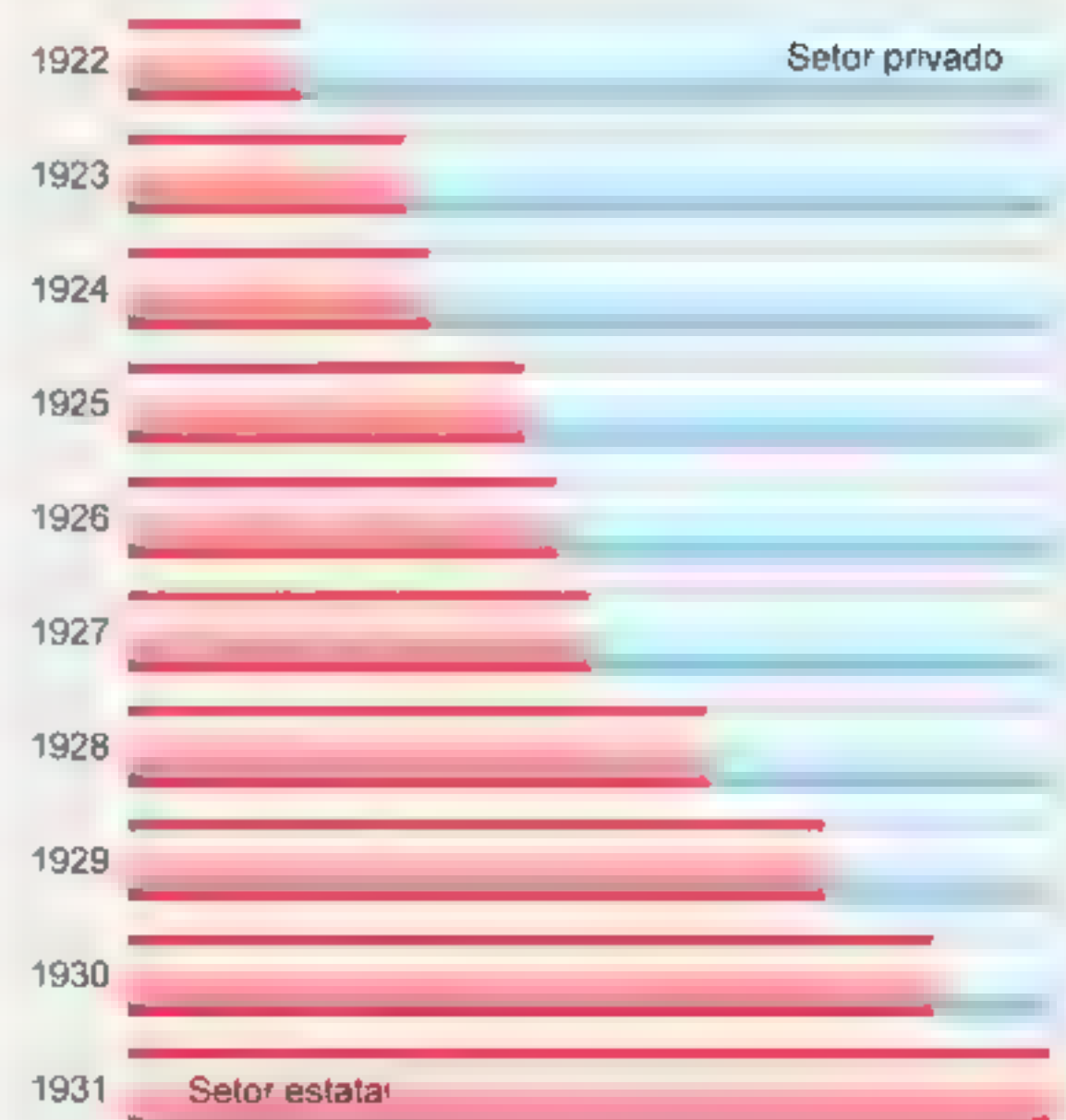
O GOVERNO DE JOSEF STÁLIN (1924-1953)

A partir de 1928, a economia soviética, sob o comando de Stálin, viveu a socialização total, com a abolição da NEP e a instauração dos **planos quinquenais**, que objetivavam modernizar e industrializar a União Soviética. O primeiro deles (1928-1933) estava voltado para o aumento da produção de maneira global, com o estímulo à industrialização, sobretudo na área da indústria pesada (siderurgia, maquinaria etc.).

No meio rural foi feita a coletivização agrícola, com duas formas de estabelecimento rural: os *sovkhozes* (fazendas estatais) e os *kolkhozes* (cooperativas).

Ao ser implantado o segundo plano quinquenal, na década de 1930, já se notavam os efeitos positivos do primeiro plano: a indústria de base crescera aproximadamente sete vezes em relação a 1928, e a indústria de bens de consumo, quatro vezes.

O terceiro plano quinquenal, iniciado em 1938, visava desenvolver a indústria especializada, especialmente a química, mas não pôde ser colocado em prática devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Cassiano Röda/Arquivo da editora

CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia – XX secolo*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1 273.

▲ De 1922 a 1931 prevaleceu o encolhimento do setor privado em relação ao estatal.

No plano político, Stálin consolidou seu poder assumindo integralmente o controle do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), transformado no poder máximo que supervisionava todos os sovietes.

Subordinada ao partido estava a polícia política revolucionária, organização chamada inicialmente de Cheka e, depois, em 1922, transformada em GPU, a Administração Política do Estado, sob a chefia de Stálin.

Coleção Particular, Londres

Manifesto propagandístico de Stálin destacando a construção de usina siderúrgica em Moscou, em 1930

Centralizando todo o poder do Estado soviético, Stálin livrou-se da oposição de Trótski, exilando-o em 1929. Mais tarde, principalmente entre 1936 e 1938, reafirmou sua autoridade ao afastar todos os potenciais opositores, recorrendo para isso a julgamentos, condenações, expulsões do partido e punições – processos que ficaram conhecidos como **expurgos de Moscou**. Sem alarde ou protestos, que eram abafados pelo medo, muitos líderes políticos e cidadãos comuns foram aprisionados, executados ou mandados para prisões em regiões remotas, como a Sibéria.

Mesmo fora da União Soviética, Trótski continuou a fazer oposição ao governo stalinista, criticando os processos de Moscou e a farsa das retratações de acusados, até ser assassinado por um agente da polícia política soviética no México, em 1940.

No plano externo, 65 partidos comunistas internacionais, representando mais de 3 milhões de comunistas do mundo todo, apoiaram abertamente a política stalinista no congresso da Internacional Comunista (*Komintern*), ocorrido em 1935, em Moscou. Um ano antes, a União Soviética já participava da Liga das Nações, como prova de reconhecimento diplomático por parte de vários países capitalistas outrora aliados do Exército russo branco.

Na década de 1930, a consolidação do governo fascista de Benito Mussolini, na Itália, e a ascensão do governo nazista de Adolf Hitler, na Alemanha, provocariam uma alteração substancial na política mundial, envolvendo a União Soviética nos conflitos do período. O pacto anti-*Komintern*, assinado entre o Japão, a Itália e a Alemanha, em 1936, tornava-se um desafio não só à existência de um país sob o regime comunista, mas também ao movimento operário internacional.

Museu Lênin, Praça Vermelha, Moscou

Todos os membros dessa reunião do IX Congresso do PCUS de 1920 assinalados na testa foram vítimas dos expurgos de Stálin

PARA RECORDAR: A Revolução Russa

oposição política

Congresso da Social-Democracia

mencheviques

bolcheviques

Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)

Revolução de 1905

Duma

sovietes

Primeira Guerra Mundial

revolução

I Revolução de Fevereiro - 1917

- Kerensky
- prosseguimento da guerra

×

- bolcheviques

Lênin: Teses de abril

II Revolução de Outubro - 1917

- fim da guerra: tratado de Brest-Litovsky
- guerra civil: brancos × vermelhos
  comunismo de guerra
- NEP

implantação do socialismo

1924: morte de Lênin

Trótski (revolução permanente)

Stálin (socialismo em um só país)

1924-1953
planificação total da economia

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

1. Caracterize a Rússia sob o ponto de vista político, econômico e social às vésperas da Revolução Russa.
2. Explique de que maneira a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial favoreceu a eclosão da revolução socialista.
3. Explique as diferenças existentes entre os projetos políticos defendidos para a Rússia pós-revolucionária por Trótski e por Stálin.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de documento

→ O texto abaixo é um discurso proferido por Lênin, líder da revolução bolchevique, em Petrogrado, no dia 15 de abril de 1917, logo depois de seu exílio na Suíça. Leia-o atentamente e, em seguida, responda as questões:

> *Caros camaradas, soldados, marinheiros e trabalhadores! Estou feliz em poder saudar em suas pessoas a vitoriosa Revolução Russa e saudá-los como a vanguarda da revolução proletária internacional.*
>
> *A guerra pirata do imperialismo é o início da guerra civil por toda a Europa. ... Não está longe a hora em que os povos irão virar as suas armas contra seus exploradores capitalistas. ... Esta é a aurora da revolução socialista.*
>
> *A Alemanha ferve ...*
>
> *A qualquer dia, agora, toda a Europa capitalista irá tombar. A Revolução Russa, por vocês realizada, preparou o caminho e deu início a uma nova época. Longa vida à revolução proletária internacional.*
>
> *Não sei ainda se vocês estão de acordo com o Governo Provisório. Mas sei muito bem que, enquanto eles ficam fazendo doces discursos e fazendo tantas promessas, eles estão é a enganar vocês e a todo o povo da Rússia. O povo precisa de paz. O povo precisa de pão e de terra. E eles dão a vocês guerra, fome e nada de comida, e a terra continua com os seus donos. Marinheiros, camaradas, vocês têm de lutar pela revolução, lutar até o fim.*
>
> Apud FIGUEIREDO, Carlos. *Cem discursos históricos*. Belo Horizonte: Leitura, 2002. p. 310-1.

a) A quem Lênin se dirige em seu discurso?

b) O que estava acontecendo na Europa e, em particular, na Rússia, quando Lênin proferiu esse discurso? Em seu caderno, transcreva os trechos do discurso que fazem referência a esses acontecimentos.

c) Qual era a projeção de Lênin para o processo revolucionário na ocasião em que proferiu o discurso?

d) Que estratégia Lênin empregou em seu discurso para conquistar a simpatia da população? Explique.

2 Leitura e análise de cartazes

→ Examine as imagens abaixo, feita pelo artista e escritor Vladmir Mayakóvsky em 1917. Preste atenção às personagens representadas, à maneira como estão caracterizadas, aos elementos do cenário e às diferenças existentes entre o primeiro e o segundo quadro. Em seguida, responda as questões.

Imagens: Coleção particular

▲ As legendas dizem: "Eis quem os soldados defendiam antes!" e "Eis quem os soldados defendem agora!". Nas bandeiras da figura, lê-se: "Terra e Liberdade", "República Democrática" e "Livre".

a) Descreva as personagens representadas no primeiro quadro e identifique-as.

b) Observe o cenário do primeiro quadro e explique a associação feita entre ele e as personagens da figura.

c) Descreva as personagens representadas no segundo quadro e identifique-as.

d) Leia, na legenda das imagens, a tradução das frases escritas nas bandeiras e responda: que relação pode-se estabelecer entre essas frases e a mudança nas personagens representadas?

e) Pesquise a biografia de Mayakóvski, dando atenção ao seu envolvimento com os acontecimentos políticos que marcaram a Rússia depois da revolução bolchevique. Considerando as experiências do escritor nos últimos anos de sua vida, como você imagina que ele teria representado esse período da história russa? Em seu caderno, desenhe um terceiro quadro para a imagem reproduzida no livro, seguindo o mesmo modelo dos outros dois.

3 Leitura e análise de tabela

→ A tabela abaixo oferece dados acerca da produção e do consumo de cereais na Rússia, entre os anos de 1922 e 1928. Observe-a:

PRODUTO E CONSUMO TEÓRICO DE CEREAIS (192

Ano da colheita	Superfície semeada (milhões de hectares)	Produção total (milhões de toneladas)	Produtividade (quintais por hectare)	População (milhões de habitantes)	Consumo por habitante
1922	66.2	56.3	8.55	132	4.6
1923	78.6	57.4	7.3	135.5	4.25
1924	82.9	51,4	6.2	139	3.69
1925	87.3	74.7	8.6	143	5.22
1926	93.7	78.3	8.4	147	5.32
1927	94.7	72.8	7.6	149	4.88
1928	92.2	73.3	7.9	150.5	4.87

Apud BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX (1900-1945): o fim do mundo europeu.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 1. p. 230.

a) Com base no que você estudou no capítulo, responda: o que estava acontecendo na Rússia no período considerado na tabela?

b) Em que ano a população russa enfrentou maiores privações? Explique esse resultado utilizando os dados da tabela.

c) Considerando os dados da tabela, a política econômica do governo revolucionário foi capaz de corrigir os problemas da economia russa? Explique.

Detalhe da imagem da p. 596.

assessoria pedagógica

Capítulo 32

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 32 (p. 598 a p. 612).

UMA JOVEM REPÚBLICA VELHA (1914-1930)

O tema central deste capítulo é o desgaste pelo qual foi passando o modelo oligárquico que dominou a República brasileira, em virtude tanto das cisões ocorridas no âmbito das próprias oligarquias como em decorrência do fortalecimento das classes urbanas que se posicionavam com reivindicações próprias, independência e, quase sempre, em oposição aos grupos dominantes.

O capítulo se concentra entre os anos 1914 e 1930, período de transformações sociais e econômicas, motivadas pelo aceleramento da produção industrial e consequente crescimento da população operária e da burguesia industrial. À medida que aumentava a demanda por produtos manufaturados no mercado interno, a produtividade era intensificada por meio de intensa exploração dos trabalhadores. E a burguesia industrial, por sua vez, tornava-se um grupo que se fortalecia como alternativa política ao monopólio das oligarquias agrárias.

Sobre a luta operária, o texto "Uma experiência no Brás" oferece elementos que colaboram para a compreensão das duras condições de trabalho vivenciadas nos anos 1920 em diante. Já o texto selecionado para a atividade *3. Leitura e interpretação de texto historiográfico* oferece a possibilidade de se conhecer um dos diferentes níveis em que ocorreram os confrontos entre a elite dominante e a classe de trabalhadores.

Neste mesmo período também surgiu o movimento tenentista, nascido no seio do Exército, como reação às condições a que o baixo oficialato era relegado pelas políticas dos governos civis dedicadas ao setor. O movimento foi tomando grandes dimensões nos anos 1920, após a Revolta do Forte de Copacabana, e não ficou restrita à Capital Federal. Vide a Revolução Gaúcha de 1923 e a Paulista, de 1924. Após a desarticulação da Coluna Prestes, em 1927, seus líderes tomaram rumos diferentes. Houve tenentistas que se aliaram às forças que apoiaram Getúlio Vargas nas eleições de 1929 e na tomada do poder, em 1930, quando, então, assumiram importantes funções no novo governo. Outros, como Luís Carlos Prestes, alinharam-se ao Partido Comunista e se mantiveram na oposição. O texto "Os tenentistas e a coluna depois de 1930" permite avaliar os meios pelo qual os tenentes que assumiram o governo após 1930 tentaram esvaziar de sentido o movimento que teve Prestes como um dos líderes.

Ao se estudar a articulação de forças políticas em torno da candidatura de Getúlio Vargas e, posteriormente, em torno da chamada Revolução de 1930, vale a pena resgatar o questionamento apresentado na seção ***Para pensar historicamente***: será que o grupo que chegou ao poder depois da República Velha representava efetivamente uma novidade?

O período tratado no capítulo também foi marcado pela efervescência cultural iniciada com a Semana de Arte Moderna, de 1922. Por meio da atividade *2. Pesquisa e análise de documento* é possível refletir sobre a relação entre esse movimento estético e outros que ocorriam na Europa na mesma época.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Literatura**: pesquisar o movimento modernista na literatura, destacando suas características e principais personagens, bem como as características históricas do período.
- **História e Arte**: pesquisar os principais artistas do movimento modernista, suas obras e relações com o quadro histórico do final da República Velha.

Textos de apoio

Linotipos nos jornaes[1]

Uma das questões que mais preocupam os operários que trabalham nas oficinas dos jornaes diarios é a adquisição por parte das empresas capitalistas, que exploram esse ramo de negocio, das maquinas de compor.

Para os proprietarios essa adquisição é um bom negocio, pois canaliza para seus amplos bolsos grandes proventos. Que maior felicidade para essa gente cuja vida é o negocio, o tanto por cento!

[1] Texto reproduzido com a grafia original.

Bibliografia

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 199

DECCA, E. de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

______. (Org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.

HIRANO, S. Sistemas eleitorais no Brasil. In: DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 1999. p. 107-22.

LINHARES, M. Y. (Org.) *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MENDES JUNIOR, A.; MARANHÃO, R. *Brasil história: era de Vargas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

Que se tire o pão a algumas dezenas de operarios? Que lhe importa isso ao burguez. Ele só vê que a maquina compoe com rapidez estraordinaria e na sua ancia de esploraçao e lucros despede operarios.

Esta perspetiva alarmante apresentou-se aos tipógrafos em toda sua brutal realidade. Uma revolta espontânea surjiu, odio até certamente inconsciente. Lonje de protestar contra o dono das maquinas, o que seria lojico, visavam a destruição das maquinas. Incontrovertivel é que o asunto ezige uma solução rapida e sensata.

A que acima mencionamos não é nem lojica nem racional, e se por ela se opta-se passariamos (com justiça) deante de todos como enemigos do progresso e o que é mais da nossa propria felicidade, pois numa sociedade melhor organizada maquina será nossa mais eficaz aussiliar na produção.

Alem disso é preciso não esquecer que não podemos nos opor a que os patroes introduzam nas suas oficinas as maquinas de compor. Depois esse progresso pode nos servir, nos beneficia mesmo se regulamentamos o trabalho que se fizer na maquina.

Este é ponto esencial da questão, até agora bem pouco ventilado. Já de per si a composição mecânica ezije uma soma de esforços menor á feita a mão, além de que não é tão nociva à saude como esta ultima.

Se a jornada for grande – disse-me um amigo – torna-se excessivamente fatigante, cansando a vista. Pois reduza-se a jornada e organizem-se turmas. O que é imprescindivel, o que se deve evitar a todo trance, mesmo lutando contra a rapacidade do burguez, e que essas maquinas sejam abusivamente empregadas – até o ponto de deixar sem trabalho um grande numero de operarios ainda mesmo que os interessados apregoem que é uma consequencia inevitavel e fatal da introdução das maquinas a eliminação dos braços. [...]

A voz do trabalhador (Rio de Janeiro), 1.º jul. 1908, a. I, n. 1, p. 2. In: *A voz do trabalhador* (edição fac-similar). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Memória Sindical, 1985.

Ode ao Burguês

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
O burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! O homem nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano, é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!
Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! Os condes Joões!
Os duques zurros!
Que vivem dentro de muros sem pulos;
E gemem sangues de alguns mil-réis fracos
Para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
E tocam o "Printemps" com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho,
dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
O êxtase fará sempre Sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
Ao burguês-cinema!
Ao burguês-tílburi!
Padaria Suissa! Morte viva ao Adriano!
"– Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
Um colar... Conto e quinhentos!!!
Mas nós morreremos de fome!"

MORAES, D.; VIANA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

______. *Luiz Carlos Prestes*. Petrópolis: Vozes, 1997.

RADIN, J. C. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Tese

SILVA, A. F. *Política e populismo: Rio de Janeiro, 1931-1936*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_SILVA_Alexandre_Elias_da-S.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2010.

Filmes

Aleluia Gretchen. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1976. (115 min)

Eternamente Pagu. Direção de Norma Bengel. Brasil, 1987. (100 min).

O país dos tenentes. Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 1987. (85 min)

O velho – a história de Luiz Carlos Prestes. Direção de Toni Venturi. Brasil: Funarte/Rio Filmes, 1997. (105 min)

Endereços eletrônicos

Semana de Arte Moderna – 1922. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>. Acesso em: 19 abr. 2010.

Instituto Luís Carlos Prestes. Disponível em: <www.ilcp.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Márcio. *Galvez, o imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VARGAS LLOSA, Mario. *A guerra do fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! Purê de batatas morais!
Oh! Cabelos nas ventas! Oh! Carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
Sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a central do meu rancor inebriante!

Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de giolhos,
Cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!
Fora! Fu! Fora o bom burguês!...

ANDRADE, M. de. *Paulicéia desvairada*, 1921, publicado em junho de 1922. Disponível em: <www.asemanade22.hpg.ig.com.br/poemas.html>. Acesso em: 19 abr. 2010.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. No início do século XX, como decorrência das condições criadas pela cafeicultura e da concentração da produção no estado, ocorreu o desenvolvimento das indústrias, principalmente em São Paulo. Ao mesmo tempo, um número expressivo de imigrantes estabeleceu-se no Sul e Sudeste do Brasil, o que fez com que essas regiões tivessem um crescimento populacional mais acelerado do que as demais. Como muitos desses imigrantes não permaneceram nas zonas rurais, mas deslocaram-se para as cidades, ocorreu uma aceleração do processo de urbanização, que foi acompanhado pela diversificação da economia. Tais transformações provocaram o surgimento de novas classes sociais e o fortalecimento de grupos recentemente formados, como as camadas médias urbanas e o proletariado. Esses novos grupos sociais logo demonstraram sua força, apresentando reivindicações próprias e atuação política independente, quase sempre contrária às oligarquias. A insatisfação das camadas médias, ainda sem formas de expressão política autônoma, acabou transferindo-se para o Exército, onde alimentou o movimento tenentista. Quanto ao proletariado, passou a se organizar em sindicatos para pressionar por melhores condições de trabalho. Com o tempo, à medida que os operários iam adquirindo consciência de classe, sua ação ganhava um caráter de luta política, instigada pelos ideais socialistas e anarquistas.
2. Para concorrer às eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indicou como candidato Júlio Prestes, um representante dos interesses da oligarquia paulista como ele, contrariando os princípios da política do café com leite. A oligarquia de Minas, que via no governador do estado Antônio Carlos o candidato natural à sucessão presidencial, reagiu, formando uma frente de oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes. A Aliança Liberal, como foi chamada a frente, aglutinava a oligarquia mineira, as oligarquias descontentes de outros estados e setores do eleitorado urbano – burguesia industrial, camadas médias urbanas e proletariado – e representava o fim do pacto que por mais de três décadas permitiu a imposição dos interesses das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais ao resto do país.
3. Às vésperas da eclosão da Revolução de 1930, uma grande agitação social tomou conta do país. Cresceu a mobilização operária e camponesa com a formação do BOC, sob a liderança do Partido Comunista. Os tenentes voltavam a defender uma intervenção armada. O assassinato do paraibano João Pessoa causou comoção, ajudando a fortalecer os discursos mais inflamados. Diante da perspectiva da eclosão de uma revolução popular, na qual a radicalização das posições políticas poderia levar o movimento pela derrubada da oligarquia paulista mais longe do que pretendiam seus opositores mais conservadores, as elites decidiram tomar a frente do movimento a fim de manter o processo político sob seu controle.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de tabela

a) A tabela mostra a relação entre custo de vida e salários.
b) Podemos concluir que a renda dos trabalhadores não era suficiente para cobrir os gastos básicos de subsistência, que aumentaram com a eclosão da Primeira Guerra, uma vez que os salários não acompanharam o aumento do custo de vida. Assim, podemos deduzir que as condições de vida desses trabalhadores eram precárias e tendiam a se deteriorar.
c) A situação pode ter sido vetor de insatisfação dos trabalhadores e, por consequência, causa de agitações políticas e sociais.
d) Os reajustes ocorreram entre 1918 e 1921, sendo o maior em 1918 e 1920. Estes anos foram marcados pela mobilização dos operários e efeitos do incremento da industrialização, por conta das dificuldades de importação.

2. Pesquisa e análise de documento

a) Tanto o *Manifesto Futurista* de Marinetti quanto o texto da conferência proferida por Menotti Del Picchia na abertura da Semana de Arte Moderna fazem a apologia da vida moderna, assinalada pela velocidade e pelo desenvolvimento tecnológico. Ambos pregam a superação do passado e a busca de um futuro marcado pela ruptura com os valores artísticos consagrados e pela renovação estética. Contudo, o texto de Menotti Del Picchia é muito mais politizado e direto na crítica a uma realidade especificamente brasileira do que é o *Manifesto* em relação à realidade italiana. Além disso, enquanto o *Manifesto* assume uma posição mais ofensiva, o texto da conferência tem um caráter também defensivo, fazendo várias alusões às críticas que eram dirigidas aos artistas modernistas.
b) O texto faz alusão a uma série de movimentos e transformações sociais, políticas e tecnológicas que marcavam o início do século XX: cita a emergência do movimento proletário, a penetração da ideologia anarquista nos meios operários, a Guerra de Canudos, a difusão da música norte-americana, o processo de urbanização e de desenvolvimento tecnológico. Faz ainda a defesa de uma renovação artística capaz de refletir esse mundo transformado, sem a qual a arte correria o risco de se ver cristalizada no tempo, mumificada e apartada da realidade circundante.
c) O texto pode ser associado às camadas médias urbanas intelectualizadas, pois mostra um distanciamento tanto em relação aos movimentos operários quanto em relação à burguesia e às classes dominantes, e mobiliza imagens e sensações características da vida nas cidades, como a presença marcante da eletricidade, dos automóveis, das fábricas e da agitação política.

3. Leitura e interpretação de texto historiográfico

a) O futebol foi introduzido no Brasil pela elite paulista, influenciado pelo modo de vida europeu, e depois se difundiu para as camadas populares. Em parte, a rapidez com que o futebol se propagou pelos bairros operários se deve às suas próprias características, mas também porque vinha ao encontro da crescente necessidade de os operários, submetidos a uma exploração massacrante nos ambientes de trabalho, criarem para si espaços de

lazer e sociabilidade que fortalecessem os laços de união e solidariedade no seio da classe.

b) A crescente polarização entre capital e trabalho que se verificava nas cidades foi refletida na prática esportiva. Assim como no ambiente das fábricas e empresas os trabalhadores aumentavam sua pressão sobre os patrões, exigindo aumentos de salário e redução da jornada de trabalho, também fora delas, nos espaços destinados ao lazer, forçavam para ampliar sua participação e para eliminarem os mecanismos de marginalização do qual eram vítimas. Do mesmo modo, assim como a elite buscava controlar o movimento operário e restringir seu poder de pressão política, ela igualmente reagiu ao movimento de ascensão dos clubes de várzea, procurando de todos os modos mantê-los fora dos campeonatos.

c) Resposta pessoal. Incite à reflexão e à discussão em torno da origem social de grande parte dos jogadores de futebol brasileiro. Em determinado aspecto, não há mais times das elites sociais ou de operários, pois todos são formados por jogadores basicamente oriundos das classes populares. Há, sim, distinção entre times mais bem estruturados tecnicamente, que junto com sua torcida conseguem angariar fundos e aplicá-los, em parte, em seu aprimoramento, e os que ainda não conseguiram esse nível de estruturação. O futebol tem elevado nível de popularidade entre todos os segmentos da sociedade e tem sido uma alternativa de ascensão econômica para jovens pobres, sem, no entanto, ser uma alternativa viável para toda essa população.

anotações

CAPÍTULO 32

Uma jovem República Velha (1914-1930)

A Pátria, pintura de Pedro Bruno, de 1919

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Rompimento e permanência

A expressão República Velha não é neutra; ela reflete a posição política daqueles que ajudaram a derrubar o sistema político republicano que vigorou de 1889 a 1930. Trata-se, então, de um termo usado no debate político entre os personagens de um momento histórico específico.

Quais eram os sujeitos políticos envolvidos nos debates e lutas pelo poder político no período que foi chamado de República Velha? Eles representavam toda a sociedade, ou apenas setores dela? Será que o grupo que chegou ao poder depois da República Velha representava efetivamente uma novidade?

CRISE POLÍTICA

A Proclamação da República envolveu grandes expectativas para o país. Imaginava-se que boa parte de seus males estava ligada à forma de governo monárquica, e que a República, regime de iguais regidos por uma mesma lei, seria moderna e menos propensa a vícios. Em pouco tempo essas expectativas foram frustradas. "Essa não é a República dos meus sonhos", teria dito Martinho Prado da Silva Jr., um dos fundadores do regime, já em 1891. Quando seu grupo chegou ao poder, substituindo os governos militares, outros sujeitos passaram a projetar outras ideias para o regime. Como a República também não satisfazia seus sonhos, começaram a agir para produzir novas mudanças.

O sistema político da República Velha – de acesso restrito sempre às mesmas famílias ou grupos oligárquicos – acabou por gerar insatisfações. Certos setores estavam irremediavelmente condenados à oposição, fossem grupos ou famílias secundários dentro dos estados, fossem oligarquias de outros estados que não Minas Gerais ou São Paulo no âmbito federal. Como não havia uma verdadeira alternância de poder, o descontentamento desses grupos conduziu ao rompimento do pacto político, originando as **oligarquias dissidentes**.

As dissidências oligárquicas tornavam-se cada vez mais frequentes e demonstravam a corrosão interna de todo o sistema. Enquanto os grupos que detinham o monopólio do poder político no país aproveitavam para obter vantagens econômicas excepcionais – por exemplo, a política de valorização do café –, outros grupos oligárquicos disputavam o poder visando garantir seus privilégios particulares, sem, no entanto, conseguir. Os choques, portanto, eram quase inevitáveis.

Além da corrosão interna do sistema, as oligarquias ainda enfrentavam problemas externos que contribuíram para enfraquecê-las ainda mais. O Brasil passava por transformações econômicas que provocavam o surgimento de novas classes sociais ou, pelo menos, o fortalecimento de grupos recentemente formados. Os novos grupos sociais, essencialmente urbanos, logo demonstraram sua força, com reivindicações próprias e atuação política independente, quase sempre contrária às oligarquias.

Finalmente, o Exército, calado desde o episódio de Canudos, voltou a manifestar-se politicamente por meio de seus jovens líderes, embora defendesse ideias não necessariamente novas. Dessa forma, o período que se iniciou em 1914 foi bastante agitado, com o enfraquecimento da ordem oligárquica e sua posterior queda em 1930.

Os presidentes do período foram **Venceslau Brás** (1914-1918), **Delfim Moreira** (1918-1919), **Epitácio Pessoa** (1919-1922), **Artur Bernardes** (1922-1926) e **Washington Luís** (1926-1930)

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Ao longo do período denominado República Velha (1889-1930), o Brasil passou por mudanças sociais e econômicas cujos efeitos, apesar de importantes, só se fariam sentir a longo prazo. É o caso, por exemplo, da expansão demográfica, bastante acelerada no país e intensificada no período graças à imigração europeia.

Devido à entrada de imigrantes e sua concentração no Sul e Sudeste do Brasil, essas regiões tiveram um crescimento populacional mais acelerado do que as demais. Uma porcentagem significativa da população, sobretudo dessas regiões, habitava cidades cada vez maiores. A **urbanização** refletia maior diversificação da economia, bem como o desenvolvimento de uma infraestrutura ligada aos transportes (basicamente ferrovias), comércio, bancos e meios de comunicação (telégrafo, jornal e rádio).

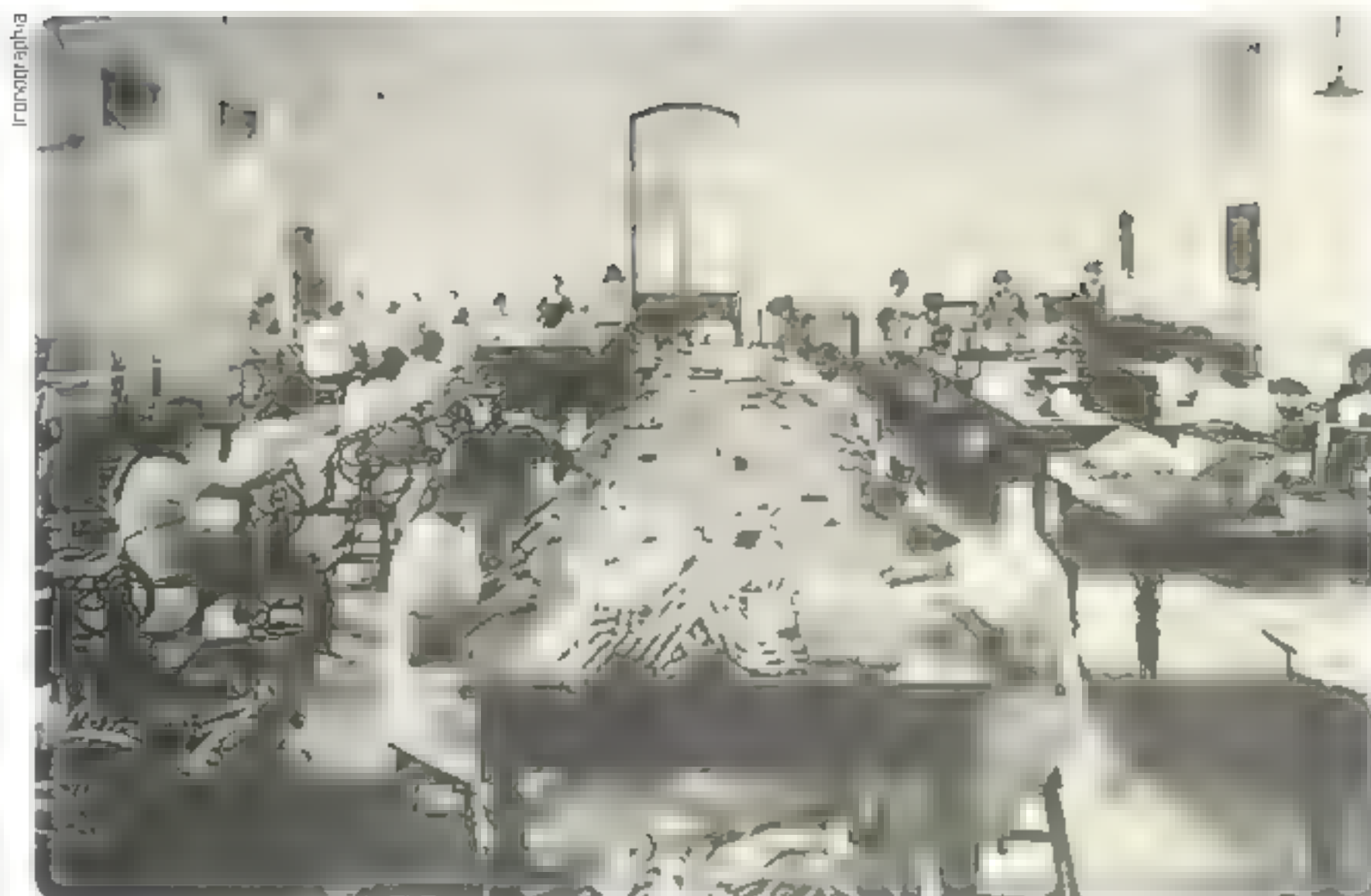
Coleção particular

▲ Rua movimentada em Belém do Pará: comércio dinâmico e equipamento urbano moderno (fiação elétrica, transporte coletivo sobre trilhos)

No entanto, a transformação mais significativa verificada no período foi o **desenvolvimento das indústrias**, principalmente no estado de São Paulo, inegavelmente vinculado às condições criadas pela cafeicultura, bem como à decorrente concentração da produção no estado.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em julho de 1914, deu grande impulso ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Com a guerra, a atividade industrial europeia concentrou-se na produção bélica, reduzindo a oferta de itens exportáveis. Em consequência, o Brasil passou gradualmente a importar menos produtos industrializados, o que estimulou a produção nacional. Além disso, a desvalorização cambial da moeda brasileira, ao encarecer as importações, contribuiu para diminuir a concorrência estrangeira. O Brasil passou a produzir basicamente bens de consumo não duráveis, como têxteis e alimentos processados industrialmente.

Iconographia

▲ Operárias em uma fábrica têxtil em Campinas, São Paulo, na década de 1920. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estimulou a indústria no Brasil

Nesse contexto, grupos sociais urbanos (burguesia industrial, operariado, classe média) se desenvolveram e passaram a ter uma importância inédita no país, convertendo-se em grupos de pressão política com atuação crescente.

NOVOS SUJEITOS NA CENA HISTÓRICA

A expansão da indústria brasileira nas primeiras décadas do século XX deveu-se em grande parte ao capital proveniente da cafeicultura, aplicado na produção de artigos manufaturados. Isso mostrava que os donos das fábricas frequentemente também eram os proprietários dos cafezais. Devido à situação política vigente, os interesses da lavoura sempre eram colocados em primeiro plano. Além dos **cafeicultores**, eventualmente **comerciantes** voltaram-se para a atividade industrial, muitos dos quais eram imigrantes enriquecidos. Esses dois grupos tiveram grande importância na formação da burguesia industrial nacional.

As possíveis divergências entre essa nascente burguesia e a política econômica adotada pelo governo oligárquico, voltada exclusivamente para a lavoura, eram aplacadas pela vinculação do grupo industrial ao capital cafeeiro. No entanto, por mais tímida que fosse a burguesia industrial na defesa de seus interesses, sua simples existência representava uma alternativa política ao monopólio do poder exercido pelas oligarquias. Caso o regime oligárquico entrasse em colapso, a burguesia poderia muito bem se colocar à frente de um novo regime.

O Estado do R. G. do Sul

▲ O embrião da burguesia industrial brasileira no início do século tinha interesses frequentemente similares aos das oligarquias. Na foto, a família do coronel João Luiz Paixão Cortez, fazendeiro e proprietário de frigorífico no Rio Grande do Sul, em 1916.

O operariado, por sua vez, como já foi afirmado, submetido à intensa exploração, típica do industrialismo nascente, teve suas origens ligadas à imigração. Em seu trabalho, a norma era ter longas jornadas e péssimas condições de trabalho para homens, mulheres e crianças, bem como salários aviltantes. Sindicatos e outras associações organizavam movimentos, como greves, e iam aos poucos se firmando, nos frequentes confrontos com a repressão dos patrões.

Nesse meio, florescia também uma rica **imprensa operária**, com periódicos publicados até mesmo em língua estrangeira (por exemplo, italiano), não apenas porta-vozes das opiniões dos trabalhadores, mas também divulgadores de sua ideologia. Em um primeiro momento, as ideias mais disseminadas no meio operário foram as do anarquismo, trazido para o país pelos imigrantes italianos e espanhóis.

anarquismo: corrente ideológica surgida no século XIX que pregava a supressão de toda e qualquer forma de governo, defendendo a liberdade geral

A Plebe

Um exemplo de greve é a que ocorreu em 1917. Ela iniciou-se em São Paulo, com trabalhadores da indústria têxtil reivindicando melhores salários. Três meses depois, o movimento atingia Santos, Rio de Janeiro, Curitiba e diversas cidades do interior paulista, totalizando mais de 70 mil trabalhadores parados, de diversas categorias. Na foto, comício na Praça da Sé, em São Paulo, durante a mobilização.

UMA EXPERIÊNCIA NO BRÁS

Nasci no Brás, Rua Carlos Garcia, 26, no dia 30 de novembro de 1906. Meus pais vieram da Itália: meu pai era toscano e minha mãe era vêneta [...]

Comecei a trabalhar com 9 anos numa oficina de gravura que ainda existe: Masucci, Petracco e Nicoli [...] Nessa fábrica foi a minha infância, mocidade e boa parte da velhice. Saí de lá com 55 anos de trabalho, aposentado. Quando entrei, ganhava quinhentos réis por dia, quinze mil-réis por mês; trabalhava das sete da manhã até as cinco horas. Quinhentos réis por dia já dava para comprar leite e pão [...]

A oficina tinha seções com muito barulho, mau cheiro de ácido. Noutra oficina se fazia a fundição de placas de bronze, cada seção era separada. A nossa era um pouco mais sossegada quanto ao barulho, mas tinha o mau odor de ácido que prejudicava. Chegamos a trabalhar até de máscaras nesse tempo [...]. Uma vez, uma bombona de ácido nítrico explodiu quando era transportada. Felizmente não atingiu os operários que estavam perto, na vista. Atingiu nas mãos, na roupa e não foi um acidente muito grave. Tiveram a felicidade de não acertar os olhos, se fosse nos olhos cegava, o ácido nítrico é um ácido perigoso.

toscano: proveniente da região da Toscana, no norte da Itália (cidade de Florença e vizinhanças)

vêneto: proveniente da região do Veneto, também no norte da Itália (cidade de Veneza e vizinhanças).

Indústria Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM)

O bairro do Brás, na cidade de São Paulo, visto pelo Palácio das Indústrias. Foto de 1910

Cecherinni era o nome de um operário que foi laminar uma peça de ouro e ficou inválido. Ele era dourador. Ficou doente e meio louco mas continuou trabalhando nos banhos de ouro. Naquele tempo não tinha indenização, ele continuou fazendo o que podia [...]

Sonho às vezes que estou trabalhando na oficina porque fiquei 44 anos nessa oficina, sempre, desde menino, na infância, na mocidade e numa parte da velhice. Essa oficina não me sai do pensamento

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 124, 133 e 153

A ideologia anarquista, por um lado, estimulava a organização e a resistência dos trabalhadores. Esteve por trás, por exemplo, da grande greve geral de 1917, reprimida violentamente pelas autoridades policiais. Por outro lado, no entanto, ao pregar a destruição do Estado e rejeitar a organização em um partido destinado a assumir o poder, falhava em oferecer uma proposta viável de alternativa política para o país. De qualquer forma, o operariado, embora crescente, era ainda muito frágil e tinha dificuldades para viabilizar um projeto próprio de governo.

O impacto da Revolução Russa de 1917 e o surgimento de algumas grandes unidades industriais no Brasil, agrupando centenas de trabalhadores na mesma fábrica, influenciaram a fundação e a expansão do **Partido Comunista do Brasil** (PCB), em 1922. Sua atividade sindical desenvolveu-se a partir de 1925, apesar de o partido ter permanecido ilegal entre 1922 e 1927. No entanto, mesmo nesse período, o partido chegou a ter uma representação política, por meio do **Bloco Operário e Camponês**, que não apenas elegeu alguns representantes para funções legislativas, como também chegou a apresentar candidato para as eleições presidenciais de 1930, o operário marmorista Minervino de Oliveira.

A classe média

Grupo basicamente urbano, a classe média tendia a se opor ao regime oligárquico. Além de sofrer as consequências da inflação provocada pelas sucessivas valorizações do café, tinha pouca participação política, em razão da fraude eleitoral que se tornara comum no período e do voto rural – parcela decisiva do eleitorado ainda em 1930, conservadora e moralista. A classe média defendia o voto secreto e repudiava o poder dos coronéis.

Em princípio, compartilhava com a burguesia os mesmos valores (intelectuais e sociais), mas tinha dificuldade em expressar-se politicamente por meio de um partido político e evitava manifestações mais radicais, como greves. Na verdade, tanto quanto a elite, temia as massas.

A insatisfação da classe média com o regime transferia-se para o Exército, que tinha muitos oficiais oriundos desse setor da sociedade. Na década de 1920, surgiu um movimento em meio à jovem oficialidade do Exército, o **tenentismo**, que rapidamente atraiu a simpatia de setores sociais urbanos.

O TENENTISMO

Embora muitas vezes originada no seio da classe média, a insatisfação tenentista não deve ser caracterizada como forma de representação e defesa dos seus interesses. Muitas das características e propostas tenentistas iam muito além das pretensões das camadas médias (por exemplo, a ideia de centralização política ou o elitismo do movimento, que o levava a distanciar-se de setores não militares).

As origens do movimento tenentista ligam-se às mudanças ocorridas no interior do próprio Exército: a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904 e, em 1911, criou-se a Escola Militar do Realengo, ambas no Rio de Janeiro. A primeira destacara se, desde o final do Império, por formar oficiais dotados de sólida base positivista, preocupados com questões nacionais, e não apenas militares. Já o ensino no Realengo tinha outro caráter, eminentemente técnico. A própria eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 e as transformações técnicas daí decorrentes (por exemplo, novas armas, como tanques, gás venenoso e aviões) impunham maior profissionalização às novas gerações de oficiais formados a partir do final da década de 1910.

Museu da Polícia Militar de São Paulo

▲ Tropa brasileira reunida em 1912: cavalos, espadas, quepes de tecido. Na Primeira Guerra Mundial seriam utilizados tanques, metralhadoras e capacetes de aço

O abandono em que o governo oligárquico deixara o Exército e as restrições políticas, e não necessariamente profissionais, impostas à ascensão na carreira militar geravam preocupação e descontentamento entre os tenentes. Esse baixo oficialato rejeitava os oficiais da velha guarda, isto é, as altas cúpulas militares ligadas ao governo.

Os tenentes propunham um processo revolucionário para livrar as forças armadas de influências tão nefastas, embora pouco discutissem a respeito do que fazer após a revolução. Não tinham um projeto consistente para o Brasil, mas propunham a moralização do país, pelo voto secreto e maior centralização política, eliminando o poder das oligarquias e dos "coronéis". Defendiam ainda o ensino obrigatório.

Na verdade, não rejeitavam o sistema republicano (e muito menos o capitalismo), mas apenas seus dirigentes. Para eles, colocando-se o homem certo no lugar certo e realizando umas poucas reformas, os problemas do Brasil estariam solucionados. O "homem certo" deveria ser procurado entre os "tenentes", o que demonstrava não só o caráter romântico, mas principalmente o **elitismo** do movimento.

As revoltas tenentistas representaram o principal elemento de ameaça ao regime oligárquico a partir da década de 1920.

NO CAMPO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA...

Em 1918 faleceu o recém reeleito Rodrigues Alves e assumiu provisoriamente o vice-presidente Delfim Moreira. Nas novas eleições que se seguiram, não houve consenso entre as oligarquias paulista e mineira, e o nome apoiado foi o do paraibano Epitácio Pessoa. Para as eleições de 1922, São Paulo e Minas Gerais lançaram a candidatura de Artur Bernardes. Os estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que ocupavam papel secundário na vida política nacional nesse período, resolveram desafiar as oligarquias dominantes, no movimento chamado **Reação Republicana**, e lançaram como candidato o político fluminense Nilo Peçanha. O surgimento de uma dissidência oligárquica fez das eleições de 1922 uma disputa verdadeira, caso raro na República Velha.

Nilo Peçanha e a Reação Republicana passaram a pregar a moralização política – o que, embora representasse uma flagrante contradição com as origens oligárquicas do movimento, sensibilizou parte do crescente eleitorado urbano. Muitos órgãos de imprensa também se envolveram apoiando um dos lados.

Observe que as oligarquias que formavam a Reação Republicana tradicionalmente beneficiavam-se das práticas políticas "de curral" em seus estados. Assim, sua pregação pela moralização da política era quase sempre uma estratégia eleitoral para atrair votos dos setores urbanos. Cabe questionar se uma eventual vitória do movimento resultaria de fato em uma ruptura com as práticas políticas predominantes até então.

Nas eleições de março de 1922 – fraudulentas, como era comum –, Artur Bernardes foi vitorioso. Em meio ao descontentamento no meio militar, a posse do novo presidente foi marcada para novembro daquele ano. Reagindo à vitória de Bernardes e tentando impedir sua posse, em 5 de julho de 1922 sublevou-se um grupo de oficiais do Exército no Forte de Copacabana, na capital da República, Rio de Janeiro.

A **Revolta do Forte de Copacabana**, como acabou sendo chamada, foi a primeira grande rebelião tenentista e, mesmo fracassada, teve grande importância, pois tornou público o movimento. Alguns de seus líderes foram consagrados como heróis.

A Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, foi a primeira das rebeliões tenentistas a abalar o domínio oligárquico. Na foto, marcha dos tenentes na avenida à beira-mar no Rio de Janeiro. Ao centro, um civil que se juntou à marcha

Coleção particular, São Paulo

Em 1923, explodiu a **Revolução Gaúcha**. O estopim foi a eleição – pela quinta vez consecutiva – do velho político "pica-pau" (pertencente ao Partido Republicano Rio-Grandense) **Borges de Medeiros** para o governo do estado. Seus rivais, os "maragatos" liderados por **Assis Brasil**, levantaram-se contra a reeleição, contando com o apoio do presidente da República.

A solução para o conflito só veio após meses de intensos combates, quando os dois lados firmaram o Pacto de Pedras Altas, estabelecendo que, concluído o mandato de Borges de Medeiros, ficavam proibidas as reeleições para governador no estado. Abria-se, assim, espaço para uma nova geração de políticos gaúchos, entre os quais logo se destacariam Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas.

No governo de Artur Bernardes, o desgaste do regime oligárquico se intensificou, com pressões – sobretudo rebeliões tenentistas – e a própria crise interna, que multiplicou as dissidências oligárquicas nos níveis federal e estadual.

Em 1924, mais precisamente em julho, iniciou-se a segunda grande revolta tenentista, a **Revolução Paulista de 1924**. Mais uma vez, o movimento deveria ter tido um caráter nacional, mas permaneceu limitado a poucos focos, notadamente na cidade de São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Amazonas.

Em São Paulo, unidades do Exército, com o apoio de elementos da poderosa Força Pública do estado, sublevaram-se, tomando pontos estratégicos da cidade. No comando do movimento estava o general **Isidoro Dias Lopes**, auxiliado por Miguel Costa. Os rebelados atacaram o Palácio dos Campos Elísios, sede do governo estadual. Após intensos combates, o governador Carlos de Campos fugiu.

O movimento rejeitava a participação popular. À população pedia-se apoio, compreensão e, principalmente, passividade. Além disso, a preocupação maior estava em garantir os interesses das elites, tudo se fazendo para "restabelecer a vida normal", e não necessariamente criar algo novo.

A reação do governo federal foi violenta: a cidade de São Paulo foi cercada e iniciou-se um pesado bombardeio, que acabou por atingir os bairros mais pobres da cidade, como o Brás, bairro operário. Pressionados pelo poder de fogo governamental e tratados com desconfiança cada vez maior pelo operariado – que eles marginalizavam, mas que pagava a revolução com a própria vida –, os rebeldes decidiram abandonar a cidade. Em 27 de julho, furou-se o bloqueio do Exército e os revoltosos se deslocaram rumo ao oeste, em direção ao norte do Paraná, fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Arquivo do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo

◄ Tropas aliadas do governo federal entrando em São Paulo para combater os oficiais revoltosos. Foto de 1924

Coleção particular

A Revolução Paulista de 1924 teve como centro a cidade de São Paulo. Na foto, barricadas nas ruas ►

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o tenente **Luís Carlos Prestes**, com o apoio do também tenente João Alberto, reuniu algumas unidades militares do interior do estado e organizou uma coluna armada que se dirigiu para o norte a fim de encontrar os paulistas. Em abril de 1925, rebeldes tenentistas paulistas e gaúchos encontraram-se próximo a Foz do Iguaçu, sempre fustigados por forças governamentais.

Seguindo uma sugestão de Prestes, os revolucionários se dividiram em dois grupos: enquanto um deles, liderado pelo general Isidoro, buscou refúgio político na Argentina e no Paraguai, outro continuou a luta, sob o comando de Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. Originou-se, assim, a **Coluna Prestes**, que, após um desvio pelo território paraguaio, retornou ao Brasil pelo Mato Grosso e iniciou sua marcha pelo interior. Durante quase dois anos, isto é, até fevereiro de 1927, a coluna percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros, passando por 11 estados, e sempre evitando o confronto direto com as tropas governamentais, geralmente em maior número.

A coluna fez nascer um mito em torno do nome de Luís Carlos Prestes. O "Cavaleiro da Esperança", como passou a ser chamado, tornou-se um herói nacional, pelo menos para os grupos contrários à ordem oligárquica, notadamente setores médios urbanos. Seu grande feito foi manter a coluna ativa, invencível e capaz de sobreviver às privações de uma campanha desgastante. No início de 1927, liderados por Prestes, os últimos sobreviventes do movimento, menos da metade dos 1 500 originais, buscaram refúgio na Bolívia.

Leia a seguir um texto da historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Prestes e Olga Benário, em que ela avalia que os participantes tenentistas deixaram pouca informação sobre a Coluna. Isso se deve, segundo ela, à opção política dos líderes tenentistas após 1930, que seria bem diferente do caminho do "Cavaleiro da Esperança".

OS TENENTISTAS E A COLUNA DEPOIS DE 1930

Parece evidente [...] que houve o propósito deliberado de relegar a Coluna e seus feitos ao esquecimento e, ao mesmo tempo, permitir que seu conteúdo real acabasse esvaziado, deturpado e manipulado pelos donos do poder ao longo dos anos que se seguiram à vitória da Revolução de 30.

A ruptura de Luís Carlos Prestes com os "tenentes" em 1930 e sua adesão aos ideais comunistas podem explicar muita coisa. A partir daquele momento, quase todos os seus antigos companheiros – que estavam comprometidos, em maior ou menor grau, com Getulio Vargas – viraram-lhe as costas, tendo-se integrado no movimento de 1930 e, posteriormente, servindo ao poder estabelecido com a derrocada da República Velha.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1995. p. 6.

Artur Bernardes reagiu às atribulações por que passou seu governo com medidas autoritárias, como a decretação quase constante de estado de sítio, restrições à liberdade de imprensa e a reforma constitucional de 1926, fortalecendo o poder do presidente, sem, contudo, alterar as práticas políticas oligárquicas. Seu governo refletiu a crise do regime.

O percurso da Coluna Prestes

BOLÍVIA
Santa Cruz de la Sierra
PARAGUAI
ARGENTINA
URUGUAI
Rio de Janeiro
São Paulo
Alegrete
N
0 640 1 280 km
Coluna Prestes (rota de ida)
Coluna Prestes (rota de volta)
Coluna Paulista

Adap. CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 47.

Allmaps/Arquivo da editora

Iconographia

▲ No mapa acima, o percurso da Coluna Prestes ao longo de quase dois anos. Na foto ao lado, membros da coluna já no exílio, tendo ao centro Luís Carlos Prestes. ▶

A SEMANA DE ARTE MODERNA

No mês de fevereiro de 1922, o imponente Teatro Municipal de São Paulo foi palco da Semana de Arte Moderna. Sob vaias e assobios, um grupo de jovens artistas e intelectuais divulgou suas novas ideias: tratava-se da introdução do **Modernismo** no Brasil.

O movimento modernista tinha duas vertentes. Uma delas, destruidora, com o objetivo de romper as amarras formais que impediam a livre manifestação cultural, criticava a submissão às correntes culturais europeias e às desgastadas fórmulas artísticas então em moda, como a poesia parnasiana.

A outra vertente, criadora, estava voltada para a investigação e a criação de novas formas de expressão, debatendo-se entre o **Futurismo** – com sua exaltação da técnica, do movimento, da velocidade e da experimentação, até mesmo linguística – e o **Primitivismo**, a busca de uma expressão cultural mais "pura", não tão afetada pela civilização e, por isso mesmo, aceita como mais autêntica. Essa busca passava por investigações sobre o inconsciente, aproximando a tendência do **Surrealismo**.

Os principais nomes do nascente Modernismo brasileiro foram Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, na literatura; Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Emiliano Di Cavalcanti, na pintura; Guiomar Novais e Heitor Villa Lobos, na música; e Victor Brecheret, na escultura.

Museu do Teatro Municipal de São Paulo

▲ Grupo de modernistas em São Paulo. Na foto, destacam-se (da esquerda para a direita) Patrícia Galvão (a Pagu, 1.ª), Anita Malfatti (2.ª), Tarsila do Amaral (3.ª) e Oswald de Andrade (no centro, ao fundo).

Entretanto, esse movimento cultural nascia sob a luz de uma contradição: ao mesmo tempo que queria romper com os modelos estéticos importados da Europa, o Brasil dava seus primeiros passos modernistas justamente de acordo com os padrões ditados pelas vanguardas modernistas europeias, como o Futurismo e o Surrealismo. Essa contradição acabou originando o principal projeto estético do Modernismo brasileiro nos anos 1920: o **movimento antropofágico**. Iniciado com a publicação do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade (1924), o movimento aceitava a cultura estrangeira (europeia), desde que fosse "devorada" e "digerida" internamente, isto é, reelaborada, a ponto de poder transformar-se em produto nacional autêntico.

O Modernismo deu origem a outro ramo radicalmente nacionalista: o **verde-amarelismo**, que tendia francamente para a direita xenófoba e tinha como um dos principais expoentes o futuro líder integralista Plínio Salgado.

> **integralismo:** movimento político de inspiração fascista, atuante no Brasil durante a década de 1930. Ver capítulo 34.

Museu de Arte Latino-americano de Buenos Aires, Argentina/Malba. Cedido por Tarsila Educação www.tarsiladoamaral.com.br

▲ Quadro *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, pintado em 1928. Em Tupi-Guarani, *aba* e *poru* significam *o homem que come*. A composição teria inspirado Oswald de Andrade a escrever o *Manifesto Antropofágico*, publicado no mesmo ano.

O governo de Washington Luís (1926-1930)

O sucessor de Artur Bernardes na Presidência da República foi Washington Luís, carioca de nascimento, mas com toda a carreira política feita em São Paulo. Era considerado "moderno", e sua passagem pelo governo da capital paulista e do estado de São Paulo foi marcada pelo envolvimento em processos de racionalização administrativa e gerenciamento técnico-científico, dando impulso à historiografia, museologia, ciências sociais, estatísticas e censos, além de diversas manifestações esportivas e culturais.

Como prefeito, havia colocado o Teatro Municipal à disposição para a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. Representava as oligarquias, mas não tinha dificuldade em dialogar com a população em geral, por mais unilateral que fosse o diálogo.

Decretou o fim do estado de sítio, mantido quase ininterruptamente durante o mandato de Artur Bernardes, o fechamento de prisões destinadas a presos políticos e o restabelecimento da liberdade de imprensa. Não concedeu, no entanto, anistia política e, por meio da **Lei Celerada**, acabou com a recém-instaurada liberdade de imprensa (1927). Sob o pretexto de combater o comunismo, a lei chegava a prever pena de prisão para os responsáveis por "delitos ideológicos".

Washington Luís lançou um plano nacional de construção de estradas de rodagem: "Governar é abrir estradas" era seu lema. Contudo, seu principal projeto de governo envolvia uma reforma monetária e financeira: tratava-se da tentativa de montar um enorme depósito em ouro que pudesse servir como lastro para a moeda brasileira, fortalecendo-a perante as moedas estrangeiras.

O Brasil, nesse momento, sofria os efeitos da quebra da bolsa de valores de Nova York (1929), que você estudará no próximo capítulo. A economia mundial sofreu um forte abalo, dando início à **Grande Depressão** e à ruína da economia norte-americana. A produção industrial dos Estados Unidos caiu drasticamente e o desemprego se expandiu. Para o Brasil, uma das consequências mais graves foi a queda dos preços do café no mercado internacional.

Os cafeicultores, como de hábito, procuraram salvação no governo federal, mas Washington Luís negou qualquer auxílio, argumentando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações – o que não aconteceu.

Museu Republicano – Museu Paulista da USP, São Paulo

▲ Washington Luís (1869-1957), último presidente da República Velha, foi derrubado pela Revolução de Outubro de 1930.

A atitude do presidente gerou grande insatisfação entre os cafeicultores paulistas, sua principal base de sustentação. Não se pode dizer que os cafeicultores tenham passado, a partir de então, a fazer oposição ao governo; no entanto, sua disposição em defendê-lo diminuiu, e muito, principalmente no caso de golpe ou revolução eventuais.

As eleições de 1930

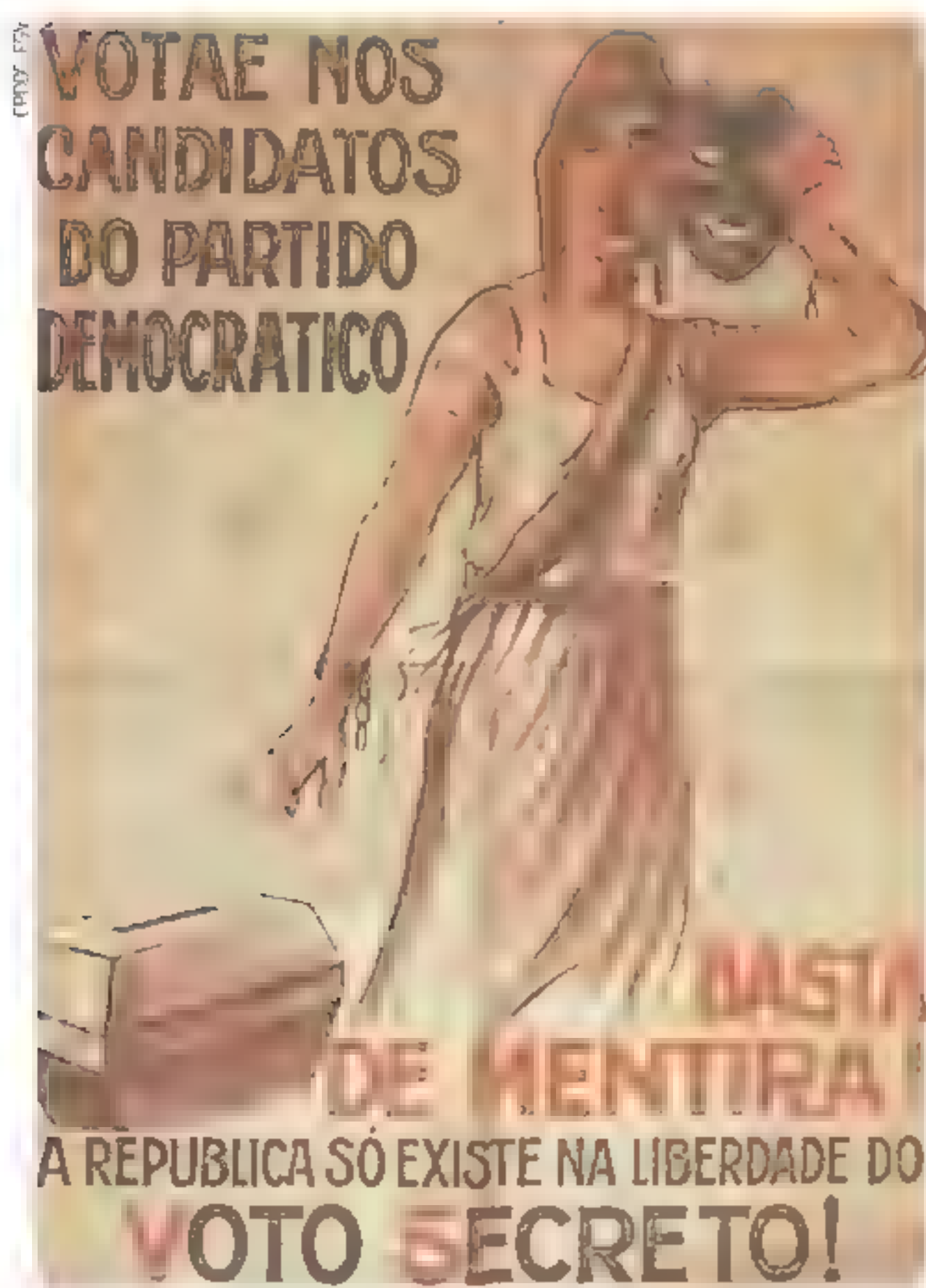
Para concorrer às eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indicou outro candidato paulista, **Júlio Prestes**, contrariando os princípios da política do café com leite e desgostando profundamente a oligarquia mineira, que via no governador do estado, Antônio Carlos, o candidato natural à sucessão presidencial. Caminhava-se para mais um rompimento, e as eleições de março daquele ano foram realmente disputadas.

Os mineiros formaram a **Aliança Liberal**, uma frente de oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes. De início, ofereceram a vaga de candidato a presidente aos gaúchos, que prontamente aceitaram, lançando o nome do governador de seu estado, Getúlio Vargas. Em seguida, ofereceram a candidatura à vice-presidência a um estado menor, a Paraíba, sendo

indicado o governador João Pessoa. Naturalmente, por mais que fraudassem, os três estados não teriam como competir com os demais estados da República. Assim, a Aliança Liberal tentou atrair os votos dos descontentes com o regime oligárquico que, a essa altura, não eram poucos.

As propostas da Aliança Liberal conseguiram angariar o apoio do eleitorado urbano: setores da burguesia, proletariado e camadas médias. Os tenentes, frustrados em suas tentativas de derrubar o regime pela força, viram no apoio à Aliança uma alternativa política para a ascensão ao poder.

Finalmente, o Partido Democrático (PD) apoiou a Aliança. Formado em São Paulo, em 1926, defendia um programa liberal, de âmbito nacional, reformista, incluindo em suas propostas o voto secreto.

Em torno de Getúlio Vargas, em oposição à oligarquia dominante, agrupavam-se setores sociais díspares, quando não francamente antagônicos. Os próprios tenentes, supostamente contrários ao regime oligárquico, estavam agora aliados a outros grupos oligárquicos.

▲ Propaganda do Partido Democrático: a maltratada República finalmente rompe as algemas e tira sua máscara. Era a defesa do voto secreto.

O desfecho revolucionário

Para obter o apoio dos tenentes, fortalecendo a luta contra o regime oligárquico, era fundamental para a Aliança Liberal que Luís Carlos Prestes, o principal líder tenentista, assumisse uma posição clara de apoio à candidatura de Getúlio Vargas.

Com alguns sobreviventes da coluna que levou seu nome, Prestes permaneceu na Bolívia por um ano. No início de 1928, mudou-se para a Argentina, onde entrou em contato com outros líderes tenentistas exilados. Porém, antes de deixar a Bolívia, recebera a visita de **Astrojildo Pereira**, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tentou sensibilizá-lo com as propostas de seu partido. Embora não tivesse mostrado interesse por essas propostas, Prestes iniciou a partir daí sua lenta guinada para a esquerda. Depois de algum tempo, o antigo líder tenentista acabou aderindo às ideias comunistas.

Durante o prolongado exílio, o contato com líderes comunistas argentinos e uruguaios facilitou sua conversão. Procurado pela Aliança Liberal, Prestes repudiou a candidatura Vargas e, em seguida, divulgou um manifesto (maio de 1930). Nele constavam: repúdio ao programa da Aliança Liberal e condenação dos dois grupos que disputavam as eleições; denúncia da submissão do país aos interesses do imperialismo inglês e norte-americano, então em luta pelo domínio da América Latina; proposta de revolução "agrária e anti-imperialista" a ser realizada pela massa dos trabalhadores; reforma agrária; nacionalização de empresas estrangeiras; anulação da dívida externa; e estabelecimento de um governo popular e democrático.

Com o manifesto, Prestes rompia com os principais líderes tenentistas, notadamente Juarez Távora, que lhe respondeu violentamente às propostas. Por outro lado, ao incorporar ideias marxistas, Prestes ofereceu ao tenentismo a possibilidade de ganhar, ao mesmo tempo, legitimação teórica e base social, características que o movimento jamais teve.

As eleições ocorreram em 1.º de março e resultaram em vitória do candidato da situação, Júlio Prestes. A princípio, os velhos líderes oligárquicos da Aliança Liberal (Borges de Medeiros, Antônio Carlos, Artur Bernardes, João Pessoa) aceitaram o resultado. Buscando a própria sobrevivência política, reconheceram a vitória do candidato da situação e procuraram compor-se com o novo presidente.

Entretanto, a geração mais jovem da Aliança, formada por líderes gaúchos e mineiros como Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, não

aceitou os resultados e começou a falar em revolução. Os próprios tenentes retomaram o apelo às armas, apesar da ausência de Prestes, que na época divulgava seu manifesto. Finalmente, esperava-se o apoio dos setores sociais urbanos a um eventual movimento armado.

Em 26 de julho de 1930, ainda antes da posse do candidato eleito, João Pessoa foi assassinado. O crime deveu-se a disputas locais paraibanas; no entanto, causou verdadeira comoção popular no país e serviu de estopim para o movimento revolucionário.

Em meio à agitação popular, a frase do político mineiro Antônio Carlos pode caracterizar a Revolução de 1930 que se iniciava: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Diante da inevitabilidade da revolução, as elites assumiram a liderança, para que ela não escapasse a seu controle. Rearticulava-se, então, a Aliança Liberal, com a velha-guarda e a ala jovem das oligarquias dissidentes, mais os tenentes.

A revolução, entretanto, estava longe de representar um rompimento decisivo na história do país, uma vez que a permanência de pessoas e grupos ligados ao velho esquema oligárquico era marcante. A própria ascensão de Vargas demonstrava essa característica. No entanto, apesar desse perfil, a revolução significou uma mudança na base social brasileira.

Até então, desde a Independência, os sucessivos governos brasileiros representavam os interesses de uma única categoria socioeconômica, fosse a aristocracia rural escravocrata do Império, fosse a oligarquia cafeeira dos primeiros anos da República. Agora, o novo governo representava vários grupos distintos, como as oligarquias dissidentes, os setores urbanos e os tenentistas, aparentemente vitoriosos dentro das forças armadas. Assim, uma das principais funções, se não a principal, de Getúlio Vargas seria manter a aliança que havia tornado possível o advento de seu governo.

Os combates tiveram início simultaneamente em Minas e no Rio Grande do Sul. Em 4 de outubro, Juarez Távora rebelou-se no Nordeste, tendo a Paraíba como foco de irradiação. A maior parte da força revolucionária, sob comando do então coronel **Góis Monteiro**, concentrava-se no Sul do país, onde os contingentes do Exército eram mais fortes.

De lá marcharam para o Rio de Janeiro, passando por São Paulo, onde esperavam os combates decisivos. No entanto, a motivação paulista, como você já estudou, era bem pequena: pegar em armas para salvar os últimos dias do governo Washington Luís parecia um esforço demasiado para os cafeicultores paulistas, bastante abalados pela continuidade da crise econômica.

Por fim, em 24 de outubro, o alto comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro deu o golpe de misericórdia no governo: os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, mais o almirante Isaías Noronha, lideraram o movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. A revolução havia triunfado. Mais alguns dias e Getúlio Vargas chegaria ao Rio de Janeiro, onde seria empossado presidente provisório da República.

Revista da Semana

▲ Em foto de 1930, o comando revolucionário em um trem, a caminho de São Paulo: Miguel Costa, Góis Monteiro e Getúlio Vargas.

O declínio da República Velha: a Revolução de 1930

Washington Luís
↓
rompe a política do café com leite
↓
nomeando o candidato paulista
↓
Júlio Prestes ◄ apoio — São Paulo + estados (política dos governadores)
↓
vitória nas eleições

oposição de Minas Gerais
↓
Aliança Liberal
↓
Getúlio Vargas — apoio ► oligarquias dissidentes (MG, RS, PB)
↓
projeto:
• moralização política
• anistia
apoio ► setores urbanos
apoio ► tenentes

Júlio Prestes × Getúlio Vargas

"Façamos a revolução antes que o povo a faça."

Não aceitam o resultado das eleições.
↑
assassinato de João Pessoa

Revolução de 1930

Com base no esquema-resumo acima e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

Relacione o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro ocorrido no início do século XX ao surgimento dos movimentos tenentista e operário nessa mesma época.

Explique a ruptura ocorrida no seio das elites paulista e mineira e a formação da Aliança Liberal.

Explique a seguinte afirmação, atribuída ao mineiro Antônio Carlos: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de tabela

→ Observe com atenção a tabela abaixo.

CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE SALÁRIOS (1914-1921)					
Ano	Custo de vida	Salários	Ano	Custo de vida	Salários
1914	100	100	1918	144	117
1915	108	100	1919	148	123
1916	116	101	1920	163	146
1917	128	107	1921	167	158

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 147. Tomo III, v. 2.

a) O que a tabela mostra?

b) De acordo com os dados da tabela, que conclusões se podem tirar sobre a condição de vida dos trabalhadores brasileiros durante a República Velha?

c) Que efeito sobre o cenário político brasileiro a situação mostrada na tabela pode ter causado?

d) De acordo com a tabela, em que anos os trabalhadores tiveram reajustes maiores? Que acontecimentos podem explicar os aumentos nessa época?

2 Pesquisa e análise de documento

→ O fragmento abaixo é parte da conferência intitulada "Arte moderna", proferida pelo escritor Menotti Del Picchia na abertura da Semana de Arte Moderna, em 15 de fevereiro de 1922.

Pela estrada de rodagem da via láctea, os automóveis dos planetas correm vertiginosamente. Vela o Cordeiro do Zodíaco, perseguido pela Ursa Maior, toda dentada de astros. As estrelas tocam o jazz-band de luz, ritmando a dança harmônica das esferas. O céu parece um imenso cartaz elétrico, que Deus arrumou no alto, para fazer o eterno reclamo da sua onipotência e da sua glória.

Este é o estilo que de nós esperam os passadistas, para enforcar-nos, um a um, nos finos baraços dos assobios das suas vaias. Para eles nós somos um bando de bolchevistas das estéticas, correndo a 80 H.P. rumo da paranoia. Somos o escândalo com duas pernas. O cabotinismo organizado em escola. Julgam-nos uns cangaceiros da prosa, do verso, da escultura, da pintura, da coreografia, da música, amotinados na jagunçada dos Canudos literários da Pauliceia desvairada... [...]

Aos nossos olhos riscados pela velocidade dos bondes elétricos e dos aviões, choca a visão das múmias eternizadas pela arte dos embalsamadores. Cultivar o helenismo como força dinâmica de uma poética do século é colocar o corpo seco, enrolado em vendas, de um Ramsés ou de Amnésis, a governar uma república democrática, onde há fraudes eleitorais e greves anarquistas. [...]

Não! Paremos diante da tragédia hodierna, a cidade tentacular radica seus gânglios numa área territorial que abriga 600 000 almas. Há na sua angústia e na sua luta odisseias mais formidáveis que as que cantou o aedo cego: a do operário reivindicando seus direitos, a do burguês defendendo sua arca; a dos funcionários deslizando nos trilhos dos regulamentos, a do industrial combatendo o combate da concorrência, a do aristocrata exibindo o seu fausto, a do político assegurando a sua escalada, a da mulher quebrando as algemas da sua escravidão secular nos guniceos (sic) eventrados pelas ideias libertárias post bellum. *Tudo isso — e o automóvel, os fios elétricos, as isomas, os aeroplanos, a arte — tudo isso forma os nossos elementos da estética moderna, fragmento de pedra em que construiremos, dia a dia, a Babel do nosso Sonho, no nosso desespero de exilados de um céu que fulge lá em cima, para o qual galgamos na ânsia devoradora de tocar com as mãos as estrelas!*

Disponível em: <http://literalmeida.blogspot.com/2008/01/conferncia-de-menotti-durante-semana-de.html>. Acesso em: 24 mar. 2010.

a) Compare o texto que você acabou de ler com o trecho do *Manifesto Futurista* reproduzido no capítulo 30 (página 582) e responda: que semelhanças e diferenças há entre eles?

b) Como o texto de Menotti Del Picchia traduz as transformações sociais e econômicas que vinham ocorrendo no Brasil no início do século XX?

c) A que segmento da sociedade brasileira o texto acima pode ser associado? Justifique sua resposta.

3 Leitura e interpretação de texto historiográfico

→ Leia atentamente o texto abaixo e faça o que se pede adiante.

Ao retornar dos estudos na Inglaterra, o jovem paulistano Charles Miller surpreendeu-se ao constatar que o futebol era praticamente desconhecido pelos brasileiros, apesar da forte presença britânica no Brasil, com suas indústrias, empresas de comércio e serviços [...].

A partir de então, Miller, jogador de extrema habilidade técnica e que integrara a equipe principal de um clube inglês, empreendeu uma verdadeira conversão dos ingleses aqui radicados ao futebol, ensinando-lhes técnicas e táticas do jogo. A primeira partida de futebol propriamente dita, disputada no Brasil, só ocorreu em 1895, no grande descampado da Várzea do Carmo, pasto dos burros puxadores de bondes [...].

Imitando os ingleses, os alunos do Mackenzie College fundaram a Associação Atlética Mackenzie College em 1898, cujos integrantes eram, basicamente, jovens brasileiros da elite paulistana. [...]

Nos primeiros tempos do futebol em São Paulo, além dos ingleses, apenas as camadas sociais superiores tinham condição de cultivá-lo, uma vez que o material necessário à sua prática era importado das melhores lojas inglesas e, portanto, caro. Desse modo, ele pôde conservar, durante certo período, um caráter elitista e amador.

A plateia dos primeiros jogos no Velodromo também era "seleta". Jornais da época mencionavam a afluência às arquibancadas de homens trajando terno e gravata, senhoras elegantes, moças e rapazes de "boas famílias", que iam torcer por seus filhos, irmãos, primos, amigos, namorados.

Mas não foi somente entre a elite paulistana que o futebol ganhou adeptos. Ao contrário de muitos outros esportes importados da Inglaterra e cultivados apenas por um grupo de privilegiados, o futebol não resistiu a um processo de popularização e, no espaço de menos de uma geração, foi apropriado pelas camadas menos favorecidas. [...]

O êxito do futebol entre as camadas menos favorecidas da população seria inevitável, devido às próprias características do jogo. De fácil assimilação, o futebol podia ser praticado de improviso, com qualquer número de jogadores, mesmo com desnível de idades, podia ser jogado ao ar livre e com qualquer tempo, com bola de meia, de papel, de borracha. Numa São Paulo que despertava para o progresso, de povoação ainda esparsa e com muito espaço a ser ocupado, o futebol se transformaria em divertimento acessível e preferido dos meninos descalços dos bairros operários. O esporte até então dos ingleses e da elite se democratizava. [...]

A cidade vivia intensamente a experiência do trabalho fabril e passava a conhecer a necessidade imperativa de espaços de sociabilidade e lazer, sobretudo aos domingos. Os clubes de várzea mantinham equipes de futebol e promoviam atividades sociais, como bailes, piqueniques, excursões e pescarias, o que também assegurava a participação das mulheres e crianças. Além destes, tornavam-se comuns os clubes formados a partir de empresas, fábricas ou grupos profissionais. [...]

A princípio, os clubes filiados à Liga Paulista de Futebol não se importaram com a concorrência, tampouco com o crescimento do número de times e dos simpatizantes do futebol entre as camadas populares, até que alguns desses clubes varzeanos se fortaleceram e passaram a reivindicar sua inclusão no campeonato da Liga. [...]

Depois de muita insistência, o Corinthians foi aceito na Liga Paulista de Futebol e participou do campeonato de 1913. Foi a revelação do torneio. O clube nascido no Bom Retiro inovou em estilo de jogo, rompendo totalmente com o rígido sistema inglês, ainda adotado pelos clubes mais antigos. Estes não gostaram de jogar e de perder para o Corinthians, clube de operários e gente do povo. O elitismo e o preconceito social predominavam.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. Do velódromo ao Pacaembu: o movimento esportivo em São Paulo e a trajetória do futebol, de esporte da elite à paixão nacional. *Revista Cidade*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura, ano V, n. 5, jan. 1998. p. 90-3.

a) De acordo com o texto, como ocorreu a entrada do futebol no Brasil?

b) Ainda conforme o texto, em que medida o futebol foi palco dos conflitos sociais que marcavam o início do século XX?

c) Em sua opinião, nos dias de hoje o futebol espelha uma sociedade mais ou menos democrática do que aquela que existia no início do século XX? Justifique sua resposta.

As diferentes experiências de atuação do Estado na economia liberal é o principal tema deste capítulo. Nos Estados Unidos, a crise de 1929 foi um motivador direto da estruturação do *New Deal*, empreendida pelo governo de Franklin Roosevelt. Na Europa, porém, os acontecimentos da Quinta-Feira Negra somente pioraram as condições de crise socioeconômica já em curso nos países que se reorganizavam após a Primeira Guerra Mundial, notadamente a Itália e a Alemanha.

Enquanto nos Estados Unidos o liberalismo democrático foi reinventado com a implantação de um programa baseado nos princípios de John Maynard Keynes, nos dois países europeus em destaque tomavam forma e se popularizavam os regimes dos ideários fascista e nazista. Identificar as diferenças entre os ideários, através de seus princípios e desdobramentos em cada sociedade, é um dos objetivos deste capítulo. Para tanto, os textos "O totalitarismo fascista segundo Mussolini" e "A população alemã tinha conhecimento do extermínio dos judeus nos campos de concentração?" são recursos facilitadores junto com a realização das atividades *1. Leitura e análise de gráficos* e *2. Leitura e análise de cartaz de propaganda*.

Ao final do estudo do capítulo, retome os questionamentos propostos na seção ***Para pensar historicamente***, momento em que os alunos terão condições de refletir sobre as colocações apresentadas.

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 33 (p. 613 a p. 625).

assessoria pedagógica

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História e Jornalismo: pesquisar a importância dos meios de comunicação de massa na Alemanha nazista.

Textos de apoio

A situação criada pelas especulações da Bolsa de Nova Iorque

A repercussão do fato em Berlim e Amsterdã

Uma reunião de banqueiros

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – Os diretores de meia dúzia das maiores instituições financeiras desta cidade, com recursos que somam aproximadamente sete bilhões de dólares, reuniram-se às primeiras horas da noite de ontem, nos escritórios do Sr. J. P. Morgan, para discutir a situação da Bolsa, em face das últimas baixas das cotações dos títulos. Foi noticiado que nessa reunião foi deliberado prepararem-se planos de mobilização de toda a potencialidade financeira daquelas instituições, a fim de evitar novos desastres.

Os primeiros efeitos do apoio bancário

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – A Bolsa de Títulos abriu com uma baixa de proporções sem precedentes. Porém, logo a seguir, manifestaram-se os primeiros efeitos do mais poderoso apoio bancário que jamais fora prestado ao mercado. As cotações estabilizaram-se e chegou mesmo a verificar-se algumas altas. Mais de 3 250 000 ações foram vendidas nas primeiras horas de funcionamento do mercado. A firma corretora John J. Bell, não conseguindo enfrentar os compromissos assumidos, suspendeu as suas transações. É esta a primeira falência de uma casa de corretagem, ocorrida em consequência da crise atual.

O pânico ligeiramente atenuado

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – Importantíssimos estabelecimentos de crédito e eminentíssimas personalidades bancárias prestaram o seu concurso para dissipar o pânico causado desde o dia 24, pela baixa dos valores na Bolsa de Nova Iorque e que teve funda repercussão nos mercados de Chicago, Filadélfia, São Francisco, Nova Orleans, Montreal e outros. Os Srs. Morgan, Mamout, Mitchell, Wigin, Baker e outros banqueiros tiveram longa conferência ao meio-dia.

O pânico estava à tarde ligeiramente atenuado.

O total das transações, que, aliás, constituíram um record, foi de 16 410 050 ações nas bolsas de Nova Iorque.

Bibliografia

ALMEIDA, A. M. de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRIEDRICH, O. *Antes do dilúvio*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GAY, P. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LENHARO, A. *Fascismo, nazismo e integralismo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

______. *Nazismo. "O triunfo da vontade"*. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios)

LUCACKS, J. *O Hitler da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Novas direções)

RICHARD, L. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANDRONI, P. (Org.). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

TRENTO, A. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios)

Tese

BIGAZZI, A. R. *In difesa della razza: os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas, 1938-1945*. São Paulo: FFLCH, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 19 abr. 2010.

Filmes

Arquitetura da destruição. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989. (121 min)

A onda. Direção de Dennis Gansel. Alemanha, 2008. (107 min)

O menino do pijama listrado. Direção de Mark Herman. Estados Unidos, 2008. (94 min)

Endereço eletrônico

Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <www.[illegible].br/sgm>. Acesso em: 19 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BRENER, Jayme. *1929: a crise que mudou o mundo*. São Paulo: Ática, 1998.

FITZGERALD, Francis Scott. *O grande Gatsby*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O Conselho do Federal Reserve Bank esteve reunido em Washington às 6 horas, para tratar da baixa da Bolsa.

Apesar de não terem sido comunicados ao público os resultados da reunião, sabe-se que o Conselho reconheceu que a situação econômica do país está intata e sã.

[...]

FOLHA da manhã, 30 out. 1929. In: *Primeira página 1925-1985*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1985. p. 23.

2

Rumo ao extermínio

O Coronel C. Gajnow, Comandante do Décimo Quinto Grupo de Aviação, serviu-se de uma forte dose de vodca enquanto examinava as páginas do interrogatório preliminar do Dr. Adam Kelno, que requeria permissão para ingressar nas Forças Polonesas Livres.

ADAM KELNO, MÉDICO – nascido perto da aldeia de Pzetzeba, em 1905. Formado pela Universidade de Varsóvia, na Escola de Medicina. Começou a praticar como cirurgião em 1934.

Havia o testemunho de seu primo, o major Zenon Myslenski, de que Kelno aderira ao Movimento Nacionalista Polonês desde estudante. Quando a Segunda Guerra começara, estando a Polônia ocupada pela Alemanha, Kelno e sua mulher Stella haviam imediatamente se alistado no Movimento Nacionalista Clandestino.

Depois de alguns meses sua atividade foi descoberta pela Gestapo. Stella Kelno foi fuzilada.

Por um milagre Adam Kelno escapou e foi mandado para o Campo de Concentração de Jadwiga, localizado a meio caminho entre Krakow [Cracóvia] e Tornow, no Sul da Polônia. Era um enorme complexo industrial para alimentar a máquina de guerra alemã, utilizando o trabalho de centenas de milhares de escravos.

O relatório dizia ainda que o Dr. Kelno havia se transformado num líder dos médicos prisioneiros e muito havia contribuído para melhorar o primitivo sistema hospitalar. Kelno era um médico competente e abnegado.

Quando, no fim da guerra, o sistema de exterminação havia sido introduzido em Jadwiga, Kelno salvara muitos milhares de vidas, falsificando certidões e atestados de óbito que entregava ao movimento clandestino.

URIS, L. *QB VII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bruguera, 1970.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. No início do século XX, os Estados Unidos experimentavam um crescimento econômico acelerado. A produção crescia a passos rápidos e o número de empresas se multiplicava. Contudo, esse crescimento não era acompanhado de um aumento na renda dos trabalhadores, impedindo a ampliação do mercado consumidor. Paralelamente, o otimismo decorrente da prosperidade da economia norte-americana fazia com que as ações negociadas na Bolsa valorizassem rapidamente, fomentando a especulação financeira. Entretanto, a superprodução sem escoamento, gerando uma estocagem cada vez maior por causa do subconsumo, levou a especulação financeira ao limite. Apesar de a situação caminhar para um cenário de crise, o governo dos Estados Unidos não tomou qualquer medida para interferir nos rumos da economia, uma vez que os republicanos mantinham-se fiéis aos preceitos liberais. A crise finalmente explodiu em 24 de outubro, a chamada Quinta-Feira Negra, quando muitas pessoas tentaram vender suas ações e não encontraram compradores, o que provocou uma redução drástica dos preços. Os investidores, atemorizados, tentavam livrar-se dos papéis, originando uma avalanche de ofertas de ações, que derrubou ainda mais velozmente os preços, arruinando a todos.
2. Resposta pessoal.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de gráficos

a) O primeiro gráfico mostra o comportamento da Bolsa de Valores de Nova York entre 1929 e 1930. O segundo mostra a taxa de desemprego nos Estados Unidos entre 1929 e 1942.

b) No primeiro gráfico observamos uma queda acentuada do movimento financeiro na Bolsa de Valores a partir de 1929, sendo que entre 1932 e 1933 os índices se tornam críticos. É exatamente nesse mesmo período que os índices de desemprego nos Estados Unidos se tornam mais altos. Isso se explica pelo fato de a queda da Bolsa ter sido acompanhada por uma série de falências, que eliminaram postos de trabalho de milhões de pessoas.

c) A partir de 1932 observa-se uma progressiva e contínua queda do desemprego nos Estados Unidos, que se acelera notavelmente a partir de 1940, aproximadamente. Essa recuperação dos postos de trabalho foi resultado da política do *New Deal*, adotada por F. Roosevelt, que consistiu fundamentalmente numa

ampliação da intervenção do Estado na economia. Para recuperar a economia, o presidente Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro, fez investimentos estatais de monta, como hidrelétricas, e estimulou uma política de empregos, entre outras medidas.

2. Leitura e análise de cartaz de propaganda

a) No início da década de 1930, verificava-se, na Alemanha, um evidente enfraquecimento da social-democracia, acompanhada por um crescimento do Partido Comunista e do nazismo, sinalizando uma tendência à radicalização política. Em março e abril de 1932, a Alemanha realizou eleições para a presidência, vencidas pelo liberal conservador Hindenburg, com 53% dos votos no segundo turno, contra 36,8% conseguidos por Hitler. No mesmo ano, em julho, foram convocadas eleições parlamentares, depois de o Congresso ter sido dissolvido pelo chanceler Von Papen, associado à direita católica alemã. Nessas eleições, os nazistas conseguiram uma expressiva eleição, conquistando 230 cadeiras no Congresso alemão.

b) Foram elementos marcantes da ideologia alemã o nacionalismo, o anticomunismo, o antissemitismo, o antiliberalismo, o militarismo, o autoritarismo, o totalitarismo e o romantismo.

c) No cartaz podemos identificar uma multidão, a suástica nazista, o número 1 e o texto que acompanha a imagem.

d) Bem no centro do cartaz, vemos a suástica nazista e, sobre ela, o número 1, representados como um bloco imponente, firme e sólido de cor vermelha. Aos quatro cantos da suástica acorre uma multidão de pessoas, cuja individualidade não se percebe, já que se fundem numa massa formada por pequenos pontos negros, semelhantes a formigas. Sob a suástica, o nome do partido nazista e, acima dela, o texto "o povo vota chapa 1".

e) Resposta pessoal. Uma interpretação possível é considerar que, no cartaz, as pessoas são mostradas como uma multidão de seres pequenos e insignificantes, que formam uma massa sem rostos. Contudo, essa insignificância e suposta falta de identidade desaparece à medida que a massa é assimilada pela suástica, fundindo-se a ela, penetrando-a. Aglutinada sob o signo do partido nacional-socialista, a multidão toma uma forma definida e ganha firmeza e solidez aparentemente inabaláveis; agiganta-se e se impõe. Essa imagem vem ao encontro do ideal nacionalista e totalitário nazista. Os alemães tornar-se-iam mais fortes se unidos como povo, superando diferenças de classe. Abraçando um único e mesmo ideal, protegido sob a autoridade de um Estado forte, que se confundia com o Partido, o povo alemão "cresceria" e, assim, conquistaria o equilíbrio e o poder pelos quais se ansiava.

anotações

CAPÍTULO 33

A crise de 1929 e o nazifascismo

Hulton Archive/Getty Images

▲ Vista da Times Square em Nova York, repleta de automoveis, bondes e pedestres. Foto de 1927.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Relações entre economia e política

Desde a Baixa Idade Média, com o desenvolvimento comercial, as Bolsas de Valores ganharam vida negociando mercadorias e capitais. Nelas, os investidores perseguem lucratividades comprando e vendendo papéis (ações), que representam frações do capital de empresas.

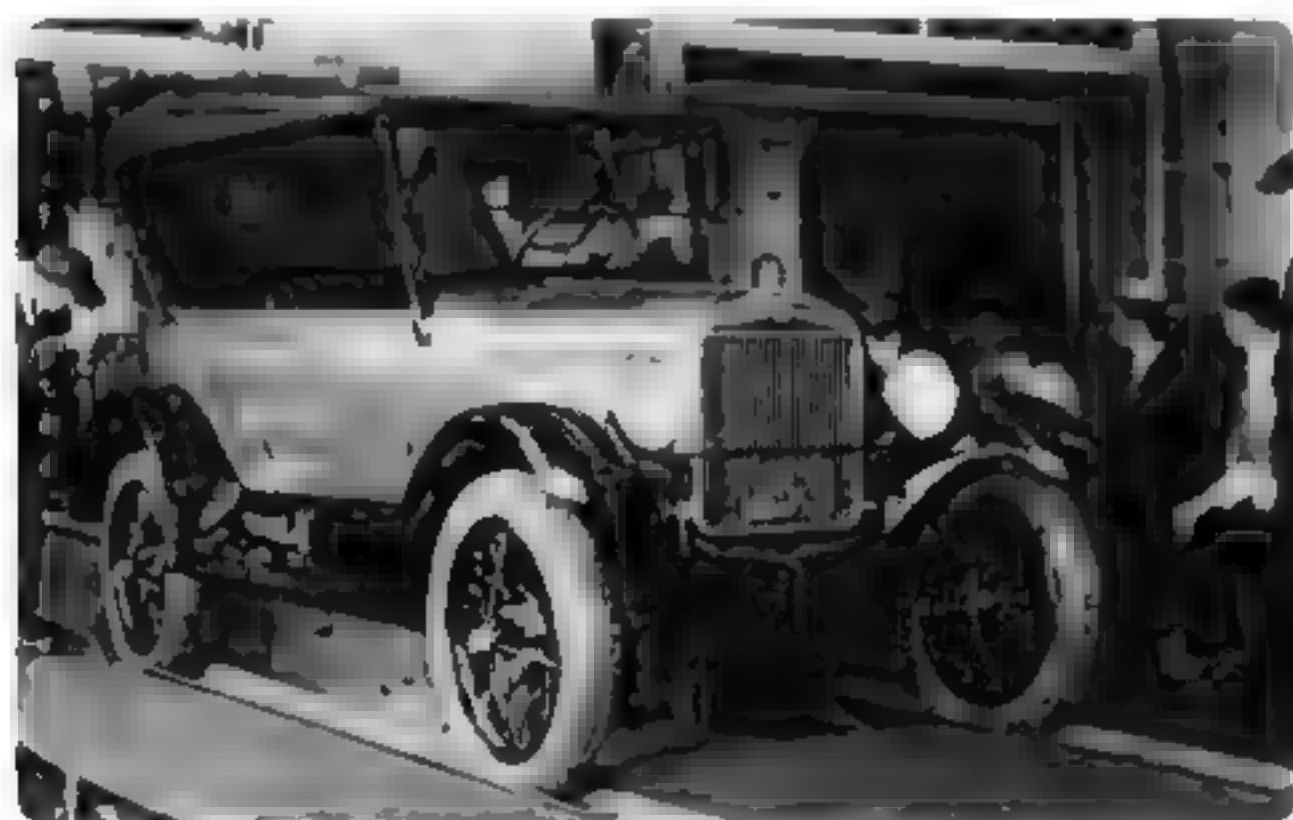
Nas Bolsas, a aplicação de capitais e a especulação – venda ou compra rápida com o objetivo de lucro elevado na oscilação dos preços – firmam vínculos profundos com variações de preços, crescimento econômico e crises por todo o mundo.

O sistema capitalista convive com crises cíclicas desde o século XIX e, em 2008, o mundo assistiu a mais uma crise financeira com consequências globais. A pior desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Com as crises, a atuação do Estado ganha força. Um dos principais debates do século XX foi em torno do papel do Estado na economia. ele deve intervir ou não? Qual é a relação entre crises econômicas e o crescimento das propostas autoritárias?

Na contemporaneidade, fascismo e nazismo são dois termos muito utilizados para fazer referência a situações nas quais vemos a presença da violência, do autoritarismo ou da discriminação. Ao final deste capítulo, você deverá saber o que foram o fascismo e o nazismo, situando-os no tempo e elencando as principais características das doutrinas que fundaram esses movimentos.

A CRISE DA BOLSA DE NOVA YORK E A GRANDE DEPRESSÃO

Terminada a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos transformaram-se no dínamo do capitalismo mundial: de maior devedor (3 bilhões de dólares), o país passou à invejável posição de maior credor mundial (11 bilhões de dólares). Mais que isso: os Estados Unidos, que em 1918 já eram responsáveis por mais de um terço da produção industrial mundial, em 1929 passaram para mais de 42%. Além disso, permaneceram atraindo população: somente entre 1900 e 1910, entraram nos Estados Unidos perto de 9 milhões de imigrantes europeus. A prosperidade econômica, entretanto, tinha contradições que se tornavam cada vez maiores, levando a uma profunda crise, que se expandiu para o resto do mundo.

A economia estadunidense transformou-se na mais dinâmica e poderosa do mundo após a Primeira Guerra Mundial. Na foto, de 1927, um modelo da Ford saindo da linha de montagem em fábrica de Dearborn, em Michigan (Estados Unidos)

Fotos: Bettmann/Corbis/Latinstock

Em 1919 foi aprovada uma emenda à Constituição norte-americana – o *Volstead Act* ou "Lei Seca" –, proibindo a produção e a venda de bebidas alcoólicas. Nessa época de *boom* econômico e de gângsteres, destacou-se Al Capone (foto acima), líder da maior organização criminosa de Chicago e o grande responsável pela venda clandestina de bebidas. A Lei Seca, no entanto, foi sendo desmoralizada, especialmente depois de ter sido encontrada uma destilaria de uísque na fazenda do senador Morris Sheppard, justamente o autor dessa lei. Em 1933, a lei foi revogada pelo presidente Franklin Roosevelt. Na foto, Al Capone em 1929, em Chicago.

Terminado o mandato do democrata Woodrow Wilson (1912-1920), os presidentes norte-americanos seguintes, até 1932, foram todos do Partido Republicano, fiéis defensores do **liberalismo econômico** e da Doutrina Monroe – "A América para os americanos". Assim, voltados para seus interesses no continente, os Estados Unidos abdicaram de um engajamento total nos assuntos internacionais. Não ratificaram o Tratado de Versalhes e decidiram não participar da Liga das Nações, deixando aos europeus a tarefa de solucionar os conflitos ocorridos na Europa.

A ausência dos Estados Unidos, que gozavam de enorme prestígio econômico e político, na Liga das Nações foi uma das razões de sua falência. Criada como fórum para a paz internacional, acabou fragilizada e sem poder para resolver os seguidos impasses europeus do pós-Grande Guerra, especialmente diante da edificação dos Estados totalitários nazifascistas e expansionistas.

Defensores de políticas isolacionistas, os Estados Unidos baixaram diversas leis restritivas à migração a partir de 1921, reduzindo drasticamente a entrada de estrangeiros no país.

Comprometidos com o ideário liberal, os presidentes republicanos dos Estados Unidos, entre 1920 e 1932, pouco fizeram para resolver as crescentes contradições do desenvolvimento econômico. Eram partidários de que as dificuldades que surgiam na economia seriam resolvidas pelo próprio mercado, que tinha uma tendência intrínseca à racionalidade e à superação dos problemas econômicos, não cabendo ao Estado interferir na ordem econômica.

O desenvolvimento econômico não foi acompanhado por um aumento na massa de salários, de renda dos trabalhadores. Essa estabilidade salarial, incompatível com o crescimento da produtividade, acentuou a desigualdade na distribuição da renda – apenas uma elite correspondente a 5% da população detinha um terço da renda do país – e impossibilitava o aumento do consumo. A dificuldade para expandir o consumo interno, enquanto a produção do país aumentava, resultou numa grande estocagem de mercadorias.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Na onda isolacionista, de xenofobia e perseguição a ativistas trabalhistas e a políticos, autoridades norte-americanas prenderam, em 1921, Nicola Sacco (à direita da foto) e Bartolomeo Vanzetti (à esquerda), dois imigrantes anarquistas italianos. Ambos foram injustamente acusados de roubo e assassinato, sendo pouco depois condenados à morte pela Corte Suprema de Massachusetts. Acabaram executados em 1927, apesar de várias manifestações populares nacionais e internacionais em favor dos condenados. Cinco décadas depois, Sacco e Vanzetti foram reconhecidos como inocentes e perdoados postumamente.

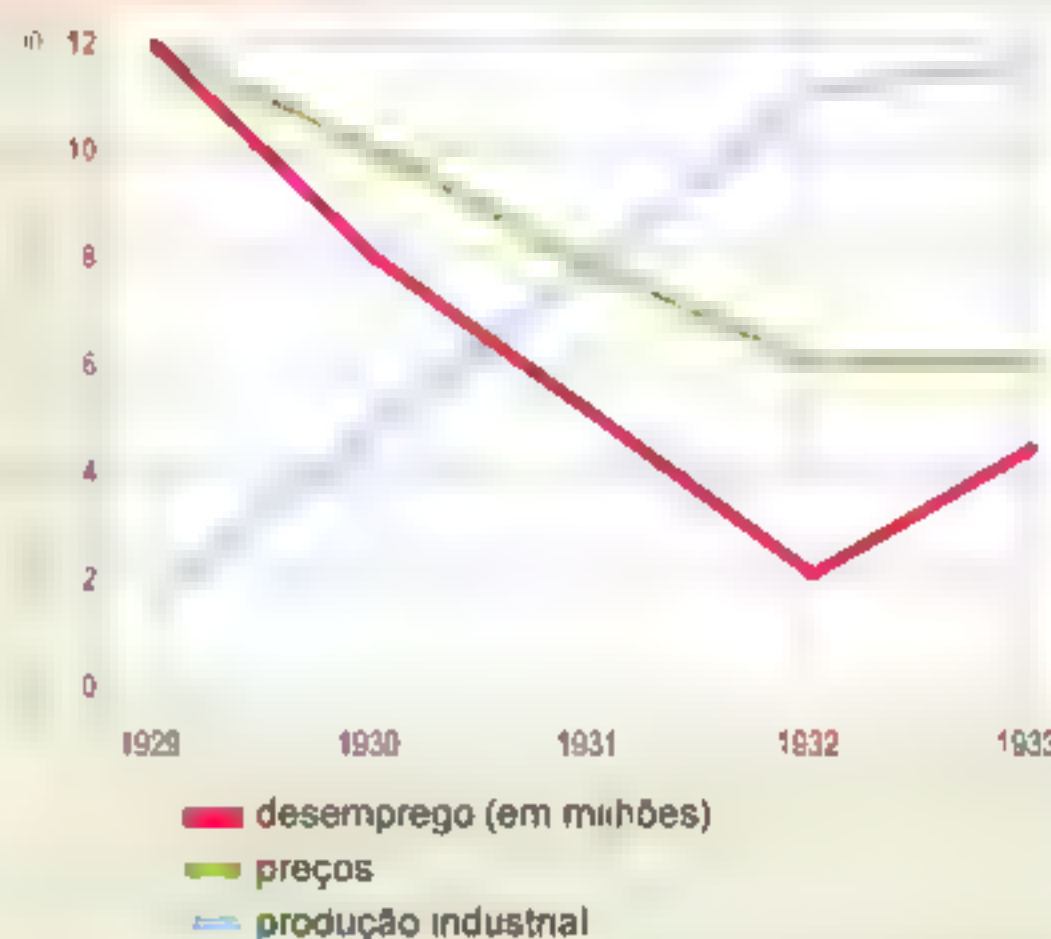
A intensa atividade econômica nos Estados Unidos também impulsionou, especialmente a partir de 1928, a especulação financeira por meio da compra e venda de ações de grandes empresas na Bolsa de Valores de Nova York, situada no centro da cidade, em Wall Street. Em meados de 1929, o valor das ações quadruplicou e cada vez mais investidores foram atraídos pela possibilidade de enriquecer facilmente.

O aumento do número de investidores e do volume de investimentos, contudo, tinha um limite físico. O mercado interno limitado e o externo arrasado pela Primeira Guerra Mundial, com os países europeus procurando recuperar sua produtividade, completavam o quadro econômico. A superprodução sem escoamento, gerando uma estocagem cada vez maior devido ao subconsumo, levou a especulação financeira ao limite. Ou seja, o valor das ações estava muito acima de seu valor real, baseado apenas na confiança de que esses papéis continuariam valorizados e não em lucros das vendas da produção. O presidente Herbert Hoover, entretanto, mantinha sua posição liberal, recusando-se a uma intervenção estatal para estancar ou reverter a situação.

A explosão da crise e o *New Deal*

A crise explodiu em 24 de outubro, a chamada Quinta-Feira Negra, quando muitas pessoas tentaram vender suas ações e não encontraram compradores, o que provocou uma redução drástica dos preços. Os investidores, atemorizados, tentavam livrar-se dos papéis, originando uma avalanche de ofertas de ações, que derrubou ainda mais velozmente os preços, arruinando a todos.

Do dia para a noite, prósperos empresários passaram a ser donos de papéis sem nenhum valor – e mais de uma dezena deles cometeu suicídio. A desordem econômica atingiu profundamente toda a sociedade estadunidense: 85 mil empresas faliram, 4 mil bancos fecharam e as demissões de trabalhadores alcançaram um total aproximado de 12 milhões. Observe os gráficos a seguir. Foi um período de pobreza e fome.

Índices da crise

12, 10, 8, 6, 4, 2, 0
1929 1930 1931 1932 1933
desemprego (em milhões)
preços
produção industrial

CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bologna: Zanichelli, 1999. p. 374.

Evolução da Bolsa de Nova York

220, 200, 180, 160, 140, 120, 100, 80, 60, 40
quebra
especulação
depressão
1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933

Gráficos: Cristiano Rosa/Arquivo da editora

CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bologna: Zanichelli, 1999. p. 374.

A crise de 1929 abalou todo o mundo, com exceção da União Soviética, fechada em si mesma e orientada segundo os planos quinquenais, sob o governo de Josef Stálin. A difusão da crise contou com dois elementos básicos: a redução das importações norte-americanas, afetando duramente os países que dependiam de seu mercado (o café brasileiro é um exemplo), e o repatriamento de capitais estadunidenses investidos em outros países.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Distrito financeiro de Nova York, onde se situa a Bolsa de Valores, durante a agitada Quinta-Feira Negra. Outubro de 1929

Por causa da crise econômica, os republicanos foram derrotados nas eleições nacionais pelo Partido Democrata, em 1932. Franklin Delano Roosevelt foi então eleito presidente dos Estados Unidos, e uma de suas primeiras providências foi limitar o liberalismo econômico, intervindo na economia por meio do ***New Deal***, plano elaborado por um grupo de renomados economistas que se baseava nas teorias do economista John Maynard Keynes (1884-1946).

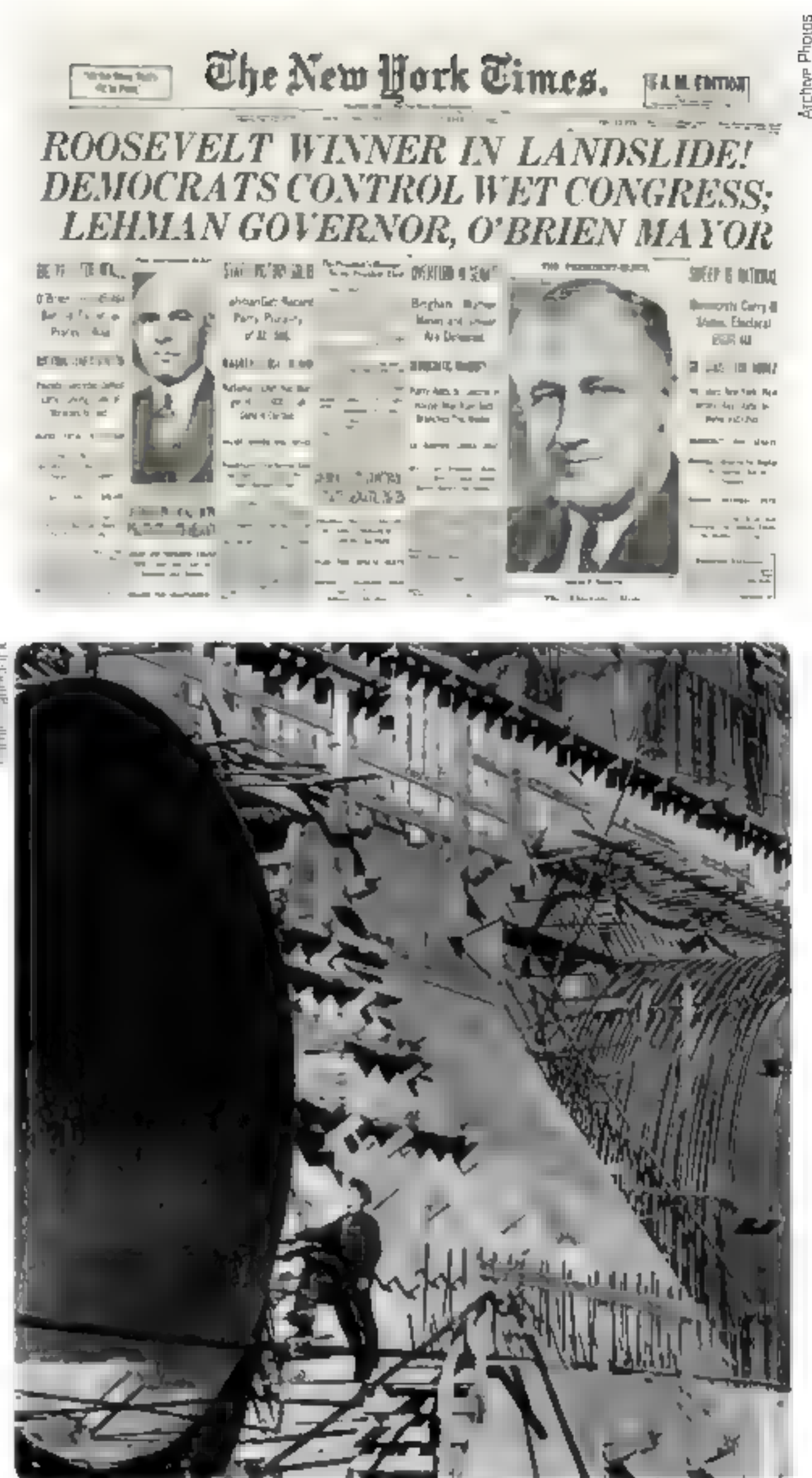
Com o *New Deal*, o liberalismo de Adam Smith cedeu lugar ao keynesianismo, que defendia a intervenção do Estado para controlar o desenvolvimento da economia de modo a combater crises e desenvolver a economia com a garantia de emprego e direitos sociais. Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro; fez investimentos estatais de monta, como hidrelétricas; estimulou uma política de empregos, entre outras medidas, o que ativou o consumo e possibilitou a progressiva recuperação da economia. Dez anos depois, os Estados Unidos se aproximaram do patamar econômico em que se encontravam antes da crise de 1929.

Coleção particular

▲ A charge de 1938 mostra o presidente Roosevelt no centro de uma brincadeira de roda com crianças que representam algumas das medidas do *New Deal*. Em português, seriam: Administração de Obras em Progresso, Administração de Obras Públicas e Lei de Ajuste Agrícola.

A política keynesiana da busca do pleno emprego para estimular as economias em recessão, adotada primeiramente nos Estados Unidos e depois em diversos outros países industriais, foi seguida pela instalação de modernos sistemas previdenciários, como a Lei de Seguridade dos Estados Unidos, aprovada em 1935. Serviu também de base para as políticas de bem-estar social desenvolvidas pelos países capitalistas, o chamado *welfare state*, expressão que entrou em uso a partir dos anos 1940.

A política keynesiana teve predomínio internacional até o final dos anos 1970, quando voltou a ganhar prestígio a liberdade de mercado, defendida por teóricos como Friedrich von Hayek, autor de *Caminho da miséria* (1944), e por membros da escola monetarista de Chicago, como Milton Friedman e Robert Lucas. Em 2008, em virtude da crise econômica internacional originada em parte das políticas neoliberais de não controle da economia pelo Estado, essa retomada dos defensores do livre mercado cedeu lugar a novos intervencionismos, reacendendo os debates entre os neoliberalismo e keynesianismo. Os Estados, ao contrário do que ocorrera nos meses seguintes à crise de 1929, intervieram pesadamente na economia para tentar diminuir os efeitos dessa crise.

No alto à direita, manchete de jornal destacando a vitória de Franklin Roosevelt (1932), que assumiu o governo no ápice da crise e restaurou a economia estadunidense com a política do *New Deal*. Ao lado, em foto de 1935-1940, a construção da hidrelétrica do Vale do Tennessee

O IDEÁRIO NAZIFASCISTA

O nazifascismo caracterizou-se por ser um movimento essencialmente nacionalista, antidemocrático, antioperário, antiliberal e antissocialista, que se estruturou na Europa entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial. Sua expansão teve como contexto a situação de crise e miséria nos países europeus, ligadas à crise de 1929 e aos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

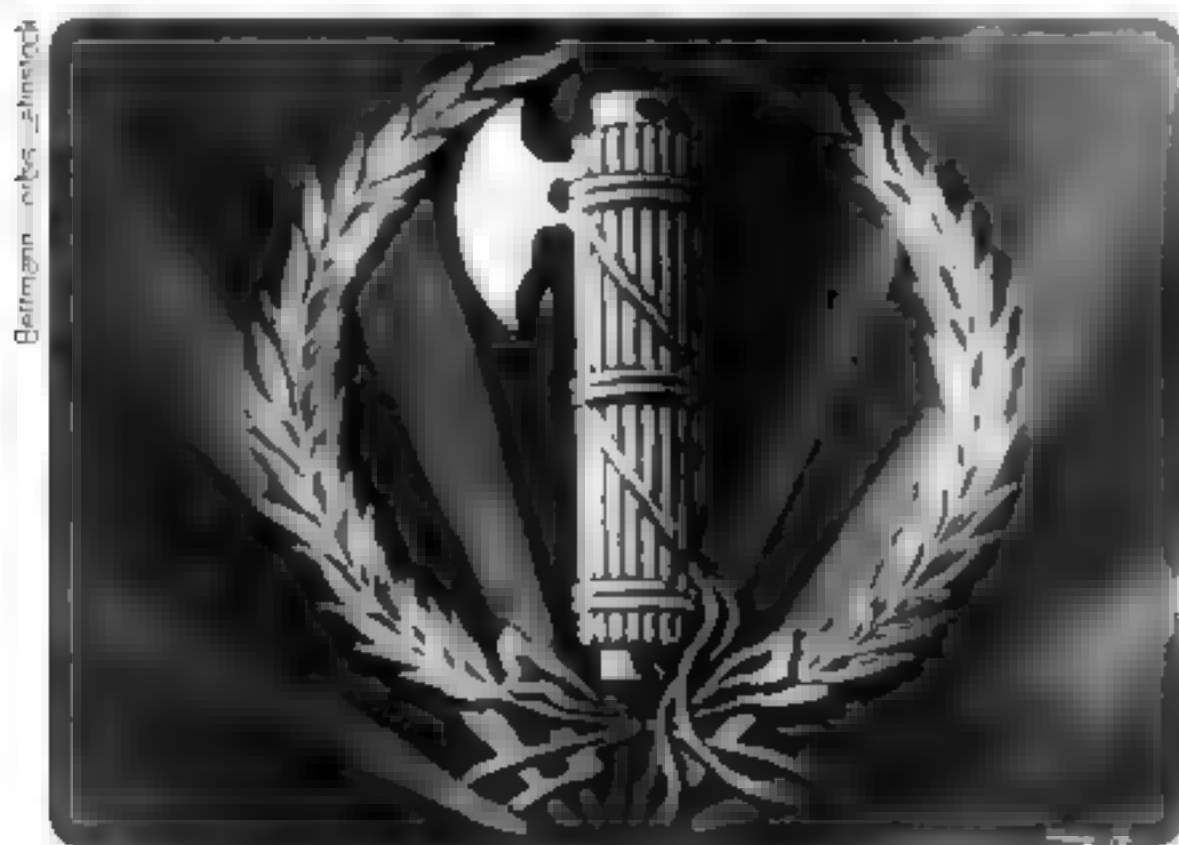
Na Alemanha, foi representado por **Adolf Hitler**, cujo livro *Mein Kampf* (*Minha luta*) serviu como base teórica do governo nazista. O outro polo importante do movimento ocorreu na Itália e foi liderado por **Benito Mussolini**, que ocupou o governo em 1922. Em outros países, formas peculiares de totalitarismo também foram adotadas, como o **franquismo** na Espanha e o **salazarismo** em Portugal.

Essas novas formas de governo representaram uma reação nacionalista às frustrações resultantes da Primeira Guerra Mundial e um modo de fortalecer o Estado, além de atender às aspirações de estabilidade diante das ameaças revolucionárias de esquerda e especialmente diante da implantação do socialismo na União Soviética.

A doutrina nazifascista caracterizava-se basicamente pelos pontos que veremos a seguir.

- **Totalitarismo**, em que o Partido Fascista ou Nazista confundia-se com o Estado, formando a síntese das aspirações nacionais;
- **nacionalismo**, defendendo que tudo deveria ser feito para a nação;
- **idealismo**, acreditando no poder transformador de qualquer coisa que se desejasse por meio do instinto e dos anseios;
- **romantismo**, que negava a razão como solucionadora dos problemas nacionais, defendendo, ao contrário, que somente a fé, o autossacrifício, o heroísmo e a força seriam capazes de superar as dificuldades;
- **autoritarismo**, segundo o qual a autoridade do líder – o *Duce* ou o *Führer* – era indiscutível;
- **militarismo**, que possibilitaria a salvação nacional por meio da luta e da guerra;
- **anticomunismo**.

No caso alemão, havia ainda o **antissemitismo**, isto é, a perseguição racista aos judeus, justificada pela afirmação de que, na Primeira Guerra Mundial, os alemães haviam sido traídos pelos judeus marxistas, o que teria provocado a derrota da Alemanha. Além disso, segundo o nazismo, os judeus, vistos como antinacionais, ameaçavam a formação da grande raça ariana (alemã), mentira repetida até adquirir a forma de verdade. Assim, a ideia fundamental do nazismo era expressa na frase: *Ein Volk, ein Reich, ein Führer* ("Um povo, um Império, um líder").

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ O símbolo do fascismo era constituído de um feixe de varas, significando a unidade do povo, servindo de cabo para um machado, representando a autoridade do Estado. O mesmo símbolo era usado pelas magistraturas de maior autoridade no Império Romano.

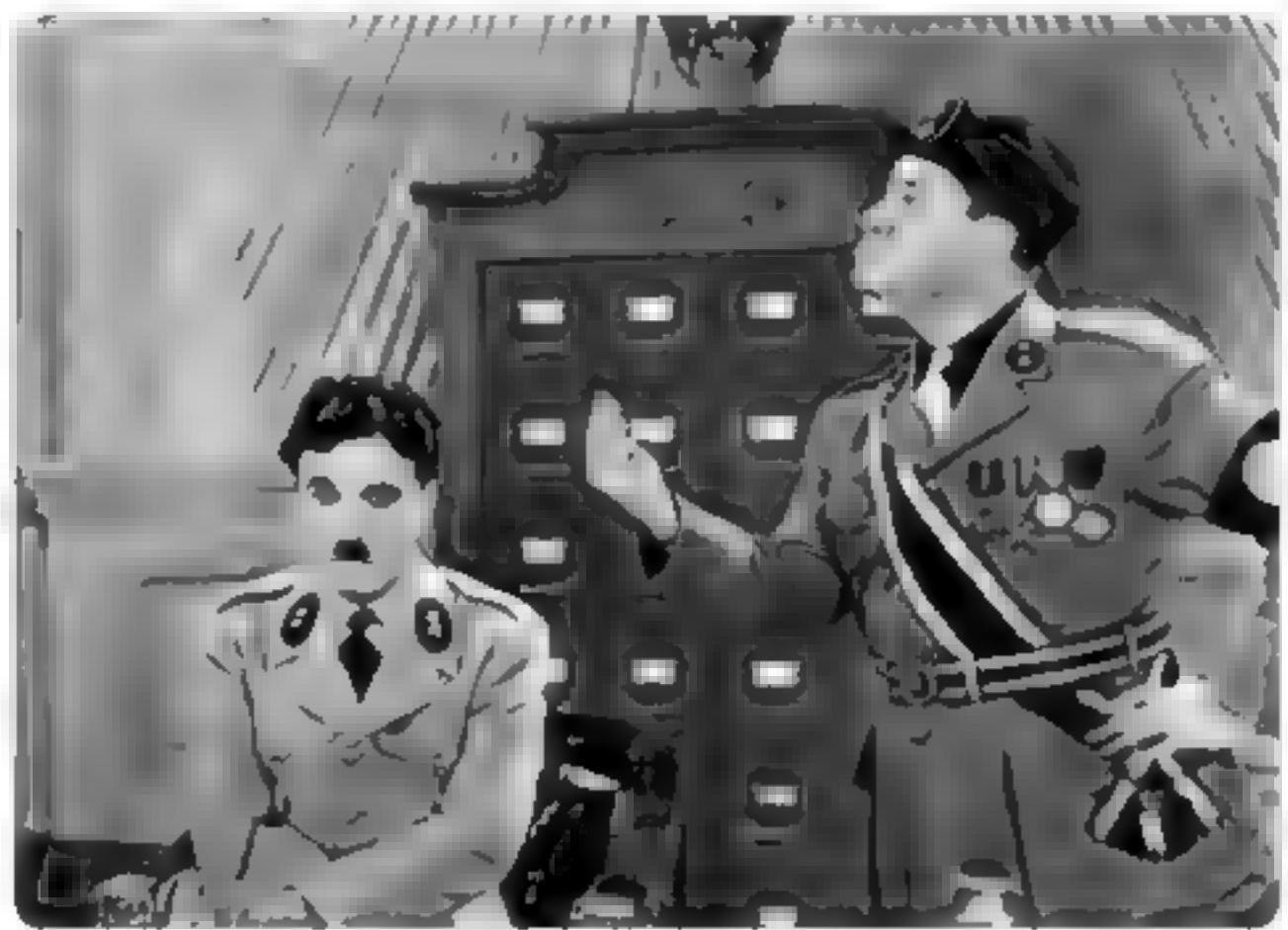
No caso do regime totalitário italiano, baseado no **corporativismo**, o povo, produtor de riquezas, organizava-se em corporações sindicais que governavam o país por meio do Partido Fascista, representado pelo próprio Estado. Ao contrário da visão marxista, negava-se a oposição entre classes sociais na estrutura social, e o Estado corporativo deveria buscar a harmonização dos interesses conflitantes do capital e do trabalho dentro dos quadros das corporações.

Hitler e Mussolini contaram com o capital financeiro e o apoio da alta burguesia na edificação do Estado totalitário, representada, no caso nazista, pelo magnata Krupp e, no caso da Itália, pela Confederação Geral da Indústria, pela Associação dos Bancos e pela Confederação da Agricultura.

O fascismo italiano

Na Primeira Guerra Mundial, a Itália sofrera com enormes perdas financeiras e humanas e não tivera quase nenhum ganho territorial. Esse panorama de caos econômico – causado pela inflação, pelo alto índice de desemprego e pela paralisação de diversos setores produtivos – levou a uma agitação política revolucionária das esquerdas, sucedendo-se greves e invasões de fábricas e terras.

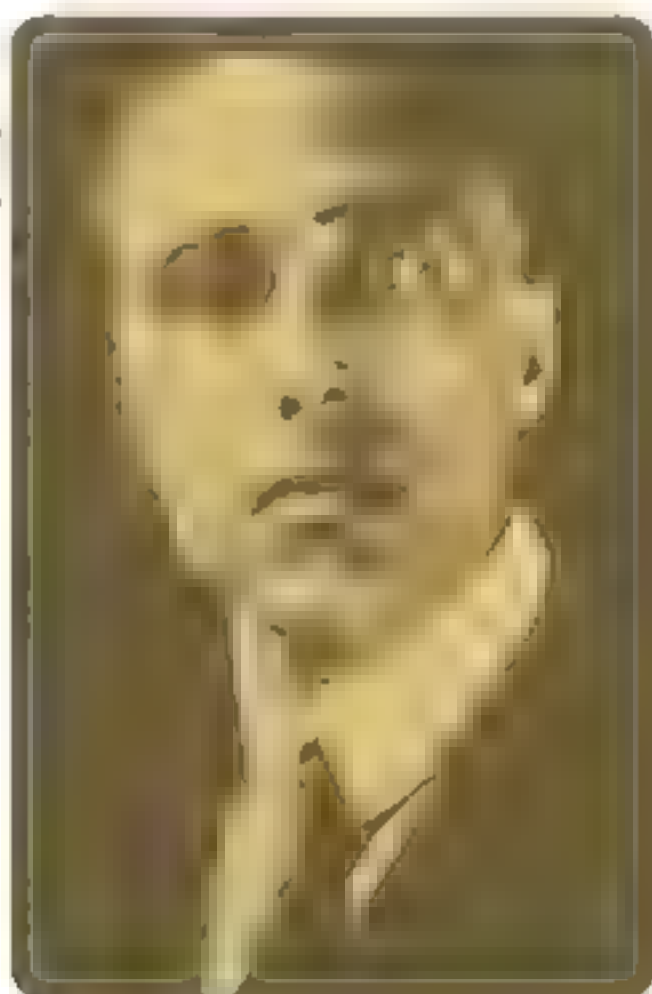
Bettmann/Corbis/Latinstock

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

▲ A foto no alto mostra os dois ditadores na ocasião da visita de Mussolini à Alemanha, em 1937. Acima, cena do filme *O grande ditador* (1940), com Charlie Chaplin representando Hitler e Jack Oakie, Mussolini.

O governo parlamentar, composto pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular, não chegava a um acordo quanto às grandes questões políticas, gerando impasses e impopularidade. Diante desse quadro de instabilidade, as elites passaram a apoiar a atuação das *squadre d'azione* (expressão italiana que significa "comandos de ação"), milícias armadas formadas pelos **camisas-negras**, membros do Partido Fascista italiano criado por Mussolini em 1919. Dois anos depois, os fascistas elegeram o maior número de representantes no Parlamento.

Apoiado na crise parlamentar e na ideia da "mediocridade democrática", Mussolini organizou o assalto ao poder. Em 1922, 50 mil "camisas-negras", vindos de todas as regiões da Itália, dirigiram-se para a capital italiana exigindo o poder – foi a chamada **Marcha sobre Roma**. O rei Vítor Emanuel III cedeu à pressão, e o líder fascista passou a organizar o gabinete governamental, no cargo de primeiro-ministro.

Em 1924, por meio de eleições fraudulentas, os fascistas ganharam maioria parlamentar. A oposição, liderada pelo deputado socialista Giacomo Matteotti, denunciou as irregularidades eleitorais, mas foi calada por terror e repressão generalizados, que culminaram no rapto e assassinato do deputado.

No ano seguinte às eleições, Mussolini tornou-se *Duce* (o condutor supremo da Itália), com o respaldo da Confederação Geral da Indústria, da polícia política fascista (Ovra) e de tribunais especiais – instâncias jurídicas também de orientação fascista –, que julgavam e condenavam os dissidentes. Concretizou-se, assim, um Estado totalitário, em que eram eliminados os principais focos oposicionistas, ao mesmo tempo que se impunham leis de exceção, suprimia-se a imprensa oposicionista e era cassada a licença de todos os advogados antifascistas.

O TOTALITARISMO FASCISTA SEGUNDO MUSSOLINI

Anti-individualista, a concepção fascista é feita para o Estado mas também é para o indivíduo, enquanto forma corpo com o Estado, consciência e vontade universal do Homem na sua existência histórica. Ela contraria o liberalismo clássico, nascido da necessidade de reagir contra o absolutismo, e que, desde aí, esgotou a sua função histórica, desde que o Estado se transformou e passou a possuir a mesma consciência e a mesma vontade que o povo. O liberalismo coloca o Estado ao serviço do indivíduo. [...] Para o fascista, tudo está no Estado, nada de humano ou espiritual existe fora do Estado. Nesse sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todo o valor, interpreta, desenvolve e dá potência à vida integral de um povo.

MUSSOLINI, Benito. A doutrina do fascismo. 1930. In: VVAA. *Temas de História 12*. Porto: Porto Editora, [s.d.]. p. 244.

AP Getty Images

▲ Mussolini saúda a população presente em comício do Partido Fascista italiano, em novembro de 1922.

Coleção particular

akg-images/IPress

▲ A ilustração acima, publicada no jornal italiano *Tribuna Ilustrada*, em 1924, reproduz a cena do sequestro de Matteotti, cujo retrato pode ser visto ao lado, em foto de cerca de 1920.

Em 1929, Mussolini ganhou também o apoio do clero ao assinar o **Tratado de Latrão**, que solucionava a antiga Questão Romana. Indicando a conciliação entre Igreja e Estado, o papa Pio XI reconhecia o Estado italiano, e Mussolini, a soberania do Vaticano. O catolicismo passou a ser a religião oficial da Itália.

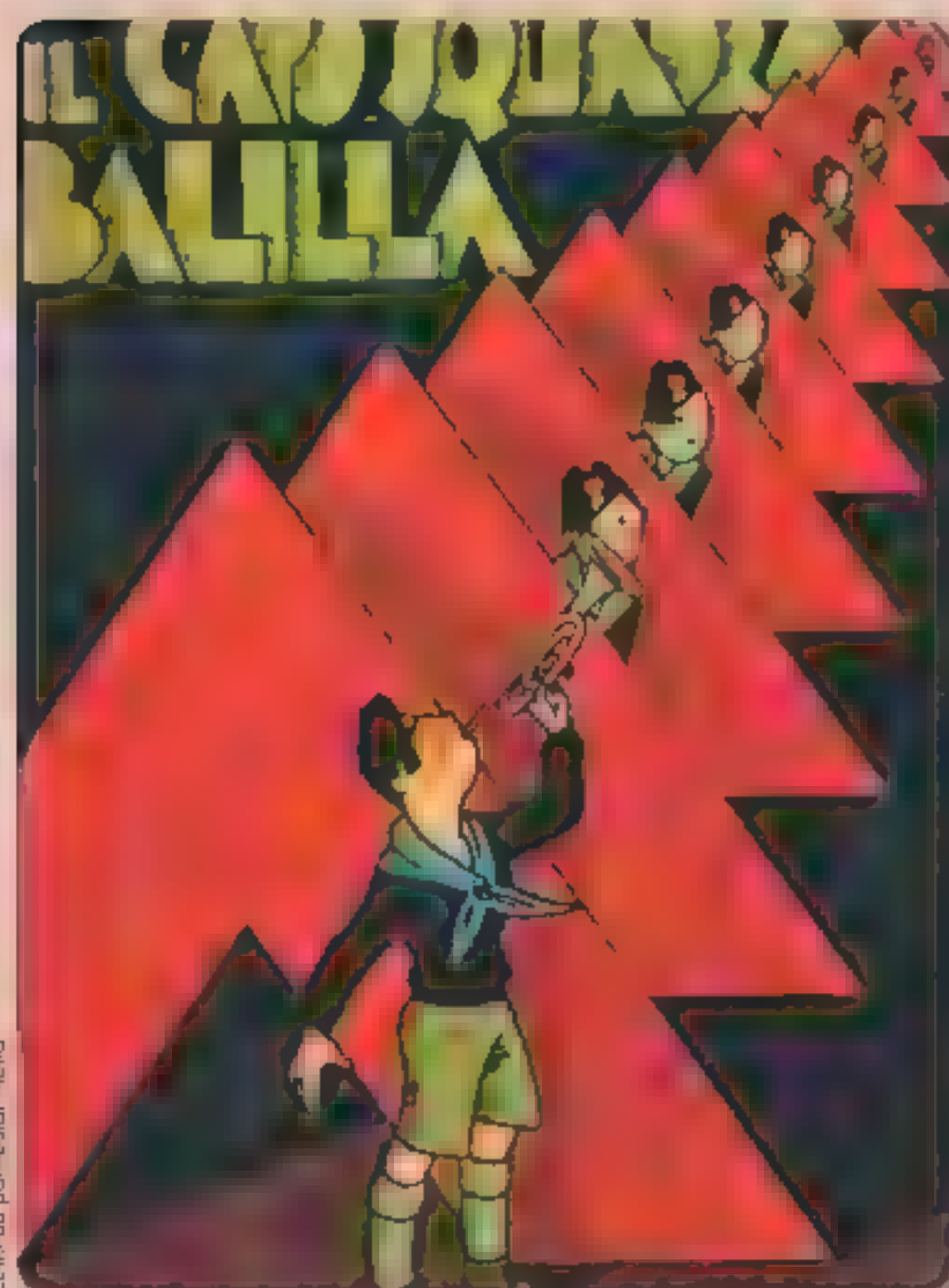
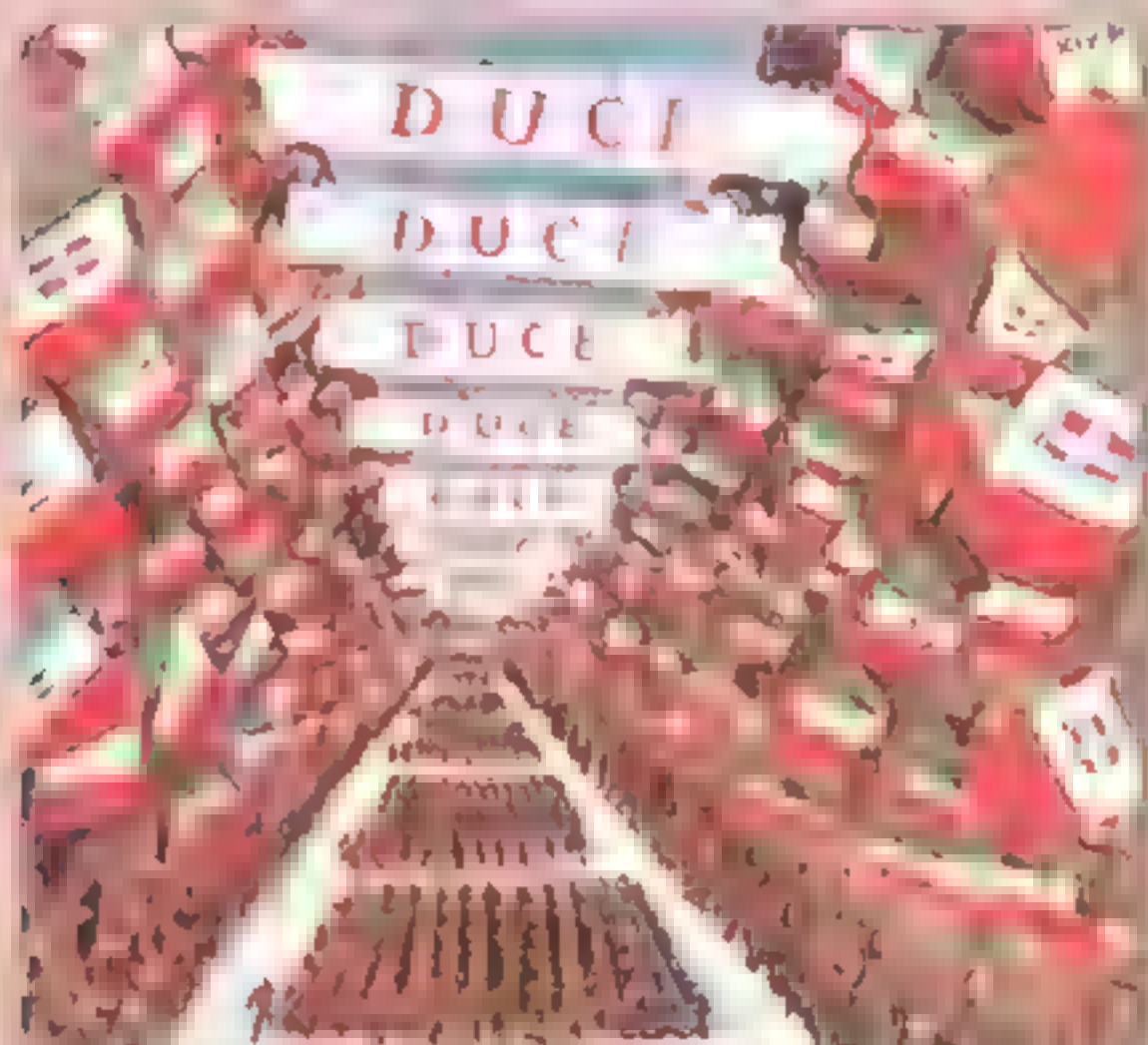
Questão Romana: conflito entre a Igreja Católica e o Estado italiano. Surgiu com a conquista de Roma na unificação italiana, em 1871. O papa Pio IX não reconheceu a perda dos territórios e considerou-se "prisioneiro" no Vaticano.

▲ Carteirinha de integrante dos grupos fascistas, os denominados Fasci Italiani di Combatimento, de 1921

Após garantir para si plenos poderes e cercar-se das elites dominantes, Mussolini buscou o desenvolvimento econômico do país. Centrado numa imensa propaganda de massa e na proibição de greves, seu governo apresentou sucessos na agricultura e na indústria até que a depressão mundial de 1929 mergulhou o país em uma crise.

Para superá-la, Mussolini intensificou a produção de armamentos e as conquistas territoriais, retomando a ideia de restaurar o Império Romano. Voltando-se para a África, invadiu a Abissínia (atual Etiópia) e, em seguida, uniu-se à Alemanha e ao Japão em diversas agressões internacionais.

PROPAGANDA FASCISTA

Exemplos da influência fascista: "*Duce! Duce! Duce!*" era o brado de aclamação a Mussolini, conforme a ilustração da capa de uma revista da época (abaixo, à direita). Ao lado, página de um livro escolar italiano de 1931, mostrando uma criança fazendo a saudação fascista. O texto diz: "Benito Mussolini ama muito as crianças. As crianças da Itália amam muito o *Duce*. Viva o *Duce*!". Abaixo, capa de livro italiano de 1932, cujo título é *O grupo Líder Balilla*. Balilla era uma organização fascista de crianças entre 8 e 14 anos.

O nazismo alemão

Similarmente ao fascismo italiano, o nazismo alemão emergiu da desastrosa derrota na Primeira Guerra Mundial e da humilhação sofrida pelas condições impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Com o final da guerra, o regime monárquico dos *Kaiser* alemães foi substituído pela **República de Weimar** (1918-1933), que herdou uma grave crise socioeconômica.

A República, cujo nome advinha da cidade onde fora aprovada a nova Constituição, foi governada por uma coalizão formada por socialistas, católicos e social-democratas. Regido por uma Carta progressista, esse governo desde seu começo teve de enfrentar sérias dificuldades políticas e uma crescente onda de insatisfação social provocada pela gravíssima crise econômica que abateu a Alemanha no pós-guerra.

Kaffee Küche

Austrian Archives/Corbis/Latinstock

▲ Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, a situação econômica e social da Alemanha se agrava, aumentando o número de desempregados e os índices de inflação. Na foto, de 1931, unidade móvel do Exército atende aos pobres fornecendo refeição gratuitamente nas proximidades de Berlim

Em 1923, os governantes da República de Weimar decidiram cancelar os pagamentos impostos pelo Tratado de Versalhes. Em represália, os franceses invadiram o Vale do Ruhr, importante região mineradora e siderúrgica da Alemanha. Apoiados pelo presidente socialista Friedrich Ebert, os mineradores e operários dessa região entraram em greve, negando-se a trabalhar para os franceses. Para sustentar a greve, o Parlamento autorizou a emissão de papel-moeda. O resultado foi uma espiral inflacionária, que chegou a atingir o índice de 32 400% ao mês.

A hiperinflação alemã

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Preço de uma fatia de pão

1918
63 marcos

1922
163,15 marcos

janeiro/1923
250 marcos

julho/1923
3 465 marcos

setembro/1923
1 512 000 marcos

novembro/1923
201 000 000 000 marcos

Em 1919, em Munique, um pequeno grupo de nacionalistas, entre os quais estava Adolf Hitler, fundou um partido totalitário, nos moldes do fascismo italiano, que adotou, logo depois, o nome de **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* – NSDAP), popularmente chamado de **nazi**. Com forte apelo ao sentimento nacional diante das dificuldades do pós-guerra e contrários aos socialistas-comunistas (*Sozialisten*), apelidados de **sozi**, que seguiam o exemplo revolucionário russo de 1917, o novo Partido Nacional-Socialista ganhou cada vez mais adeptos. Para intimidar os opositores, principalmente judeus, comunistas e socialistas, os nazistas atuavam com uma polícia paramilitar denominada **Seções de Assalto (SA)** – os **camisas-pardas**.

Diante do agravamento da situação socioeconômica e da ineficiência do governo republicano, Hitler e seus seguidores tentaram assumir o poder, em novembro de 1923. Numa cervejaria de Munique, proclamaram o fim da República. Embora tivessem sido todos presos, ganharam ampla publicidade em todo o país. O *Putsch* ("golpe", em alemão) de Munique, como ficou conhecido, pareceu, por seu malogro total, o fim do nascente Partido Nazista. Foi, no entanto, apenas um recuo momentâneo na escalada nazista, que contaria mais tarde com circunstâncias propícias a seu reerguimento definitivo.

Na prisão, Hitler escreveu *Mein Kampf (Minha luta)*, obra em que desenvolveu os fundamentos do nazismo:

- a ideia pseudocientífica da existência da **raça ariana** – que seria descendente de um grupo indo-europeu mais puro;
- o **nacionalismo** exacerbado;
- o **totalitarismo**;
- o **anticomunismo**;
- o domínio de territórios indispensáveis ao desenvolvimento alemão, inclusive com a conquista da Europa Oriental – o princípio do **espaço vital**.

As ideias nazistas não tiveram presença expressiva até que a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no fim de 1929, veio abalar a economia mundial, especialmente a da Alemanha. Em 1932, muitos dos 6 milhões de desempregados alemães engrossavam as fileiras do Partido Nacional-Socialista, ao lado de ex-soldados, jovens estudantes e agricultores, descontentes com a fragilidade política e econômica do governo democrático de Weimar. Outros, porém, alinhavam-se aos grupos políticos de esquerda, especialmente aos comunistas, o que amedrontou a elite e a classe média alemã, que viram na proposta nazista a salvação nacional.

As tropas das SA passaram a agir livremente, e a popularidade nazista se impôs. Em 1932, nas eleições para o Parlamento, os nazistas conquistaram 230 cadeiras (em 1930, eram aproximadamente trinta) e, em 1933, com a crise do sistema parlamentarista, o presidente Hindenburg ofereceu a Hitler a chancelaria – o comando do Estado. Elevado ao poder, o líder nazista visou inicialmente a eliminar a forte oposição, principalmente a dos políticos de esquerda. Para tanto, usou diversos meios, inclusive a organização de uma farsa: provocou um incêndio que destruiu o prédio do Parlamento em Berlim, o *Reichstag*, e acusou os comunistas de terem um golpe em andamento, o que lhe permitiu a instalação de uma ditadura totalitária. Os deputados e líderes das esquerdas foram presos e levados para **campos de concentração** – áreas de confinamento cercadas e vigiadas, onde muitos opositores foram exterminados, bem como milhões de judeus e prisioneiros de guerra, no genocídio que se tornou conhecido como **holocausto**.

Para sustentar o poder hitlerista, foram criadas a **Gestapo** – polícia secreta do Estado – e as **Seções de Segurança** (SS), a polícia política do partido, bem treinada, disciplinada e fiel ao *Führer*.

Hitler eliminou os partidos, os jornais de oposição e os sindicatos e suspendeu o direito de greve. Depurou o próprio nazismo, eliminando vários líderes das SA que divergiam de sua autoridade absoluta. Na chamada Noite dos Longos Punhais (junho de 1934), cerca de setenta líderes e 5 mil outros nazistas foram mortos por soldados do Exército, pelas SS e pela Gestapo.

Um pouco antes, em 21 de março de 1933, Adolf Hitler proclamou a criação do Terceiro Reich (em alemão, "império"), sucessor do Sacro Império Romano-Germânico (962-1806) e do Império dos *Kaiser* Hohenzollern (1871-1919). Com a morte do presidente Hindenburg, em agosto de 1934, Hitler acumulou essa função e a de chanceler, adotando oficialmente o título de *Führer*.

▲ Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha. Na foto, Hitler cumprimenta o presidente Paul von Hindenburg após a nomeação

▲ Adolf Hitler atravessa a multidão de trabalhadores de uma fábrica alemã. Foto de novembro de 1933

Joseph Goebbels, agitador fanático e orador mordaz, coordenou a propaganda nazista, ganhando o apoio de quase toda a nação aos grandiosos planos do *Führer*. A campanha racista criava um bode expiatório e aproximava a população alemã dos nazistas ao propor a purificação racial por meio do extermínio dos judeus. Para cumprir seu plano de genocídio denominado "solução final", os nazistas multiplicaram os campos de concentração, onde milhões de judeus foram assassinados. Toda a sociedade foi envolvida no programa nazista: das crianças aos adultos; nas escolas e instituições, todos eram induzidos a filiar-se à Juventude Hitlerista ou ao Partido Nazista.

Propaganda de 1935: "Toda a Alemanha escuta o *Fuhrer* com o rádio popular"

A nazificação alemã completou-se com o armamentismo e o total militarismo, que reativaram o desenvolvimento econômico baseado na indústria bélica. A militarização da Alemanha visava à expansão territorial e à conquista do "espaço vital", o que viria a constituir o estopim de um novo conflito europeu.

A POPULAÇÃO ALEMÃ TINHA CONHECIMENTO DO EXTERMÍNIO DOS JUDEUS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO?

Assim, tanto na Alemanha quanto nos países invadidos sabia-se que os judeus eram enviados em vagões ferroviários para algum lugar. Mas sabiam para onde e para o quê? É verdade que não houve ordem explícita de Hitler ou de Goebbels para o extermínio – argumento muito utilizado pelos "revisionistas". Mas não foi preciso. O nazismo tomou uma infinidade de medidas que, isoladas e justapostas, permitiu que os alemães ignorassem, ou desejassem ignorar, o que estava acontecendo, diz Ferro[1]. A compartimentação das atividades que envolviam o extermínio, desde o ponto de partida ao de chegada, assegurava que um profissional não soubesse a exata função do outro. Mas como os ferroviários poderiam desconhecer o destino dos passageiros amontoados nos vagões, os trabalhadores químicos não perceber para que fabricavam o gás *cyklon*, os juristas, os funcionários, os policiais, entre tantas outras categorias, ignorar a finalidade de suas funções? Sabemos que o nazismo tornou as câmaras de gás um segredo de Estado, mas a estratégia não impediu que milhares de pessoas conhecessem, ou ao menos suspeitassem, de sua existência. Se o número dos "executores diretos" do extermínio é calculado entre 300 000 e 400 000 pessoas, os "indiretos", sem dúvida, são multiplicados em muitas vezes. Portanto pelo menos na Alemanha, é difícil garantir que "poucos sabiam".

FERREIRA, Jorge. Problematizando a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res1-2.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2010.

***Cyklon* ou *Zyklon*:** produto à base de ácido cianídrico, cloro e nitrogênio usado inicialmente como pesticida e depois como o gás que provocou as mortes nos campos de concentração alemães, na Segunda Guerra.

Húngaros de ascendência judaica chegam em Auschwitz-Birkenau, um complexo de campos de concentração e de extermínio localizado na Polônia. Repare na estrela de Davi, identificação obrigatória que cada pessoa judia deveria portar. Foto de 1944.

[1] FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1995.

A crise liberal do período entreguerras

antecedentes

após o democrata Woodrom Wilson

- 1920 – Warren G. Harding
- 1924 – Calvin Coolidge
- 1928 – Herbert Hoover

predomínio do Partido Republicano

isolacionismo e liberalismo

- não ratificação do Tratado de Versalhes
- *boom* econômico e financeiro
- superprodução/subconsumo
- especulação crescente

quebra de Wall Street (Quinta-Feira Negra) 24/10/1929

- falências
- desemprego
- deflação

- expansão da crise (exceto União Soviética)
- fim das importações e repatriamento financeiro
- redução do comércio internacional
- elevado índice de desemprego

New Deal

- keynesianismo
- atuação estatal
- emissionismo e planejamento econômico

Franklin Delano Roosevelt

estados intervencionistas

outros governos ditatoriais:

- salazarismo
- franquismo

nazifascismo

militarismo armamentismo e expansionismo

Segunda Guerra Mundial

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

1. Explique as causas da crise financeira de 1929.
2. Escreva um texto coeso e coerente, no qual apareçam os seguintes termos:
   nacionalismo – nazifascismo – militarismo

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de gráficos

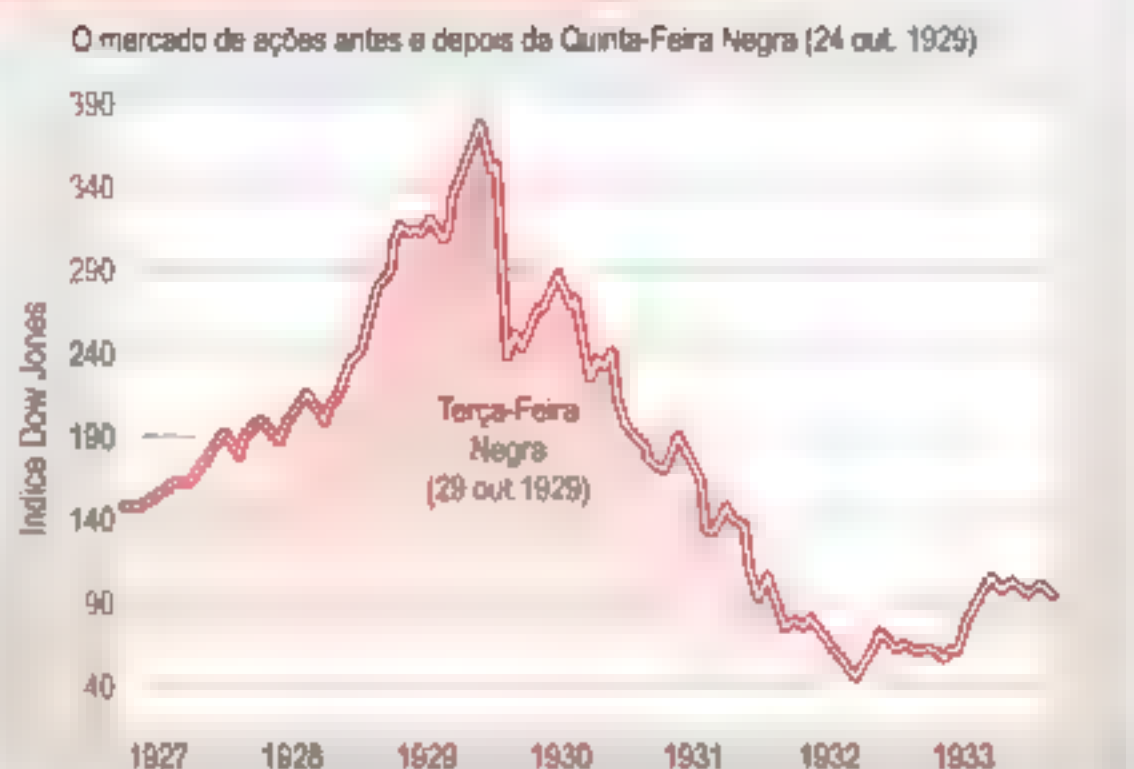
→ Observe com atenção os dois gráficos abaixo e, em seguida, responda as questões.

Movimentação da Bolsa de Valores de Nova York (1929-1930)

O mercado de ações antes e depois da Quinta-Feira Negra (24 out. 1929)

Índice Dow Jones: 390, 340, 290, 240, 190, 140, 90, 40

1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933

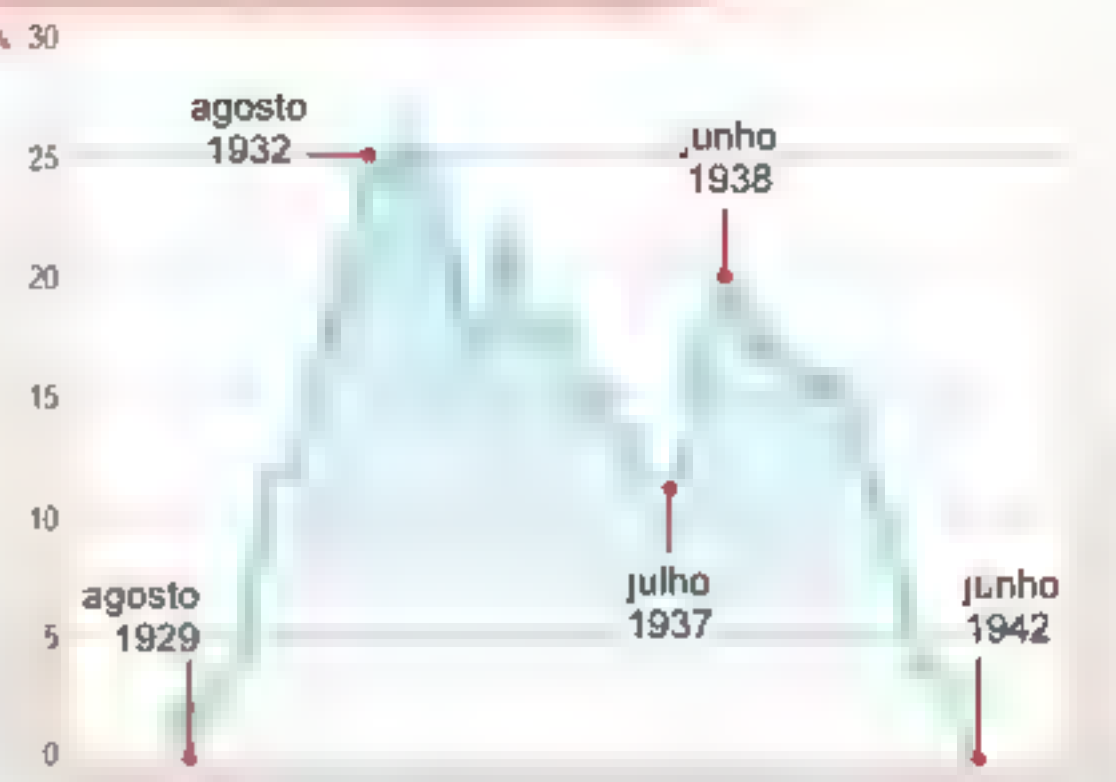
Terça-Feira Negra (29 out 1929)

Disponível em: <http://resistir.info/crise/imagens/stock_market_crash.jpg>. Acesso em: 26 mar. 2010

Taxa de desemprego nos Estados Unidos (1929-1942)

%: 30, 25, 20, 15, 10, 5, 0

agosto 1929; agosto 1932; julho 1937; junho 1938; junho 1942

Disponível em: <www.econmicro.com/images/urdep.png> Acesso em: 26 mar. 2010

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

a) O que cada um dos gráficos mostra?

b) Que relação há entre a quebra da Bolsa de Valores e a taxa de desemprego nos Estados Unidos? Justifique sua resposta com dados dos gráficos e com base em seus conhecimentos de História.

c) Estabeleça uma relação entre as transformações observadas no segundo gráfico e a política econômica adotada por Franklin Roosevelt.

2 Leitura e análise de cartaz de propaganda

→ Observe com atenção a imagem ao lado e faça as atividades propostas a seguir.

a) Faça um breve pesquisa em livros ou na internet para obter informações sobre o cenário político alemão na ocasião das eleições parlamentares de 1932.

b) Com base no que você estudou neste capítulo, responda: quais foram os elementos mais marcantes da ideologia nazista?

c) Identifique os elementos presentes no cartaz reproduzido ao lado.

d) Descreva cada um desses elementos, comentando sobre a maneira como foram representados e projetados no cartaz, ou seja: qual a sua cor, qual o seu tamanho, qual a sua localização etc.

e) Com base em seus conhecimentos sobre a época e a ideologia nazista, que significados podem ser atribuídos a esse cartaz? Avalie o que esses elementos gráficos que o compõem (tamanho, volume e cor) valorizam.

Coleção particular

Reprodução de um cartaz utilizado na campanha eleitoral para o Parlamento da Alemanha, em 1932. O texto, em alemão, diz: *O povo vota para a Lista 1 nacional-socialistas.*

Capítulo 34

VARGAS DE 1930 A 1945

Vargas de 1930 a 1945

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 34 (p. 626 a p. 643).

A seção *Para pensar historicamente* propõe o debate sobre um tema principal, a constituição de mitos políticos ao longo da História do Brasil e a noção de sujeito histórico. Em relação ao primeiro aspecto, o capítulo fornece informações que permitem a discussão a respeito dos mecanismos políticos utilizados por Vargas na formação do mito "Getúlio". É importante ressaltar duas dimensões dessa questão: os recursos utilizados na época para a formação do mito de "Pai dos Pobres" e as análises historiográficas posteriores, que categorizaram o conjunto de estratégias utilizadas nessa construção.

Essa seção inicial permite também que seja tratado o conceito de sujeito histórico, analisando-o como uma das categorias fundamentais do conhecimento histórico. Convide os alunos a identificar, ao longo do capítulo, os sujeitos históricos citados ("grupos oligárquicos, Getúlio Vargas, gaúchos e mineiros, tenentistas, cafeicultores, fazendeiros paulistas, Pedro de Toledo, Martins, Miragaia e Camargo, Plínio Salgado, Luís Carlos Prestes, movimento operário, Olga Benário etc."), bem como seu papel no período estudado. Essa discussão favorece a reflexão em torno do papel ativo de cada um na História. Nesse sentido, os alunos poderão ser indagados sobre aspectos de sua vida e das ações de transformação que eles e seus familiares empreendem no cotidiano, bem como o que poderiam realizar em prol da melhoria da qualidade de vida da sua comunidade e do país.

A análise da construção dos mitos a partir da dinâmica da memória social (construída por lembranças mas também pelo esquecimento) poderá ser ampliada com o texto de Marcos Santos de Abreu sobre a Revolução Constitucionalista ("A Revolução Constitucionalista além dos memorialistas"). A ideia de que o movimento teria contado com ampla participação e mobilização dos setores sociais e de uma suposta coesão social é matizada pelo autor, que atribui essa concepção à construção efetivada pelos memorialistas do movimento.

O texto de Jorge Ferreira sobre as diferentes atribuições do conceito populismo ("Populismo: conceito ou insulto?") poderá suscitar um debate sobre a historicidade do conceito e possibilitar uma reflexão sobre a imagem das classes populares supostamente manipuláveis, em contraste com a ideia de que grande parte da população apoiava o governo Vargas por visualizar ganhos e melhorias em suas condições de vida.

Por fim, a análise das imagens presentes ao longo do capítulo (imagens veiculadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, cartazes de propaganda dos integralistas e as charges que revelam a leitura que se fazia do panorama político) poderá ampliar a reflexão suscitada pela seção inicial do capítulo a respeito da construção dos mitos históricos. Construção efetivada por meio de textos, imagens e sucessivas reinterpretações realizadas pelos historiadores e memorialistas. Além disso, a interpretação dos elementos presentes nas imagens e do contexto em que foram produzidas permite reafirmar a importância da iconografia como fonte histórica.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Literatura**: analisar as inter-relações entre o quadro histórico brasileiro e internacional a partir do livro *Olga*, de Fernando Morais (São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

▶ Textos de apoio

1

Declaração instaurando o Estado Novo

Getúlio Vargas

A gravidade da situação [...] está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação deste estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio-termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996.

CURRAN, M. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

DE DECCA, E. S. *O silêncio dos vencidos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, A. C.; D'ARAUJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

MENDES JUNIOR, A.; MARANHÃO, R. *Brasil História: era de Vargas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, D.; VIANA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOTA, A. P. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Getúlio Vargas

10 de novembro de 1937

Citado por CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. p. 12. Disponível em: <www.webhistoria.com.br/arqudirfont7.html>. Acesso em: 20 abr. 2010.

O Estado Novo

O Estado Novo constituiu um momento político em que se retomou o processo iniciado com a Revolução de 30 e se instauraram e desenvolveram as instituições necessárias a permitir o equilíbrio das diversas forças, possibilitando a rearticulação do sistema. As reformas se fizeram sob a direção do Estado que, com seus aparelhos reestruturados, atuava através de controles administrativos, permitindo assim envolver os diversos setores da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política. Realizaram-se, com isso, as condições necessárias à instauração de um novo modo de acumulação voltado para o mercado interno e com maior ênfase no setor secundário. Era uma tendência que se vinha manifestando desde a Revolução de 30, mas que não poderia se realizar plenamente, sem a neutralização das tensões geradas com os conflitos entre grupos heterogêneos, a revelarem que as medidas não poderiam ser tomadas sob a direção exclusiva de nenhum setor da sociedade. A crise de hegemonia determinou uma maior autonomização do Estado que se concretizou pelo fortalecimento do Executivo, pela centralização político-administrativa e pela incorporação de entidades da sociedade civil, assim transformadas em aparelhos de Estado.

O fortalecimento do Governo Federal se manifestou, principalmente, na concentração de poderes no Executivo. Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao "Presidente" o poder de legislar que, além disso, poderia demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Pelo "estado de emergência" decretado, suspendiam-se os direitos políticos e individuais, e quaisquer atos a eles relativos ficavam subtraídos à apreciação judicial. Os partidos e associações ficavam proibidos de funcionar. Aperfeiçoou-se o aparato repressivo e, além da ampliação dos órgãos policiais e de censura, promoveu-se a reorganização e fortalecimento das Forças Armadas.

O fortalecimento exigia uma reformulação do sistema de relações entre Estado e Sociedade Civil que se realizou através da criação de uma estrutura administrativa rigidamente hierarquizada, com características corporativistas. A estrutura administrativa montada compunha-se de três pilares fundamentais, consistentes na Presidência da República, nas Interventorias controladas pelo DASP e no conjunto dos órgãos técnicos e burocráticos federais. Na cúpula do sistema encontrava-se a Presidência da República, com a assessoria dos Ministérios, a quem se subordinavam todos os demais setores do organismo político-administrativo, evidenciando o processo de centralização adotado. O sistema de Interventorias, criado após a Revolução de 30 e aperfeiçoado com o Estado Novo, era o mecanismo estabelecido para manter o controle dos governos estaduais, para cuja chefia eram nomeadas pessoas de confiança do Governo Central (os Interventores). O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), criado em 1938, era um órgão de administração geral. Tinha ramificação em cada estado (os departamentos estaduais) com a função de assessorar os Interventores, essencialmente em decisões de natureza técnica. Na prática, os Interventores acabaram submetidos aos departamentos, que passaram a funcionar com características de legislativos estaduais. A articulação entre Interventorias e DASP permitia, ao Executivo Federal, exercer o controle absoluto dos estados que, assim, foram transformados em simples divisões administrativas. Com isso, abandonavam-se definitivamente os resquícios do federalismo e dos regionalismos da República Velha.

GARCIA, N. J. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/estado_novo_ideologia_e_propaganda_politica.htm>. Acesso em: 20 abr. 2010.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Getúlio Vargas assumiu a posição de mediador dos conflitos entre os diferentes grupos sociais, com a tentativa de manipulação social consoante suas necessidades políticas, de maneira a tentar manter em suas mãos as rédeas do Estado. Assim, para procurar controlar os cafeicultores, adotou medidas que

Teses

ALVES, J. M. *Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945)*. São Paulo: FFLCH, USP, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PONTES, M. M. *Luiz Carlos Prestes e Olga Benario: construções identitárias através da história e da literatura*. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <www.bdtd.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=984&processar=Processar>. Acesso em: 20 abr. 2010.

Filmes

Getúlio Vargas. Direção de Ana Carolina. Brasil, 1974. (76 min)

Memórias do cárcere. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1984. (124 min)

Rádio auriverde. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1991. (80 min)

Endereço eletrônico

Museu da República. Disponível em: [illegible] site.htm>. Acesso em: 10 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BRENER, Jayme. *1935: a Revolta Vermelha*. São Paulo: Ática, 1994.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

impediam a eclosão de uma crise de superprodução e, assim, garantiam os lucros do setor. A fim de responder às demandas da burguesia, defendeu uma política de substituição das importações, incentivando o desenvolvimento da indústria nacional. Ao mesmo tempo, procurava controlar os movimentos operários forçando o atrelamento dos sindicatos ao Estado, mas angariava apoio da massa de trabalhadores propondo uma legislação trabalhista que lhe assegurava vários direitos. Quanto às camadas médias urbanas, tranquilizava-as combatendo o avanço comunista no país.

2. O papel do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda – órgão federal criado durante o Estado Novo –, era avaliar todo material cultural e informativo produzido no país e liberá-lo ou censurá-lo conforme seu conteúdo favorecesse ou contrariasse a política varguista. Além disso, o DIP era responsável pela produção de material noticioso, educativo e propagandístico favorável ao governo, concentrando os esforços de veicular uma imagem positiva do presidente e, com isso, angariar apoio popular.

Aproveite as respostas dadas às questões para solicitar aos alunos que avaliem o papel da indústria de propaganda varguista e suas estratégias para lidar com diferentes setores sociais. Pode-se propor uma produção escrita em dupla ou trio, na qual os alunos articulem essas informações.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de fonte historiográfica

a) Os comunistas pretendiam capitalizar a seu favor a imagem de herói construída em torno da figura de Prestes durante sua luta contra o governo oligárquico. Associando-se à imagem de Prestes, o Partido Comunista tornava-se mais conhecido e conquistava a simpatia pública.

b) Não. Enquanto os comunistas enfatizavam as características positivas atribuídas a Prestes, como coragem e dedicação à luta contra injustiças, os anticomunistas se esforçavam para inverter essa imagem, ligando Prestes à instauração do caos e pintando-o como traidor da pátria.

c) O objetivo dessa atividade é estimular a reflexão crítica acerca da construção da imagem das figuras públicas e levar os alunos a relativizar as opiniões veiculadas na mídia sobre as principais lideranças políticas nacionais e internacionais. É importante que eles compreendam que a imagem que temos dos homens públicos nunca é neutra; é sempre produto de uma construção ideologicamente orientada.

2. Leitura de texto e redação

O emprego do termo "novo" para caracterizar o governo instaurado em 1937 tinha como meta desvinculá-lo das principais correntes políticas e ideológicas que disputavam o controle do Estado, conferindo-lhe uma suposta imparcialidade, necessária para o estabelecimento do pacto populista no Brasil e para a imposição de um Estado forte. A ideia de que o Estado varguista não se identificava com nenhuma das principais correntes políticas facilitou a adoção de posições ambíguas e a manipulação da cena política.

3. Leitura de imagem e levantamento de hipótese

Segundo Mônica Almeida Kornis, responsável pelo acervo audiovisual do CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, é possível afirmar que o cartaz é um material de propaganda de Vargas. Resta saber, porém, em que época e circunstâncias ele foi criado. A principal pista sobre a data de sua criação é a presença da faixa presidencial. Isso indica que o material é posterior à Revolução de 1930. Outras pistas são as estrelas representando as unidades da federação e a inscrição "Vitória com Getulio Vargas". De acordo com a pesquisadora, talvez o cartaz esteja associado à vitória do governo federal sobre seus oponentes da Revolução Constitucionalista de 1932 ou à campanha de Vargas na eleição indireta ocorrida no mesmo ano. A imagem do presidente no centro de um "V" de "vitória" pode ainda estar associada ao fim da Segunda Guerra e à derrota do Eixo, contra o qual o Brasil havia lutado. Outra possibilidade é que o cartaz esteja relacionado ao movimento queremista, surgido ainda em maio de 1945, após a renúncia de Vargas.

Os alunos devem identificar, nas várias fases do governo, os momentos em que Vargas esteve em situações de confronto ou concorrência com outros agentes sociais e políticos. O importante é que eles notem que uma imagem pode ser associada a diferentes contextos, não estando necessariamente atrelada ao contexto de sua produção. A interpretação está, portanto, sujeita a sofrer modificações à medida que as pesquisas históricas avançam e novas pistas vão se somando às primeiras.

4. Leitura e análise de literatura de cordel

a) O cordel constrói a ideia de que tanto Getulio quanto Jesus deram a vida por uma causa maior. Jesus morreu para redimir a humanidade e Vargas, a nação.

b) Vargas é identificado como um mártir e chega a ser tomado como uma deidade.

c) Resposta pessoal. A questão visa estimular a discussão sobre a mitificação de personagens históricas e a relação estabelecida por esse processo entre política e religião. Também busca estimular os alunos a argumentar, positiva ou negativamente, sobre o governo de Vargas.

d) Resposta pessoal. É possível identificar na história brasileira vários momentos em que políticos e governantes buscaram associar sua imagem à de Vargas. Cita-se como exemplo as campanhas políticas do PDT e muitas atitudes do governo Lula, destacando-se, particularmente, o episódio em que ele se deixou fotografar com as palmas da mão sujas de óleo, numa imitação consciente do gesto de Getulio por ocasião da criação da Petrobras. No decorrer da discussão, levante com os alunos os motivos que podem fazer com que políticos e governantes persigam essa identificação com a imagem de Vargas.

anotações

CAPÍTULO

34 Vargas de 1930 a 1945

Iconografia

▲ Getúlio Vargas, chefe do movimento que depôs o presidente Washington Luís, é recepcionado no Palácio do Catete, em 31 de outubro de 1930

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

A construção de um mito

Getúlio Vargas é uma figura polêmica, fundamental para entendermos o século XX no Brasil. Isso não se deve apenas a suas realizações políticas, mas principalmente ao processo de construção pública de sua pessoa como um líder paternalista, pacificador das relações sociais, "Pai dos Pobres" e defensor intransigente dos interesses nacionais.

Alguns dos personagens da história brasileira foram consagrados ao longo dos anos. No entanto, hoje sabemos que a história é construída por homens e mulheres de diferentes condições sociais. Podemos afirmar que a figura de Getúlio Vargas é um mito de nossa história. O que configura um mito? Como, por que e para que ele é criado? No capítulo você conseguirá alguns elementos para pensar a respeito dessas questões.

O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

A Revolução de 1930, vitoriosa, foi responsável por mudanças consideráveis no panorama político brasileiro. Como você estudou, o governo que se seguiu à revolução, encabeçado por Getúlio Vargas, surgiu de um movimento que aglutinou diversas forças sociais (oligarquias dissidentes, classes médias, setores da burguesia urbana) e instituições (notadamente o Exército), que reivindicavam participação política em um cenário até então dominado quase exclusivamente pela oligarquia cafeeira.

Embora os grupos oligárquicos (inclusive os aparentemente derrotados cafeicultores) ainda tivessem um papel decisivo a representar no novo governo, não iriam mais exercer o poder de forma hegemônica. Nesse período, o Estado oligárquico brasileiro vivia uma crise. As disputas pelo exercício do poder abriam espaço para a intermediação política, o que favoreceu o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas: bastante habilidoso, soube transformar-se no árbitro das forças em disputa, ou, ainda, no único indivíduo capaz de manter coesa a aliança que havia se formado em 1930. Não evitou, entretanto, descartar este ou aquele grupo político quando as circunstâncias exigiam.

▲ Povo comemora a vitória da Revolução de 1930, em São Paulo. No novo governo, esse mesmo povo teria bem pouca participação.

A composição do novo governo já refletia a necessidade de satisfazer às diversas forças políticas gaúchos e mineiros dominavam os ministérios. Políticos do Partido Democrático (oposição em São Paulo) e da oligarquia paraibana também ocuparam cargos no governo recém-instaurado.

A força do governo, entretanto, estava nas lideranças tenentistas que Getúlio tentou manter a seu lado a qualquer custo. Nomeou tenentistas para o cargo de **interventores**, isto é, substitutos temporários e todo-poderosos dos governadores estaduais.

A limitação ideológica do tenentismo, que combatia a República oligárquica em nome de umas poucas reformas e sem se filiar a nenhuma linha política ou partidária, levaria o movimento ao colapso. Como alternativa de sobrevivência, os tenentistas tiveram como opção abraçar um programa mais amplo, como Prestes já havia feito ao se converter ao comunismo.

Outros tenentes, por sua vez, simpatizaram com o fascismo, então em ascensão em vários países. Formaram as **Legiões Revolucionárias**, procurando atrair também os operários e os desempregados, cada vez mais numerosos, já que os efeitos da crise de 1929 se aprofundavam. Essa ala direita do tenentismo organizou-se por meio do chamado Clube 3 de Outubro.

A divisão dos tenentes entre as tendências de esquerda e direita e o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas levaram ao esvaziamento do tenentismo. Mais tarde, pouco restaria aos integrantes do movimento além de submeter-se ao presidente e incorporar-se à estrutura burocrática do novo Estado getulista, em gestação no início da década de 1930.

No momento da construção do governo revolucionário e durante seus primeiros anos no poder, o presidente fez apelos às classes trabalhadoras urbanas, acenando-lhes com a possibilidade de criar leis favoráveis aos trabalhadores e oferecer outros benefícios.

Outra medida adotada para consolidar o novo governo foi atrair as antigas forças agroexportadoras paulistas, deixando claro que pouco poderia ser feito sem os cafeicultores, que ainda formavam o grupo econômico mais poderoso do país.

A defesa do setor cafeeiro e o estímulo à indústria

Com o objetivo de apoiar os cafeicultores, Vargas lançou-se em defesa da cafeicultura, fortemente abalada pela Grande Depressão, a crise mundial iniciada em 1929. Para isso, buscou reeditar a velha política de valorização do café, agora sob rígido controle do governo central. Por meio do **Conselho Nacional do Café** (CNC), promoveu a compra e a estocagem do produto.

Como já foi visto, essa prática estava esgotada, pois a produção mundial de café aumentava, e com ela a concorrência. Consequentemente, a política de valorização do produto, apesar de aumentar ligeiramente os preços durante certo tempo, acabou por levar à formação de estoques imensos, para os quais não havia compradores externos. A partir de julho de 1931, o governo decidiu queimar os estoques de café.

Essa política beneficiou a economia a curto prazo. O comprometimento do governo com a manutenção da demanda do produto ajudou a manter em funcionamento o restante da economia brasileira. A atividade cafeeira sustentou as atividades comercial e

bancária, as ferrovias e até a pequena indústria nacional, uma vez que todos esses setores, de algum modo, dependiam dos recursos gerados pela cafeicultura. Assim, após algum tempo, o país superou com relativa facilidade a Grande Depressão da década de 1930. Antes disso, porém, as marcas da crise de 1929 tinham deixado no setor cafeeiro e industrial um desemprego de cerca de 2 milhões de trabalhadores e uma redução de salários em 20%.

Coleção particular

▲ O café usado como combustível de locomotivas em São Paulo. Com a compra dos estoques de café não vendidos, o governo preservava a atividade econômica do Brasil. Foto de 1931.

Ao mesmo tempo, as importações caíram, uma vez que grande parte do café não era exportado, mas vendido ao governo. Dessa forma, reduzia-se a entrada de moeda estrangeira no país (moeda que deveria ser usada para pagar a conta das importações). Levando-se em consideração que a maior parte das importações era de produtos industrializados, surgiu a oportunidade de que essa produção passasse a ser realizada dentro do Brasil.

Entre 1933 e 1939, a indústria brasileira teve um crescimento expressivo, principalmente nos setores menos sofisticados, a indústria leve, baseada na produção de têxteis e processamento de alimentos, que requeriam investimentos menores e contavam com a utilização da capacidade ociosa. Desde o final do século anterior, construía-se no país a base de uma indústria leve que operava com capacidade ociosa desde pelo menos o final da Primeira Guerra Mundial. Foi justamente o emprego desse potencial não utilizado que fez a produção industrial brasileira dar um salto durante os anos 1930.

Os anos 1930 inauguraram o modelo de **industrialização por substituição de importações**. Apesar do predomínio da indústria leve, novos setores logo se desenvolveram, com a participação decisiva do Estado.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Ao proteger a cafeicultura, o governo varguista procurou garantir o apoio dos fazendeiros paulistas, ao mesmo tempo que estimulava o processo de industrialização. No entanto, a defesa do setor cafeeiro implicava alguns riscos políticos para o presidente: uma vez fortalecida, a oligarquia cafeeira paulista poderia tentar retomar o poder perdido em 1930.

Vargas desagradou as elites paulistas ao nomear um interventor pernambucano (João Alberto) e tenentista. Mesmo depois de nomear o interventor Pedro de Toledo, civil e paulista, a tensão continuava. Eternizando a situação do governo provisório, Vargas dava a entender que não se esforçaria por devolver o país à normalidade constitucional.

Com um papel secundário no governo provisório, o Partido Democrático rompeu com Vargas. Juntamente com o Partido Republicano Paulista, que recompunha suas forças, formou a **Frente Única Paulista** e exigiu, além da nomeação de um interventor civil e paulista para o estado, a imediata reconstitucionalização do país.

As promessas de Vargas referentes à redemocratização e convocação de uma Assembleia Constituinte eram vagas e pouco consideradas. A Frente Única aproveitou-se da situação e passou a exigir a elaboração de uma nova Constituição, atraindo o apoio popular. Embora parecesse modernizador e liberalizante ao propor a redemocratização, o movimento revolucionário de 1932, que se iniciava, era também reacionário, uma vez que a oligarquia cafeeira, que o liderava, pretendia retornar ao poder.

Em maio de 1932, após conflitos de rua que terminaram na morte de estudantes paulistas, organizou-se um movimento que pregava a luta armada. Surgiu um grupo de enfrentamento denominado MMDC, iniciais dos nomes das vítimas – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Em 9 de julho de 1932, os líderes paulistas romperam com o governo Vargas: tinha início a revolução.

Iniciou-se a organização de um Exército constitucionalista, com o alistamento voluntário de dezenas de milhares de jovens, principalmente de classe média. A mobilização foi grande no estado de São Paulo, mas sem adesão significativa dos operários.

A fragilidade do Exército constitucionalista, porém, logo se fez sentir, com carências de todo gênero. A indústria de São Paulo tentou suprir o movimento com armas e munições, já que a Marinha, fiel a Vargas, havia bloqueado os portos paulistas, impossibilitando as importações.

Após três meses de combates às vezes intensos, com um saldo de 600 a 900 mortos, as tropas leais ao governo federal acabaram forçando os paulistas à rendição.

Passeata no centro da cidade de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista, em 1932

Avelino Ginjo/MIS

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA ALÉM DOS MEMORIALISTAS

Foram produzidas inúmeras publicações sobre a Revolução Constitucionalista; muitas a apresentam numa versão épica, como exemplo de heroísmo. Leia as observações do historiador Marcelo Santos de Abreu, analisando o assunto.

É certo que a Revolução Constitucionalista não foi um movimento da "plutocracia" apenas, ou da "oligarquia", mas esteve muito longe da unanimidade que atravessava "todas as classes sociais" pretendida por seus memorialistas. Da mesma forma, [...] a "união sagrada dos paulistas" não era apenas a unidade em torno de um "ideal", mas uma coalizão das frações da classe dominante ou das facções da elite política tão débil quanto aquela que levara Getúlio Vargas ao poder em 1930. De fato, a história representada no memorialismo aproxima-se do mito uma vez que insistia em ressaltar a coesão social resultante de uma crise. Esta análise preliminar do memorialismo revolucionário e da historiografia crítica torna evidente que a produção da história em qualquer registro é análoga à dinâmica da memória social, feita de lembrança e esquecimento. E que a preocupação de narrar, mobilizando os recursos da memória para configurar um testemunho ou da razão para elaborar uma interpretação crítica dos acontecimentos socialmente relevantes, é feita de menção e silêncio.

ABREU, Marcos Santos de. A Revolução Constitucionalista de 1932: memorialismo, historiografia, produção do silêncio. Disponível em: <http://revistadiscenteppghis.files.wordpress.com/2009/05/marcelo-abreu-a-revolucao-constitucionalista-de-1932_-memorialismo-historiografia-producao-do-silencio.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2010.

A Constituição de 1934

Encerrado o movimento de 1932, a repressão do governo varguista aos líderes paulistas surpreendeu por sua relativa brandura. Limitou-se a algumas prisões, deportações e cassação de mandatos (em julho de 1934 seria aprovada uma anistia geral). Na verdade, Vargas buscava uma composição com os paulistas derrotados, pois era impossível ignorar a elite paulista, e esta, por sua vez, aceitou a busca de entendimento.

Percebendo a força do apelo constitucionalista, Getúlio decidiu acelerar o processo de redemocratização. Instituiu, em 1933, um **Código Eleitoral**, que introduzia o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral, além dos deputados classistas, isto é, eleitos pelos sindicatos. Nessas condições, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte em maio de 1933, aprovando-se uma nova Constituição em julho do ano seguinte.

Em sua essência, a nova Constituição pouco divergia da anterior, de 1891. As novidades incluíam: o **Código Eleitoral**, que, criado para a eleição dos membros da Assembleia Constituinte, acabou sendo incorporado à nova Carta, inclusive com as provisões referentes à **representação classista**, cuja bancada agora faria parte do Congresso; a criação do **Tribunal do Trabalho** e **legislação trabalhista**, incluindo o direito à liberdade de organização sindical; a possibilidade de nacionalização de empresas estrangeiras e do estabelecimento do

monopólio estatal sobre determinadas indústrias; disposições transitórias determinando que o próximo presidente da República seria eleito pelo voto indireto da Assembleia Constituinte.

No dia seguinte à promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil. Iniciava-se a segunda etapa de seu governo.

Sessão da Assembleia Constituinte de 1934. À esquerda, de chapéu, Carlota Pereira de Queirós, a primeira deputada brasileira. A Constituição de 1934 – de curta duração – trouxe inovações, como a representação classista

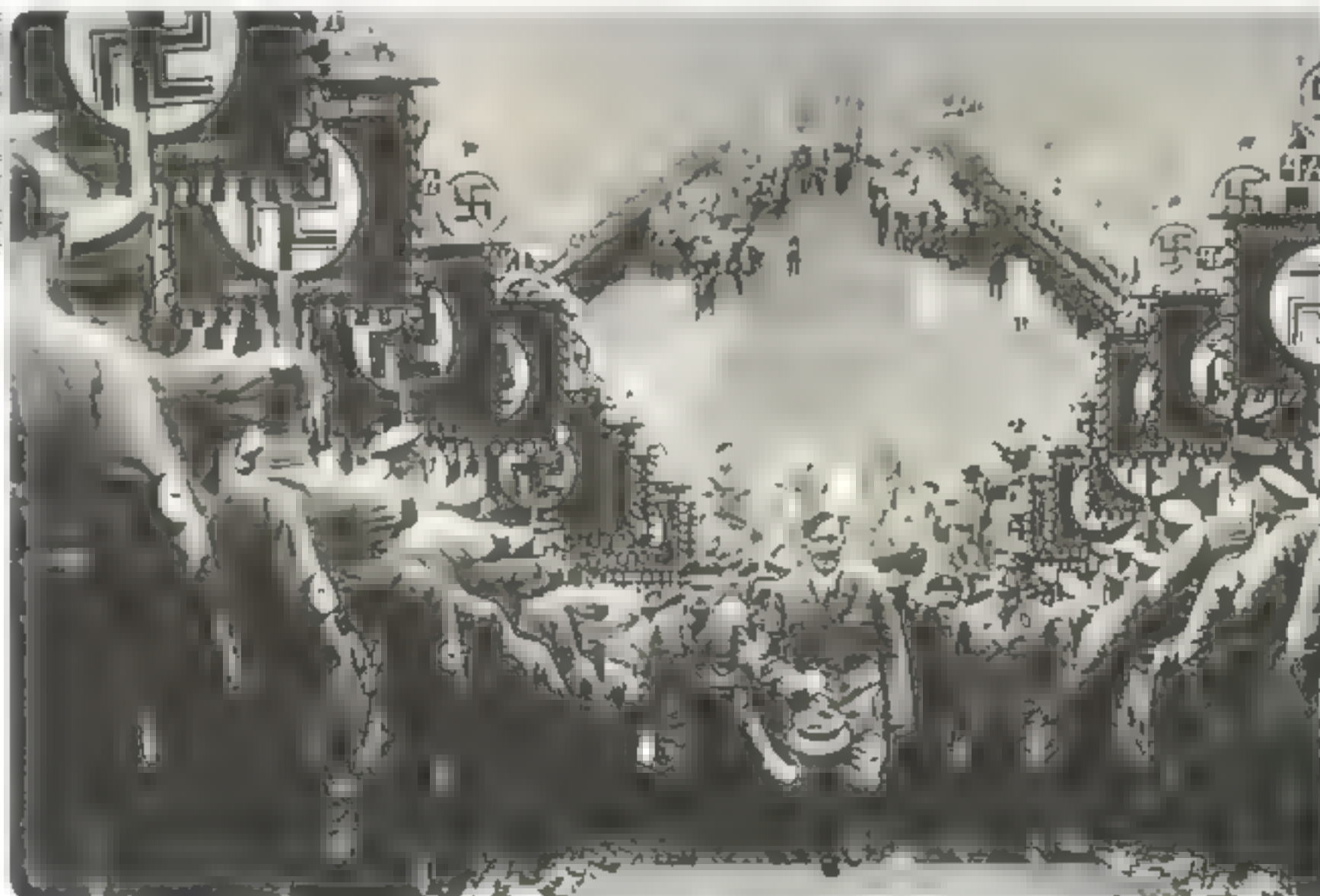
O GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

A radicalização ideológica

Eleito indiretamente pelo Congresso para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, Getúlio Vargas demonstrava, no início de seu governo constitucional, a intenção de fazer o país voltar à normalidade. Entretanto, apesar da entrada em vigor da Constituição e de uma clara definição dos limites do poder Executivo, continuava a aproveitar-se da crise de hegemonia existente no país, ou seja, da incapacidade de um único grupo controlar o poder.

A radicalização foi uma particularidade do novo período, inédita num país no qual os interesses econômicos e particulares sempre se sobrepuseram às ideias, mas se caracterizava como um fenômeno mundial, no contexto da crise de 1929 e da posterior Grande Depressão, quando as propostas socialistas pareceram bastante tentadoras. O exemplo soviético, então imune à crise, mostrava-se como alternativa para alguns.

Aliás, mesmo nos países capitalistas mais avançados, a solução para a crise passava por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, como no *New Deal* do presidente norte-americano Franklin Roosevelt.

As propostas fascistas, por sua vez, defendiam uma ampliação da atuação do Estado não apenas na área econômica, mas também no conjunto da sociedade, por meio de violentas ditaduras políticas. Assim, o fascismo de Benito Mussolini na Itália e o nazismo de Adolf Hitler na Alemanha pareciam surgir como um "terceiro caminho" entre socialismo e capitalismo.

Na década de 1930, como vimos, o nazismo e o fascismo expandiam-se pelo mundo, notadamente na Europa. No centro da foto, o líder nazista alemão Adolf Hitler

Integralistas e aliancistas

A **Ação Integralista Brasileira** deu início ao movimento de inspiração fascista no Brasil, em 1932. Seus membros repudiavam a democracia liberal, defendendo em seu lugar um governo autoritário, chefiado por um líder "inspirado" que pudesse levar o país ao progresso. Rejeitavam também o comunismo, em razão da crença fascista na desigualdade entre os homens.

O integralismo nutria forte apelo nacionalista, tendo o intelectual **Plínio Salgado**, seu principal líder, participado da Semana de 22 e da criação do "verde-amarelismo", movimento cultural de cunho nacionalista. Tal nacionalismo tendia para a xenofobia, quando não para o racismo assumido. A sociedade deveria ser organizada hierarquicamente, segundo princípios militares, e sustentada na total disciplina de cada um de seus membros.

Em 1933, o movimento tornou-se público, com a realização de uma grande passeata em São Paulo, expandindo-se depois por todo o Brasil, principalmente pelo Centro-Sul, região mais urbanizada e de forte presença imigrante europeia, sobretudo italiana e alemã.

A rejeição ao fascismo, as desconfianças em relação ao futuro da democracia liberal brasileira sob Vargas e a intensa mobilização popular, característica do Brasil da década de 1930, levaram à criação de um movimento político de formas radicalmente opostas ao integralismo. Tratava-se da **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), uma frente ampla de oposição ao fascismo e ao autoritarismo.

Da ANL participavam indivíduos de todas as categorias sociais e convicções políticas e filosóficas, tendo os comunistas à frente. Criada em março de 1935, contava com um número crescente de adeptos por todo o país.

As propostas da ANL não se resumiam às do Partido Comunista, o que mostra o caráter de frente ampla do movimento. Seu programa baseava-se em: suspensão do pagamento da dívida externa e seu cancelamento unilateral; nacionalização das empresas estrangeiras; defesa das liberdades individuais; combate ao fascismo, com a criação de um governo popular; reforma agrária, com a garantia da manutenção da pequena e média propriedade.

Os aliancistas convocavam os líderes tenentistas para uma nova revolução. Luís Carlos Prestes lançou seu primeiro manifesto público em apoio à ANL, no qual afirmava que Vargas estava mancomunado com os integralistas e pedia a adesão das Forças Armadas à Aliança. Defendia a realização da reforma agrária e finalizava com um apelo à "luta pela libertação nacional", ou seja, a revolução imediata.

Fotos: Arquivo Público do Estado, Rio de Janeiro

▲ Cartazes de propaganda integralista, na qual a exaltação nacionalista aparece junto ao símbolo do movimento, o sigma (letra grega que corresponde ao "s" do nosso alfabeto).

O movimento sempre foi ativo dentro das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, os comícios da Aliança atraíam multidões, o que dava a seus líderes a certeza da aceitação de suas propostas. No PCB (inicialmente Partido Comunista do Brasil, mais tarde Partido Comunista Brasileiro), cuja importância dentro da ANL era decisiva, amadurecia a ideia de revolução, um movimento que pudesse sair dos quartéis e ganhar as ruas.

É nesse sentido que se deve entender o manifesto de Prestes e a ideia de que os soldados não iriam seguir o movimento operário, mas exatamente o contrário: a revolução nasceria nos quartéis e o povo iria acompanhá-la.

Usando como pretexto o apelo revolucionário contido no manifesto de Prestes e a palavra de ordem "Todo poder à ANL!", Vargas decretou a ilegalidade do movimento. Agora clandestina, a Aliança passou a ser totalmente controlada pelo PCB. Além disso, o decreto de Vargas estimulou a preparação da revolução, que foi considerada a única alternativa para o movimento. De Moscou, o Komintern, órgão criado para coordenar e patrocinar movimentos revolucionários socialistas e anticoloniais no mundo inteiro, apoiava a revolução, inclusive com o envio de dinheiro e agentes.

Em novembro de 1935, eclodiu a revolução, planejada para ser iniciada dentro dos quartéis. A falta de coordenação entre os diversos núcleos comunistas fez com que se iniciasse em dias diferentes em Natal e Recife e no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, o golpe fracassou, enquanto no Rio Grande do Norte

durou quatro dias, com a instalação de um governo revolucionário. Após intensos combates, os rebeldes acabaram se rendendo. Fracassava, assim, a chamada **Intentona Comunista**, nome pejorativo dado pelos vencedores, que significa "projeto insensato" ou "projeto louco".

Em todo o episódio, a tão esperada adesão popular não aconteceu, limitando-se a algumas iniciativas isoladas. Na verdade, o movimento foi o pretexto para que o governo desencadeasse violenta repressão a todos os participantes e simpatizantes do comunismo.

Foi aprovada pelo Congresso a decretação do estado de sítio, seguido do estado de guerra, válido em todo o território nacional até 1937. Foram criados nesse período o Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

O Legislativo perdeu autonomia e as forças policiais ganharam poder. Fortalecia-se o poder do presidente, anulando, na prática, a democracia liberal e o regime constitucional.

estado de guerra: situação que prolonga a vigência do estado de sítio, aumentando seu alcance e possibilitando o início de mobilização militar visando operações de guerra

Iconographia

A Manhã, 27 nov. 1935

CARLOS PRESTES
A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!
A Manhã 2ª EDIÇÃO
SOB O SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL
O MOVIMENTO ESTENDE SE A TODO O TERRITORIO DO PAIZ
Em S. Paulo, o commando das forças revolucionarias foi assumido pelo general Miguel Costa
O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

▲ Tropas governamentais no combate à Intentona Comunista e a manchete do jornal *A Manhã* do dia 27 de novembro de 1935

O LEVANTE POTIGUAR

Natal amanheceu tranquila naquele sábado, 23 de novembro de 1935. A capital do Rio Grande do Norte tinha, então, uma população de 40 mil habitantes. Na cidade pouco industrializada, o movimento portuário era intenso. Navios seguiam para a Europa carregando sal e algodão – os principais produtos da economia potiguar.

A calmaria daquele dia começou a ser perturbada com a chegada de uma carta do chefe da Região Militar para o comandante do 21.º Batalhão de Caçadores (BC). Nela, o general Manuel Rabello autorizava a dispensa de praças suspeitos de participação em assaltos a bondes.

A notícia da expulsão de quase 30 soldados causou silenciosa revolta no quartel. À tarde, militares do 21.º BC reuniram-se com dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estadual para examinar a situação. Às 19h30, no mesmo quartel, o cabo Giocondo Alves Dias, o sargento Quintino Clementino de Barros e o soldado Raimundo Francisco de Lima, muito bem armados, renderam o oficial de dia: "O senhor está preso, em nome de Luís Carlos Prestes".

Iconographia

▲ Fachada do Quartel da Polícia Militar de Natal após o bombardeio ocorrido entre os dias 23 e 24 de novembro de 1935

Dom nado, o quartel foi aberto para os civis que apoiavam o movimento. [...] No dia seguinte, domingo, Natal já estava integralmente sob controle dos insurretos. [...]

A conquista do interior do estado passou para a ordem do dia, com a formação de três colunas de combatentes. Segundo Homero Costa, em seu livro *A insurreição comunista de 1935*, a primeira deveria seguir em direção a Mossoró; a segunda, até a divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba; e a última, para a cidade de Goianinha.

Os revolucionários ocuparam 17 dos 41 municípios potiguares e, quando possível, entregaram o poder a personalidades locais ligadas à Aliança Nacional Libertadora (ANL). [...]

Em julho de 1935, Prestes lançou um manifesto que terminava assim: "Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas. Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL!".

O plano insurrecional contava com o apoio da Internacional Comunista (IC), que enviou alguns de seus assessores – Olga Benário entre eles – para o Brasil. A ação começaria com levantes militares a serem acompanhados pela mobilização de trabalhadores em greves em todo o território nacional.

Em princípio, no dia 23 de novembro, o PCB de Natal procurou convencer os militares subalternos do 21.º BC a não se rebelar. Argumentou que ainda não era o momento. Ante a inevitabilidade do levante, os comunistas dele participaram e se tornaram os seus dirigentes. No dia 24 militares sublevaram-se em Recife, sendo vencidos um dia depois.

Pegos de surpresa pelo levante na capital do Rio Grande do Norte, a direção nacional do partido e os agentes da IC decidiram colocar em marcha movimentos no Distrito Federal e em alguns estados. Só conseguiram levar o plano adiante no Rio de Janeiro, sendo vencidos no fim da manhã do dia 27. [...]

MATTOS, Marco Aurelio Vannucchi de. Levante Potiguar. In: *Historia Viva*. Ano VI, n. 62. p. 68, 70 e 71. [s.d.].

O golpe do Estado Novo

A Constituição de 1934, apesar de desrespeitada com as medidas adotadas (elas, por exemplo, estabeleceram o estado de guerra sem que houvesse guerra formal declarada e nem um Exército inimigo a ser enfrentado), ainda previa a realização de eleições para a sucessão presidencial em 1937. Assim, mesmo sob o clima repressivo, teve início a disputa eleitoral, com o surgimento de duas candidaturas: a do paulista **Armando de Salles Oliveira** e a do paraibano **José Américo de Almeida**.

O primeiro, cuja candidatura fora lançada por setores originários do velho Partido Democrático, representava uma oposição liberal ao centralismo varguista. O segundo parecia ser o candidato oficial do governo à sucessão. Um terceiro candidato foi **Plínio Salgado**, da Ação Integralista, que era fortemente rejeitado pelo eleitorado.

Embora parecesse colaborar com a campanha presidencial, Vargas não descartava a possibilidade de manter-se no poder, contando com o apoio de certos setores da sociedade, para os quais interessava mais a estabilidade que a normalidade constitucional. Às pretensões continuístas de Vargas somaram-se os interesses do exército.

Nacionalista, anticomunista e, obviamente, preocupada com questões relativas à segurança nacional, a alta cúpula militar foi lentamente sendo atraída por uma solução autoritária para a crise política brasileira. A ideia de uma ditadura sustentada na atuação e influência do Exército poderia garantir a manutenção de políticas firmes de combate às esquerdas.

Careta

LÁ NO PALÁCIO DAS ÁGUIAS

▲ Charge de J. Carlos alusiva ao processo sucessório de 1937. Getúlio Vargas espalha cascas de banana diante do Palácio do Catete (também chamado Palácio das Águias), sede da Presidência da República.

Coleção particular

Além disso, um governo forte poderia implantar no país a indústria pesada que, na visão dos militares, era preponderante para garantir a segurança do país, ainda mais numa época de acentuada tensão internacional, como a que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Supondo o desinteresse do capital estrangeiro em estabelecer esse tipo de indústria (pois este, de fato, jamais havia sido aplicado consistentemente nessas áreas no Brasil), era necessário utilizar capital nacional, que, por ser escasso, só seria mobilizado por meio da atuação do Estado. Nascia, assim, um modelo de desenvolvimento industrial estatizante e ligado às Forças Armadas.

indústria pesada: tipo de indústria que inclui setores como mecânica pesada, siderurgia e química, entre outros.

Em setembro de 1937, o governo divulgou a existência de um falso plano comunista para assumir o poder no Brasil, o **Plano Cohen**, que, na verdade, fora redigido por um oficial integralista do Exército. O plano serviu de pretexto para o golpe, em 10 de novembro, Vargas ordenou o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos e a suspensão da campanha presidencial e da Constituição. Estava instalada a ditadura do Estado Novo.

ESTADO NOVO (1937-1945)

A Constituição de 1934 foi substituída por uma nova, que pretendia dar uma aparência de legalidade ao novo governo. Redigida às pressas pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça de Vargas, foi parcialmente inspirada nas constituições fascistas da Itália e da Polônia – daí seu apelido de **Polaca** (palavra depreciativa, utilizada na época para vulgarmente designar prostitutas).

Eram características da Constituição de 1937: centralização política, com o fortalecimento do poder do presidente; extinção do Legislativo, cujas funções passariam a ser exercidas pelo Executivo; subordinação do poder Judiciário ao Executivo; indicação dos governadores (interventores) dos estados pelo presidente; legislação trabalhista.

O Estado Novo, contudo, não deve ser considerado um regime fascista, pois lhe faltava um partido político do qual Vargas fizesse parte. Além disso, a ditadura varguista, por mais violenta que tenha sido, não se assemelhou aos excessos totalitários do fascismo europeu na composição do aparelho repressivo governamental.

Finalmente, faltava ao Estado Novo uma forte característica da ideologia fascista europeia: a legitimação do Estado por meio de uma certa visão de história (como, no caso da Alemanha nazista, a ideia do Terceiro Reich, o terceiro Império alemão, que foi planejado para durar mil anos e ver a redenção da raça ariana), como você já estudou.

Chama a atenção a relativa tranquilidade com que a população recebeu o golpe: a oposição foi mínima, senão inexistente. Isso se deveu em parte ao apelo anticomunista, fomentado durante anos pela propaganda oficial.

Ao mesmo tempo, os principais líderes políticos do país, aqueles que eventualmente poderiam fazer uma oposição de cunho liberal a Vargas, viam-se comprometidos com o novo regime: em 1937, os interventores nomeados nos estados eram quase todos governadores, e agora iriam se eternizar no poder, pelo menos enquanto durasse a ditadura. Pode-se falar até mesmo em uma nova "política dos governadores", com compromissos pessoais entre os líderes estaduais e o governo federal.

Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi mínima: privado de seus principais líderes de esquerda desde 1935, pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime. Todavia, por trás dessa aparente passividade há que se reconhecer que, a partir da década de 1930, a crescente massa de trabalhadores urbanos já havia se convertido em ator central da política brasileira, pois passou a ser impensável a instauração de um poder político sem levar em consideração suas demandas. De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes, se os trabalhadores passaram a aceitar Vargas é porque tinham a consciência dos ganhos provenientes dessa aceitação. Por trás desse jogo está a própria constituição do operariado e sua identificação como grupo social específico: no Estado Novo, consolidou-se entre os trabalhadores a ideia de que "ser operário" é motivo de orgulho, independentemente da atuação do governante.

Coleção particular

Pelo golpe do Estado Novo, Vargas implantou uma ditadura sem disfarces. Na charge, feita por J. Carlos na década de 1940, ele golpeia violentamente a estrutura política do país

VARGAS E OS TRABALHADORES

No pós-30 havia um processo de controle dos trabalhadores, sem dúvida, mas havia também um processo de negociação, que eu queria ressaltar. Entrevistei para a minha tese o Seu Hilcar Leite, um gráfico comunista e depois trotskista, que me disse: "Eu ia para a porta da fábrica falar mal do Getúlio e quase apanhava. Os trabalhadores adoravam o Getúlio!". Ora, dizer que se vivia um processo de manipulação dos trabalhadores, que eram todos enganados durante tanto tempo, era algo insatisfatório para mim. Essas pessoas seriam completamente desprovidas de discernimento? Ou, afinal, tinham uma lógica em seu comportamento político que deveríamos encontrar e respeitar? Os trabalhadores, quando "gostam" de Vargas, entendem que há ganhos nessa negociação, e vão explorar essa possibilidade.

trotskista: corrente de esquerda formada pelos seguidores das ideias de Leon Trotsky (1879-1940), que criticava o modelo soviético stalinista.

GOMES, Angela de Castro. Liberdade não é de graça. Entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 1.º mar. 2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=492&pagina=3>. Acesso em: 16 dez. 2009.

Curiosamente, a mais séria tentativa de derrubar o Estado Novo partiu de um grupo simpatizante de medidas autoritárias e fascistas: os integralistas, que haviam aplaudido o golpe de 1937 – afinal, feito em nome do combate ao comunismo. O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo, ao contrário de outras agremiações políticas; no entanto, não havia ligações com os **camisas verdes** do movimento integralista. Mantidos à margem do governo, em 1938 tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas, no movimento que se tornou conhecido como **Intentona Integralista**. Porém, mal organizados, fracassaram. Seguiram-se o exílio de Plínio Salgado e o desaparecimento do movimento integralista.

O fortalecimento do poder do Estado

Para consolidar a ditadura varguista, foi criado o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP), responsável por enaltecer os atos do governo, procurando sempre exaltar a figura do presidente e, de alguma maneira, aproximá-lo das camadas populares. O DIP tentava, assim, controlar os meios de comunicação de massa, além de realizar violenta censura e promover eventos culturais que valorizassem a figura de Vargas, identificando-o como legítimo representante dos interesses nacionais.

Fotos: Iconographia

Cartazes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), poderosa arma nas mãos de Vargas.

Paralelamente, o poder policial se fortaleceu, principalmente a Polícia Especial, cujo chefe, **Filinto Müller**, era conhecido por sua truculência. A violência da polícia já havia se manifestado na ocasião da repressão à Intentona Comunista de 1935. Prestes havia sido preso naquele ano e iria amargar dez anos de prisão, em regime solitário. Menos sorte tiveram seus companheiros, que foram torturados.

O caso de **Olga Benário**, mulher de Prestes, judia alemã de nascimento e agente soviética no Brasil, presa com o marido, provocou comoção quando ela foi deportada, grávida, para a Alemanha nazista, onde ficou confinada em um campo de concentração. Poucos anos depois da prisão, foi assassinada na câmara de gás do campo de Ravensbrück.

O principal meio de fortalecimento do poder do Estado, no entanto, foi a aproximação de Getúlio Vargas dos trabalhadores urbanos, configurando uma prática apelidada de **populismo**. Esses trabalhadores, oriundos do processo de êxodo rural a partir da década de 1930, diferenciavam-se muito dos primeiros operários do início do século, em grande parte imigrantes politizados. A aproximação Vargas e trabalhadores não era uma simples manifestação de cima para baixo, mas também das atuações e exigências da classe trabalhadora.

Leia no boxe ao lado uma reflexão do historiador Jorge Ferreira sobre o termo "populismo".

Manifestação trabalhista favorável a Getúlio Vargas, em foto de 1941. O presidente não só contava com seu poder pessoal de atração, como também tinha uma imagem pública solidamente construída pelo DIP

POPULISMO: CONCEITO OU INSULTO?

Há um grupo de historiadores convencidos de que populismo é realmente mais um insulto que um conceito teórico. É como chamar alguém de fascista, que não significa que se esteja acusando, estritamente, de seguidor do regime fascista. Tudo não passa de um termo usado para desqualificar o oponente. Populismo vem servindo para definir coisas muito diferentes. Cabe tanto um Getúlio Vargas quanto um Adhemar de Barros, Jânio, Jango, JK, trabalhistas, até Fernando Collor de Mello. Não existe um conceito teórico que junte coisas tão distintas assim. Populista é sempre o adversário.

[Populismo] Foi uma construção dos liberais derrotados e, depois, das esquerdas revolucionárias. Para os liberais, eles só poderiam ter perdido porque alguém se deixou ludibriar. Para as esquerdas, que queriam primazia nos movimentos populares, os populistas eram todos os demais, inclusive outros ramos marxistas. Além da direita e da esquerda, juntaram-se nessa poderosa aliança a universidade, tentando dar uma consistência teórica à definição, e a imprensa, difundindo e popularizando a caracterização. O princípio, totalmente improvável, é da existência de uma multidão de tolos, um bando de idiotas, a seguir um líder malicioso e poderosíssimo. Um sujeito capaz de enganar milhões e milhões de pessoas durante décadas. É uma afirmação da mesma família daquela outra: O povo brasileiro não sabe votar. As multidões apoiaram Vargas e outros governos ditos populistas por entender que ganhavam com isso, melhoravam de vida. Preferiam esse projeto ao outro, batido nas urnas. O conceito de populismo não é uma coisa que sempre existiu, um dado como o Sol e a chuva. É uma invenção humana, com história.

FERREIRA, Jorge. *Época*, São Paulo, Globo, 22 set. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI31162-15228,00-JORGE+FERREIRA+TODOS+POPULISTAS.html>. Acesso em: 7 jul. 2010.

Por um lado, a satisfação das reivindicações populares por meio de uma legislação trabalhista cada vez mais ampla aproximava o presidente das camadas populares; por outro, porém, acabava por desmobilizar essa parcela da sociedade. Aliás, foi Vargas quem ajudou a dificultar a mobilização espontânea dos trabalhadores com sua política sindical, que atrelava fortemente os sindicatos ao Estado, sendo os líderes sindicais meros funcionários estatais, e as sedes dos sindicatos, locais de exercício da propaganda oficial do governo.

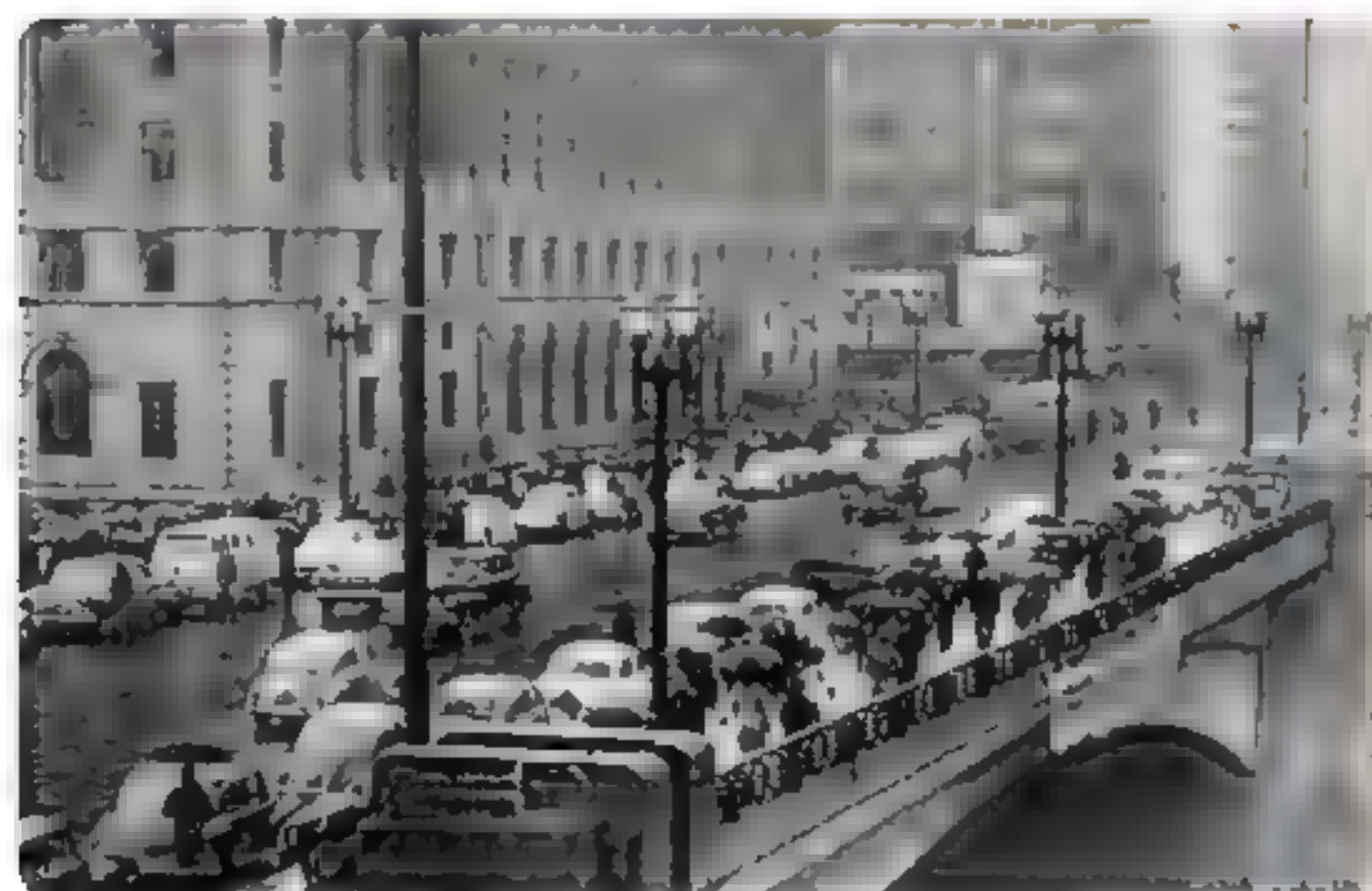
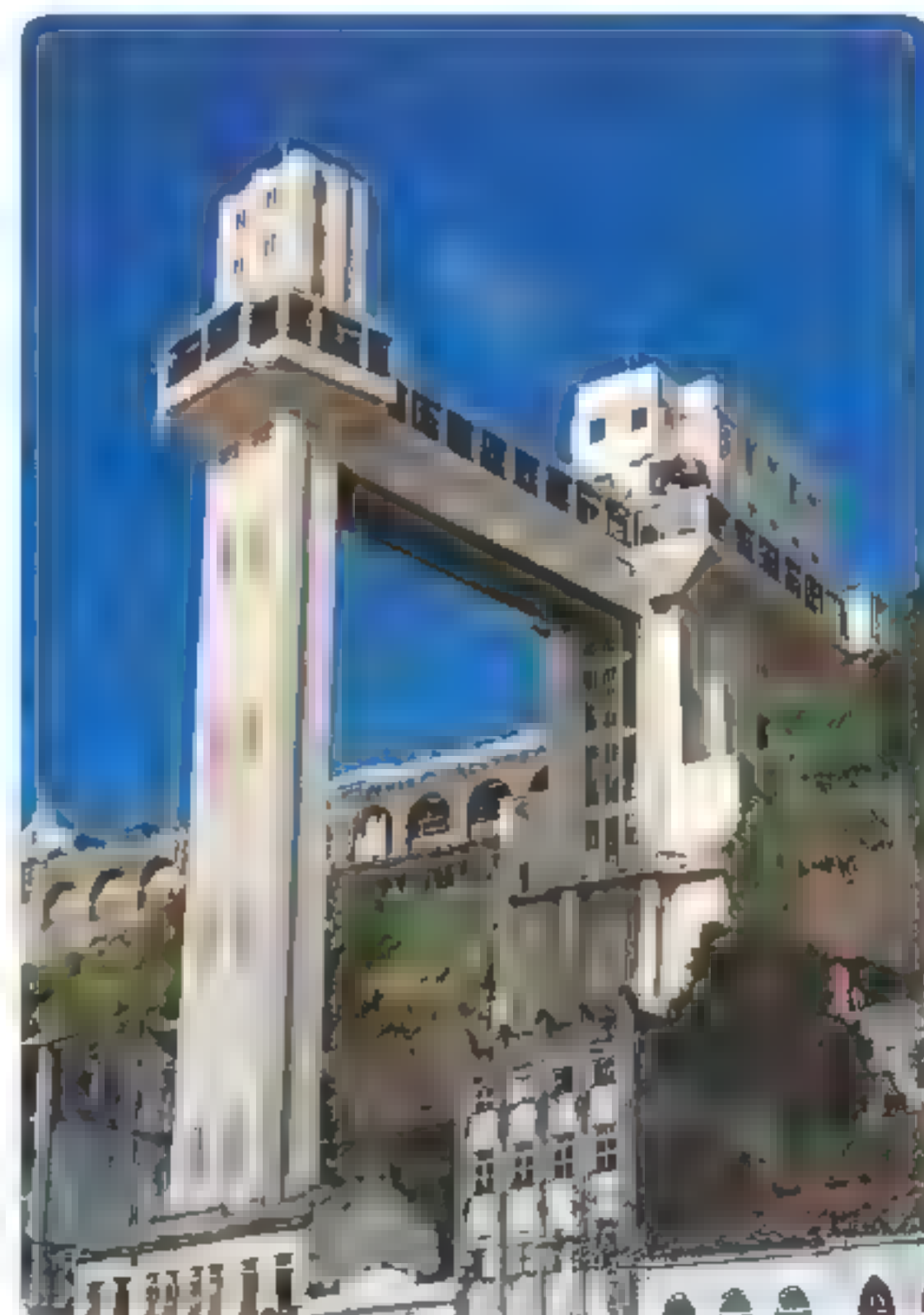
Tradicionalmente, no dia 1.º de maio Getúlio fazia um discurso anunciando uma nova concessão popular e exaltando os trabalhadores, que passaram a considerá-lo o "pai" de todos os brasileiros. Assim, foram introduzidos no Brasil o **salário mínimo**, a semana de trabalho de 44 horas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a carteira profissional, as férias remuneradas e outros benefícios aos trabalhadores.

Nesse contexto, temos condições de começar a entender o surgimento do "mito" Getúlio Vargas. Se por um lado havia cada vez mais apoio sincero à figura do líder, por outro, a maior parte da forma desse apoio era moldada por meio de iniciativas oficiais, nas quais se destacava a atuação dos técnicos do DIP. Por "forma" entende-se o tipo de manifestação de apoio, o vocabulário utilizado para se referir ao presidente e assim por diante. Mesmo assim, vale observar que o mito Vargas "não foi criado simplesmente pela propaganda. Ele expressou um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, alterou a vida dos trabalhadores."[1]

▲ Viaduto do Chá, em foto de 1902

▲ Elevador Lacerda, em foto de 1898

▲ Viaduto do Chá, em foto de 1964.

▲ Elevador Lacerda, em foto de 2007

Construções que foram totalmente reformadas na década de 1930, valorizando os espaços urbanos que passaram a ser palco das transformações sociais e econômicas desde então: em São Paulo, o Viaduto do Chá, na região central da cidade, foi inaugurado em 1892 e ampliado em 1938, quando ganhou um ar *deco*, através de novas linhas arquitetônicas visíveis na foto de 1964. O mesmo traçado ainda é percebido na estrutura atual do Elevador Lacerda, localizado na cidade de Salvador (observe a foto de 2007). Inaugurado em 1873, o elevador recebeu o novo visual na ampliação e reforma ocorrida em 1930. O Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, também é desse período marcado por modernizações

[1] FERREIRA, Jorge. *Época*. São Paulo: Globo, 22 set. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI31162-15228,00-JORGE+FERREIRA+TODOS+POPULISTAS.html>. Acesso em: 7 jul. 2010

A intervenção do Estado na economia

A centralização do poder no Estado Novo criou condições para que se iniciasse o trabalho de coordenação e planejamento econômico, com ênfase no prosseguimento da industrialização por substituição de importações.

Uma planificação total da economia nos moldes soviéticos estava fora de cogitação, uma vez que o princípio da propriedade privada jamais fora questionado pelo regime. As empresas estatais, que logo seriam fundadas, passaram a representar um complemento ao setor privado. Desse modo, acompanhando uma tendência mundial, tanto no mundo capitalista quanto na União Soviética, o governo recusava o *laissez-faire* liberal e passava a realizar ações para dirigir o desenvolvimento da economia.

A atuação do Estado era executada por meio dos diversos órgãos criados tanto para auxiliar setores específicos quanto para coordenar o conjunto da economia e estabelecer diretrizes de política econômica. Esses órgãos promoviam a expansão de setores tradicionais e fomentavam novas atividades, viabilizando, por exemplo, a instalação de empresas estatais.

A indústria pesada, concentrada nas empresas estatais, parecia estar além da capacidade do empresariado nacional por demandar grandes investimentos e só proporcionar retorno a longo prazo. As maiores estatais se dedicavam aos setores de: **siderurgia** (Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, 1940); **mineração** (Companhia Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, 1942); **mecânica pesada** (Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro, 1943); **química** (Fábrica Nacional de Álcalis, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, 1943); e **hidreletricidade** (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, 1945).

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, trouxe alguns efeitos favoráveis, como o aumento no preço dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Ao mesmo tempo, porém, as dificuldades de importação de máquinas, equipamentos e até de matérias-primas acabaram levando a uma pequena desaceleração da produção industrial. Apesar disso, no período do Estado Novo o processo industrial consolidou-se no país.

Em síntese, a industrialização brasileira se deu em meio a um regime autoritário, o que nos permite caracterizar a era Vargas como um período de modernização conservadora.

Iconographia

Durante a era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico. Acima, Vargas em cerimônia patrocinada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1941.

A crise do Estado Novo e a redemocratização

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados criou uma situação insólita: combatia-se a ditadura fascista na Europa, enquanto no Brasil se mantinha um regime ditatorial, embora desgastado, inspirado nesse mesmo fascismo.

Em 1943, circulou clandestinamente o **Manifesto dos Mineiros**, documento redigido por intelectuais que pedia o fim da ditadura e a redemocratização do país, apelos repetidos no Primeiro Congresso Nacional de Escritores, em janeiro de 1945. Ambas as declarações foram censuradas pelo DIP, até que, em fevereiro, o jornal *Folha Carioca* publicou uma entrevista com o todo-poderoso general Góis Monteiro, que defendia a realização de eleições.

A entrevista surpreendeu o país, sobretudo por não ter sido censurada pelo DIP. Vargas começava a dar sinais de abrandamento da ditadura: em 28 de fevereiro, decretou uma emenda constitucional regulamentando a criação de partidos políticos e marcando eleições gerais para o final de 1945.

Na verdade, Getúlio percebeu que a redemocratização era inevitável, e o iminente final da guerra, com o retorno dos "pracinhas" da Força Expedicionária Brasileira (FEB), só iria acelerar o processo. Muitos acreditavam que essa volta facilitaria um golpe para depor o presidente: após derrotar a ditadura na Europa, a FEB completaria seu trabalho fazendo o mesmo no Brasil.

Vargas antecipou-se, desencadeando ele mesmo o processo de redemocratização. Suas pretensões continuístas eram evidentes: ao democratizar o Brasil, ele surgiria como grande defensor do sistema democrático, apresentando como referência sua luta contra os regimes ditatoriais na Europa. O prazo até as eleições era curto, impossibilitando que uma eventual oposição se organizasse seriamente ou que representasse um obstáculo a seus objetivos continuístas. O presidente iniciou a organização de dois partidos políticos para o apoiarem: o **Partido Trabalhista Brasileiro** (PTB), criado dos sindicatos controlados por Vargas, e o **Partido Social Democrata** (PSD), formado com o apoio dos interventores nos estados e da burocracia estatal favorecida ao longo do Estado Novo.

Enquanto isso, a oposição recém-nascida organizava a **União Democrática Nacional** (UDN), de cunho liberal. Ao mesmo tempo, voltava à legalidade o **Partido Comunista Brasileiro** (PCB), reforçado com a libertação de Luís Carlos Prestes. Enquanto redemocratizavam o Brasil, os aliados do presidente cuidavam também de organizar o **movimento queremista**, em cujos comícios repetia-se o lema "Queremos Getúlio!", provando seu interesse no continuísmo. A adesão ao queremismo foi bastante grande, envolvendo até mesmo o Partido Comunista, que ainda contava com muitos simpatizantes.

Apesar da violência com que a ditadura tratou o partido e seus membros desde 1935, foi surpreendente o apoio de Prestes e do PCB a Vargas. Na verdade, o partido seguia orientações de Moscou: a União Soviética ainda estava ao lado das democracias liberais capitalistas na luta contra o fascismo e, portanto, recomendava aos partidos comunistas do mundo inteiro que apoiassem os líderes comprometidos com o combate ao fascismo, como era o caso de Getúlio. Este, por sua vez, interessava-se por qualquer tipo de apoio a seu continuísmo.

Temendo uma guinada à esquerda por parte do presidente, o Exército, em outubro de 1945, por intermédio de seus comandantes Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, acabou por desencadear um golpe, derrubando-o e garantindo a realização de eleições sem sua participação. Encerrava-se o Estado Novo.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/O Malho, 2 nov. 1929

▲ Charge publicada em 1929 na revista *O malho*. Em 1930, Vargas foi derrotado nas eleições; em 1945, foi afastado do poder por um golpe. Nos dois casos, ele acabaria retornando.

PARA RECORDAR A era Vargas (1930-1945)

GETÚLIO VARGAS

tentaram retornar ao poder (1932)

cafeicultores

setores urbanos

oligarquias dissidentes

Exército

compra e queima de café

burguesia

classe média

proletariado

anticomunismo

populismo/ sindicatos

participação na Segunda Guerra Mundial

estimula

processo de industrialização

criação da CSN, em Volta Redonda

DIP

propaganda

intervenção do Estado na economia

estatais

planejamento

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

- Analise a relação mantida entre Getúlio Vargas e os diversos grupos de pressão existentes no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.
- Explique o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no Estado Novo.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de fonte historiográfica

→ O texto abaixo discute a apropriação que diferentes correntes políticas fizeram da imagem de Carlos Prestes nas décadas de 1920 e 1930. Leia-o atentamente e faça as atividades propostas a seguir

[...] Como o pai, Prestes seguiria a carreira militar. Nos anos 1920, aproximou-se da juventude rebelde do Exército que viria a originar o tenentismo, movimento político militar que se desenvolveu entre 1920-1935.

Em outubro de 1924, já como capitão, levou o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, a aderir ao levante iniciado meses antes em São Paulo Impossibilitados de manter domínio sobre a capital do estado, os revolucionários paulistas recuaram rumo ao interior, até o oeste do Paraná. Ali se encontraram com Prestes e sua tropa, decidindo que o combate contra as forças legalistas iria continuar. [...] A imprensa batizou o pequeno exército rebelde de Coluna Prestes [...] exaltando a figura do jovem capitão, atribuindo-lhe a alcunha que o acompanhará por décadas: "Cavaleiro da Esperança"

Prestes se recusou a participar da Revolução de 1930 [...]. No mesmo ano divulgou manifesto declarando sua adesão ao marxismo, e em 1931 seguiu para a União Soviética, no intuito de conhecer a "pátria do socialismo".

[...]

A adesão de Prestes significou grande trunfo para o até então pouco expressivo Partido Comunista Brasileiro. O "Cavaleiro da Esperança" levou consigo seu prestígio pessoal e o PCB soube explorar a imagem popular do líder. Durante décadas ele foi homenageado e cultuado, num trabalho cuidadoso do que foi chamado de culto à personalidade.

A exploração do mito gerava bons dividendos políticos. Prestes foi apresentado à nação como a encarnação dos ideais revolucionários brasileiros, síntese máxima das virtudes e das promessas do comunismo. [...]

Ao apropriar-se do mito do "Cavaleiro da Esperanca", a intenção do Partido Comunista era conquistar o imaginário popular, que tradicionalmente associava o herói salvador à figura do paladino que, montado em seu corcel, combatia o mal e defendia as causas justas. [...]

A militância anticomunista também acreditava na eficácia política do mito de Prestes, tanto que tratou de combatê-lo. Para ela, Prestes encarnava a imagem da traição, da covardia e da subserviência a ordens estrangeiras Não era o Cavaleiro da Esperança, e sim o "Cavaleiro da Desesperança" – mero traidor vendido ao "ouro de Moscou" Chegaram a associá-lo à imagem de Calabar, que abandonou as tropas portuguesas para lutar ao lado dos holandeses que invadiram Pernambuco em 1630. [...]

A chamada Intentona Comunista, levante organizado por Prestes e sufocado pelo governo Vargas, que perseguiu e prendeu vários de seus participantes, inclusive ele, foi o marco inicial do processo de transformação nas representações do personagem, que passaria de herói a bandido no discurso da grande mídia Os argumentos antiprestistas se reproduziram ao longo do tempo, na mesma medida em que o líder permanecia como uma referência central para a esquerda brasileira.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá O cavaleiro e o mito *Revista de História da Biblioteca Nacional* Rio de Janeiro, ano 2, n 16, jan 2007, p 77-8

a) Qual foi a intenção dos comunistas ao exaltarem a imagem de Luís Carlos Prestes?

b) As ações e os posicionamentos de Prestes foram interpretados da mesma forma por comunistas e anticomunistas? Explique.

c) Faça uma pesquisa em jornais, revistas ou na internet sobre a opinião expressa na mídia acerca de algum político de grande expressão. Pode ser um presidente, um governador, um líder sindical, um líder dos sem-terra etc. A seguir, compare a imagem desse político no passado e no presente, respondendo as seguintes questões:

- Ela passou por alguma mudança?
- Qual?
- Que explicação pode ser atribuída a essa mudança, caso ela tenha ocorrido?

2 Leitura de texto e redação

→ Leia atentamente o texto a seguir:

> *Foi em meio à ideologia que mobilizava multidões que surgiu o Estado Novo no Brasil (1937-45). Estado Novo foi também o nome que receberam outras ditaduras na mesma época: a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal, por exemplo. O "novo" aqui representava o ideal político de encontrar uma "via" que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo, duas doutrinas políticas que, desde meados do século XIX e mais intensamente a partir da revolução soviética, competiam entre si no sentido de oferecer uma alternativa política e econômica para o mundo.*
>
> D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 8.

- Com base na leitura do texto acima e em seus conhecimentos sobre o assunto, escreva um texto em seu caderno, explicando por que o Estado fundado por Vargas com o golpe de 1937 era chamado de "novo".

3 Leitura de imagem e levantamento de hipótese

→ A imagem ao lado é a reprodução de um material impresso de divulgação que compõe o arquivo pessoal de Getúlio Vargas. Ele faz parte do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e não tem qualquer informação sobre a data em que foi produzido. Contudo, algumas pistas são oferecidas pela própria imagem e, graças a elas, podemos levantar algumas hipóteses sobre sua datação. Com base em seus conhecimentos sobre o assunto, procure localizar essas pistas e, com base nelas, escreva em seu caderno uma hipótese sobre a data e o contexto em que o cartaz foi criado.

VITÓRIA
COM
GETÚLIO VARGAS

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

4 Leitura e análise de literatura de cordel

→ Como falamos no *Para pensar historicamente*, Vargas é um mito construído ao longo de seu governo. Esse texto, extraído de um cordel, refere-se às condições em que ocorreu sua morte – um suicídio – em 1954. Leia atentamente e depois responda as questões. No capítulo 36, esse assunto será retomado.

Jesus Cristo, pelo povo

Padeceu morte e paixão.

Getúlio foi outro Cristo,

Varou o seu coração

Com uma bala sublime

Para salvar a nação!

Morreu, mas ressuscitou

E subiu ao céu com glória,

Assim há de ser Getúlio,

Que vai ficar na memória,

Viver eternamente

Alumbrando a nossa História

REVISTA NOSSA HISTÓRIA. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 10, ago. 2004. p. 17.

a) Conforme o texto, qual seria a semelhança entre Getúlio Vargas e Jesus?

b) O que essa analogia revela sobre a ideia que o autor do texto tem de Getúlio Vargas?

c) Você concorda com o autor do texto sobre essa ideia em relação a Getúlio? Justifique sua resposta com base em seus conhecimentos sobre o governo de Getúlio Vargas.

d) Em sua opinião, a memória de Getúlio Vargas ainda influencia o cenário político brasileiro? Escreva um texto argumentativo, apresentando dados concretos que justifiquem sua resposta.

Detalhe da imagem da p. 626

assessoria pedagógica

Capítulo 35

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 35 (p. 644 a p. 659).

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Neste capítulo, os alunos retomam as reflexões a respeito das relações entre economia e política na configuração de movimentos autoritários, como o nazismo e o fascismo, para pensar a respeito dos condicionantes da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. A mesma articulação também é percebida nos processos diplomáticos que se instauraram para a criação das Organizações das Nações Unidas, em 1945. Ainda sobre os significados de uma guerra, é importante destacar que os alunos não podem ser levados a pensar que empreendê-la é algo justificável, assunto problematizado na seção *Para pensar historicamente*.

É relevante que se reflita sobre os interesses que levaram os países aliados a entrar na guerra, observando que isso não ocorreu prioritariamente por causa das atrocidades cometidas pelo regime hitlerista (que já ocorriam desde a década de 1920), mas pelos interesses econômicos e políticos que envolviam a questão. Esse aspecto poderá ser retomado na ocasião em que os alunos estudarem outros conflitos, como a guerra civil em Ruanda ou os confrontos em outros países da África, que, diferentemente, não receberam ajuda mas cuja população foi massacrada em genocídios atrozes.

Além do confronto em si, e sobre as políticas de aliança que se formaram, é importante discutir o comportamento da população diante dos acontecimentos. O texto "Resistência e colaboracionismo" trata das diferentes estratégias adotadas em diferentes países europeus contra o avanço do nazismo. Por outro lado, as atrocidades cometidas pelas forças militares em confronto, tanto do lado do Eixo como dos Aliados, são questionadas nos textos da atividade *2. Leitura e análise de fonte historiográfica* e *3. Observação de imagem e reflexão*.

Sugerimos que, antes de iniciar o estudo do capítulo, as características do nazismo e do fascismo, bem como a necessidade atual de combater práticas fundamentadas nesses movimentos, sejam retomadas.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Cinema:** assistir a um dos filmes indicados a seguir e destacar aspectos históricos relacionados ao ideário de seus personagens e ao contexto histórico em que se situa a trama dos filmes. São eles:
  - ***Terra e liberdade***. Direção de Ken Loach. Itália, Espanha, Reino Unido e Alemanha, 1986 (109 min). Trata da atuação das milícias de voluntários que lutaram durante a Guerra Civil Espanhola contra o ditador Franco.
  - ***Trem da vida***. Direção de Radu Miheaileanu. França, Bélgica, Holanda, 1998. (103 min). Apresenta um vilarejo judeu no interior da França. Em 1941, os moradores desse vilarejo, diante da iminência de receber os nazistas que os enviarão para um campo de concentração, resolvem eles mesmos simularem a deportação usando um trem. A simulação, porém, vai se revelando cada vez mais real e saindo do controle dos participantes.

Textos de apoio

1

Segunda Guerra Mundial

Sessenta milhões de homens em armas, 50 milhões de mortes (a maioria na população civil) como resultado direto dos combates, ou "80 milhões de pessoas, se se contar também as que morreram por fome e doença [...] oito vezes mais do que na Primeira Grande Guerra: ao todo, aproximadamente, 4% da população mundial da época, e tudo isso em escassos cinco anos. Os números da Segunda Guerra Mundial estão aí para demonstrar a validade da alternativa histórica que Rosa Luxemburgo colocara imediatamente após a Primeira Guerra Mundial: "Socialismo ou Barbárie".

Embora os números não expressem a qualidade das mortes, eles refletem a quantidade dos massacres absurdos da população civil, desnecessários do ponto de vista militar, levados adiante por todos os principais protagonistas da guerra, mas especialmente pelos "democratas" Aliados, a exemplo do inútil bombardeio da cidade alemã de Dresden (quando a capitulação da Alemanha já era questão de horas), ou das bombas atômicas lançadas sobre Hiroxima e Nagasáqui, com suas centenas de milhares de mortos civis e seus efeitos ainda sensíveis décadas depois [...]

Bibliografia

COGGIOLA, O. (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/USP/FFLCH, 1995. (Eventos).

DELMAS, C. *História política da bomba atômica*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.

FERRO, M. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX).

HILLS, K. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1997. (Guerras que mudaram o mundo).

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PEDRO, A. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1987. (Discutindo a História).

REIS, J. C. *Escola dos Annales, a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, E. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória*. Campinas: Papirus, 1988.

De fato, o racismo não foi patrimônio exclusivo dos nazistas, assim como as experiências científicas do Dr. Mengele em Auschwitz (ou de seu equivalente japonês, a Unidade 731 do norte da China). Os Estados Unidos acabam de reconhecer oficialmente ter submetido a provas nucleares mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra, incluindo dezoito norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio.

O racismo e a barbárie foram multidirecionais. [...]

COGGIOLA, O. *O sentido histórico da Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: <www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/>. Acesso em: 21 abr. 2010.

8

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 25 abr. 2010.

Comentários das atividades

Para recordar

1. Com base nas informações do capítulo, os alunos podem citar como fatores para a eclosão da Segunda Guerra: a humilhação imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, que colaborou para o aprofundamento da crise que se abateria sobre o país depois da Primeira Guerra e o consequente fortalecimento do nacionalismo revanchista; a difusão da ideologia nazista diante do fracasso do governo liberal e do medo da burguesia de que o comunismo se fortalecesse na Alemanha; e os efeitos devastadores da crise de 1929 sobre a economia alemã, agravando a situação já desoladora da população alemã.

2. a) As principais potências vencedoras da Primeira Guerra, França e Inglaterra, não reagiram ao crescimento militarista e expansionista da Alemanha, limitando-se a tímidas censuras diplomáticas.

   b) Essa política, conhecida como política de apaziguamento, visava evitar um novo conflito armado. Além disso, para boa parte dos governantes europeus, identificada com o pensamento liberal, o crescimento da URSS era um problema maior, para o qual, talvez, o anticomunismo declarado dos nazistas fosse uma barreira.

3. a) O bloco do Eixo era formado por: Itália, Alemanha e Japão. O bloco dos Aliados por, sobretudo, Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Vale lembrar ainda que a França esteve com os Aliados até a ocupação

Filmes

Além da linha vermelha. Direção de Terrence Malick. Estados Unidos, 1998. (170 min).

A lista de Schindler. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1993. (195 min)

A vida é bela. Direção de Roberto Benigni. Itália, 1997. (116 min).

Filhos da guerra. Direção de Agnieszka Holland. Alemanha/França, 1991. (115 min)

Leni Riefenstahl, a deusa imperfeita. Direção de Ray Muller. Alemanha/Bélgica, 1993. (182 min).

Stalingrado – a batalha final. Direção de Joseph Vilsmaier. Alemanha, 1993. (140 min)

Underground – mentiras de guerra. Direção de Emir Kusturica. Alemanha/França/Hungria, 1995. (169 min)

Endereços eletrônicos

Segunda Guerra Mundial. Disponível em <www.segundaguerramundial.com.br/sgm/>. Acesso em: 21 abr. 2010.

Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Disponível em <www.anvfeb.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2010.

Sugestões de leituras para os alunos

LITTEL, Jonathan. *As benevolentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

McEWAN, Ian. *Reparação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

nazista, quando subiu ao poder, em Vichy, um governo colaboracionista e a luta contra os nazistas foi assumida por um grupo de resistência francês, o Movimento França Livre.

b) Não. Os países Aliados defendiam a ideologia liberal, com exceção da Rússia, que era comunista. Ao passo que a Itália e a Alemanha, do Eixo, defendiam o nazifascismo antiliberal e anticomunista. O Japão, às vésperas da guerra, era uma monarquia absolutista, mas controlada de fato por chefes militares que alimentavam planos expansionistas e esperavam obter apoio alemão e italiano para formar na Ásia um grande império.

c) O ataque japonês à base militar de Pearl Harbor, no Pacífico, em 1941.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de documento

a) Em 1940 a Itália declara guerra à Inglaterra e à França, assumindo uma posição ofensiva. A Inglaterra é bombardeada pelos alemães e a França é invadida por tropas nazistas, permitindo a subida de um governo colaboracionista ao poder. O apoio norte-americano aos aliados começa a crescer.

b) De acordo com a descrição do jornalista, Hitler era um indivíduo medíocre em todos os sentidos: não tinha talento, nem cultura, nem inteligência. Não tinha domínio sobre si, tendendo a agir inspirado por impulsos, de maneira irracional. Era barrigudo e ridículo. Tinha, ainda, caráter duvidoso, revelando-se um traidor e mentiroso.

c) Sim, pois o autor lista e enfatiza apenas os defeitos de Hitler, fazendo parecer absurda sua ascensão na Alemanha. A descrição parece buscar, deliberadamente, desmoralizar o chanceler alemão e incitar o repúdio a ele e aos alemães que o apoiavam.

d) Resposta pessoal. Logo após o desfecho da Segunda Guerra, os analistas, em grande medida influenciados pela publicação de relatos escritos por colaboradores do *führer* e pelos estudos psicanalíticos de sua personalidade, atribuíram a responsabilidade pelo conflito à Hitler, de forma pessoal. Foi somente na década de 1950 que historiadores anglo-saxões buscaram explicações de outra natureza para a eclosão da Segunda Guerra, ficando a figura do líder nazista relegada ao segundo plano. Desde então, muitos livros e teses têm sido escritos sobre o tema, incluindo trabalhos que responsabilizam todo o povo alemão pela escalada do nazismo e pelo início do conflito mundial. Ainda assim, a demonização de Hitler continua tendo forte apelo sobre o senso comum, conduzindo à explicação simplista de que ele foi o único causador do flagelo mundial. Assim, a atividade tem como intenção problematizar as interpretações "personalistas" da História e provocar uma discussão mais analítica sobre os fatores que podem explicar a ascensão do nazismo na Alemanha e a eclosão da Segunda Guerra.

2. Leitura e análise de fonte historiográfica

Resposta pessoal. Enquanto o primeiro texto condena os bombardeios às cidades alemãs, classificando-os como crime de guerra, posto que voltados contra a população civil, o segundo texto os justifica, mostrando que as mesmas táticas foram empregadas pelos nazistas e que os bombardeios tinham, sim, função militar no contexto da Segunda Guerra. Oriente os alunos a perceber onde reside a diferença central entre as duas posições e a localizar os argumentos que as sustentam. A seguir, estimule-os a debater e argumentar com novas informações em favor da posição que assumirem. Caso necessário, peça que aprofundem seus conhecimentos sobre o tema por meio de pesquisas, enfatizando os ataques alemães a Guernica e Varsóvia, bem como os ataques dos aliados a Dresden e Berlim. Mostre-lhes fotos das cidades destruídas e, se possível, relatos de sobreviventes dos bombardeios. É importante que tenham informações sobre o Tribunal de Nuremberg e que levaram à quarta Convenção de Genebra, de 1948. Caso haja tempo, é possível analisar outros casos de ataques perpetrados contra civis na História recente, como nos conflitos entre árabes e israelenses, nos ataques da Otan à região dos Bálcãs e na guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão e o Iraque.

3. Observação de imagem e reflexão

a) A destruição foi produzida por ataques com bombas nucleares.

b) O bombardeio foi promovido pelos Estados Unidos.

c) Segundo as autoridades estadunidenses, pretendia abreviar o final da guerra. Contudo, muitos analistas entendem o ataque nuclear contra o Japão como uma demonstração de força com o objetivo de inibir em especial as pretensões de expansão soviéticas.

d) Resposta pessoal. Além de obras importantes e artigos publicados em revistas especializadas, há filmes de ficção e documentários que podem ser sugeridos para aprofundar a discussão. Vale a pena consultar o livro-reportagem *Hiroxima*, de Jonh Hersey (Companhia das Letras) e a análise sobre o desenvolvimento das armas de destruição em massa de Peter Smith, em *Os homens do fim do mundo* (Companhia das Letras). Entre os paradidáticos, podem ser consultados *6 de agosto de 1945*, de Fernanda Torres Magalhaes (Companhia Editora Nacional), *A era atômica*, de Roberto Maiocchi (Ática) e *O brilho de mil sóis*, de José Augusto Dias Junior e Rafael Roubicek (Ática). Recomendamos, ainda, os filmes *Black Rain, a coragem de uma raça*, dirigido por Shohei Imamura (Japão, 1989), *Filhos de Hiroxima*, de Kaneto Shindô (Japão, 1952), e *Rapsódia em agosto*, de Akira Kurosawa (Japão, 1991), além do documentário *Hiroxima* (Discovery Channel). Outro material interessante para estimular o debate sobre o assunto é a série em quadrinhos *Gen*, de Keiji Nakazawa (Conrad). Indicamos ainda a navegação pelo *site* do Museu do Memorial da Paz de Hiroxima (Disponível em: <www.pcf.city.hiroshima.jp>. Acesso em: 21 abr. 2010) e a observação dos desenhos no *site* <www.pcf.city.hiroshima.jp/BPW/spanish/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2010.

e) Resposta pessoal. É importante solicitar que os alunos mobilizem em suas argumentações informações coletadas na pesquisa.

f) Resposta pessoal. Mostre aos alunos como são escassas as produções cinematográficas sobre o bombardeio a Hiroxima e Nagasáqui em comparação com os filmes que abordam o Holocausto, por exemplo. Chame a atenção ainda para o fato de os filmes feitos sobre o assunto serem, quase sempre, japoneses e nunca norte-americanos. Enfatize também a limitação das informações sobre o tema nas obras destinadas a discutir a Segunda Guerra Mundial e problematize o silêncio que cerca o bombardeio nuclear sobre as cidades japonesas: por que o assunto é evitado? O uso de armas nucleares era realmente necessário para o fim da guerra? É possível afirmar que a importância dos horrores do Holocausto supera os efeitos do sofrimento da população afetada pelas armas de destruição em massa? Por que os responsáveis pelo bombardeio não foram julgados como criminosos de guerra? Estas e muitas outras questões podem ser propostas aos alunos.

Questões & testes

Capítulo 29

Enem

1. A

Vestibulares

2. B 3. C 4. C

Olimpíadas da Unicamp

5. A, C e D estão corretas.

Capítulo 30

Vestibulares

6. A 7. C 8. D

9. Os duros termos do Tratado de Versalhes (1919), em relação à Alemanha, criaram um clima favorável ao nacionalismo e ao militarismo do nazismo e, portanto, à Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 31

Vestibulares

10. E 11. A 12. D

13. Reforma agrária, estatização das fábricas, Tratado de Brest-Litovsky, criação do Exército Vermelho (para combater os "brancos" na Guerra Civil), Comunismo de guerra, NEP (Nova Política Econômica).

Capítulo 32

Enem

14. D

Vestibulares

15. C 16. D

17. a) Ruas sem calçamento/ruas todas calçadas, carros de bois/diversas linhas de bonde, casas térreas/opulentos prédios.

    b) A urbanização da cidade foi fruto do capital proveniente da cafeicultura. São Paulo, capital do maior estado cafeeiro, concentrava não só a administração local, mas também atividades econômicas vinculadas à cafeicultura (comércio, bancos, ferrovias), que promoviam a prosperidade paulistana.

18. a) O grupo vitorioso criticava a forma como a elite paulista administrava a Federação em benefício exclusivo de seus interesses (por exemplo, através da política de valorização do café).

    b) Criticava-se o PRP (Partido Republicano Paulista) pela prática da fraude eleitoral ("voto de cabresto") em aliança com grupos coronelísticos de todo o país. Além disso, criticava-se a Política dos Governadores, que eternizava os mesmos grupos no poder.

Capítulo 33

Enem

19. B 20. A 21. E 22. A

Vestibulares

23. E 24. C

25. a) República de Weimar é o nome dado a um período da História da Alemanha que se inicia após o final da Primeira Guerra Mundial. Em meio a grandes agitações econômicas e políticas, o regime liberal não resistiu à ascensão dos radicalismos, entrando em colapso com a ascensão do regime nazista em 1933.

    b) Foi o Tratado assinado ao final da Primeira Guerra Mundial, que impôs condições extremamente desfavoráveis aos alemães. Após a derrota alemã, os países aliados fizeram exigências cada vez mais descabidas durante a negociação do Tratado, o que acabou gerando um forte sentimento de revanchismo entre os alemães, e que seria habilmente utilizado pela propaganda do partido nazista.

Capítulo 34

Enem

26. D 27. E 28. A

Vestibulares

29. C

30. a) O termo "desterritorialização do mercado de trabalho" refere-se ao fato de que a mão de obra era proveniente do exterior. Nesse sentido, entre os séculos XVI e XIX, com o predomínio da escravidão, a força de trabalho era proveniente da África. Em seguida, iniciou-se um período de imigração europeia, suprindo de mão de obra a cafeicultura e o início da industrialização.

    b) Durante a industrialização das décadas de 1930 e 1940, ocorreu significativo deslocamento interno de mão de obra, por exemplo, partindo do Nordeste rumo ao eixo Rio-São Paulo. Além disso, o mercado de trabalho passou a ser regulado por legislação trabalhista, e os sindicatos floresceram sob o patrocínio do Estado Novo getulista.

31. O aluno poderá indicar uma das seguintes medidas, relacionando-a a um dos ideais referidos no texto da questão (desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo).
    - criação de empresas estatais como: Petrobras, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);
    - concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil;
    - estabelecimento de programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas, dentre outros;
    - adoção de uma política de negociação com o movimento sindical, a partir da posse de João Goulart no Ministério do Trabalho em meados de 1953;
    - aumento de cem por cento do salário mínimo, anunciado em 1º de maio de 1954.

Capítulo 35

Enem

32. E

Vestibulares

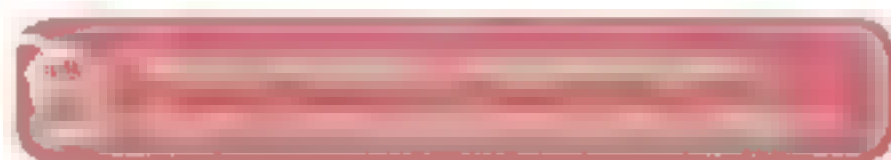
33. B 34. D 35. C

36. a) Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia a República Velha, mantendo uma economia baseada fortemente na exportação de café. A participação do Brasil ao lado dos países Aliados, a partir de 1917, foi bastante reduzida do ponto de vista militar.

    b) Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia o período de industrialização do Estado Novo. Após hesitação inicial, Vargas alinhou-se com os Estados Unidos, declarando guerra ao Eixo. Seguiu-se a organização da Força Expedicionária Brasileira, que foi enviada à Europa e entrou em combate nos estágios finais do conflito.

CAPÍTULO 35

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Archive Holdings Inc. The Image Bank/Getty Images

Navio bélico da frota norte-americana é atingido pelo bombardeio japonês, durante o ataque à base naval de Pearl Harbor, localizada no Oceano Pacífico, em dezembro de 1941. O ataque estimulou os Estados Unidos a se engajar com tropas na Segunda Guerra Mundial, ao lado da França e da Inglaterra. Esses três países, além da URSS, lideraram o grupo dos Aliados nesta guerra.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Justificando a guerra

É comum, durante as guerras, que cada um dos lados em confronto tente "demonizar" o inimigo, buscando, dessa forma, convencer sua população de que a guerra é legítima. Dessa forma, o conflito aparece como a luta do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie, e assim por diante. Tal discurso costuma encobrir os interesses reais – quase sempre econômicos e políticos – por trás da guerra.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito no qual o alcance das atrocidades cometidas por um dos lados (especialmente pela Alemanha nazista) foi tão extenso, que provocou quase um consenso de que essa guerra seria uma guerra "justa". Como exemplo dessas atrocidades encontra-se o massacre sistemático e organizado de minorias (judeus, ciganos, homossexuais) em campos de extermínio especialmente construídos para tal finalidade, que alcançou a cifra de milhões de vítimas e chocou o mundo.

É interessante pensar até que ponto o bloco vencedor da guerra também não cometeu atrocidades. Tal constatação não serve para minimizar os crimes cometidos pelo regime nazista e muito menos para tentar estabelecer uma "contabilidade" macabra, baseada em quem teria matado mais ou menos. Porém, é importante pensar que a guerra quase sempre resulta em atrocidades, e a eventual "justiça" de uma guerra não pode servir para encobri-las.

A GUERRA REAPARECE NO HORIZONTE

Os conflitos originados do Tratado de Versalhes (1919) exacerbaram-se com os efeitos da grande crise de 1929. A reação às condições da paz acabaram por disseminar um forte sentimento nacionalista, culminando no totalitarismo nazifascista. Além disso, a **política de apaziguamento**, adotada por alguns líderes políticos do período entreguerras e que se caracterizou por concessões para evitar um confronto, não foi suficiente para garantir a paz internacional.

A **Liga das Nações**, na prática, revelou-se um órgão internacional frágil, sem reconhecimento e peso, com pouca força para mediar e resolver os novos conflitos. Assim, as pequenas nações – lesadas em seus direitos territoriais e políticos – ficavam à mercê dos Estados mais fortes.

Na Ásia, a Manchúria (China) foi invadida pelo Japão (1931), que avançou em sua expansão pela Ásia e ilhas do Pacífico; na África, a Abissínia (Etiópia) foi tomada pela Itália (1935). Na Europa, a Alemanha reincorporou o Sarre (1935) e ocupou militarmente a Renânia (1936), zonas da fronteira francesa, desmilitarizadas pelo Tratado de Versalhes. Para evitar confrontos, muitas nações europeias assistiam resignadamente a todas essas ações de força. A cada nova agressão expansionista dos Estados totalitários, confirmava-se a falência da Liga das Nações e da paz internacional administrada por ela.

A **Guerra Civil Espanhola** (1936-1939), em que morreu mais de 1 milhão de pessoas, deu o poder ao general golpista Francisco Franco, pôs fim à República Socialista Espanhola e permitiu a Adolf Hitler e Benito Mussolini testarem os novos armamentos produzidos pela indústria bélica de seus países, consolidando a aliança chamada **Eixo Berlim-Roma**.

"Ajude a Espanha", manifesto do pintor surrealista espanhol Joan Miró (1893--1983) aos franceses em 1937. Pedia apoio à resistência antifranquista e combate às tropas golpistas de Franco apoiadas pelo Eixo Alemanha-Itália

Museu de Arte Moderna de Nova York, Estados Unidos

A expansão japonesa na Ásia levou o Japão a entrar em conflito com a União Soviética e com outros países imperialistas ocidentais. Em seguida, o país se uniria aos alemães e italianos, formando com eles o **Eixo Roma-Berlim-Tóquio**. Os três países assinaram o **pacto anti-Komintern**, para combater o comunismo internacional, e encontravam na passividade geral o ânimo para novas investidas territoriais.

A primeira manifestação significativa da expansão nazista, chamada de Anschluss, aconteceu na Áustria, onde os alemães penetraram progressivamente a partir de 1934, até sua anexação ao Terceiro Reich. Essa anexação concretizava a união austro-germânica. A meta seguinte eram os **Sudetos** (área fronteiriça da República Tcheca com a Alemanha e a Áustria), sob o pretexto de que a região contava com uma população predominantemente alemã.

Responsáveis pela criação da Tchecoslováquia, autoridades da Inglaterra e da França, aliadas na Primeira Guerra Mundial, reuniram-se com Hitler e Mussolini e, alegando evitar uma confrontação geral, decidiram pela entrega dos Sudetos aos nazistas, o que ampliou o território alemão em direção ao leste. Em troca, o governo alemão comprometia-se a não realizar nenhuma nova expansão sem a aquiescência franco-britânica, confirmando a política de apaziguamento do período.

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

Na foto de 30 de setembro de 1938, o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain mostra aos jornalistas o documento obtido em Munique em que Hitler se comprometia com a paz em troca das concessões obtidas sobre a Tchecoslováquia. Visivelmente satisfeito, o primeiro-ministro afirmou: "Creio que representa a paz para a nossa geração". Chamberlain morreu em novembro de 1940, pouco mais de um ano após o início da Segunda Guerra Mundial

Apesar disso, os governos inglês e francês resolveram dar apoio e garantias à Polônia contra possíveis agressões estrangeiras, sobretudo vindas da Alemanha, que havia muito cobiçava conquistar o "corredor polonês", a faixa de terra que lhe havia sido tirada pelo Tratado de Versalhes, que incluía o Porto de Dantzig (em polonês, Gdansk), área que dava à Polônia saída para o mar. No mapa abaixo, estão destacadas várias das anexações dos nazistas.

Uma mulher de Edger (Tchecoslováquia) faz a saudação nazista em prantos diante da invasão das tropas alemãs, em 1938

A expansão territorial da Alemanha nazista

O mapa exibe os movimentos da política de agressão hitlerista sobre os países vizinhos da Alemanha a partir da segunda metade da década de 1930.

Por seu lado, Hitler assinou com Stálin, em 1939, o **Pacto Germano-Soviético** de não agressão e neutralidade por dez anos, relegando a segundo plano diferenças ideológicas, políticas e sociais entre o nazismo e o socialismo soviético. Ao garantir a neutralidade soviética na possibilidade de um conflito internacional, o pacto representou o lance final nazista em sua agressiva política expansionista.

Charge feita em 1939, por Clifford K. Berryman, retratando o pacto germano-soviético como o casamento de Hitler e Stálin.

O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

Em 1.º de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia. Os governos da Inglaterra e da França, de acordo com os compromissos públicos assumidos, reagiram, dando início à Segunda Guerra Mundial. Em poucos dias, as tropas polonesas foram destruídas e o país foi ocupado. Conforme havia sido combinado no Pacto Germano-Soviético, a Alemanha aceitou a ocupação soviética de territórios poloneses à leste. Mais tarde, em 1940, o governo soviético ordenou a execução de milhares de prisioneiros de guerra poloneses, em um episódio conhecido como o **massacre de Katyn**, uma das grandes atrocidades cometidas durante a guerra.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Hitler e comitiva em Paris, dias após a ocupação nazista da capital francesa. Foto de julho de 1940.

Em abril de 1940 as tropas alemãs prosseguiram com a Blitzkrieg ("guerra-relâmpago"), que consistia em emprego maciço de veículos blindados (divisões Panzer) e aviação (Luftwaffe) visando vitórias rápidas. O avanço militar nazista foi fulminante: a Dinamarca, a Noruega, os Países Baixos e a Bélgica foram ocupados, e as tropas francesas, inglesas e belgas, empurradas até a cidade portuária francesa de Dunquerque, sendo obrigadas a retirar-se do continente.

A capital francesa foi ocupada pelos nazistas em junho de 1940. Seguiu-se a rendição da França, com a ocupação militar do país pelos alemães e o estabelecimento de um regime "fantoche" no sul do país, na cidade de **Vichy**. Chefiava o regime pró-alemão de Vichy o marechal Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial.

A Inglaterra enfrentava os violentos ataques da aviação alemã, a Luftwaffe, que travava um verdadeiro duelo aéreo contra a Royal Air Force (RAF). No norte da África, os ingleses rebatiam os ataques da Itália, que tentava tomar-lhes o controle do Canal de Suez, a fim de romper as ligações com suas colônias. Italianos e alemães atacaram também a Grécia e a Iugoslávia e passaram a controlar toda a região balcânica.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Propaganda inglesa de 1940 para arrecadar fundos para a guerra, em que se lê: "Cada centavo é um prego no caixão de Hitler. Compre certificados de poupança nacional"

Com o objetivo de conseguir minérios, cereais e petróleo, fundamentais para seus planos bélicos, Hitler desrespeitou o pacto de não agressão e ordenou a invasão da União Soviética, em junho de 1941. Depois de um ataque-surpresa, utilizando as técnicas da Blitzkrieg, os alemães obtiveram rápidas vitórias nas primeiras batalhas travadas em território soviético.

Os generais nazistas contavam com uma rápida e decisiva vitória sobre os soviéticos, pois nas fronteiras russas havia 3 milhões de soldados alemães preparados para a conquista. De fato, inicialmente o Exército soviético pouco pôde fazer para deter o avanço dos invasores, mas o grande número de soldados russos, o vasto território e a resistência das tropas e da população reverteram esse cenário. O sucesso dos primeiros meses havia levado os nazistas até os subúrbios de Moscou, a capital soviética, mas, no final de 1941 e principalmente em 1942, os alemães passaram a experimentar duras e decisivas derrotas.

Contrários ao Eixo, os Estados Unidos vinham ajudando materialmente a Inglaterra. No Pacífico, desde a invasão da Manchúria, na China, a tensão entre os Esta-

dos Unidos e o Japão crescia, principalmente após o ataque japonês à Indochina. Em dezembro de 1941, os japoneses, ambicionando a plena hegemonia no Leste Asiático e dando prosseguimento a sua política expansionista, atacaram **Pearl Harbor**, a maior base naval norte-americana no Pacífico Sul. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos declarou guerra ao Japão, oficializando o confronto no Pacífico.

Um dos aspectos mais controvertidos da participação dos Estados Unidos na guerra foi o tratamento dado à população norte-americana de origem japonesa. Desconfiando de sua lealdade, o governo norte-americano promoveu a detenção de milhares de pessoas em campos de internamento durante a guerra. Vale notar que o mesmo tipo de tratamento não foi dispensado à população norte-americana de origem alemã ou italiana, sugerindo que a detenção de nipo-americanos teve fundamento racista.

Coleção particular

▲ Cartaz impresso durante a Segunda Guerra Mundial, com a ilustração de um samurai, guerreiro japonês, destruindo navios Aliados

Os domínios do Eixo

REINO UNIDO
ALEMANHA
EUROPA
FRANÇA
ITÁLIA
LÍBIA
UNIÃO SOVIÉTICA
ÁSIA
MANCHÚRIA
CHINA
JAPÃO
PÉRSIA
ARÁBIA
ÍNDIA
BIRMÂNIA
ÁFRICA
ABISSÍNIA (ETIÓPIA)
FILIPINAS
INDONÉSIA
NOVA GUINÉ
AUSTRÁLIA
Havaí
Primeiras ofensivas alemãs
Extensão máxima do domínio alemão e italiano
Primeira ofensiva japonesa
Extensão máxima do domínio japonês
0 2100 4200 km

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. Atlas História geral. São Paulo: Scipione, 2000. p. 73.

▲ As potências do Eixo chegaram a dominar grandes extensões territoriais na Europa, na Ásia e na África

Até o início de 1942, a Alemanha, a Itália e o Japão dominaram a guerra, conquistando gigantescas e estratégicas regiões da Europa, África e Ásia. A partir de então, iniciou-se a derrocada do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, pondo fim à avassaladora expansão totalitária.

A luta nazista contra os soviéticos na **Batalha de Stalingrado**, ao fim de alguns meses, levou ao aniquilamento da ofensiva alemã e à inversão da situação da guerra, que passou a ser de progressivo avanço soviético contra a Alemanha. Formava-se a **primeira frente** de luta dos Aliados, que marcharia pouco a pouco em direção a Berlim.

A primeira grande derrota da Marinha japonesa aconteceu na **Batalha de Midway**, em maio de 1942. Enquanto isso, os Estados Unidos restabeleciam seu equilíbrio bélico e assumiam a ofensiva.

Os Aliados iniciaram o avanço no norte da África, e em 1943 um Exército anglo-americano derrotou as tropas do Eixo na **Batalha de El Alamein**, no Egito. Essa vitória deu aos Aliados o controle do Mediterrâneo e possibilitou o desembarque na Itália, abrindo uma **segunda frente** de avanço sobre a Alemanha. Em setembro de 1943, depois de o rei italiano demitir o primeiro-ministro Mussolini, a Itália se rendeu e, no mês seguinte, declarou guerra à Alemanha.

RESISTÊNCIA E COLABORACIONISMO

A complexidade das situações não permite modelos teóricos abstratos, destituídos de historicidade. Houve casos, como o da Polônia, em que a resistência ocorreu logo após a ocupação alemã. Para os poloneses, uma antiga tradição acostumou-os a rechaçarem qualquer invasão estrangeira. Na França, as experiências foram bastante diversas. A derrota foi tão humilhante que qualquer reação parecia ridícula. Pétain e De Gaulle, por exemplo, desaconselhavam enfrentamentos. Somente em 1942, quando a ocupação criou o Serviço de Trabalho Obrigatório, recrutando jovens para trabalhar nas indústrias bélicas na Alemanha, é que a resistência francesa adquiriu um caráter ofensivo e de massa. Resistência armada, muitas vezes heroica, como a iugoslava e a do norte da Itália, mas também velada, manifestada em recusas coletivas e desobediência civil. Na Holanda, os médicos, em repúdio à fascistização de seu sindicato, fundaram um outro, clandestino; na Noruega, os professores, os juízes da Suprema Corte e, mais tarde, a hierarquia superior da Igreja se demitiram quando Quisling, líder político que aderiu ao nazismo, subiu ao poder. Na Dinamarca, os trabalhadores largavam os copos de chope e abandonavam os bares assim que um oficial nazista chegava; ainda nesse país ocorreu a transferência de 7 000 judeus de Copenhague para a Suécia durante uma só noite, com a ajuda e a cumplicidade da população. Na própria Alemanha ocorreram resistências. Mulheres alemãs protestaram quando viram seus maridos judeus presos. As igrejas protestante e católica forçaram Hitler a suspender o extermínio dos deficientes físicos e, embora não demonstrassem a mesma determinação em relação aos judeus, batizaram grande número deles na tentativa de salvá-los. Os vários atentados militares para assassinar Hitler demonstram que seu poder não foi "total".

FERREIRA, Jorge. Problematizando a Segunda Guerra Mundial. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996, p. 189-94. Resenha do livro *A Segunda Guerra Mundial*, de Marc Ferro. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res1-2.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2010.

A **terceira frente** aliada foi criada a partir do desembarque na Normandia, norte da França, em 6 de junho de 1944 – o **Dia D**. A chamada Operação Overlord anulou as forças alemãs estacionadas no norte da Europa, avançando pelo continente. Pouco depois, Paris era libertada, enquanto as três frentes convergiam sobre a Alemanha, o centro do Eixo.

A frente do leste, composta pelo Exército Vermelho soviético, foi a primeira a chegar a Berlim, dando o golpe final sobre o Terceiro Reich. Em 1.º de maio de 1945, a bandeira vermelha foi hasteada no alto do Reichstag, o antigo Parlamento alemão.

Poucos dias antes da rendição final (8 de maio), Mussolini e Hitler morreram em circunstâncias dramáticas. O *Duce*, assassinado por populares em Milão; e o *Führer*, por suicídio.

Cartaz de propaganda soviética de 1941: alicates simbolizando o Exército Vermelho dominam Hitler.

Bettmann/Corbis/Latinstock

O Dia D: as forças aliadas desembarcaram na Normandia, costa noroeste francesa, abrindo uma terceira frente de avanço contra a Alemanha. Na foto, desembarque de soldados norte-americanos na praia de Omaha, em junho de 1944.

Yevgeny Khaldei/Corbis/Latinstock

Soldado soviético coloca a bandeira de seu país em edifício de Berlim, em maio de 1945.

No Oriente, a luta ainda continuou por mais dois meses. Os Estados Unidos avançaram progressivamente, cercando o Japão. Em 6 de agosto de 1945, embora já dominassem o conflito no Pacífico, os norte-americanos lançaram uma bomba atômica, seu mais novo e poderoso recurso bélico, sobre a cidade de **Hiroxima** e, três dias depois, outra sobre **Nagasáqui**. A rendição incondicional do Japão foi obtida a 19 de agosto, oficializando o final da guerra. Leia no boxe a seguir sobre uma experiência com a bomba, idealizada pelo físico Oppenheimer, como parte do projeto Manhattan.

A CRIAÇÃO DA BOMBA ATÔMICA

No final da guerra, o projeto Manhattan era maior do que toda a indústria automobilística dos Estados Unidos. Mas esse foi apenas o trabalho de preparação – o suprimento do material necessário [...] Surgiam problemas científicos em escala jamais encontrada antes. Para essa tarefa, seria necessário reunir as maiores inteligências científicas do país. [...]

A escuridão da última hora da noite foi subitamente interrompida por um clarão intenso e ofuscante, seguido de uma estranha e silenciosa rajada de calor. Formou-se uma imensa nuvem em formato de cogumelo, subindo gradualmente 12 km em direção à atmosfera. A aterrorizada face esquelética de Oppenheimer estava consciente das palavras do Bhagavad-Gita que lhe vinham à mente:

Transformei-me na Morte,
A destruidora de mundos.

STRATHERN, Paul. *Oppenheimer e a bomba atômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 44, 70.

▲ Centenas de milhares de pessoas foram friamente exterminadas em poucos instantes. Na foto, vítimas da radiação de Hiroxima.

▲ O bombardeiro Enola Gay lançou a bomba às 8 horas e 16 minutos da manhã do dia 6 de agosto de 1945, em Hiroxima, dando início à ameaça atômica sobre a humanidade. Três dias depois, foi a vez de Nagasáqui (foto de agosto de 1945).

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, envolveu combates em todos os continentes e mares do planeta. Daí a importância estratégica do Brasil, com seu vasto litoral atlântico e com o litoral nordeste projetando-se em direção à África.

A posição do governo de Getúlio Vargas perante a guerra foi de indefinição, ora pendendo para os Aliados, ora para o Eixo, acompanhando as tendências de seus auxiliares mais próximos no início da guerra. Filinto Müller, chefe de polícia, Lourival Fontes, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Francisco Campos, ministro da Justiça, e o general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Estado-Maior do Exército, inclinavam-se para o Eixo. Do outro lado, Osvaldo Aranha, ministro do Exterior e ex-embaixador em Washington, defendia o alinhamento com os Estados Unidos e os Aliados.

Em 11 de junho de 1940, em meio às espetaculares vitórias da Alemanha na Europa, que incluíram a ocupação e rendição da França, o presidente brasileiro Getúlio Vargas pronunciou um discurso saudando o sucesso nazista. Temerosos, os Estados Unidos intensificaram as tentativas de aproximação cada vez maior com o Brasil. Já em setembro, o governo norte-americano autorizou um empréstimo de 20 milhões de dólares com o objetivo de iniciar a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. A decisão forçou uma definição do governo brasileiro em relação à guerra, que agora foi favorável aos Aliados.

Propaganda de 1944. O nome do cigarro faz alusão à aliança da época da guerra: o navio é norte-americano e o café é brasileiro. O trabalho é dos negros

Na verdade, os Estados Unidos só entrariam na guerra em dezembro de 1941, mas sua participação era considerada inevitável. Portanto, um dos objetivos da diplomacia norte-americana, nos anos que precederam a entrada oficial do país na guerra, foi garantir o apoio de todo o bloco americano aos Aliados. No caso do Brasil, esse apoio foi conseguido também com a siderúrgica.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, e em agosto declarou guerra, após o afundamento de diversos de seus navios por submarinos alemães. Imediatamente após a declaração de guerra, iniciou-se a preparação de um contingente militar para ser enviado à frente de batalha na Europa. Foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), formada por uma divisão de infantaria reforçada, com aproximadamente 25 mil homens, e colocada à disposição do Alto Comando Aliado, com membros da Força Aérea Brasileira (FAB). Entre julho de 1944 e o final da guerra, a FEB e a FAB participaram da campanha da Itália, integrando o Quinto Exército norte-americano.

Apesar de as lutas dos brasileiros serem travadas contra tropas alemãs de segunda linha, mal-equipadas e desabastecidas, tratava-se da primeira vez que uma tropa latino-americana combatia num conflito tão intenso, em território europeu. Seu desempenho nessas condições foi bastante satisfatório.

Soldado brasileiro da FEB confraterniza com crianças italianas. A menina tem uma bandeira dos Estados Unidos nas mãos; o menino imita os adultos. Itália, 1944.

BALANÇO DA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo devastador: um custo material superior a 1 bilhão e 300 milhões de dólares (em dólares de 1945, mais valorizados que os de hoje), mais de 30 milhões de feridos, mais de 50 milhões de mortos e outras perdas incalculáveis. A União Soviética perdeu mais de 20 milhões de habitantes; a Polônia, 6 milhões; a Alemanha, 5 milhões e meio; o Japão, 1 milhão e meio. Morreram ainda cerca de 5 milhões de judeus, grande parte nos campos de extermínio mantidos pelo regime nazista. Nomes como Auschwitz, Treblinka e Sobibor, dentre outros, celebrizaram-se como campos de trabalho forçado e extermínio, onde se praticava o assassinato em larga escala, incluindo o uso de câmaras de gás e fornos crematórios.

O grau de destruição material da guerra foi inédito. As grandes cidades da Alemanha e Japão foram simplesmente devastadas por ataques aéreos arrasadores, que chegavam a incluir milhares de aviões. Tais ataques fizeram com que a população civil fosse

pela primeira vez colocada em larga escala na linha de frente da guerra, com centenas de milhares perecendo diante de ataques aéreos que não poupavam áreas residenciais. O ponto culminante de tais práticas foi o ataque nuclear ao Japão.

O mundo que surgiu com o final da guerra estava arrasado e dividido entre capitalistas e socialistas, liderados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Mergulhado em novos conflitos, que prenunciavam um futuro incerto e a perspectiva de um confronto nuclear, o planeta seria marcado por um período de insegurança, a **Guerra Fria**, a grande herança deixada à humanidade pela Segunda Guerra Mundial.

▲ Civis alemães entre os escombros da Segunda Guerra Mundial. Foto de março de 1945.

Antes mesmo de findar a guerra, as grandes potências firmaram acordos sobre seu encerramento, além de definir partilhas que desenhavam novos confrontos, agora com o potencial de desencadear uma hecatombe nuclear. O primeiro dos acordos foi a **Conferência de Teerã**, no Irã, em novembro de 1943, que reuniu pela primeira vez os três grandes estadistas ocidentais da época: Josef Stálin, da União Soviética, Winston Churchill, da Inglaterra, e Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos.

Ali se decidiu que as forças anglo-americanas interviriam na França, completando o cerco de pressão à Alemanha, juntamente com as forças orientais russas, o que se concretizou no desembarque dos Aliados na Normandia. Deliberou-se também sobre a divisão da Alemanha e sobre as fronteiras da Polônia, além de se formularem propostas de paz com a colaboração de todas as nações. Os Estados Unidos e a Inglaterra reconheceram ainda a fronteira soviética no Ocidente, com a anexação da Estônia, da Letônia, da Lituânia e do leste da Polônia.

Em fevereiro de 1945, deu-se a **Conferência de Yalta**, às margens do Mar Negro, na Crimeia (União Soviética). Novamente reunidos, Roosevelt, Churchill e Stálin discutiram a criação da **Organização das Nações Unidas** (ONU), em bases diferentes das da Liga das Nações. Definiram também a partilha mundial, deixando o predomínio sobre a Europa Oriental para a União Soviética, que incorporou os territórios alemães a leste. Estabeleceu-se a participação da União Soviética na rendição do Japão, com a divisão da Coreia em áreas de influência soviética e norte-americana. Separava-se o mundo capitalista do socialista.

Meses depois, em agosto, realizou-se nos subúrbios de Berlim a **conferência de Potsdam**. Com a rendição alemã, Stálin, **Harry Truman**, sucessor de Roosevelt, e **Clement Attllee**, sucessor de Churchill, decidiram pela desnazificação da Alemanha, com a criação do Tribunal de Nuremberg para julgar os criminosos de guerra, a desmilitarização do país e a abolição dos trustes e cartéis que subsidiaram o nazismo e a cessão de Dantzig à Polônia.

A principal medida, no entanto, foi a divisão da Alemanha em quatro **zonas de ocupação**: inglesa, francesa, norte-americana – conjunto que mais tarde deu origem à Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha) – e soviética – posteriormente originando a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã). A cidade de Berlim, situada na zona soviética, também foi dividida em quatro zonas.

▲ Da esquerda para a direita, sentados, Churchill, Roosevelt e Stalin reunidos em Yalta, em 1945

A FUNDAÇÃO DA ONU

A Carta das Nações Unidas – uma espécie de Constituição da entidade – foi redigida pelos representantes de cinquenta países, reunidos em São Francisco, nos Estados Unidos, entre 25 de abril e 26 de junho de 1945. A Organização das Nações Unidas (ONU) passou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, com o objetivo principal de manter a paz e a segurança internacionais e de promover a cooperação entre os povos na busca de soluções para os problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários, fomentando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Dan Emmert AFP

▲ O atual secretario geral da ONU, Ban Ki-Moon, discursa na Assembleia Geral da entidade, localizada em Nova York, em setembro de 2006

A ONU é constituída de diversos órgãos, entre os quais se destacam: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Secretariado, Conselho Econômico e Social e Corte Internacional de Justiça. Eles trabalham separadamente, mas com ampla intercomunicação, coordenando as atividades da organização.

Embora fundamentada na igualdade soberana de todos os seus membros, a forma como a ONU foi estruturada impôs a supremacia das grandes potências. O **Conselho de Segurança**, seu organismo mais importante, tem cinco membros permanentes, com direito de veto – Estados Unidos, Rússia (antes de 1991, era a União Soviética), Reino Unido, França e China (inicialmente a China nacionalista, Formosa, e, a partir de 1971, a China continental, comunista) –, e dez membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos.

A **Assembleia Geral** é composta por todos os países-membros (mais de 180, atualmente) e sua função é discutir os assuntos relacionados com a paz, a segurança, o bem-estar e a justiça no mundo. Não pode tomar decisões, tendo apenas função consultiva e propondo "voto de recomendação". Há ainda o **Secretariado**, dirigido pelo secretário-geral (escolhido pelo Conselho de Segurança e votado pela Assembleia Geral), que tem por função administrar a organização.

A ONU tem também um **Conselho Econômico e Social**, ao qual estão ligados a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Comércio (OMC), antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), entre outros. Finalmente, há a **Corte Internacional de Justiça**, o principal órgão jurídico da ONU, com sede em Haia, na Holanda.

Arquivo das Nações Unidas

▲ Cartaz sobre a ONU (1947)

Destinada a substituir a fraca e ineficiente Liga das Nações, a ONU obteve relativo sucesso, especialmente na área de justiça, embora não tenha conseguido solucionar satisfatoriamente os grandes conflitos internacionais nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. O direito de veto das grandes potências limitou seu caráter, retirando-lhe a credibilidade que deveria ter como organização efetivamente representante de todos os países do mundo.

Na segunda metade do século XX, devido ao crescimento econômico do Japão e da Alemanha, em meio ao colapso da antiga União Soviética, bem como à ascensão de países em desenvolvimento, teve início uma ampla discussão sobre a reformulação do Conselho de Segurança, com a possível inclusão de novos membros.

Numa análise abrangente, pode-se afirmar que a ONU teve um papel significativo na solução de alguns conflitos, na redução de tensões e, especialmente, nas missões de paz em vários confrontos ao redor do mundo. A atuação dos chamados "capacetes azuis" (soldados das tropas multinacionais da ONU) e das agências especializadas tem contribuído para poupar milhões de vidas. O Unicef, por exemplo, tem auxiliado milhões de crianças, além de manter mobilizada a consciência internacional para com a grande parte pobre do mundo.

Depois de 1945, ao contrário do que aconteceu com o fim da Primeira Guerra Mundial, as grandes potências não só conservaram seus exércitos, mas desenvolveram ainda mais a indústria bélica. Dessa vez, o mundo se organizava sobre novas bases, destituindo a Europa da posição de eixo do poder mundial e firmando Washington e Moscou como novos centros, o que reativou o confronto entre capitalismo e socialismo.

Os países tendiam a alinhar-se a um ou outro polo de poder, consolidando a bipolarização do mundo, marcada pela tensão internacional e alimentada pelo conflito ideológico e político entre os Estados Unidos e a União Soviética.

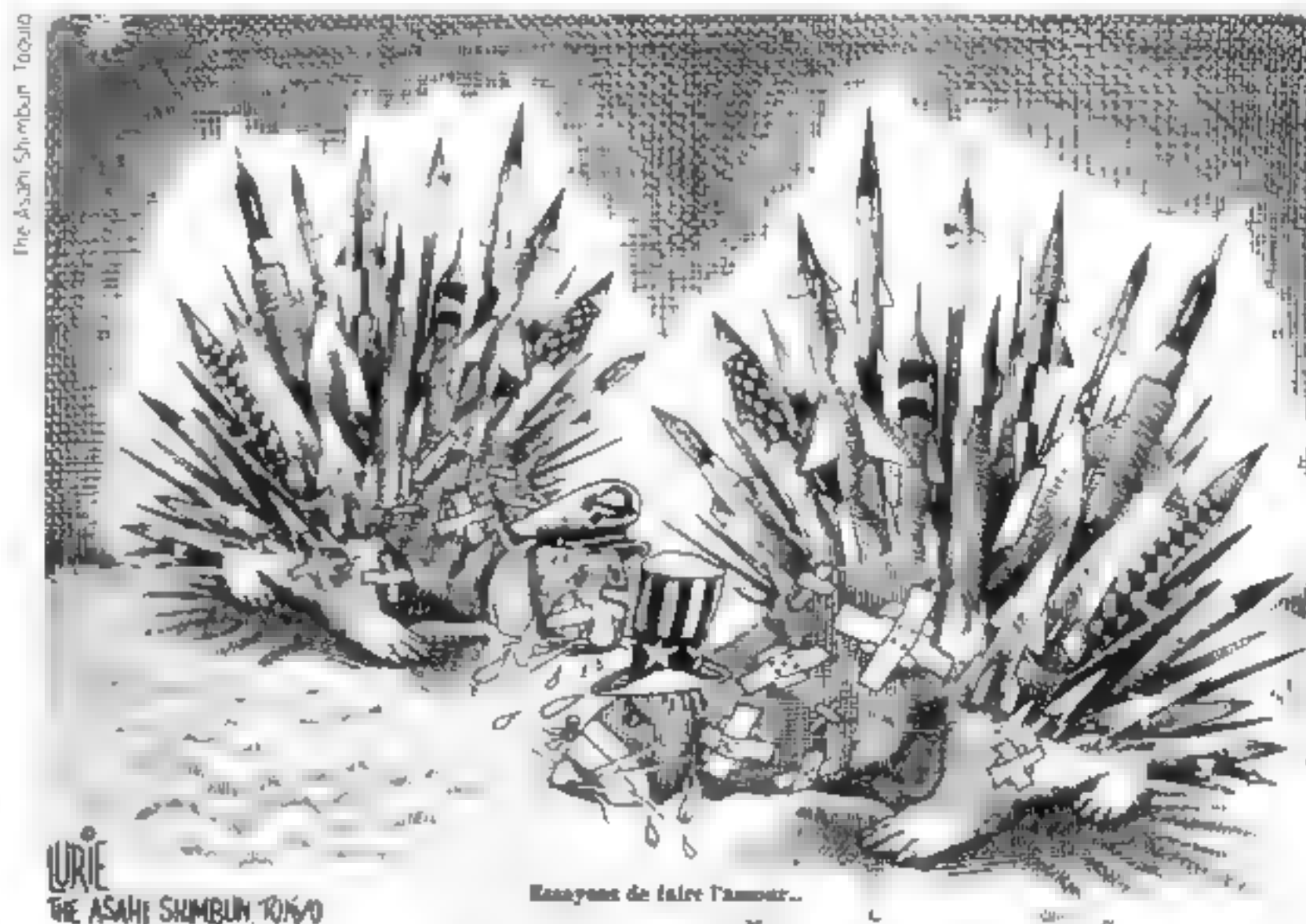
▲ O enfrentamento Leste-Oeste, numa charge de Jean Plantu

Os Estados Unidos despontaram como um Estado superior a qualquer outro em recursos materiais, financeiros e tecnológicos, como a nação detentora da bomba atômica e do domínio nuclear, com a vantagem de não ter sofrido a devastação e a exaustão da guerra em seu território. Para a União Soviética, era vital igualar-se belicamente aos norte-americanos, a fim de que o socialismo pudesse sobreviver.

Assim, embora tivesse saído da guerra com um saldo catastrófico, a União Soviética dirigida por Stálin tinha como metas prioritárias a reconstrução nacional e a corrida nuclear. Em 1949, alcançava parte de seus objetivos ao dominar a tecnologia bélica nuclear. A partir daí, a conjuntura internacional reconhecia como potências os países que tivessem o domínio bélico atômico. Vinte anos depois do final da Segunda Guerra Mundial, 25 nações já estavam nessa condição

A Europa aderiu à nova situação de bipolarização mundial. Os países da Europa Ocidental (como Inglaterra, França e Itália) acabaram por se alinhar com os Estados Unidos e, em meio à crescente prosperidade das duas décadas posteriores à guerra, promoveram grandes avanços sociais, ao mesmo tempo incorporando projetos social-democratas reformistas e assim desmobilizando partidos comunistas e grupos radicais revolucionários.

Já nos países da Europa Oriental, consolidou-se um bloco soviético, com a instalação e fortalecimento de regimes comunistas muitas vezes sujeitos à interferência direta do governo soviético. O caso iugoslavo foi singular, uma vez que a hegemonia soviética foi contestada. Foi o primeiro país a optar por um regime democrático popular (comunista), que esteve sob o comando de **Josip Broz Tito**, líder guerrilheiro da resistência à ocupação alemã. Tendo vencido as tropas de ocupação nazista, sem ajuda do Exército soviético, pretendia formar uma Federação dos Bálcãs, composta pela Albânia, Bulgária, Grécia, Hungria, Iugoslávia e Romênia, com Estados livres e unidos buscando o desenvolvimento regional autônomo. Stálin opôs-se ao movimento e, em 1948, o Kremlin – sede do governo soviético – condenou publicamente o regime de Tito, rompendo definitivamente com a Iugoslávia em 1950. A partir de então, a Iugoslávia assumiu uma posição neutra no conflito Leste-Oeste, aproximando-se dos países não alinhados do Terceiro Mundo.

The Asahi Shimbun Tokyo

▲ Charge de Lurie representando a corrida bélica entre as duas potências hegemônicas do período da Guerra Fria.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Marechal Tito discursa para a população da cidade de Skopje, na então Iugoslávia, atual Macedônia, em outubro de 1953

Governante de origem croata, Tito estabeleceu o centralismo estatal sob o controle de um partido único e conseguiu harmonizar a convivência das diversas etnias do país, estabelecendo, mais tarde, em 1970, a presidência rotativa entre as seis repúblicas iugoslavas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia. Com sua morte, em 1980, emergiram várias manifestações de descontentamento, que se ampliaram com as transformações que ocorriam no Leste Europeu, na crise do "socialismo real". No início da década de 1990, os desentendimentos entre os grupos étnicos acentuaram-se e desembocaram em sangrenta guerra civil, opondo as repúblicas antes formadoras da Iugoslávia.

socialismo real: refere-se aos países comandados pelos partidos comunistas no pós-guerra

Como você viu, após a Conferência de Potsdam, que definiu as zonas de ocupação das quatro potências na Alemanha, formaram-se duas áreas de influência. A parte da Alemanha que ficou sob o controle soviético foi transformada em democracia popular – República Democrática Alemã; a parte que estava sob tutela capitalista formou a República Federal da Alemanha. A Alemanha capitalista recebeu forte ajuda econômica dos Estados Unidos, o que foi decisivo para o ressurgimento de uma Alemanha potente.

A recuperação alemã contou com o **Plano Marshall**, plano econômico-social anunciado em 5 de junho de 1947 pelo secretário de Estado norte-americano George Marshall, cujo objetivo era recuperar a devastada Europa Ocidental com maciços investimentos.

A União Soviética, por sua vez, dominava sete países do Leste: Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria e Albânia (até 1961), o que significava um território de quase 1 milhão de quilômetros quadrados e aproximadamente 70 milhões de pessoas.

No **Extremo Oriente**, o Japão, derrotado na guerra, teve elevados prejuízos materiais e humanos, e ainda sofreu a ocupação norte-americana (1945-1952). Os *zaibatsu* – fortes grupos econômicos – foram dissolvidos, e com eles a grande propriedade e as indústrias bélicas, como parte do plano de desmilitarização. Além disso, em 1947 foi imposta ao Japão uma Constituição parlamentar que limitava os poderes do imperador Hiroíto.

Por causa do avanço socialista que ocorreu no Extremo Oriente a partir da década de 1950, a política de ocupação do Japão foi alterada, visando à reabilitação do país, que passou a aliado dos Estados Unidos, especialmente diante da Revolução Chinesa (1949) e da Guerra da Coreia (1950-1953). Seu desenvolvimento econômico quase ininterrupto – entre 1955 e 1956, o índice de produção industrial dobrou em relação à situação anterior à guerra – consolidou a economia japonesa como uma das mais fortes do mundo capitalista no final do século XX.

A reconstrução do pós-guerra e a adesão à ordem bipolar nas relações internacionais, portanto, firmaram as estruturas da Guerra Fria, quadro que predominaria até o final da década de 1980.

Arquivo Charmet, Paris

Caricatura soviética de 1950 sobre o Plano Marshall, representando a entrada das potências capitalistas na Europa

PARA RECORDAR: A Segunda Guerra Mundial

- Tratado de Versalhes (1919)
- falência da Liga das Nações
- crise econômico-financeira internacional
- nazifascismo
- política de apaziguamento
- expansionismo do Eixo → **estopim: invasão nazista da Polônia**

primeira fase: avanço do Eixo (1939-1941)

- 1940: *Blitzkrieg* contra Países Baixos, Bélgica e França
- invasão da União Soviética
- ataque japonês a Pearl Harbor: Estados Unidos

segunda fase: refluxo do Eixo (1942-1945)

- Stalingrado (União Soviética)
- Pacífico: Estados Unidos na ofensiva
- desembarque na Itália: segunda frente
- Dia D (Normandia, França): terceira frente

1945: derrota final do Eixo

- **queda alemã (maio de 1945)**
- **queda japonesa (agosto de 1945)**

ATIVIDADE

1. Com base no esquema-resumo acima e nas informações deste capítulo, escreva em seu caderno três fatores que contribuíram para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No início da década de 1930, a Alemanha, sob a liderança de Hitler, passou a desrespeitar sistematicamente as determinações do Tratado de Versalhes, firmado ao final da Primeira Guerra Mundial.

- Qual foi a reação das potências europeias vencedoras da Primeira Guerra diante dessa situação?
- Explique os motivos que levaram essas potências a reagir dessa forma na ocasião.

A Segunda Guerra Mundial envolveu dois blocos antagônicos: o Eixo e os Aliados.

- Quais foram os principais países que compuseram cada um desses blocos?
- Os governos dos países ocidentais que compunham o Eixo defendiam a mesma ideologia política do que os governos dos países que compunham o bloco dos Aliados? Explique.
- Que fato determinou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, em 1941?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de documento

→ O texto abaixo foi escrito pelo escritor e jornalista americano John Gunther, que foi correspondente na Europa em plena Segunda Guerra Mundial. No livro *Por dentro da Europa*, de 1940, John Gunther traça um perfil da personalidade de Adolf Hitler.

Adolf Hitler, irracional, contraditório, complexo, é uma personalidade imprevisível, nisso estão seu poder, sua ameaça. Para milhões de alemães honestos ele é sublime, uma figura de adoração, enche-os de amor, medo e êxtase nacionalista. Para muitos outros alemães, é esquálido e ridículo – um charlatão, um histérico de sorte e um demagogo mentiroso. Quais os motivos desse paradoxo? Quais as fontes de seu prodigioso poder?

Esse homem pançudo, de bigodinho à Charlie Chaplin, dado à insônia e emocionalismo, chefe do Partido Nazista, comandante em chefe do Exército e da Marinha alemães, líder da nação alemã, criador, presidente e chanceler do Terceiro Reich, nasceu na Áustria em 1889. Não é alemão nato. Esse é um ponto muito importante a inflamar seu nacionalismo inicial. Ele criou o implacável patriotismo do fronteiriço, do exilado. Só um austríaco poderia levar tão a sério o germanismo.

A história pessoal de Hitler inclui muitos episódios extraordinários e bizarros. Antes de discutirmos seu nascimento e infância, de esboçarmos sua carreira, talvez seja bom apresentar um amplo quadro detalhado desse personagem e sua rotina, atitudes, hábitos diários, suas características e limitações individuais.

Sua imaginação é inteiramente política. Vi os primeiros quadros dele, os que apresentou à Academia de Arte de Viena quando rapaz. São prosaicos, absolutamente desprovidos de ritmo, cor, sentimento ou fantasia espiritual. São desenhos de arquiteto: desenho penoso e preciso; nada mais. [...]

Seus estudos foram muito breves, e nenhum esforço de generosidade faria alguém chamá-lo de gênio. Não chega nem perto da cultura e peso intelectual, digamos, de Mussolini. Quase não lê nada. O Tratado de Versalhes, provavelmente, foi a mais concreta influência individual em sua vida, mas é duvidoso que o tenha lido todo. Não gosta de intelectuais. Jamais esteve fora da Alemanha (excetuando-se suas experiências de guerra em Flandres e duas visitas a Mussolini), e não fala nenhum idioma estrangeiro, a não ser algumas palavras em francês.

[...] Hitler acha difícil tomar decisões rápidas: essa capacidade deriva de harmonia interior, que ele não tem. Não é um "homem forte, silencioso".

[...] É extremamente emocional. Raramente responde a perguntas. Fala com a gente como se estivesse num comício, e nada detém o jorro de palavras.

[...]

Por algum tempo se disse que seu melhor traço era a lealdade. Ele jamais, dizia a piada, abriria mão de três coisas: dos judeus, dos amigos e da Áustria. Ninguém faria essa piada hoje, agora que o capitão Roehm está morto. [...]

Um após outro, foi eliminando os que o ajudaram em sua carreira. Drexler, Feder, Gregor Strasser [...]

Como a de todos os fanáticos, sua capacidade de acreditar nas próprias invenções, de iludir-se, é enorme. Assim, é inteiramente "sincero" – acredita mesmo – quando, numa entrevista ao Daily Mail, diz que a revolução nazista custou apenas 26 vidas. Crê absolutamente no que diz – no momento.

Mas suas mentiras têm sido notórias. Heiden conta algumas das mais recônditas inverdades, e outras são conhecidas de todo estudioso. Ele prometeu às autoridades da Baviera não fazer um putch; e prontamente fez um. Prometeu tolerar um governo Papen, depois combateu-o. Prometeu não mudar a composição do seu primeiro gabinete, depois mudou-a. Prometeu matar-se se o golpe de Munique falhasse; falhou, e ele continua vivo.

GUNTHER, John. Um retrato de Hitler. In: LEWIS, Jon E. (ed.). *O grande livro do jornalismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 151-4.

a) Explique o contexto político da guerra na época em que foi escrito o texto da página anterior.

b) Qual é a imagem que a descrição do jornalista constrói do líder nazista?

c) A descrição feita por John Gunther transmite alguma intencionalidade? Explique.

d) Em sua opinião, a personalidade de personagens históricos permite explicar os fatos históricos? Justifique.

2 Leitura e análise de fonte historiográfica

→ No final da Segunda Guerra, os países aliados promoveram um intenso bombardeio aéreo às cidades alemãs, matando centenas de milhares de civis. A ação dos Aliados é, ainda hoje, motivo de controvérsias, como mostram os trechos a seguir. O primeiro é de autoria de Jorg Friedrich, historiador alemão que estudou minuciosamente os ataques às cidades da Alemanha. O segundo foi escrito por Robin Neillards, historiador britânico especialista em Segunda Guerra. Leia-os com atenção.

Texto 1

Cerca de meio milhão de civis alemães foram mortos durante a Segunda Guerra. A maioria deles, entre setembro de 1944 e março de 1945, em ataques táticos (que têm como objetivo real atingir as tropas e os equipamentos militares) e estratégicos (que podem focar em alvos puramente civis para, com isso, baixar a moral do inimigo e minar sua vontade de resistir).

Para os alemães, porém, era impossível saber se enfrentavam um bombardeio tático ou estratégico. Na prática, ambos eram realizados da mesma forma: por meio de ataques aéreos que, inicialmente, despejavam explosivos de alta potência e, em seguida, bombas incendiárias. [...]

O objetivo dos bombardeios nunca era destruir alvos individuais, mas criar o máximo possível de zonas devastadas no centro da cidade-alvo. [...]

Não cabe aos historiadores fazer julgamentos. Os britânicos que defenderam os bombardeios utilizando a necessidade militar como legitimação fazem um julgamento que contradiz, diretamente, os veredictos do Tribunal de Nuremberg. Os generais nazistas usaram a "necessidade militar" como justificativa para seus atos, mas a corte decidiu que isso não era desculpa. As salvas de metralhadoras alemãs contra civis judeus, poloneses ou russos eram um crime de guerra porque os civis não são um alvo militar. As mortes de civis causadas pelo bombardeio aéreo são diferentes porque a munição que os matou viajava na vertical, e não na horizontal?

A supressão da Alemanha nazista e, consequentemente, dos horrores do Terceiro Reich, deve muito mais às campanhas em terra do que às cidades bombardeadas. O que o ataque aéreo fez foi suprimir a proteção aos civis, um princípio que data de séculos. Não podemos encará-lo como uma simples estratégia bélica [...].

FRIEDRICH, Jorg. *Revista BBC História*. São Paulo: Tríade, ano 1, ed. 1, p. 97.

Texto 2

A ofensiva aérea aliada não pode ser considerada um crime, mas um ato de guerra legítimo num conflito deflagrado pela Alemanha. A morte de civis era inevitável – e obviamente lamentável – mas não criminosa. Qualquer alegação em contrário é uma tentativa de minimizar a culpa alemã e de introduzir a noção de equivalência. [...] O bombardeio aéreo e Auschwitz não são a mesma coisa.

Em 1934, a Alemanha retirou-se da Conferência de Desarmamento de Genebra, após negar o apoio à proposta britânica de banir o bombardeio aéreo. Hitler acreditava que na guerra vindoura [...] a destruição atingiria somente outras nações, enquanto o solo germânico permaneceria intacto. A escalada que levou ao bombardeio de cidades inclui a destruição de Guernica por aviões alemães, em 1936, e o bombardeio alemão de Varsóvia e Roterdã, em 1939 e 1940. [...] Os alemães acreditavam que poderiam bombardear cidades europeias, matando milhares de civis, sem retribuição?

[...]

A criminalidade também requer a intenção. A ofensiva aérea nunca teve civis como alvos, o objetivo era atingir a moral nazista, por meio da destruição de casas e fábricas. A moral do inimigo é, sem dúvida, um alvo legítimo e a maioria dos mortos era de operários de guerra. Por que é legítimo matar alguém usando uma arma e é um crime matar quem fabrica essas armas?

Por fim, não se deve esquecer que se tratava de uma guerra. Em 1939, a Alemanha deu início a uma guerra racista e genocida para escravizar a Europa e eliminar quem os nazistas julgavam indesejáveis. O sofrimento do povo alemão é de responsabilidade do regime por ele apoiado, não dos que lutaram para dar cabo a essa tirania. [...]

NEILLARDS, Robin. *Revista BBC História*. São Paulo: Tríade, ano 1, ed. 1, p. 97.

- Sob a orientação do professor e tendo como base as ideias defendidas nos dois textos, organizem-se em dois grandes grupos para refletir e debater sobre a seguinte questão: No contexto da Segunda Guerra, os bombardeios aéreos às cidades alemãs eram justificáveis?

3 Observação de imagem e reflexão

→ A foto abaixo mostra a cidade japonesa de Hiroxima após um bombardeio, em 1945. Observe-a.

▲ Cenário de destruição em Hiroxima, no Japão. Foto de 8 de setembro de 1945.

a) Que tipo de bomba causou tamanha destruição na cidade de Hiroxima?

b) Que país foi responsável por esse bombardeio?

c) O que o país agressor pretendia com esse bombardeio?

d) Em livros, revistas e *sites* da internet, pesquise mais informações sobre o episódio retratado nas imagens. Informe-se sobre as características da arma usada, as justificativas oferecidas para seu uso e seus efeitos sobre cidades, pessoas e meio ambiente a curto, médio e longo prazo. Registre as informações em seu caderno.

e) Em sua opinião, o uso de armas como a lançada sobre o Japão em 1945 era justificável? Explique.

f) Apesar de toda a destruição causada pelo bombardeio em Hiroxima e Nagasáqui, o episódio é pouco lembrado por reportagens, filmes e romances que têm a Segunda Guerra Mundial como tema. Discuta com seus colegas a possível razão desse silêncio.

Questões & testes

CAPITULO 29

Enem

1. *A figura do coronel era muito comum durante os anos iniciais da República, principalmente nas regiões do interior do Brasil. Normalmente, tratava-se de grandes fazendeiros que utilizavam seu poder para formar uma rede de clientes políticos e garantir resultados de eleições. Era usado o voto de cabresto, por meio do qual o coronel obrigava os eleitores de seu "curral eleitoral" a votarem nos candidatos apoiados por ele. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas, para que votassem de acordo com os interesses do coronel. Mas recorria-se também a outras estratégias, como compra de votos, eleitores-fantasma, troca de favores, fraudes na apuração dos escrutínios e violência.*

Disponível em: <www.historiadobrasil.net/republica>. Acesso em: 12 dez. 2008; adaptado.

Com relação ao processo democrático do período registrado no texto, é possível afirmar que:

a) o coronel se servia de todo tipo de recursos para atingir seus objetivos políticos.

b) o eleitor não podia eleger o presidente da República.

c) o coronel aprimorou o processo democrático ao instituir o voto secreto.

d) o eleitor era soberano em sua relação com o coronel.

e) os coronéis tinham influência maior nos centros urbanos.

Vestibulares

2. **(Fuvest-SP)** *Não é por acaso que as autoridades brasileiras recebem o aplauso unânime das autoridades internacionais das grandes potências, pela energia implacável e eficaz de sua política saneadora [...]. O mesmo se dá com a repressão dos movimentos populares de Canudos e do Contestado, que no contexto rural [...] significavam praticamente o mesmo que a Revolta da Vacina no contexto urbano.*

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina.

De acordo com o texto, a Revolta da Vacina, o movimento de Canudos e o do Contestado foram vistos internacionalmente como

a) provocados pelo êxodo maciço de populações saídas do campo rumo às cidades logo após a abolição.

b) retrógrados, pois dificultavam a modernização do país.

c) decorrentes da política sanitarista de Oswaldo Cruz.

d) indícios de que a escravidão e o império chegavam ao fim para dar lugar ao trabalho livre e à república.

e) conservadores, porque ameaçavam o avanço do capital norte-americano no Brasil.

3. **(Fuvest-SP)** *Naquela época não tinha maquinaria, meu pai trabalhava na enxada. Meu pai era de Módena, minha mãe era de Carpi e ficaram muito tempo na roça. Depois a família veio morar nessa travessa da Avenida Paulista; agora está tudo mudado, já não entendo nada dessas ruas.*

Esse trecho do depoimento de um descendente de imigrantes, transcrito na obra *Memória e Sociedade*, de Ecléa Bosi, constitui um documento importante para a análise:

a) do processo de crescimento urbano paulista no início do século atual, que desencadeou crises constantes entre fazendeiros de café e industriais.

b) da imigração europeia para o Brasil, organizada pelos fazendeiros de café nas primeiras decadas do século XX, baseada em contratos de trabalho conhecidos como "sistema de parceria".

c) da imigração italiana, caracterizada pela contratação de mão de obra estrangeira para a lavoura cafeeira, e do posterior processo de migração e de crescimento urbano de São Paulo.

d) do percurso migratório italiano promovido pelos governos italiano e paulista, que organizavam a transferência de trabalhadores rurais para o setor manufatureiro.

e) da crise da produção cafeeira da primeira década do século XX, que forçou os fazendeiros paulistas a desempregar milhares de imigrantes italianos, acelerando o processo de industrialização.

4. **(Cesgranrio-RJ)** A identificação dos governos da República Velha com os interesses da economia cafeeira pode ser expressa pelo(a):

a) financiamento, através do Banco do Brasil, para o plano de novas lavouras, no Encilhamento.

b) estatização das exportações, com o objetivo de garantir os preços, durante a Primeira Guerra Mundial.

c) adoção de uma política de valorização, reduzindo a oferta do produto, a partir do Convênio de Taubaté.

d) controle da mao de obra camponesa e apoio à imigração, com a Lei Adolfo Gordo.

e) isenção de tributos assegurada no programa de estabilização de Campos Sales.

Olimpíadas da Unicamp

5. *Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro*

Com a instalação da república, em 1889, um governo autoritário, que tem no positivismo de Augusto Comte a matriz inspiradora de sua conduta política e administrativa, formula um "programa de governo". Este visa proporcionar um desenvolvimento econômico global para o Estado, projeto este que implica, face a um Rio Grande predominantemente agropecuário, privilegiar também a dinamização da indústria e a renovação urbana.

Este programa se desenvolve de forma paulatina, ao longo dos 40 anos da chamada "República Velha" (1889-1930), e as preocupações com a modernização da cidade seguem também uma evolução gradual, constituindo uma questão recorrente: Porto Alegre se quer burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca. Neste sentido, os espaços estigmatizados da urbe podem ter "cor" precisa, e o vocabulário que designa a cidade indesejada também pode estabelecer uma associação racial/étnica com avaliações de natureza social, econômica e moral.

Trecho do artigo acadêmico de autoria de Sandra J. Pesavento sobre a cidade de Porto Alegre

A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle

Face ao realinhamento do Brasil nos quadros do capitalismo que então se mundializava, as principais cidades brasileiras, incluindo Fortaleza, não escaparam a esse processo de mudanças. A partir do século XIX, tornaram-se alvo de discursos, medidas e reformas que procuravam alinhá-las ao modelo europeu de modernização urbana. Era a inauguração de um projeto civilizatório para o País, de caráter europeizador, patrocinado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais.

Para tanto, não bastaria apenas dotar a cidade de equipamentos e serviços modernos: era necessário "civilizar" e "domesticar" a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador. (...)

Ante essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus. Isso significava, também, disciplinar os pobres, doentes, mendigos, loucos, "vadios" e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital.

Trecho do artigo acadêmico A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle, de autoria de Sebastião Rogério Ponte.

Assinale as afirmativas corretas. Os textos acima referem-se:

a) aos processos de integração e exclusão urbana em duas capitais: Porto Alegre e Fortaleza.
b) a dois processos de urbanização que tinham perspectivas opostas em relação aos mais pobres no início do período republicano.
c) a projetos de modernização das duas capitais que implicavam marginalização de parte da população por suas condições étnicas, sociais e morais.
d) à influência de um ideário de civilização que impregnou as reformas urbanas e sociais no Brasil a partir de fins do século XIX.

Vestibulares

6. **(Fuvest-SP)** *As lâmpadas estão se apagando na Europa inteira. Não as veremos brilhar outra vez em nossa existência.*

Sobre essa frase, proferida por Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, em agosto de 1914, pode-se afirmar que exprime:

a) percepção de que a guerra, que estava começando naquele momento e que iria envolver toda a Europa, marcava o fim de uma cultura, de uma época, conhecida como a Belle Époque;
b) a desilusão de quem sabe que a guerra, que começava naquele momento, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, iria sepultar toda uma política de esforços diplomáticos visando evitar o conflito;
c) a compreensão de quem, por ser muito velho, consegue perceber que também aquela guerra, embora longa e sangrenta, iria terminar um dia, permitindo que a Europa voltasse a brilhar;
d) a ilusão de que, apesar de tudo, a guerra que estava começando iria, por causa de seu caráter mortal e generalizado, ser o último grande conflito armado a envolver todos os países da Europa;
e) a convicção de que à guerra que acabava de começar, e que iria envolver todo o continente europeu, haveria de suceder uma outra, a Segunda Guerra Mundial, antes de a paz definitiva ser alcançada.

7. **(ESPM-SP)** *Verdun constituiu-se na mais sangrenta batalha da guerra. A liderança do general Henri Philippe Pétain, a tenacidade da infantaria francesa e as fortificações bem construídas de concreto e aço permitiram à França resistir com firmeza. A guerra não era mais uma aventura romântica. Um jovem soldado francês, pouco antes de morrer, expressou o espírito de desilusão que acometera os sobreviventes da guerra de trincheira: "A humanidade é louca para fazer o que está fazendo. Que massacre! Que cenas de horror e carnificina. Não consigo encontrar palavras para traduzir minhas impressões. O inferno não pode ser tão terrível. Os homens estão loucos!" A França e a Alemanha sofreram mais de um milhão de baixas nessa batalha*

PERRY, Marvin. Civilização Ocidental

A batalha mencionada no texto ocorreu:

a) Nas Guerras Napoleônicas.
b) Na Guerra Franco-Prussiana de 1870
c) Na Primeira Guerra Mundial.
d) Na Guerra da Crimeia
e) Na Segunda Guerra Mundial.

8. **(UPM-SP)** *Em 1916, em meio à guerra, Marcel Duchamp (1887-1968) produzia a obra* Roda de bicicleta. *Nem a roda servia para andar, nem o banco servia para sentar. Algo aparentemente irracional, ilógico, diriam muitos [...]. Mais do que uma outra forma de produzir arte, Duchamp estava propondo uma outra forma de ver a arte, de olhar para o mundo [...] Depois de sua* Roda de bicicleta, *o mundo das artes não seria mais o mesmo. Depois da Primeira Guerra Mundial, o mundo não seria mais o mesmo.*

CAMPOS, Flávio de e MIRANDA, Renan G.

De acordo com o texto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

a) fortaleceu a crença dos homens da época na capacidade de construção de uma sociedade melhor, por meio da racionalidade tecnológica.
b) consolidou a hegemonia cultural europeia perante o mundo ocidental, desprezando as demais manifestações artísticas.
c) possibilitou o surgimento de novas vanguardas artísticas, preocupadas em defender os modelos acadêmicos clássicos europeus.
d) assinalou a crise da cultura europeia, baseada no racionalismo e no fascínio iluminista pela tecnologia e pelo progresso.
e) manifestou a decadência cultural em que se encontrava o mundo ocidental na segunda metade do século XIX.

9. **(EEM-SP)** O tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, conforme a opinião de muitos historiadores contribuiu para criar uma situação propícia à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Justifique essa afirmativa.

CAPITULO 31

Vestibulares

10. **(Fuvest-SP)** Há controvérsias entre historiadores sobre o caráter das duas grandes revoluções do mundo contemporâneo, a Francesa de 1789 e a Russa de 1917; no entanto, existe consenso sobre o fato de que ambas:

a) fracassaram, uma vez que, depois de Napoleão, a França voltou ao feudalismo com os Bourbons e a União Soviética, depois de Gorbatchev, ao capitalismo.
b) geraram resultados diferentes das intenções revolucionárias, pois tanto a burguesia francesa quanto a russa eram contrárias a todo tipo de governo autoritário.
c) puseram em prática os ideais que as inspiraram, de liberdade e igualdade e de abolição das classes e do Estado.
d) efetivaram mudanças profundas que resultaram na superação do capitalismo na França e do feudalismo na Rússia.
e) foram marcos políticos e ideológicos, inspirando, a primeira, as revoluções até 1917, e a segunda, os movimentos socialistas até a década de 1970.

11. **(PUC-SP)** A disputa pelo poder na União Soviética entre Trótski e Stálin, após a morte de Lênin, em 1924, teve como eixo a discussão sobre:

a) a expansão ou não da revolução socialista mundial como forma de consolidar internamente o regime.
b) a questão da autonomia das nacionalidades da Rússia Branca.
c) as propostas de priorizar os investimentos sociais sobre as necessidades da industrialização.
d) a extinção dos planos quinquenais, sobretudo os relativos à coletivização.
e) o poder dos sovietes de soldados e camponeses na administração provincial.

12. **(Cesgranrio-RJ)** Em março de 1921, Lênin afirma.

É necessário abandonar a construção imediata do socialismo para se voltar, em muitos setores econômicos, na direção de um capitalismo de Estado

Tendo em vista as etapas da Revolução Russa, podemos interpretar essa declaração no sentido de:

a) representar o abandono do comunismo de guerra e o início da guerra civil.
b) traduzir o insucesso dos planos quinquenais e o retorno a uma economia capitalista.
c) indicar a impossibilidade do socialismo num só país, daí a volta ao capitalismo monopolista.
d) introduzir a Nova Política Econômica, caracterizada por algumas concessões ao capitalismo, a fim de possibilitar o avanço do socialismo.
e) aceitar a introdução de métodos capitalistas na produção e o retorno à iniciativa privada.

13. **(UFRJ-modificada)** *Como a Revolução Francesa, em fins do século XVIII e começo do século XIX, as Revoluções Russas que levaram à fundação da URSS modificaram a face do mundo. Para muitos deram início ao século XX. Seja qual for nossa opinião a respeito, é inegável que imprimiram sua marca a um século que só terminou com o desaparecimento dos resultados criados por elas.*

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 37

Identifique duas medidas adotadas pelos bolcheviques entre 1917 e a criação da União Soviética (1922).

CAPITULO 31

Enem

14. *Desgraçado progresso que escamoteia as tradições saudáveis e repousantes. O "café" de antigamente era uma pausa revigorante na alucinação da vida cotidiana. Alguém dirá que nem tudo era paz nos cafés de antanho, que havia muita briga e confusão neles. E daí? Não será por isso que lamento seu desaparecimento do Rio de Janeiro. Hoje, se houver desaforo, a gente o engole calado e humilhado. Já não se pode nem brigar. Não há clima nem espaço.*

ALENCAR, E. Os cafés do Rio. In: GOMES, D. Antigos cafés do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989, adaptado

O autor lamenta o desaparecimento dos antigos cafés pelo fato de estarem relacionados com

a) a economia da República Velha, baseada essencialmente no cultivo do café.
b) o ócio ("pausa revigorante") associado ao escravismo que mantinha a lavoura cafeeira
c) a especulação imobiliária, que diminuiu o espaço disponível para esse tipo de estabelecimento.
d) a aceleração da vida moderna, que tornou incompatíveis com o cotidiano tanto o hábito de "jogar conversa fora" quanto as brigas.
e) o aumento da violência urbana, já que as brigas, cada vez mais frequentes, levaram os cidadãos a abandonarem os cafés do Rio de Janeiro

Vestibulares

15. (UFV-MG) A década de 1920 foi um período de crise da "República do café com leite", uma vez que as transformações ocorridas nos anos anteriores contribuíram para a melhor organização dos grupos sociais existentes e o surgimento de outros. Alguns desses grupos se voltaram contra a política tradicional, baseada no poder das oligarquias, no autoritarismo e nas fraudes eleitorais, manifestando seu descontentamento através de movimentos civis e militares

Sobre a década de 1920 no Brasil é correto afirmar que houve·

a) Um levante conhecido como Intentona Comunista, logo após a fundação do Partido Comunista do Brasil, que congregou um grande número de operários e intelectuais.
b) A Revolta da Vacina, em que o Rio de Janeiro transformou-se num campo de batalha, com a formação de barricadas e violentos choques entre populares e as tropas do governo.
c) Duas das mais importantes revoltas do movimento denominado tenentista, que queria moralizar a vida política, pôr fim à corrupção eleitoral e promover reformas sociais
d) Duas greves gerais nos principais centros urbanos do país, sob a liderança de industriais e comerciantes insatisfeitos com a política governamental de valorização dos produtos agrícolas.
e) O movimento modernista, durante a realização da Semana de Arte Moderna, evento ocorrido em São Paulo em 1922, cujo manifesto defendeu o fim do voto de cabresto e da política dos governadores.

16. (UFMG-MG) Leia o texto.

Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal e, lá, como aqui, de há muito que os políticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – "o voto". Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários de Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam. (...) Às vezes semelhantes eleitores votavam até com nome de mortos, cujos diplomas apresentavam aos mesários solenes e hieráticos que nem sacerdotes de antigas religiões.

BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. p. 65-6

Todas as alternativas contêm afirmações que confirmam o comportamento eleitoral criticado na sátira de Lima Barreto, **exceto** em:

a) o domínio político dos coronéis rurais garantia a mecânica eleitoral fraudulenta operadora através do voto de curral.
b) o interesse das elites agrárias e a exclusão das demais classes sociais da política estavam garantidos nesse sistema político-eleitoral.
c) o sistema eleitoral descrito como corrupto estava na base da política dos governadores, posta em prática pelas oligarquias na chamada República Velha
d) o sistema eleitoral fraudulento foi consolidado, no fim dos anos 20, através da ação decisiva da Aliança Liberal.
e) o voto de cabresto era uma forma de manipulação do eleitorado, seja através da compra de voto, seja através da troca do voto por favores.

17. (Unicamp-SP) *São Paulo, quem te viu e quem te vê! Tinhas então as tuas ruas sem calçamento, iluminadas pela luz baça e amortecida de uns lampiões de azeite; tuas casas, quase todas térreas, tinham nas janelas umas rótulas através das quais conversavam os estudantes com as namoradas; os carros de bois guinchavam pelas ruas carregando enormes cargas e guiados por míseros cativos. Eras então uma cidade puramente paulista, hoje és uma cidade italiana!! Estás completamente transformada, com proporções agigantadas, possuindo opulentos e lindíssimos predios, praças vastas e arborizadas, ruas todas calçadas, cortadas por diversas linhas de bonde, centenas de casas de negócios e a locomotiva soltando seus sibilos progressistas*

Adaptado de Alfredo Moreira Pinto. A cidade de São Paulo em 1900. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979 p. 8-10

a) Cite duas transformações mencionadas no texto que marcam a oposição entre atraso e progresso
b) De que formas a economia cafeeira contribuiu para as transformações observadas pelo autor?

18. (Fuvest-SP) Em 1930, um golpe colocou Getúlio Vargas no poder. Esse ato foi justificado pelas acusações de que a posteriormente chamada "República Velha" estava "carcomida". Nesse sentido, quais as críticas do grupo vitorioso com relação

a) à predominância de São Paulo na federação?
b) às práticas políticas imperantes nas eleições?

CAPÍTULO 33

Enem

19. *A crise de 1929 e dos anos subsequentes teve sua origem no grande aumento da produção industrial e agrícola, nos EUA, ocorrido durante a 1.ª Guerra Mundial, quando o mercado consumidor, principalmente o externo, conheceu ampliação significativa. O rápido crescimento da produção e das empresas valorizou as ações e estimulou a especulação, responsável pela "pequena crise" de 1920--21. Em outubro de 1929, a venda cresceu nas Bolsas de Valores, criando uma tendência de baixa no preço das ações, o que fez com que muitos investidores ou especuladores vendessem seus papéis. De 24 a 29 de outubro, a Bolsa de Nova York teve um prejuízo de US$ 40 bilhões. A redução da receita tributária que atingiu o Estado fez com que os empréstimos ao exterior fossem suspensos e as dívidas, cobradas; e que se criassem também altas tarifas sobre produtos importados, tornando a crise internacional*

RECCO, C. História: a crise de 29 e a depressão do capitalismo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11504.shtml>. Acesso em: 26 out. 2008; com adaptações.

Os fatos apresentados permitem inferir que

a) as despesas e prejuízos decorrentes da 1.ª Guerra Mundial levaram à crise de 1929, devido à falta de capital para investimentos.

b) o significativo incremento da produção industrial e agrícola norte-americana durante a 1.ª Guerra Mundial consistiu num dos fatores originários da crise de 1929.

c) a queda dos índices nas Bolsas de Valores pode ser apontada como causa do aumento dos preços de ações nos EUA em outubro de 1929.

d) a crise de 1929 eclodiu nos EUA a partir da interrupção de empréstimos ao exterior e da criação de altas tarifas sobre produtos de origem importada

e) a crise de 1929 gerou uma ampliação do mercado consumidor externo e, consequentemente, um crescimento industrial e agrícola nos EUA.

20. *A depressão econômica gerada pela Crise de 1929 teve no presidente americano Franklin Roosevelt (1933-1945) um de seus vencedores. New Deal foi o nome dado à série de projetos federais implantados nos Estados Unidos para recuperar o país, a partir da intensificação da prática da intervenção e do planejamento estatal da economia. Juntamente com outros programas de ajuda social, o New Deal ajudou a minimizar os efeitos da depressão a partir de 1933. Esses projetos federais geraram milhões de empregos para os necessitados, embora parte da força de trabalho norte-americana continuasse desempregada em 1940. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial, no entanto, provocou a queda das taxas de desemprego, e fez crescer radicalmente a produção industrial. No final da guerra, o desemprego tinha sido drasticamente reduzido*

EDSFORD, R. America's response to the Great Depression. Blackwell Publishers, 2000; tradução adaptada.

A partir do texto, conclui-se que

a) o fundamento da política de recuperação do país foi a ingerência do Estado, em ampla escala, na economia

b) a crise de 1929 foi solucionada por Roosevelt, que criou medidas econômicas para diminuir a produção e o consumo.

c) os programas de ajuda social implantados na administração de Roosevelt foram ineficazes no combate à crise econômica.

d) o desenvolvimento da indústria bélica incentivou o intervencionismo de Roosevelt e gerou uma corrida armamentista

e) a intervenção de Roosevelt coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial e foi bem-sucedida, apoiando-se em suas necessidades.

21. Leia um texto publicado no jornal *Gazeta Mercantil*. Esse texto é parte de um artigo que analisa algumas situações de crise no mundo, entre elas, a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, e foi publicado na época de uma iminente crise financeira no Brasil

Deu no que deu. No dia 29 de outubro de 1929, uma terça--feira, praticamente não havia compradores no pregão de Nova Iorque, só vendedores. Seguiu-se uma crise incomparável: o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos caiu de 104 bilhões de dólares em 1929, para 56 bilhões em 1933, coisa inimaginável em nossos dias. O valor do dólar caiu a quase metade. O desemprego elevou-se de 1,5 milhão para 12,5 milhões de trabalhadores – cerca de 25% da população ativa – entre 1929 e 1933. A construção civil caiu 90%. Nove milhões de aplicações, tipo caderneta de poupança, perderam-se com o fechamento dos bancos. Oitenta e cinco mil firmas faliram. Houve saques e norte--americanos que passaram fome.

Gazeta Mercantil, 5 jan. 1999

Ao citar dados referentes à crise ocorrida em 1929, em um artigo jornalístico atual, pode-se atribuir ao jornalista a seguinte intenção:

a) questionar a interpretação da crise.

b) comunicar sobre o desemprego.

c) instruir o leitor sobre aplicações em bolsa de valores

d) relacionar os fatos passados e presentes.

e) analisar dados financeiros americanos.

22. Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal. A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se

a) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.

b) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.

c) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.

d) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras

e) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

Vestibulares

23. (UFPB-PB) Os anos 30 e 40 do século passado constituí-ram uma conjuntura de grandes modificações na política e na economia do mundo. Sobre as transformações desse período, identifique com V a(s) afirmativa (s) verdadeira(s) e com F a(s) falsa(s):

( ) A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, decretou a falência do postulado liberal. Com isso, surgem as ideias e os defensores da maior participação do Estado na economia

( ) A Europa e o mundo, com a crise das democracias liberais, testemunharam o surgimento do nazismo. A concepção política nazista, desenvolvida na Alemanha, era baseada em um Estado interventor, forte e centralizado.

( ) O crescimento do nazismo, com seu ideário preconceituoso e bélico, chamou a atenção de todo o mundo. A apreensão do seu significado contribuiu para a formação de um bloco opositor, liderado pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética

( ) Portugal e Espanha, nesse período, experimentavam grande desenvolvimento econômico e social. Por isso, seus governantes não se deixaram influenciar pelo ideário autoritário e lutara, desde o início dos anos de 1930, contra o nazifascismo.

( ) A União Soviética, assim como a Alemanha, estava em franca decadência econômica no final da década de 1930. Devido a essa situação, tanto Hitler como Stalin evitaram qualquer conversação, pois esta representaria uma aliança entre fracos.

A sequência correta é.

a) FVFVF c) FFFVV e) VVVFF

b) VFVFV d) FVVFV

24. (Unifesp-SP) *Nós queremos, um dia, não mais ver classes nem castas; portanto comecem já a erradicar isso em vocês mesmos. Nós queremos, um dia, ver no Reich uma só peça, e vocês devem já se educar nesse sentido. Nós queremos que esse povo seja, um dia, obediente, e vocês devem treinar essa obediência. Nós queremos que esse povo seja, um dia, pacífico, mas valoroso, e vocês devem ser pacíficos.*

Adolf Hitler, no Congresso Nazista de Nuremberg, 1933 In O triunfo da vontade, filme de Leni Riefenstahl, 1935

O trecho identifica algumas das características do projeto nazista, que governou a Alemanha entre 1933 e 1945. Entre elas, a

a) defesa da adoção do comunismo, expressa na ideia de supressão de classes.

b) recusa do uso da violência, expressa na ideia de povo pacífico.

c) submissão total da sociedade ao Estado, expressa na ideia de obediênc a

d) ampliação do acesso ao ensino básico, expressa na ideia de autoeducação.

e) eliminação das divisões nacionais, expressa na ideia de Reich (Império).

25. (Unicamp-SP) Leia os trechos abaixo e responda à questão:

Após a Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar teve controle muito limitado sobre as forças militares e policiais necessárias à manutenção da paz interna. No final, a República caiu em consequência dessa limitação, fragilidade explorada por organizações da classe média, as quais achavam que o regime parlamentar-republicano as discriminava e, assim, procuraram destruí-lo.

Adaptado de ELIAS, Norbert. Os alemães Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997 p. 199 e 204

A exigência da anulação da 'paz imposta' pelo Tratado de Versalhes foi, ao lado do antissemitismo, o ponto mais importante na propaganda nazista durante a República de Weimar

Adaptado de GAY, Peter A cultura de Weimar Rio de Janeiro Paz e Terra, 1978. p. 31 e 168.

a) O que foi a República de Weimar? Relacione-a à ascensão do nazismo.

b) O que foi o Tratado de Versalhes e qual o significado da expressão "paz imposta"?

CAPITULO 34

Enem

26. *A partir de 1942 e estendendo-se até o final do Estado Novo, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas falou aos ouvintes da Rádio Nacional semanalmente, por dez minutos, no programa "Hora do Brasil". O objetivo declarado do governo era esclarecer os trabalhadores acerca das inovações na legislação de proteção ao trabalho.*

GOMES, A. C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro IUPERJ / Vértice. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988 (adaptado)

Os programas "Hora do Brasil" contribuíram para

a) conscientizar os trabalhadores de que os direitos sociais foram conquistados por seu esforço, após anos de lutas sindicais

b) promover a autonomia dos grupos sociais, por meio de uma linguagem simples e de fácil entendimento

c) estimular os movimentos grevistas, que reivindicavam um aprofundamento dos direitos trabalhistas.

d) consolidar a imagem de Vargas como um governante protetor das massas.

e) aumentar os grupos de discussão política dos trabalhadores, estimulados pelas palavras do ministro.

27. A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

a) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.

b) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.

c) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.

d) o texto da Carta de 1891 já permitia o voto feminino.

e) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas os indivíduos do sexo masculino.

28. *João de Deus levanta-se indignado. Vai até a janela e fica olhando para fora. Ali na frente está a Panificadora Italiana, de Gamba & Filho. Ontem era uma casinhola de porta e janela, com um letreiro torto e errado: "Padaria Nápole". Hoje é uma fábrica... João de Deus olha e recorda... Quando Vittorio Gamba chegou da Itália com uma trouxa de roupa, a mulher e um filho pequeno, os Albuquerques eram donos de quase todas as casas do quarteirão. [...] O tempo passou. Os negócios pioraram. A herança não era o que se esperava. Com o correr dos anos os herdeiros foram hipotecando as casas. Venciam-se as hipotecas, não havia dinheiro para resgatá-las: as propriedades, então, iam passando para as mãos dos Gambas, que prosperavam.*

VERÍSSIMO, É. Música ao longe. Porto Alegre: Globo, 1974, adaptado.

O texto foi escrito no início da década de 1930 e revela, por meio das recordações do personagem, características sócio-históricas desse período, as quais remetem

a) à ascensão de uma burguesia de origem italiana.

b) ao início da imigração italiana e alemã, no Brasil, a partir da segunda metade do século.

c) ao modo como os imigrantes italianos impuseram, no Brasil, seus costumes e hábitos.

d) à luta dos imigrantes italianos pela posse da terra e pela busca de interação com o povo brasileiro.

e) às condições socioeconômicas favoráveis encontradas pelos imigrantes italianos no início do século.

Vestibulares

29. (UFPI) Os acontecimentos históricos ocorrem, sempre, em conexão com outros acontecimentos, de modo que, quando falamos de uma época estamos nos referindo a uma ambiente dentro do qual se expressam e limitam as ações dos sujeitos. Pode-se dar o seguinte exemplo para essa afirmação: em 1932, sob a liderança do literato Plínio Salgado, foi organizado, no Brasil, um movimento político cuja inspiração vinha da Europa, sendo profundamente influenciado por um movimento político europeu em ascensão na época, o qual apresentava como uma de suas metas prioritárias combater um outro movimento político em expansão na Europa. Os três movimentos referidos são, respectivamente:

a) O integralismo, o fascismo, o nazismo.

b) O liberalismo, o socialismo, o comunismo.

c) O integralismo, o nazifascismo, o comunismo.

d) O expansionismo, o nacionalismo, o anarquismo.

e) O anarquismo, o comunismo, o integralismo.

30. (Unicamp-SP)

De 1550 a 1930, o mercado de trabalho brasileiro está desterritorializado. Só nos anos 1930-40 a reprodução ampliada da força de trabalho passa a ocorrer inteiramente no interior do território nacional.

Adaptado de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 354.

a) Quais características do mercado de trabalho brasileiro, entre 1550 e 1930, permitem considerá-lo "desterritorializado"?

b) Indique duas mudanças do mercado de trabalho brasileiro ocorridas nas décadas de 1930 e 1940.

31. (UFRJ)

Em 1950, candidato pelo PTB, Vargas retornou à Presidência. Resolvido a diferenciar-se do ditador estadonovista, o novo presidente retomaria o trabalhismo.

[...] Na sua plataforma estavam os ideais do desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964).

Indique uma medida adotada pelo segundo governo Vargas (1950-1954) e explicite sua relação com um dos ideais referidos no texto.

CAPÍTULO 35

Enem

32. O objetivo de tomar Paris marchando em direção ao Oeste era, para Hitler, uma forma de consolidar sua liderança no continente. Com esse intuito, entre abril e junho de 1940, ele invadiu a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e a Holanda. As tropas francesas se posicionaram na Linha Maginot, uma linha de defesa com trincheiras, na tentativa de conter a invasão alemã. Para a Alemanha, o resultado dessa invasão foi

a) a ocupação de todo o território francês, usando-o como base para a conquista da Suíça e da Espanha durante a segunda fase da guerra

b) a tomada do território francês, que foi então usado como base para a ocupação nazista da África do Norte, durante a guerra de trincheiras.

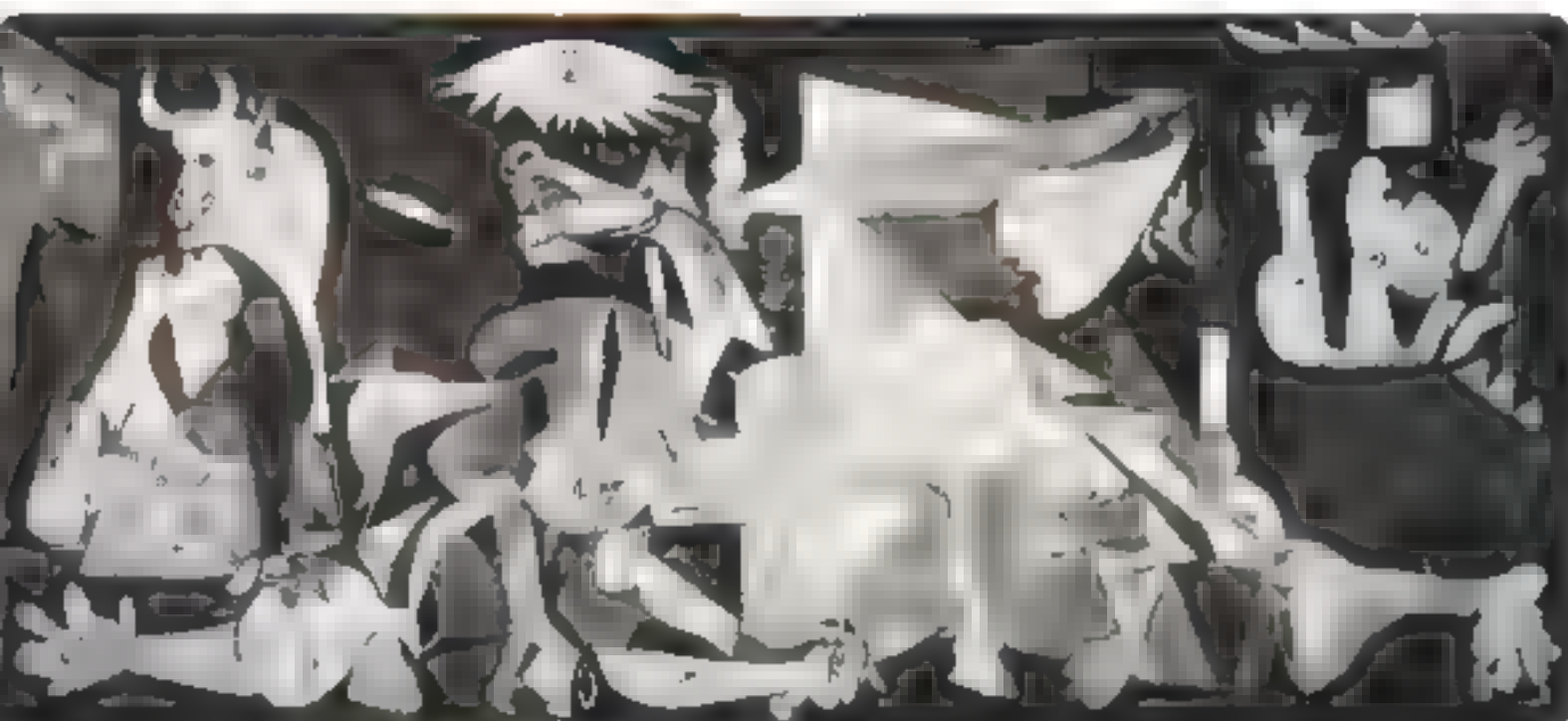
c) a posse de apenas parte do território, devido à resistência armada do exército francês na Linha Maginot.

d) a vitória parcial, já que, após o avanço inicial, teve de recuar, devido à resistência dos blindados do general De Gaulle, em 1940.

e) a vitória militar, com ocupação de parte da França, enquanto outra parte ficou sob controle do governo colaboracionista francês

Vestibulares

33. **(Unesp-SP)** Observe a figura

Carol Strickland: Arte comentada, 1999

▲ Pablo Picasso, *Guernica*, 1937.

A Europa já não é a liberdade e a paz, mas a violência e a guerra. Durante a ocupação alemã de Paris, a alguns críticos alemães que virão lhe falar de Guernica, Picasso responderá com amargura: Não fui eu que a fiz, fizeram-na vocês.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna, 1992

O comentário de Pablo Picasso, em relação à sua obra *Guernica*, refere-se

a) à separação entre manifestações artísticas e realidade histórica

b) ao bombardeio alemão da cidade basca em apoio ao general Franco.

c) aos massacres cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

d) à denúncia da anexação do território espanhol pelas tropas nazistas.

e) à aliança dos nazistas com os comunistas no início da Segunda Guerra Mundial

34. **(Unesp-SP)** *Meu avô francês foi feito prisioneiro pelos prussianos em 1870; meu pai alemão foi feito prisioneiro pelos franceses em 1918; eu, francês, fui feito prisioneiro pelos alemães em junho de 1940, e depois, recrutado à força pela Wehrmacht [exército alemão] em 1943, fui feito prisioneiro pelos russos em 1945.*

Memorias de um mineiro loreno

O texto configura a situação política de regiões europeias marcadas

a) por disputas iniciadas no processo de unificação política da França

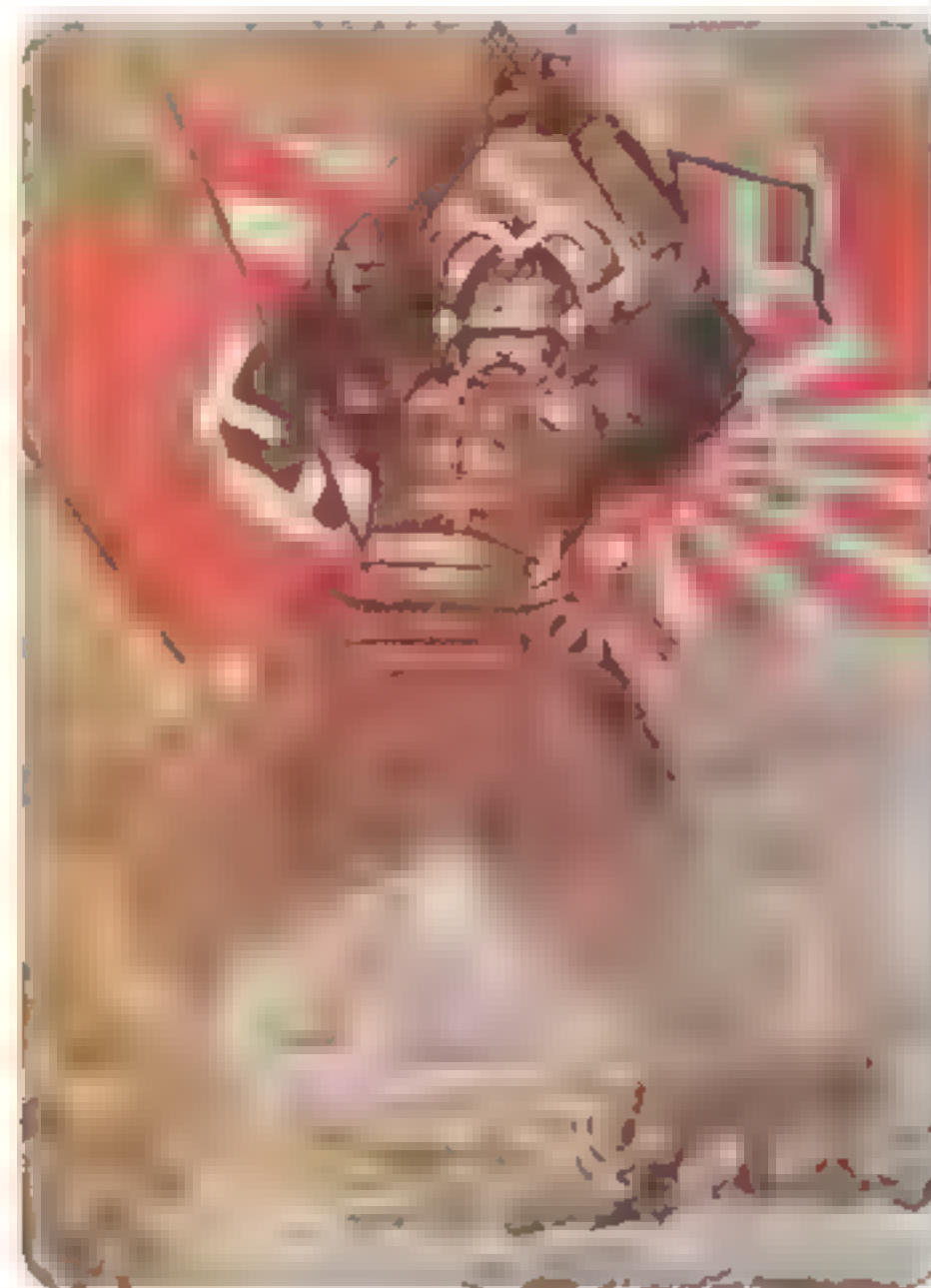
b) pelo projeto do Estado francês de revidar a derrota imposta pela Rússia

c) por lutas entre nações pelo domínio de regiões ricas em petróleo.

d) pela instabilidade e redefinições de fronteiras dos países europeus.

e) pela vitória francesa na guerra franco-prussiana no século XIX

35. **(Unesp-SP)** Observe o cartaz, difundido durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Reprodução

A imagem representa

a) a nacionalização de empresas estrangeiras pelo governo japonês.

b) a propaganda norte-americana contra o Japão nos anos anteriores a Pearl Harbour.

c) a superioridade do guerreiro samurai japonês diante das forças dos aliados.

d) o bombardeio das cidades de Hiroshima e Nagasaki pela aviação norte-americana.

e) a aliança entre o Japão e a União Soviética contra o imperialismo capitalista.

36. **(UFSCar-SP)** As duas Grandes Guerras do século passado afetaram significativamente nosso país, mas o Brasil de 1939 a 1945 era bem diferente do Brasil de 1914 a 1918. Levando em conta esses aspectos, indique a situação e o posicionamento do nosso país na

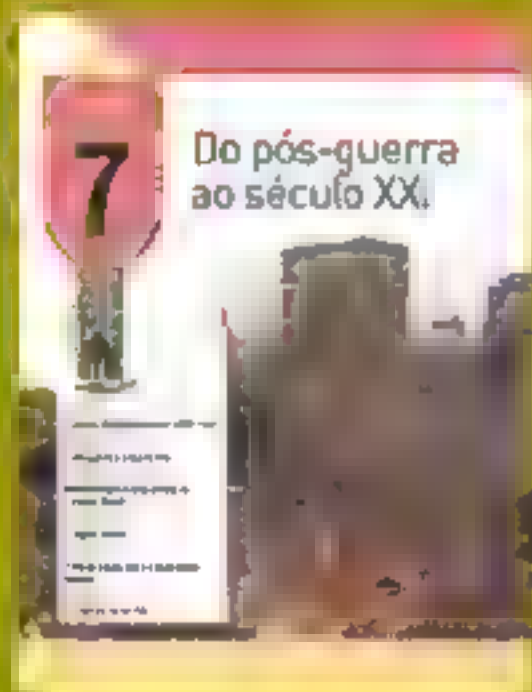
a) Primeira Guerra Mundial.

b) Segunda Guerra Mundial

assessoria pedagógica

UNIDADE 7

DO PÓS-GUERRA AO SÉCULO XXI

7 Do pós-guerra ao século XX.

A seção *Discutindo a História* dessa unidade analisa a crise do eurocentrismo, retomando exemplos do período compreendido entre os séculos XV e XIX, em que os países europeus, em nome de uma suposta missão civilizatória, procuraram justificar a violência das conquistas colonialistas e imperialistas. Para o contexto do século XX, são destacadas a utilização de armas químicas e outras tecnologias, bem como as consequências das guerras mundiais, como a dizimação social e econômica de várias regiões.

Ainda como parte da crise do eurocentrismo, aborda-se o declínio econômico dos países europeus, em particular da Inglaterra, diante da ofensiva norte-americana pós-guerra. A liderança assumida pelos Estados Unidos revela-se como uma continuidade do ideário civilizatório, mentalidade que seria questionada especialmente a partir das ideias desenvolvidas por Franz Boas sobre o relativismo cultural.

A seção também apresenta os desafios lançados a partir da emancipação política dos chamados países de Terceiro Mundo e os movimentos surgidos como reação ao contexto de violação dos direitos humanos: estudantis, negros, feministas, antiguerras etc. O período é marcado ainda por uma transformação nos estudos historiográficos e pela necessidade de acompanhar as mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais.

É importante destacar os dilemas e paradoxos de uma sociedade cada vez mais voltada para o consumo e os impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico e tecnológico do pós-guerra aos dias atuais. A seção apresenta, assim, um panorama das amplas modificações (sociais, econômicas, culturais, políticas) do período e a possibilidade de o aluno refletir sofre os seus impactos e permanências na atualidade, tais como a questão ambiental e o ideário e as conquistas dos movimentos sociais.

Capítulo 36

O PERÍODO LIBERAL DEMOCRÁTICO (1945-1964)

36 O período liberal democrático (1945-1964)

Na seção *Para pensar historicamente* os alunos são convidados a refletir sobre o quadro político brasileiro, especialmente da década de 1950, marcado por conquistas trabalhistas, pelo controle estatal dos sindicatos e pela ideia de um governante capaz de concretizar amplas realizações e obras.

A experiência da vida democrática e as conquistas sociais do período abordado no capítulo devem ser contrapostas às limitações da carta constitucional de 1946, tais como a impossibilidade de os analfabetos votarem, os limites impostos ao direito de greve e as intervenções nos sindicatos.

O trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas reproduzido neste capítulo pode ser utilizado para motivar os alunos a retomar a reflexão sobre a construção de mitos históricos, abordada no capítulo 6 deste volume. Para isso, sugerimos uma atividade em dupla, em que eles sejam convidados a interpretar o texto de Vargas, analisando-o como fonte histórica e procurando avaliar os elementos mitificadores de sua figura (ao se apresentar como defensor do povo e nacionalista), ao mesmo tempo em que durante o seu governo não foram garantidos amplos direitos aos trabalhadores.

Outro elemento importante na abordagem desse período da História do Brasil diz respeito à conformação político-partidária. Convide os alunos a, partindo da leitura do texto, elaborar um mapa dos partidos organizados (considerando também aqueles estudados nos capítulos 29, 32 e 34). Esse mapa poderá ser complementado posteriormente com os partidos do período do regime militar e da redemocratização (capítulo 39). Para finalizar, sugerimos a complementação do mapa com os partidos contemporâneos, após a investigação de suas relações com os partidos do passado. O quadro poderá ser apresentado em uma feira cultural ou fazer parte de uma atividade preparatória para um período eleitoral.

Professor:
Aqui começam as orientações para a Unidade 7 e o Capítulo 36 (p. 668 a p. 690).

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Música**: pesquisa sobre a importância do rádio na vida da população entre 1940 e 1960. Levantar nomes de emissoras, programas e cantores. Reproduzir letras das canções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. A apresentação pode ser feita por meios audiovisuais (reprodução sonora [discos, CDs, fitas cassete] e visual

(*slides*, filmes, documentários etc.]) ou em forma de painéis (com fotos, reprodução das letras das canções), entre outras possibilidades.

- **História e Cinema**: pesquisar a produção cinematográfica brasileira do período e caracterizá-la. Assistir a alguns filmes, utilizando exemplos extraídos deles para caracterizar o contexto histórico em que foram produzidos.

▶ Textos de apoio

João Goulart

Quando Jango assumiu a Presidência da República, a conjuntura mundial era polarizada por duas fortes presenças. John Kennedy, no governo dos Estados Unidos, aparentemente disposto a apoiar alternativas democráticas à Revolução Cubana, e João XXIII mobilizando a Igreja Católica para a responsabilidade social e para a opção pelos pobres.

Mudaram-se os tempos e as vontades. João XXIII morre. Kennedy é assassinado. Já nos funerais do Papa, Jango percebeu que Kennedy não se sentia animado a apoiar reformas na América Latina, com medo de sua própria direita. Foi nesta conjuntura cambiante que se definiu e se combateu pelas reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, atrasada por um século, e a de controle do capital estrangeiro, notoriamente incapaz, se deixado solto, de gerar aqui uma prosperidade generalizável aos brasileiros.

No primeiro período de governo, Jango se ocupou, sobretudo, de livrar-se dos freios do falso parlamentarismo que lhe fora imposto pelo Congresso. Temiam que ele fizesse um governo trabalhista sensível às reivindicações populares, como de fato ocorreu. Recorde-se que Jango surgiu no quadro político como o Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas que propôs dobrar o salário mínimo, provocando a revolta dos coronéis liderados por Golbery e Mamede. Revolta tão raivosa que Getulio teve que demiti-lo. Só meses depois, reuniu forças para decretar o novo salário mínimo. Medida indispensável, porque estivera congelado durante todo o governo de Dutra.

A imagem política de Jango se fixou, a partir daí, como a do novo líder trabalhista, tão firme na defesa dos assalariados e flexível nas articulações políticas quanto predisposto a modernizar a institucionalidade brasileira. Jango se aproximara de Getulio quando este estava isolado em Itu, depois de deposto em 1945. Era um jovem fazendeiro vizinho, formado em Direito, que nunca advogara. Era dono, então, de milhares de hectares de terras e engordava vinte mil cabeças de gado por ano. Convivendo com Getulio, Jango foi ganho ideologicamente para a militância trabalhista, que introduziria nas lutas político-partidárias brasileiras um componente novo, tão distanciado do reacionarismo dos politicões profissionais, como da militância sindical comunista.

Com estas marcas distintivas, Jango se fez eleger Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek e, depois, de Jânio Quadros. Em ambos os casos, em chapa eleitoral autônoma, como candidato do PTB. Encarnou a corrente política oriunda da Revolução de 30, que modernizara o Brasil, reformulando as relações de trabalho em bases positivistas e fundando a postura nacionalista de defesa de nossas riquezas e interesses. Jango foi adiante. Assumindo os direitos dos trabalhadores rurais até tornar-se, surpreendentemente, o principal defensor da sindicalização rural e da Reforma Agrária. Sua figura de líder nacionalista, trabalhista e reformista, num país de políticos atrasados e retrógrados, atraía apoio popular cada vez maior. Mas, também, repulsa cada vez mais profunda das elites.

[...]

Texto de Darcy Ribeiro. Disponível em: <www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=34>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Fechamento dos cassinos

O ministério esteve reunido hoje, pela manhã, sob a presidência do general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Governo, com a presença de todos os secretários de Estado e do chefe do Departamento Federal de Segurança Pública.

A sessão, que teve início um pouco antes das 10 horas, prolongou-se até às 12:45. À saída do ministro da Justiça, dr. Carlos Luz, abordado pelos jornalistas presentes, declarou que um dos principais assuntos tratados foi o concernente às medidas de combate ao comunismo.

O nosso redator indagou se havia sido deliberado o fechamento do Partido Comunista, tendo S. Ex.ª respondido negativamente, declarando, ainda, que apenas se traçara um plano geral sobre a questão.

A seguir entregou aos jornalistas uma cópia do seguinte decreto-lei que manda extinguir o jogo em todo o território nacional, que hoje foi assinado e que foi o outro assunto importante ventilado na reunião:

Bibliografia

BENEVIDES, M. V. *O governo de Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil – JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTRO, R. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil*: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio.)

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987. (Temas)

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LACERDA, C. *Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NOVAIS, F. (Dir.); SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 4)

NOVAIS, F. (Dir.); SEVCENKO, N. (Org.). *República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 3)

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getulio a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TOLEDO, C. N. de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Teses

ALMEIDA, C. R. S. *O governo João Goulart nas páginas da* Folha de S.Paulo. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <www.bdtd.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=978&processar=Processar>. Acesso em: 22 abr. 2010.

RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000410430>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Filmes

Agosto. Direção de Paulo José e Denise Saraceni. Brasil, 1993. (310 min)

O homem da capa preta. Direção de Sergio Rezende. Brasil, 1986. (120 min)

A ópera do malandro. Direção de Ruy Guerra. Brasil, 1985. (100 min)

Endereço eletrônico

Brasil na década de 1960. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60.htm>. Acesso em: 21 abr. 2010.

– O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal; considerando que a legislação penal de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a esse fim; considerando que a tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro é contrária à prática e à exploração dos jogos de azar; considerando que das exceções abertas à lei geral decorreram abrigos nocivos à moral e aos bons costumes; considerando que as licenças e concessões para prática e exploração dos jogos de azar na Capital Federal e nas estâncias hidroterápicas balneárias ou climáticas foram dadas a título precário, podendo ser cassadas em qualquer momento; decreta:

Artigo 1.º – Fica restaurada em todo o território nacional a vigência do artigo 50 e seus parágrafos da lei de contravenções penais, decreto-lei 3.688 de 2 de outubro de 1941.

Artigo 2.º – Esta lei revoga os decretos-leis n.º 241 de 4 de fevereiro de 1938, n.º 5 089 de 15 de dezembro de 1942 e n.º 5 192 de 14 de janeiro de 1943 e disposições em contrário.

Artigo 3.º – Ficam declaradas nulas e sem efeito todas as licenças, concessões ou autorizações dadas pelas autoridades Federais, Estaduais e Municipais, com fundamento nas leis ora revogadas ou que de qualquer forma contenham autorização em contrário ao disposto do artigo 50 e seus parágrafos das leis das contravenções penais.

Artigo 4.º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O titular da Justiça, continuando a palestra com os representantes da imprensa, informou que na próxima reunião ministerial prosseguiria o assunto relativo ao combate ao comunismo e que seriam tratados outros assuntos de relevância, pois, hoje, não houvera tempo para isso. O general Góis, cercado pelos jornalistas fazendo blague, disse apenas: – Nada houve hoje do meu jogo.

Correio da noite, 30 abr. 1946. Disponível em: <www1.uol.com.br/rionosjornais/rj41.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.

▶ Comentários das atividades

Exercício de História

1. Leitura em duplas

a) Getúlio Vargas afirma que, com o ato do suicídio, pretende defender os interesses do povo e do Brasil. Isso pode ser percebido em trechos como "lutei contra a espoliação do Brasil", "lutei contra a espoliação do povo" entre outros.

b) Getúlio se refere nesse trecho à oposição ao seu governo, sobretudo aos setores que pressionavam para que o Brasil abrisse sua economia aos investimentos internacionais, ou seja, os adeptos do liberalismo. Por isso, ele diz que "não querem que o trabalhador seja livre". Ele se refere também à UDN e a seu líder Carlos Lacerda, liberalistas, que articularam forças para depor o presidente.

Para recordar

Governo Dutra: aliou-se abertamente aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Foi avesso à intervenção estatal na economia. Abriu a economia às importações, principalmente aos produtos norte-americanos. Após 1947, por meio do Plano Salte, procurou reverter o pouco crescimento da indústria brasileira com investimentos estatais em saúde, alimentação, transporte e energia.

Governo Vargas: tradicionalmente comprometido com o nacionalismo, teve de ceder a pressões de aliados e facilitar o investimento estrangeiro no país. Priorizou, mesmo assim, empresas estatais, como a Petrobras e a Eletrobrás, criadas por ele.

Governo Café Filho: concentrou o debate entre nacionalistas e liberais em torno das eleições. Nesse sentido, o principal embate foi entre o candidato Juscelino Kubitschek, defensor de uma política desenvolvimentista que agregasse capital estatal e estrangeiro, e Juarez Távora, ligado à tradição liberal da União Democrática Nacional (UDN) e de Carlos Lacerda.

Governo Juscelino Kubitschek: priorizou o desenvolvimento econômico-industrial do país. Associou o nacionalismo à abertura ao capital estrangeiro, fazendo com que a indústria leve ficasse sob controle de capital privado e a indústria de base sob controle estatal.

Governo Jânio Quadros: não se posicionava nem como nacionalista, nem como liberal, o que foi interpretado como falta de um projeto político. Adotou medidas polêmicas que afetaram sua popularidade. Sua política externa procurou aproximação com os grupos nacionalistas de esquerda, procurando a neutralidade no contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

Governo João Goulart: adotou medidas nacionalistas de reformas de base e distribuição de renda. Dessa forma, não obteve apoio estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, que considerou seu governo "esquerdista". Suas medidas levaram os norte-americanos a apoiar um golpe de Estado desejado pelas elites, que temiam perder privilégios, e militares.

Exercícios de História

1. Análise de texto e reflexão

a) Ao assumir, Dutra rompeu com a política externa brasileira, que se mostrava simpatizante ao Eixo, o que desagradava os Estados Unidos. A partir de seu governo, o Brasil passou a ser um "fiel aliado" dos norte-americanos, tanto na economia quanto nos tratados internacionais.

b) Esse alinhamento aos Estados Unidos decorreu da reconfiguração das relações econômicas e políticas estabelecidas após a Segunda Guerra, denominada Guerra Fria. Nesse novo cenário, polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, os demais países se viram coagidos a tomar uma posição. No caso brasileiro, a opção foi apoiar os Estados Unidos.

c) De acordo com o autor, o Brasil, apesar de usar como desculpa um incidente, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética para apoiar os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

2. Análise de texto e de imagem

a) A principal medida responsável pelo crescimento econômico no governo JK foi o Plano de Metas, que consistia em incentivos para a indústria de bens intermediários e de bens de produção. Também visava desenvolver os setores energéticos e de transportes, o que influenciou diretamente o aumento da produção industrial.

b) De acordo com o autor, os setores mais privilegiados pelas medidas adotadas pelo governo JK foram a indústria automobilística, a construção naval e os setores de mecânica pesada e equipamentos elétricos.

c) Alguns elementos da foto que reforçam a imagem de prosperidade ligada ao governo JK são: o automóvel, a referência à construção de Brasília, a bandeira brasileira nas mãos do presidente (símbolo do nacionalismo), a postura altiva do governante, a saudação das pessoas em volta (coroando o êxito do governo), o assédio da imprensa etc.

3. Pesquisa em *sites* e apresentação

Nesta atividade de pesquisa sugira aos alunos *sites* e estratégias que lhes garantam fontes e informações confiáveis. Um ponto de partida pode ser o endereço da Enciclopédia Brasileira de Artes Visuais do Itaú Cultural, disponível em: <www.itaucultural.org.br> (acesso em: 22 abr. 2010). Após uma pesquisa geral, solicite que iniciem uma investigação específica sobre determinado artista e obra. Indague-os a respeito dos motivos que chamaram a atenção para determinada manifestação. Reúna-se com cada grupo para auxiliar a organização das apresentações.

UNIDADE 7

Do pós-guerra ao século XXI

Paulo Martins/Pulsar Imagens

Discutindo a História

▲ *Homem caminhando*, escultura em bronze de Alberto Giacometti, de 1961.

A CRISE DO EUROCENTRISMO

"Civilizadores" e "bárbaros": o declínio da Europa como centro do mundo

Do século XV até o XIX, a violência dos colonialistas e imperialistas europeus contra os habitantes da África, Ásia e América era justificada de variadas formas, especialmente como uma tarefa civilizadora a ser cumprida pelos povos "mais desenvolvidos".

A conquista do México, no século XVI, é um caso exemplar. Os astecas foram dizimados em nome da fé cristã. Os conquistadores espanhóis consideravam seu dever acabar com uma sociedade que fazia sacrifícios humanos e cultuava diversos deuses. A escravidão negra, por sua vez, que abriu feridas até hoje não cicatrizadas na América e na África, era afirmada como legítima, pois permitia que os nativos africanos conhecessem o cristianismo, fossem batizados e trabalhassem de modo considerado "civilizado" pelos europeus da época.

Pretendia-se com isso ensinar aos povos dessas regiões que eles deveriam seguir o exemplo superior e "civilizado" dos europeus, imitando seus modelos de moral, política, religião, economia.

No século XX, essa falácia começou a ser desmontada principalmente durante as guerras mundiais, iniciadas por conflitos europeus que se espalharam por todo o mundo. Eram os povos "civilizados", os europeus, que empreendiam matanças em escala nunca antes vista, incluindo população civil, com o uso de armas químicas e outras tecnologias dedicadas ao extermínio, que produziram milhões de mortes. Entre os próprios europeus, nas camadas mais cultas, a ideia de sua superioridade entrou em crise.

Reforçando o contexto das matanças do período, os Estados Unidos jogaram duas bombas atômicas sobre a população civil japonesa (1945), destruindo duas cidades e produzindo um sofrimento que, mesmo após o fim da guerra, se manteve por várias décadas, em virtude da radiação atômica e das doenças e deformações que ela

▲ Na foto, de 1896, a outra face da "civilidade" europeia levada à África: aprisionamento de membros da tribo Herero, da etnia banto, pelas tropas do governo colonial alemão, na região da atual Namíbia. Para os colonizadores, a população local era indispensável para a exploração econômica, baseada na pecuária e na extração de minérios nas terras pilhadas dos nativos.

◄ Ato realizado em setembro de 1992, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, pelo *impeachment* do presidente Collor. No detalhe, um homem observa parte do Muro de Berlim exposta na Praça Potsdamer, em Berlim (foto de 2004).

causou nos sobreviventes e em seus descendentes. Inaugurou-se uma era de "equilíbrio do terror".

Se já não se acreditava muito que as nações ocidentais eram "civilizadas" e tinham lições de uma vida melhor a dar ao mundo, os novos fatos contribuíram para desgastar essa imagem, sem, no entanto, eliminá-la completamente. Isso porque uma ideia apregoada por vários séculos e presente, direta e indiretamente, na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo não se desfaz facilmente. Além disso, os Estados Unidos receberam o bastão da liderança da "civilização ocidental, branca e cristã", dando continuidade a essa mentalidade.

Na segunda metade do século XX, a Europa, arrasada pela guerra, deixou de ser o centro político e econômico do mundo, dividiu-se e tornou-se zona de influência dos Estados Unidos e da União Soviética.

Além dessa bipolaridade, ganhou força o movimento pela emancipação política e econômica de um "terceiro mundo", composto por países que pretendiam não se alinhar às ideias hegemônicas estabelecidas com a Guerra Fria. Dominados pela miséria social, por dívidas financeiras e por vários outros impasses, os países recém-libertos politicamente do domínio imperialista e localizados predominantemente abaixo da Linha do Equador lançaram novas questões e desafios para a história ao manter viva a luta pela própria soberania.

Relativismo cultural

Uma das marcas da crise do eurocentrismo foi a difusão da ideia de relativismo cultural. Essa ideia começou a ser construída pelo antropólogo alemão Franz Boas e por seus seguidores nas primeiras décadas do século XX, e consiste na afirmação de que é impossível medir o valor de uma ou de várias culturas usando os valores de uma delas para avaliar as demais. Em outras palavras, uma crença ou atividade humana deve ser interpretada nos termos de sua própria cultura. Por isso, para Boas, a civilização, por exemplo, não é um valor absoluto, mas relativo, e os valores de uma civilização são verdadeiros apenas se avaliados pelos seus próprios termos.

Esse conceito foi utilizado pela primeira vez em 1948, quando se empreendiam esforços para construir uma entidade internacional que integrasse legitimamente todas as nações e promovesse o diálogo, de modo a evitar novas guerras: a Organização das Nações Unidas (ONU). Para isso, não poderia haver hierarquizações formais entre elas. A ideia de relatividade cultural foi importante também para a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em novembro de 1945.

Vítimas da bomba lançada sobre Hiroxima, onde, estima-se, foram mortas mais de 300 mil pessoas. Foto de agosto de 1945.

A sociedade de consumo e a indiferença ambiental

Após a Segunda Guerra Mundial, as grandes corporações e os governos dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos, estudavam formas de impulsionar a economia. A ambientalista Annie Leonard comenta:

> O analista de vendas Victor Lebow articulou uma solução que se tornaria norma para o sistema todo. Ele disse: "Nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo nosso modo de vida, que transformemos a compra e o uso de bens em rituais, que busquemos nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas em um ritmo cada vez mais acelerado". O conselheiro econômico do presidente Eisenhower afirmou: "A finalidade principal da economia americana é produzir mais bens de consumo". Mais bens de consumo? Não é providenciar cuidados médicos, educação ou transportes seguros, sustentabilidade ou justiça? Bens de consumo?
>
> Traduzido de *Story of stuff: referenced and annotated script*. Disponível em: <www.storyofstuff.com/pdfs/annie_leonard_footnoted_script.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2009.

A organização da extração de matérias-primas, a industrialização e a distribuição passaram progressivamente a se articular à lógica do consumo exacerbado e do descarte rápido do que havia sido comprado. A cultura de massas acabou se encarregando da parte ideológica dessa tarefa, ou seja, de criar modas e tirá-las de cena, tornando obsoletos os objetos comprados para acompanhar a moda.

Pode-se dizer que o Brasil impulsionou efetivamente sua entrada nessa situação na década de 1970, com o chamado Milagre Econômico do governo militar. Entretanto, a brutal desigualdade de renda mantinha o esquema da sociedade de consumo restrito às classes média e alta, percentualmente pequenas no total da população. Devido ao crescimento da população e, mais recentemente, à redução das desigualdades, a parcela de brasileiros envolvidos no consumismo se amplia cada vez mais.

Com o incremento da globalização, o que passou a acontecer é que, de certa forma, toda a economia mundial ficou dependente do nível de consumo norte-americano, o que nos leva a uma insustentabilidade ambiental.

O grande dilema do discurso ecológico hoje é sua contradição com a economia. A redução do consumo, possivelmente a única saída para a sustentabilidade do mundo, esbarra nos fatores econômicos e culturais originados em mais de cinquenta anos de consumismo. Os países em desenvolvimento também querem aproveitar as benesses consumistas das sociedades centrais, e todos esses interesses chocam-se com objetivos ambientais, como a diminuição do uso de combustíveis fósseis, a redução das emissões de CO_2 e a preservação de recursos naturais nos continentes e nos oceanos.

▲ Motivados pela publicidade que colabora para o consumo exagerado, as liquidações tornam-se oportunidades para lojistas venderem produtos que logo sairão de moda. Os consumidores, por sua vez, são seduzidos pelos preços e, muitas vezes, compram aquilo de que não necessitam. Na foto, consumidora carrega produtos adquiridos em liquidação de um magazine, em São Paulo. Foto de janeiro de 2010.

Nesse *site* também é possível baixar gratuitamente o vídeo *A história das coisas*. Ele está em inglês, mas existem versões legendadas ou dubladas em português em *sites* de compartilhamento de vídeos pela internet.

Novos sujeitos na política: mulheres, negros, terceiro-mundistas...

O debate político e os projetos nacionais e internacionais tendiam a ser ou pretendiam ser válidos para toda uma sociedade ou conjunto de sociedades. Entretanto, principalmente nos anos 1960, os projetos coletivos pareciam não mais resolver questões "pontuais", cuja solução era sempre adiada para o futuro, para a realização do projeto geral, como o comunismo ou a sociedade perfeitamente liberal.

O inconformismo expresso nos diversos movimentos sociais, protestos e mobilizações por todo o mundo durante os anos 1960, muitas vezes chamados de Anos Rebeldes, impulsionou o ativismo pelos direitos dos negros, mulheres, homossexuais, estudantes, minorias étnicas e outros grupos sociais. A mobilização contra a guerra e a opressão, no campo capitalista e socialista, alcançou também os comportamentos e valores morais, com críticas ao poder autoritário dos pais sobre os jovens, à desigualdade de direitos entre homens e mulheres e aos valores machistas.

Nesse caldo dos Anos Rebeldes, também ganharam espaço as lutas de autoafirmação dos países do chamado Terceiro Mundo (ou seja, o mundo que não era nem o capitalista desenvolvido nem o mundo socialista), questionando profundamente suas sociedades.

Nessa época, as perspectivas de história das mulheres, história dos vencidos, enfim, a história vista de baixo, como ficou conhecida, ganham força na historiografia. Retomou-se a pesquisa histórica em seus temas, procurando-se enxergar esses personagens que haviam passado despercebidos.

Michael Ochs Archives/Getty Images

▲ *(Make) love not war*, *slogan*-símbolo das mobilizações antiguerra de norte-americanos na década de 1960. Foto de 1967.

A história imediata

Durante muito tempo, os historiadores acreditavam que, para escrever a história de determinado tema, era necessário estar distante dele no tempo. Com os personagens e acontecimentos não mais existindo e com o historiador isento de qualquer tipo de paixão ou interesse, seria possível escrever uma história neutra e imparcial. O debate historiográfico foi mostrando que a pretendida isenção do historiador em relação a seu objeto de estudo não era totalmente possível. Mais que isso, as conclusões dos historiadores passaram a não ser mais entendidas como um discurso que transmitisse uma verdade indiscutível.

Nas últimas décadas, a ciência histórica tem considerado a possibilidade de tornar o tempo presente, os acontecimentos e seus desdobramentos mais imediatos como objeto de análise e interpretação. Por meio dessa concepção tem se desenvolvido a corrente denominada **história do tempo presente** ou **história imediata**, tomando como base não somente os acontecimentos contemporâneos e sua relação com o passado, mas também aqueles que estão sendo vivenciados e influenciam as condições de existência da humanidade simultaneamente aos estudos feitos pelo historiador.

CAPÍTULO 36

O período liberal democrático (1945-1964)

Arquivo AE

▲ Um marco do desenvolvimento brasileiro no século XX: a extração do primeiro barril de petróleo em solo brasileiro, pela Petrobras, ocorrido na Bahia, em 1955.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Uma experiência de democracia

No Brasil da década de 1950, decolam as políticas voltadas para o desenvolvimento, num quadro político marcado ainda pelo apelo carismático de Getúlio Vargas, pelo avanço nas conquistas dos trabalhadores e pelo controle dos sindicatos pelo Estado.

Na atuação dos líderes políticos, entretanto, cada vez mais a doação de objetos e favores para indivíduos ou grupos restritos vai sendo substituída por promessas de realizações concretas que atingem grandes contingentes populacionais.

No "país do futuro", o grande governante passa a ser o realizador, não importando o custo das obras.

Como você estudará neste capítulo, nesse período os brasileiros tiveram sua primeira grande experiência de vida democrática.

NOVOS ARES NA POLÍTICA

Após a deposição de Getúlio Vargas, as eleições de 1945 marcaram o fim do Estado Novo e possibilitaram a escolha de um novo presidente e deputados constituintes.

Os candidatos à presidência foram o general **Eurico Gaspar Dutra**, pela coligação Partido Social Democrata-Partido Trabalhista Brasileiro (PSD-PDT), o brigadeiro **Eduardo Gomes**, pela União Democrática Nacional (UDN), e **Yedo Fiúza**, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era praticamente impossível a vitória de outro candidato que não Dutra, amparado pelos poderosos partidos vinculados ao ex-presidente Vargas. Dutra era militar, ligado ao Estado Novo, foi comandante da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e ministro da Guerra desde 1936. Em sua campanha, apoiada pelo presidente deposto, pregou a conciliação nacional num momento de transição e foi eleito com 55% dos votos.

Iconographia

▲ O general Dutra (em primeiro plano, terceiro a partir da esquerda, com binóculo), acompanhando as operações da FEB na Itália. Foto de 1944.

Surpreendentes, porém, foram os mais de 500 mil votos dados aos comunistas, tornando possível a eleição de uma bancada de 15 membros na Assembleia Constituinte, incluindo um senador, Luís Carlos Prestes.

Em 1946, foi promulgada a nova Constituição brasileira, a quinta na história do país. No conjunto, era a mais democrática até então, estabelecendo o voto secreto e universal, além da existência de três poderes, com a devida importância destinada ao Legislativo. A Carta, porém, tinha algumas limitações. Negava o direito de voto aos analfabetos, restringindo-se, portanto, a cidadania; limitava o direito de greve, e a própria organização sindical ainda mantinha resquícios do corporativismo do Estado Novo.

Dificultava também a realização da reforma agrária, ao prever pesadas indenizações prévias em dinheiro aos proprietários no caso de desapropriação. De qualquer maneira, e apesar de algumas restrições, restabelecia-se o voto livre no Brasil, e o país passava a ser uma República liberal.

A demagogia havia se transformado em prática política corriqueira. Para conquistar o voto das populações, principalmente urbanas, os políticos empenhavam-se em explorar a emotividade.

O período democrático que se iniciava foi marcado, no âmbito internacional, pela Guerra Fria, com disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética por áreas de influência e, portanto, pela hegemonia no mundo.

Apesar de apoiado por Vargas, Dutra não seguiu a cartilha do Estado Novo. No que se refere à economia, por exemplo, foi avesso à intervenção estatal, caracterizando-se por um estrito **liberalismo**, isto é, pelo princípio da não intervenção do Estado na economia, com a abertura do país às importações. Com apoio no Congresso, teve um mandado relativamente tranquilo.

A Segunda Guerra Mundial havia gerado uma redução das importações brasileiras, mas, com o fim da guerra e a desmobilização militar mundial, a indústria, principalmente a norte-americana, voltava a produzir bens de consumo em larga escala e procurava mercado para esses produtos. O Brasil passaria a receber um grande volume de importações dos Estados Unidos.

O resultado dessa política logo se fez sentir nas reservas nacionais em moeda estrangeira, acumuladas durante os anos da guerra. Grande parte delas foi usada para financiar importações de produtos supérfluos ou de mercadorias que já eram produzidas no Brasil, o que provocou uma desaceleração no crescimento da indústria nacional. A própria dívida externa, que havia tido significativa redução durante a guerra, voltou a aumentar.

A partir de 1947, o governo adotou um tímido intervencionismo, sob a forma do Plano Salte, que previa investimentos estatais em saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla). Apesar dos resultados modestos nessas quatro áreas, o controle do câmbio e a regulamentação das importações (dificultando a entrada de bens de consumo não duráveis e patro-

cinando a compra das máquinas e equipamentos fundamentais para a indústria de bens de capital) estimularam a economia brasileira, que apresentou mais uma vez crescimento acelerado. O café passou por súbita valorização no mercado internacional, em 1949, e já no ano seguinte o Brasil registrou um saldo favorável na balança comercial da ordem de 100 milhões de dólares, o primeiro saldo positivo desde 1947.

Numa análise geral, pode-se afirmar que, apesar de a economia brasileira ter crescido em média 6% ao ano no governo Dutra, o desperdício das reservas cambiais e a expansão da dívida externa não nos permitem considerá-lo um sucesso econômico.

No plano da política interna, prevaleceu o **conservadorismo**. A força demonstrada pelo Partido Comunista nas eleições de 1945 assustava as elites, e Dutra, que as representava, logo reagiu. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado e o partido mais uma vez retornou à ilegalidade, sob o pretexto de não ser brasileiro, mas representante da União Soviética. No mesmo dia da decretação da ilegalidade, Dutra interveio nos sindicatos influenciados pelo PCB. Até o fim de seu mandato, chegou a intervir em cerca de duzentos deles.

Como resultado de 15 anos de ditadura, com Getúlio Vargas combatendo novas lideranças e investindo na propaganda de si mesmo, não existiam grandes figuras nacionais para disputar a presidência, tanto em 1945 quanto em 1950. Assim, o PSD, seguindo orientação do presidente Dutra, lançou a candidatura do mineiro **Cristiano Machado**, quase um desconhecido fora de seu estado. A UDN, sem muitas opções, resolveu insistir com **Eduardo Gomes**.

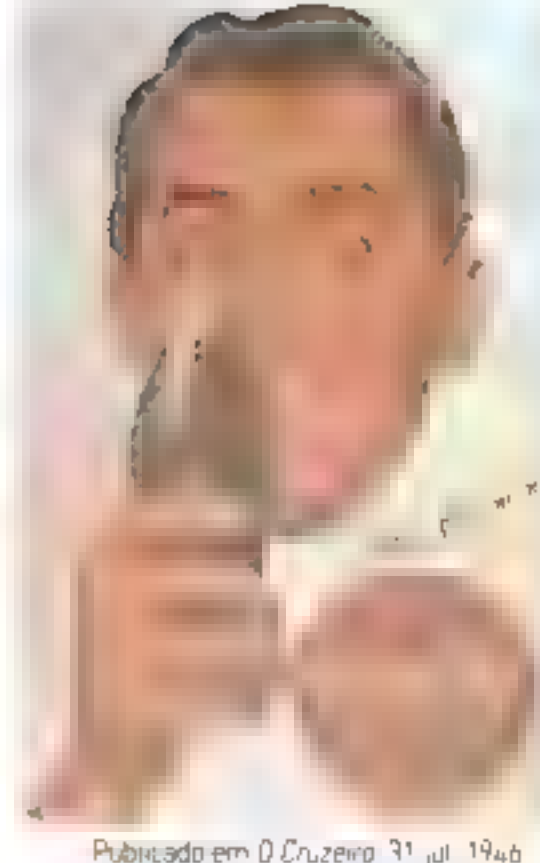
Enquanto isso, **Getúlio Vargas** planejava seu retorno. Eleito senador em 1945, poucas vezes foi ao Congresso, preferindo permanecer em seu retiro em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde recebia políticos de todo o país e fazia suas articulações. Logo que anunciou sua candidatura à Presidência da República pelo PTB, começou a receber manifestações de simpatia e apoio.

controle do câmbio: trata-se do controle, pelo governo, do valor da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras

reservas cambiais: quantidade de moeda estrangeira guardada dentro do país

Publicado na *Revista Doméstica*, dez. 1949. RJ

Publicado em *O Cruzeiro*, 31 jul. 1946

Publicado em *O Cruzeiro*, 3 maio 1947

▲ Durante o governo de Dutra, o Brasil foi invadido por uma enxurrada de produtos de consumo não duráveis (especialmente têxteis e alimentícios), importados dos Estados Unidos. Acima, anúncios de época de alguns desses produtos.

Habilidosamente, procurou fortalecer sua candidatura aproximando-se de setores do PSD e oferecendo cargos em seu futuro governo a alguns líderes do partido. A estratégia era clara: por meio do PTB, Vargas falava à população urbana e pretendia obter seus votos; e, por meio dos "caciques" do PSD, mobilizava a forte máquina desse partido nas áreas rurais ou menos urbanizadas. Fez alianças com políticos de expressão regional, como o paulista **Ademar de Barros**, do Partido Social Progressista (PSP). O acordo foi selado e Vargas partiu para as eleições sustentado por um forte esquema político. Obtendo a vitória com 48% dos votos, deixou longe Eduardo Gomes, com 29% dos votos, e Cristiano Machado, com 21%.

Última Hora, AE

▲ Paternalista, autoritário e bem-humorado, Ademar de Barros foi um líder político para o qual seus seguidores cunharam o famoso *slogan* "rouba mas faz". Foto de 1947

LIBERALISMO — NACIONALISMO: PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO

A questão que se colocava após o governo Dutra era qual a melhor forma de alcançar o desenvolvimento econômico nacional, aparente e irremediavelmente ligado à industrialização. Nesse sentido, dois projetos se opunham, no início dos anos 1950: o liberalismo e o nacionalismo.

Segundo o **projeto liberal**, países como o Brasil tinham um desenvolvimento industrial recente, por isso contavam com reservas de capital escassas. Não teriam condições de promover o desenvolvimento por conta própria, sendo necessário recorrer ao **capital internacional**. Como este estava disponível em grande volume, isso garantiria um desenvolvimento acelerado.

A penetração do capital estrangeiro seria feita por empréstimos ou aplicação direta de empresas multinacionais, com a correspondente transferência de tecnologia. O aumento da dívida externa era considerado um problema secundário, uma vez que a manutenção de elevados índices de crescimento econômico acabaria por torná-la insignificante.

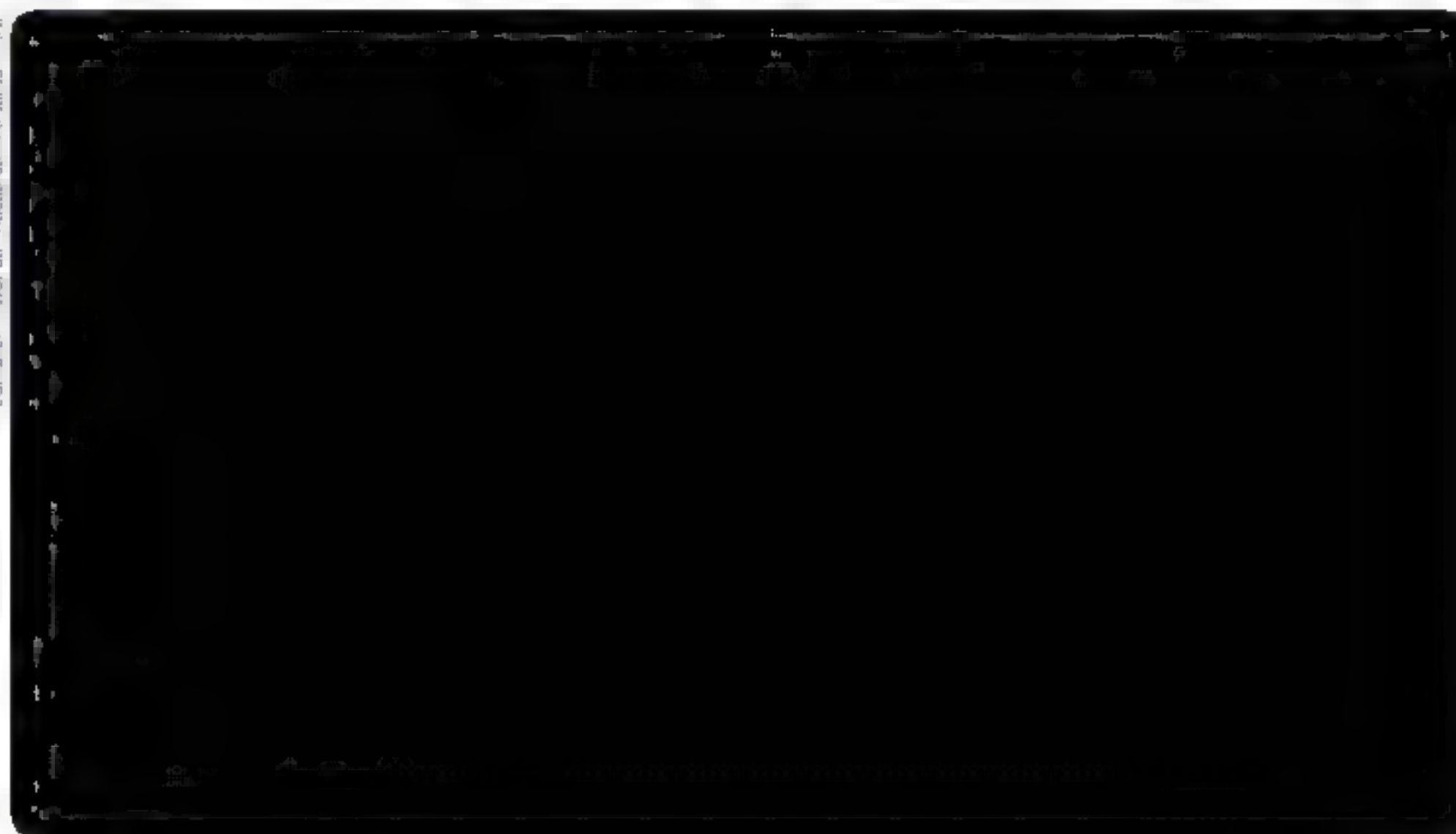
Já a remessa de lucros para o exterior era tida como vantajosa, uma vez que serviria para atrair cada vez mais investimentos (portanto, mais riqueza e empregos) para um país tão "lucrativo" como o Brasil. Quanto à política interna, o liberalismo defendia a ideia de que o governo deveria buscar a estabilidade econômica, restringindo a emissão de moeda para controlar a atividade econômica e a inflação.

O **projeto nacionalista**, ao contrário, inspirando-se nos princípios da Cepal rejeitava a abertura da economia ao capital estrangeiro por considerá-lo sujeito a limitações. Jamais um país do centro da economia mundial capitalista aceitaria transferir recursos para um país periférico, como o Brasil, a ponto de transformá-lo em um concorrente. Assim, quanto ao capital internacional, existiriam sérias restrições aos investimentos. Além disso, o endividamento externo era desaconselhável, e acreditar que as multinacionais transfeririam tecnologia de ponta para o país seria ingenuidade.

A alternativa defendida pelos nacionalistas era recorrer ao capital nacional para promover o desenvolvimento econômico autônomo do país. Uma vez que esse capital realmente não existia em grande volume nas mãos da iniciativa privada (que tinha pouco interesse em investimentos sem retorno imediato em lucros), abria-se espaço para a atuação do Estado. A estrutura governamental tinha condições de mobilizá-lo, garantindo a independência econômica do país e a possibilidade de adotar medidas de caráter social, isto é, de combate às desigualdades.

A situação internacional, com o acirramento da Guerra Fria, intensificou o debate, uma vez que assumir uma postura nacionalista podia ser considerado adesão ao estatismo comunista. Em contrapartida, os nacionalistas chamavam os liberais de "entreguistas". Embora pudesse de fato haver "entreguistas" e comunistas respectivamente entre liberais e nacionalistas (e a posição do PCB, ainda que na ilegalidade, era favorável ao nacionalismo), tais expressões eram usadas como acusações, nem sempre com fundamento.

Cepal: sigla da Comissão Econômica para a América Latina. Foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, com o objetivo de estudar formas de promover o desenvolvimento dos países da região.

Cartaz em favor da criação da Petrobras. CNP

Na década de 1950, a campanha "O petróleo é nosso" visava à criação de empresas nacionais ligadas à exploração do petróleo.

O PTB fez sua opção pelo nacionalismo, mesmo porque suas propostas se aproximavam de Vargas e de sua própria prática de governo entre 1930 e 1945.

A UDN optou pelo liberalismo, embora, em termos eleitorais, o partido não tivesse grande força nacional – seu eleitorado restringia-se quase sempre a setores médios urbanos, com apoio da elite, inclusive agrária. No PSD, o maior de todos os partidos, a indefinição era a norma: seus líderes estavam dispostos a aceitar qualquer proposta, desde que os levasse ao poder e lá os mantivesse. No entanto, por terem uma liderança proveniente da elite socioeconômica do país, com líderes políticos que controlavam os derradeiros "currais" eleitorais, evitavam qualquer radicalização do projeto nacionalista, principalmente no tocante às preocupações sociais.

No exército, um grupo de oficiais ligados à **Escola Superior de Guerra** (ESG), criada em 1949, rejeitava o nacionalismo. De acordo com esse grupo, liderado pelo então major Golbery do Couto e Silva, em um mundo marcado pela bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética, não existiam mais fronteiras nacionais, mas sim "ideológicas". O Brasil deveria assumir seu papel no bloco ocidental-capitalista e, com ele, aceitar as decorrências econômicas desse alinhamento.

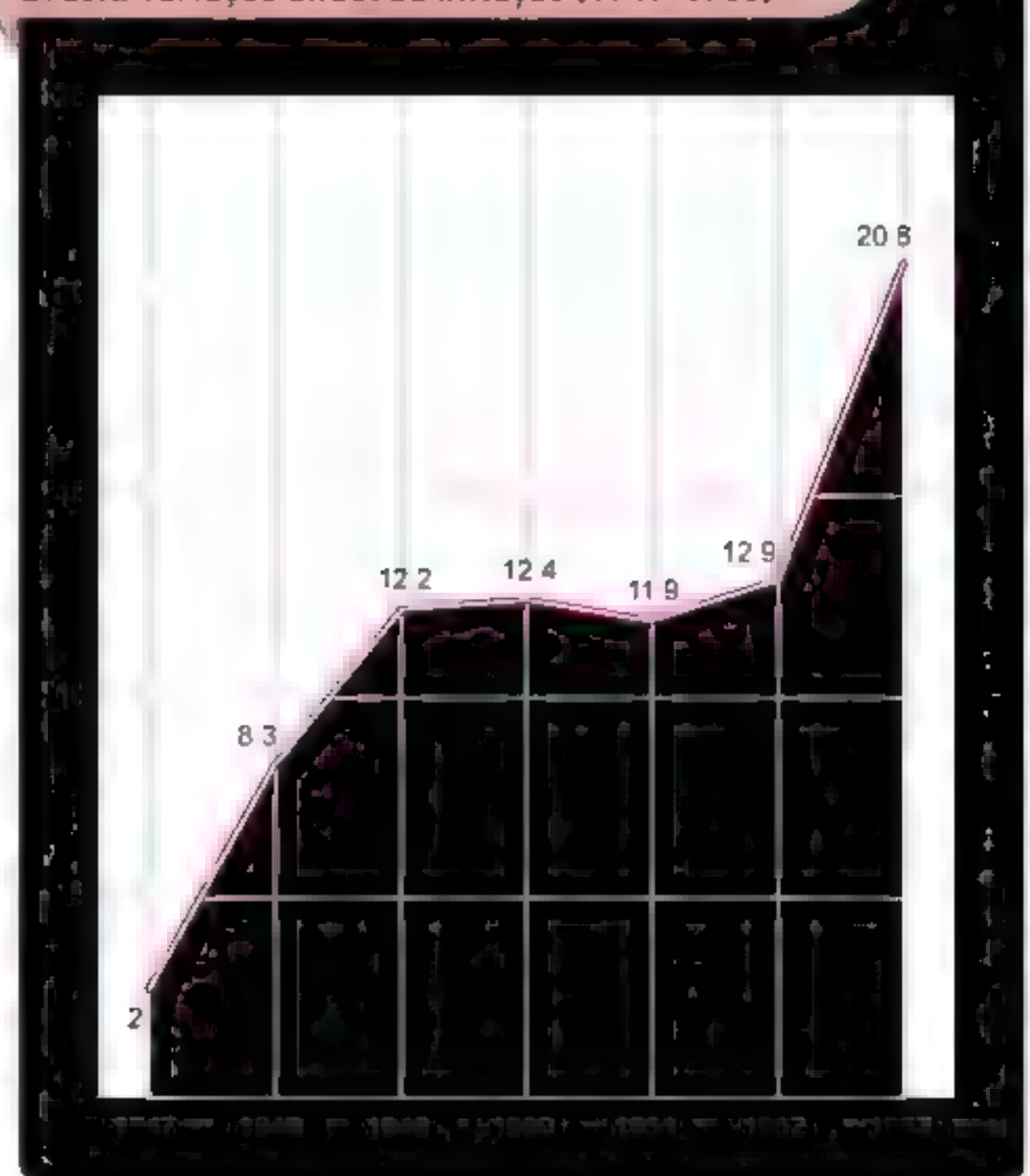
Ao mesmo tempo, o nacionalismo econômico era visto por alguns oficiais como uma necessidade, e essa postura tinha longa tradição nas Forças Armadas, desde o velho florianismo, passando pelos tenentistas das décadas de 1920 e 1930. As Forças Armadas, portanto, aparentemente estavam divididas. Entretanto, em nome da unidade da instituição, o corpo de oficiais estava quase sempre disposto a seguir a orientação dos comandantes, desprezando convicções pessoais.

O SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

Embora comprometido com o nacionalismo, Vargas foi forçado, em vista dos compromissos de campanha assumidos com o PSD, a manter muitos membros desse partido no poder, o que provocou certo descontrole dos atos do governo. A tentativa do presidente de ampliar sua base de sustentação, agradando a todos, transparece em sua mensagem ao Congresso em 1951, quando afirmou que iria "facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não ferissem os interesses políticos fundamentais do nosso país". Ao mesmo tempo, falava às camadas populares em tons nacionalistas.

Levando adiante o projeto nacionalista, Vargas criou em 1953, após intensa campanha de mobilização de setores da população e da imprensa, a **Petrobras**, empresa estatal que passaria a ter o monopólio da prospecção e refino de petróleo no Brasil. Com os mesmos objetivos, planejava a criação da **Eletrobrás** para geração e distribuição de energia elétrica.

Visando a ampliar seu apoio popular, Getúlio nomeou ministro do Trabalho, em junho de 1953, o jovem petebista gaúcho **João "Jango" Goulart**. No mesmo ano, uma onda de greves alarmava as forças conservadoras e, quando o ministro passou a defender a proposta de Getúlio Vargas de reajustar o salário mínimo em 100%, para repor as perdas perante a crescente inflação (veja o gráfico a seguir), os militares lançaram o Manifesto dos Coronéis, exigindo sua demissão.

Brasil: variação anual da inflação (1947-1953)

▲ As taxas de inflação entre 1947 e 1953 eram elevadas, com tendência para maiores altas.

O presidente cedeu, mas não conseguiu acalmar a oposição, que na época tinha como centro a UDN e como líder **Carlos Lacerda**. Culto e irônico, além de brilhante orador, Lacerda, por meio de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, lançava farpas contra o presidente e denunciava a "esquerdização" do Brasil e a corrupção no Executivo.

No dia 5 de agosto de 1954, Lacerda foi ferido em um atentado no qual morreu seu guarda-costas, Rubens Florentino Vaz, major da Força Aérea. As investigações que se seguiram levaram a **Gregório Fortunato**, chefe da guarda pessoal de Getúlio e mandante do crime. O envolvimento de Fortunato incriminava o presidente, por muitos considerado o verdadeiro mentor do atentado.

As oposições se articularam, principalmente dentro das Forças Armadas, exigindo a renúncia do presidente. Pressionado, vendo desaparecer todo o apoio político de que dispunha e na iminência de um golpe, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração nas primeiras horas da manhã de 24 de agosto de 1954.

Seu ato provocou violenta comoção popular, principalmente quando foi divulgada sua carta-testamento, encontrada ao lado do corpo. Respondendo a anos de práticas populares, a população, que parecia ser a única força a ainda apoiar Vargas, saiu às ruas e rapidamente passou da incredulidade à revolta. Durante todo o dia 24, tudo aquilo que lembrava oposição a Vargas foi atacado, desde sedes de jornais até o próprio prédio do Ministério da Aeronáutica no Rio de Janeiro.

A intensa reação popular impediu que forças conservadoras assumissem o poder, abortando qualquer golpe em preparação. O vice-presidente **Café Filho** assumiu a presidência.

AJB

▲ Manifestação popular no Rio de Janeiro por ocasião da morte de Vargas e primeira página de jornal informando seu fim dramático.

EXERCÍCIO DE HISTÓRIA

1 Leitura em duplas

→ Leia individualmente o texto abaixo, que reproduz trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas. Depois, em duplas, releiam o texto para responder às questões.

Trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas, agosto de 1954

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo condenaram-me novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente [...].

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco [...].

Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Citado em DEL PRIORE, Mary et al. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90.* São Paulo: Scipione, 1997. p. 98-9.

a) Que interesses Getúlio Vargas afirma defender ao cometer o suicídio? Justifique com passagens do texto.

b) Relendo o capítulo, a quem Getúlio Vargas se refere no trecho: "Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente"?

O GOVERNO DE CAFÉ FILHO (1954-1955)

O breve governo de Café Filho foi marcado por uma retomada dos princípios econômicos que haviam sido parcialmente abandonados por Vargas.

No entanto, o grande assunto do governo de Café Filho foi a sucessão presidencial, realizada sob o impacto da morte de Vargas. O primeiro a lançar sua candidatura oficialmente foi **Juscelino Kubitschek**, governador de Minas Gerais e representante de uma nova geração de políticos, ainda que criado dentro da máquina partidária do PSD de Minas.

O PTB tinha como candidato natural **João Goulart**, que enfrentava violenta oposição de setores mais conservadores, como as Forças Armadas. Assim, o partido procurou estabelecer uma aliança com uma força de "centro", e Juscelino parecia um aliado natural, mesmo porque, do ponto de vista do PSD, Jango oferecia a possibilidade de atrair votos do eleitorado urbano. Os dois partidos formaram uma aliança aparentemente imbatível, com Juscelino candidato a presidente e Jango a vice.

A UDN lançou como candidato mais uma vez um militar vinculado às velhas lutas tenentistas, **Juarez Távora**, agora general e ligado à Escola Superior de Guerra. Um quarto candidato foi o paulista **Ademar de Barros**, que ambicionava a presidência desde o acordo firmado com Vargas em 1950.

A campanha foi polarizada por Juscelino e Juarez. O primeiro insistia em um discurso desenvolvimentista, afirmando que deveriam ser utilizados todos os recursos, tanto públicos quanto privados, para promover a rápida industrialização do país. Seu oponente fazia um apelo à moralização do regime, tendo como grande propagandista Carlos Lacerda, que não poupava críticas a Juscelino, chamando-o de "articulador da canalhice nacional".

Os udenistas, com Lacerda à frente, percebiam a inevitabilidade de uma vitória de Juscelino-Jango, e muitos pensavam em golpe. Tendo perdido a oportunidade de assumir o poder depois do suicídio de Vargas, apelavam agora para as Forças Armadas, a fim de evitar a posse de Juscelino, candidato de uma chapa aparentemente muito à esquerda.

Juscelino Kubitschek, já como presidente da República, em cerimônia no Distrito Federal. Ao seu lado direito, o vice, João Goulart. Foto de dezembro de 1956

O resultado das eleições de 1955 indicou a vitória de Juscelino com 36% dos votos, apenas uma pequena vantagem sobre os surpreendentes 30% de Juarez e 26% de Ademar. Curiosamente, João Goulart conseguiu obter maior votação que Juscelino, uma vez que os votos para presidente e vice eram separados: cerca de 3,5 milhões de eleitores de um contra 3 milhões de outro.

Lacerda, apelidado de "o corvo" por seus detratores, não aceitou o resultado das eleições e propôs abertamente um golpe militar para que o país não fosse entregue a "comunistas" e "corruptos". Seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, publicou um documento falso, a **Carta Brandi**, na tentativa de provar o envolvimento de Jango com a importação ilegal de armas para equipar milícias operárias, aumentando assim a tensão política no país. Diante da iminência de um golpe para impedir a posse de Juscelino, o general **Henrique Teixeira Lott**, ministro da Guerra e, portanto, comandante do Exército, acabou se antecipando aos golpistas. Com a autoridade de ministro que ainda lhe restava, ordenou ele mesmo um golpe para o dia seguinte. Tratava-se de um contragolpe preventivo, um golpe para evitar o golpe.

Com as tropas nas ruas, o ministro assumiu o poder, entregando a Presidência da República ao presidente do Senado, Nereu Ramos, que governou por quase três meses até a posse de Juscelino e Jango, em 31 de janeiro de 1956.

O DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Comparado a outras épocas, o governo de Juscelino pode ser lembrado como um período que aliou tranquilidade política a prosperidade econômica. Escolhido em eleições relativamente limpas, assumiu o mandato no dia previsto e cumpriu-o até o fim, passando o cargo ao sucessor eleito, de acordo com as mesmas regras.

Quanto ao crescimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu em média 7% ao ano, enquanto a renda *per capita* aumentou num ritmo quatro vezes maior que no restante da América Latina. Tal situação reflete as prioridades daquele governo no desenvolvimento econômico-industrial do país.

Produto Interno Bruto (PIB): soma de toda a riqueza (bens e serviços) produzida no país em um determinado período

renda *per capita*: divisão do valor do PIB pela população. Em linhas gerais, serve para medir o grau de desenvolvimento de um país ou região, embora oculte informações sobre distribuição de renda.

Arquivo Nacional/Agência Nacional

▲ Juscelino (à esquerda) no dia da posse, acompanhado de Nereu Ramos e do vice-presidente João Goulart (à direita).

Do ponto de vista político, a aliança PSD-PTB garantia uma base de apoio no Legislativo. No que se refere às Forças Armadas, nenhuma oposição era prevista, uma vez que Juscelino nomeou para ministro da Guerra o prestigiado e legalista general Lott. Habilmente, Juscelino deixou a UDN isolada na oposição

O "nacionalismo" de Juscelino era limitado por sua associação com o capital internacional. Ao prometer rentabilidade aos que se dispusessem a cooperar com seu projeto econômico, JK fez um apelo explícito ao capital estrangeiro, que, de fato, começou a ingressar no país num ritmo jamais visto.

A indústria desenvolveu-se bastante e novos produtos começaram a ser fabricados no Brasil. Nos anos 1930, havia se desenvolvido a indústria leve, de **bens de consumo não duráveis** (têxteis, alimentos), quase sempre em mãos privadas, e, nos anos 1940, a indústria pesada, de **base** (aço, mecânica), em mãos do governo. Durante a presidência de Juscelino, nasceu e se fortaleceu a indústria de **bens de consumo duráveis** (automóveis, eletrodomésticos), geralmente controlada por empresas multinacionais.

Assim, o modelo de industrialização por substituição de importações, implantado primeiramente na República Velha, durante a Primeira Guerra Mundial, se consolidava. Por volta de 1960, os principais produtos importados pelo Brasil (petróleo e trigo) não eram itens industrializados.

A coordenação global da política econômica do governo era feita com base no **Plano de Metas**, que definia os principais objetivos a serem atingidos, agrupados em cinco setores: **energia, transporte** – que receberam perto de 70% da dotação orçamentária original do plano –, **indústria, educação** e **alimentação.** Nas duas últimas áreas, as metas não foram alcançadas, o que passou despercebido diante da exaltação do sucesso das demais.

Isso mostra a concentração do plano no estabelecimento de metas puramente físicas, visíveis, que tinham grande efeito propagandístico, praticamente ignorando questões sociais, monetárias, fiscais e ligadas às relações econômicas internacionais. A construção de Brasília, embora não estivesse incluída no plano, ilustra essa prática.

A dívida externa brasileira cresceu enormemente nos anos JK. O problema estava no fato de as exportações não haverem crescido na mesma proporção do endividamento, com os preços do café, ainda a principal fonte de divisas na época, registrando queda no final da década de 1950. Para administrar esse problema, Juscelino realizava novos empréstimos no exterior. Mas, no final do seu governo, esse capital começava a escassear, ou pelo menos não existia no volume necessário.

Linha de produção de automóveis em São Paulo, na década de 1960. O modelo econômico criado por Juscelino Kubitschek privilegiava a atuação de empresas multinacionais

Arquivo Nacional/Correio da Manhã

Bettmann/Corbis/Latinstock

Vista aérea da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ainda em construção. Foto de 1959

Em 1960, realizaram-se eleições para a sucessão presidencial. Os partidos PSD e PTB repetiram a aliança vitoriosa de 1955. O **general Lott** foi o candidato, tendo como vice, mais uma vez, João Goulart.

O Partido Social Progressista (PSP) relançou a candidatura de **Ademar de Barros**, que, novamente, seria figurante no cenário eleitoral, embora sua penetração em meio ao importante eleitorado paulista fosse significativa. A UDN, por sua vez, apoiou o então governador de São Paulo, **Jânio Quadros**, político independente, com vínculos partidários inconstantes.

Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos, representando quase 6 milhões de eleitores, ou seja, a maior votação absoluta que um político havia conseguido no Brasil até então. Lott obteve 32% dos votos, e Ademar, os esperados 20%. Jango conseguiu mais votos para vice-presidente que qualquer outro candidato. No início de 1961, Jânio Quadros foi o primeiro presidente da República a ser empossado em Brasília, a nova capital do país.

Reprodução/AE

A candidatura de Jânio Quadros, em 1960, parecia imbatível, o que acabou levando à formação de comitês locais envolvendo vários partidos, incluindo aqueles com candidato próprio à presidência

O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS (1961)

Jânio Quadros foi um político de carreira meteórica. Elegeu-se vereador na cidade de São Paulo em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito em 1953, governador do estado, derrotando o poderoso Ademar de Barros, em 1954, e deputado federal em 1958. Sem jamais se comprometer com nenhum partido e poucas vezes cumprindo um mandato até o final, despontava em 1960 como um candidato imbatível à Presidência da República, e sua vitória não causou surpresa.

Jânio soube trabalhar sua imagem como nenhum outro político da época: apresentava-se como um homem simples, de classe média, disposto a enfrentar os poderosos na luta pela moralização governamental. Assumiu a imagem do "intérprete da vontade do povo", de "um governo que representa a nação", guiado pelos "superiores interesses da comunidade", conforme propagandeava em seus discursos.

Acervo UH/Folha Imagem

▲ Jânio Quadros (de óculos, à direita) é recebido pela população ao desembarcar em Santos. Foto de 1959

Adotava como símbolo uma vassoura, com a qual supostamente varreria a corrupção da cidade, mais tarde do estado e finalmente do país. Suas aparições públicas eram cuidadosamente preparadas para que todos pudessem ver de perto seus hábitos simples. Procurando parecer um homem do povo, alimentava-se de sanduíches de mortadela e usava ternos sempre amassados e mal talhados, com os ombros cobertos de caspa.

Quanto a sua posição política, não era nacionalista nem liberal, tampouco fiel a esta ou aquela agremiação política, o que tornava impossível uma definição ideológica. Em 1960, Jânio não "era" da UDN, apenas "estava" no partido. Sua proposta de moralização e combate à corrupção era vaga, sem detalhamento de como seria realizada. Seus discursos caracterizavam-se pela correção e formalidade.

Professor de Língua Portuguesa antes de ingressar na política, caprichava no vocabulário, nem sempre sendo compreendido pelas audiências. Seu gesticular espalhafatoso, olhar vidrado e curiosa pronúncia encantavam as plateias e mascaravam sua total inconsistência. Ignorando essa particularidade, concentrou todo seu esforço no sentido de aperfeiçoar a imagem: foi um político da era da televisão.

A formação de seu governo logo decepcionou os eleitores, com a nomeação de um ministério composto de figuras inexpressivas. Em seguida, passou a concentrar-se em assuntos menores, como proibição de brigas de galo, uso de lança-perfume ou utilização de biquínis nas praias. Tratava-se de encobrir sua falta de projeto, ou a incapacidade de criá-lo, com medidas altamente polêmicas, sem importância real para o país.

Enquanto isso, a situação econômica do Brasil se complicava, com a dívida externa começando a escapar do controle, a inflação subindo e a economia não mais crescendo no ritmo acelerado da época de Juscelino.

O presidente, então, colocou em prática uma política de combate à inflação que gerou recessão e, obviamente, descontentamento generalizado. Ao mesmo tempo, promoveu um corte nos gastos do governo, retirando os subsídios à importação de trigo e petróleo, o que gerou imediatamente um aumento no preço do pão e dos combustíveis. Tais medidas fizeram diminuir a sua popularidade.

De sucesso, apenas a renegociação da dívida externa, sob as bênçãos do FMI. No entanto, todas as medidas econômicas foram tomadas pensando-se em resolver problemas imediatos, sem nenhum planejamento a longo prazo, contrastando fortemente com a política governamental de seu antecessor.

Jânio rompeu com a UDN poucos meses após assumir, e seu relacionamento com o Legislativo passou a depender de longas negociações, às quais o presidente não estava acostumado e pelas quais não se interessava. Seu estilo era autoritário e se exprimia por meio de "bilhetinhos", ordens explícitas e manuscritas transmitidas aos ministros e a outros membros do Executivo, quase sempre desconsiderando o Congresso e evitando qualquer tipo de negociação.

Com as dificuldades na sua política interna, Jânio procurou desviar a atenção para a política externa, tentando se aproximar dos grupos nacionalistas ou de esquerda ao fugir do alinhamento automático aos Estados Unidos ou à União Soviética.

Iniciou conversações para restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, enviou o vice-presidente João Goulart em missão oficial à China comunista e condenou a agressiva política norte-americana em relação à Cuba de Fidel Castro. Chegou até a convidar o líder revolucionário de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, para uma visita ao Brasil. Guevara foi recebido com honras de chefe de Estado e condecorado com a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, para profunda insatisfação dos anticomunistas e das Forças Armadas.

▲ A "política externa independente" de Jânio Quadros: aproximação (superficial) com o bloco socialista. Na foto, Jânio recebe o ministro de Cuba e ex-guerrrilheiro Ernesto "Che" Guevara, em Brasília, em 1961.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio subitamente renunciou. Sem mais explicações e surpreendendo o país, o presidente enviou uma carta de renúncia ao Congresso, falando de "forças terríveis" que se levantavam contra ele, sem esclarecer quais seriam essas forças. Logo em seguida, partiu para o exterior.

Especula-se que Jânio tenha tentado um golpe. Recebendo críticas de todos os lados e sofrendo oposição cerrada no Congresso, sem nenhum apoio, o presidente pode ter suposto que o Legislativo e, principalmente, as Forças Armadas jamais aceitariam a posse do vice, João Goulart, sempre associado aos setores de esquerda. Talvez imaginasse que os 6 milhões de eleitores se mobilizassem por sua permanência e, assim, nos braços do povo, com apoio das Forças Armadas e do Legislativo, retornaria ao poder, fortalecido. De qualquer maneira, o suposto golpe não funcionou: o Congresso aceitou passivamente o pedido de renúncia.

▲ O povo não se manifestou a favor de Jânio em sua renúncia, desconsiderando as "ocultas forças terríveis" mencionadas por ele. Acima, capa do jornal publicado no dia da renúncia.

O GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961-1964)

Como era de esperar nas circunstâncias, as Forças Armadas vetaram a posse de João Goulart. Os ministros militares diziam que a volta de Jango (em missão oficial à China) e sua posse na presidência seriam altamente inconvenientes por motivos de "segurança nacional".

Arquivo AE

▲ O impedimento da posse de João Goulart como presidente constitucional, em 1961, representou um golpe. Na foto, Jango em Montevidéu, última escala antes da volta ao Brasil

Os ministros militares solicitaram então ao Congresso que aprovasse a manutenção do presidente interino **Ranieri Mazzilli** no cargo, até que se realizassem novas eleições presidenciais. O Congresso rejeitou o pedido, desencadeando assim uma grave crise política.

Em 30 de agosto, os ministros militares lançaram um manifesto à nação, no qual insistiam na "inconveniência" da posse de Jango, tido como agitador e comprometido com interesses comunistas. As Forças Armadas, entretanto, estavam divididas. Muitos oficiais defendiam o respeito à legalidade e, portanto, a posse de Jango. Entre esses, destacava-se, mais uma vez, o general Lott, que logo tornou pública sua posição.

A situação complicou-se com a tomada de posição do general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, tradicionalmente a mais bem armada das quatro subdivisões do Exército brasileiro. O governador do Rio Grande do Sul, **Leonel Brizola**, do PTB, cunhado de Goulart e seu provável herdeiro político, passou a defender radicalmente a posse, ameaçando até mesmo com resistência armada para fazer valer o respeito à Constituição. Do sul, Brizola organizou a **Voz da Legalidade**, uma rede de rádio criada para conseguir apoio a Jango em todo o Brasil.

O Congresso decidiu pela implantação do parlamentarismo, instituído no Brasil por uma emenda constitucional, em 2 de setembro de 1961. Jango poderia assumir a presidência, embora o governo de fato fosse para as mãos de um primeiro-ministro.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, portanto, o Brasil viveu sob um frágil regime parlamentar, com a rápida sucessão de três primeiros-ministros, entre eles Tancredo Neves. Nesses termos, tornando-se impossível qualquer tipo de continuidade administrativa, os problemas econômicos se aprofundavam.

A emenda constitucional que havia introduzido o parlamentarismo afirmava que o sistema seria posto em prática em caráter experimental, devendo ser realizado um **plebiscito** em 1965, convenientemente no final do mandato de Jango como presidente, para confirmar ou não sua adoção. No entanto, o fracasso do sistema era visível, e o plebiscito acabou sendo antecipado em dois anos. Após intensa campanha, os eleitores se manifestaram favoráveis ao retorno do presidencialismo, com mais de 9 milhões de votos contra os 2 milhões de favoráveis à manutenção do regime parlamentar.

Arquivo AE

▲ Contagem dos votos no plebiscito de 1963

Jango lançou em 1963, dentro de um regime presidencialista restabelecido, o **Plano Trienal**, uma tentativa de, ao mesmo tempo, combater a inflação e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico em níveis semelhantes àqueles obtidos na época de Juscelino.

O plano deveria ser acompanhado de reformas estruturais mais profundas, chamadas por Jango de **reformas de base**, que incluíam quatro categorias: agrária, tributária, financeira e administrativa. Se adotadas, as reformas de base representariam a mais séria tentativa de promover a distribuição de renda já feita no país. Goulart enfatizava a primeira categoria, dando a seu governo uma conotação aparentemente revolucionária.

Manifestação popular pedindo as reformas de base durante o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Enquanto a Polícia do Exército protegia os manifestantes, a Banda dos Fuzileiros animava o evento

No entanto, o plano envolvia certos obstáculos insuperáveis. O apoio estrangeiro (entenda-se norte-americano), fundamental para a renegociação da dívida externa, e o ingresso de capitais que financiassem o desenvolvimento eram improváveis. O caráter esquerdizante do novo governo era evidente no tom nacionalista que o presidente imprimia a seus discursos, muitas vezes violentamente antinorte-americanos.

Quanto ao combate à inflação, dependia de medidas francamente impopulares, que o presidente não parecia muito disposto a aplicar. Por volta de junho de 1963, o plano já havia fracassado, e o governo, perdido o controle da economia.

Paralelamente, a situação política se agravava, com os partidos se dividindo em facções e contrafacções. O PTB, apesar de seu crescimento excepcional nos últimos anos, não conseguia controlar sozinho o Congresso. Lá, as forças que apoiavam Jango agruparam-se na **Frente Parlamentar Nacionalista**, enquanto seus opositores reuniam-se na **Ação Democrática Parlamentar**. Fora do Legislativo, a mobilização política era bastante grande. A **União Nacional dos Estudantes** (UNE) mobilizava as universidades em torno de propostas de transformação social, assim como setores da Igreja católica.

No Nordeste, o advogado e político pernambucano Francisco Julião liderava as **Ligas Camponesas**, organizando os trabalhadores rurais em torno de propostas da reforma agrária, tão defendida pelo presidente Goulart. Ao mesmo tempo, os sindicatos fortaleciam-se não apenas em defesa das reformas de base, mas também para organizar greves em protesto pelo aumento do custo de vida e por reivindicações salariais. Sua organização nacional era o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em poucos momentos na história do Brasil viu-se uma mobilização política tão intensa. O programa das reformas de base era discutido nas ruas, nas escolas, nas fábricas, no campo.

Em 13 de março de 1964, num comício realizado próximo à estação ferroviária **Central do Brasil**, no Rio de Janeiro, Jango falou para aproximadamente 150 mil pessoas, radicalizando sua promessa de reforma agrária. Antecipou também a futura "reforma urbana" (que assustou os proprietários de imóveis residenciais nas cidades), além de prometer mudar os impostos, taxando os mais ricos.

Jango atemorizou a tal ponto a classe média, as elites e as Forças Armadas que acabou acelerando a conspiração que pretendia derrubá-lo. O golpe se articulava com base na ESG e tinha como líder o chefe do Estado-Maior do Exército, general **Castelo Branco**. Contava também com o apoio tácito do governo norte-americano, representado pelo coronel Vernon Walters, antigo oficial de ligação da FEB na Itália, responsável pelos contatos com os golpistas nas Forças Armadas

No mesmo mês, quase 500 mil pessoas desfilaram, em São Paulo, na **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, espécie de resposta conservadora ao comício da Central do Brasil, mostrando aos golpistas que existia uma base social de apoio ao movimento. Em seguida, iniciou-se uma revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, que acabou servindo como pretexto

do golpe: a disciplina nas Forças Armadas estava em jogo, pois alguns marinheiros não obedeciam mais a seus comandantes.

Na noite de 31 de março, em meio a muitas incertezas no corpo de oficiais, o general **Olympio de Mourão Filho** (o mesmo que, em 1937, criara o Plano Cohen) sublevou a guarnição de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e iniciou a marcha para o Rio de Janeiro, onde se encontrava o presidente. Ali, entregaria a Jango um manifesto exigindo sua renúncia. Praticamente todas as unidades militares apoiaram o golpe, e em 48 horas todo o Brasil submetera-se ao movimento. Os governadores dos principais estados deram seu apoio: Ademar de Barros, em São Paulo; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; e Magalhães Pinto, em Minas Gerais.

O presidente, ao receber o manifesto do general Mourão Filho, partiu para Brasília, numa tentativa de controlar a situação. Na capital percebeu, contudo, que não contava com nenhum apoio militar. Deixou a capital e rumou para o Rio Grande do Sul, onde Brizola tentava organizar a resistência. Jango, entretanto, renunciou a qualquer tentativa de resistir. O CGT havia marcado uma greve geral para o dia 30, que, no entanto, fracassara. No dia do golpe, os principais líderes sindicais haviam sido detidos, dificultando qualquer mobilização mais ampla.

As semelhanças com o episódio do suicídio de Vargas são significativas. Mais uma vez um líder popular ficou "sozinho" ao lado do povo contra forças conservadoras, tendo à frente as Forças Armadas. E, mais uma vez, o líder rejeitou a hipótese de luta armada.

O episódio todo demonstra o colapso do modelo varguista de política, bem como seus limites. Esse modelo consistia em uma política na qual o Estado, utilizando a figura de um líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e o proletariado urbano, "forçando" essa mesma burguesia a realizar concessões (por meio de uma política trabalhista), enquanto mantinha o proletariado sob seu controle, evitando o crescimento de propostas mais radicais de transformação da sociedade em favor dos trabalhadores.

No entanto, o prosseguimento do processo de industrialização levou à expansão cada vez maior do proletariado urbano e ao surgimento de novas reivindicações, como uma distribuição de renda global. Os trabalhadores acabaram se voltando para o Estado, ao qual estavam atrelados, e de lá veio o projeto de distribuição de renda: as reformas de base. Nesse momento, aquele modelo de Estado não mais atendia aos interesses das elites, que promoveriam sua desmontagem e a criação de um novo modelo, autoritário e centralista, imunizado contra a sublevação dos movimentos sociais, com margem de manobra para dar continuidade ao processo de modernização conservadora da economia sem ter que se preocupar com reivindicações populares. Esse é o caráter do novo regime que surgiu em abril de 1964.

AJB

▲ Tropas nas ruas do Rio de Janeiro em 1.º de abril de 1964: o golpe triunfou.

PARA RECORDAR Quadro ideológico dos governos da República liberal populista (1946-1964)

INTERVENÇÃO ESTATAL

1961
1964
golpes

João Goulart
(1961-1964)

Plano Trienal

discurso fortemente nacionalista

Plano de Metas

JK
(1956-1961)

1955
golpe

• dívida externa
• multinacionais

reformas de base

1954
golpe

Getúlio Vargas
(1951-1954)

estatais

monopólio da produção de energia

Plano Salte

Dutra
(1946-1951)

liberalismo

CAPITAL NACIONAL

CAPITAL ESTRANGEIRO

liberalismo

Café Filho
(1954-1955)

campo nacionalista (progressistas)

campo liberal (conservadores)

NÃO INTERVENÇÃO

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo, faça o que se pede a seguir.

Uma das grandes tensões presentes nos governos liberais-democráticos entre 1945 e 1964 se deu entre os nacionalistas e os liberais (ou seja, aqueles que pretendiam abrir o mercado e a indústria nacional aos países estrangeiros). Identifique, em cada um dos governos citados nesse período, de que maneira esse conflito se deu.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e reflexão

→ Leia o texto abaixo do historiador brasileiro Paulo Vizentini e responda às questões:

Três meses após a derrubada de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra tomava posse como presidente eleito. O condestável do Estado Novo e simpatizante do Eixo era agora um fiel aliado de Washington. Essa seria a marca de seu governo. Uma mudança dessa magnitude resultava tanto de uma nova relação de forças internas como, sobretudo, externas. Prenunciavam-se os anos da Guerra Fria e uma nova ordem mundial, o que alterava profundamente as possibilidades de inserção internacional do Brasil. [...]

A diplomacia brasileira não apenas alinhava-se automaticamente com as posições americanas nas organizações internacionais, como às vezes chegava a exceder-se em seu apoio. Em outubro de 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética a partir de um incidente sem maior importância. Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo.

VIZENTINI, Paulo. Do nacional-desenvolvimentismo à PEI. In: FERREIRA, J. et al. (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 198-200.

a) De acordo com o texto, que mudanças o governo de Dutra impôs à política externa brasileira, quando comparado ao governo do Estado Novo?

b) Que fatores do cenário internacional, implementados após a Segunda Guerra, foram responsáveis por essa mudança? Explique.

c) Para o autor, que reais motivos levaram o Brasil a romper relações diplomáticas com a União Soviética em 1947?

2 Análise de texto e de imagem

→ Leia o texto abaixo da historiadora brasileira Maria Antonieta Leopoldi sobre o governo JK. Em seguida, observe atentamente a fotografia e faça as atividades a seguir:

A expansão industrial nos anos JK foi acelerada, tal como pretendia o Plano de Metas. Entre 1949 e 1955 a indústria de transformação crescera a uma taxa média anual de 8,9%. Em 1958 essa taxa atingiu o seu ápice: 16,2%, desacelerando em 1959 e 1960 para 11,9 e 9,6% ao ano.

O principal instrumento de viabilização desse crescimento industrial foi o Plano de Metas. Ele continha uma estratégia de dinamização de novos setores da produção industrial – os bens intermediários e os bens de produção. Para isso o plano também buscava completar a infraestrutura energética e de transportes do país, prevendo insumos e benefícios cambiais para a instalação de um parque industrial mais avançado. [...]

Sem dúvida, o grande salto qualitativo da indústria brasileira no período JK se deveu ao sucesso das metas ligadas à indústria de base, em especial aos novos setores que surgiram a partir do Plano de Metas e da ação conjugada dos planejadores e empresários. A indústria automobilística, a construção naval e os setores de mecânica pesada e equipamentos elétricos são o símbolo dessa nova era industrial brasileira.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 127-8.

Vizzoni/AE

O presidente Juscelino Kubitschek chegando a Brasília, em 2 de fevereiro de 1960. O automóvel e a nova capital federal foram dois símbolos muito associados à imagem de JK.

a) Qual foi a principal medida, segundo o texto, que justifica o alto crescimento econômico do governo JK? No que essa medida consistia?

b) Que setores da economia foram os mais privilegiados pelas medidas adotadas pelo governo JK, de acordo com o autor?

c) Observe atentamente a fotografia. Que elementos da imagem reforçam a tese defendida no texto de prosperidade econômica do governo JK? Cite pessoas, objetos, gestos e o contexto geral da foto para justificar sua resposta.

3 Pesquisa em *sites* e apresentação

→ Durante o governo de João Goulart, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), produziu peças de teatro, músicas, poemas, exposições de artes plásticas, entre outras manifestações culturais. O objetivo dos artistas e intelectuais que se reuniam em torno do CPC era popularizar a arte. A intenção principal era possibilitar que as diferentes manifestações artísticas pudessem ser conhecidas pelo povo em geral, e não apenas pelas elites.

Para saber mais sobre esse assunto, reúna-se em grupos de quatro ou cinco pessoas.

a) Inicialmente, façam uma pesquisa em *sites* para conhecer o trabalho desses jovens. Descubra informações como:
   - Em que período o CPC funcionou?
   - Quais eram seus objetivos e sua orientação política?
   - De que maneira as iniciativas de seus membros estavam de acordo com as medidas adotadas pelo governo Jango? (releia o texto didático, se necessário)
   - Cite alguns artistas e intelectuais que fizeram parte do CPC.
   - Cite peças de teatro, livros, exposições, filmes e outras manifestações culturais produzidas pelo CPC.

b) Após essa pesquisa, cada grupo deve escolher uma produção realizada no contexto do Centro Popular de Cultura para apresentar para a classe. Escolham um poema, o trecho de uma peça, a reprodução de uma obra de arte ou uma música. Em seguida, pesquisem quem é o autor (ou autores) dessa manifestação artística.

c) Apresentem a produção escolhida aos colegas. Elaborem uma estratégia criativa de leitura, encenação, interpretação ou exposição da obra para a classe.

Enfocar as relações internacionais a partir da ideia de correlação entre **países centrais e periféricos**, como apresentado na seção ***Para pensar historicamente***, ajuda a compreender o mundo contemporâneo. É importante conhecer os mecanismos que garantiram a hegemonia política e militar das superpotências após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, assim como os papéis assumidos pelos países periféricos em torno desses eixos de poder.

Os alunos podem ser incentivados a identificar as etapas da bipolarização mundial destacadas ao longo do capítulo, com a avaliação das ações e estratégias políticas adotadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, tais como o Plano Marshall e o Comecon.

A disputa entre Estados Unidos e União Soviética pelo controle ideológico, econômico e político de diferentes regiões do mundo e o envolvimento em conflitos locais, tais como na China, Coreia, Alemanha e Cuba, são faces da lógica bipolar do período. Nas décadas de 1950 e 1960, destacam-se a Guerra da Coreia, a construção do Muro de Berlim, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural na China, a crise dos mísseis em Cuba e a Revolução Cubana. Nos Estados Unidos ganham força o movimento negro e as manifestações antiguerra.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e abaixo.

Filmes

A insustentável leveza do ser. Direção de Philip Kaufman. Estados Unidos. Condor Vídeo, 1988. (160 min).

Adeus, minha concubina. Direção de Chen Caige. China/Hong Kong, 1993. (160 min)

Cidadão Cohn. Direção de Frank Pierson. Estados Unidos, 1992. (111 min)

Hair. Direção de Milos Forman. Estados Unidos, 1979. (121 min)

Indochina. Direção de Régis Wargnier. França, 1992. (154 min).

JFK – a pergunta que não quer calar. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 1991. (189 min)

Nascido para matar. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1987. (116 min)

Um grito de liberdade. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1987. (151 min).

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Música:** pesquisar a produção musical do período da Guerra Fria, destacando as manifestações do *ragtime*, do *blues*, do *jazz* e do *rock*, entre outras. Reproduzir as letras das canções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. Para tanto, recorrer aos meios audiovisuais (discos, CDs, fitas cassete, *slides*, DVDs de filmes e documentários etc.)

▶ Textos de apoio

Encontro histórico entre as Coreias começa amanhã

Os líderes das duas Coreias darão início amanhã (13/06/00) a um histórico encontro de cúpula, em Pyongyang, capital norte-coreana. [...]

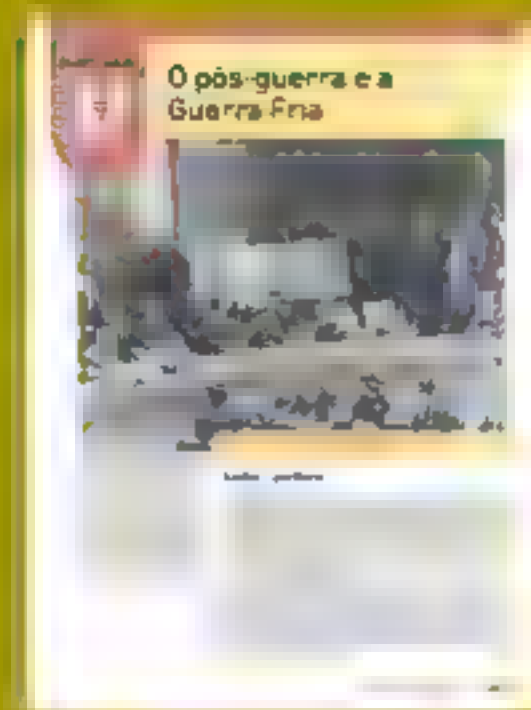
A reunião de cúpula ocorre com atraso também em relação ao calendário da História. O inédito encontro entre os líderes norte-coreano e sul-coreano sinaliza o início do fim de uma guerra das últimas heranças da Guerra Fria, a divisão da Península da Coreia entre comunistas e capitalistas por já 55 anos.

A Coreia do Norte, espécie de museu vivo do stalinismo e um dos regimes mais fechados e isolados do planeta, finalmente aceitou dialogar com a Coreia do Sul, dona de uma das economias mais dinâmicas da Ásia.

Pyongyang costumava descrever o regime rival como "fantoche do imperialismo dos Estados Unidos", mas resolveu mudar sua política, pressionada pelo isolamento político e, principalmente, pela necessidade de tirar o país de uma crise econômica refletida, por exemplo, em sucessivas ondas de fome.

O diálogo alimenta uma dose de otimismo em relação à diminuição de tensões numa região cortada pela fronteira mais militarizada do planeta.

assessoria pedagógica

O pós-guerra e a Guerra Fria

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 37 (p. 691 a p. 712).

Bibliografia

AKCELRUD, I. *O Oriente Médio*. São Paulo: Atual, 1985.

BRIGNOLI, H. P. *América Central: da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COGGIOLA, O. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1985.

______. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, D. R. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOLDFEDER, S. *A primavera de Praga*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOURANI, A. H. *Uma História dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

______. *Da Guerra Fria à detente: política internacional*. Campinas: Papirus, 1988.

OLIC, N. B. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.

PRADO, M. L. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS FILHO, D. A. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

______. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

______. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SADER, E. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1986.

______. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALEM, H. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros passos).

SELLERS, C., MAY, H., McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

VALLADARES, E., BERBEL, M. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de apoio).

WASSERMAN, C. (Coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

Teses

CONTADOR, V. *Modelo econômico e projeção de nação-potência*: Brasil 1964-1985. São Paulo: FFLCH, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 22 abr. 2010.

DUGAICH, C. M. *O marketing político americano na Guerra Fria: discurso, mistificação e mídia*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://libdig.unicamp.br/document/?code=vtls000376527>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Endereços eletrônicos

Che Guevara. Disponível em: <www.cheguevara.com>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Reportagens especiais sobre o aniversário de 20 anos da queda do Muro de Berlim. Disponível em: <www.dw-world.de/dw/article/0,,4600550,00.html>. Acesso em: 22 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

BRYSON, Bill. *Vida e época de Kid Trovão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREENE, Graham. *Nosso homem em Havana*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos, o breve século XX, 1914-1991*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KUNDERA, Milan. *A brincadeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

De um lado, a poderosa máquina militar norte-coreana. De outro, os sul-coreanos auxiliados por 37 mil militares americanos. O encontro, previsto para durar três dias, carrega o simbolismo inerente a fatos históricos. O presidente da Coreia do Sul, Kim Dae-jung, viaja a Pyongyang no primeiro voo direto à cidade desde Seul, capital sul-coreana, desde a Guerra da Coreia (1950-53).

Esse conflito consagrou a divisão da península, ocorrida no fim da Segunda Guerra (1939-45). E, tecnicamente, a guerra coreana ainda não terminou, pois nunca houve um tratado de paz formal, apenas uma trégua. A cúpula vai contar com a participação do líder norte-coreano, Kim Jong-il, uma das figuras mais misteriosas do cenário internacional. Suas aparições são raras. Viagens ao exterior também: há duas semanas ele fez uma visita secreta à China, sua primeira escapada ao exterior desde que assumiu o poder, em 1994.

Kim Jong-il encarna o símbolo da primeira sucessão dinástica do mundo comunista. Ele substituiu seu pai, Kim Il-sung, "generalíssimo" fundador da Coreia do Norte, morto em 1994 e alvo de um dos mais religiosos cultos às personalidades existentes no planeta. O regime o define como o "Grande Líder", enquanto seu filho é o "Querido Líder".

Expectativas

O presidente sul-coreano, Kim Dae-jung, se dedicou nos últimos dias a diminuir a fogueira das expectativas. Ele disse não esperar "resultados espetaculares" e destacou como mais importante o fato de se iniciar o diálogo, recorrendo a exemplos do passado.

Kim mencionou os primeiros contatos entre líderes da Alemanha Ocidental e da Alemanha Oriental. "Eles não tiveram sucesso inicial, mas tiveram grande importância em fatos históricos posteriores", declarou. Ele chegou ao poder com uma plataforma que enfatiza a necessidade de abrir canais de diálogo com a Coreia do Norte, uma estratégia batizada de "política dos raios do sol".

Mas o jornal "Joongang Ilbo" exemplifica o clima que se vive em Seul: "Toda a nação espera que a cúpula Norte-Sul seja um momento marcante para resolver diversos temas de destaque entre as Coreias".

"Por favor, não tenham grandes expectativas em relação à cúpula", afirmou Park Jie Won, ministro da Cultura e da Informação. "O presidente Kim diz que não devemos esperar a (imediata) reunificação da península, apenas que podemos estabelecer condições para recompor o que foi um único país por mais de mil anos."

SPITZCOVSKY, Jaime. Encontro histórico entre as Coreias começa amanhã. In: *Folha de S.Paulo*, 12 jun. 2000. Mundo, p. A-15.

2

Uma pena que voa até ao céu

"Quem afirma que uma pena de galo não pode voar até ao céu?", pergunta Mao Tsé Tung em 1955, em pleno movimento das cooperativas. Os camponeses abastados de uma aldeia do Hunan dizem dos pobres: "Eles têm menos dinheiro do que pelos tem um ovo, e pensam pôr de pé uma cooperativa. Pode uma pena voar até ao céu?" Mas, diz Mao, foi precisamente o que se passou: "Discutiu-se para se saber se uma pena de frango poderia elevar-se até ao céu. É evidentemente uma questão importante. Já alguma vez se viu tal, desde há milhares de anos atrás? Essa impossibilidade tornou-se uma evidência. Mas, se o Partido não criticar essa velha ideia, os camponeses pobres ficarão desorientados". A razão pela qual fazem correr tais atoardas é por as cooperativas não terem ainda aumentado a sua produção e por o Partido não ter explicado as vantagens da cooperação e por não ter mostrado ainda por que é que, "na época do socialismo, a antiga banalidade 'as penas do galo não podem voar até ao céu' deixou de ser verdadeira".

"Os pobres querem transformar sua vida. O velho sistema agoniza. Surge outro. As penas voam até ao céu. Na União Soviética, já lá chegaram. Na China, acabam de levantar voo. As penas vão voar sobre o mundo inteiro."

Lirismo característico. "Uma faulha pode pegar fogo a toda planície." E é sem dúvida dele também a recente fórmula (1971): "Os países querem a independência, as nações querem a libertação e os povos querem a Revolução", que resume a estratégia internacional da China.

O socialismo substituirá inevitavelmente o capitalismo e enterrará o imperialismo. Para Mao, é da própria natureza das coisas que a sociedade estabeleça a sua lei própria, que a coletividade rejeite o poder privado e se organize coletivamente. Como a sucessão das estações e a rotação dos astros, o homem, como ser social, só pode desejar o socialismo, obscuramente talvez, mas profundamente. É por isso que antes de mais nada precisa de confiança, esperança e vontade de realizar o seu destino. Ousar pensar, ousar agir, ousar lutar.

BOUC, Alain. *Mao Tsé Tung: a revolução absoluta*. Lisboa: Aster, 1977. p. 61-2.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Sugerimos elaborar, previamente, a remontagem do esquema-resumo na lousa em uma atividade conjunta, com a participação de todos os alunos. A discussão de seus componentes e os eventuais acréscimos, como os acontecimentos referentes aos governantes citados ou relacionados aos continentes América, África e Ásia, articulados com a Guerra Fria (a bipolarização centro-periferia destacada na seção ***Para pensar historicamente***), devem permitir que os alunos, individualmente ou em grupo, descrevam o esquema em seus cadernos.

a) Não. Como vimos ao longo do capítulo e no esquema-resumo, a Guerra Fria envolveu diversas nações, além de EUA e URSS, como Coreia, Alemanha e Cuba. Nesse sentido, ela foi um conflito que atingiu dimensões globais por meio da interferência dessas duas potências em enfrentamentos localizados.

b) Aliados dos EUA: República Federal da Alemanha, Europa Ocidental e República da Coreia.

Aliados da URSS: República Democrática Alemã, países comunistas do Leste Europeu, República Popular Democrática da Coreia do Norte e Cuba.

2. a) Os Estados Unidos, como defensores do capitalismo, procuraram garantir a hegemonia desse sistema no mundo. Por outro lado, a URSS, socialista desde a Revolução Russa de 1917, tentou expandir o socialismo para outros países ao longo dos anos da Guerra Fria.

b) Essa disputa ideológica esteve presente em vários conflitos do período, como na Guerra da Coreia, no contexto posterior à Revolução Cubana, e na separação das duas Alemanhas.

Exercícios de História

1. Análise de texto historiográfico

a) Os autores defendem que a Revolução Cubana foi um marco na história da América Latina por ter simbolizado a conquista de liberdade diante da hegemonia dos Estados Unidos no continente. Por outro lado, ela também desencadeou ações norte-americanas que visavam diminuir a influência desse evento na região.

b) A Revolução Cubana propôs mudanças que visavam diminuir as desigualdades sociais no país, como a reforma agrária e a nacionalização de usinas, refinarias e indústrias. Porém, isso foi feito de modo a enfraquecer a hegemonia norte-americana na ilha. Diante disso, os Estados Unidos procuraram encontrar maneiras de investir dinheiro em países latino-americanos, onde a miséria também existia, garantindo, em troca, a manutenção de sua influência e evitando o surgimento de novos processos revolucionários.

c) A grande preocupação dos Estados Unidos diante do caráter socialista da Revolução Cubana e do alinhamento da ilha com a URSS era a de que o socialismo e a influência soviética se espalhassem pelo continente latino-americano.

d) A "Aliança para o Progresso" visava combater a influência da Revolução Cubana e garantir a hegemonia norte-americana na América Latina.

2. Leitura de imagem

a) A sigla CCCP é a equivalente em russo à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), enquanto USA é o equivalente em inglês a EUA (Estados Unidos da América). Dessa forma, é possível identificar que os dois personagens retratados pelo autor são União Soviética (à esquerda) e Estados Unidos (à direita).

b) O artista representa as duas nações como o personagem *Superman*, um dos super-heróis mais populares da época. Repare que na imagem ele aparece duas vezes de maneiras quase idênticas, numa espécie de "espelho", modificando apenas o lado para qual cada uma de suas versões olha e a sigla estampada nas roupas. Dessa forma, pode-se dizer que o artista retratou URSS e EUA como grandes potências de mesmas proporções.

c) O artista estabelece uma relação de equilíbrio entre essas duas nações "superpotências". É possível fazer essa afirmação pelo fato de os dois personagens, CCCP e USA, terem a mesma proporção e serem quase idênticos.

d) Além das siglas, outra diferença entre eles é que, enquanto CCCP olha para a esquerda (uma alusão ao fato de ser uma nação socialista, ou seja, de posição política esquerdista), USA olha para a direita (referência à posição política capitalista e de direita dos Estados Unidos).

3. Análise de texto e reflexão

a) O texto destaca o enorme crescimento da economia chinesa nos últimos anos, especialmente a posição atingida em 2010, de segunda maior economia do mundo, além da previsão de que atingirá a primeira posição até 2026.

b) Não. Para o autor, apesar de os feitos chineses na economia serem grandiosos, eles não têm relação direta com o socialismo. Pelo contrário, o autor afirma que o crescimento da economia chinesa foi responsável até mesmo pela superação da crise que atingiu o sistema capitalista em 2008.

c) Resposta pessoal. Apesar de a resposta ter um caráter pessoal, o fato de a economia chinesa ter ajudado no fortalecimento do sistema capitalista mostra que o conflito socialismo × capitalismo ocorrido durante a Guerra Fria se modificou. No entanto, os alunos podem argumentar também que o socialismo chinês ajudou a melhorar a vida de parte da população, conforme indica o texto, confirmando que o debate ideológico entre essas duas propostas de sociedade permanece pertinente, apesar de se basear em termos diferentes.

4. Pesquisa em *sites*, jornais e revistas

Proponha aos alunos que se certifiquem da validade das fontes utilizadas, privilegiando *sites* de jornais e revistas em detrimento de endereços cujos autores não podem ser identificados. Talvez seja necessário lembrá-los de que muitas vezes os textos, mesmo os de caráter jornalístico, trazem opiniões ideológicas, tomando partido de um dos lados do conflito. Vale ainda orientá-los a compor uma dissertação que se utilize dos argumentos e das informações reveladas pela pesquisa, mas sem reproduzir os textos encontrados. A produção poderá se tornar mais significativa se o texto possuir um destinatário real, o qual poderá efetivamente receber e apreciar o texto.

anotações

CAPÍTULO

37

O pós-guerra e a Guerra Fria

Courtesy Everett Collection/Grupo Keystone

▲ Sessão do Conselho de Segurança da ONU, de 25 de outubro de 1962, durante a revelação feita pelos representantes diplomáticos dos Estados Unidos acerca dos locais onde estavam instalados os mísseis soviéticos em solo cubano. A tensão gerada pela descoberta dos artefatos bélicos desencadeou um dos momentos de maior tensão entre os governos soviético e norte-americano no pós-Segunda Guerra Mundial.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Centro e periferia

Alguns Estados tornaram-se centro do poder político, econômico e militar mundial do período pós-Segunda Guerra Mundial; em torno deles, outros países assumiram o papel de figurantes ou até mesmo de vítimas.

Um dos protagonistas foram os Estados Unidos. A União Soviética, a outra superpotência militar, assumiu a condição de contraponto, exercendo também um papel de centro aglutinador de aliados fora da esfera de influência norte-americana.

Ao estudar este capítulo, reflita sobre os motivos que teriam levado a esse mapa de distribuição de forças, com um cenário de centro e de periferia. Dentro dos países periféricos, quais grupos sociais mostravam apoio ou simpatia por este ou aquele bloco de poder e por que razões?

Uma última questão: os atuais eixos do desenvolvimento capitalista possuem ou não raízes no quadro erguido após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria?

A CONSOLIDAÇÃO DA GUERRA FRIA

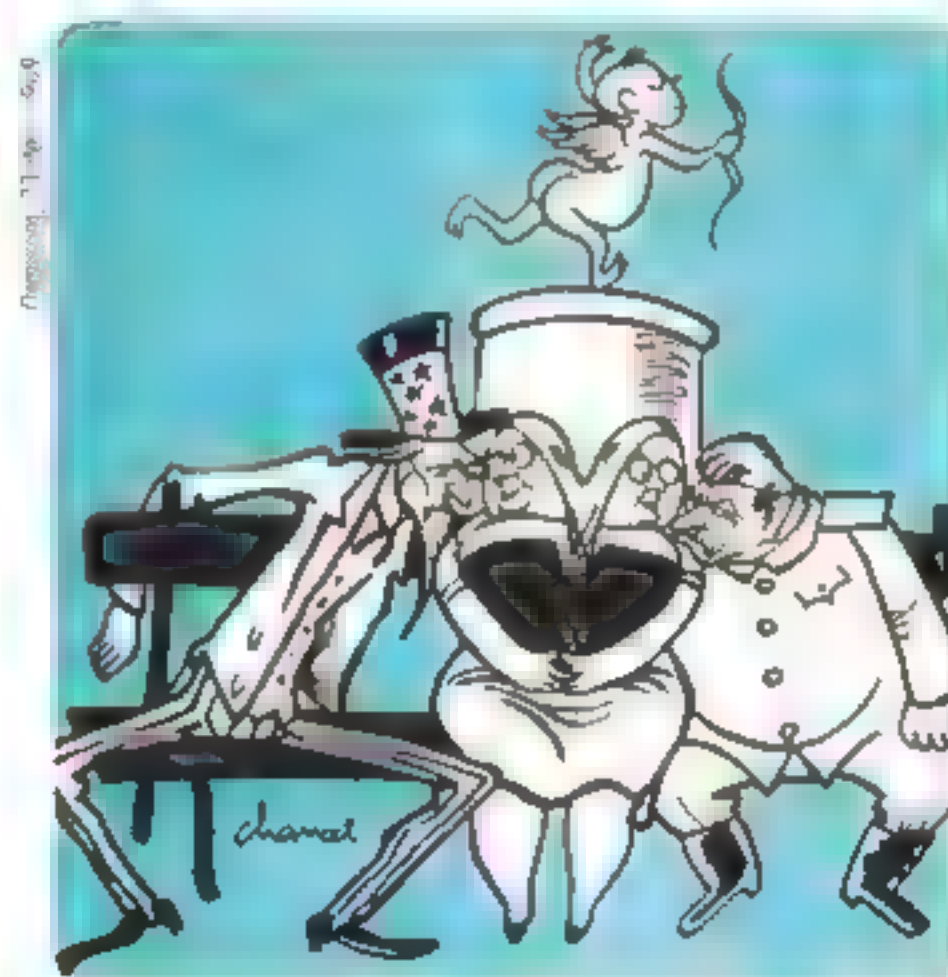
Os Estados Unidos e a União Soviética terminaram a Segunda Guerra Mundial como aliados. Sua atuação conjunta contra o Eixo foi decisiva para livrar a Europa da presença nazista. Rapidamente, entretanto, as relações entre ambos se deterioraram de tal forma que, após 1947, os especialistas começam a falar em Guerra Fria, ou seja, um confronto indireto entre as superpotências.

O motivo mais claro do rompimento é ideológico. Capitalismo e socialismo, incompatíveis em sua forma de entender diversas esferas da vida humana, do papel do Estado aos direitos prioritários dos cidadãos, levaram ao desacordo entre os Estados Unidos e a União Soviética no que se refere às finalidades da ordem política e aos métodos de atuação dentro dela. Sem constituir um período homogêneo, em razão do agravamento das tensões seguido da distensão entre os polos rivais, a Guerra Fria durou quase meio século, até o esfacelamento da União Soviética, em 1991.

Em março de 1947, com o objetivo de combater o comunismo e a influência soviética, o presidente norte-americano **Harry Truman** proferiu um discurso no Congresso no qual afirmou que os Estados Unidos se posicionariam a favor das nações livres que desejassem resistir às tentativas de dominação. No mesmo ano, o secretário de Estado George Marshall lançou o Plano Marshall, programa de investimentos e de recuperação econômica para os países europeus em crise após a guerra. Esse oferecimento estendeu-se aos países do Leste Europeu, que haviam sido libertados do nazismo pelo Exército Vermelho. Em todos eles, as respectivas agremiações comunistas haviam tomado o poder.

Durante o governo de Truman, foi criada em 1947 a Central Intelligence Agency (CIA), bastante atuante nos anos da Gerra Fria, combatendo o comunismo e o que considerava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, e atuando também fora das fronteiras estadunidenses.

Entendendo o Plano Marshall como uma tentativa de diminuir sua esfera de influência, a União Soviética criou o **Kominform**, organismo encarregado de coordenar a ação dos partidos comunistas europeus. Era sua tarefa, também, afastar da supremacia norte-americana os países que estavam sob sua influência, gerando o bloco da "cortina de ferro" (expressão usada por Churchill). Complementando a reação soviética, em 1949 foi criado o **Comecon**, uma réplica do Plano Marshall para os países socialistas, voltado para sua integração econômico-financeira.

Diante do revigoramento da Alemanha Ocidental, graças aos investimentos do Plano Marshall e à unificação administrativa de seu território (antes dividido entre os aliados capitalistas), a União Soviética impôs, em 1948, um bloqueio terrestre à cidade de Berlim, situada na parte soviética. O Ocidente capitalista respondeu com o abastecimento à Berlim capitalista por via aérea, acirrando os ânimos e criando grande tensão internacional. No ano seguinte eram instituídas as duas Alemanhas, a Ocidental – República Federal da Alemanha – e a Oriental – República Democrática Alemã.

▲ As duas Alemanhas com Tio Sam e Stálin, charge de 1949, representando a disputa da Alemanha entre as duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética.

◄ A Guerra Fria foi também um enfrentamento ideológico. Ao lado, um cartaz soviético de 1949, de autor desconhecido, com o título "Liberdade à moda americana".

Em agosto de 1961, foi construído o **Muro de Berlim**, que separou concretamente os dois lados da cidade e se tornou símbolo da divisão alemã e da Guerra Fria. Sua derrubada, em 1989, em meio ao colapso do socialismo real, isto é, a ordem socialista que vigorava então no Leste Europeu concretamente, por sua vez, constituiria o marco do final desse período. Em seguida, se daria a reunificação da Alemanha.

A lógica bipolar seria a marca da Guerra Fria. Países (Alemanha, Coreia, Vietnã), sindicatos, agremiações, tratados internacionais, enfim, instituições em que houvesse uma disputa de poder relevante, dividiam-se em grupos antagônicos, um pró-americano, outro pró-soviético.

Outros fatos significativos somaram-se a essa crescente tensão internacional. Um deles foi a criação, em abril de 1949, da **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (Otan), uma aliança político-militar dos países ocidentais, opondo toda a Europa Ocidental à União Soviética. O surgimento de uma comunidade de interesses econômicos integrados na Europa Ocidental cimentou a aliança capitalista com o bloco norte-americano na oposição aos soviéticos. Do lado soviético, configurando o alinhamento ao bloco comunista, foi criado em 1955 o **Pacto de Varsóvia**. A bipolarização mundial atingia sua plenitude.

Em meio a essa situação tensa, ocorreram, em 1949, a Revolução Chinesa e a explosão da primeira bomba atômica soviética. No ano seguinte, iniciou-se a Guerra da Coreia, um dos ápices da Guerra Fria e até então a mais séria ameaça à paz mundial depois da Segunda Guerra Mundial.

AP

Patrick Piel/Gamma-Sygma

▲ O Muro de Berlim, construído em 1961, foi um dos principais símbolos da Guerra Fria. À esquerda, em foto de 1961, trecho do muro diante do Portão de Brandeburgo. Sua derrubada, em 1989 (à direita), serviu de marco final para a ordem bipolarizada que caracterizou as relações internacionais do período, confirmada em definitivo, em 1991, com o fim da URSS.

REVOLUÇÃO CHINESA

O século XX na China iniciou-se com a tentativa de derrubada de valores de dominação e exploração do povo chinês, submetido, desde o século XIX, a várias potências imperialistas, especialmente a partir da **Guerra do Ópio** (1841). Essa exploração encontrou apoio nos mandarins, funcionários do Estado imperial, e nos senhores de terra. Baseando-se na filosofia de Confúcio, que pregava o respeito à autoridade e à hierarquia e o culto ao passado, os chineses mantinham as tradicionais estruturas de privilégios, o que favorecia a dominação.

› **Guerra do Ópio:** conflito entre a China e a Inglaterra, ocorrido em 1841, quando os britânicos disseminaram entre os chineses o vício do ópio (um entorpecente), para se beneficiar com a exportação desse produto. A China foi derrotada no conflito e teve que abrir cinco de seus portos ao livre-comércio e entregar a ilha de Hong Kong à Inglaterra.

Em 1911, em meio à ebulição sociopolítica, foi proclamada a **República** chinesa, que, entretanto, quase nada pôde fazer diante das potências imperialistas que ocupavam o país. Com o fim da Primeira

Guerra Mundial, o domínio das potências imperialistas na China era encabeçado pelo Japão, enquanto o governo republicano, liderado por **Sun Yat-sen**, do Partido Nacionalista (**Kuomintang**), sofria sucessivas pressões regionais pela autonomia, provocadas por chefes militares locais, além do contínuo domínio internacional.

Em 1919, 3 mil estudantes universitários marcharam pelas ruas de Pequim, protestando contra a aceitação, por parte do governo, das humilhantes exigências feitas pelo Japão sobre a China e referendadas pelo Tratado de Versalhes. Os estudantes foram logo apoiados por outros setores, que promoveram greves e manifestações em todo o país. Uma delas ocorreu em 1920, em Xangai, influenciada pela revolução socialista russa, enquanto era fundado o Partido Comunista Chinês (PCC), que contava com a participação de Mao Tse-tung.

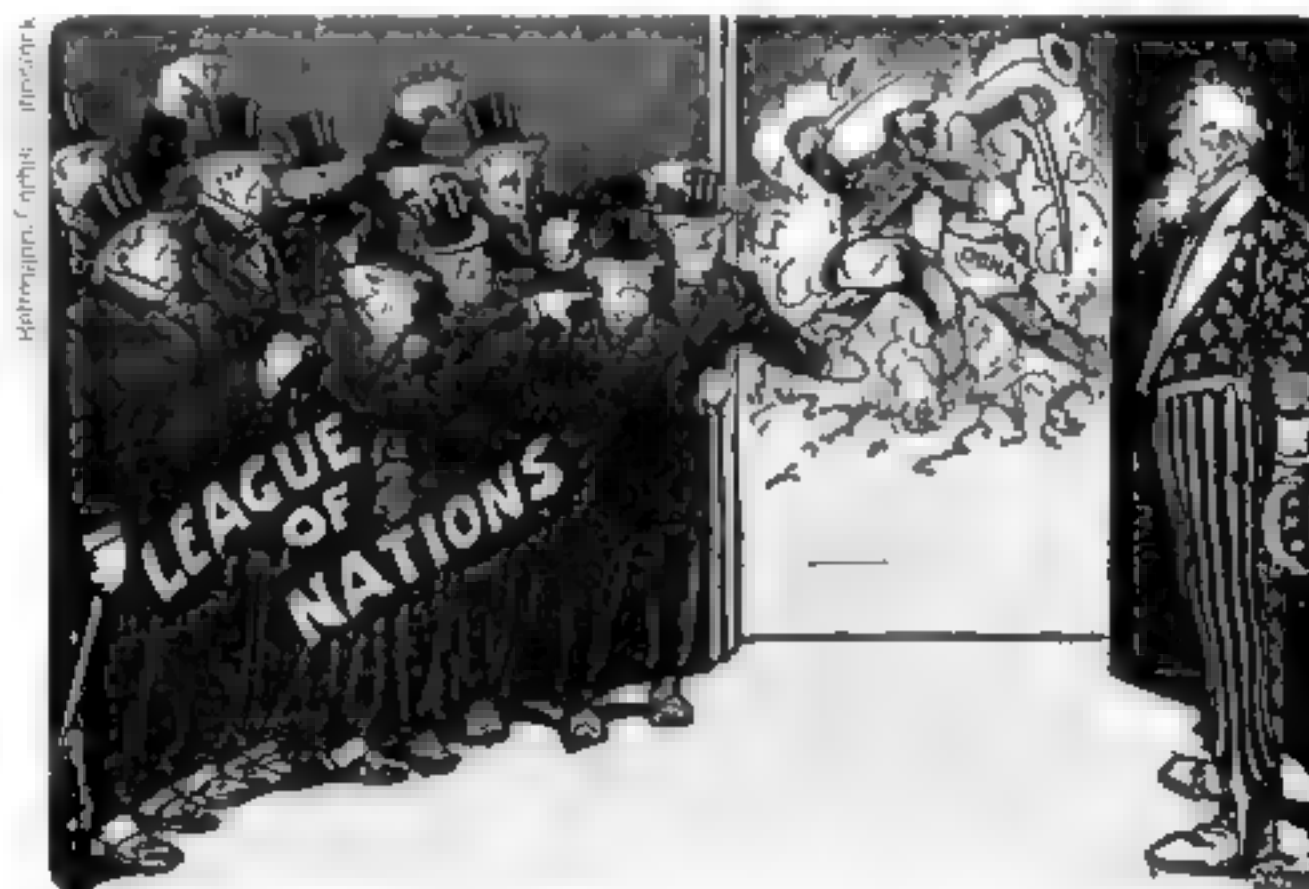
No início do século XX, a milenar China continuou sofrendo a interferência das grandes potências capitalistas. Sun Yat-sen, fundador do Kuomintang, tentava, sem sucesso, a transformação da China. Retratado acima com comitiva e familiares, Sun Yat-sen (no centro) é considerado o "pai da China moderna" e defensor da doutrina dos "três princípios do povo": nacionalismo, democracia e reformismo social

No início da década de 1920, o governo do Kuomintang conviveu com o Partido Comunista Chinês, que crescia vertiginosamente, e, também, sem grandes atritos, com a União Soviética. O objetivo imediato do governo era a unificação nacional e a luta contra a autonomia dos senhores locais e a dominação das potências imperialistas. Para isso, contava com o apoio dos comunistas.

Em 1925, porém, **Chiang Kai-shek** assumiu o comando das tropas do Kuomintang e iniciou uma política agressiva contra o Partido Comunista, rompendo a frente única. Após derrotas nas cidades de Xangai e Pequim, o Partido Comunista, sob a liderança de Mao Tse-tung e Chu Teh, retirou-se para o interior do país a fim de organizar suas bases de apoio. Em 1931, foi proclamada a República Soviética da China, em Kiangsi, no leste do país.

Aproveitando-se da fragilidade chinesa, o Japão invadiu a Manchúria, em 1931, e estabeleceu um Estado-satélite – o **Manchukuo** – no norte do país. O Kuomintang passou a sofrer dupla pressão: do imperialismo japonês invasor e da ameaça comunista no interior do país.

Em 1934, os nacionalistas organizaram uma grande campanha militar para esmagar os comunistas. Fugindo das tropas do Kuomintang, os 100 mil homens do Exército Popular de Libertação, liderados por Mao, percorreram 10 mil quilômetros a pé – a **Longa Marcha** (1934-1935) –, restando ao fim de um ano apenas 9 mil. Transformado no líder dos comunistas, Mao Tse-tung foi escolhido para secretário-geral do PCC.

Diante do avanço japonês, Mao Tse-tung propôs a organização de uma nova frente única – Kuomintang e PCC –, o que levou a um acordo, concluído em 1937. Até o final da Segunda Guerra Mundial, essa frente única deu ao PCC o controle de parte do Exército chinês, além de uma crescente popularidade ao denunciar a corrupção das tropas de Chiang Kai-shek.

Charge de 1931 sobre a postura da Liga das Nações (na figura, *League of Nations*) e dos Estados Unidos perante o conflito sino-japonês

O imperialismo na China e a Longa Marcha

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). *The Times concise atlas of world history*. Londres: Times Books, 1986. p. 122-3.

▲ O Japão, mesmo recriminado pela frágil Liga das Nações por sua agressão à China, continuou a ampliar suas conquistas militares e consolidar domínios, avançando da Manchúria para o sul do país. O governo imperial japonês chegou a declarar oficialmente seu interesse por todo o território chinês. O confronto entre os dois Estados [Japão e China] durou de 1931 até 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial.

Após a capitulação do Japão na Segunda Guerra Mundial, Chiang Kai-shek decretou, em 1946, uma mobilização nacional, para eliminar definitivamente o "perigo vermelho". Contando com o apoio norte-americano, que lhe fornecia recursos militares e financeiros, Chiang Kai-shek passou a ser visto pelos chineses como um "cúmplice do estrangeiro".

Enquanto isso, a União Soviética, envolvida com seus próprios problemas de pós-guerra, adotava com a China uma política ambígua e hesitante, deixando sem apoio os guerrilheiros do Exército Popular de Libertação, que, mesmo assim, continuaram avançando e atacando o Kuomintang.

O exército do PCC foi ganhando terreno, até que, em janeiro de 1949, entrou vitorioso em Pequim. Em 10 de outubro, foi proclamada a **República Popular da China**. Chiang Kai-shek e seus seguidores refugiaram-se na Ilha de Formosa (Taiwan), onde instalaram o governo da **China Nacionalista**, que recebeu forte apoio norte-americano durante a Guerra da Coreia e durante toda a Guerra Fria. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos isolaram a China, negando-lhe reconhecimento diplomático e intercâmbio econômico (situação que se manteve até a década de 1970).

A GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Após a derrota do Eixo, a Coreia, dominada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, foi dividida entre norte-americanos e soviéticos. Mas, antes do término do conflito, já se havia determinado o paralelo 38º Norte como limite geográfico para atuação militar de soviéticos e norte-americanos, com o objetivo de acelerar a rendição japonesa em duas frentes e desocupar o território coreano.

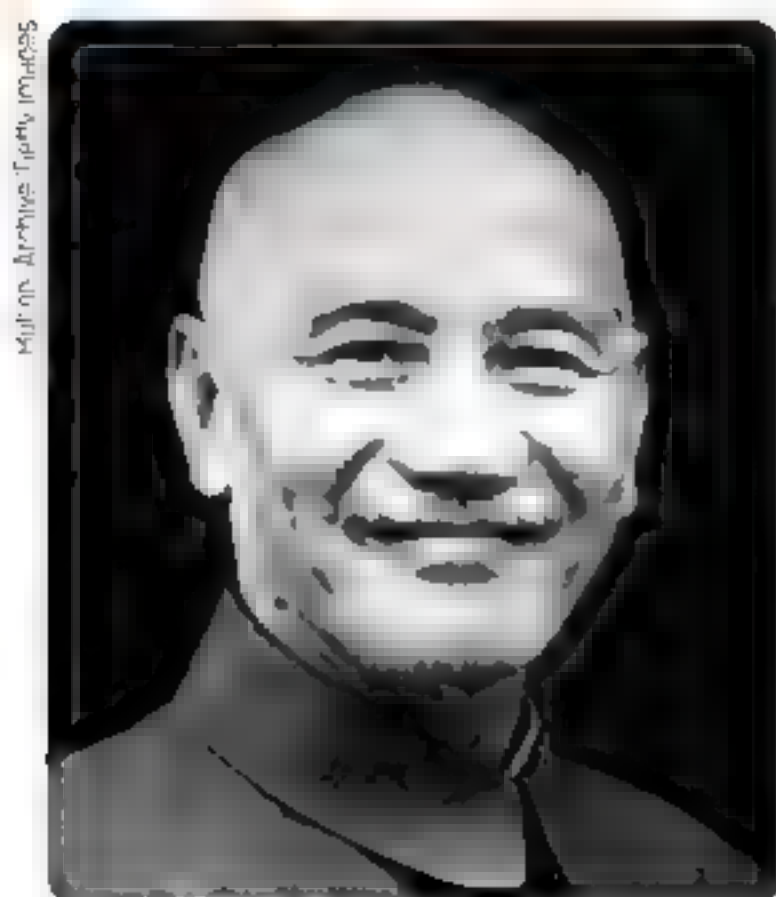
Terminada a guerra, no entanto, esse limite transformou-se em divisão real, surgindo dois Estados coreanos sob ocupação de cada uma das duas potências: a República da Coreia, ao sul, sob domínio norte-americano, e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob ocupação soviética.

Com isso, a região tornou-se área de sucessivos conflitos armados, sobretudo pelas divergências político-ideológicas entre os dois Estados e a tensão gerada pela Guerra Fria. A vitória dos comunistas de Mao Tse-tung na China, no final de 1949, serviu de motivação aos coreanos do norte para invadir o sul, em 1950, e conseguir sua capitulação, visando à unificação territorial da Coreia.

Na ONU, os Estados Unidos e seus aliados consideraram a Coreia do Norte agressora e intervieram, sob o comando do general MacArthur, para conter seu avanço. Os governos da China e da União Soviética deram apoio aos norte-coreanos, deixando evidente a bipolarização na região. Diante do risco de uma guerra indesejada, as potências envolvidas forçaram iniciativas para obtenção de um acordo de paz.

A morte de Stálin, em março de 1953, abriu espaço para mudanças na política externa soviética.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Hulton Archive/Getty Images

As duas Chinas

Adap. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 259.

Após a vitória da Revolução Socialista chinesa, Mao Tse-tung (foto superior, de 1967) fundou a República Popular da China, enquanto seu rival, Chiang Kai-shek (foto inferior, da década de 1950), fundava a China Nacionalista, em Formosa.

A eleição do novo presidente norte-americano, o republicano Dwight Eisenhower, também ajudou a acelerar as negociações para um armistício. Finalmente, em 27 de julho de 1953, foi assinado um acordo de paz em **Pan Munjon**, restabelecendo as fronteiras sobre o paralelo 38º Norte e aproximando a União Soviética e os Estados Unidos. Encerrava-se a fase crítica.

Para a Coreia, entretanto, a manutenção da divisão em Norte e Sul preservou o clima de confrontação e atritos fronteiriços ao longo das décadas seguintes.

O regime adotado pela Coreia do Norte manteve-se sob o forte controle do Partido Comunista, o único autorizado a funcionar no país, tendo à frente **Kim Il-sung**. Este permaneceu no poder até a sua morte, em 1994, sendo substituído pelo filho **Kim Jong-il**, denominado, em 1998, "presidente eterno" do país.

Após a guerra contra a Coreia do Sul, a Coreia do Norte contou com importante ajuda soviética e chinesa, mantendo-se ligada apenas aos países do bloco socialista. Entretanto, em virtude de sua discordância com o reformismo soviético empreendido pelo governo Gorbatchev (1985-1991), as ligações econômicas entre esses países foram enfraquecendo, e diminuíram ainda mais com o colapso do socialismo no Leste Europeu no final dos anos 1980 e início dos 1990.

A Coreia no final da guerra

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Com o final da Guerra Fria, a Coreia do Norte passou a praticar uma política que oscilou entre aproximação com o mundo capitalista – incluindo os Estados Unidos e a Coreia do Sul – e distanciamento e conflitos. Em 2006 o país realizou testes nucleares, com a explosão de uma bomba atômica subterrânea. Em

seguida, frente a sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, retomou a busca de acordos de não agressão e de desarmamento, como contrapartida à liberação de depósitos bancários do país congelados nos Estados Unidos e obtenção de empréstimos e fornecimento de petróleo. Em 2007, chegou a firmar acordo no Grupo dos Seis (as duas Coreias, mais a China, Estados Unidos, Federação Russa e Japão), comprometendo-se a desativar todas as suas instalações nucleares. Em 2009, contudo, expulsou do país técnicos da AIEA (agência atômica da ONU) e abandonou o fórum de negociações do Grupo dos Seis, além de realizar testes de lançamento de mísseis de curto alcance e, em seguida, outra explosão atômica subterrânea, retomando seu programa nuclear. O país sofreu novas pressões e sanções internacionais, especialmente norte-americanas, e a tensão regional se ampliou, originando ao mesmo tempo a busca de novos acordos.

A Coreia do Sul, por sua vez, recebeu investimentos e tecnologia estrangeira, ascendendo à posição de **Tigre Asiático**, embora, de início, fosse um país essencialmente agrário e não muito distante da situação econômica de seu parceiro do Norte.

Em junho de 2000, o presidente sul-coreano Kim Dae-jung visitou Pyongyang, a capital da Coreia do Norte, num inédito encontro de cúpula com o "grande líder" Kim Jong-il, para firmar promessas de ampliação do diálogo e de ajuda entre as duas Coreias. Novas investidas para uma maior aproximação com a Coreia do Norte continuaram a partir de então, apesar da retórica agressiva e antiamericana do governo do Norte.

Coleção particular

▲ Cartaz de propaganda comunista representando o líder Kim Il-sung.

Tigres Asiáticos: denominação atribuída a um conjunto de países da Ásia que na década de 1980 apresentaram um desenvolvimento elevado e repentino, com uma economia voltada para a exportação. Fazem parte do grupo Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

Chung Sung-Jun/Getty Images

Pool Photo/Getty Images

▲ Depois de sua economia voltar a crescer no início do século XXI e do pagamento da dívida acumulada na crise dos anos 1990, a Coreia do Sul teve como grande ameaça a atuação bélica norte-coreana. A possibilidade de confrontação militar na região e de uso de armas nucleares mostrou-se como uma séria ameaça à paz mundial e ao contínuo desenvolvimento da economia sul-coreana. Mesmo assim, a Coreia do Sul chegou a ocupar a posição de segundo maior produtor de navios do mundo. À esquerda, foto de 2005 de estaleiro em Ulsan, cidade onde se concentra o principal parque industrial do país. À direita, foto de fevereiro de 2003, na qual podem ser vistos os chefes das delegações norte-coreana, Pak Chang-ryon, à direita, e sul-coreana, Yoon Jin-shik, à esquerda, chegando ao quarto encontro econômico entre as Coreias, no qual conversaram sobre abertura econômica e suspensão do programa nuclear.

ESTADOS UNIDOS E UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA

O armamentismo e a tensão crescente entre os blocos capitalista e socialista, que caracterizavam a Guerra Fria, sofreram uma reversão parcial em 1953, com a morte do líder soviético Josef Stálin, a política do presidente norte-americano Dwight Eisenhower e o acordo de paz de Pan Munjon, na Coreia. Instaurou-se então um período de aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos, conhecido como Coexistência Pacífica.

Esse período iniciou-se com uma série de reuniões de cúpula entre os dirigentes das duas superpotências para acordos sobre a limitação de armamentos. Até os anos 1960, procurou-se diminuir os atritos da Guerra Fria, o monolitismo dos blocos e o alinhamento férreo à União Soviética ou aos Estados Unidos, possibilitando uma multipolarização internacional.

Em protesto contra a condição de simples satélites dos Estados Unidos, países europeus como França e Inglaterra, recuperados economicamente, desenvolveram políticas regionais independentes.

Em 1955, a **Conferência de Bandung**, na Indonésia, reuniu 23 países asiáticos e seis africanos com o objetivo de criar o que seria um novo bloco político de âmbito global. Os países independentes mas economicamente subdesenvolvidos, que foram chamados de **Terceiro Mundo**, posicionaram-se pelo não alinhamento automático a uma das duas superpotências. Como meta prioritária, assumiram o desenvolvimento econômico para superar dificuldades sem se envolver na bipolarização Estados Unidos-União Soviética.

No bloco socialista, o sucessor de Stálin, **Nikita Kruschev**, iniciou um processo de "desestalinização", alterando profundamente a política interna e externa soviética. Além disso, a partir de 1959 o distanciamento entre a China e a União Soviética dividiu os partidos comunistas mundiais, originando divergências que ativaram a multipolarização e puseram fim à coesão soviética.

Embora servisse como canal de entendimento no mundo organizado em dois blocos, a Coexistência Pacífica não pôs fim aos conflitos entre capitalismo e socialismo, e a aproximação entre norte-americanos e soviéticos e até mesmo a paz mundial foram ameaçadas por novos focos de tensão: a Guerra do Vietnã, a descolonização africana, a Revolução Cubana, a invasão da Hungria pelos soviéticos e o rompimento entre a União Soviética e a China.

Os norte-americanos de 1945 a 1969

Com a morte de Franklin Delano Roosevelt, em 1945, o vice-presidente, **Harry Truman**, assumiu a presidência dos Estados Unidos. Seu governo caracterizou-se pelo início da Guerra Fria e suas mais intensas manifestações. Difundiu-se no país a ideia de que qualquer oposição ao governo era sinal de antiamericanismo ou comunismo, produto de sabotagem e traição nacional. À frente dessa histeria política, estava o senador **Joseph MacCarthy**.

Jerry Cooke/Corbis/Latinstock

▲ A "desestalinização" comandada por Nikita Kruschev (à direita, de paletó claro) reprovava o autoritarismo, a repressão e o culto à personalidade da era stalinista. Na foto, o dirigente soviético em visita a uma fazenda agropecuária em Iowa, nos Estados Unidos, em 1959.

▲ Joseph MacCarthy iniciou uma terrível "caça às bruxas", forjando processos e delações e disseminando o pânico comunista pela sociedade norte-americana. Na foto de 1954, o senador MacCarthy localiza as "células comunistas" em todo os Estados Unidos

O macarthismo atingiu seu auge com o "caso Rosenberg", que consistiu na prisão e julgamento do casal judeu **Ethel** e **Julius Rosenberg**, acusado de passar segredos da bomba atômica aos soviéticos. Depois de um tumultuado processo, e apesar dos pedidos de clemência vindos de muitos países, foram ambos executados, em 1953. A febre macarthista atingiu todo o país, só refluindo no segundo mandato do presidente Eisenhower.

Coleção particular

▲ Kennedy em confronto com Kruschev. Caricatura de Levine, 1962

Eleito em 1952 pelo Partido Republicano, **Dwight Eisenhower** foi reeleito em 1956, governando os Estados Unidos até 1960. Na política externa, oscilou entre o enfrentamento da Guerra Fria e a prática da Coexistência Pacífica. Comandou uma política agressiva contra os soviéticos, estabelecendo pactos militares com países alinhados contra o comunismo; ao mesmo tempo, favoreceu a retomada das relações com a União Soviética, originando os primeiros acordos do pós-guerra.

Eisenhower destinava imensas verbas para a construção de mísseis e exploração espacial, a fim de ultrapassar os soviéticos, que haviam lançado o primeiro satélite artificial do mundo, o **Sputnik**. Enquanto isso, recebia Kruschev em 1959, nos Estados Unidos, para conversações confidenciais e amigáveis.

Integrante do Partido Democrata, **John Fitzgerald Kennedy** venceu o republicano **Richard Nixon** nas eleições de 1960, governando até 1963, quando foi assassinado. Em pleno período da Guerra Fria, Kennedy também manteve com os soviéticos conversações e diversos confrontos, originando crises agudas, algumas de alarmante ameaça à paz mundial.

Ao assumir a presidência, Kennedy teve de enfrentar a questão da vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959. Hostil aos norte-americanos, a **Revolução Cubana** anulou a tradicional hegemonia norte-americana naquela ilha, grande produtora de açúcar e charutos e apreciado local turístico para os norte-americanos.

Em 1961, desejando reaver a supremacia perdida, o governo Kennedy colocou em prática um plano de invasão à ilha para derrubar o governo revolucionário cubano. O plano, a **invasão da Baía dos Porcos**, fora elaborado pela CIA (Agência Central de Inteligência, órgão do governo norte-americano dedicado a espionagem e ações clandestinas) durante a administração Eisenhower e terminou em fracasso. Kennedy teve de assumir pessoalmente a responsabilidade da ação, desgastando-se politicamente.

Bettmann/Corbis/Latinstock

akg-images/Intercontinental Press

▲ Embora Kennedy tenha se reunido com Kruschev em junho de 1961 (foto à esquerda), em Viena, mantendo o clima diplomático de coexistência internacional, em agosto do mesmo ano agravou-se a tensão, quando foi erguido o Muro de Berlim, dividindo a cidade ao meio e fechando um tradicional caminho de fuga dos alemães orientais para o Ocidente. Na capa da revista alemã de 23 de julho de 1961, a tensão já era sentida: "Com o chanceler [Adenauer] todos os alemães olham com preocupação para sua capital".

O presidente norte-americano temia novos episódios de rebeldia na América Latina, onde era latente o descontentamento sociopolítico causado pelo subdesenvolvimento e onde a população enfrentava graves dificuldades econômicas. Estabeleceu então um programa de ajuda econômica aos vizinhos do continente, a **Aliança para o Progresso**, intensificando empréstimos e investimentos, de modo a garantir a supremacia das ideias, valores e interesses de seu país no continente.

Em 1962, outro fato pôs em maior risco a aproximação Leste-Oeste e mesmo a paz mundial. O centro da crise era novamente Cuba, onde o governo de Fidel Castro, inicialmente independente, fizera a opção pelo socialismo, aliando-se à União Soviética. O governo soviético foi acusado de instalar na ilha mísseis apontados para os Estados Unidos, a apenas 300 quilômetros de distância. Ameaçando invadir Cuba, o governo norte-americano exigiu a retirada dos mísseis. Diante da gravidade do incidente e de suas possíveis consequências, Kruschev, que assumira compromissos de defesa dos cubanos, preferiu recuar, desmontando as rampas para lançamento de mísseis da ilha.

No âmbito interno, Kennedy adotou medidas voltadas para o bem-estar social nas áreas de educação e saúde e tornou ilegal a discriminação racial, ganhando de um lado imensa popularidade e de outro a forte oposição dos mais conservadores. Sua carreira foi encerrada em 22 de novembro de 1963, ao ser baleado durante uma visita à cidade de Dallas, no Texas.

▲ Na foto à esquerda, o presidente John Kennedy, momentos antes de ser atingido por uma bala que o mataria, em Dallas (Texas), no dia 22 de novembro de 1963. Esse crime nunca chegou a ser totalmente esclarecido: conspiração ou ato isolado de um delinquente? Na foto à direita, o presumido assassino, Lee Oswald (ao lado de um policial de chapéu), que foi preso e, pouco depois, baleado e morto.

O vice-presidente **Lyndon Johnson** assumiu o governo e foi reeleito para o período de 1964 a 1968. Manteve uma atitude ofensiva contra o comunismo, distanciando-se dos soviéticos, e envolveu completamente os Estados Unidos na Guerra do Vietnã, chegando a enviar mais de 500 mil soldados para a região.

Essa participação fez surgir as primeiras grandes manifestações de protesto da opinião pública contra essa guerra e o intervencionismo norte-americano na região. Mesmo assim, a fim de preservar sua hegemonia no continente latino-americano, em constante ebulição sociopolítica, Johnson realizou também a intervenção militar na República Dominicana, evitando o surgimento de um novo Estado socialista na América.

Ainda no governo de Johnson, ocorreram diversas manifestações estudantis e populares contra a Guerra do Vietnã, além de intensas manifestações do movimento negro contra o racismo, que ganharam intensidade sob a liderança do reverendo pacifista **Martin Luther King**. Desde o final da década de 1950, suas pregações aglutinaram milhares de simpatizantes e sobrepuseram-se a outras organizações radicais, como a dos muçulmanos negros de Malcom X e os Black Panthers ("panteras-negras").

▲ Martin Luther King (1929-1968), líder do movimento contra a segregação racial e pela igualdade de direitos civis da população negra dos Estados Unidos, numa manifestação em Washington em 1963.

Luther King adotara a doutrina do indiano Mahatma Gandhi, que defendia a **desobediência civil** e a **não violência** como meios de obter conquistas sociais. Com o boicote aos meios de transporte exclusivos dos brancos, no sul do país, movimentos políticos de intelectuais e de sindicatos, atentados e marchas pelos direitos civis, pouco a pouco o movimento negro ganhou adesão da maioria branca, e algumas decisões favoráveis foram obtidas nos tribunais.

Martin Luther King, que chegou a receber o prêmio Nobel da Paz em 1964, foi assassinado em 1968. No mesmo ano, como reflexo de um agitado período sociopolítico, foi assassinado o senador Robert Kennedy, irmão do presidente John Kennedy. Ao condenar abertamente a Guerra do Vietnã, tornara-se o preferido na campanha presidencial em curso. Seu assassinato, cometido por um palestino, foi tido como um protesto contra a proteção dada pelos Estados Unidos ao Estado de Israel durante os conflitos árabe-israelenses no Oriente Médio.

OS SOVIÉTICOS ATÉ 1964

Após a Segunda Guerra Mundial, os grandes desafios enfrentados pela União Soviética foram sua própria reconstrução e a consolidação de sua liderança no bloco comunista, agora englobando os países do Leste Europeu, além de administrar os embates da Guerra Fria.

Com o quarto e o quinto planos quinquenais (1946-1950 e 1951-1955), a União Soviética recuperou o nível de produção anterior à guerra, dando ênfase para a área bélica, e consolidou sua posição de superpotência industrial e militar. Reforçou, assim, o desenvolvimento do setor de bens de produção, relegando a segundo plano a produção de bens de consumo.

Entretanto, depois dos sacrifícios de décadas de reconstrução, a sociedade soviética, cada vez mais concentrada em núcleos urbanos graças à industrialização, mobilizava-se para exigir melhorias no padrão de vida, mais bens de consumo e mais autonomia, o que contrastava com o centralismo stalinista.

O culto a Stálin, visto como o "grande líder" soviético, possibilitou a mobilização nacional no esforço de superação das dificuldades e de crescimento. Eliminando divergências e oposições, por meio de expurgos, prisões e outras formas de repressão, o governo stalinista procurou manter o monolitismo político-ideológico. Irradiando-se por todos os países aliados, tal prática levou à expulsão de mais de 1 milhão de pessoas dos partidos comunistas, muitas das quais foram mortas.

A morte de Stálin em março de 1953, em decorrência de um derrame cerebral, fez emergir disputas pelo poder na cúpula política soviética. De 1953 a 1955, Malenkov assumiu o governo soviético. De 1955 até 1964, assumiu Kruschev, cujo governo destacou-se sobretudo pelo início do processo de "desestalinização".

Museu Central Estatal da História Contemporânea da Rússia

Stálin mobilizou todos os recursos da economia soviética, articulando a produção coletivizada rural e o desenvolvimento industrial. Foi esse impulso econômico que sustentou a posição de grande potência mundial da União Soviética nas duas primeiras décadas do período da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, ele desencadeou violenta perseguição política a seus inimigos e estimulou o culto à personalidade, exemplificado pelo cartaz ao lado (de 1933), que o mostra como condutor da União Soviética (à direita se lê no cartaz: "O capitão do país dos sovietes nos conduz de vitória em vitória").

AFP/Getty Images

▲ No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, em Moscou, Kruschev condenou o "culto à personalidade", a repressão política e o autoritarismo de Stálin, além de afirmar que "as prisões em massa faziam mal ao país e à causa do progresso socialista". Acima, foto de fevereiro de 1956, em que os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética ouvem a fala de Kruschev.

Kruschev defendeu também que os diversos países poderiam chegar ao socialismo por caminhos diferentes do soviético, além de considerar ultrapassada a tese de Lênin sobre a inevitabilidade de uma guerra total entre socialismo e capitalismo. A "desestalinização" envolvia a descentralização administrativa e enfatizava a produção de bens de consumo, com o objetivo de dinamizar a economia socialista e elevar o padrão de vida da população.

O dirigente soviético acreditava na descentralização política, na liberalização cultural – até então freada pelo regime stalinista – e na elevação do bem-estar social como táticas para alcançar eficiência econômica e tecnológica. Essa política garantiu aos soviéticos o pioneirismo na corrida espacial ao lançarem, em 1957, o satélite artificial Sputnik e concretizarem o primeiro voo espacial tripulado, com o astronauta Iuri Gagárin, em 1961. Com esse feito, os soviéticos quebravam o mito ocidental de que somente os Estados Unidos produziam tecnologia sofisticada.

Kruschev lançou a distensão e a Coexistência Pacífica com os norte-americanos e imprimiu maior flexibilidade político-ideológica às relações com seus aliados do bloco comunista, como no reconhecimento, em 1955, de Josip Broz Tito da Iugoslávia, que divergira de Stálin, admitindo sua política como uma via diferente de desenvolvimento do socialismo.

Entretanto, o abalo ao centralismo monolítico do bloco comunista fez surgirem dissidências externas e pressões internas crescentes contra o reformismo de Kruschev. Em 1956, a agitação política no mundo socialista cresceu descontroladamente: na **Polônia**, o líder Wladislaw Gomulka, destituído do governo no período stalinista, foi reconduzido ao poder; na **Hungria**, do mesmo modo, Mátvás Rakósi foi substituído na direção do Partido Comunista por Imre Nagy, que, representando os anseios populares de dinamização e autonomia, tentou retirar o país do Pacto de Varsóvia.

Em resposta, os exércitos soviéticos entraram na Hungria, em novembro de 1956, ocuparam Budapeste (ver foto na página 703) e, com a morte de aproximadamente duzentos húngaros, derrubaram Nagy, colocando János Kádár no cargo de primeiro-ministro. Nos discursos, entretanto, Kruschev mantinha a defesa da existência de diferentes vias para o socialismo, elogiando o não alinhamento e o neutralismo, e procurando, dessa forma, aproximar-se dos países do Terceiro Mundo.

A **China**, sob a liderança de Mao Tse-tung, firmou sua autonomia opondo-se à ideia de Coexistência Pacífica e acusando as reformas de Kruschev de traição aos princípios socialistas. As divergências sino-soviéticas cresceram, manifestando-se em conflitos de fronteira e em acusações mútuas. Culminaram em 1959, com o rompimento do acordo nuclear assinado pelos dois países.

Afastando-se cada vez mais da China, a União Soviética retirou-lhe a ajuda econômica e técnica em 1960. Esse conflito rompia definitivamente o projeto

de unidade socialista comandada pelos soviéticos, desgastando o poder governamental de Kruschev. Em 1961, também a Albânia rompia relações diplomáticas com a União Soviética, alinhando-se com a China.

Diante da rivalidade com os Estados Unidos, acrescida da chinesa, o governo de Kruschev passou a dar maior apoio aos norte-vietnamitas na Guerra do Vietnã. Outra medida polêmica de seu governo, que afetou ainda mais a imagem da União Soviética, foi a construção do Muro de Berlim, em 1961, com o objetivo de interromper o grande fluxo de refugiados da Alemanha Oriental para a Ocidental.

▲ A intervenção militar soviética encerrou o curto período de liberalização socialista húngara, que ficou conhecido como "Primavera de Budapeste". Na foto de 1956, tanque soviético e populares numa rua de Budapeste

Como vimos antes, as relações capitalismo-socialismo sofreram novo abalo em 1962, com a **crise dos mísseis de Cuba**, que quase precipitou uma guerra total. Na tentativa de reverter a crescente tensão internacional, Kruschev e Kennedy assinaram em 1963 vários acordos, que incluíam a proibição de testes nucleares ("sob a água, na atmosfera e no espaço extraterrestre"). Mesmo assim, os reveses sucessivos da política de Kruschev minaram seu poder na União Soviética, precipitando sua queda.

Em 1964, ele foi destituído pelo Comitê Central do Partido Comunista, e o governo soviético ficou a cargo de **Leonid Brejnev**, primeiro-secretário do partido, **Alexey Kossiguin**, presidente do Conselho de Ministros, e **Nikolai Podgorny**, presidente do Soviete Supremo, formando uma *troika* (triunvirato) de governo. O poder retomava assim a linha centralista da era stalinista na União Soviética.

O SOCIALISMO NA CHINA E EM CUBA

A revolução popular liderada por **Mao Tse-tung**, em 1949, sepultou a velha condição de "quintal do mundo" que caracterizara a China desde o século XIX. A força do sentimento nacional e a atuação do Partido Comunista Chinês criaram uma via socialista independente, que se desgarrou do bloco soviético e até rivalizou com ele.

Diferentemente do que indicavam os fundamentos da ideologia marxista, a Revolução Chinesa não se fez baseada no operariado urbano, mas a partir da atuação da população rural, camponesa, o que firmou sua singularidade política em plena Guerra Fria.

Em Cuba, o socialismo foi estabelecido em meio à derrubada de uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos, originando um Estado que ativou diversas políticas alinhadas com os soviéticos e o Leste Europeu e que mergulhou em profundas dificuldades após o fim da Guerra Fria.

A República Popular da China

Após sua vitória, em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) aproximou-se da União Soviética, com a assinatura, no ano seguinte, do Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda. O novo governo adotou medidas drásticas, como a nacionalização das indústrias e a reforma agrária, para enfrentar as dificuldades econômicas, que, no entanto, ressurgiram com a Guerra da Coreia, em 1950.

O primeiro plano quinquenal, anunciado em 1953 por Chou En-lai, propunha uma nova linha geral de transição para o socialismo, com prioridade para a indústria pesada. Em 1955, a coletivização da agricultura acelerou-se com a organização de 1 milhão de cooperativas. O aumento dos salários, contudo, não acompanhou o aumento da produtividade industrial.

Ao perceber que o desenvolvimento socialista estava aquém das exigências sociais e ameaçava o governo do Partido Comunista, Mao Tse-tung proclamou a liberalização política interna, tentando obter maior envolvimento popular. Essa iniciativa permitiu o aparecimento de críticas aos abusos dos funcionários do partido e a atuação de oposicionistas contrários ao centralismo planificado.

AFP/Getty Images

▲ Na década de 1950, a China passava por intensas transformações econômicas e culturais. Na foto de outubro de 1955, parada comemorativa do Dia da Nação, em Pequim. Os integrantes carregam um retrato de Mao

Associada ao lema "Que 100 flores desabrochem, que 100 escolas de pensamento rivalizem entre si" (1956), a abertura foi chamada de **Movimento das 100 Flores**. A iniciativa foi encerrada quando se transformou em ameaça ao governo e fugiu do controle do PCC. Seguiram-se diversas prisões e programas de "reeducação" de vários ativistas considerados direitistas. Mao justificou-se dizendo que o Movimento das 100 Flores tivera por objetivo "fazer as serpentes saírem de suas tocas".

Novamente fortalecido, em agosto de 1957 o governo central decidiu-se pelo programa de reformas chamado **Grande Salto para a Frente**, que pretendia promover a industrialização do país de forma descentralizada, junto às comunas agrícolas, sem comprometer, portanto, o predomínio da base camponesa do socialismo chinês.

O CONFLITO SINO-SOVIÉTICO

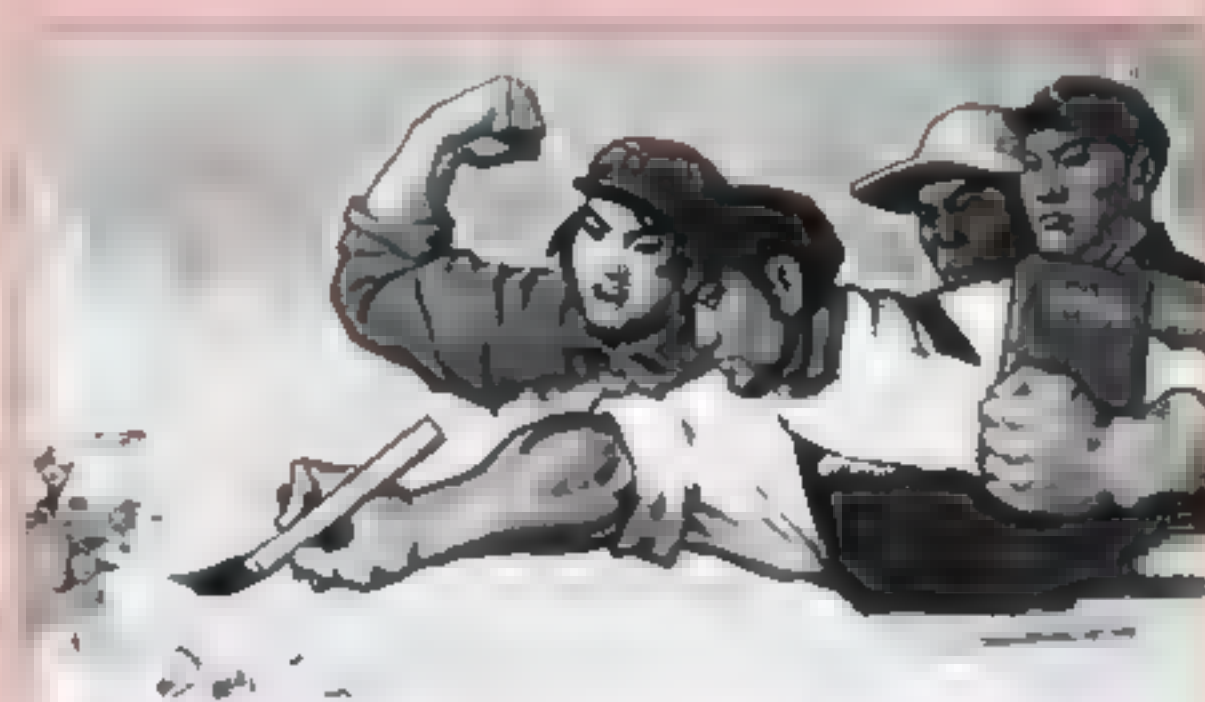
O compromisso soviético de fornecer armas nucleares aos chineses, assumido em 1957, foi rompido em 1959 nos preparativos para um encontro de representantes soviéticos com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower, dentro da política de Coexistência Pacífica. A atitude soviética recebeu severas críticas dos chineses, para os quais o imperialismo norte-americano continuava ameaçador. Como represália, em 1960 a União Soviética retirou seus conselheiros técnicos da China.

A política de priorização da produção de bens de consumo e de "desestalinização" adotada por Kruschev distanciava ainda mais o PCUS do PCC. Naquele momento, os chineses procuravam desenvolver a indústria de base, e Mao Tse-tung era venerado como o grande guia chinês, tornando-se alvo da crítica ao culto da personalidade feita pelo líder soviético.

Em 1962, o agravamento das relações sino-soviéticas chegou ao ponto de ruptura, quando o PCC acusou Kruschev e o PCUS de "revisionistas", ou seja, os soviéticos estariam modificando as teses marxistas originais, distanciando-se do socialismo puro.

Já nos anos 1970, enquanto o monolitismo socialista se desestruturava, o governo chinês tratava pouco a pouco de aproximar-se diplomaticamente dos Estados Unidos. Essa política possibilitou seu ingresso na ONU (1971) e a visita do presidente norte-americano, Richard Nixon (1972), à China. Com uma política autônoma, os chineses tornaram-se militarmente autossuficientes, adquirindo também poderio nuclear: explodiram sua primeira bomba atômica em 1964 e a de hidrogênio em 1967.

Em 1969, as relações entre a China e a União Soviética haviam se deteriorado de tal forma que entre os dois países socialistas existiam apenas algumas modestas transações econômicas e questões diplomáticas de rotina. Somente a partir de 1986 ocorreram progressos na reaproximação entre eles.

Coleção particular

▲ Cartaz chinês de 1967 criticando a política de Kruschev. O conflito sino-soviético derivava de divergências ideológicas, mas afetava pontos políticos e econômicos entre os dois países.

Mesmo com a mobilização geral da população, inclusive de intelectuais e estudantes conclamados a trabalhar no campo, e com o crescimento da produção rural em 65%, as dificuldades continuaram obrigando a correções de rumo. Na verdade, o projeto Grande Salto teve resultados limitados, uma vez que, nesse mesmo período, as relações sino-soviéticas tornaram-se mais difíceis, intensificando as dissidências e a oposição interna ao Partido Comunista Chinês.

Com o objetivo de se fortalecer pessoalmente, Mao Tse-tung deu início, em meados da década de 1960, a um movimento de expurgos a opositores políticos dentro do governo – a **Revolução Cultural** –, que envolveu toda a população chinesa.

Esse movimento, que começou tentando integrar o trabalho manual ao intelectual, ativou o fervor revolucionário, a participação popular e a produtividade e atacou a burocratização partidária e governamental. Logo desdobrou-se em críticas ao PCC, aos opositores de Mao, apelidados de "pró-burguesia" e "kruschevistas", atraindo a participação de toda a sociedade contra o inimigo capitalista.

Os *dazibaos*, jornais murais públicos feitos por populares, espalharam-se pelo país, generalizando o movimento – que em pouco tempo se transformou numa luta pelo poder empreendida pelo grupo maoista. Sustentado pelo Exército Popular de Libertação, liderado por **Lin Piao**, o grupo maoista opunha-se ao grupo de **Liu Shaochi** e **Deng Xiaoping**, fortes adversários de Mao dentro do Partido Comunista Chinês, que acabaram sendo perseguidos e forçados a fazer autocrítica pública. Com isso, reforçava-se a campanha em favor da liderança de Mao.

Zhou Thong/Album/akg-images/Latinstock

▲ Manifestação da Guarda Vermelha na província de Ning Xian. Foto de data incerta, entre 1966 e 1968. A Guarda Vermelha era constituída basicamente de jovens, mobilizados para divulgar o pensamento de Mao Tsé-tung e combater aquilo que se opunha à China idealizada pelo líder. Na foto, repare nos exemplares de *dazibaos* afixados nas paredes.

Multiplicaram-se as organizações revolucionárias, inspiradas na obra *Pensamento de Mao Tse-tung*, que ficou conhecido como *Livro vermelho*. Nele, firmavam-se as ideias de reeducação socialista, de críticas ao burocratismo, de fidelidade a Mao e permanente alerta contra o inimigo.

Hulton Archive/Getty Images

O culto de Mao Tse-tung: o pequeno *Livro vermelho*. Na foto de 1968, crianças leem o livro em praça pública ▶

Chiang Ching, esposa do líder chinês, comandava o Grupo Central da Revolução Cultural, que reprimiu não só os acusados de direitistas, como também os ultraesquerdistas, que pretendiam aprofundar ainda mais as críticas e o andamento da própria revolução.

No final de 1967 e início de 1968, consolidou-se a autoridade de Mao, que expurgou do partido seus opositores, entre os quais Deng Xiaoping. Mao sobrepôs-se até mesmo ao PCC, transformando-se no líder máximo nacional, a quem chamavam de "o grande timoneiro". A partir de 1970, entrou em choque com Lin Piao, seu sucessor nomeado e chefe do Exército Popular, organização mais forte que o próprio partido.

Derrubado do comando militar, Lin Piao morreu em 1971, segundo versão oficial, vítima de um acidente aéreo quando tentava fugir para a União Soviética.

Em janeiro de 1976, morreu o primeiro-ministro Chou En-lai, habilidoso diplomata e conciliador das várias tendências do PCC. Em setembro do mesmo ano, Mao Tse-tung morreu aos 83 anos de idade, abrindo um novo período de disputa pelo poder na China.

Ao morrer, Mao deixou a seus sucessores uma China bastante diversa da que herdara no início da revolução de 1949: tanto a população, graças à redução da mortalidade infantil, quanto a expectativa de vida média haviam praticamente dobrado. Mesmo sem conseguir eliminar o analfabetismo, com mais de um quarto da população marginalizada da formação básica, a China de Mao havia multiplicado por seis as matrículas nas escolas primárias.

A China pós-Mao

Em fins de 1976, **Hua Kuofeng** assumiu o governo chinês, imprimindo uma linha política de centro. Em 1977 ocorreu a reabilitação de Deng Xiaoping e, à medida que se deu sua ascensão no PCC, o grupo de Chiang Ching foi marginalizado. Presa e julgada em 1981, Chiang Ching foi condenada como responsável pelos excessos da Revolução Cultural: perseguições, imposição de autocríticas sobre atuações e erros quanto a concepções socialistas e culto à personalidade.

Deng Xiaoping, agora líder do governo chinês, iniciava o período de "desmaoização" do país, afastando do governo os mais fiéis seguidores de Mao Tse-tung. No final dos anos 1980, a imagem de Mao perdera a força que possuíra durante mais de trinta anos.

Deng Xiaoping tinha como meta modernizar a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia. Essas medidas atraíram para a China uma imensa onda de investimentos externos. O predomínio agrário da época de Mao se revertia, e na década de 1980 a população rural já era inferior a 80% da população total.

Após a morte de Deng Xiaoping, em fevereiro de 1997, e a liderança política seguinte, de **Jiang Zemin**, ficaram patentes duas incógnitas para a continuidade do desenvolvimento chinês. Em primeiro lugar, a questão da maior integração ao capitalismo globalizado e sua convivência com a burocracia herdada da ordem socialista, a corrupção e a ineficiência produtiva. Em segundo lugar, a falta de simetria entre a abertura econômica e liberdades políticas, além dos efeitos da ampliação das desigualdades sociais, resultante da adoção da economia de mercado.

Esse quadro estava evidente nas pressões pela liberalização política na China durante a década de 1980, atingindo seu ápice em abril de 1989, com a ocupação popular da **Praça da Paz Celestial**, no centro de Pequim. Como um novo "assalto ao céu" (busca do paraíso socialista), exigiu-se liberdade de manifestação e de imprensa, num movimento liderado por estudantes em defesa da democratização do país. Entretanto, o governo adotou uma linha repressiva, sufocando o movimento à força e recusando-se a ampliar as liberdades políticas nos anos seguintes.

Neste início do século XXI, sob o comando de **Jiang Zemin** e de **Hu Jintao** (nomeado em novembro de 2002 como sucessor de Zemin), a China continua aumentando a abertura ao sistema capitalista, combinando-a com a ordem comunista herdada da revolução de 1949. Assim, há certa liberdade econômica: os

CNN/Getty Images

▲ A violenta repressão à ocupação da Praça da Paz Celestial por estudantes, em 1989, valeu ao governo de Deng Xiaoping a condenação internacional. Acima, imagem de vídeo de Pequim em que um estudante tenta barrar o avanço de tanques com seu próprio corpo, em protesto contra o autoritarismo governamental.

chineses podem ter seus próprios negócios, o país está aberto a investimentos estrangeiros, existem maiores vínculos com o circuito de negócios internacionais, admite-se o consumismo e a população tem liberdade para viajar ao exterior. Essa economia mais aberta, no entanto, contrapõe-se à manutenção de uma férrea estrutura política baseada no regime de partido único e ao controle estatal das comunicações, além da censura e repressão às manifestações contrárias ao partido.

Em contrapartida, o sucesso econômico chinês evidenciou-se nos últimos anos com a admissão do país na Organização Mundial de Comércio (OMC) em novembro de 2001, a entrada de empresários no PCC e as seguidas taxas de crescimento econômico superiores a 7,5%, chegando a 9,9% em 2005, 10,7% em 2006, 11,9% em 2007, 9% em 2008 e 8,7% em 2009.

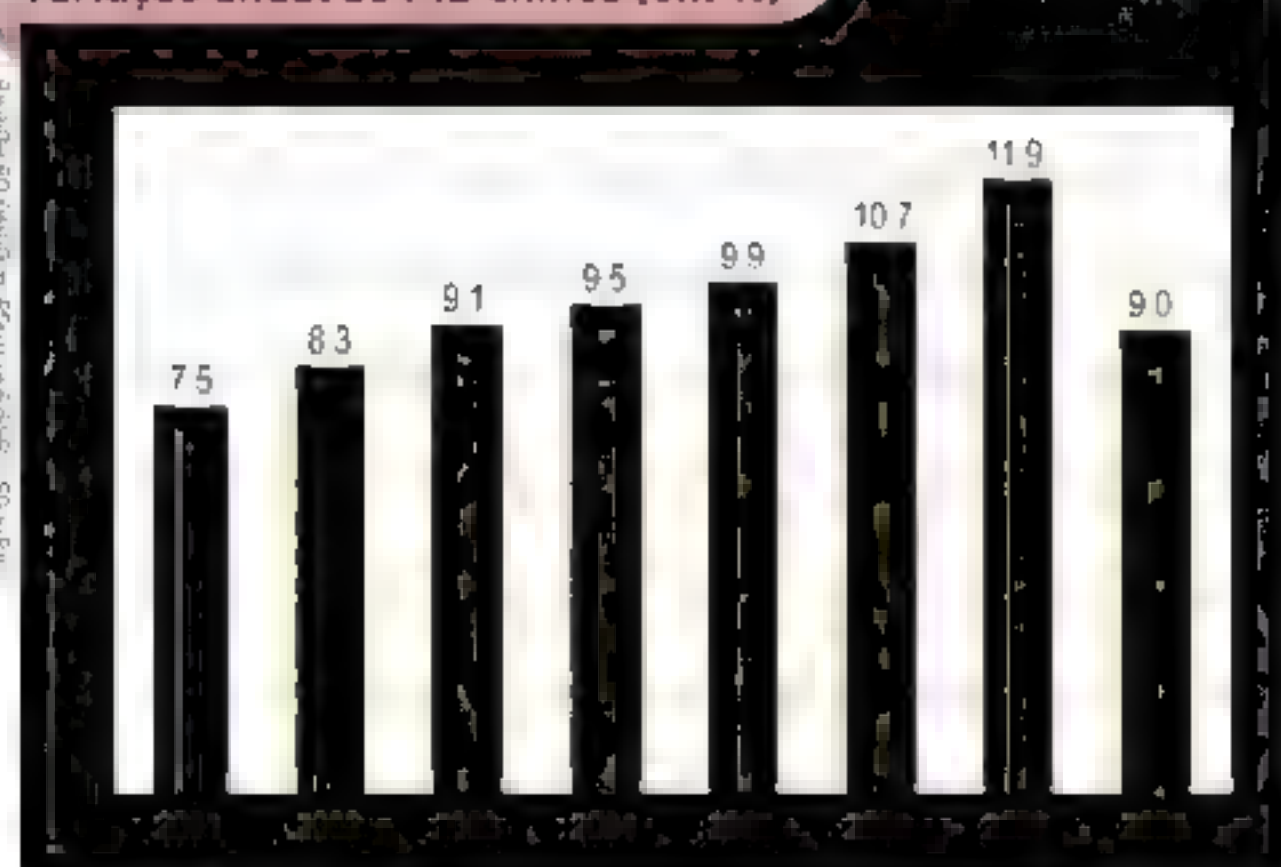
▲ Principal rua comercial de Pequim, China. Foto de abril de 2009.

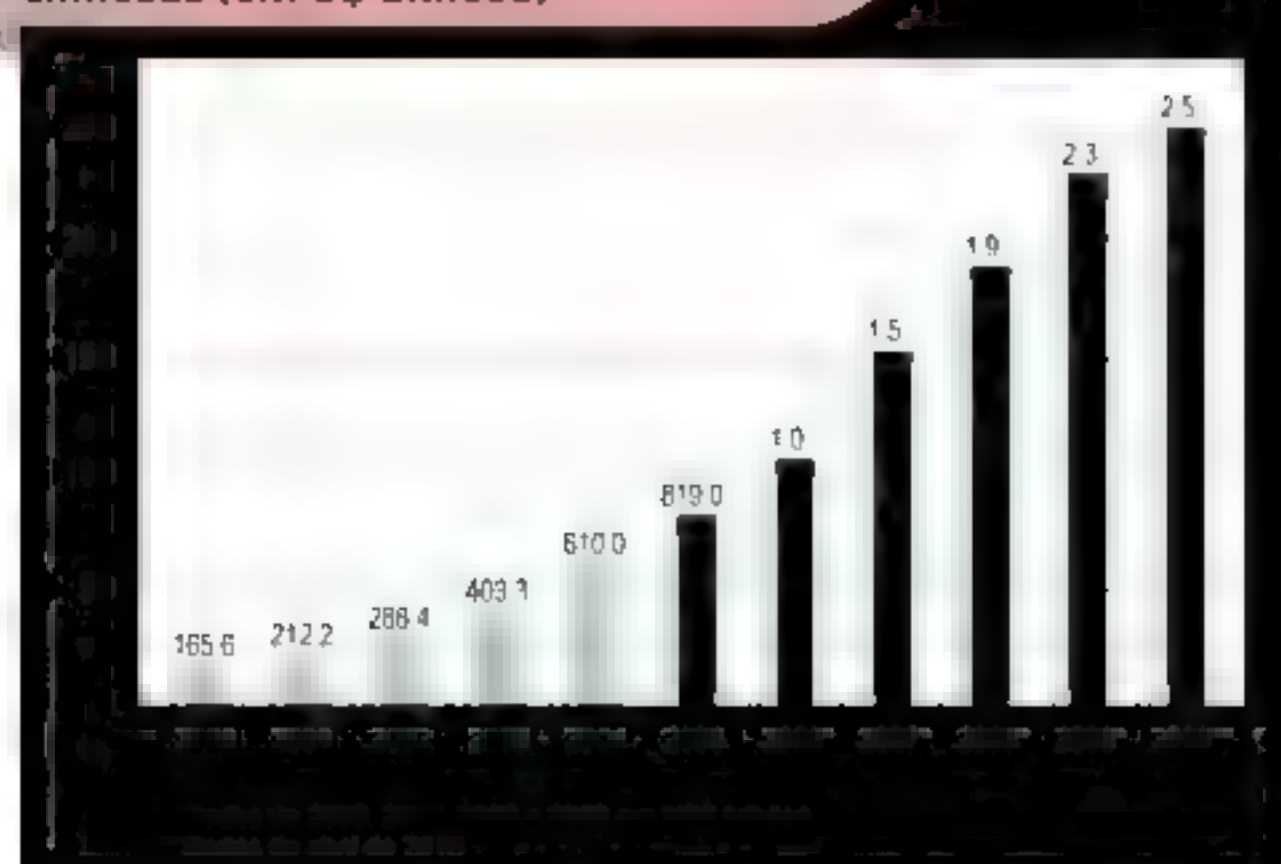
Outro fator visível da pujança da economia chinesa eram suas reservas internacionais, que passaram de US$ 819 bilhões em 2005 para 1 trilhão em 2006, 1,5 trilhão em 2007 e 2,3 trilhões em 2009, chegando no início de 2010 a US$ 2,5 trilhões. O vertiginoso crescimento alçou o país de quarta maior economia do mundo (atrás dos Estados Unidos, Japão e Alemanha) à terceira posição, no final de 2008 e, estimam os analistas, à segunda colocação no início de 2010, abaixo apenas dos Estados Unidos. Tal quadro deu respaldo à afirmação repetida por muitos analistas quanto a sua situação: país que experimenta "uma perestroika sem glasnost".

perestroika: expressão em russo para denominar reestruturação econômica ocorrida no governo de Gorbatchev

glasnost: expressão em russo para denominar abertura política ocorrida no governo de Gorbatchev

Variação anual do PIB chinês (em %)

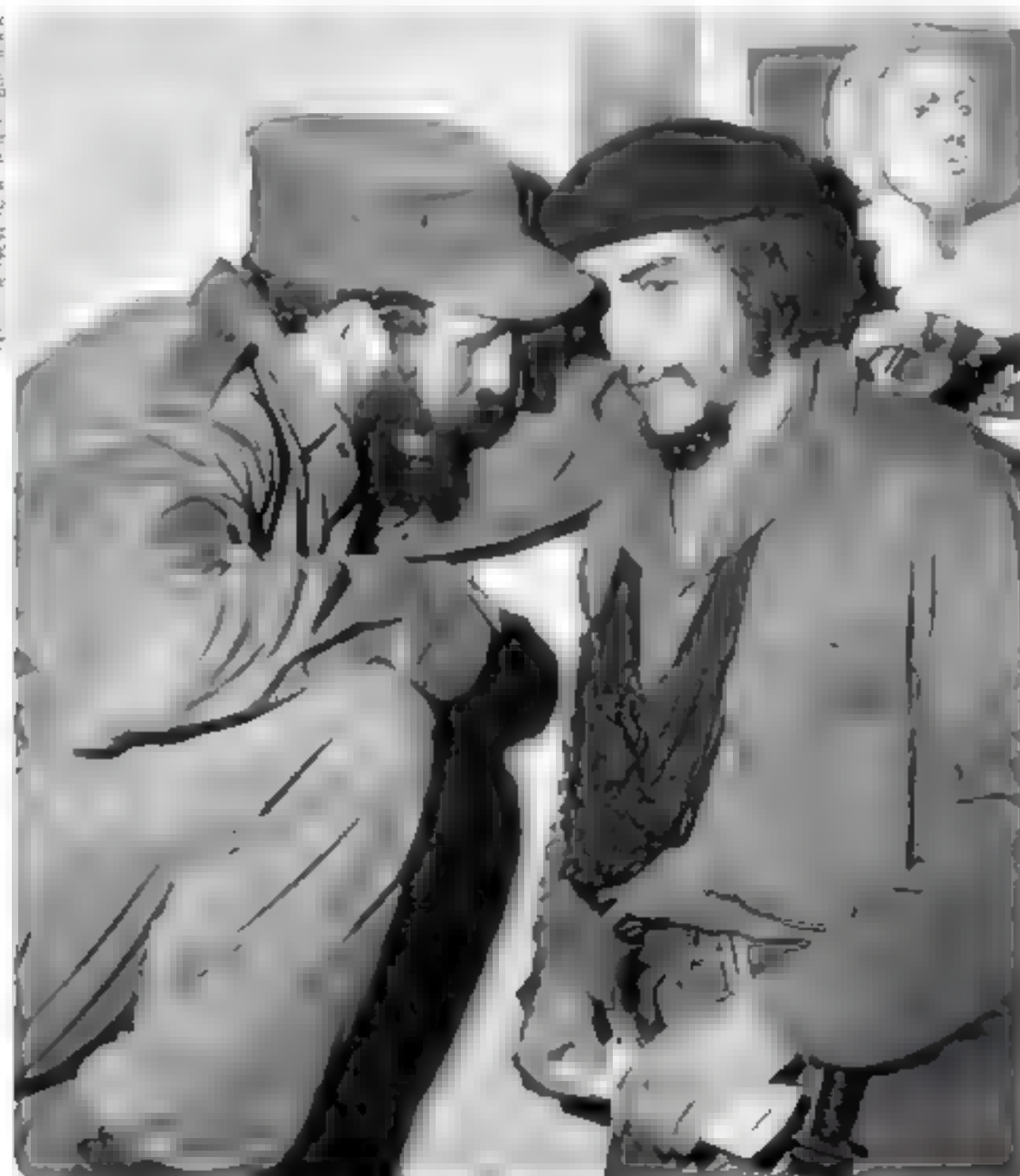
7,5 | 8,3 | 9,1 | 9,5 | 9,9 | 10,7 | 11,9 | 9,0

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/[illegible]reservas-internacionais-na-china-encerram-2007-em-us-1-53-trilhao-[illegible].asp>. Acesso em: 23 set. 2009.

Crescimento das reservas internacionais chinesas (em U$ bilhões)

165,6 | 212,2 | 286,4 | 403,3 | 610,0 | 819,0 | 1,0 | 1,5 | 1,9 | 2,3 | 2,5

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/[illegible].shtml>. Acesso em: 20 set. 2009.

A Revolução Cubana (1959)

Liderada pelo poeta José Martí, a independência cubana, em 1898, logo esbarrou na política do Big Stick ("grande porrete") – que, como já vimos, era utilizada pelos Estados Unidos para justificar seu intervencionismo na América Latina e estava sintetizada nesta frase do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909): "Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete". Seguindo essa política, os Estados Unidos fizeram incluir na Constituição cubana de 1901 a Emenda Platt, dando início à tutela político-econômica norte-americana sobre Cuba. Além de ceder aos Estados Unidos uma área de 117 quilômetros quadrados – a Baía de Guantánamo, ainda hoje uma base norte-americana em solo cubano –, Cuba ficou sob ameaça de uma invasão norte-americana e o jugo de governos locais ditatoriais, como o de Gerardo Machado, até 1933, e o de Fulgêncio Batista, de 1934 a 1958.

Na década de 1950, entretanto, a oposição à ditadura cresceu consideravelmente, com o surgimento de movimentos guerrilheiros sob a liderança de Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto "Che" Guevara, que a partir de 1956 obtiveram sucessivas vitórias e ocuparam várias cidades e povoados. Em 31 de dezembro de 1958, Fulgêncio Batista, derrotado, fugiu de Cuba para a vizinha República Dominicana.

▲ Fidel Castro, à esquerda, conversa com Che Guevara, em foto de 1959

A política de mudanças adotada pelo governo revolucionário, a partir de 1959, chocava-se fortemente com os tradicionais interesses dos Estados Unidos no país. A realização de reforma agrária e a nacionalização das refinarias de açúcar, usinas e indústrias – a maior parte pertencente a norte-americanos – levaram os Estados Unidos a suspender a importação do açúcar cubano. Sendo a venda do açúcar vital para a economia de Cuba, um novo mercado precisaria ser criado, e o país voltou-se para os soviéticos.

A ligação de Cuba ao bloco soviético serviu de justificativa para o governo de John Kennedy tomar medidas radicais. Em janeiro de 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba e, em abril, um grupo de soldados formado por exilados cubanos e mercenários norte-americanos desembarcou na Baía dos Porcos, recebendo apoio da força aérea, numa tentativa de derrubar Fidel Castro. O completo fracasso aumentou o prestígio do líder cubano.

Em seu primeiro discurso ao país após a vitória, Fidel anunciou formalmente ao mundo que Cuba passava a se considerar um país socialista. Ao entrar para esse bloco, Cuba se tornou um importante ponto estratégico para a União Soviética, que promoveu a tentativa de instalação de mísseis na ilha, originando a crise dos mísseis de 1962, como vimos anteriormente.

Em 1962, em plena atmosfera de Guerra Fria, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a acusação de que disseminava a subversão pelo continente, embora contasse com aliados de peso na América, como o México. Simultaneamente, John Kennedy lançou para a América Latina a **Aliança para o Progresso**, um programa de ajuda econômica que veiculava ideais norte-americanos, numa tentativa de combater as influências da Revolução Cubana sobre outras regiões do continente.

Bob Henrique/Magnum/Latinstock

▲ Marcha de camponeses e pequenos agricultores do interior de Cuba para Havana, a fim de participarem das manifestações em apoio ao governo revolucionário. Foto de junho de 1959

O isolamento forçado de Cuba serviu de motivo para o governo apoiar os movimentos guerrilheiros que ocorriam em diversos pontos do continente, tentando subverter os poderes estabelecidos, que eram aliados aos Estados Unidos. Na Bolívia, Colômbia e países centro-americanos, atuava pessoalmente o líder da Revolução Cubana, "Che" Guevara, que acabou morto em outubro de 1962 na Bolívia.

À atitude ofensiva cubana, os Estados Unidos responderam com uma política de apoio aos golpes militares do continente, implantando governos ditatoriais para afastar o perigo comunista ou atuando militarmente contra governos apoiados por Cuba, como o governo sandinista na Nicarágua.

1962: a crise dos mísseis

Adap. HISTOIRE Géographie. Paris: Hatier, 99. p. 15.

Allmaps. Arquivo da editora

Nos anos 1980, a América Central transformou-se numa região de guerra civil, de guerrilhas e crise, mas, no início da década seguinte, o apaziguamento internacional promovido pelo presidente norte-americano George Bush e pelo presidente soviético Mikhail Gorbatchev motivou, ainda que brandamente, uma reversão desse quadro.

A Revolução Cubana, no contexto da América Latina, foi uma forma diferenciada de enfrentar os problemas de miséria e ditadura produzidos pelo subdesenvolvimento, cujas soluções passavam pelo não alinhamento automático com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Assim, após mais de 25 anos da revolução, o governo cubano, a despeito de

várias dificuldades, pôde proclamar que conseguira o fim do desemprego e da miséria e que o analfabetismo fora erradicado do país.

Porém, as mudanças no Leste Europeu e a derrocada da União Soviética, entre 1989 e 1991, que veremos a seguir, fortaleceram as pressões por reformas que eliminassem o monolitismo, obstáculo a uma abertura sintonizada com as transformações dos ex-socialistas e exigidas pelos países capitalistas. Ao mesmo tempo, o bloqueio econômico dos Estados Unidos implementado desde 1961 multiplicava as dificuldades da população cubana e do próprio regime socialista. Têm sido tão negativos os efeitos dessa política que muitas das conquistas sociais, econômicas e culturais obtidas até os anos 1980 foram anuladas ou estão sob ameaça.

A enorme retração econômica do Leste Europeu, provocada pelo esfacelamento da União Soviética, levou os dirigentes comunistas cubanos a tentar, em meados da década de 1990, um reformismo econômico e uma aproximação com a comunidade internacional discordante do bloqueio norte-americano. Após adotar por décadas o lema revolucionário castrista "socialismo ou morte", passavam, pragmaticamente, a dizer "queremos capital, e não capitalismo". Outro mecanismo adotado pelo governo cubano foi o incremento do turismo, atraindo divisas que ajudaram a enfrentar a asfixia econômica.

Muitas pressões da comunidade internacional têm sido feitas pelo fim do bloqueio norte-americano a Cuba, mas uma posição contrária é defendida pela comunidade cubana estabelecida na Flórida. Muitos desses cubanos que estão nos Estados Unidos tinham deixado Cuba por serem opositores à revolução liderada por Fidel Castro ou por serem contrários aos encaminhamentos empreendidos pelo governo cubano na pós-revolução. Desses, muitos deixaram Cuba em balsas improvisadas ou asilando-se em embaixadas de outros países, principalmente quando em viagens ao exterior. Ao apoiarem o isolamento internacional, esses cubanos da Flórida acreditavam que a pobreza dele decorrente acabaria por derrubar Fidel Castro. Estabelecidos em grande número nesse estado norte-americano, os cubanos exerciam, no final dos anos 1990, um enorme peso nas eleições locais e, com suas ramificações, influenciavam a política externa dos Estados Unidos.

Nos últimos anos vigorou em Cuba uma política pendular de isolamento e reaproximação, de acusações e agravamento de tensões nas relações do governo com vários países, seguidas de abrandamento, especialmente com os Estados Unidos e países da União Europeia. Foi nesse quadro que se integrou a visita do papa João Paulo II à ilha, em 1998, bem como o crescente intercâmbio comercial e os financiamentos canadenses e europeus concedidos ao país. Mesmo assim, dissidências internas e oposição à ordem política, seguidas de repressão e prisões, têm sido destacadas como indicadoras de uma estrutura fechada e antidemocrática, motivo de críticas e de entrave à maior integração de Cuba no circuito dos negócios e da política internacional.

Importante aliado de Cuba, num crescente intercâmbio comercial, tem sido a Venezuela. Os acordos com o governo venezuelano de Hugo Chávez garantiram a Cuba o abastecimento de cerca de um terço do petróleo consumido na ilha a partir de 2004, em troca de medicamentos genéricos, assistência de equipes médicas e profissionais da educação e implantação de núcleos de produção de vacinas, além de colaboração na criação de centros de processamento de leite de soja, para atender às escolas da Venezuela. Outro importante parceiro comercial de Cuba nos últimos anos é a China, que junto com a Venezuela têm representado grande parte do comércio internacional do país.

Em 2006, Fidel afastou-se do comando político por problemas de saúde, passando o poder a seu irmão Raúl Castro. Em meio às dúvidas sobre o futuro da ilha quanto a mudanças políticas e maior integração à comunidade internacional, em 2009, com o início da presidência norte-americana de Barack Obama, aumentaram as expectativas pela normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, defendida especialmente pela maioria dos países do continente americano.

Marcelino Vazquez/AFP/Getty Images

▲ Fidel Castro e Hugo Chávez (foto de 2004, Havana) criaram a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba). Chávez foi eleito presidente da Venezuela pela primeira vez em 1998 e reeleito outras vezes, obtendo um mandato que deverá se estender até 2013. Após sofrer um golpe frustrado apoiado pelos Estados Unidos em 2002, ganhou popularidade e ampliou seus poderes governamentais. Contando com imensos recursos advindos da produção petrolífera, Chávez deu início ao que denominou "revolução socialista bolivariana", estatizando empresas e firmando alianças internacionais antinorte-americanas. No início de 2010, seguiam os conflitos políticos entre chavistas e opositores e eram crescentes as dificuldades econômicas advindas da queda nos preços internacionais do petróleo exportado.

Os comandos políticos na Guerra Fria

	1945	
Josef Stálin até 1953	tensão da Guerra Fria	Harry Truman (1945-1952) Dwight Eisenhower (1952-1960)
Nikita Kruschev (1955-1964) Leonid Brejnev (1964-1982)	Coexistência Pacífica	John Kennedy (1961-1963) Lyndon Johnson (1963-1968)
	crises	Richard Nixon (1969-1974)
	détente (distensão; afrouxamento das relações)	Gerald Ford (1974-1976) Jimmy Carter (1977-1980)
[illegible] Konstantin Tchernenko (1984-1985)	crise, tensão e programa Guerra nas Estrelas	[illegible] George Bush (1989-1993)
Mikhail Gorbatchev (1985-1991)	fim da União Soviética	
	1991	

Responda às questões propostas com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

Faça uma lista dos conflitos relacionados à Guerra Fria citados no capítulo e no esquema-resumo. Em seguida, responda às questões em seu caderno:

- É possível caracterizar a Guerra Fria como um conflito localizado e que envolveu apenas Estados Unidos e União Soviética? Justifique sua resposta com exemplos.
- Retome as nações citadas ao longo do capítulo. Divida-as em duas listas: uma destacando os aliados dos Estados Unidos e outra elencando aliados da União Soviética.

A Guerra Fria, além de ter sido uma disputa pelo poder econômico e político entre duas nações, envolveu também um componente ideológico.

- Identifique quais eram as ideologias apoiadas por Estados Unidos e URSS.
- Em seguida, explique como essa disputa por projetos de sociedade esteve presente em pelo menos dois conflitos trabalhados no capítulo.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto historiográfico

→ Leia o texto abaixo de historiadores brasileiros sobre a Revolução Cubana e responda as questões propostas a seguir:

> *De fato, a Revolução Cubana marcou a história da América Latina. Ela passou a ser símbolo de liberdade que passava pela vitória frente aos Estados Unidos. O governo de Washington estava ciente do potencial revolucionário latino-americano e temeroso do exemplo cubano. Em março de 1961, Washington lançou a "Aliança para o Progresso", pacote pelo qual se pretendia acabar com as tentativas revolucionárias dos latino-americanos. Reconhecendo a situação de miséria do continente, o plano apontava a necessidade de mudanças no perfil social na América Latina, e mais do que generosidade, o plano revela a temeridade americana com relação à influência da Revolução Cubana na região. Prometia muitos benefícios e dinheiro em troca da ruptura com Havana.*
>
> GUERCIO, Maria Rita; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais.* São Paulo: Xamã, 1998. p. 133.

a) De acordo com o texto, por que a Revolução Cubana foi um marco na História da América Latina? Justifique.

b) De que maneira o reconhecimento da miséria no continente latino-americano e a oferta de recursos poderiam, na visão dos Estados Unidos, evitar a propagação de revoluções? Elabore uma justificativa baseada no que você estudou neste capítulo sobre a Revolução Cubana.

c) No contexto da Guerra Fria, qual era a preocupação dos Estados Unidos diante de episódios como a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana e o alinhamento de Cuba com a União Soviética, em 1961?

d) De que maneira esses episódios influenciaram ações como a "Aliança para o Progresso"?

2 Leitura de imagem

→ Observe o pôster ao lado, elaborado pelo artista gráfico polonês Roman Cieslewicz (1930-1996) em 1968. Em seguida, responda as questões propostas.

Coleção particular

Super-homem, 1968, de Roman Cieslewicz

a) Quem os personagens retratados pelo artista representam? Se necessário, pesquise na internet o significado das siglas CCCP e USA, estampadas na roupa dos personagens.

b) De que forma o artista retrata essas duas nações? Justifique sua resposta descrevendo aspectos presentes no pôster.

c) Com base no contexto da Guerra Fria – que envolvia o mundo em 1968, ano em que o artista elaborou a imagem –, que relação Cieslewicz sugere entre essas duas nações? Justifique sua resposta com elementos da imagem.

d) De que maneira a localização das siglas CCCP e USA e a posição dos personagens fazem referência à ideologia de cada uma das nações representadas?

3 Análise de texto e reflexão

→ Leia o artigo abaixo sobre a economia chinesa atual. Em seguida, faça as atividades.

Em breve, uma zona comercial comparável àquela criada pelo Mercosul ou à União Europeia será alavancada pela China. Neste ano [2010] o país vai ultrapassar o Japão e se tornar a segunda maior economia do mundo. E deverá ocupar o primeiro lugar até 2026, de acordo com uma estimativa do banco americano Goldman Sachs.

Sessenta anos depois, retomando uma declaração de Mao Tsé-Tung feita em 1.º de outubro de 1949, o seu sucessor (distante) Hu Jintao fez a seguinte avaliação: "Hoje a China se mantem de pé graças às realizações do socialismo". De fato, o reerguimento foi espetacular. Há muito tempo o país deixou de ser humilhado ou desmembrado pela Europa e pelo Japão. E, mais importante, uma parte de sua população tornou-se próspera.

Contudo, o socialismo é outra conversa... Tão estranha à realidade que se pode até mesmo afirmar que o crescimento chinês (de 9,6% em 2008, de 8,7% em 2009) auxiliou, em parte, a locomotiva estadunidense em pane. E contribuiu para a convalescência de um sistema capitalista que acabava de amargar sua principal derrocada desde 1929.

HALIMI, Serge. O "modelo" de Pequim. In: LE MONDE Diplomatique Brasil, 3 fev. 2010. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=626>. Acesso em: 27 mar. 2010.

a) Qual é o feito da economia chinesa destacado pelo texto?

b) É correto afirmar que o autor do texto concorda com a opinião de Hu Jintao de que os feitos da economia chinesa ocorreram "graças às realizações do socialismo"? Por quê?

c) De acordo com o autor do texto, o crescimento da economia chinesa ajudou inclusive os Estados Unidos a superarem a crise econômica mundial de 2008. Compare essa situação com o conflito ideológico travado durante a Guerra Fria e responda: é correto afirmar que ele permanece? Argumente sua opinião.

4 Pesquisa em *sites*, jornais e revistas

→ Como vimos no capítulo, a Guerra Fria foi o confronto entre duas superpotências, Estados Unidos e URSS, que interferiu em outros conflitos locais. Um desses episódios que envolveu um embate entre socialismo e capitalismo foi a Guerra da Coreia (1950-1953), entre a República da Coreia, ao sul, sob domínio norte-americano, e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob influência soviética. Apesar do fim da Guerra Fria, porém, ainda hoje esses países permanecem divididos e frequentemente ocorrem enfrentamentos entre eles.

Para saber mais sobre esse assunto, faça um levantamento em jornais, revistas e na internet de notícias sobre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Procure informações sobre a organização política atual desses países, os conflitos que aconteceram na região nas últimas duas décadas, o posicionamento desses países em relação à política externa estadunidense, além de outras informações que você considerar relevantes. Em seguida, compare as informações encontradas e elabore uma dissertação sobre os atuais conflitos ocorridos na região. Não se esqueça de indicar as fontes utilizadas na pesquisa.

Professor
Aqui começam as orientações para o Capítulo 38 (p. 713 a p. 733).

Na seção *Para pensar historicamente* é posta em evidência a ideia de novos personagens que passam a participar da cena da política e da economia internacional. Esses personagens vinculam-se aos países do chamado "Terceiro Mundo".

A análise dos processos de descolonização e mobilização social empreendidos nos continentes africano, asiático e americano, especialmente na segunda metade do século XX, permite uma melhor compreensão da realidade contemporânea. As lutas políticas internas e entre países, os movimentos sociais e o contexto socioeconômico da atualidade em países como Israel, Angola e Brasil podem ser interpretadas à luz desses processos históricos. Assim, os alunos poderão ser estimulados a vincular esses contextos às situações vividas na atualidade, permitindo uma análise diacrônica das mudanças e permanências históricas.

As informações contidas no mapa "A independência dos países afro-asiáticos" permitem indicar as décadas de 1950 e 1960 como o período em que se concentrou a maior parte dos processos de descolonização e de independência.

Para o contexto asiático, destaca-se a Questão Palestina e o histórico dos conflitos árabe-israelenses. Essas informações poderão ser ampliadas com atividades de pesquisa e debate acerca do contexto político nesta região, na atualidade.

No continente africano, pode ser destacada a importância dos movimentos sociais como a Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Partindo do texto de Josep Fontana, em "Herança colonialista" foi trabalhada a questão da construção e manipulação da História pelas classes dominantes, exemplificada na influência belga e de ordens religiosas no conflito entre tútsis e hutus, na Ruanda.

Por fim, destacam-se as lutas sociais latino-americanas e o cenário político, econômico e social no continente, da segunda metade do século XX até a atualidade.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereço eletrônico na coluna lateral.

▶ Texto de apoio

Para onde vai a América Latina?

Alguém escreve para tratar de responder às perguntas que lhe zumbem na cabeça – moscas tenazes que perturbam o sono; e o que alguém escreve pode adquirir sentido coletivo quando, de alguma maneira, coincide com a necessidade social de resposta. Escrevi *As veias abertas* para difundir ideias alheias e experiências próprias que talvez ajudem um pouquinho com sua medida realista a resolver as questões que nos perseguem desde sempre: A América Latina é uma região do mundo condenada à humilhação e à pobreza? Condenada por quem? Culpa de Deus? Culpa da natureza? Do clima modorrento? Das raças inferiores? A religião e os costumes? Não será a desgraça um produto da história, feita por homens, e que, portanto, pelos homens pode ser desfeita?

A veneração do passado sempre me pareceu reacionária. A direita escolhe o passado porque prefere os mortos: mundo quieto, tempo quieto. Os poderosos, que legitimam seus privilégios pela herança, cultivam a nostalgia. Estuda-se História como se visita um museu; e esta coleção de múmias é uma fraude. Mentem-nos o passado como nos mentem o presente: mascaram a realidade. Obriga-se o oprimido a fazer sua uma memória fabricada pelo opressor: estranha, dissecada, estéril. Assim, ele se resignará a viver uma vida que não é sua, como se fosse a única possível.

Em *As veias abertas*, o passado sempre aparece convocado pelo presente, como memória viva do nosso tempo. Esse livro é uma busca de chaves da história passada, que contribui para explicar o tempo presente (que também faz História), a partir da base de que a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la. [...]

Nesse nosso mundo, mundo de centros poderosos e subúrbios submetidos, nao há riqueza que não seja, no mínimo, suspeita.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. (Posfácio). 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 286-287.

Bibliografia

DOWBOR, L. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

______. *Guiné-Bissau: a busca da independência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GUAZELLI, C. B. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: UFRS, 1993.

LINHARES, M. Y. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

______. *O Oriente Médio e o mundo árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAGNOLI, D. *África do Sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992.

VIGEVANI, T. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios)

Tese

GRIGOLETTO, M. *A resistência das palavras: um estudo do discurso político britânico sobre a Índia (1942-1947)*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1998. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000126157>. Acesso em: 12 fev. 2010.

Filmes

A História oficial. Direção de Luis Puenzo. Argentina, 1985. (112 min)

Diários de motocicleta. Direção de Walter Salles. Vários produtores, 2004. (128 min)

Gandhi. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1982. (188 min)

Machuca. Direção de Andrés Wood. Chile/Espanha, 2004. (121 min)

Endereço eletrônico

Registros da Guerra do Vietnã. Disponível em: <www.vietnampix.com/index.html>. Acesso em: 11 fev. 2010.

Comentários das atividades

Para recordar

1. A Segunda Guerra Mundial, que envolveu diversos países da Europa e teve o Velho Continente como principal palco do conflito, enfraqueceu países como França, Inglaterra e Alemanha. Com isso, as lutas pela independência em suas antigas colônias na África e na Ásia se intensificaram. Além disso, durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética passaram a apoiar diferentes lados em enfrentamentos locais, inclusive em regiões desses dois continentes.
2. Sim. Durante a Guerra Fria ocorreu um aprofundamento da tensão social na América Latina. Nesse contexto, em muitos países, grupos de esquerda se organizaram para implantar o socialismo. Além da Revolução Cubana, que dois anos após o seu êxito se declarou adepta do regime vigente na União Soviética, essas tentativas também foram bem-sucedidas no Chile, que elegeu Salvador Allende, um presidente socialista, no início dos anos 1970. Preocupados com a possibilidade de que o socialismo "se espalhasse" pelo continente, os Estados Unidos passaram a apoiar e incentivar as elites locais a implantarem governos de direita por meio de golpes de Estado.

Exercícios de História

1. Análise de texto e reflexão

a) É o nome que se dá à tentativa de estabelecer uma unidade africana a partir de um sentimento anticolonial e da valorização da "negritude".

b) A autora faz essa afirmação porque na África existem muitos povos e culturas diferentes, portanto, não existe uma "identidade continental". Nesse sentido, a ideia de "negritude", ou seja, de um elemento comum entre todo o continente, nasce da oposição à imposição da cultura dos brancos e da tentativa de "resgatar" raízes africanas.

c) A ideia de uma "raça negra", oposta à "raça branca", bem como a de "negritude", reforçam uma identidade comum entre os que lutavam contra o colonialismo. Assim, não só reforçava a luta contra o domínio europeu na África, como também difundia esse propósito entre africanos e afrodescendentes que residiam em outras partes do mundo.

2. Análise de documento e imagem

a) Os personagens retratados são pessoas comuns, muitas das quais com feições indígenas. Elas carregam facões, faixas, cartazes e uma bandeira, em uma espécie de manifestação popular. Ao centro, vemos na bandeira um desenho de pessoas no campo, como um homem com chapéu típico mexicano, uma mulher e mais dois homens que carregam facões semelhantes aos usados no ato. Também é possível ler ao lado dessa imagem os dizeres "presos políticos" e "liberdade".

b) Eles evocam lutas político-sociais realizadas ao longo de quinhentos anos de dominação do continente pelos europeus "brancos". Nesse sentido, relembram a luta pela abolição da escravidão, as guerras pela independência, a batalha contra a anexação de terras mexicanas pelos EUA, a "expulsão" dos franceses no século XIX e, principalmente, a Revolução Mexicana.

c) Resposta pessoal. Os alunos poderão relacionar a luta contra a exploração e a desigualdade, pregadas no documento, com vários elementos da fotografia: a imagem desenhada na bandeira, a fisionomia indígena das pessoas retratadas, os facões empunhados como símbolo de indignação etc.

anotações

CAPÍTULO 38

Descolonização e lutas sociais no "Terceiro Mundo"

RIA Novosti/Album/akg-images/Latinstock

▲ Pela independência de Angola, crianças da província de Cabinda são treinadas a manusear rifles em acampamento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foto de 1970. Em 1975, integrantes do movimento, de tendência marxista, ocuparam a capital Luanda, pondo fim ao domínio português.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Outros sujeitos na política mundial

Com o enfraquecimento europeu resultante da Segunda Guerra Mundial, as antigas metrópoles coloniais não conseguiram manter suas áreas de influência e colônias na África e na Ásia. Apesar da intervenção norte-americana em áreas chave do mundo, para conter a influência da União Soviética, diversos países lutaram e obtiveram sua independência.

Qual é o papel atual dos países que eram conhecidos como "Terceiro Mundo" nas relações internacionais? Qual é o peso econômico desses países no mundo contemporâneo?

A DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA E ASIÁTICA

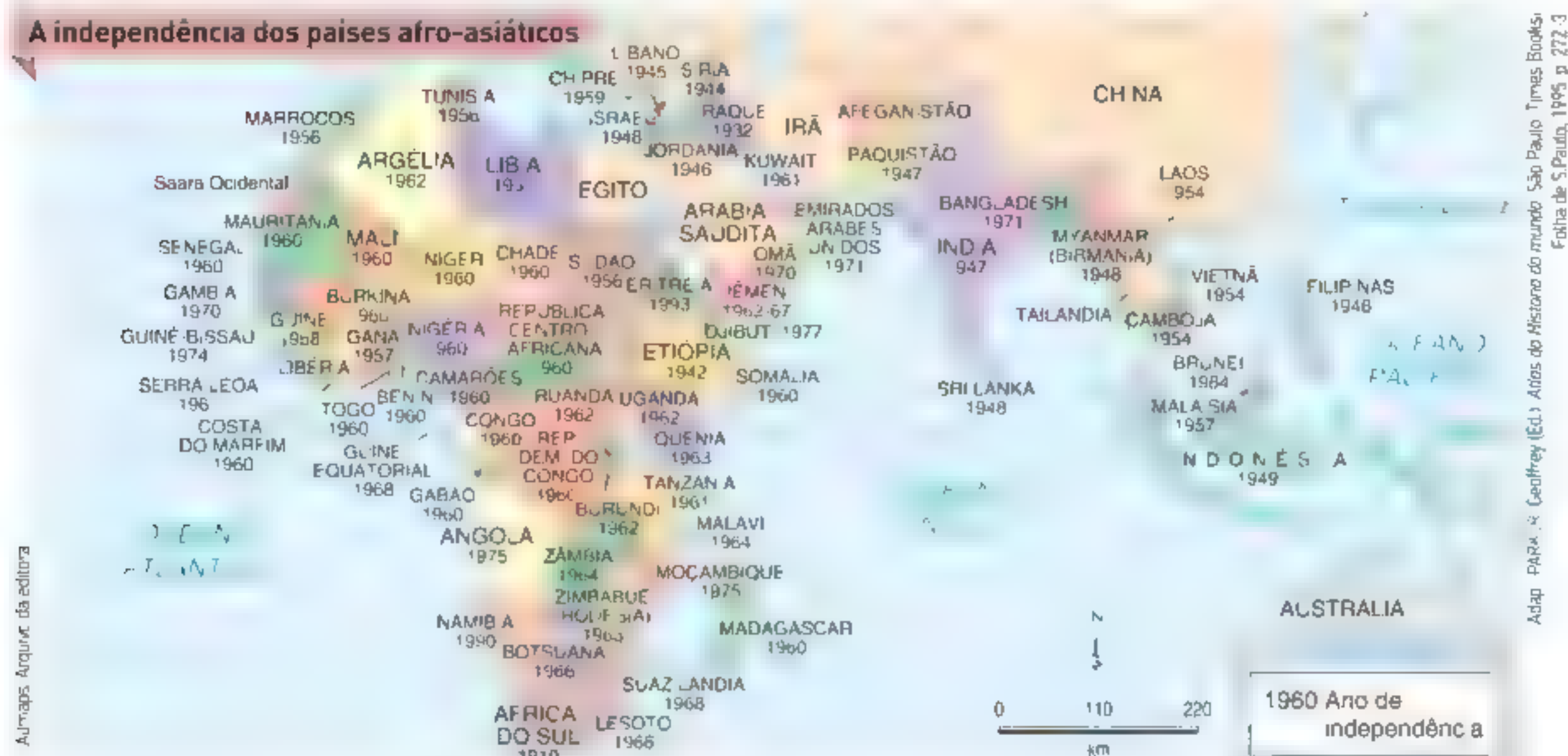
Se, por um lado, a Guerra Fria significou a inexistência de um conflito direto entre as superpotências, por outro a disputa entre elas por áreas de influência em todo o mundo deu-se de forma intensa. Foi esse o motivo que fez das ex-colônias africanas e asiáticas, transformadas em países independentes, um grande palco de guerras. Observe no mapa a seguir os países independentes na África e na Ásia.

Entre as décadas de 1950 e 1960, mais de quarenta países africanos e asiáticos conseguiram a independência, reflexo da decadência europeia, do apoio das Nações Unidas e dos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. Surgiam as nações do chamado Terceiro Mundo, capitalistas ou socialistas, embora todas com um passado colonial e tendo sido vítimas de exploração econômica externa. A esse grupo de nações pode-se acrescentar a América Latina.

Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, discutiu os problemas do Terceiro Mundo, reunindo 29 nações africanas e asiáticas. Foram declarados o apoio às lutas anticoloniais e o combate ao racismo. Procurou-se também uma posição alternativa à bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, o que ficou conhecido como **não alinhamento**.

A independência dos países afro-asiáticos

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. PARK, P. Geoffrey (Ed.). Atlas da História do mundo. São Paulo: Times Books; Folha de S.Paulo, 1995. p. 272-3.

▲ Submetidos por séculos à dominação colonial europeia, os continentes africano e asiático em poucos anos passaram a abrigar algumas dezenas de novas nações.

Ásia

No continente asiático, um dos processos de independência mais importantes que ocorreram foi o da **Índia**. O domínio britânico no século XIX ampliou os negócios com os indianos, seguido pela construção de ferrovias, sistemas administrativos e educacionais de estilo ocidental. A partir da abertura do Canal de Suez, em 1869, até o final dos anos 1920, o comércio exterior indiano cresceu sete vezes. Mesmo assim, diante do aumento populacional – entre 1881 e 1931 a população cresceu de 253 milhões para 352 milhões – e a sujeição aos britânicos, não houve uma alteração na situação geral de pobreza, alimentando a conscientização de uma identidade indiana, reforçada pelo racismo britânico. Esse processo esteve ligado à formação do Partido do Congresso (ou Congresso Nacional indiano) pelos hindus, em 1885, e à Liga Muçulmana, organizada pela população islâmica em 1906. Na década de 1920, **Mahatma Gandhi** ganhou destaque na luta contra os ingleses por meio de seu projeto de não violência e boicote aos produtos ingleses. No início da década seguinte, Gandhi criou o movimento de desobediência civil, cuja atuação resultou na sua prisão pelos ingleses, confirmando sua liderança e impulsionando o movimento de libertação.

Embora usassem de violência na repressão ao movimento nacionalista da Índia, os ingleses tentaram evitar um confronto aberto, isto é, uma guerra total. Depois de 1945, os britânicos não alimentavam esperanças realistas de preservar o legado imperial. Os recursos do país estavam extremamente escassos, e os custos de manutenção, até mesmo no império índico, já não eram contrabalançados por vantagens econômicas e estratégicas: enquanto em 1913, as exportações destinadas ao subcontinente índico chegavam a quase um oitavo do total das exportações britânicas, depois da Segunda Guerra Mundial esta representavam apenas 8,3%, com tendência à queda. Em todo caso, era evidente que a pressão em prol da independência se tornara irresistível.[1] Em 1947, acabaram cedendo a independência à Índia, mantendo, na medida do possível, seus interesses econômicos.

As divisões internas no país, entre **hindus** e muçulmanos, acabaram levando ao surgimento de duas nações, a União Indiana (Índia), governada pelo primeiro-ministro Nehru, e o Paquistão, muçulmano. Essa divisão gerou violenta migração de hindus e muçulmanos em direções opostas da fronteira e resultou em sérios conflitos. Em 1948, o próprio Gandhi foi assassinado.

[1] JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 301.

Em toda a região, a independência política não eliminou a miséria, sendo a Índia, no final do século XX, uma das mais pobres nações do planeta. Entretanto, a busca pela afirmação nacional fez com que o país investisse em núcleos de excelência, como a pesquisa nuclear (a Índia possui armas nucleares desde 1974), tecnologia espacial e de informática. Mesmo assim, os conflitos étnicos e religiosos continuaram constantes no país, bem como a violência política.

Nos últimos anos a Índia, com uma população de cerca de 1,3 bilhão de habitantes, ganhou destaque com seu continuado crescimento econômico. Com tal quadro, o economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs, Jim O'Neill, apontou o país, junto com as economias do Brasil, Rússia e China, como as mais promissoras de desenvolvimento econômico, criando o termo **BRIC** (juntando as primeiras letras dos nomes desses países), uma denominação bastante usada recentemente na mídia sobre assuntos econômicos.

▲ Gandhi lutava pela independência da Índia seguindo o princípio da não violência. Na foto de 1947, Gandhi com suas netas em Nova Delhi

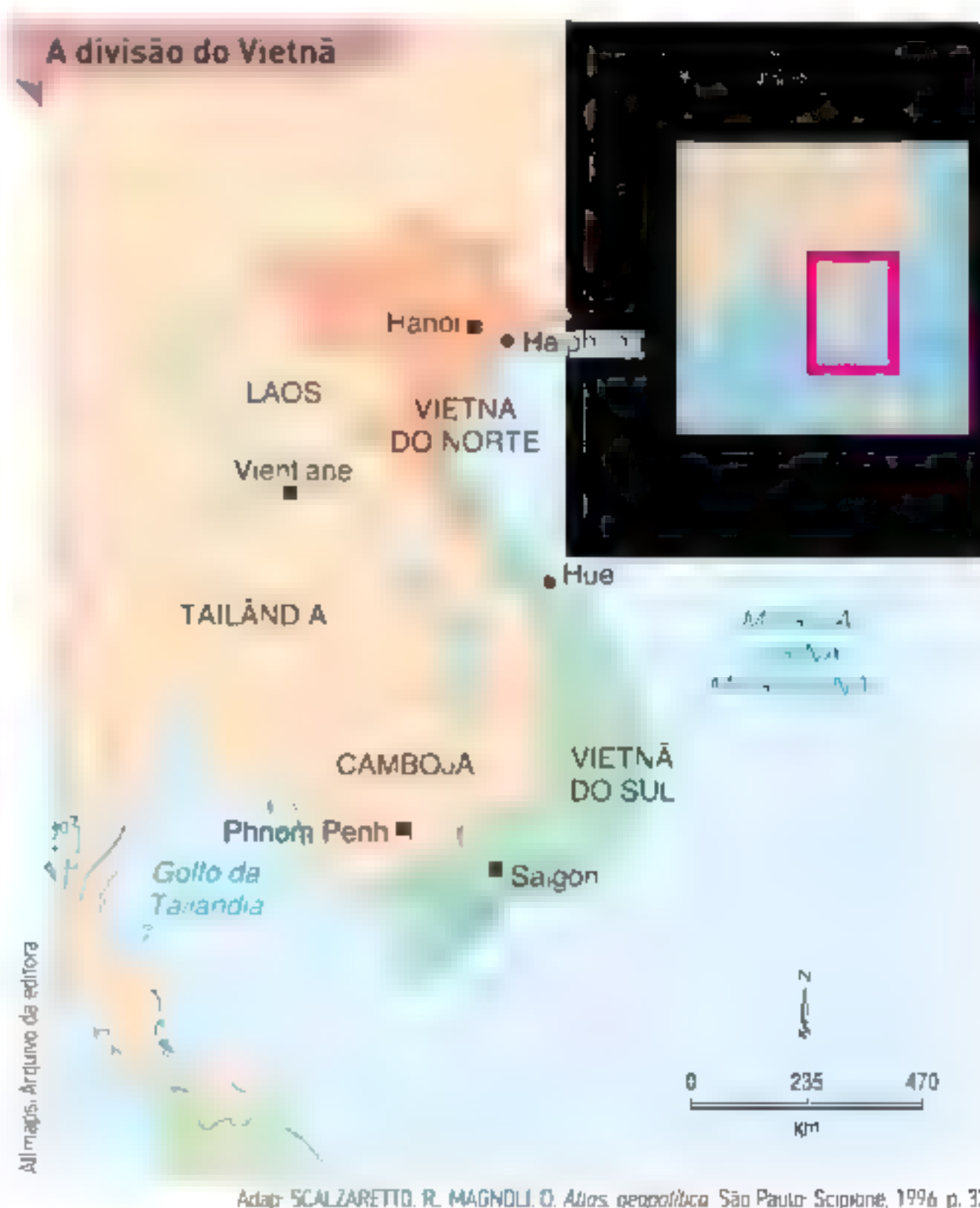
A **Indochina**, inicialmente colonizada pela França, foi ocupada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. A resistência popular armada à ocupação japonesa transformou-se em luta pela libertação nacional após o fim da guerra. **Ho Chi-minh**, líder nacionalista, fundou o Vietminh, movimento pela libertação do Vietnã, que iniciou prolongada luta de guerrilhas contra a França. Em 1954, os franceses foram derrotados na **Batalha de Dien Bien-phu**, forçando a negociação de uma retirada francesa do país.

Indochina: termo adotado pela França para referir-se a sua colônia do Sudeste Asiático, situada entre as culturas indiana e chinesa, que compreendia os atuais países do Vietnã, Laos e Camboja

A Conferência de Genebra, logo após a derrota militar francesa, decidiu que o **Vietnã** ficaria dividido em duas partes até que se realizassem eleições livres: o Vietnã do Norte, comunista, liderado por Ho Chi-minh, e o Vietnã do Sul, capitalista, governado por Bao Dai.

Entretanto, organizou-se no sul um forte movimento popular (o *Vietcong*) pela unificação do país que logo iniciou violenta guerra de guerrilhas na região. Os Estados Unidos não permitiram a realização das eleições e, diante da crescente atuação dos guerrilheiros, passaram a apoiar o governo do Vietnã do Sul, promovendo a queda de Bao Dai e sua substituição por ditadores submissos a Washington, que abriram o país à intervenção militar norte-americana e, assim, deram início à **Guerra do Vietnã**.

A divisão do Vietnã

Adap: SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. *Atlas geopolítico*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 32

A partir de 1965, o conflito se intensificou, com a intervenção maciça de tropas norte-americanas e o emprego de sofisticado armamento contra a guerrilha sul vietnamita. Simultaneamente, ocorria o bombardeio em larga escala do Vietnã do Norte, acusado de apoiar a guerrilha do sul.

A impopularidade da guerra nos Estados Unidos e a dificuldade de obter uma vitória militar decisiva no campo de batalha acabaram resultando numa retirada gradual das tropas norte-americanas do país. Finalmente, em 1975, a cidade de Saigon foi tomada pela guerrilha, encerrando formalmente a guerra e unificando o país.

Corbis/Latinstock

▲ Na foto de 1972, crianças vietnamitas fugindo de bombardeio de napalm (gasolina gelatinosa usada como bomba incendiária) da aviação norte-americana. Além do Vietnã, dividido e sob intervenção norte-americana e confrontação generalizada, também o Laos e o Camboja mergulharam na violência da guerra e das disputas da Guerra Fria. No Camboja, o governo do grupo guerrilheiro Khmer Vermelho radicalizou o extermínio de rivais e opositores, deixando, segundo dados oficiais, 2,8 milhões de mortos e centenas de milhares de desaparecidos.

No **Oriente Médio**, em 1947, ao final da Segunda Guerra Mundial, a ONU dividiu o território da **Palestina**, então sob administração inglesa, em duas áreas: uma judaica e outra palestina. Os dois povos reivindicavam o território, baseados em disputas milenares que remontavam aos tempos bíblicos. Submetendo os dois lados, a colonização inglesa atenuou os conflitos. Entretanto, em 1948, por determinação das Nações Unidas, os ingleses se retiraram da região.

No mesmo ano, foi criado o **Estado de Israel**. Os países árabes vizinhos (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria) saíram em defesa dos palestinos, que se consideraram prejudicados pela partilha realizada pela ONU. Iniciou-se a **Primeira Guerra Árabe-Israelense** (1948-1949), que resultou na vitória de Israel, na ampliação do seu território e no desencadeamento de uma permanente tensão na região.

O conflito árabe-israelense passou para a órbita da Guerra Fria com o apoio dado pelos Estados Unidos a Israel, o que forçou os países árabes a uma aproximação com a União Soviética.

Em 1956, o Egito, governado por Gamal Abdel Nasser, decidiu-se pela nacionalização do Canal de Suez, meio de ligação vital entre o Mediterrâneo e o Índico-Pacífico. Essa iniciativa levou França e Inglaterra a uma intervenção armada no país, com o apoio de Israel, cujas tropas tomaram toda a Península do Sinai: foi a **Segunda Guerra Árabe-Israelense**. A intervenção da ONU e o desejo das superpotências de não generalizar a guerra na região levaram à restauração da situação anterior à guerra.

Em 1967, a tensão na região voltou a crescer. A **Organização para a Libertação da Palestina** (OLP) organizava guerrilhas, enquanto as tropas pacificadoras da ONU se retiravam da Península do Sinai, deixando frente a frente tropas israelenses e egípcias.

O bloqueio de portos israelenses pelo Egito acabou desencadeando a **Guerra dos Seis Dias** ou **Terceira Guerra Árabe-Israelense**. Em pouco tempo, tropas de Israel tomaram o Sinai, a Faixa de Gaza e as colinas de Golã, na fronteira com a Síria.

O prolongado domínio israelense sobre os territórios conquistados em 1967 gerou enorme insatisfação nos países árabes e a preparação de uma nova guerra, que explodiu em 1973: a **Guerra do Yom Kippur** (o "Dia do Perdão" judaico) ou **Quarta Guerra Árabe-Israelense**. A iniciativa árabe de reconquista de alguns territórios foi logo detida. Mais uma vez, as pressões das superpotências encerraram o conflito, com a manutenção de Israel nos territórios ocupados em 1967.

Em 1979, o egípcio Anuar Sadat e o israelense Menachem Begin assinaram os **acordos de Camp David**, nos Estados Unidos, com a mediação do presidente norte-americano Jimmy Carter, encerrando as disputas entre Egito e Israel. A questão palestina, todavia, continuou existindo, com a OLP lutando pela criação de um Estado independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Observe os mapas a seguir.

Durante toda a década de 1980, continuaram os conflitos no Oriente Médio, incluindo a ocupação israelense do Líbano e as **intifadas** ("revolta das pedras") – conflitos de rua entre população palestina e tropas israelenses – em territórios palestinos ocupados por Israel.

Apenas na década de 1990, uma pretensa paz definitiva foi esboçada na região. Em 1993, **Yitzhak Rabin**, primeiro-ministro de Israel, e **Yasser Arafat**, líder histórico da OLP, assinaram um acordo segundo o qual a organização palestina reconhecia o Estado de Israel e renunciava à violência, enquanto Israel concedia autonomia aos palestinos (ainda que limitada) em certas áreas de Gaza e Cisjordânia. Mesmo assim, prevaleceram as dificuldades herdadas de décadas de confrontação, como o radicalismo político e religioso (fundamentalismo) tanto dos árabes como dos israelenses. Um duro golpe nesse processo de paz deu-se com o assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995, por um fanático israelense.

Israel

LIBANO
SIRIA
Telavive
Cisjordânia
Jerusalém
ISRAEL
JORDANIA
EGITO
Palestina sob domínio britânico (1914-1918)
Estado de Israel (1947)
Israel após 1949
0 60 120 km
Mapas: Allmaps Arquivo da editora
Org. pelo autor

Conflitos árabe-israelenses

LIBANO
SIRIA
Golã
Tel aviv
Cisjordânia
Jerusalém
Gaza
ISRAEL
JORDÂNIA
Suez
Península do Sinai
ARÁBIA SAUDITA
EGITO
Ofensivas em 1956 (Guerra de Suez)
Territórios ocupados por Israel por ocasião da Guerra dos Seis Dias (1967)
Guerra do Yom Kippur (1973)
Ocupação do sul do Líbano por Israel depois de 1982
0 270 540 km
Adap.: DUBY, Georges. Atlas historico mundial. Madri: Debate, 1989. p. 2 3

▲ No mapa à esquerda, podem-se ver as etapas de formação do Estado de Israel e, no da direita, as sucessivas guerras árabe-israelenses e o difícil equilíbrio político da região.

Ao longo da década de 1990, continuaram ocorrendo conflitos localizados entre palestinos e israelenses, ao mesmo tempo que se promoviam novos entendimentos e encontros de cúpula, especialmente em 1999 e 2000. Sob supervisão principalmente dos Estados Unidos, os dois lados discutiam os impasses da região, disputada em décadas de confrontos: assentamentos de judeus em territórios ocupados, retorno de refugiados palestinos que estavam nas áreas vizinhas, bem como o domínio da cidade de Jerusalém, dos recursos hídricos e das fronteiras. Sempre presente estava a questão da criação definitiva do Estado palestino e seu reconhecimento por parte de Israel.

David Silverman/Staff/Getty Images

■ Desde 2002, o governo israelense constrói, na divisa com a Cisjordânia, um muro de aproximadamente 350 quilômetros, para proteger o seu território e assentamentos israelenses de atentados terroristas. Porém, o muro vem sendo recriminado pela comunidade internacional, pois tem avançado sobre territórios palestinos e piorado as negociações de paz entre árabes e israelenses. Na foto de 2004, trecho nas cercanias de Ramallah, centro administrativo da Autoridade Nacional Palestina.

De 2002 a 2009, ganharam intensidade os conflitos violentos entre palestinos e israelenses, resultando em muitas mortes para os dois lados. Os palestinos, por meio de contínuos atentados suicidas, e Israel, respondendo com medidas militares, comprometiam o encaminhamento do processo de pacificação regional. Depois da morte de Yasser Arafat (dezembro de 2004), o novo líder palestino e presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) passou a ser o moderado Mahmoud Abbas, da facção Fatah, que retomou as negociações com o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon. Em 2005, houve um breve cessar-fogo, quando Sharon deu início à retirada dos assentamentos judaicos da Faixa de Gaza e Cisjordânia. Nos anos seguintes foram feitos novos ensaios de entendimento, seguidos de confrontação, em parte devido à vitória do Hamas, partido extremista, que obteve maioria nas eleições legislativas palestinas de 2006. No final de 2008, reagindo aos frequentes lançamentos de mísseis da região de Gaza sobre seu território, os israelenses empreenderam nova intervenção militar na região de Gaza. Em 2009 seguiram-se novas tentativas de acordo, com a promessa de empenho mais intenso por parte do novo governo norte-americano de Barack Obama.

Keystone

A Paz de Washington, assinada por Rabin e Arafat (foto ao lado), em 1993, não foi o estabelecimento de uma completa era de paz para a região. A linguagem das armas e da intimidação, com atentados palestinos e represálias do Exército israelense, foi acompanhada por novos encontros de cúpula política, negociações e promessas de pacificação. Até o início de 2010, embora persistissem as manifestações em favor dos acordos diplomáticos entre os dois lados, os confrontos entre palestinos e israelenses continuavam a ocorrer.

África

A colônia francesa da **Argélia** só obteve sua independência após uma violenta guerra. Entre 1952 e 1956, ataques terroristas atingiram instalações francesas no país e, a partir de 1956, a Frente de Libertação Nacional argelina intensificou suas ações, motivada pela derrota francesa no Vietnã e pelo apoio da opinião pública internacional a sua causa.

Diante da indecisão do governo francês em manter o domínio sobre a região, o comandante militar francês em Argel, general Salan, por sua própria conta, estabeleceu um Comitê de Segurança Pública, destinado a garantir a Argélia francesa. Passou a pressionar militarmente o governo da França, enviando tropas de paraquedistas para a Córsega, a fim de preparar um eventual golpe em Paris. A iminente guerra civil levou ao poder, na França, o **general De Gaulle** (1958), líder da resistência francesa ao nazismo e bastante prestigiado nas Forças Armadas.

The Bridgeman/Keystone

Caricatura húngara de Szego, de 1960, sobre a descolonização africana.

De Gaulle afastou os militares golpistas e, depois de consultar a população argelina em plebiscito, iniciou negociações pela independência do país com a Frente Argelina. Em 1962, formava-se a República Democrática Argelina, sob a liderança de **Ahmed Ben-Bella**.

Lutas pela independência

Org. pelo autor

A independência política africana só foi conseguida com sangrentas lutas: no Congo, houve a formação de um Estado Livre, em 1960, porém dividido em facções rivais; na Argélia, a independência foi consolidada em 1962 (a foto no alto mostra populares comemorando a independência nas ruas de Argel).

Após a Conferência de Berlim, em 1885, o **Congo** passou a ser propriedade pessoal do rei belga, Leopoldo II, tornando-se em seguida Colônia belga, que servia à pilhagem e exploração de diamantes, ouro, cobre e estanho pelas companhias metropolitanas e estrangeiras.

Violentas manifestações populares, em 1959, obrigaram a Bélgica a conceder a independência ao país. Em 1960 foi transformado em Estado livre do Congo, tendo como presidente **Joseph Kasavubu** e como primeiro-ministro **Patrice Lumumba**.

Logo após a independência do Congo, uma de suas províncias também se declarou independente: Katanga. O movimento de emancipação dessa província mineradora, promovido por soldados belgas e mercenários a serviço da companhia belga Union Minière, levou à guerra civil no Congo. Lumumba, que não conseguiu obter ajuda de tropas das Nações Unidas nem apoio da União Soviética para enfrentar os rebeldes, foi demitido por Kasavubu — aliado aos belgas e aos norte-americanos —, preso e assassinado por mercenários.

Na foto, Patrice Lumumba, símbolo da luta pela libertação africana, pouco antes de ser assassinado, em 1961.

Lumumba transformou-se em símbolo da independência africana, num Congo dividido em várias facções rivais e marcado por lutas crescentes, só contidas com a intervenção da ONU e com a entrega do cargo de primeiro-ministro, em 1964, a **Moisés Tshombe**, o líder da independência de Katanga.

Em 1965, Tshombe foi derrubado por um golpe liderado por **Mobutu Joseph Désiré**, que implantou uma ditadura pessoal e permaneceu no poder até 1997, quando foi destituído, vindo a morrer no exílio logo em seguida. Nesse mesmo ano, o país, que mudara seu nome para República do Zaire em 1971, adotou a denominação República Democrática do Congo, permanecendo mergulhado em sucessivas crises, confrontos entre etnias rivais e facções políticas, com o agravamento de suas dificuldades socioeconômicas.

Um processo de independência diferente ocorreu nas **Colônias ultramarinas portuguesas**. A ditadura portuguesa de António de Oliveira Salazar, iniciada na década de 1930, conservou Portugal du-

rante quarenta anos distante dos avanços econômicos, políticos e sociais do período, retardando o processo de independência de suas colônias, desencadeado somente a partir de 1970.

O Movimento Popular pela Libertação de **Angola** (MPLA), fundado em 1956 por **Agostinho Neto**, iniciou o processo guerrilheiro contra o colonialismo salazarista, mas outras organizações de libertação também surgiram, como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto, e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), chefiada por Jonas Savimbi.

Bettmann/Corbis-Latinstock

▲ A Revolução dos Cravos derrubou a ditadura salazarista em abril de 1974, irradiando esperanças de liberdade para as colônias africanas. Na foto de 1974, militares em Lisboa usam cravos – símbolo de liberdade – em suas armas

A **Revolução dos Cravos** (1974), que derrotou a ditadura fascista portuguesa, resultou no Acordo de Alvor, marcando a libertação angolana para 1975. Diante da ocupação do norte de Angola pela FNLA, apoiada pelo Zaire, e do sul pela Unita, com apoio da África do Sul e dos Estados Unidos, o MPLA ocupou a capital, Luanda, e proclamou a independência.

A luta contra as outras facções continuou, arrasando cada vez mais a economia nacional. A normalização do país começou com a distensão internacional do início dos anos 1990 e o final da Guerra Fria, fato que estimulou a decisão de promover eleições pluripartidárias em 1992. Porém, Jonas Savimbi (Unita) não reconheceu a vitória de José Eduardo dos Santos (MPLA), presidente desde 1979, e a guerra civil reiniciou.

Em 1996, tentou-se uma composição de governo em Angola formada pelo MPLA e pela Unita, que logo resultou em novos confrontos armados. Em 2001 já se computavam aproximadamente 1 milhão de mortos, milhões de desabrigados e destruição generalizada. Os angolanos viviam sob ameaça constante, pois havia 12 milhões de minas terrestres espalhadas pelo país. Em fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto por soldados do Exército angolano e, em abril, foi assinado um acordo de cessar-fogo na Assembleia Nacional, em Luanda.

O armistício, que prometia anistia e paz depois de 27 anos de guerra, foi apoiado pela nova liderança da Unita e pelo presidente José Eduardo dos Santos. Nos anos seguintes prevaleceu o empenho do governo na reconstrução nacional e a ativação dos negócios regionais, com a participação do país na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC – Southern African Development Community), que procura ampliar o livre-comércio e eliminar as barreiras tarifárias entre os países da região. Fortalecendo a tendência de normalização política, foram promovidas eleições legislativas em 2008, com larga margem de vitória (81%) dos candidatos do MPLA, do presidente José Eduardo dos Santos. Até o início de 2010 ainda se discutiam a data e a forma das próximas eleições presidenciais.

MINAS TERRESTRES

A mina terrestre é um artefato enterrado sob o solo, que explode sob a passagem de veículos ou pessoas, dificultando assim o avanço de forças inimigas. A ONU calcula que 23 mil civis (entre os quais muitas crianças) tenham sido mutilados por pisar acidentalmente em minas terrestres instaladas no país durante a guerra civil. A ameaça persiste até os dias de hoje, não apenas em Angola, pois milhões de minas permanecem enterradas em diversas áreas de conflito no mundo, e nem sempre há registros de sua localização.

◄ Garota angolana, vítima de explosão de minas terrestres, aprecia cartaz de concurso de beleza destinado a jovens na mesma condição. O objetivo do concurso é colaborar para a elevação da autoestima das vítimas destes artefatos. Foto de 2008

Em **Moçambique**, o processo de independência foi iniciado em 1962 pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de inspiração socialista, liderada por **Eduardo Mondlane**. Quando Mondlane foi assassinado, em 1969, **Samora Machel** assumiu o comando do movimento. Com a revolução de 1974, Portugal acelerou as negociações pela libertação dessa colônia, reconhecendo sua independência em 1975, com Machel na presidência.

Governada por uma minoria branca e alinhada com o bloco norte-americano nos anos 1980, a África do Sul procurou desestabilizar o governo socialista de Machel por meio da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Apesar da assinatura do Acordo de Nkomati, que estabeleceu a não agressão com a África do Sul, os confrontos foram constantes.

Foi somente na década de 1990, com a abertura do país, que se estabeleceram acordos entre o governo e os guerrilheiros para a pacificação moçambicana. Em 1994, foram realizadas eleições que deram vitória ao líder da Frelimo, sucessor de Machel, Joaquim Chissano. O novo presidente voltou-se para a reconstrução de Moçambique, arrasada por anos de luta, conseguindo um relativo êxito no controle da inflação e na aplicação de um programa de privatizações. Reeleito em 1999, ele deu ênfase às obras de infraestrutura (gasoduto, eletricidade etc.) e ao crescimento econômico, conseguindo a vitória de seu candidato à presidência da República nas eleições de dezembro de 2004, Armando Guebuza, com mais de 63% dos votos.

Em **Guiné-Bissau** e **Cabo Verde**, a luta contra o colonialismo começou em 1961, sob a liderança de Amílcar Cabral, do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assassinado em 1973. A independência da Guiné-Bissau foi então proclamada por Luís Cabral, embora só tenha sido oficializada em 1974, após a Revolução dos Cravos.

Em 1980, Cabo Verde separou-se da Guiné-Bissau, e, na década de 1990, os dois países abandonaram o regime marxista de um só partido e ampliaram as liberdades políticas e econômicas. O pluripartidarismo e as eleições não puseram fim às dificuldades sociais e econômicas, muito menos às rivalidades e confrontações. Em Cabo Verde, a aridez do solo do arquipélago e outras dificuldades agrícolas têm provocado forte movimento de emigração. Na Guiné-Bissau, depois de vários motins, atuação guerrilheira e deposição de presidentes, Henrique Rosa assumiu a presidência em 2003, com base em acordos denominados Carta de Transição Política, que desembocaram em eleições presidenciais em meados de 2005.

Em **Ruanda**, as marcas da turbulenta descolonização no continente africano, como o grave subdesenvolvimento e a instabilidade institucional, refletiram-se, nos anos 1990, em disputas pelo poder por parte de grupos étnicos hutus (90% da população) e tutsi. Superdimensionando heranças coloniais, os graves e sangrentos conflitos produziram milhões de mortos e refugiados.

Thomas Joer/AFP/Getty Images

▲ Milhares de refugiados ruandeses aguardam ajuda da ONU, em Goma, na fronteira entre Zaire e Ruanda. Foto de 1996

HERANÇA COLONIALISTA

O historiador Josep Fontana, discutindo o trabalho de historiadores e tomando como tema "As guerras da História", destaca que "as classes dominantes não temem a História – ao contrário, procuram produzir e difundir o tipo de História que lhes convém, ou seja, uma História que não se dedica à luta pela liberdade e pela justiça – mas em todo caso, temem os historiadores que não podem utilizar."[2]

Fontana também aponta que existem "guerras mais dramáticas por suas consequências. Em Ruanda foram os belgas, e em grande medida as ordens religiosas que controlavam o ensino, os que fabricaram o mito de uma História racista, construída sobre o modelo com que Gobineau interpretava a Idade Média europeia, onde os tútsi apareciam como os senhores feudais opressores e o hutus como o povo explorado por eles. Esta visão 'feudal' serviria de pretexto para a 'revolução social' dos hutus em 1959-1961 e para o genocídio dos tútsi nos anos noventa. A difícil restauração da convivência étnica não poderia fazer-se em Ruanda sem eliminar esta visão do passado, substituindo-a por outra mais objetiva".[3]

Joseph-Arthur, conde de Gobineau (1816-1882), autor de *Ensaio sobre a desigualdade da raça humana* (*Essai sur l'inegalité des races humaines*), de 1853-5, foi um precursor do racismo moderno. Defendia a superioridade dos brancos louros de descendência germânica (arianos) sobre outros brancos e demais grupos humanos. Teve grande influência no desenvolvimento de políticas racistas na Europa, especialmente adaptada aos interesses nazistas.

Na **África do Sul**, sob a liderança de **Nelson Mandela**, a luta contra o *apartheid* (segregação racial) foi vitoriosa depois de séculos de sujeição. Mandela tornou-se governante do país em 1994, e a África do Sul foi reconhecida como um exemplo das potencialidades africanas, apesar de fortes oposições e discordâncias quanto aos rumos do país.

Em 2002, foi constituída oficialmente a **União Africana (UA)**, organização que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA), em vigor desde 1963. Mostrando-se bastante ativa, já em 2003 e 2004, a UA procurou travar entendimentos pela superação de crises regionais e por maior integração entre seus membros. O objetivo da organização, inspirado no modelo da **União Europeia (UE)**, é estabelecer um espaço único para seus quase 1 bilhão de habitantes, com um Parlamento continental, um tribunal pan-africano, um Banco Central e, mais adiante, uma única moeda. Os 53 países signatários da União Africana se comprometeram a "promover a democracia, a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento econômico e o combate à miséria", dando à organização poder para intervir em países em conflito e resolver mais eficazmente os problemas de desenvolvimento socioeconômico.

Criar uma África integrada e forte é um desafio imenso para o século XXI, pois se trata de um continente marcado por pobreza, guerras, rivalidades, disputas territoriais, instabilidade política e epidemias avassaladoras, segundo palavras do presidente sul-africano Thabo Mbeki, anfitrião da reunião que criou a União Africana, em Durban (África do Sul), em 2002. "Um passo de gigante. [...] Chegou a hora de a África tomar o lugar que lhe é devido nas questões mundiais", concluiu ele.

Schalk Van Zuydam

▲ Nelson Mandela, principal líder da luta contra o racismo na África do Sul, foi ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1993, com o presidente sul-africano na época, Frederik W. de Klerk. No ano seguinte, seria eleito o primeiro presidente negro do país que, ao encerrar seu mandato, em 1999, transferiria o poder democraticamente a seu sucessor Thabo Mbeki. Em 2004 Mbeki foi reeleito e sucedido em 2009 por Jacob Zuma. Na foto, Mandela na Cidade do Cabo, África do Sul, em 11 de fevereiro de 2010, por ocasião do aniversário de 20 anos de sua libertação após ter ficado preso por 27 anos sob o regime do *apartheid*.

[2] FONTANA, Josep. *História dos homens*. Bauru (SP): Edusc, 2004. p. 343.

[3] Idem, p. 379.

A AMÉRICA LATINA E AS LUTAS SOCIAIS

Apesar de sua independência política, conquistada a partir do século XIX, os países da América Latina mantiveram laços de dependência econômica com as grandes potências capitalistas mundiais, inicialmente a Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos.

As forças tradicionais, defensoras do vínculo político-econômico com os grandes centros capitalistas, não poucas vezes têm se chocado com as forças reformistas e nacionalistas e também com as de extrema esquerda, num quadro de busca pela reformulação das estruturas vigentes. Por isso, ditaduras militares, governos pró-libertação, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros têm caracterizado o conturbado quadro político da América Latina desde o século XIX. O mapa a seguir sintetiza esse quadro – observe-o e volte a ele no decorrer de seu estudo deste capítulo.

Reflexos da Guerra Fria na América Latina

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. BAYLAC, M. H. *Histoire terminale*. Paris: Larousse Bordas, 1998. p. 193.

México

Após a proclamação de sua independência por Agustín Itúrbide, em 1821, o México passou a viver um período de instabilidade política sob a forma de ditaduras e de dependência econômica. As condições sociais se deterioraram com a perda de quase metade de seu território após a guerra travada contra os Estados Unidos, em 1848, e as intervenções estrangeiras sucessivas, como a dos franceses, entre 1861 e 1867, que tentaram instalar na região o governo Habsburgo de Maximiliano, um prolongamento do Segundo Império napoleônico na América.

Tais condições propiciaram a instalação da ditadura de Porfirio Díaz (1877-1880, 1884-1911), sob a qual se deu intensa concentração fundiária e entrada de elevadas somas de capital estrangeiro voltadas para a exploração e o controle dos recursos minerais e da produção de artigos de exportação. Dessa forma, para a população local, em sua grande maioria concentrada nas áreas rurais, aumentaram a miséria e a dependência em relação aos grandes senhores.

No início do século XX, esse quadro levou ao crescimento da insatisfação entre a população, o que provocou greves operárias nas cidades e revoltas na zona rural. Dessas lutas surgiram líderes populares, como **Emiliano Zapata** e **Pancho Villa**, que, comandando milhares de camponeses, mobilizaram-se reivindicando distribuição de terras por meio da reforma agrária, opondo-se aos latifundiários, aos quais se juntaram a Igreja e as elites constituídas. Ao mesmo tempo, parte da elite, sob o comando de Francisco Madero, insurgia-se contra a ditadura porfirista. Unindo as forças, os exércitos revolucionários depuseram Porfirio Díaz em maio de 1911.

As camadas populares permaneceram insatisfeitas com as tímidas medidas sociais tomadas por Madero, que foi assassinado em 1913. O general Victoriano Huerta reinstalou a ditadura, ligada aos interesses dos Estados Unidos.

Pancho Villa voltou a lutar contra as forças federais, enquanto Zapata liderava no sul a revolução camponesa pela reforma agrária. As pressões levaram Huerta a renunciar em 1914 em favor de um governo constitucional liderado por Venustiano Carranza (1914-1915).

Em 1917, foi promulgada a nova Constituição liberal do país e Carranza foi eleito presidente. Insatisfeitos com o não atendimento de suas reivindicações, especialmente a redivisão fundiária, os movimentos populares continuaram em luta. Entretanto, perderam força, especialmente com o assassinato de Zapata em 1919 e o afastamento de Villa em 1920, seguido de seu assassinato em 1923. Assim, o projeto liberal se institucionalizava.

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

Museu de Arte Moderna, Nova York/AFP/Getty Images

▲ Na foto de 1915, os líderes populares Pancho Villa (no centro) e Emiliano Zapata (à direita) no palácio presidencial da Cidade do México. Na pintura de 1931, de Orozco, índios mexicanos seguindo Zapata.

Na década de 1930, a reforma agrária, motivo da revolução de 1910, ainda não havia sido realizada: mais de 80% das terras mexicanas estavam em mãos de pouco mais de 10 mil mexicanos. As manifestações nacionalistas e as reivindicações sociais encontraram no presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) um representante que expropriou terras e companhias estrangeiras, nacionalizou o petróleo e estimulou a formação de sindicatos camponeses e operários.

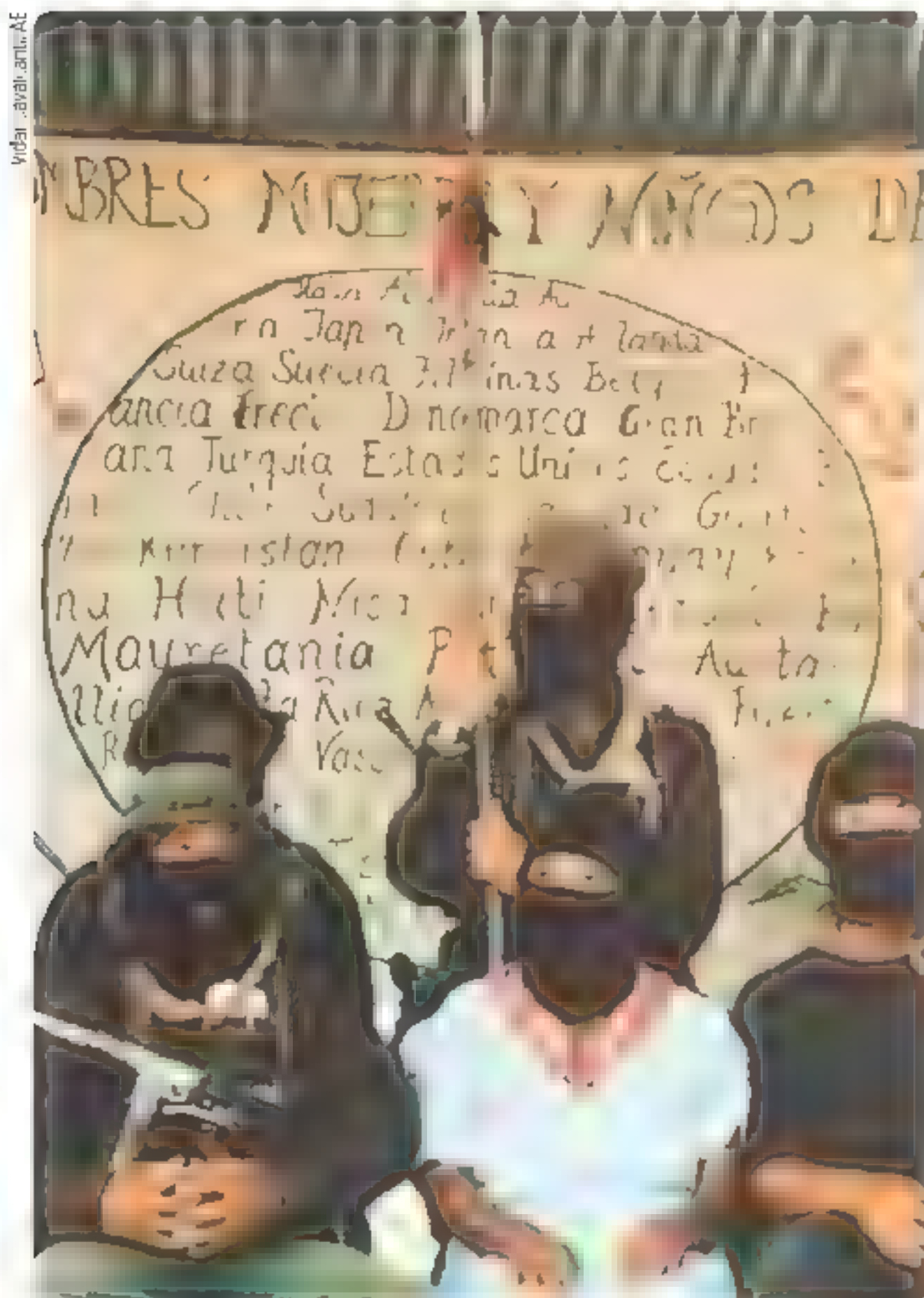
O partido do governo passou a chamar-se Partido da Revolução Mexicana, transformado em 1948 no **Partido Revolucionário Institucional** (PRI), que permaneceu hegemônico no poder, vencendo todas as eleições presidenciais, até ser derrotado em 2000.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, o latifúndio voltou a dominar a estrutura agrária do país e houve intensa subordinação aos capitais internacionais, levando a economia à beira do colapso. Diante da imensa dívida externa e do grave quadro inflacionário, em 1990 o presidente **Andres Salinas de Gortari** buscou acordos internacionais que atraíssem investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos.

A íntima vinculação ao bloco econômico norte-americano, unindo-se à economia de dois dos gigantes do capitalismo, Estados Unidos e Canadá, possibilitou a integração ao Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio (**Nafta**), oficializada em 1.º de janeiro de 1994 e comemorada como uma passagem para o mundo desenvolvido.

Esse episódio, entretanto, foi ofuscado pelo levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que tomou várias cidades no estado de **Chiapas**, uma região empobrecida no sudeste do país.

Os zapatistas, como ficaram conhecidos, proclamavam a exigência de "pão, saúde, educação, autonomia e paz" para os camponeses da região. Liderados por um homem mascarado, autodenominado "subcomandante Marcos", sublevavam-se contra o governo e denunciavam o Nafta como pernicioso ao povo mexicano.

Os enfrentamentos e sucessivos acordos entre o governo de Andres Salinas e os camponeses revoltosos durante o ano de 1994 contaram, ainda, com a turbulência eleitoral durante a campanha à presidência. Foram assassinados dois membros do partido do governo (PRI), Luis Donaldo Colosio, candidato que estava à frente nas pesquisas eleitorais, e, logo em seguida, José Francisco Massieu, secretário do partido, ambos defensores de amplas reformas políticas no país.

Os zapatistas inspiraram seu movimento em Emiliano Zapata e no processo de distribuição de terras que estava sob seu controle durante a Revolução Mexicana. O levante de 1994, além de derrotar o Exército mexicano e tomar a capital do estado de Chiapas, San Cristobal de las Casas, representou um sério revés à economia de mercado da integração neoliberal mexicana. Supõe-se que o porta-voz do movimento, autodenominado "subcomandante Marcos" (acima, com relógio), que mantém sua identidade em segredo, seja o professor de sociologia Rafael Sebastian Guillen. Foto de 1997

A economia mexicana mergulhou na instabilidade em meio a acusações de envolvimento do governo nos assassinatos, especialmente o irmão do presidente, Raúl Salinas, e escândalos de corrupção. As eleições deram vitória ao novo candidato do PRI, Ernesto Zedillo, que assumiu o cargo em dezembro de 1994.

Nas eleições presidenciais de 2000, tiveram fim 71 anos de governo PRI, quando Vicente Fox venceu para a presidência pelo Partido de Ação Nacional (PAN). Nas eleições de 2006, Felipe Calderón, do mesmo partido, venceu as eleições para a presidência, com apoio de Fox, derrotando por pouca margem de votos Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD), num clima de acusações de fraudes e contestações.

Chile

Em 1970, **Salvador Allende**, da Unidade Popular, composta por socialistas e comunistas, substituiu o governo de Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão, que se caracterizou por um reformismo limitado. Sua vitória foi o resultado de um longo período de lutas populares no Chile, de uma elaborada política de união das forças de esquerda e do debilitamento do grupo conservador chileno em decorrência da fraqueza do governo de Frei.

A vitória socialista desencadeou uma mobilização social, com invasão de terras e ocupação de fábricas, pressionando o governo a avançar além de seus propósitos originais. Em resposta, ocorreu a rearticulação das forças conservadoras, o que provocou sabotagens e instabilidade.

Salvador Allende (de óculos), pouco antes de sua morte, no palácio presidencial de La Moneda atacado pelos golpistas. Segundo documentos do governo norte-americano, levados a público em 2004, as frases trocadas entre o presidente Nixon e seu secretário de Estado Henry Kissinger (ver abaixo) mostram interesses e envolvimento dos Estados Unidos em relação ao golpe de Estado de 1973, que custou a vida de milhares de chilenos e derrubou o presidente Allende.

"KISSINGER: A coisa está se consolidando, e claro, os jornais... sangrando, porque um governo pró-comunista foi derrubado. No período de Eisenhower, seríamos heróis...

NIXON: Bem, nós não .. como você sabe, nossas mãos não aparecem nesse caso.

KISSINGER. Nós não fizemos. Quero dizer, nós os ajudamos... criamos as melhores condições possíveis."[4]

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, sob o governo de Richard Nixon, sentiram-se desafiados, uma vez que ocorreu a nacionalização de diversas empresas norte-americanas que atuavam no Chile, principalmente mineradoras. Os norte-americanos responderam custeando campanhas que desencadearam a desestabilização do governo de Allende, fortalecendo o desejo golpista da cúpula militar chilena.

[4] *Diário de Pernambuco* 30 maio 2004 p. B16

Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas chilenas, sob o comando do general **Augusto Pinochet**, bombardearam a sede do governo, o palácio presidencial de La Moneda, em Santiago, numa ação que levou Allende a resistir até a morte.

Ao assumir o governo, Pinochet estabeleceu uma das ditaduras mais violentas da América Latina: mais de 60 mil pessoas morreram ou desapareceram no Chile nos anos 1970, e 200 mil abandonaram o país por motivos políticos. Na década de 1980, as pressões populares e internacionais sobre a ditadura chilena avolumaram-se e, em 1987 e 1988, diante da distensão nas relações internacionais e do esgotamento político interno, as pressões pela redemocratização tornaram-se irrefreáveis.

A partir dos anos 1990, buscou-se no Chile uma transição pacífica para a democracia por meio de eleições presidenciais. O vitorioso foi Patrício Aylwin Azocar, candidato pela frente oposicionista Acordo pela Democracia, denominada Concertación. Seu sucessor foi Eduardo Frei (1994), seguido, em 2000, pelo também governista Ricardo Lagos.

Pinochet, contudo, continuou na chefia do Exército, deixando o cargo somente em 1998, quando assumiu uma cadeira de senador vitalício no Parlamento chileno. Segundo a Constituição em vigor, elaborada durante seu governo, todo presidente chileno que ficasse no poder por mais de seis anos teria o direito a uma vaga no Senado até o fim da vida, sem necessidade de disputar eleições.

Na economia, o país assumiu as receitas neoliberais desde a época da ditadura de Pinochet, crescendo num ritmo bastante rápido, e continuou na mesma situação com os governos que o sucederam. Os avanços econômicos e a estabilidade financeira fizeram do Chile um dos países considerados bem-sucedidos no processo de economia capitalista globalizada, típica dos anos 1990 em diante.

Paralelamente a esse sucesso, continuava pendente a responsabilização criminal pelas mortes, torturas e atos de repressão da época da ditadura militar, exigida por vários setores nacionais e organismos internacionais de direitos humanos. Em 1998, em visita à Inglaterra para tratamento médico, Pinochet foi preso em resposta à Justiça espanhola, que o julgava por torturas causadas a cidadãos espanhóis.

O caso arrastou-se durante 15 meses e somente no início de 2000 Pinochet retornou a seu país, sob forte ameaça de julgamento pelos crimes cometidos durante seu governo. Em julho de 2002, a Suprema Corte de Justiça chilena decidiu encerrar definitivamente o processo contra Augusto Pinochet (86 anos), considerando-o em estado de "demência". Dias depois, ele renunciou ao cargo de senador vitalício, abandonando a vida política. Em 2004 vieram a público as contas multimilionárias que o ex-ditador possuía em bancos estrangeiros, criadas com recursos obtidos de governos aliados a sua ditadura, como o norte-americano, e de outras transações financeiras ilegais. Pinochet morreu em 2006, no mesmo ano em que a Concertación elegeu o quarto presidente chileno, a socialista Michelle Bachelet. Em 2010, a Concertación não conseguiu vencer as eleições presidenciais, sucedendo Bachelet o opositor Sebastián Piñera.

A América Central

Após a independência do México (1821), que fazia parte do Vice-Reinado da Nova Espanha, a região recebeu o nome de Províncias Unidas da América Central. Em 1838, os interesses das elites locais associados aos dos Estados Unidos e da Inglaterra, países defensores do lema "dividir para reinar", propiciaram a formação de diversos Estados autônomos na região: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, alinhados às tradicionais potências, especialmente os Estados Unidos.

Para manter seus benefícios na região, os norte-americanos fizeram diversas intervenções armadas, como no **Panamá**, em 1903, garantindo o controle da **Zona do Canal**, e outras que tinham o objetivo de sufocar os movimentos guerrilheiros locais, como o do líder camponês nicaraguense Augusto César Sandino, entre 1927 e 1934. Desprezando o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos, defendido pela ONU (após 1945) e pela OEA, os Estados Unidos mantiveram a região sob seu controle por meios econômicos e diplomáticos.

Apesar disso, no final dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, os movimentos populares ganharam força na América Central, colocando em risco a tradicional supremacia norte-americana. O principal exemplo dessa nova conjuntura foi a **Revolução Sandinista**, de 1979, na **Nicarágua**, que derrubou a ditadura de Anastácio Somoza, aliado dos Estados Unidos.

A posição de força dos norte-americanos, entretanto, nunca foi abandonada e, apoiando ex-soldados somozistas (os chamados "contras"), provocaram a desorganização interna do país sob o governo sandinista.

Nas eleições de 1990, o líder sandinista Daniel Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro, da União Nacional Opositora (UNO), partido pró-Estados Unidos. Durante seu governo, contudo, acabou por se aproximar dos sandinistas, apesar das pressões norte-americanas e de seu próprio partido.

Em 1993, a UNO rompeu com a presidente, seguindo-se um agravamento do quadro político e a radicalização das facções partidárias na Nicarágua. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), ainda não refeita da derrota de 1990, passou por várias dissidências, das quais a mais importante aconteceu em 1994, quando Ernesto Cardenal, ex-ministro da Cultura do governo sandinista, que foi suspenso de suas funções sacerdotais pelo Vaticano, abandonou o partido. Nas eleições de 1996, Daniel Ortega (FSLN) foi novamente derrotado no pleito presidencial, cabendo a vitória a Arnoldo Alemán, da coalizão conservadora Aliança Liberal (AL), que não realizou mudanças substanciais no país.

Memorial da América Latina

▲ Apesar das derrotas eleitorais dos anos 1990, os sandinistas continuaram como importante força política na Nicarágua. Na foto da década de 1990, Daniel Ortega; atrás dele, cartaz representando Augusto César Sandino.

Rivalidades políticas e projetos de mudança continuaram presentes na Nicarágua. Em novembro de 2001, o ex-vice-presidente de Alemán, Enrique Bolaños Gayer, do Partido Liberal Constitucional (PLC), venceu as eleições presidenciais, derrotando outra vez o candidato sandinista Daniel Ortega, que só conseguiria se eleger à presidência em 2006, tomando posse em 2007.

O **Panamá**, num amplo movimento nacional pela retomada do controle da Zona do Canal – que desde sua inauguração em 1914 era administrado pelos Estados Unidos –, conseguiu acordos com o governo de Jimmy Carter, pelos quais os norte-americanos se comprometeram a devolver o canal à soberania panamenha até o ano 2000. De outro lado, evidenciando sua frágil soberania, o país foi invadido em 1989 por forças norte-americanas que derrubaram o presidente Manuel Antonio Noriega, acusado de ligações com o tráfico internacional de drogas.

Noriega foi preso e levado aos Estados Unidos para julgamento. Em 1999 era eleita a primeira mulher para a presidência do país, Mireya Moscoso, que, em dezembro, recuperou a administração da Zona do Canal interoceânico, conforme estabelecido no acordo com o governo de Carter. Noriega foi condenado a 40 anos de prisão por tráfico de drogas, cumpriu 17 nos Estados Unidos e a partir de 2010 deverá cumprir mais 7 anos de prisão na França por lavagem de dinheiro.

Outra intervenção norte-americana ocorreu no **Haiti**, em 1994, dessa vez para reempossar o presidente Jean-Bertrand Aristide, um padre católico democraticamente eleito, mas deposto por uma junta militar. A operação garantiu que Aristide cumprisse seu mandato até ser sucedido, em 1996, na primeira transferência de governo por via eleitoral da história do Haiti, tendo por base o partido Lavalas (*lavalas* quer dizer "avalanche"). Em contraste com essa tendência democrática inédita, o país convivia com uma taxa de desemprego de quase 70%. O sucessor de Aristide foi seu mais próximo colaborador, René Préval, que, com as eleições de 2000, devolveu o cargo a Aristide. Contudo, o novo governo de Aristide não conseguiu reverter o quadro de dificuldades econômico-sociais nem a corrupção e a violência entre facções políticas. Em 2004, ano do bicentenário da independência dessa primeira República negra, Aristide foi deposto e o país mergulhou em confrontos armados, seguidos da intervenção de tropas norte-americanas e francesas, respaldadas pela ONU. Meses depois coube às tropas brasileiras a liderança das forças de paz da ONU — a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) —, da qual também participaram militares de outros países latino-americanos, como Argentina e Chile. No início de 2006 foram realizadas as eleições presidenciais, vencendo René Préval, enquanto continuavam presentes os efetivos militares da Minustah e a expectativa de um efetivo desenvolvimento dessa que é a nação mais pobre das Américas e de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente.

> **Índice de Desenvolvimento Humano:** indicador usado pela ONU desde os anos 1990 para avaliar o desenvolvimento de uma população com base em dados como o poder de compra das pessoas, a expectativa de vida e a educação, analisados de modo comparativo entre as nações.

No início de 2010, um forte terremoto abalou o Haiti, provocando grande devastação e perda de vidas, dificultando ainda mais o processo de reconstrução do país.

Thony Belizaire/AFP/Getty Images

O terremoto que atingiu o Haiti, em janeiro de 2010, causou a morte de mais de 200 mil pessoas e mais de 300 mil feridos, além de milhares de desabrigados. Na foto, de abril de 2010, cerimônia de hasteamento da bandeira deste país, diante do Palácio Presidencial, na capital Porto Príncipe, parcialmente destruído pelos tremores.

A América Latina no século XXI

O duradouro estado de guerra na América Central reforçou o contínuo processo de empobrecimento e miséria, bastante comum em toda a América Latina, ativando por décadas a ebulição político-ideológica e o permanente desejo de mudanças. No início deste nosso século, estimava-se que 60% dos 34 milhões de habitantes da América Central viviam abaixo da linha de pobreza, representando, de certa forma, o limite extremo da crise político-econômica por que sempre passou o continente latino-americano.

Tomando toda a América Latina e do Caribe, as estimativas indicavam que o número de pobres para toda a região chegava a 221 milhões de pessoas, sendo que cerca de 97 milhões viviam em extremada pobreza.[5] Para o conjunto de seus países, a penúria da maioria da população, o desemprego, as taxas inflacionárias recordes dos anos 1980 e 1990, bem como o sucateamento do parque industrial (envelhecimento e não reposição de maquinário), exigiram políticas inovadoras, adotadas por partidos reformistas e de centro. Substituindo ditaduras – muitas vezes longas e sangrentas – e após um período de transição democrática, subiram ao poder presidentes eleitos diretamente em quase todos os países da região. Um sinal de reforço a essa mudança na região quanto à condenação de golpes de Estado e derrubada de governos evidenciou-se em 2009, em Honduras, quando o presidente Manuel Zelaya foi destituído e instalou-se um governo que acabou condenado pelos países americanos e pela OEA. Desde a chegada desses governos eleitos latino-americanos, na onda política de normalização democrática, prevaleceram as propostas liberais reformistas dos partidos de centro e de direita, desbancando propostas das esquerdas revolucionárias radicais.

Seguindo o ideário neoliberal, os novos governos empenharam-se no saneamento econômico interno e na abertura dos mercados nacionais ao capitalismo internacional, assim como na reformulação do papel do Estado na economia. Dessa forma, foram privatizadas as empresas do governo e diminuídos os gastos públicos, especialmente aqueles voltados para as políticas sociais, o que possibilitou um relativo sucesso econômico, porém quase sempre divorciado de uma política de bem-estar social. No início de 2005, por exemplo, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) divulgou dados segundo os quais três em cada quatro pessoas da América Latina viviam nas cidades e 44% dessa população urbana vivia em favelas. As propostas liberais reformistas, portanto, não tinham conseguido favorecer a maioria da população, propiciando, cada vez mais, a concentração de renda e o aumento do poder das megaempresas nacionais ou multinacionais.

A democratização, obtida em quase todo o continente e sempre em busca de consolidação, teve baixas momentâneas, como aconteceu no Peru, em 1992. Ali, o presidente Alberto Fujimori fechou o Congresso e tomou em suas mãos todos os poderes nacionais, ignorando a Constituição, anulando direitos e reelegendo-se sucessivamente por três vezes. Durante seu longo governo, o principal sucesso de Fujimori foi o

[5] Dados da Cepal 2004. Disponível em: <www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloSocial/0/LCL2220PE/PSE2004_Cap1_Pobreza.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2005.

de ter diminuído o poder de ação do grupo terrorista Sendero Luminoso, sem, contudo, ter reduzido os problemas sociais do país. O prolongamento de seu mandato e as medidas intransigentes por ele impostas à sociedade peruana não impediram que um escândalo de compra de parlamentares viesse a público.

Não tendo condições políticas nem militares para se manter no poder, Fujimori pediu asilo político ao Japão em novembro de 2000. Em agosto de 2001, o Congresso do Peru aprovou, por unanimidade, uma "acusação constitucional" contra o ex-presidente, por homicídio, corrupção e sequestro durante os anos de seu governo. A presidência do país passou ao candidato que perdera a eleição anterior, Alejandro Toledo. Sem conseguir controlar as dificuldades nacionais, Toledo teve de enfrentar novos escândalos políticos e rebeliões, enquanto o ex-presidente Fujimori continuava refugiado no Japão. Em outubro de 2005, Fujimori surpreendeu a todos, aparecendo na capital chilena, onde foi preso. Nas eleições de 2006, o vitorioso foi o ex-presidente Alan Garcia, que intensificou as gestões para a extradição do "El Chino", nome como é conhecido Alberto Fujimori no governo chileno. Fujimori foi transferido para o Peru em 2007 e condenado a mais de 25 anos de prisão em 2009.

▲ O radicalismo revolucionário na América Latina quase sempre representou a ação extrema contra o aumento de desigualdades e injustiças. Além das ações guerrilheiras, nos últimos anos tem crescido a atuação das populações indígenas, cada vez mais organizadas e exigindo mudanças políticas e direitos, especialmente nos países sul-americanos em que são a maioria da população – como é o caso da Bolívia, do Equador e do Peru. Na foto, em cerimônia fúnebre, o presidente peruano Alejandro Toledo, em Lima, caminha de mãos dadas com familiares dos policiais que foram vítimas de confrontos políticos violentos em janeiro de 2005

Outro exemplo latino-americano de mudanças e crescentes dificuldades nos últimos anos é a **Argentina**, onde o governo do peronista Carlos Menem e seu ministro Domingos Cavallo implementou um plano econômico emergencial em 1991. Foi estabelecida a paridade do peso com o dólar, atrelando a moeda nacional à moeda norte-americana, ao mesmo tempo que se adotou uma ampla política de privatização de empresas estatais, seguindo os fundamentos neoliberais. Foram privatizados, entre outros, o sistema energético e a empresa de petróleo, enquanto o desemprego atingia índices recordes de mais de 18%. A estabilização econômica, que derrubou índices inflacionários que chegavam a quase 5 000% em 1989, deu a Menem suficiente aceitação popular para ser reeleito à Presidência da República em 1995. Contudo, as condições sociais foram se agravando nos primeiros anos de seu segundo mandato, gerando maior concentração de riquezas nas mãos de poucos e elevando as taxas de desemprego.

Nas eleições presidenciais de 1999, o candidato de oposição Fernando de la Rúa (União Civil Radical-UDR e Frente do País Solidário-Frepaso) venceu o candidato apoiado por Menem. Como novo presidente argentino, Fernando de la Rúa adotou várias medidas de austeridade, afetando ainda mais o emprego e ampliando as dificuldades sociais. Além disso, o governo de La Rúa ainda enfrentava a questão da moeda – mantê-la ou não atrelada ao dólar – e as dificuldades de dinamização do Mercosul. Nem mesmo a nomeação de Domingos Cavallo, ex-ministro de Menem, para a pasta da Economia conseguiu atrair a confiança internacional, estabilizar a economia e garantir a paridade dólar-peso. Manifestações de protesto, saques e descontrole administrativo e financeiro aprofundaram a crise, levando La Rúa a abdicar da presidência em dezembro de 2001. Após sucessivas renúncias dos chefes de Estado indicados para ocupar o cargo, Eduardo Duhalde assumiu interinamente a presidência até as eleições de 2003. O novo governo argentino adotou algumas reformulações econômicas, como o fim do câmbio fixo, mas não obteve apoio significativo interno e muito menos das finanças internacionais. Da mesma forma, continuava incerta a estabilização financeira e, pior ainda, não se acreditava numa reversão, a curto ou médio prazo, dos graves problemas sociais: metade dos 37 milhões de argentinos estava vivendo na pobreza, e a taxa de desemprego do país chegou a 21,5% em julho de 2002.

Em 2003, Duhalde foi substituído por Nestor Kirchner, que procurou combater o caos financeiro e

político, tendo alcançado relativo sucesso. Em 2006, por exemplo, a Argentina pagou integralmente sua dívida para com o FMI e obteve expressivas taxas de crescimento do PIB, acima de 8%. Já quanto ao Mercosul, o bloco continuou esbarrando em divergências nacionais.

Em 2007 a presidência passou a ser ocupada pela esposa de Nestor Kirchner, Cristina Kirchner, iniciando um governo marcado por forte oposição e frequentes manifestações dos exportadores de bens agrícolas contra impostos e juros elevados. A partir do final de 2008 a situação política e social se deteriorou, sob os efeitos da crise internacional. Em 2009, o kirchnerismo perdeu a maioria parlamentar no Congresso.

O **narcotráfico** é outro fator preocupante no conjunto latino-americano nos anos 1990 e início do século XXI: um produto em expansão no continente e o segundo maior no comércio mundial, que movimenta várias centenas de bilhões de dólares por ano. Parte significativa dessa produção – estima-se que dois terços da produção mundial – é originária da **Colômbia**. Neste país, a riqueza gerada no tráfico de drogas tem financiado os constantes conflitos entre guerrilheiros e a milícia dos "paras" (grupos paramilitares de fazendeiros e militares), em enfrentamentos típicos da época da Guerra Fria.

No final dos anos 1990, depois de 36 anos de guerra civil e dezenas de milhares de mortos, o governo colombiano do presidente Andrés Pastrana (1998-2002) iniciou negociações com grupos guerrilheiros, especialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), tentando pacificar o país. Sem avanços definitivos nos entendimentos e sob pressão dos Estados Unidos, o presidente Pastrana, em 2000, pôs em andamento o Plano Colômbia, um pacote de mais de 1,3 bilhão de dólares para um programa antidrogas no país.

De 2001 a 2006, com Pastrana e seu sucessor Álvaro Uribe, a nação continuou mergulhada na guerra civil de mais de quatro décadas, num impasse em que nem a guerrilha tinha condições de tomar o poder definitivamente, nem as forças governamentais tinham capacidade militar para, apesar da bilionária ajuda norte-americana, derrotá-la. As iniciativas pela pacificação, especialmente as de 2004 e 2005, com prisões e anistia àqueles que depunham as armas, não tiveram os efeitos esperados. Além disso, outro aspecto fundamental do **Plano Colômbia**, destacado por muitos críticos, era a novidade quanto à ingerência direta dos Estados Unidos na América do Sul, especialmente na área amazônica, podendo vir a ser um perigoso precedente para sua maior presença militar na região. Entre as bases programadas pelos Estados Unidos na região, estão a de Malambo, Palanquero e Apiay, esta distante apenas 400 quilômetros da fronteira brasileira. No combate aos guerrilheiros colombianos, o presidente Álvaro Uribe conseguiu a união do bloco conservador do país e reforçou a aliança com os Estados Unidos, o que provocou atritos com governos vizinhos de esquerda, como o de Hugo Chávez, da Venezuela, Rafael Correa, do Equador e Evo Morales, da Bolívia, entre outros. Em 2009 cresceu a oposição aos acordos de Uribe com os Estados Unidos, quanto à ampliação das bases militares norte-americanas na Colômbia, cenário de possíveis atritos de governos latino-americanos com o novo governo de Barack Obama.

Da passagem da época da Guerra Fria ao período da globalização neoliberal permaneceu o dilema da nova ordem internacional: as medidas de livre mercado, de dinamização capitalista, ou a forte retomada intervencionista estatal a partir de 2008 servirão para conduzir à solução da "questão social", ou continuará a haver uma deterioração das condições sociais, como mostra a história latino-americana recente? Projetos divergentes certamente continuarão disputando o imaginário político do continente, impulsionado por suas imensas dificuldades políticas, econômicas e sociais.

Luis Robayo/AFP/Getty Images

▲ Na primeira década do século XXI, as Farc ainda mantinham dezenas de reféns, para serem trocados por prisioneiros guerrilheiros em poder do Estado. Nos últimos anos, parte deles foi liberada sem a contrapartida do governo, graças à intermediação das autoridades do Brasil, Equador, Venezuela e Bolívia. Foi o caso de Ingrid Bittencourt, em 2008, e de Pablo Moncayo, em 2010 (na foto, Moncayo, de uniforme militar, ao ser libertado depois de 12 anos como refém).

PARA RECORDAR: Descolonização e lutas sociais no "Terceiro Mundo"

1945
Fim da 2.ª Guerra Mundial

- Ascensão das superpotências
  - União Soviética → "Luta anti-imperialista"
  - Estados Unidos → "Direito à autodeterminação dos povos"
  - *Slogans* "libertários" disfarçam as novas ambições imperialistas das superpotências
  - → Apoio às lutas anticoloniais → Independências → Ásia e África → Campos de batalha da Guerra Fria
- Declínio das antigas potências coloniais
  - Pressão política pela descolonização
  - Inglaterra
  - França
  - Bélgica, Holanda, Portugal
- Aprofundamento da tensão social na América Latina
  - Explosão demográfica
  - Êxodo rural
  - Crescimento e desigualdade
  - Ditaduras militares anticomunistas
  - Regimes de esquerda
  - → América Latina → Campos de batalha da Guerra Fria

ATIVIDADE

Responda às questões propostas a seguir com base no esquema-resumo acima e no que você estudou ao longo do capítulo.

1. De que maneira a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial colaborou com o processo de descolonização da África e da Ásia? Justifique.
2. É possível afirmar que a América Latina, durante a Guerra Fria, se transformou em um campo de batalha "ideológico"? Justifique com exemplos.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e reflexão

→ Leia o texto abaixo da historiadora brasileira Marina de Mello e Souza e faça o que se pede:

> *Junto com os movimentos de libertação cresceu a ideia de uma unidade africana, só possível de ser criada a partir dos efeitos da colonização, e que foi batizada com o nome de "pan-africanismo". Por trás dessa ideia havia um forte sentimento anticolonial, e de valorização do que foi chamado de "negritude", ou seja, um conjunto de características culturais próprias das sociedades africanas e afro-americanas, formadas a partir da diáspora atlântica. A ideia de negritude é fruto do contato com o Ocidente, com a escravidão, com a dominação colonial e com o racismo. Ela não existe em africanos que não passaram por um processo de formação ocidental, que não foram assimilados pelos valores da sociedade colonizadora. A ideia de negritude incorpora a contribuição ocidental além de recuperar as raízes africanas.*
>
> *Por ter se formado a partir do contato com as culturas ocidentais, o movimento da negritude contém a ideia de raça à medida que defende uma diferenciação entre o negro e o branco. Nesse movimento, a ideia de raça negra é um forte elemento de sustentação da possibilidade de africanos e afro-descendentes pensarem a África como uma unidade, onde todos os países tenham identidades a partir das quais possam agir juntos para a superação do colonialismo e dos seus efeitos negativos. Unidos em torno do pan-africanismo e da negritude, não só a África como um todo mas os afrodescendentes de além-mar se engajaram na luta pelo fim do colonialismo, com o apoio de muitos segmentos sociais, mesmo nos países coloniais.*
>
> SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 167-8.

a) O que é o pan-africanismo, segundo a autora?

b) Explique por que a autora afirma que a ideia de "negritude" não existe em "africanos que não passaram por um processo de formação ocidental".

c) Em que medida a ideia de "negritude" e de "raça negra" se relacionam ao anticolonialismo na África? Explique.

2 Análise de documento e imagem

→ Observe atentamente a imagem a seguir. Ela mostra uma manifestação organizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, em 2007. Em seguida, leia o documento redigido em 1994 por este mesmo grupo e responda as questões:

AFP/Getty Images

▲ Manifestante zapatista na Cidade do México, em 2007.

Primeira Declaração da Selva Lacandona (janeiro de 1994)

Ao povo do México.

Somos produto de 500 anos de luta: primeiro contra a escravidão, na guerra de independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes, depois para não sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano, em seguida, para promulgar a nossa Constituição e expulsar o Império francês do nosso solo. A ditadura Porfirista nos negou a justa aplicação das leis da Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, foi assim que surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, aos quais também se negou um mínimo de instrução, para que, como nós, fossem utilizados como bucha de canhão e deixassem o poderoso saquear as riquezas de nossa pátria, sem se importar com o fato de estarmos morrendo de fome e doenças curáveis, de não termos nada, absolutamente nada, sem um teto digno, sem terra, sem trabalho, sem saúde, sem alimentação, sem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz e sem justiça para nós e para os nossos filhos.

Porém, nós hoje dizemos: BASTA!

PRIMEIRA Declaração da Selva Lacandova. In: FELICE, Massimo Di; MUÑOZ, Cristobal (Org.). *A revolução invencível: cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 39.

a) Descreva a imagem, identificando quem são as pessoas fotografadas e o que elas fazem. Descreva também a imagem que aparece na bandeira.

b) Que lutas político-sociais latino-americanas os autores do documento relacionam à sua própria luta?

c) Relacione a imagem ao documento e responda: em sua opinião, a manifestação retratada é uma forma de luta compatível com o que prega o documento? Por quê? Justifique sua opinião com elementos presentes na imagem.

assessoria pedagógica

Capítulo 39

Professor,
Aqui começam as orientações para o Capítulo 39 (p. 734 a p. 752).

O REGIME MILITAR[1]

Neste capítulo, o regime militar será analisado através de diferentes ângulos: no seu aspecto político, em que a principal tônica foi o conservadorismo de direita e a repressão aos seus opositores; as reformas econômicas, pelas quais se buscou reequilibrar o país financeiramente e conter a inflação, sem deixar de lado a promoção do crescimento; e a mobilização e resistência da sociedade, de diferentes formas, desde o golpe deflagrado em março de 1964 até o fim do regime, em 1985.

Por meio do item "A montagem da ditadura" é possível conhecer os primeiros passos adotados pelo governo do marechal Castello Branco, a partir de uma necessidade específica: a de se legitimar como um governo capaz de afastar os entraves que colocavam em dúvida o alinhamento brasileiro à ordem capitalista internacional. Dentre estes passos, a implantação de uma nova política salarial associada à repressão e ao esvaziamento do poder de negociação dos sindicatos permitiu arrocho dos ganhos da classe trabalhadora e controle inflacionário. A leitura da tabela "Taxa de inflação (1964-1967)" permite avaliar o efeito das medidas adotadas. Ainda nesta seção, é importante que seja explorado o movimento de reação de diferentes segmentos da sociedade diante dos primeiros Atos Institucionais, incluindo a articulação de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A efervescência cultural do período e o cenário mundial de contestações poderão ser aprofundados por meio da leitura do texto "Anos rebeldes".

O crescimento econômico brasileiro, em concomitância ao endurecimento da repressão e da luta de resistência, é o tema do item "A ditadura total". No período abordado (1968 a 1977) vários foram os grupos guerrilheiros que atuaram contra o regime, nas cidades e no campo. Para enfrentá-los, o governo aperfeiçoou os órgãos de informação, fortaleceu os comandos de operações militares e permitiu o surgimento e a ação de grupos paramilitares, financiados por grandes industriais e financistas. A atividade *2. Análise de documento e reflexão* ajudará os alunos a questionar e a se posicionar sobre a violência empregada pelo aparato repressivo e o significado da resistência.

A abertura do regime se deu lentamente, como almejado pelos militares. Por meio dos itens "A luta pela abertura do regime" e "A abertura (1977-1985)" compreende-se a luta empreendida no âmbito dos partidos políticos e da sociedade que buscava se rearticular novamente, diante de um cenário econômico bastante difícil. Sobre isso, a análise da tabela "Indicadores econômicos (1980-1985)" e sua comparação com os dados da tabela anterior permitem uma avaliação do cenário.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e abaixo.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996.

ARNS, P. E. (Pref.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

COUTO, R. C. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CURRAN, M. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

D'ARAUJO, M. C. de; CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

______; GLÁUCIO, A. D. (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

______ (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

______. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

______. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

______. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PAIANO, E. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio).

REIS FILHO, D. A. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

NOVAIS, F. (Dir.); SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 4).

______ (Dir.); SEVCENKO, N. (Org.). *República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 3).

Filmes

Anos rebeldes. Direção de Denis Carvalho. Brasil, 1992. (296 min)

Lamarca. Direção de Sergio Rezende. Brasil, 1994. (130 min)

O que é isso, companheiro? Direção de Bruno Barreto. Brasil, 1997. (105 min)

Quase dois irmãos. Direção de Lúcia Murat. Brasil, 2004. (102 min)

Que bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Brasil, 1989. (100 min)

Batismo de sangue. Direção de Helvécio Ratton. Brasil, 2007. (103 min)

Endereços eletrônicos

Frei Tito: memória *on-line*. Disponível em: <www.adital.org.br/freitito/por/>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.htm>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Movimento estudantil durante a ditadura militar. Disponível em: <www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/une.htm>. Acesso em: 24 abr. 2010.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. de; CASTRO, C. (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VENTURA, Z.; MORAES, P. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Teses

MACHADO, C. C. F. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura*. Niterói: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=1287&processar=Processar>. Acesso em: 24 abr. 2010.

PRADO, L. B. B. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000333876>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: em grupos, pesquisar sobre a importância do rádio na vida da população e a chegada da televisão, entre as décadas de 1950 e 1970. Levantar nomes de emissoras, programas, artistas mais populares.
- **História e Arte**: dividir a sala em grupos para que pesquisem, separadamente, o Cinema Novo, o movimento tropicalista, o teatro e os Centros Populares de Cultura (CPCs). Os grupos deverão procurar características, os principais representantes, peças e obras mais significativas e seus vínculos com o panorama histórico do período.
- **História e Cinema**: pesquisar a produção cinematográfica brasileira do período e caracterizá-la. Assistir a alguns filmes, utilizando exemplos extraídos deles para caracterizar o contexto histórico em que foram produzidos.

Textos de apoio

1

Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde

O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste.

O Presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção.

Procedente de Manaus, e depois de sobrevoar durante quase três horas a selva amazônica, o chefe do Governo chegou a Altamira às 11 horas, acompanhado de ministros e demais assessores. Após as honras de estilo, seguiu em direção ao centro da cidade, onde foi entusiasticamente recebido por 3 mil habitantes de Altamira. Sofrendo os efeitos da alta temperatura reinante – quase 40 graus – o Presidente dirigiu-se para o local da solenidade, distante oito quilômetros. Em meio ao caminho, a comitiva entrou por um pequeno atalho, andando cerca de 200 metros debaixo das árvores que escondiam quase completamente a luz do dia, e chegou a uma grande clareira aberta na selva.

Descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou o pavilhão brasileiro em um mastro improvisado no tronco de uma árvore, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional. Depois, descerrou uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito:

"Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde."

FOLHA de S.Paulo, 10 out. 1970. In: *Primeira página: Folha de S.Paulo, 1921-1998*. São Paulo: PubliFolha, 1999. p. 118.

2

Leila Diniz, 1945-1972, atriz e musa

[...] Leila ficou famosa: trabalhou em sete filmes e em outras tantas novelas da Globo e da Excelsior, circulou com sua moto por Ipanema, teve todos os namorados do mundo e nada disso levantou um sobrolho da sociedade. Então, em novembro de 1969, veio sua entrevista para o n.º 22 de *O Pasquim* – e, esta sim, levantou muito mais que sobrolhos. Levantou o país.

A Leila Diniz do mito e da lenda foi uma consequência dessa entrevista. A prova é que o *O Pasquim*, fundado em junho daquele ano [1969] e circulando semanalmente, levou 22 semanas – quase seis meses – para entrevistá-la. [...]

[...] suas entrevistas anteriores, como de praxe na imprensa dos anos 60, eram copidescadas. Ninguém falava no jornal como no dia a dia – nas páginas de esporte, qualquer beque do Bonsucesso usava próclises, ênclises e mesóclises com um rigor de Coelho Neto.

Leila deu muitas entrevistas antes da do *Pasquim* e em nenhuma delas consta uma palavra suspeita. É provável que ela não as tivesse dito, para não fazer a repórter corar, mas mesmo que as dissesse, suas respostas seriam maquiadas na redação, para combinar com as perguntas provincianas e ingênuas. Como as de *Fatos e Fotos*, em 15/2/1968: "É verdade que você não gosta de ter compromissos afetivos sérios?"; "Você se considera uma autêntica mulher avançada?"; "Você se considera sinceramente uma mulher normal?".

[...]

Mas, no começo, mesmo o *Pasquim* tinha de fazer concessões. Não podia soltar na rua uma entrevista com 72 palavrões que haviam saído como rosas da boca de Leila. Então, Tarso [de Castro] teve a ideia de substituí-los por asteriscos e fazer daquilo uma piada. Salvou-se a face do jornal, mas o resultado foi ainda mais escabroso – porque cada asterisco acendeu um palavrão na cabeça do leitor. E, além dos palavrões, havia o relato sereno e bem-humorado de sua movimentada vida sexual [...].

[...] A reação das altas esferas à entrevista de Leila foi de apoplexia e ficou pior ainda quando todos os jornais e revistas do país também passaram a procurá-la. [...]

[...] Era agora um mito – mas será que se enxergava nele? Não. Quanto mais ficou nacionalmente conhecida, mais se tornou uma figura de Ipanema, onde idosos e crianças a tratavam como "Leila", não como "Leila Diniz".

CASTRO, R. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 209-12.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. **Governo Castello Branco:** caracterizado pela tentativa de estabilizar a economia e de lançar as bases para a retomada do crescimento econômico por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que resultou na elevação do custo de vida e no aumento de impostos.

   Governo Costa e Silva: caracterizado pelo endurecimento do regime, pela ascensão da "linha dura" ao governo e pela instituição do AI-5 em 1968.

   Governo Médici: caracterizado pelo advento do chamado "milagre" econômico brasileiro – crescimento da economia em ritmo acelerado, decorrente das baixas taxas de juros e do apoio dos Estados Unidos ao regime militar –, pela entrada de grande volume de capital estrangeiro, pela instalação de multinacionais, pelo direcionamento das empresas estatais para assuntos ligados à "segurança nacional", por baixos salários e repressão às reivindicações trabalhistas. Ocorre nesse período também o aumento do consumo na classe média e da dependência do capital internacional.

   Governo Geisel: início da abertura política. Período marcado pelo "esgotamento do milagre econômico" e queda nos resultados obtidos pela economia brasileira. Alta da inflação. Crise do petróleo no cenário internacional afeta resultados internos.

   Governo Figueiredo: marcado por intensa crise econômica. Segunda crise do petróleo no mercado internacional causa diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil. Inflação foge ao controle e reversão da economia colabora para enfraquecimento do regime.

2. A expressão "modernização conservadora" faz referência a alguns êxitos da economia brasileira durante o regime militar, como a entrada de grande volume de capital estrangeiro, o crescimento da produção industrial e da produção de energia, a ampliação do serviço de telecomunicação, dentre outros. Nesse sentido, é possível afirmar que ocorreu uma modernização no país. Modernização, no entanto, conservadora do ponto de vista social e político, pois nesse mesmo período se deu acentuado arrocho salarial e uma forte repressão política, com perseguições, torturas e assassinatos de pessoas contrárias ao regime.

3. Resposta pessoal. O regime militar no Brasil caracterizou-se por atos de cassação, fechamento do Legislativo, elaboração da constituição por pessoas não eleitas, ocupação de cargos do Executivo por militares do alto escalão das Forças Armadas, suspensão dos direitos políticos e das garantias constitucionais individuais, intervenção federal em estados e municípios, além da possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. No regime democrático, todas essas medidas são consideradas ilegais, uma vez que o funcionamento das instituições públicas é regido pela vontade do povo, representada pelos ocupantes do Legislativo e do Executivo. Também nesse caso, os militares nunca poderiam assumir o poder, uma vez que os cargos do Executivo e do Legislativo estão reservados aos civis eleitos pelo voto da população, enquanto os militares são subordinados ao presidente da República, nunca o contrário. Sobre o terceiro questionamento proposto na seção ***Para pensar historicamente***, no Brasil houve várias formas de manifestações contra a ditadura: através do teatro, das artes plásticas, da música e do cinema, com a organização de grupos armados; com a realização de comícios massivos ou passeatas.

Exercícios de História

1. Análise de texto e imagem

a) A mãe se refere à marca do AI-5 em seu bebê. Ela está preocupada com a possibilidade de seu filho crescer com a marca. Metaforicamente, a preocupação materna está no fato de a criança ser criada sob a repressão imposta pelo AI-5 em 1968, durante a ditadura militar brasileira.

b) O autor se refere à Passeata dos Cem Mil e ao AI-5. Os dois eventos são considerados opostos, pois o primeiro mostra a oposição organizada e de massa ao regime ditatorial, enquanto o segundo simboliza o fortalecimento do regime e o endurecimento da repressão estatal.

c) O AI-5 determinou o endurecimento do regime e a centralização do poder estatal. Também restringiu ainda mais a atividade de política e os direitos civis dos cidadãos. Dessa forma, representou o fortalecimento da ditadura imposta em 1964 e a diminuição das possibilidades de retomada do poder pelos civis.

d) Sim, pois, por ter nascido com a "marca" do AI-5, a criança cresceria em um governo ditatorial severo, no qual a repressão impede a participação política dos cidadãos. Além disso, ela correria o risco de vir a ser perseguida, presa, torturada ou submetida a outros métodos repressivos, caso se mostrasse contrária ao governo vigente.

2. Análise de documento e reflexão

a) Entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794, compreendeu-se o chamado Período do Terror da Revolução Francesa. Durante esse tempo, os jacobinos que estavam no poder perseguiram os opositores ao governo revolucionário. Alguns antigos aliados foram assassinados por serem considerados "inimigos" da Revolução. Seu principal articulador foi Robespierre. Nesse período as garantias civis foram suspensas.

b) Ele quer dizer que o terror ocorre quando é praticado pelo Estado, como se passou durante o Período do Terror. Nesse sentido, quando práticas desse tipo são encabeçadas por pessoas contrárias ao regime vigente, elas podem ser consideradas reações à repressão estatal.

c) Marighella acusa as instituições militares de assassinar alguns de seus companheiros, guerrilheiros urbanos. Ele também as acusa de manter pessoas presas e torturá-las.

d) Marighella argumenta que, diante das atrocidades cometidas pela ditadura militar, ser terrorista é uma forma de resistência. Nesse sentido, a luta armada é uma ação digna, um meio para derrubar um governo que também recorre à violência e ao terror.

e) Tendo em vista que Constant atribui o terror a determinado sistema de governo, e não a práticas violentas à margem do Estado, a resposta esperada é que, tomando a afirmação do pensador do século XVIII, considerariam-se terroristas os atos da ditadura brasileira, e não os dos guerrilheiros. No entanto, como se trata de um exercício que envolve questões políticas e desdobramentos ainda fortes em nossa sociedade, outras respostas podem ser aceitas, desde que justificadas com base nos textos. A intenção do exercício visa antes de tudo trazer à tona a discussão e o desenvolvimento argumentativo dos alunos sobre a ditadura militar brasileira e também sobre a atuação violenta daqueles que agiram contra ela.

3. Análise de texto historiográfico

a) Os participantes das greves que ocorreram no final dos anos 1970 eram, principalmente, metalúrgicos do ABC paulista. Eles estavam insatisfeitos com suas condições de trabalho, seu salário e também com o regime militar brasileiro.

b) Isso ocorreu porque as reivindicações dos metalúrgicos passaram a nortear diversos projetos de sociedade inseridos nos movimentos pela volta da democracia.

CAPÍTULO

39 O regime militar

A Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, reuniu artistas, intelectuais e outros setores da população contra a censura instituída pelo regime militar. Na foto, vemos, à frente, Caetano Veloso (1), Gilberto Gil (2), Paulo Autran (3), Tônia Carrero (4) e Leonardo Villar (5), entre outros

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Autoritarismo e dependência econômica

O período da história do Brasil que vai de 1964 a 1985 foi consagrado pela historiografia como **ditadura militar**. Uma série de elementos serviu de subsídio para a atribuição desse nome. Dentre eles, o fato de o regime democrático ter sido substituído pelo autoritário. Em sua opinião, o que diferencia uma sociedade democrática de uma sociedade autoritária? Que mudanças foram promovidas pelos militares que configuraram a chamada ditadura?

Como você já viu na seção *Discutindo a História* que abre esta unidade, a década de 1960 foi marcada por movimentos sociais diversos e por inúmeras manifestações populares. No Brasil, que tipo de manifestações contra a ditadura ocorreram no período de 1964 a 1985?

Entre as décadas de 1960 e 1970, e entrando na primeira metade da década de 1980, instalaram-se regimes militares por quase toda a América Latina. Poucos países ficaram fora dessa "onda". Ameaçados pelo exemplo da Revolução Cubana, os governos norte-americanos não pouparam esforços para treinar militares e preparar intelectuais e técnicos para executar golpes de Estado e sustentar regimes de força. Essa fase da história da América Latina, portanto, não pode ser entendida fora do contexto da Guerra Fria.

A pregação norte-americana consolidava-se na Doutrina da Segurança Nacional, segundo a qual o inimigo dos países ocidentais não estava mais em um ou outro país estrangeiro, mas entre seus próprios cidadãos, alguns dos quais poderiam fazer uma revolução e tirar o país da órbita de influência capitalista.

As ditaduras terminaram na América Latina com um triste saldo de milhares de militantes políticos mortos ou desaparecidos e dezenas de milhares de torturados, e com os militares desacreditados em suas promessas de gerar prosperidade econômica e solução dos problemas sociais.

A MONTAGEM DA DITADURA

O regime militar instaurado no Brasil em 1964 estendeu-se por 21 anos, nos quais a Presidência da República foi ocupada pelos comandantes do Exército. Seus líderes, contudo, insistiam em acentuar o caráter temporário do período, e o teor do Ato Institucional n.º 1 (AI-1), outorgado em 9 de abril de 1964 pela Junta Militar que assumiu o poder após o golpe, fornecia ferramentas para esse objetivo. O AI-1 decretava:

- realização de eleições indiretas para presidente da República num prazo de dois dias a contar da publicação do ato e de eleições diretas em outubro de 1965;
- fortalecimento dos poderes do presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, em nome de "interesses nacionais", e decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso;
- suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos.

A estratégia dos militares era clara: impor ao Congresso um candidato militar que, uma vez nomeado presidente, pudesse realizar a "limpeza" tão desejada por forças conservadoras (o que afetaria basicamente a esquerda) e devolvesse o poder aos civis num prazo de pouco mais de um ano.

A Constituição de 1946 foi modificada e estava sujeita a alterações cada vez maiores; a imprensa permaneceu relativamente livre, e os tribunais, funcionando. Em 1965, estavam previstas também eleições para governador de estado, que se realizaram normalmente. Esse quadro nos permite afirmar que, apesar do golpe e do crescente autoritarismo do Executivo, manteve-se um clima de relativa liberdade no país.

O presidente nomeado pelo Congresso foi o marechal **Humberto de Alencar Castello Branco**, com o apoio dos governadores dos estados participantes do golpe (Carlos Lacerda, da Guanabara, que hoje faz parte do Rio de Janeiro; Ademar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais). Veterano da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, ligou-se à Escola Superior de Guerra e era bastante respeitado entre os oficiais do Exército por seus dotes intelectuais. Castello Branco, ao assumir a presidência, disse que cumpriria as promessas realizadas pelos militares: "limpeza" e eleições em 1965.

▲ Desfile de 7 de setembro de 1964. Assinalados, os marechais Castello Branco, ao centro, e Costa e Silva, à direita. Em segundo plano, à esquerda, Carlos Lacerda. Castello Branco descrevia os políticos que tentavam se aproximar do Exército como "vivandeiras alvoroçadas [que] vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar".[1]

[1] Citado em GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 137

A "limpeza" começou já nas primeiras horas após o sucesso do golpe e foi particularmente intensa durante o período de "vazio político" que se verificou até sua posse como presidente, em 11 de abril de 1964. Em dez dias, chefes militares locais agiram com quase total liberdade, investigando, prendendo sumariamente e por vezes torturando, em dependências oficiais, líderes políticos de esquerda, cujas maiores vítimas pertenciam ao PTB, além de jornalistas, estudantes, intelectuais e quaisquer pessoas consideradas subversivas.

Ao assumir a presidência, porém, Castello Branco procurou apurar as denúncias de violência e dar um basta à tortura, no que obteve sucesso, substituindo-a pela cassação de mandatos e suspensão de direitos.

A política econômica do novo governo foi entregue aos ministros Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, do Planejamento. Juntos, elaboraram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), uma tentativa de estabilizar a economia e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico.

O plano previa, em primeiro lugar, o combate ao déficit público: proibiu-se aos governos estaduais a emissão de títulos sem prévia autorização do governo federal; procurou-se combater os gastos excessivos das empresas estatais, tornando-as rentáveis, o que determinou um aumento nos preços dos produtos e serviços oferecidos por essas empresas (petróleo, energia). Essas medidas, somadas ao aumento no preço do trigo importado provocado pela desvalorização da moeda, desencadearam uma elevação do custo de vida. Em seguida, os impostos foram aumentados, obtendo-se um equilíbrio entre a receita e as despesas do governo.

títulos: documentos vendidos por um governo ou banco, que se compromete a comprá-lo de volta após um certo período, pagando juros.

O objetivo seguinte era normalizar a oferta de crédito, ou seja, de empréstimos bancários. As elevadas taxas de inflação inviabilizavam a existência de crédito de longo prazo, uma vez que o valor das parcelas da dívida tendia a ser corroído pela inflação, gerando prejuízos para os credores. Em julho de 1964, foi criada a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), um índice atualizado mensalmente de acordo com a variação dos preços. Todos os contratos e prestações seriam atualizados por ele, tornando possível a correção monetária. Implantava-se, assim, a indexação da economia brasileira.

A política salarial baseada no arrocho reduziu os salários do setor público, enquanto os do setor privado dependiam da livre negociação entre patrões e empregados, cabendo aos tribunais do trabalho a resolução de conflitos. Na verdade, a fórmula da livre negociação era um embuste: os tribunais contavam com juízes nomeados pelo governo, obedientes a ele em sua política de arrocho salarial.

O movimento sindical, por seu lado, pouco podia fazer, pois se encontrava enfraquecido pela prisão dos principais líderes e pelas constantes intervenções, previstas na legislação vigente antes de 1964 e mantidas pelo novo governo. Houve queda da inflação e alcançou-se estabilidade econômica, o que abriu caminho para um grande surto de crescimento, promovido à custa dos trabalhadores. Observe os índices do gráfico abaixo.

Taxa de inflação (1964-1967) (números aproximados)

IBGE

▲ O governo militar em seus primeiros anos teve sucesso no combate à inflação, apesar do elevado custo social.

A existência de um regime forte, autoritário, tornou possível a adoção de certas medidas francamente impopulares, como também foi impopular o conjunto da nova política econômica. Outro resultado da política adotada pela dupla Bulhões-Campos foi o retorno dos investimentos estrangeiros, tendo à frente o governo dos Estados Unidos.

Entretanto, a situação política do país se deteriorava. Lacerda, que havia apoiado o golpe, agora se levantava contra a política econômica do governo. Os políticos ligados ao regime militar sofreram sucessivas derrotas eleitorais, como em 1965, na eleição para prefeito de São Paulo (com a vitória de Faria Lima, apoiado por Jânio Quadros) e para governador de estado (vitória de Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais, ambos ligados a Juscelino Kubitschek).

Tudo isso foi provocando um "endurecimento" do regime, de modo que as medidas autoritárias se multiplicaram e o retorno dos militares aos quartéis foi adiado para um futuro mais remoto. Ao mesmo tempo, a linha dura, representada pelo ministro da Guerra, Costa e Silva, ganhava mais espaço no governo.

O mandato de Castello Branco foi prorrogado em julho de 1964 por uma emenda constitucional, devendo estender-se até março de 1967. Em outubro de 1965, foi decretado o **AI-2**, uma grande vitória da linha dura. O ato previa o fortalecimento ainda maior do Executivo, chegando a dar ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias estaduais e das Câmaras de Vereadores.

As eleições para presidente da República passaram a ser indiretas, isto é, realizadas pelo Congresso, e os partidos políticos foram extintos, sendo criados em seu lugar a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro seria formado por políticos que apoiavam o governo militar, enquanto o segundo correspondia a uma oposição consentida.

O **AI-3**, de fevereiro de 1966, estendia as eleições indiretas para governador de estado e para prefeito de municípios considerados áreas de "segurança nacional", incluindo as capitais de estados. A liberdade era cada vez menor e o jogo político eleitoral ganhava cada vez mais aspecto de farsa. Tal foi o caso do Congresso, fechado em outubro de 1966, após a cassação de muitos parlamentares, e só reaberto, pelo **AI-4** de 1967, para aprovar uma nova Constituição.

A nova Carta constitucional, sexta brasileira e quinta republicana, teve vida curta. Incorporou uma série de princípios presentes nos atos institucionais impostos até então, mas logo foi ultrapassada por novos atos do governo militar. Castello Branco ia sendo gradativamente envolvido pela linha dura. No início de 1967, o marechal **Artur da Costa e Silva** foi escolhido presidente da República. Qualquer tentativa de oposição esbarrava em sérias dificuldades. Dentro do Legislativo, isto é, utilizando os meios legais que aparentemente os militares toleravam, a atuação dos parlamentares era constantemente barrada, fosse por meio de cassações, que voltaram a se multiplicar após o AI-2, fosse pelo fechamento do Congresso, decretado pelo presidente.

Dessa forma, o MDB era um partido que não tinha as mínimas condições de exercer real oposição ao governo. Os principais líderes políticos do país tentaram articular um movimento de oposição que não estivesse necessariamente ligado a partidos políticos e que pudesse superar as velhas disputas anteriores a 1964, tudo em nome de um retorno à democracia.

Carlos Lacerda, que pretendia candidatar-se a presidente nas eleições previstas para 1965 – mais tarde canceladas – e que apoiara o golpe, viu suas pretensões frustradas com o progressivo endurecimento do regime. Procurou aproximar-se de **Juscelino Kubitschek**, que aliás também pretendia concorrer às mesmas eleições presidenciais canceladas, e de **João Goulart**, então exilado no Uruguai. Juntos formaram a **Frente Ampla** de oposição, que, no entanto, teve sua atividade cerceada pela perseguição a seus principais líderes: tanto Lacerda quanto Juscelino tiveram seus direitos políticos cassados e acabaram sendo exilados.

A mobilização popular, principalmente dos estudantes, trabalhadores e artistas, intensificou-se. Desde o governo Goulart, os estudantes se mobilizavam em associações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), insistindo nas reformas de base e apoiando qualquer guinada de Jango à esquerda. A partir de 1964, tornaram-se vítimas da repressão e, principalmente durante o governo Costa e Silva (1967-1969), reagiram intensamente.

Iconographia

▲ Juscelino, Jango e Lacerda integraram a frustrada Frente Ampla, cujo único mérito foi reunir inimigos de véspera na defesa da democracia liberal. Na foto, a partir da esquerda, Renato Archer, João Goulart e Carlos Lacerda encontram-se em Montevideu, em 1967.

Iconographia

▲ Manifestação de artistas de teatro contra a censura e a repressão do regime militar, realizada em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Foto de fevereiro de 1968

No entanto, a causa imediata de muitas manifestações estudantis, principalmente no ano de 1968, estava ligada a problemas específicos da educação, e não necessariamente políticos. Em março daquele ano, por exemplo, foi feita uma manifestação diante do **Calabouço**, um restaurante ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por melhor qualidade da alimentação e preços mais baixos. A polícia foi chamada, e o resultado da intervenção policial foi a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Seu velório, enterro e missa foram acompanhados por milhares de estudantes. Seguiram-se tensões e novos choques com a polícia.

Multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras, com as reivindicações estudantis servindo de pretexto para manifestações contra o governo. A violência da polícia e do Exército contra essas demonstrações de insatisfação fez com que setores da classe média e também da Igreja se solidarizassem com os estudantes, engrossando o número daqueles que, nas ruas, protestavam contra o regime.

O ponto mais alto desse movimento foi a **Passeata dos Cem Mil**, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. Em outubro do mesmo ano, porém, o congresso da UNE realizado clandestinamente — uma vez que a associação havia sido declarada ilegal já em outubro de 1964 — em Ibiúna, no estado de São Paulo, acabou sendo descoberto pela polícia, que prendeu nada menos que 1 240 dos principais líderes estudantis do país, enfraquecendo o movimento.

No ano de 1968 também ocorreram duas **greves** bastante agressivas, em Osasco e Contagem, na periferia de São Paulo e de Belo Horizonte, respectivamente. As reivindicações trabalhistas misturavam-se com a oposição ao regime, e nos dois casos a repressão governamental foi violenta.

O meio artístico e cultural, que passava por grande agitação desde o início da década, acompanhando, aliás, tendências mundiais e buscando um engajamento político, procurou resistir à repressão do regime. As origens da agitação podem ser encontradas nos **Centros Populares de Cultura** (CPCs), criados na época por estudantes e que procuravam promover uma aproximação entre a arte e a população em geral. O **teatro** estava à frente do movimento, destacando-se os grupos Arena e Oficina, com Augusto Boal e José Celso Martinez Correa como líderes. No cinema, surgiu o movimento chamado **Cinema Novo**, afastando-se dos padrões norte-americanos e discutindo problemas sociais e culturais essencialmente brasileiros. Seus principais representantes foram os diretores Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos.

Na **música**, as canções de protesto encontraram palco nos grandes festivais organizados a partir de 1965 pela TV Record, onde também nasceu a **Tropicália**, tentativa de retomar os princípios antropofágicos do movimento modernista de 1922, especialmente de Oswald de Andrade. Toda essa atividade intelectual estava mesclada de política, e os principais artistas acabaram sendo presos e exilados.

▲ Encenação da peça teatral *Roda Viva*, com texto de Chico Buarque e direção de José Celso Martinez Correa, no Rio de Janeiro. Considerada subversiva, a peça foi censurada e seus atores sofreram agressões físicas. Foto de maio de 1968.

▲ Capa de Tropicália ou *Panis et circencis*, disco-manifesto de um movimento do qual saíram alguns dos grandes nomes da música popular brasileira.

Enquanto isso, um pequeno grupo de opositores do regime, percebendo que qualquer tipo de oposição pacífica ao governo estava destinado a desencadear uma repressão desproporcionalmente violenta, resolveu partir para a luta armada.

Em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o **AI-5**, o mais violento de todos os atos institucionais até então outorgados. Previa:

- fechamento do Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) pelo presidente da República, que, nos períodos de recesso, poderia legislar em seu lugar;
- suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais individuais, incluindo a suspensão do *habeas corpus* (instrumento jurídico cuja função é resguardar o indivíduo da ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, ou seja, resguardar, essencialmente, o direito à liberdade);
- intervenção federal em estados e municípios;
- possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso.

Ao contrário do caráter provisório dos demais atos institucionais, o AI-5 apresentava-se como uma medida permanente, só vindo a ser revogado 11 anos depois. Assim, a aparência democrática do regime ruía de uma vez por todas: o Brasil mergulhava na ditadura total. A violência só tendia a aumentar.

◄ Na Avenida Presidente Vargas, centro do Rio de Janeiro, soldados reprimem uma passeata de estudantes em agosto de 1968, meses antes da aprovação do AI-5 (Ato Institucional n. 5)

ANOS REBELDES

A década de 1960 foi marcada por vários movimentos sociais, protestos e mobilizações em todo o mundo, tanto em países capitalistas como socialistas. Por essas características, esse período é chamado de Anos Rebeldes. Por toda parte, diferentes grupos exprimiam seus projetos para a sociedade e seu inconformismo com a situação daquele momento. Eram ativismos pelos direitos de negros, mulheres, homossexuais, estudantes, minorias étnicas, entre muitos outros.

Como vimos, nos Estados Unidos, ganhou força a luta contra o conflito no Vietnã. No início, acreditava-se que este teria curta duração. Ao contrário: arrastou-se por muitos anos e envolveu praticamente toda a sociedade norte-americana. Também absorveu boa parte do orçamento do governo e mobilizou centenas de milhares de jovens para o alistamento.

Lutar contra a invasão do Vietnã tornou-se a bandeira dos movimentos de contestação ao conservadorismo da sociedade norte-americana, não só nos Estados Unidos como em todo o mundo.

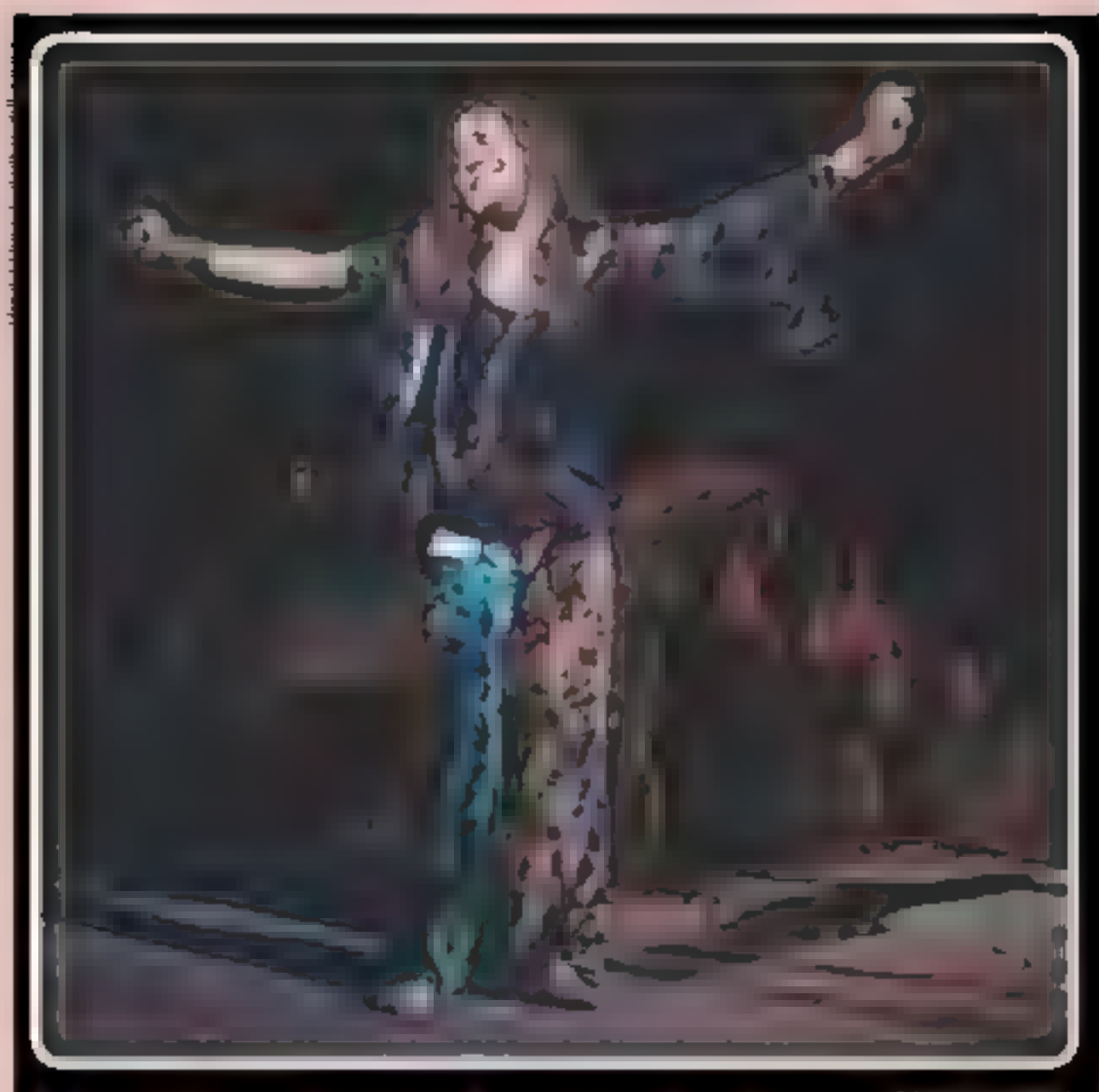
Ao mesmo tempo em que se protestava contra a guerra, condenava-se também a repressão às tentativas de abertura democrática nos países socialistas, como a Primavera de Praga. Assim, apesar das intensas críticas ao capitalismo, os procedimentos do Estado soviético não eram aceitos sem contestação.

Além das práticas políticas, muitos desses movimentos criticavam ainda os comportamentos e valores morais, como o poder autoritário dos pais sobre os jovens; a desigualdade de direitos entre homens e mulheres; a subordinação feminina aos homens e aos valores machistas.

As mobilizações iam desde atuações políticas violentas até o pacifismo do movimento *hippie*; das pichações ao enfrentamento guerrilheiro; das lutas contra a discriminação racial dos negros ou pela emancipação feminina crescente aos protestos musicais e à negação do comportamento convencional.

Entre os jovens, difundia-se o uso da minissaia, dos cabelos compridos, das roupas coloridas. O discurso era de liberdade individual e busca do prazer. Disseminavam-se as pílulas anticoncepcionais e a pregação do amor livre, bem como o uso de drogas, como maconha e LSD.

Propostas revolucionárias e pacifistas, resumidas no refrão Paz e Amor, mesclavam-se criativamente nas várias manifestações de protesto, nos enfrentamentos contra a ordem vigente ou na montagem de comunidades alternativas, a exemplo dos *hippies*.

A música firmou-se como importante canal de protesto social. Os meios de comunicação, a indústria fonográfica e a organização de *shows* e festivais garantiam acesso a um público amplo de cantores e bandas vinculados a movimentos sociais e políticos. Explodia o *rock*, com uma nova forma de percepção do mundo, de expressão de sentimentos e comportamentos. Bandas como Beatles, Rolling Stones, Doors e músicos como Jimmy Hendrix, Janis Joplin, Joan Baez e Bob Dylan traduziam o novo momento e a discordância da juventude.

Janis Joplin durante sua apresentação no *Woodstock Music and Art Fair*, o Festival de Woodstock, ocorrido em Bethel, Nova York, em 1969

No campo social foi a época dos movimentos negros nos Estados Unidos pela garantia de direitos civis, o reconhecimento da plena cidadania e o fim do racismo, que em muitos estados era uma política oficializada.

Paris, capital da França, transformou-se no centro da rebeldia dos estudantes e dos trabalhadores europeus contra o governo. Em maio de 1968, explodiu uma verdadeira revolução na cidade, com barricadas e propostas para uma sociedade radicalmente livre, liderada por socialistas ou anarquistas.

A década de 1960, em especial o ano de 1968, tornou-se ícone por tudo o que representou de lutas e conquistas. Muitos a veem ainda como uma época que não terminou, pelo fato de as promessas de paz, amor e liberdade contra a opressão e a alienação das sociedades autoritárias e conservadoras ainda não terem se concretizado.

Manifestantes em marcha vindos da Praça da Bastilha em Paris, em maio de 1968

Logo após decretar o AI 5, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi proibido de assumir pelos ministros militares, que indicaram um novo presidente, o general **Emílio Garrastazu Médici**, para ser confirmado pelo Congresso.

Médici governou o país com grande violência, de 1969 a 1974 – período em que a repressão e a tortura atingiram extremos –, além de instaurar a censura aos meios de comunicação. O pretexto desse radicalismo era a intensificação da luta armada contra o regime.

A luta armada assumiu a forma da **guerra de guerrilhas** e inspirou-se na Revolução Cubana de Fidel Castro, que assumira o poder em 1959, e na Guerra do Vietnã, então em pleno andamento. Os dois movimentos guerrilheiros tinham como modelos teóricos, respectivamente, as obras de "Che" Guevara e de Mao Tse-tung, que, aliás, também havia comandado uma guerra de guerrilhas vencedora na China, em 1949.

As propostas de Guevara incluíam a criação de focos revolucionários, ou seja, grupos militares muito bem treinados que, operando de uma ou mais bases em pontos remotos do país, poderiam desestabilizar o governo e criar condições para sua substituição forçada. Já Mao Tse-tung enfatizava a necessidade de organizar uma base camponesa que pudesse apoiar os movimentos dos guerrilheiros, que não teriam apenas papel militar, mas também social.

Três focos guerrilheiros acabaram sendo criados no Brasil: na Serra do Caparaó, em Minas Gerais; no Vale do Ribeira, em São Paulo; e na região do baixo Araguaia, no Pará. O primeiro deles foi derrotado pela rápida intervenção das forças governamentais. O segundo, chefiado pelo capitão **Carlos Lamarca**, oficial dissidente do Exército, resistiu por mais tempo. Apesar de a guerrilha ter sido também rapidamente reprimida no local, Lamarca conseguiu fugir e acabou sendo morto no sertão da Bahia em 1971, após violenta perseguição.

O movimento que envolveu mais pessoas e que durou mais tempo foi o do **Araguaia**, talvez porque seus participantes, ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tenham conseguido obter apoio da população local, segundo as propostas de Mao Tse-tung. Outra razão talvez tenha sido o fato de o foco guerrilheiro ter se estabelecido em plena Floresta Amazônica, em região de difícil acesso. Esse fato consistia em sua grande contradição: sua atuação permanecia ignorada nos grandes centros urbanos, tornando inviável a desestabilização do regime nessas condições.

▲ Carros destruídos em Copacabana, no Rio de Janeiro, em atentado ocorrido em outubro de 1976

O foco guerrilheiro só foi descoberto pelo Exército em 1972 e destruído em 1975, na maior operação militar organizada pelo Exército brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial.

O fracasso da guerrilha no interior do país foi acompanhado pelo inesperado sucesso da **guerrilha urbana**, uma experiência quase sem precedentes no mundo até então. Organizada por **Carlos Marighella**, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), operava na região das grandes capitais, principalmente São Paulo. Dessa forma, o movimento guerrilheiro urbano tinha mais condições de desestabilizar o regime que os fracassados focos rurais. Na verdade, isso era um reflexo da própria formação social brasileira: nos anos 1960, o Brasil estava rapidamente deixando de ser um país rural, diferenciando-se de Cuba, China ou Vietnã. Em vista do intenso processo de urbanização, buscar um modelo de luta armada baseado na experiência desses países era um contrassenso.

Os tradicionais meios com que o Exército contava para desbaratar a guerrilha rural, como tropas especiais e helicópteros, eram inúteis para a repressão à guerrilha urbana. A arma encontrada pelas Forças Armadas foi a informação, cuja obtenção era fundamental para organizar com sucesso as operações de contraguerrilha. Daí o crescimento dos órgãos de informação das Forças Armadas, como o Centro de Informação do Exército (CIEx), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação Social do Exército (Cisa), além do próprio Serviço Na-

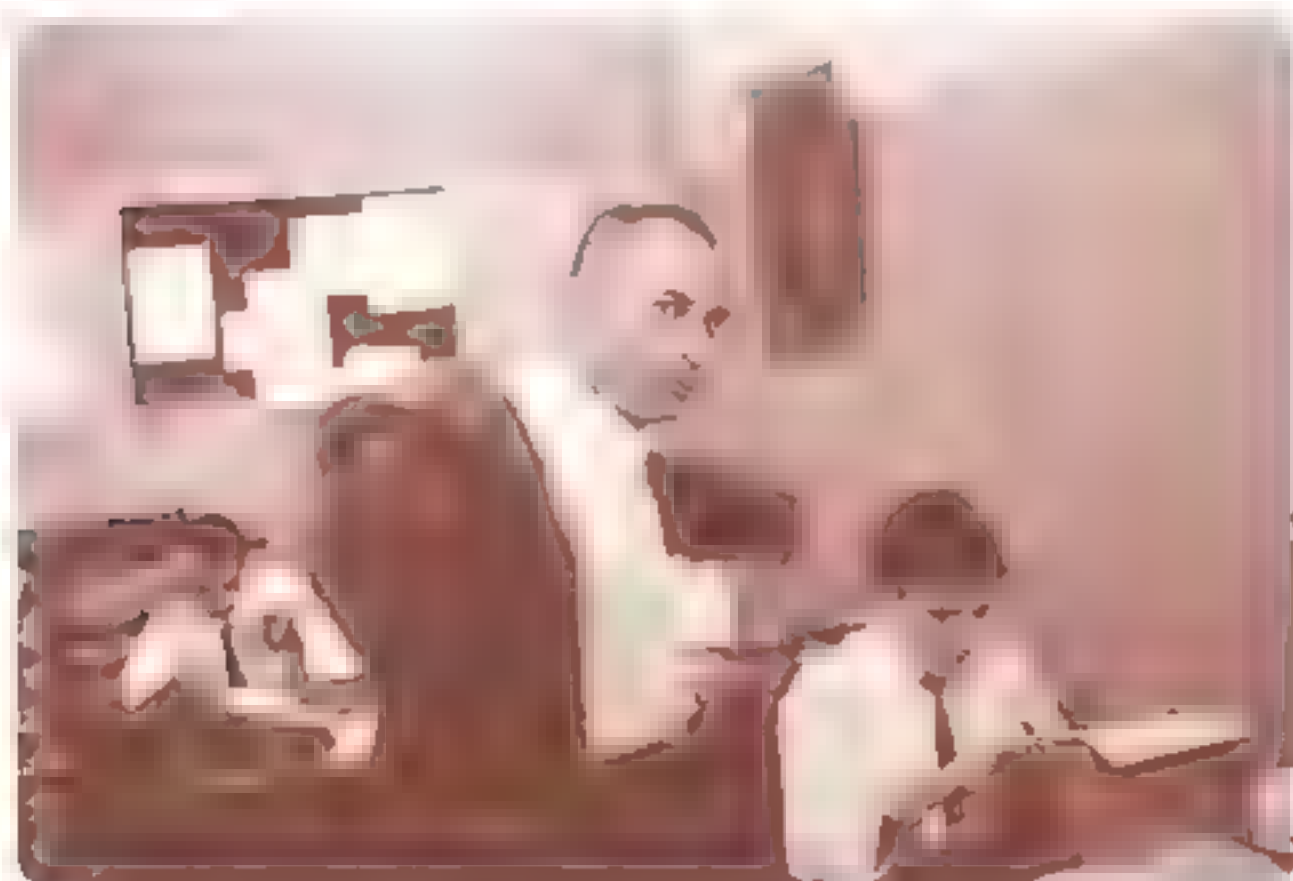
cional de Informações (SNI), subordinado diretamente à Presidência da República.

Ao mesmo tempo, cada região militar contava com um Comando de Operações de Defesa Interna (Codi), que controlava a atuação das tropas dos Destacamentos de Operações Internas (DOI).

Com o objetivo de coordenar o trabalho dos diversos grupos, foi criada, no início de 1969, a **Operação Bandeirantes** (Oban), que subordinava oficiais dos órgãos de informação do Exército e contingentes das polícias militares. Era comandada pelo delegado da polícia civil paulista **Sérgio Paranhos Fleury**, até então ligado aos "esquadrões da morte" no combate aos criminosos comuns.

A Oban contava com mecanismos próprios de financiamento, ou seja, doações (nem sempre espontâneas) de industriais e homens de negócio. Alguns identificados com os ideais da Guerra Fria, na luta anticomunista, outros assustados com a agitação de esquerda. A repressão teve sucesso com Fleury comandando pessoalmente a emboscada que resultou na morte de Marighella nas ruas de São Paulo, em novembro de 1969.

A tortura utilizada na busca de informações transformou nomes e siglas, como Fleury e DOI-Codi, em sinônimos de violência contra o indivíduo. Escoradas na doutrina da "segurança nacional", segundo a qual os militares estavam encarregados da defesa contra ameaças internas, as Forças Armadas e a polícia moveram verdadeira guerra contra os opositores do regime. Nessa guerra suja, todas as armas – incluindo a tortura – eram justificadas.

No final do governo Médici, a guerrilha já havia sido praticamente esmagada, tanto no campo quanto nas cidades, com exceção dos últimos núcleos no Araguaia.

A guerrilha jamais esteve próxima de tomar o poder no Brasil nos anos 1960 e 1970. Entretanto, a repressão à luta armada foi brutal. Na foto, Carlos Marighella, líder da ALN.

Os bastidores do "milagre" brasileiro

Na área econômica, o governo Médici foi responsável pelo advento do chamado "milagre" econômico brasileiro: crescimento da economia em ritmo bastante acelerado. O principal ideólogo do "milagre" foi o economista **Antonio Delfim Netto**, ministro da Fazenda desde o governo Costa e Silva. O "milagre" deveu-se ao ingresso maciço de capitais estrangeiros, como já se verificava no Brasil desde o final da década de 1960.

Durante vários anos, não foram feitos investimentos estrangeiros em razão do descontrole da inflação e dos sucessivos traumas políticos provocados pelo governo Jânio Quadros, da implantação do parlamentarismo e do agitado governo "esquerdista" de João Goulart. Esses capitais externos voltaram ao território nacional, atraídos pela estabilidade política promovida pelos governos militares, firmemente comprometidos com o combate às esquerdas, e pelos esforços para estabilização da economia lançados pela dupla Roberto Campos e Otávio Bulhões durante o governo de Castello Branco. As baixas taxas de juros praticadas no mercado internacional no início da década de 1970 e o aval do governo norte-americano ao regime militar contribuíram para tornar possível a instrumentalização do "milagre".

Chegando em grande volume, o capital estrangeiro era absorvido por empresas privadas brasileiras, empresas privadas estrangeiras (multinacionais) e empresas estatais. As **empresas privadas brasileiras** concentraram-se no setor chamado *labour intensive*, isto é, indústrias que têm fraca demanda de capital e forte demanda de mão de obra (têxtil, processamento de alimentos, ou seja, de bens de consumo **não duráveis**). As **empresas multinacionais**, por sua vez, direcionaram suas atividades para os setores de *capital intensive*, de forte demanda de capital e relativamente fraca demanda de mão de obra (indústria automobilística, de eletrodomésticos, de máquinas, ou seja, de bens de consumo **duráveis**). Finalmente, as **empresas estatais** voltaram-se para os setores ligados à "segurança nacional", envolvendo a indústria pesada, geração de energia, telecomunicações e indústria bélica.

O modelo como um todo assemelhava se muito àquele implantado por Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, com a diferença de que o Estado passava a ter um papel empreendedor muito maior do que outrora.

Para viabilizar o crescimento acelerado da produção industrial brasileira, procurou-se ampliar o mercado consumidor externo e interno. Pela primeira vez, a produção industrial brasileira passava a encontrar um mercado consumidor significativo no exterior, não apenas em países do Terceiro Mundo, mas também na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, eram as empresas multinacionais as que mais exportavam.

Ao transferirem suas linhas de montagem para países como o Brasil, que contava com grandes depósitos de matéria-prima (ferro, por exemplo), indústrias de base capazes de transformar essa matéria-prima (siderúrgicas) e mão de obra abundante e barata, as multinacionais conseguiam oferecer ao mercado externo produtos modernos e sofisticados a preços baixos.

A equipe econômica do governo também trabalhava para manter baixos os salários (portanto, os custos de produção). Qualquer reivindicação trabalhista por melhores salários era reprimida com violência. Quanto à ampliação do mercado consumidor interno, aqui encontramos uma das peculiaridades do "milagre": enquanto se promovia o achatamento salarial dos trabalhadores mais humildes, buscava-se a expansão do poder de compra dos trabalhadores mais especializados, basicamente da classe média. Os salários dos colarinhos-brancos e os ganhos dos profissionais liberais da classe média subiram consideravelmente, bem como as facilidades de crédito.

colarinho-branco: termo genérico que designa profissionais, como executivos, que pela natureza de suas funções precisam vestir trajes formais – terno e gravata, para os homens.

Nesse momento, a classe média brasileira conseguiu atingir seus objetivos mais imediatos, isto é, o consumo. Nas grandes cidades, chegou-se a criar um modo de vida próprio: a casa própria, cheia de eletrodomésticos, o segundo automóvel da família (o primeiro havia sido adquirido provavelmente na época de Juscelino), o apartamento na praia ou o sítio no campo. Os filhos estudavam em escolas particulares e, por meio dos cursinhos pré-vestibulares, garantiam seu ingresso no Ensino Superior gratuito. Com o diploma universitário, conseguia-se a perpetuação da ascensão social.

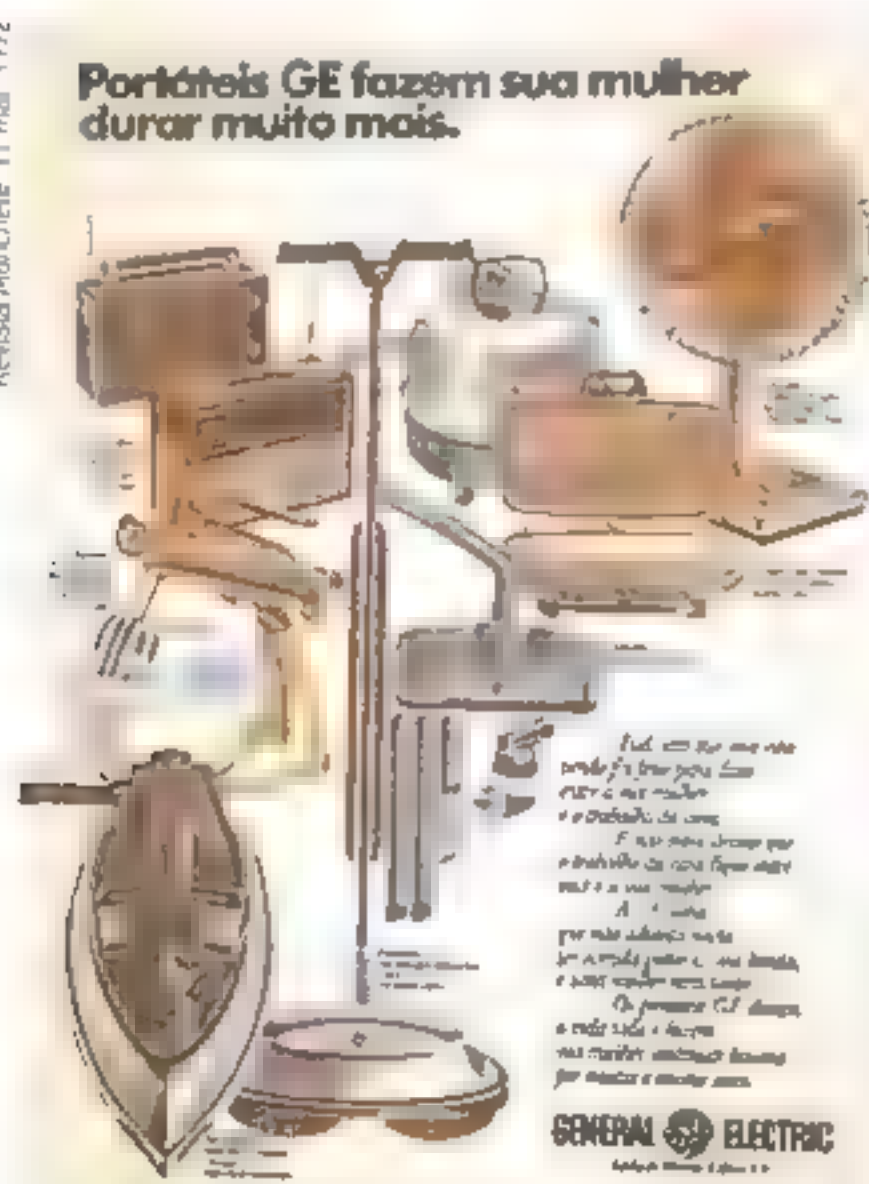
A economia brasileira internacionalizava-se em associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro agora era responsável por intermediar as relações entre a burguesia nacional e a estrangeira.

A expansão econômica foi realmente espetacular, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mantendo-se elevada a cada ano, e o governo não demorou em tirar proveito disso. Surgia o mito do Brasil potência, alimentado pelos *slogans* ufanistas divulgados pela propaganda oficial: "Ninguém segura este país", "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Pra frente, Brasil", "Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou".

Ziraldo

Apesar do sucesso econômico, as condições políticas e o arrocho salarial que prevaleceram durante os anos de crescimento brasileiro do início dos anos 1970 eram um desafio a ser enfrentado pela sociedade. Sob esta condição, o governo pedia uma definição ao povo brasileiro, ou amar o país ou deixá-lo. Já o cartunista Ziraldo, autor da charge acima, de 1970, tornava clara a sua leitura sobre a relação entre o poder militar e a população

Revista Manchete 11 mar 1972

O apelo ao consumo: era o "milagre" alcançando a classe média. Observe a visão preconceituosa do *slogan* da propaganda à esquerda, em que a mulher surge como mais um "objeto", relegada a tarefas domésticas.

A própria conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, em 1970, colaborou para criar um clima de quase-euforia e reforçar a imagem positiva do país para os porta-vozes do discurso oficial. Os governos lançaram-se ainda à concretização de grandes projetos de engenharia civil, as obras faraônicas, símbolos do Brasil potência: a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu, todas de interesse questionável e custos astronômicos.

No entanto, a dependência em relação ao capital estrangeiro era bastante expressiva, e a dívida externa crescia em proporções alarmantes. O problema era minimizado graças à manutenção de baixas taxas de juros no mercado internacional e à expansão acelerada do PIB. Além disso, como você já viu, foram elevados os custos sociais das novas diretrizes econômicas do governo, principalmente com o arrocho salarial que atingiu vastos setores da população mais pobre. Na verdade, o "milagre" gerou uma acentuada desigualdade da distribuição de renda.

A luta pela abertura do regime

Em março de 1974, encerrou-se o mandato de Médici, que foi substituído pelo general **Ernesto Geisel**. Sua ascensão marcou o retorno do grupo castellista ao poder, embora o próprio Castello Branco já houvesse falecido (em misterioso acidente aéreo, em julho de 1967). O principal projeto do novo governo foi realizar a abertura política, isto é, o processo de redemocratização do país "lento, gradual e seguro", de acordo com as palavras do presidente. Nessa tarefa, seria auxiliado pelo general **Golbery do Couto e Silva**, braço direito de Geisel.

A abertura política foi provocada por diversos fatores, sendo o principal o fato de que a entrega do poder aos civis fazia parte do projeto original do grupo castellista, em 1964. A sequência golpe-"limpeza"-retorno aos quartéis seria finalmente concluída, embora com alguns anos de atraso.

Além disso, o regime passava por um processo natural de desgaste; afinal, em 1974 completou-se o décimo ano seguido de governos militares, e até mesmo setores beneficiados pelo regime sentiam certa insatisfação, como ficou demonstrado nas eleições legislativas de 1974. Nesse ano, o partido de oposição, MDB, apesar de todas as dificuldades, acabou vencendo a situacionista Arena nas grandes cidades.

O esgotamento do "milagre" econômico também contribuiu para a abertura do regime. Era impossível manter permanentemente taxas de crescimento do PIB acima de 10% ao ano, e os governos militares, que em grande parte se justificavam pelo sucesso na área econômica, logo se veriam em apuros. Aliás, alguns problemas já se anunciavam, como a alta da inflação, encoberta pelos índices oficiais. E, para agravar a situação, ocorreu a primeira grande **crise do petróleo**, em 1973, quando o país, dependente da importação de mais de 80% do total do petróleo que consumia, viu seriamente comprometido seu balanço de pagamentos.

AF

▲ O crescimento do MDB foi significativo a partir de 1974, principalmente nos estados do Centro-Sul. Acima, foto de convenção do partido em 1974, no Rio de Janeiro

Finalmente, o esmagamento da oposição mais radical ao regime, por meio da violenta guerra suja, fez com que a redemocratização não mais parecesse uma alternativa ameaçadora aos olhos de muitos militares.

O processo de abertura política, no entanto, enfrentava duas grandes limitações. Em primeiro lugar, os militares estavam pouco propensos a entregar o poder para a oposição. Um governo civil seria tolerado e era até inevitável, mas desde que mantivesse inalteradas certas diretrizes, incluindo o prosseguimento da política econômica vigente nas suas linhas mais gerais, isto é, na associação com o capital estrangeiro. Em segundo lugar, em momento algum os militares tolerariam uma apuração efetiva das violências e excessos cometidos durante o período de combate à guerrilha, vista por eles como uma guerra de fato e, portanto, justificando atos normalmente considerados ilegais ou até criminosos.

Uma das principais iniciativas de Geisel para consolidar a abertura política foi a desmontagem do aparelho repressivo. Durante o combate aos opositores do regime, os órgãos de informação e segurança haviam crescido desmesuradamente: se, por um lado,

os generais decidiam as estratégias a ser adotadas no combate à "subversão", por outro o trabalho era operacionalizado por escalões mais baixos. Estes haviam se fortalecido no processo e não aceitariam a desmontagem do aparelho repressivo, muitas vezes encontrando apoio na alta oficialidade mais radical, ligada à linha dura. O governo Geisel moveu uma grande batalha contra esses setores, vistos como principal obstáculo à redemocratização.

Em outubro de 1975, **Wladimir Herzog**, chefe de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi chamado para prestar depoimento no DOI-Codi e acabou morrendo num dos quartéis do Segundo Exército. Em janeiro de 1976, em circunstâncias semelhantes, o operário **Manoel Fiel Filho** morreu durante interrogatório. Nos dois casos, o comando do Segundo Exército em São Paulo divulgou a versão de suicídio, sem convencer a opinião pública.

AJB

▲ Wladimir Herzog: seu "suicídio" trouxe à tona um dos aspectos decisivos da abertura – o combate à linha dura

Tais episódios talvez passassem despercebidos alguns anos antes, mas o fim da censura à imprensa desde o início de 1975, a decisiva atuação da Igreja na denúncia dos crimes e a oposição de Geisel em relação ao prosseguimento das práticas de tortura pelo Exército acabaram criando um clima de duplo confronto: da sociedade civil contra o governo e do presidente contra a linha dura, representada pelo general **Ednardo D'Ávila Melo**, responsável pelas mortes, uma vez que era o comandante do Segundo Exército em cujas dependências ocorreram tais episódios. Numa atitude firme, dentro dos padrões das forças armadas, Geisel demitiu-o do comando do Segundo Exército.

Porém, o principal choque envolvendo o presidente e a facção de militares mais conservadora, que se opunha à abertura política, ocorreu na ocasião das primeiras discussões em torno da sucessão presidencial, em 1977. O general **Sylvio Frota**, ministro do Exército, tentou articular sua candidatura, contrariando as intenções do presidente, que acabou por demiti-lo. O ministro ainda tentou um golpe: enviou a todos os quartéis do país um violento manifesto, acusando Geisel de favorecer a infiltração comunista nos altos escalões governamentais e, em seguida, convocou uma reunião dos principais comandantes militares do país, em Brasília, a fim de preparar um golpe.

Por intermédio do SNI, o presidente soube dos movimentos do ministro demissionário e ordenou o deslocamento de tropas para o aeroporto de Brasília, sob o comando do prestigiado general **Hugo Abreu**, vencedor da guerrilha do Araguaia. À medida que os comandantes militares chegavam à capital federal, eram colocados diante de duas opções: dirigir-se ao Ministério do Exército, para conspirar com Frota, ou ao Palácio do Planalto, para reafirmar fidelidade a Geisel. Todos ficaram com o presidente, e Frota, sozinho, viu-se impossibilitado de concretizar o golpe.

O fracasso do golpe do general Frota e seu posterior afastamento do governo representaram a maior vitória do governo Geisel perante a linha dura. A partir de outubro de 1977, parecia claro que a abertura seria irreversível.

Em virtude de suas ações contra a linha dura e em defesa da abertura política, Geisel costuma ser superestimado como líder democrático ou progressista. No entanto, convém lembrar que, durante o auge da repressão, sua posição era de tolerância e mesmo de apoio ao uso da violência. Em conversa com seu futuro ministro do Exército, general Dale Coutinho, em 1974, Geisel foi categórico: "[...] esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser [...] Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar [...]".[2]

[2] Citado em GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 324-5

A ABERTURA (1977-1985)

Em 1978, Geisel anistiou os exilados políticos, que agora poderiam voltar ao Brasil (incluindo Leonel Brizola e o velho Luís Carlos Prestes); a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico do autoritarismo do regime, foi modificada e abrandada e, em 1979, o AI-5 foi revogado.

Com essas medidas liberalizantes, o governo elaborava o cronograma da abertura, que previa a eleição indireta de um sucessor militar para o presidente em exercício, seguido de um sucessor civil, porém ligado aos militares. Eleições diretas para presidente da República seriam realizadas somente por volta de 1989. O cronograma, bastante lento, desagradava as oposições. De qualquer forma, havia um processo eleitoral em andamento.

Carlos Namba/Editora Abril

▲ Ernesto Geisel discursando durante a posse do presidente João Batista Figueiredo, no dia 15 de março de 1979, em Brasília

Em abril de 1977, o governo começou a mudar a legislação eleitoral, pois pretendia garantir a maioria no Colégio Eleitoral nos anos seguintes. Foi lançado o "pacote de abril", conjunto de leis que estabeleceu a nomeação de senadores "biônicos" para o Congresso (um terço do Senado seria composto de políticos nomeados diretamente pelo governo, e não eleitos pelo voto popular).

Além disso, mudavam as regras da representação proporcional de deputados no Congresso, favorecendo as bancadas dos estados nordestinos, onde a Arena conseguia vitórias eleitorais por meios que nada ficavam a dever às tradicionais práticas coronelistas da República Velha. Assim, chegava-se a uma situação na qual o partido oposicionista (MDB) poderia ter mais votos, mas eleger menos congressistas.

Nas eleições legislativas de 1978, fundamentais para a definição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Geisel, MDB e Arena praticamente empataram em número de votos, mas o partido do governo conseguiu obter maioria nas duas casas do Congresso, além do controle sobre o Colégio Eleitoral, que acabou por eleger o próximo presidente, o também general **João Batista Figueiredo**.

Assumindo em março de 1979, o novo presidente procurou dar prosseguimento ao já traçado processo de abertura política, contando com a colaboração do onipotente general Golbery do Couto e Silva. No entanto, a intensa crise econômica que abateu o país durante sua gestão acabou por influenciar os rumos da abertura. A segunda crise internacional do petróleo, em 1979, provocou novo desequilíbrio nas contas externas e, principalmente, uma diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil.

Quando, em 1982, o México decretou a moratória, os bancos internacionais passaram a temer o mesmo comportamento por parte do Brasil (cuja dívida, aliás, era maior que a mexicana) e cancelaram novos empréstimos. A brusca elevação dos juros no mercado internacional também ajudou a comprometer a estabilidade da economia brasileira, agora impossibilitada de gerar recursos para "rolar" a dívida externa. Sequer era possível efetuar o pagamento dos juros.

moratória: suspensão do pagamento da dívida externa, no caso do México em 1982, por decisão unilateral de seu governo

Finalmente, a inflação, que já vinha crescendo desde a época do "milagre", fugiu a qualquer controle, sendo alimentada até mesmo pelo mecanismo da correção monetária. Na falta de recursos externos, emitia-se dinheiro internamente, ativando o crescimento da inflação e ocasionando grande déficit das contas públicas. Assim, já no início da década de 1980, o Brasil passava a viver uma situação de **estagflação**, isto é, estagnação econômica com inflação.

A adoção de uma política recessiva pelo governo teve como resultado o aumento das taxas de inflação, que não atingiam as classes altas mas contra as quais os setores mais humildes não tinham como se proteger. Quanto ao comércio e à indústria, percebendo claramente que os pobres não tinham dinheiro e os ricos mantinham seus ganhos, especializaram-se no atendimento a essa fatia do mercado. Em vez de muitos produtos a preços razoáveis para muitas pessoas, aumentaram os preços, passando a ganhar com a venda de poucos produtos para poucas pessoas a preços altos. Em outras palavras, tratava-se de compensar no preço unitário os prejuízos decorrentes da queda no volume das vendas.

Além disso, durante o governo Geisel haviam-se aprofundado as distorções da economia brasileira. O **intervencionismo estatal** atingiu seu auge, bem como a política das obras faraônicas. A combinação empresas estatais-autoritarismo político mostrou-se catastrófica, na medida em que, muitas vezes, os vastos recursos dirigidos a essas empresas acabavam em mãos de particulares, não existindo nenhum controle da sociedade civil sobre o setor público. Um exemplo foi a assinatura do **acordo nuclear entre Brasil e Alemanha**, em 1975, que resultou na construção das caríssimas e ineficientes usinas de Angra dos Reis.

Assim, as empresas estatais começavam a combinar excessivos gastos com pessoal e ineficiência econômica, gerando, mais tarde, a convicção de que, generalizadamente, empresas estatais são pouco eficientes e precisam ser privatizadas. Os custos públicos dessa ineficiência eram atendidos com emissões de papel-moeda ou então com bem remunerados empréstimos feitos ao governo, favorecendo instituições financeiras (bancos), que ganhavam com o processo.

Para combater uma crise que já se anunciava antes mesmo de sua posse, Figueiredo convocou Delfim Netto para o Ministério do Planejamento, que mais uma vez teria poderes amplos para conduzir a economia do país. Após rápida e fracassada tentativa de ajuste interno, procurou estimular as exportações, concedendo incentivos fiscais e, principalmente, desvalorizando a moeda. O objetivo era conseguir os dólares necessários para manter em dia o pagamento dos juros da dívida externa.

A partir de meados da década de 1980, o Brasil começou a ter saldos excepcionalmente favoráveis (veja gráficos ao lado), para a época, em sua balança comercial, algo em torno de 1 bilhão de dólares por mês, chegando a obter o terceiro maior saldo mundial, atrás apenas do Japão e da Alemanha Ocidental, embora o saldo japonês, por exemplo, chegasse a ser quase dez vezes maior que o brasileiro.

O grande volume de dólares que ingressava anualmente no país, contudo, ficava nas mãos do governo, que o remetia para o exterior como parte do pagamento da dívida, enquanto os exportadores recebiam o equivalente em cruzeiros. As grandes emissões de cruzeiros para o pagamento dos exportadores acabavam por acelerar a inflação. Dessa forma, os compromissos internacionais eram mantidos, os bancos estrangeiros continuavam lucrando e a sociedade brasileira pagava a conta.

A grande insatisfação com o regime militar verificada entre os trabalhadores mais organizados – os operários dos setores automobilístico e metalúrgico, por exemplo – desencadeou uma onda de greves entre 1978 e 1979. Esse processo foi responsável pelo surgimento de novas lideranças sindicais desvinculadas do velho esquema do trabalhismo e dos partidos políticos existentes. Entre essas lideranças destacava-se a de **Luiz Inácio da Silva**, o Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, hábil negociador e comprometido basicamente com os interesses dos trabalhadores de seu sindicato

Dando prosseguimento à abertura, o Congresso aprovou a **Lei da Anistia**, perdoando todos os presos ou exilados acusados de crimes políticos. A lei, no entanto, não incluía aqueles considerados culpados por atos terroristas e luta armada contra o governo, embora perdoasse todos os militares que haviam cometido violências na repressão.

Indicadores econômicos (1980-1985)

IBGE

Cassiano Röda/Arquivo da editora

▲ O final do regime militar: crise da dívida, inflação e superávits comerciais

Os grupos mais reacionários dentro das Forças Armadas, por sua vez, apelaram para o terrorismo, numa série de atentados a bomba e sequestros, que não tiveram consequências mais sérias no processo da abertura. Em 30 de abril de 1981, explodiram duas bombas no **Riocentro**, centro de convenções da capital carioca, onde se realizava um grande festival de música em homenagem aos trabalhadores.

Uma das bombas atingiu a central de energia, enquanto outra explodiu acidentalmente dentro do carro que a transportava, matando um sargento e ferindo gravemente um oficial do Exército. O atentado fracassado que causou um verdadeiro escândalo (só superado por aquele provocado pela não apuração do episódio) marcou o fim do embate entre os militares da linha dura e o processo de abertura política.

No final de 1979, iniciou-se a organização de novos partidos políticos no lugar da Arena e do MDB, tendo em vista principalmente as eleições diretas para governador de estado, as primeiras realizadas no país desde 1965. O MDB vinha registrando crescimento na opinião pública e transformou-se em grande frente de oposição ao governo, atraindo políticos de diversas correntes. Seu líder, **Ulysses Guimarães**, ganhava prestígio como principal voz da oposição no país.

A reforma partidária foi proposta com o objetivo de enfraquecer o MDB nas eleições para governador em 1982, acreditando-se que ele fosse se fragmentar em pequenos partidos representativos de suas várias correntes. O partido de apoio ao governo, a Arena, por sua vez, transformou-se no **Partido Democrático Social** (PDS), uma sigla vazia de conteúdo ideológico ou programático.

Ulysses Guimarães, entretanto, trabalhou habilmente para manter o caráter de frente de oposição de sua nova agremiação política, o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro** (PMDB), tendo razoável sucesso nesse sentido. Outros partidos que surgiram com a reforma foram o **Partido Trabalhista Brasileiro** (PTB), pálida lembrança do velho partido dos anos 1950 e 1960; o **Partido Democrático Trabalhista** (PDT), em torno do veterano Leonel Brizola; e o **Partido dos Trabalhadores** (PT), organizado pelos novos líderes sindicais surgidos nas greves de 1978-1979, principalmente Lula.

As eleições ocorreram pacificamente no dia 15 de novembro de 1982. A oposição, com o PMDB à frente, conseguiu a maioria dos votos, elegendo os governadores dos principais estados: **Franco Montoro** e **Tancredo Neves**, do PMDB, respectivamente em São Paulo e Minas Gerais; e **Leonel Brizola**, do PDT, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, foram realizadas eleições legislativas, e o PDS, escorado nas pouco representativas leis eleitorais vigentes, conseguiu 235 das 480 cadeiras da Câmara dos Deputados.

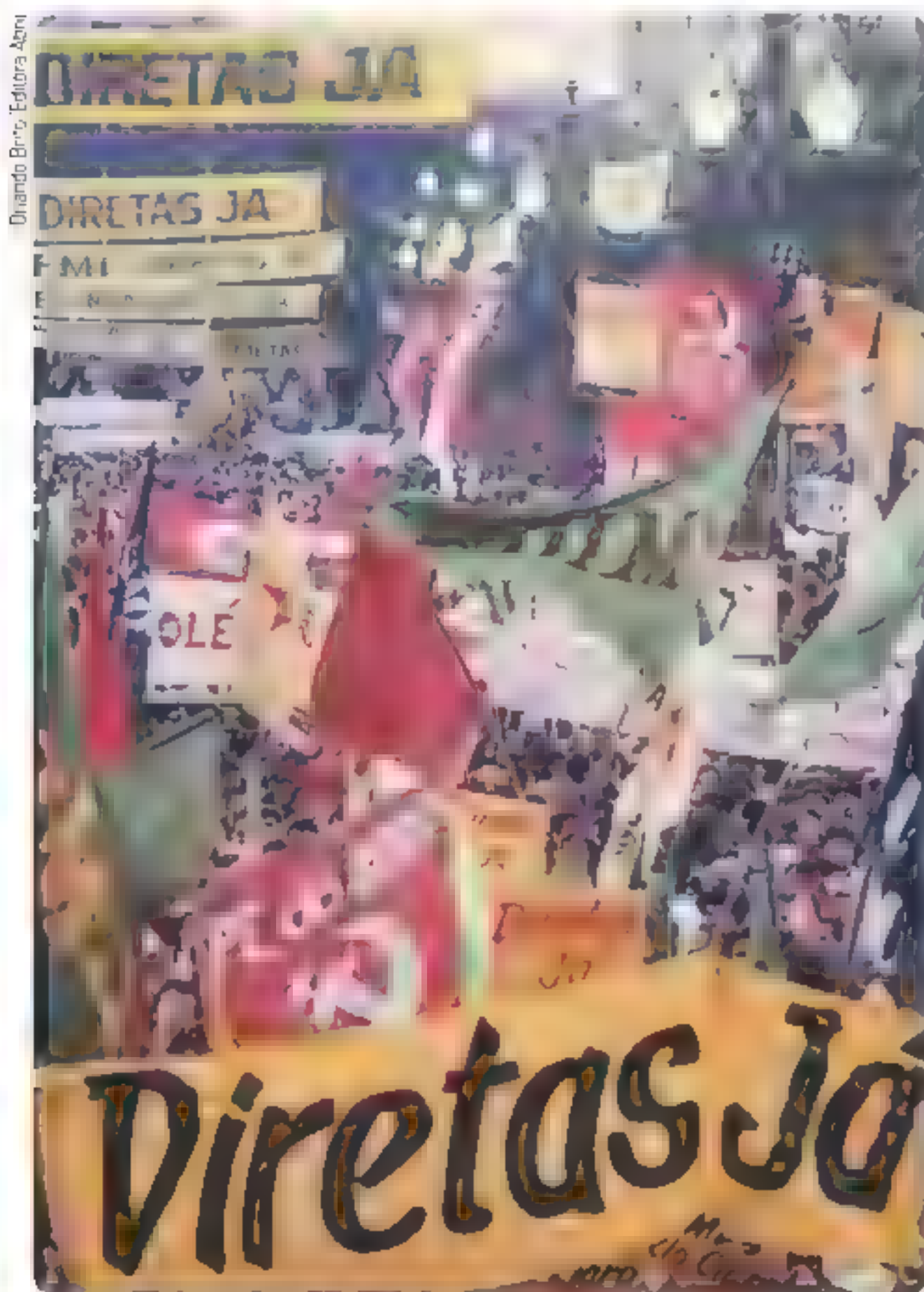
Durante o ano de 1983, o PT, de fraco desempenho nas eleições do ano anterior, procurou liderar uma campanha pela realização de eleições diretas para a escolha do sucessor de Figueiredo. Tal medida passava por uma reforma constitucional, e o PT acreditava que, pela mobilização popular, o Congresso (ou seja, o PDS) pudesse se sensibilizar e aprovar a medida.

A campanha pelas **Diretas-Já**, como foi divulgada e ficou conhecida, começou timidamente, mas logo ganhou o apoio dos membros do PMDB e do PDT. Em pouco tempo, multidões tomaram as ruas das cidades em comícios gigantescos, numa mobilização popular rara na história do país.

Apesar da atuação da oposição e do voto favorável de mais de 50 deputados do PDS, a emenda constitucional que estabelecia as eleições diretas para presidente da República acabou não sendo aprovada pelo Congresso, gerando frustração em todo o país. A luta seguinte das oposições seria no Colégio Eleitoral, que escolheria um novo presidente.

Eleições de 1982 no Rio de Janeiro. Após 17 anos, os brasileiros voltavam a eleger diretamente os governadores de estado.

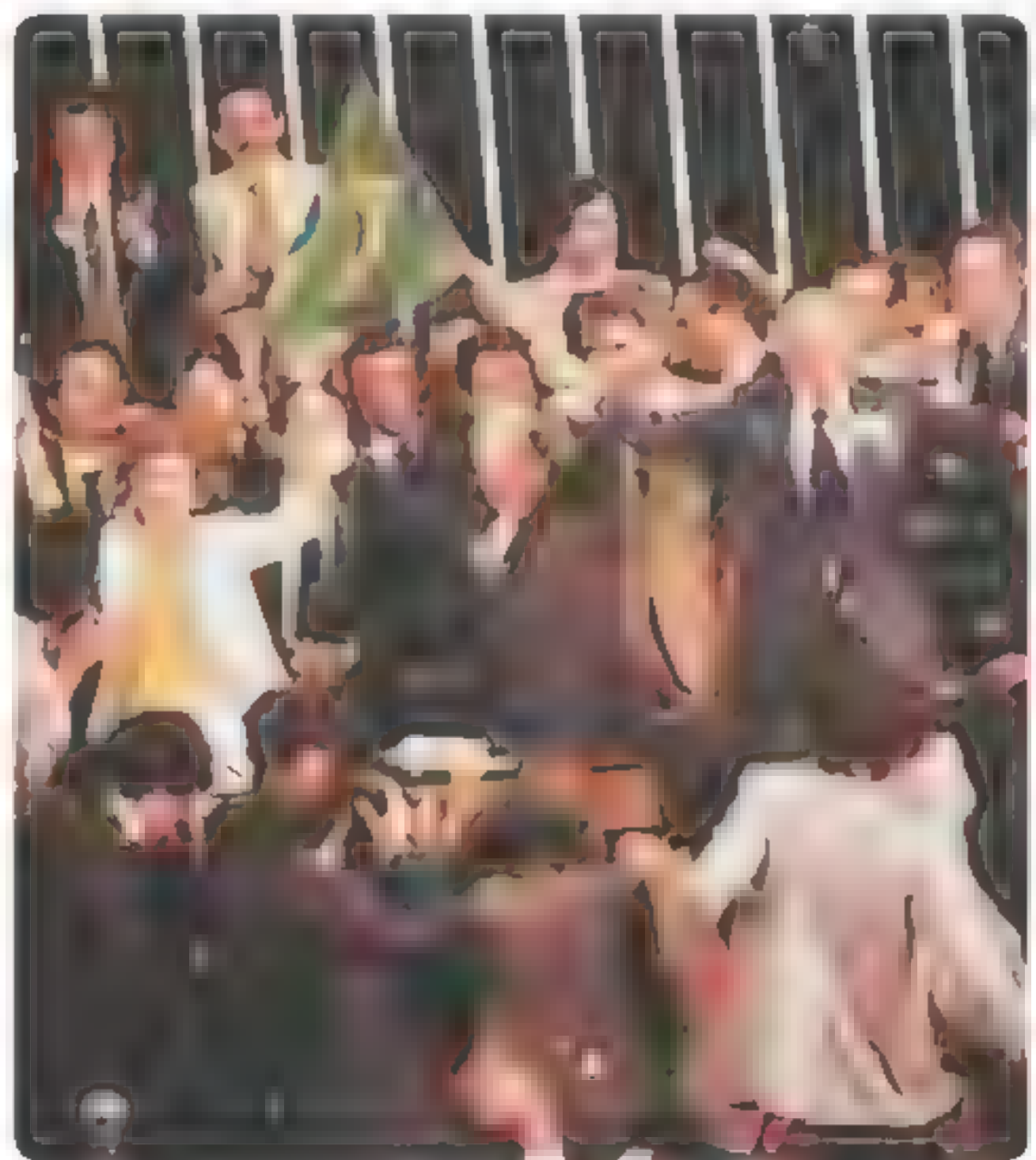
A união dos partidos de oposição durante o movimento pelas Diretas-Já fez surgir a possibilidade de vitória nas eleições indiretas marcadas para janeiro de 1985. Em 1984, o partido do governo, por sua vez, apresentava-se dividido, já que a escolha do candidato para a presidência não mais estava nas mãos dos militares, tendo essa incumbência passado para o PDS.

Orlando Brito/Editora Abril

▲ Manifestação pelas eleições diretas presidenciais na Praça da Sé, em São Paulo, em janeiro de 1984

Um candidato despontava: era o coronel do Exército **Mário Andreazza**, nome que contava com a simpatia dos militares. No entanto, o ex-prefeito da cidade de São Paulo e ex-governador do estado, **Paulo Maluf**, do PDS, também tinha pretensões na disputa presidencial. Por meio de diversas concessões e promessas de campanha, ele acabou conseguindo o apoio da maioria dos políticos de seu partido, sendo indicado como candidato oficial na convenção de agosto de 1984.

Apesar de conservador e tendo construído sua carreira política à sombra dos militares, Maluf descontentava a velha-guarda do PDS, que tinha à frente nomes de outros antigos políticos, como José Sarney, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel. O partido também vinha apoiando o regime militar, no qual seus líderes tiveram papel decisivo, como ocorreu no fracasso do movimento pelas Diretas-Já no Congresso. O grupo que sempre se beneficiara do regime, fornecendo seus quadros políticos e administrativos e até obtendo vantagens pessoais, estava diante da possibilidade de não mais fazer parte das estruturas do poder, uma vez que Maluf sempre agia por conta própria.

Diante dessa situação, formou-se uma dissidência dentro do PDS, a **Frente Liberal**, que mais tarde daria origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). A Frente procurou aproximar-se do PMDB, que lançou a candidatura do moderado político mineiro **Tancredo Neves** à Presidência da República. Estabeleceu-se uma aliança entre os dois agrupamentos políticos, da qual nasceu a chapa Tancredo-Sarney, candidatos, respectivamente, à Presidência da República e à vice-presidência.

O Colégio Eleitoral reuniu-se em 15 de janeiro de 1985 para escolher o novo presidente do Brasil, dando vitória a Tancredo Neves. Com uma complicada manobra política, a oposição havia conseguido assumir o poder, ainda que se valendo de uma chapa bastante conservadora e do apoio de políticos que antes haviam participado do regime militar. De qualquer maneira, os 21 anos de governo militar haviam se encerrado, e uma nova época se iniciava no país.

▲ Tancredo Neves comemorando sua vitória no Colégio Eleitoral com a esposa, Risoleta Neves, e Ulysses Guimarães Congresso Nacional, Brasília, em 15 de janeiro de 1985.

PARA RECORDAR: Regime militar (1964-1985) – ditadura e "milagre" econômico

REGIME MILITAR

ditadura política

novo modelo econômico

ufanismo

repressão

anticomunismo

segurança

ingresso de capital estrangeiro

"milagre" econômico

empréstimos

investimentos diretos

empresas estatais

empresas privadas nacionais

empresas multinacionais

atraídas por

- infraestrutura
- baixos salários

setores "estratégicos"

bens de consumo não duráveis

bens de consumo duráveis

- comunicações
- mineração
- siderurgia

ATIVIDADE

Identifique, resumidamente, as principais características das políticas econômicas aplicadas em cada um dos governos da ditadura militar.

Ao se referirem ao período da ditadura militar brasileira, considerando aspectos econômicos e políticos, muitos historiadores consideraram que ocorreu uma "modernização conservadora". Diante dos destaques presentes no esquema-resumo acima, que características desse período justificam o uso dessa expressão? Justifique.

Retome as três questões apresentadas na seção *Para pensar historicamente* deste capítulo e responda as com base no que você estudou.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e imagem

→ Observe atentamente a charge de Ziraldo. Em seguida, leia o texto do cientista político Adriano Nervo Codato e responda às questões.

▲ Charge de Ziraldo, criada em 1976.

O ano de 1968 é, assim, uma data fundamental na evolução política do regime ditatorial-militar brasileiro. Dois eventos – opostos entre si – são representativos dessa dinâmica processual e contraditória: a "Passeata dos Cem Mil" e o "Ato Institucional n. 5". A Passeata, em 26 de junho, no Rio de Janeiro, resume a disposição de vários setores sociais para confrontar o processo de militarização do Estado, a política econômica "recessiva" e a restrição das "liberdades". A oposição política, até então difusa e desarticulada, incapaz de ser representada pela Frente Ampla, assume aí uma característica de "massa". O AI-5, em 13 de dezembro, simboliza o ponto decisivo de inflexão do regime e o momento paradigmático do processo de reforço da centralização militar do poder de Estado. Os limites severos fixados à atividade política e aos direitos civis revelam a disposição em continuar, agora em estágio superior, o "movimento de 31 de março de 1964" e restringem bruscamente a possibilidade da retomada do controle civil sobre a "Revolução".

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e análises históricas. In: *Histórias, questões e debates*, n. 40, p. 11-36, 2004. Editora UFPR. p. 15-6.

a) A qual sinal a mãe retratada na charge se refere durante a consulta ao pediatra? Por que ela se mostra preocupada com o futuro da criança? Discorra sobre o sentido metafórico usado pelo autor.

b) Quais são os dois eventos citados por Codato que fazem de 1968 um ano fundamental? Por que o autor os considera "opostos entre si"? Justifique sua resposta.

c) Que mudanças, segundo o autor, foram impostas em 1968 com o AI-5? O que elas representaram na época?

d) Diante das considerações sobre o AI-5 colocadas por Codato, a preocupação da mãe retratada na charge de Ziraldo se justifica? Explique.

2 Análise de documento e reflexão

→ O texto 1 trata da opinião do pensador Benjamin Constant (1767-1830) sobre o chamado Período do Terror durante a Revolução Francesa. Já o texto 2 é parte do *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano*, redigido pelo revolucionário brasileiro Carlos Marighella em 1969. Após a leitura dos textos, responda às questões.

Texto 1

Desordens particulares, calamidades pavorosas, momentâneas e ilegais não constituem o Terror. Esse só existe quando o crime é o sistema de governo e não quando é seu inimigo, quando o governo o ordena e não quando o combate.

Citado por: OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 223.

Texto 2

Eu gostaria de fazer uma dupla dedicatória deste trabalho; primeiro, em memória de Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, Nelson José de Almeida ("Escoteiro") e a tantos outros heroicos combatentes e guerrilheiros urbanos que caíram nas mãos dos assassinos da polícia militar, do exército, da marinha, da aeronáutica, e também do DOPS, instrumentos odiados da repressora ditadura militar.

Segundo, aos bravos camaradas — homens e mulheres — aprisionados em calabouços medievais do governo brasileiro e sujeitos a torturas que se igualam ou superam os horrendos crimes cometidos pelos nazistas. Como aqueles camaradas cujas lembranças nós reverenciamos, bem como aqueles feitos prisioneiros em combate, o que devemos fazer é lutar.

[...]

A acusação de "violência" ou "terrorismo" sem demora tem um significado negativo. Ele tem adquirido uma nova roupagem, uma nova cor. Ele não divide, ele não desacredita, pelo contrário, ele representa o centro da atração. Hoje, ser "violento" ou um "terrorista" é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades.

MARIGHELLA, Carlos. Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/06/283439.shtml>. Acesso em: 3 abr. 2010.

a) Faça uma pesquisa, em livros ou na internet, e relembre o que foi o Período do Terror durante a Revolução Francesa. Defina-o brevemente.

b) No texto 1, o que Benjamin Constant quer dizer ao afirmar que o terror existe quando "o crime é o sistema de governo e não quando é seu inimigo"? Explique relacionando esta afirmação com o contexto do Período do Terror.

c) Que acusações Marighella faz ao Estado brasileiro vigente em 1969, presentes no texto 2?

d) Que argumentos Marighella utiliza para defender que "hoje, ser 'violento' ou um 'terrorista' é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada"? Justifique.

e) De acordo com o pensamento de Benjamin Constant, as ações violentas cometidas pelos guerrilheiros dos anos 1960 seriam formas de "terror"? E as ações da ditadura militar? Justifique suas respostas.

3 Análise de texto historiográfico

→ Leia o texto abaixo do historiador brasileiro Marcos Napolitano. Em seguida, responda às questões.

A partir dos eventos ocorridos no "ciclo grevista" de 1978/1980, os sujeitos coletivos puderam definir suas identidades e articular suas reivindicações frente ao Estado. Neste processo, a "questão democrática" foi reelaborada historicamente, deixando de ser apenas um tema que inspirava a resistência contra a ditadura, para nortear diversos projetos de sociedade. A "questão operária" consolidou, no espaço público, uma outra formulação da "questão democrática", que se exercitava desde o início dos anos 70: não mais se tratava de criar a produção do consenso mas, sobretudo, aprimorar a equação do conflito.

NAPOLITANO, Marcos. "As greves do ABC: a questão social encontra a questão democrática". In: *Cultura e poder no Brasil republicano*. Curitiba: Juruá, 2002. p. 104.

a) Releia o texto didático e identifique quem eram os participantes do que o autor chama de "ciclo grevista" e por que eles estavam insatisfeitos.

b) De acordo com o autor, por que as greves dos metalúrgicos redefiniram o movimento pela volta da democracia e introduziram novas questões entre os opositores da ditadura militar? Justifique.

O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA ORDEM MUNDIAL

O fim da Guerra Fria ficou marcado pela derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991. Ambos os acontecimentos, porém, são frutos de um longo e complexo processo histórico que desencadeou uma série de desdobramentos que pautaram uma nova organização mundial. A ordem globalizada que hoje vivenciamos traz em si não somente muitas particularidades oriundas do período da Guerra Fria, mas também duas dúvidas: como se equacionam a questão da autonomia dos países diante dos blocos constituídos por nações hegemônicas e a questão dos interesses e demandas sociais diante das leis do mercado, assunto abordado na seção ***Para pensar historicamente***.

A relação dos Estados Unidos com os outros países, notadamente seus opositores no contexto da Guerra Fria, é tratada no item "Os Estados Unidos a partir dos anos 1960", em que se destaca a relação com os países do Oriente, como o Afeganistão, o Irã e o Iraque, entre 1979 e o início dos anos 1990. Nesse período foram delineados aspectos importantes para se entender o ato terrorista de setembro de 2001 e a guerra empreendida contra grupos islâmicos fundamentalistas por forças militares lideradas pelos Estados Unidos e Reino Unido. A leitura do texto "A construção da crise no Afeganistão" permite uma avaliação da complexa realidade instaurada naquele país desde a invasão da União Soviética.

A manutenção do bloco soviético e a sua desagregação é tratada nos itens "A União Soviética de 1964 a 1991" e subsequentes, destacando-se o período do governo de Gorbatchev, quando foram iniciados os processos de reestruturação econômica (a *perestroika*) e de transparência política (a *glasnost*), que colaboraram para que ocorressem as mudanças no Leste Europeu.

A reorganização das forças políticas em cada ex-estado soviético e o processo de alinhamento desses países à ordem capitalista tornaram mais forte a hegemonia do Ocidente, que teve de atuar, através da Otan e do FMI, na consolidação dos estados recém-independentes. Junto a este processo, disseminaram-se as novas relações econômicas e geopolíticas que vêm marcando as relações internacionais desde meados dos anos 1990, tema do item "O neoliberalismo e o 'Estado mínimo'".

Os desafios à nova ordem mundial são muitos, destacando o controle das transações financeiras por um órgão internacional – assunto que tem gerado debates após a crise financeira de 2008, abordada no texto "Crise de 2008: na economia e na teoria econômica" – e os problemas de ordem ambiental – que colocam em xeque modelos de desenvolvimento que provocam impactos negativos na preservação da natureza, assunto abordado no item "Norte e Sul: desigualdades e meio ambiente" e aprofundado na atividade *2. Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo*.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

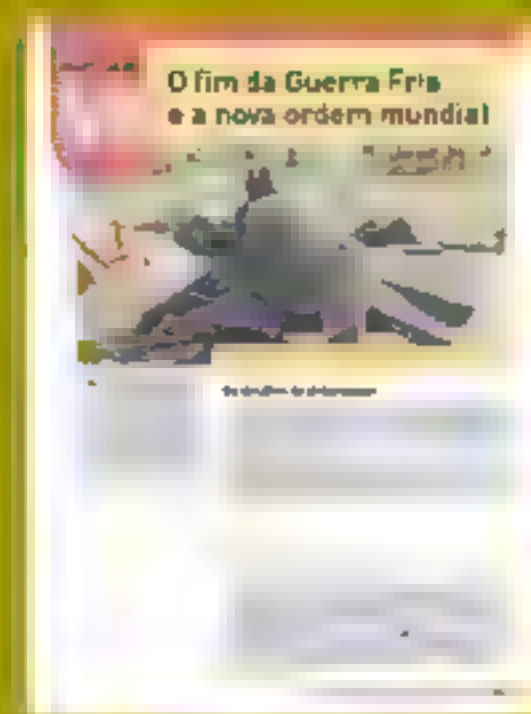
Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Economia:** pesquisar as correntes econômicas do keynesianismo (neocapitalismo) e do neoliberalismo, buscando dados dos economistas e de suas ideias.
- **História e Filosofia:** pesquisar as correntes de pensamento das últimas décadas, levantando suas ideias, autores, obras etc. Considerar, especialmente, os pensadores que têm discutido a nova ordem mundial, os processos econômicos, políticos, culturais, comportamentais, embutidos no processo de globalização.
- **História e Mídia:** nos últimos anos, observa-se um aumento da influência dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas, alterando seus comportamentos e modos de pensar. Com base no filme *O Show de Truman*, com direção de Peter Weir (EUA, 102 min), proponha uma reflexão sobre a influência da mídia e a importância do entretenimento no mundo contemporâneo.

▶ Textos de apoio

Alemães fazem festa dos dois lados do Muro

A madrugada de ontem foi uma das mais felizes na história do pós-guerra nas duas Berlim. Dos dois lados do muro houve festa e muita comemoração. O impossível – a abertura do Muro de Berlim – tinha finalmente acontecido. A notícia de que a Alemanha Oriental estava aberta foi divulgada quinta-feira à noite por Guenter Schabowski, responsável pelo setor de Propaganda do

Professor

Aqui começam as orientações para o Capítulo 40 (p. 753 a p. 783).

Bibliografia

CHOSSUDOVSKY, M. A *Globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. de (Orgs.). *Globalização, o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GATES, B. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GORBATCHEV, M. *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*. 27. ed. São Paulo: Best Seller, 1991.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

______. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

______. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NÓVOA, J. L. B. (Org.). *A História à deriva*: um balanço de fim de século. Salvador: UFBa, 1993.

PERRAULT, G. (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

REIS FILHO, D. A. *Uma revolução perdida*: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais*: cenários para o século XXI. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de Apoio).

SADER, E. (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

______. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VICENTINO, C. *Rússia*: antes e depois da URSS. São Paulo: Scipione, 1995. (Ponto de apoio).

VIZENTINI, P. *Da Guerra Fria à crise*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

Teses

BASTOS, L. A. *Avaliação do desempenho comercial do Mercosul 1994-2005*. São Paulo: FFLCH, USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17082009-150750/>. Acesso em: 23 abr. 2010.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS*: um estudo das causas. São Paulo: FFLCH, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/>. Acesso em: 23 abr. 2010.

Filmes

Adeus, Lênin. Direção de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003. (121 min).

Bela aldeia, bela chama. Direção de Srdjan Dragojevic. Iugoslávia, 1996. (125 min).

Fahrenheit 9/11. Direção de Michael Moore. Estados Unidos, 2004. (122 min).

Território Comanche. Direção de Gerardo Herrero. Alemanha, Argélia/Espanha/França, 1997. (90 min).

Todos os homens do presidente. Direção de Alan J. Pakula. Estados Unidos, 1976. (138 min).

Endereços eletrônicos

FMI. Disponível em: <www.imf.org/external/spa/index.htm>. Acesso em: 23 abr. 2010.

ONU. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2010.

partido comunista alemão-oriental. Poucas horas depois, os habitantes de Berlim Ocidental festejavam com fogos de artifício e até batucada. Enquanto isso, os habitantes de Berlim Oriental, ainda incrédulos, dirigiam-se para o muro.

Segundo a "ADN", a agência oficial de notícias da Alemanha Oriental, até o início da noite de ontem 40 407 pessoas viajaram, oficialmente, para a Alemanha Ocidental. Destas, somente 2 545 declaram que permaneceriam em território alemão-ocidental como refugiados. As demais se registraram apenas como turistas.

Do lado oriental do Checkpoint Charlie, um dos pontos mais famosos de passagem pelo muro, milhares de pessoas se aglomeraram para comemorar e atravessar a fronteira entre as duas metades da cidade. Dali, as pessoas se dirigiram à elegante avenida Kurfuerstendamm (abreviada para Kudam), uma das vias centrais de Berlim Ocidental.

Quando as pessoas começaram a chegar ao Checkpoint, os guardas ainda não sabiam direito como proceder. Por volta da meia-noite, milhares de pessoas esperavam sua vez de passar. As autoridades decidiram então liberar o caminho para evitar tumultos. As pessoas foram autorizadas a atravessarem o muro apenas mostrando sua carteira de identidade. Muitos disseram que pretendiam voltar, que só queriam comprovar a veracidade da notícia. Até ontem de manhã, os fiscais não sabiam como proceder em relação às exigências legais, se eram necessários ou não os vistos nos passaportes. Ontem, durante o dia inteiro, as filas foram imensas no lado oriental dos postos de passagem. Entretanto, a maioria das pessoas dizia que só queria "ter o prazer de visitar o outro lado".

FOLHA de S.Paulo, 11 nov. 1989. *20 textos que fizeram História*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1991. p. 243.

A ocidental "civilização universal"

Quando o Conselho de Segurança da ONU ou o FMI tomam decisões que refletem os interesses ocidentais, elas são anunciadas ao mundo como resultado das aspirações de toda comunidade mundial. A própria frase "comunidade mundial" passou a ser coletivo eufemístico (em substituição a "mundo livre") usado para conferir legitimidade global a ações que promovem os interesses dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais. Por intermédio do FMI e de outras instituições econômicas internacionais, o Ocidente defende seus interesses econômicos e impõe a outras nações as políticas econômicas que julga apropriadas. Em qualquer pesquisa de opinião realizada entre povos não ocidentais, o FMI sem a menor dúvida teria a aprovação dos ministros das Finanças e de um punhado de outras figuras, mas receberia uma esmagadora classificação negativa por praticamente todo o resto dos entrevistados, que concordariam com a caracterização dos executivos do FMI feita pelo ex-assessor de Mikhail Gorbatchev, Georgy Arbatov, hoje assessor de Boris Ieltsin: "Neobolcheviques que adoram expropriar o dinheiro dos outros, impor regras não democráticas e alienígenas de conduta econômica e política e tolher a liberdade econômica".

Em um nível superficial, boa parte da cultura ocidental de fato difundiu-se pelo resto do mundo. Contudo, em suas bases, os conceitos do Ocidente diferem fundamentalmente dos que prevalecem em outras civilizações. As ideias ocidentais de individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, governo pela lei, democracia, livre mercado, separação de Igreja e Estado têm, com frequência, pouca repercussão nas culturas islâmica, confuciana, japonesa, hindu, budista ou ortodoxa. Os esforços do Ocidente para propagar essas ideias acabam produzindo uma reação contra o "imperialismo dos direitos humanos" e uma reafirmação dos valores nativos, como se pode ver no apoio que as gerações mais jovens dão ao fundamentalismo religioso em culturas não ocidentais. A própria noção de que pode existir uma "civilização universal" é ocidental e destoa completamente do particularismo da maioria das sociedades asiáticas, que salientam as distinções entre os povos.

HUNTINGTON, S. Choque do futuro. In: *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993. p. 134-47.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Desde o fim do período stalinista, a URSS enfrentava uma duradoura estagnação econômica. O atraso tecnológico, os entraves burocráticos e os altos gastos militares agravavam a situação. Para tentar mudar esse quadro, no final da década de 1980, o presidente Gorbatchev propôs um programa de reformas assentado sobre dois pontos fundamentais: a *glasnost* e a *perestroika*, que correspondiam, respectivamente, às aberturas política e econômica. O programa reformista contou com a oposição da burocracia do Partido Comunista e desorganizou a economia. Além disso, abriu espaço para manifestações nacionalistas no interior da URSS. Com sua popularidade em baixa, Gorbatchev foi vítima de uma tentativa de golpe em 1991. Embora frustrado, o golpe enfraqueceu ainda mais a autoridade do presidente. No mesmo ano, as repúblicas da Estônia, Letônia e Lituânia declararam-se independentes, marcando o início da desagregação da República soviética.

2. Com o fim da URSS, a ordem capitalista tornou-se hegemônica, abrindo novas oportunidades de alargamento e expansão dos negócios. Contudo, a crescente concorrência pelos mercados exigiu o aumento dos investimentos em pesquisas e implementação tecnológica. Como esses investimentos só podem ser feitos mediante a mobilização de enormes volumes de capital, foi estimulada a formação de grandes conglomerados empresariais, que passaram a pressionar pela suspensão das barreiras nacionais protecionistas que restringiam seu campo de ação. Esse fortalecimento do setor privado foi acompanhado de perto por uma crise do Estado intervencionista, dando impulso às pregações neoliberais.

Exercícios de História

1. Comparação de imagens e reflexão

a) Na primeira, as roupas expressam uma identidade coletiva, de base religiosa; na segunda, constroem uma identidade pessoal, fundamentada no consumo.

b) Resposta pessoal. Os alunos poderão observar, na primeira imagem, o interesse das mulheres pelas joias expostas em uma vitrine e considerar que, apesar de viverem sob as regras do Islã, experimentam o mesmo interesse e gosto pelo consumo de bens industrializados presentes no mundo ocidental. Podem, também, associar a segunda foto ao desejo de diferenciação e afirmação do individualismo, por meio da moda e do consumo, e ao enfraquecimento das tradições no Japão, o que aproximaria os japoneses dos padrões vigentes nos Estados Unidos ou na Alemanha, por exemplo. Todas as respostas são aceitáveis, desde que os alunos defendam-nas com base nos temas estudados.

c) Sugerimos que, antes de estimular o debate, os alunos sejam instruídos a buscar em jornais, revistas e livros mais informações sobre o processo de globalização. Espera-se que eles compreendam que o cenário contemporâneo é bastante complexo e até paradoxal, na medida em que, por exemplo, a tendência à integração dos mercados vem sendo acompanhada de perto do crescimento dos movimentos nacionalistas e da xenofobia.

2. Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo

a) O esgotamento dos recursos naturais do planeta é responsabilidade da parcela rica da população mundial.

b) Não, pois se todos desfrutassem dos padrões de vida dos ricos, os recursos planetários seriam insuficientes. Nesse sentido, o autor denuncia uma farsa do sistema que promete a todos os homens e mulheres algo que, na prática, não pode ser realizado. Por essa razão, para ele, o sistema é, em seus próprios fundamentos, injusto.

3. Leitura e interpretação de texto

a) Os ataques foram motivados pela acusação de que o Iraque dava apoio a grupos terroristas e que desenvolvia armas de destruição em massa.

b) Mia Couto argumenta que em vez de terem semeado a paz e a ordem no Iraque, os estadunidenses desorganizaram ainda mais o país, alimentando a proliferação dos grupos extremistas e fazendo crescer a violência. Além disso, acusa os estadunidenses de imporem ao mundo seus interesses por meio de uma lógica maniqueísta, em que eles seriam a representação absoluta do "bem", ao passo que o "mal" seria sempre encarnado pelo "outro", desconsiderando o fato de que seus representantes frequentemente têm ocupado os noticiários com demonstrações de crueldade e intolerância.

c) Mia Couto critica também a mídia, que reproduz em suas manchetes a versão estadunidense dos fatos, sem fazer dela uma avaliação crítica.

d) Até o início de 2010, o Iraque ainda não havia conquistado estabilidade. As tropas estadunidenses continuavam a ocupar o país e a enfrentar seguidos ataques terroristas praticados por rebeldes. A partir das notícias pesquisadas, pode-se montar com os alunos um quadro com informações sobre cada aspecto da vida iraquiana. Incentive-os a avaliar possíveis recuos e avanços em cada área. Em seguida, seria oportuno voltar ao texto de Mia Couto e relacionar a posição do escritor em 2004 com o quadro atual do país. Se considerar apropriado, o longa-metragem *Guerra ao terror*, dirigido por Kathryn Bigelow (EUA, 2008, 130 min), pode ser passado em sala de aula e seguido de um debate. No filme, os soldados dos Estados Unidos são mostrados como verdadeiros extraterrestres numa terra onde tudo – a língua, as expressões, os gestos, os comportamentos – parece estranho e incompreensível, e o inimigo, impossível de ser distinguido e identificado. Naquele universo, a presença estadunidense no Iraque assume contornos absurdos, quase surreais, e se prolonga por puro "vício", sem uma razão lógica.

anotações

CAPÍTULO

40

O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial

Gerard Fouet/AFP/Getty Images

▲ Desde o colapso do socialismo real na União Soviética, em 1989, várias foram as repúblicas pertencentes ao bloco que lutaram pela independência. Na foto, de 1991, destroços do antigo monumento em homenagem a Lênin, removido da área central da cidade de Vilnius, capital da Lituânia, após ter sido proclamada a independência do país em relação a Moscou, em março de 1990.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Os desafios da globalização

Como podem ser preservados os interesses nacionais de qualquer país diante da formação de grandes blocos compostos por nações hegemônicas? Com a globalização, qual o destino dos Estados nacionais do ponto de vista político?

As políticas públicas devem priorizar urgentemente as questões sociais, subordinando os interesses do mercado ao bem-estar de todos, ou devem ser direcionadas para o desenvolvimento da livre concorrência, sujeitando a sociedade às leis de mercado?

O FIM DA GUERRA FRIA

A *détente* (em português, "distensão"), instituída nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética no início da década de 1970, caracterizou-se por acordos bilaterais que tinham o objetivo de diminuir os riscos de uma guerra nuclear e amenizar os conflitos Leste-Oeste. Nesse contexto, destacaram-se os acordos da série **Salt** (Strategic Arms Limitations Talks – Conversações sobre Limitações de Armas Estratégicas), entre 1972 e 1979, que efetivamente passaram a controlar o arsenal nuclear das duas superpotências.

No início da década de 1980, porém, o presidente norte-americano Ronald Reagan retomou a chamada "política da intimidação", acentuando a corrida armamentista e frustrando quaisquer tentativas de acordo entre 1985 e 1986. A Europa, temendo transformar-se em palco de uma guerra nuclear, pressionou a retomada dos encontros de cúpula entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Ao mesmo tempo, o dirigente soviético Mikhail Gorbatchev imprimiu em seu país, a partir de 1985, a reestruturação econômica e a abertura política, que remodelaram não só o bloco socialista (levando ao colapso de suas estruturas), como também as relações internacionais mundiais.

Em novembro de 1987, Reagan e Gorbatchev, abrindo nova rodada de negociações sobre desarmamento, assinaram um acordo para a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa e na Ásia. Em janeiro de 1988, o governo soviético anunciou o início da retirada de suas tropas do Afeganistão (veja boxe da página 232); no ano seguinte, a abertura política e os efeitos da *perestroika* desmontaram o bloco socialista, acelerando o fim da confrontação tradicional com os Estados Unidos.

No início dos anos 1990, aceleraram-se acordos de desarmamento nuclear; em 1991, o Comecon e o Pacto de Varsóvia foram dissolvidos, ao mesmo tempo que tiveram início gestões para a remodelação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Em dezembro de 1991, a União Soviética desapareceu, dando lugar à **Comunidade de Estados Independentes** (CEI), tendo a Rússia como principal herdeira da ex-União Soviética em termos políticos, geopolíticos e econômicos. Veja o mapa a seguir.

A seguir, você conhecerá melhor o período que antecedeu e preparou o fim da Guerra Fria.

Wally McNamee/Corbis/Latinstock

Jimmy Carter (Estados Unidos), à esquerda, e Leonid Brejnev (União Soviética), à direita, durante a cerimônia de encerramento da conferência do tratado de Salt-2, ocorrida em Viena em junho de 1979.

Comunidade dos Estados Independentes - 1991

Allmaps/Arquivo da editora

Adap.: DUFOUR, Anne (Ed.). *Grand atlas d'aujourd'hui*. Paris: Hachette, 2000. p. 56. Em 1997, a capital do Casaquistão passa a ser Astana.

O fim da União Soviética foi seguido do nascimento da Comunidade de Estados Independentes, uma reunião de Estados em permanente disputa pelos despojos da era soviética, em que sobressai a Federação Russa (antiga Rússia).

Os Estados Unidos a partir dos anos 1960

Mantendo o consenso entre as elites norte-americanas, os partidos republicano e democrata continuaram se revezando no poder. **Richard Nixon**, eleito pelo Partido Republicano em 1968 e reeleito em 1972, governou os Estados Unidos até 1974. Retomou a reaproximação com os países comunistas, sem perder o tradicional caráter ofensivo, e iniciou mais um período de *détente*, tendo à frente o secretário de Estado Henry Kissinger.

Em 1971, os Estados Unidos apoiaram a entrada da China comunista no Conselho de Segurança na ONU e, em 1972, o presidente norte-americano encontrou-se com Mao Tse-tung. A aproximação com a China representava mais um passo ofensivo do governo americano, ao unir-se a uma potência vizinha e rival dos soviéticos.

Logo após a visita à China, Nixon foi à União Soviética, onde assinou com o presidente Leonid Brejnev o tratado **Salt-1**, de limitação de armas nucleares.

O período Nixon caracterizou-se também pela pressão da opinião pública em relação à **Guerra do Vietnã**, o que o levou a adotar a política de "vietnamização" da guerra, ou seja, a tentativa de retirar os soldados norte-americanos do conflito, oferecendo, em contrapartida, armamentos a seu aliado, o governo do Vietnã do Sul.

Enquanto levava adiante esse projeto, Nixon procurou enfraquecer os guerrilheiros do Vietnã do Sul, os vietcongues, bombardeando maciçamente seus aliados comunistas do Vietnã do Norte. Estes, entretanto, avançaram progressivamente, respondendo aos ataques.

> **vietcongues:** (*Viet Nam Cong san*) comunistas do Vietnã; expressão criada em 1960 no Vietnã do Sul

Apesar da aproximação diplomática com os países comunistas, os Estados Unidos não descuidavam de sua supremacia sobre os países subdesenvolvidos. Além da questão do Vietnã, participaram oficiosamente da derrubada do presidente chileno **Salvador Allende**, de tendência socialista, em 1972, cujas reformas prejudicavam os interesses econômicos norte-americanos. Após um golpe sangrento, instaurou-se no Chile a ditadura militar de Augusto Pinochet, como já vimos.

O fim do governo Nixon deu-se com o caso **Watergate**, iniciado em 1972. Membros do Partido Republicano – ao qual Nixon pertencia – foram surpreendidos tentando instalar um sistema de escuta para espionar os escritórios do rival Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, a quatro meses das eleições presidenciais.

AFP/Getty Images

Richard Nixon e Mao Tse-tung, Pequim, fevereiro de 1972. A visita de Nixon à China e à União Soviética caracterizou o degelo nas relações internacionais, embora os Estados Unidos não tenham abandonado a ofensividade contra o bloco socialista soviético

Denunciado pelo jornal *Washington Post*, que não poupou sequer a alta cúpula governamental, o escândalo atingiu Nixon e mobilizou toda a imprensa e a opinião pública norte-americana. Comprovado seu envolvimento, o presidente foi obrigado a renunciar. Caso não fizesse isso, seria impedido, pelo Congresso, de governar (*impeachment*). A presidência foi então ocupada pelo vice-presidente **Gerald Ford** (1974-1976), que, em 1975, concedeu "perdão pleno e absoluto" a Nixon por todos os delitos que pudesse ter cometido enquanto ocupava a presidência.

Marcado pela derrota norte-americana na Indochina (Vietnã, Laos e Camboja), o governo Ford viveu a plena desmoralização de seu partido e da administração republicana, o que impossibilitou sua tentativa de reeleição. A situação econômica norte-americana enfrentou dificuldades, como a elevação dos preços do petróleo determinada já desde 1973 pela **Organização dos Países Exportadores de Petróleo** (Opep), dominada pelos países árabes. Os efeitos dessa alta foram sentidos em todo o mundo capitalista, espalhando recessão e dificuldades, o que minou a liderança norte-americana e o governo Ford.

Eleito presidente pelo Partido Democrata, **Jimmy Carter** (1977-1980) fez acordos de distensão com os soviéticos, assinou o **Salt-2** (1979) e adotou

uma política de defesa dos **direitos humanos**. Sua política internacional motivou a redemocratização de países capitalistas governados por ditaduras e intensificou as críticas às limitações das liberdades públicas nos países comunistas. Diante das denúncias de violações dos direitos humanos, como tortura, prisões e cerceamento da oposição, Carter chegou a negar créditos para a compra de armamentos a vários países da América Latina, na época sem liberdades democráticas estabelecidas, como Brasil, Argentina, El Salvador e Guatemala.

Carter também mediou a **Conferência de Camp David**, em 1978, que deu origem a um tratado de paz entre o Egito, governado na época por Anuar Sadat, e Israel, dirigido por Menachem Begin. Com esse tratado, estabeleceram-se relações diplomáticas entre esses países, que estavam em guerra havia anos. Era o ponto de partida para a pacificação do Oriente Médio, a qual só avançou limitadamente na década de 1990.

No final do governo Carter, emergiram diversas crises internacionais que arruinaram o prestígio da administração democrata. No Irã, em 1979, o **xá Reza Pahlevi**, tradicional aliado dos Estados Unidos, foi derrubado por uma revolução islâmica. O novo líder do país, **aiatolá Khomeini**, passou a pregar um nacionalismo religioso com posições radicalmente antinorte-americanas, levando a uma posição de enfrentamento com os Estados Unidos.

Jimmy Carter em foto de 1979. Em seu governo foram promovidas ações de defesa dos direitos humanos

Na Nicarágua, também em 1979, a **Revolução Sandinista**, de inspiração marxista, acabou com o longo período de dominação da família Somoza, aliada histórica dos Estados Unidos. A derrubada do ditador Anastácio Somoza pelos guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) envolveu o governo Carter em novas dificuldades para sua política externa.

Candidato à reeleição nas eleições presidenciais de 1980, Carter foi derrotado por **Ronald Reagan**, iniciando um novo período de predomínio do Partido Republicano. Reagan assumiu em 1981 e foi reeleito em 1984, permanecendo no poder por oito anos, época de impulso nas pregações em favor da economia de mercado, o neoliberalismo.

Logo no início de seu primeiro mandato, Reagan ampliou as sanções econômicas à União Soviética e a repressão aos regimes de esquerda na América Central e no Caribe. Ao mesmo tempo, retomou a corrida armamentista, implantando uma política intimidadora aos soviéticos. A instalação de armas poderosas na Europa fez crescer os protestos populares, provocados pelo medo de que o continente se transformasse em arena de um conflito nuclear.

Contrários ao rearmamento norte-americano, os soviéticos retiraram-se das conversações em curso em Viena, em 1983, mesmo ano em que Reagan interveio em Granada, na América Central, afastando um governo que não atendia aos interesses de seu país na região. Na Nicarágua, até o final da década, aumentou as pressões aos sandinistas, apoiando abertamente os guerrilheiros contrarrevolucionários ("os contras") e fazendo sucessivas ameaças de uma ação militar na região, semelhante à que empreendera em Granada.

Reagan iniciou também um programa militar que ficou conhecido como Guerra nas Estrelas, sofisticado projeto bélico que visava a proteger os Estados Unidos contra possíveis mísseis inimigos, com base na formação de um "escudo" de mísseis dirigidos para o céu. Após sofrer pressões internas e externas, o projeto não chegou a ser implantado.

O desenvolvimento econômico interno ocorrido durante seu governo garantiu-lhe popularidade e permitiu que se reelegesse em 1984. Por causa das pressões europeias e da política implantada pelo novo governante soviético, Mikhail Gorbatchev, o governo norte-americano reverteu a política de intimidação ao bloco socialista, retomando a distensão com a União Soviética.

Em 1987 foram assinados acordos de desarmamento nuclear, ratificados na viagem do presidente norte-americano à União Soviética no ano seguinte. Internamente, o país adotou uma política de corte de gastos públicos, principalmente na área de bem-estar social, e de desregulamentação da economia, provo-

cando o desemprego e a concentração da renda pelos mais ricos, dentro dos princípios do neoliberalismo, como veremos mais à frente.

George Bush foi eleito sucessor de Reagan pelo Partido Republicano, para o período de 1989 a 1993, dando continuidade à política de entendimento com Gorbatchev em meio à desmontagem dos regimes socialistas do Leste Europeu até o desaparecimento da União Soviética, no início da década de 1990.

Reafirmando sua supremacia internacional e sob o respaldo da ONU, os Estados Unidos praticamente comandaram, no início de 1991, a **Guerra do Golfo** contra o Iraque. Essa guerra decorreu da invasão do território do Kuwait, em 1990, pelo Iraque, governado por **Saddam Hussein**, que procurava projetar-se como grande líder das nações árabes.

▲ O Oriente Médio tem sido palco de frequentes conflitos e guerras civis, envolvendo também interesses estrangeiros. Na foto de 1991, soldados norte-americanos sobre um tanque durante a Guerra do Golfo

A oferta de petróleo às potências ocidentais a preços baixos e a busca de novos acessos do Iraque ao Golfo Pérsico foram os pretextos para a invasão e posterior anexação territorial do Kuwait. Respaldadas pela ONU, as grandes potências, tendo à frente os Estados Unidos, exigiram a desocupação do Kuwait e, não sendo atendidas, declararam guerra a Saddam Hussein.

A coalizão internacional de aproximadamente trinta países, liderada pelos Estados Unidos, iniciou em janeiro de 1991 o bombardeio contra o Iraque, desencadeando a operação Tempestade no Deserto, a maior mobilização militar mundial desde a Segunda Guerra. O confronto terminou em quarenta dias com a derrota do Iraque, que sofreu grandes perdas materiais e humanas. Terminada a guerra, a ONU estabeleceu sanções econômicas ao Iraque, especialmente o embargo sobre suas exportações de petróleo, além de impor a eliminação de seus arsenais de armas nucleares, biológicas e químicas e dos mísseis de longo alcance.

Até 1992, o presidente Bush experimentou oscilações em sua popularidade, ora ganhando prestígio, com a hegemonia do país depois da queda do bloco socialista, ora perdendo, com sinais de aumento do desemprego e queda da produtividade da economia norte-americana. Diante disso, foi derrotado quando tentou se reeleger, nas eleições de 1992, pelo candidato do Partido Democrata, **Bill Clinton**, que assumiu o governo em 20 de janeiro de 1993.

Com Clinton, a economia norte-americana apresentou sucessivos índices de crescimento, o que favoreceu sua reeleição em 1996. Apesar de governar num período de excelente desempenho econômico, entre 1998 e 1999 foi ameaçado de *impeachment* por seu envolvimento com uma ex-estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. Em fevereiro de 1999, o Senado absolveu o presidente.

Nas eleições presidenciais de 2000, o partido de Clinton indicou Al Gore para concorrer com o candidato do Partido Republicano, **George Walter Bush**, filho do ex-presidente Bush. Numa apuração de votos repleta de irregularidades, com várias recontagens, George W. Bush saiu vitorioso.

Em janeiro de 2001, George W. Bush assumiu o cargo de 43.º presidente dos Estados Unidos, proclamando, em seguida, a reativação militar, especialmente a montagem de um escudo antimísseis, o National Missile Defense. Diversos analistas e especialistas da política internacional chamaram a atenção para a retomada da corrida armamentista tão típica do período da Guerra Fria e do governo Reagan, mas dessa vez com uma nova agravante: a instalação desse sistema, pelo menos em tese, daria aos Estados Unidos a capacidade de se defender de um ataque nuclear e, portanto, de lançar uma resposta arrasadora.

MURALHAS

Quando os chineses iniciaram a Grande Muralha, em 214 a.C., e Adriano contratou seu sistema defensivo no norte da Inglaterra, 300 anos depois, eles estavam reagindo precisamente ao mesmo instinto que está movendo a política norte-americana agora – manter distantes os bárbaros hostis. O Escudo de Defesa Antimísseis é, em termos militares, uma muralha, embora excepcionalmente complexa.

Mas as muralhas têm o hábito de ser vencidas ou contornadas, como qualquer historiador da Linha Maginot poderia confirmar, e esta muralha pode ser evitada com bombas nucleares de baixa potência em maletas ou por alguém numa lancha, disparando em volta da Ilha de Manhattan. Portanto, defesa não é, evidentemente, a história toda, e entre as razões que motivaram Bush é preciso lembrar que sua muralha vai custar entre US$ 60 bilhões e US$ 100 bilhões, a maior parte deles gasta com as indústrias de defesa.

Linha Maginot: linha de fortificações na fronteira francesa da Suíça até a Bélgica, visando defender-se da Alemanha. Construída nos anos 1930 e idealizada pelo político André Maginot, de nada serviu para conter o avanço nazista.

PORTER, Henry. Falando com as paredes: ao querer afastar os "bárbaros", os EUA se isolam do mundo. *The Observer. Carta Capital*. Ano VI, n. 147 (23 maio 2001), p. 40.

No dia 11 de setembro de 2001, a questão do escudo antimísseis norte-americano foi colocada em segundo plano: terroristas suicidas destruíram completamente dois grandes edifícios, as torres do World Trade Center, em Nova York, e parte do Pentágono, nos arredores de Washington. Os ataques, tidos como os maiores sofridos até então pelos Estados Unidos em seu próprio território, foram realizados com aviões de carreira sequestrados e se voltaram contra os símbolos do poderio econômico e militar dos Estados Unidos, deixando milhares de mortos e uma forte sensação de vulnerabilidade no país mais poderoso do mundo.

A situação desdobrou-se na primeira guerra declarada do século XXI, tendo como alvo um grupo terrorista fixado no Afeganistão (a Al-Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro) e apoiado pelo grupo governamental Talibã.

O período de "guerra ao terror", iniciado em 2001, resultou na derrubada do governo Talibã no Afeganistão, além de implantar nos Estados Unidos várias medidas policiais destinadas a evitar novos atentados terroristas. Um desdobramento foi a adoção da Doutrina Bush, sustentada na possibilidade de ação militar unilateral dos Estados Unidos em qualquer país do mundo, acima das leis e da política internacionais, e sempre tendo como justificativa a "guerra ao terror".

A ameaça estaria nos países que formavam o "eixo do mal", como Iraque, Irã e Coreia do Norte, que, segundo Bush, fabricavam armas de destruição em massa e patrocinavam o terrorismo internacional. A partir de então, os Estados Unidos adotaram medidas agressivas e de endurecimento contra os rivais, como a transferência de prisioneiros de guerra do Afeganistão para a base norte-americana de Guantánamo (onde seriam vítimas dos maus-tratos denunciados pela imprensa a partir de 2004), e a pressão e ameaça de guerra, especialmente contra o Iraque.

Getty Images

▲ As torres do World Trade Center atingidas por dois aviões pilotados por terroristas em 11 de setembro de 2001.

A CONSTRUÇÃO DA CRISE NO AFEGANISTÃO

Devido à sua posição geográfica estratégica, o Afeganistão sempre foi área sujeita a invasões e disputas (desde os gregos de Alexandre Magno, na Antiguidade, passando pelos mongóis, turcos, ingleses e paquistaneses, até os russos e norte-americanos nos períodos seguintes). A monarquia centralizada, estabelecida no século XVIII e que duraria até 1973, foi um dos alvos, nas disputas coloniais do século XIX, dos confrontos entre o Império Russo e o Britânico, ficando este último com o domínio regional até a independência do país em 1919.

Com a queda da monarquia em 1973, quando Daud Khan destituiu o rei Zahir Shah, deu-se uma sucessão de golpes militares, conflitos e intervencionismos que arrasaram o país, provocando a fuga de milhões de afeganes (cerca de 2,5 milhões). Daud Khan foi assassinado em 1978 e, sob a liderança de Mohamed Taraki, instalou-se um regime de partido único inspirado na União Soviética e sujeito à crescente oposição de grupos islâmicos apoiados pelo Paquistão e Irã e armados pelos Estados Unidos.

▲ Bush e Bin Laden em anúncio criado por agência de publicidade para uma revista de grande circulação no Brasil. Os anúncios mostram o rosto desses líderes desenhado com palavras significativas. Observe.

As lutas entre as facções políticas, étnicas e religiosas culminaram no fuzilamento de Taraki, em 1979, seguido da invasão da União Soviética, na qual morreram mais de 15 mil russos e cerca de 800 mil afeganes. Os soviéticos retiraram-se do país dez anos depois, mantendo o apoio (financeiro e em armas) ao governo de Mohammad Najibullah, que foi obrigado a renunciar, em 1992, quando grupos guerrilheiros tomaram Cabul, a capital do país.

Seguiram-se confrontos entre as facções políticas e islâmicas rivais, destacando-se o grupo islâmico **Talibã ou Taleban** ("estudante", em persa), milícia que ganhou supremacia sobre aproximadamente 90% do território nacional no final da década de 1990, impondo-lhe rígidas leis muçulmanas. Esse grupo era formado pela maioria étnica do Afeganistão, os *pashtuns*, enquanto em outro grupo, que controlava pequenas áreas ao norte do território, conhecido como Aliança do Norte, predominavam três grupos étnicos minoritários: os *usbeques*, os *tajiques* e os *hazaras*.

Em 1998, os Estados Unidos dispararam mísseis contra alvos no Afeganistão, sob a acusação de serem centros de apoio às ações terroristas internacionais, especialmente da **Al Qaeda**, organização liderada por **Osama bin Laden**. Esse fundamentalista islâmico era um milionário de origem saudita que migrara para o Afeganistão, onde obteve ajuda militar e financeira dos Estados Unidos no combate aos soviéticos, na Guerra do Afeganistão, durante a década de 1980.

Bin Laden fundou a **Al Qaeda** (em português, A Base) em 1990 e, no final dessa década, controlava uma ampla rede de ação em diversos países contra o que chamava de "influência ocidental" e interferência dos Estados Unidos no mundo islâmico. Em 1999, a ONU determinou sanções contra o governo Talibã, como restrições aos voos internacionais e exigências de extradição de Bin Laden para julgamento num tribunal internacional.

Em 11 de setembro de 2001, nos atentados realizados em Nova York e Washington, quando as torres do World Trade Center e o Pentágono foram atingidos por aviões sequestrados por terroristas, Osama bin Laden foi acusado pelas autoridades norte-americanas de ser o articulador da ação, que deixou milhares de mortos nos Estados Unidos. O presidente Bush declarou guerra aos terroristas e aos Estados que os abrigassem, exigindo do governo afegane a prisão e entrega de Bin Laden. O desdobramento da crise foi o bombardeio por parte dos Estados Unidos sobre o Afeganistão e a derrubada do Talibã. Até o início de 2010, ainda era desconhecido o paradeiro de Osama bin Laden.

Após a derrota militar e a queda do Talibã, foi estabelecido um governo provisório, aliado dos Estados Unidos e chefiado por Hamid Karzai (dezembro de 2001), com a difícil tarefa de pôr fim às permanentes disputas das várias facções e reconstruir o país. Mesmo sem a presença do Talibã, continuou a haver conflitos armados entre chefes guerreiros regionais, crescimento do consumo de ópio, criminalidade e descontrole governamental. No final de 2004 realizaram-se eleições presidenciais, tendo sido vitorioso o presidente interino Hamid Karzai, reeleito em 2009 para mais um mandato de cinco anos. No final de 2009, as forças armadas dos Estados Unidos mantinham no país 67 mil soldados que se somavam aos 42 mil da força internacional, enquanto analistas ressaltavam que o presidente Obama estava prestes a enviar novos reforços para fazer frente à resistência guerrilheira afegã. Ainda ocorriam atentados, o Talibã permanecia ativo e ampliava-se a produção de ópio, além dos frequentes confrontos, o que tornava distante a plena pacificação do país.

Considerado o maior inimigo dos Estados Unidos, o Iraque de Saddam Hussein possuía em 2003 a segunda maior reserva petrolífera em exploração do mundo, o que – diante de um iminente ataque dos norte-americanos – fez disparar os preços internacionais do barril de petróleo.

Em março de 2003, sem o apoio da comunidade internacional nem do Conselho de Segurança da ONU, mas com auxílio de forças britânicas, os Estados Unidos deram início à invasão ao Iraque, ainda liderado por Saddam Hussein. O uso de armamentos sofisticados e de tecnologias de última geração provocou muitas mortes e destruição em larga escala. Os bombardeios aéreos e os ataques das tropas que avançaram rapidamente até chegar à capital, Bagdá, em abril de 2003, justificaram a afirmação de Ives Gandra Martins de que, em contrapartida ao "terrorismo às escuras", de Bin Laden, Bush respondeu com o "terrorismo oficial", só diferenciados em dimensão: "o primeiro destruiu duas torres, e o segundo, um país inteiro".[1]

Abu Ghraib, no Iraque, e Guantánamo, em Cuba, chegaram a ser descritas como prisões-inferno. Nelas, os prisioneiros são tidos como "combatentes inimigos" e suspeitos de terrorismo. A designação de "combatentes inimigos" procurava eximir os Estados Unidos de obedecerem às Convenções de Genebra, ou seja, a legislação internacional sobre os direitos dos prisioneiros. Na foto de 2005, prisioneiros iraquianos sendo conferidos por soldados norte-americanos e libertados da prisão militar de Abu Ghraib, por ocasião do mês sagrado para os muçulmanos, o Ramadã.

Osama bin Laden em foto de novembro de 2001.

Escombros num quarteirão da cidade de Fallujah, no Iraque, após um ataque aéreo norte-americano em setembro de 2004. Muitas mulheres e crianças foram mortas.

TERRORISMO

O ideal das nações, de uma paz universal representada pela ONU, foi maculado pela declaração de uma guerra que a comunidade mundial (mais de 80%) condenava e que as nações do mundo não autorizaram.

A esperança de que o século XXI, como diz a Norberto Bobbio na *Era dos direitos*, descortinasse um tempo em que a enunciação dos direitos (século XX) fosse seguida de suas garantias foi definitivamente tisnada, visto que não só a garantia de que cada nação deve escolher seu próprio destino deixou de existir, como, o que é pior, os direitos foram definitivamente sepultados por um país que é o mais forte em armas de destruição em massa e o mais fraco no respeito aos povos e nações do mundo.

Até a figura tirânica desse outro genocida, Saddam Hussein, passou a segundo plano porque o minúsculo e poderoso presidente dos Estados Unidos conseguiu demonstrar ser mais eficiente em matar civis do que o déspota iraquiano.

MARTINS, Ives Gandra. O terrorismo oficial de Bush. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2003. p. A3.

[1] MARTINS, Ives Gandra. O terrorismo oficial de Bush. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2003. p. A3.

No final de 2004, os inspetores de armas dos Estados Unidos apresentaram ao Senado um relatório confirmando a inexistência de armas proibidas no Iraque, tidas como de destruição em massa. Depois de meses de investigação, nenhum vestígio foi encontrado do suposto arsenal, derrubando assim a principal justificativa para a guerra contra o Iraque.

Contudo, reeleito presidente para mais quatro anos, Bush manifestou sua intenção de aprofundar a "guerra contra o terror" e intensificar a atuação no Iraque, fazendo também ameaças a países rivais, especialmente contra o Irã, a Coreia do Norte e posteriormente Cuba, considerados pelas autoridades norte-americanas como governos favoráveis ao terror e participantes do denominado "eixo do mal".

Em 2006, o governo Bush reafirmou sua doutrina de ataques preventivos – **Doutrina Bush** – contra países que representassem, segundo autoridades norte-americanas, ameaças aos Estados Unidos, citando, além dos países acima, também a Venezuela. No ano seguinte, quatro anos depois da invasão, os Estados Unidos tinham mais de 160 mil soldados servindo no Iraque, numa guerra que produziu mais de 16 mil feridos e um número de mortes de soldados norte-americanos só inferior ao da Guerra do Vietnã, passando de 3 760. Do lado iraquiano não existem dados oficiais, mas se estima que sejam mais de 70 mil civis mortos, além da destruição do sistema de saúde, da rede hidráulica e de plantações; das escolas semidestruídas; do abandono ou desorganização das vacinações infantis, multiplicando os efeitos danosos e o número de vítimas. Estima-se que o custo dos quatro anos de guerra tenha chegado a US$ 448 bilhões, algo como US$ 10 bilhões por mês.[2]

Pat Benic/Latinstock

▲ Barack Obama discursando em Washington depois de ser empossado como o 44.º Presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2009

O quadro de violência continuou intenso no Iraque, com ataques da resistência iraquiana e investidas dos soldados norte-americanos, apesar de acontecimentos como a prisão de Saddam Hussein em 2004, as eleições presidenciais iraquianas de 2005, a execução de Saddam Hussein em 2006 e a sucessão de Bush por Barack Obama, do Partido Democrata, em 2009.

O governo Obama, além de herdar os efeitos desastrosos da política internacional de seu antecessor, também teve de enfrentar uma grande crise econômico-financeira iniciada em 2008, último ano do governo Bush, considerada a mais profunda crise do sistema desde 1929. O novo governo norte-americano tentou reverter seus efeitos quanto a falências, queda produtiva e desemprego, praticando um intervencionismo estatal na economia com a liberação de trilhões de dólares para empresas e setores em dificuldades. Reformismo da política externa e interna e os altos custos de tais políticas firmavam-se como elementos desafiadores ao sucesso do governo Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos da América.

SOB AS MÁSCARAS DA NORMALIDADE

Desde os tempos de Ronald Reagan, o ambiente político vinha-se crispando pela aliança do neoliberalismo yuppie com o fundamentalismo cristão dos grotões dos EUA, mas desde a eleição de Barack Obama o problema cresceu de maneira exponencial. Aos efeitos da crise acrescentaram-se rancores racistas e xenófobos à mistura já explosiva e uma crescente infantilização e vulgarização do discurso político. Um número muito multiplicado de canais de comunicação (incluídos os da internet) compete por uma atenção publica limitada e dessensibilizada e tenta conquistá-la com afirmações mais chocantes e os insultos mais estridentes e grosseiros.

yuppie: jovens executivos com altas rendas.

Votações no Congresso, mesmo sobre reformas modestas e nomeação de funcionários, são bloqueadas pela oposição ou se dividem por linhas estritamente partidárias e tratadas como questões de vida ou morte. Nem se fala mais de um plano universal de saúde pública. A mera proposta de regulamentação e generalização dos planos de saúde privados é enfrentada por políticos e comunicadores conservadores como se fosse um projeto de abolição da propriedade privada e do capitalismo, às vezes com estas exatas palavras. Ao mesmo tempo que a tentativa de limitar os custos públicos da saúde é histericamente denunciada, pelo mesmos personagens, como "tribunal da morte" destinado a eliminar os improdutivos.

[2] REUTERS. Iraq Body Count e Escritório de Supervisão do Governo dos Estados Unidos. In: *O Estado de S. Paulo*, 9 set. 2007. p. A18

Se isso se dá no *mainstream*, na corrente principal da política, mais assustador ainda é o que se passa nas margens. Segundo o Southern Poverty Law Center (SPLC, uma ONG que monitora supremacistas brancos e similares), os grupos de direita "patriótica", que veem o governo federal como inimigo, saltaram de 149 grupos em 2008 para 512 em 2009 e suas milícias armadas, de 42 para 127. Os grupos "nativistas", que perseguem e intimidam imigrantes, passaram de 173 para 309. Os abertamente racistas cresceram de 926 para 932, apesar do colapso de uma rede neonazista de 35 grupos cujo líder, Bill White, foi preso (por incitação à violência) em outubro de 2008. No conjunto, esses extremistas cresceram de 1248 para 1753 grupos.

> ***mainstream***: tendência (corrente) principal.

[...]

Na Europa, a modalidade mais comum de expressão da ira política é a xenofobia, exposta em manifestações que vão do referendo suíço que proibiu a construção de mesquitas à legalização, na Itália, de bandos de "vigilantes", formados para intimidar imigrantes. A inquietação com a crise econômica, com a falta de perspectivas pessoais ou coletivas e com o questionamento do senso comum hegemônico ("crucifixo é normal, lenço na cabeça é aberrante", por exemplo), é deslocada para a humilhação dos mais fracos.

[...]

O que se vê no Ocidente, de forma mais aguda nos EUA, não é apenas uma crise econômica, mas também uma crise de autoridade. Uma crise de hegemonia, no sentido gramsciano. Depois de décadas de "pensamento único" perdeu-se a capacidade de definir um consenso e fazer dele o senso comum de opinião. Nessas condições, como dizia Antonio Gramsci, as máscaras de normalidade e civilização não se sustentam e o recurso à força bruta, *ultima ratio regum* (último argumento dos reis) é inevitável.

Enquanto extremistas se multiplicam, também os governos tendem a transformar o estado de exceção em regra, como mostrou o filósofo italiano Giorgio Agamben. Nos EUA, a maioria democrata, liderada por Obama, acaba de prorrogar por mais um ano (por 315 votos a 97, em 25 de fevereiro [de 2010]), sem modificações o chamado Patriot Act, o pacote imposto por Bush júnior logo após o 11 de setembro, que dá ao governo poderes para vigilância telefônica dos cidadãos, invasão de residências e arquivos por mera suspeita de terrorismo.

COSTA, Antonio Luiz M. C. Um mundo órfão. São Paulo: *Carta Capital*, Ano XV, n.º 587, 17 mar. 2010. p. 52 a 54.

Cartaz de outubro de 2009 que fez parte da campanha da extrema-direita do Partido Popular da Suíça, representando uma mulher vestindo uma burca, à frente de uma bandeira suíça com várias torres de mesquitas (minaretes) semelhantes à mísseis, e o texto escrito em alemão "Pare. Sim para a proibição das mesquitas".

A União Soviética de 1964 a 1991

Com a queda de Nikita Kruschev, ascendeu ao poder **Leonid Brejnev** (1964-1982), cujo governo retomou internamente o centralismo político-administrativo, reprimindo as dissidências. Externamente, fez uso da força para impor o monolitismo do bloco comunista.

A retomada do centralismo reforçou a máquina burocrática e afetou profundamente a produtividade soviética. A União Soviética e seus aliados perderam competitividade tecnológica em relação ao Ocidente, muito mais acentuada nos setores civis do que na indústria bélica. Às dissidências respondia-se com velhos métodos stalinistas, como medidas de força, prisões e trabalhos forçados.

Brejnev enfrentou a deterioração das relações com a China e sufocou a liberalização do regime socialista da Tchecoslováquia, invadindo-a em 1968 com as forças do Pacto de Varsóvia.

A Primavera de Praga (1968)

A Tchecoslováquia era governada por Alexander Dubcek, que imprimiu ao país reformas voltadas para um "socialismo humanizado", estimulando a criatividade artística e científica. Esse movimento ficou conhecido como Primavera de Praga. As lideranças stalinistas foram afastadas e procedeu-se à descentralização e à liberalização do sistema, com amplo apoio de operários, intelectuais e estudantes.

O reformismo tcheco, calcado na autonomia, esbarrava, entretanto, na conjuntura soviética e internacional do final da década de 1960. Brejnev revertia a desestalinização de Kruschev e, no plano externo, experimentava o endurecimento da relação com os Estados Unidos, restabelecendo a política de blocos, num retorno à confrontação da Guerra Fria. Em 20 de agosto de 1968, as tropas do Pacto de Varsóvia, sob orientação de Moscou, cruzaram a fronteira da Tchecoslováquia, invadindo-a. Os dirigentes do movimento, tendo à frente Dubcek, foram presos e enviados a Moscou e, mais tarde, expulsos do partido.

Em 1969, Gustav Husák substituiu Alexander Dubcek como primeiro-secretário do Partido Comunista tcheco. A União Soviética conseguiu, assim, manter a integridade do bloco dos países socialistas.

Getty Images

Em agosto de 1968, os tanques soviéticos tomam Praga, enterrando o reformismo em curso na Tchecoslováquia

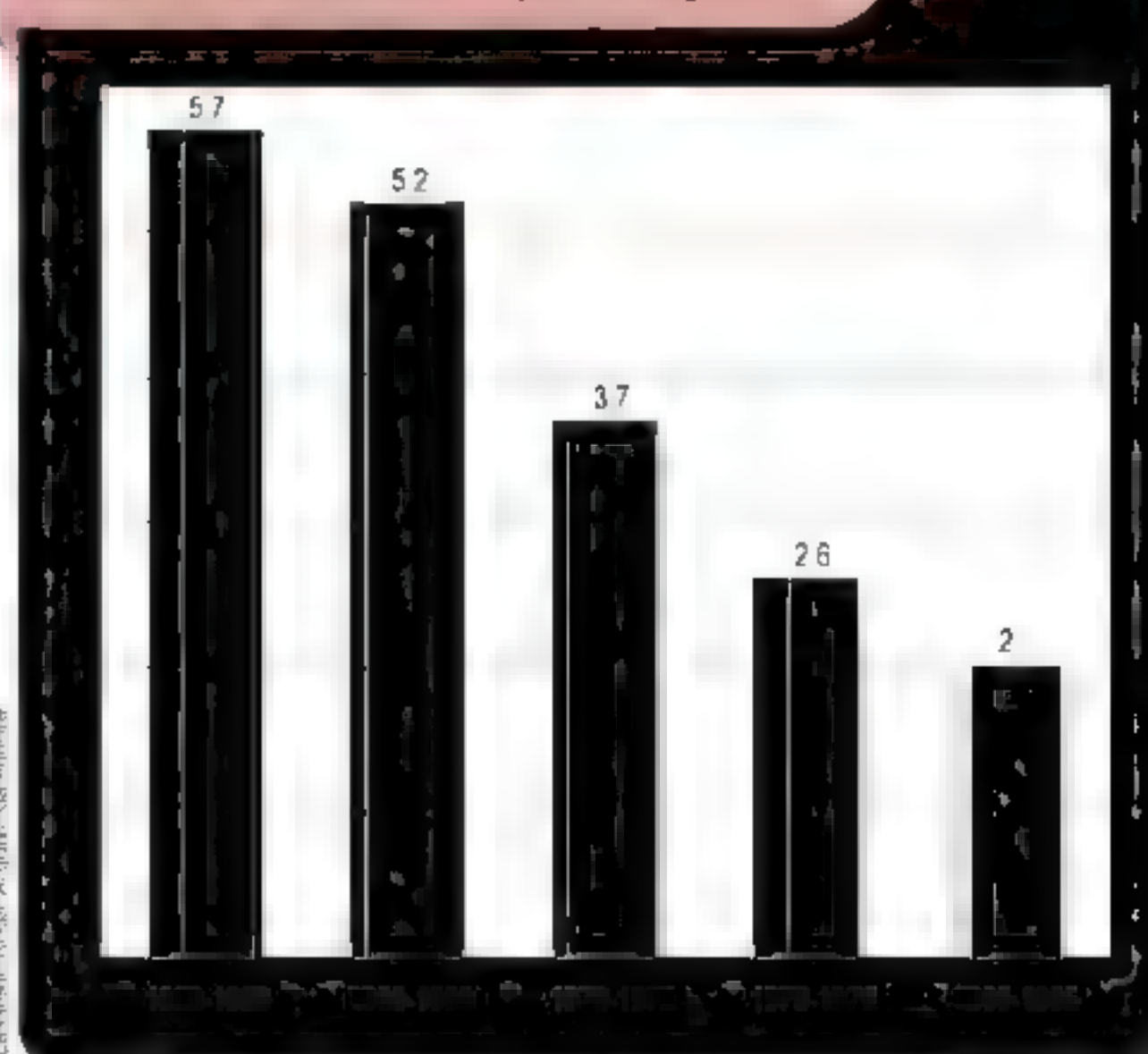
O final do governo Brejnev

As medidas de força, como a repressão à Primavera de Praga, não eliminaram as crescentes críticas ao centralismo soviético. Pelo contrário, em 1976, os partidos comunistas da Europa Ocidental manifestaram sua oposição ao dirigismo e à tutela ideológica soviéticos. Divulgaram um documento por meio do qual defendiam a passagem do capitalismo para o socialismo de maneira autônoma, independente do Partido Comunista da União Soviética. Era a oficialização do **eurocomunismo**.

Na Polônia, já na década de 1980, as pressões pela participação do operariado no governo lideradas pelo Sindicato Solidariedade, dirigido por Lech Walesa, reativou a questão do **socialismo democrático**. Ganhando cada vez mais prestígio nacional e internacional, a atividade de Walesa e do Solidariedade acirrou as dificuldades nas relações Leste-Oeste.

Comparativamente às décadas de 1950 e 1960, a perda do ritmo produtivo soviético – com diminuição das taxas de crescimento industrial e agrícola e de produtividade do trabalho, na renda *per capita* e no PNB – foi agravada pela não participação da União Soviética no comércio mundial. O país deixou de exportar principalmente maquinaria, meios de transporte e equipamentos, como fazia nos anos 1960, para se concentrar cada vez mais na exportação de petróleo e gás (matérias-primas, portanto), os quais representavam, em 1985, perto de 53% das exportações soviéticas.

Taxas de crescimento anual médio da União Soviética (1950-1985) (em porcentagem)

5,7
5,2
3,7
2,6
2

Citado em: SEGRILLO, Angelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 259.

Na mesma época, 60% de suas importações eram basicamente de máquinas e produtos industrializados. O país procurava com isso satisfazer suas necessidades mais prementes, segundo as determinações da *nomenklatura* (a alta burocracia soviética). Resolvia problemas localizados e obtinha produtos importados e receitas imediatas, sem atacar com profundidade os impasses produtivos, o que tornava cada vez mais urgente uma alteração de rumos.

Com a morte de Brejnev, em 1982, aumentaram as dificuldades econômicas soviéticas, os entraves burocráticos ao desenvolvimento tecnológico e as dissidências internas, enquanto a ofensiva anticomunista do governo Reagan ganhava fôlego.

Um exemplo foi a invasão do Afeganistão (1979), conforme você já viu, que deixou em aberto a questão da ocupação desse país após a morte de Brejnev. Ao condenar internacionalmente a invasão, o governo Carter promoveu uma grande ofensiva norte-americana, financiando e fornecendo armamentos aos guerrilheiros muçulmanos das montanhas afegãs. Durante a administração Reagan dizia-se que estava criado o "Vietnã" da União Soviética, pois o Exército soviético vencia nas grandes cidades afegãs, mas era derrotado nas regiões interioranas, caminhando para a derrota definitiva.

Brejnev foi sucedido por curtos governos da velha-guarda soviética: Iúri Andropov (1982-1984) e Konstantin Tchernenko (1984-1985), que mantiveram a deterioração política interna e externa e os elevados custos na manutenção da guerra do Afeganistão. Com a morte de Tchernenko, ascendeu ao governo Mikhail Gorbatchev, que seria responsável por profundas alterações na política da União Soviética.

O governo de Gorbatchev (1985-1991)

O novo governo lançou, ainda em 1985, um amplo projeto de transformações, sintetizado na política da *perestroika* ("reestruturação" econômica) e da *glasnost* ("transparência" política). O plano previa mudanças na economia, na sociedade e até mesmo no socialismo, por meio da dinamização da produção e da democratização das estruturas sociopolíticas. No âmbito externo, Gorbatchev propôs a gradual desativação das armas nucleares até o ano 2000. Após conversações de resultado quase nulo com Ronald Reagan, na Islândia (1986), então no auge do projeto denominado então de "Guerra nas Estrelas", Gorbatchev assinaria, no ano seguinte, um acordo de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance, localizados na Europa e na Ásia. Estabeleceram-se também entendimentos sobre questões que abrangiam desde direitos humanos até problemas regionais das superpotências.

Em 1988, a União Soviética iniciou sua retirada do Afeganistão, finalizada no ano seguinte, depois de oito anos de árduo e desastroso enfrentamento contra a guerrilha apoiada por Estados vizinhos e financiada pelos Estados Unidos. Começava uma fase de distensão profunda, a mais ampla desde o advento da Guerra Fria, o que indicava uma política de desarmamento geral, pelo menos no bloco do Leste.

▲ A política externa de Gorbatchev caracterizou-se pela desativação do arsenal nuclear, que inicialmente enfrentou a resistência dos Estados Unidos. Na representação acima, de 1987, o chargista Plantu ironiza a destruição de mísseis, mostrando Gorbatchev e Reagan jogando seus mísseis num caminhão do lixo e dizendo

GORBATCHEV: A gente não poderia ter pensado nisso antes?

REAGAN: Pensado em quê?

SOVIÉTICOS E NORTE-AMERICANOS NO AFEGANISTÃO

Tecendo comparações do intervencionismo no Afeganistão, o analista Vitor Sebestyen escreveu: "Gorbatchev era assombrado pela imagem dos americanos deixando Saigon: 'Não podemos sair de cuecas', disse a seu principal assessor de política externa, Anatoli Chernyayev, que chamava o Afeganistão de 'nosso Vietnã, mas pior'. [...]

Em 1988, Robert Gates, então vice-diretor da CIA, apostou com Michael Armacost, então subsecretário de Estado, que o Exército soviético não sairia do Afeganistão. Os soviéticos, humilhados, retiraram-se pouco depois. É justo supor que Gates pagou. Mas haverá algum jogador agora que apostaria dinheiro na retirada do Exército norte-americano de uma maneira igualmente humilhante? E será que o secretário da Defesa aceitaria a aposta?"

Ação dos EUA remete à soviética. In: *O Estado de S. Paulo*, 3 nov. 2009. p. A11.

Patrick Robert/Sygma/Corbis/Latinstock

▲ Retirada das tropas soviéticas de Cabul, Afeganistão, em maio de 1988.

A partir de 1990, no processo de distensão, reformulou-se o papel de organismos militares criados durante a Guerra Fria, cujos entendimentos e decisões culminaram no fim das forças militares do Pacto de Varsóvia, em 1991.

A profundidade dos acordos de desarmamento, as transformações ocorridas nos países europeus orientais, o fim do monolitismo socialista e a democratização desfechada pela *glasnost* mudaram as relações de poder internacional, lançando por terra o clima de confrontação Leste-Oeste e as alianças geopolíticas bipolares.

▲ O reformismo de Gorbatchev acabou implodindo o socialismo real e a Guerra Fria. Na foto de 1987, o líder soviético é recebido com entusiasmo pelos cidadãos de Praga.

No plano interno, Mikhail Gorbatchev deu início, com sua política de abertura, à mais ampla reforma econômica e política da União Soviética, que se irradiou para os demais países que compunham o bloco comunista.

O ponto alto na política interna foi o fim do monopólio do poder do Partido Comunista soviético, o que possibilitou o multipartidarismo e a definição de eleições diretas em todos os níveis para 1994. Entretanto, nas 15 repúblicas que formavam a União Soviética, tais mudanças políticas estimularam movimentos nacionalistas, que lutavam pelas respectivas independências, colocando em risco a própria existência da unidade socialista construída depois de 1945.

No plano econômico, ainda em 1990 a *perestroika* era implantada para dinamizar a produção e o desenvolvimento. Nesse sentido, foram legalizadas as funções de artesãos e comerciantes e restabeleceu-se a propriedade privada no campo, embora com limites. Também se efetivou a abertura do país às empresas estrangeiras, facilitando a concessão de licenças.

Alvo de críticas e resistências dos burocratas, detentores tradicionais do poder na União Soviética, Gorbatchev justificava sua política reformista como a preparação para o futuro, libertando-se das amarras externas e internas dos governos anteriores.

As mudanças do Leste Europeu

Nos demais países do bloco socialista, as mudanças iniciadas pela União Soviética foram rapidamente assimiladas, ganhando dinamismo próprio e mudando a face do Leste Europeu.

A **Hungria** já em 1989 adotou o multipartidarismo, e o Partido Comunista mudou de orientação política, transformando-se em Partido Socialista. Em seguida, o país procedeu a uma ampla privatização da economia, permitindo também a entrada de capital estrangeiro, que, embora em pequeno volume, ajudou a Hungria a se aproximar rapidamente das potências capitalistas ocidentais.

Na **Polônia**, em abril de 1989, foi legalizado o Solidariedade, sindicato independente, e em junho o país passou a ser o primeiro do Leste Europeu a ter um governo de maioria não comunista. No ano seguinte, as reformas econômicas e democráticas avançaram e, em dezembro, o líder sindical Lech Walesa obteve a vitória nas eleições presidenciais.

Na **Bulgária**, o dirigente comunista Todor Jivkov renunciou após 35 anos no poder, sendo sucedido por líderes reformistas. Nas eleições de novembro de 1991, a União das Forças Democráticas foi vitoriosa e estabeleceu o primeiro governo não comunista búlgaro desde 1944.

Na **Tchecoslováquia**, as manifestações pela democracia levaram à renúncia do dirigente Milos Jakes, acompanhada da abertura das fronteiras, do pluripartidarismo e de eleições livres, passando o governo a Alexander Dubcek e Vaclav Havel. Era a denominada **Revolução de Veludo**, assim chamada devido à forma pacífica das transformações. Em 1991, teve início a privatização da economia e, em janeiro de 1993, o país foi desmembrado em duas repúblicas, a República Tcheca e a Eslováquia.

Na **Romênia**, as manifestações populares na cidade de Timisoara, que exigiam mudanças políticas e econômicas, acabaram reprimidas a tiros, causando

milhares de mortes e dando início a uma revolta incontrolável. Em dezembro de 1989, o ditador Nicolae Ceausescu e sua mulher foram presos e executados sumariamente. No ano seguinte, realizaram-se eleições livres e gerais, seguidas de reformas econômicas.

Na **Alemanha Oriental** (República Democrática Alemã), Erich Honecker foi destituído em outubro de 1989, e em novembro caía o Muro de Berlim, tendo início a união com a Alemanha Ocidental, concluída em outubro de 1990. Em 1991, a capital da Alemanha reunificada foi transferida de Bonn para Berlim (até então capital alemã-oriental).

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

▲ Um guarda de fronteira da Alemanha Oriental cumprimenta uma mulher da Alemanha Ocidental através de um buraco no Muro de Berlim, durante o período de reunificação. Foto de 1990

A **Albânia** foi o último Estado do Leste Europeu a implementar mudanças liberalizantes. O país encontrava-se sob ditadura stalinista, liderada por Enver Hoxha, que governou de 1946 a 1985. Em março de 1991, o Partido Comunista, rebatizado de Socialista, venceu as primeiras eleições livres do país, permitindo que se acelerassem as ligações com o Ocidente capitalista. Em meio a dificuldades econômicas, o Partido Democrata obteve a maioria dos votos nas eleições parlamentares de março de 1992, pondo fim ao tradicional controle comunista.

Em 1990, os comunistas iugoslavos foram derrotados nas eleições gerais em quatro repúblicas da **Iugoslávia**, mas venceram na Sérvia (a mais poderosa delas) e em Montenegro, mantendo o controle político federal. Tal situação estimulou as lutas étnico-políticas e a ambição de independência das demais repúblicas (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia), desencadeando a guerra civil.

Andre Durand/AFP/Getty Images

▲ Remoção da estátua de Lênin da praça principal de Bucareste (Romênia) em março de 1990.

A intervenção da União Europeia, que reconheceu a independência das repúblicas, fez com que o governo federal iugoslavo, controlado pelos sérvios, se opusesse ainda mais radicalmente à desintegração do país, o que dificultou qualquer possível acordo para a pacificação da região.

A ruína do **socialismo real** no Leste Europeu desmontou as tradicionais estruturas socioeconômicas da região, aumentando o desemprego, a inflação, as desigualdades sociais e os conflitos étnicos e políticos. A maior parte das novas posições empresariais, nos moldes ocidentais de um comando burguês, caberia aos membros da tradicional burocracia e seus parentes, em íntima associação com os empresários internacionais. A situação de crise da região representou incertezas quanto à solidez da ordem internacional que se estabelecia em substituição à Guerra Fria.

O fim da União Soviética

O governo de Gorbatchev, que produziu num curto espaço de tempo uma verdadeira revolução no bloco socialista, afetando e alterando por completo as relações políticas e econômicas nos âmbitos nacional e internacional, teve de enfrentar, dentro da União Soviética, a passividade e a inércia burocráticas. Esse entrave desorganizou a já limitada produção econômica e as pressões dos grupos que desejavam reformas mais rápidas e profundas.

Ainda no plano interno, sua administração enfrentava grande impopularidade em virtude basicamente de dois fatores: primeiro, a explosiva questão do separatismo nacionalista no interior das fronteiras do país; segundo, e mais grave, a questão do desabastecimento interno, provocando filas e manifestações e ampliado pelas elites burocráticas que dirigiam a economia soviética, contrárias às reformas.

Em agosto de 1991, membros dessa burocracia conservadora afastaram Gorbatchev do poder, num golpe que visava a reverter o quadro político-econômico da União Soviética, à beira do descontrole. **Bóris Yeltsin**, presidente da principal República soviética, a Rússia, e líder dos radicais reformistas, convocou uma greve geral e obteve o apoio de milhares de civis e militares que, mobilizados em frente ao Parlamento russo, derrotaram os golpistas.

Yeltsin transformou-se no principal líder político soviético, sobrepondo-se ao próprio Gorbatchev, que se viu obrigado a renunciar ao cargo de secretário-geral do PCUS e dissolver o partido, então acusado de ligações com os golpistas, ficando apenas com o enfraquecido cargo de presidente da União Soviética.

Em setembro de 1991, declarações unilaterais de independência das repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), acompanhadas de distúrbios e conflitos com tropas soviéticas, levaram Gorbatchev a reconhecer oficialmente a soberania dos três Estados, que, em seguida, foram admitidos na ONU. Era o primeiro golpe mortal na debilitada União Soviética.

Peter Turnley – Corbis/Stock Photos

▲ O golpe de Estado contra Gorbatchev (à esquerda), na verdade, beneficiou Yeltsin (à direita), que, oportunista, pôs fim à União Soviética

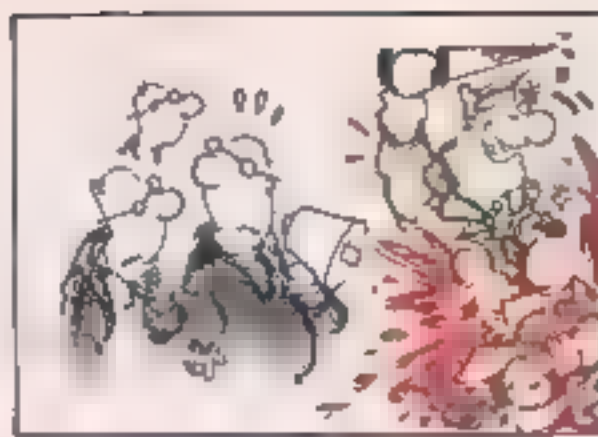
O golpe final contra Gorbatchev deu-se em dezembro de 1991, quando Rússia, Ucrânia e Belarus assinaram o Acordo de Minsk (capital de Belarus), proclamando o fim da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que, pouco depois, obteve a adesão de outras ex-Repúblicas da União Soviética. Em 25 de dezembro do mesmo ano, Gorbatchev renunciava ao cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, país que, naquele momento, já não existia.

Os ex-países socialistas na globalização capitalista

Após a derrocada do socialismo real no Leste Europeu e o fim da União Soviética, os ex-países socialistas viveram graves crises econômicas e políticas. A abertura de seus mercados ao capitalismo internacional e a desmontagem da ordem socialista favoreceram a emergência de uma nova elite econômica, uma nova "burguesia", em grande parte descendente das criticadas elites burocráticas que ocupavam os altos cargos administrativos do período anterior.

À crise socioeconômica que tomou a ex-União Soviética e os países do Leste Europeu, com uma inflação galopante e queda da produção nacional, somou-se, em algumas regiões, a confrontação étnico-política, destacando-se a da **Bósnia-Herzegovina**; da **Croácia** e de **Kosovo**, na ex-Iugoslávia; e da **Chechênia**, na Rússia.

Após a Primeira Guerra Mundial, os povos eslavos do sul da Europa constituíram um reino – a Iugoslávia –, que incluiu principalmente os sérvios, croatas e eslovenos, tendo por capital Belgrado. Nessa época, eram os sérvios que detinham a maior influência e o poder regional, cabendo aos bósnios de religião muçulmana – herdeiros das influências do Império Turco-Otomano que dominara a região por vários séculos – uma posição de sujeição.

Durante a Segunda Guerra Mundial, alemães e italianos chegaram a ocupar a Iugoslávia e criar um novo Estado na Croácia, o qual, sob tutela nazi-fascista, realizou diversos massacres a etnias, especialmente a sérvia. Entretanto, foi também nesse período que emergiu a liderança do croata Tito, comandante do Partido Comunista regional. Com seus seguidores, ele derrotou os nazistas e edificou a Iugoslávia da época da Guerra Fria, formada por uma federação estável de seis repúblicas autônomas (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Macedônia e Montenegro).

Plantu

Após a queda do socialismo no Leste Europeu e o fim da União Soviética, a Europa assistiu impotente aos conflitos étnicos e às graves crises político-econômicas em seu continente. Acima, o chargista Plantu ironiza a impotência da União Europeia diante das crises, primeiro da Bósnia e depois da Chechênia. Nos dois primeiros quadrinhos, um militar da antiga Iugoslávia está atacando a Bósnia e é surpreendido pelos representantes da União Europeia, que dizem "Largue sua arma! Somos doze!". No terceiro quadrinho, a cena se repete com Yeltsin atacando a Chechênia; dessa vez, a União Europeia diz "Largue sua arma! Agora somos quinze!".

Como já vimos, a abertura política da década de 1990, provocada pela queda do socialismo real, desembocou em eleições nas quais os comunistas foram derrotados em várias repúblicas, mas venceram em Montenegro e na Sérvia. As repúblicas da Croácia e Eslovênia decidiram abandonar a união (1991), dando início à guerra civil. Depois da declaração de independência da Croácia e da Eslovênia, em meio à confrontação, o Parlamento de Belgrado, na Sérvia, decidiu criar em 1992 a nova Iugoslávia, formada apenas pela Sérvia e por Montenegro. Em seguida, a Assembleia da ONU admitiu os vários novos países da ex-República iugoslava e determinou embargo comercial total contra a Sérvia, em razão do apoio de Belgrado aos sérvios da região bósnia, que haviam criado uma República rebelde e se opunham à independência da Bósnia muçulmana e croata.

Nem as negociações nem a presença de tropas da ONU ou sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia à nova Iugoslávia conseguiram a pacificação da região. Em resposta aos bombardeios das tropas da ONU e da Otan, os sérvios bósnios chegaram até a sequestrar centenas de soldados das Nações Unidas (os "capacetes-azuis").

Os grupos rivais chegaram a criar e manter "campos de concentração" de prisioneiros, promover extermínio em massa – na prática, "limpeza étnica" – e estupros. Somente depois de quatro anos de uma guerra que deixou 250 mil mortos, centenas de milhares de feridos e quase 3 milhões de refugiados, em 1995 os diversos lados da guerra civil, pressionados pelas maiores potências mundiais, assinaram um acordo de paz.

A paz – avalizada pelos governos dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e Espanha – determinava a divisão territorial da Bósnia-Herzegovina, cuja viabilização contaria com a presença de tropas e observadores da ONU e da Otan.

O acordo – chamado pelos norte-americanos de **Acordo de Dayton** (cidade do estado de Ohio onde foram realizadas as negociações) e pelos franceses de **Tratado de Paris** (local da assinatura do documento) – constituiu, até então, o mais importante avanço para a pacificação e estabilização da Bósnia.

Em 1998, entretanto, agravou-se o conflito separatista de **Kosovo**, província de maioria albanesa (mais de 80% da população), mas controlada pela Iugoslávia. A violência dos confrontos entre os kosovares do Exército de Libertação de Kosovo (ELK) e o Exército iugoslavo repetiu-se nas atrocidades dos campos de extermínio e em relação à "limpeza étnica", levando à intervenção da Otan, em 1999. Liderada pelos Estados Unidos, a organização militar fez mais de 25 mil incursões aéreas, bombardeando a Iugoslávia e pressionando seu governante, **Slobodan Milosevic**, a aceitar um acordo para a pacificação da região.

As ações de extermínio em Kosovo, porém, prosseguiram, só que dessa vez dirigidas pelos muçulmanos albaneses contra a minoria sérvia local, configurando uma situação de destruição e ódio. Para reverter esse quadro, em 1999 Kosovo foi transformado num protetorado internacional, ficando sob o controle militar de uma força de paz estrangeira (Kfor) e a administração de uma missão da ONU (Unmik).

A sequência de guerras arrasou toda a região da ex-Iugoslávia e, em outubro de 2000, pressões populares levaram ao afastamento de Slobodan Milosevic do poder. Vojislav Kostunica, representante da principal coligação de oposição, foi indicado seu sucessor com o apoio internacional, na esperança de pôr fim aos conflitos na Sérvia e promover a reorganização de toda a região, bem como o retorno dos milhares de refugiados que abandonaram as repúblicas da ex-Iugoslávia em direção ao Ocidente durante os anos de guerra, aliviando, assim, a tensão nas fronteiras da Europa desenvolvida.

A divisão da Iugoslávia

Allmaps/Arquivo da editora

Adap. SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 32. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 67.

▲ Toda a região da ex-Iugoslávia foi profundamente afetada por guerra civil, intervenção e bombardeios da ONU/Otan/Estados Unidos e sanções internacionais. Em 2003, o que restava da ex-Iugoslávia passou a ter oficialmente o nome de União da Sérvia e Montenegro. Em 2006, após um plebiscito, Montenegro se separou da Sérvia, formando a República de Montenegro, com capital em Podgorica. Em 2008 ocorreu a separação de Kosovo.

Em 2001, o ex-líder Slobodan Milosevic foi extraditado para julgamento no Tribunal Internacional de Crimes de Guerra em Haia, Holanda. Esse tribunal fora criado pela ONU em 1993 para julgamento de crimes de guerra e crimes contra a humanidade ocorridos no território da ex-Iugoslávia, sendo o primeiro organismo internacional dessa natureza desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial (Tribunais de Nuremberg, Alemanha, e de Tóquio, Japão). Além de Milosevic, apelidado de "carniceiro dos Bálcãs", dezenas de políticos e militares foram procurados para serem julgados pelo tribunal. O julgamento de Milosevic iniciou-se em 2002 e continuou até março de 2006, quando ele foi encontrado morto em sua cela na prisão da ONU, perto de Haia. Em 2009, outro destacado participante dos conflitos, extraditado e submetido a julgamento no Tribunal Internacional de Haia, era o ex-líder servio-bósnio, Radovan Karadzic, acusado de atrocidades contra muçulmanos durante a Guerra da Bósnia (1992-1995).

A Iugoslávia, por sua vez, deixou de existir oficialmente em fevereiro de 2003, passando a se chamar União da Sérvia e Montenegro. Em 2006, por meio de um plebiscito, decidiu-se pela completa separação entre Sérvia e Montenegro; em 2008, Kosovo separou-se, completando a fragmentação da ex-Iugoslávia.

A **Rússia**, em meio às mudanças políticas, aos conflitos étnicos e ao agravamento da situação socioeconômica, também teve de enfrentar a declaração de independência da **Chechênia**, na região do Cáucaso, em 1991, sob a liderança de Dzhokhar Dudayev. Com Groznyy, a capital, várias outras cidades mergulharam em violentos confrontos e nem mesmo um acordo de paz, assinado entre rebeldes e autoridades da Rússia, conseguiu pacificar o território. Transformada em República "autônoma" (porém ainda parte integrante da Rússia) com o fim da guerra de independência, em 1996, e tendo população de maioria chechena e religião muçulmana, a Chechênia não obteve a aceitação oficial de seu separatismo, o que motivou frequentes conflitos com as autoridades russas.

Em 1999, depois de vários atentados terroristas em diversas cidades russas atribuídos a muçulmanos apoiados pela Chechênia, o governo de Moscou iniciou uma forte ofensiva militar contra o território rebelde, sem conseguir, no entanto, sua completa submissão. Em quase meia década de conflito, morreram milhares de soldados russos e dezenas de milhares de chechenos (de uma população de 1,2 milhão), a maioria entre a população civil, além do êxodo de mais de 300 mil refugiados.

Os diversos novos atentados realizados por separatistas chechenos em 2002 levaram o presidente Vladimir Putin (eleito em 2000) a convocar um referendo para março de 2003. De cada cem eleitores chechenos, quase noventa (89%) votaram a favor de uma nova Constituição chechena, confirmando sua vinculação à República da Rússia.

Seguiram-se as eleições para presidente (2004) e para o Parlamento (2005). Em 2006, muitos guerrilheiros chechenos depuseram as armas diante de uma proposta de anistia russa. Em 2009 o governo russo anunciou o fim de sua atuação intervencionista, denominada "operação antiterrorismo", em meio a avanços nos entendimentos entre autoridades chechenas e lideranças separatistas.

Várias outras regiões da Rússia também proclamaram sua independência, a exemplo da Tartária e do Dniester (na Moldávia). A diversidade étnica da Rússia, no início do século XXI, era o combustível para a instabilidade sociopolítica. A dificuldade para acordos de paz residia nessa ampla variedade étnica, que há séculos pre-

valece na região. Predominam os russos étnicos (85% de sua população), mas também há diversos outros grupos minoritários distribuídos por seu vasto território, entre eles os tártaros, ucranianos, chuvaques, bashquires, belarusianos, casaques, usbeques e ossétios, entre outros.

O pós-socialismo tanto para o Leste Europeu como para as ex-repúblicas soviéticas representou, de modo geral, dificuldades econômicas e sociais. O PIB de 1997 de cada uma das ex-repúblicas, por exemplo, era inferior ao de 1990, num claro sinal de empobrecimento.

Obrigados a processar uma transição para o livre mercado que lhes permitisse ser absorvidos pelo novo modelo de desenvolvimento capitalista, os países ex-socialistas tiveram contra si a fragilidade de sua economia associada à voracidade dos investidores internacionais. Na grande maioria deles, a situação social advinda dessa combinação levou a realidades muito mais difíceis de equacionar do que as enfrentadas no passado. Com tais efeitos, compreende-se que líderes como o russo Gorbatchev e o polonês Lech Walesa fossem, vinte anos depois da queda do Muro de Berlim, tão rejeitados politicamente em seus países. No caso da Polônia, o estaleiro de Gdansk, então chamado Lênin, que era o quinto maior estaleiro do mundo nos anos 1980 e produzia 35 navios por ano, fabricava em 2009 apenas quatro embarcações. As transformações locais levaram à demissão de 90% de seus 18 mil empregados, e o sindicato Solidariedade, que tinha 10 milhões de integrantes em 1989, duas décadas depois contava com apenas 750 mil filiados.[3]

No plano político, o primeiro presidente da Federação Russa, Bóris Yeltsin, enfrentou franca oposição parlamentar, que acabou por levar ao fechamento do Parlamento em 1993, seguido de eleições, que renovaram o Legislativo russo, e da aprovação de uma nova Constituição para o país.

O FIM DA URSS

O resultado foi um desastre completo. Se compararmos os efeitos positivos do colapso da União Soviética e de seu sistema político aos seus efeitos negativos, eu diria que estes últimos são incomparavelmente maiores. E isto certamente vale para a maioria dos russos. Muitos russos mais velhos dizem que prefeririam retornar à década de 1970, sob o governo de Brejnev. Um sinal claro do desastre russo é o fato de que a era Brejnev possa aparecer como uma época de ouro para os russos. No Ocidente, simplesmente não fazemos a menor ideia das dimensões da catástrofe humana que se abateu sobre a Rússia. Ela significa a inversão total de tendências históricas: a expectativa de vida da população masculina caiu dez anos ao longo da última década, e grande parte da economia reduziu-se à agricultura de subsistência. Não creio que tenha acontecido nada de similar no século XX.

HOBSBAWM, Eric J. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 84.

Em 1996, Yeltsin foi reeleito, mas sofreu forte oposição política e muitas pressões, entre as quais a ameaça de *impeachment* em 1999, sob a acusação de ser o responsável pelo desmoronamento social, econômico e político da região. Yeltsin renunciou à presidência em 31 de dezembro desse mesmo ano, assumindo **Vladimir Putin**, então primeiro-ministro. Com essa manobra, Yeltsin salvou-se de uma devassa em suas contas públicas e privadas e, antecipando as eleições, conseguiu eleger seu sucessor.

Putin fora o grande articulador das ofensivas sobre o território da Chechênia em 1999, associando sua imagem ao sentimento de defesa da tão desgastada soberania nacional russa. Visto como "homem de pulso firme", ele ganhou o reconhecimento público nas eleições de março de 2000, momento de grave crise. Os dados eram implacáveis: embora 99% da população fosse alfabetizada, 35% dela vivia abaixo da linha da pobreza; o índice de desemprego era de 12,4% em março de 1999; a inflação, de 40% ao ano (1999), e o mercado negro movimentava 22% do PIB.

Peter Turnley/Corbis/Stock Photos

Moscou, outubro de 1993: a sede do Parlamento russo foi atacada por tanques do Exército russo, cumprindo ordens de Yeltsin.

[3] Segundo dados de Jamil Chade. Gdansk, ícone da revolução, luta contra a decadência. In: *O Estado de S. Paulo*, 7 nov. 2009, p. A22.

Até mesmo Putin reconhecia: "Somos um país rico de gente pobre".[4] Contudo, em março de 2004, a imagem de autoridade firme de Putin no governo da Federação Russa foi decisiva para que fosse reeleito, obtendo 71% dos votos nas eleições presidenciais. Em 2008, Putin apoiou o candidato vitorioso à presidência **Dmitri Medvedev** que o sucedeu. Ainda em 2008, Putin assumiu o cargo de primeiro-ministro do governo Medvedev.

> **mercado negro:** na economia de um país, conjunto de atividades ilegais, em geral de compra e venda de mercadorias sem pagamento de impostos; pode envolver mercadorias proibidas, como drogas ou armas, roubadas, ou ainda importadas sem obedecer aos trâmites legais.

Com o crescimento de sua economia, a Rússia retomou sua posição econômica de 1990:

> Ao milagre petroleiro juntam-se sucessos em outras áreas (metalurgia, alumínio, armamento, agronegócio), uma forte alta do consumo familiar, o resgate da dívida externa pública e mais: em cinco anos, o dobro de despesas com educação e o triplo com saúde. Para surpresa geral, algumas empresas russas ocupam novos espaços no cenário capitalista transnacional.
>
> Mas a melhora é frágil. Mais pobre e mais desigual que na era soviética, a Rússia tem fome de investimentos para superar suas fragilidades: fuga de capitais e de cérebros, infraestruturas obsoletas, atraso tecnológico agudo em relação aos outros países industrializados, diminuição da expectativa de vida e da população.
>
> CHAUVIER, Jean-Marie. A Rússia busca seu lugar no mundo. In: *Le Monde Diplomatique*, fev. 2007. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-02,a1510>. Acesso em: 28 set. 2007.

A Rússia – maior país em extensão territorial e dono do segundo maior arsenal de armas nucleares do planeta (o primeiro pertence aos Estados Unidos) – deixou de ser um dos líderes mundiais e passou à posição de grande incógnita no começo do novo milênio. Isso se deu em razão do processo descontrolado das privatizações e das medidas tomadas para a liberalização da economia, consideradas indispensáveis tanto para a atração dos investimentos de capitais externos como para a inserção do país na lógica do mercado capitalista ocidental. Uma das consequências mais assustadoras dessa realidade foi a presença da máfia russa, que, por meio da corrupção da burocracia estatal, no início do século XXI passou a controlar de 60% a 70% dos negócios realizados no país.

RETRAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA RUSSA

A economia russa retraiu-se continuamente de 1991, data do fim da União Soviética, até 1998. Nesse ano, ante o desmoronamento econômico, deu-se a desvalorização da moeda (rublo) e a decretação da moratória (adiamento do pagamento da dívida externa), ocasionando uma crise financeira internacional e o agravamento das condições sociais internas, com a inflação chegando a 127% no ano seguinte e com cerca de 26% dos russos vivendo abaixo da linha de pobreza, segundo o Banco Mundial, numa estimativa calculada para o ano de 2000. Acompanhando o definhamento econômico interno, também ruiu a sua tradicional zona de influência externa, com a Otan incorporando a República Tcheca, Hungria e Polônia, além de bombardear por meses a Iugoslávia, antiga aliada de Moscou. Contudo, a alta dos preços dos hidrocarbonetos – a Rússia está no topo da produção de gás e petróleo no mundo – permitiu a recuperação da posição russa como potência mundial, fazendo seu PIB passar de US$ 180 bilhões, em 1999, para US$ 1,22 trilhão, em 2007. O crescimento do PIB russo acabou afetado pela crise internacional iniciada em 2008 e consequente queda nos preços do petróleo e derivados. Chegou a crescer 5,6% em 2008 e, invertendo, sofreu uma contração de 7,9% em 2009. Mesmo assim, segundo autoridades políticas russas, já no segundo semestre de 2009 prevaleciam os sinais de recuperação. Nesse ano, a Rússia foi constantemente destacada como importante membro do BRIC, um acrônimo criado em 2001 pelo economista britânico Jim O'Neill para referir-se ao Brasil, Rússia, Índia e China. Esse conjunto de países representava então cerca de 41% da população mundial, 25% da superfície terrestre do planeta e 13% do PIB mundial e, segundo O'Neill, com imensos potenciais de virem a formar as grandes economias do futuro.

Smolsky Sergei/ITAR-TASS/Corbis/Latinstock

▲ Manifestação de pensionistas na Rússia (em janeiro de 2005) contra as políticas de governo de Putin. No cartaz lê-se: "Um aposentado faminto é mais terrível que um lobo". Observe as bandeiras da velha União Soviética carregadas pela multidão.

[4] Citado em *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 2000, p. A24.

A Guerra Fria terminou oficialmente com o fim da União Soviética, em dezembro de 1991, embora seu encerramento já tivesse sido efetivado com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989.

A partir de então, instaurou-se um novo mundo, baseado em novas relações econômicas e geopolíticas, que não mais trazia a anterior marca da divisão Leste-Oeste nem mais o velho confronto entre o bloco capitalista e o socialista. Esse mundo passou a ter novas características, destacadamente a completa hegemonia da ordem capitalista, e compunha o que alguns preferiram chamar de nova ordem internacional.

TPS Channel, França

▲ *1917-1997—A Revolução Russa tem 80 anos* é o título desse cartaz comemorativo elaborado por um canal de televisão francês dedicado a documentos e debates sobre história

Eram necessários mais investimentos em pesquisas e implementação tecnológica, cuja viabilização passou a depender principalmente de grandes conglomerados empresariais, possuidores de enormes volumes de capital. Em tal situação, acentuaram-se os processos de fusões, aquisições e parcerias de empresas, exigindo, em contrapartida, grande retorno do investimento feito.

Isso passou a ser garantido, em parte, por lucros obtidos nos amplos mercados desprovidos de barreiras nacionais protecionistas. Paralelamente ao processo típico de concentração de capitais, procedeu-se à irradiação mundial dos negócios, globalizando mercados.

Na região asiática emergiu outro fator inovador dessa nova ordem internacional: o caso chinês, cuja economia em constante crescimento – em média, cerca de 10% ao ano desde 1978 – transformou o país num dos mais dinâmicos eixos comerciais do mundo. Entre 2007 e 2008 o Produto Interno Bruno (PIB) da China superou o da Alemanha, passando a ser a terceira maior economia mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Japão. Apesar da crise internacional, em 2009 o PIB chinês cresceu 8,7%, chegando a US$ 4,9 trilhões e aproximando-se do PIB do Japão, de US$ 5 trilhões.

Tais tendências econômicas recentes estimularam vários especialistas a fazer projeções de que a produção econômica dos BRIC poderá superar a do **G7** (grupo dos sete países mais ricos da época final da Guerra Fria: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália) em alguns anos, e a China, a dos Estados Unidos — um deslocamento econômico que certamente poderá mover a correlação de forças internacionais.

Antes mesmo da década de 1960, o capitalismo ingressara numa nova fase de desenvolvimento, chamada por alguns de **Terceira Revolução Industrial**, baseada numa dinâmica produtiva com sofisticada tecnologia, principalmente em **microeletrônica** – que envolvia a computação, comunicações e robótica –, **biotecnologia** e **química fina**.

Eric Sander/Getty Images

Funcionários trabalhando em empresa de biotecnologia, do setor farmacêutico, em São Francisco, Califórnia. Foto de 1994. ▶

O neoliberalismo e o "Estado mínimo"

Com o dinamismo de empresas ligadas a amplos mercados, a qualidade e o preço dos produtos, em meio à intensa competitividade, passaram a ser decisivos para a garantia de lucratividade. Lentamente, em vários países do mundo, foi surgindo a tendência de queda das reservas de mercado, que haviam sido conseguidas com barreiras protecionistas, favoráveis a apenas alguns setores da economia.

> **reserva de mercado:** barreiras protecionistas que dificultavam a entrada de concorrentes.

Esse dinamismo impulsionou a expansão capitalista – a globalização – contando com a queda do bloco soviético socialista. Integrada a esse quadro, ganhou intensidade a formação de blocos econômicos, associações regionais de livre mercado que derrubaram antigas barreiras protecionistas; dezenas desses blocos nasceram na década de 1990. À frente dessas organizações estão o **Nafta** (North American Free Trade Agreement – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio), sob a liderança dos Estados Unidos e envolvendo o Canadá e o México, a **União Europeia**, com a economia alemã como a mais forte e dinâmica, e o **bloco do Pacífico**, sob a liderança do Japão.

Por intermédio do Gatt (General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) e, a partir de 1995-1996, da **Organização Mundial de Comércio** (OMC), a superação econômica das barreiras nacionais se fortaleceu, abrindo caminho para integrações até entre os próprios blocos econômicos regionais.

Paralelamente às associações econômicas regionais, com diminuição ou eliminação dos protecionismos e atração de investimentos internacionais, estabeleceu-se a limitação dos gastos governamentais, prevalecendo a economia de mercado e a busca de um "Estado mínimo".

O fortalecimento do setor privado e a crise do Estado intervencionista deram impulso, por sua vez, às pregações neoliberais, cujos principais defensores eram o austríaco **Friedrich Hayek**, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1974, com suas ideias antikeynesianas, e os norte-americanos **Milton Friedman**, Prêmio Nobel de Economia em 1976, e **Robert Lucas**, Prêmio Nobel de Economia em 1995, entre outros. Um dos centros mais importantes das teorias neoliberais era o departamento de economia da Universidade de Chicago, conhecido como Escola de Chicago, onde atuavam famosos professores como Milton Friedman (1912-2006), autor da obra *Capitalismo e liberdade*.

UM PONTO DE VISTA

Essa ideologia baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza no mundo e leva à melhor distribuição desse incremento. Toda tentativa de controlar e regulamentar o mercado deve, portanto, apresentar resultados negativos, pois restringe a acumulação de lucros sobre o capital e, portanto, impede a maximização da taxa de crescimento. Em minha opinião, ninguém nunca conseguiu justificar de maneira satisfatória essa concepção. Talvez fosse possível dizer que um mercado capitalista livre produz uma taxa de crescimento maior que a de qualquer outro sistema, mas ainda assim permaneceria a dúvida quanto a este ser o melhor mecanismo para distribuir a riqueza.

Para os profetas de um mercado livre e global, tudo que importa é a soma da riqueza produzida e o crescimento econômico, sem qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída.

HOBSBAWM, Eric. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 78.

Na política, as condições favoráveis ao **neoliberalismo** só se efetivaram com os governos conservadores de Margareth Thatcher, a partir de 1979, no Reino Unido; Ronald Reagan, a partir de 1980, nos Estados Unidos; e Helmut Kohl, a partir de 1982, na Alemanha. Em seguida, o neoliberalismo irradiou-se pelo mundo, integrando-se ao que alguns denominaram "pensamento único".

Todos os países que seguiram as orientações neoliberais implementaram políticas de venda de empresas estatais a empresários ou grupos privados. Essas **privatizações** ampliaram o espaço econômico dos grandes conglomerados e a subordinação dos Estados ao mercado internacional.

O novo modelo de pensamento social e político, o neoliberalismo, era estimulado principalmente a partir do principal eixo da ordem capitalista, os Estados Unidos, com medidas que visavam a influir na atuação de governos, organismos internacionais e grupos econômicos, naquilo que se convencionou chamar de **Consenso de Washington**. Essa denominação havia sido criada em 1989 por um ex-funcionário do Banco Mundial e do FMI, o economista inglês John Williamson,

durante a preparação de uma conferência pelo Institute for International Economics (IEE), de Washington. A conferência, como exigia o Congresso norte-americano, negociava o refinanciamento da dívida externa de vários países, em troca de reformas especialmente centradas na abertura das economias nacionais ao capital internacional e no término das regras que impediam a livre circulação de mercadorias e investimentos, entre outros aspectos.

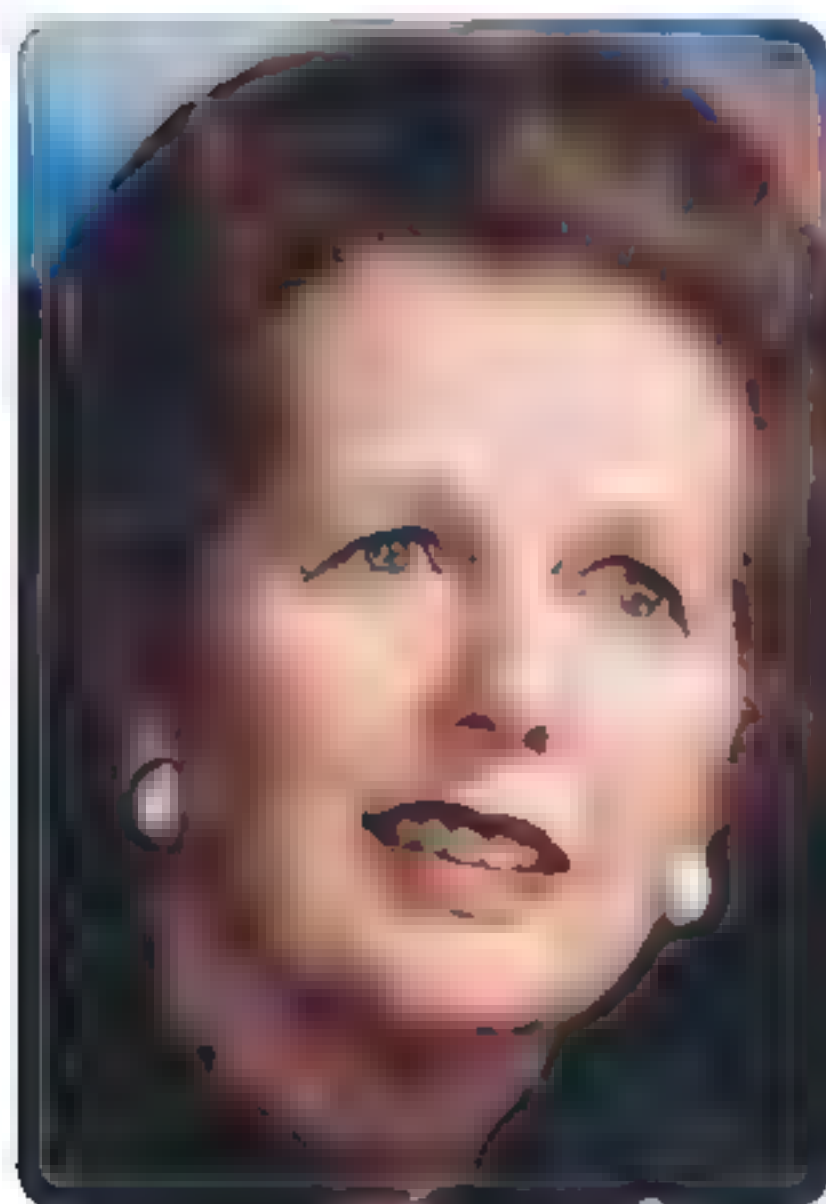
Por todo o mundo, a adoção do Consenso de Washington envolveu ainda a redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência social e outras políticas sociais, significando, para os países desenvolvidos, a desmontagem de boa parte do Estado de bem-estar social e, para os países dependentes, chamados de países em desenvolvimento ou emergentes, a piora das condições sociais. Essa situação gerou extremos de pobreza para a maioria das populações e riqueza para um reduzido número de pessoas.

Da mesma forma, ampliou-se o descompasso entre países e regiões no tocante à produção e ao usufruto das novas tecnologias. Em 2000, tomando um exemplo extremo, somente na cidade de Tóquio, no Japão, havia mais telefones do que em todo o continente africano.

A chamada Terceira Revolução Industrial implicou ainda a questão do **desemprego**, como decorrência do uso de altas tecnologias produtivas (robótica, informatização etc.) ou como resultado da reformulação e otimização da produção, incluindo-se o remanejamento e a demissão de funcionários nas empresas e instituições estatais.

Diferentemente da Primeira Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, e da Segunda Revolução Industrial, do século XIX, a época do capitalismo global encontrou parte dos movimentos trabalhistas em refluxo e fragilizada, assim como sindicatos enfraquecidos. Além disso, a globalização abriu a possibilidade de busca de mão de obra barata em qualquer parte do mundo, por causa das reestruturações e da enorme oferta de trabalhadores.

Assim, graças à alta tecnologia, boa parte do trabalho nas grandes indústrias passou a ser feita de forma intensiva e com menos mão de obra, levando ao declínio a filiação de trabalhadores às organizações sindicais. De certa forma, a própria força ideológica da sobrevalorização do mercado em lugar das políticas sociais também teve sua contribuição ao fragilizar o movimento trabalhista.

Os neoliberais defendem que essa condição do trabalho e do trabalhador é irreversível enquanto as prioridades forem a modernização e a ampliação da economia de mercado. Já os antineoliberais reclamam medidas voltadas para aliviar as dificuldades sociais, que, a seu ver, só podem ser garantidas pela ação do governo, dos sindicatos e da população. Defendem ainda que somente com o aprimoramento contínuo da democracia os cidadãos poderão participar amplamente nas decisões que lhes dizem respeito e se obterá maior eficiência do Estado no âmbito da promoção da justiça social e da garantia das liberdades individuais.

▲ Durante os governos Thatcher, Reagan e Kohl, foram implementadas as políticas neoliberais, impulsionando a economia de mercado, o livre comércio e o colapso da ordem da Guerra Fria

CRISE DE 2008: NA ECONOMIA E NA TEORIA ECONÔMICA

Paul Krugman, colunista do New York Times Magazine e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2008, teceu os seguintes comentários sobre os economistas e a crise de 2008, cujos desdobramentos continuaram por 2009:

É difícil acreditar agora, mas pouco tempo atrás os economistas estavam parabenizando a si mesmos pelo sucesso da própria profissão.

Esse – suposto – sucesso era tanto teórico quanto prático, proporcionando à profissão uma era dourada.

Do ponto de vista teórico, eles pensaram ter resolvido suas disputas internas. Assim, num estudo publicado em 2008 intitulado "O estado da macro" (ou seja, a macroeconomia, o estudo de questões econômicas mais amplas, como as recessões, por exemplo), Oliver Blanchard, do MIT, atual economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, declarou que teríamos chegado a uma "ampla convergência de visões".

E, no mundo real, os economistas acreditavam ter tudo sob controle: o "problema central da prevenção das depressões foi resolvido", declarou em 2003 Robert Lucas, da Universidade de Chicago, no seu pronunciamento presidencial endereçado à Associação Econômica Americana. Em 2004, Ben Bernanke, ex-professor de Princeton e atual presidente do Federal Reserve (o BC dos Estados Unidos), celebrou a era da Grande Moderação no desempenho econômico durante as duas décadas anteriores, a qual atribuiu, em parte, às melhores decisões tomadas na política econômica.

No ano passado, tudo desabou.

Na sequência da crise, as fissuras na profissão dos economistas aumentaram, tornando-se fendas jamais vistas antes. Lucas chamou os planos de estímulo do governo Obama de "charlatanice econômica", e seu colega de Chicago, John Cochrane, diz que tais planos têm como base "contos de fada" já descartados. Como resposta, Brad DeLong, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, escreveu sobre o "colapso intelectual" da Escola de Chicago, e eu mesmo já escrevi que os comentários feitos pelos economistas de Chicago são o produto de uma Idade das Trevas da macroeconomia, durante a qual foi esquecido um conhecimento adquirido a um custo elevado.

O que houve com a profissão dos economistas? E para onde ela vai a partir do ponto atual?

[...]

Eis o que acho que os economistas precisam fazer. Primeiro, eles precisam enfrentar a inconveniente realidade de que os mercados financeiros estão muito aquém da perfeição; que eles estão sujeitos a extraordinários delírios e à loucura das multidões. Segundo, eles precisam admitir que a ciência econômica keynesiana ainda é o melhor arcabouço teórico de que dispomos para compreender as recessões e depressões. Terceiro, eles terão de se esforçar ao máximo para incorporar as realidades das finanças à macroeconomia.

A visão que deve emergir conforme a profissão repensa seus fundamentos pode não ser muito clara; certamente não será arrumada; mas temos de manter a esperança de que ela terá a virtude de estar, ao menos, parcialmente correta.

KRUGMAN, Paul. Como puderam os economistas errar tanto? In: *O Estado de S. Paulo*, 6 set. 2009. p. B8 e B9.

Spencer Platt/Getty Images

Operadores trabalham na Bolsa de Valores de Nova York momentos após a sua abertura, em 13 de outubro de 2008.

A ordem monetária internacional

Para as relações comerciais e financeiras no âmbito dos blocos econômicos mundiais, tornou-se imprescindível o uso de um regime estável de taxa de câmbio (paridade entre moedas) e de uma moeda capaz de circular livremente pelos países membros, sem obstáculos criados por políticas nacionais.

Entre as dificuldades enfrentadas pelos defensores da reformulação monetária, estaria a questão de regular a emissão dessa moeda única internacional e determinar as taxas cambiais na conversão das atuais moedas para a nova.

Foi nesse contexto que algumas uniões comerciais internacionais discutiram a questão monetária. No caso da União Europeia, os países membros definiram a criação de uma moeda regional (euro), assinando o Acordo de Maastricht (1992), reforçado pelo Acordo de Madri (1995), instituindo o novo padrão monetário regional a partir de 2002.

Outro sério problema para os Estados na economia globalizada é o volume gigantesco dos valores financeiros em circulação pelo mundo: tanto podem estimular fortemente a economia deste ou daquele país, com imensos investimentos de capitais, quanto sufocá-la, com a saída dos capitais aplicados. Em 2003 e 2004, por exemplo, a movimentação diária mundial de moedas estava entre US$ 1,2 trilhão e US$ 1,9 trilhão[5] e em contínuo crescimento. Além disso, as reservas internacionais (recursos acumulados em moedas estrangeiras pelos bancos centrais ao redor do mundo), em 2009, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), eram estimadas em US$ 6,8 trilhões, e apenas um seleto grupo de países possuía, cada um, quantias monetárias superiores a US$ 200 bilhões. Nesse grupo sobressaíam a China e o Japão, que, juntos, tinham mais de US$ 3 trilhões, grande parte desse valor aplicado em papéis do tesouro norte-americano.

Nesse quadro monetário internacional têm surgido propostas para sua alteração, visando maior garantia de estabilidade nos fluxos e valores. Um exemplo é a sugestão feita em 1995, e reiterada nos anos seguintes, pelo **G24**, grupo dos 24 países representantes das nações em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia. Na proposta, tomando o Fundo Monetário Internacional (FMI) como avalista, seria criado um novo padrão monetário internacional baseado num valor médio de uma cesta composta das cinco principais moedas do mundo. O contexto dessas discussões pode ser mais bem compreendido se for traçado um breve histórico da ordem monetária internacional ao longo do século XX.

Até meados dos anos 1990, a economia mundial, em contínua expansão, contou com várias ordens monetárias, cuja variação espelhou as transformações históricas do capitalismo.

Do padrão ouro à supremacia do dólar: o sistema Bretton Woods

Do século XIX a 1914, o mundo capitalista ocidental contou com um sistema monetário sustentado no **padrão-ouro**. Isso significava que todas as moedas nacionais eram convertidas em quantidades fixas e padronizadas de ouro, o que determinava as respectivas taxas cambiais nas relações comerciais e de fluxos de capitais entre as nações. Essa foi a época da predominância internacional da libra esterlina inglesa.

Com a Primeira Guerra Mundial, a conversibilidade foi abandonada em meio às crescentes emissões monetárias dos vários países, originando as taxas flexíveis em vigor na década de 1920. Tal sistema definia a relação entre as moedas, obtida com base em seus valores em 1914, multiplicados pelo diferencial de inflação entre elas.

A ordem flexível permitiu amplos fluxos de capitais especulativos, provocando profundas oscilações, que afetaram o intercâmbio internacional de mercadorias e de serviços e os próprios valores monetários. Ao mesmo tempo, deu-se a ascensão da supremacia internacional do dólar norte-americano, expressando a liderança dos Estados Unidos no mundo ocidental.

Próximo do final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, a ordem monetária internacional foi novamente reorganizada no **Acordo de Bretton Woods**, que criou o FMI e o Banco Mundial. Nessa localidade do estado de New Hampshire, Estados Unidos, reuniram-se representantes de 44 países, incluindo a União Soviética, e definiu-se um regime de câmbio em que o ouro e o dólar eram transformados no eixo central do sistema monetário internacional.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ O Acordo de Bretton Woods determinava que os Estados Unidos garantiriam a conversão do dólar em ouro entre os bancos centrais dos países, baseada na paridade de 35 dólares por onça-troy de ouro (exatamente 31,104 gramas). Na foto de 1944, os representantes reunidos em Bretton Woods

No fundo, o dólar substituía a posição que fora antes ocupada pela libra esterlina. Esse sistema, porém, começou a apresentar dificuldades pouco tempo depois, principalmente devido à emissão progressiva de dólares por parte dos Estados Unidos, a fim de garantir recursos para financiar seus gastos públicos, como os programas sociais do presidente Kennedy e a política externa, principalmente a Guerra do Vietnã.

[5] Segundo dados apontados por Michael R. Sesit, no *The Wall Street Journal*, em *O Estado de S. Paulo*, 29 jul. 2004, p. B12, e por Marcos Antonio Cintra, na *Folha de S.Paulo*, 6 nov. 2004, p. B2

A emissão descontrolada de dólares resultou em inflação exportada para a economia mundial, atraindo, por um lado, os protestos de várias personalidades internacionais, especialmente do presidente francês Charles de Gaulle, e, por outro, a crescente troca das reservas em dólares de vários países por respectivas quantidades em ouro, colocando em risco as próprias reservas em ouro dos Estados Unidos.

Em 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon quebrou o Acordo de Bretton Woods simplesmente suspendendo a conversibilidade do dólar ao ouro, e pouco depois desvalorizando o dólar e liberando seu preço em relação ao ouro e a outras moedas.

O reinado do dólar: o antissistema Bretton Woods e as crises

Em 1976, na reforma monetária da Jamaica, oficializou-se outra ordem monetária internacional, que deixava livre a taxa cambial dos países. Era um antissistema Bretton Woods, inspirado nos monetaristas (neoliberais) norte-americanos liderados por Milton Friedman, em que prevaleciam as taxas flutuantes das moedas, livremente determinadas pelos mercados.

Foi dentro desse antissistema que, na década de 1970, ocorreu uma acentuada desvalorização do dólar em relação a algumas moedas fortes, especialmente o iene (Japão) e o marco alemão, situação que só foi revertida durante os anos 1980 com o governo Reagan. Graças ao pagamento de altas taxas de juros aos investimentos feitos nos Estados Unidos, foram atraídos enormes capitais internacionais, sem, contudo, anular os constantes déficits norte-americanos.

O grande fluxo de recursos para os Estados Unidos dispensava a emissão de moeda e até servia para cobrir despesas. A partir de 1985, o governo norte-americano, sob o comando do secretário do Tesouro James Baker, retomou passo a passo a normalização da taxa cambial do dólar, desvalorizando-o em relação ao iene e ao marco alemão e conservando a taxa cambial flutuante. Essa medida, que facilitava as idas e vindas do capital especulativo, resultou em violentas oscilações das taxas cambiais das nações.

Um exemplo das consequências desestabilizadoras que podem ser provocadas pela entrada de grande volume de investimentos seguida de fuga de capitais especulativos aconteceu no México, em 1994-1995, obrigando o governo desse país a buscar ajuda financeira internacional, principalmente nos Estados Unidos e em órgãos internacionais. O empenho norte-americano visou, antes de tudo, evitar uma completa quebradeira no México, cujas dificuldades, temia-se, poderiam irradiar-se para todo o Nafta. Para o México, mesmo assim, a crise derrubou o PIB em mais de 7%, dobrou o desemprego e fez a inflação saltar de 7,1%, em 1994, para mais de 48%, em 1995. O "efeito tequila" – como ficou conhecido – respingou por vários outros países latino-americanos.

A especulação monetária repetiu-se com uma onda de novos colapsos financeiros, como aconteceu, em 1997, em alguns países do Sudeste Asiático; em 1998, na Rússia; e em 1999, no Brasil. Foi nessa situação de crise que nasceu o **G20**, grupo que congrega representantes das grandes economias dos países emergentes e desenvolvidos, com o objetivo de obter estabilidade financeira e política para evitar novas crises internacionais. Mesmo assim, os rastros de frequentes crises continuaram. Entre os anos de 2000 e 2002, foi a vez da Turquia e da Argentina, provocando efeitos em vários outros países, inclusive o Brasil. Até mesmo a situação norte-americana após os atentados terroristas de setembro de 2001 serviu de palco para acentuadas oscilações nos investimentos, o que reforçou a volatilidade do sistema financeiro internacional. Vários países, buscando evitar depender de empréstimos internacionais (FMI) ou de ataques especulativos nos últimos anos, empenharam-se em acumular reservas, alguns deles chegando a socorrer a entidade em 2009, frente o alastramento da crise iniciada em 2008.

Essa crise de 2008 tem sido apontada como a mais grave da economia capitalista desde 1929. Iniciou-se nos Estados Unidos, no final do governo de George W. Bush, prosseguindo no início do governo Barack Obama em 2009. Irradiando-se pelo mundo, a crise abalou as crenças num mercado autorregulado – não precisando de controle externo a ele – e nos fundamentos neoliberais, reativando o intervencionismo estatal para conter colapsos econômicos ainda mais intensos e profundos por todo o sistema internacional. Estimava-se que, em meados de 2009, o volume de recursos despejados pelos tesouros e bancos centrais do planeta teria chegado a US$ 9 trilhões, socorrendo bancos e empresas. Propagaram-se as desvalorizações de bens e perdas de investimentos, sendo que somente nos Estados Unidos estimava-se a evaporação de US$ 13 trilhões no valor de suas propriedades e mais de 6 milhões de empregos perdidos e a taxa de desemprego parecia rumar para "o nível mais alto registrado desde 1940[6]".

[6] KRUGMAN, Paul. Como puderam os economistas errar tanto? In: *O Estado de S. Paulo*, 6 set. 2009. p. B8.

No início de 2010, nos destaques sobre economia internacional, ganhavam espaço as crises financeiras dos países do sul da Europa, cujas dívidas externas públicas e privadas somavam mais de US$ 3,4 trilhões, a maior parte delas tendo como credores os bancos dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Suíça. Esses países em crise financeira eram chamados de *Piigs* (acrônimo de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), uma forma depreciativa referente às cinco economias (em inglês tem sonoridade e escrita semelhante a "porcos"), cujas dificuldades, e diante da possibilidade de calote, poderiam irradiar a crise para todo o sistema da zona do Euro.

Para dar conta dessa situação, na Europa discutiam-se medidas de socorro e mesmo da criação de um Fundo Monetário Internacional Europeu, apesar de todas as dificuldades e divergências entre seus Estados membros. Juntando com o conjunto internacional, firmava-se a convicção de que o sistema monetário internacional continua à mercê da força de seu gigantismo, mantendo-se a possibilidade de futuras e sérias crises.

▲ Jovem coletando água em uma área ocupada por cerca de 40 mil pessoas nos arredores de Madri, Espanha, formando um bolsão de pobreza na capital espanhola. Foto de 2010

Norte e Sul: desigualdades e meio ambiente

A globalização e suas políticas neoliberais, ao mesmo tempo que motivaram surtos de otimismo desenvolvimentistas em alguns setores sociais, também atraíram críticas quanto a seus efeitos sociais e sobre o meio ambiente. Entre os aspectos mais criticados estava o agravamento das desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Contribuíram para isso: as privatizações; a globalização financeira, enquanto os instrumentos de regulação, os bancos centrais nacionais, estavam fragmentados em cerca de 190 nações; o enxugamento do Estado; a diminuição de custos na produção; a transferência de centros produtivos para regiões mais atraentes do ponto de vista financeiro. Somados, esses fatores provocaram processos de dinamização comercial e financeira e, ao mesmo tempo, altos índices de desemprego e de concentração de renda, com bolsões de riqueza ou de pobreza e miséria. Outra área que tem causado preocupação relaciona-se ao agravamento dos problemas ambientais e ao aproveitamento dos recursos naturais, que parecem incompatíveis com o crescimento econômico mundial. Um possível controle do problema exigiria uma atuação planetária, porém prevalece uma teimosa ausência de regras e falta de ação de órgãos internacionais, resultando na incapacidade de uma atuação efetiva mundial.

Estudiosos insistem na não sustentabilidade do meio ambiente diante da dinâmica de nossa sociedade produtora/consumista. Um exemplo contundente são as mudanças climáticas como decorrência do consumo dos recursos naturais, muito além do que a natureza consegue repor. Estima-se que a elevação da temperatura do planeta neste século, devido ao efeito estufa advindo principalmente pela emissão de poluentes, será de 1,4° a 5,8° graus, ampliando o número e a dimensão dos furacões, inundações e secas, provocando a elevação dos oceanos e o desaparecimento de diversas ilhas e regiões. Segundo Nicolas Stern, ex-economista chefe do Banco Mundial, as mudanças climáticas poderão resultar numa recessão econômica mundial jamais vista, uma perda de cerca de 20% do Produto Bruto Mundial.

Como destaca o jornalista Washington Novaes[7], segundo dados levantados sobre o ano de 2005, as emissões de gases que provocam o efeito estufa chegaram a 25 bilhões de toneladas, sendo 25% desse total por parte dos Estados Unidos, numa evolução mundial que tem crescido acima de 1% ao ano desde o ano 2000. São questões que escapam às tradicionais divisões ideológicas, já que nem o capitalismo nem o socialismo se mostraram capazes de criar padrões de produção e consumo sustentáveis e matrizes energéticas compatíveis com as necessidades e possibilidades do planeta.

[7] Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=44814&velocidade=100k>. Acesso em: 6 nov. 2009.

Qilai Shen/epa/Corbis/Latinstock

▲ Poluição lançada por uma grande usina, em Xangai, China, em 28 de janeiro de 2010. Os impactos causados pela poluição têm desencadeado sucessivos protestos na China

Segundo relatório do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) da ONU, 80% da produção e do consumo estão nos países industrializados, que abrigam menos de 20% da população mundial. O Brasil ocupa a posição de quarto maior emissor de poluentes do planeta, sendo que 75% desses poluentes decorrem dos desmatamentos, queimadas e mudanças no uso do solo, principalmente na Amazônia.

No final do século XX, a **Organização Internacional do Trabalho** (OIT) divulgou que estavam desempregados ou subempregados mais de 30% da População Economicamente Ativa (PEA) do mundo, formada por cerca de 1 bilhão de pessoas. Taxas elevadíssimas de desemprego atingiam até mesmo países europeus desenvolvidos, como Espanha, França e Alemanha. Destacando somente o número de desempregados que haviam sido registrados em 2007, a OIT chegava a um total de 179,5 milhões e, ante a crise internacional iniciada em 2008, estimava-se um acréscimo de 39 a 59 milhões para 2009, chegando a mais de 220 milhões em todo o mundo.

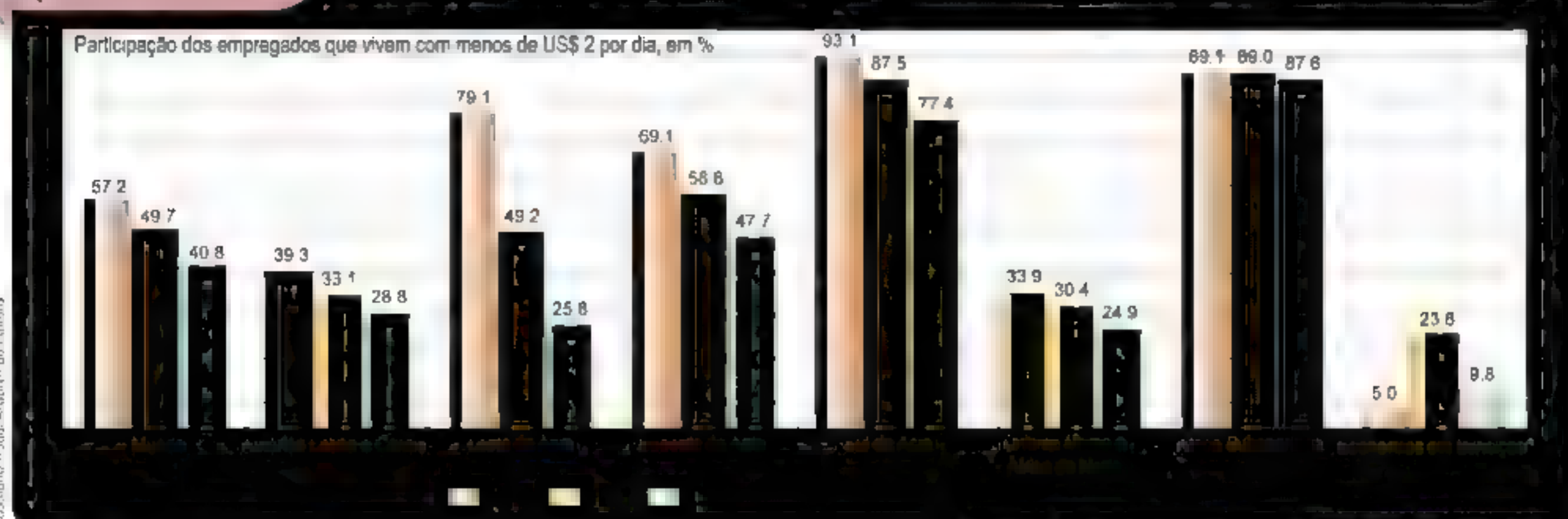
Nos Estados Unidos, as áreas sociais mais pobres e os bolsões de miséria e marginalidade agrupavam principalmente os negros e imigrantes latino-americanos. Esses grupos eram caracterizados por falta de recursos, criminalidade, doenças, pouca escolaridade, desemprego e baixos salários. No conjunto mundial, segundo o Banco Mundial, o total da população que vive com renda individual inferior a US$ 1,25 (o novo método para definir a linha de pobreza) chegou a 1,4 bilhão de pessoas em 2005, 25% da população mundial (veja o gráfico abaixo).

Nesse quadro, ou o Estado estava desempenhando cada vez menos a função de garantir o bem-estar e de agir para atenuar as diferenças sociais, ou estava se mostrando impotente para controlar a piora da situação. No início do século XXI, os grupos humanos menos favorecidos, especialmente as crianças dos países pobres, eram as principais vítimas de uma realidade injusta e concentradora de renda. Confirmando tal situação de extremos quanto à riqueza, em 1999 as 225 maiores fortunas do mundo equivaliam à renda anual de 2,5 bilhões de pessoas.[8] Em janeiro de 2006 já eram 793 pessoas nesse grupo em todo o mundo, 102 a mais que 2005, com mais de US$ 1 bilhão em propriedades e investimentos, tendo juntos um valor total acumulado de US$ 2,6 trilhões.

Numa ordem internacional em que o mercado passou a ser o eixo da vida, da organização social e da política, não é de estranhar a crescente valorização do consumo, definidor do *status* social, orientador de objetivos e metas individuais, e a destruição do meio ambiente em virtude da exploração mal planejada dos recursos naturais. Com uma população mundial de cerca de 6,7 bilhões de habitantes em 2008, acrescentava-se o aumento de aproximadamente 70 milhões a cada ano, potencializando as fragilidades do meio ambiente.

A pobreza do mundo

Participação dos empregados que vivem com menos de US$ 2 por dia, em %

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). In: *Folha de S.Paulo*, 9 dez. 2004.

[8] RAMONET, Ignacio. Introducción. In: Geopolítica do Caos. *Le Monde Diplomatique*. Edición Española. Madri: Editorial Debate, 1999. p. 24.

A evolução do capitalismo – globalização

CAPITAL — TRABALHO

MERCADO ✕ SOCIEDADE

Modernidade e liberalismo
1.ª e 2.ª Revolução Industrial
Século XX, guerras e lideranças dos Estados Unidos
1929: crise liberal e o keynesianismo (bem-estar social)
3.ª Revolução Industrial
- microeletrônica/química fina
- biotecnologia
- megainvestimentos
- superconcentração de capitais

Guerra Fria

Questão social e lutas trabalhistas
Socialismos
Sindicatos e mobilização
Revolução Russa de 1917
- URSS – planificação

URSS – crise
- Gorbatchev

1989: queda do Muro de Berlim
dezembro de 1991: fim da União Soviética

NEOLIBERALISMO
- teóricos: Friedrich Hayek e Milton Friedman
- aplicação: Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Helmut Kohl

NOVA ORDEM MUNDIAL — EUA, JAPÃO, ALEMANHA, E PAÍSES DESENVOLVIDOS

blocos econômicos
- Nafta
- União Europeia
- do Pacífico

liderança → novos integrantes → Bric e emergentes

Norte-Sul
- "Estado mínimo" – exclusão social
- crise do Estado de bem-estar social
- migrantes e xenofobia

superação das fronteiras: para mercadorias e capitais, não para trabalho e direitos

ECONOMIA DE MERCADO ✕ PRIORIDADE SOCIAL

ATIVIDADES

1. Orientando-se pelo esquema-resumo acima e mobilizando informações do capítulo, explique os fatores que contribuíram para o fim da União Soviética em 1991.
2. Partindo do esquema-resumo, associe o processo de globalização ao fortalecimento das teorias neoliberais.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Comparação de imagens e reflexão

→ Preste atenção nas fotografias abaixo. A primeira foi tirada em 2007, em Bagdá, no Iraque. A segunda data de 2000 e foi feita no bairro de Harajuku, em Tóquio, Japão.

Robert Nickelsberg/Getty Images

Toru Yamanaka/AFP/Getty Images

▲ Acima, mulheres observando uma vitrine de joias em Bagdá, no Iraque. Foto de 2007. Ao lado, foto de 2000 com duas jovens no bairro de Harajuku, Tóquio.

a) Que identidade as mulheres retratadas na primeira fotografia expressam em seu modo de se vestir? E na segunda fotografia?

b) Em sua opinião, qual das duas fotografias representa melhor o mundo globalizado? Por quê?

c) Discuta com seus colegas. A globalização produzirá, em longo prazo, a homogeneização da cultura? Busque argumentos para sustentar sua posição.

2 Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo

→ No texto a seguir, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves faz algumas considerações sobre os limites existentes na relação das sociedades com a natureza. Leia-o e, a seguir, responda as questões que o acompanham.

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, vemo-nos diante de um modelo limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida que, vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano.

A promessa moderna de que os homens e as mulheres, sendo iguais por princípio, são iguais na prática não pode concretamente ser realizada se a referência de estilo de vida para essa igualdade for o american way of life. *Mais do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida em que não pode universalizar seu estilo de vida, mas pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a ideia de que é desejável e, acima de tudo, possível que todos se europeizem ou americanizem. Entretanto, esse estilo de vida só pode existir se for para uma pequena parcela da humanidade, sendo assim, na sua essência, injusto. [...]*

É, assim, enorme o risco que se coloca para toda a humanidade e todo o planeta quando se unifica ou se pretende unificar um mesmo estilo de vida. A homogeneização é, deste modo, contrária à vida, tanto no sentido ecológico quanto cultural. O que a espécie humana – homo sapiens sapiens *– fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e as variadas trocas entre culturas que ao longo da história se pode experimentar.*

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 31-32.

a) Para Carlos Walter Porto-Gonçalves, a quem deve ser atribuída a responsabilidade para o esgotamento dos recursos naturais do planeta?

b) Na opinião do autor, é possível a concretização do sonho de se criar uma sociedade onde todos os habitantes gozem dos padrões de vida hoje desfrutados pelas classes sociais mais elevadas? Por quê?

3 Leitura e interpretação de texto

→ O texto que se segue foi escrito em junho de 2004 pelo romancista moçambicano Mia Couto para o periódico *Savana*. Leia-o atentamente e depois faça as atividades que o acompanham.

Os americanos entregam o poder aos iraquianos: este foi o cabeçalho que, esta semana, dominou o noticiário internacional. A manchete está cheia de equívocos. Não estamos perante um fato mas diante de um argumento. O que os americanos entregaram não foi o "poder", mas uma situação de caos quase incontrolável. Também não é verdade que esse "poder" (que é realmente uma ausência de poder) tenha sido entregue aos "iraquianos". Foi provisoriamente entregue a um grupo bem identificado a quem falta ainda força efetiva e representatividade formal.

A imagem do atual Iraque foi fabricada por acumulação de logros e mentiras de diferentes sinais e proveniências. Um dos maiores equívocos que consumimos provém do uso da palavra "guerra" para designar aquilo que ocorre naquele país. Fala-se em "guerra" no Iraque. Não existe guerra. Existe, sim, uma expedição punitiva, uma renovada cruzada do "bem" contra o "mal".

Outro logro: fala-se de "resistência iraquiana" como se houvesse uma única força política e militar partilhando os mesmos propósitos nacionalistas contra a intervenção norte-americana. Não existe. A situação é muito mais complexa do que isso. As intenções terroristas dos radicais religiosos têm pouco a ver com os interesses do povo iraquiano.

Sem glória e sem crédito, os norte-americanos fazem de conta que passam o poder para as mãos dos iraquianos. Os noticiários falam de uma "viragem". Mas o cenário que hoje se abre no Iraque não é uma nova página. É um livro contaminado. Mais do que isso, é um livro armadilhado. A intervenção americana ajudou a extremar conflitos internos e deu força a fundamentalismos que irão manter-se mesmo sem a presença militar estrangeira.

[...]

Com Saddan, o Iraque era um país impossível. Sem ele, e com a intervenção de Bush, converteu-se num país inviável. A violência do Estado se seguiu uma violência contra o Estado (qualquer que seja o formato que esse Estado vier a adotar).

A administração Bush esperaria que o mundo se inclinasse de gratidão perante a missão "humanitária-militar" que fez cair Saddan Hussein. Sucedeu o inverso. Nem a comunidade internacional tirou o chapéu nem, muito menos, os iraquianos se mostraram reconhecidos. Um mundo de ingratos, dirão os cavaleiros do Eixo do Bem. Mas mesmo dentro dos Estados Unidos as apreensões se acumulam à medida que diariamente morrem jovens soldados americanos. O presidente Bush bem pode interditar que se tirem fotos dos caixões. Mas não pode evitar que esse luto pese na alma dos seus concidadãos.

Os americanos sempre agiram em nome do "bem" e da "boa consciência". Essa mesma consciência faz com que a defesa dos interesses americanos seja apresentada como a defesa dos interesses de toda a humanidade. [...]

A sucessão de mentiras construída para credenciar a ocupação acabou desabando como um baralho de cartas (ou seria um baralho sem cartas?). Os torturadores das prisões do Iraque, Guantámano e Afeganistão estão sentando a tal "boa consciência" na cadeira dos condenados. Os americanos contemplam no espelho do horror que atribuíam invariavelmente aos outros. Afinal, o "mal" não reside sempre fora: está dentro destes "boys" e das suas chefias, acende-se diariamente nas televisões dos lares dos pacatos cidadãos americanos. Em quantos despertará a lucidez perante um mundo que não é feito de "anjos" e "demônios"?

A 11 de Setembro ruíam as torres gêmeas em Nova Iorque. Depois disso foi ruindo outro edifício perante uma certa ingenuidade: a ideia de uma democracia acima de suspeita, de uma América tolerante, de uma nação que pode inspirar a humanidade.

De demonstração de força de alguem que se pretende polícia universal, a ocupação do Iraque revelou, afinal, a incapacidade de entender os outros, a arrogância de quem imagina o mundo como um quintal em redor da casa grande.

O Iraque revelou a impotência daquele que é hoje a grande única potência.

COUTO, Mia. A impotência da grande potência.
In: *Pensatempos*. Lisboa: Caminho, 2005. p. 41-4

a) O artigo acima foi escrito por ocasião do fim da ofensiva norte-americana no Iraque em 2004. De acordo com seus estudos, o que motivou os ataques dos Estados Unidos ao país do Oriente Médio?

b) Qual é a crítica que o escritor Mia Couto dirige aos Estados Unidos?

c) Além dos Estados Unidos, Mia Couto dirige suas críticas a outro alvo, embora o faça de maneira não tão clara. Que alvo é esse? Explique.

d) Em jornais, revistas e *sites* da internet pesquise a situação política, social e econômica do Iraque hoje. Tendo em mente os resultados da pesquisa, responda: Mia Couto acertou ao prever, em 2004, uma escalada de violência e um crescimento da instabilidade política no Iraque após o fim da ofensiva norte-americana? Explique.

assessoria pedagógica

Capítulo 41

Professor:
Aqui começam as orientações para o Capítulo 41 (p. 784 a p. 811).

O BRASIL NO SÉCULO XXI

A adoção do neoliberalismo como fundamento para o desenvolvimento brasileiro, a partir dos anos 1990, e seu impacto social, econômico e político são o tema deste capítulo.

Na seção *Para pensar historicamente*, pode-se solicitar aos alunos que consultem suas anotações e realizem um exercício de análise, identificando, com base nos conteúdos estudados, que feições tal doutrina ganhou no contexto da década de 1990 no Brasil. A seção *Para recordar* e a atividade *2. Comparação de pontos de vista* ajudarão nesta análise e interpretação.

O processo histórico desta guinada é abordado a partir dos diferentes governos que sucederam ao presidente José Sarney. A cada período, novos passos foram dados diante de um cenário internacional em transformação, conforme estudado no capítulo 40. Simultaneamente a democracia brasileira foi se consolidando por meio de periódicas eleições livres e diretas para o Executivo e o Legislativo, se submetendo a duras provas desde a aprovação da Constituição de 1988, como no momento em que fora afastado o presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Sobre esse aspecto, a atividade *1. Análise de documento* permite avaliar o papel da sociedade organizada ao fazer valer um instrumento constitucional diante de um governo corrupto.

No âmbito do desenvolvimento social, a primeira década do século XXI foi marcada pela permanência de elevado índice de desigualdade e tímidos avanços na distribuição de renda. A análise e comparação dos dados e respectivos contextos apresentados nos itens "O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)" e "Primeiro e segundo governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)" permitem avaliar o processo de desenvolvimento brasileiro como um todo.

Ainda sobre a problemática social, o texto "O regime de terror nas prisões" pode motivar uma discussão sobre o sistema prisional no Brasil e sua função. Pode-se propor aos alunos que busquem informações sobre os presídios que existiram nos séculos XVIII e XIX e as condições oferecidas aos presos naquela época. Em seguida, os alunos poderão relacionar as informações encontradas ao contexto atual, que tem favorecido o encarceramento cada vez maior de pessoas. O debate poderá ser alimentado pela leitura de documentos, como a *Declaração de Direitos Humanos*, ou de textos que tratem da necessidade de a população assumir a responsabilidade no enfrentamento dos problemas sociais.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Literatura:** nos últimos anos, têm surgido livros que permitem uma reflexão sobre diversos aspectos da atualidade brasileira. Um deles é *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (Companhia das Letras, 1999), que aborda questões como crime, marginalidade e solidariedade, descrevendo a vida em um dos maiores presídios do país, localizado em São Paulo e desativado em 2002. Tal livro permite um questionamento sobre as diversas formas que a violência assume nas grandes cidades, sempre nos permitindo estabelecer relações com as questões social e econômica. Outra publicação é *Resumo de Ana*, de Modesto Carone (Companhia das Letras, 1998); as vidas de seus personagens, pessoas simples, abrangem praticamente todo o século XX.

▶ Texto de apoio

Entre a República e a democracia

[...] A República proclamada em 1889 no Brasil estava longe de ser democrática. Ela sobreviveu 41 anos sem povo e sem preocupação social. Como avanço democrático trouxe só a extinção do voto censitário, mantendo a exclusão dos analfabetos, que eram 85% da população. Até 1930, a participação eleitoral nas eleições presidenciais não passou de 5% da população. Era uma República patrícia e oligárquica, em que não havia lugar para povo, em que o bem comum era o bem de poucos, embora não faltasse honestidade aos governantes. Ouviram-se logo vozes dizendo que aquela não era a República dos sonhos dos propagandistas. Em nossos termos, dizia-se que era preciso democratizar a República.

Em 1930, houve uma ruptura na República. Além de um violento processo de urbanização, que fez do Brasil, em 50 anos, um país urbano, teve início a democratização política da República com a entrada em cena do povo. A Constituição de 1946 tornou o alistamento e o voto obrigatórios para

Bibliografia

CONTI, M. S. *Notícias do planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil: histórias e reflexões*. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio).

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MASCARENHAS, E. *Brasil: de Vargas a Fernando Henrique*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais: cenários para o século XXI*. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio).

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

Teses

RIBEIRO NETO, C. P. *O MST em documentários e no Jornal Nacional*. São Paulo: FFLCH, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25022010-123750/>. Acesso em: 24 abr. 2010.

todos. A participação eleitoral de 5% da população subiu para 70% ao final do século. Os 2,6 milhões de eleitores de 1934 viraram 130 milhões em 2009, dos quais 40 milhões começaram a votar durante a ditadura. A democratização da participação escancarou também o acesso ao fechado clube da elite política. Zé da Silva começou a votar e a ser votado.

Começou também a democratização social da República. O Estado Novo promulgou a CLT e ampliou a legislação social. A ditadura militar ampliou a Previdência. Nos últimos 15 anos, sob a democracia política, a inclusão ampliou-se no campo da educação fundamental e da assistência às camadas mais pobres da população.

Diante de tantos avanços, poder-se-ia concluir que já temos uma República democrática, um bom governo numa sociedade igual e includente.

A conclusão seria precipitada. Passo por cima dos problemas referentes à inclusão social, que têm a ver com a manutenção da desigualdade, a má qualidade da educação fundamental e o restrito alcance do Ensino Médio. No que tange à prática política, a entrada rápida e massiva do povo no sistema eleitoral foi feita em boa parte durante a ditadura. Mais ainda, o grande déficit educacional e os altos níveis de pobreza ainda prendem a maior parte dos eleitores dentro do círculo de ferro da pobreza. O grau de informação e de liberdade de escolha desse eleitorado é reduzido e ele fica vulnerável a apelos populistas, paternalistas, clientelistas. Seu voto é racional, mas obrigatoriamente preso às necessidades imediatas.

Nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, não contam com o respeito dos cidadãos. O fato de o problema não ser só nosso não significa que não constitua uma fraqueza da República. Destaco apenas dois pontos. O primeiro consiste no fato de que nossos políticos, muitos deles formados durante a ditadura, exibem reiterado desrespeito ao cargo e aos dinheiros públicos. Não por acaso, as pesquisas de opinião os colocam sempre nas posições mais baixas (20%) da escala de confiabilidade.

O segundo tem a ver com a relação entre Legislativo e Executivo. Nossa República escolheu ser presidencial. Desde o início, implantou-se um presidencialismo imperial que se sobrepõe ao Legislativo e, no limite, o reduz a mero intermediário entre eleitor e governo. A principal dificuldade dos presidentes consiste em formar maiorias parlamentares. Eles a resolvem negociando favores e benesses.

A igualdade de todos perante a lei, requisito republicano, é ainda letra morta da Constituição. Nosso Judiciário é lento e ineficiente, tornando a lei um instrumento desigual de proteção e punição. Qual é o mensaleiro que foi condenado em última instância? Nossas polícias estão longe de padrões aceitáveis de eficiência e correção funcional, para dizer o mínimo.

Desde 1988 várias propostas de reforma já foram feitas para corrigir as falhas do sistema, sobretudo no campo eleitoral e partidário. Ironicamente, o momento positivo que vivemos tem bloqueado o debate das reformas. O que vemos é um presidente popular, um Executivo hegemônico, um Congresso desmoralizado, partidos que abandonaram programas em troca de um pragmatismo radical voltado para cálculos eleitorais.

Tudo isso pode ser democrático, mas não é republicano. A democracia avançou mais rápido do que a República. Pode-se argumentar que essa é nossa originalidade, construir uma democracia sem República. A preocupação com o bom governo, eficiente, transparente e virtuoso, seria, nessa perspectiva, moralismo udenista. Nosso método original de inclusão seria o iberismo estatocêntrico e patrimonialista.

Parece-me, no entanto, que valores e práticas republicanas são essenciais para a consolidação da democracia. Não se trata de udenismo. Trata-se de civismo, de valorização do interesse coletivo e do bom governo, sem os quais não se garante a eficácia e a respeitabilidade das instituições. Sem instituições sólidas e respeitadas, nossa República ibérica permanecerá vulnerável aos ventos das crises econômicas e políticas. Valores e práticas republicanos não são apenas meio, mas também fim.

Acoplar República e democracia é particularmente importante no momento em que o país retoma o velho sonho de grande império. Para realizar esse sonho é preciso respeitabilidade externa, que não se consegue apenas com crescimento econômico e inclusão social. São necessárias também instituições políticas sólidas e padrões internacionais de moralidade pública.

A República precisa da democracia para se legitimar, a democracia precisa da República para se consolidar. O equilíbrio entre as duas está no coração de nosso problema político hoje.

CARVALHO, José Murilo de. *O Estado de S. Paulo*. 27 dez. 2009. p. J5. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/suplementos,entre-a-republica-e-a-democracia,487425,0.htm>. Acesso em: 24 abr. 2010.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. O neoliberalismo é uma política econômica que defende a intervenção mínima do Estado na economia, favorecendo os investimentos de multinacionais, as importações e o capital especulativo. Ele começou a ser seguido no Brasil no final dos anos 1980, durante o governo Sarney, mas foi intensificado no governo Collor, quando a participação do Estado na economia foi enxugada. No mandato de Itamar Fran-

SALES, C. M. R. *Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdig.unicamp.br/document/?code=vtls000407617>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Filmes

Central do Brasil. Direção de Walter Salles Jr. Brasil, 1998. (112 min)

Notícias de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Brasil, 1999. (55 min)

Os matadores. Direção de Beto Brant. Brasil, 1997. (90 min)

Terra estrangeira. Direção de Walter Salles Jr. e Daniela Thomas. Brasil, 1995. (100 min)

Peões. Direção Eduardo Coutinho. Brasil, 2004. (85 min)

Endereços eletrônicos

ONG Transparência Brasil. Disponível em: <www.lenafar.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Senado Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

▶ Sugestões de leituras para os alunos

ABREU, Caio Fernando. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

co, esse sistema permaneceu, já que o Plano Real atraiu investimentos estrangeiros. No governo FHC, o neoliberalismo esteve presente principalmente nas privatizações de empresas estatais e no aumento do capital especulativo. Por fim, no governo Lula, essa tendência sofreu uma modificação com a ampliação das exportações e o fortalecimento de políticas sociais estatais, embora o capital internacional tenha permanecido importante para a economia brasileira.

2. Resposta pessoal. Além dos *sites* de notícias, jornais e revistas confiáveis, outra possibilidade é atuar junto com os professores de língua estrangeira (Inglês e Espanhol), propondo que a investigação seja feita em meios de comunicação estrangeiros.

Exercícios de História

1. Análise de documento

a) O afastamento de Fernando Collor de Mello da presidência da República. Isso ocorreu por meio de uma votação no Congresso, que autorizou a abertura do processo de *impeachment*, assumindo o cargo o vice-presidente Itamar Franco.

b) Sim, pois o texto destaca que ocorreram manifestações de apoio ao *impeachment* em 17 cidades brasileiras, o que somou mais de 500 mil pessoas nas ruas.

c) A reportagem destaca que o mandato de Collor foi bem diferente do que prometiam sua campanha e suas estratégias de *marketing*. Em vez de acabar com a inflação, seu plano econômico fracassou. Ainda na economia, privatizou empresas estatais e abriu o mercado para o capital estrangeiro. Não conseguiu gerar um entendimento nacional e recorreu a nomes do regime militar. A matéria destaca também as denúncias de corrupção que acabaram por levar ao seu afastamento, o que contradiz o lema de sua campanha, "caçador de marajás".

d) De acordo com a reportagem, a CPI alegou que sua postura não era compatível com a dignidade do cargo.

2. Comparação de pontos de vista

a) O texto afirma que, apesar de manter o neoliberalismo como política econômica, o governo FHC se diferenciou do governo Collor ao ter como meta alcançada o controle da inflação.

b) As duas transformações são a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. Para o autor, elas causam outros desdobramentos, como a predominância do capital especulativo na economia (o que favorece aos bancos) e problemas sociais, que são negativos. Ele afirma que esses aspectos são uma "herança" ruim para o sucessor de FHC (no caso, Lula), do ponto de vista social, político e econômico.

c) Pela fala de FHC, é possível inferir que o Plano Real recebeu críticas por não gerar empregos e não fazer a economia crescer. O ex-presidente se defende delas dizendo que não eram funções do Plano essas conquistas, mas sim reduzir a inflação. Para ele, com o Plano Real os problemas sociais ficaram mais evidentes, parecendo maiores.

d) Resposta pessoal. Na construção do diálogo, é importante orientar os alunos quanto à coerência das colocações de cada interlocutor. Assim, as falas de Emir Sader devem conter críticas ao governo FHC e ao Plano Real. Nas falas de FHC e Malan devem estar argumentos como a diminuição da inflação, a valorização do Real diante do dólar e o fato de o Plano ter sido bem-sucedido, apesar de não ter resolvido problemas como a desigualdade social.

3. Análise de imagem

a) Os personagens são: um homem, uma mulher, quatro crianças (possivelmente, um casal e quatro filhos), moradores de uma favela ou bairro pobre. As vestimentas e a caracterização de um ambiente com péssimas condições de saneamento e moradia indicam a condição socioeconômica dos seis personagens.

b) Ele faz referência à propaganda de um dos projetos sociais do governo: o *Fome Zero*.

c) Sim. A charge remete à crítica de que os projetos sociais do governo Lula seriam utilizados como propaganda política, sem promover alterações concretas na realidade social. Por fim, é possível perceber também uma crítica às estratégias do governo para conseguir o apoio popular.

▶ Questões & testes

Capítulo 36

Enem

1. E   2. E

Vestibulares

3. E

4. a) Dentro do conjunto das reformas de base, João Goulart propôs a reforma agrária.

b) - A oposição dos proprietários de terra, fossem eles latifundiários ou meros especuladores.

- A franca hostilidade dos setores mais conservadores da sociedade (inclusive as Forças Armadas), temerosos de uma esquerdização do país.

c) As Ligas Camponesas apoiavam totalmente o presidente Goulart, promovendo inclusive a ocupação de terras improdutivas para forçar a aceleração da reforma agrária.

5. Uma primeira característica foi a intervenção do Estado na economia. Tal intervenção era feita por meio de investimentos diretos em infraestrutura e da ampliação do setor estatal, principalmente nos setores de energia e siderurgia. Além disso, o Estado elaborou um plano de desenvolvimento, o Plano de Metas, instrumento de coordenação econômica. Outra característica foi a abertura do país aos capitais estrangeiros, feita por meio de empréstimos com bancos estrangeiros e da instalação ou ampliação de atividades de empresas multinacionais no Brasil, principalmente no setor de bens de consumo duráveis.

Olimpíadas da Unicamp

6. A, B e C estão corretas.

Capítulo 37

Enem

7. A   8. B

Vestibulares

9. B

10. O período posterior à Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo em dois blocos político-econômicos antagônicos: o mundo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o mundo comunista, liderado pela União Soviética. Do lado ocidental predominou o liberalismo mesclado com a democracia política, enquanto do outro as teorias socialistas levaram à formação e à supremacia dos partidos comunistas, nas denominadas democracias populares.

Capítulo 38

Enem

11. D

Vestibulares

12. D   13. C

14. O aluno deverá relacionar os desdobramentos políticos após a independência do ex-Congo Belga ao contexto internacional da

época, levando em consideração os interesses da Guerra Fria e outros eventos de ordem interna, como a guerra iniciada com a secessão da província de Katanga, as intervenções militares da ONU, os interesses econômicos da antiga metrópole, a busca de suporte por parte do chefe de governo (Patrice Lumumba) junto à URSS e países a ela alinhados, o apoio ocidental aos opositores de Lumumba e o golpe de Estado que terminou por levar ao seu assassinato em janeiro de 1961.

15. a) O Estado de Israel foi criado após a Segunda Guerra Mundial em meio ao movimento de descolonização afro-asiática e sob o impacto do massacre imposto à população judaica pelo regime nazista da Alemanha (o Holocausto, durante a guerra). Com apoio norte-americano, a ONU propôs a desmontagem da colônia inglesa da Palestina e o estabelecimento de fronteiras entre Israel e os estados árabes vizinhos.

 b) Durante a Guerra Fria, o difícil consenso entre palestinos e israelenses para a definição de fronteiras e formas de ocupação resultaram em uma sucessão de guerras com o envolvimento (indireto) das superpotências. Após a Guerra Fria, a ascensão de grupos radicais (tanto em Israel quanto nos territórios palestinos ocupados) acabaram por abortar as iniciativas de paz buscadas desde então.

Capítulo 39

Enem

16. D

Vestibulares

17. E 18. C 19. E 20. B

21. a) O pretexto foi a recusa do Congresso Nacional em processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado pelo militares de ofensa às Forças Armadas.

 b) O AI-5 dava ao presidente da República poderes para fechar o Legislativo (decreto de recesso parlamentar) e a suspensão do *habeas corpus*.

 c) Realização periódica de eleições que expressem a vontade popular e a liberdade de expressão.

22. A diminuição do espaço da oposição, tolerada no plano político-institucional, fez com que esta se voltasse para a ocupação de novos espaços, por exemplo, na arte e na cultura. Nesse processo, destacam-se, na música, as canções de protesto nos festivais de MPB; no cinema, pela atuação de diversos nomes do Cinema Novo; no teatro, com o surgimento de grupos francamente antagônicos ao regime, como o Opinião, no Rio de Janeiro, e o Oficina e o Arena, em São Paulo. A partir daí, os governos militares vão buscar silenciar essa oposição com a prática da censura.

Olimpíadas da Unicamp

23. A e C estão corretas.

Capítulo 40

Enem

24. A 25. D 26. E 27. A 28. B

Vestibulares

29. C

30. A construção do Muro de Berlim refletiu o clima de confrontação Leste-Oeste em 1961, produto da rivalidade capitalismo-socialismo. Em 1989, o esfriamento das tensões, os acordos bilaterais Estados Unidos-União Soviética e a política de Gorbatchev superaram a confrontação, destruindo aquele que foi um dos principais símbolos da Guerra Fria.

Capítulo 41

Enem

31. E 32. E 33. B 34. D

Vestibulares

35. B 36. A

37. As origens dessa diferença podem ser buscadas no período colonial, quando o Nordeste foi centro da exploração açucareira durante cerca de trezentos anos, enquanto o Sudeste só foi conhecer a intensa exploração no século XVIII, a partir da mineração. A expansão do trabalho livre e, posteriormente, o desenvolvimento da cafeicultura, proporcionaram um processo de acúmulo de capital que acabou resultando em investimentos em infraestrutura até na indústria. Desse processo, o Nordeste permaneceu à margem.

Olimpíadas da Unicamp

38. B e D estão corretas.

anotações

CAPÍTULO 41

O Brasil no século XXI

Delfim Martins/Pulsar Imagens

▲ Museu Nacional Honestino Guimarães (Museu da República), projetado por Oscar Niemeyer, em Brasília. Foto de 2009

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Democracia e neoliberalismo

Vivemos, atualmente, o mais longo período de regime democrático da História do Brasil desde a Proclamação da República em 1889. Neste capítulo vamos estudar que conquistas ocorreram ao longo das três últimas décadas. Que significados a Constituição de 1988, conhecida como "Constituição cidadã", adquiriu?

O Brasil tem sido classificado como um local seguro para se fazer investimentos. Que consequências isso pode ter para a população? Que relações essa conjuntura tem com a questão do neoliberalismo?

A reflexão sobre o Brasil do século XXI implica não apenas o resgate e interpretação de sua história recente, mas a análise do cenário político, econômico e social estabelecido na atualidade.

O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Como vimos em capítulos anteriores, a modernização do Brasil ocorria já havia décadas, baseada na busca da industrialização e na diversificação produtiva, com raízes numa política de substituição de importações. A ideia modernizadora nunca perdeu um viés nacionalista, de busca da soberania, alimentando políticas cujas fontes de inspiração variavam entre as propostas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão regional da ONU dirigido para a modernização latino-americana, e suas adaptações durante o governo Juscelino Kubitschek e, mais tarde, a ditadura militar. Todas as propostas de modernização até os anos 1980 reservavam algumas áreas à exploração exclusiva de empresas nacionais ou estatais. Definidas como **estratégicas**, essas áreas concentravam-se no ramo de insumos e matérias-primas para a produção, como o aço e minérios em geral, e de recursos energéticos, como petróleo e eletricidade.

Esses setores exigiam investimentos vultosos, com retorno financeiro a longo prazo, inibindo, assim, o investimento privado. Para suprir esses entraves, era o governo, desde a década de 1930, que garantia, no âmbito interno, os recursos necessários, ou os viabilizava pela contratação de empréstimos e financiamentos estrangeiros. Chegou mesmo a se aproveitar da divisão da Guerra Fria para conseguir algumas vantagens no cenário internacional, obtendo investimentos e acordos comerciais. Aliás, o pragmatismo da atuação na política internacional, visando a vantagens nacionais, reportava à época da Segunda Guerra Mundial, quando do empréstimo concedido pelos Estados Unidos para a construção da usina de Volta Redonda, durante o Estado Novo.

As elites empresariais, que comandavam a política brasileira em conjunto com a elite no poder, forjaram, na segunda metade da década de 1950 e durante a ditadura militar, um ideário de envolvimento de vários outros setores da sociedade nesse projeto modernizador. Numa atitude típica de países em desenvolvimento, ou seja, de capitalismo periférico, formulavam metas de superação do atraso produtivo e dos entraves herdados ao longo de séculos de subordinação colonial e de dependência, tomando como modelo os países capitalistas centrais.

O projeto de potência emergente internacional sustentava-se nas inócuas justificativas para as grandes obras, no dispêndio de grande volume de recursos e na garantia da cooperação da sociedade para a manutenção da unidade nacional.

A partir do final da década de 1950, as multinacionais começaram a se instalar no país, assegurando e reforçando a ligação entre o capitalismo nacional e o internacional. No final da década de 1980, porém, a política industrial de substituição de importações, com ou sem a participação dos grandes conglomerados capitalistas internacionais, passou a mostrar seus limites, esgotando-se rapidamente.

Reginaldo Manente/AE

▲ O arrocho salarial, a dívida externa aumentando assustadoramente, a repressão às liberdades públicas, os escândalos financeiros e a inflação ascendente faziam crescer o descontentamento e as manifestações, como as greves de 1978-1979 no ABC paulista (principal região industrializada do Brasil). Na foto de 1978, Lula, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, comanda uma greve trabalhista.

Visivelmente, um dos aspectos mais críticos dessa política industrial era a queda de produtividade, pois o mercado externo cada vez mais competitivo, exigente de elevada qualidade a baixo custo, pressionava o modelo nacional e suas altas tarifas protecionistas. Se, por um lado, essas tarifas preservavam as elites empresariais da concorrência dos produtos estrangeiros, por outro aprofundavam a distância tecnológica, o que resultava em dificuldade na disputa pela garantia de algum desenvolvimento.

Além da carência de capitais nacionais próprios, a instabilidade crescente e a desorganização econômica afugentavam investidores e debilitavam a credibilidade do país no exterior.

O distanciamento entre o modelo desenvolvimentista brasileiro e a vanguarda capitalista mundial devia-se, principalmente, a profundas e importantes transformações internacionais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico no âmbito da Terceira Revolução Industrial.

A nova dinâmica produtiva e tecnológica exigia, como já apontamos, imensos investimentos, que somente as grandes corporações empresariais dos centros capitalistas mais poderosos poderiam bancar. Exigia, ainda, ampliação de mercados e fim das barreiras protecionistas, estimulando as associações regionais de livre-comércio, os blocos econômicos. Esse cenário consolidou-se definitivamente no início da década de 1990 com a sedimentação do Nafta (North American Free Trade Agreement – Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio), da União Europeia, do bloco do Pacífico e, numa versão bem mais modesta, no sul da América Latina, do Mercosul.

Simultaneamente, ganhou impulso a ideologia contrária ao Estado intervencionista e protecionista com a defesa do "Estado mínimo", subordinado à economia de mercado e capaz de atrair investimentos internacionais. Adotava-se, assim, o **neoliberalismo**.

A adesão ao neoliberalismo decorreu, também, dos pífios resultados desenvolvimentistas conseguidos no final da década de 1980, quando o avanço do processo de globalização pusera em xeque o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil: segundo a opinião de alguns economistas e líderes políticos, numa época de capitalismo globalizado, continuar apegado a um modelo protecionista, nacional-desenvolvimentista, mantinha o país excluído das grandes rotas dos capitais internacionais, da dinamização tecnológica e produtiva internacional.

Além disso, dizia-se que a insistência na adoção de um modelo ultrapassado de desenvolvimento estimulava as pressões e as exigências sociais internas, pois havia muito esse modelo somente dava provas de que promovia maior desequilíbrio social. O declínio do bloco socialista no final da década de 1980 e o consequente colapso da União Soviética em 1991, quando se enterrou o mundo da Guerra Fria, findaram uma época em que as nações conseguiam vantagens ao jogar com a diplomacia internacional bipolarizada. A nova era da globalização capitalista exigia integração e adaptação da produção nacional aos padrões mundiais, ao projeto de acomodação neoliberal, chamado por alguns de Consenso de Washington.

Diante do impasse econômico-financeiro do Brasil e das circunstâncias internacionais, o Consenso de Washington acabou se convertendo na base dos programas de recuperação do país, lançados na última década do século XX. Pelas características das medidas tomadas e do que possibilitavam alcançar, demonstravam quanto os interesses das elites continuavam se sobrepondo aos interesses da sociedade como um todo, impedindo que o desenvolvimento social interno avançasse. Foi nesse sentido que a direção política brasileira encaminhou a construção da ordem democrática e os programas econômicos nos primeiros anos após 1985.

O GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1990)

Os primeiros passos para a redemocratização foram dados com a eleição indireta de Tancredo Neves. Contudo, na véspera de sua posse, 14 de março de 1985, Tancredo foi internado às pressas para uma cirurgia de emergência, cabendo ao vice, José Sarney, assumir interinamente a Presidência da República, em meio à perplexidade nacional.

O primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves, de 75 anos de idade, acabou por falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada. O cortejo fúnebre, que partiu de um hospital na cidade de São Paulo até o aeroporto, de onde seguiria para Minas Gerais, seu estado natal, foi acompanhado por cerca de 1 milhão de pessoas, numa clara demonstração das esperanças que a sociedade brasileira depositava no novo presidente e no governo democrático que se instalava.

À conjuntura política, ao mesmo tempo incerta e esperançosa, acrescentava-se a deterioração da situação econômica, no auge da crise da dívida externa.

A redemocratização havia feito surgir entre a população a ideia de que todos os males do país se deviam exclusivamente à má administração da economia por parte dos últimos governos militares, sen-

timento reforçado pelos intelectuais e pela imprensa (formadores de opinião), bem como pela oposição partidária (composta pelo PMDB, PDT e PT).

Entretanto, a dimensão dos problemas a serem enfrentados exigia muito mais que apenas um novo regime político, pois eles decorriam, sobretudo, da longa trajetória histórica nacional, sustentada nas práticas paternalistas e tutelares do poder instituído. Assim, a instalação do governo José Sarney fez emergir as limitações do novo regime, uma vez que o presidente era um político que havia apoiado os governos militares e deles participado (dentro da Arena), só tendo mudado de posição nas eleições indiretas de 1984.

Proveniente do estado do Maranhão, ligado a redutos de políticos tradicionais, o ex-senador José Sarney teria a difícil tarefa de governar um Brasil em aguda crise econômica, vítima de péssima distribuição de renda intensificada pela crise. Nessas condições, teria de enfrentar os desafios da inserção do país numa economia cada vez mais globalizada (o que poderia implicar algum tipo de mudança), sem comprometer os privilégios dos grupos que o cercavam, destacando-se o Partido da Frente Liberal (PFL), capitaneado por Antônio Carlos Magalhães em aliança com o PMDB, do qual Sarney agora fazia parte.

▲ Com a morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, ascendeu ao poder José Sarney (em foto dos anos 1980), que herdou uma situação econômica deteriorada

Evolução econômica

Logo no início do governo Sarney, destacou-se a proeminente figura de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, partido que teria maior peso no novo governo, cabendo-lhe, por exemplo, os ministérios da importante área econômica. Ligado ao PMDB, **Dílson Funaro** foi nomeado ministro da Fazenda, e logo se cercou de uma equipe de economistas críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como **Plano Cruzado**, divulgado e implantado de surpresa em 1.º de março de 1986.

▲ População acompanhando o cortejo fúnebre de Tancredo Neves, em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985

O plano consistia numa tentativa de combate à inflação sem comprometer o crescimento econômico, partindo do pressuposto de que adotar a recessão para esse fim – como fora feito em casos anteriores – era um equívoco, devido às desigualdades sociais e ao estado de miséria em que vivia grande parte da população. Numa época de elevada inflação, era comum a prática de remarcar os preços para cima, de acordo com os índices da inflação passada, já antecipando a inflação futura. Era o **fator inercial** embutido no aumento dos preços, causado pela longa convivência com altas taxas inflacionárias.

Foram então adotadas medidas econômicas heterodoxas, como: congelamento de preços pelo período de um ano, com o objetivo de combater a inflação inercial; imediato reajuste dos salários, acrescido de abono; determinação para que os reajustes posteriores de salários ocorressem

> **medidas econômicas heterodoxas:** consideradas radicais e contrárias a medidas econômicas tradicionais

quando a inflação alcançasse certo patamar; fim da correção monetária; e implantação de nova moeda no país, o **cruzado**, que teria o valor do cruzeiro menos três zeros. Esperava-se que, num intervalo de 12 meses, a população se "acostumasse" com preços estabilizados, e a inexistência da correção monetária fizesse com que o impulso inflacionário diminuísse ou até desaparecesse.

Marco Antônio Cavalcante/A.J.B

▲ Em todo o Brasil, donas de casa munidas com tabelas de preços da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (Sunab), órgão fiscalizador do governo, agiam como se tivessem poder de polícia, muitas vezes diante das câmeras de televisão, caso um gerente de supermercado ou estabelecimento comercial fosse surpreendido remarcando preços. Foto de 1986, Rio de Janeiro.

Os primeiros resultados foram espetaculares: os preços ao consumidor, congelados, mantiveram-se inalterados. Um apelo do presidente da República para que a própria população se envolvesse no plano, fiscalizando o congelamento e denunciando os infratores, provocou adesão maciça. A inflação, que em fevereiro de 1986 fora de 15%, em abril chegou a ser negativa, e, nos três meses seguintes, próxima de zero. Ao mesmo tempo, esperava-se um deslocamento do capital imobilizado em aplicações financeiras para o setor produtivo da economia, enquanto os salários se valorizavam, passando a ter efetivo poder de compra. Pode-se falar até mesmo de uma modesta distribuição de renda, quando se observa que o consumo de certos produtos básicos cresceu inesperadamente nos primeiros meses do congelamento.

Todavia, essa situação favorável não durou muito. A perda de rentabilidade dos fundos de poupança e a sensação generalizada de segurança resultaram em transferência maciça de recursos para o consumo, que cresceu de forma acelerada. Ao mesmo tempo, os preços congelados desestimulavam os produtores a aumentar sua produção para satisfazer o consumo crescente, e o resultado foi o desabastecimento. Além disso, surgiu o **ágio**, considerado o grande inimigo do plano do governo: diante da grande procura, as mercadorias eram vendidas oficialmente pelo preço congelado, mas acrescidas de uma diferença, o que representava, na prática, o retorno da inflação.

Quando os primeiros sinais de desequilíbrio começaram a surgir, o governo manteve rígido o congelamento de preços, provavelmente tendo em vista dividendos políticos nas eleições do final daquele ano de 1986. Foram adotadas medidas de caráter francamente populares, voltadas contra empresários que foram considerados "criminosos" por conspirarem contra a economia popular, aumentando os preços. O caso da carne foi dramático, pois o preço do boi permaneceu congelado, enquanto o consumo disparava. Em pouco tempo, faltou carne nos açougues. Unidades do Exército foram mobilizadas para confiscar bois nos pastos.

Viviane Rocha/A.J.B

▲ O desaparecimento das mercadorias nos supermercados foi o ponto alto do desabastecimento, resultado do congelamento de preços durante o Plano Cruzado. Foto de 1986, Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, autorizavam-se as importações para suprir o mercado de produtos essenciais que começavam a escassear, comprometendo a balança comercial, único ponto positivo da economia brasileira na primeira metade da década de 1980. Em consequência, as reservas internacionais do país começavam a desaparecer. O Brasil caminhava para a **moratória**, a impossibilidade de manter o pagamento dos juros da dívida externa.

À turbulência econômica somavam-se as questões políticas, uma vez que nas eleições de 1986 ficariam definidos os deputados e senadores incumbidos de elaborar a nova Constituição que substituiria a de 1967, implantada pela ditadura militar. Os partidos que davam sustentação ao governo (PMDB e PFL) ob-

tiveram maioria parlamentar nas eleições de novembro de 1986 para a Assembleia Constituinte, e logo em seguida foram baixadas medidas de ajuste econômico (Plano Cruzado II), com o descongelamento dos preços. Porém, era tarde demais: depois de nove meses "engessados", os preços dispararam. A inflação escapou de qualquer controle, até atingir a taxa mensal de 2,5% em novembro e 7,5% no mês seguinte.

Em fevereiro de 1987, o país declarava-se em "moratória técnica", expressão criada pelo governo: o Brasil não tinha mais condições técnicas (isto é, dinheiro) para pagar a dívida externa. O Brasil juntava se ao México e à Argentina, ambos em moratória desde 1982, rompendo a situação de cumpridor de seus compromissos internacionais desde o início da década.

O governo Sarney tentou reajustar a economia com outros planos econômicos (**Plano Bresser**, em 1987; **Plano Verão**, em 1989), sem obter, porém, efeitos maiores do que a queda das taxas de inflação de um mês para o outro, seguida de rápida retomada dos preços nos meses seguintes. A expectativa de novos congelamentos levava os empresários a aumentar ainda mais os preços, como forma de defesa. O descontrole econômico marcou o final da administração Sarney, com a inflação atingindo 933% anuais em 1988 e espantosos 1 764% em 1989.

Os gastos excessivos do governo, comprometido com os privilégios da elite política, só pioravam a situação. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em 1988 pelo Senado, fazia acusações de favorecimento a grupos privados na prestação de serviços para a esfera federal e de administração de recursos públicos que beneficiavam interesses particulares. Pressões do PFL e do PMDB forçaram o arquivamento do processo.

Foi nessa época, junho de 1988, que um grupo formado pelos assim chamados "integrantes históricos" do PMDB (Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Mário Covas, José Serra e Pimenta da Veiga, entre outros) rompeu com essa agremiação e fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Evolução política

O grande evento político do período foi a convocação da Assembleia Constituinte eleita em 1986 na mesma época das eleições para governo estadual e Assembleia Legislativa. Como você viu, Sarney retardou ao máximo qualquer mudança no Plano Cruzado, com o objetivo de manter sua popularidade e o prestígio do governo. Assim, nas eleições de novembro daquele ano, a aliança PMDB-PFL, que dava sustentação ao governo, conseguiu espetacular vitória, garantindo a maioria das cadeiras na Constituinte e todos os governos estaduais. Durante um ano e meio, debateu se e votou-se a nova Carta constitucional brasileira, finalmente promulgada em outubro de 1988. São características da **Constituição de 1988**:

- democracia liberal com separação dos três poderes e eleição direta para todos os cargos do Executivo e Legislativo, prevendo-se a realização de dois turnos nas eleições dos cargos executivos mais importantes (presidente da República, governadores de estado e prefeitos dos municípios com mais de 200 mil habitantes);
- voto obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos; facultativo a analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70;
- fim da censura prévia, garantia do direito de greve, liberdade sindical;
- nacionalismo econômico, reservando-se uma série de atividades às empresas nacionais;
- intervenção do Estado na economia, atribuindo-se a ele uma série de funções reguladoras e gerenciadoras;
- amplo assistencialismo social, garantindo-se os direitos trabalhistas;
- descentralização administrativa e financeira, afetando estados e municípios;
- artigos que tratam dos direitos das crianças e dos adolecentes.

Wilson Pedrosa/AE

▲ A Constituição de 1988 pretendia resgatar a plenitude democrática brasileira e encaminhar a solução da "dívida social", a superação do enorme fosso entre a elite e a imensa massa de excluídos nacionais, por meio do assistencialismo e garantias trabalhistas. Na foto, promulgação da nova Constituição.

Previa-se ainda uma revisão constitucional cinco anos após sua promulgação, na qual seria incluída a realização de um plebiscito sobre a forma de governo a ser adotada no Brasil, ou seja, a continuação do presidencialismo, previsto na Constituição, ou a introdução do parlamentarismo. Além disso, preservava-se a função das Forças Armadas como responsáveis pela defesa da ordem interna e contra a agressão externa, numa formulação obscura, que, em última análise, poderia justificar uma nova intervenção dos militares na política.

Joao Ramid, Editora Abril

▲ Na foto, José Sarney, presidente da República (à esquerda), Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte (ao centro), e Humberto Lucena, presidente do Senado, durante a promulgação da Constituição, no Congresso Nacional, Brasília, em 5 de outubro de 1988

A Constituição de 1988 é chamada de "Constituição cidadã" por seus avanços nos direitos do cidadão, introduzindo importantes instrumentos legais de afirmação democrática. Chama a atenção a sua grande extensão e seu detalhismo excessivo, além de certa contradição ao ampliar as conquistas sociais dos trabalhadores (com a prática do assistencialismo) e retirar do governo central os meios para satisfazê-las (com a descentralização financeira). Ficava, ainda, na contramão do que acontecia no plano internacional, ampliando a atuação do Estado nos âmbitos econômico e social, quando a regra neoliberal impunha o contrário. Assim, caminhava-se para uma situação na qual o Estado ou descumpriria suas funções constitucionais ou viveria falido.

A Assembleia Constituinte aprovou também o mandato presidencial de cinco anos (anteriormente eram quatro), uma das propostas mais defendidas pela equipe governamental – na verdade, seu grande projeto após o fracasso do Plano Cruzado. Para conseguir sua aprovação, o governo favoreceu vários parlamentares com a concessão de emissoras de rádio e televisão.

A sucessão presidencial

No final do governo Sarney, seriam realizadas as primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960. A esquerda, representada principalmente por **Luiz Inácio Lula da Silva**, do PT, e por **Leonel Brizola**, do PDT, surgia com considerável potencial de vitória, ameaçando a continuidade das forças conservadoras no governo.

Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas-Já, saiu candidato pelo PMDB, mas pagou o preço de sua participação no governo Sarney. **Paulo Maluf**, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fiasco da campanha indireta de 1985, não representava uma candidatura viável. No recém-criado PSDB, foi lançado o nome de **Mário Covas**, prejudicado pela falta de estrutura partidária nacional, além de seu passado peemedebista.

Os outros 15 candidatos presidenciáveis que se apresentaram eram, em sua maioria, politicamente inexpressivos e buscavam apenas espaço nos meios de comunicação. Até o conhecido apresentador e proprietário de rede de televisão **Silvio Santos** chegou a articular sua candidatura, abandonando-a logo em seguida. A situação refletia a desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país já havia passado.

Nesse contexto, surgiu a candidatura de **Fernando Collor de Mello**. Governador de Alagoas, ex-integrante do PDS e do PMDB, contava com o apoio de setores conservadores, temerosos diante da possibilidade de um governo de esquerda e da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses.

Num momento de profunda desconfiança e quase hostilidade para com os políticos em geral, Collor lançou-se como um candidato apolítico. Denunciava a corrupção, apresentando-se como "caçador de marajás", que se fartavam do dinheiro público. Dizia representar o povo humilde e sofrido do Brasil, os "descamisados", e o fato de ter 40 anos na época, enquanto Sarney tinha 59 e Ulysses Guimarães, 73, de ter um estilo agressivo e ser virtualmente desconhecido no país – portanto, supostamente desvinculado dos tradicionais esquemas de poder –, contribuiu para engrossar sua candidatura.

Chico Ferreira/Folha Imagem

▲ Na foto de agosto de 1989, Fernando Collor de Mello, candidato à Presidência da República, se exalta durante uma passeata no Rio de Janeiro, após o confronto com um grupo de brizolistas

Na verdade, seu discurso era uma falácia, pois contava com o apoio (ainda que disfarçado) de diversas figuras participantes do governo Sarney, como Antônio Carlos Magalhães, e ligadas àquilo que de mais arcaico existia na política brasileira. Foi esse discurso, no entanto, que lhe abriu maior espaço na imprensa, e alguns veículos aderiram abertamente à sua campanha, como foi o caso das Organizações Globo. O partido de Collor, Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado exclusivamente para apoiar sua candidatura, passava a receber imensas doações de empresários interessados na vitória do conservadorismo

Como Jânio Quadros, Fernando Collor reconheceu o poder da imprensa, principalmente o poder da imagem, e soube moldar a sua exatamente de acordo com as expectativas populares. A campanha resumia-se a aparições breves, discursos inflamados e exibição de gesticulação agressiva, tudo isso cercado de grande expectativa criada pela televisão.

Durante todo o período que antecedeu o primeiro turno das eleições de 15 de novembro de 1989, o candidato evitou o debate, recusando-se ao enfrentamento público com os demais.

Após o primeiro turno, polarizou-se a disputa entre Collor e Lula. No segundo turno, que teve número bastante expressivo de votos brancos, nulos e abstenções, Collor obteve 42,75% de votos, e seu adversário, 37,86%. Iniciava-se a breve Era Collor.

Renato dos Anjos/AE

▲ Mário Covas (à esquerda), o candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola (à direita), durante o comício de Lula para o segundo turno das eleições, no Rio de Janeiro em dezembro de 1989

O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

Desde a campanha eleitoral, Collor prometia modernizar o Brasil, e sua própria figura jovem, bem como a de alguns de seus ministros, fornecia suporte a esse tipo de discurso. Por modernização, o novo presidente da República entendia a diminuição do papel do Estado, o que incluía a defesa do livre mercado, abertura para importações, privatizações e o fim dos subsídios. Em suma, uma adequação do Brasil à nova realidade do **neoliberalismo** mundial.

O **Plano Collor**, divulgado no dia seguinte à posse e adotado imediatamente, representava uma mistura de elementos monetaristas e heterodoxos, tentando evitar os problemas do Plano Cruzado. Reintroduzia o **cruzeiro** como moeda nacional e instaurava o congelamento imediato de preços, seguido de gradual liberalização e livre negociação de salários. Entretanto, para evitar o deslocamento de recursos da poupança para o consumo, como ocorrera em 1986, forçando uma elevação dos preços (ou desabastecimento), promovia também o confisco puro e simples de todas as contas correntes, poupanças e demais investimentos que excedessem a quantia de 50 mil cruzeiros. O confisco teria o prazo de 18 meses, quando então os valores seriam devolvidos às pessoas e empresas, corrigidos monetariamente.

Clovis Ferreira/AE

▲ Populares assistem ao anúncio do Plano Collor, no dia 13 de março de 1990.

Além disso, preconizava o violento corte nos gastos públicos, começando pela demissão de funcionários do governo e pelo aumento generalizado de impostos. Anunciaram-se as privatizações, bem como a diminuição dos impostos de importação, estimulando, portanto, as compras no exterior.

Com isso, o plano pretendia tornar a economia brasileira mais eficiente, com um Estado mais "enxuto" e um setor privado voltado para a adequação à concorrência com os produtos estrangeiros. Pretendia também a entrada de grande volume de mercadorias importadas a preços baixos, uma vez que seus impostos haviam sofrido cortes, para, assim, favorecer a queda na inflação.

Nos primeiros meses, o plano obteve a queda da inflação e a contenção do consumo; logo em seguida, no entanto, o país mergulhou em profunda recessão. Com a concorrência estrangeira, o nível de atividade industrial despencou, agravando as dificuldades sociais. As demissões se multiplicaram num nível alarmante, tendência mantida nos anos seguintes.

Em janeiro de 1991, foi lançado o **Plano Collor II**, uma tentativa de reforçar o sempre frustrado combate à inflação. Tentou-se novamente congelar preços e salários, elevaram-se brutalmente as taxas de juros com o objetivo de estimular a poupança e desestimular novos negócios, mantendo baixo o nível de atividade econômica, de modo a forçar a queda dos preços.

Porém, o descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República, começava a ficar claro. Em outubro daquele ano, foram feitas denúncias de que o empresário alagoano **Paulo César Farias**, amigo pessoal de Collor e tesoureiro da campanha presidencial, estaria pressionando presidentes de estatais (no caso, a Petrobras) para a realização de negócios contrários aos interesses da empresa (pública), mas favoráveis a grupos particulares.

A partir de então, a vida e os negócios de PC Farias foram investigados, principalmente pela imprensa. Em maio de 1992, surpreendentes declarações de Pedro Collor, irmão do presidente, revelavam que o ocupante do mais alto cargo do Executivo nacional seria o beneficiário de operações financeiras obscuras coordenadas por seu ex-tesoureiro.

Em junho de 1992, o Congresso Nacional instalou uma CPI, que logo apurou o funcionamento do chamado "esquema PC": empresários forneciam dinheiro a PC Farias, em troca de favores governamentais. O dinheiro assim obtido era enviado para o exterior em dólares e depositado em paraísos fiscais. De volta ao Brasil, os valores eram depositados em contas fantasmas, abertas por pessoas com nomes fictícios, que dirigiam o dinheiro para as contas pessoais de membros do governo, incluindo parlamentares e a própria família Collor, além de PC Farias.

paraíso fiscal: país onde se facilitam operações bancárias sem o pagamento de impostos ou identificação dos proprietários das contas.

O presidente, que pregava austeridade, cortava os gastos do governo, arrochava salários e ampliava o número de desempregados, vivia luxuosamente de dinheiro obtido ilegalmente, conforme as denúncias e investigações provavam. O "caçador de marajás" revelava-se o maior de todos eles. A mobilização da sociedade brasileira pelo *impeachment*, ou seja, o afastamento legal do presidente, levou PC Farias a fugir do país, logo após ser decretada sua prisão. Entretanto, só seria preso em novembro de 1993, após ter sido identificado, detido e deportado da Tailândia. Morreu assassinado em 1996, em Maceió, Alagoas, tendo cumprido curta pena na cadeia.

Quanto a Collor, iludido pelos milhões de votos obtidos nas eleições de 1989 e vítima do mito que ele mesmo havia criado, ignorava a crescente mobilização popular. No dia 16 de setembro, havia convocado uma manifestação em seu apoio, pedindo às pessoas que saíssem às ruas vestidas de verde e amarelo. De fato, naquele domingo, milhões saíram às ruas, mas de preto, pedindo o *impeachment*.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados decidiu pelo afastamento do presidente Fernando Collor de Mello por 441 votos a 38. Assumia a presidência, logo em seguida, o vice, Itamar Franco.

Entre julho e agosto de 1992, a Rede Globo de televisão exibiu a minissérie "Anos Rebeldes", que mostrava a mobilização política de jovens brasileiros de classe média durante os primeiros anos do Regime Militar. Influenciados pela série, os jovens de 1992 colocaram-se à frente da mobilização popular anti-Collor em todo Brasil. De fato, em uma passeata no Rio de Janeiro, lia-se o cartaz "Anos rebeldes: próximo capítulo". O episódio todo leva a uma reflexão sobre a importância que a televisão ganhou no espaço público brasileiro, seja como agente político ou elemento gerador de uma identidade nacional. Leia no boxe a seguir o que a socióloga Esther Hamburger escreveu sobre essa questão.

Pela ética na política: manifestação exigindo o *impeachment* de Collor. Foto de agosto de 1992, em São Paulo.

A TELEVISÃO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A penetração intensa da televisão no Brasil está inscrita na paisagem urbana e rural, nas páginas de revista, na profusão de aparelhos nos interiores das casas, nas mansões de alto luxo, nos barracos das favelas das cidades grandes, nas casas modestas e nas praças públicas de cidades pequenas. Os recordes nas vendas de televisores se explicam pela presença de diversos aparelhos por domicílio, cuidadosamente dispostos em vários cômodos das residências, às vezes em meio a altares domésticos. As inúmeras antenas parabólicas, com seus imensos discos redondos voltados para o céu, instaladas em muitos telhados de residências em favelas, em distantes sítios nas zonas rurais, em vilarejos na selva amazônica, no alto dos edifícios urbanos, são emblemáticas, quase falam por si só. Esse aparato tecnológico dissemina por todo o território nacional imagens acuradas emitidas por uma variedade de canais, eliminando nesse contexto algumas barreiras sociais e geográficas.

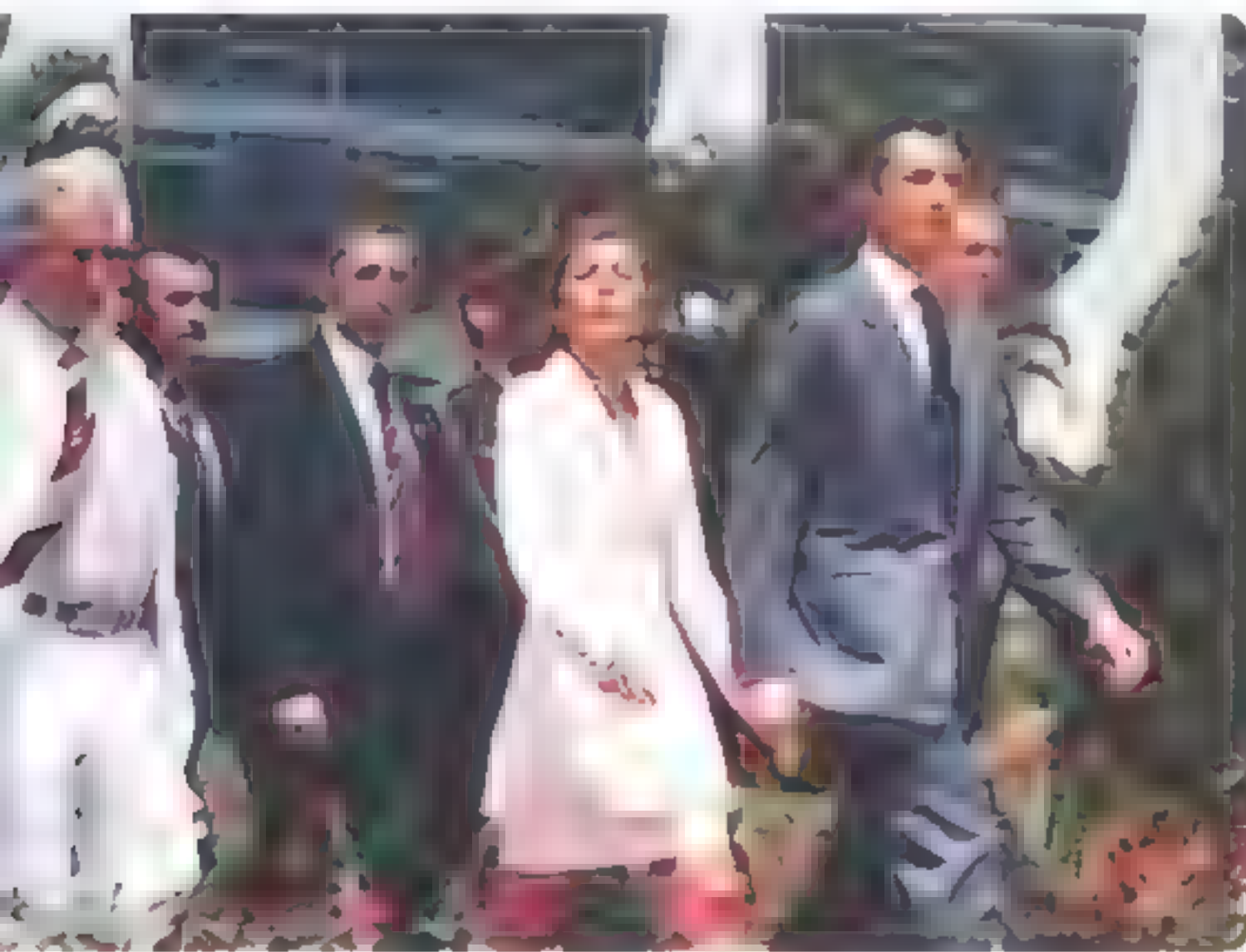
A presença maciça da televisão em um país situado na periferia poderia ser descrita como mais um paradoxo de uma nação que ao longo de sua história foi representada como uma sociedade de contrastes, riqueza e pobreza, modernidade e arcaísmo, sul e norte, litoral e interior etc. E, de fato, a televisão está implicada na reprodução de representações que perpetuam matizes de desigualdade e discriminação. A super-representação de brancos em relação a negros e mulatos consiste em um exemplo gritante da maneira como, por omissão, os mais diversos programas televisivos contribuíram para a reprodução da discriminação racial.

O meio televisivo, porém, deriva sua penetração intensa na sociedade brasileira de uma capacidade peculiar de acenar exatamente o contrário. A TV capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginária. Longe de prover interpretações consensuais, ela fornece um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo e regiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Ao tornar o repertório comum acessível a cidadãos os mais diversos, a TV sinaliza a possibilidade, ainda que sempre adiada, da integração plena. Ela alimenta cotidianamente uma disputa simbólica, uma corrida pelo domínio das informações necessárias, um jogo de inclusão e exclusão social.

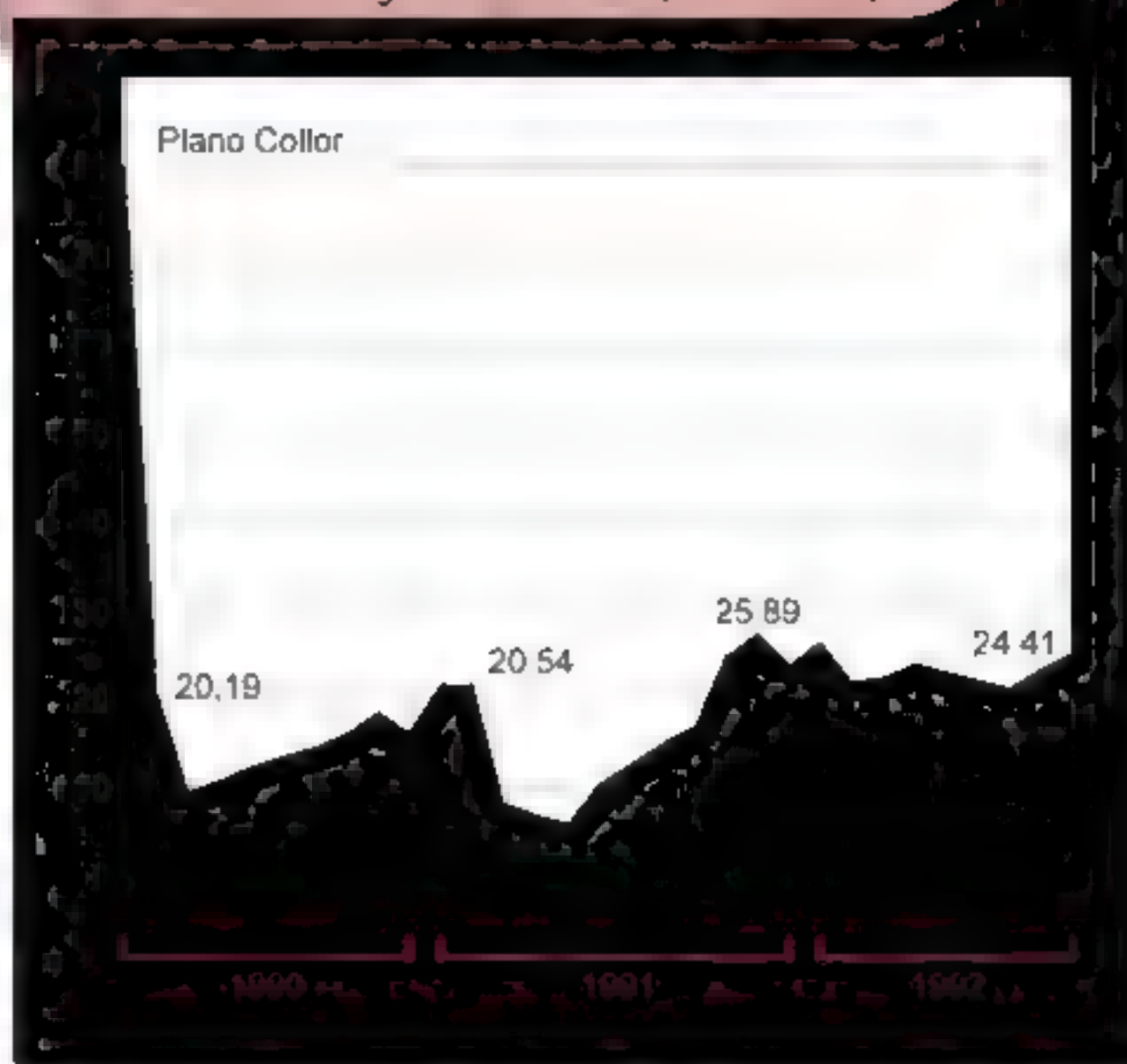
A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal. A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática no surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (Coleção coordenada por F. NOVAIS, volume organizado por L. M. SCHWARCZ.)

A integração neoliberal

O governo de Collor iniciou a abertura econômica e comercial, abandonando o tradicional modelo substitutivo de importações. Privatizações, demissões de servidores públicos, enxugamento do aparelho do Estado, com venda de mansões, residências e carros oficiais, bem como a redução do número de ministérios foram a tônica nacional, só encoberta pelos acontecimentos políticos explosivos.

Fernando Collor de Mello e sua esposa Rosane, momentos após a assinatura do termo de afastamento da Presidência da República, no dia 2 de outubro de 1992, em Brasília

Wilson Pedrosa/AE

Inflação mensal do governo Collor (1990-1992)

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Collor havia dito que pretendia "liquidar a inflação com um só tiro". A falácia ruiu com a gangorra da inflação: abrupta queda em seguida ao Plano Collor I; retomada da elevação dos índices até o início de 1991; nova queda com um novo tiro, o Plano Collor II; e escalada ascendente, com algumas oscilações pelo resto de 1991 e 1992

Desejado por várias das mais importantes vanguardas político-econômicas da redemocratização brasileira, o processo modernizador ironicamente começava a acontecer com o respaldo do que havia de mais conservador no país.

O GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1992-1995)

A imagem pacata e tranquila do vice-presidente Itamar Franco atraiu progressivamente a simpatia popular, enquanto crescia o repúdio a Collor. Formou-se quase uma coalizão de todos os partidos políticos em torno do novo presidente, com destaque para o PSDB, cujos membros passaram a ter grande influência no governo.

Além do respaldo político obtido pelo governo, a situação econômica do país dava alguns sinais de melhora. Não no que se refere à inflação – que continuava escapando do controle –, mas principalmente na questão da dívida externa. Como o Brasil foi o último dos grandes países da América Latina a decretar moratória, precedido pelo México e pela Argentina, as dificuldades iniciais desses países abriram caminho para uma moratória bem menos traumática.

A partir de 1989, os Estados Unidos haviam passado a defender (e bancar) o processo de securitização da dívida externa, que consistia na emissão de títulos da dívida de países devedores, negociados normalmente no mercado internacional como outros papéis, com garantia do Tesouro norte-americano. Esse processo atingiu sua maturidade em 1994, durante o governo Itamar.

Finalmente, a progressiva queda das taxas de juros no mercado internacional fazia com que as transferências de capital do Brasil para os bancos credores diminuíssem sensivelmente, já que diminuíam os valores dos compromissos da dívida externa. A economia voltou a crescer, atingindo, em 1994, uma taxa de quase 5% anuais, o melhor resultado desde o início dos anos 1980, excetuando-se 1986, o ano do Plano Cruzado.

Gilberto Alves/AJB

◀ Ao assumir a presidência no lugar de Collor, Itamar Franco foi cercado pelo apoio do PSDB, que controlava a área econômica do governo. Na foto, Itamar, à esquerda, empossando ministros.

Em 28 de fevereiro de 1994, o governo anunciou o Plano Real, em mais uma tentativa de combater a inflação. Na realidade, a criação de uma nova moeda era a última etapa de um grande programa de estabilização da economia, que estava sendo posto em prática desde dezembro de 1993 por uma equipe de economistas, tendo à frente o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Pelas novas regras monetárias, o **real** seria uma moeda forte, contando, para isso, com: 1) o fim da indexação, ou seja, o fim do repasse automático da inflação mensal para os salários, prestações, aluguéis e contratos em geral; 2) a vinculação da nova moeda ao dólar norte-americano. De fato, o plano previa que a emissão de novos reais seria possível somente se existisse um volume equivalente de dólares nos cofres do Banco Central.

Ao mesmo tempo, mantinha-se o câmbio elevado: um dólar equivaleria a 90 centavos de real, taxa que lentamente subiu para 1/1, ou seja, um dólar passou a equivaler a um real. A manutenção da taxa de câmbio era garantida pelo Banco Central: quando a demanda por dólares crescesse no país (para o pagamento de parcelas da dívida externa, por exemplo), ameaçando desvalorizar o real, o BC interviria no mercado de câmbio, vendendo grande quantidade de dólares e forçando uma queda em seu valor. O funcionamento do plano dependia, portanto, da existência de grande reserva de dólares nas mãos do governo, o que acontecia desde o início do plano, graças aos saldos favoráveis da balança comercial e ao abrandamento da crise da dívida (veja gráficos na página 796).

Apesar do êxito imediato do Plano Real, seu prosseguimento dependia da manutenção das reservas em dólares, e isso somente seria possível pela permanência de elevadas taxas de juros no país. Dessa forma, o capital internacional, circulando cada vez mais rapidamente e livre de obstáculos no contexto da globalização econômica, seria atraído para o país, como de fato ocorreu.

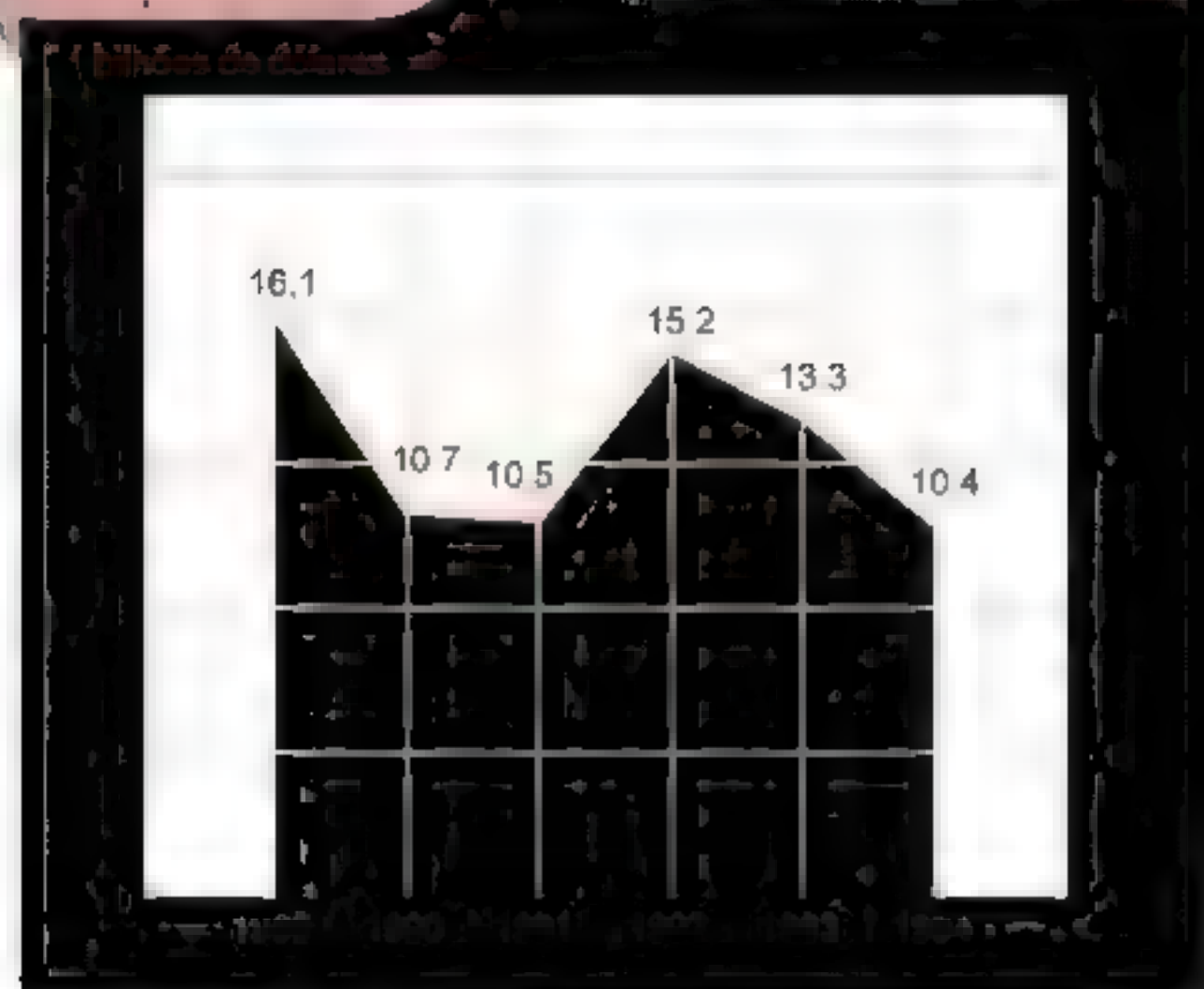
Dráusio Magalhães/AE

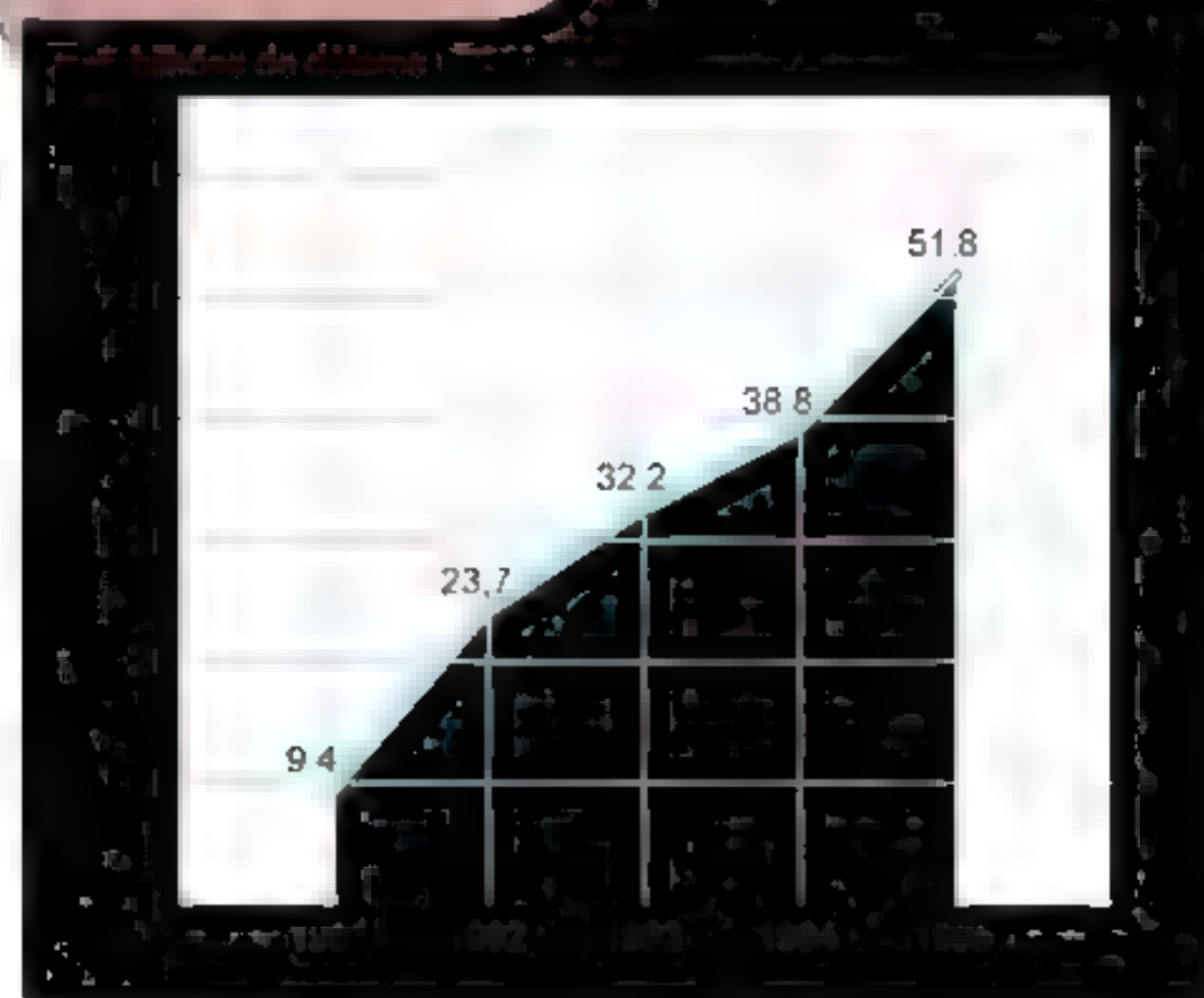
▲ A foto de 1994 mostra a velha moeda, cruzeiro real, sendo incinerada: prova do sucesso do Plano Real no combate à inflação.

A especulação financeira cresceu enormemente, colocando em risco a valorização monetária nacional, e muitos passaram a considerar esse elemento o aspecto mais frágil do plano. Esse desafio foi enfrentado em 1994, quando uma forte desvalorização da moeda mexicana provocou um súbito afastamento do capital especulativo internacional não só daquele país, como também de outros países latino-americanos, como Brasil e Argentina, quase levando a economia dessas nações à ruína. Ao mesmo tempo, o Plano Real promovia uma nova rodada de abertura da economia às importações, ainda de acordo com os princípios do neoliberalismo. O governo defendia a abertura econômica como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria nacional.

A curto prazo, a abertura econômica foi realizada e a inflação caiu, embora o aumento da eficiência da indústria brasileira tenha ocorrido apenas de forma localizada. Maiores foram os efeitos negativos de tal política na indústria nacional. As falências começaram a se multiplicar e o desemprego aumentou. Paralelamente, a manutenção de elevadas taxas de juros no país inviabilizava a sobrevivência de empresas em dificuldades, acelerando ainda mais o processo de falências e desemprego. A situação recessiva forçava uma queda ainda maior da inflação, que o governo alardeava como prova do sucesso espetacular do plano.

Balança comercial

16,1
10,7
10,5
15,2
13,3
10,4

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV-Instituto Brasileiro de Economia, set. 1996

Reservas internacionais

9,4
23,7
32,2
38,8
51,8

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV-Instituto Brasileiro de Economia, set. 1996

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

▲ Até 1994, a balança comercial permanecia elevada, criando condições para o aumento das reservas em dólar.

A sucessão política

Os aspectos positivos do plano (queda da inflação) foram sentidos de imediato, enquanto o lado negativo (falências, desemprego) só seria percebido a médio prazo. O ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso transformou-se subitamente em personagem bastante popular, abrindo caminho para sua candidatura nas eleições presidenciais de 1994. Em torno de sua candidatura compôs-se uma frente de partidos, destacando-se o PFL, com Marco Maciel como candidato a vice-presidente, vinculando o PSDB às oligarquias do Nordeste e a antigos colaboradores do regime militar.

O principal adversário de Fernando Henrique Cardoso foi o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a deter 42% das intenções de voto em maio de 1994, época em que Fernando Henrique Cardoso tinha apenas 16%, segundo as pesquisas. Com o sucesso econômico do plano e o respaldo político generalizado, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República nas eleições de 3 de outubro, com maioria absoluta em um único turno. Obteve quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula, atingiu pouco mais de 27% dos votos.

O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República embalado no sucesso do Plano Real. Vale lembrar que os níveis estratosféricos atingidos pela inflação nos anos anteriores (mais de 4 800% ao ano, de março de 1989 a março de 1990) transformaram o combate à inflação em importante objetivo nacional. O fracasso dos governos anteriores em enfrentar o "dragão" da inflação, geralmente por utilizarem medidas de apelo popular, só fortaleceu essa ideia. E, durante os oito anos em que esteve na presidência, Fernando Henrique fez da manutenção do combate à inflação seu principal objetivo e trunfo.

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem

▲ Fernando Henrique Cardoso encontra o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, na Casa Branca, em 1999.

Política econômica

Como você viu, a manutenção de uma moeda forte só seria possível com a entrada no país de um grande volume de dólares. Desde que o fluxo de dólares permanecesse constante, o governo teria condições de, administrando suas reservas, manter a cotação do real e seu poder de compra. A entrada de moeda estrangeira no país seria possível de duas formas: por meio do capital produtivo e do capital especulativo. Simplificadamente, **capital produtivo** é aquele montante de recursos que uma empresa estrangeira investe no país para, efetivamente, desenvolver atividades ligadas à produção (indústria, serviços etc.); já o **capital especulativo** é aquele que busca vantagens sem, muitas vezes, trazer benefícios onde é investido, firmando-se como parasitário. Um exemplo é o investimento na compra de títulos, sendo remunerado por meio de uma taxa de juro: quanto mais alto o juro, mais atraente o investimento e, portanto, mais capital especulativo deve entrar no país.

O capital produtivo

Uma das principais formas utilizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para atrair o capital produtivo internacional foi a privatização das estatais, surgidas principalmente a partir da Era Vargas, como grandes empresas atuantes em setores que necessitavam de pesado investimento com retorno a longo prazo e, por isso, fora das possibilidades do empresariado nacional. Assim, foram surgindo as companhias nos setores de siderurgia, mineração, indústria química, petróleo e telecomunicações, entre outros. Acusadas de pouco eficientes, essas empresas gigantescas foram postas à venda nesse período, sobretudo para grupos estrangeiros, que passaram a adquirir ações (ou pelo menos ter importante participação) em um grande número delas.

Em maio de 1997 foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce, empresa gigante no setor de mineração e siderurgia, por R$ 3,34 bilhões. Em julho de 1998, foi privatizada a Telebrás, gigantesca empresa de telecomunicações, por R$ 22 bilhões. Em novembro do mesmo ano, foi vendido o Banespa, então o segundo maior banco nacional, pertencente ao estado de São Paulo, por R$ 7 bilhões. Esses são apenas alguns exemplos de um processo que resultou em US$ 91 bilhões.

Fotoarena/Folha Imagem

▲ A venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das mais valiosas empresas estatais, foi emblemática no processo de privatização. Foto de 1997, Rio de Janeiro

Apesar dos valores envolvidos, aparentemente fabulosos, os resultados deixaram a desejar. As agências reguladoras e fiscalizadoras criadas pelo governo não funcionaram adequadamente. Setores sensíveis, como a geração e distribuição de energia elétrica, foram deixados à mercê dos lucros privados. Dessa forma, não apenas as tarifas subiram, como também a qualidade dos serviços nem sempre melhorou, caso exemplar foi o famoso "apagão", no segundo semestre de 2001, quando os minguados investimentos privados em geração de energia forçaram um desumano racionamento. "Foi a falta de chuva", justificou o governo

O capital especulativo

Como já vimos, quanto mais alta a taxa de juros praticada no país, mais atraente torna-se o investimento estrangeiro em títulos brasileiros. A taxa de juros básica na economia é definida pelo Banco Central, por meio das periódicas reuniões de seu Conselho de Política Monetária (Copom). Ao longo do governo Fernando Henrique, as taxas permaneceram elevadas, atraindo o capital especulativo e disponibilizando dólares para a manutenção do real como moeda

forte. No entanto, a elevação dessas taxas gera um problema: se os rendimentos **pagos** a investidores, estrangeiros ou não, são altos, isso significa que os juros **cobrados** de quem toma dinheiro emprestado aos bancos também são altos. A manutenção dos juros altos dificulta enormemente o funcionamento de empresas (principalmente as pequenas), que passam a ter dificuldade de tomar dinheiro emprestado em caso de necessidade. Mesmo no que se refere à modernização de uma empresa, aos investimentos produtivos em geral e até à abertura de novas empresas, a disponibilidade de crédito é essencial. É por isso que se diz que uma política de juros altos é também uma política recessiva, que gera a estagnação econômica.

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, entre maio de 1997 e setembro de 2002 a média dos juros reais praticados no país foi de cerca de 13%, enquanto a média mundial foi de 3,3%, e a dos países emergentes, 4,4%[1]. "Desde 1999, o Brasil é o único país que sempre figura entre os quatro primeiros do *ranking* mundial de taxa de juros real", observa a reportagem. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico é limitado, muitas vezes aproximando-se da estagnação, como se vê na tabela ao lado.

1995	4,2%
1996	2,2%
1997	3,4%
1998	0,1%
1999	0,3%
2000	4,3%
2001	1,3%
2002	2,7%

IBGE. In: *Folha de S.Paulo*, 22 mar. 2007. p. B1

A estagnação econômica de 1998-1999 foi estimulada também por outros fatores. Assim como o Brasil, diversos países em desenvolvimento também adotavam políticas de juro alto para atrair o capital estrangeiro. Os avanços da globalização econômica permitiam uma rápida circulação desse capital, de um país para outro, ao sabor de mudanças econômicas mundiais, regionais, ou apenas por causa de simples especulação. Muitas vezes, as dificuldades econômicas desses países provocavam o temor de um calote, o que resultaria em grandes perdas para os investidores. Nesses momentos de insegurança, o capital especulativo abandonava os países emergentes e buscava refúgio em aplicações mais seguras, ainda que menos lucrativas, como os países de economia sólida.

Dessa forma, qualquer crise que ocorria num país em desenvolvimento podia gerar temor nos investidores e provocar um vasto contágio: os dólares simplesmente começavam a fugir de todos esses países, debilitando ainda mais sua economia e causando um desequilíbrio de fato. A crise do México de 1994-1995 e as demais, ocorridas no final dos anos 1990 e início do século atual, provocaram fuga de dólares do Brasil. Consequentemente, os juros aumentaram ainda mais (para compensar o capital especulativo internacional com ganhos fabulosos, apesar dos riscos), a moeda foi desvalorizada e aumentou a instabilidade econômica. Em 1998, soavam inverossímeis as afirmações do ministro da Fazenda, Pedro Malan: "O Brasil não é a Rússia!". Na verdade, aos olhos dos fundos de investimentos internacionais, Brasil, Rússia, México, Tailândia e outros eram vistos exatamente como a mesma coisa.

Automóveis para exportação estacionados no porto do Rio de Janeiro, em 2002. O crescimento das exportações brasileiras a partir de 2001 foi decorrência da desvalorização cambial.

Os efeitos da política neoliberal

Por ter enfatizado a desregulamentação do mercado nacional e a privatização dos serviços, a política econômica adotada nos oito anos do governo Fernando Henrique enquadrou-se no modelo neoliberal. O governo buscou o equilíbrio fiscal, mantendo seus gastos dentro do limite do que foi arrecadado, inclusive com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitava os gastos de estados e municípios. Porém, o compromisso com o pagamento de uma dívida imensa (tanto interna quanto externa) fez com que os recursos disponíveis não fossem utilizados necessariamente na redução, por exemplo, do déficit social. Levando em consideração a miséria existente no país, o controle dos gastos em benefício do pagamento de uma dívida infinita mostrou-se uma iniciativa bem questionável.

[1] Dados da consultoria Global Invest. In: *Folha de S.Paulo*, 24 out. 2002. Especial. p. 7

A vulnerabilidade da economia nacional também aumentou, à medida que a dependência do capital estrangeiro se ampliou. Uma boa notícia no final do governo Fernando Henrique foi o progressivo crescimento das exportações, resultado direto da desvalorização cambial, principalmente a partir de 2001.

Em 2002, o país começou a obter saldos favoráveis na casa de US$ 1 bilhão **por mês**. Tratava-se do melhor resultado da balança comercial brasileira desde a década de 1980. O aumento da produção de petróleo, constante durante toda a década, ajudou no fortalecimento da balança comercial, e o Brasil se aproximou da autossuficiência em sua produção. Em contrapartida, a brutal desvalorização da moeda em 2001-2002 acenou com o fantasma da volta da inflação. De um lado, o encarecimento de produtos importados; de outro, o aumento nos preços de alguns produtos brasileiros conforme começavam a escassear, pois destinavam-se preferencialmente ao mercado externo.

Alan Marques/Folha Imagem

▲ Com o custo de vida elevado, muitas pessoas foram procurar melhores oportunidades em outras cidades. Na foto de 2003, família de imigrantes em Brasília pedindo esmola na Esplanada dos Ministérios.

Assim, na ausência de poupança interna, a política econômica do governo Fernando Henrique priorizou a atração da poupança externa, uma ideia que foi alvo de críticas, considerada "ingênua e provinciana", nas palavras do historiador inglês Perry Anderson[2]. Os custos foram muito elevados, uma vez que, no primeiro momento, a dependência frente a capitais externos se tornou maior do que nunca e as desigualdades sociais internas continuavam gritantes. O resultado foi um crescimento econômico limitado, seguindo o modelo "voo de galinha" – uma analogia do economista Luís Carlos Mendonça de Barros, aliás, vinculado ao PSDB: voo rápido, rente ao solo, para cair em seguida, jamais conseguindo uma decolagem plena e sustentável.

Mais comprometido com as finanças internacionais e suas frequentes oscilações na disponibilidade de recursos, o governo Fernando Henrique teve de buscar um tratamento excepcional do FMI, que, nas horas de dificuldade, sempre esteve presente, muitas vezes tendo em sua retaguarda nada menos que o Tesouro norte-americano como fiador. Em julho de 1998, sob o efeito da crise russa, em plena fuga de dólares e na iminência da moratória, o Brasil fez um mega-acordo com o FMI no valor de US$ 41,5 bilhões, dos quais US$ 18 bilhões vieram do Fundo e o restante de bancos privados, graças à iniciativa pessoal do presidente norte-americano Bill Clinton e da garantia de seu governo. Em junho de 2001 – crise argentina, "apagão" do setor energético, clima de pessimismo generalizado –, o FMI aprovou rapidamente novo pacote, agora de US$ 15 bilhões. Finalmente, no segundo semestre de 2002 – expectativa de crise na economia norte-americana, eleições no Brasil –, o governo brasileiro e o FMI acertaram em tempo recorde um pacote também recorde de US$ 30 bilhões.

Administrando dificuldades e conseguindo recursos, a política econômica priorizou a busca da estabilidade, tida como indispensável para lançar as bases de uma possível retomada da expansão econômica, ainda que fosse a médio ou longo prazo.

Política interna

A eleição de Fernando Henrique em 1994 foi resultado da aliança PSDB-PFL, que se manteve ao longo dos dois mandatos. O governo também atraiu o apoio do PTB e as simpatias do PMDB, resultando na formação de um poderoso bloco no Congresso, seguramente majoritário. Por trás dessas alianças – entre um partido supostamente ético e ideológico, o PSDB, e outros partidos supostamente fisiológicos, PFL, PMDB e PTB – estava a ideia de garantir a governabilidade por meio do apoio às reformas propostas.

partidos fisiológicos: aqueles que baseiam sua atuação na troca de favorecimentos e benefícios.

[2] ANDERSON, Perry. FHC deixou saldo negativo, diz historiador. In: *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2002. p. A8-A9.

Porém, os interesses de grupos que participavam do poder havia muito tempo acabaram tolhendo grande parte das mudanças propostas. A promessa contida no primeiro discurso de posse, "varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria", e que implicava algum tipo de distribuição de renda, jamais foi considerada prioridade, em grande parte devido à resistência desses grupos tradicionais. Da mesma forma, foi adiada qualquer proposta de reforma política com a finalidade de tornar o sistema partidário coerente e regido por princípios éticos: continuou existindo o aluguel de legendas, a compra de votos, a venda de candidaturas e as mudanças de partido. O PSDB, por exemplo, após vencer as eleições presidenciais, passou a ter uma grande quantidade de novos membros, políticos que simplesmente pretendiam se aproximar ou usufruir do poder, utilizando-o em benefício pessoal. Assim, foi colocado em xeque o famoso perfil "ético" e "ideológico" sempre reivindicado pelo partido.

Apesar do compromisso com grupos fisiológicos, os oito anos do governo Fernando Henrique foram um período relativamente longo de normalidade democrática, em que as instituições (partidos, judiciário, eleições) funcionaram sem grandes sobressaltos ou rupturas. De fato, trata-se de situação bem rara na história republicana. O único abalo veio da forma nebulosa como se alterou a Constituição, permitindo a reeleição do presidente.

Em 1998 ocorreram eleições, e Fernando Henrique encabeçou mais uma vez a aliança PSDB-PFL, tendo como principal concorrente, mais uma vez, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. O presidente habilmente utilizou sua imagem como o criador do Plano Real, o homem que venceu a tão odiada inflação, portanto uma pessoa particularmente habilidosa para enfrentar a crise que se avizinhava. Ao candidato do PT coube enfrentar novamente a acusação de despreparado. Em pleito marcado pelo pessimismo, pouca mobilização e **medo** da crise, Fernando Henrique Cardoso foi vencedor já no primeiro turno, com 53% dos votos.

Em 2001, impossibilitado de obter um terceiro mandato, Fernando Henrique tentou fazer seu sucessor. Durante algum tempo, o ministro da Fazenda Pedro Malan foi o candidato de sua preferência, mas o desinteresse deste e a própria dinâmica partidária acabaram por definir a candidatura de José Serra, peessedebista "histórico" e ministro da Saúde durante boa parte do governo FHC.

Na frente oposicionista, Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez (a quarta) era candidato a presidente da República. Ciro Gomes, jovem liderança ascendente, porém sem vínculos partidários mais sólidos, lançou-se candidato pelo PPS e, após rápida subida nas pesquisas eleitorais do início de 2002, amargou forte queda, em parte fruto de seu descuido no uso de uma linguagem forte, quase arrogante. Ao final, a campanha foi entre José Serra e Lula, ambos indicados para segundo turno. Em meio a crescente apoio e a um clima de otimismo generalizado, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no segundo turno com 61% dos votos válidos. E, no seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, pôde afirmar, triunfante: "A esperança venceu o medo!".

Política externa

Durante os anos Fernando Henrique, a principal iniciativa do Brasil na área de política externa foi o prosseguimento do processo de integração econômica com países vizinhos, no âmbito do Mercosul. Em janeiro de 1995, foram simbolicamente removidas as barreiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O processo se iniciara em 1986, com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice) pelos presidentes do Brasil e da Argentina, então José Sarney e Raul Alfonsín.

Países do Mercosul

Org. pelo autor

Allmaps/Arquivo da editora

▲ Mercosul: o mais importante projeto de integração de mercados no sul do continente americano

Em 1988, Brasil e Argentina assinaram um novo acordo, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, visando definir um espaço comum no prazo máximo de dez anos. O Tratado de Assunção, em 1991 (visando à formação do Mercado Comum do Sul, já com a participação do Uruguai e Paraguai), e a Cúpula de Ouro Preto, em 1994 (definindo janeiro de 1995 como data de início da união), foram etapas importantes no processo.

Ainda longe de representar união plena ou mercado comum de fato, o Mercosul tem buscado caminhar nessa direção, com a adoção de medidas como tarifas externas comuns para os países membros, fim das barreiras comerciais entre esses países, bem como adoção de compensações e dinamização comercial.

Os resultados foram rápidos: o fluxo do comércio entre os sócios fundadores do Mercosul subiu de US$ 4 bilhões, em 1990, para US$ 15 bilhões, em 1995. Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes e um PIB combinado por volta de US$ 1 trilhão de dólares, o Mercosul representaria o surgimento de um bloco econômico de peso no mercado internacional. Na época, o Mercosul foi considerado uma tentativa de resposta sul-americana ao processo de globalização da economia, expressando a tendência de formação de blocos regionais.

Sociedade

A conjuntura social nos anos FHC foi marcada em grande parte pelo crescente desemprego. A abertura para as importações, gerando desindustrialização, o aumento da concorrência, gerando políticas de reengenharia nas empresas – busca de aumento de eficiência e redução de custos por meio de demissões –, a continuidade do processo de fusões empresariais, a automação nas indústrias e serviços e a simples estagnação econômica, todos esses fatores contribuíram para a elevação das taxas de desemprego.

Se a taxa nacional de desemprego manteve tendência de alta, aproximando-se dos 8%, nas grandes regiões metropolitanas a situação era bem mais grave, muitas vezes aproximando-se dos 20% no início de 1999 e final de 2002.[3] Isso significou não apenas uma séria questão social, como também um forte estímulo à violência urbana, que explodiu nos anos Fernando Henrique.

A taxa de mortes por homicídio passou de 19 (por mil habitantes) em 1992 para 26,5 no final do governo. A população mais jovem, com maior dificuldade para encontrar espaço em um mercado de trabalho contraído, foi particularmente afetada: em 1999, 38% das mortes de jovens de 15 a 24 anos foram provocadas por homicídio.[4] O crime organizado expandiu-se em torno do tráfico de drogas, convertendo-se em verdadeiro poder paralelo nas favelas. Surpreendentemente, o mesmo ocorreu **dentro das prisões**, muitas vezes transformadas em centros de gerenciamento do tráfico e do crime organizado.

No campo, a tensão social encontrou expressão no **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST). Atuante desde a década de 1980, o MST promoveu ocupação de terras devolutas ou latifúndios improdutivos, tentando agilizar o mecanismo formal de reforma agrária. Procurando defender suas propriedades, muitos latifundiários passaram a organizar milícias armadas, e os conflitos com os sem-terra se multiplicaram. Em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, a própria polícia do estado do Pará (então governado por Almir Gabriel, do PSDB) foi responsável pelo massacre de 19 integrantes do MST que obstruíam uma estrada. O episódio foi condenado pela comunidade internacional

terras devolutas: terras públicas, ou seja, sem proprietário registrado.

O REGIME DE TERROR NAS PRISÕES

Veja o texto da historiadora Cynthia Campelo Rodrigues, comentando sobre a prisão Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, indicando que ali estavam as sementes do terror que vivencia a esmagadora maioria dos presos nos presídios do país neste início de século XXI.

Torturas, superlotação, corrupção, instalações precárias e total falta de assistência aos detentos. Não, essa não é uma descrição do Carandiru, de Bangu 1, do Dops ou da prisão da Ilha Grande. Ao contrário do que acreditam alguns pesquisadores do tema, o regime de terror que impera nos presídios brasileiros não foi criado pelas ditaduras do século XX. Há 300 anos, os maus-tratos e desmandos já faziam parte do cotidiano da mais importante prisão do Brasil colonial, a Cadeia Velha, no Rio de Janeiro.

A cadeia funcionava no mesmo prédio que a Câmara Municipal, como era costume no Brasil colonial, situado onde fica o Palácio Tiradentes. Não se sabe a data exata de sua construção, mas documentos mostram que a prisão já estava em funcionamento nas primeiras décadas do século XVIII.

[3] Fontes: IBGE e Dieese.

[4] Números do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves). In: *Folha de S.Paulo*, 19 dez. 2002. Especial, p. 16.

A Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, em foto de 1919

Augusto Malta/Acervo Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro

Marlene Bergamo/Folha Imagem

O constante aumento da população carcerária é um dos aspectos da situação de violência e insegurança dos últimos anos. Nos cárceres superlotados, a ineficiência do sistema penitenciário tem produzido um quadro de degradação dos direitos humanos, em evidente violência do Estado contra cidadãos. A situação carcerária já foi apontada como calamitosa em tempos passados e nada confirma que tenha mudado nesse início do século XXI: segundo dados de 2010, a população carcerária dobrou nos últimos 9 anos, formando um total de 473 mil detentos, número três vezes maior que o de vagas nos presídios. A foto de 2008 mostra o confinamento de mais de cem detentas em um espaço destinado para doze pessoas, na delegacia feminina de Monte Mor (SP)

A "Bastilha brasileira" era o esteio do Antigo Regime na colônia e para lá eram mandados todos aqueles que perturbavam a ordem ou desafiavam o poder da Coroa portuguesa. Em suas dependências se amontoavam todos os tipos de criminosos, desde prostitutas e escravos até os envolvidos na Inconfidência Mineira.

[...]

Os presos tinham de custear sua "estadia" na cadeia. Aqueles que tinham algumas posses pagavam para ficar na sala-livre, compravam comida ou davam dinheiro para o carcereiro fazê-lo e também podiam mandar vir de casa suas refeições. Os desamparados, porém, tinham de financiar sua temporada no cárcere pedindo esmolas para as pessoas que circulavam nas proximidades do prédio da Cadeia. A pior situação era dos escravos, que, por força da lei, deviam ser sustentados por seus respectivos senhores. Muitos eram esquecidos na prisão e não recebiam nenhum tipo de assistência.

Os detentos que tinham permissão para pedir esmolas se instalavam na rua como mendigos. Segundo o historiador José Vieira Fazenda, "para este mister destacava-se um condenado que, preso por comprida corrente às grades da prisão, podia chegar até o meio da rua. Para descanso desse peditório, feito ao rigor do sol, davam-lhe um tamborete, onde o infeliz, de quando em vez, se sentava, cansado de tão grande faina".

[...]

Com a proclamação da República, em 1889, o cárcere se tornou símbolo dos algozes de Tiradentes, detento mais célebre da história da prisão, então alçado à condição de mártir republicano. Pouco tempo depois, no século XX, a cadeia Velha foi finalmente demolida. A intenção era apagar da memória nacional esse monumento ao retrógrado passado colonial, mas o legado da "Bastilha brasileira" continua mais vivo do que nunca nos milhares presídios espalhados pelo país. Em pleno século XXI, essas penitenciárias continuam a funcionar nos mesmo moldes que a velha masmorra do século XVIII.

RODRIGUES, Cynthia Campelo. A Bastilha brasileira. In: *História Viva*. São Paulo: Duetto, ano VI, n. 76, p. 66-71.

PRIMEIRO E SEGUNDO GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

A eleição de Lula resultou da consciência mais ou menos disseminada em todo o país ou em todos os grupos sociais da necessidade de mudanças, principalmente quanto à distribuição de riquezas. A concentração de renda no país era considerada no mínimo **imoral** e resultava não só em graves problemas sociais, como também de segurança, afetando muitos daqueles que poderiam ser mais resistentes a essas mudanças. No final de 2006, Lula foi eleito para um segundo mandato de quatro anos.

Economia e sociedade

Desde o início ficou claro que o novo governo não iria adotar nenhuma medida de choque como solução para os graves problemas econômicos nacionais. Por um lado, tal decisão mostrou-se adequada, principalmente por causa do recente histórico de medidas "mirabolantes" adotadas por diversos governos com resultados amargos (Plano Cruzado em 1986, Plano Collor em 1990). Por outro lado, ao evitar medi-

das grandiosas o governo acabou limitando-se às práticas econômicas do final do período Fernando Henrique, ou seja, a manutenção de uma política econômica baseada no combate à inflação por meio das altas taxas de juros, no estímulo às exportações e no equilíbrio fiscal, subordinando os gastos governamentais à receita, como forma de lidar com uma imensa dívida, tanto externa quanto, principalmente, interna.

No que se refere à **inflação**, o governo conseguiu mantê-la em níveis baixos. As altas taxas de juros, mantidas em quase todo período, contribuíram de forma decisiva. O resultado foi a transferência de recursos a setores privados. Contudo, do primeiro mandato ao início do segundo, registrava-se uma situação descendente na política de juros, provocada, entre outras razões, pelo excesso da oferta de capital externo, fruto da expansão econômica mundial em andamento (o maior surto mundial de expansão da produção e do crédito em trinta anos).

Nelson Almeida/Pulsar Imagens

▲ Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, após receber a faixa presidencial durante a cerimônia de posse.

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]
1999	1,2	Fernando Henrique
2000	0 6	Fernando Henrique
2001	2,6	Fernando Henrique
2002	13	Fernando Henrique
2003	24,8	Lula
2004	33,6	Lula
2005	44,7	Lula
2006	46 4	Lula
2007	40	Lula
2008	24 8*	Lula
2009	24 6*	Lula

Base de dados do Portal Brasil® Banco Central do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Siscomex e Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <www.portalbrasil.net/economia_balancacomercial.htm> Acesso em 17 mar. 2010

*Início da crise internacional tendo como eixo os Estados Unidos

Quanto às exportações, manteve-se a tendência de alta registrada desde a primeira grande desvalorização do real, em 1999. A própria eleição de Lula gerou, em um primeiro momento, uma aceleração da desvalorização, na medida em que havia temor de um governo comprometido com medidas "esquerdizantes". Além disso, a manutenção do crescimento econômico da China (cada vez mais compradora no mercado internacional) e a estabilidade da economia norte-americana, superando os abalos imediatamente posteriores aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, contribuíram para criar um clima de estabilidade e crescimento da economia mundial, ajudando a expandir as exportações brasileiras. Porém, passou a ocorrer uma concentração cada vez maior das exportações no setor primário (minérios e produtos agrícolas).

Apesar da intensa propaganda, as despesas do governo na **área social** ficaram muito aquém do esperado, afetando políticas públicas por não provocar o "enxugamento" de uma máquina político-administrativa inflada. Em 2006, estimaram-se em R$ 420 bilhões as despesas da administração pública do setor federal, algo como 19,7% do PIB.[5] Somando os gastos com as máquinas governamentais federal, estadual e municipal, bem como Executivo, Legislativo e Judiciário, chegou-se perto "de 38% de tudo o que é produzido" no país.[6] Assim, além do déficit anual de R$ 77 bilhões com a Previdência Social (R$ 35 bilhões relativos aos aposentados do setor público), área à qual são destinados cerca de 7,5% do PIB, somavam-se os gastos crescentes com pessoal. Somente na esfera municipal registrou-se um enorme aumento no número de municípios: de 4 491 em 1991 para 5 564, em 2005. Como resultado, surgiram no período mais de mil novos prefeitos, Câmaras de Vereadores e todo o aparato necessário para administrar uma cidade.[7]

Muitas vezes o compromisso do governo com a área social ficou bastante distante do esperado, como foi o caso do programa **Fome Zero**. Lançado

[5] KASSAI, Lúcia. O governo na contramão. In: *Revista da Indústria*. Fiesp, jul. 2007. Disponível em: <www.fiesp.com.br/revista/2007/07/pdf/pag 18-23.pdf> Acesso em: 1º out. 2007

[6] Conforme MORAES, Antônio Ermírio. Mais eficiência e menos gastos. In: *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 12 ago. 2007. p. A2. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1208200706.htm> Acesso em: 2 out. 2007

[7] KASSAI, Lúcia. O governo na contramão. In: *Revista da Indústria*. Fiesp, jul. 2007. Disponível em: <www.fiesp.com.br/revista/2007/pdf/pag 18-23.pdf> Acesso em: 1º out. 2007

já no discurso da posse, o projeto granjeou simpatia da população, porém não representou nenhuma mudança radical em relação aos programas sociais já existentes. Ainda na área social, o principal projeto do governo foi o **Bolsa Família**, baseado na transferência direta de recursos para famílias de baixa (ou nenhuma) renda. No início de 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o projeto atendia 12,5 milhões de famílias[8]. Assumindo o compromisso de manter filhos na escola e respeitar, por exemplo, o calendário de vacinação para crianças, as famílias de baixa renda se tornavam aptas a receber um valor mensal de R$ 22,00 a R$ 200,00.

Resultados

A adoção de uma política econômica amigável a interesses estrangeiros, simbolizada pela liberdade para o capital especulativo e pela manutenção dos acordos com o FMI até 2005 e do compromisso com o pagamento da dívida externa (não obstante a diminuição de seu peso, se comparado com anos anteriores), acabou por limitar o ritmo da expansão econômica, apesar da conjuntura internacional favorável. Ainda não se sabe se a manutenção dessa política poderá garantir, a longo prazo, o tão desejado **crescimento sustentado** da economia brasileira; no primeiro mandato de Lula, ela apresentou, no geral, uma tímida expansão, principalmente se comparada com as altas taxas de crescimento das demais economias chamadas "emergentes".

Nos primeiros anos do novo século, a economia de países como China e Índia (e, durante algum tempo, até mesmo da Argentina) crescia a um ritmo mais acelerado que a do Brasil, aproveitando-se da situação econômica internacional favorável. Apesar de tímidos, os números da economia brasileira finalmente começavam a apresentar dados alentadores. Em 2004, conseguiu-se, pela primeira vez desde 1950, uma combinação singular: economia crescendo acima de 4%, saldo comercial superando 1% do PIB e inflação abaixo de 10%.[9] Outro dado positivo é que, apesar da desigualdade socioeconômica continuar extremamente elevada, em 2004 ocorreu sua redução ao nível mais baixo dos últimos trinta anos.[10]

[...] DO PIB (COMPARAÇÃO COM ANO ANTERIOR, EM PORCENTAGEM)

2000	4.3	Fernando Henrique
2001	1.3	Fernando Henrique
2002	2.7	Fernando Henrique
2003	1.1	Lula
2004	5.7	Lula
2005	3.2	Lula
2006	4.0	Lula
2007	5.7	Lula
2008	5.1	Lula
2009*	-0.2	Lula

IBGE. Disponíveis em: <www.ibge.gov.br/series_estatisticas/>. Acesso em: 19 out. 2009; *<www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1571&id_pagina=1>. Acesso em: 17 mar. 2010.

A ONDA DE CRESCIMENTO

– *Querido, você tem certeza de que essa coisa chega aqui até a hora do almoço?*

Folha Imagem

▲ Charge publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em dezembro de 2004, que retrata as limitações do crescimento econômico daquele ano.

Entre 2008 e 2009, surgiu uma situação inédita. O colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, seguido de uma das mais espetaculares quebras da Bolsa de Nova York, gerou pânico nos mercados internacionais e o temor de uma nova Depressão, a maior desde a década de 1930. Apesar dos sobressaltos iniciais, o "furacão" mundial atingiu o Brasil apenas como "uma marolinha" (nas palavras do presidente Lula).

[8] Disponível em: <www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>. Acesso em: 27 mar. 2010.

[9] Dados extraídos de RODRIGUES, Fernando; PATU, Gustavo. País obtém combinação histórica em 2004. In: *Folha de S.Paulo*, 1.º jan. 2005. p. B1.

[10] Consulte o *site*: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/NTquedaatualizada.pdf>. Acesso em: 2 out. 2007.

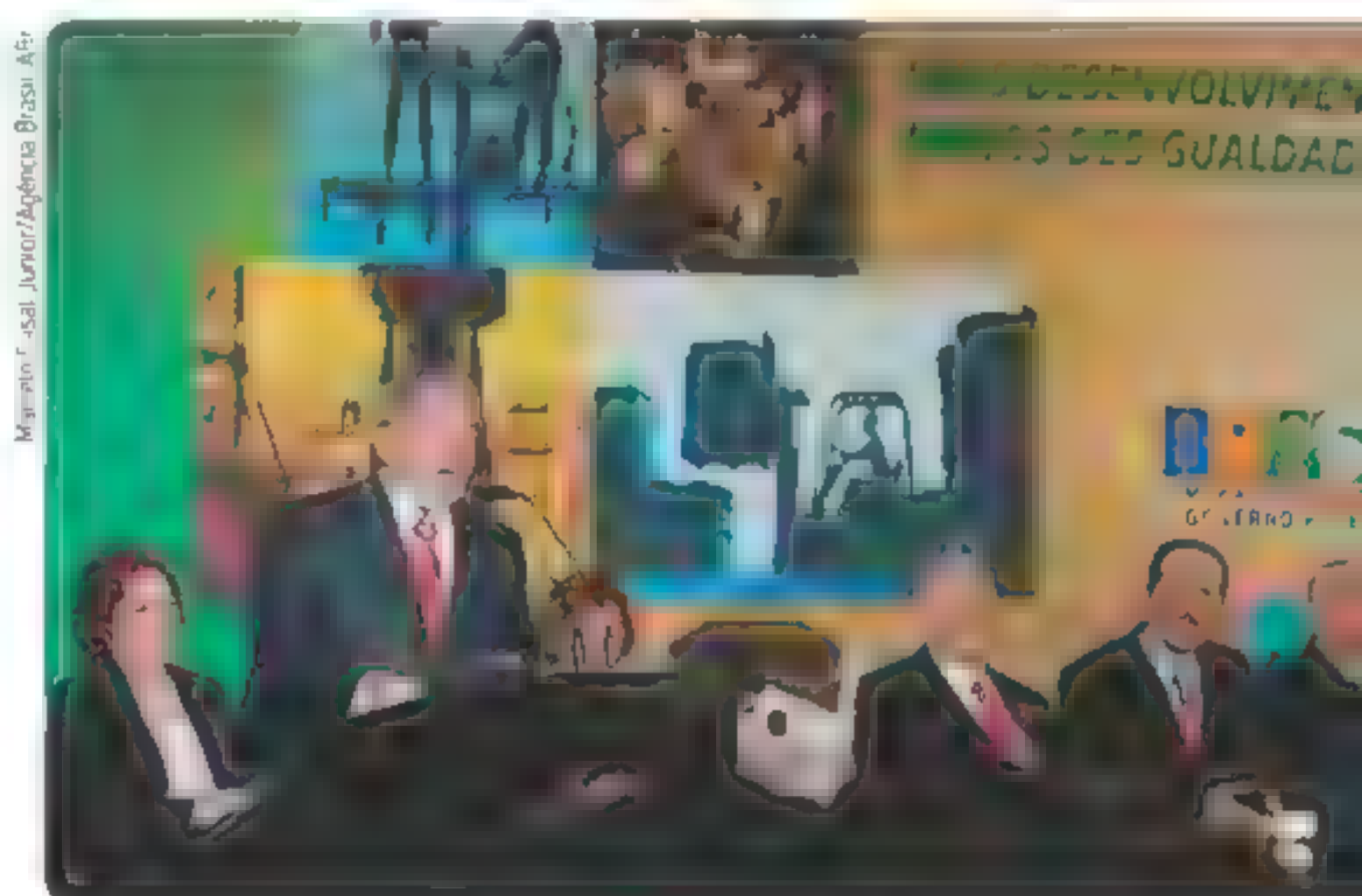
Mesmo assim, revertendo o crescimento do PIB, que ficou negativo em 2009 (como se vê na tabela da página anterior). A existência de uma grande reserva cambial no país, bem como o clima de otimismo gerado pelo crescimento econômico dos três anos anteriores e a elevação do consumo de camadas populares graças a medidas socioeconômicas e assistenciais, fez com que não apenas o valor da moeda fosse mantido, como a economia permanecesse em funcionamento, sem retração permanente da demanda – diferentemente do que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Além disso, na medida em que países como Brasil, Índia e principalmente a China mantinham-se quase imunes à crise, eles passaram a ser vistos como os responsáveis por uma retomada do crescimento econômico mundial, o que acabou resultando na atração de mais investimentos e na aceleração da economia.

Um dos aspectos problemáticos do governo Lula, em nada diferente de governos anteriores, foi não priorizar os investimentos em infraestrutura. Em diversos setores, houve o sucateamento da infraestrutura existente e a falta de investimentos em novos projetos, como estradas, portos, saneamento e urbanização. Um exemplo era o transporte aéreo: devido às condições precárias da infraestrutura desse setor, diversos acidentes aéreos ocorreram em 2006. Somente a partir da relativa bonança econômica do segundo mandato de Lula começaram a surgir planos de investimento mais ambiciosos, muitas vezes sob o rótulo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apesar de certo tom eleitoreiro de muitos de seus projetos, o PAC contribuiu para a discussão das prioridades e investimentos em infraestrutura e modernização.

Na área da segurança, o empobrecimento e o sucateamento da infraestrutura policial (falta de equipamentos e de formação adequada, salários baixos, comando e organização ineficientes) agravaram a violência urbana, cada vez mais generalizada nas grandes cidades, com taxas de mortalidade que caracterizam uma verdadeira guerra civil. Vinte anos de relativa estagnação econômica acabaram por criar uma massa urbana excluída do mercado de trabalho, o que leva um número expressivo de jovens a praticar atividades ilícitas, entre as quais o tráfico de drogas e a participação nas redes de crime organizado.

Em maio de 2006, uma organização criminosa ligada ao tráfico de drogas e comandada de dentro de presídios desencadeou uma onda inédita de violência, com o ataque em larga escala a forças policiais e civis, atingindo pelo menos seis estados brasileiros. A cidade de São Paulo foi paralisada; a população se recolheu a suas casas e a polícia iniciou operações de represália, com violência sem precedentes. Outros ataques do crime organizado continuaram acontecendo tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

De 2007 ao início de 2010, sem redução expressiva da violência urbana, mas em meio a uma situação de crescimento econômico inicial e efeitos da crise internacional de 2008/2009, foram gerados milhões de novos empregos com carteira de trabalho assinada, um crescimento recorde em relação aos últimos anos. Mesmo assim, em janeiro de 2010, a taxa de desemprego estava em 12,6%, segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)[11], tomando como base seis grandes regiões metropolitanas. Junto ao otimismo de muitos quanto a um crescimento econômico sustentado ou reservas e dúvidas de outros diante dos efeitos da crise internacional, no início de 2010, somava-se o começo da campanha eleitoral com vistas às eleições para a sucessão de Lula. Outra notícia positiva recente foi que a concentração de renda diminuiu, graças ao impacto dos programas assistenciais e aos avanços na educação, além da redução da desigualdade no mercado de trabalho. Apesar de significativa, a diminuição na concentração de renda não fez com que o país deixasse de estar entre os piores do mundo em distribuição de renda.

Marcello Casal Junior/Agência Brasil

▲ O presidente Lula discursando durante o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 22 de janeiro de 2007, Brasília. Na imagem vemos também a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef; a primeira-dama, Marisa Letícia; o vice-presidente, José Alencar, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega

[11] Disponível em: <www.salariominimo.net/2010/03/15/taxa-de-desemprego-no-brasil-janeiro-2010/>. Acesso em: 17 mar. de 2010

O quadro político

Os dois mandatos de Lula foram importantes como forma de consolidação do regime democrático liberal e algumas de suas instituições. Além disso, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido considerado de esquerda, e a observação de sua prática administrativa constituem importante aprendizado político.

No governo Lula, algumas das práticas mais criticadas dos governos anteriores permaneceram vivas, como a negociação a qualquer custo com os membros do Congresso, visando à obtenção de maioria parlamentar. Nesse contexto, ocorreu a maior crise política do primeiro governo Lula: o escândalo do Mensalão, em 2005, envolvendo o suposto pagamento de uma "mesada" para deputados, que assim votariam em favor dos projetos do governo. Um escândalo que colocou em xeque o sempre destacado perfil "ético" do partido do PT.

Sergio Lima/Folha Imagem

▲ Manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília, em junho de 2005.

Para seus opositores, o governo Lula privilegiou políticas que resultavam em apoio popular imediato, em detrimento de planejamentos de longo prazo. Esse seria o caso dos projetos assistenciais, que, em vez de promover uma forma de ampliar o acesso à renda (por meio do trabalho), se dedicariam pura e simplesmente a **entrega de dinheiro** para os mais desfavorecidos.

A respeito das práticas políticas do governo Lula, escreveu o petista Frei Betto, que chegou a ser assessor especial do presidente entre 2003 e 2004: "O governo Lula optou por privilegiar alianças partidárias que, por vezes, incluíram políticos notoriamente corruptos, de práticas antagônicas aos fundamentos do PT. No calor do processo eleitoral, essas alianças não se pautaram por metas estratégicas capazes de delinear o perfil de um novo país. O balaio de votos pesou mais que a utopia de construir 'um outro Brasil possível'." [12]

Em agosto de 2007, no desdobramento da crise do Mensalão, o Supremo Tribunal Federal abriu processos para julgar quarenta pessoas acusadas, algumas delas da cúpula do PT. Do primeiro para o segundo mandato de Lula, os principais líderes do partido (entre eles, José Dirceu e Antônio Palocci) foram afastados de postos governamentais, e o presidente passou a depender cada vez mais de forças provenientes dos partidos conservadores tradicionais ou dos micropartidos. Assim, voltaram a ganhar relevância antigos líderes como José Sarney, por sua vez envolvido – a partir de 2009 – em nova sucessão de escândalos durante sua atuação como presidente do Senado (incluindo acusações que vão do nepotismo ao tráfico de influência). Convém lembrar que tanto o PSDB quanto o DEM ("Democratas", novo nome do PFL a partir de 2007), partidos de oposição ao governo, foram denunciados por adotar práticas semelhantes, notadamente nos governos estaduais de Minas Gerais e Distrito Federal.

A imagem de Lula permaneceu em grande parte intocada, mas o esvaziamento de seu partido e algumas derrotas eleitorais significativas (por exemplo, em São Paulo e Porto Alegre, nas eleições de 2004 para prefeito) deram força àquilo que muitos denominaram **lulismo**. Caracterizado pelo discurso social e por políticas assistencialistas como o Fome Zero e Bolsa Família, o lulismo reforça a imagem do presidente da República como um indivíduo acima da política partidária e capaz de estabelecer um diálogo direto com a população carente. O resultado tem sido a grande popularidade do presidente, principalmente entre os mais pobres, paralelamente à perda de prestígio de seu partido.

Sob Lula, o Estado apenas começou a colher os frutos de um programa de estabilização de longo prazo, restando a grande tarefa de superar os gargalos existentes na infraestrutura econômica que permitirão a continuação do crescimento no longo prazo. Além disso, questiona-se atualmente a própria validade desse crescimento, uma vez que há sérias questões ambientais que devem ser equacionadas por qualquer modelo econômico expansionista.

[12] Extraído de Betto, Frei. *Calendário do poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. Citado em ROSSI, Clóvis. A vaia do amigo do rei. In: *Folha de S.Paulo*, 28 jul. 2007. p. A2

Conclusão: rumo a uma mudança de paradigma?

Durante mais de vinte anos, incluindo as décadas de 1980 e 1990 e os primeiros anos do novo século, o país passou por uma impressionante estagnação econômica, talvez como jamais vista na História do Brasil. Foram anos marcados inicialmente pela inflação e, em seguida, pela estagnação econômica, e qualquer período de crescimento era acompanhado pela paralisia dos anos seguintes. Ao mesmo tempo, vivia-se na dependência da situação econômica internacional, quando qualquer abalo tinha consequências imediatas no país.

Nesse período consolidou-se na mentalidade das pessoas aquilo que só pode ser chamado de **pessimismo realista**: a realidade, analisada friamente, não dava oportunidade a nenhum otimismo, e as perspectivas eram sombrias. Os resultados são bem conhecidos: deterioração das cidades, sucateamento da infraestrutura, falta de oportunidades gerando desde crime e violência até a massa de excluídos nas grandes cidades. Pior ainda, antes dos "anos perdidos", o último momento de otimismo havia ocorrido na época do "milagre econômico" do regime militar. Mas esse milagre provou-se uma falácia, ruindo diante da crise da dívida dos anos 1980: o otimismo dos anos 1970 passou a soar como uma mentira, e todo o discurso nacionalista, uma farsa de viés autoritário.

Criou-se assim uma geração cética em relação ao potencial do país. Porém, por volta de 2009, algumas mudanças começaram a acontecer. Não só a mídia, mas também lideranças políticas internacionais começaram a falar do Bric, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia e China como as potências do futuro, como já apontamos anteriormente. A permanência da estabilidade política e econômica e, sobretudo, a quase imunidade do país ao grande abalo econômico de 2008-2009 só reforçaram essa visão. A isso acrescenta-se a descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral brasileiro, o chamado "pré-sal", que trouxe novas perspectivas favoráveis à economia.

A crescente atuação diplomática do Brasil também passou a ser notada. Desde 2004 o país lidera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, cujo maior contingente é formado por tropas brasileiras. Em 1999, foi criado o G20, grupo das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia. Trata-se de um órgão que vem assumindo uma importância cada vez maior na comunidade internacional e do qual o Brasil participa.

Marcos de Paula/AE

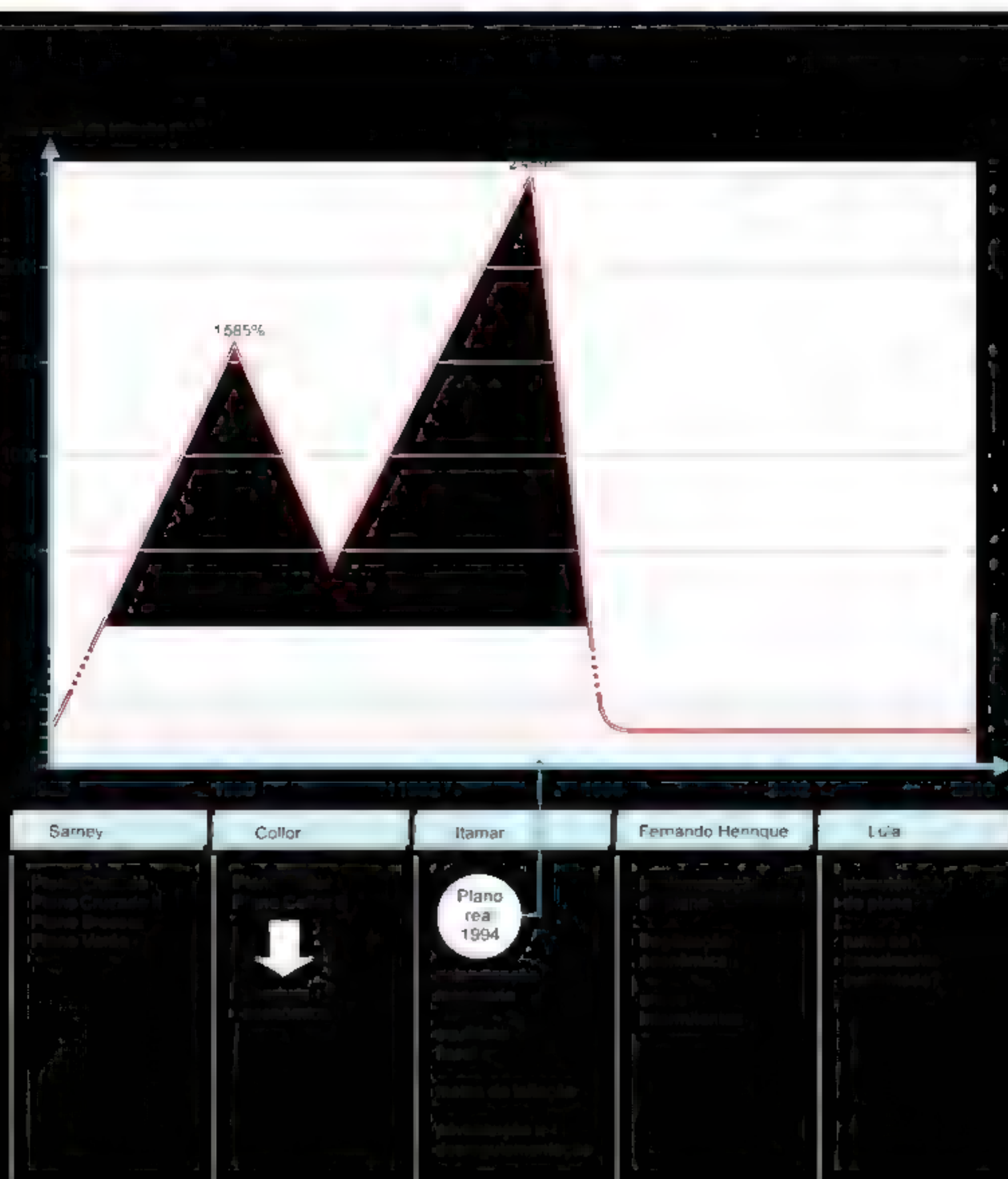
▲ Na foto de 2010, os "capacetes-azuis", militares brasileiros da missão de paz das Nações Unidas no Haiti, desembarcam na Base Aérea do Galeão, Rio de Janeiro.

Além disso, desde o governo Fernando Henrique existe o projeto de dar ao Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Apesar de inúmeras dificuldades, o projeto segue adiante, com importantes aliados (como o presidente francês Nicholas Sarkozy). Um sinal do papel cada vez mais ativo da diplomacia brasileira foi dado no final de 2009, quando a embaixada brasileira em Honduras recebeu o presidente deposto do país, logo após o posicionamento oficial do Brasil condenando o golpe de Estado recém-ocorrido. Trata-se de ruptura com uma prática de décadas da diplomacia brasileira, de não intervenção em assuntos internos de outro país. Segundo vários analistas, o episódio foi o marco de uma nova forma de atuação internacional do Brasil, tomando posições e, portanto, assumindo responsabilidades.

▲ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da França, Nicolas Sarkozy, durante a Conferência Mundial do Clima (COP-15), promovida pela ONU em Copenhague, na Dinamarca, em 2009.

Em outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional elegeu a cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. Historicamente, são escolhidas como cidades olímpicas preferencialmente centros tradicionais (em países da Europa e Estados Unidos) ou centros emergentes (caso das Olimpíadas de Seul 1988 e Pequim-2008). Nesse sentido, é visível a percepção da comunidade internacional em relação ao potencial do país, assumindo um otimismo inédito nos últimos anos.

Certamente não se pode afirmar que a escolha da sede das Olimpíadas signifique o reconhecimento do Brasil como potência mundial, como afirmam alguns, ou que o Rio de Janeiro em menos de dez anos possa se ver livre de favelas, em virtude dos investimentos previstos para a Olimpíada. A dívida social do Brasil a ser sanada tem um tamanho gigantesco. No entanto, as boas notícias nos últimos anos indicavam que talvez os anos do pessimismo a toda prova já tenham passado e, nesse caso, pode ser o momento do **não negativismo** como um novo paradigma para o Brasil.

Mudanças econômicas no Brasil de 1990 a 2004

1585%

Sarney

Collor

Itamar

Fernando Henrique

Lula

Plano real 1994

ATIVIDADES

Siga o roteiro abaixo com base no esquema-resumo da página anterior e no que você estudou ao longo do capítulo

Defina o que é o neoliberalismo. Em seguida, identifique em que governos brasileiros entre 1990 e 2004 ele esteve mais presente, justificando sua resposta.

Desde a década de 1990, a participação do Brasil na economia mundial cresceu, bem como sua importância nas decisões internacionais. Potência na América Latina, o país desponta cada vez mais como uma das grandes referências mundiais, tanto na economia como na política. Para confirmar essa constatação, pesquise em jornais, revistas e na internet notícias que destaquem o papel brasileiro em encontros, estatísticas e destaques da imprensa internacional. Redija um texto elencando os resultados encontrados.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de documento

→ A reportagem abaixo foi publicada no dia 30 de setembro de 1992. Leia o texto e responda às questões propostas.

Fernando Affonso Collor de Mello, 43, está afastado da Presidência da República. Em decisão inédita na América Latina, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment por 441 votos a 38. Houve uma abstenção e 23 ausências. A 821 dias do fim de seu mandato, Collor deve deixar o cargo hoje, assim que for notificado da instauração do julgamento no Senado sob acusação de crime de responsabilidade. O vice Itamar Augusto Cautiero Franco, 62, assume automaticamente. Será o 37.º presidente do Brasil. [...]

Manifestações em 17 cidades somaram 500 mil pessoas, segundo a PM. Em São Paulo, 120 mil tomaram o Anhangabaú. Em Brasília, 100 mil foram para a frente do Congresso. [...]

O impeachment *interrompe o primeiro governo eleito diretamente em 29 anos. Na campanha, o "caçador de marajás" anunciou que deixaria "a direita indignada e a esquerda perplexa". Empossado, o mais jovem presidente prometeu derrubar a inflação com um golpe. Fez do* marketing *seu estilo de governo, voou de supersônico, popularizou o* jet-ski *e estampou suas ideias em camisetas nas corridas de domingo. Mas fixou uma agenda de questões hoje aceita pelo país e iniciou o processo de privatização e abertura da economia. Seu plano econômico, porém, fracassou. Forçado a rever a autossuficiência, estendeu a mão para um frustrado entendimento nacional. Isolado, abraçou a fisiologia e chamou para o ministério nomes do regime militar.*

Em maio, o irmão Pedro deflagrou as denúncias de corrupção que terminaram por depor o governo. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar as atividades de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do presidente; após 84 dias de investigação, a CPI conclui que a conduta de Collor era incompatível com a dignidade do cargo. [...]

IMPEACHMENT! *Folha de S.Paulo*, 30 set. 1992. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30set1992.htm>. Acesso em: 3 abr. 2010.

a) Que acontecimento da História do Brasil a matéria comunica? Como ele ocorreu?

b) De acordo com a reportagem, é possível afirmar que esse fato foi bem recebido pela população? Justifique.

c) Como a reportagem caracteriza o primeiro governo eleito diretamente em 29 anos? Identifique que aspectos do mandato de Collor foram mais destacados.

d) Qual foi o critério alegado pela CPI para definir o afastamento de Collor do cargo, mesmo com as investigações de corrupção ainda em andamento?

2 Comparação de pontos de vista

→ Os dois textos a seguir, publicados na imprensa na primeira década do ano 2000, avaliam aspectos relacionados aos governos de Fernando Henrique Cardoso. Leia-os e, em seguida, faça as atividades.

Texto 1

[...] Depois de várias tentativas consideradas "heterodoxas" de combate à inflação, no final da década de 80 começava a se desenhar para o país um cenário similar ao dos outros países da região — a adesão ao neoliberalismo. [...]

O primeiro projeto neoliberal coerente foi posto em prática por Fernando Collor de Mello, eleito presidente em 1989, porém afastado depois pelo Congresso, por corrupção, em 1992, deixando interrompido o processo de abertura da economia, de privatização, de diminuição do tamanho do Estado e de desregulação econômica – pilares do Consenso de Washington. Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da Economia do vice-presidente de Collor de Mello – Itamar Franco – e depois como presidente eleito, em 1994, retomaria esse projeto, dando-lhe novo formato – o de combate à inflação, como modalidade latino-americana do projeto neoliberal de ataque aos gastos estatais como suposta raiz da estagnação e do atraso econômico. [...]

Um balanço sintético das transformações vividas pelo Brasil na década de 90, e especialmente durante o governo Cardoso, pode ser resumido em dois aspectos centrais: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A modalidade adotada de estabilização monetária, como foi dito, centrada na atração de capitais financeiros para os papéis da dívida pública, promoveu esse capital a um papel hegemônico na economia. As campanhas de Cardoso foram prioritariamente financiadas pelos maiores bancos brasileiros, o sistema bancário foi o beneficiário do único plano – milionário – de salvação econômica e, principalmente, os serviços da dívida pública consomem mais do que 100 bilhões de reais por ano. [...]

Esses dois grandes fenômenos – a financeirização da economia e a precarização do mundo do trabalho, com todos os seus desdobramentos – sintetizam a pesada herança deixada por Cardoso para seus sucessores. Uma herança que, além de econômica e social, também se reflete no campo político [...]

SADER, Emir. A Era Pós-Cardoso. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1.º out. 2002. Disponível em: <http://diplo.org.br/2002-10,a455>. Acesso em: 3 abr. 2010.

Texto 2

Na véspera dos dez anos de implantação do real, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso rebateu as críticas à adoção da moeda. "Não era função do real [a moeda] garantir crescimento, gerar empregos [...]. Isso é função da política econômica", disse ontem em São Paulo [...]. "A herança [do Real] foi a moeda estável." Em palestra de cerca de 40 minutos, o ex-presidente rebateu também os ataques a respeito da duração da manutenção do câmbio fixo. "O câmbio ficou [fixo] porque tínhamos medo de mudar e de a inflação voltar", declarou, ao argumentar que não houve "intenção eleitoreira" na manutenção do câmbio fixo. O real sofreu forte desvalorização em janeiro de 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC.

Ao fazer um balanço dos dez anos do Plano Real, FHC enfatizou que o controle da inflação em patamares baixos eliminou a "fumaça" que impedia que fossem vistos os problemas que afligiam as camadas sociais mais baixas.

Em uníssono com Fernando Henrique, o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan também reiterou que o objetivo do Plano Real era combater a taxa de inflação "alta e crônica" e rebaixá-la para níveis "civilizados". E nisso, disse, o Real foi "extraordinariamente bem-sucedido". Malan declarou que era "exigir demais do real" que ele conseguisse diminuir as desigualdades sociais e promovesse o crescimento. "O real não foi lançado para resolver todos os problemas do Brasil." [...].

CARDOSO, Cíntia. Herança do Plano é moeda estável, diz FHC. In: *Folha de S.Paulo*, 1.º jul. 2004. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0107200439.htm>. Acesso em: 3 abr. 2010.

a) De que forma o texto 1 compara o governo FHC com o governo de Collor?

b) Quais são as duas grandes transformações ocorridas durante a década de 1990 e, especialmente, no governo FHC na opinião do autor do texto 1? Elas são consideradas mudanças positivas?

c) No texto 2, Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista, procura valorizar o Plano Real. A partir da fala do ex-presidente, que possíveis críticas esse plano recebeu? Como ele se defende delas?

d) Compare a opinião do autor do texto 1, Emir Sader, com as falas de FHC e Pedro Malan, presentes no texto 2. Elabore um diálogo imaginário entre os três sobre o Plano Real e o governo FHC, utilizando os argumentos expostos por eles nos textos.

3 Análise de imagem

→ Observe atentamente a charge do cartunista Angeli. Em seguida, responda às questões.

A ALMA DO NEGÓCIO

– Tenha calma, mulher! A propaganda eles já lançaram, agora só resta criarem o produto!

a) Quem são os personagens retratados na charge e que elementos da imagem ajudam a identificá-los?

b) Que referências o autor da charge faz a características do governo Lula? Justifique.

c) Pode-se dizer que a charge faz uma crítica ao governo Lula? Explique.

Questões & testes

CAPÍTULO

Enem

1. A industrialização do Brasil é fenômeno recente e se processou de maneira bastante diversa daquela verificada nos Estados Unidos e na Inglaterra, sendo notáveis, entre outras características, a concentração industrial em São Paulo e a forte desigualdade de renda mantida ao longo do tempo. Outra característica da industrialização brasileira foi
   a) a fraca intervenção estatal, dando-se preferência às forças de mercado, que definem os produtos e as técnicas por sua conta.
   b) a presença de políticas públicas voltadas para a supressão das desigualdades sociais e regionais, e desconcentração técnica.
   c) o uso de técnicas produtivas intensivas em mão de obra qualificada e produção limpa em relação aos países com indústria pesada.
   d) a presença constante de inovações tecnológicas resultantes dos gastos das empresas privadas em pesquisa e em desenvolvimento de novos produtos.
   e) a substituição de importações e a introdução de cadeias complexas para a produção de matérias-primas e de bens intermediários

2. *O ano de 1954 foi decisivo para Carlos Lacerda. Os que conviveram com ele em 1954, 1955, 1957 (um dos seus momentos intelectuais mais altos, quando o governo Juscelino tentou cassar o seu mandato de deputado), 1961 e 1964 tinham consciência de que Carlos Lacerda, em uma batalha política ou jornalística, era um trator em ação, era um vendaval desencadeado não se sabe como, mas que era impossível parar fosse pelo método que fosse.*

   FERNANDES, Helio. *Carlos Lacerda, a morte antes da missão cumprida* In: Tribuna da Imprensa, 22/5/2007; com adaptações.

   Com base nas informações do texto acima e em aspectos relevantes da história brasileira entre 1954, quando ocorreu o suicídio de Vargas (em grande medida, devido à pressão política exercida pelo próprio Lacerda), e 1964, quando um golpe de Estado interrompe a trajetória democrática do país, conclui-se que
   a) a cassação do mandato parlamentar de Lacerda antecedeu a crise que levou Vargas à morte.
   b) Lacerda e adeptos do getulismo, aparentemente opositores, expressavam a mesma posição político-ideológica
   c) a implantação do regime militar, em 1964, decorreu da crise surgida com a contestação à posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República
   d) Carlos Lacerda atingiu o apogeu de sua carreira, tanto no jornalismo quanto na política, com a instauração do regime militar.
   e) Juscelino Kubitschek, na presidência da República, sofreu vigorosa oposição de Carlos Lacerda, contra quem procurou reagir.

Vestibulares

3. **(Fuvest-SP)** *(...) é fenômeno das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização. Estabelece suas raízes mais fortes em São Paulo, região de mais intenso desenvolvimento industrial no país (...) é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa. (...) A massa se volta para o Estado e espera dele o sol ou a chuva, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes.*

   Este texto de F. Weffort:
   a) faz considerações sobre o coronelismo no Brasil.
   b) caracteriza a política brasileira pós-64.
   c) descreve uma forma de dominação política que emergiu com a revolução constitucionalista de 1932.
   d) caracteriza a forma de poder oligárquico na República Velha
   e) trata do populismo no Brasil.

4. **(UFMG)** No Nordeste do Brasil, desde 1955, a luta pela terra assumiu a importância de luta política. Nesse ano surgiu, no município de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, mais tarde denominada Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas constituíram, sob a liderança de Francisco Julião, o centro de mobilização popular no campo.

   Buscando solucionar o problema agrário, o governo João Goulart tomou, a partir de 1963, algumas medidas concretas.
   a) Apresente uma das medidas adotadas pelo governo João Goulart que visava amenizar o problema agrário no Brasil
   b) Cite duas dificuldades encontradas pelo governo na implantação dessas medidas
   c) Apresente a posição das Ligas Camponesas quanto às medidas adotadas pelo governo João Goulart para resolver o problema agrário no Brasil.

5. **(PUC-SP)** O governo JK (1956-1960) – com o *slogan* "50 anos em 5" – adotou estratégias e políticas que tinham como objetivo central expandir a economia brasileira. Considerando seu aprendizado sobre esse período de nossa história, indique e comente duas características do processo de desenvolvimento econômico naquele período.

Olimpíadas da Unicamp

6. *A Era do Automóvel*

João do Rio

E, subitamente, é a era do automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os escombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações. Quando meus olhos se abriram para as agruras e também para os prazeres da vida, a cidade, toda estreita e toda de mal piso, eriçava o pedregulho contra o animal da tenda, que acabava de ser inventado na França.

Trechos da crônica de João do Rio, A Era do Automóvel, publicada originalmente em 1911.

Assinale as afirmativas corretas. Observando o texto de João do Rio e a imagem e o *slogan* da propaganda, podemos afirmar:

a) O texto e a imagem tratam dos impactos gerados pelo automóvel. A crônica de João do Rio descreve o contraste entre um equipamento moderno e uma cidade antiga.

b) No texto há uma concepção pessimista das transformações promovidas pelo automóvel. A imagem da propaganda apresenta uma visão positiva do uso de diferentes meios automotivos de transporte.

c) O tom otimista utilizado na propaganda caracteriza o desenvolviment smo da Era JK.

d) No texto e na imagem automóvel e as estradas são descritos como elementos geradores de riqueza.

CAPÍTULO 37

Enem

7. Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista. Essa divisão europeia ficou conhecida como

a) Cortina de Ferro.

b) Muro de Berlim.

c) União Europeia.

d) Convenção de Ramsar.

e) Conferência de Estocolmo.

8. *O Massacre da Floresta de Katyn foi noticiado pela primeira vez pelos alemães em abril de 1943. Numa colina na Rússia, soldados nazistas encontraram aproximadamente doze mil cadáveres. Empilhado em valas estava um terço da oficialidade do exército polonês, entre os quais, vários engenheiros, técnicos e cientistas. Os nazistas aproveitaram-se ao máximo do episódio em sua propaganda antissoviética. Em menos de dois anos, porém, a Alemanha foi derrotada e a Polônia caiu na órbita da União Soviética — a qual reescreveu a história, atribuindo o massacre de Katyn aos nazistas. A Polônia inteira sabia tratar-se de uma mentira; mas quem o dissesse enfrentaria tortura, exílio ou morte.*

Disponível em: http://veja.abril.com.br. Acesso em: 19 maio 2009, adaptado.

Como o Massacre de Katyn e a farsa montada em torno desse episódio se relacionam com a construção da chamada Cortina de Ferro?

a) A aniquilação foi planejada pelas elites dirgentes polonesas como parte do processo de integração de seu país ao bloco soviético.

b) A construção de uma outra memória sobre o Massacre de Katyn teve o sentido de tornar menos odiosa e ilegítima, aos poloneses, a subordinação de seu país ao regime stalinista.

c) O exército polonês havia aderido ao regime nazista, o que levou Stalin a encará-lo como um possível foco de restauração do Reich após a derrota alemã

d) A Polônia era a última fronteira capitalista do Leste europeu e a dominação desse país garantiria acesso ao mar Adriático.

e) A aniquilação do exército polonês e a expropriação da burguesia daquele país eram parte da estratégia de revolução permanente e mundial defendida por Stalin.

Vestibulares

9. **(Fatec-SP)** O macarthismo na década de 1950 nos Estados Unidos foi um movimento que visava:

a) conceder igualdade de oportunidades às minorias negras norte-americanas.

b) afastar de cargos públicos e de posições importantes na economia e na sociedade elementos que pudessem ter simpatias pelo regime soviético

c) levar à presidência da República o general Douglas McArthur, o comandante-em-chefe das forças aliadas no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial.

d) impedir a integração racial nos Estados do Sul dos Estados Unidos durante a presidência do general Eisenhower.

e) conter o expansionismo soviético através de uma delimitação clara das zonas de influência norte-americana.

10. **(Ufop-MG)** Leia o texto abaixo.

Os povos de certo número de países do mundo tiveram recentemente de aceitar regimes totalitários impostos, à força, contra a sua vontade. O governo dos Estados Unidos tem lavrado amiudados protestos contra a coerção e a intimidação, na Polônia, na Romênia e na Bulgária, em flagrante desrespeito ao acordo de Yalta. Devo também consignar que em certo número de países têm ocorrido fatos semelhantes.

Discurso pronunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, no Congresso norte-americano, em 12 de março de 1947

Com base em seus conhecimentos, apresente as características políticas e econômicas do pós-guerra que justificavam as palavras do presidente norte-americano.

CAPÍTULO 38

Enem

11. *A Revolução Cubana veio demonstrar que os negros estão muito mais preparados do que se pode supor para ascender socialmente. Com efeito, alguns anos de escolaridade francamente aberta e de estímulo à autossuperação aumentaram, rapidamente, o contingente de negros que alçaram aos postos mais altos do governo, da sociedade e da cultura cubana. Simultaneamente, toda a parcela negra da população, liberada da discriminação e do racismo, confraternizou com os outros componentes da sociedade, aprofundando o grau de solidariedade. Tudo isso demonstra, claramente, que a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque à opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade corresponde o opróbrio do branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.*

Adap. RIBEIRO, D. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Segundo Darcy Ribeiro, a ascensão social dos negros cubanos, resultado de uma educação inclusiva, com estímulos à autossuperação, demonstra que:

a) a democracia racial está desvinculada da democracia social.

b) o acesso ao ensino pode ser entendido como um fator de pouca importância na estruturação de uma sociedade.

c) a questão racial mostra-se irrelevante no caso das políticas educacionais do governo cubano.

d) as políticas educacionais da Revolução Cubana adotaram uma perspectiva racial antidiscriminatória.

e) os quadros governamentais em Cuba estiveram fechados aos processos de inclusão social da população negra.

Vestibulares

12. **(UFV-MG)** A Revolução Mexicana iniciou-se em 1910 com os movimentos de oposição ao governo ditatorial de Porfirio Días, institucionalizando-se no governo Lázaro Cárdenas (1934-1939), com a criação do Partido Revolucionário Mexicano (PRM), hoje chamado de Partido Revolucionário Institucional (PRI). Sobre a Revolução Mexicana, todas as afirmativas a seguir são corretas, exceto:

a) constituiu-se num processo do qual participaram segmentos sociais que reivindicavam a reforma agrária e a democracia política de cunho burguês.

b) foi apoiada pelo movimento camponês, que reivindicava o direito à posse da terra.

c) contrapôs-se ao governo ditatorial de Porfirio Días, apoiada pelos latifundiários, comerciantes, banqueiros mexicanos e investidores estrangeiros.

d) apresentou caráter anticapitalista, acarretando a socialização da terra e da indústria.

e) acarretou a nacionalização das companhias de petróleo e estradas de ferro, bem como a formação de sindicatos operários e camponeses.

13. **(Vunesp-SP)** *Um conjunto de normas mais ou menos semelhantes se impôs na Argentina após 1976, no Uruguai e no Chile, depois de 1973, na Bolívia quase ininterruptamente, no Peru, de 1968 até 1979, no Equador, de 1971 a 1978.*

Clóvis Rossi.

Assinale a alternativa que melhor expressa o conjunto de normas de exceção que marcaram a trajetória político-institucional dos países latino-americanos indicados no texto.

a) Dissolução de partidos e sindicatos, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem democrática e popular.

b) Domínio político das organizações guerrilheiras.

c) Extinção dos partidos políticos, intervenção nos sindicatos e suspensão das eleições diretas.

d) Política externa alinhada automaticamente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e ao bloco do Leste.

e) Formação de uma frente parlamentar, para revisão constitucional.

14. **(UFRJ)** *Quando a independência chegou, em 1960, havia menos de 30 africanos formados em curso superior em todo o território. A administração da colônia pouco fizera para que um dia o Congo pudesse ser governado por seu próprio povo: dos cerca dos 5 mil cargos do serviço público administrativo, apenas três eram ocupados por africanos. O rei Balduíno da Bélgica chegou a Léopoldville para conceder oficialmente a independência ao Congo. Na ocasião, de um modo um tanto superior, disse o seguinte:*

— Cabe agora aos senhores cavalheiros nos mostrar que são dignos da nossa confiança.

O discurso irado com que Patrice Lumumba respondeu de improviso ao rei chamou a atenção do mundo. Lumumba acreditava que a independência política não era suficiente para libertar a África de seu passado colonial; era preciso também que o continente deixasse de ser colonizado economicamente pela Europa

Adaptado de HOCHSCHILD, Adam. O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

Relacione os desdobramentos políticos ocorridos no imediato pós-independência do ex-Congo Belga com o contexto internacional da década de 1960.

15. (Fuvest-SP) Criado em 1948, o Estado de Israel acaba de completar 60 anos. Discorra sobre

a) o contexto histórico internacional que levou à criação desse Estado;

b) as razões históricas dos conflitos entre israelenses e palestinos, que persistem até hoje.

CAPITULO 39

Enem

16. *"Boicote ao militarismo", propôs o deputado federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a reagir contra a ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior, com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a 'gota d'água'. A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI 5).*

DITADURA descarada. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008; adaptado.

Considerando o contexto histórico e político descrito acima, o AI 5 significou

a) a restauração da democracia no Brasil na década de 60

b) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968

c) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.

d) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.

e) a responsabilização jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.

Vestibulares

17. (PUC-SP) *Em meados da década de 1970, as condições externas que haviam sustentado o sucesso econômico do regime militar [brasileiro] sofreram alterações profundas. Em 1973 ocorreu o primeiro choque do petróleo, com o preço do barril passando, repentinamente, de 2,7 para 11,20 dólares. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) embargou as vendas do produto para o Ocidente em represália ao apoio dado pelos Estados Unidos a Israel na guerra entre este país e seus vizinhos árabes*

DE LUCA, Tania Regina. Indústria e trabalho na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2001, p. 92

O fragmento acima apresenta alguns aspectos da relação do Brasil com o exterior na década de 1970. Entre eles, podemos destacar

a) a ausência de investimentos públicos na busca de novas fontes de energia elétrica e nuclear e a proibição de participação estrangeira no setor.

b) o ingresso brasileiro, após a descoberta do pré-sal, em organizações internacionais relacionadas à produção e distribuição de petróleo.

c) a política econômica do governo militar brasileiro, que conseguiu eliminar a inflação e reduzir drasticamente a concentração de renda no país.

d) o engajamento brasileiro nos conflitos do Oriente Médio, com apoio ostensivo a Israel contra os países árabes.

e) a dependência brasileira de fontes externas de energia para o funcionamento da indústria e de parte importante do sistema de transportes.

18. (FGV-SP)

I	Ato Institucional número 5 (AI-5)	1	governo Geisel (1974-1979)
II	PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)	2	governo Figueiredo (1979-1985)
III	"milagre brasileiro"	3	governo Costa e Silva (1967-1969)
IV	Pacote de Abril	4	governo Castello Branco (1964-1967)
V	Lei de Anistia	5	governo Médici

Associe corretamente, numa única alternativa, as duas colunas acima.

a) I-1, II-2, III-3, IV-4, V-5

b) I-2, II-3, III-4, IV-5, V-1

c) I-3, II-4, III-5, IV-1, V-2

d) I-4, II-5, III-1, IV-2, V-3

e) I-5, II-1, III-2, IV-3, V-4

19. (Fuvest-SP/FGV-SP) A prisão e a morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, a bomba no *show* de primeiro de maio no Riocentro, a carta-bomba enviada à Ordem dos Advogados do Brasil, episódios ocorridos nos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo revelam:

a) O recrudescimento da guerrilha urbana de esquerda no Brasil.

b) São episódios isolados uns dos outros, sem nenhuma inter-relação

c) A luta entre duas facções militares, uma de extrema direita e outra de extrema-esquerda, esta chefiada pelo capitão Carlos Lamarca.

d) Uma política deliberada dos generais-presidentes de perseguição aos jornalistas, operários, artistas e advogados.

e) Uma tentativa da chamada linha dura militar para desestabilizar o processo de abertura política.

20. (UFRGS-RS) Em 25 de abril de 1984 a Emenda Constitucional das "Diretas-Já!", relativa à eleição direta para presidente e vice-presidente da República, foi:

a) aprovada pela Câmara dos Deputados, obrigando o governo Figueiredo a controlar os grupos militares de extrema-direita

b) rejeitada pela Câmara dos Deputados, levando à posterior formação da Aliança Democrática e à candidatura de Tancredo Neves

c) aprovada pela Câmara dos Deputados, permitindo ao governo o estabelecimento de medidas de emergência nos estados

d) rejeitada pela Câmara dos Deputados, propiciando forte reação da classe trabalhadora, que se decide pela fundação do Partido dos Trabalhadores

e) aprovada pela Câmara dos Deputados, articulando-se a anistia geral e a extinção do bipartidarismo.

21. (Unicamp-SP) Em 13 de dezembro de 1968, o governo brasileiro promulgou o Ato Institucional n.º 5, que, segundo opiniões da época, transformava o regime militar em uma ditadura "sem disfarces".

a) Qual o pretexto utilizado pelo regime militar para editar esse Ato?

b) Cite duas das principais medidas adotadas por esse Ato.

c) Caracterize dois elementos da democracia que a diferenciam da ditadura.

22. (Fuvest-SP) Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), a oposição à ditadura também se expressou por meio da arte (música, literatura, cinema, teatro).

Comente a afirmação, dando, pelo menos, dois exemplos dessas formas artísticas de expressão

Olimpíadas da Unicamp

23. *Guerrilha do Beijo*

(...)

Na noite do dia 7 de Fevereiro de 1980, a cidade de Sorocaba, no interior do Estado de São Paulo, transformou-se em um palco para reivindicações contrárias ao Regime Militar. A noite foi marcada por discursos, passeatas, prisões e muita indignação. O motivo para o movimento, no entanto, parecia bastante inusitado, grupos de jovens da cidade exigiam o direito de beijar em espaços públicos.

A movimentação foi motivada pela decisão do juiz substituto da comarca, Manoel Moralles, que proibia "beijos cinematográficos" no município. A ação, considerada por alguns jovens como conservadora, estava de acordo com outras decisões tomadas pelo poder público sorocabano: já haviam sido proibidos motéis na região e mesmo o apresentador de televisão Abelardo Barbosa (1917--1988), conhecido como Chacrinha, havia sido proibido de se apresentar na cidade por causa de suas dançarinas sensuais; as chacretes.

A reação à proibição dos beijos foi quase imediata. Pichações como O beijo é um negócio sem Moralles, né, Mané? Podiam ser encontradas nas ruas. E o refrão Mais beijo, mais pão, abaixo a repressão! Ganhou grande adesão naquela noite de 7 de Fevereiro. No dia seguinte à passeata, que terminará com três jovens presos (um secundarista, um metalúrgico e um universitário), uma faixa rasgada podia ser lida no coreto: Beijem-se, sejam criminosos.

Artigo de revista de divulgação sobre protestos durante o regime militar

Assinale as afirmativas corretas.

a) o texto articula questões morais e políticas dentro do período da ditadura militar

b) a decisão pela proibição do beijo na cidade de Sorocaba foi considerada conservadora por todos os grupos sociais do município.

c) as palavras de ordem "Mais beijo, mais pão, abaixo a repressão" transcendiam o contexto local para referir-se à necessidade de mudanças políticas e sociais para o Brasil.

d) o movimento pela liberdade de beijar em público foi encabeçado por grupos de jovens sorocabanos de diferentes profissões.

CAPÍTULO 40

Enem

24. *Entre as promessas contidas na ideologia do processo de globalização da economia estava a dispersão da produção do conhecimento na esfera global, expectativa que não se vem concretizando. Nesse cenário, os tecnopolos aparecem como um centro de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia que conta com mão de obra altamente qualificada. Os impactos desse processo na inserção dos países na economia global deram-se de forma hierarquizada e assimétrica. Mesmo no grupo em que se engendrou a reestruturação produtiva, houve difusão desigual da mudança de paradigma tecnológico e organizacional. O peso da assimetria projetou-se mais fortemente entre os países mais desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.*

BARROS, F. A. F. Concentração tecno-científica: uma tendência em expansão no mundo contemporâneo? *Campinas. Inovação Uniemp*, v. 3, n.º 1, jan./fev. 2007, adaptado.

Diante das transformações ocorridas, é reconhecido que

a) a inovação tecnológica tem alcançado a cidade e o campo, incorporando a agricultura, a indústria e os serviços, com maior destaque nos países desenvolvidos.

b) os fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas têm desacelerado, obedecendo ao novo modelo fundamentado em capacidade tecnológica

c) as novas tecnologias se difundem com equidade no espaço geográfico e entre as populações que as incorporam em seu dia a dia.

d) os tecnopolos, em tempos de globalização, ocupam os antigos centros de industrialização, concentrados em alguns países emergentes

e) o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, decorrente da dispersão da produção do conhecimento na esfera global, equipara-se ao dos países desenvolvidos

25. Os efeitos abomináveis das armas nucleares já foram sentidos pelos japoneses há mais de 50 anos (1945). Vários países têm, isoladamente, capacidade nuclear para comprometer a vida na Terra. Montar o seu sistema de defesa é um direito de todas as nações, mas um ato irresponsável ou um descuido pode desestruturar, pelo medo ou uso, a vida civilizada em vastas regiões. A não proliferação de armas nucleares é importante.

No primeiro domingo de junho de 1998, Índia e Paquistão rejeitaram a condenação da ONU, decorrente da explosão de bombas atômicas pelos dois países, a título de teste nuclear e comemoradas com festa, especialmente no Paquistão. O governo paquistanês (país cuja maioria da população é muçulmana) considerou que a condenação não levou em conta o motivo da disputa: o território de Caxemira, pelo qual já travaram três guerras desde sua independência (em 1947, do Império Britânico, que tinha o subcontinente indiano como colônia). Dois terços da região, de maioria muçulmana, pertencem à Índia e um terço, ao Paquistão.

Sobre o tempo e os argumentos podemos dizer que:

a) a bomba atômica não existia no mundo antes de o Paquistão existir como país

b) a força não tem sido usada para tentar resolver os problemas entre Paquistão e Índia

c) Caxemira tornou-se um país independente em 1947.

d) os governos da Índia e Paquistão encontram-se numa perigosa escalada de solução de problemas pela força.

e) diferentemente do século anterior, no início do século XX, o Império Britânico não tinha mais expressão mundial.

26. As diferentes formas em que as sociedades se organizam socioeconomicamente visam a atender suas necessidades para a época. O liberalismo, atualmente, assume papel crescente, com os Estados diminuindo sua atuação em várias áreas, inclusive vendendo empresas estatais. Da ideia de interferência estatal na economia, do "Estado de Bem-Estar", da assistência social ampla e do emprego garantido por lei e, às vezes, à custa de subsídios (na Europa, defendido pela social-democracia), caminha-se para um Estado enxuto e ágil, em que a manutenção do progresso econômico e uma maior liberdade na conquista do mercado são as formas de assegurar ao cidadão o acesso ao bem-estar. Nem sempre a população concorda.

Nesse contexto, as eleições gerais na Alemanha, em 1998, poderão levar Helmut Kohl, com longa e frutuosa carreira à frente daquele país, a entregar o posto ao social-democrata Gerhard Schroeder.

O desemprego na Alemanha atinge seu ponto máximo. A moeda única europeia será o fim do marco alemão. A imagem de Helmut Kohl começa a desvanecer-se. Conseguirá vencer este ano? Seja como for, ele luta. Mas recebeu um novo e tremendo golpe: o Partido Liberal (FDP) deixou Kohl. O secretário-geral do FDP, Guido Westerwelle, declarou: "Começou o fim da era Kohl!".

A Alemanha ajuda a concretizar o bloco econômico da União Europeia. A participação neste bloco implica a adoção de um sistema socioeconômico que:

a) dificulte a livre-iniciativa econômica, inclusive das grandes empresas na Alemanha.

b) ofereça mercado europeu mais restrito aos produtos e serviços alemães.

c) diminua as oportunidades de iniciativa econômica para os alemães em outros países e vice-versa.

d) garanta o emprego, na Alemanha, pelo afastamento da concorrência de outros países da própria União Europeia.

e) por meio da união de esforços com os países da União Europeia, permita à economia alemã concorrer em melhores condições com países de fora da União Europeia.

27. Você está fazendo uma pesquisa sobre a globalização e lê a seguinte passagem, em um livro.

A sociedade global

As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado

Suponhamos que você vá com seus amigos comer Big Mac e tomar Coca-Cola no McDonald's. Em seguida, assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para casa num ônibus da marca Mercedes.

Ao chegar em casa, ligue seu aparelho de TV Philips para ver o videoclipe de Michael Jackson e, em seguida, deve ouvir um CD do grupo Simply Red, gravado pela BMG Ariola Discos em seu equipamento Aiwa

Veja quantas empresas transnacionais estiveram presentes nesse seu curto programa de algumas horas

Adap. PRAXEDES et al. O Mercosul. *São Paulo: Ática, 1997*

Com base no texto e em seus conhecimentos de geografia e história, marque a resposta correta.

a) O capitalismo globalizado está eliminando as particularidades culturais dos povos da Terra

b) A cultura, transmitida por empresas transnacionais, tornou-se um fenômeno criador das novas nações.

c) A globalização do capitalismo neutralizou o surgimento de movimentos nacionalistas de forte cunho cultural e divisionista.

d) O capitalismo globalizado atinge apenas a Europa e a América do Norte.

e) Empresas transnacionais pertencem a países de uma mesma cultura.

28. A leitura do texto ajuda você a compreender que:

I. a globalização é um processo ideal para garantir o acesso a bens e serviços para toda a população.

II. a globalização é um fenômeno econômico e, ao mesmo tempo, cultural

III. a globalização favorece a manutenção da diversidade de costumes

IV. filmes, programas de TV e música são mercadorias como quaisquer outras

V. as sedes das empresas transnacionais mencionadas são os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Dessas afirmativas estão corretas:

a) I, II e IV, apenas.

b) II, IV e V, apenas

c) II, III e IV, apenas.

d) I, III e IV, apenas

e) III, IV e V, apenas.

Vestibulares

29. (UFC) No final do século passado, a falência do socialismo real na Europa, o fim da Guerra Fria e a emergência dos blocos econômicos internacionais (NAFTA, UE, etc.) principiaram uma nova ordem mundial que ficou conhecida como globalização. Sobre esta nova ordem mundial é correto afirmar:

a) foi bloqueada pelo imperialismo associado ao capital financeiro.

b) esgotou-se na revolução comercial mercantilista durante o Antigo Regime.

c) trouxe uma nova dinâmica para a economia, tornando mais fluida a circulação do capital financeiro.

d) acabou com as fronteiras nacionais, dando total liberdade de locomoção às pessoas e mercadorias.

e) tornou-se inevitável em decorrência do avanço de novas tecnologias de armazenamento e veiculação de informações

30. (Fuvest-SP) Explique as condições políticas que levaram à construção do Muro de Berlim, em 1961, e à sua derrubada, em 1989.

Enem

31. *Colhe o Brasil, após esforço contínuo dilatado no tempo, o que plantou no esforço da construção de sua inserção internacional. Há dois séculos formularam-se os pilares da política externa. Teve o país inteligência de longo prazo e cálculo de oportunidade no mundo difuso da transição da hegemonia britânica para o século americano. Engendrou concepções, conceitos e teoria própria no século XIX, de José Bonifácio ao Visconde do Rio Branco. Buscou autonomia decisória no século XX. As elites se interessaram, por meio de calorosos debates, pelo destino do Brasil. O país emergiu, de Vargas aos militares, como ator responsável e previsível nas ações externas do Estado. A mudança de regime político para a democracia não alterou o pragmatismo externo, mas o aperfeiçoou.*

SARAIVA, J. F. S. *O lugar do Brasil e o silêncio do parlamento* Correio Braziliense, Brasília, 28 maio 2009 (adaptado)

Sob o ponto de vista da política externa brasileira no século XX, conclui-se que

a) o Brasil é um país periférico na ordem mundial, devido às diferentes conjunturas de inserção internacional.

b) as possibilidades de fazer prevalecer ideias e conceitos próprios, no que tange aos temas do comércio internacional e dos países em desenvolvimento, são mínimas

c) as brechas do sistema internacional não foram bem aproveitadas para avançar posições voltadas para a criação de uma área de cooperação e associação integrada a seu entorno geográfico.

d) os grandes debates nacionais acerca da inserção internacional do Brasil foram embasados pelas elites do Império e da República por meio de consultas aos diversos setores da população.

e) a atuação do Brasil em termos de política externa evidencia que o país tem capacidade decisória própria, mesmo diante dos constrangimentos internacionais

32. *Um aspecto importante derivado da natureza histórica da cidadania é que esta se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que se denomina Estado-nação. Nessa perspectiva, a construção da cidadania na modernidade tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação.*

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* In: Civilização Brasileira Rio de Janeiro 2004, adaptado.

Considerando-se a reflexão acima, um exemplo relacionado a essa perspectiva de construção da cidadania é encontrado

a) em D. Pedro I, que concedeu amplos direitos sociais aos trabalhadores, posteriormente ampliados por Getúlio Vargas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

b) na Independência, que abriu caminho para a democracia e a liberdade, ampliando o direito político de votar aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres.

c) no fato de os direitos civis terem sido prejudicados pela Constituição de 1988, que desprezou os grandes avanços que, nessa área, havia estabelecido a Constituição anterior.

d) no Código de Defesa do Consumidor, ao pretender reforçar uma tendência que se anunciava na área dos direitos civis desde a primeira constituição republicana.

e) na Constituição de 1988, que, pela primeira vez na história do país, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, alargando o alcance dos direitos civis.

33. *O Cafundó é um bairro rural situado no município de Salto de Pirapora, a 150 km de São Paulo. Sua população, predominantemente negra, divide-se em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso. Cerca de oitenta pessoas vivem no bairro. Dessas, apenas nove detêm o título de proprietários legais dos 7,75 alqueires de terra que constituem a extensão do Cafundó, que foram doados a dois escravos, ancestrais de seus habitantes atuais, pelo antigo senhor e fazendeiro, pouco antes da Abolição, em 1888. Nessas terras, seus moradores plantam milho, feijão e mandioca e criam galinhas e porcos. Tudo em pequena escala. Sua língua materna é o português, uma variação regional que, sob muitos aspectos, poderia ser identificada como dialeto caipira. Usam um léxico de origem banto, quimbundo principalmente, cujo papel social é, sobretudo, de representá-los como africanos no Brasil.*

Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br>. Acesso em: 6 abr. 2009, adaptado.

O bairro de Cafundó integra o patrimônio cultural do Brasil porque

a) possui terras herdadas de famílias antigas da região.

b) preservou o modo de falar de origem banto e quimbundo.

c) tem origem no período anterior à abolição da escravatura.

d) pertence a uma comunidade rural do interior do estado de São Paulo.

e) possui moradores que são africanos do Brasil e perderam o laço com sua origem.

34. Você está estudando o abolicionismo no Brasil e ficou perplexo ao ler o seguinte documento.

Texto 1
Discurso do deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira – Brasil, 1879

No dia 5 de março de 1879, o deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira, discursando na Câmara, afirmou que era preciso que o poder público olhasse para a condição de um milhão de brasileiros, que jazem ainda no cativeiro. Nessa altura do discurso foi aparteado por um deputado que disse: "BRASILEIROS, NÃO".

Em seguida, você tomou conhecimento da existência do Projeto Axé (Bahia), nos seguintes termos.

Texto 2
Projeto Axé, lição de cidadania – 1998 – Brasil

Na língua africana iorubá, axé significa força mágica. Em Salvador, Bahia, o Projeto Axé conseguiu fazer, em apenas três anos, o que sucessivos governos não foram capazes: a um custo dez vezes inferior ao de projetos governamentais, ajuda meninos e meninas de rua a construírem projetos de vida, transformando-os de pivetes em cidadãos.

A receita do Axé é simples: competência pedagógica, administração eficiente, respeito pelo menino, incentivo, formação e bons salários para educadores. Criado em 1991 pelo advogado e pedagogo italiano Cesare de Florio La Rocca, o Axé atende hoje mais de duas mil crianças e adolescentes.

A cultura afro, forte presença na Bahia, dá o tom do Projeto Erê (entidade criança do candomblé), a parte cultural do Axé. Os meninos participam da banda-mirim do Olodum, do Ilê Ayê e de outros blocos, jogam capoeira e têm um grupo de teatro.

Todas as atividades são remuneradas. Além da bolsa semanal, as crianças têm alimentação, uniforme e vale-transporte.

Com a leitura dos dois textos, você descobriu que a cidadania

a) jamais foi negada aos cativos e seus descendentes.

b) foi obtida pelos ex-escravos tão logo a abolição fora decretada.

c) não era incompatível com a escravidão.

d) ainda hoje continua incompleta para milhões de brasileiros.

e) consiste no direito de eleger deputados.

Vestibulares

35. **(Fuvest-SP)** A partir da redemocratização do Brasil (1985), é possível observar mudanças econômicas significativas no país. Entre elas, a

a) exclusão de produtos agrícolas do rol das principais exportações brasileiras.

b) privatização de empresas estatais em diversos setores como os de comunicação e de mineração.

c) ampliação das tarifas alfandegárias de importação, protegendo a indústria nacional.

d) implementação da reforma agrária sem pagamento de indenização aos proprietários.

e) continuidade do comércio internacional voltado prioritariamente aos mercados africanos e asiáticos.

36. (UFMS) Entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por dois mandatos. A respeito desse período assinale a alternativa correta:

a) Caracterizou-se por ambiguidades na área social, pois ao mesmo tempo em que foram registradas quedas nos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, também houve aumento nos índices de desemprego, violência urbana e concentração de renda.

b) Caracterizou-se pela acentuado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que, entre 1998 e 2002, atingiu a média de 12,5% ao ano.

c) Foi pautada por intensos investimentos em infraestrutura, especialmente em energia elétrica resultantes da bem-sucedida política de estatização das empresas do setor

d) Foi marcado pela retomada do programa de estatização das empresas de telefonia e siderúrgicas, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

e) Foi marcada pela abertura da economia para o mercado internacional, o que favoreceu o fortalecimento e a competitividade das empresas brasileiras, trazendo como consequências imediatas o aumento do número de postos de trabalho

37. (Unesp-SP) Observe a tabela, cujos dados referem-se ao Brasil do ano de 2001

Região	% do PIB	% da população	Renda anual média por habitante, em reais
Sudeste	57 1	43 5	3 961 00
Sul	17 0	15 1	3 570 00
Centro Oeste	7,2	7,0	3 087 00
Norte	4,8	5,6	1 833 00
Nordeste	13 1	28 6	1 384 00

Cités Unies France, Dossier Brésil. Adaptado

Como a história pode colaborar para explicar as diferenças da distribuição de riquezas entre as regiões sudeste e nordeste do Brasil?

Olimpíadas da Unicamp

38. *Cultura brasileira nesse fim de século*

Como analisar a cultura popular brasileira quando a cultura internacionalmente popular se faz cada vez mais presente no Brasil? Se o samba e o carnaval podem ser tomados como exemplos máximos da construção a partir dos anos 30 e 40 da cultura nacional-popular, o funk carioca pode ser tomado como um exemplo da cultura internacional-popular. Outras manifestações dessa cultura podem ser o rock, que teve em Brasília um espaço preferencial, ou o axé music da Bahia, o que aponta para uma pluralidade, uma diversidade de expressões artísticas.

A pesquisa de Hermano Vianna sobre o funk (1988) foi pioneira e mostrou como pessoas e grupos captaram, receberam e transformaram uma música de certos grupos norte-americanos e produziram um fenômeno cultural no Rio de Janeiro, onde um milhão de jovens frequentam bailes todos os sábados e domingos. Esse é certamente um forte exemplo da capacidade de juntar, fundir, recriar traços de diferentes origens em uma nova expressão cultural. (...)

Nos dias de hoje pode-se falar, não da existência de dois Brasis, mas na emergência de vários Brasis, como tem aparecido nos meios de comunicação. A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (SP) (...) expõe uma face nova já que ali o country aparece como padrão cultural. A população do município salta de 110 mil habitantes para 1,2 milhão durante a festa Nela, o rural é valorizado como tema, inclusive em sua conexão com o country norte-americano, algo muito distante do mundo rural como arcaico, caipira, sertanejo. A Festa do Boi em Parintins, no Amazonas, realizada no Bumbódromo (parente do Sambódromo?) reinterpreta manifestação cultural das mais antigas e tradicionais do norte e nordeste do país e ao atrair patrocinador de peso consegue a divulgação nacional da festa A Festa de São João em Caruaru, Pernambuco; a reunião de amantes da literatura e da poesia (...) acontece anualmente em Passo Fundo, Rio Grande do Sul e encanta os que dela participam. E os exemplos não param, mostrando a grande colcha de retalhos com os diferentes pedaços de país.

Trecho de artigo acadêmico de Lucia Lippi Oliveira. "Cultura brasileira nesse fim de século". In: Maria Angela D'Incao (org.) O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. S. Paulo Cortez 2001 p. 32-33.

Glossário:

A pesquisa de Hermano Vianna sobre o funk (1988) foi pioneira (...)
A autora refere-se ao livro de Hermano Vianna, *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988

Mais sobre o tema

No *blog* de Vianna, em que disponibiliza outros textos e imagens, o autor comenta o que mudou no baile *funk* desde que escreveu esse livro Confira:
Meu livro O Mundo Funk Carioca está esgotado há muito tempo. Culpa minha. Minha querida editora, Cristina Zahar, bem que tenta, todo ano, que eu escreva uma nova introdução para um relançamento. Ela tem toda razão o baile funk carioca mudou radicalmente de 1988 (data da primeira edição) para hoje. Por exemplo: era 100% música importada, hoje é 100% música nacional. Ou: era totalmente desconhecido na Zona Sul (...)

Assinale as afirmativas corretas.

a) o papel da mídia na divulgação das festas populares.

b) os aspectos locais e internacionais que interagiram na configuração de novas práticas culturais no Brasil.

c) que o verdadeiro patrimônio cultural brasileiro, o samba, perdeu espaço por causa da globalização e dos meios de comunicação.

d) as relações entre cultura nacional e internacional, bem como a ideia de uma cultura popular e de massas não contraposta a uma de elite.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

F

G

M

N

O

P

BIBLIOGRAFIA

AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio*. São Paulo: Atual/Campinas: Unicamp, 1985.

ALGRANTI, Leila M. *D. João VI: os bastidores da independência*. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios).

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, Cláudio A. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_______. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2. v. 5.

ARRUDA, José Jobson de. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: Revolução Inglesa e Revolução Industrial*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998-2001. v. 1 a 4.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANÊDO, Letícia B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Antiguidade Oriental: política e religião*. São Paulo: Contexto, 1990.

_______. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_______. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

_______. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_______. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marcus. *A construção da ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

_______. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Maria Silvia de. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, M. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CHIAVENATO, Julio J. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

_______ (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, USP/FFLCH, 1995. (Eventos).

COOK, Michael A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COSTA e SILVA, Alberto. da. *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

CROUZET, Maurice (Dir.). *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 17.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

D'ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Unesp, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_______; _______ (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_______; _______ (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969.

DOBB, Mark. *A evolução do capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DORATIOTTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.

_______. *Idade Média: idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1909-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 1-2.

FALCON, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10. ed. São Paulo: Globo, 1996.

FARIA, Sheila de C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

_______ (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 1-10.

FENELON, Dea R. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA NETO, Edgard L. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX).

_______. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_______ (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FINLEY, Moses I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (O homem e a História).

________. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (O homem e a História).

FLORENZANO, Maria Beatriz. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo: Atual, 1996.

________. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONTANA, José L. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.

________. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

________. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 1995.

________. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios).

FURET, François. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GARELLI, Paul. *O Oriente Próximo Asiático: das origens às invasões dos povos do mar*. São Paulo: Edusp, 1982.

GASPARI, Élio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

________. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

________. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

________. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Thomás T. da (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GODECHOT, Jacques. *A Revolução Francesa: cronologia comentada, 1787-1799*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GOMBRICH, Ernst H. *História da arte*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GONZÁLEZ, Horácio. *A comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986.

GOODY, Jack. *O roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

HALPERIN DONGHI, T. *História da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HILL, Cristopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

________. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa – 1789-1848*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

________. *A era do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

________. *A era dos impérios*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

________. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

________. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

________. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

________. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

________. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1-11.

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec / Salvador: Ed. da UFBA, 1996.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens até o século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

________. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1988.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002. v. 2.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________ (Org.). *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

________. *O Oriente Médio e o mundo árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI FILHO, M. *1910, a Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

MARQUES, Maria Eduarda C. M. *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MARTIN, Hans P. *A armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1997.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios).

________. *O feudalismo: economia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios).

MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOSSÉ, Claude. *Péricles, o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.

________ (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. v. 2.

MULLETT, Michael. *A contrarreforma*. Lisboa: Gradiva, 1985.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

________ (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 4.v.

NÓVOA, Jorge L. B. (Org.). *A História à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador: Ed. da UFBA, 1993.

OLIC, Nelson B. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.

OUTHWAITE, William; MOTTOMORE, Tom (Eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1994.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

________ (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

________ (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

________. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

QUEIROZ, Tereza. A. P. de. *A História do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

________. *As heresias medievais*. São Paulo: Atual, 1988.

REIS FILHO, D. A. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Cia. do Tempo, 2007. v.1-2.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Antonio E. M.; FALCON, Francisco J. C. *Tempos modernos: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

________. *Século XX: uma biografia não autorizada. O século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.

SALE, Kirkpatrick. *Inimigos do futuro: a guerra dos luditas contra a Revolução Industrial e o desemprego – Lições para o presente*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTIAGO, Theo (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 1992.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia V. de S. (Orgs.). *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

SEGRILLO, Ângelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SELLERS, C.; MAY, H.; McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1999. (História em Aberto).

________. *O Renascimento*. 17. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus*. 2. ed. São Paulo: Global/Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

________. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Difel, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SOUZA, Laura de M. E. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

________. *O império deste mundo, 1680-1720*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos, 4).

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1977.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 3.

TULARD, Jean. *História da Revolução Francesa (1789-1799)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

UTZ, Arthur. *Entre o neoliberalismo e o neomarxismo: uma filosofia de caminhos alternativos*. São Paulo: Edusp, 1981.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

________ (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

________ (Dir.). *Dicionário do Brasil joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de Apoio).

WASSERMAN, Cláudia. *História Contemporânea da América Latina: 1900-1930*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

________ (Coord.). *História da América Latina: cinco séculos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

WESSELING, Hill L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Revan, 1998.

WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções de tempo da Pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

WILSON, Edmundo. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RESPOSTAS DOS TESTES

Os números seguidos de colchetes referem-se às questões dissertativas.

UNIDADE 1 – A VIDA EM PEQUENOS GRUPOS

CAPÍTULO 1

ENEM
1. B 2. E 3. B

VESTIBULARES
4. [...] 5. V-V-V-F-V 6. C
7. B 8. A

CAPÍTULO 2

ENEM
9. B 10. E 11. E

VESTIBULARES
12. [...] 13. A 14. C

OLIMPÍADAS DA UNICAMP
15. B

UNIDADE 2 – CIVILIZAÇÕES ANTIGAS

CAPÍTULO 3

ENEM
1. A 2. A

VESTIBULARES
3. A 4. D 5. C
6. E 7. B 8. [...]

CAPÍTULO 4

ENEM
9. C 10. C

VESTIBULARES
11. A 12. E 13. C
14. C 15. [...] 16. [...]
17. [...]

CAPÍTULO 5

ENEM
18. B

VESTIBULARES
19. E 20. E
21. V-F-V-V-F 22. D 23. A
24. D 25. [...] 26. [...]
27. B 28. A 29. E

UNIDADE 3 – A EUROPA, PERIFERIA DO MUNDO

CAPÍTULO 6

ENEM
1. E

VESTIBULARES
2. D 3. [...]

CAPÍTULO 7

ENEM
4. B 5. C

VESTIBULARES
6. B 7. C 8. D

CAPÍTULO 8

ENEM
9. E

VESTIBULARES
10. E 11. [...] 12. [...]

CAPÍTULO 9

ENEM
13. A

VESTIBULARES
14. A 15. B 16. D
17. [...]

UNIDADE 4 – EUROPA, O CENTRO DO MUNDO

CAPÍTULO 10

VESTIBULARES
1. C 3. D 5. [...]
2. B 4. [...]

CAPÍTULO 11

ENEM
6. E 7. A

VESTIBULARES
8. D 9. A 10. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP
11. C

CAPÍTULO 12

ENEM
12. C 13. B

VESTIBULARES
14. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP
15. A

CAPÍTULO 13

ENEM
16. D 17. E

VESTIBULARES
18. B

CAPÍTULO 14

ENEM
19. D

VESTIBULARES
20. D 22. E
21. A 23. A

CAPÍTULO 15

ENEM
24. B

VESTIBULARES
25. B 27. E 29. [...]
26. C 28. [...]

CAPÍTULO 16

ENEM
30. E

VESTIBULARES
31. A 32. C 33. [...]

CAPÍTULO 17

ENEM
34. A

VESTIBULARES
35. C 39. A 43. E
36. B 40. [...] 44. C
37. D 41. [...]
38. E 42. D

CAPÍTULO 18

ENEM
45. E

VESTIBULARES
46. D 48. C 50. A
47. B 49. E 51. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP
52. B

CAPÍTULO 19

VESTIBULARES
53. E 55. C 57. C
54. C 56. A 58. [...]

UNIDADE 5 – PARA ENTENDER O MUNDO: O LONGO SÉCULO XIX

CAPÍTULO 20

ENEM
1. D 2. C 3. B

VESTIBULARES

4. F-V-V-F-F 6. E 8. [...]
5. C 7. [...]

CAPÍTULO 21

VESTIBULARES

9. A 11. B
10. B 12. B

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

13. A, D

CAPÍTULO 22

ENEM

14. E 15. A

VESTIBULARES

16. D 17. B 18. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

19. D

CAPÍTULO 23

ENEM

20. C

VESTIBULARES

21. B 23. [...]
22. B 24. [...]

CAPÍTULO 24

ENEM

25. C

VESTIBULARES

26. A 28. B 30. A
27. D 29. D 31. [...]

CAPÍTULO 25

ENEM

32. D 33. D

VESTIBULARES

34. A 36. C
35. E 37. [...]

CAPÍTULO 26

ENEM

38. B 39. C

VESTIBULARES

40. A 42. E 44. [...]
41. B 43. C

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

45. A, B

CAPÍTULO 27

ENEM

46. D

VESTIBULARES

47. E 49. D 51. [...]
48. A 50. D

CAPÍTULO 28

ENEM

52. A 53. A

VESTIBULARES

54. D 56. V-V-V-F-F
55. A 57. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

58. A, B, C

UNIDADE 6

CAPÍTULO 29

ENEM

1. A

VESTIBULARES

2. B 3. C 4. C

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

5. A, C e D estão corretas

CAPÍTULO 30

VESTIBULARES

6. A 7. C 8. D
9. [...]

CAPÍTULO 31

VESTIBULARES

10. E 11. A 12. D
13. [...]

CAPÍTULO 32

ENEM

14. D

VESTIBULARES

15. C 16. D 17. [...]
18. [...]

CAPÍTULO 33

ENEM

19. B 20. A 21. E
22. A

VESTIBULARES

23. E 24. C 25. [...]

CAPÍTULO 34

26. D 27. E 28. A

VESTIBULARES

29. C 30. [...] 31. [...]

CAPÍTULO 35

ENEM

32. E

VESTIBULARES

33. B 34. D 35. C
36. [...]

UNIDADE 7

CAPÍTULO 36

ENEM

1. E 2. E

VESTIBULARES

3. E 4. [...] 5. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

6. A, B e C estão corretas

CAPÍTULO 37

ENEM

7. A 8. B

VESTIBULARES

9. B 10. [...]

CAPÍTULO 38

ENEM

11. D

VESTIBULARES

12. D 13. C 14. [...]
15. [...]

CAPÍTULO 39

ENEM

16. D 17. E 18. C
19. E 20. B 21. [...]
22. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

23. A e C estão corretas

CAPÍTULO 40

ENEM

24. A 25. D 26. E
27. A 28. B

VESTIBULARES

29. C 30. [...]

CAPÍTULO 41

ENEM

31. E 32. E 33. B
34. D

VESTIBULARES

35. B 36. A 37. [...]

OLIMPÍADAS DA UNICAMP

38. B e D estão corretas